00100.206986/2023-04

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVIII SUP. A AO Nº 210, SÁBADO, 2 DE DEZEMBRO DE 2023

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
3º - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
4º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

---

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 49ª Reunião, Ordinária, realizada em 31 de Outubro e 1 de Novembro de 2023 7

Ata da 50ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de Novembro de 2023 80

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Novembro de 2023 105

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Outubro de 2023 129

Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Outubro de 2023 130

Ata da 45ª Reunião, Conjunta, realizada em 25 de Outubro de 2023 (em conjunto com a 78ª Reunião da CDH) 131

Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Outubro de 2023 132

Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Novembro de 2023 140

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Novembro de 2023 176

Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Novembro de 2023 181

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 41ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 e 19 de Outubro de 2023 182

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Outubro de 2023 266

Ata da 43ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de Outubro de 2023 306

Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Outubro de 2023 401

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de Outubro de 2023 418

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Agosto de 2023 488

Ata da 58ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Agosto de 2023 512

Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Agosto de 2023 571

Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Setembro de 2023 615

Ata da 61ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Setembro de 2023 660

Ata da 62ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Setembro de 2023 661

Ata da 63ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Setembro de 2023 662

Ata da 64ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Setembro de 2023 697

Ata da 65ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Setembro de 2023 732

Ata da 66ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Setembro de 2023 733

Ata da 67ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Setembro de 2023 752

Ata da 68ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Setembro de 2023 753

Ata da 69ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Outubro de 2023 793

Ata da 70ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Outubro de 2023 829

Ata da 71ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Outubro de 2023 830

Ata da 72ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Outubro de 2023 831

Ata da 73ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de Outubro de 2023 832

Ata da 74ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Outubro de 2023 833

Ata da 75ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Outubro de 2023 834

1.5 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Junho de 2023 866

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Agosto de 2023 882

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Agosto de 2023 926

1.6 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.206986/2023-04

Ata da 78ª Reunião, Conjunta, realizada em 25 de Outubro de 2023 (em conjunto com a 45ª Reunião da CAS)**(Vide item 1.2)**

1.7 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Novembro de 2023 974

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Novembro de 2023 987

1.8 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Novembro de 2023 1008

1.9 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Outubro de 2023 1020

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Novembro de 2023 1041

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Novembro de 2023 1046

1.10 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Outubro de 2023 1065

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Novembro de 2023 1083

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Novembro de 2023 1096

1.11 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Setembro de 2023 1111

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Setembro de 2023 1112

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Outubro de 2023 1113

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Outubro de 2023 1122

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Outubro de 2023 1123

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Novembro de 2023 1124

1.12 – COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Novembro de 2023 1143

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Novembro de 2023 1151

1.13 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de Outubro de 2023 1156

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Novembro de 2023 1199

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Novembro de 2023 1206

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Novembro de 2023 1207

Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Novembro de 2023 1230

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Novembro de 2023 1231

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Novembro de 2023 1232

1.14 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Outubro de 2023 1262

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Outubro de 2023 1284

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Novembro de 2023 1319

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Novembro de 2023 1326

1.15 – COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Novembro de 2023 1340

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Novembro de 2023 1356

1.16 – COMISSÃO DE ESPORTE - CESP

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Outubro de 2023 1361

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Outubro de 2023 1477

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Novembro de 2023 1521

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 49ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2023 E 01 DE NOVEMBRO DE 2023, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19 E ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e oito minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Vanderlan Cardoso e Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Izalci Lucas, Sergio Moro, Efraim Filho, Fernando Dueire, Weverton, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Humberto Costa, Jaques Wagner, Mauro Carvalho Junior, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Flávio Arns, Leila Barros e Zequinha Marinho, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Cid Gomes, Irajá, Otto Alencar, Sérgio Petecão e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Às doze horas e trinta e nove minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia hum de novembro de dois mil e vinte e três. Às nove horas e vinte e oito minutos do dia hum de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Vanderlan Cardoso e Eduardo Girão, a reunião é reaberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4426, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social (PEFPS); dispõe sobre a transformação de cargos efetivos vagos do Poder Executivo federal; altera as Leis nºs 3.268, de 30 de setembro de 1957, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, 11.134, de 15 de julho de 2005, 11.361, de 19 de outubro de 2006, 10.486, de 4 de julho de 2002, 13.328, de 29 de julho de 2016, 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, 12.086, de 6 de novembro de 2009, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 14.204, de 16 de setembro de 2021; e revoga dispositivos das Leis n°s 9.713, de 25 de novembro de 1998, 9.986, de 18 de julho de 2000, e 14.059, de 22 de setembro de 2020, e a Medida Provisória nº 1.181, de 18 de julho de 2023." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Favorável à matéria e contrário às emendas nºs 1 a 23-U. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto com a Emenda n° 25-CAE (de redação) e contrário às Emendas n°s 1 a 23-U e 24. **Observação:** Aprovada a apresentação do Requerimento de Urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar n° 224, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 60-A à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que "estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências", para definir limite em relação à dívida dos municípios que especifica." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei Complementar n° 46, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que "Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal", para tornar impositiva a execução das emendas apresentadas pelas comissões permanentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PL/PA). **Relatoria:** Senador Mauro Carvalho Junior. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A apreciação da matéria fica sobrestada para atendimento ao requerimento de audiência pública. **Observação:** 1. Aprovada a apresentação ao Plenário do Requerimento nº 188/2023-CAE, para audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 2. Aprovado, também, o Requerimento nº 189/2023-CAE, para a realização de audiência pública para instrução da matéria. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3166, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Bolsa Estudantil do Ensino Médio." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Mauro Carvalho Junior. **Relatório:** Favorável à matéria e contrário à Emenda nº 1-T. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto, e contrário à Emenda nº 1-T. **Observação:** A matéria vai à CE, em decisão terminativa. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4147, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a profissão de técnico em nutrição e dietética; e altera a Lei nº 6.583, de 20 de outubro de 1978." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto. **Observação:** A matéria vai à CCJ. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4804, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para garantir assentos especiais no transporte público para pessoas com deficiência e com obesidade mórbida." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável ao projeto e pelo acolhimento da Emenda nº 1-CDH, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto, com o acolhimento da Emenda nº 1-CDH, nos termos da Emenda nº 2-CAE (substitutivo). **Observação:** A matéria vai à CI, em decisão terminativa. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 511, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 14-A à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre duração da jornada normal semanal de trabalho do Psicólogo." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3878, de 2021 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a vedação de cobrança de tarifas no âmbito do Sistema de Pagamentos Instantâneo (Pix) para o envio e recebimento de recursos de pessoas físicas e jurídicas." **Autoria:** Senador Cid Gomes (PDT/CE). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação da matéria. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1706, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre normas gerais para concessão do Passe Livre Estudantil." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Retirado para reexame, a pedido do relator. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 2341, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que “dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências”, para proibir a cobrança de tarifas bancárias de instituições públicas de ensino." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 165, de 2023** que: "Requer inclusão de convidados na Audiência Pública para instruir o PL 1365/2022." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Econômicos n° 150, de 2023 que: "Requer Audiência Pública para instruir o PL 1365/2022 (Piso dos Médicos e Cirurgiões Dentistas)" **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 187, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública para debater possíveis violações às determinações do CADE." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 188, de 2023** que: "Requer audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PLP 46/2023." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovada a apresentação do requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 189, de 2023** que: "Requer AP instrução PLP 46/2023" **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/31

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/01

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, semipresencial, da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 31 de outubro de 2023.

Comunicados da Presidência.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos: Ofício nº 646, de 2023, moção de apoio ao Projeto de Lei 3.798, de 2023, que visa classificar o vinho como alimento natural, além de zerar o imposto de IPI e Cofins; Ofício SEI nº 52.376, de 2023, do Ministério da Fazenda, execução do Programa de Emissões de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior (PETAPRTNE) (RSF 20/2004); Ofício 26.109, de 2023, do BCB/Gapre, relatório sobre depósitos voluntários remunerados a prazo do terceiro trimestre de 2023, que incorpora as informações, tanto dos depósitos voluntários remunerados a prazo para fins de política monetária quanto a dos depósitos voluntários mantidos na Conta Pagamentos Instantâneos (Conta PI), de titularidade de instituições financeiras; e Ofício SEI nº 53.197, de 2023, do Ministério da Fazenda, que informa a publicação do sítio do Tesouro Federal dos demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda em setembro de 2023, bem como das tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no site desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar autuação neste período. (Pausa.)

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 48ª Reunião, realizada em 24 de outubro de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Objetivos e diretrizes da reunião.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão, que ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, em caso de deliberações nominais.

Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no chat da ferramenta, para os Senadores que participam remotamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item extrapauta.

Requerimento nº 165, de 2023.

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 150/2023 - CAE, com o objetivo de instruir o PL 1365/2022, que "modifica o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas, previsto na Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, e majora os valores da hora extra e do adicional noturno dos referidos profissionais" sejam incluídos os seguintes convidados:

• representante Associação Médica Brasileira - AMB;

• o Senhor David Oliveira Barbosa, Representante dos Técnicos em Patologia Clínica.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 165, DE 2023

Requer inclusão de convidados na Audiência Pública para instruir o PL 1365/2022.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Em votação o requerimento.

As Senadoras e Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 165, de 2023, da CAE.

Item extrapauta. (Pausa.)

Requerimento nº 150, de 2023.

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1365/2022, que "modifica o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas, previsto na Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, e majora os valores da hora extra e do adicional noturno dos referidos profissionais".

EXTRAPAUTA

ITEM 12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 150, DE 2023

Requer Audiência Pública para instruir o PL 1365/2022 (Piso dos Médicos e Cirurgiões Dentistas)

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 150, de 2023, da CAE.

Senador Nelsinho, com a palavra.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Presidente, é apenas para agradecer a V. Exa. pela dinâmica empreendida e dizer que esse é um assunto realmente sensível, polêmico, mas precisa ser debatido, e nada melhor do que exaurir o debate com uma audiência pública.

Então, gostaria de agradecer a todos por concordarem com esse encaminhamento e em especial a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Nelsinho.

Senador Weverton, item 1 da pauta.

Quase ia levando falta, Senador Rogerio.

Item 1, Projeto de Lei nº 4.426, de 2023, não terminativo.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 4426, DE 2023

- Não terminativo -

Institui o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social (PEFPS); dispõe sobre a transformação de cargos efetivos vagos do Poder Executivo federal; altera as Leis nºs 3.268, de 30 de setembro de 1957, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, 11.134, de 15 de julho de 2005, 11.361, de 19 de outubro de 2006, 10.486, de 4 de julho de 2002, 13.328, de 29 de julho de 2016, 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, 12.086, de 6 de novembro de 2009, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

14.204, de 16 de setembro de 2021; e revoga dispositivos das Leis n°s 9.713, de 25 de novembro de 1998, 9.986, de 18 de julho de 2000, e 14.059, de 22 de setembro de 2020, e a Medida Provisória nº 1.181, de 18 de julho de 2023.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável à matéria e contrário às emendas nºs 1 a 23-U.

Observações:

1- A matéria está em regime de urgência constitucional.

2- Durante o prazo único regimental foram recebidas 23 emendas.

Concedo a palavra ao Senador Weverton para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu vou direto aqui para a análise do projeto, com a permissão dos meus pares, porque, senão, a gente vai ficar...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fora do microfone.) – Sem objeção de nenhum dos seus pares, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), compete à CAE opinar sobre o aspecto econômico e financeiro do Projeto de Lei nº 4.426, de 2023. Antes, porém, cumpre avaliar sua constitucionalidade, regimentalidade, técnica legislativa e juridicidade.

Quanto à constitucionalidade, o PL observa a competência da União para dispor acerca da seguridade social, das forças militares e da Polícia Civil do Distrito Federal e de sua organização administrativa, cumpre a competência legislativa do Congresso Nacional e materializa a iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos, respectivamente, do inciso XXIII do art. 22, do inciso XIV do art. 21, do art. 37, do art. 48 e do §1º do art. 61, todos da Constituição. Ademais, não se vislumbra no conteúdo da proposição qualquer violação material ao texto constitucional.

Quanto à regimentalidade e à técnica legislativa, não há qualquer afronta ao Regimento Interno do Senado Federal ou às disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Quanto à juridicidade, a proposição inova o ordenamento jurídico e é dotada de abstração, generalidade e coercitividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Avança-se, então, ao mérito da proposição.

O PL institui o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social (Pefps) e busca, dessa forma, regularizar o fluxo de requerimentos administrativos e as perícias necessárias para o devido funcionamento da seguridade social.

Com efeito, o Boletim Estatístico da Previdência Social de julho de 2023 indica que existem 1.833.567 (um milhão oitocentos e trinta e três mil quinhentos e sessenta e sete) requerimentos de benefícios em análise pelo INSS e perícias médicas pendentes, o que prejudica e impede o acesso dos segurados ao amparo fornecido pela previdência e pela assistência social.

Para conferir maiores incentivos e incrementar a produtividade administrativa, o Pefps institui o Pagamento Extraordinário por Redução da Fila do Instituto Nacional do Seguro Social (Perf-INSS) – com valor de referência de R$68,00 (sessenta e oito reais) – e o Pagamento Extraordinário por Redução da Fila da Perícia Médica Federal (Perf-PMF) – com valor de referência de R$ 75,00 (setenta e cinco reais).

O Portal da Transparência Previdenciária indica que, em setembro de 2023, a fila de perícias médicas iniciais somava 635.842 requerimentos, enquanto a fila de pendências administrativas somava 999.263 requerimentos.

Assim, em atenção ao art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), é possível afirmar, a partir dos valores de referência para o Perf-INSS e o Perf-PMF, que o impacto financeiro-orçamentário dos pagamentos extraordinários será de, no mínimo, R$115 milhões – considerando, nesse cálculo, o quantitativo base de um pagamento realizado por requerimento existente no estoque supracitado.

Ademais, o art. 8º da proposição assegura que os pagamentos dependerão de previsões próprias na legislação orçamentária, ficando o INSS responsável pela descentralização dos respectivos créditos.

Além dos pagamentos extraordinários, o Pefps também prevê a constituição de um comitê de acompanhamento, o que garante a existência de um órgão destinado especificamente à avaliação e monitoramento periódico dos resultados do programa, que terá duração de nove meses – prorrogáveis por mais três meses. Essa duração revela-se adequada, por um lado, às prementes necessidades dos segurados e, por outro, às possibilidades administrativas dos órgãos e autarquias envolvidos.

A proposição, então, autoriza a utilização de telemedicina para realização de perícias médicas, bem como que as respectivas avaliações sejam feitas por análise documental a partir das condições dispostas em regulamento.

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Dessa forma, o PL adequa-se à realidade dos municípios onde há difícil provimento de médicos peritos e confere respaldo legal às práticas capazes de alavancar a eficiência e o ritmo de conclusão dos requerimentos administrativos.

Ademais, outra medida que visa a facilitar a realização de perícias é a autorização para que peritos médicos federais atuem em diferentes estados, sem a necessidade de se submeterem a um registro secundário no respectivo órgão de classe competente.

Infere-se, portanto, que o Pefps instituído pela proposição fornece as condições administrativas necessárias para que o severo estoque de processos do INSS e perícias pendentes seja extinto, conferindo dignidade a milhares de famílias brasileiras que hoje aguardam pela definição de seus requerimentos voltados aos benefícios da previdência e da assistência social.

A proposição também reajusta as parcelas remuneratórias e os subsídios das forças de segurança pública do Distrito Federal, haja vista a defasagem atualmente existente e a necessidade de reposição do poder de compra e de valorização dessas carreiras de Estado.

Ainda, os arts. 21 e 22 impelem o Governo Federal e o Governo do Distrito Federal a constituírem fóruns de diálogo com o objetivo de viabilizar um intercâmbio permanente acerca dos subsídios e remunerações dos servidores. São, portanto, iniciativas que projetam efeitos para o futuro, uma vez que tais colegiados serão capazes de desempenhar um papel fundamental na formulação das políticas remuneratórias das forças militares e civis do Distrito Federal pelas próximas décadas.

Por sua vez, os arts. 23 e 24 instituem indenizações voltadas ao exercício de funções policiais extraordinárias e à compensação dos desgastes orgânicos e dos danos psicossomáticos. A proposição, dessa forma, demonstra atenção à realidade vivenciada pelos integrantes das forças policiais do Distrito Federal e lhes confere amparo adequado.

O art. 25 dispõe sobre a cessão de integrantes das carreiras da Polícia Civil do Distrito Federal para o Poder Legislativo da União e do Distrito Federal e, também, assegura licença remunerada para o desempenho de mandato classista ao servidor estável eleito para a presidência de sindicato. O art. 26, então, altera a Lei nº 12.086, de 2009, para fixar o Curso de Altos Estudos para Oficiais como via de acesso ao posto de coronel pertencente à Polícia Militar e também à Polícia Civil. Em todos os casos, são feitos relevantes ajustes de cunho administrativo que, portanto, devem ser confirmados por esta Casa Legislativa.

As disposições dos arts. 27 a 32 do PL promovem profundas e substanciais mudanças no funcionamento e na operacionalização das atividades da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, com novas regras para contratações temporárias e realização de concursos públicos, até disposições acerca da permanência de servidores em unidades administrativas e regimes de trabalho específicos. As medidas modernizam o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regime jurídico do quadro funcional da Funai e contribuirão em larga escala para a melhoria das atividades da Fundação.

O art. 33 da proposição, então, moderniza a estrutura administrativa de pessoal das agências reguladoras, através de sua inclusão na Lei nº 14.204, de 2021, que simplifica a gestão de cargos em comissão e de funções de confiança na administração pública federal. Dessa forma, as disposições incluídas na referida lei definem e padronizam o tratamento a ser dado, no âmbito das agências reguladoras, para a criação, transformação e distribuição dos Cargos Comissionados Executivos e das Funções Comissionadas Executivas.

O art. 34 pretende alterar a composição dos cargos efetivos, em comissão e funções de confiança no âmbito do Poder Executivo federal, visando adequar a estrutura de pessoal da administração corrente. Assim, seriam transformados 13.375 (treze mil trezentos e setenta e cinco) cargos efetivos vagos em 6.692 (seis mil seiscentos e noventa e dois) cargos efetivos vagos e em 2.243 (dois mil duzentos e quarenta e três) cargos em comissão e funções de confiança, na forma do Anexo VII.

O art. 35, então, assegura que a alteração na estrutura de cargos será realizada sem aumento de despesa, o que resguarda o equilíbrio das contas públicas e neutraliza eventual impacto financeiro-orçamentário das transformações.

A cláusula de revogação do PL, disposta no art. 36, extingue, em seu inciso I, a limitação de acesso das mulheres a 10% do efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal. Trata-se, portanto, de medida necessária, justa e adequada, voltada à promoção da isonomia e do acesso das mulheres às carreiras militares. Os demais incisos da cláusula de revogação promovem ajustes correlatos às modificações realizadas pela proposição nas diferentes legislações que menciona. Há também a revogação da Medida Provisória nº 1.181, de 2023, uma vez que seu conteúdo foi abarcado aqui neste PL.

Avança-se, então, à apreciação das emendas.

(Soa a campainha.)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – A Emenda nº 1-U faz com que integrantes das carreiras das agências reguladoras possam ser movimentados entre as agências. Essa alteração, contudo, ignora a necessidade de especialização e as peculiaridades de atuação técnica dessas entidades.

A Emenda nº 2-U visa autorizar, de modo permanente, a cessão de servidores federais para que ocupem Funções Comissionadas Executivas de nível 8 ou superior nas agências reguladoras. Como a cessão de servidores é medida excepcional e como há quadro de pessoal técnico de notória especialização em cada uma das agências, reputamos que tal autorização genérica está desalinhada com o melhor modelo de gestão de tais entidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 3-U implica potencial aumento de despesa; porém, não traz consigo a estimativa de impacto financeiro-orçamentário que exige o art. 113 do ADCT.

A Emenda nº 4-U, ao suprimir os arts. 3º-A e 3º-B da Lei 14.204, de 2021, na forma do art. 33 do PL, retira a correspondência entre os Cargos Comissionados Executivos 17 e 18 previstos na Lei nº 14.204, de 2021, e, respectivamente, os Comissionados de Direção II e I previstos na Lei 9.986, de 2000.

A Emenda nº 5-U, ao alterar os arts. 6º-A e 7º-A da Lei 14.204, de 2021, na forma do art. 33 do PL, amplia de forma inadequada a competência do colegiado das agências.

A Emenda nº 6-U, por sua vez, implica potencial aumento de despesa com pessoal; porém, não traz consigo a estimativa de impacto financeiro-orçamentário exigida pelo art. 113 do ADCT.

A Emenda nº 9-U autoriza que os CD II sejam transformados em CCE 18, o que retira a correspondência entre as previsões da Lei 14.204, de 2021, e as da Lei 9.986, de 2000.

As Emendas nº 7-U, 8-U, e 10-U a 23-U, visam alterar a Lei 13.681, de 2018, para disciplinar matérias relativas à inclusão de servidores efetivos, comissionados e empregados que possuíam algum vínculo com os ex-territórios nos quadros da administração federal. As emendas, contudo, implicam aumento de despesa com pessoal; porém, não trazem consigo as respectivas estimativas de impacto financeiro-orçamentário exigidas pelo art. 113 do ADCT.

Portanto, mesmo reconhecendo o melhor e mais louvável intento dos nobres pares que as propuseram, os motivos formais e materiais acima descritos tornam necessária a rejeição das Emendas nº 1-U a 23-U.

Conclui-se, por fim, que a proposição fornece a guarida legal necessária para o aperfeiçoamento da máquina administrativa do Governo Federal, influindo sobre diferentes aspectos de sua atuação, que variam desde a redução da fila do INSS até a organização do quadro de cargos da administração federal, perpassando a remuneração e a composição das forças de segurança daqui do Distrito Federal e a gestão das agências reguladoras. Sob o ponto de vista econômico, há, portanto, evidente ganho de eficiência e efetividade para a máquina estatal, o que reforça a pertinência da aprovação deste PL.

(Soa a campainha.)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Ante o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.426, de 2023.

Esse é o nosso voto e o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Weverton, eu quero parabenizar V. Exa. pela leitura, pelo seu relatório. Não poderia ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferente. Projetos tão importantes como este V. Exa. tem relatado, com um relatório sempre de forma muito justa e equilibrada. Parabéns mais uma vez!

A matéria está em discussão.

Para discutir, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, eu quero só, primeiro, agradecer.

Foi feito, de certa forma, um acordo. Na reunião de Líderes, na quinta-feira, o próprio Presidente Rodrigo Pacheco já... Houve um entendimento de colocar na pauta de hoje à tarde e votar agora de manhã na CAE.

Mas eu quero fazer uma retrospectiva, Presidente, com relação a isso. Só para V. Exa. e os nossos colegas entenderem, em abril – abril – de 2023, nós conseguimos, via acordo no Congresso, que, no máximo, em 30 dias, fosse dado o reajuste da Segurança Pública do DF, que há mais de dez anos... A Polícia Civil nossa sempre ganhou de forma equiparada à Polícia Federal – sempre – até o Governo Rollemberg. Aí, não houve aumento no Governo Rollemberg, não houve aumento no primeiro Governo Ibaneis, e agora ele mandou e também ainda não aconteceu.

O Governo, depois de muita conversa – a gente fez um acordo no Congresso Nacional –, depois de três meses, em julho, mandou uma medida provisória especificamente sobre o reajuste da Segurança Pública, que foi feito em duas parcelas: já foi paga a primeira parcela, de 9%, e os outros 9% seriam pagos agora no dia 1º de janeiro. Então, é uma medida provisória. Como a gente não resolve essa questão de medida provisória, porque a Câmara não indica mais membros de medida provisória, o que aconteceu? Teve que se fazer esse projeto de lei em regime de urgência para substituir a medida provisória que caduca no dia 14.

Então, lógico, tem esse feriado agora... Só para chegar à Câmara... Da Câmara para o Senado foram quase 14 dias. Então, o risco é muito grande de a gente não conseguir votar essa matéria. E sabem-se as consequências de ter que devolver recursos, sei lá o que vai ter que fazer, e ainda vai ter dificuldade de se repassar a segunda parcela, que foi um acordo. Foi a primeira vez na história, aqui no GDF, que o Governo Federal conseguiu fazer um entendimento entre os policiais militares, bombeiros e policiais civis. Então, lógico, não era para ter colocado. Primeiro, era para ter votado a medida provisória.

Esse projeto de lei, evidentemente... Foram colocadas pelo Governo outras matérias, que é a questão das filas do INSS. Mas há uma questão aqui... De fato, a transformação de cargo em cargo comissionado e também a ocupação de outros cargos... Evidentemente, quando se fala em cargos, já começa a discussão, porque não é unanimidade essa questão de aumento da despesa. Estamos falando em déficit,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meta. Diz-se que não se vai atingir a meta. Então, me preocupa colocar um negócio desse no meio e a gente não conseguir viabilizar a medida provisória, que vai caducar no dia 14.

Então, eu faço um apelo imenso ao meu Líder Rogério Marinho, que representa a Oposição e tem razões para pedir vista e fazer alguma coisa, no sentido seguinte: nós não podemos perder a possibilidade e deixar caducar essa medida provisória. Eu sei que o acordo que nós fizemos, não tem nada a ver com previdência, com o INSS, porque era aumento da segurança pública...

E eu quero agradecer, até porque sei que houve reunião com o Presidente Lula, lá, com todos os Líderes do Governo, onde foi acertado esse reajuste, que, infelizmente, foi em duas parcelas.

Então, eu queria chamar a atenção do meu caro Líder Rogerio Marinho e também do Ciro Nogueira, que é um grande Líder também, para ver como a gente resolve isso.

Eu não sei se o Weverton vai explicar melhor isso aí, mas eu sei o seguinte: nós não podemos correr o risco de deixar caducar.

É o apelo que eu faço: que a gente possa votar essa matéria, porque já está, inclusive, na pauta do Plenário agora à tarde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em discussão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Presidente, o senhor poderia, concordando, só suspender essa discussão para que a gente possa conversar aqui com o Líder da Oposição e daqui a pouquinho a gente voltar? Porque, se tiver pedido de vista, é como ele falou: semana que vem é feriado e, na outra, cai essa medida provisória.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Não, mas tem a da outra aqui, aí não vai ter prazo para que ela volte para a Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Weverton, nosso Relator, não houve pedido de vista.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Não, ele está me dizendo aqui que deve pedir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Mas, depois de um apelo desse do Senador Izalci?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas eu quero fazer meu apelo também.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Era importante...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu vou fazer meu apelo também, eu vou sensibilizar meu Líder aqui, meu Líder da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Líder, olha aqui para mim, olha nos meus olhos. É a Polícia Militar do DF. A polícia que mais está... É a Polícia Civil. São as nossas forças. As nossas forças estão acuadas, gente. Olha o que está acontecendo no Distrito Federal. Eu estou com meus coronéis presos. A minha polícia ficou quieta esses meses todos. Acatou tudo que fizeram contra ela. Como é que eu vou animar o moral da tropa? A minha tropa está desanimada.

Senador Marinho, meu Líder, pense bem nesse pedido de vista. Se o Governo errou, se alguém errou nesse processo, que não seja a polícia do DF, as forças do DF as penalizadas.

Fica aqui o apelo: vamos suspender por cinco minutos; tragam um chá para o meu Líder Marinho agora; vamos sentar aqui; mas as forças do DF não vão ser prejudicadas se tem algum erro nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Eu faço, assim, Presidente, esse apelo para que a gente possa conversar com o Líder Rogerio Marinho ali na sala da Presidência.

Nós temos essa questão da polícia do DF. Essa questão da fila da previdência é gravíssima. Nós estamos fazendo uma força-tarefa para enfrentá-la. Já chegou a milhão, então já são centenas de milhares de pessoas que estão dependendo desses mutirões para que possam de verdade ter esse acesso ao exame do perito médico, para que eles possam ter acesso a esse benefício. Então, nós corremos um sério risco de perder essa medida provisória e prejudicar todas essas frentes que foram abertas nesse projeto.

E, repito, estou trazendo o que veio da Câmara. Não inovei em nada aqui, Senador Girão, nada. Do jeito que veio da Câmara, eu estou...

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – ... com o compromisso que eu fiz com a bancada do DF – o Senador Izalci, desde o início, está em cima desse projeto; a Senadora Leila; a Senadora Damares; a bancada de Deputados Federais do DF também e dos territórios, porque também ela atende os territórios.

Então, há, da parte desta relatoria, toda uma sensibilidade, e, claro, a gente pede para a oposição também, para que a gente possa tentar construir esse acordo e votar esse projeto, já que o próprio Presidente Pacheco se colocou à disposição para, hoje à tarde, apreciá-lo no Plenário, para que a gente possa garantir o tempo hábil para a sanção dele.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Líder Rogerio Marinho, com a palavra.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Vamos conversar um pouquinho, Sr. Líder?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente e em especial aqui os Senadores que usaram da palavra, primeiro é para dizer que o Senador Weverton sempre faz relatórios aqui muito bem fundamentados e não seria diferente desta vez. É um relatório denso, um relatório que trata dos assuntos mais variados, o que, aliás, inclusive é expressamente proibido pela nossa legislação em função da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre elaboração, redação, alteração e consolidação das leis: "O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação [...]". Não podem conter "matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão", o que é o caso.

A gente está tratando de várias matérias ao mesmo tempo em função inclusive do que colocou o líder do PSDB, o Senador Izalci, que nós temos um problema de disfuncionalidade no Congresso. As medidas provisórias não avançam porque há uma posição clara da Câmara dos Deputados em não indicar Parlamentares. Então, isso certamente precisa ser resolvido, porque está gerando prejuízo de toda monta, e o Governo aproveita os projetos de lei em regime de urgência para apensar uma série de matérias diferentes, na contramão inclusive do nosso ordenamento jurídico.

Mas eu quero fazer aqui uma proposta até porque eu fui Secretário da Previdência e, como Secretário da Previdência, eu sei o prejuízo que a população mais carente, mais vulnerável tem em função do atendimento do INSS. Nós temos uma fila aí, que, segundo o Relator, chega a quase 1,5 milhão de pessoas entre perícias médicas e pedidos administrativos que estão represados. E o que está sendo posto aqui é a possibilidade de se pagar um prêmio para que os funcionários do INSS, os peritos médicos acelerem esse processo...

Não fale dobramento não, que a gente tem umas lembranças complicadas. Muito bem, então que façam esse trabalho no sentido de organizar a fila e permitir que as pessoas tenham acesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tenho dúvida que é muito meritório. Nós não estamos aqui nessa contramão, porém há um artigo – e aí eu peço atenção do Líder do Governo no Senado, o Senador Jaques Wagner – que pretende alterar a composição de cargos efetivos em comissão e funções de confiança no âmbito do Poder Executivo federal. Reestrutura 13.375 cargos vagos – são cargos que poderiam ser preenchidos por concurso público – e transforma esses cargos em 6.692 cargos vagos ainda, mas prevê a criação de 2.243 cargos em comissão, de livre nomeação do Executivo. Nós estamos falando de 2.243 jabutis, pessoas que vão ser indicadas pelo Poder Executivo na sua discricionariedade.

Permita-me, Presidente, nós temos que ter um pouco de cuidado nesse processo. Então a minha proposta é objetiva: retira o art. 34 que votarei aqui, não farei pedido de vista, não tenho nenhuma dificuldade. E a gente segue normalmente aqui. Ninguém vai prejudicar nem a Polícia Militar, nem as pessoas que estão nas filas da previdência.

Caso isso não seja possível, nós manteremos nosso período de vista, e isso vai ser votado na próxima semana, porque a próxima semana não terá obstáculo em termos de feriados. Só teremos outro feriado no dia 15 de novembro.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Então, na próxima semana, a gente tem condição de votar e não haverá o vencimento, que será no dia 14.

Mas eu ouço aqui o nosso Líder sobre se a gente pode retirar o art. 34.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Senador Marinho, V. Exa. também já foi membro do outro governo. Evidentemente que, apesar de ser estranho, é normal que a matéria, por um problema que ainda temos que equacionar – e eu entendo que é o Governo Federal que tem que chamar à mesa, porque a medida provisória é um instrumento de governo, foi criada para isso...

Não é possível que uma Casa, deliberadamente, por entender que a composição das Comissões de medida provisória está, a seu juízo, desequilibrada, à medida que elas são paritárias, alternando relatoria e Presidência entre as duas Casas, resolva não nomear ninguém. Aliás, não é a Presidência que não resolve, são os Líderes do outro governo, e aí eu falo de Líder de todos os nossos partidos – todos os nossos partidos –, porque, na verdade, o Presidente deveria indicar exatamente na abstinência de os Líderes não indicarem, só que os Líderes não indicam já comungando dessa tese, o que eu pessoalmente acho um absurdo – já falei ao Governo e ao Ministro de Relações Institucionais que é um absurdo, porque quem tem que equacionar é o Governo, à medida que ele está entre a Câmara e o Senado, com a postura da Câmara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A única coisa que eu corrigiria, me permita, da sua fala é que isso não é interesse do Governo, e V. Exa., em um trecho, citou que o Governo coloca o que quiser. Ao contrário, o Governo, para colocar aquilo que quer efetivamente, coloca na medida provisória.

O projeto de lei é uma tentativa da Câmara de ter prorrogativa absoluta, porque, como lá é sempre a última palavra, acaba que é prorrogativa da Câmara. Daí a insurgência e a revolta até – eu diria – de nós, Senadores e Senadoras, porque não podemos estar aqui só para conferir e repetir o que está acontecendo. Em função da premissa – e eu concordo com o Senador Izalci – de garantir a segunda parte do reajuste da Polícia Militar, que foi acordada, ele é obrigado a fazer um relatório em que não pode mudar isso, não pode mudar aquilo. Se tirar, volta para a Câmara, arrisca a caducar a medida provisória e, portanto, perde-se aquilo que já é compromisso, inclusive, do Governo Federal.

Quanto ao fato de ter cargos aqui – e me perdoe, de novo, discordar –, muitas vezes se coloca cargo comissionado não é a bem de fazer a farra. Eu, que fui Governador do estado, posso lhe dizer que, muitas vezes, a depender do tipo de tarefa, não é pertinente você fazer um concurso público para ter um funcionário que vai continuar; muitas vezes você tem missões e tarefas que são temporárias. Então, eu não tenho – me permita ser franco – condição, neste momento, de retirar, até porque me parece que, se retirar, de qualquer forma, terá modificado o projeto oriundo da Câmara, portanto voltará, a Câmara reivindicará que volte para lá, provavelmente vai recolocar a matéria e, sendo em tempo, ela vai para a sanção.

Então, me permita, V. Exa. já foi governo, neste momento é Oposição – já fui o contrário –: tem momentos em que a gente é obrigado a aceitar algumas coisas em função da premência. Eu já fiz isso quando era Oposição, então eu peço vênia a V. Exa. para que possa, pelo menos, encaixar essa questão, para garantir a questão do INSS e garantir, principalmente... honrar o compromisso que já foi assumido com a Polícia Militar do DF...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Fora do microfone.) – Líder Jaques...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... porque, Presidente, se houver... Permita-me só concluir, Senador Marinho. Se as medidas provisórias estivessem influindo, seria possível que o Governo editasse uma medida provisória na colocação desses cargos, o que é juízo dele; como no Governo anterior, a juízo do Governo anterior, ele fez as colocações nos cargos. Então, é normal o cargo comissionado... V. Exa. sabe quantos cargos comissionados...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – É só uma contribuição.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Como?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – É só uma contribuição, é bem simples.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Weverton, em seguida, para discutir a matéria, o Senador Amin, remotamente.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Como Relator.) – O Líder Jaques já fez aqui os esclarecimentos.

É importante lembrar que aqui, nessas modificações do que trata da questão desses cargos, não haverá aumento de despesa, tá? Não haverá aumento de despesa. É importante deixar claro isso.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Amin, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Por videoconferência.) – Presidente, não sei se estou sendo ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Muito bem, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir. Por videoconferência.) – Eu estou com um pouco de dificuldade de ouvi-los, mas eu ouvi duas músicas, assistindo aqui à intervenção do nosso Líder da Oposição, Rogério Marinho, e do Líder do Governo, Jaques Wagner, e as duas músicas absolutamente afinadas.

Por isso, me lembrei de duas frases. "Poder é como violino, toma-se com a esquerda e toca-se com a direita". E a segunda frase, que soa como música também, é: "Não há nada mais parecido com o Governo do que a Oposição no Governo". Não digo isso em demérito; digo pelas colocações que foram feitas.

Então, quanto à questão da Polícia Militar, eu acho que nenhum de nós tem dúvidas, não obstante a argumentação muito competente, apresentada aqui, tanto pela Senadora Damares quanto pelo Senador Izalci, eu acho que esse era o escopo principal, e nenhum de nós tem dúvida em considerá-lo meritório.

Quanto à questão da fila da previdência, em todos os estados do Brasil, nós estamos vendo um esforço para acelerar tanto filas da previdência quanto filas represadas no atendimento, especialmente a cirurgias eletivas. Acho que é uma matéria que se autoexplica.

Agora, essa da conversão de cargos vagos efetivos em cargos – claro, estarão vagos – em comissão, eu acho que isso é um mau precedente, considerando toda essa dificuldade que está sendo criada – ela não existia, está sendo criada – para que medidas provisórias tenham uma tramitação razoável dentro do Estado de direito brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nessa aí eu consulto se o Senador Jaques Wagner conseguiria articular o seguinte: o compromisso de veto, ou seja, nós aprovaremos tudo como está, com o compromisso de o Governo vetar este dispositivo da metamorfose de 2.243 cargos, dos que são hoje efetivos, mas que não estão providos, em cargos comissionados. Acho que isso seria uma atitude didática do Governo. E se o Governo quiser criar 2.243 cargos comissionados, que proponha, é ele que vai preencher, é ele que vai justificar.

Então, é uma tentativa de, primeiro, aprovar o que é essencial. E eu reconheço que é essencial a questão da Polícia Militar do Distrito Federal. Faço coro às palavras tanto do Senador Izalci quanto da Senadora Damares, quanto às que eu já tinha ouvido da Senadora Leila Barros, e conheço um pouco da situação, a justificar plenamente essas ponderações dos nossos três Senadores, duas Senadoras e um Senador do Distrito Federal.

Quanto à questão da fila da previdência, algum mecanismo que premie a aceleração na análise desses processos, acho que é justo, é meritório e é aceitável que deliberemos.

Agora, quanto à questão de conversão de cargo efetivo para comissionado, cabe ao Governo propor, é da organização do Governo. E, aliás, isso é até constitucionalmente do Governo. Se formos analisar que a iniciativa de projetos tais de organização e estruturação da administração pública é uma iniciativa privativa do Executivo, pois é no Executivo que isso vai acontecer, o Governo que proponha.

Então, eu ficaria muito confortável em votar a favor, pela qualidade do voto, do parecer do Senador Weverton, que é bastante abrangente e é uma análise qualitativa da questão, mas esse outro aí... Eu sei que fazer o destaque é antiprojeto, porque vai voltar para a Câmara.

Então, meu apelo ao Senador Jaques Wagner... E aí gostaria... para fazer coro às duas frases, eu acho que até que o Senador Rogerio Marinho concorda com isso... E que o Governo se comprometa em vetar, afinal, o Congresso vai se manifestar ainda, e se ele quiser propor a criação de 2.243 ou 2.244 cargos em comissão, ele que proponha.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Senador Amin, me permita, só para esclarecer: esse projeto de lei é de origem do Governo. Essa transformação que V. Ex. diz que, se o Governo quiser, faça, quem está fazendo é o Governo, não é o Parlamento.

Segundo, eu quero só chamar a atenção dos colegas, inclusive do nosso querido Líder da Oposição: aqui nós estamos fazendo um processo de redução. Nós estávamos em 13 mil, estamos passando para 6 mil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitas vezes eram cargos que já não tinham mais utilidade, por assim dizer, e a maioria desses cargos não são cargos comissionados. A maioria dos 6 mil serão preenchidos, porque quando você cria um cargo em comissão, você destina ou para livre provimento, ou para funcionários da casa, funcionários estatutários. Nesse caso...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Por videoconferência.) – Aí são funções gratificadas, não é?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É. Nesse caso, pelo menos, pelo número que eu tenho aqui, eu ainda estou com...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Como Relator.) – Sessenta por cento, Senador Jaques Wagner, vão ser para servidor público de carreira, concursado.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, 60% deles – me ajuda aqui o Senador Weverton, é que eu ainda estou na recuperação da cirurgia, eu não consigo ler direito –, mas 60% dos cargos, e aqui me consta 2.638, serão destinados a cargos efetivos. Não é para convidar alguém para cumprir uma missão. E, às vezes, você convida alguém porque, talvez, no plantel que você tem dos efetivos, você não tem a especialidade de que você depende.

Então, Senador Amin, a iniciativa é nossa, por isso não caberia eu aqui me comprometer com o veto. A iniciativa reduz de 13, repito, aproximadamente, para 6,5 mil; dos 6,5 mil, 60%... Não, aí houve uma segunda redução, na verdade, não será 6 mil o total. Nós vamos ter 60% destinados a funcionários efetivos.

O que eu posso me comprometer, uma vez aprovado, se o for e se for sancionado, eu prestar conta desse preenchimento aqui, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, do preenchimento por, efetivamente, servidores efetivos.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Atualmente, Líder Jaques, apenas 25% dos cargos são ocupados por não servidores.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, eu acho que, ao contrário do que já foi citado... Eu sei que toda vez que se fala em cargos, sempre se está falando em aumento de despesas. Vou insistir: na redução de despesas, há aumento de efetivos contemplados com esses cargos comissionados. Portanto, ao contrário, eu acho que é um processo de saneamento e não, eu diria – desculpe o termo – uma farra de contratações.

Eu posso, repito, me comprometer aqui, à medida que forem sendo preenchidos, para confirmar, até porque está dito aqui, nas razões do Governo, que 60% serão para cargo efetiva. Então, eu não tenho como... Eu tenho hábito de me comprometer com o que eu vou cumprir. Eu não posso aqui me comprometer com uma coisa que é de origem do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Para discutir a matéria, Senador Oriovisto, remotamente.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR. Para discutir. Por videoconferência.) – Sr. Presidente, Senador Jaques Wagner, Weverton, Amin, deixe-me dizer, todos sabem da minha posição em economia sempre de procurar, principalmente, o Marinho, que é o nosso Líder da Oposição. Eu fico imaginando, Marinho, que o Governo fizesse um concurso e contratasse, de forma efetiva, 13 mil funcionários, o peso disso para a máquina estatal. Teriam estabilidade, ficariam para sempre aí, tivesse serviço ou não, e no fim teriam aposentadoria, sobrecarregando ainda mais a nossa previdência.

Olha, eu acho que, na iniciativa privada, as empresas sempre podem contratar e demitir a qualquer momento – isso explica e muito a efetividade, a eficiência, os custos baixos da iniciativa privada –, o poder público. Não. No poder público, funcionário tem estabilidade e falta agilidade para o poder público na hora de resolver situações. Claro que eu não sou inocente, eu sei que em cargos de comissão, na livre escolha de diretores, pode haver muita coisa errada, pode se contratar quem não deveria ser contratado, falta critério.

O concurso tem uma qualidade imensa que é dar qualidade, demonstrar que a pessoa é competente para ocupar o cargo. Isso é o que há de fantástico no concurso. Já não é verdade no que diz respeito à estabilidade, à falta de flexibilidade, ao engessamento em que fica o Governo, seja estadual, municipal ou federal.

Então, eu tenho muito desgosto com isso. Para mim, o ideal seria que se fizesse um concurso para contratar comissionados. Só poderia ser comissionado quem passasse num concurso, mas passar no concurso não teria que ser necessariamente funcionário de carreira para sempre, com estabilidade.

Então, eu sou inclinado... Embora entendendo que ainda está longe de ser perfeita essa questão de comissionado, porque pode ter muita coisa errada, sim, mas eu tenho que dar a mão à palmatória e dizer que o Governo precisa de flexibilidade, e nisso eu concordo com os argumentos do Jaques Wagner: há uma redução de cargos.

Portanto, eu votaria a favor dessa matéria.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Líder, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Não, é só para, mais uma vez, esclarecer. Os cargos hoje são 13.375 e estão sendo reduzidos para 8.935. Eu sei que alguns setores onde os cargos estão sendo reduzidos são setores nevrálgicos e fazem parte do nosso embate político aqui natural, do marco temporal, etc., etc., mas, mesmo nesses, eu queria chamar a atenção: ICMBio, eram 589, cai para 260; Ibama, eram 2.119, cai para 1.139; Ministério do Meio Ambiente, 472, cai para 388; Ministério da Fazenda, 300, cai para 217; Funai, 855, cai para 700. É porque a gente ouve os comentários e muitos comentários dizem: "ah, estão botando mais gente". Na verdade, nós estamos reduzindo o volume de cargos disponível, porque esses cargos, sim, estavam disponíveis. Ministério da Saúde, de 3.550, 1.989. Ou seja, eram 10.506 e nós passamos para 6.692; e, dos comissionados, que eram 2.900, caiu para 2.243. Então, na verdade, a maioria dos cargos que eu citei aqui são cargos de efetivos. Os comissionados são dois mil e pouco.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – E esses comissionados diminuem também. Atualmente, são 2.869...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Cai para 2.200.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – ... e cai para 2.200

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu queria só, Senador Marinho, me permita... Como eu fui, por oito anos, Governador do Estado da Bahia, passei pelo mesmo drama do Executivo e não minto: eu sou o estado que mais fiz PPP e sou o estado que criei fundações, por exemplo, que contratam os médicos necessários ao estado. Pelo que o Senador Oriovisto Guimarães falou, um concurso público, eventualmente, eterniza, e, num cargo que você cria em comissão, o gestor tem liberdade. Não estou falando contra nossos funcionários; estou apenas dizendo que há compartilhamento dos dois modelos.

E eu quero ser franco: é óbvio que sai mais barato para o custo de governança você ter um cargo comissionado, que pode ser demitido, do que um concursado, por tudo o que o Senado Oriovisto falou. Então, me perdoe. Eu acho que o que está sendo feito aqui é racionalização, não é a farra da contratação.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Presidente, eu poderia dar uma palavra até pelo que eu ouvi?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Rogerio.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Bom, primeiro, eu quero chamar a atenção aqui e deixar claro que o apelo da Senadora Leila, o da Senadora Damares e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Senador Izalci, que defendem esse projeto, porque significa uma reparação do ponto de vista salarial à Polícia Militar do Distrito Federal, são extremamente legítimos e meritórios.

Eu fiz um reparo aqui e, inclusive, acrescentei a questão das filas do INSS, que considero correto também.

Nosso reparo aqui é que o Governo está colocando todos os itens no mesmo projeto, o que impede, inclusive, que nós possamos nos posicionar.

O Senador Jaques Wagner faz uma exposição muito boa, muito didática, mas vamos deixar claro, Senador, que esses 13.375 cargos, Senador Weverton, não estão ocupados, são vagos, está dito no projeto. São cargos vagos que poderiam ser ocupados em função de concursos públicos. Então, Senador Weverton, vai ter, sim, impacto fiscal, porque nós vamos ter 2,3 mil cargos comissionados que aí, sim, serão ocupados.

Quanto à questão de diminuição de cargos, o Governo anterior extinguiu 90 mil cargos que existiam na estrutura organizacional dos diversos ministérios e, mesmo assim, remanesceram aí treze mil e tantos disponíveis para serem ocupados por concursos públicos. E o Governo, em algum momento, achando que há necessidade na educação ou na saúde – aí é a discricionalidade do Executivo –, vai novamente mandar um projeto de lei para esta Casa e criar novas vagas para fazer concursos públicos. É assim que a banda toca. Agora, não há, por parte do Governo que V. Exa. representa, nenhuma economia do ponto de vista fiscal. Nós estamos tratando de vagas que não estão ocupadas e nós vamos, pelo contrário, ocupá-las criando cargos em comissão.

A proposta que o Senador Esperidião Amin faz me parece bastante razoável. Eu não vejo essa emergência de criação de 2,3 mil cargos comissionados neste momento. Eu vejo emergência, sim, de se votar o reajuste da Polícia Militar, de se diminuírem as filas do INSS. O Governo poderia fazer um gesto que seria muito bem-vindo por esta Casa, através de V. Exa... Eu entendo, inclusive, que é necessário que V. Exa. consulte o Governo. Por isso, eu faria um pedido ao Presidente que a gente sobrestivesse essa discussão por cinco ou seis minutos, com o comprometimento do veto, porque aí nós votaremos todos aqui, de forma unânime, favoravelmente, e o Governo faria um novo projeto de lei propondo essa mudança estrutural.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Senador Marinho, é bom discutir com V. Exa., porque considero V. Exa. um grande argumentador. Também me considero razoável, não tão competente quanto V. Exa.

Repare, V. Exa. mesmo disse que nós temos treze mil e poucos cargos disponíveis. Então, se fosse o problema de ocupar, eu poderia ocupá-los, porque eu tenho cargos comissionados também sem ocupação. Na verdade, antes de ocupá-los, eu imagino que o Ministério da Gestão é que foi enxugando para fazer essa limpeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ninguém está dizendo que amanhã, uma vez aprovado, serão ocupados os 2 mil ou os 4 mil... Não, não necessariamente, porque, se quisesse ocupar, já podia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, eu vou fazer diferente. Para não comprometer a votação seja do INSS, seja a... Porque, ao fim ao cabo, se for pedida vista, me perdoe, quem se prejudica são os interessados na medida provisória, e não o negócio dos cargos, porque, como V. Exa. disse, eu posso mandar outro; aqui é que prejudica. Eu vou inverter. Em vez de eu me comprometer em retirar o pedido de vista, vou sugerir a V. Exa. para levar a Plenário uma emenda, um destaque de supressão desse artigo.

Eu insisto que a supressão pode ser entendida do outro lado da Casa como devolver, precisando voltar para lá. Esse que é o problema. Então...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Eu só quero dizer que volta para Câmara é muito pior do que qualquer pedido de vista, porque realmente o que a gente precisa é votar a matéria. Agora, sobre essa questão dos cargos, V. Exa., o Governo pode resolver...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Como Relator.) – Nós temos um problema.

Se for dada vista hoje, foi feito o pedido de vista, mesmo aqui na Casa, para resolver até o último minuto, nós corremos um sério risco de não dar tempo de ser sancionado. Se tiver que mexer hoje e tirar, mesmo voltando para Câmara hoje, se o Presidente Pacheco voltar à tarde, é mais fácil dar tempo de ser sancionado sem problemas do que com qualquer tipo de discussão, porque pode acontecer de, na volta da vista, não ter o acordo. E aí?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – É que precisava evitar voltar para a Câmara, porque...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Relator, Senador Weverton, Líder Rogerio, vou suspender essa discussão para que V. Exas. cheguem a um acordo e a gente dar sequência à nossa pauta. Nós temos aqui vários itens ainda para serem deliberados hoje ainda.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu sei como o Governo funciona.

Eu não vou me comprometer a sair daqui e, em um telefonema de cinco minutos, resolver essa questão que eu não vou resolver. Então se a posição do Líder da Oposição é inamovível, nós vamos ter que adiar a votação. Eu não vou me comprometer, porque eu não vou pegar o telefone e rapidamente, em alguma coisa que foi construída no ministério, dizer "tire aí, bote aí". Se quiserem vetar, eu não tenho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condição nenhuma de me comprometer com o veto. Eu não tenho condição, até porque a matéria foi mandada pelo Governo, e seria o próprio Governo vetar o que ele próprio mandou.

Todas as matérias aqui interessam ao Governo, seja essa de que acabo de falar, seja o INSS, seja principalmente honrar... Eu quero só lembrar a todos que ela foi iniciada como medida provisória, que, portanto, está vigendo, só que vai cair dia 14 de novembro. Se não houvesse essa anomalia que nós estamos vivendo, nós estaríamos votando a medida provisória normalmente. Em função disso, eu não sei como proceder, porque...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Nós temos outros Senadores e Senadoras inscritos.

O Senador Girão está inscrito. Está com a palavra.

Em seguida, Senadora Zenaide; o Senador Amin pede a palavra novamente; e Senador Oriovisto.

Senador Girão, V. Exa. está com a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Eu lhe agradeço, Presidente.

Em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pela condução sempre muito equilibrada.

Eu vejo aqui muito boa vontade dos colegas.

Eu acho que não se trata absolutamente de nada querendo embarreirar aqui, o posicionamento do Senador Rogerio Marinho, que é o mesmo do Senador Amin. Eu vejo razoabilidade, porque, como nós sabemos, a Polícia do Distrito Federal é uma referência para o país, e está de parabéns aqui quem a defende, Senador Izalci, Senadora Damares, Senadora Leila. Não se entra em questão com relação a essa necessidade de se cumprir, de se valorizar... O problema de tudo é essa inclusão desses cargos. É aquela velha história, os fins não justificam os meios. O que embarreirou foi justamente essa... Podemos chamar de, como o Senador Rogerio Marinho colocou, 2.243 jabutis, mas que eu chamo de um Jurassic Park colocado aqui, dentro desse projeto. Então, isso não traz razoabilidade, isso realmente traz um receio muito grande de... A partir das declarações que a gente viu do Presidente da República, Presidente Lula, falando sobre a meta fiscal, dizendo completamente diferente do que o Haddad falou, mostrando um apagão completo na economia do país, isso é que deixa a gente mais preocupado ainda numa matéria como essa, no day after das declarações do Presidente da República e do Ministro da Economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acredito que é muito ponderável, mesmo o projeto sendo do Poder Executivo, eu acho que é muito, Senador Vanderlan, inteligente a colocação do Senador Amin, um compromisso de veto. Eu não vejo, sinceramente, problema – sabe, Senador Jaques Wagner? –, porque o projeto veio do próprio Executivo, é uma negociação política aqui, para não atrapalhar algo que é a essência, que é a recomposição salarial, o reajuste da Polícia do DF, em tirar isso e se discutir em outro momento.

Eu faço um apelo, apoio aqui o encaminhamento do Senador Rogerio Marinho e do Senador Amin.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Zenaide, com a palavra, Senadora.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Antes da Senadora Zenaide, me permita...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Só um momento, Senadora.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Só para dar um esclarecimento aqui aos colegas, para não haver uma interpretação errada: não há nesse PL um artigo, uma linha a mais do que já havia na MP. Esse projeto é a cópia da MP.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Como Relator.) – Portanto, não é jabuti.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – A MP já veio com o INSS... Ela é a cópia, não se tirou, botou-se nada, viu, Senador Marinho? O Governo não aproveitou o PL. A medida provisória é a cópia ipsis litteris do que é o PL. Já estava na medida provisória.

Hein?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, tudo bem, é o juízo de valor de V. Exa.

Eu estou dizendo que... O que eu quero dizer é que inclusive já está vigendo, até que caduque a MP, se nós não votarmos o PL. Mas só quero... É o espelho da MP.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Como Relator.) – Os mutirões já estão acontecendo. Inclusive, parece que 16 de novembro a 17 é lá no Rio Grande do Norte. Aí, se ela cair, ó, seu estado vai ser prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Vamos ouvir a nossa Senadora Zenaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Zenaide, o seu microfone está fechado ou é aqui na Comissão? (Pausa.)

É o seu.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Por videoconferência.) – Está tendo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Agora sim, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir. Por videoconferência.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, estou ouvindo aqui esse debate e fico vendo aqui o seguinte: todas as matérias são de interesse eu diria que do povo brasileiro. Os senhores imaginem que isso aqui, a falta de reajuste para a Polícia Militar do Distrito Federal já é grave. E essa quantidade de brasileiros e brasileiras... Mais de 60% são pessoas com deficiência, que precisam do benefício de prestação continuada. Eu sei... Elogiando aqui Weverton, Rogerio Marinho, que, como foi falado aí... Eu costumo dizer que Rogerio Marinho é um dos caras mais inteligentes daqui do estado, mas quero dizer o seguinte: se existe urgência, como eu acho, como falaram os Senadores Leila, Izalci e Damares, para o reajuste do salário da Polícia Militar... Gente, mais urgente ainda – é isso que a população está esperando – é essa fila da previdência. Isso, com certeza, está matando pessoas, porque tem gente aí, como foi falado aí essa quantidade de pessoas, que depende de um salário mínimo para manter a sua família que tem pessoas com deficiência.

Então, esse olhar... Eu acho que a gente poderia aprovar isso aqui. Isso aqui não é benefício de governo. E, como falou o Oriovisto, existe essa preocupação: esperar um concurso público seria um ideal, mas isso é inviável. Nós temos aqui essa matéria... Essa aprovação eu digo que é uma emergência. É mais do que uma urgência não só para os policiais – esse aumento esperado da Polícia Militar do Distrito Federal –, mas principalmente para os brasileiros e brasileiras que estão nessa fila da previdência, muitas vezes sem receber o salário – aqueles que precisam do aval para dizer que eles realmente.... Eu citaria aqui, por exemplo: tem gente que faz uma cirurgia e o médico, a junta médica, dá 60 dias. Completos os 60 dias, a empresa paga 15, e tem gente que faz mais de seis meses, quase um ano, que nem pode voltar ao trabalho, por falta de acesso a essa previdência, nem recebe o salário da empresa e muito menos o salário da previdência.

Então, gente, enquanto a gente discute isso aqui, eu não tenho dúvida de que são pessoas extremamente necessitadas, e a gente poderia chegar a um acordo aqui. Adiar é interesse do Governo, mas é interesse, principalmente, da população. Por isso, eu acho que a gente deveria votar isso aí hoje, depois se reveria esses reajustes, até porque a gente sabe que, se a gente não votar aqui, vai voltar para a Câmara e vai ser aprovado do jeito que era – e talvez perca o prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, um apelo aqui aos colegas, porque eu conheço e vejo, como médica, trabalhei a vida toda no serviço público, que esse povo está desesperado para que passe. Eles não estão pedindo privilégio, eles estão querendo ter acesso ao direito de voltar a receber o salário deles, voltar a trabalhar para receber ou, então, passar para um benefício de prestação continuada.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Relator Senador Weverton, qual a proposta boa agora, para a gente encerrar essa questão?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Como Relator.) – A proposta boa seria se o Senador Rogerio pudesse ir lá no gabinete dele resolver algum problema, mas ele não vai poder ir.

Como está o projeto em regime de urgência, então eu gostaria de consultar V. Exa., se, caso ele peça esse pedido de vista, se utilize o Regimento da Comissão, da Casa, para que a gente possa analisar esse pedido de vista em 24 horas, para voltar amanhã e podermos apreciar a matéria.

Eu digo isso porque, caso na volta do pedido de vista ele vença no argumento ou numa eventual emenda aqui ou no Plenário, aí já estouramos o tempo lá da Câmara. Então, caso isso aconteça essa semana, ainda teremos a esperança de ter a próxima semana na Câmara para resolver o problema.

Então, voltando ou não, essa decisão deveria ser esta semana aqui na Casa, para ter essa margem de segurança para não perder o projeto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Senador Weverton...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Leila, com a palavra.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Para discutir.) – Não, antes de... Primeiro, quero agradecer: eu não sou membro aqui da CAE, eu estava na CMA, estava lá recebendo o Presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, junto com o Líder Jaques Wagner, e eu vim mais no sentido de fazer um apelo à nossa Oposição, uma oposição tão qualificada. Quantos debates nós já fizemos aqui, não é, Senador?

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Um apelo no sentido de que foram meses. Olha, sinceramente, Senador Rogerio, meses.

É uma demanda histórica, é claro. Estou defendendo aqui como Senadora do DF essa reposição porque é necessária, ela é urgente, e foram meses de negociações, não só com a Bancada do Distrito Federal, mas com o próprio Governo, o Ministro Padilha, a Ministra Esther, enfim, com todos. Mas, aqui, é pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demanda mesmo. Nós temos uma demanda represada de prestação de serviço, principalmente nesta questão de mitigar, de diminuir essas filas de INSS, e a recomposição dos servidores do quadro da Funai. Eu acho que não precisa, a gente debate muito isto, inclusive na própria CMA, Senador, e o senhor sabe muito bem as dificuldades que a instituição, a Funai, sofre com relação a essa carência. Mas, mais do que isso, são os prazos.

Quando se fala em jabuti, quando se fala em tempo, a nossa urgência hoje é só uma. Não é o debate – e a gente nunca se furtou de ter esse debate, que sempre é muito qualificado –, mas é a questão do tempo mesmo. O que nos preocupa e o que urge e nos tira até assim... Eu estou até com taquicardia aqui, vou te falar a verdade. Eu fiz um procedimento na sexta-feira, ontem eu comandei uma audiência pública, hoje eu estou aqui, porque eu sei da importância que é para a Previdência. Porque hoje quem está na Previdência é o Presidente do meu partido, mas a gente está vivendo diariamente essa dificuldade com relação ao compromisso da diminuição das filas do INSS e também da recomposição salarial.

Eu quero pedir ao senhor para que pelo menos, no sentido do que o Senador Jaques Wagner falou... Nós temos 13 mil cargos aí que poderiam ser ocupados e não estão sendo. Essa demanda de 2 mil é uma demanda com que ele se compromete, e eu faço coro mesmo de estar na jugular do Líder do Governo, de darmos transparência a tudo isso que está sendo, enfim, acordado aqui, Senador.

A nossa preocupação, sinceramente... Acho totalmente pertinente a preocupação. O que urge, Senador, hoje – e faço isso para você, Girão –, é a questão do tempo. Nós negociamos há meses isso. Então, assim, se perdemos esse momento... Eu era Relatora da MP 1.181, trabalhamos muito em cima disso, e de repente mudou-se todo o cenário.

Então, quero pedir ajuda a vocês nesse sentido, porque é a questão do tempo, nada mais do que isso. E olha que a Oposição sempre vence aqui esse debate... (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Oriovisto, remotamente.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR. Para discutir. Por videoconferência.) – Eu quero fazer um último apelo ao Senador Rogerio Marinho.

Rogerio, faça duas fotografias. Se nós não aprovarmos, as filas continuam, os cargos dos policiais militares e dos civis do Distrito Federal não serão reajustados, e o Governo continuará tendo à sua disposição uma quantidade enorme de cargos, se não me engano, 13 mil – já não me lembro bem do número.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a fotografia número 1; o Governo com 13 mil cargos à sua disposição, tanto cargos por concurso, para funcionários de carreira, como cargos também que têm vagos – como bem disse o Senador Jaques Wagner – para contratar comissionados – ele já os tem.

Já pode fazer; ainda não o fez. Continuará podendo fazer isso. É claro que vai aumentar um pouco, se nós aprovarmos, mas aí já é outra fotografia. Bom, essa é a primeira fotografia.

A segunda fotografia é: nós aprovarmos. Nós estamos resolvendo a fila do INSS, nós estamos resolvendo a questão dos reajustes dos cargos do pessoal da segurança aí no Distrito Federal, e nós estamos diminuindo o número de cargos que o Governo Federal terá a sua disposição. Claro, vai haver um pequeno aumento para cargos em comissão, mas, no cômputo geral, diminui o número de cargos. Então, eu acho que a segunda fotografia é mais bonita do que a primeira.

E eu insisto: eu acho que governo engessado, seja municipal, estadual, federal, por uma quantidade imensa de funcionários que têm direitos e estabilidade é muito ruim para o Brasil, até porque, imagine que a oposição ganhe o governo daqui a três anos – vamos ter eleição de novo. É muito mais fácil demitir 2 mil funcionários comissionados. Demite-se numa penada, eliminam-se esses cargos e pronto. Agora, se eles não forem comissionados, se eles forem concursados, o novo governo não vai poder demitir ninguém. Então, olhando para as duas fotografias, de novo, eu, se for colocado em votação hoje – acho que deveríamos votar hoje. É meu apelo ao Senador Rogerio Marinho –, votarei a favor.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Amin, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Por videoconferência.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, estamos ouvindo. Com a palavra, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir. Por videoconferência.) – Eu só gostaria de reforçar um único toque, o restante está tudo entendido. A urgência da questão da Polícia Militar do Distrito Federal, as colocações da Senadora Leila, da Senadora Damares, do Senador Izalci são irretocáveis e eu não receberei, sem agradecer esta "ameaça", entre aspas, da Senadora Leila, de dar um corte na minha jugular. Eu até aceito isso, mas não é necessário.

Então, Polícia Militar do Distrito Federal é assunto absolutamente entendido por todos. A questão da fila da previdência, faço minhas as palavras da Senadora Zenaide. É desumano nós não aprovarmos essa questão. Agora, esse remanejo, vamos dizer, de 13 mil cargos, com 2.243 em comissão, certamente diferentes dos atuais, só uma coisa aí pode ser concretizada com razoável urgência: é o provimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destes cargos, o que parece que interessa ao Governo e ao Ministério da Gestão. Agora, isso não é urgente, nem urge, nem ruge; o que urge e ruge é o item 1 e é o item 2.

Eu fiz a proposta porque não vejo vergonha nenhuma, em nome da urgência e relevância, em o Governo tomar uma decisão política de vetar o que não é urgente, o que não é emergência, e tratar disso de uma outra forma, e nós não teremos nenhuma dificuldade em votar. Agora, o que eu estou percebendo é que o nosso querido Líder Jaques Wagner pretende que nós aprovemos o que é urgente e emergente, no caso da polícia e no caso da fila da previdência, agora, que aprovemos também esta questão dos cargos, que não é nem urgente, nem emergente e nem é factível com urgência, a não ser que sejam criados esses 2.243 cargos em comissão; estes, sim, poderão ser providos na data da sanção desta lei. Caso fila da previdência e caso da polícia militar, no caso da previdência já está em vigor e nós não queremos que deixe de continuar a vigorar.

Então eu faço essa convocação. Eu não estou impondo isso, mas, outro dia, nós, para provarmos o auxílio emergencial para os Prefeitos, também tivemos que concordar com uma mudança no conceito de orçamento em benefício da execução de metas fiscais do Governo. Ali a peça que o Governo nos oferecia era atender aos prefeitos, e eu usei a imagem do Don Corleone, que me fez uma proposta "irrecusável", entre aspas – disse isso no Plenário. Agora não é tão irrecusável assim, porque, eu repito, não há equivalência de urgência e emergência entre os dois casos primeiros – fila da previdência e a questão da Polícia Militar do Distrito Federal, muito bem defendida aqui pela Senadora Leila, pela Senadora Damares e pelo Senador Izalci – e esse remanejamento de cargos que não estão providos. Portanto, nada se perderá e talvez se ganhe alguma coisa quando forem providos os cargos comissionados, porque os efetivos o Governo já demonstrou que não os quer prover. Portanto, está havendo um desequilíbrio na proposta do Governo.

Eu aguardo, ainda, uma reflexão do querido amigo Senador Jaques Wagner. Acho que, se ele tiver uma conversa persuasiva, como sabe fazer, com o Governo, ele concordará. Não há nada de feio em, para conquistar duas coisas urgentes, postergar a conquista da terceira questão, que não é urgente.

E vou terminar, talvez conspirando contra a paciência dos senhores: nós tivemos um caso aqui em Florianópolis na década de 60 em que o Prefeito municipal, honrado e sério Prefeito Acácio Garibaldi Santiago, pediu a um Vereador do velho PSD – do PSD aquele antigo – que vetasse, por favor, o veto dele. E ele disse: "Veto do Prefeito? Nem o senhor me pedindo, eu derrubo o veto. Eu não voto contra o Governo". Então o Governo pode vetar sem medo, porque este veto provavelmente vai ser derrubado. Aliás, vai ser derrubado porque não foi obrigado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Jaques Wagner.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, só para fazer alguns esclarecimentos.

Senador Amin, evidentemente, do ponto de vista do Governo, há urgência, eventualmente e seguramente, não comparável às outras duas que foram citadas, só lembrando que todas as duas são compromisso do Governo. Quanto aos dez anos sem reajuste ou a um reajuste que foi engolido pelo reajuste da previdência, no caso do Governo passado, é uma reparação que está se fazendo, como já foi dito aqui. A fila do INSS não precisa discutir.

E repare, Senador Amin: nós estamos com dez meses de Governo. A organização administrativa de um governo, na minha opinião, pode não ser emergente, mas é urgente. Cada governo que é eleito tem o direito de se organizar. O Governo passado reduziu ministérios, depois recolocou alguns na caminhada de quatro anos; este Governo chegou e, por exemplo, pretende recriar o ministério das micro e pequenas empresas. E eu lembro aos colegas que, como a medida provisória entra em vigência, independentemente de se foi ou não instalada a Comissão, no ato, eu não tenho os números, mas imagino que algumas movimentações já foram feitas, porque, repito, acho que é um direito do Presidente da República organizar seu governo. É claro que a Casa tem o direito de criticar, e não me parece que o Governo esteja querendo romper, até agora, nenhuma regra fiscal. Não me parece que essa seja a vontade nem do Presidente nem do Ministro da Fazenda. Então, reparem: se a medida provisória está em vigência, se alguma movimentação reorganizacional de apoio é feita, como é que eu vou caducá-la?

Então, me permita, Senador Marinho: evidentemente, com a nossa Líder aqui, a gente tem, graças a Deus, uma harmonia bastante grande, um respeito bastante grande, mas eu, sinceramente, rogo a V. Exa. ou ao Presidente, se for o caso de vista aqui, que conceda vista de 24 horas. Nós temos condição de amanhã votar, porque estamos no virtual, então, eventualmente, podemos votar amanhã. Então, não teria prejuízo para o interesse, vamos dizer, maior da fila e do reajuste dos militares.

Agora, eu insisto, independentemente de concordar com V. Exa., eu não vou comparar a emergência ou a urgência, aliás, da organização do Governo com a emergência da fila do INSS e do reajuste dos militares, senão nós vamos ficar nesse impasse o tempo todo. Eu, infelizmente – e todos aqui me conhecem –, gosto de me comprometer no fio de bigode. Depois, se eu me comprometer, das duas, uma: ou o Governo me tira do cargo ou aceita o que eu negociei na confiança. Se eu não estou negociando aqui, eu não tenho esta condição, eu não vou garantir veto aqui para amanhã não vetar e eu não ter mais como olhar para a cara dos colegas.

Então, me permita, Presidente, aí eu sugiro: mantido o que é direito do Líder da Oposição... Eu só quero dizer que a matéria veio da Câmara, a Liderança da Oposição lá não se contrapôs a esse ponto, já passou na Casa, na primeira Casa. Não estou dizendo que a gente tem que fazer o mesmo que a outra Casa faz, claro. Eu só estou dizendo que há um correspondente meu e há um correspondente de V. Exa. Não vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer juízo de valor do trabalho de lá e cá, nem do meu nem do seu homólogo ou seu correspondente lá. Só estou dizendo que veio de lá já aprovado.

Mas eu acho que, como eu digo, às vezes é melhor um final trágico do que uma tragédia sem fim. O final não é nem tão trágico. Se for a vista, conforme é permitido pelo Regimento, de 24 horas, amanhã o senhor marca quando será a sessão, e nós vamos estar aqui, presentes ou virtualmente, eu com certeza estarei, numa situação para votar definitivamente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Presidente, é evidente, o importante para nós aqui é resolver e não deixar caducar a matéria. Se a questão é a vista de 24 horas, não tem problema.

Eu só quero ressaltar: a gente falou muito da Polícia Militar, mas esse projeto trata do reajuste da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, inclusive dos territórios. Foi um acordo que foi feito, porque realmente há mais de dez anos a Polícia Civil não tem reajuste.

E eu quero aproveitar esse minutinho aqui, Presidente: com relação aos policiais militares, agora, no domingo, Senadora Damares, participando de um programa, o super-herói lá, o Ministro Alexandre de Moraes, não só bloqueou as contas dos policiais militares... São oito que estão presos, tem um que está preso desde o dia 8. Não foi bloquear as contas, ele simplesmente tirou todo o recurso do salário deles e voltou para a Polícia Militar, para o orçamento normal, ou seja, não vão receber. Eles estão... Tem uma com câncer, um com a esposa com câncer, a outra tem filhos com deficiência. E vai recorrer a quem? Ao Papa? Como é que faz?

O que eu quero dizer é o seguinte: as pessoas não têm dinheiro para comprar comida. Os oficiais estão fazendo uma vaquinha já há algum tempo, e agora a gente está fazendo um apelo para que outras pessoas possam ajudar, mas os caras não têm dinheiro para comprar nada. Crianças... Imagina o filho de um policial militar, que todo dia via o pai dele saindo para procurar bandido, para matar bandido, para prender bandido, e aí o filho dele lá – e vários têm filhos pequenos – fica vendo agora, "meu pai preso". Cara, em que mundo que nós estamos vivendo?

Então, eu acho que o Senado precisa se posicionar nisso, não dá para ficar aceitando tudo. Eu sei que nós vamos votar semana que vem essa questão da decisão monocrática – eu espero que seja por unanimidade aqui –, mas de fato é uma coisa, assim, absurda. Aqui, eu estava ontem... Fui à missa domingo. A manicure foi condenada a 17 anos, a manicure é lá da igreja, manicure. Estava com o filho, o policial pediu para... puxou porque estavam jogando coisa de cima, e foi presa e condenada agora a 17 anos de prisão. Uma manicure. Qual é a chance de essa mulher criar alguma confusão? E os próprios oficiais aqui da polícia, que perigo é esse para estarem presos desde o dia 8 de janeiro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu faço um apelo. A gente fez uma visita, mas eu acho que não é só visita. O Senado precisa reagir a essa questão da Polícia Militar aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Muito bem, Senador Izalci.

Líder da Oposição.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Presidente, primeiro eu quero dizer a V. Exas. que está fora de questão aqui discutir mérito do projeto. Nós concordamos integralmente com a necessidade de fazermos reposição da polícia, concordamos com a questão das filas... O que nós deixamos muito claro aqui é que o Governo cria cargos em comissão. Para o Senador Oriovisto: Senador Oriovisto, esses cargos não estão ocupados, Senador Oriovisto. É uma disponibilidade para um eventual concurso público, então eles não estão ocupados. Na hora em que o Governo converte uma parte deles em cargos em comissão, aí sim está gerando um custo que deveria ter, inclusive, a questão do impacto fiscal, que não está respaldado, mas não vou entrar nessa discussão.

Da mesma forma que foi dito aqui da questão da urgência e da relevância, o próprio Senador Weverton colocou ali que V. Exa. pode usar o Regimento e dar vista de 24 horas. Eu acho que é um tempo para que o Senador Jaques possa conversar com o Governo e ver se amanhã nós temos aí uma posição diferente da que nós temos hoje, porque eu considero que cinco minutos não é tempo suficiente para uma interlocução com o Ministério da Fazenda, com o do Planejamento, com o da Gestão, mas um dia... Eu peço a V. Exa. que faça um esforço, como V. Exa. sempre tem feito, no sentido de encontrarmos aqui uma situação que nos dê conforto. Eu quero votar o projeto de peito aberto aqui. Eu sei da necessidade que a Polícia Militar tem. Não quero atrapalhar de forma nenhuma.

Agora, V. Exa. mesmo afirmou que o defeito é de origem. A medida provisória apresentada pelo Governo já está com matérias completamente sem nenhuma conexão entre elas, o que mostra um certo, eu diria assim, desrespeito mesmo com o Legislativo. Nós não estamos cumprindo a lei. Eu acho que o Governo deveria se preocupar em mandar projetos que tenham conexão para que nós possamos discutir, de forma isolada, cada um desses elementos.

Entendo que nós estamos tendo um problema de relacionamento entre as duas Casas – a vida como ela é –, mas peço a V. Exa. a vista regimental e solicito novamente, peço ao Líder Jaques Wagner que faça um esforço para que amanhã tenhamos uma solução, até porque amanhã vamos votar de qualquer forma.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A Presidência....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Apenas para dizer que, evidentemente, não me furtarei. Por isso é que realmente, em cinco minutos, é impossível. Como está marcado para amanhã, eu evidentemente vou consultar o Ministério da Gestão, que eu imagino que fez esse organizacional, e o da Fazenda, eventualmente, para saber quais são as limitações, eventualmente, de retirar ou de vir a votar.

Vou fazer esse esforço, só não posso dizer que vou conseguir, porque também tem um problema: quando a gente consegue sempre, o pessoal acha que a gente consegue tudo. Nem tudo a gente consegue. V. Exa. já foi Governo e sabe que, muitas vezes, há matérias que realmente têm conteúdos que não são conexos, são as necessidades do Governo, mas farei o meu trabalho.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Pela ordem.) – Só por questão de ordem, Presidente, porque, segundo a reunião de Líderes em que nós tínhamos ajustado tudo isso, a sessão de amanhã seria de manhã. Pelo menos é a informação que eu tenho. A gente precisava votar essa matéria, e aí depende de V. Exa. convocar, antes da sessão, evidentemente, que vai ser de manhã.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O pedido de V. Exa. será aceito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Fora do microfone.) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A Presidência concede pedido de vista coletiva até amanhã, quando irá retornar, às 9h da manhã.

Ao final da reunião de hoje, esta será suspensa.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Sr. Presidente Senador Vanderlan...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senador Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Eu gostaria de consultar V. Exa. sobre a possibilidade de colocarmos em votação agora o Requerimento 187, um requerimento extrapauta, que pede uma audiência pública para os próximos dias, conforme calendário, para a gente discutir a questão do mercado de distribuição de gás natural.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Requerimento extrapauta.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 187, DE 2023

Requer a realização de audiência pública para debater possíveis violações às determinações do CADE.

Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE)

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 187, de 2023, da CAE.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Item 3 da pauta.

Uma vez que o PLP 46, de 2023, trata de matéria de iniciativa própria da União, é importante que a CCJ seja ouvida quanto à constitucionalidade da matéria.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 46, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que "Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal", para tornar impositiva a execução das emendas apresentadas pelas comissões permanentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PL/PA)

Relatoria: Senador Mauro Carvalho Junior

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 24/10/2023, foi concedida vista coletiva da matéria.

Em 31/10/2023, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria do senador Alessandro Vieira.)

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 188, DE 2023

Requer audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PLP 46/2023.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA).

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado o Requerimento nº 188, de 2023.

Senador Jaques Wagner, o senhor quer usar a palavra?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Apenas para dizer, e pedindo vênia ao querido Senador Mauro, com quem eu tive a oportunidade de mais cedo conversar, dizendo que eu iria entrar com esse requerimento, só porque é uma matéria sobre a qual, na minha opinião, há dúvidas se a iniciativa poderia ou não ser parlamentar. Então, como eu sei que V. Exa. se despede, e teria todo interesse em ver o seu material votado, eu, por isso, me dirigi... Até porque há outro requerimento meu que poderia... Não sei se já está em suas mãos... Que era, até para esclarecer essa matéria, para ter uma audiência pública ou uma reunião com o Relator, em que eu convidaria a Ministra Simone Tebet, que é Ministra do Orçamento, para que pudesse esclarecer o quadro fiscal e o que está projetado para o ano que vem. Então, pode ser transformada numa reunião ou numa audiência pública, a juízo de V. Exa..

Eu acho até que é melhor uma reunião, que, na verdade, é para colocar os dados na mesa. Mas como já vai ter que suspender em função de ir à CCJ... Mas eu, de qualquer forma, registro o meu requerimento para...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Líder Jaques Wagner, eu sugiro, como Presidente dessa Comissão, para essa verificação de visto de iniciativa, que seja ouvida a Consultoria do Senado, e também que seja realizada essa audiência pública que V. Exa. sugeriu já no requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um prazer para nós estarmos recebendo aqui a nossa Ministra Simone Tebet ou alguém da assessoria dela para nos explicar melhor, até mesmo a situação fiscal, e falar sobre esse projeto, tirar aqui as dúvidas.

Eu, particularmente, Senador Mauro, defendo muito a audiência pública, eu gosto de audiência pública. E ficou aqui claro que, nas audiências públicas do grupo de trabalho coordenado pelo Senador Efraim, da reforma tributária, nós aprendemos muito, fomos entender melhor tudo que está sendo votado, segmento por segmento, aqui, nesta Comissão.

Aqueles que concordam com a proposta permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu queria só, Presidente, rapidamente, só comentar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Eu parabenizo o Senador Jaques Wagner pela iniciativa e também, respeitosamente, meu querido amigo Mauro Carvalho Junior, grande Senador, que chegou chegando aqui, no Senado Federal, com pautas muito boas, e fez um grande trabalho nessa relatoria; mas eu acredito que é aquela velha história: caldo de galinha, prudência e cautela não fazem mal a ninguém.

Então, eu, particularmente, vejo com muito receio esse projeto, porque amarra mais ainda o Executivo, que tem que ser exatamente quem deve deliberar sobre orçamento, no meu modo de entender. Acho que é até um desvio de função, muitas vezes, nós termos emendas parlamentares. E ainda ampliar isso eu acho que não é muito saudável.

Então, com esta audiência pública, Senador Vanderlan, o senhor está de parabéns. Eu também gosto muito de audiência pública, onde a gente pode decantar, ouvir um lado, ver as consequências. E eu acho que foi a melhor decisão possível para que a gente possa ter cautela com relação à não concentração de poder.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fora do microfone.) – Senador Mauro.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Presidente, Senador Vanderlan, nosso Líder Jaques Wagner, Líder do Governo, eu concordo plenamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com essa decisão do Plenário de a gente realmente promover uma audiência pública para ampliar este debate. Realmente, apesar de ser o Relator da matéria do projeto de lei do Senador Zequinha Marinho, que eu respeito muito, eu acho extremamente responsável, por parte desta Comissão, abrir uma audiência pública para que realmente haja um debate verdadeiro, transparente, para que mais pessoas entendam realmente o impacto dessa matéria, não só no Executivo, mas também no Legislativo.

Então, aqui, da minha parte, Senador Jaques Wagner, o senhor tem total apoio por requerer esta audiência pública, porque eu acho que, com a ampliação do debate, nós teremos uma conclusão melhor nesse projeto de lei.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 3166, DE 2023

- Não terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Bolsa Estudantil do Ensino Médio.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Mauro Carvalho Junior

Relatório: Favorável à matéria e contrário à Emenda nº 1-T.

Observações:

A matéria será apreciada pela CE, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Mauro Carvalho para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Obrigado, Presidente, Senador Vanderlan.

Tenho certeza absoluta de que o nosso Líder do Governo irá realmente ter uma postura diferente da do projeto anterior, porque realmente este é um impacto muito grande no ensino médio brasileiro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gerando oportunidades para milhares de estudantes, gerando aí uma bolsa de estudo para essas pessoas terem oportunidade também de estudar em escolas particulares.

Peço a sua licença, Presidente, para ir direto à análise do meu relatório.

Compete à Comissão, nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, analisar os aspectos econômico-financeiros das matérias que lhes são submetidas.

No âmbito dessa competência, concordamos com o nobre proponente, Senador Astronauta Marcos Pontes, quando salienta que "o PL permite ao Executivo definir, em regulamento, os parâmetros necessários para adequar o programa à realidade orçamentária e às prioridades educacionais, de modo a garantir sua sustentabilidade", ou seja, o Poder Executivo poderá dispor, da forma e magnitude orçamentária necessárias para que o Programa Bolsa Estudantil do Ensino Médio seja implantado sem comprometer as metas de resultado primário previsto na legislação, de tal forma que o projeto não necessita apresentar estimativa de seu impacto financeiro, como determinam o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Tal entendimento, no entanto, não pode ser estendido à Emenda nº 1-T, visto que a mesma propõe benefícios fiscais, cuja estimativa de impacto orçamentário deveria ser apresentada, bem como, estar acompanhada de medidas compensatórias, como exige a legislação pertinente. Adiar a entrada em vigor desse dispositivo até sua inclusão no demonstrativo exigido pelo §6º do art. 165 da Constituição Federal, ou seja, até que os projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual considerarem a correspondente renúncia fiscal, não é suficiente para mitigar a situação. Por essa razão, somos levados a rejeitar a única emenda apresentada.

Quanto ao mérito da proposta, concordamos ainda mais com o autor da proposta, Senador Marcos Pontes, quando enfatiza a importância de incentivos suplementares para a permanência dos jovens na escola, especialmente no ensino médio, de tal forma que a bolsa prevista no projeto pode contribuir sobremaneira para diminuir a evasão escolar, aumentar o acesso educacional da população, promover a equidade educacional e o desenvolvimento social e econômico do país. Desta forma, é inegável o caráter altamente meritório da proposição.

Por fim, cabe lembrar que a proposta será analisada em caráter terminativo na Comissão de Educação, onde, além do mérito educacional, deverá aprofundar a análise de sua constitucionalidade e juridicidade.

Meu voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, manifesto voto favorável ao Projeto de Lei nº 3.166, de 2023, de autoria do nosso Senador Astronauta Marcos Pontes, bem como pela rejeição da Emenda nº 1-T.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É só, Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns pelo seu relatório (Fora do microfone.)

Senador Mauro.

A matéria está em discussão.

Para discutir, Senador Oriovisto.

Com a palavra, Senador Oriovisto.

Senador Oriovisto, antes de V. Exa. usar a palavra, gostaria de convidar aqui o Senador Girão para assumir esta Presidência, por uns minutos.

Com a palavra, Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR. Para discutir. Por videoconferência.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É apenas um questionamento ao Relator. Eu gostaria de um esclarecimento.

Como será essa bolsa? Vai se pagar alguma coisa em dinheiro para o aluno? Vai se pagar alguma coisa para a escola particular, onde ele estiver estudando? Ou as duas coisas? E de onde virão os recursos?

Eu gostaria de ter esses esclarecimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Relator, meu querido amigo Mauro Carvalho, está com a palavra.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Senador Oriovisto, como diz até no meu relatório, o projeto não precisa apresentar estimativa de seu impacto financeiro, como determina o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O Poder Executivo poderá dispor da forma e magnitude orçamentária necessárias para o Programa Bolsa Estudantil do Ensino Médio. Ou seja, o próprio Ministério da Educação terá a sua autonomia para colocar dentro do seu orçamento recursos necessários para o Bolsa Estudantil do Ensino Médio no Brasil.

Outra coisa: deverá esse recurso ser repassado diretamente às escolas, beneficiando esses alunos do ensino médio. Em muitas escolas, no seu bairro ou mesmo na sua cidade, onde existe a impossibilidade de vagas, já tem estudantes em excesso nessas escolas, nós daremos, para esses estudantes que fazem parte do CadÚnico, que fazem parte do Bolsa Família, a oportunidade de se matricularem em escolas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

particulares próximas à sua residência, e esse recurso será custeado pelo Governo Federal, diretamente para as escolas particulares.

Esclareci sua dúvida, Senador Oriovisto?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR. Por videoconferência.) – Sr. Presidente... Em parte, sim. Eu acho a ideia meritória – acho a ideia meritória –, mas não está claro para mim da onde virão os recursos. Ah, você vai dizer: "Bom, são verbas do Ministério da Educação". Mas o Ministério da Educação tem verbas comprometidas com as escolas públicas, com a compra de material didático, com tudo o que faz, com distribuição de livros, etc., com seus próprios funcionários, e assim por diante. Da onde ele vai tirar recursos e em que volume isso será? Parece-me mais uma autorização, e, se é uma autorização, vai ficar por isso mesmo. O ministério estará autorizado, mas vai depender da boa vontade do ministro colocar isso em prática. Acho que perde força o projeto.

Mas eu votaria a favor – eu votaria a favor. É pelo menos uma boa intenção que se expressa, mas duvido da efetividade.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Senador Oriovisto, nós podemos, inclusive, com esse projeto de lei... O Governo Federal, como cabe a ele a responsabilidade, pode inclusive criar um programa parecido com o Fies para o ensino médio, sem problema nenhum. Então, como essa discussão é de responsabilidade do Ministério da Educação, poder-se-ão também criar outros programas que vão beneficiar também o ensino médio para a população menos favorecida deste país.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A matéria continua em discussão. Mais algum Senador gostaria de se manifestar? (Pausa.)

Então, não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Mauro Carvalho Junior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado – parabéns aí ao meu querido amigo e Senador Mauro Carvalho Junior – o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1-T vai à Comissão de Educação e cultura.

Muito bem. (Pausa.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o próximo item vai ser relatado pelo querido irmão, o Senador Rogério Carvalho, que é o item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 4147, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre a profissão de técnico em nutrição e dietética; e altera a Lei nº 6.583, de 20 de outubro de 1978.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

A matéria será apreciada pela CCJ e pela CAS.

Eu concedo a palavra ao Senador Marcos Rogério para a leitura do seu relatório. A matéria...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, Senador Marcos Rogério. O senhor está com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Por videoconferência.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perdão... Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Por videoconferência.) – Isso. Obrigado.

Eu queria pedir a V. Exa. para ir direto à análise para a gente ganhar tempo. Se V. Exa. me permitir, eu já posso começar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator. Por videoconferência.) – Então, vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre o aspecto econômico e financeiro do Projeto de Lei 4.147, de 2023.

Sob a ótica econômica, o PL cria a categoria dos técnicos em nutrição e dietética, viabilizando a atuação de quem comprove a conclusão de ensino médio ou de curso profissionalizante. Dessa forma, a proposição confere segurança jurídica e amplia o capital humano à disposição do ascendente mercado de serviços nutricionais e de alimentação – o qual será favorecido pela regularização dos profissionais já atuantes e pelo ingresso de um número significativo de outros.

A título de exemplo, o PL afirma, em seu art. 4º, que os técnicos em nutrição e dietética atuarão nos treinamentos de pessoal em serviços de alimentação, no acompanhamento da produção de alimentos e refeições, e na supervisão do trabalho do pessoal de cozinha.

Do mesmo modo, o art. 5º da proposição indica que os técnicos poderão integrar equipes destinadas à pesquisa de questões atinentes à nutrição e à dietética, bem como equipes voltadas ao acompanhamento da produção e industrialização de alimentos.

Conclui-se, portanto, que o PL viabiliza um relevante amparo legal e reforço profissional para o setor de serviços nutricionais e de alimentação, o que resultará, em última instância, em uma maior variedade e qualidade dos serviços prestados, os quais se tornarão também mais acessíveis para a população como um todo.

Outro aspecto relevante da proposição refere-se à expressa previsão de atuação dos Conselhos Federal e Regionais de Nutrição. Assim, a supervisão exercida por tais entidades sobre os técnicos em nutrição e dietética confere maior segurança ao funcionamento do respectivo setor econômico e, dessa forma, promove seu desenvolvimento.

Sob o ponto de vista financeiro-orçamentário, a proposição traz consigo a previsão do pagamento de anuidades pelos técnicos – cujo valor está limitado a 50% das anuidades pagas pelos nutricionistas – e, dessa forma, prevê uma fonte de custeio apta a sustentar as competências assumidas pelos Conselhos Federal e Regionais de Nutrição.

Ademais, os conselhos profissionais são autarquias sob regime jurídico sui generis e não recebem, como regra, subvenções ou repasses advindos da União – possuindo, portanto, um orçamento insular –, o que afasta possíveis impactos do PL sobre o Erário.

O voto.

Ante o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.147, de 2023.

Era isso, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Imediatamente, já coloco a matéria em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação, o relatório apresentado pelo Senador Rogério Carvalho.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Nós vamos agora para o item 6. (Pausa.)

Também o Senador Rogério Carvalho é o Relator.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 4804, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para garantir assentos especiais no transporte público para pessoas com deficiência e com obesidade mórbida.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Favorável ao projeto e pelo acolhimento da Emenda nº 1-CDH, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela CDH, com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CDH.

2- A matéria será apreciada pela CI, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Zenaide Maia está conectada conosco.

Com a palavra, o Senador Rogério Carvalho para a leitura do seu relatório.

Senador Rogério Carvalho, o senhor está com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator. Por videoconferência.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu também peço permissão para ir direto à análise, já que já foi mencionado o título do projeto e o seu objeto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O.k.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – De acordo com o inciso IV do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, a CAE é competente para opinar sobre matérias que tratem de assuntos de repercussão econômica, sendo esse o caso em comento.

A matéria encontra guarida no art. 22 e no art. 24 da Constituição Federal, bem como no caput do art. 48 da Constituição Federal, consoante o qual ao Congresso Nacional compete dispor sobre todas as matérias atribuídas à União. Inexiste vício de iniciativa na propositura da matéria e violação às cláusulas pétreas.

A proposição é plenamente dotada de juricidade, ao inovar o ordenamento jurídico e cumprir os requisitos de abstratividade, coercibilidade, generalidade e imperatividade. Também atende às disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, de modo que não necessita de ajuste quanto à técnica legislativa.

Especificamente em relação às atribuições desta CAE, destacamos que o PL não traz qualquer impacto econômico-financeiro para a União, tendo em vista que se trata de ação privada para a melhoria da qualidade de serviços às pessoas com deficiência e obesidade, sem contrapartida em termos de benefícios fiscais. Não se torna, portanto, necessário verificar o atendimento do disposto na legislação sobre finanças públicas, em especial às restrições impostas pela Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, para políticas que impliquem renúncia de receitas ou aumento de despesas.

A iniciativa é meritória, pois contribuirá efetivamente, como destacado pela autora, para uma maior inclusão social de pessoas com deficiência e obesidade. Se observarmos os critérios da lei, as pessoas com obesidade em grau elevado cumprem com todos os requisitos para receber um tratamento que respeite sua condição. Entretanto, de modo difícil de se compreender, ainda há discussão a respeito de se essas pessoas podem ou não contar com o apoio do Estado para vencer barreiras e usufruir direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em igualdade de condições com todos os cidadãos. Com a medida ora analisada, isso se tornará óbvio e mandatório. A proposição traz justiça e dissolve escusas ao cumprimento da lei.

Nessa linha, proponho alguns pequenos ajustes, de modo a aperfeiçoar a redação do projeto.

O primeiro deles é substituir, na ementa do projeto, a expressão “transporte público” por “transporte coletivo”. Dessa forma, compatibilizamos o texto da ementa com o corpo do projeto, uniformizando a terminologia utilizada. Afinal, trata-se de modalidades distintas, sob a ótica das definições contidas na Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política de Mobilidade Urbana.

O segundo ajuste trata de substituir a expressão “obesidade mórbida” por “obesidade grau 3”. Dessa maneira, utilizamos o conceito referenciado pela Organização Mundial de Saúde, de modo que a política pública atinja de maneira mais eficiente o público-alvo ao qual se destina.

A terceira modificação consiste em determinar que regulamento estabelecerá a forma de reserva e delimitará os percentuais de assentos especiais. Assim, em vez de criar-se uma reserva fixa de 3% dos assentos, poderão ser estabelecidos percentuais diferentes para cada meio de transporte.

De igual modo, regulamento disporá sobre os demais procedimentos necessários para o pleno exercício do direito aos assentos especiais, podendo cuidar, por exemplo, do prazo de antecedência que deverá ser observado a fim de que a reserva seja efetivada. Com isso, buscamos que sejam atendidas em norma infralegal as especificidades de cada meio de transporte.

Por fim, a quarta modificação assegura que, comprovada a impossibilidade de disponibilização de assentos especiais, as empresas deverão garantir aos passageiros assento contíguo, sem quaisquer custos adicionais. Dessa forma, objetivamos evitar a prática corrente de algumas empresas, as quais realizam cobrança adicional nas situações em que pessoa com obesidade precisa utilizar mais de um assento para sua adequada acomodação, com conforto e segurança.

O voto.

Em não havendo óbices formais ou legais, bem como levando-se em conta o caráter meritório da proposta, voto pela sua aprovação, com o acolhimento da Emenda nº 1-CDH, na forma do substitutivo.

Então, o projeto de Lei 4.804, de 2019, altera a Lei nº 10.048, de novembro de 2000, para garantir assentos especiais para pessoas com deficiência, com obesidade grau 3 no transporte coletivo:

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 3º-A:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 3º-A. As empresas que atuam no transporte coletivo de passageiros, nos modos rodoviário, hidroviário, ferroviário, metroferroviário ou aeroviário, reservarão assentos especiais para pessoas com deficiência ou com obesidade grau 3, na forma e percentuais previstos em regulamento.

Parágrafo único. Na hipótese de comprovada impossibilidade de disponibilização de assentos especiais, as empresas deverão garantir aos passageiros de que trata o caput deste artigo assento contíguo, sem quaisquer custos adicionais".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Aqui, nós – queria só concluir aqui, Presidente – colocamos para um regulamento, porque o transporte coletivo tem várias modalidades, e é preciso que isso seja discutido com os setores, como é possível garantir que as pessoas com deficiência, com obesidade grau 3, possam ter uma condição de igualdade no transporte coletivo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senador Rogério Carvalho.

A matéria está em discussão.

Senador Izalci pede a palavra. Depois, a Senadora Zenaide Maia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, é evidente que ninguém aqui é contrário ao mérito. Eu, particularmente, sou totalmente favorável ao mérito. Agora, o que a gente precisa entender um pouco é que as empresas não funcionam igual ao governo, que muda, assim, da noite para o dia. As empresas trabalham com planejamento. Elas têm que comprar os ônibus. Elas têm que fazer as adaptações, sejam aéreas, seja o que for... Então, a lei, a partir da publicação... Imagina: publicou a lei. Está bom. Vamos aprovar aqui, terminativa, sanciona daqui a 15 dias. Já está vigorando. Ah, não tem nenhum impacto no governo. Não tem mesmo não, em orçamento nenhum, mas indiretamente tem, porque é óbvio que isso aí pesa na tarifa, mas digo assim... Normalmente, quando você envolve modificação, substituição de ônibus, exigências, sei lá, você tem que ter um prazo. Entendeu?

Eu estou falando isso aqui, porque eu jamais votaria contra uma medida como essa, como, inclusive, aprovei recentemente aqui a do passe livre estudantil, porque não tem lógica o aluno não ir pra escola porque não tem transporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu não sei se o Relator poderia ajustar alguma coisa, porque... E não é um regulamento que vai dizer "ó, pode ser daqui a dez anos, cinco anos". Não é o regulamento que vai dizer isso. É a lei. Então, a partir da publicação, eu tenho minhas dúvidas com relação a isso, mas deixo para o Relator aí, no sentido de verificar se tem uma saída nesse sentido, de ter um "prazozinho", até para adaptar tarifa, fazer as modificações nos ônibus, nos aviões etc. Eu acho que, da forma que está aqui, a partir da publicação, é um problema.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, Senador Izalci.

Com a palavra, a Senadora Zenaide Maia. Depois, Senador Rogério Carvalho também pede a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir. Por videoconferência.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, eu queria dizer que essa lei faz com que as pessoas com deficiência ou obesidade grau 3... São pessoas... Nos não estamos aqui pedindo para eles não pagarem as passagens. Então, mesmo sem ver... Além de ver esse lado, porque não é justo que as pessoas que têm obesidade grau 3 não possam viajar. Entendeu?

E a maioria da... Por exemplo, nos aviões já tem as primeiras cadeiras que a gente sabe que já se disponibilizam para isso, na maioria dos ônibus, e, caso não tenham, já diz: vão estar dois assentos, entendeu? O que se está pedindo aqui é que se dê o direito de ir e vir para as pessoas com deficiência e para as pessoas com obesidade grau 3, e que podem se adaptar.

Não tem essa história de dar para cinco tantos anos.... Com todo respeito ao meu colega, isso é algo que se chama inclusão. E já muitos transportes coletivos já veem isso. Eu não acho que isso seja um entrave, que se tenha que demorar mais ainda, depois de aprovada. Eu penso que ela não é... Ela ainda vai para a Comissão de Infraestrutura, mas, enquanto isso, nós temos uma população grande. Gente, eu queria dizer que quase 25% da população brasileira tem algum grau de deficiência, e a obesidade grau 3 é uma coisa muito real na nossa sociedade. Por isso o apelo aqui aos colegas para que não deixemos essas pessoas sem o direito de ir e vir. Porque esses transportes...

Desde que se criou a Lei Brasileira de Inclusão, a gente sabe que a maioria dos lugares já sabem que precisam se adaptar a esse direito de ir e vir. E não é uma população grande que tem recursos, tem condições de viajar – e, muitas vezes, se intimidam pela falta desse olhar diferenciado.

Se tem uma pessoa obesa grau 3, é simples, mesmo sem a lei, a gente vê nas aeronaves, ela já pedindo a troca para as pessoas. E a gente deixou essa regulamentação do aviso antecipado, que é para poder já deixar o espaço reservado, na hora em que for comprar.

Eu digo que as empresas de transporte coletivo desse país só têm a ganhar ao incluir essa quantidade, que não é pequena, de pessoas com deficiência e pessoas com obesidade grau 3.

Era isto que eu queria pedir aos colegas: essa compreensão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, eu só quero reforçar o que eu disse. Não há nenhuma dificuldade, não há nenhum impedimento. Eu não sou contra nada, com relação ao mérito. A tudo que a Senadora Zenaide falou, sou totalmente favorável.

Agora, o que eu quero dizer é que, primeiro, no Brasil tem lei que pega e tem lei que não pega. O Plano Nacional de Educação, por exemplo, é um deles. Não tem multa nenhuma, não tem punição nenhuma, então os caras não fazem.

Então, quando você... Veja bem, a gente fala aqui de avião, não sei o quê, mas você tem ônibus para tudo quanto é lado aí, inclusive escolar, que não tem nem condição de receber o aluno. Tem ônibus aqui na capital, não estou dizendo no interior do Amazonas ou do Mato Grosso, não.

Então, o seguinte: sou favorável ao mérito. Eu só acho que, para essas empresas... V. Exa. é empresário, conhece o meio empresarial. Não sei se da noite par o dia você tem como dizer "olha, a partir da publicação, todo mundo é obrigado a fazer isso". Você não tem estrutura nenhuma, você não tem financiamento nenhum. Nós temos essa mania também de obrigar a fazer e não dar as condições disso – a LGPD; tem vários exemplos disso aí.

Mas eu, no mérito, sou totalmente favorável. Não sou eu que vou votar contra uma matéria como essa, mas eu digo isto: sempre a gente deve olhar essa questão do planejamento e condições de implantação. Aprovar por aprovar simplesmente não é muito bom. É bom quando se aprova e ela é totalmente cumprida. Mas eu não tenho dificuldade nenhuma, Presidente. Por isso que eu fiz o apelo ao Relator, se tem algum mecanismo para que o Relator pudesse olhar esse aspecto, mas isso não vai interferir em nada...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu pergunto ao Relator, Senador Rogério Carvalho, porque tem outro colega, o Senador Sergio Moro, que está pedindo a palavra para fazer alguma contribuição, se a gente pode ouvi-lo primeiro. O senhor está inscrito antes, Senador Rogério Carvalho, mas pergunto se a gente pode ouvir o Senador Sergio Moro e, depois, eu já passo ao senhor como último inscrito.

Ele está dando o o.k. aqui. Então, Senador Sergio Moro, o senhor tem a palavra.

Obrigado.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir. Por videoconferência.) – Obrigado, Senador Girão.

Eu quero aqui secundar as ponderações do Senador Izalci. O projeto é bastante meritório e vai na linha da inclusão, mas penso que seria oportuno um prazo de seis meses para que pudessem pelo menos as empresas se prepararem, porque também não me parece algo que possa ser feito de imediato, até porque exigiria adaptação de assentos. E aqui nós estamos falando de uma realidade grande, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

envolve não só o transporte aeroviário, das empresas de avião que, talvez, tenham mais condições de fazer isso mais rapidamente pelos seus recursos, mas há empresas e até transportes públicos e se aplica para todas as cidades do país. Então, sem qualquer crítica ao projeto, de que também elogio aqui esse propósito de inclusão – e volta e meia nós ouvimos problemas que existem para passageiros poderem ocupar de uma maneira adequada esses transportes –, seria oportuno que houvesse aqui um prazo de transição.

Se não for possível fazer isso em uma emenda ou talvez aqui uma mudança pelo Relator do projeto, poderia ser feito na Comissão de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Está bom.

Muito obrigado, Senador Sergio Moro.

Já passo imediatamente a palavra para o Relator desse projeto, Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator. Por videoconferência.) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores e Senadoras, primeiro que espaço reservado para deficientes já está na lei; o que se está acrescentando aqui é a pessoa que tem obesidade grau III. E o próprio projeto teve o cuidado de deixar isso para ser feito através de um regulamento. De imediato aqui, quando se refere a valer a partir da data da sua publicação, significa que o Governo, que é o responsável, o Governo Federal possa fazer o regulamento a partir da data da publicação. Esse regulamento é o que vai estabelecer os prazos, que vai estabelecer as normas para cada tipo de transporte coletivo.

Além disso, à Comissão de Assuntos Econômicos cabe avaliar se tem ou não impacto, se está ou não de acordo, e, nesse sentido, o projeto preenche todos os requisitos que devem ser avaliados e apreciados pela Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, alguma alteração de mérito, que eu acredito que não haja necessidade uma vez que passar a valer na data da sua publicação é obrigar o Governo a fazer o regulamento, acho que isso pode ser discutido na Comissão de Infraestrutura, que é a Comissão de mérito que vai tratar do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O.k.

A matéria continua em discussão. (Pausa.)

Então, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Informo que a votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam com o relatório do Senador Rogério Carvalho permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, pelo acolhimento da Emenda nº 1, da CDH, nos termos da Emenda nº 2, da CAE (Substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Imediatamente eu já passo para o item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 511, DE 2017

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 14-A à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre duração da jornada normal semanal de trabalho do Psicólogo.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

A matéria foi apreciada pela CAS, com parecer favorável ao projeto.

Relatoria do Senador Rogério Carvalho, favorável ao projeto. É o relatório.

Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho para a leitura de seu relatório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator. Por videoconferência.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou direto à análise.

O senhor já falou que a matéria foi inicialmente distribuída à Comissão de Assuntos Sociais. Em razão da aprovação do Requerimento nº 347, de 2018, a proposição foi encaminhada também para a apreciação da CAE, onde se encontra. Na CAS, o projeto teve parecer favorável, de autoria da Senadora Ângela Portela, e foi aprovado.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

Conforme o art. 99 do Regimento Interno do Senado, compete à CAE opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros das matérias submetidas à apreciação.

Com relação à constitucionalidade, foram obedecidas as disposições constitucionais relativas à competência legislativa da União para tratar de Direito do Trabalho (Constituição Federal, art. 22, inciso I), sendo atribuição do Congresso Nacional dispor sobre a matéria.

Quanto à juridicidade, a proposição apresenta-se correta, pelos seguintes motivos: o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; há inovação do ordenamento jurídico; respeita-se o atributo da generalidade; constata-se compatibilidade com os princípios diretores do sistema de direito pátrio; e apresenta-se potencial coercitividade.

Por fim, quanto à regimentalidade e à técnica legislativa do projeto, não há óbices que o impeçam de tramitar.

O projeto mostra-se bastante oportuno ao objetivar estabelecer a jornada máxima dos psicólogos em 30 horas semanais. Atualmente, há no Brasil em torno de 440 mil psicólogos. Esses trabalhadores diuturnamente estão submetidos a variações emocionais abruptas que levam a um desgaste físico e mental superior ao de outras categorias profissionais. Vemos que algumas das demais profissões da saúde, como fisioterapeutas, entre outras, que enfrentam condições de trabalho semelhantes, já possuem suas jornadas regulamentadas em no máximo 30 horas semanais, o que não ocorre com os psicólogos. O projeto vem sanar essa falha.

Em termos econômicos, entendemos que o projeto atua no sentido de assegurar aos psicólogos o exercício da profissão com a sanidade física e mental que a atividade requer. O mercado de trabalho não dispõe de mecanismos que por si só realizem tais ajustes, ou seja, que reconheçam o desgaste associado à profissão e, assim, limitem sua jornada, de modo que é necessário que essa redução da jornada seja imposta ao mercado.

Não podemos nos olvidar do relevante papel desempenhado pelos psicólogos ao longo da pandemia da covid-19, que potencializou a necessidade de cuidados com a saúde mental. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, apenas no primeiro ano de pandemia, a prevalência global de ansiedade e depressão aumentou 25%.

Esses profissionais ajudaram famílias que perderam entes queridos a elaborarem o luto, assim como atuaram na linha de frente no tratamento de pacientes da covid, por vezes submetendo-se a jornadas extenuantes. É hora de agirmos para garantir a esses profissionais psicólogos melhores condições de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, estudos da Organização Internacional do Trabalho demonstram que a redução da jornada de trabalho está associada ao aumento de produtividade e, ainda segundo a OIT, jornadas de menor duração têm efeitos positivos na saúde, segurança e higiene do trabalho e na vida familiar dos trabalhadores.

Em termos financeiros, a proposição não reduz receitas ou eleva despesas públicas que poderiam estar relacionadas à alteração da jornada de trabalho dos psicólogos, isso porque os profissionais da área, quando servidores públicos, sujeitam-se às normas da administração pública municipal, estadual ou federal e, portanto, não são abrangidos pela modificação ora proposta.

Voto.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do PLS nº 511, de 2017.

Em tempo, queria cumprimentar a Sra. Carolina Saraiva, que representa os psicólogos, que está aí no plenário, acompanhando a apresentação e a discussão do relatório.

Esperamos a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senador Rogério Carvalho.

A matéria está em discussão.

O Senador Izalci pede a palavra.

Com a palavra, o Senador Izalci Lucas, do Distrito Federal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, eu quero manifestar meu total apoio a esse projeto de lei. Realmente, os psicólogos têm uma atividade bastante desgastante psicologicamente.

Hoje, o grande problema do Brasil e do mundo é o problema de saúde mental. Então, o excesso de carga horária prejudica muito não só a qualidade do trabalho, mas também o próprio profissional. Eu não sei se já tem alguém para cuidar do psicólogo, porque a situação hoje é que eles mesmos já estão precisando de alguém para cuidar deles.

É óbvio que aqui, como foi dito pelo Relator, não há impacto. É bom lembrar isso aqui porque, de fato, vai acontecer, alguns vão interpretar que aqueles que trabalham 40 vão receber o mesmo salário. O Supremo já se posicionou em outras situações trabalhando a proporcionalidade, Senador Girão, por isso que... É óbvio que, a partir daqui, para contratar tem que ser no máximo 30. Aqueles que já têm contratação maior do que 30, a tendência, pelo menos pelos julgamentos que eu acompanhei, como agora aconteceu no piso da enfermagem inclusive, o Supremo interpretou a questão das 44 horas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas aqui o mérito é com relação a 30 horas, que eu acho realmente justo, até porque tem vários outros profissionais também que já são de 30 horas. Então, eu sou totalmente favorável.

O voto é simbólico provavelmente, mas eu quero aqui manifestar meu apoio ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O.k. Obrigado, Senador Izalci Lucas.

A matéria continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado. (Palmas.)

O relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, vai ao Plenário do Senado Federal.

Item 8, também da relatoria do Senador Rogério Carvalho.

Hoje só está dando o Senador Rogério Carvalho aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Eu vou aguardar a leitura, mas só antecipo que vou pedir vista desse projeto, porque ainda tenho que estudá-lo um pouco melhor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá.

Item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 3878, DE 2021

- Terminativo -

Dispõe sobre a vedação de cobrança de tarifas no âmbito do Sistema de Pagamentos Instantâneo (Pix) para o envio e recebimento de recursos de pessoas físicas e jurídicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Cid Gomes (PDT/CE)

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho para a leitura do seu relatório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator. Por videoconferência.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou direto à análise, uma vez que o enunciado do projeto já foi feito por V. Exa.

Compete à Comissão, nos termos do Regimento Interno, opinar sobre aspecto econômico e financeiro.

A matéria está sendo submetida a esta Comissão por despacho do Presidente.

Com relação à constitucionalidade formal, a matéria sob exame não apresenta vícios. Além disso, o art. 48 da Constituição estabelece que cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União. O assunto não figura entre as competências privativas do Presidente da República previstas nos arts. 61 e 84 do texto constitucional. Por fim, o projeto de lei não importa em violação de cláusula pétrea.

A proposição não apresenta vícios de juridicidade e está redigida em conformidade com a técnica legislativa de que trata a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Passamos ao exame do mérito da proposição.

A Resolução nº 19, de 1º de outubro de 2020, da Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, que " dispõe sobre a cobrança de tarifas de clientes pela prestação de serviços no âmbito do arranjo de pagamentos instantâneos instituído pelo Banco Central do Brasil (Pix) e pela prestação do serviço de iniciação de transação de pagamento no âmbito de arranjos de pagamento", vedou a cobrança de tarifas, por parte da instituição detentora da conta de depósitos ou da conta de pagamento pré-paga, no âmbito do Pix, do cliente pessoa natural, inclusive empresários individuais, em decorrência de envio de recursos, com as finalidades de transferência e de compra, e de recebimento de recursos, com a finalidade de transferência.

A resolução citada, contudo, permitiu a cobrança de tarifas, pela instituição detentora da conta de depósitos ou da conta de pagamento pré-paga, no âmbito do Pix, do cliente pessoa natural, inclusive empresários individuais, em decorrência de recebimento de recursos, com a finalidade de compra; e pessoa jurídica, em decorrência de envio e recebimento de recursos; e prestação de serviços acessórios relacionados ao envio ou ao recebimento de recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, concordamos com o autor da proposição legislativa, pois consideramos que é relevante vedar a cobrança de tarifas sobre o envio e o recebimento de recursos por parte de qualquer pessoa física ou jurídica.

Voto.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.878, de 2021, de autoria do Senador Cid Gomes.

Como já foi feito o pedido de vista, aguardemos a próxima sessão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, eu só quero, nessa discussão, justificar. É óbvio, evidente que eu sou contra qualquer cobrança à pessoa física. E o ideal também é que não tivesse pessoa jurídica. O projeto é meritório. Agora, como o Pix foi uma ideia brilhante, inovadora e que o mundo todo está querendo copiar, a gente não pode também aprovar um projeto que possa inviabilizá-lo. Então, o meu pedido de vista é para dar uma olhada mais técnica... Até que ponto a gente corre o risco de perder uma ideia brilhante, aprovando um projeto dessa forma.

No mérito, eu sou favorável, mas eu vou analisar tecnicamente, para não deixar que acabe o Pix.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Então, quais são as consequências disso? Eu preciso saber tudo isso antes de aprovar.

Mas para que não saia que o Izalci quer agora que cobre o Pix... Não. Sou favorável, mas é um instrumento tão valioso, e eu já paguei... Olha que o que a gente pagou de Ted, de transferência bancária, não é? A gente sabe quantas taxas eram cobradas da gente, nos bancos. Então, a gente... Só para dar uma estudada melhor no Pix, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Compreendido, Senador Izalci Lucas. E está concedido o pedido de vista coletiva.

Eu também gostaria de dizer que infelizmente nós vamos ter que encerrar a sessão, porque... Aliás, perdão, suspender a sessão, porque, dos próximos itens da pauta, os Relatores não estão aqui para poderem fazer as suas relatorias. Então, nós vamos deixar para a próxima sessão...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – E além disso, Presidente, amanhã, como foi acordado aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Às 9h.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – ... nós votaremos o projeto do item 1. Então, não precisaria convocação, é só suspender a sessão por falta de quórum, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito. Vai ser suspensa. Exatamente, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro suspensa a presente reunião, que será retomada amanhã, quarta-feira, dia 1º de novembro de 2023, às 9h da manhã.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é suspensa às 12 horas e 39 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental e com as bençãos de Deus, declaro reaberta a 49ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se reinicia nesta data, 1º de novembro de 2023.

Objetivos e diretrizes da reunião: a presente reunião é destinada à continuação da deliberação do Projeto de Lei nº 4.426, de 2023.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 4426, DE 2023

- Não terminativo -

Institui o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social (PEFPS); dispõe sobre a transformação de cargos efetivos vagos do Poder Executivo federal; altera as Leis nºs 3.268, de 30 de setembro de 1957, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, 11.134, de 15 de julho de 2005, 11.361, de 19 de outubro de 2006, 10.486, de 4 de julho de 2002, 13.328, de 29 de julho de 2016, 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, 12.086, de 6 de novembro de 2009, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 14.204, de 16 de setembro de 2021; e revoga dispositivos das Leis n°s 9.713, de 25 de novembro de 1998, 9.986, de 18 de julho de 2000, e 14.059, de 22 de setembro de 2020, e a Medida Provisória nº 1.181, de 18 de julho de 2023.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável à matéria e contrário às emendas nºs 1 a 23-U.

Observações:

1- A matéria está em regime de urgência constitucional.

2- Durante o prazo único regimental, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 23-U.

3 - Em 31/10/2023, foi apresentada a Emenda nº 24.

Durante o prazo único regimental, foram recebidas 23 emendas.

Foi concedido vista coletiva por 24 horas.

Consulto o Relator Senador Weverton se deseja fazer uso da palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Desejo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – V. Exa. vai ler o relatório novamente?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Como Relator.) – Nem pensar. Vai que chega mais...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Eu acho que o Senador Rogerio Marinho gostaria que lesse todo o relatório.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Eu até disse que as forças de segurança do DF hoje não ajudaram, porque podiam ter feito algumas *blitze* para o lado do apartamento dele. (*Risos.*)

Mas, Presidente, aqui vai ser bem rápido. Eu já fiz a leitura do relatório e só vou fazer um esclarecimento.

Essa emenda de redação que nós estamos fazendo é um ajuste lá no art. 23 do PL e fica da forma seguinte:

> Art. 2º-A Sem prejuízo dos direitos, das vantagens e dos benefícios previstos em lei, o Governo Distrito Federal poderá conceder aos integrantes das carreiras que são regidos por esta lei, ativos, inativos e pensionistas, indenização para a compensação dos desgastes orgânicos e dos danos psicossomáticos acumulados e decorrentes do desempenho das atividades de segurança pública, com dotação orçamentária própria, sem impacto financeiro ao fundo de que trata a Lei nº 10.663, de 27 de dezembro de 2002.

O que é isso aqui? Bem rapidinho.

É sobre os policiais civis, porque, lá na Câmara, foi aprovada a emenda do Coronel Fraga, que trata a questão dos policiais militares; a Deputada Erika Kokay apresentou a emenda que trata dos policiais civis; o Relator, o André Figueiredo – eu conversei com ele –, leu concordando, mas, no texto final, isso não apareceu, e não fizeram esse conserto.

Como ele é apenas redacional, não dá nenhum prejuízo no sentido de voltar para a Câmara – eu já consultei aqui os técnicos da Casa –, então eu já fiz esse ajuste, e, aí, nós estamos fazendo justiça à Polícia Civil aqui do DF.

Segundo, o Senador Ciro apresentou essa nova emenda ao relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda 24, do Ciro Nogueira, acrescenta, no art. 10 da Lei 12.529, de 30 de novembro de 2021, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e o Cade, o inciso XIII, que estabelece a possibilidade de nomear e exonerar servidores, provendo cargos em comissão e funções de confiança. Nós vamos rejeitar essa emenda, apesar de ela ser meritória, muito importante – acredito que nós vamos discuti-la em outro projeto. É uma ideia boa, mas necessitamos desse maior aprofundamento e, por razões objetivas – todos sabem que nós não podemos modificar o texto para voltar para a Câmara por conta do prazo –, nós teremos que pedir vênia ao colega Ciro Nogueira: sei que ele vai compreender, mas iremos rejeitar essa emenda.

Esse é o relatório, Presidente.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Weverton, obrigado aí pelo encaminhamento (*Fora do microfone.*) do seu relatório.

A matéria está em discussão.

Participam conosco remotamente desta reunião o Senador Esperidião Amin, o Senador Sergio Moro e o Líder do Governo, Senador Jaques Wagner.

Primeiro inscrito para discutir, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, é importante, inclusive, já que o Senador Jaques Wagner está nos acompanhando remotamente, saber se ele conseguiu, em 24 horas, demover o Governo dessa tentativa que está sendo perpetrada, dentro do projeto, de criar mais de 2,4 mil cargos para jabutis dentro da estrutura organizacional do Governo. Então, depois, eu pediria para ele dar uma palavrinha aqui. Com certeza, com a capacidade que ele tem de argumentação – ele é um grande Líder –, certamente ele vai trazer uma boa notícia.

Mas, caso isso não aconteça, até por um acordo de procedimento e dentro do que nós conversamos ontem – e reiterando aqui o nosso sentimento de que, é verdade, o Governo deve fazer justiça aos policiais militares, fazendo a recomposição dos seus salários; de que a questão das filas do INSS também, sem sombra de dúvida, é uma medida importante, pois nós temos que socorrer as pessoas mais vulneráveis do ponto de vista econômico e social que estão aí nas filas aguardando o desfecho das suas solicitações, tanto de perícias médicas, como solicitações administrativas, para concluir o seu processo de aposentadoria ou de auxílio-doença, enfim, as demandas naturais que são trazidas ao sistema previdenciário brasileiro –, nós não iremos apresentar aqui, na Comissão, um destaque supressivo que achamos que é importante que seja feito. Nós nos guardaremos para fazê-lo por ocasião da sessão, que certamente vai ocorrer daqui a pouco no âmbito do Parlamento do nosso Senado da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E deixo claro que nós ainda temos uma semana. Então, caso a emenda supressiva seja acolhida – por bem, inclusive, da Lei de Responsabilidade Fiscal, da própria sanidade do sistema organizacional do nosso país, em respeito inclusive à Lei Complementar 95, que determina que não se deve colocar matérias que não tenham conexão entre si no mesmo documento...

Então, eu acho que é um ato de justiça, e nós teríamos aí a terça e a quarta-feira da próxima semana para convalidarmos essa mudança na Câmara Federal, antes do dia 14, com toda certeza e com toda a boa vontade da Câmara Federal.

Dito isso, Presidente, nós mantemos a nossa posição da sessão de ontem, esperamos que haja uma boa notícia por parte do Líder Jaques Wagner; caso não haja, nós votaremos em favor da nossa matéria e iremos discuti-la em seguida no Plenário.

Destacando aqui a boa pressão feita pelo eminente Senador Izalci... A Senadora Leila, que chega agora do meu lado direito...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Para encaminhar. *Fora do microfone*.) – Eu estava te observando.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Chega toda de vermelho aqui...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – E a Senadora Damares está do lado esquerdo.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – E a Senadora Damares está aqui também, todos defendendo aqui essa recomposição para a Polícia Militar do DF.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – E o Senador Izalci está de frente.

Líder Jaques Wagner... O senhor quer usar da palavra, Líder?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Por videoconferência*.) – Eu estou percebendo que Senador Esperidião e o Senador Sergio Moro, ambos pediram a palavra antes. Eu não sei se aguardo...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É que o...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Eu não sei se eu aguardo a palavra dos dois para eventualmente fazer uma resposta mais completa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O Líder Rogerio fez umas perguntas a V. Exa., mas já que V. Exa. abriu mão...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Por videoconferência*.) – Eu posso responder, eu estou querendo só ser prático.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Responder a todos, não é isso?

Então, com a palavra o Senador Esperidião Amin. Em seguida, o Senador Moro.

Senador Esperidião Amin com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

O senhor sabe que, Senador Vanderlan, o senhor sabe que, sempre que existe um gesto cavalheiresco, você deve agradecer, mas também deve pensar no porquê do cavalheirismo. Eu estou pensando aqui. (*Risos.*)

Eu agradeço ao... Não adianta ficar abanando com a cabeça, porque o senhor também pensa da mesma maneira, Senador Jaques Wagner. Quando vem o gesto cavalheiresco, é porque deve estar havendo algum algo mais. Como diria o Brizola, "algo a". Mas eu só queria fazer o registro de que, se eu bem entendi, o Senador Weverton leu aquela emenda que havia sido rejeitada, pelo que entendi, e não constava nem o texto dela, nem a rejeição. Eu queria ser esclarecido quanto a isso.

E gostei muito da entonação de voz, muito abalizada, que ele fez das questões psicossomáticas, que eu achei muito apropriada para o momento.

E, quanto ao que falou o Senador Rogerio Marinho, eu perfilo com ele. Levantei a questão, ante estabelecer a distinção.

Entendo que é urgente e emergente, e o que é pode ser relevante, mas não está revestido o quesito remanejamento de cargos de urgência e emergência. Mas eu sou solidário com a questão que foi encaminhada pelo Senador Rogerio Marinho, com quem eu não conversei sobre o assunto, mas concordo com o seu anúncio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Moro, com a palavra.

Antes de V. Exa. usar a palavra, eu quero registrar a presença aqui da Deputada Erika Kokay.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja bem-vinda a esta Comissão, Deputada.

A Senadora Leila já é desta Comissão. Embora ela não seja membro, sempre está aqui conosco, prestigiando-nos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Já convidei para que ela venha a ser membro da Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Eu quero dizer aqui que o projeto é, de fato, meritório, e essa expectativa de reajuste dos policiais do Distrito Federal vale aí a urgência e é importante que seja aprovado. A gente sabe como é difícil o trabalho policial, além também do mérito envolvendo as filas do INSS, para tentar diminuí-las.

Mas eu quero aqui, até agradecendo ao Senador Jaques Wagner para que nós pudéssemos falar, falar rapidamente...

Só quero secundar aqui a posição do Senador Rogerio Marinho, porque, apesar de esse projeto ser muito positivo, a gente está num cenário preocupante do Brasil de uma escalada de gastos, de afetação, inclusive, da meta fiscal. E, quando a gente vê o projeto, na prática, no art. 34, tratando de um tema estranho ao próprio conteúdo do restante, criando mais de 2 mil cargos e funções de confiança, que imagino que devem ser provavelmente preenchidos – e é diferente dos cargos efetivos, que demandam concurso, que exigem aí um maior tempo e maturação para serem eventualmente preenchidos –, a criação desses cargos de comissão e funções de confiança vai, a meu ver, ao contrário aí desses esforços que têm que ser feitos em prol do ajuste fiscal.

E penso que o Senado e o Congresso mandam uma mensagem equivocada à sociedade e ao próprio Governo, porque eu tenho reclamado e vários outros têm reclamado a necessidade de o Governo não só tentar fazer esse ajuste fiscal por via de aumento da arrecadação, que é complicado, mas principalmente através do corte de gastos. E aqui a gente vê uma medida desnecessária para esse diploma legislativo, na qual se aumentam aí os cargos de comissão e confiança, além de que nem sempre, embora isso seja sempre discutível – cargos de comissão, cargos efetivos –, isso faz bem também para a boa governança. Tem aqui uma certa obscuridade em relação a como vão ser criados esses cargos, onde e como, como vão ser preenchidos.

Então, eu queria aqui aderir ao posicionamento do Senador Rogerio Marinho e também rogar aí ao Líder do Governo, Senador Jaques Wagner, sempre muito paciente, muito gentil, para que eventualmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguíssemos trazer uma boa notícia em relação a esse art. 34, para que nós pudéssemos votar o projeto sem qualquer constrangimento, aprovar o restante.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, só para reforçar aqui.

Primeiro, quero agradecer ao Relator pelo acatamento, inclusive, da emenda de redação, que houve um equívoco. A Deputada Erika apresentou a emenda na Câmara, e nas notas taquigráficas e também o próprio Relator notou depois que veio para cá a redação sem a emenda que foi aprovada.

Segundo, quero relembrar essa questão.

É ruim, porque esse assunto era um assunto específico que nós aprovamos.

Era para ser em abril. Em abril, nós fizemos uma reunião do Congresso Nacional e fechamos um acordo de que, em 30 dias, os nossos policiais civis, militares e bombeiros receberiam a recomposição. A Polícia Civil estava há mais de dez anos sem receber a recomposição, a não ser aqueles 8% que foram dados pelo Governo passado, que não foram uma recomposição, porque teve o aumento da previdência, e acabou que o reajuste foi um reajuste, foi um decréscimo. Mas fechamos o acordo, foi feita a medida provisória para atender, mas incluíram esse outro aspecto aí, que o Senador Rogerio Marinho colocou.

Agora, eu não vou fazer aqui defesa do Governo com relação a isso, mas eu preciso explicar algumas coisas.

Na questão, por exemplo, dos cargos comissionados que estão sendo transformados – dois mil e poucos cargos –, 60% deles serão dos próprios servidores concursados, como gratificação; quanto aos demais, já tem uma previsão de concurso. E aí tem lá, nos cargos de hoje, datilógrafo, auxiliar não sei de quê, coisas que não existem mais, e não é possível fazer concurso para esses cargos. Então, estão sendo transformados em nível superior; na prática, é isso.

Eu quero também dizer assim: nós votamos, a Câmara votou. Nós fazemos aqui um apelo, porque já foi feito o reajuste em duas parcelas: 9% em julho e, agora, a próxima parcela em janeiro. Então, a consequência de não aprovarmos aqui, no Senado – e me preocupa demais ter que voltar para a Câmara, por isso esse esforço que nós estamos fazendo aqui... Eu quero agradecer ao Senador Rogerio Marinho e quero pedir aqui aos Líderes partidários, em especial ao nosso Líder da Oposição, que libere a bancada, porque nós temos pessoas da Oposição que não têm como – não tem como a nossa Damares, eu – votar obrigatoriamente pela Oposição, pela orientação da Oposição. Então, se V. Exa. puder liberar, porque nós vamos fazer um trabalho, assim, bastante no pé do ouvido de cada um, para mostrar realmente, para que não haja esse risco – viu, Senador Weverton? – de voltar para a Câmara...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Senador Rodrigo Pacheco ontem concordou com incluir na pauta de hoje. A gente vai pedir, logo após a votação aqui, que seja o primeiro item da pauta.

No mais, quero agradecer mesmo aos nossos Senadores de todos os estados, inclusive esse projeto contempla os territórios, e seria um desastre ter que discutir o que já foi pago, como é que vai fazer e deixar de ter o reajuste.

Então, em qualquer procedimento no Plenário de destaque, que a gente possa contar com os nossos colegas aí.

No mais, quero agradecer a cada um dos Senadores e Senadoras pelo apoio e a V. Exa., que pautou para hoje – não tinha reunião hoje – e fez esta reunião extraordinária aqui, atendendo o pedido nosso da bancada. Só a Leila e a Damares sabem o quanto que nós lutamos para implementar essa parcial justiça, porque não foi recomposto tudo ainda.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Izalci.

Com a palavra a Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, nós temos pressa, eu acho que a Ordem do Dia está marcada para 10h. Então, vamos correr aqui, votar, ir para lá, para a gente, lá no Plenário, fazer as outras discussões.

Presidente, eu só queria fazer um alerta: não é a primeira vez que nós estamos nessa situação aqui, nesta Comissão. Há 15 dias, foi por conta do Desenrola. Então, dentro de projetos de lei, estão trazendo conteúdo de MP, porque não estão dando conta das MPs.

E aí, Líder Wagner, eu preciso fazer um registro. Este Governo tem grandes interlocutores aqui no Congresso, nós temos grandes líderes e nós temos uma oposição muito inteligente aqui. Não precisamos mais chegar a esse ponto, Presidente. E o ônus está ficando para esta Comissão. E está ruim para essa Comissão, está ruim para nós chegarmos a este momento usando os idosos da fila do INSS, usando os coitados endividados. Não. Está na hora de a gente arrumar o prumo. O Governo vai ter que sentar. O Congresso Nacional vai ter que sentar. Nós não podemos mais viver sob essa pressão. Hoje está colocando os nossos policiais... Como se diz, é uma pegadinha que fizeram para fazer a oposição votar. Não. A oposição estaria discutindo de forma inteligente os cargos e as funções. Nós estaríamos discutindo de forma inteligente, mas desse jeito, fazer esses ajustes para fazer uma certa pressão não vai funcionar mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, e a responsabilidade é sua. Nós temos um Presidente da CAE extremamente comprometido com a pauta. Uma Comissão... A composição dessa Comissão aqui é incrível. Não nós não vamos mais permitir que o Governo faça isso com a gente.

Então, nessa matéria específica, o Relator conversou muito com a gente. O próprio Relator! Olha quantos interlocutores este Governo tem extraordinários! Então que a gente vote essa matéria hoje, mas que a gente depois, na semana que vem, possa sentar, respirar fundo e, daqui para frente, a gente não permitir mais que isso aconteça.

Mas os nossos policiais precisam hoje ser justiçados. É uma luta antiga. Estamos aqui desde cedinho, a Leila. É esse trio aqui o tempo todo. São meses lutando por isso. Então hoje a gente vai votar com eles, mas que o Governo venha conversar com a gente semana que vem. Chega desse tipo de pressão aqui nesta Comissão!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora Damares.

Senadora Leila. Com a palavra, Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Para discutir.) – Rapidamente, Senador Vanderlan.

Primeiro quero agradecer, mais uma vez, pela parceria, pelo diálogo. A mesma coisa ao Senador Rogerio Marinho, que eu falei: "É um craque, é um craque em termos de...". Eu sempre falo que sempre tem os craques nas missões. Da mesma forma eu estendo isso ao Rogerio, ao Jaques, ao próprio Weverton, que abraçou a relatoria, e ao André Figueiredo na Câmara, junto com a bancada do DF de Deputados.

Eu acho assim que os três Senadores... A gente, nesse sentido, tem trabalhado; quando é para juntar, quando é para defender os nossos interesses, principalmente aqui do DF, nós temos trabalhado muito em equipe, e isso tem surtido um efeito muito positivo. Eu acho que é um exemplo de civilidade, independente dos campos de atuação. A mesma coisa é a bancada de Deputados lá na Câmara Federal. Eu acho que é um resultado muito positivo. Claro, está indo para o Plenário. Vai ser outro debate, vai ser outro *game*, mas agradeço a parceria de todos os membros da Comissão de Assuntos Econômicos. E agradeço em nome Distrito Federal, das nossas forças de segurança, mas entendendo que não é uma pauta exclusiva do projeto.

Sabemos que a questão das filas da previdência é uma pauta fundamental. E eu acho que a gente vai estar dando uma resposta muito positiva para a gente mitigar também o número, o impacto dessa fila do INSS. Então, quero agradecer Vanderlan, agradecer mesmo, Presidente, a todos os membros da CAE.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora Leila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Mauro, quer usar a palavra?

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Em respeito à nossa Senadora Damares, Presidente Vanderlan, serei bem breve aqui.

Com relação ao reajuste das forças de segurança, acho que é inquestionável. Nós sabemos da importância que isso significa para a sociedade, para a população.

Então, com relação ao Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência, Mato Grosso inclusive entrou com um programa de fila zero, e estamos caminhando realmente para não ter fila de cirurgias no Estado de Mato Grosso.

Com relação a esses jabutis, eu acho que é justo e meritório quando o Governo Federal coloca aqui as suas reivindicações com relação à ampliação do número de servidores. Só que isso acaba criando um constrangimento em dois projetos de leis extremamente importantes. E, quando a gente vê nesse projeto que pode ser no mínimo, Senador Izalci, 60% ocupados por servidores efetivos, ai do gestor público que acha que ele pode nomear 100% dos comissionados! Quem toca a máquina pública, com todo o respeito, são os servidores efetivos. Então, por que esse projeto contempla no mínimo 60%? Inclusive para motivar esses servidores, que muitas vezes... Eu sempre digo aqui que nós temos que encaminhar uma reforma administrativa, porque tem servidores que têm a mesma função, passaram no mesmo concurso, um se desdobra, trabalha muito, se compromete, e o outro não faz nada e acaba tendo os mesmos méritos. Uma forma de você contemplar esses servidores também é com esses cargos comissionados.

Mas eu tenho certeza absoluta que, se o Governo tivesse encaminhado isso à parte, também seria discutido e seria aprovado. Então não tem necessidade de caminhar dessa forma. Mas vamos ao Plenário, vamos à discussão, respeitando a opinião de cada um.

Era só isso, Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Mauro, nós é que agradecemos.

Senador Mauro, antes de passar a palavra ao Líder Jaques Wagner, eu quero aqui fazer um agradecimento a V. Exa. Hoje é o último dia de V. Exa. aqui no Senado Federal, nesta legislatura, neste mandato aí em que V. Exa. é o primeiro suplente. Mas nós esperamos aqui, em breve, o retorno de V. Exa.

Esta Comissão aqui, Senador Mauro, é muito grata à participação que V. Exa. teve aqui. Eu creio que em nenhuma das nossas reuniões V. Exa. faltou. Todas as relatorias passadas para V. Exa. foram devolvidas, com o relatório em tempo recorde – e nós observamos muito aqui. Esta Comissão às vezes é criticada pela agilidade que ela está tendo nos projetos que chegam aqui, ao escolher os Relatores, ao serem pautados, e a Comissão que mais tem produzido aqui no Senado Federal é a Comissão de Assuntos Econômicos. E isso se deve a quê? À participação de todos os membros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu quero, como Presidente desta Comissão, fazer um agradecimento especial a V. Exa. Sei que V. Exa. vai contribuir agora em outro cargo lá no seu estado, mas não nos deixe aqui: sempre esteja nos visitando. Inclusive, em breve, nós teremos aqui a reunião novamente do nosso grupo de trabalho para avaliar o relatório apresentado. Eu gostaria muito que V. Exa. – e estou falando em nome dos outros Senadores – estivesse presente, porque V. Exa. participou desse grupo de trabalho, dando sugestões, apresentando emendas, e foi muito importante para o Senado da República, o nosso país, em especial para o seu Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Obrigado, Senador Vanderlan. Muito obrigado pelas suas palavras, e me sinto lisonjeado pela forma com que o senhor conduziu essas palavras aqui neste momento.

Eu me sinto honrado de ter participado como titular desta Comissão, estando presente em todas as audiências aqui, fazendo uma participação efetiva, com grandes relatorias, mas eu não fiz mais do que a minha obrigação, porque foi esse o compromisso que eu assumi com o povo de Mato Grosso, é esse o compromisso que eu assumi com o povo do Brasil.

Muito obrigado a todos.

E que Deus os abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Rapidamente, Sr. Presidente.

O senhor foi brilhante na sua colocação como Presidente desta Comissão em saudar este nosso colega Senador Mauro Carvalho Junior, que fez um grande trabalho em quatro anos. E, ontem, Senador Weverton...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Em quatro meses! É porque eu já estou pensando aqui em 2026! (*Risos.*)

O que é que acontece? Ontem, foi uma coisa muito bonita o que aconteceu no Plenário do Senado, Senador Izalci. Eu nunca tinha visto isto nesses quatro anos e meio: uma pessoa que vem cumprir uma missão aqui em quatro meses foi aparteada ali de uma forma muito emocionada pelos colegas, com o trabalho reconhecido. Há aquela questão do último emprego que nós aprovamos lá na CAS, que foi uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciativa dele, e outros projetos que ele, como o senhor bem colocou, relatou rapidamente. E a gente vai ter a obrigação – nós, Senador Mauro – de levar esse legado seu para frente.

Deus o abençoe, o ilumine, lhe dê muita luz e que você volte muito breve.

Muita paz.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Girão.

Líder Jaques Wagner, com a palavra, Líder.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Primeiro, quero cumprimentar V. Exa. e todas as colegas e todos os colegas.

Quero cumprimentar mais uma vez, me somando ao seu reconhecimento, não falando nem em elogio, o querido Senador Mauro. Já o disse ontem no Plenário, mas repito aqui com mais este dado que V. Exa. trouxe da presença em todas as sessões da Comissão de Assuntos Econômicos. E, na minha opinião, como ele disse, a gente elogia, mas sabe que cada um de nós tem que cumprir essa obrigação. Pedimos voto e, portanto, quando chegamos aqui, temos que representar a gente do nosso estado, a gente do Brasil.

Quero cumprimentar também, Senador Vanderlan, V. Exa. por essa condução aqui à frente da CAE. Realmente uma produtividade alta. Eu tive orgulho, quando estava na CMA, de também fazer a CMA votar muitos projetos importantes. Então, fica aqui o meu registro.

Quanto à minha resposta, infelizmente, eu não posso trazer a chamada boa notícia esperada. Conversei ontem com a Ministra da Gestão, que é quem é responsável pela parte organizacional do Governo. E, de novo, eu queria pedir vênia aos colegas, ao Senador Amin, ao Senador Moro e ao Líder Rogerio Marinho. Eu queria insistir que cada governo que se elege, evidentemente respeitando as leis do país, tem o direito de organizar o governo do jeito que entende melhor. Uns querem menos ministérios, outros querem mais ministérios. E o Presidente Lula entendeu de criar o Ministério da Micro e Pequena Empresa, que, aliás, já existiu e que tem o foco específico exatamente nesse segmento que é o mais empregador do país e que tem características próprias. Uma boa ou uma grande parte desse remanejamento... E eu quero de novo insistir com os colegas, aproveitando as palavras do Senador Izalci, esse remanejamento, na verdade, reduziu o número de cargos que existiam, que poderiam ter sido preenchidos sem medida provisória, sem nada, os cargos estavam lá disponíveis. Portanto, não é nenhuma intenção gratuita deste Governo de inventar despesas; ao contrário, até agora estamos mantendo a meta zero. Evidentemente que é um aperto. Todos sabem que, se não fosse a PEC da transição, praticamente a gente pararia o país em muitos programas da nossa rede social de proteção e outros. E, portanto, a PEC da transição, que foi votada por todos nós em dezembro do ano passado, garantiu esse funcionamento neste ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos preparando para o ano que vem, esperando a reforma tributária ao lado do arcabouço fiscal, para que a gente possa ter um país com mais estabilidade jurídica e credibilidade para receber um volume enorme de investimentos estrangeiros, que exatamente olham para o país como, eu diria, a bola da vez positiva, seja pelas questões ambientais, seja pelos resultados.

Eu trago aqui a notícia, segundo os dados da pesquisa Pnad e do IBGE: mês passado nós atingimos a menor taxa de desemprego desde o mesmo mês de 2015, a menor taxa de desemprego, o que é positivo; ao lado disso, o melhor crescimento da renda média dos brasileiros, ou seja, mais dinheiro para aquecer o mercado, mais emprego para a nossa gente estar cumprindo a sua cidadania, se sentindo incluído produtivamente. Na verdade, esse remanejamento, como disse o Senador Izalci, é auxiliar de portaria, datilógrafo, uma série de cargos que não existem mais pela própria evolução da tecnologia, de várias formas organizacionais da estrutura de Governo ou mesmo de iniciativa privada.

Por isso, repito: 60% ou mais dos cargos remanejados serão ocupados por servidores efetivos, portanto, é um incentivo para poder se criar um ministério que tenha foco, repito, no setor fundamental. A nossa Casa já, durante a covid, aprovou várias vezes o Pronampe, capitaneado muitas vezes por outros Senadores que, exatamente, têm o foco na micro e pequena empresa. E, por isso, o Presidente Lula, eu entendo que é o direito de um Presidente eleito, resolveu fazer isso.

Queria insistir também que, perdoe-me, não é um jabuti. A matéria trata de reajuste de servidores do DF com responsabilidade de pagamento do Governo Federal, portanto, é de pessoal que nós estamos falando. Portanto, falar de reorganização de cargos não é estranho à questão de um aumento salarial também de servidores que são do Distrito Federal, acho que é a responsabilidade do Governo, e a outra é do INSS.

Eu quero insistir que não foi alguma coisa posta agora, como alguém disse ontem, ela veio na medida provisória. Se ela veio na medida provisória, a partir da sua publicação, e como a validade é imediata, já está se fazendo essa movimentação de cargos exatamente para poder ter o objetivo da criação de ministério e de preencher outros ministérios, que, às vezes, não conseguem ter secretária-executiva, por falta exatamente de cargos para oferecer para os efetivos funcionários da Casa.

Então, eu faço questão de explicar, porque não é nenhum absurdo que está colocado nesse projeto de lei que substituiu a medida provisória, infelizmente, em função do que vem acontecendo em relação às medidas provisórias.

Peço vênia aos colegas da Oposição – é um direito – e quero insistir que a minha postura sempre, como oposição, nunca foi – é óbvio, criticar o que está errado – de interditar o que o Governo quer fazer. Foi assim nas indicações do Governo, foi assim nas matérias que eram típicas do direito de um Presidente eleito, ou o anterior ou o atual.

Então, Presidente, é o que eu queria colocar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabenizo, mais uma vez, o Senador Weverton e espero que a gente possa aprovar aqui e também na sessão plenária, porque nós não temos a garantia, se houver a modificação, de a matéria ter sessão na semana que vem na Câmara dos Deputados. Então, não uso isso como pressão, não. Não é só pelos reajustes, é também por esse remanejamento. É intenção do Governo criar um ministério, e eu acho que a Casa não deve se insurgir contra ou tentar interditar isso.

Era o que eu queria colocar, pedindo o voto a todos os colegas que apoiam o Governo e aos da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador e Líder Jaques Wagner.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão... (*Palmas.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, com a Emenda 25 da CAE, de redação, favorável ao projeto e contrário às Emendas nºs 1 a 23-U e à Emenda 24.

A matéria vai a Plenário.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senador.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Pela ordem.) – Eu acabei de conversar aqui com o Presidente Rodrigo Pacheco e peço a V. Exa. que vote aqui o pedido de urgência, porque ele irá colocar na pauta agora lá no Plenário.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, só um minutinho.

Nossos policiais estão aqui.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Nós precisamos votar a urgência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A urgência, vamos votar a urgência.

Eu só quero fazer um destaque antes do requerimento.

A nossa Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros, Coronel Mônica, está aqui, e eu gostaria muito de fazer essa...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Onde está a Coronel Mônica?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ali.

Essa mulher incrível que...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Bem-vinda, Coronel.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – É a primeira mulher Comandante do Corpo de Bombeiros.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns! A única? (*Pausa.*)

Sim, Senadora, já registrou a presença.

Em votação o pedido de urgência urgentíssima ao Projeto de Lei nº 4.426, de 2023, ao Plenário.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais a havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 50ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e cinco minutos do dia sete de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Izalci Lucas, Sergio Moro, Efraim Filho, Fernando Dueire, Plínio Valério, Randolfe Rodrigues, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Augusta Brito, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Humberto Costa, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Romário, Ciro Nogueira, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda do Senador Flávio Arns, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Carlos Viana, Cid Gomes, Irajá, Rogério Carvalho, Sérgio Petecão e Rogerio Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 66, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 18,000,000.00 (dezoito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Piauí e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura – FIDA, para o financiamento do "Projeto Integrado de Segurança Hídrica, Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento Socioprodutivo da Bacia dos Rios Piauí e Canindé Estado do Piauí - Piauí Sustentável e Inclusivo - PSI"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Favorável, nos termos do PRS apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação do requerimento de urgência. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 67, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Piauí e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto Integrado de Segurança Hídrica, Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento Socioprodutivo da Bacia dos rios Piauí e Canindé Estado do Piauí - Piauí Sustentável e Inclusivo (PSI)"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Favorável, nos termos do PRS apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação do requerimento de urgência. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 69, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 500,000,000.00 (quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e o New

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Development Bank (NDB), cujos recursos serão destinados ao “Programa BNDES Clima - Financiamento Sustentável para Mitigação e Adaptação à Mudança Global do Clima no Brasil (BNDES Clima)”." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Favorável, nos termos do PRS apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação do requerimento de urgência. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 4 - Projeto de Lei Complementar n° 48, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para permitir, na área de educação, a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto e a Emenda n° 1-CE-CAE. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CE-CAE. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 5 - Projeto de Lei Complementar n° 205, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 (Lei Paulo Gustavo), para prorrogar o prazo de execução dos recursos, até 31 de dezembro de 2024, por Estados, Distrito Federal e Municípios." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei Complementar n° 220, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 (Lei Paulo Gustavo), para prorrogar o prazo de execução dos recursos por Estados, Distrito Federal e Municípios." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 205 de 2023, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei Complementar nº 220 de 2023. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão, favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 205 de 2023, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), e pela prejudicialidade do Projeto de Lei Complementar nº 220 de 2023 (que tramita em conjunto). **Observação:** Aprovada, também, a apresentação do requerimento de urgência. A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1635, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Institui o Estatuto da População em Situação de Rua, o Fundo Nacional da População em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, criminaliza a aporofobia e dá outras providências." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2245, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para População em Situação de Rua (PNTC PopRua); e dá outras providências." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2341, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que “dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências”, para proibir a cobrança de tarifas bancárias de instituições públicas de ensino." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovada a matéria por 14 (quatorze) votos favoráveis, 1 (um) voto contrário e nenhuma abstenção. **Observação:** A matéria vai à SLSF. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1252, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.899, de 1994, para dispor sobre a fruição do passe livre, por pessoa com deficiência, no transporte de passageiros sob responsabilidade da União." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria, e pela rejeição da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). **Resultado:** Aprovada a emenda nº 2-CAE (Substitutivo) ao PL nº 1252/2019, por 13 (treze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Ficam prejudicados o Projeto e às emendas a ele apresentadas. **Observação:** O substitutivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) - Havendo número regimental e com as bênçãos de Deus, declaro aberta a 50ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 7 de novembro de 2023.

Comunicado da Presidência.
Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:
- Ofício nº 518/PresJLG/2023, da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais;
- Ofício nº 91, de 2023, Fenaju-PRE, da Federação Nacional das Juntas Comerciais;
- Ofício Comsefaz nº 750, de 2023, do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda, Finanças, Receita e Tributação dos Estados e DF.
Antes de iniciar os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 49ª Reunião, realizada em 31 de outubro de 2023.
As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*
Objetivos e diretrizes da reunião.
A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.
Pauta deliberativa.
Item 1.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) N° 66, DE 2023
- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 18,000,000.00 (dezoito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Piauí e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura - FIDA, para o financiamento do "Projeto Integrado de Segurança Hídrica, Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento Socioprodutivo da Bacia dos Rios Piauí e Canindé Estado do Piauí - Piauí Sustentável e Inclusivo - PSI".
Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Fernando Dueire
Relatório: Favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.
Concedo a palavra ao Senador Fernando Dueire, para a leitura do seu relatório.
O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) - Presidente Vanderlan, em primeiro lugar agradeço a V. Exa. a confiança de ter distribuído o presente tema, tão caro ao Estado do Piauí, para a minha relatoria.
Sra. Senadora Teresa Leitão, Srs. Senadores, minhas senhoras, meus senhores, sob exame, nesta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a Mensagem (SF) nº 66, de 2023, da Presidência da República, que solicita autorização para a celebração de operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Governo do Estado do Piauí e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Fida), agência da Organização das Nações Unidas (ONU), cuja missão consiste em enfrentar a fome e a pobreza de populações rurais em países em desenvolvimento.
A operação de crédito pretendida é no valor de até US$18.000.000,00 (dezoito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), a serem destinados ao financiamento parcial do Projeto Integrado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Segurança Hídrica, Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento Socioprodutivo da Bacia dos Rios Piauí e Canindé, no Estado do Piauí.
Tal projeto foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex).
A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) prestou as devidas informações sobre as finanças da União e analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à referida operação de crédito uma vez que o mutuário cumpre os requisitos legais para isso.

Objetivo geral. O objetivo do projeto é melhorar a renda da população rural, a segurança alimentar, o acesso a serviços básicos e a adaptação às mudanças climáticas.
Objetivos específicos. Os objetivos específicos são: (i) melhorar o acesso à água para consumo humano e a produção agrícola; (ii) melhorar as condições ambientais das famílias rurais e seu entorno; e (iii) aumentar a adoção de tecnologias agrícolas, com ênfase na adaptação e mitigação das mudanças climáticas, e melhorar a integração dos produtores nas cadeias de valor, especialmente mulheres, jovens e quilombolas.
Por fim, conforme a PGFN, foi observado o disposto no art. 8º da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.
O voto, Sr. Presidente.
Diante do exposto, concluímos que o pleito do Estado do Piauí encontra-se completamente de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do projeto de resolução do Senado que apresentamos e que foi devidamente divulgado na íntegra do presente relatório.
É o que eu tinha a relatar.
Muito obrigado, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Obrigado, Senador Fernando Dueire. Parabéns pelo seu relatório.
A matéria está em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.
A votação será simbólica.
Em votação o relatório apresentado.
Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.
A matéria vai ao Plenário.
O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) - Sr. Presidente, com sua licença...
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Com a palavra.
O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) - Com a aprovação da proposição por esta Comissão, pedimos a compreensão da urgência, de modo que a matéria possa ser apreciada ainda hoje pelo Plenário da Casa, visto o mérito do que foi posto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Em votação o pedido de urgência, pelo Senador Fernando Dueire, do item 1 da pauta, Mensagem SF nº 66, de 2023.
Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado, Senador Fernando.
Irá ao Plenário.
O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. *Fora do microfone*.) - Muito obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Item 2.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) N° 67, DE 2023
- Não terminativo -
Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Piauí e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto Integrado de Segurança Hídrica, Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento Socioprodutivo da Bacia dos rios Piauí e Canindé Estado do Piauí - Piauí Sustentável e Inclusivo (PSI)".
Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Fernando Dueire
Relatório: Favorável, nos termos do PRS apresentado.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Dueire para a leitura do seu relatório.
Com a palavra, Senador.
O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.
Sras. Senadoras, Srs. Senadores, trata-se de pleito do Estado do Piauí para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Integrado de Segurança Hídrica, Sustentabilidade Ambiental e Desenvolvimento Socioprodutivo da Bacia dos Rios Piauí e Canindé - Piauí Sustentável e Inclusivo (PSI). A operação de crédito pretendida é no valor de até US$100 milhões dos Estados Unidos da América.
O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos, na forma da Resolução Cofiex.
A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) prestou as devidas informações sobre as finanças da União e analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à referida operação de crédito.
Os desembolsos ocorrerão ao longo de seis anos contados a partir da data de entrada em vigor do contrato de empréstimo. O custo total do projeto foi estimado em US$125 milhões, sendo US$25 milhões provenientes de contrapartida estadual e o restante financiado pelo BID.
Por fim, conforme a PGFN, foi observado o disposto no art. 8º da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.
Vou ao voto, Sr. Presidente.
Em conclusão, o pleito do Estado do Piauí encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do projeto de resolução do Senado que apresentamos e que foi devidamente divulgado, na íntegra, do presente relatório.
É uma honra, Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, estar qui, como um filho da Região Nordeste, relatando um projeto e um empréstimo de tamanha envergadura para o Estado Piauí, nos Rios Canindé e Piauí, que formam a bacia hidrográfica do referido Estado. Oitenta e nova municípios integram essa região, com índices pluviométricos inferiores a 100 mm e a geologia caracterizada por afloramento em embasamento cristalino.
Sr. Presidente, era o que tinha a relatar.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Obrigado, Senador Fernando Dueire. Parabéns pelo seu relatório.
A matéria está em discussão. (*Pausa.*)
O Senador Marcelo Castro com a palavra.
O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Para discutir.) - Sr. Presidente, Sras.e Srs. Senadores, eu quero aqui, inicialmente, agradecer o trabalho feito pelo colega Fernando Dueire, que fez um relatório consistente, mostrando toda a necessidade e a capacidade de pagamento que tem o Estado do Piauí.
São dois empréstimos, um do Fida, que é o Fundo da Agricultura, e outro do BID, todos com o aval do Governo Federal, com os pareceres favoráveis do Ministério da Economia, da Procuradoria-Geral da República, cumprindo todos seus normativos e todas as exigências legais.
10:17
R
E esses recursos, como disse muito bem o Senador Fernando Dueire, são muito importantes para o Piauí, porque o Piauí é um estado que tem um clima de transição, que vai do Semiárido ao Cerrado, e esse recurso é exatamente, basicamente para ser aplicado nesses municípios do Semiárido piauiense, que sofre, como está sofrendo agora, com a questão da seca, todos os anos, uns anos mais intensos, outros menos intensos. Este ano, por exemplo, de El Niño, que nós estamos vivendo - o El Niño é o aquecimento das águas equatoriais do Pacífico -, traz consequências no clima do mundo inteiro. No Brasil, a repercussão é seca no Norte e no Nordeste - nós estamos vivendo na Amazônia uma seca jamais vista -; e estamos vendo inundações no Sul do país, muito especialmente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.
Então, diante de tudo isso, agradecendo antecipadamente a todos os colegas, mais uma vez agradecendo o trabalho do nobre colega Fernando Dueire, vamos trabalhar para aprovação dessa matéria tão importante para o Estado do Piauí e para a Região Semiárida do estado.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.
A votação será simbólica.
Em votação o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.
A matéria vai ao Plenário.
Senador Fernando.
O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) - Presidente, com a aprovação da proposição por esta Comissão, pedimos urgência, dada a relevância do projeto, de modo que a matéria possa ser apreciada ainda hoje no Plenário desta Casa.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Em votação o pedido de urgência, item 2 da pauta, Mensagem SF nº 67, de 2023.
Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o pedido de urgência do Senador Fernando Dueire, Relator do projeto.
Item 3.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) N° 69, DE 2023
- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 500,000,000.00 (quinhentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e o New Development Bank (NDB), cujos recursos serão destinados ao "Programa BNDES Clima - Financiamento Sustentável para Mitigação e Adaptação à Mudança Global do Clima no Brasil (BNDES Clima)".
Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Fernando Dueire
Relatório: Favorável, nos termos do PRS apresentado.
Concedo novamente a palavra ao nobre Senador Fernando Dueire.
Com a palavra, Senador.
O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.
Sras. Senadoras, Srs. Senadores, trata-se de pleito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao New Development Bank (NDB). Os recursos da operação destinam-se ao financiamento do Programa BNDES Clima - Financiamento Sustentável para Mitigação e Adaptação à Mudança Global do Clima no Brasil (BNDES Clima).
O programa tem como objetivo geral o financiamento de projetos e ações que visem reduzir as emissões de gases de efeito estufa e a adaptação dos efeitos da mudança do clima.
O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex).
A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União e analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à referida operação de crédito. Ademais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Nota Técnica SEI nº 1591/2023/MF, de 4 de agosto de 2023, informa que o BNDES possui capacidade de pagamento para a operação de crédito externo proposta.
Em relação ao mérito da operação, o Brasil, por sua trajetória e por seus ativos, apresenta diversas oportunidades para acelerar a transição para uma economia verde e de baixo carbono. O país já tem tecnologia e políticas voltadas para fontes energéticas sustentáveis e a sua matriz energética é mais limpa que o restante do mundo, havendo espaço para ampliar ainda mais, Sr. Presidente, essa vantagem. Além disso, o Brasil possui a maior floresta tropical do mundo e abundante biodiversidade. A agricultura sustentável e o controle do desmatamento evitarão uma catástrofe ambiental, garantindo diferencial competitivo e captura de carbono.
Como o país é o quinto maior emissor de gases do efeito estufa do mundo, os compromissos para limitar o aumento de temperatura em +1,5ºC em 2050 exigem esforço amplo e coordenado. Apesar da sua posição no topo do *ranking* de emissões, o Brasil é o que mais rápido pode fazer a transição. Nesse contexto, devemos buscar alinhamento a práticas internacionais, adaptando-as aos desafios de desenvolvimento local. O país pode, ainda, se beneficiar de seus abundantes recursos naturais e dos seus investimentos necessários em infraestrutura e desenvolvimento social.
Com efeito, a transição mundial depende do Brasil, uma vez que: a) somos o terceiro maior produtor de energia renovável do mundo; b) temos um setor elétrico maduro, estável e integrado; c) temos importantes reservas de gás natural; e d) temos ativos ambientais e soluções baseadas na natureza. O país está desenhando a sua política econômica para a transição verde e o BNDES é central nesse contexto para ampliar os benefícios e garantir velocidade e escala a esse processo. Ademais, para desenvolver esse potencial, necessita-se de apoio financeiro e técnico. O BNDES conta como uma plataforma verde com experiência para captar e aplicar recursos no volume demandado. O Banco é um vetor importante para a captação de recursos locais e internacionais para desenvolvimento sustentável e tem capacidade de financiar diversos tipos de projetos na escala e velocidade necessárias à emergência climática: descarbonização, neoindustrialização verde, combate ao desmatamento, infraestrutura sustentável, dentre outros.
Desde a assinatura do Protocolo de Paris, em 2015, o apoio financeiro do BNDES viabilizou, dentre outros resultados, o equivalente a: (i) produzir a energia consumida no Estado do Rio de Janeiro por 31 anos;

resultados, o equivalente a: produzir a energia consumida no Estado do Rio de Janeiro por 31 anos; plantar 8.461 campos de futebol; e 18 anos sem carros na cidade de São Paulo.
Portanto, o Brasil pode se tornar uma potência climática se implantar os incentivos corretos, com as práticas internacionais atuando como referência, mas adaptadas à realidade local. O Programa BNDES Clima - Financiamento Sustentável para Mitigação e Adaptação à Mudança Global do Clima no Brasil (BNDES Clima) está alinhado com o papel que o BNDES pretende ocupar na transição climática brasileira e corrobora o objetivo de este atuar como uma plataforma para a captação de recursos estrangeiros e a aplicação local em projetos estruturantes.
Encaminho o voto, Sr. Presidente.
Em conclusão, o pleito da BNDES encontra-se de acordo com o que preceitua a Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do projeto de resolução do Senado que apresentamos e que foi devidamente divulgado na íntegra do presente relatório.
Eu fico, Sr. Presidente, extremamente lisonjeado, feliz em poder relatar um projeto tão importante. Nós que estamos trabalhando em energias renováveis aqui, no Senado, na Comissão de Hidrogênio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Verde, na Comissão Especial, que temos discutido sobre eólicas, marco regulatório, inclusive *offshore*, temos tratado da questão da biomassa, e nós ficamos extremamente felizes em verificar, em constatar uma ação do Governo para que nós tenhamos uma plataforma de financiamento exatamente para motivar o que em 2001 nós tivemos, quando daquela crise muito grande e que nós estartamos através desses bancos de fomento, o que hoje é o Proinfra, o que hoje nós temos de estrutura de eólica, de solar, de biomassa e de outras renováveis.
Era o que eu tinha a colocar, Sr. Presidente.
Muito obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Mais uma vez, Senador Fernando Dueire, eu o parabenizo pelo seu relatório. Aliás, pelos três relatórios que V. Ex. relatou hoje, dois do Piauí e esse agora do BNDES.
Em tempo, eu quero registrar até a presença aqui da Anna Carolina de Lucena Castro, lá do BNDES, assessora do Presidente do BNDES, pessoa muito simpática, e da Claudia Amarante, Gerente de Captação de Recursos do BNDES.
Sejam sempre bem-vindas a esta Comissão.
A matéria está em discussão.
A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Presidente...
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Senadora Teresa, com a palavra.
A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) - ... quero também me associar a V. Ex. em relação ao relatório, à perfeição do relatório, e destacar dois aspectos.
Com este empréstimo, o Brasil volta, de fato, com plenas condições, a assumir o compromisso do Acordo de Paris, tão reivindicado. Vai e volta... Eu acho que, com essa votação, nós vamos conseguir, de fato, honrar o que a legislação nos legou. E quero destacar os setores apoiados, a que o Senador fez menção, mas eu só queria destacar, do que recebi, inclusive, da síntese do próprio banco, que está bastante animado com essa possibilidade. São vários setores apoiados, setores públicos e setores privados.
apoiados, setores públicos e setores privados. Mobilidade urbana sustentável, resíduos sólidos, energias renováveis, e o Senador está em uma Comissão que trata disso, do hidrogênio verde. Equipamentos eficientes, cidades sustentáveis.
Para o ano, nós teremos eleições municipais e esse é um tema que precisa ser muito bem tratado pelos candidatos e candidatas a Prefeitos. E a mudança do clima, florestas nativas e gestão de serviços destinados à redução de emissão de gases de efeito estufa.
Muitas dessas questões nós debatemos na Comissão de Meio Ambiente. O Tribunal de Contas de cinco estados, em uma ação integrada, fez, Senador, uma pesquisa de como é que os biomas, sobretudo do Nordeste, o bioma da Caatinga sobretudo, vêm sendo tratados e preservados.
Então, são questões que se comunicam entre si e com certeza serão, todas elas, melhor viabilizadas e contempladas com esse empréstimo.
Então, também quero registrar os meus parabéns ao Senador Fernando Dueire.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Obrigado, Senadora...
A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) - Senador, Senador.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - ... a matéria continua em discussão. Senadora Tereza com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) - Eu quero aqui parabenizar também o sempre brilhante Senador Fernando Dueire, que capricha aí nos seus relatórios.
Uma coisa muito importante, mas eu quero aqui dizer que esses recursos são importantíssimos para o BNDES, mas eu espero que sejam bem aplicados, que eles cheguem à ponta e não fiquem só no meio ou no início.
Então, que esses recursos possam realmente ajudar estados e municípios e nas políticas públicas para as ações relativas a mudanças do clima.
Então, parabéns pelo seu relatório.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.
A votação será simbólica.
Em votação o relatório apresentado pelo Senador Fernando Dueire. Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.
A matéria vai ao Plenário.
Senador Fernando.
O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) - Sr. Presidente, com a aprovação da proposição por esta Comissão e dado o valor do mérito do que está se tratando, pedimos a compreensão de V. Exa. e deste Plenário de modo que a matéria possa ser apreciada ainda hoje pelo Plenário desta Casa.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Em votação o pedido de urgência pelo Senador Fernando Dueire, Relator da Mensagem SF nº 69, de 2023.
Os Senadores e as Senadoras que concordam com o pedido de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Vai a Plenário, Senador Fernando Dueire.
A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Pela ordem, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Com a palavra, Senadora.
A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - São duas questões. Eu estou com dois relatórios para apresentar, o item 6 e o item 7.
Há um pedido do autor para retirada do item 6 porque nós já havíamos aprovado um projeto similar da população de rua, da autoria do Senador Randolfe. E chegou um da Câmara, de autoria de uma outra Deputada. Esqueço o nome dela...
(Intervenção fora do microfone.)
A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Erika Hilton, exatamente.
Então, está havendo conversações para a gente ver como é que pode consensuar alguma coisa
10:33
ver como é que pode consensuar alguma coisa, porque o mérito é o mesmo. Desrespeita direitos da população, de políticas para a população de rua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a outra questão é se eu poderia antecipar o parecer do item 7, porque tem votação na Comissão de Educação. E eu estou sendo chamada para lá.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Senadora Teresa, o item 7 é nominal. Temos aqui o item 4, que não é, é simbólico. E como o item 7 é nominal, a Senadora Damares está aqui presente, é do próximo item.
O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Eu também preciso ir lá à CCJ. (*Risos.*)
A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Todo mundo está precisando.
Então vamos fazer o seguinte: vamos tocar, eu vou pedir lá na Comissão de Educação que aguardem.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Lá ainda vai demorar muito?
A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Nada, lá é rápido.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - A Comissão hoje vai o dia todo lá, a CCJ.
A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Eu vou para a Educação.
A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) - Presidente, eu não me importo de fazer a inversão. É porque é um rito, não é?
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Tem o item 5 antes do item 7. O do Senador Humberto também é nominal, o item 5? (*Pausa.*)
Simbólico.Vamos seguir. Como não é nominal, é rápido. O item 4. Projeto de lei complementar no 48 de 2023 não terminativo. Altero o artigo 25 da lei complementar no 101 de 4 de maio de 2000 para permitir na área de educação a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada. Senador Laecio Oliveira, Relatoria. Senador Damaris Alves, Relatório. Favorável ao projeto com a emenda número 1 da CE. Observações. A matéria foi apreciada pela CE. Com parecer favorável ao projeto com a emenda número 1 da CE. Conselho da palavra senadora Damaris Alves para a leitura do seu relatório. Presidente, eu vou direto à análise e já vou informando o plenário que esse tema já foi amplamente discutido na Comissão de Educação. Então eu vou ler rapidinho e vocês vão aprovar rapidinho, ok? Direto à análise, presidente. Nos temos o artigo 99 do Regimento Interno da Casa. Compete a essa comissão opinar sobre os aspectos econômico-financeiros das matérias que lhe são submetidas para apreciação. O PLP está alinhado com os princípios constitucionais ilegais. Destacamos que legisla sobre tema de competência da União e que não invade as competências privativas do presidente da República, prevista no parágrafo 1º do artigo 61 da Constituição. A proposta não traz qualquer impacto econômico-financeiro para a União, tendo em vista que não há aumento de despesas. Trata-se de remanejamento de recursos já previamente alocados pela LOA. Não se torna, portanto, necessário verificar o atendimento às restrições impostas pela LRF para políticas que impliquem renúncias de receitas ou aumento de despesas. Quanto ao mérito, concordamos com o autor do projeto, o iluso senador Laércio Oliveira. As deficiências ainda observadas na aprendizagem de nossas crianças e jovens revelam que, apesar das melhorias obtidas em algumas frentes nos últimos anos, ainda estamos longe do patamar ideal de recursos para a educação. Apesar dos esforços da última década promovidos pelo governo federal, bem como por esta casa, na promoção da educação para todos, o fato é que ainda não temos muito a comemorar, mesmo com o aumento dos mínimos destinados à educação, a garantia do PIS salarial nacional para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os professores e muitos outros programas por todos os níveis que têm procurado garantir o acesso à merenda escolar, transporte, materiais escolares, entre outros, ainda a milhares de crianças e adolescentes.

ITEM 4
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 48, DE 2023
- Não terminativo -

Altera o art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para permitir, na área de educação, a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.
Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE)
Relatoria: Senadora Damares Alves
Relatório: Favorável ao projeto e a Emenda n° 1-CE-CAE.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela CE, com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CE.
Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do seu relatório. Com a palavra, Senadora.
A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) - Presidente, eu vou direto à análise e já vou informando ao Plenário que esse tema já foi amplamente discutido na Comissão de Educação. Então eu vou ler rapidinho, e vocês vão aprovar rapidinho, ok? Direto à análise, Presidente.
Nos termos do art. 99 do Regimento Interno da Casa, compete a esta Comissão opinar sobre os aspectos econômico-financeiros das matérias que lhe são submetidas para apreciação.
O PLP está alinhado com os princípios constitucionais e legais. Destacamos que legisla sobre tema de competência da União e que não invade as competências privativas do Presidente da República previstas no §1º do art. 61 da Constituição.
A proposta não traz qualquer impacto econômico-financeiro para a União, tendo em vista que não há aumento de despesas. Trata-se de remanejamento de recursos já previamente alocados pela LOA. Não se torna, portanto, necessário verificar o atendimento às restrições impostas pela LRF para políticas que impliquem renúncia de receitas ou aumento de despesas.
Quanto ao mérito, concordamos com o autor do projeto, o ilustre Senador Laércio Oliveira. As deficiências ainda observadas na aprendizagem de nossas crianças e jovens revelam que, apesar das melhorias obtidas em algumas frentes nos últimos anos, ainda estamos longe do patamar ideal de recursos para a educação.
Apesar dos esforços na última década promovidos pelo Governo Federal, bem como por esta Casa, na promoção da educação para todos, o fato é que ainda não temos muito a comemorar. Mesmo com o aumento dos mínimos destinados à educação, a garantia do piso salarial nacional para os professores e muitos outros programas em todos os níveis que têm procurado garantir o acesso à merenda escolar, transporte, materiais escolares, entre outros, ainda há milhares de crianças e adolescentes Mesmo com o aumento dos mínimos destinados à educação, a garantia do piso salarial nacional para os professores e muitos outros programas em todos os níveis que têm procurado garantir o acesso à merenda escolar, transporte, materiais escolares, entre outros, ainda há milhares de crianças e adolescentes enfrentando condições precárias de ensino.
As condições da oferta de ensino em muitas escolas públicas espalhadas pelo país ainda carecem de reparos, os recursos didáticos são precários e os profissionais da educação são submetidos a condições insalubres de trabalho. Tal fato pôde ser observado no último resultado do Sistema de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Avaliação da Educação Básica, em setembro de 2021: o desempenho dos alunos em português e matemática caiu em todas as etapas de ensino analisadas com relação ao Saeb de 2019.
Os números do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) estão na mesma linha: apesar de diversas melhorias terem ocorrido na última década, grande parte dos estados e municípios está abaixo das metas do Ideb traçadas.
Tais fatos comprovam a necessidade de recursos em praticamente todas as frentes de promoção à educação, e os recursos eventualmente "empoçados" em programas extintos não podem ser desprezados: precisamos promover sua realocação da forma mais célere e eficiente possível para garantir o uso em outras atividades de promoção à educação.
A vedação à utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada, constante no §2º do art. 25 da LRF, apesar de ser importante dispositivo na responsabilidade fiscal, ao impor o respeito às finalidades consignadas na lei orçamentária, provoca o efeito colateral de "empoçar" os recursos de programas declarados inativos.
Tais recursos, por vezes, ficam disponíveis em conta durante boa parte do exercício financeiro, sem ter destinação possível, enquanto temos outros programas da mesma área necessitando de recursos.
Entendemos que há ganhos com a proposta, pois, se o redirecionamento de recursos ocorrer dentro do mesmo ente, na mesma área e também destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de acordo com a LDB, ganhamos eficiência e celeridade na gestão dos recursos, sem desvios relevantes de finalidade, dado que os valores envolvidos, por pertencerem a programas extintos, teriam de ser realocados nas próximas leis orçamentárias de qualquer forma.
Voto.
Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 48, de 2023, e da Emenda nº 1-CE.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Senadora Damares, parabéns pelo seu relatório!
Quero dizer a V. Exa. que V. Exa. é uma das Senadoras que mais comparece a esta Comissão, e, sempre que os relatórios chegam às suas mãos, são relatados e apresentados em tempo recorde.
Parabéns pelo seu relatório!
A matéria está em discussão.
O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) - Sr. Presidente, eu não sei se cabe à discussão - eu não vou fazer discussão nenhuma, porque está todo mundo aqui célere por outras ações -, mas eu não poderia deixar de usar da palavra, primeiro, para agradecer a V. Exa. a sempre gentileza. O elogio que o senhor fez à Senadora Damares eu quero também fazer ao senhor, pela presteza e consideração que o senhor tem com todos os membros desta Comissão. Então, eu sou muito grato pelo senhor ter pautado esse relatório.
Quero agradecer à minha querida Damares, amiga de longos anos, pelo relatório que apresentou. Eu sou muito grato. Ouviu, Presidente? Obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Obrigado, Senador.
A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.
A votação será simbólica.
Em votação o relatório apresentado pela Senadora Damares.
Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CE-CAE.
A matéria vai ao Plenário.
Senadora Damares, quer fazer o pedido de urgência? Não.
Item 5 da pauta.

ITEM 5
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 205, DE 2023
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 (Lei Paulo Gustavo), para prorrogar o prazo de execução dos recursos até 31 de dezembro de 2024, por Estados, Distrito Federal e Municípios.
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)
Relatoria: Senador Humberto Costa.
Relatório: favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 205, de 2023, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei Complementar nº 220, de 2023, na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Observações: tramitam em conjunto os PLPs nºs 205, de 2023, 220, de 2023.
A matéria será apreciada pela CE.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 220, DE 2023
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 (Lei Paulo Gustavo), para prorrogar o prazo de execução dos recursos por Estados, Distrito Federal e Municípios.
Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)
Relatoria: Senador Humberto Costa
Relatório: Favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 205 de 2023, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei Complementar nº 220 de 2023.
Observações:
1. Tramitam em conjunto os PLP 205/2023 e 220/2023.
2. A matéria será apreciada pela CE.
Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para a leitura do seu relatório.
Com a palavra, Senador Humberto.
O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) - Sr. Presidente, inicialmente quero agradecer a V. Exa. a minha indicação como Relator dessa matéria. Vou pedir vênia a V. Exa. para que eu possa ler a partir da análise. O.k.?
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - O.k., concedido, Senador.
O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos analisar os aspectos econômicos e financeiros das matérias que lhe são submetidas.
Nesse sentido, cabe observar que os Projetos de Lei Complementar nºs 205 e 220, de 2023, não criam despesas obrigatórias, tampouco implicam renúncias de receita, sendo dispensada, portanto, uma estimativa de seus impactos econômicos e financeiros, conforme determina a legislação vigente.
A matéria se insere no campo da competência concorrente da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal. Ainda é legítima a iniciativa parlamentar, visto não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concluímos, pois, que quanto aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, nada há que se opor à matéria, não havendo, portanto, óbices capazes de impedir a sua aprovação.
Adentrando o mérito, entendemos que as proposições merecem prosperar. A Lei Complementar nº 195, de 2022, representa uma grande vitória para a cultura brasileira, uma vez que contribuiu fortemente para a recuperação desse setor que, assim como outros, foi gravemente afetado pela trágica pandemia da covid-19, garantindo que a produção cultural do nosso país, de importância patrimonial e identitária, pudesse ser retomada.
Ocorre que a aprovação da lei foi sucedida de algumas estratégias que obstaculizaram a sua implementação, como a edição da Medida Provisória nº 1.135, de 2022, que visava a tão somente atrasar o repasse aos entes da Federação, cuja eficácia foi suspensa por decisão do Supremo Tribunal Federal. Além disso, esta mesma lei fora objeto de veto, o qual foi derrubado por este Congresso Nacional.
Dessa forma, todos esses entraves acarretaram atrasos no repasse e na execução desses recursos, uma vez que os procedimentos foram regulamentados tão somente em maio de 2023, não havendo, assim, tempo hábil para que entes da Federação pudessem se adequar às exigências legais.
Portanto, a utilização dos recursos até 31 de dezembro de 2023 resta inexequível, tornando imperativa a aprovação desta proposição legislativa, garantindo, assim, que a Lei Paulo Gustavo cumpra a tarefa para a qual foi criada: resgatar e fomentar a produção cultural no Brasil.
É importante ressaltar que esta Casa, parte fulcral deste processo, está garantindo que o Estado cumpra o seu dever constitucional de incentivar as manifestações culturais em nosso país, sendo inadmissíveis quaisquer silenciamentos daqueles que possuem o dever legal e constitucional de fazer com que a cultura brasileira volte a ocupar seu lugar de destaque no cenário mundial.
Quanto à revogação dos arts. 11 e 12 da Lei Complementar nº 195, de 2022, prevista no PLP nº 220, de 2023, que tratam da devolução dos recursos aos estados quando recebidos por municípios, ou da devolução dos recursos à União quando recebidos pelos estados e pelo Distrito Federal, nos casos em que os entes beneficiados não tenham incluído dotação orçamentária específica destinada à execução dos valores recebidos, entendemos que a manutenção desses dispositivos é importante para conferir segurança e transparência na execução dos recursos, evitando assim que estes sejam alocados em ações diferentes daquelas a que são destinados. Este é o único ponto de discordância que temos em relação à matéria.
Destaca-se, neste turno, que ambas as proposições analisadas neste parecer versam sobre o mesmo tema. No entanto, o Projeto de Lei Complementar nº 205, de 2023, tem precedência, nos termos da alínea "b", do inciso II, do art. 260, do Regimento Interno do Senado Federal. Por esta razão, votamos pela prejudicialidade do Projeto de Lei Complementar nº 220, de 2023, louvando a importante iniciativa do Senador Flávio Arns.
A Lei Paulo Gustavo sobreleva-se como um mecanismo imprescindível de fomento da cultura brasileira - sobretudo após um período que a marcou negativamente -, esta que é marca histórica e patrimonial da nossa sociedade.
Em que pese muitos considerarem cultura unicamente como forma de lazer, não podemos, jamais, nos esquecer de seu papel na formação social e educacional dos brasileiros, uma vez que se trata de um valioso instrumento no processo de ensino e aprendizagem. Enquanto forte aliada da educação, a cultura contribui no processo de socialização dos estudantes e na discussão dos diferentes saberes que permeiam o ambiente escolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Educação e cultura são fenômenos sociais e intrinsecamente conectados. Lembremo-nos de que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 1996, em seu art. 1º, dispõe que "A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais."
A LDB destaca ainda que o ensino será ministrado com base na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, todos estes de forma conjunta e complementar, sem qualquer caráter distintivo e excludente.
É observando a importante relação entre cultura e educação que propusemos a inclusão de um mecanismo neste projeto para permitir que, no exercício de 2023, as despesas destinadas aos programas de incentivo à permanência de estudantes no ensino médio não sejam contabilizadas nos limites estabelecidos no art. 12 da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023.
Além disso, consideramos relevante prever que a fonte para as despesas com este programa de incentivo à permanência advenha do superávit financeiro do fundo social, o qual tem como premissa o financiamento de ações que sejam capazes de promover o desenvolvimento em educação e cultura, resgatando, assim, o objetivo central desta que é uma das principais fontes de financiamento das áreas sociais do nosso país.
Em conclusão, o que estamos propondo é tão somente aliar dois recursos de formação social que são imprescindíveis para o desenvolvimento do nosso país. Vislumbramos que, desta forma, seremos capazes de não só atender ao clamor da sociedade brasileira, como também de garantir que os preceitos constitucionais sejam devidamente respeitados.
Este é o relatório.
Voto.
Conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar n° 205, de 2023, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei Complementar nº 220, de 2023, nos termos da emenda substitutiva que se segue.
Obrigado, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Obrigado, Senador Humberto. Parabéns pelo seu relatório!
A matéria está em discussão.
A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Presidente, rapidamente.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Senadora Teresa, com a palavra.
A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) - Nós ainda vamos apreciar essa matéria na Comissão de Educação, mas, com certeza, um aspecto desse projeto de lei será muito bem-vindo no mérito da Comissão de Educação, que é justamente essa relação da educação com a cultura.
Eu acho que esse projeto de lei, a partir do respeito à Constituição, da evocação que faz da LDB, trata isso muito bem. E eu espero que a Comissão de Educação siga também o relatório aqui da CAE e aprove esse projeto que segue para lá.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Com certeza. Meritório, Senadora.
Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.
A votação será simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório apresentado.
Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 205, de 2023, e pelas prejudicialidades do Projeto de Lei Complementar nº 220, de 2023, nos termos da Emenda nº 1 da CAE (Substitutiva).
A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura.
O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Com a palavra, Senador.
O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Pedindo venha aqui à nossa querida Senadora Teresa Leitão, eu gostaria de apresentar um requerimento, pedindo a urgência.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Para ir para a Comissão de Educação?
O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Para ir para o Plenário. (*Pausa.*)
Mas é obrigatório que vá para a Comissão de Educação?
A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Indo para o Plenário a Comissão de Educação poderia dar um voto lá?
O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Pronunciar-se lá.
A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Não é?
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Sim, o senhor quer apresentar a urgência para ir para o Plenário?
O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Para o Plenário.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - No caso, não passaria na Comissão de Educação?
O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Sim.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Mas ele já foi designado para ir para a Educação ou não?
A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - A Educação daria parecer em Plenário.
O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Se não for possível tudo bem. (*Pausa.*)
É possível?
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Sim, é possível aprovar o requerimento de urgência. Nós vamos aprovar e na sequência a Mesa define.
O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Está bem.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - O.k.?
Então, é isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o pedido de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 205, de 2023, feito pelo Relator, Senador Humberto Costa.
Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Obrigado, Senador.

ITEM 7
PROJETO DE LEI N° 2341, DE 2022
- Terminativo -

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que "dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências", para proibir a cobrança de tarifas bancárias de instituições públicas de ensino.
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)
Relatoria: Senadora Teresa Leitão
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria foi apreciada pela CE, com parecer favorável ao projeto.
Concedo a palavra à nobre Senadora Teresa Leitão para a leitura de seu relatório.
Com a palavra, Senadora.
A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) - Obrigada, Sr. Presidente, já agradecendo V. Exa. tê-lo tirado da pauta na semana passada e ter trazido para hoje, por conta de alguns problemas que eu tive no relatório, pela própria ausência na reunião.
O PL é composto por três artigos apenas.
O art. 1º informa seu objetivo.
O art. 2º acrescenta art. 53-A à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, com o seguinte teor:
Art. 53-A É vedada a cobrança, por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, de quaisquer tarifas pela prestação de serviços realizados em favor de instituições públicas de ensino."
E o art 3º é a cláusula de vigência
serviços realizados em favor de instituições públicas de ensino."
E o art 3º é a cláusula de vigência, que é imediata à publicação da lei.
O PL, como já observado, tem por fim vedar a cobrança de tarifas bancárias em contas de titularidade de escolas públicas.
O autor da proposição, Senador Randolfe Rodrigues, observa na justificação que as tarifas bancárias subtraem parcela não desprezível dos já escassos recursos da educação pública. E que tais valores poderiam ser dirigidos à melhoria das condições de aprendizagem dos alunos e do trabalho dos professores e professoras.
Na mesma linha, aponta que, das diversas contas bancárias detidas por escolas públicas, a única isenta de tarifa bancária é a que recebe os recursos do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). As demais contas bancárias, entretanto, não se beneficiam dessa isenção.
O autor aponta, corretamente, que o efeito da aprovação do projeto sobre a receita total de tarifas dos bancos será negligenciável, enquanto os benefícios às escolas e suas comunidades - e, em especial, aos alunos e professores - será muito relevante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos, portanto, total concordância com os argumentos expendidos pelo autor. Há, de fato, uma grande assimetria entre as diminutas perdas que terão os bancos, em razão da isenção prevista neste PL, e os significativos benefícios que a medida trará à sociedade, à educação e, em especial, às comunidades escolares.
Acrescentaria, ainda, que os bancos, especialmente o Banco do Brasil e a Caixa, já são muito bem remunerados na condição de agentes operadores de diversos programas de governo, inclusive os voltados para a educação.
Em forma e conteúdo, o PL respeita as balizas legais e constitucionais. Não apresenta vício de iniciativa e trata de matéria de competência do Congresso Nacional. É vazado em linguagem clara e precisa e não tem qualquer deficiência quanto à técnica legislativa.
Além disso, a proposição não tem impacto financeiro e orçamentário. Ao contrário, ao maximizar o uso dos recursos públicos na educação, evita a fricção representada pelas tarifas bancárias, traz ganhos de eficiência e focalização.
Finalmente, apontamos nossa concordância com o Relator na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o Senador Rodrigo Cunha, quando indicou a necessidade de alterações redacionais de pequena monta: a supressão da expressão “(NR)” ao fim do novo art. 53-A, a ser incluído na Lei 4.595, de 1964, e a aposição de letras maiúsculas nas referências constantes da própria proposição à lei que resultará de sua aprovação. Como tais modificações não afetam nem remotamente o sentido da proposição, entendemos que não há necessidade de emendas para efetivá-las, bastando reforçar a indicação já feita pelo Relator precedente de que tais ajustes sejam feitos na redação final.
Por essas razões, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.341, de 2022.
Esse é o voto, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Obrigado, Senadora.
E parabéns pelo seu relatório.
A matéria está em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
A votação será nominal.
Em votação o Projeto de Lei nº 2.341, de 2023, nos termos do relatório apresentado.
Os Senadores que votam com a Relatora votam "sim".
Os senhores... (*Pausa.*)
Os senhores... (*Pausa.*)
Só um minuto, Senadora Teresa, estão organizando ali para abrir pelo aplicativo. (*Pausa.*)
A Presidência comunica aos Senadores e Senadoras que podem votar pelo aplicativo - assim que abrir. (*Pausa.*)
Senadora Teresa, deu um problema técnico. Eles já estão vindo para... (*Pausa.*)
O.k. (*Pausa.*)
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Já podem votar.
(*Procede-se à votação.*)
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Senador Romário. (*Pausa.*)
"Sim". Quem vota com com a Relatora é "sim". (*Pausa.*)
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - A votação está encerrada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Votaram SIM 14 e NÃO, nenhum.
Está aprovado o Projeto de Lei nº 2.341, de 2023.
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.
Item 8 da pauta, Senador Romário.

ITEM 8
PROJETO DE LEI N° 1252, DE 2019
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.899, de 1994, para dispor sobre a fruição do passe livre, por pessoa com deficiência, no transporte de passageiros sob responsabilidade da União.
Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)
Relatoria: Senador Romário
Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria, e pela rejeição da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).
Observações:
A matéria foi apreciada pela CDH, com parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).
Concedo a palavra ao nobre Senador Romário para leitura de seu relatório.
Com a palavra, Senador Romário.
O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) - Muito bem, Presidente.
Bom dia a todos, Senadores, Senadoras e todos que nos ouvem e nos veem!
Primeiro, quero parabenizar a Senadora Mara Gabrilli, mais uma vez idealizadora de um projeto de grande relevância para o segmento das pessoas com deficiência. Eu fico feliz e agradecido e honrado em poder ser Relator desse projeto.
Presidente, vou direto à análise.
O PL está em harmonia com as normas constitucionais e legais e apresenta boa técnica legislativa e excelente mérito.
A matéria revela novos atributos, abstratividade, generalidade, imperatividade e coercibilidade, sendo, portanto, jurídico.
Concentrando nos assuntos atinentes a esta Comissão, é necessário analisar o impacto econômico-financeiro.
A Nota 55/2023, da consultoria orçamentária, considera o valor médio das passagens pagas que foram calculadas supondo alguma forma de compensação por parte do setor público.
Conforme detalhado no relatório, não cabe pensar em impacto orçamentário financeiro, nem para o governo, nem para as empresas de transportes.
No entanto, para que a lei não se torne inefetiva, entendo haver a necessidade de reparar o substitutivo em três aspectos. O primeiro refere-se à crítica de usuários de que nunca conseguem obter as passagens gratuitas. Assim, a empresa que negar a emissão do bilhete do usuário deverá emitir documento atestando

emitir documento atestando não haver mais vagas e apresentar as próximas datas e horários. Ademais, será obrigada a enviar ao órgão fiscalizador o nome e o CPF dos passageiros beneficiados por veículo.
O segundo motivo de preocupação é o Poder Executivo demorar demasiadamente para regulamentar a nova lei. Assim, o substitutivo irá prever a gratuidade obrigatória após três meses de vigência da lei, até que o regulamento disponha sobre o tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, para impedir um vácuo legal entre a publicação da lei e a nova regulamentação, a revogação da Lei nº 8.899, de 1994, somente ocorrerá após a vigência da nova regulamentação.
Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.252, de 2019, e pela rejeição da Emenda 1-CDH (Substitutivo), na forma do seguinte substitutivo:
Art. 1º A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 46-A:
"Art. 46-A. Os veículos de transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo, ou de qualquer outro modal, deverão reservar assentos gratuitos para pessoas com deficiência de baixa renda, nos termos do regulamento.
§ 1º No transporte rodoviário, a gratuidade estabelecida no art. 46-A abrange as categorias convencional, econômica, leito, semileito e executiva ou outras de igual natureza que venham a ser estabelecidas;
§ 2º As vagas de que trata o caput que não vierem a ser solicitadas até quarenta e oito horas antes da partida do veículo poderão ser revendidas pelas empresas aos demais usuários.
§ 3º Caso não haja mais vagas disponíveis para a pessoa com deficiência com baixa renda no horário e trecho solicitado, a empresa de transporte coletivo deverá emitir documento reconhecendo que está negando a emissão do bilhete por ausência de vagas e apresentando as primeiras datas e horários disponíveis nos dias que antecedem e que sucedem a data solicitada pelo passageiro.
§ 4º Sem prejuízo de outras informações previstas em regulamento, a empresa de transporte coletivo deverá informar ao órgão fiscalizador o nome e o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) dos passageiros beneficiados pelo disposto no caput."
Art. 2º Após noventa (90) dias da data de vigência desta Lei e na ausência da regulamentação de que trata o caput do art. 46-A da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a obrigação de oferta de dois assentos de cada veículo, prevista no art. 1º do Decreto nº 3.691, de 19 de dezembro de 2000, se estenderá a todas as categorias do transporte coletivo rodoviário, bem como a todos os demais modais de transporte coletivo, incluindo o transporte coletivo aéreo, ferroviário e aquaviário.
Art. 3º Revoga-se a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação, com exceção do art. 3º, que entrará em vigor da data da vigência da regulamentação de que trata o caput do art. 46-A da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 [Sr. Presidente].
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Senador Romário, parabéns (*Fora do microfone.*)pelo seu relatório.
A matéria está em discussão.
Senadora Damares.
A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) - Eu vim correndo para parabenizar o Senador Romário

para parabenizar o Senador Romário pelo voto. A gente está fazendo justiça hoje, Senador, parabéns. Senador Vanderlan, uma pessoa com deficiência em Valparaíso tem o passe ali livre para andar no seu município. Mas, se ela atravessar aqui para Brasília, às vezes o passe não vale mais. Como é que a pessoa deixa de ser deficiente por causa de 5km? Isso não existe.
Então, a gente vem com essa proposta aqui hoje tirar todas essas dúvidas. O passe livre é passe livre em qualquer lugar do Brasil.
Então, eu quero cumprimentar o Senador Romário pelo voto aqui, lá na de Direitos Humanos. E vamos passar logo, Senador. Vamos fazer justiça imediatamente às pessoas com deficiência no Brasil. Parabéns, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Obrigado, Senadora Damares.
O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Muito obrigado pelas palavras.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Para discutir, Senador Otto Alencar.
O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) - Agradeço ao Senador Romário.
Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Senadores, eu quero fazer referência à Senadora Mara Gabrilli, que é autora desse projeto que ora foi relatado com muita precisão pelo Senador Romário.
Pessoas com deficiências com o benefício de terem o passe livre no transporte, seja ele terrestre, aéreo, aquaviário. Isso mostra uma sensibilidade muito grande da Senadora Mara Gabrilli, mostra o seu compromisso social. Só quem conhece as dificuldades sabe o que é estender a mão aberta para as pessoas que têm o drama da locomoção. Portanto, a iniciativa da Senadora Mara Gabrilli é louvável.
E o relatório caiu em boas mãos. O Senador Romário conhece exatamente essas dificuldades. Tem tido um compromisso permanentemente com o setor, que precisa do auxílio da mão forte do governo do estado, do município ou do Governo Federal para atendimento a essas pessoas, e tem marcado a sua passagem nesse sentido.
Tanto merece o meu aplauso a iniciativa da Senadora Mara como também o relatório preciso do nobre Senador do Estado do Rio de Janeiro, Romário.
O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Muito obrigado, Senador Otto Alencar, pelas palavras.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Senador Romário, eu quero em tempo registrar aqui a presença do Sr. César Magalhães, representante da Retina Brasil. Está aqui presente, se ainda estiver aí presente... Está ali. Seja bem-vindo, Sr. César.
E a Denise Braga, Presidente da Associação Brasiliense de Deficientes Visuais. A Denise está aqui? Seja bem-vinda, Denise, à nossa Comissão.
Com a palavra a Senadora Teresa.
A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Também para cumprimentar o Senador Romário, a minha querida amiga Senadora Mara Gabrilli, que sempre estão trazendo projetos para diminuir o sofrimento dessas pessoas com deficiência, para que eles possam também ter todos os benefícios que a sociedade possa lhes conferir.
Então, parabéns, Senador Romário. A gente fica feliz de poder aprovar isso aqui na CAE hoje.
O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Muito obrigado, Senadora.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.
A votação será nominal. É terminativo nesta Comissão.
Em votação o substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.252, de

substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.252, de 2019, nos termos do relatório apresentado.
Os Senadores que votam com o Relator, o Senador Romário, votam "sim".
Já podem votar, já está aberto. (*Pausa.*)
Senador Romário, eu vi a manifestação de V. Exa. nesse final de semana, com o título do Fluminense. E estava observando ali e pensando, o Senador Romário, não me lembro de ter jogado no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fluminense, mas sua alegria era tanta. Eu, como flamenguista, fiquei também muito satisfeito, até mesmo, Senador Romário, meu sogro é torcedor do Fluminense, daqueles que não perde um jogo. E o meu cunhado também, Ademir. Meu sogro, Francisco Peres, ao qual eu já quero fazer um homenagem aqui e para o meu cunhado Ademir, que é campeão agora das Américas.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Quero aproveitar a oportunidade e parabenizar todos os tricolores, que foram campeões da Libertadores.

E eu joguei, sim, tive a oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Jogou?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - ... o prazer e a honra de ter vestido a camisa do Fluminense. E como não poderia ser diferente, brasileiro, carioca, ter jogado no Fluminense, não tem como torcer diferente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - É verdade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Senador Romário, o Senador Otto está perguntando se é Vasco, ou se é...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Meu time do coração é América. E quinta-feira, serei o novo Presidente do América, se Deus quiser, por aclamação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Parabéns, Senador.

(Intervenções fora do microfone.) (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Senadora Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Senador Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Senadora Damares. Faz a chamada aí já. Senadora Teresa Leitão, Senador Angelo Coronel. Chegou na hora de votar, Senador Angelo Coronel. (*Pausa.*)(*Falha no áudio.*)

Morais, Senador Eduardo Gomes, Senador Sergio Moro, Senador Efraim Filho.

Aos assessores aí que estiverem próximos aos Senadores e Senadoras, só um alerta para votar.

Projeto de Lei n 1.252

Projeto de Lei nº 1.252, de 2019, terminativo.

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 1252, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.899, de 1994, para dispor sobre a fruição do passe livre, por pessoa com deficiência, no transporte de passageiros sob responsabilidade da União.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria, e pela rejeição da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

Observações:

A matéria foi apreciada pela CDH, com parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

Projeto da Senadora Mara Gabrilli.

Relator: Senador Romário - nos próximos dias, vai ser o Presidente do América.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Amém. (*Pausa.*)
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) - Senador Ciro Nogueira.
Laércio Oliveira, Mecias de Jesus. (*Pausa.*)
Consulto se todos os Senadores já votaram. (*Pausa.*)
Está encerrada a votação.
Treze SIM; nenhum NÃO.
Está aprovado o Projeto de Lei nº 1.252, de 2019, de autoria da Senadora Mara Gabrilli, com relatoria do Senador Romário.
Parabéns, Senador Romário!
Aprovado o projeto.
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.
Agradeço a todos que estiveram presentes hoje na nossa Comissão.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.
(*Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e seis minutos do dia oito de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Carlos Viana, Izalci Lucas, Efraim Filho, Giordano, Marcos do Val, Plínio Valério, Otto Alencar, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Jaques Wagner, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Romário, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda do Senador Flávio Arns, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Irajá, Omar Aziz, Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Ciro Nogueira e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 70, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 480,133,500.00 (quatrocentos e oitenta milhões, cento e trinta e três mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para o financiamento do Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo – 3ª Fase." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Observação:** Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 71, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 90,000,000.00 (noventa milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Agência de Fomento do Estado de São Paulo – Desenvolve SP, e o New Development Bank (NDB), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Desenvolve SP – Infraestruturas Sustentáveis"" **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Observação:** Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 72, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 64,000,000.00 (sessenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Jundiaí - Estado de São Paulo, e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parcial do “Programa de Desenvolvimento Urbano e Social de Jundiaí”." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Observação:** Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 73, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Santa Catarina e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do “Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Santa Catarina - PROFISCO II - SC”." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Observação:** Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 5 - Mensagem (SF) n° 74, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 1,200,000,000.00 (um bilhão e duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e o New Development Bank (NDB), de principal, cujos recursos serão destinados ao “2º Programa BNDES-NDB para Infraestrutura Sustentável e Apoio aos Entes Subnacionais”." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Observação:** Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, com as bênçãos de Deus, declaro aberta a 51ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 8 de novembro de 2023.

Comunicado da Presidência.

Comunico que está aberto o prazo para a apresentação de emendas de Comissão ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias e também da LOA de 2024. As emendas apresentadas perante esta Comissão serão deliberadas na segunda parte da reunião da próxima terça-feira, dia 14 de novembro. O Relator das emendas na CAE será o Senador Angelo Coronel.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 50ª Reunião, realizada em 7 de novembro de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 70, DE 2023

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 480,133,500.00 (quatrocentos e oitenta milhões, cento e trinta e três mil e quinhentos dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para o financiamento do Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo – 3ª Fase.

Autoria: Presidência da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar para a leitura do seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa., Presidente Vanderlan Cardoso.

É a Mensagem nº 70, de 2023, do Presidente da República (nº 558, de 25 de outubro de 2023, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$480.133.500, de principal, entre o Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Trata-se do Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo, na 3ª Fase.

Permita-me V. Exa. que eu possa entrar na análise do projeto.

O anexo único da minuta de contrato de empréstimo assim resume o objetivo do financiamento visado:

> 1.01 O objetivo geral do Programa é de melhorar a competitividade das cadeias produtivas beneficiadas com foco em sustentabilidade.
> 1.02 Os objetivos específicos do Programa são: (i) melhorar a qualidade de serviço nas rodovias públicas intervencionadas; e (ii) melhorar a efetividade do DER por meio da ampliação das competências digitais de seus funcionários.

Os desembolsos ocorrerão ao longo de cinco anos, contados a partir da data de entrada em vigor do contrato de empréstimo.

O custo total do projeto foi estimado em US$686.149.500... provenientes de contrapartida estadual e o restante financiado pelo BID, distribuídos conforme o quadro a seguir.

Componente 1: Engenharia, obras rodoviárias sustentáveis, serviços inteligentes e supervisão. Banco: US$448.500.000. Contrapartida local: US$198.636.000. Total: US$647.136.000, 94,31%.

Componente 2: Fortalecimento institucional. Banco: US$17.534.000. Contrapartida local: US$6.000.000. Total: US$23.634.000. O percentual é de 3,43%.

Administração do Programa: US$14.099.500. Contrapartida: US$1.380.000. Total: US$15.479.500. Percentual: 2,26%, o que perfaz o número citado anteriormente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O custo efetivo da operação foi apurado em 4,65% ao ano (a.a.), com uma duração de 11,6 anos. Considerando a mesma duração, o custo de captação estimado para as emissões da União em dólares americanos é em torno de 6,52% a.a. – superior, portanto, ao custo calculado para a operação.

Em resumo, o parecer da Secretaria do Tesouro Nacional considerou atendidas as seguintes exigências:

a) cumprimento dos requisitos contidos no art. 32 da Lei Complementar 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e nas Resoluções do Senado Federal nos 40 e 43, de 2001, e alterações subsequentes;

b) inclusão do programa no plano plurianual do estado para o período 2020-2023 e na lei orçamentária para o exercício de 2023;

c) obtenção de autorização do Poder Legislativo local e oferecimento de contragarantias à União (Lei Estadual 14.822, de 2012);

d) existência de margem para a concessão, pela União, da garantia pleiteada e de margem suficiente para que o estado reembolse a União caso esta tenha de honrar o compromisso assumido na condição de garantidora;

e) observância dos gastos mínimos com saúde e educação e dos limites máximos para as despesas com pessoal; e

f) pleno exercício da competência tributária do estado.

A regularidade quanto ao pagamento de precatórios, a seu tempo, deverá ser feita por ocasião da assinatura do contrato de garantia. O ente informa, ainda, que firmou contrato de parceria público-privada e que as despesas correspondentes se situam dentro do limite legal.

Quanto à oportunidade, à conveniência, à viabilidade e aos riscos para o Tesouro Nacional, o titular daquele órgão entendeu que a presente operação de crédito deve receber a garantia da União.

Por fim, conforme a PGFN, foi observado o disposto no art. 8º da Resolução do Senado Federal 48, de 2007, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública.

O voto.

Em conclusão, o pleito do Estado de São Paulo encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções do Senado Federal 40 e 43, ambas de 2001, e 48, de 2007, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$480.133.500 (quatrocentos e oitenta milhões, cento e trinta e três mil e quinhentos dólares americanos).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Estado de São Paulo autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$480.133.500 (quatrocentos e oitenta milhões, cento e trinta e três mil e quinhentos dólares americanos).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo [...]".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º desta Resolução deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado de São Paulo;

II – credor: [...] (BID);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US$480.133.500 (quatrocentos e oitenta milhões, cento e trinta e três mil e quinhentos dólares americanos);

V – valor da contrapartida: US$206.016.000 (duzentos e seis milhões e dezesseis mil dólares americanos);

VI – juros: taxa SOFR [...], acrescida de [...] *spread* a serem definidos periodicamente pelo BID;

VII – atualização monetária: variação cambial;

VIII – cronograma estimado das liberações que estão aqui previstas: US$48.013.350 em 2023; US$144.040.050 em 2024; US$192.053.400 em 2025; US$48.013.350 em 2026; US$48.013.350 em 2027;

IX – cronograma estimado das contrapartidas: [...] [estão aqui preestabelecidos projeto];

X – prazo total: até 300 (trezentos) meses;

XI – prazo de carência: até 72 (setenta e dois) meses;

XII – prazo de amortização: até 228 (duzentos e vinte e oito) meses;

XIII – periodicidade de pagamento dos juros e amortizações: semestral;

XIV – sistema de amortização: constante;

XV – comissão de crédito: até 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o saldo não desembolsado;

XVI – despesas de inspeção e vigilância: até 1% (um por cento) do valor do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos, por semestre.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados [...].

Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Estado de São Paulo na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* deste artigo fica condicionada ao seguinte:

I – que sejam cumpridas pelo estado, de maneira substancial, as condições especiais prévias ao primeiro desembolso;

II – que seja verificada, pelo Ministério da Fazenda, a adimplência financeira do estado com a União e a sua regularidade em relação ao pagamento de precatórios; e

III – que o estado celebre contrato com a República Federativa do Brasil para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das cotas ou parcelas da participação do estado na arrecadação da União, na forma do disposto nos arts. 157 e 159, incisos I, alínea "a", e inciso II, da Constituição Federal, bem como das receitas próprias a que se refere o art. 155, igualmente da Constituição Federal [...].

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns, Senador Otto, pelo seu relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Otto com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – ... peço a V. Exa. que encaminhe o requerimento de urgência, para que a matéria possa ser encaminhada ao Plenário do Senado Federal para aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o requerimento, pedido de urgência urgentíssima ao item 1 da pauta, Mensagem SF nº 70, de 2023. Relator: Senador Otto Alencar.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, Senador Otto.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 71, DE 2023

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 90,000,000.00 (noventa milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Agência de Fomento do Estado de São Paulo – Desenvolve SP, e o New Development Bank (NDB), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Desenvolve SP – Infraestruturas Sustentáveis"

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar para a leitura do seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa., Presidente Vanderlan.

Inicio. Sob exame a Mensagem nº 71, de 2023, da Presidência da República, de nº 556, de 25 de outubro de 2023, na origem, que solicita autorização para celebração de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$90.000.000, entre a Agência de Fomento do Estado de São Paulo – Desenvolve SP, e o NDB, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Desenvolve SP – Infraestruturas Sustentáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço a V. Exa. que me permita ir à análise da matéria.

As operações de crédito externo dessa natureza sujeitam-se ao cumprimento de condições e exigências definidas na Constituição Federal, na Lei Complementar 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), na RSF 43, de 2001, na RSF 48, de 2007, e nos demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes. A observância dos preceitos ali contidos constitui condição imprescindível para que o Senado Federal possa conceder a autorização.

Quanto à capacidade de pagamento do mutuário, a Secretaria do Tesouro Nacional informa que a Coordenação-Geral de Participações Societárias, por meio da Nota Técnica SEI 408/2023/MF, de 14 de abril de 2023, avaliou que a Desenvolve SP apresenta classificação A e, portanto, está apta a contratar operação de crédito externo na proposta atual.

Sobre a contragarantia a ser oferecida, constata-se que o Conselho de Administração da Desenvolve SP autorizou a contratação da operação de crédito em apreço, bem como o oferecimento pela empresa de contragarantias à garantia da União, conforme Declaração de Contragarantias. Outrossim, a Lei Estadual 17.302, de 11 de dezembro de 2020, alterada pela Lei 17.472, de 16 de dezembro de 2021, autoriza o Poder Executivo do Estado de São Paulo a prestar contragarantias à garantia oferecida pela União em operação de crédito externo a ser realizada entre a Desenvolve SP e o NDB, no valor de até US$200.000.000, destinados a financiar o programa em referência.

A referida lei estabelece que a contragarantia à garantia oferecida pela União compreende as cotas de repartição das receitas tributárias previstas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias de impostos estabelecidos no art. 155, nos termos do §4º do art. 167, todos da Constituição Federal da República.

Conforme análise realizada pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros, informada à Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios, ambas vinculadas à STN (Secretaria do Tesouro Nacional), mediante o Ofício SEI 9439/2023/MF, de 18 de abril de 2023, as contragarantias oferecidas pelo Estado de São Paulo foram consideradas suficientes para ressarcir a União caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

Adicionalmente, a Coafi declarou não ter conhecimento de ações judicias em vigor que obstem a execução de contragarantias contra o referido ente, o que foi ratificado por consulta ao Sistema de Acompanhamento de Haveres de Estados e Municípios.

Há margem para a concessão da pleiteada garantia pela União, dentro do limite estabelecido no art. 9º da RSF nº 48, de 2007. De acordo com o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do Relatório de Gestão Fiscal da União relativo ao 3º quadrimestre de 2022, o saldo total das garantias concedidas pela União encontra-se em 24,4% da Receita Corrente Líquida do Estado de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O voto.

O pleito da Agência de Fomento do Estado de São Paulo Desenvolve SP encontra-se de acordo com o que prescreve a legislação pertinente, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2023

Autoriza a Agência de Fomento do Estado de São Paulo – Desenvolve SP a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$90.000.000 (noventa milhões de dólares americanos) [...] junto ao [...] (NDB), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Desenvolve SP – Infraestruturas Sustentáveis".

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É a Agência de Fomento do Estado de São Paulo – Desenvolve SP autorizada a contratar operação de crédito [...], com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao [...] (NDB), no valor de até US$ 90.000.000,00 (noventa milhões de dólares americanos).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Desenvolve SP – Infraestruturas Sustentáveis".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º desta Resolução deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Agência de Fomento do Estado de São Paulo – Desenvolve SP;

II – credor: [...] (NDB);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US$ 90.000.000 (noventa milhões de dólares americanos);

V – juros: taxa SOFR mais margem fixa (*spread*) de 1,13% (um inteiro e treze centésimos por cento) ao ano;

VI – atualização monetária: variação cambial [do dólar];

VII – cronograma estimado: US$22.500.000 em 2023, US$22.500.000 em 2024, US$ 22.500.000 em 2025, US$11.250.000 em 2026 e US$ 11.250.000 em 2027;

VIII – prazo total: 120 (cento e vinte) meses;

IX – prazo de carência: até 66 (sessenta e seis) meses;

X – prazo de amortização: 54 (cinquenta e quatro) meses;

XI – periodicidade de amortização: semestral;

XII – sistema de amortização: constante;

XIII – comissão de abertura [...]: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do financiamento, pago de uma só vez no primeiro desembolso;

XIV – comissão de compromisso [...]: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o saldo não desembolsado, paga anualmente em até 45 dias após a contagem de cada período de 12 meses:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a) 12 (doze) meses após a assinatura do contrato de empréstimo, sobre 10% (dez por cento) do valor do empréstimo menos o montante desembolsado;
b) 24 (vinte e quatro) meses após a assinatura do contrato de empréstimo, sobre 40% (quarenta por cento) do valor do empréstimo menos o montante desembolsado;
c) 36 (trinta e seis) meses após a assinatura do contrato de empréstimo, sobre 70% (setenta por cento) do [...] montante desembolsado;
d) 48 (quarenta e oito) meses após a assinatura do contrato de empréstimo, sobre 90% (noventa por cento) do [...] montante desembolsado; e
e) 60 (sessenta) meses e depois disso, sobre o valor total não desembolsado do contrato de empréstimo.
XV – juros de mora: 0,5% (cinco décimos por cento) acima dos juros estabelecidos no contrato de empréstimo.
§1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.
§2º Caso os montantes desembolsados no final do primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto anos após a data de assinatura do contrato de empréstimo excedam, respectivamente, 10%, 40%, 70%, e 90% do valor do empréstimo, a comissão de compromisso [...] será nula.
Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia à Agência de Fomento do Estado de São Paulo Desenvolve SP na operação de crédito externo referida nesta Resolução.
Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* deste artigo fica condicionada ao seguinte:
I – que sejam cumpridas, de maneira substancial, as condições especiais prévias ao primeiro desembolso;
II – que seja verificada, pelo Ministério da Fazenda, a adimplência do mutuário em face da União e de suas controladas;
III – que o Estado de São Paulo celebre contrato com a República Federativa do Brasil para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das cotas ou parcelas da participação do Estado na arrecadação da União, na forma do disposto nos arts. 157 e 159, incisos I, alínea *a*, e II, da Constituição Federal [...].
Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Otto. Parabéns pelo seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Otto Alencar.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário.

Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa.

De igual forma, encaminho requerimento de urgência para que a matéria possa ser apreciada no Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência ao item 5 da pauta, Mensagem (SF) nº 74, de 2023. Pedido de urgência.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item... Aliás, li errado. (*Pausa.*)

Esse é o... (*Pausa.*)

Não, é o item 5, mas eu fiz a leitura agora foi do... (*Pausa.*)

Corrigindo, o pedido de urgência é para o item 2 da pauta, não o 5. É o item 2 – item 2. Pedido de urgência feito pelo Relator, o Senador Otto Alencar, para a Mensagem (SF) nº 71, de 2023. Pedido de urgência ao Plenário.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 5 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 74, DE 2023

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 1,200,000,000.00 (um bilhão e duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e o New Development Bank (NDB), de principal, cujos recursos serão destinados ao "2º Programa BNDES-NDB para Infraestrutura Sustentável e Apoio aos Entes Subnacionais".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Farias

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Farias para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador Fernando.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 74, de 2023, da Presidência da República (nº 574, de 1º de novembro de 2023, na origem) que solicita autorização para celebração de operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o New Development Bank (NDB), no valor de até US$1,2 bilhão, destinados ao financiamento do 2º Programa BNDES-NDB para Infraestrutura Sustentável e Apoio aos Entes Subnacionais.

Peço licença para ir diretamente à análise.

O art. 52, inciso V, da Constituição Federal, confere ao Senado Federal a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive suas autarquias e entidades controladas. Ademais, nos termos de seu inciso VIII, fica atribuída ao Senado Federal a competência para disciplinar os limites e condições para a concessão de garantia da União nas referidas operações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria sob análise encontra-se normatizada na Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, além de sujeitar-se à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000), notadamente às determinações contidas em seu art. 40.

Nesse sentido, a STN do Ministério da Fazenda, por intermédio do Parecer SEI nº 15068/2021, do Ministério da Economia, de 28 de setembro de 2021, e atualizações, presta as devidas informações, concluindo não ter nada a opor à concessão da garantia da União para a operação de crédito externo em questão, desde que observadas as condições para o primeiro desembolso previamente à assinatura do contrato.

No tocante ao custo da operação, a STN (Parecer SEI nº 5749/2022/ME, de 22 de junho de 2022) salienta que o cálculo estimativo do custo da operação foi realizado com base nas condições financeiras contratuais, no cronograma de desembolso encaminhado pelo interessado e na projeção para a curva SOFR de seis meses com data de referência em 7 de abril de 2022. A Taxa Interna de Retorno (TIR) calculada para a operação foi de 3,5% ao ano com duração de 11,82 anos. Considerando o custo de captação do Tesouro no mercado internacional na data de referência, o custo da operação em análise encontra-se em patamares aceitáveis.

Quanto à capacidade de pagamento do mutuário, por intermédio da Ata da 20ª Reunião do GT-FED-CGR (SEI nº 16082353), de 7 de julho de 2020, a Coordenação-Geral de Participações Societárias (Copar) informa que "o BNDES é classificado na categoria A no que se refere ao critério capacidade de pagamento".

Cumpre destacar que, por se tratar de operação de crédito de entidade cujo capital pertence integralmente à União, não serão exigidas contragarantias do BNDES, conforme art. 10, §3º, da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e do art. 40, §1º, I, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Quanto ao limite para concessão de garantia, a STN salienta, no mencionado parecer, que, de acordo com informações obtidas no Relatório de Gestão Fiscal da União para o primeiro quadrimestre de 2021, há margem, na respectiva data, para a União conceder a garantia pleiteada, no que se refere ao limite estabelecido pelo Senado Federal, nos termos do art. 9º da Resolução (SF) nº 48, de 2007.

Por sua vez, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por intermédio do Parecer SEI nº 4083/2023/FE, de 17 de outubro de 2023, informa que o pleito observa o disposto no art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, que veda disposições contratuais de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem como que implique compensação automática de débitos e créditos.

Dessa forma, conclui a Procuradoria pelo encaminhamento do pleito ao Senado Federal para deliberação quanto à concessão da garantia da União para a operação de crédito em análise, sob a ressalva de que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja verificado o grau de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprimento das condições de primeiro desembolso constantes da minuta de contrato de empréstimo, bem como a adimplência do mutuário em face da União e suas controladas.

Vou ao voto, Presidente.

Diante do exposto, concluo que a operação de crédito a ser celebrada pelo BNDES encontra-se de acordo com o que preceituam a Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, e a Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo ser concedida a garantia à operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte projeto de resolução do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Fernando, parabéns pelo seu relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senador.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, apresento requerimento para pedir urgência para o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Para ir ao Plenário, pedido de urgência urgentíssima ao item 5 da pauta, Mensagem (SF) nº 74, de 2023.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 3 da pauta.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 72, DE 2023

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 64,000,000.00 (sessenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Jundiaí - Estado de São Paulo, e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Desenvolvimento Urbano e Social de Jundiaí".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho para a leitura do seu relatório.

Senador Rogério, com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Este empréstimo que está sendo solicitado tem como finalidade a execução de obras de infraestrutura viária e drenagem: requalificação e ampliação de aproximadamente 10km de vias urbanas, 6,5km de canalização e drenagem e aproximadamente 11km de ampliação do sistema cicloviário; obras urbanísticas e de desenvolvimento social: revitalização e requalificação de aproximadamente 78 mil metros quadrados em diferentes áreas da cidade; obras de educação e esporte, visando aumentar a qualificação dos serviços dessas áreas; obras de saúde, com o objetivo de expandir a oferta de serviços nessa área; ações de fortalecimento institucional para uma maior eficácia dos processos administrativos; e estudos e projetos.

O programa será financiado pelo empréstimo junto à CAF, e a contrapartida local é de US$16 milhões.

A análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como salientado, a operação de crédito pretendida será contratada pelo Município de Jundiaí com a CAF, no valor de US$64 milhões, e destina-se ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Urbano Social de Jundiaí.

A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu o Parecer SEI nº 1402/2023/MF, de 25 de maio de 2023, favorável ao pleito e à concessão de garantia da União nessa operação de crédito. No parecer, são fornecidas informações acerca da situação do Município de Jundiaí no que diz respeito ao cumprimento das condições e exigências de natureza financeira e processual, estipuladas nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, bem como relativas às disposições constantes da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, que estabelece os limites e condições para que a União possa conceder garantias em operações de crédito.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das condições e exigências definidas nas resoluções supracitadas, aplicáveis ao financiamento pretendido, cabem os seguintes esclarecimentos:

a) o referido programa foi autorizado pela Comissão de Financiamentos Externos, conforme a Resolução nº 44, de 13 de dezembro de 2021;

b) a contratação da operação de crédito foi deferida pelo supracitado parecer, que considerou terem sido atendidos os requisitos mínimos previstos na Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, em especial, quanto aos limites de endividamento do Município de Jundiaí, e foram atendidas também as demais condições estabelecidas no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

c) relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do plano plurianual, é informado que a operação em questão preenche esse requisito;

d) a Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2023 contempla dotações para a execução do programa no exercício em curso, e constam desse orçamento dotações relativas à receita da operação de crédito externo, ao aporte de contrapartida e à despesa com encargos da dívida;

e) a Secretaria do Tesouro Nacional também verificou que há previsão do oferecimento de contragarantias da parte do Município de Jundiaí, e, para tanto, o Poder Executivo está autorizado a vincular as receitas previstas nos arts. 156, 158 e 159, nos termos do art. 167, §4º, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas;

f) é possível atender a esse pleito de garantia, pois são consideradas suficientes e adequadas as contragarantias a serem prestadas pelo Município de Jundiaí à União, caso essa venha a honrar o compromisso na condição de garantidora da operação;

g) há margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro do limite estabelecido no art. 9º da Resolução nº 48, de 2007, já que o saldo total das garantias concedidas pela União encontra-se em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

24,4% da Receita Corrente Líquida, de acordo com o Relatório de Gestão Fiscal da União relativo ao terceiro quadrimestre de 2022, e, portanto, abaixo do limite de 60% da Receita Corrente Líquida;

h) o Município de Jundiaí encontra-se adimplente com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos por ela concedidos ou garantias por ela honradas;

i) a verificação da adimplência financeira em face da administração pública federal e suas entidades controladas e de recursos dela recebidos poderá ser feita mediante consulta ao Cadastro Único de Convênio (Cauc) por ocasião da assinatura do contrato de contragarantia, conforme prevê a Resolução nº 41, de 2009, que alterou a Resolução nº 48, de 2007;

j) segundo a análise da capacidade de pagamento consignada na Nota Técnica SEI nº 653/2023/ME, de 11 de maio de 2023, o Município de Jundiaí foi classificado na categoria B, o que indica situação fiscal forte e risco de crédito baixo, suficiente para recebimento da garantia da União; e

k) o empréstimo pretendido foi credenciado pelo Banco Central do Brasil e as suas condições financeiras inseridas no sistema de Registro de Operações Financeiras sob o número TB124404.

A Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública manifestou-se favoravelmente quanto ao custo da operação, destacando que o custo efetivo da operação foi apurado em 5,24% ao ano para uma duração de 9,59 anos, a qual se encontra abaixo do custo de captação soberano de 6,26 % ao ano para a mesma duração.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional emitiu o Parecer SEI nº 1659/2023, do Ministério da Fazenda, de 21 de junho de 2023. No exame das cláusulas da minuta contratual, concluiu que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie. Em especial, foi observado o disposto no art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, ou contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem como que implique compensação automática de débitos e créditos

Voto.

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Município de Jundiaí, São Paulo, encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

> PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2023
> Autoriza o Município de Jundiaí – SP a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de US$ 64.000.000,00 (sessenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América).
> O SENADO FEDERAL resolve:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 1º.....

.....

Pelo exposto, Sr. Presidente, eu quero dizer que nós somos favoráveis à aprovação da concessão do empréstimo, da contração do empréstimo junto à CAF e de acordo com a garantia do Governo Federal, da União a esse empréstimo.

Sem mais para o momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Rogério, parabéns pelo seu relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – A matéria vai ao Plenário.

Pois não, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Eu queria pedir regime de urgência para esta matéria também, assim como os outros dois pedidos anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senador.

Pedido de urgência apresentado pelo Relator do item 3, o Senador Rogério Carvalho, Mensagem (SF) nº 72, de 2023.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Item 4 da pauta.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 73, DE 2023

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Santa Catarina e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do "Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Santa Catarina - PROFISCO II - SC".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Prezado Presidente, Senador Vanderlan, Sras. e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero lhe agradecer a honra de poder relatar este projeto que é do interesse do meu estado, o Estado de Santa Catarina, um Governo que tem feito um esforço continuado ao longo de muitos anos, tanto é que somos fregueses de BID, de outros bancos e de agências multilaterais nessa faina de aperfeiçoar o aparelho fiscal e tributário. Não é o primeiro empréstimo, nem será o último.

O que eu quero dizer é que Santa Catarina preenche todas as condições, uma vez submetida a sua situação financeira ao escrutínio da Secretaria do Tesouro do Ministério da Fazenda e de outros órgãos do Governo Federal.

O projeto se autoexplica. Ele tem dois grandes componentes, o componente gestão fazendária e transparência fiscal e o componente administração tributária e contencioso fiscal, e um terceiro componente, que é a própria administração financeira e o gasto público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em resumo, a Secretaria do Tesouro Nacional considera o estado em condição apta, reconhece esse esforço de Santa Catarina a que eu me referi. E o projeto de resolução que eu apresento segue a liturgia e as circunstâncias formais que a nossa Comissão de Assuntos Econômicos já consagrou.

Dessa forma, em resumo, essa é a descrição. Este é o resumo do relatório que já foi apresentado por mim anteriormente, como V. Exa. já anunciou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Esperidião.

Senador, leve o nosso abraço ao nosso Governador Jorginho.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ele vai ficar muito faceiro, porque vai poder fiscalizar mais, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É verdade. E a gente sabe que esses recursos vão estar em boas mãos e muito bem aplicados no Governo do Estado de Santa Catarina.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Esperidião Amin.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Gostaria de ter a oportunidade de agradecer pelos votos a favor e mais uma vez pela designação e de apresentar o requerimento de urgência à semelhança dos três últimos pareceres de igual teor ou de igual sentido, melhor dizendo, que já foram aprovados. Ou seja, requeiro urgência no encaminhamento ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência do item 4 da pauta, Mensagem (SF) nº 73, de 2023.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Em tempo quero registrar a presença do Sr. Carlos Alberto Oliveira, o Carlão, nosso amigo e Presidente da AGM, Senador Esperidião Amin e Senador Otto, a Associação Goiana dos Municípios, Senador Fernando. Ele está nos dando o prazer da sua presença aqui na nossa Comissão. E é Prefeito também da cidade de Goianira.

Estão presentes o Fernando Fernandes, nosso Secretário de Administração de Senador Canedo, onde eu fui Prefeito – seja bem-vindo, Fernando – e o Alessandro Rodrigues, aqui do meu lado esquerdo, que é o Secretário de Finanças de Senador Canedo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor permite que eu complemente essa nominata tão ilustre de colegas seus?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Claro, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Na certeza de que o seu sucessor não virá reclamar das gestões anteriores. (*Risos.*)

Eu quero aproveitar para registrar a presença do Abel, de Lageado...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Seja bem-vindo, Abel.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... e o Gervásio Maciel, que tem a ousadia de ser Prefeito aos 84 anos de idade.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Bem-vindo! De qual cidade, Esperidião?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – De Ituporanga.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Ituporanga.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Para o senhor que conhece a geografia agrícola de Santa Catarina, é a terra da cebola.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Terra da cebola. Seja bem-vindo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Abel é ...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O Abel é o à paisana.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas quem é o Prefeito?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Os dois são Prefeitos.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas quem é o...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O mais jovem é o...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quem é o que você está falando que tem 84 anos?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O de 84 anos é o Gervásio Maciel.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Levante-se, por favor. Pode levantar.

A sua idade é falsa; você não tem essa idade não. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou teve a sorte de escolher bons traumatologistas na sua vida.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele é muito mais novo. É falsa a idade dele. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quero dizer o seguinte: o senhor que entende de cavalo, esse aqui...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Espere aí! É outra história!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Espere aí! O senhor entende de cavalo. Ele pilota dois cavalos ao mesmo tempo, um pé em cada sela. Verdade!

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sinceramente, na minha modesta opinião, o senhor é um homem que só fala a verdade, mas agora está mentindo. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Por favor, uma fotografia, Gervásio. Não tens aí?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ter 84 anos é impossível!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O Esperidião fala e prova; tem foto, tem tudo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Monta a cavalo com um pé em cada sela, em pé!

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A idade dele é falsa, e V. Exa. está mentindo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Em pé, em pé! Anda a cavalo, sobre dois cavalos, com um pé em cada sela.

Ele é cavaleiro...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O Otto? Sim, lá na Chapada Diamantina.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ele é cavaleiro. Já mostrou filmes em que ele cavalga bem, encilha o bicho – encilha!

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Monto a cavalo, mas não exagero na mentira de jeito nenhum! (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Encilha...

Olha, o senhor não pode jamais considerar algum exagero generoso como mentira, porque senão a sua vida teria terminado há muito mais tempo. (*Risos.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ah, agora eu entendi. É confissão.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 57 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 43ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e nove minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Leila Barros, Izalci Lucas, Alan Rick, Marcelo Castro, Weverton, Alessandro Vieira, Mauro Carvalho Junior, Flávio Arns, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Teresa Leitão, Wilder Morais, Rogerio Marinho, Jaime Bagattoli e Damares Alves, e ainda dos Senadores Esperidião Amin, Rodrigo Cunha, Augusta Brito, Angelo Coronel e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Giordano, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Romário, Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Comparecimento de Ministro de Estado**, atendendo ao requerimento REQ 4/2023 - CAS, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE). **Finalidade:** Receber o Ministro de Estado da Previdência Social, Carlos Lupi, a fim de prestar informações sobre os desafios, metas, planejamento e diretrizes governamentais do Ministério. **Participante:** Carlos Lupi, Ministro de Estado da Previdência Social. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e trinta e dois minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Alan Rick, Marcelo Castro, Carlos Viana, Alessandro Vieira, Mauro Carvalho Junior, Flávio Arns, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Wilder Morais, Magno Malta e Damares Alves, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Marcos do Val, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Giordano, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 51/2023 - CAS, de autoria Senador Romário (PL/RJ), Senador Humberto Costa (PT/PE), e REQ 68/2023 - CAS, de autoria Senador Romário (PL/RJ), Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Debater sobre a criação do Dia Nacional do Paciente Oncológico. **Participantes:** Tamara Teixeira, Fundadora da Associação Brasileira de Enfermagem em Oncologia e Onco-Hematologia; Luciana Paiottii, Juíza de Direito; Uibens Batista, Paciente oncológico; Luana Ferreira Lima, Coordenadora de Políticas Públicas e Advocacy da Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia - Abrale; Mário Chammas, Médico; Patrícia Freire dos Santos, Coordenadora Substituta da Coordenação-Geral da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer do Ministério da Saúde; Marcelo Aisen, Fundador do Método TATO; Renata Vilhena, Advogada; e Ana Lucia Paya Benito, Médica Psiquiatra. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Romário
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (45ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (78ª REUNIÃO), EM 25 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Randolfe Rodrigues, reúnem-se a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Carlos Viana, Alessandro Vieira, Mauro Carvalho Junior, Flávio Arns, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Ana Paula Lobato, Fabiano Contarato, Romário, Eduardo Girão, Wilder Morais, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Laércio Oliveira, Dr. Hiran, Damares Alves, Augusta Brito, Lucas Barreto, Carlos Portinho, Alan Rick e Cleitinho, e ainda dos Senadores Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Angelo Coronel, Marcos do Val e Jorge Kajuru, não-membros das comissões. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Giordano, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Zequinha Marinho, Márcio Bittar, Nelsinho Trad, Eduardo Gomes, Davi Alcolumbre, Weverton, Otto Alencar, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Daniella Ribeiro, Rogerio Marinho e Mara Gabrilli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Comparecimento de Ministra de Estado**, atendendo aos requerimentos REQ 3/2023 - CAS, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE), REQ 86/2023 - CAS, de autoria Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG), Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Wilder Morais (PL/GO), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), REQ 103/2023 - CAS, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), e REQ 10/2023 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Receber a Ministra de Estado da Saúde, Nísia Verônica Trindade Lima, a fim de prestar informações sobre os desafios, metas, planejamento e diretrizes governamentais do Ministério. **Participante:** Nísia Verônica Trindade Lima, Ministra de Estado da Saúde. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às treze horas e vinte e oito minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Alan Rick, Marcelo Castro, Carlos Viana, Alessandro Vieira, Mauro Carvalho Junior, Flávio Arns, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Ana Paula Lobato, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Romário, Eduardo Girão, Wilder Morais, Rogerio Marinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Laércio Oliveira, Dr. Hiran, Damares Alves e Cleitinho, e ainda dos Senadores Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Marcos do Val, Angelo Coronel, Lucas Barreto e Jorge Kajuru, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Giordano, Styvenson Valentim e Mara Gabrilli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1435, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para estabelecer a revisão periódica dos valores de remuneração dos serviços prestados ao Sistema Único de Saúde (SUS), com garantia da qualidade e do equilíbrio econômico-financeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 107, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 85/2023 - CAS, seja incluída como oradora a Senhora Ministra de Estado da Saúde, Nísia Verônica Trindade Lima." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS). **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 109, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os riscos de ressurgimento da poliomielite no Brasil." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 115, de 2023** que: "Requer, nos termos regimentais, autorização para desempenhar missão oficial, em Salvador, Bahia, no período de 26/10/2023 a 27/10/2023, a fim de participar do o 12º Congresso Brasileiro de Trânsito e Vida, representando a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Projeto de Lei n° 3670, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para retirar a obrigatoriedade de cobrança de FGTS e Contribuição Previdenciária sobre a remuneração recebida por empregados que já sejam aposentados, bem como altera a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 para criar cadastro específico de vagas de trabalho para aposentados junto ao Sistema Nacional de Emprego (Sine)." **Autoria:** Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO/MT). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 116, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de instruir o PL 2099/2023, que "altera o art. 578 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar a exigência de contribuição sindical de membros de categorias econômicas e profissionais não sindicalizados"." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/25

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 46ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação de relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O item 1 da pauta, só para efeito de informação, é um projeto de lei não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, com relatoria do Senador Veneziano.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 1435, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para estabelecer a revisão periódica dos valores de remuneração dos serviços prestados ao Sistema Único de Saúde (SUS), com garantia da qualidade e do equilíbrio econômico-financeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda (de redação) que apresenta.

Resultado: Retirado de pauta

Já informei inclusive.

Com a palavra, o Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Requeiro a V. Exa. para solicitar que seja...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só um minuto.

Pessoal!

Vamos lá.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Requeiro a V. Exa. que, com o apoio de nossos colegas, nós possamos votar um requerimento extrapauta da minha autoria e do Senador Paulo Paim, que requer a realização de uma audiência pública para tratarmos de um assunto extremamente relevante, um projeto que foi aprovado na CAE, que regulamenta o direito de oposição no que tange à contribuição assistencial.

Eu tive o cuidado, Sr. Presidente, me dirijo aqui aos meus pares, de conversar com o eminente Relator, que foi designado por V. Exa. para tratar deste assunto aqui no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, e, em conjunto, estamos, inclusive, convidando duas personalidades em cada campo para que possamos fazer esse debate de forma equilibrada para que a Casa forme seu juízo de valor por ocasião da votação.

Peço a V. Exa. a inclusão extrapauta desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k. Não havendo nenhum óbice por parte dos Senadores, nós vamos incluí-lo extrapauta.

Mas, em atenção ao Senador Mauro Carvalho Junior, eu vou antes fazer a votação do projeto também consultando se há algum óbice a que seja incluído como extrapauta. Será uma votação rápida.

O Projeto de Lei 3.670, item extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 3670, DE 2023

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para retirar a obrigatoriedade de cobrança de FGTS e Contribuição Previdenciária sobre a remuneração recebida por empregados que já sejam aposentados, bem como altera a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 para criar cadastro específico de vagas de trabalho para aposentados junto ao Sistema Nacional de Emprego (Sine).

Autoria: Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO/MT)

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Resultado: Aprovado o projeto

Foi lido o relatório em 18 de outubro, encerrada a discussão e adiada a votação.

A votação será nominal.

A discussão já foi encerrada inclusive.

Coloco em votação o projeto.

Aqueles que aprovam o projeto votam "sim", os que são contra votam "não".

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Peço à assessoria para estimular o voto remotamente por parte dos Senadores.

Bom, requerimento extrapauta. Posso entender que a fala do Senador Rogerio Marinho já é a leitura do requerimento.

Portanto, os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

(É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 116, DE 2023

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de instruir o PL 2099/2023, que "altera o art. 578 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar a exigência de contribuição sindical de membros de categorias econômicas e profissionais não sindicalizados".

Autoria: Senador Rogerio Marinho (PL/RN) e outros.)

O que mais nós temos?

Vamos entrar aí na votação, vamos votar.

Aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, enquanto a votação está se desenrolando, pergunto a V. Exa. se essa audiência poderá se dar até o dia 8 de novembro. Eu procuraria o senhor junto com o Paim para verificar a possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pode pedir, pode, com o Senador Paim, conversar com a nossa assessoria. Se for viável, poderemos fazer, sem problema.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Está bom. Agradeço, Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Temos um requerimento também do Senador Fabiano Contarato, que eu subscrevo e cuja leitura eu faço aqui rapidamente.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 115, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, autorização para desempenhar missão oficial, em Salvador, Bahia, no período de 26/10/2023 a 27/10/2023, a fim de participar do o 12º Congresso Brasileiro de Trânsito e Vida, representando a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadores Fabiano Contarato e Humberto Costa

Dessa forma, há solicitação de diárias correspondentes ao período de afastamento.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Só falta agora completarmos a votação. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, rapidamente, enquanto o pessoal está votando... Faltam quatro, pedimos aos queridos irmãos Senadores que possam votar, porque é um projeto muito importante do Senador Mauro Carvalho Junior, que agigantou aqui essa Casa revisora da República, um trabalho hercúleo, sempre presente, sempre com boas pautas, e essa está sendo a sua última votação, acredito, mais ou menos, aqui nas Comissões.

Mas, Presidente, eu não costumo pedir extrapauta, vou deixar para preparar para uma próxima, quando o senhor puder colocar, porque eu não me senti contemplado com as respostas da Ministra da Saúde. Em muitos questionamentos ela foi *en passant*, não se aprofundou. Não vou nem falar do desrespeito em ter ignorado o símbolo mundial pró-vida, com que eu tentei presenteá-la, pedi para algum assessor deixar, o que mostra aí, no meu modo de entender, um desprezo aos pró-vida do Brasil, que significam 85% da população brasileira. Ela não é Ministra só dos abortistas, ela é Ministra dos pró-vida também.

Então, eu vou fazer um pedido ao senhor para que a gente possa trazer... E com outras questões de medicamentos aqui, que eu também recebi e que não foram contempladas nas respostas da Ministra, para quando o senhor puder colocar para votar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k. (*Pausa.*)

Vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Foram 10 votos a favor; nenhum contra.

Uma abstenção.

Está aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Lembro que amanhã teremos reunião pública e diligências externas desta Comissão em Recife, Região Metropolitana, com o objetivo de verificar *in loco* a real situação das condições dos moradores, sejam inquilinos ou proprietários, em situação de vulnerabilidade social absoluta, que residem em ao menos 286 prédios do tipo caixão interditados pelas coordenadorias de Defesa Civil da Região Metropolitana do Recife.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos e a todas.

(*Iniciada às 13 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 47ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e quarenta e seis minutos do dia oito de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Damares Alves, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Alan Rick, Marcelo Castro, Carlos Viana, Alessandro Vieira, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Sérgio Petecão, Romário, Wilder Morais, Jaime Bagattoli e Dr. Hiran, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Augusta Brito, Plínio Valério e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros, Izalci Lucas, Ana Paula Lobato, Eduardo Girão e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3811, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui o mês de setembro como o Mês de Conscientização sobre as Doenças Cardiovasculares." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 826, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5009, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para atribuir medida especial de proteção ao trabalho realizado em arquivos, em bibliotecas, em museus e em centros de documentação e memória." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1973, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943, para determinar a concessão de abono do dia em que comprovar a ausência motivada para vacinação do trabalhador, de dependente menor e dependente maior de idade com deficiência, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2240, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 436, de 2011) - Não Terminativo -** que: "Acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir situações de vulnerabilidade temporária de que trata o caput do referido artigo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2952, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Favorável ao Projeto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com uma emenda (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS (de redação). **Observação:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento nº 123, 2023-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2875, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Acolhimento do Paciente Oncológico." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-T. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-T. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3530, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.985, de 7 de abril de 2020, que institui pensão especial destinada a crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), para excluir a delimitação de tempo e estender o direito a todas as crianças atingidas pela doença." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 692, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão (*Ad hoc*), substituiu Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 1011, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para estabelecer os grupos prioritários na vacinação contra a Covid-19." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 1012, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta os arts. 461-A a 461-E à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer regras de transparência remuneratória, objetivando a isonomia entre homens e mulheres." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora para reexame. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 109, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os riscos de ressurgimento da poliomielite no Brasil." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 117, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instrução de Projeto que institui o dia nacional da MIELOMENINGOCELE." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 118, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 111/2023 - CAS, com o objetivo de debater os riscos impostos pelo uso dos dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs), sejam incluídas as convidadas que especifica." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 120, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência(s) pública(s) para instrução do Projeto de Lei n° 1675,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2023, e do Projeto de Lei nº 1079, de 2023, que dispõem sobre o exercício da atividade de Psicopedagogia." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 121, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, na modalidade outros eventos, com o objetivo de lançar a 10ª edição da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, realizada pelo Instituto DataSenado, com apoio do Observatório da Mulher Contra a Violência do Senado Federal." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 123, de 2023** que: "Requer, nos termos dos art. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2952/2022, que "institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde)"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 124, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o andamento da apuração das denúncias encaminhadas pela CPI da Pandemia da Covid-19, referentes aos procedimentos adotados pela Prevent Senior." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/08

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

– cópia do Ofício nº 1.319, de 2023, do Conselho Nacional de Saúde, que encaminha a Recomendação nº 16, 2023, que recomenda a não redução do piso constitucional federal do SUS a partir de 2023;

– Ofícios 232 e 260, 2023, da Instituição Religiosa Eclesiástica Aspaziana Cristã, os quais encaminham considerações sobre regularização de área urbana, juros, taxas elevadas e despejos de moradores de Cocalzinho de Goiás;

– cópias de ofícios e moções de Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais e entidades, contendo considerações sobre questões trabalhistas, previdência social, Sistema Único de Saúde, povos indígenas, assistência social e temas relacionados à saúde.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação das Senadoras e dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de os Senadores e as Senadoras votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O item 2, que é um projeto não terminativo, que trata do Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas, eu pedi a retirada dessa matéria no dia de hoje e deverá retornar na próxima reunião da Comissão; e o item 11, que acrescenta artigos à Consolidação das Leis do Trabalho para estabelecer regras de transparência remuneratória, objetivando a isonomia entre homens e mulheres, pelo pedido da Relatora, foi retirado de pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 826, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação e Cultura.

ITEM 11

PROJETO DE LEI N° 1012, DE 2023

- Não terminativo -

Acrescenta os arts. 461-A a 461-E à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer regras de transparência remuneratória, objetivando a isonomia entre homens e mulheres.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

Eu tenho um pedido aqui para que o item 6 da pauta possa passar para o primeiro ponto da pauta. É um projeto importante que trata da instituição da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do SUS. É um projeto de autoria da Câmara dos Deputados, e o Relator é o Senador Dr. Hiran.

Eu consulto os Senadores e as Senadoras se há alguma objeção a que haja essa inversão de pauta, já que o Senador Hiran tem projetos para relatar em outras Comissões. (*Pausa.*)

Não havendo quem discorde, considera-se aprovada a inversão.

Desculpa, eu acho que ainda estou meio fora do tempo aqui.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 2952, DE 2022

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações:

Com a palavra o Relator, Senador Dr. Hiran, do Projeto de Lei nº 2.952, de 2022.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Bom dia, Presidente, bom dia a todos os Senadores e Senadoras.

Quero também saudar aqui o nosso querido Weliton Prado, que foi um dos Deputados que mais trabalhou nesse projeto na Câmara, e quero agradecer a todos por esta deferência de me conceder a antecipação da pauta desse item tão importante.

Peço, em seguida, a autorização de V. Exa. para ir direto à análise, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre proteção e defesa da saúde e competências do SUS, temática abrangida pelo projeto em tela.

A iniciativa trata de matéria que está inserida na competência legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal, conforme dispõe o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal; também está de acordo com os comandos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional, no art. 48 da Constituição; e à legitimidade da iniciativa legislativa dos Parlamentares, art. 61 da Constituição. Portanto, não vislumbramos óbices quanto à constitucionalidade da proposta.

Ademais, o projeto de lei atende aos requisitos da juridicidade, inclusive quanto à técnica legislativa e à regimentalidade.

O câncer é um problema de saúde pública da maior relevância. As estimativas do Global Cancer Observatory (GLOBOCAN), elaboradas pela International Agency for Research on Cancer (IARC), estimam em 19,3 milhões o número de novos casos de câncer no mundo em 2020. De fato, estima-se que um em cada cinco indivíduos terá câncer durante a vida.

No Brasil, o Instituto Nacional de Câncer (Inca) afirma que são esperados 704 mil novos casos de câncer por ano no país de 2023 a 2025. Em 2021, faleceram mais de 230 mil pessoas, sendo o câncer de mama a causa de óbito mais frequente entre as mulheres, enquanto o câncer de próstata foi a causa mais comum entre nós, os homens.

Os gastos com a doença são expressivos. Dados do estudo "Quanto custa o câncer?", do Observatório de Oncologia, do Centro de Estudos Estratégicos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e do Movimento Todos Juntos Contra o Câncer, demonstram que essas despesas foram de R$4 bilhões em 2022, as quais representaram 3% dos recursos públicos federais na área da saúde.

Quero aqui registrar também a presença da nossa querida Deputada Silvia Cristina, também uma das que mais trabalharam, juntamente com Weliton Prado, na Câmara dos Deputados, nesse projeto. Seja bem-vinda, Deputada.

Essas informações denotam o tamanho do desafio que a doença representa.

O câncer possui múltiplas causas, e é necessário atuar em todas as frentes possíveis – prevenção, promoção da saúde, rastreamento, diagnóstico e tratamento –, com o objetivo maior de preservar a vida em sua plenitude. Nos casos em que isso não é possível, deve-se oferecer suporte, para que o sofrimento gerado pela doença seja amenizado tanto para os pacientes quanto para os seus familiares.

Registre-se que, há pouco mais de dez anos, o Ministério da Saúde instituiu, no SUS, a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer, ação governamental que atualmente está prevista na Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre as políticas nacionais de saúde do SUS. Todavia, apesar dos avanços alcançados com a publicação da programa nacional em âmbito infralegal, vários desafios ainda persistem.

Nesse sentido, a Comissão Especial destinada a acompanhar as ações de combate ao câncer no Brasil, da Câmara dos Deputados, trabalhou durante dois anos para avaliar a política de forma aprofundada e consequente, com ampla participação da sociedade. Um dos resultados foi a elaboração do PL em análise, com o objetivo de aprimorar o programa nacional de combate e controle ao câncer e conferir a ele *status* de lei, dando a devida relevância ao problema.

De fato, a proposição abrange os múltiplos aspectos envolvidos no problema.

No que concerne à prevenção e à promoção da saúde, sabe-se que a adoção de hábitos saudáveis e outras medidas simples são essenciais para reduzir a incidência de câncer. Desse modo, o combate ao tabagismo, a promoção da alimentação saudável e da prática de atividades físicas, a vacinação contra a hepatite B e contra o HPV, dentre outras, são ações que contribuem sobremaneira para diminuir a incidência dessa doença.

Em relação ao rastreamento e ao diagnóstico, é fundamental que sejam realizados de forma sistemática e diligente. O estágio em que o câncer é diagnosticado, na maioria das vezes, define o prognóstico das pessoas acometidas. Nesse sentido, é da maior importância a realização, por exemplo, do rastreamento dos cânceres de colo do útero e de mama, realizados por meio de exames simples e que mudam o curso da doença.

Contudo, dados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2019 demonstram que, apesar da melhora nos indicadores em relação à pesquisa anterior de 2013, apenas 81% das mulheres realizaram o exame preventivo para câncer de colo de útero no período recomendado, enquanto, para o câncer de mama, o percentual foi de apenas 58%. Dados do Inca demonstram que, no período da pandemia, esses percentuais foram ainda mais baixos, de modo que ainda estamos retornando aos patamares de 2019.

A iniciativa trata de matéria que está inserida na competência legislativa concorrente... Desculpe-me, Presidente, acho que eu...

Outrossim, uma vez que há uma suspeita da doença, urge a realização de exames para confirmação do diagnóstico. Quanto mais se prolonga o tempo até o diagnóstico e o início do tratamento, menor é a possibilidade de sucesso. Todavia, mesmo com o prazo máximo de 30 dias para realização dos exames necessários após a solicitação médica, estabelecido pela Lei 12.732, de 22 novembro de 2022 (Lei dos 60 dias), que dispõe sobre o primeiro tratamento do paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início, a realidade está longe do definido pelo mandamento legal. Conforme os autores relataram na justificação, o Tribunal de Contas da União realizou auditoria no programa nacional de combate e controle do câncer, que aponta o prazo para realização da primeira consulta com médico especialista variando de 33 a 52 dias. Após a solicitação do médico, leva-se entre 23 e 69 dias para realizar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o exame solicitado. Ainda há que se considerarem a demora para a liberação dos resultados dos exames e o tempo demorado para o retorno ao médico para avaliar o resultado, perfazendo entre 56 e 79 dias. Então, em uma situação grave, em que cada dia conta, ainda estamos longe de lograr cumprir as etapas em prazos razoáveis. Outrossim, no que tange ao tratamento, a Lei dos 60 dias estabeleceu esse período como prazo máximo entre o diagnóstico do câncer e o primeiro tratamento no SUS. No entanto, são reiterados os relatos de pacientes e médicos quanto ao seu descumprimento. Além da insuficiência de profissionais, há também a dificuldade de acesso aos exames necessários para o estadiamento da doença, de modo a definir o tratamento.

Esse cenário traça um quadro em que várias pessoas atingem um estágio da doença em que não há mais a possibilidade de tratamento efetivo. Os cuidados paliativos são, então, necessários para fornecer suporte e conforto a pacientes e seus familiares. Contudo, a demanda por esses serviços poderia ser significativamente menor caso fossem efetivadas as ações de prevenção, diagnóstico precoce e de tratamento tempestivo.

Como demonstrado, os obstáculos e as barreiras para efetivação das linhas de cuidados das pessoas com câncer são diversos, de forma que se faz necessária a adoção de estratégias para mitigá-los. Uma dessas estratégias é a navegação de pacientes oncológicos, adotada com sucesso em vários países, que consiste em promover a oportuna movimentação e o efetivo direcionamento dos pacientes na assistência ao câncer. Estudos mostram que essa estratégia é efetiva em reduzir o sofrimento, a ansiedade e a depressão associados à doença, bem como em aperfeiçoar o controle e o manejo dos sintomas, do condicionamento físico, da qualidade dos cuidados, incidindo na melhoria da qualidade de vida e na redução dos tempos envolvidos no diagnóstico e no tratamento da pessoa com câncer.

Com efeito, a Lei nº 14.450, de 21 de setembro de 2022, que criou o Programa Nacional de Navegação de Pacientes para Pessoas com Neoplasia Maligna de Mama, inovou ao instituir a navegação de pacientes com câncer de mama. Porém, essa estratégia, comprovadamente eficaz, deve ser difundida para pessoas com outros tipos de câncer.

A análise desse cenário demonstra a importância do projeto de lei em comento, bem como destaca o seu mérito no que se refere à busca de soluções para aprimorar a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer e, assim, modificar o cenário da atenção à saúde das pessoas com câncer.

Nesse sentido, o projeto de lei abrange os diversos aspectos das linhas de cuidados relativas aos diferentes tipos de neoplasias malignas, inclusive a utilização de telessaúde e a preocupação com a devida prioridade que deve ser conferida à incorporação das tecnologias mais precisas e menos invasivas.

Por essas razões, entendemos que o Projeto de Lei nº 2.952, de 2022, é meritório, notadamente porque reconhece e incorpora os avanços históricos da normativa infralegal, ao passo que inova com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adoção de princípios, de diretrizes e de estratégias adequados ao momento atual, além de alçá-los ao estatuto de lei, demonstrando a relevância que o Congresso Nacional confere à saúde dos brasileiros.

Por fim, Sr. Presidente, senhoras e senhores, entendemos ser necessário fazer um ajuste de redação, para deixar nítida a interpretação de que as prioridades listadas nas alíneas do inciso I do §1º do art. 10 são não cumulativas.

Vamos ao voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.952, de 2022, com a seguinte emenda:

Dê-se a seguinte redação à alínea "b" do inciso I do §1º do art. 10 do Projeto de Lei nº 2.952, de 2022:

"Art. 10. A partir da publicação da decisão de incorporar uma nova tecnologia em oncologia, as áreas técnicas terão o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para efetivar sua oferta no SUS.

§1º Na fluência do prazo definido no *caput* deste artigo, deverão ser discutidas e pactuadas no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite as responsabilidades de cada ente federado no processo de financiamento, de aquisição e de distribuição da tecnologia, respeitadas a manutenção do equilíbrio financeiro entre as esferas de gestão do SUS e a garantia da linha de cuidado da doença, admitidas as seguintes modalidades:

I – aquisição centralizada pelo Ministério da Saúde, prioritariamente nos casos de:

a) neoplasias com tratamento de alta complexidade;

b) incorporações que representem elevado impacto financeiro para o SUS; ou

c) neoplasias com maior incidência, de forma a garantir maior equidade e economicidade para o País;

II - Autorização de Procedimento Ambulatorial de Alta Complexidade (APAC) exclusiva para aquisição do tratamento incorporado no SUS.

§2º Os medicamentos e os tratamentos previstos para a modalidade referida no inciso II do §1º deste artigo serão negociados pelo Ministério da Saúde, e poderá ser estabelecido sistema de registro de preços conforme preceitua a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

§3º Caso a incorporação de novo procedimento resulte em incremento do teto financeiro dos gestores municipais, estaduais e do Distrito Federal, estes deverão realizar os devidos ajustes nos contratos dos serviços sob sua gestão.

§4º A utilização dos tratamentos incorporados deverá seguir os protocolos clínicos de diretrizes terapêuticas vigentes do Ministério da Saúde ou, na sua ausência, a recomendação para utilização da tecnologia realizada pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o relatório, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Senador Hiran.

Em discussão a matéria.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, enaltecer a iniciativa e o trabalho da Câmara dos Deputados em relação a essa área, que é tão crucial, difícil, penosa para todos os brasileiros.

Inclusive, ontem, nós fizemos homenagem ao Júlio Linhares, que foi Secretário da Comissão de Educação do Senado Federal por 17 anos e que faleceu no domingo, aos 62 anos de idade, vítima de câncer, melanoma. E quero repetir, porque é importante para o público que nos acompanha: por causa de uma pinta na sola do pé. Quer dizer, uma pinta e as extremidades no melanoma são as mais perigosas. Então, uma pinta na sola do pé, melanoma. Atendeu a tempo ainda, tinha acesso aos médicos e tudo, mas quantas pessoas não devem estar morrendo por causa de uma pinta que cresce de uma maneira diferente e que tem que ser examinada pelo médico especialista?

Agora, eu quero cumprimentar o Dr. Hiran, que é médico, pelo relatório. O relatório é extraordinário.

Os dados do TCU são contundentes nessa área. Às vezes, demora-se dois meses para se ter uma consulta – entre um mês e 60, 70 dias –; depois, mais dois meses para fazer a consulta; depois, mais dois meses para voltar para o médico; o médico vai olhar o exame e daí espera mais dois meses ou meio ano para ver se há uma cirurgia, um tratamento ou coisa semelhante, o que, nos nossos casos, a gente faz numa semana. Não é verdade? Todos nós aqui, no Senado, fazemos numa semana. A população em geral tem que esperar mais de um ano. Por que nós fazemos numa semana? Porque nós temos acesso aos médicos, aos exames, a tudo.

Então, há, na verdade, uma desconformidade, uma discriminação, a falta de uma atitude adequada, e a gente espera que a lei consiga melhorar também. E, muitas vezes, há a falta de sensibilidade também dos executores de uma política pública de saúde. Então, ter prazos para incorporação é essencial, porque senão o pessoal leva com a barriga, como o povo fala, durante meses e anos.

Então, eu acho que este é um desafio grande: ter acesso ao médico numa prioridade, de maneira rápida, tão rápida que assim impeça que a doença progrida; que faça o exame e volte ao médico; e que tudo esteja informatizado já, porque, quando volta para o médico, é outro médico que atende, e ele nem sabe o que era, o que estava acontecendo. Então, nosso sistema de saúde precisa, na minha opinião... Dr. Hiran é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

médico, entende muito mais da área, sem dúvida alguma, grande médico, grande oftalmologista, com um relatório tão bom, mas é importante.

Então, eu quero parabenizar e dizer que a gente pode pedir até o acompanhamento do Tribunal de Contas da União, que é o órgão auxiliar do Poder Legislativo, para ver se isso aí está sendo cumprido, se os prazos estão diminuindo, se... Principalmente prazos: alguém tem um problema e quer ir ao médico, fazer o exame, voltar ao médico já com o exame e ter tudo cadastrado e ter o acesso à intervenção que for necessária – ou é medicamento, ou é cirurgia, ou é isso, ou cuidados paliativos até, como a própria legislação coloca.

Então, eu quero parabenizar aí a Câmara dos Deputados, que está representada aqui, e o Dr. Hiran também, e dizer: olha, gente, vamos caprichar porque a população merece, mas está sendo descuidada, não está sendo cuidada adequadamente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu quero cumprimentar o Dr. Hiran pelo voto, pelo parecer.

Instituir uma política nacional numa nação tão diversa como essa não é fácil. E que bom que foi o Dr. Hiran, ali acompanhado da Silvia, que vieram de lá, e eles trouxeram o olhar de todas as especificidades da nação. Que bom que é o Hiran, lá do Norte, que fez esse texto porque pensou como nós vamos aplicar essa política no Norte, tão diverso do seu Estado de Minas, Deputado, tão diverso do seu Estado do Paraná, Senador Arns. Mas eu vi a forma como foi feito.

Parabéns ao Dr. Hiran, aos nossos dois Deputados, esse Deputado que chegou tão jovem e que já está com o cabelinho branco aí, viu, Deputado? Eu o acompanho desde o primeiro momento em que ele chegou na Câmara, sei do seu compromisso com essa pauta. Então, parabéns pela construção lá na Câmara e ao Dr. Hiran pela formatação aqui no Senado. Parabéns!

Eu acho que hoje essa Comissão entrega para o Brasil um presente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão. (*Pausa.*)

Senador Jaime. Obrigado.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Quero cumprimentar aqui o Presidente da Comissão e quero parabenizar o Senador Hiran por ser o Relator desse projeto, e a nossa Deputada Silvia Cristina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero dizer para você, Dr. Hiran, que a gente sabe – e o senhor, como médico – a suma importância que tem a nossa saúde no Brasil, sem falar nos demais estados da Federação. Nós sabemos qual é a nossa dificuldade nos estados da Amazônia, porque o que nós sofremos lá... Porque com a doença, o câncer, qualquer tipo de paciente que está enfermo não tem tempo de espera, precisa de atendimento. Então, parabéns, Dr. Hiran; parabéns, Deputada Silvia Cristina; parabéns, Deputado Weliton, também, por esse engajamento.

A nossa também querida Deputada Silvia Cristina tem se empenhado muito lá no nosso querido Estado de Rondônia, principalmente nessa questão do hospital do câncer, tanto no de Porto Velho quanto no de Ji-Paraná. Estamos fazendo agora um centro preventivo também no meu Município de Vilhena, que é um município de 100 mil habitantes, que atende mais sete ou oito municípios no Cone Sul, além dos municípios do Mato Grosso.

Parabéns, Silvia – parabéns, Deputada –; parabéns, Senador Dr. Hiran por esse projeto e por você também ser o Relator.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Eu serei muito breve, Presidente.

Tudo indica que o projeto vai ser aprovado por unanimidade, e não poderia deixar de sê-lo, pela importância que tem.

Eu queria sugerir, já que nós estamos saindo do Outubro Rosa e entrando no Novembro Azul, que são duas campanhas muito importantes em relação ao câncer de mama e ao câncer de próstata, que são ambos passíveis de cura se forem diagnosticados no início, que a gente pudesse aprovar esse projeto no mês de novembro, porque seria um recado, um símbolo que o Congresso estaria dando e comunicando à sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A sugestão da Senadora Teresa Leitão pode ser feita, se aprovada no Plenário rapidamente. Ele é não terminativo. O encaminhamento será ir ao Plenário. Nós podemos fazer um pedido de urgência, mas primeiro vamos votar, não é?

V. Exa. ainda quer usar da palavra?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Eu quero só fazer uma breve consideração, Presidente, à importância desse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quis Deus, que, emblematicamente, nós estivéssemos aqui. Nós, que somos médicos, e o senhor, que é um ex-Ministro da Saúde, sabemos da importância desse programa no acesso às pessoas que não têm um ciclo completo de tratamento de câncer em muitos lugares desse país.

E eu quero agradecer aqui a V. Exa. pela deferência de me conceder essa relatoria, porque, Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, e todos que nos ouvem, ainda no meu estado nós não temos um ciclo completo de tratamento de câncer. Nós levamos para lá uma unidade de Barretos para fazer diagnóstico precoce de câncer de mama e útero, e nós facilitamos muito a vida e a saúde das mulheres, o acesso das mulheres de nosso estado em relação a essa questão, que é fundamental, como foi dito aqui, que é o diagnóstico precoce.

Há pouco mais de três anos, Presidente, lá no nosso estado, nós tínhamos uma mulher que tinha uma calcificação na sua mama. Ela passava de seis meses a um ano para fazer uma biópsia e, às vezes, seis meses para obter o resultado. Depois disso, ela ia buscar um tratamento, que podia ser um tratamento no local – nós temos cirurgiões oncológicos –, mas, quando ela precisava fazer um tratamento adjuvante de radioterapia, ainda como hoje, ela precisa sair de Roraima para procurar tratamento em outras unidades de referência oncológica do Brasil.

Quero também aqui salientar a importância desse programa, no sentido de a gente trabalhar para que os pais vacinem seus filhos contra HPV. Sobra vacina contra HPV, querido amigo Arns. Sobra vacina no país, porque os pais não levam seus filhos de 11 a 14 anos, meninas e meninos. E que isso não signifique um salvo-conduto para iniciação sexual precoce, como muitas pessoas acham. Isso significa a gente, em 20 anos, erradicar totalmente um câncer que também mata as mulheres neste país, que é o câncer de colo de útero.

Então, eu estou aqui muito feliz hoje, Presidente, por nós todos aqui e a Câmara dos Deputados, representada pela querida Silvia Cristina, que já sofreu essa doença, que já venceu essa doença e que sabe a importância que é ter acesso a um ciclo completo de qualidade na abordagem dessa patologia que tanto mata pessoas no mundo, e pelo Weliton Prado, que também se dedicaram na Comissão Especial e representam aqui a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional dar esse presente ao Brasil neste mês em que, como foi colocado aqui, nós tratamos da questão do câncer de mama e do câncer de próstata, que mais matam os homens e as mulheres do país e do mundo.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Parabenizando V. Exa. pela manifestação, eu encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. deseja pedir a urgência?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Eu queria, primeiro, agradecer a aprovação e, em seguida, pedir que nós possamos aprovar o encaminhamento de urgência para que possamos levar ao Plenário e lá votar o mais rápido possível, Presidente.

Vamos trabalhar todos aqui juntos, porque esse não é um projeto de uma pessoa só, esse é um projeto do Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Coloco em votação o requerimento de urgência para a matéria apresentado pelo Senador Dr. Hiran.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento ao Plenário do Senado Federal.

Eu sugiro a V. Exa. que nós possamos fazer essa aprovação em Plenário não na semana que vem, que será semipresencial, mas na outra, até para que possamos mobilizar uma fatia da sociedade e fazer um debate, porque eu acho que é um tema muito importante.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Sem dúvida, Presidente.

Aliás, fazendo isso com uma abrangência maior, nós estamos fazendo educação em saúde, estamos chamando a atenção para todas as entidades do país para que possamos encarar isso com a maior responsabilidade possível.

Parabéns, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k. Muito obrigado a V. Exa.

Bom, o item 1 da pauta e o item 4 são dois projetos que já foram objeto de leitura do relatório e discussão. São dois projetos terminativos, portanto a votação é nominal.

Eu vou, então, colocá-los, neste momento, em votação.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3811, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institui o mês de setembro como o Mês de Conscientização sobre as Doenças Cardiovasculares.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Em 18/10/2023, foi lido o relatório, encerrada a discussão e adiada a votação.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 1973, DE 2021

- Terminativo -

Altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943, para determinar a concessão de abono do dia em que comprovar a ausência motivada para vacinação do trabalhador, de dependente menor e dependente maior de idade com deficiência, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações:

1- Em 18/10/2023, foi lido o relatório, encerrada a discussão e adiada a votação.

2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Eu os coloco em votação nominal.

Os que aprovam os dois projetos votam "sim"; os que os rejeitam votam "não". O.k?

Está aberta a votação? (*Pausa.*)

Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Peço que possamos mobilizar os Senadores e as Senadoras que não estão presentes aqui na reunião.

Enquanto isso, nós vamos para o item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 5009, DE 2019

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para atribuir medida especial de proteção ao trabalho realizado em arquivos, em bibliotecas, em museus e em centros de documentação e memória.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria constou da pauta da reunião de 18/10/2023.

Com a palavra, a Relatora, Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Presidente, eu peço licença para ir direto à análise.

Nos termos do art. 100, incisos I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS discutir e votar pareceres sobre projetos de lei que versem sobre matérias que dizem respeito às relações de trabalho e outros assuntos correlatos.

Sob o aspecto formal, não há óbices à aprovação do projeto, tendo em vista que compete à União legislar sobre direito do trabalho, nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal de 1988, sendo a lei ordinária a roupagem adequada para a inserção do tema no ordenamento jurídico nacional.

No mérito, tendemos a nos inclinar pela aprovação, portanto, da proposição.

No plano infraconstitucional, a proteção ao meio ambiente laboral viabiliza-se, especialmente, por intermédio da CLT, que dedica o Capítulo V inteiro a dispositivos que versam sobre a segurança e medicina do trabalho; bem como pelas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, que possuem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como principal objetivo estipular obrigações, direitos e deveres a serem cumpridos tanto pelos empregadores quanto pelos trabalhadores, para garantir um trabalho seguro e saudável, prevenindo a ocorrência de doenças e acidentes do trabalho. Tudo isso para que o trabalhador goze do mais elevado nível de saúde, seja mental, psíquico ou físico, na esteira do que preconiza a Organização Mundial da Saúde, que considera a saúde não só a ausência de doenças, mas o usufruto potencial do bem-estar humano em todas suas dimensões.

É dever do poder público a adoção de medidas eficazes para assegurar a efetividade de um meio ambiente de trabalho saudável, dentre elas a regulamentação das atividades que apresentem algum grau de risco aos trabalhadores.

Nesse sentido, o trabalho realizado nos arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação e memória, por ser realizado em ambientes fechados, com pouca ou quase nenhuma exposição solar ou ventilação, poderá submeter o trabalhador a diversos fatores que podem prejudicar a sua saúde, em que vale citar: a) fatores físicos, como ruídos sonoros e umidade; b) fatores químicos, como gases, poeira, produtos químicos de conservação; c) fatores ergonômicos e psicossociais, como mobiliário inadequado, más condições de iluminação e monotonia ou ritmo de trabalho expressivo; d) biológicos, como vírus, bactérias e fungos.

Nesse sentido, a inclusão do trabalho realizado em arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação e memória como medida especial de proteção estimulará o Ministério do Trabalho e Emprego a estabelecer disposições específicas para as atividades realizadas no âmbito desses locais de trabalho, levando-se em conta as peculiaridades de cada operação ou setor de trabalho.

Cabe ressaltar, entretanto, que a caracterização do trabalho realizado nos arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação e memória como medida especial de proteção não implicará, de forma automática, sua inclusão no quadro de atividades consideradas insalubres pelo Ministério do Trabalho e Emprego, na forma do art. 190 da CLT, cabendo ao referido órgão analisar a oportunidade e a conveniência da medida, a partir da análise atenta das atividades desempenhadas e do meio ambiente de trabalho dos profissionais da área.

Por sua vez, a caracterização e a classificação de eventual insalubridade somente serão efetivadas a partir de perícia a cargo de médico ou engenheiro do trabalho, devidamente registrados no Ministério do Trabalho e Emprego, conforme dispõe o art. 195 da CLT.

Por fim, os efeitos pecuniários decorrentes do trabalho em condições de insalubridade serão devidos apenas a partir da inclusão da respectiva atividade nos quadros aprovados pelo Ministério do Trabalho, de acordo com o art. 196 da CLT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir dessas considerações, entendemos que a aprovação do projeto de lei é salutar, principalmente por viabilizar especial atenção às condições de saúde e segurança dos profissionais que laboram em arquivos, em bibliotecas, em museus e em centros de documentação e memória.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.009, de 2019.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão.

Eu queria me manifestar porque eu fiquei recentemente muito impressionado. Eu participei de um debate com um conhecido pesquisador do meu estado, e ele chegou, assim, muito debilitado. É uma pessoa que tem 75, 76 anos, mas com aparência de muito mais velho, muito debilitado. Eu pensei até que ele estava com algum tipo de câncer. Ele tinha dificuldade de falar por conta da respiração. E ele me falou – eu nem perguntei, ele me falou – que ele estava sofrendo de uma doença que um outro pesquisador, mais famoso ainda do que ele, teve e depois faleceu, que é um problema pulmonar por conta desse contato com vírus, bactérias, essas coisas todas. E a vida inteira dele foi fazendo pesquisa em arquivos, enfim. Imaginem quem trabalha no dia a dia, não é? Eu acho que esse é um tema muito importante de ser regulamentado rapidamente. Nós poderíamos pedir a urgência se nós aprovarmos.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É, ele já vem...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois é.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Desde 2019, ele já vem da Câmara. Eu acho que é importante.

Eu estive no Arquivo Público lá de Pernambuco também e o que nos foi dito é que a tinta de antigamente, para permanecer nítida durante o tempo, tinha ingredientes muito fortes, tão fortes que até deterioram o papel.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Por isso se tem muito processo de digitalização, senão se perde. Imagine isso numa respiração todo dia – e de pertinho, não é? Porque, para você examinar um documento, tem que ser de perto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é um projeto também importante – é do Deputado Uldurico Junior e vem desde 2019 –, que pega realmente, Senador, os ambientes propícios: bibliotecas, arquivos, centro de documentação. Acho muito importante mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Senadores e Senadoras que concordam com o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Peço aqui ainda uma mobilização da nossa assessoria para... (*Pausa.*)

Senador, V. Exa. vai fechar aqui o quórum para a gente poder abrir...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A Senadora Mara Gabrilli pede a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Presidente, até quero explicar – me desculpe – que eu fui na outra Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, não se preocupe, não.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... porque o aplicativo não está funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não se preocupe.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, tive que ir pessoalmente lá.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadora Mara.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Pela ordem.) – Eu só queria parabenizar a Senadora Teresa Leitão e dizer que eu propus uma PEC, Senadora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é uma PEC sobre a qualidade do ar, coisa que a gente nunca teve, para a gente começar a prever a qualidade do ar em ambientes internos.

A gente tem como melhorar a qualidade do ar – muitas vezes consegue melhorar em 99%. A gente já respira tanta poluição... e ainda me citam um caso desse. Muitos outros a gente deve passar, muitas vezes, sem ter conhecimento de que está respirando supermal.

Eu também já passei por períodos de não poder respirar sozinha. E a gente sabe o quanto a qualidade do ar favorece não só quem acaba adquirindo uma doença pulmonar, mas aqueles que são saudáveis também.

Então, eu queria parabenizá-la e lembrar que a gente tem, tramitando, essa PEC.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

Bom, já temos o quórum para a votação dos dois projetos, que tramitavam em condição de serem terminativos.

Eu peço que se abra a votação.

Eu encerro a votação e peço que se abra o placar para nós conferirmos.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aprovados os dois projetos.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Eu vou fazer uma sugestão aqui quanto aos dois próximos projetos: um é da relatoria do Senador Flávio Arns, mas não é terminativo; e o outro é da relatoria da Senadora Damares Alves e é terminativo. Eu pergunto ao Senador Flávio Arns se haveria algum óbice a que nós fizéssemos uma inversão dessa pauta para garantir o quórum para a votação do outro projeto. (*Pausa.*)

Então, é o item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 2875, DE 2023

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institui o Dia Nacional do Acolhimento do Paciente Oncológico.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-T.

Observações:

1- Em 21/06/2023, foi apresentada a emenda n° 1-T, de autoria do Senador Carlos Viana.

2- Em 24/10/2023, foi realizada audiência pública para instrução da matéria.

3- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

O projeto já vem na esteira do outro projeto que foi aprovado.

Eu concedo a palavra a V. Exa. para a leitura do seu relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise – peço permissão.

Nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar em proposições que versem sobre a proteção e defesa da saúde, assunto tratado no projeto ora sob análise.

O mérito da proposição é inegavelmente louvável, pois busca conferir destaque ao acolhimento do paciente oncológico, processo amplo que compreende diversas dimensões no tratamento do câncer e que se revela de suma importância para a devida recuperação e reinserção social do paciente. Trataremos desse tema com maior profundidade mais adiante.

Porém, além do mérito, compete ainda à CAS, por ser a única Comissão a se manifestar sobre a matéria, a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Quanto à constitucionalidade, impende ressaltar que a matéria está inserida no campo da competência concorrente da União para legislar sobre proteção e defesa da saúde, nos termos no art. 24, inciso XII, da Carta Magna. Ainda é legítima a iniciativa parlamentar, visto não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República. Igualmente legítimo é o tratamento da matéria por meio de lei ordinária, uma vez que a Constituição não reserva o tema à esfera de lei complementar. Não há, portanto, vícios de ordem constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que tange à juridicidade, a proposição está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei 12.345, de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com a referida norma, a apresentação de proposição legislativa que visa instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas ou audiências públicas que atestem sua alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada audiência pública aqui, na CAS, no dia 24 de outubro – muito linda a audiência –, da qual participaram representantes de entidades das áreas da saúde.

No que tange à regimentalidade, também não se vislumbram óbices, estando ainda o projeto redigido de acordo com a boa técnica legislativa de conformidade com o que determina a Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação e alteração da Consolidação das Leis.

Com relação ao mérito, igualmente a matéria merece acolhida.

É fundamental conferir a necessária relevância ao acolhimento do paciente oncológico. A instituição da efeméride ajuda a elevar a conscientização e a importância do cuidado desses pacientes que demandam atenção em diversos aspectos da vida. É essencial que a equipe de saúde compreenda as angústias e as preocupações do paciente e ofereça um ambiente de apoio onde ele se sinta ouvido e compreendido.

O câncer não afeta apenas o corpo, mas também a mente do acometido e de sua família. Nesse sentido, oferecer serviços de aconselhamento, psicoterapia e acesso a grupos de apoio pode ajudar o paciente a lidar com essas questões e promover o seu bem-estar mental.

Ao dedicar um dia a educar a sociedade, estamos demonstrando compreensão precisa da doença, combatendo estigmas, reconhecendo a atuação de profissionais de saúde e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos pacientes e de suas famílias.

Portanto, consideramos justa e meritória a matéria veiculada na presente proposição, inclusive a emenda, que define uma identidade visual para a propaganda oficial da data instituída.

Assim, diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade; e, no mérito, pela aprovação do Projeto 2.875, de 2023, com o acolhimento da Emenda nº 1-T.

É o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa.

Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores e Senadoras que aprovam...

Ah, desculpem-me: é votação nominal.

Então, eu vou abrir a votação nominal. Os que concordam com o projeto votam "sim". Aqueles e aquelas que discordam votam "não".

Eu peço a abertura do painel para o início da votação. Peço também a mobilização da nossa assessoria, para que os Parlamentares possam votar.

O.k.?

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O painel está aberto.

Imediatamente, eu passo a palavra ao Senador Flávio Arns, que é o Relator do Projeto de Lei nº 2.240, de 2022, um substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 436, de 2011... Aliás, é um projeto da minha autoria.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 2240, DE 2022 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 436, DE 2011)

- Não terminativo -

Acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir situações de vulnerabilidade temporária de que trata o caput do referido artigo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

2- Em 06/11/2023, o Senador Flávio Arns apresentou relatório reformulado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Eu agradeço, Sr. Presidente.

Quero, em primeiro lugar, parabenizá-lo pela iniciativa muito importante e necessária.

O substitutivo em exame – faz parte do relatório – insere os §§4º e 5º ao art. 22 da Loas (Lei Orgânica da Assistência Social), para estabelecer que, abre aspas, "situação de vulnerabilidade temporária" se aplica, entre outros casos previstos em regulamento, ao advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar decorrentes da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física, sexual ou psicológica ou de situações de ameaças à vida. Além disso, a proposição determina que terá prioridade para o recebimento desse benefício a mulher em situação de violência doméstica e familiar afastada de seu domicílio para preservação de sua integridade física e psicológica.

Já o PLS aprovado pelo Senado Federal em dezembro de 2011 também acrescentava os mesmos dois parágrafos à Loas e continha idêntica definição de "situação de vulnerabilidade temporária". Entretanto, permitia a extensão do pagamento do benefício por até dois anos, caso a vítima das violações que descreve fosse criança ou adolescente.

Então, vai para o Plenário, depois daqui, da Comissão de Educação.

Passo à análise, Sr. Presidente.

Está de acordo com a legislação permanente. Então, não é permitido fazer modificação ou inovação no texto aprovado pela Câmara dos Deputados, mas tão somente aceitar ou rejeitar as alterações propostas pela Casa revisora. No caso da rejeição, mantendo-se o texto conforme originalmente aprovado pelo Senado.

O Senado Federal, naturalmente, já se manifestou favoravelmente sobre o mérito e aspectos formais da matéria. Ainda assim, cumpre destacar que a proposição atende aos pressupostos fundamentais da política socioassistencial, que é de atuar na proteção de quem dela necessitar por ocorrência de vulnerabilidades, ameaças, vitimizações e danos.

Para o enfrentamento dessas situações, a Loas introduziu o Sistema Único da Assistência Social (Suas), que inclui, entre suas ferramentas de atuação, a garantia do pagamento de benefícios eventuais para combater situações temporárias de vulnerabilidade.

Nesse contexto, verificamos que o substitutivo da Câmara dos Deputados mantém a concepção da proposta original aprovada pelo Senado, mas exclui a possibilidade de prorrogação por dois anos do pagamento do benefício eventual e incorpora ao texto a prioridade do recebimento desse benefício por parte da mulher em situação de violência doméstica e familiar, em vez da criança ou do adolescente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consideramos essas alterações pertinentes, uma vez que o conceito de temporalidade não se vincula a um prazo definido, como constava no projeto original, que permitia a prorrogação do recebimento por até dois anos. Deixar esse período em aberto permite aos conselhos locais definirem até quando dura a situação de vulnerabilidade abrangida pelo benefício. Além disso, concordamos que priorizar a mulher que enfrenta violência doméstica e familiar guarda mais consonância com a proteção da família, incluindo-se aí a criança e o adolescente.

Dessa forma, considerando que o texto sugerido pela Câmara dos Deputados – ou seja, o do PL 2.240, de 2022 – aperfeiçoa aspectos da propositura original, recomendamos seu acolhimento na íntegra, inclusive tendo havido o diálogo com o autor, o nosso estimado Presidente, Senador Humberto Costa, e a assessoria.

Em vista do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.240, de 2022.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa. a apresentação do relatório que coloco imediatamente em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Senadoras e Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório aprovado passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Bom, já temos quórum. Eu agradeço a todos os Senadores e Senadoras que votaram. Nós já temos o quórum.

E eu determino o encerramento da votação e a abertura do painel para que nós possamos ter o resultado definitivo.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aprovado o projeto, com a Emenda nº 1-T.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

Eu vou fazer o seguinte... Nós temos aqui dois projetos que são não terminativos, mas a recomendação dos Relatores, a Relatora Ana Paula Lobato e a Senadora Leila Barros, é pela prejudicialidade. Nesse sentido, nós poderemos ter Relatores *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço à Senadora Teresa Leitão para que ela possa fazer o relatório desse primeiro.

Queria que alguém assumisse por um minutinho aqui.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Qual é o item, Júnior? Nove? (*Pausa.*)

Eu preciso do relatório.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Item 9 da pauta.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 692, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, com parecer favorável ao Projeto.

2- A matéria consta da pauta desde a reunião de 27/09/2023.

3- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Pois não, Senadora.

Eu vou assumir a relatoria em nome da Senadora Leila Barros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei nº 692, de 2019, do Senador Jorginho Mello, que altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Já indo diretamente para a análise, eventos climáticos extremos, em especial aqueles relacionados a instabilidades atmosféricas severas, que desencadeiam inundações, vendavais, tornados, granizos e secas, entre outros desastres, têm um evidente impacto nas condições de vida das populações atingidas, inclusive no que diz respeito à proteção e à defesa da saúde. Por essa razão, compete a esta Comissão, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre o PL nº 692, de 2019.

Como informa a justificação do projeto, seu texto tem origem no PL nº 2.978, de 2011, aprovado pela Comissão Especial sobre Medidas Preventivas e Saneadoras de Catástrofes Climáticas, constituída na Câmara dos Deputados em 2011. Seu objetivo essencial é incluir na Lei nº 12.608, de 2012, também inspirada por aquela proposição, dispositivos que deixaram de ser incorporados.

Não há dúvida de que se trata de uma iniciativa que reúne méritos indiscutíveis.

Porém, a legislação que disciplina a defesa civil já foi substancialmente alterada pela Lei nº 12.983, de 2014, que é posterior à proposição original, e o Sinpdec já acumula 13 anos de experiência desde sua criação. Como resultado, a maior parte das alterações propostas já se encontra contemplada na legislação vigente ou em sua regulamentação.

Diante do exposto, votamos pelo reconhecimento da prejudicialidade do Projeto de Lei nº 692, de 2019, e pelo encaminhamento da proposição para as providências do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e coloco em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório pela prejudicialidade do projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora vamos para o item 10 da pauta.

Eu peço à Senadora Damares que faça o relatório *ad hoc.*

ITEM 10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 1011, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para estabelecer os grupos prioritários na vacinação contra a Covid-19.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria *Ad hoc*: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do projeto.

O relatório da Senadora Ana Paula Lobato é pela recomendação de declaração de prejudicialidade, e eu indico como Relatora *ad hoc* a Senadora Damares Alves.

Com a palavra, V. Exa.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Compete à CAS apreciar proposições que disponham sobre o tema da proteção e defesa da saúde, nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

Não há dúvidas sobre a relevância do objeto da proposição, nas circunstâncias em que ela foi apresentada, porém, felizmente, nosso planeta conseguiu superar o flagelo da pandemia de covid-19, e nós pudemos testemunhar a engenhosidade humana desenvolvendo e produzindo vacinas contra a doença, em grande quantidade e em prazo recorde.

Nosso país, após um longo tempo de tropeços na gestão federal da pandemia, também acabou conseguindo vacinar um elevado percentual de sua população. Hoje vivemos uma situação em que a doença está sob razoável controle, a exemplo do que ocorre no restante do mundo, o que levou a Organização Mundial da Saúde a declarar o fim da pandemia em 5 de maio de 2023.

Assim, a nosso ver, a proposição perdeu a oportunidade e tornou-se prejudicada, estando sujeita ao disposto no art. 334, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

O voto.

Em vista do exposto, o voto é pela declaração de prejudicialidade do Projeto 1.011, de 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa.

Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório apresentado pela Senadora Damares Alves permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pela recomendação da declaração de prejudicialidade do projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Temos aqui três requerimentos extrapauta.

O primeiro é...

Primeiro eu pergunto aos Senadores e Senadoras se há concordância de que os requerimentos possam ser votados. (*Pausa.*)

Não havendo quem discorde, não havendo óbice, vamos colocar em discussão e votação.

O primeiro é a inclusão extrapauta do...

Bom, é o Requerimento 120, de autoria da Senadora Teresa Leitão. Na verdade, da Senadora Zenaide Maia... (*Pausa.*)

Ah, é de V. Exa., o requerimento é de V. Exa.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 120, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência(s) pública(s) para instrução do Projeto de Lei n° 1675, de 2023, e do Projeto de Lei nº 1079, de 2023, que dispõem sobre o exercício da atividade de Psicopedagogia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Com a palavra, V. Exa.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Não é o de Zenaide, não?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, é o outro. (*Pausa.*)

Nosso Saulo aqui, hoje, está mais confuso do que eu. (*Risos.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Tem o meu e tem o de Zenaide, não é? (*Pausa.*)

Tudo bem, eu vou ler primeiro o meu, que é o 120, e depois o da Senadora Zenaide.

Desculpe, Presidente. A confusão foi nossa.

Eu vou ler o meu primeiro, que é o 120, e depois o da Senadora Zenaide, que eu estou subscrevendo.

O 120 é o seguinte: realização de audiência pública para a instrução do Projeto de Lei 1.675, de 2023, e do Projeto de Lei 1.079, também de 2023, que dispõem sobre o exercício da atividade de psicopedagogia, com os seguintes convidados: representante do Ministério da Educação, do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério Público do Trabalho, do Conselho Nacional de Educação, da Associação Brasileira de Psicopedagogia, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, do Conselho Federal de Psicologia e da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope).

É um projeto que quer regulamentar, portanto, incidir sobre cursos de formação e o exercício da profissão do psicopedagogo.

É a realização, portanto, de uma audiência pública, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Além dos outros dois, tem mais dois que foram aqui subscritos pela... Ah, estão na pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Subscritos pela Senadora Damares Alves. Eu vou também, depois, pedir a leitura por parte dela.

V. Exa. quer usar a palavra?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Pela ordem.) – Rapidamente, Sr. Presidente. Primeiro, meu bom-dia para o senhor e para minhas colegas aqui, Senadora Damares, Senadora Teresa.

Bom, o dia está meio corrido, eu estava comandando a CMA, fui à Comissão de Esporte para votar o projeto das *bets* e cheguei aqui. Eu só quero agradecer ao senhor por ter designado a Senadora Teresa como Relatora *ad hoc* e pedir desculpas, porque eu acho que todos nós sabemos aqui que terça e quarta-feira é uma loucura, mas quero agradecer à Senadora Teresa por ter me substituído aqui como Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com certeza.

Obrigado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada. E vou para a CDH agora, tchau.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O próximo requerimento é da Senadora Zenaide Maia.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 121, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, na modalidade outros eventos, com o objetivo de lançar a 10ª edição da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, realizada pelo Instituto DataSenado, com apoio do Observatório da Mulher Contra a Violência do Senado Federal.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PSD/RN) e outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi subscrito pela Senadora Teresa Leitão, portanto, eu passo a palavra a ela para a leitura do requerimento.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – A Senadora Zenaide Maia, na condição de Coordenadora da Procuradoria da Mulher, requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do nosso Regimento Interno, a realização de audiência pública, na modalidade "outros eventos", com o objetivo de lançar a 10ª edição da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, realizada pelo Instituto DataSenado, com apoio do Observatório da Mulher contra a Violência, do Senado Federal.

Diz na justificação:

> A violência contra a mulher é um tema de grande importância, é entendida como um fenômeno estrutural, de responsabilidade da sociedade como um todo. Os dados apresentados pela Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher [...] [podem] orientar quais medidas a serem tomadas para o enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil e quais avanços foram realizados na temática.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O próximo requerimento é de minha autoria.

EXTRAPAUTA

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 124, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o andamento da apuração das denúncias encaminhadas pela CPI da Pandemia da Covid-19, referentes aos procedimentos adotados pela Prevent Senior.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Os convidados serão indicados posteriormente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 14.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 118, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 111/2023 - CAS, com o objetivo de debater os riscos impostos pelo uso dos dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs), sejam incluídas as convidadas que especifica.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

Autoria: senador Eduardo Girão, subscrito pela Senadora Damares Alves.

Eu passo a V. Exa. para a leitura.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, requer, nos termos do art. 58, que na audiência pública objeto do Requerimento 111/2023, com o objetivo de debater os riscos impostos pelo uso dos dispositivos eletrônicos para fumar, sejam acrescentados os nomes: Dra. Andrea Araújo Brandão, Presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC); e Dra. Jaqueline Scholz, membro da Sociedade Brasileira de Cardiologia e especialista em tratamento de tabagismo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O último ponto da pauta, o item 13:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 117, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instrução de Projeto que institui o dia nacional da MIELOMENINGOCELE.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ) e outros

É um requerimento do Senador Romário, subscrito pela Senadora Damares Alves.

Passo a ela a palavra para a leitura do requerimento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Requeremos, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instrução de projeto que institui o Dia Nacional da Mielomeningocele, trazendo para o debate, na audiência pública: o Sr. Paulo Cechin; a Dra. Camila Fachin; o Dr. José Ailton Fernandes Silva; o Sr. Julio Cesar Moreno de Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Bem, antes de encerrar a presente reunião, informo às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que está aberto o prazo para a apresentação de emendas ao PLN 4, 2023, LDO 2024, perante esta Comissão, até o dia 13 de novembro, segunda-feira, ao meio-dia, impreterivelmente.

As emendas deverão ser enviadas pelo Sistema de Emendas às Leis Orçamentárias, LexOr.

Não serão consideradas as emendas enviadas fora do prazo estabelecido.

A reunião para deliberação das emendas está prevista para o dia 14 de novembro, terça-feira, em horário a ser definido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos os Senadores e Senadoras que compareceram a esta reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 09 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 48ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia quatorze de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Giordano, Ivete da Silveira, Izalci Lucas, Alan Rick, Marcelo Castro, Alessandro Vieira, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Ana Paula Lobato, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Jaime Bagattoli, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Augusta Brito, Plínio Valério e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim, Leila Barros, Romário e Wilder Morais. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2024). Finalidade: Discussão e votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 4/2023-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências". Relatora: Senadora Teresa Leitão. Resultado: Aprovadas as seguintes emendas: Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades: Emenda nº 1 – "8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde". Meta: 1.000; Emenda nº 2 – "8581 - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde". Meta: 1.000; Emenda nº 3 – "219G - Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS". Meta: 1.000. Emendas de Texto: Emenda nº 4 – Modificativa – Corpo da Lei, Cap II, Art 4, § único; Emenda nº 5 – Modificativa – Anexo III, Seção I, Inciso XXIV; Emenda nº 6 – Modificativa – Anexo III, Seção I, Inciso XXIV; Emenda nº 7 – Modificativa – Corpo da Lei, Cap II, Art 4, § único; Emenda nº 8 – Modificativa – Corpo da Lei, Cap IV, Seção V, Art 49; Emenda nº 9 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap IX, Art 128, § 8; Emenda nº 10 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção VII, Art 69; Emenda nº 11 – Modificativa – Anexo III; Emenda nº 12 – Modificativa – Corpo da Lei, Cap II, Art 4; Emenda nº 13 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção VII, Art 69; Emenda nº 14 – Modificativa – Corpo da Lei, Cap IV, Seção V, Art 49; Emenda nº 15 – Aditiva – Anexo III, Seção I, Inciso LXXI; Emenda nº 16 – Aditiva – Anexo II; Emenda nº 17 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap III, Art 12; Emenda nº 18 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap III, Art 13, § 5; Emenda nº 19 – Modificativa – Anexo III, Seção I, Inciso L; Emenda nº 20 – Modificativa – Corpo da Lei, Cap III, Art 12; Emenda nº 21 – Aditiva – Corpo da Lei, Cap IV, Seção VII, Art 69. Em seguida, o presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião dez horas e quarenta e três minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/14

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 48ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião se destina à discussão e votação das emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 4/2023-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências"

Dando início à reunião, passo a palavra à Senadora Teresa Leitão para proferir o relatório das emendas à LDO.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência.*) – Estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, estamos ouvindo.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Então está bom.

Bom dia ao Presidente Senador Humberto Costa. Bom dia a todos os demais Senadores que nos acompanham e que estejam presentes aí.

Presidente, eu vou dar um pequeno histórico, porque nós recebemos muitas emendas – eu já poderia ir direto para o que aceitei – que precisaram ser rejeitadas, pela questão regimental de que não se coadunavam com o mérito da nossa Comissão de Assuntos Sociais. Mas, mesmo assim, nós tivemos muitas emendas que foram aceitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu não sei como procedo: se eu digo as que foram rejeitadas ou eu já passo diretamente para as que foram acatadas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Como quiser, porque o relatório irá fazer essa menção, não é?

Então, se quiser partir diretamente para o seu parecer, não há nenhum problema.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Então, vou direto para ele.

Conforme o disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 4, de 2023-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2024 (PLDO 2024). A futura Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024 (LDO 2024) orientará a elaboração da lei orçamentária anual, compreenderá as metas e prioridades para a administração pública federal, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

De acordo com as normas de tramitação do PLDO 2024, cujos fundamentos são lançados pela citada Resolução nº 1, de 2006-CN, e pelo Parecer Preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), esta Comissão de Assuntos Sociais tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

As regras para apresentação, admissão e acolhimento de emendas estão delineadas na Parte Especial do Parecer Preliminar e foram todas observadas pelos membros desta Comissão.

Vale destacar, também, que o Parecer Preliminar estabelece, no item 2.3.1, que somente serão admitidas emendas de comissão permanente do Congresso Nacional ou de suas Casas que observem as competências regimentais do autor e estejam acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação; e no item 2.3.4, que não serão admitidas emendas que contrariem norma constitucional, legal ou regimental.

E foram esses os motivos da rejeição de algumas emendas.

Encontram-se sob análise desta Comissão, portanto, 29 propostas de emenda de texto, relacionadas no Anexo I do presente relatório, e 48 propostas de emenda para inclusão de meta no Anexo de Prioridades e Metas, listadas no Anexo II.

Não foram apresentadas propostas de cancelamento de meta.

Análise.

No que se refere às emendas ao texto apresentadas, somos pela inadmissão das Emendas nºs 2, 22, 26, 27, 38, 39, 42, 43, 56, 57 e 58, por não observarem as competências regimentais desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inexistindo limitação quantitativa para tal modalidade de emenda, somos pela apresentação de todas as propostas oferecidas pelos nobres pares, que não foram inadmitidas.

Já em relação às emendas para inclusão de meta, somos pela inadmissão das Emendas nºs 1, 7, 28 e 60, por não observarem as competências regimentais desta Comissão. Nota-se, entretanto, um sério descompasso entre o número de propostas de emendas de inclusão de metas no Anexo de Prioridades e Metas sugeridas, que foram um total de 48, e a quantidade máxima de emendas que a Comissão poderá apresentar, que são três. O inegável mérito das propostas apenas acentua o impasse e agrava a dificuldade da escolha.

Ademais, após acurado exame em torno da questão, resolvemos levar em conta a frequência com que as propostas se repetiram, procurando atender um maior número de Parlamentares proponentes, bem como a relevância tratada pela atuação temática desta Comissão.

Vale ressaltar que o mérito de cada emenda no contexto geral do orçamento será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em face do exposto, somos – esse já é o voto, Presidente – pela apresentação por esta Comissão das emendas ao texto do PLDO 2024, elencadas no Anexo I, bem como das seguintes emendas de inclusão de meta no Anexo de Prioridades e Metas:

- O Código 8.533 diz respeito à estruturação de unidades de atenção especializada em saúde. A unidade de medida é a unidade estruturada. A meta física é mil. As emendas acatadas são: 35, 46, 48, 50 e 72, de autoria dos Senadores Nelsinho Trad, Styvenson Valentim, Veneziano Vital do Rêgo, Mara Gabrilli e Ana Paula Lobato;

- O Código 8.581, estruturação da rede de serviços de atenção básica de saúde. A unidade de medida é o serviço estruturado. A meta física é mil. As emendas acolhidas foram as Emendas nºs 4, 11, 33, 44, 47, 73, de autoria dos Senadores Jussara Lima, Paulo Paim, Nelsinho Trad, Styvenson Valentim, Veneziano Vital do Rêgo e Ana Paula Lobato;

- O Código 219G, estruturação da rede de serviço do Sistema Único de Assistência Social. A unidade de medida é o serviço estruturado. A meta física é mil. As emendas acolhidas são: 5, 6, 16, 18, 34, 45, 64, 71 e 75, de autoria dos Senadores Jussara Lima, Leila Barros, Veneziano Vital do Rêgo, Humberto Costa, Nelsinho Trad, Wilder Morais, Styvenson Valentim, Zenaide Maia, Ana Paula Lobato e Teresa Leitão

É esse o relatório, Sr. Presidente. No próprio relatório tem o Anexo 1 e o Anexo 2, que detalham tudo o que está na base.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa. o relatório, a feitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Senadora Zenaide... Não sei se ela deseja fazer uso da palavra. V. Exa. quer fazer discussão sobre o relatório ou não? (*Pausa.*)

Acho que não.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação as emendas.

As Sras. Senadoras e os Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As emendas estão aprovadas.

Serão encaminhadas para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

Srs. Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Lembro que está aberto o prazo para a apresentação de emendas ao PLN 29/2023, a Lei Orçamentária Anual de 2024, perante esta Comissão, até o dia 20 de novembro, segunda-feira, ao meio-dia, impreterivelmente.

Lembro ainda que haverá, em instantes, remotamente, reunião extraordinária da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras, em forma de audiência pública, destinada a avaliar a Política Nacional de Atenção Integral em Genética Clínica e medidas para seu aprimoramento.

Convoco para o dia 22 de novembro, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições e emendas à LOA 2024.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos os Senadores e Senadoras que aqui compareceram.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 49ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e nove minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Rogerio Marinho, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Soraya Thronicke, Giordano, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Alan Rick, Carlos Viana, Weverton, Alessandro Vieira, Flávio Arns, Zenaide Maia, Jussara Lima, Otto Alencar, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Wilder Morais e Damares Alves, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Marcos do Val, Cid Gomes, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Lucas Barreto e Eliziane Gama, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Romário, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 116/2023 - CAS, de autoria Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 2099, de 2023, que "altera o art. 578 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar a exigência de contribuição sindical de membros de categorias econômicas e profissionais não sindicalizados". **Participantes:** José Pastore, Professor da Universidade de São Paulo - USP; Alexandre Furlan, Diretor da Confederação Nacional da Indústria - CNI; Valeir Etle, Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores - CUT; e Miguel Eduardo Torres, Presidente da Força Sindical. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Rogerio Marinho
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 18 E 19 DE OUTUBRO DE 2023, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e cinquenta e sete minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcio Bittar, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Giordano, Alan Rick, Izalci Lucas, Carlos Viana, Zequinha Marinho, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Mara Gabrilli, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão, Jorge Kajuru, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Eduardo Girão, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Dr. Hiran e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Omar Aziz, Flávio Bolsonaro e Carlos Portinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 34ª, 36ª e 37ª Reuniões Extraordinárias e 35ª Reunião Ordinária, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta. **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5384, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1 e 2. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1 e 2. Votam vencidos os Senadores Plínio Valério, Rogério Marinho, Eduardo Girão e Marcos Rogério. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3453, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre o resultado de julgamento em matéria penal ou processual penal em órgãos colegiados e sobre a concessão de habeas corpus de ofício." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 8, e contrário às demais Emendas. **Resultado:** Aguardando reinício da reunião. **ITEM 3 - Proposta de Emenda à Constituição n° 17, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 6º da Constituição Federal para dispor sobre o direito à segurança alimentar como direito fundamental." **Autoria:** Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE), Senador Rogério Carvalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PT/SE), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Dr. Samuel Araújo (PSD/RO), Senador Wilder Morais (PL/GO), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Zequinha Marinho (PL/PA), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL), Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 173, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Autoriza transferência de capital, a título de contribuição, mediante celebração de convênios entre a União e as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs), em atenção ao disposto no § 6º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Magno Malta. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4086, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a gratificação por exercício cumulativo de ofícios dos membros da Defensoria Pública da União e dispõe sobre a sua interiorização." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovado Requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 6 - Projeto de Lei da Câmara n° 88, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Favorável ao Projeto e contrário às Emendas n° 1-CE e n° 2-CE. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e contrário às Emendas n° 1-CE e n° 2-CE. **Observação:** Aprovado Requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1269, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 16-A à Lei nº 8.429 de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal, para disciplinar os efeitos jurídicos decorrentes das declarações de indisponibilidade de bens." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Favorável ao Projeto nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). **Observação:** Aprovado Requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3535, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Cria cargos de provimento efetivo, cargos em comissão e funções comissionadas nos Quadros Permanentes da Secretaria do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar da União." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovado Requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 196, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde, e a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valor econômico." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 7-CAE (de redação), e contrário às Emendas de Plenário n°s 2, 3, 4 e 6. **Resultado:** Aguardando reinício da reunião. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 6211, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 12.304, de 2 de agosto de 2010, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) e dá outras providências, para aperfeiçoar os mecanismos de gestão econômica e financeira dessa empresa." **Autoria:** Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 1821, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Regula a profissão de sanitarista." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 2494, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para definir mecanismos que facilitem o financiamento e a gestão de equipamentos públicos em espaços urbanos." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aguardando reinício da reunião. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 1054, de 2019 - Terminativo -** que: "Regula a realização de testes de aptidão física por candidata gestante em concurso público." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, com cinco emendas que apresenta. **Resultado:** Aguardando reinício da reunião. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 1713, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever prazo maior em representação criminal em contexto de violência doméstica." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta; pela aprovação da Emenda nº 2; pelo acolhimento parcial da Emenda nº 3, nos termos da subemenda que apresenta; e pela rejeição da Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 2-CCJ, 4-CCJ e a Emenda nº 3, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ. Rejeitada a Emenda nº 1. **ITEM 15 - Projeto de Lei do Senado n° 430, de 2018 - Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade de instalação de banheiro familiar e fraldário em ambientes coletivos, públicos ou privados." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PTB/RR). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicadas as demais Emendas. **Resultado:** Aguardando reinício da reunião. **ITEM 16 - Projeto de Lei n° 3954, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para promover a gestão eficiente dos recursos relativos à aplicação dos recursos de convênios e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, nos termos da subemenda que apresenta; pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3; e pela aprovação da Emenda nº 4, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **Observação:** Em 18/10/2023, foram recebidas as Emendas nº 5, 6 e 7. **ITEM 17 - Projeto de Lei n° 2356, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e a Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, para garantir o registro de dupla maternidade ou paternidade." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CDH e 2-CDH. **Resultado:** Aguardando reinício da reunião. **ITEM 18 - Projeto de Lei n° 4337, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992) e da Lei de Ação Civil Pública (Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985), para dispor sobre a omissão do membro do Ministério Público em propor acordo de não persecução civil ou ajustamento de conduta." **Autoria:** Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO/MT). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **EXTRAPAUTA. ITEM 19 - Mensagem (SF) n° 60, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 104, parágrafo único, inciso II, da Constituição, o nome da Senhora Daniela Rodrigues Teixeira, para exercer o cargo de Ministra do Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada à advocacia, decorrente da aposentadoria do Ministro Felix Fischer." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aguardando reinício da reunião. **ITEM 20 - Mensagem (SF) n° 61, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 104, parágrafo único, inciso I, da Constituição, o nome do Senhor Teodoro Silva Santos, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Jorge Mussi." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aguardando reinício da reunião. **ITEM 21 - Mensagem (SF) n° 62, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 104, parágrafo único, inciso I, da Constituição, o nome do Senhor José Afrânio Vilela, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Paulo de Tarso Vieira Sanseverino." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aguardando reinício da reunião. **ITEM 22 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 35, de 2023.** "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a PEC 45, de 2023, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco," **Autoria:** Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB). **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **ITEM 23 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 36, de 2023.** "Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 4086/2023, que “institui a gratificação por exercício cumulativo de ofícios dos membros da Defensoria Pública da União e dispõe sobre a sua interiorização”." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **ITEM 24 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 37, de 2023.** "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC 88/2018, que “estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública”." **Autoria:** Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB). **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **ITEM 25 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 38, de 2023.** "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 1269/2022." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Resultado:** Aprovado o Requerimento. **ITEM 26 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 39, de 2023.** "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 3535/2023."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado o Requerimento. Às doze horas e quarenta e nove minutos a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para as dez horas do dia dezenove de outubro de dois mil e vinte e três. Às dez horas e dezessete minutos do dia dezenove de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, a reunião é reaberta. Passa-se à apreciação dos itens remanescentes. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3453, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre o resultado de julgamento em matéria penal ou processual penal em órgãos colegiados e sobre a concessão de habeas corpus de ofício." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 8, e contrário às demais Emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 196, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde, e a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 7-CAE (de redação), e contrário às Emendas de Plenário n°s 2, 3, 4 e 6. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 2494, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para definir mecanismos que facilitem o financiamento e a gestão de equipamentos públicos em espaços urbanos." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 1054, de 2019 - Terminativo -** que: "Regula a realização de testes de aptidão física por candidata gestante em concurso público." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, com cinco emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Projeto de Lei do Senado n° 430, de 2018 - Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade de instalação de banheiro familiar e fraldário em ambientes coletivos, públicos ou privados." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PTB/RR). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicadas as demais Emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - Projeto de Lei n° 2356, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e a Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, para garantir o registro de dupla maternidade ou paternidade." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CDH e 2-CDH. **Resultado:** Adiado. **EXTRAPAUTA. ITEM 19 - Mensagem (SF) n° 60, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 104, parágrafo único, inciso II, da Constituição, o nome da Senhora Daniela Rodrigues Teixeira, para exercer o cargo de Ministra do Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada à advocacia, decorrente da aposentadoria do Ministro Felix Fischer."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Augusta Brito (*Ad hoc*), substituiu Senador Omar Aziz. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **Observação:** Não estando presente o Relator, Senador Omar Aziz, a Presidência designa Relatora “ad hoc” a Senadora Augusta Brito, que faz a leitura do Relatório. **ITEM 20 - Mensagem (SF) n° 61, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 104, parágrafo único, inciso I, da Constituição, o nome do Senhor Teodoro Silva Santos, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Jorge Mussi." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 21 - Mensagem (SF) n° 62, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 104, parágrafo único, inciso I, da Constituição, o nome do Senhor José Afrânio Vilela, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Paulo de Tarso Vieira Sanseverino." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Senador Marcos Rogério
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo nos links abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/18
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 34ª, 36ª e 37ª Reuniões, Extraordinárias, e 35ª Reunião, Ordinária, da Comissão.

Os Senadores e Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de 1 a 18.

Item 1 da pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 5384, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1 e 2.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Em 30/08/2023 foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Plínio Valério;

- Em 19/09/2023 foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria;

- Em 27/09/2023 foi recebida a Emenda nº 2 (Substitutiva), de autoria do Senador Flávio Bolsonaro;

- Em 04/10/2023 a Presidência concedeu vistas coletivas, nos termos regimentais.

A autora é a Deputada Federal Maria do Rosário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em discussão a matéria.

Senador Relator, Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente, como havíamos combinado na última reunião, sob a liderança de V. Exa. e o apoio do Presidente Rodrigo Pacheco, que eu conversaria muito com o meu querido amigo Senador Plínio Valério, conversamos muito, com a presença de representantes de quatro Ministérios, para construir um caminho. E o acordo lá firmado foi que na regulamentação – eu faço questão de dizer aqui – eles vão participar ativamente.

O Senador Plínio Valério, por escrito, demandou pelo Movimento Pardo-Mestiço de seu Estado do Amazonas. Solicitou, então, que o grupo fosse reconhecido diante do procedimento de identificação das bancas de heteroidentificação em seu Estado. A reunião chegou a um acordo. O Movimento Pardo-Mestiço participará da construção do processo em parceria com as universidades e institutos federais do Norte. Grande articulação feita pelo Senador Plínio Valério. O Senador Girão colaborou também nesse encaminhamento – é claro que ele tem a posição dele, que eu respeito muito. Ambos têm me ajudado muito em inúmeras discussões.

E por isso eu pediria que nós pudéssemos votar simbolicamente, sem prejuízo de nós continuarmos aqui o debate.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria.

Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para discutir.) – Presidente, o Senador Paim e eu, como sempre, amigos que somos, parceiros que somos, Senadores que somos, discutimos muito isso com os interessados – eu acho que onze Ministérios ou representantes de onze Ministérios –, a questão toda que envolve o mestiço, particularmente no Amazonas.

Nós temos o Nação Mestiça no Amazonas, que é muito atuante. Os mestiços vêm tentando, de lá para cá, ser reconhecidos como etnia, não aceitando o que eles chamam de extermínio, mas a culpa, acima de tudo, está lá no IBGE. Nós levamos o IBGE lá na CPI das ONGs, e o IBGE não colocou no censo mestiço como opção, a pessoa se identificar como mestiça. Então, a questão toda está mais no IBGE.

Apresentei uma emenda. Entendo que a emenda atenderia aos mestiços, aos meus anseios, mas, acima de tudo, prejudicaria o andamento do projeto que está agora, que já veio da Câmara para cá.

Então, aqui são vários argumentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conversei com alguns Senadores, amigos meus, explicando; eles concordam com a gente, mas aqui no Senado há sempre o sentimento de a gente não modificar muito para não voltar para a Câmara. E, se a gente colocasse em votação aqui, seria um risco para todos nós, uma polêmica desnecessária.

Conseguimos, com ajuda do Paim e do pessoal dos ministérios construir esse processo. Na construção do processo, os mestiços serão chamados a conversar, serão chamados nesse processo com a Universidade do Amazonas.

Eu considero um ganho. Não é o que a gente queria, mas é um avanço. Parlamento é maioria, Parlamento é discussão, Parlamento é bom senso.

Também ficou alguma coisa relacionada, Paim, à banca, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Fora do microfone*.) – À banca também.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – À banca também.

Porque a preocupação, Girão, era exatamente também na banca, porque a banca... Não tem mestiço na banca. Então, isso tudo a gente vai ter que evoluir. No momento, é aceitar esse acordo.

E os mestiços do Amazonas, Paim, estão assistindo agora, muitos estão nos assistindo, e eu acredito no acordo que foi construído. Daí a gente concorda – aliás, você rejeitou a emenda –, a gente concorda em não pedir destaque para ter que discutir. Não é o que eu queria, mas é o que pôde ser feito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Queria também, Presidente, se o senhor me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua em discussão.

Muito obrigado, Senador Plínio Valério, pelos esclarecimentos de V. Exa., e eu também gostaria de agradecer a V. Exa., no sentido de que ajudou a construir – Presidente Ciro... – esse entendimento com o Senador Paim.

Desde a reunião da deliberação da matéria, V. Exa. vem colocando um ponto de vista que é relevante, e eu entendo que a disposição do Senador Paim – eu tenho acompanhado essas discussões, tanto com V. Exa. como com o Senador Eduardo Girão – é no sentido de engrandecer o debate e de registrar compromissos assumidos por parte do Governo.

Então, eu entendo a manifestação de V. Exa. e também reconheço a oportunidade que V. Exa. dá de confiar nessa construção. E o Senador Paim sendo o construtor desta ponte, tenho certeza absoluta de que nós teremos êxito, e a gente vai sair daqui com uma grande vitória para o Brasil e para os brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria, primeiramente, cumprimentar o Senador Paulo Paim, o Senador Plínio Valério, que puderam se aprofundar, colegas nossos que puderam se aprofundar nesse assunto.

Eu confesso aos colegas que não tinha uma posição formada. Eu já tinha assistido a alguns debates, mas sem profundidade sobre esse assunto, sem mergulhar como eu pude mergulhar, graças à CCJ. E eu agradeço à Comissão de Constituição e Justiça, ao Senador Paulo Paim por poder ter flexibilizado naquele momento; eu sei que é uma causa da vida dele, respeito muito isso, também sou movido por causas... E aquela audiência pública, para mim, Senador Paulo Paim... Eu tirei muitas dúvidas. Eu confesso que respeito totalmente quem pensa diferente, mas, para mim, a cota teria que ser social, pelo que eu ouvi aqui, inclusive de negros, inclusive da Geisiane, que veio lá de Belo Horizonte, do Vereador Fernando Holiday... Eu peguei aqui algumas falas lá na Câmara dos Deputados; por exemplo, o Deputado Helio Lopes, do Rio de Janeiro, afirmou que as cotas ampliam a divisão da sociedade: "A pobreza não tem cor. A cota tem que ser pela vulnerabilidade. Meus filhos são negros e têm que concorrer com igualdade" – segundo o Deputado Helio Lopes.

Já o Deputado Kim Kataguiri também colocou que as cotas não solucionam o problema. Eles estudam esse assunto há muito tempo, e o Deputado Kim defendeu o investimento em medidas de combate à evasão escolar. Aí abre aspas: "O aluno de baixa renda não tem acesso às cotas porque ele não termina o ensino médio. Ele sai porque precisa trabalhar".

O Deputado Marcel Van Hattem falou da questão dos tribunais raciais, que avaliam os candidatos nas universidades...

Mas o que eu queria colocar é a minha preocupação de que isso, lá no fundo, Senador Paulo Paim – por isso que quero registrar o voto contrário, com todo o respeito –, que isso possa agravar ainda mais, reforçar a chaga intolerável do racismo. E isso é que é o meu problema aqui com relação a essa questão.

Eu sou a favor de que a política de cota nas universidades seja social, que tem como objetivo principal abordar a desigualdade socioeconômica. Elas beneficiam indivíduos com base em critérios como renda, educação dos pais, condições de vida. Isso significa que pessoas de diferentes grupos étnicos ou raciais que estejam em situações socioeconômicas desfavorecidas podem se beneficiar das cotas sociais, independente da sua origem étnica, o que inclui todos: negros, pardos, indígenas e quilombolas.

Então, quanto ao presente projeto, existem alguns pontos que eu ainda considero preocupantes, que privilegiam o critério racial em detrimento do critério socioeconômico. Vou dar aqui rapidamente alguns exemplos em relação às vagas remanescentes: caso as vagas estabelecidas nas subcotas não sejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preenchidas, o projeto dá prioridade, primeiramente, às outras subcotas, e só depois para estudantes de escolas públicas de modo geral. Essa medida vai na contramão da concepção do regime de cotas, que visa à redução das desigualdades sociais no país.

Outra coisa: a redução da renda *per capita* familiar máxima do candidato às cotas de um salário mínimo e meio para um salário mínimo. Essa redução não foi fundamentada pelo projeto de lei em qualquer estudo ou avaliação de política pública em vigor, já que, nos 11 anos ou quase da existência da Lei de Cotas, não foi feita uma avaliação ampla do poder público brasileiro sobre os efeitos dessa política. Então, você não tem como mensurar.

Tem um questionamento. Ficou muito claro na audiência pública esse questionamento.

Além disso, a redução da renda do critério socioeconômico apresenta exclusão de importante parcela de alunos egressos das escolas públicas e pode representar retrocesso nas transformações educacionais, sociais e econômicas que a Lei de Cotas tenha promovido na inserção desse grupo nas instituições federais de ensino técnico e superior.

Outro problema é que, a partir do momento em que o projeto retira do texto da lei a obrigação da reavaliação do programa, ele torna essa política permanente. Esse é que é o problema.

Outra questão, para finalizar, Sr. Presidente, é que, no ingresso, os candidatos vão concorrer, inicialmente, às vagas de ampla concorrência, disputadas por todos. Caso não alcancem as notas nessa modalidade, passam, então – olhem esse detalhe –, a concorrer às vagas reservadas pela Lei de Cotas. Essa medida ocasiona uma redução da quantidade de vagas disponíveis para os candidatos que não têm direito às cotas, ampliando, na prática, a quantidade de vagas reservadas, o que acaba trazendo um duplo benefício aos estudantes que já têm direito ao benefício das vagas reservadas pelas cotas.

Então, eu acho que aqui dentro da CCJ a gente procurou fazer, sob o comando do Senador Paulo Paim – e fizemos –, uma audiência pública extremamente equilibrada, justa... O senhor teve uma condução muito democrática. Eu tenho que lhe dar os parabéns. Foram de alto nível todos os palestrantes que aqui vieram fazer suas exposições, de altíssimo nível. Eu aprendi muito. Observei cada palavra de cada um, de cada pessoa, mas eu vejo que aqui a gente poderia privilegiar as cotas sociais, porque, nesse meu modo de entender, isso vai estar aumentando até uma segregação.

Então, eu não vou pedir absolutamente votação nominal, eu não quero atrapalhar absolutamente. Apenas quero deixar o registro e os argumentos, para que os colegas possam, de qualquer maneira, fazer as suas reflexões.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu queria agradecer muito ao Senador Girão, porque, lá na Comissão de Direitos Humanos, já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinha me dito a sua posição, pediu que eu realizasse aqui uma audiência pública – V. Exa. concordou – e participou ativamente.

Ele tem uma posição definida sobre esse tema. Ele entende – e o Senador Plínio também foi na mesma linha de que esse diálogo do entendimento avance – que votaríamos aqui, hoje, simbolicamente e que continuamos, no Plenário, buscando um entendimento cada vez mais rápido, para atender ao interesse de todos.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ainda, só para me... Como tem lista de inscrição ainda, com a palavra o Senador Sergio Moro. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

Em discussão a matéria.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu também quero me manifestar sobre essa proposta.

Esse é um tema sobre o qual eu, desde quando ainda era Deputado Federal, já tenho posições claras e bem definidas, em relação a matérias com esse conteúdo, que, na minha visão, acabam por estratificar a sociedade brasileira e não contribuem para um ambiente de unidade, de respeito, de igualdade.

E os argumentos para aprovar matérias com esse conteúdo sempre são argumentos como dívida histórica, racismo, desigualdade... São os argumentos usados a favor das cotas, chamadas cotas raciais, o que acaba por gerar uma discriminação ao favorecer alguém simplesmente em razão da cor da pele. Uma lei que deveria servir de instrumento para afastar a discriminação acaba por ser um instrumento de discriminação.

E aqui o Senador Girão fez alguns apontamentos, com os quais eu concordo, justamente no sentido de que você, num primeiro momento, aponta para uma solução que é a disputa comum. Todos disputam as mesmas vagas. Logrando êxito na disputa comum, tudo certo, entra pela disputa comum. Não passando, não logrando êxito, não sendo aprovado na disputa comum, na disputa de vagas, então, nesse caso, ele é submetido a uma segunda chamada. E, aí, nesse caso, nas vagas reservadas às cotas.

Então, ao passo em que você propõe uma medida de acesso e empoderamento, você cria uma discriminação inaceitável.

Eu defendo e já defendia isso, repito, desde quando Deputado Federal, as cotas sociais, porque você tem pessoas que são negras, pardas, e que são pessoas que têm condições muito superiores a quem não é negro ou pardo. Mas, ao criar uma norma, um normativo para favorecer este segmento, você cria um instrumento de discriminação para a própria parcela da sociedade que se enquadra, que se encaixa como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negro ou pardo, porque, entre os negros e pardos, você vai ter aqueles que tiveram as condições de favorabilidade, de acesso e que, na disputa com estes, acabam obtendo sucesso maior do que aqueles que, de repente, deveriam tê-lo em razão da condição social.

Então, o filtro que é utilizado numa matéria como essa, para mim, é um filtro equivocado. É uma medida de discriminação e que coloca o negro ou o pardo numa condição de inferioridade intelectual, de incapacidade intelectual.

Eu, esta semana, estive, lá no meu estado, numa comunidade quilombola, em que conheço, há muito tempo, o Francisco, que, aliás, vai estar recebendo um prêmio no Rio de Janeiro nos próximos dias. Aproveito para cumprimentá-lo e homenageá-lo pela homenagem, pela história contada. E eu conheço a história deles, conheço o ambiente deles. Conheço a Profa. Irineide, que está trabalhando com essa comunidade lá, historicamente.

É óbvio que você tem situações em que a legislação, em que o legislador tem que ter cuidado, mas é preciso que esse ordenamento, que essa legislação não seja um instrumento de promover ainda mais discriminação, ainda mais desigualdade.

Então, eu me manifesto, Sr. Presidente, neste momento, contra esse projeto, pela maneira como ele foi concebido, pelo texto que foi desenhado, com o absoluto respeito que tenho ao Senador Paim, que, historicamente, faz defesas em relação a essa matéria e a outras também. Com muitas das matérias que ele defende, eu concordo e voto a favor. Em outras, tenho posições divergentes. Este é o caso, porque eu entendo que é preciso, sim, criar instrumentos que garantam o acesso, mas, para mim, o critério não basta ser a cor da pele – não basta ser a cor da pele. O critério tem que passar pela condição social, porque, senão, você acaba promovendo uma condição de favorabilidade dentro desse ambiente, inclusive para quem já dispõe de meios, já dispõe de condições financeiras melhores do que o próprio negro que está disputando essa vaga.

E você tem situações de pessoas que não são negros ou pardos que estão justamente nesse mesmo ambiente, mas que não dispõem desse mesmo benefício.

E, aí, nós temos programas que foram criados, programas de acesso ao ensino superior, que, em certa medida, buscaram corrigir essa distorção, mas que hoje, infelizmente, em razão das muitas falhas... E nós vamos ter que, uma hora, fazer a reforma dessas políticas de acesso, para garantir que quem chega lá é alguém que realmente precisa, mas não é disso que nós estamos tratando hoje.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Nós estamos tratando, mais uma vez, de uma lei de cotas que, para mim, em vez de promover uma correção de injustiça, uma correção no meio de acesso, ela vai promover mais discriminação, e eu acho que esse não é o melhor caminho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Respeito, obviamente, a autoria e a relatoria dessa matéria, mas divirjo da sua forma, do seu conteúdo, como está apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria.

Senador Sergio Fernando Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, esse é um tema que gera certa polêmica, mas nós temos esse regime de cotas desde 2012, e, no fundo, a proposta legislativa prorroga o regime de cotas por mais dez anos, estabelece algumas pontuais modificações, e, embora até exista algum questionamento em cima das cotas por um problema de fundo, ela tem promovido a igualdade, é um instrumento que facilita o acesso de minorias à educação superior ou ao ensino técnico, e não temos, a meu ver, elementos suficientes no momento para rever substancialmente essa questão.

Até existem reclamações, às vezes, do percentual, em cima do percentual de 50%, que ele seria excessivo, e acho que isso poderia ser discutido, mas creio que não é este o momento, já que o projeto visa a essa prorrogação. E, se for para discutir uma revisão desse percentual, acho que teria que ser feito à parte, através de estudos e tal, para ver como está funcionando.

O que eu apenas destaco aqui, e conversei com o Senador Paulo Paim, e estou conversando aqui... Com quem é que você falou?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com a Relatora do projeto, que construiu o substitutivo, a Deputada Dandara.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Perfeito, a Deputado Dandara.

Eu acho que existe um problema técnico na redação, especialmente ali no §1º do art. 3º. Porque o que é que diz a legislação? Que 50% das vagas vão para aqueles que cursaram integralmente o ensino médio – dá para abstrair até da questão do salário mínimo, da *per capita*.

No art. 3°, diz-se que: "As vagas [esses 50%] serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e quilombolas", etc., etc.

No parágrafo primeiro – e aí vem a nova redação –, diz-se o seguinte: "No caso de não preenchimento das vagas, segundo os critérios estabelecidos no *caput* [ou seja, não conseguiu preencher com autodeclarados pretos, pardos, indígenas, quilombolas ou pessoas com deficiências as vagas que eram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reservadas, segundo percentuais da população respectiva, segundo os cálculos do IBGE], as remanescentes deverão ser destinadas, primeiramente, aos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas ou a pessoas com deficiência e, posteriormente, por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública".

Aqui, a meu ver, é um problema circular, porque, no *caput*, diz-se: nós não conseguimos preencher essas vagas reservadas aos autodeclarados pretos, pardos, indígenas etc.; as remanescentes, nós vamos preencher com os pretos, pardos, indígenas e quilombolas. Ou seja...

Eu acho que, aqui, Deputada, se é outro... Se não se conseguiu preencher com aquele primeiro critério, não tem como voltar a esse critério. Por isso que a redação anterior fazia sentido, porque dizia assim: se não conseguir preencher com esse critério, volta para os estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública. Porque, senão, fica um problema circular.

A mesma questão a gente encontra no art. 5°, parágrafo único.

E aqui eu coloco assim para contribuir para o aprimoramento do projeto, ressalvando que da questão de fundo, Senador, eu não discordo, embora também tenha ponderações em relação à questão aqui do mestiço, que foi colocada muito bem. Penso que seria oportuno, talvez, estudar essa possibilidade e em relação à necessidade de que nós façamos um estudo mais amplo sobre o funcionamento do regime de cotas e esse percentual que, às vezes, é objeto de alguma controvérsia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas eu penso aqui que, na redação, existe um problema na forma como está colocada.

Pode ser que, aprovado, não gere nenhuma dificuldade prática, porque é um critério que acaba sendo redundante, mas o problema é que a lei, às vezes, ganha pernas próprias, e, às vezes, quando se aprova algo que não está muito de acordo, pode ser que isso gere problemas depois de aplicação e de interpretação.

Mas é uma questão também, Deputada, que a gente pode discutir depois da CCJ e, eventualmente, fazer uma correção no Plenário, se for o caso, uma emenda de redação... Não sei se um destaque...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma emenda de redação, que é possível, se não for necessária. E, mesmo na regulamentação...

Nós estamos com o MEC aqui dentro, estamos com o Ministério dos Direitos Humanos, com o Ministério da Igualdade Racial e com o Ministério das Mulheres, com o objetivo de que, como eu conversei com o Senador Plínio, conversamos longamente, e estavam presentes sete ministérios – claro, os representantes –, e nos comprometemos a ajustar uma das preocupações principais dele, que é a do mestiço,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na regulamentação. É por isso que, hoje, ele está aqui, deu o depoimento dele, como o Senador Girão, que também tinha algumas dúvidas. E ajustamos de votar simbolicamente...

E me permita que eu diga também, que é a sua posição – o Senador Marcos Rogério agora falou no mesmo sentido –: sem prejuízo de nós construirmos no Plenário alguma emenda de regulamentação e ajustarmos aquilo que vai ser, digamos, aperfeiçoado na regulamentação. Esse é o compromisso...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu não sei se eu fui claro aqui, mas o que diz a lei? Olhem. Vamos supor que tem 100 vagas, 50 são para quem fez o ensino médio integral; aí diz a lei que parte dessas 50 vai ser reservada a essas minorias, com base nas estatísticas do IBGE; então, vamos supor que sejam 25, aí 25 para esse grupo; aí o que fala a lei atual? Diz que, se não tiver 25 que se enquadrem nos autodeclarados, você volta para o critério geral do ensino médio, mas a redação do parágrafo aqui está gerando uma questão circular...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Está dizendo assim: se você não tiver os 25, você volta para os autodeclarados, mas não tem como voltar para os autodeclarados se você não conseguiu preencher essas vagas anteriormente com autodeclarados.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para discutir.) – E aí, Moro – quando o Senador Moro lê a lei –, para preencher as vagas, fala para distribuir novamente entre pardos, indígenas e quilombolas, e os mestiços ficam fora. É aí que está a nossa questão: não se fala em mestiço em momento algum, é como se eles não existissem, eles existem. A gente está conversando: vê em emenda de redação, vê na lei complementar... A gente tem que ter algum ganho nesse sentido. E o Paim se comprometeu para a gente fazer, estudar para levar, para fazer esse reconhecimento aqui aos mestiços. Veja, Presidente, que, quando se remete a pardos, indígenas e quilombolas, não se reconhece o mestiço em momento algum! E, eu repito, no Amazonas, nós temos uma lei que reconhece o mestiço como etnia. E é essa questão aqui que a gente está discutindo, mas lembro sempre – não é, Paim? – que isto aqui é CCJ e que nós vamos para o Plenário. Até o Plenário, tem uma distância grande para a gente conversar. É nesse sentido que a gente quer evoluir.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixem-me aproveitar... Eu tenho vários Senadores inscritos. Eu vou fazer a lista de inscrição dos Senadores. Aos Senadores que chegaram agora, foi feita uma construção de acordo por Senador Paim, Senador Plínio Valério, Senador Girão... Logicamente, os Senadores todos têm a autoridade e o direito de se manifestarem, mas foi feita uma construção de todos esses aspectos que estão sendo debatidos agora pelo Senador Moro, pelo Senador Marcos Rogério, pelo Senador Girão e pelo Senador Plínio em relação ao comprometimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Governo, tendo como avalista o Relator Paulo Paim, que está fazendo a interlocução em nome do Governo, com aquiescência do Líder Wagner, de que o Governo fará todas essas adequações, esses aperfeiçoamentos numa possível redação em Plenário ou na regulamentação. Então, só estou querendo fazer o registro para quem não estava aqui.

Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria pedir ao Senador Paim, que sabe que eu sou favorável à política de cotas e que, portanto, não vou me opor... Mas, Paim, há um problema lógico aqui, sério, que precisa ser vencido. A que visa uma política de cotas? Corrigir uma injustiça histórica, social e promover uma parcela da população que sofreu essa injustiça. O que se espera dessa política é que ela resolva o problema. Ora, na hora em que ela resolver o problema, evidentemente ela não fará mais sentido. Então, ela não pode ser permanente. Se nós tornarmos essa política permanente, nós estaremos confessando que o problema será eterno. Se nós confessarmos que o problema é eterno, nós estamos dizendo que a nossa política de cota é inútil. Então, não dá para aceitar que ela seja permanente. Por favor, pense nisso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, como se define a etnia, a cor em nosso Brasil? O senhor sabe? Não se define; é autodeclaratório. Então, nós já temos um problema de origem.

Eu tenho muito carinho e muito respeito pelo Senador Paulo Paim. Em uma ocasião, ele e a Senadora Teresa Leitão conversaram comigo: "Nos ajude na questão da política de cotas". Falei: "Senador Paim..." Ele está aqui; se eu estiver exagerando para mais ou para menos, o senhor tem a palavra. Falei: "Senador Paim, na minha concepção, branco, negro, nordestino, sulista, todos somos iguais, indígena, não indígena, quilombola... Quando eu separo vagas para uma etnia, especialmente em um país onde é autodeclaratório, eu estou falando o seguinte: 'Negros, pardos, indígenas, transexuais ou que seja, vocês são inferiores aos demais'. Se nós formos falar em cota social, tem o meu apoio; mas cota racial, não".

E eu quero dizer para vocês de uma matéria de agora, de 16/10/2023, Sr. Presidente: nos últimos 20 anos, os brasileiros estão se autodeclarando pretos e pardos com maior frequência quando questionados sobre a cor da pele, e caiu o número daqueles que se achavam morenos e brancos, ou seja, de 2000 a 2023, por conta de políticas de cotas, infelizmente, as pessoas estão mudando de cor.

Sr. Presidente, eu lhe pergunto: não existe branco pobre? Só existe negro pobre ou pardo pobre?

Tem uma música – e eu vou usar de arte para finalizar – do *rapper* Gabriel O Pensador, uma música antiga, que diz o seguinte, Sr. Presidente:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não seja um imbecil
Não seja um ignorante
Não se importe com a origem ou a cor do seu semelhante
O [...] que importa se ele é nordestino e você não?
O [...] que importa se ele é preto e você é branco?
Aliás, branco no Brasil é difícil, porque no Brasil somos todos mestiços
Se você discorda, então olhe para trás
Olhe a nossa história, os nossos ancestrais
O Brasil colonial não era igual a Portugal
A raiz do meu país era multirracial
Tinha índio, branco, amarelo, preto
Nascemos da mistura, então, por que o preconceito?
Barrigas cresceram, o tempo passou
[...] [Nascemos] [...] brasileiros, cada um com a sua cor
Uns com a pele clara, outros mais escura
Mas todos viemos da mesma mistura

Sr. Presidente, temos que dar oportunidade para todos através da cota social e não dizer a ninguém de nenhuma cor ou nenhum sexo, opção sexual que ele é inferior, por sua cor da pele.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O próximo Senador inscrito é o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Eu tenho que concordar com a última frase do meu colega, querido amigo Jorge Seif. Ninguém é diferente e pode ser diferenciado pela cor da pele, mas somos seres históricos e, como seres históricos, fomos além da condição biológica. A sociedade não é uma construção biológica – a gente superou isso –, não é só a consciência dimensional que a gente tem de existir e de estar aqui neste momento; nós temos uma consciência histórica.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E é essa consciência histórica que a gente tem que trazer, ou melhor, é a análise histórica que deve nortear uma decisão sobre tema tão complexo. E o que a história fez? Eu, Jorge – eu lhe pediria a liberdade de falar Jorge, porque eu gosto, sou seu amigo, você é meu irmão –, levei as minhas filhas no Museu da Imigração Japonesa. E sabe o que as deixou estarrecidas? Que, no começo do século XX, a elite paulistana, não podendo trazer mais europeus, abriu as fronteiras do Brasil para trazer amarelos, porque eles diziam que os amarelos eram melhores do que os pretos, pois havia, historicamente, uma construção de uma ideia de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

supremacia branca e de que tinha que clarear o povo brasileiro. Isso não sou eu que estou dizendo, está lá no registro do Museu da Imigração Japonesa. Isto é uma das justificativas para a chegada da colonização japonesa no Brasil: embranquecer a população preta do Brasil. Dois. Depois, não sei se vocês sabem, mas a imigração japonesa tomou o lugar que era dos negros alforriados, dos pretos alforriados. É por isso que o bairro Liberdade se chama "Liberdade". Ali foi ocupado graças ao encarecimento dos impostos cobrados aos pretos que moravam naquela região, porque, aos alforriados, foi a eles destinada aquela área que era o bairro Liberdade. E aí eles aumentaram os preços, sabem para quê? Para doar aos japoneses que chegavam ao Brasil.

A discriminação no Brasil é um processo com que a gente não concorda, com que o Jorge Seif não concorda – eu concordo com a música dele –, mas ela não é uma questão biológica; é uma questão histórica, e essa discriminação é histórica.

Quando foi feita a alforria, foram destinados territórios para que os pretos livres pudessem recomeçar suas vidas em liberdade. Sabem o que aconteceu com essas terras? Nunca foram entregues, mesmo tendo uma lei para que eles pudessem iniciar em liberdade a sua construção de vida. Portanto, nós estamos falando de uma construção histórica.

E eu fico muito feliz, Senador Paulo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... Paim, de termos aqui um consenso inicial da prorrogação, um consenso dos 50% – pelo menos um consenso da maioria –, porque isso já demonstra que nós ganhamos uma maturidade e uma compreensão histórica de que precisamos compensar historicamente aqueles que foram apartados. Nós estamos falando de apartação, porque, no Brasil, a gente aparta as pessoas por classe social, e, geralmente, os apartados são os que foram jogados para distante, que foram os pretos alforriados brasileiros, depois da Lei Áurea e depois de muito tempo, porque muitos, mesmo com a Lei Áurea, continuaram sendo escravos. Portanto, eu fico muito feliz de ver que existe uma base central de produção de um consenso em uma matéria tão relevante que já demonstrou, Presidente – vou concluir –, que foi fundamental.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – As universidades hoje... A gente tinha uma crítica no sentido de que as universidades públicas brasileiras tinham a população mais rica do Brasil. Hoje a gente inverteu isso, e a universidade passou a ser diversificada, uma universidade com gente de todas as regiões, dos estados e das cidades; ela passou a ser a representação da diversidade, dessa mistura de que falou o meu amigo Jorge Seif, que é o próprio Brasil, fazendo justiça, com uma política de boa qualidade construindo este novo Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu sei da importância do debate, mas eu queria registrar que ainda temos dois Senadores inscritos para discutir o assunto, e a gente vai encerrar e vai iniciar a deliberação.

Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Mesmo de uma forma rápida, eu não podia deixar de falar aqui neste momento muito importante, nesta Comissão especialmente, em que temos aqui o nosso grande Senador Paulo Paim como Relator, eu diria, com toda legitimidade, competência e capacidade de diálogo, de entendimento sobre o que traz exatamente este importante PL.

Eu queria aqui só ressaltar, meu querido Senador, a importância dessa sua disponibilidade de conversar, de ouvir e disponibilidade também de fazer essa conversa, que já foi feita com vários ministérios e Senadores, de dar continuidade para que, no Plenário, algumas dúvidas que possam ainda estar pairando entre os Senadores e as Senadoras sobre algum ponto específico desta lei sejam realmente equilibradas.

Eu ia fazer vários comentários sobre esta importante lei, que eu digo que traz, mais do que tudo, oportunidade, dignidade de uma desconstrução de racismo, dando oportunidade às pessoas que não tiveram, porque as oportunidades não são iguais – não podemos dizer que elas são, porque não são: não são para mulheres, não são para homens, não são para mulheres negras, sobretudo, até pelos grandes índices que a gente tem de vários tipos de violência –, mas aqui eu já disse que vou ser rápida, porque eu quero realmente que a gente consiga chegar a esse consenso. No Plenário, com certeza, eu vou detalhar um pouco mais a importância de esta importante lei ser aprovada.

Parabenizo tanto a nossa Relatora, a Deputada Dandara, que fez a relatoria na Câmara de Deputados e Deputadas, como agora o nosso querido Senador Paulo Paim. São dois que têm totalmente, eu diria assim, a legitimidade para fazer essa defesa. Eu me orgulho muito de vocês! Com certeza, podem contar com o meu apoio e o meu voto.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixem-me aproveitar esta oportunidade – eu vou passar para o último Senador inscrito, o Senador Líder Rogerio Marinho, mas, antes, eu vou fazer um registro e vou me penitenciar – para pedir desculpa.

Nós estamos aqui, desde o início da reunião, com a presença da Relatora da matéria, a Deputada Federal Dandara, que foi Relatora da matéria na Câmara dos Deputados, e também da Deputada Carol Dartora. Muito obrigado pela sua presença aqui. Nosso reconhecimento da atuação de V. Exas. enquanto Deputadas Federais defendendo uma causa justíssima. Têm o nosso apoio e a nossa solidariedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Líder Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em especial o ilustre Senador Paulo Paim, que tem feito um trabalho extraordinário aqui no Senado da República e se distingue pela sua capacidade de articulação, pela sua civilidade, pelo bom trato, pela forma como ele se debruça sobre causas que são importantes para o Brasil, a sua visão humanista, a sua visão civilizatória, sem dúvida nenhuma, é um marco que deve ser respeitado e cultuado aqui no Senado da República como uma marca que deve ser de todos nós, nesta Casa do Parlamento brasileiro, a Câmara Alta.

Quero fazer um cumprimento especial aqui à Deputada Carol e à Deputada Dandara. Sejam muito bem-vindas aqui à nossa Comissão.

Quero saudar todos os Srs. Senadores e todos aqueles que acompanham este debate tão importante para o nosso país.

É importante fazermos uma reflexão a respeito deste tema, porque, quando esta lei foi chantada no país, há pouco mais de dez anos, imaginou-se um processo de reparação histórica importante, necessária, para darmos uma espécie de incentivo, de *gap*, de calço para que pessoas que historicamente foram colocadas numa posição de maior fragilidade do ponto de vista social, pela formação histórica do Brasil, tivessem a condição de ascender com um diferencial em relação aos outros brasileiros mais bem aquinhoados – no caso as pessoas brancas. Eu tenho, Senador Paim, um problema de fundo que para mim é extremamente incômodo. O Brasil, historicamente, busca situações que deveriam ser episódicas, circunstanciais, e elas terminam se perpetuando, como se a questão da igualdade se restringisse apenas ao gênero, a eventuais deficiências físicas ou mentais ou à cor da pele. Nós temos um problema muito mais sério.

O Brasil é um país a exemplo de todos os países do mundo, pelo menos aqueles que estão em democracias mais avançadas, que, em algum momento da sua história, fizeram uma transição na questão do processo de universalização do acesso à educação. No Brasil, isso aconteceu, parece-me, no final dos anos 60, no princípio dos anos 70, quando o regime militar acabou, naquela época, com o que se chamava de exame de admissão, porque você fazia o primário, que era público, mas não tinha vaga suficiente no ensino de nível subsequente, que era – o fundamental II hoje – da 5ª série à 8ª série. E o regime militar, naquela época, disse: vamos universalizar a educação. E as escolas públicas, que eram referência, que eram as melhores escolas, que eram as escolas que formava os melhores profissionais no Brasil, ao longo desses últimos 50 anos, inverteram essa situação e se tornaram escolas frágeis do ponto de vista de formação de cidadãos, independentemente da cor da pele.

E nós não estamos conseguindo reverter essa situação. Nós entramos na espiral da mediocridade, desde a questão da formação dos professores alfabetizadores nas universidades públicas e nas universidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

privadas, que privilegiam a questão social e política em detrimento da metodologia do ensino. Os professores – pasmem! –, Senador Paulo Paim, sequer sabem distinguir método de alfabetização: o que é fônico, o que é silábico ou essa inovação brasileira, essa jabuticaba brasileira, que gera analfabetismo funcional em alta escala, chamada construtivismo, globalismo ou método paulo-freiriano. E eu falo isso em cima de números.

Aqui está uma Senadora do Ceará, que é um estado que é uma referência na área da educação por políticas públicas continuadas e exitosas a partir da cidade de Sobral, que fez um pacto com a educação do seu estado pela produtividade, pelo mérito. As escolas mais bem aquinhoadas, no sentido de terem um bom resultado, são premiadas. Olhem que coisa maravilhosa! Que bom que o Ministro da Educação consiga implementar essa ação no Brasil, porque, infelizmente, os professores se negam a serem avaliados. Eles se negam a serem avaliados, Senador Paulo Paim, porque eles não querem, talvez, mostrar suas fragilidades. E nós não queremos avaliar professores para demiti-los; queremos para treiná-los e qualificá-los para que eles possam prestar um bom serviço à sociedade. Não há nada mais importante para um ser humano do que o seu filho.

Dentro dessa expectativa ou dessa perspectiva histórica, eu tenho defendido – e passei mais de dez anos na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados – que o Brasil precisa deixar de lado a ideologia no ensino, que não pode fazer da escola um campo de batalha ideológica ou política, que tem que privilegiar a proficiência, a qualidade, o resultado. No mundo todo onde a educação deu certo – ou pelo menos na maioria dos países –, o método de alfabetização é o fônico. Por que eu falo da alfabetização? Porque é a base. Ninguém vai aprender física, química, filosofia, sociologia, se não souber ler, escrever e fazer as quatro operações. Qual é a capacidade que se espera de um aluno na 8ª série do ensino fundamental? Qual é a proficiência? Então, esse problema é um problema que nós não estamos conseguindo superar, porque nós estamos privilegiando o corporativismo e pautas identitárias, que infelizmente não constroem.

Mais do que qualquer outro cidadão, nós defendemos que haja igualdade de oportunidades. O filho do rico e o filho do pobre, independentemente da cor de pele, de gênero, deverão necessariamente, no nosso país – e eu acredito que este é um consenso nacional –, ter a mesma oportunidade, o mesmo acesso a uma escola de qualidade. E quem, eventualmente, pelo seu mérito, se destacar que tenha a condição de ascender socialmente pelo seu próprio esforço.

Aquela poesia de Luiz Gonzaga, na década de 50, para mim cala fundo: "[...] [meu senhor] uma esmola a um homem que é são ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão".

O homem de bem no Brasil quer igualdade de oportunidades, e nós estamos aqui tratando da renovação de uma situação que, certamente, daqui a mais 10 anos, Senador Paulo Paim, V. Exa. – se Deus quiser, e o povo do Rio Grande do Sul entender dessa forma –, pelos seus méritos...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... V. Exa. estará de novo sentado aqui ao nosso lado, tratando de uma terceira renovação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Talvez esteja aqui como convidado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – V. Exa. está tombado como móvel e utensílio nesta Casa, V. Exa. faz parte aqui da história do Senado.

Quero dizer a V. Exas. que essa reflexão eu faço pelo sentimento que eu tenho de amor ao meu país. É muito cômodo, é muito conveniente fazer aqui o discurso que todos querem ouvir, dizendo: vamos nadar a favor da maré e da correnteza; vamos acomodar, porque, por mais que eu tenha um sentido ou uma visão diferente, eu vou me quedar à vontade da maioria.

Eu não tenho dúvida, Senador Paulo Paim, do mérito da proposta. Eu não tenho dúvida das boas intenções das Sras. Deputadas que aqui vieram. Eu não tenho dúvida de que no Brasil existe desigualdade, sim, e de que a população negra, infelizmente, pelo fardo histórico que carrega, tem uma porção maior de desigualdade, mas eu também, Senador Paulo Paim, pugno que essa não é a solução.

Nós estamos novamente nadando em círculos. Nós estamos aqui propondo uma situação que vai se exaurir daqui a dez anos sem fazer um *phase out*. Sem fazer uma espécie de faseamento desse processo, para que, ao longo do tempo, nós possamos corrigir o nosso sistema educacional para que – aí sim, de um V0, vamos começar a partir do ano de 2025 – os professores sejam treinados da forma adequada, vamos buscar uma alfabetização melhor, vamos permitir que as pessoas ao longo do tempo tenham acesso social diferenciado. E aí eu estarei vendo uma luz no final do túnel, mas, da forma como se apresenta o projeto, me parece que nós estamos dizendo o seguinte: para receber as benesses que o Estado porventura possa dar, para receber as condições de diferença que o Estado porventura possa dar, nós vamos trabalhar as políticas identitárias e vamos, desta forma, impedir que uma parte da população também tenha acesso, pelo seu mérito, a condições que o Estado está propiciando com esforço coletivo de toda a sociedade, entendendo que essa parte, especificamente os negros, precisam realmente ter uma ajuda, mas que seja faseada, para que nós tenhamos aí uma luz no final do túnel.

Então por isso, Srs. Senadores, como me parece sou o último a falar e, já que vamos ao voto para que possamos trabalhar o processo, eu quero anunciar, já de pronto aqui, a minha posição, eu vou votar contrário ao projeto, e vou pedir, logo após a proclamação do resultado – para não ser surpreendido e tal – , a verificação e a votação no painel.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Plínio, eu posso deixar V. Exa. para falar por último?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pode. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Deputados e Deputadas que estão aqui acompanhando, sobretudo, este Projeto de Lei 5.384, de 2020, que altera a Lei de Cotas, eu estava na Comissão de Meio Ambiente, depois na Comissão de Assuntos Sociais e, quando adentrei esta sala, eu fui saudada pela fala do Senador Rogerio Marinho.

Senador, eu não sei qual é a sua profissão, mas a minha é professora. Ao ouvir o senhor dizer o que o senhor disse sobre os professores, para mim, é inadmissível ficar calada.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu ia até falar sobre o mérito do debate, sobre o mérito da proposta, mas não posso deixar de fazer esse aporte, porque, se existe uma área, Deputada Maria do Rosário, que interessa a todo mundo e em que todo mundo se dá o direito de dar opinião, de criticar, de contribuir, é a educação. E, ao criticar a educação, as piores e mais drásticas críticas recaem sobre os professores e as professoras.

Ninguém se lembra, ou talvez se lembre, da sua professora de alfabetização. Certamente foi uma mulher, certamente utilizou vários métodos de alfabetização na sua criatividade, no seu desejo de fazer com que todos aprendessem. Porque é este o nosso desejo, é esta a nossa missão, Senador: que todos aprendam, que todos saiam da escola dotados daquilo que lhe é de direito, o acesso ao conhecimento historicamente construído.

Hoje – eu falei sobre isso ontem no Plenário – as políticas de valorização do magistério são muito difíceis de serem encaminhadas pelos órgãos, pelos municípios, pelos estados. Basta dizer ao senhor que o que foi votado aqui no ano passado, a política aberta de terceirização de serviços públicos, atingiu em cheio a área da educação. Vários municípios, vários estados têm na sua rede a maioria de professores com contratos temporários, o que não lhes dá acesso à carreira, não lhes dá acesso a essa avaliação, a que nós não somos contra...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... desde que ela não seja a meritocracia pura e seca, para dizer um ranqueamento de escolas, mas que seja uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avaliação de desempenho, sim – nós não somos contra isto –, incorporada ao desenvolvimento na carreira, dos planos de cargos e carreira.

Eu quero dizer a V. Exa. que a nossa tarefa, a nossa missão talvez seja, ao mesmo tempo, a mais importante na vida de uma sociedade, porque a educação é uma política pública das mais importantes na vida de uma sociedade e, ao mesmo tempo, a que requer maior atenção do poder público. Deveria ser, como no Japão, por exemplo, que nem tem Dia do Professor, não tem no calendário do Japão o Dia do Professor, porque todos os dias são considerados dia do professor e da professora.

Em relação ao mérito, somos nós que estamos verificando isso na sala de aula, porque o estudante não chega à sala de aula vazio, não chega à sala de aula sem os determinantes da sua vida, sem os determinantes da sua organização familiar, sem os determinantes do seu ambiente social, e a educação precisa considerar isso, sim.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Um dos fatores mais importantes na aprendizagem, Senador, é a contextualização. Isso não é fazer ideologia. Isso é escolher um método, é escolher uma metodologia, é escolher uma abordagem curricular, é organizar um projeto político-pedagógico que dê conta dessa diversidade que nós recebemos na escola em um momento de grande crise da autoridade familiar – grande crise. É a escola que assume, inclusive, outras dimensões, outras atribuições, outras missões que antigamente não lhe eram dedicadas.

Articulação entre escola e família, articulação entre escola e comunidade são fatores muito importantes e que interferem, sim, na boa aprendizagem. Ninguém quer reprovar aluno, pelo contrário. É um fracasso da gente quando a gente precisa reprovar um aluno. Então, eu gostaria que a gente, ao analisar essa proposta, pudesse analisá-la no contexto do que é a negação de direitos da população negra, indígena e quilombola e, ao mesmo tempo, da afirmação de direitos constantes na Constituição, em que a educação é um direito básico.

Nós discutimos, neste ano já, na Comissão de Educação, questões relativas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... à segurança nas escolas, questões relativas à organização curricular, questões relativas à valorização profissional, questões relativas ao Plano Nacional de Educação que vai chegar para esta Casa apreciar. E o sujeito principal de tudo isso é o estudante sem sombra de dúvida. É para ele que tudo deve caminhar, para o objetivo principal.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas o objeto, o instrumento principal para esse objetivo ser alcançado é o professor e a professora bem formados, bem remunerados, com condições de trabalho, avaliados, avaliado o seu desempenho, sem sombra de dúvida, mediante plano de cargos e carreiras que possa estimular o professor e a professora a novos níveis de aperfeiçoamento, a novos níveis de graduação para cada dia exercer melhor a sua função, o seu papel.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Viva aos professores! Viva às professoras!

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Viva!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senadora Zenaide...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Art. 14. Art. 14. Art. 14. Eu fui citado nominalmente e preciso falar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra a V. Exa. com base no art. 14 do Regimento Interno.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para explicação pessoal.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu passei dez anos na Comissão de Educação. Está aqui ao meu lado a Profa. Maria do Rosário, que estava comigo lá. A gente fez vários debates – vários. O Ministro, na época, era Fernando Haddad.

A senhora perguntou qual é a minha profissão. Eu sou economista, mas fui professor também. E sou brasileiro, eu posso opinar a respeito da educação, sou pai, tenho quatro filhos. Eu sou Senador da República, como a senhora é, eu tenho todo direito de opinar a respeito da educação.

E a educação no Brasil, me desculpe, é uma lástima. Basta a senhora compulsar os dados no Google. Veja aí qual é a posição do Brasil no teste PISA de proficiência educacional quando se compara com outros países no mundo. Nós estamos nos últimos lugares. Isso é resultado de quase 40 anos de ideologia aplicada à educação brasileira. Eu passei dez anos na Comissão da Educação brigando contra isso.

Eu fui alfabetizado, Srs. Senadores, no método silábico; eu aprendi a ler numa cartilha: "Vovô viu a uva". Os países que dão certo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... na educação evoluíram para o fônico. Aqui, no Brasil, tem um tal de construtivismo globalista freiriano. O resultado daí é analfabetismo funcional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não conseguimos educar os nossos alunos não é por causa dos professores, não; é por causa da formação que eles recebem das universidades, que priorizam a educação política para formarem agentes políticos em vez de formarem professores alfabetizadores. E quem está perdendo com isso é o Brasil. Esse discurso corporativista atrasa o país.

Quando os professores são confrontados com a necessidade de serem avaliados, não é para serem demitidos, não; é para serem melhor qualificados.

Não há nada mais importante para um cidadão brasileiro do que o seu filho. Você não procura um médico que não tenha boa proficiência para cuidar da saúde da sua criança. Da mesma maneira, você não procura uma escola que não tenha bons resultados.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Para concluir.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Nós precisamos deixar de lado a questão ideológica nesse processo. Por favor, vamos pensar no Brasil, vamos deixar de lado as nossas posições de direita e de esquerda. Proficiência na educação... É inequívoco o problema educacional brasileiro. Quem fala contra isso... O pior cego é o que não consegue enxergar. O Brasil está doente. E, para ele ficar bom de verdade, tem que combater o corporativismo que é representado por esse atraso sindical dentro da máquina...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... pública das escolas e, infelizmente, das privadas também no Brasil como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo Senador escrito é a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e colegas Senadores, eu vou me deter aqui na política de cotas, de que eu sou a favor.

Não tem como não ter. É simples dizer que é só estudar. Ofereça oportunidades. Os negros deste país, quando saíram da escravidão, foram para as periferias, para os morros, e a sociedade brasileira deve, sim, essas cotas. Não é fácil... É simples. Eu vou dizer: com minha neta ou o meu neto, um transporte para levar à escola, outro para trazer, um nutricionista, um psicólogo... E esse pessoal vai concorrer, muitas vezes tomando no máximo um copo de café com pão, pegando um, dois ônibus, em uma escola que tem greve, como foi falado... E por que tem greve, gente? Porque a educação, no que a gente tem que ter esse olhar nesta Casa, é um investimento, e é só olhar no Orçamento. Olhem o orçamento da educação. Ninguém aqui senta para discutir por que o sistema financeiro fica com quase 50% do Orçamento deste país, e a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mendiga 4% para a educação. E nós não temos como negar que esta nação deve, sim, a esses que foram discriminados durante anos. Então, é dizer assim: as cotas têm que ser prorrogadas, sim!

Era isso que eu queria dizer, Sr. Presidente.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Presidente, é só um aparte para registrar aqui a presença do Presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara Municipal de João Pessoa, capital da minha Paraíba, até porque o Senador Paulo Paim se interessou por saber de quem se tratava e o esclareço.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Seja bem-vindo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É com muito carinho... É porque eu quero citar toda a Mesa quando eu falar e eu não ia deixar ele fora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Era no art. 14, mas positivamente. (*Risos.*)

Senador Plínio Valério, o último orador inscrito para a discussão da matéria.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para discutir.) – Presidente, eu pedi de novo para falar porque eu ouvi atentamente aqui o Paim, o Girão, o Sergio Moro, o Marcos Rogério, o Seif, o Oriovisto, a Senadora Augusta, o Marinho, ouvi agora a Senadora Teresa Leitão e a Senadora Zenaide. As Senadoras Zenaide e Teresa Leitão se referem sempre a negros, indígenas e quilombolas.

Eu vejo aqui... Leio novamente o que é ser mestiço. A gente está defendendo muito negros, quilombolas, indígenas e quem nasceu fruto de uma mãe negra, de um pai quilombola? E quem nasceu dessa mistura, que é o mestiço, e não está reconhecido aqui?

A nossa luta tem sido, Senadoras, para incluir os mestiços nessas cotas, nessa redação, porque nós temos pessoas, no Brasil inteiro, que se dizem e reconhecem mestiças. Então, a gente fala aqui em pardos, negros, indígenas e quilombolas. Eu sou filho de indígena com cearense. Então, a minha luta tem sido essa. Eu chamo de luta porque está demorando.

A gente construiu um acordo na esperança de que, na lei complementar, nós possamos avançar. Eu queria, de todas vocês, de todos vocês que concordam que o Brasil é uma miscigenação, que nos ajudassem nesse caminhar até o Plenário.

A Deputada Dandara está aqui, foi a Relatora, a Deputada Maria do Rosário, esta aqui, que é a autora. Tudo o que eu quero e peço é em nome dos mestiços, que a gente consiga incluí-los para que eles voltem a existir. Os mestiços estão se sentindo exterminados porque não veem, em lugar nenhum, o mestiço. E se a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente abrir, em qualquer enciclopédia, em qualquer lugar, a gente vai ver a definição de mestiço. Permita-me, Presidente, dizer que mestiços são pessoas que descendem de duas ou mais etnias diferentes, possuindo características de cada uma das etnias e povos de que descendem. Pode-se citar como exemplo pessoas que tenham antepassados pretos e brancos, asiáticos e brancos, negros e ameríndios, mistura muito comum nos países da América Latina. Mas ninguém os reconhece.

A maioria falou aqui no reconhecimento de que somos mestiços, de que somos frutos de miscigenação. Então, eu peço – a gente fez um acordo para que possa tramitar, Paim, para que a gente possa sair da CCJ – à Relatora na Câmara, Deputada Dandara, que nos ajude nisso, à autora, Maria do Rosário, que nos ajude, o Paim. É simplesmente arrumar uma maneira de colocar mestiço, para que eles voltem a existir, para que eles não sejam exterminados. Você não pode os exterminar, como o IBGE fez, tirando o mestiço da pesquisa. Você não pode exterminar uma etnia, um povo que se julga, que se acha mestiço, e simplesmente passar a não existir mais. Estou aqui diante de um representante do MEC, também.

Acredito sempre que, na lei complementar, na construção desse processo, na discussão dos ministérios com a Universidade do Amazonas, se possa chamar o mestiço para essa discussão, que nós possamos evoluir. Tudo o que eu quero, Presidente – e o Paim entendeu –, é o reconhecimento dos mestiços, é arrumar alguma maneira de que se acrescente aqui.

Nós falamos de pardos, de negros, de indígenas e de quilombolas. Todo mundo só fala assim. Quando não fala, é indígena e negro, ou, então, negros e quilombolas e indígenas. É um pedido que eu faço. É uma luta que eu tenho em nome de fazer justiça. Me ajudem a fazer justiça a um povo que está se julgando injustiçado, achando que foi exterminado por uma caneta, por uma palavra, por uma lei.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está encerrada a discussão.

O Senador Paim pediu...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Questão de ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Eu aprendi, ao longo desses 40 anos, que projeto bom é projeto aprovado dentro da construção que a gente possa fazer.

Então, rapidamente, Presidente, eu queria, primeiro, cumprimentar a Mesa, o Presidente Davi Alcolumbre, o nosso querido, também Senador, queridos, ambos, Eduardo Gomes e Efraim Filho, e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Thiago Lucena, que é um Vereador que muito bem representa a sua cidade e, com certeza, aqui, o seu estado.

Presidente, ao longo das falas de todos os Senadores, cada um expressou seu ponto de vista, e assim é a democracia. E assim a gente aprendeu a respeitar esse caminhar. Nessa visão, Presidente, eu tenho também um enorme respeito pelo Senador Oriovisto, e uma das questões que ele perguntou diretamente a mim foi por que a lei era permanente se nós entendemos que pode ser revista todo ano e, na verdade, atualizada de dez em dez anos. Eu só queria dizer ao meu grande amigo e um dos parceiros nessa caminhada, ao Oriovisto, que não é contra a política de cotas, que eu me lembrava aqui de que nos Estados Unidos houve a política de cotas durante 60 anos. Mas houve um momento – Senador! Presente, meu querido Ministro do Tribunal de Contas – em que a Suprema Corte entendeu que era a hora adequada para suspender a política de cotas e assim foi feito.

Eu só diria a ele que tem lógica o que ele fala e que, nesses momentos dessa revisão, nós poderemos também chegar na hora de acabar com a política de cotas, porque eu digo sempre, Presidente, que política de cotas não é para toda a vida de todos; e ela é transitória. Por isso que tem essas revisões, agora uma vez por ano e, mais propriamente dita, de dez em dez anos.

E eu espero, sonho, Senador Rogerio Marinho, mas sonho muito, que, daqui a dez anos, a gente venha para uma reunião dizer que o Brasil não precisa mais de política de cotas, como foi nos Estados Unidos.

É claro que não quero alongar essa fala, mas vou me dirigir aqui ao Senador Rogerio Marinho. Meu querido Líder da Oposição, eu falei com muitos e muitos Senadores e eles me disseram: "Olha, Paim, eu tenho uma posição contrária, mas não vou complicar e vamos aprofundar mais o debate no Plenário". Eu sei que o Senador Rogerio Marinho não quer complicar e ele, de forma muito elegante, fez aqui a defesa do seu ponto de vista, mas encerrou, e aí me preocupou, pedindo votação nominal.

Eu queria fazer um apelo para ele, por tantos acordos que já fizemos e vamos fazer tantos outros, pode ter certeza, nas discussões que faremos...

V. Exa. mesmo me procurou, porque, como meu sou Relator da questão sindical lá na Assuntos Sociais... Vamos dialogar até construir o acordo. Acho que é possível, como é possível aqui, nós votarmos simbolicamente, sem prejuízo daqueles que legitimamente entenderem – legitimamente! – levantar o braço e votar contra.

É esse o pedido, Sr. Presidente. Eu sei que o Presidente Davi Alcolumbre tem essa mesma visão, e ele deve estar dizendo: "Paim, encerra o mais rápido possível". Tu vais ter oportunidade de falar no Plenário. Então, é esse o pedido que eu faço carinhosamente, respeitosamente.

Permita que eu diga isto, Presidente: na vida pública, eu aprendi a votar com a razão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... mas também com o coração. E eu estou pedindo, de coração, para a V. Exa. que a gente aqui vote simbolicamente e aprofunde o debate no Plenário.

É isso, Presidente.

Obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não temos mais Senadores inscritos para discutir a matéria. Está encerrada a discussão.

Vamos colocar em votação o relatório apresentado pelo Senador Paulo Paim.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado com o voto contrário do Senador Plínio Valério e do Líder Rogerio Marinho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, meu grande respeito aos dois Líderes Plínio Valério e Rogerio Marinho, que concordaram com a votação simbólica, e, no Plenário, o debate continua.

Quero dar uma salva de palmas ao Senado se me permitir. (*Palmas.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – O Girão registrou também o voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente.

Eu queria... Vou concluir aqui o resultado e vou fazer uma pequena manifestação.

Aprovado o relatório com os votos contrários do Senador Plínio Valério, do Senador Rogerio Marinho e do Senador Eduardo Girão, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e contrário às Emendas nºs 1 e 2.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, apenas uma breve contextualização.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não, Líder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Primeiro, o Senador Marcos Rogério me pediu também para contabilizar o voto dele contrário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Registro, em ata, o voto contrário do Senador Marcos Rogério.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Bom, primeiro, quero dizer a V. Exa. que esta é a Casa do debate e é importante que as visões díspares, diferentes em relação ao país, à sociedade possam ser cotejadas aqui para que nós possamos aperfeiçoar as leis, melhorar a relação entre as pessoas. Então, eu comecei a minha fala me dirigindo ao Senador Paulo Paim, porque, de fato, independentemente de qualquer outra situação, eu reconheço a firmeza de propósitos e a sua visão, eu diria, acolhedora da sociedade. Nós discordamos em relação a uma série de pontos, mas concordamos que é necessário que o debate seja estabelecido nas bases, como aconteceu aqui, há pouco.

Quero, inclusive, registrar aqui a minha situação de ter sido um pouco mais enfático com a Senadora Teresa. Peço a ela até perdão se tiver sido um pouco mais incisivo, mas quero dizer que essa é uma luta, Senadora, de mais de 12 anos. Eu estive ao lado de Maria do Rosário, que está do meu lado, na Comissão da Educação, sempre defendendo isso, ou seja, que nós tenhamos igualdade de oportunidades e que a educação brasileira, de fato, se dispa do viés ideológico, porque isso prejudica, na minha opinião, o país.

Dito isso, Senador, eu reconheço a necessidade de se darem suportes, alavancas à população mais desfavorecida do ponto de vista social e histórico. O meu desconforto é que essa política está se tornando permanente, e a gente não tem um *phase out*, não tem uma curva ou um degrau para que isso, em algum momento, possa se exaurir, porque o que nós precisamos é que a sociedade, em algum momento, dê igualdade de oportunidade à sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tenho alguns...

Obrigado.

Queria agradecer ao Líder Senador Rogerio Marinho, registrar, Senador Paim, o apelo que V. Exa. fez, público, aqui na Comissão e que, de fato, sensibilizou todos os Senadores, mas eu preciso registrar também o papel relevantíssimo do Senador Plínio Valério, que foi um Senador que, desde o início, iniciou uma posição contrária com a sua manifestação em relação a um fato concreto, e V. Exa. fez essa interlocução com vários atores do Governo. Então, quero agradecer ao Senador Rogerio Marinho pelo gesto, mas fazer o registro do Senador Plínio Valério, que está discutindo essa matéria com V. Exa. há alguns dias e que foi sensível ao apelo de V. Exa.

Concedo a palavra, pela questão de ordem, ao Senador Veneziano Vital do Rêgo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Presidente, na verdade, não é uma questão de ordem; era para, perguntando a V. Exa., ter a resposta no tocante aos próximos itens, por força de um pleito que eu gostaria de colocar à sua apreciação, uma inversão do item 5, para que, em sendo possível e não gerando qualquer tipo de dificuldade para com os nossos pares, pudéssemos tratar sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Veneziano, só aproveitando essa oportunidade, tem uma solicitação também da Senadora Ana Paula para inversão da matéria. Então, eu vou atender V. Exa. e a Senadora Ana Paula em relação à inversão de votação do item 5 e do item 11, mas, antes, eu vou colocar um requerimento de audiência pública em votação.

EXTRAPAUTA

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 35, DE 2023

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a PEC 45, de 2023, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco,

Autoria: Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a PEC 45, de 2023, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco, que altera o art. 5º da Constituição Federal, para prever a criminalização da posse e do porte de entorpecentes e drogas afins sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

São vários convidados.

Eu coloco em votação o requerimento de audiência pública.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a audiência pública e fica determinado o dia 31 de outubro, na próxima terça-feira, às 14h.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente, pela ordem.

Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, nós falamos tanto aqui em reparação histórica, e eu me permito voltar ao meu assunto da relatoria da PEC, da PEC que limita o mandato de Ministro do Supremo.

O senhor me falou que em 14 dias teria um Relator. E vamos fazer essa reparação histórica também. Dê-me o nome do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Na verdade, Senador Plínio Valério, V. Exa... O Senador Rodrigo Pacheco solicitou que V. Exa. construísse um diálogo com o Presidente Rodrigo, para chegar a um Relator que pudesse construir um texto de consenso com os Senadores. Então, eu estou aguardando o Presidente Rodrigo fazer a reunião com V. Exa. para que V. Exas. decidam quem será o Relator.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu vou procurá-lo hoje. Eu já conversei, já passei dois nomes para o Presidente Rodrigo, dois nomes que aceitaram fazer. Eu acho que vamos chegar ao consenso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O nome que V. Exas. indicarem este Presidente acatará.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vamos tentar fazer isso hoje, Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, me permita, que eu já devia ter pedido...

Como o MEC me alertou, eles estão com um problema para regulamentar a matéria em tempo hábil para entrar em vigor a partir de janeiro e fevereiro. E eu faria um apelo se nós pudéssemos mandar com urgência para o Plenário, sem prejuízo das nossas conversas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. quer...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Nós precisamos de alguns dias, que esse regime urgente urgentíssimo não seja hoje, terça-feira. A gente precisa de alguns dias...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, eu mando, eu faço... Vamos fazer um acordo? Eu mando o projeto de lei para a Mesa sem nós votarmos o requerimento de urgência, e a Mesa aguardará uma semana para essa construção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Sem a urgência. Está bom?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É para dar tempo de eles construírem o acordo de redação e a regulamentação, não é isso?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Foi o entendimento, Líder, que foi construído.

Deixem-me aproveitar a oportunidade enquanto nós temos vários Senadores aqui.

Eu fui informado pela Secretaria da Comissão de que o Presidente Rodrigo Pacheco, 9h da manhã, anunciou, numa entrevista coletiva à imprensa – não entendi direito como foi, mas eu preciso fazer esse anúncio –, que ele convocou esforço concentrado para a próxima semana com a presença física dos Senadores no Senado Federal.

Já que ele convocou o esforço concentrado com a presença física dos Senadores, eu, como Presidente da Comissão, informo ao Plenário que, na semana que vem, nós não teremos deliberação de matérias. Eu vou aproveitar o esforço concentrado determinado pelo Presidente Rodrigo Pacheco e nós vamos fazer a sabatina das três autoridades indicadas para o Superior Tribunal de Justiça que estão pendentes de deliberação, aproveitando o quórum qualificado do esforço concentrado, para que a gente possa deliberar as indicações para o STJ com esse quórum elevado determinado pelo Presidente Rodrigo Pacheco como uma semana de esforço concentrado para deliberação de autoridades. Então, na semana que vem, a nossa reunião vai começar 9h da manhã com os três indicados para a sabatina para o STJ.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Terá a audiência extraordinária, a sessão extraordinária para apresentação do relatório da reforma tributária pelo Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu estou aguardando o Senador Eduardo Braga, que ficou de falar com esta Presidência, para nós fazermos a deliberação da sabatina de autoridades, de 9h da manhã às 14h. Dependendo do Relator da reforma tributária, o Senador Eduardo Braga, nós poderemos fazer uma sessão extraordinária da Comissão, com um único item, para apresentação do seu relatório na própria quarta-feira, dia 25, às 14... Mas eu estou aguardando o Relator. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Projeto de lei nº 4.086...

Senador Veneziano, só um minuto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nobre Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Antes de passar a palavra a V. Exa., vou passar ao Líder Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente Davi Alcolumbre.

Só gostaria de colocar para V. Exa. que existem outros nomes indicados para o Conselho Nacional de Justiça. Eles não poderiam ser sabatinados também na próxima semana?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder Otto, nós vamos fazer uma a reunião de sabatina para o STJ e vamos organizar a próxima reunião de sabatina do CNJ e do CNMP juntos, de todos os indicados.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ah, então fica restrito só ao...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só ao STJ.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não, Líder Eduardo.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Alguma possibilidade de reunião extra para outro tema, não? Porque eu queria solicitar a V. Exa., logo em seguida, na sessão subsequente, a análise do relatório da PEC 10, da valorização do tempo de magistratura. Se não for nesta semana que vem, na outra.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vai ser na outra semana, após o feriado, que nós teremos uma reunião da Comissão.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Então, gostaria de solicitar a V. Exa. a inclusão, em pauta, dessa matéria nessa sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Da PEC 10?

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Na primeira semana após o feriado.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – E também, Presidente, quero reforçar o pedido com relação à PEC da Justiça militar, de que o General Mourão é o Relator. Houve o acordo, concordou-se com o acordo. Então, há uma expectativa. Se V. Exa. puder colocar...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Verdade.

Nós vamos incluir as duas matérias na primeira semana após o feriado.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vai ser o 11... Não, vai ser o 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 4086, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a gratificação por exercício cumulativo de ofícios dos membros da Defensoria Pública da União e dispõe sobre a sua interiorização.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao Projeto.

A autoria é da Defensoria Pública da União.

Concedo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente, muito rapidamente, sem que os companheiros e companheiras percam de vista a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

absorção em relação ao que nós estaremos a relatar, mas para que também tenhamos – essa é a nossa compreensão – as demais outras discussões ainda deliberadas nesta manhã, início de tarde.

À análise, Sr. Presidente, se V. Exa. permite.

Nos termos do nosso art. 101, cabe a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade dos temas que lhe são submetidos.

O inciso II do mesmo dispositivo regimental confere a esta Comissão atribuição para emitir parecer quanto ao mérito de matérias de competência da União, como esta proposta que ora nós examinamos.

O art. 134 da Constituição confere à DPU competência para apresentar ao Congresso Nacional projeto de lei – que assim o faz – dispondo sobre a remuneração de seus membros, em simetria com o art. 96, inciso II, alínea "b", atribuindo aos órgãos superiores do Poder Judiciário competência da mesma ordem. Como vimos, a autoria do projeto em exame atende a esse requisito constitucional.

Ainda na seara constitucional, destaquemos que a Lei Maior, no *caput* de seu art. 134, qualifica a Defensoria Pública como instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado. O art. 98 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, por sua vez, estabelece que o número de defensores públicos na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à respectiva população, além de ter firmado prazo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... encerrado no ano passado, para que a União, os Estados e o Distrito Federal contem com defensores públicos em todas as suas unidades jurisdicionais.

Podemos concluir pela constitucionalidade formal e material do PL 4.086, deste ano.

O exame da juridicidade do projeto aponta para sua plena capacidade de inserção harmônica no ordenamento jurídico, sem arestas ou contradições com outros diplomas legais.

No plano da regimentalidade e da técnica legislativa, não identificamos objeções ao seguimento da tramitação desta proposta.

Quanto ao mérito, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, somos favoráveis ao projeto. A DPU desempenha um papel indiscutivelmente fundamental para o Estado de direito e para a proteção dos direitos humanos. Com efeito, suas atribuições de orientação jurídica e representação judicial e extrajudicial gratuita a todos os necessitados fazem do trabalho das Sras. e dos Srs. Defensores Públicos Federais instrumento para a expressão concreta de garantias e direitos individuais, como a inviolabilidade do direito à vida...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, expressamente reconhecidos em nossa Carta Maior.

O poder público da União deve sempre garantir à DPU os recursos materiais necessários para o exercício de suas relevantes funções institucionais. Isso inclui, evidentemente, as condições de atuação dos defensores públicos federais, que devem ter remuneração condizente com as responsabilidades e exigências do cargo, em linha com as demais carreiras do serviço público federal. A proposição que nós estamos a debater segue essa orientação, disciplinando a gratificação pelo exercício cumulativo de ofícios no âmbito da DPU, bem como o pagamento de diárias quando a atuação defensor público federal assim exigir no tocante a deslocamento a localidades diversas daquela onde exerce habitualmente suas atribuições.

Quanto à conformidade financeira e orçamentária – é bom que aqui nós ratifiquemos –, o art. 169, em seu §1º, da Constituição estabelece que a atribuição de qualquer benefício ou elevação de salário apenas pode ser concretizada mediante uma alocação orçamentária antecipada, suficiente para cobrir as estimativas de gastos com pessoal e os incrementos subsequentes. Além disso, deve existir autorização explícita na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Respeitando o preceito constitucional, o art. 116 da Lei 14.436, de 2022 (LDO de 2023), que delineia os princípios para a formulação e realização da Lei Orçamentária de 2023, permite unicamente a atribuição de benefícios ou elevações salariais e modificações de estrutura de cargos dentro dos parâmetros orçamentários incluídos em um anexo detalhado, senhoras e senhores, específico da Lei Orçamentária deste ano. Estes valores devem estar inclusos na programação orçamentária...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... e alinhados aos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Segundo a Defensoria Pública da União, conforme análise exarada na Nota Técnica nº 1, o impacto da medida seria de R$8,6 milhões em 2023, R$9,6 milhões em 2024 e R$9,8 milhões em 2025, com impacto anualizado em 2023 de R$9 milhões. Por sua vez, o requisito do art. 169 da nossa Constituição e do art. 116 da LDO está atendido pela Lei 14.535, de 17 de janeiro de 2023 (LOA deste ano), a qual, em seu Anexo V, prevê explicitamente, em seu item "4.3 PL nº 7.836, de 2014 - Institui a gratificação por exercício cumulativo de ofícios e de função administrativa dos membros da Defensoria Pública da União e dá outras providências", a autorização para aumento de despesa no valor de R$10.005.258 para o exercício e anualizado, valor suficiente para abarcar os impactos descritos na citada nota técnica.

Assim, Sr. Presidente, já concluindo, observamos que os fundos aprovados na LOA 2023 são adequados para o impacto previsto e seus efeitos no orçamento anual, mantendo-se a conformidade com o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal e com o art. 115 da LDO de 2023, fatos que comprovam a adequação financeira e orçamentária da presente matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nosso voto.

Diante do que nós expusemos, nós sugerimos e pedimos a compreensão, através de votos, pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PL 4.086, deste ano, e, no mérito, pela sua aprovação, Senador Presidente Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Presidente Veneziano.

Em discussão, a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir.

Está encerrada a discussão.

Em votação, os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O projeto está aprovado.

O relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, é favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Tem duas matérias da Senadora Ana Paula, que é o item 11 e o item, Senador Styvenson...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Item 14.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Item 14.

Então, nós vamos fazer os dois projetos agora, Senadora Ana Paula: o 11, que é prioridade de V. Exa.; e o 14, que é prioridade dos Senador Styvenson.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 1821, DE 2021

- Não terminativo -

Regula a profissão de sanitarista.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

Autoria da matéria: Deputado Federal Alexandre Padilha.

Concedo a palavra à Senadora Ana Paula Lobato, para proferir o seu relatório.

V. Exa., inclusive, como já está disponibilizado o relatório, poderia ir direto ao voto.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MA. Como Relatora.) – Presidente, a matéria abrange a competência da União para legislar privativamente sobre direito do trabalho, podendo a iniciativa partir de qualquer membro do Congresso Nacional, nos termos do art. 22, inciso I, da Constituição Federal.

Não encontramos no projeto vícios de injuridicidade, tampouco óbices regimentais ao prosseguimento da análise da matéria.

No mérito, entendemos que o PL nº 1.821, de 2021, é conveniente e oportuno.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, as atribuições do sanitarista incluem planejar, coordenar e avaliar ações de saúde; definir estratégias para unidades e programas de saúde, além de coordenar interfaces com entidades sociais e profissionais. O referido profissional também é responsável pelo exercício de atividades nas áreas de epidemiologia, ciências sociais e políticas públicas de vigilância sanitária.

Os sanitaristas fazem levantamentos de dados de saúde, diagnósticos e vistorias, planejamento de políticas públicas, informes e boletins. Podem atuar em ouvidorias, educação popular e comunicação, promoção e informação em saúde.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MA) – Por isso, o sanitarista é fundamental para o SUS, contribuindo para sua consolidação e seu desenvolvimento.

A atividade dos sanitaristas é fundamental para a melhoria dos indicadores de saúde em nosso país. O aporte crescente de recursos para o tratamento dos doentes e a manutenção dos hospitais, por si sós, não resolvem os problemas da área de saúde se os cidadãos brasileiros se encontram em condições de insalubridade, submetidos ao risco de endemias e epidemias que realimentam as filas de atendimento do SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O melhor tratamento de saúde é a prevenção. A simples disponibilidade de água potável e de esgotos sanitários pode reduzir substancialmente as doenças e as demandas pelos serviços de saúde. Para que tudo isso seja possível, é necessário o acompanhamento de profissionais competentes, com a formação adequada.

Ressalte-se, ainda, que a imposição de restrições ao exercício do trabalho deve ser excepcional, aplicável apenas a algumas profissões que se caracterizam por seu campo de atuação particularmente sensível. Em contraponto, no que toca à maioria das atividades profissionais, deve reinar ampla liberdade.

Nesse sentido, encontra-se presente o interesse público na regulamentação da profissão de sanitarista, tendo em vista a existência de razões diretamente vinculadas à segurança e à saúde pública da sociedade como um todo.

Cremos que a regulamentação das atividades dos sanitaristas servirá como estímulo substancial para que mais profissionais busquem esse ramo de atividade e se especializem.

A regulamentação da atividade é, nesse sentido, um dos fatores fundamentais para o sucesso das iniciativas sanitárias.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.821, de 2021. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria. Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não, Líder, pela ordem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sem querer subverter aqui os trabalhos, mas existe um projeto que já está, há várias reuniões, na CCJ e que trata da criação de cargos de provimento efetivo, de cargos em comissão e funções comissionadas nos quadros permanentes do Superior Tribunal Militar e das auditorias da Justiça Militar. Eu sou o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço a V. Exa., se for possível e não houver nenhum óbice...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós vamos fazer a inversão, como nós estamos atendendo vários Senadores que estão presentes.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós vamos fazer esse segundo projeto, que é o item 14 da pauta, relatado pela Senadora Ana Paula, que é priorizado pelo Senador Styvenson; nós vamos fazer o relatado pelo Senador Eduardo Gomes; nós vamos fazer o relatado pelo Senador Marcio Bittar; e nós vamos fazer o de V. Exa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) –

ITEM 14

PROJETO DE LEI N° 1713, DE 2022

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever prazo maior em representação criminal em contexto de violência doméstica.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta; pela aprovação da Emenda nº 2; pelo acolhimento parcial da Emenda nº 3, nos termos da subemenda que apresenta; e pela rejeição da Emenda nº 1.

Observações:

- Em 12/09/2023, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Carlos Viana, e a Emenda nº 2, de iniciativa do Senador Fabiano Contarato;

- Em 13/09/2023, foi recebida a Emenda nº 3, de iniciativa do Senador Hamilton Mourão;

- Votação nominal.

Informo aos Senadores que a votação desta matéria é nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Ana Paula, para proferir o relatório.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MA. Como Relatora.) – Presidente, peço licença para partir diretamente para a análise.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MA) – A matéria abrange a competência da União para legislar privativamente sobre direito penal, podendo a iniciativa partir de qualquer membro do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 22, inciso I, e 61 da Constituição Federal.

Não encontramos no projeto vícios de inconstitucionalidade ou de injuridicidade, tampouco óbices regimentais ao prosseguimento da análise da matéria.

No mérito, entendemos que o Projeto de Lei nº 1.713, de 2022, de fato, merece a oportuna aprovação. O prazo de seis meses para a decadência do direito de queixa ou de representação atualmente existente no art. 103 do Código Penal não vem se demonstrando bastante para proteger as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Como ressaltado pelo autor da proposta, o prazo atualmente existente para a representação da vítima não é suficiente quando comparado ao próprio ciclo da violência sofrida. A mulher vítima de violência doméstica pode levar meses e, em grande parte dos casos, anos até que consiga romper o ciclo de agressões, sendo que muitas vezes precisará de amparo para reconstruir a vida não só no sentido emocional, mas também material.

Estamos de acordo com o autor da proposição quando assevera que o ciclo de violência poderá durar anos, tratando-se de termo desproporcional ao tempo estabelecido pela lei penal, para que esta vítima assimile o que aconteceu consigo e decida, com consciência, acerca do direito de representar contra o agressor. Assim, dobrar o prazo atualmente de seis meses para a representação nos parece bastante razoável.

Informo, por oportuno, que diversos crimes cometidos contra vítimas de violência doméstica e familiar podem ser atingidos por essa alteração legislativa, a exemplo de delitos de ameaça, perseguição, violência de correspondência comercial, divulgação de segredo, invasão de dispositivo informático, entre outros, pois se procedem mediante representação da vítima no prazo de seis meses, após conhecimento da autoria.

Pelo exposto, temos que o Projeto de Lei nº 1.713, de 2022, de fato, deve ser urgentemente aprovado.

Partindo para a análise das emendas apresentadas, não acolheremos a Emenda nº 1 da CCJ, uma vez que a expressão "gênero" é mais técnica que a expressão "sexo". Ressalta-se, inclusive, que a expressão "gênero" é utilizada em diversos dispositivos pela própria Lei Maria da Penha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por sua vez, acolheremos as Emendas nºs 2 e 3, desta CCJ, as quais, no nosso entendimento, aperfeiçoam a redação do PL.

No que tange à Emenda nº 2, da CCJ, de autoria do Senador Fabiano Contarato, alteraremos a redação dada ao parágrafo único do art. 103 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, na forma do art. 1º do PL. Assim, ao termo "no contexto de violência doméstica", deve ser acrescentada a expressão "e familiar". Ademais, usaremos a expressão "contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime", que já é empregada no *caput* do art. 103 do referido código.

No mesmo sentido, acolheremos a Emenda nº 3, da CCJ, de autoria do Senador Hamilton Mourão, que confere celeridade e prioridade na tramitação processual, e isenta, em todos os graus de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas, salvo em caso de má-fé, todas as ações judiciais envolvendo violência contra a mulher, tendo ou não resultado morte, dentro ou fora do ambiente familiar ou doméstico.

Em relação a esta emenda, faz-se necessário apenas um pequeno ajuste, a fim de estabelecer que as isenções serão apenas à vítima e, em caso de morte, à sua família.

Por fim, apresentaremos emenda, ao final, para alterar o art. 38 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, que também trata do prazo do direito de queixa ou de representação, de forma a adequá-lo às modificações que estão sendo feitas no Código Penal.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.713, de 2022, com a rejeição da Emenda nº 1, da CCJ, e acolhimento das Emendas nºs 2 e 3, da CCJ, esta última na forma da subemenda abaixo, bem como com a emenda apresentada a seguir.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senadora Ana Paula.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores para discutir a matéria. Está encerrada a discussão.

Consulto os Senadores e as Senadoras sobre se podemos realizar votação única para o projeto e as emendas e subemenda, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

O.k.

Em votação.

Informo aos Senadores que, para a matéria, trata-se de votação nominal.

Só um minuto que eu vou abrir aqui o painel de votação. (*Pausa.*)

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicito à Secretaria que informe aos Senadores que estão aguardando o início da votação que já podem votar.

A gente vai ter quatro votações ainda hoje, quatro projetos.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quando atingir o número mínimo... (*Pausa.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Humberto; Senador Alan. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não, Líder.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Enquanto o senhor não abre aí e dá tempo de o Senador Humberto votar, mas parece que ele já votou, é só para pedir para registrar meu voto contrário, nessa questão aí, que gera impacto financeiro, no momento que a gente está. É do item 5, PL 4.086.

Eu queria apenas registrar, com vênia aqui do nosso querido amigo, meu amigo e irmão cada vez mais, Senador Veneziano, eu queria me posicionar com relação a esse assunto, porque impacta custo financeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Na verdade, está feito o registro. Eu não posso mais, porque a matéria já foi deliberada.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Presidente, só para tranquilizar, porque eu sei que ele é cioso – nosso querido companheiro Senador Girão – e ele não pôde participar da leitura plena do nosso relatório, mas nós não o faríamos, meu estimado amigo Senador, tanto quanto, eu me permito dizer, cônscios das nossas responsabilidades para que não geremos outros impactos, nós não o faríamos se o próprio orçamento da Defensoria Pública da União não já previsse a possibilidade dessa gratificação. Então, fique com a plena consciência de que, no relatório, nós demonstramos cabalmente essa condição, mas, evidentemente, é uma posição de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só vou aguardar o...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, rapidamente, só para falar aqui com o meu querido Senador Veneziano, que eu entendo. Não pude participar porque estava em outras Comissões, mas não é nem questão de ansiedade, não; é porque o grande detalhe é que, nessa dotação, segundo a nossa assessoria técnica, nessa dotação, tudo bem. Só que vão vir as outras, e aí vai se criando o efeito cumulativo. Mas tudo bem, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só vou aguardar o Líder Otto Alencar votar. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 20 Senadores; NÃO, nenhum Senador.

Está aprovada a matéria.

Aprovado o projeto e as Emendas nºs 2, da CCJ, 4, da CCJ, e 3, nos termos da Subemenda nº 1. Rejeitada a Emenda nº 1.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Parabéns à Senadora Ana Paula e ao Senador Styvenson Valentim.

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 6211, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei n° 12.304, de 2 de agosto de 2010, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) e dá outras providências, para aperfeiçoar os mecanismos de gestão econômica e financeira dessa empresa.

Autoria: Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ)

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, cabendo à última a decisão terminativa.

Autoria: Senador, *in memoriam*, Arolde de Oliveira.

Concedo a palavra ao Relator, Líder Eduardo Gomes, para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, como a introdução do relatório é a mesma da matéria que V. Exa. acaba de ler, eu passo direto à análise.

Análise.

Constatamos não haver incompatibilidade do projeto de lei com as normas constitucionais, jurídicas e regimentais.

Quanto ao mérito, sem prejuízo da competência da Comissão de Infraestrutura para emitir parecer sobre o assunto, opinamos pelo acolhimento do projeto de lei.

É necessário

> conferir efetividade à autonomia financeira e orçamentária da PPSA, permitindo-lhe auferir da receita de comercialização do petróleo e do gás natural destinados à União, no regime de partilha de produção e nas utilizações envolvendo áreas não contratadas, os aportes necessários para cobrir suas despesas de custeio e investimento e o pagamento de tributos incidentes sobre o objeto de sua atividade.

E aduz que

> a gestão da comercialização do petróleo e do gás natural da União, por se tratar de competência exclusiva da PPSA, exige que a empresa esteja devidamente estruturada e dotada de plena sustentabilidade orçamentária e financeira, o que não ocorre atualmente em virtude do atrelamento de sua remuneração exclusivamente a um contrato com o Ministério de Minas e Energia, sujeito a cortes e contingenciamentos.

Reitera-se finalmente o elevado objetivo do projeto que é de permitir que a PPSA possa auferir da receita de comercialização de hidrocarbonetos o aporte necessário para cobrir suas despesas de custeio, investimento e o pagamento de tributos. Dessa forma, a empresa deixaria de depender exclusivamente dos recursos vinculados a um contrato do Ministério de Minas e Energia.

Voto.

Em face do exposto, nos termos regimentais, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 6.211, de 2019, e, no mérito, pela sua aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este é o relatório, Sr. Presidente.

Registrando também a saudosa convivência com o nosso querido Senador Arolde e também mostrando o caráter suprapartidário dessa matéria, por isso nosso voto favorável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Líder Eduardo. Belo registro.

Colocamos em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Qual é o número do próximo?

Senador Humberto, é esse agora e, em seguida, é o de V. Exa.

Projeto de Lei nº 3.954, de 2023.

ITEM 16

PROJETO DE LEI N° 3954, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para promover a gestão eficiente dos recursos relativos à aplicação dos recursos de convênios e dá outras providências.

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS)

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, nos termos da subemenda que apresenta; pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3; e pela aprovação da Emenda nº 4, com três emendas que apresenta.

Observações:

- Em 20/09/2023, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Marcelo Castro;

- Em 26/09/2023, foram recebidas as Emendas nºs 2 a 4, de autoria do Senador Jorge Seif;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 04/10/2023 a Presidência concedeu vistas do relatório à Senadora Augusta Brito, nos termos regimentais;

- Votação nominal.

Relatório pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1, na forma da subemenda apresentada pela Senadora Augusta Brito, Emenda nº 7; pela aprovação da Emenda nº 4, com três emendas que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 2, 3, 5 e 6.

Em 20/09/2023, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Marcelo Castro;

Em 26/09/2023, foram recebidas as Emendas nºs 2 a 4, de autoria do Senador Jorge Seif;

Em 04/10/2023 a Presidência concedeu vistas do relatório à Senadora Augusta Brito, nos termos regimentais;

Em 18/9/2023 foram recebidas as emendas nºs 5 e 6 de autoria do Senador Giordano, Emenda nº 7 de autoria da Senadora Augusta Brito.

A votação desta matéria é nominal.

Concedo a palavra ao Senador Marcio Bittar para proferir o seu relatório.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentar V. Exa. e a autora desse projeto, que simplifica, dá mais transparência e fundamentalmente, no mérito desse projeto, facilita o combate a empresas que, para ganhar uma licitação, mexem em planilhas, abaixam demais os preços apenas para ganhar a licitação e depois se tornar um empecilho à execução da obra.

Então, facilita aos Chefes do Executivo nacional, estadual e municipal – bom dia, Otto! – desclassificar essa empresa – muitas são de fachada –, para chamar a segunda colocada.

Portanto, o mérito... É importante esclarecer, Sr. Presidente, que as emendas todas foram discutidas com os autores, discutidas com a autora do projeto e há aqui na leitura um consenso.

Então passo à leitura.

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 3.954 de 2023, da Senadora Tereza Cristina, que "altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para promover a gestão eficiente dos recursos relativos à aplicação dos recursos de convênios e dá outras providências".

Relatório e análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Posteriormente à apresentação do nosso relatório, que teve vista concedida à Senadora Augusta Brito no dia 4 de outubro, foram apresentadas três novas emendas ao projeto, que passamos a analisar.

A Emenda nº 5, do Senador Giordano, exclui do conceito de serviço comum de engenharia a contratação de serviços públicos. Embora compreensível a preocupação do autor, entendemos que essa exclusão não guarda a necessária pertinência temática com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (NLLC). Isso porque as licitações para concessões e permissões de serviços públicos são regidas por norma específica – a saber, a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 –, sendo a NLLC aplicável apenas subsidiariamente. Eventual alteração no regime de prestação desses serviços, portanto, deve ser objeto de proposição autônoma.

A Emenda nº 6, também do Senador Giordano, amplia a adoção do modo de disputa fechado, determinando sua obrigatoriedade nas licitações para quaisquer contratações de valor acima de R$1 milhão, ao mesmo tempo em que passa a prever expressamente mecanismo de atualização anual desse limite. Quanto à atualização monetária, parece-nos desnecessária a previsão de mecanismo específico, tendo em vista que a NLLC contém previsão geral nesse sentido, aplicável indistintamente a todos os seus dispositivos (art. 182). Já quanto à ampliação do uso da modalidade fechada de lances – em detrimento, portanto, da adoção do pregão –, o entendimento já consolidado nas instâncias de controle, em harmonia com o texto legal, é no sentido de que o fator determinante não é propriamente o valor da contratação, mas sim sua natureza, sendo possível o uso do pregão mesmo para contratações de valor mais elevado. Embora se possa questionar a conveniência dessa sistemática, pensamos que inová-la demandaria maiores estudos e dados empíricos, pelo que também recomendável a apresentação de proposição autônoma a esse respeito, de forma a permitir a necessária discussão e aprofundamento do tema.

Já a Emenda nº 7, da Senadora Augusta Brito, que se trata na verdade de subemenda à Emenda nº 1, introduz variados ajustes que visam a aprimorar a disciplina do regime simplificado de transferências voluntárias da União.

Em primeiro lugar, inclui-se expressamente os contratos de repasse no âmbito do regime simplificado, dispondo ainda acerca da obrigatoriedade – e não mera faculdade – de simplificação das minutas dos respectivos instrumentos. São modificações que nos parecem consentâneas ao espírito da proposta original.

Na mesma linha, substitui-se a necessidade de vistorias *in loco* pelo acompanhamento, pela concedente ou mandatária, dos boletins de medição e fotos georreferenciadas, simplificando a fiscalização. Contudo, como salvaguarda, retira-se a previsão de não aplicação da vedação à liberação de recursos quando o convenente tiver instrumentos apoiados com recursos da União, sem execução financeira por mais de 365 dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veda-se ainda a aplicação retroativa desse regime a instrumentos anteriormente firmados. Trata-se de imperativo de segurança jurídica, inclusive no sentido de não prejudicar a fiscalização e a própria execução de avenças já celebradas.

A emenda merece, portanto, acolhida, ficando prejudicada a subemenda por nós anteriormente apresentada.

Voto.

Ante o exposto, Sr. Presidente, ratificamos o voto pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PL nº 3.954, de 2023; da Emenda nº 1, na forma da subemenda apresentada pela Senadora Augusta Brito (Emenda nº 7); da Emenda nº 4; e das emendas abaixo, rejeitadas as demais (Emendas nºs 2, 3, 5 e 6).

É esse o parecer, Sr. Presidente Davi Alcolumbre, meu compadre e padrinho.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Marcio Bittar. Obrigado pelo carinho.

Está em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Consulto os Senadores...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Eu quero discutir.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, bom dia a todos.

É um pouco da minha preocupação e do incômodo. Dessa nova Lei de Licitações, na verdade, além de ser recente, houve um adiamento para entrada em vigor, e a gente já está mexendo numa lei que é recente e que está adiada. Então, eu fico preocupada, Senador Marcio Bittar, com esse desenho. A própria Lei de Licitações, por si só, já é recente. A implementação dela foi, inclusive, adiada, e a gente fica mexendo o tempo todo. Eu falo de uma lógica pública. Eu fui gestora por quase dez anos. A estrutura de gestão vive uma série de complicações no seu exercício. A Lei 8.666 foi atualizada... Quero manifestar uma preocupação. Eu não posso deixar votar sem me manifestar, porque parece que a gente não tem nem noção, do ponto de vista formal, do que a gente está fazendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu entendo a preocupação da nossa colega – colega, inclusive, de bancada e de partido – e amiga, mas são aperfeiçoamentos. De fato, acontece a aprovação de projetos em que, já na própria aprovação, se aponta para aperfeiçoamentos. Então, eu acho que a iniciativa da Senadora Tereza é para aperfeiçoar a nova lei. Houve um debate da assessoria do meu gabinete com todos aqueles que propuseram emendas, inclusive com acompanhamento do Líder do Governo nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu também participei da discussão.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O Senador Davi Alcolumbre também participou.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu percebi o aperfeiçoamento, principalmente em relação aos convênios com os municípios brasileiros, o que é uma loucura. Hoje se faz um convênio com o município de R$2 milhões para fazer uma determinada meta; passam dois, três, quatro anos para empenhar e liberar o recurso; e, quando se libera o recurso, não dá mais para fazer a meta dos 2km que era para fazer com os R$2 milhões; e aí o município tem que aportar o recurso...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... para compensar e não tem para pagar folha de pagamento. Então, esse aperfeiçoamento vai autorizar o município a diminuir a meta. Se dava para fazer, há quatro anos, 2km de asfalto com aqueles R$2 milhões, vai autorizar fazer 1,2km...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... sem o município ter que aportar a diferença. Senão, fica obra inacabada no Brasil, porque o município não tem dinheiro para fazer.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É isso mesmo.

Aliás, eu quero aproveitar para pedir aqui o empenho do Senador Davi Alcolumbre para que a gente prorrogue a cláusula suspensiva que está para vencer agora em novembro. Veja como é a burocracia nacional e também a burocracia dos estados. Eu acho que quase todos os Parlamentares estão com emendas de bancada, emendas individuais nessa categoria. Prefeituras e estados não conseguem ter a velocidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exigida pela própria lei, e a gente precisa prorrogar, sob pena de Parlamentares tanto da Câmara quanto do Senado e municípios perderem recursos com os quais já estão contando.

Senadora Dorinha, eu compreendo, mas houve um debate amplo. E o entendimento é que esta propositura aperfeiçoa o projeto. Então, o gabinete com aqueles que propuseram emendas discutiu, e chegamos a este relatório que eu espero que seja aprovado, mas entendemos a sua preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Giordano.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SP) – Sr. Presidente, eu queria pedir vista, porque eu solicitei uma emenda para o Relator, e a emenda é muito importante, e a gente precisava discutir mais esse assunto nos bastidores.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tudo bem, Senador Giordano. Regimentalmente, V. Exa. tem amparo regimental para solicitação de vista. E fica concedida vista coletiva à matéria.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SP) – O.k. O.k.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ministro Ciro, Líder, eu vou passar ao Humberto, que está na ordem. Em seguida, é o projeto de V. Exa.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 3535, DE 2023

- Não terminativo -

Cria cargos de provimento efetivo, cargos em comissão e funções comissionadas nos Quadros Permanentes da Secretaria do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar da União.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, o Senador Humberto Costa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, passo à leitura do relatório.

Em 2015, o Superior Tribunal Militar encaminhou ao Congresso Nacional o Ofício nº 197, que continha anteprojeto de lei aprovado pelo Plenário daquela corte. Na Câmara dos Deputados, a matéria tramitou em regime de apreciação conclusiva pelas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania, ao longo dos anos seguintes. O autógrafo foi encaminhado a esta Casa Legislativa em julho deste ano.

A proposição contém cinco artigos e três anexos e cria cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas na Secretaria do Superior Tribunal Militar e nas auditorias da Justiça Militar da União. Após deliberação desta Casa, a lei entrará em vigor na data de sua publicação, conforme previsto na cláusula de vigência, porém isso não exime o condicionamento de sua eficácia à existência de autorização expressa na Lei Orçamentária Anual, com a respectiva dotação prévia, nos termos do art. 169 da Constituição Federal e demais normas de finanças públicas, notadamente a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de maio de 2000).

A matéria foi distribuída à esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, conforme despacho da Presidência publicado no *Diário do Senado Federal* nº 129, de agosto de 2023.

Análise.

Nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCJ opinar sobre constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência ou outros meios. Também cabe à CCJ emitir parecer quanto ao mérito sobre as matérias de competência da União, especialmente as que tratarem de órgãos do serviço público civil da União e servidores da administração direta e indireta do Judiciário, do Ministério Público e dos territórios. Ademais, compete ainda a este Colegiado, conforme disposto no art. 101 do Regimento Interno, opinar sobre matérias a que se refere o art. 96, II, da Constituição Federal, o qual dispõe sobre a competência privativa dos Tribunais Superiores de propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos. Portanto, quanto aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, nada há que se opor ao PL nº. 3.535, de 2023.

No mérito, o projeto cria 240 cargos de provimento efetivo, 97 cargos em comissão e 403 funções comissionadas no âmbito do Superior Tribunal Militar. A Corte Militar realizou concurso público em 2017, cuja validade se estende até o ano de 2024. A aprovação deste PL viabilizará a reposição da força de trabalho no órgão, objetivo inicial da proposição desde sua apresentação perante a Câmara dos Deputados.

A Justiça Militar é a parte do Poder Judiciário no nosso país que processa e julga crimes militares previstos no Código Penal Militar (art. 124 da Constituição Federal). O STM é composto por quinze ministros, sendo dez militares e cinco civis, e sua estrutura administrativa refere-se a 12 circunscrições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

judiciárias militares espalhadas pelo país e uma Secretaria-Geral em Brasília, Distrito Federal. Essa capilaridade e a natureza dos serviços prestados impõem que o corpo técnico do órgão tenha vínculo efetivo com a União, inibindo o recurso a servidores cedidos e temporários, em alinhamento com a melhor prática de recrutamento e seleção de recursos humanos na administração pública: o concurso público.

Dessa maneira, não há reparos quanto à constitucionalidade material da proposição.

Sobre a técnica legislativa do PL, não se vislumbram quaisquer ofensas aos princípios gerais do sistema jurídico ou demais princípios e regras de leis ordinárias ou complementares. Ainda, a proposição foi redigida em conformidade com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.535, de 2023.

É este o relatório, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Líder Humberto.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Peço a V. Exa. urgência para votação desta matéria, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em votação o requerimento de urgência apresentado pelo Relator Humberto Costa.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam a urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Presidente, eu cometi um lapso. Quando nós aprovamos a matéria do Projeto 4.086, eu não fiz o mesmo pedido que ora faz o Senador Humberto em relação à DPU. Se V. Exa., perdoando-me por esse lapso, puder colocar isso em apreciação, também agradeceria.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em votação o requerimento de urgência apresentado pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo em relação ao item 5 – urgência para o Plenário.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a urgência, vai direto ao Plenário.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 1269, DE 2022

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 16-A à Lei nº 8.429 de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal, para disciplinar os efeitos jurídicos decorrentes das declarações de indisponibilidade de bens.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Relatório: Favorável ao Projeto nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, o Senador Ciro Nogueira, para proferir o relatório.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei nº 1.269, de 2022, do nobre Deputado Paulo Abi-Ackel, que acrescenta o art. 16-A à Lei de Improbidade Administrativa, para proteger os negócios jurídicos imobiliários devidamente registrados na pertinente matrícula diante de constrições, restrições ou ações judiciais, administrativas e convencionais. Excepcionam-se apenas as hipóteses de ações revocatórias fundadas nos arts. 129 e 130 da Lei de Falências e de aquisições ou extinções de propriedade independentes do registro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria veio ao Senado Federal após aprovação na Câmara dos Deputados; fi distribuída à CCJ. E não há emendas.

O projeto não apresenta vício de regimentalidade.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade, por sua vez, são atendidos pelo projeto, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito civil e direito processual. Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, não havendo reserva temática a respeito. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida proposta.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto.

No que concerne ao mérito, a proposição é meritória.

O projeto, Sr. Presidente, combate um dos riscos mais nocivos ao mercado e à sociedade: a insegurança jurídica. Um país em que o cidadão ou empresa não tem previsibilidade sobre validade e eficácia dos contratos não conseguirá avançar econômica nem socialmente. O cidadão que compra um imóvel confiando nas informações que estão na matrícula do cartório não pode ser surpreendido por um fato oculto que lhe subtraia a propriedade. Trata-se de um corolário de boa-fé, um dos pilares do ordenamento jurídico pátrio. A proposição em pauta enfrenta esse problema, assegurando ao cidadão a segurança de que, ao comprar um imóvel, o direito à propriedade não será abalado por nenhum motivo surpresa.

Há, porém, um ajuste, Sr. Presidente, geográfico a se fazer. O dispositivo a ser apresentado merece ser deslocado para o art. 54 da Lei 13.097, de 19 de janeiro de 2015, pois é essa lei que já trata das hipóteses de proteção dos adquirentes de imóveis. Preservamos o conteúdo, embora, por razões técnicas legislativas, seja necessário promover alguns ajustes redacionais.

Diante de todo o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.269, de 2022, na forma da emenda substitutiva que apresentamos.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria está aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CCJ, substitutivo.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu queria pedir também a urgência do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Requerimento de urgência do item 7.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam se encontram. (*Pausa.*)

A matéria vai ao Plenário.

ITEM 3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 17, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o art. 6º da Constituição Federal para dispor sobre o direito à segurança alimentar como direito fundamental.

Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC) e outros

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável à Proposta.

Concedo a palavra à Senadora Dorinha Seabra para proferir o seu relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu fui procurada, inclusive, pelo Senador Rogério, que gostaria de discutir. A informação é de que a Senadora iria pedir vista, mas, como não avançou e também acho que nós, quanto ao tema, teremos tempo de debate... O tema é extremamente importante e, a meu ver, amplia do ponto de vista conceitual como uma garantia de direitos.

Vou direto à análise e ao voto.

Cumpre a esta Comissão de Constituição e Justiça examinar a presente proposição e sobre ela emitir parecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A PEC nº 17, de 2023, resulta de uma iniciativa político-parlamentar do Senador Alan Rick e vem subscrita por 34 Sras. Senadoras e Srs. Senadores, apta, portanto, a cumprir a exigência do Senado.

Por outro lado, inexistem, em nosso país, no presente momento, quaisquer das situações que implicam impedimento circunstancial à reforma da Constituição. Esta proposta não constou de emenda rejeitada ou havida por prejudicada em uma legislação anterior.

Cumpre ainda registrar que a PEC em tela não é tendente a abolir a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação de Poderes; nem os direitos e garantias individuais; não atinge nenhuma das chamadas cláusulas pétreas da Constituição.

No que respeita ao mérito, a positivação do direito à segurança alimentar guarda consonância com o direito humano à alimentação adequada, relacionando-o com a obrigação estatal de desenvolver ações que garantam a soberania do país nesse campo, comprometendo o poder público com a criação de estratégias e políticas de produção sustentável, manutenção de estoques regulatórios e distribuição eficiente de alimento, possibilitando a toda a população o consumo de produtos nutricionalmente adequados, respeitadas suas características culturais.

É importante recordar, neste momento, que garantir o direito à segurança alimentar revela-se especialmente importante ante o enorme desafio enfrentado recentemente pelo país nos anos marcados pela pandemia de covid-19, pois, além das dificuldades próprias da doença, a população se deparou com a insegurança alimentar e nutricional, desafio enfrentado, muitas vezes, com esforços quase heroicos das próprias comunidades.

É importante dizer também que incluir o reconhecimento do direito humano à segurança alimentar arremata um esforço que o país vem desenvolvendo no sentido de fortalecer seu arcabouço normativo relacionado ao bem-estar alimentar e nutricional da população, como é o exemplo da instituição da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006), além da própria Emenda Constitucional nº 64, de 2010, que alterou o art. 6º da Constituição para nele incluir o direito social à alimentação.

Com a medida ora em exame, eleva-se o direito à segurança alimentar a um patamar no qual os retrocessos nessa área serão inadmissíveis, dando maior robustez a todo esse escopo normativo, tornando o país mais empenhado no esforço definido pela Organização das Nações Unidas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável de erradicação da extrema pobreza e da fome no mundo até 2030.

Em suma, incluir esse direito no rol dos direitos sociais robustece o conjunto das demais garantias constitucionais, cuja realização é fragilizada sem a autossuficiência alimentar da população, ideia implícita no conceito de segurança alimentar, pois, como afirmou, nos idos dos anos 1940, o pioneiro nos estudos sobre insegurança alimentar, o eminente brasileiro Josué de Castro, a quem prestamos nossa homenagem, o primeiro direito humano é o de não passar fome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em face do exposto, o nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – ... da Proposta de Emenda à Constituição nº 17.

Na verdade, eu paro de vez em quando, porque é muito complicado ler com tanta gente falando mais alto do que eu, mas já fiz a leitura do voto, Sr. Presidente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, peço vista... Peço vista, Sr. Presidente, à PEC. E eu quero justificar a vista, porque nós estamos tratando aqui de uma questão... É como eu substituir o direito à saúde pelo direito à segurança sanitária. O direito à alimentação é individual. Segurança alimentar é algo que trata do ponto de vista de uma garantia de que o país vai ter comida para todos e não quer dizer que cada indivíduo vai ter a sua comida na mesa. Por isso, eu peço vista, Sr. Presidente.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sr. Presidente, me permita fazer aqui o contraponto, com todo o respeito...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder Alan, regimentalmente está retirada a matéria de pauta. Então, não adianta a gente continuar a discussão. Vai voltar noutra oportunidade.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Senador, eu avisei. Eu pedi para avisar e falei que... Eu avisei que...

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – É apenas para registrar, Sr. Presidente, que segurança alimentar é um conceito muito mais amplo do que alimentação. Hoje, a própria ONU, a FAO e os organismos que defendem uma alimentação adequada à população já usam o conceito de segurança alimentar. Por isso, a PEC é muito singela e prevê exatamente isto: que o Brasil, em vez de garantir na merenda escolar a alimentação bolacha e café com leite para a criança, que é a alimentação... Segurança alimentar é o arroz, é o feijão, é a carne, é a salada, é a adequada alimentação para aquela criança. Por isso, nós defendemos a revisão do conceito.

São 128 emendas constitucionais ao longo do tempo, que já foram aprovadas. Portanto, por ser uma matéria meritória e que atualiza o conceito de uma alimentação adequada, nós a estamos defendendo, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Sergio Fernando Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Agradeço a compreensão, Presidente.

Eu quero aqui endossar as palavras do autor da emenda e também da Relatora, porque se trata de aprimorar o texto constitucional e deixar mais amplo esse conceito de proteção social.

Registro aqui, embora a gente vá discutir esta matéria na próxima audiência, a minha surpresa pelo representante aqui... Claro, regimentalmente, tem todo o direito de pedir, mas registro a minha surpresa de a base do Governo ser contrária a uma proposta que aprimora a proteção social dos brasileiros ao substituir um conceito que é mais antigo, o de alimentação, pelo de segurança alimentar, que é mais amplo.

E essa distinção entre direito coletivo e direito individual, que foi colocada ali, não faz nenhum sentido. E já adianto aqui, inclusive, que, oportunamente, Senador Alan Rick e Senadora Dorinha, eu votarei a favor dessa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então a gente pode iniciar a outra matéria?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Quero só fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ah, sim. Professora Dorinha, Relatora.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Na verdade, eu quero só esclarecer que o próprio Senador Rogério não adivinhou isso. Eu pedi para avisá-lo. Quando eu entrei, ele me disse: "A Senadora Ana Paula vai pedir vista". E marcamos, inclusive, uma conversa para a próxima semana, para tratar do tema. Então, quando o Senador Alan Rick e a Senadora Ana Paula... Ela disse que não ia pedir vista. E eu disse: "Vou ler o texto". Então eu o aviso, por questão de respeito, para que ele tenha ciência disso. E continuo à disposição.

Lendo todos os documentos do próprio Governo, eu não consegui entender qual é a explicação. Dizer que tem que ouvir o Conselho de Alimentação, o Conselho Nacional, nós respeitamos muito, mas aqui nós temos uma tarefa parlamentar.

E o conceito de segurança alimentar, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional está organizado em uma lei já aprovada. Então, nós não estamos inovando no conceito. O que a gente está elevando? É o *status*, na Constituição, como um direito social à alimentação, à segurança alimentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obviamente, isso vai ser feito a partir de regulamentação que o próprio Governo, junto com os conselhos responsáveis, fará em termos de tempo, condição e formato de execução.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, para organizar, fica concedida vista coletiva, porque eu entendi que o Senador Sergio Moro e o Senador Alan Rick solicitaram também.

Concedo a palavra ao Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, fui informado pela nossa assessoria que este Projeto 1.269, como foi feito um substitutivo, precisa de um turno suplementar. Se isso for... Porque foi aprovada até a urgência.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A Secretaria está informando que o projeto é não terminativo, e o turno suplementar se dá no Plenário do Senado.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Então, pronto. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Projeto de lei nº...

Nós vamos votar ainda dois projetos hoje: o do Senador Izalci, que pediu inversão, e o do Senador Magno Malta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 173, DE 2020

- Não terminativo -

Autoriza transferência de capital, a título de contribuição, mediante celebração de convênios entre a União e as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs), em atenção ao disposto no § 6º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alexandre Silveira

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria será analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O autor da matéria é o Deputado Federal Eros Biondini, e o Relator da matéria é o Senador Magno Malta, que é favorável ao projeto.

Concedo a palavra ao Senador Relator Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, aqui é Comissão de Justiça, não é para tratar de mérito, mas ele é meritório demais. E até me alegrei por V. Exa. dizer que tem conhecimento do trabalho das APACs no Brasil.

Em exame nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei (PL) nº 173, de 2020, da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Eros Biondini, que autoriza transferência de capital, a título de contribuição, mediante celebração de convênios entre a União e as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados, chamadas APACs, em atenção ao disposto no §6º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Eu quero saber se eu estou atrapalhando o Presidente e Sergio Moro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – A gente estava elogiando o relatório de V. Exa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ah, tá. Eu agradeço. Foi um momento de fraqueza então.

V. Exa. conhece as APACs? Porque, se v. Exa. conhece, a Senadora Dorinha também e o Senador Izalci, eu irei para a justificativa, porque ele é absolutamente meritório.

Eu tenho aqui um dado que define as APACs...

Este último dado aqui diz o seguinte: uma média de reincidência, Senador Moro, dos presos que são... Eles estão custodiados nas APACs. A média de reincidência internacional, Senador Davi, é de 70%. Nacional, aqui, 80%. Nas APACs, a reincidência é de 13%. Nas APACs femininas, 2,8%.

Eles viviam de doações. Em seguida, foram autorizados a fazer convênios com a iniciativa privada, e a proposta, agora, do Deputado Eros Biondini é que o poder público possa também... Que elas possam receber emendas, como qualquer outra instituição, visto que o trabalho de ressocialização feito pelas APACs com condenados, pessoas que estão cumprindo pena... Quando, em um determinado momento, o juiz das execuções penais, por entendimento de comportamento, concede que eles sejam transferidos para as APACs, esse índice de recuperação é absolutamente alto.

Por isso, o meu voto é pela aprovação. A importância...

Ressalta ainda, abaixo, o custo *per capita* do recuperando nessas instituições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com informações oficiais da Fbac, a média nacional dos estados é de R$2,7 mil por pessoa privada de liberdade, ao passo que, nas prisões público-privadas, o valor costuma ser de R$4 mil. Na Apac, por sua vez, a média é de R$1.480, representando uma enorme e significativa economia para os cofres públicos. Por isso, o meu voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só uma referência aqui...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Muito rapidamente...

Conheço, Senador Magno Malta, as APACs. Já estive em várias. Uma delas, inclusive, em Minas Gerais, Belo Horizonte, levado até, na época, por uma pessoa que é uma grande fã das APACs, a Ministra Cármen Lúcia, e, de fato, os percentuais de recuperação, reintegração são muito positivos ali, de alta disciplina.

Eu até entendia que não havia esse óbice de transferência, mas, pelo jeito, pelo projeto, tem, e já quero registrar aqui minha aprovação.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ela já recebia muita carga, né? Ela tinha autorização para poder se conveniar com a iniciativa privada, e não com o poder público.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ela poderia receber recurso antes desse projeto se fosse através de um órgão executor. O Governo e o estado...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Hoje é pela União...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois é.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... porque do estado já fazia. Realmente, eu sou um crítico do ativismo judicial, mas tenho que concordar que também, quando conheci as APACs, foi através da Ministra, quando ela aqui foi sabatinada, e, depois, pelas mãos do Eros Biondini, que é um entusiasta das APACs.

E quem conhece as APACs é entusiasta, você sai de lá entusiasmado, de fato, com o trabalho que é feito. Há 42 anos recupero drogado, tiro gente da rua. Quando a gente tira gente da rua, devolve vida, devolve para a família, leva o indivíduo à reflexão e mudança de vida. Mas um cara que cometeu um crime

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de alta periculosidade e depois vai numa Apac e de lá sai ressocializado, precisa muito mais do que aquilo que se está propondo aqui. Já há muito tempo deveria ter sido dessa forma.

Então, é muito meritório esse... Obrigado pelo depoimento do nosso querido Senador Sergio Moro, porque as APACs merecem e precisam. Nós precisamos de mais APACs no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Deixem-me aproveitar para fazer um informe aqui.

Devido à decisão do Presidente Rodrigo Pacheco de convocar, na próxima semana, esforço concentrado, com a presença dos Senadores, para deliberação de autoridades, em que é necessário um quórum qualificado e a presença dos Senadores em Brasília, a gente vai precisar convocar uma reunião extraordinária amanhã, às 10h da manhã, para fazer a leitura dos relatórios das autoridades que serão sabatinadas na próxima quarta-feira. Os Relatores das matérias são o Senador Omar Aziz, o Senador Nelsinho Trad e o Senador Carlos Viana, dos três indicados para o Superior Tribunal de Justiça.

Nós vamos fazer uma reunião amanhã, às 10h, apenas para a leitura dos relatórios apresentados, para podermos cumprir o prazo regimental e, na próxima quarta, fazermos as sabatinas.

Então, fica convocada a reunião extraordinária para amanhã, às 10h, com três itens, os três relatórios apresentados pelos Relatores das indicações do STJ.

Só isso.

Inclusive, eu vou manter esse painel de hoje, Ednaldo. Vamos manter esse painel. Nós não vamos encerrar a reunião, nós vamos suspender a reunião para nós mantermos o quórum para amanhã termos a possibilidade de fazer às 10h a leitura, às 10h da manhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 18

PROJETO DE LEI N° 4337, DE 2023

- Terminativo -

Altera dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992) e da Lei de Ação Civil Pública (Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985), para dispor sobre a omissão do membro do Ministério Público em propor acordo de não persecução civil ou ajustamento de conduta.

Autoria: Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO/MT)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Votação nominal.

Informo aos Senadores que a votação é nominal.

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas para proferir o seu relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, vou ler aqui também o relatório.

Vem à análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em caráter terminativo, o Projeto de Lei (PL) nº 4.337, de 2023, de autoria do Senador Mauro Carvalho Júnior. A proposição visa a alterar a Lei de Improbidade Administrativa, Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, assim como a Lei de Ação Civil Pública, Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, a fim de dispor sobre a omissão do membro do Ministério Público em oferecer, respectivamente, a celebração de acordo de não persecução civil (ANPC) e o termo de ajustamento de conduta (TAC).

De acordo com a justificação, tem-se verificado, com frequência cada vez maior, a situação em que o oferecimento de ANPC ou de celebração de TAC são cabíveis, mas, mesmo assim, o Promotor ou Procurador – às vezes, até por questões pessoais ou político-ideológicas – não oferece sua celebração. Nessas situações, propõem-se que caiba ao Conselho Superior, no caso dos Ministérios Públicos Estaduais ou do Distrito Federal e Territórios, ou à Câmara de Coordenação e Revisão, no caso do Ministério Público Federal, reapreciar a questão.

A matéria foi distribuída a esta CCJ para apreciação em caráter terminativo (Regimento Interno do Senado Federal, art. 93, I, e art. 101, I e II), não tendo sido, até o momento, apresentadas emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise, Presidente.

Em relação à constitucionalidade, nada há que se opor ao PL. A matéria é de competência privativa da União, por tratar de direito processual civil (Constituição Federal – CF, art. 22, I), e não há reserva de iniciativa.

Sobre a constitucionalidade material, a proposição adapta-se à estrutura constitucional do Ministério Público, harmonizando os princípios institucionais da independência funcional com a unidade (Constituição Federal, art. 127, §1º).

Em relação à juridicidade, a matéria tem generalidade e abstração suficientes a justificar sua transformação em norma jurídica, dotada de coercitividade, além de que inova substancialmente o ordenamento jurídico, preenchendo uma lacuna na legislação em vigor. Quanto ao aspecto da regimentalidade, a tramitação tem seguido os ditames do citado art. 93 do Risf, além de ser o texto adequado às regras de boa técnica legislativa (Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998).

No tocante ao mérito, a proposição merece entusiasmado aplauso. Na esfera criminal, o reconhecido art. 28 do Código de Processo Penal prevê situações em que, da decisão do Promotor natural da causa, cabe reapreciação pelo Procurador-Geral (ou CCR, conforme o caso). Tal sistemática, contudo, não é adotada nas ações cíveis, o que faz com que a propositura de ANPC ou de TAC fiquem exclusivamente ao alvedrio do membro do Ministério Público atuante no feito. Ora, desde Montesquieu, se reconhece que, por melhor que uma pessoa seja, não deve ela ter poder absoluto sobre algo ou alguém. Nesse sentido, faz-se recomendável e até necessário estabelecer a possibilidade de que o Conselho Superior ou CCR possa, em caso de recusa do Promotor ou Procurador que atua na primeira instância, revisar a questão, inclusive apresentando a proposta. Com isso, privilegia-se o interesse público, além de se reforçar a consensualidade como elemento condutor da atuação administrativa do Estado na atualidade.

Voto, Presidente.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 4.337, de 2023, e, no mérito, por sua aprovação.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não, Senadora Augusta.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu gostaria de pedir vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Regimentalmente V. Exa. tem direito. Está concedida vista para V. Exa.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Como Relator.) – O.k., Presidente. Só pergunto a V. Exa. se essa vista tem prazo regimental. Só para definirmos uma data.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tem prazo regimental, mas, quando há uma solicitação de vista, eu sempre peço aos Senadores que eles entrem em entendimento, para a gente retornar para a pauta com o mínimo de entendimento construído em relação à matéria, senão a gente acaba ficando...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... refém de uma discussão.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Vista coletiva, então?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É. Fica concedida vista coletiva.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não temos mais nenhum Senador inscrito. (*Pausa.*)

Mas o Senador Efraim é o Relator?

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Isso. Relator do PL... (*Fora do microfone.*) Aliás, do item 6 da pauta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) –

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 88, DE 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário às Emendas n° 1-CE e n° 2-CE.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Efraim Filho.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Sr. Presidente, é um projeto de autoria da Professora Dorinha Seabra, ainda quando Deputada. Então, a Professora Dorinha, meu caro Presidente, Senador Vanderlan, bateu o escanteio na Câmara e está vindo cabecear no Senado. Então, aprovou lá como Deputada e agora, como Senadora, traz aqui o projeto, um projeto extremamente meritório, em que rapidamente passo aqui direto ao voto.

No mérito, Sr. Presidente, acompanhamos, por inteiro, o entendimento contido no parecer da Comissão de Educação.

Com efeito, a valorização dos profissionais de educação escolar é um dos princípios com base nos quais o ensino deve ser ministrado, nos termos do art. 206 da Constituição. Ademais, a valorização implica diversas abordagens, entre as quais destacamos planos de carreira, formação continuada e condições de trabalho, que constituem não somente direito dos profissionais, mas, em nome de uma educação pública de qualidade, também dos estudantes e da sociedade em geral.

No que respeita aos planos de carreira, a iniciativa prevê progressão funcional ao longo do tempo de serviço, com estímulo à permanente capacitação do profissional e incentivos à dedicação exclusiva na mesma rede e, preferencialmente, na mesma escola.

A iniciativa determina também que esses planos devem considerar especificidades pedagógicas e características físicas e geoeconômicas das redes de ensino para a definição de adicionais e gratificações. Estabelece, ainda, o mínimo de dois anos de experiência docente como pré-requisito para o exercício de qualquer outra função do magistério.

O PLC é bastante completo ao estabelecer diretrizes gerais para o cumprimento do princípio constitucional da valorização dos profissionais da educação, sem ferir a autonomia dos entes federados. Ele trata de formação continuada, que deve ser prevista em programa permanente de planejamento plurianual, e de condições de trabalho indispensáveis para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem, entre os quais: adequado número de alunos por turma, número de turmas compatível com a jornada de trabalho do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profissional, disponibilidade de recursos didáticos necessários para o trabalho pedagógico, salubridade do ambiente físico, segurança e permissão para o uso do transporte escolar quando não houver prejuízo do uso pelos estudantes.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2018, de autoria da nobre Senadora Professora Dorinha, e, no mérito, pela sua aprovação, com rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Líder.

Coloco em discussão a matéria.

Senadora Professora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero agradecer ao nosso Líder, Senador Efraim.

Na verdade, este PLC trata de diretrizes gerais, que, de uma maneira geral, já estão implementadas. Ele trata da obrigatoriedade de carreira, que essa carreira seja atrativa.

Os números mostram, hoje, que, a cada dez jovens do ensino médio, em torno de dois pensam em ser professores.

Nós vivemos hoje, nosso Presidente, um apagão na profissão docente, e este projeto coloca linhas e diretrizes gerais que devem ser construídas por cada sistema de ensino, porque nós não podemos definir o formato que vai ser realizado em cada município. São os municípios que vão olhar as suas condições, a sua carreira, o seu funcionamento. No entanto, o projeto estabelece grandes linhas para a carreira, para a atratividade, para a permanência, para a valorização da mais importante profissão, porque ela estrutura e é responsável pela formação das demais.

E, logicamente, o nosso respeito ao profissional, no mês de outubro, em que comemoramos o Dia do Professor.

Ele também chama a atenção para as funções de diretor, coordenador, para que sejam pessoas que tenham, no mínimo, conhecido a escola. Tem que ter experiência docente, o que a LDB já fala. Então, ele só reúne várias características.

Eu agradeço a possibilidade de votação deste texto que trata das diretrizes gerais de valorização dos profissionais da educação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Líder Efraim Filho.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e contrário às Emendas nº 1 da CE e nº 2 da CE.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Diante da manifestação que fiz anteriormente, fica suspensa a reunião de hoje, e nós a reabriremos amanhã às 10h para a leitura dos três relatórios das três indicações do Superior Tribunal de Justiça.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, queria só pedir urgência para que ele possa ir ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em votação o requerimento de urgência apresentado para o item 6.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência regimental.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está suspensa a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 57 minutos, a reunião é suspensa às 12 horas e 49 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Declaro reaberta a 41ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, esta Presidência comunica às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão será feito em duas etapas.

Na primeira etapa, o Relator apresentará o relatório à Comissão, com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença do indicado. Após a apresentação e a discussão do relatório na primeira etapa, será concedida vista coletiva automaticamente.

Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão, e, em seguida, será realizada a votação, em escrutínio secreto.

Passamos, então, aos relatórios.

Item 19 da pauta.

ITEM 19

MENSAGEM (SF) N° 60, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 104, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, o nome da Senhora Daniela Rodrigues Teixeira, para exercer o cargo de Ministra do Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada à advocacia, decorrente da aposentadoria do Ministro Felix Fischer.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Pronto para deliberação.

O Senador originário é o Senador Omar Aziz.

Eu faço a designação, como Relatora *ad hoc*, da Senadora Augusta Brito. V. Exa. tem a palavra para apresentar o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Bom dia.

Obrigada, Sr. Presidente.

Bom dia a todos e a todas, à assessoria aqui presente, aos Senadores e às Senadoras.

É com muito prazer que eu vou fazer aqui a leitura do relatório feito pelo Senador Omar Aziz.

Vem ao exame desta Comissão a indicação pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República da Sra. Daniela Rodrigues Teixeira para compor o Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada à advocacia, decorrente da aposentadoria do Sr. Ministro Felix Fischer.

De acordo com o parágrafo único do art. 104 da Constituição Federal, os ministros do STJ são nomeados pelo Presidente da República, entre brasileiros com mais de 35 anos e menos de 65 anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, na forma do art. 52, inciso III, alínea "a", também da Constituição.

As normas regimentais aplicáveis à apreciação pelo Senado Federal das indicações de magistrados pelo Presidente da República encontram-se disciplinadas no art. 383 do Regimento Interno desta Casa e no Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, desta Comissão, sendo sua competência emitir parecer de mérito sobre tais indicações, nos termos do art. 101, II, "i", do mesmo Regimento.

Conforme as normas mencionadas, a mensagem presidencial deve vir acompanhada de amplos esclarecimentos sobre a candidata e de seu currículo também, no qual deve ser registrada a formação acadêmica, além das atividades profissionais exercidas pela indicada e os respectivos períodos, além de relação de eventuais publicações de sua autoria, com as referências bibliográficas.

Deve a indicada apresentar também declarações que informem sobre: a existência ou não de parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos; a eventual participação da indicada como sócia, proprietária ou gerente de empresas ou entidades não governamentais, com a discriminação dos referidos períodos; sua situação junto às Fazendas Públicas federal, estadual e municipal; a existência de ações judiciais nas quais figure como autora ou ré, com indicação atualizada da tramitação processual; os juízos e tribunais perante os quais tenha atuado nos últimos cinco anos.

Por fim, a indicada deve apresentar sucinta argumentação escrita, na qual demonstre ter experiência profissional, formação técnica adequada, afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

Em face do Ato nº 1, de 2007, desta Comissão, a Sra. Daniela Rodrigues Teixeira encaminhou a esta Comissão seu *curriculum vitae* e as declarações exigidas no mencionado ato.

Extraímos do seu currículo as informações incluídas adiante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Sra. Daniela é graduada em Direito, em 1996, pela Universidade de Brasília. Concluiu, em 1998, o aperfeiçoamento em Direito Econômico e das Empresas, pela Fundação Getulio Vargas. Obteve, em 2020, o título de mestre em Constituição e Sociedade pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

Desde 1997, atua na advocacia privada, exclusivamente nos tribunais superiores, conforme informou.

Em anos recentes, tem tido participação ativa na Ordem dos Advogados do Brasil, sendo eleita, reiteradamente, para a Seccional da OAB do Distrito Federal. Foi escolhida, em 2010, mediante eleição, para integrar o Conselho Federal da OAB e reeleita em 2019; na OAB do Distrito Federal, em 2013, foi eleita, como Diretora Secretária-Geral e, em 2016, como Vice-Presidente.

No âmbito da OAB Nacional, participou de diversas comissões, tais como a de Estudos Constitucionais, a de Assuntos Legislativos e a da Mulher Advogada. Em 2020, presidiu a Comissão da Jovem Advocacia.

Também marcou a sua presença em todos os estados brasileiros, seja em reuniões, seja em seminários e palestras. A sua produção bibliográfica é constituída da apresentação de diversos trabalhos em conferências, palestras e seminários.

Integrou Comissões da Câmara dos Deputados para revisão das leis de segurança nacional, lavagem de capitais e improbidade administrativa.

Informa, ademais, em sua argumentação escrita, que foi autora do anteprojeto de lei que resultou na Lei nº 13.363, de 25 de novembro de 2016, que estabelece direitos e garantias para advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz e para advogado que se tornar pai.

Teve participação em bancas examinadoras de concursos públicos, destacando-se para Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, nos anos de 2011, 2013 e 2021; para Procurador da República do Ministério Público Federal, em 2011, 2012 e 2015; e para ingresso na magistratura do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em 2014, 2016 e 2017.

Registrou que, em 2019, foi escolhida, por unanimidade, pelos ministros do Supremo Tribunal Federal, para compor a lista tríplice do Tribunal Superior Eleitoral, na vaga destinada a jurista.

Recebeu várias honrarias, destacando-se a Medalha Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós, outorgada pela Câmara dos Deputados; o Prêmio Religare, pelo combate à intolerância religiosa, outorgado pela Câmara Distrital de Brasília; e o Troféu Mais Mulheres na OAB, outorgado pelo Conselho Federal da OAB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É membro efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros desde 2012, e, desde 2022, é Consultora da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e Coordenadora de Missão de Observação Eleitoral da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia.

Em atendimento ao art. 5º da mencionada Resolução nº 7, de 2005, e ao art. 383 do Regimento Interno desta Casa, a indicada declara que:

a) o cônjuge, um filho, uma sobrinha e um cunhado são os seus parentes que exercem atividade profissional vinculadas à sua;

b) participa como sócia de três empresas: Advocacia Daniela Teixeira, Rodrigues Camara & Cia Ltda. e Rodrigues e Rodrigues Administração de Bens Próprios Ltda., e deixou de participar, como sócia, de outras três, nos anos de 2012, 2018 e 2020;

c) encontra-se em plena situação de regularidade fiscal, nos âmbitos federal e distrital, conforme certidões apresentadas;

d) figura como autora em duas ações judiciais, conforme documentação anexada, sendo uma de execução, cumprimento de sentença, e outra de inventário/partilha; e

e) não atuou, nos últimos cinco anos, em quaisquer juízos ou tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Em sua argumentação escrita, a indicada ressaltou que, em toda a sua carreira, pautou a sua atuação com ética, tendo a preocupação de tornar a advocacia um meio de solução de conflitos, entendendo, ademais, que os processos judiciais são, para as partes, algo de extrema importância, que afeta as suas vidas e a de seus familiares, devendo cada processo ser revestido de um cuidado único por parte dos operadores do Direito.

Conclui ter exercido atividades que, em seu conjunto, habilitam-na a postular o cargo de Ministra do STJ, onde espera contribuir para que a prestação jurisdicional seja cada vez mais justa.

Diante do exposto, entendemos que as Sras. e Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Superior Tribunal de Justiça da senhora aqui já citada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço à nobre Senadora Augusta Brito pelo relatório, que encaminha no sentido da aprovação da indicada, que está conosco aqui na CCJ, a Dra. Daniela Teixeira.

Convido para que tome assento aqui à frente. Embora hoje não tenham sido convidados os indicados para a sabatina, esteja conosco aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Augusta, pois não.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Queria aqui só dizer da minha felicidade em poder fazer aqui a leitura do relatório de uma indicação de uma mulher, muito merecida. Eu fico muito feliz em ter tido essa oportunidade aí de fazer esse registro, essa leitura aqui do relatório.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado a V. Exa.

Primeiro a parte formal.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura o processo de arguição da candidata e a votação.

Eu conheci a Dra. Daniela ainda quando era Deputado Federal, na atuação na CCJ da Câmara dos Deputados em algumas pautas importantes para a advocacia. Ela esteve lá e nós conseguimos construir alguns entendimentos e avanços na pauta de prerrogativas da mulher advogada, da mãe advogada. E hoje tenho a oportunidade de estar na condição de Vice-Presidente, presidindo esta sessão em que se lê o relatório e, na sequência, se aprecia o nome dela como Ministra do Superior Tribunal de Justiça. Muita honra para mim.

Seja muito bem-vinda a esta Comissão de Constituição e Justiça.

Item 21... Eu ia para o item 20, mas o item 20 é da Senadora Augusta. Como você acabou de ler, eu vou alternar para o item 21.

ITEM 21

MENSAGEM (SF) N° 62, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 104, parágrafo único, inciso I, da Constituição, o nome do Senhor José Afrânio Vilela, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Paulo de Tarso Vieira Sanseverino.

Autoria: Presidência da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pronto para deliberação.

A relatoria é do Senador Carlos Viana, a quem concedo a palavra para proferir o relatório.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Como Relator.) – Obrigado, Senador Marcos Rogério. Meu bom dia a V. Exa. mais uma vez.

A nossa candidata teve o prazer de estar aqui mais uma vez, principalmente com a Senadora Augusta lendo o relatório. Para a gente é um prazer muito grande, principalmente pela qualidade dos nomes que foram apresentados.

É com muita satisfação que quero também fazer a leitura de um conterrâneo, que merece toda essa promoção. Não está aqui numa indicação política; está aqui numa indicação pela competência, como a senhora, por uma trajetória de prestação de serviço à sociedade brasileira. Esses são pontos que nós precisamos destacar aqui, neste momento em que o Senado cumpre o seu papel de fazer a leitura do relatório e, posteriormente, a sabatina, em que a senhora e o Dr. Afrânio poderão demonstrar ainda mais a competência que já têm no currículo.

Trata-se, Presidente, da Mensagem nº 62 da Presidência da República, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. José Afrânio Vilela, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, para o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Paulo de Tarso Vieira Sanseverino.

O indicado encaminhou a documentação exigida, bem como seu currículo, o qual passamos a descrever, conforme as informações constantes do processo.

José Afrânio Vilela tem 62 anos. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia, em 1985, e pós-graduação em Gestão Judiciária pela Universidade de Brasília, com apresentação da monografia "O Novo Código de Processo Civil: A racionalização procedimental como instrumento de melhoria da gestão judiciária e a busca pelo alcance do modelo social de processo no âmbito do Tribunal de Justiça de Minas Gerais".

Foi aprovado no concurso público para a magistratura do TJMG de 1988/1989. Atuou como Juiz Titular das Comarcas de Resende Costa, Bom Sucesso, Contagem e Belo Horizonte. Foi Juiz Cooperador nas Comarcas de São João del Rei, Conselheiro Lafaiete e Entre Rios de Minas. Na comarca da capital, ocupou o cargo de 10º Juiz de Direito de Belo Horizonte.

Entre outras relevantes funções, foi Juiz Corregedor do Estado de Minas Gerais, em 1996, e, concomitantemente, exerceu a Superintendência da Central de Mandados, coordenando os oficiais de Justiça do Estado. Ainda no cargo de Juiz Corregedor, foi indicado para o exercício das funções de Juiz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diretor do Foro de Belo Horizonte, responsável pela administração do Judiciário no primeiro grau, por delegação especial do Corregedor-Geral de Justiça, entre os anos de 1997 e 1999.

Em 2004, foi promovido ao cargo de Juiz do extinto Tribunal de Alçada de Minas Gerais, lotado na 3ª Câmara Cível (Direito Privado). Foi também Superintendente de Planejamento e Administração do Tribunal de Alçada do Estado, até 2005, quando da integração ao Tribunal de Justiça.

Desde 2005, é Desembargador do TJMG, atuando na 2ª Câmara Cível (Direito Público), onde atualmente é o Presidente desse colegiado. Foi o Primeiro Vice-Presidente e Superintendente Judiciário do Tribunal no biênio 2018/2020.

Na docência atuou como magistrado instrutor da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEF), que promove a formação de juízes e servidores do Poder Judiciário estadual; foi instrutor no curso de Capacitação em Poder Judiciário, uma parceria entre a EJEF e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; lecionou matérias referentes a recursos aos tribunais superiores em curso de pós-graduação em Direito Processual Civil; e foi professor de Noções de Direito e de Administração Pública em curso de formação de contadores no Colégio São José.

Exerceu outras diversas atividades de importância, a exemplo de sua atuação como membro da banca examinadora de concurso público para Juiz de Direito do TJMG, na disciplina de Direito Processual Civil; e como expositor do Conselho da Justiça Federal, no Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal, sobre o tema "Demandas Estruturais e Litígios de Alta Complexidade".

É membro fundador da Academia de Letras Jurídicas de São João del Rei e Tiradentes; membro efetivo da Academia de Letras de São João del Rei; membro do Instituto dos Advogados de Minas Gerais; e membro benemérito fundador da Academia de Letras de Ibiá.

Possui diversos artigos científicos publicados, entre os quais: "A Themis Negra no Quilombo do Rei Ambrósio", "Código de Processo Penal: história e perspectiva", "A crise hídrica como o grande desafio à preservação do meio ambiente na visão do Judiciário" e "A tecnologia e as ferramentas virtuais a serviço da otimização do sistema de precedentes qualificados".

No tocante à documentação necessária, apresentou declaração de que exercem atividades profissionais, públicas ou privadas, afetas ao âmbito jurídico os seguintes entes do seu núcleo familiar: Gisela Pereira Resende Vilela (cônjuge), servidora efetiva do TJMG desde 1993, lotada atualmente na Superintendência da Secretaria da Corregedoria-Geral de Justiça do TJMG; e Mateus Resende Vilela (filho), advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil de Minas Gerais com o nº 192008, desde 28/01/2019.

Declarou que nunca participou, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Declarou ainda que não consta em seu nome nenhuma pendência fiscal nos âmbitos estadual e federal, e, no âmbito municipal, há lançamento com suspensão judicial, conforme certidões anexas.

Relacionou ainda as ações judiciais em curso nas quais figura como autor ou réu, com indicação atualizada da tramitação processual.

Apresentou declaração de que, nos últimos cinco anos, atuou no TJMG na 2ª Câmara Cível, na qual tem assento; nas 8ª, 6ª e 11ª Câmaras Cíveis, na condição de cooperador; na 1ª Vice-Presidência, no biênio 2018-2020 e, também nesse período, na 1ª Seção Cível; e ainda no Órgão Especial do tribunal, quando convocado.

Por fim, em argumentação escrita (carta de apresentação), o indicado detalhou sua experiência profissional, formação acadêmica e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo. Destacou que sua experiência de 35 anos como magistrado e sua formação acadêmica e pessoal sempre foram voltadas ao interesse público e aos jurisdicionados, em alinhamento com os requisitos da Constituição Federal, e que sua atuação funcional sempre foi norteada pela obediência aos princípios e garantias constitucionais, notadamente o devido processo legal e a amplitude de defesa, sem se descurar da observância às relevantes transformações sociais das últimas décadas.

Nossa análise, Presidente.

Conforme o parágrafo único do art. 104 da Constituição Federal, os ministros do STJ serão nomeados pelo Presidente da República entre brasileiros com mais de 35 e menos de 70 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

O art. 52, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal reza que compete privativamente ao Senado aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de magistrados, nos casos estabelecidos na Constituição.

O art. 101, inciso II, alínea "i", do Regimento Interno do Senado Federal prevê que compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania emitir parecer sobre escolha de ministros de Tribunais Superiores.

Foram apresentados os documentos: o *curriculum vitae*, com as atividades profissionais e a relação das publicações de sua autoria; as declarações escritas do indicado quanto à existência de parentes. Toda a documentação necessária foi completada pelo Dr. Afrânio.

Portanto, Presidente, já vou direto à conclusão.

Nota-se assim que se encontram atendidas as exigências constitucionais e regimentais aplicáveis, inclusive quanto à documentação exigida pelo art. 383 do Regimento Interno desta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, entendemos que os nobres pares dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação.

É o nosso relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Carlos Viana, que profere relatório concernente à indicação do Dr. Afrânio ao cargo de Ministro do STJ.

O Dr. Afrânio é do Estado de Minas Gerais. Esteve comigo também... Tem uma carreira exitosa na magistratura e com reconhecimento para além de Minas Gerais.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para a próxima reunião, para reunião futura, o processo de arguição do candidato e a votação.

ITEM 20

MENSAGEM (SF) N° 61, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 104, parágrafo único, inciso I, da Constituição, o nome do Senhor Teodoro Silva Santos, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Jorge Mussi.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

A relatoria é da Senadora Augusta Brito, a quem concedo a palavra para proferir o seu relatório.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero, novamente, dar um bom-dia a todos e a todas que aqui estão e, com muito prazer, a leitura do relatório da indicação de um cearense que também, como os demais indicados cuja leitura do parecer foi feita, merece e está realmente nessa indicação por mérito.

Vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a Mensagem nº 61, de 2023, subscrita pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, contendo a indicação do nome do Sr. Teodoro Silva Santos, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga reservada aos magistrados estaduais e decorrente da aposentadoria do Ministro Jorge Mussi.

Em atendimento aos pressupostos constitucionais e regimentais, o indicado encaminhou o seu currículo, que passamos, agora, a resumir.

O Sr. Teodoro Silva Santos tem por *alma mater* a Universidade de Fortaleza (Unifor). Em 1987, graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais; em 1997, cursou especialização em Direito Constitucional; em 2007, concluiu o mestrado; e, em 2020, após 33 anos de atividades discentes e docentes na instituição, sagrou-se Doutor em Direito Constitucional. Durante este ano de 2023, está realizando atividades de estágio pós-doutoral na Universidade do Minho, em Braga, Portugal.

A carreira profissional do indicado teve início na advocacia criminal no Estado do Ceará. Entre os anos de 1989 e 1992, o Sr. Teodoro Silva Santos foi Delegado de Polícia Civil do Estado de Rondônia. Como Promotor de Justiça do Estado do Ceará, entre 1993 e 2010, atuou em diversas comarcas até ser promovido, por merecimento, para a Comarca de Fortaleza. O indicado tem 12 anos e seis meses de judicância no Tribunal de Justiça do Ceará. Como desembargador, liderou câmaras de direito público e privado e também desempenhou as funções de Corregedor-Geral de Justiça e Coordenador em comissões do Conselho Nacional de Justiça, demonstrando competência em cargos de grande responsabilidade.

Como docente, desde 2003 integra o quadro de professores titulares da Universidade de Fortaleza, onde ministra disciplinas de graduação relacionadas ao Processo Penal. O indicado apresenta extensa produção bibliográfica, com artigos completos publicados em periódicos e livros, bem como participação consistente como conferencista, palestrante ou debatedor em seminários, congressos e eventos afins. Sua obra mais recente é de 2022, publicada pela Editora Juspodivm, sob o título *O Juiz das Garantias sob a Óptica do Estado Democrático de Direito: a Adequação ao Ordenamento Jurídico Brasileiro*.

Em atendimento ao disposto no art. 383, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, o indicado apresentou declaração de que possui parentes que desempenham atividades públicas vinculadas à sua atividade profissional. Seu irmão, Raimundo Nonato Silva Santos, é igualmente Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Seu filho, Matheus Teodoro Ramsey Santos, é Conselheiro da Agência Reguladora do Estado do Ceará. Declarou ainda três sobrinhos que atuam como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará, Procurador do Município de Caucaia e Defensor Público da Defensoria Pública do Estado do Ceará, respectivamente.

Ainda, o Sr. Teodoro Silva Santos declara ser sócio da empresa AMT Empreendimentos Imobiliários Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ, com sede em Fortaleza. No entanto, informa que não ocupa posto de gestão ou administração da entidade.

Nos últimos cinco anos, o indicado exerceu ininterruptamente o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Portanto, dada a natureza de seu cargo, atuou em juízo.

Quanto a ações judiciais, o indicado informa que inexiste procedimento em tramitação em que figure como autor ou réu; adicionalmente, que não é parte em nenhum processo, seja no âmbito cível, criminal, trabalhista, administrativo ou qualquer outra jurisdição.

Na documentação que instrui esta indicação, há declaração de que se encontra em situação de regularidade fiscal nas esferas federal, estadual e municipal, conforme certidões encaminhadas à Comissão.

Por fim, em conformidade com o art. 383, inciso I, alínea "c", do Regimento Interno do Senado Federal, o indicado apresentou argumentação sucinta, em que expõe sua experiência profissional e formação técnica, a justificarem, em seu entendimento, a nomeação para o cargo.

Ante o exposto, consideramos que as Sras. e os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre o presente indicado, sobre a presente indicação.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senadora Augusta Brito, que profere relatório concernente à indicação do Dr. Teodoro Silva Santos ao cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça. E, na leitura que fez, fez menção à passagem dele pelo Estado de Rondônia como delegado. Ele atuou na cidade de Pimenta Bueno, no meu estado, e eu conversei muito com ele, tem uma longa história, teve essa passagem por lá e nos honra muito.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a votação.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, especialmente dos Senadores que aqui estão: o Senador Carlos Viana, a Senadora Augusta Brito, também o Senador Sergio Moro e Senador Izalci, que por aqui passaram. Agradeço de modo especial à Dra. Daniela Teixeira, que veio prestigiar este momento, embora não fosse a data da sua arguição, mas ela fez questão de vir aqui nos honrando com sua presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito honrado. Que bom. E, na próxima quarta-feira, nós vamos colocar uma placa nova.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradecendo a presença de todos, está encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 57 minutos e suspensa às 12 horas e 49 minutos do dia 18/10/2023, a reunião é reaberta às 10 horas e 17 minutos e encerrada às 10 horas e 50 minutos do dia 19/10/2023.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e quatorze minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Marcos do Val, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Carlos Viana, Zequinha Marinho, Mauro Carvalho Junior, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Augusta Brito, Zenaide Maia, Paulo Paim, Teresa Leitão, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão e ainda dos Senadores não membros da Comissão Rodrigo Cunha e Wilder Morais. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Weverton, Plínio Valério, Omar Aziz, Otto Alencar, Eliziane Gama, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao Requerimento nº 34, de 2023-CCJ, de autoria Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Finalidade:** Instruir o PL nº 3045/2022, que "institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal; altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969; e dá outras providências". **Participantes:** **Sr. Rafael Moreira da Silva de Oliveira,** Coordenador de Projeto na Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; **Sr. Elias Vaz,** Secretário Nacional de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública; **Sr. Rodolfo Queiroz Laterza,** Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (ADEPOL); **Sr. Coronel PMSC Marlon Jorge Teza,** Presidente da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais (FENEME); **Sra. Beatriz Graeff,** Coordenadora de Projetos do Instituto Sou da Paz; **Sra. Chiavelli Facenda Falavigno,** Coordenadora do Departamento de Política Legislativa Penal do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM); **Sr. Mário Augusto D´Antonio Pires,** Integrante do Departamento de Política Legislativa Penal do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM); e **Sra. Gabrielle Ribeiro Nascimento,** representante da União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora (UNEafro Brasil). **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/24

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei 3.045, de 2022, que institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do *caput* do art. 22 da Constituição Federal, altera a Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, revoga dispositivo do Decreto-Lei 667, de 2 de julho de 1969, e dá outras providências, conforme o Requerimento de nº 34, de 2023, da CCJ, de iniciativa desta Presidência.

Esta reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados por sistema de videoconferência para exposições e debates.

A reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211. (*Pausa.*)

Convido para compor a mesa os seguintes convidados: o Sr. Rafael Moreira da Silva de Oliveira, Coordenador de Projeto na Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; o Sr. Elias Vaz, Secretário Nacional de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública; o Sr. Rodolfo Queiroz Laterza, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol); o Sr. Coronel da PM de Santa Catarina Marlon Jorge Teza, Presidente da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais (Feneme); a Sra. Beatriz Graeff, Coordenadora de Projetos do Instituto Sou da Paz; a Sra. Chiavelli Facenda Falavigno, Coordenadora do Departamento de Política Legislativa Penal do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCcrim); o Sr. Mário Augusto D'Antonio Pires, integrante do Departamento de Política Legislativa Penal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCcrim); a Sra. Gabrielle Ribeiro Nascimento, representante da Uneafro Brasil.

Aqueles que estão aqui presentes tomem assento. Desde já, agradeço o comparecimento.

Quero registrar aqui que eu sempre tento, na medida do possível, formar a mesa de uma forma equitativa com relação ao gênero, porque para mim isso é de fundamental importância, e fica aqui o meu protesto com essa mesa, que infelizmente não tem representante feminina, e seria a minha intenção que tivesse. Se houvesse alguém que pudesse representar, assim eu faria, colocaria aqui prontamente. Só para fazer esse registro, porque sempre eu peço à minha equipe que essa representatividade seja especificada, e não só especificada, mas ganhando vida, vez e voz dentro deste espaço que, infelizmente, ainda é um espaço sexista, é um espaço misógino.

Muito obrigado pelo comparecimento de todos.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos; a palavra dos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição; Senadores interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

Concedo a palavra ao Sr. Rafael Moreira da Silva de Oliveira, Coordenador de Projetos na Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, para sua exposição por, no máximo – no máximo, pediria obediência ao prazo, ao período, porque nós temos outras agendas aqui dentro da Casa, tanto nas Comissões como no Plenário do Senado – dez minutos.

O SR. RAFAEL MOREIRA DA SILVA DE OLIVEIRA (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas.

Senador Contarato, é um prazer compor a mesa com o senhor. Gostaria aqui também de saudar a CCJ e saudar todos os Senadores, todos os representantes de ministério e das corporações presentes e aqueles que nos assistem.

Bom, antes de mais nada, preciso deixar também uma mensagem do ministério, que é a de que nós sempre priorizamos e buscamos o debate como forma de construção e aperfeiçoamento não só desse, mas de todo e qualquer projeto que seja afeito ao ministério. Acreditamos que o debate feito da melhor maneira possível é o caminho para que a gente alcance o melhor interesse da população, correto?

Também vale salientar que, antes de mais nada, priorizamos os direitos dos trabalhadores da segurança pública em geral, não só das corporações militares, e prezamos e buscamos o respeito aos trabalhadores da segurança pública diante de uma situação extremamente alarmante, que é de alta letalidade, alta vitimização, altas taxas de suicídio, condições de trabalho que são das piores, falta de equipagem da corporação e dos profissionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, sempre fazemos a pergunta: que polícia nós queremos para o nosso país? Diante dessa pergunta é que olhamos para o projeto. E, diante do projeto que nos foi apresentado, antes de tudo, rogamos por mais debate, rogamos por mais escuta à sociedade civil. Acreditamos que seria, sim, possível fazer debates mais ampliados, mais episódios de debate aprofundado, uma vez que só na Câmara dos Deputados o projeto passou 21 anos, e por 17 anos da tramitação desse projeto não houve qualquer avanço na tramitação. Ou seja, de 21 anos, nós tivemos quatro anos apenas em que houve alguma tramitação. Esses 21 anos compreenderam cinco legislaturas – cinco legislaturas em que houve três audiências.

Então, a gente poderia, sim, propor ainda mais debate, debate incessante e incansável.

Mas, além disso, existem alguns pontos que preocupam o ministério ainda. Nós ainda buscamos aperfeiçoar esses pontos de alguma maneira, e eu gostaria de tratar deles aqui rapidamente.

O primeiro dos pontos é em relação às ouvidorias, que estão dispostas no art. 10 do projeto. Nós entendemos que a redação que dispõe sobre as ouvidorias é uma redação vaga justamente por ser uma lei geral, mas a vagueza dessas disposições nos faz supor que as ouvidorias que estão sendo tratadas no projeto são ouvidorias internas da polícia. Ora, nós supomos, mas quem garante que, nos 27 estados, isso seria interpretado da mesma maneira que nós fizemos aqui nesta sala? Portanto, isso poderia ser usado e interpretado de diversas maneiras no país, inclusive de maneiras que poderiam contrariar o interesse público.

E o que eu quero dizer com isso? Quero dizer que seria necessário ter disposições mais detalhadas e específicas que garantissem a autonomia das ouvidorias, que garantissem a força que um ouvidor deveria ter ao fazer seus requerimentos, inclusive porque um problema crônico das ouvidorias não só de polícia, mas dos serviços públicos no Brasil é que as demandas das ouvidorias não são levadas a cabo. Por quê? Não têm poder, não têm caráter vinculativo a um comandante-geral, a um superior, inclusive da corregedoria, etc. Então, esse ponto das ouvidorias merecia uma redação mais específica que a amarrasse melhor, de forma que as ouvidorias, que são órgãos tão importantes para a participação social e para o recebimento de denúncias de violações de direitos humanos, fossem de fato respeitadas e realmente tivessem a sua devida importância.

Um outro ponto que nos preocupa bastante é em relação ao Sistema Nacional de proteção do meio ambiente. De novo, a forma vaga em que se trazem as disposições sobre o Sisnama gera dúvidas, gera alguma lacuna sobre como será organizado esse sistema, uma vez que, hoje, os profissionais que são compreendidos pelo Sisnama não passam de 20 mil profissionais, enquanto nós temos mais de 400 mil profissionais das polícias. Imagine o que seria o Fundo Nacional do Meio Ambiente, que era dividido para menos de 20 mil profissionais, que reclamavam das dificuldades de equipamento e de orçamento para poder exercer sua função, agora ocupado por mais de 400 mil profissionais, sem nenhuma determinação de como será organizada essa integração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que existem duas correntes: a de que deveríamos trazer uma perspectiva mais militarizada para o sistema de proteção do meio ambiente e aquela de que não deveríamos trazer uma abordagem mais militarizada. Embora sejam opiniões válidas e divergentes, é válido destacar que o projeto do ex-Presidente Jair Bolsonaro era um dos únicos que dispunha da integração da polícia militar no Sisnama e que foi rejeitado. Foi uma das tentativas que houve de aditar esse projeto que tramitou, longamente, na Câmara dos Deputados, em que 80% do seu texto atual é de substitutivo do Legislativo, e não de texto original de um PL do Executivo.

Portanto, esse tipo de edição pode trazer insegurança para todo o sistema de proteção ambiental e traz preocupações em relação ao direito humano de ter um meio ambiente saudável e sustentável para as gerações presentes e para a posteridade. A abordagem do Ministério dos Direitos Humanos sobre esse tema é principalmente na proteção dos defensores de direitos humanos e dos ambientalistas, mas vemos, como ponto central, que o sistema atual deve ser fortalecido e não deve ser colocado numa situação de dúvida, de insegurança, de disputa de atribuições e prerrogativas.

Já encaminhando para a parte final da minha fala, gostaria de falar também sobre uma questão um pouco problemática em relação àquela cota para participação de mulheres, que acaba se tornando um teto para a participação de mulheres. É sabido que, em todo o nosso país, existe, sim, uma tradição de um teto de participação, que gira em torno de 10%, mais ou menos, de participação de mulheres nas corporações. Aí o projeto vem e aumenta um pouco esse teto, para 20%, dizendo que as candidatas femininas podem concorrer à totalidade das vagas nas áreas de saúde.

Bom, primeiro, eu acho que cabe uma problematização rápida em relação a, de novo, relegarmos o papel feminino ao papel do cuidado dentro de uma corporação. Acreditamos que não é só este o papel em que as mulheres podem concorrer à totalidade das vagas. Aliás, que evidências sustentam o teto da participação feminina na corporação? Nós temos algumas ações judiciais no Brasil que já vêm contra esse tipo de política. É uma tradição que nós temos nas nossas corporações que não é embasada em evidências. E, se há evidências, essas evidências não foram bem fundamentadas a ponto de representar um dado científico que seja legítimo para fundamentar políticas públicas. Esta é a orientação para se fazer política pública de acordo com o Ministério dos Direitos Humanos: sempre baseada em evidências. E aí existem alguns desses pontos... A fraqueza é justamente carecer de algumas evidências que comprovem que isso dará certo.

Aliás, o projeto em si não tem atacado alguns dos pontos centrais, como os pontos que eu disse anteriormente – de letalidade, vitimização, suicídio... Por exemplo, letalidade e vitimização só são citados no projeto quando ele dispõe das obrigatoriedades do relatório anual. Mas, para além disso, levando em consideração a centralidade desse problema, poderia ser mais bem abordado.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAFAEL MOREIRA DA SILVA DE OLIVEIRA – Por fim, indo para um último ponto – eu fiz algumas anotações para que não me perdesse –, existe uma série de pontos, durante o projeto, que afastam as corporações policiais daqueles órgãos de controle civil e aproximam as corporações policiais dos órgãos de controle militar. Isso em si não seria um problema se a tendência democrática fosse ampliar o controle civil ano após ano, legislatura após legislatura; mas, ao contrário, insistimos, por exemplo, em apostar no Sigma, sistema de controle de armas, sendo que vemos, dia após dia, que o Sigma tem falhas em relação à sua informatização, em relação à sua organização e ao seu uso. Portanto, precisamos refletir sobre este sistema, o Sigma – e não aqui com um viés moral, mas com um viés comparativo entre políticas públicas e a sua informatização.

Portanto, eu gostaria de finalizar minha fala reforçando a necessidade desse debate técnico sobre as políticas que têm sido baseadas em evidências e que têm funcionado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Muito obrigado, Sr. Rafael Moreira, pelas suas contribuições.

Quero deixar claro a todos vocês que eu tenho um histórico de minha vida profissional e tenho muito orgulho de estar no Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras como Líder do PT no Senado, mas eu tenho 27 anos como delegado de polícia; eu tenho 25 anos como Professor de Direito Penal e Processo Penal. E não à toa – porque, quando se fala, por exemplo, em base científica, tudo tem uma razão de ser quando se fala na área da saúde – eu fui autor da lei que institui o piso da enfermagem, 85% dos trabalhadores no Brasil na enfermagem são de mulheres. Essa é uma razão óbvia que nós temos.

E, quando nós temos também a participação das mulheres – que não é piso, é um mínimo, e isso foi também um pleito da própria Bancada Feminina –, lembro que esse projeto passou na Câmara dos Deputados com aprovação unânime – unânime, Senador Izalci – de todos os partidos, de todos os partidos políticos, inclusive PT, PSB, PSOL, Rede, todos os partidos.

E, quando a gente pede o percentual, eu trago para os colegas: Guarda Nacional Republicana de Portugal, 6,5% são de mulheres; França, 16%; Itália, Carabinieri, 4,5%; Espanha, 11%; Chile, 17%; Colômbia, 9,8%; Estados Unidos, 12,6%; Canadá, 19,5%; Austrália, 13,5%; Holanda, 22%; Alemanha, 19%; Finlândia, 15%.

Eu tive a preocupação, porque eu tenho aprendido, em pouco tempo aqui como Senador, que o ótimo é inimigo do bom. É óbvio. Nós temos que ter... Às vezes, a gente idealiza – Senador Izalci sabe disso – um projeto que é fantástico, maravilhoso. Piso da enfermagem foi um exemplo disso. Coloquei um piso de R$7,2 mil com vinculação a 30 horas semanais, daquele jeito não conseguia passar. E aí, sim, nós temos que trazer... Agora nós não podemos deixar de fazer um recorte em cima de base científica: 85% são de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres; mais de 55% de pretos e pardos. É esse o recorte. Por isso a ressalva no projeto da lei geral de ter essa ampla concorrência óbvia na área da saúde, porque é a esse público que está sendo direcionado ali.

Agora, é óbvio que nós queremos que a participação das mulheres seja cada vez mais, e eu morro... Tenham em mim essa defesa. Não é pela aprovação dessa lei que a gente não vai discutir esses pontos de fundamental importância quando se aborda aqui letalidade, vitimização, a população que está sendo alvo, o perfil socioeconômico de quem está sendo morto por disparo de letalidade. Nós sabemos disso. Então, esse discurso, às vezes, com todo respeito à extrema-direita, mas quando se faz assim... Nos Estados Unidos teve um movimento para ver o grau de letalidade da polícia com a população preta, e aí se instituiu lá: "Vidas negras importam". Importam sim. E aí vem a extrema-direita e fala: "Não, todas as vidas importam". Claro, mas qual é o recorte que nós estamos dando? Qual é o perfil das vítimas por disparo de arma de fogo? Pobres e pretos e pardos. Então, esse recorte está sendo feito.

Eu quero falar só – desculpem-me esse desabafo – no sentido de que eu tive a cautela de sempre falar: isso não é teto, é o mínimo de percentual de participação. E eu espero que nós tenhamos a serenidade... Caso seja aprovado esse projeto da lei geral da polícia militar, assim como da lei geral da polícia civil, os aprimoramentos vão ocorrer e devem ocorrer de forma positiva para dar garantia a um direito constitucional expresso no art. 144, quando diz que a segurança pública é direito de todos, mas é dever do Estado. Então, a população brasileira precisa efetivamente disso.

Só faço essa ressalva com relação a esses pontos quando se fala com relação ao sexo feminino e com relação ao percentual, sobre o qual volto a frisar: jamais, jamais, eu queria... E quero e vou contribuir para que esses 20% sejam não um teto, mas sim, um mínimo, para que as mulheres tenham o engajamento em todas as áreas – é óbvio que nós temos que ter em todas as áreas. Como eu falei no início desta sessão, eu queria que 50% desta mesa estivessem compostos de mulheres, assim como eu queria que tivesse uma representatividade maior dos pretos e pardos, dos indígenas e quilombolas, e assim sucessivamente.

Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. Elias Vaz, Secretário Nacional de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para a sua exposição, por no máximo dez minutos.

O SR. ELIAS VAZ (Para expor.) – Muito boa tarde, Presidente; boa tarde a todos que aqui se encontram.

Eu quero cumprimentar a mesa na pessoa do Senador Fabiano Contarato. Aliás, eu quero trazer um abraço do Ministro Flávio Dino e dizer que nós do ministério temos a convicção de que nós temos um Relator que reúne duas características fundamentais: primeiro, a experiência que o senhor tem, e a sensibilidade humana que o senhor tem. Eu acho que essas duas características vão ser muito importantes para contribuir para o melhor relatório possível. Então, a gente está muito tranquilo com a sua relatoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho certeza de que nós vamos ter um resultado muito interessante desse processo, que já se arrasta por mais de 20 anos, infelizmente.

Quero cumprimentar também a todos que se encontram aqui, as entidades, na pessoa do Subtenente Gonzaga, nosso amigo; também cumprimentar o Senador Izalci, representante aqui de Brasília.

E quero dizer que a gente tem que partir de um debate. Eu acho que, quando a gente vai discutir essa questão da Lei Orgânica das Polícias Militares, é dizer o que está vigente, porque nós passamos vários anos discutindo, e o que ficou nesses anos todos... Eu acho que o Senador Fabiano Contarato disse uma frase aqui que é fundamental para reflexão – que o bom é inimigo do perfeito –, porque nós tivemos a vigência até hoje do Decreto-Lei 667, que foi redigido em pleno AI-5.

Eu quero ler alguns artigos aqui, porque, quando a gente não aprova nada, é isso aqui que está... Durante 21 anos, a gente fica neste imbróglio: é porque a gente não concorda com um assunto, com outro... Eu quero dizer alguns aqui: "Atender à convocação, inclusive mobilização, do Governo Federal em caso de guerra externa ou para prevenir ou reprimir grave perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção, subordinando-se à Força Terrestre para emprego em suas atribuições específicas de polícia militar e como participante da Defesa Interna e da Defesa Territorial [comandada pelas Forças Armadas]". É o tipo de coisa que tem aqui.

Outra situação: "O provimento do cargo de Comandante será feito por ato dos Governadores de Estado e de Territórios e do Distrito Federal, após ser o nome indicado aprovado pelo Ministro de Estado do Exército, observada a formação profissional [...]". Quer dizer... É claro que teve algumas revogações tácitas, mas é o tipo de conteúdo.

Tem outra situação aqui, Senador Izalci, sobre instrução e armamento. Está aqui: "A instrução das Polícias Militares limitar-se-á a engenhos e controlada pelo Ministério do Exército através do Estado-Maior do Exército, na forma deste Decreto-lei". O art. 15 diz assim: "A aquisição de veículos sobre rodas com blindagem leve e equipados com armamento nas mesmas especificações do artigo anterior poderá ser autorizada, desde que julgada conveniente pelo Ministério do Exército". Quer dizer, é esse tipo de legislação que a gente tem aqui.

Então, primeiro, no Ministério da Justiça, nós fizemos uma reflexão. O Ministro Flávio Dino até encaminhou um documento ao Presidente tanto da Câmara Federal como do Senado e do Congresso, o Senador Rodrigo Pacheco, colocando alguns projetos prioritários para o ministério, e dois deles eram justamente a Lei Orgânica das Polícias Civis e a Lei Orgânica das Polícias Militares, porque, se a gente não avança nisso, é isso aqui que nós vamos ter. Eu tenho certeza de que ninguém mais concorda com isso. Não tem ninguém que concorde com isso. Então, às vezes, por divergências pontuais que nós temos, nós deixamos, na verdade, um formato jurídico hoje que é totalmente fora da realidade. Então, primeiro isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que, na nossa opinião, em que pese... Tem questões em que eu acho que a gente precisa avançar, que podem ser corrigidas, que podem ser melhoradas, mas a gente precisa partir do reconhecimento de que essa legislação melhora e muito, na verdade, o que pode balizar a construção das polícias militares no País – e muito! Não é pouco, não. Então, é bem mais avançado. Acho que a gente tem que partir desse pressuposto e, aí sim, a gente... Porque, senão, a gente fica só discutindo os problemas e a se esquece de valorizar aquilo que avançou bastante, que avançou muito, porque esse projeto aqui dá uma transversalidade no papel da polícia militar, coloca aspectos muito fundamentais e caros para a questão de um Estado democrático de direito. São muitas questões em que eu acho que se avança.

É claro que precisa ter correções. Eu concordo com isso e acho que a gente pode fazer essas sugestões, mas é com esse espírito que nós do Ministério da Justiça entendemos que nós temos que olhar para esse projeto, tanto é que a gente acha que tem que fazer um esforço tremendo para impedir que ele volte de novo para a Câmara. Acho que é preciso tentar corrigir com emendas supressivas ou com emendas de redação – não estamos nem entrando no mérito aqui –, ou com o veto depois, que é onde o Governo vai poder se manifestar de forma mais clara. Mas a nossa visão é que é muito importante que o Congresso Nacional dê uma resposta para a sociedade. Esse projeto é de 2001, de autoria do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Então, é preciso a gente realmente avançar nessa questão.

Acho que, tendo essa compreensão, eu gostaria só de colocar alguns pontos e contribuições que a gente acha que podem melhorar. Por exemplo, quando se coloca aqui a questão dos crimes praticados por membros dos próprios militares, abre-se uma possibilidade aqui, Senador, de nomear peritos *ad hoc*. Aí a gente tem uma preocupação, porque ele fala "na ausência de peritos", mas não especifica o que é essa ausência. A gente acha que se pode melhorar essa redação ou ver alguma questão, porque isso pode ter consequências que eu acho que não seriam interessantes.

Outra situação também que a gente coloca é a questão da ouvidoria, que o colega Rafael também coloca aqui, subordinada diretamente ao comandante-geral. Nós temos experiências hoje já, tanto no Governo de São Paulo como no Governo do Maranhão, que são realidades. No caso de São Paulo, inclusive, a ouvidoria é autônoma; no caso do Maranhão, ela está subordinada ao secretário. Então, ela tem um papel interessante, e eu acho que seria um retrocesso até em alguns estados... Da forma que está aqui também é uma observação que a gente faz e em que a gente precisa avançar.

Outra questão também que eu gostaria de colocar aqui é quando se cita a questão do quadro de oficiais do Estado-Maior: aqueles que podem ser comandantes dentro da estrutura da polícia militar têm que ter bacharelado em Direito. Nós também achamos que isso... Porque você tem, por exemplo, batalhão de trânsito, batalhão... Você pode ter comandantes de áreas, por exemplo, na área ambiental, em que a pessoa pode ter outra formação e pode assumir essas funções. Então, também é uma situação que... A gente acha que não se pode colocar essa exigência de ter curso de Direito. A gente acha que isso aqui também pode ser uma coisa que pode ser corrigida, é uma opinião nossa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ELIAS VAZ – Hã?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Preferencialmente.

O SR. ELIAS VAZ – Pode colocar até "preferencialmente" mas não pode... Acho que você deixar... Pode ter oficiais brilhantes que acabam não podendo ter uma oportunidade porque não têm o curso de Direito.

Outra questão que também cito é a situação de ter instituído aqui o quadro de oficial temporário. Isso nos preocupa, porque... A gente já viu algumas alegações de que isso aqui poderia ser para a área de saúde. Então, que se especifique isso para a área de saúde, porque você ter um oficial com cargo comissionado, um cargo temporário de oficial é um negócio meio estranho, entendeu? Isso também nos causou preocupação. Pode ter algum sentido na área da saúde, porque, às vezes, você precisa, eventualmente, mas, aí, é bom que se especifique isso aqui, porque senão vai ficar uma situação, uma lei federal permitindo que você possa contratar um major, um coronel ou um capitão de forma temporária. Isso não é um negócio também que... A gente levanta aqui uma preocupação.

Por último, uma observação que a gente faz também é que, em algumas situações aqui, Senador Contarato... Está dizendo aqui – e aí é só um questionamento que a gente faz –, coloca-se assim, por exemplo: participar... Tem essa questão da participação política. "Participar, ainda que no horário de folga, de manifestações coletivas de caráter político-partidário ou reivindicatórias portando arma ou fardado." Aqui há só um questionamento que a gente colocou: então, não fardado pode? Vou só colocar um exemplo: vai ter uma manifestação, que é legítima, às vezes, de um partido político, e aqui nós estamos falando que um partido está puxando uma manifestação, por exemplo, contra um governador, contra o próprio secretário de segurança pública de um estado. Aí, quer dizer, um coronel, por exemplo, que não estiver com a farda vai poder participar dessa manifestação? É uma reflexão que a gente está colocando aqui. A forma como está sendo colocado aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELIAS VAZ – ... permite esse tipo de situação. Então, esse aqui é mais um questionamento porque, do jeito que está o texto, fica parecendo que, então, sem farda, pode. A gente tem uma dúvida sobre isso mesmo, é um questionamento que a gente está fazendo pela forma como está construído.

Então, eu fico aqui, inicialmente, com essas contribuições. São observações que a gente acha totalmente possíveis de serem, no próprio relatório, saneadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, mais uma vez, quero dizer que a gente está com muita expectativa de que realmente o projeto seja aprovado, porque a gente acha que é uma resposta importante que o Congresso vai dar, do ponto de vista histórico, para uma categoria tão importante, que é a dos policiais militares do nosso país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, meu querido. Transmita o meu abraço fraterno ao nosso querido Ministro da Justiça Flávio Dino, que tem desempenhado um papel de fundamental importância para o país neste momento.

Eu agora concedo a palavra ao Sr. Rodolfo Queiroz Laterza, que é Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol), para sua exposição por, no máximo, dez minutos.

Eu pediria que, para a gente tornar esta audiência pública proveitosa, diante dos questionamentos e das dúvidas, tentem responder de forma didática para que não haja dúvidas. Porque, às vezes, a gente compra uma falsa verdade e essa falsa verdade se perpetua. Então, é bom, às vezes, a gente ter essa utilização deste espaço para efetivamente saber responder de forma a apontar, dizia Piero Calamandrei, o direito da forma mais coerente, correta e fidedigna com o que está ali. Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. Rodolfo Queiroz Laterza, Delegado de Polícia, para sua exposição, por no máximo dez minutos.

O SR. RODOLFO QUEIROZ LATERZA (Para expor.) – Boa tarde.

Cumprimento o eminente Senador Fabiano Contarato, que preside esta pertinente audiência pública; cumprimento o Deputado Elias Vaz, Secretário de Assuntos Legislativos; o Dr. Rafael Moreira, pelo Ministério de Direitos Humanos; o meu particular amigo, Presidente da Feneme, Marlon Teza; todos os presentes e aqueles que ainda farão suas exposições; e demais Senadores que aqui estão, com muita deferência. Obrigado.

Bom, antes mais nada, quero só falar, em 30 segundos, por que um presidente da Adepol do Brasil está aqui falando da Lei Orgânica das PMs, se no passado estaria em bastidores travando esse projeto de lei. Porque a sociedade e nós policiais – vou falar pelas polícias civis e pelas polícias militares –, a gente não aguenta mais ficar nos bastidores conflitando. Nós não merecemos isso como policiais, em primeiro lugar, e a sociedade não merece isso. E nós chegamos com muito orgulho a uma pacificação, e a Adepol do Brasil apoia, sim, o projeto de Lei Orgânica das Polícias Militares. É um avanço civilizatório, um avanço ao regime democrático. Nós trabalhamos nesse texto, revisionando ponto a ponto, e a Feneme fez isso na Lei Orgânica das Polícias Civis.

Tenho um tributo a dizer de que esse apoio mútuo é bom para o país, e não só para as corporações. A Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis evoluiu com o apoio da Feneme, e a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares evoluirá com o apoio da Adepol do Brasil, com muito orgulho e satisfação. Em primeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lugar, por quê? A Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares fortalece a nossa coirmã e os nossos briosos policiais militares e, segundo, adequa-se ao regime democrático, superando uma normatização do AI-5 (Ato Institucional nº 5) e superando aquilo que todo mundo critica na polícia militar. A polícia militar é voltada para combater o inimigo interno – a doutrina de segurança nacional que foi estabelecida no Ato Institucional nº 5. Então a lei, o projeto de lei da Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares adéqua a Constituição Federal. E aqui, só fazendo adequações e explicações técnicas, porque eu acompanhei a redação, eu revisei, até para a gente não ter conflito corporativo e, pelo contrário, para a gente ter ajuda corporativa.

A primeira questão, do Sisnama. Eu sou até certo ponto um pouco culpado disso. Por quê? Isso não é um projeto político ideológico. A inserção das polícias militares no Sisnama e também da Polícia Federal e das polícias civis não é primeiro para integrar o órgão central do Sisnama – que nem podem, porque o órgão central do Sisnama é o Ministro do Meio Ambiente e fundamentalmente todos os Ministros do Governo Federal. Então não poderia a polícia militar, com os seus representantes, integrar o Sisnama. E, em segundo lugar, seriam os órgãos setoriais do Sisnama, que são justamente aqueles dos estados e municípios.

Agora, tem um detalhe: se no Sisnama podem entidades da sociedade civil integrá-lo, por que não podem a polícia militar e a polícia civil? Só para se adequar a um conjunto de normas e políticas públicas de combate ao desmatamento. E eu vou falar aqui um clamor: diversos comandantes de batalhões de polícia de meio ambiente e inclusive comunidades ligadas ao meio ambiente na Região Norte pediram à Adepol do Brasil o fortalecimento do Sisnama com as polícias, porque se não fossem as polícias militares, a Polícia Federal e a polícia civil, seria três vezes mais o desmatamento na Amazônia – seria o triplo, teria sido o triplo! –, garantindo isso com dados exequíveis. Basta ver a quantidade de autos de infração que as polícias militares e as demais polícias lavram no caso das infrações administrativas de meio ambiente.

Só que tem o seguinte: se não integrar o Sisnama, fica completamente descoordenado. E detalhe: ao Sisnama incumbe... É uma competência comum de União, estados e municípios e as suas entidades da sociedade civil integrarem-no. E aí não podem as polícias integrar para debater uma política pública? Repito, as polícias militares e as demais polícias sequer integrariam o órgão central do Sisnama. Nem o Conama, que é o órgão deliberativo consultivo, necessariamente participaria. Então, seriam chamados órgãos setoriais do Conama só para ajudar, ajudar os órgãos centrais. Nem da política pública nacional de meio ambiente as polícias militares poderiam participar simplesmente por estarem previstas no Sisnama. Isso é de acordo com a Lei 6.938, de 1981, que instituiu o Sisnama. Então, não teria nem como ter antinomia sobre isso.

A questão das ouvidorias eu acompanhei, porque isso teve também na Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis e acabou suprimido no âmbito da Câmara. Isso foi demanda da sociedade civil. E por que não entra em conflito a existência de uma ouvidoria na Lei Orgânica das PMs? Porque a Lei 13.675, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2018, a lei do Susp, prevê que podem se constituir quantas ouvidorias forem necessárias em diferentes estruturas de órgão, até fora da secretaria de segurança pública. Então, pela lei do Susp, que é uma lei federal, você pode ter ouvidoria independente, você pode ter ouvidoria na secretaria de segurança pública, você pode ter ouvidoria dentro da estrutura ligada ao Governador. Então, isso não vai revogar, simplesmente só vai complementar a existência de uma ouvidoria da PM...

O SR. MARLON JORGE TEZA (*Fora do microfone*.) – É um *compliance*.

O SR. RODOLFO QUEIROZ LATERZA – Exatamente, é um *compliance*, um chamado *civilian oversight*. É até para poder a sociedade civil ter uma participação na ouvidoria da PM, porque a ouvidoria da PM teria que ser regulamentada, de acordo com a lei do ente federado, e ter representações da sociedade civil ali para fazer críticas a uma eventual ação indevida da polícia militar. Então, isso foi uma demanda da sociedade civil que eu acompanhei.

Há a questão relacionada também que é importante destacar: a nomeação de perito *ad hoc*. E me permitam falar, porque, repito, isso até para mim soaria estranho, eu que sou Delegado de Polícia. Simplesmente, o Código de Processo Penal Militar já prevê que, no âmbito dos crimes militares, no IPM, o encarregado do IPM pode nomear um perito *ad hoc*. Isso aí simplesmente só referenda o que já está no Código de Processo Penal Militar. Então, nas Forças Armadas, o Exército, por exemplo, no IPM, nomeia constantemente perito, no caso, *ad hoc*. Assim como no CPP, pode o delegado de polícia nomear um perito *ad hoc*. Então, não tem uma antinomia isso. É só uma explicação técnica aqui.

Voltando a falar, qual o primeiro princípio da Lei Orgânica Nacional das PMs? O respeito aos direitos e garantias fundamentais. Isso é uma revolução sistêmica, porque o princípio é o elemento nuclear de um sistema normativo, o princípio rege toda a interpretação de normas. O primeiro princípio a que a polícia militar tem que se vincular pela sua lei orgânica nacional, pelo seu projeto, é o respeito aos direitos e garantias fundamentais, o que justamente... Qualquer, por exemplo, ação ou planejamento operacional da polícia militar vai ter que obedecer essa métrica. Isso é um ganho civilizatório e para o regime democrático imensurável. Estou falando porque, no âmbito dos princípios da Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis, esse é o primeiro princípio vinculante. E é norma autoaplicável, não vai precisar de regulamentação.

São avanços que nós precisamos entender, por que a sociedade clama, de que a sociedade precisa, até para ter uma métrica de atuação. Por exemplo, as transparências em relação às missões policiais é algo que está na Lei Orgânica Nacional das PMs, no projeto de lei, um avanço substancial. Os conselhos comunitários nos quais a sociedade vai poder participar junto à PM é uma reivindicação, inclusive baseada no que se tem na sociedade norte-americana, em que, no âmbito dos condados, os cidadãos podem participar das discussões, das prioridades de atuação da polícia. Então, o que acontece? Isso tudo modifica substancialmente a doutrina das polícias militares, as regras de engajamento, justamente porque ter-se-á uma lei federal que o cidadão e os órgãos de controle poderão invocar, justamente para poder cobrar a observância dessas normas, porque agora, como o Secretário Elias Vaz muito bem falou, não tem parâmetro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhum. Tem o 667, que permite ainda... "Ah, não foi recepcionado", mas permite instrumentalizar as polícias militares para os famigerados CODIs, os Centros de Operações de Defesa Interna, de triste memória. Isso está no 667.

Então, é urgente a aprovação nesta Casa do projeto da Lei Orgânica das Polícias Militares pela pacificação das instituições, pela pacificação da PM. E vou falar também pela polícia civil, que está pautada hoje em Plenário. Eu tenho esse clamor para aprovarmos a polícia civil pela pacificação da polícia civil com a sociedade brasileira, e o mesmo se dá com a polícia militar e com os bombeiros militares. Essa lei vai ser a pacificação dessas instituições com a sociedade brasileira, e inclusive entre nós. Isso, portanto, não é só um clamor de um presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil; e um clamor de profissional de 22 anos.

E vou dizer uma coisa: a polícia, por essa falta de normatização, acabou tornando-se a guarda pretoriana que todo mundo critica; acabou sendo esse instrumento de repressão aos oprimidos que todo mundo critica. Esse marco regulatório da Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis e da Lei Orgânica das PMs supera essas contradições da nossa democracia até hoje não superadas, porque teve sempre aquilo que se falava, o entulho autoritário, nós ainda sobrevivemos a um entulho autoritário. Estamos querendo superar e, no entanto, a gente precisa que a sociedade civil compreenda que, ainda que não se tenha a lei perfeita, é uma lei ordinária que vai permitir avanços, através de projetos de lei do próprio Congresso Nacional, do próprio Senado Federal. Agora, o que não dá é manter o *status quo*. Isso vem, portanto, dos operadores da segurança pública que aqui estão, os delegados de polícia a quem eu represento e os oficiais da polícia militar e as praças que aqui estão, muito bem representados pelo Sargento Lucas.

Então fica esse clamor, um clamor concreto, porque, nada mais triste, nós temos a maior mortalidade de policiais do hemisfério ocidental. Nós temos a pior previdência policial do hemisfério ocidental – documentado, e não é só na polícia civil não, e na Polícia Federal e na Polícia Rodoviária Federal; na polícia militar também. Então, a lei pelo menos prevê parâmetros de valorização da saúde desses profissionais. Não se pode ter uma cobrança de uma observância, por exemplo, do uso racional da força pelo policial com policiais doentes, na qual simplesmente temos o maior índice de mortalidade, repito, do hemisfério ocidental. A lei cria parâmetros de observância.

E digo mais: Senador Contarato, mais do que aprovar a Lei Orgânica das Polícias Civis e da Lei Orgânica das PMs, é fazê-la ser cumprida, porque nós fizemos a lei do Susp e até hoje ela não é devidamente cumprida.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado. Obrigado, meu querido colega Delegado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui registrar a presença do Senador Esperidião Amin e, mais uma vez, a presença do nosso colega Senador Izalci.

Eu também quero que transmita ao Ministro da Justiça que eu tenho orgulho de falar, por exemplo, que eu fui autor da lei, aprovada aqui recentemente, para determinar a inserção de conteúdo de direitos humanos e discriminação racial ou abolir toda e qualquer forma de preconceito para as forças de segurança pública e privada. Então, esse também é um passo. Aprova-se a lei geral da PM, aprova-se a lei geral da polícia civil, mas nada impede que nós possamos avançar em outros conteúdos, porque a gente pode.

Esse projeto que foi aprovado aqui passou pela Comissão de Segurança Pública, e houve um recurso para ir a Plenário; passou quase que à unanimidade, apenas com um voto contrário, para ir ao Plenário, à Câmara dos Deputados. E eu espero que nós tenhamos a celeridade necessária para aprovar. Para mim, vai ser de fundamental importância, porque não é só das instituições de segurança pública, mas também de segurança privada, para ministrar esse conteúdo, que é um dos princípios, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, expresso no art. 3º, inciso IV, que diz que a União tem que abolir toda e qualquer forma de discriminação e preconceito. Aí nós temos essa possibilidade.

Concedo a palavra agora ao Coronel da Polícia Militar de Santa Catarina, o Sr. Marlon Jorge Teza, que é Presidente da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais (Feneme), para sua exposição, por, no máximo, dez minutos.

O SR. MARLON JORGE TEZA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Gostaria de saudar o nosso Relator, o Senador Fabiano Contarato; o Senador Esperidião Amin, do meu Estado, que, com muita honra, eu vejo aqui; o Senador Izalci, daqui do Distrito Federal; a assistência; o Dr. Elias; o representante do Ministério dos Direitos Humanos; e o meu amigo em particular, o Delegado Rodolfo Laterza.

Iniciando, eu gostaria de fazer um breve histórico, em que pese o Dr. Elias já ter feito um histórico bastante rápido, porque esse projeto de lei é de 2001 e ele não é, como alguns dizem, do Governo anterior, do Governo Bolsonaro, não; ele é um projeto oriundo da época do Fernando Henrique Cardoso. E ele cumpre um preceito constitucional, art. 22, inciso XXI, que diz que, sobre normas gerais de organização, efetivos, material bélico, mobilização, inatividades, pensões, enfim, é privativo a União legislar. É em cima disso que nós estamos falando. E, realmente, hoje nós estamos sob a égide de um decreto-lei de 1969, da época do AI-5, que não se coaduna, de forma alguma, com a Constituição de 1988. Isso já foi longamente tratado aqui.

Gostaria de dizer também que esse projeto de lei passou em todas as Comissões na Câmara, e, em 2017 – é bom que se diga isso também –, foi formada, à época, uma Comissão para tratar de todas as leis orgânicas das polícias na Câmara, e essa também foi, com viagens internacionais, ouvindo policiais do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo todo. Foi feita essa busca de informações, através de audiências públicas. Então, ele não ficou parado todos esses anos, não; ele teve tramitações e ele ficou sendo debatido.

Evidentemente, ele foi impulsionado a partir de 2019.

Nós, Comandantes-Gerais, entidades, como vimos que não tinha mais como estarmos sob a égide de uma lei de 1969 – não tinha mais como fazer isso –, corremos atrás e acabamos impulsionando, de várias formas, esse projeto de lei, até chegar a esse ponto. Em dezembro de 2021, ele foi aprovado na Câmara e veio para o Senado, onde está tramitando agora. Então, ele não ficou parado e ele realmente tramitou onde tinha que tramitar.

Só quero lembrar também que o Relator lá na Câmara, o Deputado Capitão Augusto, realizou audiências públicas em todo o Brasil – na época da pandemia, é verdade, limitado pela pandemia, mas foram feitas audiências públicas virtuais em todos os estados, inclusive com participação da nossa base. O Sargento Lucas está aqui, que pode confirmar isso. O ex-Deputado Gonzaga também está aqui, o Subtenente Gonzaga, que participou dessas audiências públicas. Então, houve várias movimentações, e aqueles que quiseram participar, participaram.

Eu, pessoalmente, estive no Fórum Brasileiro de Segurança Pública e no Instituto Sou da Paz, debatendo, recebendo inúmeras sugestões. O Relator incorporou muitas dessas sugestões ao texto, especialmente aquelas voltadas aos direitos humanos e à participação social, que é muito forte no projeto de lei. E as ouvidorias também.

Seguindo a dica do nosso Relator, do Senador Contarato, vamos tentar, rapidamente, fazer aqui um resumo das dúvidas.

Ouvidorias. Meu amigo Rodolfo já fez uma exposição. Essas ouvidorias são o *compliance*, a auditoria interna. Não é a auditoria que está lá no Susp. A auditoria do Susp já é tratada lá, são amplas auditorias, ouvidorias de que tem lá a previsão, com participação social em todos os níveis, na União, nos estados e municípios. Já existe lá. Essa aqui seria, vamos dizer assim, um *plus*, é uma ouvidoria *plus* dentro das instituições, que nem todas... Algumas instituições, polícia civil, polícia militar, já possuem; outras, não. Aqui vem como uma obrigação de ter essa ouvidoria. Só para esclarecer.

A questão do Sisnama foi amplamente esclarecida também, até agradeço, mas vale lembrar aqui que, num levantamento feito em 2019, nós tínhamos, à época, cerca de 8 mil policiais militares atendendo diretamente unidades especializadas do Brasil todo junto ao Ibama, policiais militares atuando, sem falar nos bombeiros que trabalham nos incêndios, na defesa do meio ambiente. Quer dizer, vão tirar esse pessoal de lá? Não vai mais ter?

Eu faço um paralelo com o trânsito. A polícia militar não arrecada, não aplica penalidade no trânsito, ela aplica o auto de infração, não a penalidade, no entanto, ela faz parte do sistema nacional. Isso não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nada a ver, nada a ver fazer parte com a sua atuação no dia a dia. Então, ela vem para colaborar, até porque é dos níveis do estado que nós estamos falando, em cada estado. Ninguém vai fazer a proteção concorrendo com o Ibama ou com qualquer outro órgão. Acho que há uma confusão aí.

A questão das mulheres. O nosso Relator, eu acho que já esclareceu: isso é em cima de um estudo, ninguém tirou isso de algum lugar. E foi um pedido delas, das mulheres, na época, que tivesse um mínimo, uma garantia. Isso é garantia, isso não é teto, é uma garantia de 20%. Se daqui a pouco é vetado ou substituído, aí fica sem garantia alguma. Aí, como é que ficamos? Qual é a média hoje que tem? É menos de 10% a média nacional hoje. Hoje, a média nacional é menor que 10% de mulheres nas instituições policiais e de bombeiros – nós estamos falando de bombeiro também aqui. Então, é algo que tem que ser devidamente esclarecido. E eu não sei por quê, de onde tiraram... Inclusive a mídia nacional ligando para a gente, conversando: "Pô, vocês estabeleceram um teto". Não. Onde é que está escrita essa palavra "teto"? Ao contrário, é uma garantia. Não é piso... Não é teto, aliás.

Sobre letalidade e controle da letalidade, nós temos vários dispositivos cujos princípios são uso progressivo da força e assimilação de todos os protocolos, inclusive protocolos de direitos humanos internacionais que têm que ser obedecidos.

E, até em cima disso, eu trago aqui que isso foi sugestão do fórum brasileiro e do Sou da Paz e foi muito bem aceita na ocasião pelo Relator, que coloca que os comandantes-gerais... Hoje, o comandante-geral não precisa apresentar plano nenhum para ninguém; ele assume o comando-geral e toca o comando-geral, não é? Aqui todos já passaram por funções com comando-geral, e o comando-geral não dá satisfação, se quiser, para ninguém, a não ser para o Governador – política, satisfação política.

Aqui nós estamos prevendo – o senhor deve ter visto, Dr. Elias – que o comandante tenha um prazo para apresentar um plano e submetê-lo aos conselhos previstos no Susp, inclusive estabelecendo procedimentos operacionais padrões para cada procedimento operacional, com avaliação daquele conselho para rever algum procedimento, justamente no sentido de diminuir a letalidade e controlar a letalidade policial e a vitimização do policial também, até porque se prevê também nesse plano que ele tenha que colocar os equipamentos de proteção individual (EPIs) que ele vai colocar a esse policial, a esse bombeiro, à disposição dele, para que ele não seja vitimizado por falta disso. Então, isso é algo que tem que ser moderno e que foi trazido por sugestão da sociedade civil inclusive.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARLON JORGE TEZA – Sobre a questão do Sigma, eu queria alertar que o Sigma não é invenção da lei. O Sigma já existe hoje na lei de porte de arma. Todo o armamento da polícia militar é controlado pelo Sigma. Se o Sigma tem que ser melhorado, é outra questão, mas hoje já é assim. Ninguém está... Nós estamos só repetindo. Está sendo repetido na lei o que já existe hoje em termos de legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu amigo Rodolfo também já falou sobre a questão do *ad hoc*. Eu acho que, na leitura, houve uma confusão de quem leu. O perito *ad hoc* é para as questões de Polícia Judiciária Militar, não é para qualquer questão. Isso já existe no Código de Processo Penal Militar. Se isso aí for vetado e não existir, o Código de Processo Penal já trata disso. Aqui está só mais bem estabelecido, mais bem regulamentado, para justamente evitar essas confusões.

Sobre a questão do bacharelado em Direito, eu até gostaria de dizer que isso não é... Na verdade, é só o conhecimento básico de cada um, porque ele vai fazer o concurso, vai fazer a academia e continua tudo como dantes no quartel de Abrantes. A verdade é essa. Eu vou citar o exemplo de Santa Catarina. Eu sou de lá, e o nosso Senador Esperidião Amin conhece. Desde 2007, o oficial da polícia militar faz, como pré-requisito, o curso de Direito. Foi uma opção, porque o oficial trabalha, o dia todo, com o direito, é um operador do direito – do direito administrativo, do direito penal, do direito penal militar. Ele é juiz, coisa que o civil não é. Ele é juiz. No escabinato, ele é juiz. Lá nos tribunais, ele é juiz, ele julga outros militares. Então, nós temos isso desde 2007, e tem sido um sucesso.

Até gostaria de registrar que, na semana passada, no Paraná, foi aprovado, na Comissão de Justiça de lá, o curso de Direito. E muitos bombeiros estão tendo, porque eles trabalham com direito administrativo praticamente o dia todo na sua atividade e têm que ter conhecimento e base de direito. Isso não quer dizer que ele não vá fazer a academia dele lá de três anos, dois anos e assim por diante.

E, para concluir, a questão do temporário: talvez ele seja mal-entendido. Isso ninguém tirou de casos práticos. Na gendarmaria francesa hoje, Relator – só para concluir –, que é a polícia militar da França, que tem mais de 130 mil elementos, a metade do efetivo deles é de temporário. Mas não é um temporário pego a laço, não; é um temporário que executa tantos anos dentro da instituição, que servem de currículo para a vida dele. Se ele quiser ir para a carreira, o pré-requisito é o mesmo: tem que ter curso superior, tem que... É exatamente como funciona. E ele não é uma imposição para os estados – hoje já tem estados que o têm, porque a lei já permite hoje –; ele é uma possibilidade para o estado que quiser, por lei própria, criar essa condição de temporário – como as Forças Armadas têm, mas num nível muito menor. Então, seria isso.

Sr. Relator, seriam esses os esclarecimentos que eu teria.

Eu vou deixar um memorial descritivo para o senhor, se puder, juntar à audiência pública, justamente com esses pontos em que se tem mais dúvida.

E uma coisa que eu rogo, rogo mesmo: leiam a lei. Leiam a lei! Muitos que criticam, que a gente ouve na imprensa, não leram a lei. Aí ficam dizendo que é o máximo e é uma garantia, porque é o mínimo... Ficam fazendo umas confusões, todas por falta simplesmente de leitura.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado.

Neste momento, concedo a palavra à Sra. Beatriz Graeff, Coordenadora de Projetos do Instituto Sou da Paz, para sua exposição por um máximo de dez minutos, que fará pelo sistema remoto.

E já agradeço à Sra. Beatriz Graeff.

A SRA. BEATRIZ GRAEFF (*Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e a todas.

Vocês estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeitamente.

A SRA. BEATRIZ GRAEFF (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu gostaria de cumprimentar o Senador Fabiano Contarato e os demais Senadores e Senadoras presentes; também os colegas da sociedade civil; do Poder Executivo; e os representantes aí presentes das associações de policiais.

Em nome do Instituto Sou da Paz, eu agradeço o convite e a oportunidade de debater hoje esse projeto de lei que a gente considera tão importante para a segurança pública no país.

Eu vou começar a minha fala também fazendo um breve resgate histórico, porque o Instituto Sou da Paz tem acompanhado, de maneira muito próxima, a tramitação desse projeto desde 2021. Em 2021, em parceria com o Laboratório de Análise da Violência da Uerj, nós fizemos um estudo, uma análise bastante extensa do PL que foi apresentado em 2001 e das diferentes minutas de substitutivo que circularam informalmente até a aprovação, até a apresentação do relatório final na Câmara dos Deputados.

Nessa análise que nós fizemos, nós ouvimos várias lideranças de associações e representantes de polícias militares de diferentes estados, pesquisamos também modelos de legislação semelhante em outros países, e isso resultou na elaboração de um documento que era uma proposta alternativa de lei orgânica para as polícias militares. Nós nunca apresentamos esse documento, essa proposta alternativa de forma integral, em respeito ao trabalho que estava sendo feito pelo então Relator do projeto na Câmara, o Deputado Capitão Augusto, que já vinha, há algum tempo, discutindo, fazendo as audiências públicas com essas associações de representantes das polícias nos estados, então nós usamos esse documento como uma base para discutir e tentar incidir no relatório final do projeto.

A gente teve a oportunidade de discutir ponto a ponto o substitutivo com a assessoria do Relator na Câmara e, de fato, várias das propostas que nós levamos, das preocupações que nós apontamos, enfim, foram contempladas na redação final.

O texto que foi aprovado na Câmara deixou de fora vários pontos que, desde o início, nós achávamos muito problemáticos pelo impacto que eles produziam no modelo federativo, e o risco de esvaziamento dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governos estaduais na gestão das PMs. Eu cito aqui, por exemplo, a proposta de lista tríplice e mandato fixo para comandante-geral, também a proposta de porta giratória, que permitia aos policiais eleitos voltar à atividade policial após o mandato, e algumas outras regras de promoção e de carreira que reforçavam algumas disfuncionalidades que já se apresentam em alguns estados.

Como já foi dito aqui, parte das propostas feitas pelo Sou da Paz foi incorporada ao texto, como, por exemplo, a necessidade de critérios para distribuição de efetivo e a obrigatoriedade da divulgação pública de um relatório anual com dados de produtividade, letalidade e vitimização policial. Apesar de muitas das nossas sugestões terem sido, em alguma medida, incorporadas, o projeto ainda carrega pontos com os quais a gente não consegue concordar e que eu trago aqui.

Já foi mencionada várias vezes a questão dos 20% de vagas em concurso para candidatas do sexo feminino. Ao longo das minutas, essa redação foi sendo alterada, mas sempre no entendimento de que a intenção era, de fato, assegurar um mínimo de vagas nos concursos para mulheres.

Acontece que a redação final que foi aprovada na Câmara, principalmente quando ela faz uma contraposição, ela faz uma exceção às carreiras na área de saúde, o texto deixa antever essa ideia de teto, e não de piso, como era originalmente a intenção. Eu acho que só o fato de esse dispositivo gerar tanto debate já mostra que a redação dele está falha em expressar adequadamente a intenção que está colocada ali, e acho que é importante que isso seja revisto.

Um outro ponto que permanece no projeto – que já foi mencionado aqui e que a gente acha bastante negativo – é a exigência do bacharelado em Direito para o ingresso nas carreiras de oficiais. A gente entende que a atividade policial se beneficiaria bastante com uma formação mais ampla dos seus quadros já no ingresso, havendo profissionais oriundos de outras formações, e que essa exigência, na verdade, reforça uma cultura jurídica na segurança pública, que tem, ao longo do tempo, dificultado que o campo policial se construa de forma autônoma, com as suas próprias especificidades.

Existe uma preocupação também na redação do art. 29 do projeto, que cria, estabelece, uma resposta direta do comandante-geral perante o Governador do Estado em relação à administração e emprego da PM, ao entendimento de que essa redação abre espaço para a extinção das secretarias de segurança pública, que nós entendemos que é uma medida absolutamente contrária ao objetivo de aprimorar a atuação integrada das polícias. Eu acho que o risco dessa interpretação vale, enfim, uma revisão dessa redação também.

Eu quero chamar aqui a atenção também para algo que não está no texto, mas que é um movimento que a gente tem acompanhado com muita preocupação. A articulação que possibilitou a aprovação do PL na Câmara dos Deputados foi construída, em larga medida, a partir da retirada do texto de vários pontos que geravam discordâncias muito agudas entre as polícias, nas polícias de diferentes estados... E foi dito, inclusive, que a ideia era de que alguns desses pontos poderiam tramitar de forma independente da lei orgânica, para que isso não atrasasse a sua aprovação. E, de fato, em agosto deste ano, a Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara colocou em pauta o PL 164, de 2019, que propõe a escolha por lista tríplice, em mandato fixo, para os comandantes-gerais, que é um dos pontos que foi mais criticado nas primeiras versões do substitutivo e que desperta uma forte oposição da sociedade civil e dos Governos estaduais. Esse movimento, acho que tem que ser olhado com atenção. Essa é uma manobra, enfim, que eu acho que deslegitima o debate que está sendo aberto aqui.

O Sou da Paz entende que é urgente termos uma nova lei que regule e organize o papel da polícia militar do Brasil. E, ainda que existam exemplos de polícias que se modernizaram bastante nos últimos anos, elas ainda são geridas por um decreto-lei que segue uma lógica de um período autoritário, e é inegável a necessidade de maior padronização entre as polícias militares no país. Existe uma disparidade bastante considerável entre as estruturas das polícias em cada estado, e muitas delas estão bastante precarizadas na sua forma de organização.

Então, o projeto constrói algumas blindagens necessárias, por exemplo, contra ingerências políticas nas PMs, como, por exemplo, a definição de critérios para nomeação do comandante-geral e requisitos mínimos de formação para a progressão na carreira. Porém, essa padronização não pode comprometer a autonomia dos estados e nem o comando do Governador sobre a polícia militar.

Já foi mencionado aqui, e eu quero lembrar também, que agora em setembro foi aprovado na Câmara o PL 1.949, de 2007, que cria a Lei Orgânica das Polícias Civis, que entendemos que também deveria ser objeto de uma reflexão mais sistêmica e de um debate mais amplo, o que não deve ocorrer, já que o projeto está na pauta para deliberação no Plenário do Senado hoje. Nós entendemos que é necessário modernizar o marco legal das polícias e que, embora o debate existente entre os próprios policiais contemple demandas corporativas e de classe, que são legítimas e importantes, elas não podem ser exclusivas nessa discussão.

O contexto de debate, a aprovação das leis orgânicas, deveria ser uma oportunidade de refletir e aprimorar o marco regulatório da segurança pública como um todo, uma vez que esses projetos envolvem questões relevantes relacionadas ao nosso modelo federativo e ao fortalecimento democrático do país. A aprovação das leis orgânicas das polícias é uma oportunidade de consolidar, no nosso ordenamento jurídico, uma esfera de atuação profissional propriamente policial, institucionalizando as especificidades dessa atuação no campo da segurança pública.

Eu finalizo, então, dizendo que esta audiência pública é um momento importante para que a gente possa refletir sobre quais modelos de polícia nós queremos. Eu acho que a gente precisa avançar nesse debate, independentemente da aprovação dos projetos, da continuidade da tramitação, e que é preciso haver um envolvimento mais amplo com essa pauta e outras pautas da segurança pública dentro e fora do Congresso Nacional. Isso é importante até porque, uma vez aprovadas, as leis orgânicas das polícias precisam ainda alavancar o envolvimento dos Governos dos estados e dos respectivos Legislativos, para que se concretize o aprimoramento que a gente espera e deseja das corporações e da segurança pública no país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Muito obrigado, Sra. Beatriz.

Neste momento, concedo a palavra à Sra. Chiavelli Facenda Falavigno, Coordenadora do Departamento de Política Legislativa Penal do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCcrim), para a sua exposição, por dez minutos.

A SRA. CHIAVELLI FACENDA FALAVIGNO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos os presentes.

Em primeiro lugar, a gente agradece a oportunidade de estar falando aqui em nome do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, em que a gente tem atualmente o Departamento de Política Legislativa Penal, que se debruça em estudar com cuidado os projetos de lei mais relevantes na área de segurança pública.

Eu vou dividir meu tempo de fala com o colega Mário Augusto, e a gente vai passar por três pontos principais do projeto de lei. Eu vou falar sobre os primeiros dois pontos e vou passar, então, para o meu colega.

O primeiro ponto sobre o qual eu gostaria de falar é sobre a já mencionada questão das cotas de gênero – acho que já foi falado pelo representante do Ministério de Direitos Humanos e agora pela representante do Instituto Sou da Paz. A gente acredita que, sendo histórica a desigualdade de gênero nessa instituição e em tantos outros espaços de poder, seria interessante que fossem repensados alguns pontos da redação do artigo que vem gerando tantos debates, para que realmente funcione como uma garantia, e não um teto. Então, de repente, a questão da porcentagem pode ser repensada, considerando a representação de mulheres na população brasileira, e também que a questão da delimitação nas áreas, na última parte do artigo, seja mais bem debatida para que isso realmente venha a funcionar como uma forma de aumentar a diversidade, a representatividade feminina e a participação das mulheres tanto na polícia militar quanto em tantos outros espaços de poder, que é uma luta que a gente vem enfrentando há bastante tempo no brasil.

Outro ponto que a gente fala também, no âmbito do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, é a ideia de combate às drogas, que vem expressa, acredito, no art. 5º do projeto. Então, essa é uma pauta que o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais vem já analisando há bastante tempo. As vítimas geradas com essa ideia de guerra às drogas são, em grande parte, a população vulnerável, a população preta e parda do Brasil, e também muitas vezes os próprios policiais que estão envolvidos nessa ideia de combate às drogas. Então, o instituto se manifesta contrariamente à manutenção dessa ideia de guerra às drogas na lei orgânica. A gente acredita que o debate a respeito das políticas de segurança pública e das prioridades da segurança pública deve ser o debate o mais plural possível, abrangendo diversos membros da sociedade. Atualmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os dados vêm demonstrando que essa ideia de guerra às drogas tem trazido mais vítimas do que qualquer forma de resultados positivos.

A gente também ressalta a importância deste espaço, desta audiência pública, em que a gente pode trazer ideias vindas da academia, mesmo ideias vindas desses institutos que há bastante tempo estudam essas matérias ligadas à segurança pública.

Também a gente se coloca à disposição para encaminhar, ao final da nossa participação, uma nota técnica em que a gente faz uma análise pormenorizada de todos os pontos do projeto de que a gente sugere que possa ser aprimorada ou melhor debatida a redação, sempre de forma a tornar o debate mais democrático, mais plural, e a contribuir para que todas as visões diversas em termos de segurança pública sejam também incorporadas.

Então, eu passo a palavra para o Mário.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Muito obrigado.

Neste momento, eu concedo a palavra ao Sr. Mário Augusto D'Antonio Pires, que é integrante do Departamento de Política Legislativa Penal do IBCcrim para sua fala.

O SR. MÁRIO AUGUSTO D´ANTONIO PIRES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Exmo. Sr. Senador Contarato, receba aqui o cumprimento, mais uma vez, do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. Na sua pessoa, o instituto cumprimenta os demais Senadores, membros da mesa e todos os presentes nesta sessão de audiência pública de debate perante a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Eu gostaria de tratar apenas de mais dois pontos, uma vez que ficou claro que o espírito da audiência aponta para uma colaboração de todas as partes envolvidas no debate desse projeto de lei, mas, em nome do Departamento de Política Legislativa Penal do IBCcrim, a gente gostaria de indicar ainda melhorias na redação de alguns dispositivos do projeto de lei a fim de evitar que surjam interpretações ou aplicação da Lei Orgânica das Polícias Militares que possam representar eventual enfraquecimento do poder político dos Governadores de estado e eventual prejuízo ao pacto federativo. Essas questões já foram tratadas com alguma profundidade ao longo desta audiência, mas nós gostaríamos de ressaltar ainda dois aspectos particulares em dois dispositivos.

Existe um risco de uma certa vagueza em alguns desses dispositivos que pode sugerir de fato uma autonomização política ou administrativa das forças militares auxiliares, tanto em relação aos Governadores de estado quanto uma eventual aproximação indevida com relação ao Chefe do Poder Executivo Federal. Então, nesse sentido, a gente externa preocupação com relação aos dispositivos 28 e 36.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 28 do projeto de lei diz respeito à Inspetoria-Geral das Polícias Militares. O modelo em que ela se encontra na atualidade restringe esse controle dos procedimentos e dados levantados pela Inspetoria-Geral da PM ao Comando do Exército. É claro que existem outras leis que regulamentam a transparência de dados da atividade policial, mas, uma vez que o espírito dos esforços se direciona no sentido de maior ampliação do debate, participação social e controle externo das forças policiais, talvez fosse interessante repensar no antigo, em que cabível, modelo de inspetoria-geral nos limites dessa lei orgânica.

Além disso, existe uma preocupação com relação ao art. 36, que prescreve, na atual redação, a possibilidade da definição de conceitos jurídicos indeterminados relacionados à segurança pública por meio de ato federal pelo Executivo. Nós entendemos, salvo melhor juízo, que se trata de matéria afeta à lei complementar e cujas repercussões vão desde a aplicação do Código de Processo Penal até a prática efetiva das políticas públicas de segurança nos estados.

Além disso, e para finalizar aqui a minha participação, eu acho importante que o Senado esclareça – apesar já das melhorias que foram incorporadas por meio das sugestões de diversos institutos que participaram da tramitação desse projeto de lei –, na redação, o que diz respeito às competências de elaboração de políticas e planos de segurança pública pelos comandantes das forças militares. É evidente que existem as ressalvas com respeito a atribuições constitucionais, mas é importante que essa lei sinalize para a sociedade civil e para as forças policiais que existe uma preocupação do Estado brasileiro e da sociedade brasileira em se evitar a politização das forças policiais. Eu acho que isso é um senso comum, existe um acordo com relação a isso, tanto nas polícias quanto na sociedade civil, e isso deve estar de forma explícita como mensagem do Congresso Nacional.

Então, mais uma vez, como membro do IBCcrim, eu me coloco e coloco o instituto à disposição para enviar uma nota técnica com todas as considerações, de modo mais detido. E agradeço e parabenizo mais uma vez o Senador Contarato pela oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Muito obrigado, Sr. Mário Augusto.

Neste momento, concedo a palavra à Sra. Gabrielle Ribeiro Nascimento, representante da Uneafro Brasil, para sua exposição, por dez minutos.

A SRA. GABRIELLE RIBEIRO NASCIMENTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde.

Vocês me ouvem? (*Pausa.*)

Certo. Boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria, primeiramente, de agradecer à CCJ, na pessoa do Senador Fabiano Contarato, pela iniciativa de realização desta audiência pública. É muito importante que a sociedade civil seja ouvida como parte ativa desses processos decisórios do Poder Legislativo, porque não há democracia que se estabeleça sem que esses esforços se concretizem, e por isso eu saúdo esse espaço.

Agradeço ainda à Uneafro Brasil, que tem articulado diversas organizações do movimento negro para debater e incidir sobre temáticas tão relevantes para a população negra, como o enfrentamento da violência policial, o acesso à educação, direitos de comunidades quilombolas, enfrentamento das mudanças climáticas, entre outras pautas.

A pauta da segurança pública é muito cara para o movimento negro, porque, desde a abolição da escravidão, o Estado elegeu a população negra como um inimigo interno a ser perseguido e abatido. Em 2023, neste ano, nós nos deparamos com essa realidade em diferentes estados.

Em São Paulo, nós tivemos a Operação Escudo, que foi deflagrada após a morte do soldado da Rota Patrick Bastos Reis, na região da Baixada Santista, que teve como resultado a morte de ao menos 28 pessoas. E, conforme já amplamente noticiado e denunciado por familiares de vítimas dessa operação e também por moradores... Eu mesma estive presente em uma comitiva de organizações da sociedade civil e autoridades do poder público que foi até a Baixada Santista ouvir moradores e familiares dos territórios. O que se ouviu foram relatos de excessos no uso da força, que não podem ser admitidos.

Na Bahia, pensando em quanto isso é uma conjuntura nacional também, na Bahia, entre julho de 2019 e março de 2023, esteve em vigência uma instrução normativa que modificou o formato de investigação das mortes decorrentes de atividade policial em serviço, que antes eram investigadas pela polícia civil e que, durante a vigência dessa normativa, passaram a ser apuradas pela própria polícia militar, através da corregedoria, por meio do inquérito policial militar. Essa normativa foi posteriormente considerada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça da Bahia e revogada, mas o recado foi dado. E nós estamos vendo o produto direto desse tipo de política com as matérias diárias de chacinas no estado baiano, que hoje tem 11 das 20 cidades mais violentas do país, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Como já foi amplamente dito aqui nesta audiência pública, este texto que nós estamos discutindo tramita no Congresso há pelo menos 22 anos, e é importante dizer que nós da sociedade civil e que nos preocupamos com esta pauta não somos contrários a parâmetros que garantam uma lei normativa das polícias e que avancem no que temos atualmente, mas nós queríamos atentar para duas tendências que se manifestam no PL em diferentes dispositivos e que já foram, inclusive, tratadas nesta audiência.

A primeira é o aumento da autonomização das forças policiais, das corporações; e a segunda é o risco de redução do controle externo, social e popular das polícias. Nestes últimos anos, inclusive no tempo de tramitação deste projeto de lei, a segurança pública do país passou por sérias mudanças que fazem com que diversas dessas organizações da sociedade civil, entre elas a Uneafro, avaliem este texto de lei como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou um retrocesso ou mesmo a validação de algumas políticas adotadas no campo de segurança pública que, mais dia ou menos dia, com diferentes gradações e consequências, sobretudo para populações periféricas dos grandes centros urbanos, se demonstraram ineficazes, sobretudo nesses dois pontos que eu já salientei, que é a autonomização das polícias e o risco de redução do controle externo.

Ontem mesmo, nós nos deparamos com imagens muito assustadoras do Estado do Rio de Janeiro. Ao que se sabe, 35 ônibus foram queimados após o assassinato de um familiar de um líder da milícia local que domina a Zona Oeste da cidade do Rio. De acordo com a empresa de ônibus, esse é um ataque sem precedentes na cidade, e o prejuízo causado foi estimado em R$35 milhões. O Rio de Janeiro é um estado que extinguiu a Secretaria de Segurança Pública em 2018, abrindo mão de um órgão que impusesse na cadeia de comando e na coordenação das polícias um controle civil. O Rio de Janeiro é um estado que passou por uma intervenção federal capitaneada pelas Forças Armadas e que, inclusive, um mês atrás, foi alvo de uma operação da Polícia Federal para apurar suspeitas de fraude na verba da intervenção, que custou mais de R$1 bilhão aos cofres públicos.

Então, o aumento da autonomia das polícias no Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, não produziu qualquer outra coisa que não a intensificação de disputas territoriais e, sobretudo, de mercado, com a ampliação do poder das milícias, que estão cada vez mais incorporadas não apenas às polícias – isto é importante dizer –, mas também aos espaços de decisão, de tomada de decisão política. Então, hoje, são forças que possuem braços nas Assembleias Legislativas, nas Câmaras de Vereadores e que ganharam cada vez mais poder com essa autonomização.

A aposta nessa autonomização supõe que, em algum momento, houve algum controle efetivo da atividade policial, e existem dados que apontam que é a atuação do Ministério Público, que possui atribuição legal e constitucional de exercer o controle externo da atividade policial, tem sido morosa.

Uma pesquisa recentemente publicada pelo Fórum Justiça demonstrou que o Ministério Público do Rio de Janeiro, por exemplo, leva em média oito anos para arquivar inquéritos que investigam casos de morte por intervenção policial e quatro anos para denunciar um autor. A título de comparação, segundo o Conselho Nacional de Justiça, o tempo médio para que ocorra o primeiro julgamento de um processo criminal é de dois anos e onze meses. Nessa pesquisa, foram analisados 1,5 mil processos de casos de morte por intervenção policial que ocorreram entre 2011 e 2021, e 91% dos processos foram arquivados. Isso produz consequências. Observando uma série histórica que abrangeu o período de 1993 a 2021, nos momentos em que o Ministério Público do Rio de Janeiro finalizou mais casos, o índice de letalidade policial apresentou uma tendência de queda. É claro, não vou ser leviana em dizer que esses números não enfrentam influências multifatoriais, mas é preciso apontar para esse tipo de correlação também.

Quanto mais abrimos mão de controle externo popular e civil dessas instituições que possuem como atribuição legal o monopólio do uso da força mais enfraquecemos o que temos chamado de democracia. É importante dizer também que ela nunca foi plena em territórios racializados e criminalizados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

historicamente. É preciso dizer ainda que esse modelo de corporação policial sem controle social externo considera que a sociedade é o cliente ou alvo, mas não parte significativa na promoção de segurança e paz. Isso também não ajuda as polícias, isso também não ajuda os policiais. Sabemos que essa é uma profissão de risco, como já foi dito aqui, com altos índices de vitimização e uma precarização que insere os policiais na lógica de prestação de serviços sobretudo no mercado de segurança privada, que, sabemos, é pouco regulado, é pouco fiscalizado e é precário. Essa lógica produz tensionamentos entre a polícia e a comunidade.

A segurança pública está entre as principais preocupações de qualquer brasileiro. E a gente entende, enquanto movimento negro, que a gente deve debater seriamente as soluções para esse cenário, que, segundo a ONU, ceifa a vida de um jovem negro a cada 23 minutos.

Nós deveríamos também estar discutindo a permanência e implementação de mais órgãos como a ouvidoria das polícias, que é fruto da luta de movimentos sociais, que é um órgão que já sofre também com ataques dia sim e dia também, como a Ouvidoria da Polícia de São Paulo, que foi alvo de um projeto de lei na Alesp para ser extinguida no Estado de São Paulo. Então, nós entendemos que é importante debater medidas para fortalecer e ampliar a implementação de ouvidorias das polícias independentes e com autonomia em todos os estados do país; também discutir propostas de vinculação dos repasses de verba da área de segurança pública à meta de redução da letalidade policial, a indicadores de diminuição da criminalidade; e também discutir propostas que debatam, por exemplo, a taxa de resolutividade de casos de homicídios, que, como dados – por exemplo, de pesquisas do próprio Instituto Sou da Paz, que está aqui presente – mostram, menos da metade desses casos foram elucidados no Brasil em 2019 e têm como alvo principal a população negra.

Nós entendemos a necessidade de ampliar esse debate e nós pediríamos que existam mais momentos como esta audiência pública para ampliar o aprimoramento desse PL e incluir setores da sociedade civil, sobretudo do movimento negro, que tem atuado nessa pauta para aprimorar a produção legislativa dessa Casa.

Existem dados, formulações, propostas e estudos sendo produzidos para enfrentar essa realidade, mas a gente não pode apostar em fórmulas que se demonstraram fracassadas no campo da segurança pública.

Então é por isso que falo aqui hoje em nome da Uneafro e agradeço pela escuta.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Muito obrigado, Sra. Gabrielle Ribeiro e todos os participantes, todos os expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero fazer o registro aqui do Sr. Adriano Bandeira, que é Presidente da Cobrapol. O Sr. Adriano Bandeira, Presidente da Cobrapol, manda uma mensagem falando que tem total apoio para a aprovação do texto na forma como apresentamos o relatório, ou seja, você vê que todos os segmentos da instituição estão de comum acordo com o texto.

E volto a falar: o ótimo é inimigo do bom. A gente tem como fazer os apontamentos, os ajustes, mas nós não podemos perder a oportunidade de aprovar aquilo que é o nascimento de uma instituição. Com a aprovação da Lei Geral da Polícia Civil e da Lei Geral da Polícia Militar, daquilo que é uma luta de décadas nasce efetivamente essa instituição. Uma instituição que me dói, porque quantas vezes eu fui criminalizado pelo simples fato de ser policial? Quantos de nós que estamos aqui passamos por isso diuturnamente? Porque é óbvio: a má utilização das forças de segurança pública, sempre utilizadas *longa manus* de quem detém o poder, para fazer, entre aspas, "determinados trabalhos", e agora se criminaliza o policial como se o policial fosse violador de direitos... Não confunda o policial com o violador de direitos; o policial é garantidor de direitos. Ele é o primeiro garantidor. (*Palmas.*)

Nós não podemos inverter essa lógica. Nós não podemos inverter essa lógica.

É a mesma coisa quando se fala em atos da administração pública: o princípio que vigora é o da legitimidade dos atos praticados pela administração pública. Eu não posso falar a partir da premissa da má-fé do servidor. Ora, nós temos ali princípios ínsitos, expressos na Constituição Federal, no art. 37, que são os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.

Agora, você fazer parte de uma instituição que lida com aquilo que é mais caro à população, que lida com a dor da família da vítima, mas que lida com a dor da família de um indiciado ou sujeito objeto de investigação, que é criminalizada de manhã, de tarde e de noite, como se fosse violadora de direitos... Coloque-se no lugar; vamos exercer mais empatia e nos colocar no lugar desses policiais.

Eu amo falar que eu tenho duas missões na minha vida, que é ser policial e ser professor. Eu estou como Senador. Agora, eu sempre vou estar defendendo as instituições, porque as instituições são de Estado, não são de governo. As instituições são permanentes, as instituições estão ali para dar vida, vez, voz e garantia ao cumprimento àquela determinação constitucional de que a segurança pública é direito de todos, mas é dever do Estado.

Então, eu faço aqui um apelo aos colegas Senadores e Senadoras, faço um apelo também às instituições, aos movimentos sociais, faço um apelo ao Ministério da Justiça, faço um apelo ao Ministério dos Direitos Humanos: o ótimo inimigo do bom. Nós temos um momento ímpar na nossa sociedade, de tanto ataque a esse bem que é a segurança pública, de dar esse nascimento a essa briosa instituição chamada polícia militar, de que eu tenho muito orgulho, em que sempre trabalhei.

Quem ficou em delegacia do interior por 27 anos fui eu. Trabalhei em delegacia que caía literalmente na minha cabeça, delegacia que não tinha escrivão, não tinha viatura, não tinha telefone, não tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

absolutamente nada. Quem me socorria era a polícia militar. Toda pessoa que eu atuava em flagrante, quem transportava do município até a capital, porque não tinha presídio, era a polícia militar, sempre trabalhando de mãos dadas para dar efetividade àquilo que é uma garantia constitucional, que é a segurança pública como direito de todos e dever do Estado.

Então, não caiam, não se deixem seduzir pelo discurso simplista, populista, imediatista de criminalizar a polícia. Volto a falar: o policial não é violador de direitos, é o principal garantidor de direitos. E eu vou morrer defendendo as instituições de segurança pública, dentre elas, a polícia militar e a polícia civil.

Neste momento eu concedo a palavra brevemente para quem tem interesse em fazer suas considerações num curto espaço de tempo, para que a gente possa avançar, porque nós temos sessão no Plenário.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, uma questão de ordem a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Com a palavra, o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – ... para que eu possa falar antes das considerações finais.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeito. Desculpa, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para interpelar.) – Muito obrigado.

Bom, primeiro, eu quero dizer que fiquei muito feliz aqui de ouvir de V. Exa. essa última fala, que é exatamente de respeito às instituições, em especial das que nós estamos tratando aqui, da segurança pública, da polícia militar. E já faço um apelo a V. Exa. Eu entrei com um pedido de audiência pública na Comissão de Segurança para tratar do Veto 46, que, a meu ver... Não sou policial, fui R2, mas pelo pouco que conheço, traz um prejuízo imenso para a sociedade quando se tenta de todas as formas penalizar o policial por reações a movimentações, sejam sindicais, partidárias. Eu, que sou de Brasília e acompanhei aqui durante anos e anos as movimentações aqui na Esplanada, a gente precisa ter um certo cuidado em derrubar o veto proposto pelo Governo, e eu estou tentando desde 2021, segurando isso para que não seja derrubado, que seja mantido o Veto 46/2021.

Bem, é evidente... Eu ouvi aqui os representantes, o Elias, que foi Deputado comigo, inclusive, lá na Câmara Federal. Lógico que tem vários pontos aqui que, se a gente mexer, vão voltar para a Câmara, porque, por mais que seja preferencialmente obrigatório, isso aí muda o mérito e consequentemente volta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lógico que essa questão aqui de temporário já foi esclarecida. Eu mesmo fui R2, então eu sou oficial, fui oficial da reserva, então é temporário, hoje você tem os sargentos temporários, você tem... Aliás, no Exército, hoje, grande parte dos policiais são temporários, e oficiais também. Eu sou hoje segundo-tenente da reserva, vamos dizer assim, por ser R2. E tenho orgulho muito grande de ter servido às Forças Armadas.

E a característica principal – e está aqui inclusive também – do militar é hierarquia, disciplina e vários outros princípios básicos. Então, a mim, que sou também da área de educação e entrei na política pela educação, muitas vezes perguntam: por que as melhores escolas públicas são as escolas militares? E são. Aqui em Brasília, em primeiro lugar, Colégio Militar, em segundo lugar, Tiradentes, Dom Pedro, então, são as escolas militares, por quê? Porque existe disciplina. Eu fico imaginando hoje. Eu dei aula durante a minha vida toda, me afastei para a política, para ser Deputado Distrital, Federal e agora Senador. Eu não sei a que ponto eu conseguiria dar aula nos tempos de hoje, porque não há nenhum respeito ao próprio professor, não há. Há uma indisciplina completa. Se não houver disciplina, realmente não tem como dar conteúdo.

Eu ouvi falarem aqui também de lista tríplice. Olha, vai depender muito da regulamentação de um negócio desse, porque, na educação, aconteceu isso e não havia critério nenhum. Na primeira vez que foi aprovado aqui no DF, não tinha nem critério, qualquer um podia ser diretor e até reitor da universidade. E aí começam as negociações que acabam prejudicando a qualidade da educação. Eu espero que, em qualquer meio policial, aparecendo essa lista, seja muito bem discutido, porque realmente não dá para você criar política de Estado com eleições sem critérios. Então, tem que se ter muito cuidado.

Eu tenho que parabenizar aqui os advogados, porque eu nunca vi, neste país, tanto espaço ocupado. Para tudo aqui, tem que ser advogado e, para eles, é tudo assegurado. Então, você tem que tirar o chapéu para eles, porque não é só na polícia militar, é em todo lugar. O médico também tinha que ser advogado, porque o que mais tem hoje são questionamentos. O contador também, na área... Todo mundo tem que ser advogado.

O que falta na educação é exatamente conhecimento, educação, moral, cívica, conhecimento constitucional não só dos direitos, mas também das obrigações. Então, eu acho que obrigar que seja advogado... Eu tenho experiência do Plano Nacional de Educação, passei alguns anos discutindo o Plano Nacional de Educação e apresentei uma PEC aqui dizendo o seguinte: que o Executivo – Prefeito, Governador, Presidente da República – tem que apresentar um plano de metas. Só que eu disse que aquele que não atingir fica inelegível para o próximo mandato. Então, quando se coloca um plano de metas de 60 dias para o comandante, se não tiver alguma penalidade, isso vai ficar letra morta, porque o que a gente nota é o seguinte: pode ter a lei, o que está escrito na lei até convence. Como diz aqui o Confúcio, a palavra convence, mas o exemplo arrasta. Não adianta a gente fazer uma lei, e os exemplos estão aí. Vem o Supremo e diz: "Não, até 100g de maconha vocês podem fumar à vontade". Então, não adianta ter a lei, não é? A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesma coisa é quando você diz: "Ah, o cara assaltou um celular, porque, coitadinho dele, é vítima do sistema". Cara, o exemplo arrasta. Então, fica difícil controlar isso só apenas colocando na lei.

Eu digo, assim, que tenho o maior respeito e admiração pelo sistema tanto da polícia civil como agora aqui da polícia militar. A gente faz a defesa. Inclusive, espero que a gente consiga votar o projeto de lei que foi uma medida provisória em que foi dado um reajuste, porque, há mais de dez anos, não tinha reajuste aqui no DF. A medida provisória, em que não foram indicados seus membros, vence agora no dia 15. Está aqui, Contarato. Conto com o apoio de V. Exa. para que a gente possa... Há um acordo de Liderança de votar no dia 31, porque está na CAE e o prazo de emenda é amanhã, mas foi apresentado um projeto de lei com regime de urgência, porque não foram indicados os membros da medida provisória e a gente tem que votar isso até o dia 15. Então, espero que a gente possa votar sem emendas para não ter que voltar para a Câmara, para evitar realmente que essa medida caduque e traga consequências muito ruins para a nossa segurança pública aqui do Distrito Federal.

No mais, quero parabenizar V. Exa. pela condução aqui da audiência.

É importante as pessoas conhecerem tudo que foi dito aqui para que a gente possa realmente aprovar essa matéria o mais rápido possível. Contem comigo na aprovação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, Senador Izalci.

Antes de transferir a palavra aos membros dessa mesa, eu queria fazer uma breve consideração que eu reputo importante. Em que pese eu respeitar a opinião do querido Senador Izalci com relação às escolas cívico-militares, acho que nós temos que ter uma análise muito mais contextual: qual é o número de escolas cívico-militares que nós temos? Porque falar apenas em disciplina e hierarquia... Qual é o salário desses profissionais que estão dentro das escolas cívico-militares, que recebem por mês, em comparação a um piso de professor, que tem que se dobrar em duas, três escolas para ter um conteúdo razoável? Qual é a estrutura que uma escola cívico-militar tem e que as escolas da educação básica têm?

Eu vou trazer números aqui, porque contra fatos não há argumentos: 83% das escolas da educação pública básica no Brasil não têm laboratório de ciências; 73% não têm biblioteca; 73% não têm acessibilidade, não têm quadra poliesportiva. É essa a realidade da nossa educação pública. Então, nós não podemos comparar, na minha humilde opinião, a escola cívico-militar, que tem o seu valor, mas que não supera, não elimina ou desqualifica a educação normal no Brasil. O que nós temos é que dar condições para que essas escolas da educação pública, seja da educação básica, seja do ensino superior, nas universidades federais e nos institutos federais, tenham cada vez mais um ensino de qualidade, para que haja a efetivação, volto a falar, desse direito humano fundamental e desse direito constitucional expresso no art. 6º – são os direitos sociais, e o direito à educação é um deles. E nós não podemos falar em acesso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à educação pública de qualidade, com sucateamento das escolas públicas, com o desvalor que os professores estão tendo, com o desvalor desses profissionais da educação, seja auxiliar de secretaria, seja qualquer pedagogo, seja assistente social, ou seja, todos esses profissionais que estão na ponta lidando com toda a educação pública no Brasil, em comparação com a escola cívico-militar. Por isso eu fiz questão de fazer esse registro, na minha humilde opinião, com relação a isso.

Louvo e respeito a escola cívico-militar, mas eu acho que ela não anula, ou não desqualifica, ou não pode desqualificar a educação básica no Brasil, que hoje, infelizmente, ainda continua sendo sucateada, volto a falar, com o piso de um professor na rede pública, e vai ver um salário de um professor na escola cívico-militar; com um recurso material de uma escola cívico-militar, e vai ver os professores que não têm, por vezes, quadro, não têm ar-condicionado, não têm absolutamente nada para cumprir a sua missão enquanto professor, enquanto profissional da educação.

E eu falo isso com total isenção, porque eu estou em sala de aula tem 25 anos – é claro que é na educação superior, mas eu vejo quantos alunos que eu recebi ali da educação pública, da educação básica. E eu acho que é só esse questionamento, só essa reflexão que eu trago e transfiro a palavra ao...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Não, se me permite só, ainda nesse tema... V. Exa. me perdoe, mas o sentido do que eu disse não foi esse. O que eu estou dizendo é que falta disciplina. O que eu estou dizendo é que, aqui no DF e outros estados, Goiás, por exemplo, nós temos instituições públicas da Secretaria de Educação do Distrito Federal

O que eu estou dizendo é que aqui no DF e em outros estados – Goiás, por exemplo –, nós temos instituições públicas da Secretaria de Educação do Distrito Federal, em que existe realmente uma qualidade melhor em função da disciplina e não estou falando do Colégio Militar, apesar de ser o primeiro. Ninguém defende mais educação aqui do que eu. Isso eu posso garantir a V. Ex.

Eu fui o Relator do Fundeb, entrei aqui por isso e, em toda a movimentação na área de educação, eu sempre fui o maior apoiador, porque reconheço isso e lamento muito que no Orçamento sejam cortados recursos da educação, em que deveriam estar realmente melhoradas as instalações, inclusive do Laboratório de Ciências e de outros mais.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, querido Senador.

Concedo a palavra, para suas breves considerações finais, ao Sr. Rodolfo Laterza.

O SR. RODOLFO QUEIROZ LATERZA (Para expor.) – Desde já agradecendo pela oportunidade, sendo bem breve, cumprimento o Senador Marcos do Val, muito obrigado pela presença.

Quero destacar que esse é um momento de consenso, um momento de união e, me perdoem, mas quero fazer aqui uma defesa: difícil ter tido um projeto de lei da Lei Orgânica da Polícia Civil e da Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Orgânica da PM, com maior debate em busca de construção com a sociedade civil. Só da Polícia Civil houve audiências públicas, aprovadas pela Câmara, em São Paulo, Sergipe, Alagoas... isso aqui, e*n passant*. Na Polícia Militar, eu lembro que se chegou até a fazer uma cartilha, a qual foi mandada para os 513 Deputados. Então não faltaram debates com a sociedade civil – com todo o respeito, humildemente aqui falando. Alegar que não teve debate com a sociedade civil o suficiente, a meu ver, é factualmente, historicamente injusto, porque teve, até de uma forma muito sincera, muito transparente, e até incorporamos diferentes ideias. Só isso que eu gostaria de frisar.

Quero parabenizar todos. É um esforço conjunto, é a certidão de nascimento das instituições. E mais: a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios e a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis não é favor de nenhuma gestão governamental, é obrigação constitucional – está na competência da União, é uma competência concorrente, definida exatamente pelo Poder Constituinte originário.

É uma vergonha o Brasil não ter regulamentado e cumprido com aquilo que a Constituição previu – no caso das Polícias Civis, art. 24, inciso XVI e da PM art. 22, inciso XXI.

E agora, mediante esse esforço concentrado aqui do Congresso Nacional, com o apoio do Governo Federal, estamos superando esse vácuo legislativo. E hoje, teremos, oxalá, a aprovação da Lei Orgânica da Polícia Civil e, logo, o mais rápido possível, a da Polícia Militar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Concedo a palavra ao Sr. Rafael Moreira para as suas considerações finais.

O SR. RAFAEL MOREIRA DA SILVA DE OLIVEIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Como consideração final do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, eu gostaria de falar brevemente três pontos: o primeiro é que não se deve confundir a crítica com a rejeição total do projeto e de seus avanços. Aliás, fazemos coro às falas dos representantes da sociedade civil e do Ministério da Justiça, na pessoa do Sr. Elias Vaz, porque concordamos com os avanços que existem nesse projeto, porém, não nos abstemos de fazer a crítica necessária, não nos abstemos de fazer o debate necessário. E, aliás, se as garantias que foram levantadas aqui fossem cumpridas apenas por princípios e preâmbulos, o Ministério de Direitos Humanos não existiria, porque tudo estaria assegurado no preâmbulo de uma lei, mas não é o que ocorre. Nós temos que lidar com a realidade.

Porém, a política pública de direitos humanos não é feita só com dado descritivo da realidade, porque esse dado não constitui evidência necessária e suficiente para poder fundamentar uma política pública;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer uma descrição da realidade não necessariamente explica tudo aquilo que a realidade enseja e não abarca todos aqueles que ela afeta.

Portanto, um dado descritivo da realidade, por exemplo, de como é hoje o sistema de participação feminina, ou, então, como é hoje a participação da polícia militar no sistema e na fiscalização e proteção do meio ambiente é um ótimo dado para nos impulsionar, para nos instruir a buscar soluções, mas não explica a realidade necessariamente. E é disso que nós estamos falando, é de aprofundar o trato em relação aos dados que estão disponíveis a nós. Compreendo que é um passo a mais que nós precisamos fazer, não é? Então, enfim, eu acho que é preciso fazer essa diferença, é preciso reconhecer que *civilian oversight* não é possível se a ouvidoria é subordinada ao comandante-geral, porque ele não é civil, obviamente, e existem confusões que são feitas, que prefiro não responder porque os dados são públicos. É extremamente possível abrir o *site* da Câmara dos Deputados, abrir o *site* do Senado e observar como se deu a tramitação. Portanto, além da retórica, a discussão sobre dados e evidências é uma discussão séria, é uma discussão que dá trabalho, é uma discussão que cansa e que muitos evitam, mas ela é necessária e todo o tempo que se perde ou de que se dispõe se dedicando ao estudo em prol de uma política pública adequada vale a pena quando a política é implementada. Por outro lado, se a política pública é implementada sem o devido cuidado, quem se responsabiliza com os desdobramentos dessa política é a população, que é afetada pelos seus efeitos colaterais.

Então, é assim que eu termino minhas considerações finais, Senador.

Agradeço demais a oportunidade do debate.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, querido Rafael Moreira.

Concedo a palavra ao Sr. Elias Vaz para as suas considerações.

O SR. ELIAS VAZ (Para expor.) – Eu agradeço mais uma vez a oportunidade de estar participando aqui hoje.

Quando a gente faz uma reflexão, Senador Contarato, eu me lembro de uma situação em que eu estava como Deputado e era de uma Comissão especial que discutia a questão do agravamento da criação de uma pena na questão dos maus-tratos aos animais. E tinha um impasse, porque a bancada ruralista dizia o seguinte: "Olha, esse negócio de animais, maus-tratos... Como é que vai fazer com a questão de abate de animais e tal?". Aí, depois de muita discussão, colocaram-se cães e gatos, não é? E aí ficou aquela discussão: se mesmo para aqueles que lutam pela proteção dos animais significaria um avanço ou não. Então, é essa a conclusão, quer dizer, e o projeto passou e hoje é lei. Então, eu acho que a gente precisa entender que nós não podemos deixar que as nossas diferenças com o projeto que chegou até aqui possam impedir um grande avanço. Eu acho que esse tem que ser o nosso espírito, porque eu acho que uma derrota de todos aqui é não votar esse projeto, é passar mais quatro anos e esse projeto não ser aprovado – isso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sim, é uma grande derrota, porque aí fica esse decreto da época do AI-5, que já não dialoga mais com ninguém. Esse é o problema.

Então, eu acho que é com essa maturidade, com esse espírito que nós temos que fazer esse debate. E eu desejo... É claro que cada um... O Relator tem aqui os limites... Nós também achamos que é importante esse projeto não voltar para a Câmara, porque significaria um retardamento, nós estamos falando aí de um projeto que está fazendo 22 anos que tramita no Congresso. Então não seria o desejável, mas, dentro do possível, se for possível... E aí pode também o Governo, daquilo que ele discordar, apelar para o veto, que são instrumentos democráticos... Depois, a Casa vai analisar se mantém ou derruba o veto daquilo, eventualmente, que a gente possa achar que não seja adequado, mas eu acho que o fundamental é a gente avançar, e avançar significa a gente ter um aprimoramento dessa legislação. E eu quero aqui fazer coro com o que o Senador Contarato diz: é preciso a gente ter uma... Às vezes, a gente se confunde no debate. Não há nenhum problema, por exemplo, de a gente criticar erros das forças de segurança pública, mas não podemos deixar nunca de valorizar a importância do trabalho desse segmento, que é fundamental, inclusive, para a manutenção de uma sociedade civilizada. Então, a gente precisa entender esse papel e saber que, a cada dia, essas pessoas saem de casa para defender a sociedade sem saber se voltam. E a gente precisa saber valorizar bastante, quando vai discutir... (*Palmas.*)

... esses segmentos.

É com esse tipo de valorização e com esse espírito que eu deixo aqui as palavras do Ministério da Justiça no sentido de que a gente deseja a aprovação da melhor lei o mais brevemente possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Meu querido Elias Vaz, mais uma vez, transmita o meu abraço fraterno ao Ministro Flávio Dino.

Neste momento, concedo a palavra, para suas considerações, ao Coronel Marlon e consulto os painelistas que estão no sistema remoto se desejam fazer uso da palavra; caso sim, solicitem-na à Secretaria, que a concederei.

Neste momento, concedo a palavra ao Sr. Marlon.

O SR. MARLON JORGE TEZA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Quero aqui também fazer o registro da presença nesta Comissão do nosso querido Senador do Estado do Espírito Santo, Senador Marcos do Val. Seja bem-vindo. Parabéns pelo trabalho! Estamos juntos na defesa... Eu tenho certeza de que o Senador Marcos do Val é um aguerrido defensor das instituições de segurança pública, sempre naquilo que, dentro das suas convicções... Eu costumo falar que eu e o Senador Marcos do Val podemos ter campos ideológicos diferentes, como temos, como é saudável, mas eu acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que esta é a boa política: a de você convergir com os antagonistas e construir aquilo que seja uma sociedade muito mais justa, muito mais fraterna, muito mais igualitária, muito mais inclusiva e muito mais plural.

Volto a falar que, por vezes, eu recebo muitas críticas com relação à lei geral da Polícia Militar, mas o texto é dentro daquilo que é possível.

Existe uma frase – só para concluir aqui, Elias – de um filósofo de que eu gosto muito que é Victor Hugo: "Não há nada mais poderoso do que uma ideia quando o seu tempo chega". Chegou a ideia de aprovar a lei geral da Polícia Militar e da lei geral da Polícia Civil. Este é o momento. É este o momento. (*Palmas.*)

Concedo a palavra ao Coronel Marlon.

O SR. MARLON JORGE TEZA (Para expor.) – Bom, então, finalmente, resta a mim agradecer a oportunidade, Senador Contarato. A gente tem conversado nesses dias com o Sr. Relator, que sempre nos ouve com muita atenção e nos dá toda a atenção necessária.

Meus sinceros cumprimentos ao Senador Marcos do Val, que sempre tem participado dos debates de segurança pública – o que é muito importante –, e aos demais debatedores.

Finalmente, eu gostaria de estender meu agradecimento também ao nosso Sargento Lucas, que já esteve aqui, Presidente da nossa Anermb, que é uma associação nacional com milhares de filiados. Ele é parceiro conosco – já falou com o Senador – nessa caminhada.

A gente conseguiu, realmente, como o Rodolfo falou, que tirássemos a maior parte das arestas possíveis durante esse caminho. Evidentemente que não se chegou ainda a contentar 100%, todos, mas não é possível chegar a esse termo.

E eu queria registrar, mais uma vez, essa parceria com a Adepol e com a Polícia Civil. Penso eu que pacificamos... Muitos dos nossos diziam assim: "Isso é impossível. Estás louco? Isso é impossível". Eu dizia: "O único meio é não olharmos para o nosso umbigo e começarmos a olhar para a sociedade". Ou nós acertamos ou vão nos acertar. A verdade é essa. E foi isso que nós fizemos há três, quatro anos passados.

Dr. Elias, eu queria que levasse ao Ministro Flávio Dino, que nos recebeu em 6 de fevereiro...

O SR. ELIAS VAZ (*Fora do microfone.*) – Em 6 de fevereiro.

O SR. MARLON JORGE TEZA – ... fevereiro. Ele nos recebeu e fez este compromisso: "A partir de agora, sou parceiro da lei orgânica; vamos tentar construir o que é possível". A gente conseguiu, acho, chegar a um bom termo neste debate, é verdade. A gente nunca vai chegar a um consenso total – nem tem como, não é?, o ser humano é assim, não vai chegar –, mas eu não poderia deixar de agradecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu diria até... Eu ouvi uma moça ali... A senhora falou da lista tríplice. Não tem mais desde a Câmara. A lista tríplice não está mais no texto. Já foi negociado antes lá, não existe mais – o Deputado Gonzaga se lembra disso –, já foi tirado isso, foi consenso tirar.

A questão do medo de não ter a SSP. Hoje não está prevista lugar nenhum. O governador faz o que ele quer; se ele quer ter, ele tem, se não quiser, não tem. Hoje é assim.

O importante é nós não ficarmos sob a égide, repito – o Dr. Elias falou muito bem –, de um 667, um decreto lei que é de 1969, gente. Quando a gente conta isso para as pessoas, as pessoas duvidam, realmente, e dizem: "Não é possível!". Porque, para nós, se não se aprovar nada, vai ficar como está, não muda nada: o meu salário não diminui, a carreira também não, não muda nada. Quem vai perder? A sociedade. É a sociedade que vai perder. Então, isso é urgente.

E, olha, estamos torcendo para que a lei da Polícia Civil passe hoje no Senado. Estamos torcendo para que as duas juntas sejam sancionadas, vetado o que tem que vetar, enfim, sejam sancionadas.

Nós queríamos nos colocar à disposição, acho que o Lucas também. Se tiverem alguma dúvida, se nós pudermos colaborar, explicar algum ponto... Porque às vezes falta um pouquinho de explicação daquele texto, de quem vive isso, e tem eu, tem o Miller, tem vários aqui. Hoje nós temos gente de todo o Brasil aqui, viu, Dr. Elias, para acompanhar este momento. É um momento importante para nós também.

Eu diria, para finalizar... Dizia o Coronel Brine, que está aqui e estava comigo em São Paulo... Eu fui ao encontro do PT lá em São Paulo, aí me perguntaram, me disseram assim: "Pela primeira vez, temos coronéis da PM no encontro do PT". Eu disse: "Olha, pela primeira vez, nós fomos convidados". Nós fomos lá e iremos onde for possível para ouvir o que temos que ouvir, porque a gente faz as nossas reflexões internas também.

Evidentemente, gente, é um novo tempo – um novo tempo – e eu espero que essa união com a Polícia Civil, esse propósito de fazer uma lei para a sociedade continue, e vai continuar.

Eu queria agradecer profundamente e dizer da minha admiração cada vez maior pelo nosso Senador Contarato. Não é bajulação, não, Senador, o senhor viu o meu estilo, mas reconhecimento pelo seu trabalho. Quando nós fomos... Dizia assim: "É o Senador"... Os caras disseram: "Estás louco? Vocês estão loucos?". Não! Nós temos que ouvir, às vezes, coisas que nós não queremos ouvir daquele que tem que dizê-las para nós, e o senhor tem sido um maestro nisso tudo aí e tem trazido admiração a todos nós aqui. Com certeza, o Brasil todo já está olhando a sua figura, a sua figura política, diferentemente do que se via ontem.

Muito obrigado de coração. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui fazer o registro de que eu queria muito, só que foi um erro aqui da composição, ter dado a palavra ao querido Sargento Lucas, que é o Presidente da ANERMB, associação nacional dos militares estaduais, que também demonstra... Ele veio falar do apoiamento dessa associação à aprovação da lei geral da Polícia Militar. Fica aqui o registro.

Quero aqui pedir – assim como pedi para transmitir um abraço fraterno ao Ministro Flávio Dino – ao Rafael que transmita um abraço muito carinhoso e fale para o Ministro Silvio Almeida, que é o Ministro de Direitos Humanos, da minha admiração, da minha admiração enquanto operador do Direito, enquanto uma ativista, enquanto uma pessoa aguerrida que defende os direitos humanos na sua amplitude, não esses direitos humanos que às vezes são criminalizados em sua essência. Mas o Ministro Silvio Almeida tem demonstrado e tem tido um comportamento à frente do ministério que nos enche de orgulho, de saber que no Estado brasileiro atualmente nós temos um ministro de Direitos Humanos com a envergadura do Ministro Silvio Almeida, assim como com a do Ministro Flávio Dino. Transmita o meu abraço carinhoso.

Neste momento, concedo a palavra, pelo sistema remoto, à Sra. Beatriz Graeff, para as suas considerações finais.

A SRA. BEATRIZ GRAEFF (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Eu queria, só mais uma vez, agradecer a oportunidade de estar aqui.

E, enfim, quero finalizar dizendo que a aprovação da Lei Orgânica da Polícia Militar e também da Lei Orgânica da Polícia Civil é um marco importante para o país – de fato é necessária, é tardia. Mas eu queria... Enfim, o meu desejo é que essa articulação que foi possível aqui, a chegada a este momento, como o senhor falou, não seja um ponto de chegada e sim um ponto de partida. Eu acho que agora nós conseguimos debater e aprofundar a regulação de pontos que ainda são muito importantes. E eu acho que, em especial, existe um espaço importante para aprofundar a regulamentação do uso da força nas polícias, a padronização da atuação por meio dos protocolos de procedimentos operacionais, e que isso não necessariamente precise incidir nas legislações de organização específica de cada uma das polícias. Eu acho que é um debate que tem que ser travado no âmbito da Lei do Susp.

E, enfim, quero registrar aqui que os pontos que nós levantamos aqui nós vamos fazer chegar por ofício aí para CCJ, para de alguma maneira apoiar alguma modificação, algum aprimoramento que ainda possa ser feito; e que nós também temos um material, enfim, documentos que embasam também esse debate que aprofunda a questão do uso da força e da profissionalização da atuação das polícias, que está à disposição do Congresso para continuar esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Sr. Mário Augusto D'Antonio Pires, que está no sistema remoto, para as suas breves considerações finais.

O SR. MÁRIO AUGUSTO D´ANTONIO PIRES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Contarato.

Eu gostaria de, mais uma vez, agradecer o convite em nome do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, pela oportunidade de participar desta audiência pública fundamental em um tema tão caro ao nosso país; e reiterar o compromisso do instituto de enviar uma nota técnica para auxiliar eventuais melhoramentos na redação do projeto de lei; e firmar um compromisso público de que o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais fique à disposição do Senado Federal para este e outros projetos de lei que envolvam segurança pública e os direitos penal e processual penal do país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Muito obrigado.

Quero registrar aqui a presença do Dr. Rodrigo Lacordia, que é Diretor da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo. Obrigado por seu comparecimento.

Quero aqui fazer um agradecimento aos funcionários do Senado, que, com bastante eficiência, estão nos assessorando aqui, como o Rossi e a Elissa, na pessoa de quem eu saúdo e cumprimento todos os servidores: a colega que está lá no monitoramento, no vídeo, os servidores terceirizados, o fotógrafo, enfim, todos os servidores que fazem aqui esta Casa funcionar da melhor forma possível para prestar um serviço à população.

Costumo falar que este é o meu primeiro mandato como Parlamentar, mas eu sempre tive na minha mente que a função de um Parlamentar é saber usar a palavra para apresentar o Brasil ao Brasil e, dessa forma, com muito mais responsabilidade.

Por isso, eu quero agradecer a todos que estão aqui. Agradeço o comparecimento de todos vocês.

Quero falar que, na medida do possível, fiz uma audiência pública na Comissão de Segurança Pública e aqui na Comissão de Constituição e Justiça e tenho fé em Deus de que nós vamos aprovar a Lei Geral da Polícia Militar, fazendo as adequações, aquilo que é possível desde que não volte para a Câmara dos Deputados, tanto na lei da polícia militar como na lei da polícia civil. A da polícia civil foi aprovada nas duas e hoje está na pauta – tenho fé em Deus de que vamos aprovar o mais rápido possível. E, se depender de mim, já aprovaria, imediatamente, simultaneamente, a Lei Geral da Polícia Militar.

Quero mais uma vez mandar um abraço carinhoso a todos os soldados, cabos, sargentos, todos os oficiais da polícia militar e falar que esta não é uma fala de um Delegado que está fazendo média. Longe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de mim! O Rodolfo sabe, pois já me conhece da polícia há muito tempo. Quando você fala que você exerce a empatia de se colocar na dor do outro, como muito bem disse o Elias... O policial sai de casa e não sabe se volta. Eu lembro que, quando eu entrei na polícia, minha mãe falou: "Meu filho, mas logo na polícia? Você estudou tanto para ser delegado de polícia?". Falei: "Mãe, a polícia precisa de gente boa". Eu acho que é essa a função. Quantos pais e mães que estão em casa e que sofrem pelo abalo psicológico, emocional? Quantos de nossos familiares falam assim: "Nossa! Você mudou, você está mais frio, você perdeu a sensibilidade"? É porque infelizmente nós vivemos numa sociedade, com todo o respeito, que por vezes é hipócrita, que quer apontar o policial como sendo um violador de direitos. Não é violador de direitos! O policial é um garantidor de direitos. Eu morrerei defendendo, onde quer que eu esteja, as instituições de segurança pública, porque o Estado avocou para si a *persecutio criminis*. Essa é uma garantia constitucional para que nós não caiamos e voltemos ao estado de barbárie.

Eu agradeço a todos, me perdoem pelo desabafo em momentos aqui nesta Comissão, mas não tem como a gente não deixar de manifestar um lado emocional dentro daquilo que é muito caro para a gente diariamente. Nós é que sabemos em quantos plantões eu atuei como Delegado de Polícia, plantões de 24 horas, 24 horas num plantão – isso é desumano –, atendendo só problema, só problema! É furto, roubo, estupro, homicídio, estelionato, lesão corporal, toda ordem de crime! E que está lá a população... O policial lida com aquilo que vem do latim *flagrans*, que é a certeza visual do crime, que é o calor dos acontecimentos. É diferente, com todo o respeito ao juiz e ao promotor, que pegam os autos depois, com toda a frieza, para analisar os autos. Não! Esses fatos têm rosto, história; as estatísticas têm história, têm vida. E quem está lá na ponta atendendo a família, seja do indiciado, seja da vítima, é um policial, que não pode ser criminalizado. Ele tem que ser valorizado! Eu queria que nós políticos aprovássemos uma dignidade, porque a dignidade de um policial passa obrigatoriamente pela dignidade salarial, passa efetivamente por condições dignas de trabalho... Aí, sim, nós teríamos uma sociedade com um tratamento muito melhor para dar garantia a essa determinação constitucional.

Agradeço a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e cinco minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Davi Alcolumbre, Lucas Barreto, Daniella Ribeiro e Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Cid Gomes, Carlos Viana, Zequinha Marinho, Mauro Carvalho Junior, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Rogerio Marinho, Eduardo Girão, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira, Dr. Hiran, Hamilton Mourão e ainda do Senador Wilder Morais, não membro da Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Jader Barbalho e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 38ª e 40ª Reuniões Extraordinárias e da 39ª Reunião Ordinária, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 60, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 104, parágrafo único, inciso II, da Constituição, o nome da Senhora Daniela Rodrigues Teixeira, para exercer o cargo de Ministra do Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada à advocacia, decorrente da aposentadoria do Ministro Felix Fischer." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome da Senhora Daniela Rodrigues Teixeira, para exercer o cargo de Ministra do Superior Tribunal de Justiça, com 26 votos favoráveis e 1 voto contrário. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 61, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 104, parágrafo único, inciso I, da Constituição, o nome do Senhor Teodoro Silva Santos, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Jorge Mussi." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Augusta Brito. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor Teodoro Silva Santos, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, com 27 votos favoráveis. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 62, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 104, parágrafo único, inciso I, da Constituição, o nome do Senhor José Afrânio Vilela, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Paulo de Tarso Vieira Sanseverino." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Carlos Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor José Afrânio Vilela, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, com 27 votos favoráveis. A reunião é suspensa às quinze horas e vinte e um minutos e reaberta às quinze horas e vinte e três minutos. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Projeto de Lei n° 3045, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal; altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao Projeto, acolhendo-se integralmente as Emendas nºs 9, 15, 18, 20, 21, 22 e 28, parcialmente as Emendas nºs 5 e 16, todas de redação, e rejeitando-se as demais. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, acolhendo-se integralmente as Emendas nºs 9, 15, 18, 20, 21, 22 e 28, parcialmente as Emendas nºs 5 e 16, todas de redação, e rejeitando-se as demais. **Observação:** Aprovado Requerimento de urgência para a matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Senador Lucas Barreto
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Senadora Daniella Ribeiro
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Senador Marcos Rogério
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 38ª e da 40ª Reuniões, Extraordinárias, e da 39ª Reunião, Ordinária.

Os Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

Eu informo aos queridos... (*Pausa.*)

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de 1 a 3.

Esta Presidência esclarece às Senadoras e aos Senadores que a votação será obrigatoriamente presencial, por meio de duas urnas de votação secreta na Ala Senador Alexandre Costa, sendo uma urna no corredor e outra urna dentro da sala. (*Pausa.*)

Vou fazer a leitura da nossa pauta:

Item 1

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 60, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 104, parágrafo único, inciso II, da Constituição, o nome da Senhora Daniela Rodrigues Teixeira, para exercer o cargo de Ministra do Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada à advocacia, decorrente da aposentadoria do Ministro Felix Fischer.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Pronto para deliberação.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 61, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 104, parágrafo único, inciso I, da Constituição, o nome do Senhor Teodoro Silva Santos, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Jorge Mussi.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Pronto para deliberação.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 62, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 104, parágrafo único, inciso I, da Constituição, o nome do Senhor José Afrânio Vilela, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Paulo de Tarso Vieira Sanseverino.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pronto para deliberação.

Algumas observações:

Em 19/10 as matérias foram submetidas à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência, nessa oportunidade, concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

Nesta próxima reunião, procederemos à arguição dos indicados e à votação dos relatórios referentes à segunda etapa do processo de apreciação e deliberação de escolha de autoridades no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Eu gostaria de convidar a Senadora Daniella Ribeiro, o Senador Ciro Nogueira e o Senador Jorge Kajuru para acompanharem os indicados para sabatina até a mesa da Comissão. Eles se encontram no gabinete da Presidência da Comissão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveito esta oportunidade para fazer um registro muito importante, muito significativo para este Presidente, para esta Comissão e para o Senado Federal.

Agradeço a presença de S. Exa. o ex-Presidente desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, durante os anos de 2003, 2004, 2017 e 2018, e também ex-Presidente do Senado Federal, Senador Edison Lobão.

Seja muito bem-vindo, querido Senador, querido Presidente! (*Palmas.*)

Muito obrigado pela sua presença.

Eu vou fazer alguns agradecimentos que chegaram a esta Presidência, antes de nós iniciarmos a sabatina das autoridades, para registrar a presença significativa no Plenário da Comissão de Constituição e Justiça e a importância desta reunião para muitas autoridades que estão presentes.

Eu vou registrar e fico aguardando a nossa assessoria dizer se temos outras autoridades para que a gente possa fazer o registro.

Antes de iniciar, quero fazer o registro Sr. Ministro Mauro Campbell Marques e do Sr. Ministro Luis Felipe Salomão. Os dois ligaram para este Presidente desejando uma boa reunião da Comissão, uma boa sabatina para as autoridades, e eu gostaria de fazer esse registro porque foi delegada esta solicitação a este Presidente. Então, em nome do Ministro Mauro Campbell e do Ministro Luis Felipe Salomão, agradeço o acompanhamento desta reunião.

Agradeço a presença da Ministra Edilene Lôbo, Ministra do Tribunal Superior Eleitoral. Muito obrigado! Agradeço ao Ministro Sérgio Kukina, Ministro do STJ; ao Ministro Sebastião Reis, Ministro do STJ; ao Ministro Antonio Saldanha, Ministro do STJ; à Sra. Presidente, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Presidente do Superior Tribunal de Justiça. Agradeço a Matheus Teodoro, filho do indicado Teodoro Silva Ramos; agradeço ao Desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho, Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; agradeço ao Desembargador Nelson Missias, ex-Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; agradeço a presença do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Beto Simonetti.

Agradeço a presença do Desembargador José Edivaldo Rocha, do Tribunal de Justiça da Bahia, que também está indicado para compor o Conselho Nacional de Justiça; agradeço à Renata Gil Alcântara Videira, Juíza Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, que também está indicada para compor o Conselho Nacional de Justiça; agradeço ao Ministro Cesar Asfor Rocha.

Agradeço a presença do Dr. Miguel Matos, cônjuge da indicada Daniela Rodrigues Teixeira, e também do Gabriel Teixeira, filho da indicada Daniela Rodrigues Teixeira; da D. Glória, mãe da indicada Daniela Rodrigues Teixeira; do Dr. Fernando Câmara, pai da indicada Daniela Rodrigues Teixeira; da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alessandra Teixeira, irmã da indicada Daniela Rodrigues Teixeira, e também da Luiza Teixeira, sobrinha da indicada Daniela Rodrigues Teixeira.

Agradeço também a presença da esposa e dos filhos do indicado José Afrânio Vilela: o Mateus, o Henrique, a Isabela, a Larissa, e também à sua esposa, que está presente aqui.

Agradeço a todos os familiares.

Agradeço a presença do nosso querido Ministro Benedito. Muito obrigado, Ministro, pela sua presença.

Quero agradecer a todos os que estão acompanhando também no modelo virtual. A sessão está sendo transmitida virtualmente, numa sala virtual, e nós temos muitas autoridades que estão acompanhando esta reunião.

Para a inquirição dos candidatos, informo que cada Senador interpelante disporá de dez minutos, assegurado igual prazo para resposta imediata ao interpelado, facultadas réplica e tréplica, ambas também imediatas e por cinco minutos, nos termos do art. 383, II, "f", do Regimento Interno do Senado Federal.

Regimentalmente o prazo...

Senador Laércio, tudo bem? Senadora Professora Dorinha, Senador Cid, o prazo regimental para a indicada ou o indicado é de dez minutos para fazer as suas considerações iniciais, mas, como é de praxe nesta Comissão, eu não quero estipular um prazo, porque eu tenho certeza absoluta de que as três autoridades que estão sendo sabatinadas hoje fizeram um roteiro para apresentar a sua biografia.

Então, eu não vou determinar um tempo, Dra. Daniela, Dr. Afrânio e Dr. Teodoro. V. Exas. terão o tempo que for necessário para as considerações iniciais.

Foi feita uma solicitação do Senador Omar Aziz para que nós pudéssemos iniciar a sabatina e a apresentação do relatório pela Dra. Daniela Rodrigues Teixeira, que é relatada por S. Exa., por motivo de ter outro compromisso em outra Comissão. Então, eu vou iniciar a sabatina a partir da solicitação do Senador Omar Aziz.

Concedo a palavra à Sra. Daniela Rodrigues Teixeira para a sua exposição, pelo tempo que achar necessário.

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. DANIELA RODRIGUES TEIXEIRA (Para expor.) – Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre; Sr. Senador Omar Aziz, Relator da minha sabatina, cumprimento a Senadora Damares, a Senadora Leila e o Senador Izalci, que representam o meu Distrito Federal, cumprimento o Sr. Beto Simonetti, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu represento aqui nesta sabatina e que também representa a nossa advocacia, e o Dr. Délio Lins e Silva, Presidente da OAB do Distrito Federal, onde eu sou inscrita há 27 anos.

Saudando os senhores e as senhoras, saúdo todas as pessoas que aqui estão e que acompanham a sabatina hoje.

Inicio pedindo desculpas pela emoção e pelo nervosismo. Nem nos meus melhores sonhos de infância, quando a gente sonha até em ser astronauta, eu me vi aqui, perante V. Exas., no Senado da República, participando desta sabatina, a sabatina para a vaga da advocacia no Superior Tribunal de Justiça. Essa é a vaga da cidadania.

Os nossos Constituintes aqui, nesta sala da CCJ, poderiam ter previsto um tribunal superior composto apenas por magistrados de carreira, aqueles que fazem concurso e passam a vida toda como juízes e desembargadores, mas os nossos Constituintes, ao conceberem a ideia do Superior Tribunal de Justiça como o Tribunal da Cidadania, previram que, dos 33 cargos, cinco ou seis seriam preenchidos por nós, a advocacia brasileira. Muitos, até hoje, passados 35 anos, questionam qual é a utilidade de se ter um representante da advocacia numa Corte superior de magistrados. E eu não posso começar a minha explanação sem falar desse tema, porque muito mais importante do que eu, muito mais importante do que Daniela, que vai ocupar a vaga, é a vaga da advocacia.

Essa vaga existe para que o nosso Tribunal da Cidadania possa ter, entre os seus membros, alguém que esteve, no mínimo, por dez anos, do outro lado, no julgamento, não julgando e nem acusando, mas defendendo as partes.

Cumprindo a norma da OAB, eu comprovei que tive dez clientes diferentes ao longo dos últimos dez anos, ou seja, para me inscrever à vaga como candidata, eu trouxe comigo as impressões de cem cidadãos sobre a Justiça brasileira. Trouxe com a minha inscrição o olhar duro e sofrido daqueles que frequentam o Poder Judiciário como autor ou como réu nos processos, e eu posso lhes garantir que nenhum deles gostou de ser parte na Justiça. O autor sempre acha a Justiça demorada, ainda que a liminar dele demore 30 dias. O réu sempre acha a Justiça injusta, ainda que ele seja absolvido ao final. Todos acham o Judiciário complexo, demorado e caro.

É todo esse sofrimento das partes que o representante do quinto constitucional da advocacia tem a obrigação de levar para o tribunal. É a urgência daquele que está preso injustamente. É a angústia do pai que quer ver o filho no Natal, e não depois do recesso. É a pressa do empresário que vai participar de uma licitação e precisa da decisão antes da licitação. É a garantia do sigilo e a rapidez de que uma instituição financeira precisa. É a decisão corajosa e, muitas vezes, contramajoritária que pode salvar empregos em uma empresa. São essas dores, são essas angústias das empresas, dos cidadãos que estão litigando no Judiciário que eu trago aqui hoje. É levar o olhar de quem é parte, daquele a quem se destina a prestação jurisdicional, a quem se destina, em última análise, o Poder Judiciário, que não é um fim em si mesmo. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

objetivo do Judiciário é levar a justiça ao cidadão brasileiro, e essa é a missão de quem vai compor o tribunal na vaga do quinto constitucional destinado à advocacia.

É evidente que, uma vez magistrada, a imparcialidade deverá ser a marca de todas as minhas decisões, mas a magistrada que virá do quinto constitucional da advocacia não poderá jamais esquecer o que pretendeu o Constituinte nessa sala quando criou a vaga da advocacia no Superior Tribunal de Justiça: levar o olhar da parte para a Justiça brasileira. Nenhuma pós-graduação em Direito me habilitaria melhor para ocupar a específica vaga destinada ao quinto constitucional da advocacia do que ter ouvido as dores dos meus constituintes por 27 anos – e eu digo isso tendo graduação, pós-graduação e mestrado em reconhecidas instituições de educação.

Essa é a vaga que está em deliberação hoje por V. Exas.: a vaga da cidadania.

Para estar aqui, eu tive a aprovação das 27 seccionais da OAB. Toda a advocacia do Brasil referendou o meu nome.

Neste momento, agradeço aos 27 Presidentes, na pessoa do nosso Presidente Beto Simonetti, que aqui se faz presente. Com o apoio das 27 seccionais e de 20 ministros do Superior Tribunal de Justiça que, em votação secreta, referendaram o meu nome, agradeço a todos que estão aqui presentes, em especial a nossa Presidente Maria Thereza, que aqui está trazendo o apoio do tribunal aos três indicados.

Eu estou aqui hoje, com muita humildade, para me apresentar a V. Exas. e pedir o apoio agora do Senado Federal para ocupar esta vaga da advocacia.

E agora me apresento. Sou Daniela Teixeira, filha do Ataliba, já falecido, mas sempre comigo; filha da Glória, que aqui está, minha mãe e exemplo; filha de coração do Fernando, que sempre me acompanhou; irmã da Alessandra e do Fábio; esposa do Miguel; e mãe orgulhosa do Gabriel e da Julia. Essa é a minha família, o meu alicerce. Devo a eles tudo o que sou, devo a eles estar aqui e todos os sonhos que ainda temos. Somos uma família católica e unida, uma parte flamenguista, uma parte são paulina e um corinthiano, como toda boa família brasiliense.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

A SRA. DANIELA RODRIGUES TEIXEIRA – Ele também acha, Senador. Como toda boa família brasiliense.

Sou nascida em Brasília, a primeira brasiliense a ser indicada para o Superior Tribunal de Justiça. Sou a primeira advogada na família, aluna da Universidade de Brasília, pós-graduada em Direito Econômico pela Fundação Getulio Vargas, e mestre em Direito Penal pelo IDP.

Eu sou advogada há 27 anos, trabalhei sempre como advogada privada com o Dr. Pedro Gordilho, a Dra. Fernanda Hernandez e o Prof. Arnoldo Wald. Há 11 anos, tenho o meu próprio escritório,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especializado em direito penal econômico. Fui advogada de instituições financeiras, empresas de telefonia desde a época das privatizações, empresas aéreas desde a época da Transbrasil, empresas de ônibus, concessionárias de energia elétrica, empresários, funcionários públicos, Parlamentares e partidos políticos. Atuei *pro bono* representando crianças doentes e centenas de mulheres vítimas de violência doméstica.

Para além da atuação profissional como advogada, eu dei aula de Ética na Escola Superior de Advocacia e fiz parte de diversas comissões examinadoras de concurso público das principais carreiras jurídicas, como, por exemplo, o Ministério Público Federal, o Ministério Público do DF, a magistratura do DF e a Advocacia-Geral da União, em que fui responsável pela elaboração, correção das provas e arguição oral dos candidatos nas áreas de direito econômico, direito administrativo, direito do consumidor e direito constitucional. Essa é a primeira banca de que participo na qualidade de quem vai responder às perguntas.

Passei os últimos 15 anos trabalhando na gestão da Ordem dos Advogados do Brasil. Eu fiz parte de um exército de braços anônimos que trabalha diariamente para fazer da OAB a mais respeitada instituição privada do Brasil. Eu tenho muito orgulho de ter participado de momentos históricos e de lutas silenciosas naquela casa. Eu fui eleita Diretora da OAB-DF duas vezes, trabalhei em diversos mutirões de julgamento nas varas de combate à violência doméstica, nas inspeções do sistema prisional coordenados pelo CNJ, em parcerias firmadas pela OAB e os tribunais de Justiça, bem como participei de audiências para divulgar direitos de consumidores, pacientes, usuários de serviço público; também trabalhei em parceria com o Tribunal Superior Eleitoral como observadora independente, nas últimas eleições. Na OAB Nacional, fui eleita Conselheira Federal titular em duas gestões e participei das comissões de estudos constitucionais, da mulher advogada, da jovem advocacia, de acompanhamento legislativo e de direito penal.

Trabalhando pela advocacia, eu tive a oportunidade de conhecer os 27 tribunais de Justiça de cada um dos estados brasileiros. Por conhecer a realidade de cada estado, eu recebi o voto de confiança de todas as 27 OABs, e eu buscarei sempre, Beto Simonetti, honrar o peso dessa responsabilidade aprimorando o diálogo entre a advocacia, o Judiciário e a sociedade.

Nas audiências que tive com V. Exas., Srs. Senadores, Sras. Senadoras, mostrei o meu currículo, esse, com o mapa do Brasil, com todas as palestras, conferências e seminários de que participei, em cada estado do Brasil. Pude conversar sobre a Justiça do estado de cada um dos senhores e das senhoras e sobre a missão principal do Superior Tribunal de Justiça, que é exatamente uniformizar a interpretação do Direito em todo o país, com um olhar nacional e não com um olhar limitado pela minha origem estadual.

Aqui hoje reitero a V. Exas., Srs. Senadores e Senadoras, a minha disposição, caso seja aprovada por V. Exas., de trabalhar no Superior Tribunal de Justiça com esse olhar nacional, que enxerga as imensas diferenças entre as nossas realidades dos nossos estados. Eu sei bem que o Brasil não começa no Eixo Monumental e não termina na Avenida Paulista. Somos um Brasil de 27 realidades múltiplas que precisam ser conhecidas pelos julgadores e consideradas no momento de suas decisões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além da brasilidade do meu olhar, ressalto a V. Exas. que minha candidatura não é um projeto individual, eu estou aqui em nome da OAB, seu 1,3 milhão de inscritos, e devo dizer sei que nos meus ombros pesa a responsabilidade de especialmente representar as 700 mil advogadas mulheres brasileiras. As mulheres são maioria entre os inscritos na OAB e são maioria entre os brasileiros. Caso seja aprovada por V. Exas. para compor o STJ, eu devo levar o olhar do meu gênero para o tribunal, que tem hoje apenas cinco ministras em 33 cadeiras.

A mudança que ajudei a realizar na OAB, nos últimos 15 anos, hoje uma instituição absolutamente paritária, onde temos metade de homens e metade de mulheres na gestão, deve ocorrer também no Poder Judiciário brasileiro, assim pensam as mulheres brasileiras que aqui represento hoje. E nesse ponto, agradeço a tantos coletivos que apoiaram a minha campanha na OAB, no STJ, na Presidência da República e aqui no Senado, reiterando a importância da igualdade real dos gêneros, no Judiciário, como corolário do princípio da igualdade entre homens e mulheres, previsto na Constituição Federal.

É importante ressaltar que a urgência de se levar o olhar das mulheres para a Justiça não é uma ideia minha ou da OAB, mas do próprio Poder Judiciário. O CNJ, responsável pelas boas práticas na Justiça, está empenhado em buscar a paridade nos tribunais de segunda instância. Essa alteração é fruto da mobilização de juízas do Brasil todo e chega em boa hora.

No mês passado, outubro de 2023, quando o CNJ começou a examinar a proposta de paridade de gênero nos tribunais, um dado absolutamente impressionante foi revelado: as primeiras juízas mulheres que tomaram posse em São Paulo... Foi em janeiro de 1981. Nós, os sabatinados, todos os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já havíamos nascido. A Justiça brasileira recebeu as mulheres em 1981, mais de cem anos após a sua fundação.

Como parte, portanto, da primeira geração que chega ao Judiciário, eu estava no STJ atuando como advogada em junho de 1999, quando a primeira mulher tomou posse como ministra no Judiciário brasileiro, a Ministra Eliana Calmon. Em dezembro de 2000, também vi, como advogada, e aplaudi a posse da Ministra Ellen Gracie, a primeira da Suprema Corte. Este é o Judiciário do nosso país que precisamos mudar.

É também por esse motivo que peço a V. Exas. que considerem o meu nome para ocupar o honroso cargo de Ministra do Superior Tribunal de Justiça. E não estou pedindo um favor para mim ou um favor para o meu gênero, mas uma correção de rumos que se faz necessária. Como diria a Ministra Ruth Ginsburg, da Suprema Corte americana, todos se beneficiam com um Poder Judiciário que reflita minimamente a sociedade onde está inserido, como vem ocorrendo aqui, no Poder Legislativo, a cada legislatura.

Ao longo desses anos, trabalhando pela OAB Nacional, sempre caminhei por esses corredores do Congresso Nacional, em diversas Comissões, audiências públicas e seminários, para debater a elaboração de anteprojetos de leis importantes, como, por exemplo, a Lei Maria da Penha e todas as suas atualizações, a nova Lei de Improbidade, a nova lei do Estado democrático de direito, a nova lei de lavagem de dinheiro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a lei do abuso de autoridade, a PEC da relevância do Superior Tribunal de Justiça e as alterações do Estatuto da Advocacia e, especialmente, a aprovação da Lei 13.363, em 2016, que concede direitos para advogadas grávidas, dando a elas preferência nos julgamentos, proteção nos tribunais, vagas no estacionamento e a suspensão dos prazos após o nascimento de seus filhos.

Essa lei leva o nome de minha filha, Lei Julia Matos. Nosso Vice-Presidente Marcos Rogério, então Deputado, foi um entusiasmado apoiador da lei, e as advogadas mães serão sempre gratas a este Congresso Nacional pela aprovação dessa lei, que é usada diariamente em todos os fóruns do Brasil.

Estive aqui em todas essas oportunidades, dialogando com V. Exas., para debater e sugerir projetos de lei. Isso é muito importante.

Tenho a firme convicção de que a separação de Poderes é um pilar fundamental da nossa Constituição e traz segurança jurídica para que possamos manter nossa jovem democracia. Apenas V. Exas. são autorizados pela Constituição a criar direitos – assim está expresso na nossa Constituição, art. 5º, inciso II, que diz que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer coisa alguma, senão em virtude de lei.

Caso seja aprovada por V. Exas. e me torne magistrada no Superior Tribunal de Justiça, eu pretendo atuar em estrito cumprimento das leis que emanem aqui do Poder Legislativo, sempre buscando a interpretação legal que mais reflita a real intenção do legislador. Sou firme defensora da ideia de que juiz cumpre lei, juiz não faz lei. Ao me tornar juíza, deverei abandonar todas as minhas crenças e vontades e deverei julgar de acordo com os códigos. Esta é a base da democracia: respeitar as leis que emanam da vontade popular, expressa na eleição de V. Exas.

Eu sei que todo candidato sabatinado nesta CCJ promete ser justo, coerente, se irmanar com as preocupações do Poder Legislativo. Eu ouvi essa reclamação em diversas audiências que fiz com V. Exas. Entretanto, o que eu, Daniela, posso garantir a V. Exas. é que eu trago comigo uma vida de trabalho no Poder Judiciário em parceria com o Poder Legislativo. Todas as vezes que quis mudar a sociedade, vim até o Poder Legislativo pedir que mudassem as leis. Essa é a minha postura de décadas, e a minha postura é o que eu trago hoje como testemunha do que penso.

No currículo que entreguei a V. Exas. está a frase: a cabeça só pensa sobre o que os pés pisam, e a minha estrada é exatamente essa. Caminhei por todos os 27 estados, conheci a Justiça brasileira, todos os tribunais de justiça, e estou aqui me apresentando para trabalhar, para julgar processos no Superior Tribunal de Justiça com a mente nas leis e os olhos na realidade do nosso país.

Eu encerro reiterando os três compromissos que apresentei a V. Exas.: levar para o Superior Tribunal de Justiça o sentimento de urgência das partes, trabalhar para que a decisão seja justa, célere e que corresponda aos interesses de todo o nosso país; buscar o aumento da participação das mulheres no Poder Judiciário; respeitar absolutamente a separação de Poderes, privilegiando sempre a interpretação legal que mantenha o espírito do legislador na norma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com esses compromissos e com esses sonhos, peço a confiança de V. Exas.

Fico à disposição para esclarecer todos os pontos da minha vida pessoal e profissional.

Com muita humildade, eu termino citando Fernando Pessoa, que diz: "Não sou nada. Nunca serei nada. Não posso querer ser nada. À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo".

Muito obrigada a cada um dos senhores e das senhoras que me receberam com respeito e com carinho nos seus gabinetes.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quero fazer mais um registro, o da presença da Sra. Ministra Assusete Magalhães, que está acompanhando a sabatina na Comissão; ao Sr. Ministro Marcelo Navarro, pela presença: muito obrigado, Ministro, também; e também ao Sr. Ministro Moura Ribeiro: muito obrigado pela presença.

Quero fazer um registro também de dois colegas Senadores que estão prestigiando a reunião, o Senador Crivella e o Senador Jucá.

Muito obrigado pela presença de V. Exas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sr. Presidente, o senhor aceita pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Não é para pedir a urgência ainda não, a urgência eu vou pedir depois, mas, quando V. Exa. achar oportuno, abrir a cabine de votação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Sr. Teodoro Silva Santos para sua exposição, pelo tempo que achar necessário.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente, nós iremos ouvir os três indicados ao STJ e depois é que nós iremos sabatinar?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Blocos de três Senadores.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. com a palavra.

O SR. TEODORO SILVA SANTOS (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente, por me conceder a palavra.

Bom dia a todas e a todos.

Exmo. Sr. Senador Davi Alcolumbre, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na pessoa de quem saúdo todas as Senadoras e todos os Senadores aqui presentes e os que também estão assistindo à distância.

Exma. Sra. Ministra Maria Thereza Rocha de Assis, eminente Presidente do Superior Tribunal de Justiça, denominado Corte da Cidadania. Na pessoa de V. Exa., eu saúdo a todas as Ministras e Ministros do STJ que aqui vieram nos hipotecar apoio nesta respeitável audiência, que se traduz por uma denominada sabatina.

Exmo. Sr. Dr. José Alberto Simonetti, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, na pessoa de quem cumprimento todas as advogadas do Brasil, todos os advogados do Brasil e, notadamente, as advogadas que aqui estão presentes.

Saúdo ainda meus eminentes colegas de luta, esta luta que se iniciou em junho do ano em curso, no caso, a Dra. Daniela e o Dr. Afrânio, pessoas que, em plena parceria, em plena harmonia e com o mesmo desígnio de vontade, que é exatamente buscar uma vaga no nosso excelso Superior Tribunal de Justiça, compartilhamos aqui esta luta de forma saudável e democrática. Fico muito feliz exatamente por ter ladeado esta disputa por V. Exas.

Demais autoridades aqui presentes – e aproveito aqui que eu estou vislumbrando mais dois ministros do STJ, o Ministro Claudio Santos, que está aposentado, e o Ministro Cesar Asfor, ex-Presidente do STJ, a quem também agradeço o apoio de estar aqui presentes.

Demais autoridades de segmentos diversos, Ministério Público em geral, procuradores e outros segmentos, senhores jornalistas e senhoras e senhores que aqui estão presentes.

Nesta reta final, momento importante na minha carreira jurídica, submeto-me ao crivo de V. Exas., Sras. Senadoras e Srs. Senadores integrantes desta augusta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em busca da concretização de um sonho: ascender ao cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Honram-me sobremaneira todas as etapas do certame a serem percorridas, conforme preconiza o texto constitucional de 1988, chancelada pelos três Poderes da República: Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo – nesta ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na primeira fase, os eminentes integrantes do Pleno do Superior Tribunal de Justiça, órgão soberano daquela Corte, muitos aqui presentes – e também já agradeço a essas presenças –, dentro de um universo de 58 colegas desembargadores, todos qualificados, aprovaram o meu nome, incluindo-o em lista, a qual foi enviada a Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, que, acolhendo a decisão plenária daquele Sodalício, a ratificou, encaminhando-a ao Senado Federal, a fim de ser submetido a esta sabatina, última etapa da nossa jornada.

Enfim, este momento é deveras relevante para mim, pois, para alçar à Corte da Cidadania, dependo do "aprovo" desta respeitável Comissão, confirmando minha aprovação pela vontade do Pleno do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e a indicação da Presidência da República. É o que espero, sob as bênçãos do nosso grande Arquiteto do Universo.

Agradeço ainda ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por me haver escolhido dentre nomes tão qualificados, que tanto honram o Poder Judiciário brasileiro.

Não menos relevante é estender meu agradecimento a cada Senadora e Senador, que tão bem me recepcionaram – ouviram-me, acolheram-me – e aqui se fazem presentes.

Visitei todos os 81, um por um, ouvindo a opinião de todos – porque esta Casa é a representação da Federação brasileira –, aos quais sou profundamente grato, respeitando todos os credos, como nos impõe a Carta Magna da República.

Sou grato a Deus, pois, sem Ele, nada sou e nada teria, bem como à interseção do Padre Cícero Romão Batista, de quem sou devoto, por jamais esquecer minha origem e valiosas raízes culturais, perenizadas no rincão caririense.

Gostaria de expressar, imperecivelmente, gratidão à minha esposa, Anamaysa Nogueira, fiel companheira de vida, e ao meu filho Matheus Teodoro Santos, aqui presentes, cujo apoio foi fundamental nesse período eivado de esperanças.

Saúdo, ainda, meu filho caçula, com 11 anos, Davi Teodoro, que igualmente, ao seu modo, foi extremamente relevante nesta caminhada.

Com a permissão de V. Exas. e dos demais que aqui estão no Plenário, passo a relatar breves ocorrências históricas e geográficas da minha carreira.

Em 1976, tornei-me Sargento da Polícia Militar, ficando na instituição até 1987.

Em 1989, fui aprovado no concurso para Delegado de Polícia Judiciária do Estado de Rondônia, a primeira turma de delegados depois da transição de território para estado, em cujo cargo permaneci até 1993, quando, então, tomei posse como Promotor de Justiça do Estado do Ceará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Durante 18 anos de exercício na condição de Promotor de Justiça e depois como Procurador de Justiça, sempre defendi, de modo intransigente, a ordem jurídica do regimento democrático e dos interesses sociais e individuais.

Focado nessa concepção jurídica e sob a proteção divina, cheguei ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará em 2011, função que desempenho até hoje. Nessa colenda corte, atuei no direito privado, direito penal e no direito público e atualmente sou Presidente da Primeira Câmara do Direito Público. Criei a Comissão Permanente de Segurança, da qual fui Presidente por quatro gestões, de 2011 a 2019, durante oito anos, sem prejuízo das atividades judicantes. Fui Corregedor-Geral de Justiça no biênio 2019-2021 e Coordenador da Comissão Permanente de Articulação Federativa e Parlamentar do Nordeste, perante o Conselho Nacional de Justiça, além de Vice-Presidente do Colégio de Corregedores de Justiça do Brasil.

Minha opção pela magistratura, depois de tantos anos atuando no Ministério Público, deu-se nutrida pelo respeito e apreço ao Judiciário, a quem compete distribuir, em última instância, o justo concreto e garantir a justiça em cada caso. Com isso, desde que ingressei no Poder Judiciário cearense, sempre me dediquei a atuar e julgar de forma equitativa, independente, imparcial, equânime e célere, sendo sensível à história pessoal de cada parte, mas sem descurar do rigor técnico exigido pela aplicação da ciência jurídica nos tribunais. Enfim, o volumoso acervo processual não pode servir de desculpa para se ignorarem as vidas por trás de cada capa de cada processo.

Nesses 47 anos de dedicação ao serviço público, pude acumular vastas experiências, além de, naturalmente, ter uma formação multidisciplinar, visto que transitei por diversas instituições e órgãos, apropriando-me cada vez mais do funcionamento do Estado *lato sensu* e das peculiaridades de cada carreira, bem como daqueles que buscam a justiça.

São essas vivências que pretendo trazer comigo para o Tribunal da Cidadania, na esperança de que sejam vistas com bons olhos por V. Exas. para que, assim, se dignem a aprovar meu nome nesta egrégia Comissão.

Todos esses anos representam apenas parte do que vivenciou este que lhes fala. Menino negro, filho de uma açougueira, nascido e criado em numerosa família pobre nordestina, dividindo com 18 irmãos o exíguo espaço de humilde casa lá em Juazeiro do Norte, a vida me levou ao enfrentamento de muitas batalhas e percalços, mas, com fé, paciência, bom senso e determinação, pude superá-los. Não é minha intenção carrear atitudes solidárias, porém, tão somente mostrar que a minha história se confunde com a da grande massa da nossa população brasileira. Portanto, com toda humildade, nada mais gratificante do que ter a honra de ocupar uma cadeira no Tribunal da Cidadania, corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil. Poderia ser como pessoa um mero exemplo rotulado estatisticamente, todavia, tornei-me uma exceção, um destino diferenciado num país assolado por desigualdades de toda ordem. Logo, para mim, estar no Judiciário é sinônimo de humanismo e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente, de busca incansável por um sistema de Justiça verdadeiramente justo, que seja peça fundamental no combate a toda uma tipologia de invisibilidade.

Para além da minha história de vida e da minha trajetória profissional, encontrei na academia uma verdadeira paixão. Não saciado pela graduação de Direito e pela especialização em Direito Processual Penal, tornei-me mestre e doutor em Direito Constitucional, com viés em pesquisas voltadas à hermenêutica de direitos humanos e garantias fundamentais, ou seja, tudo aquilo que se busca e de que se precisa no âmbito do Poder Judiciário.

Nesse ínterim, também publiquei diversos artigos científicos e alguns livros, com destaque para o meu último lançamento, que foi justamente a minha tese de doutorado defendida em 2020, publicada em 2022 pela Editora Juspodivm, a saber: *O juiz das garantias sob a óptica do estado democrático de direito: a adequação ao ordenamento jurídico brasileiro*, o qual se encontra atualmente esgotado.

Sempre fui e serei um fiel seguidor da Constituição, do Estado democrático de direito e dos direitos e garantias individuais dos cidadãos contra possíveis excessos e abuso na atuação do Estado, porquanto me considero intransigente defensor da presunção de inocência, da imparcialidade do juiz natural, do contraditório e da ampla defesa, princípios constitucionais corolários do devido processo legal.

Acredito na segurança jurídica, base para a estabilidade econômica e o desenvolvimento social de um país, mas também entendo que ela é apenas um meio para alcançar o fim do direito que é a justiça no caso concreto. Sem justiça, uma nação entra em estado de anomia social, porque os cidadãos passam a desacreditar na eficácia das suas instituições. E, sem essa confiança simbólica, o tecido social perde sua harmonia e se desintegra, gerando crises e convulsões sociais. Por essa razão, penso que o julgador completa a tarefa iniciada pelo legislador, aos quais honradamente me dirijo, ao determinar uma conclusão individual para o preceito geral estabelecido na ordem normativa.

Disso reforço o meu compromisso de respeito e admiração aos princípios republicanos, aos valores democráticos, aos Poderes constituintes da República no exercício de suas atribuições constitucionalmente estabelecidas e, sobretudo, aos precedentes jurisprudenciais, contribuindo para uniformizar a jurisprudência nacional, a fim de mantê-la estável, íntegra e coerente, conforme determina o art. 926 do Código de Processo Civil brasileiro de 2015, salutarmente aprovado por esta augusta Casa parlamentar.

Dessa forma, se confirmada a minha nomeação por V. Exas., Sras. Senadoras e Srs. Senadores integrantes desse íntegro Colegiado, comprometo-me a lutar pelos mais altos ideais republicanos de modo a honrar essa indicação perante os milhões de brasileiros que lhes confiaram essa nobre atribuição.

Por fim, agradeço a generosa atenção e solicitude, colocando-me à disposição de V. Exas. para eventuais questionamentos.

Um bom dia! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu queria agradecer a presença de S. Exa. o Sr. Ministro João Otávio de Noronha, que se encontra no plenário da Comissão de Constituição e Justiça. Muito obrigado, Presidente, pela presença.

Eu estava consultando nossos servidores da Comissão, e a gente conseguiu a liberação do Plenário 19, que fica na mesma ala da Comissão, para dar mais comodidade a todos os convidados que estão acompanhando a sabatina. Assim, nós estamos disponibilizando o Plenário 19 para todos que estão aqui para que eles tenham uma melhor acomodação, um melhor conforto, e lá nós faremos a transmissão ao vivo também desta sabatina. Então, é só para informar a todos e a todas que estão aqui que está liberado o Plenário 19 para quem quiser acompanhar com mais conforto e comodidade a sabatina das autoridades.

Concedo a palavra ao Sr. José Afrânio Vilela para a sua exposição pelo tempo que achar conveniente.

O SR. JOSÉ AFRÂNIO VILELA (Para expor.) – Exmas. Sras. e Srs. Senadores da República, são todos cumprimentados na pessoa do Exmo. Sr. Presidente desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Davi Alcolumbre; cumprimentos especiais ao Presidente desta Casa, o Senador Rodrigo Pacheco, e ao Senador Carlos Viana, que se prontificou a relatar nesta sabatina o processo de minha indicação ao alto cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, e cumprimentos também ao Senador Cleitinho – todos representantes do meu estado natal, as nossas Minas Gerais.

Cumprimento o Pleno do Superior Tribunal de Justiça na pessoa da Exma. Presidente Ministra Maria Thereza de Assis Moura.

Agradeço, cumprimentando-a, à Ministra Edilene Lôbo, uma grande mineira, que presta relevantes serviços à Justiça Eleitoral.

Sr. Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho, na sua pessoa, permita-me que cumprimente todos os magistrados de Minas Gerais, juízas, juízes, desembargadoras e desembargadores.

Cumprimento o ex-Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais Desembargador Nelson Missias de Morais, atualmente diretor da Escola Nacional da Magistratura; o Sr. Presidente da AMB, Juiz Frederico Mendes Júnior, que me mandou uma mensagem particular neste momento; o Sr. Juiz Luiz Carlos Santos, da Associação dos Magistrados Mineiros; e o Dr. Alberto Simonetti, representando os advogados brasileiros.

Quero cumprimentar, especialmente, Gisela, minha esposa; aos meus filhos Mateus e Henrique Vilela; as minhas noras Isabela e Larissa; a minha irmã Leila, que assiste desde Ibiá, a capital do Alto Paranaíba; os demais familiares e amigos; as autoridades; os servidores da Casa; os jornalistas; os profissionais da informação; as senhoras e os senhores; e, especialmente, os meus queridos companheiros de jornada, dois irmãos que a vida me proporcionou nestes últimos tempos, Dra. Daniela e Desembargador Teodoro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador e ex-Governador de Minas Gerais Milton Campos, quando adentrava às casas das leis, afirmava, aspas: "a vós que constituis o Poder Legislativo cabe o mais esmerado zelo no exercício da vossa função, porque é pela atuação dos Parlamentos que se medem a eficiência, a grandeza e a extensão dos regimes democráticos".

Meus agradecimentos, em primeiro plano, Sras. e Srs. Senadores, extensivo às equipes de V. Exas., pela lhaneza ao me receberem, apesar das agendas sempre apertadas.

É uma grande honra estar neste Senado Federal, instituição em que meu ascendente paterno Godofredo Lamounier, Constituinte por Minas, assinou a Constituição da República em 1891; já em 1892, com Nilo Peçanha, Epitácio Pessoa e Hermes da Fonseca, assinava a emenda constitucional proposta pelo Senador Lopes Trovão estendendo o direito de voto às mulheres no Brasil. Foram vencidos, Senadora Leila, porém a semente eclodiu frondosamente alguns anos depois.

Peço permissão a todos para dizer um pouco sobre minha jornada pessoal e funcional.

Integro o Judiciário mineiro há 35 anos, voltado integralmente ao interesse público e do jurisdicionado, alinhado com os requisitos dispostos na Constituição Federal, tendo a lei e somente a lei como norte maior.

Na prova oral de direito constitucional, em 10 de outubro de 1988, cinco dias após a promulgação da Constituição da República, recebi uma lição de um velho professor para vida afora.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ AFRÂNIO VILELA – Aspas: "Afrânio, saiba que nenhuma lesão ou ameaça a direito será subtraída da apreciação do juiz, do Poder Judiciário. É muito poder para um juiz. Acredito que você será aprovado no concurso. Lembre-se, porém: a ninguém será dado fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de uma lei".

E, assim, como juiz, ainda que tenha minhas convicções pessoais em todos os segmentos da vida, presto jurisdição cioso de que o Estado é laico, e o juiz isento e equidistante; e, na grande pirâmide do direito, no ponto mais alto, está a Constituição da República.

Nasci na cidade de Ibiá, em Minas Gerais, aos 3 de março de 1961, filho de José Vilella e Erotildes Antônia Vilela. A família foi vítima de um grave erro judiciário, sob a acusação de um assassinato.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ AFRÂNIO VILELA – A família perdeu o vasto patrimônio. Os maiores foram presos e condenados, os menores de idade foram para o reformatório. Vinte anos após o cumprimento das penas, o assassino confessou o delito. No STF, o Ministro Nelson Hungria, ao julgar ultimamente a revisão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criminal, afirmou ter sido um caso emblemático para ele. A verdade triunfou, e a luta durou mais de 80 anos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ AFRÂNIO VILELA – Meu pai, José Vilella, jovem, foi para o Sertão oeste de Minas Gerais, Presidente Alcolumbre, como condutor de gado pelos trilhos da viação férrea Oeste de Minas. Construiu, junto com o primo, uma charqueada. Depois de anos, veio à falência. Diversas decisões judiciais que, ao invés de amparar um grande empreendimento, com mais de cem empregos diretos numa comunidade de seis a sete mil habitantes, preferiram fechá-lo. Tornou-se dignamente, até a sua aposentadoria, carcereiro na Cadeia Pública de Ibiá. Minha mãe, de esposa de um grande empresário, foi ser servente escolar em um grupo público. Ambos me deixaram lições que adotei como estudante, servidor público, bancário, advogado, professor, juiz e desembargador e, se V. Exas., Srs. Senadores, aprovarem minha indicação, levarei, ao Tribunal da Cidadania, fé e esperança na Justiça, como deles sempre ouvi.

Estudei no Grupo Escolar Dom José Gaspar, no ginásio estadual de Ibiá e no curso Técnico em Contabilidade no Colégio São José. Minha *alma mater* é a Universidade Federal de Uberlândia. Sou, pois, fruto do ensino público.

Minhas irmãs Leila e Aparecida Vilela, esta em memória, e minha sogra, Enisa, são professoras.

Tenho gratidão pelos professores que me ajudaram ao longo da vida. Muitos, para a felicidade nossa, ainda estão vivos: Leila Vilela, Eurídice de Ávila, Edson de Freitas, Sônia Martins, Marli Palhares, Nani Ejerbás, Magna Dias, Antônio Caixeta Ribeiro e, em memória, Ernane Fidelis dos Santos, Maria Leonor Diniz de Oliveira e Sidney Rodrigues, e muitos outros que eu poderia citar.

Aos 12 anos, fui jardineiro no Colégio São José para pagar o curso de datilografia, depois complementado na escolinha das irmãs Sossego, servidor municipal de Ibiá aos 14 anos como auxiliar de topografia, depois no serviço fazendário de contabilidade.

Aos 18 anos, ingressei no curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia. Colei grau e obtive o título de bacharel aos 23 anos. Advoguei, retornando para a minha cidade natal, Ibiá, causas gratuitas no Tribunal do Júri – muitos e muitos júris. Advoguei em processos trabalhistas. Lecionei Noções de Direito e de Administração Pública. Em 1988, fui aprovado juiz, com nomeação em 1989.

Visei sempre ao bom funcionamento do sistema de Justiça e ao aprimoramento da prestação jurisdicional. Em Contagem, estruturei o funcionamento dos primeiros juizados especiais em 1996, recém-criados pela Lei nº 9.099, de 1995, deste Congresso, usando, pela primeira vez, convênio com a PUC (Pontifícia Universidade Católica), para utilização e devolução do estágio supervisionado aos alunos do sétimo período em diante. Só assim o juizado especial pôde funcionar já, no Carnaval de 1996, naquele estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A carreira judiciária, degrau por degrau, durante 35 anos, formatou minha consciência.

Na pequena e querida comarca de Resende Costa, aprendi que a simplicidade, a solidariedade e a decência são companheiras. Nas comarcas de Bom Sucesso, Entre Rios de Minas, Conselheiro Lafaiete, São João del-Rei e Contagem, compreendi que o juiz evolui em sua magistratura conforme a sociedade se torna mais complexa. É preciso viver e conviver para julgar. Além de julgadores, o juiz e a juíza são referências de conduta social. Em cada uma dessas localidades, mais aprendi do que ensinei. Em todas, compreendi que o voto é a expressão maior da vontade do cidadão.

Senhoras e senhores, procuro aplicar a lei segundo seus fins sociais. Apoiei o projeto de Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ), em 1999, quando era Corregedor e Diretor do Foro de Belo Horizonte. Isso antes mesmo da Lei Antimanicomial 10.216. E esse projeto conta décadas de assistência integral a esses pacientes especiais.

Fizemos os primeiros contratos com a Assprom (Associação Profissionalizante do Menor).

No Tribunal, alinhamos programas com a Feneis, Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos e mudos, para digitalização de recursos dirigidos aos tribunais superiores desde 2010, Senador Mecias de Jesus. A eles, a essas pessoas, tentamos proporcionar dignidade e sentimento de pertencimento à instituição judiciária, mas principalmente valorização pessoal.

A minha consciência de juiz é atrelada à minha história de vida e à vida daqueles que fizeram a minha história. Minha vocação sempre foi para a conciliação. Em 1996, instalamos, no Tribunal de Justiça, o programa conciliação em comunidades carentes. Éramos juízes e desembargadores voluntários para ajustes de controvérsias entre pessoas que não tinham acesso aos direitos básicos de cidadãos e muito menos ao Judiciário. Pequenos acordos em valor econômico, porém, grandes realizações humanas. Recentemente, para citar um exemplo, o Tribunal de Minas realizou a maior conciliação fundiária da história quando, ao invés de desalojar mais de 18 mil famílias – 18 mil famílias –, foi utilizada a Lei Federal 13.465, deste Congresso, a qual permitiu que o Estado de Minas Gerais disponibilizasse área equivalente para a regularização fundiária.

Minha atuação como Desembargador sempre foi de obediência aos princípios e garantias constitucionais, notadamente o direito ao devido processo legal e à amplitude de defesa, sem me descurar ainda da observância às relevantes transformações sociais das últimas décadas, conforme refletido nos votos e nas decisões por mim proferidas.

Tenho uma especial predileção pelo aperfeiçoamento do sistema de Justiça. Por isso, Senador Moro, cursei pós-graduação *lato sensu* na Universidade de Brasília, em Gestão Judiciária. Nesses 20 anos de tribunal, exerci as superintendências de Recursos Humanos e de Finanças e Execução Orçamentária, a Superintendência Administrativa, sem um dia sequer me afastar da jurisdição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Integrei as Comissões de Planejamento Estratégico, Regimento Interno e Organização Judiciária. Nesse recorte, desenvolvemos o projeto de adequação estrutural do Poder Judiciário de Minas Gerais às alterações advindas do Código de Processo Civil, em 2015. Como gestor do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, padronizamos procedimentos cartorários e uniformizamos decisões judiciais, com associação automatizada aos temas repetitivos de repercussão geral e de repetitividade do STJ, além de ampla publicidade aos precedentes qualificados, uma bandeira do saudoso Ministro Paulo de Tarso Sanseverino – tudo isso para dar segurança e isonomia aos jurisdicionados mineiros.

No biênio 2018-2020, exerci o cargo de Primeiro-Vice-Presidente do Tribunal, quando Presidente o eminente Desembargador Nelson Missias, aqui presente, para nossa honra. E o Judiciário de Minas procedeu à implantação do processo judicial eletrônico em grande parte das unidades judiciárias de competência cível e nos juizados especiais. Isso nos permitiu, através de sistemas de inteligência artificial, organizar e estruturar uma Justiça mais rápida naquilo que era unicamente repetitivo.

Em plena pandemia, Sr. Presidente, o Judiciário mineiro já estava preparado para atender a população sem nenhum prejuízo.

Sou, pois, um homem, um cidadão e um juiz que valoriza a composição como forma de diminuir contendas e aumentar a paz social, Senador Aziz.

Na esfera pessoal, tenho a honra de integrar o Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, de integrar o Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei, a Academia de Letras Jurídicas de São João del-Rei e Tiradentes e de ser benemérito fundador da Academia Ibiaense de Letras.

Ciente do desafio e da honra em integrar a Corte Cidadã, Ministro Herman Benjamin, esses são recortes de minha história que apresento como subsídio a V. Exas., Sras. e Srs. Senadores, para análise de meu nome para o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Caso aprovado como juiz daquela Alta Corte, continuarei a missão de distribuir justiça a quem dela necessite e tenha direito, somando esforços e participando dessa altaneira missão do Tribunal da Cidadania, que é sedimentar o direito infraconstitucional dentro da legislação federal.

Na expressão da Constituição da República, V. Exas. definirão essa jornada que faço em nome das Minas Gerais, desde 2013 e 2016, quando o meu nome constou das listas tríplices, e, desta feita, com honra maior, posto que fui indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a este Senado Federal e a esta Comissão, que, pelo voto democrático, definirão o meu futuro.

Agradeço a todos que foram partícipes e decisivos em cada fase deste complexo processo: colegas, amigos e todos que me acolheram e apoiaram durante todos os momentos, como é o caso da minha família, a quem agradeço muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, ao terminar, quero pedir licença para agradecer muito à Ministra Assusete Magalhães, aqui presente, uma grande mineira, uma mineira que faz com que os ventos do Planalto refrigerem aquelas montanhas de Minas Gerais, com a sua sapiência e a sua cultura – uma grande amiga. (*Palmas.*)

Para a Ministra Assusete, para a minha esposa, Gisela, para todas as esposas Senadoras, todas as mulheres deste Senado Federal, deste Congresso, enfim, todas as mulheres do Brasil, eu quero lembrar Cora Coralina:

> É que tem mais chão nos meus olhos
> do que cansaço nas minhas pernas,
> mais esperança nos meus passos
> do que tristeza nos meus ombros,
> mais estrada no meu coração
> do que medo na minha cabeça
> Cora Coralina

Agradeço a todos a paciência por terem me ouvido.

Peço que analisem as informações que aqui trouxe e que me indiquem para compor o Tribunal da Cidadania, onde darei seguimento à minha jornada de juiz, como sempre fiz, durante 35 anos de minha vida.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Agradeço a presença do Ministro Herman Benjamin, do Ministro Marco Aurélio Bellizze e do Ministro Sérgio Domingues. Estamos com 16 Ministros do Superior Tribunal de Justiça acompanhando a sabatina dos indicados.

Muito obrigado pela presença.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Registre a presença do Ministro Reynaldo, do Maranhão, Presidente. Um sobrevivente. Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. não estava ainda, mas, no início da reunião, eu fiz questão de registrar.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Ah, foi?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Ah, não; então, foi bem antes, porque eu cheguei logo no início, na primeira.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, não, não. Foi sob orientação de V. Exa.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Ah, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está tudo resolvido.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Presidente. Como é que está a lista aí...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou passar para os Relatores primeiro.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu tenho uma lista de inscrição em que nós já temos dez Senadores inscritos, mas eu vou passar para os três Relatores.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E V. Exa. vai abrir?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Abra essa lista, por gentileza.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Presidente! Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ainda não. Só quando os Relatores falarem.

Só um minutinho. Deixe-me passar para os Relatores aqui. Nós vamos ter o tempo necessário.

Concedo a palavra ao Relator da indicada Daniela, Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, primeiro, cumprimento V. Exa., Presidente desta Comissão, meu Presidente do Congresso Nacional, amigo; cumprimento as minhas colegas Senadoras e os meus colegas Senadores que estão presentes nesta sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muita gente cobrando essa sabatina, muita gente nos cobrando. Realmente teve um certo período em que nós estávamos um pouco esvaziados, então, não adiantava nós fazermos a sabatina porque nós não teríamos quórum para votar. Muita gente querendo acusar o Davi de estar segurando, e não é verdade. Tudo isso que sai às vezes não tem razão de ser. Nós temos interesse de ter uma Corte plena, uma Corte democrática que possa ajudar o povo brasileiro. Então, nós não retardaríamos de forma alguma a sabatina, nem dos senhores, nem do Conselho Nacional de Justiça, nem do Conselho Nacional do Ministério Público, mas o momento não era propício para ter um quórum qualificado para poder votar, até porque, para aprovar o nome do Ministro, nós temos que ter maioria dos votos.

Eu tive a honra de conhecer a Dra. Daniela. Ela esteve no meu gabinete e o relatório dela teria umas 25 a 30 páginas, para se ter uma ideia.

Eu quero aqui cumprimentar a Presidente do Superior Tribunal de Justiça e, na pessoa dela, todos os Ministros que se encontram aqui; os Ministros do Tribunal Superior Eleitoral, que se encontram aqui; e todas as autoridades que aqui vieram, não só para torcer e assistir a esta sabatina dos três indicados hoje, como também para participar e ouvir o que eles pensam.

Eu tive a oportunidade de ouvir os três Ministros no meu gabinete e realmente me impressionou. E eu tive a felicidade de ser o Relator da Dra. Daniela e quero dizer o seguinte, Dra. Daniela, que há duas pessoas que já foram citadas aqui, mas que eu quero aqui referendar: o Ministro de que nós temos muito orgulho no Estado do Amazonas – eu tenho orgulho de ter um Ministro nessa Corte Alta –, o Ministro Mauro Campbell, que recomendou a mim o nome de V. Exa., como falou muito bem dos outros dois indicados, e o Presidente da OAB – eu fui amigo do pai dele, Dr. Simonetti –, o Beto Simonetti, que também recomendou. Só essas duas recomendações já bastariam para que eu pudesse fazer um relatório favorável, mas, vendo o seu currículo, vendo a sua história e a história bonita dos três, não é uma história em que parece que as coisas caem do céu do dia para a noite. Não cai absolutamente nada se a gente não plantar e depois colher. E vocês plantaram, por isso estão aqui, com os méritos de vocês.

Nós faremos aqui o nosso papel, que é aprovar o nome de vocês.

Pedi para todos os meus colegas Senadores, amigos Senadores e amigas Senadoras, para votarem todos em você. Eu espero que todos votem em você, a meu pedido, mas também soube que você visitou todos os gabinetes e conversou, assim como os outros indicados o fizeram.

Então, eu tenho duas, três perguntas para você, que são as questões que... A nossa realidade da Justiça brasileira é totalmente diferente da Justiça do Norte, do Nordeste, do Sul e do Sudeste. Nós não temos uma Justiça igual, uma prática igual. Meu estado, por exemplo, é um estado de 1,5 milhão de quilômetros quadrados. Como levar a Justiça se não tem aeroporto para o juiz estar lá, não tem aeroporto para o Ministério Público estar lá, para a Defensoria Pública estar lá? Como fazer justiça onde não chega a Justiça? São dificuldades que nós temos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No meu estado, assim como em outros estados, a quantidade de feminicídio aumentou bastante – no Brasil todo. Eu não sei por que tanto ódio – eu não sei por que tanto ódio. Isso decorre de alguma coisa, de alguma falha nossa, do Legislativo, ou do Judiciário. Nós todos temos que ter responsabilidade; não é jogar a responsabilidade para terceiro. Nós temos que assumir a responsabilidade porque nós temos que fazer alguma coisa para diminuir, para acabar de vez com o feminicídio. Então, eu quero saber quais são as políticas públicas que o Poder Judiciário poderia adotar no combate ao feminicídio no Brasil. Isso serve para os três, mas estou fazendo especificamente essa pergunta a V. Exa.

Eu queria saber também quais os meios o poder público pode adotar para desafogar o Judiciário. É humanamente impossível um desembargador do TRF ter 4, 5 mil processos na mão para julgar. Muita gente não entende, Srs. Ministros que estão aqui nos acompanhando, por que às vezes atacar o Judiciário dá voto: é porque todo mundo culpa a Justiça. E nós temos que assumir essa culpa, porque não é só a Justiça que é culpada. Nós temos responsabilidade sobre isso. E eu não tenho dúvida nenhuma que o Congresso Nacional está aberto a discutir leis que possam melhorar isso, mas leis que possam vir do Legislativo, e não impostas de cima para baixo, para não ser tomada a decisão, e a gente ter que acatar pura e simplesmente.

Eu sou literalmente contra a abertura de drogas no meu país. Eu sou contra. É um princípio meu. Eu fui Secretário de Segurança. É a entrada para outros vícios. Aqui nesta sala, poucos não têm um conhecido ou familiar usuário de droga, que é doente. E a gente não pode incentivar doença neste país. Não dá para incentivar doença. A gente tem que ter claro isso. Então, "ah, vamos liberar a maconha", mas quem vai pagar essa conta? Veja como está a Espanha; veja o Uruguai hoje. Então, eu sou literalmente contra essa questão. Por quê? Porque isso não vai melhorar a vida de ninguém. Não se esclarece quem vai vender, como vai comprar, quem vai medir, pesar, uma série de coisas. Então, essas questões é o Legislativo quem tem que discutir.

Nós queremos ter três Poderes harmoniosos e se respeitando um aos outros, como eu sempre respeitei todos os Ministros, tanto os do Supremo, como os do Judiciário. Todo brasileiro e o Judiciário do meu Estado me conhecem. Quando fui Governador, fui uma pessoa que ajudou muito a ter um Judiciário no meu Estado todo. Eu consegui colocar defensor público em todos os municípios, porque, muitas vezes, tinha um juiz, não tinha o Ministério Público, não tinha um defensor público, você não julgava, e aí a população culpa a Justiça, não culpa mais ninguém do que a Justiça nesses casos.

A terceira pergunta: como buscar mais eficiência e celeridade no Judiciário? A senhora vem da advocacia, a senhora sabe muito bem a dificuldade de uma audiência e agora é mais difícil, Presidente Davi, depois que inventaram esse negócio de fazer audiência por teleconferência. A gente não sabe nem quem é o juiz, não conhece, não tem a conversa tête-à-tête, aí fica mais difícil ainda. E como o Poder Legislativo pode ajudar na busca da eficiência do Judiciário?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São essas as quatro perguntas que eu faço à Dra. Daniela, parabenizando V. Exa., torcendo muito para que os três tenham aqui os seus nomes aprovados – com certeza, serão aprovados. E cumprimento toda a sua família que se encontra presente aqui neste momento, torcendo pela senhora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Omar.

Concedo a palavra à Senadora Augusta Brito, Relatora da indicação do indicado Teodoro Silva Santos.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Bom dia a todos e a todas.

Quero, primeiro, agradecer a V. Exa. pela indicação. Quero dizer do meu orgulho e da minha felicidade de poder ter pego a relatoria de um grande Desembargador, que eu conheço bem já há algum tempo, lá do nosso Estado do Ceará, que, por mérito e por muita dedicação em toda a sua vida, é um exemplo de tudo que foi dito, do que consta no relatório, do que foi falado e explanado hoje aqui pelo nosso querido Desembargador Teodoro, em que ele bota todos os pontos que a gente acha que são essenciais, que são mesmo de sua trajetória na vida pública...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ... passando em concurso, desde a Polícia Militar, lá embaixo, depois virando delegado. É realmente muita dedicação e competência, e a gente entende e reconhece todo o trabalho desse grande Desembargador do nosso Estado do Ceará, que é muito respeitado, que tem um grande trabalho também dentro das universidades e, como ele mesmo aqui falou: ele realmente se identifica muito com a academia – gosta muito de participar, de estudar, de aprender e de ensinar.

Eu, com muita satisfação, da mesma forma que o nosso querido Relator aqui da nossa futura Ministra, assim espero, Dra. Daniela, que é o que a gente está fazendo aqui acontecer, que também nos orgulha muito por ser uma mulher, teria algumas perguntas, só para entender, que também podem ser direcionadas para os três.

Uma delas já foi aqui falada. Eu acho que essa questão do combate ao feminicídio é uma pauta que está muito atual entre homens e mulheres. Fiquei feliz de ver o Senador Omar Aziz falar, perguntar. Fiquei muito feliz porque esse não é um problema só de mulheres, só nosso, é um problema de toda a sociedade. A gente tem que estar engajado e saber de que forma, se existe algum pensamento dos três para que a gente possa realmente, verdadeiramente, fazer com que se acabe com os feminicídios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, sobretudo, sabendo também da grande dificuldade da participação da mulher nos espaços de poder, seja na política, seja como ministras, eu queria também já ampliar um pouco a pergunta para os três, já dizendo assim também – são só essas duas perguntas, depois de tudo que foi exposto aqui –: existe alguma iniciativa, existe algum pensamento para que essas mulheres que ocupam, que conseguem chegar, seja aos ministérios, seja ao Legislativo, seja aos cargos de decisão e de poder, alguma ação que possa ser feita dentro do Tribunal de Justiça, através de vocês, dentro do STJ, que possa fortalecer não só a entrada, o ingresso das mulheres nesses espaços, mas também a permanência? Porque nós percebemos que a dificuldade muito grande não é só de entrar, é de permanecer, exatamente pela estrutura construída, do machismo, que, infelizmente, faz com que elas muitas vezes desistam ou da carreira política, ou da carreira judiciária.

Enfim, eu queria aqui dizer que estou muito feliz e pedir aqui a todos os amigos Senadores e Senadoras, especialmente, a aprovação da indicação do nosso querido Desembarcador Teodoro.

Volto a dizer: fiquei muito feliz porque eu pude ser a Relatora desse grande homem do nosso Estado do Ceará, que nos orgulha muito.

O Senador Nelsinho já tinha se preparado, tinha feito todo um levantamento e um estudo sobre a relatoria. E eu queria aqui dizer – ele ligou e pediu para eu só mencionar alguns pontos do que ele já tinha feito, elaborado dentro do relatório dele –, trazer aqui também, de uma forma rápida, só citar que ele fez várias conversas com outros ministros, com a advocacia, enfim, com pessoas que ele considera relevantes. E destacou aqui a obra que foi feita pelo nosso Ministro, que é exatamente um livro que foi publicado – ele pediu para eu ressaltar isso, o que eu vou fazer agora –, que é *O Juiz das garantias sob a óptica do Estado democrático de direito: a adequação ao ordenamento jurídico brasileiro.* O Senador Nelsinho está em missão, está viajando, e pediu que eu citasse que ele também ficou muito feliz, que está feliz também porque eu peguei a relatoria, e para eu parabenizar e reconhecer todo o trabalho desse nosso querido Desembargador.

Aqui eu também quero já agradecer e pedir a todos os Senadores e Senadoras o voto não só para o Desembargador Teodoro, como para os outros dois também, os três indicados que aqui estão. Foi muito importante essa visita, a conversa nos gabinetes para que a gente pudesse verdadeiramente conhecê-los melhor e saber do potencial, da capacidade e a dedicação que cada um vai ter dentro da sua nova função.

Queria registrar também aqui toda a satisfação da família – a esposa, o filho do nosso Desembargador que está aqui, que acompanhou também atentamente –, e dizer também da minha felicidade, mais uma vez, de ter um nordestino, cearense aguerrido, que saiu lá da cidade de Juazeiro e, através da educação, hoje terá a possibilidade, se assim for determinado, designado aqui pelo Senado Federal, de estar no STJ representando a todos e todas do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É com muita felicidade que eu registro aqui este momento, que para muitos pode até ser impensável – ele mesmo disse, com toda a sua humildade, que sua mãe era açougueira e da dificuldade de estudar no interior do Estado do Ceará –, mas ele é um exemplo vivo de que qualquer um que também tiver determinação e oportunidade de estudar poderá chegar ao maior cargo que desejar, como assim a gente espera hoje. Então, estou muito feliz.

Parabéns! Já estou dando os parabéns, porque já estou acreditando nos votos que poderão vir.

Muito obrigada ao nosso Presidente da CCJ por ter me dado esse grato presente de ser Relatora da indicação desse grande homem.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Como nós vamos fazer blocos de três Senadores, eu vou concluir com o terceiro Relator, vou passar a palavra para os sabatinados e, em seguida, vou iniciar a ordem de inscrição.

Concedo a palavra ao Relator da indicação do Desembargador Afrânio, S. Exa. o Sr. Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente Davi.

Meu bom-dia a todos os que nos acompanham e aos indicados, com quem nestas últimas semanas tivemos um contato muito próximo para trocarmos ideias, discutirmos as questões do Brasil e, naturalmente, nos conhecermos melhor.

E posso dizer, seguindo aqui as falas dos meus dois colegas Relatores, da qualidade daqueles que estão aqui hoje pleiteando o cargo no Superior Tribunal de Justiça.

Couberam a mim, Senadores, Senadoras, a quem também cumprimento, a alegria e a honra de ser o Relator da indicação do Dr. José Afrânio, que, na Justiça de Minas Gerais, tem uma carreira ilibada, conhecida, respeitada. É um homem que sempre foi dado, Senador Omar, à conciliação; um homem que sempre soube, dentro do próprio Judiciário, onde nós sabemos que existem também as pressões, ser um homem que buscava a união e que hoje conseguiu, mais uma vez, fazer com que todo o nosso Tribunal de Justiça, independentemente das correntes internas, possa caminhar junto.

E aqui cumprimento o Dr. José Arthur, que é o atual Presidente, e o Dr. Nelson Missias, que é o Presidente anterior – dois grandes nomes da Justiça mineira.

Eu quero fazer colocações; não tenho perguntas. Às perguntas que fiz a um por um, nas visitas que fizeram ao gabinete, as respostas foram bem satisfatórias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui fazer uma colocação do que tem acontecido hoje no Brasil e da minha visão, visão de quem está no primeiro mandato. Considero-me hoje diplomado no Senado, depois de quatro anos. Esta é uma Casa que nos ensina todos os dias. Nós temos que saber lidar... Esta é a Casa Alta, uma Casa de soluções, de boa convivência; aqui é a Casa também do diálogo, mas sem perder, Dr. Afrânio, Dra. Daniela, Dr. Teodoro, os ecos da população nas ruas. Eu sou um Senador que viaja, praticamente todo os fins de semana, a cinco, dez, até quinze cidades, visitando uma por uma, os pequenos municípios, ouvindo as pessoas. E o que eu mais ouço em Minas Gerais, em todas as ruas e esquinas, é a questão hoje do Judiciário brasileiro e das decisões que são tomadas muitas vezes fora – a meu ver, em prerrogativas que são nossas, de Senadores.

Nós aqui – eu converso; está aqui o Kajuru, estão aqui os outros Senadores – temos todos um respeito imenso pelo Judiciário brasileiro. O Judiciário tem nesta Casa sempre um apoio naquilo que é importante. É claro que, em determinados momentos, a gente discute o que é de interesse da população, mas, na maioria das vezes, nós queremos facilitar a vida do Judiciário. Nós queremos um Judiciário mais ágil, como disse a Dra. Daniela; nós queremos um Judiciário mais próximo, como disse o Dr. Teodoro, que veio também da população, da base; e, como o senhor, que seja um Judiciário de diálogo com toda a classe política.

Nós precisamos hoje delimitar novamente as prerrogativas de cada um dos Poderes. Eu falei, coloquei isso para cada um dos senhores. Não está aqui quem queira tomar do Supremo Tribunal Federal ou do STJ qualquer tipo de atribuição. Nós precisamos de uma Justiça independente, capacitada, apoiada, porque ela é o principal ponto de equilíbrio das questões de uma sociedade.

Isso, vejam os senhores, é algo muito antigo. Moisés, quando tirou o povo de Israel do deserto, tinha uma fila de 2 mil, 3 mil pessoas aguardando por ele todo dia. O sogro dele chegou e falou: "Olha, Moisés, coloque juízes, porque, senão, o povo vai xingar você, porque o povo quer a resposta da Justiça. As causas não podem esperar, porque cada um tem a sua necessidade, e você sozinho não dá conta". Surgiu ali uma primeira estrutura, improvisada em barracas, de juízes, que passaram a fazer o julgamento das causas e dar resposta ao povo.

É do que nós precisamos hoje: respostas à população – algumas mais rápidas; outras, naturalmente, mais demoradas.

Nós precisamos reequilibrar. O que está acontecendo? Primeiro, eu vou falar da própria Justiça. Nós temos hoje um Supremo que toma decisões dentro daquilo com que eu concordo que se chama ativismo judicial. A Constituição diz que o Judiciário tem que responder, e isso passou a ser entendido como a criação de novas leis. As súmulas passaram a ser leis, que nós é quem temos que votar e colocar.

O Omar citou o caso da liberação das drogas. Este Parlamento já disse três vezes que não pode. O Supremo vem e quer liberar. Não está certo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há a questão do aborto. Nós temos uma lei que já foi votada neste Parlamento e que define casos, que respeita o direito de a mulher escolher, mas aí me vem um relatório dizendo que qualquer tipo de aborto pode ser praticado no Brasil. Está errado! Quem legisla somos nós.

E quais são as consequências no próprio Judiciário, senhores? A partir do momento em que o Supremo dá o exemplo desse ativismo e de ultrapassar o que está na Constituição, outros também começam a fazer isso. O Tribunal Regional do Trabalho, recentemente, descartou, não aceitou uma decisão do próprio Supremo, porque cada um tem seu entendimento e, se não está na lei, cada um começa a dar sua canetada. Há juiz de primeira instância dando sentenças de plantão e dizendo que, como o Parlamento não julga, ele se sente no direito de dar... Olhem, para! Vamos começar a repensar isso.

O Superior Tribunal de Justiça nos entregou uma decisão pacífica, plena, como se diz, pacificada – causa julgada, encerrada, acabou –, mas aí me vem outra decisão no sentindo de que causa julgada pode ser reaberta. Isso foi entendido no mundo como uma completa insegurança sobre as leis brasileiras. E, se há algo que faz com que o Brasil se desenvolva, Dr. José Afrânio, Dra. Daniela e Dr. Sebastião... Um dos pontos principais para que o estrangeiro olhe o país com confiança chama-se segurança jurídica. O estrangeiro, o empresário, o gerador de renda, aquele que quer trabalhar no Brasil quer saber o seguinte: "Está escrito aqui? Vai valer o que está escrito aqui?". É assim que funciona, mas não tem sido assim nos últimos tempos.

Nós aqui na Casa temos o Presidente, que determina, do Congresso Nacional... Vem uma decisão monocrática, e 81 Senadores têm que obedecer uma decisão vaidosa, que, muitas vezes, não foi levada a Pleno, que é o correto, mas é só para se dizer que tomou decisão.

O meu grande pedido aos senhores que estão indo... O STJ tem dado grandes exemplos de solução. Para essas causas tributárias – eu tenho acompanhado –, causas difíceis, o STJ tem dado boas respostas. Para causas, muitas vezes, com relação a cobranças de impostos injustiçosos, precatórios, o STJ tem respondido. Então, hoje, o meu pedido é que os senhores... A minha colocação: os senhores não deixem nunca de fazer uma Justiça rápida, equilibrada, correta e justa. Nós precisamos dela, sim, mas que a gente volte – e que sejam os senhores também voz para isto – a ter essas prerrogativas que são os chamados freios e contrapesos, que até a Constituição de 1988 valeram muito. Quando há uma dúvida, há um limbo, quem tem que responder é o Parlamento? É o Judiciário? Freios e contrapesos. Que a vaidade pelo cargo não tome lugar nas decisões. E os senhores estão indo para uma casa que precisa também se colocar. Os senhores têm decisões no mesmo nível da instância superior da Justiça, o STJ tem que se posicionar com firmeza: nós já tomamos essa decisão, temos que ter uma discussão mais ampliada antes que um outro ministro possa desfazer o que todos os Ministros do STJ fizeram. Está errado isso! Isso é gastar dinheiro da população, é gerar insegurança jurídica, como eu disse.

E eu tenho muita confiança na experiência de vocês, diversa, uma experiência que vem do trabalho no dia a dia. O senhor foi juiz na minha querida Bom Sucesso, cidade pequenininha, que fez 150 anos na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

história brasileira, uma das mais importantes na colonização de Goiás, na chegada dos... Passavam por lá, era o centro de distribuição para as picadas de Goiás. O senhor foi juiz naquela cidade, sensacional! Ali é o início da chegada para o Estado de Goiás, é subida até para o Piauí, tinha as rotas. O senhor foi juiz lá. A Dra. Daniela, aqui por Brasília, que hoje representa, tem essa diversidade toda de família. Muito obrigado.

Agora, os senhores têm boas indicações, mas levem esta mensagem: vamos retomar, no Brasil, o equilíbrio entre os Poderes. Nós não queremos uma guerra, nós temos que dar à população tranquilidade, cada um fazendo o seu trabalho. Agora, para encerrar, Sr. Presidente, nós queremos ser respeitados – nós Senadores que fomos à rua votar, que fomos à rua pedir... Aonde eu chego as pessoas falam assim: "Esse Senado é fraco, esse Senado não faz nada. Os senhores estão precisando tomar decisões". Nós não queremos decisões que atrapalhem, nós queremos decisões que criem um novo equilíbrio.

É a minha colocação. E eu gostaria que os senhores comentassem sobre...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – ... isso.

Meu muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Viana.

Na verdade, eu percebi aqui que nós tivemos questionamentos do Senador Omar, da Senadora Augusta e que V. Exa. fez uma reflexão, mas, como nós estamos combinados que faremos blocos de três, eu vou passar aos indicados para que eles possam fazer as suas manifestações, não como um questionamento direto, mas como uma manifestação na reunião.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – E aqui, Presidente, peço desculpas aos indicados, porque, meio-dia, eu tenho um compromisso já marcado aqui, na entrada, com a Embaixada de Israel. Então, eu vou ter que sair e deixá-los aqui, mas, às 3h, Dr. Afrânio e indicados, estaremos lá no gabinete para recebê-los novamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto, Senador Viana – um minuto. Eu tenho um apelo de vários Senadores aqui e de várias Senadoras que solicitaram que a gente pudesse, quando terminasse a explanação inicial e o questionamento ou ponderações dos Relatores, abrir o painel de votação.

Eu consulto novamente se eu posso iniciar o processo de deliberação dos indicados. (*Pausa.*)

Então, eu solicito à Secretaria da Mesa que abra as urnas para a votação dos indicados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós temos duas cabines? (*Pausa.*)

Uma aqui na Comissão, e tem outra aqui no corredor também. Quem quiser iniciar e estiver de saída para outra reunião em outra Comissão pode votar no corredor.

Concedo a palavra à Dra. Daniela.

A SRA. DANIELA RODRIGUES TEIXEIRA (Para expor.) – Eu fiz aqui a anotação de cinco questionamentos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELA RODRIGUES TEIXEIRA – Pretendo responder a todos. Caso eu me esqueça de algum deles, por favor, Sr. Presidente, o senhor me cobre.

Começo com o questionamento do Senador Omar, Senador do Estado do Amazonas.

Aproveito para saudar novamente o nosso Presidente Beto Simonetti e o Presidente Jean Cleuter, do Estado do Amazonas.

Sr. Senador, o feminicídio, na minha opinião, com o meu olhar de mulher, é a maior chaga que nós temos que enfrentar no Brasil. A violência contra a mulher no Brasil tem nome e sobrenome: ela se chama violência doméstica. Quando um homem morre, vítima de uma morte brutal, a polícia tem todo um trabalho para descobrir por que ele morreu, todo o aparato policial se volta para descobrir o que aconteceu; quando uma mulher morre vítima de violência doméstica, isso não se faz necessário em 70% das mortes. De cada dez mulheres que tombam de forma violenta, em sete casos nós já sabemos quem é o assassino: é um caso de amor, é um ex-marido, é um ex-namorado e algumas vezes é um filho. São os casos da nossa Lei Maria da Penha. Isso é algo que deveria nos escandalizar muito mais do que nos escandaliza. Tivemos até julho de 2023, segundo pesquisa da Universidade de Londrina, 1.153 mulheres vítimas confirmadas de feminicídio. Isso equivale a quatro Boeings lotados. Aqui no Distrito Federal, nós tivemos 29 mulheres assassinadas em casos de feminicídio. Estamos dizendo de mortes que não precisaram ser investigadas. Então, quando nós lidamos com essa questão... E eu sou uma estudiosa da matéria, infelizmente, porque deixa muitas marcas na minha alma. Como disse a Senadora Damares, ninguém trabalha com feminicídio e sai do outro lado a mesma pessoa. Por quê? Porque são os crimes que acontecem dentro da família. Esses crimes o direito penal alcança muito pouco. A solução do direito penal é muito pequena e não alcança o verdadeiro criminoso. Por que eu digo isso? Dessas 1.153 mortes, em torno de 80% o criminoso se suicida logo após cometer o crime, e, então, o direito penal não o alcança. Nada do que nós estudamos em direito penal alcança esse criminoso. Ele se mata logo após. Para o direito penal aquilo se encerrou – acabou o crime, não tenho a quem processar –, mas as mulheres seguem morrendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. me perguntou: o que o Poder Judiciário pode fazer para diminuir essa questão? Com base em todos os estudos que eu fiz ao longo de todos esses anos... Eu participo dessa discussão desde antes da Lei Maria da Penha, que é, sem dúvida, a melhor lei de proteção à mulher do mundo. Ela é estudada em todos os países do mundo. V. Exas. estão realmente de parabéns pela Lei Maria da Penha e suas atualizações.

O que nós podemos fazer pode parecer diletantismo, o óbvio, mas não é. É educar a população brasileira. A violência contra a mulher, familiar e doméstica, que acontece dentro de casa, não pode ser protegida que não seja com uma geração inteira.

E por que isso acontece? A geração da minha avó não teve esse problema. As mulheres não reagiam. Elas sequer podiam se separar dos seus maridos. A geração da minha mãe também não.

O divórcio veio em 1977, mas era um divórcio envergonhado. As mulheres saíam de casa muito respeitosamente.

Estamos vivendo, na minha geração, as mulheres de 50 anos, essa desgraça. Por quê? Porque não ensinamos os nossos meninos a conviver com a frustração e não ensinamos as nossas meninas a viver a vida delas.

A única saída para o feminicídio é a educação. Não há saída mágica.

Temos, aqui, neste Congresso Nacional excelentes propostas, e destaco duas, em especial: os Projetos de Lei 1.657 e 2.841, de autoria do Senador Jorge Seif, que está aqui presente.

Do que tratam esses projetos de lei? Exatamente de separar dinheiro do Fundo Nacional de Segurança Social, separar dinheiro daquele fundo imenso de apostas que não são resgatadas, para que sejam usados em projetos de educação pela paz, contra a violência doméstica, para educar os professores, para que eles consigam identificar aquela situação de violência doméstica.

Aí vocês me perguntam: "Então, Dani, a gente não vai fazer nada?" Não. Nós vamos. Passo um: ensinar meninas e meninos para que, em uma geração, o índice de feminicídio vergonhoso do Brasil diminua. Segundo passo: também temos aqui projeto de lei da Senadora Margareth Buzetti.

Conversei longamente com ela sobre isso. Trata-se da ideia, sim, exatamente do aumento da pena. Do feminicídio? Não – disse a V. Exas: não adianta; ele vai se suicidar. Não adianta eu aumentar a pena dele para 500 anos. Ele já está morto –, mas o aumento de pena daquela primeira atitude de violência. Qual é, Senadora, a ideia? Nós temos a questão da lesão corporal simples, um tapa. Um tapa é sujeito a um acordo de não persecução.

Quando temos um tapa, uma briga no estacionamento aqui, entre até mesmo um homem e uma mulher ou dois homens, as pessoas têm ali uma briga, e um dá um tapa no outro. À noite, a pessoa que deu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o tapa já está arrependida, ela liga para o advogado e fala: "Por que eu fiz isso? Não devia ter feito. Tem um jeito de não dar processo nisso?". Aí a gente explica, vai à delegacia, faz um acordo, e aquele tapa, que veio numa briga de trânsito, em 100% das ocasiões termina num tapa. Isso não é uma preocupação para o direito penal.

Mas um tapa que um homem dá na sua esposa, em casa, na frente dos seus filhos, tem 80% de chance de progredir. O tapa vai virar um soco, que vai virar um empurrão, que vai virar uma esganadura, que vai virar uma facada, que vai virar um tiro. O processo penal tem que ver esses dois tapas de forma absolutamente diferente.

Eu sei que, olhando secamente a cena, é um tapa, mas são tapas que vão ter consequências processuais e jurídicas muito distintas.

Então, esse projeto de lei da Senadora Margareth Buzetti aumenta a pena da primeira agressão, que poderia ser uma coisa simples, um empurrão, mas um empurrão deste homem transtornado numa mulher com a qual ele teve um relacionamento amoroso tem tudo para terminar em uma desgraça.

Esse é o motivo do nosso pedido para um olhar de gênero para os julgamentos, que foi o que fez o CNJ agora, obrigando o olhar de gênero nos julgamentos. Essa é a ideia. Uma discussão por conta de uma briga de futebol vai terminar em um instante; uma briga entre marido e mulher, em que um dá um chute na esposa na frente dos filhos, vai terminar em um feminicídio.

Então, a proposta que vem deste Congresso Nacional... E já aproveito aqui, fazendo um adendo ao que nos disse o Senador Carlos Viana: a solução vem do Congresso Nacional, não vem da magistratura, e a solução, em grande medida, é investir em educação, como faz o projeto do Senador Jorge Seif e, no caso da punição, fazer esse *distinguish*, essa distinção, e aumentar, sim, penas para a pequena violência, que vai levar ao crime mais grave.

Então, essa é a questão do feminicídio no Brasil.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELA RODRIGUES TEIXEIRA – Assim que cheguei, recebi aqui este livro de Cynthia Mendonça, uma estudiosa do assunto no Estado do Amazonas, em que coloca exatamente isso: o feminicídio vai diminuir com educação, com medidas drásticas na primeira violência e com o Poder Executivo – veja, falamos pouco em Judiciário – usando as tecnologias já existentes, que são a tornozeleira eletrônica para o infrator.

Este Congresso, em muito boa hora, tornou crime a violação da medida protetiva. Então esse infrator tem, sim, que usar tornozeleira eletrônica, e essa mulher tem que ter acesso à tecnologia moderna, que já existe no Amazonas, por exemplo, e existe aqui no nosso Distrito Federal, onde ela aperta um botão do celular, e a polícia sabe que ela está em perigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, existe saída, mas é preciso uma junção de Executivo, Judiciário, Legislativo e especialmente das nossas escolas, das nossas igrejas, da nossa sociedade de forma geral, para educar nossas meninas e meninos.

Essa foi a primeira pergunta, que era sobre feminicídio.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Dra. Daniela...

A SRA. DANIELA RODRIGUES TEIXEIRA – Cada um responde a uma pergunta ou eu respondo a todas?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É porque nós temos um período regimental...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – exatamente –, e V. Exa. utilizou os dez minutos para uma pergunta. Mas foi muito bem respondida!

A SRA. DANIELA RODRIGUES TEIXEIRA – Perdão! (*Risos.*)

Mas as outras estão aqui. Eu respondi. Se quiserem por escrito...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós estamos contemplados com essa resposta, e eu tenho certeza que o Relator da matéria também.

Aí eu concedo para o Dr. Afrânio e para o Dr. Teodoro, e eles vão responder as outras quatro.

V. Exa. está tão bem, que estão respondidas as cinco.

Dr. Afrânio, com a palavra.

O SR. JOSÉ AFRÂNIO VILELA (Para expor.) – Sr. Presidente, apenas bem rapidinho...

Eu quero dizer que, nesse assunto de feminicídio, o Poder Judiciário de Minas Gerais, através do Tribunal de Justiça... E aí eu quero secundar tudo que foi falado pela Dra. Daniela, mas acrescentar o seguinte: no Tribunal de Minas, nós trabalhamos com a prevenção. Assim como há a prevenção lá da jurisdição, também há a prevenção aqui, nesses casos de feminicídio, e nós temos lá criada a Superintendência da Mulher, dentro do Tribunal de Justiça, e há um programa chamado Justiça pela Paz na Casa. É um programa integrado com Polícia Civil, Polícia Militar, órgãos de assessoria psicológica do próprio Executivo.

Então, seguindo o protocolo da ONU, que criou o Dia Internacional da Mulher como 25 de março, o Tribunal de Minas estendeu esse dia para todos os dias do ano. Então, há uma prevenção constante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive instalamos, em 2019, varas especializadas inclusive em medidas antecipatórias, para fins de coibir o feminicídio.

Eu queria responder ao Senador Omar Aziz. Ele perguntou o que é que nós achamos, o que é que pode melhorar na prestação jurisdicional.

V. Exas. editaram um diploma legal espetacular, que eu defendo com unhas e dentes, que é o Código de Processo Civil.

O Código de Processo Civil determinou e ratificou legislações anteriores, no sentido de que aqueles casos, aqueles pedidos judiciais com mesma causa de pedir, com pedido idêntico, sejam julgados pelo juiz prevento, ou seja, aquele que, pela primeira vez, recebeu uma distribuição aleatória de um caso daqueles. E o Código de Processo Civil autoriza que esses casos sejam todos jungidos e decididos por uma única sentença do juiz. Então, instrui-se o processo e depois julgam-se todos aqueles, não importa quantos. Então, isso é um avanço. Se bem aplicado, Senador Omar Aziz, é um alento para a jurisdição.

O outro presente que o Código de Processo Civil trouxe para a sociedade é o dos chamados temas repetitivos de repercussão geral e o seu gerenciamento. O que nós queremos dizer com isso? É a aplicação dos precedentes judiciais.

Nós temos algumas decisões do Judiciário que são acobertadas, por exemplo, na repercussão geral no Supremo Tribunal Federal, na repetitividade no STJ ou, então, no incidente de resolução de demandas repetitivas nos tribunais estaduais, tribunais federais. E as súmulas? O que isso quer dizer? Quer dizer que aquela matéria foi definitivamente julgada pelo Judiciário: salvo a edição de uma lei que trate diferentemente aquela situação, todos os juízes brasileiros deverão seguir aquela orientação, aquele tema. E nós temos a inteligência artificial, para ser usada nesses padrões de repetitividade e reproduzir as decisões.

Com isso, nós tiraríamos, das mesas dos juízes, aproximadamente 60% de todos os processos que são distribuídos perante o Judiciário brasileiro. Se nós temos hoje 90 milhões de processos em andamento, em curso, com certeza, no mínimo 50 milhões de processos trazem essa característica de serem decisões que serão dadas em casos com o mesmo pedido e a mesma causa de pedir.

Acredito que esse núcleo de repercussão, essa sistemática de aplicação dos precedentes, é o que pode, sim, ajudar muito a sociedade brasileira e ajudar na celeridade e na segurança jurídica, porque todos os casos serão julgados da mesma forma para todos os outros, ou seja, equidade.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em um minuto. Eu estou com uma lista de inscrição aqui, e eles estão respondendo ao primeiro bloco de indagações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Desembargador Teodoro.

O SR. TEODORO SILVA SANTOS (Para expor.) – Agradeço a pergunta feita, inclusive uma pergunta muito, muito bem dirigida, até porque o feminicídio é um tipo penal que foi incluído no Código Penal brasileiro recentemente, dada a necessidade, em decorrência da ocorrência... Antigamente, chamava-se de... Antigamente, não era o feminicídio, era, exatamente, uxoricídio, quando o marido matava a mulher, etc. Mas o que é que ocorre? É um tema muito relevante, que reclama muitos tratamentos sérios e que muito preocupa na situação brasileira.

Para termos uma ideia, em 2022 foi elaborada uma estatística, em que, no Brasil, a cada seis horas se assassinava uma mulher, de maneira que isso é um absurdo, e esse absurdo deve ser combatido. E quais seriam as medidas? E aqui, por questão de justiça, eu tenho que parabenizar esta Casa, este Congresso, sobre a elaboração, sobre a exposição de motivos e os debates e, em seguida, a consumação da lei que introduziu no Código Penal o feminicídio.

Se nós observarmos a lei com detalhes, nós temos lá todos os mecanismos. Todos os mecanismos o legislador deu ao Poder Judiciário, porque nós, do Poder Judiciário, somos apenas intérpretes da lei. O legislador traça a lei, e o Poder Judiciário é quem é o intérprete da lei, vai identificar o espírito desta lei. De sorte que, se nós buscarmos a exposição de motivos desta Casa sobre o feminicídio, é, sem dúvida, um tipo penal que foi criado com perfeição. Foi criada a parte de direito material, que é o feminicídio, e as medidas alternativas. E lá fica bem claro, a gente interpretando, a vontade do legislador natural, porque é quem tem legitimidade. Quem tem legitimidade de legislar tipo penal, qualquer que seja o tipo penal, é esta Casa, é o Poder Legislativo, e ela deixa bem claro, na interpretação, que a prisão, às vezes, não resolve a situação. É melhor prevenir do que acontecer o fato.

E lá, na lei, tem as medidas adotadas, as medidas atribuídas. Quem deve cumprir essa medida é o Executivo. Nós, por exemplo, não temos delegacias da mulher em todo o Brasil, em todos os municípios do Brasil. Nós não temos delegacia da mulher em 50% dos municípios do Brasil, em 70% dos municípios dos estados, de maneira que essas medidas devem ser pedagógicas, essas medidas protetivas, com mais eficiência, porque nós sabemos que o autor de feminicídio... Conforme havia dito a minha colega Daniela, é diferente das características do homicídio.

O homicídio, antes de acontecer, há discussão séria e terminam as partes fazendo amizade. É uma ameaça à regra, mas, quando ocorre uma ameaça, sobretudo no setor doméstico, infelizmente essa ameaça, se não for cuidada com os órgãos de segurança capazes em uma delegacia especializada da mulher, com profissionais, com setores multidisciplinares, sociólogos, pedagogos, etc., não há como exatamente se cumprir a lei. De sorte que nós necessitamos que as medidas preventivas sejam exatamente cumpridas nas delegacias, com mais eficácia, com programas de educação. Nós temos que preparar a prevenção do feminicídio nas escolas, nós temos que ir para as escolas falar sobre a violência doméstica a fim de alterar a visão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O feminicídio tem uma ligação com a sociologia e, assim sendo, é uma cultura que está a destruir a sociedade cearense e brasileira, sobretudo as vítimas fragilizadas fisicamente, porque infelizmente para mim o feminicídio é um dos mais graves e covardes crimes. Portanto, eu acho que a partir do Poder Judiciário...

O Legislativo, o legítimo legislador, fez sua parte, instituiu o crime de homicídio com mulher ou de feminicídio e instituiu as medidas cautelares. Agora o que é que resta? É o Poder Executivo instituir delegacias especializadas, criar programas de educação e dar condição na escola, na formação, porque, repito, é melhor prevenir o crime do que apurá-lo depois de consumado. Portanto, eu concordo plenamente de que é uma preocupação grande.

E, caso necessite de qualquer alteração, quem é o único Poder que deve exatamente examinar o que deve faltar para complementar a lei que trata do feminicídio? É o Legislativo, que tem um âmbito de pesquisa maior; é o Legislativo, que tem uma estatística política maior. Portanto, essa é a nossa posição.

Com relação às medidas, nós temos programas voltados ao combate do feminicídio tanto no STJ como em alguns tribunais do Brasil, sobretudo no Conselho Nacional, de maneira que é um tema preocupante, porque não se justifica, em hipótese alguma, o número de feminicídios ser o dobro do número de homicídios no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado.

Vamos iniciar agora o segundo bloco de oradores inscritos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A primeira Senadora inscrita é a Senadora Daniella Ribeiro.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O senhor poderia me dar 30 segundos?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto, Líder.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Senador, o senhor podia disponibilizar a lista?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não foi nem um minuto, foram 30 segundos mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Só a ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou fazer a leitura aqui.

Senador Magno, já fiz a inscrição de V. Exa.

Nós vamos seguir o Regimento e acordamos, no começo da reunião, que vamos fazer bloco de três Senadores.

Se houver, por parte de um Senador, um questionamento ou uma ponderação que não seja diretamente uma pergunta, a gente pode até ampliar para quatro ou para cinco Senadores para a gente dar celeridade na lista.

Mas eu queria pedir a V. Exa. compreensão, porque nós estamos aqui, desde às 10h da manhã, os Senadores fizeram a lista de

Mas eu queria pedir a V. Exa. a compreensão, porque nós estamos desde às 10 horas da manhã aqui, os Senadores fizeram a lista de inscrição, V. Exa. está inscrito e V. Exa. estará no quarto bloco de oradores inscritos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – E V. Exa....

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou fazer a leitura da lista.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É quanto tempo por orador? Para eu calcular aqui, porque tem outras votações...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou fazer a leitura da lista de inscrição.

Primeira Senadora, a Senadora Daniella Ribeiro; segundo Senador, o Senador Mecias de Jesus; terceiro Senador, o Senador Jorge Kajuru; quarto Senador, o Senador Dr. Hiran; quinto Senador, o Senador Sergio Fernando Moro; sexto Senador, o Senador Fabiano Contarato; sétimo Senador, o Senador Alessandro Vieira; oitavo Senador, o Senador Jorge Seif; nono Senador, o Senador Rogério Carvalho; décimo Senador, o Senador Weverton; 11º, o Senador Zequinha; 12º, V. Exa.

Concedo a palavra à Senadora Daniella Ribeiro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentá-lo como sempre pela sua condução aqui dentro desta Comissão e por quanto V. Exa. nos representa aqui dentro desta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria cumprimentar os senhores e senhora sabatinados nesta manhã, de forma muito especial.

Cumprimento as autoridades, que aqui estão presentes, acompanhando essa sabatina.

Cumprimento os meus colegas, Senadores e Senadoras, bem como todos os assessores, servidores desta Casa, e aqueles que nos acompanham pela TV Senado.

Eu gostaria de me ater um pouco – cumprimentando e não minimizando a importância, de forma alguma, muito pelo contrário, com todo respeito aos desembargadores – à fala inicial da querida Dra. Daniela Rodrigues Teixeira, advogada, que muito nos emocionou – pelo menos a mim, eu fiquei muito atenta – pela forma como foi contada a sua história e a história de vida do que representa a sua ida, bem como de todos os que posteriormente se colocaram nas suas falas, e eu acredito numa complementação.

Mas eu queria me ater, Dra. Daniela, porque quando você diz que – e aqui cumprimentando o Dr. Beto Simonetti, Presidente da OAB – teve a oportunidade de estar do outro lado, isso parece muito com a nossa história aqui como políticos – muitos daqueles que vivenciaram, como eu, antes de imaginar, com muita emoção., estar nesse lugar; assim como você teve, de estar nesse lugar onde você está agora – que trabalham com municípios muito pobres do interior do meu estado, o Estado da Paraíba – como professora –, e vivenciam e assistem a situações que hoje me fazem e me movem, neste lugar onde estou, a ter uma responsabilidade ainda maior.

Então, eu queria assim dizer do quanto isso para nós mulheres é significativo. E significativo, bem como o posicionamento que V. Exas. colocaram, que aí seria a minha segunda pergunta – eu vou fazer uma pergunta –, mas que já responderam a minha pergunta, significativa – e aqui falo como Líder da Bancada Feminina do Senado Federal –: como os homens têm tido... E são homens que aqui estão para estar num tribunal, no Superior Tribunal de Justiça, representando e defendendo essas mulheres que tanto precisam de nós. E, para nós, nesse entendimento, eu queria dizer que, nessa construção, o valor de uma fala de um homem em defesa das mulheres tem um peso muito forte, porque demonstra também, principalmente, a sensibilidade e o comprometimento com essa chaga, que tem sido, infelizmente, uma marca no nosso país, lamentavelmente.

E aí eu queria destacar, dentro desse contexto, primeiro, pelo seu histórico – e aí me refiro novamente à Dra. Daniela –, por sua condução de vida, por sua trajetória, aquilo que foi referendado, inclusive, pela Bancada Feminina. E aqui dou esse testemunho para todos os colegas, os homens, aqui no Senado Federal, todos os colegas Senadores, de que a Bancada Feminina se uniu em torno do nome da Dra. Daniela, no sentido de se sentir representada – e a gente sabe o quanto significa ter uma mulher nesses espaços de poder –, mas não apenas por ela ser mulher – jamais –, mas pela condução, pela conduta, pela sua forma, pela sua trajetória, pela sua história, pela sua força, pela sua coragem, pelo seu entendimento. E aqui é tão bonito quando apresenta, bem como os outros sabatinados, a sua família, o valor supremo, o bem maior. Isso significa dizer que é um retrato daquilo que vocês irão defender como sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, neste momento, passar para a pergunta. É uma pergunta que, obviamente, assim, quando a gente fala aqui... E o tema para todos os colegas aqui – parabenizando os que me antecederam, os Relatores e a Relatora – terminou se voltando, Senador Kajuru, para a questão da violência doméstica. Tratando da questão da mulher – e aqui, ao meu lado, está a nossa querida Senadora Jussara Lima também, que trabalha, que tem contribuído de forma substancial para a defesa do seu Estado do Piauí e para o país –, eu queria fazer esta pergunta para V. Sa., no seguinte sentido: é dever do magistrado a imparcialidade e, pela Lei Orgânica da Magistratura, ele deve guardar suas crenças e opiniões. Nesse sentido, qual a relevância de termos mulheres no Poder Judiciário? Em que medida a Resolução 492 do CNJ, que estabelece o protocolo para julgamento com perspectiva de gênero, garante o dever de imparcialidade da magistratura?

Essa é a minha pergunta dirigida à Dra. Daniela. Posso deixar à vontade para os outros, mas eu queria dizer que os outros sabatinados, o Desembargador Dr. Afrânio, o Desembargador Dr. Teodoro, responderam à pergunta que eu ia fazer para vocês, no caso das ações sobre feminicídio. Então, eu me sinto contemplada, mas, se vocês quiserem comentar a pergunta que eu estou fazendo à Dra. Daniela, desde já eu fico grata.

Obrigada. (*Pausa.*)

Presidente Lucas Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Com a palavra a Dra...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, é o bloco. É o bloco.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Tá. Senador Mecias, com a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, agora sou eu. Ele trocou comigo, desculpa. (*Risos.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, eu fiz uma permuta...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Estou seguindo aqui.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Eu fiz uma permuta com o Senador Jorge Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Pois é, mas eu estou seguindo a lista aqui, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A quem agradeço.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Fez correto. Fez correto. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Não briguem comigo, se eu seguir a lista.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Fez correto. V. Exa. não sabia da permuta.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Senador Kajuru, com a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Obrigado, querido.

Bom, eu gostaria, antes, de desejar Deus e saúde a todos os senhores e à Sra. Daniela, aos presentes, e aos que nos acompanham.

Presidente Davi, quero me dirigir ao senhor como Presidente, por fineza. Não saia não, por gentileza. É uma ordem minha, o.k.? Cumpra a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós já fizemos um compromisso de que a gente não vai brigar nunca mais.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nuca mais.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então está tranquilo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas, então, Deus e saúde a todos os que nos acompanham.

Presidente Davi Alcolumbre, saiba, como eu conheço o seio da sua família, saiba que o que eu vou usar aqui ao Senador Omar Aziz serve 100%...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... o que vou falar do Senador Omar Aziz serve 100% ao senhor. O senhor é um homem público que, em sua vida, nunca viveu um só momento uliginoso. Nunca viveu. Assim como Omar Aziz nunca viveu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Omar nos deu uma aula aqui hoje, e eu o considero como professor não só na relatoria dele, mas principalmente quando abordou o tema drogas. E falar do Omar para mim é muito fácil, porque eu sou frasista, como o senhor sabe, e muitos usam essa minha definição, porque para mim quem não tem gratidão não tem caráter.

No momento mais difícil de minha vida, em 2019, aqui no Senado foi ele, Omar Aziz, que me ofereceu o seio da sua família para lá viver e recuperar do que eu sofria. Eu vou direto dizendo que gostaria de destacar aqui que estou vivendo um momento de extrema importância no avanço da luta pela equidade de gênero, ao apreciarmos a indicação de uma mulher com qualificação acima de todas as médias, a Dra. Daniela Teixeira, para o cargo de Ministra do STJ.

Como defensor da causa feminina que sou e recordista de projetos como homem aqui nesta Casa, sinto-me honrado em participar pela primeira vez em meu mandato, iniciado em 2019, de um processo que vai levar uma mulher para o Superior Tribunal de Justiça, após intervalo de dez anos desde a última indicação.

Para um momento singular, uma indicação também singular. Daniela Teixeira possui mestrado em Direito Penal pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. Ao longo de mais de duas décadas de experiência na advocacia, entre outras funções, atuou como integrante da Comissão de Reforma da Lei de Lavagem de Dinheiro, instituída pela Câmara dos Deputados, e foi Conselheira Federal da OAB. Com o conhecimento do sistema OAB, pelos relevantes anos de trabalho dedicados à classe, ela foi escolhida, de forma unânime, para a vaga da advocacia no STJ. Por seu conhecimento jurídico, reputação ilibada e compromisso com os princípios éticos, tenho certeza, Dra. Daniela, de que no Superior Tribunal de Justiça a senhora vai dar imensa contribuição à Justiça e orgulhar seus filhos. Sua presença será marcante neste momento em que o Poder Judiciário, via CNJ, vem adotando medidas em busca que nós não temos como discutir...

E aqui vai a única pergunta de minha parte à senhora. A concessão excessiva – repito: excessiva – de *habeas corpus* pelo Poder Judiciário vem sendo criticada por segmentos da sociedade sob a alegação de que esse instrumento tem sido usado, abusiva e inadequadamente, em benefício de notórios criminosos, especialmente quando se trata do preventivo. Na opinião de V. Sa., há necessidade de mudar as regras para a concessão de *habeas corpus*?

Como sempre, Presidente Davi – o senhor tem inveja, inclusive, de mim –, eu cumpro o meu tempo.

Só isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Mecias fez uma permuta, ele está em 15º agora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não tem na regra do Regimento permuta.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Foi com a sua aquiescência. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para interpelar.) – Presidente Davi, cumprimento V. Exa. pela forma sempre brilhante com que conduz as reuniões desta Comissão tão bem presidida por V. Exa.

Quero, Presidente Davi, cumprimentar os três indicados ao STJ, o Ministro Teodoro, o Ministro Afrânio e a Ministra Daniela.

Presidente Davi, eu não sei se vou fazer uma pergunta, eu só quero dizer da satisfação e da honra que tive de conhecer os três indicados.

Eu e o Dr. Afrânio conversamos muito. Eu fui jardineiro, fui garçom, fui engraxate, vendi picolé, Presidente Davi, e descubro que o nobre Ministro Afrânio também foi jardineiro.

Como existem coisas que nos unem!

O Ministro Teodoro, com as dificuldades que teve, ascendeu na vida, porque tudo é o que Deus determina para a gente, e a nossa força de vontade é o que nos leva a esses lugares. Ninguém na minha cidade acreditava que eu poderia ser Senador um dia, trabalhando na roça, mas Deus permitiu que eu tivesse a oportunidade de estar aqui neste momento, no Senado Federal da República, ajudando na construção de um país melhor e, desta feita, aqui arguindo Ministros para o STJ.

A Ministra Daniela é do meu Estado de Roraima, Presidente! O pai dela serviu – e serviu muito bem – o nosso estado quando lá esteve como Secretário de Estado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Mais um mérito.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Mais um mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos eles têm, os três, Presidente Davi, têm mérito pessoal, têm mérito profissional, pelo conhecimento, pelo grande saber jurídico, pelo conhecimento do Estado brasileiro. Portanto, todos eles merecem, sem dúvida nenhuma, os votos dos membros desta Comissão e merecem os votos do Plenário do Senado Federal para que eles possam assumir essa missão de ser Ministro do Superior Tribunal de Justiça e fazer o que disse aqui o Ministro Afrânio: a missão deles é distribuir justiça a quem dela necessite e tenha direito. Que bonito isso! Que legal! Que justo!

E é isso que nós queremos, Ministro Afrânio, Ministro Teodoro, Ministra Daniela: que o Brasil seja tratado sem discriminação social, de raça, de cor, de credo – é isso –; que os estados brasileiros sejam tratados com equidade. É isso que todos nós queremos. Eu sinto que os estados da Amazônia, alguns estados da Amazônia, como, por exemplo, o meu Estado de Roraima, e alguns estados do Nordeste são tratados de forma discriminada – repito, são tratados de forma discriminada –, mas o que nós esperamos é isso. Nós não podemos perder a fé e nem a esperança na Justiça.

A todos – Ministra Daniela, Ministro Afrânio, Ministro Teodoro – meus votos de muito sucesso! E que Deus possa dar-lhes sabedoria e discernimento na nova missão que vocês terão.

Um grande abraço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Mecias.

Como o Senador Mecias não fez nenhum questionamento, vou conceder a palavra ao Senador Hiran, que é o próximo inscrito, para a gente fechar este bloco.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Obrigado pela deferência ao Estado de Roraima, representado por nós dois aqui, não é, Mecias?

Presidente Davi, ilustres sabatinados, Ministros do STJ que participam, abrilhantando-a, da nossa Comissão de Constituição e Justiça, senhoras e senhores, no decorrer de toda essa construção que vocês fizeram para chegar até aqui, eu tive a honra de dispensar atenção, em uma conversa prolongada, a cada um de vocês: Ministra Daniela, Ministro Afrânio e Ministro e amigo Teodoro.

E, Senador Mecias, a ligação dos três candidatos é muito grande com o nosso Estado de Roraima. Por quê? Porque nós temos muitas pessoas de Roraima que conhecem a trajetória de vida, por exemplo, do nosso Ministro Teodoro, como o Promotor Luís Carlos e vários cearenses que vivem lá, cearenses ilustres, que falam da sua trajetória na magistratura do Estado do Ceará. Eu fiquei muito honrado de me aproximar de V. Exa. e de saber da beleza do seu currículo, da sua origem e da sua história.

Como se falou aqui, aqui não se chega por acaso: chegaram pelo mérito de vocês. Quero parabenizar a todos e dizer que o STJ se engrandece com a presença de vocês, porque – já antecipo – aqui nós falamos muito, conversamos muito, e eu sinto que a aprovação de vocês é iminente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui parabenizar a minha querida amiga Daniela, cujo pai, Ataliba Teixeira, foi Secretário do Governo de Roraima, junto com o meu falecido pai, Orlando Marinho: o seu pai era Secretário de Obras, e o meu pai era Secretário de Administração. Então, também conheço sua história, sua origem e tenho muita alegria de poder participar desta homologação que nós estamos fazendo aqui, porque todo mundo aqui está muito feliz de ter vocês, pela qualidade dos três.

E, meu querido Ministro Afrânio, quem me falou de você foi um grande progressista: o Prefeito de Uberlândia, muito bem avaliado, seu amigo pessoal e meu amigo, Odelmo Leão. Pessoa mais qualificada não podia falar de você aqui.

Eu estou muito feliz de poder participar desta hora marcante na vida de cada um de vocês. Que vocês continuem – continuem – honrando a trajetória que vocês tiveram até aqui no Superior Tribunal de Justiça do nosso país.

Parabéns a vocês pela biografia rica que vocês têm, pela história de vida de cada um!

Que Deus os abençoe e que vocês cuidem sempre de garantir o direito principalmente àquelas pessoas que mais precisam neste país.

Um grande abraço!

E que Deus abençoe vocês.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Dr. Hiran.

Antes de passar a palavra aos nossos sabatinados de hoje, eu vou registrar a presença, que foi muito bem lembrada pelo Desembargador Afrânio, do Presidente do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais, Desembargador Rúbio Paulino Coelho. Seja muito bem-vindo à Comissão de Constituição e Justiça.

Eu não sei se na ordem...

Desembargador Teodoro, V. Exa. gostaria de iniciar?

O SR. TEODORO SILVA SANTOS – Posso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra V. Exa.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só um pela ordem aqui.

Eles foram questionados? Eu creio que não. Eles... (*Pausa.*)

Foram? Ah!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Desembargador Teodoro.

O SR. TEODORO SILVA SANTOS (Para expor.) – Com relação à indagação da Senadora Daniella Ribeiro, muito lógica, é salutar a preocupação de V. Exa. no tocante às mulheres, no tocante ao combate à violência doméstica, porque é inconcebível, em pleno século XXI, nós convivermos com uma brutalidade dessa, e também a preocupação de V. Exa. com relação ao espaço das mulheres. O que tenho a responder-lhe é que concordo plenamente com o seu ponto de vista, por esse zelo evidente em defesa das mulheres, mas, quando eu falo em defesa das mulheres, não quero fazer distinção. V. Exa. está fazendo uma defesa do princípio da dignidade da pessoa humana, de maneira que eu a parabenizo.

E falo com relação à igualdade das mulheres, ao espaço das mulheres: a nossa Constituição Federal, o texto constitucional de 1988, é pluralismo, ele traz o pluralismo penal, mas a doutrina constitucional diz que esse pluralismo é extensivo ao social. E, se é extensivo ao social, é claro que os direitos das mulheres têm que ser amparados em todos os sentidos, inclusive em concurso público e indicação. Agora, claro que nós respeitamos o que é... Nós que somos magistrados, que somos intérpretes da lei, devemos respeito soberano ao texto constitucional. O texto constitucional, quando da escolha ou quando da determinação de qualquer cargo, assim o faz, pois constitucional, tem o poder discricionário, mas nada obsta que esse poder discricionário seja casado com o princípio do pluralismo, ou seja, é aí que nós defendemos também a paridade, nós defendemos aí a isonomia material, em que os espaços também devem ser acompanhados dos homens pelas mulheres.

Para dar um exemplo, para responder à pergunta de V. Exa. – inclusive, muito inteligente –, no nosso estado do Ceará, são 53 desembargadores, nós temos 45% de mulheres.

Muito obrigado pela pergunta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Desembargador Afrânio.

O SR. JOSÉ AFRÂNIO VILELA (Para expor.) – Senadora Daniella Ribeiro, muito obrigado pela pergunta.

Eu penso que o Brasil precisa resgatar esse débito histórico com diversos segmentos da sociedade, inclusive das mulheres. E o meu pensamento em relação ao julgamento com a perspectiva geral de gêneros, *lato sensu*, faz parte do nosso cotidiano de magistrado, de dia a dia, Senadora Daniella, porque nós temos que aplicar a isonomia. O que é a isonomia jurídica, isonomia para nós que estamos com um caso concreto para apreciar? É tratar cada um que seja desigual na medida da sua desigualdade, não é? Então, isso deve ser, sim, olhado, verificado por todos os magistrados. É o que eu faço no dia a dia, Sra. Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Acho que o questionamento ou a indagação do Senador Kajuru foi com a sabatinada Daniela. Então, passo a palavra a V. Exa.

A SRA. DANIELA RODRIGUES TEIXEIRA (Para expor.) – Com relação ao protocolo de julgamento de gênero, isso foi uma grande inovação do nosso CNJ. Começou em 2021 com uma portaria que estabelecia apenas uns parâmetros, que não eram de seguimento obrigatório, eram apenas umas sugestões para capacitar e orientar a magistratura para que tivesse um olhar feminino, de gênero, em seus julgamentos. Foi só agora, em 2023, que o CNJ transformou isso em resolução de cumprimento obrigatório por todo o Judiciário, com adoção de diretrizes bem definidas para que se levasse em conta a especificidade das pessoas envolvidas no processo, como parte, como testemunha ou como vítima. Então, a adoção desse olhar feminino na Justiça é muito importante, mas, sem dúvida, Senadora, mais importante do que um protocolo é termos mulheres no Judiciário, porque nada sobre as mulheres sem as mulheres. O olhar da mulher tem que ser da mulher.

Então, nós temos hoje no Superior Tribunal de Justiça uma Presidente mulher, que tem toda condição de implementar, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, essa Resolução 492. E a nossa esperança é que isso se repita ao longo dos anos em todos os Tribunais.

Dessa vez eu vou tentar responder a tudo que me perguntaram.

O meu Senador, querido Kajuru, me perguntou sobre a concessão de *habeas corpus*. Trabalhei por mais de década como advogada criminal. O *habeas corpus* para nós é sagrado – e não só para nós; deveria ser para todo cidadão, deveria ser para toda autoridade pública do Brasil. O *habeas corpus* é a possibilidade que o cidadão tem contra o Estado, é a possibilidade que ele tem de não ser vítima de uma injustiça.

Em recente julgamento no Superior Tribunal de Justiça, houve um empate e esta discussão veio: se nós deveríamos adotar uma teoria pró-sociedade – não vou aqui usar latim – ou uma teoria pró-réu. E ficou muito bem delineado que a nossa Constituição não deixa margem de dúvida: é sempre pelo réu. E por que isso? Disse o Ministro Schietti muito bem: "Nenhuma sociedade se beneficia com a condenação de um inocente". É uma contradição na própria palavra: benefício da sociedade. A sociedade não se beneficia condenando um inocente.

Todo aparato judicial estatal do Executivo e do Judiciário e também aqui o de V. Exas. deve ser pelo cidadão. O cidadão tem que ter a Justiça ao seu lado para não ser condenado injustamente. É claro que podemos fazer barreiras para que *habeas corpus* sejam concedidos e mantidos pelo Tribunal, por exemplo, com um julgamento rápido da decisão liminar do relator sendo referendada pela turma. Mas a necessidade do *habeas corpus*: é um direito fundamental dos brasileiros, que faz parte das garantias da nossa Constituição. Eu vou ser sempre favorável à concessão do *habeas corpus* por esses motivos que declinei.

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DANIELA RODRIGUES TEIXEIRA – E a última pergunta é com relação à questão das drogas, do nosso Senador Carlos.

Eu preciso responder também ou não? (*Pausa.*)

Não?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Ele fez apenas comentário.

A SRA. DANIELA RODRIGUES TEIXEIRA – Ah, eu gostaria só de deixar um registro para a bancada de Roraima, que fez aqui dois apontamentos – o Senador Mecias e o Senador Hiran – reportando ao meu falecido pai, e também o Senador Chico Rodrigues, do Estado de Roraima, do nosso Presidente Ednaldo, que mora no meu coração. Temos aqui o nosso Presidente Márcio, que vai levar esse abraço para toda a nossa região e para todos os Presidentes de OAB que mandaram recado. Então, o meu agradecimento à bancada de Roraima e a todos, que me receberam com tanta fidalguia.

Obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Obrigada, Dra. Daniela e demais sabatinados.

Eu passo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Bem, boa tarde a todos, colegas, Senadores e Senadoras.

Quero cumprimentar aqui os ilustres candidatos ao STJ – a Dra. Daniela Rodrigues Teixeira, o Desembargador José Afrânio Vilela e o Desembargador Teodoro Silva Santos. Parabenizo os três por terem sido indicados. Acho que essa é uma grande honra.

Quero registrar aqui que o currículo dos três é um currículo rico, é um currículo que os habilita a concorrer ao cargo no STJ, tanto na perspectiva da produção prática jurídica – dois Desembargadores experientes e uma advogada também experiente, todos com qualidade –, igualmente com produção acadêmica significativa.

Eu tenho umas indagações de cunho geral que seriam para os três. Sei que as especialidades dos três são diferentes, não necessariamente direito penal, não necessariamente direito cível, então, deixo-os também à vontade para responderem às questões que entenderem que teriam melhores condições. Se for uma muito específica, também não tem problema puxar para um nível de generalidade, porque, aqui, afinal, não é prova de concurso nem nada parecido; não é essa a ideia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós passamos hoje por uma crise de segurança no Brasil. Nós temos um fato muito grave no Rio de Janeiro, em que os criminosos voltaram a praticar atentados contra o patrimônio público e civil – trinta e tantos ônibus incendiados pelo crime organizado, aparentemente em protesto pela morte de um criminoso. Nós temos uma crise de segurança lá na Bahia, com o crime organizado provocando terror, através do tráfico de drogas, e a polícia reagindo, gerando vítimas nesse confronto. Nós temos ainda um índice de criminalidade, no Brasil, muito grande: são 40 mil assassinatos por ano, segundo os dados que tivemos no ano de 2022. Houve uma queda sucessiva por cinco anos, desde 2018. E nós já chegamos a ter 67 mil assassinatos; isso diminuiu um pouco.

Para melhorar a segurança pública, isso precisa ser uma ação do Executivo, polícia, e a política social também é importante. Mas eu me preocupo, e, aqui, a indagação que vai aos doutores e à doutora, com a questão do papel do Judiciário. O Judiciário também tem uma responsabilidade. Eu não responsabilizo o Judiciário por uma crise segurança nem nada, mas decisões judiciais são importantes e mandam recados importantes não só para a sociedade, mas para o próprio mundo do crime, que tira uma temperatura, Senador Seif, a respeito do que pode acontecer com ele. Eu me preocupo em ver algumas decisões que, muitas vezes, me parecem que passam um sinal errado.

Não vou voltar muito no tempo. Ontem, houve uma decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – e aqui não quero fazer nenhum ataque ao Judiciário, respeito a magistratura, é um questionamento sobre essa decisão; nós sabemos a importância de um Judiciário independente numa democracia – pela devolução do Rogério 157, Rogério Avelino de Souza, que está preso, recolhido num presídio federal de segurança máxima. Foi autorizada a volta dele, a pedido da defesa, para o sistema prisional estadual do Rio de Janeiro.

A lei – eu fui Ministro da Justiça e cuidei de aprovar essa lei – autoriza a prorrogação, sempre que necessário, no presídio federal. No entanto, nós vemos uma decisão, durante uma crise de segurança, autorizando a volta do chefe do tráfico da Rocinha – pelo menos esse indivíduo é assim qualificado – lá para o Rio de Janeiro.

Vi uma decisão também de um fato que foi trágico e extremamente lamentável, toda a magistratura ficou de luto: o assassinato do Desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco Paulo Torres Pereira da Silva semana passada. Os fatos ainda estão sendo esclarecidos, pode ter sido um atentado, mas pode também ter sido um crime comum. Mas hoje deparei com uma notícia, Dra. Daniela: que o assassino foi preso, é um indivíduo chamado Alcides da Silva. E o que causa mais preocupação é a informação de que esse indivíduo já é acusado de outros assassinatos, houve um pedido de prisão preventiva contra ele, Desembargador Afrânio, em março de 2023, ele é acusado de ter participado de um assassinato vinculado ao tráfico de drogas, praticado com requintes de crueldade; foi feito um pedido de prisão preventiva contra ele, e o juiz indeferiu. Claro que o juiz não tem uma bola de cristal, mas o assassinato do Juiz Paulo Torres talvez não tivesse acontecido. Eu vi aqui a decisão referente: porque o assassinato de que ele tinha sido acusado não era atual, tinha acontecido só em 2022. Sinceramente, com todo respeito ao juiz, mais uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vez, não... Fui juiz 22 anos, tenho um grande respeito pela magistratura e jamais atacaria os magistrados, mas são decisões como essa que têm consequências. Talvez o Desembargador não tivesse sido assassinado se o seu assassino tivesse tido a prisão preventiva deferida.

E há outra situação no Rio de Janeiro: há crise de segurança e, de repente, autoriza-se a devolução do chefe do tráfico de drogas. Até o Ministério da Justiça fez uma reclamação quanto à decisão. E veja, Senador Weverton, eu estou concordando com o Ministério da Justiça.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – As coisas estão melhorando...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Veja que, nesse caso, dou razão ao Ministério da Justiça.

Então, a minha indagação... E aqui não é nenhuma crítica aos doutores e à doutora, que, evidentemente, não estão envolvidos nessas decisões, mas existe uma responsabilidade também do Judiciário em buscar soluções para essa crise de segurança, jamais, como muito bem colocou aqui a Dra. Daniela, com a prisão de inocente; isso não resolve nada. Jamais prender inocente trouxe benefício para a Justiça; antes, desmoraliza a Justiça. No entanto, nós vimos decisões que, a meu ver, passam as mensagens ao mundo da criminalidade e vão dando azo a essa escalada da criminalidade, que tem que ter resposta, sim, das polícias, das forças de segurança, mas existe também um papel do Judiciário a ser observado. Então a minha indagação, a primeira indagação aos senhores, seria esta: qual é o papel do Judiciário em uma crise de segurança pública e se o Judiciário brasileiro não deveria ter uma posição mais dura em relação a essa criminalidade organizada, a essa criminalidade de tráfico de drogas, para que nós não percamos o controle?

Essas aqui são duas decisões que, a meu ver, são erradas, mas, ao lado delas, nós sabemos que tem muitas decisões também positivas sobre esse tema.

A outra indagação é uma indagação do campo cível, do direito civil, e um pouco específica, mas aqui eu queria saber um pouco a opinião de V. Exas. – pode ser em nível de generalidade. Há uma constância na propositura de ações perante o Judiciário, buscando atendimento de saúde, prestações de saúde, seja por tratamentos que não se encontram no SUS disponíveis...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... seja, até no setor privado, por medicamentos e tratamentos que não se encontram na lista da ANS, que é relacionada aos planos de saúde. Teve até uma discussão recente sobre se essa lista seria taxativa ou não. Ou seja, no fundo, as pessoas querem atendimento médico e medicamentoso, o que, por vezes, não está disponível de maneira clara no SUS, ou até, por vezes, surpreendentemente, Senador, tem, mas não é um tratamento de qualidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou, se vai no SUS e tem a previsão desse tratamento, se joga para meses depois – às vezes, casos graves, de diagnóstico até de câncer. E a mesma coisa acontece no setor privado: muitas vezes o plano de saúde não cobre aquele tratamento específico, e as pessoas provocam a Justiça, entendendo de questionar aqueles contratos.

Qual é a visão de V. Exas. em relação a esse tipo de demanda? Que tipo de parâmetro ou padrão V. Exas. entendem mais apropriado para resolver casos dessa espécie, seja envolvendo o SUS, seja envolvendo planos privados de saúde?

Então, são essas as indagações. Faço aqui essas indagações – mais uma vez, fiquem bastante à vontade –, porque são questões específicas e direcionadas muito mais a um questionamento para nós entendermos como seria, se nós podemos antever dessas respostas as posições de V. Exas., uma produção jurisprudencial no futuro no STJ da parte dos Doutores e Doutora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Nós estamos seguindo o critério de três Senadores e Senadoras fazendo a arguição e, na sequência, os sabatinados fazem as respostas. Então, na sequência.

Com a palavra o Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero parabenizar V. Exa. pela condução à frente desta Comissão de Constituição e Justiça, ao passo que aqui eu parabenizo todos os indicados e tenho a plena convicção de que serão aprovados e integrarão o STJ do nosso Estado brasileiro.

Faço aqui minhas homenagens à indicada, a Dra. Daniela, ao nosso querido Teodoro, ao nosso Afrânio. Bem-vindos a esta Casa, que representa a população brasileira!

Quero fazer também um registro, Sr. Presidente, de que passou por aqui a Ministra do TSE Edilene Lôbo. Para mim, é de fundamental importância fazer esse registro, porque é a primeira mulher negra a ocupar o Tribunal Superior Eleitoral. Isso é significativo, sim, assim como nós fazemos a ressalva ou destacamos o papel da mulher, que vem conseguindo e conquistando os espaços em que ela pode estar, onde ela bem quiser. Então, faço aqui o registro da Ministra do TSE.

Eu vou fazer algumas considerações, e, por gentileza, não leve para o lado pessoal, mas apenas para uma reflexão sobre o Poder Judiciário no Brasil.

Nós sabemos que o acesso à Justiça tem que ser pleno e integral. Não existe justiça parcial, no sentido de que não seja integralizada. A justiça tem que ser feita e atender a todos, principalmente à população

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hipossuficiente, e essa não é a realidade que nós temos no Brasil. Falo isso porque, recentemente, o Supremo Tribunal Federal julgou o mérito de uma ADPF e reconheceu o estado de coisas inconstitucional, quando há violação de direitos humanos em larga escala, e foi isso que aconteceu na população carcerária no Brasil.

Quando eu vejo a indicada a Ministra, Daniela, falando do *habeas corpus*, isso muito me alegra, não por estar defendendo um lado ou outro, mas por estar defendendo aquilo que, para mim, é espinha dorsal do Estado democrático de direito, que se chama Constituição da República Federativa do Brasil. E o que nós temos que entender é que o segundo bem jurídico que tem o maior valor, na minha humilde concepção, é a liberdade. O primeiro é a vida, inegável – tanto é, que o Código Penal abre os crimes contra a vida, porque ali o objeto jurídico tutelado é a vida humana, seja intraútero, seja extraútero. Mas, quando eu falo que, nessa ADPF, o Supremo reconhece o estado de coisas inconstitucional, com violação massiva de direitos humanos na população carcerária, é porque nós sabemos qual é o perfil da população carcerária. E a isso o Judiciário tem que dar uma resposta.

Então, quando nós falamos... E isso não é porque eu sou do partido A, B ou C. Eu falo isso porque eu fiquei 27 anos como delegado de polícia e, o que muito me honra, como professor de Direito Penal e Processo Penal. Se nós traçarmos o perfil socioeconômico da população carcerária do Brasil, não é uma população carcerária de crimes contra a ordem tributária, crimes contra o sistema financeiro, crimes de sonegação fiscal, crimes de colarinho branco, corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, contrabando, descaminho. As cadeias estão lotadas, estão lotadas, sim, de pobres, pretos e pardos, que é a população que mais está sendo vilipendiada nos seus direitos fundamentais. E isso tem repercussão nessa ADPF, porque é o Estado reconhecendo essa violação massiva de direitos a essa população.

Então, eu vejo aqui... E aqui eu vou fazer uma defesa do Parlamento: eu vejo muito, muito, um discurso simplista, populista, falando que a culpa, a morosidade da Justiça está nas leis, e não está nas leis. E eu pontuo o porquê.

Art. 10 do Código de Processo Penal: dez dias para concluir o inquérito em se tratando de indiciado preso; 30 dias, se solto. Oferecimento de denúncia, art. 46, *caput*: cinco dias, se preso; 15 dias, se solto. Prazo para apresentar resposta à acusação, art. 396: dez dias. Prazo para concluir instrução criminal, art. 400, *caput*: 60 dias, no máximo. Prazo para apresentar alegações finais, art. 403, §3º: cinco dias. Prazo para o juiz proferir sentença, art. 403, §3º, do Código de Processo Penal: dez dias. Prazo para apelação, art. 593, *caput*, do Código de Processo Penal: cinco dias para termo de apelação, oito dias para as razões de apelação.

Ora, o CNJ entendeu que o prazo para um juiz sentenciar era pequeno e ele ampliou isso para cem dias. Mas, se nós somarmos desde o momento em que uma pessoa no Brasil é cerceada na sua liberdade por ter praticado um crime ou uma contravenção penal, desde a prisão em flagrante até uma apelação, se incluirmos todos os prazos processuais.... E aí não houve omissão do legislador. O Código de Processo Penal é uma lei federal, que vige no país, e os prazos estão aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, por que é que as cadeias estão lotadas de pobres e pretos? Por que as cadeias estão lotadas com pessoas que estão sendo cerceadas na sua liberdade por muito mais desse prazo? Porque, se você somar esses prazos que eu pontuei aqui – meu querido Alessandro sabe disso –, você não poderia ultrapassar seis meses. Ora, então, é necessário que o Judiciário também faça uma reflexão, um mea-culpa do cumprimento desses prazos, porque a lei, seja a penal, seja o Código de Processo Penal, não pode ser revogada pelo desuso ou pelo seu não cumprimento, porque aí se impõe um cerceamento na liberdade de forma ilegal, um constrangimento que se impõe a essas pessoas.

Então, primeiro, é deixar as coisas num plano muito claro e transparente, sem ofensa a qualquer integrante do Poder Judiciário, seja da Justiça Militar, da Justiça do Trabalho, da Justiça Penal, da Justiça Cível, seja no âmbito estadual ou federal, não importa. O que nós temos que entender é por que é que nós, no Brasil, estamos sendo utilizados pelo próprio Estado para agir de forma contundente contra uma camada hipossuficiente. E, normalmente, são pessoas que não têm acesso à saúde pública de qualidade, à água potável, ao saneamento básico, à iluminação pública, que não têm direitos, que têm uma elevada carga tributária, que não têm acesso à educação de qualidade, que não têm uma possibilidade de emprego. Mas nós estamos aqui, numa visão simplesmente elitista, sendo utilizados pelo próprio Estado, para agir de forma contundente contra um segmento social.

E aí eu faço a ressalva: quando eu vejo colegas aqui falando em ativismo judicial, perdoem-me: isso não existe. Isso está no art. 5º, item XXXV, da Constituição Federal, que é o princípio da inafastabilidade jurisdicional: "A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". Se nós, Parlamentares, nos omitimos sobre temas sensíveis à sociedade, quer seja porque não queremos nos dar bem ou nos indispor com a base eleitoral, alguém vai ter que dizer o direito, e aí entra em cena o princípio da inafastabilidade jurisdicional, muito bem esculpido no art. 5º, item XXXV. É simples assim.

O que nós temos que fazer é uma reflexão: por que está havendo esse pseudoativismo? Porque, infelizmente, nós estamos nos acovardando no processo que é competência desta Casa, que é legislar, e legislar em toda a sua dimensão. O que eu não posso deixar de falar é quantas vezes eu fui utilizado, quantas vezes nós sabemos de buscas pessoais. Nós sabemos: quando houver fundada suspeita, a polícia faz uma busca pessoal. Mas qual é a fundada suspeita? É a cor da pele? Qual é a fundada suspeita? É o local onde você mora? Porque eu não vejo a polícia, com todo respeito, dando busca pessoal em bairros nobres aqui no Plano Piloto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Eu não vejo a polícia fazendo isso, lá no meu Estado do Espírito Santo, nos bairros nobres. Mas eu vejo fazendo isso, meu querido Rogério, diuturnamente, nos bolsões de pobreza daquela população que está sendo vilipendiada nos seus direitos fundamentais estabelecidos no art. 6º da Constituição Federal, quando diz que são direitos sociais o direito à educação, o direito à saúde, o direito à moradia, o direito ao lazer, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direito ao vestuário, o direito ao trabalho. E, infelizmente, essas garantias estão deitadas eternamente em berço esplêndido.

Fica aqui o meu apelo, e quero que os sabatinados respondam para mim se o problema está no Legislativo ou se, infelizmente, nós temos aqui, como eu pontuei, um Código de Processo Penal, artigo por artigo, desde a prisão até o proferimento de uma sentença penal, quer seja ela condenatória, quer seja ela absolutória, quer seja ela declaratória da extinção da punibilidade, que não poderia ultrapassar seis meses, mas as pessoas estão, infelizmente, eternamente dentro do sistema prisional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra, pela ordem, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Pela ordem.) – É só para pedir para V. Exa. retirar o meu nome da inscrição. Eu me dou por satisfeito.

Parabenizo aqui os três indicados e tenho certeza de que essa Comissão os aprovará. E peço a urgência deles lá para o Plenário.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria fazer o mesmo. Já que o Fabiano Contarato fez o questionamento com muita precisão, eu também me dou por satisfeito...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito bom.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... da mesma forma, e espero que a gente possa apreciar os nomes ainda hoje no Plenário.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Queria agradecer ao Senador Weverton e ao Senador Rogério Carvalho. Nós ainda temos nove Senadores inscritos. Com a retirada de V. Exas., nós haveremos de concluir o mais rápido possível a sabatina das autoridades.

O último Senador inscrito nesse bloco é o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com bastante brevidade, eu faço o cumprimento aos sabatinados. Todos vocês preenchem os requisitos constitucionais para a ocupação do cargo tão honroso de Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Faço um destaque específico para a indicação e espero aprovação em Plenário do nome da Dra. Daniela Rodrigues Teixeira. É muito importante a gente ter cada vez mais a presença feminina em cargos de poder, em espaços de poder. É através da presença feminina que você vai avançando como sociedade, e é muito importante ter essa indicação. Eu espero a confirmação.

Mas faço um questionamento objetivo aos três indicados, no tocante a um instrumento jurídico relativamente novo, introduzido no nosso cenário jurídico pelo chamado pacote anticrime, que são os acordos de não persecução penal. E, particularmente, faço questionamento a V. Exas. e peço respostas também objetivas no tocante à aplicação desse tipo de acordo para situações posteriores ao recebimento da denúncia, aplicação de acordo de não persecução penal posterior à condenação, posterior inclusive à condenação por colegiado, e, mais assombroso ainda, a aplicação de acordos de não persecução penal sigilosos. Quero ouvir de V. Exas. se existe abrigo constitucional jurídico para esse tipo de situação, infelizmente situações práticas, concretas, que nós visualizamos hoje ocorrendo no nosso Judiciário.

No mais, parabenizo a todos e desejo sucesso na missão. Tenho certeza de que o Brasil ganha com a indicação de V. Exas.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Eu tenho um projeto para relatar na CAS. Se o senhor puder conceder um quarto Senador antes do...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito obrigado.

Senador Davi, nós aqui, cada um de nós temos as nossas posições políticas e as nossas paixões. Isso faz parte da democracia. E eu tive a oportunidade de conversar com o Dr. Teodoro, o Dr. José Afrânio e a Dra. Daniela. Logicamente que, em uma ou duas horas que nós conversamos, nós não podemos avaliar na profundidade, até porque eu não sou jurista, mas eu fiquei muito feliz que eles se colocaram ali à disposição para responderem as nossas questões, etc., e o único pedido que eu faço, Senador, é que a política não entre dentro das salas de Justiça do nosso país – foi o meu pedido para eles – e que, na hora de fazer um julgamento, de tomar uma decisão contra A ou contra B, não pesem suas motivações políticas ou partidárias. E os três se comprometeram conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero parabenizá-los... Inclusive, Dr. Teodoro, o senhor entrou nessa indicação por ser negro, por ser nordestino, por ser mais calvo ou mais gordinho ou mais magrinho? Não. Foi por mérito. Então, parabéns pela sua indicação. O senhor concorreu com 59 outros candidatos.

Dra. Daniela, a senhora entrou por cota feminina ou porque a senhora é assim ou é assado? Não. Foi por mérito. E eu a parabenizo. Parabéns! E que bom que o nosso Judiciário vai contar com mais uma mulher, com a sensibilidade da mulher, para representar e defender tantas coisas que a mulher precisa ainda conquistar na nossa sociedade.

Dr. José Afrânio, eu não vou falar nada, porque o senhor é brancão, alto, de Minas Gerais. Então, eu não vou falar nada. O senhor veio da cota dos brancos? Não? Ah, não. Não tem cota para branco. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, o senhor é neto de indígena.

Então, eu quero parabenizá-los, Senador Alcolumbre, já dizendo – não tenho nenhuma vergonha e nenhuma oposição – que votei nos três, para que eles desenvolvam, para que eles honrem nosso Judiciário. Não podemos colocar o Judiciário numa palavra só.

O STJ tem dado exemplo no nosso país de descrição, de não gostar de divulgação nem de rede social. Muito pelo contrário: o STJ, hoje, é um modelo a ser seguido. Os nossos ministros e ministras do STJ são um grande exemplo.

Logicamente, faço coro aqui com o Senador Carlos Viana, que falou a questão do ativismo. Também faço coro aqui com o Senador Sergio Moro, também mostrando preocupação, porque, Senador Alcolumbre, hoje a nossa polícia, muitas vezes, está enxugando gelo. Mas a culpa não é dos juízes; a culpa é nossa, porque nós temos que revisar o Código de Processo Penal, porque o cara vai à audiência de custódia com cocaína, com metralhadora, com fuzil; sai; e, depois, o nosso Judiciário é acusado. Nós é que precisamos rever essas questões e, logicamente, usando o bom senso e a sabedoria deles para pesar, porque a Justiça não pode ser larga nem apertada. A Justiça, como o próprio radical diz, tem que ser justa.

Então, Dr. Teodoro, Dr. José Afrânio, Dra. Daniela, Deus abençoe vocês. Que vocês honrem e defendam a Justiça brasileira, o Judiciário brasileiro e todos os cidadãos de bem.

Muito obrigado, Senador Davi Alcolumbre.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Senador Davi, pela ordem.

Como dos meus dez minutos eu usei menos de dois minutos, eu vou lhe pedir a atenção de me dar um pequeno espaço para fazer um registro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com certeza. Com a palavra V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Quero reiterar aqui o que ontem foi firmado, em Plenário, pelo Senado da República: a política de cotas não é um favor para ninguém; é uma reparação histórica e um mecanismo para a evolução como sociedade, como seres humanos. E não cabe, disfarçado no discurso de meritocracia, se fazer uma tradução verdadeira de racismo e misoginia.

Não se pode tratar de forma igual os que têm um ponto de partida desigual. Quem não compreende isso precisa de alguma forma de evolução – espiritual, intelectual, psicológica, o que for possível para cada um. Mas é preciso que se compreenda, quando se fala em cotas, quando se fala em ocupação de espaços por minorias sub-representadas, ninguém está falando em favor pessoal. Estamos falando em políticas constitucionais que conduzem o Brasil para ser uma sociedade melhor, ou pelo menos assim esperamos.

Só quero fazer esse registro novamente, usando bem pouquinho do seu tempo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Parabéns. Belo registro, Senador Alessandro.

O Senador Sergio Fernando Moro, o Senador Fabiano Contarato, o Senador Alessandro Vieira e o Senador Jorge Seif... Eu não sei qual foi o primeiro... Alguém deseja responder?

Dr. Teodoro.

O SR. TEODORO SILVA SANTOS (Para expor.) – Em primeiro lugar, eu quero agradecer as perguntas aqui direcionadas a nós, que estamos aqui sendo sabatinados pelo Senador Sergio Moro, notadamente com relação à crise da segurança, em que ele evidencia focos no Rio de Janeiro e na Bahia.

Nós sabemos que a segurança pública é um problema de ordem nacional. Os estados, todos, enfrentam alguns surgimentos da criminalidade, vem complicando mais ainda a situação e de modo que a população clama por uma prevenção, a população clama por um combate à criminalidade, sobretudo à criminalidade profissional: o crime organizado. De sorte que, sem dúvida, é uma matéria constitucional. O art. 144 da Constituição Federal é claro quando diz que as atribuições de todas as polícias, polícia judiciária federal e estadual, Polícia Militar, que é uma polícia ostensiva, Polícia Rodoviária, de maneira que o Constituinte de 1988 que nos criou a Constituição democrática, houve uma redimensionalidade do direito constitucional brasileiro e, nessa redimensão, nós incluímos o direito penal, o direito processual penal, de maneira que lá está também a segurança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A meu ver, compete a cada estado da Federação, salvo se futuramente o legislador, que é o Congresso – quem deve legislar sobre segurança pública é o Congresso, esta Casa – que tem a legitimidade. Nós não podemos correr o risco de estarmos tomando decisões que possam contrariar a Constituição. De sorte que, é louvável a preocupação do Senador Sergio Moro, mas eu tenho que, a meu ver, cada estado deve estruturar suas polícias. Quando eu digo suas polícias, são as polícias judiciárias, que é a polícia que apura e a polícia preventiva que previne o crime.

O certo é que a população não pode esperar, e desta forma, levando-se em conta que convivemos num Estado federativo, cada estado, em homenagem à Constituição, deve criar maneiras de exatamente combater o crime. Meu ponto de vista é de que os estados devem se articular em como devem combater esse crime.

E, com relação ao papel do Poder Judiciário, inclusive o Senador Contarato foi bem claro aqui, nós sabemos, e o Senador Sergio Moro, Professor de Processo Penal, sabe também, que o Poder Judiciário, sobretudo diante de uma Constituição Cidadã, inaugurada em 1988, que adotou o sistema acusatório, em que o juiz não pode agir de ofício. O juiz tem que ser provocado ou pelo titular da ação penal pública, que é o Ministério Público, segundo o art. 129 da Constituição Federal, ou pela Polícia Judiciária, que não requer... A Polícia Judiciária não requer, não é parte, a Polícia Judiciária vai representar uma temporária, um mandado de busca e apreensão, uma condução coercitiva, etc., de maneira que o Poder Judiciário não pode agir de ofício.

Mas, mesmo sendo provocado, sem dúvida, a Constituição também assegurou ao Poder Judiciário a independência funcional, a sua independência e o agir dentro do livre convencimento. Lá no art. 89, inciso IX, a Constituição diz bem claro que todas as decisões do Poder Judiciário devem ser fundamentadas. E qual é a fundamentação da prisão preventiva, temporária ou de qualquer medida pré-processual? É o preenchimento dos requisitos. E, a bem da verdade, o Código de Processo Penal, que foi recepcionado em parte pela Constituição Federal, traz o rol de requisitos que devem ser obedecidos pelo magistrado, de maneira que, se o magistrado decide sem fundamentação, obviamente caberá um *habeas corpus*. O magistrado tem que decidir com fundamentação, porquanto, nesse sentido aí, caso o magistrado aja de forma acertada, compete à parte do Ministério Público exatamente recorrer. Recorrer e, ao mesmo tempo, apontar, e, sem dúvida, será exatamente corrigido.

Agora, nós não podemos perder de vista que, preenchidos os pressupostos de uma prisão preventiva, por exemplo, previsto no art. 312 do Código de Processo Penal, sem dúvida o magistrado deve decretar. E, se assim não o fizer, mesmo em respeito ao livre convencimento dele, o Ministério Público pode recorrer e os tribunais podem, sim, decretar aquela prisão.

Portanto, nesse combate, nós não podemos perder de vista que não se combate o crime cometendo o crime, porque, se o juiz age com abuso de autoridade, ele está cometendo um crime. De maneira que o juiz deve, em qualquer circunstância, sobretudo quando diz respeito a direitos e garantias individuais, adotar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

providência que não venha a violar princípios ou garantias constitucionais. Eu concordo com a preocupação do Senador Sergio Moro e digo que nós temos, caso o magistrado aja através de uma decisão teratológica, nós temos o Conselho Nacional de Justiça para exatamente apurar, mas não podemos é dar uma carta branca ou dar um alvará ao juiz para ele agir de forma iníqua, ao arrepio do conjunto probatório.

A segunda pergunta que o Ministro, o Senador Sergio Moro nos fez é com relação ao cível, ao plano de saúde. Nós sabemos que, qualquer que seja o plano de saúde, está em jogo o interesse público, está em jogo a dignidade da pessoa humana, está em jogo a saúde, está em jogo a vida de alguém.

Dessa maneira, sou plenamente favorável a que os planos de saúde devam ser... A interpretação que se deve dar é que seja uma aplicação extensiva ou exemplificativa, e não um rol taxativo, porque quem está em estado de paciente ou na iminência de morte busca o Estado exatamente para se recuperar daquela situação. E nós sabemos que a Constituição Federal diz que é dever do Estado... A saúde é um dever do Estado. Agora, nós temos que ter cuidado – nós temos que ter cuidado – com o desequilíbrio econômico, para não conceder liminar em todas as situações, porque, senão, nós vamos levar o Estado à quebra.

E um exemplo desse desequilíbrio econômico: nós temos que ter cuidado de não conceder decisões liminares para dar um tratamento de R$500 mil ou R$1 milhão a quem tem condição de pagar. A Justiça tem que ter esse bom senso. Nós devemos reservar, assegurar a saúde sobretudo às pessoas carentes e às pessoas pobres. As pessoas que têm condição devem recorrer exatamente... Ela não pode utilizar, ela não pode burlar a Justiça no sentido de buscar o que ela tem condição de pagar. Agora, negar o acesso à Justiça, negar um plano de saúde à pessoa pobre, que está na iminência de uma morte, eu acho que viola o que há de mais sagrado na Constituição, que é o princípio da dignidade da pessoa humana.

Era o que eu tinha a responder, Exmo. Sr. Senador Sergio Moro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Dra. Daniela.

A SRA. DANIELA RODRIGUES TEIXEIRA (Para expor.) – Obrigada, Presidente. Tentarei... (*Fora do microfone.*)

Está funcionando, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Está.

A SRA. DANIELA RODRIGUES TEIXEIRA – Ah, agora está.

Tentarei responder aqui a todos os questionamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao questionamento sobre os casos de direito a medicação, eu tenho esse firme convencimento de que é direito do cidadão brasileiro à saúde, especialmente das crianças. A nossa Constituição Federal é a única do mundo que, no seu art. 227, eleva a nossa criança à categoria de prioridade absoluta. Então, eu sempre levaria isso em conta na possibilidade de estar no STJ, caso aprovada por V. Exas., e tendo que decidir.

Recentemente o Superior Tribunal de Justiça decidiu pelo rol taxativo das medidas da ANS, mas aqui, neste Poder Legislativo, uma lei proposta pelo Senador Romário, a Lei 14.454, de 2022, que já é posterior ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça, reconhece esse direito do paciente. Então, eu, cumprindo a lei e também com a minha firme convicção, entendo que, se a doença está prevista no rol da ANS, o mecanismo de cura dessa doença é algo que compete à medicina, compete ao médico. Se o médico entende, com o seu conhecimento científico, que tal ou qual medicamento é mais apropriado, que tal ou qual procedimento é mais adequado, o plano de saúde deve fornecê-lo ao seu inscrito. Então, eu entendo que esse é o papel do Judiciário, aplicar essa nova lei, concedendo aos usuários de plano de saúde o que for mais apropriado para o restabelecimento da sua saúde, com o conhecimento técnico do médico. E também com relação ao SUS, ainda que com medicamentos de alto custo, como é o caso daquelas crianças que precisam tomar medicamento para aquela ELA, que tem consequências devastadoras, até os dois anos. Então, é realmente necessário que o Judiciário seja ágil para que essas crianças tenham o seu direito à saúde, previsto na Constituição, resguardado.

Com relação à questão da segurança pública, ela é uma função eminentemente do Poder Executivo. O Poder Judiciário pouco pode fazer. Estando o processo bem instruído pela Polícia Judiciária e pelo Ministério Público, especialmente, o juiz saberá bem decidir para determinar ou não a prisão daquele réu. Da mesma forma que temos casos de pessoas que, no entender, às vezes, leigo, não deveriam ter sido soltas, temos também milhares de casos de brasileiros presos injustamente.

Também nessa mesma semana, tivemos a tristíssima notícia do assassinato de um juiz. Essa é a falência do Estado. Quando um juiz é assassinado, todo o Estado brasileiro falhou – todo, todo! É a desgraça total o assassinato de um juiz. Então, da mesma forma que tivemos essa tragédia, também tivemos a notícia de um jardineiro solto, na semana passada, que havia ficado preso por 15 anos injustamente. Então, a dificílima missão de julgar, de determinar quais brasileiros serão segregados em estabelecimento prisional deve contar especialmente com a diligência do Ministério Público, para bem instruir os processos, e com a polícia, que investiga esses crimes, para que ela instrua adequadamente o processo, para que, quando o processo chegue ao magistrado, este tenha condições de bem decidir. É a minha posição.

Saudando o Senador Moro, eu saúdo também a nossa Presidente Marilena, do Paraná, uma das cinco Presidentes mulheres do Brasil.

Senador Alessandro, de Sergipe, o nosso Presidente Daniel nos pergunta sobre o acordo de não persecução penal, cuja sigla nós, carinhosamente, diminuímos para ANPP. O acordo de não persecução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

penal tem que ser proposto pelo Ministério Público. Então, também ali o Poder Judiciário tem pouquíssima margem de escolha. O Ministério Público o propõe quando acha cabível, e o nosso art. 28-A do Código de Processo Penal permite a propositura após a denúncia, desde que presentes os elementos de que seja benéfico para a sociedade aquele acordo e o crime tenha uma pena de menos de quatro anos, mas a competência para oferecimento é exclusiva do Ministério Público. Então, ali na condição de magistrada, caso V. Exas. aprovem o meu nome, eu acho que pouco poderei fazer.

O Senador Contarato, do Espírito Santo – e eu gostaria e saudar o nosso Presidente Rizk, que enviou aqui o Conselheiro Rostagno, como representante da advocacia do Espírito Santo –, nos fez um questionamento, uma provocação muito importante que é a questão do encarceramento em massa. O Brasil prende muito e prende muito mal, não há dúvida. Pessoas que deveriam estar segregadas nós vemos andando na rua. Eu fiz muita inspeção em estabelecimentos prisionais pela OAB – muitas mesmo –, em lugares difíceis, como o Presídio de Pedrinhas, no Maranhão. Então, eu conheço bastante o sistema prisional brasileiro e posso dizer, reiterando o que ele disse, que existe um encarceramento em massa, que não reflete a criminalidade brasileira. De fato, nós temos muitos presos provisórios que poderiam estar fora da cadeia. E acho que a maior prova disso foi a determinação do CNJ, durante a pandemia, de que não se prendessem pessoas a menos que elas fossem, de fato, perigosas para a sociedade. Pouquíssimas pessoas foram presas naquele momento de pandemia e, para surpresa de alguns, confirmando o pensamento de outros, a criminalidade do Brasil não aumentou.

Então, de fato, é preciso que se tenha muito cuidado quando se manda prender alguém. É preciso ter muita certeza do que a doutrina americana chama de Bard, que, em inglês, significa: acima de qualquer dúvida razoável.

Então, o encarceramento brasileiro precisa ser estudado pelos três Poderes: o Executivo, que é responsável por esse estado de coisas inconstitucional declarado pelo Supremo, que é quem administra os presídios; o Judiciário, que tem, sim, mandado prender pessoas que não precisariam estar lá; e, aqui, o Poder Legislativo eu acho que é o que está atuando melhor, com leis que, de fato, têm tratado de mandar encarcerar quem precisa e liberar quem não precisaria estar preso.

Quanto à questão do perfilamento racial trazido pelo nosso querido Senador Contarato, eu não posso me manifestar porque está atualmente em julgamento no Supremo Tribunal Federal.

Então, são essas as minhas considerações, Presidente.

O SR. JOSÉ AFRÂNIO VILELA (Para expor.) – Sr. Presidente, eu queria também agradecer ao Senador Contarato pela oportunidade de complementar o que os dois colegas sabatinandos já falaram.

Para não perder tempo e ordenar a sabatina, eu vou dizer sobre algo que é bom depois que os presídios estão cheios, que foi a tônica e a premissa maior da posição do Senador Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em Minas Gerais, nós aplicamos o sistema que se chama Apac (Associação de Proteção aos Condenados). Quando nós dizemos proteção, não é que qualquer cidadão que cometa um fato ilícito, Senador Flávio, vai ter benefícios além da lei. Não! A Apac é um sistema de recuperação do ser humano. Enquanto no presídio comum, mencionado pelo Senador Contarato, o índice de recuperação do ser humano – ou seja, ele não voltar a delinquir depois que ele sai do presídio – é de 17%, 18%, 20% – se eu não estou errado, Juiz Luiz Carlos Santos, que é especialista nisso –, na sistemática da Apac, esse índice sobe para 80% a 85%. Então, é uma forma de cumprimento daquela reprimenda que faz com que o cidadão apenado tenha a responsabilidade de gerir sua própria recuperação, Senador Alessandro. E isso tem grassado de uma maneira importantíssima em Minas Gerais, tem esvaziado presídios, mas, acima de tudo, tem recuperado para a sociedade, Senador Moro, o ser humano. Agora, é claro que depende do juiz, no caso concreto, o endereçamento daquele apenado. Não são todas as circunstâncias que são autorizadas. Fato é que, às vezes, um cidadão de bem que pode ter cometido um crime numa determinada circunstância deixa de ser colocado dentro de um presídio, que pode ser uma escola de criminalidade, e vai para uma escola de educação.

Então, essa é a resposta que eu queria dar para o Senador Contarato.

Senador Alessandro, é muito boa a pergunta também, muito obrigado por ela. Nós temos a Lei 13.964, de 2019, que o senhor conhece muito melhor do que eu, que incluiu a letra A ao art. 28 do nosso Código de Processo Penal. Eu sou um defensor de que o nosso Código de Processo Penal, como disse o colega Teodoro, precisa urgentemente ser reformado. É um Código de 1949 – não é? –, fascista, no sentido do que nós sabíamos à época, copiado do Código da Itália.

E com relação ao acordo de não persecução penal, o que eu penso... Eu fui juiz de Vara de Fazenda, no primeiro grau, durante seis anos. Fui Presidente do Primeiro Tribunal do Júri, mas, já naquela época, eu trabalhei nos Juizados Especiais, inclusive no Criminal. E já lá – aí eu estou me referindo aos idos de 1990, final da década de 1990 –, nós já tínhamos e aplicávamos um dispositivo na Lei dos Juizados Especiais que autorizava e autoriza essa negociação quando aquele que tem uma imputação contra si confessa e tem credibilidade na confissão, porque nós sabemos que às vezes a confissão precisa ser ainda referendada por alguma outra prova.

Então, eu não vejo, Senador Alessandro, nenhuma inconstitucionalidade nessa legislação. Eu vejo que é uma forma também de evitar que nós tenhamos processos alongados com provas, quando o próprio processado já se dá por satisfeito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente, se o senhor me permite, é só para esclarecimento.

Estou recebendo a resposta do Dr. Afrânio, e o questionamento foi muito focado. Não há dúvida com relação à constitucionalidade, com relação a essa legislação que nós aprovamos aqui nesta Casa, mas é com relação à aplicação dela após a condenação, inclusive por Colegiado, mediante acordo sigiloso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ AFRÂNIO VILELA – Perfeito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Essa é a questão.

O SR. JOSÉ AFRÂNIO VILELA – Senador, na sequência, eu ia dizer que, inclusive, após o início todo do processo, eu vejo como economia processual, desde que cumprido o dispositivo da lei, que é a pessoa chegar e falar: "Eu fui condenado, eu tenho o direito de recorrer, mas eu quero dizer que aceito a imposição do Estado". Então, diria isso.

Ao Senador Jorge Seif, eu quero agradecer os elogios que ele fez.

Ao Senador Sergio Moro: Senador Sergio Moro, eu acompanhei, como acho que todo o Brasil acompanhou, os fatos ocorridos recentemente na sociedade brasileira. E o que eu espero é que as autoridades constituídas e com responsabilidade para tanto apurem todos os fatos e que a lei realmente seja, ao final, cumprida.

Eu queria fazer um comentário. Na minha apresentação, eu disse que o juiz é um modelo para a sociedade onde ele está prestando a jurisdição. Esse modelo passa também pela celeridade da prestação jurisdicional. Nós sabemos – e V. Exa., que foi juiz, sabe muito bem – que, num processo, podem ocorrer situações com nuances diversas que prolongam a tramitação desse feito. Mas, em regra, eu acredito que, quando o juiz tem condições e tem elementos nos autos sem inferir qualquer outra circunstância, ele deve, sim, ser o mais rápido possível na apreciação.

Com relação ao caso da liberação dos presos de um presídio para outro no Rio de Janeiro, eu quero, inclusive, agradecer a elegância de V. Exa. quando, lembrando que aqui na mesa tem dois juízes de carreira que ainda estão trilhando pelos limites postos pela Lei de Organização da Magistratura Nacional, nos autorizou a não responder. Então, com a permissão de V. Exa., já que o feito está sob presidência de um colega juiz e eu não quero ferir o art. 36 da Loman, eu vou deixar de me manifestar sobre ele.

Com relação aos pedidos de saúde, é uma preocupação geral, mas nós temos no Brasil o Sistema Único de Saúde. E eu acho que é um sistema único mesmo no mundo inteiro. Parece-me que não existe nada tão universal e tão de acesso quanto o SUS brasileiro. E ele tem dado as suas respostas. Eu, como juiz, sempre olho, primeiro, a relação que está nos autos, para que eu possa definir no recurso: é em relação ao SUS, que tem essa universalidade toda contida na própria Constituição, ou ela deriva de um contrato, que é uma lei entre as partes? Quando ela deriva do SUS, evidentemente, a amplitude é geral, e eu aplico isso; quando deriva de um contrato, é necessário que se faça um juízo de análise de equilíbrio dentro daquela relação contratual, não é verdade? Então é isto que eu faço como juiz: eu recebo o recurso e avalio essas características e essas circunstâncias e, ao final, sem nenhuma ideologia e sem nenhuma outra situação que não cumprindo a lei, eu delibero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao rol taxativo ou não, desde a primeira decisão que eu prolatei nesse sentido, quando foi editado esse rol, eu já não o entendia como taxativo. Houve, depois, uma decisão do Superior Tribunal de Justiça, mas, como bem disse a colega Daniela, houve uma legislação posterior, e eu sou um homem cumpridor da lei, que, para mim, é a fonte primeira de qualquer direito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Dr. Afrânio.

O próximo bloco: Senador Marcos Rogério, Senador Zequinha Marinho e, como o Senador Flávio está presente, ele estará no próximo bloco.

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, nobre Senador Davi Alcolumbre, Sras. e Srs. Senadores, eu quero fazer uso da palavra neste momento para, primeiro, dizer que eu recebi os três indicados no meu gabinete.

A Dra. Daniela Teixeira esteve comigo, conversamos longamente. Na verdade, quando recebi a Dra. Daniela, foi um reencontro porque, ainda na condição de Deputado Federal, ela esteve em algumas tratativas de matérias importantes, especialmente para as mulheres advogadas, as mães advogadas. E eu confesso que, quando vi o material que ela preparou para apresentar aos Senadores, lá estava inclusive esse registro histórico da atuação dela. Isso é importante especialmente para algumas correntes políticas, Senador Marinho, porque tem muita... É um ambiente contaminado por muitas informações, por muitas correntes de pensamentos, e eu tive a oportunidade, Senador Zequinha, de conhecer o trabalho da Dra. Daniela já na época, como Deputado Federal. Então, fiquei muito à vontade para recebê-la, dialogar sobre a sua missão enquanto Ministra do Superior Tribunal de Justiça.

Faço votos de que cumpra com a missão dentro daquilo que estabelece a Constituição Federal, a legislação brasileira e os valores que nós defendemos, os valores que nós pregamos. E aí o que dá testemunho acerca da sua conduta, para mim, é aquilo que você representou naquele período, nas tratativas que nós tivemos, justamente na defesa desses valores, desses princípios. Então, desejo sucesso a V. Exa. nessa nobre missão.

O Dr. Afrânio é um magistrado cuja história, cujos feitos falam por si.

Eu acho que o que credencia V. Exa. a essa missão é justamente essa sua trajetória. Não houve, do que eu tenho conhecimento aqui, de parte a parte, nenhum questionamento quanto a esses aspectos da sua atuação, da sua carreira. Eu recebi de vários amigos de dentro da magistratura e de fora recomendações acerca da sua atuação e, quando procurei conhecer, foi justamente isso que encontrei. Então, desejo também muito sucesso nessa missão na condição de Ministro do STJ e sei que o seu conhecimento e a sua prática, enquanto magistrado, atuando na área em que atuou, vão contribuir muito com a nossa Corte da Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Teodoro é quase um rondoniense. Ele já passou por vários estados. Quando ele chegava ao gabinete de um Senador, Senador Flávio, ele dizia: "Olha, lá no seu estado...". Aí, ele chegou ao meu, e eu falei: agora eu quero ver! Pois ele tinha sido Delegado de polícia no meu Estado de Rondônia, na cidade de Pimenta Bueno, Senador Zequinha, e com passagem, por lá, marcante – até hoje tem pessoas que falam de V. Exa. e que têm essa referência positiva. Mas fez carreira na magistratura. Portanto, está aqui hoje em razão justamente dessa história de sucesso na vida.

V. Exa. mencionou aqui de onde veio, as origens que teve e ainda hoje continua galgando espaços importantes pelo mérito da sua carreira brilhante, pela honestidade no trato. E eu gostei muito disto: não nega as origens, não nega por onde passou, tem orgulho disso, de sorte que eu estou muito à vontade também para apreciar o nome de V. Exa. A mim, me dá ainda mais orgulho tê-lo tido como alguém que ajudou Rondônia numa época difícil, porque, hoje, falar: "Ah, estive em Rondônia"... Neste momento é um estado que avançou muito, cresceu muito, mas ele esteve numa época ainda muito mais desafiadora e numa região de muitos conflitos, garimpo.

Então, V. Exa. tem uma história que nos dá um conforto de lhe dar um voto de confiança para essa nobre missão e eu tenho certeza de que V. Exa. vai cumprir com muito esmero a função de Ministro do STJ. A história de vida e a história no âmbito da magistratura, como servidor público, vai lhe dar, tenho certeza, as melhores condições para lá atuar.

Mas eu queria, Sr. Presidente, concluir a minha fala, as minhas observações.

Eu não vou fazer questionamentos a V. Exas. Eu já os fiz, eu já fiz questionamentos quando estiveram comigo no âmbito do gabinete. Mas eu queria fazer algumas observações quanto à percepção do que a gente está vivendo no Brasil hoje, não é?

A gente está vivendo uma mistura de movimentos que tem colocado a magistratura... Não de modo geral; o efeito é de modo geral. Mas, em razão de *performances*, papéis, isso acaba por contaminar a visão que a sociedade tem da magistratura.

Ativismo, progressismo e neoconstitucionalismo. Talvez as duas primeiras sejam derivações da última, e isso é algo que, para mim, é muito perigoso.

Toda vez que eu vejo um magistrado dizer que tem que atuar porque há uma omissão por parte do outro Poder, então, olha, não há vácuo de Poder... Mas essa omissão nem sempre é uma omissão. Nem sempre é uma omissão. O ativismo busca ocupar espaço que não lhe foi dado pela Constituição Federal. E nem sempre há omissão.

Veja o caso da questão das drogas, que já foi dito aqui por colegas Senadores: há omissão por parte do Legislativo? Não. O Legislativo claramente disse o que pensa e o que quer dentro do ordenamento jurídico. Está lá, posto na lei. Então, não há omissão por parte do Legislativo. Pela esfera judicial, você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mudar aquilo que concebeu o Parlamento, legitimado a legislar, é de uma agressão, é de uma ofensa à separação de Poderes inaceitável.

A questão do aborto: não há nenhum direito mais sagrado do que o direito à vida. Não há nenhum direito mais importante do que o direito à vida. Isso é um direito natural e que as Constituições do mundo e a nossa, de maneira muito especial, tutelam, protegem, de maneira absoluta.

Você tem as exceções que a legislação trouxe em razão das excepcionalidades, mas não se pode, ao argumento de que há uma omissão do Legislativo, permitir tutelar o alargamento das hipóteses de aborto, e com esse fundamento de que o Legislativo foi omisso. Não.

Esse tema já foi enfrentado pelo Parlamento e é enfrentado pelo Parlamento o tempo todo, mas o Parlamento é a representação da sociedade, e, se você não tem uma sociedade que tem uma visão que concebe isso, você não tem uma sociedade progressista; nós temos uma sociedade conservadora. E o Parlamento não representa a minoria progressista; ele representa a maioria conservadora. Ah, você tem representantes progressistas? Tem. Paciência, se não tem voto para impor a sua vontade, a sua visão segmentada da sociedade, que respeite o processo democrático, que respeite o resultado das urnas. Agora, nós não podemos ter a via do Judiciário como uma burla ao chamado devido processo legislativo. Não se pode permitir, porque isso ofende a separação de Poderes.

Pregar harmonia entre os Poderes, mas praticar a usurpação de competência, praticar o atropelo ao Legislativo, não me parece ser uma postura a contribuir com o ambiente de harmonia.

Então, estou fazendo essas ponderações – obviamente que não se dirigem pessoalmente a nenhuma de V. Exas., a nenhuma das indicações aqui – para o campo da reflexão. V. Exas. estarão, daqui a pouco, ocupando espaço de importância na estrutura do Judiciário brasileiro. E, aí, essa questão me incomoda muito.

Eu ouvi aqui hoje que é preciso considerar aquilo que a Constituição estabeleceu quanto à questão da inafastabilidade da jurisdição ou do direito de ação, só que a condição da inafastabilidade da jurisdição está atrelada à inafastabilidade do respeito às normas, à lei. Aí se apega a um princípio, a um fundamento para dizer que o juiz pode tudo, que o magistrado pode tudo. Não; não, senhores, não pode tudo. A inafastabilidade da jurisdição impõe ao magistrado também não se afastar da lei e da Constituição. Ou não é isso que está escrito na Constituição da República?

Então, são temas importantes, e quem vai para o campo da jurisdição, da magistratura, precisa agir com desapego às paixões.

Eu não quero um Judiciário progressista e eu não quero um Judiciário conservador. Eu quero um Judiciário que cumpra a Constituição, que obedeça às leis do país, que se submeta às leis do país, que aplique as leis do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu concluo com uma última observação, Sr. Presidente, com relação a um outro tema que também foi dito aqui, com relação à questão da ocupação dos espaços carcerários.

Eu tenho uma preocupação com isso, porque quem vai para lá não vai em razão do sexo ou da cor da pele. Quem está ocupando o sistema prisional brasileiro está lá por crimes que cometeu, como tráfico de drogas, homicídios, abusos sexuais e tantos outros crimes. Se queremos revisar aspectos relacionados a isso, a via não é o Judiciário afastar a imputação penal em razão de ser desse ou daquele segmento da sociedade. Crime é crime, independentemente do sexo, independentemente da cor da pele.

Então, eu faço essas ponderações e agradeço ao Presidente a oportunidade de fazê-las, para dizer – e eu disse isso pessoalmente a cada um deles, quando estiveram no gabinete – que isso nos preocupa muito e a gente está vivendo um período de muita inquietação. E, toda vez que isso avança do lado de lá, tem reações do lado de cá, porque é dever, é obrigação do Poder Legislativo zelar pela sua própria competência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador e Vice-Presidente Marcos Rogério.

Com a palavra o Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

Quero saudar aqui nossos sabatinados, Dra. Daniela, Dr. Afrânio e Dr. Teodoro.

Eu começo elogiando o trabalho que foi feito pelos três e cada um dos três.

Eu sou fã de um candidato que vai atrás, não é, Davi? Candidato tem que pagar o preço, tem que pagar o preço. Então, eu me tornei fã dos senhores, em função da luta que tiveram, fizeram questão de visitar, e nos encontramos muitas vezes por aí, além do gabinete, não é verdade?

Não precisa falar mais nada, porque eu tive recomendação, de pastor a padre, sobre vários dos senhores aqui, não é? A Dra. Daniela, então, Brasília todinha se reuniu para... Eu disse: quem sou eu! Isso é muito bom, não é? É muito bom.

Meu velho pai dizia que é melhor ter amigos na praça do que dinheiro na caixa, não é? Era um grande filósofo. Estudou seis meses, voltou para a roça, mas guardava essas forças de expressão para a hora certa.

O Senador Carlos Viana, antes de sair – eu também fui para o mesmo compromisso que ele –, fez um discurso aqui do qual não quero aumentar nem tirar nenhuma vírgula, que é exatamente a continuidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais técnica e mais erudita do que fez o Senador Marcos Rogério. Então, não vou ser repetitivo, mas gostaria de dizer que eu assino embaixo do discurso dos dois, porque me preocupa realmente essa questão do ativismo, de tomar algumas atitudes, porque a sociedade termina brigando aqui entre suas entidades de representação, suas instituições, mas a gente precisa ter, no Judiciário, a certeza de que vamos encontrar alguém que não escolheu um lado, que o lado dele é o lado da justiça, é o lado da lei; e, ali, alguém ganha e alguém perde, em função a lei. É muito ruim a gente ter um problema... "Mas e se levar à justiça?". Não, o poder... Aquele poder escolheu um lado; então, vai perder, a causa já sai perdida para alguém que, de repente, tinha ou tenha razão. Então, isso é muito, muito ruim e muito angustiante para uma sociedade.

Não estou falando apenas por mim. Estou falando por todo mundo que, hoje, às vezes olha o problema no Supremo Tribunal Federal e se assusta: "Para onde é que nós vamos agora?". "O que é que nós vamos fazer?". Ainda bem que tem os outros tribunais. De repente, a questão não chega lá. Mas, infelizmente, o Supremo faz tudo sozinho hoje.

Eu estava olhando aquele problema do 8 de janeiro, não é? Deveria ter um juiz de primeira instância recebendo, tratando tudo aquilo, não é? Acho que nada justifica a supressão de instâncias, não é? Tem que caminhar. Mas aí a gente assistiu ao espetáculo a que assistiu, e está aí, não é? As pessoas não têm direito a nada, senão de ouvir a condenação.

Eu sou da Amazônia, não é? A Amazônia, mais lá para o centrão, menos aqui para a região de campos e Cerrados, mas a partir, por exemplo, do Estado do Pará... Tocantins nem tanto, é Amazônia Legal, mas a gente presencia coisa de tudo quanto é jeito. Vão cair na mesa dos senhores, para julgamento, ações dessa região.

Deixem-me contar uma, aqui, que está acontecendo agora – agora. Se pudéssemos pegar um avião e descer lá, presenciaríamos isso a olho nu, ao vivo e a cores.

O que ocorre na Amazônia? Nós temos alguns poderes ali. Tem o poder oficial, o poder do Estado, mas tem outros paralelos. O crime organizado, por exemplo, tomou conta. E ele manda.

Tem município em que o crime organizado emprega mais do que a prefeitura, que é a principal instituição do município.

Dois, as ONGs.

As ONGs têm um poder, e um poder muito grande, porque é um pessoal preparado. É um pessoal que se aliançou com todo mundo: a imprensa fala sua língua... E se aliançou também com o Ministério Público: grande parte do Ministério Público caminha com o mesmo sentimento, o mesmo pensamento. A Justiça caminha do mesmo jeito. Nós estamos...

Se alguém acha que, no Brasil, para cá a coisa está difícil, está ruim, imagine para quem mora na Amazônia. Mas vai cair nas vossas mesas processos daquela região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, reserva indígena na Amazônia. Primeiro se tira uma grande área...

Vou contar a história aqui, por exemplo, da Reserva Indígena Apyterewa: criou-se uma reserva de 266 mil hectares de floresta bruta; levaram uma família de indígenas para lá, e eles começaram a ficar ali. Eram muito poucos, depois aumentaram um pouquinho, hoje tem uma família grande. Mas a ONG resolveu fazer uma expansão dessa reserva indígena e a aumentou em mais 510 mil hectares. Só que esse acréscimo, essa expansão pegou mais ou menos 2,5 mil famílias que estavam lá, muitas das quais levadas pelo Incra, que foi fazer um projeto de assentamento naquela região. E, para resumir a história, esse povo está lá morando, plantando cacau, sobrevivendo na sua luta. O processo legal de desintrusão de uma terra indígena foi esquecido. Hoje temos uma operação da Força Nacional, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do Ibama, da Funai e de todo mundo para expulsar essas pessoas da terra. Não é desintrusar, não é aquele negócio "vou tirar você daqui, você é pequeno, os grandes se viram como puderem", aquele negócio legal, respeitoso... Absolutamente; é um negócio louco.

A Vila Renascer é uma das principais vilas que tem dentro dessa reserva. Escutem: lá fecharam a escola, os meninos... "Some daqui todo mundo, não tem como ficar aqui". Cortaram a energia – a energia levada pelo Governo Federal, do Programa Luz Para Todos, ou Mais Luz para a Amazônia até um dia desse. Cortaram a energia. Não deixam entrar gás...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – ... – ainda bem que correm atrás da lenha –; não deixam entrar combustível; não deixam entrar ambulância para socorrer alguém; não deixam repor alimento, comida; não deixam entrar remédios. Tudo isso por causa de uma decisão de um magistrado, que mandou essa operação para lá.

É por isso que eu me preocupo muito aqui, porque eu sei que vão cair na mesa dos senhores processos... Por que tudo isso? Qual é a filosofia da ONG? A filosofia da ONG não leva em conta a presença humana, o elemento humano; o humano é um intruso; o inseto, sim, é importante. O inseto, o jacaré, a cobra, qualquer bichinho, esse é o cara, mas o humano, coitado, virou um intruso. É essa a verdade. É este o país que os senhores vão pegar daqui uns dias lá no STJ para despachar ações.

Eu quero a sustentabilidade, quero tudo, mas eu começo com a questão do humano no meio. Pelo amor de Deus, vamos preservar tudo, mas vamos preservar o humano. "Ah, a atividade humana aqui está dando um impacto negativo" – "jazinho", Presidente –, "vamos direcionar esse impacto para a sustentabilidade". A política de Governo precisa levar a isso.

Presidente Davi, as pessoas no Estado do Pará são pecuaristas por natureza. O cara nasce, e, no dia seguinte, acho que o pai dele o faz escutar o berro de algum gado. Então, ele é sertanejo, ele vai atrás de uma terrinha, e o sonho dele é também ter gado ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Esse gado está sendo todo sequestrado. O sequestro é pegar na marra e levar para um destino não conhecido. O dono nunca mais vai ver aquilo e sequer terá um centavo de indenização. Essa é a situação.

Quero dizer aos senhores – meus queridos Ministros, daqui a pouco – que essa turma... Tem duas terras indígenas... E uma não é terra indígena, está apenas com a interdição para estudo e mais nada – quem quiser ver é só puxar. Esse povo está perdendo tudo que tem. Você toma o gado, você mete o trator na casa, derruba a casa ou põe fogo. É só isso o que acontece. E essa turma, diferentemente daqueles traficantes do Rio de Janeiro, não matou ninguém, não roubou ninguém, não traficou droga, não são terroristas nem dessa brincadeira aqui de terrorista... Ainda bem que o Hamas mostrou como é que é um grupo terrorista agora, não é? Pessoal não tem mais... Eles não são terroristas nem desses de brincadeira de 8 de janeiro, absolutamente, não estupraram ninguém, não fizeram nada com ninguém; eles estão ali sobrevivendo no peito e na raça. Eles não invadiram terra indígena nenhuma, eles foram invadidos pela terra indígena.

Eu quero pedir a Deus pelos senhores para nunca mandarem uma ordem como essa que está acontecendo no meu estado. Às vezes, eu sorrio aqui, mas eu estou angustiado até a alma, porque eu não consigo fazer alguma coisa que realmente faça diferença para a vida daquelas pessoas.

Sucesso!

Deus abençoe os senhores!

Que a injustiça jamais faça parte das suas decisões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Parabéns, Senador Zequinha.

Com a palavra, grande Líder, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para interpelar.) – Grande é Deus, eu não sou nem alto, mas agradeço a V. Exa. a deferência à minha pessoa. Peço a Deus que lhe perdoe pelas mentiras faladas a meu respeito, mas peço perdão, porque eu gostei. (*Risos.*)

As perguntas que vou fazer são para os três. E não precisa... Até porque eu não recebi o currículo de nenhum dos três, pois currículo para mim não interessa nada. Quem chega a essa posição precisa ter currículo, sem currículo não se senta nessa cadeira. Eu quero saber é o que pensa. Esta vale para os três: vocês são a favor do aborto? Se quiser, pode responder de uma vez. É prova de marcar, sim ou não, porque adianta o lado, Presidente. Posso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós vamos aguardar V. Exa. concluir.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Aí, se o espírito de Suplicy me pegar, a sessão não termina, você sabe, mas eu serei sucinto.

Eu sou defensor do nascituro. Eu só estou aqui porque nasci. Cada um dos senhores, ao receber a palavra, contaram suas histórias, o que jamais teria acontecido se não tivessem nascido, mas tem gente que acha que, do alto de uma caneta, pode definir quem vive ou quem morre.

Nessa bancada aí onde os senhores estão sentados, por 16 anos – estou indo para 24 –, eu vi sentarem pessoas com currículos maravilhosos e mentirem para caramba! Mentir, mentir, mentir! Quando colocam a toga nas costas, revelam-se. Mostram conhecimento, fazem contorcionismo jurídico, mas, nesses casos, eu vivo na base do "me engana que eu gosto". Eu podia citar nomes aqui que fizeram discursos maravilhosos; de alguns eu até decorei o discurso. Tem um discurso sobre liberdade que é um negócio maravilhoso. A um outro eu disse: "Não se separa um homem das suas convicções". E ele disse: "Não, Senador, tudo muda. Quando o homem é votado e é aprovado aqui nesta Comissão, e, quando chega ao Plenário e ele é aprovado, é uma honra, a vida dele muda". Mentira! Só quem muda a vida a gente é Jesus, se o homem deixar. E ele chegou lá e sabe o que ele fez? Soltou o Lula. Por isso, eu estou escaldado, e minhas coisas são todas diretas.

Todos os senhores que estão sentados aí, Dr. Marcos... Não, era o Marcos Rogério que estava aí, não é? Já ia citando o Marcos Rogério. Foi sabatinado também? Foi não, não é?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Ainda não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não foi, mas, pela conversa dele aqui hoje, está querendo ser.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Está se jogando; está se jogando. (*Risos.*)

Ao Dr. Teodoro, nordestino, eu disse a ele: "O currículo não importa, conte sua história aí". Ao Dr. José Vilela: "O currículo não importa, conte-me sua história. O que você já fez de bom? Você é a favor do aborto?". A Doutora foi me procurar e me contou... Se tivesse tempo para a senhora me contar o que me contou sobre o aborto na sua vida...

Se a pessoa não nasce, não vira ministro. Ou nasceu para virar ministro e até para dizer: "Não, tem direito de matar". Não tem direito de matar! A vida começa na concepção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que existem perguntas e palavras... Não é que elas amedrontam a pessoa, mas a vida em sociedade, a vida política... E Jesus sabia disso. Nós vivemos em política, há uma vida em viver em sociedade fora da nossa vida, na nossa confissão de fé. Quando Jesus disse "dai a César o que é de César", ele estava dizendo da nossa vida em sociedade organizacional; e dê "a Deus o que é de Deus", porque nós temos que separar. E eu sei que chegar a uma posição como essa, ser indicado, estar sendo sabatinado... Tem coisas que para mim não são ruins de perguntar, mas para a pessoa são ruins de responder, mas as minhas perguntas são muito claras, porque eu tenho uma razão: eu fui para a vida pública atendendo a um chamamento, a uma vocação. Para mim, isso é um sacerdócio, porque eu nasci. Então, a minha luta pela vida, a minha luta em defesa... Tem mais de 40 anos que eu tiro drogados da rua. Quando as minhas filhas nasceram, eu já tinha drogado em casa.

Nós estamos vivendo num momento em que o ordenamento jurídico nacional não está em voga. Em muitas coisas que os senhores perguntaram aqui, certamente, se isso continuar, se essa sandice continuar, se continuar esse ativismo judicial nacional, em que não há primeira instância, nem segunda, nem terceira, nem STJ, os senhores amargarão muita coisa ruim de decidirem pela Justiça e serem desmoralizados pela injustiça.

Eu só quero saber uma coisa dos senhores: são a favor da vida? São contra o aborto, a favor do nascituro, contra as drogas e decidirão com justiça?

E minha última pergunta é a seguinte. Quando um indivíduo senta nessa cadeira aí, ele dá o melhor de si, mas, quando ele passa pelo crivo e senta na cadeira do outro lado, ele se comporta como um semideus. A minha pergunta é: ao ser aprovado – eu faço sempre para todos esta pergunta – ou reprovado – quem foi reprovado já está reprovado, porque já votaram, todo mundo votou, agora é só esperar o resultado da eleição; quem foi aprovado já foi aprovado –, uma vez instado o cidadão mais simples, Dr. Teodoro, um Vereador ou um Senador da República para uma audiência, que seja algo simples... O papel do juiz é ouvir, ouvir as partes; não é papel de juiz dar pitaco, ir para o Twitter, ir para o Instagram, gravar vídeo; juiz tem que falar nos autos. Instados a uma audiência por um desses Senadores... Desses Senadores que ficaram aqui, todo mundo é pé-rapado, essa parte aqui; os grandões todos já foram embora.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Baixo clero.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É, isso aqui é tudo baixo clero. Os grandões... Deixe-me ver... Só Davi mesmo, que está como Presidente, mas pode virar pé-rapado depois também, entendeu? Bom, é o que eu penso. (*Risos.*)

E chegou um pior do que nós aqui agora. (*Risos.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Pior?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É, nós somos todos pé-rapados, Senadores de segunda classe.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – E ainda tem classe aqui agora?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Porque tem os de primeira classe – você sabe, não é, rapaz? Tem gente que nem tomou posse ainda... É porque eu nunca vi aqui, não é?

E a minha pergunta é: certamente, com essa mesma prontidão os senhores atenderão ainda que seja um cidadão mais simples ou um Senador que lhes inste a estar numa audiência?

Essas são minhas perguntas, Sr. Presidente.

Espero não ter extrapolado os três minutos que V. Exa. me deu.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Dei dez minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – E eu só falei três.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, falou sete. (*Risos.*)

Está ali o cronômetro. Tem mais três.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, não precisa, não. Os três agora são só para eles responderem em três minutos, para encerrar logo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Um minuto para cada um.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Dra. Daniela.

A SRA. DANIELA RODRIGUES TEIXEIRA (Para expor.) – Eu começo com o questionamento feito...

Agradeço primeiro os questionamentos do Senador Marcos Rogério. Foi uma imensa honra para mim conhecê-lo ainda como Deputado, na época da aprovação da lei que leva o nome da minha filha, a Lei Julia Matos, Lei nº 13.365, no longínquo ano de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Zequinha contou aqui a história da floresta. Senador, V. Exa. ouviu aqui, da Bancada de Roraima, os seus três representantes: meu pai morou em Roraima por muitos anos. E, além disso, eu conheço todos os estados do Norte: Rondônia, Roraima, Amapá, Pará, Acre... Eu conheço a floresta, eu conheço o povo da floresta. O que eu posso garantir a V. Exa., sem ferir a Loman e sem dar opinião sobre um processo que está em curso, é que o meu julgamento vai ter sempre este olhar de quem conhece as pessoas da floresta. E, quando eu digo as pessoas da floresta, não são apenas os indígenas, mas também as pessoas que lá estão morando nas cidades, nas capitais. Então, qualquer decisão minha levará em conta o conjunto de pessoas que mora na Região Norte do Brasil, aqui muito bem representadas pelo nosso Presidente, do Amapá. Então, esse foi o questionamento do Senador Zequinha.

O questionamento do nosso Senador Magno Malta, do Espírito Santo – cumprimento o nosso Presidente Rizk e o Conselheiro Rostagno, que representam aqui o Espírito Santo –, é um questionamento muito direto. Como magistrada, vai caber a mim aplicar a legislação nacional. E a nossa legislação permite a interrupção da gravidez só em dois casos: violência sexual contra a mulher e risco de vida da mãe. O Supremo Tribunal Federal estendeu, em um processo vinculante para todo o Judiciário, a questão do feto anencefálico. Então, a minha decisão, como magistrada, terá que se ater a essa questão. A questão do aborto é uma questão muito polêmica no nosso país, e qualquer extrapolação desses três itens deve se dar aqui nesta Casa, no Poder Legislativo. É o Poder Legislativo, que representa a população brasileira em sua totalidade, na soberania popular que cada um de V. Exas. carrega, que pode mudar essa questão. Como magistrada, adotarei as duas hipóteses legais e a hipótese do Supremo Tribunal Federal.

V. Exa. reiterou o que já havia me dito em audiência e disse aqui hoje: "Não fuja da pergunta, eu quero a sua opinião". A minha opinião, como magistrada, é seguir a lei. A minha opinião, como pessoa, que não está em julgamento – aqui eu estou para ser magistrada –, é a opinião de uma pessoa de família católica: somos cristãos e acreditamos na concepção como origem da vida. Eu não fiz, não tenho mais idade reprodutiva para fazer novamente. Na hipótese, que foi dura para mim, de uma gravidez de risco, optei por seguir a gravidez. E essa foi a minha posição. (*Palmas.*)

É a minha posição pessoal que eu não posso impor a nenhuma outra mulher que esteja na mesma situação. Como magistrada, seguirei rigorosamente o que diz a lei. Espero ter respondido com a mesma franqueza com que o senhor me perguntou.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Dr. Afrânio.

O SR. JOSÉ AFRÂNIO VILELA (Para expor.) – Senador Magno Malta, muito obrigado pela pergunta.

Eu sou sempre a favor da vida – sempre – e aplico a lei. A lei civil hoje diz que o ser humano tem os seus direitos garantidos desde a condição de nascituro, ou seja, quando houve a cariogamia ou a anfimixia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é a união do espermatozoide com o óvulo. Eu tenho ali o meu filho e a minha nora, que são médicos, que eles me corrijam se eu usei o termo errado, mas me parece que é esse mesmo.

Agora, Senador, eu tenho as hipóteses legais que estão aí na lei – e a lei feita por este Congresso Nacional, passando por este Senado –, que são aquelas situações do risco, do estupro, do risco de vida para a mãe, do estupro e da questão do anencéfalo. Mas eu posso dizer a V. Exa. que eu sou, serei sempre a favor da vida.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Desembargador Teodoro.

O SR. TEODORO SILVA SANTOS (Para expor.) – Senador Malta, primeiro, eu o parabenizo pela indagação e pela sua preocupação ostensiva com o direito à vida.

Nós sabemos que a Constituição Federal, ao trazer como um dos seus pilares o princípio da dignidade da pessoa humana, em um rol hierárquico, em primeiro lugar é a vida. De sorte que, seguindo o raciocínio dos demais colegas aqui, que bem se manifestaram em prol da vida, acompanho as mesmas pegadas. Porém, na condição de magistrado, sou cumpridor rigorosamente da lei e da Constituição Federal.

Quando ingressei no Ministério Público e na magistratura, posteriormente, eu prometi cumprir com as leis e com a Constituição do meu país. Nesse sentido, como magistrado, irei rigorosamente cumprir o que a lei vai disciplinar com relação ao aborto. Porém, em se tratando de um assunto de alta complexidade e de um enorme impacto social, entendo que o melhor campo para que haja discussão seja justamente no âmbito do Congresso Nacional, Casa daqueles que possuem a legitimidade popular para traçar os debates de política pública. Esta é a minha posição: defendo o princípio da dignidade da pessoa humana e, como magistrado, defendo a legitimidade de este Congresso aqui tratar da matéria.

Obrigado pela pergunta, Senador Malta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós temos só dois oradores inscritos para concluir essa primeira etapa da reunião.

Deixem-me aproveitar a oportunidade, antes de passar a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro e ao Senador Plínio Valério, que são os últimos dois Senadores.

Antes de passar a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro e ao Senador Plínio Valério, que são os últimos dois Senadores, há pelo menos 15 dias, alguns Senadores, entre eles o Senador Styvenson Valentim e o Senador Fabiano Contarato, estão construindo com vários Líderes partidários que nós pudéssemos votar, inclusive com uma construção com o Governo, a Lei Orgânica das Polícias Militares do Brasil.

Nós fizemos um compromisso na Comissão de que nós não iríamos votar até fazermos uma audiência pública. Essa audiência pública já ocorreu. Tinha vários Senadores que estavam apelando para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

este Presidente que nós deliberássemos a matéria sem a audiência pública. Eu não aceitei deliberarmos a matéria sem a audiência pública. Foi realizada a audiência pública e então agora nós estamos aptos a deliberar a matéria.

Então, diante desse entendimento que foi construído, quando nós concluirmos a sabatina – e eu preciso informar isso a V. Exas. –, nós vamos suspender a reunião, para que as autoridades possam... (*Pausa.*)

Não, não, vou fazer diferente. (*Pausa.*)

Não, mas vamos fazer agora aqui.

Eu vou suspender a reunião da sabatina de autoridades e, ainda nesta primeira reunião da Comissão, nós vamos deliberar esse único item.

Como foi feito um acordo de procedimentos, o Relator da matéria vai direto ao voto, nós vamos submetê-la à votação simbólica e a matéria será encaminhada, em regime de urgência, para o Plenário do Senado Federal.

Aproveitando essa oportunidade, eu vou informar a V. Exas. que, às 11h30min da manhã de hoje, num acordo construído com o Relator Eduardo Braga e com o Presidente Rodrigo Pacheco, foi incluído o relatório da reforma tributária, da proposta de emenda à Constituição da reforma tributária.

Qual foi a construção política que nós, enquanto Presidente da Comissão, acordamos com o Presidente Rodrigo Pacheco e com o Senador Eduardo Braga? Nós vamos fazer – e já está convocada – uma sessão extraordinária às 16h. O Presidente Rodrigo Pacheco não vai iniciar a Ordem do Dia, porque essa será a prioridade para os Senadores que quiserem acompanhar a apresentação e a leitura do voto do Relator da matéria, e eu vou conceder vista coletiva, de ofício, por, no mínimo, 15 dias.

Então nós vamos fazer a sessão extraordinária de uma matéria que foi incluída hoje na pauta. Mas ficaram estabelecidos, para que todos pudessem analisar o relatório, não 7 dias para a próxima quarta, ou seja, 15 dias para nós retornarmos a matéria para deliberação.

Então era esse o informe que eu gostaria de passar a V. Exas.

E concedo a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Aquele projeto que eu mandei para V. Exa. do Yom Kipur também está na pauta ou não?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Presidente Davi, boa tarde!

Boa tarde, Dra. Daniela Teixeira, Dr. José Afrânio, Dr. Teodoro. É uma grande honra tê-los aqui conosco.

Após a intervenção do Senador Magno Malta, acho que temos mais conforto ainda para tomar decisão de voto.

Eu queria fazer duas, três perguntas, na verdade, para a senhora e para os senhores, contextualizando-as, porque muitos aqui criticam a Operação Lava Jato pelos seus supostos métodos inconstitucionais, ilegais, mas aplaudem, Senador Plínio, quando o alvo de notórias ilegalidades e arbitrariedades é algum adversário político.

É o que a gente pode traduzir na democracia relativa. E uma das práticas mais hediondas, mais covardes que nós percebemos no meio jurídico, por parte de alguns poucos, graças a Deus, é a da *fishing expedition*, aquela pescaria em que a pessoa não tem fundamento nenhum, o magistrado não tem fundamento nenhum para tomar alguma decisão mais severa, como uma busca e apreensão ou até uma prisão, mas o faz mesmo sem tendo fundamento para buscar algo, para ver se encontra algo que permita a esse magistrado, de uma forma ilegal e covarde, encontrar qualquer outra coisa que não esteja relaciona com aquela investigação e que possa incriminar aquele alvo que ele escolheu previamente, antes de iniciar a persecução penal. E, obviamente, isso tem reflexos *a posteriori*. E, felizmente, o que nós vemos é a anulação de várias sentenças que se baseiam nessa prática nefasta.

Então a primeira pergunta que eu faço a V. Exas. é se aceitável a prática de *fishing expedition* no devido processo legal e se V. Exas. admitirão esse tipo de prática nos processos que vierem a ter que se manifestar.

E, na segunda contextualização que eu faço para passar para as outras duas perguntas, eu quero, Presidente Davi, fazer aqui a leitura de uma reportagem da *Gazeta do Povo*, que é praticamente o depoimento de uma presa do 8 de janeiro e que representa, simboliza muito bem, eu tenho certeza, centenas de pessoas que estão na mesma situação. E eu faço a leitura rápida aqui de trecho da matéria com o seguinte título: "Presa com um terço e bíblia no 8/1, faxineira é condenada por associação criminosa armada". A matéria:

> Associação criminosa armada foi um dos crimes pelos quais Edinéia Paiva foi condenada a uma pena de 17 anos de prisão, por sugestão do ministro Alexandre de Moraes, em julgamento virtual no [...] (STF). A faxineira de 38 anos, mãe de dois filhos, um de nove anos e outro de 19, foi presa segurando um terço e uma bíblia [Senador Magno Malta] enquanto se protegia de bombas de gás durante os atos de 8 de janeiro. O julgamento terminou nesta quarta-feira [...].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Antes de ser presa, Edinéia estava embaixo da rampa do Planalto, na tentativa de se proteger das bombas de gás que eram jogadas para conter vândalos que depredavam os prédios públicos. Não era o caso dela. Quando chegou à Esplanada, logo depois de participar da missa próximo ao QG do Exército, o caos já estava instaurado. [Aspas dela] "Eu pulei a rampa e eu travei ali. Não conseguia correr. A única coisa que eu lembrei foi de me agachar e ficar ali para me proteger, porque eram muitas bombas" [...].
> "Foi onde o policial chegou, me tirou de lá a força, me arrastando pelos cabelos" [...]. Edinéia foi algemada, enquanto tinha a bolsa vasculhada, segundo ela, de forma agressiva [...]. [ela diz:] "Até então, eu só estava com uma bíblia na mão e um terço" [...]. No voto do ministro relator, Alexandre de Moraes, não há menção a nenhum tipo de arma branca encontrada com a faxineira. No documento, há apenas fotos de facas e pedaços de madeiras encontrados com outros manifestantes.
> [Aspas para o advogado dela] "A condenação de inocentes tem um impacto devastador na vida das pessoas que são afetadas. Ela pode perder sua liberdade, sua reputação e seu sustento e ainda trazer sofrimento para toda [...] [a] família" [...].
> Nos sete meses que ficou [...] [presa], ela mal recebeu notícias da família. Quando chegou [Presidente Davi], encontrou um marido deprimido diante dos dias difíceis que viveu. Sem o dinheiro das faxinas de Edinéia para complementar a renda da casa, o marido se desdobrou fazendo entregas pelo iFood nos horários em que não estava no emprego formal, em uma metalúrgica. A irmã também ajudou, fazendo uma rifa com [...] amigos para ajudar o cunhado a pagar as contas que estavam ficando atrasadas.
> A filha contou com o apoio do corpo docente da escola. Durante meses, a menina passava a aula chorando muito. O diretor da escola deu passe livre para que ela fosse à sala dele sempre que sentisse necessidade de conversar.

Essa é a realidade de muitos que estão sofrendo até hoje do 8 de janeiro.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Senador Flávio...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... eu a visitei, muitas vezes a acompanhei, inclusive esse caso da filha dela...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... e o comportamento da diretora da escola, e o que a família fez. Por diversas vezes, diversas, nesses sete meses, eu orei com ela sozinho. Orava coletivamente e vinha com ela, porque, assim, o desequilíbrio emocional dela era muito grande durante esses sete meses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando essa pena sai, eu, sinceramente, não tenho como pensar ou raciocinar se há alguma vida nesse planeta. Eu acho que a única coisa que falta, a partir desse ativismo, é chover para cima, porque o resto tudo está feito.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E, comparando, Senador Magno Malta, a gente vê que, há uma semana, o Supremo decide aqui que prisão preventiva por tráfico de pouca quantidade de drogas é revogada. Eles revogam, dão tratamento naquela linha, que até foi citada aqui, de desencarceramento. Então, há uma grande incoerência, porque se defende o desencarceramento de traficantes de drogas e defende-se pena máxima para quem nem quebrou uma vidraça de lugar nenhum – estava em algum lugar se manifestando, achando que estava defendendo aquilo em que acreditava e que teria liberdade para fazer isso –, trazendo uma grande insegurança jurídica e, obviamente, um julgamento conforme a capa do processo.

Aí, para fazer as duas perguntas, eu queria, Dra. Daniela, Dr. Afrânio, Dr. Teodoro, fazer a leitura de um artigo da Constituição que eu queria acreditar que ainda estava em vigor, Presidente Davi, o art. 5º, alguns incisos.

O inciso IV: "é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato".

O inciso XXXVII: "não haverá juízo ou tribunal de exceção". O que foi dito aqui: as pessoas estão indo para esse julgamento sabendo que a pena já está pronta, independentemente do trabalho que faça o advogado, que faça a defesa ou que faça a sustentação oral.

O inciso XLVI: "a lei regulará a individualização da pena [...]". A gente acaba de ler aqui uma pessoa que está sendo condenada com supostas provas de outras pessoas, e não dela, para se chegar a essa dosimetria de 17 anos para essa faxineira.

E o inciso LIII: "ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente". Por que é que uma pessoa como essa está sendo julgada pelo Supremo Tribunal Federal, rasgando completamente o nosso ordenamento jurídico?

Então, eu pergunto à senhora e aos senhores se cumprirão a Constituição Federal, em especial esses incisos que eu acabei de citar, caso sejam aprovados aqui no Senado para integrarem o Superior Tribunal de Justiça, e se entendem que quem faz as leis e altera a Constituição Federal é o Congresso Nacional.

E eu termino, Presidente Davi, fazendo mais um reconhecimento público ao nosso Presidente Rodrigo Pacheco, que tem feito a defesa do Legislativo, tem buscado o reequilíbrio entre os Poderes, é uma situação difícil para qualquer chefe de Poder na história do nosso país, mas o Presidente Rodrigo Pacheco tem feito. Não haveria discussões aqui sobre esse reequilíbrio entre os Poderes se não tivesse existindo na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prática, a olhos nus, o excesso por parte eu não digo nem de um Poder, mas de algumas poucas pessoas de um Poder.

Então, ficam aqui essas perguntas, e já, pelo que a gente conversa aqui na CCJ e no Plenário, tanto a Dra. Daniela quanto os Drs. Afrânio e Teodoro deverão ser aprovados com larga votação favorável.

Eu peço a Deus que os ilumine e lhes dê muita sabedoria, saúde e coragem para bem decidir e impedir que injustiças continuem acontecendo no nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Flávio.

Concedo a palavra ao Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para interpelar.) – Presidente Davi, obrigado pela barrinha aqui, mas para mim é desnecessário, eu almocei. Eu cheguei cedo, subi e fiquei no gabinete, porque tive o prazer de receber a Dra. Daniela e os Drs. José Afrânio e Teodoro. Tive o prazer de recebê-los, e eu os tranquilizei e me tranquilizei porque saberia que eu não precisaria vir sabatiná-los e votaria "sim". Mas um fato, Presidente Davi, me trouxe aqui, e eu vou transformar minhas perguntas em pedidos.

Eu peço à Dra. Daniela Rodrigues Teixeira, eu peço a José Afrânio Vilela, ao Teodoro Silva Santos, que serão Ministros do STJ em breve, que não façam nunca o que está fazendo a Procuradora-Geral da República, Sra. Dra. Elizeta de Paiva Ramos. Eu estou, há dois dias, em nome do Senado e da CPI das ONGs, buscando encontrá-la, e ela não encontrou tempo sequer para responder. Queria que eu tratasse com o chefe de gabinete e com a assessora.

E o que eu ia fazer com ela? Pedir alguma coisa, tomar cafezinho? Eu não tenho esse hábito de visitar autoridades. Eu ia levar, em nome da CPI das ONGs, e estava o Styvenson, o Jaime Bagattoli e o Marcio Bittar, iríamos nós quatro... Abraçá-la, apertar a mão dela, tirar foto? De forma alguma. Nós queremos relatar a ela lá, na sua cadeira, no seu ar-condicionado, da altura de quem se julga semideus, assim como outros ministros do Supremo se julgam semideuses, mostrar o que a gente viu na reserva extrativista. Eu iria falar... Levamos os vídeos, mas eu ia falar para ela dos doentes carregados em redes, das crianças que não têm escola, e até a escola que tem percorrem-se 20km para ir. E quando os pais fazem a ponte, porque o ICMBio não faz, derrubam. Eu ia mostrar para ela um pai de família que levou um tapa na cara de um agente do ICMBio. Eu ia falar para ela, mostrar o depoimento de uma senhora que tudo que quer na vida é que o filho estude. A gente ia mostrar para ela um vídeo de uma ponte sendo derrubada e serrada. A gente ia levar para ela vídeos de agricultores pedindo, pelo amor de Deus, que o Senado socorra. Eu não ia tomar café com ela, e nem vou – porque vou lá, ela vai ter que receber, sim, porque uma das funções dela é receber denúncias. E não é porque eu sou Senador, não. É porque eu sou cidadão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Dra. Elizeta, eu não sei se ela pensava que a gente ia querer café, tomar café com leite ou algo assim.. Não, não! A gente tem para mostrar para ela o quanto a gente carrega de revolta ainda por saber que um agente do ICMBio botou um fuzil na cabeça de uma mãe. Não sei se ela quer saber disso, porque é isto que nós vamos mostrar para ela: mostrar que naquela Reserva Extrativista Chico Mendes não tem energia – não tem energia.

Davi e companheiros aqui, antigamente se carregava, nos seringais, doente na rede, quatro pessoas, duas carregando na ponta do pau, aí faziam revezamento.

Esse vídeo da mãe, Dra. Daniela, é muito doloroso, ainda ecoa em nossas mentes, em nossos corações uma mãe chorando dizer que tudo que quer da vida, Amin, é que o filho estude. Já pensou, cara? Numa reserva extrativista.

Agricultores já estavam lá antes de ser reserva. Sabe o que é que eles têm que fazer para sobreviver? Produzir borracha, e 1kg de borracha custa R$3. Eles produzem até 5kg por dia. É isso que eu vou dizer para a Dra. Elizeta do alto do seu pedestal. Ela vai ter que ouvir, ela vai ter que saber, ela pode até fingir que isso não existe e que não soube. Eu vou fazer, assim como o Styvenson, o Jaime e o Marcio, a nossa função, que é levar denúncia e representação. Se ela não quer fazer a função dela de receber essa denúncia, o problema é dela.

Eu fico imaginando, Flávio, que ela está interina, certamente vai querer ser indicada e vai ser sabatinada aqui. Quer dizer, imagine o constrangimento, imagine só, porque o desrespeito não é ao Plínio Valério, não. Eu estou me lixando para a Procuradora. Eu estou me lixando para qualquer autoridade. Eu não preciso de intimidade com autoridade. Eu não preciso de cartão, de telefone de ninguém. Eu cumpro a minha função. E a minha função vai me levar novamente a ela. Amanhã, não, porque nós vamos ao Xingu fazer diligência, mas certamente a nossa missão vai nos levar de novo. Então, essa forma...

Peço desculpa aqui a quem está sendo sabatinado. Não tenho desculpa, não vou querer comentário por questão de ética dos senhores e da senhora.

Essa forma desatenciosa, essa maneira deselegante e essa atitude desrespeitosa de quem é ungido por uma função para cuidar, para ouvir, para tomar atitudes... Imagine só – imagine só –, Malta, o relatório que vai ter que ser enviado para ela, o relatório da CPI. Como é que essa senhora vai receber, já que ela não quer tomar conhecimento do que as ONGs praticam no meio da mata? Tem pessoas que não gostam de saber a verdade, tem pessoas que sabem a verdade e não querem encarar. Eu encaro a verdade. E, por isso, nós vamos voltar, sim.

Então, Presidente Davi, ela vai ter que ouvir. Eu vou dizer: Procuradora, esse vídeo aqui traz crianças andando 20km para chegar a uma escola, traz o depoimento do Prefeito de Epitaciolândia dizendo que está, há um ano, querendo construir uma escola naquela reserva e não tem licença, porque o ICMBio não dá. Mas, acima de tudo, ela vai ter que ouvir a voz ecoando, aquele tapa na cara de um pai de família. Ela vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter que sentir no coração do Styvenson, no coração do Marcio, no coração do Jaime e no meu. Ela vai ouvir, ela vai sentir o nosso coração ainda sensibilizado com aquele povo que fala: "Senador, pelo amor de Deus, nos liberte! Nós somos escravos do ICMBio! Tudo que a gente pode fazer é colher castanha e produzir borracha. Não deixam plantar milho, não deixam plantar absolutamente nada". E não permitem que autoridades o façam o ICMBio, que não passa de uma ONG, que é órgão do Governo, mas não passa de uma ONG.

Portanto, Presidente Davi, a minha sabatina... E eu peço desculpa, eu não costumo ser um mal-educado, mas tenho que ser todas as vezes que for necessário. O que me traz aqui é a indignação ainda trazida da reserva, a minha revolta ainda trazida da reserva e a condenação quanto à deselegância, ao despreparo, como diz o caboclo, à "metideza" de uma doutora que se acha – que se acha. Se ela tem pretensões de continuar no cargo, vai ser difícil, porque ela vai ter que vir para a sabatina aqui. E é terrível, por isso que eu estou trazendo aos senhores. Eu acho que casou. Eu estava no gabinete vendo e falei: ó, caramba, compadre, cabe, cabe eu ir lá agora e falar sobre isso, Carlos, porque é uma sabatina de futuros ministro do Supremo, é uma procuradora interina que se recusa a receber Senador e que talvez esteja aqui para pedir apoio de Senadores.

Presidente Davi, é mais um protesto. Que fique registrado. Eu não quero aqui que alguém ajude, esteja comigo, seja certo. Não! Eu só quero dizer, ter oportunidade neste momento aqui de dizer à Procuradora Elizeta de Paiva Ramos, Procuradora-Geral da República, que eu não vou tomar cafezinho com ela, pode ficar tranquila. Eu não vou querer o número telefônico para pedir favor, não vou, não vou. Mas ela vai ter que ouvir sim, ela vai ter que ver sim os vídeos que nós conseguimos do depoimento daquela gente abandonada, espoliada, humilhada, sem esperança, desesperançada. Vai ter que receber sim. Se não receber o Senador da República, porque não respeita o Senado, vai ter que receber o cidadão. Talvez o cidadão se faça mais respeitado do que o Senador.

Nisso aqui vai uma crítica ao Senado. Nós não podemos nos apequenar ao ponto de uma procuradora não querer receber uma Comissão de Senadores, de mandar o seu chefe de gabinete receber, porque não sabe tratar. É muito fácil, é muito fácil para nós.

E o Carlos acaba de dar uma ideia, Styvenson: ela vai ser convocada à CPI das ONGs para ver o vídeo. Boa ideia, muito obrigado.

Então, a partir deste momento, a gente está anunciando que a Procuradora-Geral da República Elizeta de Paiva Ramos será convocada para comparecer à CPI das ONGs e obrigada a ver os vídeos que nós trouxemos.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ela não precisa ser convocada, é servidora pública. Quando o Ministro Renan era Ministro da Justiça, eu o convoquei na CPI do Narcotráfico e ele foi, e foi a grande contribuição das prisões do Acre.

E V. Exa. pode se surpreender... (*Falha no áudio.*)

... pode é ofender, porque eles se sentem é Deus mesmo. (*Falha no áudio.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... aqui, Davi. Não libera o... Ah, liberou o verde... É de quem realmente está... (*Fora do microfone.*)

Olha, o Styvenson vai me permitir uma confidência aqui. Permita-me, Styvenson. O Styvenson foi às lágrimas, cara. Olha o tamanho desse cara, acostumado a lidar com bandidos – a lidar com bandidos! Lá na reserva, ele não aguentou.

E antes, Flávio, Malta, Amin, Carlos, antes, quando a gente entrou na reserva, no primeiro ato da reserva, quando eu vejo, lá vem o Styvenson com uma senhora e um senhor, com a faca atrás. Ele tinha batido na mulher e estava atrás de esfaqueá-la. E o Styvenson pegou os dois e não deixou. Falou que não. E, Davi, ele fez o casal fazer as pazes.

Lá é proibido vender álcool; entrar é permitido. Isso tudo em nome do ICMBio, em nome da proteção do clima do mundo inteiro. É assim que o ICMBio tem agido.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Plínio.

O último Senador inscrito é o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Eu estou me "desinscrevendo", Presidente, para favorecer as nossas próximas atividades, mas não quero perder a oportunidade de cumprimentar a todos. Foi certamente uma sessão instrutiva para todos nós, e eles também recolhem sentimentos muito explícitos dos Senadores que aqui participaram, com o coroamento do que o nosso Senador Plínio Valério trouxe.

Então, desejo sucesso. Que Deus os ilumine e a Amin não desampare.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Teve questionamento do Senador Flávio, mas, no mais, foram ponderações dos outros Senadores.

Geralmente, a gente deixa a palavra, antes de proclamarmos o resultado, para que cada sabatinado desta reunião possa fazer as suas considerações finais. Então, eu vou abrir para a resposta, mas cada um pode automaticamente também fazer as considerações finais, para, quando os três agora concluírem as suas manifestações, a gente encerrar a sabatina, encerrar a votação e proclamar o resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente Davi, só um segundinho. Eu estava em outras atribuições, mas não poderia deixar aqui de testemunhar meu reconhecimento, primeiro, da Daniela, que é de Brasília – há anos, a gente se conhece –, pelo trabalho competente. O que mais tem é recomendação, mas eu já a conhecia há muito tempo. Afrânio, como quarto Senador de Minas, porque sou mineiro, já o conheço há muito tempo. E tive o privilégio também de conhecer o Teodoro lá no gabinete, em outras reuniões que fizemos.

E já votei, inclusive, favoravelmente.

Parabéns a vocês.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Davi, só para deixar claro...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não, Senador.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... que eu não fiz pergunta, e eu quero que eles comentem sobre o que eu falei.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Entendido.

Dra. Daniela.

A SRA. DANIELA RODRIGUES TEIXEIRA (Para expor.) – Respondendo, primeiro, o questionamento do Senador Flávio – cumprimentando o nosso Presidente Luciano, da OAB do Rio de Janeiro –: Senador, essa questão é muito importante e me interessa bastante, que é a questão do chamado *fishing expedition*, que a gente trouxe do direito americano. Mal traduzindo, é a pescaria probatória. O que é isso? É quando o agente público investiga não um fato, mas uma pessoa.

Todo o nosso sistema processual penal não permite essa atitude do agente público. No Brasil, só se pode investigar um fato concreto, possivelmente criminoso. Nós não podemos investigar uma pessoa. E, às vezes, o agente público se confunde com isso e vai atrás de um determinado cidadão até encontrar algo. Isso, no nosso sistema, é absolutamente inconstitucional. A nossa Constituição é claríssima no art. 5º, LVI: "são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos". O mandado de busca e apreensão emitido por um juiz, pelo Poder Judiciário, deve ser claríssimo e especificar o que nós estudamos na ciência do Direito Penal, que é a causa provável. O mandado tem que dizer o que está procurando e por que está procurando determinada coisa.

Não pode o agente público entrar na casa do cidadão, casa, que é um lugar inviolável pela nossa Constituição, e casa a gente estende também para o escritório da pessoa, especialmente aqui, para o gabinete

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos Parlamentares, absolutamente inviolável. Só pode ser violado com autorização judicial específica: é para entrar e procurar essa caneta azul. Ele não pode entrar e procurar o que quiser, que é exatamente essa questão que se chama de *fishing*, de pesca, porque dá essa sensação. O agente público vai jogar uma rede e buscar o que quer que venha: camarão, lagosta, peixe, baleia, lata velha. Não.

O nosso sistema penal não permite. É absolutamente ilegal e inconstitucional. E o Supremo Tribunal Federal, em acórdãos que foram pioneiros do Ministro Gilmar Mendes, tem anulado todas as operações policiais que estão transbordando os mandados. O mandado tem que ser claro, específico e dizer o que está procurando.

Essa teoria, nós temos apenas um bom excelente livro de Philipe Benoni, que é nosso Presidente da Abracrim, em parceria com Viviani Silva e Alexandre Morais da Rosa e alguns artigos de Aury Lopes Junior, todos nessa linha.

O nosso sistema não permite isso. Se houve essa importação dos Estados Unidos, a Constituição deles é diminuta. É uma questão para eles se resolverem com a Suprema Corte deles lá. A nossa é ampla, e a nossa Constituição é garantista e proíbe essas provas que nós consideramos – nós, sentido amplo, Poder Judiciário, quem estuda Direito Penal – ilegais. Qualquer prova que transborde o objeto do mandado é considerada ilícita e anula toda a operação.

Então, V. Exa. fique absolutamente tranquilo com relação à minha interpretação. Eu sou uma estudiosa dessa doutrina nova que se chama *fishing expedition (*pescaria probatória) – porque a gente ainda não achou um nome melhor –, mas é exatamente essa tentativa de o agente público perseguir determinado cidadão indo atrás do que quer que ele tenha feito de errado na vida.

Em uma sustentação oral no Supremo Tribunal Federal, eu cheguei a dizer que determinado juiz gostaria de fazer até mesmo o divórcio do meu cliente, se assim pudesse, porque ele queria achar qualquer coisa contra aquela pessoa. Isso, no nosso sistema processual penal, é ilegal e inconstitucional.

Terminando, não poderia deixar de agradecer, Presidente – eu não sabia que havia considerações finais, senão eu teria preparado um texto mais acadêmico e formal –, não poderia deixar de agradecer especialmente à minha família, que está aqui, base e fundamento de toda a minha vida: meus filhos, meus pais, minha irmã, meus irmãos. Não poderia deixar de agradecer a cada um dos Senadores e Senadoras que me receberam com tanta cordialidade ao longo desses dois meses; aos Ministros do STJ que aprovaram o meu nome e estiveram aqui, no início da sessão, diversos deles; ao nosso Presidente da CCJ, que foi conosco um padrinho dos três e nos ajudou a todos nessa missão, que é muito difícil – nós estamos aqui nos expondo, tentando mostrar para V. Exas., num curto espaço de tempo, tantos anos de caminhada. E especialmente agradecer à Ordem dos Advogados do Brasil, instituição que eu represento e sirvo e que pretendo honrar, caso seja aprovada por V. Exas. no Superior Tribunal de Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, como aqui todos são políticos e vivem de eleições, não posso terminar sem pedir o voto. Então, eu peço a V. Exas. que votem em mim no Plenário a partir das 14h.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra o Desembargador Teodoro.

O SR. TEODORO SILVA SANTOS (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu começo pela pergunta feita pelo Senador Flávio Bolsonaro. Ele intitulou uma das palavras como Operação Lava Jato.

Em primeiro lugar, eu deixo bem claro aqui que defendo a apuração de qualquer crime em tese, ou seja, tipo penal em tese e que haja veementes indícios de autoria, para que possa o Ministério Público oferecer denúncia.

O art. 41 do Código de Processo Penal é bem claro: só se pode oferecer denúncia contra um cidadão se tiver a materialidade, ou seja, o crime em tese, e indícios suficientes de autoria, de maneira que, desde que seja, sou a favor de qualquer instauração de processo para ser apurada qualquer espécie de crime praticado por qualquer espécie de pessoa. Porém, desde que este processo seja norteado pelos princípios inerentes ao devido processo legal. Ou seja, princípio da presunção de inocência, princípio do contraditório e da ampla defesa, princípio de *in dubio pro reo,* princípio da imparcialidade, até porque, a partir do momento em que o juiz é imparcial, não há de que se falar em processo.

De sorte que, em qualquer espécie de crime, por quem quer que seja praticado, eu defendo que seja instaurada uma ação penal, até porque a instauração da ação penal, obedecendo ao devido processo legal, fruto do Estado democrático de direito, da redemocratização do processo penal brasileiro ocorrido em 1988, através da Constituição Cidadã... Nós não podemos deixar de dizer que hoje nós convivemos num Estado democrático de direito e o processo deve ser um processo penal democrático e constitucional.

Portanto, nesse viés, sou a favor de qualquer instauração de processo, desde que sejam obedecidos esses princípios constitucionais, porque, caso contrário, nós não estamos num Estado democrático de direito, mas, sim, num Estado autocrático ou de antigarantismo.

Com relação à segunda pergunta de V. Exa., sobre a liberdade do traficante de drogas, nós sabemos que a prisão ocorre na fase processual. Nós temos no Código de Processo Penal brasileiro, a própria Constituição estabelece, a própria Constituição que V. Exas. elaboraram e, depois dos Constituintes, mantiveram com emendas constitucionais *a posteriori*, a própria Constituição traça as espécies, as modalidades de prisão. Ou seja, nós, aqui –inclusive o grande Prof. Contarato já me deu a entender –, temos duas espécies de prisão no Brasil na esfera penal: nós temos a prisão pena e a prisão sem pena. A prisão pena é aquela prisão que decorre de uma sentença condenatória com trânsito em julgado. Aí é uma prisão pena, que é a chamada prisão definitiva. E a prisão corriqueira é a chamada prisão sem pena, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamamos também prisão processual, que são elas, segundo a Constituição Federal: a prisão preventiva, prevista nos arts. 311 e seguintes do Código de Processo Penal; a prisão temporária, prevista na Lei 7.960, de 1989; e a prisão em flagrante, que é uma prisão de natureza administrativa, que está no art. 302, incisos I a III, do Código de Processo Penal.

E, logo em seguida, a Constituição diz – é bem claro –, no art. 5º, lá no capítulo Dos Direitos e Garantias Fundamentais, que será imediatamente relaxada a prisão ilegal.

Depois, vem o art. 93 da Constituição, inciso IX, que diz que toda decisão judicial deverá ser fundamentada, de sorte que, independentemente da gravidade do crime – independentemente da gravidade do crime –, a autoridade judicial, ao decretar uma prisão, deve obediência à Constituição, deve fundamentá-la, deve deixar claros os requisitos da Constituição, de sorte que, a partir do momento em que não se obedece à Constituição, que é o nosso norte maior como magistrado e o símbolo do respeito do Estado de direito; a partir do momento em que não respeitamos a Constituição...

Eu estou falando de fatos tratados por bandidos, mas, independentemente de ser bandido... O cidadão de bem não pode ter o seu direito de liberdade também cerceado, a não ser por um devido processo legal ou por uma decisão fundamentada, de maneira que, em se tratando da liberdade de algumas prisões, nós observamos que não podemos perder de vista que a Constituição diz que o juiz é independente e deve agir pelo princípio do livre convencimento motivado, ou seja, ele tem que motivar a materialidade e a autoria, ele tem que motivar a se preencherem os requisitos do mandado de busca e apreensão. O art. 240 do Código de Processo Penal diz que o magistrado, ao decretar o mandado de prisão, deve individualizar o alvo, deve determinar qual é o objeto desse alvo e, por conseguinte, caso ele faça de outra forma, deve relaxá-la até de ofício, caso contrário, um *habeas corpus* resolverá o problema.

Portanto, estou vendo pelo aspecto constitucional, porque não citamos aqui, não conheço o fato concreto, mas, se o ato do juiz violar um desses motivos, sem dúvida o relaxamento da prisão se impõe. E, aliás, o Supremo Tribunal e o STJ decidem que, em se tratando de prisão ilegal, esta poderá ser relaxada até de ofício, de maneira que essa seria a segunda questão.

E, com relação à terceira pergunta, feita pelo nobre Senador Flávio Bolsonaro, ele fala, ele intitula aqui o processo referente a 8 de setembro e cita fatos específicos. O que é que ocorre? Trata-se de uma ação penal em curso no Supremo Tribunal Federal. Com efeito, como magistrado que eu sou, regido pela Loman (Lei Orgânica da Magistratura Nacional), eu sou impedido – sou impedido – de me manifestar em qualquer processo que está *sub judice*, que está em tramitação, em primeira, em segunda, em qualquer instância, sob pena de ser punido administrativamente, de sorte que, quando a Loman impede ou determina que o magistrado não pode se manifestar no feito, o que é que ela está dizendo? Respeito à Constituição e respeito à lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, em respeito à Constituição e em respeito à lei, que quem tem legitimidade para elaborar é esta Casa aqui, eu peço, com a devida vênia, permissão ao Senador Flávio Bolsonaro para deixar de responder a essa questão.

Muito obrigado.

Aproveito para agradecer, mais uma vez, a simpatia, o tratamento humano, o tratamento cordial, a educação que todas as Sras. Senadoras e que todos os Srs. Senadores aqui presentes me dispensaram. Desde o primeiro dia em que comecei a peregrinar nesta Casa e visitar Senadora por Senadora, Senador por Senador, fui bem atendido por todos.

Portanto, o que me resta é agradecer a V. Exas., Sras. Senadoras e Srs. Senadores, e dizer que estou muito feliz com esse debate democrático, um debate saudável, e, ao mesmo tempo, pedir aqui, sem dúvida, que V. Exas. analisem a nossa exposição. E, claro, não teria outra alternativa se não pedir a V. Exas. o voto.

Quero agradecer à minha esposa, Ana Mayza, que veio lá do Ceará; ao meu filho, Matheus Teodoro, que também veio de lá, por estarem aqui me dando força; e a todos que estão lá no Cariri cearense, minha terra no Estado do Ceará, assistindo a esse grande debate democrático.

Portanto, mais uma vez, agradeço. Muito obrigado por essa recepção calorosa e democrática. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Desembargador Afrânio.

O SR. JOSÉ AFRÂNIO VILELA (Para expor.) – Sr. Presidente, permita-me, primeiramente, dizer ao Senador Plínio Valério que fui muito bem recebido em todos os gabinetes do Senado Federal – em todos, sem exceção. E, se for do meu destino e da vontade de Deus assumir uma cadeira no Superior Tribunal de Justiça, com certeza as minhas portas estarão abertas para todos.

Eu quero dizer, Senador Plínio Valério, que, no início da minha carreira, eu ouvi uma senhora que estava deitada numa sarjeta, bêbada, e essa senhora, depois, recuperou a dignidade através da recuperação de um grande patrimônio que ela teve. Se não fosse um juiz que ouvisse uma pessoa como ela, possivelmente ela não teria alcançado o direito dela. Então, sem entrar em nenhum fato concreto mencionado por V. Exa., eu quero dizer para V. Exa. que, no nosso caso, de magistrados, não há justiça sem humanidade. Então, a Justiça deve ser companheira de tudo aquilo que vem do humanismo.

Senador Flávio Bolsonaro, é uma alegria ter sido também muito bem recebido por V. Exa. duas vezes.

No início da minha apresentação, aquela apresentação pessoal, eu contei uma história. A Constituição Federal foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988, e a minha prova oral para concurso de juiz, em Minas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gerais, no dia 10 de outubro, cinco dias depois, e um professor da Universidade Federal de Uberlândia me ligou, no telefone 3631-1754, da grande ibiá, que, em tupi-guarani...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ AFRÂNIO VILELA – Exatamente.

Em tupi-guarani, "lugar de terras altas", um planalto em que nascem águas que fertilizam o solo para torná-lo um grande produtor de grãos. Ele me ligou e disse o seguinte: "Afrânio, você está fazendo o concurso, e eu até acho que você vai passar, mas lembre-se de que nenhuma lesão ou ameaça será subtraída da apreciação de juiz. Então, é muito poder para o juiz. Mas também lembre-se de que a ninguém é dado fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de uma lei, e quem legisla será o Congresso Nacional".

É isso, Senador. Essas questões todas que nós discutimos aqui, dentro desse ambiente democrático, aberto, questões sobre droga, aborto, uma série de outros temas importantes para a sociedade brasileira, que são questões que, dadas as suas características, têm que ser tratadas, segundo a evolução social, pelo Congresso Nacional, que tem a atribuição constitucional de criar o direito que nós juízes iremos aplicar.

O que eu quero prometer, Senador Flávio – como V. Exa. terminou a sua frase, o que nós prometeríamos –, é que eu serei como sou há 35 anos: um juiz de portas abertas, um juiz acessível, que, quando tiver que indeferir, eu indeferirei e, quando tiver que deferir, eu deferirei, mas serei juiz do fato, de acordo com as provas, nos autos, de acordo com a lei a ser aplicada naquele fato ou a não ser aplicada naquele fato, dentro de um devido processo legal. Isso eu posso garantir para V. Exa.

Em relação especificamente à situação que decorre de um processo judicial, eu tenho o mesmo impedimento posto pela Loman, em seu art. 36, já mencionado pelo colega Desembargador Teodoro. Então, eu sei que, pela educação de V. Exa., pela lhaneza de trato e pelo conhecimento jurídico que V. Exa. tem – eu sei através da nossa conversa –, compreenderá a minha não resposta.

E, ao terminar, Sr. Presidente, eu queria mais uma vez agradecer a todas as Senadoras e a todos os Senadores, agradecimentos extensivos às equipes que nos receberam de uma maneira maravilhosa e muito educada. Ao Senador Carlos Viana, que assumiu corajosamente a minha relatoria: muito obrigado, Senador.

Eu quero agradecer a todas as autoridades presentes; a todos os meus amigos que estão aqui e àqueles que estão nos assistindo pelos canais de televisão; à minha irmã Leila, a única irmã que eu tenho, lá em Ibiá; à minha sogra Enisa; enfim, a todos os meus parentes.

E não posso terminar sem fazer algo que os senhores são especialistas em fazer que é pedir o voto para que a minha jornada rumo ao STJ possa continuar.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao agradecer à minha família, evidentemente, eu já citei, no início, a minha esposa Gisela, que já há 38 anos me acompanha; o meu filho Mateus e o meu filho Henrique; as minhas noras Isabela e Larissa, também aqui presentes; e tantos outros amigos que aqui estão, todos, todos cumprimentados, na pessoa, agora, finalmente, do nosso Juiz Luiz Carlos, Presidente da associação em Minas Gerais.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado.

Eu quero rapidamente agradecer o carinho e a atenção dispensados por todos os Senadores que participaram desde as 10h da manhã desta reunião da Comissão de Constituição e Justiça, que foi organizada e convocada pelo Presidente Rodrigo Pacheco, quando de uma decisão em que, como Presidente do Senado e do Congresso Nacional, convocou para que, nesta semana, os Senadores estivessem em Brasília para deliberação na chamada semana de esforço concentrado. E é justamente a decisão institucional do Presidente Rodrigo que nós aguardávamos para marcar a sabatina das autoridades, porque nós precisaríamos, como estamos precisando no dia de hoje, de um quórum qualificado para deliberarmos uma matéria ou as indicações, que são tão importantes e relevantes para a magistratura brasileira e para o Senado da República.

Por outro lado, aproveito esta breve manifestação desta Presidência para registrar a satisfação e o entendimento que nós temos enquanto Senado da República e registrar que essa independência, que tanto foi dita, e essa autonomia dos Poderes precisam ser resguardadas na sua plenitude, Senador Girão. Há mais ou menos uns 30, 40 dias, nós acompanhamos algumas manifestações por alguns veículos de comunicação tentando transferir a responsabilidade da ausência da sabatina para o Presidente da Comissão. Nós começamos esta reunião no dia de hoje com uma fala do Senador Omar Aziz. É engraçado a gente precisar transformar uma narrativa, que contada várias vezes parece que se transforma em uma verdade... Eu tentei, ao longo dos últimos 30 dias, explicar para muitas pessoas que nós não teríamos condições de fazer uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça para a sabatina de autoridades. De fato, há algumas manifestações em relação a esta sabatina no dia de hoje de que esta Presidência estaria atrasando a reunião da deliberação. Como a Presidência iria convocar uma reunião de deliberação de autoridades tão importantes da magistratura brasileira se nós não tínhamos a decisão do Presidente do Senado Federal de convocar uma semana de esforço concentrado? Será que tem que explicar para essas pessoas que a votação de autoridades precisa da presença física do Parlamentar? Que a deliberação remota não resolve o problema da votação da autoridade? Que é preciso a digital de cada Senador e de cada Senadora para ampliar o quórum e que ele seja qualificado, para deliberar uma matéria tão relevante? Parece que a gente fala, fala, fala, e é chover no molhado. Então, ao longo dos últimos dias, Dr. Afrânio, Dra. Daniela e Dr. Teodoro, se nós acompanharmos todas as manifestações que foram feitas em relação ao dia de hoje, parece que um Senador estava postergando a deliberação desta sabatina no dia de hoje; e eu estava aguardando o Presidente do Senado convocar a semana do esforço concentrado, porque de nada adiantaria a presença dos membros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desta Comissão se nós não tivéssemos um quórum qualificado para deliberarmos no Plenário a indicação de V. Exas.

Não é um desabafo, é uma constatação. É inacreditável a capacidade de as pessoas construírem narrativas falsas e até a gente mesmo pensar que essas narrativas são verdadeiras.

Dessa maneira, eu queria agradecer a paciência, a perseverança de V. Exas. e dizer que não foi nem um Senador nem dois Senadores que procuraram esta Presidência para parabenizar V. Exas. no sentido da humildade de procurar todos os Senadores, Teodoro, de conversar, de serem questionados individualmente, de conversar com esses Senadores e com essas Senadoras e apresentar a história e a biografia de V. Exas. V. Exas. não foram indicados por acaso. A história, a vida de V. Exas., que foi contada aqui como um currículo, é o que credenciou a Dra. Daniela, é o que credenciou o Dr. Afrânio, é o que credenciou o Dr. Teodoro para que o Senado pudesse referendar ou não esta indicação que vem da magistratura brasileira e em que, em ato do Poder Executivo compartilhado com o Poder Legislativo, é nossa atribuição fazermos a arguição e a deliberação de V. Exas. Então, eu queria cumprimentar V. Exas., porque o que fica registrado, o que fica marcado nesse período é a humildade, a perseverança e a resiliência de V. Exas. em procurar os 81 Senadores para apresentar a vida de vocês, a biografia de vocês sintetizada em um currículo, mas não é um currículo em páginas de papel que diz quem são as pessoas; as pessoas nós conhecemos quando nós convivemos com as pessoas.

Eu quero dizer que é uma grande satisfação ter convivido com V. Exas. nesses últimos dias e perceber, na biografia de V. Exas., na capacidade de V. Exas., a qualidade do Judiciário brasileiro, da magistratura brasileira e, se Deus quiser, a partir da deliberação aqui no Plenário, o engrandecimento da nossa corte chamada Superior Tribunal de Justiça. Eu tenho certeza absoluta de que V. Exas. serão aprovados a partir desta sabatina pelo que construíram.

E, nessa decisão compartilhada, cabe ao Executivo indicar, mas cabe ao Legislativo sabatinar e deliberar.

Muito obrigado aos Senadores que foram elegantes, que foram cordiais, que fizeram as suas ponderações, que fizeram os seus questionamentos, mas que respeitaram a história de cada sabatinado que está aqui hoje. Isto é que fica desta reunião: atenção, carinho, comprometimento e respeito. Esta palavra é fundamental nos dias de hoje: respeito. O direito de um começa quando termina o do outro, e o respeito foi o que prevaleceu nesta reunião da Comissão nas sete horas em que estamos aqui. Parabéns a vocês!

Não há Senadores inscritos.

Minha gratidão, meu carinho e meu desejo de muito sucesso nessa nova missão. Que Deus abençoe a consciência de V. Exas., porque é para isso que nós estamos aqui, para desejar que a nossa magistratura seja cada vez mais seja firme e que ela possa dar exemplos do que é a independência e harmonia entre os Poderes. Que Deus abençoe a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está encerrada a votação. (*Palmas.*)

Solicito à Secretaria da Mesa que divulgue o resultado da votação no painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 26 Senadores; NÃO, 1, da indicada Daniela Rodrigues Teixeira, num total de 27.

Votaram SIM ao Teodoro Silva Santos 27; nenhum NÃO; 27 presentes.

Votaram SIM ao Dr. José Afrânio Vilela 27; nenhum NÃO; 27 presentes.

Estão os três indicados aprovados pelo Plenário da Comissão de Constituição e Justiça. (*Palmas.*)

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

A reunião está suspensa por cinco minutos.

(*Suspensa às 15 horas e 21 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 23 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Queria pedir a atenção aos nossos assessores para que pudessem acompanhar os indicados e informar ao Dr. Afrânio, ao Dr. Teodoro e à Dra. Daniela que, em 30 minutos, a matéria estará no Plenário do Senado Federal.

A previsão do Presidente Rodrigo Pacheco é deliberar hoje à noite no Plenário, Líder Eduardo.

EXTRAPAUTA

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 3045, DE 2022

Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos termos do inciso XXI do caput do art. 22 da Constituição Federal; altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto, acolhendo-se integralmente as Emendas nºs 9, 15, 18, 20, 21, 22 e 28, parcialmente as Emendas nºs 5 e 16, todas de redação, e rejeitando-se as demais.

Autoria: Presidência da República.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Silêncio, pessoal, que o Presidente está com a palavra.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Líder.

O relatório é favorável ao projeto, acolhendo integralmente as Emendas nºs 9, 15, 18, 20, 21, 22 e 28, parcialmente as Emendas nºs 5 e 16, todas de redação, e contrário às demais emendas.

Em 12/07/23 foram recebidas as Emendas nºs 23 a 27, de iniciativa da Senadora Eliziane Gama.

Em 03/08/23 e 24/08/23 foram recebidas as Emendas nºs 28 a 30, de iniciativa do Senador Esperidião Amin.

Em 29/08/23 foi recebida a Emenda nº 31, de iniciativa da Senadora Daniella Ribeiro.

Em 24/10/23 foi realizada audiência pública para instruir a matéria.

Em 24/10/23 foi recebida a Emenda nº 32, de iniciativa do Senador Giordano.

Conceda a palavra ao Senador Fabiano Contarato para proferir o relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, agradeço a sensibilidade de V. Exa.

Como o relatório já foi disponibilizado para todos os Senadores e Senadoras, fizemos uma audiência pública na CSP, fizemos uma audiência pública na CCJ na data de ontem, passo direto ao voto.

Voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei 3.045, de 2022, acolhendo-se integralmente as Emendas 9, 15, 18, 20, 21, 22 e 28 e parcialmente as Emendas 5 e 16, rejeitando-se as demais.

Esse é o voto.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço um apelo para que esta matéria seja submetida ao Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Fabiano.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir.

Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto (*Palmas.*), acolhendo integralmente as Emendas nºs 9-CCP, 15-CCJ, 18-CSP, 20-CSP, 21-CSP, 22-CSP, 28-CCJ e parcialmente as Emendas nºs 5-CSP e 16-CSP/CCJ, todas de redação, e contrário às demais emendas.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal em regime de urgência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pelo regime de urgência, só para confirmar, vai hoje ainda, não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em votação o requerimento solicitando regime de urgência para a matéria.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o regime de urgência. (*Palmas.*)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dezesseis horas e quatro minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Eduardo Braga, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Alan Rick, Izalci Lucas, Cid Gomes, Mauro Carvalho Junior, Omar Aziz, Otto Alencar, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Paulo Paim, Teresa Leitão, Jorge Kajuru, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Alessandro Vieira, Angelo Coronel, Eliziane Gama, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Marcos Rogério e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Proposta de Emenda à Constituição n° 45, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera o Sistema Tributário Nacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **TRAMITA EM CONJUNTO** a **Proposta de Emenda à Constituição n° 46, de 2022 - Não Terminativo** – que: "Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências." **Autoria:** Senador Oriovisto Guimarães, Senador Angelo Coronel, Senador Carlos Portinho, Senador Styvenson Valentim, Senador Esperidião Amin, Senador Acir Gurgacz, Senador Izalci Lucas, Senador Fernando Collor, Senador Alvaro Dias, Senador Lasier Martins, Senador Giordano, Senador Romário, Senador Marcio Bittar, Senador Plínio Valério, Senador Flávio Arns, Senador Eduardo Girão, Senador Luis Carlos Heinze, Senador Zequinha Marinho, Senador Chico Rodrigues, Senador Eduardo Gomes, Senadora Kátia Abreu, Senadora Simone Tebet, Senadora Mara Gabrilli, Senador Tasso Jereissati, Senador Nelsinho Trad, Senador Jorge Kajuru, Senador Confúcio Moura, Senador Lucas Barreto, Senador Marcos do Val, Senadora Soraya Thronicke. **TRAMITA EM CONJUNTO** a **Proposta de Emenda à Constituição n° 110, de 2019 - Não Terminativo –** que: "Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências." **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre, Senador Acir Gurgacz, Senador Alessandro Vieira, Senador Alvaro Dias, Senador Antonio Anastasia, Senador Arolde de Oliveira, Senador Carlos Viana, Senador Chico Rodrigues, Senador Confúcio Moura, Senador Dário Berger, Senador Eduardo Braga, Senador Eduardo Girão, Senador Eduardo Gomes, Senadora Eliziane Gama, Senador Elmano Férrer, Senador Esperidião Amin, Senador Fabiano Contarato, Senador Flávio Arns, Senador Flávio Bolsonaro, Senador Irajá, Senador Izalci Lucas, Senador Jaques Wagner, Senador Jarbas Vasconcelos, Senador Jayme Campos, Senador Jorge Kajuru, Senador Jorginho Mello, Senadora Juíza Selma, Senadora Kátia Abreu, Senador Lasier Martins, Senadora Leila Barros, Senador Lucas Barreto, Senador Luis Carlos Heinze, Senador Luiz do Carmo, Senadora Mailza Gomes, Senador Major Olimpio, Senador Marcelo Castro, Senador Marcio Bittar, Senador Marcos Rogério, Senador Marcos do Val, Senadora Maria do Carmo Alves, Senador Mecias de Jesus, Senador Nelsinho Trad, Senador Oriovisto Guimarães, Senador Paulo Paim, Senador Paulo Rocha, Senador Plínio Valério,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Randolfe Rodrigues, Senadora Renilde Bulhões, Senador Roberto Rocha, Senador Rodrigo Cunha, Senador Rodrigo Pacheco, Senador Rogério Carvalho, Senador Romário, Senadora Rose de Freitas, Senadora Simone Tebet, Senadora Soraya Thronicke, Senador Styvenson Valentim, Senador Tasso Jereissati, Senador Telmário Mota, Senador Vanderlan Cardoso, Senador Veneziano Vital do Rêgo, Senador Wellington Fagundes, Senador Weverton, Senadora Zenaide Maia, Senador Zequinha Marinho, Senador Angelo Coronel, Senador Jean Paul Prates. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, e, no mérito, por sua aprovação, com a aprovação total ou parcial das Emendas n°s 1, 2, 9, 15, 17, 22, 23, 32, 38, 40, 45, 48, 53, 64, 65, 67, 73, 78, 79, 80, 89, 97, 100, 106, 107, 109, 114, 119, 120, 125, 126, 130, 133, 135, 138, 150, 151, 154, 155, 158, 159, 161, 162, 165, 166, 170, 171, 173, 174, 181, 187, 191, 193, 197, 198, 200, 202, 204, 205, 210, 218, 220, 227, 231, 232, 233, 239, 240, 253, 256, 259, 267, 269, 275, 276, 277, 285, 288, 292, 293, 294, 296, 301, 302, 307, 308, 310, 314, 316, 317, 319, 322, 327, 329, 330, 333, 334, 337, 339, 346, 347, 348, 366, 375, 377, 381, 387, 392, 395, 402, 405, 409, 415, 421, 422, 433, 436, 437, 439, 445, 451, 454, 457, 463, 464, 469, 474, 478, 481, 483, 484, 485, 486, 493, 497, 504, 505, 511, 512, 513, 514, 524, 526, 527, 528, 531, 533, 540, 546, 548, 555, 557, 559, 560, 571, 577, 578, 579, 580, 590, 593, 594, 596, 598, 600, 604, 608, 612, 615, 616, 619, 621, 624, 626, 628, 634, 637, 638, 640, 643, 645, 651e 657, tudo na forma do seguinte substitutivo, restando prejudicadas as Propostas de Emenda à Constituição nos 110, de 2019 e 46, de 2022, e as demais emendas a elas apresentadas. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina -se à apreciação de item único.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 45, DE 2019

- Não terminativo -

Altera o Sistema Tributário Nacional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, e, no mérito, por sua aprovação, com a aprovação total ou parcial das Emendas nos 1, 2, 9, 15, 17, 22, 23, 32, 38, 40, 45, 48, 53, 64, 65, 67, 73, 78, 79, 80, 89, 97, 100, 106, 107, 109, 114, 119, 120, 125, 126, 130, 133, 135, 138, 150, 151, 154, 155, 158, 159, 161, 162, 165, 166, 170, 171, 173, 174, 181, 187, 191, 193, 197, 198, 200, 202, 204, 205, 210, 218, 220, 227, 231, 232, 233, 239, 240, 253, 256, 259, 267, 269, 275, 276, 277, 285, 288, 292, 293, 294, 296, 301, 302, 307, 308, 310, 314, 316, 317, 319, 322, 327, 329, 330, 333, 334, 337, 339, 346, 347, 348, 366, 375, 377, 381, 387, 392, 395, 402, 405, 409, 415, 421, 422, 433, 436, 437, 439, 445, 451, 454, 457, 463, 464, 469, 474, 478, 481, 483, 484, 485, 486, 493, 497, 504, 505, 511, 512, 513, 514, 524, 526, 527, 528, 531, 533, 540, 546, 548, 555, 557, 559, 560, 571, 577, 578, 579, 580, 590, 593, 594, 596, 598, 600, 604, 608, 612, 615, 616, 619, 621, 624, 626, 628, 634, 637, 638, 640, 643, 645, 651 e 657, tudo na forma do seguinte substitutivo, restando prejudicadas as Propostas de Emenda à Constituição nos 110, de 2019 e 46, de 2022, e as demais emendas a elas apresentadas.

Observações:

- Foram apresentadas 665 emendas à Proposta;

- Foram realizadas 9 (nove) audiências públicas sobre a Proposta;

- Foram apresentadas em 25/10/2023 as Emendas nº 666 a 669 (dependendo de relatório).

TRAMITA EM CONJUNTO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 110, DE 2019

- Não terminativo -

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP) e outros

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, e, no mérito, por sua aprovação, com a aprovação total ou parcial das Emendas nos 1, 2, 9, 15, 17, 22, 23, 32, 38, 40, 45, 48, 53, 64, 65, 67, 73, 78, 79, 80, 89, 97, 100, 106, 107, 109, 114, 119, 120, 125, 126, 130, 133, 135, 138, 150, 151, 154, 155, 158, 159, 161, 162, 165, 166, 170, 171, 173, 174, 181, 187, 191, 193, 197, 198, 200, 202, 204, 205, 210, 218, 220, 227, 231, 232, 233, 239, 240, 253, 256, 259, 267, 269, 275, 276, 277, 285, 288, 292, 293, 294, 296, 301, 302, 307, 308, 310, 314, 316, 317, 319, 322, 327, 329, 330, 333, 334, 337, 339, 346, 347, 348, 366, 375, 377, 381, 387, 392, 395, 402, 405, 409, 415, 421, 422, 433, 436, 437, 439, 445, 451, 454, 457, 463, 464, 469, 474, 478, 481, 483, 484, 485, 486, 493, 497, 504, 505, 511, 512, 513, 514, 524, 526, 527, 528, 531, 533, 540, 546, 548, 555, 557, 559, 560, 571, 577, 578, 579, 580, 590, 593, 594, 596, 598, 600, 604, 608, 612, 615, 616, 619, 621, 624, 626, 628, 634, 637, 638, 640, 643, 645, 651 e 657, tudo na forma do seguinte substitutivo, restando prejudicadas as Propostas de Emenda à Constituição nos 110, de 2019 e 46, de 2022, e as demais emendas a elas apresentadas.

Observações:

- Foram apresentadas 665 emendas à Proposta;

- Foram realizadas 9 (nove) audiências públicas sobre a Proposta;

- Foram apresentadas em 25/10/2023 as Emendas nº 666 a 669 (dependendo de relatório).

TRAMITA EM CONJUNTO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 46, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

Autoria: Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A autoria é do Deputado Baleia Rossi.

O Relator da matéria no Senado Federal é o Líder Eduardo Braga.

O relatório é favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019.

Algumas observações sobre a matéria: foram realizadas nove audiências públicas para instruir a matéria. Até a apresentação do relatório foram apresentadas 665 emendas.

Em 25/10/2023, foram apresentadas as Emendas nºs 666, de autoria do Senador Magno Malta; 667 e 668, de autoria da Senadora Mara Gabrilli; 669, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso, dependendo de relatório.

Em 24/10/23, foi apresentado requerimento de retirada da Emenda nº 411, de autoria da Senadora Mara Gabrilli.

Em 20/10/23, foi apresentado requerimento de retirada da Emenda nº 499, de autoria do Senador Alessandro Vieira.

Em 17/10/23, foi apresentado requerimento de retirada da Emenda nº 146, de autoria da Senadora Zenaide Maia.

Em 10/10/23, foi apresentado requerimento de retirada da Emenda nº 361, de autoria do Senador Weverton.

Em 15/09/23, foi apresentado requerimento de retirada da Emenda nº 161, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro.

Em 12/09/23, foi apresentado requerimento de retirada da Emenda nº 71, de autoria do Senador Laércio Oliveira.

Em 31/08/23, foi apresentado requerimento de retirada da Emenda nº 03, de autoria do Senador Rogério Marinho.

Em 28/08/23, foi apresentado requerimento de retirada da Emenda nº 43, de autoria do Senador Mecias de Jesus.

Em 22/08/23, foi apresentado requerimento de retirada da Emenda nº 52, de autoria do Senador Izalci Lucas.

Em 15/08/23, foi apresentado requerimento de retirada da Emenda nº 42, de autoria do Senador Mecias de Jesus.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga para proferir o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Meu caro Presidente Davi Alcolumbre, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu queria iniciar a minha fala hoje aqui agradecendo não só ao Presidente Rodrigo Pacheco pela indicação do nosso nome para a relatoria desta importante matéria, mas também ao nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o nosso Presidente Davi Alcolumbre. Mas também agradecer aos colegas Senadores e colegas Senadoras pela contribuição ao longo desses mais de cem dias de trabalho dedicados à construção desse relatório.

Quero também agradecer a toda Assessoria Parlamentar, sem a qual não teria sido possível chegarmos até o dia de hoje. Agradeço também à Consultoria do Senado, na pessoa do nosso Consultor-Geral, Dr. Danilo, que não mediu esforços para que nós pudéssemos chegar também ao dia de hoje com o relatório que, como vocês viram, envolve mais de 660 emendas apresentadas.

Quero também agradecer ao Ministério da Fazenda, de uma forma muito especial ao Secretário Bernard Appy e à sua equipe, pela dedicação ao longo desses dias todos na construção desse relatório.

E não posso deixar de agradecer ao Tribunal de Contas da União, na pessoa do Presidente Bruno Dantas e de todos os Ministros daquela Casa e do seu corpo técnico pela importante contribuição que deram na construção desse relatório que nós apresentamos no dia de hoje à Comissão de Constituição e Justiça.

E eu gostaria de poder também agradecer a mais de 1,3 mil pessoas que passaram pelo nosso gabinete – e que foram recebidas ou pelo Senador ou pela nossa equipe – para apresentar sugestões, trazer contribuições para este debate.

Ao cabo de todo esse trabalho, depois de termos feito todas as audiências públicas da CCJ e de termos recebido as contribuições também das Comissões Permanentes do Senado, seja da Comissão de Ciência e Tecnologia até a Comissão de Assuntos Econômicos, que apresentou um grande trabalho executado pelo Presidente Vanderlan e pelo Presidente do grupo de trabalho, o nosso eminente Senador Efraim Filho, que fizeram grandes contribuições também para o trabalho que nós estamos apresentando aos Srs. Senadores no dia de hoje... Portanto, eu quero agradecer todas as contribuições a todas as Comissões. Foram 670 emendas no total; das quais, 169 emendas acatadas. Nada disso seria possível sem a contribuição das Sras. e dos Srs. Senadores.

Além dessas audiências, além dessas contribuições, tivemos duas sessões temáticas presididas pelo Presidente Rodrigo Pacheco no Plenário do Senado. Uma, ouvindo os Srs. Governadores de todos os estados brasileiros, que aqui compareceram; numa sessão temática que durou mais de seis horas, em que os Governadores tiveram a oportunidade de apresentar a sua perspectiva e a sua visão sobre a reforma tributária. E a outra foi uma sessão temática dos municípios, em que representantes tanto da Frente de Prefeitos como da Confederação Nacional de Municípios estiveram representados. Nessa sessão temática, que durou mais de cinco horas, nós também ouvimos as mais diversas contribuições vindas dos municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após todo esse trabalho, nós apresentamos o relatório, que está publicado.

E, Sr. Presidente, como foi construído o entendimento com as diversas Lideranças da Casa, com o Presidente Rodrigo Pacheco e com V. Exa., estamos lendo o relatório no dia de hoje, estamos publicando o relatório no dia de hoje, e este relatório ficará para contribuição e debate com a Comissão de Constituição e Justiça até o dia 7 de novembro, para que nós tenhamos tempo para construirmos aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, o entendimento, o aprimoramento e o avanço sobre o texto que ora apresentamos. Portanto, faremos com absoluta transparência... (*Pausa.*)

Estão aqui me corrigindo: não foram apenas 169 emendas acatadas; foram 205 emendas acatadas. Portanto, 205 emendas foram acatadas, de um total de 670 emendas apresentadas...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Mais de 30%.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Portanto, mais de 30% das emendas foram acatadas. E atendemos também as contribuições, como eu disse, das Comissões que não foram apresentadas na forma de emenda, mas, sim, na forma de entendimentos, de sugestões.

Então, conversando aqui com o Presidente Davi Alcolumbre, eu gostaria de pedir autorização ao Presidente e ao Plenário para, em vez de ler as mais de 180 páginas do relatório, eu ler aqui um resumo do relatório, apresentando, portanto, a síntese, já que teremos duas semanas de prazo para que esta Comissão possa se debruçar sobre o relatório, e nós podermos, ao longo desse tempo, debater o relatório, dialogar sobre ele, fazendo as negociações, os entendimentos e as tratativas sobre esse.

Eu estou fazendo aqui um apelo, em nome da tratativa que tivemos com várias lideranças da Casa e com os dois Presidentes – do Senado e da CCJ – para que nós pudéssemos fazer a votação em uma sessão extraordinária da CCJ, no dia 7, para que nós tivéssemos a semana de 7, 8 e 9 dedicada à votação da emenda da reforma tributária, seja na CCJ, seja no Plenário, tendo em vista a complexidade do tema, o número de emendas apresentadas e, obviamente, o longo debate que nós teremos sobre o tema.

Esse é um apelo que faço ao Presidente da CCJ e aos Srs. e Sras. Senadoras, diante do entendimento que buscamos com os diversos Líderes da Casa nas conversas que tivemos nos últimos dias. (*Palmas.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Aprovado. Merece aplauso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu gostaria de começar, Sr. Presidente, hoje esclarecendo que iniciamos a escrever uma página muito importante da nossa história. E aqui entre nós estão dois companheiros que fazem parte delas, o nosso Senador Armando Monteiro e o nosso Deputado Luiz Carlos Hauly, que aqui estão entre nós, além do Deputado Reginaldo Lopes, que aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se encontra conosco. E faço questão de mencionar também a autoria da PEC 45 por parte do Deputado Baleia Rossi.

Após quatro décadas de debate e inúmeras negociações frustradas, finalmente podemos dizer que construímos um consenso mínimo capaz de oferecer ao país um novo modelo tributário. Um texto que começou a ser gestado na Câmara dos Deputados e agora se consolida com as contribuições apresentadas no Senado.

Estamos chegando ao fim da era dos impostos em cascatas, que oneram o bolso do consumidor, em especial dos mais pobres, e tanto comprometem a competitividade da produção nacional. Estamos próximos de dar um basta definitivo à guerra fiscal entre estados, que nos últimos anos ampliaram as desigualdades regionais e hoje alimentam o que tenho chamado de federação da desconfiança.

Como tenho pontuado, o fato é que os municípios pequenos desconfiam dos grandes, que desconfiam dos Estados, que juntos desconfiam da União, que desconfia do Congresso. E o setor produtivo desconfia de todos, criando assim a tempestade perfeita na qual decisões do Executivo e do Legislativo na área tributária acabam, em grande parte, sendo questionadas no Judiciário, que também virou alvo de desconfianças nesta cadeia sem fim, e isso precisa, definitivamente, acabar.

Mais do que simplificação da tributação sobre o consumo, a partir da unificação dos cinco tributos em um só, o novo Imposto sobre Valor Agregado, o IVA Dual, trabalhamos para assegurar aos contribuintes e ao setor produtivo segurança jurídica à redução do chamado Custo Brasil. Como me comprometi desde o início, trabalhamos para manter a neutralidade da carga tributária, pois o brasileiro não aguenta mais pagar impostos. E, como não poderia deixar de ser a Casa da Federação, nos empenhamos para garantir um novo equilíbrio federativo, no qual nenhum brasileiro será deixado para trás nesta nova fase da economia brasileira, esperamos nós, de prosperidade e crescimento sustentável.

O relatório que apresento agora à Comissão de Constituição e Justiça é fruto de um árduo trabalho desde o início, 11 de julho, quando recebi a missão de relatar a PEC 45, de autoria do Deputado Baleia Rossi, e, sem dúvida alguma, é um dos momentos mais desafiadores dos meus 42 anos de vida pública, mas sobre o qual me dediquei integralmente nos últimos 106 dias.

Quero agradecer, mais uma vez, ao Presidente Rodrigo Pacheco, o apoio que recebi do meu amigo Davi Alcolumbre, respaldando o meu trabalho aqui na CCJ. Não poderia deixar de mencionar ainda a parceria construída com o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e com o Secretário Extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy. Foi fundamental também o suporte técnico disponibilizado de pronto pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Bruno Dantas, e equipe, bem como a disposição política do Presidente Lula em dar prosseguimento a essa reforma estruturante tão aguardada pelos brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não posso deixar de citar também todos os meus colegas, que se uniram ao nosso esforço para construir consensos, sobretudo os líderes partidários, que reuniram suas bancadas para trazer contribuições até o último momento. Minha orientação foi sempre manter as portas do gabinete da Liderança do MDB abertas a todos. A sala da Liderança, aliás, onde divido meu tempo como Parlamentar e Líder da legenda, foi palco de muitas reuniões e rodadas de negociações.

Por fim, quero fazer um agradecimento público ao incansável e competente time de assessores e consultores do Senado Federal, em especial Danilo Aguiar, Ricardo Alan, Marco André e Paulo Springer, consultores que não mediram esforços para fazer o melhor.

Plano de trabalho realizado.

Nesse período realizamos nove audiências públicas na CCJ, duas audiências temáticas no Plenário, mais de mil pessoas foram recebidas em cerca de 250 audiências conduzidas por mim e minha equipe. Não poupamos esforços na busca de dados técnicos para dar sustentação ao que estamos apresentando ao país.

No início de agosto, atendendo ao meu pedido, recebemos um estudo técnico, preparado pelo Ministério da Fazenda, que fez a primeira simulação sobre o novo modelo tributário. Esse levantamento passou, ainda, pelo crivo de um grupo de trabalho do Tribunal de Contas da União; tudo isso feito de forma totalmente transparente para que não restem dúvidas sobre o que estamos propondo à sociedade.

Analisamos as mais de 600 emendas protocoladas na CCJ e também as sugestões oferecidas pelas Comissões do Senado Federal, em especial da Comissão de Assuntos Econômicos, que nos foram encaminhadas oficialmente na semana passada após uma série de audiências públicas. Juntaram-se aos nossos esforços as Comissões de Ciência e Tecnologia, de Educação e de Infraestrutura, entre outras.

Recebemos também contribuições inovadoras das mãos do Ministro-Chefe da Advocacia-Geral da União, Ministro Jorge Messias.

Além disso, mantivemos abertos os canais de diálogo com a Câmara dos Deputados, tanto com o Presidente Arthur Lira como com o Relator Aguinaldo Ribeiro, pois sabemos que o texto que vier a ser aprovado por esta Casa dependerá de nova avaliação dos Deputados.

Seguimos à risca todos os ritos, como convém a uma democracia. E a nossa, felizmente, tem nos mostrado sua força e resiliência, sobretudo em momentos de crise.

A partir de hoje teremos duas semanas inteiras de vista coletiva para que meus colegas Senadores e toda a nação leiam, avaliem, critiquem se necessário e também nos ajudem a melhorar esse texto, e assim possamos promulgar, até o final deste ano, um novo modelo tributário, mais simples, mais justo, que vai melhorar o ambiente de negócios no Brasil e servirá de impulso para atração de novos investimentos, proporcionando a geração de empregos, o aumento da renda, ou seja, um crescimento econômico sustentável para todos os brasileiros, sem exceção, independentemente do lugar onde eles vivam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Legado da reforma.

As perspectivas para o futuro são promissoras. A expectativa em relação ao impacto da reforma no PIB e na economia como um todo indica um crescimento e ganhos de produtividade com a reforma, motivados pela melhor alocação dos recursos na economia. Antes mesmo de o Senado apresentar suas contribuições, que, acredito, ajudarão a ampliar ainda mais o horizonte econômico brasileiro, o TCU já previa ganhos a todos os setores da economia, ainda que com intensidades diferentes.

Levantamentos do mercado reiteram as previsões do tribunal e projetam que a aprovação da reforma tributária deverá assegurar um crescimento adicional à economia brasileira. Entre os benefícios identificados pelo mercado na mudança do modelo tributário estão a desoneração dos investimentos e a exportação, a redução de custos com disputas judiciais e o pagamento de tributos.

Eu incluo mais alguns entre os grandes legados que serão deixados por essa reforma.

Comitê Gestor. Um dos principais legados dessa reforma talvez seja o Comitê Gestor, que substituirá o Conselho Federativo, idealizado inicialmente pela Câmara dos Deputados, mas que suscitou uma série de dúvidas e questionamentos no Senado e também pelos estados, num prenúncio de que o transformaria em campo de batalha para novas disputas regionais. Assim sendo, ele seguirá os moldes do Comitê Gestor, que faz a arrecadação e distribuição do Simples Nacional, que funciona hoje sem qualquer questionamento.

O Comitê Gestor do IVA será um órgão administrativo sem qualquer poder de ingerência política, necessário para a unificação da arrecadação desse tributo nos 5.568 municípios e responsável pela partilha do bolo tributário entre municípios e estados. Essa distribuição seguirá uma regra algorítmica resolvida por comando constitucional. O novo Comitê Gestor não terá competência para propor iniciativas legislativas nem para decidir sobre questões federativas.

O texto prevê ainda a possibilidade de o Congresso Nacional, através do Senado, convocar o Presidente do Comitê Gestor e solicitar informações, como já acontece com os Ministros de Estado; o controle externo pelos tribunais de contas dos estados e municípios. A deliberação será por maioria absoluta, mais representantes de estados que correspondam a 50% da população, mais maioria absoluta dos municípios.

O Presidente do Comitê Gestor deverá ter notórios conhecimentos de administração tributária, e será nomeado após aprovação da indicação pela maioria absoluta do Senado da República.

Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional.

Essa PEC tem como fundamento duas grandes mudanças da cobrança dos impostos da origem para o destino e a alteração do incentivo para o desenvolvimento econômico, que deixa de ser fiscal para ser orçamentário. E, neste novo contexto, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional nasce como um dos principais instrumentos da reforma tributária para substituir os benefícios fiscais, que, ao longo dos tempos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alimentaram a guerra fiscal no País e ajudaram a construir uma política permanente de redução das desigualdades econômicas e regionais. Por isso mesmo, precisa ser robusto.

O texto aprovado na Câmara dos Deputados em 7 de julho estabelecia um aumento progressivo do valor até atingir o teto de R$40 bilhões em 2033. O Comitê Nacional dos Secretários Estaduais de Fazenda (Consefaz) pediu R$75 bilhões. Os Governadores que participam do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul) chegaram a pleitear R$80 bilhões. Conseguimos chegar a um meio termo: com o aval do Ministério da Fazenda, garantimos um aumento de 50% no valor previsto inicialmente, ou seja, um aporte extra de R$20 bilhões ao pleito dos estados. Assim, chegamos a R$60 bilhões para o Fundo de Desenvolvimento Regional.

Trava para carga tributária.

Desde que fui designado Relator para a PEC 45, apensadas a 110 e a 46, uma das minhas principais preocupações foi a de garantir a neutralidade da carga tributária. Daí surgiu a ideia de instituirmos no texto da reforma tributária uma trava na carga tributária, que funcionará a partir de um teto de referência, que será definido com base na média da receita do período de 2012 a 2021, apurada como proporção do PIB. A alíquota de referência dos tributos será reduzida, caso exceda esse teto de referência. Essa equação, que garantirá a neutralidade tributária, permitirá migrarmos para um novo sistema, mais justo, simplificado e que garanta crescimento e geração de emprego sem penalizar o setor produtivo.

Regimes diferenciados. Os regimes diferenciados serão submetidos à avaliação quinquenal do custo-benefício – a exemplo de um projeto já aprovado aqui, de autoria do Senador Espiridião Amin, relatado pelo Senador Oriovisto, aprovado este ano nesta Casa –, podendo lei fixar regime de transição para alíquota-padrão, garantidos os respectivos ajustes nas alíquotas de referência.

Por isso mesmo, fomos bastante seletivos diante das incontáveis demandas por novas exceções. Mas não perdemos de vista os princípios que motivaram a apresentação desta PEC 45, entre eles a necessidade de desoneração dos bens de capital, como forma de assegurar investimentos para a modernização de alguns setores, como saúde, infraestrutura e saneamento.

Ao longo das discussões, também sentimos a necessidade de estabelecer uma alíquota diferenciada para atender os profissionais liberais, como advogados, engenheiros, contadores, entre outros.

Cesta básica. Uma inovação importantíssima é a ampliação da Cesta Básica Nacional, privilegiando produtos regionais e focando na segurança alimentar dos brasileiros em geral, com especial atenção à faixa mais vulnerável da população, e criando a Cesta Básica estendida, com alíquota diferenciada e com *cashback*.

Zona Franca de Manaus. Alguns certamente me veem como parte interessada neste debate, como Senador representando o Estado do Amazonas, mas é preciso deixar claro, antes de mais nada, que a Zona

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Franca de Manaus é hoje o mais bem-sucedido plano de conservação de floresta do planeta. E sim, e os números não me deixam mentir, 97% da floresta do meu estado segue em pé.

Estamos diante de extremos climáticos, seja no sul, seja no norte do nosso país; seja no sul, seja do norte do nosso planeta.

Podemos dizer que essa reforma também é verde, neste momento em que o mundo enfrenta os efeitos devastadores da crise climática, que atingem até mesmo o chamado pulmão do mundo, com a pior seca já registrada nos últimos 150 anos no meu Estado do Amazonas.

Fica cada vez mais claro para o Brasil e para a comunidade internacional que não há mais espaço para estigmatizar projetos de conservação, como a Zona Franca de Manaus.

Dito isso, é preciso destacar que o debate sobre o impacto da reforma tributária sobre a Zona Franca já veio bem encaminhado da Câmara dos Deputados, e os ajustes que promovemos aqui no Senado foram exaustivamente discutidos e negociados com todas as partes: Governo, estado, equipe econômica, instituições representativas, empresários e lideranças.

Foi acordado que a Cide Amazonas permanecerá vigente, evitando, assim, o desvirtuamento do imposto seletivo, no sentido de promover a competitividade da Zona Franca de Manaus e evitando interpretações distorcidas do imposto seletivo.

Não tenho dúvidas de que estamos no caminho certo. Esse texto é o resultado de uma construção coletiva, um trabalho que teve tantas boas mãos envolvidas, mas que não acabará com a promulgação dessa PEC até dezembro, como planejamos. Vencida essa etapa, teremos, mais uma vez, de nos unir e trabalhar na regulamentação dos nossos modelos, que será fundamental para fazer engajamento funcional. Quero estar presente também na próxima fase.

Sr. Presidente, apenas para concluir, eu quero mencionar que, além das já citadas menções, é importante destacar que o imposto seletivo passará a ter a sua definição em lei complementar, ficando apenas para a lei ordinária a implementação de alíquotas, e, mesmo assim, na classe de leis ordinárias que só entram em vigor a partir da aprovação da lei de conversão, mantido o período de anualidade, para que haja, portanto, previsibilidade por parte do setor produtivo.

De igual modo, eu queria também destacar que, depois de todas essas colocações, eu preciso encaminhar o voto, dizendo que não temos dúvida de que a aprovação da PEC representará um avanço na direção da simplificação do sistema tributário, do combate à sonegação, do fim da cumulatividade, da cessação da guerra fiscal, da plena desoneração das exportações, do tratamento equânime dos diversos setores econômicos, do fortalecimento do federalismo fiscal, da redução do contencioso administrativo e judicial, da defesa da justiça social e da preservação do meio ambiente.

O voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, e, no mérito, por sua aprovação, com aprovação total ou parcial das seguintes emendas: 1, 2, 9, 15, 17, 22, 23, 32, 38, 40, 45, 48, 53, 64, 65, 67, 73, 78, 79, 80, 89, 97, 98, 100, 106, 107, 109, 114, 119, 120, 125, 126, 130, 133, 135, 138, 150, 151, 154, 155, 158, 159, 162, 165, 166, 170, 171, 173, 174, 181, 187, 191, 193, 197, 198, 200, 202, 204, 205, 210, 214, 218, 220, 223, 227, 231, 232, 233, 236, 239, 240, 241, 253, 256, 259, 266, 267, 269, 275, 276, 277, 285, 288, 292, 293, 294, 296, 297, 301, 302, 307, 308, 310, 314, 316, 317, 319, 322, 327, 329, 330, 332, 333, 334, 337, 339, 346, 347, 348, 366, 375, 377, 381, 387, 392, 395, 402, 405, 409, 415, 420, 421, 422, 433, 436, 437, 439, 445, 446, 448, 451, 454, 457, 463, 464, 469, 474, 478, 481, 483, 484, 485, 486, 492, 493, 497, 504, 505, 511, 512, 513, 514, 523, 524, 526, 527, 528, 531, 533, 537, 540, 546, 548, 549, 552, 555, 557, 559, 560, 561, 562, 571, 577, 578, 579, 580, 590, 593, 594, 596, 598, 600, 604, 608, 612, 615, 616, 619, 621, 624, 626, 628, 629, 630, 631, 634, 637, 638, 640, 643, 645, 646, 647, 651, 657, 666, 669 e 670, tudo na forma do seguinte substitutivo, restando prejudicadas as Propostas de Emenda à Constituição nºs 110, de 2019, e 46, de 2022, e as demais emendas a elas apresentadas.

EMENDA Nº – CCJ (SUBSTITUTIVO)
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45, DE 2019
[...]
Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com [...] [os] seguintes [termos]:
“Art. 43. .....
.....
§ 4º Sempre que possível, a concessão dos incentivos regionais a que se refere o § 2º, III, considerará critérios de preservação do meio ambiente.” (NR)

“Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado, quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República ou o Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.
.....” (NR)

“Art. 105. .....
I – .....
.....
j) os conflitos entre entes federativos, ou entre estes e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, relacionados aos tributos previstos nos arts. 156-A e 195, V;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

....." (NR)

É a competência para o Senado da República na área dos interesses de conflito que passam a ser delegados ao Senado e não ao Conselho Federativo, como originalmente proposto pela Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, esse é o parecer.

Esse é o relatório, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder Eduardo Braga, eu queria agradecer a V. Exa. e cumprimentá-lo pelo belo trabalho realizado. A compreensão de V. Exa., enquanto Parlamentar experimentado, proporcionou um belo debate desta matéria. V. Exa. colheu, como foi relatado aqui, mais de 200 emendas apresentadas, ou em parte ou na sua totalidade. Todos nós sabemos do debate que foi construído em relação a este assunto do sistema tributário nacional, mas eu quero agradecer a colaboração dos Senadores. Desde que V. Exa. foi designado Relator desta matéria, eu tenho conversado com muitos Senadores desta Comissão e do Senado Federal, e todos eles têm se colocado na condição de ter em V. Exa. um Relator aberto ao diálogo e à construção de um entendimento. V. Exa. aprimorou o texto, melhorou; enquanto Casa da Federação, o Senado Federal sai engrandecido com o relatório apresentado por V. Exa. no dia de hoje.

Quero registrar que V. Exa. construiu, com o Presidente Rodrigo Pacheco, com vários Senadores e com este Presidente, a possibilidade de fazermos a leitura – apenas a leitura – do relatório no dia de hoje, sem iniciarmos a discussão da matéria, já que, por essa construção política que V. Exa. fez com o Presidente Rodrigo Pacheco, foi também necessário fazermos o acordo em relação a um pedido de vista coletivo, para que nós não iniciássemos a discussão da matéria no dia de hoje.

Qual o intuito disso, para ficar claro e registrado nos *Anais*? É para que cada Senador e cada Senadora se assenhorassem, nos próximos dias, e tivessem a possibilidade de entender um relatório de quase 200 páginas de uma proposta de emenda constitucional, a possibilidade de, junto com as suas assessorias e com o quadro técnico do Senado Federal, entender o relatório de alta complexidade, de um assunto de alta complexidade.

E, para isso, eu, diante do acordo construído com muitos Senadores e Senadoras, concedo, de ofício, para cumprir o acordo estabelecido com o Presidente Rodrigo Pacheco, com V. Exa. e com os Líderes, Senadores e Senadoras... Eu determino, de ofício, vista coletiva da matéria, nos termos regimentais.

Eu queria agradecer a V. Exas. a presença de todos aqui e acolher a sugestão de V. Exa. para que nós possamos fazer, no dia 7, uma reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça, quando nós teremos o tempo necessário para debater, nesta Comissão, a matéria apresentada e relatada por V. Exa. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aí fica o convite aos Senadores para essa semana: 7, 8 e 9 serão uma semana decisiva para o Senado cumprir o calendário estabelecido por esta Comissão e pelo Presidente do Senado, porque, diante das alterações propostas pelo Relator e da possibilidade de alteração do texto na Comissão e no Plenário, nós precisaríamos ter um tempo adequado para devolver a matéria para a Câmara dos Deputados. E, nesse sentido, o calendário de 6, 7 e 8 de novembro comporta esse entendimento construído coletivamente com o Presidente Rodrigo, com V. Exa. e com os Líderes partidários. Então, eu determino à Secretaria da Mesa da Comissão que convoque uma reunião extraordinária para o dia 7, numa terça-feira, 7 de novembro, 9h da manhã, para a gente ficar, se for necessário, toda a terça-feira discutindo o relatório de V. Exa. e dando a palavra para todos os Senadores, inclusive suplentes e não titulares desta Comissão, para que esta matéria vá para o Plenário do Senado Federal no dia 8 e no dia 9, para sua deliberação final em primeiro e segundo turnos, para podermos, no dia 10, devolvê-la à Câmara dos Deputados, para que ela possa fazer a sua tramitação regimental.

Muito obrigado pela presença...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Presidente, é só para compreender. Então, a deliberação será apenas em Plenário, não terá deliberação na CCJ?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Dia 7, na CCJ...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Não. Só discussão ou deliberação na CCJ?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Discussão e votação.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Discussão e deliberação na CCJ no dia 7.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – No dia 7.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Perfeito.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Senador Kajuru.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – E o prazo, Sr. Presidente? Conforme o Regimento, o prazo de emendamento será até o encerramento da discussão, no dia 7?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente Davi Alcolumbre, acompanhando as suas palavras, eu quero apenas aqui, como juvenil deste Senado Federal, dizer, do fundo do meu coração, em nome de minha mãe, sobre o Senador Eduardo Braga, que já é uma reserva moral deste Congresso Nacional: Senador Eduardo Braga, o senhor entra na história deste Congresso Nacional. Eu o acompanhei, com a habilidade, com a capacidade de ouvir todos os segmentos do Brasil; em várias vezes, estivemos juntos. O senhor não recusou ouvir, rigorosamente, ninguém. Eu sei que o senhor, com toda a sua dificuldade de saúde – sei das horas em que o senhor passou sem dormir –, atendia gente até de madrugada. Então, o senhor entra na história deste Senado Federal com esta relatoria – pode ter certeza disso – para glorificar seus filhos, sua família.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E muito obrigado, em meu nome e em nome do Senado. E não é por causa das minhas oito emendas de que o senhor aceitou integralmente quatro; é por todo o conteúdo de seu relatório, que será vitorioso.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado.

Não havendo mais nada a tratar...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Eu gostaria, Presidente, só de corroborar as palavras de Kajuru e de subscrever o brilhante trabalho do Relator, o Senador Eduardo Braga, em nome do GT da CAE, o grupo de trabalho, que fez um trabalho de contribuição, de subsidiar o Relator com algumas sugestões.

Agradeço a acolhida do Relator a algumas das nossas propostas e parabenizo o Senador Eduardo Braga pelo brilhante resultado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Líder Efraim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais nada a tratar, concedida vista coletiva de ofício, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 16 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e vinte e sete minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Efraim Filho e Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Carlos Viana, Zequinha Marinho, Mauro Carvalho Junior, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Augusta Brito, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Marcos Rogério, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira, Dr. Hiran, Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Damares Alves, não-membros da Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Weverton, Plínio Valério, Omar Aziz, Otto Alencar, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato, Carlos Portinho e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao Requerimento nº 35, de 2023-CCJ, de autoria Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB). **Finalidade:** Debater a PEC nº 45, de 2023, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco, que altera o art. 5º da Constituição Federal, para criminalizar a posse e o porte de entorpecentes e drogas afins sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. **Participantes:** Sr. Antônio Geraldo da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP); Sr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Coordenador da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Sr. José Theodoro Corrêa de Carvalho, Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT); Sra. Célia Regina Gomes de Moraes, Coordenadora da Comunidade Terapêutica Desafio Jovem; e Sra. Lúcia Helena Silva Barros de Oliveira, Coordenadora da Comissão de Política Criminal da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP). **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Girão
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Senador Efraim Filho
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/31

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Fala da Presidência.) – Boa tarde aos senhores, boa tarde às senhoras.

Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2023, de autoria do Senador, Presidente, Rodrigo Pacheco, que altera o art. 5º da Constituição Federal para criminalizar a posse e o porte de entorpecentes e drogas afins sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, conforme Requerimento nº 35, de 2023, de iniciativa deste Senador Efraim Filho, que foi designado Relator da matéria pelo Presidente da CCJ, Senador Davi Alcolumbre.

Esta reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados por sistema de videoconferência para exposições e debate.

A reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão as suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos; a palavra às Senadoras e aos Senadores será concedida na ordem de inscrição; os Senadores interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

Aproveito a oportunidade para convidar aqueles que estão presentes a tomarem assento à mesa.

Convido o Sr. Antônio Geraldo da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP).

Convido também, para tomar assento à mesa, o Sr. José Theodoro Corrêa de Carvalho, Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. (*Pausa.*)

Bem-vindos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido a Sra. Célia Regina Gomes de Moraes, Coordenadora da Comunidade Terapêutica Desafio Jovem. (*Pausa.*)

Seja bem-vinda, Célia.

E convido também, para compor a mesa, a Sra. Lúcia Helena Silva Barros de Oliveira, Coordenadora da Comissão de Política Criminal da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep).

Seja bem-vinda aqui a Sra. Lúcia.

Tome aqui assento ao meu lado: as mulheres ao centro, os homens nas pontas.

Aproveito para ressaltar que, de forma *online*, fará a sua participação o Sr. Ronaldo Lemos Laranjeira, Coordenador da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas da Universidade Federal de São Paulo, a Unifesp.

Eu queria aqui registrar a presença da nossa Presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos, Dra. Rivana, e também do amigo e ex-Deputado Federal, nosso Deputado Osmar Terra – atual, perdão. Foi colega comigo, como Deputado Federal – correto, perdão – e agora continua exercendo... Quem é ex-Deputado sou eu, não é? Eu é que sou ex-Deputado, hoje Senador, e tive a honra e a alegria de compartilhar o mandato com o nosso Deputado Federal Osmar Terra.

Agradeço também a presença aqui da Consultoria Legislativa do Senado Federal, da mídia que faz a cobertura deste espaço, desta audiência, e do nosso Senador Marcelo Castro, um daqueles que detêm a maior *expertise* no tema e cuja presença contribuirá por demais com a nossa audiência pública.

Antes de iniciar com os senhores me permitam trazer aqui a mensagem do Relator da matéria e do Presidente da Mesa:

> Srs. Senadores, Sras. Senadoras, quero fazer uma breve introdução ao tema de que trata a PEC 45, de 2023, sob minha relatoria, tema sobre o qual vamos hoje discutir aqui na CCJ, em audiência pública realizada com base em requerimento de minha autoria.
> A PEC 45 tramita nesta Casa, com a força de ter a autoria de 31 Senadores, entre eles o Presidente da CCJ, Davi Alcolumbre, e este Senador que ora lhes fala; e seu primeiro signatário é o Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado Federal, dotado, portanto, de grande simbologia. Ela trata de um assunto vital para o Brasil de hoje: o consumo e porte de entorpecentes e de drogas afins sem autorização em desacordo com determinação legal ou regulamentar, entre as quais a maconha.
> Nesta audiência pública, buscamos ter clareza sobre a consequência do consumo dessas drogas ilícitas para a política de saúde e de segurança pública em nosso país, mas antes quero dizer que a PEC 45, além do relevante assunto que aborda, tem também uma enorme importância institucional. Ela é uma das proposições legislativas hoje em tramitação no Senado que tem o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentido de reafirmar a atribuição constitucional de legislar para o Poder Legislativo, Câmara e Senado. Legislar cabe a nós membros eleitos com assento no Poder Legislativo.

Dito isso, vamos ao conteúdo da proposição legislativa.

A PEC 45 acrescenta o inciso LXXX ao artigo 5º da Constituição para afirmar que a lei considerará crime a posse e o porte, independentemente da quantidade, de entorpecentes e drogas afins sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

A redação do texto é clara e inequívoca. Queremos manter a criminalização do consumo de drogas ilícitas no Brasil. Queremos reafirmar, em sede constitucional, que é crime estar de posse dessas substâncias, seja na quantidade que for.

O consumo de drogas ilícitas é uma das questões mais importantes e mais angustiantes com que deparamos no Brasil e no mundo. Esse tipo de consumo tem implicações graves para a piora da saúde dos brasileiros e para o aumento e o fortalecimento da criminalidade, que assola o país. Não pode haver trégua nem condescendência em relação a um problema tão disruptivo para a coesão dos laços que unem a nossa sociedade.

Sobre a proposta da área de segurança pública, devo mencionar recente estudo realizado em 2022 e publicado pelo Ministério da Cidadania, em parceria com o Ministério da Saúde, o Ministério da Justiça e Segurança Pública e com oito secretarias de estados, que se intitula "Os riscos do uso da maconha e de sua legalização", com fundamentos numa extensa bibliografia científica.

A maconha é o entorpecente mais consumido no Brasil e no mundo, mas a conclusão do estudo também lança luz sobre a situação de outras drogas ilícitas, alerta para o altíssimo risco de que a eventual legalização do consumo possa resultar em enorme expansão da cadeia produtiva controlada pelo crime organizado, destinada a produzir, transportar e comercializar a droga. O estudo descreve, com base em estudos científicos, como o crime organizado se adapta com rapidez e eficiência a qualquer modificação mais suave da lei criminal sobre entorpecentes e drogas afins.

Temos aqui conosco vários especialistas e estudiosos sobre o tema, que certamente poderão trazer informações no contexto da saúde e as consequências para a segurança pública, pesquisadores que conhecem essa situação que os países que tomaram a arriscada e inconsequente decisão de descriminalizar esse consumo vêm experimentando.

Olhando para nossa realidade, é importante compartilhar um importante dado. Conforme sondagem de opinião mencionada, 70,9% da população brasileira é contra a legalização da maconha no país.

Portanto, com base em dados recentes, vale dizer que o povo brasileiro não desejaria que as drogas fossem liberadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, como representantes, devemos fazer prevalecer a vontade popular. E é o que se tenta fazer por meio da propositura da PEC 45, de 2023.

Trata-se, sem dúvida alguma, de assunto sensível e complexo, que envolve diversos aspectos relacionados aos marcos legais e à política de segurança, assistência, saúde e bem-estar da sociedade brasileira e dos próprios usuários.

Hoje, esta Comissão terá oportunidade de prestar esta grande contribuição à sociedade brasileira com a realização desta audiência pública para discutir a criminalização da posse e do uso de entorpecentes ou drogas e afins sem autorização, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, com a profundidade que o tema requer.

Portanto, em nome de todos os Senadores e Senadoras, agradeço aos convidados a presença e, desde já, as exposições a serem realizadas.

Agradeço também a presença ao Senador Izalci Lucas, que está aqui conosco para participar.

O Sr. Ronaldo Lemos Laranjeira, que está por videoconferência, solicitou a precedência do uso da palavra devido à sua agenda.

Portanto, consulto os demais se podemos assim fazê-lo.

Não havendo objeção, pelo prazo regimental de no máximo 10 minutos, concedo a palavra ao Sr. Ronaldo Lemos Laranjeira. (*Pausa.*)

Muito bem.

Recebemos aqui a indicação de que é Ronaldo Ramos Laranjeira.

O nome trazido pelo cerimonial era Ronaldo Lemos.

Ronaldo Ramos Laranjeira ou Ronaldo Laranjeira, como é mais conhecido, parece, teve um problema de conexão.

Vamos dar prosseguimento com o nosso primeiro convidado, Sr. Antônio Geraldo da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) pelo prazo regimental de 10 minutos.

O tempo, V. Exa. pode acompanhar ali, ao fundo, para poder se guiar. E os demais, aqui à frente.

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA (Para expor.) – Saúdo a mesa, na pessoa do nosso Presidente da mesa, o Senador Efraim Filho.

Vou direto ao ponto para usar bem os meus dez minutos.

Próximo eslaide, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta aqui é a minha declaração de conflito de interesse. Em nenhuma dessas atividades, eu tenho ganho financeiro.

É importante colocar que eu sou Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria. Nós reunimos e representamos todos os psiquiatras do Brasil. E sou membro do Comitê Permanente de Seções Científicas, da Associação Mundial de Psiquiatria.

Próximo eslaide, por favor.

Eu não tenho nenhum vínculo empregatício, *freelancer* ou de qualquer outra natureza com ganho financeiro com ONGs, indústrias de equipamentos, indústria de medicamentos, indústria do álcool, indústria do fumo, indústria da maconha. Eu não tenho nem investimentos em ações de empresas dessas áreas.

Próximo por favor.

Eu queria lembrar que a publicidade da indústria do tabaco usou imagens de liberdade, rebelião, saúde, condicionamento físico, alívio do estresse, riqueza, perda de peso e apelo sexual para construir e perpetuar atributos sociais ligados ao tabagismo. Foi assim durante muitos anos.

Próximo eslaide, por favor.

Eu moro em Brasília. Só pra dar um abraço no Senador Izalci aqui.

E queremos mostrar para vocês como é que foi feito isso ao longo dos anos.

Isso aqui é publicidade que foi usada no início século passado, falando assim: "Minha garganta está segura com o Craven A", que era o nome desse cigarro. "Você pode confiar em sua suavidade e qualidade".

Próximo.

E outras como essa propaganda, que diz assim: "Eu realmente não sei se deveria fumar... Mas meus irmãos e meu amor fumam, e isso me dá muito prazer. As mulheres começaram a fumar, me disseram, mais ou menos na época em que começaram a votar, mas isso dificilmente é uma razão para as mulheres fumarem. Acho que gosto de fumar, só isso. Acontece que eu fumo Chesterfield. Parece ser mais suave e tem um sabor muito agradável".

Próximo.

Para o Lucky, a publicidade era essa: "20.679(*) médicos dizem: Luckies são menos irritantes. A proteção da sua garganta contra a irritabilidade, contra a tosse.

Os valores citados foram verificados e certificados pela Lybrand, Ross, Bros. & Montgomery contadores e auditores."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso era muito sedutor.

Marlboro, com a criança na capa ali do cigarro, dizia assim: "Poxa, pai, você sempre consegue o melhor de tudo, mesmo Marlboro! Sim, você nunca precisa sentir que fumou demais... Esse é o Milagre do Marlboro!"

Resultado disso, dessa glamorização, dessa divulgação com mentiras para a população: mais de 8 milhões de mortes anuais no mundo; mais de 7 milhões dessas mortes resultam do uso direto desse produto, enquanto cerca de 1,2 milhão é o resultado de não fumantes expostos ao fumo passivo.

Próximo.

Quase 80% dos mais de 1,1 bilhão de fumantes em todo o mundo vivem em países de baixa e média renda, onde a carga das doenças relacionadas ao tabaco e morte é mais pesada. Isso foi o resultado da superdivulgação que nós tivemos, da glamorização do tabaco.

Próximo.

Tabagismo aqui nas Américas.

O relatório da Opas aponta que, dos 35 países das Américas, 24 aplicam medidas de proteção contra a exposição ao fundo passivo do tabaco; 22 usam advertências sanitárias gráficas grandes sobre os perigos de fumar, em embalagens de produtos de tabaco; 10 possuem sistemas de vigilância com dados recentes, periódicos e representativos sobre o uso de tabaco entre adultos e jovem; seis oferecem um sistema abrangente para ajudar as pessoas a pararem de fumar.

Esse é um relatório da Opas que é muito importante e mostra a gravidade do que nós vivemos – vivíamos e ainda vivemos – em relação ao tabaco e à glamorização do tabaco.

Próximo, por favor.

No Brasil, ainda hoje, 443 pessoas morrem a cada dia por causa do tabagismo. Quero lembrar a vocês que metade da população brasileira (48,5%) fumava. Em função das restrições que nós fizemos, nós reduzimos isso para cerca de 10% da população brasileira, hoje, que fuma. Mesmo assim, R$125 bilhões são os custos dos danos produzidos pelo cigarro do sistema de saúde e na economia e 161.853 mortes anuais poderiam ser evitadas.

Todas essas são doenças do tabagismo: 37.686 correspondem à doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC); 33 mil a doenças cardíacas; 25 mil a outros cânceres; 24 mil, Senador Efraim, ao câncer de pulmão; 18 mil ao tabagismo passivo e outras causas; 12 mil à pneumonia; 10 mil ao acidente vascular cerebral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando decidiram trabalhar o que deve ser trabalhado em saúde pública... E eu sou médico, sou médico psiquiatra e penso na saúde da população. Eu, que sou um mineiro carioca, capixaba e nordestino, porque eu tenho cidadania nesses estados, fico pensando, por exemplo, no Nordeste brasileiro: como que alguém pode pensar em liberar drogas se a pobreza já ali está instalada e vai piorar mil vezes?

Esse foi um trabalho de restrição de uso em locais públicos, caindo de 48,5% da população para 10% da população. O que deu resultado? As restrições. Quanto mais você libera, pior resultado você tem na saúde pública e o número de mortes aumenta assustadoramente.

Próximo eslaide, por favor.

Essas são as legislações que fizeram para poder proibir fumar cigarros, charutos, cachimbos, narguilés e outros produtos derivados do tabaco em locais de uso coletivo, público ou privado, em todo o país. Nós, então, precisamos fazer o que deu certo, que é restringir. Liberar piora!

Próximo.

Essa aqui é uma iniciativa da OMS, que é um método eficaz para o combate ao tabagismo, introduzido e monitorado pela OMS desde 2007.

Próximo.

Vamos lá!

E, aqui, a glamorização da bebida alcoólica. Outra situação interessante.

Começou, por exemplo, com o Biotônico Fontoura. Quem não tomou ou não viu isso aqui ao longo da vida na sua infância? Aqui os que são mais velhos, claro, porque, hoje, o Biotônico Fontoura não tem mais álcool na sua composição.

Ele foi criado, em 1910, pelo médico Cândido Fontoura Silveira; possuía 9,5% de álcool em sua composição. Em 2001, foi reformulado, após publicação no *Diário Oficial da União*, porque o que fazia aumentar o apetite era o álcool, mas os males adivinham daí.

Senador Marcelo, médico também, sabe de todos esses males e sabe da importância do cuidado em relação a isso.

O alcoolismo já se iniciava na infância com o uso do Biotônico Fontoura.

O que a glamorização falava? "O afamado remédio que produz força, vigor e robustez, defendendo o organismo das enfermidades que se originam da fraqueza orgânica".

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caracu com ovo. Outra também antiga. A cerveja vendia que ingerir a receita era a garantia de mais energia, mais poder de força, de saúde. Isso é uma mentira.

Isso é para tabagismo, para alcoolismo.

Apesar de ser uma bebida alcoólica, a receita era para toda família. Grave, gravíssimo.

Próximo, por favor.

Álcool e medicamentos, propaganda históricas – se clicar e passar esse vídeo, eu agradeço – falando da importância, como era o caso da Caracu. Isso, glamorizando: Caracu com ovo faz bem, trata várias doenças. E não tem nada disso. Previne doenças? Não. Provoca doenças.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Isso levou o país ao grande problema, por exemplo, de transplantes hepáticos.

Próximo, por favor.

Uso e abuso de substâncias. O álcool é disponível em baixo custo. E a intoxicação é socialmente encorajada por meio de propaganda.

Todas essas propagandas eram feitas, divulgadas, incentivando o alcoolismo.

Próximo.

O álcool – próximo, pode passar – acomete um grande número da população brasileira. Nós temos 1,7 milhão de mortes relacionadas ao uso abusivo do álcool em 2016.

Próximo.

Fora a questão da violência urbana, da violência interpessoal, tudo gerado pelo uso do álcool.

Próximo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente proíbe o uso do álcool em menores de idade, mas isso não tem um controle rigoroso como deveria ter. Portanto, usam e abusam do álcool.

Os riscos que nós temos para a saúde: desde danos à saúde física, sexo desprotegido, gestação indesejada e farta overdose, acidentes de trânsito, baixo desempenho escolar, maior chance de dependência.

Próximo.

Sucesso da política pública: redução de impacto na sociedade real, Lei Seca. O que é isso? Restrição, fechamento da possibilidade de mais uso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo, por favor.

A maconha na mídia – olhem a glamorização – vem trabalhando isso, capa das maiores revistas, o tempo inteiro. Tem revista aí que não tem uma publicidade dentro. Eu fico curioso para saber quem pagou a revista, porque essas revistas, normalmente, têm centenas de publicidade dentro. Uma dessas revistas, dentro, não tinha uma publicidade sequer.

Próximo.

Maconha medicinal, na internet: trata de unha encravada à queda de cabelo.

Próximo.

Relatório que nós temos: 192 milhões de pessoas consumiram maconha no mundo no ano de 2018, sendo a substância mais consumida no mundo.

Próximo.

Com a glamorização de dizer que a maconha é medicinal, você baixa a percepção de risco da população – próximo – e, mais ainda, das crianças, fazendo com que as crianças acreditem que fumar maconha faz bem para a saúde.

Isso é absurdo. É criminoso falar em maconha medicinal, Cannabis medicinal. Por quê? Porque você diminui a percepção de risco. Você não pode fazer isso.

Efeitos associados ao uso de maconha em jovens: prejuízo do desempenho escolar, dependentes de Cannabis tiveram um decréscimo de 5,23% no QI da infância para vida adultas, se comparados com controle, num segmento de 38 anos; dependência em 12,53% dos usuários, no Brasil, 37% – a nossa maconha é modificada geneticamente, nós temos entre 20 a 30 vezes mais THC do que aquela maconha de 1970 –; aumento da chance de se envolver com outras drogas; sintomas psicóticos; aumento da chance de fracassar na vida; dobra a chance de se envolver com acidentes de trânsito.

Próximo.

Aí nós temos que tomar cuidado, porque o uso precoce da maconha antes dos 17 anos a que leva? À evasão escolar, pessoa sem diploma, amparo previdenciário aumentado, comportamento suicida aumentado – o Brasil hoje tem registrados mais de 15,5 mil suicídios por ano porque não se tem acesso a tratamento, infelizmente. No resto do mundo, nós temos diminuição do suicídio. Nas Américas, só aumenta. De 22% a 23% dos casos de morte, de óbito por suicídio é por uso e abuso de substâncias psicoativas; aumento do uso de droga ilícita e a dependência da maconha também é aumentada.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há vários estudos mostrando alterações na atenção, na velocidade de processamento, na memória – próximo – e na função executiva.

Atualmente muito se fala dos benefícios, mas na verdade está associada a diversas doenças mentais, como: esquizofrenia, o risco é quatro vezes maior para desenvolver a doença e nunca mais volta. Uma vez que desenvolveu a esquizofrenia, não tem mais volta – próximo –; transtorno bipolar – próximo –; depressão e ansiedade – próximo –; TDAH.

Próximo.

Nós não somos contrários a se fazerem pesquisas com nenhum tipo de medicamentos. Por exemplo – próximo. E vou passar bem rápido. Vou pedir ajuda do pessoal –, Captopril é um medicamento utilizado no tratamento de hipertensão arterial. Você encontra onde? No veneno da jararaca, e ninguém cria jararaca para baixar a pressão arterial; morfina, usada como analgésico em casos extremos, é uma substância derivada do ópio retirado do leite da papoula. A papoula dizimou, acabou com a situação na China, que não permite entrada de nenhuma droga lá hoje. Olha o que a China virou por causa disso. Sigamos o exemplo da China. É um bom exemplo a ser seguido.

Próximo.

Substâncias também outras como Exenatida (Byetta) – isso aí é de um lagarto que é usado para pacientes com diabetes tipo 2.

Próximo.

Lepirudina, também usada para embolia pulmonar, doenças autoimunes.

Próximo.

A aspirina (AAS) é originada de onde? De cascas do Salgueiro. A gente usa diariamente.

Próximo.

Plantas com canabinoides. Tem algumas no mercado. Só se fala da *Cannabis sativa*. E as outras? Por que não se falam delas?

Próximo.

Por que os estudos recentes não são divulgados? Por exemplo, tem uma planta nativa brasileira que produz canabidiol sem associação com substâncias alucinógenas. UFRJ agora, tem pouco tempo, e pouco se fala disso.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como estão os países que legalizaram?

Próximo.

Internação por surto psicótico ligado à maconha cresce 30 vezes em Portugal, no período de 15 anos.

Próximo.

Portugal, França e Estados Unidos apresentam dados preocupantes gravíssimos.

Próximo.

Los Angeles. Esse é um vídeo, e não vai dar para passar, que mostra moradores de rua morando em barracas no meio das cidades de Los Angeles e São Francisco. Eu estive em São Francisco em maio, presencialmente, e vi isso. São verdadeiros acampamentos, moradias de pessoas usuárias de vários tipos de drogas.

Gera doenças psiquiátricas graves a chamada maconha medicinal – é um crime falar isto: *Cannabis* medicinal –: anorexia nervosa, transtornos relacionados à ansiedade, transtornos relacionados à depressão, transtornos relacionados à psicose, dependência química.

Próximo.

Massa óssea, na metabologia, a diminuição de massa óssea, osteoporose, diabetes tipo 2; na imunologia, efeito anti-inflamatório, Aids, artrite, dermatite, doença inflamatória intestinal, cicatrização de ferida, neurologia, autismo, dor neuropática, esclerose múltipla, síndrome de Parkinson, doença de Alzheimer, fibromialgia, glaucoma, esclerose lateral amiotrófica, síndrome de Tourette, síndrome de Huntington.

Próximo.

Na oncologia, todos esses aí.

Próximo.

E o que é comprovado cientificamente de tudo isso que é divulgado? O Conselho Federal da Medicina já colocou a posição clara para usar em epilepsias de difícil controle e esclerose múltipla.

A associação psiquiátrica americana diz que não tem indicação para nenhuma doença psiquiátrica – nenhuma doença psiquiátrica – a associação psiquiátrica americana. Ela não vê indicação nem na Medicina.

A Associação Brasileira da Psiquiatria, que eu presido, com muita honra, soltou uma nota clara dizendo que não tem indicação em nenhuma doença psiquiátrica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Associação Médica Brasileira... Fiz parte de um estudo com uma revisão sistemática, que nós publicamos. Eu sou o autor sênior e o autor principal é o Presidente da Associação Médica Brasileira. Lá dentro você não vê nada daquelas indicações de tudo e para tudo. As indicações são restritas e com muito cuidado de uso do canabidiol para Lennox–Gastaut, Dravet e esclerose múltipla.

Próximo.

Tem regulação do CFM para isso.

Próximo.

O debate sobre a legalização da maconha atende necessidades médicas ou comerciais?

Esse é um outro problema grave.

Próximo.

Quem investiu US$1,5 milhão, eu sempre cito esse exemplo, em 2012, nas ações da maconha, ganhou 2,5 milhões, em 4 anos. A receita é altíssima, das empresas que estão divulgando a maconha.

Próximo.

O *marketplace* de maconha é gravíssimo, altíssimo.

Próximo.

Próximo.

A publicidade está em todos os lugares e aqui a ONU faz um alerta no relatório anual, no relatório do Conselho Internacional de Controle de Narcóticos. Coloca o seguinte: "Legalizar o uso de cannabis resulta em maior consumo e diminui a percepção de risco".

Próximo.

Muito obrigado.

Eu sou o Antônio Geraldo. Se precisar falar comigo é só usar o meu Instagram, @antoniogeraldo. Eu terei o prazer de ajudar todos que precisam nesta área. Claro, não é para atendimento de ninguém via Instagram, mas referência para pais e familiares que, às vezes, precisam de um local para poder tratar, cuidar, porque no Brasil, infelizmente, nós temos menos de 3 mil CAPS, para um país que tem quase 6 mil municípios. Na maioria desses CAPS não tem psiquiatras, na maioria desses CAPS, nós temos clínicos alguns dias da semana. Dificilmente você tem CAPS... São menos de 600 CAPS que têm psiquiatra e, quando têm, não é em horário integral. É grave. Nós vivemos numa situação em que não se permite fazer aqui um experimento a céu aberto. A nossa população não merece isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, muito obrigado por estar aqui. Muito obrigado ao Presidente desta Casa por provocar essa PEC, que, eu acredito, se Deus quiser, acolhida por todos vocês que pensam na saúde do ser humano.

Como médico, eu não vejo como uma pessoa que fez formação em Medicina possa pensar contrário a isso, porque é grave. É muito grave o que nós estamos vivendo na saúde pública brasileira e pior ficaremos. A Califórnia, se fosse um país, seria o 8º PIB, o 8º ou 9º PIB do mundo. A Califórnia – Califórnia – está um desastre. Está terrível. Imagine o nosso país, o nosso pobre país, com uma rede de saúde mental paupérrima, sem condição nenhuma de atender essa população.

Não façam esse experimento a céu aberto de permitir a legalização!

Sessenta gramas de maconha, sessenta, equivalem a 200 cigarros. Ninguém carrega 200 cigarros no bolso para fumar. Cem gramas, para o que foi aumentado, equivale a quase 400 cigarros. Não tem nenhuma lógica, não tem nenhum procedimento legalizar um absurdo desse. Nós não podemos ter droga nenhuma. Nós não podemos ter mais liberação de nada. Nós temos que restringir a bebida alcoólica, não expandir. Nós temos que fazer valer a lei brasileira, para que crianças não possam usar bebida alcoólica, cumprir a lei, o que nós não estamos fazendo. E nós estamos aumentando os índices de suicídio. Nós temos suicídio entre crianças de seis, sete, oito, nove anos de idade. A sétima causa de morte é o suicídio em crianças nessa faixa etária de menos de 14 anos. É a terceira causa de morte entre 15 e 29 anos de idade. E nós vamos brincar com droga, com liberar a droga? Jamais.

Esta PEC é importantíssima, é essencial para a construção de um país melhor.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Agradeço a participação do Sr. Antônio Geraldo da Silva.

A Mesa foi bastante condescendente com o tempo, já que era importante a conclusão da apresentação trazida pelo senhor.

Na sequência – vamos aqui alternando homens e mulheres –, vamos trazer aqui a fala da Sra. Célia Regina Gomes de Moraes, Coordenadora da Comunidade Terapêutica Desafio Jovem. (*Pausa.*)

Enquanto a Sra. Célia se prepara para fazer uso da palavra, eu queria registrar aqui a presença, também, dos Senadores Eduardo Girão, Jorge Seif e Zequinha Marinho, que se uniram à presença, já desde o primeiro momento, do Senador Marcelo Castro e do Senador Izalci Lucas.

Com a palavra a Sra. Célia Regina Gomes de Moraes.

A SRA. CÉLIA REGINA GOMES DE MORAES (Para expor.) – Muito obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu cumprimento a mesa na sua pessoa e agradeço pelo convite e pela oportunidade de contribuir mais uma vez com um pouco da história que eu vivi e que agora, de uma forma, de um outro foco, eu quero trazer aqui para a nossa reflexão.

Eu quero parabenizar por esta iniciativa. Eu estava ansiosa para que esta Casa fizesse alguma coisa, e, finalmente, eu vejo um movimento que vai favorecer a população brasileira.

A Proposta de Emenda 45, na sua justificação, acerta quando diz que a saúde é um direito de todos. Todos nós temos direitos à saúde. Além disso, na nossa Constituição tem vários artigos que manifestam a oposição ao tráfico, ao cultivo de plantas, etc.

Eu participo de muitos debates que destacam a proteção do dependente químico. Eu sou mãe de um dependente químico. Eu sofri por mais de 20 anos com a dependência química do meu filho. Eu era uma publicitária de excelente colocação no mercado, eu parei a minha carreira publicitária como diretora de uma agência de publicidade e voltei para o banco da faculdade porque eu queria entender a dependência química do meu filho. E lá eu aprendi muitas coisas, mas eu não quero entrar nesse mérito porque aqui tem pessoas muito mais habilitadas a falar dos processos, dos mecanismos que as drogas produzem no cérebro. Eu quero falar de uma população que sofre as consequências das drogas sem usar as drogas.

Eu quero compartilhar com vocês a minha experiência, o que eu venho fazendo nesses locais onde eu posso ter a oportunidade de falar porque eu vivi um período da minha vida muito ruim ao lado do meu filho. E nós lutamos juntos, eu e ele, para que ele saísse da dependência, mas a realidade é que a droga não afetou só a ele. A droga me prejudicou diretamente.

Então, o que eu venho fazer aqui é tirar o foco da discussão do usuário, do problema que causa na mente. Isso tem muita gente já falando. Eu quero que vocês, por gentileza, voltem o olhar para uma população que não usa droga. Eu me refiro às pessoas que não têm nem chance de escolher, como eu não tive chance – eu nunca usei droga –, e são arrastadas contra a vontade delas para um mundo de consumo de substâncias e elas se submetem a coisas muito ruins. São pessoas que sofrem muito mais que o dependente químico porque o dependente químico está sob o efeito da droga. O familiar, o vizinho, um passeio que você faz num parque e você não pode andar com uma correntinha de ouro, você não pode tirar um celular para atender, isso causa na pessoa um transtorno, causa medo, pode provocar pânico.

Então, se a gente fala tanto de garantias constitucionais, onde estão as nossas garantias, as garantias daqueles que são afetados pelo uso de drogas sem usar droga? A garantia constitucional de saúde, de liberdade, de direito à moradia, nós temos que mudar das nossas casas porque os traficantes vão lá cobrar as dívidas e a gente tem medo. A gente morre de medo, então você muda até de estado. Eu saí do Estado de São Paulo e vim para Brasília com o meu filho embaixo do braço porque ele estava jurado de morte e eu também, consequentemente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas garantias garantem igualdade perante a lei. E qual é a nossa igualdade? Assim, o que eu trago aqui é mesmo uma reflexão. Esses direitos são muitas vezes negados a nós, quando a gente volta o olhar só para o dependente químico. Eles sofrem e nós também sofremos.

Então, esses sofrimentos enfrentados por alguém que lida com um dependente químico, com um ente querido, são inenarráveis. Eu não sei se aqui tem alguém que tem na família alguém que ama e que é usuário crônico de drogas e sabe e entende o que eu estou falando.

Eu tenho a esperança de que isso que eu venho trazer aqui alcance muitas famílias. A crueldade, assim, a gente passa por um momento de tortura. A Constituição nos garante que nós temos direitos, mas ninguém pensa que nós estamos sendo torturados. Nós, familiares, os vizinhos, a sociedade como um todo. A tortura é uma violação grave dos direitos humanos, mas raramente esse outro lado do problema das drogas é percebido.

Vocês podem imaginar que um dependente químico seja capaz de cometer atos violentos contra seus pais, seus cônjuges, filhos, contra a sociedade? Vocês sabem o que eles são capazes de fazer para conseguir uma pedra de *crack*, de baseado ou uma bebida ou seja lá o que for a droga da sua preferência?

A gente se submete a agressões físicas. Alguns provocam incêndios, sufocamentos. Tudo isso que eu estou falando aqui para vocês, gente, eu vivi. Eu não estou imaginando nem criando nada, eu estou falando do que eu vivi e do que eu percebo quando eu lido com todas as pessoas que nos procuram nas comunidades terapêuticas para tratarem os seus filhos dependentes de droga.

A gente tem privação de liberdade. Nós não podemos sair em nenhum lugar porque o traficante vai atrás da família para mobilizá-la a pagar a dívida dele, e aí se cria um crédito, uma linha de crédito, e aquela família paga. Então, toda vez a família vai, paga e abre o crédito para o traficante fornecer mais droga para aquela pessoa. A gente é privado de sono porque não dorme enquanto a pessoa está na rua. E isso tudo que é feito pelo dependente – ele está doente – é porque ele precisa da droga, ele não vive mais sem a droga, ele precisa usá-la.

Vocês conseguem conceber a realidade horrível que um dependente químico causa psicologicamente nas pessoas com quem ele convive, as ameaças que são feitas, a manipulação, a mentira? Você chega à sua casa, a sua televisão não está mais lá. Você abre a sua carteira, o seu dinheiro não está mais lá. Você vai pegar seu carro, cadê seu carro? Sumiu. Onde está seu carro? Você demora três, quatro dias para achá-lo, e aí está faltando pneu, está faltando o som, estão faltando os equipamentos do carro; às vezes, até as rodas são levadas.

A gente é submetido a um confinamento solitário, porque ninguém entende que você está sofrendo, quem está sofrendo é o dependente químico. Ora, será que você não está sofrendo? Será que ninguém vai olhar para você? Porque, gente, a gente é abandonado. Quem lida com dependente químico é abandonado, porque o dependente químico é safado, não presta, não tem força de vontade, e a família está apoiando:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Olha, a família apoia". Ninguém olha para nós e vê em nós sofrimento. Eu vi isso acontecer e eu vejo acontecer. E isso vai muito além disso que eu estou falando aqui para vocês.

Eu vim aqui para fazer mesmo um clamor: vamos olhar o todo das drogas. Não vamos achar, como o Dr. Geraldo trouxe aqui, que a maconha é medicinal.

Eu vou contar uma coisa para vocês: quando eu era publicitária, eu participei da elaboração de uma campanha para aumentar o consumo da cerveja, porque tinha chegado num platô e não tinha mais aumento do público consumidor. O que foi feito? Foram trazidas mulheres para as campanhas publicitárias para seduzir as mulheres, e aí aumentar o *ticket* de venda, aumentar o número de venda. E foi assim que a mulher entrou na propaganda da cerveja e seduziram-se várias mulheres: "Se ela é gostosa, se ela é poderosa, eu também posso", e hoje o que a gente vê de mulheres consumindo cerveja, é um absurdo o que se vê.

A maconha, eu não sei se vocês interagem com pessoas usuárias crônicas de maconha, pessoas que começaram lá na adolescência. Elas não têm diálogo, há um estreitamento de repertório. Você chega para um jovem e fala assim: "Você não vai para a escola hoje?". "Não, tia, tô de boa. Pois é. É. Né?" Ele não dialoga, ele não tem repertório mais, o cérebro já foi comprometido. E isso, gente, é um dano que vai trazer consequências lá na frente na vida dele, quando ele olhar para trás e vir que ele perdeu a vida dele.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CÉLIA REGINA GOMES DE MORAES – Quantos crimes são atribuídos às pessoas que agem sob a influência de drogas? Eu tive agora uma informação recente de que, lá no Rio Grande do Sul, os acidentes provocados por motoristas usuários de maconha ultrapassaram o número de acidentes de usuários de álcool. Olha só!

Então, eu não tenho paz de andar numa praia com uma coisa que chame a atenção. As pessoas não podem ter um carro bonito, as pessoas não podem ostentar nada, porque elas são vistas como possíveis fontes de recursos. É assim que nós somos vistos pelos consumidores de drogas.

Achar que vamos legalizar a droga e que vai ser o paraíso – não, agora está legalizada, a droga não vai mais fazer mal, não vai mais trazer vítimas, não vai mais trazer sofrimento – é um equívoco e, conforme o Dr. Geraldo trouxe aqui, nós vamos ver a consequência disso daqui a uns anos; daqui a uns anos, nem é preciso muito tempo. Em pouco tempo, nós vamos ver a consequência disso.

É um equívoco porque existem outros interesses, porque quem olha mesmo para o problema da dependência química, da sociedade que sofre; quem observa o movimento dos interesses por trás, nos bastidores, principalmente pela liberação da maconha, que chamam de maconha medicinal... Gente, maconha nunca foi medicinal. Eu não sou contrária ao medicamento, absolutamente. Acho que tem que, sim... Como cientistas, nós temos que buscar alternativas, mas a maconha nunca foi medicinal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A sensação de usar droga, principalmente uma droga legalizada, vai facilitar o acesso de crianças, mais ainda. Se ela é legalizada, traz-se uma sensação de segurança, conforme nós vimos aqui na propaganda do cigarro. Vocês imaginem o que vão falar da maconha para as crianças, gente, na escola. Então, o início da droga no jovem vai aumentar.

Eu tenho muitas histórias para contar aqui, eu escrevi algumas coisas aqui. Eu tenho muitas histórias para contar, mas o que eu quero dizer para vocês e eu quero pedir é que se concentrem também naqueles que são vítimas da droga sem usar a droga, sem nunca ter consumido a droga: nós vamos potencializar os perigos nas ruas; nós vamos potencializar as agressões dentro de casa; nós vamos potencializar o abandono nas escolas; as nossas famílias vão definhar, porque vai desestruturar mais do que está desestruturado.

Eu não estou falando aqui nenhuma novidade para vocês. Vocês têm família, vocês conhecem pessoas, vocês estão acompanhando nas ruas.

Aqui em Brasília, nós fizemos um levantamento pela Unifesp, na cena de consumo aqui. O número, a porcentagem de pessoas que entram no consumo na rua é de 26% ao ano – imagine se legaliza. Ali tem pessoas que têm família, mas eles vão para a rua para consumir as drogas.

Eu parabenizo vocês todos, Senadores – o Senador Rodrigo Pacheco –, por essa iniciativa. Nós estávamos esperando por isso, porque não era possível que esta Casa não reagisse. Não era possível que nós ficaríamos na mão do STF.

Eu posso falar, eu tenho essa liberdade de falar.

Eu confio nesta Casa. Daqui saíram coisas maravilhosas para todo o Brasil.

Agora eu estou um pouco mais em paz, porque eu estou vendo que está tendo uma reação positiva, uma reação necessária que está pensando nas consequências da legalização de qualquer droga. E legalizar em vez de contribuir para o crescimento – como todo mundo fala: vai arrecadar mais imposto, vai isso, vai aquilo –, gente, nós vamos acabar com a nossa juventude, nós vamos acabar com a nossa sociedade, com o futuro, que poderia ser brilhante.

Então, fica aqui o meu apelo para que todos apoiem essa PEC. Nós precisamos disto, como brasileiros, como família, como gente que sofre: nós precisamos dessa PEC.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Agradeço à Sra. Célia Regina pelo uso da palavra, trazendo as suas observações sobre o tema.

Agradeço, mais uma vez, e quero registrar a presença aqui da nossa Presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), a Dra. Rivana Ricarte, e também do Deputado Federal Osmar Terra, que desde o início da sessão acompanha junto conosco os trabalhos da CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra agora o Sr. José Theodoro Corrêa de Carvalho, Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal.

O SR. JOSÉ THEODORO CORRÊA DE CARVALHO (Para expor.) – Senador Efraim Filho, que preside a nossa sessão, boa tarde. Demais Senadores e Deputados presentes, senhoras e senhores, boa tarde a todos.

Eu quero, inicialmente, agradecer o convite, a oportunidade de discutir o tema, um tema que é tão palpitante, tão complexo e difícil como é a questão do consumo e tráfico de drogas. É um tema que envolve todos os países do mundo, nenhum país do mundo encontrou ainda uma solução perfeita para equalizar o problema. Alguns países tentam, mais recentemente, soluções diferenciadas no sentido de liberações, o que ainda não se comprovou como algo realmente valoroso e significativo, e é comum nós ouvirmos por aí que a justificativa para tal seria o fracasso da guerra às drogas.

De fato, as políticas públicas de repressão exclusivamente ao combate ao tráfico de drogas não resultam numa erradicação do problema, e isso é normal, isso acontece em qualquer tipo de criminalidade. Nós, entre aspas, "também estamos perdendo a guerra" nos roubos de farmácia, estamos perdendo a guerra nos estelionatos, estamos perdendo a guerra do feminicídio, porque a existência de legislação repressiva não é suficiente para inibir essas práticas e ninguém fala em abolir o combate ou a repressão a qualquer uma dessas modalidades de criminalidade.

Esse tema, na verdade, eu acredito que terá uma solução de origem médica e científica. Nós já temos a notícia, por exemplo, no campo acadêmico, em Minas Gerais, de vacina para o consumo de cocaína. Então, eu acredito que talvez em uma década tenhamos aí novidades que possam entender melhor, tanto no campo da neurologia quanto da psiquiatria, como funciona o cérebro humano e reverter ou impedir que determinadas pessoas acabem tendo uma compulsão por substâncias, algo que pode envolver valores ou fatores biopsicossociais. Uma pessoa que consome drogas se torna dependente ou não a depender da sua hereditariedade, do meio onde vive e da situação psicológica ou psiquiátrica em que ela se encontra naquele determinado momento.

Também é comum ouvirmos que fere a Constituição, fere a liberdade da pessoa, fere regras relacionadas ao princípio da alteridade proibir o consumo de drogas. Não me parece que haja um acerto nessa tese, me parece que ela é utilizada falaciosamente nesse sentido, especialmente quando nós observamos que de 200, aproximadamente, países do mundo, 195 deles proíbem o consumo de drogas e criminalizam o consumo de drogas, uns com penas mais leves, outros com penas menos leves, mas é seguro dizer que esses países não são todos violadores de direitos individuais das pessoas e, portanto, violadores das suas próprias constituições. Então, não há, já que a Constituição valoriza a saúde e a segurança pública, algo que contamine ou viole a Constituição nessa proibição propriamente dita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também é comum, e isso já começa a ser aplicado em alguns países, a tese de que regulamentar o comércio da substância seria uma boa opção. Nós tivemos, no Uruguai, uma experiência com relação à maconha que, aparentemente, não deu muito certo, com o aumento de violência, baixo teor de THC, baixa procura por aquela substância regularizada e legalizada, e também temos agora o Canadá, além da Holanda, que há muito tempo já permite o consumo de maconha em determinadas localidades, com alguns regramentos, mas, repito, sem que haja uma liberação total, nem mesmo na Holanda está liberado o consumo de drogas e, no Canadá, agora, a regulação existe, sim, e está sendo ampliada até mesmo para cocaína. É uma experiência, é um risco que eles estão correndo, nós não sabemos se vai ou não dar certo, mas eu não tenho dúvida de que a tese de que mais impostos serão recolhidos, a droga terá melhor qualidade e o tráfico ilícito vai terminar com essa política são equívocos.

Eu não tenho dúvida de que, havendo uma regulação, essa regulação vai trabalhar numa determinada faixa etária, então, é provável que, se ela for implantada, como foi em outros países, seja para pessoas acima de 18 anos, haja controle da qualidade do teor de THC ou de outras substâncias, o que permitirá um amplo acesso ao mercado ilícito de outras substâncias. Então, se nós temos uma droga muito leve, a droga mais forte vai ser vendida no mercado do clandestino; se nós temos uma droga só para maiores de 18 anos, para os menores ela vai ser vendida fora; se nós temos uma droga mais cara, com controle de qualidade e impostos, a droga mais barata estará no camelô, estará à disposição das pessoas. Então, o tráfico ilícito não vai deixar de existir, pelo contrário, o incremento que pode ser gerado com o aumento de consumo e a regularização do consumo me faz crer que aumentará o tráfico ilícito.

E, por fim, também temos a tese de que o princípio da alteridade autoriza, permite que qualquer um faça o que quiser com o próprio corpo. Isso pode ser verdade em determinados aspectos da vida social. Eu posso fazer o esporte que eu quiser, eu posso comer as frutas e as carnes que eu quiser, se eu quiser comer *bacon* gorduroso, que vai fazer mal à minha saúde, eu também posso fazer isso, mas as substâncias que estão aqui sendo tratadas são substâncias que alteram o sistema nervoso central, ou seja, alteram a maneira como o nosso cérebro funciona e, ao fazer isso, essas substâncias geram inúmeros riscos pessoais e sociais, prejuízos cognitivos. O Dr. Antônio Geraldo me antecedeu e já explicou vários problemas de saúde que podem ocorrer em relação ao conhecimento, informação, produtividade, danos à saúde, morte por *overdose* e, principalmente, alterações de humor e comportamento, e é justamente nesse aspecto que eu quero me detalhar um pouco mais, que é a prática de crimes. Pessoas que consomem drogas, infelizmente, se envolvem mais com a criminalidade do que pessoas que não consomem drogas.

Hoje, pela manhã, eu fiz 15 audiências de custódia envolvendo pessoas presas ontem e anteontem por crimes em geral, crimes envolvendo violência doméstica, trânsito, tentativa de homicídio, estupro, toda sorte de delitos e, em pelo menos 80% deles, tinha a droga, de alguma maneira ali, perpassando a problemática. É normal que uma pessoa, no afã de conseguir a próxima dose, pratique pequenos furtos, pratique pequenos delitos, é normal também que a pessoa, durante o efeito da substância, possa se tornar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

violenta em algumas situações, então, nós temos aí uma série de crimes que estão interligados com mudanças de comportamento geradas pelo consumo de drogas.

E, por fim, outro fator importante é que o consumo de substâncias que alteram o nosso sistema nervoso central pode gerar em nós dependência. Nem todo mundo que consome drogas fica dependente, mas uma parcela, um percentual dessas pessoas pode passar a ter dependência da substância e, quando isso acontece, nós perdemos exatamente aquilo que os defensores da medida pregam, que é a liberdade. Quem se torna dependente de uma substância não tem mais liberdade de escolher, perdeu a liberdade. Então, não parece lógico que a pessoa tenha o direito de consumir algo para perder a liberdade, e, depois, a gente venha a avaliar o que foi gerado por essa perda de liberdade: os crimes e consequências que foram gerados por essa perda de liberdade.

Em relação à maconha, também é comum ouvirmos que "ela é leve, até mais leve que o álcool, não tem tanta relevância assim", e não há como discordar que existem drogas mais pesadas, drogas com valores e riscos mais acentuados do que a maconha, mas isso não quer dizer que ela seja inócua. O Dr. Antônio Geraldo também já mencionou o risco de esquizofrenia, psicose, paranoia, depressão e ansiedade, e, às vezes, não é só durante o efeito da substância não. A pessoa que consome maconha e está sem a substância fica ansiosa, nervosa, angustiada, sem sono, e isso pode fazer com que ela tenha comportamentos de risco.

Além disso, a liberação da maconha poderia gerar a extensão a outras drogas, né? Nós vimos aí, recentemente, que a proposta de liberação da maconha já foi rapidamente aderida por alguns que apregoaram que não se deveria liberar só a maconha não, que se deveria liberar é logo tudo e tal. Então, isso gera um risco ainda maior.

E também não me parece lógico e razoável tentar fazer uma fixação objetiva de quantidade de drogas para definir: "Foi encontrado com X de droga. É usuário, pronto e acabou" e "foi encontrado com Y de droga; é traficante, pronto e acabou". Tanto para um lado quanto para outro, pode haver situações em que o usuário está com uma quantidade maior do que seria para o seu consumo individual naquele momento, e há uma justificativa para isso e o inverso.

Eu trabalho na promotoria de entorpecentes há aproximadamente 25 anos. Aqui, no DF, nós temos uma promotoria especializada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ THEODORO CORRÊA DE CARVALHO – ... uma vara especializada em tráfico de drogas, e nós temos inúmeros casos em que os traficantes são pegos com pequenas quantidades, justamente porque eles usam essa estratégia para não serem flagrados com grandes quantidades. Então me parece que seria um equívoco seguir esse caminho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, em relação à emenda à Constituição, vejo com perfeição a redação dela. A lei considerará crime a posse e o porte, independentemente da quantidade de entorpecentes e de drogas afins sem autorização, de acordo com determinação legal ou regulamentar.

Eu só faço um alerta, Senador Efraim, que essa redação serve para impedir que esse tema seja considerado de outra forma, que seja considerado inconstitucional a proibição, porém não impede que a Lei 11.343 venha a ser influenciada por uma alteração na própria Anvisa que venha a afirmar que a maconha deixou de ser droga. Isso não está afastado pela nossa redação atual da emenda à Constituição.

Com isso eu concluo minha exposição, no sentido de reafirmar que vejo com grande preocupação as teses de liberação. Acredito que o melhor caminho seja persistir com o nosso combate, até que venha uma solução definitiva, é claro, sem necessidade que haja encarceramento, prisão de usuários. Os usuários são vítimas, são pessoas que estão passando por problemas em relação ao consumo, e me parece que o mais indicado é o que a nossa legislação já prevê: o encaminhamento a tratamento e soluções alternativas para o caso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Agradeço ao Sr. José Theodoro Corrêa de Carvalho, que é Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal, também pela observância do tempo.

Na sequência, passamos agora a fala para a Sr. Lúcia Helena Silva Barros de Oliveira, que é Coordenadora da Comissão de Política Criminal da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep).

Antes do início da fala da Sra. Lúcia, quero registrar a chegada à Comissão do Senador Magno Malta.

Com a palavra a Sra. Lúcia Helena.

A SRA. LÚCIA HELENA SILVA BARROS DE OLIVEIRA (Para expor.) – Boa tarde a todas e todos!

Eu gostaria de agradecer, em nome da Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos, que representa quase 7 mil defensoras e defensores inscritos de 27 estados, a oportunidade de estar aqui. Agradeço e cumprimento todos os Senadores e Deputados, na pessoa do Senador Efraim Filho, e, pessoalmente, também agradeço o convite para poder estar aqui, contribuindo para um debate de tanta importância para a nossa sociedade.

A contribuição que as defensorias públicas pretendem fazer é no sentido de fazer um alerta mais voltado para a nossa legislação, não só a legislação vigente, mas também a nossa legislação constitucional. Mas, antes de partir para esse alerta, eu gostaria de ressaltar, nós gostaríamos de frisar que nós temos duas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

balanças. De um lado, nós temos a saúde pública e, do outro lado, nós temos a segurança pública. Acontece que água e óleo não podem se misturar, e saúde pública e segurança pública também não podem se misturar. A gente não pode dar o tratamento, a gente não pode oferecer o mesmo tratamento, misturar a segurança pública com a saúde pública.

É supersalutar que a PEC coloque, afirme, comece, inicie dizendo que a saúde é um dever do Estado, e é um dever constitucional – e, de fato, o é – e esse dever é de todos nós, agentes políticos do Estado. Nós temos a incumbência de garantir a saúde da nossa população, e é com esse olhar que eu acho que a gente tem, que nós temos, que eu penso que nós temos que refletir sobre a questão da criminalização da posse e do porte de entorpecentes e drogas afins, prendendo-me aqui à leitura da ementa da PEC. Isso por quê?

Quando a gente fala em criminalização, muito embora a fala do doutor promotor tenha ressaltado que não está se falando de prisão, mas, quando a gente fala de criminalização, efetivamente se acende uma luz, e se acende a luz do sistema carcerário. Quando a gente fala de criminalização, a gente tem que voltar, sim, a uma questão do encarceramento; pensar, sim, em encarceramento.

O Código Penal de 40 previa pena para tráfico de 1 a 5 anos. Em 1976, a Lei 6.368 passou a prever a pena de 3 a 15 anos. E, desde 2006, nós temos a pena de 5 a 15 anos. Se a gente fizer, passar, se nós fizermos uma linha do tempo com relação ao nosso sistema prisional, o nosso sistema prisional vem aumentando, e hoje nós ocupamos o terceiro lugar de maior população carcerária do mundo.

Então, a gente precisa refletir e entender, quando a gente fala de criminalização, qual é o tratamento que nós queremos dar.

A legislação atual, a Lei 11.343, oferece um tratamento diferenciado para os dependentes de drogas, e não prevê uma pena de prisão. Mas, a par de tudo isso – e talvez seja um ponto de discussão –, a gente sabe que a definição entre usuário e dependentes e aquele que trafica, essa definição ostenta um critério, na lei, extremamente subjetivo: a lei não define qual é a quantidade para que possamos enquadrar como tráfico de drogas ou como usuário.

Assim, na Lei 11.343, estampado na legislação, há um critério subjetivo, em que a mesma pessoa, dependendo do lugar onde ela é encontrada, pode ser enquadrada como usuária ou pode ser enquadrada como traficante de drogas. Só depende, muitas das vezes, do lugar e, muitas das vezes, da condição social e, muitas das vezes, da cor da pele dessa pessoa.

Então, quanto a esse olhar para dentro dessa questão, é preciso a gente refletir sobre isso, mas também a gente não pode... Quando se fala em substância entorpecente, quando a gente fala de dependência, quando a gente fala do tratamento jurídico-penal que vamos dar, quando a gente fala se é necessário tratar no campo da saúde pública ou não, ou é necessário tratar no campo jurídico-penal, a gente precisa também lembrar que o Direito Penal é tratado – e é importante o alerta – como a última *ratio*. Significa dizer a última fase, a última razão. O Direito Penal é o último a ser chamado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando nada mais dá certo, a gente tem que chamar o Direito Penal, mas me parece que a gente tem muitas outras batalhas a vencer antes dessa, e, talvez, a batalha a ser vencida seja no campo da saúde pública. Talvez, o que temos que observar seja no campo dos direitos constitucionais. E, aí, vale a pena nós falarmos da lesividade, do princípio da lesão, lesão a si próprio, lesão a direito de terceiros. Vale a pena nós falarmos no direito à intimidade, na vida privada. A gente não pode tratar de uma questão dessa sem estudar, sem levantar os princípios constitucionais, tão defendidos por esta Casa e tão defendidos no Congresso.

São os princípios constitucionais, é a Constituição Federal a garantia do Estado democrático de direito. Portanto, qualquer medida não pode ser adotada sem observância dos princípios. Cabe a todos nós a defesa dos princípios constitucionais. Todos nós.

E a questão é de extrema relevância, porque, em verdade, também não sabemos qual é o grande problema. O problema é o tráfico de drogas? É o usuário de drogas? Qual é o maior problema?

Sabemos que o usuário também nos acende a luz da saúde pública, mas será que o usuário alimenta o tráfico de drogas, e, por isso, nós estamos perdendo a guerra às drogas?

Parece-me que a gente não pode olhar – digo e repito; volto a dizer – para uma questão tão profunda sem respeitar princípios tão caros, tão abraçados pela nossa Constituição de 1988.

Eu tenho... Permitam-me um parêntese: eu tenho 26 anos de defensora pública, na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, e, desde então, eu atuo, há pelo menos 25 anos, como defensora numa área criminal. Tenho muitos anos à frente da Comissão de Política Criminal da Associação Nacional das Defensoras, e a gente sabe que o encarceramento em massa é uma questão muito preocupante e muito cara para nós, que defendemos os princípios constitucionais. A gente sabe que a subjetividade da Lei 11.343, que é a lei de drogas, também é uma questão muito cara para nós que temos uma luta diária com o enquadramento, muitas vezes...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LÚCIA HELENA SILVA BARROS DE OLIVEIRA – ... equivocado, entre usuários e traficantes de drogas.

Eu já estou me encaminhando para o fim.

Deste modo, já finalizando, nós somos do entendimento de que a PEC, de certo modo, contraria princípios constitucionais extremamente caros à nossa sociedade e nós estamos aqui para não recomendar a sua aceitação.

Muito obrigada pela oportunidade, e eu estou à disposição para qualquer esclarecimento. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Muito obrigado, Sra. Lúcia Helena Silva Barros de Oliveira, também pela observância do tempo regimental e pelos argumentos que trouxe para contribuir com a nossa audiência pública.

Agora, o nosso último orador, por videoconferência, o Sr. Ronaldo Laranjeira, Coordenador da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), pelo tempo regimental.

O senhor tem o uso da palavra, com o tempo regimental de dez minutos.

O SR. RONALDO RAMOS LARANJEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Efraim, pelo qual cumprimento todos da banca e todos os presentes nesta audiência.

Gostaria de expressar por que eu apoio essa PEC como um psiquiatra envolvido na dependência química há 45 anos. É porque, quando eu olho o cenário americano, e eu acho que o Brasil está seguindo o cenário americano... E eu sempre digo que a maior parte dos países não estão indo na forma que os Estados Unidos estão lidando com a maconha. A China, os países escandinavos e os países do Oriente Médio estão longe de seguir o modelo americano. Os próprios países escandinavos, que tentaram uma certa legalização, refluíram, então, numa medida muito mais restritiva ao mercado da maconha, e essa palavra, "mercado", me parece fundamental para a gente entender.

Então, quando a gente vê o cenário americano, o que aconteceu nos Estados Unidos nos últimos dez anos, quando vários estados caminharam na legalização, você tem um aumento do consumo em adolescentes, você aumentou o tráfico de drogas em todos os estados, aumentou a repercussão dos adolescentes em relação ao uso da maconha, e o produto maconha ficou mais forte. Tem estudos americanos mostrando que, se na década de 70 a quantidade de THC da maconha era ao redor de 3%, hoje beira os 20%.

Toda essa mudança do mercado americano faz com que, em algumas cidades dos Estados Unidos, tenha mais lojas vendendo maconha do que McDonald's, por exemplo. Esse estudo já está sendo feito. Então, o mercado da droga, o mercado da maconha, nos Estados Unidos e no Canadá, se transformou nos últimos dez anos. Então, agora nós temos um mercado legal com essas lojas – você compra pela internet, você compra de todas as formas possíveis, você vai às grandes cidades americanas e tem acesso às mais diferentes graduações de maconha – e temos o mercado ilícito. O tráfico só aumentou em relação, nos Estados Unidos.

É isto que eu chamo de um mercado complexo: você legalizou para diminuir os problemas da maconha, e o que aconteceu é que os problemas em relação à maconha, principalmente entre os adolescentes, só aumentaram. Os adolescentes não terminam a escola, não conseguem trabalhar. Isso é mais do que cientificamente provado. Então, ao os Estados Unidos se decidirem por uma flexibilização do mercado da maconha, aumentaram os problemas sociais, aumentaram os problemas do crime organizado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumentou a violência, aumentou uma série de ações e se criou uma instabilidade, nas grandes cidades, muito grande devido ao aumento do consumo da maconha.

Muito bem, você pode falar: "O que o Brasil tem a ver com os Estados Unidos?". Do meu modo de ver, nós estamos assumindo a mesma direção dos Estados Unidos, sem fazer todos os plebiscitos que foram feitos nos Estados Unidos, sem ter as mudanças legais, porque, na medida em que o Supremo Tribunal Federal já fez essa decisão, já tem uma decisão de cinco Ministros em relação à legalização – no fundo, para mim, eles defendem a legalização –, do meu modo de ver – eu não sou jurista, sou psiquiatra –, todos os tribunais, a partir do Supremo Tribunal Federal, já consideram a maconha como legalizada no Brasil. Acho que esse sintoma colateral desse debate no Supremo Tribunal já está acontecendo, tem uma contaminação. Se o juiz, em primeira instância, fala: "Se cinco Ministros já votaram, de alguma forma, pela legalização, por que eu vou condenar alguém que está aqui com 50, 100 gramas de maconha?". Então, essa contaminação está ocorrendo, a repercussão disso.

Eu acho que esta Comissão de Constituição e Justiça tem que pensar que essa PEC é uma medida estratégica para ver o quão forte ela é para reverter essa contaminação que o Supremo já produziu. Isso já está acontecendo no nosso dia a dia, visto que, por exemplo, à semelhança dos Estados Unidos, em que não só a maconha foi legalizada, não só o produto maconha, mas o cigarro eletrônico de maconha, os chocolates de maconha, as cervejas de maconha, esse mercado já está sendo criado com essa flexibilização que o Supremo Tribunal Federal já sinalizou para o mundo jurídico do Brasil.

A gente já está vendo aqui, em São Paulo, chocolates, chocotones, "chocotonha", que é quando usam o chocolate como forma de vender maconha. Não só a maconha, o THC e o CBD, mas vários sintéticos da maconha, como o K9 e o K2, que são produtos que estão contaminando vastas porções da população aqui em São Paulo, que é onde eu tenho mais acesso, mas isso pode estar acontecendo no Brasil inteiro.

Então, eu acredito que a Comissão de Constituição e Justiça tem que estar atenta à força que essa PEC possa ter para reverter a decisão do Supremo Tribunal Federal, que, no meu modo de ver, brinca com a Constituição, brinca de fazer interpretações da nossa Constituição, quando é o Congresso Nacional que tem esse direito.

Eu gostaria também de salientar que a PEC não deixa tão claro o papel e a decisão que a Anvisa fez de praticamente legalizar o que se chama de "maconha terapêutica", que está se tornando um tipo de prescrição, do meu modo de ver, absolutamente promíscuo. Eu tenho visto paciente após paciente sendo prescrito CBD, que é um princípio derivado da maconha, com o THC, de uma forma como eu nunca tinha visto. Dessa forma, banalizou-se essa prescrição. E sobre isso, na PEC, talvez a gente tenha que refletir, com todo o respeito. Eu não tenho experiência em produzir leis, eu sou, como insisto, um psiquiatra, como o Dr. Antonio Geraldo, nós somos psiquiátricos e podemos alertar, porque o meu medo é que a PEC não seja suficientemente forte para deter esse oportunismo que a indústria farmacêutica está tendo de promover

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e vender, sem nenhum tipo... Vendendo CBD como se fosse Maracugina ou formas absolutamente inofensivas de medicação.

Então, o meu alerta, em relação a esta PEC, seriam duas coisas. Eu gostaria de salientar que nós não podemos ir no caminho dos Estados Unidos; é uma excelente oportunidade para esta Comissão de Constituição e Justiça, para o Senado e o Congresso Nacional apoiarem esta PEC e, eventualmente, fortalecerem alguns aspectos que eu pensaria: como não deixar que essa contaminação, que já está acontecendo do Supremo Tribunal Federal para baixo, nos tribunais e nas primeiras instâncias do Brasil inteiro, em relação à maconha, como reverter essa contaminação e, segundo, como reverter ou controlar essa decisão da Anvisa que deixou esses derivados de maconha num campo muito indefinido, pois quem se beneficia dessa indefinição é uma indústria farmacêutica absolutamente predatória que não tem nenhum interesse na saúde do brasileiro na ponta, dos que são doentes.

Eu agradeço a oportunidade de, mais uma vez, falar. Espero que tenha ficado no meu tempo e agradeço a atenção de todos aí. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Sim, meu caro Ronaldo Laranjeira, você ficou dentro do seu tempo, ainda com uma pequena sobra, que eu tenho certeza de que os Senadores aproveitarão para complementar as suas falas.

Quero dizer que encerramos agora os expositores. Passaremos aos Srs. Senadores. Alguns temas dos oradores que aqui estiveram são extremamente relevantes para que a gente possa, na condição de Relator, avaliar o texto da PEC, o seu alcance, suas limitações, para que a gente possa avançar.

Fica claro que, independente de juízo de valor, Senador Girão, nos países que porventura avançaram com alguma regra de liberação do uso e consumo das drogas, ela foi feita levando em consideração circunstâncias de bem-estar, de saúde, segurança pública, de regulamentação.

Fica, no Brasil, a condição de, através de uma decisão judicial, você ter essa liberação do uso, posse e porte de drogas. Algumas perguntas remanescem, Senador Magno Malta. Se a droga continua ilícita, onde é que eu vou adquirir? De quem eu vou comprar? Não vende em farmácia, não vende em mercado; eu vou comprar do tráfico. Comprar do tráfico é financiar o crime organizado. O crime organizado é responsável hoje pelas maiores barbáries da sociedade moderna. Então é sempre uma lacuna e um vazio que fica diante dessas perguntas e desses questionamentos, entre tantos outros que poderiam aqui ser trazidos.

Mas, durante a sequência de falas dos demais membros, a gente trará algumas considerações e também darei a oportunidade de uso da palavra, aqui na inscrição, ao Deputado Federal Osmar Terra.

Mas ao primeiro inscrito, o nosso Senador Marcelo Castro, para o uso da palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Para interpelar.) – Eu quero cumprimentar todos os presentes e parabenizar os expositores por trazerem aqui informações importantes para nós todos.

Eu acho que, da exposição, fica claro para todos nós a tarefa, Senador Efraim, hercúlea que nós temos pela frente. É um tema muito complexo, muito relevante e de dificílima solução. Pelas exposições que eu vi aqui, nós estamos muito longe de encontrar um fio condutor para fazer o nosso caminho.

Eu vi aqui meu colega psiquiatra Antonio Geraldo falar como se o Supremo Tribunal Federal estivesse legalizando a maconha. O mesmo foi feito, foi dito pela Sra. Célia Regina. O nosso Promotor acho que andou também no rumo, e o último expositor, o Sr. Ronaldo Laranjeira, foi o mais explícito de todos quando disse, literalmente, que o Supremo Tribunal Federal já considera a maconha legalizada.

De onde foi que essas pessoas tiraram essa conclusão? Não é do que está nos autos do Supremo. Inclusive, o Supremo não decidiu ainda. Tem quatro votos: do Ministro Gilmar Mendes, que é o Relator, do Ministro Edson Fachin, do Ministro Barroso e do Ministro Alexandre. Mas não está decidido e nem se está legalizada a maconha. Do que se trata? Trata-se, meu Relator, Presidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... do art. 28 da lei que nós aprovamos, da Lei das Drogas, em 2006, que diz textualmente:

> Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:
> I - advertência sobre os efeitos das drogas;
> II - prestação de serviços à comunidade;
> III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.
> Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas: I - advertência sobre os efeitos das drogas; II - prestação de serviços à comunidade; III - medida educativa de comparecimento a programas ou cursos educativos.

Isso aqui fez uma distinção nítida entre o usuário e o traficante. Quer dizer, uma decisão nítida não; aqui diz um tratamento distinto do usuário e do traficante. Então, a pena, como disse a Dra. Lúcia Helena, que na lei anterior era de 3 a 15 anos, nessa lei atual é de 5 a 15 anos. Muito mais rigorosa, porque, com a pena de 3 anos, você podia prestar serviço à comunidade sem precisar ir para cadeia; com uma pena de 5 a 15 anos, não; se você é traficante vai para cadeia. Agora, qual é o problema aqui? É que a pena para quem é usuário, digamos assim, é uma pena branda; e a pena para quem é traficante – e nisso nós estamos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acordo – é uma pena muito severa. Não tem negócio de fazer benefício à comunidade e nem de assistir a cursos educativos, vai para cadeia mesmo. Isso levou a uma dificuldade da polícia, do Ministério Público e da Justiça. E levou a decisões díspares e contraditórias.

Há estudo da Associação Brasileira de Jurimetria demonstrando que, dependendo da idade da pessoa, é considerado traficante se portar uma quantidade menor de droga e, se for uma pessoa mais idosa, precisará de uma quantidade maior para ser considerado usuário. Se ele for analfabeto, com uma quantidade muito menor é considerado traficante. Se ele tem um diploma de nível superior, precisa de uma quantidade muito maior.

Se ele é pego na capital de São Paulo, a polícia, o Ministério Público, a Justiça entendem de uma maneira; se é no interior de São Paulo, entendem de outra maneira.

Então, isso levou a uma dificuldade no reconhecimento de se a pessoa que for pega com um porte de uma quantidade de maconha, por exemplo – podem ser outras drogas também –, se ela é um usuário ou é um traficante, porque a diferença aqui, do ponto de vista legal, é gritante. Se for considerada usuária, ela estará sujeita a advertência sobre os efeitos das drogas, estará sujeito a prestação de serviços à comunidade. E, se ela for traficante, vai para a cadeia.

Sabe qual é o resultado da lei que nós aprovamos, Srs. Senadores? Aumentou drasticamente o número de traficantes presos nas cadeias brasileiras – 25% dos homens e 45% das mulheres. As mulheres estão pagando aqui um preço muito mais elevado do que os homens. E o que está fazendo o Supremo Tribunal Federal? Está tentando, a duras penas, porque isso não é fácil, trazer mais objetividade à interpretação de todos que lidam com isso, trazer mais objetividade para, na prática, nós fazermos, termos mais elementos para distinguir o que é um usuário de um traficante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... como, aliás, já fizeram muitos países do mundo, como Espanha, Holanda, Rússia, Inglaterra, Estados Unidos, quer dizer, inúmeros países.

Uma coisa é a pessoa ser traficante, outra coisa é a pessoa ser dependente de droga. Isso é um assunto médico. É um assunto da intimidade. O nosso promotor disse aqui: quem quiser comer picanha todo dia pode. E se ele morrer? É problema dele. Ele não está lesionando a vida de ninguém.

É diferente da vacina. A vacina é um ato coletivo, porque, quando a pessoa se vacina, ela está vacinando a si e à sociedade também, porque, se ele está vacinado, evita pegar e evita transmitir. É um ato social; não é só um ato individual. "Ah, mas eu não quero tomar vacina. Se eu morrer, não é dá conta de ninguém". Tudo bem. Vá morar numa ilha, isolado, sem contato com ninguém, não tome a vacina e morra, se você quiser. Isso é um problema da intimidade de cada um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E os medicamentos, e as drogas são um problema da intimidade de cada um? O nosso promotor aqui disse: "Não, não é, porque ela traz transtornos mentais. Ela traz dependência". Nosso promotor aqui, o José Theodoro: "E o álcool?". Mas o álcool não é proibido. (*Risos.*)

Eu estou só chamando...

Gente, pelo amor de Deus! Eu estou raciocinando aqui... Eu quero que todos raciocinem comigo para ver a complexidade do problema que nós estamos enfrentando. Não é simples como parece não. O Supremo Tribunal Federal está tentando trazer racionalidade. Para quê? Para nós termos mais elementos para chegar à conclusão de se a pessoa é usuário ou não.

Aí, nós aprovamos essa PEC aqui, Senador Efraim, e dizemos: "Qualquer quantidade de droga é crime". Qual é a consequência disso? Vai todo mundo para a cadeia? Cabe todo mundo na cadeia? Claro que não cabe.

Então, nós estamos brincando com coisa séria. Isto aqui precisa de uma reflexão muito maior, muito mais profunda. Isso não vai ser resolvido numa tacada não. As implicações são seríssimas e as consequências, piores ainda.

A lei que nós aprovamos, achando que estávamos fazendo uma grande coisa, trouxe, não tenho a menor dúvida, resultados negativos. Por quê? Porque, na hora em que dissemos que o usuário tem um tratamento diferente... porque na lei anterior não, era crime, mas um crime de três anos. Substitui-se a pena de reclusão por uma pena de serviço à comunidade.

Agora não, nós só temos duas alternativas: ou é usuário ou é traficante. E aí, vai depender. A discricionariedade e o subjetivismo são infinitos. Vai depender demais até dos preconceitos da pessoa.

Eu não tenho dúvida de que esse último psiquiatra que falou aí, com os preconceitos que ele externou, Ave Maria! Se pegar uma pessoa com um grão de maconha, é um criminoso e vai para a cadeia. Não pode ser dessa maneira. Tem que ter a compreensão das dificuldades, dos problemas, da complexidade que é o ser humano e que são as sociedades humanos.

Ah, mas se for pego com droga, vai para a cadeia. Vai e resolve o problema? Nós temos problema para resolver, que é uma coisa muito séria.

Então, a minha intervenção aqui como psiquiatra que já fui um dia e não tenho mais coragem de dizer que sou porque está com tanto que estou fora da psiquiatria, é chamar os colegas aqui a um amadurecimento da questão, a uma análise mais profunda. Isso não é um problema fácil de se resolver não.

E o Supremo – olha o que eu estou dizendo aqui – em momento nenhum está tratando de legalização de maconha ou de qualquer droga. Quem disser isso aqui não está correspondendo à realidade. O Supremo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está tentando, com muita dificuldade, encontrar uma racionalidade, uma objetividade para fazer a distinção no julgamento de quem é usuário e de quem é traficante.

Por quê? Porque a nossa lei, que nós aprovamos aqui, faz essa distinção nas penalidades. Mas, para dizer quem é traficante ou quem é usuário, nós não temos um dado objetivo. É muito subjetivo. Então, se é um jovem, a chance de ele ser considerado um usuário é muito grande; se ele é mais idoso, não. O idoso é uma pessoa mais respeitável e tal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Quem está dizendo isso não sou não. É a Associação Brasileira de Jurimetria, que é muito respeitada no Brasil.

Então, essa é a módica contribuição que eu gostaria de trazer aqui para a discussão desta Casa. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Calma. Temos agora a fala dos expositores. Ao final, até se tiver mais citações, a gente pode ver como é que faz.

Na sequência, temos Senador Izalci Lucas, Senador Eduardo Girão, Senador Jorge Seif, Senador Zequinha Marinho, Senador Magno Malta e Senador Marcos Rogério.

Com a palavra, o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro eu quero cumprimentá-lo, cumprimentar a todos os expositores e lamentar, inclusive, a ausência do Ministério da Justiça, do Ministério da Saúde, que foram convidados e não compareceram. E se for necessário, eu mesmo posso, com o apoio de outros Senadores, assinar o requerimento de convocação, porque eu acho que é uma matéria que merece uma discussão, e o Governo tem obrigação, tem obrigação de vir aqui, até porque eu aprendi desde cedo... minha avó já dizia "cabeça vazia é oficina do diabo; se não tem o que fazer, vai fazer o que não presta". Minha avó já dizia isso há muitos anos.

E aí, quem é responsável por políticas públicas, por fazer realmente uma política é o Estado, é o Governador, é o Presidente da República, é quem executa. Então, em um país onde não tem educação, não tem qualificação profissional, não tem emprego vai acontecer uma série de outras coisas. Agora, eu aprendi aqui, nesta Casa, uma coisa muito séria, assim: nada de nós sem nós. Eu gostaria muito que estivessem aqui a ex-Ministra Rosa Weber e o Ministro Barroso, para a gente ouvi-los.

Eu ouvi aqui o Senador Marcelo Castro falando que aumentou – e foi confirmado realmente – muito o número de presos em função disso, mas eu vi aqui a apresentação do Antônio Geraldo, que é o nosso Presidente aqui da psiquiatria nossa aqui, e realmente o que aconteceu com o cigarro, com o álcool, com tudo isso, eu fico imaginando, se não tivessem sido feitos aqueles alertas, o que estaria acontecendo hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu mesmo fumei por 25 anos, comecei com 15 anos, exatamente por esse negócio de "para ser homem tem que fumar", não sei o quê, essas conversas; depois toda essa propaganda do cigarro. Tem vinte de tantos anos que eu parei, mas tenho enfisema. Quem é que vai pagar essa conta? Aliás, a saúde já paga essa conta há muito tempo, e é muito alta.

Mas eu estive domingo com a mãe de um usuário que não aguenta mais, enfermeiro, inclusive, de um hospital aqui, em Brasília. O filho já não tem mais condições. É o que você falou, rouba a televisão, vende o carro, assalta isso, assalta aquilo, e a mãe desesperada. Então, a gente precisa, de fato, olhar para essas coisas.

Agora, tem ações que são imediatas e outras a médio e longo prazo. Se se tivesse investido em educação lá atrás, provavelmente não estaríamos nessa situação, porque isso é fruto também da educação, mostrar que faz mal, ao contrário do que dizem que não tem nada, que é tudo bem. Então, eu acho que, assim, a PEC... Primeiro que não é o Supremo que vai dizer se são 50 gramas, 40 gramas – não é o Supremo que vai dizer isso. Se tem alguém que pode dizer isso é o Congresso Nacional. Se há essa dúvida, nós aqui vamos tirar essa dúvida...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – ... mas com apoio exatamente, com a discussão aqui, inclusive, do Executivo, que não está aqui e que terá que vir – se não for a convite, será convocado, é simples assim.

Mas quero dizer que até que nós demoramos muito, porque se for só a questão das drogas com relação ao Supremo, eu até levaria alguma consideração ao que o Senador Marcelo disse, mas o Supremo exagerou em tudo. Se o segundo grau, se o primeiro grau está adotando política como se já tivesse lei já definida, é o exemplo lá de cima. Ora, se o Supremo está dizendo isso, tomando essas posições, os lá de baixo... tem as súmulas aí que o pessoal acaba acatando, é o exemplo. Não adianta estar na lei só. O exemplo é que arrasta as multidões.

Então, Presidente, sou totalmente favorável.

Se tiver que aperfeiçoar, o motivo dessas audiências é para isso: ter sugestões para a gente aperfeiçoar. Mas deixar o Supremo resolver isso, além de invadir a nossa prorrogativa, eles estão avançando em tudo. Não é só nas drogas: já entrou no aborto, já entrou na questão tributária, como se o Congresso não existisse.

Então, eu louvo a iniciativa de o Presidente assinar, depois de muita cobrança que fizemos aqui. O Senador Girão é um baluarte nisso. Desde que ele entrou aqui, no primeiro dia, ele começou essa discussão. E a gente tem que se colocar no lugar do outro. Isso que é o mais importante. Então, não é porque se está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumentando a prisão, o volume, que a gente vai liberar geral, porque aí a sociedade já está pagando um preço muito alto.

Então, parabéns pela iniciativa

Vamos votar isso o mais rápido possível.

Estou contando aqui, nos dedos. Perguntei para o Girão quantas sessões têm que vir para a gente votar logo isso. Se tiver alguma contribuição para aperfeiçoar, vamos fazer, mas não podemos deixar de votar essa matéria, que, para nós, é fundamental, de preferência antes do prazo de vista, que está correndo lá no Supremo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Perfeito, Senador Izalci. É nessa linha. Não é pela ineficiência do Estado em cumprir o seu papel de fiscalizar que a liberação passa a ser a solução, porque aí o Estado deixa de ser o culpado pela ineficiência e passa ao cidadão a responsabilidade e a culpa por eventuais danos e consequências que existirem, ou seja, é praticamente decretar a falência do Estado na incapacidade de poder fiscalizar.

Mas vamos, na sequência, com o Senador Eduardo Girão com o uso da palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero cumprimentá-lo pela iniciativa importantíssima.

A sociedade está aflita lá fora com esse ativismo judicial descabido do Supremo, e o Senado cumpre o seu papel, sim, porque nós fomos eleitos exatamente para isto, pela população, com voto direto, para defender os seus valores, os seus princípios. A indústria vai querer postergar esse debate ao máximo. A gente já sabia disso. É uma indústria poderosa, bilionária, que vê esse mercado aqui, e não interessa quantas gerações nós vamos perder de filhos, de netos, de bisnetos. O que eles querem é faturar. E vão usar tudo que se possa imaginar. A gente já sabia disso.

Mas não tem nada de complicado. A PEC é tão objetiva, tão simples.

Eu quero cumprimentar o senhor, cumprimentar o Senador Marcos Rogério, que aqui está presente, estes colegas aqui, como o Senador Magno Malta, que é um exemplo, uma referência, há décadas nesse enfrentamento; o Senador Izalci, o Senador Jorge Seif e também aqui o nosso Professor Deputado Osmar Terra.

Olha, 85% da população é contra a liberação das drogas. E essa questão que foi colocada aqui: "Ah, mas tem que ver, porque está subjetivo", é assim mesmo. A polícia está lá é para isto, para investigar. Se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você colocar um grama, definir que um grama já é coisa de usuário, você pode estar errado, porque o cara acabou de vender ali a quantidade e ficou com um grama. Então, isso é papel da polícia. O nosso papel aqui é legislar.

E o que o Supremo fez, Senador Efraim...

A sociedade lá fora espera de nós uma atitude, e todos estão de parabéns: você pegar 23, em uma véspera de feriado (23 mais 2 não membros) e participarem – Senador Magno Malta, o senhor, que é experiente aqui, no Senado – de uma audiência como esta, na Comissão de Constituição e Justiça, de um debate público, comandado pelo Presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco, lá no Plenário, numa sessão de debates fantástica, horas e horas de duração, quando a gente pôde ouvir os argumentos, ou seja, o Senado está bem instruído, e já dá para votar, Senador Efraim, o mais rápido possível.

Isto aqui é um exemplo, e a sessão de debates, porque o pedido de vista do Ministro André Mendonça está acabando. Faltam, na contagem regressiva, 58 dias, se eu não me engano.

E eu repito: a indústria aposta nisso, porque quer que o Supremo decida.

E nós estamos – parabéns ao Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, por estar capitaneando isto – representando o interesse de 85% da população brasileira, que é contra o porte, a descriminalização do porte da maconha.

Olhem, eu tenho algumas perguntas aqui, mas, primeiro, quero fazer uma correção.

Todas as apresentações foram brilhantes, na maior parte das vezes, técnicas, e isso é muito importante para a gente, mas a Dra. Lúcia Helena, que é a da Associação Nacional de Defensores Públicos, trouxe um dado da questão do encarceramento.

O dado correto, com todo respeito a quem pensa diferente, mas a gente tem que fazer uma métrica aqui com relação à proporcionalidade da população. Neste caso, a matéria que a gente acabou de ver, do jornalista Felipe Moura Brasil, que foi do Antagonista também, mostra que o Brasil está no 34º lugar, se você colocar a proporção por 100 mil habitantes. Então, nós estamos no 34º lugar por 100 mil habitantes entre países que têm o encarceramento pesado.

Essa matéria circulou bastante aqui no Senado. Então, é 34º. Essa é a métrica fundamentada por algumas nações. E eu acho que é justo, porque tem que ser proporcional à quantidade de habitantes que a gente tem.

Agora, tenho umas perguntas aqui.

O Governo faltando mais uma vez, não é, Senador Efraim? O Governo brasileiro faltando mais uma vez. Falta de convite não foi. Na audiência pública do Senado, na sessão plenária, também não compareceu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu tenho umas perguntas a fazer, rapidamente, lembrando, Senadora Damares, que nós votamos duas vezes; não foi apenas em 2006 não. Nós votamos, em 2019, essa matéria, dizendo "tolerância zero". Zero! O Senado votou, a Câmara votou, dois Presidentes da República diferentes, antagônicos no seu posicionamento.

Lula da Silva e Jair Bolsonaro sancionaram, com tolerância zero, a lei de drogas no Brasil, e, agora, o Supremo faz esse ativismo, que é zero de prioridade, zero de prioridade para a população!

Então, as perguntas, rapidamente aqui, primeiro para o Promotor, Dr. José Theodoro de Carvalho.

O STF continua avançando em um ativismo judicial sem precedentes, usurpando as nossas prerrogativas aqui do Parlamento, em especial com relação ao Congresso Nacional.

Antes de se aposentar, a Ministra Rosa pautou o julgamento sobre a descriminalização para o uso pessoal de drogas. O placar está cinco a um – cinco a um – pela descriminalização do porte para consumo de *cannabis*, com a quantidade fixada nos absurdos 100g. Como o Senador Izalci falou, isso aí quem tem que decidir é o Congresso, mas eu acredito que, da maneira como a gente votou a lei, está perfeito: a polícia é que tem que fazer essa análise.

Sabemos que, nos países em que a droga foi liberada, houve um aumento... Eu peço atenção dos colegas: nos países onde a droga foi liberada, houve um aumento das taxas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... do uso da maconha por menores, principalmente aqueles entre 12 e 17 anos, e taxas mais altas de morte no trânsito, por dirigir sobre o efeito de maconha, impulsionando o mercado ilegal de cartéis de drogas, com respectivo uso da violência. O consumo entre jovens representou um aumento nas infrações escolares e entre jovens em liberdade condicional.

Aí a pergunta que eu faço ao senhor: em três anos, o uso das drogas aumentou, de 28% a 39%, nesses países. Qual sua opinião sobre os graves impactos sociais e legais dessa possível legalização?

Para o Dr. Antonio Geraldo, rapidamente: em estudos realizados nos Estados do Colorado e Washington, nos Estados Unidos, detectou-se o aumento das chamadas de emergência em 200% e hospitalização em 70% de crianças, entre zero e oito anos após, a legalização no Colorado. Bolos, *cookies*, balas, chocolate, tudo à base de maconha.

Além disso, o consumo de maconha tem relação direta com o aumento dos suicídios entre os adolescentes nesses estados – pesquisa científica –, principalmente por conta do desencadeamento da esquizofrenia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, há um aumento nas intoxicações relacionadas à maconha e mais hospitalizações da população em geral.

A pergunta que eu faço ao senhor: como o senhor vê esse terrível impacto sobre a saúde pública sem que haja uma contrapartida para o oferecimento de tratamento médico e psicológico desses dependentes químicos?

Eu tenho outras perguntas aqui, mas eu acho que eu exagerei no tempo. Se tiver oportunidade, eu faço as perguntas no final.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Agradeço, Senador Eduardo Girão, pelo uso da palavra.

Quero registrar aqui a chegada do Senador Hiran Gonçalves e da Senadora Damares Alves.

Com a palavra, o Senador Jorge Seif, para fazer uso pelo tempo regimental, no momento em que aproveitarei a palavra do Senador Jorge Seif para conceder aparte ao Deputado Federal Osmar Terra, conforme havia pedido.

Então, Senador Jorge, faça uso da palavra, e, ao final, passaremos, em aparte, ao Deputado Osmar Terra.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Senador Efraim, primeiramente, parabéns ao senhor, para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Parabéns e obrigado a todos os expositores.

Eu quero, primeiramente, fazer até uma adição – jamais vou corrigir o Girão, mas uma adição – de que este Congresso Nacional discutiu drogas em 1976, com a Lei nº 6.368; em 2006, com a Lei nº 11.343; em 2014, com a Lei nº 12.961; e, por último, como o senhor falou, no Governo do Presidente Bolsonaro, com a Lei nº 13.840; e demos um sonoro "não", Senador Efraim, para a liberação de drogas.

Senador Efraim, nós já perdemos a batalha contra as drogas. O estado mais rico da Federação se chama São Paulo, e a cidade mais rica da Federação se chama São Paulo. Quem caminha pelas ruas do Centro, Girão, vê a questão da Cracolândia. Não se resolve! Com dinheiro, com política pública... Tenta-se internação, tenta-se ajudar, tenta-se centro, tenta-se medicamento, tenta a família, tenta a polícia... Não se consegue! Qual o resultado disso? Aumento de violência!

E outra coisa, pessoal: tem um livro sagrado que diz que um abismo chama outro abismo! Dizer que porque hoje nós temos álcool e cigarro, temos que liberar geral, como, infelizmente, alguns ministros do Supremo Tribunal Federal, que, vergonhosamente, desconsideram este Congresso Nacional...

Sabe por quê, Senador Efraim? Eu tive um 1,5 milhão de votos dos cidadãos catarinenses. Quantos votos tiveram esses ministros? Que eu saiba, um, do Presidente da República. Eles não tiveram votos! E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem os autorizou a decidir por este Congresso Nacional? O senhor autorizou? Tampouco eu! Tampouco o Rodrigo Pacheco!

Não vamos aceitar! Sabe por quê, Senador Efraim? Lá fora, estão falando o seguinte: "Ó, se continuar o que está acontecendo, de o Supremo discutir terra indígena, aborto, droga, tributo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... piso de enfermeiro, etc., etc., etc., que se feche o Congresso Nacional e se entregue a chave para eles. Eles fazem tudo! Vão ser 100 bilhões de economia para o Estado brasileiro".

Vamos lá!

Eu tenho um caso de família. Perdi um primo fortão, advogado, ganhava o dinheirinho dele. No final das contas, batia na minha tia, roubava fio de dentro de parede para vender... Então, não estou falando do que eu ouvi falar; eu estou falando do que aconteceu com a minha família! Enlouqueceu e morreu há pouco.

Não tem classe social, nem rico, nem pobre, nem branco, nem preto, nem indígena, nem quilombola, nem amarelo, nem oriental... Todo mundo é afetado!

Terceiro: *cases* no mundo inteiro.

Eu aprendi algo com o meu pai, Senador Efraim: o homem inteligente aprende com os erros dos outros! Eu olho o senhor, o senhor errou, eu não cometo: "O Efraim quebrou a cara; não vou entrar nessa *vibe*". O homem comum – o ordinário – aprende com os seus próprios erros; e o idiota não aprende nunca!

Está aqui: Viena, 27 de junho de 1922, Relatório Mundial sobre Drogas, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes.

Vou ler aqui para o senhor. Se o senhor tiver um pouco mais de tolerância, olha aqui: hoje, as drogas foram descriminalizadas ou liberadas, dependendo de cada Estado. Em Portugal, República Tcheca, Espanha, Holanda, Noruega, México, Colômbia, Argentina, Uruguai e alguns estados americanos.

Diga-me: onde se reduziu a violência? Diga-me: onde se reduziu o consumo? Diga-me: onde a droga ilegal parou de ser consumida? Em nenhum!

A Holanda está voltando atrás! Está dizendo: "Meu Deus! Que besteira nós fizemos?".

O Brasil está criando um problema, e não tem porta de saída, porque nós já temos drogados!

Estão aqui a D. Célia, comunidades terapêuticas, trabalho filantrópico, porque o Brasil falhou em cuidar dos seus jovens drogados!

E os efeitos adicionais, Senador Efraim?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Efraim, o cara pode fazer o que ele quiser com a vida dele, com o corpo dele, o problema é dele! O problema é que ele pega o volante e mata o meu filho! O problema é que a minha esposa está atravessando a rua, ele está em pira, ele mata a minha mulher. Ele bate na esposa, nos filhos, ele rouba coisa, ele perde o emprego dele, ele vira um problema social. Ele destrói a família...

E outra coisa... Falo mais uma vez por experiência: ele não destrói só a vida dele. Se só destruísse a vida dele, parabéns! Ele destrói a vida da família dele, do vizinho dele e da sociedade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Sobrecarrega o SUS.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E o SUS tem estrutura?

Senador Efraim, mais uns detalhes: porta de entrada. Um abismo chama outro. O cara começa com a "maconinha"... Eu vi com meu primo: começou com a maconha, evoluiu para a cocaína, acabou a grana, foi para o *crack*... E destrói. Um abismo chama outro abismo. Não é um problema "é só a maconha...".

Sabe o que é que eu já ouvi? "Deus que criou a planta! Natural...". Pelo amor de Deus! Que heresia!

De efeitos colaterais já falei aqui...

Senador, olha aqui, notícia recente, fresquinha... Fresquinha, Senador Efraim... Do Datafolha, publicada em 6 de outubro de 2023. Sabe qual é a maior preocupação do cidadão brasileiro hoje? É a saúde? Não! É a educação dos seus filhos? Não! É o emprego, o desemprego, o medo do futuro? Não! Segurança pública!

Nós, liberando um grama que seja de droga, nós estamos dando uma injeção direta na veia do crime organizado, que já destrói o nosso país, que já mata os nossos policiais, que já rouba nossos carros, que já invade nossas casas... Nem arma para nos proteger nós podemos ter mais, porque este Governo tirou o direito de cidadão de bem de ter arma de fogo.

Então, Senador Efraim, a responsabilidade do senhor, como Relator... E eu o conheço e sei que o senhor não vai falhar não contigo, não comigo, mas com o cidadão brasileiro. Nós precisamos, agora, dizer, primeiro: "Supremo Tribunal Federal, eu fui eleito diretamente pelo meu povo. Respeite a minha prerrogativa. Fique no seu quadrado, e eu fico no meu". Segundo: "Sociedade brasileira, este Congresso já discutiu uma, duas, três, quatro, cinco, e o Congresso, em todos esses anos..." – estamos falando de 1976 – "... sempre disse não". Quem é Supremo Tribunal Federal para roubar essa prerrogativa nossa? Porque isso é roubo, tá?

E, logicamente, para não deixar de abordar...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... o desencarceramento é uma falácia, conversa, porque o cara que é pego com droga é liberado na hora. Os policiais me reclamam, Girão, dizendo que estão enxugando gelo. O cara é liberado na hora.

Então, Senador Efraim, nós devemos isso ao Brasil. Nós, a sociedade brasileira diz não à droga, diz não à descriminalização.

Nós já estamos com uma sociedade doente e dependente e não podemos cometer atrocidade contra o cidadão brasileiro, contra a saúde pública e fortalecer ainda o crime organizado, que, infelizmente, já toma conta do nosso Brasil.

Obrigado por sua paciência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Com a palavra, um aparte ao Deputado Federal Osmar Terra, e agradeço ao Senador Jorge Seif pelo uso das palavras e o argumento trazido para o debate.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS. Para expor.) – Presidente Efraim, eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui. Eu acho que é uma iniciativa extremamente relevante essa que foi tomada pelo Congresso, e foi justamente para marcar uma posição em relação à usurpação de prerrogativas que esta Casa tem.

Esta Casa foi eleita para fazer leis, o povo brasileiro nos confiou... Não se pode reunir 210 milhões de pessoas para decidir toda semana, então nos delegou essa... Nós somos eleitos para isso; o Supremo, não. O Supremo não tem um voto. O Supremo está lá para fiscalizar a constitucionalidade; ele pode apontar um artigo e nos devolve, que nós vamos discutir a questão da constitucionalidade ou até fazer uma PEC.

Então, eu acho que isso aí já foi bastante colocado aqui, eu não vou...

Mas eu quero dizer o seguinte: a proibição das drogas não foi que, de repente, 200 países do mundo ficaram malvados e proibiram a droga, porque droga é tão boa, cura até câncer, a maconha cura até câncer. O Deputado Paulo Teixeira, que agora é Ministro do Desenvolvimento Agrário, tem um vídeo dizendo isso: "a maconha cura câncer". A propaganda na *Folha de S.Paulo* da VerdeMed e da Canopy Growth, que são duas empresas canadenses que fazem *lobby*, inclusive em cima dos Senadores, dos Deputados, de todo mundo, tentando legalizar... O interesse econômico é o que está atrás desse processo todo, é bom dizer isso. Eles dizem que cura 30 doenças a maconha. Não tem evidência científica nenhuma disso. É um insulto à ciência. É um insulto à ciência querer justificar cientificamente a maconha medicinal, esse tipo de coisa.

Então, eu acho que já foi também falado, eu não vou falar sobre isso, mas eu quero dizer que os países proibiram as drogas porque elas causam transtorno mental grave. Essas drogas consideradas ilícitas causam transtorno mental grave e foram proibidas quando começou o processo de industrialização. Antes era plantado ali, usavam lá. Tudo é plantinha. Eu acho a papoula mais bonita que a maconha, é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

plantinha, mas ela é o ópio, é heroína, então ela... Todas têm componentes que podem ser usados, todas têm uma molécula de 400, 200, 300 que pode ser usada como remédio; separa a molécula e usa. Hoje todas têm... Inclusive o canabidiol, já tem o remédio com canabidiol – é uma das 480 moléculas da maconha. Não precisa legalizar a maconha. Legalizar 10g, 100g, 1g é legalizar a droga.

Quem é que vai controlar isso aí? Já não controla proibindo, é difícil controlar proibindo. Se disser que é legal, ninguém controla mais. Vocês acham que vai diminuir ou vai aumentar a circulação de droga na escola? É claro que vai aumentar. O pico de uso da maconha, o começo do uso da maconha no Brasil é aos 14 anos de idade – 14 anos de idade! Segundo o NIDA (National Institute on Drug Abuse), 50% – o Geraldo colocou isso aí, o Antonio Geraldo – das crianças e adolescentes com menos de 18 anos que usam droga, usam maconha com regularidade ficam dependentes para o resto da vida, não tem cura. A esquizofrenia não tem cura. A dependência química não tem cura. O retardo mental que a maconha causa não tem cura. Então, nós estamos falando... E há possibilidade de entrar para as outras drogas: 80% de quem usa heroína começaram com a maconha. É o UNODC, da ONU, que fala isso, o relatório do UNODC, porque eles têm um relatório anual. Então, acho que nós estamos falando aqui de coisas muito graves.

Aqui, Senador Izalci, meu amigo, em Brasília, tem um processo – isso é importante, Senador Efraim – de medição do consumo que é no esgoto; eles pegam o metabólito da droga no esgoto, um perito da Polícia Federal, junto com um pesquisador da UnB. Eles mediram já no Distrito Federal, e o Distrito Federal consome, pelo menos, no mínimo, 8 toneladas de cocaína por ano; 8 toneladas de cocaína por ano é o consumo do DF – eu acho que é até mais, mas o mínimo seria isso.

Então nós estamos falando de coisas... Vocês acham que isso vai diminuir ou vai aumentar com a liberação? Quem é que disse para o Ministro do Supremo que 60g são... Qual é o fundamento científico disso? Ele fez uma média aritmética pelo número de prisões e não sei o quê. Isso não é ciência, nisso não tem ciência nenhuma.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Então eu acho que os países que agem com rigor diminuíram o consumo, diminuíram a violência; todos os países que agiram com rigor aumentaram o número de presos num determinado momento e depois diminuíram. O número de presos é flexível, isso tem um efeito sanfona. Se tiver rigor das leis, as pessoas vão temer cometer crime e vão diminuir o consumo ou vão diminuir outros crimes, inclusive a corrupção. Nós estamos dando um recado de que a corrupção parece que não tem tanto problema, o problema é cantar o Hino Nacional.

Então eu acho que nós temos que ver como reduzir o consumo, isso é a coisa mais importante que nós temos que fazer.

E eu quero dizer que sou da saúde, eu fui Secretário da Saúde. Eu não dava a menor importância à regulamentação de droga, não achava uma coisa relevante, e eu vi a explosão do consumo de droga, vi o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sofrimento das famílias. Eu perdi um afilhado com 21 anos, no quarto ano de Medicina, atropelado em cima da calçada; nunca botou uma gota de droga na boca, nem álcool ele usava, e foi atropelado e morto por um sujeito cheio de maconha na cabeça, que não tinha nem usado álcool. Isso vai diminuir ou vai aumentar se liberar, se disser que é medicinal, se disse que é tantas drogas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Então, encerrando, eu quero dizer isto: eu acho que nós temos que trabalhar com dados. O Infopen e o Ministro José Eduardo Cardozo contaminaram a discussão, dizendo que o Brasil era o terceiro país – eles criaram essa versão, essa narrativa – em encarceramento. Não é. É o 34º. Até onde eu sei, na medicina, e na segurança não deve ser diferente, tem que ser sempre proporcional à população qualquer medida que a gente faz. Então eu acho que nós temos...

Sobre esse assunto, só para terminar, eu sou autor das modificações que foram feitas na lei em 2019, eu posso dizer que não tem assunto mais discutido nesta Casa do que as drogas. Só na Comissão que tratou dessas modificações que foram feitas, foram mais de cem audiências públicas com todas as autoridades do mundo, inclusive à distância e presencial, que trabalham com a questão de droga. Onde é que o Supremo fez uma discussão sobre isso? Onde é que ele ouviu o contraditório? Onde está a base científica? Então eu acho que nós temos que fazer valer as prerrogativas desta Casa. O Supremo tem que ser respeitado no que ele sabe fazer e pode fazer, que é a questão da constitucionalidade das leis. Lei é aqui, lei é nesta Casa, e nós vamos procurar trabalhar com isso.

E a última coisa, que é a questão da subjetividade...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Para concluir.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/MDB - RS) – Só 30 segundos.

Sobre a questão da subjetividade, não tem nem nos crimes comuns, nem nos crimes de droga, tem como evitar a avaliação do policial, da circunstância: onde é que foi feito o crime, em que lugar está acontecendo, se há um cenário de venda, se é um cara conhecido que vende. Como é que se vai evitar isso? A polícia vai andar com balancinha para pesar se tem 1g, 2g, 60g? Isso é para legalizar, isso é para acabar com qualquer controle.

Então eu queria deixar clara aqui a minha posição. E estou acompanhando com muito interesse, Senador Efraim, essa postura do Senado e aposto muito na sua relatoria também, porque o senhor eu conheço e sei da sua competência. Foi meu colega e é um Senador brilhante também.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Obrigado, Deputado Osmar Terra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E Senador Jorge Seif, um argumento importante que foi trazido por V. Exa. é exatamente essa sensação de que é preciso, sim, ter a convicção de que a legislação traz o conceito que é possível, a legislação está correta. Se tem erros na implementação da legislação, se existem equívocos – e os equívocos existem não apenas para o caso das drogas, mas para outros ilícitos que são cometidos – é uma questão judicial. A questão legislativa, parece-me, alcança até onde é possível. A questão da implementação da lei realmente é diferenciada.

E há outro tema também trazido por muitos Senadores aqui: quero lamentar a ausência de representação do Ministério da Justiça e do Ministério da Saúde. Convidamos ou os ministros ou representantes. Pela segunda vez, não estiveram aqui presentes. É uma omissão e deixa uma lacuna, um vazio a ser preenchido.

A própria Sra. Lúcia Helena Silva Barros, em nome da Anadep, trouxe aqui sua posição divergente, seu contraponto. É importante e bem-vindo para o debate. Foi ouvido com respeito. Na fala dos Senadores, da mesma forma. Eu acho que isso engrandece o debate, e é injustificável a ausência, a omissão e a inércia do Ministério da Justiça e do Ministério da Saúde em simplesmente querer participar do debate, não vejo por quê.

Quero saudar aqui também a presença do Senador Mauro Carvalho. É o 11º membro aqui presente. Como disse, numa semana quebrada, com 23 na semipresencial, mas aqui já superou e muito o quórum de audiências públicas em semanas de agenda normal, mostrando quanto interesse esse tema tem suscitado no Parlamento para querer debater a matéria, com posições favoráveis, contrárias, prós e contras, pontos e contrapontos. Eu acho que isso engrandece o debate, e agradeço a presença de todos.

O Senador Zequinha Marinho, que era o próximo inscrito, não está presente. Passamos, na sequência, ao Senador Magno Malta.

Estão inscritos, ainda, na sequência, pela presença, o Senador Hiran Gonçalves, Marcos Rogério, Damares Alves e Mauro Carvalho.

Com a palavra, rogando pela observância do tempo regimental possível, o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para interpelar.) – Peço escusa a V. Exa. A mim falta a capacidade que sobra no ex-Senador Suplicy de síntese, mas tentarei me manter na base do aparte, pelo menos dentro do tempo do aparte do nobre Deputado.

Sr. Presidente, esse debate é absolutamente importante, e eu o faço ao longo da minha vida. Escuto argumentos técnicos há muitos anos, ao longo dos meus mandatos e fora deles. E falo com a experiência de quem há 42 anos, os meus são 42, entrando nos 43 anos, tirando drogados das ruas.

Aliás, meu querido psiquiatra, eu testei realmente se você tinha largado a profissão. Quando você terminou, eu falei: "Psiquiatra!", e você olhou para mim. Então, você continua psiquiatra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há muita gente do Piauí, onde eu tenho família e de onde realmente pastores e líderes me mandam pessoas drogadas de lá. Tem 43 anos que tiro drogados da rua. É a minha vida, é o meu sacerdócio, é o que eu respiro.

Lamento muito, no começo de tudo isso, a ausência do Governo. A Ministra da Saúde – em que o Conselho Nacional de Saúde traz, nas suas recomendações, a legalização de droga –, que nós trouxemos em uma audiência pública aqui e, nas respostas dela, foi sempre um encontro do nada com coisa nenhuma. Em uma audiência pública, é horroroso; você não tem uma tréplica, e a pessoa fica com a última palavra. Aí dá um encontro do nada com coisa nenhuma, e você fica com a cara de idiota, você que lutou, foi para as ruas, foi xingado, ofendido, para ter um mandato e ser debochado, como o Flávio Dino está fazendo com esta Casa e com as outras casas. Ele está maluco para vir para cá e ser sabatinado como Ministro do Supremo, e eu estou maluco para que ele seja indicado, porque 34 votos – eu tenho certeza – contra aqui ele tem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – E pelo fato de ele ser abortista, o recado que foi dado para o Governo vai se repetir com Flávio Dino ou com qualquer outro abortista que eles indicarem aqui.

Como o fato não é aborto, mas eu quero falar desse deboche de um ministro – e sei que o Castro não está aqui representando o Governo, está aqui como Senador, e eu o louvo por isso, porque ele é Líder no Governo, mas está aqui como Senador colocando a sua posição – nem a Ministra da Saúde e nem o ministro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mas é de responsa, é de respeito lá dentro e tal, mas está falando como Senador.

E, deixe-me dizer, na minha experiência a coisa é colocada de maneira que o Supremo Tribunal Federal, e esse é o ponto, usurpa uma posição que não lhe pertence. Esta Casa, na divisão dos três Poderes, é a que mais poder tem. Muitas vezes estamos cobrando do Supremo aquilo que nós deveríamos ter feito, mas nem isso dá direito ao Supremo de querer fazer aquilo que não lhe pertence, porque o sujeito, quando senta aí para ser sabatinado, normalmente é nessa posição aí, alguns vendem a mãe para botar aquela capa nas costas, mentem que é uma desgraça. É só ver o comportamento deles e pegar as notas taquigráficas, eu não estou contando mentira.

Agora nós estamos falando sobre a intromissão deles neste Poder, que devia estar debatendo. Nós estamos debatendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cadê eles aqui para fazer o debate? A dosimetria, essa conversa de "metria' e tal, dosimetria que para traficante dá oito anos e para quem estava com a bandeira na mão e entrou aqui dentro toma 17. É dosimetria ou é "onzimetria"?

O Presidente Pacheco tomou uma posição absolutamente importante, Deputado Osmar, nesta Casa, de trazer para si um debate que lhe pertence, só isso já bastava para esta audiência pública. É verdade que temos prós e contras, há coisas a se observar em todos os lados. Eu estava assistindo pela televisão no meu gabinete e tem coisas que as pessoas falam tecnicamente, mas que nunca recuperaram ninguém, nunca tiraram ninguém da rua, nunca tiraram ninguém da rua, mas tecnicamente eles sabem fazer aquela...

Por exemplo, o álcool está liberado, foi com a mesma conversa: "Não, porque está na clandestinidade, então, tem muito crime, libera que vai melhorar". O problema do Brasil é álcool. O sujeito hoje compra bebida alcoólica dentro do posto de gasolina. Que relação tem álcool com volante?

O problema do Brasil é cigarro. Quando se enfrentou, por exemplo... Eu tenho casa de recuperação de drogados, Senador Marcelo. O drogado que vai embora, que não quer ficar, a gente tenta de tudo, é a maresia dele com a nicotina e com o alcatrão. Ele entra em desespero, mas são duas drogas que estão na legalidade.

De onde vem a experiência de um Ministro do Supremo? O Ministro Alexandre falou até em qualidade da maconha no voto dele. Então, o policial vai ser obrigado a andar com uma balança? O policial ou o usuário? Gente, é uma cadeia, tem que entender que é uma cadeia. Se o usuário não é punido, se ele não é punido, ele comprou na mão de quem? De alguém que está na ilegalidade. E o cara que está na ilegalidade financia o crime. Com o dinheiro de quem? Do usuário. Esse anda livre pela rua, mas aquele litro de gasolina com que incendeia um ônibus foi comprado com o dinheiro dele, a arma foi comprada com o dinheiro do usuário.

Quando essa lei foi feita – acho que o Castro estava na Câmara, e eu estava aqui, no Senado, na época de Ramez Tebet e Aécio, como Presidente –, fizemos uma Comissão das duas Casas, Senador Marcos Rogério, para discutir a questão da violência no Brasil, que estava demais. Eu participei daquela Comissão. Eu tinha saído com muita dificuldade, e Aécio mandou me buscar em casa, Senadora Damares, na época em que ele era o Presidente da Câmara, porque eu tinha ficado paralítico depois da minha lesão de medula, mas fui trazido para cá para participar da discussão, e eu participei exatamente do grupo em que se punia o usuário. Como? Hoje o juiz... A senhora é advogada e sabe como o juiz é desmoralizado. Ah, tem medidas restritivas; não é de direito de liberdade, mas pintar um cemitério, distribuir cesta básica, frequentar aulas. Aí o cara vai lá e se inscreve. Compareceu? Não. Onde está o relatório? Não fez. Ele assinou? Não compareceu. O juiz não tem uma carta na manga para que essa pessoa tenha um mínimo de responsabilidade e diga assim: "Tenho que pintar o cemitério, porque senão o juiz, no final, vai mandar me prender por um ano para eu aprender". Não. A gente faz o cara pior ainda de caráter, porque ele não cumpre nenhuma dessas medidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de ver as medidas cumpridas, assinadas. Olha que eu acompanho isso! E isso me moveu, Dra. Lúcia, a ser o autor da tornozeleira. Foi isso. Eu sou autor da tornozeleira eletrônica, porque eu achava o seguinte: você pega aqui o indivíduo. Você não precisa trancá-lo, você põe a tornozeleira nele e diz: "É por seis meses. Você estuda?". "Não, parei de estudar". "Você vai voltar a estudar. Você tem religião?". "Ah, eu fui à missa, tem mais de um mês." "Você vai voltar a ir à missa, vai voltar a ficar com a sua família – está de tornozeleira –, vai assistir à aula, vai isso e aquilo".

Eu não fiz a tornozeleira para botar nesses patriotas agora, que são chamados de terroristas, por quem ama o MST e o Hamas – não foi; foi para colocar nessas pessoas a tornozeleira. Estou me referindo à senhora porque eu acho que o defensor público é um sacerdote; ele, mais ou menos, escolheu ser pastor, padre, missionária, missionário, porque, com a capacidade que tem, se estivesse advogando, estava bem de vida, mas, normalmente, são massacrados nos seus salários, com as suas dificuldades, que eu conheço profundamente, e é uma luta de que eu faço parte.

Agora, eu vejo um Supremo Tribunal Federal que tem um voto dessa natureza, como é que eu posso defender? Isso aqui pode me render até um processo – quer dizer, mais um –, mas, quando você morre pela causa em que você acredita, bulufas, nós não nascemos para semente, não é? Nós vamos passar um dia, nós vamos passar.

Vamos ao voto do Ministro Barroso.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Pelo amor de Deus, Ministro, isso é apologia às drogas! Ou a droga é legalizada no Brasil? E aí a gente vai bater palma para o Supremo, porque o Supremo está querendo normalizar. Está de sacanagem, está de sacanagem!

Cadê a Rosa Weber para sentar aqui? Cadê o Lewandowski? O discurso dele foi homenageado no BNDES, ele disse: "Estou feliz, porque o BNDES agora voltou à sua normalidade". É, de financiar a Odebrecht, de financiar a Queiroz Galvão, de financiar a OES. Eu quero ouvir essa gente! Cadê o Flávio Dino? Cadê o Ministro Alexandre de Moraes com o seu voto? Não, calculando as penas disso, daquilo, não sei do quê, vai legalizar...

E nós vamos ficar assistindo, chupando o dedo, uma Casa pesada dessa, de salário alto, em que a gente tem carro, tem assessor, tudo nas costas do povo, e se esconde, se esconde na hora de fazer o debate em defesa do povo. Doutora, quando a ciência diz que lágrima é H_2O mais cloreto de sódio, a ciência mente, porque a ciência não sabe nada sobre lágrima; só conhece lágrima uma mãe que tem um filho drogado, que foi enredado pelas drogas, que foi levado pelas drogas, que foi induzido pelas drogas.

O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso criou a Senad (Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas) e fez um discurso belíssimo, Dr. Theodoro, na ONU, dizendo, Dr. Antônio, que ele erradicaria as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

drogas do Brasil em dez anos. Primeiro, nem ia ser Presidente por dez anos; como é que ele ia erradicar em dez anos? Bom, é do PSDB, e dali pode vir qualquer negócio. E ele fez esse discurso para gerir políticas públicas, gestar políticas públicas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Políticas públicas! Políticas públicas! Esse Hiran está me perturbando, como é que eu faço, Presidente? Ele quebrou o meu raciocínio, ele me levou para o estado dele para eu raciocinar outras coisas, entendeu? Eu não sei se o Izalci o orientou, entendeu? (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, aí vai ficar do tamanho do aparte, do Deputado Osmar, do começo. (*Risos.*)

Mas veja, com essa conversa fiada, o que aconteceu. Vamos entender por que George Soros, o trilionário do planeta, sai financiando legalização de maconha. E ele tem um bom relacionamento com as autoridades judiciais do Brasil, mas muito bom. Por causa da industrialização. Para a indústria farmacêutica, quanto mais doente, melhor.

Eu vou falar sobre isso no Plenário, porque hoje saiu uma matéria de que, a partir do ano que vem, a vacina da covid será obrigatória para criança, uma vez só por ano. Eu estou com as receitas das vacinas aqui, que eu quero ler para os cientistas da CPI da Covid. Eles nunca leram estas vacinas aqui, eles nunca leram isto aqui. E eu quero ler exatamente, na idade da infância, o que essas desgraças fazem, e vai ser obrigado daqui a um ano. Veja que tudo tem interesse por trás. As pessoas têm interesse de que tenha drogado, que seja liberado, mas ninguém faz enfrentamento ao tráfico. Muito pelo contrário, são amigos, podem entrar na favela da Maré sem ter segurança.

Onde o Estado se omite, aparece um terceiro poder. E o poder hoje, no país, é o poder do crime, das organizações criminosas. Quando o Senador Jorge Seif mostrou – e olha que a pesquisa é da Datafolha, não dá para a gente confiar – que o Brasil clama por segurança, você desarma o cidadão, põe nas costas dele, criminaliza-o, como se ele armasse as organizações criminosas. E veja que o potencial criminoso, o arsenal bélico que essas organizações têm no Brasil não está muito diferenciado, nesses quatro anos de covid, três anos e meio, em que Fachin, atendendo a um pedido do PSB, do Deputado Molon, do Rio de Janeiro, para não fazer operações nos morros, quem pode mais pode menos, e isso atingiu o Brasil inteiro. Eles tiveram tempo de se armar, de treinar, e hoje tomaram conta das ruas.

Eu vi até um *post* de que o Putin, junto com o Netanyahu, vão pedir a Lula para fazer um cessar-fogo no Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As drogas são o adubo da violência. O adubo da violência são as drogas. A gente pode discutir ponto por ponto, concordar e discordar. Dificilmente eu vejo um técnico falador sobre a questão das drogas que já recuperou alguém ou evitou que alguém fosse, que se furtou a sair, se meter numa escola para fazer palestra preventiva, trabalhar o preventivo, que é o absolutamente importante.

Eu tenho pessoas adultas, com netos hoje, doutora, que me encontram, assim, pessoas que eu não sei quem são, eles falam: "Eu tinha 17 anos quando você fez uma palestra no Polivalente sobre prevenção às drogas. Aquilo definiu minha vida. Hoje eu sou pai", ou "eu me formei, eu sou doutor". E eu posso trazer para a senhora também doutor que passou pela minha casa de recuperação, era analfabeto e foi tirado desse submundo.

E se a senhora entrar lá hoje e perguntar para cada um deles, é bom legalizar as drogas? Eles vão dizer não. Claro que não. É a porta de entrada para todas as outras.

Houve uma proposição de que Cristovam Buarque, quero dar o nome, o ex-Senador Cristovam Buarque, o ex-Governador de Brasília, era o Relator. Foi quando eu conheci o Senador Girão, que era um militante com cartolina azul escrita: "não às drogas!". Ali atrás. Não sabia quem era esse cidadão, junto com o Bassuma e outras pessoas, porque sempre estive nesta causa junto com o Osmar. Nós nos encontrávamos no corredor com esse povo de cartaz na mão.

As audiências públicas eram feitas às segundas-feiras, Dr. Antonio, numa época de eleição. Ora, se segunda-feira já não tem ninguém aqui, imagine em época de eleição! Nem as moscas vêm. Mas eram feitas audiências públicas lotadas. Sabe com quem? Com os maconheiros. E ele dava a maior bola. O maconheiro fez uma apologia às drogas e ofereceu. A Polícia do Senado deu voz de prisão, e ele não deixou prender. Tem que dar nome para os bois, porque valentão que grita e não dá nome, para mim, é só valentão de estúdio.

Eu recebi um telefonema de Damares, da Senadora Damares, era minha assessora, dizendo assim: "Ah, tem um empresário do Ceará que quer conversar". Eu falei: a gente conversa quando eu estiver aí. "Não, mas ele quer ir aí. É urgente", não sei o quê e tal. Acabou que eu o recebi. Ele chegou lá com uma camisa do Fortaleza...

Meus parabéns para o Fortaleza! Foi vice, chegou. Há dois anos e meio, ninguém nem imaginava esse time. Nem existia na Série C. V. Exa. fez um trabalho de excelência ali, com todos os outros que lá estão. Parabéns!

Ele chegou lá com essa camisa e com um pacote de castanha do Ceará. Começou a conversar comigo sobre essas audiências públicas que estavam acontecendo. Eu estava sabendo, porque eu tinha a assessoria que estava aqui, a Damares tomando conta lá. A Damares era a professora deles: dele, de Paulo Fernando, de todo mundo que militava lá, inclusive do André, do André Mendonça, que já esteve muito lá pelo nosso gabinete. Aí, eu o recebi. Ele falou: "Olha, está acontecendo isso, isso e isso". Eu liguei para confirmar. As

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiências, na segunda-feira... As últimas a sair o relatório são as da segunda-feira. Eu falei: mas segunda-feira não tem ninguém. "Não, está cheio". Eu prometi a ele e vim aqui segunda-feira, Osmar, vim aqui, Marcos, segunda-feira. Quando eu cheguei ao meu gabinete, doutora, tinha um envelope lacrado. Sabe o que tinha dentro? Eu que abri. Um DVD. Naquela época só tinha YouTube, mas já faziam reunião fechada só com aqueles membros, tal como você faz hoje. Só que alguém dali ou traiu a pátria, o grupo, ou esqueceu. Eles estavam falando de como tratar o esquema da legalização da maconha: "Nós vamos usar as pessoas doentes [esse era o argumento], vai ser maconha medicinal, vamos tirar o termo 'maconha recreativa', porque o recreativo é um enlouquecedor, é o THC". O canabidiol... O Ministério da Saúde, a Sra. Nísia, que quer legalizar maconha, pode muito bem fazer um levantamento para saber quem tem convulsão no Brasil, epilepsia, comprar e entregar na mão, na porta de casa, junto com a Anvisa. Acabou. Mas eles querem plantar. Eles disseram: "No vamos botar esse negócio de plantar e não vamos falar na proposta do Deputado Jean Wyllys", que era de, além de tudo isso, soltar os traficantes. Estava no DVD o papo deles e eu vi tudo.

Fui para a Comissão. Já entrei e pedi a palavra ao Senador. Era uma segunda-feira. Ele não esperava que eu iria estar lá. Eu entrei e falei: "Estou indo para o Ministério Público, estou indo para a Polícia Federal, estou indo para a PGR. E acho que o senhor precisa se cuidar, porque o que tem aqui lhe compromete demais. Inclusive, os caras que estão aqui... Estão todos sentados aqui, olha... Dá licença". "Não...". "Dá licença". E fui saindo. Fui cumprir meu papel.

Não foi legalizado. O relatório veio depois, pífio, mais pífio do que a lata do lixo, mais pífio... Veja, eles já tinham mapeado até os médicos que eram a favor e usuários, porque esses médicos, em cada estado, iriam emitir receita como se fossem doentes.

Está entendendo o esquema que é? Bandido!

Já deu cinco minutos? (*Pausa.*)

Então, eu já vou caminhando para o encerramento. (*Risos.*)

Veio pífio. E aí passamos...

Naquele lá, de que eu participei, em que o Ramez Tebet, o pai da Simone Tebet, interinamente, foi Presidente do Senado por um ano, por uma confusão que houve aqui no Senado, ele criou essa Comissão e eu participei da Comissão, o juiz tinha uma carta na manga. Quando o juiz falava para o cara, para o usuário: "Olha, você está...". O delegado falava: "Você foi pego com droga, você está fichado, tal, mas você vai cumprir isso, e isso, e isso". E eles não cumprem, certo? "Então, se não houver esse relatório daqui a tanto tempo, o juiz vai lhe prender." O juiz tinha uma carta na manga. Hoje, os juízes são desmoralizados. Não! Foi lá, preencheu tudo, o cara vai prestar serviço na Escola D. Joana, sei lá o quê, ou na Escola José Espinheira, lá na minha cidade, onde minha mãe era faxineira, mas ele não faz nada, porque sabe que o juiz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não pode nada. Então, a gente desmoraliza o juiz, o advogado. E o advogado, quando é sério, está ali por sacerdócio, porque ele escolheu, ele é vocacionado.

Meu sonho, doutora, era ser advogado, eu; estou falando. Fiz vestibular três vezes, não passei em nenhum, mas sonhava com essa coisa de ser advogado, porque eu acho bonito demais, principalmente quando a pessoa o é por vocação – por vocação. E ser defensor público é vocação mesmo, é sacerdócio mesmo, de verdade. Não tenho dúvida: é ser missionária mesmo, missionário mesmo, não é? Porque quem pode ganhar a vida de outro jeito...

E, no Brasil, hoje está é fácil para advogado, porque o ordenamento jurídico está nas nuvens, não existe. Existem 11 Constituições no Brasil. Cada um escreve um pedaço no papel do jeito que quer. Ninguém guarda mais a Constituição. O advogado vai advogar... O advogado que é sério e chega lá e vê um juiz que se tornou até amigo dele desmoralizado, porque o cliente não cumpre; ele não cumpre.

E tem essa história de recreativo... Quando nós fizemos, usamos duas figuras. Queria dizer para o Senador Marcelo Castro que não é só a figura do usuário, não. Nós criamos a figura do dependente e a do usuário. Por isso que, naquela novela O Clone, a Gloria Perez pegou essa parte que nós criamos na lei do usuário, do dependente, porque tinha uma dependente de droga, uma atriz lá... Porque o usuário é o cara que ainda está trabalhando. Levanta suado, mas ainda vai para o trabalho, é profissional liberal. Mas o dependente – coitado! –, esse é um zumbi, que já cheirou tudo da família, dele mesmo, a vida dele, a história dele, acabou com tudo. E aí, quando você diz: "Não, ele vai ser compulsoriamente internado", a esquerda se espinha toda: "direitos humanos, ninguém pode tocar em ninguém", não sei o quê e tal. É direitos humanos, mas vocês querem a legalização de drogas! O cara vira um zumbi e, quando alguém quer ajudar o cara lá, uma instituição católica, uma instituição evangélica, uma instituição espírita, e agora também o candomblé, que a Secretária Nísia colocou como instrumento de recuperação, mas botou só o candomblé, não botou nem uma vírgula: "espírita"; outra vírgula, "evangélico"; outra vírgula, "católicos", como se nós tivéssemos uma religião oficial aqui no Brasil.

Então, discutir tecnicamente, eu quero discutir tecnicamente com quem já chorou, com quem chora por essas vidas, com quem sabe o malefício que faz, com quem teve coragem de botar debaixo do braço, levar para uma instituição, pagar uma passagem, ou acompanhar, ou levar para dentro de casa – assim tem meu respeito, sabe? –, quem quer o coletivo, porque é uma coisa só: droga é o adubo da violência neste país.

E o que fica hoje aqui é um Poder recuperando o seu poder, é um Poder se autorrespeitando, porque ninguém aqui foi chamado para fazer essa discussão lá no Supremo, ninguém foi.

A questão do aborto, de Rosa Weber, porque ficou na mão dela e ela não podia se aposentar sem dar o voto dela, dizendo que uma mulher não tem obrigação nenhuma de ser mãe, claro, o fato de não ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obrigação de ser mãe não dá a ela o direito de poder matar também, não é, Dra. Rosa Weber? Ela fez uma audiência pública, eu estive numa audiência pública e, no final, fui obrigado ali...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Senador Magno...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Já encerrei, já encerrei.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Se o senhor puder, só para concluir.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Agora, se V. Exa. estivesse aí, eu estaria deixando V. Exa. falar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu digo assim...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Imagine se fosse só eu, ele e Mão Santa aqui!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É porque aqui ainda vai até mais tarde.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu, ele e Mão Santa, hein?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Depois o senhor pode falar de novo, mas deixe os colegas aí...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Já vou encerrar, já vou encerrar.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Quem era o empresário?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Que foi lá atrás de mim?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Senador Girão, e depois nós falamos com ele – fechado aqui, ó: "Girão, você vai ser candidato a Senador no Ceará". "Eu não tenho condição." "Você tem, você é um homem da luta pela vida." E hoje o povo brasileiro começa a entender isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem for abortista, vou dizer uma coisa para a senhora, o abortista que for passar por uma sabatina nestas duas Casas aqui – e vai ser assim nos estados também –, ele vai para o sal só por causa do nascituro, porque tudo é a partir do útero. Sem o útero, a gente não estava aqui.

Esta Casa está recuperando o seu papel, fazendo o debate, porque todos esses temas que colocamos aqui foram colocados para todo mundo que foi sabatinado aqui. Pode pegar as notas taquigráficas, porque todos eles contaram mentira. Todos contaram mentira! Ô, Marcelo, não estou errado, não é? Se pegar as notas taquigráficas, é tudo mentira. Eu fiz essa pergunta para o Fachin. Ele me disse assim – encerro com a frase dele, viu, Senador Girão? –: "Senador, se eu for aprovado [o Fachin, estou dando nome, estou dando nome], se eu for aprovado [ele estava com uma voz mansa nesse dia], se eu for aprovado como ministro [eu dando aqui o currículo dele, de esquerdista, e tal, tal, que é a favor dessas pautas, é a favor dessas pautas, ele disse], não, é tudo diferente. Quando um homem põe a toga nas costas, começa do zero, tudo muda". Eu disse: "Não, advogado, um homem nunca será separado das suas convicções". Olha ele aí, olha o que eles estão fazendo. Ele é um dos que já votou. E o nosso querido Senador que acabou de sair, Marcelo – Marcelo, você está errado: não são 4 a 0, não; está 5 a 1; está 5 a 1". Então, quem tem que barrar é esta Casa.

Quero lhe parabenizar, Girão. Tive o prazer de te conhecer naquele dia. Você já estava militante aqui há muito tempo, mas, na minha correria – não sei se era época de CPI de pedofilia, e eu vivia correndo para cima e para baixo, não o via –, você já estava lá, ombreado com a hoje Senadora Damares, não é? Ah, pois eu sou até bom para indicar: você é Senador; Damares é Senadora. Sou até bom de falar assim: "Vá ser Senador que vai dar certo!". E discutindo e debatendo assuntos que nós... A Damares era outra militante, é militante da vida desde a juventude, desde a vida de Pastora, na Câmara dos Deputados, no Parlamento, com a Frente Parlamentar. Eu fico muito feliz.

Eu sei que dez minutos é um tempo razoável para quem tem capacidade de síntese. Para quem não tem, igual a mim, dez minutos é até uma brincadeira. Mas eu agradeço esses quinze minutos que V. Exa. me deu.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Está bom.

Muito obrigado, Senador Magno Malta.

Quis o destino que nós ficássemos aqui, que estivéssemos aqui – naquela época, a Damares era sua assessora; eu, ativista; o nosso professor, sempre professor Deputado Osmar Terra, e o senhor –, todos nós juntos nesse momento histórico aí, quando está a população apavorada com essa possibilidade de descriminalização da maconha. Mas, se Deus quiser, nós vamos fazer o nosso trabalho, e rápido. Existe um sentimento no Parlamento brasileiro com relação a isso.

Imediatamente passo a palavra ao Dr. Hiran.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Dr. Hiran, por estar aqui conosco, Hiran Gonçalves, Senador pelo belíssimo Estado de Roraima. O senhor está com a palavra.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Presidente Eduardo Girão, ilustres expositores, quero saudar a todos, às Senadoras e aos Senadores aqui, aos que nos assistem remotamente, e parabenizá-los pelas falas.

Eu vou fazer uma força tremenda para não ser redundante, porque já se falou quase tudo a respeito da legalização de drogas aqui. Eu vou fazer um relato não como médico que sou, mas da minha experiência de vida, Senador Girão, Sras. e Srs. Senadores.

Eu só tenho uma irmã e a minha irmã, aos 16 anos mais ou menos, começou a usar drogas. O meu querido colega Antonio sabe que às vezes nós temos algo que a gente chama de personalidades pré-mórbidas ou personalidades mais vulneráveis. Eu acho que a minha irmã tinha uma personalidade mais vulnerável. E minha irmã usou droga por quase 50 anos. Agora ela não usa mais droga ilícita, mas ela usa medicação controlada de uma maneira absolutamente sem controle. E quando nós temos alguém na nossa família assim, a gente começa a aprender com a convivência, com as dificuldades, com as dores, porque, quando alguém adoece de drogadição, a família adoece, Senador Girão. É a família que adoece. Os meus pais viveram adoentados durante a maior parte da vida deles por conta do sofrimento da minha irmã. E hoje meus pais foram embora – minha mãe se foi no ano passado, meu pai, em 2018. E eu convivo com essa dor e de ver que, mesmo médico, ativo que sou, eu sou absolutamente incapaz de controlar ou mitigar o sofrimento da minha irmã.

Eu tenho absoluta convicção, depois que a gente tem toda essa vivência, de que a maconha é a porta de entrada para outras drogas, porque o nosso país tem uma dívida muito grande com os jovens. Os jovens são mal formados, porque o Estado não lhes proporciona uma educação adequada, os jovens ficam muito vulneráveis quando estão formando sua personalidade.

Os jovens são malformados porque o Estado não lhes proporciona uma educação adequada, os jovens ficam muito vulneráveis quando estão formando sua personalidade, e as influências que acontecem no meio desses jovens são as mais perniciosas possíveis, deixando-os extremamente vulneráveis à abordagem de alguém que tem interesse em comercializar drogas ilícitas.

Além do que, nós tivemos uma Comissão especial, quando eu era Deputado, em que eu lutei muito contra a legalização e liberação geral da *Cannabis*, porque, além de tudo isso que eu falei, nós temos agora, no nosso país, um crime organizado extremamente poderoso.

Um abraço para a senhora, doutora. Fique à vontade. Boa viagem. Vá com Deus.

Venha sempre. Aqui é a sua Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O crime organizado, no nosso país, tem vários locais, de vários estados brasileiros, onde o poder desse crime se superpõe ao poder público...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... e uma legalização dessa magnitude vai potencializar mais aquilo que já é extremamente poderoso e transnacional. O PCC é transnacional.

Eu espero que esta Casa tenha firmeza, tenha sensibilidade e que nós possamos aqui, mais do que votar contra essa legalização de drogas no nosso país, também trabalhar no sentido de formar cada vez mais opinião pública em relação a algo que é extremamente pernicioso para a nossa juventude.

Ora, parece que as pessoas não veem. Aonde a gente vai, nas comunidades, qual é a diversão, qual é a convivência que esses jovens têm? É com o crime organizado, com armas, com drogas, com prostituição, com tudo o que não presta. Por quê? Isso é culpa do Estado, que não lhes dá oportunidade de formar adequadamente a sua personalidade.

Eu corri para cá. Eu estava na Procuradoria da República, e não poderia deixar de vir a esta audiência para dar este testemunho, porque, a partir do momento em que você começa a ter dependência química e quando você tem uma personalidade pré-mórbida – você sabe melhor do que eu, Antonio –, é muito difícil cuidar, é muito difícil tratar. Todas as coisas ruins da nossa personalidade se exacerbam com a droga.

E a gente tem uma compulsão de experimentar drogas que confiram experiências cada vez mais novas e desconhecidas. O jovem tem uma atração muito grande pelo desconhecido.

Então, eu espero que esta Casa dê uma resposta ao nosso país de que legalizar isso seria muito ruim.

E vou dizer uma coisa para vocês: eu visitei, há pouco tempo, a Califórnia. A Califórnia... Fui a Santa Mônica, e é cheia de zumbis na rua, praticando pequenos furtos, abordando... É um negócio impressionante. Agora, em Nova York, está a mesma coisa.

Pelo amor de Deus... É algo de que a gente precisa se proteger neste país.

Eu não quero me alongar, até porque seria redundante falar sobre aquilo tudo de que já se falou aqui.

Quero parabenizar o Senador Eduardo, o nosso querido colega Efraim, que é o Relator dessa matéria e certamente terá um pensamento não muito distinto de nós, porque eu conheço os seus princípios de um homem de família, um homem correto, um excelente pai, um grande marido, um grande filho.

Nós vamos, sim, dar uma resposta adequada nessa PEC ao nosso Brasil e proteger a nossa sociedade.

Muito obrigado a todos.

Um grande abraço, Senador Girão, senhoras e senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não me estendi muito porque eu vi o meu querido Rogério correndo aqui, porque já havia desistido, por conta do aparte prolongado do meu querido Senador Magno Malta.

Eu estava, inclusive, ameaçando que não ia fazer o botox dele se ele demorasse muito. Por isso que ele parou. (*Risos.*)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, Dr. Hiran, Senador Dr. Hiran. (*Palmas.*)

Muita coragem no seu depoimento aqui. Quero agradecê-lo pela sua sensibilidade.

Sempre, lá no Plenário do Senado, quando esse assunto veio à tona, o senhor nunca se omitiu, sempre colocou sua posição forte em favor da vida, contra as drogas. É este momento dramático que a gente está vivendo aqui.

Parabenizo-o e lhe agradeço pela sua presença.

Imediatamente, já passo a palavra para o próximo orador inscrito aqui para debater, Senador Marcos Rogério, do Estado de Rondônia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, nobre Senador Eduardo Girão, a quem cumprimento, essa é uma matéria a que V. Exa. tem se dedicado muito, e, na ausência do nosso Relator, Senador Efraim Filho, voz melhor para conduzir esses trabalhos não teria além de V. Exa., pelo engajamento que tem com esse tema.

Eu quero cumprimentar cada um dos expositores que trouxeram suas contribuições ao debate desse tema.

Nós estamos na fase de instrução dessa matéria, que é, digamos assim, uma anomalia no processo legislativo, porque você tratar, pela via do emendamento constitucional, o tema da legislação ordinária é algo atípico, não convencional; mas, considerando a atual quadra vivida no Brasil, faz-se necessário constitucionalizar temas que são da legislação ordinária.

Não é a primeira vez que isso acontece. Nós tivemos que fazer isso também para um tema do Nordeste brasileiro. Eu era Deputado Federal, à época, e me lembro de quando o ativismo do Poder Judiciário – aliás, naquele caso, provocado que foi, com relação à pauta da defesa dos animais – quis interferir numa questão cultural do Nordeste brasileiro: a vaquejada.

À época, editamos lei..."Ah, a lei é julgada inconstitucional, não pode". Como é que você vai acabar com algo tão tradicional quanto a vaquejada no Nordeste, como são as touradas na Europa, na Espanha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especialmente, e lá – enfim, para quem lida com essa pauta da defesa dos animais – com muito mais agressividade.

Nós, então, elevamos para o texto da Constituição Federal a vaquejada como expressão cultural. De lá para cá, não se fala mais nisso, porque virou um tema constitucional.

Agora, veja o absurdo, a falta de bom senso, de razoabilidade, de respeito à tripartição de Poderes, porque, ao fim e ao cabo, é isso. Quando um Poder não aceita aquilo que é expressão da vontade do Parlamento, é o desrespeito a um dos Poderes da República.

E agora, pela mesma lógica, nós estamos levando para o texto da Constituição Federal um tema da esfera ordinária, da legislação ordinária, absolutamente desnecessário. Todavia, em razão do que se avizinha, em uma decisão que vai na contramão do interesse da sociedade brasileira, nós precisamos nos antecipar e propor uma emenda à Constituição Federal, e uma emenda à Constituição Federal subscrita, inauguralmente, pelo Presidente do Congresso Nacional.

Se isso não é uma mensagem clara, evidente, de desconforto, de incomodação com essa usurpação de competência, eu não sei mais o que é.

E ele está fazendo – certamente, pela via própria, porque é o Poder Legislativo, mas impróprio quanto ao instrumento – a defesa da prerrogativa do Parlamento, porque, quando o Executivo usurpa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... o papel do Legislativo, a competência do Legislativo, nós temos os PDLs, Senadora Damares, para sustar os efeitos do ato que exorbita do seu poder regulamentar.

A mesma Constituição que atribui poder ao Parlamento de zelar pela sua atribuição também o faz em relação ao Poder Judiciário, mas, não sei se por descuido ou por alguma outra razão, não deu o Legislador Constituinte Originário o instrumento próprio para atacar a decisão do Poder Judiciário que desafia o papel do Poder Legislativo, e aí dizem: "Não, não pode!". Tem a presença do artigo que diz que cabe ao Congresso Nacional zelar pela sua própria competência, mas não se tem o instrumento para atacar esse ato eivado de inconstitucionalidade, do ponto de vista de competência.

Então, o que é que restou? Restou o Presidente do Congresso Nacional apresentar uma emenda à Constituição para reafirmar aquilo que o Legislativo já o fez.

É a Lei de Drogas que está sendo discutida lá no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Ela representou, na verdade, uma enorme liberalidade com relação a esse tema, na medida em que estabelece penas alternativas àquele que é apanhado com drogas mas que se classifica na modalidade de usuário, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consumidor! Não se tem pena privativa de liberdade nesse caso! Entretanto, o ato continua sendo um ato criminoso e não poderia ser diferente.

Então, o Supremo não é foro próprio para legislar, embora isso tenha acontecido com maior frequência do que nunca, no Brasil, e a gente lamenta isso, porque não faz bem à separação de Poderes, não faz bem à tripartição de Poderes.

E o argumento utilizado pelo Supremo, para avançar nessa discussão, é o de que estariam apenas definindo as quantidades que caracterizariam posse para consumo ou tráfico na ausência de manifestação do Congresso.

Não foi omissão do Congresso; foi escolha política. Agora, o Congresso faz uma escolha política, legitimado que é para fazê-lo, e o Supremo, em razão disso, vai dizer que "há uma omissão do legislador, e, então, nessa omissão, eu vou atuar para dizer o que quis dizer o legislador".

Não, o que quis dizer o legislador ele disse, e deixou a cargo da magistratura, na função jurisdicional, diante do fato concreto, analisar caso a caso, porque não basta apenas a quantidade para determinar se é traficante ou usuário. Tem o histórico da pessoa. E só quem vai saber disso é o investigador de polícia, é o promotor, é o juiz, é quem está lá na ponta lidando. Agora, você coloca que 12 parangas é usuário, 13 já é traficante, é criminoso. É... Deve ser.

Ora, que critério é esse? Vai estar cheio de mula com a quantidade de drogas que é possível ser transportada, sem que haja o enquadramento em tráfico de drogas.

Então, não dá para aceitar, isso não é racional, isso não é inteligente.

Agora, talvez estejam determinando uma quantidade X porque não têm coragem de dizer que querem liberar geral. Não vamos nos enganar, porque, na prática, é isso que vai acontecer.

Agora, eu vou fazer uma outra comparação, sem querer usar da prerrogativa do Senador Magno Malta de pegar um aparte do Deputado Osmar Terra.

Veja bem: pela mesma lógica que o Supremo está dizendo que, no caso de usuário, não se pode criminalizar, não se pode punir – é a despenalização –, pela mesma lógica do usuário, eu acho que nós teríamos que também acabar com o crime de receptação. Alguém que comprou produto de furto e roubo para uso pessoal ou familiar ou na sua empresa, sei lá onde, se é para uso, então não importa a natureza da origem, se produto de furto ou roubo. Não, é para uso. Então, está tudo certo. Veja onde é que nós vamos parar com essa teoria de liberação em razão da finalidade. Não dá para aceitar.

Sr. Presidente, eu concluo a minha fala dizendo que eu não estou entrando aqui nos aspectos mais jurídicos, técnicos e científicos e na parte que os nossos especialistas já trouxeram aqui, mas eu quero concluir com uma situação que eu conheço bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil é um país que tem fronteira com outros 12 países. Eu moro numa região de fronteira. Eu estou num estado de fronteira, e num estado de fronteira com um país que tem, talvez, hoje, uma das maiores fontes de extração e envio de drogas para o mundo – e o Brasil é, em parte, corredor e, em parte, mercado consumidor. Nós temos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É o maior exportador. Estamos lá do lado da Bolívia.

São 12 países. Nós temos 15 mil quilômetros de fronteira terrestre e mais, pelo menos, sete mil e poucos de fronteira marítima. Vá lá a Rondônia, Deputado Osmar Terra, e ande pelos rios que fazem a divisa entre os dois países, vá para a divisa lá, na região de Pimenteiras, vá para a divisa lá de Costa Marques, vá lá para a divisa de Guajará-Mirim e das outras regiões, verifique lá se as nossas fronteiras estão guardadas, protegidas, vigiadas. Não. O Brasil é um país de fronteiras abertas: drogas, armas... É um corredor aberto. A Polícia Rodoviária Federal não dá conta de fazer apreensão, e toda semana está fazendo apreensão. Isso aquilo que passa pela rodovia principal, e o que não passa por lá? Aí vamos legalizar, vamos liberar.

Sr. Presidente, essa pauta não é uma pauta que dialoga com o interesse nacional.

Então, a minha manifestação hoje é no sentido de darmos celeridade na votação dessa proposta de emenda à Constituição no âmbito desta CCJ, votarmos com urgência no Plenário, encaminharmos para a Câmara dos Deputados votar com a mesma celeridade e promulgarmos essa matéria o quanto antes, para proteger o Brasil e seus filhos, que sofrem com as drogas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu sou testemunha do seu pioneirismo nessa PEC. Desde o início, muito preocupado com isso. Aliás, o senhor é uma inspiração também, porque, junto com o Senador Magno Malta, a Senadora Damares, o nosso Deputado Osmar Terra, eu já, antes de chegar aqui, observava a sua postura, a sua coerência nessas pautas em defesa da família e da vida, e muito me inspirou mesmo para eu estar aqui, combatendo o bom combate com vocês. Jamais imaginava isso. E quis Deus, quis o destino que a gente estivesse todo mundo junto agora, num momento de ataque frontal à família e à vida aqui no Brasil.

Imediatamente, eu passo a palavra para a última oradora inscrita, Senadora Damares Alves, aqui do Distrito Federal, e depois eu vou dar cinco minutos para cada um.

Aliás, tem uma pergunta para a senhora também. Vou já, já fazer, depois da Senadora Damares, para que a gente possa encerrar esta sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há 27 Senadores aqui, dando presença, participando. E isso aí é considerado, em audiência pública, Deputado Osmar Terra, um recorde.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Recorde.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não é? A gente não vê. E numa véspera de feriado, porque o Senado hoje está trabalhando de forma virtual basicamente, e a gente está vendo esse interesse aqui, que é o mesmo interesse da sociedade brasileira, que está, repito, aflita com relação ao ativismo judicial do Supremo nessa pauta, que é uma pauta muito cara para brasileiros.

Nós somos a maior nação católica do mundo, a maior nação espírita do mundo, a segunda maior evangélica, quase chegando na primeira, Deputado Osmar Terra. Todo mundo se relaciona bem e tem posições firmes de ciência, estatísticas. O que a gente viu aqui, na apresentação brilhante de todos vocês, foi algo que vai ficar nos *Anais* desta Casa mais uma vez.

Senadora Damares, a senhora está com a palavra. Muito obrigado pela sua presença.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente. Eu quero cumprimentar os convidados, obrigada pela colaboração neste grande debate.

Nós estamos discutindo a PEC 45, de 2023, e eu faço coro com o Senador Marcos Rogério quando ele lamenta que este assunto tenha vindo para a sede de uma proposta de emenda à Constituição, mas foi necessário. E eu preciso deixar muito claro que todos nós que assinamos e que estamos concordando com a tramitação dessa proposta vamos insistir até o final. Isso aqui não é medição de força e não é recado para a Suprema Corte; isso aqui é para valer.

Só nesta audiência pública aqui passaram 27 Senadores e, quando a gente conversa com todos eles nos corredores, nós temos eco, porque a nossa base está nos pedindo isso, os nossos eleitores, a sociedade brasileira está nos pedindo isso. Então nós vamos fazer, infelizmente, por meio de uma PEC, porque eu também acho que isso tinha que estar dentro do escopo de leis ordinárias, mas, se é dessa forma que vai ter que ser feito, nós vamos fazer. E acho que a gente vai ter que sentar e acrescentar ao texto não só criminalizar o porte e a posse, doutor, e aqui cumprimento o nosso promotor querido aqui do DF, porte e posse, mas o plantio, o cultivo, a produção e o comércio. A gente vai ter que ir um pouquinho mais longe.

Eu já vi jurista falando assim: vamos falar só de posse. Vamos legalizar a posse? Espera aí, quem fala absurdos como esses e quando eu vejo a Suprema Corte querendo decidir, eles demonstram total desconhecimento do meu país, da pluralidade cultural da minha nação.

Deixe-me dar exemplo de um povo tradicional, entre os 38 que nós já temos classificados: os povos ciganos. O acampamento é nômade, tem um momento em que o acampamento está em deslocamento. Eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vão ter a posse garantida, mas no deslocamento do acampamento é porte. E aí, doutor? Pensaram nas especificidades desta nação para querer legalizar o pequeno porte, a pequena posse de drogas? Não, não pensaram, não pensaram nos povos tradicionais.

E eu me surpreendo que nesses debates todos não estou vendo o ministério dos povos originários sentado aqui, nem as ONGs que defendem os povos originários no Brasil. Serão dizimados, Senador. Eu trabalho com povos originários há mais de 35 anos. Enquanto vocês estavam falando, eu estava aqui capturando um monte de notícias. Por exemplo, em 2008, a Funai, em Tabatinga, pedindo socorro por causa do envolvimento dos povos indígenas do Estado do Amazonas com álcool e drogas. Aí, no momento em que a Suprema Corte, sem conhecer a dinâmica de um povo tradicional... Nós temos etnia, por exemplo, que são 60 pessoas numa área quase do tamanho do Estado de Sergipe. Quem vai fiscalizar o que está sendo plantado em áreas indígenas?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A Funai, sucateada como está? Nossos povos serão cooptados para plantio. Não pense a Suprema Corte que só está legalizando aqui o pequeno porte; ela está liberando geral o plantio, o comércio, a produção, e os nossos povos originários serão os mais alcançados. É uma falta de amor e respeito aos povos tradicionais numa nação em que só de fronteira terrestre nós temos 16 mil quilômetros de fronteiras terrestres.

Nós fazemos fronteira com dez países. Alguns deles produzem a coca. Vai ficar só mesmo na maconha? Conversa para boi dormir, gente. A gente tem aqui na região a narcoguerrilha, que tem muito interesse nas decisões da Suprema Corte brasileira. Nós seremos corredor para o mundo inteiro do narcotráfico, gente. É isso que vai acontecer com a nossa nação, é isso que vai acontecer em nossas fronteiras.

Então, eu acho que a gente vai discutir ainda muito, por muito tempo a PEC 45, mas trazendo também porte, posse, plantio, cultivo, produção e o comércio. Pronto.

E a nossa preocupação, Senador Girão – aqui eu vou para um outro lado – é que o primeiro voto da Suprema Corte foi no dia 20/8/2015, foi do Relator, Ministro Gilmar Mendes. Mas eu estava dentro do Plenário e você estava comigo, Girão, no dia 10 de setembro de 2015, quando Barroso e Fachin também acompanharam o voto. Em 2015, e nós estamos em 2023.

A gente vai ter que fazer uma mea-culpa aqui. Em oito anos, enquanto eles ficavam discutindo, o que de fato de políticas públicas de prevenção de drogas foram construídas no Brasil? Uma lei? Só, Dr. Antonio Geraldo? Só? Nós tivemos aí quantos ministros da Justiça em oito anos? Eu acho que o nosso papel e a nossa obrigação constitucional como Parlamentares, como Senadores, vai ter que ser também, Senador Girão, a cobrança da política pública eficaz, eficiente na prevenção, no combate ao consumo de drogas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles estão dizendo: "nós vamos liberar porque a gente não está dando conta". Estamos quase não dando conta do estupro no Brasil. A lógica é a mesma. Então, senhores, nessa PEC, todos nós que entramos nessa discussão, nós não queremos só mandar um recado para a Suprema Corte. Não é uma medição de força.

Olha o nível dos convidados que estão aqui. Inclusive, a gente teve o Dr. Laranjeira, que também já falou – se não me engano; eu cheguei um pouquinho atrasada. Vocês não estão fazendo parte de um jogo de disputa de poder, de medição de força. Não.

O instrumento que esta Casa encontra é uma PEC? Então, vai ser a PEC, e a gente vai levar isso aqui muito a sério. Tem Parlamentares aqui no Senado que esta é a causa de vida deles, como eu. Nós não estamos brincando.

Então, vocês estão participando de um momento histórico no Congresso Nacional. Um momento em que a gente pode estar aqui hoje discutindo quantas vidas estamos salvando. Não é uma questão financeira, não uma questão de um baseado, paz e amor. Não é. A discussão aqui é salvar vidas, proteger a soberania nacional, segurança nacional.

A PEC 45 vai prosperar e com o apoiamento imenso, eu só não vou dizer maioria absoluta, não vou dizer completa maioria porque a gente ainda não conseguiu chegar ao coração de alguns e entender, mas o eco nos corredores é: isso aqui não é de brincadeira, isso aqui é para valer.

Suprema Corte, tenha juízo, por favor.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senadora Damares. Muito importante o que a Senadora acabou de colocar.

A sociedade está mobilizada, mas eu sou um defensor, desde que cheguei aqui, de cada vez mais, de forma ordeira, pacífica e respeitosa, óbvio, que a sociedade se aproxime desta Casa, porque a gente vive muitas vezes numa bolha aqui no Congresso Nacional – vivemos numa bolha.

Então, eu, particularmente, e muitos outros colegas aqui, faço questão de, quando eu chego ao meu estado, ir ao mercado, de ir à feira, de ir lá na rua, à praça para conversar com as pessoas, sejam de esquerda, sejam de direita, sejam contra o Governo, sejam a favor do Governo, para entender a realidade delas e como é que elas estão percebendo o serviço que a gente está... porque nós estamos aqui para servir, não para sermos servidos. E é impressionante como esse assunto das drogas é, assim, quase que uma unanimidade mesmo, a senhora colocou, não apenas... Porque nós somos a expressão da sociedade aqui, a representação dela. Por isso que esse assunto tem que ser decidido aqui e não no STF, porque está desrespeitando a própria... Não é só o Parlamento não, ele desrespeita a sociedade quando quer legislar sobre um tema que nós vamos ser obrigados a legislar mais uma vez. Olha o desperdício de tempo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – E de dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... e de dinheiro.

Sabe quanto é que custa, Senadora Damares, o Senado para rodar durante o ano? Vocês têm ideia, os nossos convidados? Quase R$6 bilhões por ano – "b" de bola e "i" de índio – é o nosso custo aqui.

Aí, preste atenção, o Senador Jorge Seif trouxe um dado aqui interessante: desde 1976, eu tinha quatro anos, esse assunto é debatido aqui dentro, sobre drogas.

Desde que eu me entendo por gente, vamos dizer assim, ativamente acabei participando, uma como ativista e outra como Senador, duas vezes; uma, em 2006, com o Lula, o Presidente Lula na época era o Presidente. Olha só, 513 Deputados Federais e 81 Senadores debateram à exaustão, votaram a matéria, o Presidente Lula, na época, sancionou, aí o Supremo vem agora...

Quantos anos de 2006 para cá?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Dezessete.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Dezessete anos.

Vai tomar a decisão...

Interessante é o seguinte: depois disso o Governo Bolsonaro assumiu, e o nosso querido Deputado Osmar Terra, num projeto de sua autoria, debateu à exaustão na Câmara, trouxe para cá, nós aprovamos, foi sancionado pelo Presidente Bolsonaro, dizendo a mesma coisa praticamente, fazendo as atualizações, mas dizendo da tolerância zero ao porte de droga, ou seja, o Congresso cansou de...

Mas não, a emergência é tão grande que nós vamos legislar mais uma vez, é isso que vocês querem?

Nós vamos fazer uma PEC. Já está aí, proposta pelo Presidente Rodrigo Pacheco. Temos que tirar o chapéu para ele, assim como para a relatoria do Senador Efraim, que foi um Parlamentar que sentiu a preocupação da população brasileira e puxou para si essa, vamos dizer assim, proposição mais ativa, porque ele é o Relator.

Nós vamos, agora, partir para o encerramento desta brilhante sessão, na qual tivemos aqui...

Só votar... Tem que votar, é? (*Pausa.*)

Desculpa. É porque agora a gente está tendo votação no Congresso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pronto, está registrado aqui.

Então, obrigado, Francisco.

Foi uma excelente audiência pública, em que tivemos a participação de 27 Senadores, algo, repito, raríssimo, ainda mais em véspera de feriado aqui.

A gente vai agora ouvir as considerações finais.

Eu queria só fazer mais uma pergunta – na hora, não deu, porque eu já tinha ultrapassado o tempo, mas eu queria fazê-la aqui rapidamente. A pergunta é para a nossa querida Célia Regina Gomes de Moraes, Coordenadora da Comunidade Terapêutica Desafio Jovem, que, antes de eu sonhar ser político, eu visitei, lá no Ceará, do Sr. Silas Munguba, e tive uma experiência muito interessante naquela visita. É um trabalho de tocar o coração e a alma.

Parabéns!

Quantos anos tem o Desafio Jovem? (*Pausa.*)

Cinquenta e um anos tem o Desafio Jovem, que sabe, lá na ponta, o que acontece com a questão dos adictos, enfim, a tragédia social, humanitária que é essa questão do vício em drogas.

Então, só para a gente pegar aqui o fio da meada, a receita tributária com o mercado da maconha não está contribuindo com o orçamento dos estados que a liberaram. De acordo com o Instituto SAM, a receita com a droga representa menos de 1% do orçamento do Estado do Colorado. E é uma tragédia! Até criança intoxicada, acidentes de trânsito explodiram lá. Como é liberada a maconha, tem bolo de maconha, o pai chega, come bolo de maconha, deixa em cima da mesa, a criança pega. Então, teve uma matéria que eu vi, pesquisando isso, lá da Inglaterra, de um jornalista – a gente até traduziu isso aqui e apresentou numa audiência pública –, Tom... Lembra o nome dele, Osmar? (*Pausa.*)

Não? Tom... Era um jornalista de um grande veículo de comunicação lá da Inglaterra, que foi ao Colorado para ver como é que foi a legalização nos Estados Unidos depois. (*Pausa.*)

É, exatamente. Era do jornal *The Guardian*. Era Tom alguma coisa. Essa entrevista a gente traduziu aqui inclusive e apresentou.

Então, eu queria perguntar à Célia Regina o seguinte: o STF, no seu afã legalista, pode estar influenciando diretamente na perda de percepção de risco da nossa população – um afã legalista, mas também com um viés fortíssimo ideológico, político –, principalmente entre os nossos jovens e crianças, essa percepção de risco pelo afã do STF. A pergunta que eu lhe faço é a seguinte: a nossa sociedade, adictos, familiares e pessoas em geral vêm sofrendo de uma maneira muito cruel com a questão das drogas, em especial, a maconha. Qual a sua opinião sobre essa questão, já que você é um exemplo, Célia, de quem sofreu tanto com essa questão por ter um familiar com problemas com drogas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a outra pergunta que eu faço é ao Dr. Ronaldo Laranjeira. Ele está conectado ainda? (*Pausa.*)

Não? Então, eu já transfiro essa pergunta para o senhor, se o senhor puder, Dr. Antonio Geraldo, da Associação Brasileira de Psiquiatria.

Quem defende o plantio da maconha costuma dizer que há pesquisas sobre os benefícios de elementos da planta para algumas doenças – o senhor já até deu uma pincelada sobre isso. Como médico psiquiatra, como o senhor vê essa situação e qual sua opinião sobre ela, sobre essa questão de que resolve tudo, a maconha é uma coisa mágica? E qual o efeito do *lobby* da maconha? Ele está aproveitando do sofrimento das famílias dos doentes para se beneficiar com lucros estratosféricos?

Então, eu vou dar cinco minutos agora para a nossa querida Lúcia Helena Silva Barros, que é Coordenadora da Comissão de Política Criminal da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos. Ela foi muito gentil aqui, com uma educação fantástica, me explicou que tinha que ir, ficou preocupada, mas eu disse: "Pode ir", porque ela participou de tudo, anotou, fez a sua intervenção e teve que viajar, porque ela ia pegar um voo, Senadora Damares, para o Rio de Janeiro. Ela não vai poder responder, mas os outros colegas podem fazer, se possível, esse complemento em cinco minutos.

Então, vamos começar dentro da ordem, pode ser? O Dr. Antonio Geraldo foi o primeiro a fazer a sua exposição. O senhor tem cinco minutos, com a tolerância da Casa, é claro, para fazer esse complemento, esse encerramento da sua participação. Obrigado.

O SR. ANTONIO GERALDO DA SILVA (Para expor.) – Eu gostaria de lembrar que, na minha fala aqui, eu fiz uma fala estritamente médica. Então, reportando-me ao que o Senador Marcelo Castro disse em relação à minha observação sobre o STF, eu não fiz nenhuma observação sobre o STF, até porque eu não sou jurista, eu sou médico, e não poderia fazer; também não sou legislador, também não poderia fazer. Sou psiquiatra forense e, como psiquiatra forense...

Só lembrando que não é art. 38 nem 39, é art. 28, e que o que está sendo discutido é a inconstitucionalidade ou não desse artigo. Claro que, se esse artigo cair, isso transforma tudo o que nós temos em relação à política sobre drogas no Brasil e atropela a lei atual, o que é um problema para todos nós.

Então, essa PEC vem em boa hora em função daquilo que eu mostrei aqui. Eu mostro a história da glamourização do tabaco e os resultados que tivemos depois, desastrosos até hoje; depois, a glamourização também do álcool e o resultado desastroso que nós temos em relação à saúde, que é, enquanto médico, o que eu posso dizer; e, depois, eu mostro que a mesma operacionalidade, o mesmo *marketing*, o mesmo formato está sendo usado em relação à maconha, a mesma coisa: falam que é indicada por médicos, falam que tem função medicinal, falaram isso do cigarro, falaram isso do álcool. Eu mostrei aqui, eu mostrei com documentos aqui o que foi dito e o que está sendo dito agora em relação à maconha. Então, isso é grave. Nós não podemos cair nessa história dessa glamourização, nem no uso de termos mal-intencionados, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse uso do termo "maconha medicinal", "*cannabis* medicinal". Isso é apenas a mudança de foco para poder ter uma aceitação melhor, para ser mais palatável para a comunidade. É péssimo o que nós vamos ter de resultados, porque você induz crianças e adolescentes a acreditarem que "Eu posso fumar, porque até medicinal é. Qual mal que pode fazer?".

E aqui eu quero fazer uma consideração: se uma droga tivesse que ser banida da sociedade, chegassem a mim e falassem: "Olha, você tem o poder de decidir", eu diria: é a maconha. Ela traz doença mental que não tem tratamento, como é o caso da esquizofrenia. Então, essa é a pior droga, é a droga que teria que ser banida. Jamais poderia ter sido permitido o uso dessas terminologias que estão usando aí os mal-intencionados, dizendo que isso tem função medicinal.

Com isso, respondo a uma das perguntas do Senador Girão, porque essa história de ter uma substância que não se tem mais necessidade de buscar na maconha, porque tem outras plantas que têm, e, melhor ainda, nós a temos sintetizada hoje, assim como nós não buscamos mais a morfina no ópio, ninguém fica plantando ópio para isso, então, não tem mais sentido, porque canabidiol já existe sintético. E, para os casos excepcionais, que também não é essa história toda de grandes vantagens, o que para mim é extremamente estranho, porque as pessoas estão falando de uso dessas substâncias aí do ponto de vista científico, e nós não temos um antidepressivo sequer na farmácia popular.

Eu não vejo ninguém lutando para que tenhamos antidepressivos na Farmácia Popular. Nós não temos um estabilizador sequer para tratar transtorno bipolar na Farmácia Popular. Nós não temos um medicamento sequer para tratar esquizofrenia na Farmácia Popular. Não temos. E todo mundo se arvora para ter canabidiol nos estados, para distribuição. Por que é que ninguém se arvora para tratar depressão? E 11,3% da população brasileira têm algum tipo de sintoma, têm sintomas depressivos. Ninguém se preocupa com 11,3% dessa população que tem sintomas depressivos? Que estranho, não? E 9,3% da população têm transtorno de ansiedade. Isso são dados de antes da pandemia; depois da pandemia, isso subiu um quarto – um quarto! –, então, joguem mais pelo menos 2,5% em cima de 9,3%, o que dá 11,8%, 12% da população.

Somos o país, percentualmente falando, mais ansioso do mundo. Somos o país, percentualmente falando, mais deprimido do mundo. E ninguém se arvora a falar para ter antidepressivos, que tratam tanto transtorno de ansiedade, quanto também transtornos de ansiedade na Farmácia Popular. Um por cento da população tem esquizofrenia, doença irreversível. Ninguém se preocupa com isso, mas canabidiol todo mundo quer, todo mundo quer que distribua, todo mundo quer que faça oleozinhos de que não há controle nenhum de qualidade nem de quantidade. É um desprezo com a formação do farmacêutico bioquímico. Quer dizer, eu posso produzir o oleozinho no fundo do meu quintal. Lógica zero!

Cada um pode plantar cinco pés de maconha. Maravilha. Cinco ou mais, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO GERALDO DA SILVA – É, isso é outra coisa bem estranha.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTONIO GERALDO DA SILVA – Muito bem, na minha casa, são oito irmãos. Então, oito irmãos – imaginem: oito irmãos – plantando, justificando, mais meu pai e minha mãe, dois viciados também, não é?, dez pessoas plantando. Para a família? Desculpe-me, isso não é para uso e nem faz sentido ser para uso.

Nós temos a jararaca. A gente tira medicamento do veneno da jararaca, o Captopril. Não tem nenhuma criação de jararacas para isso, nem há necessidade, porque você sintetiza. E há várias outras drogas que estão já sintetizadas. Não há um sentido para essa justificativa.

E quando você fala de a pessoa carregar, ela comprou onde? E essa plantação foi onde? Então, é muito perigoso tudo isso para a saúde mental da população.

Em nenhum momento, eu citei essa questão do STF, que não é minha especialidade, não é minha *expertise*. Apenas me preocupo, como psiquiatra, com esse cenário, que eu acho extremamente perigoso para a população brasileira.

Vejo com bons olhos essa PEC. É preciso proteger a população.

E para finalizar a resposta ao Senador Girão, conforme ele perguntou, sobre o Colorado, o Colorado não teve aumento só no que o senhor disse, Senador, o Colorado aumentou muitíssimo o número de abortos pós liberação das drogas. Por quê? Porque facilitou o sexo. Gerou-se uma confusão na cabeça daqueles jovens adolescentes e adultos jovens. E houve muito mais coisas: aumento de atropelamentos, aumento da criminalidade, que é o que nós estamos vendo acontecer em todos os lugares onde se liberam drogas.

O exemplo do cigarro, eu repito, Senador Efraim, é o grande exemplo. Nós temos um *case* mundial de diminuição de 50%, praticamente, da população que fumava para 10%, 11%, da população, hoje, que fuma. E com dificuldades, buscando parar de fumar. Por quê? Porque restringimos o uso, dificultamos o uso. Se você facilitar o acesso, você faz o quê? Você aumenta os pontos de venda, só isso. O tráfico muda? Não, porque o tráfico sempre vai vender mais barato. O tráfico tem um sistema de distribuição e venda de drogas de que o Estado está falhando em cuidar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO GERALDO DA SILVA – Mas é fácil você ver, via satélite, as plantações de milho, de soja, de maconha, de todas essas plantas. Por que a gente não tem esse controle? O Brasil não tem produção de nenhuma folha de coca. No entanto, produz todos os insumos que transformam a folha em pasta base. E qual é o controle que existe de toda essa química para transformar a folha em pasta base? Nenhum. Esses produtos não são controlados. Por que eles não são controlados? Deveriam ser. Deveriam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter controle na produção, no armazenamento, no transporte e na venda. Você dificultaria para esses outros quatro países que produzem as folhas de coca e que nem produzem todo esse arsenal químico para fazer a transformação.

Então eu acho que devemos pensar para atuar na raiz do problema. Nós temos que acabar com essa questão no início. É isso que nós precisamos fazer.

Muito obrigado ao Senado por essa PEC. Obrigado ao nosso Presidente do Senado e o nosso Relator Efraim, que vai nos ajudar muito com isso, porque a população merece.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Obrigado, Sr. Antônio Geraldo da Silva.

Obrigado aos que participaram também aí do debate.

Senadora Damares, tive que me ausentar momentaneamente para participar de uma videoconferência sobre o tema, mas a nossa Consultoria Legislativa permaneceu aqui, ouvindo todas as contribuições para o nosso relatório.

Na sequência, para considerações finais, passo a palavra à Sra. Célia Regina.

A SRA. CÉLIA REGINA GOMES DE MORAES (Para expor.) – Antes de eu responder à pergunta, quero dizer para vocês, Senador, Srs. Senadores, Senadora Damares, Deputado Osmar Terra, Deputado Efraim, todos que por aqui passaram... Senador. Perdão. Agora fui eu que troquei. Foi sem querer. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Fora do microfone*.) – Nada. Fui Deputado, com muito orgulho.

Eu sou o mais verde dos azuis.

A SRA. CÉLIA REGINA GOMES DE MORAES – Foi sem querer. (*Risos.*)

Eu quero dizer para vocês que, além de mãe de dependente químico, e além de uma estudante de neurociências, eu fui fazer Biologia e me aperfeiçoei em Neurobiologia, eu também faço parte do Conselho de Políticas sobre Drogas junto com o meu colega Dr. Theodoro. Eu também sou Presidente de uma Federação de Comunidades Terapêuticas do Centro-Oeste. Sou – estou – Vice-Presidente da Federação Desafio Jovem do Brasil e sou Assessora da Confenact, que é a Confederação Nacional das Comunidades Terapêuticas.

Então, o que eu vou dizer aqui... Eu trago como base a base, o povo que está lá na ponta. Então, assim, quando escuto algumas coisas, eu penso assim: Eles não sabem como é que funciona lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu era criança, minha mãe, viúva, ia trabalhar e deixava a gente com a minha avó, uma italiana muito austera. E eu e minha irmã mais velha – eu tinha oito anos e minha irmã tinha dez –, a gente dividia o trabalho doméstico para ajudar a avó. E tínhamos outras irmãs.

Então, um dia a gente estava discutindo sobre quem é que ia lavar a louça do almoço. E ficou aquela queda de braço. Minha avó veio, deu uma bela de uma bronca e falou a seguinte frase: "Vocês estão reclamando do quê? Olha, vocês têm uma torneira que você abre, e sai água, e eu tinha que ir buscar na bica". Quando ela falou isso, eu falei: "Ué, mas a torneira sempre existiu". Para mim, aquilo foi uma novidade, e eu fiquei espantada. Eu falei: "Como assim não existia torneira?". E eu trago isso para traçar um paralelo com a liberação das drogas. Como assim a droga não está liberada? Todo mundo usa...

Então, para o jovem, respondendo, uma criança de oito a dez, 12 anos, que é o que a gente vê lá na ponta, quando os pais vêm desesperados... "Ah, meu filho está fumando maconha"... Começa na maconha. E a maconha diminui a consciência, aquela vozinha que fala "vai", "não vai". Ela cala a vozinha do "não", e aí a criança vai. Por quê? Ela ouve... E hoje todo mundo fala disso, da liberação da maconha. Isso é recorrente. Em todos os lugares a que a gente vai, está se falando do STF, está se falando da liberação da maconha...

E aí eu quero aproveitar e dizer o seguinte. Quando eu disse – porque o Senador Marcelo Castro me citou –, eu falei que o STF legalizou a maconha, ele já legalizou a maconha, porque quem está lá na base já entende que está tudo certo. "Está tudo certo. Não, o STF vai liberar", "O STF está liberando". Então, no inconsciente coletivo, isso já é.

E, em relação ao aumento das prisões, que foi citado aqui, houve também aumento de ocupação de vagas nessas comunidades terapêuticas do Brasil inteiro. Nós hoje – e isso nós acompanhamos semanalmente – estamos sem vagas. Há dez anos, a gente tinha vagas ociosas. Ficavam sempre umas dez, 15 vagas sem serem ocupadas. Hoje, não; hoje, a gente trabalha com lista de espera. Toda semana isso é atualizado.

E a que eu atribuo isso? Eu atribuo isso a essa propaganda que está sendo feita das mensagens que o STF tem transmitido para a população brasileira. O que a gente entende, o que a gente lê como povo, como base é: "Olha lá, o STF legalizou a maconha, legalizou as drogas". É isso que eles vêm dizer para nós.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CÉLIA REGINA GOMES DE MORAES – E quando você chega, vai fazer uma palestra, você vai fazer um trabalho de prevenção como a gente faz, eles perguntam para nós: "Mas não está liberado? O STF não liberou?". Eles não têm noção do perigo que é, eles perdem a noção. Por quê? Ele vê o tio, vê o sobrinho, vê o primo, vê o amigo do futebol – a criança, estou falando –, que fuma maconha, ele vai fumar também. E a maconha vai abrir a porta, é a droga de entrada para as outras drogas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero também deixar aqui uma reflexão sobre o que a Constituição traz para nós, brasileiros. A Constituição diz que nós temos direito à saúde. Que direito é esse que está estimulando, através de tudo isso que nós estamos vendo em relação à legalização das drogas, que está motivando a população a consumir droga e ficar doente?

Isso é direito à saúde? Isso é direito à doença; não é direito à saúde. Perdoem-me, eu não sou política, eu não sou legisladora, mas eu sou...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Para concluir, Célia.

A SRA. CÉLIA REGINA GOMES DE MORAES – ... da comunidade e eu vejo que está facilitado por causa do julgamento, do pré-julgamento que está sendo feito.

Eu agradeço a oportunidade, Senador. Eu e milhares de pessoas queremos que esta PEC dê certo, emplaque.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Eu lhe agradeço, Célia, pelas palavras.

E nosso último orador, José Theodoro Corrêa, com o uso da palavra.

O SR. JOSÉ THEODORO CORRÊA DE CARVALHO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Para concluir, eu quero só fazer alguns comentários em relação a alguns temas que foram aqui abordados. O primeiro deles é corrigir o equívoco de pensamento de que hoje nós temos encarceramento em massa por causa de usuários de drogas. Não há nenhum usuário de drogas preso pelo art. 28. A lei não prevê nenhuma hipótese, não há nenhuma brecha ou qualquer outra coisa que permita enquadrar um usuário como traficante só para prendê-lo. Também não há juízes e promotores perversos e malvados que tentam fazer isso para que as pessoas fiquem presas.

E a proposta de emenda à Constituição também não inclui, não aumenta qualquer tipo de risco de encarceramento, já que ela não entra no mérito de qual seria eventual sanção; permanece o que está em vigor na Lei 11.343. Apenas fixa uma hierarquia diferenciada para a necessidade de manutenção da criminalização, evitando outros ataques que possam surgir.

Em relação aos impactos da legalização que ocorrem em outros países, isso é notório e visível. Aqui fizeram comentários sobre o Colorado ou sobre a Califórnia, mas eu também presenciei no Canadá, tanto em Vancouver quanto em Ottawa, verdadeiras áreas livres de consumo de drogas, com risco à coletividade que ali se encontrava, e também indaguei: mas essas pessoas não têm tratamento, não têm algum tipo de intervenção estatal? Os especialistas me disseram que sim, que havia, mas que eles não buscavam o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratamento, porque recebiam uma pensão do próprio Governo para se manterem livres, digamos assim, do tráfico, poder consumir e poder ter dinheiro para consumir a sua droga. Então, parece-me que isso apenas incrementa o consumo, e, sem dúvida nenhuma, nós experimentamos, em países que antes tinham uma certa tranquilidade, um incremento na violência.

Então, em linhas gerais, não tenho dúvida nenhuma de que a eventual legalização acarretará, na imagem geral da população, a crença de que as drogas não fazem tão mal assim, e isso geraria, sem dúvida, um aumento de consumo, uma facilitação do acesso às drogas. Ao contrário daqueles que alegam que enfraqueceria o tráfico, também haveria um mercado paralelo que continuaria muito ativo.

Muito bem. Com essas considerações, eu encerro a minha intervenção e agradeço, mais uma vez, ao Senado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – José Theodoro...

Meu muito obrigado a todos os expositores.

Para concluir aqui, quero só citar quatro comentários e quatro perguntas que chegaram.

Comentários, o primeiro deles, do Arthur Lacerda, do Rio Grande do Sul: "Além de inconstitucional, essa proposta é um regresso civilizatório. A guerra às drogas não funcionou em lugar nenhum. Legalize já!". Palavras do Arthur Lacerda.

Como contraponto, a Lúcia Regina, do Rio de Janeiro, já diz: "Liberar posse e porte irá facilitar ainda mais o tráfico e incentivará o consumo. Não deu certo em lugar algum. Tem que coibir, sim".

O Heitor Secundino, de Santa Catarina, fala: "A guerra às drogas nunca teve sucesso, [...] é preciso mudar a abordagem, regular algumas, cobrar impostos [...] [sobre o consumo e educar] as pessoas".

A Mariana Ferreira, de São Paulo, comenta também: "Países que descriminalizaram, regularam e trataram como questão de saúde pública tiveram [...] mais sucesso com o tema".

Como perguntas:

A Thaynara Duarte, de Minas Gerais: "Como a PEC equilibra o combate ao tráfico e a eficácia na abordagem do problema das drogas, considerando os desafios sociais e de segurança?".

Aqui o Dr. Antônio, a Célia, a própria Lúcia, o Theodoro e vários Parlamentares abordaram essa linha do equilíbrio e da necessidade do combate ao tráfico com eficácia, para não passar ou transmitir a imagem de uma falência do Estado poder público.

O Luiz Antônio, de Minas Gerais, perguntou: "Como a descriminalização do porte de maconha para uso pessoal pode contribuir para a redução da violência e do crime organizado?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é uma das perguntas, Senadora Damares, que fica, inclusive, diante da decisão judicial do STF, para que se busque essa resposta. Eu acho que a própria PEC aqui vem na linha de dizer que a criminalização do porte e da posse é a decisão do Congresso Nacional, em sintonia com o que a maioria da sociedade deseja, conforme as pesquisas de opinião pública que têm que ser divulgadas.

Gustavo Ninni, de São Paulo: "Em que país a criminalização do porte de entorpecentes ajudou a diminuir o consumo? [...]".

Foi trazida aqui essa resposta...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O Deputado Osmar Terra diz que em muitos.

Segunda pergunta: pergunta se também haverá a criminalização do porte do álcool e do cigarro.

Também foi abordado esse tema aqui, logo no início. Sugiro a quem queira ver um pouco mais sobre esse tema dos efeitos do álcool e do cigarro na construção dos conceitos o início da apresentação do Antônio Geraldo, aborda bem esse tema.

Por fim, a última pergunta, do Paulo Vianna, do Rio de Janeiro: "[...] a criminalização das drogas nunca foi efetiva no combate ao tráfico, porque esse tema é levado sempre para a esfera criminal e não [é tratado como um problema de] saúde". Parece-me que ficou muito claro aqui, no debate, que ele tem estes dois pilares: tanto o efeito na saúde quanto o efeito na criminalidade e na segurança pública.

Então, eu agradeço a participação pelo e-Cidadania de todos aqueles que se interessaram pelo tema e, nas pessoas da Senadora Damares e do Senador Girão, agradeço a presença maciça de diversos Parlamentares, o que só aumenta a minha responsabilidade na condição de Relator dessa PEC.

Também transmito aos senhores, às senhoras e à imprensa – agradeço à imprensa que fez também uma cobertura bastante ampla deste momento e muitas perguntas sobre o cronograma –, que, tendo esta audiência pública, diante da própria ausência do Ministério da Justiça e do Ministério da Saúde, que fizeram a opção política de não participarem do debate, e não havendo outros nomes para participar de audiências públicas, a ideia é que possamos agora trabalhar na elaboração do nosso parecer para, na quinzena final do mês de novembro, poder trazer o tema para a apreciação da CCJ e, sendo aprovado na CCJ, na sequência, irá ao Plenário do Senado Federal.

Meu muito obrigado a todos e uma boa noite. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 57ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia vinte e dois de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Paulo Paim, Teresa Leitão, Daniella Ribeiro, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Humberto Costa, Mauro Carvalho Junior, Zequinha Marinho, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Randolfe Rodrigues e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Augusta Brito, Flávio Arns, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 55ª e da 56ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de autoridade**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 46, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 8° da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome do Senhor PAULO XAVIER ALCOFORADO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, na vaga decorrente do término do mandato de Mariana Ribas da Silva, que renunciou." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 89, de 2023** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a MSF nº 46, de 2023, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 8° da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome do Senhor Paulo Xavier Alcoforado, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, na vaga decorrente do término do mandato de Mariana Ribas da Silva, que renunciou"." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/22

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 57ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 22 de agosto de 2023.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 55ª Reunião e da 56ª Reunião, realizadas em 15 de agosto.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à apreciação da indicação do Sr. Paulo Xavier Alcoforado, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine), conforme Mensagem nº 46, de 2023.

Procederemos à arguição do indicado e à votação do relatório referente à segunda etapa do processe de apreciação da escolha de autoridades no âmbito da Comissão de Educação e Cultura.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 46, DE 2023

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 8° da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome do Senhor PAULO XAVIER ALCOFORADO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, na vaga decorrente do término do mandato de Mariana Ribas da Silva, que renunciou.

Autoria: Presidência da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pronto para deliberação

No dia 11 de julho de 2023, a matéria foi submetida à primeira etapa, nesta Comissão, do processo de apreciação de escolha de autoridades, conforme o disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu, de ofício, vista coletiva, nos termos regimentais.

Esta Presidência esclarece às Srs. Senadoras e aos Srs. Senadores que a votação será presencial, por meio de uma urna de votação secreta localizada no plenário.

Na sequência, será aberta a fase da inquirição pelas Sras. e Srs. Senadores inscritos, com o tempo de até cinco minutos por bloco.

A resposta do sabatinado será de todos os questionamentos do bloco e terá a duração também de cinco minutos, podendo haver réplica e tréplica por até três minutos cada.

Comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, no seguinte endereço: senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

Convido, para que tome assento à mesa, o Sr. Paulo Xavier Alcoforado. (*Palmas.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sra. Presidenta, eu gostaria de consultar V. Exa. sobre a possibilidade de, já no transcorrer da apresentação do candidato, que se pudesse abrir o processo de votação. É possível?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Faremos sim, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Está aberto o processo de votação. Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Consulto o Senador Humberto Costa para fazer...

Passo a palavra para a sua exposição, leitura do seu relatório, Senador Humberto Costa, esclarecendo, antes de tudo, que o Senador Flávio Arns não está conosco. Infelizmente, o seu filho, o Osvaldo, não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadora Dorinha, agradeço a V. Exa., mas eu fiz a leitura já em reunião anterior.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sim. Eu estou consultando se V. Exa. tem interesse em fazer uso da palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não. Por enquanto, não.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, viu?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Concedo então a palavra ao Sr. Paulo Xavier Alcoforado, indicado para o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine), para a sua exposição, pelo tempo de até 20 minutos, podendo ser prorrogado por mais cinco.

O SR. PAULO XAVIER ALCOFORADO (Para expor.) – Bom dia.

Exma. Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, Senadora Professora Dorinha Seabra, na pessoa de V. Exa. transmito meus sentimentos pelo falecimento de Osvaldo Arns Neto, filho do Senador Flávio Arns, Presidente desta Comissão, e cumprimento a todas as eminentes Senadoras e eminentes Senadores integrantes desta Comissão.

Meus agradecimentos ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à Ministra da Cultura, Margareth Menezes, pela confiança na contribuição que posso agregar ao desenvolvimento do audiovisual brasileiro.

Meu agradecimento ao Senador Humberto Costa, Relator da minha indicação à Ancine.

Ilma. Secretária do Audiovisual do Ministério da Cultura, Joelma Gonzaga; Ilmo. Diretor-Presidente da Ancine, Alex Braga; Ilmos. Diretores da Ancine, Vinicius Clay e Tiago Mafra; prezados dirigentes e representantes das entidades do setor audiovisual brasileiro aqui presentes; senhoras e senhores, bom dia.

Estou indicado para o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema, instituição e função que conheço a partir da experiência vivida entre 2009 e 2017. Nesse período, também desempenhei as funções de Superintendente de Fomento e Secretário de Políticas de Financiamento, oportunidades em que pude trabalhar mais próximo aos servidores da agência e em que pude conhecer em profundidade seu ambiente organizacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Ancine, liderei processos relacionados à formulação de regras de financiamento, operacionalização da Secretaria Executiva do Fundo Setorial do Audiovisual, coordenação de estudos sobre indicadores de financiamento, e implantação e operacionalização das linhas de desenvolvimento de projetos, arranjos regionais de coinvestimentos junto a entes federados, produção independente de conteúdos para o campo público de televisão e jogos eletrônicos.

Manifestei-me quanto ao mérito de propostas de normas infralegais relativas ao financiamento, relatei instruções normativas e coordenei a revisão do Regulamento Geral do Fundo Setorial do Audiovisual. Supervisionei a *performance* das áreas de financiamento e de agentes financeiros contratados, liderei a reestruturação e superação do passivo operacional da Superintendência de Fomento, formulei e implantei o Plano de Qualificação da Gestão do Financiamento Público Ancine + Simples, idealizei e implementei a primeira fase do Sistema Ancine Digital e o desenvolvimento do projeto do Sistema Integrado de Financiamento, e consolidei respostas à auditoria por órgãos de controle.

Antes da Ancine, exerci a função de Diretor da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura e de Coordenador Executivo do Programa DOCTV, responsável pela regionalização da produção independente de documentários e articulação de circuito nacional de teledifusão a partir das emissoras públicas educativas e culturais nas 27 unidades federativas. Fui também responsável pela implantação dos Programas DOCTV América Latina e DOCTV CPLP junto a organismos internacionais que reuniam as autoridades audiovisuais de 21 de seus países signatários em cinco continentes.

O contexto do audiovisual brasileiro hoje é diferente desse meu primeiro período na Ancine. A linguagem audiovisual ocupa hoje um lugar central na produção e troca de informações e de bens simbólicos; deixou de se restringir aos lugares de convívio e ao ambiente doméstico para invadir também o espaço individual e o cotidiano das pessoas e a pautar seus comportamentos e referências cognitivas. *Softwares* de dispositivos móveis da telefonia universalizaram a produção amadora e semiprofissional de vídeos postados em redes de relacionamento com suporte na internet, que exploram desde a publicidade até novos negócios relacionados à personalidade.

Circulam no ambiente audiovisual do país obras amadoras, semiprofissionais e profissionais, obras publicitárias e não publicitárias, obras brasileiras e estrangeiras, obras não interativas e interativas, como jogos eletrônicos. Elas são disponibilizadas de forma linear e não linear e quase que exclusivamente de forma digital, via redes de infraestrutura privada, que exploram concessões públicas, tendo acesso viabilizado pela modalidade de remuneração direta pelos consumidores por meio de assinatura de acesso a catálogo e compra de acesso a obra avulsa, e também pela modalidade de remuneração indireta via publicidade.

Esse universo abarca as cadeias de valor do cinema, TV aberta, TV paga, vídeo sob demanda e vídeo doméstico. É tarefa da Ancine conhecer em profundidade as relações afetas à organização do negócio audiovisual, que implica o desenvolvimento de projetos, a produção, a distribuição, a agregação, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

provimento de conteúdos e a comunicação pública ao consumidor final, sem esquecer a infraestrutura relacionada a esses serviços. O país precisa dessas informações para melhor estimular comportamentos que beneficiem o mercado nacional e os consumidores como um todo, por meio de normas infralegais, do fomento às atividades audiovisuais e da fiscalização dos serviços e melhores práticas na transação de direitos patrimoniais. Para essa missão institucional foi criada a Ancine, que tem por missão executar o objetivo do Estado brasileiro de desenvolver um vigoroso mercado audiovisual com uma presença robusta das empresas brasileiras e intensa circulação de obras brasileiras de produção independente por todo o país.

A compreensão da missão institucional da Ancine exige que saibamos o que é o mercado audiovisual e no que ele difere de outros mercados. O mercado audiovisual trata de um tipo muito específico de mercadoria: direitos de propriedade intelectual decorrentes de criações audiovisuais, seus agregados como canais e catálogos, suas marcas, seus elementos. Isso, já de início, pressupõe uma necessária distinção entre o mercado de direitos de propriedade intelectual e o mercado de comunicação eletrônica.

Tratar o mercado de direitos de propriedade intelectual a partir da demanda do mercado de comunicação eletrônica seria comparável a tratar o abastecimento de alimentos no país pela perspectiva da regulação de estradas, ferrovias, portos e aeroportos. O mercado de comunicação eletrônica trata da infraestrutura, das redes de transmissão que permitem o transporte e a distribuição de arquivos de várias naturezas, entre elas, o audiovisual; ao passo que os serviços audiovisuais não entregam ao consumidor acesso às redes, mas licenças de obras, licenças de canais, licenças de catálogos. Estes dois mercados têm ampliado suas diferenças ao longo dos últimos anos.

Sua forma de organização e estratégia de desenvolvimento são hoje muito diferentes. A Ancine é a principal autoridade designada para cuidar que o ambiente econômico e de negócios do mercado de conteúdos audiovisuais seja saudável, seja eficiente, seja competitivo e promova o desenvolvimento sempre em atenção aos princípios e objetivos assumidos pelo Brasil nesta área e às suas competências legais. Essa é a principal missão institucional da agência, que dispõe de alguns instrumentos para a tarefa, entre elas, o fomento. Portanto, as atividades de fomento da agência existem em função de um escopo mais amplo e importante: a regulação do mercado audiovisual.

Esse escopo encontra eco entre as atividades regulares da Ancine, como o registro e credenciamento de agentes econômicos, o registro de obras audiovisuais publicitárias e não publicitárias, o acompanhamento do recolhimento de tributos relacionados às atividades audiovisuais, a fiscalização do cumprimento de cotas para a produção brasileira e produção independente brasileira nos segmentos de cinema e TV paga, a transação de direitos autorais patrimoniais relacionados ao financiamento público, a análise sobre a independência e a nacionalidade das obras audiovisuais exploradas economicamente no país, entre outras. Todas elas dão suporte à produção de inteligência, que subsidia os diagnósticos para a formulação de políticas públicas por meio de regulamentação de normas infralegais e do fomento às atividades audiovisuais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Ancine deve recuperar seu papel de inteligência do setor, de provimento de informações sobre o mercado, como ele funciona e se organiza, suas reais relações de competição e gargalos, as principais vantagens comparativas do Brasil e o debate internacional de alternativas.

Na última década, foi a Agência Nacional do Cinema quem melhor construiu modelos de análise dos diversos segmentos do audiovisual, e essa prática deve ser estimulada por meio do aperfeiçoamento da regulamentação sobre a transparência das informações e seu conhecimento ampliado e divulgado. Vejo esta como uma das principais tarefas imediatas da agência.

Este cenário nos impõe a tarefa de repensar tanto os objetivos do país neste mercado quanto a sua estrutura normativa. A Ancine pode contribuir com esse debate a partir de sua obrigação: subsidiar os Poderes Executivo e Legislativo no processo de regulação do segmento de vídeo sob demanda em curso, de *streaming* de vídeo e de jogos eletrônicos. Temos aí um grande desafio: produzir consensos que criem uma política pública de regulação e fomento, em um ambiente de relacionamento saudável entre as instituições dos Poderes constituídos e os agentes econômicos que atuam no setor, para a devida promoção e fruição do audiovisual brasileiro.

A Constituição Federal dá as linhas gerais sobre os princípios e objetivos a perseguir no tratamento ao mercado audiovisual. A liberdade de criação, expressão e informação é o norte mais importante a destacar. A Constituição vincula esse princípio também à vedação de situações anticompetitivas. Na minha leitura, a capacidade de distribuir os conteúdos também interfere nessa liberdade de expressão. Os vários olhares presentes na sociedade brasileira devem ter meios e oportunidades não apenas de serem produzidos e se expressarem, mas também de serem compartilhados, serem vistos e ouvidos no cinema, na televisão, nos serviços de vídeo sob demanda.

O segundo princípio a destacar é o comando constitucional de que o audiovisual deve ser um vetor de desenvolvimento para o Brasil, para as empresas e para os profissionais brasileiros. O Brasil não é um país qualquer nesse mercado. Seja pelo tamanho do seu mercado interno, seja pela incrível criatividade e diversidade dos brasileiros, seja pelo volume, história e prestígio internacional de suas obras e autores, o país pode almejar um lugar importante na produção e circulação de bens audiovisuais. Isso sugere buscar tratar as atividades audiovisuais como fator de emprego e renda para muitos jovens profissionais, além de projetar a imagem de um país democrático, diverso e plural no exterior.

Em que pese a necessidade de trabalho contínuo de conquista de mercados para nossos filmes, séries e jogos eletrônicos no exterior, não podemos negligenciar o maior mercado de língua portuguesa a ser conquistado, o próprio Brasil. E isso passa por ações de desenvolvimento regional, a partir da sensibilização dos agentes públicos e privados em cada unidade federativa, através da melhor circulação da informação sobre as políticas de financiamento e diagnóstico e mapeamento da economia do audiovisual e seu valor agregado. A expansão do mercado interno implica também o esforço coordenado de estímulo à associação entre a produção independente e os *players* dos segmentos de TV aberta, TV paga e vídeo sob demanda em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cada unidade da Federação, a partir da potencialização do mercado de licenças de exploração comercial e de comunicação pública. A resultante seria um mercado de licenciamentos mais dinâmico e mais diversidade na oferta de conteúdos ao público, garantindo a maior presença e proeminência da obra brasileira. Vale destacar a exitosa experiência da regulação de cotas da TV paga e seus expressivos resultados, com dezenas de parcerias entre programadoras de TV paga e produtoras audiovisuais independentes e pesquisas de consumo apontando a boa recepção das obras pelo público.

Ao longo dos últimos 30 anos, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados nunca faltaram quando foi necessário construir a legislação de apoio à regulação do audiovisual, sempre no sentido de que o Brasil possa ser ao mesmo tempo um grande mercado consumidor e mercado produtor e exportador de obras audiovisuais brasileiras de produção independente.

Para atender aos princípios mencionados, precisamos de um ambiente de negócios mais competitivo e dinâmico no setor audiovisual. Os serviços audiovisuais brasileiros vivem uma crise. A expansão das salas de cinema foi interrompida. A TV paga enfraquece pela competição com serviços de vídeo sob demanda. A TV aberta tem suas receitas de publicidade em grande queda, capturada pelas mídias digitais. Há demissões em larga escala, queda de qualidade na programação e rebaixamento dos critérios de publicidade. E estes serviços, mais o VOD nacional, enfrentam a concorrência desigual de serviços de escala internacional extremamente alavancados e que dispõem de condições regulatórias e tributárias assimétricas em relação aos serviços nacionais tradicionais. Anoto que, apesar de tudo isso, as mídias tradicionais brasileiras são as que mantêm a fidelidade de 70% da população.

O caso do cinema é especialmente emblemático e preocupante. Temos uma grande, qualificada e prestigiosa produção de filmes, conquistada a duras penas. No entanto, o último semestre trouxe um *market share* de apenas 1% para estes filmes. Temos visto a rede exibidora paralisar sua expansão, hipertrofiar a colocação do mesmo título na maioria de suas salas, desconsiderando critérios mínimos de qualidade dos serviços, e excluir títulos brasileiros. As receitas de bilheteria têm queda, e a solução individual dos exibidores os têm colocado sob maior dependência de alguns poucos títulos, o que, como no passado, tende a gerar estagnação.

Entendo este momento do mercado audiovisual como muito instigante. Esta é uma hora de definições estratégicas, tanto para o setor como para o país, em que objetivos de desenvolvimento podem ser pautados a debate público, planejados em políticas que acelerem o desenvolvimento regional, promovam a aproximação da cultura com a educação, criem um ambiente de estímulo para a adesão de jovens profissionais, projetem a imagem criativa e desassombrada do país no mundo.

Há também oportunidades a serem mais bem exploradas no cenário do audiovisual brasileiro, como a atuação das plataformas de *streaming* de vídeo, que mobilizam significativo recurso privado para a contratação de serviços junto a produtoras audiovisuais. Esse cenário sugere que um empreendedor brasileiro poderá organizar sua carteira de projetos e definir a estratégia do que encaminhar como prestação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de serviços a essas plataformas e o que eleger como gestão de direitos patrimoniais de produção independente a partir do financiamento público.

Temos um mercado com muitos criadores, profissionais e empresas qualificados, a despeito dos problemas. Precisamos cuidar para que esse potencial se desenvolva, para que as empresas brasileiras tenham condições de competir e para que a diversidade dos olhares dos nossos criadores e programadores de conteúdos encontrem seus públicos.

Finalizo, fazendo um cumprimento geral. Que possamos produzir consensos e trabalhar em harmonia para o melhor desenho regulatório de fomento. Que alcancemos potencializar a criação e circulação de propriedade intelectual brasileira independente nos mercados nacional e internacional. Que tenhamos sabedoria para pavimentar o mercado brasileiro de transação de direitos autorais patrimoniais a partir do melhor entendimento com os entes federados tomando o investimento no audiovisual como estratégia de dinamização da economia. Que bons ventos soprem para o desenvolvimento do audiovisual brasileiro. Espero contar com a confiança das Sras. Senadoras, dos Srs. Senadores, para cumprir essa honrosa missão. O que nos guia são os interesses do Brasil e da sociedade brasileira.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada. Parabéns pela apresentação!

Nós recebemos algumas questões pelo e-Cidadania; vou passar para os Senadores presentes e logo em seguida vou alternando com a leitura das questões apresentadas pelo público.

Senador Humberto Costa, Relator.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Bem, primeiro, fiquei muito honrado por ter sido indicado para fazer o relatório da indicação do Dr. Paulo Alcoforado para a Ancine e entendo que ele preenche todos os requisitos necessários para, à frente da Agência, desenvolver um trabalho muito importante de fortalecimento do audiovisual brasileiro. Entendo que a sua manifestação neste momento, com esse documento que ele elaborou e ao qual tive acesso, responde a uma série de questionamentos e de preocupações que hoje todo o setor do audiovisual tem no nosso país. Mas, de toda sorte, eu gostaria de fazer três perguntas cujo objetivo é muito mais de reforçar um entendimento do posicionamento do Dr. Paulo Xavier, embora eu entenda que na sua manifestação, de alguma forma, isso foi contemplado, no pouco tempo que V. Sa. teve, para fazer a sua explanação. Aliás, um tempo regimental.

Bom, minha pergunta é a seguinte: no Festival de Gramado, há poucos dias, as entidades e os profissionais do audiovisual, presentes ao festival em sua 51ª Edição, destacam e defendem três marcos legais fundamentais para o desenvolvimento da indústria audiovisual brasileira e a valorização da cultura nacional. Aliás, são temas que estão em debate aqui no Congresso Nacional. O primeiro deles é a cota de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tela, que no nosso entendimento – e eu sou Relator de um projeto apresentado pelo Senador Randolfe Rodrigues – é essencial para garantir a presença mínima da produção nacional nos mercados de salas de cinema e na TV por assinatura. O segundo, a necessidade de assegurar a justa remuneração do direito autoral para os autores, diretores, produtores de obras audiovisuais quando suas obras são exibidas no ambiente digital, a exemplo de práticas já estabelecidas em inúmeros países. E o terceiro é a importância da regulação das plataformas de vídeo por demanda (VOD), assegurando a presença de títulos brasileiros independentes nas plataformas, bem como seu destaque nos catálogos de oferta ao consumidor e estabelecendo a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), bem como um mecanismo de investimento direto na produção nacional independente. A pergunta é: como a Ancine atuará no sentido de responder aos anseios expressos nessa carta de Gramado, da semana passada?

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – O Sr. Murilo Figueiredo, da Bahia, faz uma pergunta: "Como fortalecer o cinema nacional, incentivando obras de qualidade e impulsionando a indústria audiovisual brasileira?".

A Isadora Fleury, de Goiás, pergunta: "O que será considerado prioritário na distribuição [...] [dos] recursos [da agência] [...]?".

Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Para interpelar.) – Bom dia, Sra. Presidente, Professora Dorinha.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Bom dia.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Cumprimento também o indicado à Ancine, o Sr. Paulo Xavier.

Sr. Paulo, eu tenho algumas perguntas que são até temas que estão tramitando aqui na Casa, como o PL 2.796, de 2021, que cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos e para os jogos de fantasia. Aproveitei muito a oportunidade de você estar aqui, hoje, porque é um projeto que divide opiniões. Inclusive existia um requerimento de urgência para votação em Plenário, e nós avocamos novamente para a CAE, para fazermos uma audiência para maior entendimento, Sra. Presidente, da situação, entendermos melhor a pauta, para não fazemos essa votação, esse debate meio que de forma célere, sem o devido debate.

Então, uma das polêmicas envolvidas com a proposição se refere ao tratamento dado a esse segmento. O PL enquadra os jogos eletrônicos no setor de tecnologia e informática. Entretanto, parte expressiva dos desenvolvedores desses jogos entende que a atividade é muito mais ampla, inclusive por envolver justamente questões relacionadas à cultura, mais especificamente ao segmento de audiovisual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alegam que há elementos que assemelham as atividades a obras audiovisuais, como cinema. Inclusive, há jogos que viraram filmes e filmes que viraram jogos. Não se trata, portanto, de um simples *software*.

Gostaria de indagar o indicado, o Sr. Paulo Xavier, sobre o que acha acerca do enquadramento dos jogos eletrônicos também no segmento audiovisual.

Outra pergunta: a Ancine, principalmente o setor audiovisual brasileiro, passou por muitas dificuldades, que nós acompanhamos aqui ao longo desses últimos quatro anos. Eu gostaria de indagar ao indicado: quais foram os principais danos causados ao setor no período? Desculpa, porque eu cheguei no final da sua fala. O que pretende fazer para enfrentar esses problemas, na condição de diretor da agência? E como nós, o Congresso Nacional pode auxiliar nessa tarefa?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senadora Leila.

Passo a palavra para o Sr. Paulo Xavier Alcoforado, para responder os questionamentos colocados até agora.

O SR. PAULO XAVIER ALCOFORADO (Para expor.) – Vou começar respondendo às questões do Senador Humberto Costa, que muito me honra sendo o meu Relator.

Acho legítimas as manifestações e as questões levantadas pelo Festival de Gramado. A primeira questão, sobre a cota de tela, é importante destacar que as cotas de telas em salas de exibição de cinema existem desde a década de 30 do século passado. A motivação para que elas fossem criadas e permanecessem por tanto tempo foi a presença de uma cinematografia de um país ocupando grande parte do mercado brasileiro e a necessidade, como o Senador Humberto Costa colocou, de garantir uma presença mínima do audiovisual brasileiro circulando no segmento de salas de exibição. Eu acredito que se mantêm as circunstâncias que motivaram a criação da cota de tela.

Segunda questão, a justa remuneração do direito autoral. Trata-se aqui, Senadoras, Senadores, demais pessoas, autoridades, de fazer com que o Brasil passe a praticar e que a legislação brasileira se atualize em relação às melhores práticas dos melhores mercados regulados, dos melhores ambientes do audiovisual no mundo. Então, remunerar o direito autoral de todos os talentos e profissionais que trabalham, que agregam valor à produção dos conteúdos audiovisuais, produtos de bem simbólico, fundamentais para o nosso próprio entendimento como identidade brasileira.

E a terceira questão do Senador Humberto Costa sobre a regulação do segmento de vídeo sob demanda, preciso dizer, é muito próxima. As principais economias de mercado têm regras, elas regulam o segmento de vídeo sob demanda. É só observar o que acontece nos Estados Unidos, no Reino Unido, na Alemanha, na França, na Itália, na Austrália, na Coreia do Sul. Então, trata-se de encontrar a melhor relação possível entre os agentes de mercado brasileiros e os agentes de mercado estrangeiros que atuam no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiente brasileiro para encontrar a melhor equação para o desenvolvimento do mercado audiovisual brasileiro.

O Murilo Figueiredo fez uma pergunta sobre como fortalecer o cinema nacional. Eu acho que essa questão, Murilo, está relacionada a garantir, por exemplo, mecanismos como a cota de tela, como a cota de programação em TV paga e, paralelamente, garantir meios de financiamento a essa produção pela produção independente, pelas empresas brasileiras de produção independente em todas as regiões do país, nas 27 unidades federativas. Então, eu acho que não é exatamente uma novidade, mas isso tem que ser algo que tem que ser aperfeiçoado permanentemente, porque há muitos brasileiros, há muitos produtores.

No meu estado, por exemplo, a Bahia, há 706 empresas registradas na Ancine, em 23 dos 27 territórios de identidade da Bahia. Então, nós precisamos olhar para todas essas empresas, precisamos dialogar com elas nas 27 unidades federativas.

A Isadora pergunta: "O que será prioritário na distribuição dos recursos [de financiamento pelos mecanismos geridos pela Ancine]?". Eu acho que a legislação já dá os sinais, já dá, já dá um norte...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO XAVIER ALCOFORADO – ... para a construção do Plano Anual de Investimentos do Fundo Setorial do Audiovisual, dá um norte também para as regras que estabelecem os parâmetros de financiamento via renúncia fiscal também.

Então, o desafio da Ancine é estabelecer um regulamento geral que crie critérios de admissibilidade, que consiga se relacionar com todo esse setor audiovisual e que permita que essa produção atenda a esses critérios de regionalização que eu coloquei, mas que ela consiga estimular a criação, a produção e a circulação de propriedade intelectual brasileira independente, em convivência com a propriedade intelectual que não é independente e que também ocupa um lugar legitimamente nos veículos, nos segmentos de mercado.

Então, eu acho que a prioridade na distribuição de recursos está relacionada a tentar entender qual é o melhor equilíbrio para isso e como é que nós podemos fomentar o desenvolvimento dessas empresas para que produtos de bens simbólicos possam ser criados, possam ser produzidos e possam circular para todos os brasileiros.

A Senadora Leila apresenta duas questões: uma primeira que é uma questão muito cara, Senadora, porque, em 2008, quando fui Diretor da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, eu criei o edital BR Games, e, na Ancine, em 2016, eu criei a linha do Fundo Setorial do Audiovisual de jogos eletrônicos. Então, eu não tenho nenhuma dúvida de que os jogos eletrônicos fazem parte do escopo do audiovisual, só que o audiovisual interativo, não é? São relações fundamentais. Se a gente... Hoje, a gente observa a importância do audiovisual, vamos chamar, clássico e o audiovisual interativo na formação e organização dos olhares, organização das experiências das pessoas, e nós precisamos lidar com isso e estimular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão dos *games*, dos jogos eletrônicos tem uma questão aí em paralelo, que eu acho que é uma questão que faz parte de uma das suas perguntas em relação a qual o papel do Congresso Nacional em relação a isso. Parece-me, salvo melhor juízo, que a Lei dos Direitos Autorais precisa se aproximar de uma melhor forma dos jogos eletrônicos, porque ela reconhece o *software*, ela reconhece o personagem, ela reconhece a trilha sonora, ela reconhece alguns elementos, mas ela não reconhece a mecânica de funcionamento do jogo eletrônico. E, a partir do momento em que não há um amparo do que é esse arranjo dos jogos eletrônicos, isso gera uma série de externalidades, entre elas a questão de tributação excessiva, que acaba desestimulando a produção disso. Nós temos muito talento na produção de jogos eletrônicos no Brasil, e isso precisa ser entendido como uma expressão do audiovisual brasileiro.

A sua segunda pergunta é sobre o período de dificuldade: a Ancine passou por dificuldades no último período. Quais os principais danos ao setor no último período? Qual o papel do Congresso?

Eu acho que, como o Senador Humberto Costa colocou, tem muitas questões importantes do audiovisual tramitando no Congresso Nacional, no Senado Federal, na Câmara dos Deputados neste momento e são questões fundamentais para que a Agência Nacional do Cinema tenha um norte para ela poder executar seu trabalho, mas ela também sempre se colocou, e não há por que não se colocar, e com o meu ingresso, se assim as senhoras e os senhores entenderem, eu vou só estimular e fortalecer essa relação.

A Ancine tem muito o que ajudar no sentido de todas essas pautas aí, fornecendo dados. Ela tem um conjunto de servidores que acompanham série histórica de todos esses segmentos dessas relações do mercado de direitos de propriedade intelectual.

No último período, a Ancine passou por dificuldades conhecidas por todos, mas a atual diretoria da Ancine soube manter, preservar a sua estrutura básica. Houve pouquíssima perda regulatória. Houve alguma, mas pouquíssima perda regulatória, e ela soube manter as ferramentas essenciais para que a gente possa retomar a melhor *performance* da agência.

Salvo engano, eu acho que respondi às questões.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Sra. Presidente, é com muita satisfação que eu a vejo presidindo a nossa Comissão de Educação, apesar das circunstâncias que determinam a ausência do nosso querido amigo Flávio Arns. E eu gostaria de deixar consignado aqui a reiteração da minha solidariedade a este querido amigo, sobre quem eu sempre brinco, dizendo que é o quarto Senador de Santa Catarina, posto que a sua família é de Forquilhinha, tanto os Steiner, da mãe dele, quanto os Arns, do pai dele. São famílias tradicionalíssimas do sul do nosso Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A perda de um filho é inconsolável pelos humanos. Tem que haver alguma força auxiliar – ouviu, Leila? Não há *smash* que resolva. Só com colaboração externa, de acordo com a fé que cada um tenha.

Mas é um prazer vê-la presidindo uma Comissão que tem como principal foco algo que faz parte da sua vocação e da sua dedicação pública.

Eu quero dizer ao Sr. Paulo Xavier Alcoforado – é assim o nome dele, não é, Humberto?

Sabe por que eu estou falando isso, não é? (*Risos.*)

Porque houve uma pane. (*Risos.*)

Isso já foi superado.

Mas ele sabe disso. Eu não estou agindo de surpresa, nem subitamente.

Eu tenho um pouquinho de experiência nessa questão de poder público e cinema. Não para editar o que vai ser feito, mas para estimular e cobrar resultados. Tanto como Prefeito quanto como Governador, eu acho que procurei dinamizar e criar leis municipal e estadual e hoje eu tenho uma coleção de perguntas que vou resumir numa só.

Eu tenho uma coleção de perguntas que eu vou resumir numa só: o senhor vai cumprir, na medida das possibilidades, o pressuposto da descentralização pelo Brasil afora de recurso para estimular as várias modalidades, hoje cada vez mais variadas, de produção de audiovisual pelo Brasil afora? Além dos centros já consagrados, o senhor vai ajudar de que maneira os centros não consagrados? Essas são as minhas perguntas e é isso que eu pretendo, como Parlamentar, também lhe cobrar.

Então, eu resumo as perguntas assim até porque eu sei que muitas outras já lhe foram feitas nesse sentido. Por exemplo, o senhor sabe quais são os polos cinematográficos do Piauí? Senadora Jussara, estou perguntando para ele se ele sabe quais são... por onde ele começaria a filmar o Piauí?

Essa pergunta foi só para provocar a Senadora. A minha pergunta é a original.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Valdemagno Torres, de Pernambuco, faz uma pergunta: "Como democratizar o acesso aos financiamentos na área audiovisual? Como fazer para [...] [que os contemplados não sejam sempre os mesmos]?".

"Qual a possibilidade de [...] [haver um percentual obrigatório] de filmes nacionais nos conglomerados de cinema?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"A Ancine foi sucateada e teve editais interrompidos, [...] [os editais serão retomados]?". Essas perguntas se repetem. A Kellen Casara, de São Paulo, faz essa pergunta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – As três primeiras foram encomendadas por mim. (*Risos.*)

Reprodução ou detalhamento das que eu perguntei.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Essa pergunta sobre os editais se repetem.

Kalipigio Mauro, do Pará, pergunta: "Haverá um olhar igualitário [...] [para] todos os estados, [...]? Como os pequenos conteúdos digitais [...] [estarão] inseridos nesse contexto?".

Paola Vieira: "[...] como [...] [tentará] colaborar com a urgente aprovação no Congresso da lei que une cotas para o cinema e para a TV paga [...]?

Suzana Amado, do Acre: "[...] [haverá retomada das] políticas de incentivo à difusão de filmes, especialmente em festivais e mostras audiovisuais?"

Eu vou lhe entregar.

Eu acho que já tem um conjunto. Enquanto isso...

Tem uma pergunta também sobre a política prevista para a regulamentação de *streamings*, da Gisele Barreto, do Rio de Janeiro.

Com a palavra, o Sr. Paulo Xavier.

O SR. PAULO XAVIER ALCOFORADO – Senador Esperidião...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO XAVIER ALCOFORADO – Então, eu respondo a sua questão...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Já voltei' "sim" em você.

O SR. PAULO XAVIER ALCOFORADO – Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor me permite. Só porque estou aqui já recebi várias mensagens ratificando e detalhando a minha pergunta.

O SR. PAULO XAVIER ALCOFORADO (Para expor.) – Ótimo, porque sua pergunta você vê que foi acompanhada pelas questões do Valdemagno, da Kellen, do Mauro, de muitas pessoas ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – As três primeiras.

O SR. PAULO XAVIER ALCOFORADO – Eu me sinto muito mais à vontade para falar de desenvolvimento regional até do que jogos eletrônicos, porque a minha trajetória na gestão pública se confunde com o desenvolvimento regional. Eu pude apresentar aqui às senhoras e senhores a questão do programa DOCTV, que era um programa de regionalização do financiamento de documentários nas 27 unidades federativas e articulação de um circuito nacional de teledifusão a partir das emissoras públicas, educativas e culturais também nas 27 unidades federativas. (*Pausa.*)

Essa experiência do programa DOCTV foi uma experiência que eu pude exercitar entre 2003 e 2008, até quando eu fui para a Secretaria do Audiovisual, e foi uma experiência, um aprendizado muito grande, porque ela consiste no diálogo permanente com polos estaduais do DOCTV, que eram compostos pela representação da Associação Brasileira de Documentaristas em cada estado e pela representação da TV pública educativa e cultural em cada estado. Então, nós trabalhamos, ao longo de 2003 a 2008, em diálogo permanente num esforço muito importante de desenvolvimento regional. Essa política foi responsável não só pela produção de mais de 200 documentários como esses nas 27 unidades federativas, e esses documentários circularam para todo o país em sinal aberto de televisão pública, mas, além disso, essa experiência acabou estimulando convites de organismos internacionais que reuniam autoridades audiovisuais na América Latina, a Conferência das Autoridades Audiovisuais e Cinematográficas Ibero-Americanas e também Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, e nós tivemos dois programas internacionais, o programa DOCTV América Latina e o programa DOCTV CPLP, que foram programas que, a exemplo do Brasil, deram conta de profundas assimetrias, por exemplo, entre o Brasil e a Bolívia, no DOCTV América Latina, ou o Brasil e o Timor Leste, no DOCTV CPLP. Então, isso não seria possível – essa experiência – sem o exercício do diálogo e da construção conjunta junto à produção independente e a televisão pública nas 27 unidades federativas entre 2003 e 2009.

Depois disso, quando eu fui à Ancine, implantei duas linhas relacionadas ao desenvolvimento regional: a linha de tevês públicas, que é uma linha que financia a produção independente para destinação inicial por TVs comunitárias e universitárias, mas distribuídas pela Empresa Brasil de Comunicação, e também pelas educativas e culturais; e esse programa – e aqui, com essa resposta, Senadora Professora Dorinha...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO XAVIER ALCOFORADO – ... eu encaminho uma resposta a outras questões em relação à democratização e estímulo à difusão das obras independentes também – a linha de TVs públicas resolve uma questão de uma dificuldade de algumas empresas produtoras que têm dificuldade de se aproximar de televisões, de emissoras de televisão ou de canais de programação na TV paga, porque essa linha de TVs públicas já oferece o licenciamento em caráter não oneroso desde que esses conteúdos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

componham a grade de programação da televisão pública, e nós falamos de linhas de TVs públicas com mais de 200 televisões, entre emissoras de canal aberto, canais de programação de TV paga. Ela, então, além de financiar a produção independente, além de gerar conteúdo para o campo público de televisão, consegue incluir uma série, um sem número de empresas produtoras que têm dificuldade em atrair televisões que garantam o licenciamento em caráter oneroso.

Um terceiro exemplo ainda de desenvolvimento regional é a experiência da linha do Fundo Setorial do Audiovisual, que eu também implantei e executei na Ancine, que é a linha de arranjos regionais e de coinvestimento junto aos entes federados. Era uma linha de estímulo ao investimento pelas prefeituras das capitais, pelos governos estaduais. À medida que eles aportassem recursos, o Fundo Setorial do Audiovisual aportava recursos também, ele casava recursos. A regra, de início – depois essa regra foi se aperfeiçoando –, era... E aí, para responder a uma pergunta do Senador Esperidião Amin em relação a como garantir uma compensação em relação a regiões menos atendidas, por exemplo, nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, quando a linha foi criada, a cada R$1 colocado por um ente federado, o Fundo Setorial do Audiovisual colocava R$2; na Região Sul e nos Estados de Minas e Espírito Santo, a cada R$1 colocado por cada ente federado, o Fundo Setorial do Audiovisual colocava R$1,50; nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, para cada R$1 colocado, o Fundo Setorial do Audiovisual colocava R$1. Essa relação foi se aperfeiçoando, de modo que o Fundo Setorial do Audiovisual passou a colocar mais recursos e acabou estimulando mais a produção no Norte, no Nordeste, no Centro-Oeste, no Sul, em Minas e no Espírito Santo.

Para finalizar essa questão aqui, eu queria dizer que o Fundo Setorial do Audiovisual, de forma infralegal, define que 10% dos recursos do fundo sejam destinados ao financiamento a projetos de empresas sediadas na Região Sul e nos Estados de Minas e Espírito Santo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – No Fames.

O SR. PAULO XAVIER ALCOFORADO – Exatamente.

Eu participei dessa formulação. Então, foi uma decisão nossa para melhor garantir as decisões.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor me permite uma interrupção?

O SR. PAULO XAVIER ALCOFORADO – Por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É neste ponto.

Primeiro, eu acho que o seu diagnóstico e a retrospectiva estão perfeitos, mas sou portador de um apelo no sentido de sugerir que essa determinação quanto ao mínimo de investir de 10% para esta região, que, convenhamos, tem produzido e tem demonstrado capacidade de produção... Espírito Santo: imagine o Senador Fabiano Contarato dirigindo uma produção audiovisual! Vai ser feérica e, se ele não tiver nenhum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ímpeto como delegado, não será violento. Esqueça que eu estou falando isso, mas eu sei que o senhor está aí. Não pense que eu estou falando pelas costas. Estou falando para estimular o senhor a pedir mais do que eu vou pedir.

Então, Espírito Santo, Minas Gerais e os três estados do Sul reivindicam – e eu sei que vou contar com o Senador Contarato como paladino nesta luta – aumentar esses 10% para 20%, em função até do cenário que esses cinco estados, no caso, de duas regiões representam.

Tenho certeza de que o Senador Contarato, desta vez, vai me acompanhar sem discussão.

Muito obrigado.

O SR. PAULO XAVIER ALCOFORADO – Não sei se tem alguma questão aqui que eu deixei de responder. Cotas de cinema e TV paga eu acho que já coloquei na resposta ao Senador Humberto Costa. Regulação do vídeo sob demanda também coloquei. Quanto à estimulação e difusão de obras, eu acho que, assim, o mercado audiovisual é um organismo vivo. Essas relações vão evoluindo. O cenário se modifica. Hoje, por exemplo, há um cenário muito interessante de plataformas de *streaming* financiando, colocando recursos para financiar o desenvolvimento e a produção de projetos junto a empresas produtoras, e isso aponta para um cenário diferente daquele que eu tive na primeira passagem pela Ancine. Permite, por exemplo, que o financiamento público se organize, para que as empresas possam lidar com a prestação de serviço junto a essas plataformas, mas também com a gestão de produção independente a partir do financiamento público.

Então, eu acho que se trata de fazer um diagnóstico, uma leitura desse momento, do cenário audiovisual e pensar as melhores formas para estimular a produção de todos e por todos.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – "Como será a cooperação da Ancine com a educação básica, no sentido de auxiliar esta a cumprir o que consta na Base Nacional Comum Curricular?". Essa pergunta é da Lucineide Alessandra, do Distrito Federal.

O Sr. Gabriel Gomes, de São Paulo, faz uma pergunta: "Sob sua gestão, haverá uma maior preocupação quanto à imagem do Brasil transmitida [...] pelos filmes nacionais?".

O Sr. Pablo da Silva, do Rio Grande do Sul: "Como [...] pretende lidar com a pirataria e a proteção dos direitos autorais no cenário [...] da distribuição dos conteúdos audiovisuais?".

O Sr. André Carrão, do Paraná: "Para evitar a elitização das salas de cinema, haverá em seu mandato alguma medida de regulação de preços?".

Eliane Cóster, de São Paulo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO XAVIER ALCOFORADO (*Fora do microfone*.) – Essa última pergunta eu acabei não entendendo.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – "Para evitar a elitização das salas de cinema, haverá [...] alguma medida de regulação de preços?". Essa é do André Carrão, do Paraná.

Eliane Cóster, de São Paulo: "Quais medidas [o senhor] [...] propõe para fomentar a igualdade de gênero nas produções?".

"Como pretende aumentar a participação do audiovisual no mercado internacional?"

Essas são as últimas questões para as suas considerações. (*Pausa.*)

O SR. PAULO XAVIER ALCOFORADO (Para expor.) – Pois bem, cooperação da Ancine com a educação. Eu tive oportunidade de falar aqui sobre a importância do audiovisual na formação, inclusive, na cognição dos sentidos, na organização das experiências das pessoas hoje pela universalização, principalmente pela telefonia móvel, os *softwares* de captação, edição e postagem de vídeos amadores e semiprofissionais em redes de relacionamento com suporte à internet. E isso tem um impacto gigantesco que eleva o audiovisual. Quer dizer, hoje se consome o audiovisual para tudo, para além do entretenimento e informação. E isso traz uma questão para a gente, que é uma questão não só do mercado audiovisual brasileiro, que é o escopo onde a atuação da Ancine se circunscreve. Essa é uma questão maior do que esta: como lidar com o audiovisual, que equivale quase a uma linguagem e que extrapola as relações de mercado e as relações mesmo de entretenimento e de informação, as funções de entretenimento e informação. Eu acho que o caminho natural aí são políticas públicas pensadas em conjunto pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Cultura. E é impossível não olhar para a rede pública de ensino e pensar como trabalhar isso.

Então, eu não tenho as respostas, eu só reconheço o imenso desafio que é trabalhar o audiovisual e a educação. E o que eu posso dizer aqui é que o meu empenho, o meu compromisso, dentro dos limites da circunscrição, da atuação da Ancine, das relações de mercado, a Ancine vai atuar nisso. Tem o campo público de televisão, que tem emissoras educativas e culturais, emissoras universitárias, o próprio Ministério da Educação tem assento no Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual, mas a Ancine pode atuar também em suporte à Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura naquilo que extrapolar seu escopo. Então, eu só estou aqui reconhecendo a importância e esse imenso desafio que precisa ser enfrentado com certeza.

Pois bem, eu não sei se eu entendi muito bem, mas a pergunta é: como cuidar da imagem do Brasil pelos filmes nacionais. Eu acho que os filmes nacionais projetam a melhor imagem do Brasil no exterior, basta ver a presença do... E não só os longas-metragens, mas séries de televisão, vamos olhar aí para as séries de animação, as séries de animação brasileiras, produção intelectual brasileira, que estão circulando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em mais de 150 países, que frequentam os principais mercados de televisão, de animação no mundo. Há jogos eletrônicos produzidos com milhões de *streaming* em todo o mundo.

Então, a gente precisa ter essa percepção do alcance do audiovisual brasileiro no mundo e, para isso, políticas da Ancine, desde a época em que eu estava, foram muito importantes. Por exemplo, convidar curadores de festivais de cinema internacionais a virem ao Brasil e fazer ao mesmo tempo uma seleção dos produtores que apresentam seus filmes, para que esses curadores selecionem e possam assistir; mercados internacionais, aonde nós podemos levar séries, longas-metragens e jogos eletrônicos brasileiros. Geralmente essas ações acontecem, naturalmente, com o suporte da Ancine, mas com o suporte também da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, com o suporte da Apex. Então, isso tem sido muito comum. A gente precisa estimular e avançar com essas ações.

Então, eu acho que o audiovisual brasileiro projeta uma imagem muito especial do Brasil no mundo desde tempos passados e acho que o Brasil está muito bem representado.

Pirataria e direitos autorais, como contribuir com isso? Isso é uma aproximação da Agência Nacional do Cinema, Ministério da Cultura, Ministério da Justiça, uma parceria para ver como podemos atuar em conjunto para garantir que os detentores de direitos patrimoniais sobre cada obra possam ser remunerados por isso. Então, isso se faz, entre outras ações, a partir do combate à pirataria.

Como evitar a elitização das salas de cinema, se haveria alguma condição da regulação de preços. Bem, a Ancine não tem competência para fixar valores para os serviços audiovisuais, isso extrapola o escopo da Agência Nacional do Cinema, o escopo legal, mas, para não ficar nessa resposta apenas, nós temos, sim, como estimular a expansão do parque exibidor de cinema. Nós vemos várias iniciativas de expansão a partir de cinemas de rua, processos de interiorização. A própria Ancine, a partir do Fundo Setorial do Audiovisual, tinha uma linha que pode ser retomada, reformulada, o Cinema da Cidade, que é uma linha que se constrói a partir de um arranjo produtivo local, a Agência Nacional do Cinema, o governo estadual e a prefeitura do município, a partir da identificação de um empresário que explore e que implante uma sala de exibição. Tem financiamento para isso e tem uma linha também para a expansão do parque exibidor em relação aos grandes grupos exibidores. Nós precisamos melhorar a relação entre o número de salas de cinema e o número de habitantes no país. Nossa relação não é boa no momento, ela já foi muito melhor e a gente precisa retomar a expansão de salas de cinema no país.

Fomento à igualdade de gêneros.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO XAVIER ALCOFORADO – Isto é um caminho sem volta, fomento à igualdade de gêneros. Essa questão que se faz a partir das cotas precisa avançar. A Ancine tem, no último período, há uns dez anos, tratado essa questão, tem discutido. Algumas questões vieram, houve alguns retrocessos no último período, mas essas questões precisam ser retomadas não só em relação ao conteúdo dos filmes, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo em relação a cargos de chefia dos departamentos do audiovisual e também – por que não? – na composição societária das empresas proponentes de projetos que merecem financiamento a partir de mecanismos geridos pela Ancine no fomento direto, como o Fundo Setorial do Audiovisual, mas também no fomento indireto, como a Lei do Audiovisual.

E como aumentar a participação no mercado internacional? Eu acho que eu dei alguns exemplos já aqui sobre isso, essa questão já respondi também.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senadora, só para fazer uso da palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Senador Jaques Wagner, por favor.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar.) – Obrigado.

Primeiro, eu quero pedir escusas, como Líder do Governo eu deveria estar aqui o tempo todo, mas como V. Exa. sabe, aqui é tudo concomitante. Aqui ao lado nós tínhamos o Ministro do Turismo, que veio fazer sua exposição, estávamos na Comissão de Assuntos Econômicos com o Carf sendo discutido, então, peço vênia a V. Exa. e ao nosso querido Alcoforado.

Mas é só para dizer da minha alegria, Presidente, porque quem conhece a história desse jovem, apesar da barba branca, e pela serenidade com que ele respondeu as questões, já se percebe que é uma pessoa que domina completamente essa área, que tem profundidade, que tem contribuição a dar ao cinema brasileiro. Eu acho que é um acerto da Ministra Margareth e do Governo tê-lo indicado. Ele já disse aqui: passou por lá já e seguramente poderá fazer melhor ainda nesse momento.

Estamos com uma discussão também – não sei se foi votada na CAE – da cota...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Foi votada.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Foi votada? Passou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Da cota de tela. Porque eu sou muito contra extremos. Acho que a Casa já me conhece, eu detesto trabalhar nas pontas. Eu gosto de trabalhar... Na democracia, é sempre o campo do consenso. Então, não pode ser 100%, mas não pode ser zero. E é preciso que a gente consiga espaço para divulgar a produção cultural e cinematográfica brasileira. Ainda bem que passou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só lhe desejo uma bela atuação à frente da Ancine, mais uma vez.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Presidente, por gentileza...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, de igual forma, tal qual meu colega Líder do Governo, já foi dito por ele as razões de nós não estarmos aqui desde o começo. Acrescento ao rol exemplificativo que ele apresentou aqui o funcionamento de uma CPMI no dia de hoje.

Estávamos aqui na CAE nesse momento exatamente, Paulo, cuidando da votação da cota de tela, que foi aprovada lá na CAE e deve vir para essa Comissão. Nós vamos iniciar um diálogo, meu querido Senador Wagner – precisamos –, com os colegas Senadores, pela urgência do tema. Dia 12 de setembro não teremos mais cota de tela no Brasil, então, precisamos, necessitamos – você sabe muito bem, Paulo – ou aprovar com a urgência devida aqui na Comissão de Educação e Cultura ou encaminhar um requerimento de urgência para podemos apreciar no Plenário. Acredito, meu caríssimo colega Wagner, que vamos precisar de um trabalho de convencimento dos colegas Senadores nesse sentido.

Mas a razão pela qual passamos por aqui é para prestar as devidas homenagens e reiterar aqui o depoimento do currículo e da contribuição do Dr. Paulo Xavier para o cinema nacional. Eu tenho certeza, nós estamos com a expectativa de um tempo promissor para o cinema brasileiro, Paulo. Depois de um tortuoso inverno nos últimos anos, em que não só o cinema, mas a produção cultural brasileira sofreu todos os tipos de ataque, acho que chegou, em especial nesta área, na área da cultura, e sobretudo na área do cinema, a necessidade da reconstrução.

O nosso cinema é referência para o mundo. Eu acredito que, recentemente, o Festival de Gramado foi um pouco um manifesto disso. É por isso que nós precisamos de dispositivos legais como a cota de tela para proteger o cinema nacional. Foi dito, ainda há pouco, na reunião na Comissão de Assuntos Econômicos, que nós estamos, há duas semanas, com dois filmes estrangeiros que dominam as telas de todos os cinemas nacionais e estamos com outro problema na TV paga. É por isso que é urgente a aprovação dessa matéria.

Nas tarefas da reconstrução da política nacional do cinema, eu creio que você terá muito trabalho, Paulo, à frente da Ancine, mas competência não lhe faltará para isso.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Dr. Paulo Xavier.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO XAVIER ALCOFORADO (Para expor.) – Eu agradeço os comentários do Senador Randolfe e do Senador Wagner. Eu queria dizer para vocês, repetir uma coisa que eu disse na minha fala inicial, que os grandes temas do audiovisual estão passando no Congresso nesse momento. Temos aí também o desafio da regulação do segmento de vídeo sob demanda e, no final da minha fala, eu disse que espero que a gente seja capaz de produzir consensos com todos os setores, com todas as autoridades dos Poderes constituídos e com todos os agentes econômicos do mercado audiovisual, para que a gente consiga percorrer o melhor caminho, que a gente consiga assegurar um espaço para a empresa brasileira, para a obra brasileira de produção independente.

Então, eu queria reafirmar esse desejo e o meu esforço para construir esses consensos aí, para que a gente avance nesse sentido.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada.

Gostaria de agradecer ao nosso colega, Deputado Amauri, hoje da Assessoria Parlamentar do Ministério; ao Deputado Jorge Solla; à Deputada Alice Portugal, todos sempre referendando o seu trabalho.

Está encerrada a votação.

Determino à Secretaria que proceda à apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Aprovada a indicação do Sr. Paulo Xavier Alcoforado para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine), com 17 votos SIM, nenhum voto NÃO e nenhuma abstenção. Aliás, 4 votos NÃO e nenhuma abstenção. (*Palmas.*)

Nós desejamos sucesso e bom trabalho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, só a recomendação da devida urgência ao Plenário por parte desta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Será enviado em regime de urgência. (*Palmas.*)

Agradecemos a exposição e, ao mesmo tempo, a disposição do diálogo permanente com esta Comissão.

Bom trabalho.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 58ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e vinte e dois minutos do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Plínio Valério, Zenaide Maia, Augusta Brito, Paulo Paim, Fabiano Contarato, Laércio Oliveira e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Randolfe Rodrigues e Otto Alencar, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Flávio Arns, Mauro Carvalho Junior, Carlos Portinho, Magno Malta, Romário e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 58/2023 - CE, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Finalidade:** Discutir com especialistas a importância de instituir no calendário nacional o Dia Nacional das Olimpíadas Científicas e do Conhecimento. **Participantes:** Sr. Daniel Lavouras, Engenheiro aeronáutico (ITA) e Diretor de Inovação da Editora Serena; Sra. Silvana Copceski Stoinski, Líder da Política de Tecnologia no Ambiente Escolar e ex-Coordenadora do Programa Olímpico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Sr. Jean Carlos Antunes Catapreta, Coordenador da Olimpíada Nacional de Ciências (ONC); Sr. João Batista Garcia Canalle, Coordenador da Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA) e da Mostra Brasileira de Foguetes (MOBFOG); Sr. Leonardo da Costa Meireles, Coordenador da Vitalis; Sra. Nara Martini Bigolin, Cientista da Computação, Professora da Universidade Federal de Santa Maria e Coordenadora do Movimento Meninas Olímpicas; e Sr. João Vitor Garcia Geiss, Aluno do 8° ano do Fundamental II e multimedalhista olímpico. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Astronauta Marcos Pontes
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 58ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nessa data de 24 de agosto de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de discutir com especialistas a importância de instituir no calendário nacional O Dia Nacional das Olimpíadas Científicas e do Conhecimento, em atenção ao Requerimento nº 58, de 2023, da Comissão de Educação, de minha autoria.

Eu gostaria de somar também a isso algumas das propostas que eu tenho trabalhado aqui no Senado e que têm aderência a esse tema. Uma delas é o PL 3.650, de 2023, que institui o Mês Nacional da Olimpíadas Científicas e do Conhecimento, a ser celebrado, anualmente, no mês de julho; o PL 3.166, de 2023, que institui o Programa Bolsa Estudantil do Ensino Médio, destinado a conceder bolsa de estudo mensal para estudantes de baixa renda no ensino médio, regularmente matriculados em escola pública e participantes do Bolsa Família.

Eu acho que todo mundo que está aqui trabalha com educação e sabe da dificuldade de se manter os alunos no ensino médio e de trazer esses alunos para o ensino superior e também com relação ao ensino profissionalizante. Isso também não está aqui, mas eu criei a Frente Parlamentar para o Ensino Profissionalizante e Tecnológico, porque isso aí mudou a minha vida e eu tenho certeza de que pode mudar a vida de milhões de jovens no Brasil. Também o PL 3.168, de 2023, que determina que 10% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico sejam destinados à educação tecnológica. Quando eu estava como Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, fiz questão de elevar o tema de promoção e popularização da ciência ao nível de secretaria, porque entendo a sua importância. Iniciei esta sessão aqui falando da importância de se motivar jovens para as carreiras de ciência e tecnologia, de ajudar a formação de professores na área de ciência e tecnologia, de melhorar a estrutura para ensino de ciência e tecnologia, de melhorar a popularização da ciência para que a população saiba da importância e da ciência e tecnologia no dia a dia e para que nós tenhamos cada vez mais jovens interessados nessas carreiras.

Então, eu, sabendo disso e com a experiência de muitos anos trabalhando na NASA, onde isso é levado extremamente a sério, na divisão de *Outreach Programs*, onde você leva conhecimento para dentro das escolas, você leva ciência e tecnologia para dentro das escolas, você faz formação de professores... E por quê? Não adianta você ter a melhor tecnologia do planeta, se você não tiver jovens e interessados em ciência e tecnologia, nada disso vai servir para nada. E foi por isso que quando eu cheguei ao ministério, criei, então, a Secretaria de Promoção e Popularização da Ciência justamente com esse objetivo. E ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funcionou muito bem durante os nossos anos ali no ministério. Infelizmente, com a mudança do governo, a secretaria foi extinta, acredito que porque eles não conseguiram enxergar a importância, a grandeza de algo como isso para a formação de jovens. E agora a gente conta aí que algum se mantenha em pé para que essa promoção e popularização da ciência se mantenha no nível e no merecimento que é adequado.

Aqui no Senado, eu faço a minha parte. Justamente, acabei de ler alguns dos projetos de lei para tentar impulsionar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no país. Eu não falei da parte de inovação. A gente está trabalhando com várias coisas, como o marco legal das *startups*, como a Lei do Bem, etc.

Essa parte de ciência e tecnologia tem que ser levada muito a sério. Inclusive, um dos nossos projetos de emenda constitucional, que é a PEC 31, também de 2023, eleva o valor investido do PIB em ciência e tecnologia, no Brasil, do nível atual, em torno de 1%, que é o nível atual, para, em um período de dez anos, ser acrescido gradualmente, até o mínimo de 2,5%, o que vai nos colocar em um nível adequado com relação aos países que encaram, seriamente, a importância da ciência, tecnologia e inovação no desenvolvimento econômico e social do país. Também isso aí está prosseguindo aqui dentro do Senado.

Então, depois, eu tenho mais uma surpresa, para o final, mas, dando continuidade, ao nosso protocolo, gostaria de agradecer a presença dos nossos convidados, que serão os palestrantes desta tarde, e gostaria de agradecer também a presença do Rafael Vidal Aroca, pesquisador, Gerente de Inovação do Centro de Pesquisas Avançados da Wernher von Braun, que está aqui com a gente. Karizi da Silva, assistente da OBsat; José Moura de Figueiredo, comerciante da Ceará Arte em Festa. Está aí? Obrigado por ter vindo! Ricardo Albuquerque de Oliveira, especialista em Regulação de Aviação Civil e Coordenador da Agência Nacional de Aviação Civil. Obrigado! Aliás, é muito importante você estar aqui também, junto com a gente. Há tantos jovens que veem essa área. É importante essa participação. Raquel Bruna Cunha de Figueiredo, estudante do Colégio Novo Espaço. José Ulisses Manzzini Calegaro, membro do Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital de Base do Distrito Federal. Cadê? Está ali! (*Risos.*)

Éder José da Costa Sacconi, Coordenador da Olimpíada Brasileira de Agropecuária e Diretor da Agência de Inovação do Instituto Federal de São Paulo. Está ali. Obrigado por ter vindo! Pedro Sousa, representante do Ministério do Turismo. Está lá no fundo. Obrigado, Pedro. Marcelo Ramos, também representante do Ministério do Turismo, está com a gente aqui.

Então, vamos já chamar os nossos palestrantes. Como é que vai ser a dinâmica? Cada palestrante terá dez minutos para fazer a sua apresentação. Vou pedir para os que estão aqui e os que estão, remotamente, ouvindo também, para atentarem ao tempo, porque a gente tem um número considerável de palestrantes, senão, a reunião prossegue até muito tarde. Então, vamos focar nesses dez minutos.

Aqui dentro, para os que estão aqui, existem os relógios, que vão estar marcando o tempo. Quando faltar um minuto, vai tocar uma buzina. Quando chegar nos 15 segundos, vai aparecer uma voz bastante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proeminente que vai falar: "Quinze segundos". Eu posso prorrogar, um pouco, o tempo, mas eu vou pedir para que tentem terminar no tempo correto dos dez minutos.

Para aqueles que estão remotamente, como vocês não têm essas indicações do tempo daqui e não vão ouvir a buzina, vão ouvir só o aviso de 15 segundos, então, peço para que vocês controlem o tempo aí, com um cronômetro ao seu lado.

Então, vamos começar. No final de todas as apresentações, a gente abre para perguntas e discute a respeito dos temas que foram feitos na apresentação.

Assim que eu chamar os convidados, eu vou ler também aqui algumas das perguntas do e-Cidadania, que, aliás, está aberto a todas as pessoas que nos assistem remotamente para que participem, com comentários e perguntas, através do e-Cidadania no Portal www.senado.leg.br/ecidadania, tudo junto. Então, pode entrar lá e mandar a sua pergunta, que a gente vai ler a pergunta aqui para todos.

E eu já chamo, para se sentarem aqui ao meu lado, o Sr. Daniel Lavouras, Engenheiro Aeronáutico...

Cadê o Daniel, vulgo Bagual? (*Risos.*)

Engenheiro Aeronáutico formado no ITA, na minha turma, Diretor de Inovação da Editora Serena.

Bem-vindo!

O Sr. Jean Carlos Antunes Catapreta, Coordenador da Olimpíada Nacional de Ciências.

Aqui, depois, ele vai falar os números, mas teve um aumento estupendo do número de participantes, de alunos participantes.

Parabéns pelo trabalho!

O Sr. João Batista Garcia Canalle, mais conhecido como Prof. Canalle, Coordenador da Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica, a OBA, e também da Mostra Brasileira de Foguetes, a Mobfog, de que eu já participei muitas vezes.

Bem-vindo, Canalle! Obrigado por ter vindo.

E o Sr. Leonardo da Costa Meireles, Coordenador da Vitalis.

Bem-vindo, Leonardo! Por favor, ocupe o local aqui.

Também participam da audiência, de forma remota, a Profa. Silvana Copceski Stoinski, cujo nome eu sempre me atrapalho para ler – já a conheço há bastante tempo –, Líder da Política de Tecnologia no Ambiente Escolar e ex-Coordenadora do Programa Olímpico do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações, o MCTI. Ela está ali *online* conosco também. A Sra. Nara Martini Bigolin, Cientista da Computação, Professora da Universidade Federal de Santa Maria e Coordenadora do Movimento Meninas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olímpicas. E o Sr. João Vitor Garcia Geiss, aluno do 8° ano do Fundamental II e multimedalhista olímpico, que também nos acompanha.

Estou vendo ele com as medalhas. Ah, isso aí dá muito orgulho de ver.

Parabéns, João Vitor!

E eu quero fazer um comentário aqui com relação também à participação da Sra. Nara Martini Bigolin, em especial com relação à participação das meninas. No Ministério, nós apoiávamos mais de 60 olimpíadas e, quando um jovem participa da olimpíada – depois o João vai poder falar também com relação a isso –, mas, quando um jovem participa, por exemplo, de uma olimpíada de matemática ou de uma olimpíada de economia, ele ou ela não ficam só bons em matemática ou economia. O mais importante das olimpíadas é o fato de esse jovem adquirir gosto pelo conhecimento e aprender como aprender e a curiosidade; e ele ou ela vão ficar bons em todas as matérias e em muitas outras competências, inclusive interpessoais, intrapessoais. Então, a importância das olimpíadas é enorme.

E, aqui, vem um ponto especial com relação à participação das meninas. Uma das grandes lutas que nós tínhamos no Ministério era atrair mais meninas para o setor de ciência, tecnologia, para *Stem* (*Science, technology, engineering and mathematics*). Eu sempre gosto de botar uma arte ali no meio, ficar "stem" – a arte é importantíssima também. Mas trazer mais as meninas para dentro das competições, da ciência e que elas permaneçam. O número, o nosso percentual de participação de meninas nessas áreas, quando a gente fala de cursos superiores e mesmo quando a gente fala de empreendedorismo, é ainda muito baixo.

A gente precisa aumentar isso no nosso país, e isso só é feito através de um trabalho constante, através da exposição das meninas ao conhecimento: levá-las para dentro dos laboratórios, levar os laboratórios para dentro das escolas, e que elas percebam com exemplos de grandes cientistas, grandes profissionais do Brasil, para que elas olhem esses exemplos e copiem, usem esses exemplos na vida.

Então, eu gostaria de parabenizar a senhora Nara Martini Bigolin por trazer esse tema aqui, que vai ser extremamente importante nessa nossa discussão.

Novamente, antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet – vou repetir aqui o endereço: senado.leg.br/ecidadania –, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores aqui.

Com isso, e sem mais introduções aqui, eu passo a palavra, concedo a palavra ao Professor João Batista Garcia Canalle, Coordenador da Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica e da Mostra Brasileira de Foguetes, por dez minutos.

Canalle, você tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO BATISTA GARCIA CANALLE (Para expor.) – O.k., muito obrigado pelo convite.

São 26 anos de história convertidos em dez minutos, mas a gente é professor, a gente se vira nos 30 segundos, se for necessário.

Então, rapidinho, estou ali me apresentando mais formalmente. Fiz Física, fiz Astronomia, sempre dei aula, fundei a – quer dizer, dei continuidade à OBA, porque quem fundou foi o meu amigo Daniel Fonseca Lavouras –, daí fundamos a Mostra Brasileira de Foguetes, daí fundamos a Olimpíada Latino-Americana de Astronomia e Astronáutica para levar para todos os países da América do Sul e América Central a nossa experiência. Isso está dando muito certo, porque esses países estão copiando os nossos exemplos.

Porém, não sou eu que organizo de fato, que executo, mas sim os meus colegas da Astronomia – apontando para lá, desculpa –, vários colegas da Astronomia, que são doutores em Astronomia, que coordenam conosco as questões, as provas, etc.; da parte da Astronáutica, os colegas da Agência Espacial Brasileira que colaboram conosco.

A OBA, então, voltando aqui – a OBA, então, voltando aqui... é o seu bagulhinho aqui que está roscando.

A OBA. De modo geral, as pessoas pensam que a Olimpíada é um dia em que você tem uma prova e acabou ali, ponto final. Se fosse assim, seria bem simples e eu estaria feliz da vida; mas não, a OBA precisa selecionar – exigência mesmo do Ministério da Ciência e Tecnologia, quando ele dá o edital para a gente organizar essas Olimpíadas – alunos que vão para as Olimpíadas internacionais. Então, não é a partir da prova nacional que você seleciona dez alunos, porque você vai ter um monte de alunos com nota dez e não dá para selecionar.

Então, você tem um processo de seleção desses alunos, uma segunda etapa, não que seja uma segunda fase. Você precisa selecionar alunos que vão para as Olimpíadas internacionais. Temos duas: IOA, a Internacional de Astronomia e Astrofísica; e a Latino-Americana.

Acabaram de voltar da Polônia cinco alunos que lá estiveram, depois de um longo treinamento, de vários meses de treinamento. Fizeram muito bonito, voltaram com duas medalhas de ouro, duas de prata e uma menção honrosa – e pagaram as próprias passagens.

É mais ou menos como dizer assim para o Neymar: "Neymar, você vai jogar na seleção, mas você vai ter que pagar a passagem e as suas diárias, está bom?". É bem assim que está acontecendo.

Temos um planetário para irem as escolas, é claro. Motivar alunos, professores, ajudar na motivação desses alunos e professores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos recentemente as iniciações científicas júnior, que nos permitem dar bolsas aos alunos que se destacam na nossa Olimpíada e, assim, ao longo de um ano, eles têm uma interação conosco. A bolsa de R$300, por mês, é de Iniciação Científica Júnior.

Temos também formação de professores, porque não tem professor de astronomia nas salas de aula, muito menos de astronáutica, então, claro, precisamos fazer alguma coisa para ajudar os professores que queiram participar. Então, temos o Erea e já fizemos 82 deles, até no Oiapoque, se você quiser saber. É um bocadinho difícil de chegar lá, não é?

Também dentro da OBA, nasceu na OBA, quando entrou a Astronáutica, claro, a construção de foguete e o lançamento de foguete. Por incrível que pareça, a Mobfog tornou-se, inicialmente, uma Olimpíada, mas, hoje, chamamos de Mostra Brasileira de Foguetes. Dentro dela, temos Jornadas de Foguetes, onde os alunos campeões em suas escolas são levados para o Rio de Janeiro para aprender ainda mais, sobre foguetes.

Também temos a Jornada Espacial, para os alunos que se destacam nas respostas às perguntas de Astronáutica. Levamos eles para uma semana em São José dos Campos e lá eles ficam conhecendo todas as instalações voltadas às atividades aeroespaciais.

No começo do ano, claro, temos que fazer a divulgação. Então, ali já vai muito dinheiro, porque, se você quiser mandar um cartaz desses para cada escola do Brasil, são R$500 mil. Não dá para fazer mais isso, não é? Então, tem que ser pela internet agora.

Se você quiser conhecer o nosso Planetário, está ali à sua disposição, pode levar para a sua escola. A nossa equipe vai. Não fica com ela lá não, devolve para nós. Temos dois desses. Já estão um pouquinho escangalhados, porque vai e vem, nesse negócio de monta e desmonta, põe na sacola, leva para lá... Então, precisamos substituí-los, mas atendem cerca de 20 mil alunos por ano, para você ter uma ideia.

Continuando aqui...

A OBA tem uma única fase. Outras olimpíadas têm mais de uma fase. A gente prefere ter uma única fase para que nenhum aluno se sinta reprovado. A partir dela, a gente distribui certificados e medalhas.

O panorama que eu vou mostrar aqui é um pouco similar ao de outras olimpíadas, mas a gente engloba alunos desde o 1º ano do ensino fundamental até o último ano do ensino médio. Não tem ainda para o ensino superior.

Está aqui o nosso mais famoso gráfico, pessoal. O ano de 1998 não tem e a culpa é do Daniel Fonseca Lavouras, que não me deu esses dados, não é, Daniel? (*Risos.*)

Talvez, tivesse uns cem, duzentos alunos, lá em 1998! Mas, depois, isso foi crescendo, exponencialmente, como vocês estão vendo, passou por 2006, teve um bom crescimento, quando o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

astronauta esteve fazendo o quê? A missão centenária, claro! Muito mais divulgação e teve um bom crescimento, não é? Assim, permaneceu, com cerca de 800 mil alunos, por ano. A verba foi, mais ou menos, constante, não deu para investir muito mais.

Aí veio a pandemia e caiu bastante, como vocês estão vendo. Depois da pandemia, a gente está crescendo e este ano foi um recorde. Vejam, lá em cima: 1.382.968 alunos. Inscritos foram mais de 2 milhões, mas os que participaram foram esses. Eu tenho que fazer um certificado para cada um deles. Eu tenho que mandar um pacote para as escolas de todos esses alunos, são 13,5 mil pacotes que eu vou ter que mandar, levando esse certificado para esses alunos, então, eu sei o nome de todos eles, não é? Então, não só inscrito, mas participante.

Caso você queira conhecer a distribuição por estado, está ali. O estado com o maior número de participantes é São Paulo, como sempre, aliás, na nossa Olimpíada. São cerca de 350 mil alunos só no Estado de São Paulo. Ceará é o segundo estado com mais participantes sempre, durante os 26 anos da Olimpíada de Astronomia. Aí terceiro e quarto lugares vão variando conforme o ano. Minas Gerais está em terceiro lugar, Piauí está em quarto e assim por diante.

Mas tem uma escola em Portugal também que usou a nossa prova. Já tivemos escola no Japão e até no Timor Leste tem escola de Língua Portuguesa. O número de escolas segue, aproximadamente, a mesma distribuição.

Dentro da OBA, como eu mencionei, a gente tem a Mostra Brasileira de Foguetes. É uma olimpíada que não tem prova, e a gente não gosta de fazer prova, é claro! Quem gosta de fazer prova? Ninguém, não é? Mas é uma olimpíada prática, inteiramente prática. Como você mencionou, a gente tem que construir coisa. Não podemos saber apenas teoria. Então, os alunos aprendem a construir foguetes, constroem foguetes, lançam foguetes, reconstroem e lançam mais longe. E vai desde alunos do 1º ano do ensino fundamental até os do último ano do ensino médio.

Então, vejam que foi crescendo, continuadamente, e na pandemia foi quase zero, porque, afinal de contas, é um trabalho em equipe, e a pandemia não permitia nada de trabalho em equipe. Mas, passada a pandemia, olha ali: quase 300 mil alunos fazendo foguete e lançando foguete.

Você acha que você lança foguete dentro da sala de aula? Não! Está ali a Raquel que não me deixa mentir. Não é, Raquel? Você tem que ir para fora da sala de aula. Dentro da escola? Não. Porque o foguete vai muito longe, se for do ensino médio. Tem que ser num campo de futebol. Bem, talvez nem num campo de futebol, porque ele vai mais longe do que as dimensões de um campo de futebol. Mas quem tem que acompanhar esses alunos? O professor. Mas é no horário da aula dele? Não, é fora do horário da aula dele. E ele está ganhando a mais por isso? Não, é um professor que ama realmente o que faz. Eles são os nossos heróis do Brasil, não é, Raquel? Está ali, não é? Então, são professores que fazem muito pelos seus alunos, aprendem a fazer foguete, porque também nem eles sabiam fazer foguete, obviamente, e muito menos toda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a física, a matemática, a cinemática, a dinâmica, a aerodinâmica, a estequiometria envolvida naquilo, equipamentos de segurança, porque o aluno tem que usar EPI, tem que aprender isso, convidar um público para assistir, com a devida segurança... Ou seja, é um *show* que ocorre fora da sala de aula e está fazendo uma revolução silenciosa na escola, como a gente gosta de brincar.

Ali está o número de alunos participantes.

Rapidinho, deixa eu voltar aqui.

Também São Paulo é o maior participante da Mostra Brasileira de Foguetes, seguido pelo Ceará e pelo Maranhão. Não devia ser pelo Maranhão, Senador, que tem o CLA? É, quem sabe um dia a gente convença lá o Governador, não é? Poderia pelo menos inverter ali o Ceará e o Maranhão. Mas o Ceará tem grande tradição.

Falando no Ceará, Senador, o Ceará já tem a data da olimpíada científica, já tem um dia de comemoração da olimpíada científica. Então, é só a gente seguir o exemplo deles, não é? É isso aí.

Aí, o que se ganha? Em geral, pensa-se que se ganha certificado e, eventualmente, medalhas. Sim, certificado a gente entrega para todos eles. É o mínimo que a gente pode fazer para agradecer pelo esforço do aluno...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO BATISTA GARCIA CANALLE – ... do professor...

Continuando aqui, medalhas de acrílico. Quantas? Cinquenta mil medalhas.

Professor, isso significa quantos por cento? Três vírgula seis por cento dos alunos ganham medalha. Não é nada, mas são 50 mil. Só que custa R$400 mil. Na Mobfog são mais 20 mil medalhas. E para o professor? O senhor não vai dar nenhuma medalha para o professor? Sim, nós vamos dar uma medalha de honra ao mestre, porque todo sucesso do aluno depende do professor, não é, Astronauta? Você não seria um astronauta se não tivesse tido bons professores, nem nós. Nascemos analfabetos, dependemos, por tudo que sabemos, de algum professor. Então, esse professor vai receber uma medalha de honra ao mestre.

Aqui está a equipe que voltou da Polônia. Tem uma menina lá no meio, porque nossas equipes são sempre de ambos os gêneros. E ela tem menção honrosa numa olimpíada internacional com 50 países.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO BATISTA GARCIA CANALLE – É só convidá-los para vir aqui receber seus parabéns, Ministro.

Aqui estão as medalhas que a gente ganha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aqui o Ministro recebendo uma equipe.

E um gesto muito simples, mas que dá um impacto gigantesco na moral de todo mundo. Mostra é importante na visão dos nossos Senadores e Ministros e dirigentes políticos.

Se me permite, Ministro, eu vou pular aqui rapidinho, e eu queria mostrar um vídeo no final – o pessoal vai clicar ali no *link* –, que eu recebi esse vídeo ontem, tá?

Pessoal, não é aqui, não. É o último vídeo que está aí e eles tem que clicar... Esse daqui, pessoal.

Recebi de uma equipe que participou numa jornada de foguete.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. JOÃO BATISTA GARCIA CANALLE – A equipe foi campeã, recebeu um troféu e voltou para a sua cidade: Iranduba. Você já ouviu falar em Iranduba? Nem eu.

Então, olhe lá, a equipe campeã, no lançamento de foguete, na cidade de Barra do Piraí, em cima do carro do Corpo de Bombeiros; a professora; os alunos; a carreata. Será que esses alunos vão ser os mesmos depois dessa homenagem que eles vão receber? Será que os professores serão os mesmos depois desse sucesso que esses alunos dessa cidade conseguiram, conquistaram? Olhe os ônibus escolares indo para a escola da equipe vitoriosa, que saiu do interior do Amazonas e foi para o Rio de Janeiro. Andaram de avião pela primeira vez, alguns andaram de escada rolante pela primeira vez, alguns ficaram num hotel pela primeira vez.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO BATISTA GARCIA CANALLE – Então, isso é o que faz a Olimpíada Científica, ela transforma alunos, professores, motiva pessoas. E, na educação, a motivação é fundamental. Ninguém ensina nada se quem está ali para aprender não quer aprender, mas, quando ele está ali para aprender, motivado, isso é um sucesso. E aí eles terminam dentro da escola, dando todo mundo parabéns à equipe vencedora.

Muito obrigado pela atenção, desculpe-me por ter ultrapassado o tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Prof. Canalle. Essa dedicação faz diferença, faz muita diferença. Acho que a gente vai ouvir algumas histórias aqui hoje dessas de como que uma olimpíada, a dedicação dos professores faz a diferença; um professor faz muita diferença, isso é importante.

Ficou aquela questão aqui, que eu anotei, do custo logístico, para levar para participação, principalmente nas competições internacionais, que isso é uma coisa que a gente observa, não só na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olimpíada de Astronomia e Astronáutica, mas nas outras olimpíadas que têm competições internacionais, que é uma das coisas que a gente precisa discutir, como é possível fazer esse custeio.

Muito bacana.

Eu quero aproveitar este momento também, antes de chamar nosso próximo palestrante, para agradecer a presença da Juliana Duarte, que está remotamente conosco e é Especialista do Departamento Nacional do Sesi, que faz parte da CNI; também da Graziela – acho que vou ter que botar os óculos aqui; é duro, não é? – Amboni, Pró-Reitora de Ensino da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc); e também agradecer a presença aqui conosco, e me desculpe porque eu o pulei na introdução, do nosso Prof. Roberto Spada, que são décadas de trabalho com educação, educação profissionalizante, olimpíadas, Olimpíadas do Conhecimento, olimpíadas da WorldSkills International também, Diretor de Relações Externas do Senai de São Paulo, aqui conosco também.

Então, eu gostaria de chamar nosso próximo palestrante, que vai ser remoto. Com a palavra, por dez minutos, a Profa. Silvana Copceski Stoinski – é sempre complicado falar o nome dela –, líder da Política de Tecnologia no Ambiente Escolar e ex-Coordenadora do Programa Olímpico do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Silvana, dez minutos, por favor.

A SRA. SILVANA COPCESKI STOINSKI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Boa tarde, Exmo. Senador Astronauta Marcos Pontes.

É uma honra estar aqui participando junto com vocês e falar um pouco da Olimpíada do Bicentenário da Independência do Brasil. Fiquei muito feliz com essa oportunidade, porque foi uma olimpíada criada durante nosso trabalho no Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, com o sonho, a vontade, junto com Daniel Lavouras, que costumo dizer que é o rei das olimpíadas – uma olimpíada que tivesse ou a fase um ou a fase zero.

O que seria isso? Criar uma olimpíada com GIFs, com ilustrações, com questões, pelo menos cinco questões, para que aquele aluno lá da sala de aula, lá do fundo da sala de aula, que não tem expectativa, que não sabe por que está ali, possa ter esta motivação: olhar para a prova e levar um susto: "Nossa, eu consigo fazer esta questão; esta daqui, eu já vi".

Nós criamos, ali, a olimpíada, junto com uma equipe que nos ajudou, porque ninguém faz nada sozinho. Então, criou-se uma comissão organizadora, tem todos os nomes ali.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro também que nós conversamos muito com o Canalle, que está aí, com a ONC, com todas as olimpíadas. Nós criamos um laço, conversamos e tiramos dali o melhor que nós pudemos levar para essa olimpíada, que foi uma olimpíada única, em comemoração ao Bicentenário da Independência, junto com os "200 Anos de Ciência, Tecnologia e Inovação", que também foi o tema da Semana Nacional.

Pode passar.

As inscrições. Nós tivemos um total de 13.870 inscrições, que estão espalhadas por todo o Brasil. E como nós fizemos isso? Nós temos inscrições nas Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Pode passar.

Tem o percentual ali.

Eu vou passando, porque eu quero falar um pouco mais da importância das olimpíadas no nosso Brasil. Tem ali as Regiões Nordeste e Sudeste, o quantitativo.

Pode passar.

São números que, depois, podem ser enviados para vocês, no grupo que tem das olimpíadas.

Foram criadas as categorias, a Categoria Júnior, em que teve um total de inscritos de 476 alunos. E também nós tivemos a Categoria Sênior. O número de municípios participantes, aqui na Sênior, foi de 802 municípios. Ou seja, se vocês observarem no mapa, nós conseguimos chegar ao Brasil todo.

Pode passar.

As nossas discussões são exatamente estas: como criar uma olimpíada que chegue até as escolas? Eu falo naquelas escolas lá do fundão, por exemplo, escolas indígenas, escolas do campo, escolas quilombolas, onde eu estou frequentando muito agora. Como chegar à realidade deles, chegar à realidade daquele aluno que não gosta da sala de aula? Ele tem que ter uma motivação. E as olimpíadas chamam muito a atenção. Por que chama muita atenção uma olimpíada? Porque tem premiação, porque o aluno recebe um certificado, recebe uma medalha de honra ao mérito.

Então, todos eles ficam felizes. As escolas se organizam. Elas fazem lá uma movimentação – ou na escola, ou como nós fizemos, em muitos exemplos ali, enquanto Coordenadora do Ministério de Ciência e Tecnologia, com o nosso Senador Astronauta Marcos Pontes, as entregas de medalhas e certificados para crianças que nunca imaginavam receber uma medalha. Nós temos relatos, vários relatos nas redes sociais...

Estou vendo ali o João Vitor, com várias medalhas penduradas no pescoço.

Então, isso motiva os alunos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E um aluno, como o João Vitor, que está aqui, representando todos os alunos, todos os estudantes do Brasil, e de fora do Brasil também, consegue enxergar que é possível sim: "Eu posso participar e eu consigo receber uma medalha de honra ao mérito".

Então, essa ação, Ministro Astronauta Marcos Pontes, Senador hoje, é uma ação pela qual nós recebemos muitos, mas muitos elogios. E eles querem saber: "Como eu faço para ter uma medalha?".

Então, o Canalle aí, com essa distribuição de medalhas, também...

Teve, agora, a última ida deles para o Rio de Janeiro. O tanto de mensagens que eu recebo, no meu WhatsApp, perguntando como participar... E, os que foram, mandam mensagem a toda hora de como está sendo. O retorno de todas essas equipes voltando para as suas cidades, como foi ali... Eu já vi várias situações como esta: carro de bombeiro levando, trazendo essas equipes para casa.

Então, isso é motivação sim, tanto para o aluno, quanto para o professor mostrarem que é possível.

Nós estamos levando tecnologia, conectividade para as escolas, até mesmo para as escolas mais afastadas. E uma das motivações maiores é que os estudantes, os professores, ou a terceira idade não precisam somente estar nas escolas, mas que participem de olimpíadas.

Nós temos também a ação nas olimpíadas dos alunos que recebem bolsa. Imaginem que era de R$100 a bolsa, e agora, com todo o trabalho que foi feito, com o Roberto também, da nossa coordenação, com o Daniel Lavouras, esse valor de R$100 da Bolsa de Iniciação Científica Júnior passou para R$300. Imagine uma criança que nem sonha... Porque nós temos crianças que nem sonham em ter um salário, um dinheirinho, e que recebe R$300 reais mensais!

Eu falo isso com muita propriedade e com muito orgulho, porque eu recebo este *feedback*: "Nossa! Eu ganhei R$300! Eu nunca ganhei isso!". E isso faz com que se motivem os estudantes, com que eles se reúnam e criem essa vontade de fazer ciência, com a conectividade, porque nós estamos aí também... Hoje eu estou no Estado de Mato Grosso distribuindo Chromebooks e internet, acesso a todas as escolas, escolas de campo quilombolas e indígenas, como eu acabei de citar aqui.

Essas questões, nós discutimos, e o Daniel Lavouras...

Pode passar.

Peguei algumas questões que ele passa, questões com figuras... Vamos mostrar para o aluno, vamos falar – não é Canalle? – de astronomia e astronáutica, colocar os planetas... Então, esse é um exemplo de questões que pode ser que alguns alunos achem ainda um pouco difícil, mas pelo menos têm a imagem e têm uma pergunta que não é... Eu estou falando da primeira fase. Não é uma pergunta muita extensa e em que ele consiga ter clareza e consiga responder pelo menos um início de pergunta.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ali mais uma pergunta também não difícil, mas com imagens. Tem GIFs também e podem ser feitas as inscrições, as avaliações também pelo celular, por *tablet*, pelo Chromebook, que está sendo muito usado aqui, por qualquer computador.

Pode passar.

E aí é um exemplo, porque nós fizemos o Bicentenário, que foi a final. Nós seguimos o exemplo aí do presidente fazendo as perguntas para os últimos selecionados, que foram 56, se não me engano, selecionados. Então, nós fizemos na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, fizemos lá tudo organizadinho, as cadeiras, o número dos participantes. Tínhamos lá na frente o Daniel Lavouras, os representantes dos ministérios que estiveram juntos nessa ação, porque nós não fizemos nada sozinhos. E aí eles iam fazendo as perguntas e, conforme as equipes iam acertando, eles iam subindo, subindo até chegarem ao palco e até chegarem ao primeiro, ao segundo e ao terceiro lugar. Então, esse foi um exemplo assim que nós pegamos de fora do Brasil e que deu muito certo. E eles receberam premiação, medalhas, certificados. E foi ao vivo – foi ao vivo –, e nós tínhamos crianças, representantes de todos os estados. Então, eles tinham que saber responder. E aí eles iam respondendo, e foi um momento muito importante que foi levado para todo o Brasil como exemplo, como um exemplo a ser seguido. Então, para quem for criar aí ainda alguma olimpíada, nós temos mais de cem olimpíadas, é preciso fazer um momento como esse da última fase.

Pode passar.

E aí nós temos os vencedores juniores, que foram ouro, prata e bronze; a honraria, 401 menções.

Pode passar.

Agora você pode ir passando.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SILVANA COPCESKI STOINSKI (*Por videoconferência.*) – Foi o uso da plataforma para fazer as inscrições com os professores.

As notícias, nós as publicamos nas redes sociais, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, no grupo de WhatsApp, que funciona muito bem também.

Pode passar.

Pode ir passando.

São só notícias mesmo.

Então, eu quero encerrar aqui com vocês e dizer que as olimpíadas mudam a vida dos nossos estudantes, mudam a vida dos nossos professores. As oportunidades vêm, sim, e quando um aluno, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criança como o João Vitor, que está aqui representando, quando uma criança menos espera, ela já está fora do Brasil e ela escolhe se quer ficar no Brasil, se quer ficar fora do Brasil, se quer passar um tempo lá fora e quer voltar. Então, gente, acredite nas olimpíadas. E eu estou muito feliz de ver todos vocês aí com o nosso Senador Astronauta Marcos Pontes, com toda essa equipe incrível, maravilhosa, que está toda em função hoje desse grande debate e que vai dar certo.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Profa. Silvana. Parabéns!

Eu queria ressaltar alguns pontos que a senhora falou aqui com relação à motivação dos alunos. O desfile foi um exemplo, as medalhas que eles recebem, os diplomas, os certificados. Isso traz autoestima, autoconfiança. É superimportante isso. Também as bolsas de iniciação científica, lembramos que isso foi uma luta – e o Morales não está aqui, mas tivemos que aumentar, nós aumentamos lá, acho que eram 26 mil bolsas, nós aumentamos o número de bolsas de iniciação científica, com toda a dificuldade de orçamento.

Isso é muito importante. A gente fica feliz em ver isso aí. Isso muda a visão, realmente, para mostrar para esses alunos, para os pais – os professores já sabem, obviamente –, mas para os alunos e para os pais que estudar vale a pena, vale muito a pena.

Então, eu gostaria de prosseguir aqui e passar a palavra para o Prof. Jean Carlos Antunes Catapreta, Coordenador da Olimpíada Nacional de Ciências.

Professor, o senhor tem dez minutos.

O SR. JEAN CARLOS ANTUNES CATAPRETA (Para expor.) – Boa tarde, Senador. Boa tarde a todos que estão presentes.

Meu nome é Jean Carlos e eu coordeno a Olimpíada Nacional de Ciências desde que ela começou.

A Olimpíada Nacional de Ciências, não tanto quanto as outras Olimpíadas, começou dentro do Ministério da Ciência e Tecnologia. Foi uma iniciativa do próprio Ministério e, ao longo de vários anos, desde 2016, ela foi crescendo.

Ela é organizada desde o começo pela Universidade Federal do Piauí. Ela tem várias sociedades científicas que ajudam a participar, a elaborar questões, a fazer todo o funcionamento da Olimpíada.

Ela – a Olimpíada Nacional de Ciências – é uma ação de popularização do Ministério da Ciência e Tecnologia. Existe a Coordenação Geral de Popularização da Ciência, que é onde se faz o edital das Olimpíadas, que vai para o CNPq, onde realmente se desenvolvem as ações de popularização das ciências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ONC veio numa escala crescente, daqui a pouquinho tem um gráfico que eu vou mostrar. Ela veio com uma certa participação desde o ano de 2016, mas, quando o Senador, que na época era o Ministro, assumiu o Ministério, a gente teve um aporte de recursos maior na ONC e, de um ano para o outro, a gente teve um salto de trezentos e poucos mil participantes para quase 2 milhões de participantes. Foi um salto muito grande. Se você pensar, a quantidade de municípios, de escolas, de professores, de estudantes que participam é enorme.

Olhe ali um exemplo. Em 2021, a gente teve 2 milhões de participantes; em 2022, 3 milhões; e a gente chegou, este ano, a 4.088.221 participantes na Olimpíada Nacional de Ciências.

Se vocês pensarem isso, é um número muito grande. É a segunda maior Olimpíada do Brasil em quantidade de participantes; e com orçamento mínimo, comparado com o que a outra Olimpíada maior recebe. Mesmo assim, a gente sabe que dá para fazer. A participação é muito importante, muito para além de sociedades científicas, muito para além só da comunidade científica como um todo. O Brasil, o país como um todo participa das Olimpíadas do Conhecimento. Seja na ONC, seja na OBA, seja na OBmep, seja nas Olimpíadas do Conhecimento, o engajamento, a vontade de participação é muito, mas muito grande. É a participação dos estudantes, da escola, dos professores e também da família.

Está aqui um estudante que veio e veio com o pai, porque um estudante não estuda sozinho. Ele, para estudar, tem que ter quem o leva à escola, quem o busca da escola, quem fornece o uniforme, quem paga as coisas de casa, quem dá alimentação. Tem toda uma família por trás. Então, a família é uma parte muito importante na participação dos estudantes nas Olimpíadas do Conhecimento. É óbvio que se dá o conhecimento formal nas escolas, com os professores e tudo, mas essa é uma parte importante.

A ONC tem distribuído, nos últimos anos, cerca de 20 mil medalhas para os estudantes de escola pública e privada, todos ao mesmo tempo, e cerca de 10 mil certificados de menção honrosa. São 30 mil premiados por ano. (*Pausa.*)

Outra coisa é a participação das meninas na Olimpíada Nacional de Ciências. A gente teve, na última ONC, em 2023...

A gente tem, aproximadamente, 48% de meninas que são premiadas na Olimpíada Nacional de Ciências, dentre todos os premiados.

A participação em municípios e cidades do Brasil que têm participantes na Olimpíada Nacional de Ciências, considerando que o Brasil tem 5,5 mil municípios, aproximadamente, a gente chegou, neste ano de 2023, a 4.989 municípios que possuem escolas que participam da Olimpíada Nacional de Ciências. Isso dá, praticamente, 90% de todas as cidades do Brasil participando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aí dá para a gente ver o engajamento. Quando você vê essas três Olimpíadas – a OBmep, a OBA, da qual o Canalle é coordenador, e a ONC –, elas estão, praticamente, em todas as cidades do Brasil. Praticamente todo mundo participa das Olimpíadas do Conhecimento.

A gente está em 100% dos estados, são 4.939 municípios impactados, 4.088.221 alunos inscritos. Imaginem: 4 milhões de estudantes, 8 milhões de pais e mães, em, aproximadamente, 10 mil escolas onde esses estudantes estão. A gente tem, majoritariamente, premiados em escola pública. Aproximadamente 65% dos premiados da Olimpíada são da escola pública e 35% de escolas da rede privada.

Aqui está a quantidade de escolas participantes. São aproximadamente 15 mil escolas ao todo. Sobre a quantidade de alunos premiados eu já falei ali atrás.

A questão da premiação. A gente teve 10.947 estudantes de escolas públicas premiados e 8.179 estudantes de escolas privadas. Esses dados são de 2022 ainda, porque a ONC está em curso. Houve a 1ª fase, que terminou agora no dia 19, e a 2ª fase vai acontecer no mês de setembro.

A gente teve, no ano passado, 1.259 estudantes de escolas federais premiados; 7.261 estudantes de escolas estaduais; e 2.427 estudantes de escolas municipais.

Ali tem uma foto do Centro de Lançamento de Alcântara e uma foto do navio-escola da UFMA, porque, no orçamento da ONC, a gente reservou uma premiação para os cinco melhores classificados.

A ONC tem cinco níveis: nível A, 6º e 7º ano; nível B, 8º e 9º ano; nível C, 1º ano do ensino médio; nível D, 2º ano do ensino médio; nível E, 3º ano do ensino médio. Para cada nível, o melhor estudante de escola pública recebe, como premiação, uma viagem para São Luís do Maranhão e de lá eles são levados pelo pessoal do Centro de Lançamento de Alcântara, para visitar a Base que funciona.

Eles vão no avião ou no barco do CLA, fazem a visita ao centro e voltam. No dia seguinte, eles fazem um passeio no navio-escola da Universidade Federal do Maranhão para conhecer e nunca mais voltam os mesmos. É uma coisa que é almejada por todos. Todos gostam e é maravilhoso a gente ver como os estudantes se sentem quando voltam depois disso.

O Senador já foi, várias vezes ao Centro de Lançamento e conhece bastante. Para quem nunca foi e vai a primeira vez, é impactante.

Quando você entra no Centro de Lançamento, é como se você estivesse naqueles filmes que mostram os painéis da NASA, aquele monte de monitores, aquelas coisas... É exatamente daquele jeito.

Ali, onde teve a explosão no início dos anos 2000, eles fizeram uma Gaiola de Faraday gigante, enorme, que protege tudo. É um negócio supergrandioso. Quando você está lá, você vê a grandiosidade de como funciona no CLA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ali é o que acontece já desde o ano passado. A ONU, através do Fundo de Populações das Nações Unidas, considerou a Olimpíada Nacional de Ciências uma das olimpíadas que mais premiam meninas no planeta Terra, e, por isso, desde o ano passado... É uma pena que o Senador não fosse mais Ministro. A ONU fez um concurso, produziu cinco troféus, e entrega um troféu para cada menina de escola pública de uma região do Brasil que é mais bem classificada na ONC. Então, a ONU está premiando também as meninas na Olimpíada do Conhecimento.

Então, não é só o Governo local, não são só as escolas, mas existe também um movimento mundial. A própria ONU está premiando pessoas que participam de olimpíadas do conhecimento. Olha a importância de a gente estar aqui hoje discutindo este tema! A própria ONU está premiando isso. É um avanço enorme em termos de olimpíadas do conhecimento.

Ali, a gente tem, sobre a ONC, que, com os recursos a partir da gestão do Senador, que era o Ministro, a partir da gestão dele, com os recursos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN CARLOS ANTUNES CATAPRETA – ... a gente conseguiu gameficar a olimpíada, a gente conseguiu... Em 2020, quando veio a pandemia, foi uma das poucas olimpíadas que não deixaram de ter participantes. Nós fomos a primeira no formato *online*. Conseguimos fazer, os estudantes conseguem fazer a prova do celular, do *tablet*, do computador, pode fazer impresso numa folha de papel... Mesmo se não tiver internet, ele consegue fazer. Quer dizer, foi um avanço enorme que a gente teve justamente a partir da quantidade de recursos que a gente começou a receber. Não foi tanto a mais, mas possibilitou. Foi maravilhoso isso ter acontecido.

Ali, o gráfico que mostra os três primeiros anos, 2016, 2017 e 2018, e a quantidade de participantes. A partir de 2019, olha como aumentou exponencialmente! Foi na gestão do Marcos Pontes à frente do Ministério da Ciência e Tecnologia. É perfeito para poder ver como a valorização da Olimpíada do Conhecimento pode levar à participação de pessoas, ao engajamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN CARLOS ANTUNES CATAPRETA – ... dos estudantes, de escolas e outros.

E aqui, só finalizando.

A Olimpíada, algumas datas deste ano. As inscrições foram até o dia 15 de agosto; a primeira fase no dia 19; vai acontecer a segunda fase nos dias 14 e 15 de setembro, o resultado já sai no dia 30, e a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, a exemplo dos outros anos, como a gente fazia, a premiação vai ser no decorrer na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, a entrega das medalhas aos mais bem classificados em todo o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que eu quero deixar de recado aqui é que a Olimpíada do Conhecimento é uma locomotiva para motivar estudantes em todas as áreas do ensino.

Parabéns e obrigado pela participação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Prof. Catapreta.

Uma das coisas que a gente observa muito com relação às olimpíadas, aliás, com relação aos resultados em tudo que a gente faz na vida, mas em especial na educação, a gente vê a importância do professor, a importância do professor dedicado, aquele professor que vai e batalha por aquilo, muitas vezes com situações difíceis, mas vai lá e consegue fazer as coisas acontecerem. Então, a gente está vendo uma série de exemplos aqui: o Catapreta, o Canalle, o Bagual, que está ali, todos que estão aqui, o Leonardo, a Profa. Silvana ali, isso aí faz uma diferença enorme. E você vê esse crescimento, é aquilo que eu falei no começo, a importância de a gente incentivar.

Então, lá no ministério, como Ministro, eu fiz questão de criar uma secretaria para isso, era a Seapc, de promoção e popularização da ciência, porque faz a diferença. Cada um desses alunos que recebe um prêmio, cada um desses alunos que participa das Olimpíadas muda a vida, muda a maneira de encarar a vida. Isso aí a gente está mudando, na essência, o resultado do país. Se a gente quer melhorar o país, a gente tem que melhorar a educação, não tem como. E, para melhorar a educação, tem muitas coisas a serem feitas, entre elas, a motivação desses jovens.

Então, olha, parabéns, realmente você vê que é um número crescente; e isso é muito, muito bom.

E, então, eu passo a palavra agora para o Sr. Leonardo da Costa Meireles, aqui do meu lado, Coordenador da Vitalis.

Leonardo, você tem dez minutos aí.

Obrigado.

O SR. LEONARDO DA COSTA MEIRELES (Para expor.) – Bom, boa tarde, Sr. Senador e a todos os presentes, os ouvintes. Eu me chamo Leonardo da Costa Meireles, sou Coordenador da Olimpíada de Medicina Vitalis. Ela já se encontra na sua quarta edição e desde a sua fundação eu sou o Coordenador dela. Também auxiliei em alguns processos de outras Olimpíadas: da de Geografia, em 2015; propus também problemas para a Olimpíada Brasileira de Linguística; e também para a Olimpíada Brasileira de Biologia. Atualmente, estou no 6º ano do curso de Medicina. Já fui para a Escola Naval também – não fui para a AFA nem para o ITA, mas já fui para Escola Naval.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – Ah, foi para a Escola Naval? Que legal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO DA COSTA MEIRELES – Isso.

Então, assim, brevemente, a minha história do contato com as Olimpíadas é um pouco frustrante. Eu sou um frustrado olímpico, vamos dizer assim. Lá no início, em 2005, mais ou menos – acho que foi quando iniciou a OBmep –, eu vi uma propaganda na televisão, algo assim, e no dia seguinte eu movimentei o meu colégio inteiro para ir inscrever, inscrever todo mundo, a professora de matemática, todo o corpo docente. Todo mundo se inscreveu em uma prova, acho que era no sábado. Aí, no clímax, assim, do dia da prova, eu não fui fazer, porque estava chovendo – mas eu mereço perdão, eu tinha oito anos.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – Está certo.

O SR. LEONARDO DA COSTA MEIRELES – E desde lá, então, assim, eu só fui ter um contato com as Olimpíadas um pouco mais depois da segunda década de vida. Eu vim de uma família, assim, com bastante dificuldade financeira, a gente não tinha muito aparato, mas, felizmente, tive contato muito tempo depois.

Bom, as Olimpíadas Científicas se iniciaram mais ou menos há uns 120 anos, numa competição em Budapeste, na Hungria. Daí depois ela se estendeu a todo o Leste Europeu e deu esse *boom* que a gente conhece nos dias de hoje. A gente sabe que o desinteresse dos alunos pela escola tem sido um problema recorrente no Brasil, até mesmo na rede privada. Baixa autoestima, desigualdade social, falta de estrutura, de infraestrutura, todos esses problemas estão conectados com isso. E é olhando para esse problema, assim, da educação, que todos aqui podem afirmar que as Olimpíadas ajudam, sim, a resolver, elas entram, sim, a ajudar a resolver esse caso clínico do Brasil – e o bom é que esse remédio não é amargo. E fora isso, também, as Olimpíadas são ótimas ferramentas de engajamento de alunos e também excelentes campos de teste e vitrines para novos projetos pedagógicos. Além disso, é também um baita instrumento de capacitação para todo o colegiado de professores.

O interessante é que, no Brasil, hoje tem mais de 20 milhões de participantes nas Olimpíadas, isso dá quase duas vezes a população de Portugal. Imaginem os portugueses fazendo duas vezes todas as Olimpíadas, desde zero ano até 99 anos.

E é neste momento que eu queria dissertar um pouco sobre o legado deixado pelas Olimpíadas. Essas competições não são só competições que concedem uma medalhinha para um participante, isso seria muito raso, sabe? Obviamente, é muito importante toda aquela empolgação de ter uma medalha, uma comemoração, isso é *show* de bola, mas é só que isso passa, isso às vezes vai para o esquecimento, se enche de pó e a gente não lembra mais. Só que as Olimpíadas eu consigo vê-las direitinho não como um fim nelas mesmas, mas como uma ponte, ou uma janela, ou até mesmo um telescópio em que a gente consegue aproximar coisas maiores, coisas grandiosas, e abrem portas e a gente não tem mais limite nenhum para seguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, as Olimpíadas são uma política pública de educação ímpar, a gente não encontra um paralelo próximo. Eu acredito que professores, gestores de saúde, gestores educacionais, todos têm que saber que ela não é uma política de Governo A, Governo B, ela é uma política de Estado, assim como de saúde, do Ministério da Saúde, e daquelas coisas inerentes ao ser humano. As Olimpíadas deviam ser vistas dessa maneira, é um estado, todo mundo preocupado com isso, porque, de fato, elas mudam vidas, mudam destinos. O Prof. Daniel é que sabe, ele tem vários exemplos de histórias que, provavelmente, se você ouvir, você vai chorar sobre como as Olimpíadas mudaram destinos.

E, dentro desse contexto de suporte e de reconhecimento às Olimpíadas, entra em campo o Instituto Vertere, do qual eu faço parte, que atua como um importante catalisador e incubador de várias Olimpíadas espalhadas pelo Brasil, com o fim de propagar e democratizar isso. Só para saberem, a gente tem mais do que essas 4, mas as principais são a Sapientia, Olimpíada do Futuro, que é uma Olimpíada que trabalha com projetos de transformação da realidade, é uma Olimpíada totalmente multidisciplinar, e o que a fomenta é a Agenda 2030 da ONU, e ela também é muito norteada pelos pensadores modernos; a Obecon, que já existia desde 2018 e também foi catalisada pelo Instituto Vertere, é uma Olimpíada que já foi quatro vezes campeã mundial, agora, em junho, julho, recebeu o tetra campeonato de ouro, ficando na frente dos norte-americanos, dos chineses, e mais de 40 países; tem a Celeritas também, que é uma Olimpíada de Inteligência Artificial, que está muito em voga atualmente; e a Obling, que já acontece desde 2011 e usa problemas autossuficientes, usando diferentes linguagens para absorver e resolver todos os tipos de problemas. E o interessante é que, ano que vem, vai ter a Internacional dela no Brasil e em Brasília, Brasília vai sediar a Olimpíada Internacional de Linguística.

Por que uma Olimpíada de Medicina? Muitas vezes as pessoas perguntam para mim: "Por que uma Olimpíada de Medicina?". E eu sempre pergunto: "Por que não uma Olimpíada de Medicina?". A Medicina para mim, e para todo mundo, na maioria das vezes, provoca um grande fascínio. Há uma construção social em cima do médico, da Medicina, dentro do imaginário das pessoas. E os médicos e outros profissionais de saúde, a gente viu que foram peças-chave no cuidado da população, especialmente nos anos de pandemia que se passaram.

E, diante disso, a Vitalis, a Olimpíada de Medicina, preza buscar, na construção das questões, o que é a joia rara das Olimpíadas, o que faz a diferença, um estreitamento entre as ciências médicas, uma interface pensando em matemática, também em física, medicina baseada em evidência, literatura.

Depois... eu trouxe uns exemplos da prova para mostrar para vocês, para trazer todas as nuances, sejam sociais, científicas e culturais da Medicina.

Como é a estrutura dela? A estrutura é mais ou menos dividida nas grandes áreas da Medicina: anatomia, fisiologia, clínica médica, e eu faço um matriciamento dela, entre física, neurologia, matemática, cardiologia, história, literatura, tudo englobado em habilidades e competências que a gente fez pedagogicamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela é realizada em três fases totalmente *online*, uma maneira de ser mais acessível também. E, de alguma forma, para tentar driblar a exclusão digital, a gente deixa aberta por uns sete dias a prova para se conseguir fazer no colégio, no celular do tio, do primo, enfim.

Tem quatro categorias, basicamente a de nível médio, fundamental, livre e regular. Quem está matriculado ou não, e quem tem mais de 100 anos pode fazer também.

Aqui são uns exemplos, principalmente da primeira fase, que, mais ou menos... a doação de órgãos, que a gente também tem uma conscientização... Ah, falando ali...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO DA COSTA MEIRELES – ... qual desses órgãos a gente não pode doar, que, geralmente as pessoas não doam? Não doam o cérebro.

Aí depois, passando, para abraçar as pessoas, que não tiveram estudo e tal.

Por exemplo ali, à esquerda, tem uma questão de matemática que envolve matrizes de custo de um hospital, que envolve economia também, mas matemática básica. E, do outro lado, ali, também há um jogo com a literatura e com a própria história.

Eu peguei um excerto do Memórias Póstumas de Brás Cuba. Quem já leu sabe que ele morreu de pneumonia, aí eu elenquei uns casos clínicos do *The New England* sobre pneumonia, e perguntei: o que fazer? Dar antibiótico? Só que, naquela época, os antibióticos não existiam. Então, a conduta era praticamente expectante, ficar observando o paciente.

Aí, eu passei aqui...

A gente também tem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO DA COSTA MEIRELES – ... a questão social, que mostra a Dra. Rita Lobato, que foi a primeira médica brasileira. E a gente conecta com a Agenda 2030 da ONU, de igualdade de gênero, e outras mais viajadas.

Imagine que você seja um médico que foi morar em Marte e comece atendendo em uma Unidade Básica de Saúde dos marcianos. A gente muda a genética, mas o que importa ali é a própria matemática.

E outras ali também sobre queimadura, primeiros socorros. O que fazer quando se queima: põe pasta de dente, fura a bolha ou põe só água?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também, em 2021, a gente – podem ver que as duas questões estão em espanhol – coordenou junto com o Instituto Vertere, no Paraguai, a gente fez reuniões com a *Universidad del Oeste* lá e aplicamos, fizemos a Olimpíada lá.

Sobre a amamentação, também tem essa questão em português, que eu perdi nos eslaides.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO DA COSTA MEIRELES – E por fim, no ano de 2022, a gente teve mais de 10 mil participantes, sendo mil escolas: 45% delas eram públicas; e 65% de meninas. Já teve ano em que a gente também já fez alguma palestra, acho que tinha 70%, se eu não me engano. Até com a Profa. Nara, eu lembro que a gente tinha feito.

Aqui são alguns depoimentos de alguns alunos que a gente recebe, até vídeos de pessoas nos Estados Unidos que fizeram a prova e decidiram fazer Medicina depois de participar da Olimpíada de Medicina na Vitalis – tem um videozinho ali.

Em suma, era isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Parabéns, Leonardo. Sem dúvida nenhuma, é uma coisa muito bacana. Você vê, às vezes, você fala assim, o tema é medicina parece, não é? Mas é importante trazer isso aí, atrair. Nós temos aqui um representante da área de saúde também, aqui conosco. Acho que ele pode, depois, até comentar sobre a importância de se ter essa introdução dos assuntos para os alunos antes. E ali você começa a desenvolver talentos, não é? Começa a desenvolver os talentos por ali.

E também uma questão importante que ele trouxe, que depois vou pedir para que os nossos palestrantes comentem, é a questão de como se inscrever. Como é que a escola pode participar. Pode ser qualquer escola? Como é que a escola entra para as olimpíadas? Como é que os alunos participam? E assim por diante. A gente pode sempre divulgar isso aí.

Então, agora eu gostaria de passar a palavra para a Sra. Nara Martini Bigolin, cientista da computação, professora da Universidade Federal de Santa Maria – diga-se de passagem, já morei lá em Santa Maria também, no 3º e no 10º Grupo de Aviação – e Coordenadora do Movimento Meninas Olímpicas.

Então, Profa. Nara, a senhora tem dez minutos para sua apresentação.

A SRA. NARA MARTINI BIGOLIN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e a todas. Inicialmente eu gostaria de agradecer à Comissão de Educação e Cultura, na pessoa do Senador Marcos Pontes, por esta oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os coordenadores que me antecederam já falaram sobre a importância da olimpíada. Então eu vou me deter mais sobre as Olimpíadas Femininas, a importância das Olimpíadas Femininas e alguns dados para demonstrar por que é que a gente trabalha nessa pauta.

O Movimento Meninas Olímpicas nasceu há sete anos, porque houve um treinamento das Olimpíadas Nacionais de Matemática, em São Paulo e tinha 33 meninos convidados e apenas uma menina. Todos os professores eram homens. Então a gente começou a dar uma olhadinha nas olimpíadas e a gente percebeu que as meninas são apenas 10% dos premiados na área de exatas.

Então, aqui no primeiro eslaide, eu estou mostrando que hoje, este ano, a gente tem quatro Olimpíadas Femininas Nacionais: de computação, o Torneio Feminino de Computação, que foi criado em 2020; o Torneio Meninas na Matemática, em 2019; o Quimeninas, que é a Olimpíada Nacional de Química Feminina, este ano; e o Torneio de Física para Meninas, que está acontecendo exatamente neste momento. Então a prova está acontecendo hoje, das 14h às 16h.

Então é interessante, falando de números, olhar os inscritos. Olha que interessante, então: na de Informática, nós temos centenas; na de Física, 2 mil inscritos; na de Matemática, mais ou menos 5 mil inscritos e, na de Química, 9 mil inscritos. Esses dados são muito interessantes, porque a gente vai perceber que se refletem em toda a sociedade. Então, o próximo eslaide em que a gente vai dar uma olhadinha aqui... Deixe-me mostra aqui. Pronto.

Então, o que se diz é que se não houver meninas, hoje, nas olimpíadas, nós não teremos mulheres nos espaços de poder. Esses dois gráficos demonstram a relação estreita da importância de as meninas participarem de olimpíadas científicas. Então, se olharmos aqui, a gente pode perceber... Inclusive, a ONC e a OBA são olimpíadas bem igualitárias, nós temos o representante aí, e a participação das meninas premiadas chega a 48% na ONC e a 42% na OBA.

À nossa esquerda, a gente está vendo as mulheres no espaço de poder. Então, eu vou só me deter mais no Poder Legislativo, então na Câmara Federal... Na Assembleia Legislativa são 18% de mulheres; no Senado são 17%, 17,22%, nós temos 14 Senadoras dos 81 Senadores; Prefeitas são 12%; Governadoras são 4%. E nós sabemos que o Brasil teve – não é 1% – apenas uma mulher Presidente da República. E na Presidência das empresas da Bovespa, que são duzentas e poucas, só tem uma também, que é da Magazine Luiza. Se nós olharmos as olimpíadas, o percentual de meninas diminui quando diminuem as medalhas. Então, significa que se uma olimpíada dá 3 mil medalhas, é mais igualitário. Agora, olimpíadas, que nem a da Matemática e da Física, que são sem medalhas, as meninas chegam a 5%, 7%.

Estou olhando aqui. Nós temos a Química com 20%; a Biologia com 19%; a Física com 17%; a Matemática com 10%; a informática é muito crítica, com 7%, lembrando que a computação não é uma disciplina de educação básica. Lembro que esse ano foi homologado, no ano passado o Conselho Nacional da Educação aprovou que, a partir de novembro deste ano, a computação passa a ser obrigatória na educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

básica, mas não como disciplina. Então, provavelmente, esses valores vão mudar e teremos uma participação maior na informática. Então, hoje, o Brasil não tem a computação como uma disciplina obrigatória na educação básica, mas vai passar a ter a partir de novembro deste ano.

Olhando aqui, quando a gente fala da Olimpíada Internacional, o quadro fica mais crítico ainda. Na Olimpíada Internacional de Informática e de Física, na história do Brasil, nós tivemos apenas uma menina representando o Brasil. Então, se não tivermos meninas na olimpíada, nós não vamos ter mulheres em espaço de poder, e se não tivermos meninas nas olimpíadas, nós não vamos ter mulheres na ciência.

Nós olharmos aqui os dados em relação às meninas nas olimpíadas internacionais e às mulheres Prêmio Nobel. Não sei se é do conhecimento de todos, mas nós temos o Artur Ávila, que é Medalha Fields da Matemática. Ele foi medalhista de ouro na Olimpíada Internacional de Matemática. Então, se nós olharmos aqui, desde que o Brasil participa da Olimpíada de Matemática, de 1979, apenas sete meninas. Na de Informática, apenas uma menina participou; na de Física também, e, na de Química, a gente teve 21 meninas, sendo que em 2021, da equipe de quatro representantes do Brasil, tivemos três meninas devido a uma política muito forte que a gente fez para incentivar as meninas.

Aqui são os dados do Prêmio Nobel. Então, se a gente olhar aqui, são 3% na Matemática, 2% na Informática, 1% na Física e 4% na Química.

Na foto aqui à direita, como sempre digo, o espaço de poder é lugar de homens brancos. Inclusive, na mesa de hoje, se a gente olhar, nós temos cinco homens brancos, e, nas olimpíadas, isso funciona exatamente do mesmo jeito.

Então, aqui, na primeira foto, é a equipe que representa o Brasil na Internacional de Física, apenas meninos; aqui embaixo, os da Matemática, apenas meninos; e a do meio tem apenas meninas. Por quê? Porque é a Olimpíada Europeia de Matemática para meninas.

Então, hoje, como a representação das meninas é muito pouca, tanto na Informática quanto na Matemática, foi criada uma Olimpíada Europeia de Matemática para meninas e uma Olimpíada Europeia de Informática para meninas.

Aqui mostra o gráfico da história da Olimpíada Internacional de Matemática e da história da Olimpíada de Informática desde que ela foi criada. Inicialmente, aqui, os dados não são muito confiáveis, mas, depois, que se estabilizou, a de Matemática tem apenas 10% de meninas que dela participam e a da Informática é muito mais crítica. A de Informática é apenas 2%.

Então, realmente, é por isso que existem as duas olimpíadas europeias para meninas e é por isso que, no Brasil, agora, nós temos quatro olimpíadas nacionais femininas para incentivar e tentar igualar esses valores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro dado muito interessante é que, conforme vão aumentando os anos, as meninas vão sumindo, ou seja, lá no 6º ano, elas são 50% e, quando elas chegam lá no ensino médio, caem a 5%. Como nós perdemos as meninas no caminho? Essa é a grande pergunta.

Nós temos que 51% da população do Brasil são mulheres. Nós estamos perdendo 45% de meninas no meio do caminho e em áreas extremamente importantes, como matemática, computação, física e química.

Então, isso demonstra que o nível 1 são o 6º e o 7º anos; o nível 2, o 8º e o 9º; e o nível 3, o ensino médio. As meninas somem. Quanto mais competitiva é a olimpíada, mais as meninas desaparecem e quanto mais aumentam as séries da escola, mais as meninas somem. Então, nós perdemos as meninas...

Então, aqui, simplesmente, para mostrar os gráficos da matemática e da informática, que são poucos.

E aqui – a gente está encerrando –, o Brasil teve três meninas que conquistaram ouro nas olimpíadas internacionais: a Ivna, na Química; a Mariana, na Matemática; e a Carolina, na Informática.

E para dizer que, em 2021, o Brasil teve a melhor menina olímpica de informática do mundo.

Para concluir, nós temos hoje um projeto em andamento, do Senado, que é para a criação do Prêmio Meninas Olímpicas e contamos com o apoio dos Senadores para que esse projeto seja aprovado e que nós consigamos incentivar as nossas meninas.

Aqui, são os eventos olímpicos que a gente já fez.

E, para encerrar, eu só vou contar uma historinha para vocês. Aqui é da Olimpíada Paulista de Matemática. A gente começou a dar prêmios para as meninas em 2016. Se vocês olharem aqui, as duas primeiras meninas são brancas, as que foram premiadas, e as duas últimas fotos são de meninas afrodescendentes. Quando eu perguntei para a Mayara como ela conseguiu ser o primeiro ouro numa Olimpíada em que só tinham meninos brancos, ela disse que viu a foto da menina do ano anterior e disse: "Se ela consegue, eu também consigo".

Olimpíadas transformam vidas, sem dúvida nenhuma!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Profa. Nara Bigolin.

Eu fiz algumas anotações aqui, porque esse tema é um tema extremamente importante. A gente tem que prestar muita atenção nisso, na participação das meninas. Essa era uma das minhas preocupações no Ministério. Inclusive, havia um programa da Diretora Giovanna, Diretora do Centro de Tecnologias do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nordeste, lá em Recife, que a gente expandiu para o Brasil depois, que era o Meninas na Ciência, não é? Mulheres na Ciência...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Oi?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Mulheres Cientistas.

Isto é importante: trazer as meninas para perto, trazer para dentro dos laboratórios, levar essa informação para que elas participem. E, realmente, uma coisa que nós notamos... E eu perguntei isso na Europa também, inclusive para a Simonetta Di Pippo, que era a Diretora da ONU para a parte de espaço. Eu falei assim: "Isso acontece aqui também?". Ela: "Acontece!". Eu disse: "Eu acho muito baixo o número de meninas nas carreiras de matemática, ciência, tecnologia, engenharia". E ela falou: "Acontece também".

E outro fenômeno é esse desaparecimento. As meninas vão muito bem, mas muito bem mesmo nas olimpíadas de robótica, enquanto estão ali no fundamental II ou um pouco antes; de repente, quando vão chegando no ensino médio, elas derivam e não estão lá...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Perdem o interesse.

Isso é uma coisa que a gente tem que estudar ainda para ver por que isso acontece e como que a gente consegue corrigir essa distorção. Não sei se começam a se transferir, vamos dizer assim, mais para o lado das humanas ou de biológicas, não sei, porque vi aí um número alto, mas tem que ver o que acontece para ver o que a gente pode fazer.

Outro programa que nós tínhamos no ministério e que foi de grande sucesso – a gente começou com alguns milhões, ali em São Paulo – chamava-se Mulheres Inovadoras, que era justamente para incentivar o número de mulheres empreendedoras em empresas de tecnologia. Toda a mentoria era feita por mulheres. Como funcionou muito bem, a gente expandiu para outros estados também. Isso também é uma outra coisa: não só incentivar aqui, no começo, mas também lá, no final, para que elas tenham – as meninas aqui – modelos, vamos dizer assim, exemplos para seguir lá na frente.

E sobre o projeto, aqui no Senado, professora, pode contar conosco aqui. Sem dúvida nenhuma, eu vou ajudar. É o PRS nº 28, de 2023 (Prêmio Meninas Olímpicas), da Leila Barros. Aliás, hoje, eu falei com ela. Ela falou até que estaria aqui, mas, talvez, tenha tido outro evento. E o Relator é o Magno Malta. Então, eu vou também ajudar nesse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de registrar também a presença do Prefeito de Guararapes, Estado de São Paulo, aqui conosco. Está lá o Prefeito Alex Arruda. Obrigado por estar aqui. A participação da cidade, do município nesse tipo de discussão e nas atividades que se seguem é extremamente importante.

Registro também a presença do Fernando Magno, que é o assessor da Prefeitura – e está aqui conosco também – de Guararapes.

Mais uma vez, obrigado, Prefeito, por estar aqui conosco.

Então, agora, eu passo a palavra para o...

Tudo isso aqui é feito com um objetivo, não é? Vocês vão ver que o foco de tudo isso é o futuro com os nossos alunos, os nossos estudantes. Então, eu tenho aqui registrado, porque está conosco remotamente ali, com uma série de medalhas – depois ele vai falar quantas medalhas tem lá –, o João Vitor Garcia Geiss, que é aluno do 8° ano do fundamental II e multimedalhista olímpico.

Então, passo a palavra lá para o João Vitor, por cinco minutos, para que ele dê a sua opinião, fale sobre qual é a sensação de ganhar essas medalhas e, do ponto de vista do participante da olimpíada, como é que ele vê toda essa nossa discussão.

João, está contigo aí, por cinco minutos.

O SR. JOÃO VITOR GARCIA GEISS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Eu gostaria de agradecer esta oportunidade de estar aqui contando para vocês um pouco sobre a minha história, que começou lá em 2018, na época em que eu estava no 3° ano, quando eu tive a oportunidade de realizar as minhas duas primeiras olimpíadas, que foram a OBA e a olimpíada Canguru de Matemática, e eu consegui medalha em uma delas, a OBA. Mas isso em nada me desmotivou. Na verdade, muito pelo contrário, isso me incentivou porque eu fiquei fascinado com essa oportunidade que as olimpíadas me proporcionaram de testar os meus conhecimentos na prática e de me desafiar, porque por mais que muitas vezes os conteúdos passados nas olimpíadas possam ser os mesmos ou até parecidos com os de sala de aula, a didática, a maneira como eles são abordados nas provas olímpicas é extremamente mais desafiadora e elaborada.

Desde que comecei a fazer as olimpíadas, eu nunca mais parei e sempre insistia com a minha escola que me inscrevesse em cada vez mais olimpíadas. Só que na época eu sempre era informado de que por conta da minha idade havia pouquíssimas olimpíadas em que eu poderia participar. E até então eu não tinha consciência de que algumas olimpíadas permitem que os alunos as façam sem ter um vínculo direto com a escola. Inclusive, a maioria das pessoas que eu conheço atualmente não sabem disso.

Também há muito pouca divulgação sobre os reais benefícios das olimpíadas. Por exemplo, as olimpíadas permitem que os alunos consigam aplicá-las para bolsas tanto de cursos de verão quanto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cursos completos em faculdades de todo o mundo, ou até mesmo isentá-los do vestibular em faculdades aqui mesmo do Brasil. Além de outros benefícios, como: fazer com que o aluno, como o Sr. Leonardo explicou, se torne mais confiante, mais motivado, mais feliz, porque, toda vez em que você realiza uma olimpíada e você vê que com seu esforço você consegue um bom resultado, você fica animado para a próxima prova para você ainda se esforçar mais e conseguir melhores resultados.

Você também adquire com isso a responsabilidade, porque, se você não estuda para olimpíada, ninguém vai fazer isso por você. É você contra você na olimpíada, como eu sempre digo; não é um aluno competindo contra outros, mas sim ele competindo contra si mesmo.

Nas olimpíadas nós exercitamos nossa humildade. É entender que, por mais que nós tenhamos nos esforçado, nem sempre todo esse esforço foi suficiente – porque nós não conseguimos sempre os melhores resultados –, e também entender que não é em todas as matérias que nós temos facilidade. Para algumas, temos mais aptidão e, para outras, não, e isso é normal. O que nós devemos ter é a resiliência, a persistência de sempre buscar melhorar, identificar o que nós podemos melhorar e aplicar isso para termos resultados melhores nas próximas provas. E é claro que todos esses fatores juntos, como a humildade, a resiliência, a persistência, corroboram para a formação do caráter do aluno que pratica as olimpíadas.

E o último e mais importante benefício é o conhecimento adquirido durante todo o processo de estudo e da realização da prova, porque esse conhecimento o aluno nunca vai perder. Na verdade, muito pelo contrário: ele leva esse conhecimento para o resto da sua vida e tem uma oportunidade de passá-lo para o máximo de pessoas possível.

Bom, um exemplo dessa persistência nas olimpíadas na minha vida foi que eu tive que insistir durante três anos muito, muito, muito mesmo para que a minha escola criasse um grupo olímpico justamente para fazer esse incentivo e essa divulgação das olimpíadas, esse apoio para os alunos que querem realmente realizar. Por mais que o projeto tenha apenas um ano, nesse curto período nós conseguimos obter ótimos resultados por conta justamente desse ambiente de incentivo que permite que os alunos consigam chegar aos resultados. O número de participantes e de medalhistas nas olimpíadas aumentou exponencialmente em todas as olimpíadas que a escola realizou.

Como eu já tinha falado, eu comecei com apenas uma medalha e duas olimpíadas. Atualmente, eu tenho 44 conquistas entre medalhas e certificações das olimpíadas das mais diversas áreas da ciência, como da OBA, que tem o certificado aqui em cima; da ONC; do Canguru de Matemática, de que eu já falei; da Olimpíada do Bicentenário da Independência; e também participei da Vitalis, apesar de eu não ter conseguido passar para a terceira fase, porque, como eu falei, nós não conseguimos os resultados todas as vezes, mas o importante é a gente se esforçar.

E, para mim, ficou muito claro sempre, desde a minha primeira olimpíada, o quanto elas são transformadoras na vida dos alunos. Como o Sr. Leonardo também falou, elas mudam as vidas, e elas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mudaram a minha vida e a vida das pessoas à minha volta, e o meu objetivo é levar essa transformação para o máximo de crianças e adolescentes possível, para que eles tenham sua vida transformada tal qual foi a minha. Prova dessa transformação é que, recentemente, eu tive a oportunidade de ser a única criança da minha cidade a receber o prêmio internacional *Star Kids Awards*, como criança prodígio e uma das mais talentosas na categoria Ciência Espacial e Astronomia.

E tudo isso, todas as minhas conquistas, tudo, tudo, tudo, absolutamente tudo foi por conta, tudo se iniciou com as olimpíadas. A minha meta é que toda a nação adquira essa mesma mentalidade olímpica, que é muito próspera – no Ceará, principalmente, isso foi enraizado desde cedo –, mas eu quero poder levar isso para todos os estados do Brasil.

Hoje mesmo, eu tive uma entrevista com o Secretário de Gestão da minha cidade para que a gente possa implantar os projetos do Ciência Cidadã nas escolas públicas mesmo, e, desses projetos, todos possam participar, até as pessoas que não têm acesso ao computador e não conseguem fazer esses projetos.

Eu gostaria, mais uma vez, de agradecer esta oportunidade de estar aqui ao lado de figuras tão ilustres, "iteanos", porque o meu sonho realmente é me formar no ITA como engenheiro aeroespacial. Eu gostaria de agradecer a todos os senhores que produziram e à senhora que produz as olimpíadas para as meninas. Eu gostaria de agradecer todo o empenho de vocês em divulgarem as olimpíadas e de pedir que isso continue sendo divulgado e que, sim, haja um Dia das Olimpíadas justamente para haver essa conscientização da real importância.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – João Vitor – deixe-me ver aqui –, de que cidade você é?

O SR. JOÃO VITOR GARCIA GEISS (*Por videoconferência*.) – Eu sou de Guarulhos.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Guarulhos.

Olha, primeiro, parabéns! Parabéns pela maneira de falar!

Aliás, eu estava olhando a cara de todo mundo aqui. Eu acho que todo mundo concorda comigo que a capacidade de falar com precisão, a capacidade de falar com o português correto – e eu não o vi falar de nenhuma olimpíada de Linguística, nem de Língua Portuguesa também; ele não falou dessa parte –, mas você vê a capacidade, a coerência ao falar e alinhar as ideias, melhor do que muita gente que eu conheço, vamos dizer assim. Muito, muito bom! E você vê aí como as olimpíadas têm essa capacidade de despertar talentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho certeza, João, de que você vai ser um ótimo profissional, vai entrar no ITA. Depois você me fala qual curso quer fazer lá no ITA. Qual curso? Fale aí.

O SR. JOÃO VITOR GARCIA GEISS (*Por videoconferência.*) – Eu vou fazer Engenharia Aeroespacial.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Ainda mais isso aí. De repente, pode ser um futuro astronauta, a gente vai precisar. Tem o programa Artemis, com o retorno à Lua e a ida a Marte. Vão aparecer uma série de oportunidades.

Melhor exemplo do que esse eu acho que não tem para a gente mostrar o quanto que as olimpíadas interferem, o quanto têm um impacto positivo na vida desses jovens e no desenvolvimento de competências que vão ser para a vida toda.

Ele falou de algumas ali, de resiliência, ele falou sobre ter metodologia, foco, ter planos, tudo isso. Isso é muito bacana!

Eu tenho certeza... O Prefeito está ali também, já está de olho, e você vê como que faz diferença. E falou com o secretário lá...

Oi?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Com treze anos.

Você vê, isso é muito, muito bom.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Compartilhar o conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Parabéns, parabéns, João Vitor! Mas fique por aí, que a gente ainda vai conversar.

Eu quero aproveitar este momento aqui para passar a palavra para uma das pessoas que eu vejo que é um dos maiores entusiastas que eu conheço na área de educação para o setor de olimpíadas, o meu amigo de muito tempo, que fez o ITA lá comigo, engenheiro aeronáutico também, Diretor de Inovação da Editora Serena, o Prof. Daniel Lavouras.

Daniel, você tem dez minutos.

O SR. DANIEL LAVOURAS (Para expor.) – Boa tarde a todos, boa tarde, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem várias falas aqui dos meus colegas que precisam ser resgatadas e enaltecidas, mas vou começar pela fala do João Vitor, que teve que insistir muito, muito, muito para que a sua escola criasse um núcleo olímpico.

Com olimpíadas, investindo em olimpíadas, nós conseguimos como aliados os reais protagonistas da educação, estudantes, professores e escolas que se transformam completamente por vivenciar essa realidade das olimpíadas.

Quantos carros de Corpo de Bombeiro que a gente viu naquela carreata ali, Canalle, no interior do Amazonas? Podemos multiplicar isso por cem, por mil e fazer essa febre se espalhar pelo país inteiro. Essa é a convicção de todos os coordenadores de olimpíadas.

Além do que falaram aqui, a gente tem o privilégio e a responsabilidade de representar, são mais de cem olimpíadas aqui. A gente tem o Prof. Rafael Aroca, da Olimpíada Brasileira de Satélites; o Éder, da Olimpíada Brasileira de Agropecuária; o Prof. Spada, da Olimpíada do Conhecimento, WorldSkills, em que o Brasil tem uma representatividade absurda.

O Brasil está cada vez mais protagonista. Nós sediamos já as Olimpíadas Ibero-Americanas de Matemática, Física, Química e Biologia, que foi aqui em Brasília. Vamos sediar, ano que vem, uma Olimpíada Internacional de Linguística e uma Olimpíada Internacional de Astronomia e Astrofísica também. Já sediamos a IMO (Olimpíada Internacional de Matemática).

O Brasil tem a maior olimpíada do mundo. O Brasil está exportando e está transbordando. Isso tem que se transformar, como falou o Leonardo, numa política de Estado contundente porque isso é efetivo, isso é barato, isso tem alcance, isso tem capilaridade e isso transforma.

Esse depoimento que está aqui, a gente pode ter 10 mil, 100 mil vídeos iguais a esses, com a mais certeza absoluta.

Qual é o nosso cenário? O nosso cenário, o nosso Senador descreveu no início...

Deixe-me ver se eu passo aqui, não sei para onde eu aponto. (*Pausa.*)

Aí eu passei um monte de eslaide já. Vou ter que voltar lá para o início.

O.k.

Economia exponencial, ou seja, a gente está num mundo em transformação, vários empregos estão condenados, a gente precisa começar essa transformação, conforme o nosso Senador disse, lá no início pela educação de base.

Eu preciso engajar, eu preciso motivar jovens, as olimpíadas fazem isso. Se a gente não fizer isso, a gente vai ficar para trás nas tecnologias disruptivas. Tem várias matérias dizendo isso, CEO da Apple

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizendo da importância da programação, do gargalo de profissões tecnológicas que a gente vai ter se a gente não fizer nada, e a gente começa isso com o letramento digital, a gente fala de *steam* e isso é na base. A gente viu aqui vários programas direcionados para robótica que são caros, gastam milhões e atendem um número pequeno de estudantes. Esse projeto belíssimo que foi citado aqui, o Futuros Cientistas, por exemplo, custa em torno de R$4 milhões. Ele atende 400 crianças. Isso nas olimpíadas a gente multiplica por cem, por mil, fácil. Canalle e Prof. Jean Catapreta, algumas das maiores olimpíadas estão aqui. Ou seja, as olimpíadas têm que entrar como aliadas.

A escola tradicional está em xeque, então a gente fala de metodologias diferentes. Está aí o Salman Khan, que conversou com o Ministro sobre isso, inclusive. E a gente precisa de engajamento.

Essa é a pirâmide conhecida na pedagogia, a pirâmide de Glasser. Então, eu preciso de envolvimento dos estudantes para esse crescimento, metodologias ativas. Ou seja, o ensino tradicional vai migrar para o ensino baseado em problemas, baseado em desafios. É isso que as olimpíadas trazem, esse envolvimento, essa febre olímpica.

O que é uma olimpíada, basicamente? São provas. Mas que tipo de prova leva mais de 20 milhões de alunos para um sábado fazer uma prova espontaneamente, uma prova que não vale nota? Ela tem que ter alguma coisa de especial. Então, essas provas são elaboradas com todo o carinho pelos coordenadores das olimpíadas. Essas provas desmistificam, elas informam, elas começam lá na base – a Profa. Silvana tocou nisso. Elas têm como um dos tesouros tocar a realidade da escola pública do Brasil, alunos com baixíssima autoestima, alunos que não mais acreditam no seu potencial. E a gente tem vários casos de alunos que foram resgatados, foram salvos pelas olimpíadas. Como esse processo é antigo, tem aluno com doutorado em universidade no exterior que foi salvo por causa das olimpíadas. Elas literalmente usam a curiosidade científica inerente a todos os estudantes para resgatar e dar caminhos, salvar almas através da educação.

Aqui já foi falado de olimpíadas. Vou pular.

Algumas das coisas importantes nas provas das olimpíadas são as suas questões, que têm que ser diferenciadas. As questões de olimpíadas têm que ser faseadas, então algumas delas são simples, são fascinantes, são diferentes. Eu não posso fazer uma olimpíada de matemática, uma olimpíada de biologia com as mesmas questões que os alunos estão acostumados a enfrentar no colégio. Eu esbarraria provavelmente no mesmo tipo de barreira natural que existe na escola tradicional. Então, os coordenadores de olimpíadas precisam ser criativos.

Missões olímpicas. Isso é um negócio muito importante de ser frisado. Há muito tempo se pensa que a olimpíada é uma maneira de identificar os melhores alunos, os gênios, os alunos que vão representar o Brasil na Olimpíada Internacional. Mas a missão 1 é muito mais importante. Isso é só o topo da pirâmide, como se fosse o futebol. É uma consequência natural de nós sermos o país do futebol e jogarmos futebol

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nas ruas, nas escolas, que nós tenhamos uma seleção pentacampeã do mundo. As crianças querem ser o Neymar, têm o Neymar como referência. E por que as crianças, os estudantes não podem ter como referência o João Vítor e tantos outros mais? Eles podem e eles têm. As olimpíadas criam esse tipo de referência positiva dentro de todas as escolas do país com altíssimo alcance. Então, as olimpíadas sensibilizam alunos, resgatam a autoestima de professores de escola, transformam cidades inteiras.

Ou seja, ratificando, são políticas públicas muito baratas e capazes de ajudar a transformar a realidade por completo. Existem vários exemplos aqui. Os coordenadores que estão aqui conhecem Oeiras, Cocal dos Alves, Santa Isabel, entre outros.

Tem mais de cem olimpíadas no Brasil. Vou citar algumas aqui. As olimpíadas de disciplinas tradicionais, matemática, física, química, biologia, história e geografia, Olimpíadas de língua portuguesa, mas tem também a Olimpíada de Cartografia, de Agropecuária, de Neurociência, de Inteligência Artificial, de Aplicativos, de Informática, de Robótica. Está tudo por trás das olimpíadas, de sustentabilidade, de meio ambiente. Tudo está permeado no meio das olimpíadas

Há alguns logotipos dessas olimpíadas que estão espalhadas pelo Brasil e crescendo exponencialmente como foi falado aqui.

O Brasil teve um resultado fantástico na Olimpíada Brasileira de Economia e foi tetracampeão do mundo, na frente de 46 países, na frente dos Estados Unidos e na China. Não é uma brincadeira. Na prova final tem Eric Maskin, um prêmio Nobel em Economia fazendo pergunta para esses alunos, e o Brasil ganhou. Uma olimpíada em que os alunos têm que fazer vaquinha para ir à final, porque é uma olimpíada que não tem financiamento.

Aí é o Barack Obama – esse vídeo já entrou aí – fazendo pergunta na final da Olimpíada de Geografia dos Estados Unidos, denotando a importância que outros países dão para a olimpíada. Em Portugal, o Primeiro-Ministro vai em cerimônia de premiação de olimpíada. No Japão... No Irã, o Ahmadinejad foi na cerimônia de premiação – não foi, Canalle? –, na abertura da Olimpíada Internacional de Astronomia. E por aí vai.

Por quê? Porque isso é uma maneira de garantir o futuro, o progresso da ciência nesses países.

Aqui, a Embaixada do Brasil, recebendo a equipe da Olimpíada Internacional de Linguística.

Eu me esqueci de falar, mas o meu envolvimento em olimpíadas... Eu também sou um frustrado olímpico, mas eu acabei me envolvendo em todas elas. Eu fui coordenador da Olimpíada de Matemática e depois acabei criando, ou cocriando, várias olimpíadas: de Astronomia, Biologia, Informática, Física, Geografia, Economia, Medicina, Inteligência Artificial e a do Bicentenário da Independência. Colaboro com todas elas e elaboro questões para várias dessas olimpíadas. Então, eu vivo desse mundo olímpico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E as olimpíadas bebem muito uma na fonte da outra. Elas aprendem muito umas com as outras. Então, tem algumas coisas aqui que são os tesouros olímpicos.

Alcance e capilaridade. Qual política pública você coloca lá...?

Senador, na sua gestão, nós multiplicamos o edital do CNPq, sob a nossa Secretária, que é a Christiane, de R$2,7 milhões, se não me engano, para R$8,8 milhões – o edital do CNPq que apoia as olimpíadas.

Nem todas as olimpíadas conseguem alcançar esse edital. São 15 ou 17 olimpíadas das 100. Algumas olimpíadas do Ministério conseguiram abraçar, o caso da Olimpíada de Satélites, da própria OBA e da ONC, mas mesmo essas são vulneráveis, porque troca o Governo. E é o que a gente tem falado. Isso tem que ser política de estado.

De repente – o senhor falou aqui que se criou uma Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino Profissionalizante –, pode ter uma frente parlamentar de apoio às olimpíadas, para que Deputados e Senadores possam criar um grupo de emendas direcionadas para as olimpíadas, porque elas têm tudo isso, elas têm tudo que se quer para transformar a educação. Elas têm alcance, elas têm capilaridade e elas têm efetividade. São tesouros das olimpíadas.

Custos. Algumas olimpíadas têm como tesouro driblar... O João Vitor falou ali, existem olimpíadas em que eu não preciso da escola ou do professor participar, porque muitos alunos não participam na escola, porque o diretor da escola não quer inscrever. Não quer: "Eu não quero participar da Olimpíada de Biologia!". Ou o professor de Física não gosta da olimpíada, ele acha a prova difícil e não quer que os alunos façam. E o aluno tem essa barreira natural. Isso já foi driblado por algumas olimpíadas.

A gente está numa área digital. A gente tem uma dificuldade ainda de inclusão digital – mas o Leonardo citou aqui. E algumas olimpíadas têm como esse tesouro baixar custos. E, através de uma prova digital, eu faço uma prova muito mais fascinante, pois essa prova tem vídeos, tem GIFs, tem imagens coloridas, ela toca muito mais a realidade de um aluno que está ali combalido, aquele aluno que tem dificuldade. Então, a prova digital é um tesouro, pois, além de baixar custos, eu canalizo esse dinheiro que eu estou economizando para onde? Para a premiação, não é?

Esse é um tesouro da OBI e da ONC, duas olimpíadas que premiam muito. Foram citadas aqui olimpíadas com 100, 200 medalhas. Eu estou sempre dizendo para o Canalle e o Prof. Jean: "Vamos dar 50 mil, 100 mil medalhas". O que é que falta? Mais recurso. Nós vamos celebrar mais, nós vamos ter mais carreatas, nós vamos ter mais alunos vendo seu resultado, recebendo parabéns: "Você ganhou medalha! Este é o seu certificado! Você foi para a segunda fase".

Aí, as provas digitais. Então é o tipo de iscas que eu posso ter para haver mais alunos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faseamento é outra estratégia que algumas olimpíadas usam. Antigamente, tinha uma olimpíada, e era uma bomba atômica a prova. Eu fiz a Olimpíada de Matemática, e era uma prova só. Com o faseamento, eu tenho a primeira fase, e essa primeira fase é digital, ela tem um alcance, ela é muito mais simples, eu aprovo 20%, 30%, 40% para a segunda fase. Aí, a prova vai ficando num nível mais alto. Lá na ponta da pirâmide, eu vou ter os minigênios, que são as referências que vão representar o Brasil na Olimpíada Internacional, mas o tesouro está na base.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL LAVOURAS – De repente, está naquela primeira fase, que pode ser uma prova *online* e até com consulta: "Vá lá no Google e descubra qual é o planeta mais próximo da Terra". Se o aluno for lá e fizer isso... Muitos deles tiveram mais interesse ao fazer aquilo do que, provavelmente, no ano escolar inteiro. Nós temos que ter convicção da realidade educacional do país. Isso é verdade. Muitos alunos não estão interessados no que é mostrado a eles.

A categorização. Várias olimpíadas já mostraram, separam em categorias diferentes. Aqui tem um exemplo. Tem olimpíadas que têm categoria aberta – a mãe, o pai, o avô e o avó do aluno podem participar, qualquer um pode participar. É outra estratégia que algumas olimpíadas usam.

A celebração é outro tesouro olímpico com que eu concordo bastante.

O peso que tem um certificado desses chegando numa escola pública no interior do país é absurdo. Várias olimpíadas não têm recurso, então, o certificado é digital. Ele baixa em PDF e imprime quem puder; mas, quando é possível, eu concordo com o Prof. Canalle que se gasta uma energia absurda para mandar 48 mil envelopes. A gente já foi àquela sala, lá na UERJ. É um absurdo, mas ele sabe do impacto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL LAVOURAS – ... que aquilo vai causar quando aquilo chegar à ponta. O impacto é absurdo.

Aí a gente tem incontáveis notícias.

Isso é um programa criado lá no ministério, também na SEAPC, Secretária Christiane, Roberto, Senador. O Programa Cidade Olímpica... Guararapes pode ser uma cidade olímpica. O que é isso? Não é inventar roda. É reaplicar a estratégia de algumas cidades bem-sucedidas, que são as cidades lá do Ceará, que estão sempre com participação, em outras cidades.

E o que ela faz? A prefeitura, a Secretaria Municipal de Educação mobiliza: "As minhas escolas não estão participando das Olimpíadas". Vamos fazer participar! Quantos minutos eu gasto para me inscrever? Aí o MCTI vai lá e atribui um selo para a cidade. Se 30% das escolas participam, ela é bronze. Se 50%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participam, ela é prata; depois ouro; depois diamante. Isso foi feito na gestão do então Ministro Marcos Pontes. A portaria está aprovada, e, via decreto municipal, o senhor pode atribuir selos para as suas escolas.

Está aí, eu botei até uma cópia da portaria, trabalho lá da Secretaria de Promoção da Ciência do ministério.

Outro trabalho imenso que foi feito, liderado pelo Roberto, que está aqui, são as bolsas de iniciação científica júnior. Dez mil bolsas para alunos com bons resultados em olimpíadas, desde que esses alunos sejam de famílias do CadÚnico. A gente está falando de famílias que recebem o Auxílio Brasil, Bolsa Família. Então, isso vai chegar a quem precisa, lá na ponta, na escola pública real.

A gente tem alguns problemas aqui com a LGPD. Algumas das grandes olimpíadas não enviaram os dados. Isso precisa ser driblado. Está cheio de advogados aqui em Brasília, têm que nos ajudar. A criança que está lá, o estudante que está lá no interior do Brasil tem que receber a bolsa.

Os alunos da ONC, da OBA, da Olimpíada de Medicina receberam essa bolsa. A gente conseguiu. Todos os dados foram enviados de maneira segura pela RNP e foram concedidas essas 10 mil bolsas. É outro tesouro, é outra coisa muito grande. Tem que aumentar de 10 mil bolsas para 20 mil, para 30 mil. Isso é muito barato e isso cria essa semente que está plantada lá na base, para a gente ter um horizonte daqui a cinco a dez anos.

Então, para finalizar, Senador, mais uma provocação positiva, com todo o respeito. Nós precisamos de uma frente parlamentar. Estamos precisando do Dia das Olimpíadas, do Mês das Olimpíadas, mas a gente precisa – e isso tem que ser apartidário, e o senhor pode liderar isso com todo o conhecimento que tem – de uma frente parlamentar em favor das olimpíadas, para apoiar, para tapar esses buracos que existem, para fazer com que as olimpíadas somem, sendo a envoltória para que simplesmente não haja uma competição por um edital do CNPq que não consegue atender a todas elas.

Mais um problema: o CNPq... Esse é um assunto relativamente novo, embora o CNPq seja um órgão que nos ajudou muito. O parecer do CNPq oscila. A gente tem grandes olimpíadas que ficaram de fora do edital do CNPq, que é o caso da Olimpíada de História. O senhor, quando foi comunicado, mandou corrigir o problema na hora, mas, em função de contingenciamentos daqui e de lá, a gente não conseguiu. No outro ano, trocou o parecer do CNPq, e grandes Olimpíadas, como as de Química, Informática, Robótica, Geografia, Física, mais alguma que eu estou esquecendo... Biologia, todas ficaram de fora do edital do CNPq. A Olimpíada de História, que tinha ficado de fora no outro ano, entrou. Ou seja, não há um conhecimento muito bom.

Então, tem que ser dado um carinho, um respeito a esse trabalho de popularização da ciência. Como é um assunto novo, é um assunto incipiente, esse parecer oscila; e algumas olimpíadas, que são eventos anuais, ficam reféns do edital. Eu mando um projeto que não mudou tanto no ano seguinte, e, numa hora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu sou o *top* um do edital da Olimpíada, o mais contemplado; no outro ano, eu fico de fora, porque alguém leu e deu um parecer desfavorável por motivo A ou B.

Todas essas Olimpíadas têm o seu valor. Elas são diferentes. Na Olimpíada de História, por exemplo, são trabalhos em grupo. Todas elas têm a sua dinâmica, todas elas são legais, todas elas são importantes e é o mercado, são os alunos que dizem quais vão prosperar, quais vão ser grandes.

As Olimpíadas grandes estão aqui, é só aprender com elas, ver o que eles tão fazendo, aumentar e dar capacidade para esses coordenadores multiplicarem, como falou o nosso aluno aí, e tornarem isso, cada vez mais, exponencial.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Bom, vocês entenderam porque eu falei como é a dedicação às Olimpíadas. Fazer com paixão, isso é muito, muito bom! Parabéns ao Bagual, o Prof. Daniel Lavouras, pela apresentação.

Eu anotei algumas coisas, porque, daqui a pouco, a gente vai abrir para as nossas conversas. Nós terminamos o ciclo dos palestrantes, mas, antes, eu gostaria de fazer alguns comentários.

Primeiro, um dos pontos importantes: recursos. Dentro das limitações, a gente colocou mais recursos no CNPq, etc., mas ainda não é suficiente. Acho que, vamos dizer assim, o investimento para isso é um investimento pequeno que dá um retorno gigantesco para o país. Ou seja, vale a pena a gente investir nas Olimpíadas.

Como o Daniel falou, isso é como se fosse uma política que tem que ser uma política de Estado, tem que permanecer, ao longo do tempo, e, para isso, a gente tem que colocar bases sólidas, para que haja incentivo, divulgação, promoção, financiamento e tudo mais.

Então, eu acho que eu falei de passagem aqui, vocês devem ter lembrando, no início, de um dos nossos projetos de lei que eu queria ressaltar aqui. É o Projeto 3.168, de 2023, para determinar que 10% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico sejam destinados à educação tecnológica. Eu acho que nisso a gente pode incluir também as Olimpíadas, de forma que a gente tenha um financiamento mais estável para isso, para as Olimpíadas, e isso inclui a logística também necessária para que os vencedores que vão lá competir no exterior não tenham que ficar fazendo vaquinha ou rifa para conseguir o recurso para fazer, para ter as passagens e a estada lá no exterior.

Também é importante lembrar e convidar todos os institutos do terceiro setor, fundações, inclusive empresas também, Governos municipais e estaduais que possam participar ativamente disso. O custo não é alto. Vamos dizer assim, é um custo baixo, mas que dá um retorno muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu estou falando aqui, publicamente, para convidar e solicitar o apoio das instituições, como fundações, institutos, prefeituras, governos estaduais, empresas que possam ajudar a financiar isso, porque o retorno volta para a sociedade, volta de uma forma muito grande. A gente viu aqui o depoimento do João Vitor. Deu para notar como isso é positivo em todos os sentidos.

Também está comprada a ideia da frente parlamentar. Já olhei ali para o Roberto também, para a gente lançar essa Frente Parlamentar de Apoio às Olimpíadas Científicas, a partir do Senado. Pode ser até uma mista, mas é importante que a gente capilarize isso pelo Brasil. Com os políticos daqui, a gente tem contato com as Prefeituras, no país inteiro também, isso é importante.

Eu lembro que eu estou aqui justamente para ajudar a fazer tudo isso funcionar aqui dentro do Senado. Essa é uma das minhas paixões, a educação, e quem me conhece sabe disso. Então, a gente vai fazer todo o esforço aqui a partir do Senado e dentro do Congresso para que essas atividades tenham prosseguimento e apoio no Brasil inteiro.

Eu queria aproveitar este momento aqui... Antes de passar a palavra, eu vou...

Primeiro, deixe-me lembrar o que a gente está fazendo aqui. A gente está nesta audiência pública conversando a respeito de olimpíadas científicas, e isso tem conexão direta com o Projeto de Lei nº 3.650, de 2023, que institui o Mês Nacional das Olimpíadas Científicas e do Conhecimento, a ser celebrado, anualmente, no mês de julho, e está aqui comigo justamente esse projeto, e tem a justificação. Eu queria ressaltar um ponto aqui na justificação: "E o que motiva cerca de 20 milhões de jovens [como foi falado nas apresentações] [...] a participarem, anualmente, dessas competições acadêmicas?"

Qual a razão disso?

> Em linhas gerais, o fascínio pelo desafio, a oportunidade de testarem seus conhecimentos e, nesse processo, aprenderem cada vez mais. Mas, para além disso, é por meio da competição saudável, nas áreas mais diversas, que os competidores têm a oportunidade de testarem seus conhecimentos, ao mesmo tempo em que reforçam sua paixão pela ciência e o gosto pelos estudos.

Como o João Vitor colocou, é uma competição com a gente mesmo, para ver como eu vou conseguindo progredir dentro disso.

> O mês escolhido remete ao dia 20 de julho de 1981, quando o jovem Nicolau Corção Saldanha, contando à época com apenas 17 anos, conquistou a histórica primeira medalha de ouro brasileira na Olimpíada Internacional de Matemática, nos Estados Unidos.

Foi no mês de julho, dentro desse... O mês de julho também é interessante nesse sentido, dia 20 de julho, com outras referências também com relação à aviação. É importante a gente lembrar disso também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dar uma notícia, porque eu falei que eu tinha uma surpresa aqui para o final. Já que a gente está falando de projetos de lei, de possibilidades e de colocar isso à frente aqui, no Senado, eu vou assinar aqui, na frente de todos, também um projeto de lei que altera a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, para instituir a bolsa de iniciação que foi falada aqui. Então, está aí, para instituir a Bolsa de Iniciação Científica Estudantil, a ser concedida a estudantes da educação básica integrantes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que se destacarem em competições acadêmicas e científicas de abrangência nacional.

Eu acho que um projeto dessa natureza vai incentivar essas crianças a participarem das olimpíadas e os pais também a incentivarem a participação de seus filhos. Em vez de ficar a criança lá no sinal vendendo bala ou pedindo dinheiro, que ele ou ela estude. Eu acho importante ter esse tipo de incentivo. Então, tenho aqui o projeto comigo, esse projeto de lei... (*Palmas.*)

Eu, então, neste momento, assino, para fazer o encaminhamento aqui dentro do Senado.

Está aqui, então, assinado. (*Palmas.*)

E essa é uma parte do trabalho. Tem muito trabalho a ser feito, e eu tenho certeza de que meus companheiros aqui, Senadores, meus amigos Senadores e Deputados, vão, junto comigo, aprovar essas matérias, que têm um sentido gigantesco para o futuro do nosso país.

O.k.? Então, vamos passar à segunda parte aqui desta reunião, desta audiência pública, para falar aqui algumas das perguntas que nós recebemos pelo e-Cidadania. Vou começar com o Paulo Henrique Cardoso, de São Paulo: "Como um dia oficial de celebração terá impacto positivo na iniciação científica dos jovens? Uma data é suficiente para se obter resultados?".

Então, vou deixar a pergunta em aberto aqui para os nossos palestrantes, para quem quiser responder. Bagual, se arrisca aí?

O SR. JOÃO BATISTA GARCIA CANALLE (*Fora do microfone.*) – Ele é o Pai das Olimpíadas.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Olha aqui: "Como um dia oficial de celebração terá impacto positivo na iniciação científica dos jovens? Uma data é suficiente para se obter [ou um mês, acho que ele se equivocou aqui um pouco; não é uma data, é um mês] é suficiente para se obter resultados?". Como é que você vê isso?

O SR. DANIEL LAVOURAS (Para expor.) – É lógico que não, isso é um ato simbólico. As Olimpíadas têm um calendário diversificado. Olimpíada acontece o ano inteiro e algumas se alinham ao calendário da Olimpíada Internacional, começam até no ano anterior, para dar esse tempo de preparação – é importante para o país criar as referências com o resultado da Olimpíada Internacional. Mas é simbólico a gente ter, no Senado da República, a criação de um dia, de um mês, celebrar o feito do Prof. Nicolau

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Corção Saldanha, hoje um professor, quando conquistou a primeira Olimpíada Internacional para o Brasil. Isso é muito simbólico.

Então, é como se fosse o Dia do Médico, o Dia do Enfermeiro, o Dia do Professor, o Dia do Estudante; todo dia é dia do professor, todo dia é dia do estudante, todo dia é dia de Olimpíada, mas é simbólico, então, esse simbolismo... Talvez... Aí há um comentário muito pertinente nos fóruns das Olimpíadas, e isso foi tomado, foi, com todo o carinho, escolhido o mês de julho, mas, como a isso não foi batido o martelo, o comentário que eu acho pertinente é que julho é um mês de férias escolar. Esse é o único comentário. Agora, quanto ao dia em si, acho que essa pergunta, o gancho dela é que um dia não é suficiente, é apenas um ato simbólico representativo da importância.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Daniel. Acho que o João Vitor levantou a mão ali também. Aliás, os nossos palestrantes que estão aí no remoto também podem participar.

Por favor, João Vitor, você tem a palavra.

O SR. JOÃO VITOR GARCIA GEISS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, para mim, isso se torna, isso se faz extremamente importante, por conta... Vamos colocar aqui um exemplo: o Ano-Novo, o que ele simboliza para as pessoas? Ele simboliza uma data em que as pessoas recomeçam um ciclo, em que elas podem mudar tudo o que elas fizeram e mudar para melhor. O Dia da Olimpíada poderia ser um dia em que todos os alunos param para pensar em todas as Olimpíadas de que eles participaram, no que eles poderiam se dedicar mais; as escolas podem parar para dar palestras, incentivar os alunos para participarem, a partir daquele novo "ano olímpico", de cada vez mais Olimpíadas.

Por mais que seja apenas simbólico, isso realmente tem um significado real. A gente pode pegar qualquer outra data, como o Sr. Daniel Lavouras disse, todas as datas são simbólicas. E eu acredito realmente que um Dia da Olimpíada, por mais que seja, assim, um dia simbólico, ele, sim, representaria grande coisa, tanto para os estudantes quanto para os professores que se dedicam em ajudar os alunos e os incentivam. Esse dia poderia ser um momento de os alunos receberem realmente esse reconhecimento de todo o esforço que eles fizeram, porque muitas vezes, como eu já falei, você não consegue receber uma medalha, mas o esforço poderia ser reconhecido a partir dessa data olímpica.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente, João. Você falou tudo aqui, acho que não tem nem como complementar mais nada.

Pergunta do Eduardo Witter, de Goiás: "[Quais] [...] as metas científicas [traçadas pelo] Brasil a partir das olimpíadas? Como as Olimpíadas ajudam o estudante?". Eu acho que essa parte de como as Olimpíadas ajudam o João Vitor também já respondeu durante a sua fala. E olhem, sobre as metas científicas, como eu era o Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, eu posso colocar aqui algumas dessas metas que existem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando você fala de desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovações, você tem uma amplitude bem grande de áreas ou de setores que são compreendidos por essas três grandes áreas. Dentro de cada um desses setores, você precisa... Nós tínhamos lá, no ministério, os eixos estratégicos, por exemplo, na área de materiais avançados, energias renováveis, transformação digital, desenvolvimento de medicamentos, desenvolvimento de vacinas e assim por diante. Todas essas metas científicas ou essas estratégias com as respectivas metas não serão cumpridas se nós não tivermos profissionais competentes que vão ser gerados a partir de jovens interessados no desenvolvimento de ciência e tecnologia, no desenvolvimento de suas carreiras. Então, essas metas têm uma dependência direta com a motivação desses jovens para as carreiras de ciência e tecnologia e com o trabalho dos professores, dos coordenadores dentro das Olimpíadas que fazem parte de todo esse contexto. Então, isso é, sem dúvida nenhuma, a ligação direta. Eu diria que, para quem gosta de matemática, há uma correlação praticamente de um nesse gráfico.

Alguns comentários... Tem mais perguntas aqui, uma do Adson Trocades, do Rio de Janeiro: "[A proposta pressupõe] [...] que não existe ensino sem pesquisa, nem pesquisa sem ensino [...]?". Eu acho que a ideia não é exatamente essa, Adson, mas, sem dúvida nenhuma, toda vez que você pensa em pesquisa, você precisa de ensino conectado, afinal de contas, a pesquisa vem com base no conhecimento e também é muito difícil você ter conhecimento se você não tiver pesquisa. Então, as coisas são relacionadas diretamente ao que é feito nas universidades e em outras instituições de pesquisa também.

O Gustavo Oliveira, de Minas Gerais: "Qual a proposta de incentivo [...] [ao] uso e utilização dos resultados na melhoria do ensino?". Para eu não ficar respondendo tudo, eu vou deixar aberto aqui para o Jean Catapreta. Por favor.

O SR. JEAN CARLOS ANTUNES CATAPRETA (Para expor.) – A resposta para isso é o que já vem acontecendo. Acabou que nós nem falamos disso aqui nas nossas falas, mas várias universidades do Brasil já oferecem vagas para estudantes que são oriundos de Olimpíadas do Conhecimento. Então, no edital do vestibular, na entrada do Sisu, existem vagas, cotas para estudantes que são oriundos de Olimpíadas do Conhecimento. Eles entram com a meritocracia, com o desempenho deles, para concorrer a essas vagas específicas. Se não me engano, a Unicamp, a USP e a Unifei têm, não sei todas de cor, mas é um modo de incentivar isso.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente.

Então, eu vou passar aqui para a palavra das pessoas. Eu vou fazer algumas provocações aqui, se me permitem os que estão aqui conosco presencialmente.

Eu vou começar a fazer uma provocação e, daqui a pouco, eu passo a palavra para você, um momentinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou começar a fazer uma provocação. Já que a gente está falando das olimpíadas, eu tenho o Arouca aqui com a gente, da Olimpíada de Satélites, para falar um pouquinho a respeito da Olimpíada de Satélites também e para dar uma informação para o pessoal a respeito dessa olimpíada.

O SR. RAFAEL VIDAL AROUCA (Para expor.) – Boa tarde, pessoal. É um prazer estar aqui com vocês.

De acordo com tudo que os colegas têm falado, a gente repara como essas olimpíadas são transformadoras na vida dos participantes.

Falando especificamente da Olimpíada de Satélites, que foi idealizada e criada ali no Ministério, pela Secretária Cristiane, pelo Ministro, na época, Marcos Pontes, a gente viu que ela despertou o brilhar nos olhos de alguns milhares de estudantes para essa área de satélites. E muita gente, eu lembro que, na época, falou assim: "Mas vocês estão doidos? Falar para adolescente, estudante, fazer satélite?", a gente escutou isso de algumas pessoas.

Assim como a gente tem o Prof. Canalle falando de seus alunos fazendo foguetes, por que não fazer satélites? Por que não – depois a gente pode até estender esta conversa – fazer *chips*, semicondutores? Por que não uma olimpíada brasileira de semicondutores, que o Daniel Lavouras, o Bagual, a gente estava anunciando juntos essa iniciativa recentemente.

E uma coisa que o Prof. Canalle mostra muito e o Prof. Jean... Eu estava falando outro dia que até perdeu a graça de tanto que a gente vê estudante brasileiro ganhando prêmio internacional. Toda vez que o pessoal da OBA vai para um evento traz um monte de medalha, pessoal do ONC, Física, etc. Então, o Brasil tem estudantes muito ricos em conhecimento, em vontade de aprender; são criativos, é só a gente não atrapalhar.

Mas, falando especificamente da Olimpíada de Satélites, a gente está com a segunda edição em andamento aqui, a Carise está aqui do meu lado – uma das principais pessoas da nossa organização –, e a gente já teve a alegria de fazer o lançamento de dezenas de nanossatélites, CubeSats e CanSats – eu diria da ordem de 40 –, com balões estratosféricos feitos pelos estudantes, através do apoio do MCTI, na gestão do Senador Marcos Pontes, na época Ministro.

A gente está prestes a fazer um lançamento suborbital com foguete, estamos até negociando para que seja em Alcântara, e um lançamento orbital feito pela colaboração de várias escolas brasileiras. Então, está em andamento esse projeto, o resquício da primeira Obsat: a gente vai ter esse lançamento com foguete, desses nanossatélites, projetados, desenvolvidos, construídos por estudantes brasileiros; vamos ter o orbital – está previsto.

E a segunda edição está em andamento, tá, pessoal? Logo a gente vai ter etapas regionais, com lançamento de balões estratosféricos. Eu sei que a Silvana está aí com a gente, e a gente sabe que a Silvana

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é doida para participar de lançamento e resgate de balão estratosférico, ela é a primeira da fila ali para ajudar a inflar o balão, para procurar o balão, etc.

Pessoal, rapidamente, olhem que interessante. Todos esses nanossatélites feitos por estudantes brasileiros são lançados, vão a 30km de altura, coletam dados, realizam experimentos, a nossa equipe rastreia, resgata esses nanossatélites e devolve para os estudantes analisarem os resultados do que tinha ali nos seus experimentos, sensores etc.

Então, é uma experiência sensacional, e a gente vê que é transformadora, tanto no lado científico, educacional, quanto pessoal, tá bom?

Obrigado pessoal. E obrigado por passar a palavra. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente, professor.

Aliás, você sabe disto aqui, é um dos meus sonhos ainda, a gente não conseguiu no tempo lá no ministério, as coisas passam muito rápido, mas ainda tenho o sonho de ter a Olimpíada de Foguetes, mas aqueles foguetes para 20km, 30km, que podem ser lançados a partir de Alcântara. É como existe no Arizona, por exemplo, das universidades. Aí a gente está falando de foguetes já com mais capacidade, mas é exatamente isso aí, a gente tem a possibilidade de que dali saiam muitos dos nossos futuros técnicos, engenheiros, astronautas, quem sabe também. Isso é importante.

Eu queria fazer uma outra provocação aqui, já que nós temos também o Coordenador Adjunto da Olimpíada Brasileira de Agropecuária e Diretor da Agência de Inovação do Instituto Federal de São Paulo, o Éder José da Costa Sacconi, para falar um pouquinho também a respeito da olimpíada.

O SR. ÉDER JOSÉ DA COSTA SACCONI (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas, Senador Astronauta Marcos Pontes, é um prazer estar aqui representando a instituição Instituto Federal de São Paulo. Trago um abraço do Prof. Silmário.

E também quero falar um pouquinho da Olimpíada Brasileira de Agropecuária. Eu tive a oportunidade, mesmo sendo historiador, de ajudar a gestar a Olimpíada de Agropecuária, a primeira olimpíada criada no Instituto Federal de São Paulo e também a primeira competição que já gerou o embrião da 1ª Olimpíada Científica Internacional, oriunda do Hemisfério Sul. Então, uma Olimpíada Internacional de Agropecuária está a caminho, já tivemos três versões piloto.

E assim como a educação profissional tecnológica, a questão de inserir no orçamento essa oportunidade trabalha muito alinhada: o ensino com a pesquisa, a formação unilateral, está tudo associado à educação profissional e tecnológica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E tenho uma boa notícia: o Instituto Federal de São Paulo, junto com a Setec, do MEC, a gente vai criar, inspirado no modelo do Impa, um edital para polos olímpicos. E a ideia é a gente começar com cinco polos olímpicos, financiando esses polos para eles multiplicarem, junto com as instituições no estado, nos seus estados, em cada um dos seus polos, que vão se tornar centros de treinamento. Assim como a gente tem centros especializados de esportes, áreas específicas, a gente vai induzir isso também. O Diretor de Desenvolvimento da Rede, Prof. Marcelo Bregagnoli, que é o idealizador da Olimpíada Brasileira de Agropecuária, já sinalizou, e a gente vai fomentar, porque se é importante, a gente precisa colocar recurso.

E uma última contribuição. É sensacional essa ideia de trazer à pauta as competições, e aí, olimpíadas, feiras, mostras, em que também nós temos tido muito êxito quando os nossos estudantes participam e vão ao exterior. O Prof. Catapreta comentou sobre o acesso às universidades, e eu acho que cabe um artigo nesse projeto de lei induzindo que todas as universidades, todas as instituições federais forneçam automaticamente vagas para os estudantes medalhistas. Acho que seria uma grande contribuição para o país.

E só para encerrar, queria deixar um convite. A Olimpíada de Agropecuária, este ano, a fase final vai acontecer em 7, 8 e 9 de setembro, aqui no Distrito Federal, em Planaltina. Então, fica o convite a todos e todas para estarem conosco celebrando, porque essa área de agropecuária é uma área muito importante do setor na nossa economia.

Obrigado pela palavra. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Éder. Eu vou transmitir aqui também alguns dos comentários que recebemos pelo e-Cidadania.

Luís Gustavo Costa, do Paraná, diz que é importante a instituição "dessa data para se dar notoriedade ao evento [...]".

Gabriel Melo, do Rio de Janeiro: "Além de instituir a data, é importante discutir como as instituições de ensino [...] [sobre a maneira como vão tratar, dentro das suas agendas]. É preciso incentivo."

Otávio Fiorelli, de São Paulo: "O dia nacional é uma forma de incentivo [no caso, aqui, o mês], mas também de reconhecimento, já que as olimpíadas servem como oportunidades para os jovens."

E eu também faria uma outra provocação. Estou vendo aqui o Prof. Spada, que tem uma experiência muito grande, na área de Olimpíada do Conhecimento e na WorldSkills International. Vou até pedir para o professor explicar o que é a WorldSkills International. O Brasil também tem um destaque muito grande, internacional, nessas olimpíadas.

Professor, com a palavra.

O SR. ROBERTO MONTEIRO SPADA (Para expor.) – Bom, boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço o convite de estar aqui, Senador, e a todos os demais educadores e organizadores de competição.

Eu creio que a essência da essência, eu vou falar no final. Por quê? Em 1989, eu tinha estado na UPI University, em Birmingham, e feito um curso de robótica. Em 1988. E, em 1989, fui convidado pelo Senai para estar com a equipe brasileira na competição mundial. Eu me fechei no quarto do hotel e chorei de ver o Brasil naquela condição e nos comprometemos a levá-lo ao topo.

Para entender um pouco, nós envolvemos empresários, que foram patrocinadores e, nesse período, nós construímos um processo que, a partir de 2006, a gente acabou tendo que estar entre os top 5 e conseguimos até trazer a competição mundial, em 2015, para o Brasil. E o Brasil se tornou referência, sendo a equipe brasileira contratada pela própria Rússia para treinar a equipe russa.

Mas, de tudo isso, às vezes, eu, como educador – 49 anos – sempre não entendi por que se fala que o profissional americano é cinco vezes mais produtivo do que o brasileiro. Eu me lembro de, em 89, um competidor brasileiro, com as condições limitadas, competiu. Na ação subsequente, onde nós fomos buscar as melhores máquinas, as melhores ferramentas, os melhores instrumentos, em parceria com as empresas, e demos a mesma condição ao jovem brasileiro, ele foi ao pódio. Então, o que eu entendo?

Eu sempre digo que a maior concentração financeira de um evento e a maior concentração de competência de *marketing* do mundo eu atribuo à eleição americana. Qual é a frase do candidato Obama? "*Yes, we can!*". E eu venho acompanhando o piloto, o astronauta, o Ministro e o Senador, e a frase é: "sim, é possível".

O que o João Vitor falou e o que ele passou para mim é a essência que o educador tem que passar para um jovem. E as olimpíadas fazem isto: passam essa relação de confiança do "Sim, é possível! Abrace, você pode!", e isso é a fonte que estimula. Para mim, a olimpíada, exatamente, põe essa essência dentro do indivíduo, do "É possível". Todo educador deveria ter isso como missão. Nem sempre é possível. São condições sociais, econômicas, etc.

Mas, então, cumprimento aqui a todos esses líderes de olimpíadas. Cumprimento aqui a pessoa que eu admiro há muito tempo, hoje, Senador.

Continue firme! Vamos transformar este país numa nação.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado. Obrigado, Prof. Spada, com experiência de quase 50 anos de educação. Tem que ser respeitado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A profissão, vamos chamar assim, de professor tem uma importância gigantesca no país. Não se faz um país se não tiver educadores, e educadores dedicados. Então, isso, realmente, é muito importante. E isso é parte do nosso trabalho aqui, para promover isso.

Então, neste momento, eu abro a palavra para quem quiser participar, perguntar aos nossos palestrantes.

Prefeito – o Prefeito de Guararapes aqui conosco –, por favor.

O SR. ALEX ARRUDA (Para expor.) – Uma boa tarde para todos.

É uma honra, Senador Marcos Pontes, poder usar este microfone.

Em nome do senhor, cumprimento todos os membros da mesa; as senhoras e senhores presentes; o Rodrigo, que é vizinho da nossa cidade.

Senador, não sei se são coincidências, não sei qual é o destino. Nós tentamos agendar uma conversa com o senhor. Fomos para o gabinete do senhor, e a equipe nos recebeu muito bem e disse: "Olha, ele está em tal lugar. Dá uma passadinha por lá". Sentamos aqui, fomos agraciados com tudo isso, com a presença de pessoas ilustres.

Nós começamos, na minha cidade, lá, a participar da OBA, lá no comecinho, onde eu estou professor, sou professor de uma escola de crianças especiais, e nós participamos, lá atrás, no início, com as crianças especiais da OBA. Depois, indo ao encontro do discurso de vocês, não houve uma sequência, pela troca de gestores: a gente passa muito por esse problema – em anos, participávamos; em anos, não. Então, muito fortalecida fica a mensagem de vocês, porque nós sofremos isso na nossa pele lá.

E o que nos traz aqui hoje – e deparamos com isto, Senador, que me deixa muito feliz... Nós viemos aqui – eu, como Vice-Prefeito, desde 2017; depois, como Prefeito, em 2021 –, porque sou apaixonado pela astronomia, apesar de não entender nada, mas apaixonado, porque eu tive oportunidade de, quando criança, ir a um planetário na cidade de São Paulo. Então, desde 2017, nós alugamos um planetário móvel e trouxemos para o nosso município. Em 2017, nós trouxemos só para as crianças das escolas, mas aí, quando foi embora, os pais bateram na nossa porta e disseram: "Nós também queremos assistir, porque nossos filhos chegaram maravilhados". E eu fico até emocionado em falar isso, Senador. E, a partir daí, nós trazemos para nossa cidade sempre, para que a comunidade possa ver, ano a ano.

Fizemos uma reserva financeira com o Prefeito. Temos R$1 milhão guardado, porque nós queremos construir o nosso planetário, o nosso observatório na cidade de Guararapes. Na nossa região, nós não temos um planetário perto de nós. Estamos pertinho de Araçatuba e de Birigui e não temos ali perto.

Temos uma área, temos R$1 milhão reservado e viemos aprender com o senhor. Passamos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia também, apresentamos o projeto lá. Nós contratamos um pré-projeto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gastamos um dinheiro do município para isso, viemos aqui buscar recursos, buscar parcerias para nos ajudar a concluir isso e deparamos com essa maravilha que são as palavras de vocês, de busca, de olimpíadas, de oportunidade para as pessoas. Cada criança que recebe uma medalha dessas, como o senhor falou, e o pai humilde, que, de repente, não acredita no seu próprio filho, quando ele está lá presente, entregando a medalha para o seu filho, tirando uma foto, isso muda a vida das pessoas.

Quando o senhor falou no microfone aí "a cidade de Guararapes", isso repercute na nossa autoestima, isso fortalece cada fato, cada item que a gente faz. Então, é uma honra para mim estar hoje aqui, olhando para o senhor e para essa equipe maravilhosa.

Obrigado pela oportunidade. Que Deus os abençoe e que mais investimentos sejam feitos mesmo, para que a gente possa dar oportunidade para as pessoas.

Obrigado pela oportunidade, Senador, e a todos vocês! Deus abençoe, pessoal! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Prefeito Alex Arruda, da cidade de Guararapes, São Paulo. Parabéns pelo trabalho, parabéns por ter esse foco em educação, pela profissão também. Pode contar conosco!

Vamos lá!

A palavra continua aberta.

Pois não; é o nosso assessor da Prefeitura de Guararapes, o Fernando Magno, aqui conosco também.

O SR. FERNANDO MAGNO (Para expor.) – Boa tarde a todos! Obrigado, Senador!

Eu queria só deixar uma contribuição também, porque eu estou nessa caminhada com o Prefeito em busca desse projeto, desse sonho.

Eu sou lá de Andradina, viu? Nós estivemos juntos lá. Eu organizei o evento de que o senhor participou, pouco antes do processo eleitoral, junto com o Ministro da Educação. Mas eu queria dizer que eu tenho atuado bastante na área – o Cristiano estava junto – dos serviços sociais, da assistência social, dos projetos, dos programas sociais. Eu acredito que também há espaços – já que o senhor tem dito bastante do incentivo a partir de famílias em situação de vulnerabilidade social –, dentro das oficinas, das atividades dos CRAS, que são os centros de referência, que têm projetos, como o Criança Feliz, e vários programas, em que, acredito, também deva ser inserido o estímulo, nessas oficinas, à questão de ciência, de tecnologia. Não há uma orientação para os coordenadores dos CRAS nesse sentido; não há essa pauta.

E a gente tem dito muito isso. Eu tenho dito, nas capacitações que faço, nas palestras que faço com eles – amanhã, estou em Panorama, São Paulo, às 9h, e vou falar desta oportunidade, vou estar com gestores lá da assistência social –, eu tenho dito para eles: "O mundo é tecnológico, as nossas crianças estão no celular o tempo todo, na maior parte do tempo; os nossos adolescentes, muito mais do que os adultos já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje". Então, a pauta da tecnologia tem que entrar, a pauta da ciência tem que entrar com força. Os laboratórios das escolas não podem ficar ociosos como são, como sempre foram. Investe-se em laboratórios de informática, e as crianças não têm acesso, Senador, os adolescentes não têm acesso; são subutilizados. Os profissionais, os professores não têm, no seu currículo, formação, capacitação: não têm nos bancos da universidade e não têm também depois para utilização disso, para todo esse potencial que tem relacionado à ciência, relacionado à tecnologia.

Então, eu queria dizer que se pense também dentro de todo esse processo – e aí eu acho legal ter na semana um mês para criar justamente um debate a nível nacional; acho que o João Vitor foi superfeliz – porque isso vai pautar a questão da ciência e da tecnologia no nosso país, o que, dentro da área social, deve ser fortalecido, impulsionado, discutido junto com os CRAS, os centros de referência.

Era essa a contribuição.

Parabéns, a gente está muito feliz por essa oportunidade de estar aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Fernando Magno, assessor da Prefeitura de Guararapes.

Nesse momento, eu vou novamente retornar a palavra para os nossos palestrantes, para suas considerações finais, um de cada vez.

Mas antes – desculpem o adiantado da hora –, eu vejo aqui a Raquel Bruna Cunha de Figueiredo, do Colégio Novo Espaço – gostei do nome.

Se você quiser fazer uso da palavra para dizer um pouco da sua impressão também, é importante, afinal de contas você é o objetivo.

A SRA. RAQUEL BRUNA CUNHA DE FIGUEIREDO (Para expor.) – Boa tarde, eu queria agradecer a todos por eu poder estar aqui. É uma honra, uma alegria, porque é por causa das olimpíadas científicas que eu posso estar aqui, tanto pela escola que as concede a todos os alunos como pelos meus pais, que sempre me incentivaram, tanto a mim como a meu irmão.

Até o sexto ano, eu não conhecia as olimpíadas científicas. No sexto ano, a primeira olimpíada que eu tive foi a Obmep e com ela eu pude passar para a segunda fase. Pelo que eu me lembre, eu descobri isso no Ceará, porque meus pais gostam de viajar para lá, porque minha família é de lá, e, quando eu descobri, foi uma alegria, dá vontade de sair correndo para todo canto. E isso também incentiva meu irmão, porque, por exemplo, na OBA, na primeira vez em que eu consegui participar, eu consegui a bronze; na segunda, eu consegui a ouro, mas ele estava junto ganhando a prata, e isso é um incentivo dentro de casa. Ele quer estudar também, ele quer vir atrás. Tanto que a escola, na competição, também incentiva uns aos outros a quererem participar das olimpíadas científicas. E todos querem participar. A gente vê animação: "Olha,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você conseguiu passar!", e a escola dando certificado, dando parabéns; os pais estando lá e dando parabéns uns aos outros. É como se todos nós fôssemos uma família. Todos nós podendo estar juntos nesse momento.

Agradeço pelo convite de poder estar aqui na presença de vocês, porque é incrível! Não tem como a gente imaginar as portas que se abrem com as olimpíadas científicas. A gente na escola estuda e pensa: "Ah, quero sair logo da escola". Muitas crianças nem conseguem ir para a escola, porque precisam trabalhar, precisam conseguir o alimento para as suas casas. Mas, graças a Deus e a meus pais, posso estar aqui; pude vir para Brasília; pude ter o apoio dos meus familiares, da escola e conhecer cada um de vocês. Eu quero voltar para casa, e na volta para casa já quero pesquisar, estudar cada dia mais e falar para os meus colegas de sala: "Vamos, porque vale a pena". (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente.

Deixe-me perguntar uma coisa: é seu pai?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Então, se puder, dar uma palavra também, porque a gente viu o lado do estudante, mas é importante o depoimento do pai também, dos pais. Então, por favor. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – É um orgulho – não é? – ter o filho ou a filha participando de tudo isso. Eu acho que é muito bacana.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – É bom, não é? Eu fico imaginando os pais, pelo Brasil afora, vendo seus filhos terem sucesso, participarem e tudo mais. Isso é muito bom, muito bom mesmo. Acho que é o que a gente quer: reforço da família, participação dos pais na educação dos filhos, participação ativa, incentivo com valores. Isso é muito importante para o Brasil como um todo e para a sociedade.

Então, parabéns para o senhor também! Sem dúvida nenhuma, isso não acontece por acaso; os pais têm uma participação muito grande.

Então, agora, na sequência em que nós fizemos as apresentações, eu vou passar a palavra para os nossos apresentadores, para as suas considerações finais, por três minutos para cada um. Acho que é o suficiente três minutos para cada um para as considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu passo a palavra para o Prof. João Batista Garcia Canalle, Coordenador da Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica e da Mostra Brasileira de Foguetes.

O SR. JOÃO BATISTA GARCIA CANALLE (Para expor.) – O.k. Obrigado, Senador.

A gente fica extremamente emocionado quando ouve os alunos darem os seus depoimentos, porque a gente trabalha, trabalha à distância, à distância. Tudo bem que a gente tem muitos eventos dos quais os professores participam, mas aqui o João Vitor fez um depoimento que fala por todos os alunos.

As olimpíadas mudam os destinos desses jovens, assim como o da Raquel, aqui presente também, que disse que ganhou bolsa lá no colégio dela, não foi desconto, por enquanto. Eu falei: "Não, agora você volta lá e fala que você quer uma bolsa de 150%", ou seja, ela é tão boa que o colégio podia até pagar para ela estudar lá, porque, certamente, ela vai trazer um renome ao colégio. Se ela não ganhasse nenhuma medalha, o colégio não teria, mas o fato de ter ganhado uma medalha enriquece o colégio, ainda mais uma escola particular, que precisa de uma confirmação de que a qualidade do seu ensino é excelente, para vender inscrição, para ter alunos, e os alunos medalhistas, de certa forma, atestam a qualidade de ensino dessas escolas. Então, Raquel, pode ir lá pedir 100% de bolsa. Está bom? Assim como muitos outros alunos obtiveram bolsas nas suas escolas, porque obtiveram medalhas; assim, como bem lembrou aqui o Jean Catapreta, como algumas universidades estão oferecendo vagas diretas aos alunos, independentemente do vestibular, para que os melhores alunos fiquem nessas universidades, porque senão vão para o exterior, haja vista a Tábata Amaral, que ganhou medalhas em várias olimpíadas científicas internacionais, foi estudar no exterior e, felizmente, voltou. Mas e aqueles que não voltam? Então, é todo um esforço dos coordenadores de olimpíadas e de recursos públicos, obviamente, investidos nesses alunos que um dia vão fazer uma graduação, uma pós-graduação no exterior e, obviamente, por lá ficarão, porque as oportunidades aparecerão para eles lá.

Prefeito de Guararapes, é só falar conosco.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO BATISTA GARCIA CANALLE – Se quiser, a gente vai organizar uma copa de foguetes, uma formação de professores. Se quiser construir um planetário, a gente pode dar um apoio para o senhor também na orientação técnica, porque a gente tem planetários que vão às escolas. Já fizemos eventos lá em Junqueirópolis, em Dracena, em Osvaldo Cruz, em cerca de 20 cidades do Estado de São Paulo e em 82 lugares do Brasil inteiro. Então, conte com a gente. O senhor veio procurar um Senador num lugar, mas, de repente, achou ajuda em outras pessoas aqui. Conte conosco.

Parabéns, Senador, pela iniciativa. Espero que tenha sucesso nos projetos, junto aos demais Senadores, especialmente aqueles que promovem a concessão de bolsas para os jovens talentosos que participam de olimpíadas sem condições financeiras de continuarem os seus estudos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns pela iniciativa. E conte conosco como sempre.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado.

Parabéns ao Prof. Canalle, batalhador da Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica. Eu tive a honra de participar de muitos EREAs e da Mobfog também. Muito, muito bom!

Então, eu passo a palavra, para as suas considerações finais, à Profa. Silvana, que está *online* aqui conosco.

Professora, três minutos para as considerações finais.

A SRA. SILVANA COPCESKI STOINSKI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Primeiro, quero agradecer – não é? –, Senador Marcos Pontes, pela oportunidade, ao Daniel Lavouras, aí para toda essa equipe que está aí, o Aroca está aí também, que magnífico isso. E quero falar, nas pessoas da Raquel e do João Vitor, que eles são exemplos, exemplos a serem seguidos, eles são protagonistas, estão aí participando, olha, desse momento tão importante de uma assinatura, com o nosso Senador Astronauta Marcos Pontes. E quero falar também da importância que são as Olimpíadas Científicas nas escolas, as cidades olímpicas. Então, nós temos várias oportunidades para as crianças, para os estudantes, para os professores. E que vire, sim, uma febre olímpica neste nosso país, que é incrível, que é maravilhoso, e em que os professores e estudantes querem fazer a diferença, e que seja um resultado nas olimpíadas.

Então, muito obrigada a todos. Um forte abraço aí para a Chris – estou morrendo de saudade de você! –, e obrigada pela oportunidade de estar aqui hoje, aprendendo ainda mais com vocês e levando todo o conhecimento que tivemos nesta tarde aqui para todos os professores e todos que querem, sim, fazer ciência neste nosso Brasil.

Muito obrigada, obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Profa. Silvana, e... Aliás, eu vou quebrar um pouquinho a sequência e o protocolo aqui, porque eu estou vendo o Roberto aqui, não é? Ele faz parte do meu gabinete, mas eu acho importante, por causa da participação dele... Ele era o Presidente do Parque Tecnológico de Sorocaba, ou seja, uma área de tecnologia, de empreendedorismo, e, de repente, foi lá para o ministério, acabou entrando na área de educação, de olimpíadas.

Queria que você falasse uns dois minutinhos aí, para falar sobre essa experiência de mudança e como que isso o motivou – porque depois virou um defensor ferrenho dessa parte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO MACHADO DE FREITAS (Para expor.) – Senador, primeiro, eu queria parabenizá-lo pela iniciativa. Quando o Senador nos chamou para contribuir aqui no gabinete, uma das pautas que ele nos passou como missão, uma delas era olimpíadas, falava sobre Olimpíada Científica. Então, queria parabenizá-lo por essa iniciativa, porque são iniciativas como essa que mudam a vida das pessoas.

A gente está dentro de um Congresso em que se discute muitas coisas, e às vezes a gente fica um pouquinho desanimado com algumas pautas que são decididas aqui e que a gente sabe que não chegam a lugar nenhum, são discussões que não levam as pessoas a evoluírem. E, quando a gente vê uma pauta dessas, por mais simples que seja... Alguém perguntou: "Mas por que instituir um Dia, um Mês Nacional da Olimpíada Científica?". Talvez seja a audiência pública mais emotiva de que eu participei aqui dentro do Senado. Você vê depoimentos de pessoas que falaram de mudança de vida, você vê pessoas fazendo alguns depoimentos aqui até um pouquinho com a garganta embargada. A nossa jornalista ali, eu olhei para ela, eu achei que ela estava gripada, mas ela estava chorando, a Stefane ali, em algum momento, porque esta audiência pública mostra essa riqueza.

E eu coloquei, no grupo do Senador – a gente faz parte de um grupo aqui de assessores, que têm essa função de ajudar os Senadores na parte técnica a realizarem os seus objetivos –, e eu coloquei uma mensagem, eu não sou muito de escrever lá no grupo, mas eu coloquei assim: "Vale a pena vocês participarem. Fiquem atentos aí, *online*, porque é uma política pública que transforma vidas". E eu tenho certeza que esse assunto pode ajudar muito o Sr. Senador, lá na ponta. Esse assunto pode transformar o estado que o Sr. Senador representa. E é exatamente isso em que eu acredito.

Eu entrei no ministério, numa área completamente diferente, recebi a missão do senhor e da nossa Secretária Christiane de estar nessa área. Conheci o Bagual. Quem fica do lado do Daniel (Bagual) não tem como ficar indiferente a isso. À princípio, achei que era uma grande... Olimpíada? Eu nunca tive oportunidade de participar de olimpíada. Eu nunca ouvi falar de olimpíada na minha cidade, na minha escola. Eu falei: "Olimpíada? Investimento em Olimpíada?". E aí, com o tempo, a gente vê a transformação de várias pessoas por meio dessa política.

E, para finalizar, Senador, tem uma cena que me marcou muito, no Parque Tecnológico. Mesmo não sabendo que um dia estaria trabalhando com o senhor, tendo essa honra de estar ao seu lado, estava lá como Presidente do Parque Tecnológico, conheci a figura do Prof. Canalle. Ele falou: "Olha, tem um professor aí que quer fazer uma olimpíada científica". Falei: "Cara, o que é isso?". E ele: "Ah, uma olimpíada científica de lançamento de foguetes, é OBA, Mobfog, a mostra...". E eu gostei do assunto. Falei: "Poxa, eu acho que isso aí é legal". E dei corda para isso. Investimos lá um recurso, e a gente fez a primeira Copa Sorocabana de Lançamento de Foguetes, mesmo não sabendo que um dia eu estaria aqui.

E, quando o Canalle foi lá, levou a equipe, a gente fez um treinamento com professores lá na escola de Sorocaba. Foi um sucesso. Tivemos mais de 500 alunos participando dessa atividade. Mas o que me marcou foi uma cena. Na hora em que os alunos estavam ali para lançar os seus foguetes, tinha um aluno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ali com jalequinho branco, a equipe dele preparando, ali na terra, para lançar, conversando um com outro... E para do lado um senhor, um matuto, assim... Um senhor... Olhei para a mão dele, uma mão pesada do trabalho, e ele fala assim: "Cara, você está vendo aquele ali? É meu filho". E, com aquele olho assim arregalado, ele falou: "Meu filho é um gênio". Eu falei: "É mesmo, cara? Está ali, está com as pessoas...". E ele disse: "Meu filho é um gênio. Eu nunca imaginei que meu filho pudesse ter essa condição de estar aqui, lançando um foguete".

E aquilo ali marcou. Falei: "Cara, mas tem alguma coisa aqui que é diferente!". E depois Deus consegue colocar seus planos de forma que a gente vem a entender, lá na frente. Porque eu tive essa experiência e, depois, caí lá no ministério. Lá no ministério, a gente viajou o país inteiro com esse programa de iniciação científica, e o senhor acabou de assinar um projeto de lei que dá oportunidade para as crianças terem recurso em razão da sua meritocracia.

Este país dá muita coisa de graça, e, às vezes, as pessoas não valorizam isso.

Esse é um projeto de meritocracia. A criança vai lá, estuda... É uma criança que não tem condição nenhuma... A gente foi para Salvador e, para a gente chegar à casa de um aluno que foi campeão olímpico, a gente teve que ter escolta policial, porque ninguém entrava lá. A gente chegou lá, uma casa de chão batido. Eu falei: "Não é aqui que esse aluno mora; não é possível isso". E estava lá, um aluno, com a escrivaninha dele, com o caderninho dele, e a gente pôde levá-lo para passar o dia inteiro com o senhor. Isso marcou a vida dele. E, depois disso, ele recebeu proposta para participar de escolas particulares, de universidades, para sair fora do Brasil.

Então, assim, poderia falar a tarde inteira, como todos aqui, mas isso mostra um pouquinho o poder encantador que têm as olimpíadas científicas.

Parabéns a todos os coordenadores e parabéns a V. Exa.! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Roberto.

Sem dúvida nenhuma é importante a gente ouvir essas ideias, essas impressões e perspectivas que são muito importantes para formar o contexto do que a gente está fazendo aqui hoje.

Então, passo a palavra para as suas considerações finais também, ao Prof. Jean Catapreta.

O SR. JEAN CARLOS ANTUNES CATAPRETA (Para expor.) – Bom, eu queria começar falando da importância da institucionalização da Olimpíada do Conhecimento como política pública, que está sendo proposta aqui, porque é muito importante.

Eu até conversei com o Spada aqui um pouco antes de começar, a gente falando e ele falando da questão de patrocínios. A gente também já viu questão de patrocínios – tem Itaú, tem Petrobras, tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algumas empresas que patrocinam algumas Olimpíadas do Conhecimento, mas a grande maioria não. Elas acontecem por iniciativa de todos, e é necessário que haja uma política pública para isto: a instalação de um Mês de Olimpíadas do Conhecimento, o Dia da Olimpíada do Conhecimento. Isso é extremamente importante, apesar de ser simbólico mesmo, não vai acontecer nada especial, mas é simbólico porque abre um leque de opções para várias coisas que podem ser feitas. É de suma importância, porque... O que a gente está fazendo aqui? Eu vou para vários lugares do Brasil, o Canalle viaja muito mais do que eu pelo Brasil, e, na quantidade de coisas que a gente vê acontecendo, parece mentira acreditar.

A gente está mexendo com a vida das pessoas, elas estão sendo transformadas, elas estão sendo mudadas. Uma criança de 10, 12, 13 anos de idade que ganha medalha na Olimpíada do Conhecimento, cujos pai e mãe veem o seu filho ali, sendo homenageado. Aquilo ali nunca vai ser a mesma coisa de novo; muda, transforma.

Então, é de suma importância que aconteça o que está acontecendo aqui hoje por causa disso.

A gente tem que ter muito cuidado porque, graças a Deus, estamos conseguindo transformar para melhor a vida de milhões de pessoas no Brasil.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Prof. Jean Carlos Antunes Catapreta, Coordenador da Olimpíada Nacional de Ciências.

Eu passo a palavra agora para o Sr. Leonardo da Costa Meireles, Coordenador da Vitalis, Olimpíada de Medicina.

O SR. LEONARDO DA COSTA MEIRELES (Para expor.) – As minhas considerações finais são muito do que o Prof. Jean comentou.

Imagine a seguinte situação: se a cada quatro anos ou a cada governo, enfim, o SUS necessitasse de patrocínio, de verbas, sempre com aquela correria dos profissionais da saúde. Disso não se necessita, porque é uma política de Estado.

Então, as olimpíadas, eu acredito que, como o Prof. Daniel provocou com a questão da frente parlamentar, poderiam induzir isso a outros Senadores para mostrar: "Olha, isso aqui realmente é sério, isso aqui necessita de uma política pública fortíssima" – chamar os reitores de todas as universidades federais, conversar com eles, com diretores, com todos, para criar, assim... para chegar a um nível ideal, quem sabe, de não necessitar mais de patrocínio. "O patrocínio vai ser um mecenato de alguns empresários, mas não, vai vir do Estado mesmo, porque isso aqui é *sine qua non*, está na Constituição, faz parte da educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As olimpíadas... Desses depoimentos que a gente ouviu, de tantos outros que o Prof. Daniel fala e que a gente conhece, é empírico e tem evidência mais do que científica que realmente é uma política excelente, ainda de baixo custo, e que muda vidas totalmente.

Essa é a minha consideração final.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Sr. Leonardo da Costa Meireles, Coordenador da Vitalis, Olimpíada de Medicina.

Com a palavra, *online*, a Profa. Nara Martini Bigolin, cientista da computação, Professora da Universidade Federal de Santa Maria e Coordenadora do Movimento Meninas Olímpicas, para as suas considerações finais.

Por favor, Professora.

A SRA. NARA MARTINI BIGOLIN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Inicialmente, eu queria agradecer a parceria das Coordenadoras das Olimpíadas Femininas: a Profa. Maria Luiza, a Profa. Patrícia, a Profa. Maria José, e, da Matemática, a Ana Paula e a Clara. Mas eu acho que vou encerrar a minha fala aqui como mãe olímpica, já que nesta audiência não teve nenhum pai, uma mãe falando.

Eu comecei... Hoje sou Coordenadora, mas já fui mãe olímpica, eu tenho duas filhas que fazem Olimpíada Científica. Inclusive, a pessoa que conquistou a medalha de ouro para o Brasil é uma das minhas filhas, elas conquistaram mais de 80 medalhas em Olimpíada Científica. A minha mais velha hoje estuda em Stanford, faz Computação, e a segunda começou a fazer a Universidade de Rochester. E aí tem um dado interessante: ela chegou segunda-feira a Rochester, e ontem ela me enviou uma foto. De quem era essa foto? Essa foto era dela e de um menino. Aí acho que todo mundo vai lembrar. Vocês lembram a história do menino que era filho de uma catadora de lixo, que saiu no Fantástico, um tempo atrás, inclusive saiu uma reportagem no Itaú? Pois é, ontem ela estava jantando com esse menino. Então, as olimpíadas transformaram a vida desse menino. Ele foi para uma escola privada em Fortaleza, depois ele foi para um colégio internacional UWC, acho que foi na Holanda, e agora ele se firmou recentemente em Rochester. Minhas duas filhas hoje estão no exterior, elas têm bolsa para estudar lá, porque as universidades custam US$90 mil por ano. Eu sou exemplo, sou mãe de duas meninas, de que as olimpíadas mudaram a vida delas. E as oportunidades que criaram para elas e todos os colegas delas é realmente enorme.

Então, eu estou aqui, agora no papel de mãe, para que todos os pais e mães que estão nos assistindo agora incentivem seus filhos a fazer a olimpíada, porque a olimpíada muda a vida de cada estudante, e, mais do que isso, cria oportunidades que não se conseguem de outra maneira.

E eu queria, então, para finalizar, agradecer a oportunidade, e principalmente ao Roberto, porque o Roberto conseguiu me encaixar ontem, de ontem para hoje, e obrigada pela oportunidade. E eu peço – hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as Olimpíadas Femininas não têm recursos, a gente trabalha só com trabalho voluntário, todo mundo trabalha voluntário – que tenha verbas especiais para as Olimpíadas Femininas, porque hoje a representação é muito, muito, muito pequena.

Então, é isso, muito obrigada pelo espaço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Profa. Nara Bigolin, e parabéns pelo resultado das suas filhas. É exatamente esse tipo de depoimento que a gente precisa aqui, que isso incentiva e muda a vida desses jovens.

Eu passo a palavra, para as suas considerações finais, então, para o João Vitor Garcia Geiss. Ele é aluno do 8º ano do fundamental II e multimedalista olímpico.

João Vitor, para as suas considerações finais, por três minutos.

O SR. JOÃO VITOR GARCIA GEISS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, eu gostaria primeiramente de agradecer ao senhor, Marcos Pontes, e ao Sr. Roberto, por ter me convidado a participar desta audiência. Realmente é uma honra para mim poder estar aqui, ao lado de fundadores de olimpíadas, ao lado de divulgadores olímpicos, por exemplo, um representante da OBsat. Eu queria apenas mencionar que eu estou participando dessa olimpíada e, para mim, tem sido uma das melhores experiências que eu já tive, uma das olimpíadas mais fascinantes de que eu já tive a oportunidade de participar, justamente por essa possibilidade de ser uma olimpíada "mão na massa", onde você tem que realmente construir o seu projeto. Existem muito poucas outras olimpíadas em que os alunos têm essa possibilidade.

E eu gostaria de agradecer a todos, ao Sr. Leonardo, ao Sr. João Canalle, ao Sr. Daniel Lavouras e ao Sr. Jean Carlos, por todas as olimpíadas, justamente porque... E à Sra. Nara, por todas as olimpíadas que vocês têm fundado, porque elas realmente mudam a vida dos alunos e elas mudaram a minha vida.

E o meu intuito, o meu objetivo, a minha missão, enquanto aluno que teve a sua vida completamente transformada pelas olimpíadas, é levar essa possibilidade para o máximo de pessoas possível. É uma honra poder para mim estar aqui.

Muito obrigado de verdade pelo convite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Vocês acabaram de ouvir o João Vitor Garcia Geiss, futuro engenheiro do ITA e, quem sabe, futuro astronauta também, multimedalista olímpico.

Então, para as suas considerações finais, o Prof. Daniel Lavouras, também do ITA. Vamos fazer propaganda da nossa escola.

O SR. DANIEL LAVOURAS (Para expor.) – Senador, obrigado pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que, como o Roberto falou, diversas coisas discutidas aqui no Congresso são discussões, e hoje a gente teve um diálogo produtivo e convergente, a gente converge em 99%, ecoa uma energia positiva aqui da fala de um no outro. Acho que essas olimpíadas não podem ser uma aspiração, um desejo, isto é imperativo para o país: que elas possam exercer realmente todo o seu pleno potencial, e falta muito pouco, e está demonstrado que elas têm um custo extremamente barato. Elas atingem as áreas mais plurais possíveis, elas são a transição do conhecimento para o "mão na massa". João Vitor, dá uma olhada na Olimpíada de História, na Olimpíada do Futuro, na Olimpíada de Empreendedorismo... Tem olimpíadas muito legais: tem a Olimpíada de Agropecuária; tem as Olimpíadas de Física e de Química, que têm etapas experimentais, têm toda essa transição. Elas são muito mais do que provas, elas são tesouros escondidos.

E, para finalizar, citando um tesouro, que é um caso conhecido, mas, como aqui a gente está transmitindo e eu não sei quem está assistindo, Prefeito, preste atenção: Cocal dos Alves. Joguem este nome no Google: Cocal dos Alves Olimpíadas. Há muito tempo, um professor chamado Antônio do Amaral... Cocal dos Alves está no interior do Piauí, a realidade de Cocal dos Alves: estava entre os 50 piores IDHs do país, de cinco mil setecentos e não sei quantos municípios, com 30 mil habitantes, e nenhum médico na cidade, era a realidade de 20 anos atrás. Um professor, Antônio do Amaral, acreditou que ele deveria aplicar a Olimpíada de Matemática e quebrou a barreira – porque várias escolas não quebraram essa barreira, várias cidades não quebraram essa barreira e não aplicam as olimpíadas. E a gente sabe que há talento em todas as salas de aula de todas as escolas do país. Às vezes, o talento é aquele cara que está lá no fundo. Às vezes o talento nem está indo à aula; ele não foi descoberto, e aquele aluno é o que ganhou a olimpíada. O Prof. Jean Catapreta, o Prof. Canalle, todo mundo já viu isto acontecer: a olimpíada resgatar... "Não, essa alma está perdida. Esse aqui vai ser bandido", e foi salvo pelas olimpíadas. Salvo!

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL LAVOURAS – Esse Prof. Antônio do Amaral acreditou que deveria aplicar a Olimpíada de Matemática, e um aluno teve um excelente desempenho e começou a ganhar uma bolsa, que era uma parceria do Impa com algum instituto, começou a ganhar R$100 por mês, alguma coisa assim. Ele chegou em casa e contou feliz da vida para o pai e para mãe. Eles almoçaram, e ele disse: "Pai e mãe, vamos lá pegar na enxada" – 95% dessa cidade dependia do Bolsa Família, 95%. "Filho, enxada?", as pessoas podem ser simples, mas elas não são idiotas, "Filho, hoje de tarde você não vai pegar na enxada, você vai estudar matemática. Você agora é um terço da renda da família". E isso inspirou outros estudantes, outros professores, outros pais, e a escola, que era a única escola, se não me engano, de ensino médio em Cocal dos Alves, começou a viver isso que a gente chama de febre olímpica. Vinte anos depois, o Ideb de Cocal dos Alves está acima da média da capital Teresina, o Ideb de Cocal dos Alves está acima da média nacional. Cocal dos Alves tem médicos...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANIEL LAVOURAS – ... todos os médicos são olímpicos. A república de alunos de Cocal dos Alves estuda nas principais escolas do país, em Fortaleza, em Teresina. Então, tem alunos de Cocal dos Alves indo para as melhores universidades do mundo por causa das olimpíadas. Por que não Cocal dos Alves ser replicado em todas as cidades do país, em todas as escolas? É isso que se quer.

Novamente o apelo para que esta pauta seja uma unanimidade aqui no Congresso e que se possam ajudar as olimpíadas das mais diversas maneiras para que elas não fiquem vulneráveis, dependendo de editais, dependendo do Governo A ou do Governo B. As olimpíadas têm que ser abraçadas e têm que ajudar o país. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Prof. Daniel Lavouras, vulgo Bagual.

Acho que ele falou tudo aqui também. É um exemplo prático, e o Prefeito está aqui; o Prefeito de Guararapes, em São Paulo, Alex Arruda, aqui conosco também.

E, só antes de terminar, eu gostaria de, primeiro, agradecer de coração a presença de cada um dos nossos palestrantes, que estão aqui presencialmente, e àqueles que estão também *online* aqui conosco, remotamente. Agradeço ao João Vítor também, que foi a demonstração clara aqui do efeito; à Raquel, aqui conosco também; e a cada um dos que nos acompanharam remotamente pela TV Senado e pelas redes.

Eu espero que fique gravado tudo isso e todos os dados. Também as apresentações vão estar lá na rede do Senado para poder fazer o *download*, ver tudo isso novamente e raciocinar sobre a importância do que nós falamos aqui hoje. Não é simplesmente a questão do estabelecimento de um mês para comemorar. Isso aí é uma coisa muito representativa para o país, e eu acho que é bom para colocar consciência em todas as autoridades do país da importância de se investir em educação e de se investir nas Olimpíadas Científicas como uma ferramenta estupenda para que nós possamos desenvolver nos jovens os seus talentos, desenvolver o seu gosto pela educação, e que eles percebam que, através da educação, conseguirão transformar a vida.

Então, quero novamente agradecer a todos e à nossa mesa também aqui de apoio, que manteve tudo funcionando perfeitamente. Obrigado pelo trabalho de vocês.

Não havendo mais nada a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

Uma ótima sexta-feira amanhã e, depois, ótimo final de semana.

(*Iniciada às 14 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 59ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia vinte e nove de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Ivete da Silveira, Leila Barros, Plínio Valério, Jussara Lima, Zenaide Maia, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Mauro Carvalho Junior, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Damares Alves e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Angelo Coronel e Jorge Kajuru, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 58ª reunião, que é aprovada. O presidente comunica os documentos recebidos pela secretaria. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3696, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001 que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema; a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; a Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, que altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE; a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências; a Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências; e a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras e para prorrogar a política de cotas de tela na TV paga e dá outras providências." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, da Emenda nº 2 e pela rejeição da emenda 3, nos termos da Emenda nº 4 (Substitutiva). **Resultado:** Aprovado o relatório pela aprovação do projeto, favorável à Emenda nº 2 – CE e contrário à emenda 3, nos termos da Emenda nº 4 – CE (Substitutiva). **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 423, de 2023 - Terminativo -** que: "Reconhece o Carnaval de Pernambuco como manifestação da cultura nacional." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5656, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão (*Ad hoc*), substituiu Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório com as emendas nº 1 e nº 2 - CE. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3690, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o desenvolvimento de programa de preservação, recuperação e transmissão das línguas indígenas brasileiras." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado com as emendas nº 1 e nº 2 - CE. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1854, de 2021 - Terminativo -** que: "Erige em monumento nacional o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caminho da Estrada Real, que abrange os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3534, de 2021 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Monte Sião, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Moda Tricô." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3716, de 2023 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Dom Hélder Câmara no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria e altera a Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007." **Autoria:** Senador Fernando Dueire (MDB/PE). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 85, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de ampliar o debate sobre o PL 1237/2019, de autoria da Senadora Mara Gabrilli e relatoria do Senador Esperidião Amin. Propõe para a audiência a presença do Doutor Ricardo Albuquerque, Representante da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino." **Autoria:** Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 86, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do PLP 113/2022 com o PLP 114/2022, por tratarem da mesma matéria." **Autoria:** Senador Cid Gomes (PDT/CE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 87, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública pela Comissão de Educação e Cultura com o objetivo de debater e analisar a Reforma Tributária que atualmente tramita no Senado Federal à luz dos seus impactos para a Educação Particular." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 88, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 1237/2019." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 90, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a criação de um projeto de lei para instituir o dia 13 de março como o marco nacional comemorativo do rotaractiano." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 91, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, com o objetivo de discutir o PL nº 3.696, de 2023, que "Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema; a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; a Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, que altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE; a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências; a Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências; e a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras e para prorrogar a política de cotas de tela na TV paga e dá outras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

providências”." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Prejudicado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 93, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 81/2023 - CE seja incluído como convidado representante da Associação Paulista de Cineastas (APACI)." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 92, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 85/2023 - CE, com o objetivo de instruir o PL 1237/2019 sejam incluídos os seguintes convidados: representante da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEM); representante da Federação Nacional de Escolas Particulares (FENEP); representante da Associação Brasileira Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES); representante do Ministério da Educação (MEC); representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC)." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta 59ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 29 de agosto de 2023.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

Moção 018, de 2023, de autoria do Vereador Thiago Lopes Maciel, da Câmara Municipal de Tramandaí, Rio Grande do Sul, em apoio e reconhecimento ao Programa de Escolas Cívico-Militares no Rio Grande do Sul.

Moção nº 1.252, de 2023, de autoria da Câmara Municipal de Vereadores de Veranópolis, Rio Grande do Sul, em apoio à continuidade Programa de Escolas Cívico-Militares no município.

Relatório encaminhado pelo Centro de Inovação para a Excelência das Políticas Públicas (Ciepp-Unesp), sobre condições de infraestrutura escolar das crianças e dos adolescentes brasileiros.

Decisão do Ministério Público do Estado de Sergipe, que dá ciência sobre a dissolução da entidade, abre aspas, "Associação Sergipana de Blocos de Trio", após comprovação de irregularidade na utilização de repasse de verbas federais e desvio de finalidade dos fins sociais e coletivos previstos em seu estatuto.

Sumário Executivo publicado pelo Tribunal de Contas da União com os resultados de fiscalização que teve por objetivo avaliar o sistema tributário nacional a partir de padrões internacionais que orientam sobre como o sistema tributário pode contribuir para a criação de uma sociedade mais justa, com foco nos tributos sobre consumo e abordando aspectos da neutralidade, eficiência e simplicidade.

Nota Oficial da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen) sobre, abre aspas, "o Sumário da consulta pública sobre o novo ensino médio promovido pelo MEC" e as consequentes, abre aspas, "Propostas de alteração na configuração e implementação do novo ensino médio", fecha aspas.

Os documentos mencionados permanecerão por 15 dias no *site* da Comissão para a manifestação dos interessados e, após esse período, serão arquivados.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 57ª e da 58ª Reuniões, realizadas em 22 e 24 de agosto de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas, então, estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Objetivos e diretrizes da reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Informo que os itens da pauta que tratam de matérias relativas a assuntos honoríficos e exigem quórum de maioria absoluta para sua aprovação serão votados nominalmente em bloco, com a abertura do painel eletrônico. Se não houver discordância do Plenário em relação a eventuais outros itens com decisão terminativa, votaremos em bloco também os demais itens que exigem votação nominal.

Ficam retirados de pauta, a pedido dos Relatores, os itens 5 e 6 da pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1.854, DE 2021

- Terminativo -

Erige em monumento nacional o Caminho da Estrada Real, que abrange os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 01/08/2023.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3.534, DE 2021

- Terminativo -

Confere ao Município de Monte Sião, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Moda Tricô.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 21/03/2023 e 27/06/2023.)

Bom, em primeiro lugar, eu quero ainda agradecer aos Senadores, Senadoras, a todo o pessoal que nos acompanha, à Andréia, a todas as pessoas que nos acompanham, as mensagens que me foram enviadas pelo falecimento do filho. E eu sou muito grato a todos e todas. E digo que ele foi um filho muito amado, na verdade um ser humano maravilhoso que abriu muitos caminhos, dentro do quadro que ele tinha também de limitação, porém de luta e garra pela vida, para que todos nós, em todas as Comissões no Senado e onde estejamos aí pelo Brasil, possamos batalhar e lutar para que as pessoas sempre tenham uma vida melhor, mais digna, com mais cidadania. Então, eu agradeço, nesse sentido, bastante a todos e todas que se manifestaram e, mesmo eventualmente, às pessoas que não se manifestaram. Às vezes as pessoas acabam também não tomando conhecimento, também há a correria do dia a dia, mas vamos em frente.

Eu quero dizer que estamos iniciando esta nossa reunião...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Presidente, V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Perder filho e perder mãe deveria ser uma pena que nenhum humano poderia receber, então, nós todos imaginamos a dor que V. Exa., Presidente Flávio Arns, caro amigo nosso, deve ter sentido nesse período. Todas as homenagens que todos nós Senadores e colegas seus fizemos são poucas para acalentá-lo.

Eu queria pedir ao senhor que nós iniciássemos esta Comissão em homenagem ao Osvaldo, em homenagem ao seu filho, fazendo um minuto de silêncio. Eu acho que é a forma de todos que estão nesta sala, de todos os seus colegas, homenagear não somente a ele, mas homenagear a sua dor.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Que a generosidade divina acalente o seu coração e o de sua família, Flávio.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço novamente ao Senador Randolfe, ao Senador Eduardo Gomes, que também já no dia se manifestou, à Senadora Teresa Leitão, a todos os demais Senadores e às pessoas todas. E, sem dúvida alguma, ele vai ajudar a interceder sempre por todos nós, pelas boas causas que todos nós defendemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não, Senador Eduardo Gomes.

Eu só estava procurando o Senador Humberto Costa, que é o Relator do item 1, mas ele ainda está a caminho, não é?

Pois não, Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, também manifesto aqui minha absoluta solidariedade pelo Osvaldo, mas faço a V. Exa. a requisição de leitura de dois requerimentos extrapauta: um, de autoria do Senador Marcelo Castro, que me pediu, porque estava em outra Comissão, e um outro em seguida. São bem breves. Eu gostaria de pedir a V. Exa. autorização para fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não. Eu pergunto ao Plenário se podemos inverter a pauta. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, passo a V. Exa. a palavra, caro Senador Eduardo Gomes.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 92, DE 2023

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 85/2023 - CE, com o objetivo de instruir o PL 1237/2019 sejam incluídos os seguintes convidados: representante da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEM); representante da Federação Nacional de Escolas Particulares (FENEP); representante da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES); representante do Ministério da Educação (MEC); representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC).

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI) e outros

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para encaminhar.) – Requerimento nº 92, de autoria do Senador Marcelo Castro, por nós subscrito.

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento 85/2023 - CE, com o objetivo de instruir o PL 1.237/2019, sejam incluídos os seguintes convidados:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Justificação.

O Projeto de Lei (PL) nº 1.237, de 2019, que dispõe sobre a instalação de comissão de negociação do valor total anual das anuidades ou das semestralidades escolares, aborda tema de significativa controvérsia.

Não obstante a justa preocupação de sua autora com a democratização do acesso à educação, mormente em momentos de crise econômica, é preciso que seja debatida por especialistas e autoridades pertinentes a conveniência de alteração da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares, nos termos propostos.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente, do Senador Marcelo Castro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço. É um assunto dos mais importantes.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com a palavra V. Exa. também para o outro requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 93, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 81/2023 – CE seja incluído como convidado representante da Associação Paulista de Cineastas (APACI).

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para encaminhar.) – Leitura do Requerimento nº 93, de nossa autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro a inclusão extrapauta de requerimento para incluir dentre os convidados das audiências públicas destinadas a combater os projetos de lei da Condecine, objeto do Requerimento nº 81, de 2023, o representante da Associação Paulista de Cineastas (Apaci).

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não, não. O outro requerimento acho que não foi... (*Pausa.*)

De qualquer forma... Como? (*Pausa.*)

Já foi...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É...

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com a palavra V. Exa.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é apenas para conclusão, porque fui informado agora... Acho que por conta das outras Comissões em funcionamento... Eu gostaria de pedir autorização para ler o requerimento do item 8 do Senador Hamilton Mourão e o requerimento do item 12, do Senador Nelsinho Trad. Estou fazendo um...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não. Havendo a concordância, não havendo objeção...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Enquanto chegam os Relatores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso! Enquanto chegam os Relatores, exatamente.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 85, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de ampliar o debate sobre o PL 1237/2019, de autoria da Senadora Mara Gabrilli e relatoria do Senador Esperidião Amin. Propõe para a audiência a presença do Doutor Ricardo Albuquerque, Representante da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino.

Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS) e outros

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Do item 8, Sr. Presidente, requeiro, nos termos do Regimento, a realização de audiência pública com objetivo de ampliar o debate sobre o PL 1.237, de 2019, de autoria da Senadora Mara Gabrilli e sob a relatoria do Senador Esperidião Amin. Proponho para a audiência a presença do Dr. Ricardo Albuquerque, representante da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino.

Sala das Comissões, no dia de hoje, do Senador Hamilton Mourão, Republicanos, Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – O item 12...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Item 12.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 90, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a criação de um projeto de lei para instituir o dia 13 de março como o marco nacional comemorativo do rotaractiano.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS) e outros

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do Regimento, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a criação de um projeto de lei para instituir o dia 13 de março como o marco nacional comemorativo do rotaractiano, propondo audiência com a presença dos seguintes convidados:

-Sr. Leandro Affonso Tomazi, advogado e sociólogo, ex-Presidente da OAB Serra Negra, São Paulo, Conselheiro da Seccional da OAB do Estado de São Paulo e Presidente da Rotaract Brasil ano rotário 2012/2013 e ex-Presidente do Rotary Club de Serra Negra.

-Sr. Anderson Cruz, advogado, jornalista e ex-representante distrital de Rotaract ano rotário 2006/2007, Distrito 4430, ex-Presidente do Rotary Club São Paulo Alto da Mooca e Rotary Club São Paulo Aclimação.

-Sr. Mateus Rosa Tognella, sociólogo e cientista político, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Sociólogos e Sociólogas do Brasil, ex-representante distrital de Rotaract ano rotário 2014/2015, Distrito 4310 e ex-Presidente do Rotaract Club de Nova Odessa, São Paulo.

-Sr. Fernando Alves Almeida Manes, historiador, relações públicas e cerimonialista, ex-representante distrital de Rotaract ano rotário 2009/2010, Distrito 4420 e ex-Presidente do Rotaract Club de Praia Grande, São Paulo.

Justificação.

O Rotaract é uma escola de liderança em que tudo se aprende na prática. É uma rede global de jovens que tem como principal objetivo compartilhar ideias e projetos para encarar os desafios da humanidade de uma nova maneira. Os rotaractianos se reúnem em clubes para planejar atividades e socializar entre si e sua comunidade. São mais de 10 mil Rotaract Clubs distribuídos em 184 países com mais de 250 mil associados, chamados de rotaractianos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rotaractiano é o jovem de ambos os sexos, entre 18 e 30 anos, participante do chamado Rotaract, programa criado, desenvolvido e patrocinado pelo Rotary Club International e destinado à inserção de pessoas dessa faixa etária em projetos sociais destinados à criação de um mundo melhor.

Nos anos 60, vários clubes Rotary começaram a incentivar grupos de universitários para o trabalho filantrópico, no âmbito de uma atividade denominada Avenida dos Serviços à Comunidade. Em face da importância dessa atividade, o Conselho Diretor e o Presidente do Rotary Club International para o biênio 1967–1968, Luther Hodges, criaram o Rotaract, como um dos programas oficiais da instituição. O primeiro clube a ser admitido foi o de North Charlotte, na Carolina do Norte, EUA.

Justa e meritória, essa iniciativa servirá não apenas como uma homenagem; será também uma ferramenta para a divulgação do programa e incentivo aos jovens dispostos a ir ao encontro do bem comum.

Sala da Comissão, dia 22 de agosto de 2022. Senador Nelsinho Trad.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, lembrando que, para a instituição de datas comemorativas oficiais ou, como foi dito aqui também, de um marco nacional comemorativo, existe a necessidade de realização de audiência pública com os setores envolvidos.

Está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Muito bem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Pela ordem.) – O item 1 da pauta é o PL 3.696, de minha autoria, e fundamental para o cinema brasileiro.

O Brasil está há pelo menos cinco anos sem cota de tela e sem a presença de lei específica para isso. O produto brasileiro caiu de 18% para 1,8% de exibição nas telas, tanto na TV paga quanto no cinema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Construímos ainda há pouco com o Senador Eduardo Gomes...

Temos urgência na apreciação desse tema, sobretudo para a cota de tela na TV paga, porque a data limite para isso será o próximo dia 12 de setembro. Então, nós temos um PL que apresentamos e que, inclusive, está aqui pautado pelo Governo, pelo Ministério da Cultura, e é uma das prioridades da agenda do Ministério da Cultura.

O conjunto do PL trata dos dois temas: da cota de tela nas salas de exibição, no cinema, e da cota de tela na TV paga. Temos urgência sobretudo para o da TV paga, porque a data limite é o próximo dia 12 de setembro.

Construímos aqui com S. Exa. o Senador Eduardo Gomes o seguinte acordo: nós votaremos aqui, com urgência, a parte relativa à TV paga, do PL 3.696; e, desta Comissão, o PL seguirá para a Comissão de Comunicação e Direito Digital, que, para alegria nossa, é presidida pelo Senador Eduardo Gomes. E o Senador Eduardo Gomes assumiu o compromisso aqui de "postergar ao máximo", votar amanhã às 9h, como ele mesmo disse, ou seja, nós teremos a urgência devida para a apreciação da matéria. Então, o Senador Eduardo Gomes colocando a apreciação já amanhã pela manhã na reunião da Comissão, o PL já seguirá para a Câmara. Enquanto isso, o Senador Eduardo Gomes prepara uma proposta de cota de tela relativa, única e exclusivamente, à sala de exibição, ao cinema brasileiro. E, aí, nós seguiremos para a aprovação.

É bom que chegou a tempo, aqui conosco, o nosso Relator, o Senador Humberto Costa, que já estava, inclusive, nos encaminhamentos necessários desse acordo.

Então, era só para externar aqui os termos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu acho que, se o Senador Humberto Costa... Talvez pudesse ser feita uma síntese, já que o Senador Humberto Costa é o Relator da matéria também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Isso.

Então, é só para nós mantermos... Porque havia um impasse sobre a apreciação, então é só para mantermos como primeiro item da pauta, sob a relatoria do Senador Humberto, para que nós possamos tirar a cota de tela o quanto antes daqui do Senado e poder também pedir a celeridade devida para a Câmara para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sempre lembrando que o "postergar o máximo possível" é amanhã cedo, não é antes, porque não existe possibilidade de ser antes. Isso o Senador Eduardo Gomes deixou muito claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece que V. Exa. quer se manifestar também, não é?

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, cumprimento o Senador Humberto Costa, Relator, e o Líder do Governo do Congresso Nacional, o Senador Randolfe. Viemos para confirmar a nossa intenção de acordo para votar amanhã imediatamente na Comissão de Comunicação e Direito Digital, entendendo que a retirada neste momento do cinema faz parte, assim como nós fizemos em várias áreas do país, de uma análise setorizada não só dos efeitos da pandemia, mas das condições de estabelecimento de novas obrigações sem antes observar a situação atual.

Não é surpresa para ninguém a crise que vive o cinema brasileiro com relação a casas de exibição, à dificuldade de público com a velocidade do *streaming*, e tantas outras condições de exibição de filme. Então, a gente precisa admitir que é uma indústria que emprega muita gente e que a gente tem que ter equilíbrio para garantir os direitos, as prerrogativas. Sempre fiz assim em tudo que relatei aqui nesta Casa e tenho certeza de que será dessa mesma forma quando nós tivermos o tempo adequado de votação.

Por enquanto, eu entendo e concordo com o Senador Randolfe e com o Senador Humberto Costa com relação à necessidade de uma votação rápida da cota de tela na TV paga, porque já há um acordo estabelecido e um prazo a vencer. Então, assim como nós fizemos... Nós temos uma espécie de "partido da cultura" aqui, cujo Presidente é o Senador Humberto Costa ultimamente, porque tudo é da autoria dele, então, se tiver que brigar, tem que brigar com ele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Nós somos vice e adjunto dele nesse partido.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Então, nós estamos trabalhando em conjunto. Eu acho que é um bom acordo, é um acordo que estabelece tempo e condições para discutirmos a melhor solução para o setor.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Sempre discutindo, obviamente, como é sempre o objetivo de V. Exa., do Senador Randolfe, do Humberto Costa e da Senadora Teresa Leitão, aqui presentes. E que gente leve em conta, principalmente, a importância do desenvolvimento de uma política nacional cada vez mais forte a favor do cinema nacional, para mostrar a cultura, as regiões, o amor à pátria, o desenvolvimento de aptidões, de tendências.

O Brasil está bem situado nesse sentido, e a gente precisa assegurar que isso também aconteça nas casas de exibição, além de todo um debate que deve ser feito sobre o assunto. A gente já havia solicitado até à Ministra da Cultura, quando ela esteve nesta Comissão colocando a pauta para o período de Governo, que ela, de fato, já enfatizasse a pauta legislativa, para que a gente pudesse discutir e conversar com a sociedade toda.

E isso é cultura também, principalmente. É exibição, é cinema, mas é educação e cultura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Se houver necessidade de inversão de pauta enquanto se conclui o acordo, quero dizer a V. Exa. que o parecer do item 7 está pronto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas também quero rapidamente falar sobre o assunto em tela.

Nós recebemos várias representações de associações, vários pedidos de aprofundamento desse debate, tendo em vista os dados já expostos aqui.

Coincidentemente, um grande número de representantes, sobretudo de salas de cinema de *shopping* e alguns de rua também, esteve comigo segunda-feira. Eu tinha passado o domingo em Brasília e fui rever o Cine Brasília, que estava exibindo Retratos Fantasmas, do pernambucano Kleber Mendonça, que relata também essa crise já, particularmente lá na nossa cidade, no Recife, dos grandes cinemas de rua que foram fechados, cinemas que cumpriram um papel importantíssimo na cultura, no entretenimento, na educação. E acho que esse filme dialoga muito com essa realidade que a gente precisa superar.

Há alguns reclamos, há algumas preocupações, mas também há esse espírito – eu diria um espírito nacional – de todos que têm as suas salas fincadas no nosso território, de dar essa prioridade, evidentemente dentro de uma questão bem racionalizada, que possa atender ao mercado – a gente vive sob a sua égide –, mas também valorizar o cinema nacional.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu pergunto ao Senador Humberto Costa se a gente passa para um outro item ou já...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Podemos seguir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pode seguir com o item 1?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – As dúvidas que eu tinha o "partido da cultura" já fechou aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está bom.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – ... como anunciou o Senador Eduardo Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Em seguida, passamos para o item 7, Senadora Teresa Leitão.

Então, o item nº 1 da pauta, o Projeto de Lei nº 3696, de 2023, não terminativo, vai para a Comissão presidida pelo Senador Eduardo Gomes amanhã, em decisão terminativa, e de lá vai para a Câmara dos Deputados, onde também deve haver um entendimento com a Câmara.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 3696, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001 que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema; a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; a Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, que altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE; a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências; a Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências; e a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras e para prorrogar a política de cotas de tela na TV paga e dá outras providências.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do projeto, da Emenda nº 2 e pela rejeição da emenda 3, nos termos da Emenda nº 4 (Substitutiva).

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Comunicação e Direito Digital, em decisão terminativa.

Em 28/08/2023 foram recebidas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Eduardo Gomes.

Passo, então, a palavra ao Senador Humberto Costa para a leitura do seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, diante do acordo feito em relação ao projeto, eu vou me restringir à leitura da análise e do voto.

Nos termos do disposto nos incisos I e II do art. 102 do Regimento Interno do Senado, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem acerca de normas gerais de cultura, diversão e espetáculos públicos.

A matéria se insere no campo da competência concorrente da União para legislar sobre cultura, de acordo com a Constituição. É legítima a iniciativa parlamentar, visto não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República. É igualmente legítimo o tratamento da matéria por meio de lei ordinária, pois a Constituição não reserva o tema à esfera de lei complementar. Portanto, não há óbices de natureza jurídica ou regimental.

Quanto aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, nada há que se opor ao PL 3.696, de 2023.

No mérito, entendemos que o projeto merece prosperar.

A cota de tela para o cinema estipula a compulsoriedade para as empresas exibidoras de incluir, em sua programação, obras cinematográficas nacionais, com ênfase em longas-metragens, com o objetivo de oferecer oportunidades para a difusão da produção audiovisual brasileira nas salas de projeção. Semelhantemente, a cota de programação da TV paga assegura a presença de conteúdo nacional nas programações de canais por assinatura.

Como bem assevera o autor, a matéria em análise busca garantir à população o acesso a produções brasileiras, em consonância com o que está definido na Constituição, que preconiza a garantia a todos, pelo Estado, do pleno exercício dos direitos culturais além de acesso às fontes da cultura nacional.

Trata-se a cota de tela de um dos instrumentos pioneiros instituídos pelo Estado brasileiro para fomentar a produção nacional. Tornou-se fato jurídico em 1932, quando o Getúlio Vargas editou o Decreto nº 21.240, de 4 de abril daquele ano. Desde então, o mecanismo passou por modificações e ajustes, tendo em alguns momentos abarcado formatos tanto de curta quanto de longa-metragem.

A cota de tela para o cinema é regrada pela Medida Provisória (MPV) nº 2.228-1, de 2001. Anualmente, mediante a edição de um decreto presidencial, são estipulados: o número de dias destinados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao cumprimento da cota, a variedade de títulos e o limite máximo de salas de um determinado complexo que podem ser ocupadas pela mesma obra cinematográfica. A Ancine define outros critérios e condições para a observância e verificação da cota, mediante a publicação de uma instrução normativa.

A cota de tela para programação da TV paga, por sua vez, foi instituída em 2011, pela denominada Lei do SeAC, o marco regulatório da TV por assinatura no Brasil. A regra funciona como um mecanismo impulsionador, fomentando a produção e distribuição de produções audiovisuais brasileiras em canais pagos, incluindo séries, telefilmes e outros programas. Conforme dados da Ancine, a sua implementação, em 2012, incrementou a programação brasileira para 2.006 horas em 14 canais de TV paga, representando um crescimento de 100% em relação ao ano anterior.

Os mecanismos em questão são vitais para a reconfiguração do setor audiovisual, especialmente por estabelecerem critérios essenciais para o acesso da população à produção nacional e para garantir espaços de exibição, tanto em salas de cinema quanto em TV por assinatura, à produção audiovisual brasileira. Nessa perspectiva, a proposição em análise propõe a prorrogação tanto da cota de tela para cinemas quanto da cota de tela para programação em TV por assinatura para 31 de dezembro de 2043.

Alinhamo-nos ao autor do projeto quando enfatiza a urgência na deliberação desses instrumentos regulatórios, uma vez que, desde 2021, os dispositivos estabelecidos nos arts. 55 e 56 da MPV 2.228-1, de 2001 (cota de tela para cinemas) encontram-se expirados, e se aproxima o término da vigência do art. 41 da Lei nº 12.485, de 2011 (cota de tela para TV por assinatura).

A proposta foi objeto de duas emendas.

A Emenda nº 1-CE, de autoria do Senador Eduardo Gomes, propõe acrescentar um artigo ao PL para prever que as empresas proprietárias, locatárias ou arrendatárias de salas ou complexos de exibição pública comercial que cumprirem integralmente a obrigatoriedade prevista na lei poderão ter participação no Fundo Setorial do Audiovisual por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Audiovisual Brasileiro (Prodav).

A Lei nº 11.437, de dezembro de 2023, prevê que os agentes dos diferentes elos da cadeia produtiva do audiovisual podem participar das linhas que sejam lançadas com recursos do Fundo Setorial do Audiovisual dentro dos programas Prodecine, Prodav e Pró-Infra, conforme se observa de maneira objetiva o estabelecido no §1º do art. 4º. Assim, a emenda apenas reafirma uma prerrogativa legal que já se encontra estabelecida na legislação em vigor, sendo desnecessário repetir dispositivo que já se encontra normatizado. Por esta razão, a emenda deve ser rejeitada.

Por sua vez, a Emenda nº 2, da Comissão de Educação, também de autoria do nobre Senador Eduardo Gomes, propõe a manutenção do art. 1º do PL, alterando apenas o art. 56 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, ficando os demais artigos do projeto suprimidos, isto é, retirando a cota de tela do cinema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposta que ora é submetida à analise desta Comissão destina-se a prorrogar a cota de tela do cinema nacional, de vídeo e da TV por assinatura, permitindo que a população brasileira tenha, acima de tudo, acesso à cultura do nosso país. O PL de autoria do Senador Randolfe Rodrigues dispõe também de mecanismos que asseguram o cumprimento desta regra, valorizando as produções fílmicas.

Entendemos, por sua vez, que um tema de tamanha importância precisa ser melhor debatido, e, neste sentido, é razoável que a discussão seja realizada em momento oportuno. Por esta razão, a emenda deve ser acatada.

Voto.

Conforme o exposto, o voto é pela aprovação parcial do Projeto de Lei nº 3.696, de 2023, nos termos da Emenda nº 2–CE, pela rejeição da Emenda nª 1, com a aprovação parcial do substitutivo da Comissão de Assuntos Econômicos.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Então, está...

Eu quero, antes de colocar em discussão, também saudar todas as pessoas que estão aqui presentes. Conversei agora há pouco com a Maria Paula também, que já se retirou, dizendo para ela da admiração que a gente tem pelo trabalho; também a Cibele Amaral, cineasta – seja muito bem-vinda –; todos que representam o setor; também os exibidores das salas de cinema, porque nessa cadeia todos somos importantes e temos de chegar a um denominador comum, a uma convergência que atenda às necessidades da área.

Isso vai ser feito com bastante cuidado, como é de praxe, também pelo Senador Eduardo Gomes – já me coloquei à disposição também para auxiliar no que for necessário e possível –, mas com a participação, sem dúvida alguma... Eu até usaria uma expressão que é muito utilizada na área da pessoa com deficiência, quando a gente diz "nada sobre nós sem nós". Então, que isso aconteça com todos que trabalham e se dedicam a essa área, participar ativamente desse processo, e de maneira também tão rápida quanto possível, para que a gente possa ter resultados já adequados, que atendam à demanda da sociedade.

O Senador Eduardo Gomes está aqui; o Senador Randolfe Rodrigues, que é o autor. Quero cumprimentar o Senador Humberto Costa, a Senadora Teresa Leitão, sempre presente.

Está em discussão a matéria.

Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, é apenas para agradecer ao Relator, Senador Humberto Costa, e ao autor, Senador Randolfe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já comuniquei à Secretaria da Comissão que faço a designação do Senador Humberto Costa como Relator na Comissão de Comunicação e Direito Digital, para mantermos o acordo.

Existe ainda uma observação, mas eu vou conversar com o Senador, porque parece redundante, mas cada vez mais necessário termos dispositivos de garantia contra a pirataria. Isso não é uma coisa simples, porque a gente, há anos, luta nesta Casa para garantir direitos autorais, direitos de exibição, direitos do mercado regulado e formal, e convivemos diretamente com produções clandestinas que não pagam aos seus autores, aos seus atores, aos exibidores. Então, ainda vamos tentar, na última Comissão, essa emenda, mas agradeço ao Senador Humberto Costa pela sensibilidade e principalmente ao Senador Randolfe, autor dessa importante matéria, que garante estabilidade a uma relação que requer senso de justiça e de respeito àqueles fazem arte no nosso país.

Então, fica aqui o meu agradecimento e o compromisso de votação, com a relatoria também mantida na Comissão de Comunicação e Direito Digital.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Eduardo Gomes.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Humberto Costa.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE e CE (Substitutiva), com a Emenda nº 2-CE.

A matéria vai agora à Comissão de Comunicação e Direito Digital, que, como já foi ressaltado, é presidida pelo Senador Eduardo Gomes, que já designou o Senador Humberto Costa como Relator da matéria.

Essa matéria será apreciada amanhã pela manhã na Comissão de Comunicação e Direito Digital.

Muito bem. Então, uma salva de palmas, né? (*Palmas.*)

A Joelma também está aqui, que é Secretária de Audiovisual do Ministério da Cultura.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Junto com o Eduardo Gomes e tendo o Humberto como Relator, as coisas andam rápido aqui, entenderam?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois é.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Em todas as pautas do Governo, eu quero essa dobradinha aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu quero lembrar que aqui a gente pode fazer as coisas também... Desde que haja o debate, a discussão, a convergência, as coisas andam rápido também. Nós discutimos, neste ano, já, por exemplo, segurança escolar, em função dos episódios particularmente de Blumenau. Foram feitas audiências públicas, apresentado o projeto do Senador Wellington Fagundes, substitutivo, já foi aprovado, e está na Câmara dos Deputados desde o primeiro semestre. Quer dizer, houve o problema mais agudo, vamos dizer, o debate aconteceu, o projeto foi apresentado, muitas... Muitas não, mas umas quatro ou cinco audiências públicas foram feitas rapidamente. Então, nós queremos... Às vezes as pessoas até falam que é uma perda de tempo. Eu digo: "Olha, eu acho que é ganhar tempo", porque, quando a gente consegue convergir, como parece que estamos convergindo, a tramitação segue muito mais rápido posteriormente, seja no Plenário, seja na Câmara dos Deputados.

Então, eu quero agradecer e parabenizar a todos e todas pelo esforço feito para esse entendimento.

Muito bem, passamos ao item 2 da pauta, do Senador Humberto Costa.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 423, DE 2023

- Terminativo -

Reconhece o Carnaval de Pernambuco como manifestação da cultura nacional.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, é com muito orgulho – orgulho pernambucano! – que eu relato aqui o projeto de autoria da Senadora Teresa Leitão, que, em tão pouco tempo aqui no Senado, já trouxe algumas questões muito caras para a cultura nacional e para a cultura pernambucana em especial: eu tive a alegria de ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relator do projeto de lei que foi apresentado por ela e que coloca no panteão dos heróis nacionais as mulheres do Tejucupapo.

Bom, mas vamos ao relatório.

Vem à análise da Comissão o projeto de lei da Senadora Teresa Leitão que reconhece o Carnaval de Pernambuco como manifestação da cultura nacional.

Para tanto, o art. 1º da proposição institui a homenagem a que se propõe, ao passo que o art. 2º encerra a cláusula de vigência, que prevê a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Na justificação da proposição, a autora discorre sobre a tradição do Carnaval realizado em todo o estado, bem como sobre sua importância para a proteção, a valorização e a obtenção de recursos para a preservação de um dos maiores patrimônios culturais do povo brasileiro.

O PL nº 423, de 2023, não recebeu emendas e foi distribuído à Comissão de Educação para decisão exclusiva e terminativa.

A análise.

Nos termos do disposto pelos incisos I e II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem acerca de normas gerais sobre cultura, diversão, espetáculos públicos e homenagens cívicas, temas presentes no projeto em análise.

Conforme estabelecido nos incisos I dos arts. 49 e 91, também dessa norma, foi confiada à Comissão de Educação competência para decidir terminativamente sobre o mérito da matéria.

Ademais, em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, cabe a esta Comissão pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e à regimentalidade.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verifica-se ser concorrente com os estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

É igualmente legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 48, *caput*, do texto constitucional, haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa.

Por fim, revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária federal, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto. Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente inatingidos pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposição quaisquer dispositivos constitucionais, não havendo vícios materiais de inconstitucionalidade a apontar.

Assim, não observamos, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria, tampouco identificamos falha de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que diz respeito ao mérito, reconhecemos a importância ímpar do projeto.

A cultura brasileira é marcada pela sua diversidade, fruto de um longo processo histórico, marcado por forte miscigenação racial. Em sua defesa, nossa Carta Magna prevê, no §1º do art. 215, o dever do Estado de proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

O Carnaval é uma das festas representativas da manifestação de nossa cultura popular, ocorrendo em todos os estados do Brasil, cada qual com suas peculiaridades. Há os carnavais de rua, com seus blocos de foliões, os desfiles de escolas de samba, os trios elétricos, os bailes de máscaras, o axé, o samba, o frevo e o maracatu, entre outros. Não podemos falar de Carnaval, no singular, mas de muitos carnavais neste país de dimensões continentais e rica diversidade cultural.

Em Pernambuco, o Carnaval abraça tradições de origem lusitana, advindas das festas medievais dos entrudos, redimensionadas pela profunda influência da cultura africana e indígena, com seus ritmos, suas danças e valores estéticos, o que resulta numa comemoração que tem sua marca própria, fruto da presença histórica de povos distintos em cada região do estado.

Assim, consideramos justo que se reconheça o Carnaval de Pernambuco como legítima manifestação da cultura nacional.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 423, de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa., Senador Humberto Costa, que relatou essa matéria, eu diria, da mais alta importância para a nossa cultura também, educação, valorização da nossa produção brasileira.

Passo a palavra à autora do projeto de lei, Senadora Teresa Leitão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Esse foi o primeiro projeto que eu inscrevi, protocolei aqui, no Senado da República.

Tem um teor simbólico, evidentemente, por ser o Carnaval de Pernambuco.

Uma outra dimensão simbólica é a relatoria ter ficado para o Senador Humberto Costa, pernambucano como eu. Encontramo-nos muito durante as comemorações do Carnaval, lá em nosso estado, e, de fato, é uma festa que mobiliza todo o estado, com várias manifestações, dependendo do município, do interior à capital, que tem o maior bloco de rua, o Galo da Madrugada, mas temos os Papangus, em Bezerros; temos os caretas, em Triunfo; temos os blocos líricos, que desfilam no Recife, e tem o Carnaval de Olinda, que é aquele Carnaval de rua, da irreverência, da criatividade.

Então, acho que isso comunica também para o Brasil a preservação de todo esse histórico belo que o Relator tanto citou no seu brilhante relatório. Toda a herança dos colonizadores, desde o tempo dos entrudos até os dias de hoje. E o Carnaval de Pernambuco está aberto a todos brasileiros e brasileiras que queiram conhecê-lo.

É uma cadeia produtiva vigorosa também, além de ser uma manifestação cultural, que movimenta o estado para além dos três dias iniciais, depois quatro, depois uma semana, depois o pré-carnaval. De fato, é uma festa para nós muito querida.

Muito obrigada ao Senador Humberto Costa e a V. Exa., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Nós é que agradecemos a autoria da Senadora Teresa Leitão e o relatório muito adequado, muito bom, bem aprofundado do Senador Humberto Costa.

Com a palavra, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Bem, eu queria aqui louvar a iniciativa da Senadora Teresa Leitão e queria ressaltar aqui a importância desse projeto e a importância do Carnaval de Pernambuco, com as particularidades que ele tem. É um Carnaval de inúmeras tradições.

Hoje, apesar de ter uma característica de ser multicultural, tem todas essas manifestações, mas o núcleo, o centro do Carnaval é marcado por tradições centenárias. O frevo é uma dança típica do Carnaval de Pernambuco, originário de manifestações e da capoeira que os negros praticavam e desenvolviam. O bloco de Carnaval antigamente ele era formado, tinha uma formação em que um conjunto de capoeiristas ficava à frente do bloco dançando, naquele chão quente – por isso que se chama frevo, vem de "frevura",

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vem de fervura –, e é uma manifestação típica, talvez quase exclusivamente de Pernambuco, além de uma série de outras manifestações.

Às vezes, as pessoas que vão ao Carnaval de Pernambuco estranham, porque é uma coisa muito própria, no sentido de que são músicas de décadas que são as mesmas, os tipos de manifestações são os mesmos há muito tempo. Preservar essa tradição é uma coisa importante para a cultura do Brasil em qualquer situação.

Então, eu quero mais uma vez louvar aqui a oportunidade da Senadora Teresa Leitão de apresentar esse projeto e nós aprovarmos e, ao mesmo tempo, de nós estarmos aqui tratando de uma coisa tão relevante.

Na megalomania dos pernambucanos – que eu acho que só empata com a dos gaúchos –, nós dizemos que temos o maior bloco de Carnaval do mundo, que é o Galo da Madrugada. E aí a gente para para pensar: quantos blocos de Carnaval existem no mundo para se fazer essa comparação? Mas é próprio dessa megalomania.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Com certeza podem haver inúmeros, mas não com a magnitude do Galo da Madrugada, não é? (*Risos.*)

Mas nós somos admiradores. Apesar de não sermos de Pernambuco, a gente fica apreciando e vendo a beleza do Carnaval pernambucano.

Muito bem, continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, a gente encerra a discussão.

Votamos em bloco na sequência.

Passo a palavra de novo para a Senadora Teresa Leitão, porque também é um projeto extremamente importante.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 3716, DE 2023

- Terminativo -

Inscreve o nome de Dom Hélder Câmara no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria e altera a Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007.

Autoria: Senador Fernando Dueire (MDB/PE)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação

Autoria do caro amigo Senador, a quem presto homenagem também, Fernando Dueire.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente. Vamos fazer mais uma dobradinha pernambucana.

Vou direto à análise.

Nos termos do disposto pelo inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado apreciar as matérias que versem, entre outros, sobre temas relacionados às homenagens cívicas, a exemplo da proposição em debate.

De fato, a matéria se insere no campo da competência concorrente da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Carta Magna. Ainda, é legítima a iniciativa parlamentar, visto não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República. Igualmente legítimo é o tratamento da matéria por meio de lei ordinária, uma vez que a Constituição não reserva o tema à esfera de lei complementar.

Não se vislumbram óbices de natureza jurídica ou regimental, estando o projeto redigido de acordo com a boa técnica legislativa, em conformidade com o que determina a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Nos termos da referida lei, são merecedores da distinção brasileiros e brasileiras, individualmente ou em grupo, que tenham oferecido a vida à pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo, desde que decorridos dez anos de sua morte ou presunção de morte, exceção feita aos brasileiros mortos ou presumidamente mortos em campo de batalha. D. Hélder Câmara faleceu em decorrência de uma parada cardíaca, em 1999, portanto há 24 anos, logo após lançar a campanha "Ano 2000 sem Miséria".

Inclusive, Sr. Presidente, domingo passado – esse domingo agora – foram comemorados os 24 anos do falecimento de D. Hélder em uma missa na Igreja das Fronteiras, que era onde ele morava. D. Hélder não morou no Palácio Episcopal. Ele morava em uma casa bem simples, que hoje é o Instituto Dom Hélder Câmara, atrás dessa igrejinha, que é uma igreja pequena também – Igreja das Fronteiras.

O Senador Humberto Costa, eu e várias outras personalidades políticas, além da das comunidades, de muitos diáconos

O Senador Humberto Costa, eu e várias outras personalidades políticas, além das comunidades, de muitos diáconos, clérigos, muita gente foi prestigiar essa missa. Tanto em atenção a D. Hélder, que é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reverenciado pelo nosso estado, como porque foi a primeira vez que o novo Arcebispo D. Paulo Jackson celebrou nas fronteiras. E D. Paulo pode se dizer um herdeiro do pensamento de D. Hélder, da sua devoção pela pobreza, pela justiça social, é conhecido no nosso estado como o "Dom da paz", mas com a sabedoria que diz que paz só com justiça.

Então, acho que o Senador Fernando Dueire traz tudo isso no seu projeto. Além desse parêntese que eu abri, quero só dizer que D. Hélder não era pernambucano. Ele se tornou um cidadão pernambucano e um cidadão do mundo, mas nasceu na cidade de Fortaleza e foi proeminente líder religioso, arcebispo e ativista brasileiro que desempenhou um papel significativo na história do Brasil e na luta pelos direitos humanos. Sua trajetória é marcada por um profundo compromisso com a justiça social, a igualdade e a defesa dos mais vulneráveis.

Foi ordenado muito jovem, aos 22 anos, com autorização especial da Santa Sé, por não possuir a idade mínima exigida. Logo se destacou pela eloquência e compaixão. Ele era bem pequenininho, bem baixinho, bem magrinho – depois ele engordou um pouco, já na velhice –, mas, quando ele pregava, quando ele discursava, ele crescia. Ele botava muito as mãos para cima e ele crescia na sua eloquência e na sua compaixão.

Em 1952, foi nomeado bispo auxiliar da Arquidiocese de São Sebastião, do Rio de Janeiro, onde fundou a Cruzada de São Sebastião, voltada à garantia de moradia às pessoas que vivem em condições miseráveis, e, logo em seguida, o Banco da Providência, com atuação direcionada ao oferecimento de crédito aos mais necessitados.

Na década de 50, Dom Hélder participou ativamente na criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Foi o primeiro Secretário-Geral da entidade, e, reeleito, ocupou o cargo até 1964. Sua influência foi notável na forma como a CNBB começou a se engajar em questões políticas e sociais de maneira proativa, apoiando movimentos e iniciativas em prol dos mais pobres e marginalizados. O compromisso de D. Hélder com o diálogo, a não violência e a transformação social também moldou a abordagem da CNBB em relação aos desafios enfrentados pelo Brasil na época.

Sua trajetória em prol dos direitos humanos ganhou maior proeminência quando, em 1964, pouco antes do golpe civil-militar, se tornou arcebispo de Olinda e Recife. Durante os anos da ditadura militar no Brasil, D. Hélder não se calou diante das injustiças, sendo uma voz firme contra as violações dos direitos humanos e a repressão política.

Durante os anos sombrios da ditadura, D. Hélder foi uma das principais vozes dentro da Igreja Católica a levantar-se contra a repressão e a violência estatal. Sua postura corajosa e suas denúncias públicas dos abusos, torturas e desaparecimentos forçados ocorridos sob o regime militar tiveram um impacto significativo na conscientização da sociedade sobre as atrocidades que estavam acontecendo.

Ele utilizou os púlpitos, a mídia e outros meios disponíveis para se manifestar contra a ditadura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além de suas ações diretas, trabalhando muito com os jovens – eu era de um grupo jovem da minha paróquia, e D. Hélder era um dos nossos palestrantes preferidos –, D. Hélder contribuiu para o desenvolvimento da Teologia da Libertação, uma perspectiva teológica que colocou os pobres e marginalizados no centro da reflexão religiosa.

Nesse sentido, recentemente, o Papa Francisco, em sua mensagem de Natal, resgatou a célebre frase do Bispo brasileiro: "Quando dou comida aos pobres, me chamam de santo. Quando pergunto por que eles são pobres, chamam-me de comunista".

A importância de D. Hélder vai além das fronteiras religiosas e geográficas. Sua visão abrangente dos direitos humanos incorporava não apenas a liberdade política, mas também a luta contra a pobreza, a fome, a discriminação racial e todas as formas de injustiça. Fez isso como uma resistência pacífica, defendendo a dignidade humana. Por isso, ficou conhecido como o "Dom da Paz".

Foi indicado quatro vezes ao Prêmio Nobel da Paz, mas nunca foi agraciado, enfrentando bastante resistência do Governo militar brasileiro e de setores da própria Igreja Católica, que o tinha como excessivamente progressista para os padrões da época.

Seu legado como defensor dos direitos humanos e da democracia continua vivo até hoje, nos deixando um exemplo de coragem e compromisso que continua a inspirar as novas gerações

A sua trajetória de vida deve ser lembrada, estudada e reverenciada e a iniciativa de inscrição de seu nome no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria merece todo o nosso louvor.

Inclusive D. Hélder está em um processo também de beatificação, correndo no Vaticano, já bastante avançado.

Nesse aspecto, é importante destacar que a Lei nº 13.433, de 12 de abril de 2017, além de inscrever no chamado Livro de Aço o nome de Zuleika Angel Jones, modificou o art. 1º da referida Lei nº 11.597, de 2007, para dar ao antigo Livro dos Heróis da Pátria o nome de Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, quando se colocou o nome de Zuleika.

No entanto, observamos que a ementa da Lei nº 11.597, de 2007, continuou com a redação original, qual seja, "dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria". Revela-se, portanto, um descompasso entre o atual art. 1º, o qual faz menção ao Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, e a ementa vigente, a referenciar apenas ao Livro dos Heróis da Pátria. Por isso que o Senador fez também esse acréscimo no seu projeto de lei.

Assim, a presente proposição normativa vem justamente corrigir a mencionada discrepância, atualizando – também ao conceder a proposição do título a D. Hélder – a redação da ementa da Lei nº 11.597, de 2007, para a adequada nomenclatura do Livro de Aço, a fazer a devida referência aos heróis e heroínas deste país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em face do exposto, o nosso voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Teresa Leitão.

Só quero dizer que isso já foi aprovado aqui – não é? – há bastante tempo, para ser o Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Até acho estranho. Eu acho que nós deveríamos oficiar nesse sentido para que essa alteração acontecesse. Ele reforça no projeto que é o Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, mas já existe a legislação aprovada há vários anos.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Acho que a ementa do Senador reforça isso...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, reforça isso, mas é só tomarmos as providências, se essa for a realidade mesmo, para que as pessoas ou o órgão responsável pela iniciativa do Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria faça a alteração lá também, mas parabéns!

Eu só quero lembrar que os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) apontam – e o Brasil é signatário dos ODS, como mais de 190 países – aquilo que é o dom da paz, como V. Exa. colocou também para D. Hélder... A paz é fruto da justiça. Então, o que os ODS colocam? Você articular dentro das metas e estratégias a prosperidade, o planeta e a pessoa, essas interfaces todas, fazendo isso em parceria – e é isto que considero bonito – com toda a sociedade. Se você construir isso, aí você constrói uma sociedade da paz, porém a paz, de acordo com os ODS também, reforçando o que V. Exa. colocou, numa outra perspectiva, é fruto da prosperidade, quer dizer, trabalho, desenvolvimento, cuidado com o planeta e com a pessoa, educação, trabalho, saúde, assistência, etc.

Muito bem. Está em discussão em matéria.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, me parece que não poderia haver homenagem mais justa do que esta, especialmente quando nós estamos discutindo no Brasil, colocando como ponto fundamental na ordem do dia, a defesa da dignidade humana, a defesa da democracia, o enfrentamento às desigualdades e, acima de tudo, a construção de uma sociedade mais justa. D. Hélder Câmara representou uma síntese de tudo isso. Como disse Teresa, uma pessoa franzina, mas de uma coragem inesgotável.

Fazer esta homenagem e colocá-lo no panteão dos heróis brasileiros é reforçar todos esses aspectos, em especial um muito importante que é o da defesa da democracia no nosso país, num ano em que nós enfrentamos aqueles funestos acontecimentos de janeiro, em que nós enfrentamos um processo permanente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de ataques à democracia, às instituições do Estado democrático de direito. Então, esta homenagem veio num momento muito adequado.

Aliás, D. Hélder hoje é parte de um processo de canonização, que todos nós temos certeza e convicção de que virá a declará-lo como santo da Igreja Católica. E, portanto, obviamente, isso é muito mais do que uma homenagem, mas um reconhecimento do seu papel como ser humano, do seu papel como apóstolo da Igreja. Portanto, é muito justo.

D. Hélder apenas deixou de ter uma homenagem que eu acho que era a mais justa, e isso não aconteceu exatamente pela interferência da ditadura militar. Por mais de uma vez, ele foi cogitado para receber o Prêmio Nobel da Paz, e o Governo militar operou, inclusive, com ameaças ao funcionamento de empresas suecas no Brasil caso Dom Hélder tivesse esse reconhecimento, já que ele é dado pela Academia de Ciências da Suécia.

Então, eu acho que essa homenagem que nós fazemos – e eu quero saudar aqui efusivamente o Senador Fernando Dueire – é absolutamente justa. Eu acho que ela é mais do que uma homenagem a D. Hélder, é uma homenagem a todos aqueles que lutam pelos direitos humanos, pela democracia, pela liberdade e pela justiça social no nosso país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Paulo Paim – seja bem-vindo, em primeiro lugar –, com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidente Flávio Arns, eu estava presidindo um debate sobre acupuntura, por isso que não cheguei aqui mais cedo, mas eu queria, em primeiro lugar, dar-lhe um abraço, como já dei, carinhoso, de solidariedade, pelo momento difícil que todos nós passaremos de uma forma ou de outra durante as nossas vidas. E vê-lo aqui, já sentado e presidindo os trabalhos para melhorar a vida de todo o povo brasileiro...

Neste momento em que se faz essa homenagem a D. Hélder Câmara, uma iniciativa do Senador Fernando Dueire, com o relatório brilhante da Senadora Teresa Leitão, eu diria que falar de D. Hélder Câmara é falar de direitos humanos. Ele é um símbolo das políticas humanitárias no Brasil e no mundo, por isso é mais do que justo este momento.

Como eu gosto muito de poesia, e confesso que a minha assessoria está gostando de poesia, veja esta, que eu disse, um dia, a D. Hélder Câmara que considero uma poesia: "Faça com calma e com toda a alma quer seja conduzir as estrelas ou uma nave espacial ou apontar uma simples ponta de lápis". Acho que diz tudo aqui. Eu sou um apaixonado também por poesia, então só faço esse pequeno depoimento.

E fica aqui um abraço solidário a V. Exa., à família e aos amigos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu gostaria só de fazer duas observações.

A primeira delas é que, na minha fala anterior, eu, de fato, equivoquei-me. Havia da parte da Senadora Teresa Leitão somente, e também no relatório, para corrigir a ementa... De fato, a Lei 11.597 é de 2007, que altera: em vez de ser Livro dos Heróis, é Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria – portanto, já pelos últimos 15 anos. V. Exa. tem razão. Desculpe-me pelo equívoco na minha abordagem.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Ela é praticada assim mesmo. Ela é praticada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Como é que é?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ela é praticada. Independentemente da ementa, ela é praticada como heróis e heroínas desde então. É só um detalhe.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será feita daqui a pouco, em bloco.

Passo a palavra novamente à Senadora Teresa Leitão. É o item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 5656, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 16/05/2023, 27/06/2023 e 04/07/2023.

Autoria da Deputada Laura Carneiro.

Designo a cara Senadora Teresa Leitão como Relatora *ad hoc*.

Com a palavra, V. Exa.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – A matéria é bastante pertinente para o contexto que nós estamos vivendo, porque ela está citada no Plano Nacional de Educação, cuja vigência se expira no próximo ano, e vai haver, portanto, discussões e atualizações. E essa questão, Presidente, do livro, da leitura, da literatura e da biblioteca está sendo muito debatida, muito debatida, Brasil afora, pela importância que tem. Então, acho que o projeto é bem-vindo nesse sentido.

Ele aborda matéria relativa à educação e ensino, portanto, está sujeito à nossa Comissão.

Em razão da exclusividade de distribuição da proposição à Comissão de Educação, este parecer aprecia, além do mérito educacional, a constitucionalidade e a juridicidade da iniciativa – já entrando na análise.

A proposição dispõe sobre educação e ensino, temas cobertos pela competência legislativa concorrente da União, dos Estados e Distrito Federal, nos termos do art. 23, inciso IX, da Constituição Federal.

A matéria se encontra, ademais, em conformidade com o ordenamento jurídico do país, adequando-se tanto às leis que pretende alterar quanto ao disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, quanto à garantia do direito à educação.

Não há, portanto, o que se falar sobre objeções de natureza constitucional ou legal à matéria.

No mérito, a proposição dispõe sobre questão fundamental para o desenvolvimento do ensino no Brasil. De fato, a leitura é elemento básico da aprendizagem, não sendo possível uma sem a outra. E a existência de bibliotecas escolares atualizadas, organizadas e com acervo adequado é requisito para garantia de uma educação de qualidade, como têm notado educadores ao longo da história da educação em nosso país.

Nesse sentido, ao instituir o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), o PL dá organicidade a ações que são desenvolvidas em milhares de redes de ensino, estabelecendo quais devem ser suas metas e apontando quem são os responsáveis por cumpri-las.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentre as metas, destaca-se aquela que estabelece a vigência do atual PNE, portanto 2024, como limite para a universalização das bibliotecas escolares, prazo que na Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, estava fixado em 2020.

Nesse sentido, a proposição atualiza a legislação sobre o assunto, além de aportar grandes contribuições para o desenvolvimento das bibliotecas escolares, merecendo, assim, ser aprovada nesta Comissão.

De nossa parte, ponderando que o projeto chegou ao Senado Federal no ano de 2019, quando ainda restavam cinco anos até o fechamento do PNE atual, reputamos adequado o ajuste no lapso oferecido aos sistemas de ensino para a universalização das bibliotecas escolares. Nesses termos, ainda que o projeto fosse aprovado *incontinenti* nesta Casa e reenviado à Câmara dos Deputados, o prazo para a implementação da medida, definido no projeto, se mostraria exíguo.

Com efeito, como forma de contribuição ao texto, sugerimos pequenos ajustes no art. 3º do projeto, definindo um horizonte fixo de cinco anos, em lugar da remissão ao PNE.

Ainda na redação dada por esse dispositivo do PL ao §1º do art. 3º da Lei 12.244, de 2010, sugerimos a supressão da possibilidade de o Executivo estabelecer sanções para os gestores dos sistemas subnacionais, uma vez que não é adequado o tratamento de matéria dessa natureza em norma infralegal. Assim, propomos que o descumprimento da meta de universalização das bibliotecas escolares até 2028 possa ensejar ação civil pública, nos termos da Lei 7.347, de julho de 1985.

Também com o objetivo de adequação do texto, apresentamos emenda para suprimir o §3º desse mesmo artigo, que havia sido acrescentado pela proposição, renumerando-se o §4º para §3º, e dando nova redação ao que, nos termos da proposição, seria o §4º, a fim de estabelecer que a União, no exercício da função redistributiva e supletiva prevista no §1º do art. 211 da Constituição Federal, fornecerá assistência técnica e financeira aos entes federativos para o cumprimento dos esforços progressivos de universalização das bibliotecas escolares, conforme disponibilidade orçamentária. O dispositivo suprimido continha previsão legal a ser cumprida até 2020.

Propomos ainda alteração na ementa do projeto para nela inserir a ementa da lei que está sendo modificada, de modo a obedecer às recomendações da boa técnica legislativa para elaboração de ementas.

Em razão do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.656, de 2019, com as emendas aqui já relatadas.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O.k. Agradeço, Senadora Teresa Leitão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de lei que define biblioteca escolar e que cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares, ou seja, algo extremamente importante na área da educação.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Está em votação o relatório apresentado pela Senadora Teresa Leitão, como Senadora Relatora *ad hoc*.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Tendo sido aprovado o relatório, este passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Educação.

A matéria vai ao Plenário – é não terminativo, não é?

Passamos... V. Exa. pediu a palavra?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Pedi, Sr. Presidente, pela ordem, atendendo a uma solicitação da Senadora Professora Dorinha Seabra, que está ainda com tarefas na CAE.

É um requerimento que ela quer apresentar para a realização de audiência pública pela Comissão de Educação e Cultura, com o objetivo de debater e analisar a reforma tributária, que atualmente tramita no Senado Federal, à luz dos seus impactos para o setor da educação particular.

E aí, o requerimento cita as representações a serem convidadas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa. Esse é o item nº 10 da pauta, Requerimento nº 87, de 2023.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ah, então está pautado?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ah, desculpe, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, não, mas está bem. Eu acho que invertemos a pauta, se não houver objeção do Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 87, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública pela Comissão de Educação e Cultura com o objetivo de debater e analisar a Reforma Tributária que atualmente tramita no Senado Federal à luz dos seus impactos para a Educação Particular.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO) e outros

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao item 4 da pauta, que é o Projeto de Lei nº 3.690, cujo Relator é o Senador Rodrigo Cunha – que bom vê-lo, parabéns pelo trabalho, e sempre também o Senador Paulo Paim, que está aqui presente, e a Senadora Teresa Leitão.

Só lembro a todos e todas que nos acompanham que, daqui a pouco, teremos votação nominal de três itens terminativos, mas poderá ser feita a distância.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Os Governadores também estão presentes no...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso. Pois não. Mas V. Exa. pode votar do Plenário também.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 3690, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre o desenvolvimento de programa de preservação, recuperação e transmissão das línguas indígenas brasileiras.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

2. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado.

O nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos está aqui presente, o Senador Paulo Paim.

Com a palavra, então, o Relator, Senador Rodrigo Cunha, para a leitura do relatório.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, primeiramente parabenizo V. Exa. por toda a condução desta Comissão importantíssima para o Brasil. Todos nós, como Senadores, nos sentimos representados por V. Exa.

Venho tratar, no momento, do projeto apresentado pelo Senador Jorge Kajuru, um projeto que fala sobre a importância do desenvolvimento do programa de preservação, recuperação e transmissão das línguas indígenas brasileiras.

Peço licença para ir diretamente à leitura da análise do projeto.

A proposição se hasteia na competência da União para legislar concorrentemente sobre proteção ao patrimônio histórico e cultural, conforme o art. 24 da Constituição Federal. Atende igualmente aos mandamentos constitucionais inscritos no art. 215, especialmente em seu §1º, que determina que o Estado protegerá as manifestações das culturas indígenas, assim como no §1º do art. 216, que estabelece a responsabilidade do poder público para promover e proteger, com a colaboração da comunidade, o patrimônio cultural brasileiro.

Quanto ao mérito, nunca é demais ressaltar a importância de que se reveste cada uma das línguas criadas pelas diferentes comunidades humanas, apresentando um caráter singular tanto no que diz respeito ao vocabulário como ao modo com que suas palavras se combinam para exprimir toda uma experiência de mundo coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A responsabilidade do poder público e da comunidade brasileira em preservar as línguas dos povos que primeiramente habitaram o nosso território é incontestável, relacionando-se tanto a seu significado como fonte de conhecimento para toda a humanidade quanto a seu papel de dar coesão e integridade a cada uma das culturas criadas e mantidas pelos povos indígenas.

O Censo 2010 do IBGE apurou a existência de 274 línguas indígenas faladas no país. Esse número, contudo, para a maioria dos linguistas especializados no assunto, se situa em torno de 160, de acordo com critérios científicos que distinguem línguas de dialetos. Estima-se que um quarto desse total esteja seriamente ameaçado de extinção, o que ocorre quando a língua tem poucos falantes e a transmissão entre as gerações é interrompida ou feita com dificuldade.

De acordo com o referido censo, há no Brasil entre 12 e 14 línguas indígenas, com mais de 5 mil falantes, o que lhes deixa em posição de relativa segurança, sobretudo se comparadas com muitas outras que não têm mais que dezenas de falantes ou menos ainda.

Não há como negar que o fator preponderante para a preservação da língua pelos indígenas brasileiros seja o da posse efetiva das terras por eles tradicionalmente ocupadas, onde podem ter uma vida comunitária e partilhar de suas tradições, no centro das quais está a língua.

Também muito relevante para a sobrevivência dessas línguas tem sido todo um sistema de educação escolar indígena, que ganhou impulso com o art. 210 da Constituição Federal, pelo qual se assegura às comunidades indígenas a utilização, ao lado do idioma português, de suas línguas maternas no ensino, além de processos próprios de aprendizagem.

Sucederam-se, desde então, significativos avanços, tanto no plano jurídico-legal como na efetiva estruturação de uma ampla rede de escolas, sobretudo nas aldeias, tendo como um de seus pilares a atuação dos professores indígenas. As dificuldades enfrentadas pela educação escolar indígena, no entanto, são inúmeras, abrangendo questões relativas à formação e à contratação de professores, à produção de materiais específicos para cada povo e língua, além de à infraestrutura das escolas.

Por mais que sejam essenciais, fatores como a posse da terra e a educação escolar indígena não são ainda suficientes como meios de proteção e preservação das línguas dos indígenas brasileiros. Há diversos outros elementos importantes para avaliar o risco por que passa uma língua e a sua capacidade de preservação e revitalização, a exemplo da atitude dos falantes em relação à língua, de sua utilização ou não pelos meios de comunicação social, do tipo e da qualidade da documentação existente.

É sobre esses e outros fatores que o PL 3.690, de 2019, vem intervir, buscando tecer todo um contexto que protege e estimula os falantes da língua indígena. Temos, por exemplo, no art. 3º, o reconhecimento e o prestígio conferidos pela documentação expedida pelo Estado em sua língua materna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A definição de transmissão da língua, contida no inciso III do art. 2º, aponta, por sua vez, para medidas tais quais o uso da língua nos canais públicos de comunicação e na sinalização, e seu ensino facultativo nas escolas de ensino médio que não integram o sistema da educação indígena.

Quanto à previsão do art. 5º do direito das atividades relacionadas à preservação, recuperação e transmissão das línguas indígenas aos benefícios previstos pelas leis federais de cultura, entendemos que esses benefícios sejam, essencialmente, os estabelecidos pela Lei 8.313, de 1991, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura.

Pede a boa técnica legislativa que a alteração seja incorporada à lei que dispõe sobre o incentivo aos projetos culturais. Assim, apresentamos emenda que muda a redação do art. 5º para incluir as referidas atividades entre aquelas previstas no art. 18 da Lei 8.313, de 1991, que permite a dedução integral, no imposto de renda devido pelos incentivadores, dos valores efetivamente despendidos nos projetos culturais.

Esse conjunto de medidas impõe que o poder público as assuma, regulamentando-as, quando necessário, e implementando-as, assim como a comunidade, abrangendo o engajamento de instituições públicas e privadas, de modo a serem produzidos os almejados efeitos.

É de se ressaltar, por fim, que o projeto de lei sob exame delineia diretrizes e ações com potencial de relevante contribuição à preservação, recuperação e transmissão das línguas indígenas, atendendo aos já mencionados mandamentos constitucionais e a um dever de toda a nação brasileira para com nossos concidadãos cujos povos e culturas primeiramente floresceram em nosso território.

Sendo assim, Sr. Presidente, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei 3.690, de 2019, com as emendas que oferecemos.

Emenda que muda a redação do art. 4º:

> EMENDA Nº - CE
> (ao PL nº 3.690, de 2019)
> [...]
> "Art. 4º As línguas indígenas, especificadas em regulamento, serão protegidas como manifestações da cultura nacional."

E o art. 5ª do projeto de lei em tela fica da seguinte forma:

> EMENDA Nº - CE
> [...]
> "Art. 5º O art. 18, § 3º, da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, passa a viger acrescido da seguinte alínea i:
> 'Art. 18 .....
> .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 3º .....

.....

i) preservação, recuperação e transmissão das línguas indígenas brasileiras.'" (NR)

É esse o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa., Senador Rodrigo Cunha.

Senador Paulo Paim, com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidente, de forma muito rápida, quero só cumprimentar o nosso querido Senador Rodrigo Cunha, que se prontificou a ser Relator desse projeto do Senador Kajuru.

A gente fala tanto nos povos originários, não é? Então, preservar a língua da nação indígena em todas as dimensões... E aqui as duas emendas são muito, digamos, coerentes. São emendas de redação, mas você deu um *up*, como a gente pode dizer, deu um toque a mais no projeto de lei, que ficou muito positivo.

A proposição, só para ser rápido na minha avaliação, e na linha do que você falou... A promoção e a proteção das línguas indígenas, mediante realização de inventários, registros e vigilância, tombamento. Eles poderão se apresentar junto, também, ao próprio Orçamento, por tudo aquilo que eu li aqui, para o resguardo e a manutenção do acervo. Enfim, é a nossa história, a história dos povos originários.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Olhe, da minha parte, está em discussão a matéria, mas eu quero também parabenizar o Senador Rodrigo Cunha pelo relatório, o Senador Jorge Kajuru pela proposição do projeto de lei, e dizer que é um projeto de lei necessário, importante não só para a cultura – e é essencial olharmos, vermos a história desses povos pela língua também, pelo estudo da língua –, mas para a educação, como foi ressaltado também, porque as crianças vão para a escola e têm educação bilíngue, na verdade, porque a primeira língua é a língua indígena, depois que vão aprender a língua portuguesa. E, depois, indo para a frente também, para que essas pessoas, quando estiverem numa escola, sejam atendidas, tem que haver o conhecimento dessa questão bilíngue para se analisar, por exemplo, na língua portuguesa, se forem aprender, o que é característica de linguagem, o que é dificuldade de linguagem. Muitos vão fazer vestibular, inclusive, depois, cursos ou vão ser avaliados. Tem que haver essa consciência da história linguística dessas pessoas.

Eu, inclusive, sugiro que esse projeto de lei seja enviado à Secadi, no MEC, e também à Secretaria de Ensino Superior, para que essa secretaria envie a todas as universidades a fim de se debruçarem sobre isso. Por exemplo, se a pessoa surda vai fazer vestibular, essa pessoa tem que ser avaliada na redação. Há universidades que estão estudando o que é desenvolvimento de linguagem da pessoa surda e o que é erro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de linguagem, porque houve algum problema ou coisa assim, dificuldade. E, em relação aos indígenas, é a mesma coisa. Em Prudentópolis, no Paraná, onde a comunidade ucraniana é muito presente, 75% da população tem sobrenome ucraniano, muitas crianças entram na escola só falando ucraniano, vão aprender português na escola. Para o indígena, eu acho que, nas séries iniciais e depois, pode ser toda a educação na língua indígena também.

Então todo um debate tem que ser feito pela escola, pela cultura. E é muito importante o fato de estar escrito que iniciativas nessa área poderão ser habilitadas dentro dos programas de incentivo na área da cultura. Isso é essencial também, para que haja recursos da cultura e recursos da educação.

Então, quando eu vi que esse projeto a gente poderia colocar em pauta também, eu disse: é um tipo de iniciativa interessante, boa, necessária.

Parabenizo o Senador Rodrigo Cunha e o Jorge Kajuru, que, inclusive, estava no início da nossa reunião aqui e queria falar um pouco sobre esse projeto de lei. Destaco que ele esteve presente, é Líder do PSB aqui no Senado Federal. E quero dizer para ele que estamos aprovando, em caráter terminativo.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Vamos passar, então, para as votações nominais, para a votação nominal, em bloco, dos itens 2, 4 e 7 da pauta.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 423/2023; PL 3690/2019; PL 3716/2023.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que votam com os relatores ou as relatoras votam sim.

Então, eu peço também o apoio das assessorias – porque hoje os Governadores estão lá no Plenário também – para avisar à turma que temos bom quórum na reunião de hoje, e em breve... O pessoal tem sido muito compreensível e solidário nas votações também. Já mandei para o grupo de Senadores e Senadoras também o apelo para que votem, porque, tendo colocado o nome no painel, é possível às pessoas votar remotamente.

Eu quero ainda agradecer ao Senador Paulo Paim por uma audiência pública – acompanhei à distância boa parte dela – sobre as comunidades terapêuticas. É um assunto da mais alta importância a área da saúde mental. Nós tivemos aqui o debate, durante a pandemia, na subcomissão da educação na pandemia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e em todas as reuniões e audiências públicas era levantada a situação da saúde mental, a necessidade desta articulação entre educação e saúde. Quer dizer, medo, depressão, fobia, pânico, é tanta coisa que pode levar, inclusive, ao suicídio.

Na área da saúde mental, estão incluídos o álcool e as drogas, e, como é o anseio e a necessidade de tantas famílias pelo Brasil saber o que fazer, quem procurar quando existe essa necessidade na família... Quer dizer, é o médico? É o Caps? O Caps dá conta de tudo ou não?

Então, as comunidades terapêuticas também constituem uma alternativa importante, inclusive como colocado pelas próprias pessoas que passaram... Nada como o testemunho da própria pessoa dizendo: "Olha, eu estava com essa dificuldade, com esse problema, mas, com apoio, com isso, com aquilo...". O que tem que acontecer? Tem que haver, na minha opinião, inclusive, várias alternativas para situações muito diversas. Eu me lembro de que no outro dia fizemos um debate ainda com o pessoal no Paraná que disse: "Olhe, há mãe dependente química que tem filhos pequenos. Como separar a mãe dos filhos? Não dá para separar".

Então, como criar uma alternativa que dê o apoio, a supervisão, a orientação para que, ao mesmo tempo, essa pessoa se recupere? A gente diz que não é a comunidade terapêutica tradicional, vamos chamar assim, mas é outro tipo, um trabalho organizado na própria comunidade onde as crianças... Mas tudo é necessário, tudo depende do caso. As alternativas são muito variadas.

E o objetivo disso é criar o dia nacional. Por que o dia nacional? Para que a gente tenha um dia em que a gente possa debater, discutir, verificar o que é necessário e o que é importante.

E V. Exa. presidiu a audiência pública que considerei, assim, muito interessante. Parabéns, inclusive, pela condução! V. Exa. tem um jeito muito agradável, bom, tranquilo, livre, e deixa todo mundo à vontade na audiência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É claro que eu não estou à altura de substituir V. Exa., porque a iniciativa é sua, o projeto é seu, eu apenas, uma vez convocado por V. Exa., presidi, mas gostei demais, viu? Inclusive, tem comunidades terapêuticas no Rio Grande do Sul que me convidaram para visitá-las lá.

Mas o projeto veio numa boa hora.

Parabéns a V. Exa., porque tem um dia para refletir... Como eles dizem, alguns pensam que uma comunidade terapêutica é um lugar onde você vai praticamente aprisionar os dependentes, no caso. Não tem nada disso. Pelo que eu vi ali, comunidades terapêuticas de alto nível explicaram, falaram, justificaram, até para que outros jovens pensem em se recuperar, e a comunidade terapêutica é um caminho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria cumprimentar V. Exa., que foi muito elogiado lá – foi justificada, claro, a sua não presença, já falei diversas vezes, pela tristeza de perder um filho. Só quem perde um filho sabe o tamanho dessa dor, só quem perde.

Enfim, eu fiquei muito orgulhoso de representar V. Exa. e triste pelo fato da perda do seu filho.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço de novo.

E quero sempre lembrar que saúde mental... O uso de drogas – inclusive, a USP já esteve aqui também, eles têm um estudo bastante detalhado sobre isso – pode levar a transtornos mentais severos. Então, a gente tem que se debruçar bastante sobre esse tema, porque é uma exigência. Hoje em dia, a área da depressão, do medo, do pânico, a pessoa que não consegue muitas vezes ainda estar num grupo, se sente perseguida e tanta coisa e tantos casos que a gente vê aí pelos meios de comunicação... Cuidar bastante dessa área, não é?

Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - AL. Pela ordem.) – Presidente, como não poderia ser diferente, V. Exa. sempre traz assuntos que interferem na vida do cidadão, da família, da comunidade, do município, do estado e do país.

Então, não sei qual foi exatamente o foco da audiência pública, não pude acompanhar, mas, relacionando a educação com os problemas mentais, em geral, é cada vez mais presente ter um olhar muito direcionado para o aluno, de maneira necessária, sem dúvida nenhuma, para os estudantes, mas os professores também passam por momentos muito complicados, e não apenas pelo salário, mas por ter que lidar com o reflexo dos alunos que não têm o acompanhamento mental necessário. São alunos com ansiedade, com depressão, com crise de pânico, todos esses assuntos que V. Exa. falou, dentro de uma sala de aula – dez, vinte, trinta, quarenta –, e o momento que a gente vive pede também uma atenção muito especial para a saúde mental dos professores.

Então, não sei se o assunto chegou a abordar também essa linha, mas é um tema de extrema importância, porque eu converso com vários e, até pela idade, a busca por fuga da realidade se torna muito mais frequente, com a busca pelo alcoolismo entre as principais fugas.

Além disso, o olhar para a escola, o olhar hoje para uma sala de aula se dá, sim, necessariamente, através do que o aluno passa no dia a dia. Então, quando eu vejo os índices cada vez mais presentes de assuntos, de temas que não eram falados há dez anos, há vinte anos, sobre uma criança, um adolescente, com dez, doze anos, com depressão, com dez, doze anos, com ansiedade, isso é uma realidade, hoje, muito presente, independentemente da classe social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, debater esses assuntos, estratificar, direcionar, identificar esse problema para apresentar uma política pública que solucione esses percalços da vida é o nosso desafio aqui. E se dá através de discussões como essa que V. Exa. propôs e, tenho certeza, muito bem conduzidas pelo nosso Senador Paulo Paim. E não para por aí, tem uma sequência, uma outra, uma outra, direcionamentos através de recursos, muitas vezes, que nós designamos, como Parlamentares, para demonstrar uma prioridade no assunto da doença mental, mas também por legislações.

Então, eu parabenizo os dois por criarem esse momento, que eu tenho certeza de que terá muitos desdobramentos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Rodrigo Cunha, também sempre envolvido com esses debates. Eu o parabenizo pelo seu trabalho, somos admiradores da sua caminhada também. E do Paulo Paim também, sempre.

Muito bem, já atingimos o quórum necessário. Então, está encerrada a votação.

Peço para a Secretaria abrir o resultado no painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Votaram SIM 16; NÃO, ninguém.

Abstenção: ninguém também.

Quórum: 17.

Muito bem. Acho que é isso então, não é? (*Pausa.*)

Ah, sim. Tendo sido aprovado o Projeto de Lei 3.696, de 2023, fica prejudicado o Requerimento – portanto, é lembrado – nº 91/2023, Comissão de Educação, de audiência pública para discutir a matéria.

Quero parabenizar de novo pelo entendimento, pelo diálogo que aconteceu e pelos compromissos assumidos pelas diversas partes em relação ao item 1 da pauta, relatado pelo Senador Humberto Costa, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, sobre a inserção da produção nacional na TV paga e nas salas de exibição, cujo tema – nas salas de exibição – vai ser discutido também a partir de hoje já, conforme acertado, coordenado no debate.

Agradeço a todos e a todas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 60ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e dezessete minutos do dia doze de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Leila Barros, Plínio Valério, Jussara Lima, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Damares Alves, Esperidião Amin e Dr. Hiran, e ainda dos Senadores Randolfe Rodrigues, Marcos do Val e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Nelsinho Trad, Mauro Carvalho Junior, Carlos Portinho, Magno Malta, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 59º Reunião, que é aprovada. O presidente comunica os documentos recebidos pela secretaria. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4270, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nº s 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências, para dispor sobre a certificação da Residência Multiprofissional em Saúde e a Residência em Área Profissional da Saúde e sobre sua validade nas provas de títulos dos concursos públicos no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CE. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2341, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que "dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências", para proibir a cobrança de tarifas bancárias de instituições públicas de ensino." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, favorável ao Projeto. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5143, de 2019 - Terminativo -** que: "Obriga as bibliotecas públicas e privadas localizadas em território nacional a disponibilizar o acesso ao texto atualizado da Constituição Federal." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovados o Projeto e as Emendas nº 1 e nº 2 – CE. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1521, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para disciplinar a emissão da carteira profissional de Radialista." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (*Ad hoc*), substituiu Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, favorável ao Projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5512, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui a Residência Jurídica como modalidade de ensino de pós-graduação lato sensu." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela apresentação de indicação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3534, de 2021 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Monte Sião, no Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Moda Tricô." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1854, de 2021 - Terminativo -** que: "Erige em monumento nacional o Caminho da Estrada Real, que abrange os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 95, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o PL nº 4168, de 2021, que "reconhece o cristianismo como manifestação cultural nacional"." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 96, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 81/2023 - CE, com o objetivo de instruir o PL 2331/2022, que "altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para incluir a oferta de serviços de vídeo sob demanda ao público brasileiro como fato gerador da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE" e o PL 1994/2023, que "dispõe sobre a comunicação audiovisual sob demanda, a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE e dá outras providências", sejam incluídos os seguintes convidados: representante do Fórum Audiovisual de Minas Gerais, Espírito Santo e estados do Sul do Brasil (FAMES); representante do Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de SP (SIAESP); e representante da Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais (APRO)." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 97, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 80/2023 - CE, sejam incluídos convidados." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 98, de 2023** que: "Requer nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 49/2015, que "institui a Política Nacional do Livro e regulação de preços"." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 99, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir sobre a necessidade de profissionais e especialistas de diversas áreas que atuem diretamente com o atendimento de estudantes superdotados e respectivas famílias." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 100, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3824/2023, que "estabelece a Política Nacional de Incentivos e Benefícios a Futuros Docentes da Educação Básica"." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 72, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5636/2019, que "institui o Dia de Celebração da Amizade Brasil-Israel". Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: Senhor Celso Lafer, Ex-Ministro MRE; Senhor Milton Seligman, Ex-Ministro da Justiça e Professor; o Senhor Claudio Luiz Lottenberg, Presidente da Conib; Senhor Daniel Zohar Zonshine, Embaixador." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Educação e Cultura n° 104, de 2023 que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 100/2023 - CE, com o objetivo de instruir o PL 3824/2023, que “estabelece a Política Nacional de Incentivos e Benefícios a Futuros Docentes da Educação Básica” sejam incluídos os seguintes convidados: representante da CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; representante do FORPIBID-RP - Fórum Nacional de Coordenadores do Pibid e Residência Pedagógica; e representante da CAMPANHA - Campanha Nacional pelo Direito à Educação." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e hum minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/12

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 60ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de setembro de 2023.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos: o primeiro deles, moção aprovada pela Assembleia Geral Ordinária de Sócios da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em apoio à alfabetização na idade certa e à recomposição da carga didática em componentes curriculares no ensino médio; também Ofício Circular nº 101, de 2023, da Câmara Municipal de Vacaria, Rio Grande do Sul, que encaminha a Moção nº 9, de 2023, em apoio às escolas cívico-militares

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

implementadas pelo governo anterior; também Ofício nº 796, de 2023, da Câmara Municipal de Alegrete, Rio Grande do Sul, que encaminha a Moção nº 14, de 2023, em apoio ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares no Rio Grande do Sul, implementado no governo anterior; Ofício nº 108, de 2023, da Câmara Municipal de Agudos, Rio Grande do Sul, que encaminha a Moção nº 5, de 2023, que manifesta repúdio à decisão do Ministério da Educação de encerrar o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.

Os documentos mencionados permanecerão por 15 dias no *site* da Comissão para manifestação pelos interessados. Após esse período, serão arquivados.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 59ª Reunião, realizada em 29 de agosto de 2023.

As Sras. Senadores e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Informo que os itens da pauta que tratam de matérias relativas a assuntos honoríficos e exigem quórum de maioria absoluta para a sua aprovação serão votados nominalmente em bloco, com abertura do painel eletrônico, e, se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco, eventualmente, os demais itens que exigem votação nominal.

Fica retirado de pauta o item nº 7, a pedido do Relator, que está aqui ao meu lado, com muita honra, o Senador Styvenson Valentim. Seja sempre bem-vindo. A sua atuação é muito importante.

Está retirando-o de pauta, inclusive, a pedido do autor da matéria, o Senador Wellington Fagundes. Então, voltará à pauta na próxima semana.

Muito bem.

Quero cumprimentar também a nossa Vice-Presidente aqui presente, a Senadora Professora Dorinha Seabra, uma pessoa extremamente importante também em todas as áreas e, particularmente, na área da educação.

Passamos, então, ao item nº 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 1.521, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para disciplinar a emissão da carteira profissional de Radialista.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatoria *ad hoc*: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Designo a Senadora Professora Dorinha como Relatora *ad hoc*.

Concedo a palavra a V. Exa.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Passo direto à leitura do relatório elaborado pelo Senador Humberto Costa.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão analisar e opinar acerca de proposições que versem sobre normas gerais, dentre outras, sobre cultura e instituições culturais. Nesse sentido, convém ressaltar que os aspectos trabalhistas serão analisados, posteriormente, na discussão pela Comissão de Assuntos Sociais.

Portanto, em relação à regimentalidade, não há o que se opor ao PL 1.521, de 2023.

Entendemos que o mérito deste projeto será debatido pela Comissão de Assuntos Sociais e compreendemos a sensibilidade do Presidente desta Casa em despachar esta matéria para análise da Comissão de Educação, diante da relevância cultural do ofício dos radialistas, sobretudo em localidades menores e afastadas dos grandes centros.

Trata-se de reconhecer a importância destes profissionais que prestam grandes serviços à população brasileira, divulgando informações que têm por objetivo central formar cidadãos capazes de transformar a sua realidade e a de todos aqueles que vivem em sua comunidade.

Os radialistas trabalham com um instrumento pleno de desenvolvimento na área da cultura e do conhecimento, e é um modelo de comunicação que está ao alcance de todos os setores da sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em que pese a matéria discutir a emissão de carteira profissional, não nos parece razoável deixar de destacar o papel do radialista na educação e na formação cultural de um povo. É simbólico que esta Comissão se dedique a analisar esta proposta tão honrosa para esses profissionais, os quais devem ser reconhecidos por aquilo que representam: importantes agentes de comunicação e de desenvolvimento cultural, formadores de opinião e cidadãos que lutaram fortemente contra regimes autoritários que, em diversos momentos, se instalaram no Brasil.

Os radialistas proporcionam, diuturnamente, conteúdos capazes de aliar o engrandecimento social, cultural e educacional às práticas comunicativas capazes de tornar o rádio em um meio que atende aos mais profundos anseios da população brasileira, sempre destacando o seu papel na construção de uma sociedade ética, solidária e, acima de tudo, justa.

Queremos, por fim, parabenizar o Senador autor da proposta, o Senador Rogério Carvalho, que se inspirou em matérias apresentadas pelo Deputado Maurício Rabelo, pela Deputada Manuela d'Ávila e pelo Deputado Andre Moura, pela importante iniciativa que não só homenageia esses importantes profissionais, mas também garante um tratamento isonômico entre os profissionais da área.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.521, de 2023.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Professora Dorinha. Faço sempre questão de colocar, como V. Exa. também coloca, Senadora Professora Dorinha, enaltecendo a trajetória de V. Exa. e de todos e todas pelo Brasil, valorizando a carreira do profissional docente e dos demais profissionais da educação também, que são essenciais no funcionamento com qualidade de uma escola.

Está em discussão a matéria.

Senador Rodrigo Cunha, com a palavra. É uma alegria tê-lo aqui, na Comissão também.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - AL. Para discutir.) – Bom dia, Presidente, Senador Flávio Arns.

Gostaria de parabenizar a nossa Relatora, a Senadora Professora Dorinha.

É um tema que tem uma grande importância para um segmento, que é o segmento dos radialistas.

Quando a gente pensa em algumas ações que podem favorecer uma categoria que leva informação – e a informação é a maior ferramenta de defesa que um cidadão pode ter –, nós, como legisladores, devemos sempre atuar positivamente, e essa é a situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu aqui rendo homenagens a todos que fazem o rádio no nosso país. Eu sei que o momento não é dos melhores para alguns que estão entrando agora, porque se cria uma expectativa de que a internet vai ocupar esse espaço, mas, ano a ano, a gente escuta sempre o mesmo relato, e o rádio continua com uma grande audiência.

Eu aqui também quero fazer uma homenagem especial àqueles que trabalham nas rádios comunitárias, e esta Comissão também tem um olhar diferenciado para os locutores, os radialistas, os comentaristas das rádios comunitárias, que passam por grandes dificuldades no seu dia a dia, mas não deixam de levar uma informação com credibilidade, e, na grande maioria das vezes, sem partidarizar. A rádio comunitária tem também esta função de levar uma informação na íntegra, como ela deve ser apresentada à população.

Então, parabenizo a Senadora Professora Dorinha pelo excelente relatório, por estar aqui valorizando os comunicadores.

E aqui chegou o autor da matéria, o Senador Rogério. Não poderia ser diferente, pois ele sabe a importância que o rádio tem para levar informação aos quatro cantos de Sergipe, mas também a todos os locais deste país e do mundo.

Então, Senador Rogério, parabéns pela propositura. Vamos aprovar, com certeza, esse projeto importante.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Parabéns pela explanação, Senador Rodrigo Cunha.

Passo a palavra ao autor do projeto de lei, Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Obrigado, Presidente, Senador Flávio Arns.

Eu quero cumprimentar a Senadora Professora Dorinha, cumprimentar o meu amigo Senador Rodrigo Cunha. Apesar de não ter visto toda a sua explanação sobre o tema, a parte que eu acompanhei eu quero reforçar.

O rádio, de todos os meios de comunicação e difusão, é o que mais tem capacidade de se modificar e se adequar às novas mídias. E o rádio, que era só som, hoje virou som, virou espaço de produção de imagem, hoje virou um canal que tem várias formas de difusão e de produção. Integrado com as mídias sociais, ele virou um grande instrumento moderno de comunicação.

Portanto, essa reivindicação de os profissionais do rádio terem uma identidade, eu acho que é o básico que a gente pode dar àqueles que atuam efetivamente nessa atividade profissional de extrema relevância. Eu sou médico e eu tenho; quem é enfermeiro tem; quem é fisioterapeuta tem; quem é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

engenheiro tem; quem é técnico em radiologia ou técnico em enfermagem vai ter uma identificação profissional. Por que um profissional com a importância que tem o radialista, o comunicador, não deveria ter?

Então, eu queria só agradecer a prontidão de ter pautado o nosso projeto e agradecer ao Relator pelo parecer favorável. Tenho certeza de que todos os radialistas homens e mulheres deste país vão agradecer bastante pelo seu relatório e pela aprovação desse projeto.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - AL. *Fora do microfone*.) – A Relatora foi a Senadora Dorinha.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A Relatora foi a Senadora Dorinha. Eu pensei que fosse você. Eu peço desculpas.

Senadora Dorinha, eu não vi a sua relatoria, e agradeço à senhora por esse relatório favorável, em nome de todos os radialistas não só do Sergipe, mas do Brasil, porque quem nos procura o tempo todo é a federação que representa todos os profissionais do Brasil inteiro, e aqui é a Casa do Brasil, não só do estado de que V. Exa. vem. Eu tenho certeza de que os radialistas do seu estado também estavam motivados e lutando para que essa identificação pudesse ser aprovada aqui no Senado e, depois, na Câmara.

Muito obrigado, Professora Dorinha, e desculpe aqui o meu lapso, o meu erro. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Na verdade, a Senadora Professora Dorinha está como Relatora *ad hoc*. O Senador Humberto Costa é o Relator da matéria, e a Senadora, gentilmente, aceitou também ser Relatora *ad hoc*.

Parece-me que V. Exa. está pedindo a palavra também.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom, Sr. Presidente, era para esclarecer isso que foi mencionado, mas destacar a importância e parabenizar o Senador Rogério pela iniciativa – Rogério Carvalho – e destacar a importância, porque, no meu estado, que é um estado pequeno, jovem, a profissão do radialista, a rádio comunitária, a presença, em vários municípios, realmente é o canal mais importante de comunicação da cidade. Eles nos permitem, não só a nós como agentes públicos, mas a informação, a qualidade, a cultura, a educação. E fazer até uma... Lógico, eu fui a Relatora *ad hoc*, talvez se tivesse sido a Relatora, eu até teria avançado um pouquinho na necessidade de regulamentação. Acho que na CAS, por onde a gente vai passar, precisa avançar para estimular inclusive incentivos.

Eles hoje são grandes lutadores para manter as suas rádios funcionando; os radialistas, o profissional da comunicação. Não só o incentivo em relação à questão de formação, para que os institutos federais, as universidades federais, as estaduais possam atuar também ajudando na qualificação. Mas nos compete também pensar sobre a questão do incentivo às rádios comunitárias. Eles estão hoje numa posição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extremamente desafiadora, porque eles não são tratados, não podem agir do ponto de vista comercial e em muitos casos eles são verdadeiros guerreiros para manter esse espaço de cultura, comunicação e conhecimento.

Então, parabéns para o Senador autor. Ao Senador Humberto Costa, que foi o Relator. E quando me foi pedido para fazer o relatório, eu o fiz pela importância da área. E o quanto antes, Senador Rogério Carvalho, o projeto esteja pronto, votado e permita a organização do ponto de vista profissional e até de políticas públicas, acho que é muito importante.

Então, parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Professora Dorinha.

Quero destacar a presença da Senadora Damares Alves também – seja muito bem-vinda –, do Senador Zequinha Marinho, sempre atuante e presente, e do Senador Carlos Viana, que está aqui presente também.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica. Então, em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, passa a constituir, então...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu queria pedir urgência, para aprovar essa urgência para ir ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... parecer da Comissão. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Certo. Não é Plenário ainda.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Nós podemos falar com o próprio Relator, na Comissão de Assuntos Sociais, para pautar já, se for o caso... É, lá é terminativa. Pode ser até amanhã, já, não é? Está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos falar com ele, colocar como item extrapauta. E, da minha parte, quero cumprimentar os radialistas e me associar a todos os comentários que foram feitos. A gente entra no carro – eu pelo menos – e liga o rádio. Vou no município do interior, com as pessoas que eu falo, de cada 10, 9 escutam rádio. Então, é o radialista. E a rádio comunitária merece, como foi ressaltado, uma atenção bastante especial.

Passamos ao item 2 da pauta, Senador Rodrigo Cunha.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2341, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que "dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências", para proibir a cobrança de tarifas bancárias de instituições públicas de ensino.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo, então, a palavra a V. Exa., Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, passarei à leitura do parecer do Projeto de Lei nº 2.341, de 2022, do Senador Randolfe Rodrigues. E já peço autorização do Presidente para ir diretamente à leitura da análise.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - AL) – Por força do dispositivo no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre o mérito de proposições que envolvam matéria de natureza educacional, como é o caso do PL nº 2.341, de 2022. Sendo assim, fica observada na presente manifestação a competência regimental em tela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao mérito, cumpre lembrar preliminarmente que os desafios postos à educação pública do país são inumeráveis. Esse desafio se torna ainda mais difícil quando se confronta à dimensão da necessidade do país em matéria educacional com os recursos orçamentários disponíveis para sua efetivação. Daí a necessidade de assegurar que cada centavo reservado à educação seja nela aplicado.

Assim, é louvável o propósito do projeto em exame de eliminar as perdas com tarifas bancárias nos recursos financeiros movimentados nas contas bancárias de escolas públicas. Ora, se for tomada de um ponto de vista micro, a economia gerada pela medida, por exemplo, para cada unidade escolar, considerada individualmente, pode não ser expressiva. Todavia, nem por isso essa pequena economia deixa de ser relevante.

Às vezes, no âmbito da escola, a falta de alguns reais em caixa faz toda a diferença. A ausência de um item complementar, secundário, faz com que uma refeição escolar de qualidade, a muitos alunos indispensável, seja substituída por um refresco à base de água e pó, e alguns biscoitos secos, que em nada suprem a demanda nutritiva dos estudantes.

Na mesma linha, não é raro que falta à escola o recurso para repor uma lâmpada ou substituir uma torneira. Assim, necessidades tão básicas, mas cruciais aos afazeres escolares, podem acabar sendo satisfeitas por outros meios. Às vezes, pelo sacrifício do bolso, já esvaziado dos professores e funcionários nas corriqueiras, vaquinhas ou cotas.

Ademais, quando se considera a totalidade de unidades escolares públicas movimentando contas vinculadas em bancos pelo país, a ideia de economia agregada com a não incidência de tarifas bancárias assume outra perspectiva. Em primeiro lugar, porque o número de estabelecimentos de ensino, estimado em mais de 140 mil, é, por si só, bastante significativo. Em segundo lugar, cada escola mantém contas para finalidades as mais diversas, destinadas à utilização de recursos dos mais distintos programas governamentais de transferência ou repasse.

Por essa razão, a cobrança de tarifa pelos bancos se multiplica pelo menos de duas formas. Na primeira, a tarifação atinge cada escola inúmeras vezes ao longo de cada exercício financeiro, com o que os valores subtraídos já não se mostrem tão insignificantes assim, notadamente quando se pondera o efeito desses descontos sobre um limitado volume de recursos alocado a cada estabelecimento de ensino.

Por fim, considerando o efeito em escala da tarifação, tomadas todas as escolas em conjunto e o efeito da cobrança sobre a verba pública, a vedação da cobrança objeto da proposta pode gerar uma economia de recursos, de fato, importante. Não bastasse isso, a vedação à cobrança da tarifa preserva um recurso público para uma aplicação em favor de toda a sociedade, afigurando-se, assim, uma medida de interesse geral.

Por todas essas razões, a proposição se mostra relevante do ponto de vista social e educacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, apenas à guisa de contribuir com a melhoria da técnica legislativa empregada na elaboração do projeto, para melhor adequação à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, cumpre consignar a desnecessidade de utilização da notação "NR", utilizada logo após o texto do art. 53-A que a proposição pretende inserir na Lei nº 4.595, de 1964. Ainda na mesma linha, é forçoso lembrar a recomendação de que o termo "lei", na cláusula de vigência dos projetos em geral, seja grafado com inicial maiúscula. De toda maneira, essas adequações podem ser efetuadas à ocasião da redação final que vier a ser dada ao projeto, o que pode ser feito oportunamente.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, passando ao voto.

Diante de tudo o que foi exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.341, de 2022.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Rodrigo Cunha.

Quero destacar também as presenças da Senadora Teresa Leitão, nossa Presidente da Subcomissão sobre o ensino médio, da Senadora Zenaide Maia, sempre atuante, uma liderança nessa área, e do Senador Marcos Pontes também.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

A Senadora Professora Dorinha havia solicitado. Na sequência, a Senadora Zenaide Maia. Mais alguém havia solicitado?

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Exa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Pela ordem.) – Eu pediria a gentileza – primeiro, dar um grande abraço, é sempre uma satisfação estar aqui sob seu comando, na Comissão –, se for possível, da inversão de pauta dos meus itens, porque tenho também dois outros na CAE para serem lidos.

Se for possível, ficaria muito agradecido, após a aprovação do projeto do Senador Rodrigo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu pergunto aos... É que o Senador Marcelo...

Não há problemas da parte da V. Exa.? Não? Porque o Senador Marcelo Castro é o Relator do item nº 1 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – O.k. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É que ele estava presidindo a outra reunião e, gentilmente, veio aqui também para poder, assim, concluir o trabalho.

Senadora Professora Dorinha...

Aliás, o Senador Marcelo Castro, que está aqui, e eu nem tinha mencionado também, mas Presidente da Comissão de Educação nesses dois últimos anos e, agora, Presidente da CDR, Comissão de Desenvolvimento Regional. É uma honra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu gostaria só de destacar o quanto este projeto é necessário. Quando eu fui Secretária de Educação, em 2000, nós criamos um programa bastante ousado de descentralização de recursos para as escolas do Tocantins. Para obras até R$450 mil, o dinheiro ia direto para a escola, a escola contratava e executava a obra.

De igual forma, ela recebia parte de recurso impessoal, para contratar aqueles serviços emergenciais que não estavam cobertos pelo quadro da secretaria, financiar projetos pedagógicos. A merenda toda foi descentralizada no Estado do Tocantins; o dinheiro vai direito para a escola. E em todas as situações a escola tem problemas com os bancos, que cobram taxas que os recursos públicos não podem cobrir. Então, a escola tem que pagar a taxa e não pode cobrir. E, às vezes, responde, inclusive, no FNDE, por um processo, porque o banco cobrou taxas, descontou taxas de maneira inadequada.

Então, são muito importantes tanto a iniciativa do projeto quanto a relatoria do nosso colega Senador Rodrigo Cunha, porque as escolas, para receberem recursos, têm que criar uma associação, uma entidade; elas não recebem diretamente. Isso afeta, são taxas cobradas. E tem uma situação – eu acredito que ela não se encaixe aqui, mas a gente precisa pensar nela – que é: quando as escolas têm que pagar taxas de energia e água, elas pagam, recolhem um ICMS altíssimo, e a conta fica inviável, inclusive, para a escola.

Então, o quanto antes a gente conseguir aprovar e tornar isso uma situação concreta, vai beneficiar principalmente as escolas mais vulneráveis, que já atendem um público de vulnerabilidade e que não têm como pagar as taxas bancárias, que não são poucas.

Então, parabéns ao Relator e ao autor.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu agradeço, Senadora Professora Dorinha. Até eu quero, depois, me aprofundar nessa ideia, nas ações de descentralização que foram realizadas no Estado do Tocantins, o que é um caminho importante e bom, necessário para a área da educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, nossos colegas Senadores e colegas Senadoras, quero dizer o seguinte: esses bancos são públicos – Caixa Econômica, Banco do Brasil – e estão retirando recursos de merenda escolar, como foi falado aqui.

A gente já sabe que, de nossas emendas, que vão para a educação, para a saúde, os bancos já também ficam com uma parte, o que eu acho um absurdo. Como a Professora Dorinha bem falou, vai aquela emenda, se mandam para a escola os recursos de merenda escolar, que a gente já sabe que não são suficientes para a merenda, e ainda tem que pagar taxas aos bancos, gente!

Eu costumo dizer: não passa ninguém, nem quem voa, neste país, para os bancos não explorarem. Exploram as pessoas, as famílias brasileiras com juros de cartões de crédito e cheque especial de até mais de 400% ao ano, exploram as micro e pequenas empresas com essa taxa Selic, que, quem conversar com os empresários sabe que eles não têm como pagar esses juros, tiram das emendas constitucionais para saúde e educação, e ainda exploram aqueles poucos recursos que vão para a merenda escolar ou para a administração de uma escola.

Parabéns aqui ao nosso Senador Randolfe Rodrigues e também para o Rodrigo Cunha, Dorinha.

E vamos ter esse olhar diferenciado, de repente, como a gente vê de muitas escolas sendo cortada a energia, porque não têm como pagar com o ICMS altíssimo. Eu acho que temos que ter esse olhar diferenciado para a educação, gente. Ninguém se desenvolveu economicamente ou reduziu violência sem investir numa educação pública de qualidade.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço também.

Não havendo mais quem queira discutir...

Claro, Senador Rodrigo Cunha, Relator da matéria.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - AL. Como Relator.) – Presidente, eu tive a alegria de ser Relator dessa matéria, mas as nossas Senadoras que se manifestaram aqui resumiram muito bem.

A matéria diz que hoje é retirado dinheiro da educação do país para ir para os bancos, e nós podemos mudar essa realidade. Então vamos mudar essa realidade. Não é lógico isso. A prioridade do país tem que ser a educação e uma situação como essa em que os bancos, inclusive públicos, lucram em cima dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recursos da educação, tenho certeza de que este Senado vai se debruçar para dar um passo importante para a valorização da nossa educação; sair do nosso discurso e ir cada vez mais para a prática.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Está encerrada a discussão então.

A votação é simbólica.

Coloco em votação o relatório apresentado pelo Senador Rodrigo Cunha.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Vamos conversar também com o Presidente, que é muito sensível a essa causa, para que possa pautar logo na Comissão também.

Parabéns, Senador Rodrigo Cunha! Belo relatório e bela discussão.

Item 6 da pauta, conforme solicitado pelo Senador Carlos Viana.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3534, DE 2021

- Terminativo -

Confere ao Município de Monte Sião, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Moda Tricô.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 21/03/2023, 27/06/2023 e 29/08/2023.

A autoria é do Deputado Reginaldo Lopes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra então a V. Exa., Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Como Relator.) – Obrigado, excelência, Senador Flávio Arns. Quero agradecer aos colegas a gentileza de me cederem um espaço antecipado. Nós ficamos nesse vai e vem, a outra Comissão esperando, e a gente tem que cumprir o papel aqui, mas faz parte, a gente vai levando.

Peço autorização para ler diretamente a análise.

Nos termos do disposto pelo inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre homenagens cívicas, a exemplo da proposição em debate.

Ademais, em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, incumbe à Comissão de Educação pronunciar-se também quanto à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e à regimentalidade da proposição.

Relativamente à constitucionalidade, verifica-se ser concorrente com os Estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

A Carta Magna ainda determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Assim sendo, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que concerne ao mérito da proposição, devemos considerar, na análise do tema, que o tricô já é patrimônio cultural imaterial em âmbito municipal em razão de sua importância como fonte de identidade sociocultural para os moradores de Monte Sião.

Para além do aspecto cultural, o tricô é a base da economia do município mineiro e corresponde a cerca de 90% da arrecadação municipal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, consideramos pertinente a iniciativa ora proposta e somos, no mérito, favoráveis à concessão do título de Capital Nacional da Moda Tricô ao querido Município de Monte Sião.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.534, de 2021, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, Senador Carlos Viana.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco, na sequência.

Só quero cumprimentar Monte Sião...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... conforme o relatório, Capital Nacional da Moda Tricô.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Como Relator.) – Fazendo apenas uma consideração, conheço bem Monte Sião, no sul de Minas, já bem na divisa com São Paulo. É uma cidade cuja imigração italiana foi muito grande, no início do século XX e também no final do século XIX.

Quando nós pensamos em tricô, não se tem ideia, Excelência, de como essa economia regional é movimentada, por máquinas importadas, por mão de obra que vem de várias partes do país. Monte Sião é uma das cidades de Minas Gerais que tem IDH alto, como cidades da Europa, e, principalmente, não há desemprego. É uma cidade que, hoje, necessita de mão de obra.

Eu fico muito feliz em poder dar à cidade esse título e ser o Relator aqui no Senado. Já estive lá e fui recebido, de uma maneira muito especial, em diversas partes. É uma das regiões mais bonitas de Minas Gerais e uma das regiões de maior desenvolvimento, principalmente pela tecnologia e a determinação daquele povo em tornar a cidade cada vez melhor nessa área da moda tricô.

Eu fico muito feliz pela decisão. Espero e peço a aprovação dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes das máquinas, era manualmente, porque é uma arte também você produzir um pulôver, uma indumentária, quer dizer, manualmente. Isso começou assim e, depois, claro, vieram as máquinas e tudo mais.

Passamos ao item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 1854, DE 2021

- Terminativo -

Erige em monumento nacional o Caminho da Estrada Real, que abrange os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Autoria: Deputado Reginaldo Lopes

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 01/08/2023 e 29/08/2023.

Com a palavra, Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Como Relator.) – Obrigado Senador.

Com relação à juridicidade e também à regimentalidade, não há nenhum óbice com relação ao projeto – a leitura é semelhante à do relatório anterior.

No que diz respeito ao mérito, reconhecemos a importância do projeto.

Entende-se por Estrada Real o conjunto de vias públicas surgidas nos séculos XVII e XVIII, controladas pela Coroa portuguesa, que davam acesso aos depósitos de ouro e diamantes de Minas Gerais.

> Durante todo o século XVIII e também parte do XIX, a Estrada Real foi a principal rota de transporte do ouro e dos diamantes encontrados nas jazidas de Minas Gerais. Construída pela Coroa Portuguesa, a via era a única forma de acesso à região mineradora. Por ali deveriam passar os senhores, os escravos e as mercadorias, sendo que a abertura de novos caminhos era considerada crime de lesa-majestade. Em suas margens foram erguidos arraiais, vilas, postos fiscais e prédios de registros, muitos dos quais ainda resistem à ação do tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> [...]
> A importância comercial do trajeto se manteve inabalável durante quase dois séculos, e só começou a diminuir com a chegada das primeiras ferrovias ao país.
> Ao todo, a Estrada Real abrange 182 municípios num total de 1.400 quilômetros. A região se destaca por seu rico acervo histórico-cultural e pelas inúmeras manifestações artísticas, constituindo-se em excelente vetor para o desenvolvimento do turismo cultural.

Ao promover o justo resgate histórico e cultural desse belo e importante caminho – que, ao percorrer diversos estados, se torna motivo de orgulho cultural e atrativo turístico –, a proposição se torna capaz de alavancar desenvolvimento, progresso e geração de renda e emprego. É oportuno e meritório, portanto, um projeto de lei como este, que visa dar a conhecer, preservar e difundir nossas riquezas turísticas.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação.

A Estrada Real é um marco no desenvolvimento interiorano do Brasil, quando da descoberta do ouro e dos diamantes. Quem já teve oportunidade de conhecer Diamantina, caminhar por Tiradentes, por Ouro Preto, percebe o quanto os portugueses naquele momento foram ousados e o quanto Minas Gerais se desenvolveu ao longo do caminho da Estrada Real.

Eu mesmo sou nascido em cidade que fica próxima da Estrada Real. Minha família chegou, Senadora Teresa Leitão, a Minas Gerais com um patriarca ligado ao Exército português, que veio de Pernambuco e casou-se com uma paulista – casamento arranjado. Os dois se estabeleceram na entrada bem sul de Minas Gerais e ali faziam a fiscalização do trânsito de todo ouro e diamantes e da entrada de pessoas para Minas Gerais. Essa Estrada Real, portanto, é parte fundamental e muito interessante da nossa história, da história de Minas Gerais.

Fico mais uma vez feliz de poder relatar. Peço a aprovação dos colegas para o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Eu sei que V. Exa. tem item extrapauta. Pergunto para V. Exa. se nós podemos colocar ao final? Mas, com a presença de V. Exa. já...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso. Está bem?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Tranquilo. Então, está bom.

Passamos então ao item nº 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 4270, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nº s 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências, para dispor sobre a certificação da Residência Multiprofissional em Saúde e a Residência em Área Profissional da Saúde e sobre sua validade nas provas de títulos dos concursos públicos no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 01/08/2023.

Passo então a palavra ao Senador Marcelo Castro para a leitura do relatório.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Bom, quero cumprimentar o Sr. Presidente, as Sras. e os Srs. Senadores e pedir permissão a V. Exa., Sr. Presidente, para ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – De acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, cumpre a esta Comissão opinar sobre o mérito de proposições de natureza educacional, como é o caso do PL em exame. Dessa forma, resta configurada, na presente manifestação, a competência regimentalmente atribuída a este Colegiado.

No que toca particularmente ao mérito, é de se consignar, preliminarmente, que a proposição configura uma versão aprimorada do Projeto de Lei nº 1.169, de 2011, de autoria do então Deputado Rogério Carvalho. Tal projeto, muito embora tenha sido arquivado ao final da legislatura de 2015, chegou a obter aprovação em parecer votado pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, o que já constitui indício de sua adequação e necessidade.

O projeto do Senador Rogério Carvalho é deveras oportuno. Em primeiro lugar, por dar ensejo a um direito que já se reconheceu social e institucional a uma camada expressiva dos profissionais de saúde, os médicos residentes, consoante se pode observar na Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que visa não apenas a proteger a sociedade, mas também confere direitos aos profissionais egressos da residência médica e durante a sua realização.

Em segundo lugar, o projeto se mostra igualmente oportuno para superar um paradoxo existente no âmbito do próprio SUS. Ora, se é o próprio SUS quem oferece os programas de Residência em Área Profissional da Saúde (Raps) e Multiprofissional em Saúde (RMS), não é compreensível que o sistema não certifique essa formação.

Ademais, já se tem acúmulo razoável de experiência e documentação suficiente para se concluir que as formações, objeto do projeto sob exame, a exemplo do que ocorre com a residência médica, encontram-se alinhadas às necessidades e aos princípios orientadores da atuação na saúde pública. Dessa forma, o Governo e o SUS deveriam ser os primeiros a zelar para recrutar os profissionais nesses programas.

Entretanto, não é isso o que ocorre. Na prática, não há reconhecimento institucional desses títulos e qualquer valoração quanto ao fato de terem sido obtidos em uma modalidade de residência. Essa omissão, que consideramos uma lacuna legal, traz prejuízos potenciais aos profissionais egressos da Raps e da RMS, uma vez que a especialização na modalidade de residência poderia ser favoravelmente computada em favor dos portadores dos títulos na condição de concorrentes a cargos públicos disputados por meio de certames constituídos de provas e títulos.

Não fôssemos sabedores da qualidade desses programas, diríamos que o Sistema Único de Saúde, o ambiente em que são gestados esses especialistas, não confia em seu trabalho. Felizmente não é isso o que ocorre.

Em relação à extensão do direito, como sabemos, há muito se reconheceu a formação de excelência que os programas de residência proporcionam aos médicos do país, uma formação que, ao cabo, é revertida em favor de toda a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que tange à incongruência apontada, queremos nos reportar ao fato de que o mesmo poder público que oferece os programas de Residência Multiprofissional em Saúde, malgrado todo o cuidado com as comissões e elaboração dos programas de estudos, ainda não reconheceu, como deveria, os estudos ou as oportunidades de aperfeiçoamento oferecidas em serviço aos participantes dos referidos programas.

Por essa razão, a proposição supre esse silêncio do SUS e antecipa a necessidade de que o sistema, para aproveitamento próprio, reconheça a titulação por ele oferecida e aproveite os profissionais egressos.

Não é justo que uma formação, às vezes de cunho totalmente teórico e sem qualquer embasamento na realidade e no cotidiano do SUS, seja mais valorizada do que aquela que ele próprio oferece.

Nesse sentido, o projeto é social e educacionalmente relevante e, em razão disso, merecedor da acolhida do Congresso Nacional.

A propósito, no que tange ao mérito, a exemplo do entendimento esposado pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados ao aprovar parecer ao PL nº 1.169, de 2011, não vemos razão para que o reconhecimento dos títulos em questão fique restrito aos concursos públicos realizados pelo SUS. Assim, propomos, na mesma emenda, a modificação da redação para que os títulos em tela sejam aceitos em quaisquer concursos públicos, inclusive nos exames de acesso a programas de estudos de pós-graduação *stricto sensu*.

Ainda a respeito do mérito, julgamos óbvia a previsão de exigência de adequação da formação comprovada pelo título ao exercício ou às necessidades do cargo disputado no âmbito do SUS. Nada obstante, dada a especificidade e a solidez da formação comprovada pelos títulos em questão, uma vez propiciada segundo as diretrizes do próprio SUS, parece ser questão de justiça, mas também de interesse público, que receba ponderação e pontuação diferenciada nas avaliações pertinentes dos concursos públicos do sistema. Para tanto, apresentamos emenda ao §4º, que o projeto pretende acrescentar ao art. 13 da lei, de sorte a explicitar essa possibilidade, na forma de regulamento. Dessa maneira, configura-se uma política de valorização dessas formações, com o fortalecimento do trabalho realizado pelo SUS, e o reconhecimento da qualificação dos profissionais que se submeteram a essas formações informadas ou orientadas pelas diretrizes do sistema.

Com esses aprimoramentos, julgamos contribuir para o mérito da matéria e torná-la ainda mais digna de acolhida pelo Senado Federal.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.270, de 2021, com a emenda a seguir:

EMENDA Nº 1 - CE

Dê-se à ementa e ao art. 1º do Projeto de Lei nº 4.270, de 2021, a redação a seguir:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> "Altera a Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências, para dispor sobre a certificação da Residência Multiprofissional em Saúde e a Residência em Área Profissional da Saúde e sobre sua validade nas provas de títulos dos concursos públicos no âmbito da União e do Sistema Único de Saúde."

Aqui nós promovemos uma modificação também na emenda.

> "Art. 1º Os arts. 13 e 14 da Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, passam a viger com as seguintes alterações:
> 'Art. 13. .....
> §3º Aos participantes dos programas de Residência em Área Profissional da Saúde instituídos na forma desta Lei serão conferidos certificados de especialização, na modalidade de residência, os quais constituirão título hábil, para todos os fins legais, em todo o território nacional, para quem realize concursos públicos de provas e títulos para o preenchimento de cargos destinados a profissionais de saúde.
> §4º No caso de concursos públicos de provas e títulos para o preenchimento de cargos destinados a profissionais de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, será admitida, nos termos do regulamento, ponderação diferenciada em favor dos títulos de que trata o §3º, em face da adequação da formação por eles representada aos requisitos, às atribuições e às necessidades do cargo em disputa.

Resumindo aqui, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Senador Rogério Carvalho, que já tinha havia essa tentativa na Câmara quando fora Deputado Federal, quer dar aos demais profissionais da saúde o direito de que já gozam os médicos residentes. Então, o próprio SUS institui residência para várias atividades e, depois que as pessoas fazem o curso de residência, como residência em biomedicina, ciências biológicas, educação física, enfermagem, farmácia, fisioterapia, fonoaudiologia, medicina veterinária, nutrição, odontologia, psicologia, serviço social, terapia ocupacional, saúde coletiva e física médica, essas pessoas com esse título de residente não têm o mesmo direito de que os médicos residentes já gozam há muitos anos.

Então, o que nós estamos querendo, o Senador Rogério Carvalho e eu, como Relator, é dar este direito a todos os profissionais de saúde: quando forem fazer concurso público no âmbito da União, que seja dada uma ponderação em provas de título, considerando esses títulos de residência da mesma maneira que se considera o título da residência médica para os profissionais médicos.

É esse o relatório que eu gostaria de expor neste momento, pedindo a colaboração dos Srs. Senadores, se estiverem de acordo, para preenchermos esse vazio legal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós entendemos que, em boa hora, o Senador Rogério Carvalho apresentou este projeto para suprir essa deficiência.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, Senador Marcelo Castro.

Está em discussão a matéria.

Senadora Zenaide Maia, com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Para discutir.) – Eu quero aqui parabenizar o nosso Relator e também o autor e dizer o seguinte: o SUS é uma equipe multidisciplinar. Então, não tem por quê... Se ele faz a residência médica, seja em qualquer área da saúde, pelo SUS, é para ter os mesmos direitos que já têm os médicos.

Lembro, Senador Marcelo Castro, que a gente ainda vê a residência médica, por exemplo, em psiquiatria... Muitos fazem um ano de clínica geral, dois anos de psiquiatria, e, mesmo assim, em alguns concursos, só se considera essa especialização se tiver feito o teste na Sociedade Brasileira de Psiquiatria. Tem isso também. É uma coisa para a qual a gente tem que ter o olhar diferenciado.

Parabenizo.

Não se justifica... O SUS só é grande por causa dessa equipe multidisciplinar. Como a gente oferece a residência médica e, depois, não dá a titularidade para esses profissionais, sendo que essa é a vantagem desse SUS maravilhoso que está aí?

Parabenizo por esse olhar. E a gente tem que ter esse olhar, Marcelo.

Eu descobri, há pouco tempo, que um psiquiatra ou um cardiologista ou um gastroenterologista, com uma especialidade de três anos ou, às vezes, quatro anos... O gastroenterologista faz mais um ano de endoscopia e só é considerado especialista se fizer parte da Sociedade Brasileira de Gastroenterologia. Para isso, como foi falado aí, há um teste teórico.

Mas este é um projeto bem interessante, bem construtivo, bem edificante.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Da minha parte, eu quero parabenizar também o Senador Rogério Carvalho e a relatoria do nobre Senador Marcelo Castro e dizer que as emendas aprimoraram, porque são importantes para a dimensão e a compreensão do projeto. Então, parabéns também pelas emendas apresentadas no relatório, além do próprio projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é simbólica.

Nesse sentido, os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto com a Emenda n° 1 da Comissão de Educação.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Pode haver o entendimento também, eu diria, com o Senador Humberto Costa, Presidente daquela Comissão, para ser apreciado tão cedo quanto possível. (*Pausa.*)

Até pergunto à assessoria do Senador Efraim Filho se ele está vindo. (*Pausa.*)

Muito bem. Pergunto porque o relatório dele é terminativo e, aí, colocaremos em pauta os três itens terminativos para a votação nominal. (*Pausa.*)

Enquanto o Senador Efraim Filho se dirige a esta Comissão, eu passo ao item n° 8 da pauta.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 95, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o PL nº 4.168, de 2021, que "reconhece o cristianismo como manifestação cultural nacional".

Autoria: Senadora Damares Alves.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Obrigada, Presidente.

Presidente, tramita nesta Comissão o PL n° 4.168, de 2021, que reconhece o cristianismo como manifestação cultural nacional. O projeto nasce na Câmara dos Deputados. O nosso Senador Esperidião Amin já proferiu voto – o voto dele é a favor da matéria – e eu pedi vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir do momento em que eu pedi vista desse projeto, chamou a atenção de muita gente, no Brasil, sobre cristianismo se tornar uma manifestação cultural, e eu estou recebendo pareceres de todos os lados. Tem um segmento enorme da igreja evangélica que concorda, mas um outro lado da igreja evangélica não concorda, assim como católicos também. E trago, Senador, a seguinte observação: Jesus e Saci-Pererê na mesma galeria, impossível! Jesus não divide a glória d'Ele com ninguém. Ele é Senhor, Ele é Rei, Ele é o Todo-Poderoso, Ele é o Príncipe da Paz, Ele é o Senhor do universo; Ele não divide a glória d'Ele com ninguém. Não consigo olhar para o Círio de Nazaré e ver aquilo como manifestação cultural. Ali é uma manifestação de fé. Então, trazer o cristianismo como cultura é temerário, é temerário. Nós temos manifestações cristãs, que podem ser consideradas uma manifestação cultural – as obras de arte, as músicas –, mas a fé cristã ser considerada cultura está causando muito desconforto.

Então, eu estou apresentando um requerimento de audiência pública para a gente discutir isso aqui, inclusive com representantes da CNBB, da igreja evangélica, de institutos de direito, enfim, para a gente discutir se a gente vai realmente regular o cristianismo por meio da cultura no Brasil.

Então, vamos fazer essa discussão. Eu trouxe uma justificativa enorme ao requerimento, porque, ali, eu já manifesto a minha posição também no requerimento, mas eu acho que um debate seria interessante. Assim, eu peço o apoio dos demais colegas para a gente fazer essa discussão aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Damares Alves, autora do requerimento.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item n° 9 da pauta.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 96, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 81/2023 - CE, com o objetivo de instruir o PL 2.331/2022, que "altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para incluir a oferta de serviços de vídeo sob demanda ao público brasileiro como fato gerador da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE" e o PL 1994/2023, que "dispõe sobre a comunicação audiovisual sob demanda, a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE e dá outras providências", sejam incluídos os seguintes convidados: representante do Fórum Audiovisual de Minas Gerais, Espírito Santo e estados do Sul do Brasil (FAMES); representante do Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de SP (SIAESP); e representante da Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais (APRO).

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Está em discussão a matéria para acréscimo de nomes a uma audiência que já foi aprovada.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Item nº 10 da pauta.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 97, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 80/2023 - CE, sejam incluídos convidados.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento nº 80, de 2023, da Comissão de Educação, com o objetivo de debater a importância de programas de assistência estudantil na educação superior, notadamente nas instituições de ensino superior públicas federais e estaduais, considerando o cenário atual alarmante de enorme vazão dos discentes da educação superior brasileira, em que o problema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da falta de recursos para alimentação e transporte surge como obstáculo para permanência dos estudantes de baixa renda no ensino superior, sejam incluídos convidados.

Já foi aprovado o requerimento para a inclusão de convidados.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras. Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós temos, com grata satisfação, a presença do Senador Efraim Filho, que é o Relator do item 3 da pauta, que é terminativo. Então, na sequência, colocaremos em votação nominal os itens terminativos.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 5143, DE 2019

- Terminativo -

Obriga as bibliotecas públicas e privadas localizadas em território nacional a disponibilizar o acesso ao texto atualizado da Constituição Federal.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Filho, para leitura do seu relatório.

Antes, porém, quero destacar a presença do Senador Randolfe Rodrigues.

Seja muito bem-vindo, também, o Senador Izalci Lucas.

Os demais já foram citados anteriormente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Senador Efraim Filho.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Meu caro Presidente, Senador Flávio Arns, Senadores e Senadoras, peço vênia, Presidente, para ir direto à análise do voto.

Compete à Comissão de Educação opinar sobre as proposições que versem sobre a cultura, conforme o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal. É regimental, portanto, a apreciação do PL nº 5.143, de 2019, quanto ao mérito.

Por se tratar do colegiado encarregado da apreciação terminativa, incumbe também a esta Comissão a análise da matéria sob os prismas da constitucionalidade e juridicidade, incluída a técnica legislativa.

De início, cabe pontuar que a proposição em tela é constitucional, adequando-se ao que dispõe o art. 24 da Constituição Federal.

Há, contudo, um problema de juridicidade relativo à determinação de que as bibliotecas privadas estão submetidas à obrigação de que trata o art. 1º. Mesmo que se explicitasse que essas bibliotecas privadas são aquelas abertas ao público, entendemos que o problema não estaria sanado, na medida em que representa intromissão exorbitante do Estado em assuntos de âmbito privado.

Sugerimos, assim, apor emenda que a seguir apresentamos, de sorte que sejam incluídas na obrigação de dispor dos textos atualizados da Constituição Federal apenas as bibliotecas de propriedade particular que recebem incentivo, de qualquer tipo, da União.

Quanto ao mérito, concordamos com a noção, exposta na justificação, de que o conhecimento da Constituição Federal, ainda que não sistemático, é um meio importante para despertar o sentimento e a consciência da cidadania. Estão ali traçadas balizas as mais relevantes para assegurar direitos e deveres aos cidadãos e cidadãs, sendo definidas várias diretrizes para desenvolver em sua plenitude a Nação, abrangendo aspectos sociais, econômicos, culturais e outros, também de inegável importância.

De tal modo, consultar a Constituição e, mesmo, com ela conviver é um dos fatores importantes para levar os jovens e os cidadãos em geral a conhecer a realidade do seu país, sob o prisma de um "dever ser" que interpela e questiona a realidade empírica.

Desse modo, a Constituição contribui para uma visão crítica da realidade, tendo como pano de fundo a necessidade de garantirmos os direitos individuais e coletivos que nela estão inscritos.

As bibliotecas públicas, assim como as bibliotecas privadas que recebem, direta ou indiretamente, recursos da União, podem, sem dúvida, contribuir para a formação de cidadãos e cidadãs mais conscientes e empenhados na construção de uma Nação mais desenvolvida e mais justa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Avaliamos, contudo, que deve haver um prazo, de ao menos 12 meses após a publicação da última edição atualizada disponível, para que se possa exigir das bibliotecas que disponham dos exemplares previstos no *caput* do art. 1º.

Assim, apresentamos também uma emenda que contemplará esse ponto.

Quantos à técnica legislativa, não temos outros reparos a fazer.

Dessa forma, apenas trazendo aqui verbalmente um ponto, Presidente, partindo do pressuposto de que a Comissão possa validar a proposta da obrigatoriedade da presença da Constituição Federal, um outro ponto que me chamou a atenção foi o quantitativo. Eu, *a priori*, resolvi manter aquilo que o projeto inicial dizia: o mínimo de dez exemplares.

Não sei se a Comissão gostaria de fazer uma avaliação sobre esse quantitativo.

A priori, eu mantive o encaminhado no projeto inicial de autoria do Senador Zequinha Marinho.

Portanto, conforme o exposto, o voto é pela aprovação do projeto de lei, com as emendas que a seguir oferecemos.

Estão subscritas as emendas ao voto, Sr. Presidente, que dizem o seguinte, vou ler para que toda a Comissão tenha conhecimento:

> EMENDA Nº 1 - CE
> (ao PL nº 5.143, de 2019)
> Dê-se a seguinte redação ao caput do art. 1º do Projeto de Lei nº 5.143, de 2019:
> "Art. 1º As bibliotecas públicas e as bibliotecas privadas que recebem, direta ou indiretamente, recursos do Governo Federal manterão em seus acervos, no mínimo, 10 (dez) exemplares atualizados da Constituição Federal para consulta.
> ....."
> EMENDA Nº 2 - CE
> (ao PL nº 5.143, de 2019)
> Acrescente-se o seguinte § 2º ao *caput* do art. 1º do Projeto de Lei nº 5.143, de 2019, renomeando-se o parágrafo único como § 1º:
> "Art. 1º .....
> .....
> § 2º As bibliotecas terão o prazo de doze meses, a contar da publicação da última edição atualizada disponível, para cumprir o estabelecido no *caput* deste artigo".

É o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Em discussão a matéria.

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, é só um comentário mesmo. Como o que mais se aprova hoje, aqui no Congresso, é emenda constitucional, acho que o Senado ou o Congresso Nacional deveriam, obrigatoriamente, disponibilizar para as bibliotecas públicas a edição da Constituição, porque, de fato, praticamente uma vez ao mês, a gente está votando aqui uma emenda constitucional, por incrível que pareça.

Acho que não dá nem prazo para fazer uma licitação.

Acho que o Congresso podia disponibilizar isso, como a gente está fazendo. Há algumas edições aí.

Evidentemente, eu não sei. Nós estamos na era digital. Em grande parte das bibliotecas públicas, também existe hoje computadores e internet.

Aqui, não se fala exatamente na disponibilidade do texto digitalmente. Mas só para lembrar.

Eu entreguei um *Vade Mecum* outro dia, mas já está desatualizado.

Hoje mesmo, a gente deve votar uma PEC. Está na pauta de hoje.

É só para dizer que a nossa Constituição muda demais para a gente ter essa obrigatoriedade de 12 meses. Eu acho que tem que ser mensal, porque é difícil passar um mês sem votar uma PEC – não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Bem lembrado.

Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Para discursar.) – Eu queria só perguntar sobre a exceção das escolas privadas, Efraim, que têm incentivo público. Isso é incentivo fiscal também? Porque quase todas as escolas privadas têm incentivo fiscal.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Nós estamos falando aqui no caso das bibliotecas.

Aqui, está falando das bibliotecas, pelo que eu entendi do Senador Zequinha Marinho. Ele diria "para todas". Eu quis dizer: as bibliotecas públicas, obrigatoriamente, e as privadas que recebem algum tipo de recurso, de apoio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou ler aqui: "As bibliotecas públicas e as bibliotecas privadas que recebem, direta ou indiretamente, recursos do Governo Federal". Nesse caso, eu entendo que incentivos fiscais estariam contemplados dentro dessa concepção.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Até porque eu não sei, mas tem muita biblioteca sem ser privada nas próprias escolas?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Eu não sei dizer. Realmente, eu não sei dizer.

A gente tem as bibliotecas públicas, mas as privadas, eu não conheço.

Mas tudo bem.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Essa exceção foi criada pensando nas bibliotecas privadas propriamente ditas, não nas escolas.

Mas existem bibliotecas que são abertas ao público e que são exclusivamente privadas, comerciais. Então, nesse ponto não caberia a nós fazer a exigência da presença da Constituição Federal, apesar de que naturalmente uma biblioteca que queira prestar um bom serviço, sendo privada, inclusive, a Constituição Federal estará lá disponível, hoje até por meio eletrônico, muitas privadas por meio eletrônico estão... Então, eu me preocupo mais, esse ponto já começou a surgir, a Senadora Damares conversou aqui sobre ele, com a questão da necessidade dessa quantidade toda de exemplares físicos, até porque hoje o eletrônico está disponível. Mas vamos deixar a discussão seguir aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A Senadora Damares Alves havia solicitado a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Senador, dez unidades por biblioteca, quem vai arcar com esse custo? A preocupação é, como o Senador Izalci falou, a nossa Constituição é alterada o tempo todo. A cada alteração, nós vamos mandar dez unidades para as bibliotecas do país. O custo é alto. E o próprio Relator estava disposto, e a gente vê um número menor de unidades por biblioteca. A gente poderia pensar num número menor, ver o custo, ver quantas bibliotecas há no Brasil. Acredito que quando a Constituição chegar lá, um mês depois, ela já não estará mais atualizada. Eu tenho minhas dúvidas com relação à quantidade, dez unidades por biblioteca. Eu tenho dúvidas com relação a isso e queria ouvir os colegas também.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Qual é o número que V. Exa. sugere?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu acho que uma, duas, no máximo. O custo é muito alto, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Muito alto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Caso o Relator aceite a sugestão de V. Exa., o relatório pode incorporá-la e apresentar... Quer dizer, podemos votar normalmente também a matéria, diminuindo o número de exemplares.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) – Eu até sugeriria o seguinte: as bibliotecas públicas, segundo o projeto, que oferecem acesso digital, ficam dispensadas, porque a maioria tem acesso à internet. Então, de fato, a Senadora Damares tem razão, são muitas bibliotecas que vão receber dez exemplares e, quando receberem, no mês seguinte, já estarão vencidos. Então, aquelas que disponibilizam já virtualmente, eu acho que deveriam ser dispensadas ou um número mínimo. Mas eu acho que a internet está aí para ajudar nisso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A pergunta de V. Exa., Senador Efraim, é com relação a essa observação também das mudanças constitucionais que acontecem aqui nesta Casa, como o Senador Izalci Lucas já abordou. Então, deveria haver alguma coisa no texto que indicasse que a atualização, se formos atualizando a cada mudança, às vezes nós teríamos que ter cinco, seis atualizações no decorrer do mesmo ano, talvez anual, não é?

Senadora Professora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Eu gostaria só de chamar a atenção para o fato de que o projeto original coloca a necessidade de pelo dez atualizados para consulta, mas ele determina que a obrigação pode ser dispensada se oferecer acesso digital. Então, eu acho que esse cuidado de... Se tiver acesso digital, poderá e, na medida do possível, porque a gente pensa com a cabeça de escola e nem toda escola tem uma biblioteca constituída. Aqui são as bibliotecas públicas, aquelas municipais, estaduais, a Biblioteca Nacional. É lógico que o acervo físico, para consulta, é importante, mas aqui se abre essa possibilidade do digital, se houver o acesso. Lógico que tem que ter acesso, porque não adianta ter uma internet de faz de conta e nem a pessoa, o usuário, que não é só o aluno, consultar.

Eu acho que é importante sim, mas eu acho que o custo é muito alto. Eu, pelo menos, não estou dando conta de atender o tanto de pedidos que tem de Constituição, *Vade Mecum* e produção, como se fosse uma coisa que eu tivesse a obrigação até de fornecer. Eu sempre tenho explicado: olha, a gente tem uma cota, e, na medida do possível, eu gosto de atender, mas nem sempre é possível, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Senador Efraim Filho, Relator.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Eu, Sr. Presidente, até porque já vinha com essa ideia, fiz questão de provocar o Plenário a pensarmos de forma coletiva sobre o tema.

Eu acolho –, está certo? – a sugestão mencionada pela Senadora Damares e outros Senadores, reduzo o acervo para dois exemplares, citados, principalmente diante do parágrafo único – que a Senadora Dorinha fez questão de destacar – dizendo que onde já tiver o exemplar digital, a obrigação estaria suprida.

Então acho que a tendência, para as bibliotecas que ainda, porventura, não possuam hoje o acesso digital, é que isso seja superado e que nós tenhamos esse registro.

Eu vou mais além, mas eu não vou colocar aqui no texto. Mesmo tendo o acesso digital, para mim, cada biblioteca deveria ter um exemplar físico disponível. Eu acho que independentemente do acesso digital, estar aquilo ali exposto no instante ao olhar do estudante ou do cidadão que vai lá, seria interessante. Mas não é o caso, isso aí, claro, vale apender, que cada biblioteca que o quiser fazer eu possa fazer sem ser obrigação de lei.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. (*Pausa.*)

A votação também será nominal.

Então, nós vamos abrir o painel também.

Passaremos, agora, à votação nominal, em bloco, dos itens nºs 3, 6 e 7.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

Então, em votação, as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL nº 5.143, de 2019; PL nº 3.534, de 2021 e PL nº 1.854, 2021.

Os Senadores e as Senadoras que votam com os Relatores votam "sim". (*Pausa.*)

Abriu?

Não abriu. (*Pausa.*)

Aguardaremos só um pouquinho porque houve algum problema técnico no painel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São os itens 3, 6 e 7. Os itens 6 e 7 são a Estrada Real e também Monte Sião, capital nacional... O item nº 3 é o item que acabamos de discutir, com a relatoria do Senador Efraim Filho.

Enquanto o problema técnico é ultrapassado – se for possível ultrapassar –, vamos aos requerimentos também.

Item nº 11 da pauta, requerimento da Senadora Teresa Leitão.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 98, DE 2023

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 49/2015, que "institui a Política Nacional do Livro e regulação de preços".

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Pois não, Presidente.

Antes de eu fazer a defesa do requerimento, eu queria fazer um registro, solicitando, inclusive, que esse registro possa constar da ata, parabenizando o Governo pela edição do Decreto 11.697, de 11 de setembro de 2023, que convoca, em caráter extraordinário, a Conferência Nacional de Educação (Conae), Edição 2024, a ser realizada na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Antes disso, haverá todo um processo de discussões em conferências municipais, em conferências estaduais, já em curso. É um assunto que interessa bastante, é uma pauta única sobre a qual esta Comissão tem também se debruçado, que é o tema do Plano Nacional de Educação – que deve chegar aqui para a nossa apreciação – correspondente ao decênio 2024-2034.

Então, é só um registro de reconhecimento da importância da realização dessa conferência.

Sobre o requerimento, esse Projeto 49, de 2015, é de autoria da então Senadora Fátima Bezerra, hoje Governadora do Rio Grande do Norte; depois, foi desarquivado pelo Senador Jean Paul, mas não foi votado até o seu item final.

Tramitou, houve discussão, mas ainda falta algum processo de debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já foi analisada pela CCJ, pela CAE... Na CAE, foi relatado pelo Senador Jean Paul, conforme eu disse, mas não houve posição terminativa do Colegiado.

Eu desarquivei o projeto, mas é um assunto tanto de complexidade como de relevância. É por isso que eu estou propondo que a gente possa realizar uma audiência pública com representantes citados no próprio requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o mesmo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao item 12. (*Pausa.*)

É possível abrir a votação já? (*Pausa.*)

Então, já está aberta.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu repito que estamos votando as matérias, nos termos dos relatórios apresentados, que são: o PL 5.143, de 2019; o PL 3.534, de 2021; e PL 1.854, de 2021.

Os Senadores que votam com os Relatores votam "sim".

Enquanto... Se bem que a votação esteja indo rapidamente, mas, enquanto a votação acontece, nós podemos ir adiante com a pauta dos requerimentos.

Muito bem.

Temos um item extrapauta do Senador Carlos Viana.

O número 12 antes? (*Pausa.*)

O 12 é da Dorinha, não é? (*Pausa.*)

Como? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Doze e treze são da Dorinha, não é? (*Pausa.*)

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 99, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir sobre a necessidade de profissionais e especialistas de diversas áreas que atuem diretamente com o atendimento de estudantes superdotados e respectivas famílias.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

Senadora Professora Dorinha Seabra, com a palavra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu apresento esse requerimento de uma audiência pública, que, na verdade, a Câmara dos Deputados também, a Comissão de Educação, vai discutir o mesmo tema. O nosso objetivo é convidar tanto especialistas, Ministério da Educação, secretarias de educação, para discutir o tema, porque há muito tempo nós já tivemos políticas destinadas a cuidar das pessoas com altas habilidades, superdotadas, e não é só a gente. Eles pensam assim: "É um público que não está presente nas nossas escolas". Eles estão presentes nas escolas públicas, e a ideia é tratar como a política pública pode se organizar para atender. Infelizmente, muitos desses alunos acabam desistindo, eles não conseguem frequentar a escola regular e, em muitos casos, inclusive, não têm nem sucesso na vida educacional.

Então, a ideia é discutir o tema de maneira bem ampla, ouvindo as famílias, o próprio ministério e as secretarias. Nós já tivemos, acho que até 2008, 2009, políticas destinadas também, inclusive ajudando a quem tem dificuldade de aprendizagem. Por isso, eu apresento aqui as sugestões de pesquisadores para que nós possamos fazer esta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço o assunto, que é dos mais importantes e urgentes, e é importante que esta audiência pública aconteça.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Eu vou colocar em votação após a abertura do painel. Colocaremos em votação conjunta os requerimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 100, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3824/2023, que "estabelece a Política Nacional de Incentivos e Benefícios a Futuros Docentes da Educação Básica".

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

Senadora Professora Dorinha Seabra, com a palavra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu sou Relatora de um projeto de sua autoria que trata da Política Nacional de Incentivos e Benefícios a Futuros Docentes da Educação Básica, o que é uma preocupação extremamente importante para o país. Nós não temos... Já temos, na verdade, em muitas áreas, a falta de professores. Os jovens que frequentam o ensino médio, até pela carreira não atrativa, não se dedicam à escolha profissional nessa área. Portanto, nós gostaríamos de fazer uma audiência pública.

Eu apresento algumas sugestões, e a Senadora Teresa Leitão tem mais três entidades com as quais eu não tenho nenhum problema em concordar, a gente organiza junto com a Comissão para ouvirmos sobre esse tema que é tão importante para nós: a Política Nacional de Incentivos e Benefícios a Futuros Docentes da Educação Básica. Como lidar, como incentivar que os jovens que estão hoje no ensino médio tenham interesse de se dedicar à profissão docente e que permaneçam nessa área?

Então, é por isso que eu sugeri um representante do Ministério da Educação, do Cenpec, representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação, da União Nacional dos Dirigentes Municipais, de institutos que atuam diretamente com a formação docente: Península, Profissão Docente, Movimentos Docentes. E a Senadora Teresa Leitão sugere aqui a CNTE, o Fórum Pibid e a campanha nacional.

Então, acho que daria um bom debate na construção desse programa, que acho que é extremamente importante. Estou falando, porque concordo plenamente com o requerimento da Senadora, que é extrapauta. Se ela puder já fazer a defesa, mas eu já estou até me antecipando, eu acho que nós faremos um bom debate.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Está em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Eu quero também referenciar, tanto o projeto de lei, que trata de uma questão focal para nós da educação... Já se fala até em apagão de professores, se a gente não tratar essa questão relacionada com tantas outras, mas evidentemente a formação docente dá margem para a gente fazer essa relação com a própria valorização, com o ambiente de trabalho, com os perfis, com a organização curricular, os novos desafios da escola. Então, é um leque de oportunidades muito grande.

Parabenizo a Senadora Dorinha, também, pela iniciativa, porque esse projeto já vai tramitar aqui. Então, é importante que aqui a gente possa ter todos os canais de aprofundamento. Agradeço a inclusão dessas entidades. Tem muita gente interessada, muita gente formulando sobre isto, e acho que o Senado dará, com certeza, uma excelente contribuição para esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom.

Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Para discutir.) – Eu quero parabenizar aqui as colegas e dizer o seguinte. É importante isso. E, se a gente não cuidar dos nossos educadores, tem essa chance de apagar, porque há essa política de dar a entender que professor é uma subprofissão, quando a gente sabe que, na realidade, o educador é tudo. E é bom essa discussão para ver como é importante a gente valorizar.

Ora, se todos os dias a gente diz aqui que a educação é a base de tudo, do desenvolvimento econômico, social, da prevenção à violência... E a gente sabe que não é só construir escolas maravilhosas, o que é importante, ou incluir novas tecnologias, mas nada vai substituir os recursos humanos, que são os professores, os principais, mas os educadores. Então, é bom trazer para a Comissão de Educação essa pauta, para mostrar a importância que tem e, baseado nisso, os poderes vão ver que a gente precisa ter esse olhar diferenciado.

E, como as decisões políticas são aqui, vamos olhar esses mestres, vamos fazer como a Angela Merkel. Em uma reunião que os médicos convocaram para conversar com ela, ela chegou e disse: "Qual é a pauta?". Ela disse: "Nós estamos aqui porque os professores estão ganhando mais do que nós médicos". Ela só olhou assim – Professora Dorinha, chamou-me a atenção a simplicidade –: "A pauta é essa, senhores?". "Sim." Ela olhou assim e disse: "Os senhores querem ganhar mais do que seus mestres?". Se levantou e saiu.

Então, esse olhar diferenciado para a educação não pode ficar só no discurso. E vamos, sim. Se a gente oferecer condições de trabalho, a gente vai atrair professores. Se a gente valorizar a educação como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um todo, eu não tenho dúvida disso. E mostrar que é possível, sim. Por exemplo, em escolas como os institutos federais, não tem dificuldade de professores, não é, Professora Dorinha? Porque são valorizados. A maioria desses institutos federais tem uma estrutura física, adquirem novas tecnologias, e nós não temos essa dificuldade toda. Então, nós temos que olhar todas as escolas, seja em nível municipal, estadual.

Eu quero parabenizar as colegas aqui que têm uma *expertise* muito grande em educação. Eu fico muito orgulhosa de vocês duas, porque sei que, quando o assunto é educação, vocês estão acima de qualquer coisa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadoras Teresa Leitão e Zenaide Maia.

Nós temos um requerimento extrapauta do Senador Carlos Viana. Indago primeiro sobre a possibilidade de o colocarmos. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, então, vamos abordar o item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 72, DE 2023

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5636/2019, que "institui o Dia de Celebração da Amizade Brasil-Israel". Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: Senhor Celso Lafer, Ex-Ministro MRE; Senhor Milton Seligman, Ex-Ministro da Justiça e Professor; o Senhor Claudio Luiz Lottenberg, Presidente da Conib; Senhor Daniel Zohar Zonshine, Embaixador.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Com a palavra. Se V. Exa. quiser...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Para encaminhar.) – Obrigado, Excelência.

Eu tenho a alegria de ser o Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Israel. Ativamos no Senado e conseguimos também uma adesão muito grande de Deputados e Senadores. Hoje devemos ter perto já de cem membros Parlamentares que estão juntos com essa decisão de apoiarmos a amizade Brasil-Israel. É sempre bom lembrar – eu que já estive em Israel seis vezes – a alegria com que somos recebidos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

naquele Estado, a gratidão que existe pelo fato de um brasileiro ter sido Presidente de uma sessão que possibilitou o ressurgimento do Estado de Israel.

Também para os cristãos brasileiros, essa amizade e esse respeito a Israel é uma questão de tradição bíblica, religiosa e que hoje se configura em outros aspectos. Israel tem um comércio muito importante com o Brasil na área de tecnologia, é um centro de pesquisas hoje.

É uma pena que as universidades israelenses que querem fazer grandes convênios com o Brasil estejam com seus representantes sendo agredidos quando vêm para apresentar. Isso aconteceu em São Paulo, aconteceu recentemente no Amazonas. Professores, doutores, pesquisadores israelenses, que vieram aqui oferecer às universidades brasileiras a possibilidade de intercâmbios, foram cercados por grupos radicais de esquerda e de defesa de um assunto que não é nosso, que é a questão da Palestina, e funcionários, inclusive, das universidades chegaram a ficar feridos. No Amazonas aconteceu isso, uma servidora teve que ser socorrida por ferimentos por conta das agressões.

Cabe a nós, como Parlamentares de um país que preza pela paz, pelo respeito a todos os povos, dar o nosso posicionamento e, com satisfação, como Presidente do grupo, aqui pela Comissão, criarmos o Dia da Amizade Brasil-Israel.

Peço aos Senadores a aprovação do requerimento e a V. Exa. que marquemos essa audiência o mais brevemente possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

Eu inclusive, não sei se eu subscrevi o grupo parlamentar...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... mas, se não tiver, eu gostaria de subscrever também o grupo parlamentar.

Muito bem. Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos votar em bloco os requerimentos, logo após vermos o resultado da votação anterior.

Está encerrada a votação nominal.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É que eu estava olhando...

Houve algum problema no... (*Pausa.*)

Deu um problema...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – De novo?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Hoje estamos com problemas de tecnologia. (*Risos.*)

Pois não, Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu sei que está contido no... (*Pausa.*)

Ah, apareceu...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só um minutinho. (*Pausa.*)

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, proclamando o resultado, que está colocado de maneira diferente no painel, são 16 votos SIM; nenhum NÃO.

Abstenção também.

Total 17.

Então, aprovados os projetos de lei, nos termos dos relatórios apresentados: PL 5.143, de 2023; PL 3.534, de 2021; e PL 1.854, de 2021.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Com a palavra V. Exa., Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Só um destaque que acredito que esteja contido.

É só um alerta que deixei de apresentar o extrapauta formalmente porque a Senadora Dorinha já incluiu, já acatou e passo depois a V. Exa. os nomes que seriam apresentados no extrapauta, porque vejo que não há necessidade, já que foi acatado no Requerimento 13.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Muito bem.

Os nomes sugeridos, então, pela Senadora Teresa Leitão, serão apresentados. A Senadora Professora Dorinha já acatou os nomes também. Então, é só uma questão de apresentar os nomes.

Passamos, agora, à votação dos requerimentos lidos anteriormente.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 99, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir sobre a necessidade de profissionais e especialistas de diversas áreas que atuem diretamente com o atendimento de estudantes superdotados e respectivas famílias.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 100, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3824/2023, que "estabelece a Política Nacional de Incentivos e Benefícios a Futuros Docentes da Educação Básica".

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 72, DE 2023

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5636/2019, que "institui o Dia de Celebração da Amizade Brasil-Israel". Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: Senhor Celso Lafer, Ex-Ministro MRE; Senhor Milton Seligman, Ex-Ministro da Justiça e Professor; o Senhor Claudio Luiz Lottenberg, Presidente da Conib; Senhor Daniel Zohar Zonshine, Embaixador.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Item extrapauta, Requerimento nº 104, de 2023.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 104, DE 2023

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 100/2023 - CE, com o objetivo de instruir o PL 3824/2023, que "estabelece a Política Nacional de Incentivos e Benefícios a Futuros Docentes da Educação Básica" sejam incluídos os seguintes convidados: representante da CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; representante do FORPIBID-RP - Fórum Nacional de Coordenadores do Pibid e Residência Pedagógica; e representante da CAMPANHA - Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Em votação os requerimentos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Antes de encerrar os trabalhos, convoco a próxima reunião da Comissão para a próxima quarta-feira, amanhã, 13 de setembro de 2023, às 14h.

Será realizada audiência pública para instrução do PL 2.331, de 2022, e do PL 1.994, de 2023, que versam sobre a inclusão da oferta de serviços de vídeo sob demanda ao público brasileiro como fato gerador da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine).

Lembrando que teremos uma audiência amanhã sobre esse tema e outra audiência, na quinta-feira, também sobre esse tema.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, e declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 01 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 61ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e vinte e nove minutos do dia treze de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Flávio Arns e Eduardo Gomes, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Confúcio Moura, Carlos Viana, Cid Gomes, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Mauro Carvalho Junior, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Romário, Damares Alves e Esperidião Amin, e ainda do Senador Angelo Coronel, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim, Vanderlan Cardoso, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 81/2023 - CE, de autoria Senador Eduardo Gomes (PL/TO), REQ 93/2023 - CE, de autoria Senador Eduardo Gomes (PL/TO), e REQ 96/2023 - CE, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Instruir o PL 2331/2022 e o PL 1994/2023. **Participantes:** Sra. Joelma Oliveira Gonzaga, Secretária do Audiovisual do Ministério da Cultura; Sr. Mauro Garcia, Presidente-Executivo do Brasil Audiovisual Independente (BRAVI); Sra. Cibele Amaral Correia, Diretora Centro-Oeste da Conexão Audiovisual Norte, Nordeste e Centro Oeste (CONNE); Sra. Cintia Domit Bittar, Diretora da Associação das Produtoras Independentes do Audiovisual Brasileiro (API); Sra. Mariana Polidorio, Diretora de Políticas Públicas da Netflix; Sr. Fernando Alberto Coelho de Magalhães, Diretor de Programação e Conteúdo da CLARO/NOW; Sra. Erika Alvarez, Gerente de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Youtube; Sra. Rosana Alcântara, Ex-diretora da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), advogada especialista do setor audiovisual e representante do Mais Mulheres; Sr. Jonas Antunes Couto, Diretor Jurídico-Regulatório da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA); e Sr. Tiago Mafra dos Santos, Diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 62ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia quatorze de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Eduardo Gomes, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Leila Barros, Plínio Valério, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Mauro Carvalho Junior, Astronauta Marcos Pontes, Wilder Morais, Damares Alves e Esperidião Amin, e ainda do Senador Marcos do Val, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Flávio Arns, Carlos Portinho, Magno Malta, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 81/2023 - CE, de autoria Senador Eduardo Gomes (PL/TO), REQ 93/2023 - CE, de autoria Senador Eduardo Gomes (PL/TO), e REQ 96/2023 - CE, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Instruir o PL 2331/2022 e o PL 1994/2023. **Participantes:** Sra. Tatiana Carvalho Costa, Presidente da Associação dos Profissionais Negros do Audiovisual (APAN); Sra. Carla Comarella, Líder de Políticas Públicas para Assuntos Digitais do Amazon Prime Video; Sra. Andressa Pappas, Diretora de Relações Governamentais da Motion Picture Association (MPA); Sra. Luciana Damasceno, Sócia-fundadora e Diretora de Conteúdo da Cardume; Sra. Jussara Locatelli, Coordenadora do Fórum Audiovisual de Minas Gerais, Espírito Santo e estados do Sul do Brasil (FAMES); Sra. Viviane Ferreira, Presidente da Spcine; Sr. Paulo Roberto Schmidt, Produtor e Conselheiro da Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais (APRO); Sr. André Luiz Pompeia Sturm, Presidente do Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de SP (SIAESP); Sr. Leonardo Edde, Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual (SICAV); Sr. Toni Venturi, Diretor Federal da Associação Paulista de Cineastas (APACI); Sr. Mauricio Hirata, Diretor de Investimentos da RioFilme; e Sra. Jorane Castro, Cineasta e professora do Bacharelado em Cinema e Audiovisual da Universidade Federal do Pará (UFPA). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Eduardo Gomes
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 63ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e oito minutos do dia dezenove de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Plínio Valério, Jussara Lima, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Paulo Paim, Lucas Barreto, Humberto Costa, Mauro Carvalho Junior, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Wilder Morais, Damares Alves, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Marcos do Val e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim, Cid Gomes, Nelsinho Trad, Augusta Brito, Teresa Leitão, Carlos Portinho, Magno Malta, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 60ª, 61ª e 62ª Reuniões, que são aprovadas. O presidente comunica os documentos recebidos pela secretaria. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 756, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre Educação Integral e estabelece diretrizes para a sua implementação na educação básica." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2062, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 8.706, de 14 de setembro de 1993, a Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, o Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, o Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, e a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para prever a reserva de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar com registro de ocorrência policial no Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescoop, no Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – Senat, no Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar, no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, no Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários – Senai, e nos Institutos Federais." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 90, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera dispositivos da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para determinar que os Estados, os Municípios e o Distrito Federal forneçam recursos financeiros a fim de possibilitar o pleno funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e aprovem normas complementares para operação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e rejeição da Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4193, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para prever a implementação e a manutenção, pelos cursos de arquitetura e engenharia das instituições públicas de ensino superior, de escritórios sociais, para atendimento gratuito à população de baixa renda, na elaboração de projetos e no acompanhamento técnico da construção de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

habitações de interesse social." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com duas Emendas da CAS. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei Complementar n° 68, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir que os radialistas e os publicitários sejam incluídos como microempreendedores individuais." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2071, de 2021 - Terminativo -** que: "Erige em monumento nacional a Rota do Café." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves (*Ad hoc*), substituiu Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3561, de 2023 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional de Prevenção ao Afogamento Infantil." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4539, de 2020 - Terminativo -** que: "Dá os nomes de "Mestre Cunha" e "Hiran Bichara Gantus" às pontes sobre o rio Itacaiúnas, na rodovia BR-230, situadas no município de Marabá, Estado do Pará." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (*Ad hoc*), substituiu Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o substitutivo. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 5142, de 2020 - Terminativo -** que: "Denomina “Rodovia Ricardo Corrêa” o trecho da BR-158." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (*Ad hoc*), substituiu Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado com emendas. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 101, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 73/2023 - CE seja incluída a Senhora Vanessa Suany da Silva, Presidente da Associação de Mães Pesquisadoras, Estudantes e Trabalhadoras - AMPET." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 102, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3483/2023, que “inclui, no calendário oficial de datas comemorativas da República Federativa do Brasil, Rosh Hashaná, o primeiro dia do Ano Novo, e Yom Kipur, o Dia do Perdão, a serem comemorados anualmente na data definida pelo calendário judaico, e Eid al-Fitr, o fim do Ramadã, a ser comemorado anualmente na data definida pelo calendário islâmico”." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 103, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 87/2023, seja incluído outro convidado para debater e analisar a Reforma Tributária. Propõe para a audiência a inclusão de representante Associação Fórum Nacional das Mantenedoras de Instituições de Educação Profissional e Tecnológica – BrasilTEC." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 105, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a instituição do Dia Nacional dos Bombeiros Voluntários, a ser comemorado, anualmente, no dia 13 de julho." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senadora Ivete da Silveira (MDB/SC), Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 106, de 2023** que: "Requer nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no País, com ônus para o Senado Federal, em Aracajú - Sergipe, de 08/11/2023 a 10/11/2023, a fim de representar nos termos regimentais esta Casa, enquanto Presidenta da Subcomissão Temporária constituída para Debater e Avaliar o Ensino Médio (Ceensino-CE/Senado Federal), no XVIII Congresso Estadual do Sindicato das Trabalhadoras(es) em Educação Básica da Rede Oficial de Ensino do Estado de Sergipe (SINTESE)." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 107, de 2023** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC 90/2018, que "altera dispositivos da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para determinar que os Estados, os Municípios e o Distrito Federal forneçam recursos financeiros a fim de possibilitar o pleno funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e aprovem normas complementares para operação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)"" **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 63ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 19 de setembro de 2023.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos: moção de apoio para garantia de financiamento para cursos de extensão no Brasil e essa moção aprovada pela 75ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 60ª, 61ª e 62ª Reuniões, realizadas em 12, 13 e 14 de setembro.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas, então, serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Informo que os itens da pauta que tratam de matérias relativas a assuntos honoríficos e exigem quórum de maioria absoluta para a sua aprovação serão votados nominalmente, em bloco – se não houver polêmicas, obviamente –, com a abertura do painel eletrônico; se não houver discordância do Plenário, votaremos também em bloco os demais itens que exigem votação nominal.

Então, ficam retirados de pauta os itens 2, 4 e 5, a pedido dos Relatores, 2, 3, 4 e 5...

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 756, DE 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre Educação Integral e estabelece diretrizes para a sua implementação na educação básica.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2062, DE 2022

- Terminativo -

Altera a Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 8.706, de 14 de setembro de 1993, a Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, o Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, o Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, e a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para prever a reserva de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar com registro de ocorrência policial no Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescoop, no Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – Senat, no Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar, no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, no Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários – Senai, e nos Institutos Federais.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

2. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 4193, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para prever a implementação e a manutenção, pelos cursos de arquitetura e engenharia das instituições públicas de ensino superior, de escritórios sociais, para atendimento gratuito à população de baixa renda, na elaboração de projetos e no acompanhamento técnico da construção de habitações de interesse social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas Emendas da CAS

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS.

2. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado.

ITEM 5

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 68, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir que os radialistas e os publicitários sejam incluídos como microempreendedores individuais.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.)

Quero saudar a Senadora Damares Alves, que é Relatora, inclusive, de alguns projetos, e é uma honra tê-la também na Comissão e nas outras Comissões das quais participamos em conjunto, inclusive a CAS (Comissão de Assuntos Sociais) e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Passamos, então, Senadora Damares, para o item 3 da pauta. A autoria é da Deputada Professora Dorinha Seabra, Vice-Presidente, inclusive, desta Comissão. A relatoria é de V. Exa., Senadora Damares Alves.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 90, DE 2018

- Não terminativo -

Altera dispositivos da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para determinar que os Estados, os Municípios e o Distrito Federal forneçam recursos financeiros a fim de possibilitar o pleno funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e aprovem normas complementares para operação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do Projeto e rejeição da Emenda nº 1

Observações:

1. Em 10/10/2019, foi apresentada a emenda n° 1, de autoria da Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS).

Concedo a palavra a V. Exa., Senadora Damares Alves, para leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto à análise.

O PLC nº 90 aborda matéria de natureza educacional e está, portanto, sujeito ao exame de mérito da Comissão de Educação.

Em relação à constitucionalidade, o projeto de lei cuida de assunto da competência legislativa da União e está de acordo com os preceitos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa legislativa dos Parlamentares. A proposta, portanto, não infringe qualquer dispositivo da Constituição Federal.

Também estão atendidos os requisitos de juridicidade da proposição em exame, pois fica evidenciada a adequação do meio escolhido para veicular a inovação. Em adição, cumpre observar que a medida proposta encontra conformidade com o ordenamento e os princípios gerais do direito, além de mostrar-se dotada de potencial de coercibilidade e eficácia.

Em relação ao mérito, a iniciativa trata de importante política pública, o Pnae, que materializa o que a própria Constituição Federal determina no inciso VII do art. 208, isto é, que a educação deverá se efetivar mediante a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Pnae consiste no conjunto de ações de educação alimentar e nutricional e de oferta de refeições que cubram as necessidades nutricionais dos estudantes, durante o período letivo. Num país em que a insegurança alimentar tem historicamente sido uma realidade na vida dos mais vulneráveis, é inegável a relevância do programa e seu potencial para contribuir com o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos.

Para se ter uma ideia do alcance do Pnae, vale lembrar que, em 2022, por exemplo, foram repassados mais de R$3,5 bilhões para atender a cerca de 37 milhões de estudantes da educação básica das redes estadual, distrital e municipal de quase 144 mil escolas, distribuídas em mais de 5,5 mil municípios. Para os alunos da rede federal de educação básica, foram descentralizados quase R$41 milhões para atender cerca de 350 mil pessoas.

É um programa robusto e consistente. O PLC nº 90, de 2018, que já veio lá da Câmara, apresentado pela Senadora Professora Dorinha Rezende, à época Deputada Federal, é bastante feliz e oportuno ao propor aperfeiçoamentos na estrutura e no funcionamento do programa, a fim de tornar mais transparente e criterioso o uso de recursos públicos aplicados na alimentação escolar dos alunos da rede pública de educação básica, por meio do fortalecimento dos conselhos e da obrigatoriedade da adoção de normas complementares de funcionamento do programa em cada realidade.

Tais medidas são necessárias porque, conforme se pode observar em diferentes auditorias realizadas no âmbito do Tribunal de Contas da União, infelizmente a precariedade é a marca mais evidente no funcionamento dos conselhos. Além da precariedade, faltam também a regulamentação, o apoio financeiro e a capacitação dos conselheiros, aspectos que são considerados na proposição em análise.

A Emenda 1, da Comissão de Educação, ao PLC 90, de 2018, objetiva evitar que os recursos financeiros do programa sejam utilizados para o pagamento de pessoal. Deixamos de acolher a referida emenda, apesar da boa intenção de sua autora, considerando que o §2º do art. 5º e o §5º do art. 18 da Lei 11.947, de 2009, estabelecem respectivamente que os recursos "serão utilizados exclusivamente na aquisição de gêneros alimentícios" e "o exercício do mandato de conselheiros [...] é considerado serviço público relevante, não remunerado".

O voto, Presidente.

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara 90, de 2018, e pela rejeição da Emenda 1, da Comissão de Educação.

Esse é o voto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Quero agradecer a V. Exa., inclusive reforçando o argumento de que a emenda, muito pertinente, da Senadora Soraya Thronicke, já está prevista na legislação, o seu conteúdo, por isso que não foi acatada.

E quero lembrar da dimensão desse programa, que foi bem ressaltada, essa dimensão, no relatório apresentado por V. Exa.

Quero saudar o Senador Zequinha Marinho, parabenizá-lo ainda pelo aniversário. Foi ontem, não é?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Foi ontem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Foi ontem. Parabéns, saúde, paz, felicidades. Acabei saindo, sem querer, do grupo de Senadores e não pude mandar a mensagem, porque eu não sei quem é que administra o grupo. Então, preciso ser reincluído.

E quero saudar a Senadora Professora Dorinha Seabra, nossa Vice-Presidente, liderança aqui da Comissão, também pela presença. Não sei se V. Exa., como autora, gostaria de usar da palavra também. Pois não, com a palavra V. Exa.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Bom dia, Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras.

Agradeço imensamente à Senadora Damares pela relatoria.

A maior preocupação que nós tivemos na elaboração desse projeto veio apresentada, na verdade, pela equipe de alimentação escolar da Secretaria Estadual de Educação – eu já não era mais Secretária –, e é, em grande parte, a preocupação com o apoio para que o conselho funcionasse.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar precisa contar com o recurso do município. O recurso federal é complementar. O recurso do estado, de igual forma, é complementar.

E o conselho é um conselho de acompanhamento e fiscalização e precisa ter autonomia. Se ele não tiver autonomia, condição de funcionamento, ele não vai garantir o que está como expectativa.

Meu estado, por exemplo, desde 1995 começou o processo de escolarização, quando ninguém ainda falava. O dinheiro ia direto para a escola desde 1995. As escolas recebiam o recurso e elas compravam a alimentação escolar dentro do seu município, com o objetivo de sair dos alimentos processados, reduzir o número de alimentos processados, fortalecer, lógico, a produção do pequeno produtor, mas também por conta dessa questão da qualidade da alimentação.

Então, agradeço à Senadora Damares pela compreensão, pelo cuidado que teve ao construir o relatório. E eu tenho alguns projetos nessa área da alimentação escolar cujo objetivo, primeiro, é de garantir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

correção – os centavos que são repassados para a merenda são muito ainda distantes do que nós precisamos –, e também que cada ente federado respeite e saiba da sua responsabilidade. É na escola que, em muitos casos, a melhor refeição pode ser tomada pela criança e pelo adolescente, porque tem um mapa nutricional, tem todo um cuidado com relação à qualidade da alimentação.

Então, quero agradecer à Senadora Damares, aos colegas que aprovaram na Câmara, e, com a expectativa de aprovação aqui no Senado, que essa se consolide como uma lei que possa fortalecer o Programa Nacional de Alimentação, fortalecendo o conselho e, logicamente, melhorando também a compreensão em relação à importância desse programa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem!

Senador Zequinha Marinho, com a palavra.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente; obrigado também pelas felicitações. Deus tem sido generoso nos dando a vida, não é? E eu espero que Ele não se canse disso por enquanto.

Esse, com certeza, é um projeto que mexe num aspecto fundamental da educação, principalmente na Região Norte, no interiorzão da Região Norte, em qualquer estado. Tenho certeza que o projeto é da melhor qualidade, levando em conta que é de autoria da nossa Senadora Dorinha, que conhece o assunto por dentro e por fora.

Eu cheguei atrasado e quem chega atrasado não tem direito de reclamar muito, mas quero só fazer um comentário aqui – e eu não sei como é que a gente ajudaria a resolver um problema... Eu não sei quanto é que está a parcela do Governo Federal hoje na alimentação.

Alguém sabe dizer? Sabe, Senadora Dorinha? Trinta e quantos centavos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Aumentou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É.

O prefeito lá no município fica falando grosso e dizendo que a merenda é daquele jeito lá, com algumas bolachas e um copo de suco – a gente chama lá de Ki-Suco, lembram-se do Ki-Suco? – porque o Governo só manda aquilo, e a verdade não é essa. A verdade não é essa! O Governo Federal passa um complemento da merenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que, para a gente ter uma merenda razoável, hoje, a gente podia fazer uma merenda onde os três níveis de Governo... O Federal desse tanto, o estadual desse tanto e o municipal também tanto. Isso para a alimentação. Mas todo mundo sabe que não é só isso; envolve toda uma estrutura de trabalho: a merendeira, enfim, um bocado de coisas que precisam entrar nesse bojo. Mas aproveito para dizer que é preciso se ter uma atenção diferenciada.

E quando, de repente, a pessoa fica inventando desculpas ou criando subterfúgios para não fazer a coisa correta, às vezes a lei tem que ser mais clara do que o meio-dia. Agora mesmo, ali na CDR, o Senador Aziz estava aprovando um relatório que não era nem necessário se a instituição, se cada base tivesse uma gestão minimamente eficiente. Mas a lei está dizendo que o cara recebe um projeto e tem que analisar, pelo menos em 120 dias, porque às vezes recebe o projeto e passa três anos. Tem alguma coisa razoável nisso? Não tem. Tem que pautar, tem que analisar e tem que dizer "sim" ou "não" para o empreendedor.

Aqui também, às vezes você precisa modificar uma lei que já é clara, já é óbvia, mas o cara não quer cumprir; e botar, então: olha, você tem que fazer isso; a tua parte é tantos por cento, tantos por cento é do Governo A e do Governo B; soma-se tudo isso num fundo e compra-se uma alimentação digna para uma criança.

O Silva daqui é diferente do Silva do Norte, por exemplo, da Amazônia. Lembra desse quadro, num programa de humor que tinha antigamente? Não faz tantos anos assim, mas o cara comparava: "Como é seu nome?". "Eu sou 'fulano de tal' Silva"; e o outro: "Eu também sou Silva". Mas um tinha um nível social lá em cima, e o outro era uma pessoa muito humilde.

A Região Norte tem grande dificuldade de alimentação. A criança que chega a uma escola, a uma sala de aula, se não tiver um bom lanche, ela não dá conta de resistir àquilo ali; ela vai passar mal, ela vai dar uma amarelada, uma desmaiada. Então, a gente precisa zelar por isso, e a gente não pode ficar confiando na boa-fé. A grande maioria dos gestores são bons, mas tem uma turma que se esconde atrás de qualquer coisa para arrumar uma desculpa e oferecer alguma coisa ridícula como alimentação na merenda escolar.

Vamos ao debate, mas avançando, para aprovar. Devemos tê-lo em outras Comissões e vamos tentar, aperfeiçoando, para que a gente possa dar, neste momento, a essa classe de gente tão humilde, tão simples, a segurança de que, na verdade, a escola pode ter uma alimentação bem melhor do que, de repente, já tenha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Passo a palavra novamente à autora do projeto, Professora Dorinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – É só para fazer um esclarecimento ao Senador Zequinha Marinho, de que o texto já prevê isso: ele introduz a obrigatoriedade do repasse, ou seja, da complementação.

Como eu disse, eu fui procurada, na época, pela equipe da alimentação, e a equipe disse que, depois que eu tinha saído da secretaria, o estado não complementava mais com parcelas. Foi quando a gente pensou em trabalhar isso de maneira geral. Então, não só foi definido como obrigatoriedade de cada ente definir as suas parcelas, os seus recursos, ou seja, complementar os recursos federais, como também se prevê uma suspensão dos repasses até que essa situação seja regularizada.

Na verdade, o processo educativo é também isto: você precisa ter a norma e tem que ter consequência para o não cumprimento da norma. Essa é a forma de você cobrar. E, lembrando, ao ficar sem a oferta da merenda escolar, cabe uma punição gravíssima ao gestor, tanto no âmbito da escola quanto no âmbito da gestão do sistema. E é este o objetivo do programa: entender que o programa trata também como parte da segurança alimentar. É disso que nós estamos falando. É a qualidade da educação, mas também é segurança alimentar.

Era só esse o esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu também gostaria de esclarecer que o Senador Zequinha Marinho colocou bem sobre a diversidade que existe no Brasil. A merenda escolar é para todos os alunos e alunas da educação básica, e o tipo de alimentação aqui em Brasília obviamente é diferente da alimentação em algum município lá do Estado do Pará, lá longe, que tem a sua cultura, a sua plantação, que pode ser feita. Então, por isso tem que haver estas...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Um parêntese, Presidente.

O nível econômico-social das famílias também diverge muito. Se o menino tem uma boa alimentação em casa, às vezes, até leva na mochilinha dele o seu próprio lanche. É diferente. Lá, não; o moleque, a criança aposta no que tem na escola. E, se não tiver alguma coisa minimamente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Tem que ter.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – ... condizente, passa muita dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É verdade. Então, nesse sentido...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E até os dados a gente sempre tem que lembrar para as pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação. No ano passado, nós estávamos falando, de acordo com o relatório, em 3,5 bilhões, e esse valor foi aumentado significativamente neste ano também. Nós estamos falando de quase 40 milhões de pessoas que têm que ter a merenda diária; 140 mil escolas. Então, tem que ser um processo articulado entre município, estado, Governo Federal, porque, senão, os resultados não vão acontecer.

Eu até acho – permitam-me só complementar – que a gente precisa, na verdade, debater esse assunto no que a gente chama de Sistema Nacional de Educação, porque aquilo que o Prefeito está falando: "não, mas a merenda vem para isso, vem para aquilo"... Então, no Sistema Nacional Educação, numa decisão tripartite – União, estados e municípios –, cada um vai dizer o que vai fazer, qual é a sua responsabilidade. É uma pactuação no transporte, na merenda, na educação em tempo integral, em tecnologias, conectividade e assim por diante. O Governo Federal, por exemplo, diz: "eu estou passando 3,5 com esse critério". O que você, Estado de Santa Catarina, Paraná, Pará, Amazonas; o que os estados vão fazer? E o que os municípios vão fazer?

E aqui a gente está falando do conselho que acompanha a alimentação escolar, o conselho lá no município, lá no interior. Tem que ter o conselho, tem que ter independência, tem que se manifestar para envolver a comunidade também. Então, não é gastar com o conselho, porque não é... O recurso da merenda é para a merenda, não é para pagar salário. E fazer parte de um conselho de alimentação escolar é algo de interesse público. Então, não é pagamento. Mas o povo tem que estar junto lá acompanhando e de forma independente; ter o recurso para que o conselho funcione bem.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senadora Damares, que é a Relatora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Senador Zequinha, eu entendo as suas colocações. Entendo, inclusive, a sua angústia.

Esse projeto é de 2018. Eu, inclusive, rejeito uma emenda da Senadora Soraya, por entender, primeiro, que não cabia, porque a gente já está com a previsão em lei.

Esse projeto foi discutido muito na Câmara, a Dorinha era Deputada lá. Eu acredito que a pandemia, inclusive, impediu a aprovação mais rápida desse projeto. A aprovação desse projeto sem retorno para a Câmara é um benefício.

Quando a gente estabelece, por exemplo, que o município e o estado forneçam recursos humanos para o funcionamento do conselho... Os conselhos precisam funcionar. A participação social e o controle social em algumas políticas são extremamente importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a gente tem visto nesses Conselhos da Alimentação Escolar? É apenas figurativo. Infelizmente, é o que a gente tem visto – é no papel –, mas a proposta garantindo que o município forneça recursos humanos, que o município forneça – e aqui diz das leis locais – um mínimo para o funcionamento dos conselhos, eu acredito que é o efeito que a gente quer na melhoria da merenda escolar, na melhoria da alimentação escolar. Um conselho atuante.

Presidente, eu trago aqui o exemplo dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente nos municípios, a forma ativa como eles participam é o que tem nos garantido muita política pública lá na ponta.

Então, o mínimo que a gente puder prever aqui, Senador, que seja aprovado logo, nem que depois a gente faça uma adequação à lei sancionada... mas eu acho que essa proposta da Senadora Dorinha, que foi tão discutida lá na Câmara, vem num momento bem oportuno para a gente garantir o funcionamento com êxito dos conselhos lá na ponta.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso, e prevendo mudanças.

Eu me lembro, quando eu me tornei Secretário de Educação no Paraná, faz alguns anos, de que a merenda estava sobrando. Por que estava sobrando? Porque era carne em lata. Imaginem, carne em lata! Se alguém aqui já comeu carne em lata, eu nunca tinha comido carne em lata ou feijão em lata. Eu digo, meu Deus do céu, quem é que vai comer feijão em lata? Outras coisas em lata, tudo em lata.

Eu me orgulho de dizer que não comprei – não compramos – uma lata no decorrer do mandato, do período em que eu estava como Secretário, mas mudamos para agricultura local, familiar, cooperativa. Daí, eles iam levar a merenda à escola: era o pão, era a cuca, era o queijo, era a fruta da época, isso, aquilo, bolo e tal. Eu visitava dez a quinze escolas por semana, olhava sempre a cozinha, ia à cozinha. *Freezer* cheio também.

Aí, os diretores chegaram e disseram: "Está faltando merenda". Eu disse: não acredito que esteja faltando merenda. Como é que pode faltar merenda? Todos nós estamos nos esforçando". Não; é que antes as crianças não comiam, e agora comem. Por quê? Porque mudou-se a mentalidade. Não é mais lata; é merenda local, comida local.

E qual é a comida local aqui em Brasília? É diferente lá do Paraná – não é que seja melhor ou pior. Os seus hábitos alimentares mudam também, e a gente não sabe. É por isso que tem que descentralizar, como a Professora Dorinha colocou; ver o que é adequado em uma determinada região.

Muito bem. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto; rejeitada a Emenda nº 1, pelas razões já expostas.

A matéria vai ao Plenário.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, dada a importância da matéria, eu queria requerer urgência a esse projeto, se pudermos trabalhar nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

Então, urgência requerida.

Estando de acordo... (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao item número... (*Pausa.*)

Podemos...

Vamos passar ao item nº 1 da pauta, Professora Dorinha?

A Senadora Damares não se opõe também? Não tem problema? (*Pausa.*)

Item nº 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 756, DE 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre Educação Integral e estabelece diretrizes para a sua implementação na educação básica.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre educação integral, que é outro tema dos mais importantes para o Brasil.

Concedo a palavra, então, à Senadora Professora Dorinha Seabra, para a leitura do relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sr. Presidente, na verdade, eu queria pedir desculpas, porque o Ministério da Educação pediu uma semana para analisar o relatório e apresentar sugestões, então, de minha parte, não tenho problema de aguardar essa semana, pedindo que retorne à pauta na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não. Então, está retirado de pauta, a pedido da Relatora, Professora Dorinha, e retornará à pauta na próxima semana.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A Secretaria já vai tomar providência.

Passamos, então, ao item nº 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 3561, DE 2023

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional de Prevenção ao Afogamento Infantil.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra, então, a V. Exa., Senadora Damares Alves, para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu agradeço ter sido designada Relatora desta matéria, que mexe com o meu coração há muitos anos.

Eu peço permissão para ir direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do disposto pelo inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre a instituição de datas comemorativas, a exemplo da proposição em debate.

Conforme estabelecido nos incisos I dos arts. 49 e 91, também dessa norma, foi confiada à Comissão de Educação competência para decidir terminativamente sobre o mérito da matéria.

Ademais, em razão do caráter exclusivo do exame da matéria por esta Comissão, cabe a ela pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e à regimentalidade do projeto.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verifica-se ser concorrente com os estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

É legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 48, *caput*, do texto constitucional, haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa.

Por fim, revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária federal, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto. Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente inatingidos pela proposição quaisquer dispositivos constitucionais, não havendo vícios materiais de inconstitucionalidade a apontar.

Assim, não observamos, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria, tampouco identificamos falha de natureza regimental.

Não vislumbramos, ademais, vícios de injuridicidade.

A matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa lei, a apresentação de proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, foi realizada, no dia 30 de junho de 2023, audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, destinada a instruir o Projeto de Lei nº 1.944,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2022, que altera a Lei nº 14.327, de abril de 2022, para dispor sobre a prevenção ao afogamento infantil e instituição de um dia nacional de prevenção ao afogamento infantil.

Os participantes afirmaram o elevado significado social de estabelecer uma data com esse objetivo, estando desse modo atendidas as disposições da Lei nº 12.345, de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que respeita ao mérito, há que se ressaltar a importância ímpar da iniciativa.

Estudo de viabilidade divulgado pela Organização Mundial da Saúde revela que o investimento em prevenção de afogamento pode salvar – olha o número, Senador! – até 774 mil crianças por esse tipo de ocorrência até 2050.

Apenas no ano de 2019, uma estimativa da entidade aponta para 236 mil mortes em todo o mundo relacionadas a afogamentos, o equivalente a 640 casos por dia.

O investimento também poderia evitar quase um milhão de afogamentos não fatais de crianças, dos quais aproximadamente 178 mil resultaram em lesões graves, com impacto na qualidade de vida das vítimas.

O aumento do investimento no mundo deve se concentrar em fornecer serviços de cuidados infantis e ensinar noções básicas de natação para crianças em idade escolar como principais ações. Essas medidas podem evitar potenciais prejuízos econômicos de mais de US$400 milhões – quase R$2 bilhões – em países de baixa e média renda, onde ocorrem 90% desses afogamentos, dessas mortes por afogamento.

A instituição de um dia nacional de prevenção ao afogamento infantil servirá como um lembrete para que as autoridades governamentais e organizações da sociedade civil ampliem seus esforços na implementação de políticas públicas e programas de prevenção para esse grave problema de saúde pública, razão pela qual apoiamos a presente iniciativa.

E aí, Presidente, eu fico aqui aguardando a aprovação do projeto e a gente trabalhar na prevenção dos afogamentos infantis no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O voto é pela aprovação? (*Pausa.*) Senadora Damares Alves, o voto... A senhora já o deu? V. Exa. já deu o voto?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – É pela aprovação do projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso. É o que a gente estava deduzindo, mas para os registros é importante dizer "o voto é pela aprovação", não é? Que bom.

Está em discussão a matéria.

Eu quero lembrar que o afogamento infantil é um desespero para os pais também, quando isso acontece – o próprio leite materno, um objeto, alguma coisa, e o que fazer, como fazer –, e vemos esses casos recorrentes sendo mostrados na televisão, com a participação de policiais militares ajudando a família, bombeiros, alguém da comunidade, mas essa informação tem que circular, porque, além da morte, o afogamento pode conduzir a uma deficiência pela falta de oxigenação durante um determinado período de tempo. Então, isso deve ser expandido. Eu até faço o apelo para o Ministério da Educação, porque tem que ser uma iniciativa da Educação, para que esse tipo de informação aconteça em todas as escolas. São 40... como eu disse, quase 44 milhões de alunos – 40 milhões, vamos dizer, vamos arredondar um pouco para baixo – que têm uma informação, e eles vão levar essa informação para casa também.

Mas não só nisso. Eu quero daí destacar que, novamente, quando eu fiquei Secretário de Educação no Paraná, 85% das escolas não tinham autorização de funcionamento pelo Corpo de Bombeiros, 85% não tinham autorização de funcionamento pelo Corpo de Bombeiros. Aí eu pensei: "Imagine acontecer um incêndio, quem que vai ser responsabilizado". Em primeiro lugar, o Secretário de Educação. Então, reunimos Polícia Militar, Bombeiros, comunidade, Conselho Estadual de Educação, e fizemos um plano de dez anos – já estamos agora com mais de dez anos –, para a constituição de brigadas escolares. Brigada escolar.

Tem um incêndio na escola, você tem a Defesa Civil na escola, rota de fuga, exercício de abandono de prédio, que acontece, não é, Senador Marcos Pontes, com regularidade em outros países.

Programas de ressuscitação cardiorrespiratória, que eu acho que a população toda tem que ter essa informação. Porque, enquanto não chega o Samu, o Siate, emergência, se você não estiver trabalhando com a pessoa, a pessoa morre. Então, essa informação tem que ser difundida. E o afogamento entra nessa área também.

Então, a gente se ressente de uma falta de uma política nacional, novamente, articulada com estados, municípios, com a comunidade, que, eu penso, seria muito bem-vinda no Brasil. Porque uma criança que passe por isso na escola vai chegar no *shopping*, vai olhar onde é que está a rota de fuga, onde é que está o extintor.

Tem extintor na escola, mas o pessoal não sabe usar o extintor. Onde está a plaquinha de rota de fuga? Qual é a rota de fuga? Em quanto tempo crianças, adolescentes e adultos são retirados da escola? Qual é o ponto de encontro? Tudo isso é brigada escolar. Defesa Civil nas escolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até houve um caso lá que eu achei emblemático em que parte da escola pegou fogo e a diretora me telefonou dizendo: "Parte pegou fogo, mas deu tudo certo. Todo mundo abandonou o prédio, foram para o ponto de encontro em um minuto e meio, dois minutos".

São interessantes essas plaquinhas de rota de fuga. Na época só havia duas empresas no Brasil que fabricavam isso, o que é um outro problema. Por quê? Porque aquilo tem que aparecer. Mesmo que a fumaça seja intensa, você enxerga aquela placa. Pode haver a fumaça que for porque, senão, você não vai enxergar se for só uma plaquinha, no caso. E começamos a realizar isso, quero dizer, um ano antes infelizmente do episódio da boate Kiss. Então, não foi a boate Kiss que inspirou.

Então, o afogamento infantil. A criança chega em casa, o aluno, ele tem que saber. É uma chance de 40 milhões de pessoas terem um curso... Não um curso, mas uma formação adequada para emergências.

E isso é muito importante. Cai, quebra, vai fazer uma caminhada, quais os cuidados, como transportar, não mexer na pessoa. Bate a cabeça na piscina, eu tiro porque, senão, vai se afogar. E às vezes tirar da piscina acaba causando uma lesão medular. Então, tudo isso.

Então, o projeto é um dia, mas eu penso que o MEC poderia ter, se não tiver, uma iniciativa nacional para isso. Não só para o afagamento, que é fundamental o afogamento. Lembro-me de uma olimpíada das Apaes em que o aluno queria ir bonito para a olimpíada, lá em Blumenau, e colocou uma prótese dentária e engoliu a prótese. Caiu e engoliu e ficou presa. Teve que ir para o hospital, procedimento hospitalar para atender aquela circunstância. Muito bem.

Eu sempre penso no Marcos Pontes, porque o Marcos Pontes está aqui – quero saudá-lo também –, e ele morou 20 anos, mais de 20 anos nos Estados Unidos também, e isso é uma coisa do dia a dia.

A gente pode ter, não pode, também, Marcos Pontes?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Bom dia, Presidente.

Aliás, uma coisa... Eu morei na Califórnia também. Na Califórnia, todo dia tem terremoto, microterremotos, mas tem. Tem, inclusive, um *site* da Berkeley University lá, que mostra esses terremotos. São registrados diariamente. Então, é comum e existe sempre uma preocupação com terremotos lá, por causa da Falha de San Andreas. E nas escolas tem treinamento regular para o caso de terremotos. Se tiver um terremoto, o que os alunos fazem? O que os professores fazem? Então, tem todo um treinamento que eles fazem de tempos em tempos para esse caso.

É importante ter essa preocupação com emergência, como se falou com relação aos prédios também. Os prédios da Nasa, com uma certa regularidade, eu não lembro exatamente quanto, mas talvez uma vez por mês, uma vez a cada dois meses, tem um exercício de abandono do prédio. Tocam todos os alarmes ali,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os bombeiros chegam, sai todo mundo – para onde você vai, como você vai, tudo isso. É importante pensar em prevenção, superimportante.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu, inclusive, porque com todos esses episódios no Rio Grande do Sul e também lá em São Sebastião, em São Paulo também... Eu morei alguns anos ao lado de Chicago, e lá era uma região, Evanston no caso, onde ocorriam muitos tornados. Quando havia, assim, uma questão de possibilidade de tornado, tocava uma sirena na cidade que a gente escutava em qualquer lugar onde a gente estivesse, para procurar abrigo adequado para se proteger do tornado. Nunca aconteceu, mas, se tivesse acontecido... Deus queira também que a brigada escolar nunca seja necessária de ser utilizada, mas, se for, que todo mundo esteja preparado. Então, aqui não, no Brasil: o aviso vai por celular. Quem é que olha o celular? Às vezes a gente olha o celular só de noite, ou no dia seguinte. Também tem que haver algum sistema. Aquilo era uma sirena que o pessoal escutava em qualquer canto da cidade.

Muito bem, está encerrada a discussão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, eu estou recebendo um questionamento. Qual é a data? A data estabelecida está lá no projeto, no texto original do projeto, escolhida em audiência pública, 14 de abril. Ficou determinada a data de 14 de abril.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sempre que há uma data, tem que haver, obrigatoriamente, uma audiência pública com os grupos interessados para se convergir para a aprovação da data.

Está encerrada a discussão.

A votação será nominal, daqui a pouco.

Muito bem, passamos ao item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 2071, DE 2021

- Terminativo -

Erige em monumento nacional a Rota do Café.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad.

Relatoria Ad hoc: Senadora Damares Alves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação

Autoria: Deputado Diego Andrade.

Relatoria: Senador Nelsinho Trad.

O Senador Nelsinho Trad, no dia de hoje, está no Uruguai, representando o Senado, inclusive no Parlasul, que é o Parlamento do Mercosul.

Designo a Senadora Damares Alves como relatora *ad hoc*.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Eu vou pedir permissão para ir direto à análise. É um projeto não polêmico, muito interessante e meritório.

Em razão do exame em caráter exclusivo por esta Comissão, incumbe a ela pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e à regimentalidade do projeto.

Relativamente à constitucionalidade, verifica-se ser concorrente com os estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico, nos termos do art. 24, inciso VII, da Constituição Federal.

A Carta Magna ainda determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Assim sendo, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que diz respeito ao mérito, reconhecemos a importância do projeto.

Entende-se por Rota do Café o caminho que corta regiões dos Estados de Minas Gerais e de São Paulo e percorre localidades de pujante atividade agrícola relacionada ao café.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo o autor,

> Durante todo o século XIX e também parte do XX, o caminho delineado na presente proposição constituiu-se na Rota do Café, caminho necessário para o escoamento da produção, com destino no Porto de Santos, em São Paulo. A dificuldade em transportar o café para comercializá-lo desestimulava e trazia muitos prejuízos aos produtores. Mas a prosperidade trazida pelo café ensejou ao longo daquele caminho um natural surto de desenvolvimento, reforçado pelas políticas governamentais favoráveis à produção, implementadas pelo Governo Federal após a Proclamação da República.

Ao promover o justo resgate histórico e cultural deste belo e importante caminho – que, ao percorrer diversos estados, se torna motivo de orgulho cultural e atrativo turístico –, a proposição se torna capaz de alavancar desenvolvimento, progresso e geração de renda e emprego. É oportuno e meritório, portanto, um projeto de lei como este, que visa dar a conhecer, preservar e difundir nossas riquezas turísticas e agrícolas.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.071, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Damares Alves.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco também.

Passamos ao item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 4539, DE 2020

- Terminativo -

Dá os nomes de "Mestre Cunha" e "Hiran Bichara Gantus" às pontes sobre o rio Itacaiúnas, na rodovia BR-230, situadas no município de Marabá, Estado do Pará.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad hoc: Senadora Professora Dorinha Seabra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta

Observações:

1. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso.

O Senador Vanderlan Cardoso, que é o Relator, está presidindo a Comissão de Assuntos Econômicos, então eu designo a Senadora Professora Dorinha Seabra como Relatora *ad hoc*.

Com a palavra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O relatório faz a análise de ambas as indicações e encontra-se apoiado do ponto de vista constitucional e pela juridicidade.

Eu vou direto ao voto sobre as duas indicações.

No que diz respeito ao mérito, reconhecemos a importância ímpar do projeto.

Ainda que não tenha nascido em Marabá, Raimundo Cunha, o Mestre Cunha, representava a alma marabaense como poucos. Mudou-se ainda jovem para a cidade, onde nasceram seus oito filhos, treze netos e oito bisnetos. Vereador por vários mandatos, pautou sua trajetória política na ética e na honestidade. Sempre se empenhou pelo desenvolvimento do município, tendo idealizado o bairro que hoje se liga a Nova Marabá.

Hiran Bichara Gantus, por sua vez, é filho de Marabá e também fez a opção pela cidade para constituir família e criar seus quatro filhos. Foi Vereador por sucessivos mandatos, sempre atuando de modo a defender os interesses da população mais carente do município. Deixou belíssimo legado à população, tanto como político quanto como cidadão.

Por todas essas razões, consideramos, sem dúvida, justa e merecida a homenagem proposta a esses dois ilustres cidadãos, dedicados representantes do povo de Marabá.

Voto.

Objetivando o aprimoramento da iniciativa, conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 4.539, de 2020, nos termos do substitutivo:

PROJETO DE LEI Nº 4.539, DE 2020

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Denomina "Ponte Mestre Cunha" e "Ponte Hiran Bichara Gantus" as pontes sobre o rio Itacaiúnas, na BR-230, no Município de Marabá, Estado do Pará.
[...]
Art. 1º Fica denominada "Ponte Mestre Cunha" a ponte sobre o rio Itacaiúnas, trecho da rodovia BR-230, sentido Cidade Nova-Nova Marabá, situada no Município de Marabá, Estado do Pará.
Art. 2º Fica denominada "Ponte Hiran Bichara Gantus" a ponte sobre o rio Itacaiúnas, trecho da rodovia BR-230, sentido Nova Marabá-Cidade Nova, situada no Município de Marabá, Estado do Pará.
[...]

Este é o relatório apresentado pelo Senador Vanderlan Cardoso ao projeto do Senador Zequinha Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passamos ao item 9 da pauta.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 5142, DE 2020

- Terminativo -

Denomina "Rodovia Ricardo Corrêa" o trecho da BR-158.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad hoc: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta

Observações:

1. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A autoria é do Senador Wellington Fagundes, a quem a gente manda um abraço e deseja sempre pronta reabilitação.

Como o Senador Vanderlan Cardoso está presidindo a outra Comissão, designo o Senador Marcos Pontes como Relator *ad hoc*.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Eu vou diretamente à análise.

Nos termos do disposto no inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre homenagens cívicas, a exemplo da proposição em debate.

Por outro ângulo, conforme disposto nos incisos I dos arts. 49 e 91 dessa norma, foi confiada a esta Comissão a competência para decidir terminativamente sobre a matéria quanto ao mérito. Por não ter sido distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabe à Comissão de Educação pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e à regimentalidade do projeto.

Relativamente à constitucionalidade, verifica-se que a União detém competência privativa para legislar sobre trânsito e transporte, nos termos do art. 22, inciso XI, da Constituição Federal. Além disso, compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre cultura, conforme inscrito no art. 24, inciso IX, da Carta Magna.

O texto constitucional ainda determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no § 1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

A atribuição supletiva de nomes a infraestruturas constantes do Sistema Federal de Viação é regulada pela Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de estações terminais, obras de arte ou trechos de via do sistema nacional de transporte.

No que concerne à juridicidade, a proposta observa os preceitos da mencionada lei, especialmente aquele encartado no art. 2º, que propugna que homenagens como a ora em exame devem ser instituídas por lei especial, devendo a honraria designar "fato histórico ou [...] nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à Humanidade".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De outra sorte, a iniciativa encontra amparo na Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos e veda, em todo o território nacional, a atribuição de nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

No que diz respeito ao mérito, há que se reconhecer a importância do projeto.

Nascido em 7 de agosto de 1942, em Uberlândia, Minas Gerais, Ricardo José Santa Cecilia Corrêa foi um dos políticos de Mato Grosso que mais defenderam a democracia, mantendo-se, mesmo nos momentos mais críticos, um fiel defensor da liberdade de escolha.

Filho de José Correia e de Lídia Santa Cecília Correia, iniciou sua carreira política em 1975, ao se filiar à Aliança Renovadora Nacional (Arena).

Graduado em Direito pela Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas, em Goiás, foi eleito Deputado Estadual de Mato Grosso em 1978. Com o término do bipartidarismo, em novembro de 1979, Ricardo Corrêa ingressou no Partido Democrático Social (PDS), exercendo, entre os anos de 1981 e 1983, a Vice-Presidência da Assembleia Legislativa.

Durante o mandato do Governador Júlio Campos, entre 1983 e 1986, Ricardo Corrêa serviu como Secretário de Indústria, Comércio e Turismo e, posteriormente, como Secretário de Obras e Serviços Públicos. No ano de 1986, assumiu a Diretoria Financeira das Telecomunicações de Mato Grosso e, no mesmo ano, filiou-se ao Partido Liberal (PL).

Caracterizado por seu estilo conciliador e pelo firme compromisso com o diálogo, Ricardo Corrêa destacou-se como um dos principais defensores e conhecedores da região do Araguaia. Como Parlamentar, advogou intensamente pela rodovia BR-158, acreditando que, juntamente com a BR-163, ela se tornaria um dos principais corredores de transporte da produção agrícola brasileira.

Como Deputado Federal, o homenageado desempenhou papel fundamental na 1ª Vice-Presidência da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior, promovendo diversas ações para a pavimentação dessa via.

Mais tarde, como Diretor de Planejamento do Dnit, continuou dedicado ao projeto que considerava essencial para Mato Grosso e para o país.

Mediante o presente projeto de lei, uma merecida homenagem é prestada a esse político de Mato Grosso que nos deixou em 10 de novembro de 2020. Merece, portanto, ser aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cabem, contudo, breves reparos de técnica legislativa, apresentados a seguir na forma de emendas ao projeto.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.142, de 2020, com as emendas a seguir:

> EMENDA Nº -CE
> Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 5.142, de 2020, a seguinte redação:
> "Denomina "Rodovia Ricardo Corrêa" o trecho da rodovia BR-158 que liga Aragarças, no estado de Goiás, a Água Boa, no estado de Mato Grosso."
> EMENDA Nº -CE
> Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 5.142, de 2020, a seguinte redação:
> "Art. 1º Fica denominado "Rodovia Ricardo Corrêa" o trecho da rodovia BR-158 que liga Aragarças, no estado de Goiás, a Água Boa, no estado de Mato Grosso, compreendido entre os kms 568 e 803."

Este é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Marcos Pontes.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Eu quero só prestar o esclarecimento de que os nomes de rodovias, prédios, pontes, viadutos, todas essas matérias passaram agora para deliberação da Comissão de Infraestrutura.

Então, esses que nós estamos analisando hoje – talvez haja mais algum ainda – são iniciativas que já estavam na Comissão há mais tempo.

Eu considero bem adequado que isso passe a constituir objeto de deliberação da outra Comissão.

Muito bem. Passaremos agora à votação nominal em bloco dos itens 6, 7, 8 e 9 da pauta.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

Vamos ver se hoje funciona. Na semana passada, estávamos com problemas técnicos, mas deu certo no final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 2.071, de 2021; PL 3.561, de 2023; PL 4.539, de 2020; e PL 5.142, de 2020.

Os Senadores e as Senadoras que votam com os Relatores ou as Relatoras votam "sim".

Então, está aberta.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Funcionou, não é? Que bom!

Hoje está tudo tranquilo. Muito bom.

Enquanto a votação acontece, e a gente pede para as assessorias... Eu já comuniquei ao grupo também, mas nada como também dar uma telefonada para os Senadores e as Senadoras para, já que colocaram o nome no painel, votarem remotamente.

Vamos passar para os requerimentos. Temos cinco requerimentos.

O primeiro deles é do Senador Marcos Pontes.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 102, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3483/2023, que "inclui, no calendário oficial de datas comemorativas da República Federativa do Brasil, Rosh Hashaná, o primeiro dia do Ano Novo, e Yom Kipur, o Dia do Perdão, a serem comemorados anualmente na data definida pelo calendário judaico, e Eid al-Fitr, o fim do Ramadã, a ser comemorado anualmente na data definida pelo calendário islâmico".

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Passo a palavra a V. Exa., Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Essa audiência pública é necessária para o estabelecimento do dia, que é um dia bastante importante para cada uma das comunidades, mas também pelo fato de se trazer em conjunto essas duas comunidades que, infelizmente, no planeta, nós vemos em muitos conflitos, e acho que elas convivem de uma forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pacífica aqui, no Brasil, e isso é uma coisa muito boa. Eu acho que o fato de nós termos um dia que se comemore em conjunto datas importantes das duas comunidades é uma demonstração, e, diga-se de passagem, foi iniciativa das comunidades, que me pediram que fizesse esse estabelecimento. Eu acho muito importante se colocar isso, que no nosso país existe esse convívio pacífico e produtivo entre essas duas comunidades tão importantes, a judaica e a islâmica.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Belo exemplo de como deveria ser no mundo.

Muito bem. Apesar de já termos o quórum, vamos adiante nos requerimentos.

Item 12. Eu não vou colocar em votação.

Está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação acontece daqui a pouco.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 103, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 87/2023, seja incluído outro convidado para debater e analisar a Reforma Tributária. Propõe para a audiência a inclusão de representante Associação Fórum Nacional das Mantenedoras de Instituições de Educação Profissional e Tecnológica – BrasilTEC.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

V. Exa. pode justificar o requerimento.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Este requerimento também tem uma importância grande, especialmente para o setor de educação.

Nesta audiência pública em que haverá a discussão da reforma tributária, como tem havido várias delas, eu proponho a inclusão de representante da Associação Fórum Nacional das Mantenedoras de Instituições de Educação Profissional e Tecnológica, Brasiltec. Nós temos já a frente da educação profissionalizante e tecnológica no Brasil, e eu acho importante nós termos a participação dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instituições também no debate da reforma tributária, que, obviamente, afeta a todas as pessoas. Às vezes, as pessoas têm uma certa ilusão de que isso aí só trata das empresas, etc. Não, afeta a todos os brasileiros a reforma tributária. E é importante a participação de todos os setores da sociedade nessas discussões, de forma que nós tenhamos a melhor reforma tributária possível dentro das limitações que nós temos, tanto de tempo quanto de forma.

E, sem dúvida nenhuma, a participação de empresas do setor de educação, em especial de educação profissionalizante, faz todo sentido nessas discussões.

Por isso, o requerimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É um requerimento já aprovado, colocando-se mais um nome para se debater o assunto. E é importante que essa discussão da reforma tributária aconteça também na Comissão de Educação. (*Pausa.*)

Muito bem, nós teríamos mais três requerimentos para serem apreciados, mas, como os autores não estão presentes...

A Senadora Professora Dorinha está subscrevendo, então, o item 14.

Vamos fazer assim... Eu acho que é interessante. A gente pode subscrever o 10 e o 13, porque audiência pública sempre é... Penso, se não houver objeção também...

Então, eu passo a palavra, em primeiro lugar, para a Senadora Professora Dorinha.

É o Requerimento 106, de 2023, que ela está subscrevendo, cuja autoria é da Senadora Teresa Leitão.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 106, DE 2023

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no País, com ônus para o Senado Federal, em Aracajú - Sergipe, de 08/11/2023 a 10/11/2023, a fim de representar nos termos regimentais esta Casa, enquanto Presidenta da Subcomissão Temporária constituída para Debater e Avaliar o Ensino Médio (Ceensino-CE/Senado Federal), no XVIII Congresso Estadual do Sindicato das Trabalhadoras(es) em Educação Básica da Rede Oficial de Ensino do Estado de Sergipe (SINTESE).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e outros

Inclusive, a Senadora Professora Dorinha é a Relatora dessa Subcomissão.

Não sei se V. Exa. gostaria de acrescentar alguma coisa... (*Pausa.*)

Não? Não precisa.

Então, está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Encerro a discussão, e votamos daqui a pouco também.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 101, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 73/2023 - CE seja incluída a Senhora Vanessa Suany da Silva, Presidente da Associação de Mães Pesquisadoras, Estudantes e Trabalhadoras - AMPET.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE) e outros

Então, eu estou subscrevendo também esse requerimento.

Está em discussão o requerimento de inclusão de nome na audiência pública já aprovada. (*Pausa.*)

Encerro a discussão, então, e votamos em bloco, daqui a pouco, os requerimentos.

O item 13 da pauta é o Requerimento nº 105, de 2023 – aliás, muito importante.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 105, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a instituição do Dia Nacional dos Bombeiros Voluntários, a ser comemorado, anualmente, no dia 13 de julho.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC) e outros

Autoria: Senador Esperidião Amin, Senador Jorge Seif e Senadora Ivete da Silveira.

Está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votamos os cinco requerimentos, então, em bloco, daqui a pouco.

Está encerrada a votação, então, nominal.

Peço à Secretaria que abra o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Votaram SIM, 16; NÃO, nenhum.

Abstenção, nenhuma.

Quórum: 17.

Aprovados os projetos de lei, nos termos dos relatórios apresentados: PL 2.071, de 2021; PL 3.561, de 2023; PL 4.539, de 2020; e PL 5.142, de 2020.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Eu quero... Ah, sim, antes disso.

Votação dos requerimentos anteriormente lidos.

Então, passamos à votação dos requerimentos.

Item 10: Requerimento nº 101, de 2023, de autoria do Senador Alessandro Vieira.

Item 11: Requerimento nº 102, de 2023, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes.

Item 12: Requerimento nº 103, de 2023, de autoria também do Senador Astronauta Marcos Pontes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 13: Requerimento nº 105, de 2023, de autoria dos Senadores Esperidião Amin, Jorge Seif e Ivete da Silveira.

Item 14: Requerimento nº 106, de 2023, de autoria da Senadora Teresa Leitão.

Em votação os requerimentos.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com os requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Eu quero lembrar que hoje à tarde nós teríamos uma audiência pública sobre o Revalida, a pedido da Senadora Zenaide Maia, e uma audiência da mais alta importância. Contudo, a representação do Inep argumentou que eles não poderiam vir no dia de hoje em função de problemas de saúde da representação que estaria aqui presente. Como é muito importante que o Inep esteja presente, por solicitação da Senadora Zenaide Maia, nós estamos adiando esta audiência pública, mas é extremamente importante para a sociedade brasileira que esse debate aconteça.

Muito bem, antes de encerrar os trabalhos, convoco a próxima reunião da Comissão para amanhã, 20 de setembro de 2023, às 14h, quando será realizada audiência pública para discutir a necessidade de aperfeiçoamento da legislação que regulamenta as ofertas de cursos de ensino superior.

Isso aconteceu por iniciativa de uma ponderação do Conselho Estadual de Educação do Paraná, lembrando que, no curso de Educação Física, a pessoa faz o vestibular para Educação Física e escolhe se opta pelo bacharelado ou pela licenciatura mais para frente, o que eu acho muito justo porque, quando a pessoa entra no curso superior, muitas vezes nem sabe qual a diferença entre bacharelado e licenciatura, e às vezes alguém entra no curso e pensa: "Não, eu só vou trabalhar na academia", academia de ginástica, esportiva, "não, mas eu gosto também de dar aula", e aí decide, no decorrer do curso, flexibilizar um pouco mais. Mas, como acontece na Educação Física, o conselho pondera que deveria acontecer também em outras áreas, como a Geografia, por exemplo: "Não, eu quero trabalhar na área da Geografia", seria o bacharelado. "Não, mas eu acho que realmente dar aula também parece interessante", e se dedica, e aí a pessoa não pode porque ela escolheu lá no começo que era bacharelado. Não escolheria já lá no começo, escolheria no decorrer do curso se vai para um lado ou se vai para o outro, ou para os dois. Eu sugeriria para as pessoas que fossem para os dois porque, às vezes, lá na frente surge uma oportunidade de fazer mestrado, doutorado e dar aula em uma faculdade, numa universidade, chances... Sabe lá, a vida tem que ter um leque de opções assim...

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – Deixar em aberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Deixar em... Pelo menos, se fosse para o meu gosto, mas vamos ver o que o pessoal vai falar e discutir e quais são as implicações também de tudo isso. Por isso que as audiências públicas são importantes.

Nada mais havendo a tratar, agradeço novamente, Senador Marcos Pontes, Senadora Professora Dorinha Seabra, todos os demais Senadores e Senadoras, pelo quórum inclusive, agradeço a presença.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 27 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 64ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e seis minutos do dia vinte de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Leila Barros, Plínio Valério, Jussara Lima, Zenaide Maia, Paulo Paim, Humberto Costa, Mauro Carvalho Junior, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Romário, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Angelo Coronel e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Confúcio Moura, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Teresa Leitão e Carlos Portinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 79/2023 - CE, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Discutir a necessidade de aperfeiçoamento da legislação que regulamenta as ofertas de cursos de ensino superior. **Participantes:** Sr. Ricardo Tonassi Souto, Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (FONCEDE); Sra. Fátima Aparecida da Cruz Padoan, Presidente da Câmara de Educação do Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE/PR); Sra. Geovana Reis, Professora e representante da Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior, Básico, Técnico e Tecnológico; Sr. Odilon Máximo de Morais, Presidente da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM); e Sra. Manuella Mirella, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 64ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 20 de setembro de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de, abro aspas, "discutir a necessidade de aperfeiçoamento da legislação que regulamenta as ofertas de cursos de ensino superior", fecho aspas, em atenção ao Requerimento nº 79, de 2023, da Comissão de Educação, de minha autoria.

Participarão, de forma presencial, a Sra. Manuella Mirella, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); a Sra. Márcia Abrahão Moura, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); e a Sra. Geovana Reis, que está aqui ao meu lado, à minha esquerda, Professora e representante da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Proifes).

Participam da audiência de forma remota...

Quero dar as boas-vindas já à Geovana, que está aqui ao meu lado.

Seja muito bem-vinda sempre...

A SRA. GEOVANA REIS (*Fora do microfone*.) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... à Comissão de Educação e Cultura.

Quero dar as boas-vindas também às pessoas que participam de forma remota:

- a Sra. Fátima Aparecida da Cruz Padoan, Presidente da Câmara de Educação Superior... Não é, Fátima? Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação do Paraná. Educação superior, não é? Ou básica? Superior... É, não confirmamos, mas daqui a pouco eu já passo a palavra a você, Fátima, e você completa para a gente;

- o Sr. Ricardo Tonassi Souto, Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação. Seja muito bem-vindo, Ricardo, do Foncede; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- o Sr. Odilon Máximo de Morais, Presidente da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem).

Eu quero, inclusive, destacar, Odilon, que, na semana que vem, estaremos debatendo na quarta-feira uma política da assistência estudantil, também com a perspectiva de discutirmos isso em relação às estaduais e municipais.

Eu estou vendo aqui também a presença, remota, do Presidente do Conselho Estadual de Educação do Paraná, Prof. João Carlos Gomes, nosso amigo e ex-Reitor da UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa), ex-Secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e atual Presidente do Conselho Estadual de Educação. Seja muito bem-vindo.

Informo também que foram convidados a Sra. Bernardete Angelina Gatti, pesquisadora na área de educação e membro da Academia Paulista de Educação; e o Sr. Luiz Roberto Curi, Presidente do Conselho Nacional de Educação, que não puderam comparecer a esta audiência.

Destaco que os dois justificaram a ausência, inclusive o Presidente do Conselho Nacional de Educação está em procedimento de intervenção cirúrgica, e a gente deseja a ele plena recuperação nesse procedimento. Aliás, o Conselho Nacional de Educação, sob a Presidência do Prof. Luiz Roberto Curi, tem sido de uma gentileza permanente em termos dos entrosamentos com esta Comissão de Educação e Cultura.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, prorrogáveis por mais cinco; aí bate uma campainha com dez minutos, e terão mais cinco minutos para concluírem.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares eventualmente inscritos, para fazerem suas perguntas e comentários.

Esta audiência pública tem um tema geral amplo, como eu li, agora há pouco: discutir a necessidade de aperfeiçoamento da legislação que regulamenta as ofertas de curso de ensino superior. Essa necessidade surgiu de uma reunião da qual eu participei, junto ao Conselho Estadual de Educação do Paraná.

De imediato, eu me prontifiquei a fazer essa discussão, dentro da Comissão de Educação e Cultura, para que nós pudéssemos, assim, refletir juntos sobre isso e, ao mesmo tempo, pensar se isso dependeria de uma atuação do Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação ou de uma legislação sobre o assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, até para contextualizar o debate que aconteceu no conselho, para orientar a Profa. Geovana, o Odilon, que também participa, e até o Presidente do fórum nacional, o Prof. Ricardo.

O Prof. João Carlos ou Profa. Fátima, eu não sei quem vai começar falando...

João Carlos ou Fátima? (*Pausa.*)

Estão me comunicando aqui que a primeira apresentadora é a Sra. Fátima Aparecida da Cruz Padoan, Presidente da Câmara do Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná.

Eu até pediria, Profa. Fátima, só para contextualizar esse debate importante e necessário que aconteceu e como isso pode se refletir, no Brasil, em termos de uma nova perspectiva a ser refletida e amadurecida, para beneficiar as pessoas que, por ventura, possam também ter esse acesso ao ensino superior dentro dessa nova alternativa.

Então, com a palavra, Profa. Fátima. Seja muito bem-vinda e transmita um grande abraço a todos do Conselho Estadual de Educação do Paraná. Com a palavra.

A SRA. FÁTIMA APARECIDA DA CRUZ PADOAN (Para expor. *Por videoconferência*.) – É com grande alegria e satisfação que participo deste momento.

Quero iniciar a minha fala agradecendo a sua disposição em nos ouvir. Com certeza, este será o primeiro de muitos outros momentos que teremos. Então, cumprimento o Senador Flávio Arns e estendo os meus cumprimentos ao Presidente Ricardo Tonassi, ao Presidente João Carlos Gomes e ao Presidente Odilon, que estão aqui presentes. Cumprimentando-os, eu estendo os meus cumprimentos a todos e todas que farão parte deste momento.

Para contextualizar, nós estamos, no conselho estadual, passando por algumas... Nós temos uma preocupação muito grande, que é em relação à ocupação dos nossos cursos. Isso não é... Como é sabido por todos, as nossas instituições de ensino superior vêm trabalhando para encontrar meios de melhorar os índices de ocupação de vagas nos cursos, e este problema se dá tanto pela evasão quanto pela ocupação inicial nestes cursos; e alguns cursos sofrem mais com este fenômeno, sendo que os cursos de licenciatura são os mais prejudicados. Quero dizer aqui que esse recorte da minha fala se dá na perspectiva mesmo dos cursos de licenciatura.

Uma pesquisa realizada pelo Semesp, que é a entidade que representa as mantenedoras de ensino superior do Brasil, revela que, no Brasil, terá um apagão de professores em todas as etapas da educação básica nos próximos anos. Conforme os dados do levantamento, o déficit de profissionais pode chegar a 235 mil em 2040. A pesquisa aponta ainda como principais causas o envelhecimento dos professores e o desinteresse dos mais jovens em seguir o magistério. Então, o Conselho Estadual do Paraná entende que o desinteresse pelo magistério decorre, sobretudo, pela complexidade da caracterização da profissão, aliada à ausência de uma carreira clara, promissora e reconhecida pela sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queremos, portanto, destacar a necessidade – então, é este o motivo da nossa vinda até aqui – de aperfeiçoar as legislações que normatizam as ofertas dos cursos superiores, com a finalidade de torná-los mais atrativos aos futuros acadêmicos e, por consequência, propiciar a ocupação efetiva dos referidos cursos. Uma das questões diz respeito à permissão concedida pela Resolução CNE/CES nº 6, de 18 de dezembro de 2018. Esta resolução institui as diretrizes curriculares do curso de graduação em Educação Física para o ingresso único em vestibular e permite a opção em dois percursos formativos: a licenciatura e o bacharelado. Essa condição de ingresso único, com a possibilidade de dois percursos formativos, atualmente é exclusiva do referido curso. Contudo, entendemos que a ampliação da permissão deve ser estendida para os demais cursos que, por suas especificidades, possibilitem tal oferta, tendo em vista que o curso habilitar para mais de uma área é uma opção mais ativa para os futuros professores e pode auxiliar na ocupação efetiva dos referidos cursos.

Diferentemente da Resolução 02/19, que trata da formação de professores... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Fátima, estamos sem o som da sua parte...

Você... Ah, sim, agora abriu de novo.

A SRA. FÁTIMA APARECIDA DA CRUZ PADOAN (*Por videoconferência.*) – Melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso.

A SRA. FÁTIMA APARECIDA DA CRUZ PADOAN (*Por videoconferência.*) – Ah, perdão.

Diferentemente, então, da Resolução CNE/CES 02/19, que está suspensa, mas, portanto, então, vamos pensar na 02/15, que trata da formação de professores. O conselho nacional estabeleceu, no art. 6 da Resolução CNE/CES 06, de 2018, que o curso de Educação Física terá uma parte inicial de formação denominada etapa comum, cuja conclusão possibilitará a autonomia do discente para a escolha da formação específica, isto é, tanto para licenciatura quanto para bacharelado.

Desta forma, consideramos fundamental a discussão sobre o tema da ampliação da opção dos percursos formativos para os cursos que, por suas especificidades, possibilitem tal oferta. Neste contexto é que nós solicitamos ao Senador esta oportunidade de fala, para que a gente discutisse com os demais da academia, os acadêmicos, enfim, essa necessidade e essa importância, porque o que a gente observa é que ampliar essa possibilidade de atuação pode tornar esses cursos mais atraentes. Nós estamos pensando e muito preocupados com a ocupação das nossas vagas, mas sobretudo com o futuro da educação do nosso país. Entendemos que rever algumas legislações é uma ação urgente, Senador, e por isso nos colocamos aqui para ampliar esse debate, conversar um pouquinho mais sobre esse tema.

São essas as considerações, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não. Muito bem, Profa. Fátima.

Eu não sei se o nosso Presidente do Conselho Estadual de Educação gostaria também de cumprimentar as pessoas e acrescentar algo ao que a Profa. Fátima acabou de colocar, do ponto de vista do Conselho Estadual de Educação.

Prof. João Carlos Gomes, é uma alegria vê-lo, à distância, porém, sempre uma alegria, também presencialmente, hoje à distância, grande abraço.

O SR. JOÃO CARLOS GOMES (*Por videoconferência*.) – Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Estamos.

O SR. JOÃO CARLOS GOMES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Em primeiro lugar, cumprimento o nosso amigo, nosso Senador do Paraná, um homem sempre ligado à educação, nosso Secretário da Educação, e sempre um parceiro da educação. Quero agradecer essa oportunidade.

Quando o senhor esteve no Conselho Estadual de Educação do Paraná, um dos assuntos tratados foi exatamente esse que a nossa Presidente da Câmara, Conselheira Fátima, muito bem explanou. Temos outros assuntos, mas esse é um assunto sobre o qual entendemos que devemos nos debruçar para que juntos a gente possa achar a melhor solução. Então agradeço, Senador, esta oportunidade.

Cumprimento o Presidente do nosso Fórum, o Professor, o Presidente Ricardo Tonassi, nosso Presidente, e cumprimento todos os parceiros que estão participando.

Sem dúvida alguma, Senador, eu acho que a grande preocupação de hoje dos conselhos estaduais, do próprio Ministério da Educação, do próprio Conselho Nacional e, claro, da Câmara, da Comissão de Educação e Cultura do Senado, enfim, de todo mundo que trabalha com educação, é que a gente não só amplie as vagas, mas possibilite maior entrada dos estudantes nas universidades, principalmente nas nossas universidades públicas também. Então, algumas medidas são necessárias para que a gente possa tornar algumas áreas não só mais interessantes, todas são interessantes, mas que tenham um chamamento mais forte, para que a gente possa atrair os alunos para as universidades. E, como muito bem colocou a nossa Presidente da Câmara, Profa. Fátima, que tem experiência porque já foi também reitora de uma das nossas universidades estaduais, as licenciaturas necessitam de um olhar muito diferenciado, muito criterioso de todas aquelas instituições com os conselhos estaduais, nacional, o Senado, enfim, o ministério, para que a gente possa possibilitar um curso mais atrativo e principalmente a gente se preocupar com a qualidade na formação dos nossos alunos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu só quero agradecer essa oportunidade e dizer que estaremos sempre juntos. Junto com o Senado, com o Conselho Nacional, com os demais conselhos estaduais, aqui o nosso presidente fazendo parte deste momento, para que a gente possa debater e trazer benefícios para a educação no Brasil.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Prof. João Carlos Gomes, Presidente do Conselho Estadual de Educação do Paraná.

Como eu mencionei antes, esta nossa audiência pública é interativa. Então, está aberta para participação das pessoas e já vieram algumas perguntas que, na medida do possível, possam ser abordadas pelos expositores e expositoras.

Flávio da Silva, da Bahia: "[...] como desenvolver mais melhorias para o ensino superior? Como pedagogo, como posso contribuir?".

Alexandre Rodrigues, do Rio Grande do Sul: "Como [...] será fiscalizada a qualidade dos cursos oferecidos?".

Bruno Elton, da Bahia: "Há possibilidade de expansão de ofertas de cursos de nível superior em conjunto com políticas públicas de permanência estudantil?".

Inclusive, eu mencionei agora há pouco também que o tema da próxima semana será justamente esse, a permanência e a garantia de apoio, de assistência estudantil.

E o comentário do Valdemagno Torres, de Pernambuco: "É preciso [...] [melhorar] o acesso à pós-graduação *stricto sensu* [ele coloca], mestrado e doutorado, bem como a implantação dela em [...] [ensino à distância]".

Muito bem. Profa. Fátima, eu agradeço também, a Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação do Paraná.

E passo em seguida a palavra ao Sr. Ricardo Tonassi Souto, que é Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede). Seja muito bem-vindo, Ricardo. Sempre temos tido uma participação bastante efetiva também do Foncede nos debates da Comissão.

Com a palavra.

O SR. RICARDO TONASSI SOUTO (*Por videoconferência*.) – Muito boa tarde, Senador Flávio Arns. Não sei me ouvem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO TONASSI SOUTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Que maravilha. É um prazer me dirigir a V. Exa. mais uma vez, me dirigir à Casa dos estados no Congresso Nacional. É de fundamental importância que esse tema seja discutido não só no Senado como na Câmara dos Deputados, para que ele seja constantemente aprimorado.

Todos nós sabemos das imensas dificuldades em que esse assunto se correlaciona. Eu recentemente tive o prazer de me encontrar com a Secretária Helena, Secretária de Regulação de Educação Superior do MEC. Uma pessoa absolutamente gentil, generosa no trato e sabemos do trabalho hercúleo que ela enfrenta porque tratar da regulação do ensino superior no Brasil não é um trabalho dos mais fáceis.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Tivemos um problema com o som, Ricardo, acho que travou a internet aí, porque a sua imagem está congelada. Não sei se... Eu acho que não está ouvindo também. Ele caiu... Ricardo, se não houver objeções, enquanto acertamos a situação do contato... Não está me ouvindo, não é, Ricardo? (*Pausa.*)

Caiu.

Então, podemos passar para você, Odilon? Depois, no retorno... Não há dificuldades?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não?

Então, passamos a palavra ao Sr. Odilon Máximo de Morais, que é Presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem). Na volta, retornamos com a palavra do Presidente do Foncede.

Com a palavra, Prof. Odilon.

O SR. ODILON MÁXIMO DE MORAIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Flávio Arns. Boa tarde a todos os ouvintes que estão aí no Senado participando, então, a nossa boa tarde a todos. Quero dizer da nossa felicidade de podermos estar discutindo um tema tão importante que é a formação de professores, poder pensar as legislações para a formação desses professores no nosso Brasil. Quero também saudar, em nome Abruem, o João Carlos Gomes, que foi o nosso Presidente também da nossa Associação dos Reitores; a Fátima também que foi nossa Reitora e que esteve até pouco tempo conosco. Então, quero agradecer o convite por podermos estar aqui falando dessa importância da temática.

A formação de professores tem sido, há muito tempo, um tema muito caro a todos nós, a nossas universidades. A preocupação com que possamos formar bons professores, professores competentes, atualizados, que possam dar conta de toda a realidade vivenciada por nosso país. O nosso país tem uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dimensão gigantesca, continental, temos áreas com formações culturais, territoriais bem distintas no nosso Brasil, então, pensar uma legislação que pense a formação de um professor que vai atender, por exemplo, a população ribeirinha, a população indígena na Região Norte, às vezes é muito diferente da formação de um professor na Região Sul do país. Então, é necessário que a gente esteja sempre pensando os nossos currículos, pensando as questões que envolvem essa formação de professores e é necessário pensar, é claro, todas as contradições e dualidades que são comuns ao tempo atual.

A gente tem vivenciado um momento diferenciado em nossas universidades. Recentemente, a gente tinha uma grande preocupação que ainda permanece com a evasão dos nossos estudantes, mas hoje tem outra questão que está também chamando bastante atenção, que é a ociosidade de vagas. A gente abriu o vestibular e, no vestibular, a gente não tem as vagas preenchidas em nossas universidades públicas. Então, imaginem agora mesmo, recentemente, a nossa universidade aqui, a Universidade Estadual de Alagoas... A gente abriu o vestibular via Sisu, nós fizemos todas as chamadas possíveis e mesmo assim sobraram vagas, tivemos que fazer uma chamada fora do Sisu para que pudéssemos preencher todas as vagas da universidade. Isso está acontecendo quando dialogamos com os nossos reitores em todo o país, tanto com as licenciaturas, como também com bacharelados, com os estudantes de engenharia. Então, é algo que é preciso que pensemos como estão as formações dos profissionais, hoje, do nível superior, e especialmente a formação de professores.

Fátima apontou isso aqui, toda a preocupação com a formação de professores e com o apagão que pode haver, até 2040, mais ou menos, com a formação de professores.

Então, é fundamental que a gente repense esta formação nos últimos anos, seja pós-LDB, com o nosso Conselho Nacional de Educação, nossos conselhos estaduais de educação, porque é importante ressaltar que nós temos, no Brasil, um sistema federal de ensino superior e temos também os nossos sistemas estaduais e municipais. E os conselhos estaduais de educação também cumprem uma missão importante, que é essa regulação das nossas atribuições enquanto, por exemplo, universidades estaduais.

Então, parabenizo, inclusive, todo o Conselho Estadual de Educação do Paraná por essa iniciativa de trazer uma temática tão importante: pensar a flexibilização dos currículos na formação de professores e como nós podemos atender a uma gama de possibilidades por esse aluno que ingressa na universidade pública, especialmente hoje no país.

Vejam, eu entendo que... vou dar um exemplo meu, quando eu terminei a minha licenciatura como Professor de Geografia – fiz o curso de Geografia, licenciatura –, eu terminei todos os créditos e passariam só mais seis meses e eu conseguiria terminar meu bacharelado e entrar no bacharelado sem necessidade do vestibular e, com isso, também já poderia – a partir de seis meses, ou de um ano, dependendo de cada aluno – sair tanto licenciado como bacharel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso de nós da Geografia, o bacharelado em Geografia nos permite, por exemplo, trabalhar com projetos, assinaturas via Crea, documentos, EIA/Rima, então, há um leque de possibilidades que se dá ao profissional. Isso possibilita, inclusive, a diminuir esse número de evasão, que é muito comum hoje nas nossas licenciaturas.

O perfil dos alunos de licenciatura sempre foi um perfil de alunos de baixa renda, então a gente pega... a grande maioria dos alunos que aderem e fazem o vestibular para licenciatura são alunos que vêm de escola pública, muitos alunos de baixa renda, então há uma outra dificuldade, que é a luta da permanência desses alunos nas universidades – e já parabenizo o Senador Flávio por toda a discussão que está sendo feita sobre a permanência de pensar em assistência estudantil, incluindo as estaduais e as municipais, porque este é um problema gravíssimo hoje em nosso país: garantir a permanência dos alunos.

A formação de professores: tem pautado importantes programas hoje nas nossas universidades, como, por exemplo, o Pibid e o Residência Pedagógica, que são programas que fortalecem a formação de professores, motivam o professor, aquele futuro professor, a uma prática dentro da universidade.

Então, com esses programas, ele já passa a ter um contato com a escola, ele passa a vivenciar uma prática de estágio, que faz com que haja uma identidade com a formação de professores, porque isso é fundamental, para o professor ter uma identidade com a carreira, para ele poder entender que ser professor é algo importante, é uma profissão digna, é uma profissão que permite, inclusive, sobreviver, porque tem o outro lado desse aspecto, que é a sobrevivência, que a gente precisa manter famílias, precisa constituir uma autonomia enquanto indivíduos. E claro, o salário é fundamental, e as bases salariais, de forma geral, não são tão atrativas para a formação de professores, então é importante se pensar todos esses aspectos quando a gente pensa na formação de professores.

Trazer a discussão da flexibilização do currículo, eu acho que é pertinente num momento como este. Acho que deve trazer o debate, desde que não se precarize a formação dos professores. Então a gente tem que ter uma formação de professores consolidada, uma formação de professores que garanta que os nossos profissionais saiam com qualidade, que eles saiam engajados, mas também que possibilite outros caminhos. Como eu apontei no meu caso da geografia, a Fátima traz aí a situação dos profissionais de atuação física, que podem atuar tanto na licenciatura, como também nos bacharelados, seja nas academias, seja como *personal trainers*. Então essa situação possibilita que esses sujeitos que atuam em determinadas áreas possam atuar também na licenciatura. Mas se ele é formado em história, que ele possa atuar nos museus, que ele possa atuar também em outros espaços.

Então eu acho que é pertinente, eu acho que nós temos, sim, que trazer esse debate para as nossas universidades, trazer esse debate para o nosso Senado, para a Câmara Federal, para que os nossos órgãos colegiados possam refletir sobre essa discussão, sobre essa temática, trazendo aquilo que é conveniente para essas duas formações, sem cairmos, claro, numa dualidade, que é muito forte, principalmente quem sabe aqui, que participa da formação de professores, que é a dualidade entre bacharelado e licenciatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu digo isso, por exemplo, do nosso curso novamente, porque nós temos uma matriz curricular que, muitas vezes, está pautada em quase 50%, digamos assim, numa formação quase que bacharelado, em que os conteúdos específicos são muito determinantes e que se distanciam, às vezes, da formação de professor; e tem aqueles outros conteúdos pedagógicos, que são fundamentais para a formação, mas que, em cada área, muitas vezes, elas pecam por isso.

Daí as legislações serem sempre amarradas a trazer, por exemplo, que cada disciplina ou que cada conteúdo venha associando ali à formação de professor, que deve ocorrer em cada disciplina. Então ela é fundamental nesse debate. Eu acho que ele deve ganhar outras dimensões nos nossos cursos, em nossas universidades, e que a gente possa ampliar esse debate, que é um debate importante. E parabenizo a todos que trazem essa discussão, para que possamos, de fato, refletir: como formarmos professores com qualidade, como formarmos esses profissionais que estejam na escola, que a gente evite esse apagão da educação por falta de profissionais.

Tem muitos eixos que ainda não foram atingidos por nossas universidades, como, por exemplo, a formação de professores indígenas, a formação de professores vinculados às áreas de quilombolas e outras formações específicas que venham a atender a determinados anseios sociais, como também, claro, não dá para não refletir sobre essas trajetórias que possam ser apontadas. Está aí o ensino médio, hoje com um novo currículo, com uma nova proposta de formação do ensino médio, em que essas trajetórias são muito mais flexíveis para o aluno, que a gente possa, quem sabe, também, pensar numa trajetória e em caminhos que sejam mais flexíveis dentro do ensino superior para o nosso aluno e que isso, claro, como eu disse, não prejudique nem a formação dele como um bacharel, mas também não prejudique a formação dele como licenciado.

Então, eu encerro por aqui.

Agradeço a possibilidade de a gente trazer essa discussão via Abruem e todas as nossas universidades estaduais e municipais, porque, como eu disse, é um debate muito caro a nós, principalmente a nós como universidades estaduais e municipais, que, há muito tempo, estamos no interior deste país, formando professores, o que foi, sempre, o grande eixo das nossas universidades estaduais iniciais, foi a formação de professores, e que, com o passar do tempo, a gente vai se consolidando e vai ampliando as nossas áreas.

Então, a gente tem, nesta área, que é a formação de professores, um carinho e um zelo muito grande e uma responsabilidade para que possamos continuar garantindo e entregando à sociedade bons professores.

Agradeço e encerro por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu agradeço ao Prof. Odilon Máximo de Morais e quero, inclusive, destacar, Prof. Odilon, que, se houver estudos, também, da parte da Associação, que o senhor preside, em relação à entrada de cursos, vagas ociosas, evasão, sugestões para que essa questão possa ser aprimorada no Brasil, que, por favor, envie para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Comissão de Educação, no nosso *site*, para termos esse material disponível. E eu faria esse mesmo apelo para a Profª. Fátima, porque eu sei que a Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação do Paraná já debateu muito isso.

E a ideia, inclusive, nas licenciaturas, o questionamento que surgiu foi justamente naquilo que a Profª. Fátima falou: "Olha, na Educação Física, você escolhe se vai para o bacharelado ou para a licenciatura depois de entrar no curso, porque, às vezes, as pessoas não sabem também, exatamente, o que é bacharelado, o que é licenciatura, as implicações de cada escolha. E acontece, muitas vezes, de a pessoa iniciar o curso, pensando em ser um professor, um instrutor de academia, mas, depois, vê "Não, poxa, eu gostei da parte pedagógica, da educação, de ser professor", aparece uma chance de ter uma oportunidade de lecionar ou de fazer um concurso.

Então, como abrir mais perspectivas para os alunos, para os acadêmicos também, discutindo-se o assunto. Mas não só... O Prof. Odilon, inclusive, mencionou a Geografia. Você pode ser um geógrafo, trabalhar, ter o bacharelado, mas ele próprio, já, como professor também licenciado, e que foi para os dois caminhos.

Então, às vezes, depende da vida. Daqui a dez anos, alguém que fez o bacharelado pode dizer: "Puxa, apareceu uma chance de ser professor, mas eu só tenho o bacharelado". Então, como que isso poderia ser feito.

E a Profª Fátima e o Conselho, a Câmara, inclusive, ampliou um pouco esse debate, falando das próprias engenharias também, porque tem tanta engenharia hoje em dia e o que a gente observa dentro das universidades, esses dados devem estar disponíveis também, é que as pessoas passam de um curso de engenharia para outro curso e vão preenchendo. Então, se houvesse a possibilidade de pensar, de refletir, não é de fazer, estamos debatendo esse assunto. Então, ver o que a experiência tem mostrado.

E sobre o apagão de professores, que muitos de nós falamos sobre isso, e a Profa. Fátima se referiu a isso também, quais são os dados, as disciplinas, porque esta audiência vai ter um desdobramento daqui a umas três semanas, quatro, para termos a presença do MEC, do Conselho Nacional de Educação, e até uma audiência preparatória, vamos dizer assim, para um debate maior sobre esse tema. Está bem, Prof. Odilon e Profa. Fátima?

Eu quero destacar que já está aqui no meu lado a Manuella Mirella, Presidente da UNE. A UNE sempre participa, obviamente, de todos os debates aqui, a Ubes também. Então, seja muito bem-vinda aqui à Comissão, uma representação das mais importantes. Pensarmos de vários pontos de vista o que é mais adequado.

Peço desculpas ao Prof. Ricardo Tonassi Souto, que é Presidente do Foncede, mas houve um problema técnico antes e acabamos interrompendo a sua fala depois da iniciada. Então, eu retorno a palavra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao Sr. Prof. Ricardo Tonassi Souto, Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação.

O SR. RICARDO TONASSI SOUTO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito boa tarde mais uma vez, Senador Flávio Arns. É um prazer me dirigir a V. Exa. É um prazer me dirigir ao Senado Federal, à Casa dos estados no Congresso Nacional. Fico muito feliz com essa discussão. É uma discussão absolutamente necessária, principalmente na seara do Legislativo, daqueles que vão elaborar as normas de cumprimento coercitivo por parte de todos nós. Eu estive recentemente... Saúdo aqui, obviamente, a todos os presentes, mas muito carinhosamente na figura do Presidente do Conselho Estadual do Paraná, meu querido Vice-Presidente do Foncede, meu eterno reitor João, e assim saúdo a todos os integrantes.

Eu estive recentemente com a secretária Helena, que é Secretária de Regulação do Ensino Superior do MEC. Uma pessoa absolutamente afável e gentil no trato, preocupada com esse assunto no campo nacional. Todos nós sabemos do trabalho hercúleo que é a regulação do ensino superior, seja por força dos desafios pedagógicos, seja por força de interesses conflitantes no campo da economia. (*Falha no áudio.*)

Aluno que se oferta no mercado é incompatível para que o presencial possa disputar com ele. E o que a gente vê são cursos presenciais fechando, principalmente no campo da pedagogia e da licenciatura na esfera privada, porque não aguentam disputar com os grandes *players* do mercado, ofertando pedagogia e licenciaturas a R$49,90.

Aqui não é, sem sombra de dúvida, uma crítica ao preço acessível, que muitas vezes pode ser praticado, mas é a que tipo de qualidade esse curso oferta. Não vai demorar muito, Senador, meus caros integrantes aqui desta reunião, para que tenhamos uma geração de professores, em sala de aula, ensinando nossos meninos e meninas, que nunca pisaram numa sala de aula quando estiveram na faculdade, porque sua formação foi à distância. Então, é necessário que isso seja, de alguma maneira, equacionado, seja normatizado.

Existe um querido Reitor, Luciano Sathler – eu não sei se é dele a ideia, mas foi dele que eu ouvi –, que diz que deveríamos exigir que as universidades, públicas ou privadas, que tivessem cursos de educação à distância colocassem em seu *site* a relação tutor-aluno. Isso faria com que o próprio aluno, de alguma maneira, regulasse essa oferta, porque ele iria decidir se ele queria ficar num curso que tem 500 alunos por tutor, ou se ele iria procurar um curso que tem cem alunos por tutor.

Essa simples exigência, que para mim nada mais é do que transparência na relação entre o aluno e a instituição de ensino, iria fazer, na minha ótica, uma grande diferença. E o próprio mercado ia acabar regulando quais seriam as universidades factíveis de se procurar e quais não seriam. Isso aqui, óbvio, na maior parte das vezes, a gente se refere à esfera privada. Mas na esfera pública nós temos outros desafios. Existem instituições – públicas, federais – que ofertam cursos de educação à distância e ofertam 50 vagas por semestre, e nós temos a matrícula de cinco alunos, isso por anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é necessário também que haja uma espécie de compromisso, de responsabilidade do gestor, e, não sendo o caso, na própria norma, de se estipular que se durante tanto tempo não houve procura por esse curso, então nós precisamos diminuir a quantidade de vagas e distribuí-las a cursos em que a demanda seja maior, em que a procura seja maior.

Nós temos hoje... eu brinco com os meus alunos e digo: se vocês encontrarem um professor de Física, formado em Física, nos últimos 10 anos ou 5 anos, nas escolas públicas, tirem uma foto, porque o que mais temos são professores de Matemática lecionando Física; professores de Biologia lecionando Química. Isso é uma sobrecarga absurda ao professor; para mim, um claro desvio de função. O professor vai ter que dar uma aula para a qual ele não estudou, não se preparou do ponto de vista acadêmico. Isso vai gerar um desgaste emocional absurdo e a prova de que isso vem gerando tamanho desconforto, dentre todos os outros motivos, é a quantidade de professores hoje que se encontram afastados por licença médica, seja por depressão, seja por estafa, mas por problemas de saúde mental.

Então, eu acho fundamental que a gente discuta essa situação, que vem acontecendo num cenário muito claro da educação superior, reitero, seja na esfera privada, seja na esfera pública. A permanência dos alunos, que será uma discussão futura – que V. Exa. já disse que tratará na semana que vem –, é algo também fundamental. Alunos hoje, lamentavelmente – reitero aqui a minha ótica –, alunos de Licenciatura e Pedagogia não escolhem, eles são escolhidos. Então, é a nota que ele teve, pela nota que obteve ele só consegue entrar para a universidade naquele curso. E é óbvio, salvo aqui uma paixão à primeira vista, um casamento às cegas que funciona, ele vai ser um profissional frustrado, não conseguiu fazer o que desejava, mas quer sair da casa dos pais, quer uma profissão e sobrou para ele Pedagogia e licenciatura. Isso é de uma imensa crueldade, porque a profissão de professor talvez seja uma das mais honradas que existem, é a profissão das profissões, então, por força disso, nós merecemos mais, os alunos merecem mais, a sociedade merece mais.

Acho que uma discussão também fundamental é que é necessário que o Ministério da Educação converse mais com as instituições estaduais e municipais de ensino superior, seja através de pactuação de bolsas, de convênios, de chamamentos, de editais, é necessário que haja essa conversa. Eu sei que não é uma situação das mais fáceis porque é necessário respeitar também a competência do sistema estadual. A universidade mais premiada, mais badalada do país, do ponto de vista acadêmico, de pesquisa, é a USP, e ela não está na esfera federal, está na esfera estadual, assim como a Unicamp, a Uerj, a própria Universidade de São Caetano do Sul, a Universidade de Taubaté, que é uma universidade municipal, de onde veio um Vice-Presidente da República, o Vice-Presidente Geraldo Alckmin, que se formou em Medicina lá. Então, nós temos instituições municipais, estaduais que precisam não da regulação, porque isso vai ser feito pela esfera estadual, mas precisam de maior entrosamento com o Ministério da Educação e isso vai depender muito mais do Ministério da Educação do que das instituições, que sempre estão abertas ao diálogo e à conversa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro assunto que é necessário tratar é para onde caminhará o ensino à distância para certos cursos, essa discussão já foi longe demais. Direito, Odontologia, Enfermagem e Psicologia, ficam a todo momento dizendo que esses cursos serão autorizados, cria-se uma expectativa desnecessária em alunos e no mercado. Isso precisa ter, de alguma maneira, um ponto final. Em alguns cursos é possível fazer, em outros não é, mas isso precisa ser regulado de uma vez por todas, não ficar essa expectativa de autoriza, suspende, a gente vai ver como é, assim como ocorre hoje com uma disputa mercadológica impensável anos atrás sobre os cursos de Medicina, a ponto de a discussão chegar ao Supremo Tribunal Federal, hoje com a presença de uma liminar regulamentando o mercado. É isso que temos hoje, Senador, temos uma liminar que regulamenta o mercado de oferta de vagas em Medicina. Isso é insustentável em qualquer nação que deseja atender uma autonomia acadêmica e seja respeitada internacionalmente.

Sem querer me estender, por fim, acho que um assunto extremamente importante a tratar e se refere especialmente às universidades federais é a figura do professor com dedicação exclusiva e que possui, por conta disso, uma completa proibição, salvo raríssimas exceções, mas uma completa proibição de exercer qualquer outra atividade remunerada. A mesma expressão "dedicação exclusiva" é tratada na carreira dos procuradores federais, só que lá tem uma vírgula, lá é dedicação exclusiva, salvo para exercício de uma função de magistério. Ora, se o procurador federal, que tem um cargo absolutamente honrado, necessário, cargo de Estado, possui dedicação exclusiva, mas pode exercer um cargo de magistério, por que que o nosso professor, que é um professor de Direito de uma universidade federal com dedicação exclusiva, não pode advogar? Por que o nosso médico, que é um professor-doutor de uma universidade federal, não pode clinicar? E a gente cria aqui um mundo de faz de conta, ou alguém acha que todos os milhares de médicos, doutores e mestres de universidades federais não exercem a profissão de medicina do lado de fora ou o fazem de forma gratuita? Então, criminalizar um trabalho legítimo, lícito precisa ser revisto. Uma quantidade imensa de instituições de ensino superior do país não possui a necessária qualidade e quantidade de mestres e doutores porque os melhores, porque passam por um processo seletivo absolutamente difícil, encontram-se nas universidades federais proibidos de exercerem as suas funções do lado de fora, o que a própria Procuradoria-Geral Federal entende que é inconstitucional, porque assim se manifestou quando tratou do exercício da função de procurador federal concomitantemente com a de jornalista e assim o autorizou.

Então, eu deixo aqui essas minhas considerações. Acho fundamental que, neste debate, em algum momento, se trate de um veneno que a educação brasileira possui que é o bacharelismo, uma cultura muito ruim para o país, em que é necessário se ter um anel no dedo para que se tenha respeitabilidade social. No Estado do Rio de Janeiro, que é o meu estado, nós temos, por força da vocação do petróleo, técnicos em segurança do trabalho trabalhando em plataformas de petróleo ganhando R$15 mil e nós temos advogados audiencistas trabalhando para empresas com um grande contencioso de massa ganhando R$2,5 mil. A mim não faz sentido isso, e isso, lamentavelmente, ainda é comentado por muitos na seara de dizer que o ensino técnico é um ensino para o pobre e que quer manter o pobre, isso é de uma deslealdade absoluta. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por força disso, deixo aqui minhas considerações e agradeço consideravelmente mais esta oportunidade de me manifestar perante o Senado Federal.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A gente agradece, permita-me chamar a você Prof. Ricardo, porque temos nos encontrado tantas vezes nos debates e argumentos que acontecem, quero parabenizá-lo pelo trabalho à frente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação e repetir o que eu mencionei agora a pouco a pouco: nós vamos ter depois, vamos dizer, um resumo deste nosso debate, uma discussão que ficará disponível para toda a sociedade e nós vamos enviá-la já para o Conselho Nacional de Educação, para o Ministério da Educação para podermos fazer com que isso subsidie a próxima reunião também, a próxima audiência pública.

Quando foi falado do professor de Física, no outro dia eu me encontrei com um Prefeito lá do Paraná, do Município de Porecatu, no norte do nosso estado, a poucos quilômetros de Florestópolis, onde se iniciou inclusive a Pastoral da Criança. E o Prefeito de Porecatu é um professor de Física. Você mencionou a Física, tire uma fotografia, eu tirei a fotografia também, porque eu disse: "Olhe, Prefeito, em primeiro lugar, meus parabéns [eu já o conhecia] por ser professor. Professor e Prefeito tem uma dupla responsabilidade também para cuidar bem da área da educação. E parabéns também por ser professor de Física", de Física, que é uma formação rara também. E parabéns. Ele se formou, inclusive com pós-graduação, e está lá exercendo o cargo de Prefeito daquele município.

Agradeço ao Prof. Ricardo Souto, Presidente do Foncede.

Posso passar a palavra a você, Manuella? Então passo, com muito prazer, a palavra agora para a Manuella Mirella, que é Presidente da UNE, uma grande responsabilidade também, União Nacional dos Estudantes.

A SRA. MANUELLA MIRELLA (Para expor.) – Muito obrigada, Senador.

Antes de mais nada, boa tarde a todas as pessoas que estão aqui presentes e às que estão assistindo a gente à distância.

Primeiro, Senador, queria parabenizar pela realização deste espaço tão importante para a gente, que é debater um pouco sobre a necessidade da regulamentação, do aperfeiçoamento da regulamentação de oferta de cursos de ensino superior. Primeiro, para nós da UNE, é muito importante que se debata sobre esse tema, principalmente depois de anos de ataques diários ao ensino superior brasileiro.

E eu queria iniciar fazendo um diagnóstico, porque hoje nós temos a oportunidade de fazer esse diagnóstico. É importante também reforçar que hoje, como o Prof. Odilon... Eu queria inclusive citar, saudar o Prof. Odilon, porque estive lá na Uneal conversando com os estudantes para entender um pouco do diagnóstico da universidade hoje brasileira. Quando se trata do ensino superior público, nós vemos hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma sobra de vagas, como o Prof. Odilon citou aqui, os índices de evasão são gritantes, mas quando se fala do ensino superior privado, também. Os índices de evasão universitária são absurdos.

E alguns pontos nos levam a perguntar o porquê desse acontecimento, o porquê desses números. Primeiro, para nós da União Nacional dos Estudantes, entendemos que anos atrás, quando a gente aprova a Lei de Cotas, a gente consegue democratizar o acesso ao ensino superior. O ensino superior, que, por muitos anos, não foi pensado para essa parte da população mais pobre, negros e negras, indígenas e quilombolas. Com a democratização do acesso ao ensino superior, nós conseguimos transformar a cara da universidade.

Mas temos um grande problema quando se trata da permanência. E acho que esse é um ponto fundamental para que a gente consiga debater. Inclusive, nós da UNE estamos na luta pela garantia da aprovação do Pnas enquanto lei. Inclusive, um projeto que talvez tramite no Congresso vai chegar ao Senado. Pedimos inclusive o apoio do Senador. Mas é muito importante que a gente consiga olhar para a questão da permanência dos estudantes na universidade, no ensino superior, entendendo também o nosso compromisso com a responsabilidade e com a qualidade no ensino superior brasileiro.

Hoje nós temos um grande problema, Senador. Existe a Portaria 2.117, do MEC, que flexibilizou a oferta de vagas, de disciplinas EAD no ensino presencial nas universidades privadas. Com essa permissão de oferta de vagas, o que acontece é uma descaracterização do que é o ensino superior e de um grande abismo que se cria na qualidade do ensino superior. Hoje nós temos estudantes tendo até 60% das suas disciplinas sendo ofertadas em formato EAD, mesmo tendo escolhido o ensino presencial para estudar. Eu me formei em Química pela Universidade Federal Rural de Pernambuco; hoje, eu sou estudante de Engenharia Ambiental da FMU, uma universidade privada, e eu consigo ver a diferença quando se tange a esses dois ambientes. É por isso que eu acho que nós precisamos começar a discutir primeiro o modelo de universidade que nós temos hoje.

Foi falado um pouco aqui sobre como a gente consegue democratizar ainda mais o espaço da universidade, esse formato de universidade que nós temos hoje, e o que me parece é que existem algumas caixinhas: o pessoal da engenharia estuda aqui, o pessoal da licenciatura estuda aqui, o pessoal das biológicas ali, humanas ali, e não se conversam. Eu acho que existe um espaço de a gente conseguir discutir uma educação realmente emancipadora e transversal. E um caso muito importante, um exemplo, são os cursos de engenharia, em que existem alguns ciclos, por exemplo, ali na universidade: o estudante entra, passa pelos ciclos, e a partir dali ele escolhe qual a engenharia que ele vai cursar. Acho, inclusive, que é um modelo para a gente repensar qual é a universidade que nós temos hoje e qual a universidade que queremos para o futuro, entendendo também um ponto fundamental, que é sobre o desenvolvimento do Brasil, o papel da universidade na sociedade.

Dito isso, é importante que a universidade acompanhe esse desenvolvimento do Brasil. Ora, se hoje falamos sobre transição energética, transição ecológica, se hoje se fala sobre aquecimento global, se hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se fala sobre qual o papel da tecnologia para que a gente consiga atender a população, diminuir as desigualdades sociais, combater a fome, eu acho que a universidade tem um papel fundamental nesse processo. E, quando se fala sobre a regulamentação de ofertas de cursos, me vem também à mente que nós precisamos entender a universidade hoje: como alguns cursos que ficaram obsoletos, profissões que não existem mais, e outros cursos em que no mercado de trabalho hoje não existem profissionais formados, não existem profissionais que consigam atender as demandas, e as licenciaturas que também são um grande sinal de alerta para nós, para o futuro. As licenciaturas têm um grande índice de evasão.

Então, acho que nós precisamos pensar na oferta de disciplinas, de cursos, de expansão no ensino superior, mas atrelado a este debate do desenvolvimento do Brasil, para que a gente consiga colocar a universidade nesse patamar de conseguir produzir ciência, tecnologia, inovação com o selo do Brasil, com o selo brasileiro. E tenho certeza... Porque aqui, no Brasil, foi uma brasileira, a Jaqueline Goes, da Universidade Federal do Piauí, inclusive é uma brasileira negra, que sequenciou o genoma da covid-19 em 48 horas, em tempo recorde, foi um cérebro brasileiro. E o que acontece hoje é uma grande fuga de cérebros e grande perda de talentos, é isso que vem acontecendo na universidade. Então, nós precisamos pensar nesse papel estratégico da universidade.

E fico muito feliz, porque existe a possibilidade hoje de vir aqui falar sobre a expansão no ensino superior, porque, por muitos anos, nossa pauta do movimento estudantil, do movimento social era: "Tire a mão da federal", "Nenhum direito a menos", "A universidade não pode fechar a porta", e hoje nós podemos debater sobre a ampliação da universidade. E essa necessidade é crucial para que a gente consiga posicionar o nosso país num patamar em que se discutam as necessidades do Brasil diante dos desafios do mundo, mas precisamos atrelar ao debate de necessidade do desenvolvimento nacional. O acesso à universidade e a permanência dos estudantes na universidade, num debate claro da qualidade do ensino, porque, quando eu falo em 40% de EAD no ensino presencial, a gente fala, como foi dito aqui, de salas superlotadas e de professores que, inclusive, não são valorizados nesse ensino. Por exemplo, um professor de Pernambuco dando aula para o Brasil inteiro, inclusive alguns Estados com fusos diferentes, e o professor dando aula para 150, 200 estudantes numa sala *online*.

Qual é a qualidade que estamos tendo na nossa formação e quais serão os quadros técnicos que teremos no Brasil?

Nós temos um compromisso, para além do nosso sonho, que é acessar o ensino superior, permanecer no ensino superior e sair do ensino superior com diploma na mão. Nós precisamos falar sobre a qualidade do ensino e quais são esses profissionais que estamos formando.

É por isso que a UNE iniciou um debate sobre a reforma universitária, porque entendemos que o Reuni foi uma reforma universitária. Nós democratizamos o acesso ao ensino e expandimos as universidades brasileiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós entendemos que as cotas foram uma reforma universitária, porque com as cotas nós conseguimos democratizar o acesso e modificar a cara da universidade, como disse.

Nós entendemos que o Prouni e o Fies foram um tipo de reforma universitária e que, neste momento, nós precisamos dialogar com a reforma universitária estruturante, que toque no cerne do debate do que é a universidade, defendendo o seu tripé – o ensino, a pesquisa e a extensão – atrelado ao debate de qualidade e também de objetivos, do que queremos para o ensino superior brasileiro. Não é apenas para dizer: Olha, temos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MANUELLA MIRELLA – Vou concluir já.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) – Pode continuar.

A SRA. MANUELLA MIRELLA – Temos uma universidade para quê? Qual é o papel da universidade?

É isto que nós precisamos debater: o papel da universidade nessa reconstrução do Brasil. E acho que, só através de um debate profundo de reforma universitária é que conseguiremos fazer isso.

Nós da UNE vamos fazer uma caravana nas universidades, vamos rodar as universidades públicas e privadas em todo o Brasil, para conseguirmos ter um diagnóstico desses estudantes na universidade, quando se fala de ampliação de cursos.

Recordo-me, também, que precisamos debater, por exemplo, sobre obras que estão paralisadas nas universidades.

Antes de falar de ampliação de novos cursos e de novas universidades, precisamos fazer esse debate atrelado à finalização de obras e à construção de restaurantes universitários, para que a gente consiga falar de qualidade, e tendo os equipamentos necessários para fazer isso: Casa do estudante, RUs e todos os equipamentos que nos dão base para permanecer na universidade.

Acho que temos muito a contribuir com a reconstrução no Brasil. São nossas mentes, nossos jovens que estão nas universidades, que conseguiram e vêm conseguindo transformar a educação brasileira, cada um em sua profissão, mas entendemos o papel agora da universidade como um símbolo de resistência e de esperança para que mais jovens consigam entrar, permanecer e concluir os nossos cursos.

Eu gostaria de usar o meu tempinho final para falar de um tema que é muito sensível, porque, quando falamos sobre a qualidade do ensino na universidade, nós precisamos falar também sobre qual é a educação que nós estamos disponibilizando para esses estudantes, qual é a nossa fiscalização, referente a entender se esse ensino é de qualidade ou não, e, no que tange às universidades privadas, para as quais, hoje, não existe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhuma regulamentação – inclusive uma pauta nossa é a regulamentação do ensino superior privado, mas um caso recente foi o caso de estudantes de Medicina da Universidade de Santo Amaro, nos jogos internos, no Intermed, eles fizeram atos obscenos num jogo de vôlei, no jogo feminino. Isso mostra os profissionais, os estudantes de Medicina que estamos formando. E a universidade só se posicionou meses depois, graças à nossa pressão, do movimento estudantil, das redes sociais e das estudantes da universidade.

Então, é urgente que nós também possamos debater qual a qualidade do ensino nas universidades para a formação desses profissionais, desses estudantes, porque na universidade não se forma apenas uma profissão específica. Nós formamos cidadãos, nós formamos seres pensantes que têm sensibilidade crítica para conseguir exercer o seu papel na construção do Brasil, mas também para conseguirmos ter uma sociedade mais justa, igualitária, com pessoas sensíveis ao que acontece na sociedade.

E nós, da UNE, repugnamos o que aconteceu nesse Intermed, na Unisa, mas nós também estamos atentos para que consigamos atrelar o nosso modelo de universidade, que coloca no centro do debate a qualidade do ensino, a qualidade da pesquisa, a extensão como elemento fundamental para conseguirmos construir e fortalecer esse processo tão importante para o nosso país, que são nossas universidades, nosso patrimônio brasileiro, nossa ciência, tecnologia e inovação.

Então, se eu pudesse listar, a gente precisa diagnosticar, combater a evasão com permanência, regulamentar as universidades privadas, pensar na qualidade do ensino e concluir com bons profissionais para a reconstrução do nosso país, porque é fundamental que a gente continue tendo esperança na construção de um Brasil mais justo, igualitário e menos desigual.

Esse é o compromisso da União Nacional dos Estudantes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom, Manuella Mirella, que é Presidente da UNE.

Quero me associar também ao voto de repúdio, por aquilo que aconteceu e que você mencionou também, com estudantes do curso de Medicina e, ao mesmo tempo, lembrar... sabe, eu sempre lembro de um reitor da PUC do Paraná, já falecido, o Clemente Ivo Juliatto, um grande educador, também da Academia Paranaense de Letras, e ele dizia que a pessoa tem que sair da universidade, seja ela qual for, com dois diplomas: um diploma de profissional competente, capaz, conhecedor da área, que faça diferença no mundo, mas o outro diploma essencial é o diploma de cidadão consciente, democrático, crítico, que é exatamente o que você falou, em outras palavras, mas você falou de uma maneira bastante eloquente exatamente isso.

Temos que saber, olha... vai ser médico? Tem que ser um excelente médico, ou seja, conhecedor do que existe na área, mas, ao mesmo tempo, um ser humano, uma pessoa boa, um ser humano democrático, bom, do diálogo, do entendimento, da paz, principalmente para construir a paz. Paz é diálogo, parceria, entendimento, não é? Isso tudo conduz à paz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns. Muito bem, Giovana. Geovana, não é? Então, Geovana Reis, que vai agora também expor o seu ponto de vista.

Eu quero só lembrar que nós teremos a memória da reunião, que falamos, ficará disponível no *site* depois. Andréia e toda a equipe, que sempre nos auxilia, Andréia é secretária, e ficará disponível, com todos os pontos que você indicou muito bem também, Manuella, e os demais expositores também, para que isso seja enviado ao Conselho Nacional, ao MEC, para as instâncias que participarão do próximo debate sobre esse mesmo tema.

Então, com a palavra, Geovana Reis, que é professora de que área?

A SRA. GEOVANA REIS (*Fora do microfone*.) – Pedagogia.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pedagogia, que bom. E representante da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior, Básico, Técnico e Tecnológico (Proifes). Então, com a palavra, Profa. Geovana.

A SRA. GEOVANA REIS (Para expor.) – Bom, primeiro, boa tarde a todas e todos os presentes. Agradeço ao Senador Flávio Arns pelo convite à nossa federação, ao Proifes Federação.

O Proifes é uma federação que reúne sindicatos de docentes de universidades federais e também de institutos federais de educação no Brasil. Nós somos uma federação que completou recentemente 19 anos de existência e temos, ao longo desses 19 anos de existência, feito um bom debate em torno das questões, não só sindicais, mas também das questões específicas da área de educação, que é onde nós atuamos.

Parabenizo também o Deputado, opa, o Senador. A gente passa tanto tempo na Câmara e poucas vezes aqui no Senado, que a gente acaba acostumando, não é? Parabenizo o Senador pela realização e pela propositura desta atividade tão importante e desta discussão tão necessária.

Pensar, discutir sobre essa necessidade de a gente olhar para uma nova regulamentação, ou uma atualização da regulamentação da oferta de curso superior no Brasil, acho que ela se faz extremamente necessária, bastante oportuna e de grande relevância.

Então queria parabenizar a iniciativa, desejar sucesso nas próximas discussões que virão. O Senador já deixou aqui dito aqui para gente que vai ter novas discussões. Coloco o Proifes à disposição para continuarmos o debate, caso o Senador considere necessário.

E vou passar assim às minhas considerações, enfim. Primeiro, acho que uma coisa que já foi dita, mas eu quero ressaltar é que nós temos visto, na última quadra histórica, um processo de dois fenômenos que estão acontecendo, que têm nos trazido grande preocupação. O primeiro é esse fenômeno de uma...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje nós estamos finalizando, agora, este ano, o Plano Nacional de Educação. Nós estamos no último ano de execução do Plano Nacional de Educação, com a tarefa de elaboração de um novo plano, e estamos chegando à conclusão de que o atual Plano Nacional de Educação tem praticamente, quase todas as suas metas não cumpridas. E em particular, a meta que nos interessa aqui, que é a meta 12, a meta relativa ao ensino superior no Brasil, uma meta que, ainda que tenha tido avanços ao longo desses dez anos, ainda está distante do cumprimento daquilo que foi colocado, principalmente no tocante às matrículas no ensino superior no Brasil. Isso abre para a gente uma grande preocupação, porque nós vamos finalizar a década, finalizar o Plano Nacional de Educação, com um descumprimento, de certa forma, dessa meta tão importante, que é a meta de ampliação do acesso ao ensino superior brasileiro, reconhecendo todo o esforço e todo o sucesso que foi com a política de cotas e outras políticas que foram desenvolvidas ao longo desse tempo.

Essa situação fica mais grave porque a meta... Além de a gente não cumprir as matrículas de ensino superior, no percentual que estava indicado, ainda tinha uma questão agregada, que era uma ampliação no setor público ou nas instituições de ensino superior públicas, que, além do geral, também é agravada. Então, se a gente olhar para a meta como um todo, a gente olha a meta e vê que ela tem uma dificuldade grande, que não foi cumprida e que não será cumprida nos próximos meses, que é o que falta para a gente finalizar o plano.

Agora, a situação fica mais grave quando a gente associa isso com uma situação que já foi denunciada, de certa forma, pelas outras pessoas que participaram da fala antes de mim, que é a constatação de uma elevação crescente do número de evasão no ensino superior, particularmente no ensino superior público.

Eu sou professora de uma universidade pública, sou professora da Universidade Federal de Goiás, na área de licenciatura, trabalho com as licenciaturas, sou professora do curso de Pedagogia ou da Faculdade de Educação, mas trabalho, basicamente, também com as licenciaturas.

Eu discuto uma disciplina... A minha disciplina de trabalho se chama Políticas Educacionais na Educação Brasileira. Então, estou constantemente ligada a essa temática e aos desafios que circundam a discussão da licenciatura. Quando a gente olha para a realidade da universidade brasileira, tanto pública quanto privada – mas, evidentemente, que a pública, para mim, com uma maior preocupação, até porque sou de lá, fui formada lá e trabalho lá, acho que minha vida toda foi dedicada ao ensino público e fui professora também da educação básica pública –, é assustador a gente olhar, em pleno século XXI, em pleno 2023, e ver os índices de evasão que a gente tem sofrido nas universidades públicas brasileiras.

Claro que tem vários elementos que precisam ser estudados, que podem ter contribuído para isso, mas eu considero que, sem sombra de dúvida, um dos principais elementos para a constituição desse cenário foram os sucessivos ataques que as universidades públicas brasileiras vieram sofrendo nos últimos anos. Essa situação a que hoje a gente chega, de baixa matrícula associada a um aumento de evasão, coloca para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente um grande problema no qual a gente precisa mexer, precisa olhar para ele e, talvez, encontrar as melhores saídas.

Eu ouvi aqui a Profa. Fátima dizendo que é preciso a gente fazer com que os cursos superiores se tornem atrativos aos jovens brasileiros. É claro. Por isso, nós precisamos pensar sobre qual é a juventude brasileira hoje. Que juventude é essa que nós temos? Como é que ela está constituída? Quais são os seus desejos? O que a gente tem visto, muitas vezes, é que nós temos uma juventude capturada. Muito da nossa juventude hoje está capturada pela ilusão de que se tornar *youtuber* ou qualquer uma dessas ações de influenciador digital ou coisas nesse cenário vai lhe dar condição de melhorar a sua condição de vida, inclusive vai lhe possibilitar acesso a um mercado de trabalho diferenciado, que está sendo constituído, mas que abre para a gente que está na universidade ou que estamos num cenário de formação de professores e de formação de juventudes uma grande preocupação, porque todos nós sabemos o quanto isso é uma falácia. E ela é enganosa, porque, no cotidiano, quando a gente olha para essas situações, é facilmente perceptível que é uma cilada. E aí me preocupa muito ouvir proposituras para solucionar esse problema em que nós estamos começando a tocar.

Preocupam-me proposituras que falam em flexibilização curricular, por exemplo. Eu tendo a olhar para essa situação com um grau de preocupação, principalmente se eu olho para a experiência que nós estamos vivendo agora, recentemente, no ensino médio brasileiro. O ensino médio brasileiro, que está passando por uma grande crise... Este Senado já discutiu, a Câmara vem discutindo e isso tem sido pauta na sociedade brasileira de forma mais generalizada, a discussão acerca da revogação ou não do novo ensino médio. E me parece uma certa opinião, mais ou menos unificada, entre os vários setores que debatem esse assunto que exatamente esse ponto de flexibilização curricular é o ponto em que tem havido mais fragilidade do novo ensino médio.

Então, eu fico muito preocupada quando vejo, na tentativa de solucionar o problema de atração da juventude brasileira para os cursos superiores, a gente encontrar como solução uma medida que a gente já está vendo que, talvez, não está dando certo no ensino médio. Isso me traz uma preocupação. É claro que eu não sei, no detalhe, qual é a proposta de flexibilização curricular que está sendo construída, mas eu vejo como um sinal de alerta para que a gente pense mais sobre isso, sem deixar de reconhecer que a relação entre a licenciatura e o bacharelado sempre foi, historicamente, uma relação tensa, até certo ponto tensa.

Acho que precisamos aprimorar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GEOVANA REIS – Eu achava que dez minutos demoravam, mas passou rápido demais. Mas vamos lá!

Eu trabalho com as licenciaturas e acho que a gente precisa, Senador, aprimorar as análises sobre por que está havendo isso que a gente hoje está chamando de apagão em determinadas áreas da educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

básica. Acho que constatar os apagões, para a gente, é só o passo inicial. Agora, nós precisamos olhar com cuidado para perceber o que, de fato, tem gerado esses apagões e, para mim, um dos motivos, se não o único, mas o principal é uma desvalorização da carreira e da profissão docente.

Então, não vejo como a gente mexer nessa situação colocada, dos desafios para os cursos superiores brasileiros, sem mexer na valorização dos profissionais ou dos docentes que atuam tanto na educação básica quanto no ensino superior.

Então, são fundamentais políticas de formação, políticas de valorização dos professores que atuam tanto na educação básica quanto no ensino superior como uma questão, na minha opinião, central. Nós precisamos ter qualificação ou uma formação com uma qualificação garantida. Por isso, às vezes, a ideia de flexibilização curricular pode nos levar ao fenômeno de barateamento da formação – e a gente não pode ceder a isso – porque as demandas do mercado, a gente tem que olhar para elas, mas elas não podem ser o que vai definir a formação da juventude brasileira. Claro que ela faz parte, mas ela não pode ser o ponto principal.

Nós precisamos de uma juventude que consiga ser crítica, de uma juventude que consiga olhar para realidade e falar: olha, eu quero me movimentar com autonomia de pensamento. Para isso eu preciso de uma formação com qualidade, para isso eu preciso de curso superior de qualidade, para isso eu preciso de curso superior que não faça essas situações de você ter um docente numa sala virtual com 500 alunos.

É necessário, fundamental, que haja uma regulamentação da oferta de cursos superiores no formato EAD, e não só no formato EAD, o próprio presencial. É muito importante a gente regulamentar a oferta de cursos superiores, principalmente aí, basicamente, dos cursos das instituições privadas, que funcionam hoje com uma certa liberdade. Em relação a isso, nas universidades federais, nós temos um conjunto de regulamentações e também autonomia para fazer uma série de coisas, mas me parece que essa é uma luta muito grande.

Claro, construir políticas de permanência que, de fato, assegurem a permanência dos estudantes nas universidades, isso é fundamental. Sem essa política, nós teremos muita dificuldade de conseguir atrair esses jovens para um ensino superior brasileiro.

E eu queria deixar, nos meus minutos finais aqui, que estão acabando - menos de três - eu queria fazer um comentário sobre a fala do Prof. Ricardo, se não me engano, sobre a questão dos professores em dedicação exclusiva nas universidades federais. Eu me senti na responsabilidade de falar sobre isso, até porque sou uma professora de dedicação exclusiva de uma universidade federal brasileira, e acredito que, no cenário atual que nós temos, talvez essa condição seja a principal condição que assegura, que garanta que a qualidade do ensino ofertado pelas universidades federais brasileiras seja tão discrepante em relação à qualidade do ensino que é ofertado em várias universidades privadas deste país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não tenho nenhuma dúvida de que a manutenção da dedicação exclusiva é uma questão fundamental para que aquele profissional, seja do ponto de vista da sua formação técnica, seja do ponto de vista do seu compromisso profissional... Uma coisa é você ter assegurado a garantia da dedicação exclusiva, você ter assegurado, no nosso caso de instituição pública, a garantia do concurso; isso é fundamental. Evidentemente que, em determinadas áreas, a exigência da dedicação exclusiva parece com uma complexidade maior, como é o caso das áreas que o professor citou, no caso da medicina ou do direito. Não me parece que a solução dessa situação se dá pela quebra da dedicação exclusiva. Algumas universidades encontram alternativas a isso, como a contratação de professores em um regime, talvez, diferente do regime de DE.

Na minha universidade, por exemplo, nós acabamos de aprovar, no nosso conselho universitário, há uns meses atrás, a possibilidade da contratação de docentes no curso de medicina...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GEOVANA REIS – ... com uma carga horária ou com uma contratação diferente da DE. É permitido a contratação de docente com 40 horas sem dedicação exclusiva ou 20 horas sem dedicação exclusiva.

Não me parece que, para solucionar essas situações, o fim da DE ou a quebra da DE seja a solução. Por isso, eu quero deixar registrado a minha defesa veemente da dedicação exclusiva na educação superior do Brasil, quiçá para as universidades privadas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a sua participação, Profa. Geovana Reis, que representa o Proifes.

Só para dizer "salvo, melhor juízo", conforme os advogados falam, o Prof. Ricardo, ao ser referir – ele pode até mencionar – não defendeu a quebra da dedicação exclusiva ou a extinção; ele quis fazer uma relação com os procuradores, por exemplo, dizendo que os professores, de uma certa forma, são discriminados, porque lá existe a dedicação exclusiva, que é importante, vírgula – usando a palavra dele – , "salvo para exercer uma função de magistério", vamos supor, à noite, ou coisa semelhante, fora do horário.

Mas é uma coisa, muitas vezes, difícil, como você argumenta, na área da medicina, do direito, já exigiria muito mais, também, do que propriamente você trabalhar em escritório, ou consultório, ou defender uma causa. Isso vai demandar de você um tempo bem maior do que aquele de exercer, eventualmente, o magistério em alguma instituição.

Só para lembrar também às pessoas que nós não temos nenhuma proposta, aqui, de mudança legislativa ou coisa semelhante. Então, nós estamos fazendo esta audiência pública já para captar pontos de vista, que, numa memória de reunião, irão subsidiar os debates posteriores, para que, no final, a gente possa contribuir – não é, Manuella? –, por exemplo, com programas de assistência estudantil, o que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essencial, fundamental, para que os alunos permaneçam. Não é só ter o acesso, mas garantir a permanência desse estudante na instituição de ensino superior, porque ele precisa comer, precisa pagar um espaço, precisa ter o transporte, precisa comprar o material, precisa viver. Então, a gente está perdendo, entre aspas, "muitos recursos", pela falta de um programa, ele acaba se evadindo, porque tem que trabalhar.

E há pessoas, inclusive, que defendem que o Programa de Assistência Estudantil se estenda, eventualmente, para o ensino médio também, porque no ensino médio a pessoa tem que trabalhar, tem que ajudar a família, tem que isso, tem que aquilo...

A SRA. MANUELLA MIRELLA (*Fora do microfone*.) – O ensino integral, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, esse debate tem que acontecer, para a gente pensar como é que a gente pode ter uma formação melhor, o estudante ser auxiliado, ter um projeto de vida, e que isso seja sustentável também, para que possa o projeto de vida ser concretizado. Mas está muito bem.

Eu volto, para nós concluirmos essa audiência pública – porque aqui, daqui a pouco, também nós temos o Plenário aqui no Senado Federal –, à primeira expositora, a Profa. Fátima.

Vamos combinar, assim: no máximo, 5 minutos para algumas considerações que desejem fazer, tendo escutado todas as pessoas – não é? –, teremos o documento... E quero agradecer, inclusive, novamente, ao Conselho Estadual de Educação do Paraná, pela iniciativa, mas aguardando aqui também dados, estudos que a UNE tem, o Proifes, o Foncede – são todas instituições da mais alta relevância para o país, como também as universidades estaduais, municipais –, o debate já aconteceu. Que possam enviar para cá para que nós possamos, com isso, enriquecer o que foi dito na audiência.

Muito bem.

Então, eu passo, Fátima, para você de novo, Fátima Aparecida da Cruz Padoan, que já foi Reitora, também é Conselheira do Conselho Estadual de Estadual de Educação do Paraná e Presidenta, lá no Paraná, da Câmara de Ensino Superior.

Com a palavra, Fátima.

A SRA. FÁTIMA APARECIDA DA CRUZ PADOAN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador.

Quero dizer que todas as manifestações aqui também foram muito importantes para a nossa reflexão. Reitero que este espaço, este momento é muito rico para todos nós.

Nós temos, Senador, como nós conversamos, na oportunidade em que o senhor esteve lá no Conselho Estadual, algumas questões que queremos trazer. Que bom que nós teremos outros momentos para falar sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão da proposição da entrada pela área básica de ingresso, possibilitando que o aluno conclua o bacharelado e a licenciatura, é uma das questões que tem sido reiteradamente proposta pelas universidades estaduais do Paraná ao Conselho Estadual. Mas também tem outras questões que nós trazemos, que o senhor até mencionou, que é em relação aos demais cursos, os cursos de Engenharia, por exemplo, sobre inovar, ter a possibilidade de inovação dessas propostas.

A gente percebe que o nosso aluno modificou. E nós temos que acompanhar isso, lógico que com toda a garantia da excelência do ensino. E eu tenho convicção de que as nossas universidades, sobretudo as nossas universidades federais, estaduais e municipais, têm um compromisso com a excelência do ensino, com a formação acadêmica. E é isso que nós buscamos.

O Conselho Estadual tem feito, por meio da Câmara de Ensino Superior, toda a Câmara tem desenvolvido um estudo para levantar as causas, junto às universidades, de evasão dos alunos, de não ocupação de vagas. Temos um trabalho bastante sério sendo desenvolvido para que as universidades, os cursos possam se manifestar em relação àquilo que eles entendem que são os motivos que levam o aluno a não buscar o curso ou a se evadir do curso.

Então, isso tem sido um estudo que nós estamos desenvolvendo. Já tivemos a oportunidade de falar um pouco com o Senador a respeito disso.

E tenho certeza de que o nosso Conselho, assim como todos os representantes aqui que estão presentes, poderá contribuir muito para este debate.

O que nós entendemos é que é um momento ímpar, Senador. Voltar a poder discutir o nosso ensino superior, voltar a discutir a ciência é algo que nós precisamos muito.

Nós temos profissionais competentíssimos para isso. E tenho certeza de que, juntos, nós vamos conseguir fazer, sim, com que o nosso ensino seja cada vez mais de qualidade, enfim.

Sobre também o que o senhor disse, haverá um momento em que nós discutiremos sobre a assistência estudantil. Também é algo – até por isso que o senhor, com muita sensibilidade, traz isso novamente – que vem nos preocupando muito. E o Conselho Estadual do Paraná novamente estará, caso seja convidado, participando de mais esse momento.

Muito obrigada pela oportunidade, Senador.

Nós nos colocamos à disposição, sempre, para contribuir com a discussão do ensino superior no nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, então, Profa. Fátima Aparecida Padoan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Transmito um grande abraço a todos os membros do Conselho Estadual, lembrando a todos que, no Paraná, são sete universidades estaduais. Sete, em 40, 50 – não saberia dizer o número exato – campi, com extensões pelo Paraná. E são quatro universidades federais. A própria Universidade Federal do Paraná; a UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná), antigo Cefet; a Universidade da Fronteira Sul, que é uma articulação – Rio Grande Sul, Santa Catarina e Paraná –; e a Unila, em Foz do Iguaçu, além do instituto, com vários campi também, que estão espalhados pelo Estado, e com muita qualidade, aliás, porque os institutos federais no Brasil não ficam devendo nada para avaliações que sejam feitas em países desenvolvidos, também, economicamente, não é?

Então, o Prof. Ricardo, que é do Foncede, já teve a participação, e também estava com problemas na internet.

Passo a palavra ao Prof. Odilon Máximo de Morais, que é Presidente da Abruem (Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais).

Com a palavra, Prof. Odilon.

O SR. ODILON MÁXIMO DE MORAIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Nossos agradecimentos...

Estão me ouvindo?

Nossos agradecimentos ao Senador Flávio Arns, por essa propositura, juntamente com o Conselho Estadual da Educação, Profa. Fátima Padoan, e a todos do Conselho Estadual da Educação. Nosso abraço também aos reitores e reitoras das nossas universidades do Paraná, muito importantes na nossa Associação de Reitores, na Abruem.

Quero dizer que esse debate, de fato, é necessário. Foi colocada aqui a necessidade de reflexões sobre a reforma do ensino médio. Claro, o ensino médio, do jeito que estava, estava muito ruim. A reforma era necessária – talvez não, a reforma como ela foi feita, e, principalmente, a implantação da reforma num período em que nós não tínhamos um Governo preocupado com a educação.

Então, a implantação do novo ensino médio, no momento, não foi muito favorável e, de fato, o "revogaço" é o caminho para isso, mas nós também precisamos repensar nossas universidades; repensar o papel das nossas formações, das nossas licenciaturas; pensar como tornar nossas universidades mais atrativas para os jovens do presente, com uma outra característica. Nossa universidade precisa se atualizar em determinados processos.

Então, eu acho que esse debate é necessário, por toda a responsabilidade com que deve ser feito; que não fragilizemos as formações de professores; que a formação de professor possa ter sempre o cuidado e o zelo com que se tem dado nesses últimos anos, para que formemos excelentes profissionais da educação. Mas acredito que possamos achar também outros caminhos para evitar esses apagões que se anunciam para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a formação de professores, seja de uma segunda licenciatura, seja da permissão de segunda formação, para quem já é bacharel, na área de engenharia ou em outras áreas que queiram entrar, por exemplo, na licenciatura em matemática, em física, em outras áreas.

Então, que a universidade esteja aberta às novas possibilidades. Acho que é isso que foi proposto aqui inicialmente pela Fátima, pelo Conselho Estadual de Educação, pelo Senador Flávio, que a gente possa criar um pensamento, uma reflexão de como garantir que essa formação possa se dar dentro daquela diversidade, como foi apontado inicialmente. De repente, se entrar na licenciatura, você também ter a possibilidade, sem o ingresso em um novo vestibular, dentro de um bacharelado.

O próprio Senador Flávio Arns apontou isso. Às vezes você entra no curso, você não tem muita clareza de como é o curso, se aquele curso é o que você quer. Então, muitas vezes você tem uma evasão que é muito forte por essa falta de identificação com o curso. Se o aluno tem possibilidades, ao longo do curso, de fazer outras trajetórias – seja para um bacharelado, seja para outras opções –, que a gente não perca esse aluno, porque o investimento público é um investimento que é feito por nossos estados, pelo Governo Federal. Que a gente possa garantir que o aluno entre, que ele permaneça e, principalmente, que ele saia com uma qualidade na sua formação e tenha uma oportunidade de emprego e transformação de sua vida.

Então, é isso. Parabéns a todos. Que a gente possa avançar neste debate, claro trazendo tudo o que foi apontado aqui nessas falas.

Quero aqui parabenizar, inclusive, a UNE pela sua fala belíssima, quando se trazem os cuidados com a permanência dos nossos estudantes, a permanência e a garantia das condições de tornar a universidade um espaço mais democrático, de inclusão. Que possamos, portanto, fortalecer uma universidade pública, gratuita, claro, e de muita qualidade para o povo brasileiro, que tanto necessita de uma educação forte e com qualidade.

Abraço, parabéns por essa iniciativa e que a gente possa ir prolongando esses debates sobre as formações e ofertas de cursos de ensino superior no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a você, Prof. Odilon, Presidente da Abruem.

Eu quero destacar que os temas levantados como desafios no Brasil estão sendo abordados pela Comissão de Educação.

O novo ensino médio foi constituído no início do ano, em uma subcomissão na Comissão, presidida pela Senadora Teresa Leitão, de Pernambuco; e a relatoria dessa subcomissão é da Professora Dorinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, foram feitas... Professora Dorinha é Senadora, Professora Dorinha Seabra. Porque não é só... é Senadora, de Tocantins, conhecida de todos e todas. O relatório vai ser apresentado também.

O Plano Nacional de Educação, que se encerra no ano que vem. Até a UNE participou, a Ubes e o Foncede também participaram. Nós já tivemos aqui umas dez audiências públicas sobre o Plano Nacional de Educação, para não esperar: "Ah, terminou. Agora vamos começar a debater". Inclusive, um dos dados importantes é um levantamento que a Campanha Nacional pelo Direito à Educação realizou, que são os dados – não me lembro exatamente da palavra – que são os desagregados, para ver como é que o Plano Nacional – a Geovana se referiu à meta do ensino superior – aconteceu, não no Brasil, mas nessa comunidade indígena, nessa comunidade quilombola, nessa de educação no campo, até para você não pensar só no conjunto, mas pensar também em outras coisas.

O Sistema Nacional de Educação a gente já aprovou, no Senado, aqui também, e a segurança escolar foi um debate que aconteceu. E, de fato, quando a gente pensa, a gente está proibido de usar a palavra, eu me esqueci de falar antes, flexibilizar, porque a Geovana falou antes, eu digo, olha, vamos achar outra palavra porque o pessoal está traumatizado com a palavra flexibilizar, nem em percurso formativo também, que é outra coisa também que não dá para falar, porque a coisa...

Agora, temos a Frente Parlamentar do Ensino Técnico e Profissionalizante e a Subcomissão da Alfabetização na Idade Certa, então, nós vamos nos aprofundando nesses temas.

E, no tema aqui – eu quero só dizer que é o ponto de vista da Comissão –, o que tem que ser valorizado? Tudo: é a caminhada educacional, da creche à pós-graduação.

E até o Presidente do Senado Rodrigo Pacheco usa uma expressão, que eu também utilizo, que de 0 a 18 anos, que é a educação básica, de 0 a 18 anos, nada pode faltar, nada poderia faltar: transporte, merenda, valorização do magistério, conectividade, infraestrutura. "Ah, mas isso vai...". "Vão ser necessários R$100 bilhões". Serão os R$100 bilhões mais bem investidos. Aí muda tudo, porque a pessoa até vai... "Não, eu quero melhorar, quero ir para o ensino superior". Ela opta.

O que falta também, não sei o que a Manuella acha, mas é um projeto de vida, porque ao final do ensino fundamental, os alunos com 14 anos, 15 anos, vão ter que escolher o que fazer no ensino médio, mas tem que haver um debate anterior. Muita gente, no Brasil, trabalha nesse sentido, por projeto, vamos pensar, vamos discutir, vamos chegar a conclusões. O Brasil é tão diverso, um projeto de vida aqui, no Amazonas, no Pará, na periferia, no centro urbano, numa comunidade vulnerável. Como é que a gente pode ter um projeto de vida para que o ensino médio já comece a reforçar essa ideia?

Mas eu passo a palavra, então, à Manuella, que é Presidente da UNE, agradecendo, ao mesmo tempo, a presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MANUELLA MIRELLA (Para expor.) – Muito obrigada, agradeço novamente ao Senador Flávio Arns, é com o maior prazer que a UNE vem aqui.

Sempre falo, a UNE é uma entidade que ocupa as ruas, a sala de aula, o chão da universidade, mas também esses espaços aqui que são tão importantes de decisão e discussão sobre o futuro da universidade.

Bem, primeiro, quero parabenizá-los pela qualidade do debate. Acredito, inclusive, que esta Comissão aqui é fundamental para que a gente consiga, juntos, pensar nas melhorias que a educação brasileira merece.

Primeiro, eu queria reforçar o que disse o Senador aqui, que citou um pouco sobre essa questão do ensino médio e da perspectiva de vida. Nós também acreditamos que o estudante, quando sai da escola, e na sua grande maioria pública, possa ter a possibilidade de escolher se quer ir para a universidade e não ser fadado, estatisticamente falando, a não ir para a universidade. E não vai para a universidade por quê? "Porque você não vai conseguir entrar na universidade".

Conseguimos aprovar a Lei de Cotas. Hoje, alguns estudantes desse recorte estão fadados a não permanecer na universidade, porque, como foi dito aqui, e reforço, para estar na universidade precisa pegar um ônibus, precisa se alimentar, precisa pagar uma xerox, um material.

Quando se fala da democratização do acesso, a gente teve grandes avanços. É necessário que entre no centro do debate a discussão sobre a democratização da permanência, porque nos liga um alerta sobre qual é a universidade que teremos no futuro, visto que os estudantes que evadem da universidade, em sua grande maioria, são estudantes de baixa renda, estudantes de escola pública, estudantes negros e negras, em sua grande maioria cotistas.

Por isso, acreditamos que é necessário falar sobre a ampliação do acesso. É fundamental que a gente consiga dar perspectiva para que os jovens que queiram ingressar no ensino superior tenham condições para fazer isso. Precisamos debater profundamente a permanência dos estudantes na universidade, não só como disse aqui, porque acredito que, quando se fala sobre a ampliação de cursos e a ampliação do ensino superior, fala-se – reforço – sobre a ampliação também do que temos hoje, da universidade que temos hoje, essa universidade que precisa, urgentemente, de atenção, para que a gente consiga garantir um orçamento para as universidades, para que a gente consiga falar sobre contratação de professores.

Vou utilizar esse espaço aqui para dar um exemplo do que está acontecendo na USP, na Universidade de São Paulo. Ontem, aconteceu uma assembleia com centenas de estudantes, porque, hoje, existe um problema na USP: mais de cem professores não são contratados e cursos podem deixar de existir. Isso não é uma realidade que aconteceu anos atrás, está acontecendo agora. Algumas universidades não estão contratando professores e cursos podem deixar de existir. Isso é um caso que não acontece só na USP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando se fala sobre um professor dar aula para 500, ou mil estudantes, sem ter essa relação ensino/aprendizagem, o que acontece? Na universidade privada, quando se fala sobre o ensino superior, no formato presencial, mas em aulas EAD, a gente fala sobre a precarização do ensino. É urgente que a gente consiga olhar para esses casos, com muita responsabilidade, para que a gente consiga tratá-los e resolvê-los.

Então, acho que a nossa permanência está ligada à garantia do acesso. Inclusive, Senador, queria reforçar que está, aqui, nesta Casa, a discussão sobre a renovação e aperfeiçoamento da Lei de Cotas. Existe, inclusive, um ponto na renovação da Lei de Cotas que fala sobre os estudantes cotistas terem prioridade nas bolsas de permanência.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MANUELLA MIRELLA – Estou concluindo.

Isso é um fato importante.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) **–** Pode ficar tranquila. Só estou dizendo que o Senador Paulo Paim é o Relator da matéria.

A SRA. MANUELLA MIRELLA – Isso, é o Relator. Ontem, a gente estava, em audiência com ele, nesta Casa. Inclusive, é muito importante que a gente consiga se unir, para aprovar a renovação da Lei de Cotas em seu formato aperfeiçoado. A Lei de Cotas, como disse, que garantiu e revolucionou a cara da universidade, precisa continuar fazendo isso. As cotas abriram portas, continuam abrindo e precisam continuar abrindo portas.

Por fim, o modelo do ensino. Acreditamos que precisamos ter uma educação transversal e emancipadora e precisamos garantir que esse estudante chegue, com o seu diploma na mão, no final do seu curso.

Mas queria provocar aqui um debate importante, para que a gente consiga também debater o caso do ensino superior no Brasil atrelado ao acesso ao emprego, ao acesso à renda. Eu acho que é um debate fundamental, porque, para muitos estudantes – inclusive, isto é uma característica da evasão universitária no Brasil –, um, há dificuldade de permanência; dois, os estudantes não se inscrevem na universidade, não têm vontade de permanecer, porque não têm emprego. Para que vai entrar na universidade?

Então, precisamos posicionar também o papel da universidade nesse processo de reconstrução do Brasil colocando no centro também o debate de emprego e renda, porque isso fala sobre dignidade, fala sobre esse estudante ter perspectiva de exercer sua profissão ao fim do seu curso, e é fundamental que a gente consiga fazer isso juntos.

Por fim, quero deixar a União Nacional dos Estudantes à disposição dessas discussões. Como disse, estamos tratando da reforma universitária, dialogando com muitos estudantes, mas acreditamos que o papel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da educação no Brasil e em qualquer outro país é revolucionário. Nenhum país no mundo conseguiu se desenvolver sem investir, sem discutir educação, e este é o compromisso da UNE. E acreditamos também que o Senador e os convidados que estiveram aqui compartilham desse mesmo compromisso. Só a educação muda vidas, e a gente vem fazendo isso, e temos muito a avançar, mas seguiremos juntos.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço de novo a você, Manuella, pela participação, eloquente, certeira e muito importante.

Eu quero só fazer justiça também à Senadora Leila Barros, porque nós já havíamos definido audiências públicas aqui na Comissão sobre a Lei de Cotas por solicitação da Senadora Leila Barros, mas no meio-tempo foi aprovado o projeto na Câmara. Então, para ser apreciado o mesmo projeto, numa articulação, que até então nós conversamos tanto com a Leila quanto com o Senador Paulo Paim, porque o Paulo Paim, historicamente, é o Relator também dessas matérias e a Senadora Leila também é muito relacionada com o Paim, e não houve problema algum para ele relatar a matéria. Está em boas mãos.

Então, passo agora a palavra à Geovana Reis, da Universidade Federal de Goiás.

Em primeiro lugar, seja muito bem-vinda.

E também representando a Proifes.

A SRA. GEOVANA REIS (Para expor.) – Bom, Senador, então, novamente, eu queria agradecer o convite, dizer que foi muito enriquecedor estar aqui esta tarde, no Senado, ouvindo tantas contribuições, porque acho que qualifica toda a atuação nossa, da Proifes e também de todas as entidades que estiveram aqui e também a Comissão de Educação, e dizer que a finalização desta audiência só reforça aquilo que eu disse no início, da relevância e da pertinência deste debate. Ainda que não exista um projeto de lei pensado inicialmente, me parece que a forma como V. Exa. está encaminhando a discussão é a mais adequada. O senhor está dialogando com as entidades, ouvindo as entidades, ouvindo a população de certa forma, para tentar, com isso, construir um projeto de lei que, no seu desenrolar, me parece ter mais possibilidades de tramitar com tranquilidade e ser aprovado sem maiores percalços.

Então, eu queria parabenizá-lo pela metodologia escolhida, dizer que o Proifes tem contribuições a dar, e estamos à disposição caso a Comissão de Educação sinta a necessidade, nessa temática específica e também em outras temáticas que discutem tanto aspectos relacionados com as questões de educação quanto as questões trabalhistas mais especificamente, uma vez que somos uma federação de sindicatos, e também em outras temáticas, como temáticas de questões de raça, gênero, sexualidade, nós temos produção, pesquisas e atuação também nesses campos, além da tradicional, salário, carreira, valorização do trabalho, emprego, enfim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, só para abarcar, me parece que, nesse debate, não dá para a gente não pensar que discutir sobre o ensino superior no Brasil e cursos superiores no Brasil, qualquer tipo de reformulação, atualização ou como venhamos a chamar o processo, parece-me, passa necessariamente por uma discussão de fazer este movimento de forma dialogada com essa juventude que nós temos hoje no Brasil – que juventude é essa. Então, uma sugestão para a Comissão é dialogar com pesquisadores que hoje olham, que estudam essa juventude brasileira, mas também me parece que é muito fundamental que a discussão sobre ampliação ou não, reconstrução – não sei se... não estou encontrando uma palavra melhor – passa, parece-me, com uma preocupação grande do fortalecimento dos cursos superiores das instituições públicas brasileiras, sejam elas federais, estaduais ou municipais.

Ao longo da história educacional brasileira, o que a gente viu, desde a década de 60, no Brasil, foi que a gente teve uma ampliação de acesso ao ensino superior brasileiro pela via da iniciativa privada. Tanto é que, se nós pegarmos hoje as matrículas, nós vamos encontrar uma discrepância muito elevada entre o número de matrículas nas instituições privadas em relação às instituições públicas. Então me parece que, se nós estamos pensando em construir um processo de formação de uma juventude que consiga pensar no Brasil no sentido de ser uma nação independente, de ser uma nação solidária, justa, nós precisamos fortalecer as instituições públicas. E aí qualquer movimento de discussão sobre novos cursos ou de reformulação...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GEOVANA REIS – ... para tornar esses cursos mais atraentes para a juventude brasileira, precisa, na minha perspectiva, passar por uma preocupação de fortalecimento, de reconhecimento e de ampliação do espaço das instituições públicas de ensino superior no Brasil. Acho que, em qualquer medida que a gente venha a fazer, essa tem que ser uma preocupação, na minha opinião, central. As instituições privadas neste país, no ensino superior brasileiro, já tiveram, ao longo dos últimos 50 anos ou mais, bastante favorecimento, no sentido de ampliação da oferta de cursos superiores.

Então, eu acho que é uma preocupação que esta Comissão... nós deixamos aqui como uma sugestão aí para a Comissão, e queremos dizer que estamos à disposição para novas discussões. E parabenizamos o Senador por esta brilhante audiência.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço à Profa. Geovana Reis, da Proifes e Professora da Universidade Federal de Goiás.

E quero dizer também que, durante a pandemia, a Comissão de Educação teve também uma Subcomissão organizada que se denominou Educação na Pandemia, e foram 20 audiências públicas. E, fruto dessas audiências públicas – a UNE participou, a Ubes, todas as instituições participaram –, foram identificadas seis áreas básicas e sem um projeto também. Mas eu diria que o relatório final apontou com muita clareza aquilo que deve acontecer no Brasil na educação. Não houve uma ênfase tão grande para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ensino superior, na época, mas houve também, entre os quais assistência estudantil, trazida com muita veemência pelo Frei David, também mostrando a importância disso. Mas seis áreas e a valorização do magistério, obviamente, que está no meio da carreira docente, e dos profissionais da educação, as outras áreas também, acesso, permanência, mas com os itens já bem elencados, conectividade, infraestrutura, recomposição da aprendizagem, porque ainda é um desafio, mesmo não tendo pandemia, nós não podemos ter essa distorção, como a gente chama, idade/série, porque nós temos que ter mecanismos para colaborar, ajudar a gurizada que tem alguma dificuldade maior.

Você é da pedagogia também, eu sou colega seu, eu sou da Federal do Paraná, então somos colegas, estamos juntos nos desafios.

Eu só quero que o pessoal da Proifes mostre aqui para a televisão do Senado, porque eu disse Proifes-Federação, estava só na mesa, mas assim. Podem ficar de pé porque aí vocês aparecem junto atrás. Proifes-Federação, olhem lá para o Brasil inteiro ver o que vocês trouxeram. Parabéns e bom trabalho!

Quero agradecer à Andréia e a todo o pessoal da Secretaria da Comissão de Educação, aos meios de comunicação do Senado, cumprimentar os expositores e expositoras novamente, de maneira muito particular a Fátima, o João Carlos, que são do meu estado, então tenho que cumprimentá-los efusivamente, vocês também, efusivamente. Agradeço a todos que participaram presencialmente ou à distância, remotamente.

E vamos em frente. A gente tem que batalhar, lutar, se unir a favor de uma educação de qualidade, democrática, que enalteça a cidadania o tempo todo, que os estudantes e educadores sejam protagonistas, que tudo isso aconteça para o bem do nosso país. O único caminho possível é a educação, educação e mais educação, não é verdade?

Agradeço novamente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 65ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às dez horas e dois minutos do dia vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e três, no Plenário Virtual de Comissão, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Flávio Arns, Mauro Carvalho Junior, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 43/2023 - CE, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Debater o cumprimento da Meta 7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024. **Participantes:** Sra. Ana Beatriz Nunes Pereira Goldstein, Presidente da Comissão Permanente de Paz nas Escolas do Distrito Federal da Secretaria de Educação do Distrito Federal; Sra. Juliana Fleury, Presidente da Associação pela Saúde Emocional (ASEC); Sra. Débora Greice dos Santos Goes, Coordenadora da Comissão Executiva do Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola (CRECE); e Sra. Elizabeth Guedes, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP) e da Rede Mondó. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 66ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e três minutos do dia vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Leila Barros, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Fabiano Contarato, Mauro Carvalho Junior, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Romário, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda do Senador Marcos do Val, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Teresa Leitão, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 63ª, 64ª e 65ª Reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 756, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre Educação Integral e estabelece diretrizes para a sua implementação na educação básica." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CE, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva nº 1 – CE. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2529, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Arraial do Cabo, no Estado do Rio de Janeiro, o título de Capital Nacional do Mergulho." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 704, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, para garantir a reserva de vagas para pessoas com deficiência." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pelo arquivamento. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 4539, de 2020 - Terminativo -** que: "Dá os nomes de "Mestre Cunha" e "Hiran Bichara Gantus" às pontes sobre o rio Itacaiúnas, na rodovia BR-230, situadas no município de Marabá, Estado do Pará." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (*Ad hoc*), substituiu Senador Vanderlan Cardoso. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 108, de 2023** que: "Requer audiência pública em conjunto com a CAS e CDH para ouvir as principais redes sociais e plataformas de mídia sobre a possibilidade da utilização da inteligência artificial e algoritmos na busca por uma alternativa que possam diminuir a avalanche de atos de violência que estamos enfrentando no nosso Brasil e também os altos índices de suicídio, mantida a lista de convidados já aprovada por aquelas comissões, com a inclusão de mais dois convidados: representantes do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 109, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 99/2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- CE, seja incluída a convidada Dra. Isabel Cristina Malta Garcia Makishima, escritora, psicóloga e pesquisadora técnico-científica em Neurociência." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 110, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a instituição do "Dia Nacional do Mineiro de Subsolo", a ser celebrado, anualmente, no dia 10 de setembro." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 66ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 26/09/2023.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 63ª, 64ª e 65ª Reuniões, realizadas em 19, 20 e 22 de setembro, respectivamente.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Informo que os itens da pauta que tratam de matérias relativas a assuntos honoríficos e exigem quórum de maioria absoluta para sua aprovação serão votados nominalmente, em bloco – hoje, temos só uma votação, então não vai ser em bloco, mas, com a abertura do painel eletrônico. Se não houver discordância, eventualmente, do Plenário, votaremos em bloco, como de hábito fazemos, os demais itens que porventura vierem a exigir votação nominal.

Fica retirado de pauta o item 3 a pedido da Relatora.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 704, DE 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, para garantir a reserva de vagas para pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Romário (PSB/RJ)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pelo arquivamento)

Passamos, então, ao item nº 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2529, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Confere ao Município de Arraial do Cabo, no Estado do Rio de Janeiro, o título de Capital Nacional do Mergulho.

Autoria: Deputado Gutemberg Reis

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 07/07/2022, 14/07/2022, 18/04/2023, 23/05/2023 e 30/05/2023.

Quero cumprimentar o Senador Romário e dizer a todos que estamos muito felizes com a sua recuperação também. Felizmente, com saúde também, que é o principal.

Concedo, então, a palavra a V. Exa., Senador Romário, para a leitura do relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Bom dia, Presidente. Bom dia, Sras. e Srs. Deputados. Bom dia a todos que nos ouvem e nos veem. Obrigado aí pelas palavras.

Presidente, vem aqui à CE o Projeto de Lei nº 2.529, de 2019, de autoria do meu amigo e irmão Deputado Federal Gutemberg Reis, do Rio de Janeiro, precisamente da cidade de Duque de Caxias, o qual propõe que seja conferido ao Município de Arraial do Cabo, no Estado do Rio de Janeiro, o título de Capital Nacional do Mergulho.

Análise.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição a esta Comissão, no que respeita à constitucionalidade e juridicidade, não há qualquer óbice ao texto do projeto.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

No que se refere ao mérito, destaca-se que o autor da matéria enfatiza que Arraial do Cabo tem se especializado em oferecer atividades de mergulho certificadas, ou seja, seguras, a milhares de turistas, apresentando verdadeiros tesouros no fundo do mar. Conta que as águas frias e cristalinas da região provocam o fenômeno da ressurgência, trazendo nutrientes que são a base da riquíssima cadeia alimentar marinha do local. Neste ambiente são oferecidos aos turistas mais de duzentos pontos de mergulho e dezenas de naufrágios catalogados e uma ótima visibilidade, dada a transparência do mar, possibilitando boas condições para esta prática em qualquer época do ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, entende-se justa e meritória a iniciativa ora proposta.

O voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.529, de 2019, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Romário pela leitura do relatório.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

E já passamos para a votação nominal, porque é o único item da pauta que vai exigir votação nominal.

E quero inclusive dizer que o Senador Romário também, no caso, é autor do item 3 da pauta, que foi retirado a pedida da Senadora Leila, num entendimento com o Senador Romário, para ver o relatório de uma maneira em que possamos pensar também na aprovação do projeto. Eu acho que é sempre um desafio importante cuidarmos especificamente dos direitos da pessoa com deficiência.

O Senador Romário tem uma caminhada bonita, importante e necessária para o Brasil nessa área. Então, esse item será apreciado na próxima semana também.

Mas temos agora o item nº 2, do qual V. Exa...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, só quero fazer um agradecimento aqui à Senadora Leila, por ter retirado de pauta e por estar dando a oportunidade de a gente repensar sobre um assunto realmente bem importante e relevante para o nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Rediscutirmos. Exatamente. (*Pausa.*)

Então, eu solicito à Secretaria que abra o painel.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está em votação o Projeto de Lei nº 2.529, de 2019, nos termos do relatório apresentado pelo Senador Romário.

Os Senadores que votam com o Relator, o Senador Romário, votam "sim".

Já é possível votar e o painel está aberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos também adotando uma ideia que já vem sendo também utilizada na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), em relação aos membros da Comissão de Educação, dizendo sempre para o grupo da Comissão qual é o item que está sendo votado e qual o encaminhamento que foi dado.

Então, já temos *online* aqui também no grupo, porque as pessoas têm que participar de inúmeras reuniões ao mesmo tempo. Já há a informação de que a reunião foi iniciada; em leitura o relatório item 2, que foi relatado pelo Senador Romário; discussão encerrada do item 2; e aberto o painel para votação nominal do item 2.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar pelo aplicativo também, caso tenham colocado o nome no painel anteriormente.

Então, eu peço também às assessorias dos Senadores e Senadoras para poderem entrar em contato, porque o quórum é bastante bom, grande.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, só como curiosidade: para ser aceito o projeto tem que ter, no mínimo, quantos votos?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Quatorze, a presença de 14. Mas já vamos conseguir também. Habitualmente temos conseguido.

Nós vamos passar, enquanto isso, aos requerimentos, à leitura deles também.

Item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 108, DE 2023

- Não terminativo -

Requer audiência pública em conjunto com a CAS e CDH para ouvir as principais redes sociais e plataformas de mídia sobre a possibilidade da utilização da inteligência artificial e algoritmos na busca por uma alternativa que possam diminuir a avalanche de atos de violência que estamos enfrentando no nosso Brasil e também os altos índices de suicídio, mantida a lista de convidados já aprovada por aquelas comissões, com a inclusão de mais dois convidados: representantes do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Porque, na verdade, todos esses itens que estão sendo abordados se referem, por um lado, à saúde – então tem que haver o representante –, em termos de suicídio, da promoção de saúde mental, da geração de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde mental, e, ao mesmo tempo, se referem muito aos próprios alunos das escolas, donde a necessidade de haver o representante do Ministério da Educação.

Seria só reforçar a audiência com os representantes desses ministérios, que não constavam do requerimento original.

Então, está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votaremos na sequência em bloco.

Item 6.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 109, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 99/2023 - CE, seja incluída a convidada Dra. Isabel Cristina Malta Garcia Makishima, escritora, psicóloga e pesquisadora técnico-científica em Neurociência.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Então, é um acréscimo de nome para a audiência pública.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

O requerimento será, a exemplo do anterior, votado em bloco.

Temos mais um requerimento, não é? (*Pausa.*)

O Senador Esperidião Amin não está presente, mas a gente subscreve também.

Como? (*Pausa.*)

Pediu para esperar o item 7? (*Pausa.*)

Ah, tá bem, então aguardamos um pouco. Caso ele não venha, a gente tem a condição de subscrever também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só quero saudar também a Professora Dorinha, Senadora Professora Dorinha, Vice-Presidente desta Comissão de Educação e Cultura.

Já entraremos, a seguir, no item nº 1 da pauta, que já constou da nossa pauta na semana passada e que faz parte também da pauta desta semana.

Estamos em votação nominal do item nº 2. (*Pausa.*)

Senador Efraim Filho, Senador Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Leila Barros, Senador Wilder Morais, Zenaide Maia, Augusta Brito. Eu não voto também, porque estou presidindo. Fabiano Contarato e Senador Hamilton Mourão.

Estamos já com dez votos no painel e precisamos de mais quatro votos. (*Pausa.*)

Lembro também a todos e todas, membros da Comissão de Educação, que, hoje à tarde, teremos uma audiência pública interativa – não é, Senadora Professora Dorinha? –, com a finalidade de debater e analisar a reforma tributária, que atualmente tramita no Senado Federal, à luz dos seus impactos para o setor da educação particular.

Lembro a todos que nos acompanham que a reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Lembro que essa audiência então será às 14h30 e é muito importante, porque temos sido procurados pelo setor da educação particular, com uma preocupação grande em relação à tramitação da reforma tributária aqui no Senado Federal e os eventuais impactos que, no final, acabam recaindo sobre a população, em termos da reforma tributária.

Como já alcançamos o quórum necessário para o item 2 da pauta, pergunto se todos os Senadores presentes já votaram. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Peço à Secretaria que abra o painel para a verificação dos votos.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Votaram SIM 13; NÃO, nenhum.

Nenhuma abstenção.

Total: 14.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Quero agradecer a todos os Senadores e Senadoras que votaram "sim".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos a V. Exa., Senador Romário.

Passamos ao item nº 1 da pauta.

A Senadora Professora Dorinha também é Relatora de vários projetos na CAE hoje. Não sei se já relatou, mas...

Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 756, DE 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre Educação Integral e estabelece diretrizes para a sua implementação na educação básica.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações: *1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 19/09/2023.*

Concedo a palavra a V. Exa., Senadora Professora Dorinha Seabra, para a leitura do relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, todos que nos acompanham.

O tema sobre a educação integral é extremamente importante. Recentemente, o ministério lançou um programa tratando da educação de tempo integral. Na verdade, o tempo parcial é praticamente uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação, um arremedo que nós temos no Brasil, mas o tempo de permanência na escola é o que nós temos que ter como meta e não como uma exceção, que é o que é hoje, a ampliação desse tempo.

O voto está disponível. Nós tiramos de pauta na semana passada. Recebemos algumas sugestões do Ministério da Educação, que foram acolhidas.

Eu consulto se posso ir direto ao substitutivo, porque o texto, a análise toda já está... O texto está disponível para todos que querem acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – E o texto, a análise reforça isto, a questão do conceito do tempo integral, de educação de tempo integral, porque, mais do que mais horas na escola, o nosso objetivo é fortalecer o processo de formação, porque, além de melhorar o que nós já chamamos de conteúdos tradicionais, a formação é uma formação mais ampla. A ideia é de um processo de formação e quem sabe, inclusive, com trajetos diferenciados dos alunos.

Nós vamos realizar aqui, dia 19 de outubro, um seminário sobre altas habilidades, porque as nossas escolas têm o desafio de cuidar da educação, de cuidar de quem precisa avançar mais, das pessoas que estão num processo de inclusão, que é o espaço na escola, sem deixar de reconhecer o atendimento realizado por instituições especializadas, mas também de quem precisa e pode ter um estímulo diferenciado e não seja excluído da escola pela mesma natureza, por ter altas habilidades e um bom desempenho.

Então, eu vou direto ao substitutivo, em que nós reconstruímos alguns aspectos do texto, mas já destacando a importância do tema tratado pelo Projeto de Lei 756, de 2015.

Vou para o substitutivo.

> EMENDA Nº – CE (SUBSTITUTIVO)
> [...]
> Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre parâmetros da oferta de educação básica em tempo integral.
> [...]
> Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida [...]:
> "Art. 24-A. A oferta de educação básica em tempo integral atenderá aos seguintes parâmetros:
> I – permanência do aluno na escola ou em atividades escolares por tempo igual ou superior a 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, em dois turnos não sobrepostos, durante todo o período letivo;
> II – sempre que possível, dedicação exclusiva dos profissionais da educação, com exercício em um único estabelecimento de ensino;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> III – projeto político-pedagógico que contemple a construção de matriz curricular integrada, bem como a articulação intersetorial para a promoção da educação integral, com as áreas de esportes, cultura, meio ambiente, ciência e tecnologia, lazer, saúde, assistência social, direitos humanos [...];
> IV – garantia de infraestrutura escolar propícia, com espaços adequados ao desenvolvimento das atividades pedagógicas, incluindo salas de aulas, biblioteca, laboratórios, quadras, salas multiuso, áreas de recreação e convivência, entre outros;
> V – disponibilidade de recursos didáticos e tecnológicos adequados nos estabelecimentos de ensino;
> VI – promoção de parcerias com associações e instituições de educação superior e profissional, além de entidades culturais, esportivas, ecológicas, científicas, de lazer, saúde, assistência social e defesa dos direitos humanos;
> VII – aproveitamento de espaços e equipamentos públicos e comunitários de cultura, lazer, esporte, meio ambiente e ciência e tecnologia".
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, Senador Flávio Arns; Relatora Professora Dorinha.

Esses parâmetros pretendem orientar os estados, os municípios e, logicamente, a União no processo de expansão da educação em tempo integral, sempre que possível, com a melhoria do espaço próprio da escola, mas, eventualmente, espaços adjacentes à escola, como centros de cultura, espaços... Vários municípios contam com o apoio de outras instituições vizinhas da escola. Então, esse é o princípio de um programa.

E eu gostaria, Sr. Presidente, de destacar a importância da ampliação do tempo integral, dizer que o Fundeb reconhece o esforço e tem um valor diferenciado para o tempo integral e que, se nós não tivermos essa ampliação, dificilmente a gente vai conseguir superar a grande defasagem e o prejuízo que a covid trouxe para a educação básica no Brasil, em especial, principalmente das crianças do 1º ao 5º ano, em alfabetização.

É preciso mais tempo, mas não é só mais tempo; é tempo com projeto pedagógico, com currículo específico, com formação específica, e, sempre que possível, ampliar a dedicação do professor a uma única escola, para que ele tenha condição de fazer uma boa construção.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem! Está em discussão a matéria.

Senadora Professora Dorinha, eu, em primeiro lugar, parabenizo sempre V. Exa. por todas as iniciativas, ideias, relatórios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma das coisas que me preocupa na educação em tempo integral, além das que foram mencionadas e muito bem abordadas no relatório, é que, na verdade, tudo depende de um projeto político-pedagógico. O que acontece lá no interior do Amazonas, do Pará... A escola tem que elaborar esse projeto, ver os recursos que existem na comunidade, o que é ofertado, o que está disponível. Eu considero muito importante essa dedicação em tempo integral, sempre que possível, do professor naquela escola. Isso significa valorização da carreira docente.

Eu sempre penso nessa articulação: às vezes, a gente tem que colocar – não nesse projeto, necessariamente –, complementar em termos da educação para o mundo do trabalho, formação técnica, profissionalizante, dentro desse período de sete horas também, mas dentro de um projeto político-pedagógico da escola, em parceria com instituições – sabe-se lá quais que existem –, com os recursos da comunidade.

Então, essa seria uma preocupação, sempre pensando em inserir dentro do que é possível, quer dizer, utilizar-se dos espaços culturais, esportivos, porque a gente sabe que tem muita escola que não tem biblioteca, outras escolas que não têm quadra de esportes, outras que nem sequer têm água sanitária, esgotamento sanitário. A gente tem que mudar essa realidade, mas na educação profissional eu não sei se isso está bem colocado.

E a outra coisa que eu penso é que os alunos do ensino fundamental, nos últimos anos do ensino fundamental – 9º ano, talvez 8º ano também –, tomem a decisão em conjunto, dentro do projeto político-pedagógico; que a escola tenha a preocupação, antes disso tudo, de discutir o projeto de vida com os alunos também: quais são as perspectivas, o que pode ser feito, o que tem lá, o que tem fora. A gente imagina como é difícil para uma pessoa, já fazendo vestibular, decidir o que vai fazer, porque tem gente que, com 30 anos, às vezes, fez um curso e diz: "Não, mas não era isso que eu queria". Mas não existe, no geral, pelo menos – não vamos generalizar, mas no geral –, um debate com os alunos para eles pensarem nessa nova realidade do ensino médio e na preparação para um eventual mundo do trabalho.

O que acontece em muitas ocasiões – e V. Exa. sabe disso, já foi Secretária de Educação – é que o pai e a mãe chegam para o filho ou filha e dizem "agora, meu filho, você vai ter que trabalhar; tem que trabalhar; não vai ser possível", muitas vezes até no ensino médio, extinguindo-se a possibilidade de ter o ensino médio regular noturno, o que, dependendo da situação, eu diria, é um problema para o aluno.

Tem situações que eu, particularmente, conheço em que, se você tiver só o ensino integral, sem o trabalho, sem essa preparação, sem ganhar Bolsa Aprendizagem, eu tenho a impressão até de que o aluno pode não ir para a escola, porque tem o ensino médio noturno, faz o profissionalizante junto. Eu conheço iniciativas nesse sentido. Então, extinguir o ensino médio noturno, dependendo da realidade, do contexto em que as pessoas estão, pode ser um problema. Não sei como V. Exa. pensa nesse sentido, no próprio projeto de lei também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Presidente, eu acho que as preocupações são pertinentes. Na relatoria do programa de tempo integral, uma das preocupações apresentadas, inclusive por alguns Deputados, foi a de que a implantação do tempo integral dentro do programa pudesse fechar a porta para o adulto que não consegue estudar durante o dia no tempo integral ou até para o jovem que tenha limitação de frequentar o tempo integral. Então, que pelo menos uma escola da cidade mantivesse o ensino noturno, para a educação de jovens e adultos, para o ensino médio regular. Acho que essa é uma preocupação pertinente.

A questão dessa iniciação para o mundo do trabalho também... Aqui a gente coloca a questão da pertinência de um projeto político-pedagógico específico, e acho que pode... Se houver abertura também para incluir entre as citações essa questão da iniciação para o mundo do trabalho, da iniciação profissional, eu não vejo nenhum problema, embora eu ache que, quando ele coloca do projeto da escola... Mas acho que não atrapalha mencionar essa questão.

Alguns estados estão criando um auxílio de permanência tanto no ensino médio quanto no tempo integral, em torno de R$100, R$150 por mês para o aluno, justamente para que os pais, que argumentam em alguns casos... Eu tive uma experiência há muitos anos, quando o ensino integral ainda era uma exceção, de que, em alguns lugares, os pais falavam: "Ah! A gente não tem condição de deixar o nosso filho na escola, porque ele vende picolé, ele tem outras atividades, o que não é o que nós queremos, mas é a realidade que existe". Então, ao criar alguns programas, alguns estados estão buscando esse incentivo de permanência, vários estados, e o meu estado é um deles. O Tocantins criou uma bolsa de R$100 por mês; ao final do ano, o aluno também a recebe, e ao final do ensino médio também. É uma espécie de uma bolsa de incentivo, porque nós queremos reduzir o abandono, a evasão e garantir permanência, logicamente com sucesso, não é?

Acho que, dentro do conjunto aqui, quando é colocada a questão que contempla a construção de uma matriz integrada, educação integral com áreas de esporte, cultura, meio ambiente, ciência e tecnologia, lazer, saúde, assistência social, direitos humanos, talvez, se fosse possível, não sei se regimentalmente, eu pudesse acrescentar iniciação para o mundo do trabalho, porque entraria dentro dos princípios. Não vejo que tenha nenhuma resistência, não é? (*Pausa.*)

Não tem problema.

Então, nós poderíamos fazer essa alteração no inciso III do substitutivo, elencando as áreas possíveis de atuação para as quais nós estamos chamando a atenção, de parceria dentro dessa promoção da educação integral, porque, inclusive, isso pode permitir que a escola, a partir da sua realidade, faça direcionamento, de acordo com a necessidade dos próprios alunos e interesse, para a área da cultura, para o teatro, para a música, para a iniciação profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós poderíamos elencar, dentro desse conjunto áreas de iniciação à educação profissional, esporte, cultura, meio ambiente, ciência, tecnologia, lazer, saúde, assistência social e direitos humanos, e eu faço a alteração já no sistema.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A minha única dúvida, Senadora Dorinha, é se seria iniciação ou qualificação, porque...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – É, a gente pode falar, porque, aí no caso da qualificação, já é a educação profissional, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, mas eu penso dentro desse projeto político-pedagógico, por exemplo, eu fico imaginando uma situação – inclusive faz-se em articulação com a comunidade – no Município de Londrina: você tem a guarda-mirim e faz um projeto político-pedagógico em que estuda, faz o ensino médio, em articulação com a escola e com a comunidade, dentro do projeto político-pedagógico, faz um curso técnico, profissionalizante concomitante. Quer dizer, o que a gente observa como resultado? Cem por cento terminam o ensino médio e 100% estão com trabalho também. Nem todos vão querer isso, porque tem gente que vai querer... Então, eu acho que essa flexibilidade é que tem que acontecer.

Eu fiz uma reunião ainda no ano passado, em Curitiba, na periferia de Curitiba. Fui à noite a um colégio estadual de ensino médico; iam fechar o ensino médio noturno. Os alunos diziam: "Pelo amor de Deus, não fechem o ensino médio aqui!". Por quê? Porque alguns nem trabalhavam; a mãe trabalhava durante o dia e tinham que ficar cuidando dos irmãos mais novos. E disseram: "Olha, se a gente vier aqui, vai ser um problema lá em casa". Ah, mas tem que ter um colégio, não é? Mas só que lá aquela periferia é superperigosa também e inacessível, assim, em termos de você passar por problemas sérios nesse sentido também. Então, eu não sei se seria qualificação ou preparação talvez.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu acho que talvez o termo educação profissional, porque, na verdade, o ensino médio já tem o...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso, educação profissional atende bem.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Nós temos o médio básico, temos o integrado, em que é feita já a parte de formação profissional junto, e o próprio técnico, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Então, a gente pode pôr geral, porque atenderia no caso do fundamental, que seria uma iniciação. Poderia, de acordo com o projeto, organizar a qualificação e até a formação técnica propriamente dita.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, educação profissional.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Educação profissional.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – De acordo com o projeto, porque aí cada escola vai fazer o seu desenho, de acordo com a realidade e até o interesse e condição de realizar, como é uma abertura para parceria e articulação, porque esse texto trata disso, inclusive podendo fazer parcerias diferentes, com trajetos diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Só aproveitando a sua fala inicial, Presidente, sobre a questão do projeto de vida, que é uma das inovações da reforma do ensino médio, eu acho que, segundo o relato das escolas, tem sido muito bem compreendido, porque o aluno consegue... Algumas escolas estão com experiência bem interessante dessa construção desses diferentes trajetos do projeto de vida. Até hoje, quando temos que tomar uma decisão, nós ainda ficamos, fazemos toda a listinha lá do pró, contra, qual é a condição... Imagine um adolescente nessa possibilidade de ter apoio para a construção do seu projeto de vida.

Bom, então a gente faria essa alteração: educação profissional. Eu faço isso no sistema.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É.

Quando falo do projeto de vida, vem-me à cabeça o trabalho dos salesianos numa comunidade de favela em Curitiba, em que eles trabalham muito com os alunos, a pensar o projeto de vida – ampliar e discutir –, o que é diferente dos itinerários formativos que a gente vem também debatendo no ensino médio.

Muito bem, agradeço, então, com as observações, explicações e incorporação até da explicação.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda Substitutiva nº 1, da Comissão de Educação.

A matéria vai ao Plenário.

Agradeço, Senadora Professora Dorinha, e a parabenizo novamente pelo trabalho, nossa Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura.

Senador Esperidião Amin, passamos ao item 7 da pauta.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 110, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a instituição do "Dia Nacional do Mineiro de Subsolo", a ser celebrado, anualmente, no dia 10 de setembro.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Com a palavra, V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para encaminhar.) – Presidente, o assunto é conhecido da Casa, o projeto está tramitando e é o cumprimento de uma cláusula muito prudente: ouvir a comunidade.

O mineiro de subsolo sofreu, no Município de Urussanga, no dia 10 de setembro de 1984, o maior acidente da história da mineração de carvão no Brasil. Eu creio que podem até desejar um outro dia, mas eu me senti na obrigação, porque eu fui, digamos, contemporâneo ao acidente, na condição de Governador.

Foram 31 mineiros, uma tragédia realmente de dimensões extraordinárias para Urussanga, para Santa Catarina, para o Brasil e para a humanidade, pelas condições em que ocorreu o acidente.

Eu me obriguei a apresentar este projeto, mas não quero que ele seja imposto, e a nossa resolução bem dispõe sobre isso. Então, eu estou propondo a realização desta audiência quando for possível e que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeiro, ela seja semipresencial, para permitir – se for realizada aqui – que pessoas participem de fora. E eu sugiro que a Comissão discuta a possibilidade de ser realizada em Urussanga, semipresencialmente. Reconheço que não é o mais apropriado, mas seria, se houver possibilidade, um arranjo interessante.

Mas fica em aberto, ou seja...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mas, desculpe estar interrompendo, nós temos adotado esse procedimento. Todos os expositores podem estar remotamente ou a maioria deles ou a metade, e até todos podem estar, o que facilita.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, eu coloquei apenas como preferencialmente na cidade de Urussanga, ou seja, não é uma...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... uma audiência na cidade de Urussanga.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Semipresencial. Isso é uma possibilidade, mas eu reconheço que a obrigação é da Comissão, muito embora não seja proibido.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu, da minha parte, acho muito interessante.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, esse é o requerimento que eu submeto à aprovação da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Inclusive lembrando, caro Esperidião Amin, quem eu admiro muito – sempre reitero isso, não é? –, que V. Exa. sempre se refere a mim como quarto Senador de Santa Catarina. Então, também sou um Senador de Urussanga, ainda mais lá na região...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Na região.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... onde a minha família toda teve a sua origem.

Até quando nós tivemos a discussão da reforma da previdência, esse tema foi muito debatido, as pessoas vieram aqui também, apresentamos vídeos, inclusive, das condições de trabalho do mineiro de subsolo. E foi um debate que, na verdade, sensibilizou, no período, todos os Senadores e Senadoras, muito importante.

Continua em discussão, então, a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos votar em bloco, então, os requerimentos lidos anteriormente: item 5, Requerimento nº 108, de 2023, de minha autoria; item 6, Requerimento nº 109, de 2023, também de minha autoria; item 7, Requerimento nº 110, de 2023, de autoria do Senador Esperidião Amin.

Em votação os requerimentos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os mesmos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Passamos ao item 4 da pauta.

É o turno suplementar do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 4.539, de 2020.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 4539, DE 2020

- Terminativo -

Dá os nomes de "Mestre Cunha" e "Hiran Bichara Gantus" às pontes sobre o rio Itacaiúnas, na rodovia BR-230, situadas no município de Marabá, Estado do Pará.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório:

Observações:

Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

2. Em 19/09/2023, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PL 4539/2020, ora submetido a turno suplementar nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Relatoria do projeto: Senador Vanderlan Cardoso, substituído *ad hoc.*

Em 19/09/2023, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PL 4.539/2020, ora submetido a turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria está em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esclareço que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas as emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Lembro a audiência pública de hoje à tarde, às 14h30, muito importante, e lembro também a todos e todas que acompanhem esse debate pelo Brasil, sobre os impactos da reforma tributária sobre o ensino particular no Brasil.

E amanhã teremos outra audiência pública, às 14h, da Comissão de Educação, para debater um outro tema, da mais alta importância, que se refere ao programa de assistência estudantil na educação superior. Sempre essa situação é levantada, em inúmeros debates, para que o aluno tenha a possibilidade de acesso ao ensino superior e permanência. E a assistência estudantil é justamente para isto, para que ele possa pegar o ônibus, o transporte, a comida, o aluguel, comprar o livro, porque, se muitos não tiverem esse apoio, terão dificuldade em participar, em permanecer dentro da instituição de ensino superior. E vamos debater, inclusive, na sequência, a própria assistência estudantil para muitas situações no próprio ensino médio, na educação básica, onde a assistência estudantil também em inúmeras situações se torna essencial.

Muito bem, antes de encerrar os trabalhos, convoco a próxima reunião da Comissão, como eu já mencionei, para hoje, 26 de setembro de 2023, às 14h30, onde será realizada a audiência pública para debater e analisar a reforma tributária que atualmente tramita no Senado Federal, à luz dos seus impactos para o setor da educação particular – hoje, 14h30.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 67ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Jussara Lima, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Flávio Arns, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Mauro Carvalho Junior, Eduardo Gomes, Wilder Morais, Romário, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Randolfe Rodrigues e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Nelsinho Trad, Teresa Leitão, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 87/2023 - CE, de autoria Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), e REQ 103/2023 - CE, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Finalidade:** Debater e analisar a Reforma Tributária que atualmente tramita no Senado Federal à luz dos seus impactos para o setor da Educação Particular. **Participantes:** Sra. Amábile Aparecida Pacios, Vice-Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP); Sr. Emerson Casali, Representante do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular; Sr. Murillo Allevato, Consultor Jurídico da Associação Brasileira da Educação Básica de Livre Iniciativa (ABREDUC); e Sr. Ricardo Furtado, Conselheiro Fiscal da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 68ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e nove minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Jussara Lima, Zenaide Maia, Augusta Brito, Paulo Paim, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Mauro Carvalho Junior, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Giordano, Marcos do Val e Jorge Kajuru, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 80/2023 - CE, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR), e REQ 97/2023 - CE, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Debater a importância de programas de assistência estudantil na educação superior. **Participantes:** Sr. Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca, Diretor de Políticas e Programas de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior (SESU/MEC); Sra. Fátima Aparecida da Cruz Padoan, Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE/PR); Sr. Odilon Máximo de Morais, Presidente da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM); Sra. Manuella Mirella, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); Sra. Luzia Matos Mota, Reitora do Instituto Federal da Bahia (IFBA) e representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); Sr. Levi Castro, Representante da Uneafro Brasil; Sr. Jairo Bolter, Presidente do Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul (ADUFRGS) e representante da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (PROIFES); Sr. Ricardo Tonassi Souto, Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (FONCEDE); e Sra. Márcia Abrahão Moura, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 68ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 27 de setembro de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de, abro aspas, "debater a importância de programas de assistência estudantil na educação superior" – eu peço inclusive que, na medida do possível, estendam isso para a educação básica também, que é objeto de muito debate na Comissão –, em atenção ao Requerimento 80, de 2023, da Comissão de Educação, e ao Requerimento 97, de 2023, também da Comissão de Educação.

Participam desta audiência os seguintes convidados: a Sra. Márcia Abrahão Moura, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); a Sra. Manuella Mirella – com quem já nos encontramos, na semana passada, aqui mesmo, nesta Comissão –, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); a Sra. Luzia Matos Mota – já à minha direita –, também Reitora, com muito prazer, do Instituto Federal da Bahia (IFBA) – dando os parabéns pelo trabalho desenvolvido pelos institutos federais, que, de uma maneira geral, é de muita qualidade, muita competência – e representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); o Sr. Jairo Bolter – que está aqui à minha direita também, já lhe dou as boas-vindas também, assim como para a Manuella também, de que a gente já falou –, Presidente do Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul e representante da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico – seja muito bem-vindo, parabéns.

Participam também, de forma remota: o Sr. Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca, Diretor de Políticas e Programas de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior (Sesu/MEC); Sr. Ricardo Tonassi Souto, Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede); Sra. Fátima Aparecida da Cruz Padoan, Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE/PR); Sr. Odilon Máximo de Morais, Presidente da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem); e Sr. Levi Castro, representante da Uneafro Brasil.

Várias das pessoas que eu mencionei, a gente agradece novamente, porque já estivemos juntos na semana passada debatendo temas. Os temas da educação realmente envolvem as entidades aqui representadas e outras também que têm papel de destaque nessa área no Brasil.

Informo também que foi convidado o Sr. Carlos André Bulhões Mendes, Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que não pôde comparecer a esta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico também que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

Lembro a todas e todos que nos acompanham pelo Brasil que os programas de assistência estudantil são essenciais para a vida acadêmica e educacional de muitos estudantes, lembrando que a pessoa pode ter a vaga inclusive aberta na universidade, mas, em muitos casos, os estudantes desistem pela falta de condições de pagar o transporte, alimentação, aluguel, material didático, a infraestrutura para poderem estudar. Países desenvolvidos sempre têm o programa de assistência estudantil e a Comissão de Educação e Cultura aqui do Senado, dentre tantas discussões importantes que vêm acontecendo, quer dar uma ênfase bastante especial para programas de assistência estudantil, não só para as universidades federais, também para as universidades estaduais, eventualmente municipais, mas também para a educação básica, porque tem muita gente que quer fazer o ensino médio, o ensino técnico também, profissionalizante, mas tem que trabalhar. A família diz "ou você estuda ou você trabalha, precisamos do dinheiro aqui, senão vai todo mundo passar mal aqui em casa, agora você já tem 15 anos, 16 anos, 17 anos", e a pessoa perde a oportunidade de avançar nos estudos, o que é essencial para o Brasil, se não tiver o apoio adequado de assistência estudantil, porque foi inclusive um dos itens levantados numa Subcomissão que tivemos durante a pandemia, que levantou a necessidade, destacou a importância da assistência estudantil para o sucesso acadêmico.

Eu inclusive quero dizer para o Sr. Levi Castro, que representa a Uneafro Brasil, que, naquelas audiências, quem participou bastante com a gente foi o Frei David, que destacou por várias vezes a necessidade desse apoio, dessa assistência que a gente fala, assistência estudantil.

Por isso que a gente quer escutar, ouvir. Não existe um projeto ou uma inciativa. Nós estamos ouvindo, escutando nesse sentido, educação superior e educação básica para que, depois disso, a gente possa na Comissão, com Senadores e Senadoras, Senadoras disponíveis também para essas manifestações, termos uma iniciativa eventualmente legislativa ou administrativa.

Muito bem. O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores. Todo o material estará disponível.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso... Vamos combinar, porque são vários convidados, por até dez minutos. Para os que estão aqui presentes, até a gente tem o relógio lá na frente, no canto direito, onde vão aparecer os dez minutos.

Quando faltar um minuto para o término, baterá uma campainha, tanto para os que estão de forma remota como presencial. Aí, a pessoa sabe que tem um minuto para terminar, mas obviamente não vamos cortar a palavra de ninguém. Mas saber que é para ir concluindo o pensamento. Está bom?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É melhorar dar essas orientações antes porque, senão, bate a campainha, todo mundo se assusta. E saber que não sou eu que bato também a campainha, é automático aí o sistema.

Muito bem. Então, em primeiro lugar, eu passo a palavra à Profa. Luzia Matos Mota, Reitora do Instituto Federal da Bahia (IFBA) e representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif).

A SRA. LUZIA MATOS MOTA (Para expor.) – Boa tarde a todos, a todas, a "todes". Senador Presidente da Comissão de Educação, é um prazer, uma honra para nós do Conif estarmos aqui presentes para falar um pouco sobre essa questão, que é muito importante para todos nós.

Aqui é para passar? O.k.

Vou aqui, para abreviar as saudações, porque temos pouco tempo de fala, vou saudar toda a mesa em nome de Manuella, que eu já parabenizo pela eleição. Manuella, para nós foi uma alegria ter você como Presidente da UNE nesse mandato. E assim eu saúdo todos que estão presentes também no auditório.

Talvez eu traga um pouco destoante sobre a assistência estudantil porque não falarei apenas sobre as matrículas relacionadas com o ensino superior.

Deixa eu ver aqui. Passa aqui, não é?

Eu vou iniciar, Sr. Presidente, reforçando a constatação de que, tenho certeza, todos faremos aqui sobre a importância do Programa Nacional de Assistência Estudantil, do Pnaes, como a política nacional mais relevante do Estado brasileiro para a permanência dos nossos estudantes.

O Pnaes é, hoje, a política que mais garante a permanência qualificada dos nossos estudantes em nossas instituições. E, quando eu digo isso, eu não me refiro apenas aos estudantes matriculados no ensino superior, porque o Pnaes toca profundamente os estudantes da educação técnica e tecnológica espalhados por todo o Brasil, no interior dos institutos federais.

O Pnaes, do modo como ele é implementado hoje, com todos os desafios que nós temos em relação ao Pnaes, ainda assim é a materialização dos princípios constitucionais de igualdade no acesso, da democratização do acesso, da gestão democrática. Então, o Pnaes, hoje, garante a permanência e o êxito dos nossos estudantes, com qualidade, que é o mais importante.

O Brasil avançou muito com a Lei 12.711, a Lei das Cotas, porque essa lei democratizou o acesso, promoveu uma igualdade no acesso às nossas instituições. Contudo, nós precisamos ainda avançar, avançar na permanência e no êxito dos nossos estudantes em nossas instituições, porque é pela ausência de uma política pública, pela ausência dos recursos públicos, quando nós não temos a possibilidade de garantir a alimentação, a moradia, a inclusão digital e o transporte dos nossos estudantes que um aluno ou uma aluna evade, que um estudante pobre evade de nossas instituições. Não é apenas aquele sujeito de direito que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sendo fragilizado, não é apenas um grupo social vulnerável que está sendo fragilizado, não são sequer as nossas instituições que estão sendo fragilizadas, mas é o Estado de direito democrático que está sendo fragilizado. É um sonho, é um sonho de um Brasil mais justo que nós estamos traindo quando um estudante pobre evade de nossas instituições porque não tem a assistência estudantil.

E como garantir essa assistência estudantil, essa política pública, essa garantia de direito? Essa, talvez, seja a pergunta e a resposta que nós queremos aqui debater, discutir e avançar. E, ao responder essa pergunta, como representante do Conif, Sr. Presidente, eu já faço uma primeira defesa, que é a defesa de um projeto, que é a regulamentação do Pnaes através de uma lei para que possamos ter a segurança de que a assistência estudantil permanecerá, continuará e será fortalecida.

Então, nós sabemos hoje que tramitam no Congresso Nacional quase 20 projetos de lei, sendo que a Sra. Deputada Alice Portugal – baiana igual a mim – é a Relatora de um Substitutivo do PL 1.434, de 2011, que é um PL de autoria da Senadora Professora Dorinha, e a Deputada Alice Portugal apresenta esse substitutivo fazendo uma síntese de todos esses projetos de lei que estão hoje tramitando dentro do Congresso.

Então, para o Conif, Profa. Márcia, é fundamental a regulamentação via lei do Pnaes. Então, a defesa que nós fazemos aqui, inicialmente, é essa. Mas por que essa defesa do Conif em relação ao Pnaes e em relação à necessidade de termos uma legislação que não seja apenas regulatória, mas que seja por lei? Porque nós temos, no território brasileiro, hoje quase 700 unidades dos institutos federais fazendo uma formação humana integrada ao desenvolvimento local, no interior do Brasil, no Brasil profundo, e isso faz com que os territórios onde os institutos estão sendo implantados e desenvolvendo suas atividades tenham esse papel integrador. E, além de fazerem a oferta da educação profissional, técnica e tecnológica, há também atividades de pesquisa e de extensão, e isso faz com que os institutos colaborem também para a soberania nacional e para a formação de lideranças comunitárias, porque os nossos estudantes, ao terem uma formação integral, não desenvolvem apenas carreiras individuais, mas desenvolvem suas comunidades, e isso traz, é claro, trabalho, renda, mobilidade social.

Mas quem são esses estudantes que precisam da assistência estudantil, que precisam do Pnaes? Nós temos, dentro da Rede Federal, hoje quase 1,5 milhão de estudantes, e, desses, 45,29% são negros ou indígenas e 44,6% têm renda familiar de até 1,5 salário mínimo, que é a quantidade de salários que garante a assistência estudantil. Então, veja que há a necessidade de que a legislação leve em consideração a interseccionalidade do jovem, dessas juventudes que estão dentro das nossas instituições.

Mas, claro, que essa assistência estudantil que defendemos, o Pnaes, tem sido tratada, muitas vezes, de uma forma paliativa, com políticas focalizadas e fragmentadas. Então, nós precisamos avançar na assistência estudantil do Brasil para que ela seja considerada um direito, e não um benefício, mas um direito, que também ela seja universalizada e não focalizada, que ela tenha uma ação integradora e que ela seja consistente e interseccional para que a questão de gênero, para que a questão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relacionada às pessoas com deficiência tenham destaque na oferta da assistência estudantil, mas, para tudo isso, obviamente, são necessários recursos públicos.

E aí eu trago uma linha do tempo da assistência estudantil da Rede Federal com um paralelo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUZIA MATOS MOTA – Já estou terminando.

... com o número de matrículas. O que nós observamos, a partir de 2019? Um aumento do número de matrículas, um aumento expressivo em quase 500 mil matrículas, e a assistência estudantil permaneceu no mesmo patamar. Isso traz para nós uma tristeza profunda, porque nós, diariamente, vemos nossos estudantes indo embora por falta de condições materiais de permanecerem nas nossas instituições.

Então, eu defendo aqui, em nome do Conif, a necessidade de um marco legal que garanta a consolidação e a ampliação dos benefícios entre os estudantes dos institutos federais, porque hoje, no Decreto 7.234, os institutos federais entram de forma marginal, em 2010, mas nós precisamos de uma legislação que inclua, de forma ampla e irrestrita, as matrículas que ofertamos nos institutos federais.

Estou terminando. Aqui eu trago algumas ações que são estruturantes: a elaboração do perfil nacional dos estudantes, que são sujeitos de direito da assistência estudantil; sistemas e ferramentas tecnológicas para que possamos fazer o acompanhamento da política pública, da implementação, para podermos avaliá-la; a recomposição do quadro de servidores que atuam na política de assistência estudantil, porque é fundamental nós termos os profissionais que trabalham com assistência estudantil.

Então, aqui também são políticas que são complementares ao Pnaes: a política do transporte escolar, porque hoje, por exemplo, os estudantes da educação técnica e tecnológica não têm acesso ao transporte escolar; o financiamento da assistência para as pessoas com deficiência, já que os recursos oriundos para essa assistência estudantil saem do bolo geral, e nós precisamos ter recursos destinados específicos aos PCDs.

Eu finalizo aqui, para não passar muito do meu tempo também, fazendo uma síntese de que, para nós, é importante considerar a realidade e a abrangência da rede federal, lembrando que, quando o Decreto 7.234, em 2010, foi publicado, todas as 42 instituições da rede federal formularam e implementaram a política de assistência estudantil Pnaes, o que significa que o decreto, por mais frágil que seja, induziu o fortalecimento da assistência estudantil dentro das nossas instituições, e o Pnaes tem sido de grande eficácia no combate à evasão. Temos pesquisas realizadas nesse sentido.

Finalizo com uma frase de Bartolomeu Campos de Queirós, em que ele pede: "Peço sua ajuda para fazer dormir palavras que há muito andam acordadas: Fome, Opressão e Violência". Nós precisamos fazer com que essas palavras durmam e precisamos acordar outras palavras, como a democracia, a igualdade e a paz. E, para finalizar, eu não posso finalizar a minha fala sem agradecer, em nome do Conif, aos colegas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

às colegas que, diariamente, lutam pelo fortalecimento do Pnaes e pela permanência dos nossos estudantes em todas as unidades da rede federal.

Muito obrigada, Senador. Muito obrigada. Finalizo aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu quero agradecer muito a participação da Reitora do Instituto Federal da Bahia. Muito interessante a apresentação. Inclusive, se dispuser dos dados complementares a que a senhora se referiu, por favor, mande para a Comissão de Educação, para fazer parte também dos dados. Muito boa. E quero lembrar a todos e todas que as apresentações, as falas ficarão disponíveis no *site* da Comissão de Educação.

Parabéns.

A SRA. LUZIA MATOS MOTA (*Fora do microfone*.) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Manuella Mirella, com prazer, não é? Que bom. Já foi saudada também pela Profa. Luzia.

Seja muito bem-vinda, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE).

A SRA. MANUELLA MIRELLA (Para expor.) – Muito boa tarde a todas as pessoas presentes. Muito boa tarde, Senador.

Aqui novamente, já estou ficando de casa aqui nesta Comissão, que tanto debate e defende pautas importantes para a estruturação da educação brasileira.

Gostaria de saudar toda a Mesa, em nome do Senador, mas não poderia deixar de saudar as mulheres que aqui estão presentes e que tanto me representam.

A Reitora Márcia e a Luísa, representando o Conif.

É Luzia ou Luísa? (*Fora do microfone.*)

A SRA. LUZIA MATOS MOTA (*Fora do microfone*.) – Luzia.

A SRA. MANUELLA MIRELLA – É que eu não enxergo. (*Fora do microfone.*)

Luzia, representando o Conif.

Mulheres que são referência no Brasil na defesa da educação e do ensino superior brasileiro.

Esta audiência é essencial para que a gente consiga debater o papel da universidade brasileira para esse processo de reconstrução do Brasil de que falamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para fazermos um diagnóstico do que se passa no ensino superior brasileiro, a gente traz alguns dados alarmantes. A evasão universitária chega – segundo o último dado do Inep em universidades públicas e privadas – a quase 60%: o número de estudantes que largam a universidade, que deixam de estudar, que deixam de frequentar o espaço universitário.

Desse número, mais da metade é formada e constituída por estudantes negros e pobres porque, como o Senador já colocou aqui, esses estudantes têm que escolher entre permanecer na universidade, na faculdade, ou trabalhar e se alimentar – e esse não é o presente nem o futuro que nós queremos para a nossa juventude.

Então, os índices de evasão nos ligam esse alerta sobre o que nós precisamos fazer para conseguir combatê-la. Combater a evasão universitária é fazer com que a gente consiga popularizar a permanência dentro da universidade.

Nós tivemos, ao longo da construção do que é o ensino superior no Brasil, algumas reformas universitárias estruturantes. Nós conseguimos garantir a popularização do acesso – o início da popularização do acesso – ao ensino superior com a Lei de Cotas.

Nós conseguimos garantir, com o Reune, a ampliação das universidades e dos institutos federais do nosso país, o que fez com que a universidade chegasse a lugares que jamais tinha ido antes.

Nós conseguimos colocar mais gente dentro da universidade, expandir o ensino superior brasileiro, aperfeiçoar a sua estrutura.

Inclusive, precisamos debater novamente – no que tange ao debate da assistência estudantil – sobre a volta das obras que estão paradas, sobre a continuação da ampliação do ensino superior.

Nós conseguimos, com políticas também de democratização do acesso, como o Prouni, como o Fies – que, ainda naquela época, tinha o seu caráter social, hoje não tem mais, mas estamos lutando para que ele volte a ter o seu caráter social –, a democratização do acesso.

Então, o debate sobre permanência no ensino superior nos liga um alerta porque, quando se fala em permanência, a gente já atrela logo – como a Luzia colocou bem aqui – ao Pnaes.

O Pnaes que não é uma lei, o Pnaes, hoje, é um decreto que, ainda hoje, com o orçamento que ainda não supre a necessidade que precisamos para conseguir fazer com que os estudantes permaneçam na universidade, mas é uma importante ferramenta para a garantia da permanência desses estudantes no ensino superior, na rede federal, nas estaduais. Precisamos inclusive debater essa ampliação.

É por isso que nós estamos na luta para garantir que o Pnaes vire lei, inclusive com a Lei 1.434, de 2011, relatada pela Deputada Alice Portugal. É muito importante que a gente consiga garantir o Pnaes como lei, para conseguir garantir que essa política tão importante seja perpetuada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas um espaço importante que precisamos debater é sobre o orçamento do Pnaes, para que consigamos garantir que ele seja lei, mas a ampliação do orçamento, para que esses jovens consigam permanecer na universidade, porque quando falamos de política nacional de assistência estudantil, de Programa Nacional de Assistência Estudantil, nós estamos falando, gente, diretamente sobre a possibilidade de o estudante ter acesso à moradia.

Eu fui moradora de casa do estudante, recebi bolsa de permanência e fui fruto da Lei de Cotas e de políticas de acesso e permanência na universidade. Fui a primeira da minha família a ingressar no ensino superior e fui a primeira a me formar também na Universidade Federal Rural de Pernambuco. Se não fossem as políticas públicas de acesso e permanência, talvez o meu destino seria um destino traçado nas estatísticas de uma juventude negra que nem chega a terminar o ensino médio. Então políticas públicas de ampliação e perpetuação da assistência estudantil são a garantia de dar possibilidade de os jovens entrarem na universidade e contribuírem para esse processo de reconstrução do Brasil.

E quando se fala de assistência estudantil, falamos sobre a ampliação das casas do estudante, para garantir que esses jovens que são do interior consigam permanecer na universidade. Mas não só isso. O RU, que, para mim, o restaurante universitário, é a maior política de assistência estudantil do Brasil, porque ninguém estuda com fome. A gente sabe como é difícil permanecer na universidade sem saber o que vai almoçar, sem saber o que vai jantar, pegando dois, três ônibus, como eu fiz muito, ao longo da minha trajetória, e muitos estudantes fazem até hoje. É necessário debater, por exemplo, passe livre, para que os estudantes consigam ir à universidade e voltar dela. Então é importante garantir o transporte, para que esses estudantes consigam estar no espaço universitário.

Para além disso, o acesso à cultura, ao lazer, ao esporte, à inclusão digital, o acesso a material didático, para que a gente consiga garantir, gente, uma luta muito importante, que é a luta contra as desigualdades sociais, para que a gente consiga diminuir essa discrepância que existe sobre a permanência no ensino superior, porque durante a pandemia, nós tivemos recordes de evasão, mas nós tivemos recordes de evasão num recorte social, como já comentei aqui, negro, pobre. Qual é a ciência, qual é a tecnologia, qual é a universidade do futuro, se nós tiramos a possibilidade de esses jovens permanecerem na universidade?

É por isso que a UNE tem na assistência estudantil uma pauta importantíssima para que a gente consiga garantir que a universidade seja essa universidade por que nós lutamos há tantos anos e estamos conseguindo fazer: uma universidade com muitas caras, com muitas cores, de turbante e cocar, como nós falamos. A democratização do acesso e da permanência no ensino superior público diz muito sobre a possibilidade de esses jovens conseguirem dar sua opinião, mas participarem efetivamente do projeto de reconstrução nacional.

E que projeto é esse? Se hoje falamos, no Brasil, sobre transição energética, transição ecológica, se falamos sobre geração de emprego, sobre colocar o Brasil num patamar de independência científica e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnológica, nós precisamos fazer com que essa ciência e tecnologia sejam construídas pelas mãos do povo brasileiro. Sabemos que nossos cérebros, que nossos estudantes são essenciais para que consigamos fazer com que esses projetos sejam colocados em prática.

Nós estamos hoje numa janela de oportunidades imensa. Dizemos que é a geração da juventude. Não teremos na história do mundo uma geração tão jovem como essa e é preciso que a nossa juventude possa ter acesso à escola, possa ter acesso à universidade, à educação, porque nós sabemos que a universidade tem esse papel de formar nossos profissionais, mas também de formar cidadãos críticos para construírem uma sociedade mais justa, igualitária e menos desigual.

Termino falando do nosso compromisso com esse projeto de reconstrução do Brasil. Ele perpassa pela aprovação de uma lei nacional de assistência estudantil, pela garantia, Senador – e vou reforçar: contamos com a sua ajuda! –, da aprovação da Lei de Cotas, que está em apreciação nesta Casa, aqui no Senado. Tivemos uma vitória que foi a aprovação da Lei de Cotas no Congresso Nacional e é necessário aprová-la aqui no Senado Federal também, para garantir que mais jovens continuem acessando o ensino superior. Mas também precisamos, juntos, lutar pela garantia da aprovação de uma lei nacional de assistência estudantil com um orçamento robusto, dando possibilidades para esses jovens...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MANUELLA MIRELLA – ... para que a gente consiga fazer com que esses jovens sejam produtores de ciência, tecnologia e inovação com selos brasileiros, com o selo do Brasil, para que a gente diminua a nossa fuga de cérebros e consiga manter aqui no Brasil o que nós temos de melhor. Temos mentes brilhantes que precisam dessa assistência estudantil para garantir que esses jovens tenham a possibilidade de sonhar, porque, no Brasil, onde nós estávamos, há um ano e meio, na fila do osso, nós temos que mirar num Brasil reconstruído e um Brasil reconstruído passa por se investir em educação. Nenhum país no mundo conseguiu se desenvolver sem colocar a educação como base e a educação como centro. E tenho para mim que a assistência estudantil – para concluir –, que a assistência estudantil é um pilar fundamental para que a gente consiga manter a universidade popularizada, mas também ter o Brasil do futuro muito colorido, construído com muitas mãos, muitas mentes e muitas vozes.

Reconstruir o Brasil com ciência, tecnologia e inovação, mas com, também, assistência estudantil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom!

Você, Manuella Mirella, seja sempre muito bem-vinda na Comissão!

Eu sei que você tem compromisso também fora de Brasília. A gente agradece pela participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a UNE é sempre muito bem-vinda nesta Comissão!

Obrigado – hein?

Muito bem! Assinamos embaixo do que você falou.

A SRA. MANUELLA MIRELLA (*Fora do microfone*.) – Vou ficar acompanhando *online*.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está bem.

Passo, em seguida, a palavra para a Profa. Márcia Abrahão Moura, que é Presidente da Associação... (*Pausa.*)

Com a palavra, a Sra. Márcia Abrahão Moura, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Seja muito bem-vinda também!

Não pude saudá-la já, antes, mas é sempre muito bem-vinda! Uma instituição, uma entidade com muita credibilidade, importante, representando um segmento tão necessário para o nosso país.

Com a palavra, então, Profa. Márcia.

A SRA. MÁRCIA ABRAHÃO MOURA (Para expor.) – Boa tarde.

Muito obrigada ao Senador Flávio Arns.

Boa tarde a todas e a todos que estão aqui presencialmente e os que nos assistem.

É uma honra a nossa associação ter sido convidada para participar. Também estaremos sempre à disposição desta Casa para discutir os principais temas nacionais. Contem sempre conosco.

Cumprimento toda a mesa, nosso representante do Conif, todos os demais membros, a Manuella, que, infelizmente, foi embora.

Eu sou Reitora da Universidade de Brasília – estou reitora – e estou como Presidente da Andifes desde julho.

Desde este mês, a Andifes representa todas as universidades federais brasileiras. Nós tínhamos quatro universidades que ainda estavam fora e agora, desde setembro, todas as 69 universidades federais de todas as partes do Brasil participam da nossa associação. Também participam dois institutos federais e dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cefets. É uma associação que tem desde universidades criadas recentemente até universidades centenárias. Isso dá também uma dimensão da complexidade não só da associação como das nossas universidades.

Nas universidades federais – falando especificamente das universidades federais, porque você falou do Conif, Laísa, Luzia, desculpe – hoje, de acordo com o último Censo da Educação Superior, nós temos 1.128.950 estudantes de graduação, o que representa 82% da rede federal, juntamente com os institutos federais e os Cefets. Fizemos uma pesquisa em 2018 que mostrou que 70% dos nossos estudantes têm renda mensal abaixo de 1,5 salário mínimo *per capita*, ao contrário do que sempre se falou de que antigamente as universidades eram o local da elite. Hoje em dia, as universidades não são mais o local da elite, e eu vou dar um exemplo: eu sou Reitora da UnB, e hoje, especificamente hoje, tivemos um evento que fazemos anualmente, no qual trazemos estudantes de escolas públicas para a universidade. Hoje, trouxemos estudantes de diversas partes do Distrito Federal, de Goiás, de Cavalcante, por exemplo. Eram mais de 600 estudantes com aqueles olhinhos brilhando e quase todos nunca tinham pisado na universidade. E as principais questões eram: "Como fazemos para entrar na universidade?". "A universidade não é para a gente; a universidade é para os filhos dos ricos". E o maior questionamento é: como eles, pobres, podem permanecer na universidade. Eles ainda têm aquela ilusão de que a universidade não é para eles. Então, nós, como sociedade, temos a obrigação de trazer esses jovens para a universidade e fazer com que eles permaneçam na universidade.

Hoje, depois da Lei de Cotas – a UnB é pioneira, mas as nossas universidades em geral atendem à Lei de Cotas desde 2018, 100% –, nós temos 51% de estudantes de graduação negros ou negras e 65% oriundos da escola pública. Portanto, é uma realidade que faz com que nossas instituições deem condições para esses jovens permanecerem na universidade.

Fazendo uma comparação histórica, desde 2010 nós aumentamos em 33% o número de matrículas. É verdade que na pandemia nós tivemos redução – todos nós, foi uma crise mundial – não só nas públicas como também nas privadas, mas o fato é que nós temos um aumento do número de estudantes, um aumento do número de estudantes cotistas, um aumento do número de estudantes que necessitam da assistência estudantil. Depois da pandemia, as famílias se empobreceram mais ainda – todos os dados mostram. As famílias com mulheres dirigindo as famílias também tiveram uma situação mais agravada. Também temos que olhar especificamente para essas famílias. Entretanto, nós não temos tido o mesmo aporte proporcional nas políticas de assistência estudantil. No próprio Pnae, se a gente compara 2021 nesse histórico – porque nós tivemos um aumento de 33% de estudantes matriculados –, nós não tivemos proporcionalmente o mesmo aumento.

E, agora, também, um assunto que é importante e que vamos cada vez trazer mais para o Congresso Nacional: o orçamento das universidades federais 2023 e a Ploa 2024 estão muito aquém das nossas necessidades. Nós estamos, para o senhor ter uma ideia, Senador, com uma previsão de orçamento de 2024 que equivale nominalmente a 2012, aproximadamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos esses desafios.

Quero dizer também que a nossa associação apoia a transformação do decreto do Pnae em lei. Queremos discutir isso, queremos participar ativamente disso.

Também temos que olhar para a pós-graduação. Nós também, nas universidades federais, temos a maior parte da pós-graduação de alto nível do país e precisamos cada vez mais dar condições para os nossos estudantes de pós-graduação, que também tiveram um aumento de 34% nesse período 2010-2023. Precisamos que eles permaneçam nas universidades. E aí isso envolve bolsas de pós-graduação e também as políticas de assistência estudantil, alcançando a pós-graduação.

Nós sabemos que são desafios que estão colocados com altíssima complexidade, mas precisamos, na hora de repartir o bolo, decidir o que iremos priorizar em o nosso país.

Eu tenho certeza de que, como o Presidente Lula fala em reconstrução do país, nós precisamos dar condições para que essas famílias não só ingressem como também permaneçam nas nossas universidades.

Eu tive a honra de coordenar o programa de expansão da UnB a partir de 2008, e nós vimos a diferença que isto fez na realidade das nossas instituições: a diferença que as cotas – as cotas raciais, as cotas para PCDs, as cotas para indígenas – fazem nas nossas universidades.

E nós precisamos agora dar um passo além, que é dar condições de permanência. O MEC tem os programas para quilombolas, programas para indígenas, mas que também ainda não são suficientes para atender todas as nossas necessidades. Nós temos uma gama de ações que temos que fazer – e fazemos –: restaurantes universitários, moradias... Hoje em dia estamos avançando também no auxílio-creche. Cada vez nós temos mais estudantes trabalhadores e trabalhadoras e precisamos dar condições para que os filhos permaneçam também perto das mães. E aí nós contamos com o auxílio-creche. Mas as nossas instituições estão numa situação em que precisam ainda de recursos para pagar as despesas básicas, que são as contas de água, as contas de luz, e para concluir aquelas obras que ficaram ainda do período de expansão.

Isso aí a gente está com a expectativa de ter no PAC. Precisamos ampliar o PAC também das universidades, lembrando que nas universidades federais nós não fazemos apenas ensino; nós fazemos ensino, pesquisa, extensão, assistência, cultura, os hospitais universitários. Temos um papel fundamental de aproximação com a sociedade por meio dos programas de extensão e todos esses programas contribuem para a permanência dos estudantes.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MÁRCIA ABRAHÃO MOURA – O aumento dado este ano para as bolsas de iniciação científica, bolsas de pós-graduação – e nós também precisamos acompanhar os demais programas nas nossas universidades – é um passo muito importante que o Governo Federal deu, mas nossas universidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisam também ter condições de financiar os nossos estudantes não só com assistência mas também com programas de extensão, pesquisa e todas as outras ações voltadas para a formação dos nossos estudantes.

Nós, da nossa associação, a Andifes, estamos muito esperançosos de termos um novo momento do nosso país e precisamos – e estamos à disposição – do Senado Federal, do Congresso Nacional, para avançarmos nessas políticas de modo que elas se tornem permanentes e que tenham sustentabilidade a longo prazo.

Muito obrigada.

É um prazer estar aqui mais uma vez. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos, Profa. Márcia Abrahão Moura. É um prazer, uma alegria, uma honra, tê-la aqui conosco na audiência pública.

E a Comissão de Educação e Cultura do Senado também se coloca à disposição para trabalharmos juntos e construirmos os caminhos, o percurso para que os estudantes possam ter acesso, permanecer, ter sucesso, graduar-se e para pensarmos também na pós-graduação, que é importante.

Parabéns e sucesso no desafio à frente da Andifes e à frente da reitoria também, na dupla tarefa.

Muito bem, passamos em seguida a palavra ao Sr. Ricardo Tonassi Souto. Também – eu já digo – acho que estamos nos encontrando bastante, não é? O Prof. Dr. Ricardo Tonassi é Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede). Está sempre presente, sempre discutindo.

E, na sua pessoa, quero também cumprimentar todos os conselhos estaduais de educação do nosso Brasil.

Com a palavra, então.

O SR. RICARDO TONASSI SOUTO (Para expor.) – Muito boa tarde, Senador Flávio Arns.

É sempre uma honra vir ao Senado, à Casa dos estados, e poder tratar sobre educação.

O senhor vem sendo um Senador que se dedica arduamente ao tema que para mim, numa leitura muito pessoal, é o único tema capaz de modificar esta nação: a educação.

Quero saudar aqui a Profa. Márcia, a Profa. Luzia, o Prof. Jairo. Todos eles me representam, porque defendem a educação brasileira, defendem uma educação de qualidade, cada um com uma visão de mundo, mas estamos aqui para defender a educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já foi dito aqui sobre os institutos federais, sobre as universidades federais. Num panorama geral, eu fico imaginando como os reitores, hoje, de universidades federais, os reitores dos institutos federais, assim como os reitores de instituições públicas no país são malabaristas – são malabaristas porque lhes sobra muito pouco para custeio e investimento.

Todo mundo que frequenta universidade federal ou pública neste país sabe que grande parte do recurso é consumido pela folha – e deve ser consumido também pela folha, porque os nossos profissionais devem ser bem remunerados; lutamos por isso. Mas chega a ser uma covardia o resto – porque é assim que deve ser chamado: o resto – que sobra para custeio e investimento.

E, quando falamos disso, isso também envolve a assistência estudantil, porque o plano orçamentário tem suas limitações e chega a ser cruel. São escolhas de sofia, todos os dias, que os gestores das instituições de ensino superior deste país têm que fazer: eu pago a bolsa ou eu vou pagar esse evento esportivo ou eu vou melhorar a minha obra aqui, porque está caindo um pedaço do telhado no departamento tal?

Então, ultrapassa talvez a crueldade você saber que, todos os dias, por mais que você faça, por melhor que você faça, sempre vai faltar muita coisa para se fazer. É um desafio constante.

Eu espero que este debate chegue o mais breve possível, Senador Flávio Arns, nas assembleias legislativa dos estados, porque nós temos dezenas de instituições de ensino superior que não são federais – dezenas. Posso até aqui correr o risco de falar que o número de instituições ultrapassa uma centena neste país, sejam estaduais, sejam municipais públicas, porque elas existem e são muitas. E esses alunos também precisam de assistência estudantil. Eles também precisam de moradia, também precisam de creche, também precisam de investimento em esporte, em cultura, em saúde. Todos eles precisam da mesma forma – entre aqueles, obviamente, que necessitam.

É bom dizer isto por mais redundante que possa parecer: entre aqueles que necessitam, porque ainda existem alguns que se dão ao despautério de fraudar os processos internos das universidades para se beneficiar. E, quando fazem isso, faltará para alguém que precisa. Não é só uma questão de vergonha. Isso é crime. Isso é um estelionato que se comete, uma falsidade de documento público ou privado, em que você fornece informações falsas para se beneficiar em troca de prejudicar alguém que precisa muito daquela bolsa. Então, é necessário que a gente aumente, consideravelmente, os instrumentos de controle, que seja o TCU, que sejam os tribunais de contas, que sejam as auditorias internas das instituições, para que isso não ocorra neste país, e que haja uma punção severa desses estudantes que decidem, lamentavelmente, fraudar talvez a parte mais vulnerável da universidade, que são os alunos mais pobres.

O desejo que tenho é que o MEC seja um indutor de políticas nesse sentido, assim como o Congresso Nacional na hora de se debruçar sobre leis que tratam de assistência estudantil; e que também coloquem os estados e os municípios neste debate, para que eles possam vislumbrar a necessidade – não é a possibilidade, é a necessidade – de contemplar a maior quantidade de alunos carentes possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu recebi uma informação, e ela é pública – estávamos no Conselho Nacional de Educação quando o Presidente Palacios, do Inep, deu uma informação que chega a ser catastrófica –: são 4 milhões de vagas anuais em licenciaturas e em Pedagogia no país. Dessas 4 milhões de vagas, 40 mil entram em sala de aula como docentes, ou seja, 99% dessas vagas, em algum momento, se perdem pelo caminho, seja porque esse aluno... E isto eu digo com pesar, porque eu sou Professor por vocação: o aluno da licenciatura e da Pedagogia, na sua grande maioria, não escolhe a carreira; ele é escolhido, porque a sua nota no Enem não é o bastante, talvez, para fazer o que ele queira, mas ele tem vergonha, com relação aos pais, de fazer de novo o 3º ano, ele quer entrar na faculdade. E às vezes não é a sua vocação, mas é o que sobrou para ele, porque a desvalorização da carreira chegou a um nível, seja do ponto de vista de infraestrutura, seja de trabalho, de saúde mental, de salário, que há um completo descaso com o magistério brasileiro. São raros aqueles que a gente encontra numa sala de aula, no ensino médio, e dizem: "Eu quero ser professor". É muito raro.

Eu já ouvi em sala de aula, algo que, se não fosse triste, seria risível. Meus alunos são de Direito, e eu sempre pergunto: "Qual é o seu desejo?". "Eu quero ser juiz", "eu quero ser promotor". Uma das meninas – nunca mais vou me esquecer disso, tem mais de 15 anos – disse: "Eu quero ser delegada; se eu não for delegada, eu quero ser advogada; mas, se nada der certo, eu vou ser professora". Então, é de uma tristeza ouvir isso, por força do que escolhemos como nação, da desvalorização do magistério. É uma briga pelo piso, é uma briga por um bom ensino médio.

Eu acho que vai do ensino infantil até a pós-graduação essa discussão, e também é do infantil à pós-graduação que se deve discutir a assistência estudantil. As pessoas, às vezes, pensam no aluno do ensino médio e do fundamental, mas são muitos mestrandos e doutorandos neste país que precisam de uma assistência estudantil ainda. Lamentavelmente, aqueles que se dedicam à pesquisa, aqueles que se dedicam à academia – e demora a maturar aquele profissional, por força do conhecimento acadêmico necessário – vão precisar dessa ajuda.

Então, eu acho fundamental que joguemos luz sobre esse problema e que se aumentem as bolsas, se faça um remanejamento. É necessário que se faça um remanejamento. São bolsas, hoje, muito pequenas. Por mais que haja boa intenção em partilhar, em dividir, em fazer com que a maior quantidade de alunos carentes receba essa bolsa, elas são pequenas, elas são muitas vezes corroídas pela inflação.

Eu sou Professor de uma universidade que, para a sorte dos alunos, tem um grande alojamento em quantidade de vagas. A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, de onde eu sou Professor, tem um *campus* belíssimo, tem a estrutura de *campus* que se deseja do ponto de vista territorial, mas tem prédios que são muito antigos, que precisam de manutenção. Parte da nossa infraestrutura predial, por exemplo, é tombada pelo patrimônio – o que acontece muitas vezes em outras universidades –, o que aumenta muito o custo da manutenção, porque você não pode fazer qualquer obra, nem de qualquer maneira. E os nossos alojamentos sofrem com os mesmos problemas – com infiltração, com problemas da rede elétrica que é de décadas atrás, que podem gerar, a qualquer momento, uma grande catástrofe. Eu já faço esse alerta aqui às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autoridades: por favor, olhem com carinho para os alojamentos universitários. Qualquer acidente que ocorra lá por força de uma instalação elétrica absolutamente antiquada vai gerar uma comoção nacional. É necessário que olhemos para isso com muito carinho.

A figura – como disse aqui a Mirella – do bandejão, com refeições diárias. Muitas vezes são servidas refeições sábados e domingos, porque os alunos vivem efetivamente na universidade. Eu brinco que existem alunos, muitas vezes, que chegam de pijama à sala de aula, mas porque ele vê a universidade como a casa dele. Ele acorda de manhã, nem penteia o cabelo e vai para a sala de aula. E você fala assim: "O que aconteceu?". Ele fala: "Eu moro aqui, Professor; isso aqui é a minha casa".

Então, é fundamental que nos coloquemos no lugar do aluno e saibamos que ele vive um momento muito especial da vida dele, mas que ele precisa alimentar a matéria, como dizem os cristãos. É necessário que ele alimente a matéria, é necessário que ele se alimente, é necessário que ele tenha cultura, é necessário que ele pratique esporte.

Nós vemos universidades americanas que ganham fortunas de dinheiro com esporte universitário. Nós temos grandes atletas em nossas universidades. São polos fabulosos de atletas, que alimentam, de quatro em quatro anos, nossas Olimpíadas; que alimentam, anualmente, nossos campeonatos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO TONASSI SOUTO – ... mundiais – e já termino – e que precisam de uma alimentação diferenciada. Eles precisam de uma alimentação diferenciada, porque são atletas, e, muitas vezes, o gestor não pode atender esse anseio, porque ele precisa cobrir uma parte do corpo e descobrir outra.

Então, deixo aqui a minha gratidão pelo convite e o meu desejo de que isso se prolongue no Congresso Nacional, de que seja encontrada uma solução o mais breve possível e de que os estados e os municípios sejam chamados para essa conversa também, Senador.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço novamente – já fiz isso na semana passada e, nesta semana, de novo – pela presença ao...

O SR. RICARDO TONASSI SOUTO – Vou ficar mal-acostumado, Senador. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... ao Prof. Dr. Ricardo Tonassi Souto, que é Presidente do Foncede.

Passo a palavra, em seguida, ao Prof. Dr. Jairo Bolter, que é Presidente do Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul e representante da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Proifes).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra.

O SR. JAIRO BOLTER (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas.

Agradeço muito o convite. Ficamos felizes de estarmos aqui presentes na Casa do povo brasileiro. Agradeço ao Flávio Arns pela disponibilidade de estar, neste momento, com vocês.

Quero saudar a Manuella, que saiu, a Luzia, a Márcia e o Ricardo.

Destaco que, na última vez, Flávio, em que estivemos nesta Casa, nós viemos aqui pedir para vocês retirarem a educação do arcabouço fiscal. E vimos aqui hoje para agradecer pelo movimento de vocês de retirar, naquele momento, a educação do arcabouço. Então, é importante também destacar aquele momento em que nós estivemos na Comissão de Direitos Humanos, com o Senador Paim, onde expressamos a nossa vontade de retirar a educação do arcabouço, e esta Casa, brilhantemente, atendeu ao clamor popular e assim procedeu.

Já foram ditas aqui pelos meus colegas, pelas minhas colegas e pela estudante, muitas coisas em relação à assistência estudantil. Nós queremos reforçar algumas questões, além de trazer questões novas, por exemplo, como a falta de assistência estudantil afeta a nossa atividade docente, o nosso dia a dia.

Afeta de duas formas, centralmente. Primeiro, a evasão, que já foi destacada aqui: a evasão nas universidades e nos institutos federais, no Brasil, está altíssima e nós precisamos encontrar alternativas para que esses estudantes permaneçam lá. O segundo ponto é a dedicação aos estudos: estudante nenhum consegue se dedicar integralmente aos estudos se a sua principal razão da existência é a sobrevivência. Então, isso afeta as nossas atividades acadêmicas centralmente e é muito ruim para a universidade e para a população como um todo.

A evasão dos alunos é um problema para nós, na universidade – para os professores, para as direções das universidades –, mas também para a sociedade brasileira, porque ela traz prejuízos financeiros, uma vez que coloca o aluno para dentro e ele não permanece, acaba evadindo. Mas, principalmente, o prejuízo maior, na nossa avaliação, é para os próprios estudantes e seus familiares, que acabam vendo o sonho da educação superior acabado; quando ele evade da universidade, ele acaba vendo o seu sonho, o sonho da sua família extinto.

A assistência estudantil é fundamental para o bom desenvolvimento das atividades acadêmicas e, infelizmente, está, ou felizmente, está atrelada ao orçamento das universidades e dos institutos federais. As nossas instituições precisam ter orçamento adequado para garantir a permanência dos estudantes, a partir de assistência estudantil. Para vocês terem uma ideia, em 2023 – já foi dito aqui pela reitora –, o nosso orçamento é aproximado ao de 2007, um período que nós tínhamos 50% menos de alunos, nós tínhamos muito menos professores técnicos e muito menos instituições de ensino nesse ano. Em 2013, o orçamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por aluno, no país, chegou a R$14.116. Hoje, este orçamento por aluno está em R$5,4 mil, sendo que ele é mais baixo do que era em 2003, quando era R$6,8 mil.

Então, nós tivemos... E a assistência estudantil é duramente atacada por essa retirada de dinheiro da educação superior, que ocorreu ao longo dos últimos anos. Nós vivemos, desde 2015 para cá, uma decadência em relação aos investimentos na educação pública do país. Nós criamos muitas políticas de acesso às universidades: políticas de cota, as ações afirmativas, e estas só serão, na nossa avaliação, viáveis se as nossas instituições de ensino, se os nossos reitores e reitoras conseguirem recursos financeiros para garantir que os alunos não evadam. É muito caro para a sociedade, uma vez que a gente coloca os estudantes para dentro da universidade e a gente não tem condições de mantê-los na universidade.

Para você ter uma ideia, Flávio, Senador, ao longo dos últimos anos, nós vimos comunidades universitárias e de institutos federais fazendo campanha nas comunidades para arrecadar alimento para os estudantes. Isso acontece cotidianamente, tal como aconteceu, meus colegas aqui da UFBA, na Unilab recentemente. A Unilab, na Bahia, ficou uma semana sem o restaurante universitário, e os alunos tiveram que fazer greve de fome para poder reabrir o restaurante universitário. A Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre fez campanha de arrecadação de alimentos para doar para os estudantes; a Unipampa, do sul do Rio Grande do Sul, fez campanha de arrecadação para doar para os estudantes, para garantir a permanência dos estudantes. E nós estamos falando de algo mínimo, que é a alimentação. Nós não estamos nem falando aqui o que já foi dito, das mães que têm os filhos que têm que trazer para a universidade, para os institutos, para conseguir fazer a formação. Então, é espaço adequado para essas crianças, são estruturas diferentes, porque, ao longo dos últimos anos, felizmente, ocorreu uma modificação central na estrutura da universidade pública no país, Flávio. A universidade se pintou de povo, o povo está dentro da universidade hoje, só que tem muita gente que não tem condições mínimas financeiras de viabilizar os filhos na escola.

Nós estamos vivenciando alguns problemas, eu sou de Porto Alegre, além das enxurradas que estamos vivenciando lá, nós temos alguns governantes que não gostam muito de educação. O Prefeito de Porto Alegre retirou o passe dos estudantes, retirou a assistência de transporte para uma faixa de estudantes, que não consegue chegar às universidades, porque não tem dinheiro para comprar passagem. Esses estudantes acabam evadindo da universidade, eles passam, vêm, adentram a universidade e, no primeiro ou segundo semestre, eles já evadem por causa da falta de condições estruturais na família para se manterem.

Então, nós estamos aqui dizendo que, ao longo dos últimos anos, as políticas de acesso que nós criamos, que modificaram a estrutura da universidade do Brasil, a professora da Conif apresentou a rede federal do ensino superior, dos institutos, levou institutos federais a muitos cantos deste país, ainda faltam alguns que não estão contemplados, mas nós precisamos fazer com que essa rede funcione. E nós não vamos conseguir fazer com que essa rede funcione, porque nós temos problemas estruturais, que é a falta de dinheiro, ou seja, nós ampliamos as instituições de ensino, ampliamos as vagas, colocamos mais professores, mais técnicos e mantemos os recursos. Não tem mágica, não existe mágica para administrar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo. Isso, por exemplo, afeta a falta de recurso. Há uma matéria que saiu hoje num jornal de Porto Alegre de que a Ufrgs está com um problema na estrutura interna, salas e auditórios alagados por causa das chuvas, mas principalmente pela falta de manutenção dos prédios.

Então, ou nós temos um cobertor mais comprido, ou as minhas reitoras irão puxar o cobertor para tapar o peito e vão destapar os pés.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIRO BOLTER – Não é viável, e eu acho que nós precisamos dialogar fortemente com o Senado e a Câmara para ver como nós encontramos a melhor alternativa para garantir que os bons investimentos feitos ao longo dos últimos 15 anos neste país não se percam, porque nós estamos vendo se perderem. Quando a gente vê um aluno entrando na universidade e, logo na sequência, saindo da universidade sem o diploma, nós todos devemos refletir: afinal o que está acontecendo? Isso é muito importante, porque já disse aqui: são investimentos que estão sendo talvez jogados fora. Nós os colocamos para dentro, mas não conseguimos investir. Principalmente, nós estamos perdendo mentes, e com isso é importante nós termos cuidado.

Para concluir: não se faz educação pública gratuita de qualidade sem dinheiro. Não se desenvolve um país sem investir em educação. Para nós está claro que investir em educação é o melhor caminho para o desenvolvimento do país, e é isso que o Senado Federal e a Câmara Federal precisam urgentemente dialogar com o Governo, para aumentar os recursos da educação pública do Brasil, principalmente nas universidades e nos institutos federais, sob pena de colocar de lado ou jogar fora, inclusive, projetos muito bons que aconteceram ao longo dos últimos anos, porque havia uma perspectiva de fazer bons investimentos, criar universidades, criar institutos, e agora a gente não tem condições de mantê-los. Nós precisamos manter as instituições, nós precisamos manter os alunos nas instituições e nós precisamos manter uma comunidade harmonizada em termos de ação. As universidades e os institutos federais fazem bem ao país; os estudantes dentro dessas instituições fazem bem ao país. E é isso que nós devemos defender: mais recursos para as nossas universidades e institutos federais. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) **–** Agradeço novamente, Jairo Bolter, também pela participação e pela apresentação. Parabéns!

Nós temos também a participação do MEC. Até eu pediria a deferência do MEC para falar por último, assim escutaria as ponderações, porque aí podemos ter também uma apreciação de todas as participações.

Passo, em seguida, a palavra à Fátima Aparecida da Cruz Padoan, que é Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Estadual de Educação do Paraná, que participa de forma remota. Seja bem-vinda de novo, Fátima! Nós nos encontramos, semana passada, de forma remota e, esta semana, também de forma remota, mas, em algum momento, de forma presencial também. Então, seja muito bem-vinda!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra.

A SRA. FÁTIMA APARECIDA DA CRUZ PADOAN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador. Boa tarde a todas e a todos.

Eu tenho que iniciar aqui, Senador, mais uma vez reiterando os nossos agradecimentos ao seu trabalho. Temos certeza, e estamos muito esperançosos, de que esta nossa ação, esta ação que tem o seu apoio, terá bons frutos. O nosso estado, o Estado do Paraná, é muito orgulhoso de tê-lo aí como nosso representante. Então, receba os nossos cumprimentos e os nossos agradecimentos.

Senador, eu vou pedir licença a todos para falar um pouquinho das universidades estaduais. Nós tivemos, até agora, as falas das reitoras, dos representantes das universidades federais. E entendemos a necessidade, mas eu quero aqui apresentar um pouco sobre as universidades estaduais. E vou fazer um recorte aqui do Estado do Paraná, porque o companheiro Odilon está aqui presente, o Presidente da Abruem, o Reitor Odilon. Ele está aqui presente, e eu tenho certeza de que ele vai falar de todas as universidades de modo geral, mas eu preciso aqui falar da importância de que haja novamente o apoio e a discussão de um programa de apoio à assistência estudantil para as instituições de ensino superior estadual.

Veja que nós temos... Eu vou aqui trazer apenas os dados do Paraná. Pelos dados do Paraná, a gente pode ter uma dimensão do alcance das universidades estaduais. No Estado do Paraná, nós temos sete universidades estaduais. São 18 mil vagas iniciais e, no total, nós temos de matrícula, no total de matriculados, 85 mil alunos. Então, o investimento em relação ao ensino superior é bastante considerável.

Nós precisamos, Senador, que novamente volte à discussão aquela portaria que foi descontinuada, que foi revogada, a Portaria 25, de 2010, que tratava do Pnaest. O Pnaest, então, era um apoio à assistência estudantil do Governo Federal, com recursos do Governo Federal, que propiciava ou tinha a intenção... Eu falo que tinha a intenção, porque, de fato, para as nossas universidades, para termos um exemplo, para exemplificar, das universidades do Estado do Paraná somente uma conseguiu acesso a esse recurso e por uma vez só. No momento em que a portaria foi editada, as nossas universidades, portanto, ofertaram vagas por meio do Sisu, porque essa era a condição da portaria. As universidades estaduais, as instituições estaduais tinham que ofertar vagas no Sisu e, a partir do número de vagas, era, então, destinado um montante de recursos para as universidades. Nós fizemos isso, fizemos adesão ao Sisu, mas isso não se concretizou.

E por que é tão importante, Senador? E eu digo que não se trata só de bolsas aos alunos, as bolsas também são importantes, mas o Pnaest tinha a previsão de repasse de recursos para investimentos em apoio à assistência à saúde, aos restaurantes universitários, à infraestrutura para apoio aos acadêmicos, e é disso que nós precisamos. As nossas universidades... Nós temos universidades que já estão há bastante tempo de sua criação, mas temos também universidades muito novas, que não têm restaurante universitário e que lutam tanto para poder dar essa condição ao aluno. Então, nós não estamos aqui tratando de uma ação que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deixou de acontecer por falta de recursos; nós estamos tratando de não termos, de fato, restaurantes universitários, de não termos apoio aos nossos alunos.

Todas as nossas universidades do Estado do Paraná, sete universidades, implantaram a política de cotas, democratizaram o acesso. No entanto, nós colocamos os nossos alunos, recebemos os nossos alunos e não temos condições de dar uma condição digna para ele permanecer em nossas instituições.

Esse dado tem preocupado muito o Conselho Estadual do Paraná, porque nós temos um trabalho, nós fazemos um trabalho de acompanhamento dos cursos que estão com evasão ou com pouca taxa de ocupação. E, nesse acompanhamento que fazemos, os colegiados dos cursos, as universidades se manifestam indicando qual é a causa desta evasão ou desta não ocupação. Todas as manifestações, Senador, vêm dizendo que a falta de condição financeira do nosso aluno é o que está fazendo com que ele desista.

Como as nossas universidades estão distribuídas em todo o estado, em todas as cidades do estado – todas as cidades do estado têm o alcance da universidade, não presencialmente, evidentemente, mas ela está na região –, esses alunos têm que se deslocar por meio de transporte público. Os alunos acabam desistindo, porque não têm recurso para subsidiar o valor do pagamento do passe, do ônibus, do que seja lá o meio de transporte. Quando eles chegam à universidade, muitos deles não têm condição de se alimentar. Então, a Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual, a Presidência do Conselho Estadual do Paraná tem se preocupado muito com isso, e foi até por isso que nós tivemos a satisfação de estar com você, Senador, e poder apresentar-lhe essa nossa preocupação. Eu tenho certeza de que, se nós tivermos, de fato, um marco legal que garanta o repasse às nossas universidades estaduais, com toda a certeza, nós poderemos contribuir ainda mais para o ensino superior, para a ciência e tecnologia dos nossos estados.

A Reitora Luzia, se eu não me engano, comentou sobre o decreto do Pnaes. No nosso caso, no caso das estaduais, é o Pnaest, e foi uma portaria. Então, veja, é muito frágil. Do que nós precisamos é de uma lei que garanta que esses recursos, de fato, chegarão aos nossos estados. Evidentemente, nós fazemos também um movimento interno, também no estado, para que o estado apoie as ações junto às assistências estudantis, mas não temos dúvidas de que o apoio do Governo Federal, o apoio por meio de recursos federais é que fará, de fato, a diferença para as nossas instituições de ensino superior.

Era isso, Senador.

Mais uma vez, eu reitero aqui os meus agradecimentos. Sei que nós teremos outros espaços para discussões. Na próxima vez, espero estar presencialmente com o senhor, porque nós queremos muito fazer parte dessas discussões, engrossá-las e ressaltar o papel das nossas universidades estaduais.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos bater palmas aqui. (*Palmas.*)

Palmas remotas, mas do fundo do coração. (*Risos.*)

Eu quero agradecer-lhe, Profa. Fátima, e transmitir um grande abraço ao Conselho Estadual de Educação do Paraná, lembrando que são sete universidades no Paraná, 80 mil alunos. Imagine o orçamento empregado para a oferta da educação superior e da pós-graduação, em mais de 30 *campi* no estado, para essa quantidade de alunos, e o que se está solicitando é um apoio para que a assistência estudantil, que padece das mesmas coisas relatadas nas instituições federais, possa permitir a permanência dos alunos nas instituições de ensino superior.

Passo, em seguida, a palavra, de forma remota também – e dou-lhe as boas-vindas; já conversamos, na semana passada –, ao Sr. Odilon Máximo de Morais, que é Presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem).

Com a palavra, então, Prof. Odilon.

O SR. ODILON MÁXIMO DE MORAIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde. Boa tarde, Senador Flávio Arns.

É um prazer, novamente, estarmos aqui, de forma remota. Eu queria estar presente, presencialmente, mas, infelizmente, em nossas agendas, não foi possível esta participação de forma presencial, mas fizemos questão de participar desta audiência. Eu parabenizo o senhor, como também toda a Comissão de Educação e Cultura do Senado, por trazer este debate tão importante, que é pensar a assistência estudantil para as nossas universidades, o ensino superior, mas também o ensino básico, como o senhor falou; a necessidade do acolhimento, do atendimento, especialmente para os nossos alunos de baixa renda, que precisam tanto da assistência estudantil.

Então, eu quero, aqui, saudar a Manuella, a representante dos estudantes, que esteve aqui conosco, representando a UNE; também a nossa ex-Reitora e, hoje, do Conselho Estadual de Educação, a Profa. Fátima, o nosso abraço também, sentimos muita falta da sua presença na Abruem, nos nossos fóruns, no nosso debate; como também a Presidência e os representantes aqui do Conif e os demais representantes que estão aqui nesta audiência, assim como aqueles que estão nos acompanhando aqui, de forma *online*, ou aí no Senado.

A temática, é claro, já foi apontada aqui a sua importância, discutir a assistência estudantil é fundamental para que pensemos uma educação pública de qualidade no nosso país. Quem é aluno de baixa renda sabe a importância e a necessidade de se ter o suporte por parte do estado para permanecer na universidade. Eu estive, nesta semana, numa escola pública aqui, no Estado de Alagoas, Conceição, no Município de Craíbas, aqui próximo à cidade de Arapiraca, e, conversando com os alunos do ensino médio, e o sentimento de muitos é que a universidade é algo distante, a universidade não é um lugar para essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas, que estudam naquela escola. E a gente foi lá mostrar que, pelo contrário, a universidade pública é um lugar, sim, para os alunos que vêm da escola pública, por isso, a importância de nós atendermos e acolhermos todos aqueles alunos para que possam chegar às nossas universidades, os que vêm da escola pública, os que vêm da zona rural, e os que têm dificuldade, muitas vezes, de ter acesso ao ensino superior, nos lugares onde eles moram, porque não é fácil pensar num país como o Brasil, com a sua dimensão continental, e entender a importância que têm as políticas estudantis, como o restaurante universitário.

Na nossa universidade mesmo, no Estado de Alagoas, eu tenho seis *campi* na nossa universidade e a gente não tem nenhum restaurante universitário na nossa universidade. Então, isso é um prejuízo para os nossos alunos, porque eles não podem permanecer o dia inteiro na universidade, se não tiverem condição financeira para fazer uma alimentação adequada. Então, isso gera uma série de dificuldades, gera evasão, gera um desafio muito maior para todos nós, como também a moradia. Hoje, a questão da mobilidade urbana e de zonas rurais para as nossas universidades, que estão pelo Brasil inteiro, é muito grande. Então, é importante pensar todas essas dimensões para que acolham os estudantes.

Na Abruem (Associação Brasileira dos Reitores), dentro das nossas universidades estaduais e municipais, hoje, são 47 universidades filiadas. Nós estamos em 22 estados do país. Apesar de termos um número de 47 universidades, nós representamos, hoje, 42% das matrículas do ensino superior público no país. Então, nós somos, em números, bem menores em termos de instituições e de instituições federais, mas a gente tem um representativo muito grande de estudantes. Temos, é claro, disparidades também de tamanhos de universidades.

Universidades como a USP, como a Unesp, como a Unicamp são grandes universidades paulistas, mas nós temos também outras universidades bem menores, universidades que estão no interior deste país, como se pensou na interiorização do ensino superior por meio das universidades federais, e lá já estavam as universidades estaduais e municipais, cumprindo uma missão importante, formando alunos, profissionais para o mercado de trabalho.

Foi falado aqui, inclusive, desse aspecto da universidade, de ela ser um espaço que era tido como um espaço da elite. As nossas universidades estaduais, de forma geral, sempre foram espaços das camadas de filhos de trabalhadores, porque nós sempre estivemos no interior do Brasil, em sua grande maioria.

Parte das grandes reitorias nossas não estão em partes da capital, elas estão nas cidades do interior, como é o caso da minha universidade, que está na cidade de Arapiraca, que é a segunda maior cidade do estado – como são as universidades do Paraná e diversas universidades cujas sedes são no interior.

Então, a gente sempre acolheu aquele filho de trabalhador, filhos da zona rural, pessoas que não tinham condições de ir para a capital estudar. As nossas universidades estaduais sempre cumpriram uma missão muito grande de formar e de capacitar, porém, com uma dificuldade maior, porque a gente sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esteve ali na tutela dos estados ou dos municípios, sem muitas vezes as condições financeiras de manutenção de nossas universidades.

Depois da LDB, em que se criam todos os nossos sistemas de ensino, se coloca lá que a responsabilidade do ensino superior é prioritária do Governo Federal. E as estaduais e as municipais sofrem mais ainda porque, dependendo do Governador, ou dos seus representantes, vamos trazer aquela fala que é muito comum, que todos os nossos reitores das universidades estaduais ouviram: "O ensino superior é a responsabilidade do Governo Federal".

Mas quando a gente chega também para dialogar com o Governo Federal, o Governo Federal diz: "Bem, vocês não participam do nosso sistema, então nós não temos responsabilidade".

É um duplo sofrimento. Imagina: 42% dos alunos do ensino superior público estão em uma condição de muita precariedade, porque muitas vezes não são acolhidos pelos sistemas estaduais, como também não são acolhidos pelos sistemas federais.

A Profa. Fátima traz a situação do Sisu e do Pnaest, que foi para nós muito importante naquele momento em que foi criada a possibilidade de nós aderirmos a um sistema unificado de ingresso, que era o Sisu, e praticamente todas as nossas universidades aderiram ao Sisu.

E vem outro problema, porque nós aderimos ao Sisu e o vestibular, que muitas de nossas instituições organizavam, que era uma fonte de arrecadação para as nossas universidades, deixaram de existir.

Então, nossas universidades deixaram de arrecadar recursos com o vestibular, porque passaram a ingressar no sistema unificado, no Sisu, porém não tiveram a contrapartida, porque o Pnaest acabou não repassando para as nossas universidades esses recursos, poucas foram aquelas universidades que receberam – a fragilidade, como foi apontado, de ser uma portaria –, e aconteceu um problema que é gravíssimo para as nossas universidades estaduais: a gente passou a receber alunos de todos os lugares do país, porque o sistema agora é unificado, tendo que dar suporte a restaurantes universitários, a moradias para esses alunos que vêm de outras unidades do Estado para as nossas universidades, porém sem esse aporte financeiro dado para que nós possamos garantir a esses estudantes a sua permanência.

Então, a gente sofre com graves problemas de evasão dos nossos alunos. Falta, muitas vezes, um recurso para a ampliação das nossas políticas de inclusão, o fortalecimento de ações na área da cultura, porque a pesquisa e sua extensão são fundamentais, mas a formação dos nossos estudantes passa também por uma formação cultural, artística, em que esse aluno pode ter acesso a um acervo de conhecimentos, para além daqueles conhecimentos acadêmicos que são colocados em conteúdos curriculares.

O êxito dessa educação pública, das nossas universidades estaduais, municipais, passa, portanto, por um financiamento, um olhar especial do Governo Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, nós saudamos novamente, Senador Flávio, essa iniciativa de trazer as nossas universidades estaduais e municipais para que possamos discutir, para que possamos debater essa questão, para que não soframos crises como está sofrendo aí. E aqui agradeço inclusive também a fala do Prof. Ricardo, quando ele traz esse papel também importante das nossas estaduais e municipais.

É grave a crise hoje vivenciada pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, o estado de que o professor participa, que é uma crise duma UERJ, uma grande universidade estadual, mas que nos últimos anos tem vivenciado uma crise profunda na sua sobrevivência e constituição, falando-se inclusive de privatização, de uma série de desafios que hoje a universidade vive, que é uma importante universidade estadual, mas que, pela falta de financiamento, por toda a crise estrutural hoje vivenciada no Governo do Rio de Janeiro, você vê o problema de uma universidade tão importante. Então essas situações precisam ser revistas.

Daí a necessidade, como Fátima contou...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ODILON MÁXIMO DE MORAIS (*Por videoconferência.*) – ... de termos marcos legais realmente bem claros e consolidados, que não seja um decreto, uma portaria que qualquer um venha, governo, Presidente, a alterar essa portaria, mas é preciso que sejam leis que estabeleçam esses repasses, para que todos os estudantes brasileiros possam ser contemplados com assistência estudantil, para que a universidade pública, de forma geral, e aí a gente tem pautado isso: (*Ininteligível.*)... é necessário se criar um sistema nacional de ensino superior. E aqui eu não estou falando de um sistema federal de ensino superior, mas pensar um sistema nacional de ensino superior em que estejam todas as nossas universidades públicas, sejam elas federais, os institutos federais, as universidades estaduais, as universidades municipais, ou seja, as universidades públicas, que cumprem uma missão tão importante, que elas possam ter garantida alguma forma de financiamento, especialmente para assistência estudantil.

Esse olhar atento para a assistência estudantil é fundamental, porque a grande maioria dos nossos alunos já eram, antes mesmo das políticas de cotas, antes mesmo das políticas de inclusão, a maioria dos nossos alunos eram filhos de trabalhadores. As nossas universidades sempre tiveram projetos de educação popular, porque foram esses os nossos públicos, sempre presentes dentro das nossas universidades estaduais.

Então a gente pede realmente que haja um olhar mais atento para essa realidade. É uma realidade que precisa ser fortalecida, é uma realidade que precisa ser acolhida, para que os estudantes das universidades estaduais e municipais possam ter êxito profissional, porque a educação cumpre essa missão tão importante, que é transformar vidas. É nisso que a gente acredita, que a universidade pública é capaz de transformar vidas e permitir não só uma mudança cultural, mas uma mudança financeira, uma mudança de uma perspectiva de vida para muitos filhos de trabalhadores deste país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

O SR. ODILON MÁXIMO DE MORAIS (*Por videoconferência.*) – A gente está feliz com as novas possibilidades que têm sido...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço...

O SR. ODILON MÁXIMO DE MORAIS (*Por videoconferência.*) – ... por este país, para este ano. E que a gente possa então trazer esse debate tão importante que a gente tem reforçado...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso.

O SR. ODILON MÁXIMO DE MORAIS (*Por videoconferência.*) – ... que é um olhar para as nossas universidades estaduais e municipais. Então nosso agradecimento...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado.

O SR. ODILON MÁXIMO DE MORAIS (*Por videoconferência.*) – ... mais uma vez, por estar aqui presente. E espero que na próxima vez, possa estar aí presencialmente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, Prof. Odilon Máximo de Morais, que é Presidente da Abruem.

Passamos, em seguida, a palavra ao Sr. Levi Castro, que é o representante da Uneafro Brasil, também de forma remota. Seja muito bem-vindo, Levi.

O SR. LEVI CASTRO (*Por videoconferência.*) – Está bom o meu áudio? Está saindo aí o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está bom. Está muito bom.

O SR. LEVI CASTRO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Então, vamos lá.

É um prazer.

Boa tarde, pessoal.

Eu sou o Levi Castro. Eu sou um homem negro, uso óculos, barba, *dreads* até a altura do ombro. Estou com uma camiseta branca. No fundo, tem um corredor em paredes cinza. Estou sentado na minha cadeira de rodas, porque eu sou uma pessoa com deficiência, sou tetraplégico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero começar, primeiro, agradecendo à mesa, agradecendo o convite do Senador e dizer também um agradecimento à Lei de Cotas, porque eu sou fruto da Lei de Cotas. Hoje, eu sou estudante universitário e a Lei de Cotas é que abriu as portas para mim.

E aí, também, eu trago um pouco na minha fala a questão da Uneafro. A gente é uma rede de educação popular, a gente atua no Brasil em mais de 40 núcleos de educação popular, focados no acesso ao ensino superior.

Então, a gente atua com jovens negros e negras, indígenas, quilombolas e pessoas da classe trabalhadora nessa inserção ao ensino superior.

A nossa atuação é diretamente nas pontas. Então, estamos nas periferias do Brasil, em São Paulo, no Rio de Janeiro, na Bahia, e, através do núcleo virtual, atuando diretamente com as pontas.

Eu trago, primeiro, na minha fala, a questão de que os cursinhos populares têm uma particularidade, porque a maior busca por matrículas é de jovens mulheres. Aí a gente já começa a perceber o corpo do ensino popular, que são jovens mulheres. E a outra parte da população que busca cursinhos populares são pessoas com deficiência. Então, muitas vezes, essa população é a marginalizada dentro das dinâmicas e práticas escolares regulares e aí elas buscam no cursinho popular um meio de conseguir fazer o vestibular e, depois, acessar o ensino superior.

A gente sabe que a população negra no ensino superior não chega a 50% das matrículas. E por que não chega? Como não o acessa se a gente já tem a Lei de Cotas? Vamos pensar. A população negra é a que está na ponta, que, muitas vezes, tem que sair para trabalhar. A gente tem exemplos de adolescentes, homens, mulheres que não conseguem concluir o ensino médio porque, nesse meio tempo, a dinâmica familiar precisa de ajuda no aluguel, nas contas de casa, na alimentação, ou também tem questões de transporte. Várias escolas ficam longe. Quando a gente não está em grandes centros, a gente sabe a dificuldade de se locomover.

E aí eu trago alguns números pensando, então, no ensino superior. Se pegarmos a população que está pela cota PcD no ensino superior, somente 35% dessa galera é PcD e negro. E vamos pensar, então, para pessoas negras no ensino superior, 0,6% são PcDs e negros. Então, os atravessamentos também influenciam. Temos mulheres negras com deficiência que aí também não acessam o ensino superior. Mulheres negras com deficiências e transexuais também que não o acessam. Até a questão do atravessamento LGBTQIAPN+ e todas essas questões. A gente sabe que as violências que a gente vive no dia a dia também, tudo isso impacta.

Então, para ser prático, a gente, enquanto movimento de educação popular, traz essas questões, mas a gente também pauta a solução. Então, por meio de uma aula pública que a gente fez aí em Brasília na frente do Banco Central, o Prof. Hélio Santos, da Oxfam, disse para a gente que se se pegasse o valor de 1% da taxa Selic, isso garantiria uma bolsa de ensino médio para todos os alunos do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente sabe que política pública de permanência é necessário desde, então, da educação básica, desde o ensino regular.

E aí eu trago também algumas ideias, algumas sugestões da gente enquanto movimento de educação, que seriam políticas públicas de transição e permanência, porque pensar a permanência no ensino superior é algo que a gente vê que está difícil, mas a discussão já está avançada. Mas a gente precisa voltar um pouquinho antes. Pensar, então, no ensino médio e pensar no jovem e na jovem que saem do ensino médio e que ainda não estão no ensino superior. Então, eles não estão assistidos pela escola, não estão assistidos pela universidade, e aí eles ficam num limbo. Então, vou trabalhar, não vou acessar um cursinho pré-vestibular, não vou buscar a educação porque estou no mercado de trabalho. E aí a gente sabe que tudo isso suga e é difícil.

Então, a gente tem pautado bastante a política do Bolsa Cursinho, que foi algo que já foi experimentado em São Paulo, que era uma política pública em que a Prefeitura de São Paulo, por convênio, dava uma bolsa no valor de R$400, e aí os alunos poderiam estudar no cursinho pré-vestibular e não precisariam estar saindo do cursinho para trabalhar e ajudar na dinâmica de casa.

Só que a gente entende também que só a política do Bolsa Cursinho, só essa política não é o que resolve isso. Então, a gente pensa também que precisaria ter uma suplementação no BPC. É fundamental que pessoas com deficiência também tenham essa porcentagem a mais quando a gente pensa que a dinâmica familiar precisa de um subsídio. E a educação brasileira precisa que esses corpos estejam dentro desses espaços.

É difícil a gente falar de educação, falar que o Brasil tem pensado em educação, que as portas da educação estão abertas, se a gente sabe que populações já estão marginalizadas e não acessam. Então, é muito importante que tudo isso seja garantido, que tenha regulamentação e que, independentemente de qual governo esteja, isso seja colocado em prática.

Também faço a defesa do Pnaes, porque é muito importante que, quando a gente chega na educação superior, tenha, sim, as políticas de permanência, porque o jovem precisa estudar, precisa morar, precisa comer, se transportar e também ter a vida cultural, as suas relações – tudo isso impacta no ensino superior. Não tem como a gente pensar em educação sem pensar no jovem ou adolescente pela sua integralidade toda.

Acho que era um pouquinho disso que eu tinha para falar. A gente está atuando agora através do núcleo virtual espalhado pelo Brasil. E é isso: Uneafro em defesa da educação antirracista.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Olha, a gente agradece muito a você, Levi Castro, representante da Uneafro Brasil e que trouxe também a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perspectiva importante e necessária da inserção pela educação para a pessoa com deficiência. Obrigado, Levi. Estamos sempre à disposição aqui na Comissão de Educação.

Antes de passar a palavra ao MEC, que é a última apresentação, eu vou ler rapidamente as perguntas que vieram pelo e-Cidadania.

Júlia Assis, de Minas Gerais: "[...] alunos de baixa renda [têm dificuldades para] se mudarem para a cidade onde vão fazer faculdade, como pretendem mudar essa situação?".

Vários aspectos foram abordados numa fala ou na outra.

Lyandra Marra, de São Paulo: "Estudantes com programas do governo devem ter dificuldades com os custos da faculdade, mas por que [...] o Prouni tem bolsa e o Fies não?".

Kauan Pimentel, de Goiás: "Como podemos garantir que os programas de assistência estudantil sejam acessíveis a todos, dada a limitação de recursos?".

Lorran Gomes, de Minas Gerais: "O auxílio de permanência do Prouni aumentou, porém ainda não é compatível com nossas demandas diárias. Há previsões de reajuste adequado?".

Comentários, não perguntas, comentários.

Marcos Takao, de São Paulo: "Deve-se detalhar o que é um programa de assistência estudantil e [...] [como ele funciona] para não pesar os cofres públicos a fundo perdido".

Maria Luisa, de Minas Gerais: "Gostaria de destacar a importância de se criar uma assistência estudantil para alunos que possuem Fies, de acordo com a renda declarada".

Maria Teixeira, de Minas Gerais: "Gostaria de destacar a importância [...] [da atualização dos] programas e as bolsas, em especial a Bolsa Permanência dos alunos do Prouni".

Michelle del Nery, de São Paulo: "Apoio financeiro para os estudantes é imprescindível para estimular novos conhecimentos que impulsionarão o país [...]. É investimento".

Mais algumas perguntas, para ver que a participação também pelo e-Cidadania foi importante... Quero destacar que todo o material está disponível. E depois eu peço à Secretaria da Mesa e também da Comissão – não é, Andréia? – que a gente possa responder a todas essas perguntas caso algum aspecto não tenha sido abordado.

Igo Montalverne, do Ceará: "Como a assistência estudantil pode melhorar a educação superior?". Eu diria que já foi bastante abordado.

A Sara Fernandes, do Rio de Janeiro: "Já existe um projeto para uma bolsa de ajuda com livros semestral [já existe, ela afirma], pretendem dar continuidade?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rafaella Tancredi, de Mato Grosso do Sul: "Alunos de Medicina beneficiados com Fies ou Prouni [...] não conseguem trabalhar [por fazerem curso em horário integral, esses] serão candidatos ao programa?".

Monyke Rocha, da Bahia: "Haverá a criação de um programa de auxílio financeiro que contemple os estudantes bolsistas e [de] baixa renda [...] [que] não participem do Prouni?".

Livia Alessandra, de Minas Gerais: "Há expectativa de investimento em moradias estudantis nas faculdades federais?".

Luciana Cabral, do Maranhão: "Como melhorar a assistência ao transporte [...] [a esse público estudantil? Quais programas de mobilidade poderiam ser pensados com essa finalidade?]".

Andrei da Silva, da Bahia: "Como a pandemia afetou a necessidade de assistência estudantil?".

Antonio Marlos, do Ceará: "Haverá novo reajuste para o Bolsa Permanência, do Prouni?"

Bruno Daniel, do Rio de Janeiro: "Quais são os impactos que os programas de assistência estudantil têm na promoção da igualdade de oportunidade no acesso à educação superior?".

Então, são muitas perguntas, e a gente já deixa combinado com a Secretaria para que a gente aborde também o que não foi abordado, para que todos vocês que nos acompanham entrem em contato também, mesmo sendo na sequência, com a Comissão de Educação.

Eu passo em seguida a palavra ao nosso último expositor, que é o Sr. Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca. Seja muito bem-vindo.

Peço desculpas, inclusive, por ter ficado como último apresentador – mas propositalmente também, para escutar todas as exposições e poder se posicionar –, o senhor que é Diretor de Políticas e Programas de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior (Sesu-MEC).

Seja muito bem-vindo, Dr. Alexandre.

Com a palavra, de forma remota.

O SR. ALEXANDRE BRASIL CARVALHO DA FONSECA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Flávio.

Eu tenho uma outra agenda na Casa Civil logo em seguida, por isso eu estou aqui remoto. Quero agradecer o convite, salientar a importância e a preocupação da Sesu e todo o cuidado da Sesu e do MEC em relação à questão da permanência estudantil.

Eu sou professor universitário há 25 anos, primeiro também no grandioso Estado do Paraná, na Universidade Estadual de Londrina, de 1998 a 2004, e desde 2005 sou professor da UFRJ, da Federal do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rio de Janeiro, onde hoje eu sou professor titular ali naquela universidade. A minha vinda para o MEC no início deste ano tem muito a ver com a minha preocupação com a permanência estudantil. Parabenizando a Secretária Denise Carvalho, Reitora da UFRJ na época, eu trabalhava como pró-reitor da equipe dela. Eu a parabenizei e falei: "Profa. Denise, a senhora tem um grande desafio pela frente, que é a permanência estudantil". E no dia seguinte ela me ligou: "Alexandre, lembra daquele meu desafio? Pois é, você vai comigo para Brasília para ajudar a enfrentá-lo e cuidar um pouco dessa agenda".

Então, nos oito minutos, nove minutos que faltam, eu vou durante três ou quatro minutos, apresentar os números atuais da assistência e nos três ou quatro minutos finais eu comento um pouco as falas anteriores, saudando todos os que falaram antes de mim.

Rapidamente aqui, deixem-me compartilhar a apresentação.

Fundamentalmente, o Programa Nacional de Assistência Estudantil, como dito aí por vários, é um decreto de 2010. Ele abrange um conjunto de dez áreas em que as universidades concedem benefícios diretos e indiretos para os estudantes matriculados, tendo como prioridade estudantes com determinado perfil socioeconômico e alguns detalhes que o decreto explicita.

Fora o Pnaes, a assistência estudantil hoje, promovida pelo MEC, o que ficou aqui quando a gente começa esse Governo atual, envolve o Pnaes e mais esses quatro programas, que são, a maioria, por meio de portarias: o Bolsa Permanência, para as universidades e institutos federais; o Bolsa Permanência Prouni, voltado para o estudante prounista até um e meio de renda *per capita*, salário mínimo e bolsista integral; existe o Programa Incluir, que é um recurso pequeno que vai dentro do repasse para as universidades do Pnaes; e o Promisaes também, que é um recurso com valor pequeno, que é voltado para estudantes estrangeiros dentro do convênio do PEC-G, que também não atende a todos esses estudantes. Então, isso seria hoje o que existe vigente em relação à permanência estudantil promovido pelo MEC, e com foco, como dito já por vários, em universidades federais e institutos federais.

A questão orçamentária. A Ploa 0A12, a ação 0A12, se refere à Bolsa Permanência, que tem as Ifes e Prouni somados. No Governo atual, dentro da previsão orçamentária, houve uma queda na Ploa de 2022. Aquela PEC da transição representou um aumento de 60% do que estava previsto na LOA já, mas olhando a Ploa de 2022, com a Ploa de 2024, a gente tem um aumento de 85% no valor previsto para as Bolsas Permanência.

Então, quando a gente começa essa gestão do MEC, entre o valor de janeiro para o que foi pago agora em setembro, praticamente dobraram os recursos em relação à Bolsa Permanência com foco em indígenas e quilombolas. E a gente está no limite orçamentário que a gente tem, por conta do orçamento do Governo anterior.

Aqui, a Ploa, Ação 4.002. É a ação referente ao Pnaes, Incluir e Promisaes – esses três ficam na mesma rubrica –, e a gente teve um aumento de 20% em relação à Ploa de 2022 para a Ploa de 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro ponto, esse foi o esforço que a gente tentou ao máximo aqui no MEC, é de aumentar os recursos para assistência estudantil, dentro de limites financeiros que são impostos no contexto mais amplo orçamentário, com a certeza de que o Congresso, o Senado e a Câmara serão muito sensíveis com esta pauta, que é uma pauta que a todos interessa. E atender alunos de universidades públicas é o objetivo para o que todos aqui convergem, felizmente.

Em relação à Bolsa Permanência para indígenas e quilombolas, a gente tem, no início da gestão, cerca de oito mil bolsistas. Hoje, a gente está com cerca de 12 mil, incluindo bolsistas interculturais, que não recebem todo mês. Aí a gente sai de pouco mais ou quase R$8 milhões, e, hoje, quase R$14 milhões ao mês, com as Bolsas Permanência.

O meu primeiro ponto, basicamente, da apresentação é apresentar o que a gente tinha ao chegar, o quanto a gente tentou incrementar o orçamento.

E, a partir das falas, eu passo, então, a comentar um pouco do que a gente tem discutido e conversado.

Como foi comentado pela Reitora Luzia, existe um projeto de lei que está já com urgência na Câmara dos Deputados e que está com a relatoria da Deputada Alice Portugal. Nós temos conversado com a Deputada, temos conversado internamente com o MEC.

Fundamentalmente, todas as questões já passaram ou foram citadas, mas um primeiro elemento em relação à permanência é a lógica – acho que própria reitora, na primeira fala, vai um pouco nesta linha também –, da permanência como uma política estruturante. Nós não podemos pensar, por exemplo, em alimentação dentro das universidades e institutos, ausente do aspecto da segurança alimentar e nutricional, ausente de todo o arcabouço legislativo que o Brasil, de forma tão brilhante, desenvolveu, sendo o Brasil um país que tem uma experiência belíssima que é o Pnae, que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Então, hoje, o que se impõe ao se pensar numa política de permanência universitária é como podemos ir além de um processo anterior, que se baseava em auxílios individuais, que se baseava em ações localizadas com pouco recurso. Como nós podemos repensar esse processo a partir de grandes programas estruturantes que envolvam os temas principais, quais sejam: alimentação, moradia, transporte, a questão da permanência materna e paterna, a questão da acessibilidade e toda a discussão da inclusão.

Eu também tenho um ponto que, para mim, tem sido muito caro, em conversas e análises aqui internas: o papel das bibliotecas universitárias como espaço de acolhimento, como espaço de encontro, como espaço que providencia a permanência por meio de locais de estudo, de lanche, de encontro, que possam ficar abertas um período maior de tempo em relação aos *campi* universitários e institutos.

Também outra questão muito cara à Deputada, que a gente também está trabalhando, é pensar na expansão da permanência para o médio, o técnico e a pós-graduação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, um elemento, primeiro, é essa lógica de novos programas, novas políticas que envolvam aspectos que sejam mais gerais, interseccionais, muito na linha da primeira apresentação; e que se pare de pensar a assistência estudantil como algo meramente focalizado, mas algo estruturante e que envolve não só o MEC, mas uma série de outras políticas do Governo Federal, que dialogam com saúde, com transporte, com alimentação, MDA, Mapa, MDS, enfim. São políticas que são mais transversais.

Também a gente tem discutido e refletido sobre a necessidade – e vai um pouco na fala que me antecedeu, do Levi – desse estudante, ou desse perfil de estudante que não está, e pensar em outras modalidades de assistência que olhem para outras realidades. Existem possibilidades, por exemplo, nesse desenho que ele apontou...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE BRASIL CARVALHO DA FONSECA (*Por videoconferência.*) – ... de uma pessoa que está no meio-tempo. Às vezes a família não tem estrutura, e o fato de ele ir para a universidade representa uma diminuição da renda. Estamos ainda discutindo, refletindo, mas a possibilidade... Da mesma forma como existe isenção do Imposto de Renda e possibilidades para um perfil de renda quando o filho permanece na universidade, quando a gente olha para o Cadastro Único, por exemplo, pessoas na idade de 18 a 24, são menos de 2% que estão na universidade. Isso obviamente tem relação com a necessidade de trabalho dessas pessoas e com a dificuldade da manutenção da sua família.

Então, pensar em algum tipo de benefício, algum tipo de mecanismo em que as famílias tenham acesso a algum tipo de renda seria uma possibilidade, algo que obviamente precisa ser muito discutido e refletido, mas é uma alternativa, um caminho diferente e uma novidade em relação a políticas de assistência.

Fundamentalmente, em relação às estaduais, como foi comentado, existiu, de 2011 a 2014, 2015, o Pnaes. Também estão no horizonte... Restrições orçamentárias sempre aparecem e isso é um problema, mas temos considerado, temos olhado com muito carinho, e, obviamente, diante da importância e do papel que as universidades estaduais e municipais públicas executam, é fundamental que a gente possa, de alguma forma, contribuir e dialogar com governos estaduais e municipais, no plano federal, no sentido de garantir que esses estudantes também tenham melhores condições de estudo de permanência, que, ao fim e ao cabo, é o objetivo de todos nós enquanto gestores, servidores, professores e cidadãos deste país.

Agradeço o espaço ao Senador. Eu preciso me retirar em cinco, dez minutos no máximo.

Neste período estarei à disposição, e, posteriormente, aqui no MEC, sempre à disposição de quem precisar.

Qualquer questão, dúvida, sugestão, estamos permanentemente à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Prof. Dr. Alexandre, mas também eu peço só uma gentileza também do senhor: que, em alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dias, a gente possa reunir esse material da audiência pública e possamos, em conjunto – Comissão de Educação do Senado Federal e Ministério da Educação –, convergirmos para o apontamento do que está sendo feito, do que pode ser feito, a legislação, para termos, assim, os resultados bem práticos para podermos oferecer para a sociedade.

Inclusive, respondendo essas perguntas que vieram das pessoas que nos acompanham, a gente pode até responder em conjunto também, ou submeteríamos ao senhor as respostas que a Comissão está dando, para observar se estão em sintonia ou se alguma coisa pode ser acrescentada pelo MEC. Podemos combinar, Prof. Alexandre? (*Pausa.*)

Sem problemas. Está ótimo. Agradeço a V. Sa.

Eu penso, assim, que a audiência foi bem interessante. Eu deixo em aberto, por dois minutos, para os expositores também, se quiserem acrescentar alguma ideia, alguma consideração. Deixo o microfone livre também para a Sra. Luzia. Eu estava brincando com ela que eu acho que tem que dizer: Luzia! (*Risos.*)

Porque o pessoal acha que é Luísa, mas é a Profa. Luzia, Reitora. Não sei se a senhora gostaria de acrescentar alguma coisa. (*Pausa.*)

A SRA. LUZIA MATOS MOTA (Para expor.) – Bom, eu só gostaria de agradecer o convite. Para mim, é uma honra representar o Conif e poder debater esse tema que é de fundamental importância para todos nós.

Manter um jovem pobre em uma instituição de ensino superior ou de ensino técnico e tecnológico é um desafio muito grande, mas, quando esse jovem é um jovem negro, é muito mais difícil mantê-lo na universidade, é muito mais difícil a permanência. Se for uma jovem negra periférica, a situação ainda fica muito mais complicada.

Então, na construção de uma legislação, Senador, eu reforço aqui e reitero a necessidade...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUZIA MATOS MOTA – ... de nós termos a diversidade como um princípio, para que a política alcance todos os brasileiros e todas as brasileiras. Isso, para nós, é fundamental.

Finalizo deixando aqui os meus cumprimentos a todos os estudantes que resistem, bravamente, dentro das nossas instituições! Saúdo os estudantes do Instituto Federal da Bahia, que é a instituição que eu dirijo, e cumprimentando-os, eu cumprimento todos os estudantes dos institutos federais e das universidades federais que, hoje, estão resistindo, bravamente!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a Profa. Luzia, Reitora do Instituto Federal da Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Alexandre levantou a mão. Passo a palavra. Eu sei que o senhor tem uma reunião, daqui a pouco, também, mas passo a palavra ao senhor.

O SR. ALEXANDRE BRASIL CARVALHO DA FONSECA (*Por videoconferência.*) – Só gostaria de pedir desculpas, porque acho que eu falei errado o nome da Reitora. Desculpe-me. Luzia ou Luísa?

A SRA. LUZIA MATOS MOTA (*Fora do microfone.*) – Luzia.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É que nós não estamos muito acostumados com Luzia. Nós somos mais acostumados com Luísa, mas Luzia é um nome muito adequado e muito utilizado também.

Foi só uma observação, mas ela estava dando risada, junto aqui, não teve problema nenhum. (*Risos.*)

Muito bem! Eu acho que o Jairo pediu a palavra. Jairo Bolter.

O SR. JAIRO BOLTER (Para expor.) – Bom, gostaríamos de agradecer, reforçar o nosso agradecimento à Casa, e destacar aos estudantes que estão nos acompanhando que vocês vão encontrar, dentro das universidades e dos institutos federais, professores e professoras altamente comprometidos, não somente com atividade acadêmica, com ensino, pesquisa e extensão, mas também com o acolhimento de vocês que estão... que não estão ou que estão nas universidades com alguma dificuldade. Não desistam de entrar, lutem para permanecer, porque somente assim a gente vai desenvolver este país.

Como o MEC destacou, quanto às ações existentes, o pico delas foi no auge do nosso investimento. As principais ações existentes em relação à permanência dos estudantes são de 2013, 2011, 2007 e 2012. Foi no pico do investimento da educação neste país. Então...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIRO BOLTER – ... nós viemos aqui no Senado, Flávio, dizer que nós precisamos apenas rever o orçamento das nossas universidades e dos institutos federais com base nos valores de 2015. Não precisam nem repor a inflação. Nós só gostaríamos de contar com o orçamento, para que a gente possa continuar fazendo ação de ensino, pesquisa e extensão, de forma qualitativa e quantitativa, nas nossas universidades e nos institutos. Precisamos investir fortemente em educação e ciência para desenvolver o país e reconstruir esta nação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço novamente, Jairo Bolter, representando o Proifes, das instituições federais de ensino superior e de ensino básico técnico e tecnológico.

Passo também a palavra à Profa. Dra. Márcia Abrahão Moura, que é Presidente da Andifes e também reitora de uma das universidades com maior prestígio no Brasil, a UnB. Com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MÁRCIA ABRAHÃO MOURA (Para expor.) – Obrigada...

Acho que está... Está ligado? Vocês me escutam?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) – Sim.

A SRA. MÁRCIA ABRAHÃO MOURA – Obrigada mais uma vez, Senador Flávio Arns, à Comissão de Educação e Cultura, aos meus colegas de mesa, mesa presencial e mesa virtual – hoje em dia, cada vez mais, nós temos a virtualidade como parte. Eu pedi a palavra porque, além de agradecer e dizer que a Andifes está à disposição e quer trabalhar em parceria, como o tema da mesa é a importância do Pnaes, da assistência estudantil para a educação superior, eu gostaria de relatar uns dados. Nós fizemos na nossa universidade, a Universidade de Brasília, mas acho importante a gente conseguir fazer isso em todo o Brasil. Nós temos o Inep, temos os dados do censo – acho que alguns dos dados que eu falei aqui são do censo... Surgiu de uma pergunta, e aí eu fui procurar o nome de quem a fez e eu...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MÁRCIA ABRAHÃO MOURA – ... e eu não vi: qual é a importância... Porque alguém falou "Ah, também não pode ficar dando dinheiro para a assistência sem saber qual o retorno para a sociedade". O retorno é altíssimo. Então, nós temos dados que mostram índices de diplomação acima de 80% de estudantes que recebem assistência estudantil, os diferentes tipos de assistência estudantil. Em termos de rendimento acadêmico, também acima de 80%; varia de acordo com a área, mas, em geral, por exemplo... Aí vem uma outra pergunta, sobre o Vale Livro. Nós temos na nossa instituição o Vale Livro, 100% dos estudantes que receberam o Vale Livro neste ano se formaram, e assim por diante.

Então, eu acho que, até para nós fortalecermos o pedido para ampliar o orçamento, acho que, se nós conseguíssemos ter dados de todo o país, mostrando o retorno para a sociedade que a assistência traz, eu acho que seria fundamental.

E nós temos dados fantásticos para mostrar para a sociedade. Outra coisa para que eu queria chamar a atenção é que a gente também tem que ficar atento quando fala em evasão, porque uma coisa é evasão na pandemia, mas, se a gente olha ao longo do tempo, a evasão é muito inferior ao orçamento que nós recebemos e depende também da área. Então o que nós temos de 2010 para cá é um aumento nas universidades de 33% no número de matrículas.

Agradeço mais uma vez e nos coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu quero destacar que a gente pediu para os expositores e expositoras que enviem para a Comissão de Educação dados complementares que julguem importantes para o debate da assistência estudantil; acho que é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunto para as pessoas remotamente, se quiserem só ergam a mão.

A Profa. Fátima gostaria de falar, com a palavra; o Levi também em seguida. Muito bom.

A SRA. FÁTIMA APARECIDA DA CRUZ PADOAN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu quero só destacar mais uma vez a importância de retomar. Até agora, como há essa retomada, essa preocupação em relação às universidades públicas, eu sei que o debate será sempre com muita responsabilidade, mas quero aqui reiterar a importância, nas discussões... O Dr. Alexandre apresentou toda a preocupação e todo o movimento que o Ministério da Educação fará, mas que considere mesmo sempre essa discussão em relação às universidades estaduais.

Nós sabemos que os investimentos dos Governos estaduais são consideráveis em relação ao ensino superior, então, o recurso federal é imprescindível para que a gente consiga de fato estabelecer uma assistência aos nossos estudantes. Então, mais uma vez, reitero aqui que essa necessidade não deixe de ser considerada – sei que o Senador não fará isso. Mas quero aproveitar que o Dr. Alexandre está aqui e reiterar esse pedido, uma vez que o Dr. Alexandre é até aluno egresso de uma universidade estadual, por coincidência do Paraná. Então solicitamos esse apoio e nos colocamos à disposição para as discussões futuras.

Muito obrigada a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço novamente, Profa. Fátima Aparecida da Cruz Padoan, do Conselho Estadual de Educação do Paraná. Reforço que também considero da mais alta importância a inclusão das instituições estaduais e eventualmente municipais também.

Levi Castro, com a palavra também, é uma satisfação.

O SR. LEVI CASTRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Só para agradecer mais uma vez à Mesa, agradecer ao Senador pelo convite.

Os dados que eu trouxe são do relatório A situação das pessoas negras com deficiência no Brasil, relatório do movimento Vidas Negras com Deficiência Importam, que foi lançado na ONU. É bem legal o trabalho, depois é importante ver.

Finalizo dizendo que, se os meus ancestrais sonharam e lutaram pela liberdade e hoje eu sou livre, que a gente continue sonhando e, no futuro, essa liberdade seja diplomas e diplomas. É isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço, Levi, também que mande o relatório para a Comissão, porque aí nós teremos o material completo.

Mais alguém que deseje falar?

Odilon Máximo de Morais, Presidente da Abruem.

O SR. ODILON MÁXIMO DE MORAIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu queria novamente parabenizar o Senador Flávio por esse momento tão importante, para que a gente possa trazer uma realidade que tem sido difícil para os nossos alunos: a falta de assistência estudantil. Então, que a partir dos debates, a gente possa ampliar toda a rede de suporte e assistência via restaurantes universitários, auxílio-transporte, moradia e todas aquelas ações necessárias para que a gente possa garantir ao estudante, que acessa a universidade pública, recursos.

E também, claro, não poderia deixar aqui de novamente ressaltar a importância das nossas universidades estaduais e municipais. E que seja dado um olhar, uma atenção especial para os nossos estudantes, que também são bastante carentes e que precisam, portanto, de um olhar diferenciado do Governo Federal para as universidades estaduais e municipais, para que elas também cumpram a sua missão de formar profissionais qualificados e profissionais que venham aí...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ODILON MÁXIMO DE MORAIS – ... a atender a toda a nossa sociedade brasileira.

Então, obrigado. Parabéns pelo debate.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço também.

Quero fazer um agradecimento, então, especial aos expositores e expositoras. Também um agradecimento a todos e a todas que nos acompanharam e acompanham pelos meios de comunicação do Senado.

Quero reforçar que, em duas semanas, aproximadamente, nós já teremos mantido esse contato com o Prof. Alexandre, do MEC, também com as perguntas que foram trazidas e com o esclarecimento das perspectivas, dos orçamentos, para tornar tudo isso numa linguagem bem acessível e adequada e apontando os desafios trazidos nesta audiência pública. Inclusive fazendo essa articulação com a Câmara dos Deputados em termos da legislação, sendo coordenada lá essa discussão pela Deputada Lídice, que foi... Como?

A SRA. LUZIA MATOS MOTA (*Fora do microfone*.) – Alice Portugal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A Alice Portugal. Pensava que fosse a Lídice, mas não é. E vários projetos em tramitação.

Agradeço também novamente à Secretaria da Comissão de Educação, aos meios de comunicação do Senado Federal, que repercutem todos esses debates pelo Brasil por diversas vezes.

E convido a sociedade a se envolver nisso, não só em termos do ensino superior, mas também como uma importante necessidade para o ensino técnico profissionalizante, para a educação básica mesmo. Para que a gente possa reverter esse quadro, bem ressaltado pelos expositores, de que a educação é tudo que o Brasil precisa.

Educação, educação e educação. Da creche à pós-graduação. Então, a educação ao longo da vida, inclusive como está escrito na Constituição, na LDB e nos documentos legais. Mas dizendo assim a creche, educação infantil, ensino fundamental, médio, modalidades de ensino superior, pós-graduação.

Então, agradeço novamente a participação de todos e todas. E, cumpridos os objetivos desta audiência pública, declaro encerrada a reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 69ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e um minuto do dia três de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Confúcio Moura, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Plínio Valério, Jussara Lima, Zenaide Maia, Paulo Paim, Teresa Leitão, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Mauro Carvalho Junior, Eduardo Gomes, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Marcos do Val e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 66ª, 67ª e 68ª Reuniões, que são aprovadas. O presidente comunica os documentos recebidos pela secretaria. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4172, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde; e altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e pela rejeição das emendas n. 1-U, 2-U, 3-U, 4-U e 5-U. **Resultado:** Aprovado o relatório, favorável ao projeto e contrário às emendas n. 1-U, 2-U, 3-U, 4-U e 5-U. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5838, de 2019 - Terminativo -** que: "Reconhece o forró como manifestação da cultura nacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 288, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a obrigatoriedade de os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio abordarem o combate ao racismo e outros." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a proibição, em todo o território nacional, de fabricação, comércio, transporte, manuseio e uso de fogos de artifício de estampido ou de qualquer outro artefato pirotécnico que produza estampidos." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório, favorável ao projeto, nos termos da emenda substitutiva n. 1-CE. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 359, de 2017 - Terminativo -** que: "Autoriza a criação da Universidade Federal do Xingu (UFX)." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e das emendas n. 1 e 2 - CAE. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5979, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, para incluir os eventos esportivos entre as áreas culturais financiadas pelo vale-cultura." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 6379, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a atividade profissional de musicoterapeuta." **Autoria:** Câmara dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, favorável ao projeto. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 111, de 2023** que: "Requer realização de Audiência Pública com o objetivo de debater os avanços no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), suas contribuições mais recentes para a educação, para a segurança alimentar e o desenvolvimento regional" **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Beto Faro (PT/PA), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 114, de 2023** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 4172/2023, que "Institui o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde; e altera a Lei n° 10.260, de 12 de julho de 2001"." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 112, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o Custo Aluno-Qualidade (CAQ), no contexto do lançamento da Nota Técnica Conjunta da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA)." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 113, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a criação do Dia Nacional de Conscientização sobre a Esclerose Tuberosa, bem como para instrução de projeto de lei a ser posteriormente apresentado." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 116, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 111/2023 - CE seja incluído representante Representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif)." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 69ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 3 de outubro de 2023.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

– Ofício nº 415, de 2023, do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura do Estado do Espírito Santo, que solicita a prorrogação do período de execução da Lei Paulo Gustavo, a regulamentação da Lei Aldir Blanc e a aprovação do Projeto de Lei do Sistema Nacional de Cultura e do Projeto de Lei do Marco Regulatório da Cultura – quero parabenizar o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura do Estado do Espírito Santo, que está solicitando essa pauta, das mais importantes para o Brasil;

– Moção nº 149, de 2023, da Câmara Municipal de Campinas, que apela ao MEC para manter a obrigatoriedade do idioma inglês no ensino médio.

Passamos a você, Teresa Leitão, que preside a Subcomissão da Reforma do Ensino Médio a moção para que possa tomar conhecimento.

Os documentos mencionados permanecerão, por 15 dias, no *site* da Comissão para manifestações pelos interessados. Após esse período, serão arquivados.

Informo que se encontram disponíveis, no Portal da Comissão, os seguintes documentos:

– Orientações para a organização das etapas preparatórias à Conferência Nacional Extraordinária de Educação (Conaee) 2024. Por que extraordinária? Porque nós já tivemos, também, uma Conferência Nacional de Educação, no ano passado, muito bem conduzida, inclusive, e abordando essencialmente o Plano Nacional de Educação. Porém, houve uma reestruturação ampla do Fórum Nacional de Educação e, como é um tema sempre atual, uma nova conferência está sendo realizada.

– Também está disponível no portal o regimento da Conferência Nacional Extraordinária de Educação (Conaee), de 2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 67ª e 68ª Reuniões realizadas em 26 e 27 de setembro de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que os itens da pauta que tratam de matérias relativas a assuntos honoríficos e que exijam quórum de maioria absoluta para sua aprovação serão votados nominalmente em bloco com a abertura do painel eletrônico.

Se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os demais itens que exijam votação nominal.

Quero saudar a Senadora Teresa Leitão.

Já temos o quórum, inclusive, de 19 pessoas, Senadores e Senadoras. Um quórum muito bom. Lembro que esta Comissão é composta de 27 titulares e 27 suplentes; a Senadora Teresa Leitão, que é também Presidente da subcomissão desta Comissão, que discute o novo ensino médio; a Professora Dorinha, Vice-Presidente da Comissão, é Relatora da subcomissão para a apresentação, e já estamos indo, assim, para os encaminhamentos, para a apreciação do relatório.

Muito bem, aproveitando, então, a presença de V. Exa., que é sempre assídua e também muito presente em todos os debates da Casa, mas, particularmente, na área da educação, da cultura e de tudo o que se refira aos direitos fundamentais do cidadão, passamos ao item nº 1, Senadora Teresa Leitão.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 4172, DE 2023

- Não terminativo -

Institui o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde; e altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do Projeto e pela rejeição das emendas n. 1-U, 2-U, 3-U, 4-U e 5-U.

Observações:

1. Em 19/09/2023, foi apresentada a emenda n° 1-U, de autoria do Senador Plínio Valério (PSDB/AM). Em 19/09/2023, foram apresentadas as emendas n°s 2-U e 3-U, de autoria do Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). Em 20/09/2023, foi apresentada a emenda n° 4-U, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). Em 20/09/2023, foi apresentada a emenda n° 5-U, de autoria do Senador Alessandro Vieira (MDB/SE).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daqui, este projeto irá para o Plenário.

Autoria: Presidência da República.

A matéria é de iniciativa do Presidente da República e tramita em regime de urgência constitucional.

Passo, então, a palavra à Senadora Teresa Leitão para a leitura do seu relatório.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Bom dia.

Agradeço as menções que V. Exa. fez e, também, complementando o informe sobre a Subcomissão do Ensino Médio, eu acho que, durante este mês de outubro, possivelmente logo após os feriados, nós já teremos condições de apreciar o relatório.

Estive conversando com a Senadora Professora Dorinha e já está bastante avançado o processo. Faltam alguns ajustes e alguma interlocução que a Senadora pretende fazer com o MEC; fora isso, já podemos anunciar o término do trabalho, que é o início de outro, na verdade.

Então, passo à leitura, solicitando a V. Exa. dar por lido o relatório.

Passarei à apreciação obrigatória das emendas que foram apresentadas.

Como bem disse V. Exa., é um projeto de longo alcance. É um pacto que envolve três Ministérios: o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde e o Ministério da Cultura. O foco é a recomposição, a continuidade de obras que estavam paralisadas, mas também está incluído o Fies no processo da educação, um novo formato do Fies, mantendo, evidentemente, o seu foco, também a complementação de obras de hospitais e a possibilidade de alteração na Lei Aldir Blanc, podendo também, em um percentual determinado, ser usada para aprimoramento e valorização de equipamentos culturais.

Então, a proposição que nos chegou da Câmara dos Deputados, ao chegar aqui, onde também tramita em regime determinado, nos termos do citado art. 64, §1º, da Constituição, foi distribuído a esta Comissão de Educação e Cultura onde foi aberto o prazo regimental para a apresentação de emendas.

A Emenda nº 1, oferecida pelo Senador Plínio Valério, acrescenta § 8º ao art. 3º da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013. A finalidade é incumbir o MEC de concluir os processos administrativos pendentes que tratam de pedidos de autorização para funcionamento de cursos de Medicina instaurados por força de decisão judicial até a data de publicação da Portaria MEC nº 650, de 5 de abril de 2023.

As Emendas nº 2 e nº 3 foram apresentadas pelo Senador Izalci Lucas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 2 altera os arts. 4º e 5º-C, além de revogar o § 4º do art. 6º, todos da Lei do Fies, na forma dos arts. 18 e 19 do PL. No art. 4º da Lei do Fies, a mudança incide sobre o § 14, com o intento de que em contratos inferiores a 100% dos encargos educacionais, a parcela não financiada seja paga pelo estudante diretamente à instituição de ensino.

Daí, igualmente, o sentido de revogar o §4º do art. 6º ora em vigor, que autoriza o agente financeiro a cobrar as parcelas de encargos educacionais não financiados com recursos do Fies.

A Emenda nº 3, por sua vez, também dispõe sobre o Fies. A mudança proposta recai sobre o inciso III do §11 e art. 4º, incluindo ainda modificação no inciso VIII do *caput* e acréscimo do §23 ao art. 5º-C da Lei nº 10.260, na forma do art. 18 do PL. No inciso III do citado §11, a emenda altera a faixa de aporte das mantenedoras como parcela dos encargos recebidos dos estudantes entre 10% (dez por cento) e 25% (vinte e cinco por cento), após o quinto ano da entidade mantenedora no Fies, variável, nesse período, em função dos critérios estabelecidos em regulamento, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies.

Para o inciso VIII do art. 5º-C, a Emenda nº 3 exclui a previsão de valor mínimo para as prestações destinadas à quitação de saldo devedor, passando a prever apenas a prestação equivalente à aplicação percentual mensal vinculada à renda ou aos proventos mensais brutos do estudante financiado pelo Fies.

A inserção do §23 no art. 5º-C, por fim, visa a garantir que, durante os períodos em que o financiado ficar sem auferir qualquer renda ou proventos, seja suspensa a exigibilidade de prestações para quitação do saldo devedor.

O objetivo da Emenda nº 4, da Senadora Professora Dorinha Seabra, é incluir, no art. 9º do PL, entre os critérios norteadores das diretrizes de priorização a serem definidas pelo Poder Executivo, para fins de atendimento no âmbito deste pacto, projetos de instituições de educação básica que atendam comunidades de baixa renda, na mesma linha dos projetos de instituições, arroladas no inciso III, destinadas a atender comunidades rurais, indígenas e quilombolas.

Finalmente, a Emenda nº 5, do Senador Alessandro Vieira, incide sobre o §11 do art. 4º da Lei do Fies, visando a estabelecer, mediante mudança da redação do inciso III, do §11 em alusão, o aporte obrigatório da entidade mantenedora ao FG-Fies, a partir do sexto ano no Fies, entre 10% e 40% dos encargos educacionais recebidos dos estudantes.

Análise.

De acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, cumpre à Comissão de Educação opinar sobre proposições que digam respeito à matéria de natureza educacional, como é o caso do Projeto de Lei 4.172, de 2023.

Nesses termos, a presente manifestação encontra amparo regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De igual modo, a proposição observa os critérios de inovação, conformidade com o ordenamento vigente e os princípios gerais do direito, além de ser dotada de coercibilidade. Ademais, há também a observância das recomendações de técnica legislativa prescritas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Dessa forma, em relação à análise dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica da proposição, não há qualquer questão a ser apontada que enseje amparo ou até mesmo aprimoramento.

No que tange ao mérito, a proposição não poderia vir em hora mais oportuna, seja do ponto de vista educacional, seja do ponto de vista econômico.

Particularmente em relação à questão educacional, o inventário de obras realizado pelo FNDE identificou, logo no início deste ano, mais de 30 mil obras contratadas ou negociadas no âmbito do PAR, contadas a partir de 2007. Desse total, embora se tenha um índice de obras concluídas da ordem de 56%, o que em números absolutos se traduz como pouco mais de 16,7 mil obras, tem-se, na outra ponta, quase 12% de obras paralisadas ou não concluídas, o que dá uma ideia aproximada de 3,6 mil obras com algum recurso já investido e sem perspectiva de retorno se não houver um investimento adicional.

O caráter epidêmico dessa mazela se caracteriza pela constatação de casos em todos os estados e no Distrito Federal. Já o número de municípios atingidos se aproxima de 1,7 mil, o que perfaz um percentual de 30% das municipalidades brasileiras. Portanto, é de boa iniciativa que essa lei venha a ser aprovada, porque também dialoga fortemente com o Plano Nacional de Educação em vigor, daí a urgência de uma intervenção que se mostre efetiva no sentido de assegurar a conclusão dessas obras. Como se sabe, já houve iniciativas de retomada que resultaram frustradas, em face da falta da criação de condições viáveis para a conclusão dos projetos. Num país que experimenta inflação, como o nosso, infelizmente, é inconcebível a falta de sensibilidade em relação a questões como essas, que são cruciais para a manutenção do equilíbrio financeiro de contratos e de ajustes.

Pensando na distribuição de resultados por etapas ou níveis, essa retomada poderá representar, por baixo, 1,2 mil estabelecimentos de educação infantil – creches e pré-escolas –, quase mil escolas de ensino fundamental, além de algumas dezenas de escolas do ensino médio técnico-profissional, uma centena de obras de reforma ou ampliação de escolas e, pelo menos, 1,26 mil quadras ou coberturas de quadras esportivas.

Do ponto de vista do gasto público, a paralisação ou o adiamento reiterado de conclusão dessas obras tem uma outra face, causadora de prejuízos irreparáveis à figura do Estado e dos gestores públicos. Por esta razão, a proposição, em relação à retomada de obras que atenderão à educação básica e profissional, é de suma importância sob o ponto de vista educacional. Com efeito, no que toca especificamente ao aporte de recursos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), há uma perspectiva concreta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impacto positivo na própria economia do país. Decerto o retorno da medida beneficiará tanto o setor da construção civil quanto os trabalhadores.

Em relação ao conteúdo das medidas veiculadas à Lei Aldir Blanc de fomento à cultura, é importante salientar que proposta original do Poder Executivo alterava o art. 16 daquela norma. A finalidade da proposição era indicar, de forma explícita, possibilidades de aplicação dos recursos gerados pela política, sendo exemplares a esse respeito a construção, a ampliação, a reforma e a modernização de espaços culturais; a aquisição de equipamentos e de acervos; e o fortalecimento da Política Nacional de Cultura Viva.

O projeto facultava ao Ministério condicionar, até o limite máximo de 30% dos recursos gerados pela política cultural decorrente da lei, os repasses destinados para aplicação em políticas de programas. Nesse caso, o projeto previa a flexibilização ou a desnecessidade de observância dos percentuais estabelecidos no art. 7º da Lei Aldir Blanc, quais sejam:

a) 80%, em ações de apoio ao setor cultural por meio de: 1) editais; 2) subsídio para manutenção de espaços artísticos;

b) 20%, em ações de incentivo direto a programas, a projetos e a ações de democratização do acesso à produção artística e cultural.

Ao apreciar essa inovação indireta na Lei Aldir Blanc, a Câmara dos Deputados optou por não alterar aquela norma, abordando o assunto no próprio projeto e aquiescendo a diretriz indicativa das áreas acerca das atividades ou equipamentos culturais que poderão receber recursos, assim como do possível limite de 30% do total dos recursos a ser estabelecido em diretriz do próprio Ministério. Cumpre ressaltar, todavia, que os deputados emendaram a disposição original, de sorte a que fosse mantida a proporcionalidade dos 80% e 20% previstos no art. 7º retromencionado. De nossa parte, essas alterações não alteram a substância da proposição original e com ela se harmonizam.

Por fim, no que se refere à introdução de mudanças na Lei do Fies, pela Câmara dos Deputados, as inovações inseridas são oportunas e meritórias. As que dizem respeito à flexibilização de aportes das mantenedoras ao FG-Fies são necessárias para dar fôlego às instituições de ensino e reduzir os efeitos de desembolsos obrigatórios sobre a própria viabilidade de funcionamento das instituições.

Particularmente em relação à reabertura de prazos para renegociação de dívidas de estudantes em situação de inadimplência junto ao Fies, a medida, além de servir a um interesse público lastreado na compreensão da educação como dever do Estado, vem a calhar em uma conjuntura marcada pelo esforço do Governo Federal para restabelecer o acesso da população a condições de solvência, notadamente por meio do programa Desenrola Brasil, aprovado por este Senado no dia de ontem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, já estamos quase criando um calendário de reabertura dessas negociações no Fies, sinal de que as normas de regência do fundo precisam considerar o ambiente de oscilação da economia e do mundo do trabalho. No momento, por exemplo, e ainda por alguns anos, teremos de conviver com as consequências da pandemia de covid-19. Nada mais justo, assim, do que alguma sensibilidade com a situação desses estudantes, que, após deixar a universidade, ainda terão de conviver com a incerteza quanto ao acerto de seu investimento.

Finalmente, no que respeita à técnica legislativa e a coerência textual, entendemos que a incumbência de ato no âmbito do poder público deve ser de caráter pessoal e não orgânico. Com efeito, sugerimos que, na redação final do parágrafo único do art. 17 da proposição, seja feita menção a ato do Ministro de Estado da Educação, de modo a uniformizar a técnica com o texto do art. 16, parágrafo único.

Por essas razões, ao tempo em que reafirmamos a constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto, invocamos a sua relevância educacional e social como base para o seu mérito e acolhida no Senado Federal.

No que tange particularmente à avaliação das emendas oferecidas, depois desse relatório e com a coerência interna que permeia todo o projeto, nós tivemos que rejeitá-las, Presidente – todas elas –, para que não houvesse nenhum óbice ao que o Governo Federal, como proponente do projeto, estava pensando.

Concluindo, em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.172, de 2023, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 5.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Está em discussão a matéria, o relatório apresentado pelo Senadora Teresa Leitão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto e contrário às Emendas nºs 1, 2, 3, 4 e 5-U.

A matéria vai ao Plenário.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Podemos solicitar urgência, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É para a ida ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Solicitada a urgência, deferida a urgência, com a concordância do Plenário, não havendo objeções, para que a matéria possa ser levada ao Plenário.

Eu quero, inclusive, sugerir, Senadora Teresa Leitão, que o assunto que foi objeto essencialmente das emendas, que é o Fies... V. Exa., inclusive, explicou que, dada a urgência, o processo está acontecendo... Mas que a gente não perca as emendas e possa fazer o debate do Fies especificamente como um assunto à parte. Nós temos, de fato, muita urgência em relação às obras inacabadas na área da educação e tantas iniciativas essenciais na área da cultura, que devem ser, também, observadas. Mas deixar em aberto... Foram rejeitadas em função do contexto geral, porque, senão, inclusive, o projeto teria que voltar para a Câmara dos Deputados. Essa urgência é necessária. Nada impede, eventualmente, que os autores das emendas discutam esse assunto em Plenário também. Mas deixar o assunto em aberto.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Concordo, Presidente. Eu, inclusive, tinha emendas também para apresentar ao Fies, mas, na condição de Relatora, achei que deveria concordar com a urgência solicitada pelo Governo no que diz respeito também a alguma situação das mantenedoras.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu acho que é muito pertinente a observação de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Antes de passar...

É sobre esse assunto? (*Pausa.*)

Sim, o tema 4.

Mas, antes de passar para o Senador Paulo Paim, que está aqui presente e é o Relator do item 4, só quero saudar o Thiago, nosso ex-Secretário da Comissão de Educação. É uma honra tê-lo aqui na Comissão. Seja sempre muito bem-vindo. Esse é o seu espaço também. Na outra vez em que eu fui Senador, o Júlio era o Secretário, que fez um belo trabalho. Permita-me chamá-lo de você. Você fez um belo trabalho também, assim como a Andréia e toda a equipe estão fazendo um excelente trabalho aqui na Comissão neste momento. Parabéns! Muito bom!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, em seguida, então, ao item 4 da pauta, saudando o Senador Paulo Paim e desejando que tenha saúde e força, pois está se submetendo a inúmeros exames médicos. Queremos que tudo dê certo, porque V. Exa., além de um grande amigo nosso, grande líder... Primeiro, lá atrás, Deputado, Senador, é uma honra para o Brasil tê-lo dentro do Congresso Nacional e sempre com saúde, saudável, com força, com energia, porque a sociedade... Aliás, quero cumprimentá-lo, inclusive, porque eu o assisti no programa de domingo, no Fantástico. Eu disse: "Essa pessoa aqui eu conheço, ele é o Paulo Paim, autor do Estatuto da Pessoa Idosa". Também estamos comemorando o Dia Nacional e Internacional da Pessoa Idosa, há vários anos já. São 20 anos do Estatuto da Pessoa Idosa, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E temos que cuidar bem – eu estou brincando, obviamente – da nossa área, não é? Afinal, eu não posso nem dizer para o Paulo Paim que ele é mais velho que eu, porque nós nascemos no mesmo ano, então, a gente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sou um pouquinho mais velho. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Um pouquinho mais velho, não é?

Mas que bom. Parabéns pela entrevista, parabéns pelo programa. Eu penso que é uma área sempre atual, que está sempre necessitando de que aquilo que está no estatuto se transforme em realidade, que é o desafio no Brasil, em todas as áreas que envolvem o ser humano. Parabéns pelo trabalho.

Passamos ao item 4, então, da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 5, DE 2022

- Não terminativo -

Dispõe sobre a proibição, em todo o território nacional, de fabricação, comércio, transporte, manuseio e uso de fogos de artifício de estampido ou de qualquer outro artefato pirotécnico que produza estampidos.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

2. A matéria constou da pauta da reunião do dia 20/06/2023.

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Paulo Paim, para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Obrigado, Presidente, Senador Flávio Arns, querida Senadora Teresa Leitão, uma jovem Senadora, jovem em todos os sentidos, é o primeiro mandato como Senadora...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quando eu apresentei o estatuto, eu era um jovem ainda, e hoje já posso desfrutar dele, devido à minha idade.

Senador Flávio Arns, eu queria primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Aliás, ontem eu participei de um evento – me desculpe até estar interrompendo V. Exa. – no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, e o que eles disseram foi o seguinte: "Olhe, todos nós um dia ficaremos idosos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... e, ficando idosos, muitos de nós teremos dificuldades de mobilidade, de visão, de audição, cognitivas". Então, precisamos pensar hoje naquilo que essas pessoas estão precisando, e cada vez mais pessoas necessitarão, porque a população está também, felizmente, se tornando mais idosa. A expectativa de vida aumenta. Então, era só uma observação.

Vamos ao item nº 4.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O jovem de hoje tem que entender a forma com que ele trata o idoso, porque ele é o idoso de amanhã. Se não for idoso, é porque ele faleceu.

Senador Flávio Arns, eu queria, em primeiro lugar, agradecer a V. Exa. em relação à política de cotas, a que V. Exa. sempre se demonstrou totalmente favorável, e dizer que o projeto que vem da Câmara, das Deputadas Dandara e Maria do Rosário, é um projeto arredondado, discutido amplamente com a sociedade e com o Ministério da Educação. E, como é uma lei que está em vigência há dez anos, ela foi só aperfeiçoada. Por isso, conversando com V. Exa., V. Exa. disse: "Olha, se há entendimento geral, não será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Comissão de Educação que criará nenhum tipo de obstáculo". Pelo contrário, V. Exa., de pronto, disse que nós caminharíamos juntos.

O projeto foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos, por unanimidade, não houve nenhuma emenda, e agora vai ser apreciado, provavelmente, amanhã na CCJ.

Eu tomo a liberdade – depois de uma idade, a gente toma algumas liberdades que não devia até, mas é a idade, viu? – de pedir o apoio da Comissão de Educação. Não tem uma vírgula minha. É todo um trabalho feito coletivamente pelo Governo e pela Câmara dos Deputados. Para qualquer vírgula que eu colocasse, Professora Dorinha, o projeto voltaria para a Câmara dos Deputados. Estou falando da política de cotas, do apoio que eu tive da Comissão de Educação, e que amanhã vai ser votada na CCJ.

O Ministério da Educação pediu muito que ele fosse votado, no máximo, até o dia 15. Como eu baixo no hospital no dia 12 – a gente nunca sabe, porque eu fiquei uns dias em exames lá, e pediram para eu baixar dia 12 –, vamos fazer um esforço para tentar votar.

O Presidente Rodrigo, se depender dele, dará todo o apoio. O Ministro da Educação, o da Igualdade Racial e o dos Direitos Humanos, todos estão trabalhando em cima do projeto que vem da Câmara dos Deputados. Enfim, vamos torcer para que a matéria seja votada amanhã, porque há um problema de prazo na regulamentação. Para eles regulamentarem, eles precisam de um tempo. E, se não votarem, segundo eles, até o dia 15, terão dificuldade para fazer entrar em vigor a partir do ano que vem.

Esse é o apelo que eu faço a esta Comissão tão importante que é a Comissão de Educação.

Presidente, o relatório é longo – é longo.

Eu proponho o seguinte a V. Exa.: na verdade, é um projeto simples, e eu vou lendo. Se se entender que se está no momento de irmos para a discussão, eu suspendo e vamos para a discussão.

Mas vamos lá.

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 5, de 2022, de autoria parlamentar do Senador Randolfe Rodrigues, que, em essência, "dispõe sobre a proibição em todo o território nacional de fabricação, comércio, transporte, manuseio e uso de fogos artifícios de estampido ou de qualquer outro artefato biotécnico que produza estampidos", conforme objeto e âmbito de aplicação descritos em seu art. 1º.

A matéria excepciona da proibição, por meio de seu art. 2º, as atividades da cadeia produtiva de fogos ruidosos quando executadas no Brasil com a finalidade de exportação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 3º veicula as sanções ao descumprimento da norma. Prevê a apreensão dos artefatos proibidos e multa, de até 20% do faturamento bruto anual para pessoas jurídicas que os produzam ou comercializem e de R$2,5 mil a R$50 mil para as pessoas físicas que façam o mesmo ou para qualquer pessoa que os utilize.

A cláusula de vigência trazida no art. 4º do PL propõe 60 dias de prazo, após a publicação da lei, para que a norma comece a vigorar.

A justificação se sustenta, entre outros argumentos, na constatação de que os ruídos dos fogos de artifício com estampido alcançam limites sonoros superiores aos suportados de forma saudável pelos seres humanos, provocando desconforto e até dor. Também explica que o barulho provocado por esses artefatos é muito nocivo a crianças, idosos, pessoas com deficiência e animais.

A proposição foi distribuída para análise desta Comissão, onde fui indicado como Relator. Após a deliberação da CE, a matéria será apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Esse é o resumo do projeto, Presidente.

Agora eu posso ler a análise, que na verdade é a defesa do projeto, por tudo que eu li aqui.

Mas, se V. Exa. entender que eu devo ler um pouco, eu leio. Por mim, eu me sinto contemplado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – V. Exa. é quem sabe. V. Exa. é o Relator...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... não quero nem interromper, nem... tudo aquilo que for necessário...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu farei a leitura. Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... V. Exa. coloca para o Plenário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que versem sobre diversão e espetáculos públicos, tema no qual se insere o uso de fogos de artifício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Preliminarmente, há que se informar que os aspectos relativos à constitucionalidade e juridicidade, nela incluída a técnica legislativa, serão avaliados pela CCJ, quando da apreciação terminativa deste projeto.

No que diz respeito ao mérito, de fato, os fogos de artifício com estampido são extremamente prejudiciais à saúde auditiva humana, mas são ainda mais danosos a alguns segmentos da população com maior vulnerabilidade às suas emissões sonoras, bem como aos animais.

Estamos tratando de tema que resvala em eventos de significativa repercussão nacional, como as tradicionais queimas de fogo nas viradas de ano, nas festas juninas, nas comemorações esportivas e em outros eventos festivos. Parece que estamos habituados a essa prática celebrativa, e a indústria pirotécnica de fogos com estampido tem se beneficiado, naturalmente, dessa narrativa.

Mas, se olharmos com um pouco mais de atenção, iremos perceber que padrões e exigências comportamentais atuais colocam esse discurso em xeque.

A discussão sobre fogos de artifício ruidosos tem ganhado repercussão em todo o país, nas três esferas de Poder. No âmbito do Poder Judiciário, o debate já alcançou o Supremo Tribunal Federal (STF), que, ao decidir pela legitimidade de os municípios legislarem a esse respeito, apontou em todos os seus julgados os impactos negativos à saúde e ao meio ambiente advindos dos efeitos ruidosos causados com a queima de fogos de artifício e outros artefatos similares.

No contexto legislativo, diversos municípios editaram leis proibindo a soltura de fogos ruidosos. Portanto, podemos citar aqui, a título de exemplo, Fortaleza, Curitiba, Itapetininga, Santiago do Sul, Lucas do Rio Verde, Pato Branco, Goianésia do Pará, além de estados inteiros, como Pará, Tocantins, Espírito Santo e o Distrito Federal, onde já é proibido.

Note-se bem que, em todos esses locais, a proibição não alcança a totalidade dos fogos de artifício, apenas os de alto impacto sonoroso ou, como são conhecidos, aqueles com efeitos de tiro. Permanecem permitidos os fogos com efeitos de cores, os ditos luminosos. E a motivação de todas essas normas é uníssona: foram publicadas como forma de proteger a saúde, repetimos aqui, de idosos, pessoas com transtorno do espectro autista, bebês, pessoas com deficiência, crianças e animais.

Estamos aqui, portanto, diante de um dilema que cai bem a esta Comissão de Educação e Cultura: opinar sobre para qual prato da balança devem sopesar a educação e a cultura de nossa sociedade – pelo indiferentismo ou pela solidariedade; pelo individualismo ou pelo cuidado; pelo prazer efêmero ou pelo prejuízo duradouro; pela valência do mais forte e do mais apto ou pelo zelo de todos os humanos, inclusive dos mais vulneráveis. É disso que se trata. É essa a escolha que nos cabe fazer.

E não se diga que basta o respeito aos limites regulamentares vigentes de intensidade de decibéis preconizados, resultantes de distâncias e horários de soltura dos fogos ou quantidades de pólvora nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

artefatos. Todos esses regramentos já foram testados. Nenhum deles, porém, nem isolada, nem conjuntamente, foi capaz de evitar os malefícios constatados. Avançar no cuidado e na proteção social é necessário e urgente.

Devemos nos lembrar, sobretudo, que a saúde e o meio ambiente, não por acaso, são direitos fundamentais, firmados em nossa Constituição; portanto, inalienáveis, indisponíveis, inegociáveis. São eles que devem nortear os processos produtivos e fabris e não o contrário. Por isso, cabe à indústria adequar-se a seus parâmetros, sob o risco de uma subversão clara de princípios basilares de cidadania e segurança.

Queremos, sim, espetáculos pirotécnicos que celebrem a alegria, a vida, a arte e a cultura, o lazer, repletos de cores e imagens, que risquem o céu com suas luzes e brilhos, formas e tonalidades, mas que respeitem os seres humanos, principalmente aqueles mais frágeis, e o meio ambiente. É essa a conciliação desejada, o caminho do meio, que convidamos a indústria nacional a percorrer.

Como bem pontuou o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do recurso extraordinário, a vedação legal à soltura de artigos pirotécnicos que produzam estampido consubstancia meio idôneo à proteção à saúde e ao meio ambiente ao solucionar, com a medida, os malefícios causados pelos efeitos ruidosos da queima de fogos a pessoas com hipersensibilidade auditiva no transtorno do espectro autista, crianças, idosos e pessoas com deficiência, assim como também à vida animal em geral.

Trata-se, no entendimento da Corte Constitucional, de medida que não ofende aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

A proposição que temos sob exame oferece, então, uma resposta objetiva a esse problema, vedando, diretamente, a produção, o comércio e o uso dos artefatos pirotécnicos mais nocivos.

Sendo assim, é hora de este Parlamento unir-se à iniciativa dos diversos Parlamentos municipais e estaduais do país e estabelecer, em âmbito federal, o que a sociedade brasileira já vem sinalizando como diretriz de educação e cultura a respeito do que pretende doravante como diversão e espetáculo.

Assim e por isso, por promover uma regulação razoável à indústria de fogos de artifício, nossa inclinação é favorável à aprovação da proposição em análise.

Presidente, acho que fica muito claro. Percebo que as próximas páginas todas vão na mesma linha, repetindo inclusive alguns argumentos – e repete muito: pessoas com deficiência, bebês, idosos e a questão dos animais

Enfim, agora vou à síntese.

Em síntese, então, e com base no exposto, portanto, o Projeto de Lei nº 5, de 2022, apesar de grandemente meritório, apresenta algumas inconsistências que demandaram de nossa parte ajustes para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação, na busca de um entendimento geral, mas preservando sempre a vida. Dada a abrangência das alterações necessárias...

Eu não sou de fazer substitutivo. Acho que é o primeiro substitutivo que eu faço. Eu prefiro emendas, mantendo sempre o projeto original do autor, mas, neste, a Consultoria entendeu – e o Senador Randolfe entendeu - que, para adaptar a essa realidade, deveríamos apresentar um texto substitutivo, é claro que preservando sempre o eixo do projeto, que é do Senador Randolfe.

Voto.

Por todo o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5, de 2022, nesta Comissão, na forma do substitutivo que aqui apresentamos, mediante um amplo diálogo com diversos setores.

É este o projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Paulo Paim.

Quero destacar que o relatório, a análise, todo o texto está disponível já para todas as pessoas, todos os Senadores e Senadoras, membros da Comissão.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Senadora Professora Dorinha Seabra, quero lhe dar as boas-vindas e, ao mesmo tempo, em nome da Comissão, dar-lhe os parabéns – feliz aniversário! Foi no domingo, dia 1º de outubro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Já ficam os parabéns coletivos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, já demos esses parabéns no grupo de Senadores e Senadoras, desejando saúde, paz, felicidades e que continue firme nessa caminhada bonita que V. Exa. vem desenvolvendo a favor do Brasil, particularmente na área da educação, da cultura, mas em todas as áreas também. Parabéns!

Com a palavra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu sempre digo que, invariavelmente, dia de eleição, quase sempre, é no meu aniversário – ou é no dia, um dia depois, ou um dia antes. Mas agradeço o carinho.

Sr. Presidente, eu queria reportar essa questão do projeto. Em particular, eu não gosto de foguete, eu acho que incomoda bastante, além do risco. No meu estado mesmo, Tocantins, já teve acidente com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foguete, não só machucando pessoas, mas, às vezes, caindo em uma casa de palha, principalmente, em beira de praia, onde tem muita palhoça, na beira do rio mesmo. Então, eu acho que é um problema.

Em particular, olhando o texto, acho que o problema também continua. É difícil de monitorar, de acompanhar.

Os próprios fogos coloridos também têm barulho, lógico que em menor grau. Não acho que a gente tem condição de suspender, porque fazem parte de festas de aniversário, festejos, Ano Novo, e eu acho que nós vamos ter muitos problemas.

Acho que essa questão do desenho, embora o meu estado seja um que já aprovou, mas nada impede, nas cavalgadas, estão lá presentes os foguetes, nos comícios, nas reuniões, nas festas... As pessoas continuam...

Aqui, no caso específico, indo diretamente à empresa fabricante, eu receio que a gente dê espaço para começar um novo modelo de tráfico e de compra fora. Não pode comprar de um comerciante do país, aumenta o preço e vai comprar fora.

Então, eu chamo a atenção porque é muito sutil essa questão do estampido, qual é o barulho, quem vai avaliar. O próprio colorido, quando explode, lá em cima, para o *show* de cores, faz barulho, obviamente, com menos incômodo, mas também faz barulho e afeta os animais, que têm ouvido mais sensível.

Então, sinceramente, tenho muitas preocupações de ser mais uma lei que complica e não pega, não vai ser executada. Acho que precisa ser muito bem amadurecida. Acho que a intenção é boa, porque tem muitos problemas, desde o incômodo às pessoas aos riscos que oferecem. Não é incomum a gente encontrar uma pessoa que está com a mão machucada, lesionada, porque foi soltar foguete, e o foguete, por problemas, às vezes, até de fabricação ou por falta de habilidade, deteriora a mão da pessoa.

Enfim, embora concorde, enxergo uma grande dificuldade de execução.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senadora Teresa Leitão, com a palavra.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Eu acho que o relatório não poderia ser diferente. É difícil, para a gente, negar uma preocupação desta, mas concordo – até estava também comentando com a Senadora Dorinha – que a gente pode ser alvo de muitas ações.

Lá no Nordeste, por exemplo, o ciclo junino, que é muito longo, que dura, em algumas cidades, um mês, como Campina Grande e Caruaru, por exemplo, é movido também a fogos, tanto fogos de artifício quanto fogos de estampido, todo tipo, desde a estrelinha, que parece ser inocente, mas, se um pingo cair no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pé, cria uma bolha instantaneamente – e toda criança tem que soltar a estrelinha, não é? –, até as grandes bombas, fora procissões, atividades políticas, romper de Ano Novo, sempre os fogos estão presentes.

Não resta dúvida de que a lei pode contribuir para um novo comportamento, uma nova conduta, mas nos preparemos também para alguns questionamentos. Ela é ampla, porque vai desde a fabricação até o comércio, a comercialização, mas nos preparemos para questionamentos. Eu acho que os teremos. Mas concordo com o Relator. A gente não pode também ter um posicionamento diferente do do que foi dado no substitutivo do Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A Senadora Dorinha quer complementar.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – É só para complementar.

Barulho e estampido, até o traque... Aqueles menininhos ficam correndo perto da gente, você está distraído e, de repente, você vê uma explosão.

Mas eu recebi a nota aqui, agora, da CNI sobre o número de empregos ligados a essa área também: em torno de 25 mil empregos, quase 26 mil.

Então, entendo tanto o autor quanto a relatoria, muito bem construída, mas chamo a atenção de como é que ele vai avançar – imagino que ele não seja terminativo aqui –, que isso possa ser avaliado, até para a gente não cair nesse engodo.

Eu tenho muito receio de acabar proibindo as empresas nacionais e virar um produto que entre de exportação; acabamos com o emprego no Brasil. E isso está muito amarrado com toda a questão da cultura. Não sei se é possível fazer algum tipo de modulação, já vi que o próprio Senador Paim fez algumas modulações, mas não posso deixar de dizer que continuo achando que é uma legislação que pode trazer graves consequências para nós e não vai ser cumprida, e nós vamos ser chamados, várias vezes, para tentar arbitrar pessoas que soltaram foguete em cavalgada, em rodeio, em eventos.

Desculpe-me o Ministério Público, mas, com certeza, vai criar caso e vai dizer: não, tem barulho, tem estampido, mesmo os fogos de artifício.

Então, é só para chamar a atenção em relação a essa questão do próprio espaço do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

O Senador Paulo Paim gostaria de acrescentar alguma coisa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente, o substitutivo tem, é claro, essa preocupação também, tanto que eu fiz o substitutivo com esse viés já da questão do mundo do trabalho. Mas, como disseram muito bem as duas Senadoras, muita coisa vai continuar acontecendo. E não é uma proibição total. Ele vai no limite e ainda bota 365 dias para uma adaptação. Quer dizer, essa questão vai continuar e somente daqui a um ano, porque as empresas que produzem, digamos, estampidos que ultrapassam o limite permitido, poderão adaptar e, com isso, não demitir os trabalhadores.

Mas continua o debate – o debate é bom – na CCJ e, com certeza, o debate vai longe.

Eu posso dizer às duas Senadoras que me preocupei com essa questão também do emprego e, por isso, fomos pelo viés de um substitutivo, que atenua a redação original.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É verdade.

Eu quero acrescentar, da minha parte, que esse debate tem que acontecer. Esse assunto está na pauta de tanta gente no Brasil em relação aos cuidados, em primeiro lugar, que o ser humano tem que ter. Quantas famílias têm filhos, por exemplo, dentro do espectro autista e não sabem o que fazer em festas, no final de ano e tudo? E é uma possibilidade, como o projeto coloca, você ter os fogos, mas você tem estampidos e "estampidos" – tem tiro de canhão no meio. Então, isso tudo tem que ser regulamentado.

A mesma coisa com a música. A música na praia, na frente da sua casa, tem um volume máximo que é permitido e que o ser humano, de alguma forma, suporta.

Então, em relação às pessoas com autismo, a pessoas no hospital, a pessoas doentes e tal, sempre o barulho excessivo é um problema.

Ao mesmo tempo, há aquilo que a Senadora Professora Dorinha levantou: quantas pessoas estão feridas, mutiladas, ou por falha do equipamento, ou por manuseio inadequado – porque também tem que saber manusear –, pela explosão daquilo na mão da pessoa? E isso é um drama, também, que tem que ser pensado.

A questão dos animais também tem que ser pensada, porque a sensibilidade acústica deles também é algo que, cada vez mais, aflora na sociedade para proteção.

E, ao mesmo tempo, cuidando, lógico, porque há uma preocupação grande com a indústria, com os empregos, com o trabalho.

O projeto não é terminativo nesta Comissão, como foi ressaltado, mas, pelo menos, o assunto sendo apresentado no dia de hoje, já com relatório, irá passar pela Comissão de Constituição e Justiça, onde o debate também deve continuar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas é um assunto, assim... Anos atrás, o pessoal diria que é um absurdo pensar nisso. Hoje em dia, as pessoas já dizem: olha, vamos ver como isso pode ser feito, como discutir com as empresas, com os fabricantes, com a sociedade, ter regras para isso. E é um debate que tem que acontecer, na minha opinião, também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Se V. Exa. me permitir... Eu sou do Rio Grande do Sul. A produção do fumo lá é enorme. E daí? Todos nós sabemos, como dois e dois são quatro, que o cigarro faz mal e mata. Estamos numa discussão, lá no Estado, há muito e muito tempo – mas pelo menos há a discussão –, de uma política de transição, porque o agricultor ganha muito mais com a produção de fumo do que se plantar feijão, arroz, enfim, verduras. Como é que você faz? Diz para ele "olha, a tua renda hoje" – digamos – "é de R$10 mil por mês e vai passar para R$1 mil agora"? Ele vai dizer: "Então, vem para cá fazer isso, porque eu não tenho condição". Ele vai fechar. Então, há todo um debate lá, longo, de que haja uma transição.

Poderíamos... A energia do carvão, na região de Candiota. Caso se feche totalmente a energia que é produzida com o carvão, como é que fica? Como é que faz? Manda embora milhares e milhares de trabalhadores? Também se está trabalhando numa política de transição. Eu acho que é esse o caso. É iniciar o debate e nós irmos numa política de transição, pensando na vida, no emprego e no mal que faz o carvão – foi o exemplo que eu dei –, como também os estampidos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é simbólica.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com o relatório apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, Comissão de Educação, Substitutivo.

A matéria, como já ressaltado, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, eu fui chamado ali na Comissão de Economia, mas votarei pelo aplicativo se tiver votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Teremos duas votações nominais: os itens 2 e 3.

As Relatoras estão presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos ao item 2 da pauta.

Quero saudar o Senador Eduardo Gomes também, que está aqui presente, com um projeto extremamente importante, que é o da musicoterapia, cuja relatoria está sendo aguardada aí pela sociedade.

V. Exa. permite passar os itens 2 e 3 e depois o seu? Não haveria problema?

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Item nº 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 5838, DE 2019

- Terminativo -

Reconhece o forró como manifestação da cultura nacional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra a V. Exa., Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Vem à análise da Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 5.838, de 2019, do Deputado Zé Neto, que reconhece o forró como manifestação da cultura nacional.

Para tanto, o art. 1º da proposição institui a homenagem a que se propõe, ao passo que o art. 2º encerra a cláusula de vigência, que prevê a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Na justificação da proposição, o autor discorre sobre a história do surgimento e da formação do forró como um dos mais autênticos gêneros musicais brasileiros. Destaca o legado de Luiz Gonzaga na inserção do forró no cenário da música nacional. Menciona nomes de grandes artistas desse gênero musical, tais como Genival Lacerda, Dominguinhos, Sivuca, Jackson do Pandeiro e Marinês.

O PL 5.838, de 2023, não recebeu emendas e foi distribuído à CE para decisão exclusiva e terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na análise eu discorro, Sr. Presidente, Srs. Senadores, sobre essa manifestação cultural que, sem sombra de dúvida, é muito identificada com o Nordeste, com todos os estados nordestinos, mas que também já é prática, em uma notória amplitude que o forró adquiriu por todo o território brasileiro. Do Nordeste ao Sul do Brasil, o forró é celebrado e dançado em festas e confraternizações de toda ordem, extrapolando inclusive o período em que ele é mais tocado, que é no período junino.

A riqueza e a sensibilidade musical dessa manifestação são evidentes em sua variedade de estilos, desde o forró tradicional, chamado forró pé de serra, até o forró eletrônico. E nomes como os citados pelo autor do projeto contribuíram significativamente para popularizar esse gênero musical, estando presente nos dias de hoje nas apresentações, digamos assim, de outros artistas de âmbito nacional, como Gilberto Gil, Alceu Valença e Elba Ramalho.

Por tudo isso que o forró representa, consideramos justo que se reconheça essa joia brasileira como uma legítima manifestação da cultura nacional.

Em face disso, o voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e, posteriormente, mais para o final da nossa reunião, em bloco.

Passamos ao item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 288, DE 2022

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a obrigatoriedade de os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio abordarem o combate ao racismo e outros.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto.

Concedo a palavra a V. Exa., Professora Dorinha Seabra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu vou direto ao voto.

Acho que o mérito é indiscutível, e é interessante destacar que nós não estamos criando disciplina, porque não nos compete criar disciplinas. Nós temos uma regulamentação que deixa claro que quem organiza, cria disciplinas é o Conselho Nacional de Educação, e tem todo um rito, como temos a BNCC, que é a Base Nacional Comum Curricular. Então, há todo um regramento. Aqui a gente está tratando do tema. Assim como é importante tratar e combater a violência contra a mulher, este é um tema também estruturante e que precisa ser enfrentado.

Na ocasião, eu fui Relatora também na CDH, então nós tivemos a oportunidade de assinalar o papel fundamental da escola na luta contra o racismo, que deve se iniciar na educação básica, de modo a moldar desde cedo uma mentalidade de respeito e apreço à diversidade étnica e cultural, um dos pilares da formação da cidadania em uma sociedade plural, democrática e justa.

Apontamos também que a luta contra o racismo encontra-se fortemente presente em nosso ordenamento constitucional e jurídico, inclusive por meio de tratados internacionais a que o nosso país aderiu.

O combate ao racismo, assim, passa a constituir um tema transversal nos currículos da educação básica, ao lado de outros temas de grande relevância social, como direitos humanos e prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher, conforme o texto sugerido para o §9º do art. 26 da LDB.

Desse modo, o projeto de fato avança em relação às normas sobre a diversidade da formação do povo brasileiro consignadas na LDB, reforçando assim a necessidade de eliminar as manifestações de racismo na nossa sociedade.

Em conclusão, este Colegiado deve também manifestar-se pelo acolhimento do projeto em análise.

Dessa forma, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 288 de 2022.

Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, esta é a nossa Ralatoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senadora Professora Dorinha Seabra.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco – na sequência, não agora. Depois da aprovação dos outros itens, votaremos em bloco os dois projetos, que são os únicos que exigem votação nominal.

Passamos ao item 7, cujo Relator é o Senador Eduardo Gomes, que saúdo, em primeiro lugar, dizendo da sua experiência, da qualidade, do diálogo que mantém com todos os setores aqui do Congresso Nacional, sempre desejando que continue firme nessa caminhada.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 6379, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre a atividade profissional de musicoterapeuta.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

A autoria é da Deputada Marília Arraes.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Bom dia, Presidente.

Minhas saudações, Senadora Professora Dorinha, Senadora Teresa Leitão, Senador Paulo Paim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vem à análise desta Comissão de Educação e Cultura o Projeto de Lei nº 6.379, de 2019, de autoria da Deputada Marília Arraes, que dispõe sobre a atividade profissional de musicoterapia.

Na justificação, a autora destaca a eficácia da musicoterapia, especialmente para o tratamento de pessoas com autismo, crianças com deficiência, pessoas que sofreram acidente vascular cerebral ou outras lesões encefálicas, hipertensos, pessoas com transtornos mentais e idosos com doença de Alzheimer ou com outras demências. Sublinha, por outro lado, que o uso inapropriado da música pode gerar danos psicológicos, físicos, fisiológicos e relacionais, demandando, assim, a regulamentação da profissão.

A proposição, que até o momento não recebeu emendas, foi distribuída para a Comissão de Educação e para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Análise.

Nos termos regimentais, compete à Comissão de Educação manifestar-se em propostas que versem sobre normas gerais sobre educação, cultura e outros assuntos correlatos.

A análise empreendida no âmbito desta Comissão cinge-se ao aspecto cultural da proposição, uma vez que o exame dos aspectos relacionados à condição para o exercício da profissão e à proteção e defesa da saúde bem como dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade será realizado pela CAS, quando a matéria for deliberada naquele Colegiado.

O projeto busca regulamentar a profissão de musicoterapeuta, indivíduo incumbido de, por meio do uso profissional da música e de seus elementos, promover a adequada intervenção em ambientes médicos, educacionais e cotidianos.

É notório o poder da música de influenciar as emoções e os estados de espírito das pessoas. Ela, por vezes, nos acalma, inspira ou energiza. Na musicoterapia essa capacidade é explorada de maneira cuidadosa e direcionada para ajudar indivíduos a lidar com questões emocionais e psicológicas, bem como para contribuir em intervenções no ambiente educacional e cotidiano.

De fato, a música está profundamente enraizada na natureza humana. Desde tempos ancestrais, as culturas de todo o mundo têm utilizado a música em rituais, celebrações e momentos de cura. Essa conexão intrínseca com a música significa que a musicoterapia pode atingir níveis profundos de ressonância com os indivíduos, proporcionando um meio de expressão e comunicação que vai além das palavras. Isso é particularmente valioso em casos de pessoas que têm alguma dificuldade em se comunicar verbalmente ou em promover interações sociais.

O impacto da musicoterapia é observado em grande variedade de contextos clínicos, desde o tratamento de distúrbios do desenvolvimento infantil até o auxílio na reabilitação de lesões cerebrais. Ela também é usada para aliviar a dor e o desconforto em pacientes com doenças crônicas, como o câncer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, a musicoterapia é frequentemente integrada em programas de saúde mental para tratar transtornos como depressão e transtorno de estresse pós-traumático.

Em ambientes educacionais, por sua vez, a musicoterapia desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Pode ainda estimular a criatividade, melhorar o foco e proporcionar uma maneira envolvente de aprender.

No contexto cotidiano, a musicoterapia pode ser usada para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Um exemplo é a utilização em terapias domiciliares para idosos, revestindo-se como uma ferramenta valiosa para o bem-estar emocional e mental.

Diante desse contexto, não há dúvidas de que a proposição sob análise se revela meritória e oportuna, na medida em que traz a devida regulamentação para atividade profissional de inegável relevância e impacto para a sociedade.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.379, de 2019.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Só quero destacar, Senador Eduardo Gomes, o relatório importante, bem descritivo, bem detalhado.

Esse assunto irá para a CAS, que é a Comissão de Assuntos Sociais, como V. Exa. já colocou, mas quero saudar, pelo relatório, todos e todas que se dedicam à área da musicoterapia no Brasil, e são muitos. É uma área extremamente importante em todos os setores tão bem colocados no relatório. Então, quero fazer a saudação também.

Está encerrada a discussão.

A votação é simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório... (*Pausa.*)

Está aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Passamos, então, à votação nominal, em bloco, dos itens já mencionados antes.

Votação nominal em bloco dos itens 2 e 3 da pauta.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Estão em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 5.838, de 2019; e PL 288, de 2022.

Os Senadores e Senadoras que votam com as Relatoras – no caso, a Senadora Professora Dorinha e a Senadora Teresa Leitão – votam "sim".

Está quase aberta a votação... Ah, já abriu.

Peço às assessorias dos Senadores e Senadoras que comuniquem também pelo WhatsApp. Desde que tenham colocado o nome, é possível votar.

Enquanto estão sendo votados, passamos aos... (*Pausa.*)

Aos Requerimentos, exatamente.

O item nº 8 da pauta vamos discutir e depois votamos em bloco.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 111, DE 2023

- Não terminativo -

Requer realização de Audiência Pública com o objetivo de debater os avanços no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), suas contribuições mais recentes para a educação, para a segurança alimentar e o desenvolvimento regional

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e outros

A autoria é da Senadora Teresa Leitão, Senador Izalci Lucas, Senador Beto Faro, Senador Hamilton Mourão, Senador Humberto Costa, Senador Lucas Barreto, Senador Confúcio Moura e Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sei se a Senadora Teresa Leitão gostaria de usar a palavra.

Com a palavra.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Obrigada, Presidente.

É só o acréscimo de uma representação que nos foi solicitado hoje.

Nós tínhamos colocado: a Sra. Fernanda Pacobahyba, do FNDE; a Sra. Mariana Santarelli, do Observatório da Alimentação Escolar; o Sr. Alessio Costa, Presidente da Undime; o Sr. Heleno Araújo, Coordenador do Fórum Nacional; a Sra. Sandra Maria da Silva, Coordenadora Executiva da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos. E agora está sendo solicitada a representação do Conif, que viria representando a Rede Federal.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Daqui a pouco, então, votaremos em conjunto o requerimento, com o acréscimo do nome sugerido do Conif, da instituição Conif.

Muito bem.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votaremos na sequência o requerimento.

Temos dois requerimentos extrapauta de nossa autoria.

Indago, em primeiro lugar, se podemos colocá-los em pauta. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, passamos para a leitura do Requerimento 112.

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 112, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o Custo Aluno-Qualidade (CAQ), no contexto do lançamento da Nota Técnica Conjunta da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: a Sra. Andressa Pellanda, Coordenadora Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; o Sr. Nelson Cardoso do Amaral, Presidente da Fineduca; o Sr. José Marcelino de Rezende Pinto, Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto e membro da Fineduca; o Sr. Daniel Cara, Professor da Faculdade de Educação da USP; e o Sr. Thiago Alves, Coordenador do Laboratório de Dados Educacionais e do Simulador de Custo-Aluno Qualidade, Professor da Universidade Federal de Goiás.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votaremos, como falei, na sequência.

Há outro requerimento de um item extrapauta também. Desculpem-me, em primeiro lugar, mas acho que consta já da pauta recebida.

Indago se posso colocar como extrapauta. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, requeiro.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 113, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a criação do Dia Nacional de Conscientização sobre a Esclerose Tuberosa, bem como para instrução de projeto de lei a ser posteriormente apresentado.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Proponho para audiência a presença dos seguintes convidados: Dra. Luciana Haddad, Geneticista da Universidade de São Paulo (USP); Dra. Nasjla Saba, integrante da Assembleia do Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer, que acompanha a tramitação de incorporações de tecnologias medicamentosas para a esclerose tuberosa pela Conitec, Ministério da Saúde; a Sra. Márcia da Silva, mãe da Flávia, paciente de esclerose tuberosa e Presidente da Associação Brasileira de Esclerose Tuberosa (Abet); Sra. Yohama Eshima, mãe do Tom, nascido em 2020 – portanto, bem criança; a Flávia já é bem adulta, o Tom tem três anos – com esclerose tuberosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Muito bem, ainda precisamos de mais quatro votos para encerrarmos a votação das matérias terminativas.

Professora Dorinha, com a palavra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria, na verdade, de fazer uma manifestação em relação ao desconforto repetido que nós temos vivido no Senado, com relação aos projetos que têm vindo da Câmara na hora da morte aqui.

Hoje foi o das obras, mas eu relatei o do Programa Escola em Tempo Integral; na semana passada, tratamos da questão do marco temporal de igual forma. Mas eu quero falar da questão da educação. Estou me sentindo uma simples carimbadora de projetos, porque nós não podemos alterar, porque o projeto, se voltar para a Câmara, o Governo não sabe se vai aprovar, tem prejuízo em relação ao tempo...

Nesse caso da Senadora Teresa, ela recebeu muitas emendas de aprimoramento de temas. O Governo fez uma certa "salada" nesse PL, misturou temas diferentes: o *caput* trata das obras, mas veio o Fies, veio saúde. E acho que, na verdade, é muito ruim a abordagem do tema, mas é a recorrência, de igual forma, que é uma coisa na relação entre Câmara e Senado.

Mas, no caso do Ministério da Educação, eu gostaria de lhe fazer um apelo: que a Comissão de Educação pudesse ter uma interlocução com o Ministro Camilo. Eu acho que ele tem, reiteradamente, passado por cima da Comissão de Educação do Senado. Tem temas que poderiam ser discutidos; nós apontamos, no caso do Escola em Tempo Integral, inclusive, elementos que, por respeito ao tempo e à proposta, a gente não iria alterar. O projeto virou lei, a gente recebeu uma ligação – eu recebi, a Senadora Teresa também... Não foi como nós havíamos pedido; a gente pediu que, antes de ser sancionado, que tivesse uma conversa conosco, uma vez que nós fomos todos sensíveis à não alteração, para evitar a perda de tempo e, logicamente, o próprio prejuízo para a educação. Isso não foi feito.

O Ministro tem lançado vários programas sempre segunda-feira. Assim foi o Pacto pela Alfabetização, assim foi o próprio Programa Escola em Tempo Integral, que foi lançado numa segunda...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Conectividade.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Conectividade... Então, assim, é uma recorrência, e eu estou muito incomodada com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero falar do ensino médio, estou com meu relatório pronto para poder apresentar. Estamos solicitando, acho que posso dizer, há várias semanas, os dados que foram coletados na consulta pública. O Ministro veio aqui, fez uma formalidade, entregou um resumo de quatro, cinco páginas; nós pedimos os dados; independentemente de não fornecer os dados para trabalho, para a consultoria que os solicitou, ele já mandou um projeto de lei, já saiu do MEC, já está em andamento para vir para cá – ou já veio, não sei se já veio –, para a Câmara novamente, tratando do ensino médio. E é o tempo todo uma... É recorrente.

Nós criamos uma comissão, o objetivo nosso é o de avançar. Fizemos várias audiências públicas. A Senadora Teresa, autora do grupo de trabalho, tem andado o Brasil inteiro, colhido informações, e as coisas estão se repetindo. Se é uma consulta pública e veio aqui formalmente entregar um resumo, qual é o problema de dar acesso à consultoria em relação aos dados de uma consulta pública? Nós não conseguimos finalizar o relatório em relação a isso. Eu não tenho mais como esperar, nós vamos agora apresentar o relatório. Acho muito ruim, porque poderíamos fazê-lo, inclusive, em colaboração. Não satisfeito com esse desenho, tanto Câmara quanto Senado têm grupos de trabalho com o tema do ensino médio. Aí um PL é elaborado e é enviado de novo no mesmo desenho, passando por cima de todo mundo. Eu quero deixar claro que, chegando um projeto aqui, eu me recuso a votar um projeto em que não houve tempo para o Senado debater, se este for o caso.

Como alguém que lida a vida inteira com educação – então não estou numa situação de desconforto ao falar nisso –, eu gostaria de solicitar um respeito maior com a Comissão de Educação em relação ao tema. Não é a pessoa do Ministro, que é atencioso e tem a colaboração... Mas ele é o Ministro, e acho que têm sido muito repetidas essas situações em relação à questão da educação.

Então, eu faço esse apelo. Estou na CMO e quero, dentro do possível, ajudar a educação, mas diálogo é necessário.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Eu me associo, Sr. Presidente, às ponderações feitas pela Senadora Dorinha, e acho que, talvez, um pedido de V. Exa. para que nós tenhamos uma reunião de trabalho com o ministério, com a presença do Ministro, pode ser importante.

Eu atualizei a Senadora, inclusive, sobre as discussões do Fies. Eu própria, como Relatora, tinha emendas e não apresentei, por conta dessa... Está virando praticamente uma praxe, a gente não voltar nada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a Câmara; primeiro, porque o tempo sempre é exíguo e, segundo, por que temerosos de que haja alguma alteração não compatível, digamos assim, com o contexto.

Então, acho que é importante, principalmente porque nós vamos debater o Plano Nacional de Educação, que é uma lei de grande alcance.

Essa reforma do ensino médio foi um tema que mobilizou o país. Existem, inclusive, projetos de Parlamentares, projetos de origem parlamentar, na Câmara de Deputados, e a gente teria que considerar todo esse acúmulo. Certamente, o relatório vai absorver muita coisa para podermos ter um projeto de lei – depois de toda essa polêmica, de toda essa mobilização nacional – que, no mínimo possível, incorpore todas essas ponderações. Não será o projeto ideal, sabemos disso; não vai agradar a todo mundo, sabemos disso; mas que os mínimos consensos que nós construímos ao longo do debate pudessem ser contemplados. E isso a gente só consegue dialogando.

Acho que é uma...

Nós somos uma Comissão que tem tido muita responsabilidade, de todos os seus membros, a partir da condução de V. Exa., em todas as matérias de interesse do Governo, de interesse da população, de interesse da educação e de interesse da cultura. Então, acho importante que a gente possa ter esse momento, porque estamos apenas começando. Nós temos ainda três anos de relação, e, essa relação, quanto mais profícua for, melhor.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Eu quero, da minha parte, dizer à Senadora Professora Dorinha e também à Senadora Teresa Leitão – até a assessoria do Ministro está aqui presente também, a assessoria parlamentar, e a própria assessoria... E já transmitir para o Ministro essa preocupação nossa, da Comissão de Educação.

E quero dizer, inclusive, que penso que, mesmo antes de enviar o projeto para o Congresso Nacional, esse diálogo já deveria acontecer, para se sentir... Não só vindo da Câmara para cá, e tendo o tempo necessário para discutir o projeto, mas também, antes de se enviar um projeto, uma discussão, um relatório, chamar a Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal e dizer: "Olha...". Porque todos os temas estão sendo debatidos dentro desta Comissão. Se for: Sistema Nacional de Educação, está na Câmara; Plano Nacional de Educação, já tivemos muitas audiências; valorização dos profissionais da educação, já tivemos audiências aqui; segurança escolar, a mesma coisa; Subcomissão do Ensino Médio; Subcomissão, a ser implantada, da alfabetização na idade certa; ao mesmo tempo, a política do ano também, que é a avaliação, o sistema de avaliação aí do desempenho dos alunos.

Então, nós estamos, assim, até nos antecipando, porque do plano, só para a gente pensar no Plano Nacional de Educação, já tivemos dez audiências públicas, com todos os setores da sociedade, podendo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, fazer encaminhamentos, porque há uma, eu diria, uma falta de... Há um descompasso entre o Executivo e o Legislativo, não só na educação. Eu diria: é generalizado o problema. Sobre essa necessidade de se dialogar, de se discutir, o ideal é, antes de mandar o projeto para cá, já conversar, abrir canais de comunicação, e vermos, sabendo que esse debate está acontecendo aqui dentro do Senado Federal.

Então, eu já solicito à assessoria do Ministro que, com todo o respeito, inclusive, porque eu também considero o Ministro uma pessoa do diálogo, do entendimento, de escutar e, talvez, ele, inclusive, não esteja sabendo disso também, mas, de qualquer forma, nós temos vários assuntos que precisam ser debatidos com o próprio Ministro e com a equipe.

E, da minha parte, como Presidente, quero dizer: nós não vamos mais apreciar projetos, no geral, que venham já com esta falta de oportunidade de discussão. Eu, inclusive, mencionei... No relatório da Profa. Teresa Leitão, eu disse: "Olha, a gente tem que sopesar aqui, no caso, porque nós queremos concluir as obras. É um desafio para Prefeitos, municípios e tudo". Só que, lá no meio, está o Fies, por exemplo, que não tem nada a ver com obras, na verdade. E, ao mesmo tempo, com várias emendas em relação ao Fies. Vamos já discutir com o Ministro para dizer: "Olha, vamos alterar, especificamente, se for o caso, se assim for compreendido, de se aprimorar o que se oferece para a sociedade em termos do Fies".

Mas, então, da nossa parte, como Presidente, acato o que foi dito também para dizer que a gente tem que discutir mais, dialogar mais e não, simplesmente, em função do tempo, da oportunidade, a gente não poder enviar, eventualmente, o projeto de volta para a Câmara.

Então, essa articulação, inclusive, da Câmara com o Senado... Eu dou como exemplo sempre o Fundeb. A Professora Dorinha era Relatora na Câmara dos Deputados e eu era Relator no Senado. Fizemos uma articulação para que as coisas acontecessem de uma maneira harmoniosa, convergente e não houvesse todo o debate no Senado, mas trabalhando, o tempo inteiro, em conjunto. E isso a assessoria do ministério pode propiciar também. Há muitos caminhos que podem ser percorridos. Basta haver essa articulação e esse entendimento, essa compreensão do quadro de necessidades da educação.

Não sei se a Professora Dorinha quer se manifestar.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Presidente, acho que é isso. Por vezes, em cima da hora, na hora de relatar um projeto, vêm solicitar para a gente retirar de pauta porque não tem posição. Então, sinceramente, eu acho que a gente pode aprimorar essa construção, todos aqui estamos em particular, e eu não vejo isso na Comissão de Educação do Senado, não tem uma disputa ideológica. É lógico que nós temos posições às vezes diferentes e até complementares, que podem até ser divergentes, mas existe um desejo muito grande nosso de trabalhar pela educação. Agora, eu acho que construir uma pauta, para nós que lidamos aqui no Legislativo, o exemplo para mim é essa do ensino médio. É consenso que é preciso tratar do tema, foram criadas Comissões, estão sendo debatidos, aí, de repente, vai mandar um projeto sem sequer chamar a Comissão para conversar. Nós estamos fazendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que aqui? Dezenas de tardes perdidas, manhãs, com audiências públicas, a Senadora Teresa tem andado muito, ouvido contribuições, senão não tem sentido esse deslocamento. A gente recebe muito material das diferentes instituições. É um tema estratégico, porque não é um tema mais ou menos importante, até porque todos têm importância, mas esse é estruturante da educação básica, assim como o sistema nacional. Qual é a justificativa para o tema estar dormindo até hoje? Aqui já foi votado, na Câmara estava pronto para se votar, agora, precisa ter um papel de construção articulado.

Estamos discutindo reforma tributária por iniciativa nossa. Qual é o impacto da reforma tributária para a educação? A educação tem percentual carimbado numa cesta de impostos que vão desaparecer, na sua maioria. Qual é a construção? Qual é a ação do ministério? O arcabouço fiscal nós ficamos sozinhos discutindo, nós votamos aqui para tirar Fundeb, para tudo, por iniciativa nossa, dos Parlamentares da Comissão de Educação do Senado. A Câmara tentou também, não teve avanço. Quem tirou o Fundeb do arcabouço fomos nós, a luta foi nossa e sozinhos. Hoje até vi entrevista da própria Ministra Simone Tebet reconhecendo que realmente foi importante ter tirado – é lógico, pelo espaço fiscal, não era só uma preocupação conosco.

Por isso eu faço este apelo: acho que o desenho, o formato pode ser aprimorado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Concordo com V. Exa.

E o fato de voltar para a Câmara não vai ser impeditivo para nós apreciarmos, mudarmos, alterarmos, que isso nunca seja um impeditivo para se aprimorar o projeto. A gente, obviamente, gostaria que esses outros caminhos fossem percorridos, mas, colocando-se em pauta – e às vezes tem a urgência, como esse tinha a urgência constitucional –, que se vote e volte para a Câmara se for o caso.

Muito bem, já temos quórum. Então eu já solicito, eu peço que a própria assessoria já converse com o gabinete do Ministro para que essa audiência com a Comissão de Educação e com essas preocupações externadas pela Professora Dorinha, pela Senadora Teresa Leitão e por mim também, mas que são – tenho absoluta certeza – preocupações dos outros membros da Comissão que possam ser objeto dessa pauta com o Ministro o mais breve possível.

Temos o quórum de 17, então, está encerrada a votação.

Por favor, pode abrir o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, os votos, então...

Os óculos ainda me permitem... sem os óculos é melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SIM, 16; NÃO, nenhum.

Abstenção, nenhuma.

Então, estão aprovados os projetos de lei, nos termos dos relatórios apresentados: PL 5.838, de 2019; e PL 288, de 2022.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Passamos, agora, à votação dos requerimentos que já foram lidos anteriormente.

Item nº 8, Requerimento nº 111, de 2023, de autoria dos Senadores e Senadoras Teresa Leitão, Izalci Lucas, Beto Faro, Hamilton Mourão, Humberto Costa, Lucas Barreto, Confúcio Moura e Paulo Paim.

Item extrapauta, Requerimento nº 112, de 2023, de minha autoria e item extrapauta, Requerimento nº 113, de 2023, também de minha autoria.

Em votação os requerimentos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Então, os requerimentos estão aprovados.

Antes de encerrar os trabalhos, convoco a próxima reunião da Comissão para hoje, 3 de outubro de 2023, às 14h30. Será realizada audiência pública para a instrução do PL 3.824, de 2023, que, abro aspas, "estabelece a Política Nacional de Incentivos e Benefícios a Futuros Docentes da Educação Básica", fecho aspas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e todas e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 70ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quinze horas e seis minutos do dia três de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Jussara Lima, Zenaide Maia, Paulo Paim, Teresa Leitão, Flávio Arns, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Mauro Carvalho Junior, Eduardo Gomes, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Marcos do Val e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 100/2023 - CE, de autoria Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), e REQ 104/2023 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Instruir o PL 3824/2023, que "estabelece a Política Nacional de Incentivos e Benefícios a Futuros Docentes da Educação Básica". **Participantes:** Sra. Andressa Pellanda, Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CAMPANHA); Sra. Anna Helena Altenfelder, Presidente do Conselho de Administração do Cenpec; Sr. Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente da Diretoria Executiva da União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo (UNDIME-SP); Sra. Mariana Breim, Diretora de Políticas Educacionais do Instituto Península; Sr. Haroldo Rocha, Coordenador-Geral do Movimento Profissão Docente; Sra. Marilena Rosalen, Coordenadora do Movimentos Docentes; Sra. Cristiane Antônia Hauschild Johann, Presidente do Fórum Nacional de Coordenadores do Pibid e Residência Pedagógica (FORPIBID-RP); Sra. Rosilene Correa, Secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); e Sra. Maria Stela Reis, Coordenadora-Geral de Valorização dos Profissionais da Educação, da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (SASE/MEC). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 71ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e cinquenta e dois minutos do dia quatro de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Leila Barros, Jussara Lima, Zenaide Maia, Augusta Brito, Paulo Paim, Fabiano Contarato, Mauro Carvalho Junior, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Romário, Laércio Oliveira, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Flávio Arns, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 1/2023 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), e REQ 10/2023 - CE, de autoria Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Finalidade:** Debater a "valorização dos/as profissionais da educação à luz dos desafios atuais do país". **Participantes:** Sr. Heleno Manoel Gomes Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Sra. Fernanda Figuerêdo Almeida, Diretora Financeira do APUB Sindicato e representante do PROIFES Federação; Sra. Suzane da Rocha Vieira Gonçalves, Presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE); Sra. Raquel Dias Araújo, Presidente em exercício do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES/SN); Sr. Luiz Fernandes Dourado, Presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE); Sr. Gilson Luiz Reis, Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE); Sr. Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente da Diretoria Executiva da União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo (UNDIME-SP); Sra. Maria Dilnéia Espíndola Fernandes, Representante da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); e Sr. Bruno Coimbra, Diretor Jurídico da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) e representante do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Teresa Leitão
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 72ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 2023, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REMOTA.

Às dez horas do dia seis de outubro de dois mil e vinte e três, na modalidade Remota, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Flávio Arns, Mauro Carvalho Junior, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa - 1ª Parte**, atendendo ao requerimento REQ 43/2023 - CE, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Debater o cumprimento da Meta 7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, para fins de avaliação da política pública de qualificação da educação básica. **Participantes:** Sr. Estevão Perpétuo Martins, Coordenador-Geral de Infraestrutura Educacional do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Sra. Natália Cordeiro, Analista Técnica em Educação da Confederação Nacional dos Municípios (CNM); e Sr. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 73ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 2023, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REMOTA.

Às quatorze horas e cinquenta e seis minutos do dia seis de outubro de dois mil e vinte e três, no Remota, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Flávio Arns, Mauro Carvalho Junior, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa - 2ª Parte**, atendendo ao requerimento REQ 43/2023 - CE, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Finalidade:** Debater o cumprimento da Meta 7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, para fins de avaliação da política pública de qualificação da educação básica. **Participantes:** Sr. Fábio Pereira Bravin, Coordenador-Geral de Controle de Qualidade e de Tratamento da Informação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); Sr. Reynaldo Fernandes, Professor Titular na Universidade de São Paulo (USP); Sr. Joaquim José Soares Neto, Membro do Conselho Científico da Associação Nacional de Avaliação Educacional (ABAVE); e Sr. Ernesto Martins Faria, Diretor-Executivo do Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 74ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e dezenove minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Alessandro Vieira, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Teresa Leitão, Flávio Arns, Mauro Carvalho Junior, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Romário, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 73/2023 - CE, de autoria Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senadora Leila Barros (PDT/DF), e REQ 101/2023 - CE, de autoria Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Debater a permanência das mulheres no ambiente acadêmico. **Participantes:** Sra. Ana Priscila Alves, Vice-Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG); Sra. Fernanda Staniscuaski, Coordenadora do Movimento Parent in Science; Sra. Tânia Portella, Representante da Geledés Instituto da Mulher Negra; Sra. Débora Peres Menezes, Diretora de Análise de Resultados e Soluções Digitais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Sra. Marcia Rangel Candido, Coordenadora do Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (GEMAA); Sra. Luciana Santana, Professora da Universidade Federal de Alagoas e representante da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC); Sra. Maria do Socorro Silva, Diretora de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC); Sra. Fernanda da Fonseca Sobral, Secretária da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Sra. Braulina Baniwa, Diretora-Executiva da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA); Sra. Vanessa Suany da Silva, Presidente da Associação de Mães Pesquisadoras, Estudantes e Trabalhadoras (AMPET); e Sra. Sara Wagner York, Pesquisadora e representante da sociedade civil no Conselho de Direitos Humanos. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 75ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e sete minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Flávio Arns e Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Leila Barros, Plínio Valério, Jussara Lima, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Damares Alves, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Marcos do Val e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim, Cid Gomes, Nelsinho Trad, Mauro Carvalho Junior, Carlos Portinho, Magno Malta e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 69ª, 70ª, 71ª, 72ª, 73ª e 74ª Reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara n° 90, de 2018** que: "Altera dispositivos da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para determinar que os Estados, os Municípios e o Distrito Federal forneçam recursos financeiros a fim de possibilitar o pleno funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e aprovem normas complementares para operação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação da Emenda nº 2 -PLEN. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2336, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018, que torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil, para determinar o ensino de noções de primeiros socorros aos estudantes da educação básica, nos termos especificados." **Autoria:** Senador Luiz Pastore (MDB/ES). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5099, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para tornar obrigatório o estabelecimento de prazo para apresentação da Caderneta de Saúde da Criança, ou documento equivalente, no ato de matrícula na educação infantil." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação com as emendas nºs 1-CAS e 2-CAS, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 5654, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Estabelece a obrigatoriedade de exigência do Cartão da Criança ou da Caderneta de Saúde da Criança no ato da matrícula dos alunos da educação infantil e da primeira etapa do ensino fundamental." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pelo arquivamento. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5542, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a apresentação da carteira de vacinação no ato de matrícula nas redes pública e privada de ensino da União, Estados, Municípios e Distrito Federal." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pelo arquivamento. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4427, de 2019**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para alterar as idades elegíveis para a realização de exames supletivos, e para prever a matrícula, em curso superior de graduação, de estudante de ensino médio que tenha sido aprovado em processo seletivo e obtido pontuação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que o habilite à certificação nesse nível de ensino." **Autoria:** Senador Siqueira Campos (DEM/TO). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Rejeitado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 432, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Arapongas, no Estado do Paraná, o título de Capital Moveleira Nacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 466, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Oficial do Ministério Público." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação com três emendas. **Resultado:** Aprovado com emendas. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3738, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o dia 6 de junho como Dia Nacional do Ribeirinho." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 117, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, com o objetivo de debater a autonomia universitária e coletar sugestões de aprimoramento legislativo sobre a temática." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 118, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 111/2023 - CE seja incluído o Senhor Elido Bonomo, Presidente do Conselho Federal de Nutricionistas." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 119, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no País, com ônus para o Senado Federal." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 75ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de outubro de 2023.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 69ª, 70ª, 71ª, 72ª, 73ª e 74ª Reuniões, realizadas em 3, 4, 6 e 16 de outubro de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Informo que os itens da pauta que tratam de matérias relativas a assuntos honoríficos e exigem quórum de maioria absoluta para a sua aprovação serão votados nominalmente, em bloco, com a abertura do painel eletrônico. E, se não houver discordância do Plenário, votaremos, em bloco também, os demais itens que exigem votação nominal.

Ficam retirados de pauta os itens 3, 4 e 5 a pedido dos Relatores.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 5099, DE 2019

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para tornar obrigatório o estabelecimento de prazo para apresentação da Caderneta de Saúde da Criança, ou documento equivalente, no ato de matrícula na educação infantil.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação com as emendas nºs 1-CAS e 2-CAS, nos termos de substitutivo que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 5654, DE 2019

- Não terminativo -

Estabelece a obrigatoriedade de exigência do Cartão da Criança ou da Caderneta de Saúde da Criança no ato da matrícula dos alunos da educação infantil e da primeira etapa do ensino fundamental.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pelo arquivamento

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (substitutivo).

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 5542, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a apresentação da carteira de vacinação no ato de matrícula nas redes pública e privada de ensino da União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pelo arquivamento

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao projeto.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Plínio Valério, em função inclusive do trabalho que preside na CPI das ONGs, pede a inversão de pauta.

Se não houver discordância, fazemos isso. (*Pausa.*)

Passamos ao item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 466, DE 2016

- Terminativo -

Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Oficial do Ministério Público.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela aprovação com três emendas

Observações:

1. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Saúdo o Senador Plínio Valério. É importante o trabalho que V. Exa. desenvolve em todas as áreas aqui no Senado Federal.

Está com a palavra V. Exa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Arns. É um prazer enorme estar aqui podendo começar. Sempre não bate em relação ao nosso horário da CPI das ONGs; hoje, deu. É com felicidade e prazer que eu estou aqui, em uma Comissão presidida pelo senhor.

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2016, do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Oficial do Ministério Público.

O relatório diz que vem a esta Comissão... Deixe-me resumi-lo aqui.

A proposição consta de dois dispositivos: o art. 1º institui a referida efeméride, enquanto o art. 2º propõe que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em sua justificação, o autor da matéria argumenta a respeito da relevância da função desempenhada pelo Oficial do Ministério Público, imprescindível para o cumprimento da missão constitucional da instituição, com o que, como Relator, concordo plenamente.

A matéria foi distribuída para a apreciação exclusiva e terminativa desta Comissão.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Adotamos, a seguir, os termos do relatório inicialmente apresentado a esta Comissão pelo Senador Telmário Mota e posteriormente reiterado pelos Senadores Marcos do Val e Soraya Thronicke, respectivamente, por concordarmos com seu teor com alguns ajustes.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matérias que versem sobre datas comemorativas.

Instituição permanente e essencial à prestação jurisdicional do Estado, tal como insculpido no art. 127 da Carta Magna, compete ao Ministério Público defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis.

A população brasileira vem testemunhando, desde a instauração da vigente ordem constitucional, a importância da autonomia funcional e administrativa do Ministério Público para bem exercer sua importante missão para com a sociedade, identificando e combatendo, no plano jurídico, diversas das mais sérias mazelas que afligem o País, buscando garantir a vigência dos direitos coletivos e individuais.

O trabalho do Oficial do Ministério Público, embora nem sempre visível para a opinião pública, é essencial e imprescindível para dar efetividade às determinações emanadas dos Ministérios Públicos da União e dos Estados.

Dividem-se as tarefas do Oficial do Ministério Público nas que são exercidas nas repartições, relacionadas, em grande parte, à formação e à tramitação de processos, e naquelas desempenhadas externamente ao ambiente de trabalho. Estas últimas, as mais típicas do cargo, abrangem, quer na esfera civil, quer na criminal, diligências tais como intimações, notificações, coleta de dados, vistorias, inspeções, conduções coercitivas, mandados de verificação, de localização de pessoas e várias outras. Atuando tanto no ambiente urbano como no rural, os oficiais enfrentam, amiúde solitariamente, inúmeros tipos de dificuldades, alguns dos quais implicam ameaças e riscos a sua integridade física.

Desse modo, tanto na justificava quanto na apresentação, foi atendida a exigência determinada pelo art. 2º da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, assim como o foram as demais condições estabelecidas nessa norma, que estabelece os critérios para a instituição de datas comemorativas em âmbito nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição, ademais de meritória, mostra-se adequada ao conjunto dos ditames constitucionais, aos princípios e à ordem jurídica, bem como às disposições regimentais.

Todavia, julga-se necessário oferecer algumas emendas de redação, a começar pela que altera a ementa, onde se recomenda a forma mais sucinta, eliminando-se o desnecessário "dispõe". Cumpre, ainda, incluir o termo "anualmente" no texto do art. 1º da proposição, no sentido de deixar explícito, como bem manda a técnica legislativa, o objetivo de que a data seja celebrada todos os anos. Por fim, convém alterar para maiúscula a grafia da palavra "lei", constante do art. 2º do projeto. Tudo isso será feito por meio das emendas que oferecemos a seguir.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2016, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CE
Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2016, a seguinte redação:
"Institui o Dia Nacional do Oficial do Ministério Público."
EMENDA Nº – CE
Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2016, a seguinte redação:
"Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Oficial do Ministério Público, a ser celebrado, anualmente, no dia 22 de setembro."
EMENDA Nº – CE
Altere-se para "Lei" a grafia da palavra "lei" [aqui lei com L maiúsculo, na grafia estava com l minúsculo], constante do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2016.

Esse é o nosso relatório, Presidente, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, Senador Plínio Valério.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Passamos ao item 9, da pauta, que é da relatoria de V. Exa. também.

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 3738, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Institui o dia 6 de junho como Dia Nacional do Ribeirinho.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra a V. Exa. para leitura do relatório.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Assim como meritório e justo foi o projeto que a gente leu anteriormente, de autoria do Senador Paulo Paim, este, do Senador Jader Barbalho, diz, inclusive, mais perto, diz mais perto ao nosso modo de vida, ribeirinho como sou também, nascido nas barrancas do Rio Juruá.

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 3.738, de 2021, do Senador Jader Barbalho, que institui o dia 6 de junho como Dia Nacional do Ribeirinho.

O projeto propõe que se institua o Dia Nacional do Ribeirinho e contém a proposição três artigos.

O art. 1º determina a instituição da referida data comemorativa no dia 6 de junho.

O art. 2º define que, na semana em que recair o dia comemorativo, os poderes públicos federal, estadual, distrital e municipal instituirão ações para apoiar a educação, a saúde, a qualidade de vida, o trabalho e o combate ao preconceito ao povo ribeirinho, em parceria com a sociedade.

As referidas ações incluirão a promoção de eventos e atos, e a divulgação de conteúdos e medidas educativas que estimulem a consciência da importância do ribeirinho para o meio ambiente (inciso I); a criação de estímulos à preservação da cultura e ao fortalecimento de identidades do ribeirinho, ao respeito à diversidade, ao trabalho, à geração de emprego e renda, ao desenvolvimento social, econômico e de cidadania (inciso II); e a apresentação de políticas públicas ligadas ao bem-estar físico e mental desse segmento da população (inciso III).

O art. 3º estabelece a vigência da lei a partir da data de sua publicação.

A justificação descreve as origens, a história, a realidade contemporânea e os desafios do povo ribeirinho.

A proposição foi distribuída, em caráter exclusivo e terminativo, para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, onde não recebeu emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

Compete a esta Comissão analisar esses projetos. E aqui vem um pouco da observação da justificação.

As comunidades ribeirinhas, uma representação natural da cultura amazônica, são de suma importância para a preservação dos rios e matas da região. Sua origem remonta ao início do século XVII, quando os ibéricos escolheram as terras de várzea, com maior densidade de moradores nativos, para se estabelecerem. As vilas e aldeamentos que foram criados expandiram-se com o início do ciclo virtuoso da extração da borracha, formando núcleos populacionais e uma rede urbana atrelada ao traçado dos rios.

Os ribeirinhos vivem em pequenas comunidades à beira dos rios em casas de madeira conhecidas como palafitas. A vida das famílias inclui o trabalho nos roçados e a participação nos meios social e religioso, com a criação de sua própria organização, instituições, adaptações ao meio e identidades. As atividades de subsistência abarcam pesca, agricultura, extração de produtos florestais, caça, criação de animais, comércio e pequenas madeireiras. São atividades baseadas no ciclo da natureza, significativamente influenciadas pelos ciclos das chuvas, ou cheias, e de seca, ou vazantes.

E aqui, me permita, Presidente Arns, esse problema da seca que nós particularmente na Amazônia estamos enfrentando é um fenômeno natural, todos os anos enfrentamos; este ano, com mais densidade. E aqui o Senador Jader fala exatamente desse ciclo. A fumaça já está indo embora, e a seca ainda não atingiu a maior seca que é a de 2010. Portanto, não é nada que nos surpreenda, embora nos afete sobremaneira.

O ribeirinho enfrenta diversas ameaças à sua saúde, agravadas pela precária higiene decorrente da falta de infraestrutura de saneamento básico das vilas em que vive e pela dificuldade de acesso a uma boa alimentação. É comum que alguns não saibam ler ou escrever. Há pouca oferta de assistência médica e reduzidos agentes de saúde, sendo necessário percorrer longos trajetos a municípios vizinhos caso seja preciso buscar tratamento em postos de saúde. Em muitos casos, encontram nas plantas medicinais o alívio para os sintomas das doenças. Apesar das dificuldades e da escassez de políticas específicas de saúde pública para esse segmento populacional, os ribeirinhos se adaptam bem às várzeas e às florestas, no caso aqui de Marajó, e no caso da floresta como um todo na Amazônia.

As populações tradicionais da Amazônia possuem uma forte relação com a natureza, construindo seu modo de vida a partir de um conhecimento comum, empírico, passado de geração em geração. Os ribeirinhos, em particular, aproveitam de forma responsável as riquezas da floresta, principalmente por meio do extrativismo, principal fonte de renda das comunidades. Essa exploração é baseada em conhecimentos tradicionais, garantindo que os recursos naturais sejam usados sem prejudicar a sustentabilidade da floresta e dos rios.

A data de 6 de junho foi escolhida por coincidir proximamente com a celebração do Dia Mundial do Meio Ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, não há dúvida de que é relevante e meritória a instituição do Dia Nacional do Ribeirinho, pelo propósito de conscientização da sociedade acerca dos desafios e da importância desse povo para a Amazônia e para o país.

A proposição mostra-se, ademais, adequada no que se refere a sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Vou ao voto, Presidente Arns.

Pelas razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.738, de 2021.

Quero dizer ao Senador Jader Barbalho e ao Presidente Arns que foi um prazer relatar esse projeto aqui relacionado ao ribeirinho que sou.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É muito importante o Dia Nacional do Ribeirinho; é sempre com foco na área que se quer enfatizar, discutir, debater desafios, necessidades, compreensão, conscientização. Eu acho que é um dia em que toda atenção está voltada para a área e, no decorrer do ano, também as políticas públicas que devem orientar o trabalho. Parabéns, Senador Plínio Valério!

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Quero saudar o Senador Marcos Pontes, aqui presente, atuante, uma liderança na área; a Senadora Damares Alves, com muita alegria também, coordenando a política do ano da Comissão de Educação, a avaliação também. Que bom, sejam sempre muito bem-vindos!

Já temos um quórum também registrado importante.

Eu só quero lembrar que há muita coisa acontecendo hoje de manhã, no Senado, inclusive no Plenário, com a Procuradoria da Mulher. É só ficar atentos, porque, depois, teremos votações nominais, para podermos votar em bloco algumas. E tem uma outra votação, que é da relatoria do Senador Esperidião Amin, que terá que ser votada separada porque a proposta é pela rejeição.

Muito bem, passamos ao item nº 1.

Senadora Damares Alves, V. Exa. é a Relatora. É a emenda de plenário ao Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 90, DE 2018

- Não terminativo -

Altera dispositivos da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para determinar que os Estados, os Municípios e o Distrito Federal forneçam recursos financeiros a fim de possibilitar o pleno funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e aprovem normas complementares para operação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação da Emenda nº 2 -PLEN.

Observações:

1. Em 25/09/2023, foi apresentada a emenda n° 2-PLEN, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra.

A autoria desse projeto é da Deputada Professora Dorinha Seabra. Já foi apreciado aqui na nossa Comissão e aprovado. A relatoria da emenda de Plenário é da Senadora Damares Alves; o relatório é pela aprovação da Emenda nº 2, de Plenário.

Concedo a palavra a V. Exa., Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Bom dia, Presidente.

É bem curto o relatório e a análise, eu vou ler os dois.

Retorna a esta Comissão de Educação e Cultura, para análise da Emenda nº 2-PLEN, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 90, de 2018, que altera dispositivos da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para determinar que os estados, os municípios e o Distrito Federal forneçam recursos financeiros, para possibilitar o pleno funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e aprovem normas complementares para operação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

A referida emenda substitui na alínea "d" do inciso XI do art. 17 da Lei nº 11.947 a expressão "ações de educação e de segurança alimentar e nutricional" por "ações de educação alimentar e nutricional".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificação, a autora argumenta que se trata de emenda de redação, que visa a promover adequação do texto à norma vigente, assegurando o uso de terminologia já consagrada na lei.

Análise.

O §1º do art. 126 do Regimento Interno do Senado Federal define que o Relator do projeto será o das emendas a este oferecidas em Plenário, salvo ausência ou recusa. Assim, o PLC nº 90, de 2018, voltou à Comissão de Educação, para que seja dado parecer à Emenda nº 2-PLEN.

Ao tempo em que reconhecemos novamente o mérito da proposição, que visa a oferecer condições para o pleno funcionamento dos conselhos de alimentação escolar, julgamos que a emenda de redação oferecida ao texto da Lei nº 11.947, de 2009, é bastante apropriada, pois mantém, nos dispositivos a serem alterados pelo PLC, a nomenclatura já utilizada na referida norma, que é "ações de educação alimentar e nutricional", e não "ações de educação e de segurança alimentar e nutricional".

Voto.

Em função do exposto, o voto é pela aprovação da Emenda nº 2-PLEN, apresentada ao Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2018.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço a V. Exa.

É uma emenda bastante singela, eu diria, também.

O projeto já havia sido aprovado.

Está em discussão, então, a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação é simbólica.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à Emenda nº 2-PLEN.

A matéria vai ao Plenário.

Passamos ao item 2 da pauta, não terminativo, e, logo em seguida, ao Senador Esperidião Amin e ao Senador Marcos Pontes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2336, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018, que torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil, para determinar o ensino de noções de primeiros socorros aos estudantes da educação básica, nos termos especificados.

Autoria: Senador Luiz Pastore (MDB/ES)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Com a palavra, V. Exa., caro Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Bom que está de volta. Bom dia.

Bom dia a todos.

Esse é o Projeto de Lei nº 2.336, de 2022.

Eu passo à análise do projeto.

Consoante o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem sobre normas gerais da educação, como é o caso do PL nº 2.336, de 2022.

Numerosas pessoas perdem a vida ou sofrem vários tipos de sequelas em acidentes de diversas naturezas – cardiovascular ou vascular cerebral, de trânsito, afogamentos, engasgos, quedas, entre outros – e nos mais distintos ambientes, como em casa, no trabalho, em escolas, nas ruas e em atividades de lazer.

Grande parte dos acidentes não pode ser evitada, mas é preciso que, quando eles ocorram, as pessoas que estejam próximas possam ter conhecimentos, muitas vezes simples, capazes de reduzir sofrimentos, de afastar futuras complicações e, até mesmo, de salvar vidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, quanto mais cedo as pessoas começarem a adquirir noções de primeiros socorros, melhores serão as possibilidades de que as informações pertinentes se consolidem para serem adequadamente usadas, quando necessário. Por isso, julgamos procedente que essas noções comecem a ser transmitidas aos estudantes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, respeitadas diretrizes específicas para cada faixa etária, conforme estabelece a proposição em exame.

De acordo com o Ministério da Saúde, quase 4 mil crianças morrem no Brasil todos os anos por conta de algum tipo de acidente. A principal razão de hospitalização de crianças e adolescentes até 14 anos decorre de acidentes domésticos ou escolares. Dados como esses reforçam a necessidade de aprimorar as estratégias de proteção para lidar com acidentes no ambiente escolar.

A legislação já avançou no que se refere a essa questão. A Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018, conhecida como Lei Lucas, prevê a obrigatoriedade da "capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil", com o objetivo de aumentar a segurança de crianças e adolescentes dentro do espaço escolar ou recreativo.

Não custa lembrar que essa lei se originou do triste acidente ocorrido em 2017 com o menino Lucas Begalli, de dez anos, que, em uma excursão escolar, se engasgou com um cachorro-quente e morreu asfixiado, pois nenhum dos professores conhecia técnicas de primeiros socorros.

Embora a capacitação dos profissionais da educação seja a medida mais importante para evitar ou reduzir os efeitos maléficos desses acidentes, as próprias crianças e adolescentes, uma vez profissionalmente orientados sobre a matéria, poderão tomar medidas simples, mas muitas vezes fundamentais, como a de pedir auxílio rapidamente ao perceberem uma situação de emergência.

Assim, o PL aperfeiçoa a redação da Lei nº 13.722, de 2018, ao ampliar o seu alcance.

Em suma, sob o ponto de vista educacional, a proposição em análise merece acolhimento desta Comissão.

O voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.336, de 2022.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Marcos Pontes.

Está em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só quero dizer, da minha parte também, que eu considero esse projeto de lei dos mais importantes para o bem-estar, para a segurança, para o conhecimento, e isso muda uma cultura no Brasil, para que não só professores e funcionários de escolas – o que já é importante – tenham conhecimento do atendimento em primeiros socorros, mas também alunos tenham esse atendimento.

Eu fico imaginando uma situação de uma necessidade de uma ressuscitação cardiorrespiratória enquanto o Samu ou o Siate não vem. São 5 minutos, 10 minutos, 15 minutos que vão, em muitas situações, decidir se a pessoa vive ou se a pessoa morre. Todo mundo tem que saber isso.

Ou se a pessoa se engasgar, ou se tiver algum sinal de um acidente vascular, ou um machucado, alguma coisa...

Então, isso tem que fazer parte, na minha opinião, de uma cultura educacional.

Lá no Paraná, eu sempre lembro que, quando assumi o cargo de Secretário de Educação, das 2 mil escolas existentes, 1,8 mil não estavam autorizadas a funcionar pelo Corpo de Bombeiros – 1,8 mil. Praticamente 100%. E eu disse: "Olha, e se tiver um incêndio, uma tragédia? Quem é que vai ser o responsável?". É a secretaria de educação, é o governo do estado.

Então, foi feito um programa de dez anos, a constituição do programa... Constituição das Brigadas Escolares – Defesa Civil nas Escolas. Estão incluídos os cursos de primeiros socorros. Brigada Escolar. Quer dizer, é fazer da maneira que seja adequada. Há um incêndio: os alunos têm que abandonar o prédio em ordem, disciplina, ter o ponto de encontro, saber quem que é responsável, utilizar o extintor de incêndio, ter as placas indicando as saídas, que mesmo com fumaça todo mundo possa identificar, e isso se inclui nos primeiros socorros.

Quer dizer, a criança morreu, dez anos de idade, se engasgou... Às vezes também não... Sabe lá, pode eventualmente não ter uma solução também imediata. Mas é picado por uma abelha, vamos dizer, e tem uma alergia a isto, e há um trancamento de glote. E daí, quer dizer, além de levar para o hospital, mas no meio-tempo, faz o quê?

Então, é pelo menos criar uma cultura. Porque eu lembro que os bombeiros do Paraná disseram: "Olhe, para nós é o projeto mais importante da história do Corpo de Bombeiros". Por quê? Porque você tem 2 milhões de alunos, esses 2 milhões de alunos vão falar com pai, com mãe, com irmão, dizer: "Olha, hoje...". Vai lá no *shopping*, vai dizer onde é que está a saída de emergência, rota de fuga, plaquinha, tal, mudando a mentalidade das pessoas. Quer dizer, não se muda de um dia para o outro. Lá foi um período de dez anos. Olha, já passaram os dez anos. Então a gente diz: "Ah, vai demorar muito". Também não dá para fazer tudo em um ano, mas tem que ter um programa. E eu insisto nisto, vamos falar, inclusive, com o MEC para dizer: "Olha, tem que ser... ". Pena que não temos ainda o sistema nacional, onde se pactue o que o MEC faz, o que os estados fazem e o que os municípios fazem, escolas públicas e particulares, Undime e Consed, para todo mundo se envolver nisso. Eu, pelo menos, acho, considero fundamental e essencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. quer complementar com alguma coisa também, não é?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Pois não, Presidente. Realmente, como o senhor falou, essa mudança de cultura é essencial para salvar vidas.

Quando a gente fala em segurança, no sentido de *safety*, geralmente envolve... Por exemplo, quando a gente fala de segurança nas escolas, segurança, pode ser segurança contra qualquer tipo de invasor, etc., na parte de segurança, e tem a parte de *safety* na escola. Em português, nós só temos uma palavra para *security* e *safety*. É extremamente importante se pensar nesses dois aspectos, na segurança e na segurança da vida também, vamos dizer, a segurança das pessoas em termos de armamento, etc., para que não aconteçam problemas como esse e segurança das pessoas também. E isso é válido em qualquer ambiente.

Eu trabalhei com segurança operacional, análise de acidentes, prevenção de acidentes, durante muito tempo, e uma das dificuldades que nós temos é convencer as autoridades da importância da segurança, do investimento na segurança, que isso é muito mais barato do que o pagamento do problema que acontece depois pela falta de segurança.

Então, eu vejo um projeto como esse extremamente importante. É importante que os profissionais saibam como tratar de uma situação de emergência. É importante que as crianças aprendam desde pequenas a ter noção de cuidarem da sua segurança também, prestarem atenção em todas as situações que eles têm em volta. A vida tem riscos inerentes em tudo que a gente faz quando está dentro de um carro, quando está andando em uma rua, em qualquer lugar, dentro de casa, dentro da escola. Então, é importante que eles tenham essa noção, que prestem atenção, e é uma mudança, como o senhor falou, mudança de cultura. Que lugar melhor do que começar a introduzir isso que dentro das escolas?

Parabéns ao autor, Senador Luiz Pastore. Sem dúvida nenhuma, esse projeto vai salvar muitas vidas. É isso que interessa para a gente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está certo. Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação relatório apresentado pelo Senador Marcos Pontes.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Passamos ao item 6 da pauta...

Senador Esperidião Amin, quero saudá-lo e me solidarizar também com o povo de Santa Catarina, com tantas dificuldades, tantos desafios, com a chuva toda acontecendo. A gente fica, assim, consternado mesmo com tudo. Que tenham força, energia e, no que a gente puder colaborar com o querido estado, a gente sempre fica à disposição também. Nossa solidariedade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Não tenho dúvida, Presidente. Até pela sua origem, essa solidariedade é mais do que natural.

Quero saudar, igualmente, o nosso Senador Marcos Pontes e dizer que, nesta semana, nós vamos ter grandes preocupações lá. Saímos de lá com bastante chuva, e a previsão é que nesta semana nós tenhamos mais chuva. Mesmo que não chegue a comprometer a altura do nível das nossas tomadas de medida nos rios, o que se percebe é que novos riscos de deslizamento, por exemplo, de terra, ficam multiplicados, porque o solo já está encharcado, como se diz, e também pelo fato de que, na nossa divisa com o Paraná, as questões ficaram agravadas de ambos os lados. Ou seja, o nosso eixo se espraiou, o eixo da enchente, e isso aumenta muito a nossa preocupação evidentemente, de forma que nós aceitamos, é claro, a solidariedade e apelamos por uma oração, que é a regra.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mas todo mundo pensa assim. O Brasil está olhando para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná agora também. Há muitos municípios alagados. Ontem mesmo, vindo para cá, havia um temporal em Curitiba, era um dilúvio acontecendo lá, com raios, relâmpagos, vento, chuva. Inacreditável!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A propósito, eu queria informar que, no dia 26, quinta-feira da semana que vem, nós teremos a sessão de debates temáticos sobre mudanças climáticas. O requerimento que apresentamos em setembro, no dia 14 de setembro, foi aprovado, e ela se destina exatamente a termos participação... Falha-me agora o nome da senhora do Cemaden. E há outros convidados também para apreciar o momento que nós estamos vivendo.

O El Niño nós já sabemos o que é; nós de Santa Catarina principalmente, porque é aquele aquecimento nas águas a oeste do país Equador, que recentemente elegeu o Presidente da República. Mas nós temos também hoje o fenômeno do aquecimento no Atlântico equatorial, que seria o grande responsável pela seca na Amazônia. As fotos são inacreditáveis. Você sabia que índios da Amazônia estão tomando água contaminada e rios deixaram de existir praticamente – Solimões, menores, então, viraram estrada? Então, é uma coisa que certamente vai exigir um posicionamento do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tomei essa iniciativa, até gostaria de compartilhar com os senhores. Em agosto de 1997, eu solicitei a realização de uma Comissão Especial Temporária para analisar exatamente essas questões e saber o que nós temos que atualizar de conhecimento e de defesa civil. A Comissão Especial realizou os trabalhos entre agosto e outubro de 1997. Foi um trabalho rápido, três meses. Foi presidida pelo Senador Roberto Requião, na época, e o Relator foi o Senador Waldeck Ornelas, da Bahia. Um belo trabalho.

E acho que esta sessão de debates temáticos no Plenário, se nós soubermos aproveitar as informações que recolheremos, vai determinar alguma atitude nossa, em termos de: "Olha, não dá para achar que nós já sabíamos tudo e que estamos equipados". Não estamos.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Presidente, posso...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O Senador Marcos Pontes, inclusive, nos sugeriu o nome da representante do Cemaden, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Presidente, Senador Esperidião Amin, esse tema é um tema que também, como muitos, tem uma importância gigantesca.

Nós vemos o sofrimento de tantas pessoas, todos os anos, no Brasil – e em outros países também, mas concentrando aqui no nosso país –, por causa de desastres naturais causados por situações climáticas mais extremas, como quantidade grande de chuvas, e eventos e outras situações como essa.

A tendência, com o aquecimento global, com as mudanças climáticas, é que esses problemas se agravem. E, obviamente, nós precisamos tomar ações internacionais firmes – não é só um país –, em termos globais, para conter as mudanças climáticas. Isso envolve energias renováveis, isso envolve uma série de atitudes que precisam ser feitas em conjunto. Isto é o que eu ressalto: que não é só um país.

O Brasil tem uma participação importante, mesmo porque nós temos recursos naturais que precisam ser preservados, mas outros países também têm uma participação muito grande, muito maior do que a do Brasil, em termos de emissões, em termos de outros fatores que são contribuintes para essa situação de mudanças climáticas, que precisa ser resolvida e é urgente. Precisa ser agora.

Existe uma discussão científica quando se fala: "Olha, isso aí são ciclos naturais da Terra ou é por interferência do ser humano?". Uma coisa ou outra, o fato é que nós temos algo acontecendo agora que precisa ser resolvido, e por que não tomar a atitude mais segura, que é justamente combater aqueles possíveis fatores causadores dessas mudanças sobre os quais o homem tem controle? A gente só pode fazer aquilo sobre o qual a gente tem controle.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação a esse problema de acidentes, de desastres naturais no Brasil... Eu acabei de falar que, ao longo da minha carreira, eu tenho trabalhado muito – há mais de três décadas – com investigação e prevenção de acidentes. Eu simplesmente não me conformo de acontecerem todos os anos, nos mesmos lugares, as mesmas coisas, morrendo pessoas porque estão em situação de risco, estão morando em áreas de risco, e assim por diante. E nós temos uma série de infra-legislações e até em nível mais alto, como projetos, como leis, que tratam do tema, mas elas são esparsas, elas não são interligadas.

Então, desde o começo do ano – e aí vem uma notícia boa que se soma a essa discussão, a essa audiência no Plenário, de que eu espero poder participar, apresentando, inclusive, esta proposta –, devido aos problemas que aconteceram em São Paulo e que a gente observa acontecendo em muitos lugares ali, como em Franco da Rocha, como no litoral de São Paulo também, eu venho trabalhando com o Cemaden, com a Defesa Civil e com especialistas nesses assuntos na criação de um projeto de lei que trata de gestão de riscos para desastres naturais. É um projeto bastante amplo, bastante extenso e intenso, vamos dizer assim, bastante profundo, que faz a integração de todos esses esforços, de todas essas leis já existentes e normas já existentes, de forma que a gente possa, do ponto de vista legislativo, contribuir para evitar ou mitigar esses problemas e essas mortes todas que a gente tem todo ano. A ideia seria, o ideal seria reduzir a zero esses problemas. Para isso, precisa-se de um trabalho intenso tanto em prevenção, quanto em preparação, quanto em resposta e recuperação. São várias fases de um projeto como esse que precisam de planos: plano de prevenção, plano de preparação, plano de resposta, plano de recuperação, fundos adequados que já têm sido propostos e aprovados aqui nesta Casa.

Esse projeto de lei integra tudo isso, sendo o nome mais completo dele... Ele institui a Política Nacional de Gestão Integral de Riscos de Desastres. Foi feito a muitas mãos, com participação direta do Cemaden também, com todos os técnicos, lembrando que o Cemaden é um órgão do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações, que tem cerca de 200 profissionais, sendo praticamente 90% deles PhD ou pós-PhD em áreas de gestão de riscos, controles climáticos, acompanhamento e monitoramento climático. Então, eu tenho certeza de que um projeto como esse vai ajudar muito.

Por coincidência, eu o assinei hoje. A gente sempre se sente atrasado com relação a esses acidentes, mas a gente demorou este tempo de praticamente oito meses trabalhando nisso. Então, eu assinei hoje esse projeto, vai entrar na pauta, e eu tenho certeza de que ele vai ajudar muito no sentido de a gente salvar vidas. Essa, ao final das contas, é a coisa mais importante que a gente tem e que pode fazer aqui.

Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sr. Presidente, cumprindo a nossa tarefa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu só quero ler antes, Senador Esperidião Amin, a tarefa da qual V. Exa. vai se desincumbir, que é o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 4427, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para alterar as idades elegíveis para a realização de exames supletivos, e para prever a matrícula, em curso superior de graduação, de estudante de ensino médio que tenha sido aprovado em processo seletivo e obtido pontuação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que o habilite à certificação nesse nível de ensino.

Autoria: Senador Siqueira Campos (DEM/TO)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela rejeição

Com a palavra, V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Pois não, Sr. Presidente.

O projeto foi muito bem avaliado e analisado pelo setor técnico, pela nossa Consultoria Legislativa. Eu queria lhe dizer até que eu sou simpático à ideia de poder permitir que gente mais moça entre no degrau seguinte, caso haja uma comprovação dessa habilitação. Mas não tenho elementos técnicos para contestar o arrazoado neutro que me foi apresentado.

Então, o que pretende o projeto? O projeto pretende reduzir de 15 para 13 e de 18 para 16 anos os limites de idade para realização dos exames supletivos de conclusão do ensino fundamental, ou seja, ele permitiria que o exame de ensino fundamental pudesse ser realizado antes do prazo de conclusão dos respectivos cursos regularmente. Então, ele é heterodoxo, digamos assim. E do ponto de vista pedagógico, ele não me parece tecnicamente seguro e firme.

Nós estamos aí com dificuldades... Vejamos, principalmente no ensino médio... Não sei se a Professora Dorinha chegou a ler, no último domingo, "Contribuições para o Ensino Médio do Brasil", um artigo conjunto, feito por cinco professores, no *Estadão*. Eu até me comprometo a enviar para a Comissão. Ou seja, nós estamos hesitando no ensino médio. Nós aprovamos uma lei, em 2017; essa lei enfrentou,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesse começo de ano, um esbarrão, que esta Comissão confrontou, e criou inclusive uma Subcomissão para este assunto. Ou seja, nós estamos hesitando. Aí baixamos a data-limite de 18 para 16 anos, quando nós não estamos oferecendo um ensino médio atualizado, de acordo com a lei que está em vigor!

Então, por essas razões é que eu acolhi o parecer técnico de que não seria prudente nós, nesse momento, reduzirmos a régua, baixarmos o nível, em termos etários, de conclusão, de satisfação dos dois cursos: do ensino fundamental e do ensino médio. Por esta razão, eu repito, eu não tenho argumentos técnicos para contestar o bom conjunto de argumentos técnicos que foi apresentado e, por isso, eu assumo a proposição de rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin.

Está em discussão a matéria.

Professora Dorinha Seabra, com a palavra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Bom dia, Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Eu, na verdade, concordo com o texto, até porque, na verdade, a educação de jovens e adultos nasce com o objetivo de corrigir, ser mais uma etapa, uma modalidade de atendimento para quem não teve acesso à educação na idade certa. Com essa antecipação aqui, nós reduziríamos, inclusive, para a educação na faixa obrigatória, que é de 6 a 17 anos. E não só isso. Eu acho que nós temos problemas muito graves em relação à educação regular, ao atendimento, à questão da maturidade, porque não é só a faixa etária que dá isso.

E lembro também que casos específicos ainda podem ser tratados. Nós vamos realizar, de maneira conjunta, dia 19, Senado e Câmara, um seminário sobre altas habilidades, sobre superdotação, sobre desenvolvimento. E, na verdade, eu sei que não é disso que trata o projeto, mas ele vai dar alguma... Nós queremos também que a política pública esteja tratada em relação à superdotação e a desenvolvimento. Eu já fui gestora – o nosso Presidente também já foi –, e não foi uma ou não foram duas vezes em que os pais entraram na Justiça querendo a conclusão. Em alguns casos, os professores, principalmente de rede particular, às vezes, tinham que ficar fugidos dois, três dias para não serem presos, porque eles eram obrigados a fornecer um certificado de conclusão sem amparo legal. Então, eu vejo que os conselhos estaduais e o Conselho Nacional eventualmente podem tratar dos casos específicos.

E, de igual forma, eu acho que hoje ainda nós não temos condição de fazer uma linha dessa de exceção dentro de um sistema que ainda não consegue atender a faixa regular com um bom fluxo, com redução de abandono.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não posso deixar de lamentar uma ação que está acontecendo na Câmara com um projeto que é meu, que é o de busca ativa. Há uma mistura, uma confusão enorme, como se houvesse uma ação contrária ao *homeschooling*. Se não fosse grosseiro, eu ia dizer que precisavam ler o projeto, porque... V. Exa. me passou o *homeschooling*, estou com o relatório pronto, queremos votar. Eu acho que é uma modalidade de atendimento, uma escolha da família; o que nós precisamos garantir é o direito da criança e dos jovens a ter acesso à educação. E aí o projeto que veio da Câmara veio bastante amarrado, com o texto construído pela Deputada Luisa Canziani, que, na verdade, se baseou em um texto que, inclusive, eu já havia trabalhado.

Mesmo compreendendo a preocupação e até a hesitação, eu parabenizo o nosso Senador Esperidião Amin pelo voto, entendendo que pode ser que, daqui a alguns anos, a gente consiga avançar. E talvez nem precise, porque, quando a gente pensa na educação de jovens adultos, é porque o país não deu conta de oferecer a educação no período correto... E a gente não pode ignorar que houve um encolhimento em relação a esse atendimento de EJA (educação de jovens e adultos), mas hoje eu não vejo nenhum espaço técnico e nem do ponto de vista de política pública para que fosse acolhido, embora seja uma intenção excelente do nosso Siqueira Campos, que foi Senador pelo meu estado e Governador e que deixou um grande legado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Eu quero lembrar para as pessoas que a votação é nominal, e nós temos que fazer esta votação separada dos demais projetos, porque esta votação, concordando com o Relator, como eu concordo também... A votação acompanhando será o voto "não". E, nos outros projetos – de dias, de Dia do Ribeirinho, de uma cidade também, que a gente vai ver ainda, de Arapongas –, será "sim". Então, nós vamos votar agora este projeto. Acho que podemos votar, não é? (*Pausa.*)

Neste projeto do item 6 da pauta, eu solicito... O voto é "não"... Peço para não haver confusão também, peço para que a assessoria...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou votar contra... Não...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Se vamos acompanhar o Relator, o voto do Relator é "não". Então, o voto do Plenário é "não" concordando com o Relator, é "não" ao projeto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Eu gostaria apenas de dizer que conforta muito saber da sua posição e da posição da Professora Dorinha, porque a ideia me agrada... Baixar o nível, permitindo uma antecipação, mas, quando nós não oferecemos o básico com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma relação idade real e idade desejável, fica um pouco complicado, discrepa... Então, eu fico mais tranquilo depois disso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Só lembro os assessores dos demais Senadores e Senadoras para avisá-los para esta votação nominal: acompanhando o voto do Relator, o voto é "não". É para não haver confusão aqui no meio. Depois votamos os outros projetos, em que provavelmente o voto será diferente.

Agradeço ao Senador Esperidião Amin.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Quero só reforçar o que a Senadora Dorinha colocou muito bem, como de hábito. Em situações de crianças superdotadas, com altas habilidades, já existe a possibilidade de os conselhos estaduais de educação examinarem o caso concreto. Então, pode ser feita uma avaliação, uma discussão, e os encaminhamentos pedagógicos necessários serem feitos nessa situação e em outras também. Agora, aqui no caso, é diferente. Abaixar-se a idade dentro de um período ainda obrigatório, de acordo com a Constituição, de 18 para 16, de 15 para 13... Isso está, eu diria assim, a muitos desafios que têm que ser enfrentados para melhorarmos a educação em nosso país, a qualidade, a oferta, o acesso e a permanência.

Sobre busca ativa de alunos, até eu também tenho um projeto que foi arquivado na Câmara, porque nós considerávamos dois anos, por causa da pandemia, os anos de 2021 e 2022, depois 2022 e 2023, como os anos de busca ativa de alunos. Eu, inclusive, considero que a gente não deva ter um ano ou dois anos, tem que ser uma coisa permanente. Eu próprio... A gente está pensando em termos de pandemia, mas deve ser algo permanente buscar o aluno que não esteja na escola. Tem que ir para a escola, na pré-escola, no ensino fundamental, no ensino médio. Tem que haver oferta educacional para os alunos todos. Então, a busca ativa é o tempo todo. E também não só porque esteja fora da escola, mas, às vezes, sai da escola, quer dizer, fica uma semana, duas semanas... O que aconteceu? Tem que se ir atrás do aluno, não só a escola – primeiro a escola –, mas depois pedir o apoio também de outras instituições, se for eventualmente necessário.

Muito bem. Então, estamos em votação do item 6 da pauta.

A única preocupação minha é avisar as pessoas que o voto acompanhando o Relator é "não". O voto do Relator é "não"; acompanhando o Relator Esperidião Amin, o voto é "não" também.

Podemos, talvez, passar para os itens... Aqui nós temos também alguns requerimentos. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos à leitura, enquanto não atingimos o quórum – lembrando novamente, para avisar aos Senadores e Senadoras, que, caso acompanhem o voto do Relator Esperidião Amin, o voto é "não", pela rejeição –, do item 10 da pauta, requerimento da Senadora Teresa Leitão para a inclusão de uma pessoa... A Senadora Professora Dorinha está o subscrevendo também.

Requer, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 111, de 2023, da Comissão de Educação, seja incluído representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif).

É a inclusão de nome.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votaremos na sequência.

Item 11 da pauta, que é um requerimento do Senador Carlos Viana, que subscrevemos também.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 117, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, com o objetivo de debater a autonomia universitária e coletar sugestões de aprimoramento legislativo sobre a temática.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Será votado posteriormente em bloco.

Item 12.

ITEM 11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 118, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 111/2023 - CE seja incluído o Senhor Elido Bonomo, Presidente do Conselho Federal de Nutricionistas.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

É para inclusão de nome.

Será votado o requerimento em bloco também.

Há um requerimento extrapauta de minha autoria.

Pergunto, em primeiro lugar, se há concordância de que esse requerimento seja apreciado. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, item 13 da pauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 119, DE 2023

Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no País, com ônus para o Senado Federal.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Explica o requerimento que, no início de novembro, haverá uma reunião descentralizada do Conselho Nacional de Educação no Estado do Ceará; fui convidado para estar nesta reunião e é importante que eu esteja na reunião na condição de Presidente da Comissão e não na condição de Senador. Então, a Comissão estará representada nessa reunião.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os requerimentos serão votados em bloco.

Estamos com 11 pessoas. Faço um apelo para que as pessoas também possam votar... Que entrem em contato com os Senadores e as Senadoras. Já mandei também um aviso aqui no grupo nosso, mas nem sempre...

Quando eu penso no aviso por telefone, nem sempre... Nós discutimos desastres naturais, não é? Eu morei uns anos ao lado de Chicago, e lá é uma zona de tornados – tornados. Quando você tinha um aviso de uma ameaça de um tornado, tocava uma sirene que nem a que toca na guerra de Israel, uma sirene em que você escuta o barulho em qualquer canto da cidade. Então, isso significa que você tem que procurar um lugar que possa lhe proteger. Agora, se você manda pelo celular o aviso, até a pessoa ler, o tornado já passou, não é? Então, tem que haver, nesse debate, coisas práticas também, que possam mostrar claramente que o problema está acontecendo. E uma sirene todo mundo vai escutar.

Lá em São Sebastião, eu escutei, pelo menos, que havia o aviso pelo celular. Até o próprio Governador disse que tem que ter uma sirene. Eu disse que obviamente tem que ter a sirene, porque aí o pessoal escuta e vai ver o que está acontecendo.

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Presidente, eu gostaria de aproveitar este momento para colocar um assunto aqui que eu recebi por via de uma notícia e que realmente me desagrada bastante. Eu tenho certeza de que todos aqueles ligados à educação, ligados à ciência e tecnologia se sentem mal quando veem uma notícia como esta daqui, que é a seguinte: "O Governo Lula bloqueia R$116 milhões do orçamento da Capes".

Eu vivi experiências como Ministro, e nós sabemos que, durante aquele período, nós tivemos pandemia, nós tivemos uma série de fatores que, de certa forma, têm uma interferência grande no orçamento dos ministérios, mas acho que todo mundo acompanhou a briga, a luta toda para que nós tivéssemos o orçamento adequado para ciência, tecnologia e inovação. E, embora muita gente não reconheça ou não saiba, isso aí é extremamente estratégico para o país. Educação, ciência, tecnologia e inovação são estratégicos para o país, não tem como fugir disso aí, basta ver todos os países desenvolvidos. E, para isso, é necessário financiamento adequado. Nós conseguimos vitórias durante aquele período. Por exemplo, em 2021, a liberação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela Lei 177 foi conseguido lá durante a minha gestão, e hoje o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação tem um orçamento à disposição de cerca de R$9 bilhões, sendo metade reembolsável, metade não reembolsável, que permite, então, a injeção de recursos para diversas áreas, lembrando que não é só no ministério, mas em diversas áreas, quando a gente fala de pesquisa no setor de agricultura, no setor de segurança pública... Todos os setores se beneficiam com isso. Ótimo, então, isso aí está, de uma certa forma, equacionado por ali, mas me preocupam muito esses bloqueios ou cortes na área da educação também, que é essencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse bloqueio de R$116 milhões na Capes... Lembro que existe a Capes no Ministério da Educação e existe o CNPq no Ministério da Ciência e Tecnologia, cada um com as suas funções, e eles não devem se misturar, vamos dizer assim. Já houve ideia no passado de se juntarem os dois, e é péssima essa ideia, cada um tem que se manter no devido ministério. O CNPq trata de bolsas de pesquisa tanto dentro das universidades quanto dentro de empresas e, inclusive, de institutos de pesquisa; e a Capes é no sentido de financiamento de bolsas de formação, de mestrado, de doutorado, pós-doc, formação de professores, etc, também, obviamente, com as pesquisas relacionadas a isso aí. Então, a gente vê esse tipo de bloqueio... E, embora o bloqueio possa ser liberado, isso é preocupante.

E mais preocupante do que isso também é o fato de que... O CNPq tem um orçamento por volta de R$1,1 bilhão; a Capes já tem um orçamento por volta de R$5 bilhões, um orçamento bem maior, mesmo porque o número de bolsas é muito maior. E, nesse orçamento, em 2023, a Capes está com o maior orçamento dos últimos sete anos, ou seja, o que foi aprovado no último ano, em 2022, durante o último Governo, foi esse aumento de orçamento da Capes, que foi para R$5,5 bilhões. E o CNPq, se eu me engano, teve um aumento por volta de 8% do que tinha anteriormente, o que já é melhor, lembrando o FNDCT.

Esse bloqueio é muito preocupante. E também mais preocupante do que isso é que para a Ploa de 2024, ou seja, visando o Orçamento de 2024, já se prevê um corte de orçamento da Capes de mais R$128 milhões.

Quero lembrar que isso aí é muito importante. O trabalho que a Capes faz na formação de mestres, doutores, na formação de professores é extremamente importante para o país. O país ainda está bem abaixo do preconizado, inclusive pelo OCDE, em número de mestres e doutores comparado com a população.

Eu tenho que registrar aqui essa preocupação com relação a essa redução, a esses bloqueios e à redução do orçamento da Capes.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Marcos Pontes, quero também dizer que esse é um assunto da mais alta importância. Inclusive, pedimos para que a assessoria do Ministério da Educação, aqui presente, também envie informações para esta Comissão para debatermos esse assunto, para continuarmos a debatê-lo na próxima semana, porque a área da pesquisa é essencial. É tão essencial que eu digo que, às vezes, até o medicamento que as crianças tomam para epilepsia e outras coisas... Por exemplo, para o Tegretol, que existe há 50 anos já, o insumo farmacêutico (IFA) não é feito no Brasil, vem de fora. Eu digo: "Meu Deus do céu! Para uma coisa mais elementar, mais básica...". Nós tivemos uma sessão plenária, outro dia, sobre doenças raras, sobre ELA (esclerosa lateral amiotrófica). O pessoal dizia que o recurso para a pesquisa gênica, genética, que está avançada em São Paulo, em vários locais... Para a hemofilia, por exemplo, a Unicamp está praticamente prestes a ter o tratamento genético, mas está faltando recurso. Não há recursos, e, às vezes, a pesquisa tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que parar no meio. Então, é tudo assim. Para o Brasil avançar, a educação, a ciência, a tecnologia e a pesquisa são essenciais.

Nós já atingimos o quórum. Eu solicito à Secretaria... Então, está encerrada a votação. Peço à Secretaria que abra o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Temos 1 voto SIM; 14 votos NÃO – certamente, aí há um pouco de confusão mesmo.

Abstenção, nenhum.

O resultado já está colocado.

Rejeitado o PL 4.427, de 2019.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Antes de passarmos para o outro item, vamos pegar os requerimentos também.

Nós teremos a votação dos requerimentos lidos anteriormente: item 10, Requerimento nº 117, 2023, de autoria do Senador Carlos Viana; item 11, Requerimento nº 118, 2023, de autoria da Senadora Teresa Leitão; item extrapauta, Requerimento nº 119, de 2023, de minha autoria; e também o Requerimento nº 116, de 2023, de autoria da Senadora Teresa Leitão.

Em votação os requerimentos.

As Sras. e os Srs. Senadores que com eles concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Temos mais um item da pauta que vai exigir a votação nominal.

Eu sou o Relator desse item.

Pediria para a nossa estimada Vice-Presidente, Senadora Professora Dorinha Seabra, se poderia assumir aqui, enquanto a gente lê o relatório. (*Pausa.*)

Passo a Presidência à Senadora Professora Dorinha Seabra, Vice-Presidente desta Comissão de Educação e Cultura. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 432, DE 2019

- Terminativo -

Confere ao Município de Arapongas, no Estado do Paraná, o título de Capital Moveleira Nacional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação

Autoria: Deputado Rubens Bueno.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para leitura do seu relatório. (*Pausa.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço à Senadora Dorinha Seabra.

Passo diretamente à análise do projeto de lei.

De acordo com a legislação que se relaciona à área, o projeto obedece a tudo o que lhe diz respeito.

Arapongas, cidade situada no coração da Região Sul do Brasil, no interior do Estado do Paraná, tem se consagrado como o principal epicentro da indústria moveleira brasileira. É parte da Região Metropolitana de Londrina e situa-se a 380 quilômetros de Curitiba. A cidade se espalha por uma área de 382.215km² e, conforme dados do IBGE de 2020, abriga uma população de 124.810 habitantes, classificando-se como o 16º município mais populoso do Brasil.

A história de Arapongas começa com sua criação como um distrito subordinado à cidade de Caviúna, conforme estabelecido pelo Decreto-Lei estadual nº 199, de 30 de dezembro de 1943. Após quase quatro anos, a Lei estadual nº 2, de 10 de outubro de 1947, concedeu-lhe autonomia municipal.

Ao longo dos anos, a cidade de Arapongas cresceu e se tornou um verdadeiro polo moveleiro, contando atualmente com 903 indústrias nesse segmento, que, juntas, geram 21.372 empregos, dos quais 12.301 estão centralizados em Arapongas. Esse poderoso conglomerado industrial é responsável por 10% das exportações brasileiras de móveis, e representa 9,97% da participação no PIB brasileiro do setor.

Tamanha é a representatividade de Arapongas na indústria nacional que, de cada cem móveis produzidos no Brasil, dez são originários do município. Neste cenário, surge, de maneira justificada e coerente, a proposição para conceder a Arapongas o título de, abro aspas, "Capital Moveleira Nacional".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse título serve não apenas como um reconhecimento à dedicação incansável dos profissionais do setor e ao empenho da comunidade que apoia constantemente a indústria, mas também como uma homenagem à história de crescimento e consolidação da cidade no cenário nacional.

A iniciativa representa um merecido tributo aos recursos investidos na busca incessante por excelência técnica, que têm feito da indústria moveleira não apenas um setor econômico vital para Arapongas, mas para todo o Brasil. Assim, entendemos ser justa a homenagem que se pretende prestar, concedendo-lhe o título de Capital Moveleira Nacional.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 432, de 2019.

Obrigado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada pelo relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco.

Devolvo a Presidência ao Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, Senadora Professora Dorinha, nossa grande liderança nessa área da educação e de outras áreas também – educação, cultura, esporte, economia, reforma tributária –, mas, particularmente, a educação.

Passaremos agora à votação nominal, em bloco, dos itens 7, 8 e 9 da pauta.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 432/2019, PLS 466/2016 e PL 3.738/2021.

Senadores e Senadoras que votam com os Relatores votam "sim".

Então, apelo também para as assessorias para avisar aos Senadores que agora o voto é "sim". (*Pausa.*)

Quero sempre agradecer também pelo trabalho aos nossos consultores Luana Bergmann, que está presente, e também ao José Edmar de Queiroz, sempre presentes e auxiliando sobremaneira os trabalhos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desta Comissão – se estão sendo bons, é porque tem gente muito qualificada ajudando. E agradeço também a todo ao pessoal da Secretaria, coordenados pela Andréia, que é a nossa consultora e Secretária da Comissão, e a toda a equipe, que também faz um belo trabalho, sempre nos lembrando também – eu faço questão de dizer isso – do nosso ex-Secretário por muitos anos desta Comissão, o Júlio, que está passando por um momento difícil de saúde. A gente pede sempre para que ele possa ser protegido, orientado e que possa se recuperar dos problemas pelos quais vem passando. Quero dizer que estamos juntos em pensamento, porque ele fez, anos atrás, um trabalho extraordinário sempre a favor da educação, da cultura e do esporte, assim como o Secretário anterior, o Thiago também, agora na Liderança do Governo, sempre se empenhando, trabalhando e sempre com a equipe também, o que ressalta a importância de se dizer que a gente precisa trabalhar em parceria.

Aliás, isso está muito claro nos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável): valorizar o ser humano, educação, saúde, trabalho, assistência, etc., meio ambiente, essa articulação, a prosperidade, o trabalho, o desenvolvimento econômico e tudo. Mas, para se fazer isso, a palavra que se usa – e o Brasil é signatário disso – é parceria, para que, com isso, a gente possa ter uma sociedade de paz. Paz significa valorizar o ser humano, cuidar da nossa casa comum, que é o planeta Terra, cuidar do desenvolvimento econômico para que as pessoas tenham trabalho, tenham renda, e fazer tudo isso juntos. Aliás, esta Comissão, eu diria, vem dando exemplo e sendo referência desse trabalho em conjunto, articulado; a gente procura sempre dizer suprapartidário, para que a gente possa ter, no final, bons resultados.

Já atingimos o quórum necessário.

Então está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Só um minuto. Aguardo mais. Não está encerrada a votação. Então, aguardo mais um minuto. (*Risos.*) (*Pausa.*)

Quero lembrar que ontem tivemos audiência pública sobre mulheres na carreira acadêmica. Teremos, no dia 19, conforme a Professora Dorinha já mencionou, uma sobre alunos superdotados – na quinta-feira, audiência pública também. E mais audiências: toda semana, estamos tendo audiências, tanto que já tivemos 75 reuniões – esta é a 76ª da Comissão, neste ano. Então, há muita coisa acontecendo. Está tudo em ordem.

Então, de acordo com a sinalização, agora podemos encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Votaram SIM 14; NÃO, 1 pessoa.

Abstenção: nenhuma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aprovados os projetos de lei, nos termos dos relatórios apresentados: PL 432/2019, PLS 466/2016, PL 3.738/2021 –, lembrando: SIM, 14; NÃO, 1 voto; abstenção: nenhuma.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Agradeço novamente a todos, aos meios de comunicação do Senado, a todos que nos acompanharam pelos meios de comunicação e às pessoas que estão aqui presentes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia quatorze de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Styvenson Valentim, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Otto Alencar, Jorge Kajuru, Jussara Lima, Rogério Carvalho, Beto Faro, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Jaime Bagattoli, Cleitinho, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Cid Gomes, Mara Gabrilli, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Eduardo Girão e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 5, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater acerca da pertinência e atual viabilidade da competência legislativa concorrente sobre consumo." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 11, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2914/2022, que "dispõe sobre a representação de interesse realizada por pessoas naturais ou jurídicas perante agentes públicos com o fim de efetivar as garantias constitucionais, a transparência e o acesso a informações"." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) e outros.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 13, de 2023** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Rui Costa, Ministro da Casa Civil, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os gastos com a compra de móveis sem licitação no Palácio da Alvorada." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado, com aditamento para transformar a convocação em requerimento de informações. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 14, de 2023** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Jader Filho, Ministro de Estado das Cidades, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o Decreto nº 11.466 e o Decreto nº 11.467, que regulamentam a Lei nº 14.026/2020 e geram graves prejuízos ao saneamento básico no Brasil." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Retirado pelo autor. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 15, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Jorge Viana, Presidente da Apex Brasil, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações a respeito dos processos seletivos de admissão do Sr. Madson Willander Melo de Sá - indicado para a Diretoria de Negócios; do Sr. Antonio Siqueira e Silva - indicado para a Assessoria da Presidência; e do Sr. Aarão Prado Bayma - indicado para a Assessoria da Presidência." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 16, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts.216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo.Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, informações a respeito do processo de indicação de assessores da ApexBrasil." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 17, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2023 - CTFC, com o objetivo de instruir o PL 2914/2022, que "dispõe sobre a representação de interesse realizada por pessoas naturais ou jurídicas perante agentes públicos com o fim de efetivaras garantias constitucionais, a transparência e o acesso a informações" sejam incluídos os seguintes convidados: o Senhor Representante do Tribunal de Contas da União – TCU; o Senhor Representante da Controladoria-Geral da União – CGU; o Senhor Representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI; o Senhor Representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; o Senhor Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e turismo – CNC; o Senhor Representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF; o Exmo. Sr. Deputado Augusto Coutinho, relator original da matéria na Câmara dos Deputados; o Exmo. Sr. Deputado Lafayette de Andrada, relator do texto aprovado pela Câmara dos Deputados; o Senhor Representante do Conselho Federal de Contabilidade – CFC; o Senhor Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; o Senhor Representante da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais – ABRIG; o Senhor Representante do Instituto Democracia e Sustentabilidade/Ethos/Transparência Brasil; o Senhor Representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP; o Senhor Representante da Confederação Nacional dos Municípios-CNM." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) e outros.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 18, de 2023** que: "Requer nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Vinícius Marques de Carvalho, Ministro da CGU - Controladoria Geral da União, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar a política de transparência do governo federal." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 20, de 2023** que: "Nos termos do art. art. 71, IV da Constituição Federal e do art. 102, I, "e" do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Auditoria, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, com o objetivo de avaliar a regularidade da vigente política de preços da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 21, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de convidar os senhores Rodrigo Tacla Duran e Antônio Celso Garcia para, em audiência nesta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, se manifestarem e esclarecerem as gravíssimas denúncias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de extorsão e pagamentos de “taxa de proteção” no âmbito da operação lava-jato, conforme matérias divulgadas na mídia." **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL) e outros.. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 1318, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o recebimento de presentes e condecorações pelo Presidente da República e por seu cônjuge." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/14

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião e da Ata da 35ª Reunião, de 13/12/2022. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

Comunico que foram publicadas uma pauta e uma listagem de documentos recebidos na Comissão, que estão disponíveis em sua página pelo prazo de 15 dias. Não havendo manifestação, serão arquivados, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. (*Pausa.*)

O Senador Rodrigo Cunha não está presente – é o item 1. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 2, o Senador Izalci Lucas não está presente.

Item 3, Senador Eduardo Girão.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 13, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Rui Costa, Ministro da Casa Civil, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os gastos com a compra de móveis sem licitação no Palácio da Alvorada.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

O Ministro Rui Costa já veio várias vezes aqui. Eu vou pedir ao Senador Eduardo Girão que a gente transforme, em vez de convocação, em convite, caso ele possa comparecer. É de bom agrado desse jeito, Senador Jaques Wagner?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Tudo bem, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Convidá-lo, para o dia em que ele puder comparecer. Ou, se alguém for contrário, a gente coloca em votação.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente, só para, pedindo vênia aqui ao Senador Eduardo Girão... Porque o tema é um tema, vamos dizer assim, aqui embaixo, porque, na estrutura de uma Casa Civil, evidentemente que você tem que delegar para alguém fazer esse tipo de compra, de negociação.

Eu não tenho problemas com as explicações, porque acho que todas as explicações têm que ser dadas, até porque é obrigação a transparência. A ponderação que eu faço às vezes... Eu não tenho nenhum problema com o convite, agora, eu acho – é uma sugestão minha – que nós deveríamos exercitar mais, na minha opinião, o pedido do requerimento de informação antes do convite ou convocação. Porque, de repente, a resposta pode ser satisfatória, e aí, querendo ou não – isso eu estou falando como Governo, e quando eu era oposição todo mundo sabe que meu comportamento era o mesmo... Porque, quando você faz um requerimento de informação, vai um requerimento de informação assinado pela Mesa. Então, o cidadão é obrigado a se explicar ou pelo menos a dar alguma explicação. Se a explicação não for satisfatória, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tenho nenhum problema em apresentar, transformar em convite. Agora, eu queria sugerir que se fizesse o requerimento. Não é nem nesse caso; é porque o requerimento muitas vezes pode, vamos dizer, sanar a dúvida que se tem.

Então, é só uma sugestão ou um pedido meu.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz, eu agradeço a V. Exa.

Na mesma tese defendida pelo Senador Jaques Wagner, o Senador Omar Aziz lembra, eu era Presidente aqui da Comissão de Assuntos Econômicos, quando foi feita uma denúncia contra o então Ministro da Economia Paulo Guedes e contra o Presidente do Banco Central Roberto Campos Neto, de contas em paraísos fiscais no exterior. Isso abalou, inclusive, a postura, e o então Ministro Paulo Guedes ficou muito comovido com a situação que foi colocada na imprensa, como uma coisa que era uma irregularidade insanável. E ele me telefonou, como me telefonou o Roberto Campos Neto, e nós íamos convocar o Paulo Guedes e o Campos Neto. Através da minha iniciativa, eu pedi que ele encaminhasse as razões dele para a Comissão de Assuntos Econômicos. Tanto o Paulo Guedes quanto o Campos Neto encaminharam as razões dessas contas provadas que eles tinham em paraísos fiscais, nós analisamos aqui, mandamos para todos Senadores, e as razões encaminhadas descaracterizavam a denúncia que foi feita pela imprensa.

Portanto, o pedido de informações ao Ministro Rui Costa cabe perfeitamente, para que ele possa informar, assim como aceitei as informações do Paulo Guedes, que distribuí para os Senadores componentes da Comissão de Assuntos Econômicos, e não foi necessária a convocação porque ele justificou aquilo que foi feito – e foi feito dentro dos padrões de correção do Presidente do Banco Central.

Então, certamente, a colocação do Senador Jaques Wagner cabe. Uma informação pode ser encaminhada aqui para a Comissão analisar sem a necessidade de convite ou de convocação. É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – É verdade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Queria só fazer um... Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – O Senador, quando Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – o Girão e o Senador Flávio estavam lá também nessa época –, teve todo o equilíbrio necessário, pediu as informações necessárias, e foram dadas aquelas informações sem necessidade de entrar numa manhã toda fazendo...

Eu passo a palavra ao Senador Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente Omar Aziz, todos os colegas presentes, eu compreendo totalmente o argumento do Líder do Governo aqui no Senado, o Senador baiano Jaques Wagner, e os do também baiano colega Otto Alencar. Como eu vejo que não existe nenhuma preocupação – assim eu percebi na fala especialmente do Jaques Wagner – de transformar em convite para quando o Ministro puder vir, eu acho que era importante. Sabe por que, Presidente? Porque eu tenho feito dezenas de pedidos de informação desde o início do Governo, e essas informações estão paradas. A Presidência não tem distribuído esses pedidos de informação. Então, a gente não está recebendo. E esta é uma Comissão típica desse tipo de requerimento. Então, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Interrompendo-o, eu já fiz pedido, aprovei aqui pedido de informação – está certo? –, e até hoje o Plenário do Senado não colocou para votar. Ainda colocam um Relator lá. Então, veja bem, isso aí é uma discussão que os Líderes – e aí eu peço ao meu Líder, Otto Alencar, e ao Líder Jaques Wagner que conversem com o Presidente Rodrigo Pacheco sobre essas questões, até porque...

Eu vou lhe fazer uma proposta aqui conciliadora, Senador Jaques Wagner.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – A gente faria o pedido de informações, conforme a solicitação do meu Líder, Otto Alencar, aí, caso não seja até o início de...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – De julho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – De julho, não; depois da volta do recesso...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – De agosto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – ... V. Exa. não tendo as informações, aí nós faríamos o convite a ele. Pode ser assim, Senador?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Então, está o.k.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu acho conciliador isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Então, está conciliado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. Pela ordem.) – É só uma sugestão também.

Eu acho que, como o próprio Jaques Wagner disse, muitas vezes é até a equipe que faz essas compras; são várias compras. Como tem muito pedido de informação, talvez também um convite para essa equipe vir à nossa Comissão para esclarecer todos esses pedidos de informação. Se tiver alguma coisa que é totalmente irregular, aí se convoca ou se faz o convite para o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Eu estou fazendo aqui um pedido de conciliação. A gente faz aqui... V. Exa... Nós aprovaremos... Eu vou aprovar aqui o pedido de informações feito pelo Senador Girão...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sobre esse assunto...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Primeiro, a sua proposta, digamos, pode permitir reabilitar um instrumento constitucional, que é o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Sim!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quer dizer, ele está sendo desmoralizado, e essa desmoralização força requerimentos de convocação. Cá para nós, convocar o Ministro, como disse o Senador Otto Alencar, é a última etapa; não pode ser a primeira instância. Mas a primeira está fossilizada, porque não adianta fazer requerimento de informação porque a Mesa não o utiliza, quer dizer, eliminou esse instrumento que seria a primeira solicitação, que é de todo o Parlamento do mundo. Então, eu acho que a sua proposta, com a ajuda do Líder do Governo e com a ajuda dos Líderes, pode reabilitar o instrumento constitucional e regimental e merece o meu aplauso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Até porque, Senador Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor está se transformando em um poder moderador em grandes casos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – É impressionante, é impressionante! Ninguém esperava isso de mim. (*Risos.*)

Deixa só... Senador Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – No dia em que Omar Aziz e Kajuru forem poderes moderadores, o mundo mudou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – O mundo está mudando.

Senador Amin, o requerimento inclusive embasa o Senador a fazer uma convocação, correto? Porque você tem ali dados que... Porque você tem ali dados, e a pessoa não pode informar coisas que não seja verdadeiras – primeiro passo. Agora, a partir do momento em que a gente não consegue exercer o mandato 100% requerendo apenas informações, e a gente não consegue que a Casa encaminhe ao órgão competente, aí fica difícil para a gente trabalhar também. Aí vem a convocação, e, quando chega aqui, muitas vezes a gente não tem os dados suficientes para poder inquirir também o convidado ou convocado.

Então eu vou botar em votação... Você queria falar alguma coisa, Líder?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Eu vou colocar em votação o requerimento de informação do Senador Girão, condicionado, caso a gente não tenha essas informações... Por isso que amanhã, na reunião de Líderes, vamos conversar com o Senador Rodrigo Pacheco sobre essa questão, porque, senão, vai estar todo dia Ministro aqui, toda hora. Ontem tinha três aqui. Ontem estava o Ministro Rui Costa, hoje estava a Ministra do Turismo...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O Ministro Jader estava ontem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – O Ministro Jader. Aí a gente tira o cara do gabinete de trabalho dele para passar um dia todo aqui, e o Brasil fica parado enquanto o ministro não volta para o ministério.

Então, em votação o requerimento de pedido de informação. Caso não seja informado ao Senador Girão até agosto, nós chamaríamos o Ministro para cá, o.k.?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Só reiterando que, concordando com a proposta, mas só chamaremos... Eu insisto que seja um convite, porque eu acho mais apropriado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – É convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Em votação.

Os que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

O item 4 também é de minha autoria, e eu queria fazer o pedido de retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – O.k. Obrigado.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR N° 14, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Jader Filho, Ministro de Estado das Cidades, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o Decreto nº 11.466 e o Decreto nº 11.467, que regulamentam a Lei nº 14.026/2020 e geram graves prejuízos ao saneamento básico no Brasil.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE))

Item 5...

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL. Pela ordem.) – Presidente, Senador Omar, solicito que coloque o item 1, que é de minha autoria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Na volta.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL) – ... no presente no momento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Na volta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL) – Peço para V. Exa. colocar em votação. Obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – É porque o Senador Izalci não estava aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu, a pedido dele, Presidente, recorri ao expediente legítimo de subscrever o que ele pediu. E, se V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Aqui, então, vou para o item 1.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 5, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater acerca da pertinência e atual viabilidade da competência legislativa concorrente sobre consumo.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL)

Com a palavra, o Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, essa é uma forma ampla de ter um debate qualificado.

Ao se falar sobre relação de consumo no país, no meu ponto de vista ela deve ser única. Além da nossa legislação federal, do Código de Defesa do Consumidor, nós temos milhares de leis municipais, milhares de leis estaduais, inclusive algumas que diferem de estado para estado, de município para município. Então isso hoje, no nosso ordenamento jurídico, é possível. Então unificar apenas uma legislação federal relacionada ao consumo é positivo ou negativo? Tem vertentes que defendem isso, inclusive para dar uma segurança jurídica para as empresas que transitam por todos os estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – V. Exa. quer convidar quem para vir? Porque aqui não tem quem seriam as pessoas convidadas.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL) – Eu acredito que foi anexado. Não foi anexado, não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – É, mas era importante saber quem está aqui, porque algum Senador pode sugerir que se traga mais alguém.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AL) – Perfeito, mas o requerimento... Eu anexarei em seguida. Agora, é a aprovação da audiência; em seguida, os convidados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Tá.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 2, subscrito pelo Senador Amin.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 11, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2914/2022, que "dispõe sobre a representação de interesse realizada por pessoas naturais ou jurídicas perante agentes públicos com o fim de efetivar as garantias constitucionais, a transparência e o acesso a informações".

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) e outros.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 17, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2023 - CTFC, com o objetivo de instruir o PL 2914/2022, que "dispõe sobre a representação de interesse realizada por pessoas naturais ou jurídicas perante agentes públicos com o fim de efetivaras garantias constitucionais, a transparência e o acesso a informações" sejam incluídos os seguintes convidados: o Senhor Representante do Tribunal de Contas da União – TCU; o Senhor Representante da Controladoria-Geral da União – CGU; o Senhor Representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI; o Senhor Representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; o Senhor Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e turismo – CNC; o Senhor Representante da Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF; o Exmo. Sr. Deputado Augusto Coutinho, relator original da matéria na Câmara dos Deputados; o Exmo. Sr. Deputado Lafayette de Andrada, relator do texto aprovado pela Câmara dos Deputados; o Senhor Representante do Conselho Federal de Contabilidade – CFC; o Senhor Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; o Senhor Representante da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais – ABRIG; o Senhor Representante do Instituto Democracia e Sustentabilidade/Ethos/Transparência Brasil; o Senhor Representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP; o Senhor Representante da Confederação Nacional dos Municípios-CNM.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) e outros.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Acoplado a ele...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Está o item 7, indicando os nomes.

Em votação.

V. Exa. quer discutir?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Não, eu só quero dizer que estou fazendo isso (*Fora do microfone*.) por solicitação do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Izalci.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... Izalci, para que não se perca esta sessão, e a lista dos participantes está apresentada também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – O.k.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa*.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado. (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Como o Senador Izalci é *expert* em contabilidade, eu peço que ele lance crédito e débito do que nós fizemos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) –

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 15, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Jorge Viana, Presidente da Apex Brasil, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações a respeito dos processos seletivos de admissão do Sr. Madson Willander Melo de Sá - indicado para a Diretoria de Negócios; do Sr. Antonio Siqueira e Silva - indicado para a Assessoria da Presidência; e do Sr. Aarão Prado Bayma - indicado para a Assessoria da Presidência.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

É um convite feito ao...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente, eu queria ponderar com o Senador Sergio Moro se nós poderíamos adotar a mesma sistemática que fizemos em relação ao item 3, ou seja, primeiro, transformar num requerimento de informação, nos mesmos termos que nós fizemos com o Ministro-Chefe da Casa Civil, e, não ocorrendo a resposta... Apesar de que aí vai caber a nós conversarmos com o Presidente da Casa, para dar mais celeridade à aprovação desse requerimento. Eu só quero ponderar se seria possível fazer o mesmo procedimento.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Senador Jaques Wagner, eu, na verdade, tenho dois requerimentos sobre esse assunto, e o seguinte, o 16, inclusive é um pedido de informações, mas poderíamos proceder dessa forma, como V. Exa. sugeriu, retirando, então, o item 5, com o compromisso de ser atendido também o item 6 nesse prazo, não é?

Poderia ser assim? Porque eu já fiz, na verdade, o de informações separado.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Está certo. (*Fora do microfone.*) Presidente, houve um acordo aqui, e o Senador Sergio Moura está se propondo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

retirar de pauta o 5, e transformar e votar o 6 num requerimento de informação, nos mesmos moldes que fizemos com o pedido do Senador Girão.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu queria este empenho no sentido de serem prestadas até agosto...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Com certeza.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... também para a gente ter essa informação. Está bom?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Então, item 5 retirado.

Item 6.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 16, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts.216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, informações a respeito do processo de indicação de assessores da ApexBrasil.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

O.k.?

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 18, DE 2023

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Vinícius Marques de Carvalho, Ministro da CGU - Controladoria Geral da União, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar a política de transparência do governo federal.

Autoria: Senador Otto Alencar (PSD/BA)

Em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Senador Ciro Nogueira não está presente.

O item 10 está retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 21, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de convidar os senhores Rodrigo Tacla Duran e Antônio Celso Garcia para, em audiência nesta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, se manifestarem e esclarecerem as gravíssimas denúncias de extorsão e pagamentos de "taxa de proteção" no âmbito da operação lava-jato, conforme matérias divulgadas na mídia.

Autoria: Senador Renan Calheiros (MDB/AL) e outros.)

O item 11 foi retirado de pauta também.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 1318, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre o recebimento de presentes e condecorações pelo Presidente da República e por seu cônjuge.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- *Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.*)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

A reunião está encerrada.

(*Iniciada às 11 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia nove de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Sergio Moro, Renan Calheiros, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Mara Gabrilli, Otto Alencar, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Rogério Carvalho, Flávio Bolsonaro, Cleitinho, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Humberto Costa, Eduardo Girão, Rogerio Marinho e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 22, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2023 - CTFC, com o objetivo de instruir o PL 2914/2022, que "dispõe sobre a representação de interesse realizada por pessoas naturais ou jurídicas perante agentes públicos com o fim de efetivar as garantias constitucionais, a transparência e o acesso a informações" sejam incluídos os seguintes convidados: o Senhor Francisco Gaetani, Secretário Extraordinário para a Transformação do Estado, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; a Senhora Izabela Moreira Correa, Secretária de Integridade Pública, da Controladoria-Geral da União; representante do Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção; e representante da Advocacia-Geral da União." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Omar Aziz (PSD/AM). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 23, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a urgente revisão, dos valores da tabela SUS aplicável aos serviços de hemodiálise, em todo o Brasil, com vistas a adotar uma política contínua de equilíbrio de forma a permitir a retomada dos investimentos, garantindo a sustentabilidade financeira dos serviços conveniados ao SUS. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante Ministério da Saúde; representante Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; representante Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante - ABCDT; representante Sociedade Brasileira de Nefrologia - SBN; representante Associação dos Renais Crônicos de Alagoas - Arcal; representante Conselho Nacional de Secretários de Saúde - Conass; representante Procuradoria Geral da República - PGR; e representante Defensoria Pública da União - DPU." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS/AL) e outros.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 24, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2023 - CTFC, com o objetivo de instruir o PL 2914/2022, que "dispõe sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representação de interesse realizada por pessoas naturais ou jurídicas perante agentes públicos com o fim de efetivar as garantias constitucionais, a transparência e o acesso a informações" sejam incluídos os seguintes convidados: representante Transparência Brasil; representante Instituto Não Aceito Corrupção; representante Transparência Internacional Brasil; representante Instituto Democracia e Sustentabilidade; representante Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social; e a Doutora Andréa Gozetto, Cientista Política especializada em Relações Governamentais, Lobby e Advocacy, doutora em Ciências Sociais e mestre em Sociologia Política." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE) e outros.. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 25, de 2023** que: "Nos termos do art. 58, § 2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com os art. 90, inciso II, V, IX e XIII e art. 102-A, inciso I, alínea "d" do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja convidado o Presidente da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), Sr. Jean Paul Prates, para comparecer, em 15 de agosto de 2023, nesta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre as providências da Estatal quanto às diligências de: i) efetiva apuração de passivos, sobretudo os de natureza ambiental, da Braskem, em decorrência dos danos causados às famílias, municípios e Governo do Estado de Alagoas; ii) apuração dos impactos financeiros e reputacionais na Petrobrás, em razão da inadequada apuração desses passivos da Braskem S/A; iii) acompanhamento de acordos em curso da Braskem S/A e avaliação de riscos para a Petrobrás de posterior invalidação judicial dos mesmos e iv) de omissão de informações contábeis e financeiras da Braskem e seus impactos na Petrobrás." **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 26, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa, José Mucio Monteiro Filho, informações sobre a administração do patrimônio público da União sob os cuidados do Ministério Da Defesa; como está sendo feita a gestão de recursos públicos destinados à manutenção de unidades habitacionais da União, no Distrito Federal, sob a tutela do Ministério da Defesa." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 11/2023 - CTFC, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) e outros., e REQ 17/2023 - CTFC, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) e outros.. **Finalidade:** 1ª audiência pública com o objetivo de instruir o PL 2914/2022, que "dispõe sobre a representação de interesse realizada por pessoas naturais ou jurídicas perante agentes públicos com o fim de efetivar as garantias constitucionais, a transparência e o acesso a informações". **Participantes:** Fábio Henrique Granja e Barros, Auditor-chefe da Auditoria Especializada em Métodos e Inovação do Tribunal de Contas da União - TCU; Maísa Barbosa de Morais, Coordenadora da Assessoria de Relações Institucionais da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; Fernando Mello, Advogado da Diretoria Jurídica e Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC; Deputado Federal Lafayette de Andrada, Relator do texto aprovado pela Câmara dos Deputados ao PL 2914/2022; Adriano de Andrade Marrocos, Coordenador Adjunto da Câmara de Registro do Conselho Federal de Contabilidade – CFC; Juliana Sakai, Diretora Executiva do Instituto Transparência Brasil; Marcela Greggo, Coordenadora de Projetos de Integridade, Transparência e Combate à Corrupção do Instituto Ethos; Ricardo Campos, Consultor da Confederação Nacional do Transporte - CNT; e André Amaral, Analista Político Sênior da Transparência Internacional - Brasil (representante de: Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS Brasil). **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Omar Aziz
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/09

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião.

Em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião está dividida em duas partes.

Vamos à primeira parte, deliberativa.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 22, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2023 - CTFC, com o objetivo de instruir o PL 2914/2022, que "dispõe sobre a representação de interesse realizada por pessoas naturais ou jurídicas perante agentes públicos com o fim de efetivar as garantias constitucionais, a transparência e o acesso a informações" sejam incluídos os seguintes convidados: o Senhor Francisco Gaetani, Secretário Extraordinário para a Transformação do Estado, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; a Senhora Izabela Moreira Correa, Secretária de Integridade Pública, da Controladoria-Geral da União; representante do Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção; e representante da Advocacia-Geral da União.

Autoria: Senador Rogério Carvalho e outros

O Senador não está presente; é *ad hoc.*

Eu subscrevo.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 2, que é o Requerimento nº 23, tem o mesmo conteúdo, só convocando, convidando mais outras pessoas também para participarem dessa audiência pública.

(É o seguinte o item:

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR N° 23, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a urgente revisão, dos valores da tabela SUS aplicável aos serviços de hemodiálise, em todo o Brasil, com vistas a adotar uma política contínua de equilíbrio de forma a permitir a retomada dos investimentos, garantindo a sustentabilidade financeira dos serviços conveniados ao SUS. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante Ministério da Saúde; representante Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; representante Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- ABCDT; representante Sociedade Brasileira de Nefrologia - SBN; representante Associação dos Renais Crônicos de Alagoas - Arcal; representante Conselho Nacional de Secretários de Saúde - Conass; representante Procuradoria Geral da República - PGR; e representante Defensoria Pública da União - DPU.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha e outros.)

Também subscrevo esse requerimento para que a gente possa, na oportunidade, convidar.

É de autoria do Senador Rodrigo Cunha.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 3.

1ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 24, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 11/2023 - CTFC, com o objetivo de instruir o PL 2914/2022, que "dispõe sobre a representação de interesse realizada por pessoas naturais ou jurídicas perante agentes públicos com o fim de efetivar as garantias constitucionais, a transparência e o acesso a informações" sejam incluídos os seguintes convidados: representante Transparência Brasil; representante Instituto Não Aceito Corrupção; representante Transparência Internacional Brasil; representante Instituto Democracia e Sustentabilidade; representante Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social; e a Doutora Andréa Gozetto, Cientista Política especializada em Relações Governamentais, Lobby e Advocacy, doutora em Ciências Sociais e mestre em Sociologia Política.

Autoria: Senador Alessandro Vieira e outros.

Eu vou subscrever também.

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 4.

1ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR N° 25, DE 2023

- Não terminativo -

Nos termos do art. 58, § 2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com os art. 90, inciso II, V, IX e XIII e art. 102-A, inciso I, alínea "d" do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja convidado o Presidente da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), Sr. Jean Paul Prates, para comparecer, em 15 de agosto de 2023, nesta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre as providências da Estatal quanto às diligências de: i) efetiva apuração de passivos, sobretudo os de natureza ambiental, da Braskem, em decorrência dos danos causados às famílias, municípios e Governo do Estado de Alagoas; ii) apuração dos impactos financeiros e reputacionais na Petrobras, em razão da inadequada apuração desses passivos da Braskem S/A; iii) acompanhamento de acordos em curso da Braskem S/A e avaliação de riscos para a Petrobras de posterior invalidação judicial dos mesmos e iv) de omissão de informações contábeis e financeiras da Braskem e seus impactos na Petrobras.

Autoria: Senador Renan Calheiros

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

1ª PARTE

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR N° 26, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Defesa, José Mucio Monteiro Filho, informações sobre a administração do patrimônio público da União sob os cuidados do Ministério da Defesa; como está sendo feita a gestão de recursos públicos destinados à manutenção de unidades habitacionais da União, no Distrito Federal, sob a tutela do Ministério da Defesa.

Autoria: Senador Izalci Lucas Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aliás, não é só lá, não. Não é só esse patrimônio. Existem milhares de patrimônios públicos no Brasil que ninguém sabe quem está tomando conta. No meu estado tem vários lá, abandonados. No Rio de Janeiro deve ter um monte também.

Senador Renan Calheiros, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Pela ordem.) – Em primeiro lugar, eu quero agradecer muito a V. Exa., aos Senadores e Senadoras, pela aprovação desse requerimento, que é muito importante para que nós, do ponto de vista do Senado, possamos redirecionar verdadeiramente o nosso papel. Esta Comissão é fundamental, sobretudo no momento, no biênio em que é presidida por V. Exa., para que nós possamos dar consequência a essas coisas.

A Braskem é uma das três maiores petroquímicas do mundo. Ela tem um faturamento de mais de R$50 bilhões por ano. Ela tem plantas industriais em 12 estados da Federação e em mais de 14 países, e proporcionou, em Alagoas e em Maceió, especificamente, na zona urbana, um crime ambiental brutal. A Salgema, durante 50 anos, extraía, na própria capital, o sal-gema, que nada mais é do que um sal de cozinha acrescido de cloreto de potássio e de cloreto de magnésio, e efetivamente não colocou nada no lugar. O lucro selvagem, a vontade cada vez maior por ele, Sr. Presidente, fez com que a Braskem desfizesse qualquer planejamento inicial. Antigamente você tinha um planejamento do número de minas, e ela triplicou isso. Resultado: houve um afundamento de cinco bairros, o isolamento de outros bairros, quase 200 mil pessoas foram prejudicadas, o Estado de Alagoas, o Município de Maceió e outros municípios também na Grande Maceió.

A Petrobras, Sr. Presidente, tem 47% do capital votante. Em todos os momentos, à exceção desse último momento em que a Odebrecht assumiu a Braskem, a Petrobras foi, através da Petroquisa, majoritária. Ela tem responsabilidade direta com o que aconteceu em Maceió. Com 47% do capital votante, ela tem um controle de acionista que lhe garante poder de veto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que a Odebrecht, que hoje se chama Novonor, está fazendo na Braskem, em Alagoas e em outros estados, é um absurdo, Sr. Presidente – é um absurdo! Contrata empresas ligadas à Odebrecht, fez um acordo espúrio com o Prefeito de Maceió e com familiares da esposa do Prefeito. Quer dizer, é uma coisa pavorosa. Em três ou quatro oportunidades, eu liguei para o Jean Paul, cheguei a falar com o Jean Paul por mensagem do WhatsApp. Eu sempre tive com ele o melhor relacionamento; ele foi nosso colega aqui, no Senado Federal, mas ele marcou uma vez, duas vezes, três vezes, e passou para mim e para todos a ideia de que ele estava cruzando os braços, fugindo do problema – fugindo do problema. Nos últimos três dias, quando eu indiquei que iria convidá-lo aqui, nesta Comissão e em outras Comissões também, ele insistentemente tentou falar comigo por mensagem: "Chegou a hora, vamos falar". Eu disse assim: "Olha, Presidente Jean Paul, aquelas coisas que eu queria falar com V. Exa. prescreveram", porque eu queria advertir a Petrobras que ela precisava fazer valer o acordo de acionista para evitar que a Odebrecht continuasse a fazer loucuras. Ela vai fazer com a Braskem o que fizeram com as Americanas. Ela está vivendo disso. A construtora está em recuperação judicial, devendo mais de R$50 bilhões a bancos, e ela não tem ativos importantes. Essa dívida é de bancos e de leniência, daqueles contratos de leniência. Os ativos importantes estão na Braskem, que tem um faturamento monumental, e a Petrobras está se omitindo, verdadeiramente se omitindo. A Petrobras tem um fundo para reparar danos ambientais bilionário, mas ela tem que assumir a responsabilidade, primeiro, para cumprir o contrato de gestão, e, em segundo lugar, para preservar os interesses das vítimas, que estão sendo enganadas, do Estado de Alagoas, que só com o ICMS, para que a V. Exa. tenha uma ideia, perdeu no período mais de R$3 bilhões, e reparar os danos dos moradores dos Flexais, que são dois bairros que ficaram isolados, ilhados em Maceió, um horror.

Sr. Presidente, esse é o maior crime ambiental urbano do mundo. Penalizou quase 200 mil pessoas, quase 20% da população de Maceió. A mineradora Braskem continua com a planta industrial dentro da nossa capital. Isso é um acinte, uma vergonha às instituições, ao Governo, à União, que é acionista da Braskem, através da Petrobras.

Então, eu disse ao presidente da Petrobras: "A partir de agora, nós vamos falar publicamente em debates no Senado Federal. As perguntas que eu quero lhe fazer, eu quero fazê-las publicamente, e quero que o senhor responda publicamente, porque o senhor deixou passar a hora de usar o acordo de acionista para vetar essas extravagâncias da Odebrecht. Isso prescreveu, passou, e agora nós vamos ter que cobrar as suas responsabilidades".

Ele não está bem na Petrobras, ele está muito mal na Petrobras. Eu não sei por que, mas as pessoas falam muito que ele tem feito uma gestão – embora nesse curto espaço de tempo – precária. Eu sei que com relação ao interesse nacional, com relação ao Nordeste, com relação à Braskem, com relação a Alagoas, com relação às vítimas, ele tem sido um horror, e não há, Sr. Presidente, como não fazê-lo pagar por essa omissão.

Eu queria, mais uma vez, agradecer a V. Exa. Seu espírito público permite exatamente que nós possamos fazer aqui, no Senado Federal, este debate que é de fundamental importância para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Senador Renan Calheiros, um exemplo como esse da Braskem, em Alagoas, propriamente em Maceió, reflete em outros estados que têm sal-gema, que têm potássio, de a gente é dependente, muito dependente desses materiais para produzir fertilizante. No meu estado mesmo, nós temos uma mina gigantesca de potássio. É lógico que hoje tem tecnologia para você reinjetar água com sal-gema, e ele vai ficar lá e segurar para não haver o desmoronamento. Para isso, já tem essa tecnologia, e não tenha dúvida nenhuma de que, se você tira alguma coisa que dá sustentação em cima, e fica um buraco, aquilo vai afundar. Foi o que aconteceu lá, porque não houve uma tecnologia que é utilizada. E esse exemplo da Braskem, em Maceió, reflete em outros projetos que tem no Brasil em que as pessoas entendem que pode acontecer a mesma coisa que está acontecendo em Maceió, neste momento.

Então, eu acho que seria importante a presença aqui do Presidente da Petrobras, porque não é só esse questionamento; tem esse questionamento de outros estados, de por que a não exploração de gás e de petróleo em algumas regiões, o senhor está me entendendo? Eu acho que o Presidente Jean Paul, que já foi colega Senador nosso aqui e tem uma relação com a gente já há algum tempo, pode explicar para mim, para os Senadores e as Senadoras e para as populações que estão ansiosas para que se gerem emprego e renda em cima dessas riquezas que nós temos no Brasil.

É muito fácil falar sobre questão ambiental da boca para fora; o difícil é na prática a gente atuar realmente fazendo o trabalho. E a gente conhece o histórico da Odebrecht – nós conhecemos –, então, não dá para dizer que aqui, neste processo, tem santo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E o Jean Paul, Presidente, precisa provar que ele tem tamanho para se sentar na cadeira de Presidente da Petrobras, quer dizer, sentar... Não, eu falo tamanho, estatura mesmo; ele tem que demonstrar isso aqui. A Odebrecht está desesperada, porque ela tem essa dívida monumental com os bancos, e a Braskem também já deve 15 bilhões aos bancos, as ações da Braskem foram dadas em garantia.

Sr. Presidente, eu sei que a Odebrecht... A engenharia nacional acabou sendo vítima da Lava Jato. O caso da Odebrecht é um pouquinho diferente. A Odebrecht foi vítima, mas ela foi sócia também da Lava Jato. Ela pagou a 77 diretores para fazerem delação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não foi só ela, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, mas o caso dela é mais emblemático, porque os 74 delatores foram pagos de R$15 milhões a R$20 milhões para fazerem delação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Foram indenizados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Indenizados! Aliás, eles exigiram isso, porque o mercado, depois, não os aceitaria, e eles precisavam dessa indenização para fazer a delação – 77 ou 74! Isso é um absurdo que nós não podemos deixar que o país esqueça. Para dizer o que nas delações? Dizer que aquela doação legal que eles tinham feito para alguns candidatos, na forma da lei, era propina, não era uma doação legal.

Dizer que aquela doação legal que eles tinham feito para alguns candidatos, na forma da lei, era propina, não era uma doação legal, sem prova, sem absolutamente nada, obrigando as pessoas que receberam doações na forma da lei a fazer a prova contrária, a prova negativa, que é a mais difícil das provas.

Então, ela acha que vai poder continuar fazendo isso, Sr. Presidente, e não pode porque ela vai vender – está anunciando que vai vender – as ações que tem na empresa, e as ações, repito, já são dos bancos, de cinco bancos, R$15 bilhões.

O Estado de Alagoas não é contra que ela venda, o Estado de Alagoas não tem nenhum interesse em saber para quem vai ou não vender, o que o Estado de Alagoas e as vítimas querem, e os municípios também, é que se estabeleça o valor da dívida pelo crime ambiental, pela indenização dos direitos, faça-se um calendário, pague-se uma parte disso e deixe o restante para os novos donos pagarem. Agora, deixar esse problema para ser discutido na Justiça meramente, significa dizer que você vai empurrá-lo com a barriga por 20, 30 anos ou não sei se vai resolver.

Aliás, sobre isso, eu queria dizer que o Supremo está debruçado sobre uma matéria que é muito importante, que é o juiz de garantias. Quando nós tivemos que reagir às loucuras que foram feitas pela Lava Jato no Brasil, nós tomamos a iniciativa, aqui no Senado Federal, de aprovar o abuso de autoridade. Na época você não podia falar disso, porque todo mundo dizia que isso era uma vingança da política contra a investigação que estava havendo no Brasil, mas nós aprovamos o abuso de autoridade e aprovamos, Sr. Presidente, o juiz de garantias – é fundamental para o Brasil. Ele existe em vários países civilizados do mundo e, depois da Lava Jato, ele não pode deixar de existir no Brasil.

Nós temos que ter um juiz para investigar, claro, fazer a parte dele, cumprir o papel dele, mas não podemos ter um juiz que julgue sendo o juiz que investigou, porque isso, Sr. Presidente, a história recente demonstrou, não faz bem à Justiça.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Eu vou passar a Presidência ao Senador Izalci.

Pois não, Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Questão de ordem, Presidente.

Eu apoio aqui e endosso até o requerimento para ouvir a Braskem sobre a questão lá de Maceió, a Odebrecht, mas, assim, vamos ser francos.

A Odebrecht, a engenharia nacional, foi vítima do esquema de corrupção do Partido dos Trabalhadores, do Governo que roubou o país. A Lava Jato apenas combateu a corrupção, Senador Renan Calheiros.

O grande prejuízo aí foram as pessoas que corromperam e se deixaram corromper.

Lutar contra...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – No caso da Odebrecht...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu estou falando, estou com a palavra, desculpe-me, não o interrompi quando V. Exa. falou. Agora, eu estou com a palavra.

A Lava Jato combateu a corrupção, que prejudica a economia do país e todo mundo sabe disso. Inclusive nós temos uma Comissão de Fiscalização aqui e de Transparência, em que um dos objetivos, Senador Omar, é fazer esse trabalho, é fazer fiscalização, para verificar como é que foi trabalhado aí o dinheiro público.

Nós temos aqui um projeto importante, inclusive uma audiência pública, cujo objetivo é exatamente este: evitar oportunidades de práticas de corrupção.

Então, todo mundo sabe que combater a corrupção é importante. O que prejudica a economia do país é exatamente a corrupção, e a Lava Jato, Senador Renan, basicamente combateu ali a corrupção. Se teve algum erro ou coisa parecida e tal, isso não tira o mérito de recuperação de R$6 bilhões. E, se teve algum prejuízo para a economia do país, os responsáveis foram aqueles que se corromperam ou que pagaram propina, que foram as empresas. Isso aconteceu durante o Governo do PT, que loteou a Petrobras e botou gente lá desonesta, que recebeu propina milionária no exterior.

Então, assim, vamos deixar essas retóricas de lado e tal, vamos trabalhar para adiante, para o futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu apoio o requerimento de V. Exa. em relação à situação de Maceió. Agora, não vamos usar esses momentos para ficar discutindo essas questões, porque eu tenho muito claro e ciente o que aconteceu no passado e, a corrupção, os responsáveis por ela é que deveriam se envergonhar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu fui citado.

Eu queria só dizer ao Senador Sergio Moro que eu não falei apenas do desmonte da engenharia nacional e de que a Odebrecht teria sido vítima disso.

Eu disse que ela foi vítima da Lava Jato e foi sócia da Lava Jato e citei um fato agravante, que ele conhece e o Brasil conhece, que ela pagou a 77 diretores para fazer delação, e fez esse acordo em função da prolongada prisão dos seus diretores. Não quero entrar no mérito se foram prisões injustas ou não.

Eu sei que os diretores publicamente disseram que só aceitavam fazer delação se a Odebrecht pagasse uma espécie de indenização para eles de 15 a 20 bilhões, e todos receberam, sem exceção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Não foi só a Odebrecht.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Todos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Tiveram outras empresas.

Mas é... Eu entendo, mas veja bem, eu vou passar a Presidência ao Senador Izalci, que é o autor desta audiência pública, para tratar sobre a questão do *lobby*, até porque ele é o Relator da matéria.

Eu tenho uma agenda na Câmara que trata da navegação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – ... da navegação do...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Vão marcar um cafezinho e vocês conversam, marcar um churrasco, matar um leitão e a gente conversa depois.

O Senador Izalci está como Relator desta matéria. É importante esse debate, é muito importante, porque o *lobby* regulamentado não é crime, não pode ser crime, mas o *lobby* não regulamentado a gente sabe que é crime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Senador Izalci é um profundo conhecedor. E eu espero que o Senador Izalci tenha a contribuição aqui de todos neste debate, para que a gente possa formatar um parecer que a sociedade possa entender, porque é muito difícil entender, pois, quando a gente fala a palavra *lobby*, já se associa à corrupção, à compra de Parlamentar. Em outros países, ele é regulamentado de uma forma muito transparente. Eu acho que nós temos que avançar nessas discussões. Se a gente vai aprovar ou não é outra questão, mas tem que haver o debate, a discussão, para que a sociedade fique a par.

Em relação à Comissão de que o Senador Moro falou, de Transparência, eu acho que este é um passo importante: discutir a Braskem, mas é importante a gente discutir outras questões também aqui, por esta Comissão. Ela foi feita para isso, tem um poder muito grande de pedir informações e a gente vai fazer essas reuniões regulares aqui para que a gente possa atuar.

Senador Izalci, por favor, assuma a Presidência desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Bom dia a todos e a todas.

Esta audiência pública tem como objetivo instruir o PL 2.914, de 2022, que dispõe sobre a representação de interesses realizada por pessoas naturais ou jurídicas perante agentes públicos, com o fim de efetivar as garantias constitucionais, transparência e o acesso a informações, em atendimento ao Requerimento nº 11 e também ao Requerimento 17, de 2023, de minha autoria.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/e-cidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria do Senado Federal, 0800 0612211 – 0800 0612211.

Hoje recebemos os seguintes palestrantes, os quais agradeço por aceitarem o nosso convite.

Eu vou iniciar a nossa fala pelo próprio... Já agradeço a presença do nosso querido Deputado Federal Lafayette de Andrada, que foi o Relator do texto aprovado na Câmara dos Deputados, do PL 2.914.

Por favor, Deputado Lafayette.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (REPUBLICANOS - MG. Para expor.) – Bom dia a todos, ilustre Presidente desta Comissão, Senador Izalci, e também Relator do projeto aqui no Senado Federal, Srs. Senadores, senhores convidados.

Primeiro, eu agradeço esse convite do Senado Federal para discorrer sobre essa matéria tão importante, na qualidade de ter sido Relator dessa matéria na Câmara dos Deputados.

Vou fazer só uma breve contextualização. Essa temática do *lobby*, da representação de interesses, é uma temática antiga, que, desde a década de 1990, tinha sido levantada, principalmente pelo Senador Marco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Maciel, e que trouxe à tona a discussão da necessidade da regulamentação do *lobby* ou da representação de interesses.

Esse projeto ganhou força agora, recentemente, porque o Governo anterior, por pressão ou por orientação da OCDE... O Brasil, como todos sabem, está em processo de entrada na OCDE, e uma das exigências da OCDE é que o país tenha uma regulamentação, uma normatização do *lobby*. Isso fez com que o Governo anterior desse impulso nessa matéria e mandasse para a Câmara um projeto de lei, elaborado principalmente pela Controladoria-Geral da União.

Na Câmara, já havia alguns projetos e, principalmente o mais recente, o que tinha ganhado mais força, era um projeto do Deputado Zarattini, um projeto de 2007 ou 2009, se não me engano.

Esses dois projetos, o projeto do Governo, elaborado pela Controladoria, e o projeto do Zarattini foram – vamos dizer – as espinhas dorsais do texto final que foi aprovado na Câmara.

Na Câmara, nas Comissões, o Deputado Augusto Coutinho tinha sido Relator. Ele fez algumas audiências públicas, escutou várias entidades e elaborou um parecer em que ele fez uma mescla, vamos dizer assim, desse projeto do Deputado Zarattini com o projeto do Governo; mas, posteriormente, o projeto foi alçado ao Plenário, pela rapidez que era necessária à sua aprovação, e no Plenário ele ganhou um novo Relator, que fui eu.

Eu, então, peguei todos esses textos – o texto do Zarattini, o texto do Governo, o texto do relatório, muito bem feito pelo Deputado Augusto Coutinho – e, a partir de então, também procedi a algumas reuniões com entidades de representação, algumas reuniões com o próprio Governo, com a Controladoria-Geral da União, com a Casa Civil, enfim, com os órgãos pertinentes, para a constituição desse texto final.

A observação que eu faço aqui é que o Brasil ficou muito atrasado na regulamentação do *lobby*, principalmente pelo estigma da palavra "*lobby*".

A imprensa no Brasil, a grande imprensa, desde os anos 90 até os dias atuais, acabou, por certo aspecto, estigmatizando essa palavra. A palavra "*lobby*", no Brasil, sempre teve a correspondência, sempre teve um significado de algo a ver com corrupção, "mala preta", enfim, algo negativo; e essa conotação da palavra *lobby*, eu tenho absoluta certeza, fez atrasar muito no Brasil a regulamentação dessa lei. Sempre que se falava em regulamentar o *lobby*, vinha, imediatamente, por setores da imprensa e mesmo pela sociedade, alguma coisa como regulamentar a corrupção, e não tem nada a ver.

Nós estamos aqui a regulamentar o exercício da representação de interesses – isso que é o *lobby* –, setores se fazerem representar nas tomadas de decisão governamentais ou legislativas. É disso que se trata.

Então, esse texto final que foi aprovado na Câmara vem com esta característica, com este objetivo: regulamentar a representação de interesses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O texto hoje está no Senado, nas boas mãos do Senador Izalci Lucas, que, todos sabemos, é um Senador atuante, um Senador muito sensato, homem do diálogo – prova é, inclusive, esta audiência pública que está acontecendo hoje.

O texto aprovado ao final, da Câmara, depois de muitas rodadas de discussão, tem algumas características, algumas peculiaridades. A representação de interesses tem – vamos dizer – diferenças de atuação nos Poderes. O Poder Legislativo – e eu olhei muito para essa questão do Poder Legislativo – tem uma forma diferente de atuar, mesmo com os representantes de interesses.

Exemplo: um representante de interesses, ao ir ao ministério conversar com o secretário-executivo ou com o próprio ministro, obviamente ele vai pedir uma audiência, ele vai ser recebido na portaria do ministério, vai apresentar o seu crachá. Na Câmara e no Senado, não. A Câmara e o Senado são abertos à população, abertos ao povo, e aí qualquer representante de interesses pode esbarrar no corredor com um Senador, esbarrar com um Deputado, mesmo sem pedir um agendamento prévio; e está acontecendo, nesse ato, a representação de interesse.

Então, dada essa peculiaridade do Poder Legislativo, nós, no projeto, tomamos algumas decisões, dizendo o seguinte: que independentemente de a pessoa estar cadastrada ou não, de ela se autodeclarar ou não representante de interesses, se ela estiver atuando como representação de interesses nos corredores da Câmara ou nos gabinetes, para efeito da lei, ela é considerada representante de interesses e vai ter que submeter às regras dessa lei.

No fundo, o que nós desejamos é incentivar que se acabe com a representação de interesse oculta.

Hoje, como essa lei ainda não foi aprovada, não foi sancionada, como não temos essa regulamentação, acontece demais. Escritórios de advocacia, por exemplo, vêm aqui à Câmara ou ao Senado se identificando como escritório de advocacia, mas, no fundo, eles estão fazendo uma atividade de representação de interesses e não atividade de advogado. Estou criando aqui um exemplo fictício, puramente para fins pedagógicos.

Vem aqui alguém que se apresenta como advogado da Apae ou da santa casa, do estado tal, mas, no fundo, está vindo aqui para discutir a Lei da Enfermagem, do piso. Ele não está aqui como advogado, ele não está defendendo uma causa judicial, ele está aqui fazendo representação de interesses. Então, embora ele tenha se apresentado, nos órgãos internos da Câmara ou do Senado, como escritório de advocacia, naquele momento, naquele ato, ele está fazendo representação de interesses.

Então, o que nós desejamos, o objetivo final do projeto, é que não é preciso ficar se apresentando como advogado. Pode falar que está representando um interesse, porque está, efetivamente, fazendo aqui representação de interesse, o que é algo legítimo, legal e necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, legisladores, Senadores e Deputados, todos os dias legislamos sobre navio de guerra, bomba atômica, enfermeira, ninguém é enciclopédico, ninguém tem conhecimento sobre tudo. É necessário conversar com a sociedade, entender as dores, os reclames, os anseios de determinados grupos, de determinados setores, quando estamos legislando sobre eles.

E nada mais justo, mais legítimo, mais importante do que recebê-los, para compreender a realidade deles, que não é a minha realidade, não é a realidade dos Senadores.

Então, é necessária a representação de interesse. Na democracia, é algo fundamental a representação de interesse.

O nosso objetivo com o texto foi, justamente, incentivar todos aqueles que estejam, de fato, fazendo a representação de interesse, a se apresentarem como tal e serem tratados como tal.

O texto os senhores todos têm. O Senador Izalci, obviamente, com a sua inteligência, com a sua capacidade, poderá fazer os ajustes necessários.

O texto que temos é esse texto que foi aprovado na Câmara quase que por unanimidade. Volto a insistir, depois de várias rodadas de discussões, de debates com a sociedade, acho que temos um texto equilibrado, mas, obviamente, nada é perfeito, todos nós somos imperfeitos, e temos certeza de que o Senado irá fazer os ajustes necessários, se for o caso, para aperfeiçoar ainda mais o texto que foi aprovado na Câmara.

Então, meu caro Senador Izalci, agradeço muito a oportunidade de poder falar aqui nesta Comissão e vamos torcer para que a tramitação seja o mais célere possível, porque o Brasil precisa dessa regulamentação.

Eu agradeço a oportunidade.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Deputado Lafayette. Agradeço a sua participação.

Nós temos aqui alguns que vão participar virtualmente e presencialmente; nós vamos fazer intercalado.

Eu vou passar a palavra agora ao Fábio Henrique Granja e Barros, que é o Auditor-Chefe da Auditoria Especializada em Métodos e Inovação do Tribunal de Contas da União.

O SR. FÁBIO HENRIQUE GRANJA E BARROS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá! Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Bom dia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FÁBIO HENRIQUE GRANJA E BARROS (*Por videoconferência.*) – Na pessoa do Relator e Presidente da Mesa, Senador Izalci, cumprimento a todos e a todas as autoridades presentes.

Quero agradecer o convite e dizer que para o Tribunal de Contas da União é um prazer e uma honra poder participar de um debate tão importante como este, em tema, como o Deputado Lafayette comentou, com mais de 30 anos de debate no Congresso. Então, é uma oportunidade, e a gente tem que tentar transformar isso, na medida do possível, em algo que faça muito sentido para a população, para a transparência, para a integridade. Então, este é o nosso objetivo aqui: tentar passar um pouco as nossas impressões sobre o projeto de lei.

Primeiro, quero relatar e dizer que para o Tribunal de Contas da União, como um guardião, como um defensor do Erário, em que existe sempre essa preocupação muito forte de garantir a melhor aplicação dos recursos e garantir que mecanismos existam para combater qualquer possibilidade ou, na medida do possível, mitigar oportunidades de comportamentos oportunistas que induzam ou que facilitem a questão da fraude e corrupção, é muito importante essa discussão que está sendo feita.

Parabenizo o Relator e todos os membros da Comissão pela iniciativa e espero que esse texto, ao final, realmente chegue a um nível e a um entendimento com a sociedade que permita que essas coisas aconteçam.

Em termos gerais, eu diria que é um avanço o que está sendo proposto, porque é de conhecimento público, é notório que o *lobby* já acontece, de todas as maneiras, entre os órgãos públicos, entre a administração direta e indireta. Então, nada mais relevante, nada mais justo que isso aconteça de uma forma transparente. Então, a participação das entidades, da sociedade civil como um todo e dos próprios interesses empresariais em grandes obras ou em grandes contratações sempre aconteceu, e a gente tem que dar transparência a isso.

Então, os dois pontos que eu gostaria de ressaltar é em relação à necessidade de uma transparência absoluta. A transparência não pode ser parcial, ela tem que ser realmente absoluta em relação ao que estiver acontecendo. Nas audiências que vierem a acontecer, não acho que seja suficiente dizer apenas quem participa, o tema e a data em que vai ocorrer, eu acho que tem que haver uma transparência absoluta. Em que sentido? Documentos que tiverem que ser apresentados, sejam apresentados formalmente, para que a sociedade tenha acesso. Acho que também, na medida possível, seria muito oportuno se fosse possível colocar isso, toda essa transparência, dentro de um sítio eletrônico, dentro de uma área que fosse de fácil acesso, onde a agenda desses agentes públicos, desses detentores de cargos relevantes na administração estivessem disponibilizadas – não quatro dias depois, mas no momento em que fosse realizada a solicitação do registro.

Eu acho que isso seria muito salutar, favoreceria muito os colegas que são os representantes dos interesses. Eu acho que aí assim a gente conseguiria demonstrar para a sociedade que tem muita gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazendo um papel legítimo, um papel de defesa, um papel de que realmente eles acreditam no que estão defendendo. Caso contrário, eu acho que o estigma vai continuar acontecendo, e a gente está dando uma meia transparência. Eu acho que a transparência, nesse caso, tem que ser total para que a gente realmente mude o patamar desse relacionamento que hoje já acontece. E, como vocês comentaram, como o Deputado Lafayette de Andrada comentou, tem um estigma e, como todo estigma, uma pequena minoria acaba contaminando o que acontece com a maior parte do grupo.

A outra questão que eu gostaria de comentar era a necessidade também – talvez, se possível – de deixar clara a exigência de programas de integridade dentro dos órgãos. Isso já existe, já existe um forte trabalho de parceria da CGU, fomentando essa atuação da integridade. O Tribunal de Contas da União apoia e, em alguns momentos, também participou na estruturação. Temos algumas ações que induzem isso dentro da administração pública, mas eu acho que talvez essa lei possa fomentar ainda mais isso, deixando mais clara essa exigência.

Um programa de integridade garante não apenas a transparência, como a gente comentou agora, mas a conduta ética, o compromisso da liderança com a ética, o trabalho de auditoria, trabalhos que envolvam e incentivem as denúncias de irregularidades como sendo algo necessário e transparente dentro do órgão. Isso traria mais conforto também aos órgãos de controle por imaginarem que as várias camadas de proteção estão sendo atendidas, desde a camada lá dentro da instituição, dentro do órgão, passando pelo controle, passando pela auditoria interna, chegando ao controle externo que somos nós no Tribunal de Contas, tentando dar essa transparência. Isso acho que tem que ser expandido para todos os órgãos, independentemente do Poder. Seria muito interessante ter isso claro também dentro desse projeto de lei.

São essas as principais questões que eu gostaria de ressaltar. Abro aí a oportunidade para os outros colegas se manifestarem e permaneço à disposição se alguém desejar algum aprofundamento nessas questões que eu comentei.

Obrigado, Presidente.

Obrigado, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Fábio.

Bem, eu passo imediatamente agora, então, para a Maísa Barbosa de Morais, que é a Coordenadora da Assessoria de Relações Institucionais da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

A SRA. MAÍSA BARBOSA DE MORAIS – Sr. Presidente Senador Izalci Lucas...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Pode vir aqui para... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAÍSA BARBOSA DE MORAIS (Para expor.) – Sr. Presidente, Senador Izalci Lucas, Sr. Deputado Federal e Relator do projeto na Câmara dos Deputados, Deputado Lafayette de Andrada, inicialmente agradeço o convite à CNA para participar de tão importante debate.

Falando, tecendo breves considerações sobre o posicionamento da CNA, inicialmente gostaria de falar um pouquinho sobre o nosso sistema.

A CNA é uma entidade representativa, sindical, representamos mais de 5 milhões de produtores rurais em todo o Brasil, entre pequenos, médios e grandes produtores. É um sistema que é integrado por 27 federações, que atuam nos estados, e mais de 2 mil sindicatos rurais, que são responsáveis pelas ações diretas de apoio ao produtor rural nos municípios.

Falando um pouco sobre o projeto, a CNA tem acompanhado muito de perto a tramitação na Câmara dos Deputados. Tivemos a oportunidade de participar, Deputado, da audiência pública na Comissão de Administração (CTASP), onde, então, o Relator, Deputado Augusto Coutinho, nos recebeu em uma audiência.

O projeto é de extrema importância. A CNA defende a regulamentação do *lobby*, defende a utilização de critérios objetivos e, acima de tudo, a transparência na atuação e na representação de interesses.

Há alguns apontamentos que gostaríamos de trazer, Senador, principalmente no que tange ao excesso de burocratização.

Então, nós entendemos que o excesso de burocracia pode, em última instância, obstaculizar o acesso aos agentes públicos, a tomada de decisão e a própria participação de uma forma democrática no processo de construção de políticas públicas, construção de projetos de lei, enfim, a participação das entidades, dos setores no processo de tomada de decisão.

São essas as nossas considerações que gostaríamos de trazer, Senador, agradecendo novamente o convite para que participemos desse debate e sempre colocando a CNA à disposição deste Parlamento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Vai deixar alguma sugestão?

A SRA. MAÍSA BARBOSA DE MORAIS – Já apresentamos ao Relator...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Já apresentaram, tá.

A SRA. MAÍSA BARBOSA DE MORAIS – ... mas gostaríamos, sim, de oportunamente levar nossas sugestões em detalhes ao senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Está bom.

Convido agora também, para fazer suas considerações, a Juliana Sakai, que é Diretora-Executiva do Instituto Transparência Brasil.

A SRA. JULIANA SAKAI (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todos. Vocês me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Sim.

A SRA. JULIANA SAKAI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Ótimo, obrigada.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a oportunidade de estar aqui falando em nome da Transparência Brasil e da Rede de Advocacy Colaborativo, que é uma rede de organizações da sociedade civil que tem se debruçado bastante sobre o tema do PL do *lobby*, desde a tramitação na Câmara dos Deputados. E, junto com a Transparência Brasil, estão Transparência Internacional, Instituto Democracia e Sustentabilidade, Instituto Ethos e Instituto Não Aceito Corrupção.

A Transparência Brasil, particularmente, trata da importância da transparência pública para o monitoramento das decisões do Estado como forma de fortalecer o controle social. Então, eu não podia estar mais em harmonia com o que o Fábio Granja falou da importância de se dar transparência total, para que a sociedade civil possa acompanhar de que forma o governo está sendo influenciado por setores, por lobistas, por setores privados nas suas decisões.

Então, eu já posso aqui dar um *spoiler* da minha fala, porque, da forma como se encontra o PL do *lobby* hoje, são insuficientes os mecanismos de transparência, para que a sociedade civil possa saber quem e de que forma os lobistas estão influenciando essas decisões.

Existem dois pontos quando a gente fala de transparência pública, basicamente. Existe o aspecto do conteúdo, a que se está dando transparência e qual a forma que se está dando transparência.

Começando pelo conteúdo, eu gostaria de elencar dois pontos aqui. Primeiro, diz respeito ao rol limitado de autoridades que devem dar transparência ativa de informações com relação às suas audiências. O art. 13 elenca autoridades do Executivo Federal, da Administração Direta e Indireta, membros do TCU, do Ministério Público, da União, do Poder Judiciário e, de forma genérica, membros do Poder Legislativo. Fica claro aqui que não estão inclusos membros do Executivo, Tribunal de Contas e Ministério Público subnacionais.

Eu queria deixar ressaltado que é exatamente no âmbito subnacional onde os mecanismos de controle são mais fragilizados, e esse ponto precisa ser endereçado.

Queria tratar de um segundo ponto, que diz respeito a uma emenda que inclusive foi protocolada pelo Senador Alessandro Vieira, em nome da Rede de Advocacy Colaborativo, e se trata do registro de documentos. No art. 11 se fala que o órgão deve registrar e dar publicidade e transparência ativa para as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiências públicas de que o agente público participe, desse rol todo de pessoas, que exclui inclusive Executivo subnacional; mas exclui os documentos que são trocados entre agentes públicos e lobistas.

É de suma importância que a gente possa acompanhar esses documentos, o que está sendo informado e de que forma esses documentos estão veiculando, que tipo de informações.

Passado por esses dois pontos a respeito de conteúdo, eu quero falar de uma proposta que também está como uma emenda protocolada, que é a agenda nacional eletrônica, que tem a proposta de centralizar, pela Controladoria-Geral da União, o registro de solicitação de audiências, documentos e reuniões realizadas. E do que se trata isso? Trata-se de tanto ter um sistema de tecnologia de informação que possa em um lugar só ter esse registro e dar acesso, dar publicidade de forma centralizada, como ser uma forma de governança, porque se trata de uma agenda nacional. E já há parâmetros para que isso seja feito nacionalmente.

A gente tem, por exemplo, na parte de tecnologia da informação, ase-Agendas, que são ferramentas que todos os órgãos devem preencher e ficam centralizadas, ao final das contas, com a Controladoria-Geral da União. Aí, trata-se de um local único onde a sociedade pode, de forma eficiente, acessar as informações a respeito de quem está fazendo, que reuniões e onde. Não se trata só de um ministério, não se trata só de um Parlamentar, não se trata só do Senado ou só da Câmara; trata-se de ter informações de forma centralizada.

Nesse sentido, a gente tem hoje o Portal Nacional de Contratações Públicas, que foi uma inovação da nova Lei de Licitações. O portal prevê que o comitê gestor desse portal tenha capacidade de gerir informações de todos os Poderes e de todas as esferas, de forma que a gente saiba que determinada empresa contrata não só com o Governo Federal, mas contrata também com o subnacional, contrata também com o Legislativo eventualmente, e a gente consegue ter, por exemplo, um banco de preços nacional. Isso é fundamental para o controle. Da forma como as informações se encontram hoje, como a transparência é dada hoje, trata-se muito mais de uma transparência pró-forma, em que o órgão e os agentes devem prestar informações, mas o acesso a essas informações é extremamente prejudicado. E, na prática, a gente vai falar sobre publicidade, a gente vai falar sobre um formato, a possibilidade de essas informações serem acessadas, mas a capacidade de a sociedade civil acompanhar como essas reuniões estão acontecendo, de que forma e com quem fica limitada.

É por isso que a gente apresentou essa emenda. No mesmo tom que o Fábio Granja disse, se é do interesse de todos nós aqui regulamentar adequadamente o *lobby*, que é uma atividade que é malvista socialmente, é o mínimo de se esperar que a transparência seja dada de forma efetiva e não pró-forma. Então é por isso que eu peço a consideração a essas emendas que a Rede de Advocacy Colaborativo está apresentando e que os meus colegas – a Marcela, do Ethos, e o André, da Transparência Internacional – vão continuar apresentando após a minha fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – De nada. Obrigado, Juliana.

Vou passar agora, imediatamente, ao Fernando Mello.

Fernando, pode vir para cá, pode vir aqui à frente.

Fernando Mello, advogado da Diretoria Jurídica e Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

Pode tomar assento aqui à mesa. (*Pausa.*)

O SR. FERNANDO MELLO (Para expor.) – Senador Izalci Lucas, Deputado Federal Lafayette, Sras. e Srs. Congressistas, todos os participantes, bom dia.

Meu nome é Fernando Thiago de Mello, sou advogado da Diretoria Jurídica e Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, e venho aqui representá-la hoje por determinação do nosso Presidente José Roberto Tadros, que manda, envia um cumprimento a todos e agradece pela possibilidade e pelo convite feito à CNC.

De fato, essas audiências públicas são muito importantes para o aprimoramento da proposição. No caso, nós estamos tratando especificamente do PL 2.914, não é isso? PL 2.914, de 2022.

E é exatamente com esse intuito que a CNC comparece para trazer aos senhores, a todos aqui, em especial à Comissão, o nosso sentimento, as nossas dúvidas, os nossos questionamentos, com o objetivo de aprimorar.

Na verdade, se me permite fazer rapidamente um comentário, essa atuação na audiência pública lembra muito a figura do *amicus curiae* no processo judicial em que os tribunais, quando têm matérias relevantes a tratar, chamam diversos segmentos da sociedade para que eles possam expor os seus sentimentos, as suas dúvidas, o seu posicionamento, enfim, em relação à matéria que vai ser decidida pelo tribunal. E aqui me parece muito similar, ou seja, os segmentos da sociedade são convocados exatamente para expor o seu ponto de vista.

Nós preparamos, com a ajuda da nossa Diretoria de Relações Institucionais, uma manifestação, que eu vou fazer, Senador – e vou abordar especificamente um ponto mais à frente, que é um ponto que me parece fundamental nessa proposição.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo é uma entidade sindical patronal de grau superior, que representa mais de 5 milhões de empresas, responsáveis por 85% dos empregos gerados no Brasil. Somos formados por 29 federações de comércio e 7 federações nacionais setoriais, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perfazem um universo de mais de mil sindicatos. Nossos braços sociais, o Sesc e o Senac, estão espalhados em todos os cantos do Brasil, levando educação, cultura, lazer e formação profissional de qualidade.

O tema que discutiremos hoje é de suma importância, pois, ao falarmos da representação de interesses da sociedade junto ao poder público, estamos falando de participação popular, estamos falando de democracia. E a CNC entende que a democracia, juntamente com o livre mercado e a segurança jurídica, é pilar fundamental para a promoção do desenvolvimento econômico e social de um país. A história é repleta de exemplos de nações que alcançaram altos índices de desenvolvimento ao implementar e assegurar a manutenção desse tripé – repito, democracia, livre mercado e segurança jurídica.

A origem do termo remonta à Grécia antiga, mas, diferentemente do que se tinha ali, onde cidadãos de então participavam diretamente do processo decisório, nossa democracia é representativa, onde o exercício do poder político pela população ocorre de maneira indireta, por intermédio de seus representantes eleitos. Nesse contexto é, portanto, indispensável que os representados façam chegar seus pleitos aos seus representantes. Portanto, qualquer movimento no sentido da regulamentação da representação de interesses deve caminhar junto à ampliação da participação popular e nunca fomentar obstáculos que promovam a sua restrição.

A Constituição de 1988 trouxe grandes avanços na participação popular, e o próprio processo constituinte foi permeado de interação com a sociedade, com a presença de várias entidades representativas. Foram inúmeras as audiências públicas e as apresentações de emendas populares, como por exemplo aquela que resguarda na Constituição da República os serviços sociais autônomos como Sesc e Senac – é o art. 240.

Mandato constitucional. Já de início gostaríamos de ressaltar o fato de que, como confederação patronal, ao atuarmos diretamente na defesa dos interesses de setores econômicos que representamos – no caso, o empresariado do comércio de bens, serviços e turismo –, estamos, na verdade, cumprindo um dever constitucional, pois é a própria Carta Constitucional que, em seu art. 8º, inciso III, reconhece que nos cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas. E, nesse sentido, é importante advertir que qualquer iniciativa que sem razoabilidade venha mitigar nossa liberdade de atuação de bem exercer esse mandado estará flagrantemente eivada de inconstitucionalidade.

E é neste ponto aqui, Senador, Deputado e demais participantes, que eu gostaria de chamar a atenção: é o art. 8º, inciso I e inciso II, da nossa Constituição.

De início, quero lembrar que esse art. 8º está no título Dos Direitos e Garantias Fundamentais, no capítulo referente a direitos sociais. Restrições a esses direitos fundamentais, qualquer restrição à atuação na proteção desses direitos fundamentais macula o PL e poderá eivá-lo de inconstitucionalidade. É claro que, no inciso I, nós temos ali a previsão muito transparente, muito clara, indiscutível de que não cabe ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poder público fazer ingerência e interferência nas atividades da organização sindical. E, no inciso III, nós temos que cabe aos sindicatos a defesa dos interesses em âmbito administrativo e judicial dos setores que representam, das categorias que representam – categoria econômica, se for um sindicato patronal, empresarial, e categoria profissional, se for um sindicato voltado aos trabalhadores.

Então, é importante que fique ressaltada esta questão: a atuação dos sindicatos não pode sofrer restrições na representação dos interesses dos seus representados. E, aí, o sindicato não atua no interesse egoístico, no interesse privado, no interesse particular; ele atua no interesse de um direito coletivo previsto na Constituição. E, nesse sentido, eu vejo, por exemplo, que com o PL me parece que já houve um avanço – e, nesse ponto, eu saúdo o Deputado Lafayette –, porque, no texto inicial, não havia nenhuma previsão, não se falava em absolutamente nada em relação ao art. 8º da Constituição e, hoje, eu vejo que já há aqui no... Permitam-me aqui procurar. Acho que é no art. 3º, parece-me. Só um minutinho.

Aqui o art. 3º do PL – que está em discussão aqui nesta Casa, na qualidade de Câmara revisora – diz:

> O exercício da atividade de representação de interesse orientar-se-á pelos seguintes princípios:
> .....
> .....
> XIII – garantia da autonomia e liberdade de exercício da atividade sindical conforme o disposto no art. 8º da Constituição [...].

Ou seja, na verdade, o legislador na Câmara dos Deputados já reconheceu o que eu estou falando aqui, que não pode haver restrição da atuação da entidade sindical, porque é um direito fundamental previsto na Constituição. Mas veja, apesar desse avanço – e repito, saúdo o Deputado Lafayette pela inclusão dessa previsão aqui do inciso XIII, que não havia nas redações anteriores –, ela por si só não é suficiente, porque isso aqui é um princípio norteador à aplicação da lei, mas não deixa claro como vai ser a questão em relação às entidades sindicais. Ao contrário, na verdade, no art. 6º, as organizações sindicais são mencionadas. Art. 6º, inciso III: "organização sindical [...]".

Então, na medida em que se reconhece esse princípio como norteador da lei, se reconhece o que está disposto na Constituição, se reconhece como direito fundamental, direito social, é importante que conste do PL, que eventualmente tornar-se-á lei, que as entidades sindicais não estarão sujeitas a ele, repita-se, porque não é a defesa de um interesse egoístico, privado, particular dessas entidades. É lógico, essas entidades até podem eventualmente atuar na defesa de seus interesses próprios, mas, fundamentalmente, em 99% do tempo, elas atuam na representação de direitos coletivos, repito, de segmento econômico ou categoria profissional.

Então, essa é a questão principal, esse é o ponto principal que nós gostaríamos de deixar destacado.

Continuando aqui a nossa manifestação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO MELLO – Já terminou?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Não, pode continuar.

O SR. FERNANDO MELLO – Ah, sim, perfeito.

Um exemplo prático de que o Constituinte originário vê nas confederações entes com total legitimidade para exercer a representação de interesses junto ao poder público é o fato de admiti-las como partes legítimas para propor ação de controle concentrado de constitucionalidade. Essa é mais uma prova do respeito que o legislador constituinte teve em relação às entidades sindicais.

Nós podemos, confederações sindicais previstas no 103, inciso IX, propor ações diretas de constitucionalidade, sempre na defesa dos seus segmentos, sempre com o que se chama de pertinência temática, ou seja, o objeto da ação tem que ter uma correlação com a sua atividade institucional.

Então, por exemplo, a CNC não pode ajuizar no Supremo uma ação direta de inconstitucionalidade que envolva matéria da indústria, porque não é a nossa competência, não é a nossa atuação. Então, veja-se que o que o legislador constituinte deu às entidades sindicais, no caso aqui especificamente das confederações sindicais, um poder de ir direto ao Supremo Tribunal Federal na defesa dos interesses dos seus representados.

E não é só isso. No art. 5º, inciso LXX, se eu não me engano, tem lá a previsão também de que cabe aos sindicatos... É um dos legitimados ativos para a propositura de mandado de segurança coletivo.

Isso tudo reforça a importância da atuação dos sindicatos, reforça a preocupação que o legislador teve em relação a essa matéria e que deve ser analisado... Peço, solicito que seja analisado com muito cuidado para que as entidades sindicais não sofram restrições na sua atuação, porque elas não atuam em defesa de interesses próprios, elas atuam em nome de segmentos econômicos, categorias profissionais, elas atuam na defesa de direitos coletivos, de direitos fundamentais, conforme o previsto na Constituição, no art. 8º.

Interesse individual e interesse coletivo.

É imperioso que, ao longo da construção desta regulamentação, tenha-se o cuidado de não se privilegiar ou pôr em pé de igualdade interesses particulares frente aos interesses coletivos, difusos ou individuais homogêneos.

É importante que o cidadão e a empresa possam se fazer representados, mas que prioritariamente o façam por intermédio de uma entidade que represente o interesse maior de todos os seus pares. Dessa forma,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o foco não é o interesse de A ou B, mas de uma parte representativa da sociedade. O interesse particular dilui-se em um todo homogêneo e o interesse coletivo prevalece.

Então, cito a própria prática adotada por esta Casa Legislativa, especificamente na apresentação de sugestões legislativas junto à Comissão de Legislação Participativa. A apresentação pode ser feita por associações, órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, e não por particulares individualmente.

Outro exemplo se dá no caso da expedição de credencial de acesso às dependências desta Casa, que, segundo o previsto no Regimento Interno – no caso Câmara de Deputados, desculpe, não aqui no Senado –, é fornecida exclusivamente para instituições de âmbito nacional da sociedade civil, com o intuito de que possam trazer subsídios técnicos a fim de colaborar com os trabalhos.

Nesse sentido, alerto que qualquer alteração no sentido de equiparar empresas de *lobby* ou profissionais específicos, facultando que estes tenham as mesmas prerrogativas das entidades de sociedade civil, seria promover uma grave distorção no equilíbrio democrático.

Também temos várias frentes parlamentares, e cada uma delas, assim como nós, defende interesses coletivos e difusos.

Compliance. É importante considerar que houve recentemente um progressivo e considerado avanço na adoção de *compliance* tanto pelas empresas e entidades da sociedade civil.

A própria CNC – é bom que se destaque isso – tem buscado aprimorar a sua política de *compliance* promovendo o treinamento de seus colaboradores quanto a essa temática. A preocupação com as boas práticas tem estado cada vez mais presente dentro das prioridades do mundo empresarial. Isso se mostra como cenário oportuno para um diálogo mais qualificado com a sociedade civil quanto à regulamentação da representação de interesses.

Não sobreposição de poder econômico.

É necessário também que se garanta a isonomia de representação. Não se pode privilegiar o poder econômico. A representação coletivizada, por si só, já se apresenta como um considerável antídoto a esse problema.

No nosso caso, a nossa base de representação é bastante diversa e numerosa. Nós representamos desde a pequena mercearia da esquina até as grandes lojas de departamento; desde o representante comercial até o grande atacadista; desde a pequena pousada até a grande rede hoteleira. E não privilegiamos nenhum dos nossos segmentos em detrimento de outro, independentemente do porte econômico, mas trabalhamos em prol de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Internamente, temos câmaras empresariais permanentes nas quais ouvimos empresários de todo o Brasil, dos mais diferentes setores.

Cito ainda como uma experiência emblemática da contribuição de entidades representativas como processo decisório, a despeito da posição econômica que representam, a colaboração entre a CNC e a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio quando da regulamentação da profissão de comerciário, em que realizaram um trabalho técnico, conjunto, a fim de subsidiar o Relator no Senado Federal.

Representação setorial e interesse público.

Cabe aqui ainda notar que representar uma parte da sociedade não significa exercer atividade de menor grau de interesse público. Não é demais lembrar que o sistema de votos proporcional, aquele adotado para a eleição de Deputados Federais no nosso país, surgiu exatamente para promover uma maior representatividade da sociedade, permitindo a participação das minorias, que, em um sistema puramente majoritário, não obteriam representação. E o fato de ter sido eleito por uma minoria e o membro exercer seu mandato em prol desse grupo não torna sua atividade de menor grau de interesse público. Mesmo em contexto majoritário, como é o caso do Senado, temos Parlamentares eleitos por estados que vão ter em mente prioritariamente a defesa do interesse do estado específico que o elegeu, e isso não deixa, de maneira nenhuma, de ser interesse público.

Da mesma forma, nós, ao representarmos os setores do comércio de bens, serviços e turismo, estamos, sim, atuando em prol do interesse público.

Finalizo ressaltando que o trabalho que desenvolvemos junto ao poder público é extremamente técnico. Prestamos relevantes serviços – e a nossa presença aqui acho que é a prova disso – aos Parlamentares e tomadores de decisões de dados, estudos econômicos, pareceres jurídicos sobre as realidades dos setores de comércio de bens, serviços e turismo.

Por fim, a CNC se coloca à disposição, Senador, para contribuir com a construção de uma sociedade mais democrática, que permita um ambiente de negócios mais favorável, a fim de que se promova maior geração de emprego e renda e o desenvolvimento econômico de nosso país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Fernando.

Passo aqui, pelo critério de rodízio, então, para a Marcela Greggo, Coordenadora de Projetos de Integridade, Transparência e Combate à Corrupção do Instituto Ethos. (*Pausa.*)

Está ouvindo, Marcela?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARCELA GREGGO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, bom dia.

Bom, primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite. Cumprimento todos aqui presentes, na figura do Senador Izalci Lucas.

Eu estou aqui hoje representando o Instituto Ethos e também falo em nome da RAC, da Rede de Advocacy Colaborativo, juntamente com as organizações que a Juliana já apontou.

O Ethos trabalha com responsabilidade social das empresas já há 25 anos, e esse tema da integridade, da transparência e das relações público-privadas sempre foi muito importante para a organização. A gente atua já há 25 anos no sistema, juntamente com as empresas que são também associadas aqui ao instituto.

Acho que já ficou muito claro em algumas falas aqui, nesta audiência de hoje, que, quando a gente fala em *lobby*, a gente liga essa atividade – pelo menos aqui no Brasil, devido a essa falta de regulamentação – a uma atividade de corrupção. E a gente enxerga isso justamente porque a gente não enxerga a transparência nesse processo, porque a gente sabe que essa atividade de representação de interesses, sim, acontece, está acontecendo em todo o lugar do ambiente público. Então, a gente tem essa menção ligando a atividade do *lobby* a uma atividade corrupta.

Diante de todo esse contexto, um ponto essencial que tanto o Ethos quanto também a RAC e as organizações que formam a RAC enxergam é que essa atividade precisa ser regulamentada com um ponto focal que é a transparência. Então, a gente precisa de transparência para que a sociedade possa acompanhar a forma pela qual essa representação está acontecendo junto ao poder público em geral. E, para isso, a gente entende que a lei precisa seguir, sim, alguns princípios, por exemplo, o estipulado na própria Lei de Acesso à Informação, em que a regra é sempre a transparência e o sigilo é a exceção, porque, por óbvio, em alguns casos, há necessidade de se obter sigilo, sim, mas a transparência sendo sempre a regra. Isso é importante porque a própria Lei de Acesso à Informação vai disciplinar, com propriedade, algumas restrições desse acesso à informação, desde classificação de informação, o grau e até prazo, sigilo, proteção e controle dessas informações.

Nesse aspecto, a gente entende que uma remissão expressa na regulamentação do *lobby* na Lei de Acesso à Informação vai dar maior segurança à sociedade, uma vez que tem um padrão único, evitando situações e decisões díspares.

Eu falo isso porque, em alguns trechos atualmente do projeto de lei, existe menção, por exemplo, à própria LGPD. E por que eu falo isso? Porque a gente viu, nos últimos anos, a LGPD sendo usada diversas vezes justamente para negar informações de interesse público, solicitadas muitas vezes pela própria Lei de Acesso à Informação.

A gente está diante desse cenário e, em razão disso, o próprio Ministro da CGU, quando a própria Lei de Acesso à Informação fez 11 anos neste ano, firmou um acordo de cooperação junto à própria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoridade Nacional de Proteção de Dados, para que aconteça uma aplicação harmônica entre a LGPD e a Lei de Acesso à Informação, para uma garantia de direitos constitucionais tanto em relação ao sigilo, quando cabível, quanto às informações de interesse público.

Então, aproveitando também, nos próprios requerimentos de hoje aprovados, a presença da CGU na próxima audiência, esse ponto a gente considera essencial, justamente por esta questão de transparência nas relações de representação de interesse.

Outro ponto que eu gostaria de destacar diz respeito à isonomia do processo de representação de interesse. O projeto atual, ao elencar princípios que devem nortear essa representação de interesse, não inclui esse princípio de isonomia no tratamento dos representantes que vão estar ali junto ao poder público.

Eu falo isso porque, na Câmara dos Deputados, esse princípio da isonomia foi tratado, por exemplo, nos PLs 4.391, de 2021, e no 1.535, de 2022, de autoria do Deputado Carlos Zarattini, e também no substitutivo que foi apresentado pelo Deputado Augusto Coutinho, só que ele não foi considerado no Plenário depois, nesse projeto que acabou sendo aprovado. E por que eu falo em isonomia aqui? Porque esse princípio vai permitir que a lei seja aplicada de forma igualitária entre as pessoas, levando principalmente em consideração as desigualdades existentes. E por que eu falo isso? Porque a gente aqui, como representante de organização da sociedade civil, sabe muito bem que o mercado, os entes privados têm um outro tipo de acesso que as organizações também não têm, um espaço maior de atuação, até mais dinheiro para se fazer uma atuação, diferentemente, por exemplo, da sociedade civil. Então, a gente acha muito importante que a lei equacione a simetria de acesso mesmo de representação desses interesses.

Esse ponto que eu cito nessa questão de acesso e isonomia foi tratado já pela OCDE no último relatório, cujo título, na tradução para português, seria "Lobby no Século XXI: Transparência, Integridade e Acesso", como uma das principais ferramentas para o pleno exercício da defesa de interesses. E já estava, como eu citei antes, em alguns projetos de lei, como o próprio projeto de lei do Zarattini, já de 2007, o 1.202. Então, a gente acha importantíssimo esse princípio da isonomia. Essa questão já foi apresentada como emenda, e as questões da LGPD e da LAI vão ser apresentadas também aqui pela Rede de Advocacy Colaborativo.

E, para finalizar minha fala, essa legislação é um importante instrumento para a ampliação da transparência pública e privada, e, como eu disse, colocando a transparência como um foco disso, porque a gente vê que a atividade de *lobby* tem esse condão ruim de ser ligada à corrupção, justamente pela falta de transparência. Então, seria um ponto focal essa questão da transparência.

Agradeço a oportunidade de fazer meus comentários aqui hoje. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Marcela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já convido o Adriano de Andrade Marrocos a se sentar aqui à mesa. Ele é o Coordenador Adjunto da Câmara de Registro do Conselho Federal de Contabilidade. (*Pausa.*)

O SR. ADRIANO DE ANDRADE MARROCOS (Para expor.) – Deputado Lafayette, ficou mais fácil aqui, obrigado.

Senador Izalci Lucas, bom dia. Em nome do Presidente Aécio Prado Dantas Júnior, contador, Presidente do Conselho Federal de Contabilidade e Coordenador do Fórum dos Conselhos Federais de Profissão Regulamentada, agradeço o convite para participar desta audiência pública.

Um grande passo foi dado nos últimos anos com a aprovação de diversas leis na busca da transparência e do controle social. Eu me refiro especificamente à Lei de Acesso à Informação, dentro outras várias nessa direção, que tratam de *compliance*, de participação da sociedade civil na gestão de recursos. Ainda que a LGPD tenha sido utilizada recentemente para bloquear acesso à informação, sabemos que, em breve, essa situação deverá ser superada.

Não obstante tal cenário, nós profissionais da contabilidade, em diversas oportunidades, vivenciamos a complexa relação dos contribuintes com o Fisco e, mais precisamente, dos próprios profissionais da contabilidade, enquanto procuradores, com o Fisco, o que acabou levando diversas unidades da Federação a aprovarem o Código de Defesa do Contribuinte.

Assim, entendemos que todo projeto de lei que venha a trazer luz a uma ação que pode ser reconhecida como ilícita pela população brasileira e ter esse argumento utilizado contra profissionais que a praticam de forma responsável e coerente deve ter nosso apoio.

Institucionalmente, patrocinamos a Frente Parlamentar da Contabilidade, e são vários os Parlamentares que participam e contribuem com o nosso trabalho, em especial o contador e Senador Izalci Lucas, autor do requerimento desta audiência pública.

Para nós, o projeto de lei interessa, e, na direção da transparência, apoiamos a iniciativa para que os profissionais possam alcançar o pleno reconhecimento da sociedade brasileira e o respeito de todos.

Os pontos para os quais chamamos a atenção são dois. O primeiro trata do controle e do cadastro, haja vista não haver nenhum conselho de profissão regulamentada e o impedimento de obrigação de associar-se a determinada entidade. Entendemos que o projeto traz uma alternativa, mas gostaríamos de mais detalhes sobre a questão do cadastro, até porque isso leva ao nosso segundo ponto.

Diferentemente das entidades sindicais, o reconhecimento dos conselhos e ordens de profissão regulamentada no projeto de lei precisaria ter maior atenção. Somos autarquias federais, não representamos os profissionais que estão lá registrados, fiscalizamos o exercício da profissão e acompanhamos as prerrogativas profissionais. E isso nos leva à necessidade e a algumas situações de frequente trânsito por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esta Casa e pelo Poder Executivo... Defendemos a sociedade e, inclusive, contribuímos para as discussões em nível nacional.

Assim, Senador, seria importante, da mesma forma como as entidades sindicais têm esse reconhecimento, como bem destacou o representante da CNC, que nós também tivéssemos esse reconhecimento no projeto de lei para que os conselhos e ordens de profissão regulamentada estejam dispensados desse cadastro ou possam fazê-lo de forma direta, sem maior burocracia.

Então, são estes dois pontos: a questão do controle e a do cadastro dos representantes das entidades, especificamente conselhos e ordens de profissão regulamentada.

Essa é a nossa contribuição, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Adriano.

Na sequência, eu passo também, de forma virtual, para o Ricardo Campos, que é Consultor da Confederação Nacional do Transporte (CNT).

O SR. RICARDO CAMPOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Gostaria, primeiramente, de agradecer ao Exmo. Sr. Senador, Presidente e Relator da matéria nesta Comissão, Izalci Lucas, pela oportunidade.

A fala inicial do Deputado, Relator na Câmara dos Deputados, trouxe uma perspectiva muito interessante, porque se trata, de certa forma, com esse PL que agora se encontra no Senado, de colocar o Brasil num *standard* global de leis, que, nos Estados Unidos, por exemplo, já foi regulamentado, desde a década de 60, de 70; na Alemanha, onde eu dou aula, já também, há um bom tempo, vem se cristalizando a regulamentação do *lobby*. Isso coloca o Brasil num patamar global anticorrupção que se iniciou no Brasil com várias outras legislações, como, por exemplo, agora completando dez anos, a Lei Anticorrupção.

Para a atual fala, eu focarei em dois pontos concretos, seguindo também a ideia de melhora do texto, contribuindo aqui com pontos concretos. Então, o primeiro ponto em que eu vou focar é a necessidade de considerar a especificidade jurídica da atividade sindical, e o segundo ponto, sobre a desproporcionalidade da sanção de suspensão. Então, esses serão os dois pontos concretos.

Já adentrando no primeiro, eu gostaria de lembrar que esse projeto define que a interação com agentes públicos, em nome de organização sindical, é considerada representação profissional de interesse, conforme o art. 6º, inciso III; que o exercício da atividade de representação de interesse será orientada pela garantia da autonomia e liberdade de exercício da atividade sindical, nos termos do art. 3º, inciso VIII; e que são preservadas as garantias sindicais das pessoas naturais e jurídicas, conforme o art. 8º.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embora o PL reconheça a especificidade da atividade sindical prevista na Constituição Federal, ele não traz – e esse é um ponto importante – dispositivo que considere, para fins de aplicação da norma, a complexidade da atuação de atividades sindicais, sobretudo no âmbito nacional.

Organizações sindicais, vale lembrar, possuem um conjunto relevante de agentes econômicos representados em setores econômicos regulados de forma específica. A CNT, por exemplo, reúne 28 federações, 5 sindicatos nacionais; além disso, 48 entidades associadas, administradas pelo sistema Sest Senat (Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte), e também o ITL (Instituto de Transporte Logístico).

Dessa forma, Senador, eventual apuração de aplicação de penalidades deve se limitar – e um ponto importante – estritamente ao segmento em que houve eventual irregularidade e não à entidade como um todo, sob pena justamente de prejudicar categorias econômicas que não tenham qualquer relação com a conduta investigada ou punida.

A lei deve, nesse sentido, estabelecer de maneira expressa e necessária a independência e a autonomia entre os diferentes segmentos representados pela entidade sindical, nos termos daquela atuação concreta, representação e sanção, no caso de eventual infração.

E aqui eu já parto para o meu segundo ponto, quanto à estrutura. Vou falar um pouco sobre a estrutura da responsabilização.

A gente sabe que a representação privada de interesse pode ser exercida tanto por pessoa natural quanto por pessoa jurídica enquanto representante de interesse. Nesse sentido, a estrutura da responsabilização trazida nessa proposta legislativa se mostra um pouco problemática do ponto de vista da técnica legislativa, pois não traz contornos claros para a definição de responsabilidade da pessoa jurídica. Basta a gente olhar, por exemplo, o §7º do art. 20, que define a responsabilização administrativa da pessoa natural representante de interesse e não exclui a responsabilidade da pessoa jurídica representante de interesse que esteja ligada, sem trazer parâmetros específicos, isto é, pode haver uma cumulação de responsabilidades entre pessoa física e pessoa jurídica. Isso é um ponto a ser melhorado no PL para trazer também uma maior clareza e evitar possíveis judicializações após a promulgação.

As organizações sindicais atuam em nome da categoria representada, mas também no interesse da própria finalidade institucional. Existe aí uma ambivalência na defesa no sentido positivo da representatividade. Assim, no caso das organizações sindicais, a definição, em termos de responsabilidade, não é clara no texto atual, na medida em que a razão de ser dessas entidades é exercer a representação de determinados interesses. E assim não fica claro se essas organizações sindicais serão responsabilizadas enquanto pessoas jurídicas titulares de interesse, a partir da comprovação do abuso da personalidade jurídica ou enquanto representantes de interesse sem qualquer tipo de condicionante. Desse modo, as organizações sindicais se veriam sujeitas a um certo arbítrio do eventual órgão público, em razão da infração cometida,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exclusivamente por culpa da pessoa natural, pois a lei não traz condicionantes para a extensão da responsabilidade, comprometendo a atividade principal dessas entidades, ainda que não haja qualquer abuso da personalidade jurídica. Portanto, é necessário – e aqui eu trago alguns pontos concretos – que a lei, que o projeto de lei estabeleça critérios de responsabilidade, considerando os seguintes condicionantes: primeiro, abuso de direito; segundo, que a personalidade jurídica tenha sido utilizada de forma habitual para facilitar ou promover a prática das infrações; e, terceiro, ter sido constituída para ocultar ou disseminar interesses ilícitos ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

E aqui, entrando já no ponto final para concluir a minha fala, eu gostaria de falar sobre possíveis ajustes na desproporcionalidade da sanção de suspensão. Na forma como está prevista hoje no PL, a penalidade de suspensão impede a atuação do sancionado em todas as esferas da administração pública de forma irrestrita e não apenas perante o órgão ou entidade sancionadores. A gente pensa no Brasil... Eu moro na Alemanha já há 12 anos, e a gente pensa no Brasil muito mais como um continente que como um país. E aí começa a ficar claro como a desproporção da sanção pode, de fato, afetar diversos âmbitos da própria entidade. O ponto é que a suspensão se mostra desproporcional, pois a aplicação de uma penalidade de suspensão impediria qualquer tipo de atuação nos mais diversos âmbitos, ainda que tenha sido aplicada por um órgão específico mesmo sem ligação com as outras esferas da administração pública.

E, para finalizar, nessa perspectiva de associações e organizações sindicais, essa estrutura sancionatória pode se tornar ainda mais perversa ao se aplicar uma sanção de suspensão para atuar enquanto representante de interesse. A finalidade institucional própria dessas entidades seria praticamente extinta durante o período determinado, em clara inobservância ao dever de proporcionalidade da sanção administrativa.

Então, Senador e Senadores, há, portanto, uma verdadeira necessidade de modulação da sanção, para que o estabelecimento de critérios para a delimitação da sanção – por exemplo, considerando-se o órgão em que se aplicou – balize, então, a sanção, a atuação e a restrição à penalidade, à sanção e ao processo administrativo de investigação.

Essas são as considerações que eu gostaria, então, de levar para esta Comissão, a fim de tornar, então, este projeto de lei viável e a gente se alinhar aos parâmetros globais da luta anticorrupção, que engloba a questão do *lobby*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Ricardo.

Passo imediatamente a palavra ao André Amaral, também de forma virtual, que é Analista Político Sênior da Transparência Internacional – Brasil, representante do Instituto Democracia e Sustentabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ AMARAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Primeiramente, em nome da Transparência Internacional – Brasil, eu saúdo e agradeço o convite ao Relator, Izalci Lucas. Cumprimento também os Deputados, também Relatores, Sr. Lafayette de Andrada, Sr. Augusto Coutinho, que foi Relator na primeira Comissão; também os demais Senadores; os colegas de mesa; e também as cidadãs e os cidadãos que estão nos assistindo pela TV Senado. É um privilégio estar aqui e ter essa oportunidade de dialogar sobre um sistema tão importante com o as senhoras e os senhores.

Eu represento aqui a Transparência Internacional – Brasil. A Transparência Internacional é uma organização do terceiro setor, presente em 110 países, com capítulos independentes, que atuam na promoção de transparência, integridade, compartilhando entre si o estado da arte regulatória e de recomendações internacionais para o combate à corrupção e a promoção da transparência.

Contudo, a gente não enxerga essas agendas do combate à corrupção como agendas em si mesmas, mas uma agenda por direitos, e é por estes direitos que a gente está aqui: pelo direito ao acesso às autoridades públicas, o direito à transparência de quem as está influenciando, o direito à integridade na formulação de políticas públicas, o direito à igualdade de armas entre os atores, entre outros direitos que eu vou tratar melhor aqui.

Vou buscar não repetir os argumentos que já foram muito bem expostos pelas minhas colegas Marcela e Juliana – eu também sou representante da Rede de Advocacy Colaborativo –, mas acho que dá para levantar alguns pontos e ressaltar alguns pontos em comum.

O primeiro ponto que eu queria levantar é que eu fico muito feliz de ver, em uma mesa tão plural e mesmo no debate público, que já há praticamente um consenso da necessidade e da importância de regulamentar o *lobby*, mas acho que, então, cabe a reflexão de por que cada um de nós acredita que é importante regulamentar essa atividade. E daí eu acho que talvez podemos ter respostas semelhantes, mas mecanismos distintos.

Já foi feita uma breve cronologia da regulamentação do *lobby* pelo colega que me antecedeu e, como ele bem adiantou, a regulamentação do *lobby* nasce nos Estados Unidos e depois na Alemanha primeiro estabelecendo meras regras de mercado e também regras de conduta, já buscando o primeiro princípio que vai nortear o que a gente julga e que está nas recomendações internacionais sobre o lobby, como os grandes princípios norteadores dessa regulamentação. O primeiro seria integridade. Nos anos 90, foram introduzidas novas preocupações, e um dos pontos principais que aparece é a igualdade de acesso entre os diferentes atores. Nos anos 2000, a gente tem um novo marco de vários países adotando esse tipo de regulamentação e, principalmente, com a popularização da internet, a democratização do acesso a dados abertos e a governos abertos, inicia-se a discussão sobre transparência ativa, da qual muito felizmente o Brasil tem excelentes exemplos, como a já citada Lei de Acesso à Informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas nos últimos anos, a gente está vendo a grande expansão desse tipo de regulamentação. Isso se dá principalmente por órgãos internacionais. Principalmente, a gente pode destacar a OCDE, a União Europeia e mesmo a ONU (Organização das Nações Unidas), que passaram a fazer recomendações e dar diretrizes do que deveria ser observado numa regulamentação desse tipo.

A mais atualizada dessas regulamentações e desses consensos sobre o que deve ser priorizado nesse tipo de regulamentação é a já citada pela Juliana, a Convenção da OCDE de 2021 sobre princípios do *lobby* no século XXI. E quais foram as respostas que eles acharam sobre quais são os princípios que devem nortear o *lobby*? Além daqueles já citados, como integridade, transparência e acesso às autoridades públicas, amplia-se a lógica de que o *lobby* não é uma mera formalidade para poder influenciar políticas públicas, mas é de fato um instrumento de cidadania.

A regulamentação do *lobby* pode ampliar o acesso da sociedade às suas autoridades, pode ampliar o controle social sobre quem influencia políticas públicas e pode determinar e auxiliar o combate à corrupção, averiguando possíveis conflitos de interesse e pontos danosos.

Então, a gente acredita que deve ser nesses termos que devemos pautar a nossa discussão, não pensando na regulamentação do *lobby* como uma formalidade para regular o que já vem sendo feito, mas uma discussão que já tem sido amadurecida nos últimos 30 anos, no Brasil. A gente já tem diversas recomendações, inclusive da própria OCDE, específicas para o Brasil, de como fazer essa regulamentação e buscar uma ferramenta que de fato mude a forma pela qual a gente faz *lobby* no Brasil para algo mais acessível, íntegro, algo mais transparente.

Nesse sentido, desde o início da nossa atuação na Rede de Advocacy Colaborativo, a gente tem achado muito positivo que a grande referência dessa matéria para todas as autoridades tenha sido a lei do *lobby* chilena. Na nossa avaliação, ela é talvez a que mais represente esses princípios os quais a OCDE coloca como os pontos principais. E acredito que o próprio contexto no qual a regulamentação do lobby foi adotada no Chile, também pode nos servir como exemplo.

A regulamentação do *lobby* no Chile foi adotada depois de um período de escândalos devido à opacidade das autoridades públicas, uma maior opacidade das agendas das autoridades e das informações. Então se buscou, com ampla participação da sociedade civil... Para a Transparência Internacional, o capítulo chileno foi muito importante nessa formulação, mas também, seguindo as recomendações da OCDE, eles conseguiram propor uma regulamentação que hoje é um exemplo não só na América Latina, mas em todo o mundo.

Já foram apresentadas, infelizmente nós não estamos no mesmo patamar do projeto chileno. As referências ao projeto do Chile são bastante tímidas, quando a gente olha para o texto que foi aprovado na Câmara dos Deputados, e as diferenças que, na nossa avaliação, são mais gritantes já foram citadas, como: a falta de uma base de dados de agendas, em especial uma agenda de caráter nacional; o cadastro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representantes de interesses, que já foi apontado como um ponto que deve ser mais bem trabalhado, em especial, na nossa avaliação, deve haver uma base de dados de lobistas, isso não quer dizer uma reserva de mercado, isso não quer dizer um órgão, um conselho nacional, isso quer dizer que, já que a gente vai ter uma transparência de quem são esses lobistas que estão sentando, e nem mesmo lobistas, mas representantes de interesses no geral, é importante que a gente tenha um histórico da atuação dessas pessoas, justamente para proteger e para entender melhor quais são os interesses de cada Poder e de cada grupo da sociedade na influência de uma política pública.

Já que esses pontos já foram citados, eu não vou tratar tanto das lacunas, mas vou trazer sobre alguns excessos que, em nossa avaliação, podem apresentar um risco para o combate à corrupção, um risco para a integridade e a igualdade de acesso.

O primeiro ponto sobre igualdade de acesso é que a última recomendação da OCDE traz como a primeira diretriz em relação aos princípios da transparência que precisam ser criados mecanismos para facilitar e incentivar o acesso de todos os atores com condições iguais. Mesmo que, na regulação que a gente tem, a gente não tenha esse tipo de incentivo, o critério mínimo que a gente deveria adotar é não criar benefícios ou exceções para alguns grupos de influência. E esse é o caso, infelizmente, porque no projeto, no art. 9º, inciso III, está colocado que advogados têm uma exceção que não precisam ser registrados na prática de atos no âmbito de processos administrativos e judiciais, isso é natural da própria atividade do advogado, mas a adição que foi colocada é "e legislativos". Isso é um problema porque a gente sabe que não é porque uma pessoa porta uma carteira da OAB que ela não pode estar defendendo interesses e que ela não pode estar fazendo uma atividade de representação de interesses. Inclusive, são diversos os advogados que trabalham em consultorias justamente de representação de interesses. Então seria importante que se suprimisse só essa palavra "legislativos", para definir exatamente qual é a atuação do advogado que não precisa entrar na lei e aquelas que precisam. E, dessa forma, evitar que haja um *shadow lobbying*, aquilo que o Relator Lafayette apontou como o *lobby* abaixo do radar, ou até indiretamente uma reserva de mercado especial, porque daí muitas consultorias podem, querendo buscar ilícitos – não dizendo que isso seria o mais provável –, contratar exatamente esse tipo de profissional.

Outro ponto relevante, dessa vez mais na seara da integridade. Cabe chamar a atenção que houve a inclusão, no último momento, no relatório, de uma matéria estranha, que trata sobre a definição de quais seriam as pessoas politicamente expostas. A gente acredita que essa matéria não deveria estar regulada pela regulamentação do *lobby*, inclusive porque ela é um capítulo adicional que aparece na última fase de tramitação na Câmara e ela diminui o número de pessoas que deveriam ser fiscalizadas segunda a resolução do Coaf, excluindo por exemplo familiares e estreitos colaboradores das pessoas que seriam politicamente expostas.

Como a gente bem vem vendo não são poucos os casos em que são essas justamente as pessoas principalmente usadas como laranjas em esquemas de corrupção. Então, a nossa sugestão é que esse trecho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

específico como um todo sobre as pessoas politicamente expostas seja suprimido e que se mantenha apenas a resolução do Coaf como está.

Finalizando, eu acredito que a gente está em uma oportunidade singular. Essa é uma discussão de 30 anos e a transparência internacional e as organizações que aqui estão representando a Rede de Advocacy Colaborativo estão completamente dispostas a contribuir com todos os atores para a gente avançar em uma legislação que seja de fato transformadora, revolucionária para o país, podendo marcar um novo padrão de transparência, integridade. Como foram outros marcos que já foram citados, como a Lei de Acesso à Informação ou a Lei Anticorrupção, que completou dez anos agora há pouco.

A gente tem uma proposta de nota técnica já com todas essas emendas e ainda mais algumas que não foram citadas aqui, mas que podem ser trabalhadas numa próxima audiência. A gente pede, por favor, que essa nota técnica seja incluída nos documentos desta audiência pública. Por favor.

E também ressaltar que é muito importante essa oportunidade desta mesa, porque nós mesmos que representamos grandes organizações da sociedade civil não estamos tendo sempre a facilidade para acessar as autoridades ou mesmo estar em mesas como esta.

Então, que essa atividade de hoje, plural, democrática e participativa, sirva de bússola principiológica de como a gente pode e deve construir essa legislação, fazendo da própria tramitação o instrumento da legitimidade da representação de interesses e do *lobby* no Brasil.

Então, agradeço a oportunidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, André.

Bem, quero aqui fazer a leitura de algumas observações, de perguntas que foram feitas pelo *site* e-Cidadania e depois vou passar as considerações finais para os nossos convidados, lembrando que teremos uma outra reunião, uma outra audiência pública, dia 16, com a participação da Confederação Nacional da Indústria, da CGU, do próprio Deputado Federal Augusto Coutinho, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais, a Abrig, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, o Diap, da Confederação Nacional de Municípios e do Instituto de Relações Governamentais.

Esses já estão confirmados para a próxima audiência pública, que acontecerá dia 16.

Bem, Nathaly da Silva, de Pernambuco: como o PL 2.914/2022 redefine a intersecção entre direitos individuais e necessidade pública, preservando a transparência?".

Giovanni Bonissoni, de Santa Catarina: "Como o Poder Executivo está tratando esse tema? Há algum parecer técnico e governamental em relação à transparência de informações?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ana Elizabeth, de Pernambuco: "Como o [...] [projeto] [...] [pode] evitar brechas [legais] [...] [como a tentativa de se colocar], novamente, sigilo de 100 anos sobre [...] [alguns assuntos]?".

Eu vou ponderar também algumas colocações para que vocês, nas considerações, possam se manifestar também ou se pronunciar sobre isso.

Qual é a avaliação de V. Sas. sobre a existência de credenciamento prévio dos representantes de interesses? O credenciamento voluntário, porém estimulado, a exemplo do modelo europeu, seria mais adequado? Em caso afirmativo, quais seriam os possíveis estímulos ao credenciamento voluntário? Se vocês puderem levar essa questão em consideração nas considerações finais, eu agradeço.

O art. 11 do Projeto de Lei 2.914, de 2022, estipula os deveres dos representantes de interesses, dos agentes e dos órgãos públicos. O inciso I, alínea "c", prevê que o representante de interesses é obrigado a disponibilizar por escrito em até quatro dias úteis a identificação de todos os participantes da audiência, a identificação dos representados e a descrição do assunto tratado. O agente público, por sua vez, é obrigado a fornecer essas informações ao respectivo órgão público, o qual deve efetivar, em transparência ativa, o registro dessas informações. Na opinião de V. Sas., essa dinâmica de publicização das audiências públicas é adequada? Seria preferível a exigência de publicação ou publicização apenas por parte dos representantes de interesses, a exemplo do LDA americano?

V. Sas. vislumbram a necessidade de criação de um sítio na internet específico?

V. Sas. consideram desejável a exigência de publicização da fonte de financiamento e dos valores percebidos pelos lobistas em razão da atividade de representação de interesses, a exemplo do previsto no código de conduta para lobistas da União Europeia?

São essas considerações. Se vocês puderem se manifestar, eu agradeço.

Vou passar agora, na ordem inversa, para as considerações finais, seja virtual, seja presencialmente.

Vou passar novamente para o André Amaral, para fazer suas considerações finais.

O SR. ANDRÉ AMARAL (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador Izalci. Obrigado a todos que nos acompanharam.

Quero ressaltar novamente a importância deste debate, a importância de que, com este diálogo plural, democrático, a gente construa, com as contribuições de todas as organizações que representam diferentes segmentos aqui, uma legislação mais transparente, íntegra e participativa, que garanta os direitos constitucionais de cada grupo.

Tentarei responder, sendo o mais breve possível, sobre esses pontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não posso falar pela Rede de Advocacy Colaborativo nesses pontos, mas, tratando sobre a Transparência Internacional, a gente acredita que, no ponto de credenciamento, a lei está suficiente. O problema é a questão do cadastramento. Essa ausência do cadastramento de lobistas e representantes de interesses impede que a gente faça um mapeamento dos grupos e de suas áreas de atuação.

Nesse mesmo sentido, a Transparência Internacional também tem uma proposta de regulamentação do *lobby*, que já foi apresentada em 2018, no projeto das novas medidas contra a corrupção, em que a gente inclui exatamente esse ponto que foi trazido sobre a remuneração de agentes de representação de interesses. Então, a gente acredita que sim, ela é benéfica. Contudo, pensando no Estado regulatório do Brasil, talvez a gente entenda que esse pode ser um passo que deva ser amadurecido ao longo do debate.

Então, os pontos principais eu acredito que estão na nossa nota técnica da Rede de Advocacy Colaborativo. Acredito que ali estão sete emendas que tratam sobre os pontos principais do que a gente enxerga como lacuna ou excesso que pode mitigar ou ameaçar o combate à corrupção, a transparência e o acesso. E a gente tem o prazer de compartilhar isso com todos que tiverem interesse em receber esse material, e também todos os cidadãos podem procurá-lo nas redes sociais de cada uma das organizações aqui presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, André.

O Consultor da Confederação Nacional do Transporte, Ricardo Campos, está com a gente ainda? (*Pausa.*)

Acho que não.

Passo a palavra para Marcela, Coordenadora de Projetos de Integridade, para também fazer as suas considerações. (*Pausa.*)

O.k., Marcela. Acho que está mudo.

Marcela, está me ouvindo? Está mudo o seu telefone. (*Pausa.*)

Continua mudo.

Está ouvindo bem, Marcela?

A SRA. MARCELA GREGGO (*Por videoconferência.*) – Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Sim. Agora, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARCELA GREGGO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Assim como o André falou, eu não vou me expressar em nome da Rede de Advocacy Colaborativo.

Algumas das nossas emendas já foram apresentadas, outras vão ser apresentadas, mas, como o cerne da discussão aqui hoje foi, principalmente, a transparência e também a questão de programa de integridade dentro desse processo de representação de interesses, o Ethos acredita que é de sumo interesse a discussão dessa transparência e, acima de tudo, principalmente falando de programa de integridade e integridade nesse processo, que a CGU, a partir da próxima audiência para a qual foi convocada, também participe desse processo, assim como os demais órgãos públicos, em que justamente terão as representações de interesses. Então, é essencial que esses órgãos discutam junto com toda a sociedade.

E aqui também faço um destaque: temos aqui organizações da sociedade civil, alguns representantes de interesses de organizações e de associações; mas que a gente tenha também aqui a representação dos próprios movimentos sociais, assim como a gente teve hoje, e de sindicatos também.

Então, esses são os meus pontos.

E quero agradecer, mais uma vez, o convite e a oportunidade de falar aqui hoje.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Marcela.

A Juliana Sakai está aí ainda?

A SRA. JULIANA SAKAI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde.

Vocês estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Sim. Perfeito.

A SRA. JULIANA SAKAI (*Por videoconferência*.) – Ótimo!

Obrigada.

Bom, como os meus colegas, gostaria de agradecer a oportunidade. Acho que é importantíssimo ter esse espaço aqui aberto. Gostaria também de que fossem apreciados os pedidos de inclusão de outros membros que não puderam falar nessa reunião aqui da Rede de Advocacy Colaborativo, especificamente o Instituto Não Aceito Corrupção.

Eu queria finalizar respondendo diretamente um ponto que o Sr. Ricardo Campos levantou a respeito das excessivas punições que seriam feitas a maus lobistas no campo nacional, querendo dizer que, se um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lobista atuasse de forma a não respeitar as regras, ele fosse unicamente punido de atuar num órgão. Isso não faz sentido. A legislação como está é adequada. A gente não quer que maus profissionais atuem em mais de um órgão, quer dizer, que os órgãos não possam se comunicar a respeito de quem são os maus profissionais.

Então, eu gostaria de fazer o contraponto direto a essa fala, no sentido de não flexibilizar uma legislação que preveja a punição de maus profissionais.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Juliana.

Passo agora, então, ao nosso Coordenador Adjunto da Câmara de Registro do Conselho Federal de Contabilidade, Adriano Marrocos.

O SR. ADRIANO DE ANDRADE MARROCOS (Para expor.) – Senador Izalci, ao tempo em que agradeço o convite e a representação, quero reforçar o fato de que nós conselheiros dos conselhos e ordens de profissão regulamentada já cumprimos um mandato eletivo e estamos subordinados à fiscalização por TCU, por diversas normas. Então, para nós, a dispensa desse cadastramento para que possamos representar e atuar nos interesses das respectivas autarquias é fundamental. Não faz sentido para nós o cadastramento obrigatório.

E, quanto às penalidades, nós já temos também os nossos códigos de ética, que são aplicáveis aos conselheiros e que delimitam a nossa atuação, principalmente na questão do interesse privado. Então, não entendemos ser necessária realmente essa subordinação. E reiteramos o pedido – vamos encaminhar uma proposta de redação – para que os conselhos e ordens de profissão regulamentada estejam isentos do cumprimento da norma.

No mais, consideramos que a transparência é sempre necessária e concordamos com a manifestação de outros colegas que participaram hoje de que o controle é fundamental.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado.

Passo imediatamente ao Fernando Mello, também para fazer as suas considerações.

O SR. FERNANDO MELLO (Para expor.) – Senador, novamente agradeço a oportunidade e o convite.

A CNC está à disposição para ajudar no que for necessário – não só em relação a esse PL, mas em qualquer outro PL que seja demandado para se manifestar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de aproveitar o meu tempo em considerações finais para tocar num ponto que eu não havia comentado quando da minha fala, e que foi mencionado – muito bem mencionado, por sinal – pelo representante da Confederação Nacional do Transporte: a questão exatamente da sanção.

Quando eu falo do risco de uma sanção para uma entidade sindical que defende direitos coletivos, defende um segmento econômico ou profissional, há de se ressaltar que nesse projeto há previsão até de suspensão – se não me engano – por um ano. Como ficaria essa categoria econômica ou profissional sem a representação da sua entidade maior, por exemplo, no caso a Confederação Nacional do Comércio, se houvesse uma sanção desse tipo?

Nessa questão eu insisto com o senhor, com os Srs. Senadores, com as Sras. Senadoras, porque é uma questão fulcral, é uma questão importantíssima. Há um risco grave aí em relação às entidades sindicais. E a maior prova disso é, como muito bem falou, repito, o representante da CNT, a possibilidade de uma sanção. Mesmo que não fosse uma sanção de um ano, Senador; mesmo que fosse uma sanção de uma semana, como ficaria a representação desses segmentos sem ter os seus representantes podendo representá-los, atuar em prol deles?

Essa é a minha colocação.

Agradeço novamente a oportunidade.

A CNC está à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Passo a palavra agora à Maísa Barbosa de Morais, também para fazer as suas considerações.

A SRA. MAÍSA BARBOSA DE MORAIS (Para expor.) – Senador, fazendo coro aos representantes das confederações que me precederam, gostaria de salientar o caráter constitucional que as confederações têm na defesa dos interesses, no caso da CNA, dos 5 milhões de produtores.

A construção de consenso e posicionamentos, no caso da CNA, é feita de forma coordenada com todo o sistema, a saber os sindicatos nas bases, as federações nos estados e nós, aqui na CNA, diretamente em Brasília, na participação nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Então, com frequência, estamos participando de audiências públicas, trazendo esses posicionamentos de uma forma já muito solidamente construída em conjunto com todo o sistema CNA.

É importante o credenciamento, mas, acima de tudo, a não burocratização. Então reiteramos essa questão de não burocratizar o acesso, não burocratizar a participação das entidades da sociedade civil organizada no processo de construção de projetos de lei e de políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Câmara dos Deputados, hoje, há previsão de participação das entidades com atuação em âmbito nacional. No Senado, ainda não está, creio, na resolução interna, Senador, mas nós achamos importante também ter essa especificidade no tocante às entidades sindicais.

Seriam essas as nossas colocações.

Mais uma vez agradeço a oportunidade de participar deste debate e coloco a CNA à disposição.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Maísa.

Passo agora ao Sr. Fábio Henrique Granja e Barros, do Tribunal de Contas da União.

O SR. FÁBIO HENRIQUE GRANJA E BARROS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado mais uma vez, Senador – e a todos –, pelo convite. Fico muito feliz de ter iniciado o debate e agora também de terminar a rodada dos participantes.

Reforço, mais uma vez, as duas preocupações básicas do Tribunal de Contas. A primeira em relação à transparência ativa. Como disse o juiz da Suprema Corte americana há mais de um século, o melhor desinfetante é a luz do sol. Então, nada disto – toda essa preocupação que existe sobre sanção, sobre o que deve ser, quem deve ser o representante... não existiria esse problema se a transparência fosse total. Se ela for total, ele não vai levar nenhuma informação que não deva ser levada. O agente público não vai receber a pessoa, porque sabe que vai existir uma transparência total. Então, acho que o melhor remédio, a melhor salvaguarda para a democracia nesse caso é a transparência total.

E aí, respondo à sua inquisição, Relator, sobre qual é a melhor forma disso acontecer: no meu entendimento, seria através de um sítio eletrônico onde as agendas estivessem apresentadas com credenciamento prévio, realmente, de quem serão as pessoas. Todos os brindes, presentes e toda a hospitalidade estão registrados também nesse *site*.

Eu acho que isso garantiria para a sociedade e para os órgãos de controle o acesso e passaria a imagem para toda a sociedade de que esse relacionamento existe, e existe em termos republicanos. Se quiser ser feita alguma coisa fora do arcabouço normativo legal que existe em relação a essas pessoas, que seja feito em outro lugar, mas não dentro do órgão, porque, se for no órgão, a gente vai estar controlando e a gente vai saber. Eu acho que isso já facilitaria muito a atuação dos órgãos de controle e de toda a sociedade.

Então, reforço mais uma vez isso e, mais uma vez, enalteço toda essa informação que foi trazida pelos participantes neste debate.

Coloco também o Tribunal de Contas à disposição se houver necessidade de um maior aprofundamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Obrigado, Fábio.

Só lembrando que, quarta-feira, dia 16, neste mesmo horário, às 9h, nós faremos uma segunda audiência pública com a participação das instituições que citei.

Bem, o nosso objetivo é, de fato, tratar desta matéria de forma célere, até porque, assim como a reforma tributária, são mais de 30 anos que estão falando sobre isso e a gente precisa, num determinado momento, aprová-la.

Aqueles que tiverem ainda alguma sugestão ou modificação podem nos apresentar. Nós teremos esta audiência pública. Após a audiência, nós entraremos já na elaboração do relatório para tentar aprovar esta matéria ainda este ano. Este é o nosso objetivo.

Eu gostaria de finalizar esta audiência pública agradecendo novamente a todos, a todas as instituições e a colaboração de toda a assessoria também.

Nada mais havendo a tratar, então, eu declaro encerrada esta reunião, esta audiência pública.

(*Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Flávio Bolsonaro, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda do Senador Paulo Paim, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Renan Calheiros, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Mara Gabrilli, Otto Alencar, Omar Aziz, Humberto Costa, Beto Faro, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Luis Carlos Heinze e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 11/2023 - CTFC, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) e outros., REQ 17/2023 - CTFC, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) e outros., REQ 22/2023 - CTFC, de autoria Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Omar Aziz (PSD/AM), e REQ 24/2023 - CTFC, de autoria Senador Alessandro Vieira (MDB/SE) e outros.. **Finalidade:** 2ª audiência pública com o objetivo de instruir o PL 2914/2022, que "dispõe sobre a representação de interesse realizada por pessoas naturais ou jurídicas perante agentes públicos com o fim de efetivar as garantias constitucionais, a transparência e o acesso a informações". **Participantes:** Izabela Moreira Correa, Secretária de Integridade Pública da Controladoria-Geral da União - CGU; Roberto Livianu, Presidente do Instituto Não Aceito Corrupção; Leonardo Estrela Borges, Advogado Especialista da Confederação Nacional das Indústrias - CNI; Mártin Haeberlin, Consultor da Confederação Nacional dos Municípios - CNM; Carolina Venuto, Presidente da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais – ABRIG; Wagner Parente, Conselheiro do Instituto de Relações Governamentais – IRELGOV; Andréa Gozetto, Diretora Executiva da Gozetto & Associados Consultoria Estratégica; Luiz Alberto dos Santos, Consultor Legislativo, Colaborador do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP; Celina Pereira, Secretária Adjunta para a Transformação do Estado do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Walter José Faiad de Moura, Presidente da Comissão Especial de Defesa do Consumidor do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; e Clarice Costa Calixto, Secretária-Geral da Consultoria da Advocacia-Geral da União. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Eventual da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/16

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa Ordinária de 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização da segunda audiência pública com o objetivo instruir o PL 2.914, de 2022, que dispõe sobre a representação de interesses realizada por pessoas naturais ou jurídicas perante agentes públicos, com o fim de efetivar as garantias constitucionais, a transparência e o acesso a informações, em atendimento aos Requerimentos nºs 11 e 17, de 2023, de minha autoria, nº 22, de autoria do Senador Rogério Carvalho, e nº 24, de autoria do Senador Alessandro Vieira.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/e-cidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria do Senado Federal, 0800 0612211 – 0800 0612211.

Hoje, recebemos os seguintes palestrantes, aos quais agradeço por aceitarem o nosso convite: Izabela Moreira Correa, Secretária de Integridade Pública da Controladoria-Geral da União (CGU); Leonardo Estrela Borges, Advogado Especialista da Confederação Nacional da Indústria; também o Deputado Federal Lafayette de Andrada; Walter José Faiad de Moura, Presidente da Comissão Especial de Defesa do Consumidor do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Carolina Venuto, Presidente da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig); Luiz Alberto dos Santos, Consultor Legislativo e colaborador do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap); Mártin Haeberlin, Consultor da Confederação Nacional de Municípios; Wagner Parente, Conselheiro do Instituto de Relações Governamentais; Francisco Gaetani, Secretário Extraordinário para a Transformação do Estado do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Roberto Livianu, Presidente do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Instituto Não Aceito Corrupção; Clarice Costa Calixto, Secretária-Geral de Consultoria da Advocacia-Geral da União; e Andréa Gozetto, Diretora Executiva da Gozetto & Associados Consultoria Estratégica.

Nós vamos conceder a palavra a cada um por dez minutos. Se necessário, a gente prorroga por mais cinco minutos. (*Pausa.*)

Convido já para compor a mesa a representante da Secretaria de Integridade Pública da Controladoria-Geral da União Izabela Moreira Correa. Por favor, Izabela. (*Pausa.*)

Leonardo Estrela Borges, Advogado Especialista da Confederação Nacional da Indústria. (*Pausa.*)

Presidente da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig).

Wagner Parente, Conselheiro do Instituto de Relações Governamentais.

Eu vou passar, imediatamente, a palavra à Izabela Moreira Correia, Secretária de Integridade Pública da Controladoria-Geral da União (CGU).

A SRA. IZABELA MOREIRA CORREA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Eu gostaria de cumprimentar todos os Parlamentares presentes nas pessoas dos Senadores Izalci Lucas, Relator do PL, e do Senador Omar Aziz, Presidente da Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle, e os demais presentes; quero cumprimentar também os demais membros da mesa na pessoa da Carolina Venuto, à minha direita.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer, em nome do Ministro Vinicius Marques de Carvalho, Ministro Controladoria-Geral da União, o convite para participar desta audiência pública, que promove um debate sobre o tema da intermediação de interesses. Esta audiência pública é um espaço de escuta importante promovido aqui pelo Senado e, para nós, na CGU, ela também nos auxilia a entender como os diversos atores estão olhando e entendendo o tema da intermediação de interesses e também nos ajudará a amadurecer as nossas análises técnicas que nós temos realizado de forma cuidadosa tanto do PL quanto das emendas que vêm sendo apresentadas.

Eu estou aqui, portanto, acho que vale a pena mencionar, muito mais para ouvir do que para falar. E o que eu pretendo é compartilhar um pouco sobre o olhar que a CGU já tem tido sobre esse tema, que é um olhar formado por uma série de princípios. Todos esses princípios já foram aqui mencionados em intervenções anteriores por alguns dos participantes nas reuniões que nós tivemos também na semana passada.

Na nossa visão, o que regulamentação da intermediação de interesses deve objetivar é justamente a promoção desses princípios na intermediação privada de interesses. Então, eu vou começar por um desses princípios, que é o princípio da isonomia, que diz respeito então ao amplo acesso de diálogo e escuta para as diversas partes. É importante a gente refletir sobre a promoção de diálogos plurais que permitam aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diversos interessados se manifestarem, por exemplo, no processo de elaboração de políticas públicas, nas decisões de atos administrativos. Eu acho que estar em uma audiência pública para a gente tratar da temática da intermediação de interesses é paradigmático sobre a relevância do processo de escuta, sobre a relevância do processo do diálogo, sobre a importância do ouvir as partes.

A intermediação de interesses é parte do processo democrático; o diálogo é parte intrínseca do processo democrático, ele acontece e ele precisa continuar acontecendo. Ele precisa acontecer de uma forma ampla, de uma forma transparente e de uma forma íntegra.

Um outro princípio – eu acho que esse princípio foi bastante debatido por diversos dos participantes da audiência na semana passada – é o princípio da transparência. A transparência permite que a sociedade acompanhe quem são os atores que vêm influenciar as políticas públicas, quem são os atores, então, que estão conversando com as autoridades públicas nos processos de colaboração de políticas públicas e permite, inclusive, que partes da sociedade civil possam entender que querem influenciar determinados processos também.

E aí eu acho que, quando a gente fala de transparência pública, é bom a gente pensar, é válido a gente pensar em transparência de uma perspectiva bastante ampla. Então, para o acompanhamento das agendas por parte da sociedade, é importante tanto o estabelecimento de critérios mínimos para essa transparência e, sempre que possível, a disponibilização dessas informações em um formato que permita o uso e o reúso por parte da sociedade civil.

E, nesse sentido, eu acho que vale chamar a atenção para um trabalho importante que a Controladoria-Geral da União tem realizado para promover e para fortalecer a Lei de Acesso à Informação, para avançar também tanto em transparência ativa como também na promoção, na divulgação de dados abertos. E diversas das recomendações que a gente vê de organismos internacionais, inclusive, mencionam, sim, leis de acesso à informação também, a importância delas quando nós estamos tratando da temática de intermediação de interesses também.

E aí um último princípio que eu gostaria de trazer e não poderia deixar de mencionar é a promoção da integridade também na promoção da intermediação, na realização da intermediação de interesses, que objetiva justamente que esses encontros entre agentes públicos e representantes de interesses sejam realizados com base na ética, sem a ocorrência e configuração de conflitos de interesses ou de outros desvios éticos ou de conduta.

E aqui eu gostaria de passar a compartilhar um pouco sobre a experiência da Controladoria-Geral da União com o e-Agendas, que é um instrumento de promoção de transparência e integridade de agendas das autoridades públicas no âmbito do Poder Executivo federal, regulamentada a partir da Lei de Conflito de Interesses, em incisos que se referem tanto a questões referentes a presentes, como a própria divulgação e transparência da agenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu apresento a experiência do e-Agenda, Senador, e o decreto que o regulamenta, porque eles são uma experiência já adotada no âmbito do Poder Executivo federal, inclusive a partir dos princípios que eu acabei de mencionar – os princípios da isonomia, da transparência e da integridade.

Então, o Decreto 1.889 foi promulgado como parte dos esforços, então, de aprimorar a governança pública e a gestão de conflitos de interesses. Então, ele vem regulamentar o inciso VI do *caput* do art. 5º da Lei 12.813, a Lei de Conflito de Interesses, que trata de recebimento de presentes, como eu mencionei, e também o art. 11 da mesma norma, que dispõe sobre a divulgação de agendas de compromissos públicos.

Eu preparei alguns eslaides, eu posso disponibilizar depois para a Comissão, só para vocês terem um pouco do conhecimento de como essas pesquisas dentro do e-Agendas são realizadas, as informações que nós disponibilizamos ali no e-Agendas. O sistema propriamente dito, o e-Agendas, como a gente chama esse sistema eletrônico que nós utilizamos no âmbito do Poder Executivo Federal, registra as agendas de autoridades públicas como ministros, secretários, diretores, dirigentes de órgãos governamentais, ele permite o acompanhamento e a transparência das atividades realizadas pelas autoridades, então eles incluem reuniões, encontros com dirigentes e audiências, que são aqueles encontros em que há representação privada de interesses e para os quais o e-Agendas inclusive disponibiliza informações mais detalhadas do que nos demais encontros, porque é justamente o foco maior ali do e-Agendas.

Um dos principais objetivos do sistema e da própria regulamentação, então, é promover, por meio dessa divulgação diária na internet, em um local de fácil acesso, a transparência das agendas de compromissos públicos de ocupantes de determinados cargos e funções da administração federal. Ele viabiliza também o controle social sobre as agendas, lida com aspectos referentes à prevenção de conflitos de interesses, promovendo, então, a ética, na visão de promover a ética e a integridade nesses encontros e nesses compromissos. A transparência de agendas visa também a assegurar aspectos de isonomia no tratamento aos diferentes públicos de interesse, garantindo princípio ético nas relações público-privadas.

E aí, quando eu estava tratando do princípio da transparência, eu mencionei que é bom que nós o consideremos de uma forma ampla, e nós fazemos isso também ali no âmbito do e-Agendas, que é esse sistema atualmente implementado pelo Poder Executivo Federal e coordenado, implementado pela CGU, em que nós monitoramos também a adesão e cumprimento. E aí, além...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IZABELA MOREIRA CORREA – Já estou acabando, Senador.

Além de divulgar os dados que estão disponíveis no sistema – via sistema, consultando o *link* – os dados do e-Agendas estão disponíveis em formato aberto para viabilizar o uso e reúso por parte da sociedade. E além do próprio e-Agendas e dessa disponibilização em formato aberto, nós também disponibilizamos o que é chamado de InfoAgendas, que, em resumo, é um ambiente em que a gente disponibiliza informações estatísticas, digamos assim, sobre esses compromissos públicos. Nós temos lá,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por exemplo, a quantidade de compromissos que já foram registrados, qual percentual desses compromissos é reunião, é audiência, são eventos. Então, visando ampliar a transparência que nós damos, nós também criamos o InfoAgendas.

Gostaria de agradecer mais uma vez a oportunidade de estar aqui para compartilhar um pouco do que nós temos feito, e mais ainda a oportunidade de estar aqui para ouvir o que todas as partes têm apresentado e compreender os entendimentos que existem sobre esse tema.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Izabela.

Eu vou passar imediatamente ao nosso convidado, que tem um compromisso agora, que está com a gente por videoconferência, o Presidente do Instituto Não Aceito Corrupção, Roberto Livianu.

O SR. ROBERTO LIVIANU (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá! Bom dia.

Eu tinha dito que não tenho compromisso agora, mas gostaria de me pronunciar dentre os primeiros convidados. Agradeço essa possibilidade de ter fala logo ao início da audiência.

Primeiro, quero cumprimentar o Senador Izalci Lucas e, na sua pessoa, todos os Parlamentares pela postura democrática, por abrir esse diálogo no Senado da República, dentro do nosso sistema bicameral. É extremamente importante que, dentro do Senado, possamos ter esse importante diálogo a respeito da regulamentação do *lobby*, uma vez que, infelizmente, na Câmara, não obstante os esforços do Senador Bonifácio, tenha havido um debate dentro da Câmara, ao final houve a urgência de votação determinada e essa urgência gerou um açodamento em relação ao desfecho desta discussão e este açodamento determinou um resultado, a nosso ver, ruim.

A regulamentação do *lobby* é importante, é necessário que tenhamos. Houve uma importância em relação, houve um resultado importante, mas existem ajustes necessários, fundamentais e é determinante, fundamental, vital, que essas audiências estejam acontecendo.

Então, receba o cumprimento nosso, Senador Izalci, por ter havido esta ponderação, estas audiências, ouvindo opiniões de todos os segmentos da sociedade. Acabamos de ouvir a Secretária Izabela, representando a CGU; na audiência anterior, ouvimos opiniões importantes e vamos prosseguir nesta toada. Como disse a Secretária Izabela, as reagendas e infoagendas são importantes.

Eu quero tocar em três pontos aqui, até porque o tempo é curto: eu quero falar sobre hospitalidades; eu quero falar sobre a questão que foi tratada na audiência anterior pela CNC, CNT, que organizações grandes não precisam se submeter, não devem se submeter à lei, porque elas têm seus estatutos, seus códigos de ética e, dessa maneira, não devem se submeter à lei de regulação, e essa situação deveria se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estender a outras; assim como essa questão que vem sendo colocada por muitos de que este regramento que está em discussão pode gerar burocracias e, a meu ver, essa é uma cortina de fumaça.

Em primeiro lugar, hospitalidade, Senador Izalci e todos que estão conosco. Na Câmara, resolveu-se um problema em relação à regulação do *lobby*, que era o problema dos presentes, dos presentes sem limites, porque, como mencionou a Secretária Izabela, existe o problema do conflito de interesses e é necessário estabelecer regras para não permitirmos que os conflitos de interesses nos tragam problemas. E a questão dos presentes e dos brindes foi resolvida na Câmara, estabelecendo-se limites. No entanto, a questão das hospitalidades não foi resolvida na Câmara.

Se observarmos o texto do projeto de lei – e eu me permito me colocar aqui não só como Presidente do Instituto Não Aceito Corrupção, que é uma organização da sociedade civil que há oito anos trabalha com pesquisa, com mobilização da sociedade, com política pública anticorrupção, com educação, mas também como Procurador de Justiça que há 31 anos atua no Ministério Público do Estado de São Paulo –, quero dizer que é muito complicado, muito problemático estarmos diante de um projeto que permite que particulares, Senador, ofereçam hospitalidades, ou seja, convites a agentes públicos para participarem de feiras, de seminários, de eventos internacionais, por exemplo, em Paris, em Dubai, em Nova York, voando em classe executiva, hospedando-se em hotéis sete estrelas, com massagens, lagosta e champanhe sem limites. Não é possível que tenhamos isto permitido por lei. É óbvio que a Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle precisa estabelecer controle, limite. E é isto que se propõe com a Emenda 8, que já foi apresentada: limite, razoabilidade. Num país em que 50% da população não tem saneamento básico, em que nós temos uma diferença, uma desigualdade social brutal, nós não podemos ter esse tipo de coisa autorizada por lei, não é?

E é natural que o Senado da República corrija esse verdadeiro absurdo que, a meu ver, é uma forma de corrupção autorizada por lei. Não podemos ter esse tipo de coisa. Particulares podendo praticar esse tipo de coisa com o respaldo da lei. Então, esse é o tipo de coisa, Senador Izalci, que nós precisamos corrigir aqui no Senado.

Por isso que é importante o bicameralismo brasileiro. A Câmara acionou o modo urgência de votação, e, agora, com a sua ponderação, essas duas audiências nos permitem ouvir opiniões abalizadas para fazermos os ajustes. Não é possível termos hospitalidades ilimitadas. Precisamos ter limites, precisamos ter razoabilidade. Não podemos ter no país terra sem lei. Precisamos ter razoabilidade nisso.

Segundo ponto, Senador. Quando se disse que organizações grandes, CNC, CNT, Sebrae, Sesi – e aí eu vou incluir, por exemplo, associações do Ministério Público, associações da magistratura –, minha cara Andréa Gozetto, grandes corporações... Como é que se pode dizer que uma organização como a minha, a Associação Paulista do Ministério Público, que tem lá o seu código de ética... Nós temos o nosso código de ética, o nosso código de *compliance*, então nós não precisamos cumprir regras de cadastramento, porque nós já temos a nossa regra interna ética. Isso não faz sentido, com todo o respeito que se merece, de maneira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhuma. Regras internas, regras éticas internas são regras que valem no âmbito da própria organização. Não se leva em conta aí o interesse público, que é maior, inerente ao contrato social, que diz respeito a quê? À prevalência do interesse público, que é o princípio maior constitucional. E a lei é para todos. É óbvio que as regras internas da minha associação, da associação dos juízes, da associação dos auditores, dos defensores públicos, da CNC, da CNT, do Sesi, do Sebrae... Qualquer organização deve ter regras internas, sim, mas, além das regras internas, dos seus códigos de ética, elas jamais poderão ser dispensadas do dever de se submeterem aos necessários cadastros, de se submeterem aos ditames da isonomia constitucional. Todos são iguais perante a lei. Não existe a possibilidade de termos tratamentos diferentes para A, B ou C. A lei deve servir e se aplicar a todos; a lei se aplica e vale a todos. Não pode haver uma porta especial para organização A, B ou C. E eu estou incluindo a nossa associação, por exemplo, de membros do Ministério Público, de juízes. Ninguém é melhor do que ninguém. Todos têm que cumprir a lei; todos têm que se cadastrar.

E essa questão de se dizer que há burocracia – me perdoem a franqueza –, não há burocracia alguma. Do que está se falando aqui? Está se falando de um banho de transparência. O que traz este projeto? O que trazem as emendas que a RAC... O Instituto Não Aceito Corrupção, que integra, com muito orgulho e muita honra, a RAC (Rede Advocacy Colaborativo), dando as mãos à Transparência Internacional, à Transparência Brasil, ao Instituto Ethos. Em um trabalho colaborativo e coletivo, nós construímos emendas e apresentamos emendas que os Srs. Parlamentares da representação do povo trouxeram a este debate. E, nestas emendas, nós estamos propondo o quê? Transparência. Transparência não é burocracia. Portanto é necessário termos agenda eletrônica nacional; isso é o oposto da burocracia. Nós precisamos de facilitação, sim, e regras iguais para todos. Não podemos ter situações escondidas; não podemos ter o poder subterrâneo, porque hoje a ideia do *lobby* tem um conteúdo, um sentido de algo escondido, de poder exercido por trás das cortinas – não é? –, e a regulação do *lobby* traz esse desvendar de tudo. É necessário que as coisas aconteçam de maneira transparente, igual. Portanto, agenda eletrônica nacional.

E, vejam, o InfoChile é uma realidade hoje, aqui no nosso vizinho de continente. A Profa. Andréa Gozetto – que é uma das maiores autoridades no Brasil, e vamos ter o privilégio de ter nesta audiência aqui, cuja tese de doutorado foi a respeito disso; portanto, tem autoridade científica para trazer argumentos sobre isso – vai nos ilustrar, e fez muito bem o Senado em trazê-la a esta audiência. Portanto, o Chile, nosso vizinho, que tem indicadores importantes no enfrentamento à corrupção – aliás, o Chile e o Uruguai são os dois melhores, são os países na América do Sul que têm os melhores indicadores do enfrentamento, prevenção à corrupção –, tem lá o InfoChile, que funciona muito bem, com referências importantes em relação a essa questão do *lobby*. Aliás, lá o Chile tornou obrigatório o compartilhamento não só das informações, mas também dos documentos trocados; não é só a informação, mas é também o documento compartilhado, que, na nossa lei, não se tornou obrigatório, e precisa também ser obrigatório o compartilhamento da troca de documentos. Nas tratativas entre as pessoas, na interlocução entre as pessoas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os documentos que são compartilhados também precisam ser devidamente registrados. No Chile é assim, não é?

Portanto – eu imagino que o meu tempo já esteja no final –, eu enfatizo a Emenda 8, que trata desta questão das hospitalidades, do limite às hospitalidades; enfatizo a nota técnica que a RAC já apresentou em relação a isso; as emendas que já foram apresentadas pelos Srs. Parlamentares, que verbalizaram concretamente as ideias que o instituto e as organizações têm em relação a isso; e enalteço que, na verdade, do que se precisa aqui é de transparência.

Existe um mito de que a regulação do *lobby* traz burocracia, e, na verdade, não; a regulação do *lobby* traz transparência, joga luz nestas relações que acontecem no escuro. E, como já disse o Juiz Louis Brandeis, há mais de cem anos, na Suprema Corte americana: a luz solar é o melhor desinfetante. Então, iluminar, jogar luz é a melhor maneira de preservarmos, de evitarmos esses problemas. Portanto, essa regulação é extremamente importante, é uma medida altamente saudável para evitarmos os problemas, evitarmos a corrupção antes de ela acontecer.

Assim, mais uma vez, eu quero enaltecer a relevância dessa discussão e a relevância dessa regulamentação numa perspectiva maior em relação a este problema que tanto angustia os brasileiros, que é a corrupção.

Portanto, parabéns ao Senado, parabéns aos Sr. Senador Izalci Lucas, que conduz essa discussão de maneira tão plural, ouvindo o Estado; ouvindo as organizações da sociedade civil; as autoridades científicas, como a Profa. Andréa Gozetto, que vai ser ouvida hoje.

Agradeço a oportunidade de ter participado dessa discussão, como Presidente do Instituto Não Aceito Corrupção, que é uma organização da sociedade civil, e também como membro do Ministério Público do Estado de São Paulo, do qual tenho orgulho de integrar há 31 anos, e também membro do Órgão Especial do Colégio de Procuradores.

Muito obrigado pelo privilégio deste espaço nesta audiência e fico à disposição para eventuais esclarecimentos complementares.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Dr. Roberto.

Eu já passo imediatamente aqui a palavra ao Leonardo Estrela Borges, que é advogado especialista da Confederação Nacional das Indústrias (CNI).

O SR. LEONARDO ESTRELA BORGES (Para expor.) – Bom dia. Bom dia a todos os presentes. Bom dia aos que acompanham à distância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu gostaria, Senador Izalci, de agradecer, em nome do Presidente Robson, o convite. Eu acho que o Dr. Roberto acabou de dizer da importância do tema, da importância do debate, e eu acho que a CNI tem muito a contribuir para isso, porque, há mais de 60 anos, fazemos representação de interesse.

Na verdade, a CNI é uma entidade com 85 anos que sempre fez uma representação transparente, uma representação aberta, uma representação idônea. Eu acho que a grande prova disso é o documento que sempre entregamos a todos os Parlamentares, que é público, que é a *Agenda Legislativa da Indústria*, em que temos todos os projetos de lei, a análise deles e o nosso posicionamento: se somos convergentes, se somos divergentes, se há alguma ressalva a ser feita, se há alguma possibilidade de melhoria. .

Nesse sentido, já de pronto, temos que dizer que a CNI é favorável a esse projeto. Eu acho que é um projeto de extrema relevância exatamente por trazer maior segurança jurídica e uma maior transparência nesse ambiente negocial, o que é absolutamente salutar e necessário em uma democracia. Mas, mais que isso, eu acho que aqui, até pelo tempo que eu tenho, eu gostaria de focar em dois, talvez três pontos, e a análise que eu vou fazer é uma análise estritamente jurídica.

Apesar de estar aqui representando a Confederação Nacional da Indústria, eu não faço representação de interesses; eu sou advogado. E quais são os pontos que eu gostaria de destacar? São pontos esses – e aí vai um tremendo elogio também ao Deputado Lafayette, que, como Relator na Câmara dos Deputados, abriu também este espaço para a gente poder se manifestar – em que, na verdade, há algumas inquietações; e quando digo isso é para que o projeto de lei, de certo modo, quando for aprovado, contemple tais inquietações, que são inquietações jurídicas. E a primeira delas é exatamente a relevância e a caracterização das entidades sindicais em toda essa discussão.

Na verdade, a CNI não é favorável a simplesmente estar isenta de qualquer tipo de regra, mesmo porque cumprimos praticamente todas as regras de todos os textos já em tramitação no Congresso Nacional a tratar do tema, mas somos uma entidade sindical de representação superior, e isso tem que ser levado em consideração. Por quê? Porque temos um mandamento constitucional para fazer a representação de interesses, e não do interesse de empresa X, Y ou Z, mas de todo um setor econômico que representa 30% do PIB deste país – representamos um setor econômico que possui atividades as mais distintas possíveis, que vai desde a indústria aeroespacial até o setor têxtil, passando por bebidas, mineração e geração de energia elétrica. Então não há como simplesmente desconsiderar esse mandamento constitucional do art. 8º, que nos foi conferido pelo Constituinte de 1988 e que vem, desde a década de 40, 50, na CLT, com uma representação sindical piramidal em que eu tenho na base as empresas formadas por associações ou sindicatos, federações de indústrias estaduais como a Fiesp, Firjan, Fiemg e companhia e, depois, uma representação sindical de âmbito nacional, que é a CNI.

Nesse sentido, levando esse aspecto constitucional em consideração, eu acho que alguns pontos do projeto merecem, sim, ser destacados ou melhor trabalhados. Eu, por exemplo, tenho minhas dúvidas jurídicas acerca da possibilidade de responsabilização de uma entidade sindical representativa de âmbito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacional relacionada ao impedimento, à suspensão de suas atividades. Tenho mesmo. Por quê? Porque suspender a representação de uma entidade sindical como a CNI, que representa um setor econômico, é prejudicar várias outras atividades empresariais importantíssimas para o desenvolvimento deste país.

Então, na verdade, quando a gente trabalha com essa ideia de adequação, e sobre isso eu estou muito seguro para falar aqui, não teremos o menor problema em cadastramento, registro, transparência. Isso já é feito na minha instituição, mas é absolutamente necessário que diferenciemos todas as atividades e toda representação de *lobby* existente, toda representação de interesse existente neste país, porque a importância da minha entidade está ao longo do texto constitucional, não só lá no art. 8º. Temos, por exemplo, assim como a Mesa do Senado, assim com a Mesa da Câmara dos Deputados, assim como o Presidente da República, inclusive legitimação para propor um controle direito de constitucionalidade e de normas devido a essa importância que nos foi concedida juridicamente.

Nesse sentido, um outro aspecto que merece também ser destacado e merece ser também ponderado no projeto de lei é a existência da separação de Poderes. Falando de modo geral, assim, pode parecer, pode soar um pouco estranho, mas é preciso ter em mente que a representação de interesses é absolutamente particular em cada Poder. A representação de interesses no Poder Executivo – estamos aqui com a Dra. Izabela, que vem da CGU, que tem essa possibilidade de controlar, tem como função controlar a representação no Poder Executivo –, ela é completamente distinta da representação de interesses aqui, no Congresso Nacional, que é completamente distinta da representação de interesses no Judiciário. Eu não tenho dúvidas de que o projeto possa contemplar os três Poderes, mas garantindo a particularidade de cada um, ou seja, tendo um grau de abstração e generalidade que permita que cada Poder o adeque e adeque as regras de transparência à sua própria realidade.

O Congresso Nacional é a Casa do Povo. Aqui, o que precisamos é de acesso, acesso transparente, mas acesso, exatamente para efetivar o princípio democrático. Já no Poder Executivo e no Judiciário, eu preciso de acesso, mesmo porque o Judiciário, cada vez mais, é levado a decidir questões que não são estritamente jurídicas, mas questões políticas, e o Poder Executivo, cada vez mais, normatiza agências reguladoras, uma atuação, às vezes, por decretos autônomos, decretos regulamentares, mas são atuações diferentes. No Congresso Nacional, a população encontra o Parlamentar nos corredores, o que não acontece no Poder Judiciário e o que não acontece no Poder Executivo. Então é preciso que essas particularidades estejam refletidas, sim, no projeto de lei.

Eu gostaria de, enfim, terminar apenas não como inquietação, mas concordando com o Dr. Roberto quando ele diz que determinados instrumentos e determinados mecanismos não podem ser confundidos com burocratização, mas, ao mesmo tempo, é preciso ter em mente que o princípio basilar de qualquer projeto relacionado à representação de interesses tem que ser o do acesso isonômico, como muito bem pontuou a Dra. Izabela antes de mim. É exatamente essa isonomia – que não é um tratamento igualitário,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

plenamente igualitário, porque esse pode ser injusto –, é exatamente nesse tratamento isonômico que eu acho que devemos também ter o foco.

Aí, enquanto representante de uma entidade sindical de grau superior, representativa de todo um setor econômico, eu acho, sim, que podemos ter algumas particularidades no projeto de lei. E quem me diz isso é o próprio texto constitucional.

Eu fico aqui à disposição depois, para qualquer tipo de informação. Já me coloco, Senador Izalci, à disposição também do Senado, da relatoria, para qualquer, enfim, qualquer dúvida, qualquer comentário, e para auxiliar na aprovação desse projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Leonardo.

Eu vou passar para uma... Vou intercalar quem está de videoconferência... O Sr. Mártin, que é o nosso Consultor da Confederação Nacional dos Municípios.

O SR. MÁRTIN HAEBERLIN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bom dia a todos, muito bom dia, Presidente.

Gostaria de saudar o Presidente, Senador Izalci Lucas, e os demais Parlamentares presentes, os demais membros que hoje falam, tanto presencialmente como virtualmente, em especial aqueles que me antecederam, e suas excelentes falas.

Eu farei aqui uma fala bastante breve, e é uma fala com um recorte muito específico.

Esse recorte específico tem a ver com o fato de eu ser Consultor Jurídico da Confederação Nacional de Municípios – então, pensando esse projeto para efeito dos municípios –, e eu faço isso com duas perguntas que me vieram após a leitura do projeto.

Fui convidado para falar nesta audiência pública anteontem. Eu me deparei com o projeto, eu o li atentamente e me perguntei, após a sua leitura, se ele é republicano e se ele é federativo – as duas perguntas: se ele é republicano e se ele é federativo.

A justificativa do PL é absolutamente razoável, essa regulamentação é absolutamente necessária, o projeto é muito bem redigido – muito bem redigido... É nítido que há um aprofundamento de um estudo relacionado a esse projeto, e há algumas questões ali muito relevantes, que tocam não apenas a representação de interesses em si, mas também algumas questões correlatas, que envolvem transparência e integridade, como muito bem falado pela Secretária Izabela, tocando em alguns princípios. Eu cito aqui uma delas, e ela tem a ver com a necessidade, a obrigatoriedade de se estabelecer programas de integridade junto a órgãos públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês sabem que nós, na Confederação Nacional de Municípios, ajudamos bastante com a confecção da nova Lei de Licitações, e há lá, no parágrafo único do art. 11 da nova Lei de Licitações, aquilo que eu costumo chamar de "finalidade escondida", porque nós temos aquelas finalidades que são usuais às licitações: a contratação da proposta mais vantajosa, a isonomia, a sustentabilidade... Nós temos novos objetivos lá na nova Lei de Licitações, como, por exemplo, evitar sobrepreço, evitar superfaturamento, preços manifestamente inexequíveis, mas nós temos uma finalidade escondida, que é justamente o estabelecimento de programas de integridade e mecanismos de governança às contratações públicas, só que é uma finalidade que está um pouco escondida na nova Lei de Licitações e que fica explícita aqui no PL 2.914, especialmente ali no art. 15, que trata justamente desta obrigatoriedade.

Então, assim, em relação à primeira pergunta, eu não tenho dúvida alguma: é um projeto absolutamente republicano, é um projeto que vem para cuidar da coisa pública, em especial da necessidade de transparência, de colocar um pouco de luz, luz solar, nesse breu que acontece de decisões administrativas que são, às vezes, realizadas, infelizmente, às sombras, um pouco parecido com o que eu estou aqui. Hoje o Sol me coloca um pouco no breu. Então, é sair desse breu e ir de volta para a luz solar.

Eu não tenho dúvida de que o projeto, portanto, é absolutamente republicano e é necessário, não obstante alguns problemas pontuais. Talvez o maior deles, aquele citado pelo Sr. Roberto Livianu, que me antecedeu, é aquele relacionado às hospitalidades. Isso é um problema bastante sério neste projeto. Eu entendo também que é um problema pontual aquele que aparece lá no art. 5º do projeto, que trata da possibilidade de representação de interesses sem qualquer tipo de mandato ou sem qualquer tipo de contrato. Esses são problemas pontuais que podem ser resolvidos.

A grande questão que me toca aqui, como representante da Confederação Nacional de Municípios, é a segunda pergunta: este projeto tem teor federativo? E aqui eu tenho, na verdade, não uma dúvida sobre se ele tem teor federativo, mas eu tenho uma sugestão relacionada a este projeto, e essa sugestão toca em algo que foi resolvido – e parece muito bem resolvido – na Lei de Acesso à Informação, na Lei 12.527. E por que digo isso? É porque lá na Lei de Acesso à Informação é muito claro que a Lei de Acesso à Informação toca como destinatários nos estados e nos municípios também, quando, no seu art. 1º, coloca isso de maneira explícita, dizendo que essa lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados por União, estados, Distrito Federal e municípios. Isso é colocado também no seu parágrafo único quando fala dos órgãos públicos integrantes da administração direta do Poder Executivo, das cortes de contas, sem recortar a União federal, e faz isso também à administração indireta, sem recortar a União federal.

Não me parece, salvo melhor juízo, que essa clareza exista em relação a este PL. E por quê? É porque, quando nós lemos o art. 1º do PL, nós vemos que esta lei dispõe sobre a representação de interesses realizada por pessoas naturais ou jurídicas perante agentes públicos integrantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, com o fim de efetivar as garantias constitucionais, a transparência e o acesso à informação, previstos... E ele cita alguns dispositivos. E, ao tratar dos órgãos, trata

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

particularmente da administração pública direta, inclusive o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público da União, e, ao falar de Tribunal de Contas da União e Ministério Público da União, parece se restringir ao órgão federal maior, ao ente federal maior. A bem da verdade, municípios e estados – falo aqui mais particularmente, me importando com os municípios – aparecem duas vezes neste projeto. Literalmente, aparecem duas vezes neste projeto: no art. 7º, §2º, que trata da legitimidade da representação de agente político perante agentes públicos de municípios e de estados; e, depois, no seu art. 24, inciso VIII, em que fala das pessoas expostas politicamente, sendo que, ali, no inciso VIII, diz muito claramente que, dentre essas pessoas expostas politicamente, estão os Prefeitos, os Vice-Prefeitos, os secretários municipais, os presidentes de pessoas jurídicas de direito público e privado da administração indireta – então, autarquias, fundações públicas, empresas estatais (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – É lá, não é? (*Pausa.*)

Eu vou passar ao próximo. Retomando, a gente volta com o...

Vou passar a palavra à Carolina Venuto, que é a nossa Presidente da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig).

A SRA. CAROLINA VENUTO – Muito obrigada, Senador Izalci.

Quero aqui desejar um ótimo dia a todos.

E já começo ressaltando que é uma felicidade enorme para a Abrig estar aqui hoje...

O SR. MÁRTIN HAEBERLIN (Para expor. *Por videoconferência.*) – ... tendo como recorte a administração pública federal, à semelhança do que acontece, por exemplo, com a Lei de Processo Administrativo Federal, a 9.784. Só que esta lei aqui me parece ter a vocação de uma lei nacional, de conteúdo nacional, ou seja, independentemente dos recortes relacionados aos entes federados, porque esses problemas que tocam possíveis violações de isonomia, de transparência, de integridade, mesmo de ilegalidade, acontecem também para os entes menores. E eu falo aqui, em especial, em relação aos municípios; são os mesmos problemas, são as decisões administrativas... Claro, eventualmente, não têm a mesma grande, especialmente em ordem de valores, mas aqui no projeto, por exemplo, trata de decisões relacionadas a licitações públicas e fase interna de licitação pública, coisa que existe nos municípios, ou outras decisões administrativas ou projetos de leis municipais. E esses carecem também de uma regulamentação; ou seja, essa lei me parece ter um teor de uma lei nacional. E só fazendo isso de modo claro e expresso que eu posso ter a segurança de que a lei será aplicada também para os entes menores.

A única – e assim eu termino a minha breve fala – recomendação ou sugestão ou orientação, conhecendo os municípios como nós conhecemos – e há municípios muito pequenos –, é que eventualmente eu tenha algumas regras de transição, especialmente relacionadas a municípios menores. É difícil acreditar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, num breve tempo, alguns municípios consigam realizar seus programas de integridade, por exemplo. Então, com alguns temperamentos relacionados à transição para os municípios; parece-me que é necessário colocar explicitamente que esta lei ela é uma lei nacional, e uma fórmula possível para isso é adotar um artigo primeiro mais semelhante àquele que aparece na Lei de Acesso à Informação e menos de como aparece no PL.

Pela atenção de vocês, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado.

Deu uma falha, mas acho que deu para complementar o raciocínio.

Devolvo a palavra agora à nossa Carolina Venuto.

A SRA. CAROLINA VENUTO (Para expor.) – Bom, mais uma vez bom dia a todos.

É uma felicidade enorme para Abrig, para mim especialmente e para a Abrig, porque hoje, Senador, é o aniversário da Abrig. A gente completa hoje 16 anos, e a história da nossa entidade conversa muito com a história do que a gente está falando aqui, que é a regulamentação da atividade que hoje a gente chama de RIG.

E eu acho importante a gente fazer um breve histórico sobre isso, até para gente entender como e por que chegamos aqui e também para refutar alguns questionamentos que alegam que essa votação tenha ocorrido de forma açodada.

A Abrig é a associação que representa hoje mais de 300 associados, pessoas físicas e mais de 30 empresas que atuam com relações institucionais e governamentais, ficando todos submetidos ao nosso código e ao conselho de ética da entidade. Toda a nossa diretoria voluntária. Então, todos nós exercemos efetivamente essa atividade. Estamos aqui, seja no Congresso Nacional, seja nas instâncias estaduais e municipais, mas essa diretoria é toda voluntária, e a gente atua com base em alguns pilares, que são, em especial, a capacitação desses profissionais e dessas empresas; o acúmulo de informação; o relacionamento, *networking* – claro!; o reconhecimento das boas práticas; e, principalmente, a regulamentação da atividade de RIG.

A nossa entidade foi fundada em 2007, não por coincidência o mesmo ano de apresentação do Projeto 1.202, então a gente vem crescendo junto com essa discussão.

E é importante dizer que, em 2016, em uma assembleia geral, a Abrig aprovou, por unanimidade de seus associados, que iríamos, sim, buscar pela regulamentação, refutando a tese de que nem mesmo os lobistas tinham interesse em ser regulamentados. Então, hoje, desde 2016, isso já é um parâmetro da nossa entidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mesmo ano e como consequência também desse ato da nossa assembleia, a atividade é incluída na Classificação Brasileira de Ocupações. Para a gente, é muito nítida a diferença de um reconhecimento estatal. A partir daí, a gente vê também ser aprovado na CCJ da Câmara o Substitutivo ao 1.202. Em 2017, a primeira urgência é aprovada também no Plenário da Câmara.

Em 2018, a gente lança o Prêmio Marco Maciel, que é a maior premiação do setor – e, aqui, eu tomo a liberdade, Senador Izalci, de reforçar o convite que foi feito ao senhor, e faço isso, na pessoa do senhor, a todas as outras autoridades, para estarem conosco no próximo dia 30 de agosto, no Panteão da Pátria. É uma oportunidade em que a Abrig reconhece as boas práticas desse setor. Sabemos que a nossa obrigação, ainda que antes da regulamentação, é incentivar boas práticas. Então, o Prêmio Marco Maciel vem com esse intuito.

Em 2020, a gente faz também uma prática recomendada, em parceria com a ABNT, também entendendo que a regulamentação não depende só da gente, também imbuída desse espírito de preparar esses profissionais e as empresas que atuam com isso, para que, quando haja uma lei regulamentando, esses profissionais já estejam atuando conforme as melhores práticas. Então, a gente lança essa prática recomendada em 2020.

Em 2021, a gente também lança o primeiro estudo nacional sobre a regulamentação, em que a gente traz o que foi feito nos outros países, nos Estados Unidos, os modelos, os parâmetros para a nossa discussão, quais são as recomendações da OCDE para esse debate e, sim, quais são as recomendações da Abrig para não só a legislação que venha a sair, mas para qualquer ato, seja do Executivo, seja do Legislativo, que trate sobre o assunto.

A gente ressalta também, em 2020, como a Secretária Izabela colocou aqui, com muita alegria, o decreto do e-Agenda, que tem sido, inclusive, uma plataforma de apoio aos profissionais que trabalham na área para construção de estratégias, para fiscalização, para acompanhamento do debate.

E, também, em 2021, a gente protocola uma petição *online*, que é uma mobilização, é um *advocacy* que a nossa entidade faz, pedindo a regulamentação não só para o Presidente da Casa, Arthur Lira, mas para todos os envolvidos no debate.

E, sim, em 2022, a gente participa da audiência pública na Ctasp, junto com a maioria das entidades que estão aqui, parabenizando não só o Deputado Lafayette, por incentivar e fomentar esse debate, mas também o Deputado Augusto Coutinho, que foi o relator na Ctasp dessa matéria. Todas as entidades foram ouvidas e recebidas nessa oportunidade.

E, como fruto de um grande acordo que ocorreu na Câmara, esse projeto é, também, aprovado na forma do substitutivo do Deputado Lafayette, em 2022, que não só foi discutido em audiência pública, mas também no Plenário. Esse projeto esteve na pauta do Plenário mais de uma vez, não foi votado de forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

açodada. Então, todas as entidades foram não só convidadas, mas foi aberta a possibilidade de participar desse debate.

Em 2023, agora, já mais próximo, a gente tem o projeto recebido no Senado e designado o Senador Izalci para ser o Relator dessa matéria.

A gente, também, louva, com muita satisfação, o convite feito pela CGU para a Abrig integrar o Conselho de Transparência. Isso, para a gente, é um reconhecimento da nossa atuação e do nosso debate nesse assunto.

E aí a gente começa a reflexão. O que a gente já tem sobre regulamentação dessa atividade? É importante frisar que há quem diga que o *lobby* não é legal, e é importante dizer que o *lobby* não só é legal como é constitucional. Quando a Constituição nos garante o direito de petição, ela está reconhecendo a possibilidade de defendermos os nossos interesses junto aos tomadores de decisão, e a gente tem uma série de outros normativos que tocam esses agentes da relação, sejam os agentes públicos, sejam os agentes privados, como já foi colocado aqui: a Lei de Conflito de Interesses, a Lei da Empresa Limpa, o próprio Código de Conduta da Alta Administração, o Código Penal, enfim, tem uma série de regulamentos que tocam esses agentes. O que a gente não tem hoje é exatamente uma lei que defina como, o que, quando e onde essa relação pode acontecer, e é exatamente o que a gente julga de extrema relevância que seja trazido para o debate.

Eu sou advogada de formação, estou até vendo o Prof. Walter, uma honra estar aqui com o senhor hoje. Aliás, foi um dos meus primeiros empregadores, então, Dr. Walter, muito feliz em estar aqui com o senhor!

Sou advogada de formação e para a gente é muito clara a importância de ter uma carta que não só nos diga o que tem que ser feito, mas principalmente o que é nossa prerrogativa de ser feito, para a gente é muito importante que essa lei traga segurança não só para os agentes públicos, que por fato é importantíssimo, mas também para esses agentes privados que estão exercendo essa atividade. Então, para a gente a regulamentação é fundamental, para trazer essa função pedagógica, ajudar a desmistificar, legitimar e também organizar o setor. Hoje, a gente não tem dados oficiais sobre quem somos e onde estamos, então, a gente acredita que isso é muito importante.

A transparência também já foi bastante colocada aqui: por óbvio, é um dos principais objetivos da regulamentação, mas não pode ser o único objetivo, é importante também que essa transparência não iniba a participação social por torná-la cara, por torná-la burocrática. A participação social é muito importante que seja levada em consideração na feitura desse projeto, e essa participação tem que ser pensada nos novos tempos. O que quer dizer "novos tempos"? A nova forma de exercer essa atividade. Já tem bastante tempo que essa atividade não é feita mais por alguém que tem uma boa agenda telefônica. Eu sou mulher e sou jovem, acho que eu sou a personificação do novo tempo em que essa atividade hoje é realizada e também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos novos profissionais que estão nela, clientes e autoridades. O fato de a regulamentação não ter saído até hoje não é de todo ruim, porque esse debate se amadureceu muito nesse longo da história, então essa participação precisa ser levada em consideração.

Além disso, ela é muito importante para o desenvolvimento econômico. A gente, como entidade, por vezes recebe informações de multinacionais que deixam de atuar no país por terem insegurança. Os Estados Unidos e a União Europeia têm regras muito rígidas com relação à defesa de interesses, então há essa insegurança para a atuação de multinacionais e até para a atração de investimentos.

Eu queria aqui saudar o parecer do Deputado Lafayette. A gente entende que ele trouxe uma série de avanços importantes, e principalmente quando ele inverte o ônus da transparência. O que isso quer dizer? Ao invés de colocar o ônus no profissional de representação de interesses, de publicizar, de manter, de dar segurança aos dados, ele coloca isso na mão do poder público. Isso é muito importante para o *enforcement*, essa centralidade das informações, e eu acho que o e-Agendas é um exemplo muito exitoso da importância de que essas informações estejam centralizadas numa plataforma única.

Saudamos também a inclusão dos três Poderes em transparência ativa e destacamos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CAROLINA VENUTO – ... como de fundamental importância o respeito aos sigilos, Senador Izalci, aos sigilos legais e empresariais, em especial dos documentos. Existe uma lei no nosso país que garante a proteção e privacidade de dados, e em momento nenhum o texto do Deputado Lafayette proíbe a publicização dos documentos, ele apenas resguarda sigilos que são legalmente resguardados. Então, entendemos que isso é um ponto muito importante.

A gente entende também como muito importantes os dispositivos que incentivam a participação, que colocam para o tomador de decisão a importância de ouvir todos os lados da discussão e também de denunciar caso esse dever e possibilidade de escuta seja cerceado. E aqui eu coloco como um dos grandes avanços desse texto do Lafayette a previsão também do assédio, Senador Izalci. É a primeira legislação que vai tratar do assédio dos representantes de interesse privado no exercício da defesa de interesses. A gente tem o resguardo dessas pessoas no âmbito público e no âmbito exclusivamente privado, mas, quando diz da relação entre o público e privado, não há nenhuma legislação hoje que resguarda a questão do assédio.

A gente também entende como muito importante a diferenciação da representação profissional da participação social, que deve ser garantida de uma forma diferenciada. A gente também destaca, como bem colocou a CNI, as diferenças da participação. E aqui é muito importante porque, às vezes, quem estuda bastante a representação de interesses, às vezes está em São Paulo, às vezes está no Rio, não vive a realidade dela aqui nos corredores do Congresso Nacional, no âmbito do Executivo. E o Deputado Lafayette foi muito habilidoso em trazer regras que sejam claras, mas assim como a CNI colocou, que sejam adaptáveis às diferentes dinâmicas que a gente tem de representação de interesses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão dos brindes e das hospitalidades a gente entendeu que foi um avanço bastante significativo, e ele não inova no ordenamento, ele apenas replica o que já está hoje no Código de Conduta da Alta Administração ao âmbito do Legislativo, entendendo, por assim dizer, de forma muito acertada.

Por fim, a questão do credenciamento, que acho que é o principal ponto aqui, que foi trazido pela CNI, que é o ponto do acesso. A gente entende também muito importante quando ele define o credenciamento em âmbitos igualitários para outras entidades e outras pessoas que exercem atividade no âmbito privado, no âmbito aqui do Congresso Nacional.

E, para finalizar, a gente entende que ele avançou bastante também nos dispositivos das penalidades que eventualmente ocorram quando ele estabelece a gradação de pena e quando ele traz essa dosimetria e também traz um procedimento mais plural e ético na análise dessas penalidades.

Para fechar aqui rapidamente a minha fala, a gente fez um compilado, Senador, e até quero deixar aqui com o senhor, de tudo o que a gente vem ouvindo na imprensa. E aí a gente faz um material que também fica disponibilizado nas nossas redes, o que é fato e o que é *fake* neste debate. Eu vou deixar com o senhor. E para quem quiser escutar e entender um pouquinho mais de tudo isso que a gente falou, tem um estudo também sobre a regulamentação da nossa atividade, que está lá na nossa página.

E, rapidamente, os principais questionamentos que a gente ouviu, como eu já coloquei aqui, que este debate foi feito às pressas e, do nosso ponto de vista, a primeira matéria a tramitar aqui é de 1984, então em mais de 30 anos já foram mais de 15 propostas analisadas. A questão dos presentes e das hospitalidades a gente entende que foi acertada em equiparação ao que está no Código de Conduta da Alta Administração. A questão do sigilo dos presentes, dos documentos, também foi fruto de bastante questionamento, e a gente entende que há que se resguardar o sigilo legal e empresarial. Sobre a participação, teve gente que disse que o projeto vai inviabilizar a participação social e a gente entende que é muito antes pelo contrário, quando a gente define regras isonômicas e não burocráticas, claro, ele garante condições iguais para todo mundo acessar. Quero, mais uma vez aqui, também fazer coro ao que foi trazido pela CNI, da legitimidade constitucional dos sindicatos.

E, com isso, Senador, eu encerro a minha fala, mas, claro, ficando à disposição do senhor, da Comissão, e agradecendo também a participação dos meus colegas de mesa presenciais e virtuais.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Carolina.

Eu vou passar agora a palavra para a Andréa Gozetto, que é a Diretora Executiva da Gozetto & Associados Consultoria Estratégica.

A SRA. ANDRÉA GOZETTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá! Muito bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de agradecer, em primeiro momento aqui, ao Senador Izalci por ter provocado esta discussão.

Eu tive a honra de participar da audiência pública que aconteceu na Câmara dos Deputados no ano passado. Infelizmente, o projeto foi a Plenário e não tramitou como poderia ter tramitado pelas Comissões, de uma forma um tanto quanto mais lenta, mas eu, enquanto representante de uma rede de organizações da sociedade civil em 2022, me senti contemplada, e nós conseguimos ser ouvidos, mesmo nesse processo um pouco mais rápido, quando o projeto foi levado a Plenário.

Mas eu gostaria de agradecer aqui pelo convite. Mais uma vez, a RAC faz a minha indicação como especialista. Então, hoje falo como especialista.

Como o Dr. Roberto Livianu colocou anteriormente, eu sou uma especialista em *lobby advocacy*, tenho estudado esse tema há mais de 20 anos e, no ano passado, tive a grande honra de coordenar o SubGT Regulamentação do *Lobby* da Rede Advocacy Colaborativo, que tinha uma composição de mais ou menos 22 organizações da sociedade civil, que diuturnamente fazem *lobby advocacy* na Câmara e no Senado. Então, é uma grande honra estar aqui, sendo ouvida pelos meus pares.

Eu acho que a primeira questão que precisa ser colocada é que não existe uma competição aqui entre as organizações que têm essa possibilidade de fala. Todos estamos aqui tentando trazer aprimoramentos para um projeto de lei que, como o Mártin já colocou, é absolutamente necessário. Eu, particularmente, sou favorável à aprovação desse projeto de lei, mas acredito que ele precise de alguns aprimoramentos.

Enquanto representante aqui dessa rede de organizações, me foi pedido que eu fizesse a defesa específica de duas emendas que já foram protocoladas pelo Senador Alessandro Vieira. Então, eu concordo, de forma geral, com todos os argumentos que foram colocados aqui e, inclusive, tenho muita empatia pelo Senador Izalci Lucas, porque o papel do Relator é sempre um papel muito difícil; afinal de contas, é o tomador de decisão que vai ter que fazer a combinação de todas essas soluções que são trazidas pelos grupos de interesse, e isso é democracia.

Então, eu fico muito feliz de estar participando deste momento glorioso da democracia, quando os grupos de interesse podem efetivamente dar a sua opinião sobre a forma como as políticas públicas devem ser construídas.

E aqui, especificamente, então, eu gostaria de falar um pouquinho sobre as contribuições positivas do *lobby*, única e exclusivamente para reforçar o quanto é importante que essa regulamentação efetivamente ocorra.

Então, a primeira questão que eu gostaria de ressaltar é que, com a regulamentação do *lobby*, a gente vai trazer mais informações sobre os temas da pauta decisória. Nós vamos ter também uma visão mais completa sobre os problemas coletivos que estão em debate pelos nossos representantes. Vai haver também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma maior proximidade entre as preferências dos grupos de interesse em ação e o resultado da decisão. E todos esses elementos combinados vão garantir maior legitimidade da decisão em função da abertura do processo decisório à participação da sociedade civil, como bem disse a minha colega Carolina Venuto. Então, regulamentar o *lobby* é efetivamente garantir uma maior participação da sociedade civil e do mercado ao processo decisório, uma vez que isso será feito de forma transparente, e nós precisamos de muito mais transparência e mais *accountability* para que esse processo decisório efetivamente possa ser escrutinado.

E aí eu gostaria de trazer também quatro pontos que, do meu ponto de vista, são fundamentais para a regulamentação. Então, por que a gente regulamenta o *lobby* de forma geral? Em primeiro lugar, para difundir informações sobre lobistas, decisores e as interações que eles mantêm; para catalogar e estipular um órgão para administrar esses registros, o credenciamento ou o cadastro; para estabelecer padrões de interação entre os lobistas e os agentes públicos; e o mais importante, do meu ponto de vista, para facilitar o escrutínio e a participação pública fomentando a isonomia. Aí é importante que a gente ressalte que o processo decisório pode ser escrutinado detalhadamente e o conhecimento dos cidadãos sobre a forma como o sistema político e seus atores se relacionam é aprimorado com a regulamentação do *lobby*. Então, ela é realmente algo necessário e – como Carolina colocou também –, já há mais de 30 anos, em debate no Congresso Nacional, não é? Conseguimos aprovar a reforma tributária. Por que não aprovar a regulamentação do *lobby*?

Bom, quando a gente olha para as boas práticas de regulamentação em perspectiva comparada, nós vamos ver que o que é fundamental para que haja uma boa regulamentação do *lobby*? Uma definição clara do que seja *lobby* ou representação de interesses; a garantia de mecanismos de prestação de contas, penalidades e eficiência de execução; a literatura internacional especializada diz claramente que o registro dos representantes deveria ser obrigatório, então, essa não é a minha opinião, é a opinião da bibliografia aqui especializada; a publicidade de informações; a igualdade de oportunidades; e a quarentena.

Do ponto de vista da robustez das regulamentações do *lobby* que existem ao redor do mundo, eu trago aqui três exemplos que eu acho que são os exemplos mais importantes para o debate que a gente está fazendo, que são Estados Unidos, Canadá e Chile. A robustez da regulamentação nos Estados Unidos é alta e, no Canadá e no Chile, ela é média. E, ao analisar os instrumentos trazidos por esse projeto de lei em específico, a gente percebe que a robustez da regulamentação no Brasil, caso esse projeto seja aprovado, seria média, o que não é ruim.

Bom, nós temos casos de bastante sucesso de regulamentação nos Estados Unidos, que foi o primeiro país a regulamentar o *lobby* em 1946, pelo The Federal Regulation of Lobbying Act e U. S. The Administrative Procedure Act. Toda essa documentação foi aprimorada de forma bastante expressiva, em 2007, e essa regulamentação tem se transformado em uma grande referência. A regulamentação norte-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

americana tem três pontos fundamentais: foca em mais monitoramento, na identificação do lobista e em penalidades fortes.

Temos também uma regulamentação bem importante no Canadá, que começa a sua escalada na regulamentação em 1989 e, em 2008, faz uma alteração bem significativa também com The Lobbying Act.

E aqui no Canadá a gente tem, em comparação aos Estados Unidos, menos monitoramento, um foco bastante forte no registro dos agentes e penalidades fortes também.

E, por último, o Chile, que, no meu ponto de vista, é efetivamente o exemplo que os legisladores brasileiros têm utilizado, a referência que tem sido utilizada, que é uma robustez média e que foca em três pontos específicos. No Chile o *lobby* foi regulamentado em 2014 pela Lei 20.730, e o foco recai sobre o monitoramento da dinâmica entre grupos de interesse e agentes públicos, desobrigando os lobistas ou organizações de registro. Cabe também ao tomador de decisão a obrigação de catalogar mensalmente os encontros realizados com lobistas ou gestores de interesses na plataforma *online*. O Roberto Liviano fez alusão ao InfoLobby, que realmente é um sistema muito interessante e vale a pena ser conhecido por todos os brasileiros. E essa regulamentação do Chile é uma regulamentação mais branda com relação às penalidades.

Bom, qual o ponto sensível que eu gostaria de trazer aqui para essa audiência? Eu gostaria de falar especificamente com relação ao credenciamento e a governança dos dados que a regulamentação do *lobby* vai ensejar. Então, um ponto sensível relacionado ao credenciamento: o projeto dispõe que entidades do poder público deverão designar, em seus respectivos âmbitos, órgão único responsável pela regulamentação do credenciamento e órgão único responsável pelo processo de credenciamento, mediante solicitação dos lobistas.

Aí a RAC sugeriu ao Senador Alessandro Vieira que protocolasse duas emendas. Então, aqui eu gostaria de fazer menção específica à Emenda 1 e à Emenda 4. A Emenda 1 fala especificamente da possibilidade da criação de um cadastro para além do credenciamento, no qual os representantes de interesse que pretendam atuar perante determinado órgão tenham os seus dados profissionais previamente registrados, independentemente de lhes ser conferido um credenciamento para ingresso nas dependências físicas do órgão ou instituição.

A ideia aqui é que cada órgão implemente e alimente um mesmo sistema de cadastramento, que comporá uma base única de lobistas, que a gente está chamando aqui de Agenda Eletrônica Nacional. Dessa forma, garante-se que os dados sejam organizados em uma mesma estrutura, podendo ser facilmente atualizados por qualquer órgão e consultados em um único lugar. Trata-se de conferir acessibilidade e transparência às informações de representantes de interesse, de forma efetiva, a toda a sociedade, alinhado com o objetivo do presente PL.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A esse respeito, inclusive, eu gostaria de ressaltar que a Transparência Internacional recomenda o cadastramento dos lobistas, a fim de que se tornem conhecidos os grupos de interesse presentes quando da tomada de decisão de política ou da elaboração de uma lei.

Também é importante ressaltar que, durante a tramitação do projeto de lei na Câmara dos Deputados, estava pensado ao 1.202 o Projeto de Lei 1.535, de autoria do Carlos Zarattini, que expressamente distinguia o cadastro do credenciamento. Então, eu gostaria muito de pedir ao Senador Izalci Lucas e à sua equipe que dessem uma atenção especial a essa questão, porque ela é bastante importante. Como a própria Carolina colocou, hoje a gente não tem uma base de dados que nos diga quem efetivamente são os grupos de interesse que fazem *lobby* e *advocacy* no Congresso Nacional.

E, por último, eu gostaria de defender a Emenda 4, também do Senador Alessandro Vieira, fazendo alusão, inclusive, a algo que o próprio Mártin colocou sobre a Lei de Licitações. A Lei de Licitações trouxe uma grande inovação, que foi o Portal Nacional de Contratações Públicas. Esse portal nacional possui, inclusive, um comitê gestor.

E qual é a nossa grande preocupação, do ponto de vista da transparência e do *accountability? Q*uando o projeto de lei sugere, dispõe que cada órgão terá o seu próprio credenciamento, isso vai gerar uma impossibilidade de trabalhar com esses dados de forma agregada. Então, o projeto, como está redigido hoje, determina que cada poder público e cada órgão da administração constitua um banco de dados. Se cada órgão do poder público, nas três esferas de competência, dispuser de um banco de dados, não vai haver a possibilidade de acesso às informações geradas de forma centralizada e efetiva. Na verdade, essa enormidade de bancos de dados vai ser uma despesa inútil aos cidadãos e também aos *watchdogs*, porque como nós vamos fazer, como a gente vai fazer um bom gerenciamento, uma boa gestão desses dados? Vai ser impossível, porque são muito fragmentados. É por isso que a gente está sugerindo a criação de uma agência nacional eletrônica.

E aí eu gostaria, inclusive, de parabenizar a CGU pela criação do e-Agendas. Eu acho que foi, do ponto de vista da transparência, um dos grandes avanços, uma das grandes inovações dos últimos anos no Brasil. E esse sistema de agendas eletrônicas da CGU, o e-Agendas, tem um código. Esse código poderia ser adaptado para a criação dessa agenda nacional eletrônica e poderia ser, inclusive, oferecido a estados e municípios também. Isso, de certa forma, deixaria a preocupação do Mártin um pouco menor, e isso é muito importante. E é muito importante que a gente entenda também que a governança dos dados é fundamental.

Com isso, eu encerro a minha participação.

Muito obrigada, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Andréa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar agora à Celina Pereira, que está representando o Francisco, lá da Secretaria Extraordinária para a Transformação do Estado, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

A SRA. CELINA PEREIRA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Eu gostaria, primeiramente, de cumprimentar o Senador Izalci, as Senadoras e Senadores aqui presentes, bem como as demais pessoas que estão aqui no recinto, de cumprimentar os meus colegas de mesa que estão aí e os que estão remotamente também.

Pelo Governo, senhoras e senhores, a gente sabe que o protagonismo a respeito desse tema é da CGU. Então, nós aqui, do MGI, vamos ser meros coadjuvantes no suporte que a gente dá a tantas outras pautas nessa agenda que a Controladoria-Geral da União, com tanta propriedade, trouxe ao nosso conhecimento, esclarecendo também pontos que são extremamente relevantes para a administração pública como um todo.

Vou trazer, então, breves comentários que venham a complementar aquilo que já foi apresentado pela Secretária Izabela Correa.

Bom, primeiro, eu convido os senhores e as senhoras para a gente partir de algumas premissas que, para nós do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, são essenciais. A primeira delas é a de que o Estado é um pacto entre a sociedade e as instituições públicas que a governam.

Então, o Estado não existe *per se*; ele é fruto dessa pactuação que é feita com diversos atores da sociedade e ele tem que ser responsivo a esses atores. Essa é a primeira premissa.

A segunda é que a gente tem um permanente desafio da administração pública de assegurar que a esfera pública seja aderente ao Estado ao qual ela deve servir, e que essa esfera pública seja também capaz de atender às necessidades da população, que são o fim último da nossa atuação.

Onde que entra o Ministério da Gestão e da Inovação nesse contexto? Bom, basicamente em tudo; em tudo porque a gente tem o mandato de produzir a transformação do Estado no escopo das políticas de gestão pública que estão sob a nossa competência, e as políticas que estão sob a nossa competência são basicamente todas. E a gente está falando tanto de políticas públicas de suporte quanto de políticas públicas finalísticas propriamente ditas, porque o Ministério da Gestão e da Inovação, além de cuidar de gestão de pessoas, além de cuidar de gestão de estatais, além de cuidar de gestão do patrimônio da União, a gente também atua para viabilizar a realização, a implementação, a formulação de políticas públicas por parte de todos os ministérios. A gente está pensando, por exemplo, em destinação de patrimônio público da União para fins sociais, na atuação da SPU. A gente está pensando de que maneira as empresas públicas podem ter uma governança mais robusta, de maneira que sirvam de fato e atendam aos propósitos para os quais foram criadas. A gente está pensando numa secretaria de governo digital que seja capaz de pensar na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

digitalização, na inteligência artificial, na capacidade do estado de se modernizar para que, no final das contas, atenda melhor ao público, ao povo, à sociedade.

Um novo Estado, então – e é esse que a gente persegue –, nasce de um processo de exploração de como promover a expansão desses limites e das possibilidades proporcionados por esse conjunto de políticas públicas, instrumentos associados a ele. E nisso a gente está falando, nada mais, nada menos do que de gestão pública.

Nesse sentido, senhoras e senhores, é essencial que o Estado esteja ancorado em ferramentas que promovam a boa governança, entendida aqui como fruto da interação entre os atores estatais e não estatais, com foco claro de melhores entregas de serviço e melhores provisões de serviços públicos e de políticas públicas.

Para nós, do MGI – e aí é onde entra a nossa interlocução mais direta com esse tema que está em debate –, a regulamentação da intermediação dos interesses deve, sem dúvida nenhuma, estar pautada nos valores do acesso e da legitimidade e, sobretudo, na produção de políticas públicas por meio da escuta, do diálogo e da participação social, que são, nada mais, nada menos, do que decorrência do princípio democrático. E que essa normatização venha por meio de um texto claro que viabilize – e não prejudique – a transparência.

Nessa esteira, a gente acredita no Ministério da Gestão e Inovação, presidido pela Ministra Esther Dweck, no sentido de que a gente pode construir, juntos, uma administração pública inclusiva, verde e digital, que é o que a gente persegue todos os dias dentro da atuação do órgão.

Agradeço a oportunidade e estou à disposição para quaisquer questões que se fizerem colocadas aqui no nosso dia de hoje.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Celina.

Já passo a palavra ao Wagner Parente, que é Conselheiro do Instituto de Relações Governamentais.

O SR. WAGNER PARENTE (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos.

É um prazer para mim estar aqui hoje, representando o instituto Irelgov.

Eu agradeço especialmente ao Senador Izalci pelo convite, aos meus colegas de Mesa e, principalmente, na pessoa da Carol Venuto, aos meus colegas de profissão que estão aqui hoje, que certamente serão os principais afetados por essa regulação, mas não somente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje o Irelgov tem 206 pessoas físicas – então, são lobistas, por assim dizer, devidamente cadastrados no nosso instituto – e mais 41 empresas jurídicas, Senador. Então, esse grupo de aproximadamente 400 profissionais eu garanto que tem um baita orgulho de trabalhar junto aos Poderes constituídos, e a gente entende a essencialidade dessa atividade da mesma forma como entendemos a essencialidade do trabalho de um advogado, de um jornalista. A gente entende que a base das discussões que a gente teve até aqui – e, como bem falou a Dra. Carol, isso vem desde a primeira metade da década de 80 – foi fundamental para que a gente chegasse a esse ponto com uma maturidade de discussão, pela qual a gente possa olhar para os detalhes. Então, tudo que foi trazido pela Dra. Andréa Gozetto, em relação a credenciamento e aos *benchmarks* internacionais do Chile, dos Estados Unidos, tudo isso foi extensamente discutido.

O Irelgov tem um papel de *think tank*. Então, a gente não visa a defender propriamente um posicionamento. O que a gente entende é que essa legislação precisa ser a melhor possível, porque ela está no âmago da nossa democracia, Senador.

Então, eu acho que o que foi trazido pela Dra. Izabela – e eu congratulo a CGU – é de fundamental importância. Talvez, na década de 80, a gente não tivesse um exemplo do que é e-Agenda, e, para quem trabalha com defesa de interesses – e eu trabalho com defesa de interesses – a gente pode falar: a diferença que faz você ter essa transparência no âmbito federal – do que a gente encontra nos estados e municípios – é absurda. E, se isso é para a gente, que tem alguma condição de fazer a defesa de interesse profissional, imagine para uma organização que não tem tantos recursos, para um ONG, para um membro da sociedade civil que está se estruturando ainda para fazer isso.

Então, o trabalho que a CGU fez, considerando os princípios de isonomia, de transparência, de promoção da integridade, sem dúvida colocam a barra para esta discussão que a gente está tendo aqui muito mais elevada. Então, eu acho que o que foi trazido aqui também em relação à Lei de Conflito de Interesses se soma à discussão que está tendo no Parlamento. As coisas não ficaram paradas desde o primeiro projeto de lei do Deputado Marco Maciel. Ele veio caminhando junto, e hoje a gente tem a Lei Anticorrupção, a gente tem uma série de institutos legais que permitem que a gente chegue aqui hoje e, de fato, tenha condições de tratar de uma legislação do *lobby* de forma muito mais estruturada.

Eu acredito que os pontos trazidos pelo Dr. Roberto, representante do Instituto Não Aceito Corrupção, também são super-relevantes. A discussão da hospitalidade veio várias vezes na nossa discussão dentro do instituto e merece, sim, uma análise pelo Senado.

Aliás, a gente precisa falar: todo posicionamento do Irelgov só sai mediante uma consulta a todos os associados. Então, a legitimidade que a gente traz, quando vem falar em nome do instituto, é desses 400 profissionais que estão com a gente dentro do instituto tentando trazer algum insumo para esta discussão.

Dentro dessa discussão que a gente trouxe dos 400 associados, um dos pontos principais, Senador, é a não incidência de uma barreira de entrada na atividade. De novo, o mais transparente possível... É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessária a transparência, mas, evidentemente, todas as vezes em que a gente coloca um requisito a mais para que a sociedade fale dentro do Parlamento, você está inibindo esse tipo de representação. E isso é algo que, como princípio, o Irelgov colocou como não desejável. A transparência nas atividades, na reputação da atividade é uma premissa do instituto também. Evidentemente, hoje existe um desconhecimento da nossa atividade, e a gente entende que a mera discussão dentro das Câmaras Legislativas já funciona para quebrar um pouco isso. Então é superimportante este tipo de discussão. E evidentemente há o profissionalismo. A gente entende que a atividade amadureceu demais, Senador. A gente que está há algum tempo nesta área vê o quanto os profissionais melhoraram, o quanto as consultorias melhoraram, o quanto a gente recebeu de insumos de fora, das multinacionais, que já atuam nisso há muito mais tempo. Isso fez com que a gente tivesse, sim, um posicionamento muito diferente na hora de lidar com um agente público.

Eu acredito que o histórico trazido pela Carol é super-relevante para a gente entender que essa discussão, apesar de estar começando agora no Senado, é embasada em anos de discussão. E, se o texto do Deputado Lafayette não é perfeito – e certamente ele será objeto de aperfeiçoamento do Senado –, ele contempla, sim, o máximo possível dos princípios defendidos pelos nossos associados. Então, da mesma forma como a Dra. Andréa trouxe essa questão de se sentir contemplada na tramitação, apesar de algumas reticências quanto à tramitação nas Comissões, a gente entende também que a maior parte desses princípios estão aqui contemplados neste texto.

Eu saúdo aqui a Secretaria de Gestão na pessoa da Dra. Celina. A gente entende que essa participação do Ministério da Gestão, em conjunto com a CGU, tem um potencial, sim, de trazer mais instrumento, mais credibilidade e de utilização desses dados. É muito nítido na fala da Dra. Andréa a preocupação científica: o que eu vou fazer com todos esses dados depois? Como é que eu vou juntar esse negócio e gerar inteligência para melhorar nossa atividade? E eu acho que esse papel junto da CGU é fundamental, junto com o Ministério da Gestão.

O Irelgov traz algumas sugestões objetivas.

No texto, Senador, a gente entende que a preocupação com o conflito de interesse e de um fato que acontece lá fora, que é a porta-giratória, os agentes públicos que voltam para o setor privado e vice-versa... A gente tem inúmeros casos lá fora; nos Estados Unidos, há escândalos bastante relevantes em diversas áreas, principalmente na área de saúde, lá no FDA. Enfim, mas não é o caso de entrar na particularidade. E, partindo daí, talvez a gente possa repensar um pouco o prazo que foi colocado lá naquele texto no art. 7º; a gente fez uma sugestão. A participação isonômica, sem dúvida, é um ganho. Então, na medida do possível, você trazer as posições contrárias eu acho que faz bastante sentido, e é principiológico também. A gente só precisa ver como é que fica a responsabilização do agente público que não consegue fazer isso ou que, de alguma forma, não contemple algum interesse; como é que fica a responsabilização dele em relação a isso acho que é um ponto sensível e que precisa ser avaliado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No art. 14, existe a sensibilidade quanto a manejo de informações. O texto contempla a expressão "agente público", e a gente sabe que o agente privado, quando está intermediando essa relação, também vai ter acesso a informações sigilosas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WAGNER PARENTE – Então, nada mais justo que ele também tenha o dever de sigilo, da mesma forma como já está no art. 14.

No art. 20, §20, em relação à responsabilização da pessoa jurídica, foi colocada no texto a possibilidade de uma multa proporcional ao faturamento. A gente entende que é um modelo adotado em outras legislações, mas, ao mesmo tempo, essa multa tende a ser bastante alta. Então é muito importante que essa multa seja embasada em um devido processo legal, e, no texto, não existe centralidade em um órgão que vá fazer esse processo. Então, preocupa um pouco que esse processo de determinação dessa pena não seja uniforme, dependendo do órgão. Então, para nós, seria mais razoável que houvesse um órgão que centralizasse esse processo, com o devido o processo legal e a garantia de ampla defesa e contraditório. A gente não define qual seria esse órgão – evidentemente que a CGU se destaca, mas, enfim, é uma questão que pode ser discutida aqui na Casa.

E, por fim, a nossa última sugestão seria que fosse feita uma análise de impacto regulatório, que é previsto na Lei de Liberdade Econômica, no art. 5º. A gente entende que, por exemplo, se isso fosse levado aos municípios, haveria um impacto orçamentário para que esses municípios se adequassem, e, evidentemente, isso precisa ser avaliado antes da imposição da obrigação.

Eu fico por aqui, Senador, à disposição.

Novamente, saúdo as Casas Legislativas por abrirem este espaço, e o Irelgov, nas pessoas do nosso Presidente Jorge Lima e da nossa Vice-Presidente Anna Paula Losi, também fica à disposição para que a gente possa acrescentar a mais nesse debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado.

Vou passar agora para a nossa Secretária-Geral de Consultoria da Advocacia-Geral da União, a Clarice Costa Calixto.

A SRA. CLARICE COSTA CALIXTO (*Por videoconferência.*) – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Bom dia.

A SRA. CLARICE COSTA CALIXTO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu gostaria muito de agradecer aqui, cumprimentar todos os Congressistas na pessoa do Presidente – e manifesto o nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconhecimento –, o Senador Izalci, por esse gesto de escuta ampla. Isso qualifica muito o debate democrático, é louvável. E faço referência também ao Deputado Lafayette de Andrada, Relator do texto final que saiu da Câmara dos Deputados. O Deputado Lafayette é um exemplo (*Falha no áudio.*)...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Vou passar para o Luiz Alberto dos Santos, enquanto a gente mantém contato lá com a Clarice.

Luiz Alberto, Consultor Legislativo e Colaborador do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS (Para expor.) – Muito bom dia a todos e a todas.

Meus agradecimentos ao Senador Izalci e à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado por ter convidado, enfim, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar para participar desta importantíssima audiência pública para a discussão e instrução do Projeto de Lei nº 2.914, de 2022.

Essa é uma matéria que eu tenho tido a satisfação de acompanhar com bastante profundidade desde antes mesmo da apresentação do Projeto de Lei 1.202, de 2007, pelo Deputado Carlos Zarattini, uma vez que, já em 2005, o pai do Deputado Carlos Zarattini, Ricardo Zarattini, apresentou um projeto na Câmara dos Deputados com o mesmo sentido, mas que, infelizmente, por razões regimentais, naquela época, não teve tramitação. Então, esse projeto foi efetivamente apresentado em 2007 e, desde então, acompanho muito de perto todos os debates a respeito dessa matéria, além de ter, evidentemente, também contribuído para essas discussões sob a perspectiva acadêmica, tendo sido esse o tema, a regularização do *lobby*, inclusive, da minha tese de doutorado.

Essa é uma questão que transcende, evidentemente, e muito, aquilo que seria o objeto de uma discussão local ou nacional, já que se trata de um fenômeno global.

Não estou conseguindo passar aqui a apresentação.

Então, não é um tema restrito ao nosso contexto, mas é um tema de âmbito mundial, que teve, inclusive, na experiência internacional, já no final do século XIX, as primeiras tentativas de regulamentação a partir de experiências travadas lá nos Estados Unidos, a partir de entidades subnacionais. Mas, particularmente nos últimos cem anos, tem sido objeto de abordagem por meio de estudos acadêmicos importantíssimos, como é o caso do livro publicado lá em 1908 pelo Arthur Bentley, *The Process of Government*, que trouxe grandes aportes, importantes aportes à reflexão sobre a atuação dos grupos de interesse e a necessidade de uma regulação da sua atividade.

E essa questão, de fato, foi abordada em maior profundidade a partir de 1946 pela legislação estadunidense, que trouxe à baila exatamente a necessidade de disciplinar essa questão do acesso ao processo decisório governamental e do exercício da influência legítima, precisamente a partir da sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transparência. E o interesse acadêmico e legislativo sobre essa matéria buscou sempre abordar precisamente a relevância do *lobby* como um instrumento para levar às autoridades governamentais informações, mas também precisamente a defesa de um interesse na perspectiva de que cada grupo tem o seu interesse. Então, do confronto entre esses interesses – e os federalistas nos Estados Unidos já tratavam disso –, é que se faz precisamente o exercício da democracia no contexto estadunidense, que deu origem a todo esse debate de regulação do *lobby*, e precisamente a preocupação pelo fato de que o sistema de regulação de *lobby* não deve impedir ou constranger o acesso ao governo, mas tornar esse acesso mais transparente, mais legítimo e, com isso, inclusive combater a corrupção. Mas existe ainda hoje um consenso difícil a respeito da influência dessa regulação, exatamente sobre o exercício da influência e sobre o sucesso dos grupos de interesse no exercício da sua atividade de representação.

Essa é uma questão que também vem sendo objeto de abordagem por instituições importantes, como é o caso da OCDE, que vem debruçando-se sobre esse tema já há muitos anos e, em 2009, publicou um estudo importantíssimo a respeito desse assunto, em que não apenas destaca o fato de que o *lobby* é uma realidade da democracia moderna, explicitamente reconhecido como legítimo e essencial e que pode trazer informações valiosas, mas, na perspectiva precisamente da transparência e da igualdade de acesso, regulamentar essa matéria no âmbito dos países-membros... E aí nós temos uma questão muito importante, que é a discussão a respeito dessa matéria, do ponto de vista dos seus prós e contras, ou seja, por que ter uma regulação de *lobby*? E aí existem, claro, preocupações legítimas, como as que já foram trazidas nesta Comissão, em relação à questão de a regulamentação criar barreiras à entrada ou eventualmente trazer alguns desequilíbrios ou dificuldades na participação de grupos menos poderosos no exercício da influência, ou também o estabelecimento de canais formais de participação que excluam a participação mais espontânea, por meio, por exemplo, da obrigatoriedade de ter um lobista profissional contratado. E finalmente a questão da confidencialidade, da discricionariedade do processo decisório governamental e a relação custo-benefício, ou seja, os custos que pode trazer uma regulamentação. Mas, do ponto de vista da sua necessidade, é basicamente reconhecido, em termos da legislação internacional e também das experiências concretas estudadas, que há uma necessidade, sim, de construção de uma institucionalidade política para promover maior deliberação, maior transparência e mais *accountability* – e, portanto, maior qualidade da democracia –, a partir precisamente do momento em que a sociedade saiba quem está, efetivamente, participando do jogo, participando de uma comunidade de interesses e efetivamente exercendo a influência sobre os tomadores de decisão. E para isso a regulamentação é necessária, exatamente para que o processo decisório e os interesses dos grupos perante os agentes públicos sejam mais transparentes e ao mesmo tempo que se fomente uma maior participação e *accountability* nesse processo.

Quando a gente ainda olha essa questão sob a perspectiva do que está acontecendo no mundo, é muito importante destacar a recomendação da OCDE de 2010, que trouxe alguns elementos importantes em termos de políticas a serem adotadas pelos países-membros – e é importante lembrar que o Brasil hoje é um país em processo de adesão à OCDE –, portanto os países-membros devem aderir, devem se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprometer em cumprir essas recomendações, em que a OCDE destaca exatamente a necessidade da igualdade de acesso para todos os atores privados e ao público em geral na participação do processo decisório, de modo que se possa também contrabalançar os interesses mais poderosos com aqueles menos poderosos e aumentando, com isso, a confiança da sociedade na tomada de decisões públicas e, a partir daí, requisitos de transparência e integridade que a OCDE defende, como as informações sobre os tipos de lobistas que atuam, os objetivos da atividade de *lobby*, quem são os beneficiários do *lobby*, os agentes públicos que são alvos dessa atuação, de onde vêm as pressões do *lobby*, como ele é financiado, habilitar as partes interessadas a promover o próprio controle e escrutínio dessas atividades e, portanto, estabelecer regras de transparência e profissionalismo que devam ser cumpridas por aqueles que atuam nessa atividade. Não se trata, portanto, aqui de estabelecer barreiras de entrada, mas, sim, de disciplinar o exercício de uma atividade que, por definição, tem guarida constitucional.

E há um tema presente, na verdade, não apenas nos países da OCDE, mas também em vários países da América Latina que já cumpriram algumas etapas na regulamentação do *lobby*. Temos uma série de países que já têm as suas legislações. E aí destaca-se a experiência estadunidense, talvez por ser a mais antiga, mas também a mais problemática, já que escândalos gravíssimos no exercício da atividade do *lobby* levaram a um aprofundamento, a um endurecimento até das regras de *lobby*. O escândalo Jack Abramoff é mundialmente conhecido, inclusive já foi abordado em obras cinematográficas, um negócio realmente que chocou o sistema político estadunidense e que levou à última reforma da lei, que foi em 2007. Mas, além disso, nós temos a própria Comissão Europeia, França, Parlamento Europeu, Canadá, Hungria, Polônia, Lituânia, Israel, Peru, aqui na América Latina, a Irlanda, o México e além deles, claro, Reino Unido, Alemanha – a Alemanha também é um dos países pioneiros – e particularmente, no caso da América Latina, o Chile. Mas o Chile tem que ser visto com uma certa cautela, porque a experiência de regulamentação do *lobby* chileno é uma regulamentação branda, uma regulamentação quase nula do ponto de vista efetivo do controle do *lobby*, assim uma atuação mais sobre as agendas das autoridades. E, no caso do Brasil, assim como Espanha, Colômbia e Argentina, nós ainda temos um processo de discussão com leis, buscando, inspiradas pela legislação internacional, cumprir também esse objetivo.

E em relação especificamente ao registro dos lobistas, vejam que é muito importante esse aspecto na perspectiva global, porque ele é obrigatório num grande número de países, particularmente os países que têm a experiência mais consolidada nessa matéria e é voluntário...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS – ... em alguns outros contextos, embora outros estabeleçam apenas regras relativas a requerimentos de audiência e acesso ao Parlamento. Então, são experiências bastante diversificadas nesse particular.

A representação de interesses no Brasil é um tema que decorre da própria Constituição de 1988, da consolidação da democracia, do nosso pluralismo limitado, com a expansão da própria democracia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participativa. E hoje, se nós observarmos a participação em conselhos de políticas públicas, vamos observar que as representações de interesses mais poderosas e bem organizadas estão presentes de forma esmagadora nesses colegiados, que já são uma porta de entrada para a representação de interesses. Mas nós precisamos ir muito além disso e, para isso, nós precisamos conciliar aquilo que a legislação já estabelece com novas medidas para tornar mais assegurada a transparência e integridade no processo de representação de interesses, sem perder de vista a sua legitimidade do ponto de vista constitucional. Mas ainda temos essa necessidade, portanto, de uma legislação sobre o *lobby* que supere essa lacuna e complemente aquilo que nós já temos, inclusive, em nível de decreto. Por exemplo, como já foi citado aqui, o Decreto 2.889, de 2021, que trouxe uma regulamentação para as agendas.

Também tivemos avanços importantes como a vedação do financiamento eleitoral por pessoas jurídicas, a própria Lei de Acesso à Informação, a Lei de Conflito de Interesses e a Lei Anticorrupção, mas que ainda não abordaram, na sua inteireza, a necessidade da regulamentação do *lobby*.

E, se a gente examinar as nossas tentativas, que são muitas... Como já foi dito aqui – a Profa. Andréa Gozetto mencionou também esse problema –, nós tivemos inúmeras tentativas de regulação do *lobby* e, apenas recentemente, depois de tanto tempo, depois da primeira experiência lá em 1984, com a tentativa de regulamentação pelo projeto do Senador Marco Maciel, tivemos a aprovação do projeto de lei do Deputado Zarattini, ao qual foi apensado o Projeto de Lei 4.391, do Poder Executivo, e um novo projeto do Deputado Zarattini apresentado em 2022, que, esse sim, seria – digamos até – o projeto ideal. Mas, infelizmente, dadas as circunstâncias, a Câmara dos Deputados aproveitou a oportunidade de regulamentação dessa matéria, fazendo uma conciliação de diversas proposições para tentar chegar àquilo que fosse mais fácil e mais viável em termos de aprovação.

Trata, portanto, o Projeto de Lei 2.914 da conclusão de um processo que começa lá em 1984, resultado da fusão de várias proposições. O Relator, na Câmara dos Deputados, acatou várias sugestões importantes, aperfeiçoando o processo. O projeto do Governo não era bom, é preciso registrar isso, e ele atende, de fato, concretamente aos compromissos com regras da OCDE, contribui para o aperfeiçoamento do sistema de integridade pública, sem ofender as garantias condicionais, e é uma lei federal, não é uma lei nacional, embora essa escolha seja, obviamente, de natureza política, à medida que a Constituição não é clara em relação à competência privativa da União ou competência concorrente em relação a essa matéria. Mas é um projeto que trata na perspectiva de uma regulação branda à média, não é uma regulamentação rigorosa como é a que nós temos, no caso, por exemplo, nos Estados Unidos da América, e é um projeto cuja aprovação, portanto, é necessária com alguns ajustes – alguns deles já foram aqui mencionados. Eu vou concluir aqui destacando algumas dessas questões.

Primeiro, a questão do registro obrigatório de lobistas. Nós temos ali a Emenda nº 1, já apresentada a esta Comissão pelo Senador Alessandro Vieira, além da Emenda nº 10, do Senador Sergio Moro, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

altera o art. 12, e é uma questão fundamental que deve ser abordada, portanto, por esta Casa e debatida na perspectiva do aperfeiçoamento do projeto.

A questão do tratamento isonômico, ou seja, o direito de ter, de fato, acesso aos tomadores de decisão de forma equilibrada e isonômica, é objeto da Emenda nº 2, do Senador Alessandro Vieira, e corrige lá o art. 10º, que trata apenas a participação isonômica em audiências públicas.

A redução das exclusões, daquilo que não é *lobby*, é abordada no art. 9º da Emenda nº 6, do Senador Alessandro Vieira, e é muito importante essa discussão sobre o que é ou não é atividade de *lobby*, como também lembrou aqui a Profa. Andréa Gozetto.

A questão das hospitalidades, já abordada também pelo Prof. Roberto Livianu, é muito importante que seja também revista por meio da aprovação da Emenda nº 5, do Senador Alessandro Vieira.

E, finalmente, uma questão crítica que é a fixação de limites para presentes, também objeto da Emenda nº 9, do Senador Sergio Moro, que altera o art. 16.

Além dessas questões já colocadas sob o crivo do Relator, eu chamo a atenção aqui para outros temas que poderiam também ser objeto de abordagem e aperfeiçoamento, como a abrangência do projeto em relação à inclusão da atuação em nome de pessoas físicas e empresas, e não somente de entidades de classe associativa, lá no art. 6º, harmonizando a redação com o art. 4º, inciso II, alínea "a".

Temos que também pensar criticamente sobre a vedação de pagamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS – ... de honorários de êxito – e aí já concluo, Senador –, na medida em que nós temos hoje uma prática comum de associar o pagamento do lobista ao êxito no atendimento daquela demanda que ele representa, e isso, na verdade, acaba sendo uma forma também de criar situações de corrupção. Lamentavelmente isso acontece, e eu acredito que a vedação de honorários de êxito ou cotalícios poderia contribuir para reduzir esse risco.

Temos ainda que ampliar o rol das condutas vedadas lá do art. 19 para incluir algumas condutas que, inclusive na legislação internacional, já são contempladas, como inclusive essa hipótese de alguém provocar a apresentação de uma proposição exatamente para buscar depois a contratação para obter a sua aprovação ou a sua rejeição. Então, isso aí é uma conduta que, em vários países, vem sendo penalizada, vem sendo vedada.

Finalmente, precisamos pensar também sobre a regra de quarentena para ex-agentes políticos. Num determinado ponto da discussão dessa matéria na Câmara dos Deputados, quando a Deputada Cristiane Brasil foi Relatora, ela chegou a incorporar essa previsão ao seu substitutivo. Infelizmente, essa discussão acabou sendo deixada de lado, e o projeto não trata da quarentena para ex-agentes políticos. Então, é preciso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhar também na perspectiva da isonomia de uma regra que diga que: "Olha, um ex-Parlamentar tem que cumprir uma quarentena. Ele não pode deixar de ser Parlamentar num dia e no outro dia já estar com o seu bóton, tendo acesso privilegiado ao Plenário, a todas as instâncias de deliberação da Casa, enquanto um profissional lobista ou um lobista representante de interesse de uma entidade não terá essa mesma faculdade".

E, finalmente, fundamental, em relação a esse tema, que também foi abordado pelo Dr. Wagner Parente, é a questão da publicidade das informações geradas a partir dos instrumentos de controle da atividade de *lobby*. Nós precisamos que esses dados sejam trabalhados no formato de dados abertos. Esse é um tema em que o Senador Izalci tem atuado profundamente, e acredito que essa previsão contribuiria também para facilitar o escrutínio e o exame dessas atividades.

Eu agradeço, mais uma vez, aqui a oportunidade. Concluo essa fala aqui, reiterando a importância da aprovação dessa proposição sem prejuízo dos aperfeiçoamentos que serão examinados aqui no âmbito do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Luiz.

Passo agora a palavra, então, ao Walter José Faiad de Moura, que é o nosso Presidente da Comissão Especial de Defesa do Consumidor do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

O SR. WALTER JOSÉ FAIAD DE MOURA (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu tentarei ser breve. Saúdo V. Exa., Senador da minha cidade – eu que sou nascido em Taguatinga –, professor que lecionou junto com o meu pai.

Peço licença a todos os colegas de mesa para saudá-los na pessoa da minha querida ex-aluna Dra. Carolina, que se desempenhou, hoje, muito bem, com muito orgulho para todos nós.

Eu tive o convite do Presidente do Conselho Federal, Dr. Beto Simonetti, que saúda a coragem de V. Exa., porque esse tema, Senador – V. Exa., que é muito corajoso –, é um tema de autoindagação, é um tema de autorreflexão para a atividade parlamentar no Brasil. Esse tema é tão caro à atividade legislativa e à relação Estado-cidadão que para quem o estuda, pós-doutor no assunto, esse é um dilema de todas as sociedades que se organizaram com anteparos não individuais. Se a gente observar a arquitetura dos templos lá do Egito, os templos do norte do continente africano, todos eles têm uma sala de anteparo – dizem que o Templo de Salomão, em Israel, tinha um anteparo –, e o anteparo nada mais é do que a construção física do *lobby*, que é o anteparo da sala do chefe. Então, todo chefe de Estado religioso tinha uma sala, o Oráculo de Delfos tinha uma sala em que poucas pessoas entravam, e essas poucas pessoas são os escolhidos da sociedade para fazerem essa correlação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí dizem que desmembram isso para representação parlamentar, é uma das teorias do Estado legislador; a outra é a tão sonhada democracia ou participação social do indivíduo no poder; e depois vem essa acepção norte-americana de falar "não, isto aqui é uma atividade agora que não é a representação parlamentar".

A advocacia se preocupa, enquanto uma das casas da cidadania, com que o Governo aprimore os mecanismos de atendimento ao cidadão. Eu não estou falando contra o *lobby*. A OAB é absolutamente a favor da regulamentação, mas uma questão que tem que ser tratada aqui – eu vou tentar balizar pelo lado do cidadão, porque eu sou ligado a ONG de defesa do consumidor. Talvez por isso que me colocaram aqui, com muita transparência – é: aqui a gente tem um grupo de interesse profissional que está se legitimando absolutamente de modo legal e legítimo, mas o Estado tem um dilema no Brasil. Qual é o dilema do Estado no Brasil, o dilema do município? É abrir a porta. É abrir a porta. Tem que ser um bom gestor. O Senador Izalci sabe; ele tem a porta aberta, ele não governa de porta fechada.

E aqui eu estou diante da Controladoria-Geral da União. Tem uma cultura no Estado brasileiro que não é a cultura canadense. Não dá para comparar o legislativo do Brasil e do Canadá. Eu estudo lá também, no Canadá. Não dá para comparar Brasil com a cultura presbiteriana, anglicana norte-americana, porque aqui a presunção, Dr. Wagner, é a desconfiança. A gente tem aqui a Lei de Gérson, em que se alguém entra com um crachá ou com uma pastinha – e isso serve para advogado – lá dentro da CGU, já vão para trás e falam: "caramba, chegou alguém do setor privado". A gente não tem uma cultura de o Estado tratar sem hipocrisia o particular.

Eu tenho casos neste país aqui para a gente olhar. Eu andei lendo, de anteontem para hoje, que existe uma ação civil pública contra o Prefeito de Sinop, salvo engano, ou de alguma cidade grande ali do Mato Grosso, porque uma empresa foi visitar o prefeito, dizendo "olha aqui, cabe um aeroporto". O promotor foi lá e ajuizou uma ação civil pública, que foi arquivada pelo juiz. Mas esse diálogo entre particular e setor público não é algo para que a nossa cultura se preparou. As nossas escolas não se prepararam para isso.

Essa lei é, na verdade, um grande arcabouço de regras que, na transversalidade – eu não queria falar essas palavras difíceis, não –, acabou juntando microssistemas normativos de outras áreas que regem a atividade pública e privada. E está bom. Está um bom instrumento, está uma boa ferramenta.

Eu fecho os olhos com tranquilidade para os modelos estrangeiros, porque eu não posso comparar aquela tirinha, aquele filete de país, que é o Chile, que só funciona ali no meio norte, o resto, com todo respeito – a geografia dele é assim, a demografia dele é assim, a geopolítica dele é assim –, com este país. Eu não posso comparar.

Eu vi ali Alemanha, Suíça. Como é que eu vou comparar Alemanha e Suíça com o Brasil? Zero, para a atividade de representação é zero. A gente tem que construir um... A gente não tem que ter vergonha e tem que ter honestidade e orgulho de construir um modelo 100% brasileiro, Senador – 100% brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Ah, mas lá na Suíça...". Deixa a Suíça para lá. Na Suíça o gestor chega para trabalhar de bicicleta. Então não vamos comparar. Então, os parâmetros são diferentes.

E, do ponto de vista da OAB, o que tem de função institucional foi muito bem colocado pelo art. 9º.

Há uma preocupação da advocacia. É corporativista? Óbvio que é, não posso mentir aqui, como é a dos contadores também. Mas o sistema jurisdicional pressupõe uma técnica específica do bacharelado e o rito de que tem que ter procuração nos autos. Então, o art. 9º bem disciplinou, por exclusão, a atividade advocatícia. Qual é aquela? O ingresso em processo em que vai haver um conflito de interesse a ser dirimido por um órgão estatal, seja administrativo, seja judicial. Esse papel ficou recolhido ali pela advocacia e isso daí contempla uma separação muito bem feita.

Agora, do ponto de vista final da minha fala, é um orgulho ver as entidades se fortalecendo, é um orgulho para um cidadão – e aqui eu tiro o chapéu de advogado e falo como cidadão: é um orgulho –, porque eu vejo que nós estamos jogando luz onde a hipocrisia tampava. A hipocrisia é que faz sombra na atividade do *lobby*. Aliás, os nomes *advocacy* e *lobby* podiam ser substituídos por alguma coisa brasileira que tirasse essa carga pejorativa que tem sobre essa atividade, que é absolutamente lícita. Quando a gente estuda ciências políticas, não existe como falar em formulação de política pública nem em representatividade se não for com grupos de interesse, grupos de pressão, e aí vem a nomenclatura científica para isso.

A preocupação específica aqui dos consumidores, que foi também já colocada, diz respeito à assimetria de grupos de representação. E quando eu digo assimetria, eu tenho um setor que é profissionalizado, permanente, estruturado e bem remunerado e, de outro lado, eu tenho um grupo tímido, despreparado, com desconhecimento, desconte e sem uma cultura para a representação, que são os chamados vulneráveis ou hipossuficientes, e o Brasil é cheio deles, a gente tem de tudo aqui no Brasil nesses setores. Hoje quem arbitra isso é o Senador, é o Deputado, é o Prefeito, que fala: "Caramba, eu vou ouvir esse sujeito aqui com um ouvido tal, e esse com outro". Ele é o grande juiz que equilibra isso. E essa norma vem meio que orientar, talvez, o agente público para falar: como é que eu vou balizar esse desequilíbrio?

O ponto para que eu chamo a atenção em nome de entidades como o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), como o Ibedec, como a Frente Brasileira pelos Poupadores, que são entes de defesa do consumidor, é que, Dra. Izabela, nessas portas de acesso à sociedade civil, a burocratização funciona para o controle de dados e futuro controle sobre inteligência artificial, isso está muito bem entendido. Mas seria bom pensar em que aspecto o grupo de rendeiras lá de Tabatinga – não Taguatinga, mas Tabatinga, no Amazonas, existe isso – vai conseguir trazer um impacto aqui sobre um projeto de lei em que pareça um grupo de *lobby*, mas não entre... Até que ponto essa burocratização da representação não vai fechar a porta para grupos que são absolutamente avessos, até semialfabetizados à tecnologia, ao crachá? Esta Casa aqui, por exemplo, é uma casa em que você entra de cocar, entra como bem quiser.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a reflexão que nós trazemos aqui em nome de consumidores e de grupos vulneráveis é que talvez a legislação se aplique ao profissional permanente, mas ela não pode, de nenhuma forma, restringir a atuação de grupos menores, desorganizados e avessos ou em que a burocracia seja um sarrafo intransponível para eles.

Eu acho que o projeto de lei tem gargalo sobre isso. Está começando o debate agora, e nós vamos trazer contribuições pela Comissão de Defesa do Consumir.

Devolvo a palavra, pedindo a desculpa por passar de três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado.

Restabeleceu-se a conexão lá da Clarice Costa Calixto, da AGU.

A SRA. CLARICE COSTA CALIXTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito. Bom dia, Senador. Novamente, bom dia. Bom dia a todas as pessoas presentes. Cumprimento novamente todos os Congressistas na pessoa do Presidente. Repito a relevância para a gente deste momento de escuta ampla, Senador Izalci.

Eu estava dizendo, quando a internet caiu, da nossa referência ao Deputado Lafayette de Andrada, o Relator do testo final que saiu da Câmara. O Deputado Lafayette é um Congressista que tem sido muito atento a iniciativas importantes que estão relacionadas à segurança jurídica, ao papel da advocacia pública na ação estatal. Então, é muito importante em todos os debates que a gente tem tratado no Parlamento.

Cumprimento também todas as colegas e os colegas que hoje se apresentam aqui. Foi muito bom para a gente, como instituição, representando aqui a AGU, poder escutar tanta gente incrível, tanto debate interessante. Cumprimento todas as cidadãs e os cidadãos que nos escutam hoje, que estão acompanhando este diálogo.

Eu venho em nome do Ministro Jorge Messias. Agradeço o convite para participação da Advocacia-Geral da União. Atualmente, estou como Secretária-Geral na AGU, e o Senado é uma Casa em que a gente enxerga uma enorme contribuição para os maiores debates de que o Brasil precisa. Então, falar nesta Casa é sempre uma honra.

Muito obrigada, Senador.

Entrando na temática que é o foco das nossas reflexões hoje, queria trazer aqui a posição da AGU, que é uma posição no sentido de que essa regulamentação da atuação dos grupos de interesse desempenhe um papel vital no panorama democrático. Não é só nacional, é global, como vários expositores já apresentaram aqui hoje, e a gente precisa falar, cada vez mais, da democracia, dos desafios democráticos. Estamos num momento político no Brasil, no mundo, em que o fortalecimento das instituições democráticas tem que ser o nosso principal desafio. Então, todos os debates que, de certa forma, fortalecem a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

democracia precisam ser priorizados. Neste ano de 2023, a AGU está completando 30 anos, e a gente tem dito, é um lema da AGU neste ano, que nós estamos a serviço da defesa da democracia e a serviço das políticas públicas. Então, nesse contexto, ter a oportunidade de contribuir nos debates sobre um PL como esse é importante demais.

O tema da representação de interesses a gente considera uma peça essencial para garantir representatividade à integridade do processo político. A gente precisa promover, no Brasil, um ambiente de negócios mais seguro, mais previsível, e a gente enxerga enormes oportunidades para isso.

As experiências reais em diferentes países, como já foi citado aqui, oferecem *insights*. Concordo com a manifestação do meu colega advogado, que falou pela OAB, no sentido de que a gente não consegue importar soluções prontas, porque cultura política importa muito num tema como esse, mas é claro que a gente pode, ao mesmo tempo, ao observar, refletir e compreender o que tem possibilidade de ser aproveitado ou não aqui.

Se a gente pensa nas complexidades de cada contexto, é importante lembrar como é que a União Europeia conseguiu adotar medidas significativas para aumentar a transparência nas atividades de grupos de interesse.

O registro de transparência é uma referência. Eu trago aqui... Relembro o art. 11, do Tratado da União Europeia, que fala que as instituições, recorrendo aos meios adequados, dão aos cidadãos e às associações representativas a possibilidade de expressarem e partilharem, publicamente, seus pontos de vista sobre todos os domínios de ação da União Europeia. Então, esse artigo deixa isso muito claro. Diz: olha, as instituições têm que estabelecer um diálogo aberto, transparente e regular com as associações representativas, com a sociedade civil.

Os estudos sobre essa experiência europeia demonstram que os regramentos permitiram um acompanhamento mais próximo das interações entre os grupos de interesse e as instituições governamentais. Com isso, ganha-se em transparência, em confiança nas instituições políticas, que também é algo absolutamente essencial para a democracia.

Nos Estados Unidos, já foi dito aqui, há um esforço enorme, contínuo, de debater e aprimorar esse tema, inclusive do ponto de vista do vínculo com a questão do financiamento de campanhas eleitorais.

Então, por mais que a gente possa fazer debates, a gente sabe que existe muito sobre a eficácia dessas medidas, até que ponto elas deram ou não certo naqueles contextos, e elas exemplificam uma preocupação que nos parece essencial no debate desse PL, que é a preocupação em equilibrar o campo do jogo político com a questão de uma expressão, de uma possibilidade de diálogos e influências mais diretas na tomada de decisão do poder público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parece-me que as lições essenciais a serem aprendidas são a importância de se encontrar equilíbrio entre os limites, os contornos da regulamentação, de maneira a se ter o máximo de diálogo, naturalizar o diálogo entre iniciativa privada e poder público, sem qualquer traço de hipocrisia ou qualquer traço... Uma premissa de desconfiança, porque essa não nos ajuda em nada a buscar soluções.

A regulamentação tem que ser projetada de maneira a promover essa transparência com os melhores princípios, as melhores dinâmicas que a gente já aprendeu no país, de maneira que a gente consiga promover responsabilidade sem cercear uma expressão legítima de diferentes pontos de vista.

Então, cada país enfrenta desafios únicos, mas a implementação depende, portanto, de uma capacidade nossa de compreender as nossas circunstâncias locais e garantir a isonomia de que muito já se falou hoje nesta audiência.

Em síntese, a regulamentação da atuação de pontos de interesse nos parece ser um tema essencial, é peça-chave no quebra-cabeça da democracia moderna. Ela assegura que as vozes dos cidadãos sejam ouvidas, respeitadas...

É importante a gente proteger a democracia contra influências distorcidas e fornecer um alicerce para o crescimento econômico com segurança jurídica.

Então, aprender com as experiências reais de diversos países, moldar uma regulamentação em que a gente acredite, preservar a integridade do processo político, tudo isso contribui para um ambiente de negócios, um ambiente de defesa de direitos mais confiável, mais estável.

Então, Senador, a nossa presença aqui hoje, o motivo pelo qual a AGU alegremente se coloca hoje aqui, neste debate, é para dizer que nós reafirmamos a nossa disposição para dialogar sobre a temática, aprofundar reflexões. Consideramos que este Congresso Nacional tem toda a condição de construir, chegar a um bom termo, um excelente regramento, construído de maneira cuidadosa, dialógica, a partir de iniciativas como a desta audiência.

Muito obrigada pela oportunidade. Estou à disposição na Secretaria-Geral da AGU para a gente se aprofundar em todos os temas que serão necessários até chegarmos ao texto final deste projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Ótimo. Obrigado, Clarice.

Acho que concluímos aqui a fala dos convidados.

É um desafio muito grande essa regulamentação. Acho que o Walter falou de uma forma muito clara também.

Eu tive experiência como Deputado Distrital, como Deputado Federal por dois, três mandatos, como Secretário também por dois mandatos e agora como Senador, e a gente passou... É uma história, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

experiência forte. Eu percebo que a gente está muito distante do mundo real; a gente, muitas vezes, esquece, como foi dito, o mundo real e acaba decidindo muitas coisas sem conhecer o que está acontecendo na ponta. Talvez por falta de políticas públicas de Estado – porque aqui são políticas de governos, tanto municipal como estadual e federal –, a gente não tenha um acompanhamento de políticas públicas que tenham realmente um planejamento de médio e longo prazos. Normalmente os governos que entram acabam fazendo questão até de acabar com os programas dos governos anteriores.

Eu cheguei a ver, numa CPI aqui de que participei – eu participei de várias CPIs–, inclusive, e me lembro da CPI do Cachoeira, em que ele disse claramente, numa audiência aqui, que ele não financiava mais político, pois era muito mais fácil trabalhar diretamente nos ministérios. E isso fez parte do relatório.

É lógico que a gente vê muito a participação de segmentos da sociedade que têm um poder maior por potencial eleitoral. Então, aqui nós temos representações corporativas, lógico, médicos, contadores, advogados, empresários, trabalhadores... E, evidentemente, para conciliar esses interesses... Normalmente, as pessoas que vêm para o Parlamento vêm já com um foco em alguma área e normalmente se interessam por aquilo, dedicam-se àquilo. É evidente que a gente tem aqui esta experiência das Comissões: as Comissões têm a participação partidária e proporcional e muito ideológica. O que a gente percebe agora é que houve um avanço muito grande, pois estão tendo um poder muito grande de decisão, com as frentes parlamentares. Muitas vezes, elas municiam os Parlamentares de informação, pois grande parte dos Parlamentares não têm a capacidade de conhecer todas as áreas, e aqui você lida com todos os assuntos. Então, o que a gente percebe é que essas frentes estão ganhando importância na decisão em função das consultorias, das informações, dos dados que os Parlamentares recebem.

Primeiro, no aspecto do Executivo, eu aprendi isto: governar é eleger prioridades depois de ouvir a população, pois quem sabe o que é melhor é quem está lá na ponta, é quem está sofrendo, é quem sente as dificuldades. Então, o gestor público tem a responsabilidade de ouvir e implementar políticas para atender realmente à população.

E, nesse aspecto, o convencimento que a gente observa, pelo menos nessa experiência que tive, é o comando do Legislativo pelo Executivo, através de artifícios que muitas vezes não são tão republicanos, como a gente vê em determinadas matérias que são aprovadas em que é necessário fazer concessões em que muitas vezes as pessoas votam por orientação de Líderes, sem saberem exatamente o que que está votando.

Vou dar um exemplo aqui, clássico: a reforma tributária. Nós discutimos essa reforma há mais de 40 anos. Todo mundo é a favor da reforma tributária. Agora, qual reforma? Aí que são os detalhes. Quem assistiu à votação da reforma na Câmara, pôde perceber que, em meia hora, foram incluídas matérias que a maioria desconhecia. E houve todo um discurso, assim, de um feito monumental, que vai mudar o país, mas sequer leram, porque em meia hora não dá para ler tudo que foi incluído. E por que necessariamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

naquele momento teriam que ser liberadas emendas, não é? Para ter um discurso bonito daquele? Se fosse um projeto convincente e oportuno, não precisaria ter acontecido tudo a que a gente assistiu.

Então, são ponderações que a gente coloca para a gente refletir.

Porque eu sou mais centro-liberal, vamos dizer assim, eu vejo, por exemplo, que a iniciativa privada há muitos anos tem dificuldades no país em termos de legislação, não tem segurança jurídica. Talvez exatamente pela cultura; nós não temos uma cultura empreendedora nas escolas. Aliás, a nossa educação é de péssima qualidade. Eu que já assisti... Quando cheguei aqui nos anos 70, as melhores escolas eram as escolas públicas. Agora você fala numa reforma tributária onde nós já temos a maior carga tributária do mundo, uma das maiores, e não temos nada em troca? Você não tem saúde, você não tem segurança, você não tem educação. Então, a gente tem que ter, lógico, muito cuidado para a gente não esquecer o mundo real e a realidade brasileira. De fato, você não pode comparar culturas diferentes, mas...

Eu até lembro uma entrevista do Ulysses Guimarães. Perguntaram para o Ulysses: "Mas esse Congresso está muito difícil, está muito ruim". Ele disse: "Você vai ver o próximo!".

Então, é uma questão com que gente tem que ter muito cuidado. Eu acho que nós temos bastantes organizações bem organizadas, bem estruturadas, mas tem um contingente muito grande realmente que está totalmente fora desse contexto e que muitas vezes precisa realmente de uma representação maior.

Por exemplo, eu participo das frentes todas. Talvez por ser de Brasília para mim é mais fácil. E, como sou contador, sou auditor e fui professor a vida toda, a gente conhece um pouquinho de cada matéria. Eu entrei na política pela educação e ciência e tecnologia, mas conheço a área tributária, conheço um pouco – e pela experiência também no Executivo –, mas a gente percebe que a gente precisa ter o contraponto mais claro também, porque, por exemplo, as frentes são muito municiadas com informação mais voltada para o interesse da frente. O agro... É difícil aprovar uma matéria hoje que não passe pela Frente do Agro; é difícil você votar uma matéria hoje que não passa pela Frente do Comércio e Serviços, pela Frente de Logística. Então, matérias desses interesses, dessas áreas têm uma influência muito grande à frente, agora precisaria, proporcionalmente, ter um contraponto, exatamente para que os Parlamentares possam refletir e votar de uma forma que seja mais democrática.

Agora, essa organização é que está sendo construída já há algum tempo.

Então, é lógico, essa discussão já foi feita na Câmara – o Lafayette esteve aqui conosco na primeira audiência –, mas precisamos dar uma ajustada no texto.

Depois desta audiência agora, evidentemente nós ainda vamos dar um prazo para novas sugestões – acho que foram colocados aqui alguns pontos que a gente pode ainda aperfeiçoar no projeto –, mas a nossa intenção realmente é relatar o mais rápido possível, para que a gente possa votar nesta Comissão e tentar votar o requerimento de urgência para ir para o Plenário também. Então, de minha parte, o nosso objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é votar ainda essa matéria neste ano. É evidente que vai depender muito ainda aqui da Comissão, vai depender da aprovação do regime para a gente ir para o Plenário, mas acho que é uma matéria que já foi bastante discutida e que a gente pode aperfeiçoar em função das observações que foram feitas aqui.

Em função do adiantar da hora, eu vou colocar aqui algumas perguntas que foram feitas e vou passar rapidamente para as considerações finais a quem quiser fazer alguma consideração, para a gente fazer o encerramento, então, desta audiência.

Pelo Portal e-Cidadania, Adailton de Oliveira, da Bahia: "[...] [Considerando o] art. 16 [do projeto], como [...] [assegurar] que uma oferta não [...] [envolve] conflito de interesses?".

Pedro Francisco, de São Paulo: "Como a disponibilidade de informações e a transparência impactam na concretização das garantias asseguradas pela Constituição?". "Como a disponibilidade de informações e a transparência impactam na concretização das garantias asseguradas pela Constituição?", Pedro Francisco.

Valéria Emerik, daqui do Distrito Federal: "De que forma esse projeto efetiva o exercício das garantias constitucionais, na prática?".

Eu vou passar para as considerações finais para aqueles que quiserem. Vou passar para a parte virtual primeiro.

Mártin Haeberlin, para as suas considerações, Mártin.

O SR. MÁRTIN HAEBERLIN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Presidente, dado o adiantado da hora, gostaria de uma vez mais agradecer esta oportunidade e fundamentalmente colocar a Confederação Nacional de Municípios à disposição de V. Exa. e de todos os demais membros naquilo que for necessário e suficiente para levar esse projeto adiante, mas reforço, enfatizo mais uma vez que tenha a participação dos municípios.

Muito obrigado pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado.

Clarice Costa. (*Pausa.*)

Clarice, está mudo o seu...

A SRA. CLARICE COSTA CALIXTO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu não consigo ter controle do microfone. Opa, agora sim.

Só quero agradecer novamente a oportunidade, Senador.

É um prazer, pela Advocacia-Geral da União, poder estar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Clarice.

Andréa Cristina. (*Pausa.*)

A Andréa Gozetto está fora? (*Pausa.*)

Roberto, Roberto Livianu.

O SR. ROBERTO LIVIANU (Para expor. *Por videoconferência*.) – ... liberar o microfone.

Ah, sim, agora sim.

Obrigado, Senador, por essa oportunidade.

Muito rapidamente, eu queria só fazer um comentário. Quando se falou a respeito do açodamento da discussão na Câmara – eu fiz essa colocação e a representante da Abrig a rebateu –, queria deixar muito claro: de fato, houve uma discussão que durou muitos anos na Câmara a respeito da regulação do *lobby*, isso, inclusive, foi objeto de colocações de vários expositores aqui. Isso é fato público e notório, todos nós sabemos que essa discussão vem de longa data. Havia, inclusive, um projeto que já estava na Câmara há quase 20 anos. O que eu quis dizer com açodamento – e a Profa. Andréa Gozetto, na sua exposição, de uma certa maneira reforçou – foi o seguinte: havia um debate com o Deputado Bonifácio, que era conduzido muito bem na Câmara, em que se estabelecia que se ia ouvir a sociedade civil, e num determinado momento aprovou-se a urgência de votação, e, com todo o respeito, a urgência de votação muitas vezes é inimiga da maturação democrática, não é? Como a Profa. Andréa salientou, não passou por Comissões. Aqui nós estamos numa Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle, aqui o Exmo. Sr. Senador Izalci Lucas ouve democraticamente as organizações, ouve os especialistas, pondera, amadurece, matura um debate. Na Câmara não houve isso. Apertou-se o modo de boiada, o modo urgência de votação, os projetos foram apensados, e tudo aquilo que estava se construindo de maneira pausada, cuidadosa, transformou-se em algo misturado e acelerado, que não foi o melhor resultado. Por isso é que nós estamos tendo esse trabalho aqui de fazer estas correções. Então, com todo respeito às opiniões divergentes, houve, sim, açodamento. Havia uma construção cuidadosa que estava sendo feita, construída, e não houve respeito a esta necessária construção cuidadosa. Não houve este respeito.

Existem problemas em relação às hospitalidades sem limites, inclusive o representante do Irelgov e outras organizações aqui reiteraram isso. Este é um problema que é apontado por muitas organizações como algo público e notório, não é? As outras organizações da RAC, Transparência Internacional, Transparência Brasil, Instituto Ethos e muitos especialistas apontam isto publicamente como um problema que precisa ser colocado.

A assistência, como o Senador Izalci trouxe... O Pedro e a Valéria indagam sobre transparência, sobre garantias constitucionais. Quero dizer a Pedro e Valéria, com todo o respeito, que de fato, Pedro, este

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto, como eu disse na minha primeira colocação, deve ser encarado como um projeto que serve como um instrumento garantidor de transparência. E o Brasil é signatário do Pacto dos Governos Abertos: em 2011, nós, ao lado de outras sete nações, assinamos este pacto e, com isso, assumimos a responsabilidade de sermos difusores no mundo de valores dos governos abertos, assim, precisamos sempre estimular estas práticas da transparência.

Por isso, é importante regular o *lobby*, Pedro. E garantias constitucionais é no sentido de termos equilíbrio nestas relações, isonomia, todos respeitando estas regras, ninguém ser desobrigado de respeitar os necessários cadastros, os necessários registros, todo mundo precisa cumprir a regra, bonitinho, direitinho, a lei é para todos – garantias constitucionais, isonomia constitucional.

Muito obrigado, Senador Izalci, mais uma vez o cumprimento pelo seu espírito democrático de ouvir a todos, dar espaço de, pausadamente, sem açodamento, amadurecer esta discussão, ouvir a todos. Vamos respeitar a opinião de todos, amadurecer, calibrar, ajustar, fazer aquelas necessárias correções de rota para que este instrumento, como bem colocou o Dr. Walter, não seja a solução importada da Suíça, a solução importada da Noruega, a solução importada do Chile. Podemos observar boas soluções, mas não importá-las cegamente para a nossa realidade, porque o Brasil tem peculiaridades muito singulares do Brasil. Então, precisamos construir uma solução que sirva para a nossa realidade, e a nossa realidade é muito especialíssima, por isso, é necessário ter cuidado, fazer os ajustes para que esta lei sirva às necessidades inerentes à dinâmica de comportamento, às dinâmicas do nosso país continental, bicameral e tão complexo que é o Brasil.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Roberto.

Passo agora, para as considerações finais, para Celina Pereira.

A SRA. CELINA PEREIRA (Para expor.) – Senador Izalci e demais presentes, eu só gostaria de agradecer o convite para a presença do Ministério da Gestão e da Inovação, em nome da Ministra Esther Dweck. Nós nos colocamos à disposição para participar da discussão em qualquer outro momento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Passo a palavra ao Wagner Parente, também para as considerações finais.

O SR. WAGNER PARENTE (Para expor.) – Senador, obrigado pelo convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em nome do Irelgov, coloco todo o instituto à disposição, caso qualquer desses pontos levantados por nós precise de qualquer aprofundamento, a gente traz aqui e volta no momento em que for necessário para que a gente amadureça este debate e a gente tenha a melhor regulamentação possível para a atividade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado.

Luiz Alberto de Santos, Diap.

O SR. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Izalci, mais uma vez por ter nos proporcionado essa oportunidade de contribuir para os debates a respeito desse tema.

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar é uma instituição criada, inclusive, para facilitar o processo de acompanhamento dos trabalhos do Congresso Nacional por parte das entidades sindicais representantes de trabalhadores. Portanto, é uma entidade que tem um profundo compromisso com a atuação como representante de interesses exatamente daqueles segmentos que, notoriamente, são os menos capazes de atuar no processo em função do poder econômico, ou seja, é uma entidade que tem a sua origem precisamente na necessidade de ampliar o acesso isonômico, particularmente sobre a perspectiva dos interesses dos trabalhadores.

E eu gostaria de lembrar, finalmente, que esse debate que se iniciou concretamente com a aprovação pela Câmara dos Deputados do projeto de lei do Deputado Zarattini, na verdade, foi o ápice de um processo que se inicia, como eu mencionei, em 1984, com a apresentação do primeiro projeto de lei aqui no Senado, pelo Senador Marco Maciel, que foi depois reapresentado e finalmente aprovado; ou seja, o Senado Federal já aprovou, no passado, uma regulamentação para o *Iobby*, embora fosse um projeto naquela época muito influenciado, praticamente decalcado da então legislação vigente nos Estados Unidos, que também era uma legislação com algumas falhas. Esse projeto, no entanto, a Câmara dos Deputados não aprovou, e isso permitiu que inúmeras outras iniciativas viessem a ser depois apresentadas. Eu contabilizei aqui 20 proposições legislativas, seja em termos de projetos de resolução, seja em projetos de lei, dos quais apenas o Projeto de Lei 1.202, de 2007, mais o projeto inicial do Governo Bolsonaro tiveram conclusão do seu exame pela Câmara dos Deputados e agora vêm ao Senado Federal como fruto desse debate, lembrando que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados chegou, inclusive, a aprovar um projeto, um substitutivo elaborado então pela Deputada Cristiane Brasil, como antes já tinha sido aprovado pela Comissão de Trabalho na Câmara dos Deputados. Então, não foi um processo que se deu totalmente à revelia das Comissões, mas, de fato, pela extensão temporal desse debate, certamente se perdeu talvez aí a oportunidade de uma massa crítica maior a respeito do tema.

Eu costumo dizer, Senador, que, quando eu comecei a trabalhar com o tema do *lobby*, os estudiosos desse fenômeno no Brasil cabiam num Fusca, sendo que provavelmente o assento traseiro não ficava cheio. Quantos elefantes cabem num Fusca? Cinco: dois na frente e três atrás. Na questão do *lobby*, talvez o banco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

traseiro não tivesse o suficiente, mas, ao longo do tempo, nós passamos a ocupar uma Kombi; depois, uma van. Hoje, eu acredito que nós já conseguimos ocupar um ônibus, ou seja, houve um crescimento importante da massa crítica de estudiosos brasileiros sobre o fenômeno, mas que não pode ignorar, claro, a experiência internacional. Nós não podemos cair na tentação de criar uma legislação inédita. Ela, obviamente, tem pontos de contato com a experiência internacional, e, nesse sentido, as recomendações da OCDE – parece-me – são muito importantes e muito úteis porque abordam, efetivamente, aquilo que é central para que nós tenhamos uma regulação de qualidade do *lobby* no nosso país.

E, aqui mesmo no Senado, nós tivemos uma oportunidade, ainda na legislatura encerrada em 2018, quando o Senador Walter Pinheiro apresentou um projeto de lei nesta Casa, um projeto de lei bastante completo, sob a relatoria do Senador Ricardo Ferraço, que não chegou a ser apreciado e, infelizmente, foi arquivado.

Então, V. Exa. tem aqui no Senado, hoje, a oportunidade, como protagonista central desse debate, desse processo, de ajudar a construir, realmente, uma proposição melhor do que aquela que veio da Câmara, mas sem perder de vista a importância de termos chegado a esse ponto, ou seja, de termos superado essa lacuna por meio da aprovação, de fato, pela Câmara dos Deputados, de uma proposição que é central para a melhoria da qualidade do nosso sistema de integridade pública, da transparência e também do acesso ao processo decisório governamental.

Nesse sentido, as duas perguntas que foram dirigidas à Comissão... Como impacta nas garantias constitucionais? Impacta precisamente na medida em que garante efetividade ao princípio da isonomia e consegue assegurar transparência ao exercício da influência, na perspectiva do fortalecimento da participação social.

Então, eu reitero a necessidade da aprovação do projeto, agradecendo, mais uma vez, pela oportunidade de ouvir aqui os demais participantes e colaborar com os trabalhos desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Luiz Alberto.

Passo agora para a Carolina Venuto, da Abrig.

A SRA. CAROLINA VENUTO (Para expor.) – Bom, Senador, primeiramente quero agradecer pela oportunidade e agradecer também pelo esclarecimento do Dr. Roberto, que, como muito bem apontado aqui pelo Dr. Luiz Alberto, ressaltou a importância e o trabalho das Comissões na Câmara, na discussão desse debate, lembrando também que o requerimento de urgência tem previsão regimental e faz parte do processo democrático de discussão desta Casa, que resultou numa aprovação na Câmara, que foi, inclusive, sem ser nominal, porque havia, de fato, esse consenso dentro daquela Casa. Então, por isso, a relevância de respeitar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e homenagear o Deputado Lafayette por ter construído esse consenso; acho que nada mais justo que um grande democrata como ele ter conduzido a discussão sobre esse projeto. E, sem dúvida, Senador Izalci, temos certeza de que o senhor também terá a coragem e o êxito que o Deputado Lafayette teve na Câmara.

Nós da Abrig entendemos que o texto que saiu da Câmara dos Deputados, de fato, é o texto mais avançado, que representa o que a gente tem de avanço e de acúmulo nessa discussão, respeita o que deu certo e o que não deu certo, não só no Brasil, como ao redor do mundo.

E não quero me estender muito aqui, porque a gente está concorrendo com o horário de almoço, sei que o almoço vai ganhar da nossa participação, mas gostaria de deixar aqui parabéns a todos os associados da Abrig, agradecer pela honra de poder representá-los aqui. Então, em nome aqui de todos os associados, também quero agradecer a possibilidade de parabenizar o Senador pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Carolina.

Passo a palavra agora também para o Walter José Faiad de Moura.

O SR. WALTER JOSÉ FAIAD DE MOURA (Para expor.) – Presidente, quero agradecer em nome do Conselho Federal da OAB e do Presidente Beto Simonetti o convite.

Em relação às perguntas, com toda a humildade, para tentar complementar uma opinião bem objetiva, a atividade existe, ela não é ilícita, ela está sendo regulamentada. Para o cidadão, quando ele vê o setor que exerce a atividade assumindo responsabilidades – é um regime até complexo de altas responsabilidades –, isso é bom para o cidadão. Significa que uma atividade que estava fora de uma régua passa para um regime de responsabilidades que todos vão conhecer e, portanto, vai melhorar a fiscalização. Então, na prática, é muito positiva, sim, e há um endosso aqui, pelo menos pessoal meu, para que essa norma siga em frente, que nós a tenhamos garantida aqui no nosso país.

Devolvo a palavra para a V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Walter.

Passo agora, então, para o Leonardo Estrela, Advogado Especialista da CNI.

O SR. LEONARDO ESTRELA BORGES (Para expor.) – Bom, Senador, eu gostaria apenas de agradecer a oportunidade e reforçar, enfim, o que já foi exposto aqui talvez por todos os palestrantes, que uma representação de interesses transparente, isonômica é fundamental para um ambiente de negócio sadio, competitivo, democrático e inclusivo. A CNI, como entidade representativa do setor industrial, permanece sempre à disposição para contribuir com esse debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Leonardo.

Para encerrar, então, passo a palavra à Izabela Moreira Correa, da CGU.

A SRA. IZABELA MOREIRA CORREA (Para expor.) – Muito obrigada. Muito obrigada, Senador! Gostaria de agradecer, mais uma vez, pela oportunidade de estar aqui, de compartilhar um pouco da experiência da Controladoria-Geral da União e também de poder estar aqui e ouvir todas as ponderações que foram feitas, todos os pontos que foram compartilhados, as visões que estão sendo colocadas sobre a intermediação privada de interesses, as diversas visões sobre isso. Definitivamente informa e qualifica o debate, seguindo, então, para a regulamentação da intermediação de interesses.

Eu gostaria também de responder um pouquinho o Pedro e a Valéria, que perguntam como que os princípios que foram aqui tratados estariam relacionados e avançariam na concretização das garantias. E eu acho que minha resposta vai muito na direção do que o Luiz Alberto mencionou.

Quando a gente está falando de isonomia, de transparência, nós estamos avançando na possibilidade de escuta. Nós estamos querendo chegar... A ideia é chegarmos mais próximos do cidadão, entendermos quais são aquelas demandas, sermos mais responsivos. E, quando nós estamos falando de integridade, nós estamos cuidando, então, de avançar em princípios como o princípio da impessoalidade, o princípio da moralidade, todos os princípios também previstos na Constituição Federal.

Continuo à disposição para seguir no diálogo e participar de eventuais novos debates aqui, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado.

Eu gostaria, então, de finalizar esta audiência pública, agradecendo, mais uma vez, a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro, então, encerrada esta audiência pública.

Obrigado pela presença.

(*Iniciada às 9 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/23017.11503-09

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e cinquenta e três minutos do dia quatorze de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Jaques Wagner, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Randolfe Rodrigues, Fernando Dueire, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Sergio Moro, Ivete da Silveira, Efraim Filho, Leila Barros, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Humberto Costa, Chico Rodrigues, Otto Alencar, Margareth Buzetti, Beto Faro, Fabiano Contarato, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Tereza Cristina, Wilder Morais, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Eliziane Gama, Augusta Brito, Plínio Valério, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Marcelo Castro e Soraya Thronicke, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Cid Gomes, Daniella Ribeiro e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberação das Emendas ao PLDO 2024**. **Finalidade:** Discussão e deliberação das emendas da Comissão ao PLN 4/2023, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências". Relator: Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovada a apresentação, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, das seguintes emendas propostas ao Anexo de Prioridades e Metas: 60020001 – Ação 14ML – RECONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO ANTÁRTICA COMANDANTE FERRAZ, com Alteração de Meta: 1; 60020002 – Ação 20WW – RELAÇÕES E NEGOCIAÇÕES BILATERAIS, com Alteração de Meta: 100; e 60020003 – Ação 14T5 – IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS - SISFRON, com Alteração de Meta: 15; assim como das 8 (oito) emendas de texto apresentadas: 60020004 – Referência: Anexo III, Seção II, Inciso IV, Aditiva; 60020005 – Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção VII, Art 63, Inciso I, Modificativa; 60020006 – Referência: Corpo da Lei, Cap VIII, Art 126, § 1, Aditiva; 60020007 – Referência: Corpo da Anexo III, Seção I, Inciso LXXIII, Aditiva; 60020008 – Referência: Anexo III, Seção I, Inciso LXXIII, Aditiva; 60020009 –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SF/23017.11503-09

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Referência: Anexo III, Aditiva; 60020010 – Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 22, § 3, Aditiva; e 60020011 – Referência: Anexo III. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 380, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao Mercosul, celebrado em Brasília, em 17 de julho de 2015." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **Observação:** Pedido de vista coletiva concedido ao Senador Sérgio Moro, na forma do art. 132, parágrafo 1º, do Regimento Interno. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner
Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO
14/11/2023 - 21ª - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) - Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Eu estou aqui no papel de abrir a sessão, porque o Senador Renan, Presidente desta Comissão, fez uma cirurgia nos olhos, ou num olho, e não pode se deslocar de Alagoas, e o Senador Cid, que é o Vice, também está preso lá no Ceará.

Antes de iniciar, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 19ª e 20ª Reuniões da Comissão, ocorridas, respectivamente, em 28 de setembro e 18 de outubro de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As atas aprovadas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Conforme pauta publicada, esta reunião destina-se à deliberação das emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2023, PLDO 2024, a serem propostas por esta Comissão, bem como do projeto decreto legislativo que trata da adesão da Bolívia ao Mercosul, PDL 380, de 2023, já votado na Câmara dos Deputados.

Observações: no decorrer do prazo estabelecido por esta Presidência, de 8 de novembro, às 18h, a 13 de novembro de 2023, foram apresentados 58 propostas de emendas pelas Sras. Senadoras e pelos Srs. Senadores, membros desta Comissão, sendo 36 ao Anexo de Metas e Prioridades e 22 ao texto do projeto.

Agradecemos aos membros desta Comissão pelas relevantes contribuições nas propostas de emendas que foram apresentadas.

Concedo a palavra ao Relator Senador Humberto Costa para proferir e ler o seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) - Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, relatório.

Conforme disposto no art. 166 da Constituição e nos termos da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, encontra-se em tramitação, no Congresso, o Projeto de Lei nº 4, de 2023, PLDO 2024, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024 compreenderá as metas e as prioridades da administração pública federal; a estrutura e a organização dos orçamentos; as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos da União; as disposições relativas às transferências; as disposições relativas à dívida pública federal; as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais e aos benefícios aos servidores, aos empregados e aos seus dependentes; a política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento; as disposições relativas à adequação orçamentária decorrente das alterações na legislação; as disposições relativas à fiscalização pelo Poder Legislativo e às obras e aos serviços com indícios de irregularidades graves; as disposições relativas à transparência; e as disposições finais.

De acordo com as normas de tramitação do projeto, cujos fundamentos são lançados pela já citada Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e pelo parecer preliminar de que tratam os arts. 85 e 86 dessa resolução, a CRE tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Considera-se emenda de texto a que proponha alteração das seguintes partes do projeto da LDO 2024: Texto do Projeto; Anexo I - Relação dos Quadros Orçamentários Consolidados; Anexo II - Relação das Informações Complementares do Projeto de Lei Orçamentária de 2024; Anexo III - Despesas que não serão Objeto de Limitação de Empenho; Anexo IV.1. - Anexo de Metas Fiscais Anuais; e Anexo IV.12 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Não há limite ao número de emendas de texto.

O Anexo de Prioridades e Metas será elaborado por meio de emendas de inclusão de ação orçamentária e respectiva meta. A apresentação de emendas para inclusão de ações no Anexo de Prioridades e Metas deve observar o limite de três emendas por Comissão Permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e Comissão Mista Permanente do Congresso Nacional, conforme aprovado pelo Parecer Preliminar.

Encontram-se em análise 59 propostas de emendas apresentadas pelos membros desta Comissão. Dentre as propostas, 23 são referentes a emendas de texto e 36 para inclusão ou acréscimo de meta no Anexo de Prioridades e Metas da LDO 2024.

É o relatório.

Análise.

Cumpre realçar, inicialmente, que esta Comissão pode apresentar até três emendas de inclusão de meta. Essa circunstância constitui intransponível limitação para o atendimento das propostas apresentadas, que contemplam 15 ações orçamentárias distintas. O inegável mérito das indicações acentua ainda mais a complexidade e responsabilidade na escolha.

Dentro da incontornável dificuldade imposta por esse panorama, examinamos as propostas de emenda buscando ponderar a sua importância relativa e a amplitude de seu alcance, com a intenção, ademais, de beneficiar diferentes instituições e de atender o maior número de Senadores apresentantes de sugestões. Assim procedemos ainda sob a consideração, naturalmente, das normas incidentes no contexto, em particular no que diz respeito à competência temática da Comissão.

Por isso, decidimos inadmitir as emendas de meta relacionadas às ações 14UX, 20GB, 21F7 e 2D58, além das emendas ao texto nºs 3, 4, 5, 9, 13, 15, 17 e 18, uma vez que fogem do escopo das competências da CRE, consoante o disposto no art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal.

As emendas propostas atendem às disposições constitucionais. O mérito de cada emenda será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Seguindo essas diretrizes metodológicas e considerando as restrições aprovadas no parecer preliminar da CMO, procuramos, em nosso parecer, acolher as emendas que albergassem o maior número possível dos Parlamentares desta Comissão, ao mesmo tempo que versam sobre tema e ações de grande interesse nacional.

Na perspectiva de beneficiar diferentes instituições, enfrentamos a difícil tarefa de escolher três entre quatro das mais tradicionais instituições da República: Comando do Exército, Comando da Aeronáutica, Comando da Marinha e Ministério das Relações Exteriores. Achamos por bem dirigir uma emenda para o Ministério das Relações Exteriores e duas para o Ministério da Defesa.

Além disso, decidimos apresentar uma emenda de Relator de texto aditiva ao Anexo III para reforçar o objetivo da emenda dirigida ao Ministério das Relações Exteriores nos seguintes moldes: “atender a serviços de reforma e de conservação necessárias e úteis dos imóveis próprios nacionais das representações diplomáticas, consulares e de missões e organismos do Brasil no exterior”.

Desse modo, propomos a apresentação das seguintes emendas de inclusão de meta por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Autores da proposta: Carlos Portinho, Chico Rodrigues, Esperidião Amin, Marcos do Val, Nelsinho Trad e Wilder Morais. Ação Orçamentária 14ML: Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz; Nelsinho Trad: Relações e Negociações Bilaterais; e Beto Faro, Chico Rodrigues, Marcos do Val, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão: Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron).

Em referência às emendas ao texto, inexistindo limitação quantitativa para tal espécie de proposição, somos pela apresentação de todas as propostas que estejam em conformidade com as competências da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Voto.

Tendo em vista o exposto, somos pela aprovação por parte da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, das propostas de emendas ao texto de nºs 1, 2, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 14, 16, 19, 20, 21, 22 e 23.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Somos também pela aprovação das seguintes propostas de emendas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024: Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz, meta 1; Relações e Negociações Bilaterais, meta 100; Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), meta 15.

Propomos ainda que a Secretaria da Comissão fique incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas à CMO, inclusive adaptando a justificação das emendas, tal como foram sugeridas, produto e unidade de medida, para o sistema de elaboração de emendas.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Obrigado, Senador Humberto.

A matéria entra em discussão.

Senador Portinho, V. Exa. tem o sinal da mão levantada. Quer discutir? *(Pausa.)*

Senador Portinho?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) - Oi, desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Oi.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem. *Por videoconferência*.) - Está me ouvindo? Está me ouvindo.

Como vão, Senador Jaques Wagner, Senador Humberto Costa?

Eu tenho a minha Emenda nº 3, que foi rejeitada. No momento certo eu gostaria de entrar em discussão, até dado o número de apoiamentos que eu tive. Não sei se é o momento ainda; estou entrando agora na reunião.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - É o momento. Na verdade, o relatório já foi lido pelo Relator, Senador Humberto Costa. Nós estamos exatamente em discussão. Após a discussão, nós iremos para a votação na nossa Comissão.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir. *Por videoconferência*.) - Pois é. Então, vou fazer aqui a defesa.

A Emenda nº 3 é para a aquisição de aeronaves. Ela teve oito apoiamentos, um número consistente, relevante, e eu peço, por favor, que seja colocada em votação assim que possível, porque geralmente a prática nos leva a aceitar emendas com grande apoiamento. Não sei se precisaria justificar ainda mais, mas a compra de aeronaves é fundamental para o nosso país, para o nosso espaço aéreo, a defesa do espaço aéreo das nossas fronteiras. Elas precisam ser atualizadas, precisa ser renovada essa frota aérea, e, por isso, venho defender a Emenda nº 3 e peço apoio a todos os meus colegas. Caso o Relator não aceite, peço que coloque em votação.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem.) - Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu estava acompanhando aí a defesa desta emenda por parte do Senador Portinho, e para nós, que subscrevemos a emenda, por regra, aqui na Comissão, o maior de número de assinaturas e adesões às emendas prevalece.

Então, nós gostaríamos que V. Exa. analisasse essa possibilidade de aproveitar, até porque a Comissão de Relações Exteriores e Defesa é o fórum adequado para a discussão desses temas. Inclusive, essa aquisição de aeronaves, de caças e afins se adequaria perfeitamente a essa apresentação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Bom, eu só... Evidentemente que quem tem que fazer a ponderação é o Relator, não eu, porque é o Relator que estudou a matéria...

Bom, ele já citou no começo que, infelizmente, como a gente tem uma limitação e é um número muito superior... Todas, seguramente, têm o seu valor, mas, aí, eu passo a palavra ao Senador Humberto Costa, porque, para admitir esta emenda, nós teremos que retirar outra emenda do relatório.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) - Bom, esse que é o grande drama. Na verdade, se eu pudesse, teria apresentado... Se tivéssemos o direito de apresentar quatro emendas, a emenda de compra dos caças Gripen sem dúvida estaria aqui no meu relatório, não somente pelo número de apoiamentos, mas pelo fato de que é, realmente, um programa importante, que o país vem desenvolvendo já há um certo tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No entanto, eu fiz essa opção por colocar, primeiro, uma emenda ao Ministério das Relações Exteriores. Eu acho que é uma coisa perfeitamente justa.

O papel desta Comissão, embora tenha um papel relevante, importante, no campo da defesa, mas nós estamos contemplando dois componentes das Forças Armadas, e não seria, na minha avaliação, justo que as três emendas ficassem para o Ministério da Defesa.

E a proposição do Ministério das Relações Exteriores, inclusive, a partir de iniciativa do próprio Presidente desta Comissão, que também me pediu que contemplasse essa emenda, é no sentido da recuperação de prédios do Governo Federal, do ministério... Hã?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Sim.

... de prédios próprios do ministério, como embaixadas, consulados, outras representações importantes.

Então, esse foi um critério que eu procurei utilizar: atender aos dois ministérios, o Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores.

Quanto às emendas do Ministério da Defesa, a nossa estação na Antártica todos sabem que sofreu um processo de incêndio, teve que ser reconstruída... Esse processo de reconstrução é extremamente complexo, porque é necessário que se leve todo o material para que se faça a construção lá, e são anos já nesse processo de construção. Ali é importante, inclusive do ponto de vista de o Brasil ter a sua participação como um dos países que está admitido a fazer a exploração e a pesquisa científica na Antártica. Eu não tive ainda a oportunidade de conhecer, mas muitos Senadores estiveram lá.

E a outra foi em relação ao monitoramento de fronteiras, que nós sabemos que é uma coisa também muito importante e gravíssima.

Então é uma verdadeira escolha de Sofia.

Eu só queria preservar, pelo menos preservar, a emenda do Ministério das Relações Exteriores, e aí nós poderemos fazer essa escolha de Sofia: ou a Estação Antártica, ou o Sisfron, ou a compra dos caças.

Então eu estou aberto a que a Comissão faça essa escolha.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) - Presidente, o senhor me concede?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Pois não. Claro. Ninguém tem mais legitimidade para falar sobre as três.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) - Eu estou achando essa questão sobre a estação da Antártica, porque, no início de 2020, nós estivemos lá para inaugurar a estação, que foi construída por uma empresa chinesa. Na minha visão, ela estava pronta. Então eu não sei o que o Ministério da Defesa está querendo ainda com essa questão, se são algumas, vamos dizer, outras instalações.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) - Eu acho que são equipamentos, são outras instalações também.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) - Porque nós estivemos lá exatamente para inauguração. Eu fui representando o Presidente Bolsonaro. Foi pouco antes de começar a pandemia. Então eu achei estranho só isso aí.

Agora, realmente, como V. Exa. falou, Senador Humberto, é uma escolha de Sofia. Nós só temos três emendas para apresentar. Eu entendo a visão do senhor também nessa questão do Ministério das Relações Exteriores. As instalações das nossas embaixadas no exterior sofrem com deterioração, e o MRE tem dificuldade. Então a gente vê isso aí. Só acho estranho realmente a questão da Antártica. Talvez a questão dos caças fosse o mais importante no momento.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Bom... Só um minutinho. Eu só queria fazer uma ponderação.

Eu confesso que, quando vi a leitura do relatório, eu tive a mesma dúvida que o Senador Mourão acabou de apresentar, porque eu já fui Ministro da Defesa, e aquela unidade que eu já havia visitado quando ainda era a primeira estação sofreu um incêndio e houve uma licitação. Ganhou, como V. Exa. disse, uma empresa chinesa. Bom, pelo menos na minha cabeça, também estava pronta. Mas eu queria questionar se tem algum assessor aqui da Marinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - É que você não pode falar ao microfone. Se puder orientar...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) - É isso que ele está me falando.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Está bom.

Então, na minha opinião, estava conclusa. Eu sou suspeito, porque o último negociador dos caças Gripen fui eu, no Ministério da Defesa, quando ainda conseguimos um rebaixamento do preço, e, com a graça de Deus, hoje, com muita tecnologia embarcada também no Brasil e com muita transferência de tecnologia, eles cumprem a sua missão de defesa.

Do Sisfron eu não vou nem falar, porque a gente fala tanto de combate às drogas, e o Sisfron é a única forma que a gente tem para poder defender a fronteira. Nós precisamos otimizar aquele sistema de controle, porque é humanamente impossível imaginar que ser humano a pé vai conseguir controlar aquilo. Mesmo com o sistema, é difícil.

Senador Portinho, me dê só um minuto que eu vou passar ao Senador Chico, que pediu pela ordem.

Pois não, Senador Chico.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem.) - Nas ações orçamentárias, estão definidas as três emendas: essa primeira, a 14ML - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz, está sendo aí detalhada pela assessoria da Marinha da importância -; a segunda, 20WW - Relações e Negociações Bilaterais, acredito que seja essa do Ministério das Relações Exteriores -; e a 14T5 - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, nós, que temos 17 mil quilômetros de fronteiras, precisamos obviamente ter recursos para instalar, suprir e manter, obviamente, a presença brasileira nessas fronteiras.

Na verdade, aqui é a escolha de Sofia, como disse o Senador Humberto Costa, porque aqui tem apenas relações e negociações bilaterais, do Ministério das Relações Exteriores. Aí, qual seria...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) - É o descritor da ação que abrange. O descritor da ação é que abrange o que o Humberto colocou.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) - Exatamente.

Então, Senador Humberto, fica agora entre uma e outra: a que nós subscrevemos, de autoria do Senador Portinho; e essas relações e negociações bilaterais. Vai ficar, obviamente, a critério de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Permita-me, Senador, respeitando a sua questão de ordem.

Eu não acho de bom tom nós estarmos na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e não brindarmos essa parte de relações exteriores com nenhuma emenda. São duas do Ministério da Defesa. Então, acho que tirar a única... Eu sei que ela é da lavra do Senador Renan, Presidente. Não é que se impõe uma emenda do Presidente, mas eu digo que, do ponto de vista do equilíbrio, nós já estamos dando não um favorecimento, mas uma importância maior para as emendas do Ministério da Defesa.

Mas eu vou deixar o Senador Portinho falar.

Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir. *Por videoconferência*.) - Muito obrigado, Senador Jaques Wagner, meus colegas, Senador Humberto Costa, com toda a dificuldade das escolhas que precisam ser feitas.

Eu realmente vejo a possibilidade de troca dessa emenda específica, porque se trata de relações bilaterais e negociações, e, na verdade, pelo que eu entendi, no fundo, ela trata de reforma de prédio.

Eu venho aqui, assim, defender que, do ponto de vista do apoiamento, que sempre foi uma prática nossa, a compra dos caças prevalece sobre essa. Eu entendo o interesse em atender ao Ministério das Relações Exteriores, agora entendendo que é para obra, embora a ementa não o seja, fala de relações bilaterais, mas esta é uma Comissão, na verdade, de defesa e relações exteriores. A gente está atendendo, na verdade, a função principal da nossa Comissão de qualquer forma. E eu venho defender a questão primeira, que é o número de apoiamentos. Eu tive mais apoiamentos na emenda dos caças, e me parece mais urgente. Possivelmente, pode aguardar aí o próximo ano, e aí tem até o meu compromisso em apoiar essa emenda do Ministério das Relações Exteriores, até porque o valor da compra do caça é significativo, é necessário,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e isso é uma encomenda. A gente sabe que não dá para deixar para frente, porque lá na frente vai faltar. Eu defendo aí o número de apoiamentos.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Senador Portinho, eu peço vênia a V. Exa., mas eu quero ponderar: é de defesa e relações exteriores. Eu não estou pedindo que tire alguma coisa da defesa; eu estou só dizendo que eu acho ruim, na medida em que foi uma demanda e foi apresentada pelo Presidente da Comissão... Eu não sei exatamente o que é, mas, mesmo que seja melhoria de instalações, é a representação brasileira no exterior.

Eu não quero ponderar sobre nenhuma das três outras, porque com todas as três eu tive intimidade ou proximidade com a matéria, o Sisfron, a base e os caças, eu acabei de dizer. Mas eu confesso que acho mais razoável... Nós teremos que fazer, das três da Defesa, uma escolha de duas. Zerar...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência.*) - Tipo: eu posso ficar vencido, com o compromisso, então, se todos fizerem o compromisso, de no próximo Orçamento a gente contemplar essa emenda - aí por compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - É evidente. Como no próximo período seremos nós mesmo nesta Comissão, eu vou assumir esse compromisso em nome do Presidente Renan, que me pediu para substituí-lo, e estarei na torcida com V. Exa., porque, eu já disse, eu me orgulho muito de ter sido, à época, o Ministro da Defesa...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) - É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - ... que fez o final dessa negociação, porque, na verdade, a negociação foi feita toda pela Força Aérea Brasileira, que realmente optou pela transferência de tecnologia.

Se V. Exa., vamos dizer, aceita essa ponderação, eu creio que nós manteremos, então, o relatório original, e eu agradeço.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) - Eu me contento com o compromisso se todos naturalmente apoiarem também...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Não, meu compromisso é da minha parte. Eu creio que podemos retomar esse compromisso...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) - Da minha parte também.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - ... de quem está aqui, mas eu transmitirei ao Senador Renan, que para a manutenção...

Não sei se o Vice-Presidente quer falar... Senador Cid?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Para discutir. *Por videoconferência.*) - Não, é só... Eu acho que é um bom caminho, Sr. Presidente e Relator Humberto Costa, é um bom caminho esse proposto pelo Portinho. Fica o compromisso de que, na próxima LDO, nós incluiremos os caças. E é fundamental que nós consigamos também contemplar nesta LDO, na LDO 2024, já, para o Orçamento de 2024, a recuperação, a reforma, que é a nossa face nos outros países.

Então, eu quero comungar com o acordo aí.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Senador Portinho, eu lhe agradeço a compreensão e a negociação. E está assumido o compromisso, já pelo Vice-Presidente aqui. Eu, na verdade, sou só membro, mas transmitirei ao Senador Renan.

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório.

As emendas aprovadas serão numeradas e entregues em lote à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da presente reunião.

Senador Humberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) - Não, é só para dar um pequeno esclarecimento.

A assessoria aqui da Marinha nos esclareceu que realmente houve uma inauguração, mas as obras não estão completadas. Houve uma rapidez maior para garantir que se fizesse a parte das instalações, para as pessoas que lá trabalham, e também um espaço das pesquisas científicas. Mas ainda há R$4 bilhões para serem garantidos para a conclusão da obra.

Então, V. Exa. tinha razão, mas eu também tinha razão. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Bom...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) - Quem conhece as Forças Armadas sabe como é... *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Não, mas eu acho que, na verdade, quando houve a inauguração, Senador Morão, eu não era membro do Governo - porque foi inaugurado no Governo do Presidente Bolsonaro; V. Exa. era o Vice-Presidente da República -, mas eu acho que foi um ativo superfundamental, porque dali saem pesquisas científicas que são fundamentais para todos nós.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) - É um compromisso brasileiro junto à Antártica, é uma visão estratégica do Estado brasileiro, e tem que ser mantida a nossa posição lá. Perdemos a outra em um lamentável acidente, com duas pessoas que faleceram, mas as novas instalações são extremamente funcionais. Eu tive a oportunidade de conhecê-las. E é importante para o país estar presente lá na Antártica.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - O.k.

Eu passo à segunda parte desta reunião, que tem item único: Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2023, não terminativo - significa que ele ainda irá a Plenário.

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 380, DE 2023

- Não terminativo -

Aprova o texto do Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao Mercosul, celebrado em Brasília, em 17 de julho de 2015.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação

Passo a palavra ao Senador Chico Rodrigues para a leitura do seu relatório.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) - Sr. Presidente Jaques Wagner, caro Senador Humberto Costa, Senador Mourão, aqui presente, colegas Senadores e Senadoras que acompanham esta sessão, esta matéria é extremamente relevante pela importância que tem hoje a Bolívia participar do Mercosul.

Logicamente, por uma absoluta necessidade de tempo, nós estamos apresentando hoje este relatório para que possa o Presidente Lula, na próxima reunião do Mercosul, já encaminhar este documento aprovado - este relatório -, que inclui a adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao Mercosul, pelo termo celebrado em 17 de julho de 2015.

Relatório, Sr. Presidente.

Vem para análise do Senado Federal o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 380, de 2023 (PDC 745/2017), que aprova o texto do Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao Mercosul, celebrado em Brasília, em 17 de julho de 2015.

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em reunião ordinária de 16 de agosto de 2017, aprovou a Mensagem Presidencial 234, de 2016, do Poder Executivo, transformando-a no projeto de decreto legislativo em análise, com encaminhamento à Câmara dos Deputados, a seguir o trâmite conforme o preceituado no artigo 3º, inciso I, da Resolução nº 1, de 2011, do Congresso Nacional.

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados, a matéria foi encaminhada para esta Casa em 24 de outubro de 2023 e despachada para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde me coube a relatoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A proposição, além de aprovar o texto, determina a já tradicional cláusula para resguardar os poderes do Congresso Nacional quanto à celebração de tratados:

> *Art. 1º* .....
>
> *Parágrafo único. Nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Protocolo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.*

Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

O texto do tratado, versado em 13 dispositivos, inicia-se com a disposição de que o Estado Plurinacional da Bolívia adere ao Tratado de Assunção e aos seus protocolos adicionais, nomeadamente: Protocolo de Ouro Preto, Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul, Protocolo Modificativo ao Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul, Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul e ao Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul.

Quanto ao Artigo 2º do protocolo, fixa-se que o mecanismo de solução de controvérsias ínsito no Protocolo de Olivos e em seu Protocolo Modificativo se aplicará às controvérsias nas quais a Bolívia esteja envolvida, pertinente às normas do Mercosul que haja incorporado ao seu ordenamento jurídico doméstico. Em seguida, é determinado que esta incorporação normativa será feita aos poucos, ao longo de um período de quatro anos contados a partir da data de entrada em vigor do protocolo, conforme cronograma a ser estabelecido por grupo de trabalho a ser criado de acordo com o Artigo 12 do protocolo. Sobre outros tratados celebrados pelos demais Estados Partes do Mercosul com terceiros países ou grupos de países, o grupo de trabalho definirá as condições a serem negociadas para a adesão da Bolívia. De qualquer sorte, a partir da assinatura do protocolo e até a data de sua entrada em vigor, o Estado Plurinacional da Bolívia passa a integrar a Delegação do Mercosul nas negociações com terceiros.

Igualmente neste prazo de quatro anos, a Bolívia deve adotar a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), a Tarifa Externa Comum (TEC) e o Regime de Origem do Mercosul. A adoção da TEC também será estabelecida por cronograma fixado pelo grupo de trabalho mencionado, com as devidas exceções e o respeito ao objetivo de preservar e aumentar a produtividade dos setores produtivos daquele País. Este zelo é detalhado no Artigo 5º, ao determinar que no processo de incorporação sejam levadas em consideração as pronunciadas assimetrias existentes entre os Estados Partes, mediante a criação de instrumentos capazes de mitigá-las, enquanto o Artigo 10 reafirma a intenção das Partes de trabalhar para identificar e aplicar medidas destinadas a impulsionar a inclusão social e assegurar condições de vida digna para seus povos.

A partir da data de entrada em vigência do protocolo, a Bolívia adquirirá a condição de Estado Parte e participará com todos os direitos e obrigações do Mercosul e, conforme o Artigo 6º, após o período de quatro anos de adaptação e incorporação de normas e práticas, tornará sem efeito o disposto no Acordo de Complementação Econômica nº 36 e no Acordo de Comércio e Complementaridade Econômica entre a República Bolivariana da Venezuela e o Estado Plurinacional da Bolívia.

Por fim, o Artigo 13 estabelece a cláusula de vigência e elege a República do Paraguai como país depositário dos instrumentos de ratificação.

Igualmente, há Ata de Retificação da tradução para o português da palavra "*antelación*", presente no Artigo 13, erroneamente traduzida como "antelação" e retificada como "anterioridade".

Esse é o relatório.

Da análise, Sr. Presidente.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

No tocante ao protocolo em apreço, inexistem defeitos em relação à sua juridicidade. Não há, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que ela observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

Sobre o mérito, o ingresso da Bolívia já é há muito tempo esperado e dará impulso à integração regional. Possuímos fronteira de 3,4 mil quilômetros com este país, que se estende de Corumbá a Assis Brasil, envolvendo os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Acre. A entrada definitiva da Bolívia no Mercosul otimizará o comércio e a cooperação com um Estado que possui população de mais de 12 milhões de pessoas e Produto Interno Bruto na ordem de US$41 bilhões. Igualmente, como ressalta a Exposição de Motivos anexa à mensagem presidencial: "O país é, ademais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

parte das bacias andina, amazônica e platina, e possui significativas reservas de gás e de lítio, bem como de outros minerais de elevado valor estratégico".

Não menos importante é a abertura ou ampliação de mercado para as empresas brasileiras, com a possibilidade de uso de energia mais barata, a lembrar que Brasil e Argentina já são os principais parceiros comerciais da Bolívia.

Desse modo, somos favoráveis à aprovação do texto do Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao Mercosul, na forma do projeto de decreto legislativo em anexo, marcando favoravelmente a posição de que o Brasil se junte aos demais para que finalmente ampliemos a cooperação regional.

O voto, Sr. Presidente.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2023.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Obrigado, Senador Chico Rodrigues.

A matéria está em discussão.

Eu vejo que o Senador Moro está com a mão levantada.

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) - Cumprimento a todos os colegas Senadores. Quero aqui elogiar o relatório e o voto do Senador Chico Rodrigues.

Essa iniciativa de ampliação do Mercosul, de criação de um bloco regional aqui na América do Sul, possui alguns problemas de correção, mas a expansão do bloco, de fato, é uma ideia que faz sentido, embora seria sempre oportuna uma análise bastante detida, para que nós pudéssemos também não paralisar o bloco nas nossas negociações com blocos internacionais.

Na questão da Bolívia, o que me preocupa é que - eu quero adiantar que eu quero pedir vista desse projeto - hoje nós temos a notícia de presos políticos na Bolívia. Nós temos a ex-Presidente Jeanine Áñez, que assumiu quando o ex-Presidente Evo Morales fugiu do país. Ela conduziu uma eleição, uma transição democrática, foi eleito um novo Presidente, o Presidente Luis Arce, e, no entanto, ela foi, em seguida, colocada na prisão. Da mesma forma, foi recentemente - ou não tão recentemente - preso o Governador da província de Santa Cruz, Fernando Camacho, por motivos que são extremamente questionáveis.

Eu tive a oportunidade de, em um encontro internacional, conhecer tanto a filha da ex-Presidente Jeanine como também o filho do Governador Camacho. Essa é uma situação extremamente complexa, na qual eles sofrem um processo com características bastante arbitrárias que possibilitam até a caracterização deles como verdadeiros presos políticos. E eu lembro que o Mercosul tem uma cláusula democrática; ela impede o ingresso de países que não respeitem essa cláusula democrática. É certo que são casos específicos - não estou dizendo que a Bolívia não é propriamente uma democracia -, mas, quando tem essas situações de presos políticos, entendo que o caso merece uma análise mais detida e, por isso, estou pedindo vista para melhor analisar essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Mais algum Senador deseja discutir a matéria? *(Pausa.)*

A vista é regimental. Então, está concedida a vista pedida pelo Senador Sergio Moro, e eu a transformo em vista coletiva para que a gente não precise voltar a nova vista. Eu não sou o Presidente da Comissão, como já disse, mas imagino que semana que vem nós teremos sessão da Comissão de Relações Exteriores, e aí seria o prazo normal de concessão dessa vista. E então, evidentemente, V. Exa., Senador Sergio Moro, poderá fazer as ponderações, como quiser, e questionar eventualmente o relatório.

Eu não sei se o Senador Chico Rodrigues quer argumentar ou...

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem.) - Presidente, eu, na verdade, gostaria de consultar o eminente Senador Sergio Moro se não haveria por parte dele - que é um democrata e sabe da tramitação, da necessidade e da premência de aprovação da Bolívia no Mercosul -, se subsidiariamente ele não poderia trazer para esta Comissão a discussão desses pontos, que, como ele mesmo citou, são pontos que, com isso, não impedem a confirmação de que a Bolívia é um país democrático, e se ele poderia retirar o pedido de vista para que nós pudéssemos acelerar inclusive o encaminhamento desse projeto, desse PDL, para que tenhamos a sua conclusão a mais expedita possível para atender os trâmites, quando da reunião do Mercosul, para a inclusão da Bolívia no Mercosul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Senador Sergio Moro, apenas para registrar - não para contestar o seu pedido de vista, que é regimental; é uma ponderação que o Senador Chico Rodrigues faz -, realmente nós temos uma próxima reunião do Mercosul em 7 de dezembro. Evidentemente que o PDL não volta à Câmara e tampouco vai à sanção - ele é sancionado, é promulgado, aliás, só aqui na nossa Casa -, mas aí há a ponderação feita. Se V. Exa. quiser responder ao Relator Chico Rodrigues, está com a palavra.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Por videoconferência*.) - Certamente, eu tenderia aqui a acolher a solicitação do Senador Chico Rodrigues, que fez um excelente trabalho no relatório, mas para mim é um assunto muito grave, muito sério a perspectiva de nós acolhermos no Mercosul um país que tem denúncias de manter presos políticos. E a cláusula democrática, inclusive, já foi invocada anteriormente em governos anteriores para suspender a condição do Paraguai de membro do bloco. E eu lembro que esse tratado é de 2015, foi celebrado numa época em que não havia essa situação específica desses presos políticos e teve uma tramitação lenta desde então.

Eu creio que o nosso compromisso com a democracia na América Latina e com os direitos humanos na América Latina justifica um olhar mais ponderado em cima da ratificação desse tratado agora. E infelizmente pode... Não sei se vai atrapalhar, talvez seja aprovado a tempo, eu posso ser eventualmente até voto vencido - ainda não estou adiantando aqui minha posição, porque talvez vote favoravelmente -, mas eu creio que o nosso compromisso do Brasil com os direitos humanos e com a democracia, especialmente na América Latina, justifica, com bastante folga, um pedido de vista de uma semana.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Senador Sergio Moro, é evidente que a vista já está concedida, na medida em que V. Exa. não acolhe a ponderação.

Eu só queria registrar para V. Exa., até nesse período de vista em que V. Exa. provavelmente vai trabalhar sobre a matéria, que, vamos dizer, os que foram presos foram através de condenação, até onde eu sei, da Suprema Corte, mas, evidentemente, pode se questionar a decisão. Nós teremos outros meios também de, até pós-decisão da entrada, argumentar com o Governo boliviano, mas, de qualquer forma, eu não vou contestar seu direito, que é regimental.

Está concedida vista até a próxima reunião.

Dito isso...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Por videoconferência*.) - Seria interessante, Senador Jaques Wagner, aproveitando o ensejo, que talvez o Itamaraty pudesse trazer informações para esta Comissão, até a próxima sessão, sobre a situação desses dois presos específicos e de eventuais outros processos que possam eventualmente ser considerados como de motivações políticas.

A ex-Presidente... Eu me comovo especialmente com a situação da ex-Presidente, porque ela até era uma Senadora, era Vice-Presidente do Senado. Quando o Evo Morales deixou o país, ninguém queria assumir o cargo de Presidente e ela acabou, corajosamente, assumindo essa condição e conduzindo o país para uma transição democrática, tanto que foi eleito, na eleição presidencial, um adversário político dela, em princípio, e inclusive alguém que tinha um apadrinhamento político do próprio Evo Morales. No entanto, apesar de ter havido essa transição pacífica, ela foi, em seguida, presa e se encontra presa até hoje, numa decisão de prisão preventiva, não é uma condenação. Inclusive, recentemente, foi proferida decisão pelo tribunal que havia decretado a prisão preventiva sugerindo que aquele tribunal não teria competência para aquele processo.

Então, é uma situação bastante delicada e eu peço a compreensão e a paciência aqui dos meus pares para que nós possamos analisar essa situação, sugerindo que o Itamaraty possa nos trazer melhores informações sobre isso, o que seria bastante interessante.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Bom, a vista está concedida.

Eu, como Líder do Governo, vou demandar ao Itamaraty, vou comunicar ao Senador Renan, porque não sei se na próxima reunião ele já estará em condições de saúde, e ao Vice-Presidente Senador Cid.

Pedirei, pessoalmente, ao Itamaraty que possa trazer ou diretamente a V. Exa. ou na sessão aqui da Comissão de Relações Exteriores esclarecimento sobre o tema para que a gente possa votar a matéria na próxima reunião da Comissão, já que ela ainda vai ao Plenário do Senado, não é terminativa aqui.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(Iniciada às 10 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 42 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Cid Gomes, Fernando Dueire e Chico Rodrigues, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Randolfe Rodrigues, Marcos do Val, Sergio Moro, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Jaques Wagner, Humberto Costa, Otto Alencar, Beto Faro, Fabiano Contarato, Astronauta Marcos Pontes, Tereza Cristina, Carlos Portinho, Wilder Morais, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Ciro Nogueira, e ainda do Senador Paulo Paim, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Alessandro Vieira, Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PLOA 2024**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas da Comissão ao PLN 29/2023, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024". RELATOR: Senador Fernando Dueire. **Resultado:** Aprovado o Relatório, pela apresentação das seguintes emendas de apropriação: **60020001**. U.O. 35.101 – Ministério das Relações Exteriores, Ação 20WW - Relações e Negociações Bilaterais, valor R$ 184.200.000,00. Propostas 19, 49, 54 e 66, dos Senadores Renan Calheiros, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues e Hamilton Mourão; **60020002**. U.O. 52.133 – Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, Ação 14ML - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz, Afins - Nacional, GND 4, RP 8, MA 90, valor R$ 30.000.000,00. Propostas 26, 53, 56, 60, 64, 67 e 70, da Senadora Leila Barros e dos Senadores Esperidião Amin, Izalci Lucas, Chico Rodrigues, Hamilton Mourão, Wilder Morais e Carlos Portinho; **60020003** U.O. 52.121 – Comando do Exército, Ação 14T5 - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON, Afins - Nacional, GND 4, RP 8, MA 90, valor R$ 40.000.000,00. Propostas 15, 17, 20, 27, 28, 39, 46, 58, 65, 68 e 72, da Senadora Professora Dorinha Seabra e dos Senadores Sérgio Petecão, Sergio Moro, Beto Faro, Humberto Costa, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Hamilton Mourão, Wilder Morais; e **60020004**. U.O. 52111 – Comando da Aeronáutica, Ação 14T0 – Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Nacional, GND 4, RP 8, MA 90, valor R$ 1.286.254.135,00. Propostas 7, 8, 10, 13, 24, 31, 36, 44, 69 e 71, dos Senadores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esperidião Amin, Wellington Fagundes, Veneziano Vital do Rêgo, Marco do Val, Humberto Costa, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wilder Morais e Carlos Portinho. As 4 (quatro) emendas serão apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. **2ª Parte - DELIBERATIVA**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 380, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao Mercosul, celebrado em Brasília, em 17 de julho de 2015." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, mediante votação nominal, com 17 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 168, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Protocolo sobre Privilégios e Imunidades da Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear, celebrado em Genebra, em 18 de março de 2004." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 169, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (CERN) com relação à Concessão do Status de Membro Associado da CERN, celebrado em Genebra, em 3 de março de 2022." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Cid Gomes
Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO
23/11/2023 - 22ª - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Fala da Presidência.) - Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 21ª Reunião da Comissão, ocorrida no último dia 14 de novembro.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata aprovada será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Sras. e Srs. Senadores, conforme a pauta publicada, esta reunião destina-se à deliberação de emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2023, a serem propostas por esta Comissão, bem como de três projetos de decreto legislativo.

Com a permissão do nosso querido Relator, Senador Fernando Dueire, eu proponho, até em função do adiamento do prazo para a entrega das emendas, que foi comunicado agora pela Comissão de Orçamento, para o dia 1º, que a gente inicie essa reunião já com a análise dos projetos a serem deliberados. E aí ficamos aguardando, segundo os nossos horários, porque nós temos a reunião do Congresso, para ver se há tempo hábil para votar as emendas.

Muito obrigado.

Então, esse item fica a ser decidido.

Passamos à segunda parte da reunião.

O item 1 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2023, não terminativo - isso quer dizer que será submetido ao Plenário -, que aprova o texto do Protocolo de Adesão do Estado plurianual... Plurinacional.

O Senador Chico Rodrigues leu tantas vezes plurianual que eu acabei... *(Risos.)*

Estado Plurinacional da Bolívia.

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 380, DE 2023

- Não terminativo -

Aprova o texto do Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao Mercosul, celebrado em Brasília, em 17 de julho de 2015.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 14/11/2023.

2. Pedido de vista coletiva concedido em 14/11/2023, concluído em 19/11/2023.

A relatoria nesta Comissão cabe ao nosso querido Senador Chico Rodrigues, que tem relatório pela aprovação.

Em 14 de novembro passado, a Presidência concedeu vista coletiva do relatório, nos termos regimentais.

Então, a matéria retorna a esta Comissão.

Eu concedo a palavra ao Senador Chico Rodrigues para que possa fazer as observações. O relatório já foi lido, não é?

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. *Fora do microfone*.) - Já foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Já foi lido.

O Senador tem alguma observação ainda, antes que a gente coloque em deliberação?

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) - Sr. Presidente Cid Gomes, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, nós entendemos que o relatório foi um relatório expedito, mas com informações extremamente importantes para que nós possamos, na verdade, avaliar neste momento a importância da aprovação desse projeto, até porque as relações do Brasil com a Bolívia precisam retornar de uma forma muito mais vigorosa - e, lógico, é uma sinalização, exatamente, essa aprovação de entrada da Bolívia no Mercosul.

Alguns questionamentos foram levantados por alguns Srs. Senadores, mas nós entendemos que nós temos que viver um momento novo. Nós temos que viver um momento de integração multilateral. Nós entendemos que a posição geopolítica e geoestratégica da Bolívia também é importante para o Brasil e, obviamente, para a América Latina.

Então, essa observação eu gostaria de deixar aqui para análise e apreciação dos Srs. Senadores, porque entendemos que o relatório foi lido e foi apresentado de uma forma extremamente minudente, e eu acredito que não deverá ter dúvidas, mas concluo dizendo a V. Exa. que essas observações podem auxiliar os Srs. Senadores a fazer uma análise mais pessoal da importância dessa integração latino-americana, independentemente da situação dos países internamente.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Muito obrigado, Senador Chico Rodrigues.

O parecer apresentado pelo Relator, que é pela aprovação, é colocado agora em discussão.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) - Quero me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Senador Amin, para discutir.

Na sequência, para discutir, Senador Moro, Senador Astronauta.

Senador Amin, para discutir.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) - Presidente, eu até iria sugerir, mas deixo para depois...

O senhor poderia permitir que o Senador Sergio Moro falasse antes? Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Absolutamente.

Senador Moro, com a palavra para discutir.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) - Obrigado.

Primeiro, eu quero elogiar o trabalho que foi feito pelo Senador Chico Rodrigues. Realmente a gente sabe da importância da integração da América Latina do ponto de vista econômico, do ponto de vista de aproximação dos povos, das populações ali envolvidas. Muita gente vê a fronteira como um problema, nós temos que ver a fronteira como, na verdade, uma fonte de oportunidades.

Eu fiz um pedido de vista, na última sessão, devido a uma preocupação muito particular e que se encontra também dentro do cerne do Mercosul, que é a chamada cláusula democrática. E existe uma série de preocupações em relação à situação atual da democracia e dos direitos humanos na América Latina.

Eu vou tomar a liberdade aqui de fazer algumas considerações por escrito para ser preciso em relação aqui à minha fala, pedindo vênia aos colegas para fazer esse registro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É preciso cautela na admissão do Estado Plurinacional da Bolívia ao Mercosul, pois pode ter o mesmo destino que a República Bolivariana da Venezuela, suspensa do bloco desde 5 de agosto de 2017, por ofensa ao Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático, além de não ter incorporado à sua legislação normativa integracionista e tampouco colaborado economicamente com a organização.

O Protocolo de Ushuaia foi promulgado, no Brasil, pelo Decreto 4.210, de 24 de abril de 2002. De acordo com o seu Artigo 1, que aqui cito, entre aspas: "A plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados Partes [...]", fecho aspas, é a denominada cláusula democrática do Mercosul.

O protocolo ainda estabelece que, no caso de ruptura democrática, poderá haver suspensão do direito de participar dos diferentes órgãos, dos respectivos processos de integração e até a suspensão dos direitos e obrigações resultantes desse processo. É importante ressalvar que as rupturas democráticas - e isso tem sido enfatizado bastante no mundo contemporâneo de hoje, inclusive aqui mesmo no Brasil - não se limitam a golpes militares ou destituição pela força de governos instituídos. Democracias podem se converter em autocracias através da progressiva erosão das liberdades fundamentais.

Acontecimentos recentes na Bolívia colocam em dúvida a plena vigência das instituições democráticas. Cumpre aqui uma breve retrospectiva. Nas eleições presenciais de outubro de 2019, na Bolívia, houve a suspensão pela Justiça Eleitoral da contagem de votos quando a apuração atingiu 83% e indicava o segundo turno entre Evo Morales e Carlos Mesa. Surpreendentemente, no dia seguinte, a transmissão dos resultados foi reativada com 95% das urnas apuradas e a indicação de Evo Morales vencendo em primeiro turno. Seguiram-se protestos populares diante da suspeita de fraude nas eleições. A OEA, provocada pelo próprio Governo boliviano, realizou uma auditoria preliminar sobre as eleições e recomendou que fossem refeitas, por terem sido identificadas manipulações claras.

Na crise política que se sucedeu à identificação da fraude, Evo Morales e seu Vice renunciaram, bem como os Presidentes das Casas Legislativas, recaindo a sucessão na Vice-Presidente do Senado, cargo ocupado por Jeanine Áñez Chávez. A posse da Senadora, em 12 de novembro de 2019, como Presidente interina, foi reconhecida pelo Tribunal Constitucional Plurinacional da Bolívia e terminou em 7 de novembro de 2020, quando transferiu a Presidência ao seu opositor, Luis Arce Catacora.

Nota-se que então que a Senadora Jeanine Áñez assumiu a Presidência apenas devido à recusa do sucessor imediato em fazê-lo, e a legitimidade de seu governo foi reconhecida de imediato pela União Europeia, pelos Estados Unidos e pela maioria dos países latino-americanos, inclusive - e aqui ressalto - pelo Brasil. A nova Presidente não somente levou a cabo sua obrigação de governar interinamente o país, mas também promoveu eleições livres, mesmo em meio à pandemia, e como resultado, foi eleito um político aliado a Evo Morales. No curto mandato, buscou restaurar a ordem e a institucionalidade abaladas pela crise política, e ao que tudo indica, não buscou manter-se no poder fraudulentamente, como havia feito Evo Morales.

Apesar de tudo isso, Jeanine Áñez foi presa logo após ter deixado a Presidência, mais especificamente em 12 de maio de 2021, juntamente com seu ex-Ministro da Justiça, Álvaro Coimbra, e seu Ministro de Energia, Rodrigo Guzmán, pelos crimes de sedição, terrorismo e conspiração, que teriam resultado na renúncia de Evo Morales. A mesma sorte tiveram outros ex-ministros de governo, autoridades militares e policiais.

Em 10 de junho de 2022, ela foi condenada a dez anos de prisão pelo Primeiro Tribunal de Sentença Anticorrupção de La Paz. Mais recentemente, outra Corte de Justiça da Bolívia, como o Tribunal de El Alto, declinou julgar Jeanine Áñez sob o fundamento de que lhe faltaria jurisdição, reconhecendo a legitimidade de sua condição de Presidente interina, com o que eventuais processos dependeriam de um juízo de responsabilidade perante o Supremo Tribunal de Justiça e com prévia autorização da Assembleia Legislativa da Bolívia.

Outros opositores do atual Governo têm tido o mesmo destino, como Luis Fernando Camacho, Governador do Departamento de Santa Cruz, que foi detido em 28 de dezembro de 2022 por suposto terrorismo de Estado, em razão do envolvimento na crise política de 2019.

O caráter arbitrário dessas prisões e processos tem sido reconhecido por entidades e personalidades relevantes. Senador Marcos Pontes, o Parlamento Europeu editou resolução, em 28 de abril de 2021, na qual tratou diretamente do caso de Jeanine Áñez, condenando as arbitrariedades. Transcrevo aqui um trecho - entre aspas:

> *Denuncia e condena a detenção arbitrária e ilegal da ex-Presidente interina Añez, dos seus ministros e de outros presos políticos [Senador Amin, presos políticos reconhecidos pelo Parlamento europeu], pede às autoridades bolivianas que os liberem imediatamente e retirem as acusações por motivos políticos contra*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

> *eles; pede um marco de justiça transparente e imparcial, sem pressões políticas, e insta as autoridades para que prestem toda a assistência médica necessária para garantir o seu bem-estar [...].*

O Departamento de Estado (State Department) dos Estados Unidos também expressou, em seu informe sobre a Bolívia em 2021, o caráter arbitrário da detenção da ex-Presidente - entre aspas:

> *Em 13 de março de 2023, a ex-presidente interina Jeanine Añez foi presa com acusações de terrorismo, sedição e conspiração [...] [de golpe] enquanto estava no seu ofício. Ela está sendo mantida em prisão preventiva. [...] [Os estados constituídos e] os ex-presidentes [pela legislação da Bolívia] têm direito a um julgamento de impeachment - não a um julgamento criminal [...] [pelos tribunais ordinários] - por atos cometidos de ofício. O governo, no entanto, promove julgamentos por [...][tribunais ordinários] contra Añez. Em uma entrevista de março, dia 23 [em 2021], o Ministro da Justiça Ivan Lima disse que o governo iniciou um processo criminal contra Añez porque o governo não tinha votos suficientes [...] [na legislação] para autorizar o impeachment [juízo de responsabilidade próprio do Presidente da República]. Juristas apontaram que a declaração do ministro sugere que o governo estava mais interessado na prisão de Añez do que em dar a ela um julgamento justo [um fair trail].*

Em 8 de junho de 2023, o Grupo Libertad y Democracia, que reúne diversos ex-Presidentes latino-americanos, exarou declaração reprovando a perseguição política contra Jeanine Añez e Fernando Camacho. A declaração foi subscrita por lideranças democráticas da América Latina - e aqui nesta lista não tem nenhum radical -, como Mauricio Macri, Sebastián Piñera, Iván Duque, Tuto Quiroga, Andrés Pastrana e Miguel Ángel Rodríguez.

Transcrevo o seguinte trecho:

> *Nos últimos dois anos se está tentando criminalizar a sucessão constitucional de Añez, violentando o devido processo ao processá-la pela via ordinária, em vez de um juízo de responsabilidade, como estabelece a Constituição boliviana, desconhecendo seu juiz natural, que é o Tribunal Supremo, e abusando da prisão preventiva como sentença antecipada e inconstitucional. Assim mesmo, foi privada [e isso, a meu, ver é muito grave] da atenção médica especializada de que ela necessita e do seu direito a receber visitas. No mesmo caso, está preso o Governador de Santa Cruz, Luis Fernando Camacho, eleito por gritante maioria, também [...] [através de] prisão preventiva e sem os cuidados médicos que a saúde dele exige.*

Por tudo isso, exigimos novamente que Jeanine Añez, Luis Fernando Camacho e todos os presos políticos possam se defender em liberdade, respeitando-se seu juiz natural e seus mandatos democráticos.

Continuo aqui na minha exposição.

O que transparece do cenário é a criminalização indevida da sucessão constitucional decorrente de 2019, sendo Jeanine Añez e seus aliados tratados como criminosos golpistas. Guardadas as devidas adaptações, seria o equivalente, no Brasil, a criminalizar o *impeachment* da então Presidente Dilma Rousseff, em 2016, prendendo e punindo o ex-Presidente Michel Temer, seus ministros e os congressistas responsáveis - muitos deles, aliás, ainda exercendo o seu mandato.

O revanchismo e aparente perseguição de dissidentes políticos são características de governos arbitrários e impedem que seja reconhecida a plena vigência das instituições democráticas da Bolívia - lembrando aqui mais uma vez, Senador Pontes, que o autoritarismo não é marcado apenas por um golpe de Estado com tanques na rua, mas, sim, pela progressiva erosão das liberdades fundamentais, por juízos arbitrários e perseguição política -, condição necessária para ingresso no Mercosul, conforme compromissos assumidos expressamente pelo Brasil no Protocolo de Ushuaia.

Não ingressamos aqui em questões econômicas relativas à oportunidade do ingresso da Bolívia no Mercosul. Apesar de o referido país estar passando por uma momentânea crise, pela diminuição das reservas de gás e pelo desequilíbrio fiscal, é certo que tem condições de recuperar-se, e a sua integração ao Mercosul seria benéfica aos países que o compõe. Não obstante - e aqui nós precisamos saber se isso é para valer ou não é para valer -, há uma precedência do compromisso decorrente do Protocolo de Ushuaia e uma prevalência dos direitos humanos nos princípios que regem as relações internacionais do Brasil - conforme preceitua o art. 4º, inciso II, da Constituição Federal de 1988 - que não podem ser derrogados por motivos puramente econômicos.

O Mercosul, que tem como um de seus critérios fundamentais para admissão a estabilidade democrática dos Estados-membros, poderia ver a sua imagem e coesão comprometidas ao acolher um novo membro em meio a tais circunstâncias.

A aceitação prematura da Bolívia, enquanto há órgãos e personalidades internacionais relevantes, como o Parlamento Europeu e o Departamento de Estado norte-americano, que apontam a existência de presos políticos naquele país, poderia minar os esforços do bloco para promover a democracia e a governança sólida da região, já traumatizada pela experiência da suspensão da Venezuela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E aqui, Senador Amin, coloco uma preocupação: se nós vamos abrir essa exceção, se o passo seguinte não seria o movimento de abrir exceção e readmitir a Venezuela no bloco, mesmo antes de restaurada a sua integridade democrática.

Por isso, com todo respeito ao Senador Chico Rodrigues... E aqui é um apontamento que até destaco, Senador. Isso me chamou muita atenção, porque eu tive oportunidade de conhecer a filha da ex-Presidente Jeanine Añez, acabei encontrando-a e a conhecendo em Buenos Aires. Ela faz uma campanha em todo o continente pela libertação da mãe, à qual até havia sido negada, há pouco tempo, assistência médica dentro da prisão.

Conheci também o filho do Governador Fernando Camacho, preso também arbitrariamente na Bolívia, em campanha para defender a libertação do seu pai.

(Soa a campainha.)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) - Isso me chamou a atenção para aprofundar os meus estudos sobre o tema.

Existem até livros publicados. Acabei trazendo um deles aqui, que é a biografia da Jeanine, contando todos os episódios; também a do Camacho, contando todos os seus dramas.

E, sinceramente, a gente sabe da importância do Mercosul, a gente quer o sucesso do Mercosul, a gente quer o sucesso da Bolívia, e seria um importante parceiro, mas, no meu entendimento, este momento do ingresso da Bolívia tem que ser postergado até o restabelecimento da plenitude democrática como existe no Protocolo de Ushuaia.

E aí nós temos uma situação de que hoje, no mundo, cada vez mais se fala na necessidade de se garantir a democracia, de se evitar o caminho das autocracias, e há uma preocupação em relação à imagem do Brasil nesse cenário, a onde nós nos posicionamos. Nós estamos do lado das autocracias? Nós estamos do lado das democracias? Nós realmente valorizamos direitos humanos e democracia nas nossas relações internacionais? É, de fato, uma prioridade ou apenas um discurso retórico vazio?

Por isso, pedindo vênia a V. Exa. e escusas aos meus pares, eu tenho que fazer essa ponderação nesse debate. Entendo que não é o momento do acolhimento da Bolívia no seio do Mercosul, pela falta da estabilidade democrática, que é ilustrada pela existência de presos políticos - e não sou eu que diz, são órgãos internacionais de extrema relevância dentro da comunidade global.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Agradeço a V. Exa.

Com a palavra...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Presidente, só uma questão de ordem... Só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Pois não, Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para questão de ordem.) - É que eu não sei se V. Exa. vai encaminhar o voto simbólico, está certo?

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Para responder questão de ordem.) - Não, a votação será nominal. A Presidência fará, de ofício, votação nominal.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - O.k.

Se vai ser de ofício, eu quero pedir a V. Exa., porque hoje é um dia - quinta-feira - atípico, muita gente acaba pegando o voo... Eu quero saber se há uma contrariedade de se abrir a votação nominal, para poder aproveitar as pessoas, porque, repare, se nós vamos adentrar, como eu vi o voto do Senador Moro, em discutir a democracia em cada país que está... Se ela existe ou não existe, peço *maxima venia* a V. Exa. para dizer que o país em estudo, em análise aqui, é signatário do pacto de Ushuaia. Não sou eu que vou dizer a ele o que é que ele vai fazer - pelo amor de Deus!

A *maxima venia* de V. Exa., porque, quando V. Exa. fala dessa senhora, houve já uma comissão de direitos humanos da OEA visitando a Bolívia e, na verdade, encontrou sinais de desrespeito aos direitos humanos nesse um ano em que ela ficou no Governo, mas não sou eu que vou fazer esse julgamento, são as cortes internacionais.

V. Exa. citou o caso do *impeachment* da Presidenta Dilma, e eu poderia citar o caso da prisão do Presidente Lula, que às vezes me parece quase o mesmo filme com outras figuras, quando V. Exa. falava, e várias cortes internacionais consideravam que o processo foi atípico. No entanto, era opinião das cortes internacionais. Nós, evidentemente, respeitamos a decisão das cortes internas aqui, e ele ficou preso até que o Judiciário brasileiro entendesse de outra forma. Mas, enquanto houve o entendimento primeiro, ele ficou detido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Por isso, significa dizer que este país estava fora da democracia? Não. Eu posso ter a minha opinião individual, mas, institucionalmente, tanto a Presidenta Dilma - que, na minha opinião, houve um julgamento não vou dizer correto - quanto o Presidente Lula sucumbiram e respeitaram... Tanto, que ele foi à prisão. Poderia ter se abrigado numa embaixada, por exemplo, e ele preferiu acolher a decisão do Judiciário brasileiro.

Agora, se nós vamos aqui, a cada país que for entrar, julgar qual o sistema em que ele está lá dentro...

A Bolívia já participa das reuniões do Mercosul. Não é o presidente fulano de tal que está lá, Senador Moro, pelo amor de Deus! A Bolívia, o primeiro presidente esteve lá, e, de lá, houve uma secessão.

Tudo o que V. Exa. fala... Amanhã será eleito um outro presidente ou uma outra presidente, e a mim não me importa; é uma decisão do povo boliviano.

Então, não me parece que a melhor forma de nós melhorarmos a democracia da Bolívia seja simplesmente dizendo que ela não pode entrar. Bom, é punir antes de julgar, porque a corte internacional da OEA não identificou, pelo menos no relatório que eu tenho, isso.

Mas repare: eu respeito a sua opinião. Eu só estou dizendo que, a cada ingresso aqui, nós não vamos ficar julgando se o sistema é ou não é democrático, porque não nos cabe essa questão. E vou repetir aqui para os colegas: eles são signatários de Ushuaia há bastante tempo, dos primeiros. Aliás, é o originário assinado. Seguramente, era outro presidente.

Bom, era só para pedir a questão de ordem, se era possível abrir.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - O.k. A questão de ordem já está atendida.

Eu determino aqui à Secretaria que abra o painel de votação, e nós continuaremos em discussão e não encerraremos o painel de votação enquanto não forem encerradas as discussões.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Para discutir, o Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) - Sr. Presidente, eu considero que, tanto as colocações do Senador Sergio Moro como as colocações do Senador Jaques Wagner são pertinentes, cabíveis e formam aquilo que há de mais bonito no Parlamento, que é o contraditório. E louvo o fato de o Senador Sergio Moro ter feito uma pesquisa para fundamentar o seu voto em separado, que vai fazer parte dos *Anais* desta sessão.

Eu também quero trazer aqui algumas circunstâncias.

Eu diria o seguinte: a deliberação política que nós fazemos, que não é o julgamento, não é o juízo, é procurar o equilíbrio entre o mínimo múltiplo comum e o máximo denominador comum. O mínimo múltiplo comum, que é o menor número que nos une, seria quase que buscar quais as nossas diferenças; e o máximo denominador comum é a busca das nossas afinidades.

Algumas afinidades não dependem do nosso juízo; nós temos 3.423km de fronteira com a Bolívia - é a maior. Nem Pernambuco, com o Norte ou com o Sul, consegue ter fronteira tão grande - certo, Senador Fernando Dueire?

Nós vamos mudar isso? Não vamos. Então, isso é... Isso é fonte de problemas? Não, isso é fonte de afinidades.

E eu quero trazer aqui cinco motivos do máximo denominador comum, repito, respeitando o diligente e correto voto, que eu respeito, do Senador Sergio Moro, que vão determinar o meu voto favorável. Eu quero só explicar o porquê. Primeiro, eu tive o privilégio de recepcionar, como Governador do estado, no dia 14 de dezembro do ano 2000, casualmente - é só o acaso -, Dia do Santo Esperidião, o outro, padroeiro dos oleiros e da Grécia - "oleiros" eu falei, sem "d" na frente -, uma reunião do Mercosul em que estavam presentes Fernando de la Rúa, da Argentina, que, por sinal, era morador habitual, não permanente, da Lagoinha, no norte da Ilha de Santa Catarina, como quase todos os argentinos; Hugo Banzer, então como Presidente eleito, ele que tinha sido Presidente depois de um golpe na década de 70, era o Presidente eleito da Bolívia e estava lá participando da reunião; William Waack, que estava lá cobrindo essa reunião extraordinária; Fernando Henrique Cardoso; Thabo Mbeki, da África do Sul, que não tem nada a ver com o Mercosul, que queria visitar Florianópolis; Ricardo Lagos, do Chile; Luis Ángel González Macchi, do Paraguai; e Jorge Batlle, do Uruguai. Portanto, estavam, além dos quatro sócios membros plenos do Mercosul, dois associados, que queriam se associar - no caso, Bolívia e Chile -, e ainda África do Sul.

Segundo, o Fonplata - eu queria só chamar a atenção para a existência disso - é hoje o banco que conta com a participação do Brasil e de associados. Ele tem sede, Senador Cid Gomes, em Santa Cruz de la Sierra. A Prefeitura de Florianópolis foi a primeira, foi o primeiro município - desta vez, não foi Sobral, desta vez! - que firmou um contrato de empréstimo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com o Fonplata. Hoje, o Fonplata é presidido por Luciana Botafogo Brito, indicada pelo Brasil, que, apesar do nome, é flamenguista, como seu pai, o grande Embaixador Botafogo.

Também somos um parceiro honorário da Bolívia pelo Gasbol, que eu tive a oportunidade de inaugurar, também como Governador.

Temos uma afinidade histórica e um potencial turístico que eu resumo na palavra "Peabiru" com o Caminho do Peabiru, que é tão importante quanto o Caminho de Abraão, de Ur até o Egito, e o Caminho de Santiago de Compostela, com mais ou menos o mesmo percurso; e Aleixo Garcia, que saiu da Ilha de Santa Catarina para fundar Asunción e ir a Potosí para ver se tinha prata mesmo - e tinha.

E, finalmente, eu aprendi, com as dificuldades que nós tivemos para lidar com o drama da Chapecoense - lembram do acidente da Chapecoense? -, o fato de a Bolívia ter essa característica estranha para nós, mesmo com o então Ministro das Relações Exteriores França, que trabalhou seis anos na Bolívia.

Com tudo isso, nós tivemos dificuldades institucionais para conseguir saber quem é o responsável pelo acidente que vitimou 71 pessoas no voo da LaMia, quando a Chapecoense foi disputar uma competição internacional.

Então, por essas razões que eu chamo o máximo denominador comum de afinidades, respeitando profundamente o diligente voto proferido pelo Senador Sergio Moro, que é sempre uma referência para mim, eu quero antecipar o meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - V. Exa. é sempre um homem de muita inteligência e de muita sabedoria.

Para discutir, com a palavra, o Senador Astronauta Marcos Pontes.

Só um esclarecimento: quem vota com o Relator, ou seja, pelo ingresso da Bolívia no Mercosul, vota "sim". Quem vota contrário ao ingresso da Bolívia no Mercosul, vota "não". Na lógica normal: "sim", Bolívia entrando; "não", Bolívia fora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Se for torcedor do Sampaio Corrêa, vai dizer que vota na Bolívia querida, que é o Sampaio Corrêa.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) - Senador Astronauta Marcos Pontes, com a palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) - Bom dia. Bom dia a todos.

Eu gostaria de fazer algumas considerações a respeito do assunto, baseado, primeiro, na conversa que eu tive com o Senador Sergio Moro, que fez toda uma exposição, uma pesquisa profunda a respeito do assunto, e isso nos deixa uma série de preocupações. A preocupação com relação ao Estado democrático na Bolívia, sem dúvida nenhuma, é uma preocupação grande com a cláusula democrática do acordo.

Conversei com os membros do Ministério das Relações Exteriores, também fiz uma pesquisa e cheguei à seguinte conclusão, que vai apoiar o meu voto aqui hoje: nessa conclusão - como costumo fazer, eu gosto muito de trabalhar com lógica dentro dos assuntos -, eu vejo que a gente tem que ter uma preocupação, sem dúvida, com as pessoas que estão presas políticas, como citado pelo Senador Moro. A gente tem que ter uma preocupação grande com essas pessoas, como a gente tem que ter, no mundo inteiro, com a defesa da democracia.

E nós temos duas alternativas aqui - falando em lógica aqui um pouco -: recusar a entrada da Bolívia, votando "não", ou votando "sim", apoiando a entrada da Bolívia. O voto "não", ou seja, recusar a entrada da Bolívia, supondo que esse seja o resultado, ele tem como como consequência a não entrada e não assegurar que esses presos vão ter um devido tratamento, como nós gostaríamos que eles estivessem lá, porque nós, vamos dizer assim, queimamos a nossa possibilidade. O voto "sim" traz a possibilidade da entrada e aproximação com a Bolívia, no sentido de termos mais ferramentas para tentar garantir o bem-estar dessas pessoas, porque certamente eles terão outros interesses durante essa participação e isso pode ser negociado, trabalhado pelas nossas relações exteriores, de forma que nós podemos ajudar mais, do meu ponto de vista, as pessoas que lá estão presas, trazendo a Bolívia junto no acordo.

Portanto, isso é o que apoia meu voto "sim" aqui para essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Muito razoável, Senador Astronauta Marcos Pontes. E me perdoe por fazer comentários aqui, no exercício da Presidência. Continua em discussão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) - Não seria Cid Gomes, se não fizesse comentário. *(Risos.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Continua em discussão.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Permita-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - V. Exa. pede a palavra...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) - Pode ser? Não sei se tem alguém...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Senadora Tereza Cristina, para discutir.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Nós já temos quase a unanimidade dos votos. Desculpe, são 19; já temos 16 votantes, quase a totalidade. A unanimidade coincide com totalidade.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Presidente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Não. Não necessariamente.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Unanimidade do lado dos que já votaram. Pois não. Quem está pedindo a palavra?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Eu.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) - Só para acrescentar um elemento a mais na reflexão que fiz aqui após a leitura do voto em separado do Senador Sergio Moro.

Senador, V. Exa. falou que era, se for a entrada... Bom, tudo que V. Exa. disse no voto. Eu queria só lembrar os colegas, vou repetir, primeiro que nós não estamos aqui julgando a democracia, segundo que o país em voga é signatário de Ushuaia, que fala em rompimento democrático. A mim não me consta que tenha havido rompimento democrático na Bolívia, independentemente se o tribunal de lá julgou assim ou assado. Mas eu queria dizer, por último, que o Brasil é o último, o único aliás, o único que não assinou o ingresso da Bolívia, o único do Mercosul.

Será que eu que fui... Estou vendo aqui o General Mourão e estou me lembrando dos meus tempos de colégio militar no Rio de Janeiro, que eu era de uma turma de 40, e eu marchava com o passo diferente dos outros 39. E aí o sargento me disse: "O senhor está com o passo errado". Eu falei: "Não". Ele disse: "Mesmo que o seu esteja certo, o senhor acha que sozinho vai ficar no passo certo e 39 estão errados? É melhor o senhor mudar o passo". Então, eu acho que nós somos os últimos. Eu acho que não é bom para a imagem do Brasil, inclusive, ter uma posição de, num ato de entrada, que já demora não sei quantos anos, fazer julgamento da democracia alheia. Permita-me, eu acho que aí isso caberia à OEA. No caso da Venezuela, que foi condenada por vários tribunais internacionais, o próprio Mercosul retirou.

Mas era só para acrescentar que aqui nós não estamos numa votação ideológica, nós estamos simplesmente tratando de um país e não de um Governo.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) - Quero pedir a palavra aqui rapidamente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Na mesma lógica que concedi a palavra ao Senador Jaques Wagner, eu concedo a palavra, pedindo desculpas... Todos deviam ter sidos corteses e antecipado a Senadora Tereza Cristina, mas...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) - Só para acrescentar um dado ao debate.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Para acrescentar dados, o Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) - Os argumentos que têm sido colocados, a fronteira, a importância econômica, são os mesmos argumentos válidos para a Venezuela. A Venezuela está suspensa por conta do protocolo de Ushuaia. Então, tudo bem, vamos admitir a Bolívia, vamos aprovar a Bolívia, não tem problema nenhum o fato de terem lá presos políticos reconhecidos pelo Departamento do Estado americano, reconhecidos lá pelo Parlamento europeu, reconhecido por lideranças e objetivamente nós constatamos toda a estranheza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

naquele processo, em que uma Presidente que assume o poder, faz eleições livres, entrega o poder para o seu adversário político, de repente ela é presa, em condições em que até é negada a ela assistência médica, e querem fazer todo aquele revanchismo. De repente, a gente não tem nada a ver, mas a gente tem o Protocolo de Ushuaia, e o Protocolo de Ushuaia não fala apenas em ruptura democrática, mas fala em plenas condições de funcionamento das instituições democráticas. E eu não sei o que eu aprendi de democracia - os conceitos são variados, General Mourão, desde os mais céticos até os mais amplos sobre democracia -, mas sempre me ensinaram que, quando tem preso político, não existe um pleno funcionamento das condições democráticas. Aí, quando a gente tem a possibilidade de falar alguma coisa, a gente, simplesmente: "Não, não vamos falar nada, vamos deixar essa responsabilidade para outros...

(Soa a campainha.)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) - ... outros atores, outros órgãos", "Isso é responsável da OEA", "Ah, do Parlamento Europeu de tomar uma resolução", mas é o Parlamento Europeu que tem que cuidar disso, porque, afinal de contas, está lá na Europa, mas, aqui, no Brasil, a gente não tem responsabilidade nenhuma em fazer nada.

A indagação dava para ser feita também. O Itamaraty está fazendo alguma coisa em relação a essas situações? Está promovendo alguma gestão paralelamente a esse ingresso da Bolívia...

(Soa a campainha.)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) - ... externando pelo menos a preocupação com esses sinais de autoritarismo? E eu ouvi muito, nos últimos anos: "Não, o autoritarismo hoje não é tanque na rua, não é o golpe do passado. O autoritarismo é progressivo, é erosão das liberdades democráticas...

(Soa a campainha.)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) - ... e muita gente olhando para o lado". Podemos olhar para o lado...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Senador Moro, eu peço a sua compreensão. V. Exa. pediu para um esclarecimento. V. Exa. já usou a palavra para discutir.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) - Sim, estou finalizando.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Eu peço, por favor, que conclua.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) - Estou finalizando, Excelência.

Então, nós temos também a necessidade de firmar uma posição, de estabelecer uma posição. Isso não significa que a Bolívia não pode integrar o Mercosul no momento apropriado. Agora, este momento não é o momento apropriado, quando existem presos políticos.

O próximo passo - e aqui a gente abre uma janela - é a readmissão da Venezuela, mesmo com o Maduro no poder e mesmo sem liberdade naquele país.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Senadora Tereza Cristina, para discutir.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) - Muito obrigada, Presidente, Senador Cid.

Esse assunto me deixou, desde anteontem, com muitas dúvidas, por tudo que foi colocado aqui dos dois lados.

Primeiro, a Bolívia é um país vizinho ao meu Estado natal, Mato Grosso do Sul, com quem nós temos relações comerciais fortes e uma interação entre os nossos povos - somos irmãos e temos uma fronteira grande com a Bolívia.

Eu concordo plenamente que o problema da democracia hoje relativa da Bolívia é muito complicado. Tem presos políticos. Nós temos lá o Governador de Santa Cruz de la Sierra, que está preso e governando de dentro da prisão. Eu tive a oportunidade de estar na Bolívia há um mês e meio, fazendo uma palestra lá sobre agricultura, que vem se desenvolvendo e crescendo - e muito bem, por sinal - na província de Santa Cruz. O governo tem problemas? Tem, e eu acho que o Brasil precisa chamar a atenção da Bolívia sobre esse aspecto, mas, Senador Moro, pensando muito bem e ouvindo aqui também as palavras do Senador Amin e do Senador Marcos Pontes, eu mudei meu voto.

Eu acordei hoje disposta a votar "não", porque eu acho que a Bolívia precisa libertar os seus presos políticos. Não tem cabimento o Governador e a ex-Presidente... Ela cumpriu um papel, ela era Vice e cumpriu um papel de estar na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Presidência, num mandato até tampão, até chamar novas eleições, e ela está presa. Eu tive a oportunidade de conversar com os filhos dela, do Governador. Enfim, é uma situação que a Bolívia precisa rever.

Mas eu acho que também, para que a gente possa negociar, até, com a Bolívia, essa situação, eu vou dar o meu voto "sim", para que a Bolívia entre no Mercosul.

Eu, quando Ministra da Agricultura, tratei de vários assuntos, a Bolívia sempre como convidada participante, mas não membro, e eu acho que a Bolívia tem essa oportunidade de voltar aí, e a gente manda esse recado à Bolívia nesse momento. A gente vota, ainda vai a Plenário, tem até tempo de a Bolívia fazer um gesto, de repente - eu sou uma otimista -, um gesto de soltar lá a Presidente e o Governador da Província de Santa Cruz.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Eu queria fazer aqui um apelo ao Senador Sergio Moro. Essa questão de interferência entre países é uma questão sempre muito delicada. É princípio a autogovernança entre os países. Mas nós podíamos aqui, da Comissão de Relações Exteriores, propondo ao Senador Sergio Moro que ele revise o seu voto... E a gente pode, daqui da Comissão, fazer uma comissão especial da Comissão de Relações Exteriores - porque aí não é o Executivo brasileiro, não é o Governo brasileiro, é o Poder Legislativo brasileiro, através da sua Comissão de Relações Exteriores - para fazer uma visita à Bolívia, falar das preocupações. Fazemos o gesto aqui, e seria um gesto, acredito, importante se isso fosse aprovado por unanimidade. Damos esse crédito e, em nome desse crédito, pedimos atenção, análise, visão, e nós poderíamos, a partir disso, estabelecer um caminho para... *(Pausa.)*

Bom, fica a proposta aí ao Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) - Entendo que uma coisa não exclui a outra necessariamente, não é?

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - O gesto de ser unânime ajudaria na credibilidade da Comissão. Quer dizer, havia uma possibilidade de... Naturalmente, pode ter certeza de que a Bolívia está acompanhando o que está acontecendo aqui. A Bolívia está sabendo que existe aqui uma discussão sobre existência de presos políticos. Então, se a gente faz um gesto de acreditarmos, darmos um crédito de confiança, um voto de confiança, isso nos dá força para abrirmos um canal de negociação.

Um apelo aí que fica.

Senadora Dorinha, gostaria de discutir?

Senadora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) - Bom, Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, eu entendo, Presidente Senador Cid, que a proposta foi bastante interessante e, ao mesmo tempo, ela pode contribuir numa ação parlamentar nossa.

Eu compreendo as razões colocadas. Ontem, inclusive, o Senador Sergio Moro colocou os seus argumentos do voto. Eu acho que nós não podemos fazer vista grossa a uma situação que é grave. Entendo que nós estamos admitindo um país cujo povo já pagou um preço muito alto, e a situação não é pontual do próprio Governo. Mas, da mesma forma, eu acho que essa solução apresentada - eu acho que aceita pelo nosso colega Senador Sergio Moro - é muito interessante. E, se não aceita por ele, eu acho que nós podemos abraçar essa proposta como uma simbologia por toda a importância não só da Bolívia, mas do que nós damos à democracia.

Então, eu vou votar "sim" e me sinto segura por votar, mas não me sinto confortável com a situação. Então, de igual forma, eu me sinto muito atendida com a sugestão, que pode até ser ampliada. Eu acho que pode ser feita uma proposta para verificar em que espaços nós podemos também mostrar que existe, sim, uma preocupação nossa com o povo, com a democracia e, logicamente, com a situação.

Quando eu olho uma situação que acontece com um vizinho ou com outro país, é na mesma forma do poema do Maiakovski: quando eu olho e vejo que é só o jardim do outro, que alguém entrou no jardim, alguém invadiu o jardim e arrancou a flor, amanhã ele pode estar fazendo isso no seu jardim. Eu acho que é uma situação que nós, pelo nosso papel... Então, eu gostei muito da proposta e gostaria de referendá-la inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) - Obrigado, Senadora.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Senador Astronauta Marcos Pontes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) - Só para complementar, eu acho que a sua proposta é muito válida e realmente pode abrir caminhos que são positivos para as pessoas que estão presas lá. E o fato desse voto... É como se fosse um voto de confiança condicionado a isso. Eu acho que atende às preocupações de todos aqui em votar positivamente, com essa ressalva. Eu acho muito sensata essa posição.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Senador Portinho.

Obrigado, Senador Astronauta.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) - Presidente Senador Cid Gomes, achei bastante ponderada a sua sugestão, bastante razoável. Eu tinha um compromisso com... Eu tenho um compromisso com o Senador Sergio Moro e, por isso, o meu voto seria "não", mas agora eu me dirijo ao Senador Sergio Moro também.

Eu acho que nós, como país, temos esses instrumentos também para pressionar os outros. A entrada da Bolívia no Mercosul não significa que, caso os nossos instrumentos de diálogo não funcionem, não possa amanhã ser retirada.

Eu sou descendente boliviano, minha avó era índia boliviana. Aliás, mestiço, como todo brasileiro - minha bisavó.

E meu voto "não" faço, fiz, já está votado, inclusive, por compromisso com V. Exa., por unidade nossa. Mas a proposta que o Senador Cid encaminha me parece razoável. Vamos fazer uma comissão, vamos dar um voto de confiança e vamos lá, vamos ajudar nesse diálogo entre os países. Ter presos políticos não é democrático em lugar nenhum, embora reconheça, como diz o Senador Jaques Wagner... Até fui confirmar que o tratado foi assinado. A Bolívia é uma das signatárias, mas tem realmente presos políticos lá.

Agora, eu queria encaminhar a V. Exa. que, se V. Exa. não mudar a sua opinião, eu também não mudarei meu voto, porque compromisso é dado, compromisso é cumprido, mas fica esta minha sugestão, com um voto de confiança, e que a gente possa sim, em comitiva, ir à Bolívia e ajudar nesse processo.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) - O mais apropriado, então, Senador, seria talvez suspender até essa deliberação, para fazer a comissão para ir lá verificar, para aí poder ter uma deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Senador Sergio Moro, eu me comprometo, empenho a minha palavra de que será feita uma comissão da Comissão de Relações Exteriores para fazer uma visita à Bolívia e inaugurarmos, nesse âmbito de Legislativo, um trabalho para que...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Presidente, Presidente, me permita...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Pois não.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) - Só para trazer mais informação para clarear.

Primeiro, eu acho muito lúcida a sua sugestão e me pareceu superlúcida a intervenção do colega Portinho. Eu só queria, Senador Sergio Moro, mais uma vez insistir com a seguinte coisa, o pacto de Ushuaia, do qual a Bolívia é signatária, tem seus mecanismos internos, o próprio pacto de Ushuaia, de excluir aqueles que não o cumprem, como já fez, por exemplo, com o Paraguai. O que eu estou dizendo é que eu acho que este Colegiado ou o Plenário, para onde irá obrigatoriamente a votação final, independentemente do resultado aqui, porque "sim" ou "não" aqui acaba indo para o Pleno, não se encerra aqui, mas na minha opinião vou repetir: quando V. Exa. cita o caso da Venezuela, é porque o Mercosul tem mecanismos internos também de cobrar. E quando à unanimidade do Mercosul, seguramente portanto com o assento do Brasil, se decidiu tirar ou suspender a Venezuela, é o mecanismo adequado. Vou repetir: nós somos o único Parlamento do Mercosul que ainda não assinamos a entrada da Bolívia. Será que os componentes do pacto de Ushuaia não olharam para essa sujeição ou tiveram leniência? Tudo bem.

Então, Senador Sergio Moro, eu acho - me perdoe se estou sendo muito franco... A proposta do Senador...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) - V. Exa. está com grande crédito. *(Risos.)*

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - Não, eu não estou cobrando nada, minhas coisas eu faço... Mas é que eu acho que a proposta do Senador Cid é muito lúcida. Se V. Exa. se preocupa - e eu acho que todos devemos nos preocupar... Eu não vou afirmar porque não conheço a história como V. Exa. mergulhou, mas se efetivamente lá existem presos políticos, tira-se uma comissão do Parlamento brasileiro. Agora me parece que tem que ser precedida da entrada, porque se faz um gesto ao país e, não vou dizer que cobrando, vai uma comissão lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, eu queria também ponderar no mesmo sentido do Senador Portinho, mas não para suspender, porque aí V. Exa. leva tudo: não aprova a entrada e ainda aprova uma comissão para ir lá.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) - Eu não tenho nada contra a Bolívia ou o ingresso dela. Quero só deixar claro aqui. Não é uma questão... Tanto que eu nem cito a questão do Governo, no voto, é uma questão que transcende qualquer situação de oposição, e é uma preocupação de fato com democracia e direitos humanos, porque V. Exa. tem razão. Precisa sim ter esses mecanismos, mas precisa também ter a iniciativa política, e o papel desta Comissão de Relações Exteriores é exatamente fazer isso...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Muito bem...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) - ... para chamar atenção até com essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Pois está proposto. Está proposto. V. Exa. naturalmente...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) - Então, vamos encaminhar, acolhendo a sugestão de V. Exa., pedindo encarecidamente, no entanto, a formação dessa comissão num tempo razoável...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Não tenha dúvida da minha palavra. Não duvide.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) - E eu pediria a gentileza de integrar essa comissão para me direcionar à Bolívia e para poder atender *in loco*...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Acho muito razoável.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) - ... para justificar a minha mudança de posicionamento, não em relação ao juízo da presença de presos políticos na democracia, mas num ato de fé...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Não é isso que nós estamos fazendo. O que estamos fazendo é dando crédito de confiança; não há juízo... De minha parte, não há juízo. De minha parte, penso que o Mercosul tem um Conselho de Direitos Humanos... Aliás, o Mercosul não; acho que a América Latina tem um Conselho de Direitos Humanos que faz essas análises, senão fica no subjetivo: "eu acho que tem", "eu acho que não tem".

Mas a proposta é: nós, unanimemente, aprovamos o ingresso da Bolívia, e a Comissão de Relações Exteriores do Senado fará uma composição, em que é mais do que legítima a presença do Senador Sergio Moro - isso terá que ser deliberado pelo coletivo -, para que façamos gestões junto à Bolívia, começando pelo Parlamento, nessa temática.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) - Só uma questão adicional, Senador Cid, então, é um pedido ao Itamaraty, já que veio aqui - presente legitimamente, inclusive -, para que apoie essa missão da Comissão de Relações Exteriores para que essa visita seja viabilizada.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Um apoio é sempre bem-vindo, mas eu compreendo sempre que, nessas questões, os países - e o Itamaraty é o órgão oficial do país - não devem ter gestões, senão vai parecer uma intromissão de um país no outro. Seria uma comissão da... Eu não tenho dúvida de que a gente vai conseguir, independentemente do Itamaraty, abrir essa relação lá. Eu não tenho dúvida.

Então, encerrada a discussão.

Há tempo hábil... Há necessidade de algum prolongamento do tempo de votação para que se revertam os votos?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) - Eu vou ter que mudar.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - O.k. Então, aguardando. *(Pausa.)*

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) - Presidente Cid... Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Pela ordem, Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) - Concordo aí com a proposta de V. Exa. - estou mudando aqui o meu voto -, mas também deixo claro que apoio plenamente todos os argumentos que foram colocados aqui em relação ao ingresso da Bolívia no Mercosul.

E deixo claro, ainda: a Bolívia ainda nos deve a refinaria que encampou em 2006. Isso é algo que não pode ser esquecido. *(Pausa.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - A assessoria até pediu, quer dizer, orientou que eu pudesse fazer por aclamação, mas eu gostaria de ver o placar "18 votos a zero".

Então, todos já votaram? Por favor...

Está encerrada a votação.

Peço à Secretaria que divulgue o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - É, o 18º sou eu, que não voto.

Está aprovado, por unanimidade, o parecer do nosso Senador Chico Rodrigues, pelo ingresso da Bolívia no Mercosul.

Nós temos mais um item na pauta que é o item 2.

2ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 168, DE 2023

- Não terminativo -

Aprova o texto do Protocolo sobre Privilégios e Imunidades da Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear, celebrado em Genebra, em 18 de março de 2004.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao Senador para proferir o seu relatório.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) - Obrigado, Presidente.

Na verdade, são dois itens, o 168 e o 169.

Se me permite, eu vou direto à análise e, como eu conheço bem essa proposta, depois eu vou dar algumas informações extras a respeito.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

O PDL não apresenta vícios de juridicidade e tampouco de constitucionalidade. Sobre este último aspecto, vale o registro de que a proposição observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal.

De início, esclarecemos que o presente protocolo vem complementar os termos do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (CERN) com relação à concessão do *status* de membro associado da CERN, celebrado em Genebra, no dia 3 de março de 2022, objeto do PDL nº 169, de 2023, o qual, como já mencionei, também tenho a honra de relatar perante este Colegiado. Apesar de complementar, o ato em análise é instrumento imprescindível para se efetivar a parceria entre o Estado brasileiro e a CERN.

Nos termos destacados no relatório do citado PDL, a CERN se localiza na fronteira entre França e Suíça, próximo a cidade de Genebra, tendo sido fundada em 1954. Ela conta com o maior acelerador de partículas do mundo: o Grande Colisor de Hádrons (LHC), na sigla em inglês, usado para estudar as bases constituintes da matéria, as partículas fundamentais.

Como bem delineado na exposição de motivos da mensagem presidencial que remeteu o protocolo em exame para a apreciação congressional, a admissão do Brasil como membro da CERN não prescinde da adoção do protocolo. Esse instrumento jurídico, seguindo o padrão das organizações internacionais, atribui à CERN personalidade jurídica internacional e capacidade jurídica sobre os territórios dos Estados Partes.

Ademais, a organização gozará de imunidade de jurisdição e execução no exercício de suas atividades oficiais. Essa imunidade alcança seus bens e ativos, assim como representantes.

O reconhecimento dessas condições é essencial para se perfazer o vínculo entre o Brasil e a CERN. Nesse sentido, a aprovação deste protocolo torna-se imperiosa, sobretudo diante das inúmeras vantagens que a associação àquela organização pode oferecer ao nosso país, como já expusemos no relatório do PDL nº 169, de 2023, que pretendo ler não sequência.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Diante disso, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2023.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) - Agradeço ao Senador Marcos Pontes.

Considerando que a matéria é conexa, gostaria que desse continuidade, V. Exa., à relatoria do item 3.

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 169, DE 2023

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (CERN) com relação à Concessão do Status de Membro Associado da CERN, celebrado em Genebra, em 3 de março de 2022.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Então, passo à leitura da análise do relatório do PDL nº 169, de 2023, que veicula o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (CERN) com relação à Concessão do Status de Membro Associado da CERN, celebrado em Genebra, em 3 de março de 2022.

Análise.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

O PDL não apresenta vícios de juridicidade e tampouco de constitucionalidade. Sobre este último aspecto, vale o registro de que a proposição observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal. Além disso, vai ao encontro do comando previsto no parágrafo único do art. 4º, IX, da Constituição Federal, que estabelece, entre os princípios regentes das relações internacionais da República Federativa do Brasil, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Localizado na fronteira entre França e Suíça, próximo a cidade de Genebra, o laboratório da CERN foi fundado em 1954 e conta com o maior acelerador de partículas do mundo, o LHC, na sigla em inglês, usado para estudar as bases constituintes da matéria (as partículas fundamentais).

O estabelecimento da CERN remonta à reunião intergovernamental da Unesco em Paris em dezembro de 1951, quando foi adotada a primeira resolução relativa à criação de um Conselho Europeu para a Investigação Nuclear. A assinatura de um acordo estabelecendo o conselho provisório (de onde nasceu a sigla CERN) ocorreu dois meses após. Nos termos do acordo, o conselho teria 18 meses para produzir a Convenção formal da CERN. Hoje, a nossa compreensão da matéria é muito mais profunda, e a principal área de investigação da CERN é a física de partículas.

O projeto final da Convenção foi acordado e assinado por 12 Estados-membros em junho de 1953. Ele estabeleceu as formas de contribuição pelos Estados-membros para o orçamento da CERN, bem como as primeiras indicações do que viria a ser a organização, desde a adoção de uma política de acesso aberto até a divisão da estrutura interna da CERN em diretorias.

Atualmente, essas diretorias são subdivididas em departamentos que, por sua vez, se subdividem em grupos e seções.

Da página eletrônica da organização, depreende-se que hoje a CERN conta com 23 Estados-membros, a saber: Áustria, Bélgica, Bulgária, República Tcheca, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Israel, Itália, Holanda, Noruega, Polônia, Portugal, Romênia, Sérvia, Eslováquia, Espanha, Suécia, Suíça e Reino Unido. Chipre, Estônia e Eslovênia gozam da condição de Estados associados, em vias de alcançarem o *status* de Estados-membros. Croácia, Índia, Letônia, Lituânia, Paquistão, Turquia e Ucrânia são Estados-membros associados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Japão e Estados Unidos da América detêm *status* de Observadores no LHC. A Rússia teve suspenso seu *status* de Observador de acordo com a Resolução da CERN, de 8 de março de 2022.

Mais de 600 instituições e universidades em todo o mundo usam as instalações da CERN. As agências de financiamento dos Estados-membros e de terceiros países são responsáveis pelo financiamento, construção e funcionamento das experiências em que colaboram.

Desde que a CERN passou a funcionar, em 1954, muitos avanços significativos foram alcançados, tanto na física de partículas quanto em tecnologias que ajudaram a melhorar nosso dia a dia (incluindo a Rede Mundial de Computadores, o "www", que todo mundo usa). Outras grandes realizações da CERN foram: i) identificação do bóson de Higgs, em 2012 - apelidado de partícula de Deus; ii) o LHC, em 2008; e iii) descobertas sobre antimatéria.

Pode-se dizer que o processo para adesão à CERN foi iniciado em 2010, quando a organização passou a aceitar membros não europeus, e o Brasil demonstrou interesse em se associar, tendo recebido, nos anos seguintes, a visita de grupos de pesquisadores da CERN com o fim de avaliar instalações de pesquisa, universidades e indústrias.

No entanto, como destacado na exposição de motivos, apenas no ano de 2019 as negociações realmente ganharam impulso, em virtude de trabalho coordenado entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - isso foi durante a minha gestão no Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação - com a então Diretora-Geral da CERN, Fabiola Gianotti.

Aliás, a citada exposição de motivos traz um panorama geral bastante esclarecedor sobre os ganhos a serem obtidos com a associação do Brasil à CERN. Como já dito, o ingresso do Brasil, como país associado, deverá gerar ganhos em termos de capacitação de profissionais, acesso a infraestruturas de pesquisa de ponta e potencial de formação de parcerias e projetos conjuntos com os outros membros da associação. Evidentemente, haverá reflexos para a imagem do Brasil como um país capaz de produzir tecnologias na fronteira do conhecimento.

Também devem-se recordar os impactos positivos na esfera econômica, especificamente para a indústria nacional, uma vez que haverá a possibilidade de inclusão de empresas brasileiras entre os fornecedores de produtos e serviços para a CERN. Trata-se de mercado de licitações atualmente da ordem de US$500 milhões anuais. Nesse sentido, a exposição de motivos dá notícia de que a CERN já sinalizou que o Brasil poderia atender parte de sua demanda de ímãs supercondutores que fazem uso de nióbio para emprego no LHC (Grande Colisor de Hádrons de Alta Luminosidade) e em outros projetos a serem desenvolvidos.

Sabemos que o Brasil detém importantes reservas desse minério, o qual é dotado de alto valor estratégico.

No que diz respeito aos compromissos financeiros a serem assumidos pelo Estado brasileiro, a exposição de motivos esclarece que nossa contribuição corresponderá a 10% da contribuição total daquela de um país membro e será devida a partir da conclusão dos procedimentos internos de ratificação do acordo pelo Congresso Nacional. O valor, que é anualmente variável, é estimado em US$13 milhões anuais e ficará a cargo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Nesse ponto, convém realçar que o anexo dispõe que o valor financeiro anual combinado das encomendas, contratos e nomeações de pessoal não podem exceder o montante da contribuição financeira do Brasil para a organização no ano financeiro correspondente.

Em suma, como explicado, já existe parceria entre Brasil e CERN há muitos anos. Diversas instituições e pesquisadores brasileiros atuam no LHC. No entanto, a adesão, como membro associado, sugere ganhos potenciais não apenas no campo de ciência e tecnologia, mas também na indústria nacional.

Vale dizer que o Brasil se comprometerá a aportar recursos para manutenção da CERN e, em contrapartida, a CERN, em termos do Artigo II do acordo, reconhece os seguintes direitos ao Brasil: participação nos programas científicos, de treinamento e educacionais da organização; participação nas reuniões do Conselho, do Comitê Financeiro e do Comitê de Política Científica, sendo que, nos dois primeiros, o Brasil terá direito à palavra, sem direito a voto, e, no último, terá direito a enviar um representante às reuniões ordinárias na qualidade de observador; elegibilidade para nomeação aos cargos de funcionários, bolsistas e membros associados de equipes; elegibilidade para participação industrial, que consiste na possibilidade de empresas que oferecem bens e serviços originários do Brasil terem, sob certas condições, direito de participar das licitações de contratos da CERN.

Assim, além da possibilidade de que pesquisadores brasileiros tenham acesso à CERN, abre-se a possibilidade para que a organização, que se dedica a pesquisas de ponta e, por isso, tem alta demanda por tecnologia, venha a adquirir bens e serviços brasileiros do setor.

Com relação a essa participação da indústria nacional na cooperação, o precedente do Sirius é muito animador. Como ressaltado pelo Prof. Marco Leite, pesquisador do Instituto de Física da Universidade de São Paulo e do ATLAS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(experimentos do LHC), "empresas nacionais contribuíram com parte importante da instrumentação, na parte mecânica de precisão, por exemplo", no Sirius. Nesse sentido, o Professor destaca que "há ainda empresas da área de infraestrutura elétrica e telecomunicações que podem muito bem ser fornecedoras da CERN naquilo que já fornecem para o mercado interno. Temos muitos exemplos de produtos nacionais que têm uma qualidade muito boa; desde partes e peças até equipamentos completos, como os que são produzidos na indústria automobilística para testes, sistemas de manufatura, entre outros".

O fato de se tratar de um dos maiores laboratórios de pesquisa em física de altas energias e física de partículas do mundo, por si só, já garante ao Brasil um *status* diferenciado por fazer parte desse seleto grupo. Espera-se que os pesquisadores e empresas nacionais tomem parte no desenvolvimento de tecnologias voltadas para a indústria aeroespacial, isótopos de saúde e a chamada indústria 4.0, que envolve inteligência artificial, robótica, internet. Deverá haver um cenário propício à geração de empregos no país.

Diante disso, pode-se afirmar que a assinatura do acordo deriva da interação entre Governo, academia, setor privado, sociedade, que fizeram convergir esforços com fim de estimular inovação tecnológica que renderá frutos para todos esses setores.

É evidente que, de antemão, não é possível identificar precisamente quais os ganhos da adesão do Brasil, sobretudo porque essas descobertas podem levar tempo para afetar a vida cotidiana das pessoas, mas o exemplo da rede mundial de computadores é prova de que os avanços científicos, invariavelmente, carregam potencial para impactar de forma expressiva nosso modo de viver.

O voto.

Diante do exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, votamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 169, de 2023.

Presidente, esse é o relatório.

Se me permite, eu gostaria de fazer alguns comentários a respeito disso. Como foi dito aqui no relatório, o Brasil foi convidado a participar como membro associado desde 2010. Desde então, praticamente nada foi feito até que... Eu vou contar um pouco da história dessa situação, de que eu tive a honra de participar.

Quando eu cheguei ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em 2019 - na época tinha comunicações também -, eu fui informado pelo então diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, o Shellard, Dr. Shellard, que, infelizmente, já faleceu, mas foi um pesquisador excelente, muito renomado, brasileiro... Ele trabalhou no Cern durante algum tempo. Ele me procurou e falou o seguinte, "Ministro, o Brasil está com essa proposta já há muitos anos, desde 2010, e nada foi feito até agora. É uma oportunidade grande para o país, e nós corremos o risco de perdermos essa oportunidade por falta de ação". Eu falei assim: "Qual ação necessária? Explique-me como é que é isso". E a gente foi lá no Cern, vimos, conversei lá no Cern, e realmente eles já estavam dispostos a descartar o Brasil dessa possibilidade.

Na época, eu conversei com a Fabiola, que é diretora de lá, e falei: "Olha, não, o Brasil tem interesse". Liguei para o Presidente e falei: "Nós temos interesse de participar. Isso é muito bom para o país, por vários aspectos, não só pela pesquisa científica, possibilidade de desenvolvimento e de conhecimento, mas também pela possibilidade de se trazer tecnologias para o Brasil, como tecnologia de supercondutor e supermagnetos". Supercondutores especificamente usando o nióbio - e o Brasil tem a maior tecnologia do planeta no desenvolvimento de nióbio. E usar nióbio com estanho, nióbio com cobre e nióbio com titânio, por exemplo, para supercondutores, vai melhorar e muito o desenvolvimento do Brasil em áreas como energia renovável e outras áreas gerais, em termos de construção e etc. Além disso, permite uma negociação financeira adequada, de forma que o valor que o Brasil paga anualmente para participar... E esse valor, diga-se de passagem, é coberto pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, dentro do que o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico tem a capacidade plena de cumprir, e esse valor não é um valor que você só paga e fica lá. O Cern, em contrapartida, compra de indústrias brasileiras equipamentos ou serviços correspondentes ao valor. Ou seja: isso aí, na verdade, é um valor injetado dentro da nossa indústria de tecnologia no país.

E o Brasil tem capacidade de fazer isso? Tem, e muita.

O nosso Sirius, que é um acelerador de partículas, que fica em Campinas, dentro do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais, é de geração quatro. Só existem três iguais no planeta Terra, e ele foi desenvolvido, mais de 80% - para ser mais exato, 83% -, pela indústria brasileira. Ou seja: para aqueles que têm dúvida da capacidade do Brasil de participar e vender equipamento para o Cern, está aí a resposta, mais do que explícita, em números.

Além disso, isso permite o desenvolvimento de novas tecnologias no Brasil por *startups* brasileiras, coordenadas ou não por cientistas brasileiros, além do *status* do Brasil de participar desse grupo muito seleto de países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tem muitos desenvolvimentos importantes a vir pela frente na ciência de partículas, na física de partículas, e muitas coisas novas surgindo, e o Brasil não pode ficar fora. Portanto, eu tenho o prazer de dizer, sendo o Relator dessa matéria, que também fui o Ministro, representando o Brasil, com autorização do Presidente, que assinou esse acordo em março, no dia 3 de março de 2022. Um pouco antes de sair do ministério, eu assinei esse acordo, colocando o Brasil dentro dessa grande oportunidade para a nossa ciência, para a nossa indústria e para a população brasileira como um todo.

Então, o relatório é pela aprovação. Eu conto com os nossos Senadores para que votem favoravelmente.

Depois, vai para o Plenário, e gostaria já, de antemão, de pedir também a urgência para que esse tema vá ao Plenário, porque, a partir da assinatura, em 2022, nós temos um tempo restrito lá no Cern para que esse acordo seja ratificado pelo Congresso. Ele já passou na Câmara e está aqui, terminativo, no Senado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) - Senador Marcos Pontes, eu agradeço o relatório de V. Exa., e é muito bom ouvi-lo.

V. Exa. é um homem brilhante, é um cientista, é um homem que conhece da matéria, é um estudioso... Seus comentários são muito esclarecedores pós-relatório. O relatório é muito consistente, e seus comentários são esclarecedores.

Eu estive, a convite do Ministério da Ciência e Tecnologia, em Campinas e fiquei surpreso com a tecnologia que V. Exa. acabou de nos relatar. É uma coisa que deveria ter pessoas do poder público e do setor privado visitando e conhecendo o que o Brasil está fazendo na sua vanguarda.

Parabéns! Parabéns pelo relatório e pelo trabalho que o senhor faz nesta Casa.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) - Obrigado, Senador Fernando Dueire.

Aliás, eu gostaria de agradecer também a esta Comissão, agradecer à Mesa, agradecer ao Presidente Renan Calheiros, por ter acelerado a tramitação desse relatório, para que a gente realmente cumpra os prazos lá com o Cern.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) - O pedido de urgência será examinado.

Em discussão o relatório... Os relatórios. *(Pausa.)*

Em não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação os relatórios.

Sras. e Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os relatórios, que passam a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Em virtude da solicitação de V. Exa. para o pedido de urgência, coloco aqui aos pares da Comissão se existe alguma objeção. *(Pausa.)*

Não existindo, fica aprovado o pedido de urgência, o qual encaminho à Secretaria da Comissão para as devidas providências.

Pediria a gentileza do querido Senador Chico Rodrigues para assumir a Presidência, para que eu possa relatar aqui a LOA. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) - Assumindo a relatoria da LOA o Senador Fernando Dueire, nós queremos... Apresento aqui... Foram apresentadas pelos Srs. Senadores e Senadoras, membros desta Comissão, 74 propostas de emenda à despesa ao texto.

Nós agradecemos aos membros desta Comissão as relevantes contribuições nas propostas de emendas que foram apresentadas, lembrando que o limite da autoria da Comissão é de oito emendas no total, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento.

Portanto, V. Exa. tem a palavra.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) - Muito obrigado, Presidente Chico Rodrigues.

Gostaria de agradecer ao Senador Renan Calheiros, Presidente desta Comissão, a confiança de ter me designado Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Portanto, o material foi vasto que nós recebemos. Ouvimos o Ministério da Defesa - não poderia ser diferente -, ouvimos também o Ministério das Relações Exteriores e aqui apresentamos o nosso relatório.

Sr. Presidente, apresento a instrução, na condição de Relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), sobre as emendas a serem apresentadas por esta Comissão ao projeto de lei do Congresso Nacional - PLN nº 29/2023, do Congresso Nacional (CN) - que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2024.

Esta Comissão, na condição de autor de emenda coletiva à despesa, tem competência para propor à LOA 2024 oito emendas à despesa, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento.

Inicialmente, consignamos que todas as emendas apresentadas no prazo legal...

Posto isso ou bem posto isso, existe uma significativa limitação para o atendimento das propostas apresentadas pelos meus pares, haja vista que esta Comissão, como falou o Senador Presidente Chico Rodrigues, está sujeita ao limite de até oito emendas de despesa, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento.

Na análise, é importante destacar, primeiro, que a proposta de emenda ao texto e as Propostas de Emenda à Despesa nºs 1, 4, 40 e 61 fogem da competência desta Comissão, conforme o disposto no art. 43 da Resolução CN nº 1/2006, combinado com o art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal. Assim, de acordo com as normas regimentais, são passíveis de inadmissão na análise da Comissão Mista de Orçamento, motivo pelo qual descartamos a possibilidade de apresentação dessas propostas.

Dois.

Quanto à proposta de emenda de remanejamento, vale mencionar que esse tipo de emenda constitui instrumento efetivo em situação em que há divergência no que tange à priorização da programação elaborada pelo Poder Executivo que pode ser alterada pelo Congresso sem o comprometimento das verbas de emendas de apropriação. Ocorre que a proposta de emenda de remanejamento apresentada pretende cancelar recursos de projetos importantes e até mesmo estratégicos, como os discriminados pelas ações de implantação do projeto de forças blindadas e operações de comando e controle de defesa nacional. Por isso, decidimos pela não apresentação da Proposta de Emenda 63 perante a Comissão Mista de Orçamentos.

Três.

Com relação aos critérios para a escolha das propostas a serem convertidas nas quatro emendas de apropriação da despesa ao projeto de lei orçamentária de autoria da CRE, optamos por dirigir uma emenda ao Ministério das Relações Exteriores e uma a cada um dos comandos militares. Além disso, decidimos acolher as propostas para as mesmas três ações alvos das emendas aprovadas por esta Comissão ao anexo de metas e prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), na semana passada, para que pudéssemos ter uma sinergia com elas.

Portanto, encaminho o voto.

Ante o exposto, votamos pela apresentação, por parte da Comissão Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), de emendas de apropriação à despesa nas seguintes ações abaixo relacionadas, detalhadas com as respectivas propostas de emendas:

1. Emenda de apropriação:

1.1. Unidade Orçamentária 52.111 - Comando da Aeronáutica, Ação 14T0 - Aquisição de aeronaves de caça e sistemas afins - Projeto FX-2, valor: R$1.286.254.135. Propostas 7, 8, 10, 13, 24, 31, 36, 44, 69 e 71, dos Senadores Esperidião Amin, Wellington Fagundes, Veneziano Vital do Rêgo, Marcos do Val, Humberto Costa, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wilder Morais e Carlos Portinho.

1.2. Unidade Orçamentária 52.133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, Ação 14ML - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz, valor: R$30 milhões. Propostas 26, 53, 56, 60, 64, 67 e 70, das Senadoras e dos Senadores Esperidião Amin, Izalci Lucas, Chico Rodrigues - aqui presente como nosso Presidente -, Leila Barros, General Hamilton Mourão, Wilder Morais e Carlos Portinho.

1.3. Unidade Orçamentária 52.121 - Comando do Exército, Ação 14T5 - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), no valor de R$40 milhões. Propostas nºs 15, 17, 20, 27, 28, 39, 46, 58, 65, 68 e 72, das Senadoras e dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Sérgio Petecão, Sergio Moro, Beto Faro, Humberto Costa, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Hamilton Mourão e Wilder Morais.

1.4. Unidade Orçamentária 35.101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta, 20WW - Relações e Negociações Bilaterais, valor: R$184,2 milhões. Propostas nºs 19, 49, 54 e 66, dos Senadores Renan Calheiros, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues e Hamilton Mourão.

Era o que eu tinha relatar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Gostaria de agradecer aos consultores que atuaram neste relatório, que muito contribuíram na leitura e na apreciação desses pontos e dessas emendas apresentadas.

Fica a Secretaria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional autorizada a promover os ajustes necessários nas propostas de emendas ora apreciadas, a fim de formalizá-las de forma adequada como emenda de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional perante a Comissão Mista de Orçamento.

Era o que eu tinha a relatar.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Chico Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) - Meu caro Senador Fernando Dueire, V. Exa., com muita precisão, apresenta esse relatório da LOA, que, obviamente, se refere às emendas apresentadas pelas Sras. e Srs. Senadores.

Concluída a apresentação, com absoluto cuidado e competência, nós verificamos que esse encaminhamento ao Presidente da Comissão de Orçamento será feito pela Comissão de Relações Exteriores, para que possa, no nosso entendimento, acatar e atender todas essas emendas que foram apresentadas em benefício do serviço público brasileiro, das instituições públicas brasileiras.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório.

As propostas de emendas aprovadas pela Comissão serão numeradas e encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Com a palavra o nobre Senador Fernando Dueire.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) - Presidente Chico Rodrigues, Senadores aqui presentes, eu gostaria de agradecer a confiança, a contribuição, a anuência, o voto e a aprovação do nosso relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) - Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão.

(Iniciada às 9 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 12 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 45ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e oito minutos do dia sete de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Marcelo Castro, Alessandro Vieira, Teresa Leitão, Beto Faro, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Professora Dorinha Seabra e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Carlos Viana, Weverton, Izalci Lucas, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Otto Alencar, Augusta Brito, Chico Rodrigues, Marcos Rogério, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 77/2023 - CI, de autoria Senador Lucas Barreto (PSD/AP). **Finalidade:** Discutir a revisão tarifária extraordinária da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) aprovada pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) em percentual médio de 44,41%. **Participantes:** Cristiano de Lima Logrado, Diretor de Regulação da Equatorial Energia; Augusto Dantas Borges, Diretor-Executivo da CEA - Companhia de Energia do Amapá; e Marcos do Nascimento Pereira, Assessor Institucional da Equatorial Energia. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e seis minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?5&reuniao=11965

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 7 de novembro de 2023.

Comunico que foram apresentados alguns documentos à Comissão de Infraestrutura.

A presente reunião destina-se, como já falei, a discutir a revisão tarifária extraordinária da Companhia de Eletricidade do Amapá, aprovada pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) em percentual médio de 44,41%, em atenção ao Requerimento 77, de autoria do Senador Lucas Barreto.

Os convidados são: Cristiano de Lima Lograd, Diretor de Regulação da Equatorial Energia; Augusto Dantas Borges, Diretor-Presidente da CEA (Companhia de Eletricidade do Amapá); e Marcos do Nascimento Pereira, Assessor Institucional da Equatorial Energia.

Eu solicito à equipe de assessores do Senador Lucas Barreto, do Senador Randolfe, de outros interessados e de outros Senadores da Região Amazônica a comparecerem aqui na Comissão de Infraestrutura para debaterem sobre o aumento tarifário da energia no Estado do Amapá.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. Repetindo o telefone: 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal desta Comissão, assim como as apresentações que, por acaso, forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até 15 minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazer as suas perguntas e comentários.

Bem, nós vamos, então, começar a nossa audiência pública no horário, e, logo depois, com a chegada dos Senadores requerentes, eles poderão fazer suas indagações. A palavra dos nossos expositores ficará guardada no portal desta Comissão para, a qualquer tempo e hora, poder ser consultada, ouvida e, posteriormente, indagada, se for o caso.

Então, vamos iniciar.

Aqui, na ordem da fala, o primeiro a falar será Cristiano de Lima Lograd; depois, Augusto Dantas Borges; e, por fim, Marcos do Nascimento Pereira.

Essa audiência está sendo transmitida ao vivo para todo o país pela TV Senado e Rádio Senado e também pelos meios de comunicação do Senado Federal, por várias outras mídias do Senado.

Bem, então, com a palavra o Cristiano de Lima Lograd, Diretor de Regulação da Equatorial Energia.

Fique bem à vontade.

O SR. CRISTIANO DE LIMA LOGRADO (Para expor.) – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – Aquele relógio lá marca o tempo.

O SR. CRISTIANO DE LIMA LOGRADO – Tá, obrigado.

Na verdade, eu não vou usar todo o tempo...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – Pode ficar à vontade.

O SR. CRISTIANO DE LIMA LOGRADO – ... e quem vai realmente apresentar a visão da Equatorial é o Augusto Dantas, Presidente da CEA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou aproveitar a palavra só para ser mais preciso numa parte das falas. Existe, sim, uma proposta de revisão tarifária extraordinária de 44%, mas esse número ainda está em discussão. Ele ainda não foi aprovado, como parte do rito da Aneel para revisões tarifárias. Esse número foi colocado em audiência pública, teve uma consulta pública e uma audiência pública, e a decisão final deve ser tomada só no início de dezembro. Então, o número que está sendo colocado aí ainda é uma proposta e ainda não é um número aprovado.

Eu só queria deixar esse esclarecimento e passar a palavra para o Augusto Dantas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

Pode ficar bem à vontade.

O SR. AUGUSTO DANTAS BORGES (Para expor.) – Bom dia a todos. Bom dia, Presidente, Dr. Confúcio, o qual tenho a honra de conhecer desde pequeno.

Se o senhor me permite, Dr. Confúcio, a gente trouxe algumas informações que são importantes para a gente discutir esse tema.

A distribuidora de energia elétrica tem dois papéis importantes dentro do processo, dentro do conjunto do sistema elétrico como um todo. O primeiro é a distribuição de energia elétrica dentro do estado onde ela atua. O segundo, é que a distribuidora tem o papel de ser o agente arrecadador de todos os setores. O setor é dividido em geração, transmissão, comercialização e distribuição. E, dentro de uma tarifa, dentro de uma fatura de energia elétrica, constam todos esses atores, todos esses valores para se poder manter o sistema.

Nós vamos ver para frente que a maior parte desse reajuste de 44% é oriunda de outros fatores, não do custo da distribuição de energia elétrica. Para o senhor ter noção, de uma conta de R$100, ficam com a CEA, para poder manter e expandir o sistema, buscar universalização, algo em torno de R$30. Os outros R$70 são repassados para os agentes do setor elétrico, para o Governo Federal, para o governo estadual e para o governo municipal, independentemente do pagamento da conta de energia pelo consumidor.

Então, qualquer aumento na conta de energia acaba impactando também o fluxo de caixa da companhia e, consequentemente, os seus investimentos que devem ser feitos, principalmente no Estado do Amapá, que tem uma necessidade muito grande de isso acontecer. (*Pausa.*)

Bem, esse gráfico, Dr. Confúcio, representa todos os itens que compõem a tarifa, e a gente está olhando um histórico de quase 20 anos, de 2003 a 2022. Quando a gente olha o IPCA, que é a linha vermelha, de 2003 a 2022, o IPCA cresceu três vezes o valor que era no início da partida, em 2003.

O IGPM, que é a linha preta, subiu pouco mais que quatro vezes. Quando a gente olha agora o encargo que está embutido na tarifa – e quando a gente fala de encargo na conta do Amapá, ele representa algo em torno de 18% de uma conta de energia –, ele cresceu sete vezes em relação a 2003, o valor de 2003. Então, hoje, nós temos um impacto muito forte do crescimento dos encargos na conta de energia do consumidor.

Quando a gente olha o transporte, ou seja, a transmissão, que é a linha azul, o valor do IPCA cresce aproximadamente três vezes, um pouquinho acima e, quando nós olhamos o custo da energia, que é a linha cinza, que está ali entre a linha preta e a linha azul, ele cresce algo em torno de três vezes e meio.

Olhando os principais itens que compõem a tarifa, que são os encargos, o transporte, a energia, eles cresceram acima da inflação. Qual foi o único item que cresceu abaixo da inflação? É justamente a linha laranja, que é o custo da distribuidora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O modelo do setor elétrico captura essa eficiência das distribuidoras de energia e repassa para o consumidor. Então, a distribuidora não pode ser considerada a vilã no crescimento da tarifa como um todo no Brasil. Isso aqui é uma média Brasil, mas o Amapá também cresce mais ou menos no mesmo patamar.

Um outro ponto, Senador, que o senhor deve saber muito bem, já que o senhor acompanha o Estado de Rondônia, é que o modelo setorial do setor elétrico penaliza, acaba fazendo com que os Estados do Norte e Nordeste sejam penalizados, porque são estados com menor densidade demográfica, o que contribui para que você tenha as maiores tarifas.

Se nós olharmos hoje o *ranking* das cinco primeiras tarifas, nós temos lá apenas infiltrada, vamos dizer assim, entre elas, a tarifa do Rio de Janeiro, sendo que os Estados do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, de Rondônia e do Pará, enfim, possuem as maiores tarifas, porque o setor elétrico, no modelo atual, penaliza os estados que exigem grandes investimentos, com baixa densidade demográfica.

Olhando um pouco a revisão extraordinária da CEA. O primeiro cálculo feito pela Aneel foi de 44,41%, sendo que desses 44%, 16 pontos percentuais referem-se à parcela A. Na parcela A, você tem os encargos setoriais crescendo 12 pontos percentuais, o transporte crescendo 0,63%, o custo da energia crescendo 2,6% e as receitas irrecuperáveis crescendo 0,57 pontos percentuais.

Os efeitos financeiros estão acontecendo pela retirada de devoluções que a Equatorial fez de valores que foram arrecadados pela CEA estatal no passado, como a gente fala da questão de Coaracy Nunes e do PIS/Cofins, e isso foi abatido na tarifa do ano passado. Retirando esses efeitos, estão trazendo um reajuste de quase 15 pontos percentuais.

E o custo da distribuidora... Se fosse apenas o custo da distribuidora, para poder pagar os investimentos que foram feitos nesses quase dois anos de Equatorial, mais remunerar os ativos, enfim, a manutenção, o reajuste seria de 13,16 pontos percentuais.

É importante destacar que existem algumas propostas que foram construídas pelo Conselho de Consumidores que buscam minimizar esse efeito de 44%, que a gente sabe que é realmente muito pesado para um Estado como o Amapá, e a gente tem trabalhado junto à Aneel e junto ao ministério para buscar essas soluções.

E aqui a gente vai apresentar algumas soluções trabalhadas em conjunto com o Conselho de Consumidores que são importantes.

A primeira medida que a gente pode trabalhar. A CEA estatal recolhia dos consumidores valores para a pesquisa e desenvolvimento, e ela não aplicou esses valores em pesquisa e desenvolvimento. Então, o Grupo Equatorial, desde a sua chegada, se comprometeu a fazer essa devolução, algo em torno de R$24 milhões, e a gente entende que, se esse valor for aplicado na modicidade tarifária, em vez de ir para um colchão Brasil, Presidente, ele traria uma redução de quase 3,5 pontos percentuais no efeito do reajuste.

Além disso, como todos sabem, o Estado do Amapá, em 2020, antes da chegada do Grupo Equatorial e por responsabilidade da empresa transmissora, teve um apagão de quase 20 dias. Na época, foi aprovada uma medida provisória, que depois virou projeto de lei, em que o Governo Federal aportou R$80 milhões para pagar um mês de conta de energia desses consumidores. Só chegaram ao cofre da CEA R$54 milhões, tem mais R$26 milhões, que a gente entende que também poderiam ser aplicados na modicidade tarifária e trariam também mais 3,5 pontos percentuais de redução.

Além disso, o Estado do Amapá, Presidente, não conta com uma segunda subestação integradora à rede básica, ainda continua com apenas uma subestação. Então, a gente entende, junto com o Conselho de Consumidores, que poderia ser dada a isenção do custo da transmissão enquanto o Estado do Amapá não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tiver uma redundância de uma subestação integradora, isso seria por volta de mais cinco anos e traria uma redução de 7 pontos percentuais.

Esses três fatores trariam já uma redução do reajuste da casa de 44% para a casa de 25%.

Além disso, a gente tem algumas outras sugestões: o Governo Federal buscar mecanismos para que o pagamento da escassez hídrica seja feito com recurso do Tesouro, e isso são mais R$75 milhões e daria mais uma redução de 10 pontos percentuais – vou partir logo para a última, que é a maior –; também a CDE-Covid, em vez de ser paga pelo consumidor, seria paga através de recurso do Governo Federal, e isso daria mais uma redução de 4,8 pontos percentuais.

Somando todos esses efeitos mitigadores, você faria com que o reajuste saísse da casa de 40% para algo em torno de 9,82%.

Então, a Equatorial vem trabalhando junto com o Conselho de Consumidores, junto com os Parlamentares, buscando amenizar esse efeito dos 44%; porém, para isso, a gente precisa do apoio dos Parlamentares, porque a grande maioria desses efeitos mitigadores necessitam ou de projeto de lei ou de medida provisória para serem aplicados.

Acho que essa é a nossa contribuição. Os eslaides seguintes são muito mais para explorar esses efeitos mitigadores – o que poderia ser feito, se tem algum ajuste técnico –, mas a gente fica à disposição dos Parlamentares para poder fazer as reuniões mais técnicas e tentar buscar esse efeito menor do reajuste tarifário.

Friso aqui novamente o compromisso da Equatorial, Presidente, com o Estado Amapá. A Equatorial foi a única empresa que acreditou no projeto da privatização e vem buscando investimentos fortes. Nós já avançamos muito forte na questão de novas linhas de transmissão, subestações, novos alimentadores, automatizando a rede e, principalmente, também buscando a universalização.

Neste ano, nós estamos falando de algo em torno de 2 mil, 2,5 mil ligações, através do Luz para Todos convencional, e mais 2,5 mil ligações, através do Luz para Todos Regiões Remotas. Já avançamos bem. Já temos mais de 600 ligações de famílias ribeirinhas do Estado do Amapá, e fica o nosso compromisso para continuar avançando.

Temos muitos problemas ainda. A qualidade do fornecimento de energia está muito longe do que a gente considera ideal e do que nós já entregamos em outros estados. Nós estamos com um grupo muito forte, um grupo que tem o conhecimento de transformar a realidade de empresas que tinham problemas sérios de qualidade de fornecimento de energia. Fizemos isso no Maranhão, fizemos isso no Pará, estamos fazendo isso em Alagoas, no Piauí, no Rio Grande do Sul. Estamos com uma tarefa bem forte na questão do Estado de Goiás, que nós assumimos tem pouco menos de um ano, para poder realmente transformar a realidade desses estados, garantir uma energia de qualidade, sempre buscando a modicidade tarifária, para que se permita que esses estados continuem crescendo e gerando riqueza para toda essa população.

Meu muito obrigado e fico à disposição aqui para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu gostaria de chamar a atenção da população do Estado do Amapá, especialmente Vereadores da capital, Deputados Estaduais do Estado do Amapá, Governo do Estado do Amapá, secretários de estado e do município e também a população em geral do Estado do Amapá para entrarem em contato aqui, nesta audiência. Está sendo falado, neste momento, sobre esse provável aumento tarifário de energia no Estado do Amapá, na ordem de quarenta e quatro e uns quebrados, para o mês de dezembro.

Então, todos os interessados podem entrar. Eu vou passar o telefone para vocês que estejam ligados no Estado do Amapá principalmente – esta audiência é focada nesse estado –, mas também temos outras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposições de aumento de energia no país, especialmente em Rondônia, em que a tarifa proposta é da ordem de dezesseis e mais umas frações, e em alguns outros estados também. Agora, neste fim de ano, é época de reajuste tarifário. É importante a participação dos internautas aqui, na nossa audiência pública.

Agradeço ao Cristiano, que foi o primeiro a abordar, ao Dr. Augusto Dantas, que acabou de expor, e eu passo a palavra ao Dr. Marcos do Nascimento Pereira.

O SR. MARCOS DO NASCIMENTO PEREIRA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu vou fazer só uma breve fala. Na verdade, a distribuidora é a CEA Equatorial agora. Ela vai completar, no dia 21, dois anos de contrato. Nesses dois anos de contrato, a gente tem atuado junto ao poder público, tanto estadual como municipal e todos os poderes públicos constituídos.

Era uma realidade no Amapá a questão da precariedade da energia no estado. A gente tem aí o exemplo do apagão, que trouxe também um reflexo na questão da distribuição, mostrou ali as fragilidades desse sistema e, desde a chegada da Equatorial e com os investimentos... Lembro que a questão da qualidade da distribuição está intrinsecamente ligada aos investimentos em distribuição, e aí hoje, completados quase dois anos, há muitos exemplos para serem colocados.

A gente teve aqui a fala do Augusto. Lembro que está sendo feita a política pública do mais Luz para Todos e a fragilidade da CEA é anterior. Ela sequer conseguia fazer o desenvolvimento desse programa, que contava com a Eletronorte executando essas obras.

Então, hoje já é uma mudança completa de realidade. Ou seja, nós estamos avançando no Programa Luz para Todos e executando o Programa Luz para Todos Regiões Remotas, que antigamente se chamava Mais Luz para a Amazônia.

Então, assim, é uma mudança de realidade, e essa mudança de realidade também tem o exemplo de uma subestação, São José, que está para ser inaugurada, e que, em dois anos... Quem é do setor elétrico sabe quanto tempo demora para fazer encomenda e compra de transformadores de grande porte, e você tem, em dois anos, uma subestação completamente nova, no centro da cidade, garantindo energia de melhor qualidade para o povo do Amapá.

Bem, isso só é possível por essa companhia ligada e tão desejosa de atender aos anseios dessa população. Então, eu não poderia aqui deixar de sinalizar nesse sentido, ou seja, o compromisso da Equatorial em relação a buscar a melhoria da qualidade e da prestação do serviço em todo o Estado do Amapá, porque os exemplos seguem para o interior.

Então, assim, esse é um importante dado e uma importante consideração que tem que ser colocada, porque há uma mudança completa de uma empresa antes estadual e, portanto, deficitária de investimento... Lembrando também que, mesmo nesse momento, você teve aí uma prestação temporária de serviço, ou seja, uma prestação a título precário por essa empresa que já tinha aí algumas deficiências.

Então, a partir da Equatorial, a gente tem uma nova mudança aí do cenário na distribuição do estado. Isso é muito importante de ser colocado aqui nesse...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS DO NASCIMENTO PEREIRA – É.

E um exemplo – lembrou bem aqui o Dantas –, um exemplo era a tarifa social.

Quando... O Governo do estado até tem um exemplo: diante das dificuldades do apagão, pandemia, ele foi e disse assim: "Vamos pagar a tarifa social". E eram 18 mil contas de consumidores, e pagou dois meses ou três meses isso. A Equatorial veio, fez a busca ativa desses consumidores, e a gente saiu de 18 mil consumidores cadastrados para 100 mil consumidores cadastrados. Ou seja, a política pública aplicada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

numa empresa que buscou eficiência, buscou também para o consumidor essa mesma eficiência, saltando aí cinco vezes – multiplicando esse número. Então, fazendo com que consumidores pudessem ter a política pública efetiva federal para as suas contas de energia.

Então, esse é mais um exemplo da busca por eficiência e a busca desse compromisso com o Estado do Amapá de fazer a melhor prestação de serviço possível para o estado.

Encerro aqui a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu me esqueci de passar o telefone, de novo, para os interessados do Brasil e também, especialmente, do Estado do Amapá. É uma oportunidade maravilhosa para todos os moradores, habitantes, possíveis representantes, tirarem dúvidas. Então, aqui, os diretores, o Grupo Equatorial, responsável pela concessão, é a empresa concedida para produção de energia para o Estado do Amapá.

Então, não é todo dia que vão ter à disposição os três diretores da empresa para responderem às dúvidas sobre o anunciado aumento tarifário de 44% nos próximos dias. A conta de luz vai ficar mais cara para os moradores do Estado do Amapá inteiro.

Muito bem. Então, terminadas as apresentações, vamos aqui a algumas perguntas de internautas. Por sinal, das que eu tenho nenhuma é do Amapá.

Eu quero registrar a participação de Mauro Claudino, do Estado de São Paulo; de Helena Maria, do Estado do Rio de Janeiro; de Guilherme Marques, do Estado de São Paulo; e de Larissa Oliveira, do Estado da Bahia.

Tem perguntas aqui que eu estive analisando, e quase todas já foram respondidas durante as exposições, mas o Guilherme Marques, de São Paulo, pergunta: "Por que [...] [esse] aumento de quase 45% na tarifa em uma aprovação de cunho extraordinário?". Essa pergunta vou fazer para o Augusto Dantas, essa pergunta é do Guilherme Marques – responda para o Guilherme. Ele pergunta: "Por que [...] [esse] aumento de quase 45% na tarifa em uma aprovação de cunho extraordinário? Quais motivos desta tomada de decisão?". Os outros internautas já foram respondidos durante as exposições. Essa pergunta do Guilherme é interessante, e eu passo para o Augusto responder.

O SR. AUGUSTO DANTAS BORGES (Para expor.) – Obrigado, Dr. Confúcio.

Primeiro, com relação à revisão extraordinária, estava prevista no contrato de concessão essa revisão. Ela é normal acontecer logo no momento após a privatização, em que você apresenta e faz todo um estudo da tarifa do estado. É importante de novo ressaltar que a maior parte do aumento é de setores do setor elétrico que não são geridos pela concessionária. Nós estamos falando da Parcela A crescendo mais de 15%, de encargos financeiros também crescendo bastante, fazendo com que você traga a tarifa para esse patamar.

É importante lembrar, Dr. Confúcio, que o Estado do Amapá ficou quase dez anos com a sua tarifa congelada, porque... Como a CEA estatal não vinha honrando seus mecanismos, existe um mecanismo da Aneel que não permite esse reajuste. Então, o Estado do Amapá ficou com a tarifa congelada durante muito tempo, fazendo com que agora, com os investimentos da CEA, com a retomada dos pagamentos... Nós assumimos uma dívida de R$1 bilhão da CEA estatal e estamos honrando esses compromissos. Isso faz com que a tarifa volte para a normalidade.

A gente sabe que é um baque muito grande para a população. Por isso, a gente tem estudado mecanismos para poder evitar esse reajuste. Agora, é importante lembrar que o setor elétrico é um grande condomínio, e aí vários serviços desse condomínio cresceram ao longo dos anos. A gente viu lá os gráficos que mostram, principalmente, os encargos crescendo sete vezes desde 2003; quando a gente olha a inflação, ela cresceu três vezes. Então, os encargos embutidos na tarifa hoje pesam bastante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De novo, de uma conta de R$100 ficam com a CEA estatal R$30 para poder investir e manter o sistema elétrico; os outros R$70 a CEA repassa para os demais agentes do setor elétrico e para os governos, independentemente do pagamento da conta de energia.

Então, no dia 10, eu estou lá pagando o custo da geração de energia, o custo da transmissão, o ICMS, o PIS-Cofins, os encargos financeiros, e isso tudo acaba prejudicando, pesando ainda mais na conta do consumidor. A gente entende que o setor elétrico precisa ser estudado, ser analisado, principalmente, de novo, para os estados do Norte e do Nordeste, onde se tem uma necessidade de grandes investimentos agora para universalização, principalmente.

Com um quilômetro de rede, Senador Confúcio, no Amapá, a gente liga 0,8 clientes, ou seja, eu preciso fazer mais de um quilômetro de rede para ligar um consumidor na zona rural. Então, isso provavelmente deve acontecer também em Rondônia, no Acre, em Roraima, no Amazonas, fazendo com que... E os investimentos são reconhecidos na tarifa, fazendo com que as tarifas do Norte tendam a ser as maiores tarifas do Brasil. Então a recomposição que está acontecendo agora da tarifa é trazendo a tarifa do Estado do Amapá para uma realidade que é a realidade do Brasil, que é uma tarifa, infelizmente, alta para todos os estados do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Foi bem respondido ao internauta do Estado de São Paulo, o Guilherme.

Bem, eu vou fazer algumas perguntas aqui e eu deixo livre para quem queira responder, qualquer um de vocês.

A primeira pergunta que eu faço é a seguinte: quais são os índices de inadimplência dos pagamentos de energia do Estado do Amapá. Essa é a pergunta primeira e, em seguida, de acordo com a resposta, se esse aumento proposto tem a ver com uma compensação para suprir a inadimplência. Então essa é a primeira pergunta.

Fique bem à vontade qualquer um dos queiram responder.

O Dr. Augusto, que é Diretor-Executivo do Grupo Equatorial, irá responder.

O SR. AUGUSTO DANTAS BORGES (Para expor.) – A inadimplência do Estado do Amapá para o residencial gira na casa dos 10%. É um valor considerado muito alto para o setor elétrico no Brasil. Lembrando de novo: 70% a gente paga antecipado para os demais agentes do setor elétrico e para os Governos estadual e Federal, mesmo sem o pagamento da conta de energia. Então você coloca dinheiro na frente para receber depois.

Quanto à inadimplência, a Aneel, no modelo hoje do setor elétrico, reconhece uma parcela da inadimplência. A parcela que a Aneel reconhece é menor do que esse patamar que nós estamos praticando. Então, quando o senhor olha o gráfico do custo da distribuição, da distribuidora na composição da tarifa, o senhor verifica que o modelo do setor elétrico é um modelo acertado no caso das distribuidoras, porque ele cresce abaixo da inflação dos últimos 20 anos. Então, a Aneel captura essas deficiências, seja no processo de combate às perdas, seja na inadimplência, forçando que as distribuidoras realmente busquem mecanismos de arrecadação. Então nós já tivemos campanhas lá de adimplência pagando prêmios para que o consumidor que ficasse adimplente e um processo de combate às perdas também.

A gente tem que lembrar que o Estado do Amapá, infelizmente, é o campeão no *ranking* da questão de habitações subnormais. Nós temos, ainda, um número muito grande de famílias vivendo em áreas que a gente chama de áreas de ressaca, que precisam de investimentos, a que se precisa levar energia e saneamento para as famílias, fazendo com que o aumento dos investimentos esteja também impactando um pouco na tarifa. Mas, de novo, é a menor parte; não é a questão dos investimentos a grande responsável pelo aumento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que está acontecendo é: você trazer os encargos, o custo da energia, o custo da transmissão para patamares do Brasil está fazendo com que a tarifa cresça nesse índice de 44%, mas, como muito bem salientado pelo Cristiano, ainda é um número provisório. A Aneel está estudando, está recebendo contribuições, o próprio Conselho de Consumidores está muito engajado nessa questão de buscar aqueles pontos que nós citamos ali – aqueles mais ou menos sete itens ali –, visando minimizar os impactos. Mas é necessário que realmente o Parlamento aprofunde mais, verificando o que pode ser feito para os estados do Norte, que tendem a ter as maiores tarifas por conta da sua densidade populacional.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para interpelar.) – Mais uma pergunta: um aumento tarifário, por exemplo, no Paraná, no Estado do Rio Grande do Sul, no Sudeste brasileiro é diferente do que está sendo praticado nos estados do Norte. Então, qual é a justificativa? Você acabou de explicar aí, mas vamos explicar de novo por que, em São Paulo, em outros estados, a tarifa, o aumento de energia não é tão assustador como esse proposto de aumentar a luz em 44%, sendo que o Amapá é um estado que tem um dos maiores indicadores de Bolsa Família, onde a população vive de Bolsa Família, e de transferência de benefícios assistenciais – consequentemente é um estado pobre. Como é que nós vamos aumentar 44% para a população que já tem o maior índice de inadimplência e é uma população pobre? Então, deve aumentar, consequentemente, a inadimplência, porque, se aumenta o preço e a pessoa não está pagando direito – se aumenta mais, quase a metade, 50% –, aí, sim, a pessoa que ganha o Bolsa Família, que recebe entre R$600 e R$1,2 mil, R$1,3 mil, não vai pagar mesmo.

Então, eu gostaria que você desse uma explicação didática para a população do Estado do Amapá, que deve estar, em grande parte, nos assistindo ou irá depois conhecer o teor desta audiência pública, através das mídias que vão chegar a eles lá. A imprensa do estado deve divulgar tudo que nós estamos falando aqui.

Então, por gentileza, Augusto, responda para o Estado do Amapá por que isso, se o estado, a região são pobres. Por que esse disparate, assim, dos estados do Sul, Sudeste e outros com a Região Amazônica, que é comprovadamente mais pobre?

O SR. CRISTIANO DE LIMA LOGRADO (Para expor.) – É uma pergunta não fácil de ser respondida, de modo algum, mas acho que o primeiro ponto é lembrar que já houve momentos em que os estados do Sul e Sudeste também tiveram aumentos muito elevados, da ordem de 25%, e que depende bastante do que está acontecendo naquele estado ou no contexto do sistema elétrico brasileiro como um todo.

Neste ano, em particular, se a gente olhar os estados do Sul e Sudeste, de fato eles tiveram aumentos mais baixos do que esse, em parte porque eles não receberam tantos recursos da chamada Conta Escassez Hídrica, que os consumidores estão começando a pagar hoje – eu incluído nesse rol de consumidores aí –, e alguns não esgotaram, digamos assim, algumas medidas que estão sendo aplicadas, nos últimos três anos, de redução de tarifas, por exemplo, o recurso do PIS e Cofins. Então, tem muitas empresas que estão devolvendo aos consumidores recursos que são fruto de uma ação judicial iniciada pelas distribuidoras que questionou a forma de cobrança do PIS e Cofins no passado. Então, a gente teve o mérito de ganhar essa ação na Justiça e esses recursos que foram recolhidos pela distribuidora e passados para a Receita Federal, agora estão voltando da Receita Federal para a distribuidora e da distribuidora para o consumidor, tá? Então, cada empresa tem o seu contexto.

No caso específico do Amapá, o que aconteceu foi que, no ano passado, em 2022, nós já devolvemos todo o recurso de PIS e Cofins, então este ano já não existe mais nenhum recurso de PIS e Cofins para ser devolvido, e o Amapá recebeu uma parcela significativa do recurso da Conta Escassez Hídrica, que agora está entrando para começar o pagamento desse empréstimo, que foi autorizado em 2021, se não me falha a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

memória, que foi quando o processo tramitou no Legislativo. Houve um empréstimo para atenuar os impactos da escassez hídrica, no caso, em 2021 e 2022, e agora, em 2023, se começa a pagar esse empréstimo.

Então, isso foi para citar dois exemplos pontuais que estão tratando da diferença entre Amapá e as demais empresas, principalmente do Sul e Sudeste, neste ano em particular.

É preciso avançar um pouco além, porque ainda no Amapá tem mais uma coisa: nos últimos dois anos, a CEA, depois que a Equatorial entrou, devolveu ao consumidor um total de pelo menos 200 milhões relacionados ao que se chama financeiro de Coaracy Nunes, um recurso que a CEA estatal recebeu a maior no passado e que está em processo de devolução ao consumidor. Como a última parcela dessa devolução aconteceu agora, no reajuste de 2022 para cá, agora estão tendo uma correção da tarifa, porque se encerra essa devolução.

Então, cada concessionária, digamos assim, tem um conjunto de parâmetros que acaba gerando esses movimentos muito diferentes entre as distribuidoras. No caso deste ano, em particular, eu destacaria o que faz o Amapá ser tão diferente dos demais: principalmente o que recebeu a maior de Conta Escassez Hídrica, que agora precisa ser pago; o fim do PIS e Cofins; e a saída do financeiro de Coaracy Nunes, que é algo muito particular do Amapá.

O SR. AUGUSTO DANTAS BORGES (Para expor.) – Presidente, se o senhor me permite, a gente sempre faz uma analogia no setor elétrico: o setor elétrico é um grande condomínio. Então, o senhor imagine um condomínio do mesmo tamanho, em que você tem um condomínio com cem casas, e esse condomínio quer ter um serviço de jardinagem; e você tem um outro condomínio com mil apartamentos, do mesmo tamanho, que também quer ter o mesmo serviço de jardinagem. Quando você olha os dois condomínios, o custo para poder manter a jardinagem desses dois condomínios é o mesmo, porque o tamanho da área é o mesmo. Porém, quando você olha o impacto desse serviço na taxa de condomínio, você faz com que a taxa de condomínio do condomínio de cem casas seja muito maior do que a do condomínio de mil apartamentos. Então, quando a gente pergunta: por que os estados do Norte possuem a maior tarifa? Hoje é porque o modelo do setor elétrico diz, "olha, o rateio do custo do Amapá, dos investimentos do Amapá é para dentro do Estado do Amapá".

Existem, claro, alguns mecanismos de compensações entre os estados, mas hoje eles não conseguem fazer frente à questão da necessidade de investimentos para esses estados menos adensados e com grande quantidade de investimentos a serem feitos. Por isso – fazendo essa analogia do condomínio –, você faz com que a tarifa do Norte seja mais cara do que a tarifa do Sul e Sudeste. Então, precisa-se pensar em mecanismos para que isso seja compensado.

A Tarifa Social é um desses mecanismos. Nós estamos muito focados nisso. O Estado do Amapá tem 150 mil famílias ativas no CadÚnico. Nós já conseguimos fazer com que 106 mil famílias recebam a Tarifa Social.

É importante destacar que no Estado do Amapá existe um programa chamado Conta Paga Luz, em que o Estado complementa a conta de energia para o consumidor de baixa renda que consome até 150kWh. Então, para 40 mil famílias a conta é zerada através da compensação do Governo Federal, através da CDE, e através do Governo do estado com um aporte. Porém, a tarifa do Norte, de uma população pobre do Norte, é maior do que a tarifa de uma população carente do Sudeste. Então, é preciso repensar mais. E aí a gente está à disposição dos Parlamentares para tentar buscar formas que minimizem, como eu falei, o efeito do condomínio, vamos dizer assim, nas tarifas do Norte e Nordeste do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Você sugeriu que fosse apresentado um projeto de lei, uma medida provisória, uma mudança da legislação para que esses paradoxos de aumentos muito elevados não viessem a acontecer, mas, quando se verifica a questão das competências de iniciativa legislativa, por exemplo, eu não posso legislar aqui, pela iniciativa de um Senador, sobre algo que vá gerar despesas ou aumento de custos para o Estado; tem que ser uma atitude, uma iniciativa do próprio Poder Executivo. Eu creio que aí seria preciso estudar uma negociação através de uma medida provisória, que seria uma iniciativa que venha do Poder Executivo com o objetivo de realmente minimizar uma situação como essa, que assusta qualquer cidadão – assusta muito. "Como é que eu vou pagar a luz? Vão cortar a minha energia?" Então, é uma situação difícil.

Eu vou passar isso para o Lucas, que não está aqui, mas deve ser por algum motivo muito justificado, porque esta audiência pública foi requerida por ele e pelo Senador Randolfe. Então, eu quero que, posteriormente, a assessoria dos dois Senadores extraiam o que for de útil dessas perguntas para que eles possam depois buscar, politicamente, com o Davi Alcolumbre e outros, que são Senadores muito influentes do Estado do Amapá, a iniciativa de o Presidente Lula apresentar essa medida provisória, logicamente depois de analisada convenientemente pelos órgãos, tanto o Ministério de Minas e Energia quanto a Aneel.

Bem, tem mais perguntas aqui dos internautas, mas nenhuma do Estado do Amapá. Tem aqui de Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo e Ceará. Vamos ver aqui.

A Luciana é de São Paulo e pergunta o seguinte: "O que justifica...". Eu acho que até já foi respondido, Luciana. Eu não vou nem pedir para os nossos expositores responderem, porque ela foi respondida. A pergunta dela é: "O que justifica a revisão tarifária em 44,41%? Esse [...] [aumento] será repassado à população?". Acho que já foi respondido. Acredito que já está respondida essa pergunta, viu, Luciana? Muito obrigado pela sua participação.

A Graziela é do Estado do Mato Grosso do Sul, está apavorada e perguntou se há expectativa de realizar a mesma medida em outros estados. Ela está com medo de chegar lá ao Mato Grosso do Sul essa conta alta para ela, e ela pergunta.

Pode responder, por favor, à Graziela?

O SR. AUGUSTO DANTAS BORGES (Para expor.) – Cada estado tem o seu contrato de concessão, a sua data de aniversário para sua revisão. Hoje – aí, Cristiano, você pode me ajudar – acho que os reajustes, em média, estão na casa de 15% a 20% ou 25%, nesse patamar. Eu não sei o de Mato Grosso do Sul, mas ela pode entrar no *site* da Aneel; tem lá todas as informações para poder pegar maiores detalhes. Cada estado tem a sua data de aniversário, sendo que alguns estão passando por revisão – em que você faz toda uma análise dos custos da tarifa – e outros estão passando apenas pelo reajuste, que é basicamente implantar a inflação.

No caso do Amapá, é uma revisão em que se estão revendo todos os custos de encargos, transmissão, energia, distribuição, enfim. Aí, por isso, até por o estado ter ficado esses dez anos sem grandes reajustes, o patamar chegou a esse valor. Lembro que, atualmente, o Estado do Amapá tem a 17ª tarifa. Se você olhar entre os 27 estados, a gente está ali no meio. Então, o modelo do setor elétrico está mais ou menos no patamar da tarifa do Estado do Amapá, mas com o reajuste, a gente tem aí uma previsão de que ele pode crescer bastante.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O Eustáquio Pires mora em Minas, mas pelo jeito aqui ele é acriano. A pergunta dele é a seguinte: "Haverá prejuízo para a população do Acre se esse reajuste extraordinário não for concedido?". Ele está com medo de chegar a conta lá para o Acre também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AUGUSTO DANTAS BORGES – Bem, esse reajuste é do Estado do Amapá.

O reajuste – como a gente falou, fazendo analogia com o condomínio – estuda todos os custos do setor elétrico e repassa isso para a tarifa do consumidor. No caso do Amapá, não havendo o reajuste, isso impacta na capacidade financeira do setor elétrico para continuar investindo em um estado que tanto necessita de investimentos de expansão de redes de transmissão e distribuição.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Mais uma pergunta aqui de Emanuel Cândido. Uma pergunta interessante. Ele indaga: "[...] [Quais serão os benefícios dessa medida] para os produtores de energia solar?".

O SR. AUGUSTO DANTAS BORGES – Bem, a tarifa está direcionada para os consumidores que a gente chama de cativos, ligados ao sistema da distribuidora. Não existe nenhum impacto para o consumidor que tenha sua geração distribuída, a não ser os custos da manutenção que já estão embutidos na conta de energia, já que ele paga parte desse serviço. Mas, para os consumidores cativos, o impacto é mais pesado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem.

Eu acredito que a gente tenha respondido as perguntas possíveis aqui. É uma pena não ter mais perguntas do Estado do Amapá, mas tudo que foi falado aqui a população pode acessar na página da Comissão de Infraestrutura do Senado: as palavras dos nossos expositores, as explicações didáticas para esse acontecimento, que é o aumento tarifário.

Eu agradeço muito a todos eles: ao Cristiano de Lima Logrado, que é Diretor de Regulação da Equatorial Energia, por ter acolhido o nosso convite; ao Augusto Dantas Borges, que é Diretor Executivo da CEA (Companhia de Energia do Amapá) – é a mesma Equatorial?

O SR. AUGUSTO DANTAS BORGES (*Fora do microfone*.) – Isso, CEA Equatorial.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... da CEA Equatorial; e ao Marcos do Nascimento Pereira, Assessor Institucional da Equatorial Energia.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário, ou mesmo em votação virtual, a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram, onde estiverem. (*Pausa.*)

Não havendo manifestação, a ata está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Efraim Filho, Zequinha Marinho, Cid Gomes, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Angelo Coronel, Paulo Paim, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Augusta Brito, Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho e Mecias de Jesus. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Eduardo Braga, Irajá, Sérgio Petecão, Beto Faro, Jorge Seif e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A reunião é suspensa às dez horas e vinte minutos e reaberta às dez horas e vinte e um minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2006, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera os Arts. 1º e 3º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001 para prorrogar até dezembro de 2028 os incentivos fiscais regionais nas áreas de abrangência da Sudam e Sudene." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com uma emenda apresentada pelo relator (Emenda nº 1-CDR) e com a incorporação parcial da emenda apresentada pelo Senador Zequinha Marinho (na forma da Emenda nº 2-CDR). Ainda, foi rejeitada a emenda apresentada pelo Senador Mecias de Jesus. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1199, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Transfere para o domínio do Estado de Tocantins as terras pertencentes à União nele localizadas." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação com 4 (quatro) emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 4-CDR. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2913, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na Região Metropolitana de Macapá e dá outras providências." **Autoria:** Senador Lucas Barreto (PSD/AP). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação com 2 (duas) emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 23, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5187/2019, que "altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para estabelecer repasses mínimos de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento a instituições financeiras federais, e dar outras providências"." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 24, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do REQ 13/2023 - CDR, que "requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a exploração de atividade de perfuração marítima no bloco FZA-M-59, na bacia da Foz do Amazonas". **Autoria:** Senador Zequinha Marinho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PODEMOS/PA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** O Requerimento nº 13, de 2023-CDR fica retirado em caráter definitivo. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 25, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Novo Progresso, no estado do Pará, com o objetivo de debater, naquele município, no mês de novembro de 2023, sobre a ferrovia Ferrogrão". **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 24 de outubro de 2023.

Encerrado o prazo e não havendo mais manifestação, informamos que os seguintes documentos serão encaminhados ao Arquivo, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019: consulta pública do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) 2024-2027; e Aviso nº 716 da Presidência do Tribunal de Contas da União (TCU) acerca do Acordão nº 1.765/2023, que trata de relatório de auditoria integrada sobre a Política Nacional de Turismo.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2006, DE 2023

- Não terminativo -

Altera os Arts. 1º e 3º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001 para prorrogar até dezembro de 2028 os incentivos fiscais regionais nas áreas de abrangência da Sudam e Sudene.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela aprovação do projeto com 1 (uma) emenda que apresenta.

Observações:

- A matéria constou nas pautas da 18ª e 19ª reunião da CDR;

- Após deliberação da CDR, a matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, em decisão terminativa.

Concedo, assim, a palavra ao nobre Senador Cid Gomes para a leitura e apresentação do seu relatório.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Como Relator.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores membros da Comissão de Desenvolvimento Regional, inicialmente, Presidente, eu quero agradecer-lhe a oportunidade de relatar matéria de tamanha relevância. O Brasil é um país extremamente desigual, e as desigualdades têm que ser enfrentadas, notadamente, com políticas públicas que permitam a compensação e que a gente possa construir um país mais justo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, está em vigor uma medida provisória que prevê incentivos fiscais para empreendimentos situados no Norte e no Nordeste do país, e o prazo de vigor desses incentivos encerra-se em 31 de dezembro deste ano. E o Senador Beto Faro, atenta e oportunamente, apresenta um projeto, e é importante, aliás, fundamental que esse projeto seja apreciado e aprovado até o final deste ano, sob pena de solução de continuidade nessa política que tem sido fundamental para a redução das desigualdades no nosso país.

Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, para dar celeridade à reunião, peço a devida licença para ir direto à análise, uma vez que o relatório já se encontra publicado.

Então, passando à análise, nos termos do inciso III do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Desenvolvimento Regional analisar proposições que tratem de programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional.

Nesta análise, o foco recai sobre o mérito da matéria, uma vez que os aspectos econômicos e financeiros, a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa serão objeto de análise na CAE, à qual cabe a decisão terminativa.

A Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, promoveu, dentre outras providências, alterações na legislação do Imposto sobre a Renda para conceder incentivos fiscais para empresas nas áreas de atuação das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene).

As empresas beneficiadas com esses incentivos fiscais têm 75% de redução no Imposto de Renda, calculado com base no lucro. Além disso, a medida provisória também permitiu a essas empresas a retenção de 30% do imposto devido como depósito para reinvestimento em projetos de modernização ou complementação de equipamentos.

O benefício fiscal de redução das alíquotas do Imposto sobre a Renda e adicionais faz parte do conjunto de instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional que visam a estimular as regiões da Amazônia e do Nordeste, com o objetivo de gerar emprego e renda e melhorar a qualidade de vida da população residente nessas localidades, que, historicamente, contaram com menor investimento econômico e industrial.

O prazo originalmente fixado na Medida Provisória 2.199-14, de 2001, para a aprovação de projetos dessa natureza, era 31 de dezembro de 2013. Esse prazo já foi prorrogado duas vezes: primeiramente para 2018 e, depois, para 31 de dezembro de 2023. A proposta atual, em linha com as iniciativas precedentes, estende esse prazo por mais cinco anos, em observância à limitação disposta no inciso I do art. 143 da Lei nº 14.436, de 2022 (LDO de 2023).

A prorrogação dos incentivos fiscais é desejável, uma vez que, ao longo do período de concessão dos incentivos, resultados significativos foram alcançados em termos de investimentos, com reflexos na geração de renda para a população. De acordo com dados da Sudam e da Sudene, em 2022 foram investidos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cerca de R$18 bilhões pelas empresas com projetos aprovados, as quais são responsáveis pela manutenção de quase 140 mil empregos, entre antigos e novos postos de trabalho. Segundo a própria Sudene, para cada R$1 de renúncia, são contabilizados R$8,15 em investimentos. A prorrogação do prazo, portanto, evitará a migração desses investimentos para ambientes mais competitivos nas regiões mais desenvolvidas do país, bem como suas consequências negativas, como a redução da oferta de empregos formais e a diminuição da renda e do PIB.

A presente proposta, no entanto, inova em relação às alterações anteriores da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, pois não se limita apenas a ampliar o prazo dos benefícios, trazendo também alterações dos potenciais beneficiários dos incentivos fiscais.

A legislação em vigor estabelece que os potenciais beneficiários correspondem aos projetos enquadrados em setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene, conforme definido em ato do Poder Executivo. Esse ato corresponde, atualmente, ao Decreto nº 4.213, de 2002, que, em seu art. 2º, estabelece um rol bastante amplo de setores.

O excesso de setores prioritários motivou a proposta de alteração que pretende tornar elegíveis apenas projetos enquadrados, conforme regulamento, em atividades econômicas compatíveis com o enfrentamento da pobreza e da concentração fundiária, com a transição para a economia de baixo carbono e com a valorização da biodiversidade, em linha com os compromissos ambientais internacionais do Brasil.

Ressalta-se, no entanto, que não se pode descartar a hipótese que o regulamento decorrente do dispositivo proposto admita, também, uma multiplicidade de setores e atividades, não resolvendo o problema de enquadramento e trazendo, ainda, alguma insegurança jurídica para o processo, por tratar-se de avaliação baseada não mais na área de atuação da empresa, mas, sim, no impacto das atividades desenvolvidas.

Nesse ponto, permitimo-nos apresentar proposta de aprimoramento da redação para esclarecer que os setores efetivamente elegíveis são de fato aqueles definidos em ato do Poder Executivo, mas que o enquadramento definitivo do projeto para recebimento do benefício dependerá do alinhamento da atividade aos critérios sugeridos, bem como corrigir a referência feita ao “Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima” na redação original.

Por essas razões, entendemos que a proposição reúne as condições requeridas para a sua aprovação nesta Comissão, com a emenda que estamos propondo.

Sr. Presidente, já após a elaboração do relatório, têm ingresso nesta Comissão, creio, duas emendas: uma, do Senador Mecias de Jesus e, outra, do Senador Izalci Lucas. Essa informação procede? Solicito à Secretaria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu acho que uma é do Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É Zequinha Marinho em vez de Izalci.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Ah, desculpe.

Então, uma emenda do Senador Mecias e uma emenda do Senador Zequinha Marinho. Procede?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Procede.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Então, com a permissão de V. Exa., eu vou improvisar aqui, antes de proferir o voto, em relação às duas propostas.

A primeira proposta, basicamente, extingue prazos. Então, deixa definitivo o incentivo, o que, a nosso juízo, atenta contra a LDO, as seguidas leis... Quer dizer, a LDO em vigor, que é a de 2023. Por esse motivo, reconhecendo a intenção e o mérito da emenda, nós somos de parecer contrário e, portanto, deixamos de incluí-la em nosso relatório.

Já a segunda emenda, que é apresentada pelo Senador Zequinha Marinho, creio, dá ao projeto um... Atende ao objetivo original do Senador Faro, que é a preocupação em relação à redução da pobreza, ao combate à concentração fundiária, mas dá a esse tema o destaque que deve de fato ser, não como impeditivo, mas como uma preocupação de que, na regulação que será feita pelo setor Executivo, essas questões sejam também levadas em conta.

Então, feita essa análise...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – E o parecer sobre a emenda do Senador Zequinha?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Irei incorporá-la.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ah, está bom.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Irei incorporá-la. E peço até ajuda aqui aos universitários para fazê-lo.

Bom, diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.006, de 2023, do Senador Beto Faro, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CDR

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001 [esqueceram o número, mas é isto: 2001], nos termos do art. 1º do Projeto de Lei nº 2.006, de 2023, a seguinte redação:

"Art. 1º Sem prejuízo das demais normas em vigor aplicáveis à matéria, a partir do ano-calendário de 2000, as pessoas jurídicas que tenham projeto protocolizado e aprovado até 31 de dezembro de 2028 para instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrado em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), terão direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração:

.....

§11 A aprovação dos projetos protocolizados depende de enquadramento, conforme regulamento do Poder Executivo, nos setores prioritários de que trata o *caput*, também [atenderão, aqui está a mudança do nosso relatório, eu peço a atenção do... Aliás, está na emenda: e também atenderão critérios de] [...] compatibilidade com [...]:

I – o enfrentamento da pobreza e da concentração fundiária; e

II – a transição para a economia de baixo carbono, com a valorização da biodiversidade e com os compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e em demais acordos internacionais sobre o meio ambiente."

Sala das Comissões.

Esse é o nosso parecer, incorporando, portanto, a emenda apresentada pelo Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador, o senhor só repetiria aí...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Hã?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – ... o parágrafo 11º? "Os projetos enquadrados, conforme regulamento do Poder Executivo, nos setores prioritários de que trata o *caput* também [eu botei aqui também] buscarão compatibilidade com os seguintes propósitos" e aí vem...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Isso. É exatamente isso que nós estamos incorporando. "Também buscarão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Também buscarão.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – ... também buscarão" o atendimento a critérios de compatibilidade com o enfrentamento...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Esse "também buscarão" é para poder ajeitar, porque senão...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Claro. Senão pode parecer restritivo.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – A nossa Sudam já está fraca. Se deixar esse negócio fechado aí, vai morrer.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – O.k. É esse o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o parecer do nobre Senador Cid Gomes, com a emenda que ele acatou, do Senador Zequinha Marinho, e a rejeição da emenda do nobre Senador Mecias de Jesus.

V. Exa. quer a palavra, Senador Zequinha Marinho?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – É para agradecer ao Senador Cid Gomes pela sensibilidade e compreensão. Ele não é da Amazônia, mas é no Nordeste, onde tem uma Sudene extremamente atuante, um banco muito atuante também, que, com certeza, quer continuar o desenvolvimento daquela região tão importante para o Brasil.

Na Amazônia, nós tivemos uma Sudam forte até determinado tempo; depois, a Sudam sofreu algumas dificuldades e até hoje, digamos assim, não se reabilitou para comandar o processo de desenvolvimento da região. Age timidamente.

As condicionantes colocadas aqui no projeto original são louváveis. O problema é que a gente não tem como, digamos assim, enquadrar, de forma prática, de que forma a empresa vai fazer o combate à concentração fundiária, aos latifúndios. É muito difícil você especificar isso e dar parâmetros. Por outro lado, quanto à questão da pobreza, já se tem uma noção um pouco maior, todavia, o Governo precisa direcionar, e não a empresa, nesse sentido aqui.

A questão da transição da economia para o baixo carbono, todo mundo está trabalhando nisso, e eu acho que isso aqui se enquadraria perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, gratidão aqui ao Relator pela compreensão. Vamos ver se a gente ajuda a Sudam e a Sudene... A Sudene a continuar e a Sudam a avançar também, tentando ocupar o espaço que já ocupou no passado e que é muito importante para todos nós lá.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão e a submeto à votação.

Votação da matéria, com a Emenda – deve ser a nº 2 – de autoria do Senador Zequinha Marinho.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda... Ah, desculpem-me: a Emenda nº 1, do Senador Zequinha Marinho. (*Pausa.*)

Ah, sim...

O assessor aqui me corrige: a Emenda nº 1 é de autoria do Relator, Cid Gomes, e a Emenda nº 2, do Senador...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – A Emenda nº 2 é do Senador Mecias, e a de nº 3...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Mas, como foi aprovado, então fica assim: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 e a Emenda nº 2, do Senador Cid Gomes, o Relator, e do Senador Zequinha Marinho, respectivamente.

A matéria vai, portanto, à Comissão de Assuntos Econômicos, onde será terminativa.

Item 2 da pauta...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Permita-me aqui...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – V. Exa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Eu estou tão apertado com tanta coisa para fazer ao mesmo tempo...

Eu queria solicitar a V. Exa. a permissão para incluir, extrapauta, dois requerimentos, dos quais farei a leitura muito rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É o item...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ah, pois não.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Porque há necessidade de...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não. Concedido.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada de pauta, em caráter definitivo, do Requerimento nº 13, de 2023, aqui da CDR, que diz o seguinte:

> Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a exploração de atividade de perfuração marítima no bloco FZA-M-59, na bacia da Foz do Amazonas.

O Presidente da Petrobras já esteve aqui, já prestou esclarecimentos, então a gente considera desnecessário chamá-lo para uma nova audiência.

Eu agradeço aqui a sua permissão e gostaria de entrar com um outro aqui, esse, sim, é uma solicitação de um caso tão relevante quanto o outro, só que esse está na pauta, está no debate do dia a dia.

Diz o seguinte: requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Zequinha Marinho, nós cometemos um equívoco aí... Na verdade, o que nós acabamos de falar é o item 5, que consta da pauta.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Ah, é? Então, inversão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu vou colocar em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 24, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do REQ 13/2023 - CDR, que "requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a exploração de atividade de perfuração marítima no bloco FZA-M-59, na bacia da Foz do Amazonas"

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

- Requerimento para retirada em caráter definitivo do Req. 13/2023-CDR.

Requerimento para retirada, em caráter definitivo, do requerimento já aprovado nesta Comissão.

O Senador já falou, então coloco em votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O requerimento é, então, cancelado.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Então, Presidente, o extrapauta seguinte aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos agora para o item extrapauta.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Agora é o extrapauta...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É o Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 25, de 2023.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 25, DE 2023

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Novo Progresso, no estado do Pará, com o objetivo de debater, naquele município, no mês de novembro de 2023, sobre a ferrovia Ferrogrão.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Chamo a atenção aqui dos presentes, os que estão acompanhando.

Concedo a palavra ao nobre autor para a defesa do seu requerimento.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para encaminhar.) – Presidente, muito obrigado.

No último dia 19 de setembro, o Relator da ADI 6.553 no Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Alexandre de Moraes, suspendeu o processo em tramitação na Corte e estabeleceu o prazo de seis meses para a conclusão dos estudos de viabilidade da Ferrogrão (EF-170).

A ADI 6.553 questiona a constitucionalidade da Lei nº 13.452/2017, que alterou os limites do Parque Nacional do Jamanxim para viabilizar o trecho de 933km da ferrovia que ligará a cidade de Sinop (MT) ao porto de Miritituba, em Itaituba (PA).

A Ferrogrão investirá R$24,2 bilhões de recursos privados e deverá criar 373 mil empregos diretos e indiretos. Vai gerar um forte impacto positivo na região do Pará ao viabilizar e consolidar os portos do Arco Norte como um dos principais eixos de escoamento da produção brasileira.

Com capacidade inicial de 42 milhões de toneladas, a expectativa é de que a ferrovia atinja em poucos anos uma capacidade projetada de 58 milhões de toneladas.

Conforme dados apresentados pela Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário, do Ministério dos Transportes, não existe sobreposição do traçado da ferrovia com terras indígenas e comunidades quilombolas.

O empreendimento ferroviário reduzirá em R$19,2 bilhões o custo com o frete que hoje é operado pela rodovia BR-163 e, segundo a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), aqui do Governo Federal, a Ferrogrão emitirá 77% menos de CO_2 do que o transporte atual feito por rodovias. Em razão dos impactos positivos dessa ferrovia no Pará, se faz necessária esta operação *in loco*.

Esse evento possibilitará investigar a relevância do empreendimento para a logística brasileira, solucionando possíveis controvérsias e garantindo a construção da Ferrogrão, ferrovia que transportará sobre trilhos o desenvolvimento do país, especialmente daquela nossa região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proponho, por fim, a participação dos seguintes nomes nessa diligência, reunião, tipo audiência pública, que será realizada em Novo Progresso:

- o Exmo. Sr. Gelson Dill, Prefeito de Novo Progresso;

- o Exmo. Sr. Vilson Gonçalves, Prefeito de Aveiro e Presidente do Consórcio dos Municípios da Área de Influência das Hidrelétricas do Tapajós, BR-230 e BR-163;

- a Exma. Sra. Adriana Mendes, Vereadora de Novo Progresso e Presidente da Frente Parlamentar de Vereadores MT/PA;

- o Sr. Alexandre Carvalho, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa);

- o Sr. Carlos Xavier, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Pará (Faepa);

- o Sr. Flávio Acatauassú, Presidente da Associação dos Terminais Portuários da Bacia Amazônica (Amport);

- o Sr. Prof. Dr. Márcio Benassuly, da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa);

- o Sr. Antonio Galvan, Presidente da Aprosoja Brasil;

- o Sr. Edeon Vaz Ferreira, Diretor-Executivo do Movimento Pró-Logística; e

- o Sr. Diego Andrade, Deputado Federal e Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura (Frenlogi).

Deixe-me lhe falar, Presidente, uma coisa que nos preocupa. Enquanto nós estamos discutindo a Ferrogrão já há 10 anos, o mundo já construiu 34 mil quilômetros de ferrovia – enquanto nós estamos debatendo a construção, a licença, os estudos, os impactos, não sei o quê, e tal.

Essa ferrovia é a ferrovia mais viável do Brasil. Primeiro, ela vai na mesma faixa de domínio da BR-163, ela não vai desmatar. Passa dentro de um parque? Passa, mas aquilo já foi licenciado. Correto? E para compor a possível abertura, para facilitar, o Governo já pegou de uma outra área, anexou a uma APA 51 mil hectares, para pegar possivelmente aqui 800, pagou por 51 mil. Que coisa maluca a diferença!

Então, não tem do que se reclamar, não passa em área indígena, nem para a direita, nem para a esquerda. Não vai permitir, digamos assim, encostar pelo menos pelo lado dela algum tipo de ramal, de vicinal para desmatamento. É um negócio fechado do ponto de vista técnico, econômico, ambiental, social, enfim, jurídico. Esse questionamento feito aqui no Supremo Tribunal Federal não tem a menor lógica. Não tem a menor lógica. Isso foi debatido exaustivamente em 2017, sancionado pelo Presidente Michel Temer.

Então, é uma coisa que a gente precisa pressionar, mobilizar a sociedade, para que a gente possa convencer este país de que ele precisa investir em logística. E em logística viável, logística como a ferrovia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que vai tirar de circulação uma quantidade enorme de caminhões, diminuir acidentes, a emissão de CO_2, um monte de coisa. E vai dar a celeridade, dar eficiência e dar condições de a gente sonhar com um futuro melhor, mesmo em meio a tanta coisa confusa.

Então, eu solicito aqui a aquiescência dos colegas na aprovação desse requerimento para que esse bom e grande debate seja feito lá em meu estado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Zequinha Marinho e demais Senadores e Senadoras aqui da CDR, o que o Senador Zequinha Marinho está propondo aqui é que a gente possa fazer uma sessão dessas lá no Município de Novo Progresso, no Estado do Pará. Evidentemente ficaria muito difícil de a Comissão se deslocar, mas todos estão convidados, se o requerimento for aprovado, o que nós acreditamos que será. Se outros estiverem com compromisso e não puderem ir, o autor do requerimento poderá presidir essa reunião da CDR lá. Para isso, a gente terá que destinar um funcionário para fazer o preparo lá da reunião.

Achamos louvável a iniciativa do Senador Zequinha Marinho, porque realmente esse é um setor de que o Brasil descuidou ao longo dos anos e que, evidentemente, transporta em grande tonelagem, em longas distâncias. O transporte mais barato de todos é o fluvial, tirando o transporte marítimo; depois, o ferroviário; e, por último, o rodoviário, que é o praticado na imensa maioria no Brasil.

Em uma estrada dessa, que vai paralela a uma BR que já existe, o impacto ambiental que haveria já houve. Qualquer ação humana gera um impacto, só que a gente vê que esse impacto aqui vai ser positivo, porque você vai diminuir a emissão de gás carbono, gases de efeito estufa, e você vai baratear enormemente o frete, que, em vez de ser feito através de caminhões, você faz com trem, levando uma quantidade muito maior, para exportar, porque a nossa soja, em sua imensa maioria, é exportada toda para o exterior, e o Mato Grosso é o grande produtor de soja, de onde se inicia a nossa Ferrogrão.

Então, feitas essas observações, eu submeto o requerimento do nobre Senador Zequinha Marinho à votação simbólica.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que estejam de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento é, portanto, aprovado.

Vamos aos outros itens da pauta.

Já passamos o item 1, o item 5, o item extrapauta e, agora, vamos ao item 2 da pauta. (*Pausa.*)

A Relatora é a Professora Dorinha, mas não se encontra presente.

O item 3...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois é. Poderia ser, mas ela pediu que não se fizesse *ad hoc*, porque ela faz questão de pessoalmente relatar a matéria.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Ela vai entrar na segunda aula; atrasou.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Hein?

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Atrasou na primeira aula, vai entrar na segunda aula. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Certo.

Do item 3 o Relator é o Senador Randolfe, que ficou de vir, mas até agora não chegou – veja se ele aceita. (*Pausa.*)

Bom, o item 4... Quem é o Relator aqui? (*Pausa.*)

Bom, é um requerimento também. O Senador Jaques Wagner também não se encontra presente, então...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. *Fora do microfone*.) – Dorinha está chegando.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ah, então vamos esperar. (*Pausa.*)

No item do Senador Randolfe também ele faz questão de estar presente.

A Senadora Dorinha está vindo? (*Pausa.*)

Vamos aguardar a nobre Senadora Professora Dorinha. (*Pausa.*)

Eu vou, então, suspender a sessão por cinco minutos, enquanto chega a nossa nobre Senadora Professora Dorinha.

(*Suspensa às 10 horas e 20 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 21 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos, então, retornar, abrir novamente a sessão.

A Senadora Dorinha nos deu a honra da sua presença.

Item 2 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 1199, DE 2023

- Não terminativo -

Transfere para o domínio do Estado de Tocantins as terras pertencentes à União nele localizadas.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação com 4 (quatro) emendas que apresenta.

Observações:

- Em 20/10/23, a relatora apresenta novo relatório;

- Matéria constante nas pautas da 14ª e 18ª reunião da CDR;

- Após deliberação da CDR, a matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à nobre Senadora Dorinha Seabra para a leitura do seu relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente, senhoras e senhores, Srs. Senadores.

Quero cumprimentar o Senador Eduardo Gomes, autor deste PL.

Quero só destacar que nós tivemos uma reunião com o Governo para tentar avançar em relação ao próprio texto.

Vou fazer a leitura direto da análise, Sr. Presidente.

Compete a esta Comissão, de acordo com o Regimento, tratar desse tema.

No caso específico, nós pleiteamos o tratamento isonômico para o estado da mesma região, a valorosa Região Norte do país – estados mais jovens; no caso, o Tocantins, que completa agora 35 anos.

Com efeito, a ideia constante no PL 1.199, de autoria do eminente Senador Eduardo Gomes, é em tudo similar àquela exposta no PL 1.304, de 2020, que foi aprovado pelo Congresso Nacional no próprio ano de 2020 – inclusive com votação por unanimidade pelo Senado –, sendo convertido na Lei 14.004, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

26 de maio de 2020, que versa sobre o tratamento jurídico dado às terras da União situadas nos Estados do Amapá e de Roraima.

Na realidade, é preciso esclarecer que, ainda na edição da Lei 10.304, de 2001, a União demonstrou disposição em doar as terras de seu patrimônio ao Estado de Roraima. Ainda em 2009, a Lei nº 11.949 incluiu o Estado do Amapá como outro beneficiário e estabeleceu os novos requisitos à transferência das terras. Ou seja, não se trata de uma proposição sem precedente normativo e sem perspectiva histórica, mas que tão somente visa ao tratamento isonômico entre aqueles estados e o Estado do Tocantins, todos pertencentes à Amazônia Legal.

Ainda do ponto de vista da perspectiva histórica, deve-se ter em mente que não foi dada também a correta destinação a um sem-número de terras discriminadas no Estado do Tocantins, o que implicou o surgimento de uma série de conflitos fundiários, sobretudo na região conhecida como Bico do Papagaio, no norte do estado. Ou seja, como muito bem apontado pelo Senador Eduardo Gomes, à semelhança do que foi adotado pelos estados já mencionados, o Estado do Tocantins enfrenta problemas na identificação de terras já transferidas pela União a particulares e aos demais entes do poder público, uma demanda que busca uma solução coerente de acordo com os precedentes nacionais e pode ser invariavelmente eficaz.

Nesse sentido, entende-se, como bem exposto pelo Senador, que esse caos fundiário brasileiro, especialmente na Região Norte, é um dos principais entraves para o controle de desastres ambientais, em razão da sensível impossibilidade de se identificar quem é o verdadeiro dono e responsável pela área afetada. Tal fato macula a imagem do Brasil perante o cenário internacional, que se vê, cada vez mais, premido por avanços na correta pauta da preservação ambiental.

Nessa esteira também, é preciso destacar que, no art. 5º da Carta Magna, é permitido, por consequência, que os eventuais adquirentes de terras da União no Estado do Tocantins possam levar os seus títulos de propriedade a registro, nos competentes cartórios de registro de imóveis, sem nenhum eventual obstáculo a respeito da validade do título quanto, no caso, aos proprietários da terra.

Dentro desse panorama, o projeto promove, regra geral, a transferência, para o domínio do Estado do Tocantins, das terras da União nele localizadas, pautando, obviamente, exceções relevantes, especialmente atinentes às balizas constitucionais, aos projetos de assentamento, às unidades de conservação, às áreas já afetadas ao uso público, às áreas destinadas ao uso do Ministério da Defesa e às áreas com títulos já expedidos pela União e devidamente registrados. Ou seja, todas as exceções são justas e proporcionais, e o presente texto as preserva. Além disso, por um imperativo de segurança jurídica, o projeto resguarda os direitos dos beneficiários de títulos expedidos pela União não registrados no cartório de registro de imóveis.

Dentro desse panorama de atual caos fundiário no Estado, os prejuízos são imensuráveis: impedimento ao acesso ao crédito pelos pequenos produtores e consequente subdesenvolvimento da região;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cancelamento de matrículas com registros de hipotecas de instituições financeiras, gerando prejuízo para os dois lados; impossibilidade de investimento público – moradias, benfeitorias e ampliações – em áreas de conflito; instabilidade econômica e social da região – municípios inteiros estão nessa situação –; diminuição da arrecadação fiscal; e piora nas condições de trabalho.

Portanto, peço aos colegas que votem, que nos apoiem no projeto. Não é um projeto banal, mas é estruturante para o nosso estado.

Também na linha de segurança jurídica intrínseca à noção de regularização fundiária, o projeto explicita que a transferência será feita considerando o georreferenciamento do perímetro de cada gleba, sendo que a União goza do prazo de um ano para pedir destaques, inclusões e exclusões da área, sob pena de presunção de validade das identificações contidas na plataforma do Incra. A falta de georreferenciamento, contudo, não constituirá empecilho à transferência, o que é especialmente importante para a nossa realidade e para a realidade brasileira.

Dessa forma, é perfeitamente adequada a ideia do projeto, na medida em que é compatível com a necessidade de se manter a uniformidade do tratamento legal acerca da aquisição da propriedade dos imóveis.

Assim sendo, à semelhança das leis já aprovadas, nós entendemos que precisamos de uma proteção e de agilidade no atendimento das propriedades no Estado do Tocantins, destacando todas as ressalvas já mencionadas.

Noutro giro, ainda, eu trago aqui todos os amparos legais para falar sobre qual fio a situação que ocorreu no Tocantins. São também assegurados os projetos em andamento, de assentamentos e outras áreas.

Nesse diapasão, aliás, sabe-se que, no dia 23 de agosto de 2023, a Procuradoria-Geral do Estado do Tocantins apresentou "requerimento formal ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar [...] para a transferência gratuita, conforme previsto no art. 5° do Decreto-lei n° 2.375, de 1987, [que resguarda as] terras públicas, de domínio da União, não devolutas, [...] [destinadas às] faixas de 100 (cem) quilômetros de largura, [...] do eixo da BR-153 [...]".

A situação que se tem, portanto, nobres colegas, é de uma persistente insegurança jurídica no Estado do Tocantins, razão pela qual é premente esse projeto de lei.

O nosso voto, pelas razões já expostas, é pela aprovação do projeto de lei.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Creio que sim. As emendas estão disponíveis, Sr. Presidente. Elas são de adequação à legislação já existente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Destaco que, no nosso estado, hoje cerca de 68% dos nossos municípios têm problemas dessa natureza. Em alguns municípios, o município inteiro não consegue expedir documentação. Por quê? No período de 1964, a faixa toda que permeia a BR-153 foi absorvida pelo Governo Federal. Depois, foi revogado esse decreto, mas a União não devolveu as terras – o decreto foi revogado. E, além disso, nós temos outras regiões onde, em muitos casos, isso tem afastado inclusive investidores, porque, é lógico, nós temos empresas instaladas lá com maquinário parado há seis, oito anos, que não conseguem começar a produzir porque têm disputa... quer dizer, não têm documento formal.

Então, nós estamos tratando disso no mesmo formato das duas leis já aprovadas aqui no Congresso Nacional.

Para nós do Estado de Tocantins, essa matéria é muito importante.

Esse é o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem, nobre Senadora Professora Dorinha.

Vamos colocar em discussão o parecer da nobre Senadora Professora Dorinha Seabra.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. *Fora do microfone*.) – Vou falar depois da votação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ah, é? Não é ao contrário, não? (*Risos.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Para declarar o voto depois.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não havendo quem queira discutir a matéria, submeto-a à votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A matéria está aprovada.

Então, o relatório da Senadora está aprovado.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 4.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra, o nobre Senador Eduardo Gomes, autor da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Senadora Professora Dorinha – que construiu um competente relatório, compreendendo as adequações até solicitadas também pelo Governo –, quero fazer dois registros muito importantes.

Primeiro, o registro da similaridade desse projeto com o que foi aprovado no Governo passado em duas situações, a do Amapá e a de Roraima, fundamentais, compreendidas também pelo Governo à época, evidentemente que num ambiente menos conflituoso com relação à questão agrária – naturalmente é o que todos nós sentimos hoje.

Entre as características do projeto, primeiro está a de tratar com similaridade os estados criados e os territórios que viraram estados na Constituição de 1988.

Apenas o Estado do Tocantins não possui, tramitando nesta Casa, reposicionamento e pagamento de funcionários públicos federais dos níveis 1, 2, 3 – primeira, segunda e terceira geração.

O Estado do Tocantins já sofre, desde a sua criação, uma confusão com relação às indenizações da divisão do estado, que, na Constituição, tinha um valor de US$100 milhões por ano, nos primeiros dez anos. Restam ainda – uma briga para o futuro – mais de R$2 bilhões de recursos a serem aplicados no estado.

E o estado vem mostrando força própria na capacidade de investir, de atrair investimentos e de preparar sua infraestrutura para o crescimento.

Só para se ter uma ideia, na aplicação da faixa restrita de 100km da BR-153, nós estaríamos de cara condenando a Ferrovia Norte-Sul, e a Fiol também, e o porto seco também, e a hidrovia também.

No estado, há uma situação absolutamente óbvia de investimento de pessoas que foram para lá. O Tocantins experimenta o mesmo desenvolvimento da região sul do Piauí, o Matopiba, em que estão com muitos investimentos.

E a gente sabe que não adianta nada ter recurso disponível do Basa, do Banco do Brasil, do BNDES e não ter documento. A pessoa não consegue trabalhar. Então, eu gostaria... Já fiz a solicitação ao Presidente Davi Alcolumbre para que a Professora Dorinha seja mantida como Relatora na CCJ. A matéria é realmente uma matéria básica para o estado. E aí preciso registrar aqui também, Senador Flávio, que o Governador Wanderlei tem feito já um trabalho muito forte de legalização das terras que já estão disponíveis no estado. A própria Senadora tem feito alguns eventos de legalização de situações agrárias no estado. É um estado que tem tudo para não ter problema, não ter nunca mais problema agrário. Então, é importante o apoio.

Por isso, eu quero parabenizar a Senadora Dorinha e entender que nós teremos condição de andar rápido com esse projeto. Afinal de contas, repito, em relação aos territórios que viraram estados e aos novos estados, o Tocantins é o único que nunca deu despesa à União com o funcionalismo público e com folhas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

paralelas por qualquer tipo de fundo constitucional. Então, é simplesmente o Tocantins pedindo autorização para ser dono do seu próprio território para crescer. É isso que pede o projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Por justo merecimento.

Antes de finalizarmos o nosso trabalho, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 22ª Reunião, realizada em 17/10/23.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário* oficial.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, agradecendo a presença de todos.

(*Iniciada às 9 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinquenta e três minutos do dia quatorze de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro e Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Izalci Lucas, Angelo Coronel, Beto Faro, Paulo Paim, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Margareth Buzetti, Augusta Brito e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Nelsinho Trad, Alessandro Vieira e Plínio Valério, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Cid Gomes, Irajá, Sérgio Petecão, Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Jorge Seif e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação das Emendas da CDR ao PLDO 2024**. **Finalidade:** Discussão e deliberação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), referentes ao PLDO/2024 (PLN 4/2023-CN), que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências". Relator na CDR: Senador Marcelo Castro. **Resultado:** Emendas aprovadas conforme o voto do relator. Ficam as emendas renumeradas de 01 a 03. Esta Comissão delibera pela apresentação das Emendas já renumeradas de nº 01): 60110001 - Apoio a Projetos De Desenvolvimento Sustentável Local Integrado, com meta de 22.000 projetos apoiados; de nº 02): 60110002 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística, com meta de 100.000 projetos apoiados; e nº 03): 60110003 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano voltado à Implantação e Qualificação Viária", com meta de 100.000 projetos apoiados. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião e da reunião anterior, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e sete minutos.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de novembro de 2023.

O nosso objetivo é discutir e deliberar sobre a apresentação de emendas nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2023, que dispõe sobre as diretrizes para execução e elaboração da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências (LDO).

Esta reunião ocorre de forma semipresencial, com a utilização do sistema de videoconferência.

Paras as Sras. e os Srs. Senadores que quiserem participar remotamente, as inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou pelo *chat* da plataforma.

Esclareço que, conforme aprovado no relatório preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização, na forma do art. 87, inciso I, da Resolução nº 1, de 2023, do Congresso Nacional, esta Comissão poderá apresentar até três emendas para inclusão de ação orçamentária ao Anexo de Prioridades de Metas, bem como não há limite ao número de emendas ao texto do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias já mencionado.

Ressalto que esta Comissão recebeu 31 sugestões de emendas de membros do seu Colegiado, referentes à matéria de sua competência regimental. Todas as emendas recebidas pela Comissão foram para inclusão de ação orçamentária.

Informo aos pares que a relatoria das sugestões das emendas é de iniciativa desta Presidência.

Desta forma, eu vou passar aqui ao colega Astronauta Marcos Pontes para presidir aqui a sessão enquanto eu faço o relatório das emendas.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nós vamos ler aqui o relatório sobre essas emendas à LDO, daqui, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Relatório.

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias, especialmente em seus arts. 87 a 91, esta Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão emendas de texto e até três emendas a serem apresentadas ao Anexo de Prioridades e Metas do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tais propostas, relacionadas em quadro anexo a este parecer, contemplam programações orçamentárias variadas, conforme as competências regimentais da CDR.

É o relatório.

Da análise.

No que tange ao Anexo de Prioridades e Metas, foram apresentadas propostas em número que extrapola o limite máximo de três emendas reservadas à CDR. Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se observar o limite definido na regulamentação.

As propostas foram analisadas a partir de fundamentos técnicos, colhidos na legislação de direito financeiro, especialmente na Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. Em especial, dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria. O primeiro foi o de que as emendas exibissem caráter institucional, no sentido de manter relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. O outro fundamento foi o de que as propostas representassem interesse nacional.

Podemos afirmar que as propostas de emendas exibiram grande mérito e apresentaram, no conjunto, aderência aos temas constantes da pauta de trabalhos desta Comissão ao longo do ano. Na impossibilidade, contudo, de aprovarmos todas, optamos por recomendar programações que, no seu entendimento, sejam, nesta oportunidade, mais pertinentes, bem como atendam ao interesse do maior número de Parlamentares possível.

Do voto.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela aprovação das Propostas de nºs 2, 11 e 26, que são da Ação 00SX, que é uma ação muito genérica, de caráter nacional, do Ministério da Integração Nacional, para ações principalmente do setor rural, como, por exemplo, construção de pontes, bueiros, estradas, poços tubulares, barragens, sistema simplificado de abastecimento da água, uma ampla margem de ações que faz essa funcional 00SX.

As Emendas de nºs 3, 9 e 23 são da Ação 10V0, que é do Ministério do Turismo, também dirigida à infraestrutura turística, como, por exemplo, de acesso a monumentos históricos, pavimentação de vias que deem acesso a áreas, monumentos históricos, a áreas turísticas... Então, é uma emenda muito genérica, também do Ministério do Turismo.

E as Emendas 1 e 14 são da Ação 00T1, que é do Ministério das Cidades.

Essa ação contempla, sobretudo, as ações de mobilidade urbana – asfaltamento, calçamento, ponte, bueiro, viaduto... – que facilitem a mobilidade urbana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui, esclarecendo aos Srs. Senadores, Srs. Deputados, nós colocamos três ações genéricas que contemplam os três ministérios que são concernentes aqui à Comissão de Desenvolvimento Regional: a 00SX, do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional; a 00T1, do Ministério das Cidades; e a 10V0, do Ministério do Turismo. Os três ministérios da nossa Comissão estão atendidos com ações genéricas de cada um desses ministérios, naturalmente de caráter nacional.

Nesse caso, será viabilizada a apresentação de três emendas ao Anexo de Prioridades e Metas do PLDO 2024, destinadas às seguintes ações:

- Ação 00SX, "Apoio a Projetos De Desenvolvimento Sustentável Local Integrado", com meta de 22 mil projetos apoiados;

- Ação 10V0, "Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística", com meta de 100 mil projetos apoiados"; e

- Ação 00T1, "Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano voltado à Implantação e Qualificação Viária", com meta de 100 mil projetos apoiados.

Não houve propostas de emenda de texto.

A elaboração das emendas a partir das propostas aprovadas deve observar os ajustes técnicos necessários ao atendimento das normas aplicáveis ao PLDO 2024. Ademais, as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada. Finalmente, sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Sala das sessões.

Sr. Presidente, era esse o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senador Marcelo Castro.

Destaco que a Ação nº 00SX, "Apoio a Projetos De Desenvolvimento Sustentável Local Integrado", com meta de 22 mil projetos apoiados, e a Ação 10V0, "Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística", com meta de 100 mil projetos apoiados", ambas atendem as propostas da Senadoras Professora Dorinha Seabra e Teresa Leitão, bem como do Senador Irajá.

A Ação 00T1, "Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano voltado à Implantação e Qualificação Viária", com meta de 100 mil projetos apoiados, atende as propostas da Senadora Professora Dorinha Seabra e do Senador Irajá.

Em discussão o relatório e as considerações apresentadas. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Senadoras e Senadores que concordam com as emendas sugeridas por esse Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovadas.

Ficam aprovadas as emendas para inclusão de ação orçamentária ao Anexo de Metas e Prioridades do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024, que serão renumeradas como Emendas de nºs 1 a 3.

Neste momento, eu devolvo a Presidência ao Senador Marcelo Castro, Presidente da Comissão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Informo às Sras. e aos Srs. Senadores que está aberto o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) 2024.

Hoje nós votamos aqui as emendas à LDO. Agora vamos fazer as emendas à LOA, que é o Projeto de Lei nº 29, de 2023, do Congresso Nacional.

As emendas poderão ser apresentadas por membros da CDR até às 18h de sexta-feira, dia 17/11/2023, para que, na próxima semana, terça-feira, a gente possa, então, apresentar o relatório dessas emendas propostas e fazer a votação para levar à CMO.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, assim como da ata desta reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinquenta minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro e Laércio Oliveira, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Beto Faro, Paulo Paim, Zenaide Maia, Teresa Leitão, Randolfe Rodrigues, Wilder Morais, Mecias de Jesus e Dr. Hiran, e ainda dos Senadores Vanderlan Cardoso, Soraya Thronicke, Marcos do Val e Eliziane Gama, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Cid Gomes, Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Jaques Wagner, Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho e Jorge Seif. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberação das Emendas da CDR ao PLOA 2024**. **Finalidade:** Discussão e deliberação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), referente ao PLOA/2024 (PLN 29/2023-CN), que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024". Relator na CDR: Senador Marcelo Castro. **Resultado:** Relatório aprovado. Esta Comissão delibera pela apresentação de quatro emendas de apropriação e quatro emendas de remanejamento, já renumeradas de **nº 01)**: 60110001, ação 00SY - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas – Nacional, no Ministério Das Cidades - Administração Direta, UO 56101, no valor de R$ 1.500.000.000,00; **nº 02)** 60110002, ação 00T1 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária - Nacional, no Ministério Das Cidades - Administração Direta, UO 56101, no valor de R$ 3.500.000.000,00; **nº 03)** 60110003, ação 10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística – Nacional, no Ministério Do Turismo - Administração Direta, UO 54101, no valor de R$ 2.200.000.000,00; **nº 04)** 60110004, ação 00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado – Nacional, no Ministério Da Integração e Desenvolvimento Regional - Administração Direta, UO 53101, no valor de R$ 2.000.000.000,00; **nº 05)** 60110005, ação 00TD - Apoio aos Polos e Projetos de Agricultura Irrigada – Nacional, no Ministério Da Integração e Desenvolvimento Regional - Administração Direta, UO 53101, no valor de R$ 20.000.000,00; **nº 06)** 60110006, ação 00T1 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária – Nacional, no Ministério Das Cidades - Administração Direta, UO 56101, no valor de R$ 2.130.000.000,00; **nº 07)** 60110007, ação 00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado – Nacional, no Ministério Da Integração e Desenvolvimento Regional - Administração Direta, UO 53101, no valor de R$ 511.000.000,00; e **nº 08)** 60110008, ação 10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística – Nacional, no Ministério Do Turismo - Administração Direta, UO 54101, no valor de R$ 85.000.000,00. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2645, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta art. 41-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para disciplinar a cobrança da diária inaugural por fornecedor de serviço de hotelaria." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação nos termos da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parecer da Comissão, favorável ao projeto, na forma da Emenda nº 01 - CDR (Substitutiva). **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2244, de 2022 - Não Terminativo** - que: "Cria o Calendário Turístico Oficial do Brasil." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2913, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na Região Metropolitana de Macapá e dá outras providências." **Autoria:** Senador Lucas Barreto (PSD/AP). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação com 2 (duas) emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas de Redação nºs 1 e 2-CDR. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4368, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer normas de proteção ao consumidor de serviços de turismo." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5187, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para estabelecer repasses mínimos de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento a instituições financeiras federais, e dar outras providências." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Pela aprovação com 2 (duas) emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora para reexame. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 23, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5187/2019, que “altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para estabelecer repasses mínimos de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento a instituições financeiras federais, e dar outras providências”." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Subscrito pelo Senador Randolfe Rodrigues o requerimento é lido e aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e três minutos.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 21 de novembro de 2023.

A presente reunião está dividida em duas partes. A primeira, deliberação das emendas à LOA 2024, e a segunda, deliberativa.

Primeira parte: deliberação das emendas à LOA 2024.

Nosso objetivo é discutir e deliberar sobre a apresentação de emendas desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2023, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências.

Esclareço que, conforme aprovado no relatório preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, esta Comissão poderá apresentar até oito emendas ao Ploa, sendo no máximo quatro de apropriação e quatro de remanejamento.

Informo aos pares que a relatoria das sugestões da emenda é de iniciativa desta Presidência.

Vou passar aqui a Presidência ao nobre Senador Laércio, para que ele presida enquanto eu faço a apresentação do meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Bom dia a todos.

Agradeço pela presença daqueles que nos acompanham aqui na nossa Comissão.

Quero cumprimentar o Senador Dr. Hiran... (*Pausa.*)

Portanto, conforme foi dito aqui, eu concedo a palavra ao Senador Marcelo Castro, para que ele faça a leitura do seu relatório.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esse relatório, feito por mim, demandou um certo trabalho, porque foram apresentadas 92 emendas, a quase totalidade de apropriação e poucas de remanejamento.

Foram emendas muito sugestivas e muito importantes, e, para a gente selecionar, tivemos alguma dificuldade. Eu quero dividir, aqui com os presentes, essa dificuldade que nós tivemos. Esta Comissão tem três ministérios vinculados a ela: o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, o Ministério das Cidades e o Ministério do Turismo. Então, o Ministério das Cidades, como o nome está dizendo, trata da infraestrutura – entre todas as funções que tem, infraestrutura urbana, habitação etc. O Ministério da Integração Nacional é questão mais rural, e o Ministério do Turismo, como o nome está dizendo, é questão turística.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós terminamos optando para a gente aprovar uma emenda para o Ministério da Integração Nacional, que faz uma emenda genérica, que faz todas as ações rurais, como, por exemplo, estradas vicinais, asfaltamento, poços tubulares, barragens, sistema de abastecimento de água, eletrificação, enfim, tudo que for função rural de infraestrutura é feito pelo Ministério da Integração na rubrica, na ação que nós colocamos, que é 00SX. E, no Ministério do Turismo, fizemos uma emenda de infraestrutura turística, para melhorar a nossa infraestrutura turística no país. Todas de caráter nacional.

Já o Ministério das Cidades tinha uma ação genérica anteriormente que se chamava 1D73. Essa ação foi desmembrada em duas. E aí nós preferimos, então, aprovar duas do Ministério das Cidades, uma vez que são quatro emendas de apropriação que a gente pode ter e são três ministérios. Então, o Ministério das Cidades ficou com duas ações, que, na verdade, é uma ação antiga que tinha o Ministério das Cidades, que era 1D73 e agora é a 00T1 e a 00YX, que terminam fazendo toda essa parte de infraestrutura urbana, sendo que a 00T1 ficou na parte de mobilidade, calçamento, asfalto, viaduto, e a outra fazendo todo o restante de infraestrutura urbana. Então, fazendo essa... E procurei selecionar aquelas emendas que tivessem o maior número de indicações, maior número de propostas apresentadas.

Sendo assim, eu vou ler aqui o relatório, pedindo permissão para começar já aqui da análise.

As propostas foram analisadas à luz dos comandos legais que presidem as competências da CDR em matéria orçamentária, particularmente a determinação, constante da Resolução nº 1, de 2006-CN, de que as emendas exibam caráter institucional e nacional. Quanto aos aspectos de mérito, verificamos que todas as propostas endereçaram questões de relevante interesse público e foram aderentes aos temas da pauta de trabalho desta Comissão ao longo dos anos. Observamos, além disso, que as escolhas assegurassem o atendimento a programações constantes do Ministério do Turismo, do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional e do Ministério das Cidades.

Relativamente às emendas de apropriação, na impossibilidade de aprovarmos todas as propostas, sugerimos o acatamento das sugestões que receberam maior apoiamento de nossos membros, bem como daquelas mais afetas a nossa área temática.

Abaixo, segue a relação das programações acolhidas em emendas de apropriação:

– A primeira aprovada aqui: Sugestão de Emenda nº 040, de autoria do Senador Jaques Wagner, na programação 00T1 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária, no Ministério das Cidades - Administração Direta, sequencial 3092, no valor de R$3,5 bilhões, atendendo aos objetos das Sugestões 014, 023, 030, 035, 040, 053, 060, 070, 078, 082 e 092, respectivamente, dos Senadores Fernando Farias, Eduardo Braga, Augusta Brito, Flávio Bolsonaro, Marcelo Castro, Irajá, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Hamilton Mourão e Zequinha Marinho. Então, aqui foi uma das emendas de apropriação elegidas;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– Acolhemos também a Emenda nº 026, de autoria da Senadora Augusta Brito na programação 00SY – Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas – Nacional, no Ministério das Cidades – Administração Direta, sequencial 3109, no valor de R$1,5 bilhão, atendendo aos objetos das Sugestões 013 e 048, respectivamente, dos Senadores Fernando Farias e Marcelo Castro. Aqui eu quero justificar a escolha dessa ação. É porque ela vem exatamente completar a ação anterior. No antigo Ministério das Cidades, havia uma ação só, 1D73. Você colocava essa ação e fazia tudo, fazia calçamento, fazia asfalto, fazia ponte, fazia viaduto. Agora, só a 00T1 faz essas coisas que eu falei. E as outras praças e todas infraestrutura urbana são feitas agora pela 00SY;

– Acolhemos também a Emenda nº 077, de autoria do Senador Efraim Filho, na programação 00SX – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado – Nacional, no Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional – Administração Direta, que é uma emenda que praticamente faz tudo que é ação rural, sequencial 2805, no valor de R$2 bilhões, atendendo aos objetos das Sugestões 008, 011, 020, 029, 036, 044, 063, 068, 072, 081, 086 e 090; respectivamente, dos Senadores Omar Aziz, Fernando Farias, Eduardo Braga, Augusta Brito, Flávio Bolsonaro, Marcelo Castro, Irajá, Professora Dorinha Seabra, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Izalci Lucas, e Zequinha Marinho;

– Também acolhemos a sugestão de Emenda nº 071, de autoria do Senador Wilder Morais, na programação 10V0 – Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística – Nacional, no Ministério do Turismo – Administração Direta, sequencial 2976, no valor de R$2,2 bilhões, também atendendo às Sugestões de Emendas: 019, 022, 025, 034, 037, 049, 055, 069, 073, 076, 080, respectivamente, dos Senadores Fernando Farias, Dr. Hiran, Augusta Brito, Flávio Bolsonaro, Jaques Wagner, Marcelo Castro, Irajá, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho e Hamilton Mourão.

Como V. Exas. podem ver, está de acordo com aquilo que eu disse inicialmente: uma emenda para o Ministério do Turismo, uma emenda genérica de infraestrutura turística; uma emenda para o Ministério de Integração Nacional, também genérica, para fazer ações rurais; e duas emendas para o Ministério das Cidades, para recompor, digamos assim, a antiga 1D73, uma na 00SX e outra na 00T1.

No que se refere às emendas de remanejamento – nós temos o direito de fazer quatro emendas de apropriação e quatro de remanejamento –, sugerimos o acolhimento por esta Comissão das seguintes programações:

– Sugestão de Emenda nº 054, de autoria do Senador Marcelo Castro, na programação 00SX – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado – Nacional, no Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional – Administração Direta, sequencial 2805, no valor de R$511 milhões;

– Também a Emenda de nº 47, também de autoria do Senador Marcelo Castro, programação 00T1 – nós estamos apenas repetindo o que foi feito na de apropriação – Apoio à Política Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária, no Ministério das Cidades – Administração Direta, sequencial 3092, no valor de R$2,130 bilhões;

– Sugestão de Emenda nº 061, também do Senador Marcelo Castro, na programação 10V0 – Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística – Nacional, no Ministério do Turismo – Administração Direta, sequencial 2976, no valor de R$85 milhões;

– e, por último, a Emenda nº 010, de autoria do Senador Irajá, na programação 00TD – Apoio aos Polos e Projetos de Agricultura Irrigada – Nacional, no Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional – Administração Direta, sequencial 2831, no valor de R$20 milhões.

Como V. Exas. aqui podem ver, três emendas de remanejamento foram de minha autoria. Alguém poderia dizer: "Mas o Relator privilegiou as suas emendas". (*Risos.*)

Eu quero, antecipadamente, fazer a justificativa, porque essas emendas de remanejamento normalmente não são as emendas que são muito praticadas. Na verdade, só eu e o Irajá é que apresentamos emendas de remanejamento. Então, atendi parcialmente às minhas emendas e atendi integralmente à emenda do Irajá, que foi a única que foi apresentada. Aliás, muito significativa essa emenda, que é para o apoio de projetos de agricultura irrigada.

Voto.

Diante do exposto, opinamos pela indicação de que esta Comissão apresente quatro emendas de apropriação nos moldes das propostas de nºs 026, 040, 071 e 077; e quatro emendas de remanejamento, nos moldes das propostas 010, 047, 054 e 061.

Uma vez acolhidas, essas programações viabilizarão o atendimento da maioria das sugestões propostas pelos nobres pares. Ressalvamos que a elaboração das emendas a partir das propostas aprovadas deve observar os ajustes técnicos necessários ao atendimento das normas aplicáveis ao Ploa 2024. Ademais, as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada.

Finalmente, sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Cumprimento o Senador Wilder.

Está em discussão o relatório e as considerações apresentadas pelo Senador Marcelo Castro, a quem nós agradecemos pela relatoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria, primeiro, cumprimentar o nosso Relator, Marcelo Castro, que acatou uma emenda de minha autoria, que é a Emenda 071, que apoia projetos de infraestrutura turística em âmbito nacional.

Essa emenda é muito importante, como ele já muito bem descreveu, e também apoia não só o nosso projeto, mas, também, contempla vários Senadores que também vieram com emendas nesse mesmo sentido, dando um amplo, vamos dizer, atendimento, tanto não só à minha emenda, mas também às emendas dos Senadores Fernando Farias, Dr. Hiran, aqui presente, Augusta Brito, Flávio Bolsonaro, Jaques Wagner, Marcelo Castro, Irajá, Professora Dorinha, Rodrigo Cunha, Efraim e Hamilton Mourão.

Então, eu queria agradecer ao nosso Relator por ter acatado essa emenda, com certeza vamos ajudar muito um setor que tem gerado muito emprego e renda para o nosso país.

Obrigado ao Relator por acatar a nossa emenda.

Era essa a discussão, Presidente.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente Laércio, bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Com a palavra, Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Bom dia, Presidente Senador Laércio, bom dia, querido Senador Wilder, quero aqui também parabenizar o trabalho do meu querido Presidente Senador Marcelo Castro e dizer que também fui um dos autores da apresentação de uma emenda sobre o apoio ao projeto de infraestrutura turística nacional, que o nosso querido Senador Wilder nos contemplou com uma bela propositura, e que foi acatada pelo nosso Relator.

O turismo é uma atividade muito importante em nosso país e precisa ser desenvolvida porque, ontem mesmo, participei de uma solenidade na qual o nosso Ministro do Turismo apresentou um projeto de financiamento de instituições ligadas ao turismo, que é o Fungetur, com R$500 milhões para o financiamento de reestruturação e aperfeiçoamento desse setor. É algo meritório, mas o nosso país precisa incrementar muito mais o setor do turismo, que emprega muito, tem um desenvolvimento sustentável e é minimamente agressivo ao meio ambiente.

Estava dando, inclusive, um exemplo lá em nossa reunião, de que o nosso país, se a gente comparar, por exemplo, só com Paris, Paris que recebe 44 milhões de pessoas por ano, só em Paris, e nós aqui, no Brasil todo, recebemos não mais do que 4 milhões de pessoas por ano, no país todo, quer dizer, os índices de visitação turística internacional em nosso país são risíveis pela beleza, pela magnitude e pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

biodiversidade que nós temos a apresentar, inclusive pelo fato de sermos extremamente atrativos através do nosso câmbio também, quer dizer, o que torna o nosso país um país relativamente barato para se visitar.

Nós precisamos de obras de infraestruturas, de logística, nós precisamos aqui ter segurança, nós precisamos aqui sinalizar para o mundo que é seguro visitar o nosso país, nós precisamos mostrar para o mundo que é barato a gente viajar de avião em nosso país, porque aqui, Senador Laércio, uma passagem daqui para o meu Estado, o Estado de Roraima, é mais cara do que daqui para Tóquio, ida e volta. É verdade, de R$6 a R$7 mil, ida e volta, para o meu estado.

E, quando, a gente trabalha muito e tem que ir lá toda semana, ainda sai na imprensa que nós gastamos muito, mas a imprensa não sabe – porque não viaja para lá – que é R$7 mil uma passagem para ir e voltar.

Então, o Brasil precisa, realmente, criar uma infraestrutura mais adequada para fomentar o desenvolvimento desse setor, que é um setor tão importante para o desenvolvimento e para a geração de emprego e renda no nosso país e que, às vezes, é negligenciado pelos governos.

Parabéns ao nosso ilustre Relator e nosso Presidente, Marcelo Castro, e parabéns a todos que sugeriram emendas a esse relatório.

Um grande abraço a todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Mesmo estando na Presidência da Comissão, eu não posso deixar de registrar também os meus agradecimentos, como fizeram meus colegas Wilder e Hiran, ao Senador Marcelo Castro. Isso demonstra que esta Comissão, esta CDR, está entregue às mãos de uma pessoa que tem capacidade, competência e que tem a habilidade de, ao receber tantas emendas, dezenas de emendas, construir um relatório que, no fundo, contempla a todos nós.

E é como o Senador Marcelo Castro falou aqui: esta Comissão é muito complexa porque ela abraça três ministérios, e fazer essa partilha é uma missão muito difícil, que se torna menos complexa nas mãos de uma pessoa, de um Senador, que tem a habilidade que o Senador Marcelo Castro tem.

Eu também tive uma das minhas emendas acolhidas e eu quero também agradecer.

Portanto, não poderia deixar de fazer esse registro, comungando com os meus colegas, das considerações feitas ao Senador Marcelo Castro.

Portanto, não havendo mais quem queira discutir...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um complemento aqui às minhas falas, porque eu sou Relator setorial também do orçamento na área do turismo, então essa discussão para nós aqui, nosso caro Relator, é importante que a gente possa ter. E é um número expressivo, são R$2,2 bilhões. Então, isso, com toda certeza, vai ajudar muito o nosso turismo em todo o país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Senador Wilder.

Então, não havendo mais quem queira discutir, diante das observações feitas pelas Sras. e Srs. Senadores, o relatório eu coloco em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam com as emendas sugeridas pelo Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório está aprovado, com os nossos agradecimentos ao Senador Marcelo Castro, a quem eu tenho a honra de devolver a Presidência desta Comissão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, agradecendo a colaboração dos Senadores Laércio, Hiran e Wilder, vamos passar então – encerrada esta primeira parte da sessão – à segunda parte.

Vamos ao item 1 da pauta, que é um projeto não terminativo.

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2645, DE 2019

- Não terminativo -

Acrescenta art. 41-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para disciplinar a cobrança da diária inaugural por fornecedor de serviço de hotelaria.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Após deliberação da CDR, a matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor - CTFC, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Dr. Hiran para a leitura do seu relatório.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, permissão para ir direto à análise.

Conforme os incisos VI e VII do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe à CDR analisar "proposições que tratem de assuntos referentes ao turismo" e "políticas relativas ao turismo".

Quanto ao mérito do Projeto de Lei nº 2.645, de 2019, julgamos louvável toda iniciativa que vise a trazer direitos aos consumidores. É sempre elogiável que se criem mecanismos para que esses direitos sejam observados nas relações com prestadores de serviços turísticos.

A Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico (Lei Geral do Turismo), trata dos meios de hospedagem em seu Capítulo V – Dos Prestadores de Serviços Turísticos, na Subseção II da Seção I. Consoante o §4º do art. 23 dessa lei, entende-se por diária o preço de hospedagem correspondente à utilização da unidade habitacional e dos serviços incluídos no período de 24 (vinte e quatro) horas, compreendido nos horários fixados para entrada e saída de hóspedes. Daí se poderia inferir que, do momento do *check-in* até o final da primeira diária, devam ser cumpridas 24 horas.

O PL nº 2.645, de 2019, ao engendrar, para a diária inaugural o período mínimo de 22 horas, respeita a compreensão jurisprudencial de que é preciso conceder aos estabelecimentos de hospedaria tempo suficiente e adequado à organização e limpeza das unidades habitacionais antes da entrada de novo cliente, nos termos dos julgamentos da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) do Recurso Especial (RE) nº 1.717.111 – SP, sob relatoria do Min. Paulo de Tarso Sanseverino, com acórdão publicado no Diário de Justiça de 15 de março de 2019, ou do RE nº 1.734.450 – SP, tendo como Relatora a Min. Nancy Andrighi, com acórdão publicado no Diário de Justiça de 12 de abril de 2019.

A nosso ver, para maior clareza do que pretende, o texto deve elucidar que é a fruição da unidade habitacional, na diária inaugural, não poderá ter duração inferior a 22 horas, sob pena de redução proporcional do preço cobrado pelo fornecedor. Deve, ainda, prever que o contrato de hospedagem deve deixar especificada a previsão de proporcionalidade, assim como possibilidade de diferentes horários de *check-in* e de *check-out* do hóspede no caso de somente uma diária. Além disso, deve estar claro que, no caso de várias diárias, o descumprimento de duração, quer na primeira quer na última diária, deve gerar, também, a redução proporcional do preço cobrado pelo fornecedor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não observamos óbices quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PL nº 2.645, de 2019. Esses aspectos serão analisados mais profundamente em seu exame terminativo na CTFC.

No entanto, para uma melhor técnica legislativa e de redação, consideramos a inclusão do dispositivo na Lei Geral do Turismo, o que faremos por meio por meio de Substitutivo.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.645, de 2019, com a seguinte emenda substitutiva:

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O § 4º do art. 23 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 23
> .....
> .....
> § 4º Entende-se por diária o preço de hospedagem correspondente à utilização da unidade habitacional e dos serviços incluídos, no período de 24 (vinte e quatro) horas, compreendido nos horários fixados para entrada e saída de hóspedes, observadas as seguintes determinações:
> I – a duração do acesso à unidade habitacional em meio de hospedagem não poderá ter duração inferior a 22 (vinte e duas) horas, sob pena de redução proporcional do preço cobrado pelo fornecedor;
> II – o contrato de hospedagem para uma diária deve prever seu valor com proporcionalidade, assim como possibilidade de diferentes horários de *check-in* e de *check-out* do hóspede; e
> III – no caso de contratação de mais de uma diária, o descumprimento do disposto no inciso I deste parágrafo deve reduzir, proporcionalmente, o preço cobrado ao hóspede pelo valor da diária em que houve o descumprimento." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão o relatório do Senador Dr. Hiran.

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

A votação será simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que estão de acordo, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CDR. Substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, eu queria só fazer uma referência aqui à pertinência desse projeto, parabenizar o nosso querido Senador Ciro Nogueira, que é o autor dessa proposição, e dizer para o nosso Presidente que hoje nós damos aqui nesta Comissão um presente ao nosso querido amigo Ciro Nogueira, que aniversaria hoje e, também, é contemplado com a aprovação desse projeto que dá mais segurança e torna mais justa a questão da cobrança de diárias fracionadas àquelas pessoas que fazem uma reserva no dia anterior e o seu *check-in* no dia subsequente, às vezes por um atraso no avião, enfim, por alguma razão superveniente. Que eles sejam cobrados de maneira proporcional ao tempo que utilizaram essa diária.

Eu acho algo interessante que, inclusive, ajuda e fomenta cada vez mais a segurança na relação de consumo entre os hóspedes e as unidades, os hotéis no Brasil, que têm essa função tão importante de desenvolver o turismo no nosso país.

Parabéns ao Senador Ciro Nogueira e ao senhor também por conduzir com tanta presteza e com tanta eficiência esta nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Quero parabenizar o Senador Dr. Hiran pelo relatório feito.

Aproveitamos também para cumprimentar o Senador Ciro Nogueira, que tem o seu projeto aprovado aqui pela Comissão e que vai agora para outra Comissão. Quero aproveitar, também, para parabenizá-lo pelo seu aniversário natalício.

No item 2 da pauta, o Relator Senador Fernando Faria... Aliás, Farias – é porque eu tenho um amigo que é Ricardo Faria –, Fernando Farias pede para retirar de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

2ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2244, DE 2022

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Cria o Calendário Turístico Oficial do Brasil.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fernando Farias

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- Após deliberação da CDR, a matéria será apreciada pelo Plenário do Senado Federal.)

E tem o item 3, que o Relator é o Senador Randolfe Rodrigues, que nos honra aqui com a sua presença.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Estou aqui a seu serviço, meu querido Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Item 3.

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 2913, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na Região Metropolitana de Macapá e dá outras providências.

Autoria: Senador Lucas Barreto (PSD/AP)

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação com 2 (duas) emendas de redação que apresenta.

Observações:

- Após deliberação da CDR, a matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Randolfe Rodrigues para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei nº 2.913, que é do meu querido e caríssimo colega de bancada, Senador Lucas Barreto, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação na Região Metropolitana de nossa capital, da cidade de Macapá.

Então rapidamente para análise.

O art. 104 do Regimento do Senado compete para a nossa Comissão a análise dessas proposições.

O foco da presente análise recai sobre o mérito do PL nº 2.913.

Nós destacamos aqui, Presidente, o inegável potencial econômico da constituição dessas zonas de processamento de exportação decorrente da posição estratégica do porto de nosso estado, do Porto de Santana, na Foz do Rio Amazonas, na porta do Atlântico. Trata-se de um dos canais mais adequados para o escoamento de produção de grãos advindos, sobretudo, do Centro-Oeste brasileiro.

Esse potencial ficaria subaproveitado caso o foco se restringisse à exportação de grãos. A possibilidade de exportação de outros produtos e a otimização do uso do transporte fluvial que chegam ao Amapá deixam claro a necessidade da criação de uma ZPE, como é proposto pelo autor.

Eu destaco ao fim, Presidente, que, apesar do nosso potencial econômico, potencial econômico do meu estado, ainda apresenta uma renda *per capita* correspondente apenas a 60% da média nacional. Mais uma razão que justifica o PL apresentado pelo nobre colega de bancada Lucas Barreto.

Fizemos pequenos ajustes de redação, como V. Exa. anuncia, que tratam basicamente o seguinte. A ementa do PL faz menção a "outras providências", mas o foco da proposição recai apenas na criação da ZPE da Região Metropolitana de Macapá. Esse aspecto pode ser objeto de uma pequena emenda de redação.

Além disso, para evitar eventuais descompassos entre a RMM definida em lei complementar estadual e a lei que cria a ZPE, entendemos que seria mais apropriada uma menção mais geral à legislação estadual.

Conforme sejam meras emendas de redação, mas devido ao mérito do projeto e à conquista que se faz ao meu estado, diante desse exposto, já passando para o voto, Sr. Presidente, o nosso voto é pela aprovação do PL nº 2.913, de 2023, com as emendas de redação que aqui destaquei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A matéria está em discussão.

Senador Dr. Hiran, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria aqui só fazer um elogio ao projeto do Senador Lucas Barreto e à relatoria do meu querido amigo e colega Senador Randolfe.

Eu que sou de um estado periférico, do Norte, vivencio toda essa necessidade de nós fomentarmos lá desenvolvimento, geração de emprego, renda e riqueza já que nós somos estados muito ricos, mas carecemos de muita infraestrutura, de estímulo ao desenvolvimento, e essa iniciativa do Senador Lucas, tão bem relatada pelo Senador Randolfe, é extremamente... Vem em boa hora, pertinente, porque, Senador, nós que vivenciamos a criação das nossas áreas de livre comércio, tanto lá no Amapá como no Amazonas, como em Rondônia e Roraima, sabemos que essas Zonas de Processamento Especial, principalmente de exportação, fomentam muito o desenvolvimento da região, e eu não poderia deixar de fazer um elogio à iniciativa de V. Exas.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem.

Quero também aproveitar para parabenizar o Senador Lucas Barreto pela iniciativa. Essa é uma oportunidade muito grande para o desenvolvimento do querido Estado do Amapá. As ZPEs são uma prática já corrente em muitos países do mundo – a China é campeã em ZPEs –; o meu Estado do Piauí também tem uma ZPE, o Estado do Ceará tem outra, e agora estão sendo estimuladas, incentivadas à sua produção, talvez, de hidrogênio verde para – quem sabe no futuro? – o Brasil se tornar um grande exportador de energia limpa, renovável, o famoso hidrogênio, que está dominando todas as atenções.

O item 3 da pauta... Sim, então, não havendo mais quem queira discutir a matéria, submeto-a à votação simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas de nºs 1 e 2 da CDR.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Pela ordem.) – Se V. Exa. me permite, tem um requerimento de autoria do meu colega, Líder do Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Senado, de audiência pública, nos termos do art. 93 do Regimento Interno – 93, I, do Regimento Interno – para... Eu queria requerer a V. Exa., no momento adequado, para fazer a leitura do requerimento e, obviamente, a sua apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeitamente, Sr. Senador Randolfe Rodrigues.

No item 4, o Relator, Senador Fernando Farias, pede para retirar de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

2ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 4368, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer normas de proteção ao consumidor de serviços de turismo.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO) e outros

Relatoria: Senador Fernando Farias

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

- Após deliberação da CDR, a matéria será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), em decisão terminativa.)

Do item 5, a relatoria está sob o comando da Senadora Margareth Buzetti, que pede para retirar de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

2ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 5187, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para estabelecer repasses mínimos de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento a instituições financeiras federais, e dar outras providências.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Pela aprovação com 2 (duas) emendas que apresenta.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com parecer favorável ao projeto;

- Caso aprovado o REQ 23/2023, o PL 5187/2019 ficará sobrestado até a realização de Audiência Pública;

-Após deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.)

E o item 6 é exatamente esse requerimento de autoria do Senador Jaques Wagner, que é agora subscrito pelo Senador Randolfe Rodrigues.

2ª PARTE

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 23, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5187/2019, que "altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para estabelecer repasses mínimos de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento a instituições financeiras federais, e dar outras providências".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA) e outros

Observações:

- Caso aprovado, o PL 5187/2019 ficará sobrestado até a realização de Audiência Pública.

O PL 5.187, de 2019, é relatado pela Senadora Margareth Buzetti

Então, concedo a palavra ao nobre Senador Randolfe Rodrigues para fazer a defesa do seu requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Para encaminhar.) – Excelência, trata-se de requerimento para tratarmos do debate do PL 5.187, de 2019. O PL altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que, como V. Exa. já explicitou, regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste e dá outras providências.

A ideia é a realização de uma audiência pública para instruir a matéria, Presidente. O autor, meu caríssimo colega Jaques Wagner, propõe, para a audiência, a presença de representantes do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Ministério da Fazenda, do Banco do Brasil, do Banco da Amazônia e do Banco do Nordeste do Brasil.

Considera o autor do requerimento indispensável que a matéria sobre esse tema seja instruída e posteriormente apreciada por esta Comissão.

Essa é a justificativa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem, Senador Randolfe.

Submeto o requerimento à votação simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado, e, proximamente, a gente marcará essa audiência pública. (*Pausa.*)

Antes de finalizarmos o nosso trabalho, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário* oficial *do Congresso Nacional*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão.

(Iniciada às 9 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 33 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às treze horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Alan Rick, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Izalci Lucas, Sergio Moro, Ivete da Silveira, Mauro Carvalho Junior, Marcio Bittar, Margareth Buzetti, Beto Faro, Jussara Lima, Angelo Coronel, Augusta Brito, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Tereza Cristina e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Romário, Lucas Barreto, Paulo Paim, Zenaide Maia, Magno Malta e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 3882, de 2019 - Não Terminativo - que: "Autoriza a reabertura do prazo de que trata o art. 4º da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, por doze meses, a partir do início da vigência dos efeitos desta Lei, para a liquidação de dívidas originárias de operações de crédito rural inscritas em dívida ativa da União." Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). Relatoria: Senador Sergio Moro. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame do relatório. ITEM 2 - Projeto de Lei nº 5109, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, para prorrogar o prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural, autoriza renegociação de dívidas rurais e dá outras providências." Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA). Relatoria: Senador Jorge Seif. Relatório: Pela aprovação do Projeto, da Emenda que apresenta e da Emenda nº 2; e pela rejeição da Emenda nº 1. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei nº 9, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências, para dispensar do licenciamento ambiental os empreendimentos aquícolas que especifica." Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: - Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame do relatório. ITEM 4 - Projeto de Lei nº 519, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para estabelecer a destinação de florestas públicas." Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA). Relatoria: Senadora Augusta Brito. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei nº 2218, de 2022 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Incentivo à Cocoicultura de Qualidade." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. ITEM 6 - Projeto de Resolução do Senado nº 73, de 2023 - Não Terminativo - que: "Institui o Prêmio Alysson Paolinelli, a ser conferido anualmente pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado Federal a pessoas físicas ou jurídicas que se destaquem por iniciativas e práticas de produção sustentável de alimentos e que contribuam para a segurança alimentar no Brasil." Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senadora Tereza Cristina (PP/MS). Relatoria: Senador Marcio Bittar. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão, na forma da Emenda 1-CRA (Substitutivo). ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4507, de 2023 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em caso de prejuízo por queda nos preços dos produtos vinculados a atividade rural financiada." Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC). Relatoria: Senador Hamilton Mourão. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1 – T na forma da Subemenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório que passa constituir o parecer da Comissão com voto pela aprovação da Emenda 1-T-CRA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta minutos. Usam da palavra os Senadores: Hamilton Mourão, Tereza Cristina, Marcio Bittar, e Alan Rick Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Alan Rick
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está destinada à deliberação de três itens não terminativos, conforme a pauta já previamente divulgada. Tivemos aqui a retirada de pauta, a pedido, dos itens 1, 2, 3 e 4.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3882, DE 2019

- Não terminativo -

Autoriza a reabertura do prazo de que trata o art. 4º da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, por doze meses, a partir do início da vigência dos efeitos desta Lei, para a liquidação de dívidas originárias de operações de crédito rural inscritas em dívida ativa da União.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5109, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, para prorrogar o prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural, autoriza renegociação de dívidas rurais e dá outras providências.

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA)

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação do Projeto, da Emenda que apresenta e da Emenda nº 2; e pela rejeição da Emenda nº 1.

Observações:

- Em 16.08.2023, o Senador Luis Carlos Heinze apresentou a Emenda nº 1.

- Em 24.10.2023, o Senador Alan Rick apresentou a Emenda nº 2.

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 9, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências, para dispensar do licenciamento ambiental os empreendimentos aquícolas que especifica.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: - Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente para prosseguimento da tramitação em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 519, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para estabelecer a destinação de florestas públicas.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações:

- Em 25.10.2023, o Senador Luis Carlos Heinze apresentou a Emenda nº 1.

- A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente para prosseguimento da tramitação em decisão terminativa.

- Votação simbólica.)

Item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2218, DE 2022

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Incentivo à Cocoicultura de Qualidade.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aguardando a presença do Relator, Senador Angelo Coronel, para a leitura do seu relatório.

Na sequência, vou fazer aqui a inversão de pauta, de ofício, para permitir ao Senador Hamilton Mourão, já presente nesta reunião, a leitura de seu relatório, do Projeto de Lei 4.507, de 2023.

ITEM 7
PROJETO DE LEI Nº 4507, DE 2023
- Não terminativo -

Dispõe sobre a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em caso de prejuízo por queda nos preços dos produtos vinculados à atividade rural financiada.

Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-T na forma da Subemenda que apresenta.

Observações:

- Em 27.09.2023, o Senador Mecias de Jesus apresentou a Emenda nº 1-T.

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Este projeto é de autoria deste Presidente que vos fala.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Hamilton Mourão, para a leitura do seu parecer.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, boa tarde. Senhoras e senhores.

Peço permissão para ir direto à análise, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Permissão concedida.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Nos termos dos incisos II e X do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que tratem de planejamento, acompanhamento e execução da política agrícola e fundiária e política de investimentos e financiamentos agropecuários, seguro rural e endividamento rural, respectivamente.

Em decorrência, cumpre-nos, nesta ocasião, a apresentação primordial da análise de mérito do PL nº 4.507, de 2023.

Entendemos que a iniciativa do nosso nobre Presidente, Senador Alan Rick, mostra-se extremamente relevante para aliviar a situação daqueles produtores rurais que se encontram em situação de inadimplência em decorrência de sua perda de capacidade de pagamento advinda da queda dos preços de sua produção.

De fato, em muitas situações, esses produtores rurais enfrentaram custos de produção muito mais significativos do que a média histórica e se encontram em situação de insolvência por essa razão e, não raramente, pelas tragédias naturais que se verificaram nos últimos anos, como secas históricas nas Regiões Norte e Nordeste e mesmo chuvas torrenciais no Sul do País, como ocorreu recentemente no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meu estado natal, no Rio Grande do Sul, que deixou milhares de famílias em desalento e com perda total de sua produção e, consequentemente, de sua capacidade de honrar seus compromissos.

O autor do projeto de lei, na justificação, argumenta que, no caso da pecuária, o preço da arroba caiu 30%, enquanto, no caso dos grãos, a queda chega a 40%. Assim, os produtores rurais têm sentido que o preço dos seus produtos não tem acompanhado os custos, o que tem levado milhares de produtores a enfrentar dificuldades para pagar os custeios. Adicionalmente, houve queda do poder aquisitivo da população ainda decorrente da pandemia mundial de covid-19.

Na realidade, não é, Presidente, os produtores rurais enfrentaram a tempestade perfeita: plantaram com custo lá em cima e estão vendendo com custo lá embaixo. Além disso, a catástrofe climática, para completar essa tempestade.

No que diz respeito à técnica legislativa, embora o foco nesta Comissão seja o mérito, entende-se que o projeto está vazado na boa técnica de que trata a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, exceto pelo §1º do art. 2º, que deveria ser transformado para parágrafo único, já que inexiste outro parágrafo no artigo. Seria uma medida compulsória para boa adequação à técnica legislativa.

Recebemos também a Emenda nº 1-T, do meu Líder de partido, Senador Mecias de Jesus, que sugeriu, na prorrogação das dívidas dos produtores rurais, um parágrafo para a exclusão das multas moratórias e sancionatórias, e, em outro, além dessa exclusão, um desconto para pagamento antecipado, sem alterar as condições de anistia para os pequenos produtores que contam com condições mais favoráveis. Entendemos que esses dois parágrafos devam ser renumerados para §§2º e 3º e mantido o atual §1º do art. 2º do PL, sem a inclusão do termo – abro aspas, entre parêntesis – "(NR)" – fecho aspas –, por não se tratar de alteração de lei vigente.

Assim, eventuais multas moratórias e sancionatórias seriam retiradas na prorrogação, seriam, igualmente, retiradas para aqueles que desejarem pagar adiantado com desconto de 10% e as parcelas reajustadas teriam as mesmas condições de pagamento originalmente contratadas.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do PL nº 4.507, de 2023, e pela aprovação da Emenda nº 1-T, com renumeração dos seus §§1º e 2º na seguinte forma: onde-se lê §§1º e 2º na Emenda nº 1-T do art. 2º no Projeto de Lei nº 4.507, de 2023, leia-se §§2º e 3º, sem a inclusão do termo – abro aspas, entre parêntesis – "(NR)" – fecho aspas.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço, Senador Hamilton Mourão, pelo brilhante relatório, que aprimora o projeto de lei, concedendo aos Senadores proponentes de emendas a atenção necessária para que possamos fazer o atendimento àqueles que perderam seu poder de compra, perderam muitas vezes suas lavouras, compraram o bezerro quando a arrouba do boi custava uma fortuna e hoje vendem o boi gordo pelo preço às vezes menor do que compraram o bezerro.

Essa flutuação é natural da pecuária, porém, não da maneira como foi nos anos de 2021 e 2022, que, retirando o poder de compra... exacerbaram no valor, retirando o pode compra do nosso pequeno produtor rural, principalmente aquele que vive dos investimentos do Pronaf, dos insumos de fomento da agricultura familiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a matéria é meritória, obviamente, defendida por nós, e brilhante o relatório do Senador Hamilton Mourão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda 1-T, da CRA, na forma da Subemenda 1-CRA.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para o prosseguimento da tramitação em decisão terminativa.

Mais uma vez, parabenizo o Senador Hamilton Mourão e lhe concedo a palavra, se assim desejar.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Só gostaria de ressaltar mais uma vez essa iniciativa de V. Exa., que é conhecedor da situação do homem do campo, e com isso, eu julgo que nós estamos cumprindo o nosso papel dentro dessa Comissão no sentido de buscar a melhor linha de ação para socorrer essas pessoas, que são importantíssimas em algo que é fundamental nos dias de hoje e que se chama segurança alimentar.

O nosso país não é responsável só pela segurança alimentar da nossa população, nós somos responsáveis pela segurança alimentar de um bilhão de pessoas nesse mundo e provavelmente seremos mais ainda responsáveis porque estamos produzindo cada vez mais.

Então, tudo aquilo que nós pudermos fazer para apoiar o trabalho dessas pessoas, dentro da lei e dentro da capacidade do Estado brasileiro, nós temos que buscar fazer.

Parabéns, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu que agradeço, Senador Hamilton Mourão. Brilhante relatório, coerente com aquilo que nós vivemos hoje, com a necessidade do produtor rural.

Semana passada, Senador Mourão, nós estivemos uma reunião com o Presidente da Federação da Indústria do Estado do Acre, o Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado, o Secretário de Indústria, Ciência e Tecnologia e o Presidente da Assembleia Legislativa. Suscitaram-nos uma reunião para tratarmos de um tema importante para o Brasil e que nos vai reduzir o tempo de exportação de nossas *commodities*, a soja do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, a carne dessas regiões do Centro-Oeste, o alumínio, o ferro do Pará, de Minas, para os portos da China. Fizemos uma reunião com o Embaixador chinês no Brasil e sua equipe, onde discutimos a retomada das discussões sobre a ferrovia transcontinental.

Senador Hamilton Mourão, embora o investimento seja um investimento altíssimo, fala-se aí na casa dos 50 bilhões, nós podemos reativar um trecho importantíssimo do modal ferroviário brasileiro... Reativar não, reconstruir. Isso foi pensado no passado, lá atrás já se falava na Madeira-Mamoré, já se falava na Transamazônica, mas nós efetivamente não avançamos. E essa ferrovia, além de reduzir o tempo de transporte das cargas brasileiras para os portos da Ásia, criaria um polo logístico importante, Acre e Rondônia, por fazerem fronteira com o Peru, com os portos peruanos de Ilo, Matarani e o novíssimo Porto de Chancay, que está sendo construído justamente vislumbrando o aumento das exportações brasileiras para o mercado asiático, notadamente para a China.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse é um tema importantíssimo para o Brasil, sobre o que eu acredito que nós devemos nos debruçar e tratar como uma meta importante, uma vez que se nós tivermos investimento no modal ferroviário, nós teremos muito menos perdas nos nossos grãos, nas nossas *commodities*.

Está comprovado que além da rapidez e da segurança do modal ferroviário, principalmente em transporte de grandes cargas, como as nossas *commodities*, nós temos a oportunidade de reduzir o tempo de navio para os portos, saindo do Peru, utilizando a ferrovia que corta o Brasil, saindo do Porto do Açu, no Rio de Janeiro, cortando o Centro-Oeste brasileiro, o Norte brasileiro, chegando até os portos peruanos.

Então, esse é um tema muito importante sobre o que o Brasil deve voltar a se debruçar, para as nossas exportações e também para as nossas importações de produtos que nós adquirimos, de equipamentos e outros produtos que nós adquirimos da Ásia. Então, é um tema importante que eu quero trazer aqui à tona, nesta Comissão, que trata exatamente da nossa agricultura.

Ontem mesmo, eu também tive uma importante reunião, Senador Hamilton Mourão, com o Presidente do Incra, o César Aldrighi, e falávamos a respeito de conversarmos com os Senadores sobre o tema regularização fundiária. O Incra tem um papel importante, é o órgão responsável pela reforma agrária no país, e eu acho muito relevante a vinda – para uma conversa, um bate-papo com os Senadores, aqui mesmo na nossa sala – do Presidente do Incra, quando nós poderemos tratar dos temas de assentamento em andamento, e outros questionamentos que os Senadores tiverem interesse.

Além disso, temos também o debate das emendas de Comissão, e obviamente que a regularização fundiária merece um olhar muito especial nosso, para que possamos garantir ações em todos os estados brasileiros no tocante à regularização fundiária do pequeno produtor, o olhar para o pequeno, aquele que gera emprego no campo para sua família, para os seus parentes e para aqueles vizinhos; é o que leva o produto à feira do mercado municipal. Então, o pequeno produtor precisa desse olhar carinhoso nosso.

Dando continuidade, nós temos aqui o item 5 e o item 6. Estamos aguardando aqui o Senador Angelo Coronel... Acabou de solicitar a retirada de pauta de seu relatório, portanto, o relatório do item 5. Está retirado de pauta, a pedido do próprio Relator.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5
PROJETO DE LEI Nº 2218, DE 2022
- Não terminativo –

Institui a Política Nacional de Incentivo à Cocoicultura de Qualidade.
Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Angelo Coronel
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
- A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.
- Votação simbólica.)

O item 6, de autoria do Senador Jayme Campos e da Senadora Tereza Cristina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 73, DE 2023
- Não terminativo –

Institui o Prêmio Alysson Paolinelli, a ser conferido anualmente pelo Senado Federal a pessoas físicas ou jurídicas que se destaquem por iniciativas e práticas de produção sustentável de alimentos e que contribuam para a segurança alimentar no Brasil.

Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT) e outros

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- A matéria vai à Comissão Diretora do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

O Senador Marcio Bittar já informou que está a caminho, para que nós possamos fazer a leitura do seu relatório. (*Pausa.*)

Senador Mourão, constantemente, o produtor rural brasileiro é acometido pelas pragas sazonais. Nós temos a Embrapa, que faz um trabalho extraordinário de pesquisa e desenvolvimento de bioprodutos e de novas cepas, de novas sementes, para que a gente possa vencer essas pragas que atacam a produção brasileira de tempos em tempos, e lá no Estado do Acre, nós estamos passando por um período difícil: uma lagarta, o mandarová, está dizimando as nossas plantações de mandioca.

O Município de Cruzeiro do Sul inclusive é tema de um projeto de lei nosso, que estabelece a cidade, capital do Juruá, como a capital brasileira da farinha, até pela própria Embrapa já ter diagnosticado que o solo daquela região é um dos mais propícios do Brasil para a cultura da macaxeira, e nós temos uma das farinhas mais conhecidas do Brasil, de excelente qualidade, e essa plantação de macaxeira, de mandioca, está sendo dizimada pela praga do mandarová.

Então, o produtor rural precisa de um apoio nesse momento. Ele fez... Todos esses produtores são pequenos produtores, 99% são pequenos produtores, que fizeram financiamento, pegaram recurso do Pronaf, recurso de fomento no Banco da Amazônia, no Banco do Brasil, pequenos empréstimos, R$25 mil, R$15 mil, R$10 mil, R$20 mil, e investiram em suas lavouras. A lagarta dizimou metade das lavouras, já atingiu mais de mil famílias, e agora esses pequenos produtores não têm o produto para produzir sua farinha e não têm nem como pagar o empréstimo.

Então, o que nós solicitamos, ontem, ao Presidente do Incra? O Incra tem o recurso para salvaguardar esses produtores, desde que sejam produtores assentados. Então, fizemos esse requerimento ao Incra e à própria Secretaria de Agricultura, lá no Município de Cruzeiro do Sul, para que levante os dados e nós possamos fazer o requerimento, a solicitação desse auxílio seca, que o Incra tem, à disposição do produtor rural assentado, no caso de situações como essa, de pragas, secas ou enchentes.

No caso dos demais produtores, nós solicitamos uma edição de uma medida provisória, à semelhança do que V. Exa. inclusive defendeu para os produtores do Rio Grande do Sul, que tiveram toda a sua lavoura prejudicada ou perdida devido aos furacões e às enchentes no Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, nós solicitamos ao Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda e Ministério do Desenvolvimento Social que nos ajudem na publicação de uma medida provisória no mesmo escopo, para auxiliar os produtores de macaxeira lá do Juruá, no Estado do Acre, uma vez que são, em sua esmagadora maioria... Posso citar aqui, sem medo de errar, 99% micro e pequenos produtores, que estão sem condições de pagar seus empréstimos e sustentar suas famílias, inclusive, porque é da produção de farinha, que eles próprios vendem nas feiras ou têm seus encarregados, que sustentam suas famílias e pagam seus financiamentos.

Então, nós fizemos essa solicitação também ao Incra, Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda e Desenvolvimento Social, para auxiliar os nossos produtores do Estado do Acre e de outros estados que também estão sofrendo com essa questão de pragas e secas.

A Amazônia, todos nós sabemos, enfrenta uma das secas mais severas da sua história. Rios importantes, como o Rio Negro, o Rio Amazonas, o Rio Madeira, responsável pela geração de energia das Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau... O Estado de Rondônia também sofre com a seca dos seus rios, com a perda de produção de piscicultura, de peixe, a pesca artesanal, e é claro, as lavouras, nos estados atingidos; e a pecuária.

Informo a chegada da nossa eterna Ministra da Agricultura, Senadora Tereza Cristina, autora do Projeto de Resolução do Senado nº 73, de 2023. Estamos aqui aguardando, Senadora Tereza, a chegada do Relator, Senador Marcio Bittar – eu já falei com ele por telefone, ele já está a caminho –, para que ele possa proceder à leitura do seu relatório. Mas, antes de ele chegar, eu gostaria de conceder a palavra a V. Exa., para que já possamos discutir aqui, inicialmente, de forma perfunctória, a matéria, o Projeto de Resolução nº 73, que institui, de forma muito justa, o Prêmio Alysson Paolinelli, a ser conferido anualmente pelo Senado Federal a pessoas físicas ou jurídicas que se destaquem por iniciativas e práticas de produção sustentável de alimentos e que contribuam para a segurança alimentar no Brasil.

Concedo a palavra à Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Muito obrigada, Presidente, Senador Alan Rick.

Falar do nosso amigo Alysson Paolinelli, eu acho que não tem nada mais prazeroso e que dê mais alegria para quem é da agropecuária, quem militou sempre na agropecuária. Alysson Paolinelli, como eu, era engenheiro-agrônomo, formado lá na escola de Lavras, e se dedicou, a vida toda, não só ao ensino, à pesquisa, mas ao desenvolvimento do Brasil, e deixou aí um grande legado para o Brasil e, principalmente, para a agricultura brasileira.

Ele, jovem ainda, foi Secretário de Agricultura no Estado de Minas Gerais; depois, ele vem para Brasília, para substituir, se não me engano, o Ministro Cirne Lima, no Governo do Presidente...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Geisel.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Geisel, não é? E aí desenvolveu um trabalho.

É claro que ninguém faz nada sozinho, mas ele teve o privilégio de poder escolher também homens que o ajudaram a criar a Embrapa, que já tinha o embrião, mas ele fez isso funcionar. Saiu aí pelo Brasil recrutando jovens engenheiros agrônomos para poder mandar esses jovens para fora do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil, para fazerem mestrado, doutorado, e trazerem conhecimento para o Brasil. E foi aí que nós viramos a chave, não é, Senador Mourão?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – De importador para exportador.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – De importadores natos, líquidos, para exportadores. Isso tem 50 anos. Isso foi muito rápido. E temos hoje essa agricultura sustentável e tropical. Nós, além de importarmos alimentos, também importávamos a tecnologia errada para o nosso país, porque nós somos um país tropical e usávamos uma agricultura de país temperado. E, com esse conhecimento todo que foi proporcionado a esses jovens que voltaram para a Embrapa, eles começaram a desenvolver uma agricultura tropical própria para o nosso país. E hoje nós temos aí a maior agricultura tropical do mundo. E daí veio o plantio direto, enfim, se a gente for enumerar os vários feitos que surgiram da Embrapa...

Mas o mais interessante disso tudo é que eu conheci o Dr. Alysson Paolinelli como Secretária de Agricultura no meu estado, lá, com o André Puccinelli, quando ele me convidou para ser Secretária de Agricultura. O Ministro Alysson Paolinelli já tinha sido Ministro, mas ele nunca deixou de militar a favor do Brasil, na área que ele amava, a que ele mais se dedicou, que foi a agricultura. E ele era incansável.

Depois, eu tive a oportunidade de estar com ele como Deputada Federal aqui. E, depois, como Ministra da Agricultura, foi um dos grandes professores que eu tive.

Eu criei um conselho de ex-ministros e outros personagens aí importantes para a agricultura brasileira, na área de comércio internacional também. E esse pequeno conselho era de aconselhamento mesmo do Ministro. Todas as vezes que eu tinha um problema maior, Senador Bittar, eu chamava Alysson Paolinelli. E ele, já com 80 anos, 79 ou 80 anos, vinha como um menino. Pegava o avião de manhã, vinha aqui, fazia as reuniões, voltava. Às vezes, ele passava por aqui: "Ministro, o senhor estava onde?". "Ah, estou chegando de Washington. Eu fui lá resolver um problema." Ele foi, por muito tempo, da Abramilho (Associação Brasileira dos Produtores de Milho) e ele ia para os Estados Unidos como quem vai a Belo Horizonte. E chegava aqui com uma energia de menino, sempre disposto a ajudar, a trazer novas ideias, novos projetos. Enfim, não tinha uma vez que ele passasse pelo ministério que ele não trouxesse algo novo. E sempre pensando no Brasil.

Então, um grande brasileiro como ele... Nada mais justo do que esse prêmio para homenagear pessoas que fazem a diferença nesse setor, que hoje é o setor mais importante da nossa economia – 30% do PIB, 50 bilhões de exportação –, enfim, um setor de que nem precisa a gente falar que faz toda a diferença no nosso país e usa muita tecnologia.

Então, Alysson Paolinelli é homenageado aqui pela nossa Casa, com essa medalha, para homenagear outros brasileiros que se inspiraram e que fazem a diferença para o agro brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Parabenizo a iniciativa da nossa Senadora Tereza Cristina e do Senador Jayme Campos.

E convido, como autora do projeto de resolução, a Senadora Tereza Cristina para que venha compor aqui a mesa, enquanto o Senador Marcio Bittar faz a leitura de seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 73, DE 2023
- Não terminativo –

Institui o Prêmio Alysson Paolinelli, a ser conferido anualmente pelo Senado Federal a pessoas físicas ou jurídicas que se destaquem por iniciativas e práticas de produção sustentável de alimentos e que contribuam para a segurança alimentar no Brasil.

Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT) e outros

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- A matéria vai à Comissão Diretora do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Marcio Bittar para proferir a leitura de seu relatório.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Presidente, primeiro eu quero lhe agradecer essa honraria. Eu me sinto honrado. Sou filho de produtor rural.

Eu fui um moleque apaixonado pelo pai. Aos 14 anos de idade, eu lembro que, lá de Campo Grande, eu dizia para minha mãe: "Fala com meu pai. Eu quero ir embora. Não quero mais estudar, vou ficar com ele". E eles só se falavam domingo, porque era mais barata a ligação interurbana. Eu saí ali na Cândido Mariano; quando eu voltei, a minha mãe já tinha falado com meu pai. E eu dizia: "Eu não vou mais estudar, eu quero ficar com meu pai". E, no outro fim de semana, – porque aquilo não merecia outro interurbano –, no outro domingo, ela colocou meu pai na linha, e ele ainda me deu a chance: "Você tem certeza de que você quer vir para cá trabalhar comigo?". Eu disse: "Tenho!". E, aos 14 anos de idade, eu voltei para o Acre. E lembro que, quando cheguei lá, meu querido amigo e irmão Alan, ainda era a época do nosso inverno, a estrada estava fechada, mas, com duas semanas, papai fretou um aviãozinho, desceu na fazenda, e eu só fui ver a cara de Rio Branco quando a estrada abriu de novo.

Então, para mim, é uma honra, é um privilégio. E eu quero lhe agradecer, Presidente Alan, por me conceder essa honraria.

Quero dizer também que relatar um projeto de iniciativa da queridíssima Tereza e do Senador Jayme, com quem amanhã nós vamos a Mato Grosso na CPI das ONGs, tem um sabor muito especial.

Cumprimento aqui nosso querido amigo Senador Mourão, que tem nos ajudado muito em todas as frentes, mas eu me refiro agora especificamente à CPI das ONGs.

E quero dizer, Senadora Tereza, que eu sou um pouco testemunha disto: do que a Embrapa ajudou a fazer com o Centro-Oeste brasileiro. Quando a minha família saiu de Rio Branco para Campo Grande, gastando oito dias de viagem – Campo Grande ainda era uma cidade do Estado do Mato Grosso –, era uma realidade completamente diferente. A revolução tecnológica, a revolução na área rural mudou completamente o Centro-Oeste. Hoje, quando eu saio daqui de carro para ir para Campo Grande, eu fico maravilhado com tudo que eu vejo, é riqueza de ponta a ponta. Vou pela região que é Chapadão do Céu, do lado de Goiás, e Chapadão do Sul, do lado do Mato Grosso do Sul. E vou de carro, depois, de Campo Grande a Bonito, visitar o meu querido amigo irmão Valdir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, Alan, o que eu fico sentindo quando eu ando pelo Centro-Oeste é: por que não a nossa região ser beneficiada por isso? Para onde eu vou, eu levo a fotografia do estado que eu tenho o maior prazer de representar, a maior honra de representar, que é o Estado do Acre, e eu levo comigo a foto da pobreza, da desesperança, do desencantamento, das pessoas que se sentem enganadas, iludidas nos projetos de assentamento, como o caso da Reserva Chico Mendes, como os índios, porque todos se sentem enganados pelo Estado brasileiro. Vivem pobres, à beira da miséria. Então, toda vez que eu vou para o Centro-Oeste, me enche os olhos ver a pujança do estado; e só lamento porque, na minha região, no meu estado, nós somos insistentemente proibidos de usar essa mesma tecnologia para levar prosperidade também para aquela região.

Sr. Presidente, vem à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Projeto de Resolução do Senado nº 73, de 2023, do Senador Jayme Campos e da Senadora Tereza Cristina, que institui o Prêmio Alysson Paolinelli, a ser conferido, anualmente, pelo Senado Federal, a pessoas físicas ou jurídicas que se destaquem por iniciativas e práticas de produção sustentável de alimentos e que contribuam para a segurança alimentar no Brasil.

Eu vou direto à análise, Sr. Presidente.

Na justificação, os autores explicitam o papel fundamental de Alysson Paolinelli na revolução agrícola tropical sustentável, que representou a autossuficiência de alimentos ao Brasil e o transformou em potência agroalimentar. Destacam ainda a vasta biografia do homenageado e reiteram, ao final, o objetivo de incentivar as melhores iniciativas e práticas de produção sustentável de alimentos que contribuam para a segurança alimentar no Brasil e no mundo.

O Projeto nº 73, de 2023, não foi objeto de emenda; encaminhado à CRA e à Comissão Diretora, seguirá para deliberação do Plenário.

Análise.

A instituição do Prêmio Alysson Paolinelli representa o devido reconhecimento desta Casa a uma pessoa fundamental no desenvolvimento da agricultura e da economia em nosso País.

Nascido na cidade de Bambuí, Minas Gerais, no dia 10 de julho de 1936, estudou em Lavras, no sul do estado, onde se formou engenheiro-agrônomo e logo passou a lecionar na Escola Superior de Agricultura de Lavras, atual Universidade Federal de Lavras.

Nos anos de 1970, exerceu o cargo de Secretário de Agricultura de Minas Gerais e enfrentou o desafio de estabelecer uma nova abordagem de produção no estado, centrada na adoção de tecnologias avançadas e políticas de crédito que incentivavam a modernização.

No cenário mineiro, criou o Programa de Crédito Integrado, voltado à implantação de projetos de colonização orientados por assistência técnica, uma política inovadora no Brasil rural daquela época. Em parceria com a Cooperativa Agrícola de Cotia, Paolinelli desenvolveu ainda o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba, modelo para outros projetos de colonização agrícola no Cerrado.

Em âmbito federal, como Ministro da Agricultura, liderou a estruturação da Embrapa e, por meio de um arrojado projeto de formação, promoveu bolsas de mestrado e doutorado para que os pesquisadores da empresa se especializassem nas melhores universidades do mundo. Durante sua gestão, foi concebido o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, introduzindo inovações nas estratégias de política agrícola e facilitando a implementação de infraestrutura e avanços tecnológicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destinados a impulsionar a produção de alimentos naquela área geográfica. Para conferir suporte ao Polocentro, mediante pesquisa agrícola específica, implantou a Embrapa Cerrados, localizada em Planaltina, no Distrito Federal.

No ano de 2012, Paolinelli fundou o Instituto Fórum do Futuro, destinado a promover discussões acerca do progresso sustentável, com ênfase em inovação, tecnologia e pesquisa. Nesse contexto, assumiu a liderança do Projeto Biomas Tropicais, apresentando uma abordagem inovadora para a produção de alimentos, destacando a importância da primazia da ciência na determinação dos parâmetros de uso sustentável dos recursos de cada ecossistema, antecedendo sua exploração econômica.

Alysson Paolinelli também foi Presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Diretor da Escola Superior de Agricultura de Lavras, Deputado Federal, chefe da delegação brasileira na conferência mundial de alimentos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e Presidente da Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior.

Em 2006, recebeu o prêmio World Food Prize pelo incentivo à agricultura tropical brasileira na evolução da oferta de alimentos no mundo. Foi, ainda, indicado ao Prêmio Nobel da Paz – aliás, um dia desses eu estava vendo os ganhadores do prêmio Nobel da Paz e, quando vi o nome Yasser Arafat, eu fiquei envergonhado; Paolinelli, sim, deveria receber –, por um comitê executivo formado por representantes de 24 entidades do agronegócio brasileiro, em reconhecimento ao seu trabalho na defesa da segurança alimentar, pesquisa e inovação tecnológica.

Desde 2022, exercia o cargo de Presidente-Executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho), vindo a falecer em 2023, aos 86 anos, em Belo Horizonte.

O nome de Alysson Paolinelli se entrelaça fortemente com a Revolução Verde no Brasil, movimento que transformou a agricultura nacional nas décadas de 1960 e 1970. Como Ministro da Agricultura, Paolinelli desempenhou um papel fundamental ao promover políticas que incentivaram o uso de tecnologias avançadas, novas práticas de cultivo e o desenvolvimento de variedades de plantas mais produtivas. O resultado foi o aumento significativo na produção de alimentos e uma nova situação de segurança alimentar no país.

Alysson Paolinelli é um exemplo notável de como a dedicação a uma causa pode moldar o destino de uma nação e influenciar o mundo. Seu legado é uma lembrança constante de que a inovação, a pesquisa e o compromisso com a sustentabilidade são fundamentais para garantir a segurança alimentar e o bem-estar das gerações presentes e futuras. O projeto em análise é meritório, portanto, pois traz luz ao legado de uma pessoa cuja história inspiradora continua a influenciar produtores rurais, cientistas e líderes em todo o mundo, lembrando-nos da importância de uma abordagem interdisciplinar para a agricultura e a segurança alimentar.

Além de meritório, encontra-se adequado à ordem constitucional e jurídica e às disposições do Regimento Interno do Senado Federal. No entanto, observamos que as disposições constantes do texto do projeto carecem de alguns ajustes, a fim de se adequarem ao padrão estabelecido para as premiações no âmbito desta Casa que passou a vigorar com a edição da Resolução nº 8, de 2015.

A Resolução nº 8, de 30 de junho de 2015, instituiu a Comenda do Mérito Esportivo e alterou outras oito resoluções que instituíam comendas, diplomas e prêmios no Senado Federal, de modo a padronizar seu funcionamento e a composição dos respectivos conselhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, a referida resolução uniformizou as composições dos conselhos com um Senador ou uma Senadora de cada partido político com representação no Senado Federal. Fixou, ademais, o período de dois anos para renovação dos conselhos.

Dessa forma, propomos substitutivo ao projeto para nele refletir o padrão estabelecido por esta Casa, a partir da mencionada resolução. Para isso, alteramos a forma de composição do Conselho do Prêmio Alysson Paolinelli, bem como a periodicidade de sua renovação.

Acreditamos que essas alterações aprimoram o projeto e vão ao encontro dos anseios dos autores.

Voto.

Objetivando o aprimoramento da iniciativa, conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 73, de 2023, nos termos do substitutivo que se apresenta.

Aí vem o cabeçalho, depois: "Art. 1º Fica instituído"...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Não precisa?

Então, estou aqui orientado de que não é preciso ler. Estou de acordo.

Eu só queria fazer um último comentário, Senador Mourão, Senadora Tereza e Senador Alan Rick, nosso Presidente.

Hoje em dia, nós que já nascemos na fartura, esquecemos que, ao longo da história da humanidade, o que prevaleceu foi a escassez.

E, quando você lê aqui no projeto que V. Exa. apresentou junto com o Senador Jayme, há muito a frase "segurança alimentar". Então é bom lembrar que a mistura da revolução tecnológica, do regime capitalista, do livre mercado, que premia a iniciativa, que premia o talento, que premia o talento individual de cada pessoa, pela primeira vez na história da humanidade – essa história tem menos de 300 anos –, provocou a fartura que nós vemos hoje.

Eu li um livro bastante denso dizendo que um dos problemas das gerações de hoje é que elas recebem um presente – e ela não sabe que isso tem apenas 300 anos, a história do mundo ocidental como nós vemos hoje – e, muitas vezes, acabam sendo ingratas com o presente que recebem. Os nossos filhos nascem como nascia qualquer criança há 500 anos, há mil anos, e eles precisam ser educados, ensinados para saber que isso tudo foi conquistado. Então, homenagear um homem que contribuiu concretamente para a segurança alimentar do Brasil e do mundo é mais do que justo.

Mais uma vez, Presidente Alan, quero agradecer por me dar essa honraria de ser o Relator desse projeto e quero parabenizar, mais uma vez, o Senador Jayme e a Senadora Tereza pela iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu que parabenizo o Senador Marcio Bittar pelo brilhante relatório proferido nesta Comissão. E, uma vez lido o relatório, coloco a matéria em discussão.

Senador Hamilton Mourão, com a palavra.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – O Senador Marcio Bittar, no seu excelente relatório, quando destacou que o Alysson Paolinelli concorreu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o Prêmio Nobel da Paz e, lamentavelmente, não foi concedida a honraria que seria mais do que, vamos dizer, justa para ele.

Foi um trabalho que nós procuramos fazer lá na Vice-Presidência da República, apoiando a designação dele, mas não conseguimos furar a bolha, não é, Tereza? Tentamos furar a bolha, mas não conseguimos furá-la.

Eu tive a oportunidade de conhecê-lo primeiramente quando jovem – eu era cadete, no final da minha Academia Militar das Agulhas Negras –, mercê da função que meu pai tinha. Eu conheci o Alysson Paolinelli naquele momento, e fui reencontrá-lo 45 anos depois, eu, Vice-Presidente da República; e ele, a personagem que já era.

Então é um homem que estará com seu nome inscrito na história do nosso país e, como a Tereza mencionou antes, nessa revolução que foi feita no Brasil, em termos da nossa agropecuária, que nos coloca hoje nessa posição de sermos um país responsável pela segurança alimentar de grande parte da humanidade – e cada vez seremos mais responsáveis por isso.

Acho que hoje é um dia de glória para todos aqueles que viram o trabalho do Paolinelli e, principalmente, para todos aqueles que acreditam na pujança do campo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Concedo a palavra à Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Bom, eu acho que a gente poderia passar horas aqui falando sobre Alysson Paolinelli, mas aqui hoje a gente faz um pedacinho do reconhecimento e da gratidão que o Brasil deve a ele.

Eu tenho certeza de que lá, onde ele estiver hoje, ele estará muito alegre, recebendo essa honraria que será passada principalmente para outros brasileiros que vão continuar esse legado.

Eu queria dizer aqui que hoje o Centro-Oeste brasileiro... Antes de você começar a ler o seu brilhante relatório, você falou sobre a pujança, sobre o que a gente vê no Centro-Oeste. Eu que não sou tão velha assim, eu nasci num Centro-Oeste onde não tinha nada. Era uma terra vermelha, cheia de cupim e solos ácidos. Eu depois fui estudar Agronomia. Quando era criança, eu passava por lá e eu lembro que meu pai, agrônomo também, ele brincava e falava assim: "Nessas terras aqui, calango tem que andar de cantil para poder sobreviver", porque era uma terra infértil a do Cerrado. (*Risos.*)

Com a chegada da Embrapa ao Centro-Oeste e com a revolução da tecnologia que foi construída e evoluiu, hoje a gente tem esse Cerrado de terras vermelhas, que é o lugar, é o celeiro do nosso país. Para gente ver como a ciência, a tecnologia e a vontade do homem de melhorar, de fazer e de acontecer... Foi isso o que Paolinelli fez, porque foi ele que abriu essa oportunidade para todas essas terras do Centro-Oeste brasileiro.

Quando chegou o calcário, depois chegou... Primeiro, a braquiária, na verdade, que nós fomos buscar lá na África e foi a redenção da pecuária do Centro-Oeste. Foi quando a braquiária foi introduzida no Cerrado do Centro-Oeste brasileiro. E a gente viu, de lá para cá... Muita gente hoje, de vez em quando, diz assim: "Não, tem que replantar árvore aqui". Replantar onde, gente? No Cerrado? Aquelas arvorezinhas tortas, uma longe da outra?

Então nós fizemos a revolução da segurança alimentar do Brasil. Já tínhamos no Sul, no Sudeste, mas ele veio andando e foi no Centro-Oeste que acabou fazendo essa virada de chave para toda essa riqueza que tem. E nós devemos muito isso às ideias, ao que Paolinelli pensou e ao que ele conseguiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

implantar, trazendo a Embrapa, fazendo a Embrapa ser o que é, e aos produtores – nós não podemos aqui deixar de falar –, que acreditaram nessa tecnologia e fizeram a diferença.

Então hoje é um dia muito feliz para a gente poder fazer uma pequena homenagem a esse grande brasileiro que foi Alysson Paolinelli.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Aproveito o ensejo e agradeço a oportunidade, Senador Marcio, de propormos este prêmio, de forma tão justa. Mais uma vez, parabenizo a Senadora Tereza, o Senador Jayme Campos por homenagearem Alysson Paolinelli. Um termo muito utilizado por ele – desde seu trabalho na Embrapa, constante no seu relatório, amigo Marcio, aqui citado pela Senadora Tereza Cristina, pelo querido Hamilton Mourão – é "segurança alimentar".

O conceito de segurança alimentar é defendido pela FAO e por outros organismos e instituições como o conceito hoje mais abrangente de acesso correto ao alimento.

Vejam só: a Constituição, no seu art. 6º, fala que nós temos direito. Os direitos sociais a que se refere o art. 6º são: direito à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção, à infância, e nós estamos inserindo o termo "segurança alimentar" como um dos direitos na Carta Magna brasileira. Por quê? Porque o conceito de alimentação...

Senadora Tereza, uma criança que recebe algumas bolachas e um copo de café com leite na merenda escolar recebe algum tipo de alimentação, mas não a segurança alimentar, que deve prover todas as suas necessidades nutricionais, suas necessidades fisiológicas, para que ela possa aprender, para que ela possa estar muitas vezes nutrida. E o único instrumento, o único meio por que ela tem de se nutrir durante aquele dia é a merenda escolar. Essa é a realidade, Marcio. Você falou muito bem aqui: enquanto muitos, graças a Deus, nasceram na abundância, milhões nasceram na escassez, na falta, na ausência de alimentação.

Então, nós propusemos, Senador Hamilton Mourão, Senador Marcio, Senadora Tereza Cristina, a PEC da segurança alimentar, para garantir que seja um dever do Estado, seja um princípio do Estado brasileiro garantir a segurança alimentar à nossa população. E esse é um conceito defendido pelo Alysson Paolinelli, defendido por aqueles que fazem do agro brasileiro o grande celeiro de alimentação do mundo.

Então, nada mais justo do que este prêmio ser instituído, e peço, inclusive, o apoio de V. Exas. para que possamos aprovar esta PEC, que garante um conceito muito mais abrangente, moderno e atualizado, na nossa Constituição, de acesso à alimentação adequada.

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Marcio Bittar.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, na forma da Emenda 1, da CRA.

A matéria vai à Comissão Diretora do Senado Federal, para o prosseguimento da tramitação.

Parabenizo o Senador Marcio Bittar pelo relatório e a Senadora Tereza Cristina e o Senador Jayme Campos pela proposição do projeto de resolução.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está encerrada esta reunião.
Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 13 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e três minutos do dia oito de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Alan Rick, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Izalci Lucas, Giordano, Sergio Moro, Ivete da Silveira, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Beto Faro, Jussara Lima, Angelo Coronel, Augusta Brito, Flávio Arns, Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Laércio Oliveira, Luis Carlos Heinze, Hamilton Mourão e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Plínio Valério, Paulo Paim, Zenaide Maia, Marcos do Val, Professora Dorinha Seabra e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 5826, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (Lei da Agricultura Familiar), para ampliar o âmbito do planejamento e da execução de ações da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Alan Rick. Relatório: Pendente de Relatório. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei nº 5109, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, para prorrogar o prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural, autoriza renegociação de dívidas rurais e dá outras providências." Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA). Relatoria: Senador Jorge Seif. Relatório: Pela aprovação do Projeto, da Emenda que apresenta e da Emenda nº 2; e pela rejeição da Emenda nº 1. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 2021 - Não Terminativo - que: "Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, a Portaria nº 115, de 19 de abril de 2021, do Secretário de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que aprova o Plano para a Retomada Sustentável da Atividade de Pesca de Arrasto na Costa do Rio Grande do Sul." Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Humberto Costa (PT/PE). Relatoria: Senador Jorge Seif. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei nº 2218, de 2022 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Incentivo à Cocoicultura de Qualidade." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 31, de 2023 que: "Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, o CONVITE ao Exmo. Sr. Camilo Sobreira de Santana, Ministro de Estado da Educação, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos a respeito da politização das provas do Enem de 2023, em especial sobre a discriminação do setor agropecuário brasileiro, com destaque da região Centro-Oeste e seus habitantes." Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). Resultado: Aprovado. Observação: Aprovada a alteração de convocação para convite. ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 32, de 2023 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor André de Paula, Ministro da Pesca e Aquicultura, a comparecer a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os termos do acordo bilateral realizado entre Brasil e Vietnã, especialmente no que tange à importação de tilápia de águas vietnamitas." Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC), Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 33, de 2023 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a importância da aviação agrícola para o país, legislações vigentes e ações judiciais que questionam a pulverização aérea. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: • a Senhora Hoana Almeida Santos, presidente do Conselho de Administração do SINDAG; • o Senhor Fabrício Rosa, diretor Executivo da Aprosoja; • o Senhor Márcio Portocarrero, diretor Executivo da Abrapa; • o Senhor Alexandre Velho, presidente da Federarroz; • o Senhor Paulo Sérgio de Marco Leal, presidente Feplana; • o Senhor José Victor Torres, representante do Ministério da Agricultura e Pecuária; • a Senhora Silvia Maria Fonseca Silveira Massruhá, presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA; • o Senhor Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura e Pecuária; • o Senhor Blairo Maggi, ex-ministro da Agricultura e Pecuária; • o Senhor Diego Camelo, representante da Indústria Brasileira de Árvores - IBA." Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 34, de 2023 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelo REQ 20/2023 - CRA, destinada a instruir o PL 2829/2021, que “altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para autorizar a compra de pescado diretamente de aquicultores e pescadores artesanais, nas condições que especifica”." Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 35, de 2023 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre as razões técnicas e sobre os eventuais riscos para a cacauicultura brasileira em decorrência da edição da instrução normativa nº 125, de 23 de março de 2021, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), que atualizou os requisitos fitossanitários para a importação de amêndoas fermentadas e secas de cacau produzidas na Costa do Marfim. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: • a Senhora Vanuza Lima Barroso, Presidente ANPC; • o Doutor Jadergudson Pereira, Mestre em Fitopatologia; • a Senhora Maria Goretti, FAEPA; • o Senhor Paulo Albuquerque, Fitopatologista da CEPLAC; • o Senhor Representante, Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Amendoim e Balas (Abicab)." Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA), Senadora Augusta Brito (PT/CE). Resultado: Aprovado. Observação: Subscrito pela Senadora Augusta Brito. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e um minutos. Usam da palavra os Senadores: Luis Carlos Heinze, Augusta Brito, Sergio Moro, Jorge Seif, Jaime Bagattoli e Alan Rick Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Alan Rick
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está destinada à deliberação de quatro itens não terminativos e dois requerimentos, conforme a pauta divulgada previamente.

Antes de a gente iniciar, quero cumprimentar aqui a Senadora Augusta Brito, o Senador Luis Carlos Heinze, todos os servidores desta Comissão, os servidores do Senado, amigos assessores que acompanham e todos que também nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado Federal.

Em atenção ao cronograma oficial publicado pela CMO, comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores membros da nossa CRA o prazo para apresentação e deliberação das emendas desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária à LDO 2024, conforme o seguinte calendário: Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2023, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual de 2024, LDO 2024. A abertura é nesta data de hoje, dia 8 de novembro de 2023, e o encerramento, impreterivelmente, às 8h do dia 13 de novembro de 2023, segunda-feira. Também marcamos a deliberação para o dia 13 de novembro de 2023, segunda-feira, às 16h.

As propostas de emenda à LDO 2024 deverão ser enviadas por Senador membro desta Comissão apenas pelo Sistema LexOr.

Para a segurança do próprio Parlamentar, informo que a Secretaria da Comissão não está autorizada a receber emendas pela via física, impressa ou qualquer outra via que não seja o Sistema LexOr.

Seguindo a pauta da nossa reunião, vamos ao item 5:

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 31, DE 2023

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, o CONVITE ao Exmo. Sr. Camilo Sobreira de Santana, Ministro de Estado da Educação, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos a respeito da politização das provas do Enem de 2023, em especial sobre a discriminação do setor agropecuário brasileiro, com destaque da região Centro-Oeste e seus habitantes.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Concedo a palavra ao autor para o encaminhamento.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu queria também, Sr. Presidente, depois...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Concedo também a palavra à Senadora Augusta Brito, na sequência.

Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, colegas, colega Senadora Augusta Brito, que está presente – o Sergio Moro estava aqui, eu acho que não estou mais enxergando-o –, Senador Alan, a nossa preocupação, e houve já nessa prova do Enem recentemente, nesse final de semana, é essa discriminação com o agro brasileiro. É um setor extremamente importante. No PIB do Brasil, praticamente um terço do nosso PIB vem desse segmento.

Na sua região, está crescendo o agro neste instante, quer dizer, recém começa a crescer no Norte do País, veio do Sul, onde eu e o Senador Sergio Moro representamos – ele, o Paraná e eu, o Rio Grande Sul – foi já ao Centro-Oeste e parte do Nordeste, Senadora Augusta, também hoje tem expressiva produção. E a forma como essas questões foram abordadas com relação à soja, à questão indígena, ao desmatamento, ao derrame de veneno, quer dizer, isso aí de certa forma entendemos que é prejudicial para o agro brasileiro.

Nós representamos quase um terço, um pouco mais de um terço do PIB. Os empregos hoje, Senador Alan, entre o emprego direto dentro da porteira, no comércio, na indústria, até chegar à mesa do consumidor, Senador Sergio Moro, chega a quase 50% dos empregos do Brasil. Da mesma forma, a questão da nossa balança comercial. Se pegarmos hoje a balança comercial brasileira, o setor do agro é responsável por quase 90% da balança positiva do país. Se pegarmos o comércio, o serviço, a indústria, a maior parte é negativo; aí, quando puxa para o agro, principalmente a soja, explode e dá um patamar positivo. Então, Senadora Augusta, a minha preocupação é esta: nós falarmos, no Brasil, mal dos brasileiros, é complicado.

O Ministro Camilo Santana me ligou hoje de manhã, conversamos com ele, mas eu entendo e mantenho a posição do requerimento porque tem que haver respeito a um setor extremamente importante. Se nós somos hoje o maior exportador de soja do mundo, o maior exportador de laranja, de suco do mundo, aí você pega o açúcar, a cana do mundo, se eu sou o maior exportador de boi do mundo, o maior exportador de frango do mundo, isso e tantas outras, isso não foi à toa, isso é mérito de quem fez isso, quem trabalha nesse assunto.

Quando falo do Centro-Oeste, Senadora Augusta e Senador Sergio Moro, eu conheço essa história, eu sou dessa área. Eu sou formado há 50 anos como agrônomo. E conheci, tive a honra de conhecer Norman Borlaug, Prêmio Nobel da Paz. Paolinelli, uma grande figura, convidou-me em um jantar, uns sete ou oito anos atrás, para conhecer Norman Borlaug e fazermos uma homenagem a ele em um jantar aqui em Brasília. E eu ouvi das palavras dele, Prêmio Nobel, um agrônomo americano, que tinha que se penitenciar com o agronegócio brasileiro.

Ele, do alto da sua sabedoria, quando esteve aqui nos anos 70, Senador Sergio Moro, com Paolinelli, em 1975, 1976, ele andou pelo Cerrado brasileiro, Senadora Augusta, e disse: "Isso não dá nada, são terras pobres". Ele veio aqui em 2003, 2004, quando eu conversei com ele: "Hoje eu tenho que reconhecer a capacidade dos produtores brasileiros, da pesquisa brasileira e dos técnicos brasileiros". Alguém que não é neófito no assunto, mas um Prêmio Nobel da Paz. Então, hoje desrespeitar esse segmento eu não posso aceitar. Eu e, seguramente, não só os Parlamentares, mas o setor como um todo, que me cobra uma posição sobre esse assunto. Então, essa é a preocupação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nas questões indígenas, por exemplo, nenhum país do mundo, nenhum pode nos criticar. Nenhum país do mundo tem hoje 14% do seu território com terras indígenas. Quem vai nos criticar? Os americanos, que mataram todo mundo? Os europeus? Não podem falar isso do Brasil. Nos defensivos, se eu pegar o Japão, por exemplo, em quilogramas, ou gramas, ou litros por hectare, usa três, quatro vezes mais que o Brasil. Ninguém fala nada do Japão, ninguém fala nada de qualquer país da Europa quando fala do Brasil. Então, essas são questões importantes.

A *charge* que fizeram ali sobre os equipamentos... Nós temos hoje, Senador Alan Rick, as melhores máquinas do mundo. São marcas internacionais; algumas são brasileiras, mas a grande parte, quer dizer, nós estamos hoje em um patamar que poucos países têm. Quase ninguém tem uma agricultura tão sustentável como a nossa. Não só no Sul, Sergio Moro e Jorge Seif, mas principalmente no Centro-Oeste. É um oásis. Falar mal desse setor eu não posso aceitar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Concedo a palavra, por ordem de inscrição, à Senadora Augusta Brito.

Na sequência, o Senador Sérgio Moro.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Boa tarde a todas e todos aqui presentes, Senadores, assessores e assessoras, imprensa aqui também. Eu queria aqui, Senador, fazer um pedido. Concordo plenamente, e entendo que, se existe alguma insatisfação, alguma ofensa, quem sabe realmente o tamanho da ofensa é quem se sente ofendido. Não questiono isso, mas eu queria pedir que esse requerimento fosse transformado em convite, visto que a gente está vendo aqui que é uma convocação e visto também que o Ministro, em nenhum momento, está se opondo a vir ou a conversar – até pediu para dizer que se quiséssemos, marcaria a próxima semana já, porque ele não está esta semana aqui, para receber toda a Comissão, se assim também quisermos, fazer uma visita até o MEC.

E outra observação que eu sinto, ponderando aqui em relação às questões, especialmente aí do Enem, é que existe um banco de dados. Eu ainda vou me aprofundar sobre como foi, como é. Eu não sei como é realmente a escolha de questões, eu não posso falar aqui com propriedade; teria que ser o Presidente do Inep, mas ele estava, há pouco, na Câmara e disse que existe um banco de dados onde são botadas todas as questões que podem vir a fazer parte da prova do Enem. Essas questões estão lá, várias questões, desde 2012, inclusive até 2021.

Então, para que a gente não tenha também um julgamento de quem fez ou quem não fez, ou de já julgar uma coisa que a gente ainda não sabe se foi intencional ou se não foi. Eu não estou aqui... Não quero ser... nem fazer julgamento do que eu não conheço.

Então, eu queria muito pedir para, se puder, transformar em convite, e que a gente também... Na verdade, eu queria era pedir a retirada do requerimento, para a gente ir até o MEC ouvir. Se assim não fosse acatado, com a reunião, com o senhor e com a Comissão, como o Ministro está propondo, aí poderia ser feita convocação, o que a Comissão achar necessário.

Mas é um apelo que eu faço, visto que a gente tem que entender, conversar. Realmente eu acredito que o Senador é uma pessoa exatamente que quer ter o diálogo e faz isso com propriedade, tem, totalmente, legitimidade, em seu mandato, para fazer, mas eu estou aqui para fazer esse pedido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Concedo a palavra ao Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero aqui secundar o requerimento feito pelo Senador Heinze, que acho muito oportuno, muito embora – não é, Senadora Augusta Brito? – a gente entenda essa reflexão, houve uma situação bastante grave dentro desse exame, porque o que a gente vê no exame é um certo direcionamento ideológico em várias questões. Se fosse apenas em uma questão, mas são três, pelo menos, que têm um conteúdo bastante questionável, e acho que é importante marcar que a Comissão de Agricultura do Senado está atenta a esses ataques ao agronegócio, que, acredito que não são do conhecimento do Ministro da Educação. Mas é importante que ele venha aqui explicar. Acho que poderia trazer – fica até a questão dessa voluntariedade dele – o Presidente do Inep, os responsáveis, mas acho que ele tem que vir, sim, porque nós temos que marcar a posição e destacar: "Olha, esses ataques não passarão em branco".

Podemos converter para convite, desde que haja o compromisso da presença dele. Acho bastante razoável, mas é até uma oportunidade de o Ministro vir aqui e explicar. Chamar a atenção para esse episódio é essencialmente importante para que não se repita. O que não dá para entender é o agro carregando a economia do Brasil... Claro que outros setores são importantes, mas o agro é que teve essa exportação, essa produção magnífica esse ano, que inclusive contribuiu para o crescimento do PIB, e ele, corriqueiramente, é atacado pelo atual Governo Federal. Uma frase mal colocada ali, do Presidente da República, uma frase... Não, vamos deixar o Presidente da República aliás... Mais marco temporal. São outras coisas assim que a gente fica pensando: será que é tudo coincidência.

Daí vem o Enem, e não sei se é uma ideia de doutrinar os estudantes brasileiros para terem alguma espécie de aversão ou hostilidade em relação ao agronegócio, mas isso merece uma sessão na Comissão, e não uma ida ao ministério. Tem que vir aqui e se explicar, sem que seja para vir e dizer: "Olha, desculpe, não tinha conhecimento, não sou responsável e não vai acontecer novamente".

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu queria fazer uma sugestão.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Na sequência, Senador Jorge Seif.

Senadora, pelo contraponto.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – É só para dizer exatamente que eu queria perguntar – e já pedi aqui, sugeri à Comissão – para a gente fazer um requerimento convidando o Presidente do Inep. Eu acho que ele tem mais como falar, especificamente sobre as questões, não tirando a vinda – pode ser até junto – do Ministro Camilo Santana, que não está se opondo a vir, de forma alguma. Se for acatado o convite, ao invés da convocação, eu agradeço, porque eu acho que, como ele não está se opondo a vir, ficaria mais simpático também para a Comissão fazer um convite.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente; uma boa tarde para o senhor, para o Senador Moro e para a minha querida amiga Augusta Brito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, se a senhora se comprometer de que, com conversão a convite, o Ministro Camilo Santana viria, a senhora tem o meu voto e o meu apoio.

Uma outra coisa que eu queria, para reflexão da senhora, que até conversávamos antes aqui, antes de iniciar esta Comissão é que, Presidente, nós estamos passando por diversas questões ideológicas que atrapalham o Brasil. O Senador Moro falou do marco temporal de terras indígenas; nós estamos falando agora do Ministério do Meio Ambiente impedindo que o Amapá explore petróleo na foz do Amazonas; nós estamos falando agora em uma prova em que jovens leem, participam, aprendem e são obrigados a marcar questão conforme a ideologia imposta pelo atual Governo. Então, nós estamos sofrendo um ataque generalizado.

Também quero até aproveitar, porque eu tenho uma crítica muito contundente ao Ministro Camilo Santana. De onde eles tiraram subsídios para acabar com as escolas cívico-militares? Presidente, compare a performance, compare os alunos, compare a estrutura física, compare os coeficientes dos alunos que são ensinados nas escolas cívico-militares e nas escolas tradicionais, que, infelizmente, muitas vezes, estão destruídas, pichadas.

Então, eu não tenho nenhuma objeção em que se converta em convite ao Ministro Camilo. No entanto, desde que a Senadora Augusta se comprometa de que ele virá. Eu acho que é pertinente também que a pessoa, o Presidente do Inep participe.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Diante do avançar do horário, que podemos ter que nos dirigir ao Plenário imediatamente, coloco em votação o requerimento do Senador Heinze.

Antes, concedo a palavra ao digníssimo Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para encaminhar.) – Senadora Augusta, da minha parte, não há problema que seja convite, não é essa a questão. O termo que foi colocado foi "convocação", mas aceito a proposta da Senadora e também concordo com a vinda do Presidente do Inep. Então, viriam o ministro e o Presidente do Inep, e a gente faria uma sessão. Aí vai ser marcada.

Valeu! Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Diante da aquiescência do Plenário desta Comissão, eu coloco em votação o requerimento do Senador Luis Carlos Heinze, transformando para convite, com o compromisso da presença do Ministro.

Extremamente pertinente o requerimento, as palavras dos Senadores aqui presentes. É importante que o Brasil debata, com profundidade, qualquer tipo de doutrinação ou tentativa de se vilipendiar o agro brasileiro. É muito importante. Ficamos muito felizes com a presença do Ministro Camilo Santana, que eu tenho certeza de que trará à luz um importante debate ao Brasil e a esta Comissão.

Eu agradeço aqui à Senadora Augusta Brito e coloco em votação, informando que, como nós já temos um requerimento, nós aprovamos na próxima, ou, se chegar, a gente pode até aprovar extrapauta o Presidente do Inep, mas esse requerimento, neste momento, nós aprovamos agora a presença do Ministro Camilo Santana.

Em votação o requerimento do Senador Luis Carlos Heinze.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento, claro, transformando para convite a presença do Ministro Camilo Santana. Na sequência, nós podemos aprovar, inclusive, extrapauta, a vinda também do Presidente do Inep.

Com a palavra o Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Eu tenho um requerimento sobre aviação agrícola também, se pudesse... É uma audiência pública. Esse é mais para a frente, mas, se pudesse aprovar hoje e já deixar ajustado...

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Como o nosso tempo está corrido, devido à votação da reforma tributária, vamos ao item 6.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 32, DE 2023

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor André de Paula, Ministro da Pesca e Aquicultura, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os termos do acordo bilateral realizado entre Brasil e Vietnã, especialmente no que tange à importação de tilápia de águas vietnamitas.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC) e outros

Observações:

- Votação simbólica.

Com a palavra o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, na verdade, teve um encontro do Primeiro Ministro da República Socialista do Vietnã e do Presidente Lula. Trataram de vários assuntos sobre mercadorias, produtos agro, incluindo produtos de aquicultura. Isso trouxe uma grande preocupação para a aquicultura brasileira, visto que foram tratadas algumas questões de tilápia. Nós somos o quarto maior produtor de tilápia do mundo, e houve uma preocupação: se nós importarmos do Vietnã, quebra o nosso setor, e eles não têm os rigores da produção que nós temos.

Então, o André de Paula, que tem uma excelente interlocução e, com toda a cordialidade, gostaria de convidá-lo. Ele já emitiu uma nota oficial, mas justamente para cancelar *fake news* de que importaremos tilápia do Vietnã. Isso é para esclarecer à população brasileira e acalmas os ânimos dos produtores, que estão muito preocupados após isso ter vindo à tona.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Algum outro Senador gostaria de fazer a discussão? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encaminho à votação.

Em votação o requerimento do Senador Jorge Seif.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento do Senador Jorge Seif.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu queria só pedir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Com a palavra a Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Pela ordem.) – Só aqui, aproveitando que eu estou participando desta Comissão superativa, tenho um requerimento também de autoria do Senador Beto Faro, que eu subscrevi, que eu queria pedir – é também sobre audiência pública – se pode ser apreciado nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Certamente, seguindo a pauta, vamos apreciar os requerimentos extrapauta.

EXTRAPAUTA
ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 33, DE 2023

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a importância da aviação agrícola para o país, legislações vigentes e ações judiciais que questionam a pulverização aérea.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

• a Senhora Hoana Almeida Santos, presidente do Conselho de Administração do SINDAG;
• o Senhor Fabrício Rosa, diretor Executivo da Aprosoja;
• o Senhor Márcio Portocarrero, diretor Executivo da Abrapa;
• o Senhor Alexandre Velho, presidente da Federarroz;
• o Senhor Paulo Sérgio de Marco Leal, presidente Feplana;
• o Senhor José Victor Torres, representante do Ministério da Agricultura e Pecuária;
• a Senhora Silvia Maria Fonseca Silveira Massruhá, presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA;
• o Senhor Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura e Pecuária;
• o Senhor Blairo Maggi, ex-ministro da Agricultura e Pecuária;
• o Senhor Diego Camelo, representante da Indústria Brasileira de Árvores - IBA.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Com a palavra o Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, é muito imponte esse segmento, e já houve, Senadora Augusta, uma legislação específica do Ceará, seu estado... Eu acho que é Ceará.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone.*) – É.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – O.k.

Sobre esse assunto, a gente quer debater, quer que o setor venha aqui e coloque. É extremamente importante.

Neste instante, Senador Bagattoli, V. Exa. que é produtor rural, nós temos dificuldade de fazer o plantio no Rio Grande do Sul, porque chove muito. Eu planto arroz; eu não plantei um pé de arroz ainda, e já estamos terminando o período de plantio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se faz a aplicação, e eu não consigo entrar com um trator na lavoura. Então, a gente usa avião ou *drone* – já está chegando o *drone* hoje.

É importante que a gente possa, que esse segmento extremamente importante, que no mundo inteiro se usa, que nós não possamos banir, e tem intenções de se banir a utilização da aviação, que é extremamente importante para o agro brasileiro.

Então, a ideia é fazer esse debate aqui, nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Algum Senador para o debate?

Primeiramente o Senador Bagattoli. Na sequência o Senador Seif. Não?

Senador Bagattoli

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Parabéns ao Senador Heinze. Queria dizer para você o seguinte: isso é de suma importância. Você imagine se for banir, não se puder mais fazer aplicação aérea, como é que vai se plantar algodão neste país? Sendo que 95%, praticamente, das aplicações no algodão são feitas por avião.

Então, isso é de suma importância. Que esse projeto seja analisado, seja analisado com carinho. Nós analisamos mais profundamente e podemos concordar com isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Em votação o requerimento do Senador Luis Carlos Heinze.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento do Senador Heinze.

Parabenizo o Senador pelo importante requerimento de audiência pública acerca do tema da aviação para o agronegócio brasileiro.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Senador Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Nós temos o Requerimento 20, de 2023, aqui, para a CRA, destinado a uma audiência pública.

Eu gostaria de solicitar a dispensa dessa audiência pública, para nós deliberarmos diretamente a pauta. É um extrapauta esse.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Perfeitamente, Senador Jorge Seif. Acatado o pedido de V. Exa.

Na mesa, requerimento da Senadora Augusta Brito, do Senador Beto Faro.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 35, DE 2023

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre as razões técnicas e sobre os eventuais riscos para a cacauicultura brasileira em decorrência da edição da instrução normativa nº 125, de 23 de março de 2021, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Agricultura e Pecuária (MAPA), que atualizou os requisitos fitossanitários para a importação de amêndoas fermentadas e secas de cacau produzidas na Costa do Marfim. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

• a Senhora Vanuza Lima Barroso, Presidente ANPC;

• o Doutor Jadergudson Pereira, Mestre em Fitopatologia;

• a Senhora Maria Goretti, FAEPA;

• o Senhor Paulo Albuquerque, Fitopatologista da CEPLAC;

• o Senhor Representante, Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Amendoim e Balas (Abicab).

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA) e outros

Concedo a palavra à autora do requerimento, Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para encaminhar.) – Só quero agradecer ao Presidente por ter já botado extrapauta esse pedido e dizer que toda audiência pública é válida, sobretudo quando a gente está para ouvir vários tipos de opiniões e, ao mesmo tempo, chegar a algum consenso.

Então, como é para debater e discutir uma pauta também importante, especialmente aqui, no que trata desta Comissão especificamente, eu queria só pedir o apoiamento dos queridos Senadores que aqui estão, para que a gente possa aprovar, para a gente fazer essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Algum Senador gostaria de fazer a discussão? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encaminho à votação.

Em votação o requerimento de autoria da Senadora Augusta Brito e do Senador Beto Faro.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Por último o requerimento proposto pelo Senador Jorge Seif.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 34, DE 2023

Requeiro, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelo REQ 20/2023 - CRA, destinada a instruir o PL 2829/2021, que "altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para autorizar a compra de pescado diretamente de aquicultores e pescadores artesanais, nas condições que especifica".

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

O Senador solicita a dispensa da audiência pública.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para encaminhar.) – Presidente, o assunto está maduro, vai ajudar nossos pescadores, nossos aquicultores. Então, não precisaríamos fazer mais uma audiência pública para tratar ou discutir algo que é óbvio: nossos pescadores artesanais, nossos aquicultores, pequenos produtores podem, segundo o projeto do Esperidião Amin, de que eu sou Relator, vender diretamente para a comunidade e também para os restaurantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, solicito a dispensa dessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Fala da Presidência.) – Encaminho, portanto, à votação do requerimento do Senador Jorge Seif.

Não havendo quem queira discutir, eu coloco em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado, portanto, o requerimento.

Parabenizo o autor pelo importante debate.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião desta Comissão, convocando, portanto, a próxima reunião para segunda-feira, dia 13, em que estaremos apresentando via *online*, direto do Estado do Acre a Presidência desta Comissão.

Está encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezesseis horas e vinte minutos do dia treze de novembro de dois mil e vinte e três, sob a Presidência Eventual do Senador Marcio Bittar, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Alan Rick, Fernando Farias, Soraya Thronicke, Sergio Moro, Margareth Buzetti, Humberto Costa, Chico Rodrigues, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Jaime Bagattoli, Luis Carlos Heinze, Hamilton Mourão, Tereza Cristina e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os demais membros. Registram presença os Senadores Paulo Paim e Plínio Valério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da Pauta: Emendas da CRA ao PLDO 2024. A Presidência comunica terem sido apresentadas 63 (sessenta e três) Propostas de Emendas ao PLDO 2024: 45 (quarenta e cinco) de Inclusão de Metas e 18 (dezoito) ao Texto da Lei. Relator das Emendas da CRA: Senador Jaime Bagattoli. Resultado: A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprova 21 (vinte e uma) Emendas ao PLDO 2024, sendo 03 (três) Emendas de Inclusão de Metas e 18 (dezoito) Emendas ao Texto da Lei, a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Emendas de Inclusão de Metas, conforme as seguintes tabelas:

Emendas de Inclusão de Meta ao PLDO 2024						
Emenda CRA	Programa	Descrição	Ação	Programa	INCLUSÃO	Iniciativa (Senadores)
1-CRA	2303	Pesquisa e Inovação Agropecuária	20Y6	Pesquisa, Desenvolvimento e Transferência de Tecnologias para a Agropecuária	1.000	Alan Rick, Esperidião Amin, Eliziane Gama, Fernando Farias, Izalci Lucas, Jaime Bagattoli, Jussara Lima e Luis Carlos Heinze
2-CRA	1144	Agropecuária sustentável	20ZV	Fomento ao setor agropecuário	100.000	Alan Rick, Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Fernando Farias, Jaime Bagattoli, Jussara Lima
3-CRA	1144	Agropecuária sustentável	21B6	Assistência técnica e extensão rural	100.000	Jaime Bagattoli

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Emendas de Texto ao PLDO 2024					
Emenda CRA	Senador (autoria)	Tipo	Referência	Texto atual	Texto proposto
4-CRA	Alan Rick	Modificativa	Corpo da Lei, Cap IV, Seção VII, Art 63, Inciso I	I - ser realizada no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos às programações classificadas na função "19 - Ciência e Tecnologia" e subfunções "571 - Desenvolvimento Científico", "572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia" ou "573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico"; e	Dar ao inciso I do art. 63 do PLN nº 4, de 2023 (PLDO 2024), a seguinte redação: I - ser realizada no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos às programações classificadas nas subfunções "571 - Desenvolvimento Científico", "572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia" ou "573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico"; e
5-CRA	Alan Rick	Aditiva	Anexo III	ANEXO III - DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 2º DO ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	Incluir no Anexo III a SEÇÃO III – DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, com o seguinte texto: I - Despesas com as ações de "Pesquisa, Desenvolvimento e Transferência de Tecnologias para a Agropecuária" e de "Manutenção e Modernização da Infraestrutura Física das Unidades da Embrapa", vinculadas ao Programa 2303 – Pesquisa e Inovação Agropecuária, no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

6-CRA	Esperidião Amin	Aditiva	Anexo III	ANEXO III - DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 2º DO ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	Incluir no Anexo III a SEÇÃO III – DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, com o seguinte texto: I - Despesas com as ações de "Pesquisa, Desenvolvimento e Transferência de Tecnologias para a Agropecuária" e de "Manutenção e Modernização da Infraestrutura Física das Unidades da Embrapa", vinculadas ao Programa 2303 – Pesquisa e Inovação Agropecuária, no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.
7-CRA	Esperidião Amin	Modificativa	Corpo da Lei, Cap IV, Seção VII, Art 63, Inciso I	I - ser realizada no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos às programações classificadas na função "19 - Ciência e Tecnologia" e subfunções "571 - Desenvolvimento Científico", "572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia" ou "573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico"; e	Dar ao inciso I do art. 63 do PLN nº 4, de 2023 (PLDO 2024), a seguinte redação: I - ser realizada no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos às programações classificadas nas subfunções "571 - Desenvolvimento Científico", "572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia" ou "573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico"; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

8-CRA	Fernando Farias	Modificativa	Corpo da Lei, Cap IV, Seção VII, Art 63, Inciso I	I - ser realizada no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos às programações classificadas na função "19 - Ciência e Tecnologia" e subfunções "571 - Desenvolvimento Científico", "572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia" ou "573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico"; e	Dar ao inciso I do art. 63 do PLN nº 4, de 2023 (PLDO 2024), a seguinte redação: I - ser realizada no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos às programações classificadas nas subfunções "571 - Desenvolvimento Científico", "572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia" ou "573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico"; e
9-CRA	Fernando Farias	Aditiva	Anexo III	ANEXO III - DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 2º DO ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	Incluir no Anexo III a SEÇÃO III – DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, com o seguinte texto: I - Despesas com as ações de "Pesquisa, Desenvolvimento e Transferência de Tecnologias para a Agropecuária" e de "Manutenção e Modernização da Infraestrutura Física das Unidades da Embrapa", vinculadas ao Programa 2303 – Pesquisa e Inovação Agropecuária, no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

10-CRA	Izalci Lucas	Modificativa	Corpo da Lei, Cap IV, Seção VII, Art 63, Inciso I	I - ser realizada no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos às programações classificadas na função "19 - Ciência e Tecnologia" e subfunções "571 - Desenvolvimento Científico", "572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia" ou "573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico"; e	I - ser realizada no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos às programações classificadas nas subfunções "571 - Desenvolvimento Científico", "572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia" ou "573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico"; e
11-CRA	Izalci Lucas	Modificativa	Corpo da Lei, Cap IV, Seção VII, Art 63, Inciso I	I - ser realizada no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos às programações classificadas na função "19 - Ciência e Tecnologia" e subfunções "571 - Desenvolvimento Científico", "572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia" ou "573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico"; e	Dar a inciso I do art. 63 do PLN nº 4, de 2023 (PLDO 2024), a seguinte redação: I - ser realizada no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos às programações classificadas nas subfunções "571 - Desenvolvimento Científico", "572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia" ou "573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico"; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

12-CRA	Izalci Lucas	Aditiva	Anexo III, Seção II, Inciso IV	IV - financiamentos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO (Lei nº 10.633, de 2002).	V - Despesas com as ações de "Pesquisa, Desenvolvimento e Transferência de Tecnologias para a Agropecuária" e de "Manutenção e Modernização da Infraestrutura Física das Unidades da Embrapa", vinculadas ao Programa 2303 – Pesquisa e Inovação Agropecuária, no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.
13-CRA	Izalci Lucas	Aditiva	Anexo III, Seção II, Inciso IV	IV - financiamentos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO (Lei nº 10.633, de 2002).	V - Despesas com as ações de "Pesquisa, Desenvolvimento e Transferência de Tecnologias para a Agropecuária" e de "Manutenção e Modernização da Infraestrutura Física das Unidades da Embrapa", vinculadas ao Programa 2303 – Pesquisa e Inovação Agropecuária, no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

14-CRA	Jaime Bagattoli	Modificativa	Anexo II, Inciso IV	IV - despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder, órgão e total, executada nos exercícios de 2021 e 2022, a execução provável em 2023 e o programado para 2024, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente líquida, tal como definida na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e demonstração da memória de cálculo;	Suprimam-se do "Anexo IV – Metas Fiscais", nos Quadros III, IV, VII, VII-Regional, XXV, as menções e os valores relativos aos Gastos Tributários descritos como "Exportação da Produção Rural"
15-CRA	Jaime Bagattoli	Aditiva	Anexo III, Seção II, Inciso III	III - serviço da dívida; e	Incluir na Seção I Anexo de que trata o inciso III do art. 176 (Anexo III - Despesas que não serão objeto de limitação de empenho): "LXXII - Defesa Agropecuária (Programa código 2202)".
16-CRA	Jaime Bagattoli	Aditiva	Anexo III	ANEXO III - DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 2º DO ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	Incluir na Seção I Anexo de que trata o inciso III do art. 176 (Anexo III - Despesas que não serão objeto de limitação de empenho): "LXXII - Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

17-CRA	Jaime Bagattoli	Aditiva	Corpo da Lei, Cap IX, Art 138, Inciso II	II - estar acompanhadas de metas e objetivos, preferencialmente quantitativos; e	"Art. 138 (...) §2º Ficam dispensadas do atendimento ao disposto neste artigo as proposições legislativas que: I – Alterem as normas de tributação de investimentos de não residentes no País ou de domiciliados no exterior. (renumerado) II – Tratam de benefícios tributários voltados à desoneração das exportações da produção rural previstos na Constituição Federal."
18-CRA	Jaime Bagattoli	Aditiva	Anexo III	ANEXO III - DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 2º DO ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	Incluir no Anexo III a SEÇÃO III – DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, com o seguinte texto: I - Despesas com as ações de "Pesquisa, Desenvolvimento e Transferência de Tecnologias para a Agropecuária" e de "Manutenção e Modernização da Infraestrutura Física das Unidades da Embrapa", vinculadas ao Programa 2303 – Pesquisa e Inovação Agropecuária, no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

19-CRA	Luis Carlos Heinze	Modificativa	Corpo da Lei, Cap IV, Seção VII, Art 63, Inciso I	I - ser realizada no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos às programações classificadas na função “19 - Ciência e Tecnologia” e subfunções “571 - Desenvolvimento Científico”, “572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia” ou “573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico”; e	I - ser realizada no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos às programações classificadas nas subfunções “571 - Desenvolvimento Científico”, “572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia” ou “573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico”; e
20-CRA	Sérgio Petecão	Aditiva	Anexo III	ANEXO III - DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 2º DO ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	Incluir no Anexo III a SEÇÃO III – DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, com o seguinte texto: I - Despesas com as ações de “Pesquisa, Desenvolvimento e Transferência de Tecnologias para a Agropecuária” e de “Manutenção e Modernização da Infraestrutura Física das Unidades da Embrapa”, vinculadas ao Programa 2303 – Pesquisa e Inovação Agropecuária, no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

21-CRA	Sérgio Petecão	Modificativa	Corpo da Lei, Cap IV, Seção VII, Art 63, Inciso I	I - ser realizada no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos às programações classificadas na função "19 - Ciência e Tecnologia" e subfunções "571 - Desenvolvimento Científico", "572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia" ou "573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico"; e	Dar ao inciso I do art. 63 do PLN nº 4, de 2023 (PLDO 2024), a seguinte redação: I - ser realizada no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos às programações classificadas nas subfunções "571 - Desenvolvimento Científico", "572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia" ou "573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico"; e

O Senhor Presidente Eventual, Senador Marcio Bittar, submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta vigésima terceira Reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e seis minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR MARCIO BITTAR
PRESIDENTE EVENTUAL
COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à discussão e à votação das emendas desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, (PLDO 2024), Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2023, a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Foram recebidas 63 propostas de emendas válidas, isto é, de iniciativa de Senador membro desta Comissão, sendo 45 de inclusão de metas e 18 ao texto da lei.

A votação será simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli, que está *online*.

Olá, querido Jaime! Está aí há mais...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Por videoconferência.*) – Olá! Tudo bem, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É um prazer revê-lo.

Concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli para proferir a leitura do seu relatório.

O Senador Jaime, Senador Mourão, nos 10 minutos ali em que ficou fora da linha, estava *online*, contando a boiada.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Estava vendendo gado.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É, a boiada ele conta agora via satélite, é por lote.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Graças a Deus!

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Não é nem por hora; é por minuto.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É por minuto. (*Risos.*)

Com a palavra nosso colega, Senador Jaime, por favor.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Por videoconferência.*) – Cumprimento o nosso Presidente, representando o nosso Presidente Alan Rick, nosso Presidente Senador Marcio Bittar, o Senador Mourão e os demais Senadores que estão *online*. Meu amigo Amin, de Santa Catarina, deve estar cuidando lá dos nossos índios agora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Estou aqui.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Por videoconferência.*) – Cuida bem dos nossos índios lá de José Boiteux porque nós precisamos derrubar o veto agora, na quinta-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Derrubar o veto do marco temporal. O voto do Senador Marcio Bittar.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Claro! Com toda a certeza absoluta!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Viu, Marcio? O que você não sabia, Senador Marcio Bittar, é que o Jaime Bagattoli nasceu em José Boiteux. Portanto, na Terra Indígena Xokleng, e há uma controvérsia se ele foi o cacique ou foi o pajé da tribo.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pela natureza dele, acho que ele foi o cacique, viu?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Cacique! Parte por parte. (*Risos.*)

Uma boa tarde para todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Boa tarde, Amin! Prazer.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Boa tarde! Boa tarde a todos!

Com a permissão, Presidente, eu só queria fazer o relatório, eu queria ir direto à análise, mas eu só queria dar ênfase à segunda página, ao último parágrafo, onde se fala o seguinte:

Encontram-se em análise 63 propostas de emendas apresentadas pelos membros desta Comissão. Dentre as propostas, 18 são referentes a emendas de texto e 45 relativas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024.

É o relatório.

Em análise.

Cumpre realçar, inicialmente, que esta Comissão pode apresentar até três emendas de inclusão de meta. Essa circunstância constitui intransponível limitação para o atendimento das propostas apresentadas, que contemplam 16 ações orçamentárias distintas. O inegável mérito das indicações acentua ainda mais a complexidade e a responsabilidade na escolha.

Dentro da incontornável dificuldade imposta por esse panorama, examinamos as propostas de emenda buscando ponderar a sua importância relativa e a amplitude de seu alcance, com a intenção, ademais, de beneficiar diferentes instituições e de atender o maior número de Senadores apresentantes de sugestões. Assim procedemos ainda sob a consideração, naturalmente, das normas incidentes no contexto, em particular no que diz respeito à competência temática da Comissão.

As emendas propostas são restritas às competências regimentais, além de atenderem às disposições constitucionais. O mérito de cada emenda será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Seguindo essas diretrizes metodológicas e considerando as restrições aprovadas no relatório preliminar, procuramos em nosso parecer acolher as emendas que albergassem o maior número possível dos Parlamentares desta Comissão, ao mesmo tempo que versam sobre tema e ações de grande interesse nacional.

Desse modo, propomos a apresentação das seguintes emendas de inclusão de meta por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – aqui eu vou citar os autores da proposta e a ação orçamentária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autores da proposta: Alan Rick, Eliziane Gama, Fernando Farias, Izalci Lucas, Jussara Lima, Luis Carlos Heinze, Jaime Bagattoli. Ação orçamentária: pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para a agropecuária.

Sou autor sozinho de outra proposta: Jaime Bagattoli. Assistência técnica e extensão rural.

E ainda temos como autores de proposta Alan Rick, Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Fernando Farias, Jussara Lima e Jaime Bagattoli. Ação orçamentária: fomento ao setor agropecuário.

Em referência às emendas ao texto, inexistindo limitação quantitativa para tal espécie de proposição, somos pela apresentação de todas as propostas oferecidas pelos nobres pares, ressaltando que a análise de mérito dessas iniciativas caberá ao Relator-Geral do Ploa.

Voto.

Tendo em vista o exposto, somos pela aprovação, por parte da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, das 18 emendas de texto apresentadas assim como das três seguintes propostas de emendas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024:

- Ação orçamentária: pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para a agropecuária. Pesquisa desenvolvida;

- Fomento ao setor agropecuário. Projeto apoiado;

- Assistência técnica e extensão rural. Produtor assistido.

Propomos, ainda, que a Secretaria da Comissão fique incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas à CMO, inclusive adaptando a justificação das emendas, tal como foram sugeridas, produto e unidade de medida, para o sistema de elaboração de emendas.

Plenário da Comissão, 13 de novembro, de 2023.

Com a palavra, o nosso Presidente Marcio Bittar.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Bom, primeiro quero ressaltar a satisfação de ter o nosso querido colega Esperidião Amin, com quem eu tive o privilégio de ser Deputado Federal – alguém que já foi Governador de um Estado tão querido como Santa Catarina.

Lido o relatório, concedo a palavra...

Lido o relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório pela aprovação das emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao PLDO 2024.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria.

Orientado aqui pela competente assessoria da Comissão, quero só deixar claro as emendas que nós acabamos de aprovar.

A primeira emenda, da Comissão de Agricultura, 20Y6 - Pesquisa e Desenvolvimento e Transferência de Tecnologias para a Agropecuária – meta 1.000.

A segunda emenda, Fomento ao Setor Agropecuário, meta 100.000.

Assistência Técnica e Extensão Rural, a terceira, meta 100.000.

Emenda 4-CRA a 21-CRA, de texto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer com as emendas desta Comissão ao PLDO 2024, Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2023.

As emendas aprovadas irão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O Senador Esperidião Amin quer fazer uso da palavra?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Sim, muito rapidamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – É para deixar, desde já, o pedido para que nós não nos esqueçamos, especialmente quando tratamos da LOA, de dar um tratamento o melhor possível para a Embrapa. Se existe uma empresa no Brasil que merece o nosso apoio, com a convicção de que certamente não erraremos, é a Embrapa.

Então, como tenho certeza de que todos os demais Senadores e Senadoras concordam, esse é o pedido que eu faço, especialmente em relação à próxima reunião em que vamos apreciar a LOA.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu quero concordar com o Senador Esperidião Amin. Nós temos aqui a primeira emenda, que é exatamente para a Embrapa. E eu concordo que essa é uma empresa estatal que constitui, a meu ver, um ponto fora da curva. Eu tive o privilégio aqui mesmo, nesta Comissão, de relatar o prêmio... Como se chama? O do Alysson Paolinelli, dando o nome de Prêmio Alysson Paolinelli, que tem um papel fundamental.

Eu conheço razoavelmente bem a Região Centro-Oeste, embora paulista de nascimento e acriano por opção, mas ando muito no Mato Grosso do Sul, em Goiás e em Mato Grosso, onde nós estivemos agora há pouco, com a Comissão da CPI das ONGs, e o que a Embrapa claramente, não só ela, mas o que ela puxou sobre a Região Centro-Oeste, é uma coisa fantástica no Brasil. Eu ainda me lembro, aos 60 anos de idade que tenho hoje, ainda me lembro de quando o Centro-Oeste era considerado uma área inóspita para a agricultura, e hoje, se fosse um país, seria o maior produtor de grãos por hectare do mundo. Então, isso tem muito a ver, sim, com a Embrapa.

Estarei junto com todos os colegas, Senador Esperidião Amin, Senador Mourão, Jaime Bagattoli, para, na próxima reunião, ajudar a fazer com que a gente ajude mais ainda a Embrapa.

Proponho a dispensa...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Por videoconferência.*) – Presidente, com a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pois não, Jaime.

Senador Jaime, com a palavra.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Por videoconferência.*) – Presidente, eu só quero falar aqui também da importância da Embrapa.

A Embrapa, no meu município de Vilhena, foi hiperimportante para o desenvolvimento do Cerrado brasileiro. Inclusive, na nossa região, quando ainda era o antigo território, já em 1973

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para 1974, foi implantada a Embrapa, em 1975, no Município de Vilhena. Então, ela foi de suma importância e merece uma atenção especial.

Essa instituição representa muito a tecnologia do desenvolvimento não só no Cerrado, mas aqui no Estado de Rondônia, no café e no feijão, principalmente com o desenvolvimento para o café clonal... Foi de suma importância essa entidade para o desenvolvimento não só para o Estado de Rondônia, mas para o Brasil e, principalmente, no desenvolvimento de tecnologia para a produção extensiva, que está aí mostrando, hoje, o Brasil sendo praticamente o maior produtor de soja do mundo por essa tecnologia desenvolvida no Cerrado brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Fala da Presidência.) – Só um comunicado ao Ploa 2024: conforme o cronograma oficial, publicado pela Comissão Mista de Orçamento, segue o prazo para a deliberação das emendas desta Comissão ao Ploa 2024, conforme o seguinte calendário: abertura, 14/11/2023; encerramento, impreterivelmente, às 12h do dia 20 de novembro de 2023, numa segunda-feira. Deliberação: dia 22/11/2023, quarta-feira, às 14h, horário de Brasília.

As propostas de emenda ao Ploa 2024 deverão ser enviadas para um Senador membro desta Comissão apenas pelo Sistema LexOr.

Para a segurança do próprio Parlamentar, informo que a Secretaria da Comissão não está autorizada a receber emendas pela via física, impressa, ou qualquer outra via que não o Sistema LexOr.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião, a 23ª.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 16 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 36 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e treze minutos do dia vinte de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Fernando Dueire, Hamilton Mourão e Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Alan Rick, Mauro Carvalho Junior, Jussara Lima, Astronauta Marcos Pontes, Flávio Bolsonaro, Dr. Hiran, Damares Alves, Wilder Morais, Angelo Coronel, Weverton, Paulo Paim, Flávio Arns, Magno Malta e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Carlos Viana, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Beto Faro, Chico Rodrigues e Carlos Portinho. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho e Teresa Leitão, conforme REQ 534/2023-CDir e REQ 538/2023-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento nº 24, de 2023-CCT, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), com a finalidade de instruir o Projeto de Lei nº 6.417, de 2019, que altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA), com a participação de Angela Sathiko Kudo, Coordenadora dos Programas de Pesquisa em Ciências Agrárias do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Clenio Nailto Pillon, Diretor-Executivo de Pesquisa e Inovação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Odir Antônio Dellagostin, Presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap); e Gilson dos Anjos da Silva, Vice-Presidente Nacional de Pesquisa Agropecuária da Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa Agropecuária e Regularização Fundiária (Asbraer). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e trinta e sete minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Carlos Viana e Jorge Seif, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Marcos do Val, Jussara Lima, Augusta Brito, Zenaide Maia, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Paulo Paim e Flávio Arns. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Vanderlan Cardoso, Beto Faro, Dr. Hiran e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Izalci Lucas, Daniella Ribeiro, Astronauta Marcos Pontes e Carlos Portinho, conforme REQ 416/2023-Cdir, REQ 522/2023-Cdir, REQ 546/2023-Cdir, REQ 492/2023-Cdir, REQ 537/2023-Cdir e REQ 545/2023-Cdir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento nº 26, de 2023-CCT, de autoria Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG), com a finalidade de debater acerca da inexistência de obrigatoriedade de divulgação dos diálogos travados durante os jogos online, com a participação de Estela Aranha, Assessora Especial de Direitos Digitais do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); Marina Ganzarolli, Fundadora e presidente do Me Too Brasil; e Juliana Cunha, Diretora da SaferNet Brasil. Os senadores Carlos Viana e Jorge Seif fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/117033

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e quinze minutos do dia quatro de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Carlos Viana, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Izalci Lucas, Alan Rick, Mauro Carvalho Junior, Jussara Lima, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Flávio Bolsonaro, Dr. Hiran, Damares Alves e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Beto Faro, e Carlos Portinho. Deixa de comparecer o Senador Astronauta Marcos Pontes, conforme REQ 537/2023-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 22ª, 23ª e 24ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta Deliberativa**: ITEM 1 - Projeto de Resolução do Senado nº 50, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Institui, no âmbito do Senado Federal, o Prêmio Danilo Doneda." Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO). Relatoria: Senador Chico Rodrigues (Ad hoc), em substituição à Senadora Teresa Leitão. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o relatório, favorável ao projeto. **ITEM 2 - Projeto de Resolução do Senado nº 69, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Institui a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Indústria Farmacêutica e a Produção de Insumos Farmacêuticos Ativos no Brasil." Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). Relatoria: Senador Izalci Lucas. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o relatório, favorável ao projeto. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 31, de 2023,** que: "Requer a inclusão de Representante da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI) na Audiência Pública destinada a discutir a proteção regulatória do dossiê de testes (PRDT) para produtos farmacêuticos destinados ao uso humano, objeto do REQ 27/2023-CCT." Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). Resultado: Aprovado o requerimento. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 32, de 2023,** que: "Requer a inclusão de Representante da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos e Biossimilares (PróGenéricos) na Audiência Pública destinada a discutir a proteção regulatória do dossiê de testes (PRDT) para produtos farmacêuticos destinados ao uso humano, objeto do REQ 27/2023-CCT." Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). Resultado: Aprovado o requerimento. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 33, de 2023,** que: "Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater acerca da Assembleia Cidadã Brasileira sobre Edição Genética e seus desdobramentos. "Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). Resultado: Aprovado o requerimento. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 34, de 2023,** que: "Requer a inclusão de Representante da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Associação Brasileira de Economia Industrial e Inovação na Audiência Pública destinada a discutir a proteção regulatória do dossiê de testes (PRDT) para produtos farmacêuticos destinados ao uso humano, objeto do REQ 27/2023-CCT."Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). Resultado: Aprovado o requerimento. O senador Izalci Lucas faz uso da palavra na presente reunião. O Senhor Presidente, senador Carlos Viana,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

comunica que encaminhou à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal requerimento solicitando que o PL 2796/2021, sob a relatoria do Senador Irajá, seja apreciado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/117305

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Meu bom dia a todos os senhores e senhoras que nos acompanham pessoalmente aqui, na Comissão de Ciência e Tecnologia, aqueles que nos assistem pela TV Senado e também pelas redes sociais do Senado, sempre bem-vindos. Lembrando que sua participação é muito importante. Suas sugestões, todas elas, são encaminhadas para a Ouvidoria do Senado e lá destinadas às Comissões devidas para avaliação e podem se transformar em um projeto de lei.

Você que nos acompanha, de qualquer canto do Brasil, pode participar das decisões do Parlamento. E é necessário que se faça um acompanhamento naturalmente das sugestões, para que a gente possa aprimorar a cada dia o atendimento à população e melhorar a legislação, a nossa sociedade, todos os pontos.

Há muitos, eu sei. Se nós formos olhar a quantidade de desafios que nós temos, acabaremos desanimando, mas, passo a passo, cada um fazendo a sua parte, dando a sua sugestão, nós poderemos construir cada dia uma nova vitória.

Declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 22ª, 23ª e 24ª Reuniões.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

Nossa pauta hoje consta de uma série de requerimentos para execução de audiências públicas e também andamento de processos. Vamos tentar sempre ser os mais breves possíveis aqui, porque tanto eu quanto o Senador Izalci temos de participar da reunião de Líderes para a discussão sobre os vetos, na votação do Congresso Nacional, o que nós tentaremos fazer hoje a tarde, apesar da posição de obstrução – nós não sabemos. De toda maneira, vamos tentar um acordo para que a gente posas votar os vetos.

Para Minas Gerais especialmente, Senador Izalci – meu bom-dia a V. Exa., mais uma vez –, há um veto fundamental para nós em Minas, que trata sobre o marco ferroviário. Trabalhei nele durante muitos anos. E nós tivemos inclusive Relatoria do Jean Paul Prates, hoje Presidente da Petrobras, nosso ex-colega.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nesse marco, nós previámos que metade dos recursos da concessão antecipada no caso da Ferrovia Centro-Atlântica, por exemplo, que sai de Luziânia, em Goiás, e vai até Sete lagoas, em Minas Gerais, tem que ser destinada aos estados para projetos de impacto ambiental. Só Minas Gerais tem aproximadamente 128 municípios impactados pela ferrovia. E esse acordo foi feito, nós votamos aqui no Senado, mas veio um veto do ex-Presidente Bolsonaro a pedido do ex-Ministro Tarcísio. Esse veto prejudica em muito Minas Gerais porque a anterior, que é a concessão da Ferrovia Vitória-Minas, que faz a sequência Sete Lagoas a Vitória, é a ferrovia mais longa que nós temos no Brasil, lá naquele momento, quando cheguei ao Senado, já não havia muito o que fazer. O projeto de concessão antecipada não previa distribuição para os estados e o dinheiro da concessão foi usado fora de Minas Gerais, no tramo central em São Paulo, no chamado investimento cruzado.

Por mais que se justifique se tratar de investimento da União, é muito estranho você começar uma nova obra de ferrovia que beneficiou lá em São Paulo uma grande empresa de transporte de cargas ferroviárias e deixar de lado quase 130 prefeituras. São milhões de pessoas impactadas que necessitam de novas passagens de nível, de uma série de túneis, retirada de trilhos do centro da cidade, para que haja uma convivência pacífica. Não, o dinheiro foi usado para ser colocado no Estado de São Paulo e nós não podemos concordar. Não há nada contra São Paulo aqui, mas acho que é uma questão de justiça nós dividirmos corretamente. Os Prefeitos que têm ferrovias dentro das cidades têm problemas sérios de divisão de bairros, zoneamento urbano e nós precisamos entender. Então, ao meu ver, nós vamos lutar para que esse veto seja derrubado e o acordo seja comprido em relação às ferrovias.

Vamos ao item 1 da pauta. (*Pausa.*)

Vamos aguardar a Senadora Teresa Leitão.

Vamos ao item 2 da pauta, PRS nº 69, Izalci Lucas.

ITEM 2
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 69, DE 2023
- Não terminativo -

Institui a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Indústria Farmacêutica e a Produção de Insumos Farmacêuticos Ativos no Brasil.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão Diretora do Senado Federal após a deliberação da CCT.*

Vou conceder a palavra ao Senador para leitura do relatório.

Com a palavra, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Peço a V. Exa. para ir direto à análise, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Como Relator.) – O PRS nº 69, de 2023, vem ao exame desta Comissão, conforme determina o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal. Entendemos que a iniciativa é muito relevante, pois, conforme o citado na justificação da proposição, a indústria farmacêutica e instituições de pesquisa e inovação na área da saúde desempenham um papel fundamental na garantia da saúde e do bem-estar da população brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Para que a indústria farmacêutica tenha como alcançar seus objetivos com efetividade, o desenvolvimento da cadeia produtiva correspondente é imperativo, incluindo a disponibilidade de matérias-primas essenciais para a produção de medicamentos.

Para isto, a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Indústria Farmacêutica e a Produção de Insumos Farmacêuticos Ativos constituirá um fórum para reunir os atores relevantes, manter interlocução privilegiada com os setores acadêmico e industrial, bem como com o Poder Executivo, de modo a contribuir para promover o desenvolvimento de nossa indústria farmacêutica nos termos preconizados.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 69, de 2023.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Izalci.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório lido pelo Senador Izalci, o item 2.

A matéria será encaminhada à Comissão Diretora do Senado Federal.

Item 3 da pauta. Requerimento nº 31, de 2023.

Com a palavra, o Senador Izalci, que hoje vai ser o grande leitor, o campeão da CCT. (*Risos.*)

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA N° 31, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a inclusão de Representante da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI) na Audiência Pública destinada a discutir a proteção regulatória do dossiê de testes (PRDT) para produtos farmacêuticos destinados ao uso humano, objeto do REQ 27/2023-CCT.

Autoria: Senador Izalci Lucas

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Presidente, trata-se de requerimento de uma audiência pública objeto do Requerimento nº 27/2023-CCT, incluindo convidado para colaborar com o debate e discussão de proteção regulatória do dossiê de testes (PRDT) para produtos farmacêuticos destinados ao uso humano.

Proponho, para a audiência, a inclusão do representante da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI).

Esse é o motivo que eu peço apoio para a aprovação do requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Consulto se há quem queira usar a palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, eu coloco em votação.

Em votação.

Os Srs. Senadoras e as Sras. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Está aprovado o requerimento.
A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.
Item 4.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 32, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a inclusão de Representante da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos e Biossimilares (PróGenéricos) na Audiência Pública destinada a discutir a proteção regulatória do dossiê de testes (PRDT) para produtos farmacêuticos destinados ao uso humano, objeto do REQ 27/2023-CCT.

Autoria: Senador Izalci Lucas
Senador Izalci Lucas, com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Presidente, o item 4 trata de inclusão de participante na mesma audiência do item 3, o representante da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos e Biossimilares (PróGenéricos).

Trata também de incluir mais um nome nessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Consulto se há quem queira usar a palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira, coloco em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Requerimento nº 31, item 3 da nossa pauta que, peço desculpas, acabei saltando aqui.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – O requerimento número...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Requerimento nº 31.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Esse já foi o item 3. O Requerimento 31 é o item 3 que nós já votamos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Acabamos de ler aqui, Senador?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – O anterior foi o 32. Votamos o 31 e o 32. Faltam o 33 e o 34.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Então, vamos agora ao 33.

Pensei que eu tivesse saltado aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Item 5.

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 33, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater acerca da Assembleia Cidadã Brasileira sobre Edição Genética e seus desdobramentos.

Autoria: Senador Izalci Lucas

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para encaminhar.) – O item 3 e audiência pública com o objetivo de debater sobre a reavaliação da Assembleia Cidadã Brasileira sobre Edição Genética e seus desdobramentos.

Então, a gente propõe aqui, para participar da reunião, o Sr. Ricardo Fabrino Mendonça, professor da Universidade Federal de Minas Gerais e coordenador da Assembleia Cidadã sobre a Edição Genética; o Sr. Francisco Aragão, pesquisador da Embrapa e também especialista convidado na assembleia; o Sr. Leonardo Melgarejo, representante da Articulação Nacional de Agroecologia e especialista convidado na assembleia; e o senhor representante dos cidadãos participantes do evento.

Esse é o pedido que faço de apoio para essa audiência pública, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Está lido o requerimento.

Consulto se há quem queira usar a palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, coloco em votação.

Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A Secretaria tomará as devidas providências.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 34, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a inclusão de Representante da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Associação Brasileira de Economia Industrial e Inovação na Audiência Pública destinada a discutir a proteção regulatória do dossiê de testes (PRDT) para produtos farmacêuticos destinados ao uso humano, objeto do REQ 27/2023-CCT.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Presidente, o 34 também é a inclusão de convidados dos mesmos Requerimentos 31 e 32. É para essa audiência do PRDT, que é a Proteção Regulatória de Dossiês de Testes.

Então é a inclusão da Sra. Lia Hasenclever, representante do Núcleo de Economia da Inovação da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e do Sr. Renato de Castro, representante da Associação Brasileira de Economia Industrial e da Inovação (ABEIN).

Peço o apoio, então, dos colegas para essa inclusão na audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Lido o requerimento.

Consulto se há quem queira usar a palavra. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira usar a palavra, coloco em votação.

Senadoras e Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Nosso bom-dia ao Senador Chico Rodrigues. Seja muito bem-vindo, Senador.

E já vamos chegar pedindo-lhe a gentileza. A Senadora Teresa Leitão, que é a responsável pelo nosso item 1, está acompanhando, no Plenário, uma homenagem à Petrobras e possivelmente não virá. Então, para que nós possamos atender e aprovar todos os itens, peço a V. Exa. a gentileza de ser o Relator *ad hoc* do PRS nº 50, de 2023.

ITEM 1
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 50, DE 2023
- Não terminativo -

Institui, no âmbito do Senado Federal, o Prêmio Danilo Doneda.

Autoria: Senador Eduardo Gomes

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão Diretora do Senado Federal após a deliberação da CCT.*

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente Carlos Viana, pela condução dos trabalhos desta importante Comissão aqui do Senado e por orientação e designação de V. Exa., vou, *ad hoc,* fazer a leitura do relatório da Senadora Teresa Leitão, de um tema que é interessante, sobre o problema de pedir um Prêmio Danilo Doneda.

Vem à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 50, de 2023, do Senador Eduardo Gomes, que institui, no âmbito do Senado Federal, o Prêmio Danilo Doneda, destinado a agraciar pessoas ou instituições que tenham oferecido relevante contribuição às áreas de privacidade, proteção de dados e inteligência artificial.

Conforme a proposição, o prêmio será conferido anualmente pela Mesa desta Casa a até três pessoas, físicas ou jurídicas, com indicação realizada por qualquer Senador ou Senadora da República.

Para a apreciação das indicações e escolha dos agraciados, será constituído o Conselho do Prêmio Danilo Doneda, integrado por um Senador ou Senadora de cada um dos partidos políticos com representação nesta Casa, cuja composição será renovada a cada dois anos, permitida a recondução.

Caberá ainda ao conselho definir anualmente o período de recebimento das indicações e a data de premiação das pessoas agraciadas, que terão seus nomes amplamente divulgados pelos meios de comunicação do Senado e em sessão plenária.

Na justificação, destaca-se o papel fundamental de Danilo Doneda nos debates sobre regulação de novas tecnologias no Brasil, reconhecido nacional e internacionalmente. O autor registra ainda que a trajetória profissional e pessoal de Doneda se confunde com o percurso da privacidade, proteção de dados e inteligência artificial no contexto brasileiro das últimas duas décadas.

A matéria foi encaminhada a esta CCT e irá à Comissão Diretora do Senado Federal em seguida. Não foram apresentadas emendas.

Da análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O PRS nº 50, de 2023, vem ao exame desta Comissão, conforme determina o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal.

Do ponto de vista de sua admissibilidade, o PRS nº 50, de 2023, atende a todas as exigências. A proposição não conflita com nenhum dispositivo constitucional, é jurídica e vem vazada em boa técnica legislativa.

No mérito, entendemos que a proposta é oportuna. Primeiramente, apresenta o objetivo de homenagear um dos maiores estudiosos da privacidade, da proteção de dados pessoais e da inteligência artificial na história do nosso país.

Exatamente por isso, Danilo Doneda colaborou diretamente com a construção dos marcos normativos para esses temas em cenário nacional.

A proposta também se apresenta como incentivo ao avanço responsável de novas tecnologias, estimulando inovação ética e respeito pelos direitos fundamentais no âmbito digital.

Sendo assim, o Prêmio Danilo Doneda é de grande relevância e se coloca como importante contribuição para o desenvolvimento tecnológico do país.

Do voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 50, de 2023.

Aqui, *ad hoc*, relatando o projeto cuja Relatora oficial é a Senadora Teresa Leitão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Chico Rodrigues, pela leitura do relatório.

Está lido o relatório.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Meu muito obrigado.

A matéria será encaminhada à Comissão Diretora do Senado Federal.

Eu quero comunicar aos Srs. Senadores e Senadoras que esta Presidência da Comissão de Ciência e Tecnologia encaminhou à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal um requerimento, solicitando que o projeto que trata sobre os jogos de fantasia, que está sob a relatoria do Senador Irajá, que esse projeto tenha passagem e avaliação por parte dos Senadores desta Comissão.

O requerimento, inicialmente, foi rejeitado, devido a seis pedidos de urgência, e, lá no Senado, manifestei a minha preocupação com esse tipo de matéria sem a discussão devida. Juntamente com outros Senadores, nós conseguimos barrar a votação, e a Comissão de Educação, com o Senador Flávio Arns, vai discutir, mas eu quero dizer aos Senadores que nós vamos insistir novamente com a Secretaria-Geral da Mesa para que esse projeto venha para a Comissão de Ciência e Tecnologia.

A meu ver, somos nós o local certo para discutir um assunto que fala sobre nova tecnologia para jogos infantis em nosso país. A CCT tem de ser ouvida nesse caso. E ainda, a meu ver, pelo próprio Regimento Interno do Senado, caso isso não aconteça, é possível que qualquer votação seja anulada. Nós podemos requerer uma questão de ordem sobre esse assunto, porque eu entendo que nós temos que colocar às claras todas as discussões sobre esse assunto, principalmente aqui, por meio dos Senadores e Senadoras que fazem parte da CCT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, comunico aos senhores que já fizemos um primeiro requerimento, não fomos atendidos, e que faremos novamente, inclusive, uma questão de ordem à Presidência da Casa, para que possamos exercer o nosso papel de fazer o julgamento correto desse processo.

Senador Izalci, com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Pela ordem.) – Eu, primeiro, quero concordar com V. Exa., que terá todo o meu apoio.

Quero também, Presidente, fazer um apelo a V Exa. Eu estive em São Paulo, no 18º Congresso Internacional de Inovação, onde teve a presença também de Ministros, da CNI, da MEI (Mobilização Empresarial pela Inovação). E foi excepcional, foi muito bom. Eu saí bastante feliz pelo reconhecimento do trabalho que fizemos nesses últimos anos com relação ao FNDCT, com relação ao marco regulatório, por colocar a inovação na Constituição ainda como Deputado, mas saí preocupado porque percebemos lá que o avanço da inovação é muito grande e muito rápido, e isso vai distanciando, cada vez mais, os nossos alunos da rede pública, que, por exemplo, muitas vezes não têm sequer – bem, tem lugar que não tem nem banheiro –, basicamente, banda larga, não têm laboratórios. E, mesmo que tivessem tudo isso, o nosso ensino ainda seria muito arcaico.

Todo o conhecimento que nós temos hoje praticamente foi desenvolvido nos últimos dois anos. Então, a mudança é muito grande. Se a gente não mudar a educação, a gente vai deixar toda essa juventude para trás em relação ao resto do mundo. A gente precisa dedicar um pouco mais de tempo para a ciência, a tecnologia e a inovação, e também para a educação, porque não existe nada que não seja educação para transformar e dar oportunidade.

Então, é importante a gente valorizar essas questões e essas ações aqui da Comissão.

Aí eu peço a V. Exa. – eu até tinha anunciado lá a questão da Lei do Bem, porque há uma expectativa muito grande de as pequenas empresas, no lucro presumido, poderem também participar da inovação; e V. Exa. está nomeado lá na CAE, já fez, inclusive, o relatório, não é? – para ver se a gente vota o mais rápido possível para a gente tentar aprovar no Plenário essa lei tão importante para o Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Obrigado ao senhor, Senador Izalci.

O relatório... Na semana que vem nós teremos somente sessões remotas, não sei se será o caso de... Mas, com certeza, na primeira semana após o feriado, o relatório estará na CAE na terça-feira, para que a gente possa lê-lo e imediatamente levá-lo ao Plenário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço, mais uma vez, a presença de todos.

(*Iniciada às 11 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Carlos Viana, Efraim Filho, Fernando Dueire, Marcos do Val, Alan Rick, Jussara Lima, Teresa Leitão, Augusta Brito, Astronauta Marcos Pontes, Dr. Hiran e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Vanderlan Cardoso, Beto Faro, Chico Rodrigues e Carlos Portinho. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Daniella Ribeiro, e Rodrigo Cunha, conforme os REQ 620, 611 e 650/2023-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento nº 24, de 2023-CCT, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), com a finalidade de instruir o Projeto de Lei nº 6.417, de 2019, que altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA), com a participação de Cleber Soares, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa); Thiago de Mello Moraes, Coordenador-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrária da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); e Vivian Libório de Almeida, Diretora do Departamento de Inovação para a Produção Familiar e Transição Agroecológica do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). Faz uso da palavra, o Senador Astronauta Marcos Pontes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/117645

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e vinte e sete minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Confúcio Moura, Carlos Viana, Alan Rick, Mauro Carvalho Junior, Jussara Lima, Beto Faro, Lucas Barreto, Augusta Brito, Astronauta Marcos Pontes e Dr. Hiran. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Fernando Dueire, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Damares Alves. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à Audiência Pública Interativa, atendendo ao Requerimento nº 24, de 2023- CT, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), com a finalidade de instruir o Projeto de Lei nº 6.417, de 2019, que altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA), com a participação do Senhor Eduardo Amadeu Dutra Moresi, Assessor Técnico do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE); Mário Luiz Chizzotti, Diretor do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Viçosa (UFV); Aline Silva Mello César, Presidente da Comissão de Pesquisa e Inovação da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq/USP); e Tatiana Deane de Abreu Sá, Pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental, representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/117839

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e oito minutos do dia oito de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Carlos Viana e Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Izalci Lucas, Marcos do Val, Alan Rick, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Flávio Bolsonaro, Damares Alves, Paulo Paim, Flávio Arns, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Carlos Portinho e Dr. Hiran. Deixa de comparecer o Senador Marcos Rogério, conforme REQ 639/2023-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 25ª, 26ª e 27ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da Pauta: **1ª Parte - Apreciação da Proposta de Plano de Trabalho da Avaliação da Política Pública** que trata do tema "Superação dos obstáculos à inovação no Brasil". Relator: Senador Fernando Dueire. **Observações:** Os Senadores Carlos Viana e Astronauta Marcos Pontes fazem uso da palavra na fase de discussão. **Resultado:** Aprovada a Proposta de Plano de Trabalho. **2ª Parte - Deliberativa: ITEM 1 - Projeto de Lei nº 3817, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.958, de 20 dezembro de 1994; a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; a Lei nº 10.973, de 2 dezembro de 2004; e a Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, e dá outras providências para ampliar o financiamento da educação superior no País." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com três emendas que apresenta. **Observações:** Os Senadores Izalci Lucas e Astronauta Marcos Pontes fazem uso da palavra na fase de discussão. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto com as Emendas nº 1, 2 e 3-CCT. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 4007, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para prever a não ofensa aos direitos autorais do uso de imagens de obras por museus." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). **Relatoria:** Senador Beto Faro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Beto Faro. **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 3000, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Estabelece incentivo à doação de equipamentos de pesquisa a instituições públicas de ensino superior e a instituições científicas, tecnológicas e de inovação." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Fernando Dueire. **ITEM 4 - Projeto de Lei nº 330, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940, para dispor sobre o crime de má conduta científica." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame do Relator, Senador Fernando Dueire. **ITEM 5 - Projeto de Lei nº 5066, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre o estímulo à pesquisa e à adoção de novas tecnologias na exploração e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta, e pela rejeição das Emendas nº 1 e 2-PLEN. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto, com a Emenda nº 3-CCT, e pela rejeição das Emendas nº 1 e 2-PLEN. **ITEM 6 - Projeto de Lei nº 4467, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a destinação de recursos a programas, projetos e pesquisas de imunobiológicos, com vistas a fomentar a autonomia brasileira na produção de vacinas." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame do Relator, Senador Astronauta Marcos Pontes. **ITEM 7 - Projeto de Lei nº 3218, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, para determinar que 10% (dez por cento) dos recursos do FNDCT sejam destinados para popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação – C,T&I." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame do Relator, Senador Rodrigo Cunha. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 35, de 2023,** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir e acompanhar o projeto de conectividade das escolas públicas de ensino fundamental, em fase de implementação pelo Governo Federal, com recursos públicos da União estimados em R$ 2,7 bilhões, além de outros R$ 3 bilhões decorrentes da contrapartida financeira oferecida pelas empresas vencedoras da licitação do "Leilão do 5G" para a aquisição das radiofrequências leiloadas pela Anatel." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 36, de 2023,** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e doart. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 29/2023 - CCT, seja incluído o representante do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (CONFIES)" **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Resultado:** Aprovado o requerimento. A presidência comunica a abertura do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2023 (PLDO 2024), e ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2023 (PLOA 2024). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 25ª, 26ª e 27ª Reuniões.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas que estão aprovadas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Podiam acender aquelas luzes do fundo para o pessoal de lá. Deixem aquelas luzes acesas lá para a gente ter mais amplitude da sala aqui.

Informo que nossa reunião está dividida em duas partes. A primeira parte consiste na apresentação da proposta de plano de trabalho para avaliação da política pública, que trata do tema "Superação dos obstáculos à inovação no Brasil", de relatoria do Senador Fernando Dueire. A segunda parte destina-se à apreciação de matérias não terminativas, que serão votadas pelo processo simbólico.

Damos celeridade aqui, uma vez que teremos hoje a sessão principal a partir de 2h da tarde para a discussão do tema da reforma tributária, pressa, inclusive, que eu acho que não é muito boa a profundidade de um tema tão importante, mas acredito no bom senso de todos. Ainda teremos um prazo maior para discutir, inclusive com vários setores que não foram atendidos. A minha opinião é que não votaremos tudo hoje e amanhã. Acredito que vamos ter isso lá para o dia 21, a fase final da... seria melhor em tudo. Mas vamos colaborar no que for possível.

Item 1. Apreciação da proposta do plano de trabalho.

O Senador Fernando Dueire é o nosso responsável. Concedo a palavra para a leitura da proposta, Senador.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Querido Presidente, Senador Carlos Viana, sempre com palavras de bom senso, de equilíbrio, no momento em que o país precisa de bom senso e de equilíbrio, Senador Marcos Pontes, querido amigo, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, meus senhores, minhas senhoras, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT) aprovou o Requerimento nº 20 de 2023, de autoria do Sr. Senador Carlos Viana, que versa sobre a avaliação de políticas públicas norteada pelo tema "Superação dos obstáculos à inovação no Brasil". Com esse tema em vista, avaliaremos duas políticas públicas chaves para o desenvolvimento nacional, quais sejam: I) o programa Conecta e Capacita, que visa mitigar a escassez de profissionais de Tecnologia da Informação (TI) no mercado de trabalho brasileiro; e II) a situação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (Ceitec) – semicondutores, conforme Decreto 10.578, de 15 de dezembro de 2020.

A avaliação de políticas públicas pelo Senado Federal é prevista no art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que determina que as Comissões permanentes selecionarão políticas públicas na área temática de sua competência para avaliação.

Com relação às políticas públicas a serem avaliadas, podemos discorrer no seguinte sentido:

I) Programa Conecta e Capacita.

Avaliar a escassez de profissionais de tecnologia da informação no mercado de trabalho brasileiro, suas causas estruturais e quais as políticas públicas que o Governo está adotando para superar esse problema, em especial no Programa Conecta e Capacita, é um assunto que se impõe.

Anualmente, formam-se no Brasil 53 mil novos profissionais de TI, quantidade insuficiente para a demanda atual do setor, o que representa um gargalo para o crescimento. Em 2021, havia 159 mil postos de trabalho não preenchidos em TI. Segundo estudos realizados pela Google em parceria com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Associação Brasileira de Startups, o Brasil terá um déficit de 530 mil profissionais de TI em 2025. Se essa estimativa se confirmar, a demanda do setor crescerá 233% em quatro anos, enquanto o número de novos formandos se mantém constante, Senador Carlos Viana, ou seja, o país possui um problema com tendência de piora, caso não seja revertido por políticas públicas efetivas na formação de mais profissionais de TI.

Ao mesmo tempo em que se fala da falta mão de obra no setor de TI, sobram desempregados. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que, atualmente, há cerca de 8,6 milhões de desempregados, o que representa 8% da população economicamente ativa. Como capacitar pelo menos parte desse contingente em TI, de modo a solucionar dois problemas ao mesmo tempo: o desemprego e a falta de profissionais na área? Essa será uma boa questão, a qual, então, norteará a avaliação das políticas públicas da CCT.

II) Situação do Ceitec – semicondutores.

O Ceitec é uma sociedade de economia mista de capital fechado, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Ela foi criada em 2008 e está sediada em Porto Alegre. Desde sua criação, apresenta prejuízos, sendo uma estatal dependente dos aportes da União para seu funcionamento. Apesar disso, entre 2016 e 2019, o prejuízo financeiro do Ceitec caiu de R$49,6 milhões para R$12 milhões, ao mesmo tempo em que as receitas líquidas de vendas aumentaram de R$1 milhão para R$7,8 milhões, e as subvenções do Tesouro Nacional se reduziram de R$96 milhões para R$66 milhões. Ou seja, a empresa entrou em liquidação mesmo com trajetória ascendente do ponto de vista financeiro. Lembramos que o Ceitec é a única fábrica de semicondutores da América Latina, sendo natural que um projeto desse porte necessite de tempo de maturação.

O Senador Marcos Pontes conhece bem do tema e da questão.

Em 2020, a pandemia de covid expôs a vulnerabilidade da economia mundial à dependência dos semicondutores produzidos em Taiwan. Atualmente, Taiwan produz 65% dos semicondutores do mundo e mais de 90% dos *chips* mais avançados. Devido à interrupção das cadeias produtivas em Taiwan e em outros países produtores de *chips*, a indústria mundial foi fortemente afetada, com impactos negativos sobre a oferta de produtos eletrônicos, acarretando inflação global. No Brasil, a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica estimou que 70% da indústria que utilizava *chips* como insumo foi afetada. Estudo na Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores concluiu que, em 2022, a escassez de semicondutores resultou em 250 mil automóveis a menos produzidos no Brasil.

Em resposta à percepção do problema que é a dependência em relação a poucos produtores de c*hip*s, diversos países lançaram iniciativas de estímulo à produção nacional de semicondutores. Entre eles, podemos citar os Estados Unidos, com orçamento de US$53 bilhões para aumentar a produção norte-americana de *chips.*

Na contramão da percepção internacional e dos incentivos à internalização do produto de semicondutores, o Brasil iniciou o processo de liquidação do Ceitec, mesmo na conjuntura de pandemia, com crise de oferta internacional de *chips*.

Diante desse panorama, a situação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (Ceitec) – produção de semicondutores – será uma das questões que norteará a avaliação das políticas públicas ora em discussão, apresentada no relatório que leio.

Apresentadas as duas políticas chaves da proposta do plano de trabalho, destacamos que a íntegra do plano, que foi devidamente divulgado, traz as intenções que irão nortear o nosso trabalho, contendo: cronograma de atividades, com as previsões das possíveis datas; apresentação, dentro do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

intervalo, de requerimentos e informações; previsão, Senador Carlos Viana, Presidente, de realizações de audiências públicas; e, por fim, a apresentação do relatório final com as conclusões sobre a avaliação de políticas públicas, norteada pelo tema "Superação dos obstáculos à inovação no Brasil.

Sr. Presidente e Senador Marcos Pontes, uma das primeiras providências que adotei foi uma reunião com a Ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos, com os consultores do Senado e com sua equipe, para que nós também, naquele momento preliminar, ouvíssemos o Governo em suas diretrizes e disposições a enfrentar temas tão desafiadores.

Portanto, Sr. Presidente, era o que eu tinha que apresentar inicialmente como proposta do plano de trabalho, que está em anexo e foi distribuído com a devida antecedência para conhecimento dos membros desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Obrigado e, desde já, parabéns ao Senador Fernando Dueire pela amplitude, mas pela exata colocação do grande problema que nós temos no país hoje com relação à formação de profissionais.

E estamos enfrentando um outro problema que é a concorrência, porque os profissionais formados no Brasil são requisitados em vários países. Nós recebemos aqui os Deputados da Alemanha, que tem 500 mil postos de trabalho lá para serem preenchidos, e eles deixaram muito claro que o profissional brasileiro é muito bem-vindo à Alemanha, pelas nossas posições de bom relacionamento, por não termos ortodoxismos religiosos. A Alemanha hoje busca uma imigração que não crie dor de cabeça para ela, como ela tem enfrentado nas ondas de refugiados que chegaram até o país. E, à medida que esses profissionais vão mudando, vão aceitando propostas para ir, nós vamos ficando com o mercado aqui cada vez mais em aberto e sem desenvolvimento.

Passo a palavra ao Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Presidente.

Senador Fernando Dueire, parabéns pelo plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Sucinto e bem direto.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Parabéns pelo plano de trabalho, principalmente por esse foco nesses dois eixos principais, que são realmente problemáticos no Brasil.

Eu vou falar um pouquinho sobre cada um dos eixos, porque, como ex-Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovações, eu tinha exatamente esse trabalho lá sendo realizado no Ministério.

Com relação ao primeiro eixo, que é a formação de profissionais para o setor de tecnologia de informação e comunicação, esse é um ponto extremamente delicado no país. Nós tínhamos... Isso vem aumentando, esse problema, anualmente; os postos de trabalho aumentam no setor com o crescimento – obviamente – do setor, principalmente no desenvolvimento de *software*. Agora com a introdução de inteligência artificial e várias aplicações de inteligência artificial também, isso envolve todo um espectro que a gente possa pensar de profissionais do setor de tecnologia de comunicação e informação.

Com isso, nós criamos um programa – eu imagino que agora tenha sido trocado o nome – que eu chamo Brasil Futuro. Tinha até um sobrenome bonitinho, que era "Futuro do Trabalho, Trabalho do Futuro". Esse era um programa feito em parceria com instituições como a Softex e empresas do setor,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

como Apple, Microsoft, etc., que provia cerca de 70 mil vagas de cursos gratuitos, no Brasil todo, para pessoas que quisessem ingressar nessa carreira.

Essa carreira tem um salário médio de cerca de 2,5 vezes o salário médio do país, ou seja, os ganhos são bons. E existem cursos de desde dois meses até um ano, que preparam os profissionais para as diversas possibilidades, em programação dos diversos tipos, redes e assim por diante, nuvem, etc.

Com isso, a gente tenta cobrir um pedacinho do *gap*. Eu vi aí "cerca de 500 mil empregos" – a Brascom fala de cerca de 400 mil –, mas o fato é que são centenas de milhares de empregos vagos, precisando de profissionais com qualificação, e há muita gente no país precisando de qualificação.

Isso vem também ao encontro da iniciativa que nós fizemos aqui no Senado, da criação da frente de um ensino profissionalizante e tecnológico – aliás, já peço a adesão dos amigos aqui –, que é muito importante para que nós tenhamos mais apoio na formação profissional no país. Esse é um setor que precisa de muita gente.

E, sem dúvida nenhuma, existe também o problema da reforma tributária. O que tem uma coisa a ver com a outra? O que acontece é que esse setor de tecnologia, principalmente de serviços de tecnologia, de certa forma, são bastante afetados na reforma tributária, no texto como está agora. É bom lembrar que empresas de tecnologia têm uma fluidez muito grande, podem trabalhar em um país ou outro, podem se estabelecer em um país vizinho, ou até longe daqui, e prestar serviços ao Brasil. Com isso, a gente perde profissionais e perde recursos entrando no país. Em vez disso, a gente acaba mandando salários e pessoas para fora, o que é muito ruim. A gente não pode perdê-los. Então, esse é um ponto a ser muito bem pensado na reforma tributária.

Eu coloquei algumas emendas com relação a isso, parte delas acatadas, outras não. É uma discussão a ser feita porque esse é um setor que afeta todos os outros. Quando aumentam os custos, em termos de tecnologia, todos os outros setores são afetados. Então, esse é um ponto extremamente importante. Parabéns pela escolha desse eixo.

O segundo eixo é com relação ao Ceitec. Primeiro, tratarei um pouco sobre como são feitos os semicondutores ou *chips*. O Ceitec trabalha com *chips* e, de maneira muito errada, foram estigmatizados como "*chip* do boi" ou coisa assim, mas não é só para isso, existem muitas outras aplicações para os *chips* desenvolvidos no Ceitec.

O processo de desenvolvimento de *chips* começa no desenho do *chip*, de como vai ser distribuído o circuito, vamos dizer assim, dentro de um pedaço muito pequeno de substrato, geralmente de silício ou germânio dopado. Depois que é feito esse desenho, você precisa imprimir, vamos dizer assim, difundir os dopantes dentro de um *wafer* desse substrato. Esse *wafer* não é feito no Brasil, e não vale a pena fazer isso aqui. Ele é importado de outros países e tem todo um problema ambiental em torno disso também – a gente não vai entrar por esse lado –, mas a gente importa esses *wafers*, e, a partir daí, o material é difundido. Depois, tem os cortes, e esses *chips* são colocados nas suas devidas aplicações.

O Ceitec tem capacidade fazer o desenho do *chip*, tem capacidade de fazer o corte do *chip*, o invólucro dele e colocá-lo nas diversas aplicações. Tais aplicações envolvem, por exemplo, *chips* para controle na agropecuária, em bois – e, por isso, chama-se "*chip* do boi" muitas vezes –; *chips* que podem ser utilizados no passaporte; *chips* que podem ser utilizados em pneus; *chips* que podem ser utilizados em encomendas do correio, para a leitura rápida do correio; ou seja, há muitas aplicações. E a gente vê isso, no dia a dia, nesses tipos de aplicações com RFID, que são utilizados inclusive em móveis também, para marcação de patrimônio.

A história do Ceitec. Realmente, o Ceitec veio com um histórico, em 2008, de prejuízos, mas gostaria de lembrar que é uma empresa em desenvolvimento. Em uma empresa de tecnologia, de certa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

forma, é normal você ter esses investimentos no começo. Eu não vejo como prejuízos, vejo como investimentos. E, além do desenvolvimento da tecnologia, você tem o desenvolvimento de pessoal, que é muito importante. Não se pode esquecer também de que há o desenvolvimento de conhecimento do pessoal que trabalha ali.

Eu não vou discutir em termos de gestão do Ceitec, se podia ser melhor ou pior, mas é lógico que você quer que a empresa comece a voar com as próprias asas e sair da dependência completa. Em média, nesses anos, a gente investiu cerca de R$80 milhões, por ano, para manter o Ceitec funcionando. Nos últimos anos, durante a minha gestão, ela começou a dar sinais de recuperação, e logo depois, então, foi comandada a entrada dela no PPI.

Quem acompanhou lá na época viu que eu não sou contra, por exemplo, você vender uma empresa para o setor privado de forma que ela continue e passe a dar lucro e produzir tecnologia no Brasil – é um ponto essencial a produção de tecnologia no Brasil –, mas eu sou contra, e continuo contra, como era contra na época, a liquidação da empresa sem tentar vender. Então, isso foi uma coisa que a gente bateu lá contra. Fui voto vencido, mas, em todo caso, foi feito o início desse processo de liquidação.

Nesse processo, no ministério, nós entramos com um processo para que pelo menos a parte de conhecimento fosse resguardada, criando uma organização social, dentro do próprio ministério, para que fossem preservados os pesquisadores e o conhecimento desses pesquisadores, e agora a situação está se revertendo. A empresa tem capacidade de se recuperar e de dar lucro – um bom lucro, diga-se de passagem –, com projetos como um que eles têm com a Pirelli, outros projetos com os Correios, projetos, por exemplo, que poderiam ser feitos com a Casa da Moeda, que ainda compra *chips* de outro país em vez de comprar os nossos aqui. Ou seja, existe uma possibilidade. Com uma gestão correta, existe uma possibilidade de essa empresa dar muito lucro aqui, no Brasil, além de ser estratégica em termos de soberania – a gente viu, com a falta de *chips*, o que acontece.

Mas uma boa estratégia não é a gente perseguir o que já tem sido feito em outros países, mas buscar uma tecnologia mais avançada, como, por exemplo, a utilização de *chips* especializados para a inteligência artificial. Então, essa é uma das possibilidades. Precisa melhorar o equipamento? Precisa. Existe investimento necessário? Existe. Mas, do meu ponto de vista, sempre vale a pena investir no desenvolvimento da tecnologia e do conhecimento no país.

Então, esses são alguns pontos com relação a esses dois itens. Eu tenho certeza de que, cavando, a gente vai achar muita coisa interessante a respeito disso para o país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Marcos Pontes.

Inclusive, faço uma sugestão antes de nós encerrarmos a discussão sobre o plano de trabalho. Nós teríamos que apresentar emendas ao Orçamento. Nós temos o prazo até o dia 8. Eu vou fazer desde já, mas, nessa questão da capacitação, eu entendo que nós poderíamos sugerir, pelo menos dentro do âmbito da nossa secretaria, as nossas emendas para cursos de formação. Aí, o Astronauta poderia nos dizer qual o melhor caminho, se nós faríamos isso, de que maneira faríamos isso em conjunto com a iniciativa privada.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Sem dúvida. E são emendas daqui, da Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – É, nós temos que apresentar na LDO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Realmente existem alguns pontos que são cruciais de se ter recursos colocados para o desenvolvimento de ciência e tecnologia. Um deles é esse, da formação de pessoal, que pode ser feito – e aí tem que se analisar legalmente aqui como isso pode ser – através do ministério...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – É o melhor, não é? Acredito.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... através do ministério, por exemplo, para esse programa, que agora mudou de nome, mas era o Brasil Futuro; ver como colocar recursos para que esses cursos sejam feitos no país.

Também existe a participação das empresas privadas, ajudando. Elas entram com recursos, porque, para elas, é vantagem, obviamente, porque eles estão formando o pessoal ali.

E também para a formação de pessoal com um ensino profissionalizante. Então, acho que a gente poderia incentivar também a criação de cursos do setor nos institutos federais, por exemplo, que são feitos para desenvolvimento de tecnologia e de profissionais de tecnologia. Então, os institutos federais podem entrar aí com uma boa participação e outros institutos que também participam através da Lei de Informática ou Lei de TICs, como o Instituto Eldorado, lá em Campinas. E há outras possibilidades de se fazer o aporte de recursos de forma muito específica para esse desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – O.k.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos à votação, à apreciação da proposta do plano de trabalho, que será simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam a proposta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a proposta.

E encerramos, assim, a primeira parte da nossa reunião.

Então, dou os parabéns ao Senador Fernando Dueire pelo trabalho. Vai nos nortear, inclusive, para o próximo ano. Além de ser de agora para a frente, na verdade, é para o próximo ano, porque são quatro semanas que temos aí pela frente. (*Pausa.*)

Pois não.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Sr. Presidente, é uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Pela ordem.) – Primeiro, gostaria de agradecer o estímulo, a motivação e as palavras, tanto as suas quanto as do Senador Astronauta Marcos Pontes, que vai contribuir muito nessas discussões, pela sua formação e pelo seu conteúdo.

Mas, Presidente, eu gostaria de pedir sua permissão...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – ... para retirada dos itens 3 e 4, para reexame dessas matérias. Sou o Relator e considero os projetos meritórios, mas fui procurado pelo segmento da ciência e tecnologia, e eles me pediram para ponderar alguns aspectos que envolvem as matérias, e seria, eu acho, conveniente atendê-los.

Portanto, eu faço essa solicitação a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Pois não.

Estão retirados de pauta os itens 3 e 4.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

2ª PARTE
ITEM 3
PROJETO DE LEI Nº 3000, DE 2021
- Não terminativo -

Estabelece incentivo à doação de equipamentos de pesquisa a instituições públicas de ensino superior e a instituições científicas, tecnológicas e de inovação.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO)
Relatoria: Senador Fernando Dueire
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos após a deliberação da CCT.

2ª PARTE
ITEM 4
PROJETO DE LEI Nº 330, DE 2022
- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940, para dispor sobre o crime de má conduta científica.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)
Relatoria: Senador Fernando Dueire
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.
Observações:
A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania após a deliberação da CCT.)

Assim também o item 7, do Senador Rodrigo Cunha, que pediu a gentileza de o retirarmos, pela impossibilidade de ele comparecer hoje.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

2ª PARTE
ITEM 7
PROJETO DE LEI Nº 3218, DE 2023
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, para determinar que 10% (dez por cento) dos recursos do FNDCT sejam destinados para popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação – C,T&I.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)
Relatoria: Senador Rodrigo Cunha
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos após a deliberação da CCT.)

Esses itens serão colocados futuramente para nova avaliação.

A segunda parte da nossa reunião de hoje... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: EC4852CE005AA84F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Exatamente, é isso que eu estou procurando.

Quero chamar a atenção dos Srs. Senadores para a abertura do prazo para as emendas à LDO 2023.

Comunicamos aos membros da CCT a abertura do prazo, hoje, 8 de novembro, para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2023, com encerramento dia 13 de novembro, segunda-feira, às 18h, impreterivelmente. As emendas deverão ser encaminhadas a esta Comissão pelo Sistema Lexor, disponível no endereço legis.senado.gov.br/lexor.

Observações: não serão consideradas as emendas enviadas fora do prazo estabelecido; a reunião para apreciação das emendas será divulgada posteriormente.

E faço aqui um convite, desde já, ao Senador Marcos Pontes, para ser o Relator das nossas emendas que forem encaminhadas pelos Senadores da Comissão.

Podemos nomeá-lo, Senador?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Então, já está resolvida essa questão.

Segunda parte.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Da mesma forma que o Senador Fernando Dueire, que tem alguns itens aí que ele gostaria de tirar de pauta para reexame, eu também tenho um dos meus itens aqui que eu gostaria de tirar de pauta, o item 6, para reexame...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Sim.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... que é o Projeto de Lei 4.467.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Então, o senhor pede a retirada do item 6.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – O.k.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

2ª PARTE
ITEM 6
PROJETO DE LEI Nº 4467, DE 2021
- Não terminativo -

Dispõe sobre a destinação de recursos a programas, projetos e pesquisas de imunobiológicos, com vistas a fomentar a autonomia brasileira na produção de vacinas.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Sociais após a deliberação da CCT.)

Vou pedir, então, ao Senador Marcos Pontes para assumir a Presidência.

Nós vamos ao item 9, que é um requerimento de minha autoria, porque aí já adiantamos. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Passamos, então, ao item 9.

2ª PARTE
ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 36, DE 2023
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e doart. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 29/2023 - CCT, seja incluído o representante do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (CONFIES)

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Concedo a palavra ao Senador Carlos Viana para leitura do requerimento.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Para encaminhar.) – Obrigado, Senador Marcos Pontes.

Farei aqui a leitura do requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do REQ 29/2023-CCT, seja incluído o seguinte convidado: representante do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies).

O requerimento foi feito no dia 31 de outubro.

Peço a aprovação, portanto, da inclusão do representante para a audiência pública, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senador Carlos Viana.

Lido o requerimento, consulto se há quem queira usar a palavra. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira, passamos à votação simbólica.

Em votação.

Os Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Requerimento aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

Eu, então, devolvo a Presidência ao Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Obrigado, Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Dando sequência, vamos ao item 5 da nossa pauta de hoje.

2ª PARTE
ITEM 5
PROJETO DE LEI Nº 5066, DE 2020
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Modifica a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre o estímulo à pesquisa e à adoção de novas tecnologias na exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta, e pela rejeição das Emendas nº 1 e 2-PLEN.

Observações:

1 - Em 10/12/2020, foram apresentadas as Emendas de Plenário nº 1 e 2, de autoria das Senadoras Rose de Freitas e Zenaide Maia respectivamente;

2 - A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Serviços de Infraestrutura após a deliberação da CCT.

Concedo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Como Relator.) – Sr. Presidente, vou direto à análise.

Projeto de Lei nº 5.066, de 2020, que modifica a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre o estímulo à pesquisa e à adoção de novas tecnologias na exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

A autoria é do Senador Plínio Valério, com a minha relatoria.

Análise.

Conforme os incisos I e VI do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Ciência e Tecnologia opinar sobre matérias que versem sobre inovação tecnológica, apoio e estímulo à pesquisa e criação de tecnologia. Consequentemente, a apreciação desta proposição atende às competências regimentais da Comissão de Ciência e Tecnologia.

A proposição é formal e materialmente constitucional, pois, conforme o inciso IV do art. 22 da Constituição Federal, compete à União legislar sobre energia, e, conforme o *caput* do art. 48, cabe ao Congresso Nacional legislar sobre matérias de competência da União. Ademais, não há vício de iniciativa, pois o projeto não se refere às matérias de competência privativa. A proposição não afronta cláusula pétrea nem direito fundamental.

O PL nº 5.066, de 2020, atende ao prerrequisito da juridicidade e regimentalidade, pois tem o potencial de inovar o ordenamento jurídico pátrio ao criar obrigações e se atém aos ditames do Regimento Interno do Senado Federal. Contudo, apresenta falha de técnica legislativa no art. 3º, carecendo da emenda de redação, que ora propomos.

O PL nº 5.066, de 2020, é meritório, pois a obrigação que era prevista em regulamentos (Resoluções ANP nºs 917 e 918, de 2023) se torna explícita na legislação do setor petrolífero. Ou seja, a proposição dá hierarquia legal à obrigação de haver investimento mínimo em pesquisa, desenvolvimento e inovação nos contratos de concessão e de partilha de produção. Ademais, amplia a qualidade desses investimentos, haja vista que provê uma distribuição mais igualitária dos recursos, o que é especialmente relevante para as universidades e institutos de pesquisa do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Em carta enviada e subscrita pelos reitores das universidades federais do Norte do Brasil, o Fórum de Reitores das Universidades da Região Norte demonstrou apoio ao PL 5.066, de 2020. A carta lembra que, no texto original do art. 49 da Lei do Petróleo, havia a previsão de destinação de percentual mínimo de 40% dos *royalties* atribuídos ao Ministério de Ciência e Tecnologia aos centros de pesquisa do Norte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

e Nordeste do Brasil. Essa determinação foi revogada pela Lei nº 12.734, de 2012. Desde a revogação, os recursos para pesquisa científica na área de hidrocarbonetos passaram a ser provenientes apenas das verbas empresariais regulamentadas pela Agência Nacional de Petróleo, a chamada cláusula de pesquisa, desenvolvimento e inovação, conforme a atribuição estabelecida pelo inciso X do art. 8º da Lei do Petróleo. Porém, esse montante não teria uma distribuição igualitária, pois estaria concentrado em alguns poucos estados. A carta também menciona a importância estratégica e científica do mapeamento de dados geofísicos, geológicos e geoquímicos das bacias sedimentares terrestres, que careceriam de informações básicas, o que inviabilizaria investimentos privados.

Segundo dados da ANP, em agosto de 2023, 97,7% do petróleo produzido no país foi proveniente de campos marítimos, assim como mais de 86% do gás natural, embora a extração desse último hidrocarboneto esteja bastante aquém do volume produzido de petróleo. Mesmo que, por fatores naturais e econômicos, as bacias marítimas sejam predominantes no mercado, à medida que as pesquisas sobre as bacias sedimentares terrestres avançar, poderemos ter uma maior participação da extração em solo firme, o que é especialmente relevante para o caso do gás natural. Inclusive, o Brasil ainda possui uma produção de gás natural aquém de seu potencial. Essa realidade precisa ser alterada caso o país queira aproveitar o contexto internacional de reorganização das cadeias de comércio internacional de gás natural liquefeito propiciada pela guerra entre Rússia e Ucrânia. Para o gás natural, destacam-se as reservas presentes nas bacias terrestres de novas fronteiras Parnaíba e Solimões.

Conforme o estudo *Produção de Petróleo Terrestre no Brasil*, publicado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social...

Deixe-me só prosseguir aqui. (*Pausa.*)

Só um momento, Presidente, porque faltou um pedaço aqui da análise. (*Risos.*) (*Pausa.*)

Então, novamente... Conforme o estudo *Produção de Petróleo Terrestre no Brasil*, publicado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 2019, não há dados individualizados sobre 15 bacias terrestres. Os autores do estudo argumentam que é provável que haja reservas de hidrocarbonetos nas bacias: Alagoas, Amazonas, Campos, Ceará (mar), Espírito Santo-Mucuri, Parnaíba, Potiguar, Recôncavo, Santos, Sergipe-Alagoas, Sergipe, Solimões e Tucano Sul, que ainda não estão mapeadas.

As bacias terrestres já em exploração enfrentam processo de esgotamento de recursos. Mesmo assim, a exploração econômica desses campos maduros é rentável para operadoras de pequeno e médio porte, o que é benéfico ao mercado, uma vez que possibilita uma menor concentração.

Do ponto de vista das universidades e centros de pesquisa, não resta dúvida do mérito da proposição. A maioria das universidades brasileiras têm cursos de geologia e áreas afeitas à extração de hidrocarbonetos. Mesmo assim, os recursos são concentrados em poucas universidades, principalmente aquelas localizadas no litoral, próximas a campos de exploração de petróleo. O PL 5.066, de 2020, corrige essa discrepância, contribuindo para a inovação aberta e transversal entre empresa e universidades, em vários pontos do território nacional.

Quanto às emendas propostas em Plenário, elas modificam o percentual previsto no art. 3º, o tempo de vigência e a *vacatio legis*. Consideramos que o ilustre autor, diante das áreas do conhecimento que recebem recursos da cláusula de pesquisa, desenvolvimento e inovações e do tempo necessário para atualização dos regulamentos e adaptação das empresas, fez uma análise criteriosa antes de decidir pela alocação de 5% para mapeamento geológico das bacias terrestres, e também pela *vacatio legis* de 180 dias e pela vigência de cinco anos dos arts. 3º e 4º.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Consequentemente, não consideramos adequado alterar o espírito original do projeto e o intento de seu autor.

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, votamos pela aprovação do PL nº 5.066, de 2020, com a seguinte emenda de redação, e pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 1 e 2.

EMENDA Nº – CCT

Dê-se ao parágrafo único do art. 3º do PL nº 5.066, de 2020, a seguinte redação: [...]

Ela elimina o parágrafo único.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Agradeço, Senador Astronauta Marcos Pontes.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Item 1 da nossa pauta.

2ª PARTE
ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 3817, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.958, de 20 dezembro de 1994; a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; a Lei nº 10.973, de 2 dezembro de 2004; e a Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, e dá outras providências para ampliar o financiamento da educação superior no País.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Pela aprovação do projeto com três emendas que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Educação e Cultura após a deliberação da CCT.

Senadora Davi Alcolumbre, concedo-lhe a palavra para a leitura do relatório do PL 3.817, de 2019.

Com a palavra, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

O PL nº 3.817, de 2019, vem ao exame desta Comissão, conforme determina o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal. Compete a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes ao desenvolvimento científico, tecnológico e à inovação tecnológica, à política nacional de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática e à organização institucional do setor.

As alterações no marco legal introduzidas pelo PL sob análise certamente contribuirão para a criação de maiores oportunidades de geração de receitas para o financiamento de universidades e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

instituições de pesquisa, como é a intenção expressa de sua autora, a ilustre Senadora Leila Barros. A criação dessas oportunidades adicionais para a geração de recursos é de grande importância para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, especialmente no atual momento de penúria de recursos públicos pelos quais estão passando as instituições de ensino e pesquisa.

Com o objetivo de aprimorar a matéria, sugerimos a supressão e a alteração de alguns dos dispositivos do projeto de lei para aumentar sua eficácia. Esse é o caso, por exemplo, do art. 4º, segundo o qual as Instituições Federais de Ensino Superior e os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia são obrigados a dividirem a receita de patentes ou modelos de utilidade com agências, tais como o CNPq e a Finep, que financiaram o seu desenvolvimento. Tal compartilhamento compulsório de receita representaria uma redução daquilo que poderia vir a ser recebido pelos pesquisadores inventores, pelas universidades ou pelos institutos federais de pesquisa ou suas fundações, reduzindo assim o potencial financiamento a essas instituições, fragilizando o mecanismo de incentivos criado pela Lei de Inovação e dificultando a manutenção da estrutura física e de pessoal dos Núcleos de Inovação Tecnológica das ICTs.

O art. 6º do PL busca introduzir dois artigos na Lei nº 13.800, de 2019, que cria os fundos patrimoniais. O primeiro artigo autoriza a transferência de bens imóveis para fundos patrimoniais por parte de entidades apoiadas por esses fundos. Caso isso ocorra, tal transferência representaria o congelamento e a possível corrosão dos resultados da alienação do patrimônio daquelas instituições dado que, como previsto no art. 16 da Lei dos Fundos Patrimoniais, apenas os rendimentos do principal, depois de descontada a inflação e retirada a taxa de administração da instituição financeira que administra as aplicações do fundo, poderão ser destinados a projetos da instituição apoiada pelo fundo. Ademais, a referida transferência nos moldes propostos seria ilegal porque os fundos patrimoniais foram criados para mobilizar exclusivamente "doações de pessoas físicas e jurídicas privadas", como define o próprio *caput* do art. 1º da lei que criou tais fundos.

O art. 7º do PL autoriza a alienação ou a cessão de patrimônio das instituições federais de ensino. A alienação do patrimônio parece ser uma solução arriscada para os problemas correntes de financiamento dessas instituições. Nas atuais circunstâncias, muitas universidades poderiam vir a se sentir compelidas a vender seu patrimônio para o financiamento de gastos correntes às custas do comprometimento das possibilidades futuras de seu crescimento, expansão ou modernização.

Voto, Presidente.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.817, de 2019, com as seguintes emendas.

Primeira emenda:

EMENDA Nº – CCT

Suprima-se o art. 4º do Projeto de Lei nº 3.817, de 2019, e renumerem-se os demais.

Segunda emenda:

EMENDA Nº – CCT

Dê-se ao art. 6º do Projeto de Lei nº 3.817, de 2019, a seguinte redação:

"Art. 6º. A Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos.

Art. 14-A. O doador para Fundo Patrimonial fica autorizado a divulgar a doação.

Parágrafo único. Pode a entidade apoiada divulgar nos seus espaços o nome de doadores, inclusive conceder nomes de pessoas físicas ou jurídicas a espaços financiados ou mantidos por doadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Art. 15-A. As receitas constantes dos incisos XI a XIII do art.13 desta Lei podem ser utilizadas na sua integralidade, inclusive o principal, sendo liberados até 40% (quarenta por cento) no ano da realização da receita, liberando-se até 10% (dez por cento) adicionais a cada exercício subsequente."

Última emenda:

EMENDA Nº – CCT

Dê-se ao art. 7º do Projeto de Lei nº 3.817, de 2019, a seguinte redação:

"Art. 7º Fica autorizada a cessão de direito de superfície por tempo determinado por permuta por área construída ou área reformada nas Instituições Federais de Ensino.

§1º Os procedimentos previstos no *caput* devem ser antecedidos de audiência pública e licitação ou chamamento público.

§2º A licitação ou chamamento público devem ser precedidos dos respectivos projetos executivos.

§3º O procedimento previsto no *caput* deste artigo deve ser aprovado no Conselho Superior de Administração, ou órgão equivalente, da instituição federal de ensino."

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senadora Damares Alves. Parabéns pela matéria!

Dou os parabéns também, especialmente, à Senadora Leila Barros. É uma matéria muito importante para o financiamento das universidades e para a ampliação das possibilidades. Muito interessante o trabalho.

Vamos lá.

Lido o relatório, vou colocar em votação...

Coloco em discussão, desculpe.

Os Senadores e Senadoras que queiram discutir a matéria estão...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para discutir.) – Eu só quero também...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para discutir.) – ... aproveitar e parabenizar tanto a autora, a Senadora Leila, quanto a Relatora, a nossa querida Damares, ambas aqui do Distrito Federal.

Eu tive a oportunidade, ainda como Deputado, de votar essa matéria há alguns anos, com a nossa Deputada Furlan, que iniciou esse processo.

E realmente é o que acontece no mundo todo. O Brasil precisa dar mais liberdade, porque as universidades têm uma capacidade imensa de arrecadar, e, nos países, muitas são financiadas com ex-alunos. Então, dar mais abertura, e essa lei amplia, é importante para o conhecimento e para a educação.

Então, parabenizo e já recomendo, se houver encaminhamento, se for nominal, o voto "sim" – já voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Pois não, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Eu também gostaria de parabenizar por essa iniciativa.

Uma parte expressiva da pesquisa, no país, é feita dentro das nossas universidades, e a transformação desse conhecimento em novos produtos e serviços de bases tecnológicas são essenciais para o desenvolvimento da inovação e do empreendedorismo tecnológico no país.

Esse é um ótimo início de uma mudança no financiamento das universidades, que muitas vezes passam por dificuldades. E isso, sem dúvida nenhuma, vai permitir também uma ampliação do investimento em pesquisa e desenvolvimento no país, que é o que a gente busca.

Eu tenho a PEC 31, a chamada PEC da ciência, que já tem as assinaturas e agora está na CCJ para aprovação. Eu tenho certeza de que não devemos ter nenhuma resistência de nenhuma parte, porque, afinal de contas, todos nós somos a favor do desenvolvimento tecnológico do país. Nessa PEC 31, a gente busca ampliar o financiamento de pesquisa e desenvolvimento no país, do nível atual – muito baixo – de 1,14% do PIB, para um nível mínimo de 2,5% do PIB em um prazo de 10 anos, o que nos aproxima dos países da OCDE, que, em média, investem 2,71% do PIB. Então, dá para notar que a gente está bem distante do objetivo, mas isso é o que essa PEC 31 preconiza: justamente a articulação de todas as esferas do Governo, do setor público, a nível de União, estados e municípios, junto com o setor privado também, para que os investimentos conjuntos cheguem a esse patamar. E isso vai mudar os destinos do país, melhorando, certamente, todas as áreas. Todas elas dependem de tecnologia, então, áreas de saúde, agricultura, defesa, segurança pública – tudo isso que a gente fala tanto – podem ser e serão melhoradas com maior investimento. E acho que esse projeto de lei tem uma participação muito grande nisso, para a gente dar um devido valor ao financiamento das nossas universidades.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Marcos Pontes.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o PL 3.817, o relatório, como apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Educação e Cultura.

Tenho aqui uma comunicação, desta vez já com relação às emendas para o Orçamento.

De acordo com a Secretaria da CMO, o prazo para a apresentação de emendas a Lei Orçamentária Anual será do dia 8 ao dia 21, até 16h. E aqui o Senador Marcos Pontes está com a relatoria das emendas para a LOA, e eu vou trazer para mim a relatoria das emendas para o Orçamento.

Os Senadores concordam? (*Pausa.*)

Obrigado.

Está aprovado.

Senador Izalci, item 8.

2ª PARTE
ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 35, DE 2023
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir e acompanhar o projeto de conectividade das escolas públicas de ensino fundamental, em fase de implementação pelo Governo Federal, com recursos públicos da União estimados em R$ 2,7 bilhões, além de outros R$ 3 bilhões decorrentes da contrapartida financeira oferecida pelas empresas vencedoras da licitação do "Leilão do 5G" para a aquisição das radiofrequências leiloadas pela Anatel.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir e acompanhar o projeto de conectividade das escolas públicas de ensino fundamental, em fase de implementação pelo Governo Federal, com recursos públicos da União estimados em R$2,7 bilhões, além de outros R$3 bilhões decorrentes da contrapartida financeira oferecida pelas empresas vencedoras da licitação do Leilão do 5G para a aquisição das radiofrequências leiloadas pela Anatel.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Sr. Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, Diretor do Departamento de Investimento e Inovação do Ministério das Comunicações; a Sra. Ana Úngari Dal Fabbro, Coordenadora-Geral de Tecnologia e Inovação na Educação Básica do Ministério da Educação; o Sr. Vicente Bandeira de Aquino Neto, Diretor da Anatel e Presidente do Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas (Gape); a Sra. Paula Martins, Presidente da Entidade Administradora da Conectividade de Escolas (Eace); e o Sr. Nelson Simões da Silva, Presidente da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).

Então, Presidente, a gente está falando em conexão das escolas desde, sei lá... Eu comecei a discutir isso em 2011, lá na Câmara – ainda era um projeto do Mercadante, que era Deputado à época – , a gente tentando utilizar os recursos do Fust, e foi sendo empurrado com a barriga. Você vê que hoje as escolas sequer têm conectividade. Quer dizer, qual é o atrativo que tem hoje uma escola pública, sem laboratório de ciências, sem internet, sem conectividade?

Então, como o volume é muito alto, a gente precisa acompanhar. A gente precisa saber como anda essa questão da conectividade nas escolas, que é uma promessa de anos e anos, e a gente não vê a coisa acontecendo. Aliás, há alguma coisa acontecendo, inclusive de forma inadequada: onde já tem, inclusive, cabo ótico estão utilizando outros mecanismos, em vez de cuidar de onde mais precisa. Então, é mais para a gente ficar a par. O Senado tem essa quase que obrigação de acompanhar as políticas públicas.

É nesse sentido que eu peço o apoio para a aprovação do requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Consulto se há quem queira usar da palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar da palavra, coloco em votação.

Senadoras e Senadores que aprovam o Requerimento nº 35, de 2023, do Senador Izalci, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A Secretaria da Comissão tomará as devidas providências.

O item 2, que era o nosso último item, o Senador Beto Faro pediu para retirá-lo; será, posteriormente, encaminhado para nova avaliação futura.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

2ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2
PROJETO DE LEI Nº 4007, DE 2020
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para prever a não ofensa aos direitos autorais do uso de imagens de obras por museus.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)
Relatoria: Senador Beto Faro
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Educação e Cultura após a deliberação da CCT.)

Fazendo uma correção aqui, as emendas à Lei Orçamentária serão até o dia 22, às 16h, e não dia 21, como eu li; houve uma correção aqui por parte da Secretaria. Então, está sendo comunicado a todos.

Não havendo mais assuntos a tratar, terminadas todas as proposições para esta sessão, declaro encerrada a presente reunião...

Ah, antes... Na próxima terça-feira teremos uma reunião semipresencial para avaliação das propostas de emendas, no dia 22.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Não, depois do feriado.

Já está comunicado a todos os Srs. Senadores.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às onze horas e dez minutos do dia quatorze de novembro de dois mil e vinte e três, no Plenário Virtual de Comissão, sob a Presidência da Senadora Eliziane Gama, reúne-se a Comissão de Defesa da Democracia com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Marcos do Val, Soraya Thronicke, Alan Rick, Teresa Leitão, Ana Paula Lobato, Otto Alencar, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Jaime Bagattoli e Dr. Hiran, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Flávio Arns, Zenaide Maia, Augusta Brito, Wilder Morais, Angelo Coronel e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Randolfe Rodrigues, Carlos Portinho e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **1ª Parte - Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO/2024)**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas desta comissão ao PLN nº 4/2023 – CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências. RELATORA: Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, pela apresentação das seguintes 3 (três) emendas ao anexo de Prioridades e Metas: **(01)** AÇÃO: 163A – CONSTRUÇÃO DO MUSEU NACIONAL DA DEMOCRACIA BRASILEIRA | META: 100; **(02)** AÇÃO: 21GF – AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO EFETIVA DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER E DECISÃO | META: 158 e; **(03)** AÇÃO: 20YV – DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO | META: 693.654; e à seguinte emenda de texto: **(01)** EMENTA: 01-T-CDD - Eliziane Gama - Defesa da Soberania Nacional e da Democracia | TIPO: aditiva | ADIÇÃO: depois | REFERÊNCIA: Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 16, Inciso IV | TEXTO PROPOSTO: V – Atender políticas públicas para a defesa da soberania nacional e da democracia. **2ª Parte - Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA/2024)**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas desta comissão ao PLN nº 29/2023 – CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024. RELATORA: Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, pela apresentação das seguintes 4 (quatro) emendas de apropriação: **(01)** Ação: 163A - Construção do Museu Nacional da Democracia Brasileira | unidade orçamentária: 42101 - Ministério da Cultura - Administração Direta | Valor: R$: 30.000.000; **(02)** Ação: 21F0 – Democratização do Acesso à Justiça e à Cidadania | unidade orçamentária: 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta | Valor: R$ 10.000.000; **(03)** Ação: 21GF - Ampliação da Participação Efetiva das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão | unidade orçamentária: 65101 - Ministério das Mulheres - Administração Direta | Valor: R$ 10.000.000; **(04)** Ação: 20YV - Democratização das Relações de Trabalho | unidade orçamentária: 40101 - Ministério do Trabalho e Emprego – Administração Direta | Valor: R$ 10.000.000. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião e da 4ª reunião, que são aprovadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e seis minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Eliziane Gama
Presidente da Comissão de Defesa da Democracia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/14

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª reunião da Comissão de Defesa da Democracia da 1ª Sessão Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de novembro de 2023.

A presente reunião destina-se à deliberação das emendas da Comissão de Defesa da Democracia que serão apresentadas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao Projeto de Lei Orçamentária Anual referente ao ano de 2024.

Informo que esta Comissão recebeu, no prazo estabelecido por esta Presidência, dez propostas de emenda ao PLDO, sendo uma de texto e nove ao Anexo de Metas e Prioridades, e oito propostas de emenda ao PLOA, sendo todas as oito de apropriação.

Passo, então, a palavra à Senadora Soraya Thronicke para que faça a leitura dos relatórios referentes ao PLOA e também ao PLDO.

Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente, Senadora Eliziane, bom dia a todos que nos acompanham.

Eu tenho apenas uma dúvida aqui: de qual dos relatórios nós faremos a primeira leitura? Eu tenho dois relatórios em mãos.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. *Por videoconferência*.) – Soraya, você pode ficar à vontade. Pode seguir e fazer, na sequência, os dois relatórios, porque nós aglutinamos, na verdade, a leitura dos dois relatórios apenas nesta reunião.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Está o.k.

Então, vamos iniciar com o relatório sobre as indicações de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2024, Projeto de Lei nº 29/2023, do Congresso Nacional.

O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em 31 de agosto de 2023, o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024, que é o 29/2023 (Ploa 2024), em seguida encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), consoante prevê o art. 166, §1º, da Constituição Federal. A CMO fixou o prazo de 7 de novembro de 2023 a 23 de novembro deste ano para apresentação de emendas ao Ploa 2024.

A Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, dispõe, em seus arts. 43 a 45, sobre as emendas das comissões permanentes a serem apresentadas ao Ploa. As emendas de comissão, em número de até quatro de apropriação e de até quatro de remanejamento, devem ser apresentadas juntamente com a ata da reunião que decidir por sua apresentação.

Devem também possuir caráter institucional e representar interesse nacional, vedada a destinação a entidades privadas, salvo se contemplarem programação constante do projeto.

De acordo com as Diretrizes e Orientações do Comitê de Admissibilidade de Emendas, da CAE, o caráter institucional refere-se à compatibilidade da ação proposta com as competências regimentais da Comissão

Ademais, pelo mesmo documento da CAE, só poderão ser destinados recursos a entidades privadas quando a emenda contemplar programação que, no projeto de lei, contenha modalidade de aplicação 50, referente às transferências a entidades privadas.

Nesse contexto, esta Comissão de Defesa da Democracia do Senado Federal delibera sobre as indicações que resultarão nas emendas a serem apresentadas ao Ploa 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sob a análise desta Comissão, encontram-se oito sugestões de emendas apresentadas pelas Senadoras Eliziane Gama, Soraya Thronicke e Teresa Leitão.

As indicações contemplam programações orçamentárias variadas e estão relacionadas em quadro anexo a este parecer, com número atribuído a cada proposta de emenda pela Secretaria da Comissão.

Não foram apresentadas sugestões de emendas ao texto, nem de emendas de remanejamento.

Este é o relatório.

Eu já passo à análise.

Inicialmente, importa consignar que todas as sugestões apresentadas são meritórias. Entretanto, para que a Comissão não corra o risco de ter suas emendas inadmitidas pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas, é preciso observar os limites regimentais.

A sugestão de nº 2, que destina recursos da ação "21G5 – Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos e Reparação de Violações" a entidade privada, não encontra amparo regimental, pois só poderia ser admitida se já houvesse, no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, alguma dotação, no âmbito da mesma ação, classificada na modalidade de aplicação 50, que são as transferências a instituições privadas sem fins lucrativos. Como este não é o caso, há vedação expressa, em se tratando de emenda de Comissão. Note-se que a entidade interessada pode, por outra via, buscar recursos de emendas individuais.

O número de indicações de emendas de apropriação extrapola o limite de quatro emendas desse tipo reservadas à Comissão de Defesa da Democracia. Assim, a observância do limite máximo exigiu análise minudente, com fundamentos colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006-CN. Por conta do limite quantitativo, não foi possível o acolhimento das Sugestões de nºs 4 e 7.

Dessa forma, propomos emendas que destinem recursos às seguintes ações:

- Emenda 163A – Construção do Museu Nacional da Democracia Brasileira", no âmbito do Ministério da Cultura, na forma da Sugestão de nº 1 (a Sugestão de nº 5 também se refere à mesma ação), com valor de R$30 milhões;

- Emenda 21F0 – Democratização do Acesso à Justiça e à Cidadania", no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na forma da Sugestão de nº 3, com valor de R$10 milhões;

- Emenda 21GF – Ampliação da Participação Efetiva das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão", no âmbito do Ministério das Mulheres, na forma da Sugestão de nº 6, com valor de R$10 milhões;

- Emenda 20YV – Democratização das Relações de Trabalho", no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, como proposto pela Sugestão de nº 8, mas com as seguintes alterações: 1) valor de R$10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões; 2) modalidade de Aplicação 90, que são as aplicações diretas; e 3) cancelamentos compensatórios no sequencial 2128, GND 3, RP 2, IU 0.

Entendemos que essas ações tratam de temas correlatos ao fortalecimento da democracia e do Estado de direito e, portanto, se inserem nas atribuições regimentais desta Comissão de Defesa da Democracia, de acordo com o art. 104-D, XIII, do Regimento Interno do Senado Federal.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela inadmissão da Sugestão de nº 2, pela rejeição das Sugestões de nºs 4 e 7 e pela aprovação das demais sugestões, com a apresentação ao Ploa 2024 por esta Comissão de Defesa da Democracia das seguintes emendas, conforme o seguinte quadro:

- 163A – Construção do Museu Nacional da Democracia Brasileira, no valor de R$30 milhões;

- 21F0 – Democratização do Acesso à Justiça e à Cidadania, no valor de R$10 milhões;

- 21GF – Ampliação da Participação Efetiva das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão, no valor de R$10 milhões;

- 20YV – Democratização das Relações de Trabalho, no valor de R$10 milhões.

Ressalte-se que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões tomadas.

Sugerimos, ainda, que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Passo ao segundo relatório.

Acredito, Senadora Eliziane Gama, Presidente, que nós podemos passar diretamente para análise, se V. Exa. concordar.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. *Por videoconferência*.) – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Por videoconferência*.) – O.k.

Foram contempladas nas propostas cinco ações orçamentárias para o Anexo de Prioridades e Metas. Em que pese o mérito das sugestões, pelas normas vigentes, a Comissão poderá apresentar apenas três emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o Ploa 2024 e o PLDO 2024 estão tramitando concomitantemente, propomos uma compatibilização das emendas de despesa sugeridas ao Ploa com as sugeridas para o Anexo de Prioridades e Metas do PLDO, de tal forma que também pudéssemos acolher sugestões de todos os autores. Quanto às metas, somamos as já constantes do Ploa 2024 com aquelas decorrentes dos acréscimos das emendas que propomos a esta Comissão apresentar ao Ploa 2024.

Assim, foram selecionadas as seguintes ações.

1) 163A – Construção do Museu Nacional da Democracia Brasileira; Sugestões 1, 5 e 7, de autoria das Senadoras Eliziane Gama, Soraya Thronicke e Ana Paula Lobato;

2) 21GF – Ampliação da Participação Efetiva das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão, Sugestão nº 6 da Senadora Eliziane Gama;

3) Democratização das Relações de Trabalho, Sugestões 3 e 8, do Senador Humberto Costa e da Senadora Teresa Leitão.

Entendemos que essas ações tratam de temas correlatos ao fortalecimento da democracia e do Estado de direito e, portanto, se inserem nas atribuições regimentais desta Comissão de Defesa da Democracia, de acordo com o art. 104-D, XIII, do Regimento Interno do Senado Federal.

Propusemos, ainda, o acolhimento da sugestão de emenda de texto.

Com efeito, é salutar que se explicite, no texto da LDO, a necessidade de que recursos orçamentários sejam alocados na defesa da soberania nacional e da democracia, como uma vacina contra qualquer atentado às instituições e ao regime democrático.

Passo ao voto, Sra. Presidente.

Em face do exposto, somos pela apresentação, por esta Comissão, da emenda de texto sugerida e das seguintes emendas ao Anexo de Prioridades e Metas:

- Emenda 1, da Ação 163A – Construção do Museu Nacional da Democracia Brasileira, Meta 100;

- Emenda 2, Sugestão nº 6, Ampliação da Participação Efetiva das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão, Meta 158;

- Emenda 3, Sugestão nº 3, Democratização das Relações de Trabalho, Meta 693.654.

Assim, serão acolhidas as Propostas nºs 1, 3, 5, 6, 7 e 8, na forma das Propostas de nºs 1, 3 e 6, com rejeição das demais sugestões, conforme foi exposto anteriormente.

Ressalte-se que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões tomadas. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Presidente Eliziane Gama, esses são os relatórios e o voto.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Senadora Soraya Thronicke. Meus cumprimentos e parabéns pelo seu relatório.

Finalizada a leitura, o relatório referente à apresentação de emendas ao PLDO está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Iniciada a votação da apresentação de emendas ao PLDO pela Comissão de Defesa da Democracia, nos termos do relatório da Senadora Soraya Thronicke.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada, portanto, a apresentação de emendas ao PLDO por esta Comissão, nos termos do relatório.

Deliberação das emendas ao Ploa.

O relatório referente à apresentação de emendas ao Ploa está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Iniciada a votação da apresentação de emendas ao Ploa pela Comissão de Defesa da Democracia, nos termos do relatório da Senadora Soraya Thronicke.

Os Senadores e as Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação de emendas ao Ploa por esta Comissão, nos termos do relatório.

Vamos então à aprovação da ata.

Nos termos do art. 44, inciso I, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, as emendas da Comissão devem ser apresentadas à CMO, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião, juntamente com a da 4ª Reunião da Comissão de Defesa da Democracia.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, Senadora Soraya Thronicke, eu quero lhe agradecer profundamente por ter aceitado a nossa indicação como Relatora desta Comissão.

Estão solicitando aqui que eu marque a presença... Agora, como é que eu faço para marcar a presença, meus colegas? Eu estou presente. (*Risos.*)

Eu vou encerrar esta reunião, solicitando que fiquem apenas mais três minutos com o sistema no ar para que a minha presença possa ser consignada, mas eu tenho a Soraya como minha testemunha de que eu estava presente na reunião. (*Risos.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Por videoconferência*.) – Eu e todo o povo brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Obrigada, querida Soraya.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Defesa da Democracia com a presença dos Senadores Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Teresa Leitão, Humberto Costa e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Flávio Arns, Zenaide Maia, Wilder Morais, Professora Dorinha Seabra e Vanderlan Cardoso, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Ana Paula Lobato, Carlos Portinho, Magno Malta e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta. **Emendas da comissão ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2024-2027**. **Finalidade**: Discussão e votação das emendas desta comissão ao PLN nº 28/2023 – CN, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027". RELATORA: Senadora Ana Paula Lobato. RELATORA AD HOC: Senadora Teresa Leitão. **Resultado**: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, pela apresentação das 3 (três) emendas a seguir: **Emenda 1**: "Ampliação da Participação Efetiva das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão", PROGRAMA: "5661 – Igualdade de Decisão e Poder para Mulheres", OBJETIVO ESPECÍFICO: "0057 – Fortalecer a capacidade institucional e de gestão das políticas públicas para Mulheres", com metas propostas de 400 para 2025, 400 para 2026 e 400 para 2027, num total de 1500, quanto ao indicador "Organismo de Políticas para Mulheres - OPM reestruturados"; **Emenda 2**: "Ampliar a Democracia Participativa e a Transparência", PROGRAMA: "4101 – Comunicação Pública e Governamental", OBJETIVO ESPECÍFICO: "0021 – Melhorar os canais de acesso às informações oficiais", com metas propostas de 65 para 2025, 70 para 2026 e 75 para 2027, num total de 260, quanto ao indicador "Taxa de satisfação do usuário com os canais de acesso às informações oficiais publicadas no DOU (Portal e APP)"; **Emenda 3**: "Reconstrução da Participação Social e da Democracia", PROGRAMA: "1149 – Reconstrução, Ampliação e Aprofundamento da Participação Social e da Democracia", OBJETIVO ESPECÍFICO: "0062 – Promover, por meio do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), o diálogo social em âmbito nacional e internacional, visando debater temas relevantes de interesse da sociedade", com metas propostas de 5 para 2025, 5 para 2026 e 5 para 2027, num total de 17, quanto ao indicador "Quantidade de Reuniões Plenárias do CDESS". A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e três minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Soraya Thronicke
Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Defesa da Democracia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/28

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª reunião da Comissão de Defesa da Democracia da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 28 de novembro de 2023.

A presente reunião destina-se à deliberação das emendas da Comissão de Defesa da Democracia a serem apresentadas ao Projeto de Lei do Plano Plurianual, para o período de 2024 a 2027, PLN nº 28/2023 do Congresso Nacional.

Informo que esta Comissão recebeu, no prazo estabelecido por esta Presidência, sete propostas de emendas ao PLPPA, sendo uma de investimento e seis de objetivos.

Passo então a palavra à Relatora *ad hoc*, Senadora Teresa Leitão, para que faça a leitura do seu relatório.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Em substituição à Senadora Ana Paula Lobato, portanto, vou ler o relatório preparado com muito esmero pela Relatora.

O Congresso Nacional recebeu do Poder Executivo, em 31/08/2023, o Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2024-2027, Projeto de Lei nº 28/2023-CN – PLPPA 2024-2027, que foi encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, conforme resoluções e disposições regimentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Resolução nº 1, do Congresso Nacional, no art. 99, atribui ao Parecer Preliminar dispor sobre apresentação e apreciação de emendas individuais e coletivas ao projeto de PPA. O relator da matéria propôs, como regras de emendamento, o quantitativo de três emendas à despesa por autor (individual, comissão e bancada estadual), de acordo com o item 2.3.2, "c", do Parecer Preliminar.

Nos termos do art. 100 da Resolução supramencionada, aplicam-se, no que couber, às emendas às ações orçamentárias do plano plurianual, as disposições relativas às emendas à despesa do projeto de lei orçamentária anual. Devem, portanto, possuir caráter institucional e representar interesse nacional, vedada a destinação a entidades privadas, salvo se contemplarem programação constante do projeto.

Passo direto, Sra. Senadora, à análise.

Foram apresentadas indicações de emendas à despesa em número que extrapola o limite máximo de três emendas desse tipo reservadas à nossa Comissão. Assim, a observância do limite máximo exigiu análise, com fundamentos colhidos na legislação, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006-CN.

Importa consignar que as indicações atendem os requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional e mantêm relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos.

Outro requisito que julgamos atendido é o de apresentar interesse nacional.

Podemos afirmar que todas as indicações exibem grande mérito. Contudo, dada a restrição numérica, os critérios de seleção visaram apoiar propostas alinhadas às prioridades das políticas públicas a cargo dos órgãos afins às competências desta Comissão.

Vamos para o voto, então.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao PLPPA 2024-2027, por esta Comissão, das seguintes propostas de emendas à despesa, conforme V. Exa. já anunciou:

a) no âmbito do Programa "5661 – Igualdade de Decisão e Poder para Mulheres", a Emenda nº 1, para o Objetivo Específico "0057 – Fortalecer a capacidade institucional e de gestão das políticas públicas para Mulheres", com metas propostas de 400 para 2025, 400 para 2026 e 400 para 2027, quanto ao indicador "Organismo de Políticas para Mulheres - OPM reestruturados", conforme as indicações de nºs 2 e 7, de autoria das Senadoras Eliziane Gama e Soraya Thronicke;

b) no âmbito do Programa "4101 – Comunicação Pública e Governamental", acolhemos a Emenda nº 2, com o Objetivo Específico: Melhorar os canais de acesso às informações oficiais", com metas propostas de 65 para 2025, 70 para 2026 e 75 para 2027, quanto ao indicador "Taxa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de satisfação do usuário com os canais de acesso às informações oficiais publicadas no Diário Oficial da União, conforme as indicações de nºs 4 e 6, de autoria das Senadoras Eliziane Gama e Soraya Thronicke.

c) no âmbito do Programa "1149 – Reconstrução, Ampliação e Aprofundamento da Participação Social e da Democracia", acolhemos a Emenda nº 3, para o Objetivo Específico "0062 – Promover, por meio do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o diálogo social em âmbito nacional e internacional, visando a debater temas relevantes de interesse da sociedade", com metas propostas de 5 para 2025, 5 para 2026 e 5 para 2027, quanto ao indicador "Quantidade de Reuniões Plenárias do CDESS", conforme as indicações de nºs 3 e 5, das Senadoras Eliziane Gama e Soraya Thronicke.

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões ora tomadas. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esse é o voto, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Muito obrigada, Senadora Teresa Leitão.

Muito obrigada também pela disponibilidade.

Finalizada a leitura, o relatório referente à apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Plano Plurianual está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Votação.

Em votação a apresentação das emendas ao PLPPA da Comissão de Defesa da Democracia, nos termos do relatório da Senadora Teresa Leitão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação de emendas ao PLPPA, por esta Comissão, nos termos do relatório apresentado.

Nos termos do art. 44, inciso I, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, as emendas da Comissão devem ser apresentadas à Comissão Mista de Orçamento juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião da Comissão de Defesa da Democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Gostaria de questionar a vocês se podemos encerrar ou ainda aguardamos um momento ou suspendemos. (*Pausa.*)

Alguma coisa a tratar, Senadora? Tudo o.k.?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tudo o.k., Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O.k.

Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigada e uma boa semana aqui no Congresso Nacional para todos.

(*Iniciada às 11 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quatro minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Beto Faro, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Confúcio Moura, Leila Barros, Alessandro Vieira, Zequinha Marinho, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Nelsinho Trad, Jaques Wagner, Teresa Leitão, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Mauro Carvalho Junior, Tereza Cristina, Damares Alves e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Zenaide Maia, Wilder Morais e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Giordano, Marcos do Val, Eliziane Gama, Sérgio Petecão e Rogerio Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública Interativa (BNDES), atendendo ao requerimento REQ 55/2023 - CMA, de autoria Senador Beto Faro (PT/PA). Finalidade: Debater sobre os propósitos e as bases operacionais da chamada Coalizão Verde, firmada durante a Cúpula da Amazônia por instituições financeiras dos países amazônicos, lideradas pelo BNDES e BID, e os programas de investimentos específicos do BNDES para a Amazônia visando o desenvolvimento econômico e social sustentável da região. Participante: Sr. Aloizio Mercadante, Presidente do BNDES. Resultado: Audiência pública interativa realizada. 2ª Parte – Apreciação do Plano de Trabalho de Avaliação de Política Pública: "Proposta de Plano de Trabalho, apresentado pelo senador Confúcio Moura, relator, para avaliação, em 2023, da Política Nacional de Saneamento Básico, nos termos do art. 96-B, do RISF, em atendimento ao REQ 20/2023-CMA." Autoria: Sen. Confúcio Moura. Resultado: Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Beto Faro
Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/31

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 31 de outubro de 2023.

A presente reunião está dividida em duas partes: a primeira destina-se à realização de audiência pública; e a segunda, à deliberação do plano de trabalho para avaliação da Política Nacional de Saneamento Básico.

A audiência pública, nesta primeira parte, tem o objetivo de debater sobre os propósitos e as bases operacionais da chamada Coalizão Verde, firmada durante a Cúpula da Amazônia por instituições financeiras dos países amazônicos liderados pelo BNDES e pelo BID, e sobre os programas de investimentos específicos do BNDES para a Amazônia, visando ao desenvolvimento econômico, social e sustentável da região, em atendimento ao Requerimento nº 55 de 2023, CMA, de autoria do Senador Beto Faro.

Já está aqui na mesa o nosso Presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, a quem agradeço pela presença, assim como a de toda a equipe.

Cumprimento aqui o Senador Kajuru.

Estamos aguardando a nossa Presidenta Leila, que está vindo daqui a pouco. Todo mundo sabe que ela está se recuperando, inclusive, de um tratamento de saúde.

O Confúcio também confirmou.

Registro a presença do nosso ex-Senador e sempre Senador Paulo Rocha, hoje Superintendente da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia); do ex-Ministro Gregolin; do Deputado Airton Faleiro; e da Deputada Dilvanda Faro, do Pará.

Cumprimento aqui todos que estão participando. Com certeza, muitos vão chegar.

Presidente Mercadante, nós estamos numa semana em que o trabalho é híbrido. Então, a presença de Senadores aqui em Brasília... Não é casa cheia, nesta semana, e muitos vão participar pelo sistema eletrônico, mas, para nós, esta audiência é fundamental para conhecer mais daquilo que você e outros anunciaram durante a Cúpula da Amazônia, o que é importantíssimo para a Amazônia, que tem uma carência, inclusive, de financiamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente percebe, nesse último período, nesse período em que você assumiu a Presidência, essa aproximação com a região, o diálogo que você tem feito na região. Os anúncios que têm sido feitos na região são fundamentais. Para o Senado, aqui, é importante ouvir todas essas indicações que V. Exa. tem feito.

Portanto, eu passo a palavra... (*Pausa.*)

Passo a palavra ao Presidente Mercadante por algo em torno de 30 minutos, e a gente vai administrando aqui o tempo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Para expor.) – Eu queria, em primeiro lugar, dizer que me sinto muito honrado por estar participando desta audiência na Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, Casa em que eu estive por oito anos intensos e naquela função difícil que é a Liderança do Governo. É um pouco São Sebastião, cada dia uma flecha, mas foi um período muito rico de desafios e de construção coletiva.

Eu queria agradecer ao Senador Beto Faro, que representa com tanta dedicação e competência o Estado do Pará, por essa iniciativa, por essa oportunidade; agradecer a presença do Senador Kajuru, essa poderosa voz do esporte brasileiro, agora na política, uma transição complexa, mas importante para o esporte e para a política; agradecer a presença do Paulo Rocha, hoje Superintendente da Sudam e também Deputado – chegamos juntos aqui, como Deputados, em 1990, e ele sempre na luta, sempre ajudando a construir; já estávamos antes, nos anos 70 e 80, participando da construção da CUT em todo o processo; então, é muito bom, grande amigo –; agradecer ao ex-Ministro Gregolin por estar aqui participando desta iniciativa e aos nossos Deputados Airton Faleiro e Dilvanda, também duas vozes poderosas na defesa da Amazônia. Quero desejar um bom mandato a vocês todos.

Eu queria também citar aqui o Gonzaga, que foi meu assessor quando eu era Presidente da CAE, extraordinário assessor; a Cacá, que foi minha Chefe de Gabinete, depois foi comigo para o MEC, para o Ministério da Ciência e Tecnologia, depois foi para a Casa Civil, depois voltou para o MEC. Aí, quando eu saí, ela falou: "Não, não, agora eu vou me aposentar", mas se desaposentou, voltou para o Senado de novo e agora está lá no BNDES. (*Risos.*) Ela é igual ao Gonzaga, são os dois desaposentados. Todo mundo briga para se aposentar, e os caras se desaposentam, mas é porque gostam muito dessa atividade e a exercem com muita competência.

Eu queria saudar também o Danilo Molina, Assessor de Comunicação; o nosso Leonardo, o Léo, que coordena um pouco a nossa assessoria legislativa, junto com a Cacá, e que tem um excelente trabalho; o Nabil, assessor da área de meio ambiente, um servidor muito dedicado e competente na definição da política ambiental.

Vou fazer uma apresentação breve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria começar dizendo, aqui no Senado Federal, o seguinte: eu acho que nós estamos vivendo um momento...

E tem o Alexandre... Não, bom...

Nós estamos vivendo aqui um momento extraordinário.

Está aqui o Gerson Teixeira também, que está atrás, escondido atrás ali. Agora ele se levantou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – É porque, senão, a gente não vê. Esse também, desde os anos 90, é assessor de tudo que diz respeito à questão agrária, ao financiamento da agricultura e é um quadro extraordinário.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Bom. Está bem acompanhado você.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – É, foi. Então... Vem desde os anos 80 isso, antes de eu vir para cá.

Quero dizer, então, o seguinte: eu acho, Senador Kajuru, Senador Beto Faro, que nós estamos vivendo uma janela histórica de oportunidades para o Brasil, um momento que reúne uma série de convergências que favorece a emergência do Brasil e as potencialidades do Brasil que podem se desenvolver. E é uma conjugação de fatores muito difíceis de você ter na construção de uma nação.

A primeira razão relevante dessa oportunidade histórica é que nós estamos vivendo um período de grandes transformações: um gigantesco desafio na crise climática, uma mudança do paradigma tecnológico-industrial, que é a indústria 4.0, a transição digital. E essa economia digitalizada, essas relações sociais digitalizadas estão tomando conta das mais diversas atividades. Nós estamos, por exemplo, organizando um evento agora sobre inteligência artificial, que vai ter um impacto disruptivo nas profissões, nas atividades, no planejamento, na gestão. Essas mudanças estão reorganizando a economia global.

Nós estamos diante de um novo cenário geopolítico exatamente porque é uma transformação com grandes mudanças. Nós estamos vendo as guerras crescerem, com tragédias humanitárias gigantescas, e esse cenário de tensionamento de guerra coloca o Brasil num lugar diferenciado. Por quê? Porque nós somos um país que, há 150 anos, não tem guerra com nenhum vizinho. Só existem 15 países no mundo que têm relações com todos os demais países da ONU, e o Brasil é um deles. Então, o Brasil é uma referência de estabilidade e de paz. A nossa competente diplomacia sempre teve na paz e na busca de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

soluções diplomáticas o seu norte. Então, neste momento em que o Brasil assume a Presidência do Conselho de Segurança da ONU, assume a Presidência dos Brics, vai assumir a Presidência do Mercosul e assume a Presidência do G20, nós estamos com uma responsabilidade gigantesca num mundo que precisa de estabilidade e precisa de paz, e o Brasil é uma referência, uma segurança, é uma ponte, é uma interlocução que pode contribuir muito de forma diferenciada. Ao mesmo tempo, por ser uma região de estabilidade, nós podemos atrair investimentos e gerar novas oportunidades ao povo brasileiro.

A segunda razão por que nós estamos diante de uma janela histórica de oportunidades é que a humanidade nunca esteve diante de um desafio tão gigantesco quanto é a crise climática. A primeira vez que eu ouvi falar nessa agenda eu era Presidente do Centro Acadêmico lá na USP, há 50 anos, em 1973.

Quero saudar também o nosso Líder Jaques Wagner e agradecer a presença, Senador baiano, Líder do Governo. Eu estava dizendo que Líder do Governo é sempre São Sebastião: cada dia uma flecha, não é, Jaques? (*Risos.*) Em geral, começa muito cedo, quando lê a imprensa. Faz parte.

A segunda razão dessa janela de oportunidade para o Brasil é que a crise climática é muito grave. Eu estava dizendo que a primeira vez que eu ouvi falar em crise climática foi em 1973. Eu era Presidente do Centro Acadêmico da USP, e a ONU lançou o "Uma só Terra", o Dia Internacional do Meio Ambiente.

Faz meio século que essa discussão está posta, mas as evidências científicas foram avançando muito além da percepção da sociedade. E agora nós estamos vivendo os extremos climáticos, com aquecimento... Este é o ano mais quente da história da Terra, o mês mais quente da história da Terra, o dia mais quente da história da Terra foi este ano e, segundo as previsões meteorológicas, os próximos cinco anos, com 98% de probabilidade, serão mais quentes do que este ano. Então, o fenômeno El Niño – os oceanos aqueceram 1ºC –, o degelo, a mudança do pH dos oceanos, tudo isso tem um impacto gigantesco no meio ambiente, no regime hidrológico, e nós estamos assistindo a esses extremos climáticos crescerem.

Lá no banco, a gente sente isso direto, porque o Brasil é um país muito grande. Nós fomos para o Rio Grande do Sul para criar uma linha extraordinária para enfrentar a seca do Rio Grande do Sul com as cooperativas, que já está rodando, de R$1 bilhão, e voltamos, duas semanas depois, para tentar construir uma alternativa. O Governo liberou R$750 milhões lá para infraestrutura e para reconstrução, e precisamos de uma linha para o impacto dessa enchente, uma linha que vai ser operada mais pelo Banco do Brasil e pela Caixa, mas também pelo BNDES. Chegamos, fui para o Pará, o Beto estava lá, e nós estamos com os rios com menor nível de água em 121 anos; quer dizer, os barcos parados, a economia travada, suspensão das aulas, porque toda a logística passa pelo sistema. Então, só não vê quem não quer mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O incêndio que nós tivemos no Canadá em que milhões de hectares de florestas foram queimados impactou toda a indústria de papel e celulose no planeta. Não tem árvore disponível para a demanda global em função daqueles incêndios. E nós tivemos no Havaí e tivemos na Grécia... Então, são muitos os indícios de que o impacto da crise climática, esses extremos climáticos já estão contratados. O que nós podemos discutir é o que nós devemos fazer para impedir que isso se agrave ainda mais, porque isso tem custo econômico, social e também na agricultura. Eu falava da seca no Rio Grande do Sul. Nós fomos lá porque a quebra de safra foi de R$28 bilhões – R$28 bilhões. Isso para não falar na Argentina, onde colapsou o sistema de câmbio com a quebra de safra agrícola em função de uma seca prolongada. Isso é o quê? Isso é o agravamento da crise climática.

Então, eu falava que o Brasil tem uma janela de oportunidade. Por quê? Porque, tanto na questão da estabilidade e da paz quanto na questão da crise climática, nós somos o país que tem o maior patrimônio genético capaz de contribuir para o enfrentamento dessa crise. A Amazônia é o maior retentor de carbono do planeta, é a maior floresta tropical do planeta – nós temos 25% das florestas tropicais do mundo. Ela é decisiva no regime hidrológico, equilibra o regime hidrológico, é fundamental para o clima e, ao mesmo tempo, é a maior biodiversidade genética de fauna, de flora, de microrganismos, de potencial para a bioeconomia. Então, isso é um diferencial muito grande, e nós temos que saber construir uma estratégia de fortalecer esse ativo como uma mudança de paradigma para a economia mundial e para a emergência do Brasil nesse cenário de crise climática.

Além da Amazônia, o Brasil é o país que tem a melhor matriz energética do G20. Nós temos 47% da nossa matriz energética limpa e renovável – o G20, 11%. Nós temos a melhor matriz elétrica, em torno de 79% – às vezes, chega a mais de 80% em função do regime hidrológico –, que são a hidráulica, a solar e a eólica, sendo que o BNDES é o banco no mundo que mais financiou energia renovável e limpa no planeta: 90% das usinas hidroelétricas foram financiadas pelo BNDES; na eólica, 90%, inclusive nós conseguimos internalizar todo o ciclo produtivo de aerogeradores, de pás, de todo o sistema de produção eólica; e, também na solar, quase dois terços são financiados pelo BNDES. Então, essa matriz energética limpa vai ter um papel relevante, porque nós estamos diante de uma mudança na estrutura produtiva e econômica para impulsionar a indústria de baixo carbono e a agricultura de baixo carbono – e a matriz energética é fundamental.

Não será uma transição rápida; é uma ilusão imaginar que nós vamos sair de um século de energia fóssil a petróleo para uma energia renovável – não será. Todos os aviões voam a querosene, os navios têm a matriz... Mesmo aquele navio a vela é um navio e são só 10% do consumo de combustível. No sistema de transporte rodoviário – caminhões, ônibus, automóveis –, nós estamos tendo a transição para a eletromobilidade, mas ela é muito lenta. Dos 80 milhões de carros que são produzidos no mundo, 10 milhões são carros elétricos ou híbridos. O Brasil está entrando nesse ciclo – e tem que entrar nesse ciclo. Nós acabamos de financiar, na primeira operação, 1,6 mil ônibus elétricos para a cidade de São Paulo. Nós vamos ter um salto muito rápido, eu acho, no BNDES, para fazer essa transição para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eletromobilidade, mas é lento, 46% das emissões nas cidades vêm exatamente... Nós somos o segundo país no mundo que mais anda de ônibus, e 42% dos ônibus produzidos na América Latina foram produzidos pelo Brasil. Nós estamos perdendo esse mercado se nós não formos para o ônibus elétrico. Nós já estamos produzindo chassi, carroceria e bateria de lítio no Brasil e estamos exigindo índice de nacionalização crescente para essa indústria.

Essas condições de uma matriz energética limpa, mais o patrimônio genético que nós temos, especialmente a Floresta Amazônica, 25% das florestas tropicais e 35% da área reflorestável do planeta, colocam o Brasil num patamar diferenciado. O mundo inteiro está começando a produzir hidrogênio verde. Nós temos uma matriz que vai impulsionar o hidrogênio verde e, do hidrogênio verde, vamos para o combustível sintético. Tanto a gasolina, como o querosene de aviação, como o combustível de navios, como o diesel, tudo isso vai ser substituído pelo combustível sintético, cuja base é o hidrogênio verde, que é o próximo salto da matriz energética renovável e limpa.

Então, nós estamos diante de um cenário de grandes possibilidades nessa janela de oportunidades do Brasil. E, num momento em que o país tem estabilidade econômica, tem uma taxa de juros que começou a cair de forma sustentada, melhorou o *rating* da economia, tem uma taxa de crescimento – a previsão do FMI era de 0,78%, a projeção é acima de 3%, 3,1% neste ano –; todas essas condições favorecem o Brasil a atrair investimentos. Nós temos que ter sabedoria de construir novos mecanismos para acelerar esse processo – podemos depois discutir isso – para a gente financiar esse novo ciclo e aproveitar essa janela histórica de oportunidade que nós temos hoje no Brasil.

O que é que nós estamos desenvolvendo lá no BNDES?

Primeiro, o BNDES hoje teve um crescimento muito forte na demanda de crédito, Senador Beto. Cresceu em torno de 100% a demanda de crédito no BNDES, mas, na Amazônia, o crescimento ainda é mais espetacular. Nós tivemos um crescimento de 204% na demanda de crédito no BNDES na região da Amazônia – na Amazônia Legal, 204% a mais. As aprovações de crédito cresceram 40%, e o desembolso cresceu 20% na média nacional e 27% na região da Amazônia.

O que nós estamos vendo é que há uma relação muito mais próxima do BNDES... A Amazônia tem um banco, que é o Basa. Fiz uma reunião com o Presidente do Basa, com o Lessa, para a gente ter mais coordenação entre BNDES e Basa. Dá para fazer muito mais coisa juntos e aumentar o nosso potencial de intervenção. A mesma coisa é com o Banco do Brasil. O BNDES não tinha mais relação com o Banco do Brasil, não tinha uma agência do Banco do Brasil dentro do BNDES, servidores do banco não recebem mais pelo Banco do Brasil. Nós estamos mudando isso. Neste ano, já temos quase R$3 bilhões de operações conjuntas com o Banco do Brasil e vamos terminar o ano cada vez mais próximos. E a mesma coisa é com a Caixa, com o BNB, com os outros bancos públicos, para a gente criar um sistema coordenado para induzir e impulsionar o desenvolvimento. Então, junto com o Basa, que tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma taxa de juros que é a TLP – que o BNDES usava no passado;o BNDES não tem mais subsídio, tem a TLP –, nós podemos fazer juntos muito mais coisa pela região.

Eu vou dar os dados da iniciativa privada: em 2001, foram R$5,9 bilhões de desembolso para as empresas do BNDES na região da Amazônia Legal; em 2022, o ano eleitoral, foram R$8,2 bilhões; neste ano, até setembro, nós já liberamos R$10 bilhões. Então, nós estamos liberando mais do que todo o ano passado e quase o dobro... Nós vamos liberar, neste ano, o dobro em relação a 2021. Por isso aqui, eu quero fazer minha homenagem aos servidores do banco, porque ali só tem servidor de carreira, há dez anos não tem concurso, e aumentar 40% das aprovações não é um esforço pequeno. Então, os servidores estão trabalhando com muita intensidade para poder entregar esses resultados e ter mais presença na Amazônia.

Nós tomamos uma iniciativa... E eu queria também aqui agradecer ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, porque nós aprovamos, por unanimidade, a TR no Senado e na Câmara. O que é a TR? É uma taxa referencial de juros, com juros de 2% ao ano, para inovação. Porque inovação é risco; se você não tiver uma taxa de juros diferenciada, o empresário não vai desenvolver um novo processo, um novo produto. Então, você precisa ter esse estímulo. E a economia contemporânea é cada vez mais de inovação: fazer melhor, fazer mais barato, fazer mais rápido, fazer com mais eficiência. Isso é produtividade, e nós precisamos aumentar a produtividade da economia. Nós temos R$5 bilhões neste ano. Vamos desembolsar esses R$5 bilhões. Já desembolsamos, primeiro, as operações e vamos ter uma contribuição importante, e isso foi possível, porque o Senado e a Câmara aprovaram.

E também temos o Fundo Clima, que também tem taxas diferenciadas de juros, em torno de 6,15% ao ano. Neste ano, é mais ou menos R$1 bilhão – é basicamente resultado da Petrobras, dos *royalties* de petróleo –, mas, no ano que vem, a Fazenda está emitindo US$2 bilhões de *green bonds*, a Fazenda vai fazer o *hedge*, e nós vamos ter R$10 bilhões a mais para o Fundo Clima. Então, com a TR e o Fundo Clima, nós vamos melhorar as condições de financiamento, porque, como eu estou falando, nós financiamos duas vezes mais neste ano até agora, quase duas vezes o que foi em 2021, mais do que todo o ano de 2022, mas enfrentando, porque nós herdamos a maior taxa de juros da economia mundial. Não foi fácil enfrentar. Agora ela começou a cair, está caindo sustentadamente, mas foi um desafio muito grande para a gente poder contemplar essa demanda.

O que foi a iniciativa da Coalizão Verde? Quando nós fomos lá para aquele evento preparatório da COP 30, em Belém, em que teve aquele diálogo, grandes debates, etc., eu fiz um almoço com o Ilan, do BID, e falei: "Ilan, nós precisamos ir além do anúncio que nós vamos fazer nesse momento". Nós fizemos o anúncio de que agora, no dia 22, o banco vai estar lá numa audiência pública, Faro – já tem mais de 350 empresários inscritos e está aberto a quem quiser participar. Nós vamos fazer um BNDES presente, lá em Belém, para poder atender as demandas de crédito, e estamos lançando R$4,5 bilhões de crédito para micro, pequenas e médias empresas só para a Amazônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso além das nossas outras linhas. Nós temos o fundo garantidor, por exemplo. Nós garantimos todas as operações de crédito. Neste ano, já financiamos R$65 bilhões, usando esse instrumento do fundo garantidor. Os bancos privados liberam o crédito, e nós garantimos a operação – o FGI Peac –, sem receber R$1 do Tesouro, tudo com engenharia do próprio BNDES. Então, nós temos o fundo garantidor e vamos ter um saldo importante lá, Senador Beto, que é essa audiência para a gente lançar esses R$4,5 bilhões adicionais para micro, pequenas e médias empresas da Região Amazônica.

A Coalizão Verde teve essa primeira iniciativa, e nós temos hoje 20 bancos articulados. Tivemos dois dias de trabalho agora, lá no Rio de Janeiro, e vamos fazer uma série de anúncios na COP 28, em Abu Dhabi. Qual é a ideia? Na coalizão, estão o Banco Mundial, o BID, o BNDES e a CAF. São três bancos multilaterais – Banco Mundial, BID e CAF – trabalhando junto a outros 17 bancos regionais de todos os países da Amazônia, para a gente criar programas inovadores para fortalecer o bioma, para estimular a bioeconomia, para reduzir as desigualdades na região, para financiar a infraestrutura.

A demanda de infraestrutura na Amazônia está muito forte no banco; como eu falei, cresceu 204%. Se vocês quiserem ter uma ideia do que isso representa, a mais forte é a parte de saneamento. Está muito, muito intensa a demanda de crédito para saneamento básico, mas também tem outras, como infraestrutura em geral e energia também. Há muita demanda para energia. A conta da energia da Amazônia é muito cara, não é? Você ainda tem o sistema de diesel, que é uma coisa absurda com o potencial energético que tem a região. Então, nós estamos num momento muito favorável dos bancos públicos daqui até a COP 30, dessa coalizão dos 20 bancos para lançar uma série de linhas de crédito especial e programas de investimentos na região.

Então, nós vamos começar... Nessa semana agora, de 20 a 22, nós vamos ter essa audiência lá para atender os empresários da região; já anunciamos, para os Governos dos estados da Amazônia, R$6 bilhões de financiamento, já aprovados, que já estão em fase de contratação; e, no caso da Amazônia, R$3 bilhões já foram aprovados – R$3,2 bilhões no caso do Pará, que é a preparação da COP. O que nós estamos financiando são projetos estruturantes, projetos que vão deixar legado, como, por exemplo, a macrodrenagem nas regiões das baixadas, porque lá são as regiões mais carentes, e projetos de infraestrutura para melhorar toda a parte logística da cidade. São projetos com legado e projetos de estrutura. Não estamos financiando o evento; isso não é responsabilidade do BNDES.

O que nós temos mais urgência é de criar uma linha de financiamento para hotelaria e para gastronomia, porque nós vamos ter um fluxo, ainda mais sendo na Amazônia... Eu ouvi o Papa hoje dizendo que vem para a COP, uma coisa também muito importante. Eu conversei com o arcebispo naquele dia em que nós estivemos lá, e ele vai vir. O arcebispo mandou uma carta e encaminhei ao Presidente Lula. Então, vai ser um grande movimento internacional, e vai ser a grande COP desse período histórico, porque é Paris mais dez, porque é Amazônia, porque o planeta coloca isso no centro das preocupações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos gerar muitas vagas para a hotelaria. Mesmo usando esses navios de passageiros, que vão ficar estacionados ali no porto – e é preciso estação de tratamento de esgoto, de energia –, nós precisamos investir em hotelaria e gastronomia para poder acolher essa população. Então, esse é um programa em que o Governador Helder está trabalhando, por sinal com muito afinco.

E a outra linha decisiva é impulsionar a bioeconomia, porque qual é contrapartida do apoio que o mundo poderá dar – e cada vez mais – ao Brasil em função dessa mudança de percepção da crise climática e do papel da Amazônia? No Fundo Amazônia, nós temos lá R$4,5 bilhões; foi liberado em torno de R$1,5 bilhão; 58% foram para os municípios e estados da região. Então, ele fortalece o poder público e vai fortalecer mais ainda – nós vamos ter uma reunião com os nove Governadores, agora, dia 10, em Manaus, e vamos fazer novos anúncios nessa direção –, mas é não reembolsável. É um recurso muito nobre, porque é um recurso que não tem custo, mas nós precisamos de recursos reembolsáveis para fomentar micro, pequena e média empresa. Como eu disse, esses R$4,5 bilhões são um movimento nessa direção. Dentro desse pacote do BNDES, das operações indiretas – os R$65 bilhões de crédito nós já liberamos, este ano, para micro, pequena e média empresa –, na Região Amazônica, na Amazônia Legal, está crescendo bastante o crédito. Eu dei os dados para vocês. E nós precisamos fortalecer uma economia sustentável, a bioeconomia, a pesquisa, a geração de novos produtos.

Você tem coisas lá... Aquela gastronomia amazônica, por exemplo, é uma coisa extraordinária. Você comer um filhote, tomar um sorvete de açaí com tapioca... Eu comi ainda um chocolate, um bacuri com chocolate branco, bacuri com cupuaçu.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Aí, tem que dormir!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Hein?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Tem que dormir. (*Risos.*)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Tem que dormir, mas na rede. Só dá para dormir na rede depois que você come lá. É uma comida muito saudável.

Eu acho que o mundo vai descobrir esse sabor, e nós temos uma grande chance de impulsionar a gastronomia e atrair um turismo permanente. Se acolhermos bem, se fizermos um grande evento, não só nós vamos trazer a pauta da Amazônia e do combate à crise climática, que está no centro das preocupações, mas nós vamos criar um horizonte para ter um turismo de longo prazo. Por isso que essa estrutura de hotelaria não pode ser pensada por evento. Você tem que pensar uma estratégia – e é isso que está sendo discutido – para que as empresas tenham compromisso de fazer eventos na região e que a gente possa impulsionar o conjunto da Amazônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que nós temos uma grande janela de oportunidade. Nós estamos vivendo um momento muito interessante de apoio internacional. Não fiquem olhando só para o Fundo Amazônia, porque... O Tesouro americano botou uma pequena parcela, mas a Alemanha colocou, o Reino Unido colocou, a Noruega já tinha colocado. Então, nós temos ali um movimento que mostra esse interesse estratégico na região, na preservação da região, na preservação da floresta.

Acho que nós também vamos ter que avançar no reflorestamento nas áreas públicas. Nós temos 4,5 milhões de hectares de áreas públicas degradadas, em que nós podíamos restaurar florestas produtivas e florestas que possam ser nativas. E essa restauração ajuda a regeneração da floresta, porque, em quatro anos, ela se regenera. O mundo será parceiro decisivo do Brasil, mas a Amazônia tem que responder a essa questão.

Do nosso ponto de vista, a prioridade são as 28 milhões de pessoas que moram lá, que vivem lá, que trabalham lá. É para elas que nós precisamos olhar neste momento, nessa atenção, na construção da COP, e por isso que todo o esforço que nós estamos fazendo na Coalizão Verde, as várias linhas que nós vamos lançar, o que o BNDES e o BID já fizeram – uma linha especial para a região. E dei os dados aqui para vocês: aumentou, praticamente quase dobrou o volume de crédito em relação a 2021 para a iniciativa privada, que já são R$2 bilhões a mais do que foi em 2022, até setembro. Então, nós vamos, este ano, ter um crescimento muito importante. E a demanda de crédito explodiu, cresceu 204% na região, o que é um cenário... Nós temos uma demanda de crédito lá explosiva. Há muito interesse no financiamento público. Nós aumentamos em 40% as aprovações; na região, 27% o desembolso. E entra o projeto, aprova-se, depois se desembolsa; esse é o ritmo. Então, quanto mais demanda por crédito, mais aprovação e mais investimento, mais desembolso.

Então, é isso, Senador. Eu vejo com muito otimismo, com grande perspectiva. Estamos abertos a receber as contribuições, as sugestões, as recomendações do Senado para construir essa estratégia de fortalecer a região, atender as quase 30 milhões de pessoas hoje na Amazônia, e podermos dar um salto histórico, aproveitando essa janela de oportunidades que está colocada.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Quero agradecer aqui a presença do Senador Jaques Wagner, nosso Líder do Governo; do Senador Bagattoli, de Rondônia; do Senador Mauro Carvalho, de Mato Grosso; do Senador Zequinha Marinho, do Estado do Pará.

E, já entrando nessa parte das manifestações, o primeiro inscrito e o primeiro a chegar, inclusive, na sessão hoje foi o Senador Kajuru.

Então, a palavra está com o Senador Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Primeiro, Deus e saúde a todos e todas aqui presentes e aos que nos acompanham pelas redes sociais e pelo grupo Senado.

Presidente Beto Hora, é um prazer estar tendo V. Sa. na Presidência, por ser uma voz digníssima do Pará, numa sessão importante como esta da Comissão de Meio Ambiente, tão bem presidida pela próxima Governadora do Distrito Federal – até porque o Distrito Federal não suporta mais tanto "inganeis", portanto será a Leila do Vôlei, se Deus quiser, ela que comanda tão bem esta Comissão de Meio Ambiente.

Alegria também, eu registro, da minha forma independente de ser, de estar aqui acompanhado de Senadores que são vozes dignas também de seus estados, como Jaime, como Mauro, como Zequinha.

Por falar em Pará, está aqui um homem de que este Senado tem muita saudade – para mim, só dois homens fazem falta aqui, eu já sou logo direto: Paulo Rocha e Alvaro Dias, dois Senadores quase que incomparáveis –: o Paulo, com sua coragem implacável, com seu preparo. Então, seja bem-vindo a esta sessão, meu amigo pessoal – também sou amigo de sua esposa, de sua família –, querido Paulo Rocha.

O Líder do Governo que aqui está é Jaques Wagner. Nesses quatro anos e meio de mandato, eu confesso, Presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, que eu nunca conheci um Líder de Governo mais digno, mais preparado, mais habilidoso do que Jaques Wagner. E Jaques não leva flecha, não, Mercadante; ele é protegido por São Sebastião e muito respeitado pela oposição, exatamente pela palavra que tem – e, para mim, a única virtude de um homem público é ter palavra.

E confesso, para concluir este meu início de colocação, que, felizmente... Eu participei, durante os quatro anos do primeiro mandato, no Governo anterior, de audiências melancólicas, porque a maioria massacrante de quem vinha aqui do Governo anterior acionava a boca, e não ligava o cérebro, até porque não o tinha. Então, o meu cérebro, por exemplo, era agredido toda vez aqui em audiência pública. Como, felizmente, o meu cérebro é imortal, eu não me incomodava. Então, hoje não! Hoje nós temos aqui um homem da probidade de um Aloizio Mercadante, de um preparo e de uma qualificação insofismáveis. E, para quem acha que é um governista que está fazendo este elogio, saibam que ontem, no programa Roda Viva, da TV Cultura, o qualificadíssimo economista Giannetti da Fonseca, reconhecidamente um liberal, fez uma veemente defesa do BNDES, que, segundo ele, foi alvo de críticas infundadas – e eu penso 100% o mesmo –, inclusive sobre financiamento no exterior. O economista também reafirmou o papel essencial do BNDES na promoção do desenvolvimento brasileiro.

São rápidas duas perguntas, Presidente Mercadante.

Dados recentes mostram que a temperatura do planeta continua a subir. De janeiro até setembro deste ano, a temperatura média mundial ficou em 1,4ºC superior à média pré-industrial dos anos 1850 a 1900. No caso do Brasil, segundo o relatório de transparência climática de 2022, aspas, "políticas fortes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisam ser promulgadas e ações práticas e tangíveis precisam ser tomadas para reduzir rapidamente o desmatamento", fecho aspas. Por outro lado, o Brasil possui uma quantidade expressiva de pessoas em situação econômica precária na Região Amazônica. De que maneira, em termos práticos, a Coalizão Verde irá atuar para reduzir o desmatamento da Floresta Amazônica? – é a primeira colocação. E como isso será, Presidente Aloizio, conciliado com as necessidades econômicas e sociais da região?

Por fim, o BNDES e o BID anunciaram que o Programa Pró-Amazônia destinará cerca de R$4,5 bilhões para operações de crédito com pequenos empreendedores individuais e com micro, pequenas e médias empresas da Região Amazônica. Pergunto: quais serão os incentivos fundamentais para que os empresários tomem crédito nesse programa e para que adotem práticas ambientalmente responsáveis?

Era isso, Presidente Beto Hora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Kajuru.

Passo a palavra ao Senador Jaques Wagner, anunciando a presença do Senador Confúcio.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar.) – Eu queria saudar o nosso Presidente, o nosso Senador Kajuru e o Aloizio Mercadante.

Gostaria de parabenizá-lo, Aloizio – para mim não é surpresa, por conhecer você já de outras tarefas que você sempre assumiu com muita dedicação, muita lealdade, muito estudo –, porque acho que você chegou ao BNDES impulsionado pelos ventos verdes da reconstrução, porque realmente, em dez meses, o BNDES está marcando presença nas pautas mais importantes e tem se preocupado em contribuir para que a economia volte a crescer e gerar emprego, porque é isso que interessa para a prosperidade do nosso povo. Então, na verdade, quero parabenizá-lo e dizer que, como Líder do Governo, creio que os Senadores estão sempre dispostos a ouvir bons argumentos e trabalhar. Eu acho que é importante isto: o contato de cada órgão do Governo com os Senadores.

E, no caso da pauta verde, eu acho que o Presidente Lula a abraçou profundamente – eu acho que definitivamente –, entendendo a pauta verde não apenas como uma pauta ambiental, a pauta da transição, mas uma pauta da economia. É disso que se trata. Óbvio que ninguém vai fazer transição energética da noite para o dia, nem em cinco, dez anos – acho que esse é um processo mais prolongado –, mas creio que o Brasil está se colocando na dianteira, seja pelos ônibus elétricos, seja pelos carros elétricos, que agora estão chegando ao Estado da Bahia e vão chegar a outros estados também. Então, eu acho que a gente está numa quadra extremamente positiva, recuperamos o nosso protagonismo internacional, e eu espero que, no BNDES, ao longo desses quatro anos, você possa realizar mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só deixar uma pergunta: na expectativa do BNDES – vocês que dialogam sempre com isso –, qual é o horizonte de expectativa de volume de investimento estrangeiro exatamente nessa pauta? Óbvio que todo mundo só quer investir se tiver o chão bem azeitado, ou seja, tudo arrumado. Acho que estamos fazendo isto – fizemos o arcabouço; creio que vamos aprovar a reforma tributária – e que, portanto, tendo isso, o meu olhar é de que há muito interesse no investimento aqui.

Eu queria, então, que você desse uma palavrinha sobre a possibilidade de investimento estrangeiro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Jaques Wagner.

Passo a palavra ao Senador Mauro Carvalho.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Bom dia a todos, Presidente Beto Faro, Senador Kajuru, nosso Líder Jaques Wagner aqui.

Presidente Aloizio Mercadante, meu nome é Mauro Carvalho, sou Senador suplente pelo Mato Grosso.

O senhor colocou uma pauta aqui que nos preocupa muito, já que o Mato Grosso faz parte da Amazônia.

Nós temos um Código Florestal no país hoje que é o Código Florestal mais rígido do mundo. Não tem nenhum país neste planeta que sirva de exemplo para o Brasil. O Brasil é um exemplo de sustentabilidade e de preservação ambiental.

Eu participei das últimas três COPs internacionais, inclusive da do ano passado, onde o Presidente Lula esteve presente junto com a sua comitiva, mas o que eu venho notando, Presidente Aloizio, é que o que existe por trás dessas COPs é um grande interesse comercial, porque de práticas eu não consigo enxergar nada.

Eu, como Secretário da Casa Civil do Estado de Mato Grosso, recebi inúmeras instituições para tratar de crédito de carbono. Eu não consigo ver, até hoje, alguma coisa palpável que realmente vai trazer benefício para os estados, para os municípios e para o Governo Federal. O que a gente vê é uma narrativa muito grande, um discurso muito grande, mas, na prática, nós não enxergamos nenhum tipo de investimento. E isso acaba sobrando sempre para o produtor rural.

Em cima do nosso Código Florestal, no caso da Amazônia, ele tem um direito de desmatamento legal de 20% – e nós somos a favor da legalidade; a ilegalidade tem que ser condenada –, só que a responsabilidade passa a ser dos seus 80% com relação à sua propriedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que o BNDES tem um papel muito grande, principalmente participando na COP, para a gente colocar em prática esse discurso que, há muitos anos, tem sido falado na COP, e o Brasil, de concreto, de coisas consistentes, de investimentos, realmente, que vão trazer um benefício para toda a sociedade brasileira, praticamente não enxerga nada.

E o senhor é líder político no Brasil, Presidente do BNDES, então nós contamos muito com o trabalho do senhor para que se tornem realidade todos esses investimentos que ficam só no discurso e que, na prática, muito pouco acontecem.

É só isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Mauro Carvalho.

Anuncio a presença da nossa Presidenta. Eu, obviamente, ia passar a palavra para ela, mas ela pediu para continuar aqui, porque depois ela vai ter que sair, mas muito obrigado aqui pela participação e pela deferência de, inclusive, eu estar na Presidência hoje.

Vou passar a palavra ao Senador Zequinha Marinho.

Obrigado, Presidente.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu só vou... Na combinação aqui com o Presidente Mercadante, ele ouve todo mundo e aí faz uma única...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Presidente Mercadante, satisfação poder vê-lo aqui para falar de um assunto que é fundamental para a nossa região, para o nosso estado. Na Amazônia como um todo, mas principalmente no Pará, tem muita coisa fácil de ser trabalhada se houver um financiamento sob medida.

Eu sou bancário, inclusive de um agente do Governo Federal, que é o Banco da Amazônia, que trabalha especificamente o fomento daquela região lá – claro, naturalmente, com suas dificuldades regionais.

Mas vamos lá. Eu sei que o banco... "Ah, mas isso não tem a ver com o BNDES", mas o BNDES tem que pensar tudo, pensar amplo, pensar grande. Qual é o grande gargalo do desenvolvimento rural da Amazônia – não só do Pará, mas da Amazônia? Chama-se regularização fundiária. Quando o banco precisa ou quer financiar alguém, a primeira coisa que ele pergunta é sobre o documento da terra. E é por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso que eu tive coragem aqui de abordar esse negócio com o Presidente do BNDES. Pense na possibilidade de o BNDES colocar algum recurso, de repente até mesmo sem retorno, porque o retorno vai vir de outra forma – com o desenvolvimento da Amazônia, desenvolvimento sustentável e assim por diante.

O Pará, Senador Beto, a quem cumprimento pela iniciativa da audiência pública, só não avança mais por causa da dificuldade que tem de documento de terra. Correto?

O Governo do estado tem um pedaço da sua responsabilidade, está lá trabalhando pelo Iterpa, mas é um trabalho normal, não há um foco: "Vamos resolver isso". Do Incra, que é dono de um mundo de terra, no Pará, tem 1.138 projetos de assentamento, 248 mil famílias assentadas e praticamente 70 milhões de hectares – não, perdão, 70 milhões na Amazônia toda –, 24 milhões de hectares no Pará. Então não só o Pará como a Amazônia como um todo merecem um olhar diferenciado para esse detalhe que segura – entendeu? Por quê? Porque esse problema aqui embaixo termina segurando – os outros lá de cima.

O senhor está lá, pelo Banco da Amazônia, pelo Banco do Brasil, pela Caixa Econômica, pelo Banpará, pelo Banco Cooperativo, com dinheiro para emprestar e não consegue emprestar, porque o banco naturalmente precisa de uma garantia real para poder liberar para a pessoa. Não tem como, o dinheiro tem que retornar, por mais barata que seja a taxa, não é? Mas ele é da sociedade e ele precisa voltar, ou então ser reemprestado. Fica aqui a sugestão. Parece assim esquisito falar isto para o BNDES, mas esta é a primeira dor, o primeiro problema, o problema número um da agricultura familiar no Pará e na Amazônia: chama-se documento da terra.

Inclusive o Incra precisa chegar para perto para rever modelos de projetos de assentamento.

Beto Faro, Senador, o meu Senador...

Eu estava falando Beto "hora"? É Faro. (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É porque ele é "da hora".

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Ah, é "da hora", está bom.

O Beto Faro vem exatamente desse setor, entende isso, tem pós-doutorado nessa questão de terra, de agricultura familiar, de gente que precisa, mas de que todo mundo depende.

Aí o Incra, de repente, faz um projeto, um PDS – viu, Beto? –, num lugar em que não cabe um PDS; faz um outro com outra figura que já não é mais o caso. O cara tem que usar a terra para produzir, não tem como mais fazer outra coisa senão aquilo, mesmo que seja... Aí o banco entra de outra forma, já financiando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós fazemos agricultura mais primitiva na zona rural, a família é pobre, ainda usa enxada, Ministro, ainda usa machado, que é um outro equipamento rudimentar. E aí, quando eu uso esse equipamento, eu preciso do fogo para poder limpar, limpar e deixar o potássio, porque aquela cinza do fogo ajuda, mas, em compensação, o fogo também tira o fósforo da terra, que é um outro dos três macronutrientes.

Ficar falando essas coisas para Presidente de banco é meio esquisito, mas eu sou da roça, eu entendo um pouquinho desse negócio.

Então, usa-se o fogo, e o fogo emite aquilo que nós não queremos, que é o gás de efeito estufa. Para não emitir isso, do que eu preciso? De um financiamento subsidiário para comprar um tratorzinho. E aí, como o cara é pequenininho, não dá conta, faz um consórcio de 10, 15 ou 20 para comprar um equipamento, mas todo mundo vai ter acesso àquele equipamento e vai funcionar e vai poder usar essa terra aqui muito tempo, sem precisar avançar sobre a floresta ou sobre áreas em regeneração. Entendeu?

Bom, essa é uma parte que eu queria deixar, mas eu queria falar de dois assuntos – lá no Pará tem uns 200, mas eu vou falar só de dois. Nós temos duas culturas lá no Pará que são fortes; só precisam de um empurrão bom.

A primeira é o açaí. O senhor falou ainda agora em comer um peixe e tal e tomar um açaí. Isso dá um sono terrível depois, por isso que eu brinquei com o senhor falando que precisava dormir um pouco para poder tocar a tarde. Mas vamos lá: o açaí é uma bênção que Deus deixou. E se nós disponibilizarmos recurso para fazer açaí irrigado – porque com o açaí da várzea de repente não tem como fazer, mas com o irrigado tem como fazer –, financiando isso com o juro, que não pode ser alto, tem que ser especial? E aí eu não faço só açaí, eu faço aquele negócio que a gente chama lá de SAF, que é um sistema agroflorestal – não é, Beto? –, que o pessoal conhece muito bem. No meio do plantio do açaí, eu planto várias outras espécies que também vão me dar retorno. Correto?

Depois do açaí você tem o cacau. O Pará hoje é um dos grandes produtores, o maior, não em área, mas em toneladas, porque a nossa terra é melhor do que a da Bahia, então a gente produz mais fruta, por hectare.

Então vamos lá, o SAF do açaí e o SAF do cacau. O senhor resolveria dois problemas com uma cajadada só, como diz na brincadeira lá – matar dois coelhos com apenas uma cajadada –: o problema ambiental, porque eu dou cobertura vegetal às áreas degradadas, aquelas áreas que estão lá esquecidas, abandonadas, que não tem como, porque... E ninguém tem dinheiro para fazer isso, tem que ser financiado, senão não vai, mas ela tem que dar retorno comercial para pagar o financiamento e melhorar a vida de quem está ali. Então eu resolvo o problema ambiental com o açaí e SAF e com cacau e SAF – certo? – e resolvo o problema econômico e social para a família que mora, que é dona, que vive ali. Então eu resolvo o problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só fazer essas considerações para V. Exa. no sentido de que a gente possa pegar esse embalo e partir para cima: número um, um programa de regularização fundiária pelo qual o Governo do estado e o Governo Federal, pelo Incra, tenham um mínimo de recursos para avançar, porque senão o senhor não vai conseguir dar esse empréstimo lá na frente; e o outro, uma linha que possa atender SAF de açaí e de cacau de maneira muito eficiente, com assistência técnica, com tudo, para que a gente possa tirar a nossa turma daquela renda baixa demais. No Pará, na Amazônia – o senhor conhece os indicadores e os índices de lá –, você vai ver que a média *per capita* da renda daquela região é muito baixa em relação ou em comparação com outras regiões do Brasil.

Muito obrigado e parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Zequinha.

Passo a palavra ao Senador Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Bom dia a todos, quero cumprimentar aqui o Presidente, Senador Beto Faro; o Aloizio Mercadante, Presidente do BNDES; o Senador Kajuru; o Senador Jaques; o Senador Mauro Carvalho; o Senador Zequinha; o Senador Confúcio.

Eu queria dizer para o senhor, Sr. Aloizio Mercadante – e faz muitos anos que o senhor está na política, está no Governo, já esteve no Governo passado e está novamente no Governo –, que eu sou uma pessoa... Eu sou Senador pela primeira vez – é a primeira vez que eu exerço um cargo público –, mas sou empresário e conhecedor da Amazônia.

Eu conheço a Amazônia, eu já sobrevoei a Amazônia inteira e conheço todos os estados da Amazônia – todos.

Eu queria dizer para o senhor o seguinte: a gente fala muito em preservação, nós falamos em crédito de carbono, mas o que nós vimos, Sr. Aloizio Mercadante, Presidente do BNDES, foi só o aumento da pobreza na Amazônia. Para o senhor ter uma ideia, o único estado da Amazônia que tem, Kajuru, o dobro de carteira assinada contra o Bolsa Família – ou seja, em torno de 135 mil Bolsas Família, para 270 mil carteiras assinadas – é o Estado de Rondônia. Nos outros estados – se não me falha a memória, o Amapá e Roraima estão zero a zero –, todos, o Bolsa Família é maior do que carteira assinada.

Existe, Sr. Aloizio Mercadante, algo de errado – algo está errado nesses programas –, que se vê há anos! Nós somos deficitários em rede de saneamento básico, praticamente zero; água tratada, praticamente muito pouca; e nós vemos a cada ano crescer a pobreza na Amazônia. E aí temos mais da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

metade do território nacional com a maior riqueza que a natureza nos deu, e o nosso povo, quase 30 milhões de pessoas, a maioria, vivendo na miséria.

Digo mais para vocês, eu visitei há 10 dias, há 15 dias, a Reserva Chico Mendes. Aqui de dentro do ar-condicionado, Senador Confúcio Moura, é muito fácil se falar em que condição o homem deve viver na Amazônia. Uma coisa eu falo para vocês, sem medo de errar, porque eu sou conhecedor – fui motorista de caminhão, conheço, sei o que é mato na Amazônia, eu sei andar na mata na Amazônia –: vocês acham que, no ano 2023, as pessoas vão sobreviver com R$30, R$ 40, andando 8km, 10km para ir catar látex, para ir tirar leite de seringueira? Se aquele povo da Reserva Chico Mendes fosse administrado por uma empresa da iniciativa privada e o Ministério do Trabalho fosse lá fazer uma investigação, muita gente ia sair algemado de lá, porque aquilo é trabalho escravo.

Então eu digo para vocês – o Zequinha Marinho falou um negócio muito importante aqui, mas muito importante, e nós precisamos da sua ajuda, Ministro, precisamos muito da sua ajuda –: ajude a regularizar na Amazônia... Esqueça o médio e o grande produtor, se esse for o caso, mas vamos trabalhar fortemente em cima do pequeno produtor até quatro módulos. Não importa se esse produtor está lá há 20, 30 anos, se ele desmatou da forma como fez, nós precisamos dar regularização fundiária para esse pequeno produtor. Isto é a prova que está no Estado de Rondônia: um único projeto que foi feito de reforma agrária em 10, 12 anos, entre a década de 70 e a década de 80. É este o resultado, Senador Confúcio Moura: Rondônia tem hoje o dobro de carteira assinada contra o de Bolsa Família. Então, nós precisamos... Se nós ficarmos aqui o tempo inteiro debatendo a situação da preservação da Amazônia e nós não olharmos a forma como o nosso ser humano, os nossos irmãos estão vivendo na Amazônia... Porque as pessoas têm que entender que, dos 203 milhões de pessoas que nós temos, somente 28 milhões de pessoas vivem nesses mais de 50% do território nacional, e essas pessoas não podem continuar na miséria.

Eu queria, sim, que o senhor olhasse com muito carinho, porque eu sei que o Governo Lula é um Governo voltado para o pequeno, para o pequeno produtor, é voltado para a questão social, então nós temos que olhar com muito carinho essa situação na Amazônia.

E eu queria fazer uma pergunta para o senhor: em sua gestão, haverá aumento proporcional de recursos para a Região Norte – o senhor já falou que sim –, mas eu queria ver se existe algo específico também para o nosso Estado de Rondônia?

O meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Bagattoli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra ao último dos que estão aqui, ao Deputado Federal Airton Faleiro, que é um integrante da Comissão da Amazônia, na Câmara, e um profundo conhecedor também do tema da Amazônia.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Para expor.) – Bom, inicialmente, quero parabenizar o Senador Beto Faro, que é o proponente desta audiência pública. Eu acho que no momento certo aprofundar essa relação do BNDES com o Parlamento é muito importante.

Também quero reconhecer aqui o esforço do companheiro Aloizio Mercadante para estar aqui conosco – sei que sua agenda é muito puxada – e quero parabenizar todos os integrantes aqui deste debate.

Eu sou lá do Pará, daquela região ali de Santarém, Transamazônica, e ontem, Aloizio, eu tive uma reunião com lideranças de cooperativas, associações sindicais, de todo aquele trecho que pega de Jacareacanga, na divisa do Amazonas, até Tocantins, e o trecho da Santarém-Cuiabá, que pega de Santarém até a divisa de Mato Grosso. E o grande debate lá era sobre a sociobioeconomia.

Inclusive, está se deslocando uma delegação de umas 500 lideranças para cá, já acertamos com o Márcio Macêdo, na última semana de novembro, mas eles entregam uma pauta dia 1º de novembro agora, para negociar. E eu já vou lhe antecipar, vem com muita força um programa que é de reflorestamento, tendo – como disse o Senador Zequinha Marinho aqui – dois produtos básicos, que é o cacau e o açaí, mas consorciados com produção de alimentos também, que não seja só o cacau e o açaí. Inclusive vêm propostas de indústrias, da escala nas indústrias do cacau, do chocolate, do açaí, mas também da escala na indústria de produção de bioinsumos, ração. Vem uma proposta muito interessante, que eu acho que é a cara do que você colocou aqui para nós. Eu vou fazer questão, assim que pegar a cópia, de lhe passar uma.

E eu sei que o Márcio Macêdo vai coordenar isso dentro do Governo e nas instituições, mas já lhe antecipo que vem coisa boa aí.

Eu estava aqui observando a sua exposição.

Primeiro, não tem acordo quanto ao entendimento sobre a crise climática. Eu sempre digo que tem dois pensamentos sobre a crise: um pensamento que acha que não tem nada a ver a crise climática com a intervenção humana – isso é um erro profundo –; e o outro pensamento é que, se nós não dermos um cavalo de pau na intervenção humana na relação com a natureza, nós estaremos cavando a própria cova – e eu estou nesse segundo.

E também concordo com o que você falou aqui: que nós vivemos numa janela de oportunidades fantásticas. Vou lhe antecipar um pouco o acúmulo – está aqui o Paulo Rocha, que é nosso coordenador, o Superintendente da Sudam e sabe disto –: nós temos uma sensação de que agora chegou a vez da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia. Assim que o Governo do Presidente Lula pegou o Nordeste, que era uma região esquecida e abandonada, deu um impulso, e hoje o Nordeste é outro, então nós temos a sensação de que agora é a vez da Amazônia, inclusive pelo papel que ela cumpre no equilíbrio climático, etc.

O que eu queria sugerir aqui como contribuição – e vou chamar aqui de sugestões?

Eu acho que nós temos que trabalhar com estratégia. Eu concordo com a estratégia geral apresentada, mas eu sinceramente acho que nós temos que dar escala. Nosso problema da Amazônia tem que sair do piloto. Nós precisamos dar escala às iniciativas promissoras e sustentáveis que já existem.

Segundo componente, eu acho que vocês estão fazendo a coisa certa. A estratégia geral tem que ser uma estratégia dialogada com quem vive a realidade amazônica, porque a realidade amazônica tem muitas adversidades. Então dar escala para as coisas promissoras, fazer de forma dialogada. E eu acrescentaria aqui, no componente do turismo, que eu acho que é uma coisa fantástica e pouco explorado na Amazônia, que você falou: eu acho que nós tínhamos que avançar na logística de transporte, em especial no que se refere a aeródromos e aeroportos em cidades que facilitam o turismo. A nossa situação de aeroportos e aeródromos é muito fraca para quem quer uma região de turismo.

Ainda acrescentaria aqui, como pilar estratégico, o que eu vou chamar de industrialização da Amazônia, de industrialização dos produtos da biodiversidade, mas que eu chamo de capacidade já instalada de produção. Se você pegar o cacau, então nós temos uma capacidade fantástica que pode combinar com produção sustentável, turismo, etc., e escala.

Eu vou levantar uma questão aqui para pensar. Está aqui o Confúcio, que foi o proponente do projeto de lei, do qual eu sou Relator agora na Câmara – o Paulo Rocha foi o Relator –, que está pronto para se votar e que resolve, desamarra as mãos do Incra para regularizar as terras do pequeno e do grande. Qual é a minha avaliação? Não tem dinheiro para executar, o Incra não tem dinheiro para executar essa regularização fundiária e ambiental.

Então me vem a pergunta sobre se teria como nós discutirmos uma outra fonte ou de financiamento, Aloizio, ou de apoio, porque, se nós resolvermos na lei, vai parar na operacionalidade. Não tem dinheiro para fazer a regularização. Então vale a pena aprofundar. O BNDES teria uma fonte para financiar o Governo Federal ou outro alguém, para fazer uma regularização ambiental e fundiária mais em grande escala? Então essa é a pergunta que fica.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Concedo a palavra à nossa Presidenta Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Senador Beto Faro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro quero parabenizá-lo pela iniciativa de convidar o Presidente do BNDES, o Aloizio Mercadante, para estar aqui conosco, na Comissão de Meio Ambiente.

Bom, eu vou ser mais objetiva, já agradecendo a sua presença e da sua equipe aqui, Presidente.

Sobre a tão falada transição ecológica, nós sabemos que ela vai necessitar de um aporte financeiro e de estratégia, de uma estruturação e sabemos que o BNDES é fundamental nesse processo. Então, tem uma pergunta aqui da Consultoria, da equipe aqui da CMA, que eu achei muito interessante, fugindo um pouquinho, caindo mais no planejamento, até porque eu não acompanhei a sua fala inicial. Eu peço desculpas aos colegas e às colegas, porque nesse final de semana eu me submeti a um procedimento, então eu estou bem lenta, eu estou mais devagar. Ontem eu comandei uma sessão especial; hoje eu estou aqui na CMA, e, por mais que eu tenha sido atleta – não é, Kajuru? –, são quatro anos aqui no Senado e a saúde, de vez em quando, precisa de um pouquinho de atenção. Então, só quero pedir desculpas por não estar aqui no início da sua presença, Presidente.

O banco desempenhou e desempenha um papel fundamental na gestão e execução dos recursos do Fundo Amazônia, por exemplo, além de apoio a projetos para a restauração florestal, transição energética, apoio às unidades de conservação, alavancar a bioeconomia, entre tantos outros projetos.

Eu gostaria de perguntar: como se dá a avaliação do banco para as linhas prioritárias de apoio a projetos e outras iniciativas? E ainda: quais são os principais desafios para seguirmos o plano de transição ecológica proposto pelo Governo Federal?

E, mais uma vez, agradeço a sua presença aqui.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O Presidente vai fazer as respostas, mas ainda tem as perguntas aqui das pessoas que participam pelo e-Cidadania, cuja leitura eu farei após a fala dele, pois já temos Senadores que estão com compromisso em outras Comissões. Então é importante fazer isso.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Para expor.) – Obrigado.

Eu queria começar pelo Senador Kajuru, agradecendo as palavras e a qualidade da intervenção.

Eu queria dar um dado importante, que eu acho que também dialoga com o Mauro e com outros, que é o seguinte: Senador Mauro, o BNDES hoje é responsável por 30% do Plano Safra – R$38,4 bilhões –, e nós aportamos de recurso próprio mais R$12 bilhões. Desse valor, além dessa linha, nós criamos uma linha nova, que eu acho que foi uma construção muito criativa, porque há um grande interesse hoje no Brasil, e o BNDES voltou a ter uma atração de investimentos internacionais. Nós estamos captando mais ou menos R$6 bilhões. Temos até um programa de crédito aqui tramitando, que entrou esta semana, US$500 milhões do NDB, que era importante aprovar o mais rápido possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então o que nós fizemos? Nós criamos uma linha indexada ao câmbio, mas da seguinte forma: nós só financiamos os setores que têm recebíveis em dólar – ou seja, ele está hedgeado, ele não tem risco, porque ele exporta em dólar e recebe em dólar; ele exporta em dólar e vai receber uma dívida que está indexada ao dólar. Nessa linha, nós estamos com 2 anos de carência, 12 anos para pagar, com uma taxa de 7,5%. Então é um padrão internacional de financiamento. Você tira o risco do câmbio, porque ele é o recebível. Nessa linha nós já também liberamos R$3 bilhões de crédito. Então, além do Plano Safra, nós construímos uma outra dinâmica muito interessante.

Nós fizemos aquele controle do desmatamento: nós tivemos mais de 30 mil operações e só tivemos 337 casos que foram identificados, alerta. Aí o produtor tem que entrar com recurso administrativo e justificar o que aconteceu. Então, a gente vê que é uma parcela pequena. A agricultura brasileira, como o Senador disse, tem um Código Florestal rigoroso, mas ela cada vez mais tem consciência de que precisa ter uma relação de agricultura de precisão, agricultura de baixo carbono, agricultura compatível com o meio ambiente, porque as exigências internacionais de quem compra o nosso produto vão aumentar rapidamente nessa direção. No gado, inclusive, nós vamos ter que ir para o boi zero, quer dizer, o gado que tem rastreabilidade, que você saiba, durante todo o processo, que não teve participação em desmatamento. Essa cobrança está chegando aos mercados internacionais. Então, nós temos que continuar modernizando, e o nosso objetivo é este: uma agricultura cada vez mais moderna, uma agricultura cada vez mais mais criativa. E a agricultura brasileira tem uma capacidade tecnológica invejável. É uma coisa extraordinária.

O Senador Kajuru falou também do aumento de 1,4ºC. Há 12 anos, quando eu era Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, nós tínhamos pesquisas, inclusive na Amazônia, no Inpa, sobre aquecimento global. Então, a fauna e a flora ficavam numa estufa e você ia aumentando a temperatura e via qual era o comportamento, quais as espécies que sofriam mutações, quais as espécies que, por exemplo, morriam, que não conseguiam conviver, tanto animais como plantas, para você planejar o futuro. E essa temperatura já tem impactos muito graves, porque a média é 1,4ºC, e você tem regiões que estão aumentando 6ºC, 7ºC, 8ºC.

Nós acabamos de lançar o programa Sertão Vivo para a Caatinga para 1,8 milhão de pessoas – eu queria saudar o ex-Governador aqui, trabalhamos em parceria no passado, o Senador Confúcio –, 1,8 milhão famílias no Nordeste, financiado pelo Fida, que é um fundo da ONU, da FAO, de combate à fome, que nunca teve parceria com banco público. A primeira parceria é com o BNDES. Qual é o interesse? Nós vamos aumentar gestão de recursos hídricos, reuso da água, quais são as espécies mais eficientes, melhora da produtividade na agricultura familiar. Foram levantados os estados que têm menor índice pluviométrico, maior incidência de fome, maior incidência de pobreza, e os critérios são totalmente técnicos para escolher onde vai ser feito. Os nove estados do Nordeste estão fazendo junto com o Fida. Qual é a ideia? É você ter um grande laboratório para saber quais são as espécies, inclusive com a tecnologia do Sertão nordestino, que vão sobreviver e que você pode produzir no mundo mais aquecido,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque os próximos cinco anos vão ser mais quentes do que este, com 98% de probabilidade estatística da meteorologia, que cada vez é mais sofisticada.

Então, eu acho muito importante a gente abandonar a ideia de que não há uma crise climática. Essa visão está superada. A evidência está por toda parte, não é mais uma discussão simplesmente acadêmica, porque há 12 anos a ciência estava dizendo isso lá para mim, mas estou dizendo: hoje, a evidência está em toda parte. E o BNDES está sofrendo com isso, porque, eu falei aqui, há seca no Rio Grande do Sul, há inundação no Rio Grande do Sul, aí a gente corre para socorrer, aí vem a seca lá na... É na Amazônia mesmo, os rios sem água. Não tem escola, não tem produção, não tem economia que sobreviva sem os recursos hídricos.

Isso já está contratado. Nessa novela, nós temos que tentar evitar que o próximo capítulo seja pior do que esse. Por isso que o planeta tem esse interesse na Amazônia. É o momento histórico da Amazônia, é o momento em que a Amazônia tem que se colocar ao mundo e tem que saber que isso é um ativo para o Brasil, para atrair investimento e para cobrar compensações e alternativas. E eu concordo que os países ricos não cumpriram o que prometeram, porque eles tinham prometido US$100 bilhões e nunca entregaram – nunca entregaram. O próprio Fundo Amazônia é uma coisa muito importante e não reembolsável, mas é pequena. Então, nós precisamos chegar com propostas mais ousadas.

A ideia da Coalizão Verde, ao trazer o Banco Mundial, o BID e o CAF, é exatamente para isso, viu, Senador Beto? Eu não posso dizer ainda oficialmente, porque nós não fechamos, nós estamos numa construção, todos os bancos estão consultando. Mas a nossa perspectiva é chegarmos com uma proposta de R$100 bilhões de crédito especial para a Amazônia e de crédito favorecido para a Amazônia. Já começamos com o BID, com R$4,5 bilhões para micro, pequena e média empresa, isso nós já vamos liberar agora no mês de novembro.

Então, eu sinto que há uma... E esse interesse em financiar do BNDES sempre vem ligado à questão da transição ecológica ambiental. O planeta está cada... Porque o sujeito que mora no Canadá... Eles perderam, acho, 14 milhões de hectares de floresta. Não tem madeira no planeta para manter a produção de celulose em função do incêndio que teve no Canadá. Então, essa agenda está em todo canto.

Então, o Brasil e a COP, dessa vez, da Amazônia... A COP agora, lá nos Emirados Árabes, é importante, mas é petróleo por natureza. Eles têm um fundo de um trilhão e tanto de dólar. Eles vão ter que investir, a exemplo, na Noruega. Mas a da Amazônia vai ser o grande momento histórico, que é Paris mais 10, que vai ser o balanço histórico e as perspectivas. Então, nós temos que nos antecipar e ter propostas para sair com coisas concretas efetivas e entregar para a população, porque eu concordo com o diagnóstico das carências das regiões. Então, eu imagino que a gente vai ter aí um salto importante, e, na nossa coalizão, nossa meta é ver se a gente consegue chegar a R$100 bilhões de oferta de crédito.

O Senador Jaques...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria dizer aqui uma coisa também importante. O BNDES está conseguindo aumentar 40% das aprovações, 20% do desembolso e agora vai ter a TR com 2% de juros, que vai acelerar o crédito, o Fundo Clima, o Fundo Amazônia e o Fust... Nós estamos levando banda larga para as escolas, começando pelo Amazonas, Senador Confúcio, porque tem 138 mil escolas que não tinham banda larga. Eu era Senador nesta Casa em 2009 e fiz um projeto de vincular o Fust a financiamento de banda larga nas escolas. Só aprovaram depois da pandemia, quando eu saí do Senado, porque não tinham a percepção da exclusão digital no impacto que tem na educação. As crianças e os jovens ficaram um ano e meio sem nenhum estímulo pedagógico, e o Brasil acordou, porque não é possível desenvolver este país se não colocar como prioridade a educação e o acesso ao mundo digital. Então, o Fust está lá, o Funttel está lá no BNDES. Nós estamos junto com o Ministério da Educação, com o Ministro Camilo; junto com o Ministério das Comunicações, com o Ministro Juscelino; junto com a Casa Civil, com o Rui Costa, trabalhando fortemente para levar essa questão da banda larga.

Eu queria dizer o seguinte: só é possível o BNDES estar assim porque o Ministro Haddad apoiou essas mudanças que nós estamos fazendo tanto do TCU, a repactuação da... Porque falam: "Ah, o BNDES...". Hoje eu escrevi um artigo na *Folha* mostrando isto: 82% do crédito do BNDES não têm subsídio, porque é o tempo inteiro... Eu já falei: o problema do BNDES não é você matar um leão por dia; é desviar das antas, porque você tem que estar o tempo inteiro muito atento, porque os problemas estão sempre presentes – 82% não têm subsídio. O que tem subsídio é o Plano Safra, que não é específico do BNDES.

Vamos ter agora a TR, vamos ter algumas linhas novas, mas, objetivamente, este ano, nós aumentamos 40% da aprovação com essas condições que nós estamos trabalhando.

Então, o Ministro e o Presidente Lula nos deram essa renegociação do TCU, a revisão do pagamento de dividendos. Isso está permitindo aumentar a capacidade de financiamento. E nós estamos agora com essas linhas do Fundo Clima e da TR, que vão ser muito importantes para o futuro. Acho que nós vamos ter um avanço importante. Eu queria dizer ao Ministro Jaques que esse apoio e também o apoio do Ministro Alckmin, que é o supervisor do BNDES, com quem nós temos feito... Vamos lançar amanhã, por exemplo... Ah, não, foi adiado para o dia 13. Nós vamos lançar o plano Brasil mais Produtivo para 200 mil empresas, R$1,5 bilhão, para a informatização, para micro e pequena empresa, que aumenta a produtividade, que aumenta a sobrevivência dessas empresas, que aumenta a eficiência econômica.

Bom, eu queria dizer, ainda, também ao Senador Mauro, das coisas concretas que eu falei, só sobre Rondônia. Eu queria entrar nessa agenda de Rondônia aqui. No ano passado, foram R$321 milhões de crédito para Rondônia; este ano, R$624 milhões, nós já dobramos em relação ao ano passado, fora que nós lançamos um programa de R$30 bilhões só para os Governos de estado. Estou falando aqui de iniciativa privada. Então, os Governos hoje podem acessar o BNDES. Para o Pará, por exemplo, já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

liberamos 3 bilhões. Para o Amapá também estamos liberando para transporte e outras demandas que surgiram. Então, nós estamos muito atentos e olhando de forma especial para a Amazônia, essa parceria com o Basa.

Eu tenho total acordo com o Senador Zequinha Marinho. O Fundo Amazônia financiou a regularização do CAR de 1,1 milhão de propriedades. E eu sei que o Senador Beto está acompanhando isso. Tem vários projetos no Fundo Amazônia, projetos regionais, para acelerar regularizações, especialmente dos pequenos. Acho que é um ótimo caminho para o Fundo Amazônia que nós podemos apoiar e dar prioridade.

Segundo a medida do Governo – e aqui saúdo o Ministro Fávaro, do Mapa, e o Deputado Paulo Teixeira, do MDA –, nós colocamos um diferencial de taxa de juros no Plano Safra e no plano de financiamento da agricultura familiar para quem tem o CAR regularizado, Deputado Lourival, do Amapá. Quem tem o CAR regularizado terá uma taxa de juros mais baixa. É uma forma de estimular a regularização. A demanda está crescendo fortemente, só que a burocracia dos governos não dá conta.

O Governador Helder, que faz uma excelente gestão, desenvolveu um modelo digital de regularização. Eu até disse para ele: "A gente podia financiar, por exemplo [está aqui aberta a proposta], nós podemos financiar para os 27 estados da Federação, avançar no modelo digital de regularização do CAR, para a gente acelerar esse processo de regularização", porque isso muda a qualidade do crédito, o acesso ao crédito, as condições da pequena agricultura familiar, tanto no Fundo Clima, como podemos fazer um programa especial – está aqui feito o convite –, sentar com os Governadores – eu já tinha sugerido isso ao Helder; eu acho que outros estados estão fazendo o mesmo esforço –, juntar numa única oficina, fazer uma única plataforma e criar uma forma digital mais rápida de fazer o reconhecimento do CAR, porque é isso que exige. E aí o sujeito consegue juros mais baratos, o que melhoraria muito as condições do crédito.

E eu estou mostrando aqui que, no caso do BNDES, nós estamos falando de R$50 bilhões de crédito para agricultura. E quem tem o CAR vai receber uma taxa de juros mais barata, faz todo o sentido.

E o Fundo Amazônia pode... Em vez de a gente ficar litigando contra o fundo, vamos transformar o fundo numa coisa positiva, que dialogue e que responda às regiões, porque eu acho que é um instrumento muito poderoso para a gente dar resposta e reduzir as desigualdades.

Eu queria falar sobre um problema – o Deputado Airton tocou nisso e está implícito um pouco na intervenção do Senador Zequinha –, que é um desafio que nós temos no banco. Na sexta-feira última, eu fiz uma reunião com as cooperativas brasileiras, com as principais cooperativas. Nós temos 20 milhões de pessoas organizadas em cooperativas no Brasil. Sabe qual é o faturamento do cooperativismo no Brasil? De R$600 bilhões. E o BNDES é o banco das cooperativas. Agora, qual é o problema do movimento cooperativista? Ele é muito pouco presente na Região Norte e no Nordeste. É um problema cultural, quer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer, aquela cultura europeia, de italianos, alemães, etc., veio com a cultura do cooperativismo e se organizou. Então, tem cidades, por exemplo, em Santa Catarina, em que 90% da população estão na cooperativa. Isso não acontece no Norte e Nordeste. Nós propusemos às grandes cooperativas nacionais o seguinte acordo: para o que eles colocarem de não reembolsável para formar cooperativas no Norte e Nordeste, o BNDES compensa e faz também. É fazer um programa de estímulo à formação de cooperativismo, que para eles é fundamental, porque fortalece as cooperativas, e a gente criar uma política de fortalecimento. Por que a cooperativa? Porque, por exemplo, para o BNDES financiar uma cooperativa, é na hora. Nós temos mais de 32 bilhões de crédito para cooperativa. Mas você não consegue financiar o pequeno produtor isolado. O Senador Zequinha falou: "Pô, podia comprar um trator, em vez de o sujeito ficar no machado e no facão, aí melhora a eficiência". Ele não tem como... Não temos como financiar o trator, porque não tem garantia nem renda para comprar um trator, mas, se tiver uma cooperativa, compra dez tratores e todo mundo usa. Então tem que fomentar...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Desculpa, mas eu vou ter que correr ali. Parabéns.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Obrigado, Senador.

... tem que fomentar o cooperativismo na região, tem que fomentar. Isso é uma coisa... Eu estive lá, fiz uma reunião com o Paulo Rocha, lá na Sudam, com os movimentos sociais, e falei: "Olha, vocês têm que organizar a cooperativa". Não é porque é menos ou mais; é porque a cooperativa aumenta escala, dá garantias, aumenta a eficiência e é uma forma de organização cujo objetivo não é o lucro, é repartir a sobra do processo produtivo. Então, você distribui melhor os resultados e aumenta a eficiência dos pequenos, a capacidade de produção. Então, tem que fomentar o cooperativismo.

O BNB, por exemplo, tem 7 mil agentes de crédito, do banco. Se nós tivéssemos cooperativas, nós íamos distribuir crédito muito mais rápido, com muito mais segurança, em outra velocidade. Então, eu diria que, para mim, essa é uma grande opção.

Em relação ao açaí e ao cacau, total interesse. Eu comi um chocolate lá em Belém que ganhou o prêmio mundial lá na Suíça, que era exatamente açaí com chocolate. Tinha outro de cupuaçu...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Não, chocolate, chocolate mesmo. O cara ganhou um prêmio na Suíça, um prêmio mundial de chocolate. Então, tem sabores ali... Quanto ao açaí e ao cacau, nós estamos dispostos.

Agora, o BNDES é banco, tem que apresentar o projeto, tem que apresentar o projeto, tem que ver garantia, tem que ver resultado. Sabe qual é a inadimplência do BNDES hoje? É 0,01%. Então, o banco é rigoroso, é criterioso, é exigente, mas entrega, e está aumentando em 40% as aprovações este ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive eu mostrei os dados da Amazônia em relação a 2021, nós já dobramos a liberação de crédito em relação a 2021.

Em relação ao Senador Bagattoli, eu já fiz aqui algumas... a questão da regularização fundiária, que eu acho muito importante.

O único tema que eu acho que nós precisamos deixar pactuado é o seguinte: não pode mais ter objeção entre cuidar da população da Amazônia e proteger o meio ambiente – não pode! Se você olhar aqueles botos morrendo porque não tem água e aqueles barcos... Agora está lá; não está só no Rio Grande do Sul ou no Canadá, porque o sistema se desequilibrou. O único bioma que pode dar uma resposta urgente, relativamente barata e com impacto relevante é a Amazônia na crise climática global. É isso que nós temos que pôr na pauta.

A proposta que eu defendo é plantar 4,5 milhões de hectares na Amazônia, começando pelas áreas públicas degradadas – 4,5 milhões de hectares –, pegar financiamento internacional, criar um fundo especial, pegar o Fundo Clima nosso e mudar. E aí, sim, plantar açaí, cacau, cupuaçu, etc., e, ao mesmo tempo, as árvores nativas daquela – como é que chama? – muvuca indígena, que eles jogam às vezes para fazer.

Para terminar, eu acho que falei do Airton. Estou em total acordo com o que foi colocado, a gente fazer nessa linha. Eu acho que o cooperativismo é o caminho. Parabéns por você estar tocando isso. Eu vou botá-lo em contato depois com as grandes cooperativas para elas mandarem técnicos, acesso... Eles têm material, têm todo um instrumental de como organizar o movimento cooperativo. E 24% do cooperativismo no Brasil é agrícola; depois, tem a cooperativa de crédito, tem a cooperativa de consumo, mas nós precisamos impulsionar... E também a logística, e eu concordo em relação a aeródromo.

Termino com a nossa Senadora Leila. Parabéns aí pela recuperação rápida. Eu acho que ainda é o período de atleta – não é? – que garante isso. Um pouco é isso, Senadora. Nós estamos num processo muito forte: a demanda de crédito na Amazônia cresceu 204%, o dobro da média nacional; o desembolso, 27%, acima dos 20% da média nacional; as aprovações... Então, eu vejo que já tem um despertar na Amazônia. Nós estamos com um olhar muito atento, criando linhas específicas para micro e pequena empresa. Junto com o...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Vai lá.

... BID, nós lançamos essa linha de R$4,5 bilhões. A nossa perspectiva é chegar a R$100 bilhões com a Coalizão Verde, que vai tratar também dos outros países amazônicos. Acho que vai ter muito interesse e muito investimento. Nós podemos atrair muito investimento externo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí termino com o investimento externo. O Ministro Haddad está com uma iniciativa, que está amadurecendo, que eu acho que é muito promissora. Qual é o problema do investimento externo? Porque tem liquidez no mundo, e o Brasil, como eu disse, tem uma janela de oportunidade. Nós somos um fator de estabilidade no mundo, de paz – tem guerra por todo lado, e, há 150 anos, não temos nenhum conflito aqui com os vizinhos –, somos os 15 países que têm relação com todos os países do mundo e temos esse patrimônio ecológico. Nós podemos ser o primeiro país do mundo a ter emissão zero e liderar essa transição climática. Isso tem uma grande atração. E a COP é a vitrine em que nós temos que disputar esses recursos. Agora, o que eu vejo para atrair o investimento externo? Qual é o problema? É o risco da taxa de câmbio. O empresário que investe no Brasil faz um *hedge* para se proteger por dois anos – tem um custo, mas ele faz –, mas ele não consegue fazer um *hedge* para fazer um investimento, montar uma fábrica, um investimento estratégico para 10, 15, 20 anos.

O BNDES é o único banco no Brasil que chega a 35 anos de crédito, é banco público. Essa é outra discussão em que nós precisamos ter clareza. Tem 500 bancos públicos no mundo, que têm um patrimônio de US$18,7 trilhões – não é qualquer coisa – e que respondem por 10% de investimento. Porque parece que isso aqui é uma jabuticaba; não é jabuticaba – por sinal, essa jabuticaba do BNDES tem 71 anos de história.

Os americanos hoje estão botando US$383 bilhões na transição ecológica, de subsídio do Estado americano – política de compra do Estado, protecionismo –, e, inclusive, mais US$280 bilhões para microprocessadores, para atrair as plantas industriais, ter uma redistribuição da cadeia global de valor. O que os americanos estão fazendo, porque isso aconteceu no pós-guerra, é um Plano Marshall ao contrário. Na época, foi para recuperar a economia europeia; agora é para recuperar a economia americana. Eles não querem saber do que está acontecendo fora e estão cuidando do seu quintal e reindustrializando. Se nós ficarmos nessa discussão de que é Estado mínimo, que o Estado não tem que ter relação com o mercado, que não precisa ter banco de desenvolvimento, nós vamos continuar perdendo essa oportunidade histórica única que nós temos.

Vou dizer uma coisa aqui forte: este país foi o país que mais cresceu no mundo durante 40 anos – não foram 4, foram 40 anos. E desde a época que nós... E o Ocidente trouxe essa agenda neoliberal, Estado mínimo, não precisa de relação Estado-mercado, não precisa de instrumentos de investimento público, não precisa de banco público... Nós perdemos essa condição e temos uma taxa de crescimento baixa. Os Estados Unidos acordaram. A Europa, a nova geração, são 806 bilhões de euros que eles estão pondo na economia. Então, o país precisa do BNDES, precisa de crédito público, precisa de parceria público-privada, inclusive para estruturar projetos no mercado de capitais, para desenhar bons projetos, para a gente avançar.

Então, dito isso, o Haddad está pensando em "hedgear", a chamada cauda longa, quer dizer, o risco do câmbio quando ele passa de um certo padrão para projetos de médio e longo prazo, projetos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estratégicos para o Brasil. Se você pegar US$10 bilhões, US$20 bilhões das reservas e usar como *hedge* para atrair investimentos estratégicos para projetos que vão amadurecer e que vão dar resultado durante 20, 30 anos, vai entrar muito... Já somos o segundo país que mais atrai investimento. Nós vamos ter uma velocidade extraordinária de investimento no Brasil. Então, eu acho que ele tem um projeto muito interessante.

O outro projeto que nós estamos discutindo, que vi até que já está tramitando, que foi umas ideias que nós lançamos, que acho que nós precisamos discutir, porque, quando nós estávamos na campanha e fizemos aquele projeto do Desenrola, Senador Confúcio, apanhei que nem... "Ah, porque não dá para fazer, porque isso é uma loucura". Tinha 70 milhões de pessoas inadimplentes. Se a gente continuar fazendo tudo que a gente faz como a gente fazia, o resultado vai ser exatamente o que nós temos tido. Nós precisamos inovar, nós precisamos criar. E o Desenrola é um sucesso. Todo mundo reconhece hoje que está conseguindo resolver a dívida e trazer de volta para o crédito uma parcela da população que não ia sair se você não criasse um mecanismo, uma porta de saída criativa, como é o programa.

Eu acho que nós temos que fazer o desenrola investimento, tanto para o investimento externo como para o investimento no Brasil. Eu vou dar um dado: nós temos R$2,7 trilhões de passivo fiscal, ou seja, expectativa de receita que não se realiza na Receita Federal. E uma parte disso não vai receber mesmo, mas uma parte importante vai receber. E a grande massa pode receber ou não. Além disso, tem 800 bilhões de crédito tributário parados, que aí é a empresa que tem a receber do Estado. Eu proponho desenrolar o investimento externo e desenrolar o investimento público no Brasil.

A empresa vai ter um desconto para poder usar esse recurso para investimento naquilo que é prioridade do país, que é exatamente a transição ambiental e ecológica, e, do que ela puser, quanto mais ousado o projeto, mais estratégico, maior o desconto. Com isso, a gente traz uma parte desse passivo para virar investimento: melhora o balanço das empresas, elas têm melhores condições de financiamento e a gente alavanca o investimento público. Então, nós fazemos um desenrola, um investimento usando esses recursos e trazendo o *hedge* para o investimento internacional.

Então acho que nós temos uma grande janela de oportunidade; precisamos de alguma criatividade, mais inovação, mais confiança. E há uma coisa difícil de falar nesta Casa, mas eu vou usar aqui. Eu sempre defendi muito o debate qualificado, como nós tivemos hoje. Se a gente conseguir fazer um debate mais programático, mais qualificado, mais convergente, mais construtivo, respeitando a oposição e vice-versa, eu acho que a gente vai andar muito mais rápido em direção ao futuro.

E foi bem-dito aqui que eu já tenho bastante... Comecei como Presidente acadêmico há 50 anos, por sinal, na Amazônia. Fiz uma viagem lá, pela presidência acadêmica, em que nós descemos de Letícia, Tabatinga até Manaus. Não foi qualquer coisa aquela aventura. E também na Amazônia, meus pais moraram ali. Meu pai comandou a Amazônia oriental, morava ali em Porto Velho, em frente ao Madeira, ali no Madeira-Mamoré, um lugar muito bonito. Foi uma experiência muito rica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vejo que o Brasil, se souber administrar esse momento histórico, está com uma janela de oportunidade única, em tudo que está aí, inclusive por ter um Presidente que o mundo conhece, que tem liderança, num mundo carente de liderança, que tem prestígio. Nós estamos presidindo o Conselho de Segurança da ONU; presidindo o G20; vamos ter a COP no Brasil, a COP 30, na Amazônia, em Belém; vamos presidir os Brics e vamos presidir o Mercosul. Então, há uma conjunção de elementos muito favoráveis. Precisamos melhorar a qualidade do debate, para a gente construir convergência, como nós estamos fazendo hoje aqui.

Estamos à disposição sempre que formos convocados, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Vou ler aqui as perguntas dos internautas pelo nosso Programa e-Cidadania, numa coisa de valorização. Inclusive, muitas das questões já foram aqui respondidas, mas vou fazer a leitura – e de um Senador também.

Renata Martins, do Distrito Federal: "Seria possível executar este projeto em espaços de compensação ambiental? Ou fazer parceria com [...] [Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público] e [...] de impacto socioambiental?".

Gabriela, de São Paulo: "Como garantir medidas de controle do aquecimento global antes que afete gravemente a população [...]?".

Jéssica Galdino, do Rio Grande do Norte: "Quais medidas foram tomadas até o momento referente à seca e às queimadas [...] [registradas no Amazonas]?".

Naiele Thaís, do Paraná: "Quando irá começar a transição da Petrobras para matrizes de energia limpa? O Brasil pode ser tornar referência e liderança mundial [nessa área]".

Geiza Manoel, de Minas Gerais: "Como as universidades podem colaborar para o fomento da cultura de preservação e restauração do meio ambiente? [...]".

Marcelo Augusto, de São Paulo: "Como os investimentos do BNDES serão aplicados [nessa iniciativa] e quais [...] os impactos positivos para a população brasileira?".

Evelyn Ferreira, de Minas Gerais: "Com relação à possível extração de petróleo nos rios amazônicos, como balancear sustentabilidade e desenvolvimento financeiro?".

Tem um texto aqui feito pelo Senador Wellington Fagundes. Ele faz um comentário, para fazer a pergunta, eu vou ler aqui.

> Considerado Patrimônio da Humanidade e Reserva Mundial da Biosfera, o Pantanal é um dos biomas mais preservados do Brasil – 93% de sua área estão nas mãos da iniciativa privada, que enfrenta um cenário desfavorável para manter a principal atividade econômica, que é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pecuária. Isso porque o gado no Pantanal é criado a pasto e não consegue competir no mercado com o gado produzido no Cerrado, que apresenta uma performance melhor quando se trata de peso e acabamento, quase sempre conquistado mediante a adoção de suplementos alimentares, um pasto de qualidade e confinamento.

Com isso, muitas áreas estão sendo abandonadas no Pantanal. Fazendas inteiras deixam de produzir, levando desemprego de famílias de trabalhadores, que buscam as cidades próximas para novas oportunidades e, quase sempre, sem qualificação para enfrentar esse mercado. Outro resultado é o acúmulo de biomassa, que, em algumas situações, se torna combustível para os incêndios registrados no Pantanal.

O bioma não conta com boas estradas, a oferta de energia é precária e o acesso à telefonia móvel e internet também.

Diante desse cenário, quero perguntar: qual a ação, em execução ou em planejamento pelo BNDES, para socorrer esses produtores rurais e desenvolver o Pantanal social e economicamente?

Senador Wellington Fagundes, do Mato Grosso.

Por fim, já agradecendo ao Presidente pela belíssima exposição e pelo debate feitos nesta Comissão, queria colocar só três questões.

De fato, você falou aqui do baixo nível do cooperativismo na Amazônia, mas nós temos cooperativas. Nós temos que fazer o incentivo à construção de mais cooperativa, mas temos que ver como a gente faz essa interlocução com as já existentes ali naquela região, para que a gente possa, inclusive, a partir delas, ser o exemplo do trabalho a ser feito. Então, precisamos ver como o BNDES faz essa interlocução.

Parabenizo esse crescimento da oferta do crédito, do recebimento dessas demandas, num sistema mais adequado à realidade atual, que exige a gente tratar dessa questão ambiental. Eu, inclusive, tenho uma preocupação. Nós temos agora um momento – o Paulo acho que já saiu – na Sudam de renovação da política dos incentivos fiscais. Eu estou trabalhando com um projeto, inclusive, aqui no Senado, porque não dá para repetir o modelo que nós tínhamos. Nós temos que manter os incentivos, mas trabalhando num novo modelo. Então, o BNDES aqui demonstra a preocupação com esse novo modelo. Eu acho que é importante, inclusive para influenciar outros bancos que atuam na região no crédito agrícola, por exemplo, Banco do Brasil, Banco da Amazônia, que necessitam aumentar a sua carteira de crédito, mas levando um crédito com adequação.

Por fim, essa questão da regularização fundiária, levantada aqui por dois... que você fez. Eu estou acompanhando. Tem projetos vindo ao Fundo Amazônia, agora, solicitando recurso nesse... Podemos discutir aí os valores, o modelo, a forma; vermos se tem modelos mais rápidos e baratos até de como fazer e como trabalhar essa questão da regularização fundiária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas isso é questão fundamental para que a gente possa atuar, até no caso da repressão. Hoje tem muita coisa que você não consegue reprimir, porque você sequer sabe quem é o dono daquelas áreas que estão ali. Então, até para isso é necessário a gente ter esse dado da regularização fundiária e de todo o processo.

Então, eu queria já passar a palavra para o Presidente Mercadante, para que possa responder a essas últimas questões e fazer as suas considerações finais.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Para expor.) – Eu vou começar pelo Senador Wellington Fagundes. Eu tive uma reunião recente... Nós estamos liberando um financiamento para o Governo do Mato Grosso do Sul, para o Governador Eduardo, e nós acordamos lá de desenhar uma iniciativa que eu acho que pode ser muito promissora, que é criar um fundo clima Pantanal.

O Pantanal talvez tenha a maior diversidade – seguramente – da fauna, de pássaros. Eu acho que não tem nada parecido no planeta, então o apelo é muito grande. Tem um fundo da ONU, que é o Fundo Diversidade. Eu acho que nós podemos fazer um programa de fomento ao turismo, de desenvolvimento da economia local, de proteção da biodiversidade. Então, nós vamos desenhar um programa, a exemplo do Fundo Amazônia, o fundo clima Pantanal.

Eu acho que essa é a resposta que eu deixo para ele. Se ele tiver interesse, depois pode entrar em contato com a gente, está aqui registrado, e o Governador também está diretamente nesse impacto.

Em relação a *startups* de impacto ambiental, nós acabamos de aprovar um fundo só para financiar... Porque o Fundo Amazônia não financia empresas, financia entidades da sociedade civil, o poder público – 58% são estados e municípios –, mas nós criamos um fundo específico, gerido por gestores de grande reconhecimento internacional, só para financiar a bioeconomia, para financiar pequenas empresas, empresas em desenvolvimento para a bioeconomia. Então, isto também está lá no nosso portal do BNDES.

Em relação à produção de petróleo... Não é nos rios da Amazônia, porque isso foi uma confusão que se criou. É na margem equatorial. Está a 170km do litoral e da foz está a 540km. Quer dizer, é mais distante do que São Paulo e Rio, e a pessoa acha que aquilo está... Não, é mais distante do que São Paulo e Rio de Janeiro e, pela curvatura da Terra, nem com binóculo você vai consegui ver. Então, não tem nenhuma relação com o rio. E pelas correntes marítimas, também qualquer acidente que ocorresse não traria para o litoral, vai jogar para o outro lado, vai lá para o Caribe. Evidentemente que tem que ser tratado com muita responsabilidade isso.

A Petrobras já perfurou mais de 2 mil postos e nunca teve um incidente. E hoje tem uma série de políticas prudenciais para você... Porque o potencial para ter petróleo é muito grande. A Guiana, que é um país muito pequeno, tem uma fronteira muito pequena ali na margem equatorial, já está produzindo 400 mil barris por dia e vai chegar a 1,7 milhão. O PIB da Guiana quadruplicou desde que descobriu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, você olha para o Amapá, que é o estado mais pobre do Brasil, Lourival, e olhando aquilo que está acontecendo do lado, o pedido de autorização era para perfurar um poço acho que a 15km, 20km da Guiana. Então, a chance de ter petróleo é muito grande. "Ah, isso não tem a ver com a crise climática?". Lógico que tem a ver. O mundo vai ter que superar o petróleo, mas não superou. Na hora em que a Arábia Saudita e a Rússia resolvem aumentar o preço do petróleo internacional e reduzir a produção, nós vimos o que acontece: na bomba, aumenta o preço; pressiona a inflação; aumenta o juro.

Nós vimos na campanha também: usou-se até dinheiro público para segurar o preço. Ou seja, a demanda de fóssil – são cem anos dessa indústria fóssil que está aí – continua. Os caminhões todos andam a diesel. Os ônibus – no Brasil são 172 mil ônibus – andam a diesel. Nós estamos começando a substituição. Por exemplo, em relação ao ônibus, nós estamos fazendo o primeiro lote de 1,6 mil ônibus, mas vai demorar muito tempo para substituir. E nessa transição, nós temos que usar o petróleo, inclusive para proteger a Amazônia e para financiar o desenvolvimento da Amazônia.

Por que a Noruega, que produz petróleo, doa para o Fundo Clima e a Petrobras não pode produzir petróleo para doar para o Fundo Clima? Desculpe-me. O que aconteceu no Irã, no Iraque? O que aconteceu na Líbia? Por que o Trump disse que iria tomar o petróleo da Venezuela? Tem uma disputa estratégica ainda sobre esse recurso. Disse agora que, se tivesse sido reeleito, iria tomar o petróleo da Venezuela. Disse publicamente, por isso que eu estou repetindo aqui.

Então, nós precisamos entender que isso é uma riqueza, a exemplo do pré-sal. Eu vivi nesta Casa aqui, Beto, esse debate do pré-sal. A discussão era assim: tinha um filminho que mostrava que o poço de petróleo iria vazar e as pessoas não iriam poder mais tomar banho de mar no Rio de Janeiro, no Leblon, Ipanema, etc., que não iriam poder mais andar de surfe porque tinha uma plataforma, na frente da... O sujeito não iria poder mais namorar, porque iria estar cheio de plataforma. E eu explicando aqui, cheguei a fazer um filme para explicar: "Olha, nem com binóculo você vai ver a plataforma. A curvatura da Terra não permite ver. Não há risco nenhum de incidente de petróleo chegar ao litoral do Rio de Janeiro. E a estrutura que foi feita do pré-sal vai ser feita na margem equatorial, pela Petrobras. Fora que tem também a estrutura dos países vizinhos para proteger qualquer acidente".

Então, é um erro histórico, na minha visão... O Ibama tem que ser muito rigoroso nas exigências para produzir, na garantia do meio ambiente. E essa energia tem que financiar a transição ecológica, acelerar a proteção da Amazônia, reflorestamento, bioeconomia, gerar valor agregado aos produtos da floresta. Nós precisamos de recurso para investir na região. Se não tiver esse recurso, nós não... Podemos atrair algum dinheiro de fora, mas esse é um recurso extraordinário, que não pode ser desperdiçado. O que nós temos que exigir é rigor no cumprimento da proteção ambiental, mas é uma riqueza natural estratégica.

O Presidente Lula já disse que também concorda. Temos que chegar a um entendimento aí com o Ibama, técnico, rigoroso, mas eu acho que tem grande chance de nós avançarmos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, insisto nisto: não é produzir no Rio Amazonas, porque não tem nada a ver com o Rio Amazonas, é a margem equatorial, que vai lá do Amapá até Sergipe. Toda aquela região... Já temos gás descoberto em Sergipe, estão perfurando agora no Rio Grande do Norte, e é o mesmo debate, porque também tem as praias no Nordeste que são tão importantes quanto o litoral.

Em relação às universidades, Geiza, acho fundamental elas participarem de todo esse desafio. Acho que o Ministério da Ciência e Tecnologia tem várias iniciativas, o MEC também, e nós estamos criando vários fóruns. Ontem mesmo fiz um seminário com o Presidente do Supremo, com ministros, a Presidenta do STJ, Ministério Público, etc., sobre direito e desenvolvimento. Então, o BNDES vai fazer estudos. Um dos estudos, inclusive, que foi sugerido lá, é sobre a situação carcerária no país, pensar alternativas para a grave crise carcerária.

E a outra sugestão, do Ministro Barroso, cujo compromisso nós assinamos lá, é a gente estudar como reduzir a litigância do Estado brasileiro. O brasileiro tem um nível de litigância jurídica que é fora da curva, e isso prejudica, demora muito a solução dos problemas. Eu vi ali: o STJ tem 470 mil processos. Então, nós temos áreas, por exemplo, da previdência, que tem milhões de processos. Então nós precisamos racionalizar a estrutura jurídica para ter mais agilidade, usar mais o consenso, mais a arbitragem, mais a busca de convergência.

O TCU criou o TCU consenso, que é uma excelente iniciativa para a gente poder pactuar dentro do próprio setor público e diminuir a litigância de estados, União, municípios, precatórios, etc.

Por último, Beto, eu queria.... Acho que você tocou num ponto muito importante aqui. Eu vou trabalhar lá com o BNDES, com os bancos parceiros e com o Basa. Eu acho que nós poderíamos criar uma linha especial para fomentar cooperativas na Região Norte, porque aí atrai mais. Quer dizer, o sujeito sabe... Temos as linhas de cooperativa, mas aí a atração é maior. Em vez de a gente só financiar micro, pequena e média empresas, vamos criar uma linha especial para o cooperativismo, porque é um estímulo – além da parceria com as cooperativas, especialmente as pequenas cooperativas – a gente criar uma linha especial para fomentar. Então, fica o compromisso. Você pode me cobrar depois – e você cobra mesmo –, e nós vamos fazer. E a outra, você poderia trabalhar, fazer a ponte junto ao Governador Helder, para a gente ver como organizar o financiamento, para que os governos dos estados...

Nós estamos financiando fortemente os governos, nós estamos financiando este ano, no Brasil investe impacto – a nossa diretora Tereza Campello, que está coordenando esse programa –, R$30 bilhões para os estados, porque não tinha mais financiamento para estados, e hoje têm capacidade de endividamento – R$30 bilhões, que nós estamos financiando. E vários desses acordos já foram assinados, dentro do PAC e dentro do Plano de Transformação Ecológica. São os Governadores que apresentam os projetos que foram aprovados no PAC, e o BNDES financia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós podíamos incluir dentro do PAC e dentro do Plano de Transformação Ecológica um programa especial para regularização fundiária – digitalização, aceleração, regularização. Com isso, os proprietários, especialmente da agricultura familiar, mas não só, teriam juros mais baratos e nós sairíamos para combater os desmatadores, essa agricultura predatória que aqui no país não se pode mais aceitar e investir numa agricultura de precisão, de eficiência, de baixo carbono, sustentável, que protege meio ambiente, regularizada, legalizada.

Então, muito obrigado. Saio aqui com tarefas para encaminhar e, mais para frente, vocês podem chamar de novo, que será um prazer retornar. Está bom?

Bom trabalho e boa legislatura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Presidente Aloizio Mercadante.

Acho que nós cumprimos bem o objetivo dessa primeira parte aqui da nossa Comissão, e, obviamente, você está liberado. Nós vamos fazer uma segunda parte agora, que é um projeto, inclusive, que o Senador Confúcio relata.

Muito obrigado por ter vindo. A participação aqui dos Senadores, inclusive alta para um dia que nós estamos fazendo sessão *online*, demonstra claramente o interesse da Casa e o interesse por esse tema. Então, obrigado. Obrigado a toda a sua equipe e assessoria.

Passo, então, à segunda parte da nossa sessão, que é o Plano de Trabalho para Avaliação da Política Nacional de Saneamento Básico, não terminativo.

O plano de trabalho apresentado para avaliar em 2023 a Política Nacional de Saneamento Básico, nos termos do art. 96-B, do Risf, em atendimento ao Requerimento 20, de 2023, da CMA, Relator: Senador Confúcio Moura, a quem eu passo a palavra para apresentação do seu plano.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, telespectadores, ouvintes, uma das missões e funções da Comissão de Meio Ambiente será a avaliação das políticas públicas relacionadas ao meio ambiente e também à infraestrutura.

Então, nós propusemos à Comissão – foi aprovado – o Plano de Trabalho de Avaliação em 2023 da Política Nacional de Saneamento Básico.

O art. 1° da Resolução n° 44, de 2013, do Senado Federal, prevê a realização de avaliação de políticas públicas para adequar os dispositivos normativos às necessidades sociais: "as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para serem avaliadas".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é muito importante, porque aprova, por exemplo, o marco regulatório do saneamento – muito importante –, tem datas para serem cumpridas e objetivos a serem alcançados. Por isso, nós temos que fazer as avaliações.

A avaliação de políticas públicas existe para aprimorar a gestão do Estado, mensurando sua eficiência, eficácia e efetividade. O resultado orienta as ações do poder público com maior assertividade.

Em 2023, a Comissão de Meio Ambiente elegeu a Política de Saneamento Básico para avaliar, conforme Requerimento nº 20, aprovado em 4 de abril.

O acesso universal ao saneamento é fundamental para a dignidade humana, e também um dos principais mecanismos de proteção da qualidade dos recursos hídricos.

Instituída pela Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, a política de saneamento nacional é muito ampla e ainda precária. Por isso, a avaliação aprovada deve focar a prestação de serviços em consonância com os princípios fundamentais definidos no art. 2º, especialmente o disposto nos incisos:

> [...]
> III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de forma adequada à saúde pública, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente;
> IV - disponibilidade, nas áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, tratamento, limpeza e fiscalização preventiva das redes, adequados à saúde pública, à proteção do meio ambiente e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;
> [...]
> VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde, de recursos hídricos e outras de interesse social relevante, destinadas à melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;
> [...]
> XII - integração das infraestruturas e dos serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos;
> XIII - redução e controle das perdas de água, inclusive na distribuição de água tratada, estímulo à racionalização de seu consumo pelos usuários e fomento à eficiência energética, ao reuso de efluentes sanitários e ao aproveitamento de águas de chuva.

Não obstante, para que a contribuição desta Casa seja positiva, há que se avaliar, concomitantemente, a eficiência e eficácia de tais políticas diante da aplicabilidade da Lei 14.026, de 15 de julho de 2020 (chamada de Marco Legal do Saneamento Básico), e da Lei 13.529, de 4 de dezembro de 2017 (que autoriza a União a participar de fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projetos de concessões e parcerias público-privadas, com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados).

Dados também evidenciam uma cruel relação de disparidade entre os índices de acesso aos serviços básicos de saneamento e o montante investido em cada região, o que deve ser averiguado com maior rigor, para buscarmos alcançar uma equidade na distribuição dos recursos e a priorização das metas.

1.1. Delimitação do problema (panorama atual)

A política federal de saneamento básico foi instituída em 2007 e introduziu o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico, chamado Reisb, visando aumentar os investimentos na área em troca de concessão de créditos na cobrança de tributos.

Transcorridos 13 anos, a política nacional foi atualizada pela Lei 14.026/2020 ("Marco Legal do Saneamento Básico"). Estamos em 2023 e observamos que os agravos da pandemia de covid-19 evidenciaram a lentidão dos principais indicadores. O *ranking* anual do Sistema Nacional de Informações de Saneamento Básico apurou que, no Brasil:

- mais de 100 milhões de brasileiros não têm acesso à coleta de esgoto (aproximadamente 55% da população, quando a meta legal define 2033 como limítrofe para alcance da universalização dos serviços, garantindo pelo menos 91% com acesso ao tratamento e à coleta de esgoto). É um desafio imenso;

- cerca de 35 milhões de pessoas no Brasil ainda não têm acesso à água tratada (quer dizer 84% da população, quando a meta legal define também até 2033 alcance de 99% da população com água);

- esse índice só alcança esse patamar devido aos cem maiores municípios do país terem atingido índices de 94% e 75%, respectivamente, água e esgoto;

- a situação é caótica em cidades da Região Norte do país e do Nordeste e os melhores resultados se localizam no Sudeste e no Sul, o que evidencia uma disparidade cruel e discriminatória entre regiões: enquanto 99,07% da população das 20 cidades nas melhores colocações têm redes de água potável, 82,52% da população dos 20 piores municípios têm acesso ao serviço;

- em três cidades, menos de 40% dos habitantes têm água potável – é água potável; não é esgoto, não –: Macapá, 37,56%; Ananindeua, no Pará, 33,8%; e Porto Velho, capital do estado que eu represento, só tem 32%. É grave ou não é?;

- na disponibilidade da coleta de esgoto, a situação se agrava: nos 20 melhores municípios, 95% da população têm acesso ao serviço de esgoto, mas o percentual entre os 20 piores é só de 31%. A diferença é gritante;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- somente duas cidades da amostra, dos 5.570 municípios do Brasil, têm 100% de esgoto, que são: Piracicaba e Bauru;

- outras 34 cidades – apenas – têm índice de coleta de pelo menos 90% e podem ser consideradas universalizadas, de acordo com a legislação;

- enquanto os cinco municípios mais bem colocados estão no Sudeste e no Sul, os cinco piores novamente estão no Norte: Santarém, no Pará, com 4% apenas de esgoto; Porto Velho, com 5,88%; Macapá, com 10%; Belém, com 17%; e Rio Branco, com 21%. A situação é grave, por isso que nós temos que fazer essas avaliações de políticas públicas, para que a gente possa, através do Congresso Nacional, provocar uma equalização com esses municípios, que estão – vocês estão vendo aqui os indicadores de cidades grandes, capitais – numa situação desesperadora como essa;

- os Municípios de Porto Velho, Macapá, Manaus e Belém estão, há oito anos, entre os 20 piores no *ranking*, sem demonstrar melhora;

- nas 20 melhores cidades, o investimento médio anual em saneamento básico, entre 2016 e 2020, foi de R$135 por habitante – nas 20 melhores –, enquanto, nas 20 piores, foi só de R$48 por habitante, sendo que, em Macapá, última do *ranking*, foi de apenas R$11. Vocês imaginam uma situação dessas. Só para vocês observarem: as 20 melhores investiram R$130 por habitante, enquanto Macapá, só R$11. É de lascar, não é?

Continuando, consequências da ineficiência da política de saneamento do país.

A falta de investimento em saneamento básico gera diversas consequências que agridem a população e demandam elevados recursos do Governo para reparo de danos, como: ameaça à saúde pública; maior incidência de mortalidade infantil – é bem explicada –; ampliação da desigualdade social – os mais pobres –; poluição dos rios e das cidades; improdutividade – que afeta a economia, por faltas de trabalhador, e até a educação, por hospitalização das crianças –; e tragédias anunciadas.

Cabe uma ressalva importante: as habitações em áreas irregulares, com riscos de deslizamentos e inundações, são excluídas do planejamento, assim como os vazios urbanos e o rápido crescimento populacional dificultam o acesso aos serviços básicos de saneamento.

Benefícios que o acesso ao saneamento pode gerar para o país.

Do ponto de vista econômico: a renda *per capita* do Brasil poderia aumentar em 6%; ao ter acesso a rede de esgoto, um trabalhador aumenta sua produtividade em 13% e resulta em quase 4% de ganho salarial por diminuição das faltas; o valor dos imóveis se valoriza em média 18%; e, a cada dólar investido em saneamento, são economizados US$4,3 que seriam investidos em saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Investir corretamente em saneamento aumenta a qualidade de vida da população e gera crescimento econômico. Daí a importância da contribuição do Senado Federal em avaliar, conforme suas atribuições regimentais, o desenvolvimento destas políticas públicas, pois já se extrapolaram os limites de tolerância cidadã para que os equívocos e disparidades sejam muito bem evidenciados e corrigidos, através de investimentos adequados e do aperfeiçoamento das ações. E, neste ponto, podemos, devemos e vamos contribuir!

Cerca de 35 milhões de pessoas não têm acesso a água tratada.

Eu já li isso aqui ou não? (*Pausa.*)

Já li essa parte.

Tenho que virar a página.

Objetivos.

Geral: avaliar as políticas públicas de saneamento básico do Brasil, quanto a eficiência, eficácia dos investimentos.

Específicos:

- promover os necessários debates, estudos e reflexões dos agentes públicos e da sociedade civil quanto à problemática, seus prejuízos, e sobre a necessidade de conscientização quanto à necessidade de mudança do cenário;

- mapear a realidade do país, consoante o alcance, a eficiência, a eficácia e a efetividade dos investimentos;

- compilar as demandas e desafios do saneamento básico enfrentada pelos gestores de cada região;

- evidenciar os equívocos na execução das políticas de saneamento e as propostas de solução;

- revisar o compêndio;

- orientar a revisão orçamentária;

- propor ações concretas para alcance das metas;

- subsidiar a sociedade em geral e o Poder Executivo do compilado das informações de relevância.

Atividades propostas.

Para levar a contento a avaliação das políticas públicas de saneamento, sugere-se que a Comissão de Meio Ambiente segmente suas análises em eixos:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

I. eixo de abastecimento de água, esgoto, limpeza e tal;

II. eixo de disponibilidade, nas áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas;

III. eixo de articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza;

IV. eixo de integração de infraestruturas e dos serviços disponibilizados;

V. eixo de redução e controle das perdas de água;

VI. eixo de aplicabilidade da Lei 14.026, que é o Marco Legal do Saneamento;

VII. eixo de aplicabilidade da Lei 13.529, de 2017, que autoriza a União a participar de fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias;

VIII. eixo de averiguação da relação entre a diferença dos resultados regionais alcançados e os investimentos locais.

Produtos/entregáveis.

- relatório final consolidado sobre a eficácia da política pública avaliada, para apreciação pela Comissão, até dezembro deste ano, elaborado com base no monitoramento das ações de governança e controle;

- conteúdo digital contemplando todos os documentos e conteúdos resultantes da atuação e avaliação disponibilizados no sítio eletrônico da Comissão.

Bem, aqui, é somente o anexo.

Nós vamos fazer aqui, hoje, essa primeira apresentação do plano, apenas a leitura dele; o início do recebimento das contribuições dos Parlamentares, do Executivo, dos órgãos de controle, da sociedade civil; e a abertura do e-Cidadania também – esses são os próximos trabalhos. Também teremos a apresentação do relatório consolidado; vamos promover quatro audiências públicas; e haverá a apreciação do relatório final da Comissão, que será no dia 12 de dezembro.

Primeira audiência pública. Panorama do saneamento básico nacional: o atual cenário das políticas de abastecimento de água, esgoto e limpeza urbana.

Segunda audiência pública. A realidade urbana do saneamento básico no Brasil: avaliação da disponibilidade de serviços e da articulação com políticas sociais.

Terceira audiência pública...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já temos todos os nomes das autoridades que vão falar; é curtinho, mas vai nos orientar na elaboração do relatório dos avanços da lei. Isso é fundamental. Nós temos que dar conhecimento à Casa dos avanços do marco regulatório do saneamento básico.

Também já temos todos os nomes aqui das autoridades convidadas para a segunda audiência.

Terceira audiência. Uso racional das águas e das potencialidades do Brasil: uma análise das políticas de infraestrutura. Já temos aqui todos os seis convidados para essa avaliação.

Por fim, a quarta audiência, que será no dia 30 de novembro, daqui a um mês certinho. Saneamento e qualidade de vida: como planejar o futuro das cidades a partir da avaliação das políticas implementadas. Temos aqui os palestrantes dessa última:

- Secretário-Executivo do Ministério das Cidades, Hildo Rocha;

- Adalberto Felício Maluf Filho, Secretário Nacional do Meio Ambiente;

- Pedro Maranhão, Secretário Nacional de Saneamento do Ministério da Integração;

- Governador Marcello Brito, do Pará. Marcello Brito do Pará, não! Aqui está errado. Não tem esse Governador lá; lá é o Helder Barbalho. Ele é Secretário-Executivo do consórcio... Ah, é do consórcio! É o Secretário-Executivo, é. É o Marcello Secretário-Executivo do consórcio.

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não tem nem previsão para o próximo mandato.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois é, isso está... E tem representante do TCU e da Associação Brasileira de Agências Reguladoras.

Sr. Presidente, esse é o nosso plano de trabalho, que foi lido. Os senhores puderam observar as discrepâncias chocantes da situação do saneamento básico no Brasil – grave –, e nós temos que perseguir a lei. A lei modificou muito, a lei avançou bastante. Foram inesquecíveis os debates que houve aqui no Senado Federal, que deixaram esse legado fantástico do nosso querido Relator e Senador Tasso Jereissati. Ele não pode... O Tasso está lá no Ceará, já não é mais Senador, mas está vigiando a gente, observando que deixou essa imensa contribuição.

Cabe a nós, aqui da Comissão de Meio Ambiente, fazer essa avaliação prudente e nós fazermos as cobranças, Presidente Beto Faro, as cobranças, a busca de recursos e as parcerias público-privadas. A participação do BNDES em tudo isso é fundamental para justamente a gente combater a desigualdade, como nós todos desejamos.

Era só isso, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.206986/2023-04-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Confúcio.

Parabéns pela apresentação do plano de trabalho, que a gente possa fazer grandes debates e aprovar no final.

A votação do plano de trabalho será simbólica.

Em votação o plano apresentado.

Quem concorda permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovado o plano de trabalho, que será incluído no Requerimento 20, de 2023, da Comissão de Meio Ambiente, para a realização das ações de avaliação da Política Nacional de Saneamento Básico pela Comissão de Meio Ambiente.

Parabéns!

Antes de finalizarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 35ª Reunião realizada no dia 25 de outubro de 2023.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 09 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia oito de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Alessandro Vieira, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Jaques Wagner, Teresa Leitão, Jorge Seif e Damares Alves, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Marcos do Val, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Beto Faro, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2159, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3020, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para aumentar as penas aplicadas aos crimes ambientais praticados na vigência de reconhecimento de estado de emergência ou de calamidade pública." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 486, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para estabelecer a destinação de florestas públicas; 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para tipificar o crime de inscrição fraudulenta no Cadastro Ambiental Rural; 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para vedar a conversão para uso alternativo do solo de florestas públicas não destinadas; e 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para vedar o registro no Cadastro Ambiental Rural de imóveis rurais localizados em áreas protegidas e em florestas públicas não destinadas." **Autoria:** Senador José Serra (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 577, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, o Decreto nº 10.576, de 14 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a cessão de uso de espaços físicos em corpos d'água de domínio da União para a prática da aquicultura." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 5516, de 2020** que: "Dispõe sobre a identificação de produtos alimentícios artesanais de origem vegetal; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pela rejeição da Emenda nº 1 – PLEN ao PL 5516/2020. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 69, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 65/2023 - CMA, seja incluído o seguinte convidado: Representante da FUP - Federação Única dos Petroleiros." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA), Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela senadora Leila Barros. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 70, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de realizar o lançamento do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Senado Federal com os convidados que relaciona." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 8 de novembro.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 36ª Reunião, realizada no dia 31 de outubro de 2023.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Mais uma vez, infelizmente, dou início à nossa reunião trazendo o alerta dos efeitos da mudança do clima em nosso país. Há semanas, os municípios do Estado do Amazonas estão em situação de emergência. A cidade de Manaus está há, pelo menos, duas semanas tomada por uma nuvem tóxica de fumaça, sem contar a tempestade de poeira que também passou pelo município. Os estados do Sul enfrentam, há semanas, as enchentes que estão tomando diversas cidades da região.

Não há mais tempo! Tenho repetido esses alertas em todas as nossas reuniões, e já não é mais suficiente falarmos em mitigar os efeitos da mudança do clima; precisamos, com urgência, falar em nos adaptarmos às mudanças já impostas às nossas vidas.

Há alguns dias, em sessão de debates temáticos presidida pelo Senador Esperidião Amin, os expositores trouxeram, com clareza de detalhes, os desafios que a mudança do clima já impõem ao nosso país. Neste momento em que estamos nos aproximando da próxima Conferência das Partes da ONU sobre o clima, a COP 28, precisamos alinhar as expectativas para o Brasil no cenário de enfrentamento global às mudanças do clima.

Com essa missão, realizaremos, no dia 21 deste mês de novembro, às 10h, sessão de debates temáticos, no Plenário desta Casa, para tratar dos desafios e propostas do Brasil para a COP 28. Este é o momento estratégico para nos apresentarmos diante do mundo e cobrarmos os compromissos dos países desenvolvidos no financiamento climático já prometido, além de nos colocarmos como país de maior potencial para a exportação de sustentabilidade.

Saúdo também a população e os colegas desta Casa que representam o Bioma Pantanal, que terá seu dia de comemoração no próximo domingo, dia 12 de novembro. Lembro que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovamos nesta Comissão a Subcomissão Permanente do Bioma Pantanal, que aguarda a indicação dos Líderes partidários de sugestões de nomes para a sua instalação.

Recebemos nesta semana o relatório do Senador Jayme Campos sobre o projeto de lei que institui o chamado Estatuto do Pantanal, e já me comprometo com os colegas que será logo analisado para a inclusão em pauta, pois acredito ser vital encaminharmos o debate sobre a preservação e o cuidado com os nossos biomas.

Bom, estou aguardando os Senadores. Alguns estão em reuniões, mandaram mensagem aqui. Nós temos um dia, todos sabem, bem puxado aqui na Casa, com pautas importantes, como a reforma tributária.

Eu vou fazer uma inversão de pauta rapidamente aqui: itens 6 e 7, que são requerimentos.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 69, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do REQ 65/2023 - CMA seja incluído o seguinte convidado: Representante da FUP (Federação Única dos Petroleiros).

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA) e outros

O Senador Beto Faro não está presente, mas eu vou subscrever o requerimento dele, o.k.?

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 70, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de realizar o lançamento do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Senado Federal com os convidados que relaciona.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, e do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de realizar o lançamento do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Senado Federal, com os seguintes convidados: a Sra. Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal; o Sr. Celso de Barros Correia Neto, Diretor-Geral da Câmara dos Deputados; o Sr. Frederico Carvalho Dias, Secretário-Geral da Presidência do TCU; e representantes da Comissão Executiva da Rede Legislativa Sustentável.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento. (*Pausa.*)

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 486, DE 2022

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para estabelecer a destinação de florestas públicas; 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para tipificar o crime de inscrição fraudulenta no Cadastro Ambiental Rural; 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para vedar a conversão para uso alternativo do solo de florestas públicas não destinadas; e 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vegetação nativa, para vedar o registro no Cadastro Ambiental Rural de imóveis rurais localizados em áreas protegidas e em florestas públicas não destinadas.

Autoria: Senador José Serra (PSDB/SP)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.

2. Em 25/10/2023, lido o relatório foi vista coletiva concedida.

Uma vez que o relatório foi lido, eu consulto o Senador Fabiano Contarato para verificar se ele gostaria de fazer o uso da palavra.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Não, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Fabiano Contarato.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que será encaminhado para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Obrigada, Senador Fabiano Contarato. (*Pausa.*)

Bom, primeiro, eu gostaria de esclarecer aqui que hoje nós temos um dia muito movimentado na Casa, e a maioria dos Senadores está em reuniões. Com todos os Relatores que foram designados hoje aqui nós entramos em contato, e os três Relatores estão em reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou encerrar a reunião de hoje, porque eles não vão poder vir relatar – situação atípica, mas absolutamente normal aqui.

Porém, antes de encerrar, eu gostaria de lembrar que amanhã, às 9h, o Senador Confúcio Moura vai realizar a primeira de quatro audiências públicas para instruir a avaliação da Política Nacional de Saneamento Básico, conforme o plano de trabalho que foi aprovado aqui na Comissão. Informo ainda que, conforme o calendário da CMO para a LDO de 2024, as Comissões devem apresentar suas emendas até quinta-feira, dia 16 de novembro, às 18h. Assim, os membros da CMA terão até a próxima segunda-feira, 13 de novembro, às 12h – meio-dia – para apresentarem à Comissão suas sugestões de emenda, e a deliberação vai ocorrer na terça-feira, no dia seguinte, às 14h... Não, terça-feira, dia 14, pela manhã – nós vamos definir o horário, que não está aqui. Vou pedir para o Airton passar para as assessorias o horário de terça-feira. Nós vamos fazer uma reunião aqui para fazermos a deliberação dessas emendas.

Quanto ao Relator, hoje à tarde nós vamos definir e vamos encaminhar para a assessoria o Relator das emendas aqui da CMA, está bem? O.k., Senadores? É isso.

Nada mais havendo da tratar, agradeço a todos – que tenhamos uma boa quarta –, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Uma boa quarta para todo mundo aí.

(*Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e seis minutos do dia nove de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Giordano, Leila Barros, Alessandro Vieira, Margareth Buzetti, Beto Faro, Eduardo Gomes e Damares Alves, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Paulo Paim e Romário, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Marcos do Val, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Rogerio Marinho, Jaime Bagattoli e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa (Av. Pol. Púb. 1/4)**, atendendo ao requerimento REQ 20/2023 - CMA, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Finalidade:** Audiência com o tema "Panorama do Saneamento Básico Nacional: o atual cenário das políticas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos do brasil". A audiência é a primeira destinada a avaliar a Política Nacional de Saneamento Básico, instituída pela Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, quanto à eficácia, eficiência e efetividade e a consonância com os princípios fundamentais definidos no art. 2º, com foco em verificar se a prestação de serviços disposta no inciso III (abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos) vem sendo realizada de forma adequada à saúde pública, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente. **Participantes:** Sr. Alberto da Rocha Neto, Coordenador-Geral de Resíduos Sólidos Urbanos do MMA; Sr. Leonardo Carneiro Monteiro Picciani, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades; Sr. Luiz Gonzaga Alves Pereira, Diretor Vice-Presidente do Instituto Valoriza Resíduos by ABLP; Sr. Sergio Gonçalves, Secretário Executivo da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento - AESBE; Sr. Alexandre Anderáos, Superintendente Adjunto de Regulação de Saneamento Básico - ANA; e Sr. Alexandre Keiiti Moriya, Coordenador Técnico da Associação Brasileira de Recuperação Energética de Resíduos - ABREN. **Resultado:** Audiência Pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Confúcio Moura
Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e treze minutos do dia quatorze de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Jaques Wagner, Teresa Leitão, Ana Paula Lobato, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Tereza Cristina, Damares Alves, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Angelo Coronel, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Paulo Paim, Augusta Brito, Wilder Morais e Professora Dorinha Seabra, nãomembros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Sérgio Petecão e Rogerio Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência comunica documentos recebidos pela Secretaria e, na sequência, submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Emendas da CMA ao PLDO 2024**. **Finalidade**: Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CMA à CMO, referentes ao PLDO 2024 (PLN 4/2023), que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências". **Relator:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Resultado:** Aprovado o relatório do senador Veneziano Vital do Rêgo que passa a constituir parecer favorável à apresentação de 3 (três) emendas ao Anexo de Prioridades e Metas e às 21 (vinte e uma) emendas ao texto do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, que serão detalhadas a seguir. Emendas ao Anexo de Prioridades e Metas: Número: **60080001** | Ementa: CMA016a - Meio Ambiente - implementação de Programas, Planos e Ações para Melhoria da Qualidade e Ambiental Urbana | Alteração à Meta: 300; Número: **60080002** | Ementa: CMA014a - Gestão Uso Sustentável da Biodiversidade e Recuperação Ambiental | Alteração à Meta: 947; Número: **60080003** | Ementa: CMA046a - Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias | Alteração à Meta: 2.361.400. Emendas ao Texto do PLDO: Número: **60080004** | Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 16, Inciso IV | Tipo: Aditiva; Número: **60080005** | Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 19, § único | Tipo: Aditiva; Número: **60080006** | Referência: Corpo da Lei, Cap III, Art 12, Inciso XIV | Tipo: Aditiva; Número: **60080007** | Referência: Anexo III, Seção I, Inciso LXXIII | Tipo: Aditiva; Número: **60080008** | Referência: Anexo III | Tipo: Aditiva; Número: **60080009** | Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção VII, Art 63, Inciso I | Tipo: Modificativa; Número: **60080010**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

| Referência: Anexo III | Tipo: Aditiva; Número: **60080011** | Referência: Anexo III, Seção I, Inciso LXXIII | Tipo: Aditiva; Número: **60080012** | Referência: Anexo III, Seção I, Inciso LXXIII | Tipo: Aditiva; Número: **60080013** | Referência: Anexo III | Tipo: Aditiva; Número: **60080014** | Referência: Anexo III, Seção I, Inciso LXXIII | Tipo: Aditiva; Número: **60080015** | Referência: Anexo III | Tipo: Aditiva; Número: **60080016** | Referência: Anexo III, Seção I, Inciso LXXIII | Tipo: Aditiva; Número: **60080017** | Referência: Anexo III, Seção I, Inciso LXXIII | Tipo: Aditiva; Número: **60080018** | Referência: Anexo III | Tipo: Aditiva; Número: **60080019** | Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 26 | Tipo: Aditiva; Número: **60080020** | Referência: Corpo da Lei, Cap VIII, Art 126, § 1º | Tipo: Aditiva; Número: **60080021** | Referência: Anexo III, Seção I, Inciso IV | Tipo: Aditiva; Número: **60080022** | Referência: Anexo III, Seção I, Inciso LXXIII | Tipo: Aditiva; Número: **60080023** | Referência: Anexo III, Seção I, Inciso LXXIII | Tipo: Aditiva; Número: **60080024** | Referência: Anexo III | Tipo: Aditiva.

2ª Parte - Deliberativa. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3020, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para aumentar as penas aplicadas aos crimes ambientais praticados na vigência de reconhecimento de estado de emergência ou de calamidade pública." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2159, de 2021 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, com as emendas que apresentamos a seguir, pela aprovação das Emendas nºs 14, 21, 41, 46, 50 e 52 e pela rejeição das Emendas nºs 1-Plen, 3-Plen, 4-Plen, 5-Plen, 8-Plen, 9-Plen, 24, 25, 29, 30, 31, 35, 36, 42, 45, 48, 62, 63, 64, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78 e 79, ficando prejudicadas as demais emendas por estarem contempladas total ou parcialmente nas emendas de relator. **Resultado:** Vista concedida. **Observação:** Relatório lido pelo senador Confúcio Moura com a inclusão do § 3º na segunda emenda do relatório apresentado (pág. 34). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e oito minutos. A presente ata foi aprovada, assinada pela Senhora Presidente, encaminhada à Comissão Mista de Orçamento e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/14

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de novembro de 2023.

Comunicados da Presidência.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos: mensagem eletrônica que encaminha a carta do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, para recomendar à Comissão de Meio Ambiente e ao Senador Nelsinho Trad, Relator do PL 2.918, de 2021, nesta Comissão, a exclusão dos arts. 2º e 3º do referido projeto de lei; Moção nº 30, de 2023, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (CBH-Paranaíba), com manifestação contrária ao mesmo PL 2.918, de 2021.

Os documentos serão anexados à matéria, nos termos do inciso III, §2º, do art. 261 do Regimento Interno do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 37ª e 38ª Reuniões, realizadas em 8 e 9 de outubro de 2023, respectivamente.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*. (*Pausa.*)

Só faço aqui uma correção, porque está aqui "aprovação das Atas da 37ª e 38ª Reuniões, realizadas nos dias 8 e 9 de novembro". Eu falei "outubro", porque estava escrito aqui, mas, depois, eu questionei ao nosso Secretário.

Já estão aprovadas.

Ainda bem que nós estamos ligados, no 220, sempre, não é, Damares?

A presente reunião está dividida em duas partes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na primeira, analisaremos as sugestões de emendas da Comissão de Meio Ambiente ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024, PLN 4, de 2023.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores registrarem presença e votarem por meio do aplicativo Senado Digital.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio dos recursos: levantar a mão ou pelo *chat* da ferramenta, para os Senadores que participam remotamente.

A reunião de hoje trata de um tema de extrema importância, o orçamento público. Definir diretrizes para definir os melhores caminhos do recurso público é algo fundamental em qualquer país que se queira justo de democrático. E a deliberação de diretrizes para alocação de recursos no âmbito da agenda ambiental é estratégica para seguirmos um caminho rumo à nossa transição ecológica justa e equilibrada.

Para a referida transição, dado o cenário de emergência climática que vivemos, é preciso um grande salto rumo à sustentabilidade. Grandes saltos exigem grandes gastos energéticos. Como atleta de vôlei, sei bem como é preciso fortalecer as estruturas para grandes saltos. E, como Senadora, tenho buscado fortalecer, junto com esta Comissão, essas estruturas em nossa sociedade.

Na agenda ambiental, sabemos das estruturas que precisam dessa energia, principalmente para a alocação de recursos financeiros e para o enfrentamento à mudança do clima, o que inclui ações de adaptação e mitigação. Vivemos num mundo em constante transformação em que a interconexão entre a sociedade e o meio ambiente é mais evidente do que nunca. Cabe a nós, como nação, assumir a responsabilidade de preservar e proteger os recursos naturais que sustentam a vida em nosso planeta. Ao longo dos anos, testemunhamos os efeitos devastadores de mudanças climáticas, desmatamento desenfreado, poluição generalizada e perda acelerada da biodiversidade. Essas mudanças não são apenas problemas ambientais. São desafios que comprometem a saúde, a segurança e o bem-estar de todos nós.

Portanto, é imperativo que coloquemos a agenda ambiental no centro das nossas prioridades, principalmente aqui na Casa. A alocação de recursos públicos para a agenda ambiental não é apenas um investimento em um futuro sustentável, mas uma demonstração do nosso comprometimento com a preservação da vida em todas as suas formas.

Ao destinarmos recursos significativos para ações de conservação – pesquisa e desenvolvimento de tecnologias limpas, uso sustentável da biodiversidade, prevenção e controle

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de incêndios, enfrentamento aos processos de desertificação entre tantas outras ações –, estamos investindo não apenas em nosso meio ambiente, mas também na criação de empregos verdes, no avanço da inovação e na construção de uma economia mais resiliente.

A nossa responsabilidade não se limita a fronteiras nacionais. Somos parte de uma comunidade global e, como tal, devemos liderar pelo exemplo.

Ao destinarmos recursos para a agenda ambiental, estamos fortalecendo nossa posição como defensores da sustentabilidade e da justiça ambiental em nível internacional. Isso não apenas contribuirá para a construção de parceiras sólidas, mas também promoverá a cooperação global para enfrentarmos desafios ambientais compartilhados.

Além disso, ao investirmos na preservação de ecossistemas vitais, estamos protegendo serviços ecossistêmicos essenciais, como oferta de água limpa, polinização de culturas e regulação do clima. Esse é um dos maiores desafios nossos. Acho que Damares e todos que estão aqui presentes sabem que ontem, aqui no Distrito Federal, foi o dia mais quente da nossa história para o mês de novembro. Então, já está na nossa jugular, na verdade, a situação que nós estamos vivendo.

Então, esses serviços são a base da nossa sobrevivência e bem-estar. E é nosso dever assegurar que sejam preservados para as gerações futuras. O tempo de agir é agora. Com determinação e cooperação, podemos traçar um caminho sustentável para um amanhã mais promissor.

Para dar início à primeira parte, primeiro quero agradecer à assessoria aqui da Comissão de Meio Ambiente pelos textos, pelos alertas, sempre me ajudando a cada início de sessão estarmos alertando sobre a realidade que já estamos enfrentando. Então, quero agradecer o trabalho dessa secretaria e de todos os membros da nossa Comissão de Meio Ambiente.

Para dar início à primeira parte, vamos conhecer o relatório do Senador Veneziano Vital do Rêgo, as sugestões de emendas à CMA do PLDO de 2024.

Com a palavra o Relator.

Bom dia, Senador Veneziano, e grata por ter aceito o desafio de ser Relator da nossa Comissão.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Querida amiga, meus cumprimentos, nossa amada, muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competente Senadora Leila Barros, eu é que devo, mais uma vez – já o fiz no momento em que recebi a sua incumbência – agradecer mais uma vez a sua generosidade e confiança ao escolher-nos para que nós pudéssemos também participar desse processo colaborativo, e as suas palavras iniciais a respeito da importância que, sem sombra de dúvidas, tem a participação de cada uma das Comissões no Senado que oferecem sugestões para o projeto da LDO. E a CMA não poderia deixar de se fazer presente, exatamente focada com as preocupações atinentes ao tema.

V.Exa. mencionou, ao chamar a testemunha, nossa querida companheira Senadora Damares, que no Distrito Federal nós tivemos o dia mais quente dos últimos anos, não diferentemente aqui na capital do nosso Estado. Eu me encontro em João Pessoa, inclusive em um ambiente improvisado, porque estou participando de um evento, a assinatura de uma ordem de serviço, onde temos a presença do Presidente da Codevasf, e aí eu pedi licença para me ausentar um pouco para cumprir a primeira obrigação e a prioritária obrigação que é exatamente fazer essa leitura. Mas está muito quente, são temperaturas generalizadas altíssimas. Há muito já não poderíamos desconhecer as necessidades das preocupações, e, mais do que as preocupações, de medidas alusivas a essas questões climáticas, mais ainda quando estamos arrodeados de episódios tão graves.

Se V. Exa. me permitir, senadora Leila, passar diretamente a análise... Nós recebemos 21 sugestões, e temos em todas, identificamos em todas o traço da preocupação de cada integrante da CMA, mas como bem sabe V. Exa., e sabedores e sabedoras são os nossos companheiros e companheiras, temos limites, ou um limite para sugerir três, entre as que foram apresentadas, no número de 21. Eu tive que fazer essas exclusões. Evidentemente, ao término ficará sob a responsabilidade do Colegiado entender pertinentes ou não as nossas sugestões. Por isso, eu pediria a V. Exa. para fazer de pronto a leitura já na fase da análise.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. *Por videoconferência*.) – Dentro da incontornável dificuldade imposta pela limitação de até três emendas ao anexo de prioridades e metas, examinamos as propostas de emenda buscando ponderar a sua importância relativa e a amplitude de seu alcance com a intenção, ademais, de beneficiar diferentes instituições e de atender o maior número de Sras. e Srs. Parlamentares que apresentaram as suas sugestões. Assim procedemos ainda sob a consideração, naturalmente, das normas incidentes no contexto, em particular no que diz respeito à competência temática da nossa Comissão. As emendas propostas são restritas às competências regimentais, além de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atenderem às disposições constitucionais. O mérito de cada emenda será devidamente avaliado no momento oportuno pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Segundo essas diretrizes metodológicas, Sra. Presidente, e considerando as restrições aprovadas no parecer preliminar da Comissão Mista de Orçamento, procuramos em nosso parecer acolher as emendas que albergassem, abraçassem o maior número possível dos Parlamentares da nossa Comissão de Meio Ambiente, ao mesmo tempo que versam sobre o tema e ações de grande interesse nacional.

Eu quero fazer um destaque à Ação 14ML, que é a reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz, que foi sugerida, sim, por alguns companheiros, mas que não pude acolher exatamente por força dessas nossas limitações ao número de três. Em que pese a importância – e não desconhecemos –, entendemos que o momento climático que nos assola, assolando ao país, requer a seleção mais apurada das nossas indicações. Desse modo, propusemos a apresentação das seguintes emendas de inclusão de meta pela Comissão de Meio Ambiente.

A primeira delas, Senadora Leila, implementação de planos e ações para a melhoria da qualidade ambiental. Foi uma sugestão que teve como subscritores o nosso companheiro o Senador Confúcio Moura, S. Exa. Senadora Leila Barros, o Senador Nelsinho Trad, o Senador Plínio Valério e eu próprio. Essa foi a primeira que nós sugerimos para aprovação.

A segunda delas, gestão do uso sustentável da biodiversidade e recuperação ambiental, teve como subscritores a Sra. Ana Paula Lobato, o Sr. Senador Jorge Kajuru, o Sr. Senador Nelsinho Trad, e que tem no programa a proteção e recuperação da biodiversidade e combate de desmatamentos e incêndios.

A terceira, prevenção e controle de incêndios florestais nas áreas federais prioritárias, subscreveu o Senador Beto Faro, o Senador Jorge Kajuru, o Senador Nelsinho Trad e a Senadora Teresa Leitão.

Em referência às emendas ao texto, inexistindo limitação quantitativa para tal espécie de proposta, somos pela apresentação de todas as propostas oferecidas pelos nobres pares.

Voto, Senadora Leila.

Tendo em vista o que nós expusemos, somos pela aprovação, por parte da Comissão de Meio Ambiente, das 21 emendas de texto apresentadas, assim como das seguintes emendas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- implementação de programas, planos e ações para melhoria de qualidade ambiental;

- gestão do uso sustentável da biodiversidade e recuperação ambiental;

- e prevenção e controle de incêndios florestais nas áreas florestais federais prioritárias.

Propusemos ainda que a Secretaria da nossa Comissão fique incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas à CMO, inclusive adaptando a justificação das emendas, tal como foram sugeridas pelos Srs. e Sras. Parlamentares, o produto e a unidade de medida para o sistema de elaboração das emendas.

Esse é o nosso trabalho, Senadora Leila Barros, pedindo desculpas pela necessária concisão e mais ainda pelo fato de não ter podido, pela premissa regimental, acolher outras sugestões, mas nunca deixando de enfatizar a participação qualificada de todos os nossos companheiros através das suas sugestões.

E, mais ainda, agradeço o companheirismo e a competente companhia que nos é dada pela Secretaria da CMA. Sabe muito bem V. Exa. o quanto os nossos amigos e amigas que são os companheiros técnicos se doam para colaborar com o exercício do nosso mandato. E, não diferentemente neste instante, eles nos prestaram um auxílio fundamental.

Obrigado, Senadora Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Nós que agradecemos, Senador Veneziano. Grata pelo trabalho, pelo comprometimento. O senhor é sempre atuante aqui conosco na Comissão de Meio Ambiente. E desejo boa sorte no evento. Mande o nosso abraço ao Presidente da Codevasf.

Eu vou passar a palavra aqui para a Senadora Damares.

A matéria está em discussão.

Com a palavra, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Eu quero cumprimentar o Relator pelo voto, pelo parecer.

E, Relator, se a gente pegar o espelho das emendas acolhidas e aprovadas pelo senhor e mostrar para qualquer cidadão brasileiro, ele vai estar contente, porque é exatamente a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessidade que a gente está vivendo hoje. Então, parabéns pela forma como lidou com todas as propostas e sugestões que vieram e a forma como o senhor as consolidou. Eu acho que atende a toda a Comissão, a todos os membros, atende ao Senado como um todo e, assim, às expectativas e anseios da nossa sociedade. Parabéns pela forma como o senhor conduziu.

Parabéns, Presidente.

E, claro, Secretaria, esses incríveis assessores, parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senadora Damares.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que passa a constituir o parecer, favorável às três emendas ao Anexo de Prioridades e Metas e às 21 emendas ao texto do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024.

Passo a palavra, agora, para o Relator, parabenizando-o pelo excelente relatório. E, como a Senadora Damares comentou, Senador Veneziano, o seu trabalho foi excelente, atendeu muito às nossas expectativas.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Querida amiga, eu é que devo, mais uma vez, no início e agora no término da minha participação, agradecer a confiança dada à nossa presença à frente dessa missão dada por V. Exa. e igualmente abraçar e acolher para o meu coração as palavras afetuosas e generosas a mim dirigidas pela Senadora Damares.

E, evidentemente, renovo aqui a satisfação ao estar colaborando com esta peça fundamental, que, afinal de contas, é bussolar para o Governo, e a participação do Legislativo não pode ser nunca desconhecida. E é exatamente o que estamos a fazer, sugerindo e qualificando a peça das diretrizes orçamentárias.

Meus cumprimentos, Senadora Leila, sempre ao seu dispor e às novas missões. Se assim aprouver, estarei à disposição para colaborar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um abraço a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senador Veneziano. Mais uma vez, grata pela colaboração.

Ao final da reunião, nós faremos a aprovação da ata para envio das emendas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Obrigada, Senador Veneziano.

Grata, Senadora Damares.

Agora vamos... (*Pausa.*)

Senador Wellington, desculpe. Parece que o Senador Wellington quer fazer o uso da palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Senadora Leila...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – V. Exa. me ouve?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Na verdade, eu quero falar... Eu me inscrevi para falar ao final. Vamos concluir a votação e todos os encaminhamentos. Eu quero falar ao final, principalmente sobre a angústia que vivemos aqui no Mato Grosso, com a questão do Pantanal, mas eu aguardo, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – O.k., Senador Wellington. Obrigada.

Agora, vamos para a segunda parte, a parte deliberativa da nossa Comissão.

O item 1 do Senador Alessandro Vieira, que é o Projeto de Lei nº 3.020, de 2020, não terminativo, foi lido na última semana, semana passada, se eu não me engano, e foi pedido vista. O Senador Alessandro não está presente, pediu para que nós pautássemos para a próxima semana, e assim o faremos, já agradecendo à sua assessoria por ter entrado em contato.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3020, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para aumentar as penas aplicadas aos crimes ambientais praticados na vigência de reconhecimento de estado de emergência ou de calamidade pública.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

2. Em 25/10/2023, lido o relatório foi Vista coletiva concedida.)

O item 2 é do Senador Confúcio Moura, como Relator, não é? O Senador Confúcio Moura está na Comissão de Infraestrutura e está a caminho para a leitura do relatório. Vamos aguardar mais dois minutinhos.

Eu peço vênia a todos que estão em nossa Comissão, assim como a Senadora Damares. Obrigada. (*Pausa.*)

Eu pergunto ao Senador Wellington, até porque estamos aguardando o Senador Confúcio, se ele quer fazer o uso da palavra. À disposição, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – O.k., Presidente. Posso, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria, Sra. Presidente, de registrar com muita pertinência, nesta Comissão, já que é a Comissão de Meio Ambiente, a angústia que vivemos no Mato Grosso com as queimadas do Pantanal.

Há quatro anos, nós tivemos um desastre ambiental muito grande, em que mais de 4 milhões de hectares em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foram queimados. Com isso, houve uma perda do nosso meio ambiente, da nossa fauna, da nossa flora; milhões de espécies foram praticamente dizimadas. As imagens foram mostradas para o Brasil e para o mundo.

V. Exa. sabe da minha luta, junto com outros Parlamentares, em defesa desse ecossistema, que é um sistema muito frágil. O Pantanal é um patrimônio brasileiro, um patrimônio da humanidade, mas é uma das regiões novas em que há fragilidade exatamente pela questão de todos os crimes ambientais que também, infelizmente, acontecem.

Neste caso específico, nós estamos tendo uma situação muito diferenciada, que é exatamente o calor, que aumentou muito, o aquecimento, que é algo extremamente hoje comprovado. Nós temos, em Cuiabá, uma temperatura chegando até a 47 graus.

Sra. Presidente, eu apresentei o Estatuto do Pantanal, que é extremamente fundamental para que tenhamos, então, uma normativa legislativa para exatamente saber o que pode e o que não pode ser feito no Pantanal.

Ontem, tivemos aqui uma reunião com o Ministério do Meio Ambiente, o Governo do Estado de Mato Grosso, com um encaminhamento dessas ações que podem ser feitas.

Sra. Presidente, semana que vem, presencialmente, quero pedir a V. Exa. que a gente possa instalar a Subcomissão de Meio Ambiente, porque, quando tivemos esses problemas, criamos uma Comissão Especial. Os Senadores de Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul estivemos envolvidos. O Senador Esperidião Amin participou também, assim como o Senador Contarato. E foi fundamental, naquela época, exatamente para chamar a atenção do Governo Federal.

Peço a V. Exa. essa possibilidade para já deixar na pauta para, semana que vem, instalarmos, então, a Subcomissão do Pantanal.

No mais, Sra. Presidente, acompanhamos o trabalho da Comissão. Quero parabenizá-la e todos os companheiros. Essa questão do orçamento também é fundamental.

No Mato Grosso, foi criado o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal. Estaremos trabalhando, inclusive, também para alocar recursos para que esse instituto, que foi criado dentro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Universidade Federal de Mato Grosso, possa, através da pesquisa, da ciência e da tecnologia, também ajudar que a gente possa minimizar essa situação do futuro também no Pantanal.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Só quero registrar aqui a parceria que tenho feito com o Senador Jayme Campos, porque colocamos recursos. De muito do que está acontecendo, grande parte já foi evitada. Criamos o Corpo de Bombeiros de Poconé, alocamos recursos para compra e aquisição de equipamentos para perfuração de poços artesianos. E outras ações temos feito.

Registro aqui a nossa preocupação, mas também o nosso trabalho para que a gente possa minimizar essas questões que têm feito sofrer tanto a população do nosso Pantanal, os ribeirinhos, os quilombolas, os indígenas, os pequenos proprietários, os grandes também, inclusive o turismo, o *trade* turístico, que sofre neste momento, porque, claro, com as queimadas, todo o comércio, todo o turismo acaba sendo prejudicado.

É isso, Senadora Leila.

Muito obrigado.

Vamos votar e aprovar todas as nossas obrigações que temos, principalmente, de alocar os recursos no orçamento da União.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Grata, Senador Wellington.

Manifesto aqui a minha alegria do seu retorno à Casa. O senhor é sempre muito participativo, muito atuante na Casa, nas Comissões em que é membro.

Senador, sobre a Subcomissão, nós só estamos aguardando as manifestações de interesse ou indicações dos Líderes dos blocos. Até o momento, quem manifestou interesse foi a Senadora Margareth Buzetti e a Senadora Tereza Cristina. Numa Subcomissão, nós precisamos de quatro titulares e quatro suplentes, e a instalação só depende dessas manifestações e do interesse dos Senadores.

E, com relação ao Estatuto do Pantanal, eu gostaria de parabenizá-lo e dizer que nós já vamos pautá-lo na próxima semana.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – De nada.

2ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2159, DE 2021

- Não terminativo -

Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, com as emendas que apresentamos a seguir, pela aprovação das Emendas nºs 14, 21, 41, 46, 50 e 52 e pela rejeição das Emendas nºs 1-Plen, 3-Plen, 4-Plen, 5-Plen, 8-Plen, 9-Plen, 24, 25, 29, 30, 31, 35, 36, 42, 45, 48, 62, 63, 64, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78 e 79, ficando prejudicadas as demais emendas por estarem contempladas total ou parcialmente nas emendas de relator.

Observações:

Até a publicação da pauta, foram apresentadas as Emendas nº 1 a 10-PLEN; nº 47 e 55, perante a CRA; e outras 67 emendas, perante a CMA.

O relatório será apresentado.

Concedo a palavra agora ao Relator da proposição, o Senador Confúcio Moura, para a leitura do seu relatório.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sra. Presidente, Senadora Damares e os demais que estão virtualmente participando desta Comissão, esse assunto é sobre a Lei Geral do Licenciamento Ambiental, uma lei extremamente necessária. Ela vem regulamentar o art. 225 da Constituição, que até hoje não foi regulamentado, e é uma lei madura.

Como o relatório foi colocado à disposição e contém 67 páginas, fica muito difícil fazer a leitura – 67 páginas, é como fosse a leitura de um livro aqui inteiro. Então, nós fizemos um resumo desse relatório, mais conciso, com apenas cinco páginas, para ficar mais fácil a leitura, já que o relatório, integralmente, está à disposição dos Senadores e das Senadoras e dos seus assessores respectivos, para o lerem com atenção durante o período em que julgarem necessário.

Então, vamos à leitura desse resumo.

Apresento neste momento o relatório do Projeto de Lei 2.159, de 2021 – o PL de origem é o de nº 3.729, de 2004 –, que veio da Câmara dos Deputados e está sob o exame da Comissão do Meio Ambiente do Senado Federal, o qual deve ser considerado como um marco inicial e não como uma definitiva e fixa e perfeita e imutável norma disciplinadora do licenciamento ambiental em nosso país.

Esse projeto de lei é justamente considerado como o marco legal do licenciamento ambiental, porque regulamenta, pela primeira vez, o inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal: assegura o direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e eleva o licenciamento ambiental ao patamar de instrumento mais forte para a realização do controle ambiental dos empreendimentos causadores de poluição e degradação do meio ambiente.

O texto abarca as normas gerais e diretrizes para o licenciamento ambiental de atividade ou empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidor ou capaz, sob qualquer forma, de causar degradação do meio ambiente, conforme a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Inova com a criação do subsistema de informações integradas sobre os licenciamentos realizados nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal, e altera a Lei 9.985, de 2000; a Lei 9.605, de 1998; e a Lei 7.661, de 1988.

O projeto de lei recebeu 79 emendas, sendo 10 de Plenário e 67 nesta Comissão. As emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária serão apreciadas naquele Colegiado.

Tramitando, nesta Casa, desde junho de 2021, a matéria foi distribuída a exame simultâneo pela Comissão de Meio Ambiente, sob a minha atual relatoria, e pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), sob atual relatoria da Senadora Tereza Cristina. Depois, seguirá ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui destacamos o grande trabalho realizado pela primeira Relatora, a Senadora Kátia Abreu, que conduziu amplo e proveitoso debate sobre o tema, nesta Casa, junto aos Presidentes do Senado, da CMA e da CRA.

É oportuno também registrar que este relatório é fruto de tramitação alinhada entre Comissões, pelo que agradeço e parabenizo o brilhante e sensato trabalho que a Senadora Tereza Cristina vem fazendo à frente da relatoria da matéria perante a Comissão de Agricultura e Reforma, assim como a distinta parceria, empenho e fundamental deferência que a Presidente da nossa Comissão, a Senadora Leila Barros, tem nos dispensado.

Ressalto ainda a participação do Executivo, em especial, o empenho do Ministério do Meio Ambiente e da Casa Civil da Presidência da República; a imensa contribuição dos Parlamentares; os diversos segmentos da sociedade; e também a valiosa atuação dos profissionais que se debruçaram sobre o tema e se dedicaram, sobremaneira, para a consolidação de um texto que pudesse satisfazer, tempestivamente, a maioria dos anseios do país, em especial os servidores da Secretaria da Comissão de Meio Ambiente (CMA); os assessores de gabinete da Presidente e dos Relatores, na pessoa da Coordenadora Legislativa do meu gabinete; o experiente e aguerrido Flávio Romero Cunha Lima, a Isis Gomes e os competentes consultores legislativos do Senado, destacando-se a Dra. Karin Kässmayer, grande profissional conhecedora do tema, que atuou, incansavelmente e sem distinção de horários, até a véspera de dar à luz, na terça-feira passada; o Dr. Joaquim Maia Neto, que assumiu a empreitada no dia previsto para apresentação do PL e, mesmo sem prazo, prontamente, reeditou conosco ajustes no relatório; e o Dr. Frederico Retes Lima, que também, sem prazo hábil, nos atendeu em consultas constitucionais. A todos vocês o meu muito obrigado.

Análise.

O projeto de lei está em conformidade com o Regimento Interno do Senado Federal e também se molda ao limite definido pela Constituição Federal. Seu conteúdo é de norma geral: estabelece princípios e diretrizes da ação legislativa subnacional.

A matéria é oportuna. Sua aprovação na Câmara dos Deputados, em 2021, foi resultado de importante esforço de articulação após 17 anos de tramitação naquela Casa, período em que a legislação ambiental avançou em temas transversais ao licenciamento.

A sociedade brasileira clama pela regulamentação desse que é considerado o principal instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, tanto pela sua faceta preventiva quanto para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equalizar a proteção ambiental concomitantemente ao necessário crescimento econômico do país.

A anomia legislativa que perdura até os dias de hoje em relação ao regramento desse procedimento acarretou infindáveis problemas de elevados impactos na economia brasileira, ao alcance do desenvolvimento sustentável, à garantia do bem-estar da sociedade, igualmente à conservação e à disciplina do uso racional dos nossos recursos naturais.

Por alguns, foi imputada a responsabilidade pela paralisação de grandes obras de infraestrutura nacionais, ao passo que seus defensores celebram os ganhos ambientais resultantes da variação prévia de impactos ambientais e a imposição de condicionamentos aos empreendimentos poluidores.

As tentativas de regulamentação, em geral por atos infralegais, alguns anteriores à Constituição de 1988, a multiplicidade de normativos estaduais, municipais, muitos dos quais conflitivos e contraditórios entre si, o excessivo de discricionariedades administrativas da definição dos procedimentos e de critérios para os estudos ambientais, a desproporcionalidade dos condicionantes ambientais exigida, o excesso de judicialização e, principalmente, a constante insegurança jurídica são motivos mais do que prementes para que o licenciamento ambiental seja disciplinado por uma lei federal orientadora, capaz de realizar uma efetiva mudança de paradigma na política ambiental brasileira, com reflexos positivos em diversas políticas setoriais, como a energética e a de desenvolvimento.

O tema já alcançou a necessária maturidade, a bem dizer, sua maioridade, porque já tramita há quase 20 anos no Parlamento. No Senado Federal, as sugestões de aprimoramento ao texto, apresentadas na forma de emendas, comprovam que não há consenso no texto de origem, cabendo a esta Casa a conciliação de interesses. E a participação de diversos segmentos da sociedade brasileira – incluindo cooperativas, organizações da sociedade civil, entidades representativas do setor privado, pesquisadores e acadêmicos de diversas áreas, pessoas físicas com notável experiência e conhecimento da legislação e gestão ambientais – foi uníssona pela importância de regulamentar-se de uma vez o procedimento.

Fato é que o Congresso Nacional tem diante de si a responsabilidade histórica de disciplinar um inédito marco, que finalmente institui a Lei Geral do Licenciamento Ambiental e disciplina seu procedimento em nosso país.

Cabe-nos o importante papel de Casa Revisora, refinando e aprimorando o texto aprovado na Câmara dos Deputados, com ajustes que possam aparar eventuais arestas e que permitam a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entrega de um produto legislativo, às presentes e futuras gerações, passível de promover o federalismo cooperativo, o respeito à autonomia dos entes federados, o estímulo à produção agropecuária e industrial sustentáveis, o controle estatal das atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental a partir de tipologias e potencial poluidor bem definidos, a desburocratização, a busca pela eficiência da administração pública, o respeito ao empreendedor responsável e, sobretudo, o fomento ao desenvolvimento econômico com a atenção necessária à proteção dos recursos naturais com a criação de instrumentos de planejamento territorial que considerem a variável ambiental.

O que se busca é uma norma harmonizadora dos interesses múltiplos que permeiam a complexidade socioambiental. O desafio é criar um regramento que compatibilize as atividades econômicas potencialmente poluidoras com o zelo e o cuidado necessários, impostos à administração pública, de proteger o meio ambiente e combater a poluição, de modo que o Estado não renuncie ao ato de controle, com o uso de mecanismos que dispensem o licenciamento ambiental, sob o argumento da desburocratização. Pelo contrário, a eficiência do agir administrativo depende de informações, estudos, mecanismos procedimentais ágeis e, em certos casos, simplificados, para que não haja um descontrole ambiental ou até mesmo a omissão do Estado ao autorizar empreendimentos que possam causar riscos ao meio ambiente e à sociedade, tornando-se responsável solidário pelos danos gerados.

Vivemos em tempos de agravamento das crises ambiental e climática, em que o Brasil é chamado a apresentar, no cenário internacional, respostas concretas de suas ações efetivas em prol do controle do desmatamento e da proteção de seus ecossistemas representativos de elevada biodiversidade. Além disso, estamos diante de um incremento necessário à economia nacional, que garanta segurança alimentar à população brasileira e investimentos em infraestrutura e saneamento, tendo os setores agrícola e industrial especial importância para que essas metas sejam atingidas.

Por outro lado, não queremos ser responsáveis por uma legislação permissiva, diante das tragédias de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, e da Braskem, em Alagoas, que tanto nos ensinaram sobre a necessidade do agir preventivo, sobre a importância da responsabilidade solidária e objetiva em matéria ambiental e, acima de tudo, expuseram as fragilidades de nosso sistema de comando e controle ambientais. Queremos, sim, que o Poder Legislativo seja protagonista responsável de uma legislação ambiental moderna, eficiente e, sobretudo, equilibrada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Importante ressaltar que os citados acontecimentos levaram a mineração a um ponto crítico singular.

O debate quanto aos específicos requisitos legais que devem ser exigidos para o licenciamento ambiental de atividades ou de empreendimentos minerários de grande porte e/ou de alto risco ainda não evoluiu o suficiente para ser incluído na proposta regulamentadora em destaque.

Estudos mais criteriosos devem ser cuidadosamente concluídos até que as particularidades, que devem constar no rol de procedimentos para o setor, sejam seguramente definidas.

Dessa missão, o Parlamento não se esquivará! Muito pelo contrário, já avança na construção das propostas a serem apresentadas, muito brevemente, na forma de projetos específicos para a complexa regulamentação do licenciamento minerário. Esse, aliás, foi um compromisso firmado por esta Casa com as entidades representativas.

Enquanto isso, sem prejuízos adicionais, o setor permanece atendido pelas normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Por isso, inclui-se novamente o §3º na leitura da emenda do art. 1º:

> Art. 1º [...]
> § 3º Para licenciamentos de atividades ou empreendimentos minerários de grande porte ou de alto risco, prevalecerão as disposições do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) até que seja promulgada lei específica.

Reconhecemos, portanto, que o texto da proposição, marcado por sua relevância e complexidade temática, é meritório, e a sua aprovação, necessária.

Trata-se, sem dúvida, de um grande avanço para o aparato legal brasileiro na área do meio ambiente, que concilia indissociáveis objetivos nacionais de desenvolvimento econômico e conservação ambiental para o fomento do desenvolvimento nacional sustentável.

Estamos terminando.

Registro que, além de revisarmos e aproveitarmos todo o debate ao longo destas duas décadas, dialogamos com setores interessados na matéria, incluindo representação da indústria, do saneamento básico, do loteamento, do desenvolvimento urbano, da habitação, da mineração, dos setores elétricos e de telecomunicações, das diversas carreiras de servidores das áreas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiental e da agropecuária, das instituições bancárias, das organizações não governamentais e de diversas entidades ambientalistas, dentre outros.

Ao promovermos, nesta Casa, um conjunto de três audiências públicas para ouvir diversos especialistas a respeito, foi possível perceber a importância que os diferentes segmentos da sociedade brasileira atribuem ao tema e reconhecer o consenso em torno do avanço que o texto aprovado na Câmara oferece à discussão.

Assim, muito além da conveniência política de modificação ou não do texto da Câmara, a análise dessas contribuições e o diálogo aberto com o atual Governo nos permitiram identificar a possibilidade de aperfeiçoamentos que faremos, com acolhimento parcial ou total de emendas apresentadas pelos nossos pares e por outras que oferecemos nesta relatoria.

Entendemos, assim, que as emendas que acolhemos e as que apresentamos aprimoram exatamente os pontos que merecem a devida cautela por esta Casa revisora, sem que a essência do texto da Câmara seja desvirtuada. O texto atende cerca de 95% dos setores demandantes e atende os anseios da sociedade pelo equilíbrio entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico.

Resumimos o relatório, sendo que a análise das emendas apresentadas na sequência dos dispositivos que elas pretendem alterar se encontram dispostos no texto integral do relatório, publicado no *site* da CMA.

Voto, Sra. Presidente.

Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, com as emendas que apresentamos a seguir, pela aprovação das Emendas nºs 14, 21, 41, 46, 50 e 52 e pela rejeição das Emendas nºs 1-Plen, 3-Plen, 4-Plen, 5-Plen, 8-Plen, 9-Plen, 24, 25, 29, 30, 31, 35, 36, 42, 45, 48, 62, 63, 64, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78 e 79, ficando prejudicadas as demais emendas por estarem contempladas total ou parcialmente nas emendas de Relator.

É este o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigado, Senador Confúcio.

A matéria está em discussão.

Com a palavra, a Senadora Damares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Senador, eu fiquei preocupada com que o senhor fosse ler as 67 páginas. (*Risos.*)

Mas que bom que o senhor fez um resumo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – E o Senador Paulo Paim também, porque após esta reunião será a da CDH, e ele já está ali esperando.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas, com o resumo, deu para a gente ter uma ideia geral. Parabéns!

Estávamos todos aguardando esse voto. O assunto é muito importante. Mas é exatamente por ser importante que eu vou pedir vista. Todos os colegas que não puderam estar aqui hoje – é uma semana atípica – querem participar dessa discussão. Então, vou pedir vista por uma semana, para a gente voltar ao debate na próxima semana.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Senadora Damares.

Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Eu também gostaria de pedir vista coletiva...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Vista coletiva.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – ... dada a importância e pelo inusitado de que teremos dois relatórios, do Senador Confúcio, com quem eu tenho conversado muito, e meu, que sou a Relatora na Comissão de Agricultura.

Então, eu quero ler aqui com muita atenção para que a gente tenha as convergências, o que podemos ter de convergências dentro desse equilíbrio de um assunto tão importante, tão esperado por todos os setores do desenvolvimento no nosso país. O Senador citou aí os mais diversos setores que aguardam para que a gente tenha aí um licenciamento que seja moderno, uma modernização, mas também que tenhamos atenção com o meio ambiente, porque eu acho que é isso que todos esperam dos nossos dois relatórios, para que a gente possa convergir no máximo, e aí vamos ver como é que a gente vai poder apresentar.

Então, eu também, agora, vou correr para fazer com que o meu relatório passe pela Comissão de Agricultura e que depois nós possamos ir a Plenário, para ver se a gente aprova o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais rápido possível essa matéria tão importante para o nosso país, para o desenvolvimento e para a sustentabilidade.

Muito obrigada, Senadora Leila.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Senadora Tereza.

Vou passar a palavra agora para o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sra. Presidente, eu também gostaria de pedir vista conjunta, mas que bom. É tão importante aprovarmos esse relatório e ele passa por dois Relatores extremamente importantes: o Senador Confúcio Moura, com toda a sua sabedoria, e também a nossa Senadora Tereza Cristina, que é uma especialista na área, foi Ministra, e com certeza nós teremos tranquilidade quando chegar ao Plenário para aprovarmos.

Então, mais uma vez, Senadora, depois que falei, várias pessoas me ligaram sobre essa questão do Pantanal. Eu já falei, inclusive, com dois ou três Senadores que têm interesse em participar e na semana que vem, nós vamos fazer essa manifestação para que a gente instale o estatuto do Pantanal.

Então, eu quero aqui, mais uma vez, agradecer a toda a Comissão. Com certeza, o Pantanal espera muito de nós, e teremos todo o apoio de V. Exa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Senador Wellington.

Bom, situação desafiadora que nós temos, não é? Ainda bem que temos dois grandes Relatores: a Senadora Tereza na CRA e o Senador Confúcio Moura, aqui na CMA, dois Senadores que prezam muito pelo diálogo o que, certamente, será determinante na apresentação, na aprovação nossa aqui na CMA, como na apresentação da Senadora Tereza lá na CRA.

É a mesma situação que enfrentamos no projeto das *bets*, que está na Comissão de Esporte e na Comissão de Assuntos Econômicos. Espero que sejam as primeiras e as últimas vezes que passamos por situações assim, porque são trabalhos de relatores e, quando vai a Plenário, muitas vezes a Mesa vai ter que escolher um em detrimento do outro e aí, de certa forma, sofremos porque, enquanto Presidentes de Comissão, nós designamos aqui aqueles Relatores que, de fato,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

têm domínio, digamos, da pauta da matéria, e tenho certeza de que ambos apresentarão. Certamente, como a Senadora Tereza falou, essa questão da convergência é fundamental para que saia um excelente trabalho aqui do Senado Federal.

Conforme acordo, será concedida vista à matéria para possibilitar aos membros desta Comissão maior análise e já há o compromisso desta Presidência de voltar na próxima semana à pauta da nossa Comissão.

Grata, Senador Confúcio. Mais uma vez, parabéns pelo relatório. Todos nós vamos nos debruçar nesses próximos dias sobre o PL do licenciamento ambiental, já pedindo para a Senadora Tereza dar uma acelerada também no dela, e vai dar tudo certo.

Antes do encerramento da reunião, vamos à aprovação da ata desta reunião.

Nos termos do art. 44, inciso I da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, as emendas devem ser apresentadas à CMO juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta 39ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a todos pela presença.

Temos a CDH aqui, já pedindo desculpas ao Senador Paulo Paim. Declaro encerrada a presente reunião.

Boa tarde!

(*Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 40ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e quatorze minutos do dia dezesseis de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Margareth Buzetti e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Giordano, Marcos do Val, Leila Barros, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa (Av. Pol. Púb. 2/4)**, atendendo ao requerimento REQ 20/2023 - CMA, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Finalidade:** "A Realidade Urbana do Saneamento Básico no Brasil: Avaliação da disponibilidade de serviços e da articulação com as políticas sociais, de desenvolvimento urbano e regional, de proteção ambiental e de promoção da saúde". A audiência é a segunda destinada a avaliar a Política Nacional de Saneamento Básico, instituída pela Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, quanto à eficácia, eficiência e efetividade e a consonância com o princípios fundamentais definidos no art. 2º, com foco em: (a) verificar a disponibilidade, nas áreas urbanas, dos serviços dispostos no inciso IV (drenagem e manejo das águas pluviais, tratamento, limpeza e fiscalização preventiva das redes) com adequação à saúde pública, à proteção do meio ambiente e à segurança da vida e do patrimônio público e privado; e (b) verificar se as políticas de saneamento se articulam com as demais políticas destinadas à melhoria da qualidade de vida, para as quais seja o saneamento fator determinante (políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde, de recursos hídricos e outras de interesse social relevante), consoante o que estabelece o inciso V. **Participantes:** Sr. Alexandre Saia, Coordenador-Geral de Planejamento e Políticas de Recursos Hídricos do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR); Sr. Elcires Pimenta Freire, Professor e Coordenador de Projetos da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) (Coordenação Técnica do MBA em Saneamento Básico).; Sra. Ilana Ferreira, Superintendente Técnica da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (ABCON/SINDCON); Sr. André Braga Galvão Silveira, Superintendente Executivo da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (ABREMA); e Sr. Eduardo Rocha Dias Santos, Gerente de Resíduos Sólidos do Departamento de Ambiente Urbano da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Confúcio Moura
Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quinze horas e onze minutos do dia vinte de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente om a participação do senador Wellington Fagundes por videoconferência, e ainda do Senador Paulo Paim, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Giordano, Marcos do Val, Leila Barros, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa (Av. Pol. Púb. 3/4)**, atendendo ao requerimento REQ 20/2023 - CMA, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Finalidade:** "Uso racional das águas e das potencialidades do Brasil: uma análise das políticas de infraestrutura e dos serviços de gestão de recursos hídricos. Foco nos eixos IV: Integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos; e V. Redução e controle das perdas de água, estímulo à racionalização de consumo e fomento à eficiência energética, reuso de efluentes sanitários e aproveitamento de águas de chuva. Terceira audiência pública para avaliar a Política Nacional de Saneamento Básico, instituída pela Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, quanto à eficácia, eficiência e efetividade e a consonância com o princípios fundamentais definidos no art. 2º, com foco em verificar: (a) a integração das infraestruturas e dos serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos; e (b) redução e controle das perdas de água, inclusive na distribuição de água tratada, estímulo à racionalização de seu consumo pelos usuários e fomento à eficiência energética, ao reuso de efluentes sanitários e ao aproveitamento de águas de chuva, conforme definido nos incisos XII e XIII do mesmo dispositivo. **Participantes:** Sr. Alexandre Saia, Coordenador-Geral de Planejamento e Políticas de Recursos Hídricos do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR); Sr. Anderson Felipe de Medeiros Bezerra, Coordenador-Geral de Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA); Sr. André Melo, Coordenador de Água e Economia Circular do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS); e Sr. Marco José Melo Neves, Superintendente de Regulação de Usos de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Confúcio Moura
Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Zequinha Marinho, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Jaques Wagner, Teresa Leitão, Ana Paula Lobato, Jorge Seif, Tereza Cristina e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Magno Malta, Wilder Morais, Augusta Brito, Ciro Nogueira, Zenaide Maia, Izalci Lucas e Soraya Thronicke, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes e Jaime Bagattoli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência comunica documento recebido e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Emendas da CMA ao PLOA 2024**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CMA à CMO, referentes ao PLOA 2024 (PLN 29/2023), que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024." **Relator:** senador Veneziano Vital de Rêgo. Resultado: Aprovado o relatório do senador Veneziano Vital do Rêgo que passa a constituir parecer favorável à apresentação das seguintes emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024: EMENDAS DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA: NÚMERO: 60080001, UO: 44101, AÇÃO + SUBTÍTULO: Implementação de Programas, Planos e Ações para Melhoria da Qualidade Ambiental - Nacional, LOCALIDADE: Nacional, ACRÉSCIMO (R$ 1,00): 284.000.000; NÚMERO: 60080002, UO: 44201, AÇÃO + SUBTÍTULO: Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias - Nacional, LOCALIDADE: Nacional, ACRÉSCIMO (R$ 1,00): 642.800.000; NÚMERO: 60080003, UO: 44201, AÇÃO + SUBTÍTULO: Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade e Recuperação Ambiental - Nacional, LOCALIDADE: Nacional, ACRÉSCIMO (R$ 1,00): 636.200.000; NÚMERO: 60080004, UO: 44101, AÇÃO + SUBTÍTULO: Formulação e Implementação de Políticas, Estratégias e Iniciativas para o Controle do Desmatamento, Incêndios Florestais e o Ordenamento Ambiental Territorial - Nacional, LOCALIDADE: Nacional, ACRÉSCIMO (R$ 1,00): 396.761.710; EMENDAS DE REMANEJAMENTO DE DESPESA: NÚMERO: 60080005, UO: 53101, AÇÃO + SUBTÍTULO: Apoio aos Polos e Projetos de Agricultura Irrigada - Nacional, LOCALIDADE: Nacional, ACRÉSCIMO (R$ 1,00): 20.000.000; NÚMERO: 60080006, UO: 22202, AÇÃO + SUBTÍTULO: Pesquisa, Desenvolvimento e Transferência de Tecnologias para a Agropecuária - Nacional, LOCALIDADE: Nacional, ACRÉSCIMO (R$ 1,00): 45.700.000. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3020, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para aumentar as penas aplicadas aos crimes ambientais praticados na vigência de reconhecimento de estado de emergência ou de calamidade pública." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1459, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 526, de 1999) - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de pesticidas, de produtos de controle ambiental e afins; altera a Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e dispositivo da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação de uma(s) emenda(s) da Câmara dos Deputados e rejeição da(s) outra(s). **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Aprovado o requerimento REQ 72/2023-CMA de urgência ao Plenário para deliberação da matéria. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4043, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 31 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para tornar mais rígida a pena prevista para os reincidentes na prática do crime de tráfico de animais." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 5516, de 2020** que: "Dispõe sobre a identificação de produtos alimentícios artesanais de origem vegetal; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pela rejeição da Emenda nº 1 – PLEN ao PL 5516/2020. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2696, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos veículos elétricos ultracompactos de fabricação nacional." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL). **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 71, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre as razões da alta incidência de secas e de inundações no país e sobre as política públicas e medidas necessárias para mitigá-las." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Fala da Presidência.) - Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 22 de novembro de 2023.

Comunico que a Comissão recebeu as seguintes correspondências.

Moção de Apelo nº 60, de 2023, da Câmara Municipal de São Sebastião, no Estado de São Paulo, para solicitar a retirada do Projeto de Lei nº 347, de 2023, que veda a pesca de arrasto, por julgá-la grave ameaça à economia e à população daquele município.

A matéria ainda tramita na Câmara dos Deputados, no entanto.

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa, documentos não anexados a matérias legislativas estarão disponíveis para consulta no site desta Comissão na internet pelo prazo de 15 dias, podendo ser solicitadas pelos membros a correspondente autuação até lá.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 40ª e 41ª Reuniões, realizadas em 16 e 20 de novembro.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

A presente reunião está dividida em duas partes. Na primeira, analisaremos as sugestões de emendas da Comissão de Meio Ambiente ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024, o PLN nº 29, de 2023. E a segunda parte é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Eu adiantei um pouquinho essa primeira parte aqui, já aguardando o nosso Relator, Senador Veneziano, que já está a caminho aqui da nossa Comissão.

Estamos chegando à reta final de mais um ano de trabalhos desta Comissão de Meio Ambiente. E eu gostaria de agradecer imensamente a todos os membros deste Colegiado, que sempre contribuem com o nosso trabalho, seja nas reuniões, seja nas audiências públicas, seja nas relatorias designadas.

O tema conduzido por esta Comissão tem importância gigantesca. Estamos em meio a um cenário de emergência climática. São dezenas de milhares de brasileiras e brasileiros que já sofrem com os efeitos da mudança do clima em nosso país. Ontem presidi a sessão de debates temáticos sobre os desafios e propostas do Brasil para a COP 28. Como coloquei ontem em minha fala na sessão, o Brasil deve tomar providências urgentes para implementar ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Essas ações devem se dar não em resposta à cobrança de outros países ou instituições, mas porque o Brasil poderá ser um dos países mais afetados pela mudança do clima, como já estamos vendo acontecer.

Esse é o motivo que deve nos levar ao protagonismo dessa agenda. Nossa motivação se dá pelas vidas de nosso povo, pela qualidade de vida, pela água que chega aos nossos lares, pela qualidade do ar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, reforço o compromisso de seguir atuando nesta Comissão para que possamos contribuir para o enfrentamento à mudança do clima de maneira inclusiva, gerando novos empregos e reduzindo as desigualdades socioeconômicas de nosso país de forma sustentável.

Na última segunda-feira, celebrou-se o Dia da Consciência Negra. Aproveito para saudar o povo preto do nosso país e para lembrar a meus pares que a mudança do clima não nos afeta da mesma forma. Há um recorte claro de classe e raça na parcela da população afetada por eventos ligados à mudança do clima. Que possamos seguir os nossos trabalhos com esse olhar e baseando nossas decisões em evidências científicas.

Bom dia a todos.

Quero aproveitar e cumprimentar o nosso Ministro da Agricultura, Senador Carlos Fávaro. Tudo bem? Está retornando nesses dias aí. Seja bem-vindo, Senador e Ministro.

Cumprimento todos os membros da nossa Comissão.

Para dar início à primeira parte da nossa reunião, vamos conhecer o relatório do Senador Veneziano Vital do Rêgo, as sugestões de emenda da CMA ao Ploa 2024.

Passo a palavra ao nosso Relator, dando bom dia ao Senador Veneziano. Obrigada por ter aceito o desafio, a missão. Não é?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) - Nossa estimada Senadora Presidente Leila Barros, os meus cumprimentos matinais a V. Exa. Claro que são cumprimentos extensivos ao Colegiado, mais ainda com a alegria de podermos receber, nesta manhã, a presença do nosso colega, emprestado pelo Senado Federal à República, o nosso Senador Carlos Fávaro, Ministro da Agricultura. Seja muito bem-vindo ao reencontro com este ambiente que passou a tê-lo em condição tão qualificada, da qual bem sabedores e sabedoras somos.

Senadora, mais uma vez muito grato pela sua generosa atenção, distinção, para conosco, para que façamos também, como assim fizemos em relação à LDO, na expectativa de que possam ter sido atendidas as pretensões nossas, as aspirações nossas, como Legisladores, sugeridas à LDO. Agora o faremos em elação à LOA.

Eu peço permissão a V. Exa., até porque temos uma pauta que vai se estender... Gostaria de saber da senhora se posso ir diretamente à leitura, na parte da análise, para que, de forma concisa, apreciemos e votemos o nosso relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) - Perfeito, Senador Veneziano, mais uma vez agradeço a disponibilidade.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) - Muito grato.

Preliminarmente, importa ressaltar que esta Comissão de Meio Ambiente, nos termos do art. 44, §1º, da Resolução nº 1, de 2006-CN, pode apresentar até quatro emendas de apropriação e até quatro emendas de remanejamento ao Projeto de Lei Orçamentária. Quanto às emendas de texto, não há limitações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

quantitativas para a apresentação. Em todos os casos, as emendas apresentadas devem guardar, evidentemente, pertinência temática com as matérias regimentalmente atribuídas à Comissão.

A análise por nós empreendida - e quero já, mais uma vez, faço questão de fazê-lo, agradecer a prestimosa e qualificada participação da nossa equipe técnica, que nos empresta cordialmente as suas atenções -, focalizou não apenas o mérito das proposições, mas também a adequação das propostas de emendas às disposições da legislação vigente, especialmente no que diz respeito à Constituição Federal, à área de competência da Comissão e ao interesse nacional, tendo em vista o disposto nos arts. 43 a 45 da Resolução nº 1, do ano de 2006.

No que diz respeito às propostas de emendas de apropriação, em consonância com normas regimentais, percebe-se um sério descompasso entre o número de sugestões - sério no sentido de que são muitas as demandas apresentadas, no caso, sugestões apresentadas; no sentido da limitação que temos de fazer às sugestões para apreciação e deliberação final - e a quantidade máxima de emendas que esta Comissão poderá apresentar. O mérito das indicações apenas acentua o impasse e dificulta a escolha, evidentemente.

Dentro dessas circunstâncias, com o objetivo de atender o maior número possível de sugestões, todas de inegável mérito - diga-se, e registremos -, nosso estudo contemplou a semelhança verificada entre as que propunham aplicações dentro da mesma ação orçamentária, de forma a proceder à aglutinação das propostas. Isso facilitou.

Verificamos, assim, quais ações foram mais demandadas pelos integrantes do Colegiado. A seleção das quatro emendas de apropriação a serem apresentadas por esta Comissão materializa, portanto, as ações que obtiveram maior número de indicações entre as propostas apresentadas, selecionadas dentre aquelas em perfeita consonância com a legislação vigente.

Importante destacar também que, em homenagem ao princípio da harmonia que rege nosso sistema orçamentário, as propostas aqui selecionadas estão plenamente alinhadas às emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias que, na semana passada, aprovamos.

Dessa forma, as emendas de apropriação que acolhemos encontram-se discriminadas na tabela a seguir, que pode ser visualizada pelos senhores e senhoras, mas eu faço questão aqui de reforçar.

A implementação de programas, planos e ações para melhoria de qualidade ambiental nacional junto ao Ministério do Meio Ambiente.

A segunda: prevenção e controle de incêndios florestais nas áreas federais prioritárias, vinculada ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e ao Ibama.

A terceira: gestão do uso sustentável da biodiversidade e recuperação ambiental nacional, também vinculada ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Por fim, a quarta: formulação e implementação de políticas, estratégias e iniciativas para o controle do desmatamento, de incêndios florestais e para o ordenamento ambiental territorial, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Especificamente quanto à proposta CMA005, da nobre Senadora Damares, importa esclarecer que a sua sugestão de emenda de apropriação à ação 21A9 - Implementação de Programas, Planos e Ações para Melhoria da Qualidade Ambiental precisou ser atendida no Localizador de Gasto nacional, em razão...

(Soa a campainha.)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) - ... da limitação regimental imposta pelo art. 44.

Ainda sobre as emendas de apropriação, cumpre-nos esclarecer que as ações 20VR - Conservação e Recuperação de Bacias Hidrográficas e 20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais obtiveram número de indicações idêntico ao da ação 21F4, proposta na tabela anterior. Acontece que, senhoras e senhores, por mais meritórias, de fato, reconhecidamente, que sejam as sugestões que não estão sendo acolhidas, tivemos que fazer uma análise mais criteriosa para enquadrarmos as sugestões da Comissão ao Ploa devido ao momento climático que evidencia-se e pelo qual estamos a passar, requerendo maior atenção da nossa Comissão.

Com relação às propostas de emenda de remanejamento, entendemos que as duas propostas apresentadas, de nºs CMA001 e CMA067 (listadas no Anexo 1 deste relatório), podem ser acolhidas, com pequena necessidade de ajuste nesta última. A referida sugestão foi apresentada com destinação de recursos à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a nossa Embrapa, com suplementação e cancelamento dentro de unidades orçamentárias do órgão Ministério da Agricultura e Pecuária.

Ocorre que a emenda propõe parte do cancelamento, no valor de R$ 7 milhões, no sequencial 916, relativo à programação de competência do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira, na ação destinada ao desenvolvimento da cafeicultura e em fontes associadas às programações do referido fundo, não sendo possível a utilização na Embrapa.

Desse modo, para compatibilizar a sugestão da emenda com as regras do art. 45 da Resolução nº 1/2006-CN, propomos a supressão do referido cancelamento. Esse ajuste deve-se ao fato de que as fontes associadas às programações do referido fundo deverão ser executadas apenas por esta unidade orçamentária, não sendo possível a utilização na Embrapa.

Indo para o final do nosso relatório.

Assim, sugerimos a apresentação dessa emenda, no valor de R$45,7 milhões, destinada a ação "20Y6 - Pesquisa, Desenvolvimento e Transferência de Tecnologias para a Agropecuária", com a redução de R$4 milhões no Grupo de Natureza da Despesa (GND) 3 e de R$3 milhões no GND 4 nos valores de suplementação originalmente propostos.

Quanto às sugestões de emendas de texto, as duas propostas, de nºs CMA009 e CMA013, sugerem alterar o Anexo V do PLOA 2024 com vistas a viabilizar a criação de cargos efetivos em universidades federais. Muito embora sejam meritórias as intenções, as propostas não possuem pertinência temática com a atuação da CMA, motivando, assim, a sua inadmissão com base no art. 43 da Resolução nº 1/2006-CN.

Voto, Sra. Presidente Leila Barros, Sras. e Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Diante do que nós expusemos, nós sugerimos o voto no sentido de que esta Comissão de Meio Ambiente delibere pela apresentação das quatro emendas de apropriação supracitadas e das duas emendas de remanejamento apresentadas, com os ajustes propostos à sugestão de emenda CMA067, atribuindo-se à Secretaria desta Comissão a incumbência de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Eis o nosso voto, Sra. Presidente.

Muito grato mais uma vez.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) - A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Veneziano.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que passa a constituir parecer favorável às quatro emendas de apropriação e às duas emendas de remanejamento para o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2024.

A Secretaria providenciará os ajustes necessários e, ao final da reunião, faremos a aprovação da ata para envio das emendas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Obrigada, Senador Veneziano, mais uma vez, pelo trabalho e o comprometimento com a nossa Comissão.

Bom, vamos para a segunda parte, a deliberativa.

O Item 1 foi retirado pelo Relator, o Senador Alessandro Vieira.

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 3020, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para aumentar as penas aplicadas aos crimes ambientais praticados na vigência de reconhecimento de estado de emergência ou de calamidade pública.

Autoria: Senador Jaques Wagner

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

2. Em 25/10/2023, lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria.)

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 1459, DE 2022 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 526, DE 1999)

- Não terminativo -

Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de pesticidas, de produtos de controle ambiental e afins; altera a Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e dispositivo da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação de uma(s) emenda(s) da Câmara dos Deputados e rejeição da(s) outra(s)

Observações:

1. Em 27/09/2023, foi concedida vista, nos termos regimentais.

2. Em 20/11/2023, foi apresentado Complemento de Voto, após entendimentos decorrentes da vista concedida.

Autoria do Senador Blairo Maggi.

Passo a palavra para o Senador Fabiano Contarato para apresentar seu complemento de voto.

Bom dia, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) - Obrigado, Sra. Presidente. Mais uma vez, quero parabenizar V. Exa. pela condução à frente dessa tão importante Comissão do Meio Ambiente, a qual também tive a honra de presidir nos dois primeiros anos do mandato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui estender meus cumprimentos e o faço aqui na pessoa do nosso querido Ministro, que seja Carlos Fávaro e colega Senador, que muito dignifica o Ministério da Agricultura.

Meus colegas, meus pares, quero falar para vocês que a construção desse relatório se deu em uma discussão por vários momentos. Quero agradecer a todos aqueles que, direta ou indiretamente, participaram da elaboração desse relatório. Aqui eu faço um destaque na participação dos consultores do Senado, que foi de fundamental importância, o diálogo com a Câmara dos Deputados.

Quero aqui enaltecer a participação do Ministério da Agricultura, da Anvisa, do Ibama, enfim, de todos os segmentos que estão diretamente e têm interesse nessa pauta tão importante. Como o relatório já foi disponibilizado e eu fiz o acolhimento daquilo que foi feito, o entendimento dentro dessas reuniões, permitam-me, por uma questão de otimização do tempo, passar para a leitura breve de dois parágrafos para não termos muita discussão aqui.

Por uma questão de organização e clareza, reescrevemos o primeiro parágrafo do voto com os ajustes propostos nos seguintes termos.

Diante do exposto, somos pela rejeição das emendas que veiculam o inciso LIII do art. 2º; os §§ 6º a 10 e 22 a 24 do art. 3º; o inciso VI do art. 5º; o inciso IX do art. 7º; o § 4º do art. 12; o § 1º do art. 17; o § 3º do art. 26; os incisos V e VII do art. 27; o art. 28, caput (renomeando-se o § 1º do art. 28 para “art. 28” e o § 2º do art. 28 para “parágrafo único”); os §§ 2º e 9º do art. 41; os incisos do § 2º do art. 59; os §§ 1º e 3º do art. 62; o art. 64; e o inciso IV do art. 66; renumerando-se os demais dispositivos, e pela aprovação em globo das demais emendas que compõem o Projeto de Lei 1.459 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado PLS 59, de 1999, do querido Blairo Maggi, nosso colega), com os seguintes ajustes de texto, sem alteração do mérito, conforme fundamentado na análise.

Voto.

Destarte, mantemos o nosso voto inicial pela aprovação do PL 1.459 com a exclusão, no parágrafo inicial do referido voto, dos seguintes termos: 1) “o §4º do art. 4º”; 2) “e parágrafos”; 3) “o §2º do art. Art. 29 ”; e 4) “o §2º do art. 30”, e com a inclusão da seguinte expressão: “renomeando-se o §1º do art. 28 para “art. 28” e o §2º do mesmo art. 28 para “parágrafo único".

Esse é o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) - Perdão!

A matéria está em discussão.

Senadora Tereza, depois... ladies first, não é? (Risos.)

Senadora Tereza, depois Senador Carlos Fávaro.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Fora do microfone.) - Tem prioridade.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) - É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) - Muito obrigado, Presidente Leila, Senadora Leila.

Eu queria falar muito rapidamente, mas agradecer todo o tempo e o diálogo que foi feito para que chegássemos a esse dia, 21 anos depois.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) - São 24 anos depois! Muita coisa aconteceu, muito se caminhou, muita tecnologia nova foi colocada nos defensivos agrícolas. Enfim, a agricultura brasileira é outra, de 22 anos para cá muita coisa na agricultura mudou. Nós temos hoje uma agricultura pujante, que faz aí o orgulho do nosso país. E esse assunto é um assunto que, depois de longo tempo, debatido nas duas Casas, hoje a gente chega aqui a um bom termo para resolvermos definitivamente a modernização dos defensivos agrícolas no nosso país.

Então, quero agradecer o Senador Contarato por toda a paciência, agradecer o Ministério da Agricultura, enfim, a todos que se envolveram diretamente, os consultores da Casa, as equipes todas que se debruçaram para que a gente chegasse a este momento.

O ótimo é inimigo do bom. Nós temos aqui... o Senador Contarato acolheu sugestões de acordo com o seu pensamento, enfim, com as diretrizes que ele tinha para este projeto, e hoje eu acho que nós temos aqui o final de um projeto que agora precisa ser levado para o Plenário para que ele seja aprovado e depois sancionado para que nós possamos dar a segurança que a agricultura brasileira precisa.

Só voltando um pouquinho no tempo, Ministro Carlos Fávaro, que está aqui conosco hoje - é um prazer tê-lo aqui neste momento de um assunto tão importante e pertinente para a pasta de que o senhor hoje está à frente -, eu não me lembro se em 2016 ou 2014 eu fui à Paris na reunião da OIE - junto com o Ministro Blairo Maggi - e, naquela ocasião, a França tirou o glifosato, baniu o glifosato do uso para a agricultura francesa. Em cinco anos o glifosato seria banido. Foi uma guerra naqueles dias - nós estávamos lá por outro assunto - entre os agricultores franceses naquela ocasião. Agora, na semana passada, a gente vê a França retomando, dez anos depois, com o glifosato e dando mais dez anos para se encontrar um outro produto. Isso é para dizer que a tecnologia é segura. Se não fosse, não teria voltado.

Então, só para fazer esse breve comentário e dizer que hoje é um dia em que a gente está muito feliz porque a gente avança. Talvez o relatório poderia ser melhor? Não, aqui foi o consenso, Senador Contarato, do possível. E o ótimo é inimigo do bom. Então, hoje a gente tem aqui, se Deus quiser, esse encerramento. Vamos votar, aprovar esse relatório e ver se conseguimos ir para uma urgência no Plenário para que esse assunto seja resolvido de uma vez por todas e aí, Ministro, a gente continuar fazendo da agricultura do Brasil essa potência e a segurança que ela é para a segurança alimentar do Brasil e do mundo.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) - Obrigada, Senadora Tereza.

Com a palavra, Senador Carlos Fávaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS FÁVARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) - Muito obrigado, Presidente Leila.

Primeiro, antes de mais nada, quero dizer da honra, do orgulho de poder estar aqui revendo amigos e amigas Senadores, Deputados, todos os que compõem este Senado Federal, os servidores desta Casa. É uma felicidade poder estar aqui os revendo.

Segundo, Leila, dizer da importância e relevância desse tema. Eu queria fazer algumas considerações e também algumas analogias para podermos entender o momento histórico que estamos vivendo neste momento.

Queria cumprimentar muito, Fabiano, a sua posição, o equilíbrio de poder debater esse tema. A primeira analogia que faço e que seja pertinente a esse entendimento seu como Relator desta matéria, é que o Brasil, Leila, mais ou menos na época em que foi proposto esse projeto, em 1999, pelo então Senador Blairo Maggi, naquele momento histórico, o Brasil não tinha a liberação para o uso de transgênicos na nossa agropecuária. E nesse momento havia um debate muito ideológico, muito difícil quanto à liberação ou não desse produto. E começou a entrar essa tecnologia por via de contrabando. Na Argentina já era liberado e o Brasil não tinha a regulamentação para o uso de transgênicos, pela polêmica, pelo desconhecimento. Fato histórico é que entra ao comando deste país o Presidente Lula. No primeiro ano de Governo, ele institui através da ciência a deliberação desse assunto. Criou o CTNBio e criou as condições para o amplo debate. E os transgênicos foram regulamentados, com segurança.

E aí fica aqui um dado histórico para os Anais desta Casa: a média de produtividade de soja, quando tivemos a primeira variedade produzida no Brasil com transgenia, se dava na ordem de 2,3 mil quilogramas por hectare, Senador Jayme Campos - em 2005, dois anos depois da regulamentação e da criação da CTNBio. Vejam o número histórico: praticamente 20 anos depois, a média da produção de soja no Brasil é 3,6 mil quilogramas, sem precarizar a segurança, sem botar ninguém em risco, nem a população brasileira, nem a mundial.

O Brasil avançou muito através da ciência.

Faço essa analogia para dizer a V. Exa., Fabiano, que em hipótese alguma a gente precisa desmistificar esse projeto de lei. Eu seria o último dos produtores rurais a querer usar nas minhas propriedades produtos orgânicos fosforados, cancerígenos, que possam trazer resíduo aos alimentos e causar câncer, causar doenças na população. Eu não queria e não quero usar, nem para mim, e gostaria que ninguém pudesse ter acesso a esses produtos.

Mas, então, como nós podemos banir esses produtos mais danosos, se não modernizarmos a legislação?

Este projeto, este relatório que avançou pelo consenso, Senador Jayme Campos, busca isso. Um dos artigos mais importantes deste projeto diz que nenhuma nova moléculas pode ser aprovada se não for menos danosa do que as já existentes. Ele parte do princípio de que tudo tem que ser melhor, biodegradável, seletivo...

Eu quero, cada vez mais, uma agropecuária que use mais bioinsumos, que use mais biológicos. Eu quero, cada vez mais, uma agropecuária que tenha produtos que não façam mal ao meio ambiente e que, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

hipótese alguma, deixe resíduos nos alimentos. E este projeto de lei é esse marco histórico que passa a acontecer.

Talvez por desconhecimento, por preconceito, a gente possa falar assim: "Mas os produtores vão, cada vez, liberar mais, é a farra dos pesticidas". Não se preocupem com isso. A nossa equipe técnica do Ministério da Agricultura, assim como quando estava lá com a Ministra Tereza Cristina e todos os outros que nos antecederam nesses 24 anos - está aqui o Secretário Goulart, que participou ativamente no debate... Ninguém compra pesticida porque acha bonito, porque acha bom aplicar uma dose a mais de pesticida, é muito caro para que se faça isso. Nós temos consciência da importância de toda a regulamentação e da segurança que devemos ter para a população que consome os alimentos.

Não poderia deixar também de fazer homenagem, primeiro, a Blairo Maggi, que teve a sensatez no período em que era Senador, de propor este projeto de lei, e a todos os outros Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, que por 24 anos debateram esse assunto.

Tenho que fazer homenagem ao seu conterrâneo, Acir Gurgacz, que também colocou esse assunto em pauta. Foi lido o relatório aqui, ainda no final da sua legislatura, no ano passado. E, ao homenagear o Acir e todos os outros que trabalharam, que neste momento histórico possamos levar - assim como foi feito com os transgênicos no Brasil, há 20 anos - à agropecuária brasileira a modernidade, a tranquilidade de produtos mais modernos, eficientes e mais seguros à população, a partir da ciência, deste belo relatório e do entendimento construído nesta Casa com o Senador Fabiano Contarato.

Que façamos a aprovação deste projeto hoje.

Vamos trabalhar com o Presidente Rodrigo Pacheco para que possa levar esse assunto a Plenário.

Eu sei que hoje há uma pauta muito longa, muito intensa, no Plenário desta Casa, mas que possamos encerrar este capítulo e dar aos produtores e produtoras brasileiras, a oportunidade de se modernizarem, de serem, cada vez mais competitivos e continuarem alimentando o Brasil e o mundo com segurança e com tranquilidade.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) - Obrigado, Senador Carlos Fávaro.

Antes de passar a palavra ao Senador Zequinha Marinho, quero só registrar a presença aqui do Deputado Federal Sergio Moura - Souza, perdão; eu vi Confúcio Moura aqui, desculpa -, Sergio Souza, que é um dos membros da FPA, da Frente Parlamentar da Agricultura.

Seja bem-vindo, Deputado.

Vou passar a palavra agora para o Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) - Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer uma pequena reflexão, antes de chegar ao PL para cumprimentar o nosso Senador Contarato pelo trabalho que fez.

Embora em alguns itens... é questão de Brasil, cabeça, meu querido Senador Campos. Nós estamos há dez anos discutindo se se faz ou não se faz a Ferrogrão Mato Grosso-Pará. Nesses dez anos em que nós estamos discutindo, o mundo já fez 34 mil quilômetros de ferrovias.

Então, prestem atenção, porque nós temos que concorrer em um mercado desse. Nós estamos batalhando, pensando, enfrentando ações judiciais, "é bom ou não é bom?"... Não tem um item que seja negativo. Todos são positivos. Enquanto isso, o mundo avança. É importante pensar sobre isso.

Estive na Petrobras há uns dois anos, e a reclamação era a demora na concessão de licenças para exploração de poços testes. Os técnicos, os geólogos querem perfurar para poder saber, e o Ibama leva, em média, 12 anos para dar à Petrobras uma licença.

O Suriname, nosso vizinho aqui nas Guianas, ali ao lado, gasta dois anos e meio, três anos no máximo. Nós gastamos 12. Vamos para frente!

Quando a gente chega a um caso desse... O agronegócio é competitivo, chegando, avançando, e todo mundo que concorre conosco está registrando suas moléculas com uma rapidez incrível em relação a nós, em relação à gente.

Então, até que enfim, minha Presidente, chegamos ao final dessa longa jornada, 24 anos. Muita coisa já... Já pensou se a gente tivesse aprovado isso com quatro anos? Acho que eram 20 para trás, não é? Estaríamos lá na frente, já estaríamos avançando.

A média hoje é oito anos, mas com esse negócio da compreensão - muita dificuldade, muito lento, muito conteúdo político-ideológico, muito isso, muito aquilo - você termina atrasando o país em relação aos seus concorrentes, porque tudo esbarra na questão comercial. Tudo esbarra lá, mas, graças a Deus...

Entre o possível e o ideal, dizem que tem sempre um baita de um abismo. É claro que o projeto ainda não contempla 100% daquilo que a gente esperava - não é, minha coordenadora? -, mas é melhor tê-lo assim do que continuar como estamos atualmente.

Parabéns ao Senador Contarato pela resiliência, pela compreensão; a todos que se somaram; ao Ministro. Nós não vamos queimar a etapa de ninguém, a Anvisa vai continuar trabalhando, o Ibama fazendo a parte dele na questão ambiental, o Mapa - e aqui está o nosso Ministro - cuidando da questão da regulamentação... enfim, que a gente possa continuar avançando.

Estamos juntos, apoiando o requerimento da Senadora para que a gente bote urgência no projeto para votação em Plenário.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) - Senador Confúcio Moura e, na sequência, Senador Jayme Campos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para discutir.) - Sra. Presidente, meu Ministro Carlos Fávaro, presentes, Senadores e Senadoras, o Ministro Carlos Fávaro tocou em um assunto aqui interessante que foi a demora da aprovação dos transgênicos no Brasil. Naquela época, Carlos, eu relatei esse projeto. (Risos.)

Foi. Esse projeto estava na Câmara, fui o Relator dele. Foi uma polêmica extraordinária que começou no Governo Fernando Henrique, atravessamos o último mandato do Fernando Henrique, e, por fim, lá na frente, embaralhou mesmo a coisa, aí o Michel Temer, que era Deputado Federal e Presidente da Câmara, ajudou, fechamos juntos o relatório, e caiu na mão do Lula para sancionar. Anteriormente, o Presidente Lula era contrário, mas aí o Requião, que era Governador do Paraná, falou: "Aqui no Paraná não entra transgênico".

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - Brasília também era contra os transgênicos, a região de Brasília, aqui no entorno, mas certo é que nós trabalhamos muito lá com Heinze e a Farsul, no Rio Grande do Sul. Tivemos muitos encontros com produtores rurais do Rio Grande do Sul, todos clamando pela aprovação da transgenia. Ela entrou, é um sucesso, a produtividade aumentou bastante.

Brasília também era contra os transgênicos, a região de Brasília, aqui no entorno, mas certo é que nós trabalhamos muito lá com Heinze e a Farsul, no Rio Grande do Sul. Tivemos muitos encontros com produtores rurais do Rio Grande do Sul, todos clamando pela aprovação da transgenia. Ela entrou, é um sucesso, a produtividade aumentou bastante.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) - E com segurança absoluta. Ninguém morreu comendo transgênico, não é? De jeito nenhum.

Agora, essa lei eu achei muito bom ela cair na mão do Contarato, porque o Contarato, devido à sua posição, um ambientalista convicto, conseguiu fazer um consenso com todo mundo e produzir essa lei aqui. Essa lei está madura; com 24 anos, amadureceu. Eu nem sei quantas audiências públicas foram feitas, quantos debates foram feitos, ao longo da história, em 24 anos...

Então, a lei é boa, está pacificada, amansada e pronta para ser aprovada. Era só isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) - Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) - Sra. Presidente Senadora Leila, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, quero, antes de mais nada aqui, dizer da nossa alegria por termos, hoje, na nossa Comissão de Meio Ambiente, o ilustre Ministro Carlos Fávaro, que retorna desta feita para alguns dias só, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) - Retornará, depois, lá para o Ministério da Agricultura. Seja bem-vindo, viu, Carlos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ressalto também a presença do querido amigo Sergio Souza, meu colega, tive a primazia de conviver com ele como Senador da República. Um outro velho companheiro nosso, Senador também, Valdir Raupp, está ali, barbudo, cabeludo, mas sempre jovem, não é?

Mas, gente, eu vou fazer apenas uma ponderaçãozinha ao dizer que esse assunto, como bem disseram aqui, vem sendo tratado, Ministra Tereza, há 24 anos. Foi apresentado, lá atrás, pelo Blairo Maggi, e, de lá para cá, quase não amadureceu, quase apodreceu o projeto, vamos ser honestos aqui... Já estava caindo do pé da mangueira a manga lá.

Entretanto, nós temos participado de forma bastante ativa, até porque, no fim do ano passado, estivemos Sergio Souza, Zequinha Marinho e eu procurando o nosso Líder do Governo. Na verdade, não tinha sido nem empossado o Presidente Lula ainda, e nós estivemos com Jaques Wagner, pedindo também, porque havia uma certa restrição. Sobretudo o próprio Presidente Pacheco não queria colocar essa matéria em votação, pelo fato de que estava assumindo um novo Governo e eu imagino que ele não queria contrariar o Governo que então iria assumir.

Foi feita uma boa conversa, feito um bom diálogo, e o Jaques Wagner foi muito sensato. Eu posso dizer que é uma das pessoas muito sensatas que tem aqui, não tem nenhum radicalismo ou questão ideológica. Isso está superado, muitas das vezes, nos projetos que nós discutimos nesta Casa, e desta feita estamos aprovando.

É um projeto extremamente importante para o Brasil, como o senhor disse. O mundo avançou, e nós estamos ficando para trás, até porque, além do mais, isso aqui está sendo - é bom que se coloque - questão econômica também. As grandes multinacionais não têm nenhum interesse, queriam que continuasse no atraso. Neste caso, esse projeto vai modernizar, vai permitir que, com essas novas moléculas, talvez se jogue menos pesticida com mais produtividade, o que é muito bom, e chamamos a atenção aqui do planeta, do mundo, mas, sobretudo, do povo brasileiro, que é, muitas das vezes, meio tapado - desculpem-me a expressão -, que não entende e acha... Qual produtor, qual cidadão de bem, em sã consciência, quer matar alguém, ou seja, que quer jogar veneno a mais do que aquilo e prejudicar a saúde do cidadão que come, que se alimenta dessa produção nacional?

Então, acho que esse projeto, em boa hora, está sendo aprovado. Espero que, dentro do nosso Regimento aqui, possamos fazer um requerimento de urgência urgentíssima, e que na semana que vem o Presidente Rodrigo Pacheco coloque na pauta, na Ordem do Dia, para ser votado, e, com isso, estamos avançando sobremaneira nessa questão.

Mas, Presidente, me permita aqui... Talvez esse assunto já tenha sido tocado aqui, nesta Comissão, mas, acho que o palco ideal seria a Comissão de Agricultura.

Nós estamos num momento lá no Mato Grosso, Ministro Carlos Fávaro, e você deve estar acompanhando... Ontem, tivemos uma reunião lá em Cuiabá com vários Prefeitos, com o Presidente da Famato, o Presidente da AproSoja e companhia limitada lá. Todo mundo lá. As trades agora estão colocando restrição na compra de soja. Como é que está funcionando isso aqui? É um crime, chama-se lesa-pátria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Código Florestal Brasileiro estabelece o quê? Um corte até 2008. Entretanto, quando você tem uma propriedade que tem registrada a sua escritura, mesmo com o advento, depois, da medida provisória do Governo Fernando Henrique, que, em 1998, estabeleceu que ele não podia... Tinha que ser 20%. Quem tinha 10 mil hectares, só 20%. Quem tivesse na escritura pública registrado 50%, tinha o direito adquirido. Mas, com essa nova legislação, é 20% daquilo que tem na região dessa vasta região do Brasil, que é a Região Amazônica.

As trades agora não aceitam, não estão querendo comprar soja de onde o cidadão que tem o direito de derrubar esses 20% derrubou. Agora, as trades estão colocando o quê? Dificuldade e pau na estrada.

Ora, se respeitar a lei brasileira... Nós temos o Código Florestal Brasileiro, que é o mais moderno do planeta, do mundo. Não tem um país que tenha uma legislação em relação ao meio ambiente e em relação ao Código Florestal como a do Brasil, cem por cento perfeita. Eu tive o privilégio de participar - na época, o Sérgio era Senador também aqui, além de outros colegas - da elaboração do Código Florestal Brasileiro. Foi discutido exaustivamente em todo o território nacional, ouvindo a sociedade, ouvindo o paulista em relação à Mata Atlântica, à Caatinga no Nordeste, à Floresta Amazônica e etc. Pois bem. E agora criam essa restrição.

Eu queria propor aqui, antes de mais nada, que nós façamos aqui uma audiência pública, seja aqui, seja na Comissão de Agricultura, para saber por que que essas trades estão fazendo essa restrição. Isso é matar o cidadão que lá, com certeza, abriu essa sua pequena propriedade, com mais de 200 hectares, etc. Agora você não pode, não tem o comprador. E hoje 95% de toda a produção nacional estão na mão das trades.

Dá a sensação, não sei se é para jogar para a plateia ou para o mercado internacional, que já é um cartel aqui, no Brasil. É um cartel. Eu gostei, ontem, da reação do próprio Governador Mauro Mendes. Pau que bate em Francisco bate em Chico. Então, vamos acabar também com os incentivos que eles recebem lá.

Lamentavelmente, esse pessoal é que está enchendo o bolso no Brasil. Ganha o que quer e o que não quer. Põem preço do jeito que eles querem e agora ainda vêm com essa exigência. Isso é um crime de lesa-pátria! Onde está o Código Florestal brasileiro? Nós não podemos aceitar em hipótese alguma. Se eles estão praticando isso no Mato Grosso, com certeza vão praticar também em outros estados da Federação. E isso será penalizado. Por quê? Senão o pessoal quer pegar essa soja assim e acabar de derrubar já no mercado, eu tenho certeza, para baratear, para comprar mais barato.

Então, nós temos que reagir em relação a esse assunto, tratado no Mato Grosso ontem numa grande audiência. Para quê? Se vocês querem fazer isso, aí vamos reduzir os incentivos fiscais. Chega ao cúmulo do absurdo, Sérgio, lá no Mato Grosso - e eu nem imagino em outro estado -, os incentivos fiscais chegam a 60%, 70% de redução para quem exporta algodão. Tem cabimento? O algodão nosso aqui, Presidente Leila, sai, 90% ou mais vão para a China, que produz calça, camisa, e volta de lá, vêm vender no mercado nacional. Por quê? Tem muito incentivo fiscal lá. E estão se queixando, não é? Ora! E o que faz? São as trades; a maioria absoluta são as trades. E as trades têm judiado muito. Agora, eu espero que o Congresso Nacional exija que prevaleça aquilo que está estabelecido, que é o Código Florestal brasileiro, que está aí, em vigência plena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

De forma que eu estou fazendo esse desabafo porque já me ligaram mais de 50 produtores, 200 produtores. Falei: "Calma, nós vamos tomar todas as providências". E o local adequado, o palco adequado é com certeza o Congresso Nacional, que tem que fazer exigir das leis; caso contrário, temos que entrar, inclusive, na Justiça, porque não fizemos nada de absurdo, nada contrariando a lei vigente do Brasil. Não é isso?

Então, dessa forma, eu quero aqui, para encerrar, Leila, parabenizar o Fabiano Contarato. Ele é duro na queda e tem uma vantagem: ele é sensato, ele é ponderado. É homem pelo qual eu tenho a maior admiração, porque ele sabe ouvir, sabe misturar ali a água, o óleo na hora certa, fazer o café na hora certa e, com isso, trazemos bons resultados. Isso é muito bom para o Brasil, viu, Contarato? Muito bom para o Brasil.

Na medida em que ela estava aqui, com certeza... Vai diminuir o custo - o custo - e, com isso, a produção poderá ser mais barateada, particularmente para nós consumirmos do mercado interno aqui. E nós temos ainda uma população que, lamentavelmente, muitos deles vivem abaixo da linha da miséria. Em que pese ter apoio do Governo Federal, que está dando aí alguns apoios, incentivos, nós precisamos baratear o custo, praticamente, daquela alimentação básica, a básica. O arroz hoje, que era um produto barato, não está muito barato no mercado. O arroz chegou, no Mato Grosso, agora, ultimamente, poucos dias atrás eu vi, a R$140 o saco - o saco. Então, é melhor do que você plantar soja, porque o que acontece? Lamentavelmente - vou fazer um adendo a V. Exa., Ministro -, aqui nós temos que buscar um maior equilíbrio na nossa produção. Num ano sobra muito o arroz, no outro ano falta o arroz. E a comida básica do brasileiro, qual é? É o arroz, não é isso? É arroz, é o feijão, de vez em quando um pedacinho de carne ali ou um franguinho, não é isso? Então, eu acho que, neste caso, particularmente, nós temos que fazer uma política com que possamos dar um equilíbrio em relação à nossa produção.

Cumprimento V. Exa., viu? Está de parabéns. E este projeto é muito meritório, sobretudo porque vai atender já quem já teria que ter sido atendido há muitos anos, o produtor rural brasileiro.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) - Nada, Senador Jayme.

Bom, antes de encerrarmos a discussão, eu pergunto se mais algum Senador deseja fazer o uso da palavra. (Pausa.)

Não.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) - Quero. Leila, Leila!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) - Pois não.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) - Só complementando aqui, a gente ouviu aí todo mundo, mas queria deixar aqui uma mensagem. Eu não poderia deixar de agradecer também ao Deputado Nishimori, que foi muito importante lá na Câmara junto comigo, e ao Sergio Souza está aqui, da FPA, que também começou esse processo conosco.

Hoje, neste dia aqui, vamos virar essa página, vida que segue, coisas novas, modernização, comida mais barata, enfim, tudo de bom que pode vir junto com esse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) - Assim aguardamos, esperamos, Senadora, principalmente a comida mais barata.

Primeiramente, eu gostaria de falar para vocês que eu, como Presidente desta Comissão, tinha três objetivos. Dois eu já concluí, nós concluímos: mercado de carbono e hoje o PL do pesticida. Então, estou com quase 100% dos objetivos e metas, com o PL do pesticida e, agora, no do licenciamento ambiental, já faço aquela pequena pressão em cima dos meus relatores aqui. Como primeira Senadora mulher que preside esta Comissão, nós mostramos a nossa eficiência, não é, Senadora? Todo mundo se elogia aqui, mas se esquece da Presidente.

Principalmente, eu quero agradecer ao Senador Fabiano Contarato porque, quando eu o designei como Relator, fiquei pensando em quem teria capacidade de transitar nos dois lados, para que destravássemos, depois de 24 anos, esse projeto aqui na Casa. Então o mérito é todo desse Relator e da capacidade desta Comissão de dialogar.

Quando eu assumi a Comissão, muitos disseram para mim: "Você vai ter muitos problemas, muitas dificuldades". E, graças a Deus, até agora - o bom é inimigo do ótimo, como a Senadora Tereza falou -, o mais importante é o seguinte, que eu aprendi nestes quatro anos no Senado, apenas quatro anos de Poder Legislativo: a capacidade de dialogar e de colocar o trem nos trilhos. Colocando o trem nos trilhos, teremos a capacidade de avaliar as nossas decisões e, a partir dessas avaliações, teremos a capacidade, estando aqui ou não, e o futuro nos mostrará, de poder fazer mudanças importantes para que aprimoremos o nosso trabalho hoje aqui na Comissão.

Então quero agradecer a todos, sem exceção, porque temos feito um ano, apesar de todas as dificuldades que estamos enfrentando na pele, da questão das mudanças climáticas, e muitas vezes as pessoas negam sua existência e o quanto ela está nos afetando, nós, aqui dentro, independentemente do campo, estamos tendo a capacidade de dialogar. Eu quero agradecer muito, muito mesmo, pelo tanto que tem sido prazeroso para mim, como Senadora, nestes quatro anos que estou aqui, comandando esta Comissão, ter a capacidade, junto com todos vocês, de tomar as decisões necessárias, de que precisamos aqui na CMA. Quero agradecer, obrigada.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) - Presidente, só um adendo.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) - Pois não, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) - Certamente a senhora se esqueceu de acrescentar o estatuto do Pantanal. Essa matéria é muito importante também, do mesmo tamanho que essa daí. Ela é relevante para nós lá, o estatuto do Pantanal, que está pronto para ser votado. Todavia, entraram com um requerimento pedindo que se fizesse mais uma audiência pública. Vamos fazer essa audiência pública, já conversei com o Senador Wellington Fagundes, eu sou o Relator da matéria, e, se possível, sem ser na outra semana, nos próximos 15 dias, que possamos votar o estatuto do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pantanal, que é tão importante quanto as demais matérias que foram votadas aqui na Casa, como V. Exa. acabou de relatar.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) - Sim, já temos esse acordo, já conversei com o senhor, conversei também com o Senador Wellington. Faremos, sim, pedi permissão aos dois para que façamos, fomos provocados pelo Ministério Público e outras instituições. Achei pertinente fazermos a audiência e quero agradecer ao senhor, Senador Wellington, pela sensibilidade de fazermos essa audiência pública. Faremos e votaremos ainda este ano. Vamos debater aqui dentro.

Senador Jaques.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) - Bom dia, Presidenta. Bom dia aos colegas Senadores, Senadoras, Deputados que estão aqui acompanhando esta sessão.

Quero cumprimentar tanto o nosso querido amigo Jayme como o nosso Relator, Contarato, e dizer que eu acho que este caso aqui, Presidenta, ultrapassa um pouco o que V. Exa. acabou de falar. Na minha opinião, eu acho que tem um grande ensinamento esse processo todo, que é o fato de a gente tentar quebrar os preconceitos e dogmas que nós temos, na cabeça de cada um. E é natural, não falo isso criticamente. Eu falo só que cada um tem que reconhecer que muitas vezes, até sem ouvir com profundidade, a gente já condena a depender da boca de quem sai aquela voz. E muitas vezes isso atrapalha o processo democrático.

Eu sei que é duro, por isso eu quero mais uma vez reforçar os seus elogios ao querido Senador Fabiano Contarato pelo esforço que fez. E é verdade: quando V. Exa. colocou o Contarato, eu imagino que toda a FPA disse: "Agora que não sai mais nunca, são mais 26 anos; já tinha 26, agora vão mais 26 anos sem votar nada". E, pelo visto, o preconceito não se confirmou. A cabeça do Contarato é muito aberta.

Mas eu não quero falar só do lado que eu vou chamar de cá, já que eu sou identificado do lado de cá; eu quero falar também do lado de lá. No caso aqui da Senadora Tereza e de todos os companheiros que estão aqui, os assessores dos dois lados, porque também os assessores muitas vezes mandam na nossa vontade ou querem mandar na nossa vontade, e, em parte, eles comandam mesmo, porque cada um às vezes se dedica e, como a gente tem que se interessar por muitas coisas... Porque os dois lados seguramente dizem: "Isso não dá para ceder, não; isso dá". E a gente foi aos poucos fazendo. Então, deve ter tido briga de cada lado - viu, Presidente? -, cada um dos dois aqui deve ter apanhado algumas vezes, porque não é fácil. É fácil você só falar para os seus o que os seus querem ouvir. Quando você tem que falar para os seus o que os seus não querem ouvir, dizem: "Pois é, mas só anda assim".

Vou contar de novo a história de quando eu fui assinar um convênio com uma tribo indígena lá da Bahia e chamei os caciques lá para a minha sala. Os caciques foram para a minha sala para assinar o convênio. E um dos caciques, apesar de ser um convênio importante para eles, de construir escola, etc., o cara estava o tempo todo com a cara fechada. Eu não me aguentei, porque eu sou muito espontâneo nisso, e falei: "Cacique, está zangado com o convênio? Eu sei que demorou, mas pelo menos saiu". Ele disse: "Não, não estou zangado, não. É que eu estou assim mesmo. Eu sei que as coisas demoram a andar. A democracia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

[disse ele para mim, olha a sabedoria], a democracia, Governador, é um bicho de três pernas". Eu olhei para ele: esse índio está querendo tirar sarro na minha cara. "Bicho de três pernas?", eu falei. Ele falou: "O senhor já viu algum bicho de três pernas?". Eu digo: "Não, já vi de duas, de quatro, já vi de cem, uma centopeia, mas de três, não". Ele disse: "Pois é, um bicho de três pernas não anda, Governador, só anda empurrado".

A democracia só anda empurrada e quem a empurra é exatamente o choque, quando a gente sabe tratar do choque de ideias de uma forma racional, entendendo que o outro que pensa diferente de mim não necessariamente é meu inimigo ou está de má-fé. Alguns podem estar de má-fé, mas não todos. Não dá para ter o preconceito de que quem defende isso, "Ah, aquilo ali é um...", ou quem defende aquilo... Então, eu aprendi isso e quero repassar. O cacique, não me lembro mais do nome dele, me ensinou que a democracia é um animal, Jayme, de três pernas, que só anda empurrado. A gente empurrou e andou.

Parabéns a todos que trabalharam nisso aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) - Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pela aprovação do Projeto de Lei 1.459, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 526, de 1999), nos termos do voto e complemento proferidos.

A matéria agora vai ao Plenário.

Muito obrigada.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) - Senadora, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) - Pois não.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) - Parabéns. Temos que ligar para o...

Eu gostaria de encaminhar um pedido de urgência para a Mesa.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) - Vocês já estão apresentando o requerimento?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) - Vamos seguir, então, com a sessão aqui da Comissão e assim que a senhora tiver o requerimento... Tá, Senadora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) - Eu vou pedir verbalmente, Senadora Leila. Depois vai ser... O.k.? Ele pode ser pedido...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) - Sim, nós vamos encaminhar então. Pode ser?

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento de urgência fiquem como estão. (Pausa.)

Está aprovado, então, o requerimento de urgência.

A matéria será deliberada com urgência lá, no Plenário do Senado.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 4043, DE 2020

- Não terminativo -

Altera o art. 31 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para tornar mais rígida a pena prevista para os reincidentes na prática do crime de tráfico de animais.

Autoria: Senador Confúcio Moura

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Concedo a palavra, agora, para a Senadora Tereza Cristina para a leitura do seu relatório.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) - Obrigada, Presidente.

Da Comissão de Meio Ambiente, sobre o Projeto de Lei 4.043, de 2020, do Senador Confúcio Moura, que altera o art. 31 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para tornar mais rígida a pena prevista para os reincidentes na prática do crime de tráfico de animais.

Eu peço à Presidência a dispensa da leitura do relatório e passo, já que está à disposição de maneira virtual, à análise.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) - O.k.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) - De acordo com os incisos I, III e VI do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre proposições pertinentes à proteção do meio ambiente, à conservação da biodiversidade e ao direito ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A análise acerca da constitucionalidade e juridicidade do projeto ficará sob a responsabilidade da CCJ, conforme disposição do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

No mérito, verificamos que a proposição é valorosa. De fato, conforme aduz o autor do projeto em sua justificação, há enorme risco biológico quando ocorre introdução de espécimes animais sem autorização da autoridade competente, de forma clandestina.

Inicialmente, conforme expresso na justificação do PL nº 4.043, de 2020, a introdução de espécies animais no território nacional, sem qualquer controle sanitário, está relacionada a riscos biológicos significativos, inclusive para a saúde humana, devido à possível introdução de patógenos que podem estar agregados a esses animais.

A entrada de animais no território nacional, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida por autoridade competente, também coloca em risco a biodiversidade brasileira - uma de suas principais riquezas. A introdução de animais não autóctones, conforme já experimentado por diversos países, como Austrália, Nova Zelândia e o próprio Brasil - como no caso do javali-europeu, do caramujo-gigante-africano e do mexilhão-dourado -, pode afetar seriamente os ecossistemas dos nossos biomas.

Primeiramente, a introdução de animais exóticos, principalmente quando se trata de espécies potencialmente invasoras, interfere negativamente nos ecossistemas. Sem predadores naturais, a espécie se reproduz rapidamente, levando ao aumento exponencial do número de indivíduos. Esse aumento causa um decréscimo correspondente de suas presas ou de espécies nativas que compartilham recursos naturais com a espécie invasora, mediante competição, que, por sua vez, deixam de consumir outros animais ou espécies vegetais, causando um desequilíbrio generalizado no meio ambiente.

Em se tratando de introdução de espécies herbívoras ou onívoras, de dieta oportunista, a multiplicação descontrolada gera danos econômicos significativo à agricultura, com a destruição de lavouras, colocando em risco a produção agrícola do país.

Não por acaso, o Constituinte previu que é dever do poder público e da coletividade a defesa e a preservação do meio ambiente, bem difuso intergeracional, de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, nos termos do art. 225, caput, do texto constitucional. De acordo com o inciso VII do referido dispositivo, incumbe ao poder público proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, práticas que coloquem em risco sua função ecológica ou provoquem a extinção de espécies.

Diante de todo o exposto, entendemos que a conduta prevista no caput do art. 31 da LCA representa elevado potencial lesivo, mas sua pena se afigura desproporcionalmente reduzida frente à sua gravidade.

Por esse motivo, inclusive com esteio na própria justificação do PL 4.043, de 2020, consideramos que seria recomendável o aumento da pena da conduta descrita no próprio caput, bem como a mudança de detenção para reclusão, e não a previsão de aumento de pena para o réu reincidente específico nessa prática criminosa.

O fato de o réu ser reincidente em crimes de natureza ambiental já é uma circunstância agravante prevista no art. 15, inciso I, da LCA, a ser considerada na segunda fase da dosimetria da pena privativa de liberdade, nos termos do art. 68 do Código Penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em que pese a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça considerar que, em regra, os agravantes aumentam a pena na fração de um sexto, ou seja, distante do aumento pretendido pelo PL 4.043, de 2020, que pretende aumento em dobro para o referido agravante. Quando especifica, compreendemos que é mais frutífero o aumento da pena da conduta prevista no caput do art. 31 da LCA, sendo despicienda a ocorrência da reincidência específica no referido crime. Como se viu, a própria lei já prevê como agravante a reincidência.

Consideramos, portanto, que o aumento da pena do caput do art. 31 da LCA para reclusão de seis meses a dois anos e multa é suficiente para tutelar o bem jurídico protegido pela norma, bem como se adéqua à teologia do PL nº 4.043, de 2020, e por isso, apresentamos emenda nesse sentido.

Cabe ainda adequar a ementa da proposição. O art. 31 da LCA trata apenas do tráfico internacional oriundo do exterior para o Brasil, na medida em que tipifica a introdução de espécimes animais no país. Contudo, aplica-se também à introdução clandestina de animais domésticos e muitas outras situações que não caracterizam o tráfico, como os casos de quem adentra o país com um animal para exploração como pet, ou de quem solta, em ambientes naturais brasileiros, animais de espécies exóticas ou mesmo nativas, mas oriundas de território estrangeiro, sem a intenção de traficar. O bem tutelado por esse dispositivo não é a fauna nativa, mas os ecossistemas, como forma de mantê-los equilibrados e livres do impacto negativo significativo das espécies alóctones invasoras.

O artigo da LCA que tipifica as principais condutas relacionadas ao tráfico de animais silvestres é o art. 29, especialmente seu §1º, inciso III, que protege a fauna silvestre brasileira, nativa ou migratória. Esse é o dispositivo penal de combate ao enorme problema que se constitui o tráfico das espécies brasileiras, cujos espécimes são retirados da natureza no Brasil e vendidos no mercado clandestino, interno ou externo. Assim, manter a atual ementa, que associa o art. 31 ao tráfico de animais, é impróprio.

Além disso, com a mudança decorrente do aumento da pena para a conduta tipificada no art. 31, mesmo para o réu primário nesse crime, e não apenas para a reincidência específica, a ementa deve ser adaptada à nova característica conferida ao PL, em razão dessa modificação. Dessa maneira, oferecemos emenda para sua adequação.

O voto.

Voto, pois, pela aprovação do Projeto do Lei nº 4.043, de 2020, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CMA

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 4.403, de 2020, a seguinte redação:

Altera o art. 31 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para tornar mais rigorosa a pena prevista para o crime de introdução ilícita de animais no País.

EMENDA Nº -CMA

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 4.403, de 2020, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 31 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Art. 31. .....

Pena - reclusão, de seis meses a dois anos, e multa.

Esse é o voto, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) - Bom, primeiramente, eu quero parabenizar o Senador Confúcio pela iniciativa. Excelente! Eu acho que, realmente, nós temos que ter penas mais rígidas com relação à reincidência de tráfico de animais. Então, quero parabenizar o senhor.

Brilhante relatório, Senadora Tereza.

Vou colocar a matéria em discussão. (Pausa.)

Com a palavra o autor, Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para discutir.) - Sra. Presidente, primeiro, quero agradecer à Senadora Tereza Cristina por relatar esse projeto e por apresentar as emendas de melhoria do texto.

Lá atrás, na década de 1990, nos anos 2000, já teve aqui no Congresso uma CPI da Biopirataria. Foi muito bem debatido este assunto, naquele momento, do tráfico de animais.

Aqui tenho um textinho que eu coloquei como justificativa: que esse comércio movimenta, tanto no sentido de exportar como de importar, valores entre R$10 e R$20 bilhões, estimados pela Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais (Renctas). Então, é muito dinheiro. E ele se associa, também, com outras ilegalidades. É uma ilegalidade puxando outra ilegalidade. Aqui mesmo, em Brasília, há uns dois anos, teve vários casos de pessoas que importavam cobras para criação em casa, cobras exóticas que não existem aqui nos nossos biomas brasileiros, em nenhum dos biomas. Então, você verifica... O que é que faz uma pessoa trazer uma cobra de fora para criar em casa ou para fazer para negociação, comercialização? Então, tem muita coisa que existe - que a gente nem acredita, mas existe - no submundo dos negócios. E a ilegalidade parece que compensa porque, se a gente não der uma apertada, a coisa continua. E eu me lembro de que essa minha proposição é inspirada, há mais de 20 anos, em casos que nós já debatemos aqui na Casa no passado. Então, é extremamente importante, porque a coisa está continuando.

Eu agradeço muito pela leitura, pela generosidade da Senadora Tereza Cristina de acatar essa relatoria e de melhorar o texto.

Era só isso mesmo, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) - É o que eu falei anteriormente na nossa deliberação do item 2. Essa lei é de 1998. Então, nós a estamos atualizando. Esse é o papel do Congresso Nacional. O maior exemplo está aqui nesse item 3, em que nós estamos, através do Senador Confúcio, com a relatoria da Senadora Tereza, aprimorando uma lei, pois é o nosso papel, de 1998.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 407A6942005AA84B.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

Bom...

Pois não, Senadora Tereza?

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) - Complementando, sobre a importância dessa lei e também os aspectos econômicos da introdução dessas espécimes exóticas no país, nós temos aqui o javali, que hoje é um problema seríssimo. Ele está avançando e proliferando de maneira desordenada, causando prejuízos enormes tanto à fauna quanto à flora brasileiras.

Nós temos um outro problema: o caramujo gigante africano, que também está dizimando o camarão em vários lugares de pesca. E o mexilhão dourado, pelo que a usina de Itaipu é obrigada a parar um dia por ano, ou dois dias, só para fazer a limpeza desse mexilhão dourado, que tem causado problemas enormes, causa problemas enormes inclusive na hidrelétrica de Itaipu.

Só para colaborar um pouco mais aqui sobre a importância desse texto.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) - Excelente, Senadora.

Bom, não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 e 2, CMA.

A matéria agora vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Obrigada, mais uma vez, Senadora Tereza e Senador Confúcio, pela presença e pelo trabalho.

Bom, vou passar...

O item 4 a Senadora Tereza pediu para retirar - já está correndo aí para a outra Comissão.

Obrigada, Senadora.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 2696, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos veículos elétricos ultracompactos de fabricação nacional.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O Relatório é pela aprovação, com uma emenda.

Uma das observações é que a matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Eu concedo a palavra ao Senador Jorge Seif para a leitura do seu relatório.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) - Sra. Presidente, muito bom dia!

Muito obrigado.

Quero parabenizar, primeiramente, o autor do projeto, o querido amigo Senador Rodrigo Cunha.

Eu tenho a honra de ser o Relator desse PL.

Vem ao exame da Comissão de Meio Ambiente o Projeto de Lei nº 2.696, de 2023, de autoria do Senador Rodrigo Cunha, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos veículos elétricos ultracompactos de fabricação nacional.

A proposição é composta de dois artigos.

O art. 1º isenta do IPI, até 31 de dezembro de 2026, as operações com veículo automotor elétrico de fabricação nacional, com cabine fechada, que possua eixo dianteiro e traseiro, dotado de quatro rodas, com massa em ordem de marcha não superior a 400kg, ou 550kg no caso do veículo destinado ao transporte de cargas, excluída a massa das baterias, cuja potência máxima do motor não seja superior a 15kW.

O art. 2º estabelece a entrada em vigor da lei resultante a partir de sua publicação.

Na justificação, o autor esclarece que o setor de transportes lidera a demanda de derivados de petróleo com 68,9% do consumo final dessa fonte energética. Com o crescimento significativo da frota brasileira, o setor de transportes passou a responder, em 2012, por 12,4% das emissões totais de Gases de Efeito Estufa do nosso país, número bem superior aos 3,3% de 1995.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por ser o setor automotivo o principal consumidor de petróleo, responsável não só por emissões de GEE como também de outras substâncias que afetam a qualidade do ar nos centros urbanos, os veículos elétricos são uma resposta amplamente aceita para mitigar as consequências da queima de combustíveis fósseis.

A fim de disseminar o uso dos veículos elétricos, bem como incentivar a indústria nacional a incorporar a tecnologia nas suas linhas de produção, a proposição busca conceder o incentivo tributário pretendido aos veículos elétricos ultracompactos.

O PL n° 2.696, de 2023, foi distribuído à CMA e, posteriormente, será encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise, Sra. Presidente.

Nos termos do art. 102-F, incisos I e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre assuntos pertinentes a proteção do meio ambiente, controle da poluição, conservação da natureza e dos recursos naturais e direito ambiental, temas abrangidos pelo projeto sob análise. De resto, o PL nº 2.696, de 2023, não apresenta vício de natureza regimental.

A análise acerca da constitucionalidade e da juridicidade do projeto ficará sob a responsabilidade da CAE, que realizará a análise da proposição em decisão terminativa.

Quanto ao mérito, Sra. Presidente, a fabricação de veículos elétricos e o estímulo ao seu uso, em substituição aos veículos movidos a combustíveis fósseis, representam importante papel no alcance da transição energética.

De acordo com Leal e Consoni (2022), ao longo dos últimos 10 anos, a utilização de veículos elétricos, caracterizados pela impulsão a partir da utilização de energia elétrica, vêm aumentando de forma constante e é acelerada sua participação no mercado automobilístico mundial. Em 2010, o estoque mundial era pouco superior a 10 mil unidades; em 2020, eram mais de 11 milhões de veículos elétricos nas ruas, sobretudo em cidades europeias, na China e nos Estados Unidos da América. No Brasil observa-se um crescimento significativo na oferta de modelos comercializados e uma intensificação das discussões acerca da eletrificação dos transportes e dos impactos que esse processo terá em nosso país, sobretudo para a nossa cadeia produtiva local.

A limitação do uso de veículos elétricos, Sra. Presidente, ocorre, sobretudo, pelos obstáculos relativos ao armazenamento da energia elétrica em seu interior. Além disso, a infraestrutura pública de recarga, ou seja, de eletropostos disponíveis para uso, ainda não possui a mesma presença espacial que a dos postos de combustíveis, embora esse também seja um cenário em rápida mudança.

Quanto ao aspecto ambiental, Sra. Presidente, os veículos automotores emitem GEE, que têm a propriedade de reter o calor na atmosfera terrestre. Os GEEs na atmosfera causam o aumento das temperaturas médias do planeta e, a partir desse fenômeno, decorrem outras mudanças climáticas secundárias, tais como alterações nos padrões de pluviosidade e aumento de eventos extremos como furacões, secas e enchentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, Sra. Presidente, com o objetivo de limitar o aquecimento global até o ano de 2100, houve a adoção do Acordo de Paris, em 2015, do qual o Brasil é signatário, como resultado da 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas (COP 21).

Por meio de sua mais recente Contribuição Nacionalmente Determinada, em 37% até 2025 e, de forma escalonada, em 43% até 2030, tendo como base os níveis de 2005. Para o alcance dessas metas, houve a apresentação de propostas setoriais alinhadas com o desenvolvimento nacional sustentável.

Portanto, estimular a oferta de veículos elétricos, sobretudo com o fortalecimento da indústria nacional, é uma medida meritória ambientalmente, seja pela mitigação da emissão dos gases de efeito estufa, seja pelo veículo elétrico puro não emitir gases de escapamento, com menor impacto na qualidade do ar das grandes cidades e, consequentemente, na saúde pública.

O Brasil não pode ficar desconectado desse movimento positivo, que substituirá o combustível fóssil pelo renovável. E a popularização dos veículos elétricos é convergente com uma matriz elétrica limpa como a brasileira, com participação preponderante de energias hidroelétrica, eólica, solar e originada da biomassa. Nós já somos um exemplo, Senadora Leila.

Ponderamos contudo que a matéria deveria abranger o setor de bicicletas elétricas. Dentre os veículos sustentáveis, as bicicletas elétricas têm ganhado significada participação, observando-se um aumento de 5,4% da produção em 2022, segundo a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo). Esse veículo, Sra. Presidente, torna-se cada vez mais presente nos centros urbanos, pois agiliza e facilita o deslocamento, sem a geração de gases de efeito estufa. Nesse sentido, apresentamos emenda para incluir no incentivo proposto pelo projeto as bicicletas elétricas.

Meu voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.696, de 2023, com a seguinte emenda:

Altere-se o art. 1º do Projeto de Lei nº 2.696, de 2023, com a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam isentas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), até 31 de dezembro de 2026, as operações com bicicleta elétrica de fabricação nacional e com veículo automotor elétrico de fabricação nacional, com cabine fechada, que possua eixo dianteiro e traseiro, dotado de quatro rodas, com massa em ordem de marcha não superior a 400kg, ou 550kg no caso do veículo destinado ao transporte de cargas, excluída a massa das baterias, cuja potência máxima do motor não seja superior a 15kW.”

Esse era o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) - Parabéns pelo relatório, Senador, e pela inclusão das bicicletas elétricas.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fora do microfone.) - Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) - Vamos aguardar, na Comissão de Assuntos Econômicos, a sensibilidade dos Senadores, que eu acredito que seja uma boa iniciativa. É importante para a nossa transição.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Já discutimos.

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório do Senador Jorge Seif, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto 2.696, de 2023, com a Emenda n° 1, CMA.

A matéria agora vai para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigada, Senador Jorge.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fora do microfone.) - Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) - Parabéns.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 71, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre as razões da alta incidência de secas e de inundações no país e sobre as políticas públicas e medidas necessárias para mitigá-las.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

Bom, antes de encerrarmos, eu tenho mais dois comunicados.

Abrimos hoje até sexta-feira, dia 24, às 18h, prazo para encaminhamento à Secretaria das sugestões de emendas ao projeto de lei do Plano Plurianual para 2024 a 2027.

A deliberação sobre sugestões ocorrerá na terça-feira às 10 horas. A Relatoria vai ficar por conta do Senador Veneziano. Nem consultei o Senador Veneziano. (Risos.)

Mas como ele tem tocado as relatorias aqui, eu já passei para o Veneziano. Então, depois eu converso com ele. Então, vai ser o Veneziano.

E vou encaminhar hoje à Presidência da Casa a designação dos quatro membros titulares para a Subcomissão Permanente do Bioma Pantanal. Vou citar os nomes aqui: Senador Wellington Fagundes, Senadora Margareth Buzetti, Senadora Tereza Cristina, Senador Nelsinho Trad e o Senador Jayme Campos.

Agora, nós vamos à aprovação da ata desta reunião.

Nos termos do art. 44, I, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, as emendas devem ser apresentadas à CMO juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 42ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a ata desta reunião, da reunião de hoje.

Ela será publicada no Diário do Senado Federal juntamente com as notas taquigráficas.

Bom, nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a reunião de hoje, muito grata, agradecendo a todos que nos acompanharam aqui.

Bom dia.

(Iniciada às 09 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 58 minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e três minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Marcos do Val, Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Carlos Viana, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Augusta Brito, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Wilder Morais, Rodrigo Cunha e Vanderlan Cardoso, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Weverton, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 150, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para instituir mecanismos de proteção à população LGBT+ encarcerada." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto e às Emendas nº 1 e 2 - CDH, apresentando, ainda, uma emenda. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2253, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a monitoração eletrônica do preso, prever a realização de exame criminológico para progressão de regime e extinguir o benefício da saída temporária." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao projeto e contrário à emenda nº 1 (substitutivo). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2064, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o Código de Processo Penal, para estabelecer que o tempo de prisão cautelar a que submetido o condenado deve constar da sentença, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prescrever que a comprovação do implemento do requisito temporal para progressão de regime pode ser feita por todas as formas em direito admitidas." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as emendas nºs 1 e 2-CSP. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 829, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o parentesco civil na causa de aumento de pena de lesão corporal praticada contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional ou da Força Nacional de Segurança Pública, bem como para incluir no rol dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crimes hediondos a lesão corporal dolosa de natureza gravíssima e lesão corporal seguida de morte quando praticadas contra parentes por afinidade dos referidos agentes ou autoridades." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 49, de 2023** que: "Requer, nos termos regimentais, autorização para desempenhar missão oficial, em Belo Horizonte, Minas Gerais/MG, no dia 19/10/2023, a fim de participar do WISP2023 – II WORKSHOP INTERNACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, na condição de palestrante, representando a Comissão de Segurança Pública do Senado Federal." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Aprovada a inclusão do item como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/17

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 33ª Reunião, realizada no dia 3 de outubro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aquele que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Antes de começarmos a nossa deliberação, informo que o item 2 da pauta, que é o PL 2.253, de 2022, foi retirado de pauta, a pedido do Senador Flávio Bolsonaro, Relator da matéria.

Está retirado o projeto. Ele está ausente e, quando voltar aos trabalhos, com certeza, irá apresentá-lo de novo.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2253, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a monitoração eletrônica do preso, prever a realização de exame criminológico para progressão de regime e extinguir o benefício da saída temporária.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao projeto e contrário à emenda nº 1 (substitutivo).

Observações:

1. Em 17/10/2023, foi apresentado novo relatório pelo Senador Flávio Bolsonaro.

2.Em 6/10/2023, foi apresentada a emenda nº 1 (substitutivo), de autoria do Senador Jorge Kajuru.

3. Em 26/9/2023, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

4. A matéria seguirá posteriormente à CCJ.) (*Pausa.*)

A pedido aqui da nossa querida Deputada Soraya, nós vamos... Desculpe, de onde eu tirei esse Deputada? Pelo amor de Deus! É que ela foi tantas vezes Deputada... Eu fui quatro vezes o Presidente da Assembleia do meu estado e... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos fazer aqui uma inversão, porque a Senadora está com uma agenda lá na outra Comissão, e vamos direto ao item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 2064, DE 2020

- Não terminativo -

Altera o Código de Processo Penal, para estabelecer que o tempo de prisão cautelar a que submetido o condenado deve constar da sentença, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prescrever que a comprovação do implemento do requisito temporal para progressão de regime pode ser feita por todas as formas em direito admitidas.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações: *1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.*

Passo a palavra à Senadora.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Sim, senhor.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Primeiro, muito obrigado, Presidente Sérgio Petecão. Eu vou ser bem rápido, objetivo.

Senhoras e senhores presentes, Deus e saúde a todos amigos e amigas!

Eu quero aqui registrar e expressar a minha enorme gratidão à exímia Senadora Soraya Thronicke, como Relatora deste meu Projeto de Lei nº 2.064, de 2020. O comprometimento e a dedicação dela foram fundamentais para o avanço desta proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto visa alterar o Código de Processo Penal e a Lei de Execução Penal, para propor que o período de prisão cautelar seja incluído na sentença e também permite que o requisito temporal seja comprovado de todas as formas admitidas em direito.

A Senadora Soraya, como advogada qualificadíssima, fez os ajustes para a melhoria do projeto, conforme vocês vão ver em seu relatório, e por entender que, para maior segurança jurídica, a prisão deve ser baseada apenas em documentos oficiais.

Concluindo, assim conto com o apoio dos membros desta Comissão para a aprovação deste projeto.

Agradecidíssimo pela oportunidade, Presidente Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Muito bem, Senador Kajuru.

Passo a palavra à nobre Senadora Soraya Thronicke para a leitura do seu relatório.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente Sérgio Petecão. Bom dia, Sr. Vice-presidente, Senador Jorge Kajuru.

Na pessoa de V. Exas., cumprimento todos os nossos colegas, todos os servidores, servidoras e todas as pessoas que estão nos assistindo neste momento.

Quero parabenizar o Senador Kajuru pela brilhante iniciativa e agradecer ao Presidente Sérgio Petecão por me designar Relatora – fico muito orgulhosa – justamente em matérias que a gente trata de processo penal, processo civil. Só nós advogados, só os operadores do direito ali, os que estão ligados diretamente ao jurisdicionado... O Senador Sergio Moro sabe muito bem disso, da dificuldade. E toda vez que nós podemos aprimorar o processo em si, é extremamente importante, extremamente relevante, Kajuru. Então, parabéns pela iniciativa.

Vou fazer a leitura, Sr. Presidente.

Vem a esta Comissão, para análise, o Projeto de Lei n° 2.064, de 2020, que altera o Código de Processo Penal, para estabelecer que o tempo de prisão cautelar a que submetido o condenado deve constar da sentença, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prescrever que a comprovação do implemento do requisito temporal para progressão de regime pode ser feita por todas as formas em direito admitidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A alteração do Código de Processo Penal é feita no art. 381, que trata da estrutura e dos elementos da sentença penal. Já a mudança proposta para a Lei de Execução Penal, a conhecida LEP, se dá por meio do acréscimo do §3º-A ao art. 112, que disciplina os regimes prisionais de cumprimento da pena privativa de liberdade.

Na justificação, o autor da proposta, Senador Jorge Kajuru, assevera que o objetivo das alterações propostas é "facilitar o trabalho dos juízes de execução penal e dar segurança no que se refere ao tempo de pena a ser efetivamente cumprido".

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Após a análise por esta Comissão, a matéria seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

Passo à análise.

De início, verifica-se que cabe a esta Comissão de Segurança Pública, nos termos do art. 104-F, I, alíneas "a", "f" e "k", do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições legislativas pertinentes à segurança pública e ao sistema penitenciário e às políticas públicas de promoção da paz social.

No que diz respeito ao mérito do projeto de lei, ainda que sejam necessários pequenos ajustes, entendemos que é conveniente e oportuno.

O cômputo dos períodos das prisões cautelares – leia-se prisão em flagrante, preventiva ou temporária – na pena privativa de liberdade imposta ao condenado, também chamado de detração, é previsto tanto no art. 42 do Código Penal quanto no art. 672 do Código de Processo Penal. Trata-se de regramento necessário, pois o tempo em que um condenado fica segregado não pode ultrapassar a pena imposta na sentença condenatória.

Na prática, contudo, a aferição da detração pelo juízo da execução penal pode não se mostrar tão simples assim. Isso porque o magistrado que atua na fase de conhecimento, após proferir sentença penal condenatória, encaminha para o juízo da execução apenas uma "carta de guia" ou uma "guia de recolhimento", que nada mais é que o traslado – físico ou eletrônico – de determinadas peças do processo, conforme estabelecem os arts. 676 do Código de Processo Penal e 106 da Lei de Execução Penal, além da Resolução nº 113, de 20 de abril de 2010, do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, para que a detração possa ser feita corretamente, é indispensável que todos os dados sobre prisão cautelar e soltura do condenado sejam precisos. Neste cenário, entendemos que a previsão de indicação na sentença do período em que o réu se submeteu à prisão cautelar mostra-se adequada e razoável.

Quanto à previsão de que o implemento dos requisitos temporais previstos nos incisos do *caput* do art. 112 da LEP (Lei de Execução Penal) possa ser provado por todas as formas em direito admitidas, entendemos que se trata de regra por demais abrangente.

Na nossa visão, tal como já ocorre atualmente, a prova do tempo de prisão deve se restringir aos documentos oficiais, tais como o auto de prisão em flagrante, as certidões de cumprimento de mandado de prisão ou de alvará de soltura, bem como os documentos dos estabelecimentos prisionais e de custódia referentes ao recebimento e liberação de presos. Somente esses documentos são dotados de fé pública e, portanto, aptos a conferir a necessária segurança jurídica.

Assim, estamos apresentando apenas uma emenda ao final, com o objetivo de suprimir a mudança proposta para a Lei de Execução Penal.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.064, de 2020 – projeto de lei este de autoria do nosso querido amigo, Senador Jorge Kajuru –, com as duas emendas a seguir:

> EMENDA Nº - CSP
> (ao PL nº 2.064, de 2020)
> A ementa do Projeto de Lei nº 2.064, de 2020, passa a ter a seguinte redação:
> "Altera o Código de Processo Penal para estabelecer que o tempo de prisão cautelar a que submetido o condenado deve constar da sentença."
> EMENDA Nº - CSP
> (ao PL nº 2.064, de 2020)
> Suprima-se o art. 2º do Projeto de Lei nº 2.064, de 2020, procedendo-se à renumeração necessária.

Este é o voto, pela aprovação, Sr. Presidente, que aqui eu quero oferecer ao meu grande amigo, Senador Kajuru, o Juiz da 2ª Vara de Execução Penal de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, meu compadre Albino Coimbra Neto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Albino é um exímio Juiz da Vara de Execução Penal. Tem um trabalho social fabuloso também, em que ele administra a empregabilidade de detentos, tanto do regime fechado, quanto do regime semiaberto, como do aberto, lá no Mato Grosso do Sul.

E eu posso dizer de cátedra: na minha empresa, nós fizemos um convênio com o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul por conta deste juiz, que é o Dr. Albino Coimbra Neto, e tem dado resultados maravilhosos.

Então, em homenagem ao meu compadre, Dr. Albino Coimbra Neto, um agradecimento a ti. E é para facilitar a vida de todos os juízes, para facilitar a vida de todos e, acima de tudo, a Justiça, no cumprimento da sentença penal condenatória.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Sem muitas delongas, Senador Petecão, Senador Kajuru, Senadora Soraya.

Eu vi o projeto, um projeto relativamente simples, mas bastante objetivo, e, de fato, não vejo qualquer óbice para a aprovação do projeto. Até existe uma orientação do CNJ para consignar esse tempo de prisão cautelar na guia de execução penal, quando emitida, mas é uma regulamentação evidentemente infralegal, e é sempre oportuno consignar isso no texto legislativo.

Então, até adianto aqui a minha aprovação ao projeto meritório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Pela ordem, Sr. Presidente, apenas para discutir aqui rapidamente, eu também quero aqui declarar um apoiamento ao projeto, mesmo porque eu fui conselheiro no Conselho Penitenciário, vinculado à Vara de Execuções Penais, e nós sabemos que as cartas de guias ou guias de recolhimento, que trazem ali toda a informação daquele reeducando, daquele condenado, têm que ter especificamente qual é esse período em que o preso ficou recolhido no sistema prisional de forma cautelar, seja por um auto de prisão em flagrante, seja por um decreto de prisão preventiva, seja por um decreto de prisão temporária, aí, sim, estabelecendo para ver qual é o período que vai ser necessário para ele ter os benefícios estabelecidos pela Lei de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Execução Penal, como a progressão de regime de cumprimento de pena, período para livramento condicional, comutação de pena, remição de pena pelo trabalho.

Acho extremamente pertinente o projeto. Quero parabenizar a minha querida Senadora Soraya Thronicke pela relatoria, o Kajuru e todos desta Comissão, mas eu quero também, antes de mais nada, como me instiga essa... É sempre importante não perder a capacidade de indignação, porque nós temos que sempre estar refletindo sobre a população carcerária no Brasil, porque é muito cômodo nós Parlamentares estarmos aqui na Comissão de Segurança Pública... E eu vejo, infelizmente, muitos Senadores defendendo um aumento de pena para determinados crimes que não são praticados com violência nem com grave ameaça, como é o furto, como é o estelionato.

Não estou aqui fazendo apologia ao crime, longe de mim, mas nós temos que encarar aqueles crimes que efetivamente vão atingir mais a população. E aí eu faço este apelo: por que nós não aprovamos para tipificar, por exemplo, como crime hediondo desvio de verba pública, corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, contrabando, descaminho, crimes contra a ordem tributária, crimes contra o sistema financeiro? Agora, não. Nós efetivamente sempre vamos vir para as Comissões com um discurso populista e imediatista para aumentar a pena de furto de cabo de energia, para aumentar a pena de estelionato se a vítima for maior de 60 anos? Olha, é um crime praticado sem violência ou grave ameaça. Como que fica a razoabilidade, a proporcionalidade? O crime com maior violação que nós temos são os crimes contra a vida, e a pena é de 6 a 20 anos. E nós aprovamos aqui recentemente aumentando a pena de estelionato para 18 anos de reclusão.

Ora, mais uma vez, nós temos um comportamento que criminaliza a pobreza, um comportamento que age de forma contundente e rigorosa contra uma camada social, normalmente pobres, pardos, semianalfabetos, sem acesso e que são vilipendiados de seus direitos elementares.

Só faço essa ressalva porque esse projeto tem relevância com essa minha fala: quem fica de forma recolhida, violado de um dos seus principais bens jurídicos, que é a liberdade, são essas camadas economicamente menos favorecidas. Você não vê filhos de pessoas com alto poder econômico sendo recolhidos de forma preventiva ou cautelar por muito tempo; a esses é dada a liberdade provisória com ou sem fiança, a esses é dada a prisão domiciliar. Mas, efetivamente, aquele pobre que está lá, que não tem acesso à educação, à saúde, à moradia, que tem uma elevada carga tributária, esse sofre o rigor imposto por uma camada economicamente mais favorecida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senadora Soraya. Parabéns, Senador Kajuru.

E o meu voto também é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Foi aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 2.064, de 2022, com as Emendas nºs 1 e 2, desta Comissão.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça. (*Pausa.*)

Voltamos ao item 1, com a presença do ilustre Senador Otto Alencar.

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 150, DE 2021

- Não terminativo -

Alteração da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para instituir mecanismos de proteção à população LGBT+ encarcerada.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao projeto e às Emendas nº 1 e 2 - CDH, apresentando, ainda, uma emenda.

Observações:

1. Em 17/10/2023, foi apresentado novo relatório pelo Senador Otto Alencar.

2. A matéria seguirá para deliberação pelo Plenário do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao nobre Senador Otto, para a leitura do seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa., Senador Sérgio Petecão. Minha saudação aos Senadores e Senadoras que estão participando desta Comissão de Segurança Pública.

Peço a V. Exa. para ir direto à análise da matéria que foi encaminhada, da lavra do Senador Fabiano Contarato, com muita propriedade, para atender com mais humanidade essa população encarcerada que representa o grupo LGBTQIA+.

A alínea "f" do inciso I do art. 104-F do Regimento Interno do Senado Federal prevê a competência desta Comissão.

A situação do sistema penitenciário nacional é bastante preocupante, de tal modo que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 347, considerou que se trata de um “estado de coisas inconstitucional”. Na ocasião, o tribunal determinou que houvesse o descontingenciamento de recursos do Funpen para que houvesse a construção, reforma e modernização dos presídios no território nacional, a fim de que os direitos humanos dos encarcerados fossem respeitados, nos termos da norma fundamental insculpida no art. 1º, inciso III, da Constituição Federal.

Adicionalmente, deve-se garantir que parcela mais vulnerável da população carcerária seja tratada de forma distinta, justamente por sua posição fragilizada perante os demais indivíduos com que convivem: agentes penitenciários e demais presos – uma discriminação que ainda, lamentavelmente, persiste de forma preconceituosa e odiosa.

As medidas propostas pelo projeto se encaixam no disposto na Lei 7.210, de 11 de julho de 1984, a Lei de Execução Penal: que a execução da pena siga programa individualizado, como previsto nos seus arts. 5º e 6º; que o preso tenha direito à igualdade de tratamento, salvo quanto às exigências da individualização da pena, como dispõe o inciso XII do art. 41; e que o preso que tiver sua integridade física, moral ou psicológica ameaçada pela convivência com os demais ficará segregado em local próprio, como determina o art. 84, §4º.

Entendemos que a criação de direitos exige, sempre, contraprestação alheia, de modo que o tratamento diferenciado à população LGBTQIA+ deve ser garantido por repasse de verbas do Funpen, sob pena de permanência do “estado de coisas inconstitucional”, de acordo com a decisão exarada na ADPF 347.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme o art. 144 da nossa Constituição, a segurança pública é dever do Estado, bem como direito e responsabilidade de todos, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. O dever do Estado de prover segurança pública é ainda mais evidente quando se trata de indivíduos sujeitos à sua custódia, como os presos. Nestes casos, o dever de proteção é ainda maior, sujeito à responsabilidade civil, administrativa e criminal de seus agentes em caso de descumprimento dessa obrigação.

Se o Estado não é capaz de proteger pessoas vinculadas diretamente a ele, como é o caso de detentos do sistema penitenciário, então será também incapaz de proteger a sociedade como um todo, inclusive de violações cometidas pelos egressos do sistema.

A proposição é meritória, portanto, conferindo proteção a pessoas que – em que pese terem cometido violações de direitos humanos no cometimento de crimes – também têm seus direitos humanos violados frequentemente pelo próprio Estado, ainda que indiretamente, quando este se omite em garantir condições mínimas de dignidade humana nos presídios brasileiros.

Entendemos necessário fazer um reparo na redação da Emenda nº 3, CDH, que altera o art. 3º-A, §3º, inciso VII, da Lei Complementar nº 79, de 1994.

Voto.

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar 150, de 2021, com as Emendas nºs 1 e 2, todas da CDH, nos termos do parecer da Comissão e da seguinte emenda:

EMENDA Nº – CSP

Dê-se a seguinte redação ao art. 3º-A da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, na forma do Projeto de Lei Complementar nº 150, de 2021:

"Art. 3º-A. .....

.....

§ 3º .....

.....

V – aprovação de relatório anual de gestão, o qual conterá dados sobre a quantidade de presos, com classificação por sexo, identidade de gênero, orientação sexual, etnia, faixa etária, escolaridade, exercício de atividade de trabalho, estabelecimento penal, motivo, regime e duração da prisão, entre outros a serem definidos em regulamento;

.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

VII – existência de estabelecimentos prisionais específicos ou com celas, alas ou galerias específicas para o recolhimento de pessoas LGBTQIA+, respeitada a sua autonomia para declarar a própria identidade;

VIII – publicação de relatório anual sobre as atividades desempenhadas no âmbito estadual para o combate à discriminação motivada por orientação sexual e identidade de gênero, incluindo aquelas previstas nos incisos XVIII e XIX do art. 3º desta lei, e sobre as instâncias de denúncias e casos de violência ocorridos com esta motivação em estabelecimentos prisionais.” (NR)

Com essas emendas, Sr. Presidente, encerro o meu relatório pela aprovação do projeto do nobre Senador Fabiano Contarato.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Agradecemos ao Senador Otto Alencar.

Em discussão.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Eu faço aqui um elogio à iniciativa bem como ao relatório do Senador Otto Alencar. Eu tenho umas ponderações, no entanto, sobre o projeto.

Um exemplo é quando se fala ali na proposta do art. 3º-A, §3º, inciso VII, em que se exige, para a transferência de recursos do Funpen, a publicação de relatório anual sobre as atividades desempenhadas no âmbito estadual para o combate à discriminação motivada por orientação sexual e identidade de gênero e sobre as instâncias de denúncias e casos de violência ocorridos com essa motivação em estabelecimentos prisionais. O problema da violência nas prisões é um problema que atinge toda a população prisional, não atinge só a população LGBTQIA. E aqui é interessante que daí se faz um corte para exigir um relatório anual sobre violência sofrida dentro da prisão em relação a determinados grupos e deixa de lado os outros grupos. Então, todo mundo é contra qualquer espécie de violência, todo mundo é contra qualquer violência praticada por conta de alguma discriminação odiosa ou por preconceito ou estereótipo contra a população LGBTQIA, só que não há um motivo para que nós façamos esse discrime aqui quando existe também população carcerária sujeita a esse tipo de violência.

Eu vou pedir vênia aqui ao Relator, muito embora renove aqui os meus elogios ao projeto, pois eu gostaria de pedir vista coletiva para poder examinar com um pouco mais de cuidado este projeto e eventualmente apresentar algumas sugestões de redação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Sr. Presidente... Ah, eu falo depois do Senador Fabiano.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Não, Sr. Presidente, eu só quero aqui fazer um esclarecimento ao Senador Sergio Moro.

Na verdade, nós sabemos efetivamente o que acontece dentro do sistema prisional. Agora, quando você faz isso... E isso não exime de fazer esse recorte com toda a população prisional, mesmo porque existe a ADPF 527, em que o Ministro Luís Roberto Barroso determinou que pessoas transsexuais, travestis, com identidade de gênero, possam optar por cumprir as penas e devem ser mantidas em áreas reservadas como garantia de segurança. Além dessa, também tem a ADPF 347, em que o Supremo reconhece, por unanimidade, a existência de um estado de coisas inconstitucional no sistema prisional. Ora, o que vem a ser um estado de coisas inconstitucional? Foi um instituto que foi importado da Colômbia, onde que há uma violação generalizada dentro da população carcerária. Então, isso o próprio Supremo já estabeleceu.

Agora, quando a gente faz esse recorte para a população LGBTQIA+, nós temos que entender que essas pessoas... Aqui eu trago para os colegas apenas alguns dados. Nós temos apenas, segundo os dados CNJ, 3% dos presídios no país possuindo ala destinada à comunidade LGBT; cem presídios possuem celas; 90% dessas penitenciárias não possuem alas ou celas. Essa população, além de toda a violação que a população carcerária já sofre no Brasil, tem uma violência em sua integridade física, emocional, psicológica muito mais acentuada.

O projeto não exclui esse combate a toda e qualquer forma de discriminação. Esse quadro de coleta desses dados para acompanhar a violência não é excludente; ele inclui. Ele apenas está fazendo um recorte de que essa população, sim, merece e de que o Estado tem a obrigação. Já que o Estado avocou para si a *persecutio criminis* e é função do Estado assegurar a integridade física, a dignidade da pessoa humana, essa população é a que, efetivamente, mais sofre dentro do sistema prisional, por isso que o projeto vem contemplado nessa linha.

Eu o acho extremamente legítimo e acredito que as ponderações que o nobre Senador fizer ao projeto são bem-vindas no sentido de que vão atender essa situação que, infelizmente, acontece no sistema prisional no Brasil para todos, mas, quando você faz o recorte, vai ver que isso é muito mais grave.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É a mesma coisa com relação à discriminação racial. Olha, todo mundo sabe da discriminação racial que nós temos no Brasil, mas nós sabemos também que, quanto maior a coloração, quanto mais preta é uma pessoa, maior é essa discriminação. Nós sabemos que é fácil, que é cômodo para mim ser um homem branco cis e falar isso para o senhor. Agora, coloque-se no espaço dessas pessoas transexuais, das travestis. Quais são os espaços que nós estamos estabelecendo para elas? Nós estamos vendo travestis e transexuais aqui dentro do Senado? Nós estamos vendo travestis e transexuais dentro das agências bancárias? Ou nós a estamos empurrando, efetivamente, para a zona da prostituição, para a violência? E, quando você vai para o sistema prisional, isso é muito mais grave. Então, o projeto apenas vai tentar mitigar os danos que essa população vem sofrendo diuturnamente em sua integridade física, em sua integridade emocional e psicológica.

É apenas essa ressalva que eu faço, e parabenizo o Senador Otto Alencar pela sensibilidade, com a adequação que ele achou pertinente fazer e com que eu concordo plenamente, em gênero, número e grau.

Espero que, numa próxima reunião desta Comissão, nós possamos, sim, deliberar sobre esse projeto. Nós estamos aqui nada mais fazendo do que cumprindo uma determinação feita pelo CNJ e também pelo Supremo Tribunal Federal, que é assegurar a preservação da dignidade da população LGBTQIA+ dentro do sistema.

É inadmissível que nós tenhamos presídios no Brasil em que não tem nem sequer uma célula para a população LGBTQIA+. E aí você, sim, vai ver o que é, o que essas pessoas sofrem ali dentro do sistema prisional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, nunca é demais lembrar o que determina a nossa Constituição: todos são iguais perante a lei, obviamente, na medida das suas desigualdades. E é certo que temos as minorias.

A população LGBTQIA+ já está numa condição de vulnerabilidade. Dentro de um presídio, pior ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu ouso aqui discordar do Senador, é um direito pedir vista coletiva, mas o que eu estava esperando... E aí, dentro da discussão, Senador Sergio Moro, eu gostaria que o senhor colocasse qual seria o outro recorte dentro de todo o sistema prisional, porque, dentro dessa fundamentação dada por V. Exa., o senhor disse que todos sofrem violência. Então, é generalizado, realmente, existe ali uma violência muito maior dentro de presídios, mas eu gostaria de saber quem seria destacado também para compor essa minoria aqui dentro dos presídios. Não sei se eu fui clara. São quem? Os pretos? As mulheres já estão separadas num presídio feminino. Então, quais seriam as minorias? Qual seria o outro recorte?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Senador Petecão, só por amor ao debate, na verdade, a ideia aqui é examinar melhor o projeto, e até faço aqui um apontamento.

Veja, esse dispositivo de que eu falei, esse §3º do art. 3º-A diz o seguinte: os repasses do Funpen ficam condicionados, e aí estabelece uma série de condições. Nós estamos agregando aqui, por esse projeto, a exigência de que cada ente federativo apresente um relatório anual que diga as medidas que tomou para combater a violência contra o grupo LGBTQI. E não tem nenhum outro grupo aqui previsto. Por que não pode ser um relatório anual de medidas tomadas para combater a violência dentro dos presídios? E, dentro desse relatório anual, pode-se fazer uma demanda para haver as medidas específicas tomadas em relação a essa população.

Veja que seria mais ou menos o equivalente a que aqui nós colocássemos: relatório anual, prevendo as medidas tomadas para coibir a violência da população carcerária indígena – que merece proteção. E por que não a não indígena? Ou: relatório de coibir a violência contra a população carcerária de cor negra? Perfeito, mas por que não toda a violência carcerária dentro dos presídios? Ou seja, nós vamos exigir que, para o Funpen, o repasse seja condicionado a medidas tomadas especificamente para coibir a violência somente contra o grupo LGBTQI. Não. Tem que ser toda a população carcerária. Pode haver uma atenção especial até e se colocar esse condicionante abrangendo todos os grupos, inclusive os grupos minoritários como o LGBT. Mas, do jeito que está sendo colocado aqui, redigido, e por isso que eu quero, eventualmente, sugerir uma redação de aprimoramento, me parece que seria mais razoável que nós exigíssemos no texto legislativo, Senadora, relatório anual de medidas tomadas para coibir a violência carcerária em geral, ainda que queiramos colocar algum complemento em relação a grupos específicos. Senão parece que, na nossa percepção, nós estamos preocupados com violência carcerária, não contra todo mundo, mas apenas em relação a um grupo específico. E não é esse, a meu ver, o propósito desse projeto em especial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Pois não, Sr. Presidente. Agradeço a V. Exa.

Ouvi com atenção as ponderações do Senador Sergio Moro, também do Senador Fabiano Contarato e também da nossa Senadora Soraya.

Olha, a discriminação contra todos os LGBTQIA+, contra todo esse grupo, vem se acentuando ao longo dos anos, ao contrário do que se poderia perceber: diminuir a discriminação com a evolução da sociedade e entender que essa é uma questão de natureza pessoal de as pessoas terem as suas opções de escolha, de opção sexual.

Agora, dentro dos presídios – talvez o Senador Sergio Moro não tenha essa experiência que eu tive ao longo do meu período de médico-cirurgião de pronto-socorro, eu trabalhei muitos anos nisso –, e já naquela época – tem mais de 20 anos, Senador Sergio Moro –, os que chegavam no pronto-socorro egressos de presídios eram, na sua grande maioria, da população LGBT, já naquela época, por agressão, por discriminação e também porque, dentro dos presídios, se estabelecia quase que um critério de colocar essa população em servidão, em todos os sentidos da servidão.

Portanto, realmente, dentro dos presídios, pela minha experiência – que eu não vivi dentro das penitenciárias, mas em várias e várias oportunidades em que fui médico e atendi, operei pessoas que eram egressas, agredidas, inclusive, na maioria das vezes, com lesões gravíssimas na face, afundamento de malar, fratura de maxilar –, essas pessoas são muito discriminadas.

Todos os presídios, pelo menos no meu estado, encaminham relatórios anuais ou mensais para a Secretaria de Justiça, mas de uma maneira geral. O que pretende o projeto é que se encaminhem os relatórios exatamente com essa população, que é a mais atingida nos presídios, de forma criminosa. E quando eu coloco a palavra "servidão" ou "propriedade servil" dentro das penitenciárias, é de toda a condição mais grosseira e mais absurda que se possa imaginar.

Então, por isso que no relatório eu contemplei essa população, de uma maneira assim, que ela possa ter pelo menos um mínimo de tratamento humano, porque é desumano o tratamento que acontece nas penitenciárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. coloca outros setores, como população tradicional, indígena, que não se acolheu isso, mas se o autor do projeto achar que devem ser colocadas outras populações consideradas minoritárias e discriminadas, eu não tenho nenhum problema.

Mas esse é um caso em que eu acho próprio, como falou o autor da matéria, que se venha a tomar essas decisões nos presídios para humanizar. Falo até não como Senador, mas muito mais como médico que viveu a vida inteira em hospital público, hospital de Irmã Dulce, pronto-socorro, atendendo a pessoas pobres, miseráveis, e isso me comoveu bastante, a ponto de eu achar que é correto fazer isso.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só, como eu disse, por amor ao debate – não é, Senador? –, a gente não nega e não vê que há um problema de discriminação e violência contra esse grupo específico do LGBTQI, entretanto, outros grupos também ficam sujeitos. Então, por exemplo, vamos supor, incidentes de violência em um presídio motivados por ódio racial de brancos contra negros em um presídio específico. Isso também pode ser um problema. Às vezes se formam gangues lá com conteúdos, com propósitos racistas. Então nós estamos excluindo esse problema para tratar apenas de um problema específico de um grupo, quando esse problema específico de um grupo pode ser tratado em âmbito mais geral.

Eu fui Ministro da Justiça, fui juiz 22 anos, inclusive juiz da execução penal. Conheço muito bem o problema da violência dos presídios. Quando Ministro da Justiça, a gente foi atender um caso em Manaus de que uma gangue atacou outra e matou 50 pessoas; cortaram as cabeças e, inclusive, brincaram de jogar futebol com as cabeças. Então a gente sabe que o problema é mais amplo do que apenas abrangendo a população LGBTQI.

Então, na verdade, a ideia aqui é fazer uma sugestão de aprimoramento redacional, na qual nós podemos solicitar informações específicas sobre esse grupo sem negligenciar os demais. Só isso. Então, assim, não interpretem mal e nem se coloque uma negligência, uma visão de que nós não estamos pensando nesse grupo específico, mas vamos lembrar a universalidade dos direitos humanos e a universalidade do direito à integridade física da população carcerária. E, quando nós adotamos algumas redações limitadoras, me parece que nós... Embora tenha o lado positivo de prestigiar os direitos desse grupo, nós não podemos ignorar o direito dos demais grupos. É mais uma questão de construção de redação do que propriamente aqui uma discordância em relação ao propósito do projeto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeitamente. Eu entendo perfeitamente. Eu só queria, mais uma vez, fazer uma ressalva de que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa população, Senador Sergio, está numa situação em que 90% dos presídios não têm sequer uma cela ou uma ala. Então, se para população carcerária no Brasil já ocorre toda forma de violência, para essa população, por estar na mesma cela, no mesmo espaço, essa violência ocorre de forma muito mais acentuada.

Mas eu acho que isso é positivo. Eu acredito que a contribuição que o senhor trará na próxima sessão será avaliada e debatida, para que nós possamos aprovar e avançar com o projeto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Nós temos aqui o pedido de vista pelo Senador Sergio Moro. Nós vamos acatar o pedido. Então, está concedida a vista coletiva.

Nós temos aqui um pedido do nobre Senador Jorge Seif, que pede a retirada do item 4 da pauta.

Então, o Senador está retirando.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 829, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o parentesco civil na causa de aumento de pena de lesão corporal praticada contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional ou da Força Nacional de Segurança Pública, bem como para incluir no rol dos crimes hediondos a lesão corporal dolosa de natureza gravíssima e lesão corporal seguida de morte quando praticadas contra parentes por afinidade dos referidos agentes ou autoridades.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.) (*Pausa.*)

Nós temos um requerimento aqui. É o Requerimento nº 49, de 2023.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA N° 49, DE 2023

Requer, nos termos regimentais, autorização para desempenhar missão oficial, em Belo Horizonte, Minas Gerais/MG, no dia 19/10/2023, a fim de participar do WISP2023 – II WORKSHOP INTERNACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, na condição de palestrante, representando a Comissão de Segurança Pública do Senado Federal.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Dessa forma, solicita diária correspondente ao período do afastamento.

Está em votação o requerimento que acaba de ser lido.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Foi aprovado o requerimento do nobre Senador Fabiano Contarato.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Onde que é esse seminário aí?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – BH (Belo Horizonte). V. Exa. quer ir também? (*Risos.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Não. Se fosse Madri, um negócio desse assim... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada...

Antes de encerrar aqui, gostaria só de fazer um registro, que eu acho da maior importância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estive hoje no 1º Encontro de Alinhamento Operacional e Administrativo do Plano Amas – viu, Comandante? Estavam presentes todos os secretários de segurança da Região Amazônica. Não sei se o senhor está acompanhando, mas achei muito interessante isso.

Eu acho que é preciso fazer alguma coisa a respeito da situação. Eu moro no Acre e sei o quanto aumentou a violência, o quanto aumentou o tráfico de drogas ali na região.

Então, queria parabenizar o Ministro Flávio Dino pela proposta do Plano Amas.

Espero que nós possamos, se Deus quiser, melhorar a segurança ali na região.

Gostaria só de fazer esse registro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Queria aproveitar, Presidente, e só fazer uma observação.

Ontem eu participei de uma banca de doutorado do Inpa, na qual a tese apresentada dizia a respeito a uma avaliação da segurança pública no Estado do Amazonas. Embora focada no Estado do Amazonas, acho que várias das conclusões valem para os estados da região, que têm o mesmo bioma. E até faria uma sugestão, eventualmente, de um dia nós fazermos aqui uma audiência, para a apresentação desse trabalho, porque esse trabalho acaba contendo até uma própria proposição de um modelo de segurança pública para a Região Amazônica, fundada principalmente em algumas experiências bem-sucedidas, como a da Base Arpão, ali na região de Coari, no Rio Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Sergio Moro, eu não sou especialista da área – V. Exa. com certeza conhece muito mais do que eu –, mas nasci e me criei no Acre: eu penso que é impossível você cuidar dessa região ali se essas autoridades que estão na região... Porque o rio que nasce lá no Acre, nas cabeceiras, é o rio que corta o Amazonas. A floresta que faz fronteira com Rondônia é a mesma floresta que faz fronteira com o Acre.

Como já disse, não sou nenhum especialista, mas tenho certeza de que é muito mais fácil você combater esse tráfico de droga ali na fronteira do que fazer esse enfrentamento lá num morro do Rio de Janeiro. Eu vejo todo dia, acompanho pelos jornais apreensão de arma, de droga.

Então, eu quero parabenizá-los. Depois, se a gente puder convidá-los para eles fazerem uma apresentação aqui na Comissão, eu acho que seria interessante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Izalci Lucas, Otto Alencar, Fabiano Contarato, Angelo Coronel, Augusta Brito, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Eduardo Girão, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Damares Alves e Luis Carlos Heinze, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Rodrigo Cunha, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Omar Aziz, Sérgio Petecão e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 150, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para instituir mecanismos de proteção à população LGBT+ encarcerada." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto e às Emendas nºs 1-CDH e 2-CDH, contrário à emenda nº 4 e, ainda, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2326, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes da Fundação Nacional do Índio em atividades de fiscalização." **Autoria:** Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao projeto e contrário às emendas nºs 1 e 2. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1568, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e 8.072, de 25 de julho de 1990, para considerar o feminicídio crime autônomo, aumentar a sua pena, tornar mais rígida a progressão de regime e vedar a concessão de saída temporária ao condenado que cumpre pena pela prática de feminicídio." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 499, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o Código Penal para prever aumento de pena para os crimes que antecedem o feminicídio." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 4230, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o § 7º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para estabelecer como causa especial de aumento de pena para o crime de feminicídio a circunstância de ser a vítima mãe ou responsável por criança ou adolescente menor de idade ou, qualquer que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja a sua idade, se deficiente ou portador de necessidades especiais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pelo acolhimento dos Projetos de Lei nºs 1568 e 4230, ambos de 2019, e 499, de 2020, na forma da emenda substitutiva oferecida ao Projeto de Lei nº 1568, de 2019. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 52, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a situação atual da democracia, do narcotráfico e das liberdades individuais na Bolívia." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Resultado:** Aprovada a inclusão do item como extrapauta. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru
Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/24

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, inicialmente, Deus e saúde a todos e todas presentes e aos que nos acompanham pelas redes sociais e pelos meios de comunicação, inclusive do grupo Senado.

A Comissão de Segurança Pública...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje é 24 de outubro de 2023 e, para quem não sabe, aniversário da minha amada e querida Goiânia, aonde cheguei em 1979. Plantei o meu amor lá, em uma cidade também firmada no meio da luz. Viva Goiânia em seus 90 anos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 34ª Reunião, realizada em 17 de outubro.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Antes de apresentar o item 1, aqui, os Senadores, como sempre, presentes e atuantes, Senador Eduardo Girão, Senador Jorge Seif, o rei da lagosta de Santa Catarina, Senador Sergio Moro, Senador Flávio Bolsonaro, futuro prefeito do Rio de Janeiro... Cuidado que eu sou profeta, hein? Portanto, prepare um cargo lá para mim!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pode falar, eu já sabia que o senhor queria usar a palavra.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Na verdade, eu agradeço, mas, neste momento, rejeito a sua vontade, a sua profecia sobre isso, até porque temos bons nomes no partido, o Senador Portinho, o Deputado Alexandre Ramagem, inclusive, pontuando muito bem em pesquisas...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Também merecem o meu apoio, principalmente o Portinho.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... o que nos anima bastante.

Presidente, é só uma questão de ordem, porque, na semana passada, estava na pauta o projeto conhecido como "das saidinhas", que proíbe as saidinhas, o PL 2.253, de 2022. Eu me encontrava em uma missão oficial pelo Senado, não consegui chegar a tempo aqui no horário da reunião, e o projeto ficou para a pauta desta semana, mas, no entanto, não está na pauta. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queria consultar V. Exa. se poderíamos incluí-lo extrapauta, já que havia esse encaminhamento para que fosse apreciado hoje aqui na Comissão de Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Flávio Bolsonaro, com todo o respeito, tenho certeza de que o senhor, no meu lugar – o senhor não, você, pelo nosso respeito e pela nossa relação –, faria o mesmo.

Eu conversei com o Presidente Sérgio Petecão de forma muito rápida. Ele ainda iria presidir hoje, e, de repente, eu tenho a notícia de que ele não poderia estar presente, e aí, como Vice-Presidente, hoje assumi. E, pelas palavras dele, ele faz questão de ser o Presidente da sessão nesse importante projeto de sua autoria, que – você já sabe –, mesmo eu sendo do Governo, eu apoio. Apenas apresentei uma emenda por pensar em alguns pontos diferentemente, mas vou acatar o que decidir aqui a maioria. O caso é muito grave, nós temos números, já aqui apresentados, inclusive pelo Ministro Sergio Moro, sobre o que representa a saidinha, dos que saem e não voltam, dos que cometem crime, mas, como o Presidente...

E nós tentamos aqui agora – não temos nada a esconder da sociedade brasileira – tanto eu em meu telefone como o senhor em seu telefone, e ele não atendeu. Eu disse que, se o Presidente concordar, a gente já coloca aqui hoje em extrapauta, tem a minha concordância plena. Agora, eu não posso, como Vice-Presidente, na ausência dele, acatar o seu pedido, porque seria um desrespeito meu a ele, por essa posição de que ele quer ser o Presidente da sessão.

Espero ter a sua compreensão.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, eu agradeço a fala de V. Exa.

Em não podendo, por exemplo, o Senador Jorge Seif assumir a Presidência e V. Exa. dar uma saidinha rápida para que nós pudéssemos incluir em extrapauta esse projeto, eu peço que a assessoria da Comissão o coloque, sem falta, na pauta da próxima...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Que será depois do feriado de novembro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu acredito que é na próxima...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Na próxima reunião presente, não semipresencial, não é?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, presencial ou semipresencial, o que seja.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pode ser?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Na próxima quarta?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Para mim, tudo bem.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Próxima terça, não é? (*Pausa.*)

Próxima terça.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, e, se eu for o Presidente, não tem problema, eu saio, e o Jorge ocupa aqui, com o maior prazer.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você é muito convincente!

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Ministro Sergio Moro, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, é também para registrar que nós estamos ávidos a votar esse projeto, mas compreendo as circunstâncias e endosso aqui o pedido para que seja pautado na próxima sessão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que nós possamos, então, decidir isso com a Presidência do Senador Sérgio Petecão, respeitando aí o desejo dele, mas que nós possamos votar na próxima, então. Já faz um tempo. Alguns adiamentos até foram motivados por questões circunstanciais com o Relator e mesmo por minha ausência, mas peço que seja na próxima.

Antes de entrarmos na pauta, Presidente, eu quero pedir a inclusão aqui extrapauta de um requerimento que é o Requerimento 52, de 2023. Eu havia até apresentado isso já na semana passada. É um requerimento para que nós possamos ouvir algumas pessoas da Bolívia sobre a situação política na Bolívia, mas também relacionado ao narcotráfico.

Eu conheci, Senador Flávio Bolsonaro, a filha da ex-Presidente da Bolívia Jeanine Añez, que está presa hoje arbitrariamente na Bolívia. Quando o Evo Morales fugiu da Bolívia, ela assumiu a Presidência – ninguém queria assumir, e ela assumiu a Presidência –, conduziu o país naquela transição e fez eleições livres, tão livres que ganhou Luis Arce, que era o candidato do próprio Evo Morales. Ela entregou o poder para a oposição e, em seguida, foi presa, acusada de ter praticado um golpe de Estado. Da mesma forma, o filho do Governador Camacho, da província de Santa Cruz, também foi preso arbitrariamente lá na Bolívia.

E a Bolívia tem uma relação fundamental aqui com a segurança pública no Brasil, porque, infelizmente, a pasta base da cocaína, que é consumida no Brasil, vem da Bolívia. Nós estamos vendo todos esses malefícios causados pelo tráfico de drogas no Brasil, pela guerra de facções criminosas, pelos ataques lá na Bahia, no Rio de Janeiro, que têm assustado. Isso está intimamente relacionado com duas coisas: o crescimento do tráfico de drogas, parte vem da Bolívia; a incapacidade do atual Governo Federal de cuidar da segurança deste país.

Eu pediria que nós pudéssemos votar esse requerimento extrapauta, contando com a generosidade e a compreensão de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Sergio Moro, com o respeito que tenho ao senhor, aí não é uma questão de generosidade, é uma questão de verdade. Na semana passada, isso foi combinado. Portanto, eu não tenho nem que telefonar para o Presidente Sérgio Petecão. Está acatado o seu pedido 100%, insofismavelmente.

Aproveito para registrar aqui também a presença da Senadora Damares, da nossa querida Damares, que está ansiosa para ouvir Ivan Lins, algo que Leila do Vôlei já ouve há muito tempo. O Senador Fabiano Contarato, meu querido amigo, estimado, está aqui também presente na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sessão. Como sempre, esta Comissão tem no mínimo cinco, seis Senadores e sempre tem quórum suficiente. Neste momento, temos dezesseis.

O item 1... (*Pausa.*)

O Senador Otto Alencar é o Relator do item 1. Ele já está chegando. Portanto, eu vou aqui para o item 2 – por fineza, um minuto –, pois o Senador Fabiano já está aqui.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2326, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes da Fundação Nacional do Índio em atividades de fiscalização.

Autoria: Comissão Temporária Externa para investigar, *in loco*, as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte.

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao projeto e contrário às Emendas nºs 1 e 2.

Observações:

1. Em 4/9/2023, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Jorge Kajuru.

2. Em 23/10/2023, foi apresentado novo relatório pelo Senador Fabiano Contarato.

3. A matéria seguirá posteriormente à CMA e, após, à CCJ.

A relatoria é do Senador capixaba Fabiano Contarato, sempre em boas mãos.

A matéria seguirá posteriormente à Comissão de Meio Ambiente, presidida pela futura e próxima Governadora do Distrito Federal Leila do Volêi, e, após, à CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), presidida por Davi Alcolumbre, que deve também ser o próximo Senador Presidente do Senado Federal – tenho que agradá-lo, porque tenho muito relatório na mão dele!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para a leitura do seu relatório. Com prazer, amigo Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, quero parabenizar V. Exa. pela condução, pela Presidência desta Comissão de Segurança Pública, ao passo em que saúdo todos os meus colegas, Senadores e Senadoras, a minha querida Senadora Leila, uma mulher aguerrida que dignifica e muito este Parlamento. Não me canso de repetir isso, porque eu acho que esse reforço positivo é importante para a gente, diante de tantos ataques, de tanta criminalização da política. Quero falar efetivamente do meu orgulho de estar nesta legislatura com uma pessoa, com uma Parlamentar da envergadura de V. Exa., que eu admiro e em quem me espelho. Tenho certeza de que sempre conto com a sua compreensão e sensibilidade naquelas pautas que são caras a todos nós, principalmente para a população que mais precisa.

Sr. Presidente, eu peço permissão para fazer a leitura diretamente da análise, porque este relatório já foi disponibilizado e, efetivamente, como foi anunciado por V. Exa., concede o porte de arma de fogo aos integrantes da Funai em atividades de fiscalização.

Análise.

De acordo com o inciso I do art. 104-F do Regimento Interno do Senado Federal, a apreciação do projeto cabe a esta Comissão, a quem compete opinar sobre proposições pertinentes à segurança pública; às políticas públicas de prevenção à violência e de promoção da paz social; e ao controle e à comercialização de armas.

O exame quanto à constitucionalidade e juridicidade da matéria será feito pela Comissão de Constituição e Justiça.

O projeto acrescenta o inciso XII ao *caput* do art. 6º da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003 – Estatuto do Desarmamento –, para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes da Fundação Nacional do Índio em atividades de fiscalização.

O porte é condicionado à comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo (inciso III do art. 4º do estatuto), nas condições já estabelecidas pelo regulamento.

O projeto foi motivado pelos assassinatos do indigenista Bruno Araújo Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips, na região do Vale do Javari, no Município de Atalaia do Norte, no Amazonas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em junho de 2022. A proposição procura evitar que nova tragédia como essa se repita, dando uma chance de defesa aos servidores da Funai, cujo trabalho contraria os interesses de garimpeiros ilegais, traficantes de drogas, biopiratas, madeireiras clandestinas, entre outros criminosos.

Como o §1º do art. 6º do estatuto não é alterado, não é permitido o porte de arma particular nem fora de serviço, o que é o ideal. A arma será da Funai, devendo ser acautelada pelo servidor quando o serviço for perigoso.

Os custos serão os de aquisição de armas de fogo pelo orçamento da Funai. Veja-se que, de acordo com o Portal da Transparência, há 2.946 servidores no órgão, mas muitos deles não precisariam portar arma, porque não exercem atividades de fiscalização.

No mais, entendemos que devem ser rejeitadas as Emendas nºs 1 e 2-CSP apresentadas pelo querido Senador Jorge Kajuru, não por ausência de mérito das sugestões, mas por desnecessidade prática.

Certamente, o porte de arma não garante, de forma efetiva, a segurança do agente da Funai quando fiscaliza uma área em que há risco à sua integridade física, de modo que se mostra, de fato, conveniente garantir a esse servidor público a escolta policial nessas circunstâncias. Contudo, o Estatuto do Índio, a Lei nº 6.001, de 1973, em seu art. 34, já garante que o referido órgão federal de assistência ao indígena poderá solicitar a colaboração das Forças Armadas e auxiliares e da Polícia Federal para assegurar a proteção das terras ocupadas pelos indígenas e pelas comunidades indígenas. Assim, entendo que já está prevista a escolta, caso seja solicitada.

Com relação à Emenda nº 2, conquanto concordemos que a concessão de porte de arma de fogo deve se fazer acompanhar do incremento da responsabilidade do agente público que a detém, até mesmo para inibir seu mau uso, o Estatuto do Desarmamento já possui um extenso rol de crimes que punem adequadamente o porte e a utilização ilegal de arma de fogo. Dadas a severidade dessas penas e a previsão de causas de aumento de pena previstas no art. 20, inciso I, da Lei 10.826, de 2003, não cremos serem necessárias novas majorações.

Voto.

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do PL 2.326, com rejeição das Emendas 1 e 2.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Fabiano Contarato, eu o aplaudo por mais um belíssimo relatório, mas o Kajuru ama vingança maligna. Eu também vou rejeitar emendas suas futuramente. (*Risos.*)

Brincadeira à parte, evidentemente, coloco em discussão o relatório apresentado pelo Relator Fabiano Contarato na Comissão de Segurança Pública.

A palavra é do catarinense exemplar Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, o senhor sabe que nós somos a favor do porte de arma do cidadão de bem, sem dúvida nenhuma. Nós somos aqui defensores e entendemos que a arma na mão do cidadão de bem é uma proteção, defende vidas, o contrário do que acontece na mão do tráfico, na mão do criminoso. Na minha mão, na mão do senhor, na mão dos Parlamentares, na mão do cidadão de bem, ela protege e defende vidas. No entanto, o poder de polícia da Funai é um poder administrativo, e a Funai já conta com a Polícia Federal e polícias estaduais para fazer toda a questão do policiamento, porque não é ser contra a arma de fogo na mão do agente da Funai, mas eu defendo, então, uma ampla concessão de arma de fogo para servidores públicos em geral, inclusive para advogados que têm buscado essa questão, inclusive para nós Parlamentares, que o tempo todo somos ameaçados na internet, somos, muitas vezes, hostilizados. Então, não somente para a Funai. Ou nós fazemos uma concessão ampla e irrestrita para servidores públicos que desejem se armar, ou não privilegiamos a Funai, que, afinal de contas, conta com todo o aparato estatal. Inclusive, o acesso a áreas indígenas é restrito a agentes da Funai e ao povo indígena, e, inclusive, a própria polícia... Somente o Exército Brasileiro pode entrar em áreas indígenas, ninguém mais.

Então, creio que caberia uma emenda junto ao projeto do Senador Contarato de que todos os servidores públicos pudessem ter acesso a armas de fogo ou não privilegiar os servidores da Funai, que já contam com a proteção do Exército Brasileiro e da Polícia Federal no Brasil.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, Senador Flávio, a Senadora Damares pediu a palavra. Posso dar-lhe prioridade, por todos os motivos?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senadora Damares, fique à vontade. Sua opinião.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu quero pedir vista do projeto, nem que seja só por uma semana. Eu trabalho, trabalhei muito especialmente em áreas de índios semi-isolados. A sede da Funai é uma cabaninha, uma cabaninha de madeira. Como é que a gente vai deixar uma arma guardada ali? Eu me preocupo que essa arma com o servidor...

Eu quero muito, Senador Contarato, conversar com o senhor depois. A minha preocupação é que essa arma, de posse, de porte do servidor, chame mais a atenção do bandido para pegar esse servidor e roubar essa arma. Talvez o efeito possa ser até o contrário. O próprio índio, o próprio indígena pode ser cooptado para tirar a arma do servidor.

Então, eu estou preocupada com essa medida. Eu queria uma semana de vista, para sentar com o Senador Contarato, com algumas pessoas que trabalham com a proteção dos povos indígenas, e a gente ver isso com um pouquinho mais de calma. Então, eu não me sinto segura hoje em votar esse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Além de ser regimental o seu pedido de vista, Senadora Damares, ele também é justo. A senhora apresenta aqui argumentos, e isso que é importante para a sociedade brasileira saber. Por isso, eu fiz ontem um depoimento na Comissão de Esporte, o Senador Girão deve estar lembrado, que é preciso que o país entenda que hoje temos uma oposição aqui nesta Casa que não é uma oposição ao Brasil, ela é uma oposição ideológica ao Governo Lula. Tem muita gente na oposição preparada e que apresenta argumentos com embasamento, e cada um deve discordar ou concordar. Então é isso que é democracia, até porque amanhã é o dia dela, da democracia.

Então o pedido de vista está aceito, alguém mais?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, eu quero...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, o Senador Flávio Bolsonaro também tinha pedido a palavra e depois o Senador Girão, e a partir de hoje eu não falo mais futuro Prefeito do Rio de Janeiro, porque o senhor, pela primeira vez o senhor disse que vai ser cabo eleitoral de Carlos Portinho, que é meu amigo...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Ou do Ramagem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E eu... Não, mas eu prefiro o Portinho, ele eu apoiarei, porque eu amo o Rio de Janeiro, lá morei 15 anos e eu creio que o Rio já cansou de um tal de Paes.

Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, eu confesso que eu fiquei confuso agora com o relatório sobre esse projeto de lei, porque é uma das maiores incoerências que eu já vi no discurso da extrema-esquerda – das maiores. Porque, em outras palavras, o que está sendo dito no relatório é que armas salvam vidas.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Sr. Presidente, questão de ordem aqui por gentileza.

Foi pedido vista. Nós não estamos discutindo, não estamos entrando no mérito. Foi pedido de vista, foi dado vista, vamos deixar o debate.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Até censurar um Senador a extrema-esquerda gosta de fazer, é complicado. Nem fundamentar um pedido de vista eu posso mais agora, Senador?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – O pedido de vista é regimental, Senador, nós não estamos discutindo, foi feito.

Se eu for discutir aqui o mérito do projeto, vai ser dada a palavra para mim, como Relator, para discutir e deliberar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O mérito nós vamos discutir depois.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – ... E deliberar. Nós não vamos fazer isso aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O mérito nós vamos discutir depois.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Foi dado vista, foi concedido vista...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, eu estou com a palavra e gostaria de concluir.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas, Senador Fabiano...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não precisa ficar nervoso, não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Democraticamente...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Se nós formos discutir o mérito do projeto aqui, olha, com todo o respeito...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu não estou discutindo o mérito ainda não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Eu nasci para ver extrema-direita recusar posse de arma para funcionário da Funai.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sentiu.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – É isso?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sentiu.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Tá, mas democraticamente a gente pode ouvir a palavra do Senador Flávio, e o senhor também terá direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Só estou falando por questão de otimização. Aí nós estamos falando discussão do tema.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele vai emitir a opinião dele. O senhor responde e pronto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Se a gente está fazendo...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E a sociedade julga...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Se a gente está...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... a opinião de cada um.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Foi feito o relatório. A Senadora Damares pediu vista, é questão de otimização do tempo. Nós não estamos abrindo a discussão. Esse tema vai ser discutido no momento oportuno. Depois de ser dado vista. Só isso o que eu estou fazendo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, eu posso continuar usando a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pode.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado. A extrema-esquerda é assim. Não aguenta ouvir nada que é contra o que pensa. Já tenta desqualificar, e quer calar a boca de um Senador legitimamente eleito, como ele também.

Então, primeiro, para concluir, Presidente, é óbvio que eu vou pedir vista desse projeto e me estranha porque o discurso da esquerda sempre foi mais armas, mais violência. E agora, em função da categoria para a qual está sendo pleiteado aqui o porte de arma, o relatório vem a favor, e eu concordo. Eu concordo. Pessoas que cumpram o requisito legal e queiram ter acesso às armas têm que ter.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, está errado o projeto, porque a mentalidade... É tão difícil de se desapegar da mentalidade, que obviamente você querer dar arma para um servidor da Funai somente em serviço...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – É porque...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quando ele volta para casa...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Só quer dar porte a grileiro...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... ele continua sendo servidor da Funai.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – A regra é clara.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ele continua sendo servidor da Funai.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – A regra é clara. A direita só quer conceder porte a grileiro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, Presidente. Vamos concluir aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Vamos só deixar, porque ninguém entende nada.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – A grileiro de terra. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ninguém entende nada. Os dois falando ao mesmo tempo. Depois o senhor vai falar.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Conceder porte de arma a grileiro a direita...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Quando o burro fala, a outra parte ouve.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Fabiano, o senhor vai falar, Senador.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Agora para dar aos servidores estão empenhando a vida lá, não...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador, o senhor vai falar. Por gentileza. É só porque, dois falando, o Silvio Santos me ensinou, ninguém entende.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso. Quando um burro fala, o outro abaixa a orelha.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não é a minha posição.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Quando um servidor da Funai volta para casa sem arma, aí é que ele vai ser vítima mesmo de alguém que queira atentar contra a sua vida. É óbvio que ele tem que ter o porte de arma, inclusive fora de serviço. Não tem lógica isso.

Agora, eu gostaria de ver esse mesmo entendimento da extrema-esquerda quando nós formos tratar do porte de arma de advogados, de guardas municipais, de Parlamentares e de outras categorias que também... Infelizmente, a nossa polícia não é onipresente, não está 24 horas por dia em todos os lugares ao mesmo tempo. Infelizmente, eles não são deuses.

Então, é fundamental que, em algumas situações, inclusive, por exemplo, a mulher que é vítima de Maria da Penha é ou não é importante ela ter a arma dela? É o que eu defendo para todo mundo. Cumpriu o requisito legal, tem acesso à arma. Mas a discussão mais profunda farei na sessão em que voltar à pauta esse projeto.

Eu peço vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Senador, só para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito. Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Não vou entrar em discussão não. Só para esclarecer, porque é público.

Eu sou autor de um projeto de lei que concede porte de arma a agente socioeducativo, cujo Relator é o Senador Girão. Ora, cobre para que ele paute.

O que nós estamos fazendo aqui é simplesmente corrigir uma injustiça, porque se é concedido o poder de polícia para esses agentes que estão lá protegendo o meio ambiente... Só foi nesse sentido. Eu não estou aqui ofendendo ninguém. O pedido de vista é regimental. Eu só quis evitar uma discussão, porque senão nós vamos ficar discutindo para um lado e para o outro.

Mas o que eu estou falando é o seguinte: cobre do colega a relatoria, porque eu sou o autor do projeto que concede porte de arma a agente socioeducativo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vim saber agora. Girão, vamos lá, vamos botar para votar esse projeto também!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, o Senador Girão pediu também.

Eu gostaria de encerrar a discussão, porque já foi feito de forma coletiva o pedido de vista.

Cearense, querido amigo Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Querido Presidente desta sessão Senador Kajuru, eu fico até assustado quando eu vejo que pessoas que buscam a pacificação tentam, o tempo todo, interromper os argumentos de quem pensa diferentemente. São essas as políticas do amor? Eu não entendo isso, a intolerância aqui. E eu lhe falo com independência, porque tenho uma posição até mais, que eu acredito que seja, pela cultura da paz em relação a esse tema de arma de fogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Damares está coberta de razão. Essa preocupação é uma preocupação meritória, Senadora Damares, a senhora que vivenciou isso e que sabe como é que vai ser a questão da guarda da arma no local, como é que é o trânsito num território sem lei. Essa arma vai poder migrar para o crime, porque vai ser como tirar um pirulito da boca. Os caras chegam com metralhadora, com tudo, e essa arma de fogo vai ajudar, vai atrapalhar? Como é que vai ser?

Então, é algo que... Esse projeto precisa de uma visão, acredito, de uma análise mais aprofundada, e podem ter certeza, Senador Flávio, Senador Fabiano Contarato, vamos colocar em pauta. Está na CDH – está na CDH –, porque essa discussão está lá. E, por mim, o relatório a gente já pode apresentar logo, porque eu acredito que essa questão dos policiais penais socioeducativos é algo sobre que a gente precisa deliberar, porque é uma demanda, eu acredito, é uma demanda justa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu que agradeço, Senador Eduardo Girão, e registro a presença, como sempre, nesta Comissão de Segurança Pública, do Senador Astronauta Marcos Pontes, de São Paulo.

E só porque amanhã é o Dia da Democracia, que o Brasil saiba, talvez os amigos e amigas aqui não tenham conhecimento: o Senador Marcos Pontes divide o meu gabinete, o meu gabinete tem uma parte dividida com ele, para quem não acredita, até porque teve gente que não entendeu. Qual o problema que tem nisso? Nada, absolutamente nada. Aliás, agradeço ao Senador Marcos Pontes, porque ele vai, não vou dizer copiar, vai acompanhar integralmente, assim como o Girão, como o Pacheco, em Minas, e outros Senadores, o meu projeto já há quatro anos em funcionamento em Goiânia, em Goiás, no estado todo, o primeiro centro diabético do Brasil, que já fez mais de 8 mil cirurgias bariátricas e as metabólicas, que são as diabéticas. Então o Senador que quiser ter em mão esse projeto, que é lindo, que é hoje uma referência nacional, eu coloco à disposição. O Jorge Seif, de Santa Catarina, acabou de dizer que também tem interesse e eu fico muito feliz. Eu acho que isso tem que haver entre nós aqui, bons projetos têm que ser acompanhados, não importa a divergência política, evidentemente.

Já chegou o baiano, o Senador Otto Alencar? Chegou, baiano? Melhor cantor da Bahia, supera Gilberto Gil, supera Caetano Veloso.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – De jeito nenhum. O melhor cantor da Bahia, um exagero, eu não concordo absolutamente com V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Está legal. Depois eu quero conversar contigo porque eu fiquei sabendo do que ocorreu covardemente com sua pessoa na Bahia, aconteceu o mesmo comigo em Goiás, e eu já entreguei nas mãos da Polícia Federal. São falsários, canalhas, golpistas...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... que querem usar o nosso nome em emendas que são entregues. Portanto, eu vou até te apresentar o documento que apresentei ao Ministro da Justiça e ao Diretor da Polícia Federal, porque outros Senadores podem correr o mesmo risco aqui. É um assunto posterior.

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 150, DE 2021

- Não terminativo -

Alteração da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para instituir mecanismos de proteção à população LGBT+ encarcerada.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao projeto e às Emendas nºs 1-CDH e 2-CDH, contrário à emenda nº 4 e, ainda, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. Em 17/10/2023, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

2. Em 19/10/2023, foi apresentada a Emenda nº 4, de autoria do Senador Sergio Moro.

3. Em 24/10/2023, foi apresentado novo relatório pelo Senador Otto Alencar.

4. A matéria seguirá para deliberação pelo Plenário do Senado.

A relatoria está em mãos absolutamente raras do Senador Otto Alencar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo então a palavra ao Senador qualificadíssimo, o baiano Otto Alencar, para leitura de seu projeto.

Por fineza, Otto de Deus.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa., Senador Jorge Kajuru, sobretudo as referências ao meu nome. É um grande exagero, mas colocado fica da forma que V. Exa. o fez.

O projeto foi lido na reunião aqui da Comissão, mas por alteração, eu passo a ler o relatório, em que deixo clara a minha posição favorável, com as alterações a seguir.

As medidas propostas desse Projeto nº 79, que altera a Lei 79, de 7 de janeiro de 1994, propostas pelo Senador Fabiano Contarato, são:

I) prever a aplicação de recursos do fundo na construção de estabelecimentos prisionais específicos ou adaptação, em estabelecimentos prisionais já existentes, de celas, alas ou galerias específicas para o acolhimento de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis;

II) permitir que recursos do fundo sejam utilizados para o oferecimento de capacitação continuada a profissionais de estabelecimentos prisionais sobre direitos humanos e sobre os princípios de igualdade e não discriminação, inclusive em relação a questões de gênero, crença religiosa, raça, etnia, orientação sexual e identidade de gênero; e

III) incluir, nas condições que os estados, o Distrito Federal e os municípios devem cumprir para que recebam repasses do Funpen, dados sobre identidade de gênero e orientação sexual dos presos, existência de estabelecimentos próprios para lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, e publicação de relatório anual sobre as atividades desempenhadas no âmbito estadual para o combate à discriminação motivada por orientação sexual e identidade de gênero, incluindo casos de violência com essa motivação dentro do sistema prisional.

A proposição prevê que a lei complementar dela resultante entre em vigor após o decurso de 180 dias.

A justificação menciona que a situação do sistema prisional brasileiro é desoladora, com violações generalizadas de direitos humanos.

Nesse contexto, a população LGBTQIA+ encarcerada é um alvo fácil e sofre ainda mais do que o restante da população prisional. Aponta dados oficiais que mostram a criação de espaços

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

específicos para essa população como sendo uma medida eficiente e promissora para mitigar essa vulnerabilidade, inclusive por meio de relatório da Organização das Nações Unidas.

A proposição foi distribuída à Comissão de Direitos Humanos e também à Comissão de Segurança Pública.

Análise.

A alínea "f" do inciso I do art. 104-F do Regimento Interno nos dá essa atribuição.

A situação do sistema penitenciário nacional é bastante preocupante, de tal modo que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 347, considerou que se trata de um "estado de coisas inconstitucional". Na ocasião, o Tribunal determinou que houvesse o descontingenciamento de recursos do Funpen para que houvesse a construção, reforma e modernização dos presídios no território nacional, a fim de que os direitos humanos dos encarcerados fossem respeitados, nos termos da norma fundamental insculpida no art. 1º, inciso III, da Constituição Federal.

Adicionalmente se deve garantir que parcela mais vulnerável da população carcerária seja tratada de forma distinta, justamente por sua posição fragilizada perante os demais indivíduos com que convivem: agentes penitenciários e demais presos.

As medidas propostas pelo projeto se encaixam no disposto na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, a Lei de Execução Penal: que a execução da pena siga programa individualizado, como previsto nos seus arts. 5º e 6º; que o preso tenha direito à igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena, como dispõe o inciso XII do art. 41; e que o preso que tiver sua integridade física, moral ou psicológica ameaçada pela convivência com os demais ficará segregado em local próprio, como determina o art. 84, §4º.

Entendemos que a criação de direitos exige sempre contraprestação alheia, de modo que o tratamento diferenciado à população LGBTQIA+ seja garantido com repasse de verbas do Funpen.

Conforme o art. 144, da Constituição Federal, a segurança pública é dever do Estado, bem como direito e responsabilidade de todos nós.

Se o Estado não é capaz de proteger pessoas vinculadas diretamente a ele, como é o caso de detentos do sistema penitenciário, então será também incapaz de proteger a sociedade como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição é meritória, portanto, conferindo proteção às pessoas que – em que pese terem cometido violações de direitos humanos no cometimento de crimes – também têm seus direitos humanos violados frequentemente pelo próprio Estado, ainda que indiretamente, quando este se omite em garantir condições mínimas de dignidade humana nos presídios brasileiros.

Com relação à emenda do Senador Sergio Moro, que estende todos os direitos exigidos neste projeto não só para as pessoas LGBTQIA+, mas também para as pessoas expostas a riscos de violência por parte de outros presos, entendemos que desconfigura o projeto, pois o sistema prisional já tem mecanismos para a proteção delas, como os "pavilhões de seguro". O projeto visa atender as necessidades próprias das pessoas LGBTQIA+.

Entendemos necessário fazer um reparo na redação da Emenda nº3- CDH, que altera o art. 3º-A, §3º, inciso VII, da Lei Complementar nº 79, de 1994.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar 150, de 2021, com as Emendas 1 e 2, da CDH, nos termos do parecer dessa Comissão, rejeição de Emenda nº 4, de Comissão de Segurança Pública, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº – CSP
> Dê-se a seguinte redação ao art. 3º-A da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, na forma do Projeto de Lei Complementar nº 150, de 2021:
> "Art. 3º-A. .....
> .....
> § 3º .....
> .....
> V – aprovação de relatório anual de gestão, o qual conterá dados sobre a quantidade de presos, com classificação por sexo, identidade de gênero, orientação sexual, etnia, faixa etária, escolaridade, exercício de atividade de trabalho, estabelecimento penal, motivo, regime e duração da prisão, entre outros a serem definidos em regulamento;
> .....
> VII – existência de estabelecimentos prisionais específicos ou com celas, alas ou galerias específicas para o recolhimento de pessoas LGBTQIA+, respeitada a sua autonomia para declarar a própria identidade.
> VIII – a transferência de pessoas LGBTQIA+ privadas de liberdade para espaço descrito no inciso VII será precedida de manifestação de consentimento da pessoa interessada, realizada por meio de consulta formal [essa alteração democratiza mais a lei].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

IX – publicação de relatório anual sobre as atividades desempenhadas no âmbito estadual para o combate à discriminação motivada por orientação sexual e identidade de gênero, incluindo aquelas previstas nos incisos XVIII e XIX do art. 3º desta lei, e sobre as instâncias de denúncias e casos de violência ocorridos com esta motivação em estabelecimentos prisionais.” (NR)

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A meu ver, para variar, mais uma vez um exímio relatório e com argumentos sempre bem completos do Senador baiano Otto Alencar.

Antes de colocá-lo em discussão, rapidamente, quero dizer ao Brasil que é um privilégio presidir esta Comissão de Segurança Pública porque ela sempre está lotada e nunca ausente. Aqui registro as presenças dos Senadores, pela ordem, General Hamilton Mourão, Senador Efraim, Senador Esperidião Amin, orgulhos do país e de seus estados.

Obrigado pelas presenças.

Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Otto Alencar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, eu gostaria de pedir vista...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Relator apresentou um novo parecer, portanto, diferente do que havia sido apreciado aqui na outra audiência.

Eu queria pedir vista desse projeto porque, realmente, é uma coisa que tem que ser... A legislação tem que evoluir. Hoje, o que acontece, na realidade, na prática, é que, inclusive, pessoas, homens, por exemplo, que se identificam como mulheres vão para presídios femininos, o que obviamente é algo questionável demais. Inclusive, há incidentes de gravidez, de estupro, em penitenciárias femininas, por parte desse tipo de pessoas.

Então, é uma discussão que tem que ser travada, sem dúvida alguma, e a legislação precisa ser aprimorada. Mas que gostaria de apreciar melhor esse texto, a não ser que o Regimento Interno da Comissão de Segurança Pública esteja diferente do da Comissão de Assuntos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Econômicos, o que acabou de acontecer aqui agora. Inclusive, o Líder do Governo, fundamentou o seu novo pedido de vista, com base na alteração que foi feita pelo Relator, Senador Angelo Coronel. Se for o mesmo Regimento das Comissões, eu queria pedir vista, também, desse projeto aqui na Comissão de Segurança Pública, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, a princípio, nada contra: pedido de vista é pedido de vista. Mas quero fazer uma observação aqui sobre a solicitação do Senador Flávio Bolsonaro, da nossa Secretaria da Mesa: é a de que o Senador Otto Alencar apenas rejeitou uma emenda...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, ele incluiu uma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Aqui não se trata de mudança.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ele incluiu emenda aqui, Presidente. Ele incluiu uma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, eu peço a ajuda de vocês, sou um juvenil com essa discussão.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ele alterou o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É o que apresenta aqui a opinião da Secretaria da Mesa, que está aqui junto comigo para que não haja dúvida. (*Pausa.*)

Ele mudou o relatório que apresentou agora. Correto?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas inseriu mudanças no texto, não inseriu? Não houve mudanças no texto?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, pode aceitar?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, a Secretaria disse que pode aceitar o pedido de vista.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Jorge Kajuru...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A alteração que eu fiz não foi de redação, foi de mérito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – De mérito.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, o Senador Flávio tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então pronto, está regimentalmente aceito o pedido de vista. O pedido é coletivo?

Senador Esperidião Amin com a palavra, com prazer. Fale, o Brasil quer ouvi-lo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Primeiro, o nobre Senador Otto Alencar resolveu o assunto ao reconhecer que a emenda é de mérito, logo, o sentido do texto mudou. Quanto à sua colocação de prestigiamento à Comissão de Segurança Pública, eu gostaria de aduzir dois grandes fatores: primeiro, a sua Presidência, que já é um *hotpoint*, um *hub*; segundo, o que eu aprendi na Procissão do Senhor do Passos: quanto maior a crise, maior a presença do povo. A segurança pública está em crise e é para isso que a Comissão de Segurança Pública chama a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E eu concordo em gênero, número e grau com os seus argumentos. O segundo.

Em relação a mim na Presidência, pelo amor de Deus...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, o pedido é de vista coletiva, perfeito? É isto? É a Senadora Damares que pede a palavra?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Por gentileza, Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu só gostaria de, se me permite, fazer o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É claro.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Não vou discutir o mérito, tá? Mesmo porque eu sou a favor do mérito.

Do que eu gostaria? Se a gente pudesse, especialmente os Senadores mais da ala conservadora, antes da próxima sessão... Que sentassem comigo seus assessores. Tem ingredientes muito delicados nesse projeto de lei para os quais a gente vai ter que ter um olhar especial.

Senador Contarato, no Governo Bolsonaro, o Ministério dos Direitos Humanos trabalhou num relatório sobre a situação da população LGBT no cárcere, e os resultados a que nós chegamos são apavorantes. Eu quero dizer para os Senadores colegas conservadores que a situação é grave. As imagens que eu tenho no nosso relatório são graves. A população LGBT sofre no cárcere, e isso é unânime entre nós. Nós vamos ter que fazer uma discussão, baixando um pouco as nossas diferenças ideológicas e nós vamos ter que dar uma resposta. Já passou da hora da resposta.

Então, eu gostaria muito que a gente pudesse, nesta semana ainda, se reunir com os assessores. Se tem alguma dúvida, eu farei questão de esclarecer as dúvidas aos nossos colegas. E aí a gente traz aqui uma posição mais unânime.

Senador Kajuru, só para o senhor ter ideia: mais de 90% das travestis que estão presas o foram por porte de droga e, às vezes, uma quantidade pequena. Elas são jogadas no cárcere e a vida delas no cárcere não é fácil, especialmente porque elas não têm mais aqui fora um ponto de referência. Nós temos casos de travesti, gente, que, no dia em que recebe o alvará de soltura, não quer sair da cadeia porque não tem para onde ir. Ficam na calçada do presídio. Nós não temos nada para oferecer para essa população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Elas apanham, sim, na cadeia. Eu vou só contar um caso para vocês que está nesse relatório que o Governo Bolsonaro fez e nós apresentamos no nosso encontro do Mercosul. Relatos de travestis que falam que elas viram depósito no cárcere. E eu não entendia o que é virar depósito. Quando tem batida na cela, é dentro delas que se esconde drogas e até mesmo celular.

Diante de uma informação dessas, a gente vai ter que dar uma resposta. E é esta Comissão. Tem situações de crueldade no cárcere. Vamos encontrar uma resposta juntos, direita, esquerda, conservadores, não conservadores. Vamos aqui.

Eu quero me colocar à disposição, como ex-Ministra dos Direitos Humanos, para a gente sentar com quem tem dúvida sobre todos os detalhes que envolvem a população LGBT no cárcere. É grave.

E aí a gente tem também uma emenda do Senador Moro. Se a gente puder aproveitá-la...

Então, eu me coloco à disposição da assessoria de todos os senhores para a gente fazer essa discussão juntos até antes da próxima reunião.

Fica aqui a minha disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senadora Damares, eu já tinha ouvido essa sua opinião e fiquei impressionado com as informações que, eu confesso, não sabia.

Portanto, as considero sensatas e, principalmente, considero a sua proposta de diálogo.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Senador Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Só muito rapidamente aqui – sei que vamos debater isso, diante do pedido de vista – é só para esclarecer: a emenda que apresentei não afeta em nada o conteúdo do projeto de buscar medidas de proteção à população LGBTQI. A única questão que foi colocada é que algumas medidas ali propostas visam também a direcionar esses mesmos benefícios a outros grupos envolvidos em situação de risco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por exemplo, quando a proposta legislativa – que a gente compreende e a gente elogia por ter sido feita – coloca que só vai repassar recursos do Funpen se houver um relatório anual que revele a violência praticada contra a população carcerária LGBTQI e as medidas tomadas pelos estados para coibi-la, nós apenas colocamos que um relatório anual das medidas tomadas contra a violência carcerária em geral, mas ainda colocamos ali "inclusive contra a população LGBTQI" para deixar claro que essa população não pode ser esquecida.

Agora, não faz sentido, a meu ver – e essa é a posição –, que de repente nós condicionemos esses repasses do Funpen a um relatório anual, que tenha como foco apenas essa população, porque não é só ela que é sujeita à violência do cárcere. Então tratar de maneira especial, sim, mas não discriminando os outros grupos também sujeitos à violência.

Então, o único propósito da emenda é esse, que não descaracteriza de forma nenhuma o projeto, e só universaliza os benefícios em relação a grupos que também se encontram em risco.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Sergio Moro, entendido.

Penso que, a partir dessa sua posição, cresce a posição e a sugestão da Senadora Damares para que saibamos debater esse assunto o mais rápido possível.

Aqui apenas coloco, para a opinião dos senhores, se o melhor é deixar para a próxima reunião, porque a próxima reunião será semipresencial, em função do feriado de 2 de novembro, ou depois do feriado.

O que preferem as senhoras e os senhores? (*Pausa.*)

Então, na Secretaria da Mesa, o registro fica para depois.

Quero registrar aqui e agradecer a compreensão do Senador Eduardo Girão, que tinha um requerimento, e que preferiu deixá-lo para a próxima pauta, para que seja incluso e evidentemente será aceito em relação a um convite.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Eu queria justamente, Senador Kajuru – muito obrigado à sua atenciosa Secretaria –, já deixar combinado para a gente colocar na pauta da próxima sessão, que eu prefiro que seja a presencial.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A semipresencial ou a outra?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu prefiro que seja a presencial.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então depois do feriado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Depois do feriado, porque é um convite...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Para o dia 8 de novembro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... sobre essa situação que a gente está vendo, essa questão diplomática do Brasil, que tem interferência direta na questão de segurança pública, muitas vezes com o Governo brasileiro não tendo uma posição firme com o grupo terrorista Hamas.

Então a gente está convidando aqui o Ministro de Estado, que está num silêncio ensurdecedor com relação a esse tema, assim como o Ministro Padilha também para virem a esta Comissão.

Mas a gente precisa fazer a votação, e eu lhe peço que seja na próxima presencial que o senhor inclua na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Já na presencial então?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Já na presencial.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Porque antes a gente tinha falado dia 8. Então, é em 1º de novembro.

É isso? (*Pausa.*)

Perfeito.

Bem, infelizmente, com certeza por motivos justificáveis, não está presente a Relatora do item 3, a Senadora do Tocantins, minha amiga querida, Dorinha.

Portanto, vamos ao item 4:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 52, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a situação atual da democracia, do narcotráfico e das liberdades individuais na Bolívia.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Com a palavra, o próprio, por fineza, para leitura de seu requerimento.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para encaminhar.) – Agradeço, Senador Kajuru.

Requeiro, Sr. Presidente, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a situação atual da democracia, do narcotráfico e das liberdades individuais na Bolívia.

Como justificação, participei, neste ano, de um grande encontro do Grupo Libertad y Democracia, em Buenos Aires, e tive oportunidade de discutir com lideranças latino-americanas os rumos da política de diversos países vizinhos.

O encontro contou com a presença de ex-Presidentes latino-americanos como Felipe Calderón, do México; Iván Duque, da Colômbia; Mauricio Macri, da Argentina; Sebastián Piñera, do Chile; Tuto Quiroga, da Bolívia; Miguel Ángel, da Costa Rica, e vários outros.

Chamou-me a atenção, em especial, a atual situação de perseguição que vivem os opositores políticos do atual Governo da Bolívia. Tive a honra de conhecer Carolina Ribera Áñez, filha da ex-Presidente da Bolívia Jeanine Áñez, que hoje se encontra como prisioneira política naquele país. Quando Evo Morales fugiu da Bolívia, houve um vácuo de poder após deixar seu cargo, e Jeanine Áñez assumiu em seu lugar. Era Senadora, como nós aqui nesta Casa, e não havia quem quisesse, praticamente, o cargo de Presidente. E ela assumiu. Foram realizadas eleições livres, e acabou sendo vitorioso um aliado do Evo Morales, que, assim, pôde retornar ao país. Em uma reviravolta, Jeanine foi chamada de golpista e, desde 2019, está presa na Bolívia. É uma verdadeira presa política, porque ela, simplesmente, cumpriu os regramentos constitucionais e garantiu a realização de novas eleições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também tive o prazer de conhecer Fernando Camacho, filho de Luis Camacho, Governador da Província de Santa Cruz, na Bolívia. Essa província, aliás, tem uma presença significativa de imigrantes brasileiros, que levaram investimentos relevantes ao local. Ele é hoje mais um preso político, tendo sido vítima de um verdadeiro sequestro, retirado da Província de Santa Cruz e levado a La Paz, onde permanece preso até hoje.

Destaca-se que a Bolívia é um dos maiores produtores de cocaína em nível mundial, produzindo reflexos diretos na segurança pública de todos os países da América Latina e, em especial, do Brasil. O crítico quadro do narcotráfico naquele país e a repercussão político-institucional instalada transcendem as fronteiras nacionais e repercutem no Brasil, impondo-nos o dever de analisar essa realidade e debater, nesta Comissão de Segurança Pública, os caminhos para efetivamente combatermos o contrabando e o tráfico de drogas.

Nesse contexto, é salutar que possamos nos aprofundar neste tema com quem vivencia a realidade boliviana, contando com a presença, em audiência pública, do ex-Presidente da Bolívia Tuto Quiroga...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... de Carolina Ribera Áñez, filha de Jeanine Áñez, e de Fernando Camacho, filho de Luis Camacho, Governador da Província de Santa Cruz.

Diante desse cenário e dos tristes acontecimentos que estampam a política boliviana, faz-se necessário que joguemos luz nessa realidade e deixemos claro que o Brasil repudia tiranias.

Existe um Senado brasileiro independente e vigilante que busca proteger a população brasileira dos impactos jurídicos e políticos provenientes do tráfico de drogas da Bolívia.

Pelo exposto, peço o apoio dos demais pares, Senadores e Senadoras, para a aprovação do presente requerimento para a realização de audiência pública perante esta Comissão, para tratar sobre a situação da Bolívia e do narcotráfico, indicando, desde logo, para serem ouvidos o ex-Presidente Tuto Quiroga, Carolina Áñez e Fernando Camacho.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Senador Sergio Moro.

Peço rapidamente, antes da votação deste seu requerimento, pela ordem, a palavra do nosso querido paulista histórico, Senador Astronauta Marcos Pontes, por fineza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

O tema que eu trago é importante nesta Comissão, da qual eu faço parte como suplente também. Infelizmente, como foi bastante noticiado, nós tivemos, novamente, um atentado em escola no país, desta vez, em uma escola de São Paulo, em Sapopemba, em que um adolescente perdeu a vida e outros estão feridos.

Eu lembro que, na semana passada, na reunião de líderes, eu chamei a atenção para a necessidade de se acelerar os processos que nós temos correndo aqui, no Senado e na Câmara, para que a gente possa ter uma resposta para esses problemas, que já acontecem desde o ano passado também – até abril deste ano, já foram cinco atentados em escolas, e isso é inadmissível. E o trabalho que nós podemos fazer aqui no Congresso é apertar, vamos dizer assim, as penas para qualquer crime cometido em uma escola ou nos arredores, assim como medidas de segurança. Esses são, exatamente, temas de dois projetos de lei. Um deles, uma medida de segurança, criado pelo Senador Wellington Fagundes, com o substitutivo que eu relatei inteiro, da Comissão de Educação, que agora está na Câmara dos Deputados. Então, peço aos nossos amigos da Câmara para acelerarem esse processo. O outro é o Projeto de Lei 1.678, de 2023, da minha autoria, para aumentar as penas, que está atualmente nesta Comissão de Segurança Pública.

Então, é importante que nós aceleremos esse processo para ajudar a mitigar esses problemas de segurança nas escolas, para que os nossos jovens possam estudar com segurança e para que os professores possam trabalhar em segurança. Eu tenho certeza que todos, de todos os partidos, concordam comigo sobre a importância desse tema. Segurança nas escolas é essencial.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu que agradeço, Senador Astronauta Marcos Pontes.

Lembro que também há um projeto de lei de minha autoria na Comissão de Educação sobre a segurança nas escolas. Inclusive, indiquei o nome da Senadora Damares para ser a Relatora e aguardo o querido paranaense do meu partido histórico, o PSB, Senador Flávio Arns, Presidente dessa Comissão de Educação, para colocar o mais rápido possível na pauta.

Senador Eduardo Girão, também gostaria de fazer uso da palavra?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Por fineza.

E aí iremos à votação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Senador Jorge Kajuru, cumprimentando-o pela condução serena, tranquila, justa e democrática, que é uma marca sua, quero dizer que apoio, sim, o requerimento do Senador Sergio Moro, porque eu estive com ele em Buenos Aires, onde o depoimento tanto da filha de quem assumiu o poder, da Presidente que assumiu o poder por uma questão constitucional, quanto do filho do Governador Camacho, os dois que nós vamos ouvir, mais o ex-Presidente Tuto Quiroga nos emocionou lá, todos se emocionaram com o depoimento da tragédia humana que tem ocorrido naquele país, fruto de uma ditadura, de um desrespeito aos direitos humanos, do narcotráfico tomando conta de tudo, das liberdades individuais não respeitadas.

A gente fica muito preocupado, porque é um país em que, lá atrás, a gente já teve até uma situação em que ficou feio para o Brasil, quando eles resolveram anexar um patrimônio do povo brasileiro, com relação à Petrobras, naquele país, e ficou por isso mesmo. Os métodos utilizados e a condescendência do Brasil – ainda mais com este Governo – com esse tipo de atitude antidemocrática são de assustar qualquer cristão.

Por isso, é importante esta Comissão de Segurança Pública ouvir essas pessoas que estão sendo perseguidas, que estão sendo ameaçadas lá na Bolívia com todo tipo de intimidação que você possa imaginar.

Então, para que o Brasil não chegue a um caminho como esse, é importante que a gente veja o que nós já vimos aqui quando recebemos a Maria Corina Machado, da Venezuela, da ditadura sanguinária do Maduro, e ela colocou para a gente tudo sobre o processo que está vivendo lá. Inclusive, ganhou as primárias nesse final de semana.

Parabéns à Maria Corina Machado, parabéns ao povo da Venezuela, que têm um sopro de esperança nas próximas eleições, para que haja realmente mudança no poder – se for transparente –, eu não tenho dúvida, pelas imagens que a gente vê de apoio à Maria Corina Machado.

Então, que a gente possa ouvir agora esses perseguidos da Bolívia como aprendizado, com despertar, com alerta para que o Brasil não trilhe esse caminho que muitos querem no nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu é que agradeço, Senador Eduardo Girão.

Em votação, portanto, o requerimento apresentado pelo Senador Sergio Moro.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado.

Eu gostaria apenas de concluir dizendo que é impossível presidir esta importantíssima e mais concorrida Comissão, a da segurança pública, neste Senado Federal, sem a eficiência da Secretaria da Mesa, com o Secretário Waldir Miranda, o João Meneses, a Clarissa Kiwa e o Thiago da Silva.

Mais uma vez, agradecidíssimo por tudo e pela colaboração a mim, especialmente, em função da visão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Girão querido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só para confirmar, ficam para o dia 1º de novembro, na pauta, esses convites meus? Entram na pauta, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Isso, exatamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A secretaria já está consciente... (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ah, dia 7? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Na pauta, é 7.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presencial, obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não é isso? (*Pausa.*) Ah, porque são às terças... (*Pausa.*) Então, terça é dia 7. Não é isso?

Primeiro é terça, que é dia 31. (*Pausa.*)

Não, 31. Terça é 31. (*Pausa.*) Certeza, terça é 31, semipresencial.

Aí, a outra, próxima, é 7, presencial.

Perfeitíssimo, Waldir.

Deus, saúde e ótimo almoço.

Não havendo nada mais a ser tratado, declaro encerrada esta reunião.

Agradecidíssimo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Muito bem, parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, gente.

(*Iniciada às 11 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia quatorze de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jaques Wagner, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Flávio Bolsonaro, Eduardo Girão, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Damares Alves e Luis Carlos Heinze, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Wilder Morais e Plínio Valério, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Weverton, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Rogério Carvalho e Jorge Seif. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta, que divide-se em duas partes: **1ª Parte -Emendas da CSP ao PLDO 2024**. Finalidade: Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CSP à CMO, referentes ao PLDO 2024 (PLN 4/2023-CN) – que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências"**.** Relatora: Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da CSP favorável à apresentação das 10 emendas propostas ao texto do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4 de 2023 e das 3 emendas de propostas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024 a seguir detalhadas. Emendas à meta: Número: 50390001 | Ementa: Emenda 1-CSP - Desenvolvimento de Políticas de Segurança pública, prevenção e enfrentamento à criminalidade | Alteração à Meta: 200; Número: 50390002 | Ementa: Emenda 2-CSP - Combate à Corrupção | Alteração à Meta: 50; Número: 50390003 | Ementa: Emenda 3-CSP - Estruturação e instalação em Centro Operacionais Integrados compartilhados com Estados e Municípios - Cinturão de Segurança com Câmeras e Inteligência Operacional | Alteração à Meta: 10.000. Emendas ao texto: Número: 50390004 | Referência: Corpo da Lei, Cap VII, Art 116, § 4 | Tipo: Modificativa; Número: 50390005 | Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção VII, Art 63, Inciso I | Tipo: Modificativa; Número: 50390006 | Referência: Anexo III | Tipo: Aditiva; Número: 50390007 | Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção VII, Art 54, § 12, Inciso II | Tipo: Aditiva; Número: 50390008 | Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção VII, Art 54, § 12, Inciso II | Tipo: Aditiva; Número: 50390009 | Referência: Anexo III, Seção I, Inciso LXXIII | Tipo: Aditiva; Número: 50390010 | Referência: Anexo III, Seção II, Inciso IV | Tipo: Aditiva; Número: 50390011 | Referência: Anexo III, Seção I, Inciso LXXIII | Tipo: Aditiva. Número: 50390012 | Referência: Anexo III, Seção I, Inciso LXXIII | Tipo: Aditiva. Número: 50390013 | Referência: Anexo III | Tipo: Aditiva**. 2ª Parte – Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 46, de 2023** que: "Requer audiência pública no âmbito da Comissão de Segurança Pública para debater os impactos e consequências de eventual rejeição ao Veto n.º 46.21, de 2021, aposto ao PL n.º 2.108, de 2021, em especial no que tange

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a atuação das forças de segurança pública." Autoria: Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Colocado em votação, é aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru
Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/14

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Bem, inicialmente, Deus e saúde a todos presentes e aos que nos acompanham pelos meios de comunicação do grupo Senado e das redes sociais.

Com muito prazer, volto a presidir esta importante e decisiva Comissão de Segurança Pública hoje, terça-feira, 14 de novembro de 2023.

Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 35ª Reunião, realizada em 24 de outubro.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião tem por objetivo a escolha das emendas desta Comissão a serem apresentadas na Comissão Mista de Orçamento (CMO) ao PLDO de 2024, PLN 4/2023.

A deliberação para a escolha das emendas da Comissão de Segurança Pública à LDO 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 1. Emendas a serem escolhidas pela Comissão de Segurança Pública. Foram apresentadas 26 emendas ao anexo Metas e Prioridades e 10 emendas ao texto do PLDO/2024.

Nos termos do parecer preliminar aprovado na CMO, no dia 7 de novembro de 2023, cada Comissão permanente poderá apresentar até três emendas ao anexo Metas e Prioridades, podendo ainda apresentar emendas ao texto do PLDO 2024, sem limitações quanto à quantidade.

Vou conceder...

O Senador Izalci Lucas está presente. Gostaria de fazer o uso da palavra?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Por gentileza, porque depois já vou acionar a irretocável Senadora do Maranhão e minha amiga, com muita alegria, Senadora Eliziane Gama.

Pois não, voz digníssima do Distrito Federal, Senador Izalci Lucas, aqui na Comissão de Segurança Pública, presencialmente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, nada acontece por acaso. O meu requerimento é o Requerimento nº 46, de uma audiência pública, que apresentei já há algum tempo, que trata exatamente do Veto 46, que trata da segurança pública. E a gente precisa... Como é um veto de 2021 e está sendo prorrogada toda tentativa de acordo, eu solicitei, então, uma audiência pública para tratar especificamente desse tema, com alguns convidados aqui: policiais, representantes também dos direitos humanos, também da Associação Nacional dos Delegados, policiais militares de Minas e aqui também do Distrito Federal.

Então, eu pediria a V. Exa. para colocar extrapauta a aprovação desse requerimento, que é apenas de uma audiência pública. É o apelo que faço a V. Exa.

E conversei, inclusive, com o Presidente Petecão, que deu total apoio, mas era preciso que eu viesse aqui para pedir realmente para colocar na pauta.

Então, se V. Exa. concordar, eu gostaria muito de que o colocasse extrapauta – e que a gente pudesse ter o apoio aqui dos nossos colegas Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – De minha parte, como Presidente desta reunião da Comissão de Segurança Pública, Senador Izalci, só me basta concordar 100%, até porque já houve o acordo preliminar com o Presidente desta Comissão, Senador Sérgio Petecão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim sendo, está incluído o Requerimento nº 46, de 2023, na Comissão de Segurança Pública, de sua autoria, Senador Izalci Lucas, do Distrito Federal, como item extrapauta.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA N° 46, DE 2023

Requer audiência pública no âmbito da Comissão de Segurança Pública para debater os impactos e consequências de eventual rejeição ao Veto n.º 46.21, de 2021, aposto ao PL n.º 2.108, de 2021, em especial no que tange a atuação das forças de segurança pública.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Os Senadores que concordam, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir também, em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Senador Izalci.

De imediato, remotamente, ela que saiu de uma Comissão e já está nesta também, como sempre, pronta, a Relatora, Senadora Eliziane Gama, com prazer.

Abraço à sua família. Deus e saúde, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, meu querido amigo Kajuru. É uma satisfação enorme estar aqui com você, que é um grande amigo, um grande Líder, uma pessoa muito dedicada, diligente, atento em tudo que faz.

Vou então aqui, Presidente Kajuru, direto ao relatório, já cumprimentando o Senador Petecão e agradecendo a ele pela confiança de relatar tão importante proposta, que é exatamente a que trata da questão orçamentária de uma Comissão fundamental para o Brasil, que é a Comissão de Segurança Pública.

Relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme o disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 4, de 2023, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2024 – PLDO 2024. De acordo com as normas de tramitação do PLDO 2024, cujos fundamentos são lançados pela citada Resolução nº 1, de 2006, e pelo parecer preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, esta Comissão de Segurança Pública tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

As regras para apresentação, admissão e acolhimento de emendas ao PLDO 2024 estão delineadas na parte especial do parecer preliminar da CMO. No presente contexto, cumpre realçar que as emendas passíveis de serem apresentadas pelas Comissões Permanentes podem ser categorizadas em dois grupos: i) emendas para inclusão de ação orçamentária no Anexo de Prioridades e Metas, limitadas ao máximo de três emendas; ii) emendas de texto, sem limite de quantidade.

Vale destacar, também, que o parecer preliminar estabelece, no item 2.3.1, que somente serão admitidas emendas de Comissão Permanente que estejam acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação e sejam restritas às competências regimentais da Comissão; e no item 2.3.4, que não serão admitidas emendas que contrariem norma constitucional, legal ou regimental. Além disso, o item 2.3.5 do mesmo parecer assenta que não devem ser admitidas emendas que pretendam incluir, no Anexo de Prioridades e Metas, programações que não correspondam a competência exclusiva ou comum da União, ou que destinem recursos para despesas obrigatórias, classificadas com indicador de resultado primário igual a 1 – RP 1.

Foram apresentadas a esta Comissão dez propostas de emendas de texto do PLDO 2024. Além disso, 26 propostas de emenda para inclusão ou acréscimo de meta no Anexo de Prioridades e Metas.

Vamos, então, à análise, Presidente.

Propostas de emendas ao texto do PLDO 2024.

Foram apresentadas dez propostas de emendas de texto. Acolhemos todas as propostas e as apresentamos como emendas da Comissão de Segurança Pública ao texto do PLDO 2024.

Foram apresentadas 26 propostas, correspondendo a 13 ações orçamentárias para o Anexo de Prioridades e Metas. As Propostas 16, 17, 18, 19 e 20 estão inadmitidas por tratarem de assuntos fora da competência regimental da Comissão de Segurança Pública. As demais propostas (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 21, 22, 23, 24, 25 e 26) são restritas às competências regimentais da Comissão, além de atenderem às disposições constitucionais e estão, consequentemente, admitidas. Em que pese o mérito das propostas admitidas, pelas normas vigentes, a Comissão poderá apresentar apenas três emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para a escolha das emendas, o critério que utilizamos foi o quantitativo, de tal modo que se atendesse ao maior número de Senadores. Assim, foram verificadas ações mais frequentes. Dessa forma, foram selecionadas as seguintes ações:

- 21BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade; as Propostas 2, 3, 4, 6, 14, 21, 24, de autoria dos Senadores Omar Aziz, Nelsinho Trad, Ana Paula Lobato, Leila Barros, Jorge Kajuru, Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas;

- 20IE - Articulação de Política Pública sobre Drogas; as Propostas 1, 5, 12, 26, de autoria dos Senadores Eliziane Gama, Alessandro Vieira, Astronauta Marcos Pontes e Jorge Kajuru;

- Proposta 2723 - Policiamento, Fiscalização, Enfrentamento à Criminalidade e Corrupção; Propostas 8, 9 e 25, de Astronauta Marcos Pontes, Alessandro Vieira e Rogério Carvalho.

Vamos ao voto.

Tendo em vista o exposto, somos pela apresentação, por parte da Comissão de Segurança Pública, das dez emendas de texto apresentadas (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10), assim como das seguintes emendas propostas ao Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024:

- Emenda nº 1, Proposta 2, Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade, com meta de acréscimo de 200 ações apoiadas;

- Emenda nº 2, Proposta 26, 20IE - Articulação de Política Pública sobre Drogas, que é o referente a 50% de execução de política implementada;

- Emenda nº 3, Proposta nº 8, 2723 - Policiamento, Fiscalização, Enfrentamento a Criminalidade e Corrupção, são mil operações realizadas.

Assim, serão acolhidas as propostas de emendas ao Anexo de Prioridades e Metas de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 14, 21, 24, 25, 26, na forma das Propostas de nºs 2, 8 e 26.

Portanto, Presidente, esse é o voto.

Plenário das Comissões, 14 de novembro de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, como sempre, todo o relatório apresentado pela Senadora Eliziane Gama vem robusto de propriedade, de conteúdo e, principalmente, de argumentos insofismavelmente valorosos.

É impossível ele não estar presente em Comissões, nunca falha, está aqui presente.

Eu coloco em discussão para ver se há algum companheiro ou algum amigo para discutir o relatório apresentado agora pela Senadora Eliziane Gama.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falo da presença aqui daquele que o Brasil inteiro, respeitosamente, chama de Presidente e não de Vice-Presidente, hoje Senador da República, General Hamilton Mourão.

Alguém quer discutir a matéria? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos de imediato para a votação do relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado, com as emendas da Comissão de Segurança Pública que serão apresentadas ao PLDO 2024 na Comissão Mista de Orçamento, a CMO.

Nos termos do art. 44, I, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, as emendas da Comissão devem ser apresentadas juntamente com a ata da reunião em que houve sua aprovação.

Portanto, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Como sempre, esta Comissão de Segurança Pública só realiza as suas reuniões semanalmente, com a eficiência desejada pela sociedade brasileira, em função de uma equipe da mesa absolutamente irretocável, composta pelo Secretário Waldir Miranda, pelo João Murce, pela Clarissa Hayashi, pelo Thiago Albuquerque e pela Tamires Ribeiro.

Desejamos ótima semana. Deus e saúde a todos.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e nove minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Weverton, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Carlos Viana, Otto Alencar, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Jaques Wagner, Eduardo Girão, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Zenaide Maia, Rodrigo Cunha, Vanderlan Cardoso e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Rogério Carvalho, Flávio Bolsonaro e Jorge Seif. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Emendas da CSP ao PLOA 2024. Finalidade: Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CSP à CMO, referentes ao PLOA 2024 (PLN 29/2023), que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024". Relator: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer, favorável à apresentação, pela Comissão de Segurança Pública, das seguintes emendas de apropriação: a) Número: 50390001 | UO: 30101 | Ação + Subtítulo: Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade – Nacional | Localidade: Nacional | Acréscimo: 1.800.000.000 b) Número: 50390002 | UO: 30107 | Ação + Subtítulo: Policiamento, Fiscalização, Enfrentamento à Criminalidade e Corrupção – Nacional | Localidade: Nacional | Acréscimo: 200.000.000 c) Número: 50390003 | UO: 30912 | Ação + Subtítulo: Articulação de Política Pública sobre Drogas – Nacional | Localidade: Nacional | Acréscimo: 300.000.000 d) Número: 50390004 | UO: 65101 | Ação + Subtítulo: Apoio à Implementação de Casas da Mulher Brasileira e de Centros de Referência da Mulher Brasileira - Nacional | Localidade: Nacional | Acréscimo: 200.000.000. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Weverton
Presidente Eventual da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão de Segurança Pública.

Objetivo e diretriz da reunião. A presente reunião tem por objetivo a escolha das emendas desta Comissão a serem apresentadas na CMO, ao Ploa 2024 (PLN 29/2023). Deliberação para escolha das emendas da Comissão de Segurança Pública ao Ploa 2024. Emendas a serem escolhidas pela Comissão de Segurança Pública. Foram apresentadas 60 emendas para apropriação ao Ploa 2024 (PLN 29/2023).

Nos termos da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, cada Comissão permanente poderá apresentar até oito emendas, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento, podendo ainda apresentar emendas ao texto Ploa 2024 (PLN 29/2023), sem limitações quanto à quantidade.

Não foram apresentadas sugestões de emendas ao texto nem de remanejamento, tendo somente as 60 sugestões de emendas à apropriação.

Eu concedo a palavra ao Relator, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Weverton, eu informo, inclusive, a V. Exa. que o nosso colega Senador Sérgio Petecão me telefonou no sábado e conversei com ele. Ele hoje está internado no hospital, porque foi acometido de uma pneumonia, um caso de tratamento em ambiente hospitalar. Ele está usando, inclusive, antibiótico por via venosa, por isso ele não pôde comparecer e V. Exa. assume.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Senador, peço licença, porque eu cometi esse gravíssimo erro logo no início da reunião – eu ia fazer durante. Mas gostaria de desejar melhoras ao nosso Presidente Petecão. Sabemos da força, da saúde. Ele é um garoto.

O Acre, o Brasil todo precisa do trabalho dele. Tenho certeza de que ele já já estará aqui no nosso meio presidindo essa importante Comissão de Segurança Pública. Força, Petecão!

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. faz muito bem pela sua capacidade, pelo seu compromisso e pelo Senador que tem dado grandes contribuições ao Senado Federal. Então, é sobre as indicações das emendas do projeto de lei orçamentária deste ano. Peço, inclusive, a V. Exa. que possa me dirigir à análise do tema que relato agora.

Foram apresentadas indicações de emendas de apropriação em número que extrapola o limite de quatro emendas desse tipo reservadas à Comissão de Segurança Pública. Assim, a aprovação das indicações apenas se ateve à observância dos limites legais e normativos, com fundamentos colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006-CN, bem assim ao mérito das propostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após detida análise das propostas de emendas apresentadas, os membros desta Comissão decidiram por inadmitir a proposta de emenda de apropriação 13, que trata de ação do Ministério da Defesa – Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte –, as propostas 25, 49 e 63 – Regularização Fundiária, Proteção e Gestão dos Territórios Indígenas –, a proposta 12 – Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas – Rotas de Integração Nacional –, a proposta 18 – Ampliação da Participação Efetiva das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão – e as propostas 1 e 6 – Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão – por não apresentarem compatibilidade temática com a Comissão de Segurança Pública, nos termos do disposto no art. 43 da Resolução nº 1/2006–CN.

As demais indicações de emendas de apropriação apresentadas não possuem obstáculos normativos que impossibilitem a sua aceitação por esta Comissão.

Importa consignar que todas as demais indicações que não têm definição pela sua inadmissão atendem aos requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional, ao manter estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. Outro requisito é que as indicações apresentem interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada pelas emendas de Comissão desdobram-se no plano nacional, não se limitando à região ou à localidade específica.

Assim, podemos afirmar também que todas as indicações exibem inegável mérito.

O voto.

Diante do exposto, Sr. Presidente, pela apropriação das emendas:

a) No âmbito do órgão orçamentário 30000 – Ministério da Justiça e Segurança Pública – UO 30101 – Ministério da Justiça e Segurança Pública – Administração Direta, a emenda indicada pelos Senadores e Senadoras: Senadora Ana Paula Lobato, Augusta Brito, Damares Alves, Efraim Filho, Eliziane Gama, Esperidião Amin, Flávio Bolsonaro, Jaques Wagner, Jorge Kajuru, Leila Barros, Marcos do Val, Nelsinho Trad, Omar Aziz, Otto Alencar, Professora Dorinha, Rogério Carvalho, Sergio Moro e Sérgio Petecão, a ação "21BM – Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade", no valor de R$ 1,8 bilhão;

b) No âmbito do órgão orçamentário 30000 – Ministério da Justiça e Segurança Pública – UO 30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal, a emenda indicada pelos Senadores Eduardo Braga, Esperidião Amin, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, a Ação nº 2.723 - Policiamento, Fiscalização, Enfrentamento à Criminalidade e Corrupção, no valor de R$200 milhões, na forma da Proposta de Emenda de Apropriação nº 30;

c) no âmbito do órgão orçamentário 30000 – Ministério da Justiça e Segurança Pública – UO 30912 – Fundo Nacional Antidrogas, a emenda indicada pelos Senadores: Eliziane Gama, Flávio Bolsonaro, Jorge

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Kajuru e Marcos do Val, a Ação 20IE - Articulação de Política Pública sobre Drogas, no valor de R$300 milhões, na forma da Proposta de Emenda de Apropriação 19;

d) no âmbito do órgão orçamentário 65000 – Ministério das Mulheres – UO 65101 – Ministério das Mulheres – Administração Direta, a emenda indicada pelos Senadores Flávio Bolsonaro e Otto Alencar, a Ação 00SN – Apoio à Implementação de Casas da Mulher Brasileira e de Centros de Referência da Mulher Brasileira, no valor de R$200 milhões, na forma da proposta de emenda de apropriação 52. Essa é uma emenda que vai atender exatamente o acolhimento das mulheres nesse momento. O Brasil apresenta, Sr. Presidente, um número muito alto de agressão às mulheres, de forma que o acolhimento é fundamental. Que essas casas tenham a possibilidade de dar o conforto necessário para que sejam acolhidas e também indicadas para uma progressão dentro da sociedade que nós representamos.

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata da reunião em que forem aprovadas, com especificação das decisões tomadas, e que devem receber o RP 8. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que forem necessárias à formalização e à apresentação das emendas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Obrigado, Senador Otto.

Já parabenizo V. Exa. pelo excelente relatório.

Eu coloco a matéria em discussão. Há algum Senador para fazer a discussão na matéria? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as emendas da Comissão de Segurança Pública que serão apresentadas pela Ploa – 2024 na Comissão Mista de Orçamento (CMO), nos termos do art. 44, I, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006.

As emendas da Comissão deverão ser apresentadas juntamente com a ata da reunião em que houve sua aprovação. Portanto, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Eu pensei, rapidamente, em ler "nada mais havendo a tratar". (*Risos.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, meu querido amigo...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Passo a palavra ao Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente Weverton.

Quero cumprimentar o Senador Otto Alencar pela aprovação, meus colegas aqui presentes, Senador Jaques Wagner, Senador Marcos do Val, querido Senador Hamilton Mourão.

Presidente, tem uma série de requerimentos meus e de colegas partidários que estão na mesa se avolumando para que possamos deliberar. São audiências públicas, são requerimentos de convocações que podem ser, sem problema nenhum, trazidos para convite. Um deles é do Ministro da Justiça, Flávio Dino, que, na verdade, é um requerimento do Senador Jorge Seif que eu subscrevi. Tem também o requerimento em relação ao Ministro Silvio Almeida e ao Ministro Alexandre Padilha sobre declarações ou sobre o silêncio ensurdecedor sobre o ataque terrorista do grupo Hamas, que também já tem várias semanas que está aí.

Mas o grande apelo emocional que eu quero fazer para o senhor, Sr. Presidente, é que a sociedade brasileira está gritando, desde ontem, porque nós tivemos a primeira vítima do dia 8 de janeiro. Uma vítima fatal, uma morte, que tem o DNA dos poderosos de plantão, porque o Sr. Cleriston Pereira da Cunha morreu, ontem, na Papuda, quando já tinha o pedido da PGR feito, Senador Hamilton Mourão, pela soltura dele há dois meses e meio. A gente não pode colocar a cabeça no travesseiro, Senador Marcos do Val, e dormir tendo em vista os abusos que estão acontecendo daqueles que deveriam resguardar a Constituição brasileira. Então, esse pedido de audiência pública é algo que representa o mínimo de luz que a gente pode jogar nestas trevas, neste momento sombrio do país, de uma ditadura vigente da toga. Então, nós temos que ouvir a PGR, que pediu a soltura desse cidadão, que estava com comorbidades. Estão lá no processo dele todos os problemas de saúde que ele tinha, ou seja, isso foi uma tragédia anunciada. E tem pessoas que precisam ser ouvidas, porque estão com as mãos sujas de sangue. Nós precisamos ouvi-los, o Senado não pode ficar calado.

Então, o que eu faço é um simples pedido de audiência pública para que a gente possa ouvir o Sr. Ministro Alexandre de Moraes, Ministro do STF; o Sr. Flávio Dino, Ministro da Justiça e Segurança Pública; o Sr. Silvio Almeida, Ministro dos Direitos Humanos, já que os direitos humanos são a chave nisso, direitos humanos que estão sendo denunciados como violados no Brasil; o Sr. Carlos Frederico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Santos, Subprocurador-Geral da República; o Sr. Fernando Mauro Junior, Defensor Público-Geral da União; o Sr. Celestino Chupel, Defensor Público-Geral da Defensoria do DF; o Sr. Exmo. Beto Simonetti, Presidente da OAB; o Sr. Wenderson Souza e Teles, Secretário de Estado de Administração Penitenciária do DF; a Sra. Leila Cury, que é Juíza de Direito; o Sr. Tiago Felix de Sousa, Diretor-Geral do Centro de Detenção Provisória II, onde estava o Sr. Cleriston Pereira da Cunha, que morreu ontem; o Sr. Bruno Azevedo de Souza, advogado; a Sra. Gabriela Ritter, advogada e Presidente da Associação de Familiares e Vítimas do 8 de Janeiro, que agora, repito, tem uma vítima fatal nas nossas costas; a Sra. Carolina Siebra, que é advogada também, inclusive, é uma conterrânea; o Sr. Ezequiel Silveira, que é advogado; o Sr. Frederico Pessoa, médico; e o Chefe do Pátio do Bloco 1 do Centro de Detenção Provisória II.

Meu querido amigo Senador Weverton, é um pedido que eu lhe faço pela humanidade. Mesmo que a gente não possa fazer esta audiência nesta semana, que a gente marque para a próxima. Mas a minha grande preocupação aqui... Esse cara estava preso há dez meses. É um irmão nosso, é um cidadão brasileiro que estava preso há dez meses. Que prisão preventiva é essa de dez meses? Cadê a lei, o ordenamento jurídico do país, que não é observado? Ele tinha foro privilegiado para ser julgado pelo STF, para ser deliberado lá naquela Casa?

Então nós estamos vendo os valores invertidos e nós precisamos dar uma resposta enquanto Senado Federal. Cabe a nós, e eu faço esse pedido de inclusão extrapauta dessa audiência pública, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Obrigado, Senador Girão.

Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Presidente, eu queria deixar claro aqui que também subscrevo a solicitação do Senador Girão, um aguerrido nessa luta – e eu também –, mas eu estou censurado. Já vão se completar seis meses que um Senador da República está sendo censurado de forma ilegal e inconstitucional. Agradeço aos pares pelo apoio, mas até agora o Ministro Alexandre não deferiu ou indeferiu a solicitação que nós fizemos com 42 Senadores assinando.

Bom, sobre a situação desse rapaz que foi preso de forma ilegal, é importante que as informações corretas cheguem até essa Justiça, que deveria ser o local que teria que acalmar o país e não deixar o país temeroso. Por que eu digo isso? Na questão... Eu estou tão assim... É porque eu estou indignado. Eu não consigo imaginar, Presidente, eu continuando a deitar na cama e a dormir sabendo que o Senado é a única Casa possível para frear o STF. Não é ser xiita, não é ser radical, mas nós precisamos... Quando Ulysses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Guimarães finalizou e deu início à nova Constituição de 1988, ele falou: a nossa Constituição não está perfeita e ela é aberta para melhorias. E foi feita após uma ditadura militar. Então empoderou muito um Poder e não os outros. E é agora a hora de a gente equilibrar isso.

Então é muito importante que a gente faça um grupo para debater com o STF essas alterações, porque não é uma guerra contra o STF. É ver um único Ministro integrante do STF estragando, perante a sociedade brasileira, a imagem do STF. Então aqui não tem nenhuma palavra com movimento xiita. Tem de forma que nós possamos nos unir, porque ficar só na tribuna falando "temos que fazer", "vamos fazer"... E, quando eu peguei para fazer, estava sozinho, e, de fato, ele conseguiu inventar uma história e me botar num inquérito para eu tentar ficar calado.

Teve a busca e apreensão na minha casa e no meu gabinete também de forma inconstitucional. Então são coisas que já chegaram ao nível do Senado Federal. Nós vamos esperar o quê? Chegou ao nível do Senado Federal. Se fez comigo, de forma monocrática determinou a invasão no meu gabinete, pode fazer com o senhor, Presidente, pode fazer com o Senador Girão, pode fazer qualquer um aqui. Como nada foi encontrado, ele segue tentando achar algo para que tire a minha credibilidade, para que o movimento que eu estou fazendo dentro da legalidade não vire a narrativa de um Senador que é todo sujo e está tentando fazer alguma coisa, enfim, tumultuar o Congresso. Não é isso.

Então, já tem seis meses que ele está com os meus equipamentos, que eu estou sem rede social para poder parlar, para poder atualizar, para poder falar o que está acontecendo. E isso para mim é uma grande afronta ao Senado Federal, porque não é para o Senador Marcos do Val, é para o Senador da República que hoje está ocupando a cadeira. Então, acho que se faz necessário, como eu falei com o Girão aqui... Eu não vou conseguir continuar dormindo, vendo essas questões de direitos humanos sendo violados.

E eu digo outra coisa, nós precisamos fazer com que a Polícia Militar do DF, a qual eu admiro muito, possa ajudar esses presos que hoje nós dizemos presos políticos. Por quê? Bom, eu sou técnico na área da segurança. O uso do helicóptero que foi feito para distúrbios civis é uma técnica que nunca tinha sido implementada – para distúrbios civis. E tinha dois helicópteros, um da polícia militar e outro da Polícia Federal, fazendo uso de munição menos letal. Não se diz hoje munição não letal, todas são letais. O que nós dizemos tecnicamente é menos letal. E do helicóptero começaram a fazer os disparos com essa munição menos letal. O que aconteceu foi que os militares que estavam aqui dentro do Congresso – porque esse grupo saiu de onde estava depredando, tanto do STF como do Palácio do Planalto, veio para o Congresso, e os tiros continuando – chamaram os brasileiros para entrar, para se protegerem dos tiros. E, nisso, tinha polícia, tinha pessoal da P2, que é o pessoal da inteligência da polícia, que estava à paisana, como a gente chama. Então, todo mundo foi conduzido para se proteger desses tiros do helicóptero aqui dentro do Congresso. Quando chega a Polícia Militar, vê aquela multidão dentro do Congresso, manda todo mundo sentar, diz que vai prender – e prendeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei se eu já te contei isso, Girão. Então, não tem como... Quando a gente discute sobre o fato, as pessoas falam: "Ah, mas ele estava lá. O que ele foi fazer lá dentro? Ele estava cooperando e tal". Não, espere um pouquinho. Se tem provas, tudo bem. Mas, se não tem, só o fato de ele ter entrado para se acobertar, até como uma proteção que a própria polícia, o próprio Exército deu para que eles não ficassem feridos... E agora eles estão presos, com 17 anos de cadeia.

E não adianta eu falar isso para as pessoas do atual Governo, porque as pessoas têm uma outra visão de que não interessa. Nós tínhamos que fazer igual eu botei no nosso grupo: independentemente de partido, se é de direita, de esquerda, de cima, de baixo, nós precisamos fazer com que o Senado se mexa. Isso mostra que nós estamos recebendo a demanda da sociedade, mas não estamos conseguindo avançar. No pouco que eu consegui avançar, eu fui censurado, um Senador da República censurado de forma monocrática.

E ainda, nos autos, o Google manda um ofício para o Ministro Alexandre de Moraes dizendo que ele, com essa decisão, está infringindo a Constituição brasileira. O Google mandou esse documento, que está num inquérito, ou seja, está tirando de mim a minha liberdade de expressão. Isso se eu não fosse Senador.

Como sou Senador, o Senado se moveu, fez um requerimento ao Ministro do STF para que devolva todos os meus equipamentos, para que eu possa exercer a minha função de Senador. São materiais do Senado, e nada foi encontrado. Eu acho que é claro para todo mundo aqui, já estou há quatro anos, todo mundo sabe que eu não sou corrupto, não sou de crime organizado, não sou nada disso.

Acho que, agora, até pelo fato de a busca e apreensão ter comprovado, pelo lado positivo, o bom foi isso, mas nós estamos impedidos e só conseguimos chegar até um ponto, não passa mais para a outra parte, e isso está dando angústia. Nós não podemos compactuar com essa injustiça. Nós já falamos isso desde janeiro, veio fevereiro, março, abril... Tudo o que eu disse para os meus companheiros do Senado: quem era, quem fez, quem omitiu, quem não sei o quê, tudo, na CPMI, foi relatado, exatamente, nos pontos, como eu tinha dito.

E essas pessoas que estão presas é absurdamente, visivelmente, prisão política. Eu tenho estudado a questão de distúrbios civis ao redor do mundo e, no máximo, foram 50 pessoas presas em uma manifestação na França; aqui, foram 2 mil pessoas. Claramente, dava para ver quem estava quebrando e quem que não estava.

Vendo o Alexandre de Moraes... Eu escutei um grupo de magistrados dizendo que o Ministro Alexandre de Moraes é o juiz mais carrasco e desumano que já pisou no Brasil, isso, no grupo. Então, eu vou usar do meu direito, eu não vou falar que grupo é esse, mas chegou a esse ponto em que está se colocando o Ministro Alexandre de Moraes como o juiz mais carrasco da história do país.

E eu não posso ver, na história, meus netos lendo que o Senado Federal era a única Casa possível para ajudar e cruzou os braços. Eu não quero que isso esteja nos livros, porque eu não estou aqui nesta vida de passagem, eu estou aqui cumprindo uma missão, e essa omissão está me deixando muito angustiado. Se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nem nós Senadores conseguimos tomar uma decisão sozinho, monocrática, o que dirá o Judiciário, ainda em cima do Congresso, desfazendo leis que tramitaram ao longo dos anos...

A questão da droga é um absurdo! Sabe o que eu considero? Na hora que eu exagerar – eu acho que já exagerei –, você pode me cortar, Presidente, é que eu estou desabafando. O absurdo dessa questão da droga coincide com a dama do tráfico, não é? Será que essa dama do tráfico veio fazer *lobby* para as drogas? Porque quando aumenta a quantidade – policial tem que andar, agora, com balança de precisão –, mas aumentou a quantidade, o que vai acontecer? Mais o chefe do tráfico vai "contratar", entre aspas, adolescentes para portarem pequenas quantidades para, então, ele não ser preso. Quando o adolescente é preso, fica três meses, se for com grande quantidade. A polícia, agora, é uma legalidade, mais ou menos, porque não disse... A fonte vai pagar imposto? Não, a fonte vai enriquecer.

O que vai acabar acontecendo? O efeito disso será mais adolescentes no crime. O chefe do tráfico e do crime organizado, para pegar o território do outro, que é mais lucrativo, vai começar com os assassinatos, vai aumentar o número de homicídios, a polícia vai lá fazer apreensão da droga e esse traficante vai ficar sem o recurso da droga. Talvez vocês não saibam disso, mas tem gente da sociedade, de classe média alta, que, em vez de investir na bolsa de valores, investe no tráfico, na venda de drogas, com 20% de lucro. Então, ele tem um dinheiro, dá o dinheiro vivo para o traficante que faz a venda, e tem 20% de lucro. Então, é melhor do que investir na bolsa de valores. Olha só.

Essa questão que nós estamos pautando de debater sobre as drogas, no mercado das drogas, já estão se articulando para poder fornecer, para ver qual vai ser o local que eles vão dominar, quem eles vão invadir, quem eles vão ter que matar, já estão adquirindo armamento de grosso calibre, o PCC já está com um braço no meu Estado do Espírito Santo, que não tinha. Então, está dando já... É a mesma coisa, se nós estivéssemos aqui discutindo desconto de impostos para empresas: "Venha para o Brasil que aqui a empresa não paga impostos", e aí começa o mercado a se mover para se aproveitar disso, e o mercado do tráfico já está se movendo. Aí nós vamos ver crianças e adolescentes sendo mortos por brigas de facções e vamos ficar de braços cruzados falando: "Não, mas...".

É algo que, quimicamente – e estudado por cientistas –, vicia o cérebro. Então, como é que eu posso aumentar uma quantidade, ou seja, facilitar um pouquinho a lei. Será aquela sensação de que: "Ah, é só um baseadinho aqui, não vai fazer problema, não, porque o Senado votou lá favorável, o Congresso, e vai aumentar. Então, deixa eu experimentar", e isso dá o *start* dentro do cérebro dele para que ele passe a querer sempre mais, e mais, e mais.

Eu até tenho dito para a minha filha: a droga não é uma droga, dizem que a droga é a coisa mais fantástica do mundo. Eu nunca usei. Eu tenho até depoimento aqui de pessoas da minha infância que disseram que tentaram até me levar para o tráfico. Então, se a gente sabe que, viciando o cérebro, o cérebro vai começar a entrar em abstinência e sempre querendo mais, porque aquela quantidade já não dá mais a sensação que gostaria, vai se aumentando a quantidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos abrindo a porta para que os traficantes comecem a investir no mercado, para que eles comecem a planejar os combates de territórios. Então, nós vamos ver muita arma de grosso calibre, nós vamos ver crianças sendo mortas com balas perdidas, nós vamos ver a polícia começando em desvantagem. Então, são gravíssimas as consequências. Em vez de a gente recuar e tornar totalmente ilegal, a gente está dizendo que existe uma mulher meio grávida. Então, eu não posso também ficar de braços cruzados e dizer: "É, eles deram mais oportunidade para mais pessoas entrarem para o vício".

E eu tenho, como eu disse, um amigo de infância, dono de uma empresa de ônibus do país – os pais dele, é lógico –, que lá na infância ele disse isso. Eu não era Senador ainda, mas escute esse amigo meu de infância. Ele fez isso e enviou para mim.

(*Procede-se à reprodução de áudio.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Pronto. É um viciado, um traficante, dizendo a vida que ele leva hoje. Graças a Deus – não é nem aos meus pais, porque, na época, eu estava com meus pais se divorciando e brigando imensamente, e era até desculpa para eu entrar nas drogas, porque meus pais estavam se separando na época, 40 anos atrás – eu tinha 14 anos e já dizia: não, minha vida já está cheia de problemas, eu não vou entrar em mais um problema. Mas nem todo mundo pensa desse jeito. Então, quando a gente começa a flexibilizar o uso da droga, bora todo mundo começar a investir agora no tráfico. Girão, tira seu dinheiro do investimento na bolsa, se você tiver, e investe no tráfico. Isso vai ser muito mais lucrativo.

E tem outra: eles cumprem o acordo, porque se não cumprir, sabe qual é a pena deles? Não é oito anos de cadeia, não é dez, dezessete anos de cadeia, não. É a pena de morte, execução. Você roubou a droga, usou a droga e não trouxe o dinheiro? Execução, pena de morte. Engraçado, aí vem os direitos humanos: não, para lá entra a lei deles, o.k., pode-se matar. Mas a gente aqui, não, vamos liberar, deixar ele para fora, não precisa ser preso. Quem tem que ser preso é solto, e quem tem que estar solto está preso por questões políticas. É isso que dá essa angústia de saber que nós podemos fazer a diferença, fazer o papel que nos cabe, e finalizar essa tortura, e não validar mais, como disse esse grupo de magistrados. É o maior carrasco que já pisou no Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Senador General Mourão, com a palavra.

Obrigado, Senador Marcos do Val.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, Srs. Senadores, eu quero me somar aqui à iniciativa do meu colega, Senador Eduardo Girão, porque realmente o que ocorreu lá no presídio da Papuda é uma negligência que nós, Senadores, que representamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Federação, que representamos a República, não podemos simplesmente aceitar. É um fato gravíssimo, uma pessoa que tinha comorbidades, que desde o momento em que foi preso preventivamente, sem ter nenhuma acusação mais clara sobre qual teria sido a participação dele naqueles incidentes do dia 8 de janeiro, estava, ao longo desse ano todo, lá na prisão, desde 1º de setembro, com uma solicitação de soltura. Deve ser um problema burocrático muito sério, não é, Girão, o Ministro Alexandre de Moraes não ter tempo para simplesmente assinar um papel.

Obviamente, ele tem uma série de assessores que lhe trariam esse papel, e ele assinaria. Então, ele tem que vir aqui explicar isso. Pode ser o momento de a gente, de forma clara, cobrar isso dele. É nossa responsabilidade.

Eu vejo também o caso do Ministro dos Direitos Humanos. É o mesmo que recebeu a Dama do Tráfico, e para ele os presos que estão lá na Papuda em decorrência dos incidentes de 8 de janeiro não merecem nem um olhar.

Foi por isso, Presidente, que eu protocolei uma proposta de lei de anistia para essas pessoas. A anistia é uma tradição brasileira. Sempre se anistiaram as pessoas que se envolveram em incidentes de natureza política, desde o século 19. E em incidentes muito mais graves, revoltas muito mais graves. Até hoje não tem nem Relator para o meu projeto de anistia.

E também tenho um requerimento convocando o Ministro Flávio Dino, Presidente, porque eles apresentaram um planejamento aí, Amazônia Segura, dizendo que vão instalar 34 bases na Amazônia. Bem, o Exército Brasileiro, o qual eu servi por 46 anos, sendo 5 deles na Amazônia, instalou 32 pelotões especiais de fronteira ao longo de mais de 40 anos, dada a dificuldade para se instalarem bases na Amazônia. Eu queria que o Ministro explicasse para a gente como é que vai ser a instalação dessas bases, quem vai mobiliar essas bases. É importante que nós, Comissão de Segurança Pública, cobremos isso e entendamos qual é o planejamento para manter efetivamente a Região Amazônica segura.

Era isso, Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Eu agradeço, Senador Girão, Senador Marcos do Val, Senador General Mourão.

Esta Comissão tem uma responsabilidade enorme. Acredito que, sob a Presidência do Senador Petecão, ele a tem conduzido de forma... É claro que não agrada a totalidade desta Comissão, mas nós respeitamos e sabemos do esforço e da dedicação que ele tem tido à agenda desta Casa, desta Comissão.

Sabemos que o exercício nosso parlamentar não é apenas dentro da Comissão. Obviamente, ele tem várias frentes, e uma delas é aqui. Fiz questão de deixar todos os colegas Senadores falarem à vontade para que possam se expressar, porque o primeiro passo do parlar é esse, é poder se pronunciar. Então, mais do que uma Comissão, uma audiência pública, uma reunião, a fala de um Senador da República, de um Parlamentar federal é muito importante, porque ela reverbera para toda a sociedade. Tenho certeza...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Presidente, desculpe interrompê-lo...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Senador Do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – ... mas eu queria... As suas palavras estão assim... Eu cheguei a ficar arrepiado aqui, porque isso me foi tirado. O Ministro Alexandre de Moraes não tirou a minha vida, mas tirou a minha liberdade de expressão – exatamente o que o senhor falou. E o senhor me deu uma oportunidade aqui de falar que há seis meses eu não tenho para falar. Os meus eleitores e os brasileiros que acompanhavam o meu trabalho estão achando que eu sumi, que eu fugi do Senado. Então, eu agradeço essa consciência e agradeço por você ter me dado esse tempo e por saber que nós estamos aqui para parlar. E eu fui cerceado de forma... Quando a gente fala em censura prévia, é como se eu prendesse alguém dizendo que um dia pode ser que ele mate alguma pessoa. "Ah, então, já o prende logo." Então, é exatamente isso que está acontecendo.

Agradeço, mais uma vez, pela oportunidade de estar aqui falando. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Eu queria pedir aqui vênia a V. Exa. e desculpas pela discordância na parte do que trata a falar aqui na Casa.

Por exemplo, o Senador Girão, agora há pouco, disse que os seus requerimentos ainda não foram pautados ou não foi marcado o que foi lido aqui nesta Comissão. Esse foi um ponto, mas não tem ninguém aqui na Casa como testemunha da condição de exercer seu mandato mais do que o Senador Eduardo Girão. Ele chega às duas horas da tarde ali no Plenário. Lá ele se inscreve, tem dez minutos. Quando eu estou lá, ele sabe que pode ter mais tempo. Sempre estamos abertos a administrar melhor a fala de todos e lá V. Exa., assim como aqui, se se inscrever, chegar cedo lá, você vai poder falar à vontade e fazer a prestação de contas do seu mandato. Lembrando que ali você está falando para milhões de pessoas que assistem... A gente pensa que não, Senador General Mourão, mas o cidadão lá da ponta assiste à TV Senado, ele a acompanha de perto. As pessoas estão mais interessadas em discutir a política, o que está acontecendo no seu país.

Então, isso é muito importante. Mas, eu tenho certeza de que, entre todos os acertos e desacertos, nós já avançamos muito. Você tem aí, nesta semana, a discussão dessa PEC que vai dar um passo importante na discussão das decisões monocráticas daqui do Judiciário, no que trata às decisões monocráticas dos superiores tribunais de justiça. Nós temos a lei de responsabilidade que vai atualizar... Realizamos três importantes audiências públicas. V. Exa. participou. V. Exas. participaram de algumas delas. Eu tive a oportunidade de relatar, estou terminando de preparar já o meu relatório final para apresentá-lo à CCJ para que a gente possa discutir essa nova lei de crimes de responsabilidade, o que é uma evolução. Isso vai, sem dúvida nenhuma, ser deixado para o futuro. Ela não é para um governo, ela é para o Estado brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos vários projetos que estão em andamento nesta Casa, que eu tenho certeza de que isso vai dar um bom resultado e a resposta. E é prova disso, aqui mesmo, o que o Senador Otto acabou de ler para nós. As metas que esta Comissão escolhe para o Brasil para o ano que vem são metas importantíssimas, pelo que eu, novamente, quero parabenizar a sensibilidade que ele teve em escolhê-las, porque foram várias e nós temos limitação para poder indicá-las aqui, através da Comissão de Segurança Pública.

Mas – poxa! – uma delas aqui trata sobre a Casa da Mulher Brasileira. Então, você estimular a criação desses espaços num país que envergonha a todos nós no que trata às políticas públicas que ainda não resolveram o problema... Hoje o país que mais mata no mundo é o Brasil, com crimes de feminicídio. Infelizmente ainda temos esse desafio. E essa prioridade que a Comissão dá à questão da política da mulher aqui é importantíssima, um recado claro de que nós estamos sintonizados com o que está acontecendo lá na ponta.

Nós temos aqui a questão da ostensividade direta do que fala aqui de policiamento, fiscalização, enfrentamento à criminalidade e à corrupção. Essa questão da prevenção e da segurança e da criminalidade também, que ele coloca aqui como prioridade.

Então, assim, esta Comissão, sem dúvida nenhuma, vai dar sua contribuição concreta para o orçamento do ano que vem. E eu costumo dizer: uma coisa é nós falarmos, mas política pública só acontece se tiver orçamento, se tiver dinheiro. E isso lá na ponta pode acontecer de forma muito mais efetiva.

Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Presidente, mais uma vez, obrigado.

Eu queria aproveitar e solicitar ao Presidente, porque na CCAI ainda tem uma vaga disponível que é indicação da CRE, de um membro daqui da CRE. E eu quero me colocar à disposição de participar da CCAI, que é Comissão de fiscalização das agências de inteligência.

Eu estou há quatro anos lá, aí mudou agora, eu quero continuar os outros próximos quatro anos. E essa vaga está ainda disponível. Eu queria que pudesse botar em pauta para votação ou no sentido da aprovação do meu nome, para que a gente possa então fechar a CCAI com o efetivo que a própria Constituição determina.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Lá é a CRE que decide, Senador Marcos do Val. Mas tenho certeza de que V. Exa. vai conversar lá com o Presidente para poder construir um entendimento.

Eu queria então pedir aqui vênias aos colegas Senadores, mas a pauta hoje foi específica. Como eu fui designado aqui, de forma eventual, a tratar a questão do Ploa... Não ia ter nem esta reunião hoje, todos aqui estão sabendo que o nosso Presidente está internado com pneumonia. Esperamos que ele se trate e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fique logo bom para que ele esteja conosco aqui na semana que vem. Mas, como nós definimos através dele – determinação dele –, e foi aqui utilizado o art. 89, em que compete a ele ordenar e dirigir as pautas do trabalho, ficamos combinados de tratar esta pauta específica do Ploa. Mas eu jamais encerraria a reunião sem dar aqui o direito e a oportunidade de todos os Senadores falarem, deixarem registrado e obviamente aí já encaminhado o tom da próxima reunião que nós certamente, de forma muito respeitosa, iremos combinar com ele para que se possa tratar dos próximos passos desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e quarenta e nove minutos do dia oito de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Eduardo Gomes, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores Efraim Filho, Giordano, Alan Rick, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Astronauta Marcos Pontes, Flávio Bolsonaro, Hamilton Mourão e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Augusta Brito e Plínio Valério, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Davi Alcolumbre, Veneziano Vital do Rêgo, Zequinha Marinho, Daniella Ribeiro, Rogério Carvalho e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 180, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Gaúcha FM de Bataguassu-MS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bataguassu-MS, Estado do Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda de redação. **Resultado:** Aprovado com a Emenda 1/2023-CCDD (de redação). **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 867, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Inocencience de Comunicação e Marketing para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Inocência, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Prejudicado. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 889, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Louvores ao Rei de Integração Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 662, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Ondas de Paz FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Imbituva, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 698, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Nova Olímpia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Olímpia, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 705, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Diamante do Norte para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Diamante do Norte, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda de redação. **Resultado:** Aprovado com a Emenda 1/2023-CCDD (de redação). **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 712, de 2021 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores da Vila Gavioli de Ribeirão Claro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 719, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Promoção Educacional, Cultural, Artística, Esportiva e Comunicação Social de Ribeira do Pombal para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribeira do Pombal, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda de redação. **Resultado:** Aprovado com a Emenda 1/2023-CCDD (de redação). **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 736, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente e Social de Nova Floresta para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguaribe, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Gomes
Presidente da Comissão de Comunicação e Direito Digital

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/08

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias apresentadas à Comissão.

Antes de iniciarmos a análise dos projetos em pauta, gostaria de comunicar aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras da decisão tomada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, no dia 30 de novembro do presente ano, na qual três desembargadores daquela corte reverteram a decisão tomada anteriormente, em primeira instância, que suspendia, por um ano, o processo movido pelo grupo de mídia Jovem Pan contra a entidade Sleeping Giants Brasil. Foi determinada, ainda, a imediata interrupção da campanha contra a monetização do grupo de mídia, sob pena de multa.

Destaco aos nobres colegas que a temática é objeto do Requerimento desta Comissão de Comunicação e Direito Digital nº 1, de 2023, que tem por objetivo a realização de estudos sobre a atividade da Sleeping Giants Brasil e a proposição das medidas que visem conter essas atividades. Assinaram o Requerimento nº 1, de 2023, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério, Jorge Seif, Carlos Portinho, Carlos Viana, Eduardo Girão, Marcos Rogério, Damares Alves, Cleitinho, Luis Carlos Heinze, Hamilton Mourão, Jaime Bagattoli, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho e este Presidente. (*Pausa.*)

Passaremos agora à análise dos projetos terminativos da pauta.

Informo às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que a pauta da presente reunião é composta por nove projetos de decretos legislativos, sendo oito com relatório pela aprovação ou aprovação com emendas de redação e um com relatório pela prejudicialidade.

Questiono a V. Exas. se, por uma questão de racionalização dos trabalhos, podemos efetuar a leitura de todos os relatórios e, ao final, proceder à discussão de todos os itens e à votação das matérias em globo.

Os Senadores e Senadoras que concordarem permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não havendo objeção, anuncio o primeiro item da pauta.

Faremos uma designação por acordo. Solicito ao Senador Hamilton Mourão que faça a leitura dos relatórios.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 180, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Gaúcha FM de Bataguassu-MS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bataguassu-MS, Estado do Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação com uma emenda de redação.

Relator *ad hoc*: Senador Hamilton Mourão, que tem a palavra. (*Pausa.*)

O Senador Nelsinho avisou que viria para fazer a leitura. (*Pausa.*)

Pularemos os três primeiros e, já corrigindo a informação, vamos ao item 4, para a relatoria do Senador Hamilton Mourão.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 662, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Ondas de Paz FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Imbituva, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

Relator: Senador Esperidião Amin.

Relator *ad hoc*: Senador Hamilton Mourão, a quem eu passo a palavra para a leitura do relatório do item 4.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Peço permissão para ir direto à análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-G, inciso VI, cumpre a esta Comissão opinar acerca de proposições que versem sobre outorga e renovação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 662, de 2021, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 662, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Rádio Comunitária Ondas de Paz FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Imbituva, Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Senador, passamos ao item 5 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 698, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Nova Olímpia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Olímpia, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

Relatora: Senadora Daniella Ribeiro, que está, neste momento, presidindo a CMO.

O Relator *ad hoc*, Senador Hamilton Mourão, tem a palavra, para proferir o voto.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, em virtude de a análise ser idêntica à do processo anterior, peço permissão para ir direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 698, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Nova Olímpia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Olímpia, Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Passamos ao item 6.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 705, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.206986/2023-04-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Diamante do Norte para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Diamante do Norte, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação com uma emenda de redação.

Relatoria da Senadora Daniella Ribeiro.

O Senador *ad hoc* é o Senador Hamilton Mourão, a quem passo a palavra neste momento para proferir seu voto.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, vendo a análise em relação aos processos anteriores, quero registrar ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação da pasta responsável pela edição da Portaria nº 5.227, de 28 de setembro de 2017, que deferiu a outorga ora analisada, qual seja o então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Assim, o voto é: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 705, de 2021, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CCDD (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 705, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Passamos ao item 7.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 712, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores da Vila Gavioli de Ribeirão Claro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

A Relatora é a Senadora Daniella Ribeiro.

O Senador a*d hoc* é o Senador Hamilton Mourão, a quem passo a palavra neste momento para proferir seu voto.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, a análise é idêntica à dos processos anteriores.

Vamos diretamente ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 712, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores da Vila Gavioli de Ribeirão Claro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Passamos ao item 8.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 719, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Promoção Educacional, Cultural, Artística, Esportiva e Comunicação Social de Ribeira do Pombal para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ribeira do Pombal, Estado da Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação com uma emenda de redação.

A Relatora é a Senadora Daniella Ribeiro.

O Senador Hamilton Mourão é o Relator *ad hoc*, a quem passo a palavra para proferir seu voto.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, compulsando a análise, vemos que é necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação da pasta responsável pela edição da Portaria nº 4.869, de 19 de setembro de 2019, que deferiu a outorga ora analisada. Embora o processo de outorga tenha sido encaminhado na gestão do Ministério das Comunicações, a referida portaria foi editada pelo então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Assim, o voto é: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 719, de 2021, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CCDD (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 719, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Passo diretamente ao item 9.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 736, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente e Social de Nova Floresta para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguaribe, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

A Relatora é a Senadora Daniella Ribeiro.

O Senador Hamilton Mourão é o Relator *ad hoc*, a quem passo a palavra neste momento para proferir seu voto.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – A análise é idêntica à de processos anteriores. Assim, vamos ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 736, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente e Social de Nova Floresta para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguaribe, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Passamos neste momento à análise conjunta desse primeiro bloco de relatórios dos requerimentos.

Submeto à votação dos Srs. Parlamentares em sistema de votação simbólica.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam... (*Pausa.*)

Ah! É nominal. Desculpem.

Votação nominal e terminativa.

Então, podemos submeter a duas votações, porque o Senador Nelsinho não chegou ainda. Vamos aguardar um minuto, porque, se o Senador Nelsinho chegar, já... (*Pausa.*)

É, vamos aguardar. Está chegando de uma entrevista o Senador Nelsinho.

A grande dúvida é se o Senador é Grêmio ou Internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Sr. Presidente, eu sou Guarany, de Bagé.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Que bom! Porque o Senador Nelsinho é botafoguense e eu também.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – E eu sou flamenguista.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Poxa...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É bom torcerem para o Flamengo hoje, hein? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Exatamente.

O time do Botafogo era de inteligência artificial, mas não é. Então, tem que jogar mesmo.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Acredita-se que é um dos melhores cavalos paraguaios já vistos. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Puxa vida, pelo amor de Deus!

Mas nós vamos ganhar do Grêmio.

Está chegando o reforço botafoguense, nosso querido Senador Nelsinho Trad.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Todos torcendo pelo Flamengo hoje, hein?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Todos torcendo.

O Nelsinho estava conversando com o pessoal do Palmeiras.

Neste momento, vamos passar à apreciação do item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 180, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.206986/2023-04-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Gaúcha FM de Bataguassu-MS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bataguassu-MS, Estado do Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação com uma emenda de redação.

Concedo a palavra ao Senador Nelsinho Trad para a leitura de seu relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente Eduardo Gomes, colegas aqui presentes, na pessoa do Senador Mourão, cumprimento a todos.

Peço licença a V. Exa. para ir diretamente ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 180, 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Gaúcha FM de Bataguassu, para executar o serviço de rádio difusão comunitária no Município de Bataguassu, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma do projeto decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação.

> EMENDA Nº -CCDD (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se no artigo 1º do Projeto Decreto Legislativo 180 de 2019 a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Agradeço ao Senador Nelsinho Trad.

Passamos ao item 2.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 867, DE 2021

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Inocencience de Comunicação e Marketing para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Inocência, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela prejudicialidade.

Votação simbólica.

Uma curiosidade: quem nasce em Inocência é inocente.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Meu querido Presidente Eduardo Gomes, já que V. Exa. deu oportunidade, primeiro, eu vou falar do relatório anterior.

Bataguassu é uma cidade que faz divisa com o Estado de São Paulo, é justamente uma cidade muito próspera. Para quem vai da capital a São Paulo, um dos caminhos que se tem é por Bataguassu, e a gente fica muito feliz por ter aprovado a Rádio Gaúcha FM de Bataguassu. A colônia gaúcha é muito forte no Mato Grosso do Sul.

Em relação à Inocência, é uma cidade muito próspera e está recebendo a maior indústria de celulose do mundo, só isso. O grupo Arauco está se instalando lá em Inocência.

E o voto nessa questão – peço licença a V. Exa. e aos colegas para ir diretamente ao voto – é: diante do exposto, votamos pela prejudicialidade do PDL 867, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Inocencience de Comunicação e Marketing – respondendo a V. Exa., inocencience – para executar o procedimento de radiodifusão comunitária no Município de Inocência de Mato Grosso do Sul, em função de que está em vigor essa autorização que foi aprovada em 2021.

Então, não há necessidade dessa aprovação agora. Tem que esperar vencer primeiro. Daí a necessidade desse registro, porque está vigente desde 2021.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Como essa é uma votação simbólica, eu já submeto o voto de V. Exa. direto nesse item à apreciação.

Os Senadores e as Senadoras que concordarem permaneçam como se encontram; os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria fica prejudicada.

Item 3, para concluir o primeiro bloco de aprovação em conjunto com votação nominal.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 889, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Louvores ao Rei de Integração Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Nelsinho Trad, Prefeito por dois mandatos daquela cidade, para a leitura do seu relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Gomes, apenas para pedir licença a V. Exa. e aos demais colegas para ir diretamente ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 889, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Louvores ao Rei de Integração Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Fazendo um comentário a respeito de Campo Grande, Campo Grande é a capital do Estado de Mato Grosso do Sul, já está beirando um milhão de habitantes, uma cidade muito bem organizada, planejada, que teve o planejamento urbano feito por um arquiteto urbanista, na década de 70, de nome Jaime Lerner, que foi Prefeito de Curitiba, foi Governador do Paraná. Então, é uma cidade que tem muita similaridade, no transporte público, com Curitiba, com os terminais de transbordo, com as linhas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integração, corredor exclusivo... É uma cidade realmente muito interessante, e eu convido a todos para conhecer a nossa capital.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – É muito bom de correr lá.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sou testemunha ocular disso, porque tive oportunidade de ir a Campo Grande recentemente. Apenas na dúvida, porque fui quando V. Exa. era Prefeito, e a cidade estava muito bonita, e agora está bonita também. Não está muito. (*Risos.*)

Colocamos em discussão o item 1 ao item 9 da pauta, com exceção do que foi considerado prejudicado.

Abrimos a discussão, está em discussão.

As Sras. e os Srs. Senadores que queiram discutir... (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, passamos à votação.

Colocamos em votação, em grupo, os seguintes itens da pauta: item 1, PDL 180, de 2019; item 3, PDL 889, de 2021; item 4, PDL 662, de 2021; item 5, PDL 698, de 2021; item 6, PDL 705, de 2021; item 7, PDL 712, de 2021; item 8, PDL 719, de 2021; e item 9, PDL 736, de 2021.

A votação será nominal.

Os Senadores que votarem com o Relator votam "sim".

Solicito à Secretaria da Comissão que abra o painel de votação.

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

Consulto todos os Senadores se já votaram. (*Pausa.*)

Já votaram.

Está encerrada a votação.

Peço à Secretaria que abra o resultado. (*Pausa.*)

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Estão aprovados os projetos nos termos dos seus respectivos pareceres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.206986/2023-04-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 9ª Reunião, realizada em 25 de outubro de 2023.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será pulicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia quatorze de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Paulo Paim, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Eduardo Gomes, Hamilton Mourão e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Alessandro Vieira, Plínio Valério, Marcos do Val e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Giordano, Veneziano Vital do Rêgo, Zequinha Marinho, Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Rogério Carvalho, Flávio Bolsonaro e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação das Emendas da CCDD ao PLDO 2024**. **Finalidade:** Discussão e deliberação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), referentes ao PLDO/2024 (PLN 4/2023-CN), que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências". Relator na CCDD: Senador Hamilton Mourão. **Resultado:** Relatório das Emendas aprovado. Ficam as Emendas remuneradas de 01 a 05. Esta Comissão delibera pela apresentação das Emendas à Meta, já renumeradas, de n° 01) 50510001 20V8 - APOIO A INICIATIVAS E PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL, Alteração de Meta: 100; 02) 50510002 00TS - POLÍTICA PRODUTIVA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, Alteração de Meta: 15; 03) 50510003 15UI - IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDE DE COMUNICAÇÃO DE DADOS PARA INCLUSÃO DIGITAL, Alteração de Meta: 20. Também decide pela apresentação das Emendas de Texto, n° 04) 50510004 Corpo da Lei, Cap VII, Art 116, § 4, Tipo: Aditiva; 05) 50510005 Corpo da Lei, Cap V, Seção II, Subseção I, Art 91, § 3, Tipo: Aditiva. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e um minutos.

Senador Astronauta Marcos Pontes
Presidente Eventual da Comissão de Comunicação e Direito Digital

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Fala da Presidência.) – Bom dia, bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de novembro de 2023.

Esta reunião ocorre de modo semipresencial, com a utilização do sistema de videoconferência.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou pelo *chat* da plataforma.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que se encontra aberto perante esta Comissão, até o dia 20 de novembro, às 12h, o prazo para apresentação de sugestões de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual 2024, é o PLN 29, de 2023, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024. A reunião para discussão e deliberação das emendas ocorrerá no dia 22 de novembro de 2024.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 10ª Reunião, realizada em 8 de novembro de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à discussão e à deliberação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Comunicação e Direito Digital à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização referentes ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, PLN 4, de 2023, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024, e dá outras providências.

Esclareço que, conforme aprovado no relatório preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e na forma do art. 87, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, esta Comissão poderá apresentar até três emendas para inclusão de ação orçamentária ao Anexo de Prioridade e Metas, bem como não há limite ao número de emendas ao texto do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias mencionado.

Informo que foram oferecidas perante a Comissão 2 sugestões de emenda ao texto do projeto de lei e 27 sugestões de emenda às prioridades e metas, totalizando 29 sugestões de emendas.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para proferir o seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores que nos acompanham, bom dia a todos.

Relatório.

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 1, de 2006-CN, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias, especialmente em seus arts. 87 a 91, esta Comissão reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão em emendas de texto e em até três emendas a serem apresentadas ao Anexo de Prioridades e Metas do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024. Tais propostas, relacionadas em quadro anexo a este parecer, contemplam programações orçamentárias variadas, conforme as competências regimentais da Comissão.

Foram apresentadas 29 propostas de emendas ao PLDO 2024, sendo 27 ao Anexo de Prioridades e Metas e 2 emendas de texto. Vale destacar que, conforme aprovado no parecer preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cada Comissão Permanente pode apresentar até três emendas ao Anexo de Metas e Prioridades do PLDO 2023. Não há limites para as emendas ao texto do projeto.

Uma vez que a esta Comissão foram apresentadas 27 sugestões de emendas ao Anexo de Metas e Prioridades, faz-se necessário aplicar critério de seleção entre as propostas apresentadas, em que pese o inequívoco mérito de todas elas. Esta relatoria adotou como parâmetros de escolha os fundamentos técnicos inscritos na Resolução nº 1, de 2006-CN, em especial o caráter institucional das propostas, no sentido de manter relação com as competências desta Comissão, bem como o interesse nacional das ações. Outro critério importante foi o de observar as ações orçamentárias com maior apoiamento entre os membros desta Comissão. Após análise das propostas, parece-nos adequado propor que a Comissão endosse como emendas ao PLDO 2024 as seguintes ações e metas:

Ação 20V8 – "Apoio a iniciativas e projetos de inclusão digital", com meta de 100 iniciativas apoiadas;

Ação 00TS – "Política produtiva e inovação tecnológica", com meta de 15 projetos apoiados;

Ação 15UI – "Implantação de infraestrutura de rede de comunicação de dados para inclusão digital", com meta de 20 redes implantadas.

Quanto às emendas de texto, verificamos que todas versaram sobre matérias de elevada importância no contexto atual de nosso país. Por esse motivo, e considerando não existir limite quantitativo no que tange a essa modalidade de emenda, propomos que esta Comissão acolha as duas emendas de texto apresentadas.

Voto.

Diante do exposto, propomos que esta Comissão delibere pela aprovação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a) das propostas de emenda ao Anexo de Prioridades e Metas de nºs 2, 7, 8, 9, 11, 12, 15, 16, 23, 26 e 27, totalizando três emendas de metas ao PLDO 2024, conforme a seguir discriminado:

- Ação 20V8 – "Apoio a iniciativas e projetos de inclusão digital", com meta de 100 iniciativas apoiadas;

- Ação 00TS – "Política produtiva e inovação tecnológica", com meta de 15 projetos apoiados;

- Ação 15UI – "Implantação de infraestrutura de rede de comunicação de dados para inclusão digital", com meta de 20 redes implantadas.

b) das propostas ao texto de nºs 1 e 2.

A elaboração das emendas a partir das propostas aprovadas deve observar os ajustes técnicos necessários ao atendimento das normas aplicáveis ao PLDO 2024. Ademais, as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada. Finalmente, sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Coloco em discussão o relatório apresentado. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Ficam aprovadas as emendas para a inclusão de ação orçamentária ao Anexo de Metas e Prioridades do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023, que são renumeradas como Emendas nºs 1 a 3. No tocante às emendas de texto, serão renumeradas como Emendas nºs 4 e 5.

Nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, as emendas aprovadas serão enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.206986/2023-04-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado e um bom dia.

(*Iniciada às 9 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Jorge Kajuru, Paulo Paim e Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Esporte. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Leila Barros, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Romário, Carlos Portinho e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A reunião é suspensa às quinze horas e dezessete minutos e reaberta às quinze horas e trinta e nove minutos. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 26, de 2023** que: "Requer inclusão de convidado na audiência pública com o objetivo de debater os impactos da prática de apostas de cota fixa nas constatadas manipulações de resultados e o envolvimento dessa atividade com organizações criminosas." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 27, de 2023** que: "Requer inclusão de novos convidados na Audiência Pública objeto do REQ 22/2023 - CEsp." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 28, de 2023** que: "Requer a inclusão de convidados na Audiência Pública objeto do REQ 22/2023 - CEsp." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Resultado:** Adiado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 22/2023 - CEsp, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), REQ 24/2023 - CEsp, de autoria Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG), REQ 26/2023 - CEsp, de autoria Senador Carlos Portinho (PL/RJ), REQ 27/2023 - CEsp, de autoria Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), e REQ 28/2023 - CEsp, de autoria Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Finalidade:** Debater os impactos da prática de apostas de cota fixa nas constatadas manipulações de resultados e o envolvimento dessa atividade com organizações criminosas. **Participantes:** Sr. José Francisco Cimino Manssur, Assessor Especial do Ministério da Fazenda; Sr. Alcino Reis Rocha, Secretário-Geral da Confederação Brasileira de Futebol – CBF (representante de: Ednaldo Rodrigues Gomes - Presidente da CBF); Sr. Pedro Ivo Velloso Cordeiro, Mestre em Direito e Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília - UnB; Sr. Paulo Roberto Ribas, Presidente da Confederação Brasileira de Games e Esports - CBGE; Sr. Alessandro Maciel Lopes, Delegado da Polícia Federal (representante de: Andrei Augusto Passos Rodrigues, Diretor-Geral da Polícia Federal); Sra. Ana Yaemi Hayashiuchi, Especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental e em Transtornos do Impulso; Sr. Fábio Gomes de Matos e Souza, Presidente da Associação de Psiquiatria do Estado do Ceará - APEC; Sr. Antônio Edvando Elias de França, Promotor de Justiça e Coordenador do Núcleo do Desporto e Defesa do Torcedor – NUDTOR/MPCE; Sr. Bruno Lobato, Presidente da Associação Nacional dos Lotéricos; Sr. Rodrigo Alves, Presidente da Associação Brasileira de Apostas Esportivas – ABAESP; Sr. Wilson Luiz Seneme, Presidente da Comissão de Arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol – CBF; Sr. Eduardo Cabral; Sr. Hermano Tavares, Coordenador Geral do Programa Ambulatorial do Jogo Patológico - PRO-AMJO; Sr. André Rolim; Sr. Marcelo Palácio, Coordenador da clínica terapêutica Casa Despertar; Sr. André Pereira Cardoso Gelfi, Presidente do Instituto Brasileiro do Jogo Responsável - IBJR; Sra. Ticiana Macedo de Carvalho Teixeira, Psiquiatra; Sr. José Edir Paixão de Sousa, Tenente Coronel e Ouvidor do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará; Sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Francisco Eduardo Fideles Dutra, Capitão do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará; e Sr. Fabrício do Vale Torres. Em virtude da falta de quórum para deliberação dos Requerimentos da Comissão de Esporte n°s 26, 27 e 28 de 2023, que constavam da 1ª Parte da presente reunião, os debatedores cujos nomes estavam neles contidos participaram da audiência por decisão de ofício do vice-Presidente da Comissão e do senador Eduardo Girão. Por fim, o senador Eduardo Girão, que presidia a reunião, concedeu de ofício a palavra à senhora Ticiana Macedo de Carvalho Teixeira, Psiquiatra; ao senhor José Edir Paixão de Sousa, Tenente Coronel e Ouvidor do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará; ao senhor Francisco Eduardo Fideles Dutra, Capitão do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará; e ao senhor Fabrício do Vale Torres. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Girão
Presidente Eventual da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/23

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, Deus e saúde a todos e todas presentes e àqueles que nos acompanham pelos meios de comunicação – pela TV Senado, pela Rádio Senado, pela Agência Senado –, e agradecemos também a transmissão da BandNews desta audiência pública, que eu tenho certeza de que será histórica, pois é a maior já existente até hoje neste Senado Federal.

E, dando início ao roteiro da Comissão de Esporte, que é presidida pelo meu ídolo e meu irmão Romário, que, por questões pessoais, está ausente, e daí, como Vice-Presidente, eu assumo, mas quero desde já solicitar a compreensão costumeira de meu amigo, homem público raro, amigo pessoal do Ceará,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Senador Eduardo Girão, que solicitou esta audiência, e nós, juntos, reunimos os convidados, para que o Girão querido divida comigo a Presidência, pois eu tenho uma cirurgia hoje no DF Star – você já sabe tudo, como meu amigo –, e aí nós dois tomaremos conta deste assunto importante. E, mesmo na minha ausência, a minha assessoria, aqui representada pela Carol, depois da cirurgia, me deixará ver o restante do que eu não vou acompanhar, porque todos sabem do interesse que tenho, pois fui o primeiro Senador a entrar com um projeto de lei nesta Casa sobre o tema tão preocupante, tão grave – o Girão costuma dizer: "Não é grave; é gravíssimo" – da casa de apostas esportivas e outros, porque não é somente em relação a ela, não é? O que tem de gente querendo colocar mais coisas nela ainda!

E a gente aqui vai fazer, democraticamente, uma audiência pública para ouvir todos os lados – essa é a nossa intenção. Aqui, não tem nenhum lado que foi recusado, todos que procuraram foram atendidos, e é esse o nosso desejo para que, ao final de tudo, a sociedade brasileira saia satisfeita com o resultado final, no Plenário, da votação dos 81 Senadores.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem, se o senhor me permite.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É evidente que permito, Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Rapidamente. É apenas para dizer que eu fico muito confortável com a sua Presidência nesta audiência, que – o senhor falou a palavra – é histórica mesmo, porque eu nunca participei, nesses quatro anos e meio que eu estou servindo aqui no Senado, de uma audiência tão ampla...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nem eu.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... ouvindo realmente todos os atores envolvidos. Nós vamos ouvir Confederação Brasileira de Futebol, Ministério da Fazenda, casas de aposta; vamos ouvir os afetados por isso, que são pessoas viciadas, amantes do esporte.

Inclusive, nesse final de semana, eu fui a um hospital psiquiátrico...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você me contou.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... Nosso Lar, lá no Ceará. Depois eu vou compartilhar, na hora certa, quando a pessoa do hospital, uma psiquiatra, estiver falando para a gente do incremento dessas pessoas, de brasileiros que estão se avolumando, porque estão à beira do abismo, por causa dessas apostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Somos o país do futebol – a paixão nacional –, e nós temos que ter muita calma, muita responsabilidade nesta hora, porque esse vício, ele... Eu acredito que a mesma política do cigarro a gente tem que dar para ele. Tem que ser uma coisa, assim, com muita restrição...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu acho pior que o cigarro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... mais ainda.

Concordo com você.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Nada, Senador Eduardo Girão.

Só para registrar, alguns Senadores com problemas pessoais, toda segunda-feira, precisam ficar em seus estados, mas há Senadores atuantes, exemplares como Parlamentares. Por exemplo, remotamente vão participar desta audiência pública a minha amiga, irmã de 30 anos, Leila do Vôlei, a futura Governadora do Distrito Federal – até porque o Distrito Federal não aguenta mais tanta "enganeis", não é? –; e também aquele que eu considero o melhor advogado esportivo do Brasil, que hoje é Senador, o carioca Carlos Portinho.

Outros Senadores que desejarem participar remotamente, será um prazer para todos nós.

Abertura.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Esportes da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 23 de outubro de 2023.

Objetivos e diretrizes da reunião.

A presente reunião está dividida em duas partes: a primeira, deliberativa, rápida; e a segunda, maior, que será a audiência pública interativa.

A primeira parte, deliberativa: a presente reunião é destinada à deliberação de requerimentos apresentados à Comissão.

Tendo em vista que ainda não temos quórum para deliberação, passaremos, então, à segunda parte da reunião, que é a audiência pública interativa.

Esta parte destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater os impactos da prática de apostas de cota fixa nas constatadas manipulações de resultados e o envolvimento dessa atividade com organizações criminosas, em atenção ao Requerimento nº 22/2023, desta Comissão de Esportes, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autoria do Senador Eduardo Girão, com apoio unânime de todos nós; ao Requerimento 24/2023, desta Comissão de Esportes, de autoria do Senador Cleitinho, também apoio unânime; ao Requerimento 26/2023, da Comissão de Esportes, de autoria do Senador Carlos Portinho, também unanimemente aprovado; ao Requerimento 27/2023, da Comissão de Esportes, de minha autoria, também unanimemente aprovado; ao Requerimento 28/2023, da Comissão de Esportes, de autoria do Senador Zequinha Marinho, também aprovado da mesma forma.

Eu vou convidar, para tomar lugar à mesa, os seguintes convidados, que estão aqui presentes e ficarão aqui na nossa mesa, enquanto outros – são quase 30 – vão estar remotamente... Só antes, de forma objetiva, quero agradecer ao Presidente desta Comissão de Esportes, respeitado – e repito – amigo, irmão e meu ídolo, homem público deste país, pela sua história no mundo, o Senador Romário. Ele fez questão – e o Senador Girão lembra –, na última reunião, de marcar o mais rápido possível esta audiência pública, que poderia ser na próxima quarta-feira ou em outra data. Ele preferiu fazer na segunda-feira, mesmo que ele não pudesse estar presente.

Na Mesa Diretora, por fineza, peço a presença aqui do Sr. Alcino Reis Rocha, que é o Secretário-Geral da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). (*Pausa.*)

À vontade.

O Sr. José Perdiz de Jesus, Presidente do Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol (STJD), a quem agradeço. Parece-me que é a terceira vez que ele aqui vem prazerosamente.

Também convido para a Mesa Diretora a Sra. Ana Yaemi Hayashiuchi, Especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental e em Transtornos do Impulso. (*Pausa.*)

Também convido o Sr. José Francisco Cimino Manssur, que é Assessor Especial do Ministério da Fazenda, a quem eu tenho o maior respeito possível pelo qualificado e honradíssimo Ministro Fernando Haddad. (*Pausa.*)

Aqui também convido o Sr. Paulo Roberto Ribas, Presidente da Confederação Brasileira de Games e Esportes (CBGE), que está presente. (*Pausa.*)

O Sr. Pedro Ivo Velloso Cordeiro, Mestre em Direito e Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB). (*Pausa.*)

Informo que a participação por videoconferência são dos seguintes convidados já a postos:

O Sr. Antônio Edvando Elias de França, Promotor de Justiça e Coordenador do Núcleo do Desporto e Defesa do Torcedor, do Ministério Público do Estado do Ceará;

O Sr. Rodrigo Alves, Presidente da Associação Brasileira de Apostas Esportivas (Abaesp), mostrando a democracia desta audiência pública;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Wilson Luiz Seneme, Presidente da Comissão de Arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol, a quem também agradeço porque sempre está presente. Deve ser a terceira ocasião também. E eu adoro discutir com ele, porque ele é apaixonado pela arbitragem e é um homem que merece o nosso respeito na Confederação Brasileira de Futebol;

O Sr. Hermano Tavares, Coordenador Geral do Programa Ambulatorial do Jogo Patológico (Pro-Amjo);

Também o Sr. Fábio Gomes de Matos e Souza, Presidente da Associação de Psiquiatria do Estado do Ceará (Apec);

O Sr. Marcelo Palácio, Coordenador da clínica terapêutica Casa Despertar;

O Sr. André Pereira Cardoso Gelfi, Presidente do Instituto Brasileiro do Jogo Responsável (IBJR).

Informo que ainda não confirmaram presença os seguintes convidados:

O Sr. Cyro Terra Peres, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do meu amado Estado de Goiás.

Conto com sua presença, Sr. Cyro, pela importância sua quando, realmente, o Brasil começou a tomar conhecimento em relação a esse crime chamado manipulação de resultados de futebol. Não foi o Presidente do Vila Nova Futebol Clube; foi o senhor o maior responsável para dar o pontapé inicial.

Também o Sr. Salmo Valentim, Presidente da Associação Nacional dos Árbitros de Futebol, a Anaf;

O Sr. Andrei Augusto Passos Rodrigues, Diretor-Geral da Polícia Federal, que merece o meu maior respeito – aliás, finalmente eu posso usar essa palavra, "respeito", em função à direção-geral do Dr. Andrei.

Também aqui estão o Sr. – remotamente – Antônio Geraldo da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, a ABP;

O Sr. Steve Sharman, que é Pesquisador do Centro Nacional de Vícios do Instituto de Psiquiatria;

O Sr. Leonardo Teixeira, psicólogo clínico;

O Sr. Adriano Monteiro, Canal Apostador Falido.

Informo, por fim, também, que foram convidados o Sr. Fernando Martins Cesconetto, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás;

O Sr. Wesley Cardia, Presidente da Associação Nacional de Jogos e Loterias;

O Sr. José Augusto Vagos, Procurador Regional da República da 2ª Região;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Valentim Gentil Filho, Professor e Médico-Psiquiatra;

A Sra. Mirella Martins de Castro Mariani, Psicóloga, Mestre e Assistente do Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da USP, e O Sr. Juan David Tovar Velásquez, Médico e Mestre pela USP, que não puderam comparecer a esta audiência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados aqui presentes na mesa, posteriormente aos que estão remotamente, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados em todo o Brasil, por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

Aqui acrescento... Confirmo com a minha secretaria: já está presente? (*Pausa.*) Ótimo.

Como já falei sobre a Polícia Federal, o respeito que tenho por ela, aqui o Dr. Alessandro Maciel Lopes, Delegado da Polícia Federal, também é convidado para a nossa Mesa Diretora.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Como eu sou o rei de quebrar protocolo, é evidente que eu darei tolerância de mais minutos necessários para a fala de cada convidado, sem, é claro, sermos prolixos.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos aqui presentes, somente o Senador Eduardo Girão e outros que, remotamente, significarão o mesmo objetivo, fazendo uso de seus comentários e tendo direito às suas perguntas.

Exposições iniciais.

Com a palavra, o Sr. José Francisco Cimino Manssur, Assessor Especial do Ministério da Fazenda, com quem já tive reuniões importantes, juntamente com o Ministro, irretocável, Fernando Haddad.

Inicio com o Sr. José Francisco Cimino Manssur, por fineza.

O SR. JOSÉ FRANCISCO CIMINO MANSSUR (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador, Presidente desta reunião, Jorge Kajuru, a quem saúdo, Exmos. Srs. Senadores, Exmas. Sras. Senadoras, Exmo. Sr. Senador Eduardo Girão, com quem tive a honra de estar, na última quinta-feira, na CAE...

Em nome do Ministério da Fazenda, reafirmo a disponibilidade, que é determinação do Sr. Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de estar aqui e de atender ao Parlamento, sempre, em todas as vezes em que formos chamados a prestar quaisquer tipos de esclarecimento.

Exmas. Sras. Assistentes, que estão aqui presentes, Srs. Assistentes, Sras. e Srs. Servidores e todos aqueles que estão remotamente nos assistindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O princípio maior da atuação do Ministério da Fazenda no que diz respeito à regulação das apostas esportivas é o estrito atendimento à norma legal, o estrito atendimento à lei.

Em 2018, este Parlamento editou a Lei 13.756/2018 que, no seu art. 29, diz: "Fica criada a modalidade lotérica, sob a forma de serviço público, denominada aposta de quota fixa, cuja exploração comercial ocorrerá no território nacional".

E, no seu §3º, diz: "O Ministério da Fazenda regulamentará, no prazo de até 2 (dois) anos, prorrogável por até igual período, a contar da data de publicação desta lei, o disposto neste artigo".

O que diz a lei, senhoras e senhores? Que estava criada ali a aposta por cota fixa, como integrante do marco regulatório brasileiro, do conjunto de leis que norteiam a atividade de todas as pessoas neste país, e que incumbiria ao Ministério da Fazenda, no prazo de dois anos, prorrogável por mais dois anos, a regulamentação de tal atividade.

A lei é de 2018. Entre 2018 e 2020, o Governo Federal anterior, o então Ministério da Economia, não fez a regulamentação. Passaram-se mais dois anos, porque seria prorrogável, e o Ministério da Economia do Governo anterior não fez a regulamentação, não atendeu ao que estava disposto na lei, e coube ao Ministério da Fazenda atual cumprir a lei.

O que nós estamos fazendo, Senador Kajuru, única e exclusivamente, é cumprir a lei, cuja competência legislativa é, como todos sabemos, do Parlamento brasileiro, Câmara e Senado.

Nós não legalizamos as apostas de cota fixa. Elas já estavam legalizadas. E também não nos arvoramos uma competência que nós não temos, porque o legislador disse: o Ministério da Fazenda regulamentará, no prazo de até dois anos.

Portanto, o que nós estamos fazendo e fizemos com muito trabalho de uma equipe dedicada, Senadora, no Ministério da Fazenda, nomeada pelo Ministro Fernando Haddad, foi nada mais nada menos do que nos desincumbir de uma determinação legal.

Como eu disse na audiência anterior, gentilmente presidida pelo Senador Girão, as apostas por cota fixa trazem uma série de externalidades negativas – não há dúvida sobre isso –, a lavagem de dinheiro, o uso da aposta esportiva para lavar dinheiro, que nós estamos trabalhando desde janeiro para combatê-la junto com o Banco Central do Brasil... Há uma externalidade que eu considero negativa. Nos últimos cinco anos, portanto desde de 2018, esse segmento cresceu barbaramente. Hoje não se assiste a um evento esportivo na TV aberta ou na TV fechada sem um volume agressivo de propaganda de empresas de aposta e não há nenhuma regulamentação sobre isso.

Então nós estamos, desde janeiro, trabalhando junto com o Conar para criar um programa de jogo responsável que vá estabelecer os parâmetros dessa propaganda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os horários...

Eu cresci – e o senhor me desculpa, Senador – vendo o Senador Kajuru nos programas esportivos. Chegava da escola, deixava a minha mala e ia ver o programa esportivo para ver o resultado. Às vezes o jogo acabava tarde, não dava para ver o que aconteceu e eu queria ver. Hoje a criança que faz isso é bombardeada com propaganda de *betting*, de aposta esportiva, sem critério nenhum, porque não se regulamentou. Então a política de jogo responsável também é uma externalidade negativa que nós precisamos combater.

Vou deixar as duas mais graves, que eu acho que são o objeto dessa fala, para o final.

Outra coisa que é inaceitável neste país, num país com tanta desigualdade, num país com tanta gente passando por dificuldade e com segmentos da economia sendo tributados como são, que esse segmento tenha crescido ao longo desses últimos cinco anos, tenha arrecadado algo que se estima hoje – como não está nenhuma delas no Brasil, porque não há regulamentação – entre R$100 bilhões e R$150 bilhões e não se recolhem os impostos! Não é sanha arrecadatória, é justiça tributária. O sujeito que produz o alimento, o sujeito que produz o vestuário, o sujeito que trabalha com educação, essas entidades pagam o seu imposto e as empresas de *betting* não pagam nos últimos cinco anos.

Então também era nossa incumbência regulamentar para poder pagar o imposto. Porém, as destinações foram dadas também pelo legislador. E na época da lei de 2018 a 5%: 0,82% para a educação fundamental; 2,55% para o Fundo Nacional de Segurança Pública; 1,63% a contrapartida dos clubes – isso tudo foi dado pelo legislador de 2018. Isso somava 5%. Hoje, com o projeto que veio da Câmara e no PL que o Ministério da Fazenda apresentou, essas destinações já chegaram a 18%. Nós saímos de 5% para 18%. E aí é o princípio do respeito ao processo legislativo: a partir de agora, quem define tributação e destinação é o Senado Federal. Como eu disse, Senador Kajuru, é um jogo parlamentar que acabou o primeiro tempo e estamos começando a jogar o segundo tempo. O primeiro tempo foi na Câmara e o segundo tempo estamos começando a jogar aqui no Senado e o Senado tem feito um trabalho muito aplicado e brilhante na condução desse processo.

E as duas últimas externalidades negativas gravíssimas: a manipulação de resultado. Para mim, que também milito na advocacia do Direito Desportivo desde que me formei, em 1998, a crise mais grave que o futebol brasileiro já enfrentou ou poderá enfrentar: a manipulação de resultados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – De perder a credibilidade.

O SR. JOSÉ FRANCISCO CIMINO MANSSUR – De perder a credibilidade, de ir a um estádio, Senador Kajuru, e ouvir – eu frequento estádio –, ouvir o filho perguntando para o pai, quando um jogador erra alguma coisa ou provoca um escanteio: "Pai, ele errou mesmo ou ele foi pago para fazer isso?" Isso é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o fim do esporte. Se você perder a imprevisibilidade do esporte, acabou o esporte. Ninguém para para assistir a um jogo de carta marcada.

E nós, no Ministério da Fazenda, diante da incumbência que o legislador nos deu, também nos preparamos para enfrentar a manipulação de resultado, contando com um delegado federal, Tiago Horta, contando com o Fred Justo, que está aqui presente, dois especialistas nessa área... Mas, hoje, nós temos a consciência de que, pelo fato de a manipulação de resultado ser uma temática esportiva, o protagonismo desse enfrentamento é do Ministério do Esporte. E nós, o Ministério da Fazenda, estamos lá para ajudar o Ministério do Esporte a enfrentar a manipulação de resultado. Por quê? Porque o Ministério do Esporte tem suas outras atribuições, e agora, com a troca do Ministro, ele se voltou ao enfrentamento da questão, e o que nos cabe como Governo, um só Governo, é ajudar, é suportar, é dar apoio para que o Ministério do Esporte faça o trabalho do enfrentamento da manipulação de resultado com o apoio do Ministério da Fazenda. Estamos muito dispostos a ajudar.

E a outra externalidade negativa gravíssima é o caso do vício em jogo, que preocupa sobejamente o Senador Girão e tantos outros Senadores, e é gravíssimo – é gravíssimo.

Segundo um estudo, 1,5% da população adulta do Brasil se diz compulsiva ao jogar. Olha que número grotesco! E, como não houve regulamentação, nós não fizemos nada nos últimos quatro anos, Senador Kajuru.

Agora, nós já temos um grupo de trabalho com o Ministério da Saúde, que tem nos atendido prontamente, porque eles sentem na ponta a gravidade do problema no SUS... Então, nós já temos um grupo de trabalho com o Ministério da Saúde para que a gente possa criar os mecanismos de enfrentamento, de prevenção do vício em jogo, e aí passa muito pelo jogo responsável, o que nós vamos falar nessas campanhas, e o Governo também vai fazer suas campanhas, dizendo "jogue com responsabilidade", "jogue com consciência", "não aposte mais do que o dinheiro que você tem para sobrar", e, principalmente, Senador Kajuru, dizer às pessoas, e aí nós contamos com os Senadores, que são formadores de opinião, que jogo não é meio de enriquecer.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ FRANCISCO CIMINO MANSSUR – Eu já estou terminando, Senador.

Jogo não é meio de enriquecer. Não acredite que você está numa determinada situação financeira, e, jogando, você vai a outro patamar financeiro! Você não vai!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não é Mega-Sena.

O SR. JOSÉ FRANCISCO CIMINO MANSSUR – Não é! E a Mega-Sena também ganha 0,0001%. E o jogo, como tem essa possibilidade de você ficar jogando sempre – a Mega-Sena é a cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rateio –, você acredita que vai ficar rico. E há, hoje... Quando eu falo isto, eles entram, mandam *directs* no meu Instagram, bravos, mas, como ente público, eu tenho a obrigação de falar, Senador. Há, hoje, *coaches* de jogo. O sujeito vai à internet e vende curso para te ensinar a ganhar aposta. E quem tem mais chance de ensinar a ganhar uma aposta é o Senador Kajuru, que assistiu ao jogo de futebol e meia hora antes pode te dizer quem vai ganhar, pelo conhecimento de futebol dele, não o *coach* de aposta. E, mesmo assim, erramos de vez em quando. É raro, raro. Há outros jornalistas que erram mais, mas erramos de vez em quando.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Sete a zero ontem. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ FRANCISCO CIMINO MANSSUR – Sete a um. Eu fiquei embasbacado.

Não acredite! Eu, como ente governamental presente à mesa aqui, e esta é uma palavra do Governo Federal... Não acredite na falsa ilusão de que você vai ficar rico com jogo. Você vai ficar viciado, vai perder dinheiro, vai estragar a convivência familiar, a sua família vai sofrer tanto quanto sofre o adicto em droga, tanto quanto sofre o adicto em bebida alcoólica e em cigarro, que eu acho também gravíssimo. Perdi a minha mãe, que foi fumante a vida inteira, e teve problemas de saúde gravíssimos por conta disso, e posso dizer o quanto o cigarro é maléfico, como tantos milhões de outras pessoas no mundo inteiro; para dizer que nós precisamos enfrentar o vício em jogo com a regulação.

O que o Ministério da Fazenda está se propondo a fazer, Senador Kajuru, é cumprir o que a lei mandou. E as alíquotas, a forma de exploração do jogo, hoje, é tema do Parlamento. E, se tem alguma coisa que nós respeitamos, é a competência, a tripartição de Poderes, é a competência do Parlamento, e o Executivo dá as informações que são solicitadas pelos Parlamentares e respeita a decisão soberana do Parlamento do Brasil, no caso agora, do Senado Federal.

Então, as primeiras observações eram essas, Senador.

Quero agradecer muito a oportunidade e dizer que, sempre que o Parlamento precisar, nós estaremos aqui, absolutamente, à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, eu tenho certeza de que o raro Senador Eduardo Girão, aqui presente, vai concordar com a minha observação, que demos aqui um pontapé inicial a esta audiência pública em função do conteúdo de toda a fala do Sr. José Francisco Cimino Manssur, que é Assessor Especial do Ministério da Fazenda.

Eu conheço a credibilidade, a honradez e a preocupação dele.

Quero fazer rápidas observações, meu querido Girão, Senador, porque nós dois conversamos diariamente sobre esse assunto, e há muito tempo, desde o começo desta legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um assunto tão delicado... Para que os senhores tenham noção, estava tudo definido no Senado Federal, que eu, Kajuru, por ter sido o pioneiro deste projeto, aqui na Casa, por ser do ramo também – assim como o Girão, que é ex-Presidente do Fortaleza, de uma gestão histórica inclusive –, seria o Relator final, ou seja, no Plenário. Caberia a mim essa missão. Portanto, eu já estava trabalhando, ouvindo todos os lados. Aqui, alguns já foram ouvidos por mim, já estiveram comigo. Estava fazendo o meu papel. De repente, quando gente do Senado – e aqui, eu vou falar abertamente, até porque esse é o meu estilo e eu não vou mudar –, quando viram: "O Kajuru vai ser o Relator final?" Veio o desespero. Tem Senador brigando 24 horas para me derrubar, essa é a verdade, porque sabe das minhas opiniões.

E quero deixar claro que eu não tenho nenhuma opinião radical. Assim como o Dr. Manssur aqui observou, eu conversei com o Ministro Haddad sobre impostos. Eu coloquei nem 18%, nem 23%, eu apresento uma proposta de 20%.

Algo em que o ministro Haddad não concordava comigo, e agora passou a concordar: Ministro, não pode estabelecer uma licença de 30 milhões para todas as casas de apostas. Ela deve ser proporcional, de acordo com o tamanho de cada casa de aposta; porque senão vamos correr o risco de Portugal, onde se estabeleceu um valor fixo, sem ser proporcional. E o que ocorreu? As casas de apostas foram embora de Portugal, ou foram para a clandestinidade. E as que foram embora levaram os apostadores. Portugal perdeu 36 milhões de euros em tributos. Então, o Brasil não pode cometer esse erro. O Ministro Haddad falou: "Você tem razão. Eu pensei e repensei. Vamos fazer de uma forma proporcional, de acordo com o tamanho de cada casa."

E também o tempo dessa licença. Falou-se em três, em dez, eu fiz a proposta de cinco anos.

E a minha preocupação, que eu apresentei ao Ministro, ao Dr. Manssur, ao Barreirinhas, que estava lá na reunião também, que é a questão da idade. A gente deveria estabelecer que uma criança de dez anos de idade não está preparada para entrar em apostas. Correto? Ela não está.

Para que vocês saibam aqui, se o Girão quiser, eu dou o nome porque eu já falei o nome dele várias vezes e ele é um homem público admirável, para mim tinha que ser inclusive o Presidente da República, que é o General Hamilton Mourão. Quando eu falo que ele tinha que ser, anteriormente. E um dia também poderá ser. O General Hamilton Mourão, que foi meu parceiro no projeto de lei, contou sabe o quê? Que o neto dele de dez anos pegou o cartão de crédito dele e começou a gastar sem parar em apostas. Se isso aconteceu com o General Hamilton Mourão, imaginem quantos avós, quantos pais estão sofrendo por essa situação.

Então, penso eu, se for o Relator final, se eu não for derrubado, literalmente, que tem que haver o limite de idade; ou seja, a partir de 15 anos, que a criança já tem uma noção, já não é mais uma criança e já está quase pronta para votar, mas que não vai ser influenciada, penso eu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso tem que ser debatido. Não é a minha opinião que tem que prevalecer. Apenas é um pensamento que tenho a princípio.

Queria fazer essa colocação, chamar o Senador Eduardo Girão e depois dar sequência à Mesa Diretora...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Rapidamente também...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Fica à vontade, fica à vontade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... porque a gente tem muitas pessoas que conhecem bem o tema e vão falar e eu quero ouvir atenciosamente, anotar cada ponto, Senador Kajuru.

Mas quero reiterar que o senhor foi o pioneiro aqui. Quero deixar isso muito claro, que o senhor foi o pioneiro. Eu lhe conheci antes de o senhor chegar ao Senado e o senhor já tinha preocupação com esse tema. Antes de o senhor chegar ao Senado, lá em Goiânia, o senhor era Vereador e se levantou com relação a esse assunto.

Parabéns. A exposição do Sr. Manssur também foi brilhante aqui na CAE.

Olha as coisas como são. O Senador Humberto Costa marcou uma audiência que eu tinha pedido há muitos meses, mas ele encontrou uma data.

Coincidentemente, não existe coincidência, sexta-feira eu estava sentado aí onde o senhor está, sexta, e nós fizemos uma audiência pública sobre vício em tecnologia.

Senador Kajuru, foram quase quatro horas de sessão. Eu fiquei abismado...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu assisti a boa parte.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... com os especialistas da USP trazendo aqui dados. É devastador o que está acontecendo na humanidade, e o Brasil é o segundo lugar do mundo de vício. E aí, se falou muito em aposta esportiva aqui, que é uma ponta do *iceberg*.

Eu vou contar uma coisa para vocês, assim, como desportista que entrava em campo com o meu time do coração, o Fortaleza, cheguei a ser presidente. O ideal para preservar tanto o esporte brasileiro, que é um patrimônio o futebol, falando de futebol, como preservar famílias, que não têm preço, vidas, que não têm preço, por tudo que eu estou vendo, sendo procurado quase que diariamente por pessoas completamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adoecidas por isso, que nunca colocaram uma gota de álcool na boca, estão viciadas por causa de *betting* porque vai na alma.

É o jogador, ídolo, que chega lá e diz: "Olha, aposta". E o clube coloca na camisa e coloca a propaganda, o cara diz: "Estou ajudando o clube".

Nós estamos matando a galinha dos ovos de ouro, porque aquele sócio torcedor vai perder tudo e vai atentar contra a vida, é o que a gente está vendo.

O ideal, Senador Kajuru – eu sei que isso não é possível, e que a política é a de possível –, era se tivéssemos como proibir, completamente, a aposta. É proibir, não entrar no Brasil. O Brasil ganharia, sob todos os aspectos, até porque a cada dólar arrecadado... Tem especialistas, como Earl Grinols, lá nos Estados Unidos, que publicou um livro, como o *Gambling In America,* e mostra que a cada dólar arrecadado três são gastos com custo social. Então, o Governo vai receber por um lado e vai gastar três vezes mais com questão da doença mental, de segurança pública, porque o cara vai para a sarjeta, se ele não se matar.

Então, o caso que a gente está tratando aqui é grave, mas nós vamos encontrar, eu tenho certeza, Senador Kajuru, um caminho. E o senhor é a pessoa talhada, certa, com sensibilidade, com responsabilidade, para encontrar um caminho que tenha reconhecimento facial, em que a gente tenha, realmente, travas para evitar um adoecimento maior do que já há.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, Senador Eduardo Girão, vale a pena lembrar aquilo que comentou o Senador Carlos Portinho, na nossa última reunião: que um dia haverá um arrependimento em relação às apostas por parte do futebol brasileiro.

Mas penso, não discordando do que o senhor pensa, que a gente tem que apoiar e apenas fazer com que ela trabalhe legalmente, não só quanto à sonegação que houve até hoje, ao pagamento de tributos, mas à legalização e a tudo o que nós estamos discutindo com relação à forma como ela deve funcionar.

Nós dois, e eu aqui o cumprimento, já discordamos em relação à propaganda na televisão e, em parte, o senhor acabou cedendo – e aqui registro a presença da admirável Senadora Damares para também acompanhar e fazer perguntas e ficar à vontade nesta nossa audiência pública que é a maior que aconteceu até hoje, Senadora Damares e a senhora era Ministra, aqui no Senado Federal, para um assunto tão grave ou gravíssimo como esse. Eu sei da sua preocupação e do seu zelo –, mas penso eu que os veículos de comunicação não podem ser culpados pela ilegalidade de uma casa de aposta amanhã. A ilegalidade dela tem que ser responsabilidade da justiça, da Polícia Federal e de outros. Você não pode punir um veículo de comunicação que vive de publicidade. Nós já não temos mais programas infantis na televisão brasileira em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

função de que se proibiu publicidade. E nós somos do tempo em que as nossas crianças amavam os programas infantis, diários, mesmo com as Xuxas da vida, mas gostavam, amavam.

Então, a gente vai chegar a um acordo. Os veículos de comunicação concordam com a questão de horário e tudo. Então, penso que, até nesse caso, haverá um consenso. Portanto, há vários segmentos querendo o consenso para que, de uma vez por todas, saímos vitoriosos dessa situação.

Com a palavra agora, na Mesa Diretora... Os Senadores fiquem à vontade, após a fala de cada um, para fazerem alguma observação. Depois de todos haverá, evidentemente, o questionamento, o comentário de cada Senador, remota ou presencialmente, aqui.

Com a palavra, agora, o Sr. Alcino Reis Rocha, que é Secretário-Geral da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), com o tempo de 10 minutos e a justa tolerância.

Por fineza, com a palavra.

O SR. ALCINO REIS ROCHA (Para expor.) – Senador Jorge Kajuru, Presidente aqui desta audiência pública, Senador Eduardo Girão, Senadora Damares, outros Senadores, que, eventualmente, estão participando deste trabalho, todos os convidados aqui da mesa, todos os participantes aqui, servidores e servidoras desta Casa, eu gostaria de, antes de tudo, agradecer o convite e, mais uma vez, colocar a CBF à disposição desse debate que é um debate que diz respeito não somente, como já foi lembrado aqui muito bem, a direitos elementares ou relacionados à saúde pública, direitos do consumidor, mas diz respeito também a questões relacionadas à valorização do nosso futebol.

O nosso futebol, como sempre se afirma, é um elemento que faz parte da nossa cultura, da cultura brasileira. Não é por acaso que, todo final de semana, nós assistimos pela televisão, aos nossos estádios lotados e cada vez mais lotados. São recordes de frequência nos estádios. Não é por acaso que a gente observa toda a mobilização que se tem tanto do ponto de vista da cultura, como também da economia na realização desses grandes eventos.

Isso tudo demonstra a paixão do nosso país pelo futebol. E aqui, Senadores, eu acredito que esta Casa vai ter a oportunidade de colocar a sua contribuição nesse projeto que está tramitando aqui, que trata dos *bets*, no sentido de reconhecer, de forma muito clara, qual vai ser o papel das organizações de futebol nisso.

Eu falo isso porque o futebol hoje participa dos jogos de *bet* não por uma decisão voluntária. Eu desconheço qualquer clube que, eventualmente, tenha autorizado, de forma explícita, a utilização do seu nome, a utilização da sua denominação, do seu apelido, tudo aquilo que está presente na legislação. Eu desconheço. Da mesma forma que eu desconheço qualquer organizador de competição que também autorizou a utilização de dados, de elementos da sua competição nesses jogos. Eu costumo dizer que se criou em nosso país e no mundo, como bem lembraram aqui os Senadores, um negócio que se financia de um outro negócio sem ter os básicos elementos de autorização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É como se você montasse uma rede de representantes de um determinado produto, e que todo dia essa rede recebesse os insumos, recebesse o material básico para funcionar, sem fazer a devida remuneração ou o devido respeito pelo produto, por aquilo que ela oferece, que ela coloca eventualmente para ser exposto, eventualmente para ser também, de certa forma, comercializado.

E eu chamo a atenção sobre isso, porque o nosso país é um país que, seja pela Lei Pelé, seja pela Lei Geral do Esporte, seja pela antiga Lei da Copa de 2014, é um país que tem, por tradição – e isso está presente no nosso ordenamento jurídico –, o pleno respeito às propriedades criadas no ambiente esportivo. Por quê? O ambiente esportivo precisa ser autoalimentado. Ele é um ambiente em que você está exposto a uma grande concorrência, o Senador sabe disso – como ele mesmo já falou, é do ramo, conhece muito bem como é que funciona o esporte –, ele é submetido a uma ampla concorrência, e, portanto, tem que valorizar todas as propriedades que ele cria; e a lei reconhece, a lei coloca isso. A Lei... LGE, quando reconhece o direito de arena, reconhece o direito à arena, não diz qual o valor daquele direito. Isso é um problema do mercado, o mercado negocia, os clubes resolvem isso de forma ou insatisfatória... inclusive de forma individual ou coletiva; reconhece os direitos comerciais das competições, portanto o mercado também resolve. Enquanto isso, agora, nas leis das *bets*, infelizmente, a gente, até o presente momento, não vê isso de forma clara, tanto do ponto de vista do reconhecimento dos direitos do futebol, como também do de oferecer ao futebol mecanismos para que ele possa lutar contra os efeitos maléficos desse negócio, que, no nosso caso aqui – eu vou me restringir nisso por enquanto –, são todos esses malefícios criados pelas manipulações de resultado.

O Manssur lembrou bem: o espetáculo esportivo é caracterizado basicamente por duas características, para ele ter sucesso. Primeiro, a alta performance esportiva. Quando nós vamos assistir a um jogo, a gente quer que o atleta dê ali o máximo dele. A gente não quer ver cera, a gente não quer, eventualmente, qualquer tipo de comportamento que não seja a plena dedicação do atleta. E, uma segunda característica, a imprevisibilidade do resultado. O jogo tem que ser resolvido dentro de campo. Ele não pode ser resolvido fora do campo, porque, quando ele é resolvido fora do campo, você atinge a natureza do esporte. Você mata o que ele tem de mais nobre, que é justamente a possibilidade de ele oferecer para o torcedor um jogo em que as coisas serão resolvidas pelo atleta, e não por terceiros. Portanto, para nós do futebol, para nós da CBF, para nós das entidades esportivas, nós precisamos que, além de se respeitar os direitos dos clubes, sejam também oferecidos mecanismos para que nós tenhamos cada vez mais instrumentos eficientes para se combater a manipulação do resultado

E aí o Manssur aqui coloca corretamente: vamos dar um protagonismo ao Ministério do Esporte. Mas aqui eu faço uma reflexão: ora, do ponto de vista da manipulação do resultado, com esse trabalho, a rigor, você vai privilegiar os entes estatais, o poder público ou dar mais condições para que quem participa da organização do espetáculo, ele mesmo possa oferecer e ter mecanismo para oferecer cada vez mais o trabalho contra a manipulação do resultado. Infelizmente a gente não observa isso no projeto de lei. O projeto de lei diz que ainda as questões relativas à manipulação de resultado serão regulamentadas pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Fazenda. Com o devido respeito, eu acredito que não é o espaço mais adequado do poder público para discutir isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALCINO REIS ROCHA – Discutir questões referentes à receita, discutir questões referentes a impostos, não tenho a menor dúvida, agora, manipulação de resultado não. É um fenômeno que está presente no nosso esporte desde que o esporte é esporte, na verdade. Sempre teve algum tipo de tentativa no passado, no presente, de eventualmente, de alguma forma, interferir no resultado. As *bets* talvez coloquem isso...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Basta lembrar a máfia do apito...

O SR. ALCINO REIS ROCHA – A máfia do apito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A máfia da loteria.

O SR. ALCINO REIS ROCHA – Isso, tudo isso daí, muito bem lembrado, Senador. Todas as histórias que nós temos de maletas circulando dentro dos nossos vestiários, portanto, isso não é novidade para o mundo do esporte. O que nós temos hoje é colocar em outro patamar, em outra escala.

Portanto, eu falo para trazer o futebol, para ser um parceiro nisso, o futebol não está eventualmente preocupado simplesmente com o que vai ganhar. É um dado importante, é, porque ele precisa se retroalimentar. Nós queremos um país com clubes cada vez mais importantes, nós temos que fazer frente à enxurrada, esse é o termo mais correto, de financiamento que está vindo dos petrodólares. Nós não queremos manter nossos atletas no nosso país? Nós não queremos fazer frente aos grandes financiamentos europeus? Nós não queremos que os nossos clubes, cada vez mais, estejam presentes nos campeonatos internacionais, a nossa seleção presente nas competições internacionais, de forma a fazer frente a todo esse financiamento aí fora? Para isso, nós precisamos garantir o devido financiamento, financiamento privado. Portanto, é isso que a gente coloca. Infelizmente, o projeto de lei não valoriza da mesma forma que a LGE esses direitos.

Eu só faço aqui uma rápida regressão. Para o senhor ter uma ideia, a primeira lei sobre esse assunto destinava 1% do faturamento bruto para as entidades desportivas. Em 2021, o que era 1% de todo o faturamento caiu para 1,63% do resultado. Manteve-se na medida provisória atual do Governo e agora caiu mais ainda. No PL que está aqui em tramitação no Senado, PL em regime de urgência, esse valor caiu para 1,13% do resultado, ou seja, aquele que fornece o insumo básico para esse negócio é remunerado com 1,13% do resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu peço aqui a devida licença. A lei não deveria tratar de valor. Não deveria. Deveria respeitar os direitos dos clubes, os direitos dos organizadores da competição para dizer o seguinte: "Olha, se você quer usar essas propriedades, da mesma forma que acontece no direito de arena e nos direitos comerciais da competição, negocie diretamente com os proprietários dessas propriedades para eventualmente ele poder dizer inclusive, olha, eu não quero".

Um clube necessariamente é obrigado a ter que aceitar que aquela sua denominação, os dados dos seus jogos, esteja presente no ambiente de aposta. Tem que ser dado o direito a ele de eventualmente se negar. Portanto, são duas questões que eu gostaria de concluir.

Que sejam colocados os direitos de imagem, os direitos imateriais, os direitos de propriedade do nosso futebol, respeitada toda a nossa tradição jurídica, inclusive do país, no seu devido lugar, do ponto de vista do PL. E, segundo, que se valorize a contribuição que o futebol pode dar contra a manipulação de resultado. Porque quem tem contato, quem é o principal abordado para qualquer tipo de manipulação? É o atleta, é o juiz.

Quem é que eventualmente tem maior contato com esse público? São os poderes públicos? Não. Quem tem primeiro contato com esse pessoal são os clubes, são as organizações que montam os nossos campeonatos, são organizações de administração.

Portanto, é necessário que a lei também dê a ela instrumentos para que ela possa coibir esse tipo de comportamento, em especial a Justiça Desportiva, que está atuando. A FIFA inclusive está reconhecendo todas as decisões do nosso Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol, banindo jogadores no mundo todo por conta desse problema. A Justiça Desportiva, isso eu falo de todas as modalidades, sequer é citada no projeto de lei.

Portanto, eu vou concluir aqui, Senador. Mais uma vez, agradecendo pelo seu convite, nos colocamos à disposição. O nosso presidente mandou um abraço e faz o esforço de estar sempre presente aqui nas atividades da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, eu quero, primeiro, agradecer as palavras do Sr. José Francisco Cimino Manssur, que já falou. Eu apenas estou fazendo o roteiro. O senhor abriu, não é?

E agora agradecer as palavras do Sr. Alcino Reis Rocha, que é o Secretário-Geral da Confederação Brasileira de Futebol, a CBF.

Antes de abrir a palavra para algum Senador que queira falar, aqui me parece estar presente também mais um Senador ou não? Não. Somente Senadora Damares e Senador Eduardo Girão e aguardamos remotamente. Ainda não tem um companheiro nosso, mas logo, logo terá a Leila e terá também o Portinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só vou fazer uma rápida colocação. Vocês podem concordar ou discordar das palavras do representante da Confederação Brasileira de Futebol, mas é claro que ele apresentou com argumentos o que ele pensa, da forma como ele pensa.

Eu quero colocar aqui o seguinte. Quando começou toda essa situação – e aqui eu repito – e de repente, quando se definiu o meu nome para ser o Relator decisivo no Plenário, muitos Senadores em desespero não queriam a minha presença de forma alguma, por quê? Porque parte do Governo – eu fui o Vice-Líder escolhido pelo Lula e o Líder da bancada escolhido por Alckmin, o Vice-Presidente –, muita gente do Governo começou a achar que aquilo que eu já estava declarando, antecipando o meu relatório, que o que eu pensava era muito próximo ao que pensa a oposição do Governo. Ora, isso não tem nada a ver, até porque, na oposição deste Governo Lula, tem muita gente que é oposição ao Governo ideologicamente, mas não é oposição ao Brasil, é bem diferente isso, gente respeitada, gente que tem opinião própria, que tem convicção. E eu realmente estou respeitando essas pessoas que eu estou ouvindo, tanto é que o meu projeto de lei, que o Ministro Haddad achou até mais completo que a medida provisória, tem como parceria o General Hamilton Mourão, que dispensa comentários o que ele representa em honradez e em qualquer outro requisito.

Portanto, temos opiniões diferentes, sim, sobre a CBF, querido Cicino. Vamos debater, não é nada pessoal da minha parte. Eu penso que a CBF... Senadora Damares, Senador Girão – já falei isso com ele e ele concordou comigo, não falei com a senhora –, para mim, a CBF (Confederação Brasileira de Futebol) não pode ter direito à participação dos impostos das casas esportivas, porque ela é uma empresa privada e ninguém sabe do seu faturamento, para onde ele vai, ela não tem prestação de contas. Portanto, ela já é uma empresa que, para mim, não tem que fazer parte dessa questão da divisão de apostas. Para mim, tem que fazer parte a Polícia Federal, porque vai caber a ela, como já está cabendo, a investigação de manipulação, de tudo. Então, ela tem o direito a uma participação. Para mim, é um exagero o que o Ministério do Turismo está querendo dos impostos dessas casas esportivas, seja o valor de 18% ou 20% ou 23%.

Então, este é um assunto que nós vamos debater, aqui não há nada pessoal. O Relator Kajuru disse que, se couber a ele, ele não vai concordar com a CBF receber impostos, porque, para ele, ela não precisa, perfeito? Então, esta é uma questão apenas de opinião, perfeito?

Algum Senador quer falar?

Senador Eduardo Girão, por fineza.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Senadora Damares, por enquanto não. Eu queria me manifestar, porque acabou de falar a grande autoridade do futebol do Brasil que é a Confederação Brasileira de Futebol, entidade que tem muita história e que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quero cumprimentar. Seja muito bem-vindo aqui, Sr. Alcino Reis Rocha. O senhor parece que é nordestino também pelo sotaque? De onde?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pelo sotaque não é carioca.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Da Bahia, baiano. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Por falar em baiano, a CBF, pela primeira vez, Girão – eu já falei isso contigo –, em toda a sua história, tem um Presidente honesto, de honradez indiscutível.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Que bom.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Porque, até hoje, a CBF só teve branco – o Presidente hoje é negro –, só teve branco corrupto até na medula, até na essência. Essa é a realidade, para deixar claro o que eu penso, e eu sei separar as coisas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Que bom. Eu, inclusive, assinei, com o senhor, um pedido de CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Foi, em 2019.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Lá atrás, no começo do mandato da CBF.

Mas eu quero dizer o seguinte: eu quero voltar – e me desculpe por eu fazer isso –, porque eu estou vendo aonde é que isto está chegando, e aonde é que isto vai chegar. Nós estamos aqui analisando algo que vai impactar violentamente, em médio e longo prazo, na saúde das pessoas, do brasileiro. Porque aqui a gente está vendo muita coisa de dinheiro. Só se fala em dinheiro. Não, tem que ter um percentual para mim, outro não sei o quê. Tem que aumentar ali, aumentar aqui. E cadê a preocupação com as pessoas?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exatamente. Por essa razão que, para mim, nem deveria a CAE fazer parte deste assunto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Exato, exato. Tinha que passar na...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A CAE só pensa em...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Teria que passar na Comissão de Direitos Humanos, teria que passar na Comissão de Assuntos Sociais. Essa pressa já mostra muita coisa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exatamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E eu digo uma coisa: da mesma forma que o Supremo Tribunal Federal tem a missão, deveria ser o guardião da nossa Constituição, a CBF deveria ser a guardiã do nosso futebol. Então eu me preocupo muito com isso, sabe? Eu espero, eu acredito muito na capacidade de reflexão.

Eu falei para um diretor da CBF aqui, quando a gente estava debatendo sobre racismo, parabenizei a CBF por estar capitaneando isso, por estar levando consciência. O Brasil está à frente de outros países com a sensibilidade dessa chaga chamada racismo. A CBF está de parabéns, a gente tem que ser justo.

Agora, Senador Kajuru, o que a CBF, no meu modo de entender, para não matar a galinha dos ovos de ouro dela, que é o futebol brasileiro, ou seja, já deveria começar a fazer como lá na Inglaterra, onde proibiram colocar a casa *bet* em camisa de futebol. Deveria fazer uma campanha...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, e lá há até o banimento de jogador envolvido em manipulação agora.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Banimento, claro. Ele até citou isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não é suspensão, não, é banimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ele até citou isso. E a CBF está consciente disso. Mas você acha qual é o ponto que eu vejo, eu digo isso como ex-Presidente de um clube, do Fortaleza, apaixonado por futebol, meu *hobby*. Mas sou apaixonado pela vida também.

Sabe por que a CBF... Eu espero que essa consciência, e o senhor, que me parece uma pessoa muito sensata, pelas colocações, internamente, porque é uma questão de humanidade o que a gente está fazendo... Nós estamos falando de humanidade. Enquanto a gente está batendo este papo aqui, tem gente sendo internada agora por causa de apostas esportivas, tentando suicídio.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Tem gente falida.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tem gente falida, e isso vai repercutir onde? Futebol. Vai sair, vai ter família pegando abuso de futebol, que todo mundo ama, gosta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só para dizer, sabe o que eu acho que a CBF, eu espero que chegue, eu sou um sonhador e eu espero que... Nós temos filhos, nós temos netos. Eu não cheguei ainda a neto, mas espero. Nós somos, acima de tudo, além de ser um diretor, um Senador, estamos Diretor de CBF, de Governo, hospitais psiquiátricos, nós somos seres humanos. Isso é uma coisa que trata de humanidade.

Eu quero ver a CBF, eu espero ver a CBF, por exemplo, fazendo campanha como fazia contra as armas de fogo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exato.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Retirou um monte de armas ilegais das ruas. Eu achei linda a campanha de armas, com campanhas para que as pessoas devolvessem, mostrando os assassinatos. Como faz no racismo, muito bem feito. Que faça contra as apostas esportivas. Contra as apostas esportivas. Rapaz, já imaginou, entrando no campo, aquela coisa, nas placas, porque ali é uma praça esportiva, a questão de bebida alcoólica. Só para fechar, Senador Kajuru. Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Que isso?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu fui Presidente de um clube e eu vi as ofertas de patrocínio. E não precisamos disso, não. Vamos buscar outras fontes. Futebol é família. Como é que eu vou colocar bebida dentro do estádio? Será que a pessoa não espera duas horas...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Para encher a cara.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... para depois ir beber? Mas, dentro do estádio, onde tem a energia de você querendo ganhar do outro, já vendo o outro como inimigo. Infelizmente é assim. Quando você potencializa com a bebida alcoólica, você sai da razão e aí podem acontecer verdadeiras tragédias.

O clube de futebol perde o mando de campo com a confusão, prejudica o resultado esportivo do clube. E se prejudica sabe com quê? Com as famílias saindo dos estádios.

Então, o futebol foi feito para unir, para entreter. Então, essa responsabilidade é muito importante para todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos, felizmente, de forma remota, uma pessoa pública importantíssima para falar desse assunto, pelo qual é reconhecida em todo o mundo.

Antes dela, rapidamente, quero só acrescentar ao que o senhor falou que eu penso que o Presidente baiano Ednaldo e toda a sua equipe podem fazer história na CBF, inclusive com algo que nunca aconteceu e que você apoiou. A Senadora Damares era Ministra, mas tenho certeza de que aqui ela apoiaria: é aquele projeto, de minha autoria e do Senador Alvaro Dias, que transformaria a Seleção Brasileira em patrimônio cultura do Brasil. A partir daí, a Confederação Brasileira de Futebol iria prestar constas de tudo o que arrecada, de tudo o que tem de receita e de despesas ao Tribunal de Contas da União. Eu penso que o Presidente Ednaldo pode fazer história, não só com o que o senhor colocou em relação à bebida alcoólica, mas também em relação a esse assunto muito mais grave, na minha opinião, porque é uma empresa privada e você não sabe quanto ela paga de impostos, quanto ela arrecada. E com isso, evidentemente, a pessoa minimamente ética não pode concordar.

Quero só agradecer aqui o trabalho de apoio dessa raríssima e eficiente equipe da Comissão de Esportes, que tem como Secretário o Flávio Eduardo, a Taíze Costa, o Fábio Augusto. Muito obrigado por tudo, sempre que estou aqui na Presidência. Digo que, também, o meu irmão e ídolo, Romário, pensa do mesmo jeito.

Remotamente, ela – se Deus quiser a nossa próxima Governadora do Distrito Federal –, Leila do Vôlei, Leila Barros, que quer fazer uma observação. Depois iremos para o terceiro convidado desta Mesa Diretora para as suas palavras.

Leila, por fineza.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente Kajuru, Girão, Damares, todos os nossos expositores e os que estão nos acompanhando nesta audiência.

Quero pedir desculpas pela minha ausência. Eu fiz um procedimento sexta-feira e estou de atestado, mas fiz questão, desde o início, de estar acompanhando, mesmo que remotamente, essa sessão, essa audiência pública, que eu acho fundamental para nos instruir, nos subsidiar, para as votações que teremos ainda, acredito, esta semana.

Eu vou deixar bem claro: eu quero ouvir, ouvir muito. Então, a minha sugestão, porque já são 11h35 e nós vamos para o terceiro expositor, é para que a gente faça uma sequência de, pelo menos três, para vários Senadores se manifestarem. Você está saindo, entra o Girão, mas parece-me que nós temos aí pelo menos 30 expositores e estamos entrando no terceiro.

Eu tenho muito interesse. Acredito que todos os que estão presentes acompanhando a sessão têm muita curiosidade de ouvir os nossos expositores. Então, quero pedir a você para que gente faça, pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos, uma sequência de três, cinco expositores, para, só depois, as manifestações dos Senadores, para que a gente dê celeridade. Ainda é segunda-feira, temos uma agenda cheia. Você também tem um procedimento. Então, boa sorte para você – tá, irmão?

E é isso. É só sugestão, porque eu estou curiosa para ouvir os expositores.

Vocês eu escuto todo dia. Já sei o que vocês, enfim, têm em mente, o que estão pensando, mas é importante a gente ouvir os convidados para que a gente tenha um pensamento firme e, digamos, um pensamento já formado com relação a esse projeto de lei, que, com certeza, é um projeto polêmico, um projeto muito sério, cuja participação de todos que vocês convidaram é importante – que os Senadores tiveram oportunidade de convidar.

É isso.

Boa audiência para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, Senadora Leila do Vôlei, já que você entrou nessa sugestão, que não é uma sugestão, é uma ordem para mim, para quem não sabe, Senadora Damares, há 30 anos, a Leila do Vôlei manda na minha vida até na escolha de namorada, ela tão bem-casada com o campeão mundial de vôlei Emanuel, que é meu irmão.

Portanto, se ela manda em mim até nisso, não vai mandar aqui na audiência pública? (*Risos.*)

Então, a cada três convidados, os Senadores terão direito... Aceito, evidentemente, a sua sugestão.

Acompanhe daí e que você volte, ainda, a participar desta audiência pública, irmã e qualificada Senadora da República do Distrito Federal, Leila do Vôlei.

Bem, agora vamos ao terceiro convidado.

Com a palavra, o Sr. Pedro Ivo Velloso Cordeiro, que é Mestre em Direito e Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB).

Por fineza, o seu tempo é de dez minutos, com a justa tolerância.

Fique à vontade.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO CORDEIRO (Para expor.) – Obrigado, Senador Jorge Kajuru.

Agradeço também ao Senador Romário, Presidente desta Comissão.

Agradeço ao Senador Eduardo Girão, pelo requerimento da audiência, à Senadora Damares e ao Senador Zequinha Marinho, que formulou o requerimento para que eu seja ouvido aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na minha área de pesquisa, Senador Jorge Kajuru, eu tenho estudado como alguns novos mercados impactam determinados setores e em que a regulação jurídica deve se deter para poder regular externalidades negativas, como o meu antecessor aqui, o colega Dr. Manssur falou, e também gerar maior potencialidade para o desenvolvimento desses setores.

Temos alguns exemplos e penso que esta Casa aqui está tendo uma oportunidade de discussão que até o momento não havia sido disponibilizada, uma oportunidade pública de debate. Realmente, é notável que o Ministério da Fazenda tenha feito um projeto de lei de maneira tão rápida e, da mesma forma, que a Câmara o tenha tramitado também de forma célere. Mas esse debate aqui é fundamental, um debate público, transparente e, por mais que haja celeridade, eu acho que essa pausa para o debate é fundamental. E penso que devemos olhar para a história recente e verificar o que aconteceu com determinados setores semelhantes, que têm premissas semelhantes de funcionamento e que também foram abalados por mudanças disruptivas decorrentes da tecnologia.

Então, se a gente for olhar... Primeiramente, eu acho que o exemplo mais interessante é o do setor da música. Quem acompanha um pouco do setor da música, viu o que aconteceu 20 anos atrás, quando houve uma mudança de paradigma absoluto do CD para o *download* de músicas e aconteceu uma situação em que a pirataria se elevou a um número absurdo. O Brasil era campeão mundial de pirataria, um dos campeões. Aqui eram produzidos, vendidos e comercializados diariamente boa parte do conteúdo pirata de música. Os nossos artistas perderam uma fonte de arrecadação. E, no mundo inteiro, havia uma discussão sobre se era inevitável ou não que o *download* de músicas em grandes portais, como o *The Pirate Bay* e aplicativos, fosse inevitável, que não se tivesse o que fazer. A gente vê aqui um pouco dessa discussão quando a gente está falando das casas de apostas *online*. É inevitável! É inevitável, não se tem o que fazer.

O que é inevitável, de certa forma, é o setor mundial de jogos. Ele é inevitável! Isso eu não discuto, eu não vou entrar nesse mérito. Agora, o que não é inevitável, Sr. Presidente, é a possibilidade de se regular juridicamente para se diminuir os malefícios dessa atividade. E, quando a gente vai tratar disso, penso que mais do que a destinação de impostos, que realmente é algo fundamental... E não só isso, a destinação de percentuais, que são repasses obrigatórios decorrentes dessas externalidades negativas, como já acontece, a propósito, no campo das loterias tradicionais, que é outro setor para que devemos olhar: para as coisas que deram certo, para as coisas que deram errado. Então, lá já há esse repasse obrigatório e isso financia, faz o Brasil ser uma potência paralímpica, por exemplo. É um orgulho de todo brasileiro o fato de a gente dar uma assistência para os atletas paralímpicos. Mas não só isso: deve haver uma regulação e deve-se pensar na modelagem jurídica de como devem ser feitos os contratos, de como deve ser feita a pactuação dos negócios privados também.

O Senador Jorge Kajuru acabou de dizer que a CBF – deu o exemplo da CBF – é uma entidade privada. Como outras entidades organizadoras de competições são públicas, há entidades privadas. Nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

setor de esportes é diverso. Há setores que se autofinanciam, como o futebol, e, além de tudo, geram renda para outros setores; e há setores que não se autofinanciam, que dependem de repasses públicos.

O que é fundamental ter em mente é que, tal como aconteceu no caso da música, o pilar do respeito aos contratos, dos direitos individuais é fundamental. E, no caso da música, a modelagem jurídica que permitiu que o *streaming* remunerasse os artistas, hoje, é um exemplo positivo. Então, a gente saiu de um cenário desolador, de pirataria absoluta, para um cenário em que, hoje, é uma fonte de financiamento. Hoje, se olharmos uma plataforma como o Spotify, veremos que ela financia mais de 57 mil músicos no mundo, que ganham mais de US$10 mil anuais. E a maior parte desses músicos não são dos grandes centros produtores, não são daqueles centros hegemônicos da música, como os Estados Unidos da América e a Inglaterra, mas são de países periféricos, em que US$10 mil realmente fazem a diferença para uma pessoa. Então, olhando as modelagens de outras situações em que a tecnologia gerou disrupção e gerou uma crise no setor, penso que a gente pode chegar a conclusões interessantes para as apostas esportivas.

Outro exemplo que está em discussão é o do conteúdo jornalístico. O Senador Jorge Kajuru é jornalista e sabe a crise que o setor de produção de conteúdo jornalístico vive. Ele produz conteúdo gratuito para que as plataformas midiáticas lucrem com isso, por meio das repostagens, por meio da publicidade. Então, há dois projetos de lei aqui no Congresso. Alguns países, como a Austrália, por exemplo, já resolveram isso por meio de leis. Deve haver também uma remuneração dos direitos decorrentes da produção do conteúdo jornalístico pelas plataformas, e isso com certeza vai renovar o nosso setor jornalístico, que hoje vive de ondas de demissões e é uma profissão que está desvalorizada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Totalmente.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO CORDEIRO – E que merece, e que é fundamental para o exercício da cidadania no nosso país.

No caso aqui das apostas esportivas, trazendo esses dois exemplos para o caso concreto, penso que deve haver um respeito aos direitos imateriais. E quando a gente fala de direitos imateriais, a gente está falando aqui das entidades de práticas esportivas, das entidades que organizam competições que, às vezes são – não sempre –, entidades nacionais de administração de esportes e, consequentemente, em cadeia, os próprios atletas, que recebem os seus direitos imateriais das entidades de práticas desportivas por meio de contratos especiais de trabalho ou outros instrumentos contratuais.

Então, Senador Eduardo Girão, penso que a modelagem jurídica é fundamental também para a gente poder lidar com o problema dessas externalidades negativas. Hoje, existe um ditado que diz que o dinheiro encontra caminho. O caminho que o dinheiro encontrou hoje é o caminho dos patrocínios e da publicidade. É essa forma que o dinheiro tem encontrado – o dinheiro das casas de apostas – para chegar às equipes que executam aquele espetáculo, que obviamente têm que ser remunerados por isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas não é o caminho mais correto. Não que seja proibido, isso é uma discussão que deve ser feita, mas eu não estou dizendo aqui que deva ser proibido. Eu só penso que não é o caminho mais correto e o principal caminho. O caminho correto é a remuneração do direito, porque esse é obrigatório, é constitucional, e as casas de apostas vão ter que remunerar de qualquer jeito, ainda que de uma forma regulada, de uma forma coletiva, por meio de contratos de adesão isonômicos, que se refiram a qualquer uma das casas de apostas, ou seja, não deve haver uma vedação: esta casa de apostas, não; essa, sim. Mas essa remuneração é obrigatória e ela deixa as entidades de prática desportiva e as entidades organizadoras de competição numa situação mais confortável do ponto de vista jurídico do que um contrato de patrocínio e publicidade, que é facultativo. Fica sempre sujeito: "Não vou renovar, se não fizer isso. Ah, eu preciso disso."

Então, esse recurso tem que ir para quem produz o espetáculo, mas tem que ir pela remuneração de um direito, e não a partir de contratos de patrocínio, que podem existir, que podem ser complementares, se esta Casa assim o decidir, se as entidades de competição assim permitirem. Devem ser complementares, mas não devem ser a fonte, o patrocínio não deve ser a fonte e a publicidade de remuneração do futebol, nesse caso, e dos demais esportes, que também correspondem a uma parcela significativa das apostas.

Deve haver a remuneração dos direitos e foi assim que aconteceu com a música. É um setor que hoje vive bem, em comparação às crises que já passou em razão de uso de aplicativos, em razão da disrupção da tecnologia. Tem de ser assim também com o conteúdo jornalístico e penso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO IVO VELLOSO CORDEIRO – ... no caso das *bets* – e já vou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Fique à vontade.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO CORDEIRO – No caso das *bets*, o que acontece é um pouco diferente, porque as *bets* não transmitem o jogo, mas elas usam os nomes, usam as competições, usam os resultados, as estatísticas, os símbolos, os emblemas, usam uma série de propriedades imateriais das entidades que organizam a competição, das entidades de prática desportiva e dos atletas. Então, penso que uma forma a limitar essa invasão e tornar, sobretudo, os times não dependentes disso é que essa remuneração seja feita conforme a lei, conforme a Constituição.

Entendo, com a devida vênia, que o tabelamento disso em percentual pequeno é inconstitucional por ser inconstitucional no nosso país o tabelamento – o Supremo já enfrentou esse tema em diversos setores da economia, recentemente está enfrentando no caso do frete. Então, o tabelamento é inconstitucional no nosso país, já se provocaram crises econômicas por conta disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, penso que esta, concluindo, é uma das formas de a gente lidar com essa invasão do patrocínio e da publicidade das *bets*: é justamente que os clubes, sobretudo, mas as entidades organizadoras de competição não sejam dependentes do dinheiro do patrocínio da publicidade, e, sim, que se valham de seus direitos imateriais.

Agradeço a V. Exa. pela oportunidade, agradeço ao Senador Eduardo Girão, à Senadora Damares e a todos os demais Senadores e fico aqui à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Quem agradece é esta Comissão de Esporte, nesta audiência pública, mestre Pedro Ivo Velloso Cordeiro, por suas palavras, pelos seus argumentos. Riquíssimo o seu pronunciamento e, evidentemente, mais tarde haverá pergunta, haverá comentário para que o senhor aprofunde um pouco mais em relação ao que acabou de falar.

Agora, com a palavra alguém que, depois de ter ouvido em meu gabinete bons argumentos, eu fiz questão de pedir a sua presença aqui, que é o Sr. Paulo Roberto Ribas, Presidente da Confederação Brasileira de Games e Esports (CBGE).

E antes de sua palavra, pelo tempo de dez minutos, com a justa tolerância, conforme a gente combinou no início da reunião, já faltam nove minutos para o meio-dia. O Senador Eduardo Girão... até porque é praxe, quem faz o requerimento normalmente é quem preside a sessão. Hoje eu comecei substituindo o Presidente Romário, mas aqui publicamente, desde o início, pedi a ele a compreensão. Como amigo, ele já sabe do que está acontecendo comigo em relação ao pâncreas. Eu tenho uma cirurgia às 15h no DF Star e preciso começar o preparatório dela agora. Então, eu já pediria, por gentileza, querido e raríssimo Senador Eduardo Girão, do Ceará, que assumisse a Presidência desta audiência pública na Comissão de Esporte e já deixasse a palavra com o Sr. Paulo Roberto Ribas.

Muito obrigado a todos.

Deus e saúde, Senadora Damares, e a todos aqui presentes.

O SR. JOSÉ FRANCISCO CIMINO MANSSUR (*Fora do microfone.*) – Boa sorte.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, querido.

O SR. JOSÉ FRANCISCO CIMINO MANSSUR (*Fora do microfone.*) – Vá com Deus!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Vá com Deus, viu? Boa sorte! Qualquer coisa estamos às ordens. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o Dr. Paulo Roberto Ribas.

Fique à vontade.

O SR. PAULO ROBERTO RIBAS (Para expor.) – Obrigado.

Primeiro, é uma alegria muito grande, uma honra participar desta sessão solene nesta Casa. É a segunda vez que eu venho à Comissão de Esporte do Senado. Na vez passada, foi para tratar da regulamentação do *e-sport*. Nós estamos aqui, na verdade, porque o e-*sport* hoje no Brasil e os games representam em torno de 110 milhões de brasileiros, de praticantes, e uma receita de 2,7 bilhões. Então, o Brasil é a terceira maior potência do mundo em games e *e-sports*.

Nós queremos dizer que estamos à disposição para participar deste debate, diante do que o *e-sport* proporciona diariamente, são milhões de pessoas, como eu falei, jogando. E é um tema muito importante.

Eu me sinto confortável também em participar desta sessão não só pelo cargo que ocupo, mas também pela minha formação: eu sou educador físico, eu sou mestre em psicologia do esporte. Entendo perfeitamente o que está se falando aqui de vício, de saúde mental, de participação de atletas, de clubes, etc, nessa nebulosa ação de manipulação de resultados.

Então nós estamos aqui para contribuir, Senador.

Agradeço o convite primeiro ao Presidente da Comissão, o Senador Romário, e depois ao Senador Kajuru, como já foi falado. Nós temos conversado bastante sobre isso.

Não sei se está pronto aí um vídeo para resumir, Senador, e aproveitar a sessão mais para o debate – é para apresentar por que nós estamos aqui, o que é o esporte, o que são os *games* –, a ser apresentado aqui para o Senado e até ficar gravado para as pessoas que estão nos assistindo o porquê de nós darmos uma atenção a esse movimento.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PAULO ROBERTO RIBAS – Nós estamos juntos com o Comitê Olímpico do Brasil, pela primeira vez, indo para os Pan-Americanos, agora no final no mês. Então, já há esse reconhecimento do *eSport* como esporte, o que está sendo tratado num outro projeto de lei.

Mas a preocupação também é com os aspectos maléficos, vamos dizer assim, o sedentarismo, o tempo em que o jogador, o atleta, o praticante fica na frente do computador. Então, isso é um debate mundial, Senador. Já vem sendo debatido há vários anos.

A China, por exemplo, hoje, estabeleceu o *eSport* como carreira. Já tem as várias carreiras admitidas como profissão. Ela está limitando primeiro a idade, o que foi falado aqui. O praticante abaixo de 18 anos só pode praticar três horas por semana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí há o dilema do atleta que é reconhecido, movimenta milhões, bilhões de receita, que tem que praticar. E, como em todos os outros esportes, nós sabemos, começa cedo. Nós temos aí natação, ginástica artística, em que se começa com sete, oito, dez anos. É óbvio que é um momento novo no mundo o *eSport* como competição e os games, a indústria de games, dos jogos. Então, isso já está sendo muito debatido.

Vários países já reconheceram o esporte eletrônico como esporte tradicional, Estados Unidos, França, Rússia, Alemanha, China, Coreia, mais de 40 países, regulamentando a profissão como atleta, porque o atleta sofre com essa questão de não ter a regulamentação, porque ele fica na mão do clube, porque o clube ou a própria *publisher*, a dona do *game*, é quem regula, é quem tem o seu próprio tribunal superior desportivo. Nós já tivemos casos no Brasil de atletas sendo cooptados de um clube para outro, de uma determinada liga. E quem regula isso? E quem administra isso senão a própria *publisher*, que é a dona do *game*? Ela decide. Ela é o tribunal e ela faz o que quiser.

Como eu falei, vários países já regulamentaram isso. E o Brasil está nesse caminho, está nesse processo.

E participar desta discussão aqui de manipulação de resultados é muito importante também porque, obviamente, nós temos os *eSports*, os jogos *on-line* todos os dias, todas as horas, acontecendo alguma competição no mundo inteiro e tendo as apostas ali já presentes.

O nosso pensamento, da Confederação Brasileira de *Games* e *eSports*, é que isso precisa ser olhado com todos os olhos, mas que se não afaste esse movimento de ter essas, vamos dizer assim, apostas, porque, como o senhor mesmo falou, Senador, aconteceu isto em Portugal: as principais casas de apostas saíram do país ou viraram ilegais, e a jogatina continua acontecendo.

Então, talvez, fechar os olhos para isso e simplesmente proibir, neste momento, com esses milhões de praticantes no Brasil, bilhões no mundo, não seja uma solução razoável, porque, vamos ser sinceros, isso vai continuar acontecendo.

E o que a gente quer é que isso seja fiscalizado, que isso seja regulamentado; que, quem fizer isso, seja punido, com afastamento, com banimento, com o que for, porque o que nós queremos, sim, é a alta performance dos atletas, porém também queremos essa imprevisibilidade, que já foi falada aqui, do resultado, senão nós não vamos assistir mais os jogos, porque já sabemos quem vai ganhar, quem vai perder, e isso ninguém quer. E é ruim para o mercado como um todo.

Então, a regulamentação é importante, sim. Estamos contribuindo com esse debate, trazendo os números e, mais do que isso, as associações, as organizações que fazem os eventos têm que ter essa capacidade de monitorar e de fiscalizar. A própria CBF acredito que já esteja fazendo isso – já está implementando, como implementou a questão contra o racismo, baniu um jogador de futebol agora há pouco. Então, é um processo que envolve vários entes, várias entidades do Governo, os promotores de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evento, o mercado e aquele que tem o direito de arena, porque nós não poderíamos fechar os olhos para esses recursos enormes que a indústria de games no nosso caso proporciona.

Hoje a indústria de games é maior que a indústria da música e do entretenimento juntas no mundo. Então, fechar os olhos e não regulamentar, não fiscalizar, não ter as entidades fortalecidas, no caso, as associações, as confederações, todas as confederações...

Então, quem vai cuidar lá na ponta? No voleibol, a Confederação de Voleibol. No futebol, a Confederação de Futebol. É a que trata com o atleta, é a que trata com o clube, como já foi dito aqui.

O Governo Federal, obviamente, regulamenta, estabelece as leis, fiscaliza, cobra, e nós, a Confederação Brasileira de Games e Esports, uma associação privada, sem fins lucrativos, prestamos contas de todos os nossos eventos, de todos os nossos trabalhos, que ainda está no início.

No nosso *site* tem os eventos que nós já fizemos, dois ou três eventos, com pequenos recursos públicos, de que foram prestadas contas e, de todos esses recursos, sempre serão prestadas contas, porque nós somos uma entidade oficial, da Federação Internacional, e estamos no caminho olímpico, como eu falei. Agora, no dia 31, nós vamos para o Panamericano do Chile, com uma delegação histórica de games. O Brasil vai participar no eFootball. Já participamos de diversos campeonatos mundiais mundo afora, trazendo medalhas e reconhecimento para o país e queremos estar nesse debate, trazendo essas informações que todos os dias nós temos, porque nós trabalhamos 24 horas na modalidade.

Então, quero agradecer mais uma vez e colocar-me à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Nós é que agradecemos Sr. Paulo Roberto Ribas, Presidente da Confederação Brasileira de Games e Esports (CBGE).

Sobre esse assunto que o senhor tratou, Sr. Paulo Roberto, inclusive nós tivemos vários debates aqui no início da legislatura – a Senadora Leila, que falou há pouco, participou, e o Senador Roberto Rocha também tinha trazido esse assunto – e uma das coisas de que eu lembro, além do que o senhor colocou, e que o senhor está consciente, é a questão do sedentarismo, do tempo de tela, não é? A gente viu aqui, sexta-feira, que é extremamente prejudicial para as pessoas a questão da violência, esportes em que quanto mais você mata, mais pontos você ganha. Alguns especialistas disseram aqui sobre a preocupação com relação ao condicionamento para explodirem atentados, massacres, essa coisa toda; mas isso é algo em que a gente vai ter oportunidade de se aprofundar quando esse tema estiver voltando à baila aqui no Senado, e certamente haverá.

Já passo, para a gente encerrar esta mesa e já convidar a próxima, a palavra para o último expositor, palestrante a quem eu agradeço também muito a presença, por ter vindo aqui, o Dr. Alessandro Maciel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lopes, Delegado da Polícia Federal, um ator importante nesta discussão, neste debate que a gente está fazendo aqui sobre apostas esportivas e manipulação de resultados.

O senhor tem dez minutos para fazer a sua palestra, e eu o agradeço demais pela sua presença.

O SR. ALESSANDRO MACIEL LOPES (Para expor.) – Senador Girão, Senadora Damares, nas pessoas de quem eu cumprimento os demais integrantes da mesa e todos aqueles que estão participando deste debate, inicialmente agradeço o convite feito à Polícia Federal.

É um tema que requer aprofundamento, é um tema extremamente importante, e a gente vê alguns reflexos dele – algumas coisas o senhor até colocou, e eu concordo plenamente. A questão de saúde é um problema sério, um problema gravíssimo, embora eu não tenha certeza de se a melhor maneira da prevenção é a proibição completa ou se é uma regulamentação, porque muitas vezes uma proibição completa não nos permite ver o que efetivamente está embaixo, o que está nas profundezas. A gente acaba vendo apenas a ponta do *iceberg* quando aquilo vem à tona.

Com uma regulamentação, às vezes, há, por parte do Estado, maior possibilidade de controle. Isso a gente observa, como foi dado nos exemplos, na própria música, que, durante um período, em que virou MP3, era completamente proibida. Houve um ajuste disso e a mera proibição não foi o que solucionou o problema.

A gente também vê agora com os cigarros eletrônicos, a gente tem... O próprio cigarro é um exemplo do quanto se diminuiu o consumo do que a gente tinha no passado. E hoje há uma preocupação muito grande com o cigarro eletrônico, que não tem qualquer regulamentação e é amplamente utilizado pelos jovens.

Então, às vezes, dependendo da matéria, do que é, a tolerância regulamentada pode ser a melhor saída, porque permite ao Estado acompanhar o desenrolar daquilo que está acontecendo.

Não estou falando isso apenas por opinião pessoal. Vou voltar efetivamente à questão técnica, que é o que envolve o nosso trabalho, e vou procurar ser bem objetivo. É um tema que exige a participação de todas as áreas da sociedade.

Basicamente, vou tratar de três pontos: o que diz respeito à repressão, à prevenção e alguns aspectos da destinação daquilo que é arrecadado por conta das *bets*.

Primeiramente, com relação à repressão, a gente vê muito, de maneira muito clara, os reflexos nefastos que pode ter uma corrupção no esporte, uma corrupção no jogador, uma corrupção, enfim, em qualquer um daqueles atores que participam do esporte; mas o problema não se limita a esse ponto. A gente tem ainda duas preocupações relacionadas a crimes que podem decorrer dessas apostas. Uma delas é o crime financeiro e o outro é a lavagem de dinheiro. Já existem empresas *bets* que não têm sede no Brasil ou, quando tem uma sede, é uma sede, praticamente, fantasma que serve, unicamente, para ter um registro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui. Na verdade, essa empresa não está preocupada com as apostas, está preocupada com remessa de dinheiro para o exterior. Então, sequer trabalha dentro da legalidade, dentro do aspecto esportivo, dentro do aspecto de diversão.

Outro ponto também que se percebe, que não é um fenômeno exclusivo aqui do Brasil, é questão da lavagem, pois abre uma possibilidade muito grande para lavagem. Às vezes, volto a dizer, não é exatamente a proibição que vai resolver, porque, em termos de criptomoedas, em termos de empresas internacionais, isso aí está presente, às vezes, empresas sérias são utilizadas como ferramenta de lavagem, como existe pagamento por vídeos, pagamento por ações, que são feitas em algumas redes sociais que, na verdade, não são pagamentos devidos por quem assiste, são maneiras de lavar dinheiro, para se enviar esse dinheiro para o exterior. Então, acima de tudo, a regulamentação me parece uma questão essencial.

Fora esses aspectos que a gente deve observar, também além da própria corrupção, a gente deve estar muito atento aos crimes financeiros, evasão de divisas e utilização da possibilidade dessas apostas para a realização de lavagem.

Dito isso, o segundo ponto a ser exposto que é de nossa preocupação é a regulamentação. A gente não tem ainda, não percebe, na legislação, no que a gente tem, até o momento, aspectos preventivos. A gente não tem aspectos de *compliance*, a gente não tem meios de controle e de regulação desse meio. Hoje, basicamente, há o que é necessário e é importante, sim – a preocupação com a destinação desses recursos –, mas, acima de tudo, é de extrema importância que haja meios de controle das empresas que vão atuar com essas apostas.

Então, por exemplo, é essencial que uma empresa de apostas tenha uma sede aqui no Brasil, porque, se não tiver um representante legal aqui no Brasil, praticamente, inviabiliza a possibilidade de atuação na parte fiscalizatória ou até mesmo repressiva, sem falar que dificulta muito a obtenção de informações.

É necessário, por exemplo, que essas empresas sejam obrigadas a fornecer determinadas informações, seja para um órgão de controle financeiro... Enfim, há a necessidade de que elas informem, tanto de maneira espontânea, como já acontece hoje, para se evitar a lavagem, quanto quando forem demandadas.

Um exemplo seriam os dados cadastrais, às vezes, de um acesso ao IP de uma máquina do qual se fez a aposta. Isso é essencial. Então, quanto a esses dados cadastrais – que inclusive já são objeto de proteção e é possível o seu fornecimento pela Lei de Proteção de Dados –, essas empresas têm que ter obrigação de guardar esses dados e fornecer esses dados também em um prazo viável. Exemplo: 15 dias. Não adianta os dados virem depois de seis meses, não é?

Isso tudo por quê? Porque há necessidade de a gente acompanhar e conseguir, a tempo, impedir, prevenir ou reprimir algum sujeito que, de maneira ilícita, com um viés que é outra finalidade que não é aposta, utilize isso para o cometimento do crime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente vê, assim, que hoje é extremamente importante a gente estar voltado para ferramentas preventivas, para ferramentas de controle. A partir do momento que se tira esse controle do Estado, a gente não tem a percepção do que efetivamente acontece.

E, no terceiro tema, o que nos traz também um pouco de preocupação é que houve aí uma distribuição adequada, ou melhor, uma preocupação adequada com a distribuição desses recursos, já que se trata de uma ferramenta importante tanto para diversão quanto para captação de recursos, e há a necessidade de fortalecer órgãos de fiscalização e repressão dessa atividade. Infelizmente, houve uma destinação para o Fundo de Segurança Pública, e a Polícia Federal não é uma das instituições que se beneficia daqueles fundos, e não houve uma destinação para o Funapol, que é, sim, o fundo que busca aparelhar a Polícia Federal.

E por que a gente tem essa preocupação? Porque o crime praticado, o crime financeiro, e o que decorre da possibilidade da prática desse crime, é algo muito complexo... Diferentemente da apuração de outros crimes, nos crimes financeiros, as movimentações são muito altas, a quantidade de dados, em razão dessas cifras, que são muito altas, não consegue... Por exemplo, elas têm uma dificuldade muito grande de ser trabalhadas numa planilha Excel num computador desses comuns que a gente utiliza no dia a dia.

Então, quer dizer, se a gente não tiver ferramentas adequadas, se a gente não tiver policiais capacitados, há uma dificuldade muito grande de cometimento desses crimes. Hoje, sem dúvida alguma, os crimes financeiros são aqueles que têm uma complexidade maior de apuração e são também aqueles que têm, muitas vezes, um retorno maior do que diz respeito à constrição daqueles valores que são objeto da prática de um crime. Os crimes financeiros são, muitas vezes, aqueles que são objetos das maiores apreensões, até porque grande parte disso é feita em criptomoedas, é feita com remessas de dinheiro para o exterior. Então, quer dizer, exige-se um *know-how* muito próprio para...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO MACIEL LOPES – ... o acompanhamento, a investigação desse tipo de delito.

Então, por isso é nossa preocupação também que haja alguma forma de destinação para que a gente possa estar preparado para prevenir e reprimir esse tipo de crime.

É importante dizer que o crime tanto está na esfera estadual quanto está na esfera federal. Nós fomos incitados recentemente pelo Ministro da Justiça a investigar crimes de corrupção, mas, volto a dizer, nós temos aí lavagem de dinheiro e temos remessa de divisas para o exterior.

Por fim, apenas para reforçar ainda a necessidade de preocupação com a prevenção, nós temos assento em diversos organismos internacionais. Tanto o Brasil tem assento quanto a Polícia Federal, especificamente, tem assento nesses organismos, como é o caso da Interpol, como é o caso do Gafi, como é o caso da OCDE, e esses organismos expedem relatórios, porque eles estão preocupados com a atividade de prevenção do país, que buscam exatamente prevenir a prática desse tipo de crime. Então, nós já fomos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questionados em algum desses organismos internacionais, como é o caso da Interpol, sobre o que é feito em termos de prevenção.

A Polícia Federal também é objeto, recebe algumas informações de natureza internacional, vindas de instituições governamentais ou não governamentais do exterior, e aqui nós ocupamos assentos também junto ao Coaf, que é a unidade brasileira que tem o objetivo de prevenir a lavagem de dinheiro, nós temos assento na Enccla, que justamente é um conglomerado de instituições voltadas à prevenção, à lavagem de dinheiro, e esse assunto já foi objeto de discussão nesses fóruns.

Então, reforço aí a necessidade de mecanismos de prevenção e também a necessidade da presença da Polícia Federal dentre aquelas instituições que foram traçadas como destinatárias, porque tem o seu dever de prevenir e reprimir essa atividade que pode caracterizar, pode ser utilizada para o cometimento de crimes.

Muito obrigado, Senador, e agradeço mais uma vez, em nome do nosso Diretor-Geral, Andrei Passos, o convite e o momento aí para que a gente possa fazer a exposição da nossa visão acerca desse importante projeto e desse importante fenômeno novo que é a respeito das apostas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Quem tem que agradecer somos nós, Dr. Alessandro Maciel Lopes, Delegado da acreditada Polícia Federal, uma instituição que tem muito conceito perante a população brasileira.

Eu queria, neste momento, já... são muitas perguntas chegando aqui – o brasileiro realmente está participando demais desta audiência pública. Eu considero, assim, particularmente – como outros colegas já falaram – que esse é um assunto tão delicado, tão profundo, que tinha que ter dezenas, para se ouvir diversos setores da sociedade. Hoje tem muita gente inscrita, muita gente também aqui que foi aprovada nos requerimentos que vai participar, usando a tecnologia, remotamente.

Também nós conversamos com o Senador que estava presidindo esta reunião, Senador Kajuru, que permitiu que dois convidados extrapauta, que não foram aprovados, falem, mas nós vamos dar prioridade a quem foi aprovado no requerimento.

Então, sobre só essa questão do cigarro eletrônico, Dr. Alessandro, é aquela velha história: se correr o bicho pega, se ficar o bicho come, porque o malefício que faz é uma tragédia. Eu estava morando nos Estados Unidos no período em que foi, assim, uma morte atrás da outra; dezenas de adolescentes morreram por causa do uso, porque eles botam ali *Cannabis*, maracujá com outro tipo de droga. É um negócio, assim, para encantar, para dar o *glamour*, já que a indústria do tabaco começou a decrescer, pelas políticas públicas, e porque as pessoas tomaram consciência e agora a gente vê a indústria querendo resgatar algo que vai fazer muito mal, que já faz muito mal, mas a gente precisa realmente tomar uma decisão em termos aqui... Até o Senador Magno Malta – não é, Senadora Damares? – falou aqui na última sessão, que, se for por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso, vamos legalizar a pedofilia, vamos legalizar... começou a colocar algumas situações que a gente precisa ter muita cautela com relação a esse assunto. Mas, olha, foi extremamente elucidativa a sua participação.

Eu vou liberar os senhores, agradecendo a presença de cada um. Quem puder continuar – eu entendo, há outros compromissos, essa reunião vai entrar aí à tarde –, se não puderem estar conosco, eu vou daqui a pouco já fazer as perguntas, pelo menos para a gente poder liberar quem puder ir. Pelo menos eu vou fazer as perguntas, eu quero ouvir aqui de duas áreas diferentes e já faço a pergunta para os senhores. Então, se puderem esperar mais um pouquinho e, depois, fiquem à vontade para ir.

Muito obrigado pela presença.

Já vou passar a palavra imediatamente à Sra. Ana Yaemi Hayashiuchi. Desculpa, perdão pela pronúncia, mas é a Yaemi, especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental e em Transtornos do Impulso.

Então, já passo a palavra para ela, que está conectada, não sei de que estado... (*Pausa.*)

São Paulo, está conectada diretamente de São Paulo.

Muito obrigado pela sua participação, a senhora tem dez minutos para abordar o tema. A gente vendo outras vertentes de toda essa cadeia.

Muito obrigado.

A SRA. ANA YAEMI HAYASHIUCHI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Exmo. Sr. Senador Eduardo Girão, pelo convite para participar aqui desta sessão.

Hoje eu vou falar sobre uma parte de que muito se tem falado nesta sessão, mas até então não foi abordada de maneira mais precisa, que é em relação aos jogos e à saúde.

Eu não estou falando só, embora psicóloga, da saúde emocional, mas, também, da saúde do ser humano por completo. Eu não vou falar só da pessoa que tem o vício no jogo, mas, também, da família, dos impactos que isso acaba tendo na vida laboral, pessoal e de relacionamentos.

Então, o problema com o jogo é um problema que a gente chama de problema biopsicossocial, que vai afetar a pessoa como um todo, na sua saúde em geral, não apenas na sua saúde financeira, mas na sua saúde física, na sua saúde mental, e a falta de legislação acaba aumentando, o que já foi dito diversas vezes aqui, as apostas ilegais.

Quando a gente tem esse aumento de casas de apostas ilegais, a gente acaba tendo uma dificuldade muito grande, por exemplo, para a criação de formas de lidar, para a criação de projetos de saúde para lidar melhor com essas pessoas que sofrem tanto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O vício em jogo é um vício comportamental e tem uma função em nosso cérebro como qualquer vício químico, tornando quase que... é difícil a pessoa ter esse controle para dizer: "Ah, agora eu vou parar". Não, uma vez que ele começa, ele não consegue mais parar, ele tem aquele vício, aquela coisa, aquela necessidade de fazer.

Os jogos de lotéricas têm aquele tempo certo; os jogos das *bets*, os jogos de esportes não têm uma limitação. Se tem várias pessoas que já estão falindo quando tem alguma limitação, imagine quando não se tem essa limitação, e as pessoas vão se viciando cada vez mais cedo sem uma legislação correta, porque acabam não tendo... Por exemplo, como já foi citado, há crianças começando a fazer aposta, não é? Então, vai aumentando. Uma coisa que antes começava com a fase adulta, hoje em dia, sem uma legislação mais correta, isso está fazendo com que as crianças comecem a fazer essas apostas cada vez mais cedo, aumentando ainda mais – além da sua própria falência, correndo risco de falir avós, pais, e se tornando adictos cada vez mais cedo.

Então, eu acho muito importante nós estarmos falando sobre isso, sobre essa legislação, a importância dessa legislação, para a gente ter os nossos impostos, para a gente poder fazer essa injeção de dinheiro nas nossas políticas públicas, mas principalmente para que a gente consiga tentar inibir ao máximo possível problemas de saúde, financeiros, sociais, de todos os tipos para a nossa sociedade. Então, é extremamente importante que essa legislação seja feita de uma maneira a trazer cada vez mais maneiras como nós profissionais da saúde possamos ajudar as pessoas a ir de uma maneira, assim... saber nortear, saber dizer "isto aqui está certo, isto aqui não está certo", e com isso a gente conseguir auxiliar as políticas públicas de saúde.

Então, é muito comum, por exemplo... Eu trabalhei junto com o Dr. Hermano no ambulatório do jogo e eu ficava responsável, principalmente, pela entrada das pessoas adictas, e eu conversava muito com as famílias. Então, era muito comum as pessoas chegarem para a gente e falar: "Olha, vocês são a nossa última esperança nessa melhoria, nossa última esperança para que meu marido volte para minha casa, para ser quem ele era". Porque, às vezes, as pessoas acabavam perdendo todo o dinheiro e, por vergonha, não iam trabalhar ou não voltavam para casa. Em alguns casos também, eles acabavam indo parar às vezes em abrigos, ficavam destituídos da família, sumiam da família. Algumas pessoas já chegaram também a roubar dinheiro de empresas para fazer apostas, porque eles já não tinham mais recurso próprio e não tinham mais como conseguir recurso; já tinham feito vários cartões de crédito, todos estourados, não tinham dinheiro para pagar, porque pagava uns, mas já tinham outras dívidas a pagar. Então, eles acabavam até roubando de empresas para poder pagar. E aí tinha demissão, e aí era uma bola de neve que cada vez mais ia se criando por conta desse problema que o jogo traz. Então, acabava trazendo um problema não só financeiro para as famílias, mas também o problema com o emprego, com a parte laboral, acarretando aí também diversos outros sintomas, como ansiedade, depressão, infelizmente alguns tentando suicídio. Então ter uma legislação vai nos ajudar a entender o que nós precisamos fazer e como nós podemos fazer para ajudar as pessoas. É extremamente importante que tenha essa legislação para que a gente possa fazer uma fiscalização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais firme, para que a gente possa cobrar das pessoas, que são de direito, as nossas leis, para isso que é importante o trabalho dos Exmos. Senadores, para que a gente possa ajudar a população de maneira até a ampliar o tratamento para o jogo.

O ambulatório em que trabalhei junto com o Dr. Hermano é um ambulatório totalmente custeado pelo SUS, gratuito, é uma das referências na América Latina em ambulatórios que tratam os jogos e transtornos de impulso. Todo esse tempo que nós temos de ambulatório, acho que mais de 20 anos, mais ou menos, a gente já viu de tudo, todos os tipos de pessoas que estão tendo problemas com vícios e que, sem uma legislação certa, esse vício começa mais cedo, trazendo prejuízo mais cedo, e é isso que a gente tem que evitar. Quanto antes a gente conseguir diminuir isso, melhor vai ser para o nosso futuro, se a gente for pensar nos nossos próximos Senadores, nos nossos próximos eleitores. Quanto antes a gente começar a trabalhar com isso, quanto antes a gente começar a limitar um pouco mais isso, começar a olhar para isso como um problema também de saúde, não só financeiro, que até então tem se falado, nesta sessão, apenas em problemas financeiros no esporte e tudo mais, eu, como profissional de saúde, estou aqui para a gente também fazer esse olhar para a nossa saúde mental.

Agradeço a todos pelo convite, principalmente ao Sr. Senador Eduardo Girão, e espero que eu tenha conseguido trazer pelo menos uma luz, para uma coisa que foi muito dita, mas pouco falada. Acredito eu que agora a gente começa a falar um pouco mais sobre isso, que seria a parte relacionada à saúde em geral.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Senador Girão, Presidente, nós seguimos uma orientação muito inteligente da Senadora Leila de ouvir o número maior possível para a gente se manifestar, mas esta audiência vai longe e eu gostaria de fazer uma fala muito rápida, se a Leila permitir, eu vou precisar sair.

Primeiro quero agradecer a todos que estão participando deste debate.

O tema é preocupante e muita gente pergunta por que uma Senadora da área de humanas, uma Senadora das crianças, participa tanto desses debates sobre apostas esportivas. É exatamente porque eu amo crianças.

E eu vou dizer uma coisa: eu vou dar muito trabalho para vocês, mas vou. A começar tirando todo o dinheiro da CBF, das apostas, e demandando para as crianças. Viu, CBF, fica registrado aí. Eu quero conversar muito com os senhores.

É muito sério o que está acontecendo. Foi o que o nosso delegado falou, regular nós vamos ficar entre o pior e o ruim, nós vamos diminuir os impactos ruins. Vamos ter a coragem de sentar. Serei uma voz o tempo todo, o tempo todo, contra a legalização dos jogos de azar no meu país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Serei uma voz porque eu sei. Eu tenho um outro olhar para tudo isso, mas está posto. E, quando eu vejo o Sr. Paulo aqui falando que a indústria de *games* já é maior do que a indústria da música e do entretenimento juntas, o problema está mesa. A gente vai ter que sentar e a gente vai ter que se encontrar.

Claro que eu vou ser muito chata e eu vou continuar sendo chata na hora de discutir. E vou trazer para esse debate não só as apostas, não só os jogos, eu vou trazer os danos de tudo isso, mas a gente pode se encontrar no meio do caminho, a gente pode se encontrar.

Inclusive, Sr. Paulo, quando estava a Ministra de Direitos Humanos, e uma das minhas atribuições e aqui eu contei muito com a Polícia Federal, muito, no meu trabalho. Teve um momento em que a gente não sabia onde começava a MJ e terminava Direitos Humanos, porque a gente estava ali na transversalidade, eu tive que fazer o enfrentamento do trabalho infantil no Brasil, que ainda é de verdade, viu, gente? Acontece, existe, por mais iniciativas que a gente tenha aí, ele existe.

E eu fui surpreendida com uma nova modalidade do trabalho infantil no Brasil. A gente ali ainda preocupado com o menino no farol vendendo bala, o menino ali fazendo serviços pesados lá na carvoaria, aí vem um grupo dizer o seguinte, que pais começaram a receber créditos em seus cartões, em suas contas e achavam que alguém tinha fraudado suas contas bancárias, seus cartões de crédito.

E um pai fez uma ocorrência numa delegacia, o outro fez outra. Daqui a pouco, os delegados começaram a cruzar os dados. Sabe de onde estava vindo o dinheiro dos pais? Os filhos de dez, onze anos, enquanto papai e mamãe estavam dormindo, estavam sendo cooptados por adultos para dar assessoria a eles a jogos porque os meninos sabem mais que nós. Ou não sabem? A minha filha joga melhor que eu. Na verdade, eu não sei jogar. Só sei jogar paciência, ainda estou na paciência. Aí, a gente descobre que crianças estão trabalhando como assessores de *games* e ganhando mais dinheiro que os pais.

Espera aí. Os pais vão trabalhar de tarde, a criança chega da escola e fica a tarde inteira como consultor de jogos *online* para adultos que querem pular fases e não sabem pular fases. Olha a realidade. Olha o desafio da Ministra, que não era tecnológica, em enfrentar uma nova modalidade de trabalho infantil no Brasil, que são os *games*.

Nós vamos ter que sentar e nos encontrar.

Como é que nós vamos ver a questão das violações de direitos humanos nas apostas? Elas existem, senhores, existem. E não está aqui falando uma Senadora religiosa, mas uma Senadora que veio lá de baixo, que lidou sempre com problemas sociais. O mundo mudou, as nossas relações de trabalho mudaram, nossas relações sociais mudaram e as relações no esporte estão mudando, e nós vamos ter que ter aqui o pé no chão para a gente se encontrar neste grande debate. É importantíssimo que a Polícia Federal esteja em todas as mesas, Senador Girão, a CGU, os órgãos de controle, todo mundo sentado nessa mesa. Por quê? É claro que a gente tem uma outra luta nesta Casa: o enfrentamento à corrupção; e não dá para se falar em apostas e esquecer todas as nossas lutas e todas as nossas iniciativas para inibição da corrupção no país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fica aqui. Eu acho que a mesa hoje foi riquíssima, este primeiro momento aqui foi riquíssimo. Acreditem, nós estamos com poucos Senadores aqui, mas os seus gabinetes estão assistindo, alguns estão *online* nos acompanhando, mas uma audiência, como esta, vai virar uma matéria de pesquisa, cada fala de vocês dá uma tese de mestrado e doutorado, e vocês sabem disso. Então, esta audiência fica gravada e eu sei que, ao longo do tempo, muita gente vai acessá-la. Essa colaboração que vocês estão dando para o debate é riquíssima. Parabéns. Vou lá atrás do dinheirinho da CBF. Parabéns. Que Deus abençoe vocês. Vamos nos encontrar. Nós queremos uma nação próspera, rica e sem violação de direitos, que as pessoas tenham acesso à diversão, mas sem mais violações de direitos. Parabéns a todos vocês pelas falas, elas foram incríveis. Deus abençoe vocês.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado, Senadora Damares.

Registro a presença do Senador Rogério Carvalho aqui presente na sessão. O Senador quer falar?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O.k. Só a Senadora Leila pediu antes, não sei se... Antes eu queria agradecer à Sra. Ana Yaemi Hayashiuchi, que acabou de fazer aqui uma apresentação sobre... Ela que é terapia cognitivo-comportamental em transtornos do impulso. Muito obrigado pela sua participação.

Eu vou já imediatamente passar a palavra para a Senadora Leila, que tem umas perguntas aqui.

Daqui a pouco, o Dr. Alessandro Maciel Lopes, da Polícia Federal, vai precisar se ausentar e tem umas perguntas que já chegaram para ele, e eu já vou conceder a palavra para ele poder responder. Está bom?

Senadora Leila, a senhora está com a palavra.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. *Por videoconferência*.) – Está ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Estamos ouvindo, sim, querida. Fique à vontade.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. *Por videoconferência*.) – Não, na verdade eu não pedi, não. Eu estou acompanhando aqui, mas eu vou só mais no final mesmo, Senador. Acompanhei toda a fala da Senadora Damares, que saiu da sessão. Estou acompanhando. Pode ir, pode tocar o barco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito. Muito boa a sua audiência. O Senador Carlos Portinho também está conectado desde o início da sessão. Ele já mandou avisar.

Então, enquanto o Senador Rogério Carvalho não retorna, eu vou fazer as perguntas aqui. Muitas perguntas estão chegando aqui. Uma delas é o seguinte... Se o senhor puder... Quer um papelzinho para ir anotando? Um papelzinho aqui para ele ir anotando, porque ele já pode responder.

Vamos lá.

A regulamentação e a legalização das apostas esportivas no Brasil ampliarão o acesso da população a esta modalidade. Entre os pontos negativos, tem a questão da porta aberta para mais atividades criminosas relacionadas à manipulação de resultados. Isso, por vez, levaria a uma demanda maior por fiscalização e investigação por parte dos órgãos competentes.

Diante disso, a pergunta é: as entidades competentes possuem mecanismos suficientes para implementar os procedimentos de fiscalização dessa nova modalidade de apostas? Existem recursos disponíveis para essa nova estrutura na Polícia Federal? Haverá um aumento na força de trabalho? Já existe um estudo que aponte a destinação dessa despesa obrigatória relacionada ao pagamento de pessoal? Porque a gente tem informações da Polícia Federal muito defasadas, em termos de equipe, não é?

O Senador Kajuru também pediu para perguntar aqui o seguinte, uma pergunta que é em comum para todos, tá? Na sua área de atuação, depois de regulamentadas as apostas esportivas, o que pode ser feito para que o setor fique livre de suspeitas, nem contribua mais para colocar em risco a credibilidade do futebol brasileiro?

E especificamente para a Polícia Federal, ele coloca também: por decisão do Ministro da Justiça Flávio Dino, a Polícia Federal passou a investigar os escândalos das apostas esportivas. Existe algum fato novo nas investigações da Polícia Federal? Pelo que se sabe até agora, é possível criar mecanismos para evitar a repetição das irregularidades.

E aqui a população participando, já vou passar a palavra aqui para o Senador Marcos Rogério, mas já vou deixar as perguntas aqui que chegaram pelo Portal e-Cidadania, perguntas para todos os senhores, que eu já vou deixar aqui consignadas. Aí quem puder responder depois, eu agradeço.

"[...] [Por] que tributar as apostas, sendo que quem mais ganha são os apostadores? A tributação tem que ser na renda, não nas casas." É a opinião aqui do Bernardo Teixeira, do Rio de Janeiro.

O Marcos Martins, do Distrito Federal, pergunta: "Como evitar as manipulações de resultados [...] e como punir eventuais criminosos que, porventura, se utilizem dessas apostas?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Felipe Alves, de Goiás: "Visto que um dos impactos da prática de apostas é o próprio vício, existem planos para combater esse problema especificamente?" O do vício.

O Ângelo Garcia, de São Paulo: "Como provar uma manipulação? Essa é a grande questão... Deve[-se] ter um seguro para suspeitas de manipulação." Opinião dele.

O Leonardo Silva, do Rio de Janeiro, coloca: "Com a manipulação de resultado e identificados os apostadores, as penas [...] [precisam] ser rigorosas. É possível criar um cadastro dessas pessoas?" Pergunta do Leonardo, do Rio.

O Diego Negri, de Rondônia: "30% sobre aposta ganha é inviável. Tributem sobre o ganho mensal, como qualquer outra profissão. Vejam as apostas como um trabalho." Opinião dele aqui.

Adrian Barros, lá do Ceará: "É interessante a regulamentação das bancas, posto que há casos recentes, no futebol brasileiro, de manipulação de resultados". Essa aqui é a opinião dele.

De Júlio C. Passarelli, de São Paulo, o último: "Continuo não apoiando as apostas esportivas, uma vez que [...] [atraem] manipulação de resultados e [...] [colaboram] muito com a lavagem de dinheiro".

Então, antes de passar para o senhor responder, porque vai ter que sair, já imediatamente passo a palavra ao Senador Rogério Carvalho, do Estado de Sergipe, e registo a presença do Deputado Federal Paulo Fernando Melo.

Senador, o senhor está com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Girão.

Quero cumprimentar todos os membros da Mesa, na pessoa do Sr. José Francisco Cimino Manssur.

Eu acho que estamos dando um passo importante num segmento que já foi completamente dominado por empresas estrangeiras e por empresas brasileiras associadas a empresas estrangeiras que têm propaganda na televisão, que contratam jogadores de futebol para fazer propaganda, que pagam as suas apostas e que funcionam em *sites* que não estão localizados no Brasil. Nós já temos uma lei que os autoriza, mas não temos uma lei que os regulamenta. Essas empresas, em tese, não estão 100% na ilegalidade, porque elas têm uma lei que autoriza o seu funcionamento, mas não têm regulamentação. E, portanto, não são obrigadas a pagar imposto, não têm regras de como fazer propaganda, não têm regras de como quem ganha a aposta vai pagar parte do seu prêmio como imposto, porque é um ganho e deve ser sobre o ganho de capital. Obviamente que eu tenho uma posição que diverge daquela que veio da Câmara: não é sobre a aposta, mas sobre o ganho de capital. Certo?

É preciso que as empresas, para operarem nesse mercado, tenham aquilo que um dos espectadores que estão nos assistindo falou, que é um seguro. O seguro está no depósito que a empresa tem que fazer e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é, na verdade, uma garantia para assegurar que os prêmios sejam pagos, para garantir que ela não deixe na mão os apostadores. Então, eu acho que chegou a hora de o Brasil resolver essa questão e de tomar conta, transformar o vazio em CNPJs que podem ser acompanhados, monitorados, controlados. Inclusive, a gente pode até ter um cadastro de viciados que não podem ter acesso ao jogo. Tudo isso a gente pode fazer, desde que a gente esteja lidando com um CNPJ, com uma empresa legalizada, com uma empresa que existe.

Eu sei que não é a matéria desta sessão temática, mas os cassinos, por exemplo. Agora existe cassino virtual. E o que é um cassino virtual? Algo que não vai gerar absolutamente nada e as pessoas vão jogar. As pessoas vão jogar pela internet. Aí não deixa emprego, não resolve a ociosidade da nossa hotelaria e o dinheiro, e o vício... E os apostadores vão jogar.

Então, eu estou chamando a atenção porque a gente precisa olhar para a realidade e cabe a nós, Parlamentares, Governo, organizações governamentais, organizações da sociedade civil, termos esse compromisso de dar transparência ao que acontece no nosso país e de dar identidade para quem opera no nosso país, para quem ganha dinheiro no nosso país, que precisa ter uma identidade, precisa ser conhecido, para que a gente possa controlar, acompanhar e que, inclusive, os crimes que porventura venham a ser cometidos possam ser investigados e as pessoas devidamente punidas.

Portanto, eu acho oportuno que esse tema esteja na pauta do Congresso para que, de uma vez por todas, a gente comece a tirar da clandestinidade ou do anonimato todas essas atividades e elas passem a ser identificadas por um registro, um CNPJ, que as faz existirem como empresas, que estão submetidas à Receita Federal, que estão submetidas à legislação do país, que estão submetidas aos órgãos reguladores, como o Ministério da Fazenda, que deve assumir, e o Ministério do Esporte, que deve assumir, compartidamente, a responsabilidade, que a gente possa impedir que determinadas formas de manipulação da população possam ter algum grau de controle.

Então, eu acho isso muito saudável e que a gente o faça o mais rápido possível, porque, enquanto a gente não faz, a gente está vendo aí... E tem que ser nacional. Eu vi determinadas marotices – marotices –, como um estado, por exemplo, que abre para uma empresa operar. Aí ela paga uma outorga e pode operar no país inteiro? Não. Tem que ter um centro de controle disso, porque, senão, deixa de ser objeto de atuação e crime federal e passa a ser um crime estadual. Passa a ser algo a ser observado pela Polícia Civil, e não pela Polícia Federal, não pela Receita Federal, mas pela Secretaria de Fazenda do estado, e operando no Brasil inteiro. De que forma? Como?

Então, a gente precisa, de fato, de fazer esse debate com a maior brevidade, com a maior transparência possível e eu não poderia deixar...

Peço desculpas por não estar de gravata, Sr. Presidente. Eu fiquei sabendo agora que o senhor estava aqui fazendo esta audiência e me dispus a vir aqui para, primeiro, cumprimentá-lo, cumprimentar todos, e deixar aqui uma opinião humilde, mas sincera sobre o tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Seja muito bem-vindo, Senador Rogério Carvalho. Sempre muito atuante aqui em todas as Comissões e no Plenário do Senado.

Esse foi um debate que a gente teve, na semana passada já, em uma audiência pública bem ampla na Comissão de Assuntos Econômicos. Agora, nós temos aqui 20 palestrantes, expositores. Vai entrar tarde, talvez até noite adentro, mas nós estamos ouvindo toda a sociedade, Senador Rogério.

Tomou conta realmente do Brasil. O senhor tem total razão. Nós temos... Eu fui da área do esporte. Fui Presidente de um clube de futebol. E toda vez que vou ao meu Ceará, Senador Rogério – o senhor é muito humano, o senhor é um Parlamentar que é muito sensível... Eu estou preocupado com essa ponta do *iceberg* que está começando a bater na porta aqui de torcedores – teve alguns que chegaram para mim – nunca colocaram uma gota de álcool na boca, e se viciaram pela porta da paixão nacional, que é o futebol. E são pessoas vulneráveis, as pessoas mais vulneráveis. Aí o cara perde o dinheiro, perde a moto, o carro, se tiver, perde a casa, a família, e muitos tentam o suicídio, que é o senhor sabe que é a grande pandemia do momento. Então, nós precisamos ter muita responsabilidade com relação a esse caso.

A Senadora Leila, agora sim, está pedindo o uso da palavra.

Senadora Leila, nós vamos ouvir depois as perguntas para o Dr. Alessandro Maciel Lopes, Delegado da Polícia Federal, porque ele vai precisar se retirar. Ele vai responder, e a senhora também pode adicionar algumas perguntas para ele.

Muito obrigado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Isso. Na verdade, é isso, Senador Girão. Até porque fui atleta, gestora e secretária de esportes. Enfim, fui Relatora da Lei Geral, e agora estou com o marco dos jogos eletrônicos, dos *fantasy games*, então, estou muito envolvida nessa temática. E eu fico muito preocupada com os impactos dessa indústria na saúde mental dos brasileiros, especialmente dos jovens; com o empobrecimento de muitos a que leva o engajamento, esse falso engajamento com o esporte; e até a própria integridade dos eventos esportivos, das competições.

E ao justificar a regulamentação da modalidade de apostas por cota fixa, muito se fala do fato de que hoje essas apostas acontecem de qualquer forma, a partir de páginas virtuais fora do país, sem que haja uma arrecadação para os cofres públicos, nem garantia dos direitos do consumidor.

Nesse sentido, o texto expõe o mecanismo que proíbe propagandas de aplicativos não autorizados e determina as instituições autorizadas a operar arranjos de pagamentos, bloqueio de transações relativas às apostas feitas com as empresas não autorizadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu tenho algumas perguntas.

Por exemplo: é tecnicamente possível impedir a ação de *sites* de apostas não autorizados, mesmo estando fora do país?

Segunda pergunta. O texto veda a participação de menores. Como podemos garantir que menores de 18 anos não joguem? Veda, mas qual é a garantia que nós temos disso?

Nesse sentido, o Senador Portinho – na última reunião, ele comentou conosco, Senador Girão – apresentou uma emenda restringindo a propaganda das apostas esportivas na TV. A exemplo da propaganda de bebidas, fica autorizada apenas entre 21h e 6h da manhã. Os senhores não consideram essa medida razoável?

Quarta. O texto permite apostas sobre eventos virtuais e jogos *online*. Não vejo problema nesse comando, desde que fique claro que se trata de competições *e-sports*, ou seja, pessoas reais disputando em ambiente virtual. Pergunto: a redação atual não viabiliza também atividades do tipo cassino *online*? Gostaria de saber isso dos nossos primeiros expositores e também dos próximos.

Quinta. Como forma de proibir a manipulação de resultados, o Senador Romário, em seu parecer, proíbe apostas sobre eventos isolados ocorridos durante eventos esportivos. Entretanto, o faz somente na modalidade futebol. Eu pergunto: as outras modalidades esportivas não sofrem da mesma fragilidade?

Eram essas as perguntas iniciais, Senador Girão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Senadora Leila, também muito participativa desde o começo da sessão, ouvindo cada detalhe aqui.

E nós vamos ter ainda, eu quero lembrar, expositores aqui de segmentos importantes da sociedade que trazem depoimentos da área da psiquiatria; pessoas com problemas, que entraram na questão do vício, querem se manifestar. E, como é uma audiência pública, a gente vai abrir, sim, a palavra depois dos expositores.

Então, sem mais delongas, o Dr. Alessandro Maciel Lopes, Delegado da Polícia Federal, já faz a primeira leva de respostas e fica liberado para a sua reunião, para seus outros compromissos.

O SR. ALESSANDRO MACIEL LOPES (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Girão.

Apenas para esclarecer, não nos cabe aqui opinar acerca da legalização ou não, mas o importante é não haver inércia, e, no caso da proibição, ela tem que ter ferramentas que efetivamente vão evitar. Então, por exemplo, proibir uma empresa de atuar aqui nesse segmento não é suficiente, porque a gente tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas fora, tem acesso lá fora, o apostador vai buscar outros meios. Então, é preciso estar consciente também de que a prevenção vai estar sempre permeando esse debate, em qualquer sentido que for.

Como disse a Senadora Damares, dentro do que é algo posto, a gente já tem uma situação fática aí de empresas de propaganda, de *marketing*, efetivamente, pessoas apostando. Há como reprimir? Basicamente são essas... As perguntas passam por esta pergunta: é possível a repressão? Quais são os meios para prevenir? Há mecanismos para prevenir? Há como prevenir esses crimes de lavagem?

Sim, a gente acredita que sim. Aliás, é um ponto essencial, a nosso ver, a prevenção. E como se faz essa prevenção? Pelo controle; controle do apostador. Foi perguntado: um cadastro é possível? Sim, até porque essas apostas não podem ser feitas de maneira indiscriminada por qualquer pessoa. O menor, por exemplo, talvez não possa apostar. Enfim, deve haver um limite etário, seja qual for. E isso se faz mediante, efetivamente, um cadastro, uma aferição.

Mas, para o cometimento de crimes, é essencial que essas empresas tenham um tratamento similar àquelas que, de alguma maneira, são empresas compelidas a prevenir corrupção e lavagem. Ou seja, de uma maneira ampla, algumas regras, regras de *compliance* aí são algo essencial, ou seja, que elas tenham o dever de comunicar alguns atos que pareçam atípicos, que elas tenham o dever de comunicar informações que são de relevância para o poder público. Nós temos órgãos que já fazem esse controle. Nós já temos o Coaf, temos o Banco Central. Recentemente agora começou também a regulamentação das criptomoedas.

Então, o fato é: é importante que as empresas prestem informações ao Estado e prestem informações quando requeridas; é essencial que a empresa tenha uma sede aqui no Brasil, um representante no Brasil, senão, simplesmente não há como ir atrás dessa empresa; e a gente também, obviamente, parte da concepção da regularidade e da legalidade – a presunção é esta: presume-se que as empresas são sérias –, mas quem está jogando pode não o estar fazendo de maneira séria, e a manipulação também pode dar-se por meio de outras empresas, e essas não serem sérias. Então, efetivamente, ter o controle e as informações dessas empresas é a grande ferramenta de prevenção dos crimes, porque aí vai haver a primeira separação entre as empresas que querem atuar na ilegalidade e as empresas que querem atuar dentro da legalidade. Então, a aplicação de determinadas regras que atuem tais quais as das empresas que atuam no sistema financeiro me parece que é o *start,* o ponto inicial ali para que se possa ter um controle de prevenção à criminalidade.

É perguntado também sobre os trabalhos. O Senador Kajuru até perguntou sobre algumas investigações, se tem fato novo. Lamentavelmente, a gente não pode trazer informações de investigações em andamento, a não ser aquelas que já foram trazidas e são do conhecimento, mas essas investigações têm servido também para que a gente possa perceber, saber quais são alguns elementos ali que acabam justamente sendo pontos que devem ter atenção para uma eventual legalização, regulamentação acerca desse ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há pergunta também sobre se há uma destinação financeira específica para esses grupos de investigação, para essas unidades de investigação. Hoje nós não temos uma destinação financeira voltada exclusivamente para uma determinada matéria, salvo em assuntos relacionados à Política Nacional Antidrogas, em que há um retorno específico, mas, de certa maneira, há sim: uma vez que vão recursos para a Polícia Federal, há a necessidade de se fazer investimento justamente para a repressão e a prevenção nessa área. Volto a dizer que a gente trata, vê muito as apostas, além do aspecto de corrupção, como crimes financeiros e, como tais, eles têm uma forma de apuração muito própria, muito específica e um conhecimento muito aplicado nesse sentido.

Eu acho que, dessa maneira, Senador, eu respondi todas as perguntas. Acredito que tenha abordado todos os temas aí que foram suscitados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito. Quem tem que agradecer somos nós, Alessandro Maciel Lopes, Delegado da Polícia Federal. Seja sempre muito bem-vindo aqui no Senado Federal.

Qualquer outra pergunta que porventura surja, ou da população que está nos assistindo ou de algum Senador, a gente encaminha, a Secretaria encaminha para o senhor. Muito obrigado por participar, com atenção, aqui desse debate. Gratidão mesmo.

O Sr. Pedro Ivo Velloso também vai precisar sair e também quer dar uma pincelada, talvez, em alguma colocação adicional ou em alguma pergunta que pode ter tangenciado a sua área.

O senhor fique à vontade também.

Muito obrigado por sua presença.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO CORDEIRO (Para expor.) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Eu queria só fazer uma breve consideração sobre um aspecto que eu acho que deve pautar toda a discussão do tema, sobretudo todas essas perguntas que se referem à fiscalização, à prevenção.

Às vezes, a gente se depara com um tipo de resposta genérica como "é impossível, essas *bets* vão operar aqui ou em outro país, então é melhor que operem aqui, pois a gente consegue regular", o que não deixa de ser uma verdade, mas existe um veículo, uma forma de se fiscalizar que talvez a maior parte da população não se dê conta, que é justamente o meio de pagamento. Hoje, boa parte dessas *bets* operam no exterior e se valem de meios de pagamento que são instituições financeiras oficiais. Se, de alguma forma, esse meio de pagamento deixar de funcionar, elas perdem, talvez, uma parte esmagadora do seu faturamento, porque a pessoa vai ter que usar um cartão de crédito internacional ou fazer algum tipo de fraude para poder acessar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, penso que a mão forte do Estado tem, sim, como alcançar essas *bets*; e, no extremo, a forma pela qual isso é possível é por meio do sistema financeiro, porque, hoje, elas funcionam, uma vez que, como o Senador Rogério Carvalho falou, a atividade não é ilegal *per si*, ela só não está regulamentada. Então, não é ilegal o envio de recursos para o exterior com essa finalidade, hoje, mas, se, por acaso, algumas delas deixarem de ser, esse veículo vai com certeza limitar 90% da atividade financeira de uma *bet*.

Era só esse o esclarecimento que eu gostaria de fazer, porque eu acho que é um caminho. Pensa-se muito na polícia, pensa-se muito na fiscalização também por meio das entidades de organização de competições, mas se esquece de que a forma de evitar ilegalidades é por meio do sistema financeiro.

Agradeço o convite.

Parabenizo-o, Senador Eduardo Girão, pela discussão aberta. E espero que V. Exas. consigam, com estas discussões e outras, alcançar um equilíbrio na elaboração do PL.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Somos nós quem agradecemos, Dr. Pedro Ivo Velloso Cordeiro, Mestre em Direito e Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Muito obrigado pela sua presença, pelos seus esclarecimentos.

Da mesma forma que disse ao Dr. Alessandro, se tiver alguma outra pergunta que chegue ou pelos nossos internautas ou por algum colega Senador, a gente se compromete a passar para o senhor.

Para compor a mesa, eu já chamo aqui dois outros expositores que vão falar no final, no acordo aqui entre os colegas, visto que não foram requerimentos aprovados – nós vamos ouvir quem teve requerimento aprovado. Eu já chamo o Sr. Bruno Lobato, Presidente da Associação Nacional dos Lotéricos, para vir para a mesa; e também o Sr. André Rolim, que é adicto, em recuperação, com dependência dos jogos de azar.

Sejam muito bem-vindos aqui. De forma democrática, nós vamos ouvir todos da sociedade que a gente puder.

Repetindo, a pressa é inimiga da perfeição. E acho que a gente tinha que ter mais e mais audiências públicas, mas nós vamos o que é possível hoje. Então, vamos lá.

Vamos, agora, ouvir o Dr. Fábio Gomes de Matos e Souza. Ele é Presidente da Associação de Psiquiatria do Ceará e também é Professor da Universidade Federal do Ceará. Fez mestrado na Escócia, em Edimburgo. É um profundo conhecedor deste tema e, especialmente, das consequências, Deputado Paulo Fernando, que muitos têm trazido, como é o suicídio.

Ele é um dos entusiastas do Setembro Amarelo, sempre com muita participação aqui no Senado Federal, já veio presencialmente algumas vezes, mas agora vai falar conosco virtualmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Fábio Gomes de Matos, o senhor tem dez minutos para a sua exposição sobre essa questão das apostas, das casas bets aí, os impactos de manipulações, enfim... Como o senhor está vendo isso junto à população lá na ponta, as pessoas que estão se viciando?

O SR. FÁBIO GOMES DE MATOS E SOUZA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Girão.

Em nome do Senador, queria cumprimentar toda a Mesa e todos os participantes desse debate tão democrático.

Bem, o primeiro ponto que a gente gostaria de levantar é em relação à denominação. Nós procuramos, hoje, cada vez mais, que as pessoas que têm algum tipo de problema não sejam discriminadas e estigmatizadas por esse tipo de problema. Acontecia que, antigamente, se chamava jogo patológico, que já é uma expressão bem forte. Hoje, as duas classificações internacionais, que é são a Classificação Internacional de Doenças e o DSM, da Sociedade de Psiquiatria dos Estados Unidos, preferem chamar de distúrbio, ou transtorno do jogo, evitando, portanto, essa discriminação que poderia acontecer.

A gente usa muito ainda no Brasil: Ah, ele é deprimido, ele é esquizofrênico, ele é bipolar... A gente não pode reduzir a grandeza do ser humano à doença que essa pessoa tem. Então, ele tem depressão, ele tem transtorno bipolar, mas ele não é a doença que ele tem.

Feito esse conceito inicial, vamos verificar como é complicada essa história de distúrbio ou transtorno do jogo. Nas populações – já foram feitas enquetes na Europa, nos Estados Unidos, no Canadá, e em vários outros países –, a prevalência que se chega é entre 0,5% e 1% da população com esse problema que é o transtorno do jogo.

No Brasil, traduzindo isso, nós teríamos, se fosse 0,5%, em torno de um milhão de pessoas e, se fosse 1%, seriam 2 milhões de pessoas. Só para a gente já ter uma ideia da quantidade de pessoas que têm uma relação difícil com essa história do jogo.

O segundo ponto nessa questão da epidemiologia é que um núcleo muito pequeno de pessoas que têm problema com o jogo procuram tratamento. Apenas 10%. Nos melhores casos, apenas 10%. Então, tem 90% que ficam sem assistência. E aí vai a minha primeira sugestão. O delegado falou muito bem que, com a questão do imposto, deveria ser destinada uma verba para a Polícia Federal. Eu advogo então que também deveria ser destinada uma parcela dos impostos para o sistema público de saúde, em especial para os Caps Álcool e Drogas, que obviamente deverão atender também a questão das pessoas que têm uma adicção pelo jogo.

E, assim, a gente pergunta quais são as maneiras com que a gente pode prevenir. Em Medicina, tem sempre essa questão de que prevenir é melhor do que remediar. Então, prevenção obviamente inclui a idade, e eu vou tentar contextualizar em rápidas palavras por que a idade é tão importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Teve uma coorte – uma coorte é um grupo de pessoas de uma cidade, de um país, que é acompanhado a longo prazo, isso a gente chama coorte –, então, anualmente, todas essas pessoas são entrevistadas, são vistas, etc. Em uma coorte bem importante lá da Nova Zelândia, chamada coorte de Dunedin, o que foi que eles observaram? Pegando a maconha, aqui, como paradigma, se a maconha fosse apresentada a um garoto de 12 anos, 13 anos, ele teria 20% a 30% de chance de ficar dependente daquela maconha; mas, se essa mesma maconha fosse apresentada aos 27 anos, ele teria só 2% a 3% de chance de se tornar um dependente. Então, há uma diminuição brutal depois de que o seu cérebro é formado. E quando ele é formado? Aos 25 anos.

Agora, tem um problema. O cérebro é meio assimétrico em termos de formação. As zonas de prazer – os nomes bonitos dessas zonas de prazer são o núcleo *accumbens* e a área tegmentar ventral – amadurecem em torno de 11 anos, 12 anos, só que o córtex pré-frontal, que é aquela zona do córtex que vai dizer "rapaz, pense, reflita, não faça assim, dê um tempo", só vai estar completo com 23 a 25 anos. Então, todas as drogas, todos os vícios e as adicções têm essa janela de oportunidade de entrar na vida das pessoas nesse período, especialmente em crianças e adolescentes, que vai de 12 anos até 25 anos, mais ou menos.

Então, é extremamente importante evitar a exposição dessas pessoas a este tipo de informação ou de sedução, talvez.

Um segundo ponto que é importantíssimo também a gente levantar é o horário. Não pode estar associado com jogos às 5h da tarde, às 7h da tarde.

Eu sou favorável a ser depois de 18 anos, sim. O ideal seria depois de 21 anos, mas a gente sabe que no Brasil isso não vai acontecer.

Então, tem a questão da regulamentação, que já foi muito bem falada, mas cabe a mim dizer aqui algumas questões: Como é que o jogo é definido? Quais são as características desse problema com o jogo?

Esse problema com o jogo significa dizer que é caracterizado por um comportamento de jogar persistente, recorrente, e que é associado com ansiedade e com uma falta de controle. A pessoa não tem controle sobre o que ela vai jogar. Então, é jogando cada vez mais, e ela não vai poder se controlar exatamente porque ela tem um transtorno, um desequilíbrio entre essa questão da impulsividade e da compulsividade.

Qual é a diferença bem simples? Na impulsividade, eu não paro um ato que não começou; e, na compulsividade, eu não paro um ato que já começou. Então, o jogo tanto pode ser impulsivo como pode ser compulsivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos que ter essa noção bem clara para que a gente possa entender que, obviamente, esse problema vai crescer no nosso país, infelizmente, porque tem crescido nos últimos tempos, e é importante também que a gente tenha um ambiente que seja extremamente favorável a essa discussão.

Então, por exemplo, nas propagandas de jogo, tem que ter uma advertência: "Este jogo pode causar dependência... Este jogo pode causar isso..." Do mesmo jeito que eu acho que, nas garrafas de bebida, teria que ter também um alerta: "Esta substância pode causar...", tal qual no cigarro. Por que a gente controlou e está tentando controlar, cada vez de uma forma mais importante, a questão do cigarro? Pela prevenção. Então, toda carteira de cigarro tem fotos demonstrando o que o cigarro traz de ruim; não se permite mais essa questão do fumar social, que incomoda todo mundo...

E eu queria deixar uma última palavra sobre a questão dos *vapers*, porque foi falado também desses cigarros eletrônicos. Eles matam muitos jovens americanos por uma questão chamada em inglês de Evali, que é uma fibrose crônica dos pulmões que impede a pessoa de respirar, causando a sua morte. Muitas vezes, essas coisas, em um primeiro momento, não são divulgadas, só, infelizmente, depois de algumas tragédias pessoais, é que são divulgadas.

Então, é importante a gente estar tendo este debate, Senador, para que a gente possa tentar prevenir, ao máximo, os danos que certamente poderão ser causados por essa questão do jogo desenfreado em pessoas, como o senhor muito bem disse, que estão ficando deprimidas. Eu já tive caso de tentativa de suicídio, porque essa pessoa ficou absolutamente sem nada, era uma pessoa de classe média que se endividou terrivelmente. Então, a gente precisa, sim, cuidar dos aspectos financeiros e legais, mas também dos de saúde, que são tão importantes quanto os outros.

Eu tentei ficar dentro dos dez minutos, faltaram seis segundos, então, obrigado, mais uma vez, Senador, por participar de um debate tão enriquecedor como este.

Muito obrigado ao senhor e muito obrigado aos outros Senadores, ao Senado e a todos os colegas que participaram e estão participando deste debate.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Nós é que agradecemos, Dr. Fábio Gomes de Matos, Presidente da Associação de Psiquiatria do Estado do Ceará, também da Universidade Federal do Ceará, do núcleo de estudos, professor com mestrado na Universidade de Edimburgo, na Escócia, um dos grandes entusiastas em defesa da vida e contra essa chaga que é o suicídio, que virou uma pandemia no mundo e no Brasil, onde está crescendo demais. No Brasil, está em crescimento vertiginoso, enquanto outros países reduziram seus números.

Imediatamente, passo a palavra ao Sr. Antônio Edvando Elias de França. Ele é Promotor de Justiça e Coordenador do Núcleo do Desporto e Defesa do Torcedor. A gente está falando aqui em nome do esporte e vai ouvir alguém que está muito próximo, o Dr. Antônio Edvando, do Ministério Público do Ceará, do Núcleo do Desporto e Defesa do Torcedor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela sua atenção, pelo seu tempo e pela sua participação, Dr. Antônio Edvando.

O senhor tem dez minutos para sua exposição.

O SR. ANTÔNIO EDVANDO ELIAS DE FRANÇA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Girão, na pessoa de quem cumprimento todo o Parlamento.

Conheço sua trajetória desde a luta incansável contra as bebidas nos estádios que foi travada. A gente conseguiu muita coisa, inclusive regulamentar essas bebidas nos estádios de futebol como elemento de violência.

Cumprimento os Senadores presentes, a Senadora Leila, o Senador Rogério e os demais presentes, assim como os que nos acompanham por videoconferência, os demais ouvintes, e, ao mesmo tempo, quero agradecer a oportunidade que nós estamos tendo de dialogar com a sociedade sobre um tema tão sensível como este.

Nós estamos, nesse núcleo, acompanhando esse fato há quase uma década, e o Ministério Público do Ceará talvez tenha sido um dos primeiros a identificar e adotar providências concretas em relações a isso. Na nossa visão... Há, inclusive, um processo, já existe, em andamento, uma ação penal fruto desse trabalho de identificação de cometimento desses crimes.

Nós entendemos que existem, basicamente, dois tipos de vítimas nessa manipulação: a pessoa que não é viciada, mas que tem a sua boa-fé violentada... Então, é muito comum, Senadora Leila, que o cidadão, em casa, assista ao jogo e veja, sem muita explicação, determinado atleta jogar a bola para a lateral sem uma razão aparente. De repente, há uma incompreensão de como é que um time perde, se deixa levar oito, dez gols, e isso causa na cabeça daquele cidadão a que eu me refiro, que não é um viciado, uma indignação muito grande, e com razão, porque ele se torna impotente de resolver e, ao mesmo tempo, não aceita. E também há a questão do dependente, esta, sim, muito complicada também, porque, com essa manipulação, se está destruindo o futebol, porque o futebol é feito de erros: o goleiro erra, o atacante erra... Então, quando você manipula a imprevisibilidade, porque os jogos são imprevisíveis, então, quando você manipula isso, você tira a essência do futebol. Faz parte do futebol o erro. Então, o acerto prévio é criminoso, e foi detectado aqui, no Estado do Ceará, este acerto prévio. A gente conseguiu farta prova desse acerto prévio, e, com a própria divulgação, uma verdadeira organização criminosa, uma associação, tecnicamente falando, uma associação criminosa, que manipula determinados atletas.

É importante, em nossa visão, deixar claro, Senador Girão, para que não se passe a ideia para a população brasileira, de um modo geral, de que os jogos estão sendo manipulados, em absoluto. É importante dizer que o manipulador usa o seu próprio atleta e não conta com um rival para fazer manipulação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que esse foi um detalhe que não foi ainda dito aqui, mas é importante esclarecer. O manipulador não tem domínio sobre o rival ou sobre o adversário, ele tem domínio sobre os seus atletas, os que ele contrata. Então, nós temos casos aqui... E geralmente o que eles fazem? Eles fazem a adesão de jogadores de preferência da defesa, em que é fácil se deixar levar gol. Nós temos casos aqui, por exemplo, em que dois zagueiros estavam comprometidos com isso, com essa organização criminosa, e o goleiro não. O goleiro não estava entendendo nada porque o seu colega estava entregando o jogo. Então, isso foi amplamente divulgado com fartas provas.

A gente precisa entender que a falta de regulamentação é um campo fértil para essas entidades criminosas porque elas não têm obrigação nenhuma de prestar algum recolhimento. Então, há a necessidade, sim, dessa regulamentação.

Quanto a essa regulamentação, a gente observou que é grande a quantidade de dinheiro, é muito dinheiro envolvido nisso. Então, a gente ouviu aqui especialistas na área de saúde metal, da importância de uma proteção estatal sobre isso.

Achei muito boa a ideia do Senador Kajuru quando falou sobre a participação da CBF para que possa, doravante, ser considerada um ente público e prestar contas, para que ela possa apresentar à sociedade como é que está sendo feita a aplicação desses recursos, como é que está sendo feito também o investimento desses recursos no tratamento dessas pessoas que ficam dependentes totalmente dessas apostas.

É muito comum a gente observar, por exemplo, uma dependência tão grande que falta dinheiro para abastecer a sua geladeira, mas não falta dinheiro para aplicar em apólices. Isso tem causado depressão, quando muito ele vai recorrer a agiotas para repor aquele dinheiro que está faltando e muitas vezes nós sabemos o caminho da agiotagem, com ameaças e até mortes. Então, é muito preocupante essa ação desses criminosos.

A gente precisa entender que o esporte foi feito para o lazer e para a saúde mental também, então, a gente precisa entender que essa ausência de regulamentação causou esse campo fértil para essas entidades criminosas.

Outra coisa que eles fazem muito – por isso que estou entrando um pouco no *modus operandi*, para que as pessoas entendam – eles estão escolhendo, eles migram, são grupos que não têm endereço definido e atuam, por exemplo, de forma sazonal, no interior do Ceará. Quando está esgotado, vão para o interior de outro estado, então, não têm endereço permanente...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Acho que caiu. Daqui a pouco, a gente passa, para ele fazer o complemento. O tempo também já estava no finalzinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Alcino Reis Rocha, que é o Secretário-Geral da Confederação Brasileira de Futebol, vai ter que se ausentar, pois tem um compromisso. Além daquelas perguntas gerais...

O SR. ANTÔNIO EDVANDO ELIAS DE FRANÇA (*Por videoconferência*.) – O Ministério Público tem um papel importante nessa caminhada, porque nós precisamos de ferramentas, e eu acho que o projeto cai muito bem por isso. Eu parabenizo o Senado e o Parlamento, de um modo geral, com isso, e a contribuição de todos os que aqui estiveram presentes, mas é importante dizer que os criminosos migram, eles têm um *modus operandi*, e a gente, conhecendo o *modus operandi*, como a gente conheceu, aqui no Ceará, cuja ação está em andamento, ação penal, a gente começa a trabalhar as políticas públicas em cima dessas ações criminosas.

Então, eu faço parte da Comissão Nacional de Prevenção da Violência no Futebol. A violação mental é uma violência. A violação da boa-fé das pessoas é um tipo de violência que tem consequências drásticas mais à frente.

Então, Senador, a minha fala é rápida porque eu gosto muito de ouvir as ponderações. Certamente, nós vamos caminhar com esse projeto. Eles não estão preocupados em ganhar jogos. É muito importante que o cidadão comum tenha esta noção: a preocupação deles é conduzir o resultado, seja com o jogador X sendo expulso, o jogador Y batendo tantos escanteios... Isso é muitíssimo grave. Então, na hora em que, como proposta, as entidades forem credenciadas entidades de proteção a pessoas que tenham essa dependência e precisam ser tratadas, precisam ser cuidadas... A gente vê que essa ação penal não é suficiente para inibir esses criminosos que, por exemplo, fazem, aqui no Ceará, uma armação criminosa, como fizeram, mas que a gente combateu. Fomos, talvez, um dos primeiros estados no país a fazer isso.

Também gostaria de deixar registrado o trabalho do Ministério Público de Goiás. Os colegas de Goiás deram sequência a essa investigação. Então, é muito bom, a sociedade tem muito a ganhar com isso. O Ministério Público está presente, acompanhando tudo, todo o passo a passo.

E quero dizer que a saída é, sim, o tratamento para os dependentes dessa jogatina. Isso envolve, claro, todo tipo de jogo, e eu vejo isso com muito... o cuidado com que o Senador Girão tem batido muito nessa tecla. E fica aí a ideia de que sejam credenciadas entidades; claro, com prestação de conta, mas que possam dar atendimento psicossocial a essas pessoas que estão... Eu vendo aqui nos comentários do *chat*, é triste, é até deprimente ver comentários aqui reais de situação de pessoas que gastam tudo o que têm dentro de casa para fazer esse tipo de aposta.

Lembro também, já caminhando aqui para o final da minha fala...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Vou pedir só para concluir, Dr. Edvando, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO EDVANDO ELIAS DE FRANÇA (*Por videoconferência.*) – ... que nós não detectamos, por exemplo, participação criminosa dessas casas de apostas. A gente viu, pelo menos num caso específico aqui, que elas foram vítimas, porque, quando há um acerto, elas têm que pagar o acerto, e esse acerto prévio é criminoso.

Então, é preciso muita coisa, muito cuidado, e eu acho que é um tema muito sensível, Senador Girão. V. Exa. está de parabéns, o Senador Kajuru também. A Comissão Nacional de Prevenção da Violência no Futebol faz parte do Conselho Nacional do Ministério Público e a gente está acompanhando esse passo a passo, imaginamos que a gente possa colaborar de alguma forma e acompanhar a evolução desse trabalho. Eu fiquei impressionado com os comentários aqui do *chat* e também com o que a gente vê no dia a dia aqui, na nossa promotoria...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO EDVANDO ELIAS DE FRANÇA (*Por videoconferência.*) – ... pessoas reclamando dessa dependência desse tipo de jogo, o que é lamentável, levando a suicídio...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

O SR. ANTÔNIO EDVANDO ELIAS DE FRANÇA (*Por videoconferência.*) – ... levando até a ser assassinado, porque se obriga a fazer empréstimos com agiotas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Está bom.

O SR. ANTÔNIO EDVANDO ELIAS DE FRANÇA (*Por videoconferência.*) – Então, vejam a dimensão, a gravidade do problema que nós estamos enfrentando, mas...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Dr. Edvando, eu agradeço demais... Travou de novo? Então, pronto, então acho que já estava aí no agradecimento. Nós é que agradecemos ao senhor, Dr. Antônio Edvando Elias de França, Promotor de Justiça e Coordenador do Núcleo do Desporto e Defesa do Torcedor lá do Ministério Público, no Estado do Ceará.

O Dr. Alcino Reis Rocha, Secretário-Geral da CBF, vai ter que se ausentar, e eu já vou deixar aqui as perguntas gerais que o senhor já recebeu, que foram feitas tanto pelo internauta como pelo Senador Kajuru. Mas o Senador Kajuru mandou outra também, que é a seguinte: a CBF é responsável pela gestão do principal esporte brasileiro, fator de identidade nacional. Volta e meia, aparecem escândalos: loteria esportiva, máfia do apito, apostas esportivas. A pergunta que ele faz é a seguinte: é possível evitar os escândalos? CBF, federações e clubes não podem buscar uma ação conjunta para evitar que seja arranhada a credibilidade do futebol brasileiro, essa é a pergunta do Senador Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem também outra aqui, que é a questão de que recentemente 11 jogadores de futebol foram punidos pela comprovada participação na manipulação, com penas que variam entre um e dois anos de suspensão e até o banimento definitivo do esporte. As apostas esportivas estão contribuindo firmemente para destruir a saudável paixão pelo esporte mais popular do mundo. Como representante da CBF, entidade responsável pelas competições esportivas de futebol no Brasil, dessa prática mais admirada no Brasil, o futebol, como o senhor vê essa situação?

E teve até internauta mandando aqui uma matéria que saiu, um artigo do Juca Kfouri, jornalista, que fala o seguinte: "Com Fufuca, CBF se revela", é o artigo dele. As pessoas estão perguntando, e eu gostaria também de saber, o subtítulo é o seguinte: "Apoiada por ministro do Esporte, confederação quer dinheiro das bets, mas sem ter de prestar contas". Como é que o senhor vê essas falas, esses artigos, essas situações? Não sei se o senhor viu que a revista *Veja* também publicou uma capa, duas semanas atrás, mais ou menos, sobre essa questão desse projeto de lei, da tramitação dele aqui, supostamente com Deputado Federal, Relator da matéria, pedindo propina de R$35 milhões. A gente sabe que isso movimenta muito dinheiro, se o senhor quiser fazer alguma consideração, o senhor fica à vontade, mas, de antemão, eu já lhe agradeço, Sr. Alcino Reis Rocha, meu conterrâneo nordestino, pela sua participação aqui, pela sua vinda, desde o início, pela atenção, e sua explanação também sobre esse assunto é importante, porque está mobilizando o Senado e o Brasil.

O SR. ALCINO REIS ROCHA (Para expor.) – Senador Girão, nós que agradecemos a oportunidade de debater isso porque, como eu lhe falei, esse é um assunto de extrema importância, que afeta a natureza do nosso esporte. Quando você ataca a credibilidade de um resultado de um jogo, você coloca em xeque toda estrutura daquela determinada modalidade esportiva, no caso aqui, o futebol. Por conta disso, eu já digo para o senhor que, nesse caso, explicitamente nesse caso, o futebol é vítima, o futebol é vítima de um negócio que se instalou no nosso país e que cresceu sem o devido controle. Portanto, em que pese nós não recebermos um único centavo pelo funcionamento desse negócio, nós temos que agora arcar com eventuais investimentos para que os problemas que dele decorrem não possam afetar a credibilidade do nosso esporte.

Portanto, nós temos um programa grande de monitoramento, contratamos empresas reconhecidas no mundo todo, as mesmas empresas utilizadas pela FIFA, pela Conmebol. Esses relatórios são encaminhados para a nossa Justiça Desportiva, é o que tem ajudado inclusive a Justiça Desportiva a funcionar. É encaminhado, a partir de solicitação, para o Ministério Público.

Será apresentado agora integralmente numa reunião que nós temos com a Polícia Federal nessa quarta-feira porque foi lembrado aqui que o Ministro Dino determinou a entrada da Polícia Federal em eventuais investigações envolvendo a manipulação de resultados, mas ele fez isso a partir de uma solicitação formal da CBF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nessa quarta nós teremos uma primeira reunião com o delegado designado justamente para apresentar todo o trabalho até agora desenvolvido e colocar à disposição dele o que ele eventualmente considere o mais correto.

Respondendo aqui ao Senador Kajuru, sem dúvida nenhuma é possível. Nós sabemos que tudo que envolve paixão você tem eventualmente maior chance de ter condutas que não sejam aquelas condutas mais apropriadas. Portanto, no futebol isso não seria diferente.

Agora, o que nós estamos fazendo é para fortalecer cada vez mais os instrumentos eventualmente de monitoramento e de penalização por condutas impróprias. O senhor falou, a Justiça Desportiva em nosso país é uma Justiça reconhecida pela Constituição e que tem trabalho totalmente autônomo dentro da CBF. A CBF apoia, mas a Justiça Desportiva funciona de forma autônoma.

Da mesma forma que funciona de forma autônoma a nossa comissão de ética. A comissão de ética da CBF é uma comissão que tem mandato, que tem toda a autonomia para tomar todas e quaisquer decisões, inclusive para afastamento eventualmente de dirigentes que não se comportaram de forma correta. Portanto, é um mecanismo de controle.

A CBF tem a sua auditoria independente, própria, que publica anualmente todos os seus balanços. Portanto, está lá, tudo publicado. E a CBF é a única confederação esportiva olímpica cujo próprio estatuto, o próprio estatuto, repito, proíbe o recebimento de qualquer tipo de recurso público. Nada contra, obviamente, aqueles que recebam recurso público, mas não é o nosso caso.

Portanto, aqui, Senador, a gente pede uma atenção porque, como eu coloquei logo no início, o exercício do direito pelo futebol precisa ficar claro na nova legislação das *bets* em nosso país. Nós não podemos entender que se utilizam denominações, resultados de partidas, resultados de competições de forma simplesmente graciosa.

Isso daqui precisa ter, da mesma forma que tem que ser exigida a outorga pelo Governo Federal, tem que ser exigida também autorização por parte dos proprietários daqueles direitos para que esses direitos sejam utilizados nessas plataformas de *bet*, para que inclusive possa se cobrar desses proprietários determinadas posições que estão todas sendo colocadas aqui.

Portanto, nós estamos à disposição. Não temos nenhum problema com relação à questão de discutir destinação de recursos. Não é essa a questão aqui. Volto a dizer que não existe nenhum único clube, neste país, que autorizou a utilização da sua marca, nem nenhuma organização de competição que autorizou as propriedades da sua competição nesses jogos, mas nós queremos acompanhar para evitar toda e qualquer manipulação. Uma que, inclusive, é prosaica, o senhor deve saber o seguinte: nós temos, inclusive, casos aqui de jogos fantasmas, jogos que não aconteceram, o Manssur sabe disso, que foram colocados para serem objeto de aposta, jogos que tiveram resultado, jogos que tiveram ganhadores e perdedores, e esses jogos nunca aconteceram. Como é que isso vai ser acompanhado se você não tiver a participação efetiva por parte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das organizações de administração do esporte? É possível se pensar que o poder público sozinho vai conseguir fazer esse controle?

Portanto, é isso. Esta é a nossa mensagem de apoio, mas, ao mesmo tempo, é um apelo para que o Senado Federal coloque o futebol no devido lugar, o que, infelizmente, não está nessa proposta de legislação que está sendo apreciada aqui na Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado. Nós é que agradecemos, Sr. Alcino Reis Rocha, Secretário-Geral da Confederação Brasileira de Futebol.

Imediatamente, eu já passo a palavra – e o senhor fique muito à vontade, Sr. Alcino, porque eu sei que o senhor tem compromisso – ao Sr. Rodrigo Alves, Presidente da Associação Brasileira de Apostas Esportivas (Abaesp). O senhor tem a palavra por dez minutos. Muito obrigado pela sua participação, Sr. Rodrigo Alves.

O SR. RODRIGO ALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos. Eu que agradeço o convite, Senador Girão. Estendo o cumprimento a todos os presentes e a todos os convidados. É a segunda vez que esta Comissão de Esporte nos convida para participar deste debate, desta audiência pública, e nós vemos isso com muito bons olhos. É importantíssimo que todos os envolvidos na questão das apostas esportivas, do jogo, possam se manifestar. E realmente hoje está sendo muito plural, tive a oportunidade de escutar...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Rodrigo, está tendo um problema. A gente não está vendo o senhor, a gente o está ouvindo muito bem, mas nós não o estamos vendo. A câmara está desligada, é isso? A câmara está ligada?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É um problema técnico nosso aqui, que nós estamos já procurando resolver. Só aguarde um pouquinho, enquanto tecnicamente a gente resolve, por favor.

O SR. RODRIGO ALVES (*Por videoconferência*.) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Já, já a gente dá a palavra para o senhor.

Eu vou passar para o Sr. Bruno Lobato, que inclusive já esteve aqui na quinta-feira. Peço que, se puder, faça uma fala breve para complementar algum assunto que o senhor não tenha trazido na quinta-feira, para a gente ganhar tempo na nossa exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Bruno Lobato, que é Presidente da Associação Nacional dos Lotéricos. Muito obrigado pela sua presença.

O SR. BRUNO LOBATO (Para expor.) – Boa tarde, Senador Eduardo Girão. Eu quero agradecer aos demais presentes, aos demais Senadores e às demais autoridades que estão presentes.

Em primeiro lugar, eu falo em nome da Associação Nacional dos Lotéricos. Nós somos hoje 13,3 mil unidades lotéricas espalhadas por todo o país, estamos em 99,5% dos municípios brasileiros, atendemos não só as apostas das loterias Caixa, mas também nós atendemos como correspondente bancário, atendemos grande parte da população brasileira em questão de recebimento de aposentadoria, recebimento de benefícios sociais, recebimento de boletos bancários. Atendemos basicamente a população desbancarizada brasileira.

E hoje nós já recebemos cerca de 97% do atendimento físico da rede Caixa Econômica, ou seja, somando agências Caixa e Loterias Caixa, 97% do atendimento físico, presencial é feito pelas Loterias Caixa. Digo isso pelo seguinte: desde 2018, quando foi aprovada a Lei 13.756, autorizando os *sites bets*, a aposta fixa, de cota fixa a funcionar no país, eles têm funcionado no país de uma forma sem nenhum tipo de regulamentação, (*Falha no áudio.*)... podendo ser estendido por mais dois anos. Já se passaram cinco, não foi regulamentado. Isso está trazendo uma grande dificuldade para o setor de loterias oficiais do país.

As Loterias Caixa já estão presentes e atuando no país há mais de 60 anos. Nós temos um número de repasse social muito grande, e ele está sendo prejudicado, porque ao invés de repasses sociais, esses *sites bet* estão utilizando todos os seus recursos para fazer publicidade.

Apenas a título de demonstração, no ano de 2022, mesmo com todas as dificuldades que nós enfrentamos no setor, nós arrecadamos, apenas em repasses sociais, quase R$11 bilhões, repassados em diversos órgãos do Governo, inclusive o Comitê Olímpico e Paralímpico Brasileiro, que, neste momento, está aí, o Comitê Olímpico fazendo um grande *show* no Pan-Americano, trazendo muitas medalhas para o país com os recursos oriundos das Loterias Caixa. E sem esse recurso, não seria possível o Brasil ter uma atividade tão boa, olímpica e paralímpica.

Quero dizer isso porque falando sobre o PL 3.626, está sendo proposta uma divisão de repasses sociais de apenas 18% para os *sites bet*, enquanto nós arrecadamos 66,23% de tudo que arrecadamos. Descontando os prêmios de loteria e imposto de renda, 66% estão indo para repasses sociais, enquanto a proposta desse PL 3.626 é de apenas 18% para as apostas de quota fixa, para os *sites bet*.

Isso me faz crer, Senador, que todos nós, que escutamos aqui todos os palestrantes, todos eles, em seus setores, sentem falta de repasses sociais para sua atividade, seja para a parte de saúde, a própria parte de esporte. Faltam recursos. E dessa forma que está sendo apresentada, está-se abrindo mão de recursos de repasses sociais para o país. E na nossa causa específica, a Loterias Caixa, está se praticando um canibalismo selvagem às Loterias Caixa do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Somos nós que arrecadamos os recursos financeiros para tantos repasses sociais. Para a seguridade social, foram quase R$4 bilhões só no ano de 2022. E estamos perdendo essa força de repasse social, devido a essa não regulamentação desses *sites bet*.

E uma coisa que me deixa muito perplexo é saber que a lei que autoriza a você ter as apostas de quota fixa no país autoriza somente as empresas que têm sua autorização e regularização feita pelo Ministério da Fazenda. E nenhuma empresa hoje que faz aposta *bet* tem licença do Ministério da Fazenda para atuar aqui em nosso país.

Então, nós temos hoje *sites* atuando fora do país, sobre que não temos nenhum recurso de fiscalização, de arrecadação de impostos, de empregos gerados no país, nada. E, mesmo assim, eles continuam atuando no país, não trazendo um tipo de benefício ao nosso país e trazendo uma concorrência completamente desleal às Loterias Caixa.

Então, eu peço aos Senadores, em primeiro lugar, para que parem de permitir que empresas internacionais façam evasão de divisas, tragam tantos problemas como os que já foram apresentados aqui, como lavagem de dinheiro, corrupção. Você vê que, sobre a aposta fixa, que nem sequer tem regulamentação, já existe até mesmo uma CPI dentro do Congresso Nacional para investigar os casos de corrupção que acontecem no nosso esporte.

Lembrando, como a CBF disse, que ela precisa de recursos para poder ter uma fiscalização maior do esporte, do futebol, mas as apostas não são apenas do futebol, são de todos os outros esportes.

Lembrando também à Senadora Leila do Vôlei, que o Comitê Olímpico Brasileiro não arrecada nada nesses *sites bet*. Não está sendo prevista uma arrecadação. E nas Loterias Caixa foram arrecadados, só no ano de 2023, para o Comitê Olímpico, quase R$400 milhões e, para o Comitê Paraolímpico Brasileiro, quase R$300 milhões, em apenas um ano.

Quero salientar que, da forma como está, as 13,3 mil loterias, que são administradas, em sua grande maioria, por empresas familiares, por maridos, esposas, filhos, pais, são microempresas que, para funcionar, dependem da arrecadação dos jogos de Loterias Caixa. Elas têm uma arrecadação muito baixa dos serviços correspondentes bancários, não podendo se sustentar sem a arrecadação necessária e importante que são as Loterias Caixa, que, afinal de contas, são o DNA do nosso negócio, que está sendo destruído por uma concorrência completamente desleal que hoje é de zero, mas uma proposta de apenas 18%, uma proposta de quase um quinto do que nós arrecadamos em repasses sociais.

Então, peço, Senador, já encerrando a minha fala, uma atenção muito especial, primeiro, para que se conserte o repasse social desse 3.626, que chegue, no mínimo, próximo aos 66%, que é o que nós arrecadamos de repasses sociais de Loterias Caixa e, em segundo lugar, que parem de permitir que empresas internacionais venham ao nosso país trazer tantos problemas ao nosso país e em troca de nada, apenas de tirar recursos da sociedade e de destruir a rede lotérica já existente há 60 anos no nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. Bruno Lobato, Presidente da Associação Nacional dos Lotéricos.

Mais uma vez, seja bem-vindo a esta Casa!

Quinta-feira nós fizemos uma audiência ampla também aqui. O Senador Magno Malta estava junto e foi muito elucidativa a sua participação.

Imediatamente, eu já passo a palavra, agora, para o Deputado.

Nós estamos ajustando ainda, também, o sistema.

Enquanto não estiver 100%, eu passo aqui para o Deputado Paulo Fernando Melo, Deputado Federal.

Seja muito bem-vindo à Casa Revisora da República!

O senhor que é um ativo que participou muito dessa CPI que acabou de ser citada aqui, a CPI das Apostas Esportivas. O senhor tem totalmente a palavra para fazer suas considerações. Muito obrigado.

O SR. PAULO FERNANDO MELO DA COSTA (Para expor.) – Sr. Presidente e senhores expositores, primeiro quero cumprimentar aqui o Senado, a Comissão de Esportes, diferente lá da nossa Casa, a Câmara, onde a discussão desse projeto foi bastante açodada. Ou seja, esse projeto não passou nas Comissões; tivemos um requerimento de urgência, e essa matéria foi votada rapidamente no Plenário.

Como o senhor falou, eu, quando estava no exercício do mandato, participei da CPI da manipulação dos resultados e, infelizmente, não foram ouvidos os representantes das *bets*. O *lobby* foi tão forte, tão grande, que eles não foram ouvidos, e não foi aprovado o relatório final, com as denúncias gravíssimas que foram feitas, inclusive, em relação a membros Deputados da CPI.

Em relação a esse projeto, eu vi a discussão em relação à alíquota uniforme, ou seja, de 18%, e em relação às apostas *online*, em 12%. E aí me preocupa muito qual será o prazo de outorga, de autorização na exploração dos jogos. Nós estamos vivendo um avanço da tecnologia, uma era digital, uma evolução constante na tecnologia. Então, como assegurar que esta lei, uma vez aprovada, não fique logo defasada, já que a tecnologia vai evoluindo a cada tempo?

E, como advogado, me preocupo com as questões do direito do consumidor, em relação às práticas predatórias, e em relação ao que falou o representante da Associação Nacional dos Lotéricos, a situação dos mais de 13 mil lotéricos, que, sem dúvida nenhuma, ficarão com uma concorrência desleal.

Em relação à fiscalização, no passado recente – e eu respeito o trabalho do Coaf –, o Coaf não foi capaz de detectar a movimentação financeira dos empresários, das empreiteiras, de políticos, tesoureiros e presidentes de partidos. Será que terá condições de fiscalizar toda a jogatina no Brasil? Nós vamos ter um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concurso público para uma agência nacional de jogos? Ou os servidores serão emprestados de outras repartições?

E a Ministra Damares esteve aqui, eu escutei o depoimento dela em relação à questão da participação de crianças nos jogos. Eu fui Secretário Adjunto do Idoso, e lá nós vimos a situação das pessoas mais viciadas em jogos, os ludopatas, que eram pessoas idosas, geralmente aposentadas. Assim como nós temos os Narcóticos Anônimos e Alcóolicos Anônimos, temos os Ludopatas Anônimos, que atuam com as pessoas viciadas. Lá, ouvimos os depoimentos de pessoas cada vez mais jovens que estão largando o seu emprego, seu trabalho, para passar o dia todo apostando até na segunda divisão da Turquia, em diversos esportes. E isso, obviamente, leva ao endividamento, à agiotagem, à depressão, à ansiedade, ao alcoolismo, à drogadição e até mesmo ao suicídio.

De tal sorte, Sr. Presidente, nesse texto, me preocupa também a possibilidade da quantidade de horas que uma pessoa pode ficar jogando, se pode ter um limite para isso. É inadmissível que a pessoa fique 16, 17, 18 horas e não tenha um mecanismo que possa bloquear o intervalo mínimo entre uma aposta e outra. A proibição de que jogadores, árbitros, dirigentes dos clubes, a CBF e funcionários das *bets* também possam jogar. A proibição de que ídolos dos esportes, grandes jogadores, possam ser garotos-propaganda das empresas *bets*. Que essas empresas sejam constituídas no Brasil, com CNPJ no Brasil. E, obviamente, o percentual seja destinado a programas de prevenção, educação e atendimento aos ludopatas.

Pena que o representante da CBF saiu. Eu queria contestar o que ele disse, porque a CBF não recebe recursos públicos diretamente, mas indiretamente a CBF certifica empresas como organizadoras de competições para que possam receber os recursos. E também, lá na Timemania, 22% do que é arrecadado vai para os clubes.

De tal maneira que eu cumprimento V. Exa. pelo trabalho desempenhado em relação a essa matéria. Eu vi ontem a outra audiência em que o economista Ricardo Gazel fala abertamente que a pessoa deixa de gastar em outros campos para consumir na questão da jogatina, que não se inventa um dinheiro novo.

Então, espero que o Senado possa analisar com mais cuidado em relação a esse assunto tão importante e que possamos, no final, ter uma votação mais tranquila, mais serena, diferente do que foi lá na minha Câmara dos Deputados.

Quero cumprimentar os outros autores dos requerimentos, o meu amigo Senador Cleitinho, colega de partido, o Senador Kajuru, o Senador Zequinha e o proponente principal, Senador Eduardo Girão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Deputado Paulo Fernando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, o que o senhor relacionou aí, falou das denúncias que foram lá na CPI em que o senhor estava como titular, é isso?

O SR. PAULO FERNANDO MELO DA COSTA (*Fora do microfone.*) – Suplente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Suplente. E que acabou sem relatório, a coisa não foi para frente. O senhor falou de um *lobby* poderoso que tem e que, inclusive, foi matéria da revista *Veja* – da revista *Veja*.

E um dos que foram aprovados aqui – e tinha pergunta, inclusive, para ele nesse sentido – não pôde vir. Não compareceu, mas é um assunto que realmente está causando uma curiosidade das pessoas para entenderem exatamente o que é que aconteceu.

Já está o.k. aí? Já está o.k.? Está uma certa instabilidade, mas vamos tentar ouvir agora o Sr. Rodrigo Alves, Presidente da Associação Brasileira de Apostas Esportivas.

Muito obrigado pela sua participação.

O senhor tem dez minutos.

O SR. RODRIGO ALVES (*Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos.

Espero que consigam me ver agora, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Estamos vendo e ouvindo bem.

O SR. RODRIGO ALVES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Perfeito.

Muito obrigado pelo convite, Senador Girão. Estendo os cumprimentos a todos os presentes, a todos os que estão participando aqui do debate. Parabenizo, inclusive, pela pluralidade aqui de temas que estão sendo discutidos, de visões. A indústria do jogo realmente é muito ampla e é importantíssimo que possam todos contribuir para esse tema.

Da minha parte, eu represento uma associação de consumidores, de apostadores, e eu acho que já é, desde já, relevante frisar que essa atividade é antiga. Apesar de hoje as apostas estarem no auge e muitos estarem tomando conhecimento da atividade agora, fato é que já há muitos anos as apostas esportivas existem no Brasil, de maneira consistente, eu poderia dizer. E, claro, após 2018, após a legalização, houve mais visibilidade, mais pessoas estão conhecendo a atividade hoje e, certamente, antes da Copa do Mundo, houve realmente um *boom e* hoje a gente está até num cenário um pouco desenfreado.

Então, a regulamentação é extremamente necessária, isso é indiscutível. Nós como apostadores tivemos algumas oportunidades de interlocução junto ao Ministério da Fazenda, que nos ouviu. A Câmara dos Deputados também, de certa forma, nos ouviu também, mas, aqui no Senado, nós estamos tendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maiores chances de poder trazer um pouco do nosso recado, da nossa mensagem, porque, verdade seja dita, nós conhecemos profundamente o mercado.

A associação começou a surgir em 2015, só para que todos saibam. Obviamente, depois de 2018, da legalização, acabou se concretizando. Então, desde 2015, quando Portugal legalizou a atividade, nós já estávamos muito atentos ao que estava acontecendo por lá. Foi muito ruim para todos: para o consumidor, para o Governo, para as empresas.

Quando a gente fala de regulamentação de apostas, a gente, na verdade, não precisaria inventar a roda, porque, verdade seja dita, tem dezenas de mercados regulamentados – uns bem regulamentados, outros mal regulamentados –, então, é muito fácil se inspirar nos bons modelos, mas é preciso vontade política, essa que é a verdade.

Em 2018, quando houve a legalização, já naquele primeiro momento, houve um vício de origem na Lei 13.756, ao se trazer a figura das apostas de quota fixa como uma modalidade lotérica. A aposta esportiva não é loteria, são coisas muito diferentes. A aposta esportiva é uma modalidade de jogo, sim, assim como o cassino é uma outra modalidade e as loterias são outras. Essa equiparação, por assim dizer, acabou trazendo consequências, porque já existe todo um regramento relativo às loterias e as apostas esportivas acabam ficando submissas a ele.

Mas, passado agora esse momento da 13.756, a gente teve essa Medida Provisória 1.182, que, no nosso ponto de vista, acabou até piorando um pouco do que era a 13.756. Agora, com o Projeto de Lei 3.626, o que já não estava muito bom, para nós, ficou um pouco pior. Então, dentro de todo esse ciclo por que passa a legislação, quanto mais passa nas mãos de mais gente, parece que menos a gente é escutado. Eu comentei que fomos ouvidos pelo Ministério da Fazenda e pela Câmara dos Deputados e estamos sendo ouvidos, agora, pelo Senado, mas ouvir é um ato físico do nosso ouvido, escutar é quando você, efetivamente, quer prestar atenção e tentar extrair alguma coisa positiva.

A gente martela sempre nos mesmos temas há mais de quatro anos. Como eu disse: aposta esportiva não é loteria. Isso é um tema que a gente fala desde sempre. Quando a gente fala de tributação do apostador, tributação do operador, taxa de canalização, esses são diversos aspectos que já foram falados e são falados, de maneira recorrente e constante. Se, de fato, aqueles que são os responsáveis pela regulamentação se debruçarem e quiserem fazer algo que funcione como um todo, para que se tenha a proteção do consumidor, para que se protejam ali os menores e os ludopatas, para que se favoreça a indústria e que se traga arrecadação, é possível que tudo isso aconteça e existem vários modelos a serem seguidos. Inclusive, para citar um exemplo recente, na semana passada, o Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR) fez uma apresentação e trouxe um estudo de uma consultoria, de uma maneira muito didática, eu poderia dizer, e tem ali o que deve ser feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que, hoje, o cenário é o do MVP, do produto viável mínimo, o que a gente pode fazer para que, realmente, isso funcione, porque as apostas esportivas são uma realidade. Por mais que eu entenda e escute, com certeza, os argumentos contrários ao jogo e os males que isso pode causar para uma porcentagem das pessoas, é uma realidade que existe. Então, a gente precisa encará-la como ela é e trazer as melhores regras possíveis para que isso funcione dentro da sociedade. Todos os países, a imensa maioria dos países, possuem o jogo regulamentado. Então, aqui no Brasil, não deve ser diferente.

Nós, como consumidores, desde sempre, martelamos muito na tecla da tributação do apostador, que eu poderia aqui falar extensivamente que ela não deveria nem sequer existir de maneira direta, mas, com certeza, dentro desse MVP, ela não pode ser em cima dos ganhos, dos prêmios; não é o prêmio que pode determinar isso, porque, como eu disse, isso aí é uma regra da loteria. Esta é a regra da Mega-Sena, os 30% acima da faixa de isenção, o.k., mas, para uma aposta esportiva, isso não é cabível.

Então, a gente tem que estar, no mínimo, falando de uma apuração sazonal, seja ela mensal, seja qual for. A tributação do apostador tem que ter outro tipo de forma de ser apurada. É a mesma coisa para o operador. Começou com a história de 5%, na 13.756; depois, foi subindo, subindo, subindo, chegou em 18%; some-se isso a todos os outros custos de uma empresa, estamos falando aí de 30%, é muito alto. Na verdade, acho que deixa até a atividade inviável para o operador. Talvez, em termos de MVP, teríamos que estar falando de algo em torno de 12%.

Obviamente, também vem a questão da taxa de outorga para essas casas de apostas: R$30 milhões é um valor altíssimo. Se for diluído ao longo desses três ou cinco anos que elas têm de licença para operar, já é um custo mensal extremamente alto que, somado aos outros, torna toda a atividade muito difícil de ser explorada por empresas. Empresas, obviamente, ganham dinheiro, precisam disso. Então, isso aí precisa ser revisto. Acho que uma taxa de outorga de, no mínimo, cinco anos seria o mais viável.

Algo que veio desta Casa Legislativa, do Senado, agora recentemente, foi a limitação de mercados, para que não se possa, por exemplo, apostar em escanteios, em cartões e em outros tipos de mercados individuais. No nosso ponto de vista, esse também é um caminho muito equivocado a ser seguido, porque os únicos que têm essa restrição são as casas licenciadas no Brasil, as que tiverem, de fato, a licença. Agora, todas as demais casas de apostas do mundo vão continuar oferecendo esses mercados. O apostador brasileiro que quiser fazer essas apostas vai para esses outros operadores, encontrar esses mercados. Então, em termos de manipulação de resultado, não nos parece ser esse um caminho realmente viável.

Foi citada a CPI da manipulação dos resultados. O pessoal da Sportradar pôde contribuir de maneira muito válida em como isso é feito. Tem a Ibia, tem outras instituições, ou seja, tem muito material, tem muita maneira de se coibir manipulação, porque tudo que está sendo discutido aqui no Brasil agora, seja manipulação, seja ludopatia, seja tributação, enfim, tudo isso já foi discutido em algum momento em outros lugares. Como eu disse, são muitos os mercados já regulamentados no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto, em termos de MVP que a gente julga ser fundamental, é a questão do cassino, porque, assim, nós, para deixar bem claro, somos totalmente favoráveis à legalização de cassino. Não existe o não jogo; não adianta tapar o sol com a peneira, o jogo existe. Agora, assim como as apostas esportivas foram inseridas na 13.756 como uma modalidade lotérica, agora não se pode, na 3.626, colocar cassino como uma aposta de cota fixa. Não se pode ter esse tratamento junto, tem que ser tratado de maneira individualizada. A gente deveria estar aqui para falar somente de apostas esportivas, não deveria estar falando de cassino. Cassino tem o PL 442, por exemplo, que me parece ser muito bem-feito, e ali deveria ser um âmbito para que isso pudesse ser melhor conversado.

Eu teria mais a ser dito, até procurei aqui correr, porque são muitos os pontos, são quatro anos que a gente está lidando com isso, que a gente busca trazer a nossa contribuição. Eu preciso só, rapidamente, falar em nome dos apostadores que, sim, aposta esportiva é primordialmente algo... Como posso dizer? É uma diversão, não é algo em que você possa realmente garantir nenhum tipo de lucratividade; mas, sim, existe uma porcentagem, ainda que pequena, de apostadores que são lucrativos. Então, assim, é uma atividade passível de profissionalização. E, a partir do momento que você pode, de maneira recorrente, consistente, ganhar dinheiro com isso, você precisa ter um tratamento próprio, precisa entender que isso aqui não é... Não se pode confundir as apostas esportivas com um *crash game*, com um cassino, com uma roleta. São coisas totalmente diferentes.

Então, é preciso que se tenha essa questão muito bem observada. Quando o Estado pesa muito a mão na regulamentação, necessariamente a gente vai ter uma taxa de canalização ruim, ou seja, o apostador brasileiro, que já existe – e são milhões –, vai encontrar outros lugares para apostar, e não vai ser nas casas com licença brasileira. Some-se a isso aí municípios, estados, todos esses aí também entrando na briga; publicidade... Nós temos aí preocupações muito grandes com a falsa propaganda, com vender estilo de vida, a gente está também há muitos anos falando sobre isso; tentamos aí nos juntar ao Conar para poder participar disso, não nos trouxeram à mesa...

Mas é isso, desculpa ter me estendido.

Agradeço mais uma vez a oportunidade de participar desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ô Rodrigo, nós é que agradecemos, Presidente da Associação Brasileira de Apostas Esportivas (Abaesp), Rodrigo Alves, que coloca o seu posicionamento. E eu agradeço a sua participação aqui, nesta sessão tão democrática, ouvindo todos os setores aqui da sociedade.

Eu já passo a palavra para o Sr. Wilson Luiz Seneme, Presidente da Comissão de Arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol.

Muito obrigado pela sua participação, Dr. Wilson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos, boa tarde... Começamos com um bom-dia e agora já estamos modificando para boa-tarde, depois de aí quase quatro horas de debates importantes.

Gostaria de agradecer o convite ao Presidente da Comissão de Esporte, o Exmo. Sr. Deputado Romário... Senador Romário, perdão; assim como o Vice-Presidente, o Ilmo. Sr. Senador Jorge Kajuru; também o nobre Senador Portinho, que está sempre acompanhando esses debates desse tema tão importante; e ao que está comandando agora os trabalhos, o Exmo. Sr. Senador Eduardo Girão. Muito obrigado pelo convite.

Gostaria de dizer que é minha terceira participação em eventos de audiência pública no Senado. Eu tive uma participação sobre esse mesmo tema na Câmara dos Deputados, na CPI das apostas, que era basicamente o mesmo tema.

Vou iniciar minha fala dizendo um pouco sobre mim. Eu sou Presidente da Comissão de Arbitragem da CBF desde abril de 2022. Anteriormente a isso, eu trabalhei por seis anos como Presidente da Comissão de Arbitragem da Conmebol. Sou membro da Comissão de Arbitragem da FIFA, um órgão internacional da FIFA, o órgão regulador, o órgão detentor dos direitos do futebol para o mundo. Eu faço parte da Comissão de Arbitragem da FIFA, são só 12 membros dessa comissão no mundo todo, e o Brasil tem um representante, que sou eu, nessa comissão tão importante da FIFA. Fui jogador de futebol dos 15 aos 25 anos, sendo 5 anos como jogador profissional, com carteira assinada, e me tornei árbitro de futebol aos 28 anos de idade. Entrei no quadro da FIFA e fui árbitro do quadro da FIFA por mais de 10 anos, tenho um total de mais de 20 anos na arbitragem brasileira e internacional. Isso é importante dizer porque a arbitragem é um tema extremamente sensível e é sempre importante recordar a pessoa que aqui está e a capacidade que ela tem ou não para comandar algo tão sensível. Não é realmente por vaidade pessoal, é por fatos ocorridos ao longo da minha vida, e é importante que todos saibam disso.

A arbitragem, assim como eu comentei na Câmara dos Deputados, em oportunidade na CPI, viveu antes e depois do caso Edílson Pereira de Carvalho, que foi a popular máfia do apito, no ano de 2005. Por que eu chamo isso de divisor de águas para a arbitragem? Porque, a partir do caso Edílson Pereira de Carvalho, em que foram anulados mais de dez jogos, eu, como árbitro à época, apitei jogos remarcados daqueles que foram anulados, vivenciei um momento extremamente difícil para a arbitragem brasileira. Não era fácil entrar em campo e apitar jogos de futebol tendo zero de credibilidade. Enfim, passados todos esses anos, as experiências que se podem tirar daquele evento específico, projetando, fazendo uma analogia para os eventos de hoje, em que os fatos ocorridos não envolvem árbitros, a Polícia Federal e todas as organizações públicas não detectaram nenhum fato durante os campeonatos brasileiros das Séries A, B, C, D, futebol feminino, que levasse algum árbitro a ser responsável por alguma situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E as experiências que a gente pode trazer daquele caso específico da máfia do apito são alguns aspectos importantes tanto da área do Governo, a área governamental, quanto da área privada, que é a CBF, a FIFA e as federações: um maior controle que se realizou do segmento arbitragem.

A partir daquilo, foi criado, por exemplo, o Estatuto do Torcedor, que hoje se transformou na Lei Geral do Esporte. O avanço do Estatuto do Torcedor é a Lei Geral do Esporte. Então, com a criação do Estatuto do Torcedor, muitas regras e normas foram criadas para todos os segmentos e, principalmente, para a arbitragem, para a vigilância em relação à arbitragem. Foram criadas ações como o sorteio – hoje é uma opção, já não é mais uma obrigação – dos árbitros para determinados jogos; um controle de audiências públicas necessárias de divulgação desses sorteios; uma série de regras que não havia, como o pagamento de taxas de arbitragem, quem é responsável por cada área, ou seja, um grupo de normas que deixaram o ambiente da arbitragem muito mais vigiado e menos propenso a essa infiltração dos jogos de aposta. E também foi o caso Edílson Pereira de Carvalho, em que eram casas de aposta.

Então, essa é uma conexão importantíssima que a gente faz para estabelecer algo que deu certo, porque, se hoje eu não tenho árbitros envolvidos nesses esquemas de apostas e, sim, jogadores de futebol, isso significa que evidentemente essas pessoas sentiram a dificuldade que é hoje o assédio a um árbitro, e sentiram a facilidade que é o assédio a jogadores, técnicos e dirigentes de clubes. Porque efetivamente não há, na minha visão, nenhum filtro regulamentar ou nenhum fator normativo dificultador para que jogadores, técnicos e dirigentes possam ser, digamos, acessados por essas pessoas. Digo, como exemplo: hoje um árbitro de futebol, para se registrar e ser um árbitro do quadro Senaf (Seleção Nacional dos Árbitros de Futebol), que é o grupo de árbitros que trabalha na CBF, precisa comprovar, através de uma gama de documentos, a sua idoneidade. Existe uma Corregedoria da Arbitragem brasileira. Essa corregedoria analisa diversos documentos para que esse árbitro seja aprovado ou não para a lista anual de arbitragem da CBF. O mesmo é realizado em cada federação dos 27 estados do nosso país.

Então esse fato, mais a quantidade repetida de informação, de controle que nós da Comissão de Arbitragem damos aos árbitros... Existem controles da arbitragem. O que é isso? Existem observadores de arbitragem assistindo a todas as partidas, existe um analista de arbitragem analisando os jogos, um analista presencial no estádio e um analista jurídico assistindo aos jogos na televisão, para poder identificar erros e acertos e passar informações à Comissão de Arbitragem.

Após os jogos, os árbitros, todos os árbitros são submetidos a uma avaliação e uma retroalimentação, através de videoconferência, para que eles saibam quais foram os seus acertos, quais foram os seus erros e determinar a correção para um próximo jogo, se for o caso.

Essa gama de controle é realmente efetiva. O árbitro se sente vigiado. O árbitro não se sente sozinho hoje, num campo de futebol, não é? Nas palestras que proferimos sempre aos árbitros, em relação aos cuidados que ele tem que ter, da chegada aos estádios, nos hotéis, nos contatos, com quem ele fala... uma equipe de arbitragem hoje nunca está sozinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E se eu reporto isso aos jogadores de futebol, por exemplo, que foram os casos ocorridos até então, um jogador de futebol tem zero controle. Repito, um jogador de futebol tem zero controle. Ele assina um contrato, e o único controle que ele tem é treinar, se capacitar e jogar. O único controle que ele tem é do próprio clube. Ele não tem um controle regulamentar de nenhuma lei imposta a ele ou ao clube para determinar quais seriam as normas que ele deva seguir.

Eu proponho que sejam, sim, criadas normas e um regulamento que possa vigiar, controlar melhor os jogadores, os técnicos e os dirigentes, assim como é feito hoje com a arbitragem, que surtiu um resultado extremamente positivo, a partir do caso Edílson Pereira de Carvalho.

Obrigado pelo tempo e fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Olha, Sr. Wilson, nós é que agradecemos, Wilson Luiz Seneme, Presidente da Comissão de Arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol. Muito obrigado pela sua presença, pelas suas colaborações. Tudo vai ficar aqui nos *Anais* desta Casa, material de pesquisa, que vamos usar durante as votações – todo esse material apresentado.

Nós vamos agora ouvir... Edu Cabral, você pode fazer em três minutos, porque eu tinha prometido que você ia falar? Se você puder fazer, eu lhe agradeço, para a gente alternar um pouco virtual com presencial, para ficar algo mais interessante para quem está nos assistindo. Você está com a palavra.

O SR. EDUARDO CABRAL (Para expor.) – Obrigado, Senador Girão, a quem cumprimento, e aqui cumprimento todos na mesa também.

Eu fui Diretor Nacional de Políticas sobre Drogas, nesses últimos quatro anos. Nesse fim de semana, muitos pais, senhores aposentados, pensionistas, pessoas inscritas no CadÚnico fizeram aquela fezinha, gastaram seu dinheiro nas apostas. Eu estava comentando com o Deputado Fernando agora que acabei de sair daqui para comer um pouco, porque a audiência é extensa, e estavam dois caras discutindo na barraquinha ali fora – um apostou no Vasco, e o Vasco perdeu; e o outro apostou na vitória do Botafogo, e o Botafogo empatou –, e um reclamando que perdeu R$150. Quantos pais de família não estão perdendo seus dinheiros? E aí, sem esses dinheiros, deixam de pagar dívida. A maioria perde seus proventos; principalmente agora, no final do mês, quando vão receber seus recursos, às vezes, deixam de pagar uma conta na lotérica, mas vão logo para a *bet*. E tem muitas pessoas no Brasil desesperadas, porque acreditam naqueles que são ídolos. Eu me emociono quando vejo aqui a Senadora Leila. Quantas vezes eu torci por ela, pela seleção, quando a gente tinha amor para torcer pelo Brasil, torcer de verdade, sem ter que apostar; amor verdadeiro.

Eu fui viciado em drogas por sete anos; estou limpo há 25 anos. Do mesmo jeito que a gente não consegue parar a droga – eu tenho que me manter limpo todos os dias –, é a mesma coisa para quem vive

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apostando: perde hoje, amanhã pede emprestado, aí sai fazendo dívida, sai pegando dinheiro com agiota, e, daqui a pouco, está uma bola de neve. Como o Deputado Fernando falou, inclusive, muita gente se vicia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO CABRAL – Então, o Brasil não pode estar falando em jogos de azar – não era para a gente estar falando sobre isso –, não era para a gente estar falando sobre aborto, não era para a gente estar falando sobre liberação de drogas. O nosso papel aqui é melhorar a vida do cidadão brasileiro em todos os sentidos.

O esporte, pelo que eu sei, é a maior ferramenta de prevenção contra as drogas. O esporte não pode ser motivo de vício para a nossa juventude. Eu tenho um filho pequeno, Dr. Paulo, e eu estou preocupado, porque, lá no Roblox que ele joga – e a gente está tentando controlar –, de vez em quando, entra alguém e diz assim: "Você gosta de menino?", e até pede para ele fazer coisas que não deve, e não se tem um controle. Agora, eu vejo muita rede social sendo controlada, derrubada por aquilo que a gente fala, por aquilo que a gente diz. Por que esses aplicativos não podem ser derrubados no Brasil? Por que não vamos para cima, Senador, para proibir que sejam baixados no Play Store, nessas lojas? Por que qualquer pessoa tem acesso a aplicativo? Isso tem destruído muitas vidas. E, se não há uma regulamentação, e há regulamentação para tantas outras coisas que são importantes...

Acho que foi o Delegado – esqueci o nome dele aqui –, o Delegado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO CABRAL – Alessandro. Ele disse uma coisa muito importante. Só a fala dele já daria motivo para anos de discussão para a gente... Antes de liberar isso – tomara que isso não seja liberado, e conto muito com o senhor, com a Damares e com tantas pessoas que têm lutado pela vida, não é, Deputado Fernando? Por que não se faz uma discussão séria no Brasil? Por que isso está sendo goela abaixo, colocado na sexta-feira à noite para votar, quando não se tem ninguém?

Então, que Deus possa abençoar o Brasil, que Deus possa continuar abençoando a sua vida, e que a gente pense, porque a discussão está muito em cima.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO CABRAL – Ninguém está discutindo sobre o cidadão – o Sr. João, a D. Maria – que está lá no bairro simples, pobre, pensando que vai ficar rico, perdendo seu dinheiro e ficando viciado nisso aí.

Que Deus o abençoe!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Amém!

O SR. EDUARDO CABRAL – Obrigado pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É aquela velha história: vai o dedo; depois, vai a mão, vai o braço; e a conta vai ficar para ser paga aí pelos nossos filhos, netos, bisnetos. Por isso, a gente tem que ter muita responsabilidade neste momento, porque muita gente está adoecida neste país, e a gente só viu um pedacinho que chegou, porque é a médio e a longo prazos que a gente vai sentir a tragédia para a população.

O SR. EDUARDO CABRAL (*Fora do microfone*.) – Já tem gente procurando casa de recuperação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É, casa de recuperação.

Não, nós vamos ouvir, daqui a pouco, o hospital psiquiátrico Nosso Lar, em que eu estive, não é, Roberto? A Sra. Ticiana está conectada. Ela vai ser ouvida, daqui a pouco, no hospital em que eu estive nesse final de semana, lá em Fortaleza. Eu fui pessoalmente e vi as pessoas internadas lá, e ela me trouxe um caso que foi chocante.

Vamos lá!

Dr. Hermano Tavares, Coordenador-Geral do Programa Ambulatorial do Jogo Patológico (Pro-Amjo).

Dr. Hermano, o senhor está falando de que estado? Do Rio?

O SR. HERMANO TAVARES (*Fora do microfone*.) – São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – De São Paulo também. Seja muito bem-vindo a esta Comissão!

O senhor tem dez minutos para a sua explanação.

Estamos chegando ao final da sessão, daqui a pouco.

O SR. HERMANO TAVARES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Girão. Boa tarde, membros do Senado. Boa tarde a todas as pessoas que me escutam neste momento.

Quero agradecer a oportunidade de aparecer aqui e dar a minha contribuição.

Eu sou médico psiquiatra, sou professor universitário no Departamento de Psiquiatria da USP. O meu doutorado é sobre transtorno do jogo, à época chamado de jogo patológico; foi o primeiro doutorado do tipo no Brasil, com defesa no ano 2000.

O nosso ambulatório sobre transtorno do jogo, dedicado ao transtorno do jogo, é pioneiro no Brasil também. O Brasil ainda deve muito... Nós – eu, como pesquisador, como professor – ainda devemos muito ao Brasil em termos de produção científica e de informações que sejam realmente úteis para a tomada de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decisão informada, para a abordagem de um assunto sério, de forma técnica e consequente. Mas quero dizer aqui que os dois únicos estudos realizados em população, amostra brasileira de amplitude nacional, foram conduzidos pelo nosso grupo de pesquisa.

E o que a gente encontra lá? A gente encontra que no Brasil você tem algo em torno de 1% de indivíduos que já se complicaram com o jogo ao longo da vida e preencheram, em algum momento da vida, o diagnóstico de transtorno do jogo; outro 1,5% é de pessoas que não chegam a ter complicações suficientes para realizar um diagnóstico de transtorno do jogo, mas já tiveram dificuldades relevantes. Então, a gente chega a 2,5% da nossa população que, na trajetória da sua vida, não necessariamente no presente momento, tem ou teve dificuldade com apostas, com jogos de azar.

Esse número, para alguns, pode parecer pequeno, mas, definitivamente, não o é. Os estudos mostram que cada um jogador acomete diretamente outras seis pessoas. Quem são essas seis pessoas? São indivíduos da família ou sócios no trabalho, etc. É a mesma lógica do tabagismo secundário. No momento em que a gente entendeu que existia o tabagismo não intencional, que é você viver ao lado de alguém que fuma, ganharam movimento e corpo as iniciativas para tentar controlar o comércio do tabaco. Então, é a mesma coisa aqui, quer dizer, não se pode fiar apenas nesse número de 2,5%, que, aviso, não é pouco – não é pouco –, já adquire proporções suficientes para ser um problema de saúde pública.

Na verdade, se a gente pegar esse número e compará-lo com outros, a adicção ao jogo só perde para a adicção ao álcool e ao tabaco. Ela é a terceira mais frequente adicção na nossa população, antes de coisas que costumam preocupar a população, com razão, mas que não são tão frequentes, como, por exemplo, a adicção à maconha, à cocaína, ao *crack*, etc., que são problemas muito relevantes – não me entendam mal –, mas não são tão frequentes quanto a questão do jogo.

A questão do jogo é complexa, e é preciso que a gente entenda que ela envolve diferentes atores: ela envolve a sociedade civil, o apostador e a sua família propriamente dita; ela envolve o Estado, a quem cabe regular essa atividade; e ela envolve os fornecedores da oportunidade de apostas. É preciso que todos esses atores se sentem ao redor da mesa e cheguem a algum acordo. Não é realista dizer que jogo foi proibido, ou é proibido no país, ou o era até a lei de 2018. Nós já tínhamos, desde sempre, loteria; nós já tínhamos, desde sempre, as apostas em cavalos; nós tivemos, por algum tempo, o bingo, o vídeo bingo, que era um disfarce para a tentativa de introdução de máquinas eletrônicas de jogos de azar no país. Portanto, o que se discute aqui, na minha humilde visão, é quanto de jogo a gente vai regulamentar e permitir o acesso na nossa população. Isso posto, eu quero dizer que, quanto maior for o acesso a oportunidades de aposta, mais gente vai apostar; isso significa que mais pessoas vulneráveis irão apostar.

Os estudos mostram – estudos internacionais, porque esses estudos ainda não foram feitos no Brasil – que, quando você aumenta as oportunidades de aposta, você aumenta um pouco a prevalência, a porcentagem de jogadores compulsivos, portadores de transtorno do jogo, na população, mas aumenta pouco; o que realmente aumenta – e é ao que as pessoas precisam ficar atentas – é a demanda de tratamento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque existe muita gente que tem esse problema, que fica silencioso, porém, quando as oportunidades de aposta vão crescendo, esse indivíduo que estava silencioso se revela, o problema dele se revela. Então, a demanda por tratamento, no momento em que a gente fizer uma ampliação das oportunidades de aposta, segundo estudos internacionais, aumentará de duas a quatro vezes.

E aqui eu quero fazer um alerta muito importante. Fala-se muito da responsabilidade do provedor do jogo, o que, de fato, é importante. É importante que eles adotem um código de conduta, é importante que eles tenham um programa de jogo responsável. Eu acho que, nesse programa de jogo responsável, não pode ficar apenas a critério do provedor quais são os seus elementos; há que haver um debate e uma imposição a partir de legislatura sobre quais são os elementos mínimos dessa autorregulação, porque, do contrário, a tendência é dizer o seguinte: nós providenciaremos toda a informação necessária; nós diremos que apostar é potencialmente adictivo; nós diremos que as chances de ganhar são menores do que as chances de perder etc. E aí, no momento em que eu informei o apostador, eu lavo as mãos. Agora, ele é livre para decidir o que ele quiser. Isso é uma falácia! O indivíduo que é vulnerável às apostas não é capaz de modular o seu comportamento única e exclusivamente mediante boas informações. Então, vamos dividir as responsabilidades. O indivíduo precisa ser informado, as famílias precisam ser informadas. As pessoas precisam deliberar qual é a porcentagem que elas querem destinar a esse tipo de atividade, atividade eminentemente recreativa. E encarar esse tipo como qualquer outra possibilidade, profissão etc., é falácia novamente. Essa é a questão do indivíduo.

A questão do Estado é fazer essa legislação. E essa legislação hoje e todo o debate, desculpem-me, parece-me muito enviesado no sentido da prevenção do crime da lavagem de dinheiro, da evasão de divisas, do recolhimento. Então, fica entre a Justiça e a Fazenda, o que eu acho correto, mas insuficiente. Vejo também a preocupação de envolver o esporte na preservação dessa atividade, que é muito relevante. Há pouca discussão do envolvimento da saúde.

Vamos entender uma coisa. Nós temos o Sistema Único de Saúde. O Sistema Único de Saúde tem como importantíssimo elemento a rede dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps). Uma parte dos Caps são destinados ao tratamento específico das adicções. São os Caps AD. É importantíssimo que a gente comece a pensar que parte do recolhimento fiscal obtido nessa atividade precisa ser encaminhada para a rede Caps. E a rede Caps precisa ser ampliada. Onde se vê um Caps AD, que é Caps Álcool e Drogas, é importante que a gente comece a pensar em Caps ADJ – álcool, drogas e jogo. Isso vai custar dinheiro. Isso vai custar tempo. Isso vai custar reflexão. Isso vai custar investimento em todos os sentidos, a começar por este debate muito importante que estamos fazendo aqui.

Gostaria de propor a criação de uma agência interministerial envolvendo Justiça, esporte, Fazenda e saúde; e que fosse, ela mesma, uma agência reguladora da atividade de apostas, incluindo as apostas esportivas, mas não somente as apostas esportivas. Que essa agência fosse responsável por cobrar daqueles que vão providenciar a atividade de apostas no país a formulação de um programa de jogo responsável; que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

houvesse o compromisso de todos os envolvidos; e que a verificação do que realmente funciona dentro desse programa de jogo responsável fosse feita periodicamente.

Cito apenas um exemplo: muitos provedores trabalham com uma coisa chamada autoexclusão. Então, em algum momento o apostador se percebe prejudicado e diz: "eu não quero mais jogar, mas eu não consigo controlar". Ele vai lá, entra no *site*, escreve: "olha, eu quero ser excluído; vocês não podem mais aceitar minhas apostas". Esse tipo de programa pode funcionar. Ele não é perfeito; ele ajuda, mas não é suficiente. Então, por exemplo, o que faz mecanismos como esse funcionarem melhor ou pior depende de avaliação, depende de pesquisa.

Portanto, uma agência regulamentadora das atividades de aposta no país tem que ter representantes de todas as instâncias, da sociedade, do Governo, dos provedores, mas ela tem que se comprometer com a pesquisa e a avaliação periódica do impacto das apostas e do impacto de programas de jogo responsável que visam à redução do impacto negativo das apostas no indivíduo e na sociedade. Esse era o ponto que eu precisava...

Ah, sim, uma coisa muito importante é que a gente fala só de tratamento. Talvez quem devesse participar aqui desta suposta agência interministerial também fosse o Ministério da Educação, porque a gente precisa trabalhar com prevenção, certo? Apostar é tóxico para o cérebro de indivíduos menores de idade por conta de tudo que o meu colega psiquiatra, que falou antes de mim, já explicou. Portanto, é necessário esclarecer aos jovens, é necessário esclarecer às famílias, e é importante instituir campanhas de prevenção contra a atividade de aposta em indivíduos menores de idade.

É isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado. Nós lhe agradecemos muito a participação, Dr. Hermano Tavares, Coordenador-Geral do Programa Ambulatorial do Jogo Patológico (Pro-Amjo) de São Paulo.

O senhor falou uma coisa interessante: o Ministério da Educação, a gente precisava tê-lo chamado para esta mesa mesmo. É por isso que eu quero repetir: as coisas açodadas não dão certo. Então, o senhor trouxe dados aqui preciosos para a gente da responsabilidade humana – humana! – nossa sobre essa matéria, que já foi deliberada na Câmara, na velocidade da luz, e aqui, como mesmo o Deputado Paulo Fernando falou, no Senado Federal, é muito pouco tempo para a Casa revisora da República fazer audiências – só fizemos duas até agora. Mas vamos fazer a nossa parte e alertar os colegas desses dados.

Muito obrigado.

Para alternar, alguém virtual e alguém presencial, eu passo a palavra para o Sr. André Rolim, que veio lá de Fortaleza, no Ceará, e que tem uma história – de diversas histórias – que pelo menos para mim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegou. Ele é um dos que tem uma história que perpassa por esse grave problema social do impacto que é a aposta esportiva, que é a aposta em geral.

Seja muito bem-vindo a esta Comissão. O senhor tem dez minutos para a sua explanação.

Muito obrigado.

O SR. ANDRÉ ROLIM (Para expor.) – Obrigado. Obrigado pelo convite, Senador Eduardo Girão.

Obrigado ao Senador Kajuru por dar voz ao povo, por dar voz a quem está lá do outro lado da porta e que muitas vezes não tem essa chance, porque está na escuridão, está dentro do seu quarto trancado, com o *laptop* aberto ou, então, com o celular na mão, sem conseguir nem olhar para o espelho. E aqui quem vos fala... Esse era eu, há um tempo.

Meu nome é André Orlando Rodrigues Rolim, sou de Fortaleza, venho de uma família tradicional. E por que eu falo que venho de uma família tradicional? Porque eu sei que a família, nesse momento, foi o que me salvou. Eu cheguei a momentos da vida em que eu pensei em desistir, em que eu pensei em jogar tudo para cima, porque, quando eu me vi, eu estava afundado em dívidas, vendendo casa, vendendo carro para trocar por uma ficha, para trocar por uma aposta, para trocar por um vício ou por uma satisfação momentânea, de 30 minutos – às vezes, nem isso demorava.

Então, muitas pessoas perguntam por que é que eu falo isso – já fiz *podcast*, já fui a entrevistas – e por que eu demonstro essa minha vulnerabilidade. Pelo simples fato, Senador, de que eu não quero que pessoas passem pelo que eu passei. Então, é muito egoísmo meu passar pelo que eu passei, ter a família que eu tive, que me interditou, que me internou – e eu passei quatro meses numa casa de recuperação –, e hoje não ajudar o próximo. Então, me calar é praticamente impossível. Hoje eu ajudo comunidades e terapeutas de adictos de rua.

Gostei muito da sua fala, Deputado Edu Cabral, você é um vivedor desse problema, assim como eu. Estamos limpos só por hoje, graças a Deus.

E o que eu venho falar aqui é um pouco da normalização do que é muito destrutivo para a sociedade. Então, a gente normalizar algo tão novo, tão sério e achar que "não; é normal", que é como se fosse um álcool, é como se fosse... Não é. A gente tem que entender que o vício em jogo, em aposta, cassinos, a adicção nesse sentido é muito mais silenciosa. Se eu estivesse aqui alterado por cerveja, ou por *whisky*, ou por cocaína, vocês saberiam. Mas se eu tivesse apostado aqui muito dinheiro em qualquer jogo que tenha hoje, porque 24 horas tem jogo, vocês nunca iam imaginar. Então, eu posso agora estar apostado sem ninguém saber. Estou longe da minha família; ninguém nunca iria saber. Então, esse é o grande problema.

E, como essa história é muito recente... O pessoal estava falando que há muito tempo existe. Existe, mas era por muito tempo *underground*, era por muito tempo... E o preconceito era muito grande, então ninguém falava sobre isso. Se falasse, poderia ser preso, poderia acontecer alguma coisa. Então, era tudo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito calado. Quando a sociedade passa por uma pandemia, como passou, em que eu passei um ano e meio apostando desenfreadamente, tive que vender minha casa, vendi meu carro, o carro da minha mulher para pagar o meu irmão, porque eu o enganei, e meus filhos até hoje perguntam "papai, cadê o carro da mamãe?"...

Este ano, eu fiz meu imposto de renda. Com todo orgulho, eu vou recomeçar a minha vida financeira, meu patrimônio. Mas o contador chegou e disse: "É, André, o terreno já foi, a casa que tu tinha já foi, os carros que tu tinha já foram. Então, você não tem nada declarar". E isso me doeu na alma. E aqui sou eu, que tenho uma pessoa, que tenho pessoas; que tenho um pai, sócio, diretor da empresa dele, de que tive que sair em 2019, por questões pessoais entre mim e ele, por causa de vício. Saí da empresa, perdi a casa. Ele olhou para mim e disse: "cuidado, porque o próximo é o casamento". Eu tendo dois filhos, a coisa mais linda, uma mulher que hoje está comigo e me honra, e eu ia perder tudo isso.

Então, eu vos falo aqui em nome de toda a sociedade que está sofrendo. Eu sou um milagre por estar aqui falando com vocês. Eu sou um dos que estou em recuperação, mas, diante da minha palavra, diante de tudo por que eu passei, de 2021 para cá, eu já internei, Senador, pessoas próximas, quatro pessoas próximas, só de jogo, e mais duas pessoas voltadas para álcool e dependência química.

A saúde mental dos brasileiros já está bem comprometida. É muito difícil a gente colocar no mercado situações como essa. Nossas crianças não merecem, nossos adolescentes não merecem. E os codependentes, que são as pessoas, os familiares, como o doutor ali falou – que são as seis afetadas –, também não merecem. Eu costumo dizer que eu não tenho muita pena do adicto, porque ele fez, ele paga. Eu fiz, eu pago. Mas eu tenho muita pena da família, tenho muita pena dos codependentes.

Então, eu estou aqui para falar sobre essas insanidades que esse tipo de coisa pode trazer. Eu sou um dos caras mais sociáveis no meu grupo. Eu cheguei a ficar um tempo altamente isolado, e o isolamento é um dos sintomas da adicção. Então, ao invés de eu estar confraternizando, de eu estar na casa dos amigos, eu estava enfurnado dentro do meu escritório, ou dentro do meu carro, com vergonha de chegar no escritório, com vergonha de chegar em casa, porque a folha de pagamentos estava atrasada, porque as contas de casa estavam atrasadas, mas eu estava dentro do meu carro tentando minha próxima ficha. Muitas vezes, debaixo de uma cruz, debaixo de uma igreja, pedindo a Deus um socorro, sem saber por onde começar. E é isso que eu vejo em muitos jovens hoje. Eles têm receio da exposição. Eles têm receio de dizer que eles estão viciados, porque um dia fui eu, e eu tive essa coragem graças à minha família, que me interditou, e lá dentro eu percebi isso.

Então, essa questão da internação muita gente acha que é o fim dos tempos. Para mim, eu achava que estava acabando com minha vida: 36 anos, dois filhos, uma mulher; eu perdi tudo e agora vou ser internado. E agora? Acabou a minha vida! Mal sabia eu que estava iniciando a minha vida, criando maturidade, criando casca para passar pelo que estou passando agora, para colher os frutos do que eu fiz, para ser responsável de honrar a minha família, para ser responsável de não fazer mais o que eu fazia, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não achar que era uma simples jogatina. "É normal, é um *hobby*, faz parte. Todo mundo faz." Não; eu não sou todo mundo.

Tem muita gente aí que não pode, que não deve, com quem não se deve nem comentar sobre. A quantidade de casos vem aumentando absurdamente. Eu estou recebendo ligações quase que diárias. Tem grupos de casais precisando de ajuda; uma mãe desesperada porque o marido perdeu tudo; o filho já entrando nesse tipo de coisa, com 19 internações, e ela sem saber o que fazer com um menino de 36 anos de idade que já teve 19 internações – talvez, passou mais tempo dentro de clínica do que curtindo a vida.

Então, falar sobre esse assunto é muito sério. A gente não deve... O Senador sempre fala da celeridade, de estar muito rápido, mas, assim, tem que ter calma, tem que trazer todos os órgãos, tem que fazer o que está sendo feito aqui, com calma. Não dá para pensar só na forma de tributar, quem vai tributar. Tributar quem? O apostador? Eu tinha um amigo que era dono de casa de aposta, e ele falava: "André, 95% perdem, cara. E os 5% que ganham, ganham bem pouquinho. Escapa... Às vezes, nem ganha. Vão tributar quem?".

Então, é muito fácil falar: "Ah, basta regular aqui, regular ali". Não, não é tão simples. "Ah, porque o mercado já tem regulado dessa forma". Não; a forma como os *sites* de apostas estão sendo tratados... É diferente. É muito mais profundo. Dentro de um *site* de aposta, para quem ainda não entrou e não conhece, existem os cassinos *online*. Então, está sendo tributado o *site* de aposta, mas o *site* de aposta tem o cassino *online*. É um terceirizado, que é um *link* em que você entra e sai do *site* de aposta. Já está em outro *link*. Essa turma eu não sei onde é que está sediada, eu não sei quem é o dono, eu não sei como é. Eu só fazia o Pix e fazia meu jogo.

Então, é muito complexo a gente segurar uma rede – uma rede – de donos de *sites* de aposta, até porque, como foi muito dito aqui, a falta de informação é gigante. Então, a gente não tem essa informação precisa para que a gente possa saber quem a gente regulamenta, de quem a gente cobra e como cobra. Eu acho que é um negócio muito mais profundo do que simplesmente passar, da noite para o dia, uma lei dessa.

Para finalizar, eu queria agradecer muito a presença de todos vocês, de todos que estão *online*, e agradecer a Deus por estar aqui e estar falando isso. Nunca imaginei que estaria por aqui, mas eu sei que tenho uma missão. Eu sei que Deus me colocou lá naquela clínica, minha família me colocou naquela clínica não foi para salvar só a mim. Foi para salvar muitos brasileiros que estão aí.

Só para a gente falar um pouco de o quanto foi duro para mim, eu cheguei a pegar um dia, começando numa jogatina normal, era pôquer na época, e esse *site* de pôquer começou a incrementar os jogos. Quando eu menos esperei... Eu passei 20 anos na adicção, só para vocês entenderem, dos 16 aos 36. Com mais ou menos 12 anos que eu estava em jogo, esse *site* de aposta começou a incrementar, como eu estava dizendo. Ele tinha um cassino *online e* a parte de *bets*. Então, eu tinha mesas de jogo, mesas de pôquer para jogar mundialmente com quem estivesse lá jogando, eu tinha 24 horas de jogos – tênis, basquete, todo tipo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modalidade para jogar – e ainda tinha um cassino *online*. Então, eu me peguei num dia, num domingo, nunca vou esquecer... Falaram aqui de tempo de jogo. Eu perdia quase que 12 horas por dia de domingo na frente da tela e, no dia a dia, mais umas três, quatro horas jogando, de cinco a seis vezes por semana. Então, eu me peguei num domingo perdendo algo em torno de US$18 mil em dez dias, com três telas, e achando que estava na Disneylândia, achando que estava me divertindo, achando que estava: "Ah, é só um *hobby*. Minha família está rodando aí, foi comer pizza, foi fazer o dia de domingo"...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ ROLIM – ... "e eu sozinho, dentro do meu quarto escuro, sem saber o que fazer". Então, não é normal, não tem que normalizar, não tem que comparar com outros tipos de loterias, enfim. É um caso à parte, é um caso a ser estudado, é um caso a ser muito visto aqui dentro.

Eu agradeço a esta Casa pela oportunidade, eu agradeço a todos vocês.

Espero, que mais pessoas possam ter essa voz aqui dentro, que a população tenha essa voz, e que a gente chegue a um acordo. O meu sonho é que não fosse liberado – eu vou abrir meu coração –, é que fosse proibido. Proibido. Eu acho que é pior do que cocaína, eu acho que é pior do que maconha, eu acho que é mais destruidor do que isso tudo, e os nossos jovens não merecem isso. A nossa juventude hoje está muito acelerada. Eu passava muito tempo olhando para baixo, para um celular. Hoje, um gatilho positivo para mim é simplesmente olhar para a nuvem, pelo fato de que eu só olhava para baixo, para um celular ou para um computador.

Eu espero ter passado a mensagem.

Agradeço a todos que estão nos assistindo, agradeço a toda a minha família, agradeço a Deus pela oportunidade e, principalmente, ao Senador Eduardo Girão por ter me convidado para esta sessão tão solene.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. André Rolim. Pelo que eu percebi – o Senador Girão teve que ir para o Plenário, estava sendo chamado lá, e eu vim aqui substituí-lo –, você deu um depoimento de vida aqui, pelo que eu percebi nesse final, mostrando a sua posição muito clara em relação a essa questão dos jogos.

De imediato, passo a palavra agora ao Sr. Marcelo Palácio, Coordenador da clínica terapêutica Casa Despertar por dez minutos.

O SR. MARCELO PALÁCIO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, pessoal. Boa tarde a todos, aos Senadores, boa tarde aos presentes, a quem está assistindo à gente *online*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu queria parabenizar a Casa por estar proporcionado este momento em que a gente pode estar divulgando e tendo mais informações a respeito do processo que é uma dependência, do processo que é uma problemática familiar.

Eu sou a pessoa que atende telefonemas de pessoas que têm o problema relacionado à dependência química, ao alcoolismo, e hoje, infelizmente, temos mais um problema, que são os jogos.

Desde 2020, era algo raro uma internação de um dependente de jogos, mas tivemos algumas internações, no decorrer desse período, por jogos; pessoas que conseguiram destruir a vida através de jogos. Em 2021, pandemia. Em 2022, começou a aumentar a quantidade de pessoas com esse tipo de problema. A Casa Despertar hoje é uma clínica especializada. A gente teve que se readequar nessa questão dos jogos, e, com isso, acabamos nos especializando também nisso. Eu falo aqui de Fortaleza – Fortaleza, Ceará. A gente fica localizado aqui.

Eu também sou adicto. Completo 11 anos agora em dezembro... Essa função que eu faço aqui na Casa Despertar, que é esse acolhimento familiar, é muito voltado ao que eu vivi, é muito voltado às coisas que aconteceram na minha vida. E eu sempre falo que é por grande honra da minha vida à minha mãe, que sempre esteve ao meu lado, à minha família que eu estou aqui nessa função. E vocês não sabem o quanto é difícil receber a ligação de uma mãe que está com um filho de 14 anos e não sabe mais o que fazer, porque ele está viciado em jogos eletrônicos, viciado em jogos.

Teve um Deputado – não me recordo o nome agora dele – que falou sobre o Roblox, que também é um problema que eu vivo. Eu tenho quatro filhos e dois deles só falam nisso: "Roblox, Roblox". Inclusive, às vezes, querem dinheiro para estar injetando lá nisso.

Eu separei aqui alguns do que eu vejo, do que eu mais escuto, que são o *Aviator*, Cassino Online, Tigrinho e *bets*. Eu tenho algumas experiências relacionadas a usuários que já foram internados involuntariamente, e essa é uma outra situação, porque, além de essas pessoas terem um problema relacionado à compulsão por jogos, elas ainda não aceitam a internação; é a família que acaba descobrindo. Porque também é um vício que, querendo ou não, demora para ser descoberto. Como já foi dito aí pelo André Rolim, é algo em que eu estou dentro do meu quarto, deitado; estou dentro do meu carro, estou em qualquer lugar, utilizando o meu celular para isso; e, muitas vezes, eu acabo não sendo descoberto.

E isso traz depressão, traz vários outros problemas – eu não vou nem entrar no mérito disso. Inclusive, pessoas hoje são internadas involuntariamente por estarem violentas, cometendo... tendo problemas relacionados à compulsão por jogos, por estarem colocando a vida em risco, pegando dinheiro de agiotas, muitas vezes cometendo crimes, acabando com os bens, vendendo os bens.

Eu tenho a lembrança de um rapaz – é claro que eu vou manter o anonimato dele – que me ligou em torno de 2h da manhã e começou a falar comigo que precisava de ajuda, se eu podia ir buscá-lo, que ele não aguentava mais... Ele estava sussurrando, e eu sabia que a dependência dele era de jogos. A impressão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu tinha é que ele estava numa comunidade, dentro de um barraco, de certa forma, usando alguma droga e que queriam matá-lo. Foi quando ele me disse que não, que estava ali jogando, mas que não aguentava mais, que precisava ir para a clínica, que já tinha acabado com tudo, que inclusive ia entregar o celular que estava com ele, porque já tinha vendido.

Naquele dia eu me dei conta de que temos um novo problema; que o problema dos jogos se tornou algo muito maior. Além do problema do álcool e das drogas, que já vem há muito tempo, esse problema do jogo se tornou um novo problema na sociedade.

A gente aqui da Casa Despertar não é contra álcool, a gente não é contra droga. Eu não sou contra a droga, contra álcool, contra jogos. Existem pessoas que vão conseguir viver usando drogas, que vão conseguir viver fazendo uso do álcool, que vão conseguir jogar e que não vão ter um problema grave, que não vão, de certa forma, se prejudicar por conta disso. A minha preocupação é com as pessoas que vão ter um problema maior por conta disso, assim como eu tive.

Lá no ano 2000 – eu sou de São Paulo – eu já comecei um processo para ser internado por conta de drogadicção. E, assim, até hoje não sei como é que minha irmã – que deve até estar nos assistindo – conseguiu localizar um local que tinha esse tipo de serviço, porque a informação era muito pouca. Nós estamos falando do ano 2000. E hoje, como a gente tem as redes sociais, temos aí a internet, eu acredito que, quanto mais informação se tiver a respeito do problema da jogatina, do problema da drogadicção e do alcoolismo, mais pessoas vão ter acesso a esse tipo de tratamento.

A minha preocupação é com uma mãe. Inclusive, eu coloquei no nosso bate-papo do aplicativo que está transmitindo esta reunião sobre uma mãe que entrou em contato – ela e muitas outras entram em contato –, falando sobre o filho: "Eu não sei o que fazer. O menino é rebelde. Está deixando de estudar...". Aí, quando você vai perguntar a idade, o menino tem 12, 13 anos. Aí, você entra para o Estatuto da Criança e do Adolescente, não existe clínica especializada para esse tipo de idade, para tratar esse tipo de problema, não existem profissionais qualificados. Então, a gente tem que se preocupar com isso. Eu me preocupo com os meus filhos em relação a isso, não é?

Muitas vezes uma pessoa vai conseguir fazer uma aposta... Como eu conheço várias pessoas que fazem apostas *online* e não têm problema; elas trabalham, elas vivem, não faltam as coisas em casa. Mas tenho também que lembrar que existem pessoas que já têm tendências a compulsões e obsessões, assim como eu, e que basta fazer isso uma vez ou duas, sentir aquele prazer, sentir aquela sensação, e não vai mais parar, a não ser quando alguém intervier ou quando chegar a um fundo de poço, em que seja necessária realmente uma internação, em que seja necessária uma intervenção – isto é, se conseguir chegar lá, porque tem pessoas morrendo também por conta de dívidas, por conta de diversos problemas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO PALÁCIO (*Por videoconferência.*) – Então, é algo que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O senhor tem um minuto para concluir.

O SR. MARCELO PALÁCIO (*Por videoconferência*.) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quando toca a campainha, é um minuto.

O SR. MARCELO PALÁCIO (*Por videoconferência*.) – O.k.

Eu fico sempre muito preocupado com essas mães. Sempre digo que é por minha mãe que eu estou aqui, pelo que minha mãe sofreu. É pelo que minha mãe passou que eu tenho esse trabalho aqui hoje, que eu faço esse trabalho com muito amor. Trabalho com muito amor em ajudar mães, pais, esposas que têm vivido o problema não só da dependência química e de álcool, mas também de jogos, também de compras, também vários outros tipos de problemas relacionados a compulsão.

Queria agradecer o espaço que foi fornecido aqui para que essa informação seja passada para todos. Quanto mais informação, mais chances teremos de ter sucesso nesse processo.

Muito obrigado. Muito obrigado à mesa. Muito obrigado ao Senado, ao nosso Senador Eduardo Girão, que é muito presente nas comunidades terapêuticas aqui no Ceará.

Uma boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Boa tarde, Sr. Marcelo Palácio, coordenador da clínica terapêutica Casa Despertar, que dá também um depoimento importante.

Por fim, o último convidado. Com a palavra, o Sr. André Pereira Cardoso Gelfi, Presidente do Instituto Brasileiro do Jogo Responsável, por dez minutos.

O SR. ANDRÉ PEREIRA CARDOSO GELFI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Paim, Senador Eduardo Girão, Senador Jorge Kajuru, Senadora Leila, demais Senadores, membros desta Casa, convidados, participantes, toda a audiência, queria agradecer, em nome do Instituto Brasileiro do Jogo Responsável, o convite para trazer a nossa perspectiva como associação de classe que representa empresas de aposta internacionais, que estão espalhadas ao redor de todo o mundo.

Nós representamos... Apesar de ser um número pequeno – somos 14 empresas –, eu diria que essas 14 empresas talvez sejam as maiores empresas de aposta do nosso planeta. Essas empresas acompanham esse processo aqui no Brasil com a devida preocupação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu começo pelo diagnóstico. Hoje a gente vivencia a tempestade perfeita. O nosso mercado de apostas é uma completa bagunça. A gente tem uma quantidade indefinida de operadores e de fornecedores de apostas no Brasil, e quase nenhum controle dessa atividade.

Em 2018, esse problema se acentuou. A gente viu o crescimento exponencial desse mercado, principalmente durante a pandemia. Com o advento do Pix, ficou muito fácil para um brasileiro ter acesso a essa atividade.

Quando eu digo um brasileiro, infelizmente não só um brasileiro nas devidas faculdades, um brasileiro maior de idade, um brasileiro, em tese, com maior capacidade de discernir e fazer escolhas, mas também muitos menores de idade.

Eu sou brasileiro, estou falando desde São Paulo com vocês, eu tenho filhos de 14 anos, e a gente vivencia e se sensibiliza pelos testemunhos que foram dados aqui pelo André e pelo Marcelo, e sabemos da nossa responsabilidade, como operadores, de estarmos presentes nesse processo e fazermos a nossa parte, para que, de fato, a gente tenha uma regulamentação, controles e que se tragam conhecimento e testemunhos do nosso lado para mitigar essas externalidades.

O mercado de jogos é uma realidade, e a gente tem duas alternativas: ou olhar para ela da melhor forma possível para mitigar essas realidades, ou, basicamente, pretensamente, proibir que aquela dinâmica aconteça. Eu pessoalmente não acredito, e eu acho que o instituto representa isso; nós não acreditamos que a proibição é a solução. O mercado está aí. Em tese, as apostas são proibidas no Brasil, e o que a gente vê é um mercado bilionário: só em apostas esportivas, para este ano, nós trabalhamos com números de R$5,8 bilhões; se a gente somar os outros jogos, provavelmente esse mercado é o dobro disso, próximo de R$13 bilhões. Isso é uma realidade hoje. E todo esse rio de apostas corre para fora do Brasil. O nosso desafio é canalizar esse rio, é trazer esse rio para o Brasil, porque de um rio que corre no Brasil nós temos a capacidade de cuidar. Hoje, o mercado está todo fora do Brasil. Medidas para arrecadação, medidas para trabalhar manipulação de resultado, medidas para tratar de transtorno são pouco efetivas quando o rio corre para fora do Brasil.

A gente precisa fazer com que esse mercado, de fato, se formalize no Brasil. E o nosso entendimento é que a prioridade para que esse mercado se formalize é que ele seja viável do ponto de vista regulatório. A gente tem, sim, uma questão tributária para tratar nessa história toda. Os tributos, como eles estão no projeto que vem da Câmara, são elevados, e a gente teme, por experiência internacional, que, de fato, nós não consigamos fazer com que esse mercado se formalize no Brasil como ele deveria, otimizar essa formalização no mercado brasileiro. Então, esse é o primeiro ponto. Infelizmente, sem a gente tratar dessa questão, que é de ordem econômica, sim, a gente não vai ter, do ponto de vista pragmático, um mercado regulado no Brasil que represente a grande maioria do mercado. Então, essa questão tributária é fundamental para que, aí sim, a gente possa trabalhar em cima dessas externalidades, mitigá-las.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como foi colocado aqui, as preocupações são absolutamente pertinentes. Dr. Hermano, Dr. Fábio, Ministra Damares, Dra. Ana, as questões são notórias e são frutos de um mercado não regulamentado. Esse mercado existe, e a gente tem duas alternativas: uma, olhar para ele; outra, não olhar para ele. A nossa perspectiva é que a regulamentação é absolutamente pertinente, é a pedra angular para que a gente possa tratar dessas externalidades imediatamente. E a pedra fundamental dessa história toda é a questão tributária. Se a gente tiver a tributação no lugar correto, eu acredito que, junto com o Governo – a gente está disponível para isso –, a gente pode refinar essa regulamentação, através de portarias ou como quer que seja, para que, de fato, a gente tenha os controles pertinentes e possa, de fato, tratar das questões que foram colocadas aqui.

Eu tenho entendido que os dois pontos principais aqui foram a questão da integridade do esporte e a questão do vício, que não é menor. A gente estava escutando o Doutor, e chamou-me atenção o Dr. Hermano colocando o dado de 2,5% da população brasileira, e que o impacto é seis vezes maior. A gente está falando de 30 milhões de brasileiros que estão tendo algum contato com o vício hoje. É a população do Peru, é a população da Região Sul do Brasil, não é um número menor. Essa regulamentação, na nossa perspectiva, é urgente, fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos ao Sr. André Pereira Cardoso Gelfi, Presidente do Instituto Brasileiro do Jogo Responsável.

Vejam bem os senhores aqui rapidamente, porque aqui é uma correria, mas na segunda, tem poucos Senadores na Casa. Eu teria que estar numa reunião às duas e meia. Como eu falei no Plenário, vim para cá, e o pessoal está me elogiando por telefone. "Poxa, Senador, o senhor é um Senador que sempre cumpre o horário." Eu digo, é, estou chegando.

O Senador Girão teve que fazer um depoimento importante no Plenário, assim eu entendi. E ele me ligou aqui, dizendo-me o seguinte: "Paim, se tu tens que sair, a gente suspende por cinco minutos para vocês tomarem um cafezinho". E, em seguida, ele está aqui para continuar o debate, porque, até o momento, foram os expositores, não é? Depois vocês terão o debate com a presença do Senador Girão, ok?

Abraço a todos. Aguardem aí que o Senador Girão já está chegando. Aí vai começar o debate. Eu chegarei com uma hora de atraso à minha outra reunião.

Está suspensa, só para tomar um cafezinho. E o café é por minha conta. (*Risos.*)

E se quiserem tomar água, eu pago também. Até mais, pessoal.

(*Suspensa às 15 horas e 18 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 40 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Retomamos aqui a nossa reunião da Comissão de Esporte do Senado Federal, onde nós estamos debatendo a questão de manipulações e apostas esportivas no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A audiência começou por volta de 10h30 da manhã, estava marcada para as 10h, atrasou um pouquinho, e nós tivemos essa interrupção. Peço desculpas, e estava fazendo uso da palavra no Plenário, e o nosso colega Paim foi fantástico aqui, já conseguiu ficar um tempo, mas ele tinha outros compromissos também. Nós demos só uma paradinha, é normal a suspensão. Às vezes, você suspende para o almoço, não é o caso hoje, porque a gente não almoçou, hoje ficamos à base de barrinha todo mundo aqui.

Eu quero, mais uma vez, agradecer a todos os palestrantes, àqueles que ficaram até o final – nós estamos nos encaminhando para o encerramento –, mas também àqueles que participaram e tiveram que sair.

Falta aqui a Sra. Ticiana Macedo de Carvalho Teixeira, que é Psiquiatra do Hospital Nosso Lar. Deputado Paulo Fernando, eu estive pessoalmente, no sábado, nesse hospital, lá em Fortaleza, lá no bairro Benfica. Fui visitá-lo. Na visita, entrei nos departamentos e tudo e perguntei à Dra. Ticiana Macedo sobre a questão da ludopatia, do vício em jogo, como é que está lá em Fortaleza, se está aumentando, se está diminuindo, como é, e ela me contou uns casos aí. Pelo menos um eu queria que ela me reportasse, o de uma situação que é dramática, sem falar nomes, claro, mas ela me disse que está aumentando muito a quantidade de internações nesse sentido, e é de tocar o coração de qualquer um.

Então, eu passo a palavra para a Dra. Ticiana Macedo de Carvalho Teixeira, que é psiquiatra. Já está de volta a Dra. Ticiana? (*Pausa.*)

Eu estava falando agora, Dra. Ticiana, apresentando um pouco da experiência que nós tivemos nesse final de semana conhecendo o hospital. Já tinha estado no hospital, há muitos anos, mas voltei, e vocês me receberam bem – o Dr. Alex e todo o corpo técnico. Nós visitamos as instalações, e eu lhe perguntei sobre a questão da ludopatia, como é que está se comportando o cearense no seu hospital em relação a esse fenômeno, que é a aposta esportiva, que são esses joguinhos eletrônicos.

Na sexta-feira, a gente fez uma audiência pública específica sobre o vício em tecnologia, que é algo devastador. Eu não sabia da metade da missa e fiquei escandalizado com o que eu ouvi. E nós estamos debatendo nesta semana a aposta esportiva, que está aí já tomando conta e pode levar as pessoas, como a gente viu aí, a casos dramáticos, e já está levando pelo que a senhora reportou.

Então, a senhora tem dez minutos. Se quiser, conte algum caso, obviamente sem revelar nomes, ou alguns casos. O que a senhora tem percebido? Vou logo lhe fazer a pergunta: o que a senhora tem percebido aí, nesses últimos anos, com relação a vício em jogo, em aposta e, se possível ainda, em aposta esportiva?

Muito obrigado, Dra. Ticiana.

A SRA. TICIANA MACEDO DE CARVALHO TEIXEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Girão. Boa tarde a todas as autoridades presentes. Boa tarde a todos os presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou repetir aqui o que já foi dito por meus colegas psiquiatras, que já trouxeram a questão da prevalência, da incidência, do aumento da prevalência nos últimos anos, da relação direta que a gente tem do jogo, do transtorno de distúrbio de jogo com as dependências químicas e com as demais dependências. Hoje, na Classificação Internacional de Doenças, na 11ª edição, que está em vigor desde janeiro de 2022, eles são classificados juntos. Então, eu acho que isso tudo ficou muito claro para todos os presentes, o impacto que isso traz para a família, porque uma pessoa que joga não está jogando sozinha. Ela tem um impacto muito grande em até seis pessoas, que são os familiares, no trabalho, nos relacionamentos, tudo isso.

O que eu vim trazer hoje foi mais a questão da necessidade de olharmos para os nossos jovens. O que a gente tem visto hoje tem sido o aumento da incidência de internação desses jovens que são dependentes de tecnologia e de jogos, ou das duas coisas. Recentemente, nos últimos dois meses, a gente percebeu um aumento, porque houve internação de três pacientes simultaneamente, com transtorno de adição de jogos eletrônicos, sendo um de 11 anos, um de 17 anos e uma mulher de 36. Fora outros pacientes que também têm problemas com o jogo, mas não com a intensidade e o sofrimento característico para que a gente possa considerar uma dependência de jogo.

Mas, sim, outro de 17 anos que também fica violento, o que foi outro assunto abordado por outros colegas da psiquiatria, da psicologia. Dr. Fábio e Dra. Ana trouxeram muito isso, a questão da violência quando você tem a exposição numa frequência maior do que o apropriado para aquela faixa etária. O aumento da violência.

Então, assim, uma criança de 11 anos, que tentou suicídio por questão de diminuição da socialização. A gente sabe muito da associação entre várias doenças psiquiátricas, como o transtorno do espectro autista, TDAH, que é o transtorno do déficit de atenção e hiperatividade, e depressão, com a questão dessas doenças como sendo um fator de risco para que essas crianças comecem a ter esse comportamento compulsivo e impulsivo em relação ao jogo.

Então uma criança com 11 anos, com tentativa de suicídio, com histórico de jogo, e ela chegou para a internação. O relato dela foi de que ela tinha um problema com o jogo. Antes de falar da depressão, da dificuldade de socialização, de tudo, ela, com 11 anos, já reconhecia que estava precisando de ajuda. Foi um paciente que não ficou muito tempo. Ele ficou um mês internado, saiu muito bem, porque justamente, como outro colega também trouxe, a questão da importância da família no tratamento, no acolhimento, no apoio a esses pacientes. Ele tinha uma família muito presente, ele tinha uma família muito atuante, ele tinha muito suporte dessa família, e isso aí foi primordial para que ele pudesse ter um tratamento adequado. A alta dele não tem muito tempo. A gente não tem um retorno desse último mês dele ainda, mas ele vinha bem. Então, um de 11 anos.

O outro, de 17 anos, tinha outras comorbidades associadas, como TDAH, depressão, múltiplas tentativas de suicídio, depressão refratária. Ele fazia uso de mais de dez medicações simultâneas, incluindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

associação de antidepressivos, antipsicóticos, todos em associação para potencializar um resultado. E ele também precisou ser internado. Nos primeiros 15 dias após a alta, ele teve uma tentativa de recaída, que foi contornada também com apoio familiar. Ele tinha não só a mãe, mas uma rede social importante, com tios, primos, e todos deram suporte para ele, e ele conseguiu seguir bem. Nesses últimos dois meses, ele vem conseguindo voltar a ter um bom aproveitamento escolar, voltar a ter um bom aproveitamento social.

Eu acho que esses dois casos, que foram nos adolescentes, que foram mais recentes agora, foram nos dois últimos meses, eu gostaria de trazer para vocês para a gente trazer essa reflexão, para trazer para os pais, como o outro colega também trouxe, a questão da educação nas escolas. Antigamente nós, pais, tínhamos medo de perder nossos filhos para a rua. Hoje eles estão sendo perdidos dentro dos quartos, e essa é uma reflexão muito importante.

Os pais têm que estar atentos para os sintomas precoces. É uma criança que começa a se isolar, começa a ficar muito calada, começa a ficar irritada quando não está com o celular ou o eletrônico na mão. Isso pode ser indício de dependência de eletrônico e de jogos também.

Então, assim, a família como um todo, a escola, os psicólogos da escola, os amigos, os pais dos amigos, essas crianças de hoje precisam ter um suporte social muito grande para que a gente observe, desde cedo, os primeiros impactos. Esses pais, como tudo isso é muito novo, essa questão da tecnologia, da disseminação do conhecimento, que foi muito impulsionado pela pandemia, eu acho que qualquer amarra que a gente tinha em relação ao *online*, ao eletrônico, à internet se dissipou durante a pandemia, porque foi uma necessidade.

Então essas crianças começaram a ser expostas, por longos períodos, a aulas *online*, aulas em plataformas de ensino, em plataforma de estudo, em plataformas de redes sociais. Então elas foram muito expostas a tudo isso. Difundiu-se muito mais o hábito do *online*. E o *online* facilita o acesso dessas crianças, como o nosso colega, o Dr. Fábio, daqui também de Fortaleza, trouxe, que essas crianças não têm o cérebro bem desenvolvido, bem preparado para que elas possam ter condições e defesas psíquicas para resistir ao apelo da dependência, ao apelo do jogo.

Se a gente tem dependência em adultos, em crianças é muito mais sério. A gravidade é muito maior, e a dificuldade de lidar também é muito maior, porque, como ele falou, o centro do prazer já está bem definido. Ele sente prazer no jogo, só que o controle dos impulsos dele e das compulsões dele, essa parte do cérebro ainda está em formação. E isso é determinante para que eles, de repente, tenham uma incidência maior de dependência.

No último ano, saiu um estudo da USP, da Psicologia da USP, que foi realizado entre jovens e adolescentes, e eles chegaram, das escolas, eles chegaram a um número de quase 30% de adolescentes com problema com jogos eletrônicos, tanto com problemas como dependência, como também a questão do uso excessivo, do uso impulsivo, da extraexposição a essas telas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, hoje em dia, a gente tem que ter todo um cuidado em relação a isso. É um problema que pode se definir para a vida inteira, pode prejudicar e marcar essa pessoa para o resto da vida. Traz um impacto social, familiar, educacional enorme, imensurável. Com o aumento dessa incidência, quanto é que vai ser necessário que seja investido em saúde no futuro, para que a gente consiga preservar essas crianças, esses jovens, esses adolescentes?

Então, assim, se os adultos têm dificuldade em resistir, as crianças estão muito mais vulneráveis nesse sentido. E elas, quando estão com um telefone na mão, têm o mundo todo. Não é só no Brasil, não são só as apostas *online,* regulamentadas no Brasil ou não; elas têm acesso ao mundo. E esse conteúdo vem muito sem supervisão. Eles estão expostos, estão fragilizados, são frágeis perante isso.

Eu acredito que a sociedade tem, sim, que se mexer como um todo. É uma pena que a Senadora Damares, que briga tanto por essa causa das crianças, já não tenha podido estar até agora. Mas, sim, é preocupante. Precisamos cuidar dos nossos jovens, precisamos cuidar da inocência, da infância deles, para que eles possam ter uma infância saudável, uma juventude em que eles possam aprender a ser adultos sem as pressões do mundo de fora, e que eles se desenvolvam adultos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TICIANA MACEDO DE CARVALHO TEIXEIRA (*Por videoconferência.*) – ... autossuficientes. Então, essa é a nossa luta todo dia.

A gente recebe, várias vezes por dia, pedidos de socorro de famílias, de mães principalmente, de pessoas que ainda não entenderam que precisam se tratar ou algumas que até sabem que precisam, mas não conseguem ter esse impulso para poder procurar ajuda ou não sabem como procurar ajuda.

Todos os dados são muito recentes ainda.

O Transtorno do Jogo Patológico foi reconhecido, inicialmente, em 2018, quando começaram a escrever os novos textos do Código Internacional de Doenças, a 11ª edição. Foi reconhecido como doença e foi classificado junto com a dependência química e outros transtornos de compulsão e impulsão. Então, o mecanismo é muito semelhante, existe a fissura, a abstinência, os sintomas físicos, a irritabilidade, o impulso por jogar, isso tudo está presente nesses transtornos de jogo. E, no jovem, isso é muito mais evidenciado, só que, por vezes, pode ser confundido com os sintomas da adolescência: "Ah, ele está aborrecido, é um 'aborrecente', ele está mais isolado, ele só quer saber dos amigos". Os pais, às vezes, ficam tentando procurar essas justificativas para não ver o problema que está na frente deles. É um problema que, muitas vezes, no começo, é silencioso.

Até como nesses quadros em que houve essa internação recente desses dois jovens, especificamente desses dois, em que eles entraram num quadro suicida, num quadro depressivo muito grande, teve ação suicida, quadros gravíssimos, quadros retratados com o uso de múltiplas substâncias, múltiplas medicações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para tentar tratar essas crianças, esses jovens, e isso tem um impacto direto no futuro deles. Esses jovens tiveram a oportunidade de fazer um tratamento, de seguir no tratamento, de tomar as medicações que foram necessárias, mas em termos de saúde pública a gente não faz ideia de como é que vai ficar essa incidência e prevalência para o futuro.

Então, eu acho que a mensagem é essa, eu não vou me alongar mais, acho que todo mundo já falou muito. Eu hoje vim mais para trazer esses exemplos, para mostrar para vocês que é real, que está aqui do nosso lado, que pode acontecer com qualquer pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, é uma honra muito grande, Dra. Ticiana, aqui a sua participação diretamente do Hospital Nosso Lar.

Eu aprendi, aí conversando com vocês, que existia um jogo chamado Tigrinho, não é?

Como é que é o nome? (*Pausa.*)

Jogo do Tigrinho também, que diz que é um negócio, é uma febre também, as pessoas têm adoecido muito. E casos, Deputado Fernando, que eu vi lá, é um negócio... e vi as pessoas também, pude entrar, é algo que nós vamos ter que evoluir para saber lidar com esse novo tipo de droga. É um novo tipo de droga.

Quem está balançando a cabeça ali do lado é o...

Nós estamos aqui recebendo a ilustre visita, e nada é por acaso, nos encontramos no avião ontem, sem saber que iríamos ter esta sessão hoje, do Sr. José Edir Paixão de Sousa, que é Tenente-Coronel e Ouvidor do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, e também estamos tendo a honra de receber o Sr. Francisco Eduardo Fidelis Dutra, Capitão do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, que estão aqui conosco.

Eles são referência, Dr. Manssur, lá no Ceará, fizeram cursos e dão palestras, inclusive na Inglaterra.

No Estado do Ceará, o Corpo de Bombeiros faz a capacitação da Polícia Penal, da Polícia Federal e da PRF nessa questão de suicídio.

E, ontem, nos encontramos no avião. Eles estão vindo aqui para o GDF, não é? (*Pausa.*)

Para a Polícia Penal Federal, exatamente, para fazer palestras durante a semana inteira.

E eu disse para dar uma passadinha lá, se pudesse, mas eu não estava nem associando com esta sessão. Era para a gente conversar sobre outros projetos, para ajudar, fazer uma audiência pública específica sobre o suicídio aqui. Nós já fizemos algumas, mas se você pudesse dar cinco minutinhos, um de vocês pudesse dar cinco minutinhos nessa questão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós estamos discutindo aqui, só para você entender, são apostas esportivas – apostas esportivas –, que é um fenômeno de 2018 para cá.

O SR. JOSÉ EDIR PAIXÃO DE SOUSA – E a questão de adição em relação a jogos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E a adição em relação a jogos, que é um fenômeno diferente.

O senhor está lá na ponta, está lá na ponta evitando que as pessoas pulem de pontes, como é a abordagem para isso.

É um trabalho que ele já viu, que inclusive estava me mostrando no avião lá, o Príncipe...

O SR. JOSÉ EDIR PAIXÃO DE SOUSA – O Príncipe William.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Junto com aquela senhora...

O SR. JOSÉ EDIR PAIXÃO DE SOUSA – Com a Jane...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Que esteve em Fortaleza.

O SR. JOSÉ EDIR PAIXÃO DE SOUSA – Graças à parceria, ao apoio...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor tem a palavra por cinco minutos.

Fique à vontade.

O SR. JOSÉ EDIR PAIXÃO DE SOUSA (Para expor.) – Pronto.

Então, antes de tudo, quero agradecer por esta oportunidade. O nosso companheiro aqui, Capitão Fidelis, está aqui com a gente também, voluntariamente, gratuitamente, realizando trabalhos de prevenção de suicídios junto à Polícia Penal Federal.

Estivemos hoje, de manhã, no presídio federal, conhecido como a muralha, comumente. A gente está trabalhando, especificamente, com um treinamento chamado Guardiões da Vida, que é um treinamento que capacita para o entendimento do que seja o fenômeno do suicídio, como se dá a sua prevenção, a identificação de sinais de alerta e a adição a jogos, que é um desses sinais, porque o suicídio é um fenômeno multifatorial, multicausal, multideterminado – isso aí é literatura científica pacífica internacional –, e como se comunicar na crise, como prover acesso a profissionais de saúde dentro e fora das instituições e o acompanhamento desse profissional depois que ele continua sendo tratado pela saúde, porque muitas vezes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele fica de licença para tratamento de saúde e ele está desconectado, a desconexão de outros seres humanos é algo grave.

E aí eu entro na questão dos jogos, porque, muitas vezes, o indivíduo entra nesse sistema de adição e vai se desconectar das outras pessoas.

Eu gosto muito de uma frase de um fotógrafo chamado Steve McCurry, que diz o seguinte: "Seres humanos precisam de seres humanos". E, muitas vezes, quando a gente fica adicto, filtrado, concentrado totalmente nessa questão do jogo, isso vai nos trazer um problema muito grave.

Nós escrevemos, nós organizamos um livro, Senador Eduardo Girão, gratuito, de utilidade pública, chamado *Atirador em Massa: ações de sobrevivência para civis*, falando como sobreviver em situações de ataques em massa.

Esse livro está disponível na biblioteca da Secretaria Nacional de Segurança Pública e também na Editora In Vivo, que foi a editora que fez o lançamento do livro.

Dentro desse livro, além de falar de ações de sobrevivência, nós colocamos como prevenir a questão da agressividade em massa, que tem também a ver com a questão do suicídio, porque muitos desses agressores em massa, atiradores ativos, mais tecnicamente chamando, eles se matam ao final das agressões. E, aí, uma das características lá que a gente trabalha com a prevenção é a questão do *videogame*, é a questão da adição, principalmente a jogos, nos quais se ensina a matar outros seres humanos.

Eu espero que fique gravada esta audiência, que a gente possa ter acesso depois para compartilhar, para dizer o quê? Se você é pai, se você é mãe, se você é educador, se você é responsável de alguma forma pela formação de jovens, de crianças, que você possa compreender que nós precisamos de limites. Nós não fomos treinados, nós não fomos capacitados a lidar com isso. A gente está investigando e buscando novas respostas, como falou o Senador Eduardo Girão muito bem, para tentar aprender a lidar com esse fenômeno que pode ser considerado, a meu ver, como um outro tipo de droga. Então, essa adição a jogos, principalmente a jogos de *videogame*, está diretamente ligada, associada à questão de agressão difusa e também do suicídio.

Olhe o que vai dizer um pesquisador chamado Dave Grossman, que escreveu dois livros muito importantes nessa seara... Um desses livros é chamado *Sobre o Combate* e o outro livro é chamado *Matar*, é um dos poucos livros que vai abordar o fenômeno de assassinar com profundidade. Ele é tenente-coronel do Exército Americano, historiador, psicólogo, professor de West Point. Ele vai dizer que a agressividade vai sequelar aquele que agride. Ele vai dizer que 2% da humanidade sofre de algum tipo de psicopatia e, em algum desses graus de psicopatia, um indivíduo não vai ter sensibilidade ao sofrimento do outro. Então, pode ser que esse psicopata possa matar sem se sequelar, mas a maioria da população vai se sequelar, não somente na agressividade, mas também no condicionamento a agredir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo o Dr. Dave Grossman, Senador Eduardo Girão, queridos presentes e pessoas a que nos assistem, o *videogame* que apresenta, que utiliza um jogo em que se ensina a matar o outro ser humano é uma forma de condicionamento a matar. E ele vai mostrar no livro dele, por exemplo, que um jovem que atirava com simuladores... E esses jogos têm uma hiper-realidade, esses jogos têm a essência de treinamentos, são treinamentos para policiais de Nova York, por exemplo, aqui no Brasil, no exército americano e em outros tipos de exércitos. Eles são hiper-realistas. Então, nós muitas vezes trazemos para dentro das nossas casas sem sabermos uma forma de condicionamento a matar, a atirar, que a gente nem suspeita que, se aquele jovem tiver acesso a arma de fogo, ele pode, sim, matar várias pessoas.

Olhe o exemplo que está lá no livro dele, Senador Eduardo Girão: um tiroteio de um garoto que treinava apenas com esses simuladores, com esses videogames hiper-realistas – aqui, no Brasil, não sei se é uma marca ou se é um tipo que se chama de Kinect – que têm um lado positivo, porque alguns jovens podem praticar um esporte fazendo um movimento simulado, mas, quando é o jogo para matar, para ensinar a matar, eles vão proporcionar o que a gente viu como alguns fenômenos nos Estados Unidos. Exemplo: o jovem teve acesso a arma de fogo. Infelizmente, nos Estados Unidos, a gente sabe que é muito fácil você conseguir comprar uma arma de fogo ou ter acesso a ela, isso é uma garantia constitucional para eles, e é de fácil acesso realmente dentro das casas, em compras. Eu já estive nos Estados Unidos, o Senador Eduardo Girão também, que eu sei, e o senhor deve ter visto no Walmart a venda de armas – no Walmart. Então, vamos lá: o garoto pegou a arma, entrou numa escola e deu oito disparos. Isso está lá escrito nos livros do Dave Grossman, vou repetir o nome dos livros, *Em Combate* e *Matar*. Em inglês: *On Killing*, *Matar*; e *On Combat*, *Sobre o Combate*. O garoto, desses oito tiros, acertou os oito. Desses oito tiros, cinco tiros acertaram as cabeças das vítimas.

Eu acho que isso é uma informação muito contundente, Senador, mostrando o risco, o alto risco...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ EDIR PAIXÃO DE SOUSA – ... que é nós termos esses jogos dentro das nossas casas e não sabermos lidar com esses jogos. Eu indico o livro, ele é gratuito, Senador, já passei para a sua assessora Talita a cópia do livro *Atirador em Massa: ações para sobrevivência de civis*. Eu trouxe também para o senhor o livro *Suicide by Cop - Suicídio de Policial e Suicídio Noutra Perspectiva* para presenteá-lo. Esse livro fala sobre um fenômeno especial em que um indivíduo muitas vezes cria uma ocorrência policial, a polícia chega, a polícia é afrontada, muitas vezes é agredida para que ela possa responder com letalidade. E por que um indivíduo procura fazer isso? Por algumas razões, mas uma delas é para disfarçar o seu suicídio, muitas vezes para não perder um seguro de vida.

Esse livro é bem interessante, porque alguns policiais são condenados por letalidade ou agressividade em ocorrência quando na realidade foi um *suicide by cop.*

Então, acho que tem uma alta relevância que o senhor, as pessoas, os juristas, principalmente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ EDIR PAIXÃO DE SOUSA – ... os advogados tenham consciência dessa informação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu agradeço-lhe muito, José Edir Paixão de Sousa, Tenente-Coronel e ouvidor do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará.

Não sei se o nosso querido Capitão Dutra deseja falar alguma coisa, só cumprimentar ou fazer outro complemento.

O SR. FRANCISCO EDUARDO FIDELES DUTRA (Para expor.) – Somando esforços aqui com o Coronel, atualmente estamos na Assessoria de Comunicação do Corpo de Bombeiros e compomos, claro, as forças de segurança do Estado do Ceará.

Realmente, é um fenômeno. A gente vem estudando os dados – é um fenômeno –, e o número de suicídios no país, até os dados agora de 2022, realmente são alarmantes. E nas forças de segurança – estamos falando de Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e, agora, Polícia Penal –, são realmente fora da curva. Falamos em fora da curva porque nós sabemos que o Brasil, em números diretos, absolutos, é um dos países em que mais se mata gente.

O SR. JOSÉ EDIR PAIXÃO DE SOUSA (*Fora do microfone.*) – Onde mais se mata no mundo, em números absolutos, é no Brasil. A gente até fez esse comentário aqui. É um dado alarmante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FRANCISCO EDUARDO FIDELES DUTRA – É um dado alarmante.

E algum desses profissionais que trabalham nas forças de segurança, obviamente, eventualmente, acabam, no exercício do dever, no confronto direto, vindo a óbito também. Por incrível que pareça, tem mais profissionais em todo o país...

O SR. JOSÉ EDIR PAIXÃO DE SOUSA (*Fora do microfone.*) – Policiais militares e civis.

O SR. FRANCISCO EDUARDO FIDELES DUTRA – ... policiais militares e civis, Corpo de Bombeiros, policiais penais, policiais federais...

O SR. JOSÉ EDIR PAIXÃO DE SOUSA (*Fora do microfone.*) – Mas especificamente policiais militares e civis, como está dito no Código Nacional de Segurança Pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EDUARDO FIDELES DUTRA – ... com incidência maior de policiais militares, que têm morrido mais de suicídio do que no exercício final de combate, confronto direto com a criminalidade.

Então, isso é realmente alarmante. E por isso que foi desenvolvida uma série de ações, que, na verdade, já é um programa.

Então, o nosso encontro com o Senador, na verdade, foi de agradecimento, porque o Senador investiu nessa ação que permitiu que diversas forças de segurança de vários estados da Federação fossem capacitadas, inclusive com instrutores de outros países. Na verdade, é um processo de formação de formadores, que vão garantir um princípio de ação de prevenção, preditiva, dentro desse âmbito das forças de segurança tanto estaduais como federais, inclusive municipais também. No caso de Fortaleza, a gente trabalhou com o pessoal de Fortaleza e Região Metropolitana.

Aí o nosso agradecimento especial. Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado. Somos nós quem agradecemos. É uma honra, meu querido amigo José Edir Paixão de Sousa.

E, agora, por último, Sr. Francisco Eduardo Fideles Dutra, Capitão do Corpo de Bombeiros do Estado do Ceará.

Para a gente finalizar, tem as perguntas aqui – e já vou deixá-las para serem elaboradas – ao Dr. Hermano, que não está conectado. Mas se a Dra. Ticiane Macedo quiser responder, se tiver como responder, é a seguinte: "Um estudo no Reino Unido, país em que a jogatina é permitida, revelou que, entre os jogadores pela internet, a taxa de prevalência de jogo patológico era quatro vezes maior do que entre os jogadores em geral, entre outros motivos porque aumenta a motivação para jogar e a frequência de participação de jogo dá ao jogador a falsa percepção de que pode controlar os resultados e ampliar as oportunidades de jogo".

Parece que são... Hoje nós temos mil casas de *betting* – é isso, Dr. Manssur? São mais ou menos mil?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CIMINO MANSSUR – A gente mapeia algo como quase mil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Quase mil casas *betting*. E são 8 mil tipos de jogos, Deputado Paulo Fernando: escanteio, a cor do Gatorade, falta... São 8 mil tipos de aposta – olhem isso aqui –, inclusive com acesso por 24 horas, promovendo intervalos cada vez menores entre as rodadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Como uma das maiores autoridades no que se refere aos impactos negativos do jogo patológico, com trabalhos riquíssimos na área, pergunto: quais os principais transtornos trazidos à mente humana pelo vício em jogos de azar? A ludopatia pode induzir a outros tipos de dependência?".

A gente pergunta ao Dr. Hermano, e fica transferida essa pergunta para a Dra. Ticiane, a quem também tem outra pergunta aqui e se pude responder, se quiser, senão nós vamos encaminhar... Aliás, nós vamos encaminhar também ao Dr. Hermano.

A pergunta é a seguinte: "O vício provocado pela prática dos jogos de azar, inclusive aqueles na modalidade *online*, é conhecido como ludopatia. O vício em jogos foi incluído pela OMS na relação de patologias do Código Internacional de Doenças da OMS, no ano de 1992. O artigo do *The New York Times* indica que entre 50% e 80% dos ludopatas pensaram em tentar suicídio, e a média da população – olha só – é de 5%. Mas entre 50% e 80% dos ludopatas pensaram em se suicidar. Realmente tentaram ou conseguiram se matar entre 13% e 20%, enquanto a média da população em geral é 0,5% – 0,5%. Aumenta de 13% para 20% dos ludopatas. Nós estamos tratando de um assunto aqui que envolve diretamente um incremento disso, a possibilidade de um incremento desse número.

"Então, qual é a visão sobre essa terrível realidade, em que pessoas chegam a atentar contra a sua própria vida quando se veem escravizadas pela ludopatia?". Como foi falado aqui, a família... O Dr. André Rolim, com muita coragem em fazer um depoimento, que nós ouvimos há pouco, antes da suspensão da sessão. É uma pessoa tradicional na cidade de Fortaleza, de uma família extremamente renomada. Ele teve a coragem de vir aqui e se posicionar com relação ao que sofreu.

Muito obrigado, viu? O senhor pode ter certeza de que o seu altruísmo em revelar isso, em não ter receio, vai ajudar as pessoas. E este é seu objetivo: ajudar as pessoas, o ser humano. Muitas vezes, isso aí é um pedido de socorro. Para outras pessoas assistindo aqui, eu digo "peça socorro", porque, às vezes, fica com medo do julgamento da sociedade, e essa questão é muito delicada.

À Dra. Ana Yaemi – o segundo sobrenome dela eu não vou errar de novo, porque eu tenho certeza de que, mesmo que eu treine aqui, eu vou errar –, e também fica transferida para a Dra. Ticiana a seguinte pergunta: a semelhança entre o vício em jogos e a dependência química é que em ambos a pessoa não consegue controlar-se por contra própria, o que pode acarretar graves problemas financeiros, destruição da família, perda de emprego e até o suicídio.

Como especialista em terapia cognitiva comportamental e em transtornos do impulso, como a senhora vê a invasão desse tipo de aposta na sociedade, as apostas *bets*, casas *betting*, apostas esportivas, em enorme quantidade e a exposição excessiva de publicidade dessa prática em relação, principalmente, a crianças e adolescentes? Porque nós estamos, nesse projeto, tentando, ao máximo, dar uma atenuada nele, definir horários, muito tarde, acabar com propaganda em camisa de clube, porque está matando a galinha dos ovos de ouro, em estádio de futebol, e uma série de outras situações, no tal do jabuti que foi colocado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é para liberar também cassino, Deputado Fernando. Esse foi um jabuti que veio da Câmara para cá, e botaram apostas *online* de novo. Aquelas apostas que são ilegais no Brasil querem colocar como jabuti.

O Dr. José Perdiz, do STJD, não pôde participar. Tinha uma pergunta para ele, nós vamos encaminhar.

Para o Dr. Manssur, que esperou... Esse aqui é um homem de muita paciência, junto com o Sr. Paulo Roberto Ribas. Muito obrigado pela participação.

Ele está aqui desde o começo, e a pergunta que a gente lhe faz é a seguinte: "Especialistas, economistas afirmam que os jogos de azar não irão produzir nova receita. Os valores aplicados nas casas de jogatina virão de outras atividades – aliás, já estão vindo – econômicas já instaladas no país, as quais já pagam seus impostos, principalmente ICMS e ISS. Ou seja, haverá uma canibalização de diversos setores produtivos do país, como bares, restaurantes, hotéis, cinemas, lanchonetes, livrarias, supermercados e toda a sua cadeia produtiva, entre outros, que verão seus rendimentos minguarem e migrarem para os bolsos do capital internacional dos jogos. Qual a visão do Ministério da Economia sobre esse fenômeno, sobre essa canibalização de receita entre setores?".

Outra para o Sr. Manssur, que muito nos honra por ter ficado até o final e ter participado também, porque ele participou da sessão de quinta-feira, em que foi exaustivamente debatido esse assunto. Outra pergunta que é feita para ele: "Conforme estipulado no Projeto de Lei nº 3.626, de 2023 – esse projeto que a gente está debatendo –, está prevista a adoção e a implementação de políticas, procedimentos e controles internos visando à prevenção à lavagem de dinheiro. No entanto, é importante reconhecer que o setor de jogatina, de jogo de azar, apresenta vulnerabilidades significativas, estando suscetível não somente à lavagem de dinheiro, mas também à prática de ilícitos, como sonegação fiscal, evasão de divisas e até tráfico de drogas. Diante disso, pergunto: como o Estado brasileiro pretende fiscalizar de maneira eficaz, as potenciais infrações cometidas por empresas que operam no setor de jogos de azar?".

Aliás, o nome jogo de azar é um nome muito propício. É um jogo de azar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tinha que ser de sorte, mas o negócio é tão estigmatizado que é jogo de azar.

"Existem exemplos internacionais de regulamentações bem-sucedidas em setores da jogatina que conseguiram mitigar tais vulnerabilidades?". Esta é a pergunta: se existem exemplos internacionais de regulamentações bem-sucedidas no setor de jogos de azar que conseguiram mitigar tais vulnerabilidades.

O senhor Wesley Cardia não está. Nós íamos perguntar aqui sobre a questão da revista *Veja*, da denúncia que houve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Antônio Edvando Elias de França, lá do Ministério Público... Não está conectado? Então, vamos mandar a pergunta para ele.

Para o Dr. Andrei, que veio aqui... Eu já fiz essa pergunta para quem o substituiu, que foi o Dr. Alessandro, o Delegado.

Para o Sr. Alcino Reis Rocha eu já fiz essa pergunta.

Para o Sr. Adriano Monteiro, que não esteve aqui, não vou fazer essa pergunta. O Sr. Fábio Gomes de Matos não está logado, mas se a Dra. Ticiana quiser, porque é da área, colega dela também, da Universidade Federal do Ceará, tem aqui a pergunta.

"O vício em jogos e a dependência química têm em comum o poder devastador na vontade do indivíduo, frequentemente levando a decisões impulsivas e autodestrutivas. Em ambos os casos, observa-se um padrão de comportamento em que a pessoa coloca em risco a sua saúde financeira e compromete relacionamentos familiares e profissionais. A ludopatia, se não tratada, pode culminar em tragédias, como o suicídio. Diante disso pergunto: como a ludopatia afeta a vida financeira e os relacionamentos familiares e profissionais da pessoa?".

Dra. Ticiana, se a senhora puder, sem falar nomes, sem falar o caso específico, me contar aquele caso da senhora, do último final de semana, daquela senhora que tinha acabado de receber alta e foi... Se puder – está certo? – contar, seria muito interessante, porque mexeu muito comigo. Ela tinha acabado de ter... Voltou, depois, enfim. É o que a senhora me contou. Se puder, eu agradeço.

A SRA. TICIANA MACEDO DE CARVALHO TEIXEIRA (*Por videoconferência*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Por último, tenho aqui uma pergunta... Quem quiser responder a essa pergunta. Quem estiver aqui também... Não sei se o Dr. Manssur pode. Eu acho que o Dr. Manssur, nessa época... Ele é muito jovem, acho que não estava nem ligado a essa questão.

"Quando os bingos foram liberados, em 2002, o número de dependentes em jogos de azar aumentou muito pela disponibilidade fácil de acesso aos jogos. Agora que o jogo de aposta está disponível 24 horas por dia, esse acesso é irrestrito. Como...". Ah, não! Essa pergunta aqui, desculpe-me, é mais voltada para quem é do tratamento. A Dra. Ticiana também pode... "Como o responsável por uma casa de tratamento e recuperação de ludopatas...". A pergunta é: "Depois da liberação desse tipo de aposta esportiva, a senhora nota algum aumento de procura no hospital? Quais as principais reclamações dos viciados nessa prática?".

Tenho uma pergunta para o PGJ de Goiás, que não veio, então, não vou fazer; uma para o Sr. Wilson Luiz Seneme, que também não vou fazer, porque é voltada para arbitragem; e uma para o Sr. André Rolim. Chegou uma pergunta aqui que pode ser respondida pelo senhor, diretamente, e também pelo Sr. Fabrício,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que vai ser o último a falar. Ele está conectado conosco e vai ser o último a falar, diretamente, de Fortaleza. Aí nós vamos encerrar com as considerações finais e as respostas, no *en passant*, se cada um puder falar.

Então, faço a pergunta para o Sr. André Rolim e também para o Fabrício. Quando você sentiu que o vício estava instalado, ou seja, a prática de apostas deixou de ser um *hobby* e passou a se tornar uma dependência propriamente dita? Como essa situação afetou a sua vida pessoal e familiar? Pensou em suicídio?

Agora, nós vamos ouvi-los. Depois, já passo a palavra para o Dr. Manssur dar as respostas com as suas considerações finais.

Com a palavra o Sr. Fabrício do Vale Torres, adicto em recuperação, diretamente, lá de Fortaleza, no Ceará.

Muito obrigado pela sua participação e sua coragem. Fique à vontade. Vou lhe dar dez minutos, para, se puder, dentro desse tempo máximo, fazer a sua colocação, porque a audiência já avançou bastante aqui.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

É só falar, Sr. Fabrício. O senhor pode falar.

Pronto.

O SR. FABRÍCIO DO VALE TORRES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Opa, Presidente ou Senador? O senhor é conhecido aqui pela gente como Presidente. Boa tarde, Senador Eduardo Girão.

Pois é, eu estava assistindo e também estive envolvido com jogos, os jogos conhecidos como jogos de azar. Para eles, não, são jogos da sorte, mas é pura enganação. Eu me envolvi com isso aí.

Estão me escutando?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Estamos ouvindo-o muito bem.

O SR. FABRÍCIO DO VALE TORRES (*Por videoconferência.*) – No início, entrei por curiosidade, pelas propagandas que passavam muito, em televisão e jogos, a todo momento, passando. No meio do jogo, passava propaganda de jogos, para se fazer aposta, e foi em uma dessas que eu tive a curiosidade de fazer, só por fazer mesmo. "Vou experimentar aqui". Eu gosto de jogo. Eu gosto de jogo, gosto do meu Fortaleza, mas envolvimento em casa de aposta assim, jamais, jamais, pensei em entrar em uma dessas.

Entrei por entrar, mas foi uma arapuca. Foi uma arapuca isso aí. Eu entrei, por entrar, apostando ali R$5, R$10. Daí eu ganhava. Desse benefício aí, ele me dava um bônus de R$300. Esse bônus aí é como se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fosse a hora em que a arapuca entra. Eu pegava esse bônus, juntava com o que ganhava e aí ia: ganhava uma; da próxima, perdia tudo.

Aí eu ficava naquela ânsia de recuperar o meu dinheiro que eu tinha jogado, aí era onde ia criando uma bola de neve, criando uma bola de neve, criando uma bola de neve... chegou um certo momento em que eu perdi o controle total. Eu estava envolvido a todo momento: quando eu estava em casa, eu era envolvido; se eu estava em casa, era jogando; se eu saía, era pensando em voltar para casa para jogar. Eu caí nesse jogo e não consegui mais sair. Não consegui.

Foi onde eu.. No final, tinha uma certa reserva minha, que já vinha de muito tempo, e essa reserva foi tudo embora. Eu cheguei a um certo ponto em que eu estava entrando no orçamento de casa – no orçamento de casa. No orçamento de uma internet, de uma água, de uma luz, de um colégio. Olhe o ponto em que eu cheguei a entrar. Ou seja, eu perdi totalmente o controle.

Eu cheguei até a pedir o meu FGTS de antecipação – de saque-aniversário, não é? – para poder querer cobrir o rombo que eu tinha deixado em casa e tentar recuperar o que eu perdi lá. Nem cobri em casa e nem recuperei lá, perdi foi mais – perdi foi mais. Cheguei a perder tudo. Aí foi o tempo em que eu cheguei a fazer um empréstimo pessoal no banco, pedi dinheiro à minha irmã. Ou seja, perdi totalmente o controle.

Isso sou eu, fora o que tem, no Brasil todo, envolvido com isso aí que ninguém sabe. Perdi totalmente o controle, até eu... Eu saí, graças a Deus, sou evangélico. Eu caí nessa tentação. Jamais era para eu ter feito isso, nem por curiosidade, mas, pelo incentivo das casas de aposta, como passa a todo momento na televisão... Se está no jogo, é passando propaganda da casa de aposta. No jogo, é passando. No intervalo, é passando. Aí... Quantos brasileiros não caem nessa jogada, nessa roubada?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito bem.

O senhor concluiu, Sr. Fabrício?

O SR. FABRÍCIO DO VALE TORRES (*Por videoconferência.*) – Pois é.

Nesse caso, muitas vezes, como estava em casa, minha esposa... Eu chorava 24h porque tinha perdido o que tinha perdido. Não conseguia sair. Pelo menos se eu tivesse conseguido sair, era uma boa, mas eu não conseguia sair. Não conseguia sair do jogo, como se fosse um vício, como tem o viciado em cocaína, em maconha, como se fosse um vício total de que eu não conseguia sair. Não conseguia. Tentava e não conseguia. Não tinha a quem recorrer e pedir ajuda.

Chegou a um certo ponto de pensar besteira, pensar em fazer coisa que não é... Não é para ter pensado em fazer isso, mas, como o diabo tenta a pessoa, pensei até em suicídio mesmo; mas, não, se eu fizer isso, minha família... Como é que vai ficar o meu filho, minha esposa? Eu não sou covarde para fazer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cheguei por mim mesmo, resolvi botar o pé no freio e realmente saí. Estou construindo novamente a vida do zero, porque foi embora tudo – foi embora tudo, perdi tudo. Estou do zero batalhando, recuperando, mas, se Deus quiser, eu vou conseguir sair dessa, com força de vontade... não digo sair do jogo, porque desse eu já saí; vou conseguir sair dessa em relação às minhas finanças, porque eu estou trabalhando honradamente para conseguir.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Olha, Sr. Fabrício, eu quero agradecê-lo de coração pela sua coragem em abrir aqui a sua vida, porque, através de um testemunho que o senhor está dando aqui para o Brasil todo nesta Comissão de Esporte... Recém-criada a Comissão de Esporte, foi criada este ano aqui no Senado Federal. É presidida pelo Senador Romário, o Vice-Presidente é o Senador Kajuru, que a gente sempre – eu, como torcedor do Fortaleza, igual ao senhor –, sempre via pela televisão, e hoje estou podendo servir aqui.

Esse seu caso me marcou muito. A gente chegou a conversar, na época que eu era Presidente, o senhor tinha tirado até uma foto comigo e depois me mandou, dizendo que precisava conversar comigo. E esse assunto, na hora que o senhor falou comigo, eu deixei meu radar mais ligado aqui nessa questão. E parece brincadeira; mas não foi. Poucos dias depois, a gente começou a debater esse assunto aqui, e eu contei seu caso para alguns colegas nossos.

Eu fico muito feliz que o senhor tenha vindo aqui, mesmo que virtualmente – ele não pôde estar presente, porque cuida de um filho, está cuidando do filho –, e fica meu abraço à sua família; estou feliz pela sua recuperação. Nem todos têm essa força de vontade, têm essa chance que o senhor está tendo, com muita integridade, com muita fé, esperança. O senhor não está sozinho, tá? Conte conosco, conte comigo.

E essa camisa com que o senhor está aí... Porque esta é uma semana muito especial para o nosso clube do coração: vai ter, no sábado, o jogo mais importante de 105 anos do Fortaleza Esporte Clube, que é a final da Sul-Americana, contra a LDU, uma partida só. E o senhor, ao dar esse depoimento para mim, é como um troféu para a vida, da responsabilidade que eu tenho aqui, porque eu sei que a torcida do Fortaleza se uniu para me trazer para cá, de uma forma espontânea, por gratidão – não fiz muita coisa, eu fiz um pouquinho, que Deus multiplicou. Era chegada a hora do acesso do Fortaleza, e esta é uma semana muito especial para a família tricolor.

Eu quero dizer para o senhor que o seu depoimento aqui me deixa honrado. Eu me sinto feliz e mais responsável com a minha missão aqui, por estar representando pessoas, desportistas como eu, que foram levadas, porque não é fácil, é uma lavagem cerebral; é uma lavagem cerebral hoje no Brasil. Pode mudar, e eu vejo pessoas comprometidas aqui, como o Dr. Manssur e outros, que estão querendo fazer a coisa certa, que estão com boas intenções nisso, não tenho a menor dúvida, mas hoje, a preço de hoje, nós temos uma lavagem cerebral para as pessoas, aos montes, aos milhões, caírem nessas apostas esportivas, nessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arapuca, nessa armadilha que o senhor colocou. Por quê? Porque é o tempo todo, quando a gente assiste a uma partida de futebol, estando dentro do estádio ou não, aquelas telinhas lá na beira do campo: "Aposte, aposte, aposte, aposte, aposte, aposte!", é "A sua vida vai mudar!", é não sei o quê. Rapaz, é tanto... os caras fazem um malabarismo para convencer que não tem cristão que aguente. É raro não cair nessas apostas, porque é toda uma atmosfera criada, é bonito, há as propagandas; o ídolo do time vai lá, pede para apostar, coitado, ele não está entendendo a situação – e não é uma questão apenas nossa, de uma pessoa, de um esportista, isso impacta a vida de muita gente que não está com preparo psicológico para isso.

E, muitas vezes, esses jogadores – eu entendo – querendo o seu sustento, ex-jogadores também, mas não estão vendo que o efeito multiplicação da sua imagem é devastador, porque poucos ganham com isso. A maioria perde. Aliás, poucos, muito poucos, se se contar nos dedos, ganham com isso. A maioria perde, e é um caminho quase sem volta.

Então, nós temos o Fabrício reconstruindo com dignidade a sua vida – parabéns pela sua postura –, assim como também o Sr. André Rolim, que veio colocar uma situação similar aqui.

O senhor é um brasileiro e pode ter certeza de que esse seu depoimento vai ajudar muita gente, muitos irmãos e irmãs de todo o país a pensarem duas vezes. E vai ajudar os Senadores, porque esse seu vídeo está numa audiência pública oficial, essa sua participação ao vivo, numa audiência oficial da Casa revisora da República. E aumenta nossa responsabilidade para criar trava.

Repito, o ideal para mim – eu sou apenas um dos 81 –, o ideal para mim era proibir essas apostas, mas proibir mesmo. "Ah, mas não tem como, o cara vai jogar na internet, chega para todo mundo". Não, mas trava, denuncia e faz um sistema que proíba isso. Não sei, talvez a longo prazo. Neste momento, talvez, tenha que criar travas para proteger os vulneráveis, para proteger uma sociedade que está se endividando, que está adoecendo aos montes. E vai repercutir para um Governo que hoje pensa na arrecadação. É natural pensar em bilhões de reais que não estão sendo tributados como deveriam, mas isso vai gerar bilhões, três vezes mais, tem que calcular isto: o custo no SUS, com saúde mental, com segurança pública, porque essas pessoas perdem tudo e vão, muitas vezes, cometer crimes para sustentar o vício, capitão, para sustentar o vício!

Então, este assunto não é de direita, não é de esquerda, não é contra Governo, não é a favor de Governo, é de humanidade!

Eu faço um apelo aos assessores dos Senadores que estão nos ouvindo, um apelo aos Senadores que estão nos ouvindo aqui, nesta sessão, porque esta semana é uma semana decisiva para o futebol brasileiro, não porque o Fortaleza vai jogar, não porque o Fluminense, depois de uma semana, joga a final de Libertadores. Não. É decisiva para a paixão nacional. Nós temos que resguardar a paixão nacional e a vida, a família, que é a base de tudo numa sociedade.

Então, juízo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela participação.

O senhor vai fazer a sua participação final agora, Sr. Manssur. Muito obrigado, muito obrigado mesmo. Pudemos conviver muitas horas, nestes últimos dias, mas a gente percebe o seu profissionalismo e também a sua humanidade, como desportista, que está procurando fazer o que pode para que ele que representa o Governo, assessor especial do Ministério da Fazenda, que trabalha diretamente com o Ministro da Fazenda Haddad...

Eu cheguei a conversar com a Senadora Simone Tebet sobre esse caso. Ela foi minha colega aqui durante quatro anos. Eu conversei muito com ela sobre essa preocupação, antes.

Nem imaginava que a gente ia chegar neste projeto, mas quero lhe agradecer, independentemente de qualquer coisa, quero lhe agradecer pela paciência, pela resiliência, por ter acompanhado os debates, por ter anotado as falas.

Eu tenho certeza de que, nesta reta final, o senhor vai ser importante também, porque o Governo tem força nesta Casa – tem força! Sei que respeita o Legislativo, mas é natural, tem a base do Governo Lula aqui. Que possamos ter essa sensibilidade, essa responsabilidade com os mais vulneráveis do país.

Essa é a minha preocupação, não é apenas com o patrimônio que é o futebol brasileiro. Aonde você chega no mundo, as pessoas dizem: "É do Brasil!". Já pensam logo em samba e futebol – primeiro, o futebol – e já abrem aquele sorrisão para o Brasil. É porque o futebol aproxima os povos, ele foi feito para uma vida saudável, para a alegria! E o Brasil tem essa característica. Não vamos perder isso, não. Então, primeiro, é o futebol, mas, junto com ele, é quem faz o futebol, que é a população brasileira, essa população maravilhosa, maior nação católica do mundo, maior nação espírita do mundo, a segunda evangélica, chegando à primeira. Todo mundo se relaciona bem! Não vamos adoecer esse povo, que já tem problema demais – já tem problema demais! Não vamos criar outro problema. Que a gente possa ter essas emendas analisadas com muita cautela; que o Governo possa colocar sua posição também, de uma certa forma, junto à sua base, para construir a melhor alternativa tanto para o futebol como para o Governo brasileiro e para a população, que é a principal... A minha grande preocupação, no fundo, no fundo, são pessoas que têm as vidas destruídas, porque é o seguinte: nas famílias dessas pessoas, o filhinho, a esposa, a sogra, a irmã, há um efeito cascata muito grande, adoece todo mundo. Então, que tenhamos essa serenidade e essa benção.

Muito obrigado, Dr. Manssur, pela sua participação.

O SR. JOSÉ FRANCISCO CIMINO MANSSUR (Para expor.) – Senador Girão, é uma honra ter estado com V. Exa., tanto na quinta-feira, quanto hoje, pela forma como V. Exa. defende os seus pontos de vista tecnicamente e pela forma como nos conduz a todos aqui nas audiências públicas. Não tinha tido o prazer de conhecer V. Exa. pessoalmente e já digo que tenho por V. Exa. respeito e admiração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero saudar todos e todas que fizeram seu depoimento na figura do André e do Fabrício, porque, a rigor, nós estamos aqui falando de políticas públicas, e eles estão falando dos dramas deles mesmos. É muito mais difícil vir aqui e se expor. E os dois dispuseram do seu tempo para transmitir uma mensagem, porque eles já estão conscientes do mal por que eles passaram, eles estão fazendo para os outros. É o altruísmo. Eles estão fazendo para conscientizar os outros. Então, estiveram aqui com a gente e nos sensibilizaram muito, Senador Girão.

Em homenagem ao trabalho de V. Exa. – depois vou responder as perguntas com toda a atenção –, eu quero mencionar também, Deputado Paulo, com quem conversei na Câmara, que, como fomos incumbidos, pelo art. 29, de fazer a regulamentação do jogo... Não criamos o jogo, quem criou o jogo foi a Lei 13.756, que deu ao Ministério da Fazenda dois anos para regulamentar. Acredito, Senador Girão, que a ausência de regulamentação, a ausência de deliberação sobre isso acabou sendo prejudicial, porque a coisa cresceu sem limites, sem regras. Nós realmente enviamos um projeto de lei à Câmara, uma medida provisória, que está em vigor, e ela transferia ao Ministério da Fazenda, em conjunto com outros ministérios, a possibilidade de regulamentar a tarefa com portarias. Então, não tive a oportunidade de fazer na última audiência, vou fazer agora... Na portaria, que já foi aprovada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e que deve estar sendo assinada nos próximos dias, nós temos alguns artigos interessantes de coisas que foram mencionadas tanto pelo Deputado Paulo como por outros palestrantes.

Por exemplo, o art. 14 define:

> Art. 14. O jogo responsável consiste em medidas, diretrizes e práticas a serem adotadas para prevenção ao transtorno do jogo compulsivo ou patológico, para prevenção e não indução ao endividamento e para proteção de pessoas vulneráveis, especialmente menores e idosos.

Isso está na portaria.

> Do jogo patológico
> Art. 17. O operador deverá [será obrigado, esse da empresa de apostas, a] promover [ele vai ter que pagar] ações informativas e preventivas de conscientização dos apostadores sobre o transtorno do jogo compulsivo ou patológico, por meio da elaboração de códigos de conduta e da difusão e implementação de políticas específicas de boas práticas e de redução de danos.

Foi falado aqui, e eu quero reiterar: temos com o Conar uma conversa avançada para que toda propaganda de *bet* – e hoje tem muita propaganda de *bet* – inclua uma frase sobre jogo responsável, como há na propaganda de bebida.

Aqui é interessante, pois o Professor que já esteve com a gente... O Prof. Helvécio Miranda e o Professor... Eu esqueci, agora me fugiu o nome dele. É um psiquiatra, que tem um trabalho fantástico, que esteve com a gente no Ministério da Fazenda. Eu vou lembrar o nome dele já, mas ele faz um trabalho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ FRANCISCO CIMINO MANSSUR – Esteve, falou, entrou por vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Dr. Hermano?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CIMINO MANSSUR – Dr. Hermano!

Ele faz um trabalho único. E a gente, a partir da conversa com ele, colocou:

> Art. 18. O operador [...] [tem que] dispor de mecanismos e sistemas internos de controle que permitam ao apostador estabelecer:
> I - limite diário de tempo de [...] aposta;
> II - limite máximo de perda;
> III - período de pausa; e
> IV - autoexclusão [quer dizer, o próprio apostador sair do jogo].
> Art. 19. Para a realização de apostas, é vedado ao operador:
> I- aceitar instrumentos de pagamento que ofereçam conta de pagamento pós-paga [...] [cartão de crédito, por exemplo];
> II - aceitar dinheiro em espécie;
> III - emitir boleto [...]; e
> IV - aceitar depósitos de terceiros [...].

E aí nós temos a proposta de uma portaria específica com o Ministério da Saúde, que é fundamental nesse processo, que tem como competência:

- promover o exame das medidas a serem adotadas para a promoção do jogo responsável e combate ao jogo compulsivo e patológico;

- elaborar a política de jogo responsável, que deverá contar com programas e campanhas educativas de conscientização de apostadores quanto aos riscos do jogo compulsivo ou patológico, medidas de proteção do apostador e outras ações definidas pelo grupo;

- propor diretrizes e programas de assistência direta ao jogador compulsivo;

- elaborar orientação de prevenção e tratamento de danos relacionados ao jogo;

- propor medidas a serem adotadas pelos operadores de aposta de cota fixa voltadas ao monitoramento.

Aqui, eu já entro na resposta de uma das perguntas.

A lavagem de dinheiro vai ser combatida a partir da certificação dos meios de pagamento. É um trabalho que nós estamos desenvolvendo junto com o Banco Central. Só vão poder usar, para fazer aposta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e receber o dinheiro, meios de pagamento certificados pelo Banco Central. Como é que a gente vai fazer a conferência disso? E eu acho que isso pode trazer benefícios também para o jogo compulsivo. É porque nós vamos investir muito em tecnologia, André. Nós vamos ter um sistema dentro do Ministério da Fazenda – e esse sistema não é do Ministério da Fazenda, é do Governo, então, ele é um sistema que a gente já coloca à disposição do Ministério do Esporte, do Ministério da Saúde e até do Ministério da Educação, pois o Senador Girão chamou a atenção de que a gente precisa envolver mais o Ministério da Educação –, em que ali a gente vai ser capaz de identificar quando um cidadão está muito tempo na frente do computador, quando um cidadão ou uma cidadã está gastando muito na frente do computador, e a gente pode acionar, por meio dessa portaria, o preventivo. E estão aqui duas pessoas que trabalham no preventivo, salvando vidas, que fizeram um depoimento técnico, e também marcou muito a fala de vocês. É a gente acionar, ligar para a casa da pessoa e falar primeiro com ela: "Olhe, você está sentindo alguma coisa? Você está se sentindo mal?". Isto o operador vai ter que fazer também: "Nós estamos vendo aqui que você já está há um certo número de horas na frente do computador". É atuar mesmo proativamente. Depois, é acionar a família: "Olha, a senhora/o senhor tem um parente que está, há muito tempo, na frente do computador".

Além disso, o sistema também vai ser capaz de verificar o recolhimento correto dos tributos.

E, além disso, esse sistema vai poder fazer a certificação dos meios de pagamento e ver se não está havendo lavagem de dinheiro, que se dá, em uma operação que se chama, no mercado financeiro, "Zé com Zé". A pessoa aposta com ela mesma, um ganha, o outro perde, e esse dinheiro ganha origem. Isso é lavagem de dinheiro. Nós vamos fazer isso no sistema.

O sistema também vai poder atuar, senhores oficiais, na manipulação de resultado, porque, se ele mostrar, em um determinado momento, que tem uma aposta de R$1 milhão em um tiro de meta aos 10 minutos do primeiro tempo em um jogo da série C de um campeonato estadual, acende-se uma luz amarela: "Pode estar tendo manipulação de resultado aqui". Se a gente somar com o comportamento do apostador – nisso a CBF tem, realmente, com a Sportradar, uma parceria que monitora o comportamento do atleta –, a gente pode chegar a um critério de manipulação de resultado e vai poder até determinar a um operador que tire determinado jogo do *card*: "Esse jogo está com suspeita de manipulação. Tire-o do cartão de aposta".

A gente vai convidar uma série de entidades para fazer essa portaria junto com o Ministério da Saúde e tratar de programa de jogo responsável, mecanismo de avaliação e monitoramento, articulação – inclusive internacional –, com o que há de mais moderno no mundo sobre prevenção.

É como eu digo... Eu vou encerrar do jeito que eu comecei às 10h da manhã, sendo que, agora, já são 16h44. Nós do Ministério da Fazenda fomos incumbidos, pela lei, de regulamentar as apostas esportivas no Brasil e vamos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que a sociedade perceba que a nossa intenção não é só arrecadar. Vamos arrecadar por justiça, porque não é possível que os outros segmentos da economia paguem imposto e... Você vê que, na arrecadação, temos a proposta de chegar a 66% da destinação, e temos também quem entrou pelo vídeo e falou: "Não, com 18% já inviabilizou". Nós do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Fazenda temos que ficar fazendo essa mediação, essa arbitragem – é governo, governo é isso –, e temos que chegar a um número que seja o número correto e justo para todas as partes. Por isso, íamos falar às 16h, vamos falar um pouco mais tarde e, depois, vamos direto daqui para o Ministério da Fazenda para ter a nossa reunião com a entidade representativa dos lotéricos.

Quero dizer também que nós – já na quinta-feira, eu mencionei – nos preocupamos muito com a retirada de recursos de outras atividades de lazer – e não é só de lazer, pois, pelos exemplos que a gente vê aqui, é tudo, como pagamento de carnês – por conta do uso em jogo. Então, nós precisamos trabalhar – o Governo já está atento a isto – para que a gente incentive essas outras atividades que vão acabar perdendo recurso, mas eles já estão perdendo muitos recursos, porque é atividade não regulamentada, quer dizer, não é um problema para o futuro, é um problema que já acontece. As pessoas já jogam compulsivamente, as pessoas já jogam uma quantidade grande de horas e estão, realmente, deixando de gastar o seu dinheiro com restaurante, com cinema, com cultura, com arte, com convivência familiar, todos valores tão importantes. O que mais me chamou atenção no depoimento dele e do Fabrício foi que a pessoa deixa de conviver, se tranca em um quarto, quer dizer, a convivência familiar, a convivência com os amigos, a convivência social, que é tão saudável, também deixa de acontecer, porque a pessoa fica enfurnada ali por um número grande de horas. Ele mencionou doze horas em um determinado domingo e três horas por dia durante a semana, se eu não ouvi errado. Então, surgiram novas preocupações.

Valeu cada minuto em que eu estive aqui ouvindo e aprendendo. A gente tem que aprender muito. O Ministério da Fazenda começou em janeiro, tem sempre muito mais a aprender. Aprendi muito com você, com seu exemplo de vida, com seu altruísmo e com o seu desprendimento de vir aqui e expor a sua fragilidade. Isso é muito bonito de ver.

E quero dizer que o Governo continua, no Ministério da Fazenda, à disposição do Parlamento. Então, se fosse necessário ficar mais horas aqui, Senador, eu ficaria e voltaria outro dia, tantos quantos o Senado, agora, e depois, se, eventualmente, voltar para a Câmara, entender necessários para que a gente possa cumprir essa missão de regulamentar as apostas esportivas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. José Francisco Cimino Manssur, Assessor Especial do Ministério da Fazenda, que já respondeu às perguntas.

Eu vou passar para o Dr. Paulo Roberto Ribas, que também está desde o início aí. Desde a época em que a Senadora Leila falou, fez uma intervenção aqui, umas perguntas, ele falou que gostaria de falar, e eu disse: "Se o senhor puder... No final, aí o senhor aborda todo tipo de questionamento possível, depois do debate". Surgiu aqui até a questão trazida pelo Corpo de Bombeiros sobre essa coisa dos *e-sports* violentos. Eu até comentei mais cedo com o senhor que isso pode ativar, a questão dos *e-sports*, para algo danoso para a própria sociedade, apesar de a gente respeitar, com essa coisa dos *e-sports* de matar, em que, quanto mais você mata, mais ponto você ganha. Eu confesso que sou muito preocupado com relação a isso. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Paulo Roberto Ribas, Presidente da Confederação Brasileira de Games e Esports, eu lhe agradeço demais por sua presença e por ter ficado até agora aqui, e o senhor tem a palavra para suas considerações e também para aquela questão que a Senadora Leila colocou.

O SR. PAULO ROBERTO RIBAS (Para expor.) – Obrigado, Senador Girão.

Eu fiz questão de ficar aqui até o final, porque é um assunto de suma importância para o Brasil, para todos os ambientes.

Eu, como pai, chefe de família, avô – tenho um neto de dois anos, tenho um filho que pratica *e-sport*s, *games* – e, como representante, como Presidente atual da Confederação Brasileira de Games e Esports, eu quero dizer que, primeiro, os *e-sports* não são jogos de azar. Nós estamos aqui contribuindo, porque nós estamos tratando com 110 milhões de brasileiros que passam pelos *e-sport*s. Então, só o número de praticantes no Brasil é relevante para que a gente também contribua, leve para dentro da Confederação Brasileira de Games e Esports esse assunto, que já é pauta, com certeza, há muito tempo. Eu também faço parte da Global Sports Federations, que tem sede em Singapura, que é a federação internacional, que está ligada ao pan-americano, que vai acontecer em Santiago do Chile, como eu falei mais cedo. Estamos no movimento olímpico, participamos dos jogos pan-europeus, dos jogos asiáticos, que este ano já valeram medalhas... Então, nós estamos no movimento olímpico, e é óbvio que, tendo essa participação, a gente precisa separar um pouco aqui de jogos eletrônicos os jogos de azar, como foi falado, ou as apostas de jogos eletrônicos.

Por coincidência, no Brasil, esporte eletrônico é a competição, e *games*, no inglês, serve para tudo. Então "jogos eletrônicos" parece...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O tal do *fantasy games* não tem nada a ver com a sua confederação, não é?

O SR. PAULO ROBERTO RIBAS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

O SR. PAULO ROBERTO RIBAS – *Fantasy games* é uma outra atividade técnica, que não faz parte do *e-sports*, não faz parte da nossa confederação. Inclusive, já participamos de uma audiência junto com o *fantasy games* na Câmara dos Deputados.

Mas eu queria dizer que, por esse lado humano – eu já cumprimentei o André Rolin aqui pelo seu depoimento e tal –, a gente também tem esse estudo de tentar bloquear, de uma maneira ou de outra, essa jogatina, que faz parte de todos os eventos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos falando muito do futebol aqui porque o futebol é a paixão nacional, mas, eu já falei mais cedo, os *e-sports* hoje superam a indústria da música e do entretenimento juntos no mundo. Então, não podem ser deixados de lado nessa avaliação.

Eu fiquei muito feliz com o depoimento do Sr. Manssur, do Ministério da Fazenda, porque eu acho... Nós entendemos que o caminho é exatamente este: criar tecnologias que possam... E já existem, hoje, tecnologias de inteligência artificial, enfim, que possam rastrear quem está jogando, quanto está gastando e possam bloquear isso, para que a gente não tenha surpresas com casos que são... Como nos depoimentos foi falado e os psiquiatras aí falaram, eu também venho da área da psicologia do esporte, entendo muito essa razão aí de que, a quem entra, para sair fica difícil.

Então, tem que haver... Há que haver um controle do Estado sobre as casas de apostas. Não é simplesmente, na nossa avaliação, no nosso pensamento, proibindo que isso aconteça, essas apostas, essas interações, esse entretenimento, mas com controle. Então, a confederação, a CBGE, já está preocupada com isso, nós já estamos desenvolvendo, há mais de dois anos, uma plataforma própria, em que a gente vai dar acesso a cada filiado da federação a um equipamento Android, e ele vai jogar naquele equipamento, e nós vamos ter o controle, o cadastro de números de horas acessadas, do que ele está acessando. E entendam isso não como um controle da vida da pessoa, mas um controle do que ele não pode fazer, vamos dizer assim.

Então, é uma preocupação nossa, nós queremos estar nesse movimento... Por isso que eu fiz questão de ficar o dia inteiro aqui. Vim do Rio só para isso, deixei outros compromissos – a gente está numa semana de embarque para Santiago junto dos nossos atletas que vão competir lá no Panamericano, em Santiago do Chile, atletas de *games*, pela primeira vez, histórico –, mas eu fiz questão, porque é um assunto de suma importância.

Eu, como eu falei, sou pai, meu filho, hoje – graças a Deus, 27 anos –, trabalha na maior empresa de *broadcast* de *games* do Brasil, senão uma das melhores da América, veio construindo essa carreira dentro dos *e-sports*, dos *games*. Como eu já falei aqui mais cedo também, a China já regulamentou os *e-sports* como carreira, porque existem várias carreiras dentro dos *e-sports*...

Mas, assim, só para encerrar, eu gostaria de dizer que o nosso pensamento é justamente esse: é regulamentação, fiscalização, monitoramento constante, porque é um problema que afeta muitos brasileiros.

Falando um pouco rapidamente sobre os jogos de violência, há também estudos sobre isso. Não se tem ainda um consenso de que os jogos virtuais de tiro – em primeira pessoa, como a gente chama – provoquem isso.

Provocam sim, num percentual que, em estudos de pesquisa científica, está dentro de um desvio padrão, vamos dizer assim. É óbvio que vai acontecer, mas esse desvio padrão não pode ser levado para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toda comunidade que pratica esse tipo de atividade. Seria, mal comparando, como proibir novelas e filmes para crianças em determinado horário, para determinada faixa etária. Então, tem a ver mais com monitoramento na educação da família, dos pais, para ver se seu filho está jogando. É proibido, não há competições para menores de 18 anos para competição de Counter-Strike, que é o de tiro. Então, o pai tem que estar monitorando, a família tem que estar monitorando, há que haver educação para isso... Não é proibir uma modalidade praticada por milhões no mundo inteiro. Se fosse assim, nós iríamos proibir as competições de tiro nas Olimpíadas, por exemplo.

Então, os estudos ainda são incontroversos de que as competições de tiro, de *e-sports*, eu estou falando, as competições de *games* levem a um desvio padrão no número de pessoas que são influenciadas para praticar suicídio, praticar atos de violência, o que pode acontecer por qualquer outra razão, até por um desvio familiar que ele esteja passando e etc.

Então, existem muitos estudos no mundo, principalmente na British Association, a Inglaterra estuda muito isso, Estados Unidos também. Então, a gente acompanha esses estudos.

E, de novo: monitorar, educar e ver quem está praticando esses jogos de tiro, da mesma forma como não dá para levar uma criança para um estande de tiro, dar uma pistola ou um fuzil.

Eu sou militar também. Então, eu entendi muitos companheiros do Corpo de Bombeiros, mas, como o senhor falou mais cedo, é outro assunto, para horas e semanas de discussão.

Muito obrigado.

Eu só quero dizer que a confederação está preocupada com esse assunto de apostas dentro do *e-sport* e já está tomando as providências.

Estamos à disposição do Governo Federal. Nós entendemos sim que a ponta da linha, quem trabalha com os atletas, com os jogadores, são os clubes, são as entidades administrativas dos esportes, que fazem os eventos. Elas vão ser... Nós, no caso. A Confederação Brasileira de Games faz o *e-sport*. Nós vamos ser o braço do Governo Federal para monitorar isso, tendo dentro das nossas confederações esse monitoramento, implantar isso, proibir que aconteça essa jogatina.

Apostamos muito nessa nova regulamentação, nessa regulamentação que o senhor falou que já existe – a lei só não foi regulamentada –, com todas essas tecnologias em desenvolvimento.

Nós temos muito a contribuir, porque somos da área de *games*, *e-sport*, temos a tecnologia dentro de casa, vamos dizer assim. Então, nós vamos contribuir sim.

E só para finalizar: essa regulamentação, já que estamos falando de um projeto de lei que vai beneficiar várias entidades, nós estamos, sim, querendo também que haja investimento nessa ponta da linha, tipo na Confederação Brasileira do Desporto Universitário, Confederação Brasileira do Desporto Escolar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comitê Brasileiro de Clubes e CBGE, porque são entidades que tratam de milhões de brasileiros, e a gente pode, sim, ajudar muito o Governo Federal a trabalhar esse tema e proibir que isso aconteça com mais frequência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Dr. Paulo Roberto Ribas, que é o Presidente da Confederação Brasileira de Games e Esports (CBGE).

É isso?

O SR. PAULO ROBERTO RIBAS – Então, como eu falei, no Brasil, *games* é a indústria, são os jogos; e esportes são as competições.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – São as competições. Perfeito.

Nesse assunto aí, o senhor já é convidado aqui, de antemão, quando a gente for debater esse assunto.

Eu tenho muito interesse nessa questão dos jogos violentos, que foi o que travou, lá atrás, aqui, esse debate. Eu lembro bem, porque os dados que foram trazidos aqui é que corroboram um pouco com o que o senhor trouxe, de que tem uma incidência maior. No mundo violento em que a gente está, isso poderia incrementar.

O senhor já tem uma posição diferente. É bom que, através da ciência, das estatísticas, a gente possa fazer um bom debate.

Você também já está convidado. Está convidado, Edir, para vir aqui quando a gente for encarar mais esse tema polêmico aqui no Brasil.

Há um mês, nós tivemos também – um mês só – a questão do marco regulatório dos *fantasy games* com os *videogames*, com a questão do...

Isso foi uma confusão! Uma associação que estava querendo esse projeto há muito tempo, aí recebeu um jabuti do *fantasy games*, e o *fantasy games* virou o personagem principal de um projeto que era um sonho de décadas... Rapaz, foi uma confusão, mas, graças a Deus, foi para a Comissão de Educação, que é o que eu acho que isso aqui tinha que ir também, esse assunto. Foi para a Comissão de Educação, e lá vai ter audiência pública e vai ser debatido, para a gente tentar entender.

Para encerrar, vamos ouvir a Dra. Ticiana Macedo, que é do nosso hospital lá, psiquiatra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Algumas perguntas feitas aqui para os psiquiatras eu encaminhei para ela, fiz também umas ponderações do que eu ouvi e se ela pode se aprofundar um pouco em um caso que ela me contou, de que está sendo a voz aqui.

Esta Comissão está ouvindo a ponta, quem é o mais prejudicado com isso tudo, que é o brasileiro, que é o povo brasileiro.

Então, a gente está lá na ponta, com profissionais da saúde que estão ouvindo e com pessoas que tiveram problemas de vício em apostas que a gente pôde ouvir aqui, por isso que foi muito rica...

Sra. Ticiana, se puder ficar em cinco minutos, eu lhe agradeço, para a gente encerrar esta sessão.

Muito obrigado pela sua participação.

A SRA. TICIANA MACEDO DE CARVALHO TEIXEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Para a gente encerrar, eu vou responder a algumas questões que foram reformuladas de uma maneira um pouco mais genérica, porque tinha algumas questões que eram específicas de uma especialidade.

Então, assim... Sim, a princípio sim, hoje nós consideramos que a dependência de jogos, o transtorno de jogos faz parte das dependências químicas. A gente sabe que o mecanismo cerebral que causa a dependência a drogas é o mesmo que causa dependência ao álcool, que é a mesma que causa a dependência a jogos.

A outra pergunta interessante, que eu considerei pontuar, é a questão da Inglaterra, do Reino Unido, onde os jogos já são bem estabilizados e trouxe muitas questões. Por exemplo: por quê? O acesso é muito fácil. Quando você fala de jogos *online*, você está entregando na mão das pessoas. Hoje em dia, todo mundo tem um celular, tem um aparelho que tem acesso à internet.

E, voltando a esse caso, que foi o que a gente estava comentando no sábado, de uma mulher de 36 anos, que já estava nessa situação há um ano jogando, perdeu mais de R$100 mil e passou 28 dias internada.

Ela não estava pronta para sair, mas a internação era voluntária. Ficou por uma tentativa de suicídio e pela dependência de jogos. Saiu na quinta-feira.

Na sexta-feira, a gente recebeu uma ligação do pai, dizendo que ela já estava na delegacia, porque tinha levado uma surra da ex-companheira, por conta da questão do jogo.

Ela já tinha entrado, já tinha jogado, já tinha entrado no usuário da outra e acabou sofrendo uma violência física. O jogo que ela jogava era o do tigrinho, que é um jogo aparentemente inocente, infantil.

Então, a gente não tem como prever quais são as pessoas mais suscetíveis a terem dependência química ou a dependência de jogos, mas tem alguns fatores preditores que a gente consegue ver, como eu trouxe da outra vez: o TDAH, o TEA, a depressão... Eles tanto podem funcionar como gatilhos para o jogo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como podem ser consequência ou serem desencadeados pelo jogo, porque, no jogo, como na última audiência... O que é que eles sentem? O que é que a gente escuta muito desses pacientes? "É porque eu acordo de noite. Eu me vi, às 2h da manhã, entrando escondido na internet do celular da minha esposa, para poder fazer o PIX para fazer a aposta...". "Eu perdi R$100 mil em jogo este ano...".

Eu tenho o relato de um outro que não chegou a se internar, mas ganhou 20 mil e, com menos de um mês, já estava devendo 50 mil, desses 20 mil que ele ganhou, dessa bolada.

Então, realmente, é mais perder ou perder. A gente perde de todo jeito. O ser humano perde quando não se socializa, o ser humano perde quando perde financeiramente, quando perde a companhia das pessoas... Então, realmente é um problema em que a gente precisa avaliar muita coisa ainda, tem muita coisa ainda em estudo.

Tem alguns processos que são mais antigos, e a gente continua descobrindo muita coisa todo dia.

Mas a questão é esta: a gente está vendo, lá na ponta, o impacto na vida das pessoas, o sofrimento das pessoas, de todas as idades, do jovem, do adulto jovem, das pessoas mais velhas...

Como foi trazido aqui também, a pessoa nunca bebeu e ficou dependente de jogo, porque, aparentemente, está muito fácil. Tudo o que é *on-line* está ao acesso da nossa mão em um clique. Então, essa acessibilidade eu acho que é o principal fator para essa preocupação que a gente tem com os jogos, especialmente os eletrônicos.

Jogo sempre existiu, apostas já existiam, mas essa questão do acesso, da acessibilidade, da replicabilidade desses jogos... É como ele falou, como ele trouxe também: ele ganha um bônus, aí pega aquele bônus e ganha mil reais. Daí ele junta os mil reais, bota mais um pouquinho, aí perde tudo e fica naquela angústia de tentar conseguir de novo. Então, isso aí é um impacto muito grande na vida da pessoa.

Um outro caso de que eu me lembrei: ele já estava indo para casa já, depois da internação, e simplesmente vendeu o carro no caminho de casa. Perdeu o carro inteiro no jogo, tentando recuperar o dinheiro para quitar uma dívida que tinha adquirido no jogo. Então, realmente, é muito complicado.

O descontrole de impulso é uma doença. Não é só você dizer: "Ah, é só parar de jogar". Não. A pessoa tem que querer, tem que entender que precisa parar de jogar, mas ela não se determina, ela não tem capacidade de resistir a esse impulso, senão não era doença.

Então, eu acho que é isso. Eu acho que para as perguntas que foram efetuadas, mais ou menos, eu trouxe uma resposta mais sucinta, para a gente poder encerrar mais rápido.

Continuo à disposição. Se alguém quiser mandar mensagem, quiser mandar perguntas, a gente está sempre à disposição. Está certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Dra. Ticiana, muito obrigado. Você é como a gente diz, aquela trabalhadora da última hora, porque eu encontrei com a senhora no sábado aí em Fortaleza. Eu tinha participado da sessão quinta-feira, sexta também sobre esse assunto. E, conversando no Hospital Psiquiátrico Nosso Lar, a senhora me contou esses casos. E eu lhe agradeço por você ter... Ontem à noite, domingo à noite, lembrando da audiência de hoje, eu falei com a pessoa que foi comigo aí, o Plauto, o Coronel Plauto. Aí, eu disse: "Coronel, fala com a Dra. Ticiana, você tem o contato dela? Procura, para ver se ela pode participar, dar um depoimentozinho. Eu vou falar com o Kajuru porque eu tenho certeza de que o Senador Kajuru vai liberar". E ele liberou, para ficar rica esta audiência, com a sua participação. Muito obrigado.

E, para encerrar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... para encerrar mesmo, eu já passo...

Já passamos tanto do tempo que o sistema até tocou para mim. (*Risos.*)

Está certo, mas é mesmo, tem que lembrar.

É um assunto apaixonante, e esse tempo perdido não volta. Não tem preço esse tempo com a família, com a natureza. É um dinheiro de sangue. Essa é a grande realidade com relação a esse assunto que a gente está tratando aqui, aposta esportiva.

Dr. André Rolim, muito obrigado pela sua participação. Tinha uma pergunta para o senhor também. O senhor tem o tempo aí, se possível, de cinco minutos para concluir a sua participação. Muito obrigado por ter vindo de Fortaleza para cá e pela coragem em testemunhar algo tão pessoal, tão íntimo, mas que tem o interesse de ajudar.

E o senhor pode ter certeza, se uma pessoa só que está nos assistindo, uma, se ela se transformar a partir do que ouviu aqui ou alguma pessoa que conheça alguém que precisa de ajuda, já valeu a pena o seu depoimento. Manssur aqui, Dr. Bruno Lobato, Dr. Paulo Roberto Ribas, Deputado que está aqui até agora, Deputado Paulo Fernando Melo, todos os outros palestrantes que aqui participaram, Senadores.

Valeu a pena ter feito esta sessão, independentemente do resultado da lei, porque a gente vai trabalhar no limite das nossas forças para fazer o que tem que ser feito, para botar trava. É coisa de cigarro. No mínimo aqui a gente tem que ter um olhar de cigarro para preservar a vida porque não tem jeito. É um caminho praticamente sem volta e que causa uma tragédia humana.

Então, a gente vai ter que ter... Porque é o seguinte: nós vamos embora, não é? Nós vamos embora, e não é só do mandato não; do mandato, é daqui a pouco, mas nós, como seres humanos, temos uma vida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

útil. Nós estamos aqui nesta vida de passagem, mas nossos filhos, nossos netos, nossos bisnetos, nossos tataranetos vão ficar. Que legado nós vamos deixar para eles, que país, que humanidade nós vamos deixar para eles? Então, isso aqui é o que para mim... Não é a curto prazo não, é a longo prazo. E vai depender muito da nossa ação agora, da responsabilidade de todos nós aqui com relação à regulamentação dessa questão de aposta esportiva, que virou uma febre e de que a gente não tem ideia. A pontinha do iceberg está aparecendo, mas tem um gigante embaixo, que é para afundar Titanic, que é este país maravilhoso e que já está adoecido por droga, e essa é uma droga, talvez, a mais poderosa de todas.

Dr. André, muito obrigado pela sua participação. O senhor vai encerrar a sessão.

O SR. ANDRÉ ROLIM (Para expor.) – Muito obrigado, Eduardo. Eu que agradeço o convite, a confiança do testemunho de trazer aqui. É um prazer enorme.

Eu fui citado pelo Dr. Manssur, aceito de coração e fico muito feliz com as suas palavras, é algo que me enche de esperança e de gratidão mesmo, porque a gente que está lá na ponta, como a gente está comentando, a gente está sofrendo, como o Fabrício deu o testemunho dele e a Ticiana, que está ali recebendo as pessoas. Eles são os mais sofridos, os menos ouvidos. Então, quando você me convida para uma cadeira dessas, Senador, é de muito orgulho, porque um dia me disseram: "A sua maior vergonha vai ser o seu maior testemunho", e está acontecendo.

Outra coisa que me disseram, para encerrar... Acho que vou responder à pergunta rapidinho. Perguntaram o seguinte, quando que eu percebi, se eu pensei em suicídio e como foram as relações com familiares e com amigos. Eu comecei a perceber – e a Ticiana falou uma coisa muito inteligente – na época em que começou o celular. Eu jogava muito mais no *notebook*, não tinha acesso a celular, eu joguei desde os 16 anos, e, depois que eu vi que estava no celular, estava muito mais fácil, muito mais rápido. Quando era no *notebook*, era um *site* americano, e tinha que ter um cartão americano, internacional, geralmente o cartão tem limite e tal. Quando veio para os *sites* de hoje em dia, existia muito mais liberdade, em qualquer www, você estava. Então, era muito mais fácil de acessar esses jogos. Então, eu comecei a perceber aí, foi mais ou menos em 2011, e passei dez anos nesse sofrimento. Pensei em suicídio, sim, porque eu tinha muita vergonha de dizer que perdi, de dizer que perdi por um vício, de dizer que perdi por um jogo, eu me sentia derrotado como pai, como filho, como irmão, então, eu pensei, sim, em suicídio. Como eu disse mais cedo, eu não desisti de mim mesmo por conta da minha família, por conta dos meus filhos, e hoje eu encorajo os outros a não desistirem também, a serem covardes iguais a mim e não fazerem a sequência do pensamento.

O relacionamento com familiares era totalmente conturbado. Saí da sociedade com o meu pai, tínhamos uma empresa familiar eu e ele, eu era sócio-diretor junto com ele. Saí da empresa por ter desviado dinheiro da própria empresa para mim, em benefício próprio. Meus irmãos viram que eu não queria ajuda, e, mais ou menos em 2019, eles entregaram: "O filho é seu, cuide, porque eu não vou mais dar ouvido a ele. No dia em que ele quiser ajuda, estaremos aqui para ajudar", mas eu passei mais ou menos um ano meio que afastado dos irmãos. Sobre os amigos, eu sempre fui um cara agregador e estava meio afastado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deles, estava calado; com a mulher e os filhos nem se fala. Eu estava muito afastado dentro de casa, presente e ausente, aquele presente e ausente. Inventava toda e qualquer desculpa para estar sozinho, dormia pouco, ia dormir às 2h da manhã, esperando a NBA acabar. Já acordava às 6h da manhã pensando no que eu ia fazer, no outro dia, de aposta.

Então, esses *sites* de aposta são 24 horas todos os esportes, 8 mil tipos de aposta. A NBA, só para vocês terem uma ideia, acontece todo dia, vários jogos têm NBA todo dia. A Inglaterra e a Espanha, se eu não me engano, fizeram um cronograma para sempre ter jogo da Série A, para espalhar, porque lembra que era só fim de semana, quarta e quinta? Então, eles estão botando dois jogos na segunda, três jogos na terça, eles estão espalhando para que as pessoas não parem. Então, sempre vão estar estimulando para o jogo. Fica aqui este meu recado.

Para finalizar, para concluir, o que você disse é muito importante. Eu escutei, um dia desses, que o que a gente faz nesta vida fica para as próximas quatro gerações. Então, se a gente fizer coisas boas, coisas boas nossos filhos, nossos netos, nossos bisnetos vão cultivar. Agora, se eu plantar abacaxi aqui hoje, eu vou colher alguns abacaxis, meus filhos vão colher outros, meus netos vão colher outros. Então os abacaxis que eu plantei lá atrás, eu estou colhendo. E do lado, eu já estou plantando meus morangos. Estou plantando meus morangos, estou ajudando pessoas. E estou, enfim, limpo, de bem com a vida e em paz comigo mesmo.

Então agradeço a você, mais uma vez, pelo tempo e agradeço a Deus pela oportunidade. Muito obrigado a todos que estavam aqui presentes e assistindo à gente. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Amém, querido, amém.

Dr. André Rolim, que veio de Fortaleza. Veio nessa madrugada?

O SR. ANDRÉ ROLIM (*Fora do microfone.*) – De madrugada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Saiu de lá que horas?

O SR. ANDRÉ ROLIM (*Fora do microfone.*) – Às 5h40.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Às 5h40! Deve ter acordado às 3h da manhã.

O SR. ANDRÉ ROLIM (*Fora do microfone.*) – Às 4h, 3h30.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Às 4h, 3h30 para vir, para dar esse depoimento. Volta hoje?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ ROLIM (*Fora do microfone.*) – Às 8h.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Volta às 8h da noite, daqui a pouco. Foi o dia todo aqui no Senado Federal.

Mas olha, o senhor não tem ideia de como contribuiu, não é? Então, assim, muita gente sofrendo, mas por vários outros motivos, vergonha ou outras situações, que não podem se expor, mas, André, eu agradeço muito a Deus pela sua vinda, porque você está vindo aqui dar um sinal de alerta para o Brasil, para milhões de pessoas. Você representa milhões de pessoas que são vítimas aí, vítimas desse sistema, que é um sistema que não vai parar, não é?

E eu recebi uma boa notícia aqui do Dr. Manssur. Esse projeto... Posso falar? Sobre a intenção de que não...

O SR. JOSÉ FRANCISCO CIMINO MANSSUR (*Fora do microfone.*) – Não possa fazer...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... se possa fazer com cartão de crédito esse tipo de aposta. É uma das intenções do Governo Federal, e isso é muito importante.

Eu espero que a base do Governo aqui possa nos ajudar em várias emendas que a gente tem, para travar, para regulamentar com qualidade isso, para deixar o mínimo de brecha para as pessoas se endividarem e adoecerem ainda mais do que estão adoecidas.

Então aqui é uma consulta pública. Quem é bom de matemática aqui? Eu não sei se é o Manssur ou o Dr. Bruno Lobato, ou o Dr. Paulo Ribas. Eu não sou bom de matemática, não. Eu confesso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – De humanas. Então pronto. Então vamos lá. Vai sobrar para você, Dr. Bruno, olha. É engenheiro também. Quanto é, em percentual, 17 de 1.294, que são os 100%? Qual é o percentual que 17 representam em 1.294?

O SR. BRUNO LOBATO (*Fora do microfone.*) – Mil, duzentos e noventa e quatro é "sim" ou é o total?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mil, duzentos e noventa e quatro é o total?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, não, não, perdão, perdão, 1.294 não é o total, é o "não". Com mais 17, 1.294 mais 17. Vocês vão entender por que é que eu estou falando isso. Aí eu quero saber quanto é que representa o 17.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Olha aí, Paulo, 0,012. Isso aqui é 0,012%. Isso aqui, eu sei que é um pequeno indicativo, mas é. Nós temos aqui o DataSenado, não é? DataSenado isso aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É 1,2%? Não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É 0,02? Vamos lá.

Consulta pública, Projeto de Lei 3.626, de 2023, do jeito que veio, do jeito que está, do jeito que está, não é? Claro que a gente vai tentar melhorar, com emendas, e eu tenho certeza de que a avaliação vai ser diferente. Mas do jeito que está hoje o projeto, esse projeto que a gente está debatendo aqui, 3.626, de 2023. A você que votou pelo Portal do Senado, o DataSenado.

Dispõe sobre a modalidade lotérica denominada aposta de cota fixa, altera as Leis nºs 5.728, de 20 de dezembro de 1971 – eu não tinha nem nascido ainda, eu nasci em 1972 –, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e a Medida Provisória nº 2.158/35, de 24 de agosto de 2001, que revoga os dispositivos do Decreto Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

Texto que veio, de autoria da Câmara dos Deputados, deu 1.294 votos "não" – as pessoas reprovando esse projeto – e 17 votos "sim"; ou seja, se somarmos os dois aqui, 98,7% é "não", é contra o projeto, e 1,3% é "sim", segundo essa abordagem que foi feita nessa consulta pública do Senado. Ou seja, é o povo brasileiro, na sua imensa maioria, rejeitando o projeto do jeito que está, dizendo "não" ao projeto do jeito que está aí: 98,7% dizendo "não" e apenas 1,2% dizendo "sim".

Cumprida a finalidade desta sessão, finalmente, muito obrigado a todos os resistentes aqui e a todos os que passaram; os que não puderam ficar, a gente compreende.

Que Deus nos guie e nos abençoe!

Está encerrada esta sessão.

(*Iniciada às 10 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Romário e Carlos Portinho, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Rodrigo Cunha, Leila Barros, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Lucas Barreto, Paulo Paim, Mauro Carvalho Junior e Dr. Hiran, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Magno Malta, Angelo Coronel, Wilder Morais, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Farias, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 21/2023 - CEsp, de autoria Senador Romário (PL/RJ), Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Finalidade:** Debater as dificuldades e soluções do combate ao doping no Esporte. **Participantes:** Sra. Cristiane Vera de Araújo, Coordenadora-Geral de Educação da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem - ABCD, do Ministério do Esporte (representante de: André Fufuca, Ministro de Estado do Esporte, e Adriana Taboza, Presidente da ABCD); Sr. Terence Zveiter, Presidente Executivo e Financeiro da Academia Nacional de Direito Desportivo; Sr. Thomaz Sousa Lima Mattos de Paiva, Advogado; Sr. Marcelo Franklin, Advogado; Sra. Raquel Lima, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo - IBDD; e Sr. Ivan Pacheco, Membro do Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem (TJD-AD) (representante de: Eduardo Henrique De Rose). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 25 de outubro de 2023.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 8ª e 9ª Reuniões, realizadas nos dias 18 e 23 de outubro de 2023.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater as dificuldades e soluções do combate ao *doping* no esporte, em atenção ao Requerimento nº 21, de 2023, da CEsp, de minha autoria e do Senador Carlos Portinho.

Agradeço a presença do nobre Ministro Caputo Bastos, do TST.

Muito obrigado, Ministro, pela presença.

Hoje debateremos um tema da mais absoluta relevância para o esporte, algo absolutamente essencial para a proteção da competição justa, do equilíbrio da disputa, da honestidade e da integridade esportiva. O *doping é* algo que macula qualquer resultado, qualquer recorde, qualquer feito. Trata-se de artifício de desvirtuar o propósito olímpico da superação dos limites pelo trabalho, pelo treino e pela combinação de esforços, talento e dedicação.

Por outro lado, precisamos proteger os atletas do bem e os esportistas de boa-fé das pequenas armadilhas que se escondem no dia a dia de uma alimentação ou suplementação não controlada ou até mesmo de uma medicação com componentes ocultos ou desconhecidos. Ter uma boa regulamentação, portanto, com regras claras atualizadas e que respeitem o contraditório e o amplo direito de defesa são condições indispensáveis para um sistema de controle antidopagem justo, eficiente e que proteja o bom atleta.

Quero aqui saudar todos os especialistas convidados na figura do meu nobre colega e amigo Carlos Portinho, que também é um profundo conhecedor do tema e com quem divido a proposição desta presente e importante audiência pública. Desejo a todos que participarem, aqui hoje, um excelente e proveitoso debate. Eu tenho certeza de que poderemos ter sugestões positivas e interessantes a colher nesta reunião.

Agradeço a todos pela presença e convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: Sra. Cristiane Vera de Araújo, Coordenadora-Geral de Educação da Autoridade Brasileira de Controle de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dopagem (ABCD) do Ministério do Esporte, representando o Sr. André Fufuca, Ministro de Estado do Esporte; a Sra. Adriana Taboza de Oliveira, Presidente da ABCD; a Sra. Raquel Lima, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo IBDD; o Sr. Terence Zveiter, Presidente-Executivo e Financeiro da Academia Nacional de Direito Desportivo; o Sr. Thomaz Sousa Lima Mattos de Paiva, Advogado; Sr. Marcelo Franklin, Advogado; Sr. Ivan Pacheco, Membro do Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem TJD, que participará por videoconferência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas.

Passo a palavra, então, à Sra. Cristiane Vera de Araújo. Por favor, senhora.

A SRA. CRISTIANE VERA DE ARAÚJO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Obrigada, Senador Romário e Senador Carlos Portinho, por nos convidar a participar de um momento tão singular dentro de um tema tão importante para a comunidade esportiva, de cunho não só esportivo, mas educacional e referente à saúde também.

Estou aqui como Presidente Substituta da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem representando a Presidente Adriana Taboza e o nosso Ministro André Fufuca, que é um exímio defensor da causa do esporte limpo, do *fair-play*.

E, dando continuidade, antes de a gente entrar diretamente, se o Senador Romário me permite, a gente gostaria de fazer uma abordagem geral. Quem é a ABCD? Que sistema antidopagem é esse, tanto nacional como internacional?

Então, nós vamos iniciar – por favor – falando sobre o sistema internacional antidopagem. O sistema internacional antidopagem é constituído... Esses são os temas sobre os quais nós vamos fazer uma abordagem rápida, dentro desses dez minutos. E vamos para o sistema internacional e nacional antidopagem. Por quem é constituído esse sistema internacional antidopagem? É constituído pela Unesco, WADA e iNADO. Quem são esses organismos? Quem são esses órgãos?

Unesco... Podemos dizer assim, um marco principal, o arcabouço para as leis foi uma convenção realizada em Paris em 2005, em que mais de 190 países se tornaram signatários, Senador, ou seja, concordaram na busca do jogo limpo, concordaram em seguir as regras mundiais de antidopagem. WADA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é um órgão independente particular, o qual também publica regras, que os signatários são obrigados a seguir, se quiserem manter conformidade, se quiserem se manter na busca contra o... podemos dizer, o jogo sujo, contra as trapaças. E a iNADO? Quem é iNADO? É uma organização, podemos dizer, uma associação, um sindicato de todas as organizações nacionais do mundo, que busca em si compartilhar os conhecimentos e aproximar as melhores práticas dentro das organizações nacionais antidopagem do mundo.

E o sistema nacional antidopagem, quem faz parte desse sistema nacional? Que bom, que bom que o Brasil teve esse compromisso, e é acima de tudo, pessoal, relevante e mostra o quanto o tema é importante, é singular. E aqui estamos com essa causa, levantada pelo Senador Romário. Olha a importância disso, como nós podemos fazer deste momento um momento único, para que a gente consiga sempre melhorar! Há o que melhorar? Sim. E, dentro do Brasil, como é esse sistema nacional? Nós temos a ABCD, a única organização nacional reconhecida pela WADA, responsável pela educação antidopagem, pelo controle de testes, pela gestão de resultados e pela capacitação de todos os agentes de controle de dopagem que atuam no Brasil. E nós temos a Justiça Antidopagem, que, gente, quero enaltecer. Antes de falar quem é a Justiça Antidopagem, já abro um parêntese aqui a todos: Justiça Antidopagem, profissionais que atuam na busca de valorizar o *fair-play* de forma voluntária. Esses são os profissionais, sejam eles da Procuradoria, sejam do Tribunal Pleno, sejam os defensores, tá? Não vou detalhar, não vou me adentrar na Justiça porque nós temos representantes aqui de renome e eu não vou correr o risco de pecar. (*Risos.*)

Não é, Dr. Márcio?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CRISTIANE VERA DE ARAÚJO – Não é? Vou deixar esse ponto para eles, tá?

E LBCD, o nosso Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem, o único da América Latina acreditado pela WADA. Vocês podem me perguntar por que o único? Porque, até o momento, é o único que cumpre todos os requisitos previstos no padrão internacional de laboratório.

E o fórum brasileiro. O que é o Fórum Brasileiro Antidopagem, gente? É um, podemos dizer, alicerce da ABCD de conformidade junto à Unesco. Nós precisamos nos reunir semestralmente, colocamos todas as pautas que a ABCD anda executando, desenvolvendo dentro do país, e eles opinam, nos ajudam... Podemos dizer, parceiros, vários braços. E os representantes desse fórum? Temos atletas, temos os representantes da Justiça Antidopagem, temos a Anvisa, temos a Polícia Federal – e me perdoem outros que eu esteja esquecendo... Receita Federal – e Receita Federal. Esse fórum, pessoal, já é um questionário ao qual a ABCD se submete a responder, o ADLogic, que é da Unesco, para se manter em conformidade. Este é um dos itens: ter uma plataforma de vários membros representados por entidades de todo o Brasil junto da mesma causa, junto do mesmo propósito.

E só para deixar claro para vocês esse ABCD. É óbvio, mas eu gostaria de deixar claro para todos vocês: "a" de autoridade, ou seja, a única do Brasil que apenas coordena – não é a única que faz o controle,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é a única responsável, deixando claro, no entanto, é a que coordena aqui, podemos dizer, é a coordenadora, para padronizar a forma de atuação –; "b" de brasileira – óbvio, não é? –, atua no Brasil –; e "c" e "d" de controle de dopagem, que é uma das nossas competências privativas – fazer o controle de dopagem no Brasil.

Essa é a estrutura organizacional de 2023. Nós temos o Presidente, nossa Assessora Márcia Henauth, que está aqui conosco, e três coordenações gerais: a Coordenação de Educação, de Gestão de Resultados e de Operação, que é responsável pelos testes e investigação.

A legislação. Nós temos o Código Antidopagem, o brasileiro, e o Código Mundial Antidopagem, que é o nosso regramento – podemos dizer que é o nosso leme e o nosso norte.

Os padrões internacionais. O que são esses padrões internacionais? Podemos dizer que é o guia de qualidade. Se não seguirmos as regras, Senador, como impostas pelos padrões internacionais, ficaremos em não conformidade, não é isso, Dr. Márcio? E quais os padrões que temos e que regem? São as áreas de atuação: a lista de substâncias proibidas, publicada anualmente – inclusive a nossa, de 2024, já está no forno para ser publicada em português, antes da virada do ano, fiquem atentos a isso –; o padrão de educação e demais padrões, que são documentos aos quais a adesão é obrigatória. Não temos opção, temos que seguir.

E deixei em destaque por quê, pessoal? O padrão de educação. Lógico, sou a Coordenadora-Geral de Educação da ABCD. Mas nem só por isso, porque o princípio fundamental no padrão internacional de educação, Senador e aqui presentes, o princípio fundamental é que a primeira experiência de um atleta em relação à questão antidopagem seja pela educação, e não pelo teste. Isso quer dizer o quê? Uma das nossas soluções – já vou antecipando aqui o tema –, umas das nossas soluções: educar. Educar é prevenir. E, uma vez educando, está informado.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CRISTIANE VERA DE ARAÚJO – Uma vez informado, a gente pode fazer a prevenção.

O último, e para finalizar, deixo claras para vocês as nossas parcerias. A ABCD sozinha não consegue atingir todo o Brasil. É impossível. Vocês viram a nossa estrutura enxuta em 2023. Nem por isso deixamos de levantar e carregar a bandeira no peito.

Nós temos nossa parceria com a Anvisa, pessoal, em conjunto com a plataforma Checkjogolimpo. O que é essa plataforma? O atleta ou o pessoal do apoio, da equipe do atleta pode colocar o nome do remédio que essa plataforma vai dizer se é proibida ou não, se a substância é proibida em competição ou fora de competição.

Eu recebi um relato da enfermeira do Comitê Paralímpico Brasileiro, que fez um apanhado, uma pesquisa dentro do comitê, dos atletas que estão indo para o Parapan, e, de toda a lista dos remédios que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passaram para ela, ela disse que colocou nessa plataforma mais de 200 remédios e todos os remédios estavam lá. E ela conseguiu saber quais os que precisavam, realmente, de autorização para o uso terapêutico. É simples. Infelizmente, a publicidade ainda não é dada para todas as confederações. Então, precisamos de parceria, porque ferramenta nós temos e usamos os meios tecnológicos, estamos usando isso.

E temos parcerias com o Conselho de Atletas do CPB, com os conselhos de atletas do Comitê Olímpico. Eles participam conosco dos nossos módulos educacionais. Nós fazemos seis módulos educacionais durante o ano, e os atletas fazem a abertura desses módulos educacionais. E esses assuntos tratam de quê? Dos assuntos obrigatórios exigidos pela WADA, num padrão de educação.

E temos também parcerias internacionais. A ITA, a agência de testagem internacional. Agora mesmo nós estamos com uma parceria para que eles capacitem os nossos agentes de controles formados, Senador, pela ABCD, aqui no Brasil. Já são agentes internacionais; estão fazendo a recapacitação.

Isso é fantástico em nível de mundo, pessoal! A ABCD, em nível de mundo, estamos muito bem. É lógico... Sozinha? Não, com os parceiros; com a Justiça Antidopagem; com o LBCD; com a Caut – não posso deixar de mencionar a Caut –, que são os componentes também da Comissão de Autorização de Uso Terapêutico que trabalham, prestam serviço à sociedade, à comunidade esportiva de forma voluntária.

Só deixo agora os contatos, para finalizar.

Agradeço a todos.

Ah! Uma curiosidade, pessoal.

Esse é o *site* da ABCD. Só deixando para vocês... O mais visitado – nós tivemos 57 visualizações –, o tema mais visitado é a lista dos atletas suspensos e, em seguida, por quê.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. CRISTIANE VERA DE ARAÚJO – Nossos advogados devem visitá-las todos os dias, no mínimo umas cem vezes.

Em segundo, a plataforma ADEL, que são os cursos da WADA, que são em inglês e a ABCD traduz para o português.

E, por último – agora, sim, gente, vou finalizar, prometo!

Nós tentamos, estamos tentando nos modernizar e chegar próximo, cada vez mais, dos jovens atletas, porque é a partir daí que a gente sabe que a educação, pela forma de ser contínua – e tem que ser perene e constante, não podemos desistir disso... Nós estamos nas mídias, nós temos o WhatsApp, nós temos o grupo da ABCD e Instagram, em que nós colocamos *cards* informativos, informações, notas oficiais de última hora, para que a gente consiga chegar cada vez mais perto de toda a comunidade, principalmente dos jovens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E obrigada a todos.

Estou aqui à disposição para a gente entrar no tema.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sra. Cristiane Vera de Araújo, pela explanação.

Passo a palavra agora ao Sr. Terence Zveiter, Presidente Executivo e Financeiro da Academia Nacional de Direito Desportivo.

O senhor tem dez minutos, Sr. Presidente.

O SR. TERENCE ZVEITER (Para expor.) – Senador Romário, Cristiane, meus companheiros de mesa; primeiro, Senador, um agradecimento da nossa academia – o Ministro Caputo esteve aqui presente exatamente para enaltecer e ratificar os nossos laços e compromissos aqui com esta Comissão –, especialmente na pessoa de V. Exa., assim como na pessoa do Senador Carlos Portinho, que muito têm contribuído para o esporte, para o aperfeiçoamento e a melhoria do esporte de uma maneira geral. E vou mais além, Senador Romário: estamos ao lado da Comissão e do Parlamento para fazer tudo o que estiver aos nossos alcances para poder, enfim, atingir esses objetivos que são comuns.

Minhas observações não serão técnicas, porque eu também não posso entrar muito na questão técnica, porque sou Juiz do Tribunal Antidopagem, sou auditor lá na 2ª Câmara, a qual presídio, e não posso deixar de abordar o lado institucional.

Agora, antes de qualquer coisa, eu quero parabenizar e cumprimentar a Dra. Luciana Correa, que, ao lado das câmaras, vem prestando um serviço público de excelência, de muita dedicação, de muita transparência, enfim, exemplo de um bom funcionário público. E, quando eu brigo com V. Exa., Dra. Luciana, eu brigo; quando V. Exa. briga comigo, briga; mas o nosso objetivo é comum: em prol do esporte.

Mas vamos lá. Desde 2016, a gente vem com aquele preconceito de ou dois ou quatro e denúncias automáticas da procuradoria, e isso trouxe, Senador Portinho...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só um minuto, Presidente.

Chegada do nosso Líder. Senador Portinho, seja bem-vindo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. TERENCE ZVEITER – Retomando: e vivíamos, vamos colocar assim, aquela época negra de que o resultado analítico adverso, que é o início do processo de dopagem, significaria indubitavelmente a condenação. Esse tempo passou, e o Código Mundial de 2021 veio em melhor tempo impossível, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trouxe a devida parcimônia e impôs a nós juízes de dopagem, de antidopagem, que agíssemos com cautela a partir de uma premissa que, até então, não era considerada – eu não posso falar que ela foi ignorada, porque não é verdade; mas ela não era considerada devidamente –, que é a proporcionalidade na fixação da pena, especialmente em caso de culpa. Enfim, havia uma queda de braço entre a Justiça Antidopagem brasileira e o CAS, porque o CAS sempre preestabelecia culpa leve, média ou grave. Estão aqui os dois advogados para ratificarem ou divergirem do que eu estou falando, mas o fato é que, aqui no Brasil, ou eram dois ou eram quatro, não havia a possibilidade de serem menos que dois. Com o Código Mundial atual e o Código Brasileiro, que o incorporou, essa realidade mudou muito. Então, não é um resultado analítico adverso, não é 100% de certeza de que o atleta será condenado; e também, obviamente, não será uma exoneração dele, atleta, de justificar como a substância proibida entrou no seu corpo. Muito pelo contrário, ele tem que prestar os esclarecimentos, dar as satisfações, e, se elas atenderem o que dizem os códigos e a lei, esse atleta será exonerado ou condenado a depender de cada caso em concreto.

Agora, temos que melhorar? É evidente que temos que melhorar. Não que esteja ruim, mas esse ambiente do passado passou, graças a Deus! A ABCD – e eu sou testemunha disso – vem andando a passos largos, há um esforço hercúleo e, especialmente agora com este novo Governo, com a redução drástica do número de funcionários, eles não deixaram a peteca cair. Eu, Terence, sou relator – vou julgar amanhã – de três processos de sete que estão na pauta amanhã. Via de regra, Senador Romário, a gente pauta dois, três processos, mas amanhã a minha câmara tem sete pautados, e nós vamos julgar a todos, porque a ABCD funciona a tempo e modo, a procuradoria também, e, em função das modificações do Código de 2021, nós, de uma maneira geral, vemos e utilizamos as benesses, especialmente aí da novidade do benefício da, entre aspas, "delação premiada", do acordo de consequências, que antigamente não era permitido e agora é. Então, a ABCD vem se utilizando desse remédio com muita eficiência.

Agora, precisamos melhorar onde? E aí, são escolhidos a dedo os advogados... Eu fui relator, Senador Portinho, de um caso patrocinado pelo escritório do Dr. Thomaz e do Dr. Marcelo Franklin – que eu já posso descortinar, já findo o processo –, envolvendo uma atleta olímpica, campeã mundial, que, no período da pandemia, continuou usando seus suplementos, num dos quais tinha a contaminação cruzada com uma substância proibida chamada ostarina. E a grande dúvida que os advogados suscitaram, naquela ocasião, era a seguinte: "Bom, se a ostarina não é permitida em território nacional, como é que pode haver a contaminação da atleta no Brasil? Essa substância não era para estar aqui".

Resultado, eu fico vencido na câmara, porque eu exonerava a atleta de qualquer penalidade. O Tiago Horta, que foi o relator junto com a... Não lembro se já era a Fernanda ou se era Tayanne... Enfim, eu fico vencido por maioria.

Na sequência, os atletas recorrem; nesse meio tempo, vem a Olimpíada e ela fica em segundo lugar, medalha de prata. Doeu no coração! Eu ainda perguntei ao meu colega: "Vai tirar a medalha da atleta?". E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Tiago foi irredutível, porque lá é um ambiente de legalidade estrita, de processo administrativo, os processos têm o dedo do Estado, têm a força do Estado.

Então, você não pode descumprir a lei a qualquer título. Agora, você tem a faculdade, como juiz, de interpretá-la a partir das versões ou dos argumentos a que os advogados se submetem. E, nesse caso, eu fiquei com o coração partido e fiquei vencido, mas não convencido. Os advogados recorrem, e, por uma questão que acho que é ironia do destino, o processo é distribuído para quem, para mim, é a maior autoridade antidopagem do nosso país, que se chama Eduardo de Rose. E o De Rose acata o meu voto, submete ao plenário, e, por uma votação apertada no plenário, aí se aplica uma pena para ela – me corrijam os advogados, porque tem tanto processo lá que eu já não lembro certinho –, pelo tempo já cumprido, etc., para preservar os títulos e conquistas que essa atleta teve, até porque a ostarina no organismo dela era absolutamente desinfluente para qualquer resultado.

Então, esse já é um exemplo de como está a Justiça Desportiva Antidopagem hoje, não é mais aquela câmara de gás, não é mais aquela coisa indiscriminada: ou dois ou quatro. Hoje, tanto na ABCD quanto na Procuradoria, as questões vêm sendo analisadas caso a caso, com todo o critério, com toda a atenção e, mais do que isso, sempre preservando... E aí é o que é principal, porque, se ficássemos nos dois ou quatro anos de suspensão e de penalidades, invariavelmente o atleta de alto rendimento jogaria a carreira fora. V. Exa. foi atleta de alto rendimento e sabe o que é passar um gancho, passar um tempo sem treinar, sem competir, etc. Isso causa um déficit e às vezes até impede o atleta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TERENCE ZVEITER – ... de se restabelecer.

Mas, concluindo, Presidente Romário, Senador Portinho, hoje, a nossa Justiça Desportiva Antidopagem anda a passos largos no sentido da evolução, ela anda a passos largos no sentido do aperfeiçoamento. Agora, não é – e aí é um apelo para V. Exas. – mandar isso para a gestão do COB que vai mudar qualquer coisa. A Lei Geral do Esporte hoje está com essa previsão, ela foi vetada no sentido de se manter a JAD com a estrutura que existe.

E aí o nosso pedido, como Presidente da Academia Nacional de Direito Desportivo e como membro integrante da JAD: eu encareço o pedido a V. Exas. no sentido de manter a JAD do jeito que ela está, nem mais nem menos, e, se possível, uma emenda orçamentária para fortificar a nossa gloriosa ABCD.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Terence Zveiter, pela sua explanação.

Passo a palavra aqui agora ao Sr. Thomaz Sousa Lima Mattos de Paiva, advogado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu estou lá na CCJ, na CAS e aqui. A nossa vida é assim. É só para encaixar um momento em que eu possa dar aí um testemunho não só como advogado atuante no direito desportivo, mas como um dos primeiros especializados em dopagem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Agora, por favor.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Obrigado. Desculpe-me, então, interromper.

Eu queria elogiar o Presidente, Senador Romário, por essa iniciativa. Precisamos discutir dopagem.

Ainda muito jovem, me especializei em direito desportivo e tive um caso, ainda lá no Rio de Janeiro, que foi o doping de um atleta de um grande clube do Rio de Janeiro, aliás, de dois grandes clubes do Rio de Janeiro, por uso de maconha. E falo, com toda a humildade: engatinhávamos. Com exceção do nosso querido mestre, Dr. de Rose, que sempre foi uma sumidade, nós advogados engatinhávamos nessa matéria de dopagem. Vivi a época em que o CBJD tinha um capítulo específico e me aventurei ali a estudar profundamente a dopagem, especialmente aqui, no nosso país. E posso falar com modéstia, sim, porque abri um caminho e fui um dos primeiros advogados – aliás, fui o primeiro – a ter uma decisão do STJD, ainda na vigência do código antigo, desafiada pela Corte Arbitral do Esporte. No passado, as decisões do STJD eram definitivas, e assim dizia o código, que era respeitado.

Eu tive primeiro esse caso, que também foi pioneiro – não vou dizer o nome do atleta, até porque acho que não importa, o que importa é a consequência. Esse caso foi pelo uso de maconha, e esse foi o primeiro caso em que, ainda sem previsão legal, mas se valendo das premissas legais do direito penal, nós conseguimos a conversão da pena do atleta, metade dela, em serviços sociais. E eu vi ali... O caso era de dopagem por maconha. Era um atleta que tinha uma adição ao álcool, ele já estava há alguns meses sem beber e ele, por um descuido, por alguma razão, fez uso de maconha para não beber, segundo o atleta. Nós conseguimos ali essa conversão da pena – lógico, ali era um fato confessado inclusive pelo próprio atleta, o que facilita sempre o julgamento e até a própria aplicação da pena, para compreender em qual contexto –, e foi o primeiro caso em que nós convertemos parte da pena – depois o CBJD, até em outras infrações disciplinares, passou a admitir isso. E foi muito educativo para o próprio atleta, porque o *doping* das drogas ditas sociais, porque são drogas da sociedade... O Dr. Eduardo de Rose tem um trabalho brilhante, indo a fundo nos efeitos do uso da maconha, da cocaína, assim como a FIFA também tem um estudo profundo, inclusive admitindo que a cocaína no futebol não tem a menor capacidade de dar ganho de rendimento, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seus efeitos serem efêmeros, serem rápidos, além de ser um jogo coletivo... Talvez até um corredor de 100m que faça uso possa ter um ganho desportivo, mas não em uma partida de 90 minutos.

A gente sabe, Romário, a origem dos nossos atletas. O atleta brasileiro – e talvez por isto se diferencie de outros no mundo, inclusive no seu talento – nasce dentro da comunidade, joga bola no campo de terra, convive com o tráfico – hoje, com o tráfico e com a milícia. O acesso à droga é muito mais facilitado do que em outros países, pela sua própria origem. E a gente sabe também o que é – o Romário passou por isso nas divisões de base – toda a pressão, a ansiedade, a expectativa de se tornar um atleta. Nada que justifique o uso, mas a gente precisa entender o contexto em que esse atleta está inserido.

E foi muito bom, porque, além da sua internação – como medida, inclusive, de saúde, que a própria sentença do atleta conferiu a ele –, no acompanhamento, que depois virou a regra, inclusive, nesses casos de uso de drogas da sociedade, ele teve, na sua medida social, a obrigação. E ele fez, cumpriu com extrema dedicação. Ele reformou o campo do presídio de Bangu 3 e ele deu o pontapé inicial para a partida de futebol e foi, ao final, entregar o título do campeão daquele torneio penitenciário, coisa que não acontecia naquela penitenciária de Bangu há mais de três anos naquela época. E ele viu lá, pôde ver pessoas presas pelo uso ou pelo tráfico, pelo tráfico de drogas e aonde ele poderia ir se ele continuasse. Essa pena educativa certamente vale mais do que qualquer suspensão.

Depois eu tive uma outra oportunidade, que foi o primeiro caso desafiado à Corte Arbitral do Esporte, que foi o caso Dodô. E ele abriu... Não foi por drogas da sociedade, Dodô é um atleta absolutamente íntegro. Foi exatamente o caso de contaminação de um produto, o que restou comprovado dentro dos meios que eram possíveis, porque no Brasil, naquela época, só o Ladetec era credenciado, àquela época o Ladetec se recusava a fazer a prova, receber a substância consumida para fazer a prova da contaminação eventual porque dizia que tinha contratos com as confederações, federações, e só poderia, pelos contratos, atender a elas. E aquele atleta não tinha como fazer a prova dele. E nós buscamos toda uma cadeia de custódia, cumprimos aquela cadeia de custódia, de forma voluntária, para encaminhar à USP, porque a USP havia sido antes, no passado, um laboratório dos mais recomendados e credenciado à própria WADA. E a prova feita pela USP não foi aceita... Na verdade, foi aceita aqui pelo tribunal desportivo, pelo STJD do Futebol, o atleta foi absolvido, foi comprovada a contaminação do produto; depois, por uma derrota do Vasco da Gama por 4 a 1 ou 4 a 0, se não me engano, para o Botafogo, o falecido Eurico Miranda pegou as cópias do processo – é importante esse histórico – e as encaminhou para a FIFA e para a WADA, e por isso é que o caso Dodô foi a primeira decisão do STJD desafiada, porque nunca antes alguém havia feito isso. E numa mágoa, pelo resultado de uma partida, o Sr. Eurico Miranda fez... Eu posso dizer, porque estou licenciado como advogado, eu vou dar minha impressão pessoal: ele fez esse desfavor.

Eu sei que isso abriu a possibilidade de recurso, mas vocês imaginam o que é para um atleta arcar com as custas de um recurso para a Corte Arbitral do Esporte. Nesse caso, o Botafogo, que era o seu clube de origem, era um clube naturalmente de grande expressão, ele tinha condições de pagar, mas eu tive o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caso, por exemplo, de um atleta, com uma substância estimulante, do Mamoré. Esse atleta do Mamoré, o Willian, inclusive foi o primeiro caso em que a Corte Arbitral do Esporte veio ao Brasil fazer a audiência de instrução. Todos os árbitros vieram, a corte se instalou no COB, nas suas dependências, por conta dos custos, era absolutamente impossível para um atleta do Mamoré, de Minas Gerais, da 4ª, 5ª Divisão, sei lá, poder ir à Suíça se defender, com todos os custos daquele processo.

No caso Dodô houve a redução da pena, e já começou a se abrir um caminho nessa discussão, de que hoje fico feliz porque me afastei, naturalmente, para cumprir minhas obrigações aqui – eu separei o público do privado: hoje eu sou só Senador –, e acho que não era obrigatório, mas foi a melhor decisão que eu tomei e confesso que não acompanhei as últimas evoluções, e fico muito feliz, Terence, de ouvir que a Corte Arbitral, na verdade a WADA, ela tem uma maior sensibilidade a esses casos.

Mas eu queria voltar antes de concluir, Senador Romário, porque acho importante para a gente entender esse histórico... Depois eu dei aula de Dopagem, curso de formação, de pós-graduação e me especializei – não sou nenhuma sumidade, não: apenas estudei o tema a fundo –, tive diversos casos, alguns *pro bono,* como esse do atleta do Mamoré, e outros, enfim, que foram remunerados naturalmente. Mas eu queria destacar que eu continuo com a grande preocupação com relação ao tratamento dado às drogas da sociedade, pela origem que já expus aqui dos atletas, dos nossos atletas, e quero voltar aqui a um caso também precursor aqui no país, que foi o caso do atleta Jobson. Foi o primeiro caso do *crack*, não do talentoso, mas do *crack,* da droga, no futebol. E quem conhece a história do Jobson... Era um atleta que começou aqui no Brasiliense e, na sua juventude, enquanto treinava, ele morava na Rodoviária de Brasília, que é um dos pontos conhecidos de tráfico de droga na cidade. Tinha uma desestruturação familiar, naturalmente, e outras condições, cujo contexto explica, e não justifica – mas explica e é importante conhecê-lo. E por que a importância do caso Jobson? Porque, no caso Jobson, também foi desafiada a decisão: foi comprovado aqui no Brasil que ele era um dependente químico, e essa decisão foi desafiada para a Corte Arbitral do Esporte, de igual sorte. E lá eu vi um dos julgamentos mais tensos e mais antidemocráticos que eu presenciei em toda a minha vida, triste – triste! –, a ponto de a Dra. Elizabeth, que era a médica nutricionista do Botafogo, no seu depoimento ter dedo na cara, ser coagida e, ao acabar o depoimento, desabar em choro de tanta pressão que foi em cima. Não me parecia um tribunal comum.

Confesso que a experiência do caso Jobson me recordou um tribunal de exceção, a Corte Arbitral do Esporte, lamentavelmente – lamentavelmente! –, até porque era um caso claro de dependência química. E eu me lembro e nunca me esqueço de uma pergunta do presidente do painel ao advogado da WADA. Em determinado momento do julgamento, ele se vira para o advogado da WADA e pergunta: "Mas o seu código não tem nenhuma previsão para o atleta dependente químico?". Por um instante, eu achei que eu ia não só vencer o processo, vencer a tese, mas mudar toda a legislação antidopagem, que é um sonho que eu ainda persigo e em que espero voltar a advogar, porque nenhum dos códigos tem a previsão para o atleta dependente químico, e essa prova é prova das provas mais diabólicas que existem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso, Jobson teve uma condenação reduzida, mas isso impactou severamente na sua vida. Tem um ditado que diz "cabeça vazia, oficina do diabo". Um atleta, quando ele se machuca, quando ele tem trauma, o clube e todos buscam a sua imediata recuperação. No caso do atleta dependente químico, a pena é o banimento ou o afastamento temporário por um grande período de suas atividades, é entregar esse atleta às drogas se ele é um dependente químico – e, naquele caso, ele era.

A Corte Arbitral do Esporte só não interferiu na legislação e deu ganho de causa porque eu não fiz a prova de que o atleta era dependente químico embora estivessem presentes, na audiência, o Dr. Jorge Jaber, um dos maiores especialistas em tratamentos de dependência química no país, e outros que ele procurou e que atestaram a sua dependência e em quem ele, com muito custo, acreditou, porque um dos traços do dependente é a negação. Quando ele começa um tratamento para sua dependência e quando se dedica a isso, vem uma decisão dizendo que ele não era dependente químico ou, pelo menos, que eu não fiz a prova de que ele era um dependente químico. Se tivesse feito, a legislação da WADA teria sido alterada. Não tenho dúvida pela pergunta que foi feita pelo Presidente do painel.

A gente sabe o que aconteceu depois. O atleta Jobson caiu no *dopping* por uso de substância, de drogas da sociedade mais de uma vez e foi banido do esporte. E isso é o pior que o esporte pode pretender, porque o esporte é saúde, o esporte tem que ter a mesma dedicação e a mesma preocupação com a saúde do atleta dependente químico, até porque o atleta que faz uso de maconha não terá *performance* esportiva em esporte algum. O atleta que faz uso de cocaína poderá ter, em tiros curtos, em provas de explosão, sim, mas, na grande maioria dos casos... E esse estudo da FIFA, que espero que já tenha sido atualizado, dizia que a maior incidência era o uso de drogas da sociedade na dopagem. E como é que a Agência Mundial Antidopagem, nós aqui, quem está a frente...

É esta a mensagem que eu passo: a gente tem que ter um tratamento que oriente o atleta e cobre do atleta que ele cuide da sua saúde após a detecção dessa dependência. E, ainda que não seja comprovada uma dependência, o simples uso, que pode levar a uma dependência, já é um motivo para que... Mais importante do que o afastamento do atleta, jogá-lo ao fundo do poço e provavelmente empurrá-lo para o uso dessas substâncias é o acompanhamento médico, é a internação, é a prova regular de que o atleta está limpo por exames toxicológicos e é uma pena reduzida, sim. É importante que tenha para que ele comece o seu tratamento, mas ela não pode ser, na minha opinião, superior a seis meses.

Eu levo essa mensagem por não poder advogar mais pela minha licença e por achar que é um dever do Estado brasileiro continuar nessa cruzada junto à Agência Mundial Antidopagem para um tratamento do assunto mais dedicado, principalmente com os olhos ao atleta dependente químico ou sujeito à dependência química pelo simples uso.

Para encerrar, estou muito orgulhoso de poder estar aqui, Romário, falando desses quatro casos. O primeiro foi o primeiro caso em que houve a conversão de uma pena em serviço social, mostrando que é positivo. O segundo caso foi a primeira decisão do STJD desafiada à CAS. O terceiro foi a primeira vez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a CAS veio ao Brasil, pelos custos de um processo, fazer uma audiência. E o quarto é um caso que eu comecei, primeiro, no da maconha e em que eu tive a oportunidade, aí sim, de levar a minha tese à Corte Arbitral do Esporte, no caso do uso do *crack*, sustentando um tratamento necessário ao atleta dependente químico, sujeito à dependência química.

Muito obrigado por esta oportunidade, Senador Romário, porque sei que meus colegas advogados... Muitos, inclusive, nos assistem, estudaram meus livros, eu pude ajudar na formação, e entenderam nas minhas aulas, nos meus textos essa minha preocupação.

E há outra incidência muito comum... E aí fica como uma sugestão, inclusive legislativa, Senador Romário, que podemos até assinar em conjunto pela importância que você tem para o esporte. Era muito comum – e foram dezenas de casos – o uso de uma substância que tem na Neosaldina, o remédio de dor de cabeça mais comercializado no país. A pessoa está com dor de cabeça em casa, e a mulher... A gente sabe que o atleta não pode se automedicar, mas, em uma dor de cabeça, a automedicação é mais regular. Ele toma uma Neosaldina e, certamente, se tiver uma partida, vai ser pego no exame de dopagem. E eu acho que todas essas substâncias proibidas no esporte, Romário, deveriam, na embalagem desses medicamentos, ter uma tarja para advertir que aquele medicamento tem uma substância que é proibida no esporte. Acho que isso poderá ajudar muito a reduzir os casos de uso por culpa, por automedicação. Eu coloco aqui isso como proposta para que V. Exa., junto comigo, assine esse projeto.

A segunda proposta que eu faço, pensando nos custos, porque acho que toda audiência tem que ser propositiva para concluir, da defesa na Corte Arbitral do Esporte, é que a gente possa trazer para a América Latina, se possível, para o Brasil, uma subsidiária da CAS. A CAS tem que estar presente aqui. A Suíça já é um país caro por si só; agora, para você ir até à Suíça se defender na Corte Arbitral do Esporte... Ela tem que sair da Europa, ela tem que ter uma perna aqui na América do Sul ou na América, que seja. É mais fácil, mais barata uma defesa nos Estados Unidos ou no México do que ir até à Suíça. E eu acho que o Brasil tem todas as condições de recepcionar uma subsidiária. Temos advogados especializados, muitos integram o *board* da CAS tanto no Brasil, como o Dr. Francisco Müssnich, quanto na América do Sul; existem advogados que já são árbitros da CAS e que poderiam, tendo aqui uma... É lógico que é um movimento internacional, é lento, assim como a mudança do atleta dependente químico para ter o tratamento legal é uma mudança lenta, mas é uma mudança que eu deixo aqui para a Dra. Cristiane Vera de Araújo, como Coordenadora-Geral da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD), e para o nosso Ministro Fufuca como missão. Deixo essa sugestão como missão, que terá apoio.

Muito obrigado pela oportunidade.

Mais uma vez, Romário, parabéns por trazer este assunto a debate aqui.

E que a gente possa sair com alguma proposição legislativa como essa que recomendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem. Obrigado, amigo, Líder Senador Portinho, por essa grande aula que foi dada aqui, agora, nesses minutos aí que V. Exa. falou. Com certeza será um prazer poder fazer um PL juntos, em prol, principalmente, dos atletas que passaram por problemas com os jogos.

Eu não sei se vocês lembram, eu também tive um problema: o minoxidil. Eu, inclusive, fui suspenso durante três meses pela primeira instância do STJD. Depois de três meses, quando teve o segundo julgamento, que foi no plenário, no pleno, eu fui absolvido por unanimidade, ou seja, era um remédio que eu passava na cabeça, que foi quando começou a minha calvície... (*Risos.*)

E, detalhe importante, que poucas pessoas lembram, é que um atleta do Internacional, na época, três, quatro meses antes de ter acontecido comigo, tinha sido liberado. A jurisprudência... Ele tinha sido liberado por completo. Os seus advogados tinham demonstrado que aquela substância não fazia o mínimo efeito.

Com tudo isso – desculpe a expressão, Presidente –, um babaca do STJD, na época, entendeu que eu usava minoxidil para me dopar, com 41 anos. Esfregava o negócio na cabeça, um remédio que todo o Brasil, acho que todo mundo usa – em cada país, talvez com um nome diferente –, e que, definitivamente, não tinha nada a ver com *doping*. Eu acabei sofrendo esse problema. Mas, enfim...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Exatamente.

Esta reunião aqui, com certeza, tem uma importância muito grande, porque o mais... É claro que aqueles que usam, pelo simples fato de usar, merecem realmente ser punidos, com uma punição, na minha opinião, grave, mas, infelizmente, tem muitos que passam por problemas da sociedade. O próprio Jobson e outros também de que agora eu não me lembro o nome. E a gente tem que rever realmente alguns conceitos em relação a essas punições que a gente vem acompanhando aí no dia a dia.

Voltando aqui, passo a palavra ao nosso advogado Thomaz Sousa Lima Mattos de Paiva.

Por favor, Sr. Thomaz.

Antes do Sr. Thomaz, eu queria chamar aqui para a mesa a Sra. Raquel Lima, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo (IBDD), que acabou de chegar.

Muito obrigada, Sra. Raquel Lima, pela presença. Fique à vontade.

Sr. Thomaz, por favor.

O SR. THOMAZ SOUSA LIMA MATTOS DE PAIVA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Romário. Bom dia a todos. Senador Carlos Portinho, muito obrigado. É uma honra essa oportunidade de estar aqui com essa mesa tão gabaritada em relação ao tema que nós estamos discutindo. Quero agradecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à assessoria também dos Senadores pelo convite, pelo desenvolvimento do tema também. É uma honra muito grande estar aqui e poder, dentro desses 24 anos de trabalho nessa área, labutando nessa área, contribuir um pouco para o desenvolvimento e a melhoria do combate ao *doping* e também das estruturas antidopagem, bem como dos julgamentos, não é?

Vivenciamos um momento importante. Acho que o Dr. Terence também e o Dr. Carlos Portinho mostraram aqui as necessidades e o desenrolar do nosso crescimento em relação ao combate ao doping no esporte, todas as mudanças legislativas que já ocorreram, de tudo que nós já participamos através do Instituto do IBDD também, em todas as..., junto também com a..., até quando a ABCD se iniciou, com o Dr. Marco Aurelio Klein também e nós dentro da CBAt na época, quando representávamos a comissão antidopagem dentro da CBAt, o trabalho que a gente desenvolveu, tudo no sentido de querer crescer, de querer melhorar e capacitar cada vez mais não só a estrutura, mas também todos aqueles que também labutam na área.

É muito importante nós termos este fórum, esta oportunidade aqui, para discutirmos justamente as melhorias, o que podemos melhorar. Muito se avançou, obviamente – a gente sabe – que, em muitas coisas, de forma açodada. Infelizmente, diante de tudo que poderia ter sido criado, poderia ter tido um desenvolvimento um pouco mais estruturado, mas, ao mesmo tempo, como várias coisas no Brasil, as coisas vão se ajeitando, vão se acomodando, e, ao mesmo tempo, a gente precisa melhorar.

Vejo que tivemos uma oportunidade em relação à Lei Geral do Esporte. Eu discordo um pouco do Terence em relação à questão do financiamento. Não... Pode ser até via COB, mas eu entendo que poderíamos evoluir para uma estrutura como a própria usada nos Estados Unidos tem, em que existe uma parceria entre o Estado, entre o terceiro setor e o movimento olímpico na estruturação, com um conselho de gestão tanto da ABCD, quanto obviamente da parte de resolução de disputas de forma independente. Tem uma estrutura que poderia ser um pouco mais independente do Estado, e isso seria uma situação muito importante, porque o próprio código preconiza essa independência em relação ao Estado e ao próprio terceiro setor.

Então, nós temos hoje... De certa forma, a ABCD hoje funciona de uma forma que, na minha modesta opinião, ainda não está totalmente adequada. Obviamente que a gente sabe do trabalho desenvolvido dentro da ABCD – a Dra. Luciana está aqui também, a Dra. Cristiane, a Presidente Adriana –, que vem se desenvolvendo ao longo do tempo, se adaptando, mas nós vemos, na forma com que trabalhamos dentro da área, que uma independência cada vez mais fortalece a estrutura, fortalece não só a estrutura da própria agência, como também da entidade, da organização nacional antidopagem, como também do tribunal, que também é independente, que é hoje independente, hoje tem pessoas capacitadas no tribunal, e para isso tem que haver realmente um bom financiamento, tem que haver estrutura para que eles possam se desenvolver.

Essa forma pensada eu acho que a Lei Geral do Esporte poderia ter trazido, ajudado. Ela começou um caminho, eu acho, em relação à questão do COB, mas ela poderia trazer algo um pouco mais..., para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que pudesse criar essa estrutura mais independente ainda do Estado e mostrar realmente, falar assim: "Olha, gente, vamos investir [como a Cristiane, que está aqui], precisamos investir em educação". É uma premissa que foi... Por muitos anos, nós lutamos por isso dentro da própria..., nos congressos da WADA, porque a necessidade da educação é básica e ela tem que estar... Na minha opinião, ela tinha que participar da educação básica escolar. É matéria escolar. Isso aí hoje já é matéria escolar em vários países, porque a substância proibida, o uso de substâncias proibidas para o esporte, independentemente de ser *doping* na figura da legislação, ou como utilização em academias e em substâncias que, infelizmente, hoje a gente vê difundidas no mercado, são situações que são um problema de saúde pública, e um problema que tem que ser abordado com firmeza. A gente tem que prevenir essa questão relacionada às nossas crianças para que não tenham contato com isso. Ou melhor, que tenham contato, mas de forma orientada para fazer uma prevenção bem-feita.

Então, para isso a gente precisa de estrutura. Para isso a gente precisa do tribunal. Olha, o Dr. Terence fez um depoimento aqui que... Olha, a gente julgar sete processos num dia, a gente sabe – eu e Marcelo estamos aqui, a Raquel também, como Procuradora do Tribunal –, a gente sabe a dificuldade de você às vezes perder... Uma sessão marcada, às vezes, para as 14h, começa às oito da noite, entendeu? Por quê? Porque um processo de *doping* não se julga em uma hora; não se julga, gente. Ah, aplica o 258. Não, não é isso. Nós estamos julgando dois anos, quatro anos da vida de um atleta que vão matar a vida do atleta.

Então, para isso, eu sempre preconizei uma ABCD estruturada. Para mim, a estrutura de tribunal também tem que se modificar, porque, tanto procuradoria como ABCD fazem o mesmo papel, têm que estar juntas, dentro de uma estrutura só. E os membros do tribunal, bem remunerados também, porque são merecedores disso, são pessoas que estão julgando, que são diletantes, fazendo um serviço hoje de ordem pública, mas que estão perdendo o seu dia a dia, são pessoas muito capacitadas e que têm que cada vez mais se atualizar. Elas merecem esse tipo de tratamento.

Então, assim, são situações que eu acho que a gente pode abordar, são questões pujantes no sentido de... Nós, que lidamos com isso no dia a dia, vemos essa necessidade cada vez mais para podermos prestar, e ter, às vezes, um julgamento mais equânime, um trabalho mais equânime dentro dos tribunais no sentido de se criar esse equilíbrio maior, de criar, de conseguir desenvolver cada vez mais o nosso papel, porque, como todos sabem, todo mundo tem o direito de defesa. Dentro da regra, a gente trabalha dentro da regra, a gente pode melhorar a regra? Vamos melhorar a regra, trabalhamos.

O Dr. Terence também falou muito bem em relação à questão da culpa. Eu sempre... Quando o Código de 2015 para o 2021 mudou, tirou a citação da fraude no código, para mim aquilo foi um absurdo, porque você tirou o que é básico no *doping*, que é a fraude, que é aquilo que motiva o *doping*. E a gente não, hoje a gente julga, o tribunal julga... A CAS, para mim, é um tribunal muito elitista. Para você ter um acesso à CAS hoje são, no mínimo, 20 mil francos suíços. Se você não pagar... E você tem que pagar a despesa de todo mundo ainda por cima, senão você nem entra, o processo nem anda. Então, a partir do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento em que você tem uma abordagem mais equilibrada em relação a isso, você consegue ter julgamentos cada vez mais claros também.

Então, voltando a essa questão da culpa, evoluiu-se em relação a isso, mas nós tratamos hoje mais de 60%, posso estar equivocado, mas é aproximadamente isso, de casos involuntários. Contaminação por quê? Por suplementação; contaminação, às vezes por remédio, mas casos de... Substâncias de abuso, hoje, graças a Deus, a Adriana tem um trabalho muito bem-feito, a Dra. Luciana também, junto à ABCD, e os casos a gente foi desenvolvendo junto com o que a regra preconiza hoje, então, você trata a substância hoje, o tratamento da substância de abuso foi muito mais humanizado. E, em função dos casos como o do senhor, Senador Portinho, a regra começou a se adaptar para uma situação mais humanizada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. THOMAZ DE SOUSA LIMA MATTOS DE PAIVA – Os tribunais de direitos humanos foram abordados nesse sentido, até mesmo para que isso não pudesse mais acontecer. Nós temos que separar o joio do trigo mesmo. Não tem jeito.

Então, dentro dessa linha, quanto mais trabalharmos com as responsabilidades dos entes, de cada parte – por exemplo, a do Estado na questão de fiscalização... A fiscalização de suplementos é algo que tem que ser mais efetivo.

O atleta hoje sempre está ligado. Os profissionais falam assim: "Não, você tem que suplementar, senão não vai aguentar". "Ah, não, mas eu como." "Não, você não vai aguentar." Entendeu? Então, fica um elo... Quem é o elo mais fraco nessa coisa? É o atleta, porque, no final das contas, é ele que tem que fazer a prova diabólica ao final; tem que provar o fato negativo, que é a coisa mais difícil do mundo. E a gente fica batendo cabeça para fazer essa prova.

Então, concluindo, acho que essa é uma oportunidade muito importante para que possamos modernizar o nosso combate, para que possamos ampliar esse combate e também para modernizar cada vez mais os tribunais que atuam nessa área, no Brasil em especial, que vêm evoluindo muito bem, mas é importante capacitar e dar estrutura para que esses tribunais possam desenvolver cada vez mais o combate ao *doping* e que isso seja cada vez mais equânime.

Muito obrigado pela oportunidade, senhores.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Romário, só para fazer um comentário – não sei como você está conduzindo...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por favor.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Só para não perder o gancho da questão, como disse o Dr. Thomaz, do tribunal elitista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse caso do Dodô, que foi o primeiro desafiado da Corte Arbitral do Esporte, eu me lembro de aqui sempre teve esta máxima: o atleta não pode se automedicar, ele só pode tomar aquilo que o médico do clube recomenda a ele. E foi o caso, só que houve uma contaminação cruzada ali na farmácia de manipulação. E lá, na audiência, o painel – olha a distância da realidade do CAS para o mundo –, o Presidente do painel, aliás, um dos árbitros perguntava para o Dodô assim: "Mas o senhor tomou o remédio que o Botafogo lhe deu? O seu clube? O senhor não tem um médico particular que o acompanhe? Porque aqui, na Europa, todo atleta de alta *performance* tem um médico próprio, então, você foi desidioso por não ter um médico próprio e confiar no médico do Botafogo, seu clube". Rapaz, aquilo dali não entrava na minha cabeça, porque, além de a máxima sempre ser seguir o clube, o médico do clube, que é quem acompanha um atleta na sua vida profissional, imaginar que, no Brasil, um atleta vai ter um médico do esporte próprio para ele? Para ver o quão elitista é, o quão distante da realidade é, e o quanto a ABCD tem um papel importante de aproximar a realidade da nossa América Latina.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

Muito obrigado, Sr. Thomaz, pelas palavras.

Passo a palavra agora ao Sr. Marcelo Franklin, advogado.

O SR. MARCELO FRANKLIN (Para expor.) – Obrigado.

Eu trouxe uma breve apresentação – são dez eslaides –, mas, iniciando, gostaria de manifestar a V. Exa. a minha satisfação de estar aqui presente. Eu acho que não poderia haver uma melhor composição para fazer este debate. O Senador Romário, um ícone, um ídolo do esporte, manifestou aqui ter passado por uma situação de violação acidental de regras de *doping*. Eu não conhecia o histórico do Dr. Portinho – eu conheço, obviamente, os casos e a história dele dentro do direito desportivo, mas os casos específicos em relação ao *doping* eu desconhecia. É uma grata surpresa saber que tem alguém com essa experiência, com a capacidade de alterar leis em prol do esporte limpo, em prol dos direitos humanos e da observância dos atletas.

E estamos aqui – não é porque está aqui do meu lado – com o Dr. Terence, que eu considero, se não o mais humano, um dos auditores com viés mais humanista do tribunal brasileiro antidopagem.

O Dr. Ivan Pacheco, que vai participar por vídeo, é médico, e eu acho muito relevante, porque o médico consegue ter a visão, se você está tratando do que a gente chama de *doping* real ou *doping* acidental. Então, a primeira composição do tribunal brasileiro era muito interessante, porque, além de ter um advogado em cada câmara, tinha também um médico, então você tinha essa visão multidisciplinar dos casos. Atualmente só o Dr. Ivan está no nosso tribunal.

Pode mudar para o próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dito isso, eu sou advogado do esporte há muitos e muitos anos, hoje eu estou na Comissão Jurídica da Federação Internacional de Voleibol, advogo para times, jogadores, atletas; dou aula no Mestrado do Instituto de Direito e Economia de Madrid sobre o programa mundial de dopagem já há alguns anos. Mas, se os senhores vierem me indagar como eu me definiria hoje como profissional, eu me definiria como advogado de atletas. Então, a minha apresentação hoje tem um viés protecionista aos atletas, porque eu gostaria de deixar claro que eu não estou aqui totalmente imparcial ao fazer a manifestação nesse painel.

E ponderando o que eu considero como sendo defeitos e o que eu acho que pode melhorar no sistema, eu preparei uns pouquíssimos eslaides para dividir com V. Exas.

Pode ir adiante, por favor.

O primeiro deles é para falar da ABCD. Estão aqui a Dra. Cristiane, a Dra. Luciana e também a Dra. Adriana, que talvez esteja nos assistindo por vídeo. Mas eu, como advogado, tenho que confessar para vocês que, toda vez que muda um Governo, eu me gelo, a espinha treme de receio de mudanças na ABCD, porque é um sistema extremamente complexo. Alguém pode imaginar que a Dra. Adriana está participando de um seminário no exterior que isso não é bom, por ela não estar aqui hoje. Eu diria que para nós advogados é essencial que ela esteja lá. É essencial que ela entenda como o mundo pensa o *doping*, porque é um programa mundial. Então tem que haver não apenas a harmonização das penas dos atletas, para que seja justo com os brasileiros, como também a harmonização dos procedimentos.

Então, nós clamamos e torcemos sempre por uma continuidade, muito em razão do investimento que já foi feito, e do conhecimento que foi adquirido nesse período. Agora no início do ano, com a mudança do Governo, a ABCD perdeu acho que 30% ou 40% da sua capacidade laborativa e só continua atuando porque os que lá permaneceram tinham muita experiência e puderam trabalhar por dois ou três que estavam afastados naquele momento.

Então, o primeiro ponto que eu gostaria de chamar a atenção é que, pelo menos a espinha dorsal, ou seja, aqueles que estão desde o começo, é muito importante que eles continuem independentemente do governo que estiver no nosso país.

O segundo ponto que eu gostaria de chamar a atenção e que de certa forma foi levantado aqui pelo Senador Portinho é o tratamento que é dado para o trapaceiro e para o *doping* acidental. Infelizmente, pelo sistema atual ele é basicamente o mesmo. Você coloca todo mundo no mesmo saco com pequenas diferenças.

Por exemplo, dependendo da substância, que é a substância mais grave, que tem mais chance de ser o *doping* real, o atleta tem o ônus da prova de mostrar falta de intenção, mas, se for uma substância menos grave, a intenção tem que ser da acusação. Fora isso é o mesmo sistema. É um sistema rigorosíssimo. E tem uma série de estudos apontando que é muito comum o *doping* acidental. Então, esses dois que eu trouxe a V. Exas. têm a menção aqui de que 25,8% dos suplementos hoje em dia são contaminados. Isso é de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

paper cujo *link* está aí, um *paper* médico-científico. Um outro estudo testou 634 suplementos em 13 países, e 94 estavam contaminados com hormônios, que é a substância mais grave possível, ou seja, quase 15%. E muitas vezes você recebe um caso em que o atleta sequer tem mais do suplemento para ser testado, porque a realidade do atleta brasileiro é muito difícil. Por exemplo, os atletas do boxe que estão ganhando medalhas agora nos Jogos Pan-Americanos me relatam que só tomam *whey protein* se ganharem de alguém, porque não têm dinheiro para o *whey protein*. E você vai para julgamento e às vezes tem uma menção: "Ah, bom, mas você devia ter comprado dois potes, manter um lacrado, para a gente poder testar e saber que você não contaminou primeiro". Isso é muito bonito, mas não é a realidade, infelizmente ainda não é a realidade do Brasil.

Por favor, o próximo.

Esse próximo eslaide não se volta aqui a essa bancada, a pessoas que não militam no dia a dia com a dopagem, mas eu faço uma breve comparação entre o sistema penal brasileiro e o sistema antidopagem, para que V. Exas. possam aquilatar o quão draconiano é o sistema antidopagem mundial para o atleta.

Então, olha só: a presunção no penal é de inocência, não é? Tem a discussão: ah, bom, é trânsito em julgado, como assinala a Constituição, não à segunda instância. Bom, no antidopagem: a culpa; testou positivo, responsabilidade restrita, como é chamado pelo sistema, você é culpado, você vai pagar alguma coisa. Na sanção, no penal, após a condenação; no *doping*, dependendo da substância, na primeira notificação, antes de defender, você já está suspenso, a sua vida desaba, ou seja, já não paga o seu aluguel, já não paga o plano de saúde da sua família, porque automaticamente o clube suspende o seu contrato – todos os contratos da Nike e Adidas têm essa cláusula – e o Bolsa Atleta é suspenso de maneira imediata. No financeiro, se você matar alguém, se você traficar droga, você tem o auxílio-reclusão para manter a sua família; o atleta não tem direito a nada, zero, mesmo na questão acidental, como o Senador Romário mencionou. E, pior: após o cumprimento da pena, um criminoso aqui no Brasil tem mantidos os seus direitos; no *doping*, não, para sempre ele não pode mais se candidatar ao Bolsa Atleta, que muitas vezes é a única fonte de subsistência do atleta. Então, é um sistema que já é muito, muito difícil para o atleta. E isso nos leva à necessidade de uma visão um pouco mais humanizada para eles.

Vamos adiante, porque aquele relógio ali já está me dando trauma. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Fica à vontade, doutor.

O SR. MARCELO FRANKLIN – Do que eu gostaria de chamar a atenção de V. Exa.? Que a diferença entre o remédio e o veneno é a dose. Então, por mais que eu queira que seja eliminado do esporte o real trapaceiro... Até os atletas comentam assim: "Olha, quem é pego em competição é burro". É burro ou é inocente, porque o real trapaceiro contrata um médico que testa em quanto tempo aquela substância sai dele, ele chega à competição limpo. Se for testado e der positivo, ou ele é inocente, porque ele não sabia que estava usando algo contaminado, ou ele tem alguma deficiência cognitiva, porque é algo que é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

simples. E, se você pega muito pesado com os atletas, você traz essa comunidade para uma situação de antagonismo com o sistema, não é?

Então, eu trago um exemplo: essa semana foi anunciado que o UFC cancelou o contrato dele com a Usada, que é a agência norte-americana de dopagem. Por quê? Porque achava que o sistema estava indo pesado demais em cima dos atletas. E isso aconteceu antes com a NFL, com a NCAA, com a MLB, com a NBA, com a Nascar. Então, isso é tudo o que nós não queremos que aconteça, não é? Nós queremos a ABCD forte e também com espaço para os nossos atletas.

E aí, no próximo eslaide, eu trago um exemplo do que eu acho que é um exagero, que nós temos que pensar e aquilatar.

Nessa semana ou semana passada, no *site* da ABCD, eu deparei com essa nota oficial mencionando que, daqui em diante, vão passar a divulgar no *site* – e é o que a Dra. Cristina mencionou: a lista de atletas suspensos é o que é mais visto no *site* – da ABCD os nomes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO FRANKLIN – ... de atletas suspensos recreacionais, menores de idade, ou seja, crianças, e até pessoas protegidas, que são as pessoas com algum tipo de deficiência física ou psicológica. Então, você imagina...

Eu tenho dúvida inclusive com relação à legalidade disso, porque o Estatuto da Criança defende que você não a exponha de maneira negativa; você pega o Código Civil Brasileiro, e ele fala que a imagem da pessoa não pode ser utilizada de uma maneira negativa para ela.

E, ao estabelecer quais são os critérios que serão objetivos para fazer essa publicação, eu verifico critérios extremamente subjetivos. Isso me gera um receio de uma visão negativa do sistema, porque, você imagina, o atleta vai correr na corrida da Adidas no Aterro do Flamengo, tomou a Neosaldina no dia anterior porque estava com dor de cabeça – ele tem 60 anos, é um empresário, tem os clientes dele – e vai para a lista como sendo alguém que pratica corrupção no esporte, porque ele é nível recreacional e vai ser divulgado. Então, talvez existam outros mecanismos para que os membros da comunidade saibam quem são os atletas sem você atingir a imagem. Eu acho que você atingir a imagem, de uma maneira pública, de uma pessoa com deficiência ou de uma criança é algo que, a meu ver, foge um pouco do que deve ser a nossa luta contra a dopagem e transforma um remédio em um veneno. Então, isso é apenas para debate.

E o que eu acho que deve ser realmente objeto de investimento – falou-se muito aqui em orçamento e em investir – é investir em educação. Eu estava no seminário da WADA, eu estava pela Federação de Vôlei e a gente podia votar no *budget* da WADA. "Vamos investir em quê?". A gente tinha um controle... Porque a WADA tem um *budget* que é muito menor do que o da indústria do *doping*, que é milionária. Os caras lá produzem anabolizantes com fórmulas químicas novas para não serem detectadas nos testes. É uma indústria gigantesca. Então, "vamos investir como esse dinheiro?". E todo mundo votou – está um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouquinho pequenininha a letra –, em primeiro lugar, disparado, em educação: em educação, com viés de prevenção.

E, depois desse seminário, houve uma mudança nas regras, veio o padrão internacional de educação, que estabelece: as organizações nacionais têm que dar a primeira experiência ao atleta através da educação. Eu garanto que muito provavelmente o Senador Romário não foi educado a ser testado, a maioria dos atletas não foi. Se você pegar os atletas de nível recreacional, nenhum foi. Então, há que se discutir soluções. Talvez, em um congresso técnico antes de cada competição, que se faça uma explanação com relação à dopagem.

É interessante. Por exemplo, quando chegou o *doping* no *skate*, a Federação Internacional de Skate fez um curso e uma prova. O atleta que fizesse o curso e a prova e fosse bem poderia participar da competição. Isso pode ser uma ideia, para evitar a situação acidental, que é muito grave.

Você mencionou alguns casos. Recentemente eu tive um caso de um atleta que estava no Pan-Americano, que, durante as férias, ganhou peso, comprou um remédio desses à base de ervas para desinchar, digamos assim, o fabricante colocou furosemida dentro, testou positivo. O atleta entrou na internet: "Eu tenho esse remédio aqui. O que eu preciso tomar dele para me matar?". Tomou e tentou se matar. Um atleta limpo, que passou por isso de uma maneira acidental. E esses atletas são severamente penalizados, eles não têm nenhum tipo de apoio psicológico durante o problema e no final ficam para sempre fora do Bolsa Atleta. Então, essa visão é muito curiosa, porque é um programa para atletas, e a menção... E realmente é: "Olha, a gente não está aqui atacando os atletas, estamos defendendo os atletas limpos". Isso é ótimo, mas eu vejo que os atletas limpos têm que ter um pouquinho mais de voz no sistema. Isso eu não vejo acontecer.

Por exemplo, você pega o código da WADA, tem um monte de obrigação de atleta. Você pega os padrões nacionais, tem um monte de obrigação. Aí tem assim: os direitos dos atletas, puseram assim, numa carta, uma carta *a latere*, Carta dos Direitos dos Atletas, ou seja, não é algo mandatório, é algo que deveria ser observado na medida do possível. Então, é um sistema muito, muito, muito contra o atleta.

Por favor, próximo. Eu acho que pode ir agora para o próximo já.

No seminário da WADA, a Beckie Scott, que foi uma esquiadora, campeã olímpica, é ex-Presidente da Comissão de Atletas da WADA – eu vou traduzir aqui a frase dela da maneira melhor possível –, mencionou para todos os *stakeholders* da WADA: "Espera-se dos atletas que tenham o maior, o mais alto padrão de *compliance* em relação à antidopagem. É muito importante que todos os signatários [ou seja, as organizações] sejam também obrigadas a seguir esse mesmo nível de padrão de exigência". Então, isso tem que ser observado. Depois de falar nisso, os senhores podem imaginar que ela não durou muito tempo na posição dela, ela começou a ter problema. E o fato é que o atleta não briga pelos seus direitos nesse caso.

Para finalizar já, eu vou trazer alguns dados interessantes para que V. Exas. tenham ideia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Normalmente, são 8 mil testes, por ano, no Brasil; 300 mil testes no mundo. Apenas 1,4% desses exames têm resultados positivos para a dopagem. Então, V. Exas. imaginem quanto se gasta em dinheiro com testes para pegar 1,4%. E, desse 1,4%, a gente tem uma manifestação da WADA de que cerca de 40% é acidental. Então, esses 40% acidentais, através de investimento em educação, boa parte deles poderia ser evitado. O dinheiro seria mais bem gasto do que se tivesse feito mais 100 mil, 200 mil testes.

Atletas realmente se dopam. Não vou aqui, como advogado de atleta, querer tapar o sol com a peneira. Tem uma pesquisa dizendo que 30% dos atletas já admitiram ter usado *doping* alguma vez na sua vida. O Brasil, infelizmente, é *top* dez de casos no mundo. Normalmente, são anabolizantes, diuréticos e estimulantes.

Se eu puder só aproveitar aqui para mencionar alguns levantamentos do Senador Portinho antes de encerrar, ele mencionou uma situação de investimento da CAS. É muito importante, porque hoje em dia só o atleta rico consegue recorrer à CAS, cerca de 50 mil francos suíços para levar a CAS à última instância. Então, se você não é jogador de futebol, não é medalhista olímpico, você não tem esse direito. Isso é muito relevante.

Mas eu vejo outros fatores mais importantes ainda do que isso, de que os atletas têm necessidade. Por exemplo, quando o atleta testa positivo, ele urina em dois frascos, no A e no B, e você só tem um resultado positivo na hora em que o B confirma o A. Então, o atleta tem o direito de pedir a abertura da amostra B. Infelizmente, pelo nosso sistema, o atleta é obrigado a pagar pela abertura da amostra B.

O SR. TERENCE ZVEITER (*Fora do microfone.*) – R$6 mil.

O SR. MARCELO FRANKLIN – E muitos não têm o dinheiro sequer para pagar pela amostra B. Por exemplo, no Canadá, o laboratório é subsidiado pelo Governo com relação à amostra B, então não se paga. Se o atleta quiser um pacote de documentos para saber tudo o que aconteceu com a urina dele, para ter certeza de que ele testou positivo, são mais R$2 mil, R$3 mil.

Então, eu vejo que, antes de trazer a CAS para cá, a gente tem que, de alguma maneira, conseguir subsídios para permitir que esses atletas possam exercer amplamente o direito de defesa deles, coisa que fora do Brasil é viável, mas que no Brasil, infelizmente, ainda não é.

Drogas sociais, felizmente mudou a regra, não pelo seu caso, Senador Portinho, não pelos brasileiros, mas pelos europeus, que são quem manda no sistema. Muitos atletas europeus estavam testando positivo para a cocaína. Então, o Governo pensa: "Bom, eu estou investindo nesse cara aqui desde os 5 anos de idade. Eu gastei uma fortuna para ele ser campeão olímpico aos 20. Ele usou cocaína numa festa, e eu vou perder esse meu investimento?". Então, houve uma mudança estabelecendo que, se o atleta puder comprovar que ele usou a droga social fora da competição e com fins não associados ao esporte, a pena vai ser reduzida: vai vir a três meses e, se fizer aí uma reabilitação, cai para um mês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é um outro problema que a gente tem aqui no Brasil, porque aqui o atleta vai procurar reabilitação e só tem para um ano internado. Então, nenhum atleta quer pegar um mês, eles preferem receber os três meses do que fazer a reabilitação, porque senão tem que ficar internado durante um ano. Então, talvez seja algo que tenha que se ver, algum tipo de programa de reabilitação por esse período de três meses ou de seis meses, para que o atleta não tenha que dormir no local. Então, essa é outra dificuldade que eu vejo para com os atletas.

E, finalizando, eu concordo aqui com o que o Dr. Thomaz mencionou, com o que o Dr. Zveiter mencionou. É muito importante, de alguma maneira, dar um subsídio condigno, não apenas para a ABCD, para que ela possa ter recursos físicos para implementar o programa aqui no Brasil. Eu tenho certeza de que eles estão tentando ao máximo passar a educação. Eu tenho acompanhado o esforço para a educação, mas, na hora em que você entra para testar tanto nível recreacional, o buraco é bem mais embaixo, porque são eventos de rua em todo o Brasil, e aí haja orçamento, não é verdade? Então é algo que tem que ser pensado.

E também o tribunal, porque o tribunal faz um trabalho hercúleo, de maneira gratuita, e é muito importante, porque um equívoco do tribunal... Essa questão que foi mencionada de sete processos em um dia julgando a vida de uma pessoa certamente não é o ideal: você julgar a vida de uma pessoa já com dor de cabeça, porque você está vindo de três audiências, já se passaram seis horas e você não comeu. Isso não é uma condição ideal e justa, no meu modo de ver. Depois, se os Senadores tiverem tempo, eu gostaria de fazer algumas sugestões.

Eu agradeço o tempo e a oportunidade de estar aqui debatendo com vocês.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Romário, desculpe-me. É só para...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se a dinâmica puder permitir, só para a gente não perder aí o fio da meada...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Claro, fique à vontade.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – São interessantes os casos intencionais de contaminação cruzada. E, só um dado: no caso Dodô, o Botafogo fez... E a dificuldade de você ter um outro frasco, mas o Botafogo tinha outros frascos de substância do guaraná ou sei lá do que era a informação. Não era nenhuma substância proibida, era contaminação cruzada. E ele levou, Romário... E eu posso afirmar: naquela partida em que o Dodô... Foram o Dodô e o Jefferson,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o goleiro, sorteados para o exame antidopagem. Se fosse qualquer outro atleta do Botafogo, que não o goleiro, teria sido pego, porque o Botafogo fez, na USP, análise de todas as substâncias dos frascos, inclusive lacrados, de outros atletas, porque eles tomavam com frequência esse composto suplementar, e todos acusaram a contaminação. Aí falando assim: "Mas por que não o goleiro?". Porque o goleiro não tem – o Romário sabe – o desgaste que um atleta de linha tem. Então, o goleiro era o único realmente que não tomava. Como foram o Jefferson e o Dodô, apareceu no do Dodô; e, no do Jefferson, não. Mas, se fosse qualquer outro, teria.

Eu vi ali 40% de casos aqui, internacionalmente. Não sei quantos no Brasil, até tenho essa dúvida, mas tenho essa desconfiança de que a maioria... Aqui no Brasil, eu confesso... O caso Armstrong eu não consigo enxergar aqui. Você vai ter anabolizante, sim – isso aí a gente sabe –, em algumas modalidades, como levantamento de peso e outras e tal. Mas, aqui no Brasil, eu acho, eu ouso dizer – posso estar enganado, espero até; depois me corrijam, porque eu não estou acompanhando – e acredito que a maioria é não intencional e a maioria e grande parte também é das drogas da sociedade.

Romário, nessa questão da Bolsa Atleta, eu já tinha, na época em que eu advogava, essa preocupação. O Marcelo fez muito bem em colocar. Eu acho que tirar a Bolsa Atleta antes da condenação do atleta, eu diria, é até inconstitucional. Acho que a gente teria que regular isso melhor aqui, e até é uma sugestão legislativa. Ele, depois de cumprir a sua pena, ficar impedido de ter acesso à Bolsa Atleta, gente, num caso não intencional... Estou me referindo ao não intencional. Uma legislação resolve isso rápido, dizendo que, se não foi intencional e tal, ele tem direito a ter acesso à Bolsa Atleta. Isso é fundamental.

Eu quero lembrar o caso da Daiane dos Santos, de que muitos se esquecem, não é? Ela tinha acabado de passar por uma cirurgia seriíssima, que inclusive ameaçou a carreira dela, e tomou um teste surpresa se recuperando de uma cirurgia. É lógico que ela deve ter tomado tanto remédio para a cirurgia e não sabia que podia – você vê o desconhecimento e a necessidade de educação – pedir lá o uso terapêutico. Ela não sabia, não sabia. E a gente sabe que ela não sabia, porque é muito comum. Então, a importância da educação...

A gente joga tudo muito para o Estado. Inclusive a ABCD jogaram para o Estado. Não era. Cada federação e confederação, na minha época, tinha o seu tribunal desportivo que julgava. Tudo bem, foi uma exigência por conta das Olimpíadas na época, meio no atropelo, como disse o Thomaz. Mas a gente acha que o Estado vai resolver tudo, esse é que é o problema. Esse programa de educação tem que ser autorregulado pelas confederações. A CBF tem que exigir dos clubes esse programa na base, até porque, falando de drogas da sociedade, a gente sabe a origem desses atletas jovens. Então, tem que ser na base.

Eu, quando era advogado, em alguns clubes em que eu advogava, sempre me propunha a fazer uma palestra todo início de temporada – no Boavista, do Rio, por exemplo, no próprio Fluminense já fiz, no Flamengo já fiz – para orientar os atletas da base. Então, você vê que não precisa do Estado para isso, gente. Vamos tirar o Estado, pelo amor de Deus! Isso aí tem que ser uma obrigação das confederações e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de preferência, por autorregulamentação, porque, toda vez que a gente mete o dedo aqui numa lei, a gente tem a chance de errar – e geralmente a gente erra, porque ninguém é infalível. O Estado legislando é perigoso. Então, a autorregulamentação nesse sentido... E aí eu acho que a agência teria o papel dessa interlocução junto com o COB, junto com as confederações esportivas para que eles cobrem, para que seja obrigatório nas competições, para que uma competição de base só tenha início e o clube só possa participar se comprovar que ele fez uma palestra. Todo clube tem um advogado ou tem relação com advogado que é especializado. Porque tem isto: tem que ser especializado, gente, em dopagem; não dá para ter aventureiro nesse ramo.

Fiquei agora feliz de saber que tem esse tratamento já mais diferenciado para as drogas da sociedade e fiquei aqui surpreendido, Terence, porque a pena de três meses era a que o CBJD – ouviu, De Rose? – aplicava lá na origem, e ele era muito criticado por isso. E que bom que se igualaram às penas do antigo CBJD.

E, por fim, não é só no tribunal de dopagem, não; é em todos os tribunais desportivos. E também, por favor, isso não é o Estado, isso são as confederações. Os tribunais desportivos precisam remunerar os auditores. Eles são advogados especializados e devem ser... Aliás, alguns... É por isso que, na Lei do Esporte, a gente permitiu – talvez tenha sido mal interpretado por alguns advogados – a reunião de tribunais desportivos, porque a gente tem que buscar a excelência desses quadros. Infelizmente, não há no Brasil advogados especializados em direitos desportivos diferentes para poder ocupar todos os tribunais de federações e confederações. E esses são os quadros mais especializados. Senão, o cara toma uma suspensão de três meses ou fala uma besteira lá, como disse o Romário no caso dele. Agora, para você buscar essa qualificação, você tem que remunerar, porque o profissional, o advogado está dedicando um tempo da sua carreira, em que ele poderia estar ganhando dinheiro no seu escritório, para participar de um tribunal desportivo. Não pode ser só por vaidade, porque não serão os melhores. E, no caso de *doping*, eles têm que ser os melhores e têm que ser especializados em dopagem.

Eu sou a favor, sim, agora só não vamos empurrar para o Estado. As confederações esportivas têm um papel relevante.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Portinho.

Dr. Marcelo Franklin, eu tenho uma pergunta. No meu caso: hoje o atleta perderia o Bolsa Família?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – O Bolsa Atleta?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Bolsa Atleta, desculpe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO FRANKLIN (Para expor.) – Perderia. Se você recebeu seis meses de pena, se você foi condenado, você perderia.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – No caso, foram três.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – No meu caso, foram três. E, depois, na segunda instância, vamos dizer assim, eu fui absolvido. Eu não retornaria ao Bolsa Atleta?

O SR. MARCELO FRANKLIN – Você foi absolvido, foi declarado que você agiu sem nenhum grau de culpa ou de negligência. Então, não tem uma anotação, digamos assim, na sua ficha. E você pode participar da próxima inscrição do programa Bolsa Atleta.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas nesses seis meses – no caso, três – eu perderia?

O SR. MARCELO FRANKLIN – No período em que você está suspenso provisoriamente, você não recebe.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É estranho isso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, Romário, e isso até me lembra – um assunto que eu anotei e de que não falei – a questão da lista. Eu peço aí para a ABCD rever isso, porque essa lista tem que ser, eu imagino, comunicada para as confederações, mas, agora, expor no *site* a lista de atletas, mesmo os condenados... É porque, depois que ele cumpre pena, a pena está cumprida, ele tem o direito de esquecimento. Eu peço à ABCD... Senão, a gente vai legislar sobre isso, já estou adiantando, porque isso é um absurdo – isso é um absurdo! Menor de idade, atleta paraolímpico?! Isso é um absurdo, gente! Isso não tem fundamento legal. Comuniquem à confederação, ao COB, tudo bem, até porque a gente sabe que o processo de dopagem segue em sigilo, e, se o atleta for condenado, isso interessa para a confederação, para não deixar ele voltar a competir. E, nos recreativos, de novo, aí eu acho que não é o Estado, eu acho que quem organiza essas competições – talvez seja um trabalho educacional o máximo que se possa exigir do Estado – é que deve ter algum tipo de controle, nem que seja uma declaração do atleta dizendo que nunca... E depois ele responda com as penas. Enfim, não sei, mas também não vamos empurrar tudo para o Estado, não.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sobre esse assunto, já está em vigor há quanto tempo, Doutor, essa decisão?

O SR. MARCELO FRANKLIN – Tem dois fatores aqui que são relevantes. O primeiro é que nós somos signatários do Programa Mundial Antidopagem, e tem alguns fatores no programa que são mandatórios. Então, a divulgação dos nomes dos atletas que forem condenados, isso é algo mandatório,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é? O que mudou recentemente é que a ABCD tinha uma política de não divulgar nomes de atletas menores de idade, recreacionais, e dos atletas que nós chamamos de protegidos, que têm algum tipo de deficiência. E isso não é mandatório. Isto é algo discricionário de cada entidade nacional de administração da dopagem: definir se, de acordo com essa legislação, vai divulgar ou não vai divulgar, não é?

Recentemente, houve a divulgação de que houve uma mudança de entendimento e que, doravante, eles avaliariam a publicação dos nomes dessas pessoas especificamente. Dos atletas profissionais é mandatório, não tem como a gente fugir, mas de criança, pessoa com deficiência e atleta recreacional, isso eu acho que deve clamar por um debate, porque, salvo melhor juízo, pode-se colidir com a legislação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Acredito que um ofício nosso, para entender melhor essa situação, seria a coisa mais rápida e mais interessante que a gente poderia fazer a partir de agora, porque realmente não é justo.

Por favor, Sra. Cristiane.

A SRA. CRISTIANE VERA DE ARAÚJO (Para expor.) – Primeiramente, muito me alegra que todos, de forma uníssona, estamos juntos sabendo que a educação é necessária e é primordial.

Em relação à nossa nota que foi publicada na quarta-feira da semana passada, eu vou pedir até ajuda da Dra. Luciana, baseada em todo o Código Mundial Antidopagem, nos normativos e regras existentes.

Dra. Luciana, se me permite, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Claro.

A SRA. CRISTIANE VERA DE ARAÚJO – É nossa Coordenadora-Geral de Gestão de Resultados e Orçamento.

A SRA. LUCIANA CORREA DE OLIVEIRA (Para expor.) – Olá, bom dia. Todos me ouvem bem?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim.

A SRA. LUCIANA CORREA DE OLIVEIRA – Queria cumprimentar a todos, então, da mesa.

Bom, essa decisão tem uma... Ela não veio, assim, de uma hora para outra. A gente tem observado que tem alguns atletas, não são todos, são alguns atletas que estão no entorno da elite... São os atletas que são considerados amadores ou de nível recreativo, mas que, de alguma forma, influenciam o meio esportivo. Eles podem competir em competições relevantes, importantes, por exemplo, *ironman*, campeonatos de ciclismo, em que não necessariamente se exige um vínculo com federação ou confederação. O que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

percebe é que esses atletas recebem patrocínio, eles influenciam o meio e estão, de alguma forma, se beneficiando de não estarem na elite e se aproveitam dessa situação para fazer uso de substâncias proibidas.

Então, foi nesse sentido que a gente fez essa revisão do entendimento. E não vão ser todos os casos que vão ser analisados, não é? Se a gente perceber que esse atleta tem essa influência no meio, a gente vai avaliar e provavelmente nós vamos incluir na lista. A lista fica publicada no *site* da ABCD até o cumprimento da sanção do atleta. Então, se o atleta ficou suspenso por dois anos, o nome dele vai ficar dois anos.

Como o Dr. Marcelo falou, esse é um requisito obrigatório para organizações antidopagem. A gente tem que divulgar, porque também é um elemento dissuasivo – não é? –, de reprimir também condutas de outros atletas. Então, é nesse sentido.

Então, são esses dois pontos. Não são todos os atletas que vão para a lista – isso vai ser decidido caso a caso – e ele fica pelo período, o nome fica divulgado pelo período em que a suspensão estiver ainda vigente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O fato de não ser caso a caso já me deixa aqui preocupado, porque falta, então... É uma questão discricionária. Eu acho que, se tem alguma razão para que o atleta de competição amadora, com todo o respeito ao ciclismo, ao *ironman*, à corrida de rua... Se não está ligado a uma federação, o problema é do organizador lá que vai..., da marca que está patrocinando, com toda a sinceridade. Agora, se esse atleta que é amador, de repente, vai correr uma prova ligada à confederação, ele já vai estar sujeito – nessa prova em que ele é profissional, ou de índice, ou do que for –, ele já vai estar sujeito ao exame.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Deficiente e criança.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Deficiente e criança também, gente! Então, assim, acho que está faltando critério.

Eu peço aqui, encarecidamente, que a ABCD suspenda – já vale esta audiência para isso, em tom aqui de contribuição –, suspenda essa decisão até criar um critério que não seja caso a caso, porque caso a caso é da cabeça de quem? Num próprio julgamento da ABCD, o Dr. Terence, que é um advogado especializado, tem uma opinião e um outro auditor tem uma outra opinião. É caso a caso da cabeça de quem? Então, assim, peço encarecidamente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sra. Cristiane, por favor.

A SRA. CRISTIANE VERA DE ARAÚJO (Para expor.) – Senador, a ABCD se compromete, nós vamos... É para isso que nós estamos, com o único objetivo de proteger o esporte e que todas as competições sejam limpas, justas de forma igualitária. E vou levar, sim, junto ao nosso Ministro André Fufuca e à nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Adriana Taboza, que agora, no momento, encontra-se na COP9, em Paris. E, com certeza, trataremos desse assunto com toda a sensibilidade que requer. Esse é o nosso compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sra. Cristiane.

Passo a palavra agora à Sra. Raquel Lima, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo (IBDD).

A SRA. RAQUEL LIMA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Senador Romário, muito obrigada pelo convite; estou muito feliz aqui.

Gostaria de cumprimentar o Thomaz, nosso membro filiado de muitos anos do IBDD também; a Dra. Cristiane, da ABCD; o meu grande amigo Terence, Presidente da ANDD e amigo da JAD também; e o Dr. Franklin, advogado atuante há muitos anos, lá também – nos encontramos em algumas sessões.

Queria saudar todos aqui também e me desculpar pelo atraso, mas foi meio corrido. O convite veio a semana passada. A gente teve um *show* na cidade. Eu cheguei ontem à noite e me hospedei em uma cidade ao lado, porque os hotéis estavam todos lotados aqui. Então, peço desculpas pelos minutos de atraso.

Fico muito feliz de a gente ter esta oportunidade de estar aqui. Eu não só presido o IBDD, mas atuo como Subprocuradora na Justiça Antidopagem e acho que esse tipo de encontro, de audiência pública, é de grande valia, é muito importante – desculpe, Luciana, muito prazer de reencontrá-la aqui também.

Vejo a preocupação dos Senadores, em especial do Dr. Portinho, falando, a todo momento, de a responsabilidade não ser só do Estado. Atuo há alguns anos na administração pública, sei a dificuldade orçamentária do poder público, e por isso de ele a toda hora dizer que essa preocupação não é só do Estado, eu sei como é.

Queria fazer umas considerações iniciais até falando disso e com relação a algumas falas. O Dr. Thomaz falou inicialmente aqui, são considerações só, mas acho que isso é importante – e até o Dr. Franklin. Não sei se todos aqui atuam na antidopagem também, mas, se não, acredito que pelo menos devam ser simpatizantes ou tenham aqui algum tipo de interesse.

O processo de antidopagem, o processo em que a gente trata os processos de *doping* começa de uma forma diferente da dos processos judiciais – a gente teve ali uma comparação que o Dr. Franklin colocou – : ele começa com um resultado analítico adverso, onde a gente já consta positivo; então, a gente tem alguma substância que foi encontrada no corpo do atleta. E por isso é que ele começa já condenado, e aí você vem trabalhando: se teve intencionalidade, se teve dolo, se não teve. Ele é um processo diferente dos demais processos judiciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por isso é que a gente já tem um tratamento inicial diferenciado. A gente vai trabalhando com conjunto probatório e partindo disso, a gente... Teve até uma fala do Dr. Thomaz, que fala da questão da Procuradoria e da ABCD. Não só por eu atuar, mas por ser Subprocuradora de lá, eu não entendo que são efetivamente as mesmas funções. Por quê? Não só porque a Procuradoria trata da revisão inicial e do relatório da gestão de resultados, a ABCD, mas a parte do tribunal vem toda para a Procuradoria. Então assim, a gente divide funções, eles atuam como uma acusação. Se a gente fosse fazer um comparativo com o processo judicial, seria meio que um assistente de acusação, porque eles vêm batendo em cima de toda a revisão inicial do processo, todo o resultado de gestão, a gestão de resultados, e a Procuradoria vem atuando na parte procedimental mesma do processo.

Daí a gente tem algumas... Com relação a legislações e lista de substâncias, infelizmente – como é o caso da Neosaldina que foi mencionada pelo Senador –, enfim, a lista de substâncias vem da WADA, ela é anualmente atualizada e é uma coisa à qual nós não temos acesso. Somos signatários e "cumpra-se", e é assim, não tem muito o que ser feito. E o que ela fala da lista também, sobre as questões de discricionariedade, eu acho que também deve ser analisado, principalmente com relação a menores – a gente tem que ter cuidado com isso também.

Agora, educação. Eu acho que a obrigação dos programas de educação antidopagem tem que ser obrigação das confederações, sim. E, partindo até do que o Senador está dizendo, nós não temos orçamento público para custear tudo. Nós temos essa preocupação, sim, com a saúde do atleta, com o jogo limpo, mas, se nós tivéssemos... As confederações ganham dinheiro, e se a gente tivesse investimento em programas de educação antidopagem, inclusive com a possibilidade de eles custearem alguns testes, a gente já teria uma situação que não dependeria só da ABCD, porque o poder público não tem um orçamento próprio para isso. A gente tem uma CBF que atua, sim, e outras confederações poderiam atuar.

A gente tem também essa preocupação da base: tem a base do futebol e tem de outras modalidades. E por que esse tipo de programa? Eu já fui dar palestras para a base no futebol também. A gente não ganha nada, é exatamente isso. É um trabalho voluntário, é por amor ao esporte. A gente atua em outros tribunais, como na JAD, mas essa preocupação tem que vir de dentro, tem que vir de quem faz a gestão, das entidades de administração, em manter o jogo limpo e se preocupar com os atletas que eles estão formando. Então, eu concordo que essa responsabilidade não tem que ser só do Estado.

Até porque a gente tem uma outra situação também, vinculando ao que o Thomaz tinha falado: hoje eu acho que não são todos os países... Eu fui para um evento que teve no Equador, no ano passado, da WADA, representando aqui a JAD. Fui como procuradora, mas representando a JAD. Fui inclusive com o Dr. De Rose. Dr. De Rose, estamos sentindo sua falta, viu? E, Dr. Ivan, não o estou vendo – ele não está aqui, estou falando porque acho que eu não sei onde está a câmera –, mas, enfim: sentimos sua falta. O Dr. Ivan cumpre ali todo o seu papel, mas sentimos sua falta. Estávamos juntos lá. E o único país que eu acho que tem procuradoria mesmo é o Brasil. Mas isso também é uma deficiência que a gente tem... É bom, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso eu acho que existe até para poder, de alguma forma, complementar porque o Estado não tem braço; a gente não tem mão de obra suficiente. Dentro da ABCD, a gente não ia ter gente para poder fazer a função da procuradoria também. Então, é uma forma que a gente tem de complementar e ter um trabalho bem executado.

No que tange à questão que vocês falam de remuneração, eu acho que, aí sim, a gente vem falar de Estado. Como eu disse, eu trabalho no poder público há 20 anos. Já fui Subprefeita em São Paulo, já fui secretária adjunta. E a gente sabe que, para você fazer parte de alguns tipos de comitês e comissões, existem jetons. Então, o Estado teria condições de pagar, sim. O Estado, quando eu falo, é o poder público mesmo. Hoje, como é o único tribunal público que nós temos dentro da Justiça Desportiva, no geral, eu acho que as confederações poderiam, sim, pagar de alguma forma, como uma gratificação. E aí, eles são instituições privadas. No poder público, através de jetom, existia a possibilidade de se pagar. Hoje, a gente não dá nem a despesa mais para vir presencialmente. Eu acho que isso também eu não sei se é tão bom – e talvez os próprios defensores possam dizer. O fato de eles terem a possibilidade de só atuar virtualmente, quando a gente já saiu de uma pandemia... Eu não sei se o efeito é o mesmo e se eles se sentem confortáveis e os atletas também, porque eu acho que o presencial, até para quem julga mesmo, para convencimento dos próprios auditores, para você sentir o atleta, para você analisar um conjunto probatório, é diferente. Então, antes, nós tínhamos o investimento para pelo menos pagar as diárias. E a gente vinha com uma certa frequência para poder estar presente e vir a audiências. Hoje, a maioria das sessões são virtuais. Então, eu acho que isso deveria ser revisto, pelo menos estipulando o mínimo para que todos que participam da JAD – procuradoria e os membros também, auditores, enfim – possam estar presentes nas sessões presenciais, porque isso é diferente para o atleta.

No que tange à questão de... A gente tinha falado de hipossuficiência. Isso eu acho que é uma discrepância muito grande. A gente tem a nossa Constituição Federal, que coloca ali, como prioridade em processos, o contraditório, a ampla defesa e o processo legal. Então, estes atletas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAQUEL LIMA – E eu digo estes atletas, porque não são todos atletas que têm a possibilidade de contratar o Dr. Thomaz e o Dr. Franklin, ou Dr. Bichara, que são grandes defensores e gabaritados, assim como o doutor também já atuou. A grande maioria desses atletas são pessoas que têm uma vulnerabilidade social e econômica – a grande maioria.

Por mais que a gente tenha na legislação a possibilidade de ter defensor dativo, eu acho que uma grande falha que consta é que eles só podem atuar após a gestão de resultados. Lá na frente o atleta está sozinho. A gente está falando de gente às vezes que não tem muita qualificação, que não tem muita condição, de não saber nem escrever. O que eu ponho no *e-mail*? Isso atrapalha na hora da defesa lá atrás quando ele chega ao tribunal, porque, se ele não tiver condição de pensar de que forma que ele vai estruturar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou como ele vai fazer, não dá para fazer milagre no tribunal. Isso eu falo enquanto membro de uma sociedade representando o IBDD.

A gente conversando, nós fizemos ontem uma reunião para saber o que era importante e pensando inclusive nos atletas, ainda que como *lato* e como subprocuradora, a gente tem que pensar no cenário como um todo. A gente tem que pensar no interesse público. Então essa questão de o defensor dativo só atuar depois da gestão de resultados, isso é um grande prejuízo que o atleta em condição de vulnerabilidade tem.

Eu acho que, além de eles terem que atuar lá na frente junto com a ABCD, eles serem obrigados, eles terem que ser nomeados lá atrás, eu acho que também deveria constar uma obrigatoriedade de ele estar presente em todas as sessões virtuais ou não. Essa obrigatoriedade não tem, e o atleta muitas vezes fica perdido, ele chega às vezes sozinho na sessão. O advogado dativo, às vezes, só manda um documento formal, e o atleta está lá sozinho. Então é lógico que você não vai ter uma estrutura, inclusive emocional, para poder estar ali presente. Não que ninguém vá de alguma forma reprimi-lo ou oprimi-lo, mas a gente sabe o quanto faz diferença você estar acompanhado, você estar assessorado.

Acho também que a gente ter essa questão de capacitação, é uma necessidade. Hoje foi criado um grupo de estudos da JAD, então os membros da JAD, procuradoria e auditores, participam, mas os defensores dativos não.

Os defensores dativos também devem ser capacitados, eles também têm que saber o que a gente tem de entendimentos, de jurisprudências, de julgados novos. Então eu acho que essas são questões que são de suma importância, a gente não onerar só os cofres públicos, as confederações investirem nos seus programas de antidopagem, a gente ter essa consciência que existe a possibilidade, sim, de pelo menos através de jetons, você não precisa ter o presencial sempre, mas é uma dedicação, é muito tempo estudando, são processos de 300, 500 laudas, não é um processo que a gente trata como da justiça desportiva comum.

Então, desculpa aqui passar do tempo, achei que eu seria mais objetiva, mas eu acho que essas são as considerações principais.

Obrigada pela oportunidade, Senador Portinho, Senador Romário e amigos.

Obrigada pelas falas, eu acho que é isso, todos por uma situação e por um cenário melhor no meio da antidopagem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sra. Raquel.

Nós temos aqui o Sr. Ivan Pacheco, que é o membro do Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem, se não me engano está por vídeo, não é isso?

Sr. Ivan, o senhor nos ouve?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, eu vim pedir licença para votar na CCJ e eu já volto. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Ivan, com a palavra.

O SR. IVAN PACHECO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeitamente, Senador.

Bom, inicialmente bom dia a todos, quero cumprimentar, em primeiro lugar, o Senador Romário e o Senador Portinho por essa necessária reunião, esse debate é muito importante para o esporte no Brasil; quero cumprimentar todos os meus colegas da mesa, já militamos na área do esporte há algum tempo, já nos encontramos em várias vezes.

Eu quero fazer aqui... Eu concordo com muito do que já foi falado aqui, que a educação é uma coisa extremamente importante na questão do *doping*, até porque às vezes nós temos o *doping* de uma certa forma inocente, em que a gente vê que é claramente uma falta de educação ou de conhecimento das pessoas que militam no esporte.

Mas eu quero fazer uma análise um pouco médica, deixando de lado o aspecto jurídico. Embora eu seja acadêmico de Direito, eu vou falar agora como o médico Ivan Pacheco aqui, que trabalha no esporte há muito tempo. Eu sou formado em 1990 e, desde que eu saí da faculdade, eu trabalho com atletas e milito no meio do esporte. Então, já trabalhei, já participei de Olimpíada, de Copa do Mundo, já fui médico de atleta de alta *performance*. E, nesse período, eu fui criando uma visão, não sei se única dentro do esporte, mas a minha visão do esporte é que é muito sedutor para um atleta subir num pódio, é muito sedutor para um atleta receber uma medalha. Então, às vezes, os atletas fazem isso a qualquer custo. E aí a gente tem que lembrar que os fatores com que fazem com a WADA coloque uma determinada substância naquela lista de substâncias proibidas não é só o aumento de rendimento, mas existe uma preocupação com a saúde dos atletas também.

Então, nós temos três fatores, que são aumento de rendimento, dano à saúde e ferir o espírito esportivo. Se uma substância contempla dois desses fatores, ela é colocada nessa lista de substâncias proibidas. Mas, muitas vezes, a gente vê uma substância e pensa: "ah, mas isso aqui é uma Neosaldina, não vai aumentar o rendimento", mas às vezes alguns medicamentos causam danos à saúde de um atleta e, muitas vezes, danos irreversíveis.

Nós temos visto, não diariamente, mas com mais frequência, inclusive mortes de pessoas que usam substâncias proibidas e que são amplamente utilizadas no esporte amador, fora do esporte competitivo. Isso é uma questão de saúde pública para o Brasil. Isso gera custos para o país. Às vezes, são danos irreversíveis, essas pessoas não vão mais voltar à normalidade.

Em relação a isso, eu queria citar para vocês aqui uma coisa muito interessante. A *Sports Illustrated*, há alguns anos, fez uma simples pesquisa com 198 atletas de nível olímpico e alguns aspirantes a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participarem de Olimpíadas, fazendo algumas perguntas. Cenário um: é oferecido a você um agente proibido para melhorar o desempenho com duas garantias: a primeira, você não será pego; e a segunda, você vai ganhar. A pergunta é: você usaria essa substância proibida? E 98,5% responderam que sim. Cenário dois: é oferecido a você um agente proibido para melhorar o desempenho que vem com duas garantias: você não será pego e você vencerá todas as competições em que entrar nos próximos cinco anos e então morrerá dos efeitos colaterais da substância. Você aceitaria? E 50% dos atletas responderam que sim.

Então, eu acho que nós temos que olhar para o outro lado, e agora falando como médico, nós temos que começar a educar não só os atletas, mas toda a equipe de apoio do atleta, sobre os efeitos colaterais que essas drogas estão causando. E eu digo toda a equipe de apoio, porque, felizmente, agora, no código mundial está citando equipe de apoio, porque antigamente era o médico, era o médico. O atleta se isentava, e o médico dizia: "Não, fui eu que prescrevi para ele, ele não sabia de nada". Mas equipe de apoio, porque a gente vê que muitas vezes não é só o médico que prescreve uma substância ilícita para o atleta; nós temos nutricionistas, preparadores físicos, fisioterapeutas, massagistas. Então, eu acho que passa por uma ampla educação de todos os envolvidos no esporte. E, principalmente, deve-se mostrar que muitas dessas substâncias são muito perigosas para a saúde dos atletas. Elas podem causar morte ou danos irreversíveis. Os anabolizantes, com o tempo, a gente sabe que podem causar hipogonadismo, ou seja, atrofia testicular irreversível. Então, nós vamos ter atletas de 20 anos, 23 anos, 24 anos com atrofia irreversível de testículos, o que vai causar um prejuízo para a vida dele.

Eu acho que, no mais, aos aspectos técnicos, eu não quero me ater a eles, porque já todo mundo falou, mas eu acho que o combate ao *doping* é necessário, e a educação na área do *doping* é extremamente necessária. E eu quero com isso parabenizar a ABCD.

Como eu comecei a fazer controle de *doping* lá nos anos 90, que era uma coisa extremamente amadora... Inclusive eu já fiz controle *doping* no Senador Romário quando ele veio jogar contra o Grêmio aqui, na década de 90. Naquele tempo, a gente dava cerveja para os jogadores para a gente poder coletar.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – No meu caso, eu não bebia, Doutor. (*Risos.*)

Era água, açúcar e refrigerante.

O SR. IVAN PACHECO (*Por videoconferência.*) – A gente dava para os jogadores, eu não citei nomes aqui. (*Risos.*)

Eu acho que evoluiu muito o controle do *doping*, ele ficou muito mais profissional, ficou muito mais jurídico. Claro que essas questões a gente tem que ir debatendo para aperfeiçoar. Como disse um professor meu, por esses dias, na faculdade de Direito: a verdade tem prazo de validade. Então, a verdade nossa hoje, talvez, daqui a dez anos, não seja a mesma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem que ir procurar a perfeição. Acho que a educação para esses danos que as substâncias causam é uma coisa muito importante – e agora falando como médico, não como acadêmico de Direito.

Parabenizo a todos pela iniciativa necessária e eu espero que tenhamos outras.

Muito obrigado pela oportunidade de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Dr. Ivan Pacheco, membro do Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem.

Temos aqui alguns comentários de alguns internautas.

Luiz Cláudio, do Rio de Janeiro: "As confederações devem fazer exames periódicos [...] [nos] atletas de alto rendimento [...] [para prever] punições".

José Célio, da Paraíba: "Sugiro educação abrangente, com programas de sensibilização e informações sobre *doping* para atletas, treinadores e público".

Temos também aqui quatro perguntas, aqueles que se sentirem à vontade para responder...

Primeiro, Mateus Francisco, do Rio de Janeiro: "Uma possível punição [...] [mais severa] ao uso de *doping* poderia [...] [reduzir seu] uso nos esportes?".

Alguém se atreve a responder? (*Pausa.*)

Por favor. Obrigado.

O SR. MARCELO FRANKLIN (Para expor.) – Eu não acredito nessa proposição, não.

O SR. THOMAZ SOUSA LIMA MATTOS DE PAIVA (Para expor.) – Eu também não acredito, não, Senador.

Eu acho que isso já foi provado no passado, até na introdução do Código Mundial de Antidopagem, que era um momento em que a punição era uma necessidade – uma punição mais severa –, mas, ao longo do tempo, vai se demonstrando, como o Marcelo também já falou e a gente vai verificando em relação a isso... Cada vez mais, a indústria do *doping* é multimilionária em comparação ao *antidoping*. Então, nesse caso, você tem que fazer um trabalho realmente de educação, com o fortalecimento da educação, porque essa indústria vai estar sempre colocando dinheiro, botando mais situações, e o que eu acho que tem que ser combatido realmente, efetivamente, é a fraude. Mais uma vez nós falamos aqui, a fraude tem que ser... O foco do *doping* é a fraude. Se a gente não buscar combater isso através de inteligência, através das delações, das assistências substanciais, fortalecimento desse tipo de instituto... Aí sim, a gente consegue ter um combate efetivo. Como se falou, não adianta fazer exame sem inteligência, você gasta dinheiro à toa.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO FRANKLIN (Para expor.) – Só complementando a pergunta, isso já foi feito em outros países. Em alguns países há legislação da suspensão perpétua, principalmente de pessoal de apoio, de médicos, e isso não fez com que o número de casos diminuísse.

Aqui no Brasil pensou-se em adotar isso, mas esbarrou-se na Constituição Federal e no Código Penal, que limitava a pena a 30 anos, então foi estabelecida aqui a pena máxima de 30 anos. Mas em países com pena perpétua não houve essa diminuição, então eu acredito que não.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Uma pergunta que eu tenho para os dois advogados aqui na mesa é a seguinte: os senhores são advogados de atleta, certo? E nesse percentual de atleta, a maioria sempre é o futebol?

O SR. MARCELO FRANKLIN – Não, não é, não.

O SR. TERENCE ZVEITER (*Fora do microfone*.) – É a minoria.

O SR. THOMAZ SOUSA LIMA MATTOS DE PAIVA – É a minoria.

O SR. MARCELO FRANKLIN – O futebol normalmente é droga social e os corticoides, por conta de dor e para conseguir jogar. É um esporte com pouca incidência.

O SR. TERENCE ZVEITER (*Fora do microfone*.) – Deve ser o Citoneurin. (*Risos.*)

O SR. THOMAZ SOUSA LIMA MATTOS DE PAIVA – Até quero salientar...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Qual seria o esporte em que vocês mais têm clientes, vamos dizer assim?

O SR. MARCELO FRANKLIN – Tem um relatório que sai anualmente da WADA dos principais esportes. Normalmente é o fisiculturismo, levantamento de peso...

O SR. THOMAZ SOUSA LIMA MATTOS DE PAIVA – Ciclismo.

O SR. MARCELO FRANKLIN – ... ciclismo e por aí adiante.

O SR. THOMAZ SOUSA LIMA MATTOS DE PAIVA – Pode variar muitas vezes também em relação a determinados movimentos que são feitos também no controle. Então, às vezes, com um determinado movimento num esporte que às vezes não era controlado e aí começou-se, iniciou-se um controle maior, pode-se ter um nível de detecção de casos maior, um nível maior. Mas, dentro do cômputo geral, o futebol hoje é um dos que têm menos. Até saliento um trabalho muito bem feito, internamente, pelo Dr. Solera, em termos de educação, dentro da CBF.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RAQUEL LIMA (Para expor.) – Senador, na verdade – até as meninas podem confirmar –, eles fazem um trabalho de investigação para ver o que está acontecendo no momento. Então, eles vão meio que sondando as modalidades. Hoje a gente tem esse trabalho, essa evolução e supermelhoria no futebol por conta dos investimentos mesmo da CBF. Então, a gente não tem o que dizer quanto a isso. Eles custeiam, eles fazem programas.

E outra coisa, a Federação Paulista de Futebol também investe muito na questão de programas de educação antidopagem. Então, a gente vê o próprio Dr. Solera e a equipe, eu fui palestrar também, a convite da federação. Eles vão até os clubes, dão esse tipo de palestra para a base, e isso pode ser feito para as outras modalidades, com as outras confederações.

É o que a gente estava citando: a gente só consegue esse resultado através do próprio investimento e dedicação das próprias entidades de administração.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem. Tem aqui também mais uma pergunta. Só mais três. Murilo Figueiredo, da Bahia: "Como a tecnologia e a pesquisa podem contribuir para aprimorar os métodos de controle de *doping* no esporte?".

Sra. Cristiane, por favor.

A SRA. CRISTIANE VERA DE ARAÚJO (Para expor.) – Excelente pergunta, e agradecemos ao Murilo.

Isso já faz parte, já sabemos, é fato e é, pode-se dizer, comprovado cientificamente o quanto que isso pode nos ajudar. Não é à toa que isso está no art. 18 do Código Mundial, o incentivo à pesquisa e à educação. E nós estamos tentando, Murilo, de qualquer forma, dentro do orçamento enxuto da ABCD, essas parcerias no meio acadêmico.

Podemos dar um exemplo agora recente. Nós terminamos agora, dia 20 de outubro, uma parceria com a Universidade Federal de Santa Maria, em que, dentro de algumas disciplinas, entre elas quatro disciplinas, a educação antidopagem, abordando os prejuízos, os riscos do uso de anabolizantes e ergogênicos. Nós temos isso dentro da Universidade de Santa Maria, na disciplina de Fisiologia Humana, de Fisiologia Geral, de Farmacologia. E qual o objetivo, o nosso prazo? Para isso nós estamos fazendo parcerias. Eu reitero minhas palavras iniciais: a ABCD é um corpo enxuto, a equipe, e tenta fazer o melhor, está dando o melhor, e isso é comprovado em nível de mundo. No entanto, precisamos de parceria, precisamos do TJ, precisamos dos comitês, precisamos das confederações e federações, e com isso o meio acadêmico. Temos também pesquisa sendo desenvolvida junto à UFRJ, com o nosso recurso, buscando o quê? Vários ou outros – se existem outros medicamentos ou outras substâncias que possam mascarar os marcadores.

Então, a pesquisa é essencial e estamos buscando parcerias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sra. Cristiane.

O SR. MARCELO FRANKLIN (Para expor.) – Senador, posso só fazer um complemento, rapidamente, com relação a essa questão?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Claro.

O SR. MARCELO FRANKLIN – E aí não é uma crítica à ABCD. A ABCD e todo o sistema brasileiro fazem um trabalho incrível com os recursos que eles têm. É uma crítica ao sistema.

O sistema mundial investe muito em detecção, é muito punitivo com relação ao atleta. Então, até alguns anos atrás, você detectava na urina do atleta nanogramas de uma substância proibida. Um nanograma é um bilionésimo do grama – divide-se o grama por um bilhão. Hoje são picogramas, então é 1^{-12}, que é muito menos ainda. Então, o que a gente vê é que o sistema investe muito em detecção, em pegar para punir o atleta, e pouco nas outras pesquisas. Por que não em pesquisa sobre os efeitos daquela quantidade no organismo do atleta? Por que não em pesquisa do tempo de excreção daquela substância do organismo do atleta? Isso não há. A defesa do atleta normalmente se baseia em pesquisas feitas em 50 indivíduos, de 5, 6, 7, 8 anos atrás, porque o sistema mundial não investe nisso, ele investe primordialmente apenas na detecção. Então, sob o ponto de vista do atleta, seria importante investir no entorno também, e não apenas em detecção, com viés punitivo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Só uma pergunta, Doutor.

Esse mínimo encontrado no sangue ou na urina, enfim, desse atleta, em qualquer organismo esse mínimo realmente doparia?

O SR. MARCELO FRANKLIN – Pelo sistema, a quantidade é considerada como desinfluente para o resultado. Eles chamam de sistema qualitativo e não quantitativo, ou seja, apareceu no seu corpo, você tem que explicar o que aconteceu, e você vai ser penalizado. Pouco importa se é muito ou se é pouco.

É óbvio que no julgamento – e aí talvez o Dr. Terence e o Dr. Ivan possam explicar como é que eles se convencem no julgamento de um caso de dopagem –, se você tem um atleta que tem uma quantidade ínfima, é muito mais fácil você imaginar que aquilo foi uma associação acidental, do que alguém que tem uma quantidade enorme de substância proibida, que não vai conseguir justificar que foi contaminado ou sofreu um acidente de percurso. Então, em linhas gerais, para a aplicação da lei, não faz diferença se é muito ou pouco. Mas, para a dosimetria durante os julgamentos, esse é um fator que eu tenho observado como sendo considerado pelos tribunais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Dr. Ivan se encontra ainda na reunião?

O SR. IVAN PACHECO (*Por videoconferência*.) – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Infelizmente, não podemos vê-lo, mas podemos escutá-lo.

Você ouviu aí o que foi colocado pelo Doutor?

O SR. IVAN PACHECO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim. Eu só queria fazer uma observação sobre o que o senhor falou antes, sobre a estatística dos esportes.

Nós temos que analisar o seguinte. No Brasil, provavelmente, nós vamos ter muitos casos do futebol, porque nós temos mais praticantes de futebol do que nos outros esportes. Talvez, somados todos os outros esportes, não se chegue ao número de atletas de futebol.

Mas existem drogas que são usadas em esportes específicos. Por exemplo, nos esportes de longa duração, como maratona, como ciclismo, existe uma substância que se chama EPO, que é a eritropoetina, um hormônio para aumentar a capacidade pulmonar, digamos assim, dos atletas, que é muito mais encontrada do que outras substâncias. No futebol, como o Dr. Marcelo falou, a gente encontra muito corticoide, porque ele é um potente anti-inflamatório e faz parte da agenda ortopédica, digamos assim, da maioria dos médicos que trabalham, no futebol, o uso de corticoides como anti-inflamatório. Então, na verdade, essas estatísticas têm que ser segmentadas de esporte a esporte e talvez comparadas com a população de indivíduos que praticam cada esporte. Mas a gente tem, e isso não isenta de termos casos de cocaína no futebol ou outra coisa.

Então, era isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Doutor.

Sra. Cristiane, quer fazer alguma colocação?

A SRA. CRISTIANE VERA DE ARAÚJO – Só um complemento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim.

A SRA. CRISTIANE VERA DE ARAÚJO (Para expor.) – Só em nível mesmo de informação: a WADA está empenhada também em pesquisas em ciências sociais. Inclusive, nós estamos com um edital da WADA aberto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem mais aqui uma pergunta de Sandre da Silva, de Santa Catarina: "[...] [É possível aplicar punições mais severas] para o médico que prescreve essas substâncias, como a cassação do registro [...]?

Sr. Terence.

O SR. TERENCE ZVEITER (Para expor.) – Presidente, não só pode como deve.

No âmbito do Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem, nós temos pelo menos um precedente em que aplicamos 30 anos de punição ao médico e um segundo precedente, ambos da minha câmara... Eu não sei se o Dr. Ivan participou desses dois julgamentos. Num o relator foi Tiago Horta e, no outro, foi a Fernanda Mansur. Esse segundo caso ficou em oito anos.

E aí um outro apelo que fazemos a V. Exas., Senador, é o seguinte: o que acontece? Nós aplicamos a pena, apenamos severamente e oficiamos aos conselhos. No caso aí, é o Conselho de Medicina. O que acontece no Conselho de Medicina? Nada. E aí você tem um monte – me perdoe o Dr. Ivan, porque não é o caso dele – de profissionais da área médica que se autointitula médico do esporte. Você vai e inabilita. Aí, quando vai apenar, vai apenar o médico do esporte. Só que ele vai continuar a exercer a medicina em outra especialidade. Então, acaba acontecendo o cachorro correndo atrás do rabo – é a analogia mais perto a que eu consigo chegar –, e a gente não vai a lugar nenhum.

Seria importante alguma proposição legislativa no sentido de compelir não só médicos, mas o pessoal de apoio em geral, enfermeiros, preparador físico, professor de educação física, nos âmbitos dos respectivos conselhos, para que também sejam instados a punir e a inabilitar esse tipo de profissional, porque o mal que ele causa não só ao atleta, mas à sociedade em geral é irreparável.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

Quer fazer alguma colocação, Dr. Ivan?

O SR. IVAN PACHECO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim. Pois não, Senador.

Realmente a gente precisa dar um pouco de atenção para o pessoal de apoio, porque, às vezes, o atleta não tem conhecimento de uma substância... Aliás, o atleta não tem conhecimento de todas as substâncias que ele usa. São prescritas, e ele confia nesse profissional.

Eu presidi a Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte até dois meses atrás. Na minha gestão, a gente suspendeu um colega nosso que deliberadamente prescreveu substância proibida para um atleta. Então, acho que foi uma maneira... E a gente enviou uma carta para o Conselho Regional de Medicina do estado dele. Foi uma maneira de a gente fazer com que esse atleta não incorresse mais nesse erro, porque eram reiteradas as vezes em que ele fazia isso.

E um problema que nós temos hoje é a massificação em relação ao *doping*, é a massificação e a proliferação dessas coisas de reposição hormonal e modulação hormonal que as pessoas estão usando na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade como um todo. Isso vai acabar respingando nas pessoas que trabalham com esporte também. E a busca dos ganhos ultrapassou as barreiras da medicina, a gente já vê pessoal fazendo modulação hormonal na biomedicina, na odontologia, na nutrição... Isso se tornou um caso de saúde pública na verdade, mas eu acho que, no momento em que o código puder alcançar esses profissionais aí, a gente vai ao menos diminuir um pouco ou mitigar esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Doutor.

Gostaria de perguntar aqui aos participantes se têm mais algumas colocações, porque nós já estamos praticamente encerrando a reunião.

E, antes de qualquer coisa, quero agradecer a presença de vocês e dizer que...

A SRA. RAQUEL LIMA – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... este debate é um debate dos mais relevantes que tem para o nosso esporte. E eu tenho certeza de que daqui, pelas falas de vocês, eu, Portinho e outros Senadores que não participaram diretamente desta Comissão, mas que, com certeza, estão bastante atentos a isso, poderemos fazer algumas proposições em relação a novas leis relacionadas ao *doping* do nosso país.

Senhora, por favor, com a palavra.

A SRA. RAQUEL LIMA (Para expor.) – Eu só tenho uma última colocação, que eu até esqueci, pois, como disse o Franklin, a gente fica olhando aquele relógio e dá um nervosinho – ele apita, e eu já tinha me excedido em dois minutos.

Eu acho que uma das coisas em que seria importante a gente pensar é a tentativa de obrigar as farmácias de manipulação a colocarem nos rótulos que aquela medicação pode causar *doping*, porque isso a gente já tem nas medicações que são alopáticas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Senador Portinho, antes da chegada da senhora, já tinha feito essa colocação.

A SRA. RAQUEL LIMA – Já tinha feito essa colocação? Acho que isso é bastante importante, porque, como a gente mesmo falou, muitos atletas não têm muita noção, e aí é um risco muito grande.

Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

Mais alguém? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.206986/2023-04-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado a todos pela presença.

(*Iniciada às 10 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quarenta minutos do dia oito de novembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Romário e Jorge Kajuru, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Rodrigo Cunha, Leila Barros, Plínio Valério, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Fernando Dueire, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Paulo Paim, Carlos Portinho, Eduardo Girão e Cleitinho, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Marcos do Val e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Farias e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3626, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nºs 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei nº 3626/2023, com o acolhimento das Emendas nºs 14-U, 47-U, 48-U e 61, 73 e 96, pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 6-U, 16-U, 17-U, 22-U, 39-U, 40-U, 45-U, 49-U e 74, pela rejeição das demais emendas apresentadas, e com as duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório do senador Romário, favorável ao Projeto de Lei Nº 3626/2023, com o acolhimento das Emendas NºS 14-U, 47-U, 48-U, 61, 73 e 96, pelo acolhimento parcial das Emendas NºS 6-U, 16-U, 17-U, 22-U, 39-U, 40-U, 45-U, 49-U e 74, com as duas Emendas apresentadas pelo relator, NºS 106 e 107, com a alteração da Emenda Nº 107 realizada durante a deliberação da matéria, que suprimiu da Emenda original apresentada pelo relator a alteração ao inciso II, alíneas "a" e "b" do § 1º-A, do Art. 30 da Lei Nº 13.756, de 2023, com as Emendas 32-U e 38-U, que foram destacadas e aprovadas integralmente, com votos contrários do senador Romário e da senadora Leila Barros à emenda 38-U, e pela rejeição das demais emendas apresentadas. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3608, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, que dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências, para exigir das empresas que veiculam publicidade da administração pública federal a divulgação de eventos esportivos não cobertos pelos meios de comunicação." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório, nos termos da Emenda nº 1 - CEsp (Substitutivo). **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 11, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 9.615, de 24 de março de 1998, e nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Desportos Eletrônicos (CBDEL) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1779, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Desportos Eletrônicos (CBDEL) no Sistema Nacional do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela rejeição dos Projetos de Lei nº 11, de 2022 e nº 1.779, de 2022. **Resultado:** Aprovado o relatório contrário aos projetos. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 75, de 2023 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Edson Arantes do Nascimento (O Rei Pelé) no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 78, de 2023 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Edson Arantes do Nascimento, Pelé, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria" **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei nº 75, de 2023, nos termos da emenda que apresenta, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 78, de 2023. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2889, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a lei 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Torcedor." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório, nos termos da Emenda nº 1 - CEsp (Substitutivo). **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3270, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para permitir às pessoas físicas a opção pela doação a projetos desportivos e paradesportivos diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei nº 3.270, de 2023, e à Emenda nº 1-T. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto com a Emenda 1-T. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3739, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, para incluir a promoção gratuita de atividades desportivas entre as atividades passíveis de serem realizadas pelas entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Favorável ao projeto e à Emenda nº 1, nos termos das duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, com as Emendas nº 2 - CEsp e nº 3 - CEsp. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 29, de 2023** que: "Requer o comparecimento da Excelentíssima Senhora Anielle Franco, Ministra de Estado da Igualdade Racial, a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o protocolo de intenções para o combate ao racismo e promoção da igualdade racial no futebol assinado pelo Ministério da Igualdade Racial, Ministério do Esporte e Confederação Brasileira de Futebol (CBF), em 24 de setembro de 2023, durante a aberturada campanha “Com o racismo não tem jogo” na partida final do Campeonato Brasileiro, no Estádio do Morumbi, em São Paulo." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 30, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao Fortaleza Esporte Clube, por ser o primeiro clube da região Nordeste a disputar a final de um torneio internacional de futebol organizado pela Confederação Sul-Americana de Futebol - CONMEBOL, no caso a Copa Conmebol Sul-americana." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 31, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 76/2023, que “institui o Dia Nacional do Futebol”." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. Encerrada a deliberação do último item da parte deliberativa da reunião, o senador Carlos Portinho pediu a palavra para comentar sobre o item 1 da pauta, PL 3626/2023, e informar que o seu Requerimento Nº 34/2023-CEsp, que originalmente pedia o destaque e aprovação integral da Emenda 38-U, deveria, na verdade, ser de aprovação parcial da referida emenda. Neste caso, o inciso VII do Art. 17 seria aprovado integralmente, e apenas a parte final do inciso VI, do mesmo artigo, a que apenas proibia a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

veiculação em arenas esportivas de quaisquer modalidades esportivas, deveria ser aprovada. Foram verificadas as filmagens e as notas taquigráficas da reunião e constatou-se que antes de anunciada a votação da Emenda 38-U, destacada em decorrência da apresentação do Requerimento Nº 34/2023-CEsp, o senador Carlos Portinho fala a palavra "parcial", mas sem informar o que isto significava. Em seguida, o senador Jorge Kajuru, que presidiu a votação, questiona qual a emenda a ser votada, e o senador Eduardo Girão informa que é a Emenda 38-U, sem nenhuma menção a não se votar integralmente a emenda. O senador Jorge Kajuru colocou em votação a Emenda 38-U, sem ressalvas, sendo ela aprovada em sua integralidade e proclamado o resultado, com votos contrários da senadora Leila Barros e do senador Romário, e sem manifestações dos senadores Carlos Portinho e Eduardo Girão sobre ter sido uma aprovação parcial da emenda e o que teria sido suprimido da Emenda 38-U, motivo pelo qual é imperiosa a decisão da comissão constando a aprovação integral da Emenda 38-U. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 15/2023 - CEsp, de autoria Senador Romário (PL/RJ). **Finalidade:** Instruir o PL 4149/2023, que "institui o dia 22 de setembro como o Dia Nacional do Paradesporto e setembro como o Mês de Conscientização quanto à Importância da Prática de Atividades Físicas por Pessoas com Deficiência". **Participantes:** Sr. Fabio Augusto Lima de Araujo, Secretário Nacional do Paradesporto; Sra. Roseane Cavalcante De Freitas Estrela, Diretora de Relações Institucionais do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos - CBCP; Sra. Evelyn Vieira de Oliveira, Atleta paralímpica; e Sr. Mizael Conrado, Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/11/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos. Muito obrigado a todos pela presença.

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Esportes da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 8 de novembro de 2023.

Aprovação da ata.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 10ª Reunião, realizada em 25 de outubro de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião está dividida em duas partes: a primeira, deliberativa; e a segunda, audiência pública interativa.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Solicito ao Senador Jorge Kajuru, Vice-Presidente da Comissão, que ocupe a Presidência desta reunião, para que eu possa fazer a leitura do relatório do item 1 desta pauta.

Sr. Jorge Kajuru, com a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Inicialmente, Deus e saúde a todos e todas e aos que nos acompanham pelos meios de comunicação nesta importante Comissão de Esportes, presidida pelo qualificadíssimo amigo, irmão, Presidente Romário.

Presidente, item 1.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 3626, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nºs 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e dá outras providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei nº 3626/2023, com o acolhimento das Emendas nºs 14-U, 47-U, 48-U e 61, 73 e 96, pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 6-U, 16-U, 17-U, 22-U, 39-U, 40-U, 45-U, 49-U e 74, pela rejeição das demais emendas apresentadas, e com as duas emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria se encontra em urgência constitucional.

2. A matéria está sendo apreciada simultaneamente pela CEsp e pela CAE.

3. Em 18/10/2023, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

4. Em 07/11/2023, apresentado novo relatório pelo senador Romário.

Passo a palavra, imediatamente, ao Senador Romário para a leitura deste novo relatório.

Presidente, por fineza.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Vou direto ao voto, já que já foi lido este relatório há duas semanas.

Voto.

Ante o exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.626, de 2023, e, no mérito, pela sua aprovação, com o acolhimento das emendas já citadas pelo nosso amigo, meu irmão e Presidente desta Comissão neste momento, Senador Jorge Kajuru, pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 6-U, 16-U, 17-U, 22-U, 39-U, 40-U, 45-U, 49-U e 74, pela rejeição das demais emendas apresentadas e pelo oferecimento das seguintes emendas:

> EMENDA Nº - Cesp
> Dê-se ao parágrafo único do art. 12 do Projeto de Lei nº 3.626, de 2023, a seguinte redação:
> "Art. 12.....
> Parágrafo único. O valor estipulado a título de outorga fixa será limitado a, no máximo, R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), considerado o limite de até 03 (três) marcas comerciais a serem exploradas pela pessoa jurídica em seus canais eletrônicos por ato de autorização."
>
> EMENDA Nº - CEsp

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dê-se a seguinte redação ao §1º-A do art. 30 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, na forma do art. 51 do Projeto de Lei nº 3.626, de 2023:
"Art. 51. .....
'Art. 30.....
.....
§1º-A.....
.....
II – 2,55% (dois inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) para a área da segurança pública, por meio da seguinte decomposição:
a) 2,05% (dois inteiros e cinco centésimos por cento) para o FNSP;
b) 0,50% (cinquenta centésimos por cento) para o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (Funapol).
III – 6,68% (seis inteiros e sessenta e oito centésimos por cento) para a área do esporte, por meio da seguinte decomposição:
.....
j) 0,05% (cinco centésimos por cento) para o Comitê Brasileiro do Esporte Master.
.....
V – 4,30% (quatro inteiros e trinta centésimos por cento) para a área do turismo, por meio da seguinte decomposição:
a) 0,80% (oitenta centésimos por cento) para a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur); e
b) 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) para o Ministério do Turismo.
VI – 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao Ministério da Saúde, para medidas de prevenção, controle e mitigação de danos sociais advindos da prática de jogos nas áreas de saúde.
VII – 0,15% (quinze centésimos por cento) divididos entre as seguintes entidades da sociedade civil:
a) 0,05% (cinco centésimos por cento) para a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Fenapaes);
b) 0,05% (cinco centésimos por cento) para a Federação Nacional das Associações Pestalozzi (Fenapestalozzi);
c) 0,05% (cinco centésimos por cento) para a Cruz Vermelha Brasileira.
....."'

Esse é o voto e o relatório final, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Para discutir, Sr. Presidente Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A matéria está, evidentemente, em discussão.

Começo com o Senador Eduardo Girão, depois do relatório lido pelo Presidente Romário, como sempre, exímio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Em primeiro lugar, eu queria cumprimentar o Relator, Senador Romário, pela sua sensibilidade extrema com relação ao assunto extremamente delicado que é essa questão de apostas esportivas.

Eu fui Presidente do Fortaleza e estou, cada vez mais, impactado com pessoas simples me procurando, doentes, porque perderam moto, carro, família, emprego – e até atentaram contra a sua própria vida –, a partir dessa arapuca que é essa questão de jogos de apostas esportivas.

Eu não vou nem falar da manipulação, porque o relatório do Senador Romário foi muito bem desenvolvido sob vários aspectos. Ele atendeu, parcialmente, as minhas emendas e emendas de outros colegas. Eu vejo aqui um trabalho feito com muito critério.

Senador Kajuru, eu quero parabenizá-lo como integrante desta Comissão, mas como pioneiro também desse assunto, porque o senhor lá atrás o trouxe à tona aqui para o Plenário do Senado Federal. E hoje nós chegamos ao grande dia, com uma expectativa enorme de todos os atores envolvidos e da sociedade brasileira. Nós somos o país do futebol.

A única coisa que eu peço, Senador Romário – até conversei com o Senador Portinho –, para que a gente possa votar, botar a cabeça no travesseiro e dormir, porque aí eu acho que fica redondo – e espero que a Câmara dos Deputados faça o trabalho para manter o relatório; nós temos essa missão; é algo com que eu me preocupo bastante, porque a gente sabe que os interesses são muito fortes nisso aqui, há um *lobby* poderoso, mas nós vamos nos dedicar de corpo e alma –, a única coisa que eu peço, o único reparo é com relação ao Destaque nº 38-U, que é um destaque feito pelo PL, de uma emenda nossa. Eu gostaria de lhe pedir, humildemente, Senador Romário, que atendesse, porque eu acho que melhora o projeto, e a gente pode aí ter condição de votar, na sua integridade, o seu relatório cuidadoso com relação a esse projeto tão importante.

Muito obrigado, Senador Romário e Senador Jorge Kajuru.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Romário, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Pois não, Senador Carlos Portinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Perdão, Senador Kajuru, meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador Carlos Portinho.

Não vou mais falar que você é o melhor advogado esportivo do Brasil... (*Risos.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Quando eu sair aqui do meu mandato, eu vou lucrar com isso, tenho certeza. (*Risos.*)

Querido Senador Romário, gostaria de parabenizá-lo pelo seu trabalho de convergência, conversa e diálogo com todos, buscando, sem dúvida alguma, o melhor texto, que é o que você apresenta. Agradeço pela emenda que obriga, na identificação do apostador, o reconhecimento facial. Tenho certeza de que, com essa emenda, a gente está afastando o público que nem as casas de apostas querem, que é o menor de idade, evitando que o menor de idade aposte e também contribuindo para que seja cumprido outro trecho da lei, o que impede que atletas apostem, aqueles que estão envolvidos no espetáculo, como é a legislação na Inglaterra e em países que já vem com essa tradição de apostas há muito tempo.

Todos conhecem a minha posição. Eu sempre digo que foi o esporte que escolheu a aposta. Então, a minha posição é o que menos importa. Já vi esse filme antes na Lei do Bingo, na Lei Zico, meu ídolo, e não deu certo, retrocedemos. Eu tenho muita preocupação com o azar do futebol, com o azar dos esportes, que eles percam a sua essência principal, que é a disputa, que é a competição, que é o torcedor que está lá torcendo pelo resultado, Senador Girão.

Eu gosto sempre de contar essa passagem, que é verdadeira. Eu estive num jogo do Campeonato Brasileiro este ano. Meu time ganhava por um placar de 2 a 0, e um torcedor do meu time, ao meu lado, torcia contra o nosso time; torcia para que o nosso time não fizesse o terceiro gol, porque senão ele não ganharia o prêmio da aposta que fez num placar de 2 a 0 – para a gente ver como é que isso entra na cabeça do apostador de uma maneira insana. Ele não tem a noção, como qualquer adicto em drogas, na bebida, de que o jogo, no caso, que é uma adição, comprometeu o seu próprio discernimento, a sua vontade, porque a vontade seria, certamente, de seu time fazer o terceiro gol, o quarto, o quinto, o sexto... Essa é a essência do esporte. Lamento bastante.

Fico feliz também, Senador Romário, porque a Senadora Leila teve uma emenda acatada agora, ao final do relatório, muito importante, Senador Girão, que estava passando despercebida – por isso, Senador Paim, que esse processo democrático, de democracia participativa, quando a gente traz audiências públicas, é tão importante –, que é a vedação a apostas em jogos de categorias de base, dos menores. Se a gente quer evitar que eles joguem, também a gente tem que evitar as apostas nos jogos de categorias de base, onde eles estão mais vulneráveis ao assédio, muitas vezes, desses manipuladores de resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faço, mais uma vez, para concluir, um apelo. O projeto original não trazia os jogos virtuais, cuidava somente dos jogos reais, das apostas em jogos reais. Os jogos virtuais, como roleta, cassino, cujos provedores estão lá na China, que a gente não vai ter como fiscalizar, cujo dinheiro está indo para além das nossas fronteiras, não está sendo internalizado no nosso país, esses jogos virtuais o Senador Romário, acatando emenda nossa – nossa porque foi apoiada por todos –, excluiu do seu relatório. Há o sério risco de o Senador Angelo Coronel, inclusive descumprindo o acordo que fez, colocar de volta no seu relatório. Os jogos virtuais são a fonte da manipulação maior. Se a nossa preocupação durante todo projeto foi com a manipulação de resultados, os jogos virtuais são o caminho mais rápido para essa manipulação.

Como disse o Senador Girão, o lucro das casas de aposta nos jogos reais é de 30%; o lucro das casas de apostas – você, apostador, que nos ouça –, nos jogos virtuais, é de 70%, porque ela manipula: você joga, ganha, fica feliz, daqui a pouco ganha de novo, aí perde, perde, perde, perde, perde, aí ganha, aí você joga de novo, aí joga, está ganhando – "Ah, agora eu vou ganhar" –, aí perde, perde, perde a sua riqueza, a sua fortuna; o seu ganha-pão, o da sua família vai para o ralo, vai para uma empresa lá na China, inclusive, que manipulou o sistema de apostas.

E me admira até que as casas de apostas defendam isso, porque, se a gente quer tratar do jogo do Brasil, vamos tratar num outro projeto. Se for inevitável, que pelo menos gere emprego, que não seja só tecnologia, e o chinês lá, o provedor – ou em qualquer outro país, porque não é específico da China; na Eslováquia, no Leste Europeu – está lá manipulando o resultado dos jogos virtuais, e ele lá ganhando dinheiro.

Então, fica a minha advertência com relação ao descumprimento, que eu espero que não aconteça, do acordo que foi feito com o Senador Angelo Coronel, para que, no seu relatório... Assim como cumpriu o Senador Romário, que, por vontade também, tirou os jogos virtuais...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Isso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... que nunca fizeram parte desse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mais alguém quer...? (*Pausa.*)

Pois não, Senador Izalci...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Há dois destaques.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Hein?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Há dois destaques.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim.

O Senador Izalci na discussão também.

Por gentileza, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para discutir.) – Bem, quero cumprimentá-lo, Kajuru, e também o nosso querido Romário.

É muito bom quando você conhece a matéria e já viveu, conviveu e conhece o que é que acontece na ponta. Eu, muitos anos atrás – 1998, 1997 –, não era nem político, não era nem nada, não era filiado a partido político, mas eu tinha uma sociedade de concessão – tem os Correios, e também Loteria. Trabalhei em loteria em setenta e poucos; quando eu saí do Exército, toquei uma loteria durante um tempo. Essas lotéricas prestam relevante serviço para o Brasil; onde não tem banco, quem cuida para receber a conta de luz, de água, hoje, são os lotéricos. Então, eles têm uma importância fundamental. Mas vêm perdendo receita, porque, com a tecnologia, muita gente aposta pelo celular, já não vai mais na lotérica, entendeu? Então, eles perderam muita arrecadação, e é um grupo muito grande e de interesse público para isso.

Então, eu tenho uma emenda aqui, a Emenda nº 32 – tem várias, mas pelo menos a 32 –, que permite que esses jogos possam ser feitos também através das lotéricas, sem, evidentemente, pagar outorga. Seria autorização da Caixa, porque a Caixa é que controla os permissionários. Então, há um apelo grande para que a gente consiga aprovar isso, para que os lotéricos também possam participar desse jeito.

Então, eu tenho a Emenda 32, e eu pedi aqui ao Senador Portinho que fizesse também esse destaque. Então, eu pediria o apoio de todos. É uma... Viu, Senador Paim? V. Exa., que também é muito ligado a essa área. Precisamos ajudá-los, porque eles estão hoje com muito trabalho, mas com uma remuneração muito pequena. Então, para a sobrevivência deles, essa participação seria muito importante.

Então, peço o apoio de todos os Senadores e Senadoras, para que a gente possa aprovar o destaque incluindo os lotéricos, que são permissionários da Caixa Econômica Federal, nos jogos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Kajuru...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito, Senador Izalci Lucas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... segundo turno, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ainda na discussão agora, com o maior prazer, presente aqui, na Comissão de Esporte, o nosso querido Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidente Romário e Vice-Presidente Senador Kajuru – Romário é o Relator da matéria –, eu vim a esta Comissão, na verdade, hoje, a pedido da Liderança e me dirijo já ao Senador Carlos Portinho, porque sei que o acordo já foi feito. A nossa querida Ministra Anielle não fosse convocada, mas, sim, convidada.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Convidada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já está acordado então, nem vou tocar no assunto.

Mais uma vez, eu cumprimento toda esta Comissão na figura do Senador Romário. Romário, eu conheço sua história e também veio dessa área do futebol, e você, digamos, é um ídolo nacional. Lá no interior do interior do Rio Grande, falamos até hoje no seu nome.

Eu vim aqui para acompanhar o teu relatório, mas percebo que há algum destaque, e vocês estão tentando construir o entendimento. Você já falou comigo, eu vou acompanhar V. Exa. Parabéns pelo relatório. Entendo que é natural que surjam alguns destaques, e aqui vamos construir um caminho de entendimento sob a liderança de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Eu gostaria, embora esteja aqui, presidindo a sessão, de fazer uma observação a todos aqui presentes, especialmente Portinho e Girão, que participaram daquela reunião, que para mim seria prazerosa, e espero que ela tenha sido, com o Senador Angelo Coronel, no gabinete dele inclusive. Então, que a opinião pública tenha conhecimento do que foi conversado. O Presidente Romário estava em missão no Rio de Janeiro, nós conversamos por telefone, e ele tomou conhecimento de tudo, tanto que ele cumpriu a palavra dele, conforme já era de se esperar, pelo caráter histórico do Romário.

Eu estou muito preocupado com o que vai acontecer, porque nós chegamos até um acordo que o Presidente Rodrigo Pacheco, Senador Paim, com toda sua experiência aqui, no Senado, acho que o senhor nunca viu algo igual... Ele disse: "Kajuru, mesmo não constando no Regimento, vai ser histórica essa ideia de vocês de que, no Plenário, haverá uma leitura de três Senadores", mas todos nós alinhados nos três relatórios, num relatório final. Então, o que me preocupa é o que vai acontecer na Comissão de Assuntos Econômicos, na CAE, na semana que vem, se for diferente daquilo que nós acordamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Às 14h de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Vai ser hoje mesmo? Não vai ser mais não.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Não vai ser mais não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não vai ser mais não, na CAE.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – A leitura desse relatório, o Coronel mudou, falou para mim ontem.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Tem uma extraordinária hoje.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Mas não tem...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas não tem o relatório dele, o relatório dele é semana que vem, não é isso? É na semana que vem.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Não falou semana que vem, falou que não vai ser hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pelo que estou sabendo, é na semana que vem.

Então, só para concluir, a Senadora Leila chegou, e ela também tem conhecimento desse entendimento nosso, eu espero que "ah, mas a questão dos jogos online não adianta porque, na hora em que chegar à Câmara, a Câmara vai nos desmoralizar". Eu não entendo que ela vá nos desmoralizar, de forma alguma. Nós vamos mostrar a nossa posição sobre isso, como colocou muito bem o Senador Portinho, que representa essa palavrinha maldita chamada jogos *online* ou cassinos *online*, perfeito?

Então, espero que o Senador Angelo Coronel faça com que aquele acordo seja cumprido e que a gente, no Plenário, de forma histórica, apresente esse relatório de um assunto que é um vespeiro, e a sociedade espera de nós a seriedade em cada item, em cada questão desta medida provisória porque o Brasil inteiro sabe que pressões estão existindo.

Já desde o começo, como lembrou o Senador Girão, quando eu entrei e fui o primeiro a colocar no Plenário do Senado Federal essa matéria. Imagine o que de lá para cá isso aconteceu, com Romário, comigo, com os senhores. Só que, graças a Deus, em nós nada atingiu e nada vai atingir. Esqueçam aqueles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tolos que acham que vão nos convencer daquilo que a gente já tem como convicção, como ideologia e como respeito a essa paixão chamada futebol.

Bem, não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão, e a votação será simbólica do relatório apresentado pelo Senador Romário.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram, ressalvados os destaques. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei nº 3.626/2023, com o acolhimento das Emendas nºs 14-U, 47-U, 48-U e 61, 73 e 96, pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 6-U, 16-U, 17-U, 22-U, 39-U, 40-U, 45-U, 49-U e 74, pela rejeição das demais emendas apresentadas e com as duas emendas que apresentou.

Passemos agora, então, à votação dos destaques.

Colocaremos em votação a emenda destacada aqui, de nº 32.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Posso fazer o encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A votação vai ser nominal. A Secretaria da Mesa da Comissão de Esportes acaba de nos informar.

Pois não, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Só para fazer a defesa. É porque alguns Senadores chegaram agora, e eu preciso reforçar esse destaque.

Nós temos hoje, e eu disse aqui, Senadora Leila, Senador Zequinha, que chegaram agora aqui... Eu disse que é muito bom quando você vota uma matéria e você conhece a fundo o sistema, a organização, a forma como é conduzido.

Eu tive o privilégio porque, na prática, comecei minha carreira trabalhando em lotérica e também na franquia de correio, essas coisas, e sei o quanto é difícil, Senador Kajuru. Nós inclusive votamos, recentemente, uma PEC para que eles pudessem ter uma situação definitiva, porque havia sempre essa perspectiva de cancelar o contrato, essas coisas.

Mas, com a tecnologia, muitos deles perderam muito a arrecadação. E hoje eles prestam serviços relevantes para o Governo, para o país. Onde não tem agência bancária, quem presta esse serviço são os lotéricos. Então, incluir os lotéricos também nesses jogos é importante para sobrevivência deles. E eles são permissionários da Caixa Econômica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu peço o apoio de todos aqui para esse destaque, para essa Emenda 32, que é meritória e faz a diferença para os lotéricos e para o País.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sem nenhuma dúvida, Senador Izalci. Eu prefiro, então – já consultei aqui a Mesa Diretora –, realizar a votação desse destaque, que, na verdade, é uma emenda, a nº 32, do Senador Izalci Lucas, de forma simbólica.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Portanto...

É a 32, não é isso que eu falei? É a Emenda 32. (*Pausa.*)

A 32 é do Izalci, não é isso? Então, essa já está aprovada de forma simbólica, perfeito? É isso? Não? (*Pausa.*)

Essa é de quem? (*Pausa.*)

Que é a do Izalci? (*Pausa.*)

Ah, perfeito. (*Pausa.*)

Porque, na verdade, foi uma sugestão do Senador Izalci, mas quem apresentou foi o Senador Portinho, perfeito? Para que não haja dúvida, não é? Perfeito.

Então, os Senadores que rejeitam a emenda permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Que o Portinho apresentou. Que é da lotérica. (*Pausa.*)

Então, para a votação? (*Pausa.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente. Qual a emenda que nós estamos votando?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senadora Leila do Vôlei.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Pela ordem.) – Não, é só para entender qual que nós estamos votando agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É a questão das lotéricas.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Correto?

Então, volto. (*Pausa.*)

Os Senadores que rejeitam a emenda permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

Então, vamos para a votação nominal. É isso?

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Aqui a secretaria informa que, como não houve o acordo, tem que ir para nominal.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, aqui. Olha aqui.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, vamos facilitar.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bem, bem, deixe-me só dar uma palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não.

Eu me perdi aqui...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Eu, como Relator, não acatei esse destaque do Senador Izalci. Tanto é que não está aqui, no projeto. Mas depois, ouvindo aqui a sua fala e pensando, eu também concordo e votarei a favor do Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Só para deixar claro, eu não me perdi, não, diz a Secretaria que eu fiz o que tinha que fazer aqui então. Então, está tudo esclarecido?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Está tudo esclarecido?

Olha o Petecão! Grande Senador Petecão! (*Pausa.*)

Então, aprovada a Emenda nº 32.

Eu, então, neste momento, retorno até o próximo destaque. Cadê? Desculpe. Que é o do Senador Eduardo Girão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Que é o nº 42, não é isso? (*Pausa.*)

Também de forma simbólica?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não. Esse é em parte.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – É simbólico também.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Simbólico também, não é? Simbólico, não é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É a Emenda nº 38, não é isso?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – É a 38.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É a 38, estou certo?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, a Emenda nº 38, do Senador Eduardo Girão, está colocada em votação simbólica.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, aprovada a Emenda nº 38, do Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Com o voto contrário do Senador Romário...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Com o voto contrário do Senador Romário e também da nossa próxima Governadora do Distrito Federal, Leila do Vôlei. Aí tem que fazer um acordo com o Izalci, para o Izalci não brigar comigo. Vocês dois juntos, porque Brasília não aguenta mais tanto em "enganeis". O Romário está rindo aqui. (*Pausa.*)

Senador Sérgio Petecão, o senhor deseja apresentar um destaque?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, mas nesse a gente já fez o acordo, não fez? Esse vai ficar para o Senador Angelo Coronel, na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador kajuru, eu, como Presidente da Comissão de Segurança, creio que esse destaque que V. Exa. iria apresentar é muito importante e me preocupa, porque o recurso, na proposta que o meu amigo e irmão Romário apresenta, o dinheiro vai sair do Governo para a Polícia Federal. A sua proposta é que o dinheiro saia da arrecadação dos jogos e se faça o repasse para a Polícia Federal. É isso?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador, só para o senhor entender, para V. Exa. entender, essa emenda eu acatei do Kajuru.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Certo.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu acatei exatamente essa emenda do kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ela começou comigo.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ela começou com ele. Só para o senhor entender, eu acatei exatamente a emenda que ele pediu a mim.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, mas ele está falando do Angelo Coronel. O que tem a ver?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Angelo Coronel será o próximo Relator na CAE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ah tá.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E a ideia seria aprovar...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Então, você já acatou a emenda do...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Acatei. Só que existe um pedido da Polícia Federal de retirar isso. Eu já tinha feito o meu relatório acatando essa emenda.

E onde entra o Senador Angelo Coronel nisso? A gente conversará com ele, após esta Comissão, para ele retirar do seu relatório essa emenda.

Mas, só para entender, eu fiz exatamente o que o nosso Presidente agora pediu. Hoje, ele veio fazer esse pedido para eu retirar essa emenda, e eu não acatei esse pedido dele, que foi o pedido que ele fez para eu acatar.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, a minha preocupação é a de que, hoje, nós já temos problema de recurso na segurança pública. Aí você vai tirar recurso da segurança pública para poder repassar para a Polícia Federal? Esse recurso para a Polícia Federal investigar e ter condições teria que vir de um fundo dos jogos, entendeu? A minha preocupação é tirar recurso do Ministério da Justiça.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por exemplo, eu não posso tirar essa emenda porque eu já me comprometi com a Polícia Federal. Então, na minha situação, fica complicado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu não estou entendendo.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu também não estou entendendo, mas eu quero passar para V. Exa. o que aconteceu.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Até porque quem vai fazer a investigação é a Polícia Federal.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Exatamente isso.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, porque, na verdade, a informação que chega para mim aqui, da minha assessoria, é de que a Polícia Federal não queria que tirasse do fundo lá do ministério. Só isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi por isso que a Polícia Federal pediu, porque não era justo, não é? Ia tirar do recurso de onde já está vindo.

Nós queremos que o recurso saia da arrecadação dos jogos, porque estava tirando do ministério já. Já estava tirando de onde é o recurso deles. Não ia adiantar nada.

Consegue me entender, Kajuru?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu consigo entender.

Apenas houve um acordo em nossa conversa com o Senador Angelo Coronel de que haveria um alinhamento do nosso relatório, tanto que no Plenário haveria até uma leitura histórica com os três Senadores.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É porque...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu não vejo nenhum problema quanto ao que propôs o Senador Romário e não imagino que o Senador Angelo Coronel vá discordar do que nós vamos propor a ele – perfeito? –, porque ele concordou, na reunião que fizemos com ele, que a Polícia Federal tem que ter a participação dela independentemente de qualquer outro segmento, porque não tem ninguém mais importante do que ela.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, mas o recurso não pode vir do ministério, porque a Polícia Federal hoje já recebe o recurso do ministério – entendeu? Foi por isso que eles pediram para abrir mão, porque ela já recebe.

O que nós queremos é que o recurso vá da arrecadação dos jogos – é isso, só isso – e não do fundo, porque do fundo ela já recebe.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Como é que ficou a redação do relatório com relação a esse ponto? Porque, de fato, o ideal é isso mesmo, que parte dessa arrecadação...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – ... seja direcionada diretamente para o orçamento da Polícia Federal.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Porque, senão, você está tirando do próprio fundo, que já é...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Que já é dele. Está tirando do dinheiro deles.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu entendo perfeitamente o pensamento de V. Exa. Eu quero só dizer que acatei em 100% a emenda do nosso Jorge Kajuru. Veio desse jeito e eu acatei desse jeito.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – A emenda é do senhor, Senador Kajuru?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A emenda é minha.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – É nessa linha?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É rigorosamente nessa linha.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, mas tirando o recurso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, tirando o recurso do ministério, não é isso? (*Pausa.*)

Não, não é isso. Está havendo um mal-entendido.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Não é mal-entendido, mas o Romário acabou de dizer: acatou a emenda do Kajuru, que é para tirar da arrecadação.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Não, da arrecadação dos jogos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Dos impostos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Não...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – É das apostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Das apostas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Das apostas.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Das apostas?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É, evidente, dos 18%.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não é isso que está aí na proposta do Kajuru, não. Não é isso, Romário.

A minha assessoria está aqui me informando...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Por isso que era importante ver a redação. Qual que é? (*Pausa.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É só questão de ajustar, porque não é justo, Romário.

Hoje nós já temos problema na segurança. O dinheiro que está passando para a Polícia Federal já é da Polícia Federal. Nós queremos é que um percentual das apostas vá para a Polícia Federal, é isso. Você consegue me entender? É o dinheiro do jogo para a Polícia Federal fiscalizar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, eu queria só dar um encaminhamento, porque eu considero legítima a colocação do Senador Petecão e nós estamos alinhados, todos nós aqui estamos alinhados com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Estamos falando do mesmo assunto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Estamos falando do mesmo assunto e temos a mesma preocupação.

O que é que acontece?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só a fonte que é diferente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só a fonte que é diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Meu Presidente querido Romário, é o que é mais importante, porque hoje nós temos um problema de recursos lá no Ministério da Justiça.

O que nós estamos querendo é tirar um percentual dos jogos para a Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Dos impostos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Da arrecadação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Da arrecadação.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O imposto é o dinheiro público.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O encaminhamento que eu faço, Sr. Presidente, se o nosso querido Senador Petecão concordar... O senhor está na CAE também, se eu não me engano? Não faz parte da Comissão de Assuntos Econômicos?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Eu sou da Segurança, por isso que eu estou preocupado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, o senhor é o Presidente da Segurança, mas eu acho que o senhor é membro da CAE também, se eu não me engano.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E eu no momento estou na CAE.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu também estou na CAE, o Senador Romário e o Senador Izalci.

O que a gente pode fazer? Esse relatório é um relatório paralelo, ele não vai para a CAE, mas existe um acordo feito com o Senador Angelo Coronel, em que sentou eu, o Senador Kajuru e o Senador Portinho, nós estivemos durante mais de uma hora lá no gabinete dele...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – E por que nós não evitamos essa briga? O Romário é um craque. Ele dá um drible, tira isso aí e acabou...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, mas aí... Deixe-me falar. A minha sugestão – e nós concordamos aqui com o senhor – é a seguinte: esse é um relatório paralelo; lá na CAE vai ser o relatório final que vai para o Plenário, não é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Perfeito.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Vai para o Plenário, e lá alinhado...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Lá, alinhado com esse relatório. O que a gente pode fazer? A única mudança que a gente pode fazer... Eu vou brigar com o senhor lá, nós vamos estar juntos. A única mudança desse relatório para o relatório da CAE seria essa fonte.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A mudança da fonte.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Seria a questão da fonte da Polícia Federal.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Tá, eu estou entendendo-o. Eu espero que você... Mas, se nós podemos evitar esse problema lá, por que nós não evitamos aqui na nossa Comissão?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Porque eu acho que regimentalmente não dá mais para ele fazer isso, porque não tem destaque. Tem destaque?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas o Kajuru não já tinha aceitado? O Senador Romário não já tinha aceitado o destaque?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É porque, no momento em que eu conversei com o Senador Romário, com o Presidente, o Senador Petecão não estava aqui. Perfeito?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É verdade. Mas, quando me colocaram aqui, eu fiquei preocupado. Eu, como Presidente da Comissão, lá na Comissão de Segurança, todos os dias nós discutimos o orçamento para a segurança, porque nós temos problema de orçamento. Aí tirar o dinheiro do ministério para botar para a Polícia Federal... O dinheiro do ministério já vai para a Polícia Federal. O que nós queremos é mais uma fonte para ajudar a nossa polícia, só isso. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, então, vamos chegar aqui a um denominador comum.

Vamos colocar em votação o destaque.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito? Pode ser assim? Pode ser assim? Concordamos? Concordamos? (*Pausa.*)

Leila? Leila, concordamos?

Vamos de votação simbólica...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Não, eu concordo. Pode ser destaque, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pode ser?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Você entendeu...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Eu entendi, eu entendi.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A gente só está dando a última palavra a V. Exa. Você é mulher. Você que decide aqui entre nós. Só tem homem aqui.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Ai, ai.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Romário, eu quero até que você me perdoe por eu levantar essa questão, porque lá na Comissão de Segurança – e o meu Vice-Presidente está do seu lado aí – um dos temas que nós discutimos todos os dias é a falta de recursos para a segurança.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu vou até votar a favor de V. Exa. (*Risos.*)

Eu até votarei a favor de V. Exa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Pela ordem.) – Olha só, pela ordem, Sr. Presidente. Eu não sou do futebol, mas eu não costumo entrar em bola dividida. Entendeu? Eu observo, depois...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Girão, querido, Senadora Leila, Senador Izalci e Senador Petecão, esse meu destaque em relação à Polícia Federal, para a gente fazer a votação simbólica aqui, eu preciso de mais três Senadores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Eu vou buscar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito? Mais três Senadores aqui? (*Pausa.*)

Aqui? Aqui mesmo ou mais três fora daqui? (*Pausa.*)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Os três já estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Os três já estão aqui.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Na verdade, tem quatro contando comigo também.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Se vocês apoiam, está resolvido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, pronto. Então, está aprovado, é isso?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – É isso. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Agora vem a votação nominal? (*Pausa.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Já tem acordo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A Secretaria está dizendo que tem que haver agora a votação nominal.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Tem como ler o destaque?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nós aprovamos o requerimento do destaque.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Tem como fazer a leitura desse destaque, por favor? Da emenda? Só para todos ficarem inteirados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Cadê? A Carol o tem aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – A gente faz nominal.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Petecão, o senhor faz a leitura.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Senador Petecão vai fazer a leitura da emenda.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O destaque passa a ser meu, é isso? O destaque passa a ser meu, não é? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Cuidado com o tamanho da letra, hein, Petecão? (*Risos.*)

A Secretaria acaba de informar que nós podemos fazer a votação simbólica.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Boa!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pronto, aí fica resolvido.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Tenho que ler o destaque?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não. Agora é só fazer a votação simbólica.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Vamos embora!

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Já está lido.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Acabo de receber uma ligação da Polícia Federal de que não houve essa orientação – viu Romário? – de retirar o dinheiro do fundo da Justiça.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, vamos colocar para votação simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Vamos, então, para a votação.

Votação simbólica.

O número, por fineza?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – O número do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O número do destaque, Carol, o número do destaque, que é, na verdade, a emenda.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Alíneas "a"e "b" do §1º... Não é isso, não, não é?

Art. 51...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Qual é o número?

Em função da minha visão, o Presidente Romário faz a leitura, por fineza.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) –

> Requeiro, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da redação do inciso II, alínea "a" e "b" do §1º-A, art. 30, na forma do art. 51 do PL 3.626/2023, que "dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nºs 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e dá outras providências.

É isso.

Lido o requerimento, pode colocar para..

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito, Presidente Romário.

Então, vamos imediatamente à votação simbólica.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Portanto, acordo feito, tudo tranquilo, o diálogo prevaleceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Não há mais nada a discutir sobre esse assunto.

Vamos diretamente agora ao item 4.

Agradeço o entendimento de todos aqui presentes, mostrando a responsabilidade...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Quero agradecer ao nosso Presidente Romário. Obrigado, Romário. Obrigado, Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Que isso!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Também quero agradecer o apoio à Emenda 32.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Também quero agradecer o apoio de todos à Emenda 42. Muito obrigado.

Parabéns pelo excelente trabalho que foi feito aqui nesta Comissão, espelho para o mundo. O que nós fizemos aqui é um espelho internacional nesse caso delicado de apostas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu só espero que essa sintonia que houve aqui hoje seja repetida na Comissão de Assuntos Econômicos, depois de toda a nossa conversa com o Senador Angelo Coronel, porque aí, sim, faremos história, como disse o Presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, no dia da leitura final no Plenário, que, se Deus quiser, ainda será neste mês de novembro, e a Comissão de Esportes marcará o seu primeiro golaço na Presidência do histórico Romário e de todos nós lado a lado com ele.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – Presidente Romário, é só para registrar aqui a presença do Vereador Rozeno, lá de Acrelândia, que veio só para ver o Romário. Ele já é fã do Romário e disse que, com essa atitude do Romário, ele ficou mais fã.

Levante-se aí, Rozeno.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É claro que ele veio aqui para ver o Romário, não é?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – E você também, Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, o Romário.

Agora eu, se fosse ele, primeiro queria ver a Leila. (*Risos.*) E ele está vendo a Leila.

Bom, o item 4 é a tramitação conjunta...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem, Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Pela ordem.) – É só para... Eu não sei se os Relatores estão aqui, mas eu tenho dois relatórios para fazer – item 3 e item 5 – e quero pedir a inversão de pauta, se for o caso.

E outra coisa: quero só para parabenizar o Senador Romário pelo excelente trabalho e pela capacidade, com certeza uma habilidade desenvolvida no esporte, de dialogar com todos e com todas as diferenças.

Parabéns, Senador Romário!

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senadora Leila!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Romário lembrou aquele drible que ele deu no Amaral. Alguém aqui se lembra? (*Risos.*) Lembram aquele drible no Amaral, dentro da área?

Enfim, em relação – Secretaria, por fineza – ao que apresentou a Senadora Leila do Vôlei aqui sobre os itens 3 e 4, ou melhor, 3 e 5 – perdão... (*Pausa.*)

Vou devolver a Presidência, evidentemente, ao nosso querido irmão Romário, para que ele faça a inversão da pauta, porque a Senadora Leila do Vôlei está aqui presente, agora os outros Relatores não estão presentes. Perfeito?

Então, vamos retornar a Presidência da Comissão de Espores ao nosso querido irmão Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Item 3.

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI N° 11, DE 2022

- Não terminativo -

Altera as Leis nº 9.615, de 24 de março de 1998, e nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Desportos Eletrônicos (CBDEL) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)

1ª PARTE

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI N° 1779, DE 2022

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Desportos Eletrônicos (CBDEL) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela rejeição dos Projetos de Lei nº 11, de 2022 e nº 1.779, de 2022.

Observações:

As matérias serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Passo a palavra agora à Senadora Leila do Vôlei para fazer o seu relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Romário.

Eu vou à leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vêm à análise da Comissão o Projeto de Lei nº 11, de 2022, da Senadora Rose de Freitas, que inclui a Confederação Brasileira de Desportos Eletrônicos (CBdel) no Sistema Nacional do Desporto e destina-lhe recursos oriundos da arrecadação de loterias de prognósticos numéricos; e o PL nº 1.779, de 2022, da mesma Senadora, que possui idêntico teor.

As proposições tramitam em conjunto. O art. 1º propõe alterar a Lei Pelé para incluir a CBdel na lista das entidades integrantes do Sistema Nacional do Desporto, além de prever que a entidade constituirá subsistema específico do sistema.

O art. 2º altera a Lei das Loterias para:

i) destinar recursos da loteria para a CBdel, por meio do remanejamento de recursos destinados ao Comitê Olímpico do Brasil (COB) e ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB);

ii) determinar que a CBdel receberá os recursos diretamente dos agentes operadores;

iii) incluir a CBdel no rol de entidades que deverão utilizar os recursos de loterias exclusivamente em programas e projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, e no custeio de despesas administrativas;

iv) prever a possibilidade de acordo para repasse de recursos da Federação Nacional dos Clubes (Fenaclubes) para a CBdel; e

v) determinar que a aplicação dos recursos será fiscalizada pelo TCU.

Na justificação, a autora afirma que a CBdel é a representante nacional federada à Confederação Panamericana de Esportes Eletrônicos e ao Consórcio de eSports Mundial. Por isso, acredita que deva fazer parte do Sistema Nacional do Desporto e receber recursos oriundos da loteria, como outros comitês e confederações já recebem.

Os projetos não receberam emendas e foram distribuídos à análise da CEsp (Comissão de Esporte) e da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), que se manifestará em decisão terminativa.

Análise.

No mérito, somos contrários à aprovação da matéria. De fato, consideramos um equívoco a inclusão explícita da CBdel no Sistema Nacional do Desporto, ao lado de entidades como o COB e o CPB. Veja-se que o art. 13 da Lei Pelé faz referência às entidades nacionais de administração do desporto como integrantes do Sistema Nacional. Assim, sendo a CBdel uma entidade nacional de administração do esporte eletrônico, a entidade já faz parte do Sistema Nacional do Desporto.

Ademais, não se pode olvidar que o esporte eletrônico possui diversas entidades representativas, todas igualmente reconhecidas pela legislação brasileira. Dessa forma, não enxergamos motivos plausíveis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a inclusão de uma dessas entidades em lei, em detrimento de todas as outras. Além disso, esse rol não contempla nenhuma entidade que represente especificamente uma modalidade esportiva, mas organizações que atuam em movimentos de mais amplo espectro, como o olímpico, o paralímpico e o clubístico.

Da mesma forma, somos contrários à destinação de recursos de loterias à CBdel. Como já dissemos, são diversas as entidades representativas do esporte eletrônico em nosso país. Os princípios da isonomia e da impessoalidade nos impedem de criar favorecimento a uma delas. É importante ressaltar que as entidades de administração do desporto beneficiadas com repasses de loterias recebem essas verbas por meio do COB ou do CPB, representantes das modalidades olímpicas e paralímpicas no território nacional. Outrossim, não é demais lembrar que a destinação de recursos de loterias ao esporte nacional, desde sua origem, teve o objetivo de desenvolver o esporte de alto rendimento, por meio do financiamento de modalidades olímpicas e paralímpicas.

Finalmente, por reconhecermos a relevância dos esportes eletrônicos e suas particularidades, somos contrários aos projetos em análise, por entender que eles buscam, artificialmente, conferir legitimidade e primazia a uma organização, preterindo tantas outras que atuam para o desenvolvimento do setor.

O voto.

Ante o exposto, o voto é pela rejeição dos Projetos de Lei nºs 11 e 1.779, ambos de 2022.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senadora Leila.

Em discussão o relatório.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para discutir...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Portinho, por favor, com a palavra.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Presidente Romário, eu quero fazer coro à iniciativa da Senadora Leila – eu já me manifestei antes –: acho esse um erro estratégico enorme dos esportes eletrônicos.

A origem dos esportes eletrônicos é a tecnologia. É lá que tem os recursos: no Ministério da Ciência e Tecnologia. Querer disputar os recursos, que já são escassos, com as entidades de esporte, com a promoção do esporte não é nem inteligente, porque eles têm um caminho para ter recursos. O Governo tem que apoiar os esportes eletrônicos, mas através do Ministério da Ciência e Tecnologia. Os eventos de disputa de competição devem ser apoiados – porque são tecnologia – pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Querer disputar e dividir o parco recurso da cultura e o parco recurso dos esportes é um erro estratégico, porque as confederações já disputam esses recursos entre si, e não cabe a todos, a gente sabe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero aqui, mais uma vez, alertar para o erro estratégico que cometem as instituições que lideram a representatividade dos esportes eletrônicos. É o Ministério da Ciência e Tecnologia! Não é nem discutir se é esporte, se é cultura; é tudo! Não tenho dúvida, é competição! É cultura quando eles transformam o jogo em filme, mas o recurso, na origem, é o da sua natureza jurídica inicial: é tecnologia, é desenvolvimento tecnológico.

Nós somos da geração dos anos 80, jogávamos jogos eletrônicos, como aquele Donkey Kong, naquele aparelhinho... Evoluiu a tecnologia! A tecnologia que fomenta os esportes eletrônicos ajuda no desenvolvimento tecnológico da nação, do mundo, tem um papel fundamental como instrumento de ciência e tecnologia. É um erro estratégico – repito. Não é ser contra ou a favor, não é uma discussão tão simples assim! E também não é uma discussão de "eu quero ficar nessa caixinha porque ali tem recurso". Não é o recurso que move a natureza jurídica da atividade; é a sua própria origem!

Eu acompanho o relatório da Senadora Leila, contrário ao PL em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário aos projetos.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 5.

1ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 2889, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a lei 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Torcedor.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. Em 29/08/2023, recebido novo relatório da senadora Leila Barros.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para a leitura do seu relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Como Relatora.) – Bom, primeiramente, eu gostaria de reforçar aqui a presença do autor do projeto, o Senador Cleitinho, que teve uma excelente iniciativa...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Seja bem-vindo, Senador.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – ... pela sensibilidade e pela importância realmente meritória desse projeto que eu vou relatar agora. É não terminativo, mas espero que ele avance rapidamente na Casa.

Parabéns, Senador Cleitinho!

Bom, vou ao relatório.

Vem ao exame da Comissão o Projeto de Lei nº 2.889, de 2023, do Senador Cleitinho, que altera a Lei 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Torcedor.

A proposição inclui "atos de racismo" no crime previsto no art. 41-B do Estatuto de Defesa do Torcedor, que tipifica a promoção de tumulto e a prática de violência em eventos esportivos.

Acrescenta também parágrafo no art. 41-B para proibir o comparecimento do autor do crime de racismo, pelo prazo de cinco anos, a locais onde se realizem eventos esportivos.

Na justificação da matéria, o autor destaca os recentes casos de racismo envolvendo atletas brasileiros ocorridos no Brasil e no exterior, reforçando que essa é uma prática inaceitável.

O projeto foi distribuído para análise desta Comissão e da CCJ, que se manifestará em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

Análise, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista que a matéria irá à CCJ, ficará a cargo daquela Comissão a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

No mérito, concordamos com o autor sobre a inadmissibilidade de condutas racistas em todos os contextos sociais, incluindo os eventos esportivos. De fato, essa prática odiosa em nada se coaduna com os valores propagados pelo esporte, como a inclusão e o respeito às diferenças.

Todavia, propomos alguns ajustes ao projeto, para que a pena cominada ao crime de racismo, quando cometido em eventos esportivos, não seja atenuada, como poderia ocorrer caso a proposição fosse aprovada em sua forma original.

O Estatuto de Defesa do Torcedor foi recentemente incorporado e revogado pela Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, que institui a Lei Geral do Esporte. A previsão contida em seu art. 41-B passou a constar do art. 201 da Lei Geral do Esporte.

Note-se que a pena cominada ao crime ali previsto é a de reclusão, de um a dois anos, além de multa. Assim, incluir a conduta da prática de racismo em eventos esportivos nesse tipo penal significaria impor a esse crime a mesma pena privativa de liberdade, de reclusão de um a dois anos.

Ocorre que tanto a Lei Geral do Esporte quanto a Lei nº 7.716, de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, preveem penas mais graves para os casos de racismo ou injúria racial.

A Lei Geral inovou em relação ao Estatuto de Defesa do Torcedor, que não fazia referência a casos de racismo. De fato, o §7º do art. 201 da Lei Geral afirma que as penalidades serão aplicadas em dobro quando se tratar de casos de racismo ou de infrações cometidas contra as mulheres.

A seu turno, a Lei 7.716, de 1989, após recente alteração promovida pela Lei 14.532, de 2023, equiparou o crime de injúria racial ao de racismo. Desse modo, a pena cominada ao delito de injúria racial passou a ser de reclusão de dois a cinco anos, além de multa.

O parágrafo único do art. 2º-A estabelece que a pena será aumentada de metade se o crime for cometido mediante concurso de duas ou mais pessoas, como é comum ocorrer no contexto de eventos esportivos.

Ademais, convém ressaltar disposição contida no §2º-A do art. 20 da Lei nº 7.716, de 1989. Segundo esse dispositivo, se houver discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional no contexto de atividades esportivas, religiosas, artísticas ou culturais, além da pena de reclusão, de dois a cinco anos, deverá ser determinada a proibição de frequência, por três anos, a locais destinados a práticas esportivas, artísticas ou culturais destinadas ao público. Note-se que essa não é uma pena alternativa, mas cumulativa com a de reclusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, propomos substitutivo para refletir as recentes alterações legais. Para isso, retiramos a referência aos casos de racismo no §7º do art. 201 da Lei Geral e propomos um novo parágrafo, cominando ao crime de racismo em eventos esportivos a mesma pena prevista na Lei 7.716, de 1989.

Acreditamos que essas alterações aprimoram o projeto do Senador Cleitinho e vão ao encontro do anseio dele, que é o autor.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.889, de 2023, na forma do substitutivo já apresentado a todos os Senadores, Sr. Presidente.

Mais uma vez, eu gostaria de parabenizar a iniciativa do Senador Cleitinho, que, juntamente com o trabalho nosso promovido na Lei Geral...

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. *Fora do microfone*.) – Ficou perfeito...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Ficou perfeito o substitutivo, que agora nós apresentamos para deliberação aqui na Comissão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senadora Leila.

A matéria está em discussão.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Cleitinho, com a palavra.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero primeiro agradecer a toda a Comissão de Esporte aqui, a todos vocês aqui. Vocês são ídolos meus. Então, por estar participando desta Comissão aqui e poder deixar minha parcela de contribuição, fico muito honrado e muito feliz.

Quero agradecer à nossa Relatora aqui, porque eu venho sempre aprendendo com ela. Ela só abrilhantou mais esse projeto.

E esse projeto aqui é da Comissão de Esporte. A gente não quer racismo em lugar nenhum. Não existe mais racismo no Brasil, mas a gente vê com frequência dentro dos estádios, dentro dos esportes, essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação de racismo. Então, a gente tem que banir isso. Tem que ser é preso, não tem que conviver em sociedade uma pessoa que não sabe conviver com o ser humano. Então, esse projeto é para isto: para poder combater o racismo. Que a gente possa tramitá-lo em outras Comissões para já estar apto a Plenário, para a gente votá-lo para virar lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador.

Senadora, parabéns.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Como Relatora.) – Senador, pela ordem.

Só reforço aos membros desta Comissão que estarão na CCJ: o projeto é terminativo lá. E já peço o apoio de todos para aprovação dessa excelente iniciativa do Senador Cleitinho.

Obrigada.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O meu já tem, evidentemente. Eu sou da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CEsp (Substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 3608, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, que dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências, para exigir das empresas que veiculam publicidade da administração pública federal a divulgação de eventos esportivos não cobertos pelos meios de comunicação.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. Em 19/09/2023, recebido novo relatório do senador Sérgio Petecão.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Petecão para leitura do seu relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Parecer da Comissão de Esporte sobre o Projeto de Lei nº 3.608, de 2021, de autoria, como já foi dito por V. Exa., do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que altera a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, que dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências, para exigir das empresas que veiculam publicidade da administração pública federal a divulgação de eventos esportivos não cobertos pelos meios de comunicação.

Presidente, vou direto aqui à análise.

Nos termos do art. 104-H, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CEsp opinar sobre o mérito de matérias que versem sobre políticas públicas de incentivo e desenvolvimento da prática esportiva.

As inovações propostas pelo PL em análise são meritórias. Concordamos com o autor do projeto quando afirma que a divulgação de eventos locais, regionais e nacionais de modalidades olímpicas pouco conhecidas ou que têm pouca cobertura da mídia pode contribuir para atrair novos praticantes e para estimular aqueles que já praticam esses esportes a intensificarem seus treinamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De fato, toda divulgação, especialmente para modalidades esportivas menos populares, é bem-vinda. Os eventos de cunho local e regional são os que notadamente possuem menos acesso a recursos financeiros e patrocínios, muito embora o projeto também inclua os eventos de esfera nacional.

Vou ao voto, Sr. Presidente.

Voto.

Conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.608, de 2021, na forma do substitutivo apresentado a seguir:

> EMENDA Nº -CEsp
> PROJETO DE LEI Nº 3.608, DE 2021 (SUBSTITUTIVO)
> Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, que "institui a Lei Geral do Esporte", para dispor sobre a divulgação de competições e modalidades esportivas não cobertas pelos meios de comunicação.
> [...]

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador Sérgio Petecão. Parabéns pelo relatório.

Parabéns ao Senador Veneziano Vital do Rêgo pelo projeto.

A matéria está em discussão. Os Senadores e as Senadoras que queiram discutir... (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 da CEsp (Substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Item 7.

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 3739, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, para incluir a promoção gratuita de atividades desportivas entre as atividades passíveis de serem realizadas pelas entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Favorável ao projeto e à Emenda nº 1, nos termos das duas emendas que apresenta.

Observações:

1. Em 18/10/2023, recebida a Emenda nº 1, de autoria da Senadora Mara Gabrilli.

2. Em 25/10/2023, recebido novo relatório do Senador Nelsinho Trad, favorável ao projeto e à Emenda nº 1, nos termos das duas emendas que apresenta.

3. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Sr. Senador, botafoguense, Nelsinho Trad, para o seu relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Obrigado, Presidente Romário.

Sei que V. Exa. tem um apreço especial pelo meu time, porque foi um dos times contra o qual mais gols V. Exa. fez. (*Risos.*)

Ele dava sorte contra o Botafogo, seja no Vasco, seja no Flamengo, seja no América; onde ele jogava, quando jogava contra o Botafogo, esse cara fazia um gol.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – É, ué, ele gosta do time...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E respeito.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – E respeita. E sei que, lá no fundo, está torcendo para nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Já vi que o senhor nunca jogou futebol, Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Eu peço licença aos nobres colegas, com a permissão do Presidente Romário, para ir direto à leitura do voto, uma vez que a juridicidade, a constitucionalidade e a regimentalidade estão todas adequadas.

Concedem?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Perfeito. Então, ao voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.739, de 2023, bem como da Emenda nº 1, na forma das emendas a seguir:

> EMENDA Nº -CEsp
> Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 3.739, de 2023, a seguinte redação:
> "Altera a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, para incluir a promoção gratuita de atividades esportivas e paradesportivas entre as ações passíveis de serem realizadas pelas entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público."
>
> EMENDA Nº -CEsp
> Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 3.739, de 2023, a seguinte redação:
> "Art. 1º O *caput* do art. 3º da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIV:
> 'Art. 3º .....
> .....
> XIV – promoção gratuita de atividades esportivas e paradesportivas.
> .....'(NR)".

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador Nelsinho Trad.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem mais queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável do projeto, com as Emendas nºs 2 e 3, desta Comissão.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Vou fazer a leitura dos meus relatórios.

Passo a Presidência ao Senador Kajuru, meu irmão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) **–** Irmão, Presidente Romário.

1ª PARTE

ITEM 4

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI N° 75, DE 2023

- Terminativo -

Inscreve o nome de Edson Arantes do Nascimento (O Rei Pelé) no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

1ª PARTE

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI N° 78, DE 2023

- Terminativo -

Inscreve o nome de Edson Arantes do Nascimento, Pelé, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei nº 75, de 2023, nos termos da emenda que apresenta, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 78, de 2023.

A relatoria evidentemente, por se tratar de Pelé, só poderia ser de quem, juntamente com ele, está entre os três maiores jogadores da história do futebol mundial, o Senador Romário.

Concedo, então, a palavra ao Senador Romário para a leitura do seu relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado pelo elogio, Senador Kajuru.

Vou direto à análise, Presidente.

Nos termos do art. 260, inciso II, alínea "b", do Risf, terá precedência, na tramitação em conjunto, o projeto mais antigo sobre o mais recente, quando originários da mesma Casa. Desse modo, no caso concreto, é necessária a apreciação do projeto mais antigo e, no caso da aprovação deste, deve ser formalmente declarado prejudicado o projeto mais novo.

Não observamos, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade, tampouco identificamos falha de natureza regimental.

No que diz respeito ao mérito, cremos na importância ímpar do projeto.

Com relação ao tema, importa destacar que, no Brasil, é regida pela Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, a inscrição de nome no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, monumento localizado em Brasília, construído em homenagem ao ex-Presidente Tancredo Neves.

Nos termos da referida lei, são merecedores da distinção brasileiros e brasileiras, individualmente ou em grupo, que tenham oferecido a vida à pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo.

A mesma lei reduziu o tempo necessário para que uma personalidade pudesse ser homenageada após sua morte, mediante inscrição de seu nome no Livro de Aço, reduzindo de 50 para 10 anos o prazo necessário.

De modo geral, existe uma estranha tradição, na humanidade, de somente valorizar determinados atos com a passagem do tempo. E, não raramente, uma grande personalidade tem seu nome apagado no limbo do esquecimento em razão da obrigatoriedade de transcurso de um prazo.

Para que, novamente, a lei não seja alterada de forma geral para atender a um caso excepcional. Estamos apresentando uma emenda de forma que a homenagem seja acolhida, neste momento, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconhecimento tanto à grandeza de Pelé quanto ao clamor público para que este Parlamento não deixe passar em vazio um momento tão marcante na história da nação.

Pelé foi o maior esportista na prática do esporte mais popular do mundo, pelo que recebeu o título informal e popular de Rei do Futebol.

Sem uma intenção formal, Edson Arantes do Nascimento transformou-se em um extraordinário embaixador do Brasil, em cada nação por onde andou. Ocupando o cargo de Ministro dos Esportes durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, Pelé foi o trunfo da diplomacia brasileira nas missões internacionais e também foi decisivo para impactar positivamente a autoestima da população negra.

Pelo seu caráter universal, em 1991, foi apontado pela imprensa europeia como uma das cinco pessoas mais famosas do mundo. Fala-se que sua presença em país vivenciando um conflito armado foi capaz de interromper as hostilidades, enquanto seu time se apresentava no local.

Durante sua carreira, Pelé fez 1.282 gols, em 1.366 partidas oficiais, com uma média de 0,93 gol por partida.

Edson Arantes do Nascimento morreu em 29 de dezembro de 2022, aos 82 anos de idade. Por tudo o que representou com toda a sua competência esportiva e genialidade humana, Edson Arantes do Nascimento dignificou e honrou o seu País. O pedido para a inclusão de seu nome no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria deve ser cercado de excepcionalidade, assim como foi sua vida.

O voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, conforme do Regimento, o voto é pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 78, de 2023, e pela aprovação do Projeto de Lei nº 75, de 2023, com a emenda que a seguir oferecemos:

> EMENDA Nº - CEsp (ao PL nº 75, de 2023)
> Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Lei nº 75, de 2023:
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observando-se para o registro o transcurso de dez anos da morte do homenageado, conforme exigência expressa do art. 2º da Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Que a imprensa mundial propague esse relatório que acaba de ser apresentado pelo Senador Romário e pelo Presidente desta Comissão de Esportes.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, vou diretamente informar que a votação será nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o Projeto de Lei nº 75, de 2023, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Srs. Senadores já podem votar.

Podem iniciar a votação.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Enquanto há a votação, posso seguir aqui, Secretaria?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Senador Kajuru...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Vim pedir aqui... Acho que a gente merece, na aprovação desse projeto, fazer uma salva de palmas ao nosso ídolo do esporte, como tantos outros que um dia receberão a mesma glória, os meus ídolos, além de Pelé, Zico, Romário e tantos outros que vestiram a camisa do Flamengo. Pelé vestiu, eu estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu não tinha essa idade. (*Risos.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu venho pedir aí uma moção física de aplausos ao aprovarmos esse projeto...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É claro.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... em memória do nosso ídolo maior. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O inesquecível Pelé!

Para quem não sabe, quando foi cassada a minha Rádio K do Brasil, em Goiânia, no ano de 2002, antes de ela ser cassada, o Rei Pelé telefonou para mim, ele estava ao lado do jornalista Juca Kfouri e foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para Goiânia defender a liberdade de expressão da Rádio K do Brasil, com entrevistas, com *outdoor*, enfim, com comerciais nas emissoras de televisão.

É muito difícil esquecer o Pelé, em todos os sentidos.

Portanto, a ele a minha gratidão eterna em função desse momento mais difícil que eu vivi na minha vida profissional como jornalista esportivo. (*Pausa.*)

Bem, eu pediria o socorro aqui.

Ah, vamos aguardar a votação? (*Pausa.*)

Está em curso. (*Pausa.*)

Obrigado. Odeio castanha, Carol. (*Pausa.*)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vou aproveitar a oportunidade e pedir o apoio e o voto "sim" aos Senadores que não estão presentes aí, ao votarem pelo celular, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exatamente. (*Pausa.*)

Seis. (*Pausa.*)

Petecão e Plínio. (*Pausa.*)

Nelsinho também, né? Nelsinho Trad. (*Pausa.*)

Peço, por fineza, que se abra o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E, evidentemente, o meu irmão Romário tem visão, tem tudo melhor do que eu, inclusive a visão. Eu não enxergo daqui, Romário.

Qual foi o placar? (*Pausa.*)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Foram 5 SIM; 0, NÃO.

Zero abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Foram 5 SIM; 0, NÃO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Zero abstenção.

Perfeito?

Portanto, aprovado.

1ª PARTE

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 3270, DE 2023

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para permitir às pessoas físicas a opção pela doação a projetos desportivos e paradesportivos diretamente em sua Declaração de Ajuste Anual.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei nº 3.270, de 2023, e à Emenda nº 1-T.

Observações:

1. Em 11/07/2023, recebida a Emenda nº 1-T, de autoria do senador Mecias de Jesus.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Diretamente, concedo a palavra ao Senador Romário para a leitura de seu relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – É inegável o impacto da atividade física na promoção da saúde. Independentemente da idade, gênero ou condição física, a prática regular de exercícios físicos traz uma série de benefícios para o corpo e a mente.

Ao incentivar fiscalmente a prática esportiva, são criadas oportunidades de emprego em diversos setores, como construção civil, comércio de artigos esportivos, turismo e serviços relacionados.

Ademais, notamos que o projeto em tela vai na esteira do que já é atualmente previsto para o Fundo da Criança e do Adolescente. De fato, desde 2012, o ECA permite que, no momento da declaração do imposto de renda da pessoa física, seja doada parcela ao referido fundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.206986/2023-04-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, a proposição normativa mostra-se meritória e oportuna, uma vez que cria mecanismo capaz de contribuir, por meio de incentivo fiscal, para o aumento da prática de atividades físicas e para a consequente promoção da saúde e da qualidade de vida da população, bem como para o crescimento da economia.

Feitas essas considerações sobre o Projeto de Lei, passamos à análise da emenda apresentada. A Emenda nº 1-T propõe incluir novo artigo ao projeto de lei, a fim de adicionar parágrafo ao art. 1º da Lei de Incentivo ao Esporte, com o intuito de permitir a dedução fiscal às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido. Com efeito, o atual arcabouço, que restringe o usufruto dos incentivos a empresas que tenham optado pelo regime do lucro real, é restritivo e injusto, uma vez que há hoje poucas empresas nessa condição.

Desse modo, entendemos que a emenda deve ser acolhida no mérito.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.270, de 2023, com o acolhimento da Emenda nº 1-T.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Apresentado o relatório pelo Senador Romário, coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro e vamos para a votação simbólica deste relatório apresentado pelo Presidente Senador Romário.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto com a Emenda nº 1-T.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Volto a Presidência da Comissão de Esporte ao irmão e querido Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, irmão Kajuru.

1ª PARTE

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE N° 29, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer o comparecimento da Excelentíssima Senhora Anielle Franco, Ministra de Estado da Igualdade Racial, a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o protocolo de intenções para o combate ao racismo e promoção da igualdade racial no futebol assinado pelo Ministério da Igualdade Racial, Ministério do Esporte e Confederação Brasileira de Futebol (CBF), em 24 de setembro de 2023, durante a aberturada campanha "Com o racismo não tem jogo" na partida final do Campeonato Brasileiro, no Estádio do Morumbi, em São Paulo.

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)

Solicito ao Senador Portinho que converta em convite a presente convocação.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Portinho, autor do requerimento.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Lógico, Senador Romário. Já o faço aqui de antemão. Peço escusas, é o hábito, é o cacoete, acaba indo primeiro a convocação – era assim no Governo passado também. Mas quero deixar claro que é um convite – convite – à Ministra, porque o assunto é do nosso interesse. Inclusive, aprovamos uma lei hoje contra o racismo da maior relevância.

Por isso, requeiro, nos termos dos arts. 50, *caput*, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, §1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação da Exma. Sra. Anielle Franco, Ministra da Igualdade Racial, para que compareça a esta Comissão, a convite – a convite – a fim de prestar informações sobre o protocolo de intenções para o combate ao racismo e promoção da igualdade racial no futebol, assinado pelo Ministério da Igualdade Racial, Ministério do Esporte e Confederação Brasileira de Futebol, em 24 de setembro de 2023, durante a abertura da campanha "Com o racismo não tem jogo" na partida final do Campeonato Brasileiro, no Estádio do Morumbi, em São Paulo.

Quero aqui já destacar que o interesse é compreender quais ações o ministério vai empregar em parceria com a CBF; se esse protocolo, os custos naturalmente das promoções serão pagos pelo Governo ou pela CBF, em qual proporção, se for por ambos; e como também aqui o Senado pode contribuir, porque nós temos que banir o racismo dos estádios de futebol e do país. É nosso dever, é nosso compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador Portinho.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o requerimento de convite permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o requerimento.

Item 8: Requerimento da Comissão de Esporte nº 29, de 2023, requer o comparecimento da Exma... (*Pausa.*)

Desculpem.

Item 9.

1ª PARTE

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE N° 30, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao Fortaleza Esporte Clube, por ser o primeiro clube da região Nordeste a disputar a final de um torneio internacional de futebol, no caso a Copa Conmebol Sul-americana.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Em homenagem ao nosso Senador Eduardo Girão.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão, autor do requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, é só para agradecer a sua gentileza em colocá-lo em pauta.

Na verdade, o CSA também participou do campeonato internacional, se eu não me engano, em 1999, mas da Conmebol... O CSA, do amigo Tenório – nosso amigo, não é, Senador Kajuru? –, de Alagoas, participou do campeonato internacional. Então, eu só faço um ajuste aí: da Conmebol, aí, sim, o Fortaleza é o primeiro finalista.

Eu agradeço à Comissão de Esporte por estar colocando isso em pauta e a gente aprovando.

Fica o registro histórico para o clube da garotada, o Tricolor de Aço do Pici, que fez bonito. Faltou um pênalti ali, uma bola. Se tivesse o Romário ali para meter gol, estava resolvida a parada. Mas em tudo Deus tem um propósito e tem um aprendizado. Eu acho que isso aí foi muito importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Eu contra... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Item 10.

1ª PARTE

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE N° 31, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 76/2023, que "institui o Dia Nacional do Futebol".

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Qual é a data, Senador Romário?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A data ainda não foi marcada.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, ótimo. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vamos suspender agora a sessão por cinco minutos, só para adiantarmos aqui e organizarmos a audiência pública...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, se me permite, pela ordem.

É apenas para deixar clara a emenda – eu com destaque, e emenda do Senador Girão –, na Lei das Apostas, na 3.626, de 2023, o nosso acordo, porque não ficou registrado o que foi aprovado: foi o acolhimento, deixando registrado e claro a todos, da Emenda nº 38...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não. O destaque...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Destaque nº 38 ao art. 17 do Projeto de Lei 3.626, de 2023, incluindo o inciso VI, acolhida parcialmente a emenda pelo Relator, em acordo com todos, vedando a publicidade em arenas esportivas de qualquer modalidade esportiva – a parte final do inciso VI, por isso parcialmente acatada –, vedando a publicidade em arenas esportivas de qualquer modalidade esportiva; e integralmente o inciso VII, vedando o patrocínio a equipes, atletas individuais, ex-atletas, árbitros, membros de comissões técnicas profissionais e amadores de todas as modalidades esportivas, bem como campeonatos organizados por confederações esportivas olímpicas, reconhecidas e vinculadas ao Comitê Olímpico Brasileiro, assim como as federações a elas filiadas de todas as modalidades desportivas. Ou seja, que não possa ter o patrocínio; ou seja, que não possa ser exclusiva de uma casa de apostas a organização de um campeonato. Foram essas duas emendas: o VI parcialmente, apenas vedando em arenas esportivas de qualquer modalidade o patrocínio da publicidade; e o inciso VII integralmente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só para deixar registrado: contra o meu voto e o da Senadora Leila.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E o da Senadora Leila.

Só para justificar, Senador Presidente Romário, Senador Kajuru, foi importante que o Senador Portinho se atentou, com a sua equipe, com a equipe do Kajuru, com a equipe nossa, com a do Senador Romário também. Por quê? Porque lá, na integralidade, estava a questão dos horários, a vedação de publicidade em horários definidos para a publicidade de casas de aposta *bets* em televisão e rede social.

Como o Senador Kajuru, muito atento a esse problema, diz que já está sendo visto pelo Conar, que ele também tem uma preocupação com criança, com adolescente... Então, isso aí nós vamos ver junto ao Conar, numa regulamentação do próprio Governo Federal, para que se preservem pelo menos as crianças, os adolescentes, em horários perigosos, para que não haja o vício, o estímulo ao vício.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É só para registrar que falei com o Vice-Presidente da Rede Globo, o Sr. João Roberto Marinho, e ele fez questão de colocar a sua posição – que não é contrária – e que ele mesmo foi quem procurou o Conar. E, assim, acompanharam a posição de João Roberto Marinho o Vice-Presidente do SBT, Roberto Amaral; a Presidente, a Daniela Abravanel; e também o Presidente Nacional da Rede Record, Luiz Cláudio.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, senhores. (*Pausa.*)

Segunda parte: audiência pública interativa.

Esta parte destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 4.149, de 2023, que institui o dia 22 de setembro como o Dia Nacional do Paradesporto e setembro como o Mês de Conscientização quanto à Importância da Prática de Atividades Físicas por Pessoas com Deficiência, em atenção ao Requerimento 15, de 2023, aqui desta Comissão, CEsp, de minha autoria.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: a Sra. Roseane Cavalcante de Freitas Estrela, Diretora de Relações Institucionais do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP); o Sr. Fabio Augusto Lima de Araujo, Secretário Nacional do Paradesporto; o Sr. Mizael Conrado, Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), que participará por videoconferência; a Sra. Evelyn Vieira de Oliveira, Atleta Paralímpica, que participará por videoconferência; o Sr. Clodoaldo Francisco da Silva, Atleta Paralímpico, que participará por videoconferência.

Também foram convidados, mas não puderam comparecer: o Sr. André Fufuca, Ministro de Estado do Esporte; o Sr. Daniel de Faria Dias, Atleta Paralímpico.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim da exposição, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Muito obrigado pela presença, minha amiga querida e eterna Deputada Rosinha.

Sr. Fabio Augusto, obrigado pela presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho certeza de que é de grande relevância esta audiência pública para que a gente possa instituir este dia 22 de setembro o Dia Nacional do Paradesporto e o mês de setembro como o Mês de Conscientização quanto à Importância da Prática de Atividades Físicas por Pessoas com Deficiência.

Passo a palavra, primeiro, à minha querida amiga Rosinha. Por favor, a senhora tem dez minutos.

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA (Para expor.) – Bom dia a todos os presentes.

Meu querido amigo Senador Romário, é um prazer estar, mais uma vez, aqui, dividindo este momento, em audiência pública, em uma mesa de deliberações, de debates, de discussões pelas causas da pessoa com deficiência. Quero dizer que é uma honra. Eu tenho muito orgulho da sua atuação como Deputado, como Senador, e muito me orgulha ouvir V. Exa. me chamar de amiga, porque é assim que eu o considero sempre. Parabéns pela atuação!

Bom, eu tinha uma apresentação para fazer em eslaide e vídeo. Tentarei ser breve. Senador, dez minutos para uma mulher falar é muito pouco! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Fica à vontade. A senhora gosta de falar, eu conheço bem.

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – É, não é? (*Risos.*)

Eu trago um abraço do nosso Presidente do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos.

Antes de fazer a apresentação, propriamente dita, do nosso comitê, eu quero dizer da importância desse PL. Como pessoa com deficiência e como ex-atleta, quero dizer que, se hoje eu estou aqui falando de tudo isso e de uma atuação de vida também em defesa das pessoas com deficiência, foi o esporte que me proporcionou isso.

Aos 15 anos, eu conheci a Adefal (Associação dos Deficientes Físicos de Alagoas), uma instituição que inclusive eu carrego como um sobrenome político. Pela Adefal, eu fui atleta de natação e me descobri como pessoa com deficiência, porque, até então, eu era uma bonequinha super bem cuidada, a filhinha da mamãe, que nem tomava banho sozinha, com 15 anos de idade. E foi a primeira competição, viajar sozinha, o primeiro namorado na competição – olha, o primeiro namorado! –, o primeiro beijo... Tudo isso foi o esporte que me trouxe, de me entender como pessoa com deficiência, capaz de também trazer orgulho não só para a minha família, mas para a sociedade.

Então, participei de competições em quase todas as capitais do país. O esporte é isso, ele traz para qualquer pessoa melhor qualidade de vida, uma melhor saúde. E, para a pessoa com deficiência, além da educação, porque o esporte é educativo, a gente aprende a socializar, a gente aprende a ter regras, a cumprir regras e tantas outras coisas, disciplina, perseverança, mas, para a pessoa com deficiência, mais ainda, é se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descobrir enquanto pessoa capaz, para poder contribuir também para a sociedade. E foi isso que o esporte trouxe para a minha vida e para a vida de muitas pessoas que o praticam mesmo tendo uma deficiência.

Então, antes de fazer a apresentação do Comitê, eu queria fazer o registro da importância de ter esse PL aprovado, porque muitos podem achar que é mais uma data comemorativa, mas isso traz uma visibilidade, isso traz, inclusive, para os órgãos públicos, a possibilidade de fazer investimentos em divulgação, em promoções, em propagandas da importância da prática esportiva e paradesportiva para as pessoas com deficiência e para a sociedade. Então, deixo aqui esse registro.

E aproveito este momento para fazer uma breve apresentação do Comitê também, porque hoje estamos aqui graças à contribuição, ao apoio e a entender a necessidade da existência do Comitê, esse entendimento de V. Exa. quando nos ajudou na aprovação da legislação, que nos traz para esse cenário da comunidade paradesportiva, da comunidade do esporte no Brasil.

O CBCP é uma instituição privada, uma associação civil, sem fins lucrativos, de prática paradesportiva, já faz parte do Sistema Nacional do Desporto, que é matriz do segmento de clubes e associações paralímpicas e paradesportivas no Brasil. Atua em parceria com o Estado no fomento ao esporte para pessoas com deficiência.

Próximo, por favor.

Aí tem um pouco da nossa história, uma retrospectiva.

Nascemos em 2020, em meio à pandemia. Conseguimos, nesse período, já ser reconhecido pelo ministério, com todas as certificações, tudo que manda a legislação. Através do PL 2.824, que V. Exa. nos ajudou a aprovar também aqui nesta Casa, conseguimos, em 2020 ainda, ser reconhecidos e fazer parte do Sistema Nacional do Esporte. Depois, em 2021, através de outro PL, o 1.953, de 2021, que foi aprovado em 2022, passamos a receber recursos das loterias, com a Lei 14.294, de 2022, com menor percentual, também somos o mais novo nesse contexto, mas, com certeza, com necessidade muito grande de aumento de recursos, e eu já faço aqui o registro, e deixo isto bem claro no decorrer da nossa apresentação.

O próximo, por favor.

Senador, eu estou nervosa, não sei por quê. Não sei se é porque estou ao seu lado. (*Risos.*)

Bom, a nossa missão: contribuir com o desenvolvimento das atividades paradesportivas de formação e de rendimento de atletas com deficiência. E eu estou hoje trabalhando como Diretora de Relações Institucionais, porque eu acredito nessa missão, na importância do paradesporto, mais do que em só formar o atleta, mas na formação do cidadão, em trazê-lo para a inclusão na sociedade. E esta é nossa verdadeira missão: fomentar os clubes para que esses atletas realmente tenham melhor qualidade de vida e consigam, através do paradesporto, essa nova perspectiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nosso principal objetivo, nosso lema: ser uma janela de oportunidade para os atletas com deficiência no nosso país.

Ali a foto do nosso Presidente, João Batista, que lhe manda um abraço e, mais uma vez, traz o nosso agradecimento, enquanto instituição, pelo seu apoio.

Próximo.

Aí o fundamento da nossa existência: formar atletas paralímpicos no Brasil, porque essa formação acontece no clube. O senhor, como um esportista, muito conhecedor da causa, sabe que, no nosso país, os atletas são formados nos clubes. Em outros países, essa formação se dá pelas universidades... É por isso que a gente precisa que os clubes tenham mais investimento na gestão, na capacitação, na qualificação de profissionais e dos gestores, para que, através dele, os atletas tenham realmente essas condições de uma melhor formação e de uma melhor qualificação.

Bom, temos uma estimativa de que temos mais de 1,3 mil clubes ou associações que desenvolvem a prática paradesportiva no Brasil. Isso sem contar, Senador, com as mais de 2,2 mil APAEs e com as Pestalozzi, que também têm um número de mais de 300 pelo Brasil, se não estiver enganada, que já fazem a prática do paradesporto – não do paralimpismo, mas do paradesporto – como atividade de saúde, de participação e de inclusão.

Mais uma vez trazendo esse esclarecimento, o Comitê Paralímpico tem a sua função honrada, principal, de trabalhar as equipes que vão para as Paralimpíadas, mas focadas, pela sua razão de existir, nas modalidades paralímpicas. E o Comitê de Clubes Paralímpicos, apesar de trazer o nome "Paralímpico"...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA – ... tem como missão – aumente meu tempo, pelo amor de Deus; estou terminando – investir no paradesporto. Então, o nosso escopo de atuação, o nosso foco é muito maior do que apenas modalidades paralímpicas. É por isso que eu registro aí as APAEs, as Pestalozzi e tantas outras instituições, que, apesar de não estarem no guarda-chuva do paralimpismo, fazem atividades paradesportivas.

O próximo, por favor.

Bom, desde a nossa criação, nós fizemos uma escuta à sociedade brasileira através de um cadastro nacional. Convidamos para, através do nosso *site*, responderem às perguntas e ouvimos 132 organizações que trabalham com paradesporto. Dessas 132 entidades, 97 declararam interesse em receber orientações sobre gestão e ampliação da capacidade técnica e operacional na captação de recursos para investimento no paradesporto.

Próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas 5% dessas instituições possuem a certificação da Lei Pelé, que amplia também a possibilidade de recebimento de recurso público. Isso foi o que nos levou, Senador, a ter certeza de que os clubes precisam investir mais na gestão e na capacitação profissional, e esse foi o nosso foco de atuação a partir deste ano de 2023.

Próximo, por favor.

Através do resultado desse cadastro nacional e dessa escuta que fizemos, já lançamos o primeiro edital (Edital 01), com investimento de participação em competições nacionais e internacionais pelas entidades filiadas e também compra de material e equipamento para esses clubes filiados, através do CBCP, para que inicialmente eles ampliem sua capacidade de realização.

Próximo, por favor.

Estamos em via de lançar o próximo edital, até o final deste ano, também em parceria com o MEC e o Ministério do Esporte (MEsp), numa cooperação técnica – fizemos ali a nossa foto junto com o nosso Ministro Fufuca.

Pode passar.

Fizemos o nosso primeiro *workshop* para gestores de entidades de práticas desportivas, com foco na governança e na captação de recursos. Foram 14 etapas, 27 estados contemplados e aproximadamente 700 instituições que participaram, todas que fazem a prática paradesportiva. E, mais uma vez, tivemos a constatação de que precisamos investir na capacitação da gestão dessas instituições, para que elas consigam receber recursos e ampliar sua capacidade de atendimento a pessoas com deficiência para práticas paradesportivas.

Próximo.

Como resultado desse *workshop*, nós saímos de 11 filiadas, em junho, para mais de 80 filiadas agora este mês. Então, foi mais 600% em número de filiações, em seis meses de atuação, com esse *workshop*. Mais uma vez, portanto, fica registrada a necessidade que os clubes têm de mais recursos, de mais investimentos, para ampliar sua capacidade.

Próximo, por favor.

Eu gostaria de passar um pequeno vídeo – é um minuto só – que deixa claro como foi esse *workshop* ao longo dessas 14 etapas que realizamos.

Pode soltar o vídeo? (*Pausa.*)

Não vai? (*Pausa.*)

Acho que eu vou ficar devendo o vídeo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não vai, não, não é? (*Pausa.*)

Então, vamos lá para o próximo.

Bom, aqui dizendo que tudo que estamos realizando está dentro do nosso plano de aplicação de recursos. Nós fizemos isso no início do ano. Aprovamos em assembleia tudo que vamos investir durante este ano, e a realização desse *workshop* está lá dentro do nosso plano de gestão, que já foi o resultado do nosso plano de aplicação de recursos, que foi exatamente o resultado da nossa escuta aos clubes que se cadastraram no CBCP.

O próximo.

Em breve farei uma entrega desse relatório a V. Exa. pessoalmente, quando aproveitarei o momento para pedir mais emendas para ampliar nossos recursos.

E o nosso grande desafio, Senador, é atender todas as entidades com os recursos da Lei 3.756, de 2018, para que assim, juntos, possamos fortalecer ainda mais o segmento de clubes e associações paradesportivas no nosso país. Estamos cada vez mais nos estruturando para ampliar esse atendimento. A gente acredita que, ao final deste ano, teremos mais de cem filiados, com apenas dois anos de atuação.

Com certeza, já estão nos nossos planos a realização no próximo ano de um grande congresso também sobre a captação da gestão para esses clubes e também a formação profissional dos que investem no paradesporto – eu falo dos técnicos; o atleta é o que deve ser o maior beneficiado –; e, além disso, as realizações, através das confederações de cada uma das modalidades, de mais competições, porque sabemos que, para além de uma boa estrutura para treinamento, para além de bons equipamentos, para além de bons técnicos com capacidade de nos auxiliar, nos orientar, nos treinar, também não adianta a gente ficar o ano todo só treinando se não tiver competições para que a gente possa ser cada vez mais testados e aumentar a nossa condição. Então, junto com essas confederações, pretendemos também realizar mais competições.

Tudo isso para justificar que o recurso que nós recebemos das loterias está sendo muito bem investido e que precisamos ampliar mais ainda esse recurso porque na ponta os clubes ainda precisam de muito mais investimentos. E eles só conseguirão receber quando eles estiverem com essa gestão, com essa condição de formalização, de documentação bem resolvida e bem estruturada.

Nós iniciaremos também uma mentoria, agora no início do próximo ano, para que esses nossos clubes filiados consigam obter a certificação da Lei Pelé, porque, dos nossos filiados, apenas 17 desses 80 têm a certificação.

Então, estamos aí num trabalho que está só iniciando, mas com certeza teremos o nosso principal objetivo alcançado, que é que o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos seja essa verdadeira janela de oportunidade para as pessoas com deficiência, através do paradesporto, como o melhor meio de inclusão à prática esportiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo.

Eu finalizo a minha apresentação trazendo aí os nossos contatos do comitê.

Deixo mais uma vez o abraço do nosso Presidente, agradecendo mais uma vez a oportunidade de me fazer aqui presente e, mais uma vez, agradecendo o apoio de V. Exa. para que estejamos aí nessa comunidade do esporte e do paradesporto trazendo a nossa contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sra. Roseane Cavalcante de Freitas Estrela, minha amiga Rosinha, como sempre brilhante nos seus depoimentos.

Passo agora a palavra ao Sr. Fabio Augusto Lima de Araujo, Secretário Nacional do Paradesporto.

O senhor tem dez minutos, Sr. Fabio.

O SR. FABIO AUGUSTO LIMA DE ARAUJO (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes. Primeiro, saúdo o Presidente desta Comissão, o Senador Romário, e trago um abraço afetuoso do Ministro André Fufuca, que não pôde estar presente aqui hoje.

Gostaria de saudar também todos os presentes e aqueles que nos acompanham pela internet. Aqui temos representantes de entidades desportivas, como o pessoal do CBCP, a equipe do CBCP; temos também aqui representantes da Confederação Brasileira de Basquete; temos também a Maria Paula Tavares, que foi Diretora de Projetos lá do ministério, que está aqui representando o Cref 1.

Gostaria de dizer também, Sr. Presidente, que é uma honra discutir aqui assunto tão relevante.

Parabenizo o Senador Confúcio Moura pela sensibilidade da iniciativa, primeiro porque o mês de setembro é um mês muito especial para pessoa com deficiência: além do Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência, temos outros dias que fazem alusão à pessoa com deficiência, como o Dia Nacional dos Surdos, o Dia Internacional da Língua de Sinais e o Dia Internacional do Intérprete de Línguas de Sinais também; ademais, o Dia do Atleta Paralímpico.

E por que é importante a instituição desse Dia do Paradesporto, e não o Dia do Esporte Paralímpico? Por que a gente tem que fazer essa distinção? A secretaria que eu comando hoje é a Secretaria Nacional de Paradesporto, e não do esporte paralímpico. O esporte paralímpico hoje envolve apenas as 22 modalidades das Paralimpíadas de Verão e aquelas também das Paralimpíadas de Inverno. São mais de 190 modalidades e segmentos da pessoa com deficiência que não estão acolhidos pelo movimento paralímpico. E aí, temos os neurodivergentes, os surdos e uma ótima, boa parcela dos deficientes intelectuais e de paralisia cerebral.

Gostaria também de ressaltar a importância do mês de setembro, da instituição do mês de setembro como um mês de conscientização da importância da atividade física da pessoa com deficiência. Os gregos antigos já falavam muito da importância da atividade física para as pessoas e, em especial, para as pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com deficiência, porque a gente sabe também que o esporte, a atividade física, além de fazer bem à saúde, é um instrumento – e eu acredito que seja o instrumento mais poderoso – de cidadania plena para as pessoas com deficiência.

Então, é um prazer muito grande estar aqui. E, mais uma vez, quero dizer que é uma honra estar aqui ao lado do senhor para poder fazer parte deste debate.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Fabio.

Nós temos agora os nossos três outros convidados, que participarão através de videoconferência.

Vou passar a palavra à Sra. Evelyn Vieira de Oliveira, atleta paralímpica.

A SRA. EVELYN VIEIRA DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom dia, Evelyn.

A SRA. EVELYN VIEIRA DE OLIVEIRA (*Por videoconferência*.) – Primeiramente, quero agradecer à Comissão de Esporte pelo convite para fazer parte desta discussão tão importante sobre o PL 4.149 e deixar aqui a minha fala, de forma colaborativa, em favor da aprovação desse PL.

Eu, como uma atleta de esporte paralímpico, assim como a Rosinha, tive, de certa forma, a minha vida passando por muitas transformações através do esporte. E acho que, como a maioria das pessoas com deficiência, tinha uma vida mais reclusa, mais afastada das atividades sociais.

Eu me lembro de que, quando eu recebi o convite para conhecer o esporte, feito por uma professora de educação física, no ano de 2010 – que foi quando eu ingressei no esporte, quando eu comecei no clube Sesi-SP –, a minha reação foi de extrema surpresa porque eu não me imaginava como uma atleta, eu não imaginava que eu tinha condições físicas de exercer algum esporte, de participar de forma prática de algum esporte.

Eu entendo que o esporte, junto com outras atividades educativas, sem dúvida, é uma das ferramentas mais potentes no que diz respeito à transformação e ao desenvolvimento do cidadão como um todo. Eu entendo que, talvez, a parte mais importante que o esporte teve como atuação na minha vida... Viajei o mundo todo já, tenho a conquista de um título paralímpico, que é, sem dúvida, a competição mais importante do calendário do esporte mundial, mas eu entendo que, com certeza, as transformações que o esporte promoveu em mim como pessoa, como cidadã, o que contribuiu no desenvolvimento do meu caráter, de quem eu sou hoje e do quanto eu posso contribuir para a sociedade na qual eu vivo, sem dúvida são o mais importante. Esses valores, sem dúvida, são mais importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim como o Fábio mencionou – no dia 21 a gente celebra o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência –, seria muito bacana, muito maravilhoso, a gente poder celebrar o Dia Nacional do Paradesporto no dia 22, porque eu entendo que, ao longo dos últimos anos, a gente tem vivido muito desenvolvimento na área do esporte adaptado. Como ele mencionou, já existe o dia em que a gente comemora o Dia Nacional do Atleta Paralímpico, mas a gente pode olhar, por meio do esporte, para a pessoa com deficiência em todas as esferas. E aí é a gente falar da base, é a gente falar do esporte de forma recreativa.

Eu sempre digo para as pessoas que me perguntam sobre o esporte, sobre a bocha paralímpica, que é o esporte do qual eu faço parte, que talvez nem todo mundo vá ser um atleta profissional, que nem todo mundo vá ter o esporte como alto rendimento, porque isso está muito ligado à vocação, está muito ligado ao chamado também; mas há a conscientização sobre ter uma atividade, sobre o quanto os valores do esporte podem ser importantes para o nosso desenvolvimento, nos tornam pessoas mais seguras, pessoas mais confiantes, comunicativas, desenvolvem uma série de outras esferas no nosso comportamento, nas nossas habilidades, que, às vezes, a gente nem conhecia.

Eu sou um exemplo disso. Como mencionei, não sabia que existia tanto talento escondido aqui dentro de mim para poder representar um clube, para poder representar uma cidade, para poder representar o país. E essas descobertas foram possíveis através não somente do incentivo das pessoas à minha volta mas também do incentivo de instituições como o Sesi, como o CPB. Então, tudo isso fez parte, tudo isso contribuiu para que eu me tornasse quem eu sou hoje.

Então, eu acho muito importante a gente ter essa data para poder conscientizar as pessoas, para poder falar sobre a prática não somente esportiva, mas a prática de atividade física, do quanto pode promover uma qualidade de vida, melhorar a nossa saúde.

Eu acho muito bacana que existem muitos paradigmas que podem ser quebrados através dessa conscientização que a gente pode fazer, no mês de setembro, sobre a atividade física.

Eu mesma, que sou portadora de uma deficiência severa e degenerativa – eu tenho atrofia muscular espinhal –, durante muito tempo, escutei que eu não poderia fazer exercícios, que os exercícios poderiam contribuir de forma negativa, poderiam acelerar o processo de degeneração da minha estrutura muscular. E, com o tempo, através do esporte, através de estar envolvida em atividades esportivas, pelo desejo de querer melhorar, pelo desejo de querer estar entre os melhores do mundo, eu fui entendendo que não; que a atividade física poderia contribuir, ao contrário, de forma muito positiva, promovendo uma manutenção, talvez, dos poucos movimentos que eu tenho e estimulando a produção até mesmo de força física, algo que, para a patologia que eu tenho, seria, talvez, não considerável – ninguém poderia considerar. Mas tudo isso através de quê? Através de conscientização, através de estudar sobre a deficiência que eu tenho, através de estudar sobre os exercícios que são possíveis de serem feitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, eu entendo que o mês de setembro poderia, com certeza, contribuir, de forma muito positiva, para que outras pessoas com deficiências conhecessem os benefícios e a importância de se manter em atividade, tanto para a saúde física quanto para a saúde mental.

Eu quero, de forma breve, contribuir com esse meu relato e dizer que eu presto todo apoio e desejo que seja votado aí de forma positiva, para que a gente consiga instituir esse Dia Nacional do Paradesporto e setembro como o mês de conscientização da atividade física, para que a gente continue desenvolvendo o esporte adaptado, não somente o paralímpico, mas o esporte no geral, para pessoas com deficiência, para continuar colhendo avanços como a gente tem colhido ao longo dos últimos anos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sra. Evelyn, pela sua participação e parabéns pela sua determinação.

E, agora, com a palavra o Sr. Mizael Conrado, meu grande amigo, Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

O SR. MIZAEL CONRADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Exmo. Senador Romário, na pessoa de quem eu cumprimento a todos os Senadores do Senado da República, mais uma vez é uma grande alegria participar desta audiência com V. Exa., que, aliás, não de hoje mas desde sempre, é um grande parceiro do movimento paralímpico, um grande parceiro da causa paralímpica no Brasil.

Não por outra razão, a Lei Brasileira de Inclusão foi relatada no Senado Federal por V. Exa., e, graças à Lei Brasileira de Inclusão, o Comitê Paralímpico Brasileiro pôde avançar, pôde implementar os seus 67 centros de referência em todo o território nacional – e, certamente, esse número atingirá 10% de todos os municípios do país em oito anos, chegaremos a 560 centros de referência em todo o território nacional. Além disso, se conseguimos manter as estruturas do Centro Paralímpico Brasileiro e, obviamente, comandar (*Falha no áudio.*)... paralímpico no país, isso foi muito por conta da atuação de V. Exa. e da aprovação e sanção, posteriormente, da Lei Brasileira de Inclusão, que garante recursos para que a gente possa seguir avançando, para que a gente possa, de fato, cumprir com a missão e com o propósito do Comitê Paralímpico Brasileiro.

Ilmo. Fabio Araujo, Secretário do Paradesporto, Evelyn, Rosinha da Adefal, a nossa sempre Deputada, senhoras e senhores, é um dia bastante especial o dia de hoje, porque é um dia que traz para o Parlamento brasileiro a discussão de algo que para nós é tão caro.

Lá em 552 a.C., nascia o grande pensador chinês Confúcio, que basicamente rompeu com o conceito aristocrata de que existem homens superiores e homens inferiores. Ele entendia que o homem, basicamente, pode ser superior ou inferior apenas em razão do conhecimento. E, agora, o Senador Confúcio Moura, do nosso Estado de Rondônia, cria um projeto de lei que dá luz à causa paralímpica e que, basicamente, representa para as pessoas com deficiência a cidadania, a inclusão e a igualdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O esporte paralímpico foi inaugurado em 1945, porque um neurocirurgião, depois da Segunda Grande Guerra, identificou na atividade física um potencial de reabilitação física dos sequelados desse evento adverso, terrível para a humanidade. E, logo em 1948, o Dr. Guttmann percebeu que o esporte, mais do que reabilitação física, era capaz de promover a reabilitação emocional dos indivíduos, que, no mais das vezes, é tão importante quanto a reabilitação física.

Um indivíduo, quando se torna uma pessoa com deficiência, tem, muitas vezes, prejuízo na sua autoestima, na sua resiliência e, naturalmente, no exercício de sua própria cidadania, porque perde a perspectiva de competir. E a gente compete o tempo inteiro: competimos pela atenção dos nossos pais quando criança, da amizade dos coleguinhas da escola e com nós mesmos, para que sejamos melhores do que fomos ontem. E o esporte tem a capacidade de resgatar a autoestima, de entregar resiliência e, naturalmente, de possibilitar a cidadania.

Então, em 1948 já, o Dr. Guttmann percebe esse potencial do esporte; realiza ali a primeira competição. Em 1952, a gente já tem a primeira competição internacional; em 1960, os Jogos Paralímpicos de Roma, com 23 países, 400 cadeirantes. E o movimento vem crescendo, vem avançando, até que, agora, em Paris, teremos perto de 5 mil atletas disputando 22 modalidades.

E, juntamente com o crescimento, Senador Romário, do esporte paralímpico, do paradesporto no mundo, vem o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência. Não por outra razão, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, lá de 1948, a gente já tem os primeiros registros. Não por outra razão, nós temos o primeiro tratado internacional reconhecido, ratificado por meio de decreto legislativo, o que confere a esse tratado, a essa convenção *status* constitucional. Não por outra razão, hoje, em especial no Brasil, nós temos uma legislação de vanguarda, que, em 2009, foi reconhecida como a melhor legislação voltada para as pessoas com deficiência de todas as Américas, que conta com países desenvolvidos, como o Canadá e como os Estados Unidos.

Obviamente, é preciso dar eficácia a essa legislação que, muitas vezes, ainda não é cumprida.

Hoje, o cego, por exemplo, enfrenta algo que parece ser simples, mas que para ele é uma grande barreira: muitas vezes, o cego vai almoçar e não consegue pagar a conta porque a máquina de pagamento é *touch screen* e não permite que o cego possa digitar a sua senha para efetivar o seu pagamento.

Mas o direito existe. A LBI é uma das legislações mais avançadas de todo o mundo. O tema da acessibilidade é tratado no Brasil de maneira extremamente responsável pelo nosso Parlamento. Lamentavelmente, a gente não conseguiu ainda colocar tudo isso em prática.

E o esporte, Senador Romário, nesse contexto, dá luz à causa da pessoa com deficiência. Isso porque, na medida em que alguém observa, no Brasil, o Gabrielzinho, o Geraldo, por exemplo, com comprometimento nos quatro membros, conquistar medalhas de ouro em Paralimpíadas, quebrar recorde mundial, é inevitável a comparação com o Gabrielzinho cidadão. Ora, se alguém com deficiência pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conquistar tantos títulos, superar tantos limites, por que não pode trabalhar na sua empresa, estudar na escola do seu filho e conviver com você igualmente na sociedade?

Então, o esporte é fundamental para mudar a percepção da sociedade e é fundamental para garantir resiliência e para garantir o resgate da cidadania por parte das pessoas com deficiência. E dar luz a essa causa, Senador Romário, é criar ainda mais condições para que o esporte siga sendo esse instrumento de transformação que vem sendo ao longo de todos esses anos.

Por fim, quero deixar aqui a todos uma informação importante: nossa delegação inicia o embarque para os Jogos Parapan-Americanos de Santiago no dia de amanhã. O Brasil vai com uma delegação de 531 pessoas, sendo 326 atletas, e levando na bagagem, além de todos os equipamentos, o sonho de fazer a melhor participação da história, lá em Santiago, para mais uma vez orgulhar o Brasil, para mais uma vez dar luz à nossa causa e, certamente, para fortalecer ainda mais, Senador Romário, a possibilidade de as pessoas, como é o caso de V. Exa. e de tantos outros que ocupam cargos políticos com poder de transformação, continuarem lutando. Uma ferramenta a mais para demonstrar para todos os colegas que, de fato, a causa faz sentido e que, de fato, a causa transforma a vida de milhões de brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, meu amigo Presidente CPB.

Já desejo boa sorte. Eu tenho certeza de que esse time paralímpico, em Santiago, vai fazer o seu papel da melhor forma possível e, com certeza, com muita fé no Papai do Céu, vai bater um novo recorde de medalhas e trazer resultados muito importantes para o nosso país.

Aproveitando já a participação do senhor, Sr. Mizael, tem uma pergunta aqui do Sr. Kayan Amorim, lá do Rio de Janeiro – um internauta, no caso: "Qual é a importância [...] [de instituir essa data] para a inclusão e promoção da qualidade de vida das pessoas com deficiência?".

O SR. MIZAEL CONRADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – A criação dessa data, Senador Romário, é fundamental para dar luz a essa causa, para demonstrar à sociedade que é uma causa reconhecida pelo Parlamento brasileiro e uma causa que deve ser reconhecida pela sociedade brasileira.

Pode parecer algo simbólico, mas é algo que representa muito nós termos uma referência para a comemoração, para a celebração de tudo isso que o esporte tem transformado não só na vida das pessoas com deficiência, porque uma sociedade diversa certamente é uma sociedade melhor. Ou seja, transformar a sociedade em uma sociedade inclusiva, mais do que oportunizar as pessoas com deficiência, representa transformar a sociedade como um todo.

Então, é fundamental, e, por isso, ficam aqui, mais uma vez, meus cumprimentos ao Senador Confúcio e ao Senador Romário por trabalharem pela aprovação do dia nacional do nosso esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Mizael.

Mais uma pergunta para finalizar aqui com o senhor: "[...] quais são os modos de incentivar essas atividades para a parcela mais pobre da sociedade [no seu entendimento]?".

O SR. MIZAEL CONRADO (*Por videoconferência*.) – Eu creio que a chave da oportunidade, Senador, está na escola. Nós temos que criar condição para que as crianças tenham acesso à atividade física no tempo certo, que é exatamente a fase escolar.

Aliás, eu quero aproveitar aqui a oportunidade para convocar todos os Prefeitos e conclamar Prefeitos e Governadores de todos os estados brasileiros. Nós temos aqui o programa educação paralímpica na escola, que já capacitou aproximadamente 50 mil professores de Educação Física da rede pública em todo o território nacional. Que possam buscar aqui o comitê, e a gente fazer conjuntamente, sem custo para os municípios e para os estados, essa capacitação para todos os professores da rede.

O nosso desejo é trabalhar para que todas as crianças, para a gente ter a garantia de que todas as crianças que acessarem o sistema de educação possam ter as mesmas oportunidades que as crianças sem deficiência.

Então, eu creio que tem várias maneiras. A gente já trabalhou na capacitação de profissionais de Cras e Creas, que atendem a população em situação de rua – e a gente tem pessoa com deficiência em situação de rua. A gente tem as mais de 80 unidades de reabilitação do Ministério da Saúde; a gente tem já lá um projeto para tentar capacitar os profissionais em cada um desses centros.

Mas a base de tudo isso, Senador, é a educação, é o sistema de educação brasileiro, que precisa ofertar oportunidade para todos. E a Educação Física é tão importante quanto qualquer disciplina. Aliás, para não dizer maior do que muitas delas, porque poucas disciplinas, nessa faixa etária, têm a capacidade de entregar resiliência e de resgatar a autoestima, como é o caso do esporte.

Então, eu creio que a nação inclusiva é a nação em que a educação atende, em todos os seus aspectos, todas as crianças que chegarem às escolas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Sr. Mizael! Muito bem! Mais uma vez, uma brilhante participação.

Agradeço-lhe de coração.

Quero dizer que a gente estará aqui sempre disposto a ajudar nesse segmento da nossa sociedade que é o paradesporto. Quem fez a pergunta ao senhor foi a Larissa Oliveira, da Bahia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem uma pergunta aqui também para o Sr. Fabio Augusto Lima de Araujo, Secretário Nacional do Paradesporto: "Quais serão os incentivos financeiros para os atletas paralímpicos? Vão expandir [...] [o Bolsa Atleta] com [...] valores [mais altos]?".

Quem fez essa pergunta foi a Luciana Mastrangelo Astragalomante , do Rio de Janeiro.

O SR. FABIO AUGUSTO LIMA DE ARAUJO (Para expor.) – Luciana, muito obrigado pela pergunta e pela oportunidade de esclarecer algumas coisas.

Os investimentos públicos disponíveis para os atletas e para as entidades paradesportivas são aqueles que estão já em lei. Eu posso citar aqui a Lei Agnelo/Piva, que oferece parte da arrecadação das loterias para as entidades do Sistema Nacional do Esporte. Temos também a possibilidade do incentivo, do fomento direto do Ministério do Esporte, por meio da Secretaria Nacional de Paradesporto, do discricionário da Secretaria. E temos também, como todos sabem, as emendas parlamentares, que também podem fomentar atletas e podem fomentar aí as entidades para que elas possam competir, para que elas possam desenvolver o esporte em todos os níveis, para utilizar uma expressão da Lei Geral do Esporte.

Então, em relação ao Bolsa Atleta, apesar de a pauta não ser da minha Secretaria – é uma pauta específica da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Desempenho, comandada pela querida Marta Sobral –, existe a preocupação, dentro do ministério, de ampliar os recursos do Bolsa Atleta, programa esse que é o maior programa público do mundo de fomento e de incentivo aos atletas.

Existe essa noção, mas também existe a questão do orçamento. E isso é discutido no âmbito do Parlamento brasileiro. Mas existe essa preocupação, sim, dentro do ministério, do Ministro Fufuca em ampliar os recursos para que a gente possa tanto incluir mais pessoas no Bolsa Atleta, como também fazer o aumento, aumentar o valor da bolsa para todos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Fabio.

Tem um comentário aqui do Leonardo Martins, do Distrito Federal: "[...] a institucionalização dará a devida visibilidade ao paradesporto, principalmente nas escolas públicas, com orientação inclusiva".

Eu queria saber se a Sra. Evelyn Vieira ainda se encontra? (*Pausa.*)

A SRA. EVELYN VIEIRA DE OLIVEIRA (*Por videoconferência*.) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sra. Evelyn, a senhora poderia responder essa minha pergunta aqui, por favor?

Como a participação em atividade física e esportivas influencia a inclusão social de pessoas com deficiência? E quais são os principais obstáculos a serem superados nesse contexto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. EVELYN VIEIRA DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, eu acredito que um dos maiores desafios que a gente tem é no que diz respeito à estrutura e à capacitação de profissionais. Eu vejo hoje que o CPB já tem feito muito essa capacitação e tem ajudado bastante nessa coisa de capacitar, de poder instruir profissionais para poderem atender pessoas com deficiência.

Nisso, sem dúvida, o impacto é muito positivo, nessa questão da inserção da pessoa com deficiência nas atividades, porque o que eu mais ouvi, nos anos em que eu estudava... Faço uma ressalva aqui, porque eu não tive acesso a atividades escolares na infância. Eu frequentei escola a partir dos 18 anos, porque, quando eu era criança, as escolas não me aceitavam por ser pessoa com deficiência.

Então, eu fui alfabetizada pelos meus pais aos sete anos, e eu nunca tive contato com as atividades escolares na minha época de infância. Quando eu fui estudar, com 18 anos, quando eu tive a primeira oportunidade de inserção na escola presencialmente, eu estudei através do EJA; e, no EJA, a gente não tinha – na grade não tinha – aulas de educação física para os alunos.

Eu já escutava muito a respeito de pessoas com deficiência não participarem da aula, não serem inseridas nas aulas e (*Falha no áudio.*) desenvolvimento, tem de ser uma forma de a pessoa, de certa forma (*Falha no áudio.*) promoveria essa participação de forma inclusiva, a desenvolver essas potencialidades no desenvolvimento. Talvez, muitos, de alguma forma, poderiam se descobrir no esporte, de repente encontrar no esporte um caminho para, assim como eu, conquistar sua independência pessoal e de repente até (*Falha no áudio.*)

Então, eu acho que isso seria muito dessas barreiras, no que diz respeito à preparação e à capacitação de profissionais, que a gente já tem superado e (*Falha no áudio.*) na luta ainda.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sra. Evelyn Vieira.

A última pergunta aqui é para minha querida amiga Rosinha: de que forma a promoção do paradesporto e da conscientização sobre a prática de atividade física pode contribuir para combater estigmas e preconceitos em relação às pessoas com deficiência? Como isso pode afetar positivamente a sociedade em geral?

A SRA. ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS ESTRELA (Para expor.) – Senador, se a gente observar a atuação do Parlamento, do nosso Congresso especificamente, nesse ciclo paralímpico, se fizer essa comparação, sempre que voltamos das paralimpíadas com as conquistas maravilhosas que temos dos nossos paratletas brasileiros, parece que a pauta, aqui, no Congresso, e em todo o Brasil, em todo o Parlamento brasileiro, avança.

Então, isso é um grande resultado que a prática paradesportiva deixa como influência mais que positiva para a sociedade. Não só o bom exemplo, não só a comprovação da nossa capacidade enquanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidadãos, mas a influência na sociedade através das leis, daquilo que o Congresso começa a observar, daquilo que chega da sociedade para o Congresso como proposta legislativa e que acaba, vamos dizer assim, assegurando direitos e efetivando direitos após a conquista das paralimpíadas.

Então, eu digo que, para além da melhor qualidade de vida, para além da educação que é feita através da prática esportiva, para além dessa inclusão da pessoa com deficiência na sociedade, é uma transformação da sociedade, porque esses resultados influenciam diretamente, inclusive, na legislação que o nosso país aprova aqui, através do Congresso, através da sua atuação como Senador.

Então, fazendo uma comparação também do que o esporte trouxe para a minha vida, em termos pessoais, de me tirar só do convívio social para um convívio em sociedade, para que eu pudesse, não só como atleta, mas como uma cidadã de direitos, contribuir, inclusive, não só trabalhando como uma funcionária pública, como sou hoje, aposentada, mas também como uma Parlamentar e, agora, no comitê. Tudo isso eu devo ao esporte, mas imagina isso numa proporção do que a gente tem, hoje, com a ampliação da prática paradesportiva. Então, é mais do que positivo.

Então, fica claro que precisamos realmente dar visibilidade, precisamos investir, através da atuação política e pública dos órgãos do nosso país, e, com certeza, a aprovação desse projeto vai contribuir para isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, minha amiga Rosinha da Adefal.

Quero agradecer ao Sr. Fabio Augusto Lima de Araujo pela participação, ao Sr. Mizael Conrado, à Sra. Evelyn Vieira de Oliveira, à Sra. Roseane Cavalcante de Freitas Estrela, Rosinha da Adefal. Infelizmente, não pudemos ter a presença do nosso Exmo. Ministro André Fufuca nem do Clodoaldo Francisco da Silva, atleta paralímpico, e também do Daniel de Faria Dias, também atleta paralímpico, mas eu acredito que esta audiência tenha sido muito importante para a gente instituir o dia 22 de setembro como o Dia Nacional do Paradesporto e o mês de setembro com o Mês de Conscientização sobre a Importância da Prática de Atividades Físicas por Pessoas com Deficiência.

Mais uma vez, muito obrigado a todos que participaram.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado mais uma vez.

(*Iniciada às 9 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 47E57DEA005AA84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.